



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 81, TERÇA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de abril de 2019	6
Ata da 10ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de abril de 2019	42

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019	100
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2019	126
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2019	219
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2019	244
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2019	298
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019	352

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de abril de 2019	369
Ata da 12ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de maio de 2019	451
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de maio de 2019	517
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2019	605

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2019	652
Ata da 8ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de abril de 2019	676
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2019	721
Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 10ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)	723



Ata da 11ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2019	725
1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTEC	
Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de abril de 2019	824
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2019	836
Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2019	838
Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de maio de 2019	857
1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH	
Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de fevereiro de 2019	893
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2019	904
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de fevereiro de 2019	935
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de fevereiro de 2019	1016
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2019	1117
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2019	1171
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2019	1172
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2019	1221
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2019	1290
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de março de 2019	1292
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2019	1331
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2019	1383
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de março de 2019	1449
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2019	1488
Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2019	1490
1.7 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI	
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2019	1550
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2019	1582
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2019	1626
1.8 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR	
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019	1658
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2019	1666



Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2019	1702
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2019	1718
Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e 12ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente)	1748
1.9 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA	
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019	1778
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2019	1805
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2019	1851
Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 15ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e 12ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente) (vide itens 1.8 e 1.11)	
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019	1868
1.10 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT	
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2019	1913
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019 (republicação)	1978
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2019	1999
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019	2016
Ata da 10ª Reunião, Conjunta, realizada em 7 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 10ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte) (vide item 1.4)	
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2019	2064
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de maio de 2019	2086
1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA	
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2019	2112
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019	2127
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de abril de 2019	2158
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2019	2217
Ata da 12ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 15ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.) (vide itens 1.8 e 1.9)	
Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019	2243
Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2019	2289





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Rose de Freitas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Acir Gurgacz, Marcos do Val, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Telmário Mota, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Luis Carlos Heinze e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Flávio Bolsonaro, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Otto Alencar, Irajá e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CCJ. Após leitura o voto em separado, fez uso da palavra os (as) Senadores (as) Plínio Valério, Kátia Abreu, Espiridião Amin e Rogério Carvalho. **Resultado:** Lido o voto em separado do senador Telmário Mota, a matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 898, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Extingue o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, determinando a aplicação do regime geral de previdência social aos Congressistas." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria. Antes da leitura do relatório fez uso da palavra o Senador Fernando Bezerra Coelho e após leitura do relatório, fez uso da palavra os Senadores Espiridião Amin e Randolfe Rodrigues. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao Senador Espiridião Amin, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2018 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre a forma de arrecadação de recurso de entidade beneficente de assistência social por meio de título de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capitalização." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame.

ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 29, de 2019 que:

"Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que "altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas". **Autoria: Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 29/2019 – CAE. Após, o Presidente convoca a instalação da subcomissão em virtude do Requerimento 20, de 2019, para o dia 10 de abril, às 15h. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/09>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

Declaro aberta a 9ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 8ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Assim que houver quórum de 14 Senadores aqui, vamos votar o PLS 329, de 2018. É o quarto da pauta, mas, como há um pedido do Presidente das APAEs e como há crianças e jovens que vieram para cá acompanhar essa votação, que é importante para as instituições filantrópicas, principalmente para as instituições que cuidam de crianças deficientes e para outras entidades, nós colocaremos em pauta a votação dessa matéria.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 631, DE 2015

- Não terminativo -

Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CCJ.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 2-CCJ (Substitutivo).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

3. Em 2/4/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

O Senador Telmário apresentou um voto em separado, contrário à Emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e favorável ao projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Com a palavra o Senador Telmário, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para voto em separado.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, essa questão do Estatuto dos Animais tem muita complexidade, e, debruçado sobre a proposição do Senador Crivella e o relatório do Senador Antonio Anastasia, muito bem feito, a gente observou necessário fazer esse voto em separado.

Vou ao relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 631, de 2015, do Senador Marcelo Crivella, que institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Em seus 15 artigos, o PLS nº 631, de 2015, dispõe sobre (i) objetivos, conceitos e delimitação de aplicação da norma (arts. 1º a 3º); (ii) direitos dos animais ao bem-estar e obrigações destinadas à guarda de animais (arts. 4º e 5º); (iii) proibição de práticas consideradas maus-tratos (arts. 6º e 7º); (iv) infrações e penalidades (arts. 8º a 11); e (v) disposições finais e transitórias (arts. 12 a 15).

Em suas disposições finais e transitórias, o projeto altera o art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para aumentar a pena do crime de maus-tratos a animais. De acordo com o art. 15, a lei resultante da proposição entrará em vigor decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

Segundo a justificção apresentada, nosso Texto Constitucional reconhece o valor intrínseco conferido aos animais, inexistindo tolerância a atos cruéis contra eles perpetrados. Ainda de acordo com o autor, a proposição assegura a proteção à vida e ao bem-estar dos animais, mediante a tutela estatal e a consideração da sua integridade física e mental como interesse difuso.

O PLS foi distribuído inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabendo à última a decisão terminativa. Entre 25 de setembro e 1º de outubro de 2015, o Projeto não recebeu emendas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a aprovação do Requerimento nº 232, de 2016, de nossa autoria, o PLS foi enviado a esta CAE, após ter sido apreciado pela CCJ. Concluída a análise da CAE, o PLS seguirá à CMA, para decisão terminativa.

Na CCJ, em 23 de março de 2016, o Senador Randolfe Rodrigues apresentou a Emenda nº 1. Em 30 de março de 2016, a Comissão aprovou o Relatório do Senador Antonio Anastasia, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1, nos termos da Emenda nº 2 – CCJ (Substitutivo). Não foram oferecidas outras emendas ao Projeto.

Na CAE, o PLS tem como Relator o Senador Plínio Valério, do nosso amado Estado do Amazonas, que apresentou voto favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2 – CCJ (Substitutivo). Em 2 de abril de 2019, foi concedida vista coletiva do Projeto, nos termos do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal.

Análise.

Cabe à CAE se manifestar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de comissão, de acordo com o inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf). Como não se trata de análise em caráter terminativo, esta Comissão analisará o mérito do PLS nº 631, de 2015, cabendo à CMA a análise terminativa em relação aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

A CCJ já se posicionou pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS em questão na forma da Emenda nº 2 – CCJ. Em relação ao mérito, a comissão opinou pela inclusão da classe Cephalopoda, que possui grande número de espécies cujos indivíduos podem ser considerados sencientes, ou seja, seres com a capacidade de apresentar sensações e sentimentos de forma consciente. A CCJ também se manifestou favorável à inclusão da obrigação de prover assistência médico-veterinária quando necessária e de promover marcação individual dos espécimes, para melhorar a aplicação da Lei, bem como pela explicitação da vedação de maus-tratos em práticas culturais, recreativas e econômicas e ampliação do rol de condutas consideradas “maus-tratos”.

Entendemos que os ajustes apresentados pela CCJ ao Projeto, por meio da Emenda nº 2 – CCJ (Substitutivo), foram importantes, uma vez que sistematizaram, atualizaram e aprimoraram o debate a respeito das proposições existentes que visam a promover o bem-estar animal no País. Consideramos, contudo, oportuna a inserção de alguns ajustes complementares ao projeto, razão pela qual apresentamos o presente voto em separado, favorável ao PLS, na forma de emenda substitutiva.

Importante registrar, também, que o PLS não proporciona impacto financeiro, apresentando compatibilidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Novo Regime Fiscal (NRF) de que trata o art. 113





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal. Desse modo, conclui-se que o PLS apresenta adequação orçamentária e financeira, ao tempo em que seus dispositivos são coerentes com o objetivo de proporcionar a proteção à vida digna e ao bem-estar dos animais, por meio da atuação eficiente da tutela estatal.

Passamos ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2 – CCJ e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

Aqui, Sr. Presidente, eu quero aproveitar, para não fazer uma leitura muito extensa, e fazer um comparativo das operações que efetuamos, por exemplo, entre o substitutivo e o voto em separado.

Substitutivo da CCJ: "Art. 7º São vedadas quaisquer formas de maus-tratos e atos de crueldade contra os animais [...]."

Voto em separado, que não foi alterado: "§2º Não serão toleradas práticas de maus-tratos sob a justificativa de tradição cultural, recreação ou exploração econômica."

Aqui morreria a vaquejada e tudo, de pronto.

A nossa proposição é a mesma coisa:

Art. 7º São vedadas quaisquer formas de maus-tratos e atos de crueldade contra os animais, excetuadas as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro.

[...]

§2º Não serão consideradas práticas de maus-tratos aquelas relacionadas à tradição cultural, recreação ou exploração econômica.

Onde se proibia, autoriza-se com essas exceções, com base na Constituição brasileira.

Diz-se no Capítulo VI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que se fala sobre o abate de aves e de gado? São animais. Matar um animal não é crueldade? Eu entendo que a lei vira uma coisa que você... Como é que você vai abater gado ou frango? Se matar não é crueldade, não sei mais o que é crueldade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão aí... A Comissão de Assuntos Econômicos tem de tratar da questão econômica do País como um todo, do que isso representa.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – É da cadeia produtiva que nós estamos falando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tratamos do que representa esse tipo...

A gente aprova uma lei hoje, ela passa do jeito que está, e amanhã se questionará o abate de frango e de gado no Brasil. É simples!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Então, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, quando se trata do Estatuto dos Animais, pelo que eu saiba, a lei não está tirando tal animal do abate.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, a nossa proposição, Senador Fernando, está exatamente baseada no que diz o Capítulo VI, "Do Meio Ambiente", art. 225, inciso VII: "VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade".

Vamos ao §7º:

§7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do §1º deste artigo, não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o §1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Esse é o caso da vaquejada, que está aqui garantido.

Então, essa cadeia produtiva é importante.

Imagine este aspecto aqui: o fiscal do meio ambiente chega, primeiro, a uma tipificação, a critério da pessoa. Ele chega lá e diz: "Entendo isto aqui como maus-tratos." Emite uma multa insuportável, proíbe uma prática que gera milhões e milhões de empregos, desde a área da ração à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área daquele que faz os arreios, o manejo, o transporte, a criação. É uma cadeia de produção enorme que está presa à parte cultural. E não há esses maus-tratos no sentido de se sacrificar o animal. Aqui ninguém é bobo para não entender o que são os verdadeiros maus-tratos e o que é utilização.

Agora, veja: a coisa mais bizarra que eu acho, Senador Omar, é que, por exemplo, uma pessoa que se diz defensora dos animais – eu me esqueci do seu nome, não sei o quê Mel – e que esteve aqui um dia desses para tratar de um projeto ofendeu, dentro do Senado, inclusive, com palavras de baixo calão, a minha mãe. Estou entrando com um processo contra ela. Eu defendi o contrário, que, naquele momento, era a vaquejada. Eu acabei de ver uma entrevista dela. Olhe só: ela acabou de ser multada porque invadiu um criatório de animais, de cachorros; ela pegou uma multa de R\$60 mil. Vi, nesses dias, o representante do meio ambiente indo ao local onde ela mantém os animais; lá estão caracterizados os maus-tratos. Mas ela criou uma ONG. Ela recebe benefícios nessa ONG. Olhe algo importante: ela acabou de dar uma entrevista nesses dias, que estava até no vídeo, dizendo que não comia ovo de galinha porque era a menstruação da galinha. Olhe só o conhecimento científico dessa pessoa que vem aqui querendo fazer a defesa de animais!

Eu me lembro daquela frase antiga: "Deus veio ao mundo para salvar o homem; deu o capim para o animal, para sustentar o animal, e deu o animal para sustentar o homem." Agora, há gente querendo comer capim! Eu tenho pena das burrinhas, porque nisso há um verdadeiro mau trato.

Então, Sr. Presidente, as mudanças que nós fizemos foram exatamente nesse sentido.

Diz o art. 8º que são também considerados maus-tratos contra os animais as seguintes condutas – vejamos o que diz aqui o substitutivo: usar substâncias químicas ou objetos, ferramentas ou equipamentos para estímulo físico ou psicológico de animais explorados para a prática desportiva, laboral, recreativa, publicitária ou artística, incluindo apresentações e eventos similares, exceto quando estritamente necessário, indolor, para a sua locomoção normal ou em situação de emergência.

Imaginem, olhem só: usar substâncias químicas. No animal, tanto o da vaquejada, como o de corrida de cavalos, usa-se, por exemplo, o Pulmonil, que no animal amplia o pulmão, melhora a respiração. Esse é um produto químico que é naturalmente utilizado. Quem fizer isso já estaria cometendo maus-tratos. E, quanto às ferramentas, ao uso de ferramentas, então, não se poderia mais usar a brida, o loro ou a barrigueira num cavalo. Então, essa coisa deixa realmente uma margem muito grande para uma prática que é natural.

Como nós fizemos o substitutivo?

Art. 8º São também consideradas maus-tratos contra os animais as seguintes condutas: [...]





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – usar substâncias químicas ou objetos, ferramentas ou equipamentos para estímulo físico ou psicológico do animal explorado, exceto nas atividades relacionadas à tradição cultural, recreação ou exploração econômica [...].

Dessa forma, protege-se totalmente. Entendeu?

Então, essas foram as alterações substanciais que realmente fizemos.

Aí vem aqui o art. 32, que fala da prática do ato do abuso, de maus-tratos. A Lei 9.605 fala o seguinte:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos, domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

O substitutivo prevê que, para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais domésticos, domesticados ou silvestres, nativos ou exóticos, a pena é de reclusão, de um a dois anos, e multa. A pena é aumentada pela metade se ocorrer lesão grave permanente do animal. No art. 3º, é dito que a pena é aumentada em dobro caso ocorra a morte do animal.

Qual foi a nossa proposição? Para quem praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais domésticos, domesticados ou silvestres, nativos ou exóticos, a pena é de reclusão – mantivemos a reclusão –, de um ano a dois anos, ou multa.

Quanto ao ser humano, Senador Kajuru, se você abandona um menor de 0 a 12 anos, você recebe uma pena de reclusão de um mês a dois anos ou multa. Aqui é a pena e mais multa, ou seja, para quem pratica maus-tratos contra o animal, estão querendo botar uma pena maior do que para quem o faz contra o ser humano. Esse é um contrassenso, é um contrassenso! Então, a gente faz essa alteração.

No §2º, é dito que a pena é aumentada pela metade, caso ocorra a morte do animal, e que incorre na pena do *caput* o agente público... Aqui eu queria, Sr. Presidente, pedir a V. Exa. que apresentasse o vídeo. O que acontece hoje? Vocês sabem que as aves combatentes que entraram no Brasil, ao longo da vida, muita gente as utilizou em rinhas e em outras coisas, mas elas são precursoras das aves poedeiras, do Índio Gigante, que é o único no Brasil que chega – foi vendido por pouco mais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de R\$100 mil um animal desses – a pesar 4kg, 5kg, 6kg e serve também para formar os animais de abate. E se trata de um animal rústico na criação, que combate, inclusive, os predadores naturais. Então, é um animal que tem imensa utilidade na área. Entretanto, eles focam só o lado da espécie.

O que aconteceu? Como não há uma tipificação, Senador Kajuru e Senador Fernando, o agente chega ali, confunde um criatório com rinha e aí pratica isso tudo que nós queremos mostrar.

Eu gostaria que o Presidente autorizasse a exibição do vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não. Passe o vídeo aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Jânio Quadros acabou com isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Isso é importante, gente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Jânio Quadros acabou com isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Olhem o que eles fazem no criatório de forma bárbara! Olhem como eles matam, botam um cabo de vassoura e vão matando dentro do criatório. Eles tocam fogo! Olhem essa cena!

Gente, eu mostrei esse vídeo, porque o agente chega lá...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O mais engraçado é que, através de uma lei, querem mudar a natureza do animal. Eu queria ver como é que mudam a natureza de uma onça na Amazônia e de vários animais que existem no Brasil. Não é o ser humano que vai mudar a natureza do animal.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, veja: eles chegam ao criatório e executam os animais lá! Matam!

Fernando, você viu ali a criança? Ela chegou da aula... Nesse caso aí, o policial foi fazer uma busca e apreensão nessa casa, a mulher que eles foram buscar já não morava mais lá. Aí encontraram um criatório. O policial soltou os animais, e os animais se machucaram. Chamaram o Ibama. Prenderam o dono da casa? Ele não estava. Só estava lá a dona da casa. E a criança chegou. Estão ali desolados o pai e o filho, chorando pela criação.

Então, para acabar com esses abusos, a gente colocou aqui o seguinte, senhores:

"[...]"



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

§3º Incorre na pena do *caput* o agente público que, sem justificativa fundamentada e baseada em exame técnico:

- I – sacrifica animais apreendidos, com exceção daqueles que apresentarem doenças infectocontagiosas incuráveis que coloquem em risco a saúde humana e a de outros animais;
- II – deixa de soltar animais apreendidos em seu habitat natural ou de destiná-los a pessoas idôneas ou entidades de proteção ou de criação de animais devidamente legalizadas, que por eles queiram se responsabilizar."

Agora, olhem só... Cadê o manual do Moura? Alguém o pegou aqui? Pronto! Está aqui.

Eu queria apresentar para os Srs. Senadores que nós conseguimos um grande avanço. O Ministério da Agricultura, vendo essas barbaridades, fez um estudo profundo e baixou esta portaria, no dia 21 de dezembro de 2018, considerando que o criatório pode ter isto aqui. Esta é a regulamentação do que pode haver em um criatório de animais combatentes Índios Gigantes. O que estiver fora disso, aí, sim, pode-se prender e levar! Agora, o que estiver aqui dentro é o criatório. Então, está regulamentado agora. Está regulamentado! E é isso que a gente protege. Então, o agente não pode mais chegar lá e executar, ele tem que levar e ver se está de acordo. Então, é isso que a gente está prevendo dentro da legislação. Está certo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Quero discutir a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Há muitas simples, Sr. Presidente, muitas diárias, apreensão dos animais, produtos e subprodutos. Isso é o que a lei prevê. E o que nós alteramos? Na parte da multa, Sr. Presidente, há uma previsão... Eu queria ver aqui, já concluindo, só a parte da alteração. Prevê-se uma multa de R\$50 a R\$50 milhões. Olhe só: a multa prevista é de R\$50 a R\$50 milhões, mas fica a critério das autoridades essa multa. Então, o que nós amarramos aqui? Quando se tratar de animais que estão sendo maltratados, que a multa seja mantida de R\$50 a R\$50 milhões, mas que a multa não passe do valor de mercado de cada animal.

Então, Sr. Presidente, basicamente foram essas as nossas proposições de alterações, no sentido de preservar, de não maltratar, mas sobretudo de não impedir a cadeia produtiva e a natureza dos animais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Plínio é o Relator da matéria. Pergunto ao Relator se deseja fazer uso da palavra?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sim, Presidente. Eu vou só atender a um pedido da Senadora Kátia, mas na condição de Relator.

Na verdade, o Senador Telmário Mota está apresentando um substitutivo enorme. Muita coisa procede. Eu preciso reanalisar. Mas eu queria atender a um pedido da Senadora Kátia. Assim que ela se manifestar, eu pedirei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – A Senadora Kátia e o Senador Espiridião Amin...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mas, de antemão, já fiquem sabendo que eu vou pedir de volta. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.!

Senadora Kátia, por favor....

Depois, fala o Senador Espiridião.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero agradecer ao Senador Plínio Valério, Relator da matéria, e realmente concordar com ele a respeito de vista pela mudança que foi feita no substitutivo, mas eu gostaria de considerar mais um ponto que, para mim, é da maior importância, fora essa questão do esporte, da vaquejada, enfim. Eu quero falar do ponto de vista econômico.

No Brasil, nós abatemos, anualmente, 24 milhões de cabeças de bovinos, sendo que, desses 24 milhões, nós temos confinados 5 milhões de cabeças. E quero lembrar que 20% de toda a produção de bovinos neste País são para as exportações, que garantem a balança comercial. Então, os bons tratos com relação à pecuária, que aqui está claramente incluída, tanto no projeto de lei, quanto no relatório e no substitutivo... O autor é o Kajuru.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Marcelo Crivella é o autor do projeto.

Isso vai trazer um problema gravíssimo de segurança jurídica. Por exemplo, no art. 6º, é dito:

Art. 6º [...]

II – garantir espaço adequado e apropriado para a manifestação do comportamento natural, individual e coletivo, da espécie;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

III – assegurar a inexistência de circunstâncias capazes de causar ansiedade, medo, estresse ou angústia de maneira frequente, constante ou intensa;
[...].

Tudo bem, ninguém é a favor dessas causas, mas quem é que vai definir tudo isso? Eu, como psicóloga, digo que nós temos muita dificuldade de identificar estresse e ansiedade até no ser humano. Então, não são técnicos dos ministérios afins que vão poder entender e normatizar isso.

Outra questão, Sr. Presidente, é o art. 8º, um dos mais graves, inciso X: "forçar de qualquer maneira a alimentação do animal, exceto em benefício de sua própria saúde, ou ministrar-lhe alimentação inadequada ou com substâncias impróprias". Está no seu substitutivo. Quem lê acha que, na teoria, isso está corretíssimo. Mas, na prática, o que são substâncias impróprias? A ração dos bovinos é imprópria? O que significa imprópria?

E é dito no inciso XIII, olhem a gravidade: "confinar animal em recinto com indivíduo da mesma espécie ou de espécie distinta que lhe cause medo, perigo, agressão ou qualquer tipo de dano".

Sr. Presidente, ninguém quer causar isso em animal, não, mas essas coisas vão trazer uma insegurança jurídica para um dos setores mais importantes da pecuária brasileira.

E, para tranquilizar os colegas, eu lembro que, no Ministério da Agricultura, nós temos a Instrução Normativa nº 56, de 2008, que estabelece os procedimentos gerais de Recomendações de Boas Práticas de Bem-Estar para Animais de Produção e de Interesse Econômico, abrangendo os sistemas de produção e o transporte. Isso já está regulamentado em matéria infralegal.

Ainda temos a Instrução Normativa nº 3, de 2000, que trata, no seu art. 1º: "Aprovar o regulamento técnico de métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue". Não é o de frigorífico.

Então, nós temos uma regulação, sim, que é fiscalizada por mecanismos inclusive internacionais, porque eles fiscalizam o que nós próprios nos impomos, eles não exigem de nós o que nós não legislamos para nós próprios cumprirmos. Então, isso já é exigência nacional e internacional. Não pode estar incluído em criatórios de animais domésticos, por exemplo. Nós estamos falando de questão econômica grave para o País, o que não foi mencionado no relatório e no substitutivo. A autoria do projeto não extingue, não excetua os animais para fins comerciais.

Para encerrar, eu lembro que quase 100% de todos os animais para abate na Europa são confinados; nos Estados Unidos, mais da metade; nós ainda temos, de 24 milhões de bovinos, 5 milhões em confinamento. Qual é o resultado disso? Não é só a questão econômica no bolso do produtor e do consumidor. Isso significa menos metano emitido na atmosfera, porque o arroto e o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

outro vento que o boi solta, segundo os técnicos – e é verdade –, é metano. É flatulência. Feijoadada feita com feijão sem ficar de molho também dá flatulência. Nós queremos diminuir a emissão de metano, e a única forma de fazê-lo é não demorar mais quatro ou cinco anos para engordar um boi, mas engordar um boi em 18 meses ou em 24 meses. Sem o confinamento, isso é impossível. Então, a gente tem que escolher o que quer, o que a gente vai dizer para a maior atividade agropecuária deste País, que é a pecuária de corte.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quero só falar uma coisa, Senadora Kátia, a V. Exa., que trabalha nessa área e conhece bem o setor. Nos países muçulmanos, há toda uma regra para o abate do frango e do gado, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim, o deles é por um motivo diferente, é um motivo religioso. Devem estar virados para Meca os abates, tem-se que tirar o sangue e virar de cabeça para baixo. E todos os frigoríficos, a maioria deles, que exportam para os países árabes já se submeteram a essas medidas, pois se submetem ou não vendem. Então, são regulamentos exigidos por eles, pelo comprador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela crença deles, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu acho que este debate é muito oportuno até pelas circunstâncias políticas que nós estamos vivendo.

O que a Senadora Kátia Abreu ressaltou é exatamente a vontade do freguês. "Brimo", você sabe o que é isso! Freguês sempre tem razão, principalmente quando ele vai pagar à vista. Então, o Halal, que é o método vinculado ao Islã, é um método "piedoso", entre aspas. Você pode matar fazendo a vítima sofrer e pode fazer a morte mais misericordiosa, o que faz parte da nossa civilização.

Então, eu creio que essa legislação é importante; ela vai se tornando complexa, na medida em que é ampliada. Mas eu não posso deixar de me dirigir especialmente ao Senador Telmário. Fui animado pela chegada do Luis Carlos Heinze.

Eu vou oferecer a ele um poema, uma *payada* fantástica, mas só vou entregar três estrofes. É uma *payada* de Jayme Caetano Braun, meu ex-amigo, o mais talentoso *payador* do sul da América. Vou fazê-lo respeitando o preceito de Jânio Quadros, que proibiu a briga de galo. Vamos respeitar! Isso está encerrado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Valente galo de rinha,
guasca vestido de penas!
Quando arrastas as chilenas
No tambor de um rinhedeiro,
No teu ímpeto guerreiro
Vejo um gaúcho avançando
Ensanguentado, peleando,
No calor do entreveiro!

Pois assim como tu lutas
Frente a frente, peito nu.
Lutou também o xirú
Na conquista deste chão...
E como tu sem paixão
Em silêncio ferro a ferro,
Caía sem dar um berro
De lança firme na mão!

Evoco [...]

E aí segue. Mas para o final é que eu quero pedir a sua atenção, porque eu declamei isso quando a Globo me pediu para comentar, Fernando Bezerra, a morte do Brizola. Eu estava recebendo os meus alunos, e me perguntaram: "Morreu o Brizola. O que o senhor tem a declarar?" Eu estava inspirado. Era um churrasco. Declamei a última estrofe, e a Globo a publicou toda:

Porque na rinha da vida
Já me bastava um empate!
Pois cheguei no arremate
Batido, sem bico e torto...
E só me resta o conforto
Como a ti, galo de rinha,
Que se alguém dobrar-me a espinha
Há de ser depois de morto!

Parabéns ao Telmário!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirar de pauta o projeto e vou retorná-lo ao Relator. Acho que nós temos que ter aqui o consenso da economia, baseado num estatuto realmente praticável que não afete a economia do Brasil, que já anda cambaleante. Se a gente fizer isso, causaremos um prejuízo econômico ao Brasil muito grande, sem retorno.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou retirar o projeto...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só complementar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... no sentido de que se preservem as questões religiosas, porque o Supremo disse que é constitucional o sacrifício em atos religiosos. Isso é constitucional, definido pelo Supremo. A lei é ordinária. Então, é preciso que isso seja também trazido para o texto do Relator.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, para complementar, Senador Rogério, a emenda que eu entreguei agora ao Senador Plínio exclui desse projeto de lei não só os humanos, como já veio de forma original, mas também os animais para atividade comercial, porque nós podemos pegar todas as resoluções do mapa e transformá-las em lei depois. Então, isso já está contemplado, tirando até a questão do Abate Halal, que é dos países árabes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou retirá-lo de pauta para o reexame do Relator Plínio.

Se a Senadora Kátia e o Senador Telmário puderem contribuir com o Senador Plínio, eu acho que isso será importante.

A Senadora Rose de Freitas vai ler o relatório do item 1.

O Senador Styvenson está aí? *(Pausa.)*

O Senador Styvenson era o Relator do quarto projeto. Estava aqui o Presidente da Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul. Havia urgência nesse projeto, porque ele beneficia essas entidades filantrópicas que atuam Brasil afora. Esse é um projeto da Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul. Ele estava aqui. Mas o Senador Styvenson...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele deixou o cartão comigo, Presidente. Eu não consegui localizá-lo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vai ler o projeto ou vai retirá-lo de pauta, Senador Styvenson?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Está chegando aqui o Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Rose, por favor!

V. Exa. vai retirá-lo? (*Pausa.*)

Eu quero aqui dizer que a Federação das APAEs do Estado do Rio Grande do Sul deixou um cartão aqui com a gente. Ele está aqui presente. Os jovens das APAEs estão aí. Por isso, eu ia inverter a pauta. Mas há uma divergência.

Senador Styvenson, qual é a sua posição?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, vou pedir para suspender essa pauta para a semana que vem. Vou ter uma discussão agora com as duas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Parece que, na semana que vem, será feriado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, fica para a próxima sessão, na sequência, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.! Vou retirá-lo de pauta, Senador Styvenson. O senhor marca aqui. Está bom?

É o seguinte o item retirado de pauta.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, DE 2018****- Terminativo -**

Dispõe sobre a forma de arrecadação de recurso de entidade beneficente de assistência social por meio de título de capitalização.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Styvenson Valentim





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senadora Rose...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Rose, só um minutinho!

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2015

- Não terminativo -

Aumenta o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte e, em decisão terminativa, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, bom dia!

Bom dia a todos!

Vou responder rapidamente a pergunta: "De onde tira?". Essa é a paranoia fundamental deste Congresso Nacional.

O Senador Romário propõe aumentar o percentual de recursos destinados ao paradesporto e a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência.

Pergunto se eu poderia ler os pontos fundamentais, ir para a análise e para o substitutivo, que é longo. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele coloca a exame esta proposição de que eu falei, que altera e dá nova redação ao §1º e ao inciso I do §2º do art. 56 da Lei nº 9.615, de 1998.

Ele conclui, na sua justificativa, que as dificuldades enfrentadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro são imensas na obtenção daquilo que é fundamental para o exercício dessa prática e para a inclusão dos deficientes, que é a obtenção de patrocínios, de doações e de incentivos dos esportes paralímpicos.

Ele destacou ainda que o paradesporto é uma das formas mais relevantes de reinserção da pessoa com deficiência no mundo contemporâneo e que sua importância pode ser medida pela crescente evolução dos esportes paralímpicos e pela posição de destaque que os para-atletas brasileiros alcançaram nos últimos Jogos Paralímpicos, obtendo recordes impressionantes. O País se firmou entre as dez nações mais fortes no paradesporto mundial, o que significa que temos que ter uma política que sustente isso – não é na nuvem.

No entanto, a proposta original ficou defasada em decorrência de alterações posteriores na legislação pertinente. Primeiro, houve a Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que dispõe sobre a inclusão da pessoa com deficiência. A nova redação do inciso VI do art. 56 da Lei 9.615, de 1998, modificou os percentuais devidos ao COB e ao CPB, favorecendo-se o último em detrimento do primeiro.

Então, ele faz a seguinte colocação. Eu vou ler o projeto substitutivo: "[...] §8º Dos totais dos recursos correspondentes ao COB, ao CPB e à CBC, pelo menos 15% (quinze por cento) [dos 100%] serão destinados ao desporto escolar, em especial a programas de incentivo à inclusão desportiva de estudantes portadores de deficiência, em programação definida conjuntamente com a CBDE."

É essa a proposta que faço sucintamente, dizendo que nós temos a lei que fala dos percentuais, que coloca 85% para o Comitê Olímpico e que exatamente nomeia 15% destinados a essa prática de amparo para o desporto das pessoas com deficiência.

Eu quero ressaltar, no entanto, que esses programas de incentivo não podem ser sofisma. Constantemente, nós estamos aprovando leis dessa natureza, mas sem o amparo que V. Exa. sempre suscita com muita propriedade. V. Exa. exatamente mostra que isso tem que vir de algum lugar. Se há 100% de um recurso, que se destine um percentual para incentivo e implantação da política de inclusão para o desporto!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sobre o percentual perguntado aqui pelo Senador Fernando Bezerra, eleva-se o percentual de quase 10% para 15%, o que eu considero razoável como forma de incentivo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto. Esse é o apoio que peço aos Senadores, para que a proposta do Senador Romário, que travou essa luta no Brasil inteiro, seja concretizada e afirmada neste relatório que agora apresento aos senhores e às senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu agradeço em nome do Senador Romário e de todo o movimento organizacional. Ouviu, Jaburu?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Vai, Jaburu! *(Risos.)*

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Ele vai me matar!

Kajuru!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O relatório foi aprovado nos termos da Emenda nº 1, da CAE.

Senador Kajuru...

Quem falou Jaburu aqui? *(Risos.)*

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu! Peço perdão! Perdão!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sobre esse item 3 da pauta, eu queria fazer um apelo ao Senador Kajuru.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, essa matéria está incluída na proposta da reforma da previdência, e não só para os Parlamentares, mas para os magistrados, para os promotores, para os auditores. Senão, vai terminar acontecendo o que ocorreu com o foro privilegiado. A gente votou no Senado e só acabou com o foro privilegiado dos políticos; agora, o dos juízes, dos promotores, dos auditores, dos embaixadores continua aí. Há 40 mil pessoas ainda com foro privilegiado!

Então, eu acho que esse é o tipo da matéria em relação à qual nós deveríamos aguardar a votação da reforma da previdência. Avançar com essa matéria isolada, só para tratar da questão do Congressista, não me parece adequado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, eu concordaria com V. Exa. se o Ministro Paulo Guedes não tivesse falado o que falou, o que a Senadora Kátia retrucou. E depois saiu tudo distorcido. Correto?

Veja bem, vamos fazer a nossa parte. A parte dos outros, nós vamos fazer depois. Caso a gente não consiga aprovar – e espero que aprovem a reforma da previdência –, é lógico que também nós vamos...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Meu voto é favorável. Eu voto a favor, só acho que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu voto também é favorável, até porque o que passa para a sociedade neste momento, e a gente tem de acabar com essa onda, é como se nós fôssemos nos aposentar com um salário acima...

Então, nós estamos fazendo isso hoje antecipando-nos à reforma da previdência, porque nós já estamos estabelecendo o nosso teto. Por isso, eu não vou concordar com V. Exa., e são poucas as vezes em que não concordo com V. Exa. Agora, acho que o senhor tem razão: nós aprovamos certas situações que só ficam aqui e, para os outros Poderes, não se estendem.

Mas há o compromisso desta Casa. Vamos fazer o nosso papel, porque aí ninguém mais vai colocar no Twitter que nós somos privilegiados e não sei mais o quê. Nós estamos fazendo a nossa parte. Então, nós vamos ter muita autonomia para votar a reforma da previdência. Já estamos nos antecipando. Quando isso chegar aqui, nós já devemos ter votado em plenário essa questão. É isso que estou colocando para V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, ainda vai à CCJ essa matéria, mas eu estou dizendo que, até lá, eu espero que a gente já tenha votado. É essa a discordância somente do Senador Fernando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Kajuru, vamos ao item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 898, DE 2019

- Não terminativo -

Extingue o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, determinando a aplicação do regime geral de previdência social aos Congressistas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de sua autoria.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para proferir relatório.) – Presidente Omar Aziz, senhoras e senhores, Brasil, Pátria amada, antes de começar o meu relatório, lembro rapidamente, e ressalto, que está em tramitação aqui nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2018, de autoria do Senador Reguffe, do Distrito Federal, que também versa sobre o mesmo assunto.

Passemos ao meu relatório.

Trata-se do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei nº 898, de 2019, do qualificadíssimo Senador Randolfe Rodrigues, que extingue o Plano de Seguridade Social dos Congressistas, determinando a aplicação do Regime Geral de Previdência Social aos Congressistas.

Relator: Senador Jorge Kajuru.

Relatório.

Trata-se do Projeto de Lei nº 898, de 2019, de lavra do Senador Randolfe.

O projeto extingue o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC). A proposta possui apenas três artigos. O primeiro estabelece que os Senadores e Deputados Federais se sujeitam às regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), operado pelo INSS. O segundo revoga artigos da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997, extinguindo o Plano de Seguridade Social dos Congressistas (PSSC). O terceiro traz a cláusula de vigência, que prevê a aplicação imediata da lei na data de sua publicação.

O PL foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); e de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Preliminarmente, e bem preliminarmente, conforme o art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta CAE opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida (inciso I), bem como sobre os problemas econômicos do País (inciso III) e sobre finanças públicas (inciso IV).

No que tange à juridicidade, constitucionalidade e boa técnica legislativa, não encontramos óbice à proposta. No mérito, somos favoráveis e propomos aprimoramentos ao PL.

O PSSC, extinto no projeto em tela, exige para aposentadoria idade mínima de 60 anos (homem ou mulher) e 35 anos de contribuição (homem ou mulher). O valor da aposentadoria é proporcional ao tempo como Parlamentar e só será igual ao subsídio dos Parlamentares se houver 35 anos de mandato.

Portanto, as regras mais vantajosas de aposentadoria são as do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC). A idade mínima era de somente 50 anos sendo possível receber um benefício de 26% do subsídio do Parlamentar com apenas 8 anos de mandato (e 100% com 30 anos).

O IPC foi extinto no Governo Fernando Henrique Cardoso pela Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997. Contudo, não apenas os benefícios já concedidos foram mantidos (direito adquirido), como os segurados na época da extinção puderam sob determinadas condições se aposentar pelas regras do IPC ou migrar para o PSSC de forma vantajosa.

Avaliamos que o Projeto de Lei vai ao sentido da proposta de reforma da previdência, como observou bem o Líder do Governo Bolsonaro, o respeitado Senador Fernando, ao provocar acelerada convergência de regras entre os diferentes regimes. Na proposta de reforma, somente novos Parlamentares teriam aplicadas as regras do Regime Geral, enquanto os demais teriam transição.

Contudo, o projeto não delibera sobre os altos valores recebidos por beneficiários do IPC, que por vácuo legislativo podem receber valores muito acima, Senador Amin, do teto constitucional.

Sobre o IPC.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em que pesem os benefícios amplamente subsidiados pelo contribuinte e a insuficiência de contrapartida contributiva por parte de seus beneficiários, aposentados pelo IPC podem receber mais do que o teto remuneratório constitucional. Isso porque o Tribunal de Contas da União (TCU) possui heterodoxo entendimento de que a aposentadoria do IPC pode ser acumulada com outras rendas do setor público. A aposentadoria do IPC teria natureza privada, como a de um fundo de pensão – igualzinho à de um fundo de pensão –, ainda que o IPC seja custeado por recursos públicos.

Esse é um dos motivos pelo qual a aposentadoria do IPC é mais vantajosa do que a do PSSC.

Entre os casos emblemáticos – apresento ao País e aos nobres colegas – está, por exemplo, o do ex-Ministro Geddel Vieira Lima. Segundo o noticiário, em 2016 ele recebia R\$51.288,25, muito acima do então teto remuneratório de R\$33,7 mil. Isso porque os cerca de R\$20 mil de aposentadoria do IPC são considerados pelo entendimento do TCU uma verba privada e puderam ser acumulados com o salário de Ministro.

Frise-se que aposentadorias dos regimes próprios dos servidores ou do PSSC não poderiam ser acumuladas acima do teto. Contudo, o entendimento do Tribunal de Contas da União permite este acúmulo no caso do IPC, em que pese estes benefícios terem exigido muito menos contrapartida contributiva do que o exigido nos demais regimes ou planos. Por exemplo, a aposentadoria do ex-Ministro Geddel foi concedida aos 51 anos de idade.

O TCU, no Acórdão nº 3.632, de 2013, equipara o IPC a um plano privado de entidade fechada (como Petros da Petrobras, Previ do Banco do Brasil, ou Funcef da Caixa Econômica Federal). Assim, segundo as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nºs 13 e 14, de 2016, não haveria incidência do teto remuneratório. Diz o acórdão do TCU:

Os benefícios oriundos do extinto IPC estão excluídos da incidência do teto remuneratório constitucional de que trata o art. 37, inciso IX, da Carta Constitucional, em razão do disposto no art. 8º, inciso III, alínea 'b', da Resolução 13 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como no art. 4º, inciso II, alínea 'b', da Resolução 14, também daquele Conselho. (...) Nesse passo, considerando as normas mencionadas, os benefícios oriundos do extinto IPC estão excluídos da incidência do teto remuneratório constitucional de que trata o art. 37, inciso XI, da Carta Constitucional.

É extremamente controverso – e peço a atenção dos senhores e das senhoras – tal entendimento: como poderia, Pátria amada, um plano de previdência basicamente custeado pela União se equiparar a um plano de previdência privada? Humildemente, pergunto aqui.

Não à toa, editoriais de jornais manifestaram indignação com a decisão à época, já que ela beneficiava precisamente Ministros daquela corte de contas que são ex-Parlamentares aposentados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo IPC. Assim, podem acumular as aposentadorias do IPC com os subsídios de Ministros do Tribunal de Contas da União.

Modificações.

O projeto de lei em análise deve prever que os recebimentos do IPC não se equiparam a planos de entidades fechadas de previdência complementar e devem se sujeitar ao teto remuneratório da Constituição.

É um evidente absurdo que permite que poderosos, muitos em atividade, recebam do Estado rendas de R\$50 mil, R\$60 mil, ao arrepio da Constituição. Por isso, propomos aqui expandir o alcance do projeto para além do PSSC, alcançando também o IPC, e derrubando o inconstitucional entendimento corporativista do Tribunal de Contas da União.

Outra possibilidade de aprimoramento do projeto em tela, consoante com seus objetivos, é a manutenção da previsão de que aposentados e pensionistas do PSSC devem pagar contribuição previdenciária sobre valores que excedem o teto do INSS. Esta previsão já existe hoje, sendo simétrica ao que ocorre com os servidores públicos.

Todavia, o PL em tela, ao revogar amplo conjunto de dispositivos do PSSC, revoga também esta possibilidade.

Um terceiro aprimoramento no projeto de lei se daria pela instituição da previsão de que não haverá restituição de contribuições feitas ao PSSC. Isso porque, à medida que a proposta coloca todos os segurados do PSSC no Regime Geral de Previdência Social, estaria sujeitando-os também ao teto de benefícios daquele regime.

Este teto, de cerca de R\$5,8 mil, é sobremaneira menor do que o teto de salário de contribuição do PSSC (o subsídio dos Parlamentares). Por isso, sendo aprovado o PL com sua redação atual, haveria margem para questionamentos administrativos e judiciais pedindo a devolução de recursos referentes a contribuições feitas acima do teto de contribuição e de benefícios do Regime Geral. Uma eventual devolução poderia onerar os orçamentos das Casas do Congresso Nacional.

Ademais, o projeto ora analisado se aplica somente a Parlamentares federais. Contudo, a Procuradoria-Geral da República (PGR) tem se manifestado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra normas estaduais que criam planos próprios de previdência para Deputados Estaduais.

Por exemplo, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.302, argumentou o parecer da Procuradoria-Geral da República, Presidente Omar:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

[...] o art. 40, §13, da CR, com a redação da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, determina que todos os ocupantes de cargos temporários são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

(...)

O art. 201, §1º, da CR, na redação da Emenda Constitucional 20/1998 veda [...] adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência.

A PGR entende que estes benefícios não apenas ofendem disposições da Constituição quanto à Previdência Social, como – aspas – "afrontam os princípios republicanos, da igualdade, da moralidade, da razoabilidade e da impessoalidade".

Além destas, diversos Estados possuem "aposentadorias", entre aspas, para ex-Governadores – caso do meu Estado. A concessão destes benefícios vitalícios, com baixíssima contrapartida contributiva, tem atributos de sinecura, prebenda, e não de aposentadorias, senhoras e senhores. Não enxergamos nenhum óbice para lei federal extinguir também estes planos e sujeitar seus, entre aspas, "segurados" ao Regime Geral.

Por fim, esclarecemos que a regulamentação do proposto pelo Projeto de Lei nº 898, de 2019, será feita pelo INSS. É apenas natural que o órgão que fará a gestão dos benefícios trate de sua regulamentação. Fecha-se, assim, uma lacuna que poderia, conforme a redação original, ser explorada por corporações a fim de atenuar o alcance do projeto.

Não é possível exigir da sociedade o sacrifício de uma reforma da previdência sem que ela tenha certeza de que seus representantes não possuem privilégios.

Não é possível exigir da sociedade o sacrifício de uma reforma da previdência sem que ela tenha certeza de que seus representantes não possuem privilégios.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, o voto é rigorosamente pela aprovação do Projeto de Lei nº 898, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE

(ao PL nº 898, de 2019)

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei (PL) nº 898, de 2019:

"Art. 2º....."





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§1º Os beneficiários das aposentadorias e pensões já concedidas pelo Plano de Seguridade Social dos Congressistas ou antecedente contribuirão sobre o valor das mesmas que exceda o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social de que trata a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, com aplicação da mesma alíquota exigida dos servidores públicos civis federais.

§2º Não haverá devolução de contribuições feitas ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas.

§3º Os benefícios oriundos do Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, de que trata a Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 2017, não se equiparam a benefícios de plano privado de entidade de previdência complementar fechada e não serão excluídos da incidência do teto remuneratório constitucional de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição.

§4º O disposto nesta Lei se aplica a planos ou regimes de seguridade ou previdência destinados a parlamentares ou chefes do Poder Executivo dos entes subnacionais.

§5º Caberá ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a regulamentação do disposto nesta Lei, em no máximo 30 dias após o início de sua vigência."

Muito me honrou, concludo, muito mesmo me honrou relatar e sugerir aperfeiçoamentos no projeto apresentado de forma insofismável pelo Senador Randolfe Rodrigues, cujo propósito é sujeitar os Senadores e os Deputados Federais ao mesmo regime de previdência a que estão sujeitos todos os trabalhadores da iniciativa privada no Brasil, o RGPS. Trata-se de reparação tardia de um erro inaceitável perante o ordenamento constitucional republicano vigente e perante a opinião pública brasileira.

Como afirmar, Pátria amada, que os princípios da igualdade, da moralidade, da impessoalidade e da razoabilidade devem ser respeitados por um cidadão que é obrigado a sujeitar-se ao limite de R\$5,8 mil para a sua aposentadoria pública, quando ao Deputado e ao Senador, Senador Amin e Senador Rogério, é permitido receber R\$30 mil, R\$40 mil, R\$50 mil, acumulando benefícios que jamais poderão ser conquistados pela quase totalidade da população trabalhadora deste País? Não será a primeira vez e certamente não será a última que externarei perante a Nação meu posicionamento – que, sei, é o da maioria desta Casa – contra a cultura segregadora que fincou raízes em nossa sociedade, desde os malfadados tempos da escravidão aos dias atuais.

Fecho. Os ranços de uma espécie de cultura escravocrata construíram um fosso de desigualdades abismais que faz de nossa Nação uma das mais desiguais do mundo – uma das mais desiguais do mundo, Senador Fernando! Não é possível sonhar com a paz social, e ao mesmo tempo se torna fácil compreender a origem da violência em nosso cotidiano quando constatamos que, no ano de 2017, os seis homens mais ricos do País detinham mais riqueza do que as cem milhões de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peças mais pobres de nosso querido e tão castigado País. Fim. Quando essas diferenças se incorporam à paisagem social cotidiana de forma naturalizada e deixam de escandalizar tanto o homem do povo, como seus representantes políticos, contaminam as instituições de nossa República e solapam a credibilidade da democracia.

Quero, então, pedir a reflexão, a brasilidade – e eu sei que terei aqui a brasilidade – das senhoras e dos senhores e chamar atenção para os parâmetros gerais que regem a composição dos Parlamentos e as condições de trabalho e de vida dos Parlamentares em várias democracias amadurecidas em países desenvolvidos. Em muitos deles, o salário de Parlamentar federal é o mesmo de um trabalhador especializado; as condições de trabalho são dignas, mas sem excessos ou privilégios em especial; o número de mulheres e de representantes das camadas populares é muito mais expressivo e se aproxima das proporções existentes na composição demográfica do povo.

Estamos longe disso, infelizmente é evidente, mas eu relatei pela aprovação com aprimoramentos o projeto apresentado pelo Senador Randolfe e conclamo os membros desta Comissão a aprová-lo, Senador Esperidião Amin, Presidente Omar, como uma sinalização – e sei que V. Exa. tem essa preocupação – uma sinalização de que estamos aqui buscando entrar em sintonia com as mais profundas aspirações do Brasil e de sua Nação. É um desejo que pulsa nas ruas, nas favelas, nos metrô, nas escolas, nas oficinas, onde haja um filho de nossa gente com a face marcada pelas injustiças, pelas desigualdades que fazem da vida da maioria um pesar laborioso e constante, com infortúnios sempre à espreita, prontos para destroçar suas vidas na próxima esquina.

Desculpe-me pela emoção, Presidente.

Esse foi o meu relatório, com a digníssima aprovação de minha parte, e espero o mesmo desta Casa e desta Comissão tão bem presidida por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Kajuru.

Nós temos inscritos aqui o Senador Oriovisto, o Senador Amin e a Senadora Kátia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, a minha é para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para questão de ordem.) – Por quê? Porque me foi distribuído o Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2018 – de 2018 –, do Senador Reguffe, que, abreviando a ementa, determina a proibição de aposentadoria especial para Parlamentares de todas as esferas e dispõe sobre o enquadramento obrigatório de todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares brasileiros, de todas as esferas de governo, como integrantes do Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social.

Por que é uma questão de ordem? É um projeto anterior ao projeto apresentado, em 2019, pelo Senador Randolfe. Na versão original – o Senador Kajuru apresentou um substitutivo que expande o objeto –, ele tem o mesmo viés e foi distribuído para este Senador. Eu não fiz o meu parecer; isso foi distribuído dia 28 de março.

Eu vou requerer à Mesa – não posso requerer aqui – o apensamento. E, pelo Regimento, este tem que ser apensado... Aliás, aquele tem que ser apensado a este, salvo melhor juízo, pois o que o Senador Kajuru leu é de 2019, e este aqui é de 2018, matéria convergente. Então, a minha questão de ordem...

Eu quero dizer o seguinte. Minha sugestão à Mesa e a V. Exa. é que aquele projeto seja apensado a este, e o Senador Kajuru seja designado Relator do 463, de 2018, do Senador Reguffe, apensado-se a este, que é anterior, o projeto do Senador Randolfe Rodrigues, salvo se houver um encaminhamento que regimentalmente eu não conheça. O que conheço é: em matérias congêneres...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, faz-se o apensamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o mais novo é apensado ao mais antigo.

Estou declarando isso e vou fazer o requerimento à Mesa, mas já propondo a V. Exa. que o Senador Kajuru seja o Relator do texto resultante do apensamento que eu vou solicitar.

Então, eu peço vista para que esse requerimento possa ser apresentado ainda hoje à Mesa Diretora do Senado. Aliás, já pedi para elaborar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir também aqui à administração... É que há vários projetos, e os Senadores, lógico, ninguém sabe... O Senador entra com um projeto. Ele não sabe se já tem ou não tem; não é obrigação do Senador saber. Mas que a gente pudesse dar uma analisada em coisas parecidas aqui, para a gente discutir com os dois autores dos projetos, para que a gente possa entrar num... E não acontecer esse tipo de problema que está ocorrendo aqui.

Eu também repassei esse projeto do Senador Randolfe... Que dia eu o repassei para o senhor, Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Na semana retrasada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na semana retrasada, ou seja, após ele ter passado para o senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Foi no dia 28 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, o dele foi na semana retrasada. Deve ter sido na mesma época.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Na semana passada, já era abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Veja bem: terça-feira da semana passada era o dia 2 de abril. Portanto, dia 1º de abril foi domingo, aliás segunda-feira. Então, eu não elaborei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tinha 200... Há mais agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não estou questionando V. Exa., mas acho que a Secretaria da Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que olhar isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... poderia fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá para eu ficar olhando isso. Eles têm que olhar isso.

Mas eu já distribuí para os Senadores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas ficou claro, Presidente, que a matéria é convergente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já as distribuí. E não estou olhando para quem eu as distribuí, pessoal. Estou distribuindo as matérias. Os mais de 300 projetos estavam aqui na CAE, nós os estamos repassando aos Senadores; todo mundo deve estar recebendo no seu gabinete. E não devem receber matérias só desta Comissão, mas de outras comissões também.

Senador Kajuru, que é o Relator, o que diz V. Exa.?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi distribuído para mim, Presidente, rigorosamente no dia 14 de março.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes do dele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi no dia 14 de março.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em 14 de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou falando sobre a data do projeto, não sobre a data...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E já está pedindo vista do projeto.

Senador Oriovisto, por favor...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu só gostaria de saber se foi atendido, então, o que o Senador Amim pediu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O pedido de vista, sim, e para apensar...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Então, eu abro mão da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da mesma forma, Sr. Presidente, eu declino da palavra, para debater a matéria quando nós abrirmos a discussão a partir da resposta de S. Exa. o Sr. Relator, o Senador Kajuru, ao pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Fernando Bezerra tinha levantado que isso está na reforma da previdência. Eu disse que uma coisa não invalida a outra. Acho que nós temos que tomar a nossa decisão aqui, até porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso! Permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... hoje existe uma cobrança muito grande nas redes sociais, porque parece que nós vamos ter uma aposentadoria diferenciada. Nós estamos mostrando claramente que não a teremos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me, Senador Omar, já que V. Exa. traz a informação do Líder do Governo, fazer só uma rápida observação. Na proposta da reforma da previdência do Presidente Bolsonaro e do Ministro Paulo Guedes, essa mudança ocorre para os futuros Parlamentares. Tanto o meu projeto quanto o projeto de autoria do Senador Reguffe – de que S. Exa. o Senador Esperidião Amin pede o apensamento – solicitam...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já é para esta Legislatura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que isso valha a partir de agora, ou seja, nós estamos indo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Torna cabível a apreciação, no meu entendimento. Não vejo finalidade em termos uma apreciação agora, para depois termos outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós estamos indo além da reforma da previdência. Estamos destacando isso para agora.

Permita-me, já tocando no assunto, dizer que não considero adequado nós modificarmos ou sequer debatermos o instituto de previdência de 80% dos trabalhadores brasileiros, no caso de alguns...

Eu não considero adequado nós modificarmos a previdência de 80% dos trabalhadores brasileiros, sendo que dentre as reformas propostas pelo Governo, na prática, há a extinção, por exemplo, do BPC, porque na prática é estendê-lo para 70 anos, e mantermos aqui um instituto de previdência que é amplamente favorável para nós. É por isso que tanto a nossa proposta quanto a do Senador Reguffe fazem a extinção do nosso sistema previdenciário e nos inclui no INSS já a partir de agora.

Então, é só para deixar clara a nossa diferença; a diferença da reforma previdenciária proposta pelo Governo. A proposta previdenciária do Governo, por exemplo, acaba, Senador Kajuru, com o BPC. Acaba, não é? Porque colocar BPC para 70 anos é acabar. A expectativa de vida de quem recebe BPC nem chega a tanto. Acaba com o BPC, mas mantém o atual instituto dos Congressistas – atualmente; só modifica para o futuro.

A proposta do Governo está vantajosa para políticos detentores de mandato e está desvantajosa para os mais pobres. Acho que nós podemos nos antecipar ao Governo. É essa a ideia da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

proposta que apresentamos e – comungo com o Senador Esperidião Amin – é também o sentido da proposta do Senador Reguffe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, a ideia é modificar o nosso instituto já agora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Randolfe, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin e Senador Kajuru.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para pedir desculpas. Eu não o tinha ouvido mencionar, ou seja, o próprio Senador Kajuru sabia da existência de um projeto anterior. Eu vou deixar expresso que quero que ele seja o Relator, ou sugiro que seja o Relator dos dois, devidamente apensados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você tem todo direito de querer mesmo. *(Risos.)*

Deixa-me só...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho impulsos. Tenho impulsos, mas racionalizo, o que transforma o querer em pedir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Amin é um velho amigo, e a gente tem uma relação muito respeitosa.

Eu quero aqui dizer que não entendo político como profissão. Não entendo. Profissão é aquela que você escolhe para exercer. Nós temos um mandato. A gente não pode confundir profissão com mandato. Não existe classe política, é uma categoria. As classes trabalhadoras são outras. Essas é que nós estamos discutindo na previdência, essas que podem ser afetadas.

Então, aqui a grande maioria dos Senadores e Deputados têm profissão ou têm outro tipo de atividade. É dessa atividade que essas pessoas vivem. Então, nós não podemos aqui achar que temos o direito desses privilégios todos. Por isso, se o cara é juiz, ele tem como profissão juiz; se ele é desembargador, ele tem como profissão desembargador; se ele é professor, ele tem como profissão professor. Político não é profissão. Não pode ser tratado como profissão e não pode ter um tratamento diferenciado.

Foi nesse sentido que eu coloquei para o Senador Fernando Bezerra – e concordei com o relatório do Senador Kajuru – que acho que será um debate importante para mostrarmos à sociedade



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que nós estamos nos antecipando e colocando claramente: não existe profissão político. Não existe. Cada um tem sua formação, ou não tem sua formação, mas tinha um afazer antes de entrar na política.

O Kajuru é jornalista.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Só há 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que você tem mais de jornalismo, você nasceu jornalista, porque você é muito bom, é enfático naquilo que você faz.

A gente tem uma vocação para ser político. E aí não podemos confundir a profissão com a atividade parlamentar que nós temos.

Por isso, há o pedido de vista. A gente vai fazer o apensamento e repassar para o Senador Kajuru.

Nós temos aqui um requerimento para uma pauta conjunta para o dia 24, entre esta Comissão e a Comissão de Assuntos Sociais.

EXTRAPAUTA**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 29, DE 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a apreciação conjunta pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais do PLC 37/2013, que “altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas”.

Autoria: Senador Omar Aziz

Foi uma solicitação da CAS para a gente tratar isso conjuntamente. E eu estou colocando esse requerimento, porque é urgente isso. Nós temos que ter... Eu estou vendo aí dividirem a cessão



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

onerosa. Agora, a cessão onerosa é uma coisa que nós vamos discutir aqui na CAE. E eu vou pedir aos Senadores: nós temos que definir em que os Governadores e Prefeitos vão gastar esse dinheiro. Nós não podemos entregar esse dinheiro como entregamos na repatriação, cheque em branco para o cara usar na reeleição, para a pessoa fazer política ou para pagar custeio e não fazer o programa. Hoje se nós dotarmos as Prefeituras de CAPs, psicólogos, assistentes sociais, nós iremos fazer o trabalho preventivo.

Só para você ter uma ideia – V. Exa. foi Governador, como eu fui Governador, o Tasso aqui e outros companheiros já o exerceram –, um preso custa R\$5 mil, R\$6 mil por mês. Um jovem... Nós podemos tratar esse jovem e fazer a prevenção. Vai custar muito menos por mês para a gente. Não vai custar R\$500 se você fizer um trabalho bom de prevenção. Senão, ele vai para o presídio, e o presídio não é uma casa que vai resolver o problema; pelo contrário. Para vocês terem uma ideia, hoje um aluno não custa R\$3 mil por ano – um aluno não custa R\$3 mil por ano – e um preso custa R\$5 mil, R\$6 mil; nesse regime diferenciado dos que estão presos, chega a R\$10 mil por preso. Ele tem quatro, cinco alimentações por dia, tem fardamento, enquanto o povo brasileiro não tem duas alimentações por dia.

Temos que tratar isso com a máxima urgência e pegar esses recursos, que serão da cessão onerosa, de privatizações, para a gente, realmente, colocar para fazer esse tipo de trabalho preventivo, para que a gente possa ajudar.

Não adianta construir... Eu construí uma clínica, uma fazenda de recuperação para dependentes químicos, que é a maior fazenda de recuperação da Região Norte, feita no meu Governo, e digo: não há melhor remédio para o coração de uma mãe do que ver seu filho sendo tratado. Não existe remédio melhor! Nenhuma mãe quer ver seu filho morto ou preso. A mãe não nasceu para ver o filho morto ou preso. E nós temos a oportunidade agora de fazermos isso em conjunto, pedir ao Presidente do Senado que vote isso imediatamente. É uma pauta positiva para o Brasil e de prevenção aos jovens usuários de drogas no Brasil.

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou ter que me ausentar, por isso pedi para falar antes mesmo do Senador Girão, só para reportar o seguinte: essa matéria foi objeto de deliberação dos Líderes – os que estão aqui presentes vão confirmar –, e ela é tão relevante quanto V. Exa. resumiu. Por isso, eu quero antecipar o meu voto e a minha manifestação a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Rogério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu sei que o senhor tem um requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tenho. Tenho um requerimento aqui. Então, vou botar em votação esse requerimento.

Em votação o requerimento da reunião conjunta da CAS com a CAE.

Aquelas Senadoras e aqueles Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Eu vou pedir o comparecimento de todos os Senadores a essa reunião. Vai ser numa quarta-feira. Eu queria que vocês marcassem. Dia 26, é isso? (Pausa.)

Isso é muito importante. É muito importante! Dificilmente, a gente tem uma família no Brasil que não tem usuário de droga. É muito difícil uma família estar fora disso.

Designo como membros os seguintes Senadores da subcomissão temporária desta Comissão de Assuntos Econômicos: titulares, Senador Rogério Carvalho, Senadora Kátia Abreu, Senador Tasso Jereissati, Senadora Rose de Freitas e Senador Esperidião Amin; e, como suplentes, Senador Angelo Coronel, Senador Veneziano, Senador Jean Paul Prates, Senador Cid Gomes e Senador Telmário.

Convoco a instalação da subcomissão desta Comissão em virtude do Requerimento 20, de 2019, já aprovado nesta Comissão, que terá o objetivo de debater e propor medidas que visem ao desenvolvimento econômico nacional. Convoco a instalação para amanhã, dia 10 de abril, às 15h, Senador Rogério.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olímpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Marcos do Val, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Eliziane Gama, Nelsinho Trad e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião, que é aprovada. O presidente informa, então, que às 15 horas do mesmo dia haverá a reunião de instalação da subcomissão temporária para análise da legislação sobre a gestão das cadeias produtivas. Informa, ainda, que no dia seguinte, dia 24 de abril, às 9 horas, haverá reunião conjunta desta comissão com a Comissão de Assuntos Sociais para a apreciação conjunta do PLC nº 37 de 2013. Em seguida, passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 11, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Camaçari, no Estado da Bahia e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Integração e Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Camaçari (BA)". **Autoria:** Presidência da República. Após leitura do relatório, fizeram uso da palavra os senadores Espiridião Amin, Angelo Coronel, Otto Alencar e Jorge Kajuru. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 2). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 34, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requeremos urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 11 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Camaçari, no Estado da Bahia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Integração e Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Camaçari (BA)". " **Autoria:** Otto Alencar. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 34/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 35, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre os dados que embasaram a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019 - Reforma da Previdência, de forma que os membros desta Comissão de Assuntos Econômicos tenham conhecimento dos subsídios técnicos que respaldaram a apresentação da proposição." **Autoria:** Senador Major Olimpio. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 35/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 36, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art.216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr.Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o processo de reinstalação e retomada das atividades da Comissão de Financiamentos Externos(COFIEX)." **Autoria:** Senadora Renilde Bulhões. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 36/2019 – CAE. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 25/2019 - CAE, de autoria do Senador Major Olimpio, e REQ 27/2019 - CAE, de autoria do Senador Rogério Carvalho. **Finalidade:** Audiência pública destinada a debater a reforma da previdência e o impacto fiscal da proposta de reestruturação do sistema de proteção social dos militares, suas necessidades e reflexos, regras de transição e disposições transitórias (REFORMA DA PREVIDÊNCIA DOS MILITARES). **Participantes:** Cel. Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME; Felipe Scudeler Salto, Diretor-executivo do Instituto Fiscal Independente - IFI. Paulo Penteado Teixeira Júnior, Promotor de Justiça e Presidente da Associação Paulista do Ministério Público - APMP. Após a exposição do convidado, usam da palavra os senadores Major Olímpio, Rogério Carvalho, Izalci Lucas, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Espiridião Amin e Eliziane Gama. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/23>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 9ª Reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Tenho dois informes para dar, mas o farei quando houver um número maior de Senadores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então vou informar para V. Exa. *(Risos.)*

Informo que hoje, às 15h, haverá a reunião da instalação da Subcomissão Temporária para Análise da Legislação sobre a Gestão das Cadeias Produtivas.

Informo ainda que amanhã, dia 24, às 9h, teremos reunião conjunta da CAE e da CAS para apreciação conjunta do PLC nº 37, de 2013.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em relação às drogas, que nós discutimos prevenção.

ITEM 1**MENSAGEM (SF) Nº 11, de 2019****- Não terminativo -**

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Camaçari, no Estado da Bahia e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Integração e Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Camaçari (BA)".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para proferir relatório.) – Sras. e Srs. Senadores, início, Sr. Presidente, agradecendo a V. Exa. pela concessão da oportunidade de antecipar a manifestação de voto e peço vênias aos colegas justamente em razão de que, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, daqui a pouco tenho reunião marcada também.

Faço aqui o registro de contato que tive com o Deputado Paulo Azi, do Democratas da Bahia, que fez recomendações, inclusive, em relação à importância da aprovação desse projeto.

Passo à análise e voto.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Município de Camaçari (BA) comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 52 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 19 de fevereiro de 2019, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Camaçari (BA) atende os limites definidos nas Resoluções nos 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da Receita Corrente Líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Camaçari (BA) apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Ofício SEI nº 13, de 12 de fevereiro de 2019, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (Coafi) da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Município de Camaçari (BA), conforme os termos da Lei Municipal nº 1.535, de 13 de abril de 2018, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Município e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas.

Destaque-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Município de Camaçari (BA) nos últimos anos.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (Corem) da STN, em sua Nota SEI nº 12, de 7 de fevereiro de 2019, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria do Ministério da Fazenda nº 501, de 2017, demonstram que o Município apresenta capacidade de pagamento "A", atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Município de Camaçari (BA) não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos.

Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Portanto, estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

Em conclusão, a operação de crédito em exame atende às exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Município de Camaçari (BA), conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Camaçari (BA) encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

Projeto de Resolução do Senado nº, de 2019.

Autoriza o Município de Camaçari (BA) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$80 milhões dos Estados Unidos da América.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Camaçari (BA) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$80 milhões dos Estados Unidos da América.

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Integração e Desenvolvimento Urbano, Social e Ambiental do Município de Camaçari (BA)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Município de Camaçari (BA);

II – Credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$80 milhões dos Estados Unidos da América;

V – Juros: taxa Libor de 6 (seis) meses mais *spread* a ser definida na data de assinatura do contrato de empréstimo;

VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais, acima dos juros a serem estabelecidos no contrato de empréstimo;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$26.242.043 dos Estados Unidos da América em 2019, US\$25.974.120 dos Estados Unidos da América em 2020, US\$18.418.217 dos Estados Unidos da América em 2021, US\$6.226.120 dos Estados Unidos da América em 2022 e US\$3.139.500 dos Estados Unidos da América em 2023;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IX – Comissão de Financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo;

X – Gastos de Avaliação: no valor de US\$50 mil dos Estados Unidos da América, que deverão ser pagos até a data em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo;

XI – Prazo de Amortização: 114 (cento e quatorze) meses, após carência de 66 (sessenta e seis) meses.

§1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Camaçari (BA) na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Município de Camaçari (BA) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 156, 158 e 159, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Município de Camaçari (BA) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e quanto aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer e o voto, Sr. Presidente, com o texto que acabo de ler aos Srs. e às Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério. Nós vamos esperar o número, o quórum para que a gente possa aprovar essa matéria. Nós só temos 12 Senadores e o quórum mínimo é de 14. Assim que houver o quórum mínimo, a gente coloca em votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar para a pauta seguinte...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se alguém tiver alguma dúvida pode esclarecer agora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, você quer que eu coloque em discussão? Eu ia esperar termos o número para colocar. Mas se o senhor quiser colocar em discussão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já ganhamos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos colocar em discussão, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Brimo, sempre que puder ganhar tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. *(Risos.)*

Em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu queria fazer um breve comentário, estava com saudade de apreciar um empréstimo internacional para um Município brasileiro. Não sei se tivemos no ano passado, certamente no segundo semestre não. Então, acho que é o primeiro da sua já profícua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o segundo, porque o Município de Fortaleza... *(Fora do microfone.)*

Já aprovamos um projeto de Fortaleza e de João Pessoa. Agora também temos de Vitória. São quatro Municípios, dos quais só quem não é capital é Camaçari. Mas o CAF sempre teve essa postura em relação a ajudar na infraestrutura dos Municípios brasileiros.

Em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que é uma celebração porque isso significa que os Municípios brasileiros – não apenas capitais – estão conseguindo.

Nós temos esses casos também em Santa Catarina de se aprestar a empréstimos de longo prazo com instituições bilaterais, como é o caso da Corporação Andina de Fomento e outros latino-americanos, como é o caso do Fonplata, além do BID e outros.

De forma que eu acho que é um momento auspicioso, em face das dificuldades conhecidas dos nossos Municípios e pela importância que o Município de Camaçari, na Bahia, tem para a economia nacional, em função da sua atividade econômica e industrial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Em discussão ainda. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, vamos colocá-la em votação.

Aguardamos número regimental para que a gente a coloque em votação.

Vou passar a outro item, da audiência pública que teremos hoje, que é um requerimento do Senador Major Olimpio e do Senador Rogério Carvalho.

Audiência pública destinada a debater a reforma da previdência e o impacto fiscal da proposta de reestruturação do sistema de proteção social dos militares, suas necessidades e reflexos, regras de transição e disposições transitórias; reforma da previdência dos militares.

Quero convidar o Cel. Elias Miler da Silva, Diretor de Assuntos Legislativos da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; Felipe Salto, Diretor-executivo do Instituto Fiscal Independente; Paulo Penteado, Promotor de Justiça e Presidente da Associação Paulista do Ministério Público; e o analista Daniel Couri.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão sua exposição por até 15 minutos. Quem puder fazer em menos tempo... Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, respeitada a ordem de inscrição. Os interpellantes disporão de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado.

Com a palavra o Sr. Felipe Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI).

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos receberam... Só um minutinho, Felipe, desculpe.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos receberam o relatório feito pelo IFI, que encaminhou aos Senadores aqui? (*Pausa.*)

O.k. Por favor.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Agradeço o convite aos Senadores Major Olimpio e Rogério Carvalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós é sempre uma oportunidade muito importante poder participar aqui da Comissão, sobretudo com o espaço que o Presidente Omar Aziz nos tem dado para mostrar um pouco do trabalho que a instituição vem fazendo.

Eu costumo dizer que o objetivo maior da IFI é apresentar os números, apresentar os cálculos, que podem ser criticados, porque são simulações muitas vezes, envolvem premissas, hipóteses. Então, o ideal é a publicidade de tudo isso. No nosso caso, tudo que a IFI faz está disponível no *site*, as planilhas estão todas abertas, quem tiver dúvidas liga lá na IFI, jornalistas, os próprios assessores dos Senadores. Essa vem sendo a nossa postura.

Está aqui comigo também o Daniel Couri, que é Consultor de Orçamento da Casa e compõe também a nossa equipe. Ele que escreveu, no relatório que os senhores têm em mãos, a seção que trata dos militares. Então, hoje o objetivo é esse, discutir essa proposta especificamente. Eu trouxe aqui uma apresentação e vou me basear nesses eslaides trazendo alguns números, principalmente do que a gente já tem até agora, e tentando tecer comparações com a proposta também para os servidores e as propostas em geral para as mudanças de regra na previdência social.

Passe para o próximo, por favor, porque não está funcionando aqui o passador.

Pode passar.

Travou, mas eu vou antecipando aqui, enquanto se resolve o eslaide.

A nossa visão geral é de que as mudanças que estão sendo apresentadas para o caso dos militares estão calibradas de maneira a preservar as especificidades dessa categoria. A própria Constituição trata de maneira segregada, de maneira especial. É o sistema de proteção social, não é aposentadoria, não há contribuição nesse sentido, apenas no caso dos pensionistas.

Então, a nossa visão geral é de que essas mudanças podem ser calibradas melhor ou não, mas têm três pilares importantes. Na questão das alíquotas aumentarem de 7,5% para 10,5%, diferentemente do que acontece no caso do servidor em geral, haverá um aumento progressivo e também para um patamar mais baixo do que no caso do servidor, que é 14%.

Há a mudança do chamado tempo de serviço, que pode ser comparado ao tempo de contribuição com uma diferença. Até a PEC... Quer dizer, se a PEC for aprovada, esses conceitos ficarão muito equiparados. Mas até o momento, o tempo de serviço não necessariamente significa anos de contribuição. Quando a PEC for aprovada, esses conceitos ficarão mais próximos; haverá uma proximidade simplesmente porque todos vão passar a integrar o contingente de contribuintes, desde a categoria mais baixa, inclusive os alunos de escola militar e tudo o mais. Então, o tempo de serviço sendo aumentado de 30 para 35 anos é algo extremamente relevante do ponto de vista fiscal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Temos sempre que tomar cuidado para não embutir nessas nossas análises juízo de valor, se isso é positivo ou negativo. Nossa função aqui é dizer, Senador Esperidião, se terá efeito fiscal ou não. Então, a nossa percepção é de que esses três pilares, alíquota, tempo de serviço aumentando, e a terceira, que é o aumento dos números de contribuintes, segundo o próprio Governo um aumento de 313 mil contribuintes, isso tem um efeito fiscal sim bastante relevante.

Qual foi talvez o equívoco? Foi apresentar a coisa junto com a reestruturação, que também tem um efeito fiscal na outra direção. Acaba tendo um efeito fiscal líquido de pouco mais de 10 bilhões. Como nós sabemos que o déficit global da previdência já é de 335 bilhões... Quando a gente inclui regime geral e os regimes próprios nas três esferas é 335 bilhões. A despesa já é de quase 900 bilhões, 14% do PIB.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente!

Presidente, nós vamos aguardar toda a exposição para fazer indagações?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Sim, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, é uma audiência pública. Deixando claro que o IFI é um órgão auxiliar do Senado na área econômica. Ele não se posiciona politicamente. Veja bem, ele está colocando números aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendi.

Quando ele fala aqui que é positivo aumentar de 30 para 35, quando ele coloca isso, são números puros, a gente não vai interpretá-los...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha indagação será de outra ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aqui já temos o Senador Major Olimpio, o Senador Rogério Carvalho e o Senador Izalci. Ainda bem que estou ao lado de um coronel aqui, o Major vai...

Vou inscrever V. Exa.

Por favor.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Então, termino essa visão geral.

Ali está destacado o que a IFI julga importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo efeito fiscal é relevante, qualquer centavo. Se nós estamos com um déficit brutal, como estamos hoje, e com a dívida crescendo sem parar, qualquer centavo é importante. Por isso que quando se diz que o efeito da mudança nas aposentadorias rurais é de 49,6 bilhões, que é o nosso número, para 10 anos... "Ah, mas isso é muito pouco perto de um trilhão!" Não, não é muito pouco, porque nós estamos com déficit. Nós não podemos nos dar o luxo de abrir mão de nenhum centavo. Agora, politicamente, se isso é bom ou ruim, aí é uma questão do Congresso, dos Senadores e dos Deputados.

Este é o conjunto de normativos que estão sendo alterados no caso dos militares, que é o foco aqui hoje da discussão: o Estatuto dos Militares, Lei das Pensões, Lei do Serviço Militar, a MP de 2001 e a Lei de Promoções.

As mudanças de alíquota, começando pelo primeiro pilar, basicamente estão passando de 7,5% para 10,5% de maneira escalonada. Esta é uma primeira diferença em relação ao caso dos servidores: não vai haver, para os servidores públicos em geral, uma mudança escalonada, vai ser uma mudança de imediato, assim que a PEC for aprovada.

Cria-se também uma alíquota adicional de 1,5%. Lá em 2001, aqueles benefícios para pensionistas, para as filhas de militares, filhos, dependentes... Já houve uma alteração lá, o que muitos ignoram. Então, a nossa pesquisa confirmou isso. O que aconteceu lá em 2001? Quem quisesse manter esses benefícios tinha que optar por 1,5% de alíquota adicional. A opção já foi feita lá atrás. Então, sob esse ponto de vista, a regra já foi alterada. O que a proposta do Governo agora faz? Ela cria uma contribuição adicional de 1,5%. Sempre nós estamos falando aqui de pensões, porque há esse tratamento diferenciado na própria Constituição. Independentemente de isso ser certo ou errado, no caso dos militares é sempre sistema de proteção social; no caso dos outros servidores e do regime geral, nós estamos falando de aposentadorias, de regime de aposentadorias.

O contingente de contribuintes vai aumentar, porque a proposta é que toda aquela turma que está no nosso segundo ponto, ali, vai passar a ingressar como contribuinte também. Por isso eu mencionei que a questão do tempo de serviço e do tempo de contribuição vão ser conceitos que vão passar a ser equivalentes, diferentemente do que acontece hoje. Por isso que o efeito de 30 para 35 anos é bastante significativo nas contas, nas contas do efeito fiscal. São 313 mil novos contribuintes.

Um ponto importante que vem gerando polêmica é a questão do pedágio. Como é que vai funcionar o pedágio, sempre estabelecendo a comparação com os servidores, que é uma das dimensões que a gente pode usar para fazer essa análise? No caso dos servidores, o pedágio vai ser de 50%. Para quem estiver a dois anos de cumprir o total do tempo de contribuição, então, se for homem, por exemplo, 35 anos, se ele estiver com 33, no regime geral qual é o pedágio? É de 50%, então ele vai ter que cumprir aqueles dois anos mais 50% de dois, mais um. Ele vai cumprir mais três. Para o caso dos militares, o que está acontecendo é um pedágio de 17% para todo mundo. Como assim? Vamos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dar um exemplo com esse gráfico. Ali na seta vermelha, para quem tem 18 anos – na linha horizontal são os anos –, 18 anos de atividade, quanto falta para ele cumprir os 30 anos? Faltam 12 anos. Se faltam 12 anos, a gente multiplica 17% por 12, que vai dar 2,04, e soma com o total de 30, vai para 32,04, e assim para cada um, mesmo para aquele que acabou de entrar no serviço militar, um ano; ele também estará sujeito a esse gráfico, que é a forma que a gente conseguiu para visualizar essa regra do pedágio de 17%. É assim que vai funcionar. É bastante diferente do que está se prevendo para o regime geral.

Outro ponto importante é a idade limite para a transferência para a reserva, isso está aumentando de maneira significativa. Lá na última coluna dá para ver o aumento de todas as categorias: quatro anos, três anos, seis anos, oito ou cinco no caso de Capitão de Mar e Guerra e Coronel, sete, nove e cinco. Então, todas as idades limites para a transferência à reserva estão aumentando.

Valor dos benefícios, o que muda? Na verdade, o benefício continua sujeito à integralidade e à paridade. Então as pensões vão continuar sendo integrais na proposta que está aí na mesa. No caso dos servidores, vai haver uma mudança. Hoje como é a regra dos servidores? Já não é integral. Até o teto... Então, se o servidor ganha 39 mil, até o teto de 5.840 do INSS são 100%. O restante seriam 39 mil menos 5,8 mil, para simplificar, 33 mil: aplica-se 70% sobre esse excedente no caso da pensão. Como é que fica para o servidor? Vai ser 50% fixo mais 10% por dependente. Então, claro, vai ser sempre 60% mais 10 ou 60% mais zero, porque sempre no caso da pensão vai haver um dependente; por definição, para gerar pensão naturalmente ou vai haver a viúva ou vai haver o filho. Pelo menos um sempre vai haver. Então a mudança é essa que está acontecendo no caso dos servidores civis. No caso dos militares, mantém-se a regra atual, que é de integralidade.

Pode passar para o próximo.

O que a gente foi buscar? Como tem sido a evolução do soldo. Todas as remunerações, as parcelas que compõem o salário... Isto acontece na maioria dos casos no serviço público: o salário, por assim dizer, como a gente conhece, na verdade, é composto por uma série de parcelas. No caso dos militares, há o soldo, há os adicionais e a terceira, que é...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – São as gratificações. Todas elas são percentuais do soldo. Então, o soldo é o básico, por assim dizer. Nós fomos ver ali, pelos dados históricos – esses dados nós temos todos também –, como evoluiu isso em relação ao IPCA, desde 2001. Evidentemente que aí não há um aumento absurdo dos valores nominais em relação ao IPCA, fixando como cem, base cem, 2001, mas há uma discrepância, quer dizer, houve aumentos acima da inflação quando a gente olha os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores acumulados nesse período. Evidentemente que, dependendo do período que se seleciona, pode-se chegar a conclusões diferentes.

Nós pegamos um período mais longo, de 20 anos, para ver como está o acumulado. Então, o soldo, em termos acumulados, teve uma variação nominal acima da variação da inflação. A proposta de reestruturação das carreiras, que vem junto com a proposta de reforma do sistema de proteção social dos militares, prevê mudanças nesse ponto. Por que nesse ponto? Porque ela cria um adicional, naqueles três componentes da remuneração, do salário do militar, ela cria um adicional que se chama adicional de disponibilidade. Como esse adicional é sempre um percentual do soldo, o que a gente vai ter vai ser um aumento do valor pago em média para os militares.

Como é que é o déficit hoje dos militares? O dado mostra uma certa estabilização. A parte rosa ali mais clara mostra que, de 2003 para cá, está estacionado em torno de 0,7, 0,6; chegou até 0,4 em 2012, em porcentagem do PIB, o percentual correspondente ao militar. Nós estamos falando de área federal aqui, não inclui ainda Estados e Municípios.

Estados e Municípios é um problema à parte...

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – ... porque o Tesouro Nacional, o Banco Central, os próprios Estados e Municípios prestam informações que são conflitantes. Um dos trabalhos que nós estamos tentando fazer é publicar uma base de dados para que se possa fazer a conta também para os Estados e Municípios, é uma das coisas que nós estamos fazendo, inclusive, neste momento. Então, quer dizer, o déficit está estabilizado, mas é um déficit importante. Nós estamos falando de 0,6% do PIB, o que é algo como R\$47 bilhões.

Como são as despesas e as receitas? Como o contingente de contribuintes é pequeno, no caso dos militares, a receita é só de 3 bilhões; a despesa de 50. As despesas realizadas de 2018 são de 46 bilhões; 21 vêm de pensionistas, 25 vêm dos inativos. Essa é a composição dos 46. Neste ano, deve ficar em torno de 50 bilhões; já as receitas, 3 bilhões. Então, as mudanças que estão sendo propostas vão afetar os dois pilares, tanto as receitas, quantos as despesas.

Os números globais que o Governo divulgou a gente ainda está no esforço de conferir, para checar, mas a nossa avaliação inicial é de que eles estão bastante razoáveis. Aqui, há um ganho fiscal de 97 bilhões e um custo com as reestruturações de 86,8. Uma coisa menos a outra corresponde a um líquido de 10,5 bilhões em dez anos.

Só para terminar, porque eu já devo ter estourado o tempo, eu só gostaria de compartilhar com os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras os últimos avanços dos cálculos que nós temos feito sobre a reforma, que está nesse relatório que os senhores receberam. É o de cima, o primeiro. O anterior foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuído também, porque ele traz o diagnóstico, os números gráficos, mas esse mais recente talvez seja o mais importante para agora, porque ele traz as estimativas do regime geral.

Basicamente o resumo da ópera é que o efeito fiscal da reforma é de 670,9 bilhões; o número do Governo é de 715 para o regime geral. Nós publicamos ano a ano, 2020, 2021, 2022. Notem que os quatro primeiros anos são só 76 bilhões. Eu digo só porque o resultado primário necessário para estabilizar a dívida pública em quatro anos é calculado pela IFI em 400 bilhões. Então, notem: a reforma da previdência sozinha não é suficiente para estabilizar a dívida PIB.

Parece que a gente só dá notícias ruins, mas a verdade é que o quadro fiscal brasileiro é gravíssimo. Nós estamos gerando déficit atrás de déficit, e, como o déficit é um fluxo, o que que ele alimenta? Ele alimenta o estoque, que é a dívida pública. A dívida está já acima de 5 trilhões, 80% do PIB, e vem crescendo.

Fizemos cenários alternativos, mostrando, por exemplo, a sensibilidade de cada ponto da reforma. Por exemplo: se não houver a mudança nas aposentadorias por idade, como é que fica o cenário de despesas em porcentagem do PIB? Se não houver a mudança no tempo de contribuição... Então, ali estão todas as curvas projetadas, mostrando a sensibilidade, e, nesse segundo gráfico, a questão do rural, também, que é a curva azul-claro, mostrando, se o rural for retirado da proposta, qual a sensibilidade também para as projeções à frente.

O que a gente concluiu é que retirar o rural piora um pouco as projeções – ele sobe da azul-escura para a azul-claro –, mas ele continua gerando estabilidade nas projeções de despesa como porcentagem do PIB.

Aqui está o quadro final. Então, todas as segregações principais.

Mas, além dessas, a gente tem também homem, mulher, tem até o piso, acima do piso... Enfim, esse é um pouco do avanço das últimas contas que a IFI vem fazendo.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, ficando à disposição para os questionamentos, para as discussões, e parabenizando o Senador Omar por mais um debate qualificado aqui na Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – De cabeça eu não tenho, mas eu vou olhar, enquanto os outros apresentadores falam, e já trago o número para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Cel. Elias Miler.

Por dez minutos.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que o que está aqui... Vai haver a exposição dos dois, e depois a gente abre para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, não...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque ele colocou mais sobre a questão dos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, e o Cel. Miler vai falar especificamente da questão dos militares estaduais e municipais. Não é isso? Foi o que eu entendi.

Então, por isso que eu acho que seria importante a gente ouvir os dois, para depois...

Até porque essa questão aí...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

Então, Cel. Miler, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Ah, a apresentação? Está na p. 12 do relatório mais recente, o 27.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É, 15 de abril.

A receita do rural, Senador, é de 0,1% do PIB, e a despesa é de 1,8. Então, dá um déficit de 1,7.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em termos, porque o retorno desse 1,6 do PIB é 100% para a economia local. Correto? Diferentemente dos outros déficits, em que o pessoal vai gastar em Miami, na Europa e tal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é que nós queremos saber o que funciona nos Municípios, o que volta para os Municípios, porque esse déficit... Às vezes o cara fala "déficit", só não entende que um aposentado de R\$900 gasta os 100% dos R\$900 dele lá onde ele mora, na comunidadezinha dele. Ele não vai para Miami final de ano nem nada. É uma diferença grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não está, BPC não está lá. BPC está no interior da Amazônia, do Nordeste, no interior de São Paulo, lá que está o BPC.

Pois não, Coronel.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA (Para exposição de convidado.) – Presidente, Senador Omar, agradeço por essa oportunidade pela Federação dos Oficiais, agradeço também ao Senador Major Olímpio e ao Senador Rogério pelo requerimento provocando esta audiência pública, aos demais Senadores, aos componentes desta Mesa, ao público e aos amigos aqui presentes.

Queria colocar de forma bem clara a questão da reforma da previdência dos militares. No Brasil, nós temos militares federais – Exército, Marinha e Aeronáutica – e os militares estaduais – polícias militares e bombeiros. Portanto, são gêneros e espécies diferentes quanto ao ente federado, mas constitucionalmente falando, têm o mesmo estatuto jurídico constitucional. E nós temos que ter algumas premissas para discutir. Eu elogio o palestrante anterior, que colocou o aspecto técnico e financeiro, mas, para efeito de Direito Constitucional, eu não posso comparar aquilo que não é comparável. Eu tenho que tratar os iguais de forma igualitária e os diferentes de forma diferenciada.

Então, eu tenho duas premissas que são fundamentais. A primeira é: a defesa nacional e a segurança pública não são gastos ou despesas – aquele que é da área orçamentária olha para os números –, elas são investimentos, nós vamos provar onde é que está o investimento disso. Militar não tem privilégios e, sim, direitos compensatórios das vedações e obrigações que lhe são impostas pela Constituição, seja ele militar federal ou estadual.

Nós dizemos que gastar com defesa nacional e com segurança pública é um investimento. Os senhores observem que a violência consome de 4% a 13,5% do PIB do País. Esses dados são comprovados pela CNI, pelo IBGE e pelo Fórum Econômico Mundial. A indústria perde 130 bilhões ao ano com a violência. Então, na medida em que eu invisto na defesa da violência, eu tenho condições de o País desenvolver economicamente e eu trago investimento para o País. Se o País está sob violência, nada funciona: o trabalho não funciona, a saúde não funciona e a educação não funciona.

Militar não tem privilégios. Por que direitos compensatórios? O Constituinte – e vários dos senhores aqui participaram, como o Senador Esperidião Amin, vários estiveram na Constituinte – atribui ao militar obrigações e proibições, ele tem um ônus diferente de um servidor ou de um celetista. Ele tem que fazer o juramento do sacrifício da própria vida. Um professor ensina e ensina com amor, mas dele não é exigido que ele sacrifique a vida para poder exercer o magistério. O médico salva vidas, mas a ele não é exigido que ele doe a sua vida para exercer a Medicina. Ao militar, não, ele tem que assumir um compromisso público de morrer até para defender o patrimônio mais simples de uma pessoa humilde, seja um celular, uma carteira, um relógio. Então, ele tem que ter o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sacrifício da vida, a sua liberdade de expressão e de locomoção tem limitações, e a sua própria família, porque o militar é transferido, mesmo o estadual – nós temos Estados que são grandes –, e quando ele é transferido ele vai com a família, que não se estabelece, não faz amizades, estudo, trabalho...

Então, a família do militar é sacrificada junto com ele. E dos 34 direitos sociais o militar tem somente seis. Quando eu vou fazer qualquer comparação, eu tenho que fazer a comparação de maneira a compensar os direitos, senão eu olho só por um viés, sem olhar o seu todo.

Por isso o militar, para equilibrar essa balança, tem proteção social, tem saúde, tem habitação, para dar equilíbrio nos seus encargos com a sociedade. Um exemplo disso está aqui: o Sgto. Delfino, que, na semana retrasada, faleceu numa ocorrência de incêndio em Araçatuba. Desabou e ele faleceu. Ele deixou essa viúva e essa criança, essa filha que nunca mais vai ver o pai. Mas ele sabia quando veio para a profissão que esse é o ônus do juramento que ele fez. Ele o honrou. Milhares de policiais honram esse juramento.

Agora, o Brasil, Srs. Senadores, é um país que é um continente. Ele tem 16 mil quilômetros de fronteira terrestre. Como eu defendo isso? Quem participa dessa defesa do nosso País. O Brasil tem 7 mil quilômetros de fronteira marítima. O País tem que ser protegido. Quem protege? As Forças Armadas e as forças de segurança.

Agora, muitas pessoas não observam qual foi a ordem do Constituinte de 1988. Vejo que, na atividade ordinária, as polícias têm as suas funções, a federal, a rodoviária, a própria PM, com sua polícia extensiva, os Bombeiros e a Polícia Civil. À medida que há uma crise, entra o segundo estágio, no segundo estágio, entra a PM, que tem a preservação da ordem pública. Ela tem atividade residual das demais instituições. Vencida essa fase, nós entramos agora com o emprego das Forças Armadas. E a PM e os Bombeiros entram no terceiro estágio como forças auxiliares e reservas do Exército. Vencida essa fase, o País entrou em guerra, a PM e os Bombeiros são incorporados ao Exército. No nosso ordenamento constitucional, a Polícia Militar tem quatro atribuições, os Bombeiros têm três atribuições. E tudo isso tem um ônus. Por isso o Constituinte, ao fazer isso, fez direitos compensatórios aos encargos. Mas muitas vezes eu ouço: "O servidor público isso; o militar, aquilo". Se eu olhar dessa maneira, sem olhar os encargos, é uma análise injusta, fria dos números.

Vejam que a violência no País, segundo a OMS, atingiu uma situação epidêmica, e esta Casa tem se preocupado com isso. São 64 mil mortes por ano, Sr. Presidente, Senador Omar; 70 mil desaparecidos; 65% não são notificados. Nós alcançamos por ano 220 mil pessoas que morrem ou desaparecem. Nós temos quase uma Hiroshima e uma Nagasaki. Isso é um quadro de extrema calamidade num País que se diz democrático.

Taxa de mortalidade. Quando eu vou comparar um militar, vejam os senhores como fica a taxa de mortalidade por 100 mil: de uma pessoa comum da população, 8,7, medido em São Paulo; quando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu chego a um policial militar, 43,7. Portanto, um policial militar morre quatro vezes mais do que uma pessoa comum. É o encargo da sua profissão.

Cemitério de PM. Estão aqui o Senador Major Olimpio, o Senador Styvenson e os Srs. Senadores que participam dessa atividade da PM lá na ponta. Muita gente não sabe que São Paulo tem um cemitério que não cabe mais. Na semana retrasada, o Major Olímpio foi ao enterro e não cabia mais corpo. Teve que ser enterrado em outro local. Isso não é notícia, isso não chega a esta Casa. Então, no cemitério de PM há um mausoléu em que não cabem mais PMs mortos em serviço. Senhores, esse é o mausoléu da polícia de São Paulo e as outras polícias têm isso também.

Vejo que o Senador Major Olimpio sempre se faz presente nesses locais, como também o Senador Styvenson. Quando o policial é vitimado, nós vamos lá prestar honras ao nosso companheiro que tombou servindo a Pátria, e consolar a viúva e os órfãos. Então, essa cena nós estamos cansados de ver. Aí eu vou comparar os números frios sem olhar isso? Não tenho como.

Então, essa cena aqui é uma cena comum. Único País do mundo que mais mata policiais. Essa cena é comum para nós. Vejam, no Rio de Janeiro, quantos que já foram mortos! PMs deficientes. Muitas vezes não fazem esse número!

Srs. Senadores, só em São Paulo são mais de três mil deficientes, um por dia! Porque foi sequelado, tomou um tiro. Um por dia! Há uma associação só para cuidar de deficientes. Já que o Estado não dá o amparo devido, nós cotizamos pelas associações. Isso aqui é comum para nós.

Em São Paulo, o Senador Major Olimpio sempre participa desses eventos. Está lá o filho com o pai que serviu à Pátria e está cadeirante, e o Estado não se faz presente. Essa cena é comum. Dependentes químicos e suicídio, índice altíssimo. A pressão em cima do policial é muito grande. Quantos ficam embriagados ou dependentes de droga mesmo, e são internados na chamada primeira enfermaria, que é a enfermaria dos dependentes e de loucos. Isso não chega ao público. Aí eu vou analisar um texto no frio dos números.

Então, quando nós olhamos aqui o suicídio, vejam os senhores, isso aqui é dado científico de São Paulo. Enquanto para a população é 3,5% a taxa de suicídio, para um policial é 16%.

PMs presos. As nossas corporações purificam seus quadros. Nós depuramos nossos quadros. Nós temos, no presídio, de soldado a coronel. Muitas vezes até distorcem dizendo que só tem praça. Há de soldado a coronel presos lá! Eu e o Major Olimpio tivemos um colega de turma que estava lá preso; contemporâneos que estão presos. Perderam o posto, a graduação. Então, nós prendemos, reeducamos e ressocializamos.

Reforma da previdência. Com todo Governo vem uma nova reforma. Por quê? Porque os números estão aí. Muitas vezes, quando o partido está na oposição é contra a reforma. Aí o partido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ascende ao Governo e diz que agora é favorável à reforma, porque a hora em que chega na Casa e vê os números, fala que não dá.

Agora, vejam os senhores, nós tivemos, do Governo Fernando Henrique para cá, três reformas: a Emenda nº 20, a Emenda nº 41 e a Emenda nº 47. Michel Temer trouxe a nº 287. Bolsonaro trouxe a PEC nº 6. Então, vejam, Fernando Henrique demorou quase oito anos para aprovar sua reforma. Teve uma resistência muito grande dos partidos de esquerda que não o deixaram aprovar. Demorou oito anos, Fernando Henrique! E aprovou o quê? Trocou de serviço retributivo para contributivo: equilíbrio financeiro atuarial, previdência complementar e obrigação de tempo de serviço mais idade. Mudou totalmente a Emenda nº 20 de como era em 1988.

Aí nós vamos para o Governo Lula. Como não tinha uma resistência feroz, no primeiro ano o Governo Lula aprovou a reforma. Fernando Henrique demorou oito anos!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – E o Governo do Lula, no primeiro ano. Em 2003, já aprovou de imediato. Aí os senhores vejam. E aprovou, logo em seguida, a outra, a de nº 47. E o que fez o Governo do PT? Do servidor público, a contribuição passou a ser do ente, do ativo, do inativo e da pensionista, violando os direitos adquiridos e que o Supremo falou que pode violar. Caráter solidário, portanto, todo mundo paga. Regime único e unidade gestora única. Aí houve essa cena do pronunciamento da Senadora Heloísa, que, como Líder do PT, encaminhou contra. Mas vejam a diferença – o Senador Esperidião Amin estava –, vejam a diferença: a previdência passa com os votos da oposição. No Governo Fernando Henrique, a previdência passa contra o voto da oposição; no Governo Lula, com o voto da oposição. A Senadora Heloísa Helena falou assim: "Eu não mudo de posição porque mantenho a posição histórica do PT". E, por manter essa posição, ela foi expulsa do partido. Mudou o governo, muda-se a posição.

Direitos vedados aos militares. Eu queria colocar para os senhores o que o Senador Major Olimpio já colocou em várias audiências. A carga de trabalho de um servidor público é de 40 horas semanais, 35 anos de serviço; portanto, 62,2 mil horas. O militar trabalha 82 mil horas. O trabalhador é por hora trabalhada, mas, para o militar, deixa-se de lado. Eu entrei na vida militar em 1976, e a minha escala de serviço era: 24 horas, expediente seguinte e mais 24. A minha folga era o expediente! Isso não conta para o militar. O militar, então, trabalha... Se eu somar horas trabalhadas, ele trabalha 43 anos. Aí, a pessoa quer passar a régua e dizer: "Olha, a idade dele não pode". Mas eu quero computar minhas horas trabalhadas. Aí, quando eu vou verificar... Se o Senador Styvenson e o Senador Major Olimpio fossem computar as horas extras a que tinham direito... Porque a hora extra é 50% a mais, o adicional noturno é 25% a mais, e é um sobre o outro, não são 75%, mas 25% em cima da hora extra, que é 50%. E há a periculosidade, que não recebe. Se fossem pagar hoje para um militar as suas horas extras e adicionais, a conta seria mais cara.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam outro detalhe. Às vezes eu vejo, e os Senadores Major Olimpio e Styvenson muitas vezes ficam observando... Falam que o militar... "Olha, há tantos coronéis na reserva e tantos na ativa". Ou é má-fé, essa conta, ou é ignorância. Os Senadores Major Olimpio e Styvenson fizeram a mesma academia que eu fiz. Eu peguei aqui a comparação de um cargo da Polícia Civil e da Polícia Federal. A Polícia Civil e a Polícia Federal no Brasil têm três níveis. Ele entra e, em 12 anos, ele chega ao topo da carreira. O inicial dele é o meu fim de carreira. Aí ficam falando que eu tenho coronéis a mais. Quando eu entrei na academia, e eu entrei como soldado... Eu entro na academia como Cadete – lá naquele marronzinho – para, como Cadete, eu me tornar depois Aspirante, Segundo-Tenente, Primeiro-Tenente, Capitão, Tenente-Coronel e Coronel. Eu vou chegar a Coronel depois de 30 anos de serviço. Aí querem comparar... E dizem que há coronéis demais...

(Intervenções fora do microfone.) (Risos.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Segundo o Major Olimpio, Major nem nome de rua dá, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em Santa Catarina há um Município: Major Vieira.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Então, eu fecho, Sr. Presidente, colocando que, dos 34 direitos sociais, temos somente 6. É vedado o direito de greve; de sindicalização; não pode ser candidato se tiver menos de 10 anos; se eleito, passa para a reserva proporcional e nunca mais volta para a função; não tem hora extra; não tem jornada de trabalho definida; não tem adicional noturno; não tem periculosidade; não tem Fundo de Garantia; não tem Seguro Desemprego; a Praça pode receber menos que o salário mínimo.

Senador Esperidião Amin, quem é neste País que pode receber menos do que um salário mínimo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Está faltando uma defesa melhor para vocês aqui, o Major Olimpio nunca nos falou isso. *(Risos.)*

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Ou seja, o Supremo decidiu que um militar pode receber menos do que o salário mínimo. Não tem piso salarial! Saúde tem piso, vigilante tem piso, educação tem piso, militar não tem piso. Não tem garantia de irredutibilidade de salário, não tem participação no lucro, não tem redução de risco, não tem adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas. Não tem reconhecimento das convenções e acordos coletivos, não tem seguro contra acidente de trabalho, está sujeito ao Regulamento Disciplinar, não pode ficar mais do que dois anos em cargo civil. Se condenado na Justiça Criminal, aqui fora... Aqui fora, se eu for condenado aqui fora, briguei com o vizinho, eu perco meu cargo – numa briga fora. Alcança-o na vida privada. Mesmo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inativo está sujeito. O Senador Major Olimpio está na reserva, o Cap. Styvenson e eu. Eu estou sujeito ao Código Penal Militar e ao Regulamento Disciplinar até morrer. Então, continua o mesmo. E não se aplica o princípio da insignificância. Um militar e um policial civil, fazendo uma operação, se praticarem um crime de menor potencial ofensivo, o princípio da bagatela, eu aplico a bagatela para o policial civil, não aplico para o militar, porque ele tem que dar o exemplo, segundo a turma do Supremo.

Eu fecho, Sr. Presidente: "o militar nunca contribuiu para a aposentadoria, pois tal benefício não existe na lei castrense", já decidiu o STJ sobre isso, por conta dessa condição especial. Assim, nós colocamos para os senhores... Como também decidiu o Supremo, nós colocamos para os senhores: o militar das Forças Armadas, o militar da PM e Bombeiros tem que ser analisado e compensado, deveres e obrigações, aí os direitos. Senão eu digo para os senhores, uma defesa que nós fazemos: querem igualar na Previdência, vamos igualar, mas vamos igualar tudo, passa a ser civil também, como o outro. Aí vai haver um sindicato nacional de PMs e Bombeiros, aí ele vai ter um salário digno, e não ganhar mais como em São Paulo, que é o 25º salário do País, o 25º lá debaixo.

Assim eu termino e muito obrigado, Sr. Presidente. Coloco-me à disposição.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – O Amazonas teve um Governador macho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando eu fui Governador nós conseguimos fazer um plano de cargos e carreiras para os militares que hoje é uma referência, o Estado do Amazonas. Graças a Deus eu fiz minha parte, até porque eu fui Secretário de Segurança e conheço bem a realidade da polícia. As pessoas têm que parar de achar que um policial é uma máquina. É um ser humano que tem família, que tem defeitos, virtudes, uma pessoa que sofre, só que é entendido como se fosse inatingível. O cara vê um indivíduo fardado, acha que ele pode tudo. Essa sensibilidade é que falta para os números, porque as ciências exatas são diferentes das ciências sociais. Então, aqui nós temos que misturar um pouco, como representantes da população brasileira, os números e a área social, senão a gente não consegue ser um gestor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, aqui, Senador Marcos do Val.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Quero só dar os parabéns ao Coronel pela colocação dele, mas acho que a gente esqueceu de convidar um membro das Forças Armadas para poder se colocar. Apesar de ter sido muito feliz nas abordagens da questão militar, mas eu acho que ficou faltando aí um convite nosso de algum membro das forças militares. Só para deixar essa colocação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O convite foi feito pelo Major Olimpio e pelo Senador Rogério Carvalho, e os convidados foram escolhidos por eles. Não faltará oportunidade para a gente discutir a questão das Forças Armadas.

Vou passar a palavra ao Sr. Paulo Penteado Teixeira Júnior, Promotor Público, Presidente da Associação Paulista do Ministério Público.

Com a palavra o Sr. Paulo Penteado.

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR – Bom dia a todos!

Bom dia, Senador Omar Aziz; Senador Major Olimpio, meu amigo de tanto tempo!

Senador Rogério Carvalho, agradeço a deferência do convite para este membro do Ministério Público vir aqui falar sobre uma situação específica de importantes carreiras de Estado, mas que extravasam o conceito constitucional do Ministério Público. Como bem disse o Cel. Miler – também meu amigo de muito tempo –, o conceito de militar se aplica de unísono ao militar federal e ao militar dos Estados, seja ele policial militar, seja ele bombeiro militar nos Estados em que há cisão entre o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar. De maneira que, constitucionalmente, não há que se tecer qualquer diferença ontológica entre o militar da União, seja da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, e o militar dos Estados, seja ele bombeiro ou policial militar. E por quê? Porque o Estatuto Militar se aplica a todos os integrantes de todas essas carreiras, seja por norma federal, seja por normas de extensão dos Estados, seja pelo reconhecimento de tribunais federais, de tribunais estaduais.

Pois muito bem, vista esta realidade inicial, a PEC 6 aponta que para a situação específica dos militares a economia será de R\$92,3 bilhões em dez anos. E aí nós fizemos uma análise constitucional da situação do militar da União, que deve ser aplicada à situação do militar do Estado pela própria previsão da PEC, Major Olimpio.

A Constituição criou o conceito de seguridade social, que engloba previdência, assistência social e saúde. Dentro da previdência, nós temos dois regimes: o Regime Geral de Previdência e o regime próprio dos servidores da União. Nós não temos na Constituição um regime previdenciário próprio do militar. Por quê? Porque a inatividade do militar, a inatividade remunerada do militar é uma consequência administrativa do tipo de contrato que ele mantém com o Poder Público. Portanto, o militar – o senhor expôs isso bem, e o senhor também, Felipe – não contribui para a sua aposentação; ele contribui para a sua pensão, na verdade, para a instituição da sua pensão, para a instituição da pensão ao seu dependente.

Para os servidores civis a regra era essa mesma, Senador historiador Esperidião Amin, e alterou-se isto com a Emenda Constitucional nº 3, de 1993; salvo engano, o Presidente da República era o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Itamar Franco. O servidor civil também não pagava previdência; ele pagava a pensão, e, com essa alteração da Emenda Constitucional nº 3, ele passou a pagar a pensão. Esta regra não existe para o militar federal. E isso depende de Estado a Estado. Há Estados em que o militar paga previdência e há Estados em que o militar já está no regime complementar de previdência, por exemplo, o Espírito Santo.

Então, veja que esta "economia", entre aspas, para os militares seria de 7,93%, mas específica ao instituto do pensionamento militar, e não da inatividade do militar. Isso aqui eu extraí do relatório resumido de execução orçamentária, seria o suposto déficit do serviço, o suposto déficit dos militares. Eu concordo com o Miler, quando diz que isso tem uma explicação. Isso não é déficit; isso é investimento. Falo disso depois. Talvez haja uma certa deficiência de números, mas se vê aí uma estabilidade e uma proximidade de grandeza dessas duas situações.

O déficit do EFM, que são os Encargos Financeiros da União com os Militares Inativos e Pensionistas, estaria gravitando em torno de R\$42 bilhões.

E aqui, sim, nós vemos uma grande diferença entre receita e despesa. Por quê? Porque o militar federal não contribui para a aposentadoria, como contribui o civil, que tem a alíquota, hoje, de 11%. A alíquota do militar é de 7,5%, englobando pensão e saúde

Pois muito bem.

Saindo dessa realidade, vamos à situação de fato – e o Senador Omar bem colocou isto: a necessidade da análise do número com a realidade social que nós vemos hoje no Brasil.

De um lado, a Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo, que é o policiamento preventivo, e, de forma secundária, pela garantia da ordem pública. As Forças Armadas são responsáveis pela segurança externa, mas, em situações específicas de GLO, que é a Garantia da Lei e da Ordem, pela segurança interna. Aí há uma inversão constitucional de papéis secundários, que podem ser, em determinados momentos, os papéis principais dessas instituições.

Pois bem.

O Brasil teve, de 1979, que é o ano inicial desse cômputo, a 2019, 1,482 milhão de homicídios. Na Guerra Civil de Angola, nós tivemos, em 27 anos – quer dizer, eles tiveram, em 27 anos, nossos irmãos de língua portuguesa da África –, 1 milhão de mortos. Nos Estados Unidos, a morte de soldados norte-americanos na Guerra do Vietnã, de 65 a 73, foi de 50 mil homens. Cinquenta mil soldados norte-americanos morreram na Guerra do Vietnã. E, na verdade, isso levou à queda não do regime, mas à queda de um partido no Governo.

Aqui nós temos, em 40 anos, 1,5 milhão de homicídios no Brasil. É essa a realidade que o policial militar vai enfrentar na rua, que o policial civil, que o policial federal, o guarda municipal e, por que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se dizer também, o militar das Forças Armadas. Aliás, outras carreiras típicas de Estado também estão na mesma circunstância.

Se eu for vítima de um roubo amanhã e estiver com a minha carteira funcional no bolso, eu serei vítima de latrocínio. Eu não ando com a minha carteira funcional, como provavelmente o senhor também não, Senador.

Pois bem.

Eu não coloquei aqui – já concluindo, Senador – uma outra pesquisa que eu fiz, há uns dez anos, mas eu posso disponibilizar a esta Comissão: "Índice de Percepção de Roubo no Brasil".

Colocando dados do Ipea, dados da Secretaria de Segurança Pública, outros dados, nós temos que, para cada cem roubos no Brasil, 1,7 resultam em condenação. Ou seja, 1,7% é a efetividade do sistema. E, se condenado for, o autor desse roubo vai cumprir, na verdade, 16% da pena, que é o que significa o tal de regime fechado. Depois ele vai para o semiaberto, que é o outrora aberto, imaginado pelo legislador.

Por que que eu estou dizendo isso? Imaginem um sistema de percepção que consegue prender 1,7% dos autores de roubo, e, uma vez preso, aquele autor do roubo cumpre 17% da pena. Imaginem se nós disséssemos isto para o contribuinte: "Sonegue à vontade. Você tem 1,7% de chance de ser pego sonegando. E, se for pego sonegando, você vai pagar 17% do seu imposto". Isso seria uma tragédia da economia, essa é a tragédia da segurança e essa é a tragédia da segurança que recai sobre o policial militar, sobre o militar que está na rua, de maneira que há a necessidade constitucional de uma proteção especial a essas carreiras.

A PEC 6 reverbera sobre a situação do militar estadual nos arts. 22, XXI, que determinam que lei de iniciativa do Presidente da República disporá sobre o pensionamento e outras situações; no seu art. 42, §1º, onde diz que se aplica ao militar dos Estados o disposto no art. 142, §2º, que é a vedação ao direito de greve; e §3º, que são os direitos dos militares da União – aplicam-se aos militares estaduais também –, e no art. 17, quando afirma que, enquanto não houver a aprovação da lei prevista no art. 42, §1º e 22, XXI, a pensão e as regras de inatividade para o militar dos Estados serão aquelas previstas para os militares da União.

Ocorrência trazida pelo Cel. Flamarion Ruiz, em oitiva da Comissão de Direitos Humanos do Senado: 367 policiais militares mortos em serviço, em 2018, contra outros países do mundo; a comparação de suicídios entre policiais militares e a sociedade é cinco vezes mais.

Aqui as alíquotas que já foram faladas, vou passar sobre isso.

O aumento do tempo de atividade do militar federal, de 30 para 35 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí há uma incoerência com a situação dos militares dos Estados, que passariam – se o entendimento fosse a aplicação da mesma regra do militar federal – para 35 anos, quando, para as demais carreiras policiais, são 30 anos de serviço.

Então, militar federal e militar estadual 35 anos de contribuição ou serviço. Policial federal, policial rodoviário federal e policial civil, 30 anos de serviço.

Características da carreira já falamos, a economia...

Portanto, senhores, eu gostaria de encerrar, Senador, pedindo só mais um minuto a V. Exa., para trazer uma outra preocupação, que não recai sobre os policiais militares, porque aqui, como dito, aplicar-se-á a regra do pensionamento dos militares da União, enquanto não houver a lei específica, e o pensionamento do militar da União é integral.

Essa situação vai se abater sobre os policiais civis, sobre os policiais federais, sobre os policiais rodoviários federais, sobre os guardas municipais. Estou falando os agentes diretamente envolvidos na segurança pública. Exemplo: se hoje um policial tem um salário de R\$12 mil, ele institui uma pensão de R\$10.151. É um salário alto e uma pensão razoável, mas ele contribuiu a vida inteira com 11% do seu salário, sem estar ali limitado ao teto do Regime Geral de Previdência. Aprovada a PEC 06, na formatação trazida – eu vou resumir por que –, é possível divisarmos que essa pensão vai ser de cerca de R\$2,6 mil por mês. Essa pensão vai ser de 25% daquela que é hoje. E a diferença entre uma pensão e outra, Senador – concluindo –, é a data da morte. Se o policial falecer na véspera da aprovação da reforma, ele vai instituir uma pensão de R\$10.251. Se ele tiver 20 anos de serviço e uma única dependente – pode ser uma criança de três anos de idade – e ele falecer na data seguinte à promulgação da PEC, essa pensão vai ser de R\$2.592, 25% do que era até então.

Quem trabalha com segurança precisa de segurança, segurança para sua família, segurança para os seus entes.

Tenho certeza de que o Parlamento irá avaliar com absoluta tranquilidade e ponderação. Esta é a função do Parlamento: aqui se fala, aqui se discute, aqui se decide.

Agradeço mais uma vez a atenção de V. Exas. e o convite a mim formulado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Paulo Penteado.

Eu quero aqui colocar em votação o empréstimo à cidade de Camaçari, com a presença do meu querido amigo Angelo Coronel e do Senador Otto, que já pediu a palavra.

Nós já colocamos aqui em discussão, mas abrirei ao Senador Angelo Coronel e ao Senador Otto, que são do Estado da Bahia, e nós temos número regimental para votar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, eu gostaria de solicitar a todos os nossos pares a aprovação da contratação dessa operação de crédito da qual irei votar a favor, mesmo fazendo parte de uma bancada na Bahia de partido adversário ao do atual Prefeito de Camaçari. Mas o nosso grupo tem por premissa não se utilizar de atributos partidários para ser contra a aprovação de algo que é benéfico para qualquer cidade. O Município de Camaçari, que sedia a Ford, sedia o Polo Petroquímico, é um dos Municípios mais pujantes do Brasil, e será necessária essa contratação, para aplicar nas obras de infraestrutura.

E queria também aqui nomear a presença do Prefeito de Camaçari, que se encontra nesta Casa, nesta Comissão, o Prefeito Elinaldo, juntamente com o Deputado Paulo Azi, que representa tão bem o Município na Câmara Federal, que estão ansiosos pela aprovação dessa contratação, dessa operação de crédito.

No passado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Governo da Bahia, que era contra o Planalto, teve suas aprovações, mas o crédito nunca chegou a ser assinado, nunca chegou a ser liberado. Isto é uma prova de que, mesmo sendo de partidos divergentes, nós não iremos de encontro aos anseios do povo de Camaçari.

Então, eu irei votar favorável a essa contratação e tenho certeza de que toda a bancada da Bahia aqui no Senado irá também praticar o mesmo ato.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, da mesma forma, vamos encaminhar o voto a favor do empréstimo que é proposto hoje aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Esses são recursos para aplicação na área do desenvolvimento urbano, social, ambiental, e o Município de Camaçari agrega, hoje, o Polo Industrial de Camaçari, com uma planta industrial muito diversificada, com vários setores da indústria automotiva, Coloplast, várias áreas que hoje contribuem muito para a geração de emprego e renda. Portanto, nada melhor do que aprovar aqui esse empréstimo. E que possa ser aplicado para ampliar esse setor.

Camaçari tem um dos órgãos mais importantes de controle ambiental, que é a Cetrel, que executa um dos melhores serviços de controle ambiental de tratamento de afluentes líquidos e sólidos. Portanto, aplicar nessa questão urbana, ambiental, é importante para a preservação de todos os mananciais que nós temos lá, na área da região metropolitana de Salvador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu encaminho o voto a favor e peço aos nossos Senadores e Senadoras que possam também votar da mesma forma.

E, em aprovando agora, Sr. Presidente, eu já encaminho aqui um requerimento para que a matéria possa tramitar em regime de urgência. Encaminho aqui à Mesa. Desde que aprovado, encaminho o requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Presidente Omar, inicialmente, um bom-dia a todos os senhores e as senhoras.

Bom, em relação a esse projeto aí, não há nem discussão, até em homenagem ao Senador Angelo Coronel, que voltou da recuperação depois de um susto e está um fiozinho de ouro, segundo ele. Então, não há como discutir. Quero acompanhá-los.

Agora, permita-me dizer que vai começar a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, e eu tenho uma propositura a fazer lá, de uma audiência pública em relação aos combustíveis, e, como eu estava ouvindo, em meu gabinete, o Coronel Miler falar e cheguei aqui nos momentos finais de sua fala, e agora a voz também do Ministério Público, eu só queria deixar registrado aqui, não como pergunta, mas como minha opinião totalmente favorável a esta classe que eu tanto respeito, porque só estou aqui vivo graças à Polícia Militar de Goiás, que, mesmo contrariando uma decisão, na época, do nefasto Governador de Goiás, Marconi Perillo, que queria a minha morte, como todo mundo em Goiás sabe disso. No hotel que eu morava, policiais chegaram para me matar, no apartamento 401, uma e meia da madrugada. E eu fui salvo por três policiais militares que impediram e disseram: "Matar o Kajuru não, porque o Kajuru sempre defendeu a nossa classe".

E eu queria dizer que o Major Olimpio, ontem, estava com o meu irmão Datena, jantando à noite, e, depois do jantar dos dois, o Datena me ligou, e a gente estava conversando – o Major conversou com ele –, e eu faço aqui uma observação rápida, como juvenil aqui no Senado, ao lado do Senador Tasso Jereissati e de tantos outros aqui, do Esperidião Amin... Eu fico pensando o seguinte: como que a gente, aqui nesta Casa, pode ser contra a classe dos policiais militares? Há os militares deste País, que, até então, neste Governo de erros primários, o Governo do Bolsonaro... Quem está evitando o pior é exatamente quem? Os militares. Eles é que estão evitando o pior do seu Governo, Major Olimpio. Não brigue comigo não. Não me bata não. Bata palma para os seus militares colegas, porque eles estão salvando as bobagens que o seu Governo fala, porque antes de acionar a boca não liga o cérebro, até porque alguns nem cérebro têm...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem total apoio meu a classe dos militares presentes. Eu queria deixar registrado aqui, ao ter que deixar esta reunião.

Muito obrigado e lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o relatório do Senador Marcos Rogério.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação o pedido de urgência feito pelo Senador Otto Alencar, subscrito pelo Senador Angelo Coronel, da Bahia, que apresenta o requerimento de urgência para ser votado em Plenário.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como estão.

(Pausa.)

Aprovado.

Aprovada a apresentação de requerimento de urgência para a matéria, ela irá ao Plenário para ser votada.

Senador Major Olimpio, para tratar sobre a audiência pública.

O senhor tem cinco minutos, como autor, para fazer os seus questionamentos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, todos os nossos convidados, Senadores, o Brasil que nos acompanha.

Para mim, eu só posso ter agradecimento, em primeiro lugar pela condução do Senador Omar Aziz nesta Comissão, por todos os Senadores que aprovaram de imediato, ao Senador Rogério, que, no mesmo viés e na mesma preocupação, também apresentou um requerimento para que tivéssemos essa pauta discutida. E não poderia ser diferente a qualidade dos conteúdos aqui trazidos pelos nossos painelistas.

Muito embora o Senado tenha uma participação, após todos os debates, após a Comissão Especial, se Deus quiser, passar a existir, após a votação da admissibilidade constitucional hoje, nós teremos um cenário no qual se vai discutir, efetivamente, o mérito dessa PEC 6.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria até, posteriormente, com o Felipe Salto, de ter mais informações. E eu vi ali um quadro que até me preocupou, com relação às necessárias correções.

Há injustiças na carreira e nos valores salariais dos militares federais, mas me parece que eu vi ali que, num espectro de 14 ou 15 anos... E hoje não estaria num patamar no qual a correção tem sido maior do que a inflação.

Isto derruba um pouco a argumentação: no momento em que estamos pedindo o sacrifício de todos, estarmos promovendo aumentos salariais efetivos em relação ao projeto específico dos militares. Depois eu até pediria a consideração da experiência dos senhores em relação à necessidade e à oportunidade, e não à obrigatoriedade, de termos uma legislação de cunho federal e, até aproveitando a presença de um douto do Direito, Dr. Paulo Penteado, a impressão em relação à constitucionalidade de uma norma federal impondo obrigações e podendo até romper o teto dos Estados e coisa parecida, em relação a uma legislação futura para os militares e bombeiros militares.

O Coronel Miler é nosso amigo há muitos anos. Ele falou não só com conhecimento, mas com o coração e com a experiência. Muita gente fala da polícia ou da polícia militar, mas poucos tiveram oportunidade de vivê-la com tanta intensidade no Brasil todo quanto o Coronel Miler.

Eu gostaria, para encerrar as minhas considerações, de dizer o seguinte: eu fiquei muito impressionado, nos debates da PEC 287, no momento em que...

(Soa a campainha.)

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – O Dr. Paulo Penteado, fazendo uma avaliação sobre os dados apresentados pelo Governo, já que nós estamos discutindo sigilo de dados ou não neste momento... Mas o Dr. Paulo Penteado, muito embora seja um promotor, foi pesquisar e buscar nos próprios dados do Governo, naquele momento, e ele constatou que o Governo apresentava, em documentos diversos, fosse no Orçamento, fosse nas suas avaliações que ensejaram a PEC 287, dois PIBs para os mesmos anos, no mesmo País, e com percentuais absurdamente equivocados.

Também eu gostaria de ter uma avaliação do senhor ou que o senhor pudesse esclarecer ao Senado, neste momento, a sua busca de dados e o que o senhor desmontou. Essa foi a grande verdade, Sr. Presidente, e até virou um livro o trabalho dele, porque ele desmontou os números, se não manipulados, mas mal apresentados, que ensejaram a derrocada da PEC 287.

Todo momento que nós estamos de construção é o momento mais do que próprio, e se o Dr. Paulo Penteado pudesse esclarecer, principalmente ao Senado, em que nós vamos ter mais tempo de amadurecimento e estudo, enquanto se debate lá na Câmara, a avaliação que ele buscou e a forma com que buscou, e que o senhor pudesse também deixar para esta Comissão, posteriormente, a sua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação produzida naquele momento, que foi absolutamente importante e, eu diria, imprescindível para o debate.

São essas as minhas considerações.

Cumprimento-o pelo trabalho que tem feito, a busca de dados, a busca da verdade, com transparência, sem ter aí o sentido de torcida nenhuma, e sim uma avaliação científica. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Major Olimpio.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar convidado.) – Queria agradecer primeiro ao Presidente Omar Aziz e parabenizá-lo, parabenizar a todos os expositores.

Primeiro, nós precisamos fazer um debate sobre o que é um país e como se organiza uma sociedade e suas necessidades.

Esse debate em que nós colocamos uma conta sempre do que arrecada, da receita e da despesa, para justificar a existência ou não de determinadas políticas e de determinadas ações de Governo pode inviabilizar a própria existência de um Estado, de um Estado democrático de direito e de um Estado solidário. Então, quando a gente questiona o que se investe no BPC e na aposentadoria rural, a gente está questionando o modo como se distribui riqueza mais eficaz e que acabou com a miséria entre os idosos no nosso País.

Então, a gente precisa ter clareza de que uma sociedade e a sua economia, um Estado, um país, precisa cuidar dos seus idosos, precisa cuidar dos trabalhadores, precisa cuidar de toda a sociedade, e ela precisa ter um grau de solidariedade muito forte. A primeira questão que eu queria trazer é essa.

Então, nós não podemos questionar se temos que ter uma força militar para defesa do País. A gente precisa respeitar e valorizar, de modo a garantir as especificidades do que é uma força de defesa de um País – e isso tem um custo. E nós não podemos pensar de uma forma que é quanto eu arrecado e quanto eu gasto. Isso faz parte da atividade da construção de um país. Isso é um fato.

Agora, aqui me chama atenção que, nesta proposta, os cabos e soldados foram pelo Governo, de certa forma, deixados de lado, do ponto de vista da melhoria dos seus ganhos.

Então, vamos lá: pelo projeto encaminhado, terão aumento de 10,5 pontos percentuais na sua alíquota de contribuição, enquanto os oficiais terão um aumento de 3 pontos percentuais. Ou seja: quem ganha menos vai pagar mais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, o projeto prevê a criação de um adicional de disponibilidade de 41% para um almirante de esquadra e um general de Exército, enquanto para um soldado ou segundo-tenente esse adicional é apenas de 5%.

No mesmo sentido, o adicional de habilitação de um cabo ou soldado será de 12, enquanto para um oficial-general passará de 30% para 73%. Ou seja: o projeto aumenta a desigualdade dentro da carreira, visto que os militares da base serão ainda mais sacrificados para financiar parte dos ganhos mais expressivos dos militares de alta patente.

Então, eu acho que, independentemente da questão de qual é o custo...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e a gente precisa ter uma equação para resolver isso, e a sociedade brasileira precisa ser chamada a essa responsabilidade...

A outra questão é a seguinte, que essa economia prevista prevê uma redução de efetivo. Quem disse que vai haver redução de efetivo ao longo deste período? Se vai haver redução de efetivo, a tese de que uma força militar é relevante para o País cai por terra. Nós não podemos ter redução de efetivo. Aliás, nós precisamos de mais efetivo.

Então, a regra que foi revelada – depois de uma luta com um Governo que esconde informação, que não revela as informações, que não publiciza, que não diz como são feitos os cálculos, provando a mais absoluta falta de transparência, o que é ruim para a democracia, ruim para o debate – não bate. Então, a gente precisa fazer o debate de outra forma; não um debate meramente econômico, como disse o Presidente Omar Aziz; a gente precisa definir que País a gente quer, que Estado a gente quer, que sociedade a gente quer. A gente quer uma sociedade solidária? A gente quer uma sociedade protegida? Então, esses cálculos não batem, porque 33 mil a menos? Não é verdade que isso vai acontecer. Eu acredito que a gente vai ter é 50 mil a mais, mais... Não os 33 mil; 20 mil a mais. Mantêm-se os 33 e mais 20 mil, porque é uma demanda, é uma necessidade da sociedade que a gente tenha.

E, por fim, eu quero dizer que há um problema que precisa ser equacionado entre essa proposta e os Estados.

Os Estados que têm os seus regimes próprios de previdência nos quais faz parte a carreira e o sistema de pagamento de aposentadorias, pensões dos militares, já cobram uma alíquota de 14%, 12%. Então, é preciso um debate com os Estados, sob pena de a gente aprofundar a crise fiscal dos Estados.

Então, o que eu queria chamar a atenção, neste momento, é que o Senado da República e nós, Parlamentares, precisamos compreender: não se faz um país, uma nação, sem direitos, sem exército,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sem Forças Armadas, sem polícia, e isso tem um custo, e a sociedade precisa ter clareza de que esse custo é ela quem tem que pagar.

E não se faz uma sociedade com grandes desigualdades, porque não haverá polícia, não haverá força que dê conta de vencer o crime e a necessidade de as pessoas buscarem alternativas para suas vidas senão através de ações ilícitas ou criminosas. Porque na hora da fome, na hora do desespero, na hora da falta de oportunidade, na falta de protagonismo econômico e social da nossa juventude, é o crime quem recruta e coloca para trabalhar. E, se a gente não tiver um Estado solidário e se nós não compreendermos o que fazer, a gente não dá a nossa contribuição.

E eu queria deixar mais um "dadozinho": nós somos a sexta taxa de juros reais do mundo – quinta ou sexta. Nós pagamos mais do que a média, Senador Otto: 400% de juros reais.

Por que o tabu contra a taxa de juros? Por que não começarmos a discutir a separação entre a taxa de juros para a dívida pública e a taxa de juros para o controle da economia? Existe essa possibilidade? Por que não? Para a gente reduzir o déficit fiscal. Por que não acabar com determinados incentivos fiscais de 1 trilhão para as empresas petrolíferas, que é o trilhão que a gente está dizendo que vai fazer economia?

Então, a gente precisa saber se a gente quer mesmo um país de verdade, porque eu, como o Tasso, somos social democratas. Eu, mais socialista, mas social democrata tanto quanto o Tasso Jereissati. E eu acredito numa sociedade baseada na fraternidade, na igualdade e na solidariedade, porque, felizmente, eu nasci depois da Revolução Francesa.

E o que nós estamos vendo, Major Olimpio, é que este Governo está se colocando pré-Renascimento, pré-Revolução Francesa... É um Governo que, ideologicamente, nos coloca nas trevas. E a gente precisa reagir a isso não com discurso, mas na prática, com efetividade.

Vamos reduzir a taxa de juros. Vamos acabar com as isenções fiscais e vamos definir claramente que militar, que pobre, que deficiente, que todos têm direito de ter uma vida e ter dignidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

V. Exa. nasceu bem depois da Revolução Francesa. Não foi depois não: foi bem depois.

Mas eu...

Temos aqui o Senador Izalci inscrito e o Senador Tasso. Eles dois farão os seus posicionamentos, e aí eu passo para os senhores responderem. Pode ser?

Senador Izalci, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar convidado.)
– Sr. Presidente, eu fiz questão de participar desta audiência por conhecer um pouco também a realidade das Forças Armadas. Com certeza, faremos outra audiência pública com a presença dos representantes das Forças Armadas, inclusive do Tesouro e da Previdência para que a gente possa realmente mostrar essa diferença que existe entre civil e militar.

Quando Deputado, nós criamos uma subcomissão na Comissão de Defesa Nacional exatamente por isso, porque os militares não podiam – nem podem ainda – ser sindicalizados, ter sindicato e seu representante. E no Brasil é muito assim: quanto menor a corporação ou o número de servidores e a capacidade de mobilização maior, conseguem-se os reajustes muito maiores. Quando você tem uma quantidade maior e não tem capacidade de mobilização – até porque é proibida qualquer movimentação sindical –, você acaba ficando totalmente defasado. Nós criamos, então, essa subcomissão da Comissão de Defesa Nacional com relação aos militares.

Em 2001, há aquela medida provisória que até hoje não se votou, pela qual praticamente houve uma reforma da previdência nessa medida provisória. Para você ver, hoje o topo da carreira do militar, um general hoje está ganhando o salário inicial de um concursado aqui na no Senado na Câmara. Então, você contrata hoje um servidor da Câmara e do Senado com o salário inicial que é o topo do salário da carreira de um general de quatro estrelas.

Então, há muita de defasagem com relação a essa questão dos militares. Nós tínhamos não só isso, essa questão da defasagem... Hoje você tem praticamente um subtenente ganhando o salário de um soldado das corporações estaduais. Quanto a essa reestruturação que veio junto com a reforma da previdência – talvez a gente pudesse discutir a forma como foi feita –, era necessário que viesse realmente essa reestruturação.

Aqui, quando há algumas diferenças de reajuste, de gratificações, é exatamente para reequilibrar esse plano de carreira dos militares. Nós temos – como foi dito aqui – que os militares praticamente de dois em dois anos têm de mudar. Até 1994, quando os militares tinham alguma dificuldade financeira, ficavam doidos para mudar de cidade, de preferência para o Município mais distante possível para você ter aquele auxílio de mudança. Hoje os militares estão pagando para mudar. Apesar de ser obrigatório, eles pagam, porque o valor que teve alguma coisa reajustada parcialmente agora, mas desde 1994 não tinha reajuste na tabela. O salário família dos militares era de 16 centavos, não pagava nem a tinta do contracheque do pagamento dos militares.

Então, para vocês terem ideia, o militar preza muito pela hierarquia, pelo comando. O Comando Militar sugeriu, determinou que ninguém entrasse na Justiça com relação aos planos econômicos. Todo mundo recebeu o serviço e os militares não receberam. Aqueles que entraram na Justiça receberam. A AGU, inclusive, fez uma súmula, não recorriam mais, porque o Supremo deu ganho de causa para os militares, mas a grande maioria deles não conseguiu, porque foi orientada a não entrar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Justiça e agora está prescrito. Na época em que eu fiz esse cálculo, eram quase 7 bilhões. Então, há uma série de defasagens que justificam realmente essa reforma.

Vou esperar realmente o próximo debate com relação especificamente às Forças Armadas, mas eu não tenho nenhuma dúvida de que os militares precisam de tratamento diferenciado, como foi fartamente demonstrado aqui pela exposição.

Agradeço.

Vamos depois trazer aqui os representantes do Governo, seja do Tesouro, seja da previdência, seja das Forças Armadas, para debater essa reforma.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para interpelar convidado.) – Presidente, senhores convidados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esta é uma discussão importante e esclarecedora.

Acho que não existe nenhuma dúvida aqui em relação à necessidade de haver uma diferenciação entre a carreira militar e a carreira civil. A carreira militar, é evidente, tem suas especificidades, diferentemente da carreira civil.

No entanto, também é preciso reconhecer que existem algumas distorções. No meu Estado, o Ceará, por exemplo, existem vários coronéis da Polícia Militar que se aposentam com 42 anos, 43 anos, o que, a meu ver, do ponto de vista de justiça, é uma injustiça, porque uma pessoa com 42 anos ou 43 anos, apesar das especificidades da sua carreira, ainda está em plenas condições mentais e físicas de trabalho. Pelas informações que tenho, por exemplo, do Estado de São Paulo, do nosso querido Major Olimpio, e ele me corrija se eu estiver errado, existem cerca de 2 mil coronéis aposentados contra 80 na ativa. É um número que parece que eu li outro dia em algum lugar. Isso distorce, do ponto de vista do balanço econômico-financeiro, qualquer sistema de previdência, novamente reconhecendo que é uma ação estressante, que leva a vários riscos etc., mas isso precisa ser mais bem avaliado.

Eu tenho uma dúvida aqui que eu queria perguntar ao Felipe e ao Daniel, que estudaram bem o assunto e, se não estou enganado, não foi muito bem atentado pelos Governadores. Define-se no projeto que a alíquota de contribuição na ativa será de 8,5%. É isso, Felipe? E essa lei será, todo esse projeto será estendido aos policiais militares dos Estados. Lembro que, em alguns Estados, a contribuição já é de 14% e, em outros, de 11%. A minha dúvida é a seguinte: será reduzida, por extensão, nos Estados, a contribuição da Polícia Militar ou isso bate em algum tipo de obstáculo legal? Porque se for assim, pode causar um furo grande nas expectativas da maioria dos Governos estaduais. E acho que isso não foi bem estudado ainda, se é que eu não estou enganado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Tasso Jereissati faz a pergunta ao Felipe.

Passo a palavra ao Felipe para que ele possa responder.

Só dando uma contribuição, Senador Tasso, no meu Estado da Bahia a contribuição é 14%. No Ceará também?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – No Ceará também, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ah! Sim, está bom, está o.k.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Vou começar de trás para adiante, então.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Porque foi também a pergunta do Senador Otto?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Foi. Exato.

O Senador Major Olímpio também fez um questionamento?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Fez. Eu anotei aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Senador Major, o senhor nos pegou de surpresa, mas a gente já está avaliando esse tema. O Senador Otto até fez a mesma pergunta. A minha impressão é de que para quem tem alíquotas maiores não vai haver redução, quer dizer, ficará em 14, porque o que a proposta está propondo? É de 7,5% a 10,5%, escalonado. Então, começa em 7,5; depois, 8;5; e 10,5.

Agora, no caso dos Estados que já têm alíquotas maiores, eu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Sim, eu entendo que não vai aplicar a redução.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – O senhor está falando da própria simetria?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pois é.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Então o militar do Estado só entra na hora da porrada?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Pois é. Então, assim, de novo, a gente vai avaliar isso com mais calma, até porque o Daniel, eu e outros lá na equipe estamos vendo esses detalhes. O tema é muito complexo. Então, o que a gente vai fazer é consultar, inclusive, a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – ... Consultoria Legislativa da Casa, que é dessa área jurídica, para poder esclarecer isso e dar uma resposta com mais profundidade.

Agora, vou então seguir a ordem aqui dos...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Esperidião quer que se conceda a palavra a ele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Eu tive de sair para participar da reunião da Comissão de Infraestrutura e não quis interromper quando exatamente o Sr. Felipe estava fazendo a explanação, muito bem complementada pelo Cel. Miler e pelo Dr. Paulo Penteado.

O senhor tem, ou o IFI tem um levantamento da situação de contribuição por Estado? Indo ao encontro também do que me parece que o Senador Tasso indagou, ou seja, qual é a contribuição, hoje, do servidor público, regime geral dos servidores públicos dos Estados, e dos militares estaduais?

Eu acho que essa estatística, ou melhor, esse levantamento é muito importante, porque eu não tenho esse dado e não o leio em nenhum documento, dos muitos já produzidos sobre reforma da previdência. O que eu sei é que em Estados como o Rio Grande do Sul houve dificuldades jurídicas para a elevação, ou seja, o Judiciário do Rio Grande do Sul teve uma decisão contrária. No Estado de Santa Catarina isso já foi adotado em 2015 e gradualmente se chegou, em 2017, a 14% de contribuição. O Estado de São Paulo iria fazer em seis anos, mas não sei se fez. Prefeituras, como a de São Paulo, já aprovaram. Então, o mapa desse assunto é importante, tanto no tocante à previdência, como um todo como no caso específico da abrangência dos policiais militares e bombeiros militares, para que se tenha uma avaliação sobre qual será esse impacto nos Estados.

O segundo elemento que eu também lhe iria pedir é a questão da projeção das idades de aposentadorias novas. Há aquela tabela das idades de aposentadoria atuais e as idades de aposentadorias projetadas pela aplicação da reforma da previdência nos militares estaduais. Eu acho que esse impacto não foi avaliado ainda de maneira correta e eu acho que poderia fazer parte do próximo boletim do IFI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Se você não tiver esses dados, qualquer projeção do déficit é furada.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Vamos seguir a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se tem a repercussão da reforma da previdência sobre as finanças estaduais. E eu acho que esse é um assunto muito sério que não foi abordado com a necessária profundidade.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vou pedir que o Dr. Felipe retome as suas ponderações.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Senador Esperidião, nós estamos neste momento lá com um dos analistas fazendo o levantamento dos dados estaduais. No *Boletim 26*, que os senhores têm em mãos, nós fizemos um primeiro levantamento de dois informativos, que é o DIPR, divulgado pela previdência – agora pelo Ministério da Economia –, e do chamado RREO, que é o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, prestado pelos próprios Estados e Municípios.

Então, o que nós conseguimos até agora foi fazer um levantamento inicial do déficit por Estado, coisas mais gerais. Agora, essa sugestão é essencial, quer dizer, nós precisamos ter também dados mais detalhados, de idade inclusive, para a gente poder saber qual vai ser o impacto. O que se sabe já de antemão, ainda sem ter a posse de todas essas informações, é que o impacto é grande sobre os Estados. Por quê? Porque os Governadores vão ter um poder que eles não têm hoje: a PEC determina que o Governador vai ter 180 dias para decidir qual vai ser a alíquota.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Não, o projeto é federal. A PEC 6 está falando que é federal...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Não, estende para Estados e Municípios.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele estende para Estados e Municípios.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Veja a PEC 6 aí...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A PEC é federativa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Lei é federal, não é lei estadual, não é cada Governador que vai fazer o seu não – está aí na PEC.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu penso como o Senador Major Olímpio: ela é federativamente impositiva.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Senador Major Olímpio, eu não estou me referindo aos militares, mas aos servidores em geral. Nos regimes próprios, o Governador vai ter o poder de fixar...

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Não tem! Está escrito na PEC que é uma lei... Cento e oitenta dias... É uma lei federal estabelecendo regimento para o País, em similaridade com a das Forças Armadas. Aí não se está falando que Governador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, pelo contrário, isso foi uma conquista dos Governadores, vai ser federativa.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Enfim, o que nós avaliamos é o seguinte. Vai haver um prazo para que a alíquota seja fixada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Enfim, o que nós avaliamos é o seguinte: vai haver um prazo para que a alíquota seja fixada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – ... no mínimo, 14%; podendo ou não se aplicar a progressividade que está sendo aplicada no caso da União. Então, estritamente do ponto de vista fiscal, a gente vê isso como positivo, porque os Governadores vão ter hoje algo que vem de cima para baixo que vai permitir que se tenha alíquotas maiores e contribuição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Os Governadores que pediram isso.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Eles não querem o ônus.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Passando, então, para os outros questionamentos.

O Senador Major Olímpio colocou uma série de questões, sobretudo a questão salarial, de correção, aqueles dados são dados médios, a gente pegou o soldo e mostrou com relação à evolução do IPCA. Agora, nós...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Soldo base, não é?

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso. Agora, nós podemos olhar carreira por carreira, o Daniel até me alertou, há alguns que podem ter tido mais do que aquilo e outros que tiveram menos.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Isso é importante, senão desmonta.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Exato. Claro.

A média tem esse problema. Você está com a cabeça no refrigerador e o pé no forno, na média você está com uma temperatura boa. Mas é uma estatística que a gente simplifica para poder fazer análises mais gerais.

Outro ponto importante é a respeito do sigilo, que o senhor colocou e outros Senadores também, é importante dizer que há muito dado disponível. Essa coisa do sigilo, claro que é importante que o Governo divulgue os seus números, mas, por exemplo, nós na IFI, com dados públicos – não há nenhum dado que não seja público que foi utilizado nesses dois relatórios –, fizemos todas essas contas do regime geral. Agora, fizemos um ofício para pedir os dados dos servidores – aí é mais difícil – e fomos atendidos também, já estamos com os dados. Por isso, nós estamos demorando um pouco para divulgar os cálculos do RPPS.

O anexo da LDO, por exemplo, é riquíssimo, traz um monte de dados, traz metodologia de cálculo. Então, é uma questão também de haver uma dedicação, análise disso. Isso não anula o argumento de que é preciso ter transparência. A IFI foi criada para isso, então, a gente espera contribuir nessa direção de publicar as informações que a gente calcula.

O Senador Rogério Carvalho também coloca a questão de que a ótica fiscal estritamente é preocupante, porque há frieza nos números, etc. Claro, do nosso ponto de vista, da Instituição Fiscal Independente, ela foi criada para isso, para mostrar os números. É claro que os números são utilizados pelos políticos da forma que os senhores que têm voto acham que devem fazer. Então, o nosso objetivo é tentar prestar as informações da forma mais adequada possível; claro, sujeitos às críticas, ao escrutínio também de outras instituições públicas e privadas que possam fazer o questionamento.

A respeito dos juros, que também o Senador Rogério Carvalho coloca, eu acho que cabe fazer uma ponderação. De fato, a nossa taxa real de juros, que é o juro descontada a expectativa de inflação, que é o que importa para o empresário, para o investidor tomar a sua decisão, é a sétima maior do mundo. Isso é a ponta do problema, isso é consequência, quer dizer, se nós temos uma dívida crescente, um *déficit* fiscal tremendamente alto e nós temos uma dívida pública que, no conceito do FMI, já está em 87,72% do PIB, é digna de patamar de país desenvolvido. Então, como é que a gente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

quer ter dívida de país desenvolvido, *déficit* crescente e juros reais baixos? Essas coisas não conversam. A despesa com juros não é como uma despesa de investimento ou do Bolsa Família que a gente pode fixar no orçamento quanto quiser, sujeito à lei, é claro. O juro é consequência – ele é muito alto, ele é danoso, porque ocupa espaço no orçamento, etc. – do desajuste da política fiscal que nós estamos vivendo.

Finalmente, o Senador Izalci coloca questões importantes também, sobretudo das carreiras, da importância da reestruturação. Mais uma vez, o que nós fizemos foi mostrar o quanto isso vai custar.

E o Senador Tasso teve aquela questão a respeito do impacto nos Estados, que nós estamos avaliando. Também fica o nosso compromisso com o Senador Otto de trazer essas informações e as avaliações jurídicas também, com auxílio da Consultoria Legislativa, a respeito dessa aplicação para os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Se nos Estados são 14%, vão ter que baixar...

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Isso.

É isso, eu acho que eu atendi a todos os questionamentos.

Agradeço, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Algum Senador ou Senadora deseja fazer algum questionamento?

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não, é em relação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Major Olímpio, por favor.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar convidado.) – É, Cel. Miler, em relação a essa citação que foi feita pelo Senador Tasso do número de oficiais ou de coronéis da Polícia de São Paulo. Em determinado momento, inicialmente, o Governador do Rio que agora está preso saiu falando, jogando ao vento que a Polícia Militar lá tinha...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Qual deles, Major? Há vários presos. A qual o senhor está se referindo? Há uma tropa presa... (*Risos.*)

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Cabral.

Depois, o Alckmin também – esse ainda está solto – disse que teríamos milhares de coronéis, etc. e que isso implicaria... Eu gostaria que o Cel. Miler fizesse justamente uma manifestação sobre as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeções de carreiras – ele que lida com todas as polícias militares e a de São Paulo – para desmistificar essa questão, porque, muitas vezes, uma meia verdade é muito pior que a mentira.

Depois, para o Dr. Paulo Penteado, considerações sobre o levantamento que ele fez em relação à PEC 287, ao regime geral, aos regimes próprios. Ele tem uma contribuição, eu tenho certeza, que é muita vasta. Ele foi convidado para uma exposição sobre a questão dos militares e militares estaduais, que era o objeto desta audiência pública, mas a contribuição dele... Inclusive, eu gostaria que ele também fizesse uma avaliação sobre essa projeção de alíquotas que podem atingir até 22%.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Cel. Miler, primeiro.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Senador Otto, é só porque eu estou vendo que a Senadora está pedindo a palavra há um tempão. É só para...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Desde que o Major Olimpio possa permitir que a Senadora use...

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Após a discussão, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não. Então, vou aguardar a manifestação de V. Exa. Fique tranquila.

Pois não, Coronel.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Presidente, respondendo os questionamentos, o Senador Major Olimpio falou justamente dessa questão dos dados fornecidos desde 2001. E aí eu não estou legitimado para falar pelas Forças Armadas, mas nós convivemos, e participei de debates em que a associação das mulheres e pensionistas da Forças Armadas trouxe até uma tabela. O que aconteceu com os militares das Forças Armadas? Em 2001, eles já estavam com os salários baixíssimos, defasados. A prova é o que foi dito aqui pelo próprio Senador Izalci. Eu estou aqui com a tabela feita pelas viúvas e mulheres.

Para chegar a coronel, são 30 anos de serviço. O Major Olimpio sabe disso. Para chegar a coronel, são 30 anos, e poucos... Na nossa turma, 10% só chegaram a coronel. Então, nas Forças Armadas, um coronel está ganhando hoje, um coronel do Qema, que tem doutorado, está ganhando hoje bruto – bruto – R\$19 mil. Bruto. Eu sou professor em faculdade. Um defensor público meu aluno, em São Paulo, começa com 23 mil. Um coronel, final de carreira, com toda a responsabilidade, 19 mil bruto. Um analista nesta Casa aqui, em 2016, inicial, 26 mil. Analista, não estou falando consultor, estou falando analista. Então, os militares pegaram uma defasagem, e nós em São Paulo também pegamos, Senador Tasso, com o Governo Alckmin lá, nós pegamos uma defasagem em baixa. Eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

queria ir para Santa Catarina, uma PEC para fazer uma emenda para a gente ir para Santa Catarina. Por quê? São Paulo está do mesmo jeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Então o senhor veja: pegaram, em 2001, nessa defasagem. Eu tenho hoje um coronel com 19 mil; líquido vai dar 13 mil, com toda a responsabilidade que tem.

Então, essa defasagem foi que levou – inclusive foi dito na fala do Senador Izalci – para uma recomposição... "Ah! Não é com o Senado". Na carreira do Executivo, um analista de orçamento está ganhando mais de 20, um oficial de inteligência da Abin está ganhando mais de 20, início de carreira. Os militares estão totalmente defasados.

E por isso que essa... Se é oportuno ou não vir agora essa reestruturação, mas ela é tardia. Aí, quando eu olho de 2001 para cá eu posso chegar a esse número, mas, se eu chegar ao valor inclusive hoje, real, numa visão social e de responsabilidade, um coronel das Forças Armadas está ganhando quase o que está ganhando um tenente da PM de Santa Catarina. Então, é um tremendo absurdo essa defasagem.

O Major Olimpio falou em relação à lei federal, foi debatida aqui, e também foi uma colocação do Senador Esperidião Amin, do Senador Tasso, do Senador Rogério e do Senador Otto. Qual foi a construção, e nós lutamos e os Parlamentares, desde a Câmara e aqui no Senado hoje, o Senador Major Olimpio... Qual foi a nossa discussão? É que Governos, Senador Tasso, desrespeitaram a Constituição.

Senador Tasso, eu peguei o senhor na época, em reunião no Senado, estava o senhor, o Senador ACM, Renan Calheiros, Demóstenes, reuni com o senhor lá na Presidência para debater a questão da segurança pública do País, que foi sempre uma preocupação de V. Exa. Ou seja, os Governos estaduais, a cada reforma que passaram aqui, não respeitaram a Constituição, porque a Constituição, para o militar federal, é a mesma que para o estadual. Alguns Governos, atropelando a Constituição estadual, saíram instituindo regime previdenciário para o militar estadual, quando eu não tenho base nenhuma constitucional para isso.

Aqui está o Dr. Paulo. O tratamento ao Ministério Público da União ou estadual é o mesmo na Constituição, do servidor federal, estadual ou municipal é o mesmo na Constituição. E do militar? É o mesmo na Constituição. E alguns Governos saíram colocando o militar até em regime de previdência complementar, celetista. Nós temos ADI no Supremo que já estava seis a três que não pode. Aí o Ministro Toffoli mudou o voto, está cinco a quatro. Nós ingressamos com ADI no Supremo demonstrando que isso é flagrantemente inconstitucional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em Santa Catarina, pegando o exemplo do nosso Senador Esperidião Amin, foi feito o quê? Uma lei à parte, porque o militar tem que ter uma lei à parte, e nunca se colocar no mesmo regime. Aí nessa colocação, respondendo à pergunta, alguns Estados já saíram colocando previdência para o militar quando não há na Constituição, colocando contribuição para aposentar quando não há na Constituição e colocando alíquotas, nivelando com servidor. Então, respondendo à pergunta, temos dez Estados com 14%. **O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agradeço, porque o senhor está atendendo a solicitação que eu fiz a ele.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso vale para o civil e vale para o militar.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não tenho um cenário nacional do militar.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Então, para o militar, nós temos dez Estados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – ... com 14%. Eu tenho 15 Estados com 11% e eu tenho dois Estados com 13%.

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Eu tenho 15 com 11; 10 com 14; e 2 com 13. Então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Santa Catarina está com 14?

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Santa Catarina, 14.

Então, o senhor veja: saíram... Agora, isso é flagrantemente inconstitucional. Agora, nessa linha é que vem a discussão que foi colocada pelo Senador Rogério. Eu tenho que dizer o seguinte: que Estado que eu quero?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São Paulo está com 11?

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – São Paulo está com 11; São Paulo, 11.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Que Estado que eu quero? Eu quero um Estado que atenda a demanda social?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Coronel, mas, pelo seu entendimento, então, essa lei se estende para os Estados?

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Esse foi o nosso pedido, Senador Tasso Jereissati, que o tratamento dado aos militares...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Então, o entendimento... Eu não estou afirmando; eu estou perguntando.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Então, esse foi o nosso pedido e foi isso que veio na PEC. O nosso pedido foi: o tratamento dado ao militar federal, que é regime constitucional militar, seja dado ao militar estadual, senão eu vou estar fazendo uma discriminação, que se refere a um dos princípios básicos da nossa Constituição democrática. Se é militar, é militar por inteiro ou, então, não o é.

Então, de que nós pedimos? Aí veio no texto. De que maneira? O tratamento simétrico, isonômico, em relação ao qual já há posição do Supremo. Nós temos a ADI no Supremo em que o Supremo fala: a legislação do militar estadual tem que ser isonômica, simétrica ao do militar federal; isso é princípio constitucional. Agora, o que traz esse texto? Traz, de forma bem clara, que vai ter que haver uma lei complementar federal alterando, porque foi alterado na proposta do art. 22, inciso XXI, e no art. 42 da Constituição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela complementar a questão federativa.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Exatamente, essa lei complementar federal vai trazer as condições de inatividade e pensão do militar estadual que deve ser simétrica à do militar federal. Enquanto essa lei não vier, fica valendo a Lei das Forças Armadas. Aí vem a indagação: o que eu aplico da Lei das Forças Armadas? O texto é bem claro, as regras de inatividade e pensão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Inclusive, a questão da equivalência por postos.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Sim, é a mesma coisa; exatamente, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso é uma outra questão que eu pedi para ele levantar.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é nesse sentido que nós respondemos, que nós estamos trazendo de novo uma simetria. Eu não tenho, Senador Tasso, Senador Esperidião Amin... Quanto ao servidor federal, qual será a regra previdenciária dele? A mesma do estadual, a mesma do distrital e a mesma do municipal.

Para o Judiciário da União e o Judiciário estadual a regra será? A mesma. Para o Ministério Público da União? A regra será a mesma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Agora, para os militares estaduais estariam sendo deformados pelo Estado.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Mas, Cel. Miler, diante disso, no entendimento do senhor como professor, daria para, nessa mesma legislação, no mesmo projeto encaminhado dos militares, já que se aplicam as mesmas regras, então, poder-se-ia ter colocado já esse dispositivo em relação aos militares dos Estados? E, outra coisa, o senhor vê pertinência de emenda legislativa a esse projeto já fazer o estabelecimento dessa simetria?

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Senador Major Olimpio, constitucionalmente, isso é bem viável. Eu posso, à semelhança do que eu tenho a Loman, eu tenho a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. É uma lei complementar federal que trata toda a magistratura. Eu deveria ter uma lei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Que é extensiva, por equiparação, ao Ministério Público.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Perfeito, que é a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, também idêntica.

Eu poderia ter uma lei, um estatuto nacional dos militares estaduais e federais. Apenas a questão remuneratória que ficaria a cargo de cada ente da Federação. Eu deveria ter isso, até para harmonizar. Eu posso fazer isso alterando a PEC ou eu posso fazer isso na própria lei das Forças Armadas. É possível fazer uma citação nesse sentido.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – O senhor vê pertinência de alteração legislativa...

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Plenamente, plenamente.

Posso alterar a Constituição e fazer essa previsão... Porque hoje estão em dispositivos apartados na PEC, mas, quando eu vou hoje à Constituição, o art. 42 manda aplicar integralmente o 142 para os militares estaduais. Integralmente. Os §§2º e 3º, integralmente, do 142. Portanto, a anomalia foram os Estados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vem a colocação do Senador Tasso e do Senador Rogério: Estado que teve capacidade de mobilização não deixou ser jogado numa vala de tratamento fora do seu regime constitucional. Estado que não teve capacidade de mobilização, como a nossa polícia paulista, que é uma polícia disciplinada, hierarquizada, que não faz greve, Senador Tasso... O filho bom que não faz greve trabalha dobrado. A polícia paulista, que não faz greve, que fica disciplinada e hierárquica – porque o militar tem que ser assim – tem o pior salário e vai ser jogada numa regra cada vez mais penosa.

Então, nessa colocação – e, aí, eu respondo à colocação de V. Exa. –, Senador Tasso, não há como.

O Major Olimpio, que entrou ainda garoto na academia da Polícia Militar, entrou com 15 anos. Mais 30 anos, ele iria para a reserva com 45 anos. Quer dizer, para ir com 42 não há jeito, porque ele tem que entrar com 12 anos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer dizer, ele não contribuiu nem como aspirante.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Lá o aluno contribui. *(Risos.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não contribuiu nem como aspirante.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Quanto a esse negócio das escolas, que está sendo colocado agora, as escolas policiais militares já recolhem, o tempo todo, essa questão de 11%. Isso aí não traz inovação nenhuma não. Era nas Forças Armadas que não havia a contribuição.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Então, eu digo para o senhor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Major Olimpio está tão bem que eu acho que ele poderia se reapresentar e recomeçar a carreira. *(Risos.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Não dá mais para correr tanto.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Então, eu coloco para o senhor: essa possibilidade de 42 anos é impossível, porque ele teria que entrar na polícia com 12 anos. Na polícia não há como entrar; ele tem que ter a maioria para ingressar. Mais 30 anos, 48 anos. E, hoje, várias polícias militares colocaram nível superior – mais da metade. Esse homem entra com 23 anos, 25 anos, 30 anos. Mais 30... E isso já está corrigido pelo próprio nível de escolaridade de ingresso, como Santa Catarina e outros Estados fizeram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na colocação que o senhor disse, em relação a se ter 1.600 ou 2 mil coronéis e 70 na ativa, é bom nós corrigirmos isso, Senador Tasso, porque foi, com certeza, uma falta de informação ou uma inverdade do ex-Governador Cabral, que, depois, o Governador Alckmin reproduziu. Observe bem: eu coloquei aqui no quadro que eu, para entrar na polícia, entrei na academia; eu não prestei concurso para coronel, eu entrei no quadro de oficiais. Aí, a pessoa começa a analisar: "Coronel na reserva, coronel na ativa". Não: eu tenho que analisar o quadro de oficiais. Eu entro como cadete e faço a minha carreira inteira para sair coronel.

Aí, a pessoa desavisada pega coronel/coronel. Não, eu pertencço ao quadro de oficiais. Fazendo um paralelo para o senhor – eu coloquei aqui no quadro –, vamos pegar a Polícia Federal, que tem 14 mil homens: ela tem 1,5 mil, 1,4 mil delegados e estão todos como classe especial, seriam todos coronéis em 12 anos. Então, se eu fizer uma proporção, Senador Esperidião Amin, se eu tenho 14 mil, eu tenho 1,4 mil, eu tenho 10% do cargo máximo. A PM de São Paulo tem 140 mil homens. Se eu tivesse, na proporção da Polícia Federal ou da Civil, 10%, eu tinha que ter 14 mil coronéis e não, 1,6 mil. A prova de que o nosso sistema não é retangular, ele é piramidal. E na nossa turma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tentado pelo Napoleão ainda.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Exatamente.

E na nossa turma de 132 só 12 saíram coronéis – só 12 –, 10% saem coronéis. Mas usam uma inverdade, porque pegam o último ponto e falam: "Olha, existem 70 na ativa e 1,5 mil na reserva". Não pegam todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Coronel, o senhor me permite? Eu queria pedir ao Senador Otto que tomasse nota. Eu já recebi aqui três mensagens voltando a fazer a reclamação original de não termos convidado alguém das Forças Armadas.

Então, sei que não foi V. Exa. que fez os convites, mas que ficasse anotado para que o nosso Presidente Omar Aziz complementasse esta reunião oportunamente com um representante das Forças Armadas.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – É absolutamente pertinente, no espírito do que foi feito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente, eu sei que é pertinente. Já tinha sido falado aqui.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Se V. Exa. já puxar, a gente assina agora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu já faço o pedido a V. Exa. para que o Presidente Omar Aziz marque uma nova reunião pelo menos com um representante das Forças Armadas para que nós consertemos o equívoco. Também não é irremediável, não é sangria desatada, mas deve ser remediado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Eu dou o exemplo a V. Exa., Senador Tasso. A Polícia Civil de São Paulo – seriam equivalentes a coronéis – tem 270 delegados classes especiais. Então, as pessoas pegam o dado isolado: uma polícia com trinta e poucos mil homens tem 270 delegados com classes especiais, e a PM paulista só tem 66 coronéis – 66 coronéis – para 140 mil homens, 94 mil na ativa, somando para chegar aos 140 dos inativos.

Então, se eu fosse usar a regra das demais carreiras policiais, eu deveria ter 14 mil coronéis, se eu fosse usar a proporção das demais carreiras policiais. Mas usam o dado isolado e a desinformação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor já fez uma comparação com os departamentos de polícia dos Estados Unidos...

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – O senhor tem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... em que você é fardado até tenente e depois passa a ser civil? Aí não dá par fazer comparação, não é?

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Mas dá para fazer comparação, Senador Esperidião Amin. Vou dar um dado para o senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Kojak já era tenente, por isso que ele não usava mais a farda. *(Risos.)*

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Vou dar um dado para o senhor. As polícias no mundo – e aí vem uma anomalia brasileira – têm na parte investigativa delas 7%, no máximo 8% ou 10% da parte ostensiva. Essa é outra anomalia contra a qual o Senador Tasso vive lutando para a gente reformar.

Eu tenho em São Paulo 94 mil homens e quase 40 mil policiais civis sobrepostos. Esse modelo policial brasileiro que se torna ineficiente porque eu tenho duas metades de laranja que não se juntam, aí, acaba gerando essa anomalia, inclusive.

Em relação ao cargo de direção, qualquer instituição tem no máximo 11% de cargo em direção. Em São Paulo e nos Estados está abaixo disso. Por isso é até uma injustiça com a polícia paulista quando o ex-Governador Alckmin faz essa colocação, distorcendo os dados verdadeiros.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Concluiu, Coronel?

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Concluí, Presidente.

Agradeço a presença nesta Comissão, aos Senadores pelo convite, pelo requerimento.

Pela Federação dos Oficiais, estamos abertos a qualquer discussão.

Só faço uma última colocação, porque alguns estão distorcendo, falando que fere o pacto federativo eu tratar das PMs em nível federal na Constituição. Isso é um tremendo absurdo, porque já é assim hoje na Constituição. O art. 22, XXI, diz que é competência privativa da União legislar sobre normas gerais de organização, efetivo, garantias das polícias militar e bombeiros, porque o Brasil não tem uma guarda nacional e quem faz esse papel são as polícias militares e bombeiros. Por isso as normas gerais são da União. Agora, onde está o equívoco? Normal geral não são todas as normas. Cabe ao Estado fazer a norma geral suplementar e fazer as normas específicas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELIAS MILER DA SILVA – Exatamente. Por isso que o Pentágono conta as polícias militares como sendo tropa militar no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Dr. Paulo.

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR – Não sei se o microfone está funcionando, mas, se não funcionar, vai sem mesmo.

Quero cumprimentar meu amigo Gabriel, Vice-Presidente da minha associação, e o Rover, Diretor Fiscal, que estão aqui para a nossa honra.

Meu caro Senador Major Olimpio, primeiro problema: a lei complementar pode dispor sobre a situação das polícias militares? A Constituição pode dispor sobre isso? O Miler acabou com a minha graça, porque ele já trouxe a redação do inciso XXI, que determina o seguinte: lei complementar disporá sobre normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares. Isso já está hoje na Constituição, art. 22, XXI. O que se acrescentou ali foi a regra de inatividade e de pensionamento, o que também é insito à atividade.

Saindo do mundo do ser e indo para o mundo do dever ser, saindo do mundo do direito abstrato e indo para o mundo da realidade, um dos grandes heróis do Exército Brasileiro era o Sgt. Max Wolff Filho. O Sgt. Max Wolff Filho, que morreu na Segunda Guerra Mundial, era proveniente da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

força pública do Rio de Janeiro. O Pelotão de Polícia do Exército era formado por militares do Exército e militares da Força Pública paulista.

Indo mais à realidade do senhor, Cel. Miler, hoje o militar das Forças Armadas pode exercer patrulhamento ostensivo nas cidades? Se houve convocação, dentro da lei, da GLO, sim, ele pode. E o policial militar pode integrar uma tropa em situação de guerra? Sim. Em situação de paz? Também, em Suez. Quer dizer, isso é o que se chama de similitude constitucional de funções. E deve ser dado o mesmo regramento. "Ah, mas não foi dado até hoje". É um erro. É o erro do dever ser, não é o erro do ser. É o erro do fato, não é o erro do direito.

Quanto às análises econômicas, Senador, poderia falar alguns dados sobre isso, a primeira é a análise feita pelo Tribunal de Contas da União no acórdão publicado sob o número 1.295/17. O Governo Federal tem por obrigação da Lei de Responsabilidade Fiscal fazer a análise atuarial do Regime Geral e do Regime Próprio e incluir isso no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso vem também... Felipe, eu não chamava de "REO", eu chamava de RREO, mas esse até vou chamar de "REO". O RREO feito em 2016 projetava ali o déficit do Regime Próprio da União e projetava o déficit do Regime Geral de Previdência. Colocava a projeção em valores nominais do déficit e colocava também a projeção de quanto isso implicaria em percentual do PIB. Ele não diria: "O PIB, em tal ano, será esse". Agora ele faz. Nesse exercício do RREO ele não fez isso.

Mas muito bem, quando ele fez a análise do regime próprio, Senador Major Olimpio, ele disse que em 2060 o Brasil teria um PIB de R\$33 trilhões. Por quê? Porque ele falou que o déficit seria de R\$151 bilhões equivalente a 0,32% do PIB. Ora, se 151 é 0,32, cem por cento do PIB dá R\$33 trilhões, uma continha... Uma regra de três básica. Pois muito bem, quando ele fez já a análise do regime geral, ele projetou que, para aquele mesmo ano de 2060, o PIB nacional seria de R\$93 trilhões, mais especificamente R\$92,949 trilhões. Como é possível o mesmo País do mesmo Governo projetar dois PIBs diferentes para a mesma economia?

V. Exa. Indagou isso ao então Secretário da Previdência e indagou isso também ao então Ministro da Fazenda, como integrante da Comissão Especial da Reforma da Previdência. Eu não sei se essa resposta já chegou.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Posso fazer um comentário?

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR – Claro.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Talvez o que explique... Porque nós fizemos um escrutínio dessas planilhas que o Senador Paulo Paim, na CPI da Previdência, solicitou na época da PEC nº 287. Então, a gente tem lá na IFI todas essas planilhas. Aliás, está publicado, não é, no *site* da CPI. E o que parece ali é que o PIB é projetado pela evolução da produtividade que o Governo assume como premissa e da massa salarial. Então, não necessariamente esse PIB nominal embutido no modelo da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência, do próprio Governo, vai equivaler às projeções de PIB nominal. Por isso que você encontrou essa discrepância, provavelmente. Mas seria interessante...

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR – Mas essas discrepâncias, Felipe, estão no mesmo documento, no Relatório Resumido de Execução Orçamentária de dezembro de 2016, feito pelo mesmo Governo.

Quer dizer, eu entendo que o PIB é uma projeção. Não necessariamente uma projeção vai se realizar. Agora, o que não é possível é o mesmo Governo, analisando dois regimes diferentes, projetar dois PIBs diversos, com a ressalva: ele não apontou nominalmente o PIB, ele colocou o percentual, e uma regrinha de três chega a esse resultado. Daí a importância, Senadores, da transparência de dados!

Nós não trazemos aqui qualquer visão ideológica, qualquer visão pragmática; nós trazemos a análise da matemática. A Matemática é pura, não é ideológica. A matemática não é de esquerda, não é de direita, não é de centro. Ela não é liberal, ela não é conservadora. Ela é ciência. Daí a importância de que esses dados sejam abertos a toda sociedade.

E faço uma ressalva e concordo com você, Felipe. Não só os dados da União, mas também os dados dos Estados. Só assim nós conseguiremos fazer uma análise absolutamente serena da questão da previdência.

O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – Aliás, só para aproveitar o gancho, interrompo de novo.

Proporia ao Senador Otto, se ele achar relevante, assim como para os demais Senadores... Está nos jornais hoje que o Governo vai disponibilizar uma senha para acesso a um sistema para os técnicos da Câmara. Eu proporia, se fosse possível, que também nós do Senado, a IFI e as consultorias, tivéssemos essa senha. Na verdade, toda a sociedade, mas, se a gente puder ter também, seria ótimo, porque, com mais informações, a gente pode fazer mais contas, mais análises e tudo mais.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Isso é importante porque lá atrás ficamos sem respostas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não há dúvida nenhuma quanto à colocação do Felipe. Nós vamos encaminhar, vamos encaminhar.

Major Olímpio, eu até proporia, se quiser formalizar... V. Exa. poderia formalizar aí um requerimento pedindo que o Governo... Pode formalizar, depois V. Exa. encaminha. Pode formalizar oralmente aí, eu coloco em votação, e V. Exa. depois encaminha o...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode formalizar requerimento solicitando a senha, para que seja encaminhada para o Senado Federal...

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu formalizaria atendendo os ensinamentos de V. Exa. – acho que vai ser consensual na Casa. Que se colocasse em votação esse requerimento verbal para que tenhamos acesso à senha...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois V. Exa. pode encaminhar por escrito, de acordo com o Regimento Interno do Senado. Formalize, não tem nenhum problema.

Eu vou colocar em votação o requerimento do nobre Senador Major Olímpio.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para que o Governo Federal possa encaminhar ao Senado Federal, sobretudo à Comissão de Assuntos Econômicos, a senha para que nós possamos ter acesso a esses dados importantes, o que significará transparência na análise dos dados que o Governo Federal já deveria ter encaminhado para o Congresso Nacional.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu queria, inclusive, pedir que você concluísse, porque a Senadora Renilde Bulhões quer também apresentar requerimento.

Está com a palavra o Dr. Paulo Teixeira.

Eu abri um espaço aqui... Mas vou abrir para a senhora. Dê um tempo a... Ela já está esperando...

V. Exa. pode encaminhar o seu requerimento extrapauta para a análise dos Senadores e das Senadoras.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sr. Presidente Senador Otto Alencar, inicialmente eu quero parabenizar os convidados desta audiência pública, que tão bem discorreram sobre a reforma da previdência dos militares.

Apresento um requerimento dirigido ao Ministro de Estado da Economia com o objetivo de levantar informações sobre providências para a reinstalação e a retomada das atividades da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix). Nesse sentido, diante da urgência do tema, consulto V. Exa. sobre a possibilidade de submetê-lo à deliberação da Comissão nesta reunião de hoje ainda.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senadora Renilde Bulhões, estou de posse do requerimento, que está de acordo com o Regimento Interno e a Constituição Federal.

Eu coloco a proposta de V. Exa. em votação extrapauta.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, então, o requerimento da nobre Senadora, que será encaminhado ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, para que possa encaminhar a esta Comissão essas informações a respeito da Cofix.

Portanto, aprovado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 36, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o processo de reinstalação e retomada das atividades da Comissão de Financiamentos Externos (COFLEX).

Autoria: Senadora Renilde Bulhões)

Passo a palavra ao Dr. Paulo Teixeira.

O SR. PAULO PENTEADO TEIXEIRA JÚNIOR – Concluindo já, Senador Otto Alencar, eu gostaria de cumprimentar o Senado da República pela decisão aqui tomada, e o faço como cidadão brasileiro.

O Parlamento é o local de destino das nossas demandas, da busca do nosso futuro. Quiçá amanhã esses dados sejam abertos a toda a sociedade, mas os representantes do povo, os representantes dos Estados, a Câmara e o Senado já terão esses dados em breve.

Concluindo a última indagação feita pelo Senador Major Olimpio, sobre as alíquotas de 22% – alíquota ordinária, alíquota extraordinária pode ir além disso. Senador, eu não tenho dúvida de que uma norma constitucional pode apresentar inconstitucionalidade quando ela provém do poder constituinte derivado. Ou seja, não estava lá na Constituição originária de 1988. Se ela vem pelo poder reformador, ela tem que manter a íntegra do arcabouço constitucional então existente, ela não pode ofender cláusulas pétreas e não pode ofender princípios da Constituição imutáveis, e isso ofende – o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal já proclamou diversas vezes – a vedação da progressividade de tributo não vinculado, aliás, de tributo vinculado e também tem um nítido efeito confiscatório.

Com relação às alíquotas extraordinárias, gostaria de fazer uma ressalva muito breve. O subsecretário de previdência – não existe esse cargo, mas exerce a função –, Dr. Rolim, que eu conheço e é muito competente, deu uma entrevista outro dia ao *Correio Braziliense*, e nessa entrevista perguntaram a ele, Senador Otto Alencar, qual é o mundo ideal para a previdência. Ele disse: "Olha, o ideal é que o déficit permaneça estabilizado em face do PIB". Mas e o mundo bom? "O mundo bom é quando o déficit decai em relação ao PIB". E nós fizemos, há dois, três anos, uma fórmula de cálculo pegando a projeção de déficit da União e pegando a projeção de PIB que a União fazia num outro documento, e demonstramos que o déficit do regime próprio, tanto da União como dos Estados – aqueles dados disponíveis dos Estados –, decai ao longo do tempo, e decai de forma vertiginosa. Se for seguir essa lógica trazida pelo Dr. Rolim, não haveria necessidade de alíquotas extraordinárias, meu caro Senador Major Olimpio.

Para quem não sabe, o Senador Major Olimpio tem a mais alta média da sua turma na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, e todos os meus colegas provenientes da Polícia Militar sempre me contam esse dado sobre o nosso Senador.

Eu agradeço a V. Exa., Senador Otto Alencar, e aos demais Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu pergunto se algum Senador ou Senadora quer fazer algum outro questionamento. *(Pausa.)*

Nenhum Senador se manifesta.

Devo agradecer ao Dr. Paulo Teixeira Júnior, Promotor de Justiça; ao Cel. Miler; ao Dr. Felipe Salto e ao Dr. Daniel Couri a contribuição que foi dada aqui hoje.

Nós já estivemos – o Major Olimpio não sei se esteve – no Quartel-General do Exército, na reunião dos Líderes. Acho que V. Exa. não compareceu. Nós estivemos lá, com o Ministro da Defesa, com o Comandante do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, discutindo essa questão, e eles colocaram esses dados lá, preliminarmente, naquele dia na reunião. O Amin estava presente, vários Líderes estavam presentes. Expuseram essa...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Esqueceram de me convidar.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não, eu acho que V. Exa. foi convidado e não compareceu...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... e V. Exa. tomou falta. (*Risos.*)

Aí nós discutimos bastante com as forças militares. Eu, de alguma forma, ouvi as colocações todas. Concorde, na minha visão, embora meu Estado cobre já uma alíquota de 14% de contribuição, mas concordo que, tendo sido aprovada aqui no Congresso Nacional, a lei federal deve ser estendida para o cumprimento dos Estados da Federação, até porque me parece muito claro, em nível da Constituição Federal, o que está estatuído nela.

Eu acho que o grande problema dessa discussão e talvez até o não conhecimento do que está acontecendo é que se mandou, na mesma lei, essa reestruturação funcional das Forças Armadas e junto com ela também a questão da previdência. Eu acho que deveria haver, em separado, desde o início – e eu questionei isso –, poderia ser feita a reestruturação, até por medida provisória, e ser encaminhada em separado a questão da previdência. Ficaria uma coisa mais clara para o entendimento.

Nós temos estudado, lido isso, já fizemos aqui uma reunião da Comissão Especial que eu presido, o Relator é o Senador Tasso Jereissati. É uma matéria muito complexa, há muitos itens que precisam ser esclarecidos para o conhecimento do maior interessado nessa questão que são exatamente os servidores de todos os regimes, também da iniciativa privada, servidores, militares, funcionários públicos do regime próprio, porque esses são os mais interessados. Eu não acredito que algum brasileiro trabalhador queira contribuir para a situação de déficit fiscal que nós estamos vivendo hoje, mas é importante saber que isso venha com justiça social também.

Então, acho que, na questão da previdência, há duas coisas que têm que ser observadas: a questão fiscal, da contribuição, do aumento da contribuição fiscal; mas também essa questão da justiça social. Não se pode fazer uma coisa que venha prejudicar, sobretudo, as camadas que têm dificuldades econômicas muito grandes e criar grandes e enormes dificuldades para um país com uma situação tão diversa como o Brasil tem, não só no Nordeste brasileiro, mas também no Sul, no Sudeste. Às vezes, as pessoas colocam essa questão só no Nordeste, mas não é só no Nordeste. O Major Olímpio e o Senador sabem que São Paulo tem os mesmos problemas que tem a Bahia, que tem os Estados da Federação.

Eu sempre lembro essa imagem um tanto quanto dolorosa, mas que sempre está na minha cabeça: é que, no centro financeiro do Brasil, que é a Avenida Paulista, a 1.500m dali, desabou um prédio com quatrocentos e tantas famílias, que não tinham moradia, que não tinham alimentação, que não tinham nenhuma condição social para viver com acesso aos bens e serviços que uma sociedade moderna pode oferecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é uma coisa que tem que ser estudada com muita profundidade para não se criar uma situação que venha a prejudicar exatamente quem mais precisa da proteção social. E eu acredito que o Congresso pode fazer, neste momento, se ele vier a estudar sintonizado com todos os segmentos da sociedade.

Eu passo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. Eu quero lamentar muito não poder ter estado aqui desde o início, para acompanhar o debate. Acabei pegando já um voo posterior. Mas queria cumprimentar a todos, a minha assessoria esteve aqui acompanhando.

E queria, na verdade, Presidente, fazer uma intervenção. Não sei se alguns dos nossos expositores poderiam também fazer esse debate. Quando a gente fala, por exemplo, da reforma da previdência, isso é uma situação que está muito pertinente, eu percebo isso, inclusive na própria sociedade brasileira, a necessidade da reforma, considerando o déficit que nós temos hoje da previdência considerável. E para isso a gente precisa fazer um ajuste, isso é um fato.

Ao mesmo tempo, a gente percebe que o Governo Federal acabou dando um olhar muito mais diferenciado para os militares. Não houve, por exemplo, esse mesmo olhar para as demais categorias. Por exemplo... E, aí, eu digo ainda mais: para os oficiais.

Os oficiais militares das Forças Armadas acompanharam, junto à equipe econômica, toda a estruturação e a montagem dessa reforma para os militares. Acompanharam passo a passo. E a gente percebe que, junto a isso, na verdade, foi feita uma reforma de carreira dos militares. Tanto, que você tem, por exemplo, uma previsão suposta de R\$90 bilhões, mas só a implantação são R\$80 bilhões. Você tem apenas R\$10 bilhões. E, ao mesmo tempo também, você acabou não olhando, inclusive, para os praças das Forças Armadas. Não houve o mesmo entendimento e a mesma compreensão, por exemplo, para aqueles que também estão em situação insalubre. Por exemplo, os policiais federais, os policiais militares e as demais categorias como um todo, o médico, os demais profissionais que têm uma série de situações de sonhos de ter, por exemplo, uma carreira muito mais valorizada, com um olhar, inclusive cobrindo alguns déficits ao longo de sua vida e que não tiveram, na verdade, esse mesmo tratamento.

Então, a reforma da previdência, no caso específico dos militares, quando você pegou esse novo pacote que veio dos militares e somou com o pacote anterior, você chegou à conclusão de que, de fato, a reforma não estava, por exemplo, priorizando os mais frágeis, as minorias, aqueles que precisam ter um atendimento e uma ação compensatória do Governo Federal, a exemplo do rural, que eu espero até que o Governo flexibilize.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava conversando agora com o Presidente Davi Alcolumbre, e ele colocando da luta dele para que o Governo flexibilize na questão do rural, na questão do BPC, que é algo gritante e, no meu entendimento, mortal para a comunidade. E aí eu falo bem da Região Nordeste, que é a minha Região, porque o Governo precisa flexibilizar nisso, mas para cá, para os militares, aliás, com o valor pecuniário salarial muito significativo, acabou tendo um atendimento, de fato, diferenciado.

Essa situação acaba deixando um certo desestímulo. Se o esforço tem que ser de todo mundo, então precisa ser de todo mundo. Não pode ser apenas de uma categoria, apenas de um espaço que acaba tendo mais privilégios, mais vantagens, mais participação, mais debates, mais envolvimento, em detrimento de outras.

Esta Comissão está tendo um papel muito preponderante, que é a realização de audiências públicas e inclusive, da última vez que estivemos aqui, debatendo a vinda de trabalhadores, de representantes da CUT, dos movimentos sociais, para que a gente possa ouvi-los e também tirar deles um entendimento, para que, quando a reforma estiver aqui no Senado, a gente possa fazer as alterações necessárias.

Então, era essa a intervenção. Não tenho perguntas a fazer, porque, como eu disse, já cheguei, de fato, aqui já no final deste, no meu entendimento, como já recebi as informações, rico debate.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço a participação de V. Exa., e até... Eu estou sempre, Senadores e Senadoras, sintonizado com o Dr. Rogério Marinho, que acaba de me encaminhar aqui um "zap", dizendo das alterações que foram feitas já para a votação na Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto às alterações que foram propostas, o Governo cedeu. Eu acredito que hoje devem ser votadas lá na Câmara dos Deputados. São algumas alterações cujas propostas são até conhecidas. São quatro ou cinco alterações que o Governo cedeu, e eu acredito que haverá hoje a votação, na Comissão de Constituição e Justiça da admissibilidade e constitucionalidade da matéria que para lá foi encaminhada.

Queria agradecer a participação dos convidados. Já citei o nome de todos que falaram aqui de forma muito competente a respeito do tema. Poderemos voltar ao tema outras vezes, tantas quantas necessárias, sobretudo com a participação dos servidores das diversas categorias que compõem a previdência social no nosso País.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e dez minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Arolde de Oliveira, Izalci Lucas e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Juíza Selma, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Definição de Política Pública a ser avaliada. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 33, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Nacional de Imunizações (PNI), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 34, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 35, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie o Programa Seguro-Desemprego, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 36, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS), no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 39, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais avalie a Política de Atenção Ambulatorial Especializada do Sistema Único de Saúde, no exercício de 2018." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Declarado prejudicado pelo Presidente, em virtude da escolha do REQ 40/2019-CAS para aprovação. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 40, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliar a política de reconhecimento das pessoas com deficiência para fins de gozo de direitos previstos em lei, no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovada a fiscalização de política pública sobre o tema no ano de 2019, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno. **Observação:** A Senadora Soraya Thronicke fez adendo ao Requerimento, reforçando a intenção de avaliar os critérios adotados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para enquadrar requerentes como pessoas com deficiência para fins de usufruto de direitos. **2ª Parte - Deliberativa.**

ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2017 - Terminativo - que: "Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 577, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o imposto de renda das pessoas físicas, para permitir a dedução de despesas com pagamento de prestações do único imóvel residencial." **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Autor. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2018 - Terminativo** - que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2018 - Terminativo** - que: "Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2015 -**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023." **Autoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir o tratamento do tabagismo, inclusive o medicamentoso, entre as coberturas obrigatórias dos planos de saúde." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 30, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as garantias e o princípio de não retrocesso dos direitos sociais da seguridade social sob o modelo de capitalização proposto pela reforma da previdência." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 31, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o "Enquadramento Funcional dos Trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 27, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número de suplentes, denominada Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 44, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) officie ao Presidente da Casa, no sentido de que, pelos meios oficiais pertinentes, o Senado Federal consulte o Supremo Tribunal Federal (STF), quanto a processos porventura em tramitação na Corte, que digam respeito à hipótese da prática de aborto por gestantes infectadas pelo vírus Zika. Outrossim, que esclareça ao Legislativo se porventura, na opinião daquela Corte, há vazio legal, e qual seria, a ser preenchido por este Poder, quanto à prática legal do aborto." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 43, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Cidadania, Osmar Terra, informações sobre o cadastramento das pessoas com deficiência e das pessoas idosas para fins de recebimento do Benefício de Prestação Continuada." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/17>

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para convidar V. Exas. para uma reunião extraordinária desta Comissão de Assuntos Sociais, ocasião em que, com muita satisfação, ocorrerá a assinatura de portaria do Ministério da Saúde pelo Sr. Ministro Luiz Henrique Mandetta regulamentando a disponibilização, pelo SUS, da medicação Spinraza, destinada aos pacientes da doença rara amiotrofia muscular espinhal (AME). A reunião ocorrerá, excepcionalmente, no Plenário nº 19 desta Ala, a partir das 10h, no dia 24 de abril de 2019, próxima quarta-feira.

Na mesma ocasião, realizaremos a instalação de três subcomissões: a Subcomissão Temporária de Doenças Raras, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais de Pessoas com Deficiência e a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa das Pessoas Idosas. Para a criação desta última, precisaremos aprovar requerimento extrapauta ao final desta reunião.

Para que isso ocorra tempestivamente até a próxima quarta-feira, solicitamos aos blocos partidários da Comissão de Assuntos Sociais que indiquem membros para compor essas subcomissões. Será um total de cinco membros titulares e cinco suplentes em cada uma, não sendo vedado que o mesmo Senador componha duas ou até mesmo três dessas Subcomissões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço a V. Exas. que entrem em contato com a Secretaria da Comissão para mais informações a respeito dos procedimentos.

Antes de seguirmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Deixaremos essa fala para um pouquinho mais tarde, assim que chegar mais um componente.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à definição da política pública desenvolvida no âmbito do Poder Executivo a ser avaliada por esta Comissão em 2019, tendo em vista o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 13.

Comunico a V. Exas. a retirada de pauta do item 3 (PLS 184, de 2018), do item 4 (PLS nº 143, de 2016) e do item 7 (PLS nº 357, de 2015), devido a solicitações para reexame, formuladas pelos seus respectivos Relatores, Senador Zequinha Marinho, Senadora Leila Barros e Senador Chico Rodrigues; e do item 2 (PL 577, de 2019), a pedido do autor, Senador Alvaro Dias. *(Pausa.)*

Primeira parte: itens 1 a 6.

Finalidade: definição das políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo a serem avaliadas pela Comissão de Assuntos Sociais em 2019, tendo em vista o disposto no art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Observações: a Comissão abriu prazo para apresentação de sugestão de políticas públicas a serem avaliadas em 2019.

Responderam à consulta o Presidente da Comissão, Senador Romário, o Senador Rogério Carvalho, as Senadoras Mara Gabrilli e Soraya Thronicke.

De posse da sugestão, esta Presidência solicitou nota informativa à Consultoria Legislativa.

É importante destacar, no trabalho produzido pela Consultoria, suas percepções sobre o modo como esse trabalho deve se processar. Para aumentar a sua efetividade, sob o ponto de vista do órgão consultivo, é preciso que a política pública escolhida tenha foco bem determinado. Temas muito amplos, por exemplo, dificultam a avaliação, pois se desdobram em tantos outros que, por suas características, merecem tratamento específico, e se tornam inviáveis em função de uma série de limitações.

Ainda nesse sentido, recomenda que, no âmbito de cada Comissão, seja avaliada uma política a cada ano, a fim de que se potencializem os recursos e que se possa realizar mergulho em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profundidade sem que apenas se tangenciem as questões em decorrência, por exemplo, da falta de tempo para realizar audiências públicas ou sem apreciar, no final do ano, um ou mais deles.

A Consultoria acrescenta que é ideal também que a política pública escolhida esteja em fase de implementação, para que se confrontem metas e indicadores e se percebam os efeitos políticos na vida dos cidadãos.

Diante dessas considerações e de posse do trabalho produzido, concedo a palavra aos Srs. Senadores para debaterem as sugestões oferecidas pelos Parlamentares e as ponderações produzidas pela Consultoria Legislativa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O Sr. Senador Eduardo Gomes está com a palavra, por favor.

Logo em seguida, terá a palavra a Senadora.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, ainda sobre o primeiro assunto tratado nesta reunião, quero parabenizar V. Exa., Presidente, pela forma democrática e contundente com que tem dinamizado os trabalhos desta Comissão. Eu sei que serão dois anos especiais nesta Comissão por conta da sua condição de defender as causas importantes na área social neste País, sobretudo com a criação das subcomissões da pessoa com deficiência e com doenças raras e da pessoa idosa. Eu só posso ressaltar aqui que esta Comissão ganhou uma nova dinâmica, uma histórica dinâmica, a partir da sua Presidência e da forma democrática com que V. Exa. trata os temas.

Quero me colocar à disposição. A forma como tem sido debatida aqui a implementação de novas políticas nessa área sensível da população brasileira também me faz neste momento sugerir ao Presidente Romário que, em conjunto com as secretarias especiais da Casa e com o Presidente Davi, sobretudo a Secretaria da Comissão Senado do Futuro e a de políticas públicas na área social, ganhe reforço também esta Comissão, porque esta é uma Comissão do Senado que precisa fazer andar o País, Sr. Presidente. Ressalto a sua figura hoje ao tratar dessas temas. Os Senadores e Senadoras se dedicam a esta Comissão, que reúne realmente – eu sou um aprendiz – os expoentes dessa área de sensibilidade social no País neste momento. Então, uma sugestão que eu gostaria de dar é que a Presidência da Casa – falo isto também como membro da Mesa Diretora, como 2º Secretário – precisa reforçar o apoio a esta Comissão, porque esta é uma Comissão que precisa fazer andar o País. O País precisa conhecer o que está sendo feito sob a sua Presidência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fica aqui a minha gratidão e o reconhecimento da população brasileira, em especial dos idosos, das pessoas com doenças raras, da população mais sensível deste País, pelo trabalho que tem sido desenvolvido aqui.

Expresso minha concordância com essa nova dinâmica que o Senado ganha nesses temas sob a sua Presidência, com o apoio de pessoas como Flávio Arns, como Mara Gabrilli e todos os colegas Senadoras e Senadores que têm sensibilidade para o tema. Nós não podemos perder este momento especial no País quando o destino político consegue reunir numa Comissão tantas pessoas bem-intencionadas.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado pelas palavras, Senador Eduardo.

Passo a palavra agora à Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Bom dia, Sr. Presidente!

Também quero parabenizá-lo pela criação das subcomissões. Estarei junto, firme, na subcomissão de pessoas com deficiência e doenças raras. Se pudesse, eu estaria também nas demais, mas é que está realmente muito difícil, e é melhor que o trabalho fique bem feito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Se fossem duas Sorayas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu quero fazer um adendo ao requerimento de minha autoria, por sugestão da Consultoria. A Consultoria disse para nós justamente o que o senhor estava dizendo: temos que limitar o assunto da política pública.

Então, a ideia foi a seguinte. Para que possamos avaliar a política de reconhecimento das pessoas com deficiência para fins de gozo de direitos previstos em lei, como eu sugeri, talvez possa ficar da seguinte forma, Presidente: avaliar os critérios adotados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para enquadrar requerentes como pessoas com deficiência para fins de usufruto de direitos.

Dessa forma, seria possível construir indicativos de avaliação para se conhecer em que medida os critérios hoje adotados se aproximam ou se afastam daqueles estabelecidos na legislação em vigor. A gente sabe que, no Brasil, para tudo que nós pretendemos fazer nós não temos base de dados suficientes, é muito pouco interligada. O Brasil inteiro teria que ter base de dados, tanto para verificar criminalidade... Nós não temos isso entre os Estados. Então, essa base de dados feita com bastante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisão vai ajudar a alavancar as demais questões, inclusive em termos de tecnologia, como foi aventado.

Muito obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu queria ponderar com a Senadora Soraya uma situação. De fato, termos avaliação biopsicossocial de uma pessoa para ver se a pessoa tem uma deficiência ou não e, em função desse trabalho, ela ter direito a, por exemplo, BPC, contrato de aprendiz, reserva de vagas nas empresas, nos concursos públicos – isso vai dar à pessoa um conjunto de direitos –, isso é um tema fundamental, eu diria. É essencial e concordo amplamente.

Eu só quero ponderar se seria o INSS a fazer essa avaliação, porque eu penso o seguinte: antigamente, Senadora Soraya, nós tínhamos a Corde (Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência). A Corde foi, na sequência dos anos, substituída pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que estava vinculada, inclusive, uma época, ao Ministério da Justiça, à Presidência, mas hoje em dia essa Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência está no ministério da Damares, que é Família, Mulher e Direitos Humanos. E uma das secretarias é essa Secretaria da Pessoa com Deficiência, que tem a obrigação de articular.

Então, eu penso que o ministério da Damares deve, sim, convocar o INSS para participar de uma reunião, com a saúde e a educação, enfim, todo mundo, mas sob a coordenação – eu pensaria pelo menos – dessa secretaria, que tem a incumbência de articular essas coisas. O INSS cuida mais de auxílio-invalidez, auxílio-doença e tal; não seria para criar, parece-me, uma política pública tão importante. Estou concordando, mas só para ver onde se localiza... Então, eu pediria que no requerimento fosse substituído INSS pela secretaria. Não sei bem o nome, mas o pessoal sabe. É nos direitos humanos.

Então, eles articulam, chamam quem de direito, quem deva. É uma sugestão nesse sentido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Foi a sugestão da Consultoria do Senado, porque justamente a política pública tem que ser analisada em cima de algo que já existe. Mas eu não estou apegada a absolutamente nada, estou apegada ao cadastro pormenorizado. Então, independentemente da forma como será feito, vamos fazer. Eu vou procurar essa secretaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É bom aprovar hoje, já, mas substituindo o INSS.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dá para fazer os dois? Dá para fazer um trabalho conjunto, porque, de repente, um complementa o outro?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu acho que não. Eu acho que a gente deve dar autoridade a quem tem o direito de ter autoridade. Agora, a Secretaria da Pessoa com Deficiência, que tem o dever de articular, essa secretaria tem que ter alguém da saúde, do INSS, da educação, porque o INSS, eu diria, com todo o respeito ao INSS, não tem essa visão social, educacional, de saúde. As pessoas vão lá... Tem até que se aprimorar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, mas é com base já na forma como eles fazem, para melhorar. Foi essa a intenção, porque ele já tem relatórios nesse sentido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, o INSS eu diria que não tem nada; nada de nada. As pessoas vão lá com doença mental, e eles ainda são, muitas vezes, escoraçados. Dizem: "Não, não tem nada; você está querendo ganhar alguma coisa". Quer dizer, não é o metiê deles, o trabalho deles fazer essa avaliação, de se é um acidente e tal. Depende de um...

Agora a Secretaria Nacional... Eu até perguntei ontem, nós tivemos uma reunião no gabinete da Mara Gabrielli, perguntei ao Renato onde estava a secretaria hoje em dia, porque houve uma mudança. "Não, a secretaria está lá". Eu até me lembrei da audiência pública com a Damares.

Agora, se é um assunto de educação... Por exemplo, quem está discutindo educação hoje em dia aqui no Brasil? É o Ministério da Economia. Está errado, quer dizer, tem que ser a Educação, e a Educação convocar o Ministério da Economia. Quem vai discutir a avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência? É a secretaria, que vai convocar o INSS, a educação, a saúde, quem de direito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O que importa é a gente atingir o objetivo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, por mim, se quiserem, a gente aprova...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... e depois a metodologia, a forma se decide posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com essa política pública que foi definida aqui, no caso, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada com esse adendo.

Senadora, como Presidente desta Comissão, eu também acho bastante pertinente esse trabalho feito por V. Exa. Tenho certeza de que será de grande importância e relevância para o nosso País neste momento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Declaro prejudicados os demais requerimentos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Romário – amigo Romário –, senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, trago um tema rápido aqui extrapauta, pois se trata de uma vitória inédita desta atual legislatura, em especial desta Comissão de Assuntos Sociais, no que tange à saúde pública.

O Conselho Federal de Medicina confirmou oficialmente que o Brasil chegou ao número abismal e lamentável de 35 milhões de diabéticos e diabéticas – 35 milhões, oficialmente –, quase 16% da população.

O Senador Romário, antes da minha chegada aqui, já acompanhava a minha luta, lá em Goiás, juntamente com o nosso amigo, que na época também era Senador junto com V. Exa., Senador Ronaldo Caiado.

Então, quero apresentar-lhe aqui e pedir à assessoria que distribua cópia a todos os Senadores presentes.

Quando eu disse "inédito", foi porque, em menos de 90 dias de mandato, nós conseguimos, mesmo não tendo direito, pelo primeiro mandato, uma verba considerada de R\$5.999.656 – peço à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessoria, por favor, que entregue ao Presidente Romário, e também este documento aqui, que foi um pedido nosso, em nome do Senador Kajuru, mas em nome de todos os integrantes e do Presidente da CAS, ao Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. Esse dinheiro estava trancado desde o ano passado, no Governo Temer, que, por questões de mesquinha política, não o liberava e prejudicava a ampliação do centro de diabéticos de Goiás, que é o primeiro do Brasil e que já funciona desde 27 de junho.

O Ministro Luiz Henrique Mandetta esteve lá pessoalmente, conheceu as condições, as instalações e, em entrevista dada à imprensa local, considerou que o centro de diabéticos de Goiás pode, daqui para frente, ser um modelo para todas as capitais brasileiras e, por consequência, o Brasil inteiro poderá ter esse acesso, via SUS, ao atendimento aos diabéticos, desde o pré-diabético até os que necessitam da cirurgia bariátrica e da cirurgia diabética, a que nós dois nos submetemos, graças a Deus, com o médico Áureo Ludovico, que, juntamente com sua equipe e de forma voluntária, são os responsáveis pelo centro de diabéticos de Goiás.

Concluo dizendo, Presidente, que nós teremos, na semana que vem, em um acordo feito com o Ministro Mandetta e com o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, a votação na Câmara. No Senado, houve a aprovação por unanimidade. O Senador Flávio Arns estava, a Senadora Leila estava, o Senador Contarato estava, o Senador Styvenson estava, a Senadora Soraya estava – aliás, foi naquele dia da bancada feminina, foi até um dia emocionante – na aprovação do atendimento ao diabético no Brasil inteiro. Então, eu queria fazer aqui um pedido humilde a todos e a todas, porque, na Câmara, na semana que vem, a gente conta com o apoio da maioria, por se tratar de uma doença como o diabetes, que, também com confirmação do Conselho Federal de Medicina, provoca 48% dos óbitos no Brasil hoje. Esse é o percentual de doenças provocadas pelo diabetes, através do AVC e da hipertensão, que são provocados pelo diabetes, tanto o AVC como a hipertensão. Então, essa praga silenciosa se tornou hoje uma doença que amedronta o País inteiro.

Então, os Senadores aqui, com o prestígio que têm em seus Estados – o Senador Flávio Arns no Paraná; a Senadora Leila não só no Distrito Federal, mas em todo o Brasil; o Senador Styvenson em seu Estado; eu; o Senador Romário, no Rio de Janeiro e no Brasil; o Senador Contarato, no Espírito Santo e com o prestígio que tem hoje pelo trabalho aqui –, que nós possamos fazer um movimento aqui para chegarmos aos Deputados Federais e mostrar a eles o que nós já avançamos, o que nós já conseguimos. Se obtivermos a parceria deles...

O Presidente Jair Bolsonaro confirmou ontem, oficialmente, que, chegando às suas mãos, ele vai sancionar esse projeto de lei imediatamente e, ainda antes do primeiro semestre, nós poderemos ter os diabéticos e diabéticas de todo o País sendo atendidos gratuitamente via SUS.

Era o que tinha a dizer, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Conto com a colaboração de todos. No Plenário farei o mesmo para que o Senado se junte para solicitar da Câmara a aprovação na semana que vem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Kajuru! Mais uma vez, parabéns por esse movimento em prol do brasileiro, em prol dos diabéticos. Nós, que fomos diabéticos um dia, sabemos realmente o que é essa maldita doença.

Eu tenho certeza de que esse centro de tratamento de diabetes que foi reinaugurado – vamos dizer assim – ontem com a presença do nosso Ministro Mandetta se estenderá por todo o nosso País. Antecipadamente, quero de dizer que gostaria de ter um também no meu Estado, o Rio de Janeiro.

Parabéns! No que depender do Senador Romário, Presidente da CAS, pode ter certeza, Senador, de que essa ajuda ocorrerá. A votação na Câmara ocorrerá o mais rápido possível e teremos um êxito extraordinário, como tivemos aqui no Senado. Parabéns!

Vou pedir aqui inversão de pauta.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 27, de 2019, da CAS, apresentado pelo Senador Eduardo Gomes, que subscrevo. *(Pausa.)*

Não havendo óbices, vou ler o Requerimento nº 27, de 2019, da CAE.

ITEM 14**REQUERIMENTO Nº 27, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 5 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, denominada Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Autoria: Senador Eduardo Gomes e outros.

Justificação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O envelhecimento populacional é uma realidade global. De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde (2017), atualmente o número de pessoas com 60 anos ou mais é de 962 milhões, o que compreende 13% da população mundial. Em 2050 esse valor deverá totalizar 2,1 bilhões.

Globalmente, a população de idosos está crescendo mais rapidamente do que todos os grupos etários mais jovens. Em uma análise especial, cerca de 80% desses idosos viverão em países de baixa e média renda, como o Brasil. Portanto, o processo de envelhecimento populacional é considerado uma das transformações sociais mais importantes do século XXI.

No Brasil, essa mudança demográfica é rápida e dinâmica. A população brasileira ganhou 4,8 milhões de idosos desde 2012, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017 (IBGE, 2018). Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam para o crescimento dessa tendência do envelhecimento, estimando que o número de idosos (60+) deve chegar a 66 milhões da população brasileira até 2060.

Esse processo de envelhecimento tem implicações para quase todos os setores da sociedade, incluindo os mercados de trabalho e financeiros, a demanda por bens e serviços, como saúde, previdência social, habitação, alimentação, educação, transporte, proteção social, entre outros, bem como estruturas familiares e laços intergeracionais. Os idosos vão precisar cada vez mais de cuidados por parte das instituições públicas e organizações privadas, além dos amigos e familiares.

Nesse sentido, criar condições para tornar esse cuidado cada vez mais possível é uma tarefa de todos nós. Por isso, reformas profundas são necessárias. O relatório Brasil 2050 "Desafios de uma nação que envelhece", elaborado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos, de 2017, destacou a necessidade de o Congresso Nacional se engajar firme frente à demanda do envelhecimento da nossa população brasileira.

Atentos a essa necessidade, estamos propondo a criação da Subcomissão Permanente de Defesa e Proteção da Pessoa Idosa no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Caberá à Subcomissão propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa. A criação desta Subcomissão será um marco na defesa e proteção da pessoa idosa em nosso País.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovar a criação desta Subcomissão.

Os Srs. e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada esta Subcomissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ...é porque eu fui consultado pela assessoria também. Eu só queria, assim, reforçar o argumento que usei antes, porque acho que também não foi bem compreendido, na aprovação da avaliação biopsicossocial, porque, afinal, a gente vai se dedicar um tempo a isso como política pública. E é fundamental, porque, quando o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a LBI (Lei Brasileira de Inclusão), foi aprovado, nós ainda temos a pendência, que deveria ter sido feita até dois anos atrás, da avaliação biopsicossocial de uma pessoa para ver se ela tem uma deficiência ou não. Então, na área da educação, isso vai dar acesso a materiais, à tecnologia, Libras, a isso, a aquilo. Se for na saúde, vai dar direito à fisioterapia, fonoaudiologia, remédios, enfim, tudo isso. Se for um paralisado cerebral, essa pessoa vai ter que ter direito a computador, a escrever, a recursos tecnológicos, enfim, a acessibilidade. Tem que haver a lei de acessibilidade para que isso não dificulte a inclusão e, ao mesmo tempo, se for lá no BPC, BPC não é INSS; BPC é da assistência social, é um benefício da assistência.

Então, está havendo uma distorção de anos: o INSS fica dando o pitaco dele sobre uma coisa que é da assistência. Inclusive, o BPC veio na reforma da previdência, o que não tem nem cabimento, não é salário, não é nada. Agora, quem é que vai dizer se aquela pessoa, de acordo com a legislação, tem direito ou não tem? Você tem que chamar a saúde, tem que chamar a educação, tem que chamar a ciência, tem que chamar o INSS e chegar a um denominador comum, quer dizer, uma política nacional de avaliação da pessoa na sua condição biopsicossocial. Agora, a gente dizer que o INSS vai coordenar isso eu diria que é uma distorção absurda. Não consigo pensar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ...apesar de a Consultoria ter dito isso.

Agora, quem vai comandar? Eu, por exemplo, gosto que alguém comande, porque, quando a gente vai para o hospital e três médicos atendem a gente, a gente morre. Ou é um, ou é outro, e tal. Então, quem tem a responsabilidade? É uma secretaria que está aí. Era a Corde, a Secretaria Nacional, e tem chamar, convocar, chegar a acordos.

Agora, o INSS só aceita avaliação médica. Está errado, é lógico que está errado, como muitas outras coisas estão erradas, mas há que se chegar a um acordo de avaliação, com a participação deles, obviamente, para ser "bio-psico-social". A pessoa tem uma deficiência, tem direito a um quarto do salário mínimo. Não, mas já tem 20 anos, usa fralda, usa remédio, a mãe não trabalha e tal. É o social, é o biopsicossocial. Tudo isso tem que ser levado em conta. Quem tem o conhecimento, o *know-how*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso é quem trabalha na área, que é o biopsicossocial. Essa Secretaria comanda, chama quem tem interesse e faz a coisa acontecer.

Então, só para deixar bem claro nesse sentido.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, nós concordamos com o senhor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, tá bom.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu concordei em gênero, número e grau.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, então, tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Era exatamente isso que eu ia falar, Senador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu acho que todo mundo concordou.

O nome veio da Consultoria, mas não foi nem designado relator. A gente vai reformular o nome da política pública.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está ótimo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor tem toda razão.

Por isso, eu entendo, tem que ser bio. Então, tem que haver uma junção de todas essas estruturas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Claro.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A finalidade, o fim é o que importa. Quem vai fazer: nós vamos juntar todos os órgãos, todas as secretarias, tudo o que for necessário e que tenha o mínimo de informação para que a gente consiga juntar tudo numa informação só. Eu acho que o bio junto é importante, mas para mim isso está tranquilo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Psicossocial. Está bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Estará tudo dentro desse adendo que foi colocado aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E eu só quero dizer para quem nos acompanha que essa é uma das coisas mais importantes que têm que acontecer na área da pessoa com deficiência, porque isso vai dizer quem pode, quem não pode, como é que pode e tal.

Então, eu quero até enaltecer, não discordei em nenhum momento do mérito da proposta da Soraya. Que bom, maravilha!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 44, de 2019, da CAS, apresentado pelo Senador Flávio Arns. *(Pausa.)*

Não houve óbice.

EXTRAPAUTA**ITEM 15****REQUERIMENTO Nº 44, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) oficie ao Presidente da Casa, no sentido de que, pelos meios oficiais pertinentes, o Senado Federal consulte o Supremo Tribunal Federal (STF), quanto a processos porventura em tramitação na Corte, que digam respeito à hipótese da prática de aborto por gestantes infectadas pelo vírus Zika. Outrossim, que esclareça ao Legislativo se porventura, na opinião daquela Corte, há vazão legal, e qual seria, a ser preenchido por este Poder, quanto à prática legal do aborto.

Autoria: Senador Flávio Arns

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Outro dia, nós tivemos uma discussão aqui sobre a questão do zika vírus e a questão do Supremo Tribunal Federal, que está avaliando se pode ocorrer o aborto ou não no caso de ser identificada a questão de a gestante ser portadora do zika. A gente discutia que as hipóteses de aborto estão previstas na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação, quer dizer, o perigo para a saúde, para a vida da mãe e a gravidez decorrente de uma violência sexual contra a mulher. Essa hipótese não está prevista. O pessoal inclusive de... A gente levantou essa situação. Somente 3% dos casos podem afetar de alguma maneira a gestação da criança – em 97% dos casos não há problema. A microcefalia existe há muito tempo. E mesmo casos de microcefalia você tem que avaliar bem, porque há pessoas com microcefalia que estão aí independentes, casando, estudando, indo para a faculdade, coisa semelhante.

Então, o Supremo Tribunal Federal quer, na verdade, avaliar se isso pode ocorrer. E nós decidimos, naquela reunião – se os colegas se lembram –, oficiar ao Presidente do Senado para que o mesmo entre em contato com o Supremo Tribunal Federal para que a hipótese de legislação venha para o Congresso Nacional. Isso que foi decidido. Então, nós fizemos um requerimento nesse sentido.

Requeiro, nos termos regimentais, que a Comissão de Assuntos Sociais oficie ao Presidente da Casa, no sentido de que, pelos meios oficiais pertinentes, o Senado Federal consulte o Supremo Tribunal Federal quanto a processos porventura em tramitação na Corte que digam respeito à hipótese da prática de aborto por gestantes infectadas pelo vírus zika. Outrossim, que esclareça ao Legislativo se porventura, na opinião daquela Corte, há vazio legal, e qual seria, a ser preenchido por este Poder, quanto à prática legal do aborto.

Quer dizer, se vai haver aborto ou não depende de legislação. Então, não gostaríamos de que o STF ficasse legislando também nesse assunto.

Justificação.

É inequívoco que o legislador já tenha se pronunciado quanto às hipóteses permitidas de aborto, tal como se vê no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, o Código Penal, em:

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro.

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. (Código Penal).

Assim, hipóteses outras, que não aquelas previstas no Código Penal, são puníveis na forma da legislação vigente, inexistindo, salvo engano, qualquer vazio legal acerca dessa questão. Não há vazio legal. As hipóteses estão previstas. Contudo, tentativas de avançar com essa agenda por outros caminhos têm suscitado o falso argumento do vazio legal a ser suprido pelo Judiciário. Tal tendência impõe inaceitável risco do direito à vida pelo nascituro, inobstante apresente ele severas e irreversíveis malformações fetais. Avançar-se nessa direção é dar passos largos rumo à eugenia, uma prática





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abominável, defendida e posta em ação por estados nacionais no século passado, contra a qual o Estado democrático de direito vigente no Brasil deve se insurgir com a máxima e absoluta energia.

Quer dizer, identificando que a criança tem algum problema, seja decorrente do zika vírus ou não, vamos abortar. Não! Vamos fazer políticas públicas, no meu ponto de vista. Mas o principal que se alega, que há um vazio legal. Não há vazio legal nenhum. A nossa legislação é clara ao dizer que há duas hipóteses para isso. O resto tem que ser discutido. Tem que haver projeto de lei, discutir para ver se se amplia ou não. No meu ponto de vista, jamais deve ser ampliado. Mas o argumento de que o vazio legal existe é um absurdo. Então, qualquer vazio legal seria completado, suprido pelo Supremo. Se existe alguma necessidade de ampliação em qualquer área, isso é tarefa do Congresso Nacional, não é, Senador Kajuru e Senadora Leila?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E não do Supremo Tribunal Federal. Mas, de qualquer forma, o que nós havíamos decidido é que nós oficializamos para o Supremo Tribunal Federal, através do Senador Davi Alcolumbre, para dizer: "Olha, mande para cá a situação para a gente discutir e não no Supremo Tribunal Federal".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só queria fazer coro à voz do Senador Flávio Arns com relação à sua preocupação e a esse requerimento dele.

Nós sabemos que no Brasil o principal bem jurídico que tem que ser tutelado é a vida humana. Daí, se nós fizemos um recorte histórico sobre o Código Penal, que é de 1940, na parte especial que trata dos crimes, o abre-alas para se tutelar o principal bem jurídico é a vida humana. Por isso é que o primeiro crime é o homicídio, no art. 121; o segundo é o induzimento, a instigação e auxílio ao suicídio; o terceiro é o infanticídio, matar o próprio filho durante o parto ou logo após, sob a influência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do estado puerperal; e o 124, 125, 126 e 127 são as hipóteses de abortamento, cujo objeto jurídico tutelado é a vida humana intrauterina.

O Senador Flávio Arns muito bem ponderou que as hipóteses já estão previstas no art. 128, quando diz que não se pune o aborto praticado por médico quando não há outro meio de salvar a vida da gestante e quando a gravidez for resultante de crimes contra a dignidade sexual. Só há essas duas hipóteses.

O Supremo veio e, de uma forma, a meu ver, positiva nos casos da vida humana inviável, anencéfalos, por exemplo, ela autorizou. Agora, causa-me preocupação quando eu vejo o Supremo – e aí foi uma decisão da primeira turma do STF, por maioria de votos – autorizar a interrupção do processo gestacional até o terceiro mês de gestação, independentemente da condição de saúde da vida humana intrauterina. E olha que eu não estou falando nem de pessoas contaminadas com o vírus chikungunya não. Ele está autorizando isso. Com todo o respeito, mais uma vez, o Supremo está legislando, quando a competência, a autonomia e pela harmonização entre os poderes, essa função é daqui, do Congresso Nacional, seja na Câmara Deputados, seja no Senado Federal. Isso me causa muita preocupação, porque nós temos presenciado um comportamento que vem violar a função constitucional do Parlamento.

Então eu quero aqui deixar a minha satisfação, Senador Flávio, com esse seu requerimento e a minha preocupação. Mas eu também queria conclamar os colegas Senadores, porque muitas vezes o Poder Judiciário entra na seara de competência do Legislativo por nossa omissão, por nós nos acovardamos diante de determinados tópicos. Então nós tentamos camuflar, não sair para o enfrentamento em determinadas questões de extrema relevância para o Brasil, daí nós temos...

Um exemplo claro foi o casamento de pessoas homoafetivas. O CNJ veio falar por quê? Porque o Congresso não entrou nessa pauta.

E isso é constitucional. O Poder Judiciário não pode se eximir de dizer o direito, é o *juris dicere*, ele tem que dar uma prestação. Quando nós ficamos na omissão, alguém tem que falar. E isso me preocupa quando eu vejo que a Primeira Turma do STF vem falar autorizando a interrupção do processo gestacional, independentemente do estado de saúde da vida humana intrauterina, que é um bem indisponível.

E aí, se você falar que há um conflito entre bens, nós temos constitucionalmente hierarquização entre esses bens. Entre o interesse da mãe e o interesse da vida humana, qual é o principal bem jurídico que nós temos que mensurar para sacrificar? Eu não tenho dúvida: sair em defesa da preservação da vida humana, é esse o objetivo. Tanto é que constitucionalmente é isso que é previsto. Tanto é que o próprio Código Penal começa nos crimes contra a vida para depois ir nos crimes contra a integridade física, para depois ir nos crimes de perigo, para depois tutelar o patrimônio, para depois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tutelar a liberdade de expressão, a honra, nos crimes de calúnia, injúria e difamação, nos crimes contra a Administração Pública... Mas há uma hierarquização, há uma motivação.

Então eu acho que passou da hora de o Senado Federal dar uma resposta, uma resposta bem contundente, porque nós temos que legislar e a premissa ela é constitucional. Se não houver uma lei, quem tem que dizer o direito é o Poder Judiciário.

Eu espero que este Senado efetivamente assuma a sua função, tenha coragem, e principalmente, espero mais ainda, que essa coragem seja para defender a vida humana e apenas permitir nos casos já expressos no art. 128 do Código Penal. Não mais do que isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, como sempre muito preciso.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Flávio Arns.

Requerimento extrapauta: eu consulto os Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado por esta Presidência. *(Pausa.)*

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Cidadania, Osmar Terra, informações sobre o cadastramento das pessoas com deficiência e das pessoas idosas para fins de recebimento do Benefício de Prestação Continuada.

Nesses termos, indaga-se:

1. O prazo para inscrição das pessoas que já recebem o Benefício de Prestação Continuada no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal terminou em 31 de dezembro de 2018?
2. Quantas pessoas deixaram de realizar a inscrição no Cadastro? Qual o percentual de faltantes em relação ao total de beneficiários? Favor discriminar por localidade, tipo de benefício e de beneficiário e informar o valor total de recursos que poderão deixar de ser pagos.
3. Quais são as medidas adotadas pelo ministério para localizar as pessoas que não fizeram o cadastramento? Há operações de busca ativa em funcionamento?
4. Há um calendário de suspensão de pagamentos a partir de 31 de março de 2019? Há estudos sobre o impacto social dessa medida?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Em quais canais e por quais meios foi divulgada a necessidade de recadastramento? Há avaliação de que as informações chegaram, de fato, ao público interessado?

EXTRAPAUTA

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 43, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Ministério da Cidadania, Osmar Terra, informações sobre o recadastramento das pessoas com deficiência e das pessoas idosas para fins de recebimento do Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senador Romário

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado esse requerimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Romário, por fineza, eu fiquei orgulhoso de saber hoje dessa Subcomissão, especialmente no que tange a pessoas com doenças raras e a pessoas com deficiência. Em relação a doenças raras, essa Subcomissão já tem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, deixe-me só pedir um minutinho?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Porque eu preciso ir ao Senador Izalci ali, e o meu é o nº 1.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu não diria "não" para V. Exa. nunca, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu só gostaria de tirar o item 1.

2ª PARTE**ITEM 1****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, de 2017****- Terminativo -**

Altera os arts. 392, 392-A e 473, III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer o compartilhamento da licença maternidade e da licença adotante.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela consulta à Comissão de Assuntos Econômicos sobre os impactos econômicos, financeiros e orçamentários do Projeto (art. 99, I, RISF).

Observações:

1) Em 10/04/2019, foi concedida vista ao Senador Fabiano Contarato, nos termos regimentais; 2) A votação pelo pedido de providências dar-se-á pelo processo simbólico.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, eu gostaria de tirar de pauta, para reexame do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Retirado de pauta, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. Muito obrigada.

Senador Kajuru, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Kajuru com a palavra de novo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu até iria usar a Senadora Soraya porque ela chegou a ver – e me parece que foi uma imagem de uma criança rara – e chegou a ficar assustada.

Presidente Romário, temos a data do início desta Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A ideia, Senador Kajuru, é nós iniciarmos esta Subcomissão a partir da próxima quarta-feira.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Já na semana que vem?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na semana que vem semana, e das três Subcomissões: Pessoas com Deficiência, Doenças Raras e Idosos.

Inclusive, numa reunião ontem, na presença do Senador Flávio Arns, da Senadora Mara Gabrilli e da representante do Senador Eduardo Gomes, nós já mais ou menos que definimos como serão realizadas essas reuniões destas Subcomissões: serão todas às quintas-feiras, às 8h da manhã.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ótimo.

Então, Presidente, eu queria já entrar com um requerimento e peço aqui o entendimento do Senador Arns, com sua experiência e com a sua paixão pela saúde pública, o mesmo da Senadora Leila e do Senador Styvenson – V. Exa. dispensa comentários –, porque há uma doença rara chamada xeroderma pigmentoso, normalmente em crianças. E essa doença, por incrível que pareça, está localizada numa pequena cidade chamada Araras, Município de Faina, no Estado de Goiás, onde 200 famílias, em desespero, não sabem o que fazer, pois 200 crianças possuem essa doença rara, o xeroderma pigmentoso, e, por incrível que pareça – de novo –, é o local com o maior número de incidência dessa doença rara no mundo – no mundo! –, e ela se alastra de uma forma impressionante. Então, vamos colocar aqui – entre aspas – que a "sorte" é que a cidade é pequena. Porém, ela é próxima de uma cidade maior.

Então, eu vou entrar com um requerimento, Presidente, para que, nessa nossa primeira reunião da Subcomissão de Doenças Raras, a gente tenha aqui o sensível Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, inclusive convidando-o para que também V.Exa. como Presidente indique aqui membros desta Subcomissão para que a gente vá até o local para a gente conhecer de perto. É assustador, eu devo já antecipar, mas a gente tem que ter essa coragem e principalmente essa vontade pública de mostrar aquilo que o Ministério da Saúde nem tinha conhecimento, que é essa doença rara chamada xeroderma pigmentoso.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. Na próxima reunião, V.Exa. já pode entrar com esse requerimento.

Convoco para o dia 24 de abril, quarta-feira, às 9h, excepcionalmente no Plenário nº 19, reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais, para apreciação conjunta do PLC nº 37, de 2013, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas, e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.

Conforme adiantado na fala de abertura, convoco também, para a próxima quarta-feira, às 10h, reunião extraordinária desta Comissão para a assinatura da portaria do Ministério da Saúde pelo Sr. Ministro Luiz Henrique Mandetta, regulamentando a disponibilização pelo SUS da medicação Spiranza, destinada aos pacientes da doença rara atrofia muscular espinhal (AME). A reunião ocorrerá excepcionalmente no Plenário nº 19, desta ala.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então o Ministro estará aqui, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Estará aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, como a gente fala de doença rara, já vamos imediatamente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vamos aproveitar. Isso aí. Claro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... mostrar a ele esta, a xeroderma pigmentoso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Isso.

Reforço que, na mesma ocasião, realizaremos a instalação de três subcomissões: a Subcomissão Temporária de Doenças Raras, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa das Pessoas Idosas.

Para tanto, solicitamos aos blocos partidários da Comissão de Assuntos Sociais que indiquem membros para compor essas Subcomissões impreterivelmente até a próxima terça-feira. Para maiores detalhes sobre os procedimentos, solicito que entrem em contado com a Secretaria desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença de todos os senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 09 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Romário, Styvenson Valentim e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Paulo Paim, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Renilde Bulhões, Izalci Lucas, Wellington Fagundes e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Mara Gabrilli, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 28/2019 - CAS, de autoria do Senador Eduardo Girão. **Finalidade:** Debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvam o Zika Vírus e a microcefalia. **Participantes:** Lenise Garcia, Presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto; José Miranda de Siqueira, Presidente da Associação Nacional de Cidadania pela Vida; Chris Tonietto, Deputada Federal; Raphael Parente, Conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro - CREMERJ; Rosinha da Adefal, Secretária-Adjunta Nacional de Políticas Públicas para Proteção à Mulher do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; Diego Garcia, Deputado Federal. Luiz Carlos Bassuma, Ex-Deputado Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/25>

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos. Muito obrigado a todos pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 28, de 2019, da CAS, de autoria do Senador Eduardo Girão para realização de seminário destinado a debater as questões médicas, científicas, legais e sociais que envolvem o zika vírus e a microcefalia.

Dando início à reunião, solicito ao Senador Girão que acompanhe os convidados a tomarem assento à Mesa.

Os convidados são: Dra. Lenise Garcia, Dr. Raphael Parente e Dr. José Miranda de Siqueira. *(Palmas.)*

Informo que o seminário tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e do Portal e-Cidadania, por meio do endereço www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Como é de praxe nesta comissão, passo a Presidência deste grande, importante e relevante evento para o Senador responsável, Senador Eduardo Girão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito bom dia, pessoal!

Eu fico extremamente grato a todos vocês pela presença; ao Senador Romário, a quem admiro não é de hoje, pela sua dedicação em causas humanitárias, pela sua sensibilidade sempre com as crianças, com as pessoas que têm doenças raras.

A síndrome de Down teve um dos eventos no dia internacional, no dia 21 de março, que mais me impactaram pelas apresentações culturais, pelas histórias de superação, de tantas pessoas que ali estavam com tantas experiências de vida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos hoje contando com a presença de Senadores ilustres também. A Dra. Renilde Bulhões, nossa Senadora, é uma colega também extremamente sensível, é uma pessoa da causa da vida, contra as drogas. É uma pessoa que tem realmente um compromisso com valores, com princípios e está aqui conosco.

O nosso irmão, meu querido irmão, que eu tive o prazer de conhecer também nessa Legislatura, mas cuja trajetória eu já acompanhava há algum tempo, o nosso Senador Jayme Campos, também é um homem extremamente sensível, humano e que vem nos prestigiar nesta audiência pública, que eu considero de extrema relevância pelo momento que o País vive, pelo momento que nós estamos vivendo no Brasil

Muitos aqui estiveram comigo e eu com vocês ao longo desses 15 anos segurando cartazes, aqui em Comissões como esta do Senado Federal, lá na Câmara dos Deputados, como voluntários, como ativistas desta causa que toca profundamente a alma, que é a causa contra o aborto.

Eu vou mostrar para vocês, talvez pela primeira vez, sentado aqui na Presidência de uma Comissão...

Nós estamos tratando desse ser humano aqui. Alguns chamam de feto, que é uma linguagem jurídica, correta... Nascituro.

Aqui, é um bebê, uma criança de 11 semanas de gestação. É geralmente o período em que é decidido... Muitas vezes, nós homens somos os responsáveis por pressionar as mulheres, por induzir o aborto. Essa criança aqui, com 11 semanas de gestação, ela tem o fígado todo constituído; os rins também constituídos; tem até unha esse bebê.

Com o aborto, não é só a vida desse bebê que é destruída, o que já é muita coisa, porque a vida não pode ser relativizada em hipótese alguma, mas a saúde da mulher fica comprometida, devastada para o resto da vida. A mulher que faz aborto fica com problemas emocionais, psicológicos, mentais e até físicos.

Segundo a British Psychiatry, em uma pesquisa que houve lá na Grã-Bretanha em 2013, a mulher que faz aborto, tem uma propensão muito maior, em relação à mulher que não faz aborto, a crises de ansiedade; tem uma propensão muito maior a depressão, envolvimento com álcool e drogas e ao suicídio.

Então, nesse aspecto, é um caso de saúde pública, sim. Quanto mais a gente debater esse assunto mais a verdade vem à tona, mais esclarecimento as pessoas vão ter sobre esse assunto e vidas vão ser poupadas e de sofrimentos as mulheres também serão poupadas.

Então, nós estamos abrindo esta audiência aqui, esse momento, esse seminário que foi programado e quero agradecer à equipe do nosso gabinete e também à equipe do gabinete do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Romário. Vamos ouvir aqui especialistas, nós vamos ouvir mães, inclusive há algumas famílias que estão chegando de fora, do Ceará – de fora aqui de Brasília – que vêm do Rio Grande do Norte, e que vão trazer inclusive crianças, as suas filhas, para mostrar como...

O assunto que nós vamos tratar hoje aqui é essa relação do zika vírus, uma epidemia que aconteceu no Brasil em 2015 e que já caiu abruptamente, já estando em números ínfimos os casos que estão acontecendo, mas essa epidemia motivou a ADI 5581, do Supremo Tribunal Federal, que visa liberar o aborto para crianças com microcefalia.

E vocês vão ver, ao longo desse seminário, o resultado, quando se tem tratamento. E a nossa querida Renilde – nada é por acaso – trabalha, acompanha lá no Estado de Alagoas, nos hospitais, e ela vai compartilhar um pouco com a gente aqui a nossa Senadora como essas crianças respondem bem ao tratamento.

E é isso que a gente tem que pensar, políticas públicas junto ao Governo, seja ele estadual, seja federal, seja municipal e jamais imaginar liberar o aborto para se ter solução com essas vidas que são preciosas e que devem ser preservadas, porque tudo tem um sentido na vida.

A Vitória, que está chegando daqui a pouco aqui – ela já aterrissou, recebi a mensagem –, que é do Rio Grande do Norte, a mãe dela, a Dona Maria da Guia adotou, Romário, fez questão de adotar uma criança com microcefalia, fruto daquela epidemia de zika vírus. A mãe ficou grávida, estava com muita dificuldade, não estava com condição, e ela foi lá e adotou a Vitória.

Vocês vão conhecer a Vitória. Ela vai para a escola, brinca nos parques, é uma vida que está com uma superação diária, mas que trouxe muita alegria, muita felicidade e o sentido da vida para a Dona Maria da Guia, e nós vamos ter oportunidade de ouvir.

Então, eu queria, neste momento aqui, registrar também a presença da Deputada Federal Chris Tonietto, que está aqui conosco e que vai falar em um segundo momento. Ela é do Rio de Janeiro também, Senador Romário, da sua terra e também da terra do nosso querido Dr. Raphael. Também o Dr. Miranda também é do Rio de Janeiro. Só está dando o Rio de Janeiro aqui. Lenise é de São Paulo.

Mas quero registrar também a presença do Deputado Filipe Barros, outro pró-vida, extremamente corajoso, dedicado.

Está chegando a Senadora Maria do Carmo. Muito obrigado pela presença, Senadora. Sinto-me muito honrado com a sua presença também.

A nossa Secretária da Família do Governo Federal, Angela Gandra está conosco nos honrando com a sua presença.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Valdomiro Pereira da Cunha, da Adira, uma entidade que promove a Marcha pela Vida aqui em Brasília há dez anos. É um evento tradicional e que tem levado esclarecimento, levado muita luz sobre esse assunto. O João Carlos de Almeida, da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas aqui de Brasília.

Eu queria, neste momento, já passar a palavra – vamos ter outras oportunidades para conversar – para a Dra. Lenise Garcia.

A Dra. Lenise Garcia é Bióloga da UnB, aqui de Brasília, apesar de ser de São Paulo já mora em Brasília há um bom tempo, há mais de 30 anos. A Dra. Lenise é uma grande ativista pró-vida aqui do Brasil, participa de seminários nacionais e internacionais sobre esse tema. É uma pessoa de quem eu tenho a honra de desfrutar da amizade, e ela é Presidente do movimento Brasil sem Aborto. Eu tive a oportunidade de participar da fundação do movimento Brasil sem Aborto em 2005.

E aqui nós temos também a presença do ex-Deputado Federal Luiz Bassuma, que eu queria que viesse compor a Mesa. Bassuma é autor do estatuto do nascituro, trabalha conosco em nosso gabinete em Brasília e também é um dos fundadores do movimento Brasil sem Aborto. (*Palmas.*)

Então, eu vou passar a palavra, para iniciar, à Dra. Lenise Garcia para a sua exposição sobre esse tema. É esclarecimento científico sobre zika vírus e essa discussão toda, essa celeuma sobre aborto por causa disso.

Muito obrigado.

A SRA. LENISE GARCIA – Muito obrigada, Senador Girão.

Eu queria agradecer também ao Senador Romário pelo convite.

A todos e todas que estão aqui bom dia!

Eu trouxe uma apresentação que acho que pode a nos ajudar a pensar um pouco sobre esse direito à vida da pessoa com deficiência e particularmente fazendo referência à síndrome, devido à zika, mais conhecida como microcefalia, embora não seja a única situação.

Os dados com relação aos nascimentos com microcefalia foram percebidos no Brasil em 2016. Houve um aumento do nascimento de crianças com microcefalia, principalmente no Nordeste do Brasil. E isso começou a ser acompanhado semanalmente pelo Ministério da Saúde. Logo foi feita a relação com o vírus da zika – vou falar um pouco mais sobre isso em seguida. E durante um tempo, como falava, semanalmente entravam os dados sobre microcefalia no Sistema Único de Saúde, nos dados SUS.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse acompanhamento semanal foi descontinuado em maio de 2017. Por isso essa tabela que trago para vocês vai até maio de 2017, que é o que ficou disponível. E foi descontinuado tanto pelo fato de que se percebeu que a relação não era só com microcefalia como também pela diminuição da questão da zika. Mas, nesse meio tempo, já havia sido feita a demanda dessa ADI 5581, que estamos comentando, que está no Supremo Tribunal Federal, pedido autorização para o aborto em caso de zika.

Eu quero chamar a atenção de vocês que, mesmo depois de nascidas as crianças... Esses dados são de casos suspeitos após o nascimento da criança, pela medida do perímetro cerebral, do perímetro da cabecinha da criança. Mesmo sendo feito esse pré-diagnóstico, vamos dizer assim, depois do nascimento, nós temos menos de 20% dos casos confirmados depois de alguns meses. Nós temos 42% de casos descartados, ou seja, naquele primeiro momento se pensou que pudesse ser microcefalia, e, depois, isso foi descartado. E 13% excluídos após uma investigação. Portanto, nós temos mais de 50% dos casos, 55% dos casos excluídos daqueles inicialmente diagnosticados como possíveis casos de microcefalia depois de nascida a criança.

Eu chamo a atenção de vocês para esses dados para mostrar o quanto é difícil esse diagnóstico. Se, depois de nascida a criança, eu tenho em mais de 50% dos casos descartada a situação de microcefalia, vocês imaginem, em um pré-diagnóstico intrauterino, como é incerto de se fazer esse diagnóstico.

A relação com a zika foi descoberta numa pesquisa, aqui, por uma brasileira, Dra. Adriana, que está na foto, que foi a médica que acompanhou esses dois casos. Ela enviou o líquido amniótico, quero dizer, o líquido que acompanha a criança dentro do útero de duas mulheres em que havia o diagnóstico de microcefalia durante a gestação do seu filho e foi feito o teste para a zika. Foi confirmada, então, a presença do vírus nesse líquido amniótico; e foram descartados outros vírus e outros agentes etiológicos. Então, a partir desse artigo é que se começou a se considerar uma relação entre o vírus zika e o aparecimento da microcefalia.

Esse vírus foi analisado por um estudo, que a gente chama de filogenético, que é como se fosse a árvore genealógica daquele vírus, que relacionou o vírus circulante no Brasil com o vírus da Polinésia Francesa. Tudo indica que o vírus veio da Polinésia Francesa para o Brasil.

A relevância desse fato eu vou mostrar daqui a pouquinho para vocês.

Então, lá houve um surto em 2013. Houve um campeonato de canoagem aqui no Brasil para o qual vieram pessoas da Polinésia Francesa nessa época, e provavelmente foi nesse momento que o vírus veio para o Brasil.

Então houve essa associação entre o zika vírus e a epidemia na Polinésia Francesa e a microcefalia, depois dessa relação ter sido feita no Brasil. E foi feito o estudo, que eu considero mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relevante do ponto de vista epidemiológico da relação da microcefalia com a zika exatamente na Polinésia Francesa. Então, a epidemia lá foi entre outubro de 2013 e abril de 2014, e 66% da população da Polinésia foi infectada pelo zika vírus.

Isso nos dá um dado muito relevante para o acompanhamento populacional do que aconteceu na Polinésia com dados totais, ou seja, nós não estamos falando de uma amostragem. Nós estamos falando de dados totais da epidemia do zika vírus na Polinésia Francesa. E eles tiveram oito casos de microcefalia relacionados a essa epidemia de zika.

Então, a prevalência geral da microcefalia é de dois casos a cada dez mil nascimentos. A microcefalia não relacionada a zika, a microcefalia que sempre existiu e que acontece nessa proporção de dois nascimentos a cada dez mil.

A microcefalia associada a zika ali na Polinésia Francesa foi de 95 a cada dez mil mulheres infectadas no primeiro trimestre. Isso coloca o que aconteceu na Polinésia Francesa: microcefalia em 1% das crianças que nasceram de mães infectadas por zika. É o mesmo vírus que circulou aqui no Brasil, que circula aqui no Brasil.

Portanto, nós temos o dado de que só 1% das crianças são afetadas quando a mãe tem zika. É um estudo científico publicado com dados totais, não é amostragem, na Polinésia Francesa.

Então, isso nos traz ainda um questionamento a mais sobre a questão de se justificar a zika com a liberação do aborto. Eu chamo a atenção de vocês que, na ADI 5581, que está no Supremo Tribunal Federal, não se pede o aborto em caso de microcefalia. Pede-se o aborto em caso de zika na mãe. Basta o diagnóstico de zika, bastaria o diagnóstico de zika, em que 1% das crianças está afetada, para que fosse justificado o aborto.

Por que isso? Porque o diagnóstico de microcefalia ou de outras síndromes neurológicas é tardio, lá pelo sexto mês de gravidez e além disso é incerto. Eu mostrei para vocês que, mesmo depois de nascida a criança, só em 20% dos casos se confirmou o problema.

Então, como que, ainda no útero, eu vou ter um diagnóstico seguro de que aquela criança tem microcefalia? Isso é impossível. Então, por ser um diagnóstico tardio, por ser diagnóstico incerto, o que está sendo pedido é o aborto em caso de zika na mãe.

Alguns estudos brasileiros apontam para 70% de casos de crianças que nasceram sem microcefalia de mães que tinham zika, mas são estudos estatísticos por amostragem. No estudo da Polinésia Francesa, que como mostrei para vocês é um estudo da população global da Polinésia Francesa, 1% das crianças nasceu com microcefalia. O que mostra, a meu ver, uma estatística bem mais segura, ou seja, 99% das crianças que nascem das mães com zika são crianças normais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, mesmo que seja uma criança com microcefalia que está sendo gestada, evidentemente a dignidade de todo o ser humano tem que ser reconhecida. E é particularmente problemático que justifique o aborto em função de uma deficiência, porque isso é um preconceito para com a pessoa com deficiência. Eu estou desconsiderando essa vida como sendo uma vida digna de ser vivida.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência diz, no seu art. 1º: "É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania".

Autorizar o aborto de uma pessoa porque ela vai nascer com deficiência fere frontalmente este art. 1º.

No art. 5º, se coloca "A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante".

Ora, o aborto é tudo isso, o aborto é tudo isso. É realmente degradar a pessoa com deficiência, autorizar o aborto porque uma criança pode nascer com deficiência, porque uma criança tem 1% de chance de nascer com deficiência se justificaria o aborto nesses casos.

Nós estamos em pleno momento de valorização da pessoa com deficiência, de mostrar todas as suas capacidades. Eu trouxe aqui algumas fotos das Paralimpíadas, os nossos grandes atletas vencedores. Aqui o Daniel Dias, o nadador. Olha o sorriso dele ali com as medalhas. Quem vai dizer que a vida de uma pessoa com deficiência, fazer a futurologia de dizer que essa vai ser uma vida infeliz? E que estou fazendo um favor a essa criança ao abortá-la porque ela vai ter uma vida infeliz? Eu já ouvi esse argumento. Vejam aí a infelicidade do Daniel Dias, quer dizer, com todas as suas medalhas no seu único dedo! Ele realmente é um espetáculo da natação brasileira, com inúmeras medalhas paralímpicas. E há os nossos outros atletas aí.

Nós tivemos, ao final das Paralimpíadas de Londres, um depoimento muito relevante do organizador dessas Paralimpíadas. Encerrando, ele falou: "Olha, nós estamos aqui aplaudindo os nossos atletas ingleses que venceram nessa Paralimpíadas. Daqui a 20 anos, nós não teremos atletas para competir, porque nós estamos matando todos." Então, essa é a realidade. Quando se autoriza o aborto em caso de deficiência, pessoas que já têm problemas de deficiência intrauterina não estão nascendo. Então as Paralimpíadas vão ficar restritas a pessoas que sofreram acidentes depois, pessoas que tiveram doenças depois, porque aqueles de nascimento já não irão existir?

É essa a sociedade que a gente quer, uma sociedade que faz essa discriminação com uma pessoa com deficiência?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago para vocês outro estudo feito por uma pesquisadora espanhola, Teresa Vargas, com relação à síndrome de Down na Espanha. Esse foi um trabalho de doutorado, e ela fez uma pesquisa numérica muito simples. Ela pegou simplesmente o número de crianças que nasceram com síndrome de Down na Espanha, separando por períodos em que foi se facilitando o aborto. E o que ela nos mostra? Entre 1986 e 2009... Aliás, antes, entre 1980 e 1985, a proporção de crianças com síndrome de Down a cada 10 mil partos, o número de crianças era de 14,78. Em 1985, houve uma facilitação do aborto; entre 1986 e 2009, esse número baixou para 10,04 a cada 10 mil nascimentos. Em 2009, houve outra facilitação do aborto; em 2010, 7,23 crianças com síndrome de Down a cada 10 mil partos. E, em 2011, 4,84 crianças com síndrome de Down.

Ora, a geração de crianças com síndrome de Down é constante, não houve uma diminuição. Portanto, toda essa diminuição só pode ser devido ao aborto. Então, o que ela está nos mostrando é que, de cada 14 crianças com síndrome de Down que são geradas na Espanha, isso dados de 2011, que é quando ela fez o seu doutorado, 10 dessas crianças estão sendo abortadas e só de quatro está sendo permitido o seu nascimento.

Há países como a Islândia que se gaba de ter extinguido a síndrome de Down. Não é pela cura da síndrome, é porque simplesmente estão sendo mortas todas as crianças com síndrome de Down geradas na Islândia.

É essa sociedade que nós queremos construir? É assim que nós queremos tratar as nossas pessoas com deficiência?

A pressão dos profissionais de saúde para que aconteça o aborto nesses casos também é um testemunho levantado pela Teresa Vargas, que está na sua tese de doutorado. Uma mãe que optou por ter o seu filho com síndrome de Down diz: "Poucas horas antes de meu filho nascer, uma enfermeira me perguntou: como eu pude deixar que ele nascesse com todos os avanços que temos hoje em dia?" Como se fosse um retrocesso permitir o nascimento de crianças com síndrome de Down.

Nós temos vários levantamentos – não houve tempo para trazer – que mostram que o aborto da criança com deficiência é induzido pelo profissional da saúde, quando realmente há uma liberação disso na sociedade.

O aborto eugênico é uma demanda. Eu trago aqui um texto publicado na revista *Bioética*, pelo Dr. Gollop, que é aqui no Brasil um dos maiores ativistas pela liberação do aborto, sempre chamado para falar. Ele já tentou negar esse texto, mas esse texto está publicado. Vocês podem entrar na internet, o texto está lá e está na revista. É um texto de sua autoria, que diz o seguinte:

É fácil entender também porque nos países desenvolvidos são elaborados programas nacionais para detecção de anomalias fetais. Não se trata de altruísmo, simplesmente não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interessa ao Estado arcar com um número maior de deficientes de toda a natureza, além do estritamente imprevisível. As cifras são impressionantes.

Nos Estados Unidos são gastos US\$3 bilhões por ano com crianças com sequelas de paralisia cerebral, apenas para citarmos um exemplo. Outro dado importante é que o custo de uma criança com síndrome de Down [repito, o custo de uma criança com síndrome de Down], nos primeiros 10 anos de vida, permite a realização de 10 mil amniocenteses ou amostras de vilo corial. Olhada a questão sob esse prisma, passamos a obter fundamentos para uma argumentação mais sólida no sentido de divulgarmos a Medicina Fetal e de exigirmos uma reformulação legal.

Ele está chamando de Medicina fetal fazer-se um teste para verificar se a criança tem síndrome de Down e evitar o nascimento dessa criança porque ela custa muito. É isso o que está sendo dito aí.

É esse país que nós queremos construir?

O aborto legalizado sempre vem com base em falsos argumentos. Trago aqui apenas um deles.

Qual é a escolha? Aponta-se como se o aborto legalizado fosse um contraste com o aborto clandestino. Eu tenho que ter o aborto legalizado para não ter o aborto clandestino. Ora, o contraste que nós fazemos é entre o aborto e a vida. Nós não queremos nenhum aborto, nem o legalizado nem o clandestino. O que nós precisamos é de políticas públicas que ajudem as mulheres a terem os seus filhos e que essas crianças possam vir à vida.

Qual é a escolha da gestante? Apresenta-se como se fosse uma escolha entre ser mãe e não ser mãe. Isso também não é verdade, a escolha é entre ter um filho vivo e um filho morto. A escolha pelo aborto, como já bem disse aqui o Senador Girão, vai trazer para essa mãe que opta pelo aborto sérias consequências físicas e psicológicas ao longo da sua vida.

É, realmente, uma escolha da mulher? Há muitos casos de pressão para abortar. Foi publicado um artigo, em 2004 – é esse da citação –, que mostra que 64% das americanas responderem "sim" quando perguntadas se se sentiram pressionadas, por terceiros, a abortarem – nos Estados Unidos, que é tido como o lugar de maior liberdade, de permissão para o aborto, e 64% das mulheres disseram que houve interferência de terceiros para que elas abortassem; 77,9% dessas mulheres declararam sentimento de culpa por terem realizado o aborto; e 59,5% delas marcaram "sim" diante da questão "senti parte de mim morrer" no momento em que fizeram o aborto.

Portanto, o aborto não é algo que venha para a liberação da mulher. O aborto não só tira a vida de uma criança, marca profundamente a mulher.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria concluir com duas frases do Frank Stephens, um ex-atleta paralímpico que tem síndrome de Down. No seu pronunciamento ele disse: "A minha vida vale a pena porque ela é fantástica". Ele também disse: "Não quero tornar o aborto ilegal, quero torná-lo impensável".

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muiíssimo obrigado, Dra. Lenise. Parabéns pela belíssima exposição, de forma didática, de forma forte! A verdade tem força.

Nós estamos tratando de um assunto que geralmente é colocado embaixo do tapete na nossa sociedade, mas a gente tem de tirá-lo, a gente tem que olhar com muita humanidade para esse tema, do fundo da nossa alma.

O Brasil hoje, Senador Jayme Campos, é símbolo internacional de país que defende as crianças do aborto. É um símbolo pró-vida, como se costuma chamar.

Há cinco anos vou aos Estados Unidos todos os anos. Fui, com a Dra. Lenise, há dois anos, na March for Life, que é a Marcha pela Vida. Encontrei com o Jônatas, que está aqui também na plateia. É um evento que acontece todos os anos, há 40 anos. Convido todos vocês que puderem ir. É uma emoção indescritível. É a vida! A minha vida se transformou, se transforma a cada vez que eu vou.

O Senador Magno Malta, que é um grande irmão, um grande amigo, teve a oportunidade de ir, e a gente foi junto. Ele já era contra ao aborto, ele já era. Mas a marcha tem algo... Você vê 800 mil pessoas nas ruas, embaixo de nevasca. Porque em Washington, dia 22 de janeiro, o clima está mais frio lá nos Estados Unidos e, muitas vezes, tem nevasca na Marcha pela Vida. Para tudo em Washington, para tudo na capital americana. Não sei praticamente uma nota na mídia, mas é um evento que nos toca realmente, porque ele mostra a verdade sobre essa questão do aborto. Você vê jovens de todos os Estados americanos indo a Washington para participar do evento. São caravanas e caravanas, Senadora. Depois do evento há algumas palestras; antes do evento, feiras, palestras. É um evento do qual a gente sai renovado para continuar essa luta aqui.

Lá nos Estados Unidos o aborto foi legalizado sabe quando? Em 1973, através de uma fraude, com o caso *Roe versus Wade*, uma fraude. E o Supremo Tribunal Federal, a corte suprema de lá, a Supreme Court, legalizou o aborto nos Estados Unidos contra o Congresso. No Congresso não passava. Lá eles legalizaram, e até hoje os americanos lutam para reverter. Mas acho que vão conseguir em mais dois ou três anos, porque está crescendo esse movimento pró-vida. A cada ano é mais gente – e jovens. A verdade sempre vem à tona. Ela está chegando lá.

A gente não pode permitir que o Brasil, que é esse símbolo, dê passos para trás. Senadora Maria do Carmo, começa com a anencefalia, como ocorreu aqui em 2011, o aborto liberado pelo STF. Depois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai sabe para onde? Para a microcefalia. Agora, dia 22 de maio, nós vamos ter a ADI nº 5581. Gente, é agora, dia 22 de maio, aqui do lado. Depois vai ser sabe o quê? A evolução: a síndrome de Down. Depois, se você não tem um olho do padrão da sociedade, se é de uma cor diferente, é a famosa eugenia. Isso é numa sociedade.

Então, queria parabenizar mais uma vez a Dra. Lenise. Muito obrigado! Fique aqui conosco neste evento. Você é muito bem-vinda!

Queria passar a palavra, agora, a esse irmão que eu tive a oportunidade de conhecer, no Rio de Janeiro, mês passado. Não foi, Dr. Raphael? Nós estivemos em um evento que foi promovido lá pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) e nós tivemos a oportunidade de ver um debate muito interessante sobre essa questão.

Dr. Raphael, fique à vontade, a palavra é sua para fazer a exposição.

Muito obrigado.

O SR. RAPHAEL PARENTE – Bom dia!

Agradeço o convite do Senador para falar sobre essa questão extremamente importante.

O título já diz aonde quero chegar: Aborto de infectadas pelo zika vírus – eugenia no seu mais alto grau.

A gente tem de dar nome às coisas. Eu não vim aqui para fazer o politicamente correto.

Então, rapidamente, estive em agosto no STF e falei durante 20 minutos. Nem eu imaginava a repercussão da minha fala lá. Não fui eu que coloquei esses títulos, mas uma coisa que chama a atenção aqui é que toda a mídia repercutiu. Mas, quando você fala com verdade, quando fala com firmeza...

Olha aqui o Estadão, por exemplo: "Muito exaltado em suas posições". Ao mesmo tempo, fui hostilizado pela plateia, não me deixaram falar, fui vaiado, uma coisa que nunca imaginei que ocorresse no STF. Mas o que importa na verdade é a resposta do público, que foi algo inimaginável. No dia até me falaram: "Você está em quinto no YouTube." Logo eu, que não entendo desse negócio de YouTube, fui um dos mais vistos.

Bom, o que na verdade me importa foi a resposta que eu tive. Entre milhares de convites e mensagens que me mandaram, isso aqui me agrada muito. A gente nota que hoje, lamentavelmente, muitos estudantes de Medicina – e sou médico, estou aqui para falar da parte médica, vou ater-me exclusivamente à parte médica –, muita gente se espelhou em mim. Hoje vejo muitos alunos de Medicina me procurando e falando: "Olha, os professores hoje só falam em aborto, em vamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privilegiar o aborto. Isso me comoveu bastante. Obrigado por aceitar-me, doutor. Sou estudante de Medicina da Federal de Santa Catarina. Você é uma inspiração." Vocês podem ver todas essas mensagens. "O senhor é um anjo do Brasil", "Minha profunda admiração", e por aí vai.

Bom, mas agora a gente precisa falar desse evento gravíssimo que está para acontecer e a gente tem que tomar uma posição.

De onde é que veio essa ADI 5581? Ela veio da Defensoria Pública da União. O que quero mostrar aqui? As premissas nas quais ela está calcada, se algum dia já tiveram sentido, não têm mais sentido algum. Aí seria interessante que a Defensoria Pública da União, de uma forma honesta, assumisse isso. Se em 2016 isso tinha sentido – se é que tinha –, hoje não faz mais nenhum sentido. Eu acho que não tinha, mas hoje realmente não tem nenhum.

Como sempre, embora a Defensoria Pública da União seja quem tenha proposto, a Anis é *amicus curiae*. Então, vamos lembrar a época da Olimpíada. A pesquisadora Debora Diniz fez uma pressão para tirar a Olimpíada do Rio, não sei se vocês se lembram disso. Eu, por exemplo, não fui à Olimpíada nenhuma. Não por esse motivo. Não fui à Olimpíada pela questão da corrupção.

Então, vocês não vão me ver em foto nenhuma das Olimpíadas. Só que a gente tem que falar o motivo correto, o motivo correto não é esse. No Rio, em agosto, não tem zika, não tem mosquito nenhum. Sou do Rio, isso não existe lá.

Aí o próprio Ancelmo Gois, que a gente sabe que tem um viés, acredito, que de esquerda: "Deu no 'New York Times': "Autoridades federais da área de saúde dos EUA divulgam alerta para que mulheres grávidas evitem Miami Beach [...] "No mais... Aliás, o que tem a pesquisadora Debora Diniz, da Universidade de Brasília (UnB)? [O que ela tem a dizer?] "Ela foi a única signatária da carta, assinada por mais de cem cientistas do mundo, que, em maio, pediu à OMS o adiamento da Rio-2016 por causa dos problemas causados pelo mosquito [...]. com todo o respeito."

Na verdade, isso é um alarmismo. Esse mesmo alarmismo que aconteceu nas Olimpíadas é o alarmismo que está acontecendo agora. A gente tem que colocar isso no devido lugar.

Esse aqui é um artigo meu. Saiu no final do ano passado, no Globo, um artigo de opinião com fins e interesse ideológico na ciência. Eu como pesquisador, médico que sou, tenho que advertir uma coisa aos senhores: pesquisa no Brasil sobre aborto e sobre parto pode jogar tudo fora, pode jogar fora. É tudo com conflito de interesses. Os pesquisadores, se vocês forem olhar, todos têm viés. Inclusive, desse novo Governo que está aqui, que eu apoiei, até agora não vi medidas efetivas nisso. Acho que a gente tem que cobrar. Vou falar um pouco mais sobre isso depois.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rapidamente, o que todo mundo já sabe: a população do Brasil é totalmente contra o aborto. Por isso, eles têm que procurar o Judiciário. São pesquisas que todo mundo já conhece. Se você for somar 41 com 34 vão dar quase 80%.

Há outra coisa também que eu acho muito importante. Esse pessoal adora dizer que está falando por mulheres pretas, pobres. A gente sempre sabe qual é a questão. Isso não é verdade. Quando você vai ver a opinião de mulheres pretas e pobres é exatamente nesses estratos que a opinião contrária ao aborto é muito maior. Então, eles acham que falam pelas minorias. Eles não falam, eles falam por eles, pelos motivos deles. Isso tem que ser colocado da forma correta.

Só uma questãozinha: quando a gente fala em óbitos maternos – esses aqui são dados oficiais da Prefeitura do Rio de Janeiro, mostrei isso no STF –, na verdade, o estrato em que menos há óbitos é na raça preta. Então, não tem nada a ver com racismo institucional.

Uma coisa que me assusta muito – e aqui fiz questão de colocar a minha Universidade, pois sou médico da Federal do Rio de Janeiro. Há a Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia de alunos. É isso o que me preocupa, é aquela famosa questão de inventar números. Então, vou falar um pouco mais sobre isso depois, mas a principal forma que eles têm de chamar a atenção para o aborto é inventar que morrem mil, duas mil, dez mil, cinquenta mil. Aqui assustou-me muito porque nunca vi esse número. Na verdade, aqui meteram que 70 mil mulheres morrem, por ano, por causa do aborto. Isso é tão bizarro que a quantidade de mulheres, em idade fértil, que morrem por ano não chega a esse número, é mais ou menos 50, 60 mil. Então, eles viajaram de uma tal forma! Mas a culpa aqui não é deles não, alguém ensinou isso a eles. São alunos, são alunos da UFRJ, em um evento oficial da UFRJ. Quando eu os adverti, fizeram essa errata. Uma errata meia boca, porque na verdade só falaram que o dado estava errado, mas não falaram o número real que vou mostrar aqui na frente e que foge completamente...

Aliás, vou mostrar aqui agora. Isso é extremamente grave pelo seguinte: em agosto, as representantes do Ministério da Saúde que foram lá vieram com aquela conversa que, na verdade, não eram a favor nem contra, que eram a favor da saúde pública. Não é problema de saúde pública, como vou mostrar aqui. Na verdade, essas pessoas continuam no Ministério da Saúde, o que me leva a crer que, talvez, o atual Ministério da Saúde continue a favor do aborto – isso é uma coisa que tem que ser refletida. Mas o número que elas utilizaram, é que, no máximo... Eu não concordo com esse número, eu vou explicar rapidamente por quê. Nesse número eles colocam qualquer mulher em idade fértil que morreu sem causa determinada como advindo do aborto. Exemplo, uma mulher com 20 anos morreu em casa e não foi feita a necropsia. Ninguém sabe do que foi, mete na conta do aborto. Eu não concordo com isso, mas tudo bem, vamos aceitar isso. No máximo – isso são números do Ministério da Saúde na audiência em Brasília – são 203 mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje em dia, qualquer pessoa que falar que mais de 203 mulheres, por ano, morrem por aborto é um mentiroso, porque o próprio Ministério da Saúde, que tinha um viés a favor da liberação, usou esse número aqui. Mesmo aqui vamos lembrar, isso é por qualquer motivo de aborto, aborto espontâneo inclusive. Eu, como um obstetra, sei que aborto espontâneo pode sangrar e as mulheres podem morrer.

Isso aqui foi um artigo meu que eu fiz esse ano: "O aborto não é uma questão de saúde pública". Esse é o outro argumento que adoram falar, quem fala isso também é mentiroso. Por quê? Qual é a definição de problema de saúde pública?

Isto é a definição oficial: "Problema de saúde pública é algo que tem impacto na sociedade por meio de mortalidade aumentada [a gente já viu que não tem], morbidade, custos do tratamento para a sociedade e pelo potencial epidêmico em caso de infecções". Onde é que se encaixaria o aborto aqui? Não se encaixaria." A liberação do aborto aumentou o número de abortos nos países onde ocorreu. Dada a taxa de mortalidade de abortos legais no Brasil, a liberação aumentaria a mortalidade e os custos do SUS, além de provocar um caos nas maternidades já lotadas". No STF, inclusive, eu dou um nome a isso de fila do aborto, eu não vou me ater muito sobre isso porque a questão hoje é outra.

Aqui, rapidamente, vocês não vão contar com médico caso queiram liberar o aborto. Vocês vão contar sei lá com quem, não vai ser com o médico. Na Irlanda fizeram isso, liberaram, só que não pensaram em quem iria fazer.

Globo, matéria: "Recém-legalizado na Irlanda aborto enfrenta obstáculos antigos". Sempre em tom de crítica. O tom de crítica aqui, "têm dificuldades em realizar o procedimento", porque os médicos se negam a fazer por uma questão de objeção.

Aliás, coloquem as barbas de molho, já tem gente querendo acabar com a objeção de consciência. A gente não vai aceitar isso, podem me prender, podem me fazer o que quiser, mas a objeção de consciência é um direito inalienável do médico e a gente, como Conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro, vai lutar até a morte por causa disso. Então, isso aí vocês podem tirar... Em "vocês" leia-se não quem está aqui, mas quem está pensando em fazer isso.

Noventa e cinco por cento se nega a praticar o aborto. Então, na verdade, você vai ficar com aquele grupinho de 5%, 10% que fazem o aborto e que, obviamente, não vão conseguir suprir a demanda, porque a demanda vai aumentar exponencialmente.

Uma carta minha no Globo, logo depois dessa matéria.

Os Deputados que aprovaram a liberação do aborto na Irlanda apenas esqueceram um detalhe, que só perceberam agora: médicos, em sua maioria, não são defensores do aborto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não vão servir de massa de manobra para leis defensoras da morte. Médico estuda para dar vida. Que a lição sirva para o Brasil.

Aqui entrando especificamente no tema. "Aborto e zika vírus: será que o foco é liberar o aborto para a zika mesmo?!" Eu vou mostrar que não.

Como o Senador já falou, isso aqui é uma escadinha. Você vai liberando um por um para, no final, liberar em tudo. Quando você libera para a zika... E eu vou mostrar isso depois... Exemplo, anencefalia. Liberou-se para a anencefalia. Sabe o que aconteceu? Várias medidas judiciais liberaram para várias outras síndromes que são quase incompatíveis com a vida. Liberando para a zika, você vai liberar, na prática, com medidas judiciais ou por aproximação, não sou jurista, mas é isso que vai acontecer, para qualquer infecção que tenha um potencial mínimo de provocar algum tipo de malformação.

"1º3 caso de microcefalia por zika, menina anda, vai à escola e é referência". Do lado: "Aborto e eugenia: a Islândia está prestes a erradicar a Síndrome de Down [...]".

A Dra. Lenise falou que eram 4%. Não, não é mais 4% não, é 0%. País como a Islândia não tem mais síndrome de Down, não existe mais. Então, zerou, aquilo ali foi caindo lá na Espanha e daqui a pouco vira zero. A ideia é fazer isso aqui no Brasil também.

Entrando aqui no tema. Fernandes Figueira, da Fiocruz. Agora é a parte importante. Quando essa ADI foi proposta o conhecimento sobre zika era muito incipiente. O conhecimento aumentou muito de lá para cá, e, sejamos justos, muitas dessas pesquisas são pesquisas brasileiras.

Esse estudo aqui mostrou que somente 15% dos bebês expostos ao zika tiveram algum tipo de problema grave. Esse artigo saiu na *New England*, uma das revistas mais importantes do mundo. Aqui tem o resumo do artigo. Na verdade, não é nem 15%, é 14,5% como podem ver no final.

Uma pesquisa mais recente do CDC americano, a instituição mais respeitada do mundo sobre o tema, não mostrou 15% não; na verdade, mostrou 5%. Então, o que a gente tem que refletir aqui é o seguinte: a gente vai liberar o aborto – esse é só o primeiro dos meus cinco argumentos que eu vou utilizar – para uma infecção que vai atingir no máximo 5% e os outros 95% vão jogar no balde do lixo? Eu não concordo com nenhum, mas eu tenho que usar os argumentos para refutar o que eles argumentam. Então, somente 5% tem algum tipo de problema.

Então, eu venho para o meu segundo argumento. Para você dar um diagnóstico você tem que ter um teste diagnóstico. Os testes diagnósticos que a gente tem hoje para diagnosticar zika na população não servem para nada. Vou repetir: não servem em nada para este objetivo, é zero. Vou mostrar aqui o porquê.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Obstetras pedem teste de zika mesmo para grávidas sem sintomas". Então, na verdade, atualmente você tem um protocolo de pedir teste de zika para todo mundo, principalmente em locais de infecção.

"Segundo o infectologista Artur Timerman, Presidente da Sociedade Brasileira [...], há risco de resultados falso positivos por causa de uma reação cruzada". Comecem a se ater para esse meu argumento aqui.

"O ginecologista Cesar Fernandes, Presidente da Febrasgo [...] [Vamos levar em conta que a Febrasgo foi a favor da liberação do aborto. Então, na verdade não é uma opinião enviesada, não é a minha opinião.], também afirma que o teste de zika não precisão suficiente para ser indicado como rastreio sistemático na gravidez, como acontece, por exemplo, com os testes de rubéola e de sífilis [que realmente são testes confiáveis]: 'Ainda há um desconhecimento muito grande sobre zika, não tivemos tempo hábil para maturar as informações. E a imprecisão dos testes não ajuda muito' ". Vão reparando que esse aqui é um argumento que, a meu ver, é o mais importante. Mas não acaba por aí, tem muito mais.

A infectologista e médica do Fleury, um laboratório respeitadíssimo, "[...] lembra que o rastreamento só faz sentido se houver conduta terapêutica a ser tomada diante da infecção". No caso, não há conduta terapêutica nenhuma, porque, em sendo diagnosticada a infecção por zika, não há nada que possa fazer. Se foi infectada vai ser, se tiver que ter problema vai ter, mas a partir daí passaria a ter algum tipo de conduta, que seria o que se faz nos países nórdicos e alguns países da Europa, que é fazer o aborto. Então, na verdade, esse teste seria feito em todo mundo. No caso do zika não há o que se fazer, foi o que expliquei.

"Resultados positivos devem ser analisados com cautela, porque podem representar apenas uma exposição prévia a outras flavivírus". Sabem o que são flavivírus? É a dengue por exemplo, é o chikungunya, é a febre amarela.

Resumo, um teste positivo para zika pode significar infecção por quaisquer desses vírus. E quero lembrar que eles agem em conjunto, onde tem dengue, tem zika, tem tudo. Pior é a vacina para febre amarela também, ou seja, quem se vacina para febre amarela também pode positivar o teste para zika.

Olhem aqui o que pode acontecer: "Para ele, não há sentido algum" nesse teste, "só serve para causar estresse, neura e pânico entre as mulheres". E aí eu peguei um caso real dessa matéria: "Grávida de 12 semanas, ela teve o teste incluído no pré-natal, mesmo sem ter tido sintomas de zika". Ou seja, foi errado, não deveria ter feito esse teste, não é protocolo.

Ao abrir o resultado pela internet, levou um tremendo susto. "Bateu um desespero, comecei a chorar, meu marido correu ligar para o médico, mas nem ele sabia muito bem o que dizer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só falou que era bom repetir [o teste] para ter a certeza. Foi uma semana dos infernos até vir um segundo resultado negativo".

Ou seja, a mulher não tinha nada, não foi infectada por absolutamente nada.

Aqui você tem o CDC americano. Devido à reação cruzada, os resultados podem ser difíceis de interpretar, não é possível confiar no teste. Eu estou repetindo isso porque esse teste não serve para nada, e essa informação é importante.

E aqui você tem da ANS – a ANS que, pelo menos até o Governo passado, tinha claramente esse viés –, reatividade cruzada com outros flavivírus como dengue, vacinação: febre amarela. Tudo isso eu já falei, mas eu quero repetir.

CDC novamente. "Não é recomendada a realização de amniocentese antes da 15ª quinta semana de gestação". Quero lembrar que o aborto menos perigoso, porque eu mostrei também no STF que o aborto legal no Brasil é perigoso. O aborto legal no Brasil, o aborto legal que eu chamo aqui é aquele aborto que é feito na unidade de saúde por médico, ele tem uma mortalidade materna três vezes maior do que o aborto que não seja legal, ou seja, é algo surreal. Por quê? Pelas condições das nossas maternidades.

Então, o aborto legal no Brasil é perigoso. É tão ruim esse teste que, na verdade, é um artigo da *Science* do ano passado, eles continuam procurando testes confiáveis. Aqui, por exemplo, utilizando a técnica de Crispr e até agora não se tem esse teste.

Aqui eu vou falar rapidamente desses testes. É uma coisa muito técnica, mas eu acho que é importante.

A técnica molecular é bastante sensível. A técnica molecular é o seguinte: você primeiro faz o teste sorológico, que é esse que não serve para nada, e aí você faz a técnica molecular depois, que é o PCR, que também não serve para muita coisa, vou mostrar para vocês depois, além do custo altíssimo. "É bastante sensível, porém pouco específica, já que os *primers* utilizados são os mesmos para vários flavivírus", o que eu já falei. Isso causa a ocorrência de um resultado falso negativo. Baixa viremia também pode provocar a ocorrência de falsos negativos, o que pode acontecer com frequência devido ao curto período do vírus no sangue". Outro ponto negativo é a questão do custo. Esse pessoal fala tanto em diminuir custo, que vai isso e que vai aquilo, mas, na verdade, isso vai explodir o custo da saúde pública no Brasil.

A técnica PRTN é o padrão ouro. Esse é o teste que realmente resolve o problema. É um teste caríssimo de dezenas e dezenas de milhares de reais e que, no Brasil, não tem laboratório especializado nem pessoal especializado. Então, na verdade, o teste que resolve o problema no Brasil não tem condições de ser feito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O teste sorológico, como eu já falei, qual é o problema? É o alto índice de reação cruzada. O teste sorológico é esse que as grávidas fazem normalmente nos pré-natais. É disso que a gente está falando. Provoca reação cruzada, principalmente com dengue vírus, que todo mundo tem, principalmente quem mora nas regiões de epidemia, todo mundo já teve dengue, pode nem saber, mas já teve dengue.

"Os resultados dos testes sorológicos devem ser avaliados com muito cuidado, com o intuito de evitar os resultados falsos positivos. Mesmo em pacientes que não tiveram contato com infecções por arbovírus, mas foram vacinados contra a febre amarela". Ou seja, até quem foi vacinado já teve. Há Estados em que praticamente todo mundo já foi vacinado. Qual a confiabilidade de um teste desse? Nenhuma.

Aqui a gente tem um resuminho, para ficar de uma forma bem didática.

Ensaio sorológico: fácil desempenho – lógico, tem em qualquer pré-natal. Custo acessível – acessível nem tanto, uns R\$250, mas tudo bem, comparado com o resto é barato. Automação acessível, baixo tempo para execução e alta sensibilidade. Desvantagens: reação cruzada, poucos kits disponíveis e falso positivo. Ou seja, não serve para nada, porque, entendam, uma coisa é a gente fazer o teste para fazer uma triagem no pré-natal, outra coisa é a gente um teste para abortar.

Ou a gente... Não que eu concorde, vamos deixar claro para não colocarem palavras na minha boca. Mas vamos partir do princípio de que eu concordasse: a gente vai usar um teste que não serve para nada para decidir se vai tirar uma vida ou não? Então, a meu ver, esse teste sorológico você já pode excluir da brincadeira.

PCR, que é o segundo: Alta especificidade e alta precisão. Continua: reação cruzada, falso negativo. Aí o custo aqui já é bem alto, já é na casa dos milhares de reais. Alto custo de automação e restrito à primeira semana. Isso quer dizer o quê? Só pega a infecção na primeira semana, depois não serve para mais nada. Na vida real, não é isso que acontece. Na vida real, você vai ver isso depois, e não na primeira semana. Ou seja, não serve para nada também.

PCR em tempo real, os mesmos problemas.

E aqui vem o PRTN, que eu falei que é o teste que, em teoria, resolve o problema. Esse, sim, diferencia. Altíssimo custo, pessoal especializado, infraestrutura especializada, longo tempo de execução. E aí, a questão do longo tempo de execução é o seguinte: são semanas para ser executado. E isso, quando você vai ver, já está no segundo trimestre. Ou seja, do ponto de vista de aborto, não serve para absolutamente nada, além do custo de dezenas de milhares de reais.

E aqui vem mais um problema. A gente está no Brasil, a gente não está na Inglaterra. Essa pesquisa aqui mostra o seguinte: dos quinze laboratórios melhores do Brasil que foram avaliados, 73%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não têm sensibilidade, não têm especificidade. Ou seja, a pesquisa alerta para o fato de que, dentre os quinze laboratórios participantes, oito apresentaram mais um diagnóstico de caso falso positivo ou falso negativo. Dentre os laboratórios de melhor performance está o grupo tal, que realizou 5 mil exames no período em que houve. Ou seja, os laboratórios do Brasil, de forma geral, não são confiáveis para isso.

E aqui a gente, em vez de estar preocupado em gastar dinheiro com isso, a gente deveria estar preocupado – a Fiocruz, essas instituições de excelência – em procurar uma vacina para o zika. É esse que eu acho que é o foco. Deveria ser esse o foco. E há vários laboratórios que estão pesquisando isso. E uma pesquisa recentíssima, agora de março, mostrou que a vacina da febre amarela pode proteger contra o zika. Então, já é uma primeira coisa que a gente pode fazer. Vacinar as pessoas contra febre amarela.

E reparem aqui que, se vocês olharem os Estados com maior porcentagem de vacinação, reparem que são os Estados com menos zika. Olhem lá embaixo: Paraíba, Ceará, Pernambuco, que é praticamente zero, são os Estados que tiveram maior grau de epidemia pelo zika. E, quando você vai lá para cima, Estados com 100% ou quase 100% tiveram muito pouco. Então, já é alguma coisa que a gente tem em mente.

Limitação dos testes. Aqui outro ponto importante. A duração da detectabilidade do IgM, que é o sorológico, é de 12 semanas. No entanto, há dados que sugerem que pode ficar além disso. Sabe o que isso quer dizer? Que, na verdade, você pode ter um teste positivo para zika e a mulher ter contraído zika antes da gravidez. Ou seja, a mulher faz o teste para dizer que é na gravidez e, na verdade, ela não teve zika nenhum na gravidez, ou seja, ela não teve risco nenhum. Aquele teste está querendo dizer que ela foi infectada antes da gravidez. Ou seja, além de o teste não servir para nada e todos esses problemas que eu falei, ele ainda pode significar uma infecção pelo próprio zika, mas antes da gravidez e não na gravidez. Ou seja, a mulher vai abortar por ter tido zika antes da gravidez.

Aí outra ponte importante. Além disso, à medida que a prevalência da doença do vírus da zika diminui, a probabilidade de resultados falsos positivos no teste aumenta. Isso também é uma coisa importante.

A síndrome congênita do vírus zika em algumas gestações causa inviabilidade de prosseguimento da gravidez, devido à morte do embrião ou do feto. Ah, tá, isso aqui, vamos lá, o que eu estou querendo dizer com isso aqui? Isso aqui foi a petição da Anadep. Toda Adin surgiu porque alguém fez uma petição. Essa foi da Defensoria Pública. O que eu quero com esse eslaide aqui? Essa foi da Defensoria Pública. O que eu quero com esse eslaide aqui? Mostrar que aquilo que, lá no passado eles tinham dúvida, não há mais dúvida em relação a isso. Então, eu acho que eles têm que ter a honestidade intelectual de virar, lá no dia 22 de maio, e falar: ministros, esqueçam isso porque isso não é mais verdade. Então, eu coloquei. Está um pouco poluído, mas é importante eu ler o eslaide inteiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A síndrome congênita do vírus zika, em algumas gestações, tal... Isso eu já li. Nessas situações, a possibilidade de interrupção da gravidez amolda-se ao precedente firmado na ADPF 54: aborto é crime contra a vida. Tutela-se a vida e tal. Nesse contexto, a interrupção da gestação do feto anencefálico não configura crime. Isso já foi decidido.

Por sua vez, a síndrome congênita do zika pode, em outras situações, apesar de não produzir a morte do embrião, do feto ou do recém-nato, causar danos neurológicos e impedimentos corporais permanentes e severos. Em verdade – e olha essa frase como é importante –, todos os efeitos nocivos causados por essa infecção ainda não são conhecidos pela literatura. O que não era conhecido em 2016, hoje a maioria já é conhecido. Então, essa frase não tem mais sentido.

Entre as questões científicas ainda sem resposta – era sem resposta lá, hoje já tem – está também a taxa de risco entre mulheres grávidas infectadas pelo vírus zika. Não se sabe ainda em quantos e quais casos de mulheres infectadas ocorrerá a transmissão vertical e o desenvolvimento da síndrome. Hoje a gente sabe, é 5% ou menos. É muito pouco. Antigamente, em 2016, era um pavor. A gente viu que a taxa de natalidade diminuiu bastante. Todo mundo que era infectado ou supostamente infectado achou que iria ter um filho com algum problema. A gente sabe que hoje é muito pequeno.

Também não se sabe por quanto tempo o vírus permanece ativo nos corpos – tudo isso a gente já sabe – das mulheres infectadas para o risco de transmissão vertical. Essa situação de incertezas provocadas pela epidemia sujeita mulheres grávidas a potencial sofrimento psicológico intenso. Bom, eu concordo que houvesse esse sofrimento psicológico lá em 2016. Mas será que hoje, conversando com as mulheres e falando "olha, o risco é muito pequeno, 5%, 4%, 3%", será que isso não daria uma tranquilidade maior? E essa frase também passa a ser uma frase errada no atual momento.

Eu não vou falar sobre isso tudo, mas o que eu quero dizer com isso é o seguinte. Nem no ultrassom nem nos exames de imagem você tem certeza de absolutamente nada porque se parece muito com outros problemas, com outras infecções, por exemplo, citomegalovírus, rubéola e outras mais. Então, esse acompanhamento que é feito, mesmo assim, esses problemas só vão aparecer numa fase tardia da gravidez, quando não se cogita mais fazer um aborto. Ninguém em sã consciência vai cogitar fazer um aborto com vinte e tantas semanas, trinta semanas. Isso aí foge até da minha concepção como médico. Então, mesmo que você acompanhe aquelas supostamente infectadas, os achados de algum tipo de malformação vão se mostrar de forma muito clara no final da gravidez, do segundo trimestre em diante.

E aqui a gente tem muitos erros. "Microcefalia no Nordeste tem diagnósticos errados e atrasados". Por isso, eu estou falando. No Brasil, a gente tem um problema. A gente acha que o que acontece lá no Einstein em São Paulo, no Sírio Libanês é a vida real. A vida real é que no Rio de Janeiro, quando a gente pede ultrassom na saúde pública, o resultado, muitas das vezes, a gente não tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como confiar naquilo ali. Isso eu estou falando no Rio de Janeiro, você imagina nos locais onde é mais prevalente a ocorrência da infecção. Então, para você confirmar isso, você tem que estar num centro de excelência, com profissionais de excelência, com aparelhos de excelência. E não é isso que acontece.

Na vida real, sabe o que que vai acontecer? Exames sem menor fidedignidade, ultrassom que o cara não sabe nem o que está fazendo. E aquilo ali vai definir entre vida e morte. Então, de novo, eu falo da vida real. Eu sou o cara que estou na ponta. Eu, ontem, estava atendendo de tarde; daqui a pouco eu vou estar trabalhando; amanhã eu vou estar atendendo. Eu não estou falando de livro, não. Eu estou falando de pegar o resultado do ultrassom e você falar: "Gente, que negócio é isso aqui? Não serve para nada, eu vou pedir para fazer um outro com alguém em quem eu confie". Então, isso é a vida real na cidade do Rio de Janeiro. Esquece esses resultados.

Aí, é isso:

Microcefalia no Nordeste tem diagnósticos errados e atrasados.

[...] Nem sempre da melhor forma. Com oito meses de gravidez [...] havia apontado que seu bebê era anencéfalo. "Disseram que não tinha a calota [...]". O diagnóstico foi corrigido e confirmado após o nascimento, era microcefalia.

Eu até concordo, como médico, que o diagnóstico da anencefalia feito pelo melhor profissional, no melhor aparelho, no melhor lugar, a taxa de erro é de quase 0%. Mas, na vida real, não é isso que acontece. Na vida real, é feito por um profissional sem tanta qualificação, numa máquina horrível, num lugar em que ele atende 50 ao mesmo tempo. E é isso que vai ser feito e é daí que a gente vai começar a fábrica de aborto. Eu falei da fila do aborto, agora vai ser a fábrica do aborto na zika.

E aqui, esse é o último eslaide, primeiro eu queria só falar uma coisa, deixar claro. Essa liberação para zika é um cavalo de Troia para liberar zika e qualquer infecção. Isso tem que ficar claro. Se liberar para zika, vai liberar para qualquer infecção na gravidez que tenha uma chance mínima de ter malformação. Eu, como obstetra, sei que é isso que acontece. Porque hoje, com qualquer malformação que seja mais complicada, a mulher consegue uma autorização judicial para abortar baseada na decisão do Supremo da anencefalia. Vai ser a mesma coisa. A mulher vai ter gripe, alguém vai inventar que 1% da gripe pode dar isso e vai conseguir uma autorização judicial para liberar.

Então, esse talvez seja, eu acho que é o ponto principal que eu quero deixar aqui. Qualquer infecção a partir de agora, que algum dia na literatura alguém meteu que pode ter algum tipo de malformação vai virar... O que menos está me preocupando é o zika, vou ser bem sincero, porque zika teve e talvez não tenha mais e tal. O problema vai ser o resto das infecções.

Então, esse aqui é o último eslaide meu. Essa revista aqui é uma revista que claramente tem um viés a favor da liberação do aborto. E aí, quando você vai na conclusão aqui, o que mostra aqui? É





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque o vermelhinho aqui não está indo. Mas o problema que ele coloca aqui: "Aborto nos casos de infecção congênita pelo vírus zika". Repara lá na última frase, que o problema que ele vê na verdade é tudo que eu acabei de falar: é você provocar o aborto em fetos saudáveis, provocando talvez infanticídio. Então, assim, esse é o problema maior, por tudo que eu falei.

Eu estou falando como médico, não estou entrando aqui nem em questão filosófica, nem em questão religiosa, nem em questão jurídica. Tem pessoas mais preparadas do que eu. Então, o meu foco é a questão médica. A liberação de aborto em casos de infectados por zika é uma completa loucura. Se algum dia teve algum sentido, seja lá o que for, hoje não tem mais sentido nenhum. Hoje os próprios... E eu falo entre meus pares, entre meus colegas. As próprias pessoas que são terminantemente a favor da liberação do aborto não se sentem à vontade para defender a liberação nesse tipo de caso porque eles veem que não tem fundamento científico. Quem votar a favor disso não vai estar votando nesse caso, vai estar votando como um cavalo de Troia para ser uma escadinha para a liberação total do aborto no Brasil.

Essa é a mensagem que eu queria passar. E aqui, no último eslaide, mostrando que a evolução de crianças com microcefalia não para de surpreender. A primeira que foi vista, a médica pernambucana, neuropediatra, ela mesmo dizendo que a evolução está ótima. A gente sabe que tem problemas, a gente sabe disso. A gente sabe que o Governo muitas vezes abandonou. Então, eu acho que o foco tem que ser ajudar essas mães, procurar medidas protetoras, vacinas, para a gente impedir o problema e dar o suporte para mães que realmente foram abandonadas.

Eu espero e torço bastante que o atual Governo mude esse cenário porque eu conheço da vida real mães que foram largadas ao deus-dará, o marido larga e tudo mais. Então, vamos focar em resolver esse problema, e não liberar o aborto para festa de militante a favor do aborto.

É isso que eu gostaria de dizer aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito forte, Dr. Raphael. Muito forte o seu depoimento também. Muito obrigado, o senhor engrandece muito aqui este seminário. Sua presença nos dá muita honra, e essas palavras suas vão ficar refletindo na cabeça aqui de todos nós, nas nossas mentes.

Eu vi ali no início da sua exposição alguém que comentou: "um anjo, né?". E realmente o seu papel... Eu sei que tem que ter muita coragem para fazer o que ele faz. Ir ao Supremo, debater, colocar as verdades e fazer todo esse enfrentamento com a mídia, que ainda, em sua maioria, tem esse viés de liberação de aborto, mesmo contra a ciência. Porque a ciência, cada dia que passa, evoluindo, mostra que a vida começa na concepção e enfim. E os estragos que o aborto faz na saúde da mulher.

Muito obrigado mais uma vez, Dr. Raphael. Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui nesse momento, antes de passar a palavra para o Dr. Miranda, que vai lançar inclusive um livro – a gente vai falar já, já sobre isso – durante o evento. É um evento cultural também, viu, pessoal? Tem lançamento de livro, tem lançamento de filme. É, vai ter já, já o lançamento do filme aqui.

Mas eu queria registrar a presença de uma pessoa que eu tive a oportunidade de conhecer nesta Legislatura, uma grande irmã, que tem feito um trabalho também de enfrentamento aqui, de muita coragem, que é a Senadora Soraya, que está pela primeira vez aqui na Casa. Também nunca tinha sido candidata a nada, veio para o Senado Federal. Uma história parecida com a minha. Eu não tenho o menor receio de dizer, no meu caso, que foi Deus. Foi uma coisa que não tem outra... Foi um milagre o que aconteceu.

E a Soraya, a gente já teve... Ela tem muita coragem de se posicionar em vários assuntos. E essa questão da vida desde a concepção, ela é uma grande idealista aqui conosco. Então, muito obrigado pela sua presença, Soraya. Fique à vontade quando quiser usar a palavra.

Eu também queria registrar a presença da Rosinha da Adefal, que vai ser uma das palestrantes aqui daqui a pouco. A Rosinha, que é da Secretaria Adjunta de Políticas para a Proteção da Mulher do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Grande honra ser também seu amigo. É uma pessoa que eu admiro, que tem uma luta aqui, ex-Deputada e que teve um trabalho fantástico aqui.

Eu queria registrar a presença também aqui do meu irmão Allan. Grande Allan, do Movimento Brasil sem Aborto, está presente aqui. Outro idealista, grande homem voluntário, que organiza a Marcha pela Vida, contra o aborto, aqui em Brasília e em vários Estados também.

Eu queria registrar a presença da UMA, que é a União de Mães de Anjos do Estado de Pernambuco, que está aqui conosco hoje. A Germana Soares, que é a Presidente, veio nos prestigiar neste evento. Também da Afaeal, que é a Associação das Famílias de Anjos do Estado de Alagoas. Olha que bacana aqui, terra da Renilde. A Afaeal está aqui presente, a Associação das Famílias de Anjos do Estado de Alagoas. A Alessandra Hora os está representando aqui. Olhem que coincidência boa!

Por último, eu vou deixar para o Senador Styvenson fazer a apresentação – ouviu, Da Guia? – e vou contar como foi que aconteceu a vinda da Da Guia e da Victoria, que está ali sorrindo, que agora vai tomar a mamadeira dela. Olhem que princesa linda, olhem que sorriso! Eu vou deixar para o Senador Styvenson fazer a apresentação, que é da terra da Da Guia. Aliás, a Da Guia é da minha terra, é do Ceará, a Victoria é que é do Rio Grande do Norte. Então, muito obrigado pela presença de vocês, muito obrigado por ter vindo participar deste evento, trazendo aí como cada vida é fundamental, como tem uma razão e é um presente para todos nós! Então, muito obrigado mesmo pela presença.

Eu quero passar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu acho que, dependendo da hora, eu vou ter que sair e eu não sei se vou conseguir fazer minha... É só comentar algo antes, porque, de repente, eu tenho que sair.

Antes de tudo, parabéns. Que Deus o ilumine sempre nessa caminhada, nessa bandeira. V. Exa. me emociona muito – muito, muito.

Para mim, ter a Rosinha aqui dispensa comentários. Se eu começar a falar da Rosinha, eu também choro.

Eu quero registrar a presença da Lília Nunes, que é do Departamento da Dignidade da Mulher. (*Palmas.*)

A tese de mestrado da Lília é a visão jurídica da questão do aborto. É uma tese linda em defesa do aborto...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perdão! Em defesa da vida! Perdoem-me, perdoem-me! Em defesa da vida.

Lília, obrigada. Você é maravilhosa.

Dr. Raphael, depois, o senhor comenta – eu não quero me estender, porque ainda quero ouvi-los, infelizmente, eu não pude ouvi-la –, mas parabéns. A gente tem esse discurso muito aberto e muito franco, e eu acho que foi isso... E o meu marido, quando ele vem – a gente está com essa vida agora, em que a gente fica muito separado da família –, eu costumo dizer para os outros que ele é meu freio de mão, porque, em tudo que eu falo, ele fala: "Fala menos, fala menos, cuidado". Eu quero parabenizá-lo pela sua coragem de falar. Isso é muito importante, porque a gente fica no politicamente correto e não fala as palavras que existem no nosso dicionário para serem ditas. É por isso que elas existem. Então, a verdade precisa ser escancarada. Então, depois, quando o senhor puder, na hora correta... O senhor disse: "Este Governo não fez nada ainda". Eu queria saber qual seria sua sugestão para algo acontecer já, de imediato...

O SR. RAPHAEL PARENTE – Eu tenho várias. Depois, eu falo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim. São sugestões para que a gente consiga passar para o nosso Ministro. Se o senhor não esteve com ele ainda, a gente pode ser essa ponte, o Henrique Mandetta, além de tudo, é meu amigo, as portas muito abertas, a gente pode canalizar isso.

Quando o senhor disse... Eu queria saber se todas essas informações são ignorância do Estado, nessa política pública que foi adotada e que estava caminhando, ou se essa política pública é na verdade uma política ideológica, escancaradamente; qual é o sentido, qual é a vontade dessas pessoas em trazerem essas desinformações para alardearem à população.

Então, o senhor está falando tecnicamente, como médico, mas, se não for contrariá-lo de alguma forma, se o senhor puder tecer realmente qual era o intuito ideológico disso tudo, ou científico ou de ignorância, ou o Brasil... Quem estava tocando é completamente ignorante, para não dizer outra coisa? É só nesse sentido. E mais uma vez, parabéns! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Dr. Raphael, se quiser respondê-la, o senhor pode fazer...

O SR. RAPHAEL PARENTE (*Fora do microfone.*) – As duas, só a segunda, só a primeira?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não, pode responder as duas, depois a Senadora Renilde vai também fazer uma colocação, e depois eu passo a palavra para o Dr. José Miranda.

O SR. RAPHAEL PARENTE – Rapidamente, vou responder a primeira e a segunda questão.

Eles não são bobos, não. O pessoal que defende a liberação do aborto é extremamente preparado, são pessoas extremamente qualificadas. Eles vão pegando os buracos ali e jogam com muitas mentiras.

Eu acho que a principal vitória da minha ida ao Supremo em agosto foi que eu acabei com essa mentira dos números, porque, depois que eu falei, o pessoal ficou completamente sem chão. Aquele pessoal que vinha falando 50 mil, 10 mil... O próprio Ricardo Barros, o Ministro da Saúde da época, falava em 11 mil mortes por ano, e eu não acho nem que fosse por má-fé, não, algum assessor cutucou no ouvido dele, ele repetiu aquele negócio de 11 mil, e não sabia nem o que estava falando. E as pessoas que falaram depois de mim ficaram sem graça em contar aquelas mentiras. A própria Rosa Weber depois falou: "Temos um problema grave aqui, essa questão dos números, um está falando em 50, o outro está falando em 50 mil". E aí depois eles vieram com esse número de 200, que, embora a meu ver seja falso, já é bem melhor do que aquela mentira de 11 mil, 50 mil. Então, eles mandam hipérbole, mandam mentiras para ver se cola. Qual é o problema? A mídia cai nisso. A mídia é a favor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do aborto. Então, tudo que eles falam a mídia joga como se fosse verdade, e não tem contraditório. Esse é o ponto que eu falei da questão da ideologia.

A questão do que o Governo está fazendo é o seguinte. Eu apoiei, então, assim, pelo amor de Deus, quererem me colocar como de esquerda, seja lá o que for, é coisa de maluco, agora, as mesmas pessoas que respondiam pela questão do aborto em agosto, no Governo passado, e que eram claramente a favor, continuam atualmente. Não mudou nada. Então, a partir... Há várias formas. Por exemplo, essa portaria que colocam, a portaria do Ministério da Saúde, talvez seja a principal... Quer uma medida? Vou falar essa medida aqui. O aborto atualmente no Brasil é liberado. Vocês podem não saber, mas ele é liberado, basta a mulher chegar na maternidade e dizer que foi estuprada, que acabou. Então, como é que... Eu vou dizer a primeira medida: acaba com essa portaria. Isso é uma canetada, canetada do Ministro, canetada do sub e do sub. Por que não "caneta" isso? Ninguém consegue me explicar por que não "caneta". *(Palmas.)*

E, aliás, facilitou; sabem por que facilitou? A Chris pode falar sobre isso, que é advogada, eu não sou, mas com essa lei nova... A senhora também. Com essa lei nova, antes dependia de a mulher ir lá e dizer que foi estuprada, agora não. Agora, com a lei que mudou, não cabe mais a mulher... Então é fácil, basta dizer, qualquer mulher que diga que foi estuprada... E gente, a gente quer saber quem estuprou. Que história é essa de dizer que a mulher não tem que ir na delegacia? A mídia chega e fala: "Se você tomar um tapa, vá na delegacia, mas se você for estuprada, não vá na delegacia"? Não tem sentido um negócio desse! Então, "caneta", tira essa portaria – ia falar porcária –, "caneta" essa portaria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAPHAEL PARENTE – É, semelhante. Troca a portaria para: "A partir de agora, quem for solicitar aborto por estupro obrigatoriamente tem que fazer o registro de ocorrência". Essa é uma. Eu escolhi uma porque eu não quero me alongar. Eu tenho mais 30. E outra

E outra, troca: quem é a favor do aborto não pode estar num governo que se diz contra o aborto. Não pode, isso é coisa de maluco. Como é que alguém que vai no STF a favor do aborto pode continuar no Governo? Isso é um escárnio com quem votou. A gente agora tem um Vice-Presidente que também é a favor, ou seja, está uma coisa de maluco. Desculpe aí pela forma, mas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O último comentário. É verdade, eu acho que tem que realmente sair, as portas estão abertas. Girão, se a gente conseguir fazer esse *link* e levar essas pessoas para conversarem com o Henrique... E só um último detalhe, porque as coisas se interligam.

Eu sou, além de ativista, mais uma mãe, também em busca de conseguirmos aprovar qualquer coisa da Escola sem Partido. Eu tenho uma filha, e, enquanto eu trabalhava para pagar colégios caros –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive o Poliedro, onde um professor, esses dias, foi demitido –, doutrinavam nossos filhos. E nós temos – não sou só eu – nossos filhos, nossas filhas a favor do aborto. Então, isso é muito triste. Fizaram uma cadeia ideológica para um emaranhado dessas questões. Eu só queria registrar mais esse ponto grave, que é a doutrinação que esse povo sem vergonha fez do nosso Brasil.

Obrigada, doutor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado, Senadora Soraya.

Mais uma vez, muito obrigado pela sua participação, Dr. Raphael, sempre muito lúcido e firme.

A Dra. Angela pediu a palavra, mas eu peço só um pouquinho, para a gente sequenciar, depois nós vamos abrir o debate aqui, porque a Dra. Renilde, a Senadora Renilde quer falar, ela vai ter que sair, e ela queria dar uma palavrinha aqui. Então...

A SRA. ANGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS – Depois eu queria me pronunciar em relação ao Governo, porque nós estamos trabalhando com muita força nos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu sei, e a senhora vai ter oportunidade.

A SRA. ANGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – A senhora vai ter oportunidade de falar, e é muito boa essa interface aqui. Soraya já vai marcar com o Ministro. A gente vai aproveitar logo que o doutor... Eu sou assim: vamos aproveitar logo que o doutor está aqui hoje, só viaja à noite...

O SR. RAPHAEL PARENTE (*Fora do microfone.*) – É, 5h da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Se tiver agenda, a gente vai. Eu estou à disposição, terminando aqui. Não é, Dra. Renilde?

Com a palavra a Senadora Renilde Bulhões.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sr. Presidente, senhores convidados, nós estamos aqui muito felizes de ter assistido essas duas palestras, eu como médica obstetra também, embora há quase dez anos fora do exercício da profissão, mas é muito importante estarmos sempre nos atualizando. E quando se trata de pessoas muito competentes, de posições muito rígidas e louváveis, a gente fica muito feliz por estar aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos do interior de Alagoas, uma cidade pequena, de 45 mil habitantes mais ou menos, no Sertão, onde a gente tem um hospital, um hospital bom, grande, em que a gente fez um trabalho muito bom. Nós equipamos e abrimos esse hospital, em 2012 nós o inauguramos, e temos um trabalho muito bom com a Rede Cegonha, em que a gente trabalha junto Atenção Básica e hospital.

Nós temos um grupo de mães que fazem o pré-natal, que se reúne mensalmente para que elas tenham a vivência do que é um parto, como vai ser, do parto humanizado. Hoje a gente está tendo muito mais parto normal do que cesariano, o que não existia há pouco tempo, há alguns meses. Então elas vão para conhecer as técnicas, para conhecer o hospital, para se familiarizar.

E temos também um grupo de estudo sobre a microcefalia, o zika vírus. Nós acompanhamos, temos os dados de Santana do Ipanema e nós temos a jurisdição sobre 21 Municípios, embora nós recebamos muitas pacientes de outros Municípios que não estão sob nossa jurisdição e até dos Estados vizinhos, como Pernambuco, Sergipe, Bahia. A gente tem um volume muito grande de atendimento. Então, nós pesquisamos, nós acompanhamos, embora todos saibam que, numa cidade pequena, onde as pessoas não têm ainda aquele conhecimento da importância do pré-natal desde o início da gestação, muitas chegam já no fim do primeiro trimestre, com três meses, com quatro meses. Mas hoje a gente tem já um estudo sobre Santana do Ipanema, onde 28 casos foram pesquisados de pacientes que realmente tiveram contato com o zika vírus. Desses 28 confirmados, temos quatro casos de microcefalia, quatro outros casos de alterações neurológicas, três casos de outras deformidades congênitas, ligadas à ortopedia e a outras especialidades, temos oito casos descartados e nove casos ainda em investigação.

As crianças estão entre três anos e seis meses – três ou quatro anos e seis meses, ou quatro anos incompletos, desde quando houve aquele surto em que a gente foi alertado e a gente começou a se preocupar. E temos referência, é um serviço bom, temos referências diretas com a Aappe, em Maceió, um centro especializado nesses casos, aonde nós mandamos essas crianças para consultas especializadas, para exames especializados.

É muito bom saber do senhor como a gente tem uma verdade, uma verdade sobre tudo isso diferente, muitas vezes, do que nós pensávamos, certo? Então, a gente agradece pelos conhecimentos que adquirimos aqui nesse momento. Lamentamos porque não podemos ficar até o fim devido a um compromisso que eu tenho na minha cidade, que está fazendo 144 anos de emancipação. Foi ontem o aniversário, mas as solenidades vão até o domingo, e nós estamos querendo também participar. Por isso terei que sair, mas com certeza eu vou procurar toda a matéria para me inteirar depois, vou querer ouvir, ler sobre toda essa reunião, de muita importância.

Parabéns, Senador, porque nós precisamos, sim, desses conhecimentos para tomarmos posições. Então, aborto não é permitido, não é possível tolher vidas e muito menos quando não se tem a certeza do que vai acontecer com aquelas crianças. Hoje nós temos muitas crianças especiais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas escolas, muitas delas necessitando de cuidadores – e nos chama muita atenção por esse fato de ter que contratar pessoas para acompanhá-las, essas pessoas são orientadas também –, mas a gente se preocupa em saber realmente a verdade, para que nós tenhamos posições corretas, para que assumamos posições cada vez mais acertadas.

Eu peço desculpa por ter que me ausentar, mas eu vou assistir ao restante dessa reunião através dos nossos meios de comunicação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muitíssimo obrigado, minha nobre Senadora Renilde Bulhões, que eu tive o prazer de conhecer há poucos dias, suplente do Senador Fernando Collor de Mello, ex-Presidente da República. De cara, eu já gostei da senhora. Existe a empatia, e de cara eu já gostei, até comentei com a assessoria, com o pessoal, porque a gente nota que é uma pessoa que olha nos olhos e que tem valores, princípios. É muito bom saber que podemos contar com a senhora nessa causa pela vida, contra as drogas também. Estivemos juntos ontem, não é?

Muito obrigado. A gente vai mandar todo o material para o seu gabinete, todas as apresentações aqui do Dr. Raphael, da Dra. Lenise, do Dr. Miranda, dos outros também. Os vídeos podem ser requisitados pela TV Senado também. Muitíssimo obrigado. E fique à vontade, a gente entende que tenha outros compromissos. Parabéns pela emancipação da sua cidade. Que Deus abençoe a senhora e a família.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Fora do microfone.*) – A minha cidade é Santana do Ipanema.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Santana do Ipanema, a senhora falou. Até relatou os casos lá. Fica a quanto tempo de Maceió?

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Fora do microfone.*) – Duzentos e oito quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado.

A Dra. Angela pode esperar que o nosso querido José Miranda faça a apresentação dele, depois a gente abre para perguntas aqui de todo mundo, e a senhora começa?

A SRA. ANGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS – Senador, eu tenho que ir a um evento no ministério agora, às 11h, mas eu queria só animar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Então fique à vontade.

A SRA. ANGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS – Da parte do Ministério dos Direitos Humanos, nós estamos trabalhando de verdade. Como diz a Ministra Damares: nosso ministério é da vida e da alegria, e a vida é um tema de acolhimento desde o primeiro momento. Então, de verdade estamos trabalhando, desde quando chega a intervenção, perdão, a prevenção da gravidez na adolescência, nós começamos a trabalhar já com os pais, desde a Secretaria da Família, a conscientização dos pais para o acompanhamento do despertar do amor, da sexualidade humana e, como prevenção, de entendimento da sexualidade humana, que já é um trabalho que começamos com a Diretoria do Dr. Paulo Tominaga. A segunda coisa: pudemos falar na ONU, tanto em Genebra, a Ministra Damares, como eu mesma nos Estados Unidos, duas vezes, com discurso próprio, falando que o Brasil acolhe a vida desde a concepção, em todas as suas circunstâncias. E fomos muito bem-vindos em ambos os lugares.

Depois, estamos trabalhando agora a adoção. Estamos lançando a campanha em Sergipe: "Não mate, adote". E depois: Adoção: Família para Todos, como um recurso. O Observatório Nacional da Família levantou os dados de todas as casas de acolhimento de crianças para não serem abortadas. Muito interessante também, temos um número de 5.280 casas não divulgadas no Brasil. Então, nós estamos trabalhando isso. E depois, a formação de uma nova cultura. A gente pensa que também este Governo tem que fazer a cultura dos valores, e isso não se dá de um momento para o outro. Mas nós estamos trabalhando, dando muitas entrevistas. Isso vai formando uma nova cultura de acolhimento à vida. Até mesmo essa campanha que começamos contra o suicídio e a automutilação se chama Acolha a Vida. Acolha a vida em quaisquer circunstâncias e celebre a vida.

Então, é bem interessante que há um trabalho, estamos tentando um diálogo melhor com o Ministério da Saúde, que se tem mostrado aberto. Só para animar de que essa cultura da vida vai ser promovida neste Governo, e já está sendo. É só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito bem!

O SR. RAPHAEL PARENTE – Angela, só para ficar claro, a Ministra Damares eu admiro muito, ela é minha amiga, você sabe disso. Eu me referi ao Ministério da Saúde. Lamentavelmente, por mais que eu admire o Ministério dos Direitos Humanos, quem apita medicamente nessa área de aborto é o Ministério da Saúde.

Então, eu vou só retificar aqui. Eu admiro muito o trabalho de vocês, eu estou acompanhando, sei que a Ministra Damares é uma eterna lutadora quanto a isso. Tudo que eu falei foi do Ministério da Saúde. Então, retificando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Dra. Angela, muitíssimo obrigado por sua participação. Se puder ficar mais um pouco conosco aqui, será motivo de honra e de alegria. O nosso querido irmão, Dr. José Miranda, vai inclusive falar aqui um pouco sobre a senhora, sobre o seu trabalho. Ele está lançando um livro que é muito importante para o movimento Pró-Vida.

Eu queria depois ter oportunidade de conversar com a senhora.

A SRA. ANGELA VIDAL GANDRA DA SILVA MARTINS – Sim, vamos sim!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É urgente, porque nós estamos aqui com a PEC da Vida e precisamos unificar os nossos pensamentos. Todos nós aqui somos a favor da vida desde a concepção pelas nossas histórias de luta e de dedicação. É uma das causas principais, se não a principal causa da minha vida, por eu estar aqui no Senado, é a luta pela vida desde a concepção, contra o aborto. Conseguimos desengavetar a PEC da vida, do Senador Magno Malta, não foi fácil, já houve ali o debate das pessoas que são pró-aborto para não se deixar desengavetar. Ontem nós tivemos a reunião da CCJ, em que foi pedida vista. Já houve uma movimentação forte de movimentos pró-aborto, deixando na mão de cada Senador que estava presente para lutar contra a PEC da vida... Ou seja, nós estamos incomodando esses movimentos fortes que existem, internacionalmente, inclusive, que querem a legalização do aborto no Brasil. Mas precisamos unificar e eu queria muito ouvir a senhora também e ouvir o seu pai, porque nós vamos precisar estar afinados, alinhados para que possamos sequenciar nossa estratégia. Porque se a gente não fizer alguma coisa aqui no Senado, aqui na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, a gente sabe que a tendência é de o Supremo Tribunal Federal liberar o aborto em poucos meses. Eu não estou falando do caso da zika, contra o qual vamos lutar até a última hora, no dia 22 de maio, não, eu estou falando liberar o aborto, como foi nos Estados Unidos, a partir da 12ª semana de gestação, aquele pedido do PSOL, da ADI...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... ADPF – desculpem-me, ADI é no caso da zika – 442.

Nós precisamos ser cirúrgicos, alinhados, firmes, fortes e caminhar juntos. Se a gente não mostrar para a Casa que a gente está legislando e está votando, eles vão chegar lá e vão liberar.

Então, é uma escolha de Sofia. Há certas situações que precisam ser conversadas, dialogadas, mas a gente vai precisar ter esse alinhamento com o movimento Pró-Vida do Brasil para que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa conseguir essa grande conquista, porque o cenário está mais positivo do que nunca. Se a gente perder o bonde da história, a gente pode depois se arrepender. Eu não vou ficar com essa culpa só.

Então, eu estou aqui para servir ao povo do Estado do Ceará, primeiramente a Deus, e ao movimento Pró-Vida. Então, precisamos alinhar para que tenhamos uma unidade nesse aspecto.

Vou passar a palavra agora para o Dr. José Miranda, que eu muito admiro, outro idealista dessa causa pró-vida. Está lançando um livro hoje aqui, durante o evento. Vai lançar no Brasil inteiro e está começando por Brasília.

Eu queria passar a palavra para a exposição dele.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Senador Eduardo Girão, muito obrigado pela oportunidade de estarmos aqui hoje.

Eu não costumo colocar a carroça na frente dos burros, mas hoje eu não sei se a Dra. Angela ainda vai ficar algum tempo, por isso eu não sei se eu devo já antecipar o final da minha fala, aproveitando a sua presença. Posso, doutora? Então, vou aproveitar a Dra. Angela dois minutinhos antes de ela ir.

Primeiro, quero tornar público meu sincero agradecimento ao Prof. Dr. Ives Gandra Martins, pai da Dra. Angela, que me deu a honra de prefaciар esse humilde trabalho, fruto de uma inquietação acadêmica, fruto de indagações diárias dos alunos na faculdade e do nosso dia a dia, como disse o nosso Senador, como ativista em defesa da vida.

Então, em primeiro lugar, quero agradecer publicamente a generosidade do Prof. Ives Gandra Martins de prefaciар essa obra, para mim é um orgulho muito grande, de coração. Um grande abraço e um beijo no coração do seu pai. (*Palmas.*)

Agora, em segundo lugar, depois que a gente alisa, eu queria aproveitar sua presença aqui como representante da Ministra Damares, o final da nossa fala vai concluir com um pedido. Todo advogado tem mania de pedido, então, tem que concluir alguma coisa pedindo alguma coisa ao final.

Doutora, a questão é a seguinte, nós vamos tentar demonstrar em apertadíssima síntese – não é nem apertada a síntese, porque 250 páginas em 15 minutos, não é nem apertada a síntese –, rapidamente demonstrar o que é mais grave que nós estamos vivenciando hoje no Brasil e o porquê do nome do livro: *O Poder sobre a Vida*.

Nós estamos, doutora, bem próximos do dia 22 de maio, em que será o julgamento da ADI 5.581. E me parece que a ADI 5.581 é a mais importante de todas, por quê? Porque é a próxima, é a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

primeira; segundo, porque ela é camuflada, é travestida num pedido relacionado ao zika vírus e à microcefalia quando, na verdade, uma simples leitura da petição inicial faz com que nós depreendamos que ela diz em poucas palavras: toda grávida com zika vírus poderá fazer o aborto. Ao final, a conclusão do pedido da petição inicial – extensa, por sinal, não é muito comum uma inicial com tantas laudas –, mas o final da petição diz isto: as crianças que já nasceram terão o apoio do Estado, o Estado vai ajudar a tratar aquelas crianças doentes. As que não nasceram podem ser ceifadas, pena de morte ao nascituro doente. Esse é o objetivo.

Então, eu até aproveito o Dr. Raphael, que pode até nos ajudar nesse particular. Eu pergunto, Dr. Raphael: uma mulher gestante, que não tem doença nenhuma, uma gestante saudável, se ela quiser tomar um zika vírus, uma injeção com o vírus, ela pode? Ela pode se autoaplicar? Ficar com o zika vírus? Ser mordida por um mosquito? Ela pode contrair se ela quiser dolosamente, intencionalmente? Ela poderia?

O SR. RAPHAEL PARENTE (*Fora do microfone.*) – Do ponto de vista legal?

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Do ponto de vista... Não, do ponto de vista médico. Eu sou mulher, estou grávida, eu quero ficar...

O SR. RAPHAEL PARENTE (*Fora do microfone.*) – É criminoso.

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – O senhor entendeu aonde eu cheguei, não é?

Isso, uma mulher está grávida e pretende ter o zika vírus, ela quer ter o zika vírus. Ela pode? Ela consegue isso?

O SR. RAPHAEL PARENTE (*Fora do microfone.*) – Em teoria, sim.

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Sim, ótimo, doutor. Muito obrigado pela sua resposta. Excelente a resposta.

Então, qualquer mulher pode abortar no Brasil a partir de 22 de maio. Acabou! Eu sou mulher, sou a favor do aborto, estou grávida, eu vou lá no lugar: "Me dá uma injeçãozinha aí de zika vírus ou me tranca numa caixa fechada cheia de mosquito que eu vou captar o zika vírus e aí eu posso fazer o aborto". Então, não precisa esperar a ADPF 442, a partir do zika vírus o aborto está liberado no Brasil. Alguém tem dúvida sobre isso? O doutor respondeu aqui.

O SR. RAPHAEL PARENTE (*Fora do microfone.*) – Ela pode falsificar o laudo, é mais fácil.

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Também pode falsificar o laudo. Obrigado, doutor, obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, antes de começar a palestra – desculpem-me, o advogado tem mania de pedir –, antes de começar eu queria alertar para a gravidade desse julgamento, acho que ainda não caiu a ficha das pessoas, está todo mundo pensando na ADPF 442, o aborto... Isso é muito mais grave do que tudo, porque está marcada a data, dia e hora. Até agora, o Supremo acha que é competente para julgar e processar esse assunto, quando nós vamos demonstrar tecnicamente que isso não existe.

Então, o pedido, vamos lá ao pedido.

Feita essa consideração, agradecendo aqui ao Dr. Raphael, o pedido é o seguinte: juridicamente – sem botar dois soldados e um jipe na porta do Supremo, cabe a nós aqui falar, como juristas –, cabe uma petição à Ministra Relatora da ADI 5.581, firmada por quem é parte, por quem está na relação jurídico-processual... Quem é parte? A Advocacia-Geral da União. Então, o Governo Bolsonaro pode e deve, através da Ministra Damares – daí meu pedido – acionar a AGU, que já se manifestou, inclusive, Dra. Angela, a favor da vida e contra o aborto nos autos. A AGU tem o dever legal de peticionar pedindo a suspensão imediata desse julgamento. Faço formalmente esse pedido agora. *(Palmas.)*

Da mesma forma, Senador, o Senado Federal também é parte, também se encontra nos autos e também se manifestou a favor da vida. O Senado Federal tem o dever legal, a obrigação de assinar a mesma petição, em conjunto com a Advocacia-Geral da União, requerendo a suspensão desse julgamento, com que fundamento jurídico? Com o fundamento que o Senador Girão acabou de falar: "Desarquivamos a PEC da vida [acabou de falar, não tem nem cinco minutos], desarquivamos e está fluindo". Ora, como é possível o Judiciário julgar algo de competência do Legislativo? Isso é uma total inversão de valores, total usurpação de poder. Para ser mais claro, sem medo de qualquer represália, isso é o verdadeiro golpe contra a ordem democrática de direito. *(Palmas.)*

Então, eu gostaria que ficasse consignada nesta audiência pública a necessidade de o Senado Federal e a Advocacia-Geral da União se posicionarem – como devem, na sua função legal – no sentido de requerer a suspensão imediata. E esse despacho com a Ministra Relatora tem que ser acompanhado pela Ministra Damares, representando o Governo, e pelo Presidente do Senado Federal.

Então, fica aí esse pedido.

Dra. Angela, obrigado, sei que a senhora tem uma pauta muito extensa, mas eu não podia, antes de começar a minha fala, deixar de fazer esse pedido. Muito obrigado, viu? *(Palmas.)*

Feitas essas considerações rapidamente, estive observando que o Senador Girão comentou que a vida dele mudou quando ele foi à marcha nos Estados Unidos. Queria dar um rápido depoimento para vocês de como a minha vida mudou.

Professor de Direito na área de Direito Empresarial, Direito Civil, não era envolvido com direito à vida. Como eu entrei nessa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem-me, eu me esqueci de parabenizar a Profa. Lília Nunes, por quem eu tenho um grande carinho, um grande respeito. E quero lhe dizer que a sua obra está citada e ganhou muitas citações no nosso trabalho, viu, professora? Tenho um grande respeito pelo seu trabalho, excelente trabalho acadêmico.

Desculpem-me, voltando aonde nós estávamos. Como nasceu esse meu desejo de estudar e descobrir alguma coisa sobre o poder da vida? Eu tinha grandes questionamentos, grandes dúvidas com relação a direito à vida, porque tudo se ouve: ouve-se aspecto religioso, ouve-se aspecto político e várias questões são suscitadas. E num belo dia, na sala de aula, dando aula de Direito Empresarial na Universidade Católica, uma aluna grávida começa a chorar, chorar desesperadamente. Eu tive que interromper a aula. Com uma grávida de nove meses chorando, se o professor não interromper a aula é louco.

Interrompi a aula e chamei: "Minha filha, você está passando mal? Quer que eu chame um médico?". "Não, professor, meu problema é o seguinte: estou grávida, a criança tem anencefalia e o professor de Direito Penal disse que eu tenho que fazer o aborto, ele é promotor de Justiça e ele autoriza o aborto". Quando ela disse isso, promotor de Justiça autorizar o aborto, parece que caiu uma ficha, e a partir desse momento eu resolvi estudar o tema e pesquisar não só se um promotor de Justiça pode autorizar o aborto de alguém, como também estudar toda essa questão, que não é uma questão tão simples assim, não é uma questão que se encerra entre o direito à vida e o direito à liberdade da mulher. Não é só isso. A questão é multidisciplinar, tem diversos aspectos.

Mas, finalmente, depois de anos e anos e anos de estudos e pesquisas, fui fazer um doutorado em Biodireito na Europa. Pesquisei, estudei e cheguei à conclusão final de que, dessa história toda, no Brasil – porque o que nos interessa é o aborto no Brasil, que é o foco da nossa análise e o foco do livro *O Poder sobre a Vida* –, há uma estratégia internacional dirigida, com políticas públicas já mencionadas aqui hoje, para a aprovação do aborto no Brasil. Essa estratégia passa, obrigatoriamente, pelo Supremo Tribunal Federal. Então, guerrear no Supremo é perder a guerra; guerrear no Supremo é haver injustiça em matéria do direito à vida. Por quê? Porque há um protagonismo indevido do biopoder no Direito brasileiro.

Muito bem. Onde eu deixei a minha...

Vamos fazer uma análise rápida sobre essa inicial. A Associação Nacional dos Defensores Públicos ingressou no Supremo com essa tal Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.581, com o pedido também de liberalização do aborto no Brasil.

Como nasceu isso? Vamos à origem da história. Como nasceu? Nasceu com um ativismo *pro mortis*, um ativismo *pro-choice*, feito dentro dessa entidade, que fez uma convocação suspeita às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais entidades de defensores públicos no Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, porque a Anadep é em nível nacional – e pediram esse apoio.

Por coincidência, estive numa palestra na Câmara dos Deputados com o Deputado Diego Garcia – não sei se está aqui presente alguém do gabinete do Deputado –, e, na ocasião, ele me disse: "Olhe, Doutor, há algo estranho nisso aí, porque o Presidente da Associação dos Defensores de Brasília disse que ele não queria a propositura da ação." Como entraram com a ação se muitos defensores de Brasília não foram avisados e não queriam essa ação? Então, a ação já nasceu até com o questionamento de legitimidade ativa *ad causam*, ou seja, nem todos os defensores do País foram comunicados e tinham interesse real na propositura dessa ação, o que gerou um mal-estar, inclusive, dentro da entidade, porque não é papel institucional da Defensoria Pública defender a morte de alguém e, sim, a vida humana e a vida do menos favorecido.

Bom, já nasceu essa ação com esse questionamento e com esta lógica perversa: para as crianças que já nasceram com microcefalia, o Supremo vai determinar que o Estado banque as suas despesas; para as que ainda não nasceram, há o direito de morrer. Vejam o tratamento desigual! Quem vive e quem morre? A decisão é do Supremo Tribunal Federal.

Muito bem. Eu vou pular esses aspectos, até porque foram muito bem abordados pelos dois que me antecederam. Também vou poupar vocês da questão do neofeudalismo jurídico, que é um movimento mundial de legalização do aborto.

Como começou no mundo e no Brasil esse movimento de legalização do aborto? É muito interessante. Quem tiver interesse em estudar, pesquisar, leia um livro muito interessante de Edwin Black, um norte-americano, chamado *A Guerra Contra os Fracos*. É um livro meio grossinho, mas interessante. Ele fala da história da eugenia nos Estados Unidos da América do Norte. É muito curioso que, em um determinado momento, ele traz cartas de próprio punho feitas por Hitler, que foram periciadas, e as cartas realmente foram escritas por Adolf Hitler. Eu mesmo sempre pensei, e muitos pensavam, que Hitler era o pai da eugenia e que tudo ligado à eugenia era Hitler, mas, na verdade, Hitler era estagiário dos norte-americanos e aprendeu com as fundações norte-americanas, aprendeu com Margaret Sanger, aprendeu com esse povo todo das fundações que hoje chegam ao Brasil a importância do controle da população e a importância da eugenia, da seleção racial.

E hoje vivemos no Brasil a eugenia do Judiciário! "Ah, isso é teoria da conspiração!" Não é. Este livro aqui prova, com densidade empírica, que no Brasil se implanta uma produção de verdade científica ilegal e abusiva, com falsas verdades e falsas fundamentações jurídicas, dentro da Teoria da Argumentação de Alexy e de outros filósofos do Direito, em cima um viés eugenístico.

Como eu posso provar isso em poucas palavras, para facilitar? A ADPF 54, que tratou dos anencéfalos: quem assinou a petição inicial? Alguém aqui sabe quem a assinou? Quem a assinou foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luís Roberto Barroso, advogado. E o que ele botou na inicial? Aproveitando o Dr. Raphael, que fez essa citação, eu vou repetir. Ele fez um argumento de Débora Diniz. Nesse argumento, citando Débora Diniz na petição inicial, ele diz que o anencéfalo... Isso é histórico, gente! Para provar a eugenia jurídica no Brasil, é essa a frase. Luís Roberto Barroso coloca na petição inicial que o anencéfalo é apenas um dos subumanos dentre outros vários subumanos. Subumano é aquele fadado ao fracasso, aquele que não vai gozar de Humanidade. Isso tudo está nas lâminas. Não vai dar tempo de eu trazer, mas é isso que eu estou dizendo. É só ir ao *site* do Supremo e achar a petição.

Então, ele já avisou, gente. Quem avisou? O advogado. Que advogado? Luís Roberto Barroso. Ele já avisou na petição inicial da ADPF 54 que o anencéfalo era apenas um dos que deveriam morrer. E quem seriam os outros? Naquela época, comentei com o Deputado Bassuma, que está aqui ao meu lado, com a Lenise e com outros: "Gente, vem mais coisa por aí." Lembra, Bassuma? "Vem mais coisa por aí, porque já estão dizendo que o anencéfalo é apenas um; deve haver outros." E não deu outra: está aí a ADI 5.581. Então, é uma tragédia anunciada. Isso não é nada por acaso. Nada acontece por acaso.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Nada acontece por acaso. Essa é uma estratégia articulada com apoio político de quem nomeou os Ministros do Supremo ao longo desses dez anos de governos passados.

Então, nós temos um controle do Judiciário, nós temos um controle da eugenia, e hoje temos a ADI 5.581, que vai virar o aborto geral, camuflado em zika vírus e microcefalia. Ninguém está nem aí para a microcefalia. Queremos é o aborto! Basta levar uma injeção de zika vírus ou ser mordido por um mosquito no elevador, e aí temos o aborto consagrado.

Bom, desculpem, eu estou apanhando um pouco aqui.

Citando a professora em vários dispositivos...

Aí é a história do aborto e como ele chegou ao Brasil. O Relatório Kissinger... Todo mundo que já estudou a história do movimento... A Fundação Ford, o quanto ela investiu no Brasil... Olhem aí, são números. Não é teoria da conspiração, gente! Ninguém veio contar mentira aqui no Senado, está aí: Fundação Ford, Fundação Rockefeller... Quem bota dinheiro? A quem interessa? O nosso querido Machado de Assis já dizia: "Ao vencedor, as batatas." A quem interessa o aborto no Brasil? A essas fundações. "Ah, e a Débora Diniz?" Está a serviço. Há uns que estão a serviço, mas não são os donos. Os donos estão lá fora. Os outros vão cumprindo.

Muito bem. Vamos voltar agora: protagonismo do Supremo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós podemos provar que isso tudo já estava articulado antes? Como nós podemos provar que já estava tudo ensaiado para deslocar o debate do Legislativo para o Judiciário? Estou com uma pessoa ao meu lado que foi citada no livro. Não preciso nem citar a página do livro para dizer, porque ele está aqui ao meu lado. Não vou perder tempo aqui: é o Deputado Bassuma.

O Deputado Bassuma era Deputado do antigo Partido dos Trabalhadores e foi chamado para um evento em São Paulo na Defensoria Pública, Dr. Raphael. Chegou lá e tal... "O assunto são as políticas públicas para aprovar o aborto no Brasil." E ele lá ouvindo. Daqui a pouco, alguém pegou o microfone e disse: "Olha, gente, vamos parar de conversa fiada. Vamos ser objetivos. Não adianta mais insistir no Poder Legislativo porque eles estão controlando tudo, eles têm o domínio do Legislativo, e nós não vamos ganhar nunca o aborto no Legislativo. Vamos deslocar isso para o Judiciário." E aí eu citei, para não dizer que o livro não obedece à metodologia científica, o Deputado Bassuma dando entrevista para o *O Estado de São Paulo* sobre isso que eu acabei de falar. Está aqui na nota de rodapé do livro. Então, eles já sabiam, eles já tinham essa estratégia. Isso foi bem antes da propositura da ADI 5.581. Essa lógica da usurpação do poder social popular é fruto de estratégia simbólica.

Para eu poder entender essa confusão toda, eu tive de ler como pensam as pessoas de esquerda, como pensam os defensores da cultura da morte. Aí eu fui ler sabem quem? Fui ler Michel Foucault, fui ler Pierre Bourdieu, fui ver *O Poder Simbólico*, de Bourdieu. Quais são as estratégias para tomar o poder? O que nós estamos vivendo hoje, gente? Nós estamos vivendo uma silenciosa tomada de poder. Silenciosa, não chama a atenção. E a explicação técnica, científica: nós tomamos o poder produzindo verdades científicas adotadas pela população. Essa é a filosofia do Bourdieu e esse é o pensamento de Michel Foucault que eles adotaram. Foi isso que Barroso e outros adotaram. Tive de entrar na mente deles. Demorei muito para entender e consegui chegar lá.

Então, qual é a estratégia simbólica? "Vamos produzir o saber científico, e todos vão acreditar no saber científico produzido, vai se tornar uma verdade científica e ninguém vai reclamar. Vamos tomar o poder sem ninguém se insurgir contra isso." "É mesmo?" "É assim que nós vamos fazer." E qual é o meio de escrever um simples livro, a Débora Diniz publicar um livro? Não, esse livro da Débora Diniz não tem importância nenhuma. Agora, uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, um acórdão do Supremo Tribunal Federal... Quem é estudante de Direito sabe quais são as fontes do Direito. É elementar: a jurisprudência é uma das fontes do Direito, jurisprudência é fonte de saber jurídico. Se nós criamos uma jurisprudência da mais alta Corte do País dizendo que aborto é bonito, que aborto é legal, que a inviolabilidade do direito à vida não existe e que existe o direito à existência digna, nós estamos produzindo uma mentira, uma mentira com cara de verdade e que todos aceitam.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MIRANDA DE SIQUEIRA – Eu vou finalizar. Sei que estou extrapolando o meu tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço, Senador, apenas... O mais importante de toda a minha fala eu vou falar agora. Nós sabemos que todo poder emana do povo e em seu nome é exercido. Isso está na Constituição Federal. Sabemos que temos três Poderes autônomos e independentes entre si. Isso está na Constituição Federal. Sabemos que o art. 5º estabelece que a vida humana é inviolável.

Alguém aqui já estudou genética constitucional? Quem estudou levante o braço. Tirando a professora e a Deputada Chris Tonietto, que é colega nossa também da União dos Juristas Católicos, e a doutora, eu acho que ninguém nunca viu. É a história da Constituição brasileira, a genética. Quando nasceu? Nasceu através do Poder Constituinte originário. Os Deputados Constituintes eleitos pelo povo em 1987 fizeram a atual Constituição e, quando chegaram ao art 5º, porque era a hora de se aprovar o art. 5º, havia dois grupos políticos. Isso é história da Constituição, é só ler o Prof. José Afonso da Silva, da Universidade de São Paulo, que tem um livro, o *Direito Constitucional Positivo*, em que ele conta tudo isso que eu estou falando. É um dos maiores autores do País em Direito Constitucional. Banca de juízes no Brasil inteiro, todos leem o livro dele.

O que diz o Prof. José Afonso? Tentaram incluir o direito à existência digna. Os grupos que eram da cultura da morte queriam o seguinte art. 5º: "É garantido o direito à existência digna." Era isso que eles queriam aprovar. O outro grupo dizia: "É garantida a inviolabilidade do direito à vida.", que é o atual art. 5º da Constituição. Aí brigaram, brigaram, vota daqui, vota dali, vota daqui, vota dali... O que ganhou? A inviolabilidade do direito à vida. Aí o Prof. José Afonso faz um comentário em nota de rodapé interessantíssimo. Ele fala assim: ainda bem que aprovaram a inviolabilidade do direito à vida, porque, se tivessem aprovado o direito à existência digna, caberia ao juiz dizer quem é digno. "Síndrome de Down é digno?" "Não, eu sou juiz e entendo que não é." "Uma criança com HIV deve viver ou deve morrer?" "Não, com HIV, não. Acho que essa não deve viver." E aí ficaria um critério totalmente subjetivo, da cabeça do juiz, para decidir quem deve viver e quem deve morrer.

E o que os nossos queridos 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal estão fazendo e já fizeram na ADPF 54? Ressuscitaram o direito à existência digna rechaçado na Assembleia Nacional Constituinte! Isso é golpe contra a ordem democrática! Não se pode mudar a Constituição! (*Palmas.*)

Não podemos aceitar passivamente que a Constituição seja desrespeitada pelos próprios Ministros da Suprema Corte. Isso é uma vergonha! A competência foi usurpada na ADPF 54 e está sendo usurpada novamente na 5.581. E, se nós aqui não tomamos uma atitude concreta, formos à rua, pedirmos ao Governo Bolsonaro para nos ajudar, porque ele foi eleito defendendo a vida, não foi eleito defendendo o aborto... Nós temos de ter uma atitude proativa, Pe. Pedro. Temos que ter uma atitude proativa para evitar esse julgamento que é um julgamento de cartas marcadas, um julgamento que já foi julgado em 1987 pela Assembleia Nacional Constituinte. Não queremos saber se microcéfalo é digno ou se microcéfalo não é digno. Queremos saber que a vida humana é inviolável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, para dar um desconto, na pior das hipóteses, porque não era nem para acontecer isso, vamos requerer, como requeri à Dra. Angela Gandra, a suspensão até que a PEC da Vida seja aprovada.

Muito obrigado e desculpem-me se extrapolei o tempo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos lá.

Eu tenho de dizer que a União dos Juristas Católicos da Arquidiocese de Goiânia, pela Vice-Presidente, Rita Machado... Creio que vá fazer algum movimento sobre o mesmo tema. Não colocaram aqui a data, mas as pessoas de Goiânia ou de qualquer outra parte do Brasil procurem se situar. Não me passaram a data ou a hora, só o local.

A SRA. RITA MACHADO *(Fora do microfone.)* – Amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Amanhã? Então, vai ser amanhã. A senhora sabe o horário?

A SRA. RITA MACHADO *(Fora do microfone.)* – Às 19h.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Às 19h.

O assunto?

A SRA. RITA MACHADO *(Fora do microfone.)* – Esse mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O mesmo assunto. Então, amanhã, às 19h, na Arquidiocese de Goiânia, esse assunto será discutido.

A senhora quer falar?

A SRA. RITA MACHADO – Gostaria só de explicar acerca do nosso seminário. Ele será realizado na PUC Goiás e tratará especificamente de políticas públicas em defesa da vida. Nós contaremos com a presença do Dra. Lenise Garcia e do Dr. José de Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Styverson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Muito obrigado pelo esclarecimento. Deram-me a informação incompleta, e as pessoas não podem ficar sem a plenitude dessa informação.

Antes passar para o vídeo Estação da Luz e logo ao intervalo...

Minha conterrânea do Rio Grande do Norte está passando aqui. É Vitória o nome dela. A criança é Vitória.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Interessante, doutor. O senhor perguntou... Ela vai sentar agora? Interessante que ele fez uma pergunta ao senhor: se poderia existir uma injeção de zika vírus ou algum tipo de mecanismo para que a pessoa se contaminasse para aprovar esse aborto, essa manipulação.

O mais interessante é que eu soube – conversando com aquela mãe, Senadora Zenaide, que adotou a criança, a Vitória – que não foi o mosquito o causador. Foi outra... Eu perguntei... Eu achei que o zika vírus fosse só pelo mosquito, pela minha ignorância, pela falta de conhecimento, mas ela disse que não. A senhora pode falar qual foi o motivo bem rapidamente?

A SRA. MARIA DA GUIA DOS SANTOS – Tentativa de aborto. Vitória nasceu aos cinco meses e um dia. A genitora dela tomou medicamento para abortar porque era uma gravidez indesejada. Desde o início ela tentava abortar, só que não conseguia. Quando completou cinco meses, ela exagerou na dose e Vitória nasceu.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Na dose de?

A SRA. MARIA DA GUIA DOS SANTOS – Cytotec.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É possível, doutor?

O SR. RAPHAEL PARENTE – O Cytotec é o nome comercial. O misoprostol é o que se compra por R\$200,00, R\$400,00. Deve ter sido isso que ela fez. Tenta-se e, se não der certo, em algum momento dará. Mas é possível que a pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Há microcefalia devido à tentativa do aborto pelo uso do remédio Cytotec? Isso explicaria a pergunta dele. Eu não precisaria levar uma picada de mosquito ou uma injeção ou de um laudo falso; bastaria a tentativa de um aborto para ocasionar o zika vírus.

O SR. RAPHAEL PARENTE – O misoprostol é um remédio teratogênico. Ele não deve ser usado na gravidez exatamente porque ele pode provocar algum tipo de malformação no começo da gravidez. Teria de saber detalhes, mas, sim, em teoria pode sim. É um remédio classe x; não se deve usar na gravidez de forma nenhuma, a não ser no final para antecipar o parto, mas em dose muito menor. Ele deve ter usado umas 200µg, 400µg. Cada comprimido é de 200µg. Então, se foi 1.000µg, é uma dose enorme.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É interessante que, conversando, Senadora Zenaide, que é médica e é do meu Estado também, Rio Grande do Norte, que acho tem a mesma preocupação que a minha de preservar a vida, por ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médica e eu, policial, o doutor disse que não há esse diagnóstico antecipado, preciso, de que o feto estaria com zika vírus. É errôneo ainda. Então, a gente estaria condenando quem ao aborto?

É um tema importante. Com o que o senhor me disse eu fiquei preocupado. Alguns deuses estão subjugando a gente, colocando a gente como sub-humanos. Acho que há super-humanos subjugando a gente, as pessoas, e, pelo que o senhor falou, eu não concordo com isso, todos são iguais, e os diferentes têm de ser tratados melhor ainda pela diferença deles.

É impressionante, li um relato simples antes de vir aqui, Dr. Raphael e Sra. Lenise: o custo em 2016 com o zika vírus, malária, dengue, com a picada do mosquito, foi de 2 bilhões. Então, abortar seria uma economia, seria um controle populacional, seria evitar gastos públicos. É melhor abortar do que matar o mosquito, do que prevenir. É melhor depois remediar, como sempre neste País. Remedia-se com prisão o aluno que não está na escola, remedia-se com medicamento a pessoa que não teve educação alimentar nem prática física, remedia-se ao internar o usuário de drogas em clínicas porque ninguém previu que ele poderia ter usado – a liberação da droga, a descriminalização, está no STF. Então, este é o País que resolve no final; é o País que deixa a coisa acontecer e, ao final, quer retirar.

Ouvi atentamente a sua fala e percebo que seria uma economia hoje, Dra. Zenaide – vou falar com a senhora como médica agora –, abortar crianças com zika vírus. Mas está ali uma vivinha, e foi adotada!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É no mínimo estranho que alguém que tenha uma virose... Praticamente todas as viroses nos três primeiros meses de gravidez podem dar alteração, entendeu? Então, é isso.

Agora, eu queria lembrar que a gente tem de defender não só a vida intrauterina. Quando se fala em defender a vida, como você diz, é em todos os estágios. Que as mães tenham o direito à saúde com o seu pré-natal, que não nasçam crianças com doenças como sífilis congênita, que pode levar a esses casos e, muitas vezes, não houve nem um diagnóstico com o VDRL porque não teve acesso! Então, é a vida como um todo. O que ele está falando aqui é a prevenção. Agora, é difícil acreditar que alguém, porque uma mãe está com uma das viroses, e a gente que o sarampo, a rubéola, todas podem levar à deformidade...

Agora, sobre o Cytotec, que você perguntou: claro, se abortou com um bebê muito pequeno, se não teve... Às vezes fica normal, mas a grande maioria não fica justamente por falta de uma UTI, pela falta de uma recuperação correta, porque demora o acesso.

Então, a vida em todos os estágios!

Agora, você querer condenar uma criança porque a mãe está com zika vírus...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E queria dizer a vocês que o Brasil é que mais evoluiu na questão da investigação, porque ninguém sabe nem a metade do que o zika vírus pode fazer, inclusive a longo prazo – vocês são médicos, a gente sabe disso.

A gente teve muitas reuniões na Comissão das Pessoas com Deficiência de que a minha amiga aqui fazia parte, e a gente sabe que o vírus... Então, por que se tem de lutar? Por vacina, gente, para prevenir. Hoje a gente pega bem menos crianças com deficiência auditiva ou com cardiopatia porque a gente está cuidando de vacinar contra rubéola. Então, trata-se de saúde preventiva. E o mais grave e para o que temos de educar o povo – essas reuniões são importantes porque dão visibilidade –: mais de 70% dos focos, dos criadouros do mosquito, ainda são intradomiciliares.

Nós já o erradicamos uma vez. Era Juscelino Kubitschek quando o erradicamos, mas voltou agora. Agora são quatro vírus. Essa população mais jovem que não teve... Estão entrando dois que são mais pesados. Na época, a cientista Ana Amélia dizia que se tinha de erradicar o *Aedes Aegypti* porque ele era capaz de transmitir até vinte patologias. Nós já estamos com febre amarela urbana, os quatro vírus da dengue, o zika vírus e o chikungunya. Esse mosquito ainda tem espaço para um bocado de coisa. Então, é medicina preventiva, educação, evitar que as crianças tenham microcefalia...

Ninguém tem dúvida de que uma criança dessa, quando tem acesso ao tratamento... A maioria não tem estimulação precoce, porque desde que se descobriu que o cérebro, sim, é capaz... A neurociência mostra que ela é capaz de aprender em qualquer idade. Tanto é que a gente aprovou educação por toda a vida, pelo projeto de Eduardo Barbosa e Mara Gabrilli do qual fui Relatora. E isso está valendo, mas não foi quase às escolas. Por quê? Porque chama a atenção para a criança, Girão, mas nós temos uma população de adultos com deficiência intelectual e, como a Prefeitura nem o Estado têm responsabilidade porque só têm educação inclusiva até os 18 anos, ela está em casa. É uma população que deixa de existir e que poderia, sim, depois que a neurociência provou que o cérebro aprende em qualquer idade... E nós já temos um projeto de lei que foi aprovado aqui. Todos nós estamos querendo instruir nas escolas aqueles adultos que foram para casa. A deficiência intelectual é a mais cruel de todas, porque eles vão para casa. E elas sabem a dificuldade de a gente aprovar...

Eu costumo dizer o seguinte: se uma sociedade não consegue abraçar as suas pessoas com deficiência, que chegam praticamente a um quarto da população, deficiente é essa sociedade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Boa, minha contrerrânea!

Girão, vou chamar o senhor para retornar à Mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu vou pedir licença para sair porque eu já tenho outro compromisso. Mas a gente já está engajada aqui. Olhem quem me representa aqui!

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Zenaide, só lembrando que você disse que são poucos os estudos sobre o zika vírus, mas uma coisa é certa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isso. Mas uma coisa é certa...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Eu sou brasileira, a gente tem que pregar que existe isso. Foi preciso ser dito pelos Estados Unidos – eu li em uma entrevista – que quem mais avançou nos danos, dos quais a gente ainda não sabe nem da metade, sobre o que zika vírus é capaz de fazer no ser humano foram os nossos virologistas, que são os melhores do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ele só não causa a morte do feto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – A gente tem de valorizar.

Outra coisa que eu queria dizer: ciência e tecnologia... Não é só quando o Governo corta recurso para ciência e tecnologia. Ciência e tecnologia são responsáveis pela democracia, porque o ditador diz tudo, mas, como ele mostrou ali, quando a ciência mostra que não é aquilo, o conhecimento é de todos, e ele tem de voltar.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está ótimo! Obrigado, Zenaide.

Só completando, digo que o zika vírus não tira a vida do feto, mas o ser humano quer tirar. É incrível! Nem o vírus tira, mas o ser humano quer tirar.

Girão, vai passar o vídeo Estação da Luz agora. Depois será o intervalo, e o senhor vai assumir aqui.

Mas, já que o senhor está aqui do meu lado, lembro de uma relação de que a Senadora Zenaide falou: a nascente do mosquito normalmente é pelo acúmulo de lixo, pela má educação. E essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consequência atinge mais quem? Atinge qual classe? É interessante que a classe atingida hoje precisa de um recurso que a previdência quer cortar em mais de 60%, que é o BPC, para a manutenção da vida. Então, estão vendo como é uma cadeia que se está desdobrando? Não se faz higiene coletiva das pessoas em relação ao lixo, o lixo retorna como mosquito, o mosquito pica a pessoa, a pessoa quando tem a criança tem o BPC... Seria mais fácil do que abortar resolver o problema do saneamento público, seria mais fácil dar essa proteção às pessoas contra os mosquitos.

É um prazer estar aqui com vocês!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado, Senador Styvenson, companheiro, irmão.

Você vai assistir ao filme?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vou me sentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Ah, bom! Você está se despedindo aí... Vai ficar até o final!

Pessoal, damos sequência ao nosso seminário.

Não pude ouvir essa sua palestra. Já ouvi outras belíssimas palestras proferidas pelo Sr. José Miranda, mas eu vou pegar depois o vídeo e vou assisti-lo com calma, porque é sempre um aprendizado.

Para fazer a apresentação desse filme, eu queria aqui convidar o Fernando Lobo, da Estação Luz Filmes, que já produziu muitos outros filmes pró-vida no Brasil e que, inclusive, adquiriu direitos no exterior para trazer para o Brasil alguns filmes que mostram o que é que está por trás dessa indústria do aborto, qual é o interesse de verdade que está por trás disso tudo. Eu queria que o Fernando Lobo pudesse fazer uma apresentação, daí mesmo onde ele está, para, rapidamente, dizer qual foi a concepção do filme.

Rapidamente, vamos começar a exibição do filme. Vamos apagar as luzes. Não haverá pipoca, peço desculpas!

Ele será passado em primeiríssima mão. Esse filme vai ser lançado no Brasil a partir da semana que vem, em São Paulo e em outros Estados, como o Ceará. Pela primeira vez, vamos assistir a esse filme aqui, que é uma sequência de Blood Money. É uma sequência deste filme aqui – não sei se câmera consegue pegar. É a sequência deste filme aqui! Muito obrigado ao pessoal da TV Senado, sempre muito gentil e competente. O filme Blood Money foi lançado no Brasil há quatro anos. É um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filme americano que fez muito sucesso e que mostra, realmente, todo o interesse que está por trás do aborto no Brasil. Inclusive, fica o convite para vocês...

Eu assisti, nos Estados Unidos, agora – no último feriado eu fui para lá –, a um filme que está fazendo grande sucesso lá, chamado Unplanned, que significa "não planejado" ou "inesperado". Esse filme é recorde de bilheteria nos Estados Unidos e trata da indústria do aborto. Mostra a vida da ex-diretora de uma clínica de aborto nos Estados Unidos, como foi o processo em que ela viu a quem ela estava servindo. O filme é fantástico, é imperdível! Ele vai chegar ao Brasil ainda. É um filme muito forte o Unplanned.

Fernando Lobo, faça a apresentação, por gentileza, desse filme para a gente começar.

Obrigado.

O SR. FERNANDO LOBO – Bom dia a todos!

O Blood Money II é dirigido por David Kyle, que foi quem dirigiu o Blood Money, o primeiro. A gente está seguindo essa história, aqui no Brasil, de como isso se comporta. A gente tentou seguir o *script* do filme mais ou menos. E foi a recomendação que a gente deu tanto para o do David Kyle quanto para o do diretor brasileiro Lucas Dantas, que se dedicaram a trabalhar nisso. Ele faz uma amostra mais ou menos de que como é o aborto no Brasil, as circunstâncias em que ele se dá. Acima de tudo, mostra também que, para combater o aborto – por isso, há o subtítulo A Escolha da Verdade –, existem outras opções. Então, nesse filme, na verdade, a gente tenta mostrar essas opções também, fazendo uma homenagem aos inúmeros pró-vidas que existem no País e que fazem um trabalho de esclarecimento, que fazem um trabalho de acolhimento das mães e dos bebês, para que os bebês não sejam abortados. Então, a gente saiu viajando pelo Brasil, fazendo entrevistas com algumas pessoas, mostrando isso e falando, acima de tudo, do perigo que é a questão da zika. Há alguns depoimentos em relação à zika que são maravilhosos em termos de exemplo. Então, na verdade, o filme mostra exemplos.

O Blood Money II, A Escolha da Verdade, mostra as opções e faz uma homenagem a todos os pró-vidas do Brasil que trabalham nesse sentido, que fazem um trabalho maravilhoso. Até hoje, só não foi aprovado o aborto por conta desse movimento que é muito forte e que precisa, neste momento, mais ainda, estar cada vez mais forte, cada vez mais alinhado, para que a gente evite que o Supremo Tribunal Federal vá aprovando os abortos passo a passo, como foi feito nos Estados Unidos.

Só lembro que vamos lançar, no dia 2, esse filme em Fortaleza. No dia 4, será lançado em Aracaju; no encerramento de um congresso internacional, ele estará presente. Ele já está lá para ser exibido. E, no dia 7, finalmente, será passado em São Paulo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos o cuidado de entregar um exemplar desse filme a todas as pessoas que aqui entraram. Esse filme não tem cunho comercial. É um filme de 30 minutos. É um filme que vai servir para cada um de vocês que estão aqui, que são lideranças pró-vida, para que os que estão aqui possam também trabalhar. Podem divulgá-lo livremente. Levem-no para as suas cidades, promovam lá lançamentos. Por exemplo, numa cidade do meu interior, Sobral, alugou-se um espaço no cinema, e o Movimento Pró-Vida dessa cidade vai lançar o filme no dia em que a gente lançá-lo em Fortaleza também.

Então, o que a gente espera é que o Movimento Pró-Vida de todo o Brasil utilize esse filme, principalmente neste período agora, em que o STF, mais uma vez, ameaça passar por cima de todos os brasileiros para aprovar o aborto em caso de zika vírus, como já foi falado aqui amplamente. O Movimento Pró-Vida, mais do que nunca, precisa das mãos, para que a gente possa evitar essa tragédia que vem por aí.

Então, vamos assistir ao filme, para ver como ele ficou. É um filme curto, de 30 minutos. A gente está tentando colocá-lo também nas televisões. Ele já vai passar na TV 5, que é a TV Educativa do Estado do Ceará. Já está programada a exibição dele em alguns outros canais. A gente já está cuidando para que ele seja exibido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado, Fernando Lobo.

Nós vamos começar a exibição do filme. São 30 minutos, não é isso?

O SR. FERNANDO LOBO – São 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – São 30 minutos, rapidinho.

Todos vocês vão ganhar o filme, se já não o ganharam.

Está aqui a capa do filme. Este DVD aqui tem uma versão menor, que está aí. Só a capa é diferente.

Eu queria aproveitar para registrar a presença aqui do Pe. Pedro, que é um grande pró-vida, um grande idealista, um homem de bem. O Pe. Pedro está nesta caminhada há muitos anos conosco.

Eu queria também dizer da minha felicidade com a presença do meu irmão Rabelo, da Federação Espírita Brasileira.

Olhem que bacana! (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Fernando Torres, meu amigo, ex-Presidente da AJE, veio do Ceará também para participar desta reunião.

Não sei se ouvi corretamente, mas acho que a Chris Tonietto e o nosso Senador Styvenson... Não sei se ouvi corretamente, mas me falaram aqui que vocês estavam articulando para lançar nos Estados de vocês esse filme. É verdade isso, ou é só história?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – V. Exa. ouviu uma voz do além, mas é verdade. (*Risos.*)

É verdade! Se é para o bem, se é para coisa boa, se é para a evolução da sociedade, se é para a nossa evolução como seres humanos, podem contar comigo sempre!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Vai usar o art. 14, não é?

A SRA. CHRIS TONIETTO (PSL - RJ) – Senador, com todo o respeito, acho que, não só no nosso Estado, mas no Brasil inteiro e no mundo inteiro, esse vídeo deve ser divulgado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Vamos ao filme!

Temos de apagar as luzes.

(*Procede-se à exibição de filme.*)

(*Procede-se à exibição de filme.*)

(*Procede-se à exibição de filme.*)

(*Procede-se à exibição de filme.*)

(*Procede-se à exibição de filme.*)

(*Procede-se à exibição de filme.*)

(*Procede-se à exibição de filme.*)

(*Procede-se à exibição de filme.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pessoal, nós vamos ter agora um intervalo de 10 minutos. Daqui a pouco a gente começa o segundo momento para caminharmos para fim o seminário.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus abençoe a todos!

(Suspensa às 12 horas, a reunião é reaberta às 12 horas e 19 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Boa tarde, pessoal!

Vamos agora iniciar a segunda parte deste seminário, seu segundo momento.

Eu acho que todos puderam fazer um lanche rápido, não é, Marcos?

Registro a presença aqui do grande jornalista cearense Marcos Lima, que veio do Estado do Ceará para participar deste evento. Ele é um grande guerreiro pela vida, contra as drogas, pela paz.

É muita honra ter a sua presença aqui, Marcos. Se quiser fazer uma saudação, fique à vontade.

O SR. MARCOS LIMA – Senador Eduardo Girão – este termo "Senador Eduardo Girão" para mim é muito recente, sempre o tratei como Girão –, sinto-me muito honrado e muito feliz por seu convite, porque este é um momento muito precioso para a sociedade brasileira: o momento em que estamos discutindo a defesa da vida.

O Senador Eduardo Girão me convidou não à toa, porque eu atuo em Fortaleza, no Ceará, num programa do jornalismo mais inserido no jornalismo policial, um setor em relação ao qual as pessoas têm muito preconceito. Mas não é à toa, porque os programas de TV de jornalismo policial no Brasil se notabilizam por duas coisas, Senador, lamentavelmente: sensacionalismo ou palhaçada, duas coisas que desperdiçam aquele momento precioso para a sociedade. Por que precioso? Porque há uma curiosidade e há um interesse muito grande – as pessoas não podem negar – da população por fatos violentos. Por isso os programas policiais têm uma audiência muito grande e, com audiência muito grande, eles têm recorde de funcionamento e, por essa causa, se mantêm no ar. Assim também é o Rota 22, o programa que eu apresento.

Mas por que o Senador me convidou? Porque eu – me desculpem a falta de modéstia – procuro fazer jornalismo, procuro pegar esse espaço e transformá-lo num momento, digamos, positivo: quando eu defendo a paz, quando eu faço discurso contra as drogas e digo que a maior arma, o maior instrumento contra as drogas, a prevenção, acontece dentro de cada residência. E eu falo para milhares de residências, principalmente aquelas residências, Senador, mais atingidas pelo uso das drogas, que são aquelas das pessoas mais pobres, porque os mais ricos, quando têm um filho envolvido com drogas ou que seja usuário de drogas, recorrem a clínicas particulares. Os pobres, porém, são assassinados. Essa é a realidade que temos em Fortaleza, no Ceará. Fortaleza é uma das cidades que têm maiores índices de IHA, que é o Índice de Homicídios na Adolescência. Foi feita uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa que comprovou isso. Eu falo para essas famílias e também falo em defesa da vida. É que sou católico e atualmente estou lendo um livro do Padre Zezinho chamado *De Volta ao Catolicismo*, no qual ele fala exatamente disto: da defesa da vida desde a concepção. Essa é a defesa da Igreja Católica, e eu, como católico, também assumo essa minha posição no programa.

Por isso estou aqui, acredito que tenham sido esses os motivos que me fizeram estar aqui a seu convite, a quem agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado, Marcos Lima. Você é uma pessoa extremamente especial, diferenciada, nesse jornalismo do mundo cão, do sangue. Você tem uma vertente totalmente diferente, e não é à toa que tem recorde de audiência o seu programa: você leva com mais sensibilidade a informação para as pessoas.

Vamos começar este segundo momento.

Quero chamar aqui para fazer parte da Mesa, pessoal, a Deputada Federal Chris Tonietto, do Rio de Janeiro, que estará participando conosco, fará uma exposição. (*Palmas.*)

Quero chamar também aqui a nossa querida irmã Rosinha da Adefal, que também vem participar, vai usar da palavra, compartilhar conosco os seus conhecimentos.

Venha, Rosinha! (*Palmas.*)

Muito obrigado.

Bassuma também vai participar desta Mesa.

Estamos aguardando aqui o Deputado Diego Garcia, outro grande entusiasta da vida que deve estar chegando para participar da Mesa.

Eu também queria ouvir, depois, a Da Guia, que veio lá do Rio Grande do Norte. Eu queria que depois você desse um depoimento para a gente, sentada ali, pertinho da Victoria, sua amada filha. Queremos ouvir você falar com o coração, contar um pouco dessa história sua, desse amor da sua vida que é a Victoria. Eu acho muito bonito, inspirador, nos tempos que a gente vive, sombrios, ouvir você. Com relação a esse assunto de aborto, que você possa falar, está bem?

Nós vamos agora iniciar.

A Rosinha vai ter que sair, Deputada Chris, ela vai ter que sair já. Eu queria, então, começar pela Rosinha e, em seguida, dar a palavra à Chris.

Por favor, Rosinha da Adefal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL – Bem, gente, boa tarde a todas as pessoas que estão neste recinto; boa tarde a essa Mesa maravilhosa, meus cumprimentos; e meus parabéns, Senador Girão, pela sua garra, pela sua coragem, pelas suas ações como homem de bem e como um Senador comprometido com este País. A realização desta audiência hoje só confirma o que eu estou dizendo, e a gente se orgulha, como cidadã, de tê-lo aqui. (*Palmas.*)

Ao meu querido sempre Deputado Bassuma e à minha querida Deputada Chris também, não menos que ao nosso Senador Girão, todos esses adjetivos.

Meu nome é Roseane Cavalcante de Freitas Estrela – Estrela, foi o meu marido que me deu esse sobrenome lindo, mas eu já disse a ele que eu brilho desde que nasci; não foi ele que me fez brilhar, não –, mas sou conhecida como Rosinha da Adefal. A Adefal é a Associação dos Deficientes Físicos, de que faço parte até hoje, uma instituição que me fez entender que eu sou uma pessoa, não só uma deficiente, aleijadinha, como as pessoas costumavam olhar para mim, mas uma pessoa, cidadã de direitos, que tem limitações que causam realmente diferenças nesta vida. E essas diferenças precisam ser respeitadas e oportunidades precisam ser dadas para que eu possa, como qualquer cidadã – e assim acontece, graças a Deus, até hoje –, contribuir com o meu País.

Eu tive paralisia aos dois anos de idade, a famosa poliomielite, então eu também sou vítima de uma epidemia. Graças a Deus, porque houve políticas públicas relacionadas à pólio e elas continuam, a pólio está erradicada no nosso País, mas mais de 30 mil pessoas, por mais de uma década, foram acometidas da paralisia infantil. Muitas morreram e muitas estão aqui, sobrevivendo com os seus 60 anos, 50 anos, 40 anos, como eu – quarenta e um bocadinho –, e graças a Deus há mais de dez anos não temos registros de novos casos.

Eu falo isso com muita veemência para provar que, quando existem políticas públicas, essas epidemias podem ser controladas. Assim, a gente precisa gritar para acabar com o mosquito, com a zika, com a chikungunya, com todas elas. Investimentos, políticas públicas, estudos, pesquisas; isso foi também falado aqui pelos que me antecederam.

Eu quero dizer que nasci em uma família que não tem muitos recursos financeiros, mas que tem amor à vida. Eu parei de andar só aos dois anos. Então, eu falava, andava, como qualquer criança, bem saudável, mas foi um choque, um trauma, um desespero – não é, Alessandra, que aqui representa as mães de bebês com microcefalia lá de Alagoas? Houve um desespero naquele primeiro momento do diagnóstico: "Agora, a minha filha não vai mais andar. O que ela vai ser da vida?". E a minha mãe escolheu lutar comigo. Ela não teve que escolher se eu nascia, se eu não teria mais o direito de viver, mas ela escolheu lutar comigo e buscar e cobrar do Governo também que fizesse a sua parte.

E porque existem políticas públicas... À época, 43 anos atrás – hoje eu estou com 46 –, elas quase não existiam, mas em virtude disso eu consegui me formar em Direito, passar em um concurso público





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– sou funcionária do Tribunal do Trabalho desde 1992. Consegui, ao conhecer a Adefal e me entender uma pessoa com deficiência, mas pessoa antes de qualquer coisa, lutar pelas pessoas que não tiveram as mesmas chances que eu de estudo, de ter uma família que me oportunizou tudo isso. Dentro dessa instituição, aprendi a cidadania e lutei – luto até hoje – pelos direitos da pessoa com deficiência, pelas mulheres e pelo povo, pela população mais vulnerável. Essa militância me levou a ser Vereadora, Deputada Federal, Secretária de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos, Secretária Nacional da Pessoa com Deficiência, e hoje eu estou como Secretária Adjunta da Mulher do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Eu me orgulho tanto de fazer parte desse ministério, desse Governo e desse momento em que a gente, com certeza, abertamente, mais do que nunca, pode falar: "sim à vida, não ao aborto". E essa luta já está crescendo e vai crescer mais ainda.

Eu não quero repetir tudo que já foi dito aqui. Eu quero só, mais ainda, reafirmar isto: que, quando a gente tem oportunidade e políticas públicas, a gente tem essa vida muito mais completa. Não foi fácil a discriminação, o preconceito muito grande. Não foi fácil, mas, com certeza, principalmente com o apoio da família, a gente conseguiu superar.

Eu tenho uma grande missão neste Governo, junto com a nossa amiga, a Ministra Damares, dentro do ministério, de que a gente consiga ter esse olhar. E por isso a gente se chama Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos: porque a gente traz uma nova concepção para este Governo. Foi uma fala de campanha, e a gente está, ou melhor, a gente vai colocar isto como uma política pública: que a família é a base da sociedade. É fortalecendo essa família... E por que não também ter políticas públicas para isso, Deputado Bassuma, para que essa família seja fortalecida? Por isso, vocês ouviram um pouquinho também hoje a nossa Secretária, Dra. Angela Gandra, que fez a sua fala muito breve por conta de outros compromissos. Esse Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos tem essa função, esse objetivo.

A Secretaria da Mulher também traz novas diretrizes. Eu não vou dizer que nunca houve, Deputado Bassuma, dentro dos investimentos da política para a mulher, nos últimos Governos; eu não vou dizer que nunca houve esse olhar para a mulher mãe, para a maternidade, mas com o enfoque e a prioridade que o Governo atual está dando realmente a gente nunca viu. E eu falo isso como quem está estudando o que houve para trás, dentro da nossa Secretaria de Políticas para Mulheres, e está planejando o que virá para frente, para esses próximos quatro anos de Governo.

A gente vive um momento muito importante, que é o do PPA, no nosso País. O PPA é o plano plurianual. A gente vai sentar, todos os ministérios, e discutir orçamento, quanto gastar e em que gastar, para cada política pública para os próximos quatro anos.

Muitos têm reclamado que esse Governo ainda não deu resultados, não é verdade? Mas um Governo que encontrou um orçamento de quase nada e que está precisando reorganizar a casa precisa, sim, de mais tempo para dar esses resultados. Então, a gente ainda está nessa fase de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

planejamentos. No próximo ano, com certeza, teremos ações muito mais concretas no que diz respeito à efetivação dessas políticas.

Estamos na fase de fazer muitas campanhas, e o nosso ministério tem feito a campanha do combate ao suicídio, do enfrentamento à gravidez precoce, do combate à violência contra a mulher e tantas outras, porque essas não precisam de grandes investimentos, porque nós temos grandes parceiros, como os vários movimentos pró-vida que estão aqui presentes, para que a gente possa continuar esse trabalho.

Quero dizer que, com esse foco de cuidar da maternidade, de cuidar da mulher mãe e da gestação dessa mulher, nós temos hoje um departamento, chamado Departamento da Dignidade da Mulher, e uma coordenação de maternidade e gestação – a nossa diretora estava aqui, Senador Girão, que é a Dra. Lilian, que já foi citada várias vezes por essa Mesa, mas infelizmente não pôde ficar, porque as atribuições da gente têm sido grandes lá na secretaria e ela teve que correr atrás para dar sequência aos nossos trabalhos. E, com o aval da nossa Secretária Nacional de Políticas para Mulheres, a Deputada Tia Eron, e com toda a nossa equipe, nós também promoveremos um seminário sobre a realidade atual das mães e bebês com microcefalia – a gente infelizmente não pode dizer "após uma epidemia" porque ainda a estamos vivendo. Nesse seminário, que acontecerá no dia 20 de maio, também mandaremos o nosso recado ao STF. E nós apresentaremos as políticas públicas, muitas ainda do passado, mas que serão fortalecidas nesse Governo, para o enfrentamento a essas dificuldades.

Como foi bem colocado aqui na Mesa pelos que me antecederam, principalmente na fala do Dr. Raphael, em vez de a gente estar imaginando e gastando dinheiro para essa legalização, essa eugenia que se quer fazer, essa legalização disfarçada, ou melhor, nem tão disfarçada, descarada do aborto; em vez de a gente gastar esse dinheiro todo, a gente devia estar se preocupando com quem está lutando para sobreviver. As crianças decorrentes dessa epidemia têm pouco mais de três anos, e já perdemos muitas por falta de uma assistência, de um cuidado. A maioria, ou melhor, grande parte dessas famílias foi desfeita porque os pais não deram conta de continuar com essa batalha, e essas mães, muitas delas estão lutando por isso sozinhas.

Então, querendo fazer essa fala também, eu queria, Senador, pedir a V. Exa. a oportunidade de fala para duas mães que nós trouxemos, de Pernambuco e de Alagoas, que representam associações.

Lá em Alagoas, pelo menos, há mais de 190 casos devidamente diagnosticados, alguns com bons acompanhamentos, outros nem tanto, porque nós já temos até alguns centros de reabilitação e alguns protocolos mínimos de atendimento a esses bebês sendo respeitados, mas isso acontece muito na capital, e aqueles que moram lá no "interiorzão" e que têm uma situação financeira mais complicada, mais difícil ou são menos favorecidos têm muito mais difícil acesso a esse tratamento. Então, eu gostaria de oportunizar a fala a elas também para que elas coloquem a real situação, para que a gente una forças para dizer não à eugenia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imaginem, se minha mãe tivesse descoberto que eu seria uma pessoa com deficiência ainda no ventre, eu tenho certeza, mas tenho certeza, porque minha mãe é uma mulher arretada... Eu me emociono quando falo dela – desculpa... (*Palmas.*) – porque ela, meu pai, já falecido, meus irmãos, tias, o núcleo mais próximo da família sofreu tudo isso comigo. E eu vivo cada uma dessas vidas: a vida da Vitória, que fez uma escolha maravilhosa, adotando essa bebezinha linda da mãe de Vitória; eu vivo tudo isso novamente quando vejo a Alessandra falando do Erik... Ah, eu me perdi no raciocínio, nas emoções... Deixe-me fazer aqui a minha colinha.

Retomando, nesse seminário nós faremos a apresentação do que desejamos.

Deputado Diego, meus parabéns também pela sua atuação no Congresso, especialmente na Câmara, na Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, de que honrosamente e orgulhosamente eu fiz parte, quando Deputada, e continuo fazendo porque, a qualquer momento...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL – ... sendo chamada ou não, eu estarei presente sempre que for necessário.

Eu acho que não preciso repetir mais o que já foi dito aqui. Acho que a gente precisa pensar que a gente não pode fazer essa seleção de que só nascem os perfeitos. Se minha mãe não tivesse tido a oportunidade, não tivesse me promovido, a minha família e também as políticas públicas, a oportunidade que tive ao longo desses 46 anos de vida, eu não estaria aqui produzindo para a minha cidade para o meu Estado e para o meu País; eu não estaria aqui defendendo as pessoas com deficiência, as mulheres e os mais vulneráveis; eu não estaria aqui defendendo a vida daqueles que, infelizmente, não conseguem falar porque já morreram.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rosinha, nossa querida irmã...

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL (*Fora do microfone.*) – V. Exa. permite a fala?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Claro, permito, sim. Eu queria só lhe dar os parabéns pela sua fala. Você é uma fonte de inspiração para a gente há muito tempo, extremamente comprometida com a causa. Foi muito boa a sua fala. Nós vamos já, já abrir... Pode ser daqui a pouquinho, ou vocês têm que sair agora? Não, não é? (*Pausa.*)

Então, nós vamos já, já abrir para a fala de vocês, que eu gostaria muito de ouvir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria registrar a presença, que já foi mencionada pela Rosinha, do Deputado e nosso querido irmão Diego Garcia. Eu queria chamá-lo para a Mesa. É uma grande liderança (*Palmas.*) provida aqui no Congresso Nacional. Desde o seu primeiro mandato, ele se destaca nessa causa, vai para cima pela vida.

Seja muito bem-vindo ao nosso seminário!

Queria registrar também a presença de Paulo Fernando, que chegou aqui, está lá no Ministério das Mulheres.

Grande abraço para você! Tudo de bom! Muita paz! (*Palmas.*)

Nós vamos agora...

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL – Senador, me permita fazer duas coisas, pois a emoção não me deixou concluir o raciocínio. Eu queria só parabenizar pelo filme. Está perfeito, está maravilhoso! Mas eu acho que faltou uma coisinha – não é crítica, é sugestão –: precisamos ter legendas em Libras e também precisamos ter legendas em português. Por quê? Nós temos uma população de quase um quarto de pessoas com deficiência e a maioria dessas pessoas são surdas. Essas mulheres sofrem violência fora e dentro do lar. Elas são levadas e induzidas ao aborto; elas são levadas e induzidas à esterilização; e elas são ignoradas pelo Poder Público, pela sociedade, porque não conseguem se expressar. Imagine uma mulher surda chegando à delegacia e tentando falar em Libras! O delegado que já está acostumado a dizer que mulher apanha porque gosta vai dizer que ela é doidinha. Imagine uma mulher com deficiência intelectual, com síndrome de Down – graças a Deus elas já estão se tornando mulheres, não são só crianças, mas muitas vezes são violentadas dentro de casa ou estupradas na rua – chegando lá, dizendo que sofreu essa violência. Essas mulheres precisam ser atingidas por esse filme. Então, é imprescindível que a gente consiga colocar essas legendas.

Só para finalizar o meu raciocínio, quero dizer que também é uma meta do nosso Ministério, da nossa Secretaria de Políticas para as Mulheres trabalhar já dentro desse PPA, pensando na maternidade e na gestação, casas de acolhimento, porque sabemos que existem centenas delas, mas a maioria, pelo menos eu não conheço nenhuma financiada pelo serviço público, seja de qualquer esfera de Governo... Mas este Governo pretende sim desenvolver essa política com esse olhar, ou construindo ou cofinanciando essas que tão bem já desenvolvem esse trabalho. Então é mais uma promessa que, em breve, com certeza, estaremos executando neste Governo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado mais uma vez, Rosinha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa sua sugestão muito oportuna de colocar em Libras o filme também com legenda em português nós vamos encaminhar à Estação dos Filmes, que produziu o filme. Eles tiveram que correr por esse julgamento que vai acontecer agora, no dia 22 de maio. Por isso o filme foi lançado nesse período, mas nós vamos ter outras edições. É a primeira remessa, inclusive, quero entregar aqui para o Deputado Diego Garcia, do filme que nós exibimos em primeira mão, lançamos aqui no seminário pela manhã e será lançado em todo o Brasil e na sua terra, no Paraná. O senhor é o nosso líder. O senhor pode fazer o lançamento do filme lá. É um filme curto, mas muito forte, mostrando essa realidade que a gente está vivendo aqui, dessas ameaças do Supremo Tribunal Federal.

Antes de passar a palavra para o Deputado Diego Garcia, que vai falar – a Deputada Chris fala depois, ela solicitou –, eu queria registrar a presença do Rodarte, meu irmão de muitos anos de caminhada pela vida, pela paz, contra a droga.

Ele participa, é um dos coordenadores da Caravana Auta de Souza, um trabalho muito bonito dos espíritas.

Eu agradeço sua presença aqui, Rodarte, conosco neste momento. (*Palmas.*)

Então vou passar a palavra agora ao Deputado Diego Garcia, esse homem do bem, da paz, de Deus, que está combatendo o bom combate há muito tempo nesta Casa, tendo agora a companhia da Chris, que chegou nesta Legislatura, e de tantos outros – não é, Deputado Diego Garcia? –, tantos outros pró-vida que há nesta abençoada Casa, que é a Câmara dos Deputados.

Com a palavra o nosso líder, Deputado Diego Garcia.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) – Obrigado, Senador, colega partidário, colega aqui no Congresso.

É uma alegria receber esse convite e poder participar desta Comissão que, neste momento, faz este debate importante diante daquilo que estamos prestes a ver através do Supremo Tribunal Federal, dessa ação que foi impetrada pela Associação Nacional dos Defensores Públicos.

Então quero, primeiramente, agradecer seu convite, cumprimentar todos os colegas membros da Mesa e todos vocês que estão aqui participando desta oportunidade de debates.

Fui eleito em 2014. Em 2015 nós iniciamos nossos trabalhos aqui na Câmara, dia 1º de fevereiro, e ingressamos nas frentes parlamentares que atuam aqui na defesa da vida e da valorização da família no Congresso: da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família; da Frente Parlamentar Católica, sou um Deputado católico; sou membro também da Frente Parlamentar Evangélica, fui convidado pelos parlamentares evangélicos para compor a frente, fiquei feliz pelo convite e componho também a Frente Parlamentar Evangélica; e de outras frentes parlamentares que dizem respeito à vida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dizia ainda ontem para uma amiga do Estado do Paraná que a nossa atuação aqui em defesa da vida e da família, Senador, hoje é muito ampla. Nós não discutimos apenas o aspecto... E entramos com ações quando diz respeito apenas à questão do aborto. Nós hoje atuamos na defesa da vida desde a concepção até a morte natural, em todas as esferas e áreas. Nós defendemos a vida em qualquer hipótese. Nós atuamos em todas as matérias que colocam em risco a vida de qualquer cidadão brasileiro em qualquer momento ou fase de sua vida. Esse é o nosso papel como legislador aqui. Então, é uma atuação muito ampla.

Hoje na Câmara, por exemplo, eu estava agora na Comissão de Constituição e Justiça – quero pedir desculpa a vocês, desculpa à Mesa por não poder estar aqui no horário marcado –, estava lá na Comissão Especial que está analisando a PEC nº 6, de 2019, que trata da reforma da previdência. "Mas, Deputado, não tem nada a ver com a questão da vida, da família." Tem tudo a ver. Eu confesso que não estou satisfeito com o que o Governo apresentou em torno da perspectiva de valorização da vida e da família nos aspectos que dizem respeito à reforma da previdência. Achei que praticamente desconsiderou esse debate, nem entrou no assunto, ou o fez de forma muito rasa.

Nós temos agora na Comissão Especial esta oportunidade de propiciar esse debate. Por quê? Porque hoje um dos grandes problemas da nossa sociedade, e que nos leva a ter que discutir a reforma da previdência, é a questão do nosso índice de natalidade. Chegamos a 1,7 filhos por família, estamos nos aproximando de 1,5 e, daqui a dez anos, mais ou menos, já estaremos em 1,3, ou seja, completamente fora daquilo que é essencial para qualquer nação: ter a sua continuidade natural, seu ciclo natural de substituição, colocando pessoas no mercado de trabalho, jovens, crianças. Nós invertemos a pirâmide. Há 30 anos, 20 anos atrás, tínhamos um número de cerca de cinco filhos por família, quatro filhos por família. Essa pirâmide se inverteu e esse debate não está sendo feito. Nós queremos promover esse debate, nós queremos promover essa discussão. Por que, Deputada Chris, que vai ser importantíssima para nós na construção desse diálogo do Governo? Porque V. Exa. é do partido do Presidente Bolsonaro, e agora é nosso papel como legisladores atuar.

O Governo entregou um texto, mas somos nós que vamos decidir. Somos nós que vamos dizer o que é e o que não é. O Governo, principalmente este Governo, foi eleito principalmente sob a base da defesa e da valorização da vida e da defesa e da valorização da família. Então, nós não podemos ignorar, numa discussão tão polêmica, esse debate.

Eu estava lá, cheguei cedo, fiquei na fila, fui o primeiro da fila, demos uma invertida em muitos Parlamentares que chegam cedo, mas a gente também chega cedo aqui na Casa, graças a Deus. Apoiamos um pouco no começo e aprendemos com o que eles nos ensinaram. Cheguei cedo e protocolei os cinco primeiros requerimentos na Comissão de Reforma da Previdência. Estamos trazendo especialistas para discutir, para falar sobre os aspectos, na reforma da previdência, da família, sobre a valorização da família, sobre o que nós podemos fazer nessa reforma para que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consiga, daqui a dez anos, em vez de chegar a 1,5 ou a 1,3 filhos por família, voltar a 2,1, a 2,3, a 2,5, a 3 filhos por família.

Nós temos que enfrentar esse debate, Deputada Chris, querida Deputada Rosinha, que está hoje num Ministério importantíssimo. Nós temos que ter a coragem de falar da defesa da vida, da família. Nós não podemos ser covardes e nos amedrontar com esses discursos de poucas pessoas que falam como se estivessem falando pela grande maioria desta Nação. Tentam intimidar, tentam acovardar.

Nós temos que fazer um trabalho, Deputada Rosinha, que hoje está num Ministério estratégico, para que mais Deputadas, como a Deputada Chris Tonietto, estejam, por exemplo, na comissão mais ineficiente da Câmara dos Deputados, que é a Comissão da Mulher. Que mais Deputadas não fiquem só no blá-blá-blá na rede social, mas saiam da rede social e tenham a coragem, como a Deputada Chris Tonietto, de sentar na comissão e ficar lá, junto comigo, digladiando com outros Parlamentares. Poderíamos lá ser hoje maioria, mas somos minoria. Ficamos lá eu e a Deputada Chris Tonietto defendendo a vida, defendendo a família e defendendo a Ministra Damare Alves na Comissão da Mulher. É preciso que essas Parlamentares saiam das redes sociais, acabou a campanha, e venham aqui exercer seu papel, pelo qual cada uma foi eleita Deputada Federal. Há um monte de vaga na Comissão da Mulher ainda. Ocupem essas vagas.

Está lá o Estatuto do Nascituro, que a Presidente da Comissão, eu não ia falar isso, mas ela não respeitou o trabalho realizado por nós. Eu ousou falar assim. Nós fizemos um trabalho em torno do Estatuto do Nascituro, um trabalho técnico, jurídico, com especialistas na área do Direito de Família, do direito à vida, mais de 60 páginas de relatório, entregamos o nosso parecer, que já foi analisado por duas comissões, mas, com a criação dessa Comissão, que é a mais ineficiente da Câmara dos Deputados, e eu provo porque tenho os dados, as informações na minha mão... Ano passado eu protocolei o relatório no tempo oportuno. Protocolei porque a Presidente da Comissão à época, que era uma Deputada do PT, não quis sequer realizar a audiência pública. A audiência pública ela não quis realizar. E este ano, quando nós tentamos protocolar o requerimento de audiência pública, fiquei eu e a Deputada Chris defendendo o requerimento sozinhos lá, não conseguimos votá-lo e está aguardando agora a vontade da Presidente da Comissão de pautá-lo novamente. Infelizmente essa Deputada, que é do Paraná, Deputada Luísa Canziani, se ela não entender que o nosso trabalho aqui não é um trabalho fundamentado em aspectos confessionais, mas um trabalho técnico, jurídico...

Porque eu sou cristão, sou católico e acredito em Deus sim. Se Deus existe, Ele há de me dar os elementos naturais para que eu possa defender a vida, para que eu possa defender a família. Eu não preciso, no meu trabalho, de fazer sequer uma citação bíblica, porque existem argumentos e elementos de sobra, inclusive na nossa Constituição Federal, para que nós possamos atuar em defesa de todas as vidas neste País, em defesa de todas as famílias. Não precisamos de argumentos bíblicos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

religiosos, de levar para o extremo uma discussão que não é adequada neste espaço em que estamos e para o qual fomos eleitos. Temos argumentos de sobra, temos argumentos de sobra.

E a incoerência, Senador Girão, desses que militam pelo massacre de inocentes, daqueles que não podem gritar, é que eles se posicionam contra o armamento no País, mas são assassinos no ventre de mães, de mulheres. Querem promover o assassinato de inocentes (*Palmas.*)

ainda no ventre de suas mães. A incoerência daqueles que militam, a incoerência na sua defesa... Hoje, mais de 50%, Senador, dos nascidos vivos no nosso País são mulheres, mais de 50%. Eu, como Deputado Federal, homem, não posso falar na Comissão da Mulher, porque a toda hora ficam me carimbando lá que eu sou homem. Eu não posso falar, como se eu não tivesse voto de mulheres. Daqui a pouco, acredito que uma dessas Deputadas vai propor que não se pode votar mais em homem. Mulher não pode votar em homem mais. Vai haver alguma maluca para aparecer lá com essa proposta. Podem esperar. Talvez eu esteja até dando a dica aqui. Podem esperar que vamos chegar a esse ponto. Um absurdo! Eles chegam ao absurdo, com uma argumentação frágil. Fogem do debate técnico. São mentirosos, são falaciosos.

Por isso é que eu reforço, Deputada Rosinha, que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não pode se acovardar, porque eles, sendo uma minoria, tiveram a coragem, durante todo esse tempo, de impor goela abaixo desta Nação, através de políticas públicas, as suas ideologias e convicções. E nós agora, da mesma forma, temos que começar a mobilizar esta Nação em defesa da vida, em defesa da família, colocando o povo na rua de novo. O mesmo povo que colocou o Presidente Jair Bolsonaro na cadeira que ele ocupa hoje precisa ir às ruas de novo se manifestar em defesa da família brasileira, em defesa da vida. Isso é urgente! Senão aqueles que lá ficam digladiando comigo, com a Deputada Chris, vão continuar aparentemente se manifestando como se fossem ampla maioria.

E eu encerro, Senador, falando sobre o projeto de lei que nós protocolamos – e V. Exa. estava no dia do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, lá na Câmara dos Deputados –, que foi o PL nº 1.787, de 2019. Agora foi designada a Comissão da Mulher, e temos que confirmar isso. Se não houver relator ainda, quem sabe até a Deputada Chris possa pedir a relatoria. Mas esse projeto trata do quê?

Na Legislatura passada, nós nos reunimos com o Presidente...

Acho que vou extrapolar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. *Fora do microfone.*) – Não, a gente lhe dá mais tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) – Nós nos reunimos com o Presidente à época – acredito que não continua sendo o mesmo – da Associação Nacional dos Defensores Públicos deste País. Nós nos reunimos para tentar entender o porquê de a Associação Nacional dos Defensores Públicos... É difícil a gente achar algum argumento para tentar entender o porquê de eles impetrarem essa ação no Supremo Tribunal Federal. Pois bem, eu gravei a reunião. Outros parlamentares estavam presentes e são testemunhas: o Deputado Alan Rick; o Deputado Flavinho, à época, do Estado de São Paulo; e outros. Ele expôs a sua argumentação, depois nós expusemos o que ele aceitou através de uma infiltrada na Comissão de Saúde da Associação Nacional dos Defensores Públicos, uma pessoa famosa. O Dr. Paulo a conhece bem. É uma tal de Diniz, alguma coisa assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) – É, não vamos ficar promovendo-a aqui.

Ela se infiltrou lá, incutiu isso na cabeça dos membros da associação e os enganou. E nós provamos para o Presidente, à época, que ele foi enganado. Ele é cristão, para não falar a religião e o nome. É cristão e assumiu ali: "Eu fui enganado!". E nós, então, pressionamos: "Então, retira retira a ação". Ele disse: "Agora eu não posso fazer isso mais". "Então, desculpe-nos, mas nós vamos ter que reagir!" E reagimos à época. Entramos com manifestação, pedimos audiência para a Ministra, que até hoje não atendeu o nosso pedido de audiência. Pedimos para que ela nos recebesse.

Por isso, é urgente que o Governo Federal, que a Ministra Damares, Deputada Rosinha, peça essa audiência, fale com os Ministros, esclareça a posição do Governo sobre as políticas públicas. Nós não precisamos promover uma eugenia no nosso País, tirando a vida de milhares de pessoas sob a argumentação da deficiência física, cometer um equívoco e um erro tão grave apenas por outros pontos que, segundo a Associação, são frágeis na nossa legislação.

Então, o que nós fizemos no dia do lançamento da Frente Parlamentar? Entramos com um projeto de lei. Entramos com o Projeto de Lei nº 1.787, de 2019, que está tramitando. E o que nós dizemos nesse projeto de lei? Tudo que Associação Nacional dos Defensores Públicos pede na ADI 5.581 nós acatamos e colocamos ali através da legislação, aperfeiçoando-a, menos o aborto. E ainda alteramos o Estatuto da Pessoa com Deficiência para assegurar a todas as pessoas com deficiência, no caso da licença-maternidade, 180 dias e, da licença-paternidade, 20 dias, para todas as pessoas com deficiência no nosso País, não apenas para as atingidas pelos casos do vírus zika, mas para todas. *(Palmas.)*

Nós já sabemos, pelos estudos... Eu tenho a certeza de que esse vídeo vai chegar aos Ministros da nossa Suprema Corte. Eu tenho certeza disso. Eu tenho certeza de que há alguém agora acompanhando, porque o Senador Girão, desde que chegou aqui, incomodou, e incomodou muito,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está incomodando muita gente nesta Casa. Ele vai, sim, com certeza, através de todos os demais Senadores, nesta Casa, conseguir avançar na pauta da defesa da vida aqui! Vai, sim!

Eu tenho certeza de que os Ministros estão acompanhando agora, neste momento, esta audiência. Que eles escutem, ouçam bem! Nós não podemos promover essa eugenia no nosso País, fazer como faz a Espanha, onde 90% das mulheres que, no pré-natal, têm um diagnóstico de filhos com Down são orientadas pelos médicos a se submeterem ao aborto, e as crianças já não nascem mais. Não nascem!

Nós acabamos de ouvir o depoimento de uma Deputada Federal que atuou nesta Casa e que hoje está em uma secretaria estratégica, em um Ministério importantíssimo para o nosso País. Olha quantos exemplos nós poderíamos citar, como a vergonha que nós tivemos com os escândalos de corrupção por conta da Copa do Mundo e por conta das Olimpíadas! Mas lembremos o orgulho que nós tivemos com as nossas Paralimpíadas! Quem aqui não se emocionou com os nossos atletas paralímpicos? Quem aqui não se motivou? Eu estava, Deputada Chris, com 110 quilos e hoje estou com 91 quilos, graças aos Jogos Paralímpicos. Quando eu olhava e via aqueles vídeos, aqueles medalhistas brasileiros, eu sentia vergonha, porque via neles um exemplo, uma motivação. É isto que nós queremos tirar, o direito dessas pessoas de continuarem coroando o nosso País, orgulhando a nossa Nação? De forma alguma! *(Palmas.)*

Por isso, gente, nós não podemos continuar aceitando essa imposição do Judiciário atuando sobre o nosso papel e a nossa prerrogativa como legisladores. Não podemos aceitar! E vamos trabalhar muito pela aprovação desse projeto, pela aprovação de outras matérias que estão em tramitação na Casa. Eu tenho certeza de que o Senado Federal também vai atuar, e muito, muito, porque nós temos visto a mobilização que, através do Senador Girão, tem acontecido aqui. É hora de nós nos manifestarmos, de não nos acovardarmos e termos medo daqueles que gritam, sim. Mas eu também sei gritar. Quando é necessário, a gente também grita por aqueles que não podem gritar e que estão ainda no ventre de suas mães. Vamos gritar, e ninguém vai nos calar aqui. Custe o que custar, nós vamos ver a agenda pró-vida avançando neste País, se Deus quiser! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Diego Garcia. Falou com a alma, falou com o coração. É assim que o senhor sempre tem se demonstrado aqui, com atitudes, na Câmara Federal, na Câmara dos Deputados.

Ficou muito claro, durante a manhã, nas explanações da Dra. Lenise, do Dr. Raphael, que veio do Rio de Janeiro especialmente para o evento, e também do Dr. José Miranda, jurista, que é uma fraude – eu acho que a palavra que sintetiza é fraude – essa ADI 5.581, que está delineada aí, marcada para o dia 22 de maio para ser julgada no Supremo Tribunal Federal. É um cavalo de Troia para abrir a porta para a legalização de aborto depois de qualquer outro tipo de infecção, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que ter muita serenidade neste momento, enfrentar com coragem e com força, gritar, mobilizar e, se for o caso, levar ali a população, porque a maioria é pró-vida mesmo. *(Palmas.)*

Cada vez mais, isso aumenta, pelas pesquisas aí. À maioria, essa consciência está chegando, graças a eventos que são feitos no Brasil inteiro seja por católicos, por evangélicos, por cientistas. Seminários, congressos, tudo isso tem despertado as pessoas para a verdade.

Nós estamos aqui, Deputado Diego Garcia, e o senhor vai assistir daqui a pouco ao depoimento da D. Da Guia, que é a mãe da Victoria. Ela fez uma opção por adotar uma criança com microcefalia, que é a Vitória. Você vai ver o depoimento dela, o amor da vida dela, que é a Victoria.

Eu queria registrar a presença aqui da Senadora Selma Arruda, uma Senadora brilhante, corajosa. Das pautas mais delicadas, ela está no *front*, com coragem para se posicionar. *(Palmas.)*

Está conosco aqui também o Senador Capitão Styvenson, que também está sempre conosco aqui nessas causas, um idealista, um entusiasta também.

Eu queria, antes de passar a palavra para a Deputada Chris Tonietto, dizer que nós estamos recebendo *e-mails* do e-Cidadania. Há algumas perguntas já chegando. Depois eu queria pedir para o Dr. Raphael e para a Dra. Lenise responderem. São perguntas técnicas de alguns que estão nos assistindo pela TV Senado, de alguns telespectadores que nos honram com a sua audiência.

E é como o Deputado Diego Garcia falou: a verdade reverbera. Então, você pode ter certeza de que Deus põe a mão em certas falas, em certas situações, e a coisa acontece.

Então, muito obrigado.

Eu vou passar a palavra agora para a Deputada Chris Tonietto fazer uma colocação.

Quando a Senadora Juíza Selma Arruda e o Senador Styvenson também quiserem fazer alguma colocação, fiquem à vontade.

Depois, nós vamos abrir a palavra, para ouvir vocês aqui, para a gente fechar com chave de ouro o nosso debate. Está bom?

Obrigado.

A SRA. CHRIS TONIETTO (PSL - RJ) – Muito boa tarde a todos!

Obrigada, Senador Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma alegria muito grande compor esta Mesa, estar neste seminário promovido aqui no Senado Federal. É bem verdade que nós precisamos de muitos seminários pró-vida aqui no Congresso Nacional.

Quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa.

Cumprimento a Rosinha, cara Secretária Adjunta do Ministério da Mulher, dos Direitos Humanos e da Família.

Quero cumprimentar aqui o Deputado Diego Garcia.

Quero lembrar, aliás, quero reforçar que nós estamos aqui, sim, para defender a vida em todos os seus estágios, para defender a vida, sim, desde a concepção até a morte natural. Dizer o contrário disso é leviandade. Nós estamos aqui para promover a causa da vida.

Eu gostaria apenas de também prestigiar a presença de duas grandes pró-vida que estão aqui entre nós, Senador Girão, que são a Andreia Medrado e a Priscilla, que são de Brasília e de São Paulo, respectivamente. (*Palmas.*)

Quero agradecer a presença de todos que vieram aqui justamente para prestigiar este seminário.

Sobre o Governo Bolsonaro... Faço parte da base do Governo. No Governo Bolsonaro, eu creio que, pela primeira vez, nós estejamos vendo um Presidente que se declara e se pronuncia verdadeiramente pró-vida. Durante anos, nós vimos as vozes de muitos serem caladas. Nós temos hoje o Ministério da Mulher, dos direitos da mulher, da família e dos direitos humanos. A pessoa da Rosinha muito bem representa esse Ministério. Nós temos pela primeira vez um Ministério que defende os direitos de todos os indivíduos, de todos os seres humanos, até mesmo e principalmente dos não nascidos.

O direito à vida, como diz a nossa Constituição Federal, de fato, é inviolável. É uma pena que nós tenhamos que reforçar e atestar o óbvio. Eu acho que este seminário, na verdade, é claro, é bem importante. Ele é de suma relevância, mas nós estamos aqui para falar do óbvio. Nós estamos aqui para reafirmar aquilo que todos deveriam saber, que a vida é o primeiro direito, sem o qual não há outros. A vida é um direito natural. Não se trata nem de questão de bioética, não se trata de uma convicção religiosa, de uma questão religiosa. É uma questão decorrente do direito natural. Isso é uma obviedade.

Então, o Governo Bolsonaro tem, sim, trabalhado pela defesa da vida e pela defesa da família, tem promovido políticas públicas pelos Ministérios nessa defesa. E eu, particularmente, sinto muito orgulho de fazer parte do Governo Bolsonaro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reforma da previdência, como o Deputado Diego muito bem falou, é, sim, necessária e está agora sendo discutida na Comissão Especial. Justamente para garantir e salvaguardar a aposentadoria das futuras gerações, porque assim queremos, é que se faz necessária uma reforma como essa, que, é claro, ponto a ponto, será debatida e discutida na Comissão Especial. Mas estamos aqui não para falar dessas questões diretamente, mas para falar, sim, da defesa da vida daqueles que não têm voz – e nós podemos ser a voz deles.

Nós estamos aqui também para falar de, basicamente, três verdades que muitos tentam colocar como verdades inconvenientes, mas verdade é algo que precisa ser dito. E aqui eu gostaria de diferenciar verdade de ideologia. Não se trata de uma ideologia. A defesa da vida não é uma questão ideológica. Como eu disse, a defesa da vida é uma questão de direito natural e é uma verdade, uma única verdade. (*Palmas.*)

Ideologia, na verdade, é quem produz a verdade. Ideólogos são aqueles que produzem a verdade, como muito bem o Dr. Raphael Câmara fez questão de mencionar. Eles tentam camuflar dados, manipular os dados, para promoverem uma agenda que é internacional. E a quem serve essa agenda? A quem serve a promoção da cultura da morte? Serve, é claro, como também disse e reforçou o Dr. Raphael Câmara, às grandes fundações internacionais, a organismos internacionais que são multimilionários. Serve a esses, que instrumentalizam pessoas e grupos para promoverem, sim, esse projeto político-ideológico, um projeto de poder. E com que finalidade? Qual é o objetivo disso? Um controle populacional e comportamental.

Então, nós estamos enfrentando um grave problema. Por isso, nós precisamos reafirmar essas três verdades, que, como eu disse, podem ser verdades inconvenientes para muitos. Mas quais são essas verdades inconvenientes para muitos? A primeira delas é que a vida começa na concepção. Isso é uma questão de evidência científica.

Agora eu gostaria de fazer uma provocação. O Dr. Raphael Câmara é médico e pode, inclusive, atestar o que eu estou dizendo. É uma evidência científica: a vida começa na concepção. Mas, ainda que existisse dúvida de qual seria o marco inicial da vida, ou seja, ainda que eu não soubesse se começa na concepção, se começa na décima semana de gestação ou se começa com cinco, seis, sete dias, isso não importaria; ainda que houvesse dúvida, a gente jamais poderia conceber o assassinato de um bebê, por uma razão muito simples: existe o *in dubio pro reo*, um instituto importado do Direito Penal. Então, se existe dúvida quanto à inocência de uma pessoa, jamais poderemos imputar a ela uma pena. E um bebê é o ser mais indefeso. O bebê no ventre materno é aquele ser que simplesmente não passou sequer por um processo, por um julgamento. Não há o princípio da presunção de inocência? Mas não vale para o bebê. Ele já é sentenciado à morte, sem ter direito à resposta, sem ter contraditório e ampla defesa, como muitos gostam de mencionar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui nós precisamos ser a voz desse bebê. É triste que nós tenhamos que reafirmar isso. Sabe por quê? Porque, se existe o *in dubio pro reo*, também deveria existir o *in dubio pro nascituro*. Se houvesse dúvida de onde começa a vida humana, não deveríamos matar. Deveríamos permitir o direito à vida. Isso é algo muito simples. Por isso, é claro, usando a ciência como fonte, a vida, sim, começa na concepção. Isso é uma evidência que tentam negar.

A segunda verdade chamada de inconveniente para muitos é que o aborto é um eufemismo para assassinato, por uma razão simples. O que é o aborto? É um homicídio, é um assassinato. Está ceifando-se a vida de um inocente. A diferença é o momento da execução. Nós temos o homicídio extrauterino, que está tipificado no art. 121 do Código Penal, e nós temos, sim, o homicídio intrauterino, o do bebê. Já que existe a vida humana desde a concepção, em qualquer momento em que, dentro do útero materno, se tenta matar, ou melhor, se tenta abortar, está se promovendo o homicídio, ou seja, assassinando um bebê. Essa é outra verdade que muitos tentam negar.

A terceira verdade inconveniente é que o aborto não é um direito da mulher. De fato, o aborto não é um direito da mulher, até porque ninguém tem direito de matar quem quer que seja. Ninguém tem direito de tirar a vida principalmente de um inocente, de um indefeso. Então, nós estamos aqui falando do óbvio. Tentam colocar como se todas as mulheres, ou melhor, como se fosse um direito da mulher a legalização do aborto. Isso é falacioso. Agora a quem serve esse tipo de argumento falacioso? Os movimentos tentam colocar dessa forma. Agora esse movimento, o movimento feminista, por exemplo, que tenta legalizar o aborto, não me representa. Eu sou mulher. Esse movimento não me representa e não representa também os 50% daqueles que estão no útero materno e que têm chance de ser mulher. Então, quer dizer que elas falam pelo direito de todas as mulheres? De modo algum! Falam pelo direito daquelas mulheres que se autointitulam, sim, feministas e que têm o mesmo projeto político-ideológico, mas não falam por todas as mulheres. Isso é uma coisa que tem que ser desmentida.

Nós, como mulheres, temos um papel fundamental, como muito bem foi exposto anteriormente por um dos expositores aqui. A mulher não deixa de ser mãe se assassina seu filho. A mulher apenas vai ser mãe de um filho morto. Ela não vai deixar de ser mãe. A maternidade existe a partir do momento que existe a fecundação, a concepção. Isso é algo que precisa ser muito bem reforçado.

Outra questão que nós precisamos lembrar – e muito bem o Deputado Diego já pavimentou esse caminho – é sobre a usurpação de competência, que tem sido levada a efeito pelo STF.

Senador Girão, com todo o respeito, eu gostaria, inclusive, que não precisássemos chegar a este limite de o STF ter que julgar o aborto em caso de zika no dia 22 de maio. Nós não precisaríamos discutir isso. Sabe por quê? Porque isso é um espaço do Legislativo. Nós estamos aqui no Legislativo discutindo ideias. Aqui, sim, é a expressão da democracia. É o Parlamento que discute ideias, é aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós podemos discutir esse tipo de assunto. Aborto é tema para o Legislativo. Só que o que nós percebemos é o agigantamento do Supremo Tribunal Federal. Nós percebemos, sim, um absolutismo – ouso dizer – do Supremo Tribunal Federal, que está rasgando a Constituição Federal. Aqueles que deveriam ser os guardiões da Constituição rasgam a Constituição Federal. Sabe o que nós podemos fazer, Senador Girão? Nós temos um instrumento à nossa disposição que se chama *impeachment*. Nós não podemos ter medo do *impeachment*. (Palmas.)

Nós não podemos ter medo de, sim, fazer o pedido. Inclusive, nós estamos no Senado Federal, a Casa que tem competência para julgar e para processar os Ministros do STF. Aqui nesta Casa, há pelo menos seis pedidos de *impeachment*. Por quê? Por conta de usurpação de competência, porque aqueles que deveriam garantir, zelar e salvaguardar pelos princípios constitucionais rasgam a Constituição Federal. E nós vamos fazer o quê? Observar de braços cruzados?

A população brasileira espera muito de nós. Deputado Diego, nós somos representantes do povo brasileiro, que é majoritariamente contra o aborto. Então, isso não pode ser dado numa canetada por 11 Ministros, que simplesmente querem agora definir o futuro de uma Nação, que é próxima. Isso é inaceitável! Isso é inconcebível! E a gente precisa saber enfrentar! (Palmas.)

Nós temos que saber enfrentar, sim, porque esses Ministros não podem ter superpoderes, achar que são deuses. O que é isso? Eles não foram eleitos democraticamente. Nós fomos eleitos democraticamente. Então, aqui nós temos que fazer coro, sim, com as palavras, ou melhor, temos que representar bem a vontade popular, e o povo espera de nós.

Por isso, sim, nós temos que enfrentar o *impeachment*, passar, melhor dizendo, pelos pedidos de *impeachment*, para que esta Casa julgue os *impeachments*.

A usurpação de competência não pode ser vista de forma a que nós não possamos fazer nada e nos insurgirmos contra. Não é possível!

Eu gostaria de lembrar aos senhores – não sei se tomaram conhecimento – que há, sim, um manifesto do Congresso Nacional. Inclusive, em conjunto com o Senador Girão, fizemos um manifesto, uma espécie de documento oficial desta Casa, que conta com a assinatura de mais de cem Parlamentares, contra a usurpação de competência, pela garantia da ordem jurídica e constitucional. Estamos salvaguardados em quê? Baseados em quê fizemos esse manifesto? No art. 49, inciso XI, da Constituição Federal, que diz que é competência exclusiva do Congresso Nacional "zelar pela preservação de sua competência". A preservação da competência legislativa nos cabe, é nossa. O STF não pode legislar. Não é função típica do STF legislar. Eu sei que eles agem mediante provocação, mas eles precisam aprender a respeitar a própria Constituição. Eles não estão acima da Constituição Federal, eles não estão acima das leis. Os Ministros não são reis. Por isso, eu falei que eles agem como se fosse um absolutismo. Agora querem censurar as redes sociais, para que todos fiquem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amordaçados. Então, quer dizer que a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão também foi esquecida? Nós agora vamos ter a nossa voz sufocada também? Essa é uma coisa que jamais poderemos permitir ou tolerar. (*Palmas.*)

Então, esse manifesto, como eu disse, já conta com a assinatura de mais de cem Parlamentares. Nós pretendemos, sim, levá-lo para o STF, na pessoa do Ministro Dias Toffoli, que é o Presidente, para que ele devolva a matéria. Por isso, eu estava mencionando que não precisaremos chegar ao julgamento. Eles precisam devolver a matéria para o Legislativo. Cabe a nós legislar!

(*Soa a campanha.*)

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ) – Nós é que temos que decidir aqui, debater e discutir, porque este é o ambiente democrático. O Parlamento é o reflexo, é a expressão da democracia, da vontade popular. O art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal diz o quê? O poder emenda do povo, e nós somos os seus representantes. Então, é aqui que temos que discutir.

Há outra coisa: não há mora do Congresso Nacional no tema aborto. O Congresso Nacional sempre discutiu aborto, mas todos os projetos foram sepultados. Eles não respeitam isso. E o que fazem? Buscam subterfúgios, porque isso faz parte desse projeto político-ideológico, dessa agenda internacional que tentam promover, tentando fazer com que nós sejamos subservientes. Só que aqui há tropa de elite, sim, tropa de choque que vai confrontar isso, sim! Nós não aceitaremos a legalização do aborto, porque o povo rejeita o aborto.

A usurpação de competência não vai ser permitida. Por isso, clamo, vou aproveitar e fazer um apelo. Já que estou no Senado, que é o local de competência, faço um apelo aos Senadores para que julguem os *impeachments*, as CPIs. Há a CPI da Lava Toga, como muito bem relatou aqui o Senador Girão.

A Senadora Soraya Thronicke, que nos antecedeu, prestigiou-nos com a sua presença. Ela foi umas das responsáveis sim... Recentemente, ela foi à tribuna falar pela CPI da Lava Toga, que é necessária. Eles podem fazer o que querem agora? E a gente vai aceitar? Com o perdão da expressão, vamos ser "vaquinhas de presépio"? Não estamos aqui para isso. Deputado Diego, não fomos eleitos para isso. Fomos eleitos para combater o bom combate sim, nós fomos eleitos para sermos soldados da população brasileira, e a população brasileira espera de nós. Precisamos honrar nossos votos. E nós honraremos bem os nossos votos se conseguirmos fazer com que os Poderes se respeitem entre si.

O art. 2º da Constituição Federal diz o quê? Diz que os Poderes são independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Portanto, não pode um Poder invadir a competência do outro sem nada ser feito. Não pode um Poder, simplesmente, atropelar a nossa competência, para a gente assistir de camarote! Onde já se viu isso? É inacreditável!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, é claro, não menos importante, eu gostaria de aqui anunciar aos senhores a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida – Contra o Aborto. *(Palmas.)*

É uma frente que vai buscar, sim, políticas públicas que valorizem a vida desde a concepção. Diferentemente do que falam, nós não somos alheios à mulher, até porque eu sou mulher e, como mulher, eu tenho o direito de falar, inclusive, por aquelas não nascidas. Então, nós precisamos promover, sim, políticas públicas para todas as mulheres. Esse é um dos objetivos da criação da Frente Parlamentar Mista, que conta com a assinatura do Diego Garcia, do Senador Girão e de muitos outros Parlamentares que vão, sim, lutar por cada um de vocês.

Foi muito bem falado aqui sobre o aborto de modo geral, por ser um assassinato, etc. e tal, mas eu não poderia deixar de mencionar o aborto em caso de estupro. Muitas pessoas querem a promoção do aborto por conta do estupro. Agora, vejam: não se combate estupro com aborto. Estupro se combate com segurança pública, isso não pode ser olvidado.

E aqui eu gostaria apenas de pegar um gancho do Dr. Raphael Câmara, porque foi aprovada uma lei no ano passado, que entrou em vigor em outubro – salvo melhor juízo –, a Lei 13.718, que diz o seguinte: os crimes contra a liberdade sexual agora não são mais ações penais condicionadas à representação, são ações penais públicas incondicionadas. Então, na realidade, aquela portaria que o senhor mencionou, de fato eu acho que precisa realmente de uma canetada para ser retirada. A mulher não pode chegar e dizer: "Fui estuprada". Muitas delas são mentirosas.

O SR. RAPHAEL PARENTE *(Fora do microfone.)* – Sim, a maioria.

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ) – A maioria, exatamente.

Vai lá, falta com a verdade, é mentirosa e quer abortar, invocando o art. 128. "Olha, aborto no caso de estupro é permitido." Agora, cadê a prova? Engraçado, aquelas que mais falam... É óbvio que o estupro, como eu disse, se combate com segurança pública. Parece que aquelas que mais falam, por exemplo, desse direito delas querem deixar os estupradores impunes. Nós precisamos punir os estupradores. E, por isso, a Lei 13.718...

(Soa a campanha.)

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ) – ...eu a achei fantástica! Por quê? Porque, conjugada com o art. 66 da Lei de Contravenções Penais, até o médico que toma conhecimento de algo pode e deve comunicar à autoridade competente, independentemente de a vítima autorizar ou não. Sabe por quê? Porque agora é ação penal pública incondicionada. Então, os médicos podem e devem agir dessa forma, proceder dessa maneira. Inclusive, vai ser um serviço à segurança pública, porque nós vamos punir os estupradores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As mulheres falam como se nós quiséssemos puni-las. Isso seria algo contraditório, porque eu sou mulher e, evidentemente, defendo a mulher, mas jamais me esquecendo da criança.

Então, nós precisamos dar uma assistência para a mulher se ela for estuprada? É óbvio! Mas não com aborto! Nós temos que punir aquele que praticou o estupro, que praticou um crime. E ela estará sendo partícipe se fizer, por exemplo...

(Soa a campanha.)

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ) – ... um aborto nesse caso. Por quê? Porque ela está sendo condescendente com a não punição do estuprador. Então, nós temos que botar os pingos nos is, nós temos que falar a verdade.

Vou caminhar para o fim, já que o meu tempo já está praticamente se esgotando. Eu acho que a gente ficaria aqui o dia inteiro, Senador Girão, falando sobre diversos assuntos.

Inclusive, acho que a gente precisa, sim, desconstruir os argumentos falaciosos. Para que se superinflationam os números? Para facilitar a promoção da cultura da morte. Só que eles precisam ser desconstruídos. As palestras anteriores já muito bem se prestaram a isso. Inclusive, o Dr. Raphael Câmara mencionou a manipulação dos números. E para quê? A quem serve isso? Nós precisamos estudar, nós precisamos ir às fontes, não apenas seguir o discurso falacioso daqueles que desejam a promoção da cultura da morte. A gente precisa buscar as fontes.

(Soa a campanha.)

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ) – Por isso, eu gostaria até de me colocar à disposição. Nós temos documentos, nós temos fundamentos, argumentos mesmo para combater e desconstruir, sim, os argumentos que são completamente mentirosos daqueles que desejam a legalização do aborto. E nós não podemos permitir que isso seja feito pela via do Judiciário, por conta do ativismo judicial. A defesa da vida precisa ser algo irrestrito em todas as fases. O aborto é um extermínio, o aborto é uma eugenia, como muito bem foi salientado aqui. E nós não podemos ser coniventes com nenhum tipo de crime, muito menos com esse crime hediondo. Ouso dizer: é um crime hediondo em que se pune o bebê sem capacidade de defesa.

E aqui eu finalizo, agradecendo a oportunidade, Senador Girão. Agradeço imensamente o convite.

Agradeço a presença de cada um dos senhores e a presença também dos Parlamentares, enfim, de todos os que estiveram aqui para contribuir para este grande debate, para este grande seminário em defesa da vida. E que nós sejamos cada vez mais combatentes, que nós sejamos cada vez mais fortalecidos e encorajados a seguir adiante com essa luta em defesa da vida desde a concepção até a morte natural.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

Que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado pela participação contundente, firme, da Deputada Federal Chris Tonietto, que acabou de chegar. E, como se diz no Nordeste, ela chegou chegando!

Eu queria passar rapidamente a palavra, antes de ouvir o ex-Deputado Federal Luiz Bassuma, para o Deputado Diego Garcia, que vai ter que sair, que vai ter que se ausentar e gostaria de fazer uma despedida, proferir algumas palavras de despedida.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) – Nós estamos aqui com a presença do Pe. Pedro, que é um grande militante da causa pró-vida, que eu quero cumprimentar. E estou com dois sacerdotes me aguardando. Então, nós não podemos deixar uma autoridade eclesiástica aguardando.

Eu me atrolei muito – peço desculpas, Senador – por conta dessa questão da reforma da previdência. Desculpem-me todos vocês!

Deixo meu WhatsApp pessoal, se quiserem anotar: (43) 99110.0019. E já fica para o Brasil todo, que nos está acompanhando e assistindo também. Se quiserem, podem mandar sugestão, ideia, crítica. Ligar não adianta, porque eu não atendo mesmo. Mas ao WhatsApp eu respondo, um a um. Dá um trabalho danado, mas eu respondo um a um. Fico à disposição de vocês. A gente, junto com a Deputada Chris, se coloca inteiramente à disposição, como ela também se colocou.

Às vezes, Senador, a gente não consegue entender o porquê de algumas coisas, mas, há algum tempo, eu aprendi que a gente não deve fazer a pergunta "por quê", mas "para quê".

A Deputada Rosinha da Adefal era – e há muitas testemunhas oculares aqui que sabem do que eu estou falando – uma das únicas Parlamentares que tinha a coragem de se manifestar. Uma coisa é dizer que é a favor ou contra; outra coisa é ir para o *front* e dar a cara a tapa, é se colocar à disposição, é combater o discurso ideológico. E ela era uma das poucas, senão a única, na Legislatura passada. E a gente não consegue entender... Quando passa o processo eleitoral, algumas coisas a gente não consegue entender. E depois Deus mostra o para quê. E Deus a colocou num lugar estratégico, importantíssimo, onde vai poder dar uma contribuição extremamente importante para o País como um todo e de forma muito mais efetiva talvez até do que nós legisladores, que às vezes ficamos de mãos atadas, que gostaríamos de fazer mais, mas não podemos.

Ao mesmo tempo, Deus levanta pessoas como a Deputada Chris Tonietto, que eu conheci como militante, vindo aqui, visitando-nos e conversando conosco nos corredores. E olhem onde ela está hoje! Que o exemplo dela ecoe por este País, para que mais mulheres não se acovardem e tenham a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coragem de se colocar à disposição, de deixar o seu nome à disposição e de estar aqui representando esta Nação, assim como a Deputada Chris.

Então, quero fazer esse registro, porque é o Parlamento que ganha, é o Brasil que está ganhando, é o Governo Federal que está ganhando também hoje com a Deputada Rosinha.

Parabéns a todos!

Parabéns, Senador! Que Deus o abençoe muito! Espero que um dia o senhor me presente com uma camiseta do Fortaleza. Parabéns ao seu clube também, que foi campeão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) – ... e que está fazendo um papel brilhante.

Eu sou ex-jogador de futebol. Então, sou apaixonado pelo futebol. Esporte é vida, é uma das formas de promoção da vida. Sou apaixonado pelo esporte. Ainda jogo, e jogo bem! Sou zagueiro. Meto o pé nos Senadores e nos Deputados de vez em quando. *(Risos.)*

Estou brincando.

Senador, parabéns! Que Deus o abençoe!

Deputado Luiz Carlos Bassuma, que Deus o abençoe também!

Deputada Rosinha da Adefal e Deputada Chris, parabéns por todo o trabalho brilhante que vocês estão fazendo!

Nosso colega de Partido, Senador Styvenson, que Deus abençoe muito você!

A gente fica muito feliz de ver tantas vozes se levantando no Senado Federal em favor da vida.

A gente também fez a mesma pergunta por conta do que aconteceu no caso do Senador Magno Malta. A mesma pergunta a gente fez, como foi com a Deputada Rosinha. E olha o que Deus suscitou!

Então, a gente vê que a semente que é lançada germina, cresce e produz frutos. Esses frutos estão aumentando e, se Deus quiser, vão aumentar cada vez mais!

Parabéns a todos!

Fico à disposição de vocês. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado. Parabéns, Deputado Diego Garcia! Eu queria só lhe dizer uma coisa: fui Presidente do Fortaleza, jogava lá na frente, como centroavante, mas nunca profissionalmente, nunca com o seu talento. Já ouvi falar do seu talento no futebol. Mas eu queria dizer uma coisa: ele é zagueiro. E olhe a posição a que ele chegou em 2014, aqui! Em 2014, havia um projeto querendo legalizar o aborto lá, aqui e acolá, contra a família, e ele, como zagueiro, não deixava de jeito nenhum! Mas chegou a hora de você ser lá o centroavante, ser o atacante, porque chegou a hora de a gente fazer gol com projetos pró-vida aqui dentro.

Inclusive, a fala do ex-Deputado Luiz Bassuma, com quem a gente vai trocar uma ideia, vai tratar de um assunto polêmico, Deputado Diego Garcia. Eu quero até conversar com o senhor sobre isso.

Vou levar a camisa do Fortaleza ao seu gabinete.

Mas é um assunto em que nós, pró-vidas, que temos isso como ponto central de nossa vida – de manhã, nós tocamos rapidamente nisso –, precisamos entrar um pouco mais, que é essa questão que a Deputada falou. Também sou totalmente contra. Concordo com ela nessa questão do estupro. Particularmente, eu sou contra. Agora, eu acho que é uma questão de evolução, de conscientização. Se a gente quer fazer gol pró-vida, a gente vai ter que saber como transitar nesta Casa, porque, se a gente não legislar aqui – e nós temos os seus projetos, o projeto dela; há a PEC da vida, que é importante –, se a gente não legislar aqui, o Supremo, agora, em seis meses, libera o aborto com 12 semanas. Eu não estou nem falando do caso, agora, do dia 22, da ADI 5.581, não! Não estou falando dessa; estou falando da do PSOL, estou falando da ADPF 442. Então, a gente vai ter que fazer um gol aqui e, com estratégia, trabalhar. Nós vamos conversar sobre isso para ver o que... Nós estamos a serviço do Movimento Pró-Vida, mas precisamos alinhar os posicionamentos. Muitas vezes, a gente tem que perder uma orelha para ganhar o corpo. Então, isso é sabedoria também.

Eu queria fazer um convite especialíssimo aqui. De todas as presenças aqui, que são muito especiais, há a da D. Da Guia, que veio do Rio Grande do Norte. E foi um caso de Deus o que aconteceu para a vinda dela hoje aqui. Ela passou a noite inteira viajando com a Victoria, que é a filha dela. Ela vai contar isso rapidamente aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu entendo se você não conseguir ficar. Depois a gente manda o vídeo desta reunião para o senhor e para a Chris também.

Eu queria muito ouvi-la, porque foi bênção de Deus a sua presença aqui. Nós nos falamos ontem, já tarde da noite.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Styvenson é da terra da Victoria. A D. Da Guia é da minha terra, do Ceará. Olha que coincidência incrível! Ontem, sem combinar com ele, quando a gente estava fazendo uma revisão do evento, ele mandou uma mensagem para mim, às dez horas da noite. Estávamos reunidos, fazendo a revisão do evento aqui, e ele manda uma mensagem para mim relatando, emocionado, o caso da D. Da Guia, que fez a opção por adotar a Victoria, criança com microcefalia. Ele, emocionado, disse para mim: "Rapaz, vamos trazê-la? Será que ela topa vir?".

Eu lhe disse: "Espere aí! Vamos falar aqui". Resultado: falei com a D. Da Guia ontem, às dez horas da noite. Olhe só, gente, se isso é ou não é sinal do alto, no nosso Pai! Às dez horas da noite, conversamos, e foi uma empatia rápida. Ela disse: "Eu vou!". Sabe qual foi a expressão que ela disse? Ela disse: "Esta ligação é de Deus, porque eu quero demonstrar publicamente meu amor e a importância da vida da minha filha, de ter preservado a vida dela". Ela disse assim: "Eu vou até de jegue para Brasília!". Vocês sabem o que é jegue, lá no interior do Nordeste.

Então, ela veio, está aqui, passou a noite viajando. A Victoria está cansada. Eu acho que já passou muito tempo. Vocês têm que descansar, dormir um pouco, ir para o hotel. Mas eu queria que você desse um depoimento rápido, só para deixar registrado para a história, porque esta sessão é uma sessão histórica do Senado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Só antes...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Desculpa, Senador Styvenson. A Deputada Chris realmente já está no limite do limite e quer fazer aqui uma saudação, para agradecer.

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ) – Política é serviço, não é? Então, nós também, como representantes do povo, evidentemente, precisamos atender aqueles que desejam agendar reuniões conosco. Então, estou com três reuniões agendadas agora, de tarde. Peço perdão pela minha ausência. Agradeço mais uma vez pela oportunidade.

Agradeço a presença de todos aqui.

Obrigada, Senador Girão!

Vamos juntos caminhar nessa luta pela vida, em defesa da vida. Podem contar comigo para o que for necessário!

Aproveito para deixar aqui o meu *e-mail*, para quem quiser anotar: dep.christonietto@camara.leg.br. Podem mandar *e-mail* à vontade. Estamos aqui para servi-los.

Deus os abençoe! Viva Cristo Rei! (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Minha querida D. Da Guia, o microfone é seu.

A SRA. MARIA DA GUIA DOS SANTOS – Boa tarde, senhores e senhoras!

Meu nome é Da Guia. Eu nasci no Ceará, mas fui criada no Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – De que lugar no Ceará?

A SRA. MARIA DA GUIA DOS SANTOS – Viçosa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Viçosa!

A SRA. MARIA DA GUIA DOS SANTOS – Em 2016, Deus me apresentou Victoria em sonho. Em 15 dias, no começo do mês de janeiro, em três dias, eu sonhei com ela, do jeitinho que ela é hoje. Após esses três dias, Deus criou uma situação, e eu fui parar em um salão, em um bairro totalmente longe daquele em que eu moro hoje, para fazer minha unha. Lá eu conheci a genitora da Victoria. Ela tentou abortar a Victoria desde o primeiro mês, quando soube que estava grávida, e não conseguiu. Ao completar cinco meses, em um dia, ela tentou com Cytotec. Conseguiu, passou mal, foi para a maternidade, e lá fizeram uma cirurgia, uma cesárea, e Victoria nasceu. Victoria nasceu, foi direto para a UTI neonatal, na Januário Cicco, em Natal. Ela passou quatro meses na UTI, teve várias complicações: paralisia cerebral, meningite, hepatite e sepsia. E tem microcefalia também.

Então, ela ia para um orfanato quando eu conheci a história dela. Eu deduzi: se ela for para um orfanato ela não vai conseguir viver, ela precisa de uma família. Já tinham passado cinco famílias para adotar a Victoria, porque ela é galega do olho azul. As pessoas criam rótulos para adoção, não é? Eu acho que mãe não escolhe filho. Então, quando eu conheci a história dela, marquei com a mãe para ir na segunda-feira. Chamei meu filho, que tem hoje 23 anos. Ele foi para lá reclamando, porque é filho único.

Eu tinha recebido uma proposta muito boa também de trabalho em João Pessoa, em que eu ia ganhar R\$8 mil por mês. Mas, quando cheguei à maternidade, vi Victoria indefesa, só precisando de amor. Ela só precisava de amor para sobreviver. Ela lutou, ela passou quatro meses na UTI e passou por tanta patologia! Por que ela não pode ter uma família? Então, eu não contei conversa, não medi esforços. Eu estava juntando dinheiro para fazer um tratamento dentário, e já estava quase perto: faltavam R\$200 para R\$5 mil. Aí eu pensei: não vou fazer meu tratamento, vou adotar Victoria. Com esse dinheiro, já fui para uma loja, comprei berço, cama, tudo, porque eu achava que ia adotar a Victoria e que já ia levá-la para casa. Mas aí veio a peregrinação. Passei 33 dias com ela na maternidade, para ela se adaptar a mim. Como ela comia através de sonda, ela nunca mamou, eu passei 33 dias com ela no Neo, no canguru. Victoria era muito indefesa, muito pequena; as defesas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam lá embaixo. Como mães de crianças com microcefalia, elas sabem que a defesa delas é muito baixa.

No dia em que fui lá, a assistente social conversou comigo, e o médico da Januário Cicco conversou comigo. Ele disse: "Da Guia, você vai ter que sentar, para a gente conversar com você. Já passaram cinco famílias por aqui. Todas ficaram de voltar e não voltaram. Sente-se aí". Eu sentei, e o doutor começou a falar para mim que Victoria era especial. E eu, séria, estava olhando para ele. "Victoria é especial." Eu disse: "Está certo". "Mas você está entendendo que ela é especial?" "Estou, doutor, estou entendendo. Toda criança é especial". (*Palmas.*)

Aí ele falou assim: "Não, Da Guia, Victoria é especial para o resto da vida. Victoria não vai andar, Victoria não vai falar, Victoria não vai enxergar e talvez nem passe muito tempo com você". Mas eu aprendi uma coisa na minha vida: diagnóstico não é sentença de morte. Quem tem nosso *check-up* é Deus. Ele é quem nos fez. Então, se ele tinha dado a chance de Victoria sobreviver a um aborto, ela precisava de uma mãe. Eu disse: "Doutor, eu quero ela desse jeito. Se ela não sobreviver... Mas eu vou fazer tudo que eu puder por ela pelo período em que ela ficar aqui. Deus dá, Ele tira. É Dele". Ele se emocionou muito. Foi a primeira vez que eu vi um médico chorar. Ele chorou muito. Hoje ele ama Victoria como uma neta, porque foi a única bebê que passou quatro meses numa UTI sem ninguém querer. É o Dr. Ruy. Hoje ele não atende nenhum convênio, só atende particular, mas ele atende Victoria. Ele disse que, enquanto estiver vivo, vai atender Victoria, porque ela mostrou superação. (*Palmas.*)

Eu digo muito: "Ela é superação".

Eu fui para o Albert Einstein, em São Paulo, para saber se ela tinha alguma chance de enxergar. A Dra. Nilva chamou um colega para ver o laudo dela. Ele falou assim: "Como essa criança sobreviveu a uma infecção generalizada? De cem pessoas com infecção generalizada, sobrevive uma. E ela é um bebê". Eu disse: "Mas é o laudo dela". Eu queria escutar o que ela tinha para falar para mim, porque eu já tinha passado por oito oftalmologistas, e todos diziam que ela ia ficar cega, mas o meu coração dizia que não. Então, eu fiz uma vaquinha, juntei R\$18 mil, fui para São Paulo, para o Albert Einstein, cheguei lá, fiz todos os exames de Victoria. A doutora olhou para mim, disse que não acreditava que eu estava ali, deu desconto, me ajudou bastante e disse: "Não sou de fazer isso, não sei por que eu estou fazendo". Ela é cientista, é uma médica. Só há uma médica como ela no Brasil, a Dra. Nilva. Ela já operou 428 crianças, e todas voltaram a enxergar. Fez todos os exames. E ela é muito taxativa. É sim, sim; não, não. E disse assim: "Quem foi que disse que ela não vai enxergar? Ela tem toda a chance de enxergar. Para isso, você vai fazer um tratamento".

Eu voltei para Natal e pensei: "E agora? Vou ter que fazer outra campanha?". Fiz uma campanha, mas foi com a cara no pó e o joelho no chão. E não fui para São Paulo, não voltei mais, porque eu creio num Deus que ressuscita morto. Então, o que eu fiz? Fui a um culto numa igreja bem pequeninha, e lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus curou Victoria. O levita começou a louvar e disse assim: "Se tu crês, verás a glória de Deus. Se tu vieste buscar a cura, tu vais levar a cura hoje". Eu fechei meus olhos, coloquei Victoria entre as minhas pernas, comecei a orar e a agradecer a Deus pela cura. Eu agradei, eu não pedi. Quando eu abri os meus olhos, Victoria olhou para mim e disse: "Mamãe". Dos olhos dela, eu vi sair uma lágrima, uma pele. Deus disse: "A honra é para mim, a glória também. Fique em silêncio". Eu fiquei, marquei uma consulta com o oftalmologista dela, o Dr. Breno. Ele dizia: "Meu Jesus, meu Deus, como é que pode essa criança estar enxergando? Ela está enxergando, Da Guia!". Eu disse: "Eu sei, doutor". Ele perguntou: "Você voltou a São Paulo?". Eu disse: "Não". Ele disse: "Vou ligar para a Dra. Nilva". Ele ligou, e ela disse: "Não, ela não veio".

Se Victoria está aqui, é porque há um propósito; se eu estou aqui, é porque há um propósito. Então, eu a adotei e não me arrependo. Meu amor por ela é incondicional. Hoje, eu sou uma nova mulher, eu dou mais valor ao ser do que ao ter. Consegui olhar mais para o outro. Acho que o que está faltando mais é você olhar para o próximo. Você tem que se doar, porque, se você passar por aqui e não deixar um legado, se você não servir para servir, você não serve para viver. Foi o que aprendi dos meus avós, semianalfabetos. Eles me ensinavam isto: "Minha filha, respeite do menor para o maior. Saiba entrar e saiba sair. Só pegue aquilo que é seu".

Então, criar um filho... Eu tenho um filho hoje com 23 anos, já é casado, é um homem, graças a Deus. Tenho Victoria, não me arrependo, faria tudo de novo. Acabei um relacionamento de 17 anos, porque ele me mandou escolher, e eu escolhi Victoria.

Então, hoje eu vivo Victoria, e as outras mães também. Estou aqui representando-as. Abri uma associação. Ganhei todos os equipamentos para montar uma sala de fisioterapia. Fiz parceria com a UnP, com a Estácio e tenho três salas lá, mas estamos em questão ainda, vamos ver. Se Deus já fez até aqui, eu sei que ele vai fazer, porque ele é que é o dono mesmo, ele é o dono de tudo.

Ontem de manhã, eu acordei às 5h da manhã e escutei uma pregação. O pregador falava: "Eu faço, eu estou contigo, eu irei à tua frente. Então, somente creia". E eu não abri a boca. Eu disse: "Senhor, eu queria tanto estar amanhã em Brasília, mas eu não posso. Financeiramente, senhor, eu não posso, mas o senhor é o dono banco, é o dono daquele lugar. Se for da tua vontade, eu vou". Porque eu creio no Deus de já, de repente ele faz. Ele fez, ele faz. Ele é o "Eu sou". Ele é que pode dizer: "Eu sou". Então, eu estou aqui porque Deus é maravilhoso e ainda faz milagres. Então, se a gente crê, a gente vê a glória de Deus.

O amor vence qualquer coisa. Então, o amor, meu amor por Victoria e o amor dela por mim... Eu sei: é só ela olhar para mim, eu sei o que ela fala. Eu sinto se ela está bem, se ela está dodói. Ela me agradece todos os dias com o olhar dela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha família hoje é toda unida. Passei 27 anos dizendo que ia para Fortaleza, que ia para Fortaleza, e nunca ia. Victoria me fez unir com meu pai e com minhas sete irmãs que moram lá. Então, é isso que Deus faz.

Eu acho que, se a gente pregar o amor e não o dinheiro – o dinheiro é consequência –, Deus abençoa. Se a gente pregar o amor, como ela falou ali, a gente consegue chegar a qualquer lugar, porque ele é rei, a majestade e a honra são dele. Nós não somos nada, somos pó. Isso aqui é uma passagem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Difícil até falar depois de um depoimento desse da Guia. Estou muito honrado de você estar aqui conosco. Muita alegria, muita alegria mesmo. Foi um presente a sua vinda para cá, para este seminário. Dá-nos mais força para lutar, mais estímulo para seguir adiante.

O SR. JOÃO RODARTE ROSA DE OLIVEIRA – Girão, se você me permitisse, eu gostaria de falar por três minutos antes que o Deputado saísse, porque eu vou falar de um tema que vocês não falaram aqui em todo o seminário, e ele é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rodarte, você vai falar. Eu, inclusive, vou ao gabinete do Deputado...

O SR. JOÃO RODARTE ROSA DE OLIVEIRA – Mas é porque ele vai sair...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu vou ao gabinete com o Deputado e vou com você, porque eu vou levar lá a camisa do Fortaleza e também quero conversar com ele uns assuntos. E você vai comigo. Está certo?

O SR. JOÃO RODARTE ROSA DE OLIVEIRA – O.k. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu queria só passar agora a palavra para as nossas queridas irmãs aqui que vieram lá de... É a Alessandra Hora e a Germana. Veio de Alagoas a Alessandra, e a Germana veio lá de Pernambuco. Elas vão dar um depoimento sobre a associação, esse trabalho bonito que fazem lá.

Muito obrigado.

Fiquem com a palavra. Quem quer começar?

Microfone. Tem que apertar o botãozinho aí.

A SRA. GERMANA SOARES – Boa tarde. Primeiramente, obrigada pela oportunidade, Rosinha, sempre com a gente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma grande honra estar no meio dessas pessoas que defendem com tanta bravura a vida, enfrentam há tantos anos o aborto, enfrentam há tantos anos a hipocrisia humana e defendem com tanta bravura a vida. Isso é muito importante para a gente, mães de crianças com deficiência, mães de crianças com a síndrome do zika, que, num cenário completo, fomos vítimas de uma calamidade pública, vítimas de uma epidemia, e até hoje não temos os nossos direitos nem os direitos dos nossos filhos assegurados. Então, é como se não existíssemos.

Para não me prolongar muito, eu vou ler, porque às vezes o sentimento é tão forte que a gente extrapola.

Sou Germana Soares, mãe do Guilherme Soares, de três anos e cinco meses, e estou como Presidente da UMA (União de Mães de Anjos), uma associação que cuida e acolhe mães e familiares de pessoas com a microcefalia, entre elas a da síndrome congênita do zika vírus, no Estado de Pernambuco. Só agora com três anos que posso ver Guilherme, meu filho, ter desejos, expressar preferências, sorrir muito, porque ele é feliz, esperto, curioso e fruto de um milagre chamado amor, que faz toda uma família feliz. Ele tem diagnóstico de microcefalia, ventriculomegalia, assimetria cerebral, paralisia, calcificações neurológicas, disfagia, luxação no quadril, epilepsia refratária, autismo, entre outros – tudo isso atrelado à síndrome do zika.

O que me deixa mais perplexa sobre a luta pelo direito ao aborto de fetos com zika não é só o feto; é como se eles fossem eliminados, como se isso fosse a solução. E isso não é a solução. Esse feto poderia ser o meu Guilherme, poderia ser o Erik, neto da minha companheira de militância, a Alessandra, do Estado de Alagoas, ou qualquer um dos meus sobrinhos, filhos das minhas irmãs de luta espalhadas em todo o Brasil. Nós encaramos e comemoramos cada evolução como um final de Copa do Mundo, porque aprendemos a dar valor aos pequenos detalhes, às pequenas coisas que antes passavam despercebidas.

O argumento do aborto me incomoda por ir contra tudo que eu acredito, mas o aborto de pessoas com possível deficiência, em especial a do zika vírus, me ofende. Vai abortar por quê? Porque são crianças imperfeitas? Devemos mesmo seguir com essa hipocrisia?

Em nossa luta e peregrinação, aprendemos que o SUS pode, sim, melhorar a qualidade de assistência às pessoas com deficiência e suas famílias. Inclusive este precioso tempo poderia ser gasto em pensarmos melhorias à rede pública de saúde para atender as pessoas com deficiência.

Agora eu vos digo: a minha vida com o Guilherme e das minhas tantas irmãs de luta é fácil? Não; não é nada fácil. É um mundo raro de peregrinação por terapias, medicamentos, transportes, órteses, consultas e exames de alta complexidade. São famílias que vivem na margem da margem da sociedade hipócrita, que insiste em invisibilizar, em negar-lhe assistência de forma suficiente e de qualidade; que acusa, critica, vitimiza, mas não faz nada, absolutamente nada, para mudar essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade. Tantas famílias nem vivem, sobrevivem com esse valor absurdo do BPC, que é uma prisão sem grades, é um estado de miserabilidade.

Vamos parar de achar que matar é a solução. E os que nasceram? Vão fazer o quê? Jogar para debaixo do tapete e fingir que não existimos? Cem por cento das nossas crianças não deveriam ter vindo da forma que vieram, pois não se ocuparam em prevenir, em trabalhar as melhorias do saneamento básico, no abastecimento organizado de água potável, em prover condições acessíveis na saúde básica, de nutrição alimentar da gestante para evitar desnutrição. É tanta coisa, e em que ganhamos espaço? É no matar? Vai matar e vai resolver tudo?

O último relatório do Ministério da Saúde sobre a síndrome da zika em questão de tratamento foi no ano de 2017 e informa que, a cada sete crianças, apenas uma teve acesso à reabilitação adequada. Sem a reabilitação, daqui a uns anos, a gente vai estar falando sobre falta de qualidade de vida para essa criança e suas famílias, porque, a partir do momento que o meu filho não tem qualidade de vida, eu também não vou ter.

Então, além de não se prevenir, além de a gente sofrer tudo, esse cenário... Porque não é ruim ter um filho com deficiência, não; não é trabalhoso, não é luta. É tão triste quando uma pessoa chega, bate no ombro da gente e diz: "É luta, não é, mãe?". Não, é amor, é muito amor. Não é luta. Luta é o cenário que a gente vive. (*Palmas.*) Luta é a sociedade que não consegue entender o tanto de amor que essas crianças nos trazem, a melhoria de vida que a gente tem. Não é luta ter um filho com deficiência, de jeito nenhum. O meu filho não me dá trabalho nenhum. Quem me dá trabalho é a hipocrisia da sociedade, é a falta de sensibilidade das pessoas, é a negligência médica, é a falta de assistência de forma suficiente e de qualidade. Isto, sim, é luta: é você dar murro em ponta de faca, é você exigir algo que é direito do seu filho e ainda ser desmerecida por aquilo, é você ser tratada como uma mulher menos privilegiada porque tem um filho imperfeito. Isto, sim, é luta: a insensibilidade humana.

Então, parem de rotular as pessoas com deficiência. O cérebro humano foi pouquíssimo estudado, e a vida humana não pode ser medida pelos conceitos de normalidade, tão egoisticamente desenhados na nossa sociedade, de família – aquela família de comercial de margarina. Eu sou preta, pobre, moradora de periferia, sou mãe de uma pessoa com deficiência, fui abandonada pelo meu companheiro, tive que deixar de trabalhar para me dedicar ao meu filho e, mesmo assim, estou aqui dizendo sim à vida, pelo direito de existir. (*Palmas.*)

Como nós mulheres, mães – juntas, somos quase 500 em Pernambuco e 4 mil no Brasil inteiro – carregamos em nossas blusas e declaramos, a microcefalia não é o fim, e a vida deve prevalecer acima de qualquer coisa.

Obrigada. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muitíssimo obrigado, Germana.

O Guilherme, seu filho, está com que idade mesmo?

A SRA. GERMANA SOARES – Ele está com três anos e cinco meses.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Três anos e cinco meses.

A SRA. GERMANA SOARES – Partindo para os quatro anos, sendo que os médicos diziam que ele não chegaria nem a um ano.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Que presente!

Que Deus abençoe o seu filho!

A SRA. GERMANA SOARES – Amém.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Parabéns pela sua dedicação, pela razão da sua vida.

Agora eu queria ouvir a nossa querida Alessandra Hora – Hora, com agá. Alessandra Hora. Muito obrigado a Alessandra e Germana, pela paciência também, de esperar a gente... Mas fiquem à vontade agora para fazer as suas colocações, está bom?

A SRA. ALESSANDRA HORA DOS SANTOS – Está bom.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer a todos: a Rosinha, que sempre está com a gente; ao senhor, por ter mandado o convite. Muito bom a gente estar aqui, muito bom discutir uma pauta em que se está falando sobre nós, não é, Germana? Porque nada sobre nós sem nós. E que vocês, Parlamentares, os senhores, quando forem fazer qualquer PEC, qualquer projeto de lei, que também nos ouçam. É muito importante nos ouvir, porque aí vai ser a nossa voz. Isso é muito importante.

Eu sou Alessandra Hora, sou do Estado de Alagoas, sou da Afaeal, sou avó do Erik Gabriel, que é uma criança com a síndrome congênita do zika vírus. O Erik é uma criança excelente, é o amor da minha vida. Como Germana fala e a gente sempre comenta, o que nos motiva é o amor, só isso, e mais nada. O Erik, quando nasceu, era bem frágil, mas ele nasceu, e já começou a negligência por aí: quando a Laudicely saiu da maternidade, colocaram no cartão, simplesmente, que ele era suspeito de microcefalia, mas nenhum profissional veio até a gente para comunicar que ele era suspeito de algo. Então Erik foi para casa, e aí o pessoal do PSF foi lá: "Olhe, vó, ele vai ser notificado pela secretaria". "Está certo" – e a gente ficou aguardando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Erik fez dois meses, teve a primeira convulsão. E nesse período o meu filho foi assassinado, que é o pai do Erik. E aí, a gente estava vivendo um momento muito difícil para a gente: a gente não sabia o que era uma convulsão, e eu estava meio desorientada, porque não era fácil o que a gente estava passando; a outra avó o levou para o hospital e o trouxe para casa, e a gente ficou sem entender. Com dois meses e 15 dias, o Erik teve outra convulsão e teve pneumonia, veio a ficar internado quatro meses, e eu fiquei com ele lá. Então, eu paralisei a minha vida completamente por ele, mas eu me sinto muito feliz e muito honrada, porque a cada dia eu aprendo mais. Nós aprendemos mais com ele. E ele deu outro sentido para a minha vida. Minha vida hoje tomou um outro rumo, mas um rumo com mais amor, e não com infelicidade.

Nós – porque eu trago outras vozes, que são as vozes das mães, também, de Alagoas – somos totalmente contra o aborto, contra a ADI 5.581. Por outro lado, a AD 5.581 não só fala do aborto; ela fala de outras assistências que fazem falta no dia a dia dos nossos filhos e das famílias, o que é muito importante. Antes de barrar essa ADI, revejam, reformulem se for o caso, tirem essa pauta do aborto, mas que se venha a falar dos outros itens. A ADI 5.581 pede que haja campanhas com informações corretas sobre o vírus zika, inclusive sobre a sua transmissão sexual, que poucos conhecem, e sobre a síndrome congênita do zika vírus – que não é microcefalia e pode não envolver microcefalia – em escolas, postos de saúde e pela internet.

A gente...

A SRA. GERMANA SOARES – Só um instante.

O surto foi em 2015. A grande maioria nasceu em 2015, até o primeiro semestre 2016, apesar de que no fim do ano passado já começaram a surgir novos casos. Em Recife, nós estamos com 52 gestantes em investigação e temos 11 casos confirmados, de dezembro para cá. A gente já passou pelo Carnaval nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, e em nenhum desses carnavais nenhuma secretaria estadual fez campanha para as pessoas se protegerem sexualmente, porque o zika também é transmitido através da relação sexual. Então, a gente vê a negligência também aí. É preciso conscientizar a população de que também ocorre a transmissão dessa forma.

A SRA. ALESSANDRA HORA DOS SANTOS – A outra expressão que tenho é que a ADI 5.581 pede que o SUS garanta métodos contraceptivos que funcionem melhor e por mais tempo, até cinco anos, para evitar a gravidez, como o DIU. Muitas mães hoje lá querem colocar o DIU, porque são mães novas...

A SRA. GERMANA SOARES (*Fora do microfone.*) – E outras, laquearem.

A SRA. ALESSANDRA HORA DOS SANTOS – E fazer laqueadura, e não conseguem, não conseguem pelo SUS. Isso é muito angustiante, porque a gente acha, assim... que não pode, mas pode tudo, só basta querer e o Legislativo aprovar. É isso que tem que acontecer.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A ADI também pede que o tratamento das crianças seja feito em serviços de saúde que fiquem no máximo a 50km de distância de suas casas; se ficarem mais longe, que o SUS garanta transporte de qualidade para essas famílias. Isso não acontece, não acontece no nosso dia a dia. Muitas vezes, as mães vão para a BR com os filhos, ficam esperando o carro da secretaria passar, e o carro ainda não passa. Vão para a BR às 4h, 4h30 da manhã – isso é injusto –, para chegar àquela outra cidade, passar o dia todo e só voltar às 5h da tarde.

A SRA. GERMANA SOARES (*Fora do microfone.*) – Fora a humilhação.

A SRA. ALESSANDRA HORA DOS SANTOS – Fora a humilhação de que ficar lá... E passam o dia com fome.

A SRA. GERMANA SOARES – Fora a humilhação que é, porque o que a gente nota é o seguinte: os governos estaduais, por pouco ou muito que fizeram, eles fizeram, prestaram o serviço de alguma forma. Porém, os Municípios, os poderes municipais ficaram muito soltos. Então, se cada Município tomasse conta dos seus casos, isso desafogaria o Estado, e as famílias teriam uma assistência de melhor qualidade. Então, essa situação do transporte é algo que a gente vive até hoje.

Eu estava aqui e me ausentei um pouco porque meu filho chegou uma hora atrasado em um transporte da prefeitura num tratamento. Então, poxa, eu estou em um seminário federal me preocupando com o transporte do meu Município, porque não atendeu a demanda do meu filho. Isso porque eu moro na região metropolitana. Se a gente vai para o Sertão, lá em Pernambuco, onde há aproximadamente 240 casos distribuídos em todo o Sertão, a gente vai para situações em que os motoristas humilham as mães. É como se eles estivessem prestando um favor, como se aquela secretaria, aquele Município prestasse um favor.

Um dia desses, eu recebi a ligação de uma mãe de Morelândia, Município que faz divisa com o Piauí, que é Sertão. Ela me ligou dizendo: "Germana, o Município está aqui dizendo que o Governador vai vir..." Olhem a lavagem que eles fazem na cabeça da mãe. Ela tem 19 anos, é muito nova, do interior, do sítio. "Está dizendo que o Governador vem aqui, na minha casa, fazer uma investigação porque eu estou dando custo demais para o Município". Então, são várias situações, vários cenários que eles criam ao redor dessa mãe, que constrangem, que humilham, que negam.

E não é só isso. É a questão de um suplemento alimentar, um suplemento alimentar de que essas crianças precisam para não permanecerem desnutridas. Hoje, nós temos crianças de três anos que pesam 7kg – era para estarem pesando 12kg, 14kg...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. GERMANA SOARES – Com 6,5kg, por aí. Então, cada suplemento alimentar custa R\$60. A criança precisa de 14 a 16 latas por mês. Então, não é só cuidar da prevenção do aborto. Não é só



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

negar, cuidar dessa questão da vida, mas cuidar dos que estão vivos, porque eles estão morrendo também aos poucos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Perfeito, muito bem.

A SRA. ALESSANDRA HORA DOS SANTOS – Estou terminando já.

Fala-se também, sobre a ADI 5.581, que o BPC não tenha limite de renda para as famílias, ou seja, que todas as crianças afetadas pela síndrome congênita do zika devam ter direito a receber o BPC. Não deve haver limite de tempo. Isso é um direito básico das pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Perfeito.

A SRA. ALESSANDRA HORA DOS SANTOS – Então, vamos discutir o aborto, porque isso realmente não pode acontecer de jeito nenhum, não pode ser aprovado, mas vamos também discutir a assistência total para a criança e a família, porque mexe com o psicológico de toda a família. Nenhuma mãe quer ver o seu filho sendo negligenciado. Eu mesma fico para morrer quando as mães ligam para mim e estão nessa dificuldade. Eu faço o máximo possível para poder ajudar, porque a gente também passa pelo mesmo caos.

Um dia desses mesmo, fui com o Erik à UPA – só para terminar; isso foi oito meses atrás, antes de ele fazer a cirurgia cardíaca, porque ele nasceu com cardiopatia congênita –, e lá a médica queria aplicar soro. Eu disse: "Doutora, veja o exame dele". Aí, ela disse: "Aqui não é consultório médico. O exame você tem que mostrar ao médico que consulta ele". Eu disse: "Doutora, como a senhora está aqui para atender qualquer pessoa, qualquer tipo de pessoa, principalmente pessoas com deficiência... Eu estou lhe mostrando o exame, porque o meu neto não pode tomar soro. Não pode ser inserido soro nele. Ele só precisa do soro se realmente ele estiver desidratado. Caso contrário, o líquido vai para o pulmão". Aí, ela disse: "A médica aqui sou eu". Eu disse: "Fale com a cardiologista dele". Ela disse: "Não, não quero falar com ninguém".

Então, é muito angustiante. Isso aconteceu comigo. Imaginem com outras mães que não sabem de nada, que não são... Que isso não chega ao entendimento delas. Então, eu sei que eu fiz o maior auê. Vieram me ameaçar que iam chamar o conselho tutelar, o juiz... Eu disse: "Chamem quem vocês quiserem".

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ALESSANDRA HORA DOS SANTOS – "Chamem o diabo a quatro". Desculpem as palavras, mas eu fiz bem assim: "Chamem o diabo a quatro. Agora, soro nele vocês não aplicam. Eu estou pedindo que olhem o exame".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, devido a muita zoadá que eu fiz, disseram: "Espere aí. Vá a esse outro consultório aqui". Ele se queimando de febre, com 40 graus de febre, convulsionando nos meus braços. Eu disse: "Vocês estão mexendo com o meu psicológico", porque eu estava ali no extremo, mas em nenhum momento eu deixei de lutar por ele. E disse: "Vocês não aplicam". Aí, me levaram para essa outra sala. Quando cheguei lá, a médica disse: "Por que esse transtorno todo? Essa medicação pode ser inserida, pode ser colocada nessa criança em 10ml de água".

Então, assim, custava ter feito isso? Quando a médica olhou realmente o exame dele, ela disse: "Ele não pode tomar o soro. Ele está com diarreia? Não. Ele está desidratado? Não. Então essa criança não precisa tomar esse soro. Ela pode vir a óbito". A cardiopatia dele era interventricular, CIA e CIV, e além disso ele tinha um sopro. Ia encharcar o pulmão dele com o líquido e ia trazer graves consequências, mas ela não quis ouvir. Se eu não tivesse falado e não tivesse tido pulso, ele tinha tomado. Então, é isso que vem a acontecer.

E que o BPC realmente venha a sair dessa extrema reforma da previdência social.

A SRA. GERMANA SOARES – A gente pede aos senhores, para finalizar... São os senhores que têm o poder de melhorar a nossa qualidade de vida, e hoje em dia a gente não consegue falar de melhoria de qualidade de vida se a gente não falar dessa questão do BPC. Uma das coisas que vem angustiando muito as nossas mães, as nossas irmãs de luta é a questão da reforma da previdência. Existem muitos burburinhos, fala-se muito, e até agora não foi definida muita coisa, como será proposto isso, a questão da votação, enfim, relacionada a nós, quanto à diminuição desse valor do BPC. A gente meio que implora, porque, se as famílias vivem numa situação de miserabilidade com esse valor, sem esse valor ou reduzindo a situação vai se agravar mais. Imaginem, de R\$998, você tirar R\$400, R\$500 para aluguel, manter uma casa, outros filhos, uma mulher sem marido, muitas vezes esses maridos, a grande maioria deles, desempregados, e ainda mais sustentar de remédio, de suplemento, de fralda, de tudo que essa criança com deficiência precisa. Então, esse valor mal dá para a criança com deficiência, imaginem para sustentar toda uma família.

Então, na hora da forma da votação, da indicação, seja lá o que for, que os senhores possam se lembrar do sofrimento da realidade de nós familiares, e não só de nós, mas de muitos outros. Por favor, lembrem-se de nós, porque não é que a gente precise, a gente depende desse dinheiro para tudo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Está bem. Terminou? (*Palmas.*)

Muitíssimo obrigado pela contribuição excelente de vocês. Vocês não têm ideia da contribuição que vocês deram aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alessandra e Germana, mães como vocês, provedoras, são verdadeiras heroínas, porque a gente sabe que está muito deficiente o acolhimento, o tratamento, as clínicas de reabilitação, o transporte. Está tudo muito equivocando no nosso Brasil ainda, mas essas pessoas que estavam aqui, especialmente o Deputado Diego Garcia... Ele tem um projeto de lei, a que deu entrada há cerca de um mês, que é justamente tudo que pede a ADI 5.581, à exceção do aborto. Ele já entrou com o projeto na Câmara, e nós vamos entrar com um no Senado também (*Palmas.*) para mostrar que nós estamos legislando e realmente tentar agilizar.

E esta Comissão... Alessandra, você muito feliz também na sua colocação: PEC, projeto de lei, em tudo a gente tem que ouvir. Esse é o objetivo desta audiência, deste seminário: a gente procurar ouvir as necessidades para trazer para os projetos de lei.

Nesta CAS, de que eu participo e da qual o Senador Romário é o Presidente, esse assunto do BPC já foi debatido. Lá na CDH, da qual Paulo Paim é o Presidente, também já colocamos essa necessidade. Vários Senadores apoiaram. Não tem o menor cabimento reduzir o BPC, o menor cabimento. Vocês podem ter certeza de que, no que depender de nós, vamos fazer o nosso melhor. E acredito que o próprio Governo, pelas entrevistas que vi, já percebeu que o BPC é algo em que não se pode mexer. Uma pessoa ganhar menos do que um salário mínimo...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA (*Fora do microfone.*) – É inaceitável!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... é algo inaceitável. E só pode melhorar. Acho que essa tem que ser a nossa luta.

Muito obrigado.

Recebi algumas perguntas aqui – já me encaminhando para o encerramento do evento – e queria, antes de o Bassuma encerrar, porque ele vai encerrar com a fala dele...

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA (*Fora do microfone.*) – Curta.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Curta, mas tenho certeza de que muito inspirada, como sempre.

Há duas perguntas. Aí a Dra. Lenise e o Dr. Raphael definem quem responderá. É uma para cada um, para quem se sentir mais à vontade. Wilame Silva, de São Paulo, e Átila Santos, da Bahia, fizeram perguntas.

A do Wilame é a seguinte: "A microcefalia tem causa estritamente relacionada ao zika vírus? Em que período da gravidez a microcefalia pode ser 100% atestada?". É a pergunta de Wilame Silva.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E a pergunta do Átila Santos – vocês batem a bola aí sobre quem responde – é a seguinte: "Por que o Brasil não adota a inserção do mosquito modificado geneticamente em todo o Território nacional? Em São Paulo" – segundo ele – "isso teve bons resultados".

Quem é que quer responder à primeira? E à segunda?

A SRA. GERMANA SOARES – Eu posso responder? (*Fora do microfone.*) Não existe médica melhor do que uma mãe.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Olhe aí, a Germana vai dar a resposta.

A SRA. GERMANA SOARES – Existem doenças atreladas à síndrome congênita do zika que pertencem só à síndrome congênita, logicamente em uma ou outra patologia, mas esse conjunto de doenças num tipo só de patologia aconteceu no zika.

Nós temos várias crianças que nascem com deficiência devido a várias outras arboviroses. A microcefalia ocorre no citomegalovírus, na toxoplasmose, na sífilis, em inúmeras outras arboviroses. Porém, o zika é aquela que traz a convulsão, que calcifica o cérebro; é aquela que ineditamente conseguiu colocar microcefalia e hidrocefalia numa mesma criança. Lá em Pernambuco nós temos, aproximadamente, umas 70 crianças que já realizaram a cirurgia. Entre muitas outras coisas, há a questão da artrogrípse – é esse, doutor, o nome correto? –, que é uma rigidez imensa nos músculos. Então, há refluxo, disfagia, tudo isso atrelado a uma patologia só, além da epilepsia refratária, que são as convulsões de difícil controle. Em média – dados da Dra. Vanessa Van Der Linden, que é a neuro infantil, que atende as crianças com zika e é referência lá no Nordeste –, 64% dessas crianças possuem essa epilepsia, que é de síndrome de West para lá, que é uma síndrome muito pesada, vamos dizer assim.

Então, pelo fato de a gente ser mãe e pelo fato também de a gente conviver com tantas outras, a gente consegue entender essa realidade.

A outra pergunta eu não lembro, não – não vou mentir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. *Fora do microfone.*) – O senhor gostaria de complementar?

O SR. RAPHAEL PARENTE – Não, ela foi perfeita; eu poderia corrigir uma palavra ou outra ali.

A microcefalia, na verdade, é um achado – não é questão de ser uma doença – que está presente em diversas síndromes, doenças, infecções e tudo mais. O zika está fortemente associado a isso, mas há várias outras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele perguntou também sobre a questão do tempo. Isso vai depender muito de quando foi a infecção. O que a gente sabe dessas infecções congênitas é que, quão mais precoce ela ocorra, geralmente mais graves são os achados. Então, a gente não pode dizer quando é diagnosticado, porque, se alguém tiver uma infecção muito cedo, lá no começo da gravidez, provavelmente mais precocemente vai ser diagnosticado, mas, se for alguém que tiver tido a infecção com 20 semanas, os achados também serão depois.

Quanto à questão dos mosquitos, há várias pesquisas em relação a isso, de você liberar mosquito modificado e tal. Várias instituições fazem pesquisas, mas até hoje – eu seria um pouco leviano em dar detalhes – não resolveu nada, o mosquito continua aí. O que a gente sabe é que a solução real, se é que existe alguma solução, tem a ver com a questão da higiene, do saneamento e tudo mais. Essas pesquisas estão muito incipientes ainda, podem ter um resultado bom ali ou acolá, em uma cidade pequena ali ou acolá, mas nas metrópoles não foi por aí que a gente até agora conseguiu solução alguma.

Não sei se a Dra. Lenise quer complementar alguma coisa.

A SRA. LENISE GARCIA – Só complementando, quer dizer, sem dúvida alguma a abordagem em relação a toda essa questão é a abordagem preventiva, seja pelos vários modos de controle do mosquito que até agora vêm sendo tentados – e uns funcionam mais, outros menos, mas de fato é por aí, é a questão de se contrapor ao vetor –, seja também pelo desenvolvimento de vacinas. São os caminhos que a gente tem para fazer o trabalho preventivo de fato com relação à zika e às outras arboviroses. Não adianta não atacar na base do problema e depois ficar tentando resolver, entre aspas, "pelo pior caminho", sendo que o pior deles é realmente o aborto das crianças.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado, Dra. Lenise, Dr. Raphael, Germana e Alessandra.

Nós vamos agora encerrar com o Bassuma, lembrando que vai haver – terminou aqui –, e todos estão convidados, na biblioteca do Senado, o lançamento deste livro aqui, do Dr. José Miranda de Siqueira. Ele o está lançando hoje, vai lançar em todo o País. Vou mostrar aqui: *O poder sobre a vida*. Ele é um grande jurista, uma pessoa dedicada a essa causa pró-vida há muitos anos e vai nos brindar para encerrar o evento. Depois que a gente encerrar esta Mesa, a gente vai lá à biblioteca.

A Rosinha vai ter que sair – a Deputada Rosinha – e quer fazer suas considerações finais antes da fala final.

A SRA. ROSINHA DA ADEFAL – Mais uma vez quero agradecer-lhe, mas, principalmente, parabenizá-lo pela realização deste evento, e agradecer a todos que estiveram aqui trazendo suas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuições, inclusive essas mães maravilhosas, como a gente diz em nosso Estado, arretadas mesmo, que se dispõem não só a cuidar dos seus próprios filhos, mas a estar na linha de frente para garantir o direito à vida, desde a concepção, para todas essas crianças, não deixando que o Governo caia no comodismo, na zona de conforto e que isso se perpetue.

Quero lembrá-los de que nós vamos ter um seminário agora em maio com o mesmo tema e enfoque e que, além de Parlamentares e de especialistas que vão falar sobre o tema, vamos trazer também algum ministério e secretarias de Governo Federal para que tragam o que já foi feito, estatísticas; mesmo que não tenham nada, que tragam a palavra de que vão fazer, ou seja, que tragam esse compromisso.

Então, vai ser um evento realizado por nós, mas em que estará presente – é uma parceria, é até uma ordem de cima para baixo, do nosso Presidente, principalmente, e da nossa ministra – a transversalidade dentro do ministério e fora dele também. Então, a saúde vai estar, a assistência vai estar, a educação vai estar, e todas as nossas Secretarias – a da Família, a da Criança – que vêm para debater com a gente. As mães são convidadas, os profissionais são convidados. Será no dia 20, lá no auditório do ministério, no bloco A. Bem, eu não vou nem detalhar a programação, porque é isso que já falei.

Mais uma vez, muito obrigada e parabéns, de verdade, a todos que falaram aqui.

Que Deus continue abençoando todos nós! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Amém, Deputada Rosinha! Muito obrigado.

Agora, para encerrar, o ex-Deputado Federal duas vezes, autor do Estatuto do Nascituro. Vejam que presente eu tenho, pois estou chegando agora a esta Casa, e ele está nos ajudando aqui com toda a sua experiência, toda a sua dedicação à causa da vida. Ele vai fazer o encerramento deste seminário, que acredito que foi histórico. Foi histórico e, pelo que nós ouvimos aqui, vai repercutir tanto... Vai repercutir muito, se Deus quiser!

O SR. LUIZ CARLOS BASSUMA – Eu quero, mais uma vez, agradecer a Deus, porque eu me emocionei várias vezes – ainda estou. Tenho até que me controlar um pouco para encerrar aqui.

Estamos diante de um momento grave, grave, grave da nossa história. Um milagre, um milagre – vou usar a linguagem agora bem cristã e bem católica – permitiu que este meu irmão estivesse aqui como Senador. Ele, que fugiu disso a vida toda e se negou a qualquer possibilidade, nem em pensamento, de disputar qualquer cargo político, vence a eleição mais difícil do Brasil, porque era Presidente do Senado o Eunício, na época, uma figura de grande poder político e econômico no seu Estado e que precisava continuar Senador por causa do foro privilegiado no Supremo. Ele ganha por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

0,17% e se elege Senador, no momento em que a Casa perde nosso único representante, na Legislatura passada, dos 81 Senadores, para defender a vida, defender a causa das drogas, defender a causa do jogo de azar, de tudo que não presta, que era o Magno Malta, que não se elege.

Na Legislatura passada, o Magno Malta deu entrada à PEC da vida, chamada assim porque é o sonho, do sonho, do sonho de todos os pró-vidas do mundo: que um dia os seus países insiram nas Constituições que a vida tem que ser preservada desde o início, desde a fecundação. Só há esse momento! A ciência não pode misturar nenhum outro momento da vida, é só esse. Depois, é a morte natural.

A PEC da Vida é isto: no art. 5º, direito à vida, inviolável desde a concepção. Por que não se fez nada desde a Legislatura passada? Não havia chance nenhuma de tramitar no Senado. Por quê? Existiam Senadoras atuantes, muito atuantes, fortemente formadoras de opinião, a favor do aborto. Não preciso citar o nome delas, são conhecidas, todas muito conhecidas.

Sabem o que aconteceu? Sabem o que a misericórdia divina realizou para o nosso Brasil nesse momento? Não só a chegada dele... E eu não preciso falar da vida dele, porque os que o conhecem sabem que o que move não é a vaidade do poder ou muito menos o desejo de se aproveitar do poder para se desviar e se corromper; o que o move são ideais – ideais de uma Nação, de um povo. Disposto a pagar qualquer preço por isso: o preço do desgaste, o preço até, se for o caso, de perder o mandato, se necessário for, mas sem perder jamais a sua coerência. É uma figura rara na política, infelizmente. Quero um dia dizer o contrário, que ele seja representante da maioria, mas não é, é de uma minoria muito rara.

E sabem o que aconteceu agora? Isso é Deus. Nenhuma... O Senado hoje tem 13 Senadoras mulheres – dos 81, 13 são mulheres –, e nenhuma das 13 Senadoras defende o aborto. Nenhuma! São todas favoráveis à vida. Nunca aconteceu isso na história da República brasileira.

E aí, Miranda falou, Rosinha falou, os Deputados falaram, o médico deu um *show*, mas todos aqui foram unânimes num ponto: a ameaça para o Brasil não está nesta Casa, porque aqui o povo é representado, o povo pressiona e dá certo. Nenhum Deputado tem coragem de avançar no aborto nesta Casa, nem Senador. Todo mundo foi unânime aqui, durante essas horas em que nós estivemos aqui: a ameaça está ali do lado, no Supremo Tribunal Federal. Não é isso, Dr. Miranda?

E aí, agora, há um momento grave. A PEC foi desarquivada no primeiro dia, sob grandes protestos aqui pelo Luis Eduardo Girão, e ele vai e busca uma dessas 13 mulheres para ser a Relatora, que passou por aqui hoje, a Senadora Juíza Selma, do Mato Grosso. Poderia ser qualquer uma das 13.

O projeto dos nossos sonhos, se for para tramitar como foi colocado na origem, só tem o voto dele aqui, de mais ninguém. Vai ter um voto. Vai tramitar, vai ser discutido, vão fazer audiência pública. O voto dele. Para haver chance de aprovar-se em maio, no máximo em junho – olhem o que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu estou falando! – uma PEC, uma mudança da Constituição brasileira, no art. 5º, dos direitos fundamentais, cláusula pétrea, só cedendo, flexibilizando para aquilo que o Código Penal garante há mais de 60 anos, que são as excludentes para o crime do aborto.

Aborto sempre foi e continua sendo crime, mas o nosso Código Penal – todo mundo sabe – não pune nos casos de risco de vida da mãe, da gestante, ou de estupro. Com isso, passa, nós aprovamos aqui no Senado. E em que nós acreditamos com isso? Por que eu estou falando isso? Isso está dividindo neste momento o movimento pró-vida. É um momento delicado. O Luis tem recebido críticas duríssimas a ele desde o primeiro momento. Alguns chegaram a chamar já, querendo mudar o nome, de PEC da morte. É um momento de decisão.

Antes de concluir a minha fala, em respeito a todos, inclusive aos Deputados que saíram daqui – eu conversei com eles já –, os Deputados pró-vida, que merecem todo o nosso aplauso, corajosos, estão contra a tramitação dessa forma, preferem que não tramite, ou seja, que o Senado então não faça nada.

Eu quero só recordar um momento importante da história. E o Luis vai ter que meditar muito, orar muito, porque talvez ele tenha que passar por uma experiência semelhante à de um cidadão dos Estados Unidos, que foi assassinado aos 39 anos, em 1968, depois de ter ganhado o Prêmio Nobel da Paz, um dos maiores pacifistas da história da humanidade, o Pr. Martin Luther King Jr.

Quando o Governo dos Estados Unidos resolve abraçar a causa central da vida deles – que era o quê? O direito de os negros norte-americanos poderem viver com dignidade, os direitos civis do povo negro, a grande causa –, quando o Governo Federal finalmente decide apoiar, o Governo dos Estados Unidos entra na guerra do Vietnã. Então, poucos meses antes de ele ser assassinado, em 1967, ele resolve publicamente manifestar a sua opinião contra o Governo, contra a Guerra do Vietnã, mas todo o povo do movimento, todos que estiveram com ele esses anos todos, o povo do movimento pelos negros e das causas que ele sempre defendeu, todos foram contra ele e chamaram uma reunião. Mais de 600 lideranças, só lideranças, dos Estados Unidos todos, todos estavam contra ele, por quê? "Martin Luther King, na hora em que o Governo está apoiando a causa da nossa vida, você vai fazer uma declaração pública criticando o Governo? Vamos perder o apoio. Isso não pode ser feito. Isso é errado". Ele ouviu – muitos falaram – e aí fez o discurso de encerramento, sozinho.

Existem momentos da vida, momentos graves, de decisão muito grave, e geralmente nós estamos sozinhos nessa hora, nós e Deus, mas, sempre nesses momentos, primeiro, vem a covardia até nós, vem a covardia e nos pergunta: "Essa decisão é segura?". Logo depois da covardia, vem a vaidade e nos pergunta: "Essa decisão é política?". Felizmente, depois delas, vem a nossa consciência e nos faz a pergunta mais importante: "Essa decisão é correta, é justa, é coerente?". E ele fez isso contra todos, ficou sozinho. Criticado por todos! E ele disse: "Como é que eu, que a vida toda defendi a paz, ganhei um prêmio mundial por isso... Meu país entra em guerra para matar outros irmãos meus em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outro país, e eu vou ficar calado por um interesse legítimo? Eu não posso fazer isso, por coerência da minha vida".

Luis, eu vou estar do seu lado, meu irmão. Não vai ser fácil. Você vai apanhar, você vai receber pedradas, mas hoje, nesta reunião de hoje, meu irmão – eu estou me controlando aqui para não me emocionar pelos depoimentos que daqui saíram... Eu estava junto com você ontem, dez da noite. Foi às dez da noite que ele liga e articula... E essa moça viajou a madrugada toda, a Maria da Guia, com sua filha. Esse depoimento... Não precisava mais nada! Só precisava ele; não precisava fazer mais nada hoje!

Aqui é a Casa do possível. A política não é a Casa do ideal. O que é possível fazer hoje é isso. E, se o Senado aprovar hoje, Luis, eu estou convencido – olhe o que eu vou dizer –, a PEC da vida... Porque ela não termina aqui, vai ter que ir para a Câmara. Na Câmara a conjuntura é outra, nem me perguntem. Várias Senadoras pró-aborto que estavam aqui foram para lá, estão lá hoje, além das que lá já estavam. Lá o clima é muito mais complicado! Aqui, não; nunca foi tão fácil. Mas, na hora em que este Senado aprovar essa PEC, o Presidente, Luis – porque ele, hoje, tem esse poder, ele é Senador –, junto com as nossas Senadoras e os Senadores que vão apoiar, os 49 vão dizer: "Presidente Davi Alcolumbre, como Presidente de um Poder que indica ministro, nomeia ministro"... O Presidente da República apenas indica. Quem é que nomeia ministro? É esta Casa. São os Senadores que escolhem os ministros do Supremo Tribunal Federal. E só os Senadores podem retirá-los de lá, por improbidade, por desrespeito à Constituição. Então, os Senadores, junto com o Presidente, vão formalizar ao Presidente do Supremo, vão dizer: "Está aqui, o Senado legislou, está legislando" – a Câmara é outro processo. "Interrompa imediatamente! Imediatamente, interrompa todas as discussões relativas ao aborto, até que termine o processo". (*Palmas.*)

Se a Câmara vai levar dez anos, eu não estou... Sabem por que eu digo isso, meus amigos? Uma coisa muito menor, muito menor – eu estou falando agora para os pró-vidas –, que é o Estatuto do Nascituro, muito menor do que a PEC da vida, muito menor, sabem há quantos anos tramita na Câmara? O Diego falou agora há pouco: dez anos! Não consegue ir a Plenário! Alguém acha que essa PEC vai levar o quê? O Senado pode aprovar isso em um mês. E nós, por temor, por covardia, por omissão... Eu digo que aqui só existe gente bem-intencionada. Todos os que estão criticando o Luis são gente boa, gente de caráter, gente de ética, gente de valor! Todo mundo é bem-intencionado. Ele também é bem-intencionado, ninguém duvida disso, mas até os bem-intencionados erram na vida, cometem erros.

Há dois tipos de erros possíveis para os bem-intencionados: errar por excesso – eu já erreí muito na vida por excesso – ou errar por falta. Nunca erreí na minha vida, até hoje, por falta. O que é errar por falta? É por omissão. É, podendo fazer alguma coisa, com receio de algum prejuízo, como foi o caso de Luther King, não fazer. Aí, sabe o que vai acontecer, meu irmão, meu querido irmão Luis Eduardo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Girão? Já pensou o que é você carregar o resto da sua vida o remorso de dizer: "O meu pai me colocou um dia lá naquela casa, no Senado, eu era Senador, poderia ter feito alguma coisa e preferi me omitir"?

Eu acho que nós não vamos reverter essas críticas, sinto isso, sinto no coração isso. Falei com vários já: Angela Gandra – vários, falei hoje –, Filipe Barros, todos os pró-vida estão contra isso. E hoje eu tive essa certeza.

Depois da conversa com o Pe. Paulo ontem, eu confesso que balancei um pouquinho, dei uma balançada, falei: "Rapaz...". Conversamos três horas com o Pe. Paulo, um grande líder católico pró-vida. Mas hoje, meu irmão, minhas dúvidas não existem mais.

Que Deus nos abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 51 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dois minutos do dia oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Mecias de Jesus, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Paulo Rocha, Confúcio Moura, Fabiano Contarato, Mailza Gomes, Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Arolde de Oliveira e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Leila Barros, Weverton, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 30, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as garantias e o princípio de não retrocesso dos direitos sociais da seguridade social sob o modelo de capitalização proposto pela reforma da previdência." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 31, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o "Enquadramento Funcional dos Trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 46, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o montante atualizado das dívidas consolidadas junto ao INSS pelos 500 maiores devedores da previdência." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad e outros. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 47, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a auto mutilação e o suicídio." **Autoria:** Senador Eduardo Girão e outros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 48, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para tratar acerca do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol."

Autoria: Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2018 - Terminativo** - que: "Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho."

Autoria: Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023."

Autoria: Senador Lindbergh Farias. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM**

EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 52, de 2019 que: "Requeiro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos regimentais, em aditamento aos requerimentos nº 1, 2 e 27, de 2019-CAS, que as composições da subcomissão temporária de doenças raras, da subcomissão permanente de assuntos sociais das pessoas com deficiência e da subcomissão permanente de proteção e defesa da pessoa idosa sejam alteradas para 6 membros titulares e igual número de suplentes." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 53, de 2019** que: "Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 47 de 2019-CAS, a inclusão dos seguintes convidados na Audiência Pública destinada a debater sobre a auto mutilação e o suicídio: Juliana Cunha, Representante da empresa Safernet Brasil; Karen Scavacini, Coordenadora do Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio; Roberta G. Rivelino, Presidente da Childhood Brasil." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/08>

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico os prazos para apresentação de emendas ao PLS 5, de 2019 (LDO de 2020), perante esta Comissão. Abertura do prazo: dia 17 de junho; encerramento: dia 20 de junho, até as 18 horas, impreterivelmente.

As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas disponibilizado pelo Prodasen e as vias impressas deverão ser assinadas pelo Senador membro e entregues à Secretaria da Comissão.

Não serão consideradas emendas enviadas fora do prazo estabelecido.

A reunião para apreciação das emendas será realizada no dia 22 de maio, no horário da reunião deliberativa semanal, às 9 horas.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação de itens nº 1 a 11.

Requerimento extrapauta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. Senadores e Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta de requerimento apresentado por esta Presidência. *(Pausa.)*

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 52, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento aos requerimentos nº 1, 2 e 27, de 2019-CAS, que as composições da subcomissão temporária de doenças raras, da subcomissão permanente de assuntos sociais das pessoas com deficiência e da subcomissão permanente de proteção e defesa da pessoa idosa sejam alteradas para 6 membros titulares e igual número de suplentes.

Autoria: Senador Romário

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6.

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 48, de 2019. O requerimento é de minha autoria e passo à leitura

ITEM 6**REQUERIMENTO Nº 48, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal (CF), e do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para tratar acerca do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol.

Autoria: Senador Romário

São os seguintes convidados:

- Levir Culpi, técnico de futebol;
- Muricy Ramalho, técnico de futebol;
- Renato Portaluppi, técnico de futebol;
- Vanderlei Luxemburgo, técnico de futebol;
- Jorge Steinhilber, Presidente do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF;
- Fábio Mahseredjian, preparador físico da Seleção Brasileira;
- Paulo Paixão, preparador físico da Seleção Brasileira;
- Carlos Amadeu, técnico de futebol;
- Dorival Júnior, técnico de futebol;
- Carlos Alberto Parreira, técnico de futebol;
- Adenor Leonardo Bacchi, técnico da Seleção Brasileira de Futebol;
- Hermonzilha Cardoso, Presidente da Associação Brasileira de Treinadores de Futebol - ABTF.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esta reunião será realizada no dia 22, a partir das 10h da manhã.

Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, de 2018

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2020 a 2023.

Autoria: Senador Lindbergh Farias

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria constou da pauta da Reunião de 17/04/2019.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu já conversei inclusive com os assessores do Governo, que me fizeram um pedido para que eu retire o item 10, do qual eu sou o Relator. O autor é o Senador Lasier Martins.

Como se criou uma polêmica na emenda, segundo eles, com o que eu concordo, precisamos aprofundar o debate. Trata-se de uma questão específica de como vão ser cobrados, no final, os créditos na hora de uma ação judicial no mundo do trabalho. Como se criou um impasse, eu concordei já e disse a eles que peço para retirar de pauta, então, o item 10.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Será retirado.

(É o seguinte o item retirado de pauta

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2018

- Terminativo -

Altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Autoria: Senador Lasier Martins





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria constou da pauta da Reunião de 17/04/2019.

2- Em 07/05/2019, o Senador Eduardo Gomes apresentou a Emenda nº 1 (dependendo de relatório).

3 - Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – E o item 11, Sr. Presidente, eu até conversei com alguns Senadores aqui... Como é um tema com que trabalho há mais de 30 anos, no mínimo, a síntese do relatório que eu aqui apresento vai na linha de manter exatamente o que é a política salarial hoje. Não muda nada, não coloca um centavo a mais, não gasta nada. Por isso que o relatório eu faço de forma muito sintética. Ele ainda vai para outras comissões.

Então, eu pedi aqui aos meus pares que a gente aprove aqui simbolicamente, já que essa proposta não altera um centavo a mais em relação à política salarial de hoje. É só manter a política. E claro que faremos o debate lá na LDO e também nas outras comissões. Por isso, minha opinião é pela aprovação do projeto no caso do relatório que fiz aqui.

Este é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Romário Souza, brasileiros e brasileiras, aproveito o momento aqui em que temos a companhia de Senadores que são, acima de tudo, seres humanos sensíveis, como a Senadora Soraya, ao lado, como o Senador Paim, ao lado, e de V. Exa., amigo precioso de quem tanto destaco o lado humano... Já se chegou a um milhão de assinaturas, no Brasil, de mães guerreiras, desesperadas, e tenho o enorme prazer de informar, nesta Comissão, que, dentro de uma das preocupações fulcrais do meu mandato, a saúde, estou encaminhando à apreciação normativa desta Casa mais um projeto de lei de minha autoria que altera o art. 10 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para determinar a realização dos exames de triagem neonatal que especifica.

Em 1976, há 43 anos, Presidente Romário, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, trouxe para o Brasil o exame que ficaria conhecido como Teste do Pezinho – a Senadora Soraya e o Senador Paim têm consciência –, e o Teste do Pezinho também pode-se chamar de triagem neonatal.

Sabemos todos nós que, ao longo desses anos, toda criança nascida em território brasileiro tem direito a uma versão básica da avaliação de saúde, de forma totalmente gratuita. Mesmo os que não são da área da saúde sabem da importância da detecção precoce de doenças. Se isso é importante para toda a população, em qualquer idade, muito mais o é para um recém-nascido.

Quando criado oficialmente pelo Ministério da Saúde, há duas décadas, o Programa Nacional de Triagem Neonatal representou um significativo impulso no sentido de oferecer a detecção precoce de doenças congênitas. São inúmeras as crianças que ainda padecem de quadros clínicos graves em decorrência de enfermidades que, se diagnosticadas e tratadas precocemente, Presidente, poderiam ter evolução clínica favorável. É preciso ampliar o rol de testes hoje preconizados pelo PNTN.

O Ministro da Saúde – sensível –, Mandetta, concorda; a Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro, concorda totalmente. Levei-os para conhecer esse caso. Dessa forma será possível diagnosticar, tempestivamente, uma ampla variedade de enfermidades congênitas e tratá-las de forma rápida, possibilitando a cura ou pelo menos o controle da progressão da doença.

Esses são os motivos por que submetemos a elevada apreciação do Congresso Nacional o presente projeto de lei que protocolei e estamos certos do apoio de nossos pares em razão da relevância que a matéria possui para a melhoria das condições de saúde de nossas crianças.

Concluo, Presidente, pedindo por fineza a compreensão de V. Exa., como Presidente desta Comissão de Assuntos Sociais, na questão fundamental de saúde, e à Senadora Soraya, ao Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paim e aos demais presentes que assistam a um rápido vídeo que recebi. Creio ser impossível a nossa Pátria amada, com este vídeo, não se emocionar, e o Governo, de uma forma geral, na área da saúde e em outras áreas até, obter o apoio, talvez por unanimidade, nesse projeto tão importante, inclusive para mães, Presidente, Senadores e Senadoras, que já perderam os seus filhos. Uma delas, inclusive, que vai iniciar o vídeo, disse que já perdeu o seu filhinho Théo, mas que ela se preocupa agora é com os milhões de Théos que existem no Brasil.

Eu posso apresentar o vídeo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Claro, Senador, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito obrigado.

Vamos, então.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Parabéns pelo vídeo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, pela ordem, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Como não está presente aqui o Senador Nelsinho Trad, ele pediu que eu fosse signatário, assinasse junto com ele um requerimento de informação junto ao Governo, em que ele pede, simplesmente, porque a CPI foi nesse sentido, mas a CPI pediu, se não me engano, os mil devedores, e aqui ele pede que o Governo mande para esta Casa a informação sobre os 500 maiores devedores da previdência.

Isso é a síntese do requerimento.

Então, como eu assino no lugar dele, a pedido dele...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Item 4.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 46, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o montante atualizado das dívidas consolidadas junto ao INSS pelos 500 maiores devedores da previdência.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 46, de 2019, do Senador Nelsinho Trad.

Passo a palavra ao Senador. No caso, o Senador Paulo Paim já fez a leitura.

Coloco em votação.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Item 1.

ITEM 1**REQUERIMENTO Nº 30, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as garantias e o princípio de não retrocesso dos direitos sociais da seguridade social sob o modelo de capitalização proposto pela reforma da previdência.

Autoria: Senador Rogério Carvalho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 30, de 2019.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para a leitura do requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou ficando cego, entendeu? Os óculos.

Na verdade, nesse requerimento aqui eu estou pedindo essa audiência pública para a gente discutir a questão do sistema de capitalização da previdência. Como a nossa Comissão de Assuntos Sociais tem como objeto essa questão da previdência, que a gente possa discutir com vários setores da sociedade qual o impacto do sistema de capitalização no sistema de proteção social brasileiro e quais as implicações disso na vida do nosso povo.

Então, de forma objetiva, a defesa é essa: a importância dessa mudança e o que isso vai implicar na vida das pessoas. A ideia é que a gente possa fazer uma audiência pública para fazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Item 2.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 31, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o "Enquadramento Funcional dos Trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais".

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 31, de 2019.

Autoria: Senador Rogério Carvalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para leitura do requerimento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esse requerimento, na verdade, é um pedido dos servidores de conselhos profissionais, que precisam e querem debater qual é a sua condição: se são servidores estatutários, se são servidores CLT, porque, como há um debate, e agora, com o fim do Ministério do Trabalho, a quem ficavam subordinados todos os conselhos profissionais, como autarquias especiais vinculadas ao Ministério do Trabalho, agora aumenta ainda mais a dúvida de qual o tratamento que esses servidores vão ter. Eles vão ser enquadrados como servidores do Ministério do Planejamento, ou seja, do Ministério da Economia, a quem o Ministério do Trabalho vai ficar vinculado? Eles vão ser da carreira de Estado, eles vão continuar sendo servidores de autarquias especiais, que eram CLT?

Então, é um debate que precisa ser feito para esclarecer qual é a posição deles ou que caminhos a gente pode adotar para a situação de penumbra em que ficou... Eles ficaram no limbo, né? Como é que a gente pode resgatar e definir a posição desses servidores das autarquias especiais, que representam todos os conselhos de categorias profissionais, de medicina, odontologia, Crea, todos os todos os conselhos de corporações profissionais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 32, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 5/2019, seja incluído o seguinte convidado: Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 32, de 2019.

Autoria: Senador Rogério Carvalho, a quem eu passo a palavra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Esse requerimento é sobre os povos indígenas. O ministro esteve aqui, depois recebeu as comunidades indígenas e manteve a Sesai, porque havia uma previsão de extinção da Sesai e havia uma previsão de acabar com os distritos de saúde indígena, os DSEIs. Parece-me que a situação está equilibrada, mas ainda há uma crise em relação ao efetivo funcionamento dos DSEIs, dos distritos sanitários indígenas.

Então, os povos indígenas, as suas representações solicitam uma audiência pública para debater o tema aqui, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, com representantes de várias comunidades e vários povos. Na ocasião da apresentação do requerimento, foram sugeridas outras nacionalidades, como eles chamam, outras etnias, além das que estavam previstas na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 7.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria constou da pauta da Reunião de 17/04/2019.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para proferir o relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Romário; caros colegas Senadores e Senadoras, tive a honra de ser designado para relatar o projeto de autoria da eminente Senadora Rose de Freitas, que, no meu entendimento, é um projeto que merece toda a admiração por parte dos Senadores e da população brasileira, sobretudo dos usuários dos planos de saúde no Brasil.

Passo a ler o relatório, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, vem à Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 502, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que isenta o beneficiário do plano de saúde do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e reduz para 120 dias o período de carência nas internações hospitalares.

O art. 1º inclui alínea "d" no inciso V do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para diminuir o período máximo de carência para 120 dias para internações hospitalares, atualmente incluídas na regra geral de 180 dias, e acrescenta §6º àquele artigo para prever a isenção da carência nos casos de urgência e emergência.

O art. 2º acrescenta §2º ao art. 35-C da Lei dos Planos de Saúde para proibir quaisquer mecanismos de regulação, inclusive autorizações prévias, que impeçam ou dificultem o atendimento em casos de urgência ou emergência.

O art. 3º é a cláusula de vigência, prevista para ter início na data da publicação da lei em que se converter o projeto.

O art. 4º revoga a alínea "c" do inciso V do *caput* do art. 12 da Lei dos Planos de Saúde, que prevê prazo máximo de carência de 24 horas para urgências e emergências.

A autora do projeto justifica que “é necessário rever os períodos máximos de carência estabelecidos em lei, pois eles alteram sobremaneira o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema em prol das operadoras, prejudicando o usuário”.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O Projeto de Lei do Senado 502, de 2017, obteve parecer favorável da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) e agora é submetido ao exame da CAS, para decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise, Sr. Presidente.

A constitucionalidade formal e material, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 502, de 2017, já foram reconhecidas pela CTFC em sua criteriosa análise. Dessa forma, quanto ao mérito, compete à CAS manifestar-se sobre a proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

De fato, não há sentido em permitir o estabelecimento de carência para procedimentos de urgência ou emergência, entendidas como os agravos à saúde que exigem pronta intervenção.

É injustificável que não esteja coberto pelo plano um agravo que surja nas primeiras 24 horas do contrato e demande pronta intervenção da equipe de saúde. Retirar esse direito do usuário consumidor seria colocar em risco sua vida ou incolumidade física. Evidentemente, não se trata de permitir fraudes ao plano de saúde, que, no momento da contratação, poderá verificar se o potencial consumidor está em situação de urgência ou emergência previamente constituída.

Ademais, a lei vigente estabelece, para todos os procedimentos além de parto, urgências e emergências, o prazo máximo de carência de 180 dias. O projeto em análise reduz esse prazo máximo para 120 dias nas internações hospitalares.

Ressalte-se que só o médico assistente pode indicar a internação do paciente de forma programada, ou seja, em situações diversas de urgência e emergência. É o caso de cirurgias eletivas e procedimentos diagnósticos realizados sob regime de internação hospitalar. A indicação desse tipo de procedimento sempre virá de um médico em consulta ambulatorial.

Por essa razão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, poderia parecer um contrassenso manter o prazo máximo de 180 dias para as consultas e reduzir o prazo para 120 dias nas internações que decorrem dessas consultas, mesmo porque as internações decorrentes de urgência ou emergência não seriam atingidas por essa carência, dada a redação legal.

No entanto, as condições, mesmo não urgentes, que indiquem internação hospitalar são em regra mais graves que aquelas que indicam conduta expectante, ambulatorial ou domiciliar. Assim, ainda que o beneficiário do plano esteja dentro do prazo de carência e opte por pagar uma consulta particular ou utilizar o Sistema Único de Saúde para a consulta, se houver indicação de internação é justificável que a carência seja reduzida, dada a maior complexidade da condição.

Quanto ao último ponto, que proíbe mecanismos de regulação, inclusive autorizações prévias, que impeçam ou dificultem o atendimento em casos de urgência ou emergência, acreditamos que a redação pode ser aperfeiçoada.

“Regulação” é um termo com um sentido específico quando se fala em atendimento à saúde e pode ser resumido em colocar o paciente certo no local certo e no momento certo, organizando o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

serviço de saúde para garantir que os pacientes graves sejam atendidos com prioridade e que todos recebam o atendimento adequado à sua necessidade de saúde.

Quando o texto do projeto fala em proibir mecanismos de regulação, isso poderia ter interpretação dúbia e ser confundido com proibir classificações de risco e priorização de pacientes em serviços de urgência e emergência, o que poderia causar desorganização no atendimento. Portanto, sugerimos emenda para retirar do texto a palavra “regulação”.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, com a seguinte emenda que sugerimos:

EMENDA Nº -CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2017, a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 35-C da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação, renomeando-se o atual parágrafo único como §1º:

‘Art. 35-C.’

§2º É vedada a utilização de expedientes que impeçam ou dificultem o atendimento em casos de urgência ou emergência, inclusive exigência de autorização prévia.’ (NR)”

São o nosso parecer e o nosso voto, Sr. Presidente, esperando de V. Exa. e dos demais membros desta Comissão a adoção de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Luiz do Carmo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... Luiz do Carmo, vista concedida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu peço vista coletiva, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Contarato, vista coletiva concedida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2018

- Terminativo -

Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria constou da Pauta da Reunião de 17/04/2019.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Romário, este projeto da nobre Senadora Rose de Freitas tem como objetivo, em época de tanto desemprego – nós estamos nos aproximando de quase 14 milhões de desempregados –, e, conforme o IBGE, se pegarmos aqueles que vivem no espaço chamado de desalento, aqueles que desistiram até de procurar emprego, estão abandonando, e aqueles que vivem de bico, nós estamos ultrapassando 30 milhões de pessoas.

Por isso, este projeto vem na linha de abrir um processo de negociação entre empregado e empregador quando há uma demissão em massa, como já vimos recentemente em São Paulo 2 mil, 3 mil pessoas sendo demitidas, e houve a intervenção, inclusive, do próprio Governador daquele Estado. Esse é o objetivo do projeto, e, por isso, eu cumprimento V. Exa., que, em época de tanto desemprego, não criou nenhum obstáculo para que o projeto viesse à pauta para o debate entre as Sras. e os Srs. Senadores.

Relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em exame nesta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 132, de 2018, que dá nova redação ao art. 477-A da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, da autoria da nossa querida Senadora Rose de Freitas. Para tanto, submete a dispensa plúrima ou coletiva a previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, que somente poderá ser efetivada após o esgotamento de todos os mecanismos possíveis para evitá-la.

A ausência de implementação ou a implementação insuficiente dos mecanismos criados para evitar a dispensa plúrima ou coletiva ensejará a nulidade do ato demissional, com a reintegração dos empregados aos seus empregos.

Na hipótese de o acordo coletivo ou convenção coletiva permitir a dispensa plúrima ou coletiva, o instrumento normativo deverá estabelecer medidas para minorar os efeitos do ato demissional sobre os empregados por ele atingidos.

A presente proposição da Senadora Rose de Freitas busca, na verdade, reverter aquilo que já era uma realidade e nunca criou problema, inclusive, para o entendimento entre as partes em caso de demissão coletiva que houve antes da reforma trabalhista e que continua acontecendo hoje.

A presente proposição busca reverter, então, como eu explicava, os efeitos da inclusão do art. 477-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pela reforma trabalhista promovida pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que passou a equiparar, para todos os fins, as dispensas individuais, plúrimas e coletivas. Com isso, permite-se o rompimento em massa de contratos de trabalho, sem qualquer participação ou justificativa perante a entidade da categoria profissional e, por via de consequência, nem mesmo às autoridades constituídas.

E lembro eu, naquele período em que acompanhei, que o Ministério do trabalho cumpria um papel fundamental nessa negociação. Quando havia demissão em massa – e aqui estamos falando de demissão em massa, 2 mil, 3 mil, 4 mil, 5 mil trabalhadores –, o Ministério chamava as partes e muitas vezes contribuía a União, o Estado brasileiro, na mediação, subsidiando até para que aquela demissão não acontecesse.

Diante de situação tão controversa, tanto do ponto vista social como econômico, propõe a nobre Senadora a alteração deste artigo da CLT, para que seja possível uma avaliação mais abrangente, capaz de proporcionar o diálogo necessário e recomendável entre empregados e empregadores com vistas à manutenção dos postos de trabalho. E claro, se os postos de trabalho são mantidos, todos ganham. Ninguém vai manter posto de trabalho se não for para ter um ganho, um lucro. E é legítimo; eu não tenho nada contra o lucro.

À proposição não foram apresentadas emendas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno da Casa, compete a esta Comissão emitir, em caráter terminativo, parecer sobre projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos qualquer óbice de natureza jurídica ou constitucional à proposta. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da nossa Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, caput, da nossa Constituição).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito, a proposta é relevante na medida em que faz uma abordagem social e econômica do desemprego motivado pela rescisão em escala nos contratos de trabalho.

Em qualquer democracia moderna, a despedida massiva de empregados é acompanhada pelo sindicato profissional e pelas autoridades locais, estaduais e federais, em virtude não apenas do desemprego gerado, mas do impacto que tal medida ocasiona na comunidade, na arrecadação de tributos, no comércio e serviços, na previdência social, e pelo seu efeito devastador, uma vez que medidas dessa natureza trazem consequências para outros setores da economia, gerando, por extensão, como a gente chamaria, pelo efeito dominó, mais desemprego.

Portanto, não se trata de uma vontade única deste ou daquele setor – eu complemento aqui –, de empregado ou de empregador, que pode até ser compreensível ou justificada em determinadas circunstâncias, mas se faz necessário que nessas situações seja estabelecido um processo de diálogo, de negociação, com a fixação de critérios para a demissão, e outras medidas, além do apoio assistencial aos que ficam sem emprego. Por exemplo, numa demissão em massa: liberação do fundo de garantia de forma mais extensiva do que a própria lei permite; ou mesmo a extensão do seguro-desemprego; ou até mesmo, num acordo, um aviso-prévio mais prolongado. Isso eu estou introduzindo aqui como argumento.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem diversas decisões já neste sentido de facultar a notificação da entidade profissional, o sindicato, nos casos de despedida em massa. Lembro a todos que o que estamos falando não tem nada a ver com estabilidade; é um processo de negociação quando há demissão em massa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também o Ministério Público do Trabalho (MPT), fixou uma orientação, a Orientação nº 06 da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical, cuja redação aqui eu explico – mas são só detalhes.

Dessa forma, é imprescindível a negociação coletiva – estamos falando aqui da negociação coletiva –, a fim de que a dispensa coletiva traga menos impacto social, com vistas a atender às reivindicações e necessidades daqueles que exercem a sua função no mundo do trabalho e que necessitam de auxílio contínuo por conta de sua hipossuficiência econômica.

Terminando, Sr. Presidente. Embora não exista proibição no ordenamento jurídico brasileiro da despedida coletiva – deixo bem claro isso; e aqui também não proíbe –, devem ser atendidos, nessas situações, pelo menos os princípios contidos na Constituição Federal de 1988 (eu fui Constituinte, e, graças ao povo gaúcho e ao apoio dos senhores e das senhoras também, porque o nosso trabalho coletivo aqui é importante, estou aqui desde aquela época, de 1988 até hoje), a saber: da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), do valor social do trabalho (art. 1º, IV) e da função social da empresa (art. 170, III); da soberania popular diante da relação trabalho/capital e da negociação coletiva para solução dos conflitos coletivos, (arts. 7º, XXVI; 8º, III e VI; 10 e 11 da Constituição), e ainda as Convenções Internacionais da OIT, ratificadas pela República Federativa do Brasil, no texto das recomendações nºs 98, 135 e 154, e o princípio do direito à informação posto na Recomendação nº 163, da OIT, bem como no art. 5º, XIV, da nossa Constituição.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do projeto, uma forma de fortalecer a livre negociação em época de tanto desemprego no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Paulo Paim.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto. A votação é nominal.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Eu gostaria, num primeiro momento, de parabenizar a Senadora Rose de Freitas pela propositura. É uma preocupação extremamente relevante, em qualquer tipo de demissão – especialmente nas demissões que são feitas em massa, como apresentou em seu relatório o Senador Paulo Paim com muita habilidade, com muita competência –, a preocupação de que, num momento de recessão econômica como o momento que nós atravessamos, em que as empresas se



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

encontram em grandes dificuldades para honrar os seus compromissos, sobretudo na sua folha de pagamento, haja demissões e que isso possa estimular um ambiente de crise ainda maior.

No entanto, existe uma preocupação – se o Senador Paulo Paim me permitir este posicionamento – com relação à exigência de que esteja previsto no acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho esta exigência prévia para que se possa discutir a possibilidade eventualmente de uma demissão. É claro que nenhuma empresa gostaria de chegar a um estágio crítico de precisar demitir, e se precisar certamente é porque seria um último recurso existente para que a empresa possa não quebrar, se for assim o caso.

Então, eu queria pedir vista, com autorização da Presidência e também do nosso Relator Paulo Paim, por quem eu tenho um grande respeito e admiração pelo seu trabalho, só para que eu possa compreender melhor a exigência que foi colocada aqui no projeto da Senadora Rose de Freitas, e assim a gente poder avançar na discussão e na aprovação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Irajá.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista coletiva concedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, como V. Exa. já definiu, e é regimental mesmo, eu cumprimento o nobre Senador, na certeza de que na semana que vem a gente poderá votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Item 5.

ITEM 5**REQUERIMENTO Nº 47, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a automutilação e o suicídio.

Autoria: Senador Eduardo Girão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Girão. (*Pausa.*)

Não está presente, mas o Senador Eduardo Gomes vai subscrever.

Por favor, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, só para uma observação...

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a automutilação e o suicídio.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Dr. Hugo José Lucena de Mendonça – Promotor de Justiça do Estado do Ceará;
2. Dr. Fábio Gomes de Matos – Professor da Universidade Federal do Ceará;
3. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

E ainda, com a observação de um requerimento adicional para mais três pessoas, Sr. Presidente, que eu vou localizar aqui, durante a aprovação definitiva.

Justificação.

É cada vez mais comum, principalmente em crianças e adolescentes, a automutilação, que pode ser definida como qualquer comportamento intencional envolvendo agressão direta a si mesmo. As formas mais recorrentes são cortar a própria pele, bater em si mesmo e queimar-se.

A disseminação de automutilação na internet já está sendo considerada como epidemia. Vários jogos propondo esse comportamento são criados o tempo todo, como por exemplo: Baleia Azul, Momo, Bordado Humano, entre outros. Segundo alguns especialistas, jovens com maior fragilidade emocional, insensibilidade familiar, baixa autoestima, vítimas de *bullying* e *cyberbullying*, impulsivos e com excessiva propensão autocrítica são os que mais facilmente se deixam seduzir não só pelo tipo de jogo, mas por tudo o que lhes é pedido posteriormente.

Precisamos nos debruçar sobre esse assunto: que usemos esta importante Comissão de Assuntos Sociais para que possamos entender o que está acontecendo com esses jovens que estão buscando alternativas para seus problemas através da dor, chegando às vezes até ao suicídio.

Peço o apoio de meus colegas Senadores para que, por meio dessa audiência pública, colhamos informações suficientes que nos possibilitem montar uma rede de informações que possa proteger e fortalecer nossos jovens.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sala da Comissão, Senador Eduardo Girão, Senador Eduardo Gomes.

É o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Eduardo Gomes. *(Pausa.)*

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA**ITEM 13****REQUERIMENTO Nº 53, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 47 de 2019-CAS, a inclusão dos seguintes convidados na Audiência Pública destinada a debater sobre a automutilação e o suicídio: Juliana Cunha, Representante da empresa Safernet Brasil; Karen Scavacini, Coordenadora do Instituto Vita Alere de Prevenção e Posvenção do Suicídio; Roberta G. Rivelino, Presidente da Childhood Brasil.

Autoria: Senador Eduardo Gomes

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o requerimento propõe, requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 47, de 2019, da CAS, a inclusão dos seguintes convidados à audiência pública destinada a debater sobre automutilação e suicídio:

Juliana Cunha, representante da empresa Safernet Brasil;

Karen Scavacini, coordenadora do Instituto Vita Alere, de prevenção e posvenção ao suicídio;

Roberta Rivellino, Presidente da Childhood Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sala das Comissões. Senador Eduardo Gomes.

É o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Conforme comunicado na fala de abertura, informo os prazos para apresentação de emenda ao PLN 5, de 2019, LDO 2020, perante esta Comissão. A abertura do prazo é dia 7 de junho; encerramento, 20 de junho, até as 18h, impreterivelmente.

As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas, e as vias impressas deverão ser assinadas pelo Senador-membro e entregues na secretaria da Comissão. Não serão consideradas as emendas enviadas fora do prazo estabelecido.

A reunião para apreciação das emendas será realizada no dia 22 de maio, às 9h.

Comunico ainda que a instalação da Subcomissão Temporária de Doenças Raras, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, bem como a eleição dos Presidentes e Vice-Presidentes, ocorrerá na reunião deliberativa da próxima semana.

Convoco para o dia 15 de maio quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária destinada à deliberação de proposições.

Lembro que agora, na sequência, teremos reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada à deliberação do PLC nº 37, de 2013.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Irajá, Weverton, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Otto Alencar, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Jorge Kajuru, Mecias de Jesus, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Zequinha Marinho, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Vanderlan Cardoso, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Arolde de Oliveira e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação de Subcomissões. Finalidade:** Instalação da Subcomissão Temporária de Doenças Raras, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência e da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa e eleição dos respectivos Presidentes e Vice-Presidentes. **Resultado:** Instalada a Subcomissão Temporária de Doenças Raras, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência e a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. São eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário; o Senador Flávio Arns e o Senador Romário; e o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 682, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Vota vencida a Senadora Juíza Selma. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2018 - Terminativo** - que: "Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Paulo Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Durante a discussão, é aprovado o Requerimento nº 57, de 2019-CAS, para a realização de Audiência Pública para a instrução da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 357, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto (votação simbólica). **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo** - que: "Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 13-CCJ (Substitutivo), com uma subemenda que apresenta, e contrário às Emendas nº 14 a 22. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Paulo Paim, nos termos regimentais. **Observação:** Aprovou-se posteriormente, como item 14 extrapauta, o Requerimento nº 59, de 2019-CAS, para a realização de Audiência Pública para instrução da matéria. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 49, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 26/2019, destinada a discutir o PL 616/2019, seja incluído como participante da referida audiência o seguinte convidado: Dr. Miguel Mies, oceanógrafo, pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP)." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assuntos Sociais nº 50, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para pôr em curso um ciclo virtuoso de atuações legislativas em prevenção e combate ao uso de drogas, contribuindo com a missão pública de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar da população." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 54, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o uso de doping na prática esportiva, em geral, e na de fisiculturismo, em particular, bem como sobre a promoção de competições de fisiculturismo no Brasil sem a devida realização de exame antidoping." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 58, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a obrigatoriedade do fornecimento de medicamentos de alto custo pelo poder público, que será votada no Supremo Tribunal Federal, no dia 22 de maio." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 57, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 132/2018, que dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 59, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 116/2017, que regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável." **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/15>

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam as queiram permanecer como se encontram.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Comunica as Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 515, de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar que informa a disponibilização, na Internet, do relatório de atividades da Agência em 2017; Ofício nº 331, de 2019, do Grupo Hospitalar Conceição, que apresenta relatório de atendimento das metas e resultados da execução do Plano Nacional de Negócios de 2018 do Hospital Nossa Senhora da Conceição, localizado em Porto Alegre – RS; correspondência do pesquisador Michael Peuser com considerações sobre a origem do autismo e possíveis ações para evitar o surgimento de novos casos.

Os expedientes encontram-se à disposição
para evitar o surgimento de novos casos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Expedientes encontram-se à disposição na secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

Reforço o comunicado feito, na semana passada, sobre os prazos para a apresentação de emendas ao PLN nº 5, de 2019, LDO de 2020, perante esta Comissão. A abertura do prazo é no dia 17 de maio. O encerramento é no dia 20 de maio até as 18 horas, impreterivelmente.

As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas disponibilizado pelo Prodasen e as vias impressas deverão ser assinadas pelo Senador membro e entregues na Secretaria da Comissão.

Não serão consideradas emendas enviadas fora do prazo estabelecido.

A Reunião para a apreciação das emendas será realizada no dia 22 de maio, no horário da reunião deliberativa semanal, às 9 horas.

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à instalação da Subcomissão Temporária de Doenças Raras, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, bem como à eleição dos seus respectivos presidentes e Vice-Presidentes, em atendimento aos Requerimentos nºs 1, 2, 27 e 25, de 2019, da CAS; e a segunda parte destina-se à deliberação dos Itens nº 1 a nº 11.

Aproveito a oportunidade para parabenizar todos os assistentes sociais pelo dia de hoje. Parabéns a todos os profissionais!

Hoje também é um dia importante. É o Dia Internacional da Conscientização sobre a Mucopolissacaridose. A mucopolissacaridose é uma doença genética rara e progressiva causadora de uma série de dificuldades e limitações para quem convive com ela.

Para quebrar o ciclo de desconhecimento, que gera dúvida e a preocupação, foi criado o #mpsdi, o Dia Internacional da Conscientização sobre a MPSS, celebrado no dia 15 de maio. A data tem como objetivo promover educação e consciência sobre o tema, engajando a sociedade na causa, além de apoiar as famílias e integrar a sociedade e as pacientes.

Estamos precisando de mais um Senador aqui para dar quórum e iniciarmos a instalação das subcomissões.

Algum Senador deseja...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Enquanto esperamos o quórum, Sr. Presidente, esta Comissão, presidida com muita competência por V. Exa., e não é a primeira vez que faço um comentário sobre o seu mandato, que é um mandato, além da palavra, positivo, aproveito este minuto para comentar o que está acontecendo hoje no Brasil.

Não vou fazer análise de conjuntura, não. Só vou dizer que hoje, no Brasil, inclusive em Brasília... Moro na cidade satélite de Santa Maria. Demoro para chegar de lá até aqui em torno de uma hora, devido ao tráfego. Hoje eu vim exatamente em 20 minutos. Por que eu vim em 20 minutos? Porque está havendo um grande movimento no Brasil. Não tem como as pessoas não quererem enxergar. Parecia uma tarde de domingo ou de sábado, devido à mobilização dos professores, dos alunos

devido à mobilização dos professores, dos alunos e dos trabalhadores que atuam no campo da educação. Não são só nas universidades. Ela se estendeu às escolas particulares, do jardim de infância até as universidades.

Este movimento, Sr. Presidente, tem como eixo a preocupação com a nossa educação, com a redução dos investimentos, mas está vinculado também à reforma da previdência. São duas palavras: não à redução de investimento na educação e não à reforma da previdência. É claro que eu coloco o meu ponto de vista.

Ali só diz não à reforma da previdência e eu coloco, como todo mundo sabe aqui a minha posição, nos moldes que foi apresentada. Não sou contra debater nada, seja a reforma tributária, seja a previdência, seja a educação, saúde. Mas é um grande movimento.

Hoje, no fim do dia, poderemos fazer um balanço, com certeza. É em todos os Estados. Não tem um Estado que hoje não se encontre em paralisação. Não haverá aula na maioria dos estabelecimentos de ensino e os estudantes estão marcando atos de mobilização. É um ato pacífico, natural em uma democracia. Eu só espero que não haja nenhum tipo de violência nesse período. Quando eu digo violência, é em todos os sentidos, venha de onde vier.

Então, é esse o apelo que eu faço aqui, com muito carinho. Todo mundo sabe a minha posição, neste momento, em relação aos professores, aos alunos, enfim, a todos aqueles que estão envolvidos no conjunto da sociedade em relação a esses dois temas: previdência e educação.

Que se faça como diz a chamada: "A aula hoje é na rua", que se façam debates nas praças, enfim, nas universidades, em todo tipo de estabelecimento, sobre a educação e também sobre a previdência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, para mim, politiza cada vez mais o nosso povo. O nosso povo vai tendo, cada vez mais, uma visão mais clara do que nós queremos na previdência, do que nós queremos na educação.

Então, eu queria, neste momento aqui, desta Comissão tão importante, pois, para mim, esta é uma das principais Comissões – eu só não vou dizer que somente esta é a principal porque seria desmerecer também as outras –, porque aqui é a Comissão de Assuntos Sociais. Vou simplificar nesta frase: é uma Comissão que olha para o conjunto da população, que pensa o hoje e pensa também o amanhã.

Então, eu queria fazer um apelo a todas as autoridades e também aos manifestantes, já que entendo que vai ser um movimento de vulto, pois ele vai começar de manhã e vai se estender à noite: que seja um movimento pacífico de debate sobre o que cada um pensa sobre a previdência e também não aceitando os cortes, é claro, na área da educação.

É isso, Sr. Presidente.

Agradeço muito a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador. V. Exa. sempre com palavras importantes e pertinentes aos grandes temas interessantes do nosso País. Corroboro com todas as suas palavras. Acredito e espero que realmente esses movimentos sejam pacíficos e que o nosso Governo ouça o que é mais importante no momento.

Eu dou a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu quero me associar inteiramente ao que o Senador Paulo Paim colocou.

Nós fizemos ontem inclusive um apelo para que as pessoas se manifestassem hoje na área da educação, obviamente, de maneira pacífica, tranquila, como deve acontecer habitualmente na educação, assim colocando a educação como prioridade absoluta para qualquer país

para qualquer país que deseja se desenvolver, da educação infantil, passando pelo ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial para as pessoas com deficiência, quilombolas, indígenas e ensino superior.

Tivemos uma audiência pública de quase cinco horas, na semana passada, com o Sr. Ministro da Educação, na Comissão de Educação, e o apelo que nós fizemos naquele dia, inclusive por escrito, como Presidente em exercício da Comissão de Educação, já que o Senador Dário Berger, de Santa Catarina, está licenciado por razões de saúde, colocando três pontos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, convidar, no caso do ensino superior, os Reitores e diretores, para conversar, achar soluções. É como o Senador Paulo Paim colocou: vamos dialogar, vamos conversar, vamos ver os recursos, ver fontes novas de financiamento. Existem muitas no Brasil, inclusive privilegiando setores que, na verdade, carregam dezenas de bilhões de reais para as suas áreas, e que poderiam ser melhor aplicados nos desafios do Brasil.

Então, é chamar os Reitores, valorizar o ensino superior e também explicar o que é isso, porque estão usando as palavras das formas mais variadas: "Não, é contingenciamento", mas a primeira fala foi em termos de balbúrdia; a segunda fala foi em termos de tirar o dinheiro do ensino superior e colocar em outras áreas.

Mas não é só o ensino superior, porque há cortes importantes na educação básica, nos hospitais, no Fies, e sem discussão alguma. É isto que a gente diz: "Olha, se há uma crise no Brasil, o papel fundamental nosso é conversar, discutir, chamar as pessoas e achar soluções.

Então, o apelo que eu faço hoje é para que as pessoas se manifestem, têm que se manifestar, porque é fundamental a sociedade estar atenta para aquilo que considera importante, de forma pacífica, obviamente. A gente também não quer confrontos e conflitos desnecessários. Chega os confrontos e os conflitos que já estão sendo criados pelas pessoas responsáveis por áreas e que devem cessar.

Eu, inclusive, usei uma expressão em relação àquilo que foi falado do General Villas Bôas, fazendo um apelo para o Presidente Jair Bolsonaro dizendo: "Olha, vamos acabar com essas baixarias", não do Presidente, mas de outras pessoas que se referiram ao General Villas Bôas de maneira totalmente descortês, mal educada, que jamais deveria ter acontecido e que ainda ficam ditando as normas aí no Brasil.

Eu me refiro especificamente a Olavo Carvalho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E fora do Brasil.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E não tem cabimento acontecer uma coisa dessa.

Aliás, ele está nas duas áreas nossa: ele é portador de doença rara e a doença rara fez com que ele se tornasse uma pessoa cadeirante, quer dizer, uma pessoa com deficiência, o que pode acontecer com qualquer um de nós, eventualmente, na vida.

Então, nesse sentido o apelo é para que o povo brasileiro se manifeste.

Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Dando início à instalação das Subcomissões,

Muito bem, Senador.

Dando início à instalação das Subcomissões, designo, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes Senadoras e Senadores para comporem a Subcomissão Temporária de Doenças Raras.

Titulares: Senador Eduardo Gomes, Senadora Mara Gabrilli, Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide Maia, Senador Nelsinho Trad, Senador Romário.

Suplentes: Senadora Selma Arruda, Senadora Soraya Thronicke, Senador Jorge Kajuru, Senador Eduardo Girão, Senador Fabiano Contarato e Senador Styvenson Valentim.

Tendo em vista a manifestação da candidatura da Senadora Mara Gabrilli para a Presidência e a minha manifestação para a Vice-Presidência, e tendo sido esta a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta.

Consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleitos a Senadora Mara Gabrilli, Presidente, e o Senador Romário, Vice-Presidente da Subcomissão Temporária de Doenças Raras.

Dando continuidade à primeira parte da reunião, designo, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes Senadoras e Senadores para comporem a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência:

Titulares: Senador Eduardo Gomes, Senador Romário, Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide Maia, Senador Nelsinho Trad e Senadora Mara Gabrilli.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Suplentes: Senador Styvenson Valentim, Senadora Soraya Thronicke, Senador Jorge Kajuru, Senador Eduardo Girão, Senadora Leila Barros e Senador Fabiano Contarato.

Tendo em vista a manifestação da candidatura do Senador Flávio Arns para a Presidência e a minha manifestação para a Vice-Presidência, e tendo sido a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta. *(Palmas.)*

Consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Declaro eleitos o Senador Flávio Arns, Presidente, e o Senador Romário, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, designo, nos termos do art. 89, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, as seguintes Senadoras e Senadores para comporem a Subcomissão Permanente de Proteção em Defesa da Pessoa Idosa.

Titulares: Senador Eduardo Gomes, Senador Romário, Senador Flávio Arns, Senadora Zenaide Maia, Senador Nelsinho Trad e Senador Styvenson Valentim.

Suplentes: Senador Marcelo Castro, Senadora Mara Gabrilli, Senador Fabiano Contarato, Senador Eduardo Girão, Senadora Leila Barros e Senador Jorge Kajuru.

Tendo em vista a manifestação de candidatura do Senador

Senadora Leila Barros e Senador Jorge Kajuru.

Tendo em vista a manifestação de candidatura do Senador Eduardo Gomes para a Presidência e a minha manifestação para a Vice-Presidência, e tendo sido esta a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a proposta queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta.

Consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro eleitos o Senador Eduardo Gomes, Presidente, e o Senador Romário, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Proteção em Defesa da Pessoa Idosa.

Passo agora aqui a palavra à Senadora Mara Gabrilli e, em seguida, ao Senador Flávio Arns.

Como o Senador Eduardo Gomes não está presente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Para concluir a instalação das Comissões, Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Primeiro, eu queria agradecer ao nosso Presidente, Senador Romário; agradecer ao Senador Nelsinho Trad e a todos os Senadores da CAS pelo precioso apoio para continuarmos esta Comissão de Doenças Raras.

É uma honra contar com todo o empenho em prol dos portadores de doenças raras, o que engrandece o nosso País e, o mais importante, traz muito esperança e perspectiva para as famílias. Acho que uma das coisas que a gente mais precisa é dar uma resposta nossa, do Parlamento, às lutas das pessoas e das organizações de doenças raras para o aprimoramento das políticas públicas de atenção à saúde.

Sabem que 97% dos valores gastos com judicialização são referentes à cobertura de vinte medicamentos de alto custo, sendo que dezenove deles são para medicamentos de doenças raras.

A gente vem trabalhando muito para que a Conitec, o Ministério da Saúde e a Anvisa favoreçam os processos de incorporação, barateando o custo de medicamentos e favorecendo o acesso de cada vez mais pessoas.

O acesso a medicamento é somente um dos diversos desafios de quem tem uma doença rara. Uma pessoa com uma doença rara pode chegar e esperar cinco a dez anos por um diagnóstico. Isso num cenário muito otimista. Das cerca de sete mil doenças raras, oitenta por cento são de origem genética e geralmente são crônicas, progressivas e degenerativas.

Eu, por exemplo, sofri uma lesão medular. Eu quebrei o pescoço. Então, a cada dia, eu luto por mais saúde. Agora, uma pessoa que tem uma doença degenerativa, progressiva, a cada dia, ela entra em contato com a morte e, a cada dia, ela pode ter perdas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro, Senadores, quando eu fui para um centro de reabilitação, nos Estados Unidos, logo que eu me acidentei. Havia uma mulher no quarto ao lado que chorava muito e eu ficava pensando assim: "Puxa, por que não me contaram dessa lesão medular? Por que ela chora tanto?"

A enfermeira falou que ela chorava porque ela tinha medo de morrer, porque ela estava caminhando para a morte. Foi neste dia que eu conheci o que era ter uma doença rara e a diferença do que aconteceu comigo. E eu resolvi, desde então

do que aconteceu comigo e que eu resolvi desde então me dedicar a essas pessoas que têm que lutar diariamente contra a degeneração.

E assim: a gente tem que investir na busca de meios para facilitar diagnóstico, o acesso aos tratamentos, mas pensar na ampliação do teste do pezinho porque o SUS detecta seis doenças, mas, na rede privada de saúde, a gente já consegue detectar 50 doenças e, com essa detecção, a gente sabe que, descobrindo cedo, tendo um diagnóstico precoce, a vida da pessoa muda, ela é capaz de não ter as sequelas que muitas vezes tem por conta do atraso no diagnóstico.

E um outro aspecto fundamental é adotar um olhar muito ampliado para a Política Nacional para Doença Rara para que a atenção integral proposta seja concretizada. Então, a gente tem que pensar nos profissionais de saúde, nos serviços que ampliam o olhar e pensar que o Brasil é uma responsabilidade nossa. Eu falo assim: eu não quero acabar minha vida parlamentar sem deixar para o Brasil uma política de cuidados e eu digo assim: puxa, eu tive uma lesão muito severa, mas eu consegui chegar até aqui porque eu posso ter um cuidador, simplesmente por causa disso, porque eu tenho a possibilidade de ter alguém que se mexe por mim e hoje o Brasil não tem política de cuidados. E quantos são os nossos idosos, as pessoas com doenças crônicas graves, raras, pessoas com deficiências severas, aquelas mães que têm filhos com deficiência intelectual? Vocês imaginem que, se a gente tiver uma política de cuidados no Brasil, ela não vai mais ficar com aquela aflição no coração que um dia vai morrer, um filho vai ficar e não tem quem cuide. Então, assim, é urgente eu acho a gente ter essa Comissão voltada a raras pensar na política de cuidados para que elas sejam efetivas. A lei brasileira de inclusão já traz hoje uma macrodiretriz que é para a gente fazer política interdisciplinar e multidisciplinar. A gente precisa de tudo isso para conseguir avançar nas doenças raras.

Aqui eu reassumo o meu compromisso com as pessoas com doenças raras. Eu sempre compreendi essa luta em prol das pessoas que necessitam de mais apoio como um potente acelerador para um Brasil mais justo e igualitário. Eu não consigo ver o Brasil se desenvolver se a gente largar as pessoas que mais precisam de apoio para trás. Por isso, a gente tem que mostrar o quanto essas pessoas são importantes para a gente.

Agradeço muito essa possibilidade. Toda vida é rara e muito preciosa, então temos muito trabalho a fazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo a palavra ao Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero também, pela Subcomissão Permanente que a gente chama de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, agradecer, em primeiro lugar, ao nosso Presidente Romário, que tem sido uma liderança extraordinária no Brasil nesta e em outras áreas. Já me manifestei nesse sentido no Plenário e com as pessoas com quem me encontro. Quero parabenizá-lo por...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... todo o trabalho desenvolvido. Falo da importância da Comissão ter aprovado essa Subcomissão e as demais e digo da alegria de termos a participação dos membros titulares

alegria de termos a participação dos membros titulares e suplentes. É um grupo que vamos nos dedicar a isso e trazendo os resultados obviamente sempre para a Comissão.

Agora, eu quero dizer que é um contingente muito expressivo da população. Estima-se em outros países 10% da população, o que significaria no Brasil 20 milhões de pessoas em todas as áreas de deficiência. Outras estimativas apontam para 20%, que seriam 40 milhões de pessoas, e nesse grupo estão incluídas pessoas com deficiência visual, auditiva, física, intelectual, espectro autista, deficiências múltiplas que é um desafio também, enfim todas as áreas de deficiência, também transtornos globais de desenvolvimento, onde estariam incluídas dificuldades também, particularmente na área da saúde mental e altas habilidades. Então, é um contingente enorme.

Eu quero dizer para as famílias e para as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que a gente espera a participação e a contribuição de toda a sociedade para que, assim, nos detenhamos naqueles pontos específicos para melhorar a área. Há uma interface muito grande com o que a Senadora Mara Gabrilli acabou de colocar em relação às doenças raras, coisas muito parecidas; por exemplo: o diagnóstico e o aconselhamento genético as pessoas com deficiência em várias áreas inclusive têm que esperar e aguardar e não encontram isso disponível na rede pública.

O acesso a medicamentos. Nas doenças raras, são muitas vezes medicamentos excepcionais de alto custo, mas as pessoas com deficiência não têm muitas vezes acesso nem aos medicamentos comuns necessários e que são de baixo custo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O apoio para a família. A pessoa, um pai ou uma mãe que tenha um filho com deficiência, com uma necessidade mais acentuada na área intelectual múltipla, tem que, às vezes, se anular. Como a Senadora Mara Gabrilli colocou, a mãe, às vezes, diz: "Eu não posso morrer enquanto não achar uma solução para o meu filho, para a minha filha. Quem é que vai cuidar dele ou dela quando eu não estiver mais aí?" Lá, nas doenças raras, o pessoal precisa de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e a pessoa com deficiência também precisa de tudo isso e mais um pouco: acesso à educação obviamente, saúde.

O salário da pessoa com deficiência, o BPC, é um salário, todos os pais e mães pelo Brasil. Imagine uma família que tenha um filho de 20 anos de idade com uma deficiência intelectual, vamos dizer, num nível com maiores necessidades e essa pessoa de 20 anos usando fralda, precisando ser alimentada. A mãe normalmente se anula porque não vai trabalhar e a renda cai na casa também.

Então, tudo isso tem que ser pensado para a gente ser muito concreto – não é, Senador Paulo Paim, que sempre está junto

a gente ser muito concreto – não é, Senador Paulo Paim, que sempre está junto? –, para a gente detalhar, ver e ter a política pública bem articulada com as doenças raras porque a solução de uma área vai ser a solução de outra área.

Então, ter a Senadora Mara Gabrilli e os demais Senadores e Senadoras participando desse processo vai ser algo importante e necessário, mas nós queremos mudar a realidade no Brasil. De que jeito? Termos políticas públicas efetivas nessas áreas todas porque nós passamos, mas a política pública tem que ser perene. Nós um dia não estaremos aqui, no Senado, virão outros obviamente, mas a política pública tem que permanecer e vamos lutar e trabalhar.

Quero dizer para as famílias, para os pais e para as pessoas com deficiência que o grupo aqui está decidido a mudar a realidade.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Flávio.

Passo a palavra agora à Senadora Juíza Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Eu gostaria de fazer algumas observações com relação à pertinência da instalação dessa Subcomissão, Sr. Presidente, e também com relação à minha participação nessa Subcomissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu conheço pessoas portadoras de doenças raras e eu perdi uma filha não com uma doença rara, mas com uma doença incurável. Às vezes, a gente fica pensando como essas pessoas são invisíveis para a sociedade e é o caso dos portadores de doenças raras. Embora existam alguns milhões no Brasil e alguns milhões no mundo, pelo número de doenças raras que são de 6 mil a 8 mil acaba que, para cada doença rara, muito pouca gente acaba servindo como estímulo até para pesquisas, até para que os laboratórios queiram investir.

Nós temos, por exemplo, uma limitação – a meu ver, uma limitação ética – que vem da Declaração de Helsinque de 2008. Determina o seguinte a Organização Mundial da Saúde: se você servir como cobaia para determinado medicamento que está sendo pesquisado, aquele laboratório tem a obrigação de te fornecer aquele medicamento caso a pesquisa seja exitosa, fornecê-lo gratuitamente. Ora, se nós falarmos disso como uma doença rara, é óbvio que não vale a pena para o laboratório porque ele sabe que vai ter que fornecer para aquela população ou para uma boa parte daquela população de graça aquele medicamento. Portanto...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – E ainda se responsabilizar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Exatamente, se responsabilizar pelo resultado.

Quer dizer, onde estão comercialmente interessantes as pesquisas sobre doenças raras e o tratamento sobre doenças raras? A gente precisa ver isso. Do mesmo lado que a gente vê essa questão voltada aos laboratórios que pensam obviamente em lucro, a gente também tem que enxergar a questão do Estado porque, se já não há suficiente receita para se tratar doenças comuns, muito menos para as doenças raras e esse bolo acaba sendo sempre dividido em favor de quem é a maioria, e a maioria obviamente não são os portadores de doenças raras.

Então, nesse sentido, esses portadores de doenças raras acabam ficando invisíveis, absolutamente invisíveis. É um sofrimento que só a família sabe. É um sofrimento que só as mães sabem e não têm. E não tem nenhum atendimento do Estado em relação a essas famílias. Eu, assim como você, tive condições de pagar aquilo que eu pude para a minha filha particular. Mas eu fico imaginando as mães que não têm e que veem seus filhos ali definhando. Assim não é você não poder morrer... Vocês disseram. Tem razão. Mas a minha dor é diferente. Não é você não poder morrer e abandonar seu filho, é você ver seu filho morrer. As doenças raras matam muito cedo e isso traz uma dor para a família de uma perda que também tem que ser tratada pelo Estado. Essas mães precisam ser vistas. Elas precisam de atendimento psicológico por causa dessas perdas. Porque a sensação de uma mãe que tem um filho com doença rara ou com doença incurável, a sensação de impotência não se deseja para o pior inimigo e isso a gente precisa acudir, a gente precisa trazer políticas públicas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vejam essas pessoas, não só os portadores de doenças raras, mas também os familiares desses portadores de doenças raras.

Então fica aqui o meu total apoio a essa subcomissão, Sr. Presidente. contem comigo incondicionalmente para que a gente consiga fazer um país melhor para essas pessoas e suas famílias. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora Juíza Selma Arruda.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Queria fazer um comentário da fala da Senadora, do Senador Flávio Arns, porque, na próxima quarta-feira, o STF vai julgar o acesso a medicamentos de alto custo. Eu pensei que a gente poderia já fazer agora um requerimento oral de audiência pública para terça anterior ao julgamento do Senado sobre este tema para a gente discutir o acesso a medicamento de alto custo. Queria saber se vocês concordam que a gente poderia fazer antes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, nós teremos só que indicar os nomes futuramente. Mas está aqui o requerimento extrapauta.

Consulto as Sras. Senadoras e Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pela Senadora Mara Gabrielli.

Não havendo óbice, passo a palavra à Senadora Mara Gabrielli.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Vamos colocar os nomes e vamos já marcar para terça-feira que vem essa audiência pública de grande importância neste momento para as pessoas com doenças raras e também com deficiência.

Passo a palavra ao Senador Nelsinho Trad e depois ao Senador Paulo Paim.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Presidente Senador Romário, demais membros, a minha fala foi muito completada pela fala da nossa querida amiga Juíza Selma. Fica apenas um registro: eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sou médico e tenho na minha vida profissional um enfrentamento praticamente constante com situações dessa natureza.

Mas o importante aqui que eu constatei é que as pessoas que porventura poderão ser acometidas por uma situação dessa natureza por uma situação dessa natureza hoje há mais um remédio. Esse remédio é a atuação da Senadora Mara. É uma esperança que essas pessoas têm porque a gente sabe o quanto é importante este debate ser empunhando por esta Casa e V. Exa. foi muito feliz de ter caminhado essas subcomissões, colocado os membros, aquelas pessoas que já vivenciaram momentos dessa natureza: médicos, pessoas de sensibilidade para a gente poder juntos dar aqui um novo horizonte nesse complexo e difícil tema que envolve as duas subcomissões. Então apenas esse registro que eu gostaria de deixar muito bem salientado.

Nada é por acaso. Se a gente está aqui compondo esta subcomissão, cada um com o problema que carrega na vida, pode ter certeza vai ser para ajudar alguém. E se a gente fizer diferença para esse alguém, nossa missão já vai ser muito bem recompensada. Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Perfeito, Senador. Passo a palavra agora ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, Senador Romário, de forma muito resumida, eu tive a alegria - estou na Casa há três décadas – de ter sido o autor do Estatuto do Idoso e também da Lei Brasileira de Inclusão, chamada também do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Eu quero neste momento não falar do estatuto. Eu quero dizer que só aprovar leis é importante, mas essas três comissões que têm tudo a ver com os dois estatutos é que vão aprimorar, vão avançar, que vão dar o olhar que você, Mara, deu com muita competência lá na Câmara para aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o olhar que o Senador Romário deu com muita competência para aprovar aqui como Relator o Estatuto da Pessoa com Deficiência. E o Senador Flávio Arns também foi um dos Relatores da Lei Brasileira de Inclusão, o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Quero cumprimentar também – não está aqui – o Presidente Eduardo Gomes, que vai presidir uma das comissões, como também todos aqueles que são titulares e suplentes dessas três comissões. Podem ter certeza num momento como este que se prega tanto ódio no Brasil – não vou classificar nenhum campo – isso é políticas humanitárias. É isso que dá gosto de a gente estar dentro do Congresso Nacional fazendo política. Essas três comissões e essa comissão do Romário cumpre esse papel fundamental. Eu convivi com um ex-Governador do Rio Grande do Sul que teve uma doença rara, Guazzelli. Foi Governador e depois foi Deputado Federal. Eu convivi com ele. Ele, lúcido, cadeira de rodas no plenário, não movia mais nada. Eu via no plenário porque era colega dele – ele foi Governador, depois foi Deputado – que ele queria expressar o que ele pensava e não conseguia. Só conseguia balbuciar algumas palavras. Então como eu convivi com ele, era muito amigo dele e de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campos ideológicos totalmente diferentes, mas tenho orgulho de dizer que era amigo dele. Já faleceu. Ficava no plenário ficava no plenário. Senadora Selma, o seu choro. Eu vi as lágrimas escorrendo do olho nele porque ele queria expressar, ele queria a sua contribuição ao País.

Por isso fica aqui com muito carinho mesmo. Permita-me que eu faça isto, Presidente, uma grande salva de palmas a todos os Senadores desta comissão, especialmente neste momento dessas três comissões. Eu não estou lá, mas serei ... Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem! Eu, como Vice-Presidente dessas três comissões, sinto-me bastante honrado. Eu entrei na política há oito anos. Tenho uma filha com síndrome de Down, com uma deficiência. A partir desses últimos 13, 14 anos da minha vida, eu me dediquei muito a essa causa. Quando cheguei aqui neste Congresso, sabia exatamente o que eu tinha que fazer. Então, do primeiro dia até hoje, me dediquei a defender a essas pessoas com deficiência e essas pessoas com doenças raras. Fico até emocionado em poder participar como Vice-Presidente dessas três subcomissões, ao lado de pessoas como a Senadora e amiga Mara Gabrilli. Tivemos um problema a alguns anos, mas todos os amigos têm problemas e os problemas foram resolvidos. Eu tenho a maior satisfação e alegria em poder dizer que é uma honra poder estar junto como você, Senadora, você com todo o respeito. E o Senador Flávio Arns por toda a luta que nós sabemos que ele já trava ao longo da sua vida. Na primeira vez esteve aqui e agora de novo. Há aqui hoje Senadores novos como Eduardo Girão, meu amigo eterno Paulo Paim, que sempre foi a favor dessas causas. Hoje temos uma Juíza Selma Arruda, Senador Nelsinho Trad, Senadora Maria do Carmo, Senador Mecias, Senadora Rose de Freitas, que também é muito atento a essa causa, Senadora Soraya Thronicke, eu fico feliz de saber que nós temos hoje aqui neste Senado pessoas que realmente vão lutar de corpo e alma para que a gente possa fazer algo diferente para essas pessoas que realmente tanto precisam e tanto necessitam da nossa ajuda. Eu acredito que o bom político começa aí: fazer a sua obrigação. A minha eu sei qual é. E o bom é que eu sei que vocês também sabem qual é a de vocês. Parabéns! Vamos em frente! Podem contar comigo não só para eventos, audiências públicas aqui em Brasília, mas em todo o Brasil estarei junto com vocês. Muito obrigado.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 682, de 2019

- Não terminativo -

Estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, antes de continuar, eu quero agradecer acometido por doença rara.

Inclusive, antes de continuar, eu quero agradecer a presença da Sra. Maria do Carmo, que tem uma doença rara, distrofia muscular. Muito obrigado pela presença, senhora.

Autoria: Senador Flávio Arns

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo para proferir o relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei nº 682 de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns, que estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara.

Como os Senadores estão com o relatório em mãos, nós vamos passar para a análise.

O PL nº 682 de 2019 dispõe sobre defesa da saúde e direito tributário, inserindo-se na competência da União. Cabe ademais ao Congresso Nacional legislar sobre a matéria segundo o art. 48 da Constituição. A iniciativa cabe a qualquer Parlamentar porque a matéria não está incluída no rol de iniciativas privativas do Executivo.

Compete a esta Comissão de Assuntos Sociais manifestar-se sobre a proteção e defesa da saúde, nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

No mérito, entendemos que a proposição deve ser aprovada, uma vez que reconhece a situação de dificuldade que as famílias com pacientes com doenças raras enfrentam no Brasil, principalmente em função das deficiências do Sistema Único de Saúde, que deveria garantir assistência à saúde de forma universal e integral.

A demora no diagnóstico, a frequente falta de medicamentos indispensáveis a aliviar os sintomas dos pacientes com doenças raras e a falta de acesso à atenção especializada do SUS obrigam as famílias a percorrer uma verdade via crúcis para conseguir atendimento na rede pública, tendo muitas vezes que despendar altas quantias para promover o cuidado dos seus entes queridos.

Portanto, restringindo-nos aos aspectos da competência desta comissão e deixando à CAE a análise econômica e orçamentária do impacto da renúncia fiscal e outras questões de cunho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômico, vemos como meritória a iniciativa contida na proposição, uma vez que estabelece o benefício ainda que pequeno para famílias já bastante castigadas pela evolução da doença de seu dependente.

A proposição em análise, entretanto, contém erro material, uma vez que o art. 4º uma vez que o art. 4º da Lei 9.250 de 1995 já tem parágrafo único com redação dada pela Lei 13.202 de oito de dezembro de 2015. Portanto apresentamos uma emenda para corrigir a redação sem, contudo, alterar o mérito.

Voto

O voto é pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei e, no mérito, pela sua aprovação com a emenda apresentada abaixo.

Emenda

Dê-se ao art 1º do projeto de lei a seguinte redação:

Art. 1º Acrescente-se o seguinte § 2º ao art. 4º da Lei 9.250 de dezembro de 1995, redesignando-se o parágrafo único para § 1º:

§ 2º A dedução de que trata o inciso III deste artigo será computada em dobro em relação ao dependente que seja acometido por doença rara.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora!

Coloco em discussão a matéria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista concedida.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Na verdade, eu comecei a fazer uma emenda, Senadora, que, na minha opinião, vai ampliar ainda mais um pouco esse benefício, mas não consegui terminar. Eu peço vista por este motivo.

Sr. Presidente, eu também gostaria de pedir inversão de pauta. O meu item é 8.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora, eu até iria colocar o item de V. Exa. agora. Só que nós temos quórum para terminativo. É muito difícil. São estes próximos dois, depois vem o de V. Exa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O pedido de vista é único ou é coletivo?

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, de 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para cento e vinte dias o período de carência nas internações hospitalares.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 08/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Mecias de Jesus para as suas considerações.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, Senador Romário, caros colegas Senadores e Senadores, cumprimento V. Exas. Primeiro, Presidente, quero parabenizar V. Exa. e a todos os membros desta comissão pela criação das duas subcomissões. Manifesto com carinho o meu aplauso porque só quem sabe de fato o que é uma doença rara é quem tem uma pessoa na família com doença rara. Eu também comungo desse mesmo sentimento.

Mas Sr. Presidente, na reunião passada, como já bem disse V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, na reunião passada, como já bem disse V. Exa., foi designado e foi lido o parecer de minha lavra ao Projeto de Lei nº 502, da eminente Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, a Lei dos Planos de Saúde, para isentar o beneficiário do cumprimento de períodos de carência nos casos de urgência e emergência e para reduzir para 120 dias o período de carência das internações.

(Soa a campainha.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – O nosso parecer é pela legalidade e pela melhor técnica legislativa.

E o nosso voto é pela aprovação do projeto, conclamando mais uma vez os membros desta Comissão à aprovação do projeto de lei de autoria da Senadora Rose de Freitas, que, sem dúvida nenhuma, irá beneficiar milhões e milhões de brasileiros neste País.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Consulto se algum Senador ainda gostaria de discutir a matéria.

Senadora Juíza Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Lei dos Planos de Saúde estabelece um prazo geral de 180 dias para evitar fraudes nos planos de saúde, também o prazo de 24h para essas urgências e emergências existe para evitar que haja conluio para lesar essas operadoras. É um prazo pequeno e, no meu ponto de vista, razoável, não gera risco excessivo para quem já vinha sem plano de saúde até aquele momento.

Ademais, hoje vigora, na regulação dos planos de saúde, a portabilidade das carências, materializada na Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, da ANS. Ou seja, beneficiários de um plano de saúde que já tenham cumprido sua carência podem migrar para outro de sua escolha sem ter que cumprir uma nova carência, e isso diminui o risco de dano ao consumidor.

Então, a minha manifestação, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Autora do projeto, a minha preocupação é de que a redução dessa carência pode acarretar maior custo para essas operadoras e, conseqüentemente, é óbvio, esse custo vai ser repassado para o valor das mensalidades de todos os consumidores, aumentando o ônus das famílias brasileiras. Nesse sentido, esse projeto que, a princípio, pode parecer benéfico, acaba trazendo prejuízo àquelas pessoas que dele mais precisam. É a minha opinião, Sr. Presidente.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora Selma.

Senadora Rose com a palavra, autora do projeto.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Inicialmente também quero expressar ao Presidente da Comissão, Senador Romário, a satisfação de fazer parte desse trabalho profícuo, atencioso sobretudo e comprometido com as doenças raras e com as pessoas com deficiência, totalmente voltado a coesionar forças dentro desta Casa, coisa que nunca aconteceu, estou aqui há 30 anos, e construir aquilo que nós julgamos importantes: leis que possam atender as necessidades de amparar sobretudo as famílias.

Acabei de ouvir um depoimento emocionado da Senadora Selma e quero dizer, em contraponto, não é o que eu ouvi agora, porque a Senadora Selma fala de uma maneira bem sutil das 24 horas em que acha que não acontecerá nada.

Eu quero dizer que essa proposta, Senadora Selma, foi exatamente por conta do caso da menina Gabrielle, não sei se a senhora se lembra, que não teve o devido atendimento médico de urgência por conta exatamente da carência, que pode ser de horas, pode ser de momentos e pode consumir vidas. As estatísticas são horrorosas. Eu quero dizer que 24 horas podem custar alguma coisa para o plano de saúde, mas atende e acode inúmeras, milhares de vidas.

O período de carência é uma regra que não pode ser olhada apenas pelo olhar da operadora, olhar o período de vigência, o contrato, os limites. Nós temos que olhar isso e é isso que o legislador faz, e V. Exa. faz tão bem isso. Nós precisamos ter procedimentos adequados para excepcionalizar, Sra. Senadora, a questão das urgências. Urgência é urgência. Ninguém sabe dizer, quando chega a um hospital, se precisa de uma hora, meia hora, cinco minutos. Precisamos flexibilizar e ter certa indulgência com as pessoas, os brasileiros.

Quem mais ganha recurso, quem mais têm lucro neste País são as seguradoras e planos de saúde, que mais têm. E, na ponta, esses períodos de carência têm sacrificado muito a população brasileira, que, não tendo atendimento público ideal, não tendo na rede pública o amparo necessário, tem que recorrer a um plano de saúde. Dentro do meu gabinete tem um caso, Deputado Marcelo, Presidente da Comissão de Orçamento, um caso específico, precisa ser operado com urgência. E o plano de saúde, vendo a urgência, e o benefício dessa operação estava claro, expõe mais um tempo, exige mais uma carência para que ele seja operado. Isso não é cabível.

Então, eu quero definir aqui caso de urgência e emergência, que tem que ser caracterizado pelo médico assistente. É o médico quem diz isso e não uma legislação fria, indiferente que pode ser de 24 horas, 36 horas, 48 horas, 6 meses, 1 ano, 1 ano e 8 meses; é o tempo necessário para atender aqueles que praticam a adesão aos planos de saúde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que eu queria dizer e pedir a compreensão da Senadora. É uma medida justa, atende o consumidor em situação difícil. Nós não estamos falando das facilidades, estamos falando das dificuldades. É na dificuldade que a legislação tem que amparar aqueles que precisam de atendimento a saúde, principalmente nos casos de urgência e emergência.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Eu quero aqui parabenizar a Senadora Rose de Freitas, porque isso é uma sensibilidade. Eu sou médica de formação e sei como é isso. Eu acho o seguinte: a gente tem que ver as operadoras dos planos de saúde, mas a gente tem que ter vida. Pelo fato de haver a probabilidade de alguém fraudar um seguro-saúde, a gente tem certeza do esforço que aquela família já fez para iniciar um plano de saúde. A gente tem que pensar em urgência e emergência, até porque a lei já diz que omissão de socorro é crime. Omitir socorro é crime, entendeu? Então, Rose, eu quero parabenizá-la pela sensibilidade e dizer que eu acho válido quando a gente pensa em ser humano. Já fez um esforço grande para pagar, porque, quando o SUS falha, pela falta de financiamento, a gente deveria estar preocupado com isso aqui também, a família faz um esforço grande para ter um plano de saúde e, de repente, urgência e emergência

urgência e emergência, como a Senadora Rose falou, quem define o que é urgência e emergência realmente é o serviço de saúde.

Então, eu quero dizer que sou a favor desse projeto de lei e que é uma sensibilidade do lado humano, para a gente ver esse lado humano aqui do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Senadora Juíza Selma Arruda, por favor.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Eu só gostaria de fazer um esclarecimento com relação ao meu posicionamento que é o seguinte: hoje a carência é de 24 horas. A minha preocupação, Senadora Rose, demais Senadores, não é com o plano de saúde. Eu quero dizer que hoje a carência é de 24 horas. Diminuir essa carência vai fazer com que essas operadoras, que não são santas e que querem lucro, aumentem os valores e com que todos nós, todos os usuários tenhamos que pagar a mais por isso. É isso que eu quis dizer. Não estou contra o povo, muito menos contra doente, muito menos contra doentes urgentes e emergentes. Ao contrário,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu só quero dizer que a redução dessa carência para zero vai fazer com que as parcelas, as nossas contribuições aumentem. É só essa a minha preocupação.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, eu só quero esclarecer, me permita?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – É que não se trata de uma regra geral. Nós estamos falando de caso específico. Eu não sei se poderíamos ter 24 horas de uma carência para atender casos resultantes de acidentes pessoais, complicações no processo gestacional – eu já passei por isso, só que eu tinha outros planos que podiam me atender –, lesões que são depois consideradas irreparáveis porque não tiveram atendimento nas primeiras horas. Eu quero exatamente, Senadora, suprimir essa 24 horas nos casos de urgência e emergência. Eu digo à senhora que não há nenhum estudo que diga que a operadora vai ou não acrescentar porque suspendeu, nos casos de urgência e emergência, encarecer o plano. A senhora disse que poderia ficar mais caro e as famílias brasileiras vão pagar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não, Senadora, o que eu quero dizer é o seguinte: o aumento do risco de fraude, porque aumenta o risco de fraude, é óbvio que vai ser repassado.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não acredito nisso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não precisa fazer estudo para isso.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se há uma atenção devida é das operadoras para que não aconteça nenhuma fraude.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Temos quórum. Vou abrir para a votação e depois continua a discussão. É melhor por causa do quórum.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu abro mão da minha fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k., Senador. Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o projeto e a emenda, nos termos relatados.

A votação é nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paulo Paim, por favor, com a palavra, se quiser.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu tinha aberto mão da palavra para que iniciasse o processo de votação, mas eu queria rapidamente cumprimentar a Juíza Selma, porque é importante que alguém faça o contraponto para que as coisas fiquem muito claras na hora da votação, e ela cumpre

e ela cumpre o papel de aqui mostrar as suas preocupações. E todas as preocupações são legítimas.

Mas eu queria, Sr. Presidente, deixar bem claro o meu ponto de vista. Eu acompanho o Relator, acompanho a Autora, meu voto será "sim", não votei ainda, porque entendo que emergência é emergência. E aqui nós temos diversos médicos neste Plenário. O médico é quem vai dizer se de fato o cidadão corre risco de morte. E se houver risco de morte ele tem que atender, até pelo juramento que fez no ato da formatura. Ele tem que atender, a lei não vai ter como proibir, e assegurar, uma vez assegurado que é urgente, há risco de morte, que ele possa fazer uso do plano, eu acho que é legítimo, até porque, no princípio da boa-fé, eu não acredito que ninguém vá fazer um plano que vai assegurar e ele possa rapidamente sofrer um acidente, como foi dito aqui, ou estar numa emergência. Para mim, emergência é risco de morte.

Por isso, eu acho que procede a iniciativa da Senadora Rose de Freitas e o trabalho do nosso nobre Relator, Senador Mecias.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Estamos apenas aguardando.

O Senador Paim ainda não votou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou votar agora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k., Srs. Senadores.

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senadora Rose de Freitas, pelo projeto, e Senador Mecias, pela autoria.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, de 2017

- Não terminativo -

Regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 13-CCJ (Substitutivo), com uma subemenda que apresenta, e contrário às Emendas nº 14 a 22.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e deverá ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Concedo a palavra à Senadora Juíza para proferir o relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, permita-me passar diretamente à leitura da análise do relatório.

Só para esclarecer, esse projeto teve um substitutivo aprovado na CCJ, cujo relator foi o douto e estimado Senador Lasier Martins, que está aqui

exatamente já fazem parte do próprio Texto Constitucional.

A Emenda nº 15 aumenta para quatro o número de membros da comissão avaliadora e veda que a chefia imediata do servidor participe da comissão, se não for servidor estável. O membro adicional em relação ao texto do substitutivo é, nos termos da emenda, um representante de entidade sindical. Por fim, os outros dois membros deverão contar com a anuência do avaliado para integrar a comissão. Então, nesse sentido, se um dos membros for necessariamente representante do sindicato, o qual é incumbido estatutariamente de defender os interesses dos filiados, e outros dois tiverem de contar com a aquiescência do servidor, teremos uma avaliação de faz de conta, porque uma comissão formada dessa forma não terá isenção para julgar adequadamente o desempenho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 16 desdobra em quatro os fatores avaliativos fixos: qualidade, produtividade, conformidade e tempestividade. Como também já adotado na CCJ, a emenda é redundante ao definir o fator produtividade e associá-lo à qualidade do trabalho, porque a produtividade já enseja esse fator avaliativo. Ademais, introduzir a exigência de habitualidade para que se considere desatendido um fator avaliativo é abrir espaço para intermináveis discussões acerca desse tema.

A Emenda nº 17 acrescenta nova faixa de pontuação a ser utilizada nas avaliações, subdividindo em duas a faixa entre 7 e 9 pontos. Sobre emenda com o mesmo conteúdo, a CCJ já observou, corretamente, que ela não produziria qualquer efeito prático e ainda daria inconsistência ao texto normativo.

A Emenda nº 18 condiciona a implantação do sistema de avaliação periódica a treinamento prévio específico das chefias imediatas e dos demais membros das comissões de avaliação. É preciso notar que a chefia imediata já deve ser capaz de fazer avaliações de seus subordinados. Além disso, as comissões de avaliação só serão constituídas ao fim do período avaliativo. Esse nos parece um prazo mais do que suficiente para oferecer treinamento ao conjunto de servidores sobre o funcionamento do sistema de avaliação.

A Emenda nº 19 insere um novo artigo para condicionar a perda do cargo por insuficiência de desempenho à instauração de processo administrativo específico, bem como condicionar a realização de nova avaliação do servidor com desempenho insuficiente à conclusão de treinamento. Ela modifica alguns critérios que conduzem à exoneração. E eu devo dizer quanto a isso que, já observado na CCJ, suas previsões são inconstitucionais e, portanto, não foram acolhidas neste relatório.

A Emenda nº 20 confere competência ao órgão de recursos humanos para deixar de exonerar o servidor com desempenho insuficiente, se comprovado que fatores exógenos afetaram negativamente o seu desempenho. Essa emenda também foi desacolhida, porque, sinteticamente dizendo, o servidor tem meios próprios para se defender e se resguardar nesses casos.

A Emenda nº 21 transforma em facultativa a hipótese de exoneração de servidor com reiterada atribuição de conceitos insatisfatórios. Conforme salientado no exame da matéria pela CCJ, Sr. Presidente, do fato de a insuficiência de desempenho estar associada aos problemas de saúde ou psicossociais, não ocorre necessariamente que ela seja impeditiva da colaboração do servidor. Cada caso concreto deve ser examinado à luz das suas peculiaridades.

Por fim, a Emenda nº 22 estabelece

Por fim, a Emenda nº 22 estabelece que o ato de desligamento seja publicado, no órgão oficial, com menção apenas ao cargo, ao número da matrícula e à lotação do servidor, resgatando o texto original do projeto. Nós não vemos razão para excepcionar nesse caso o princípio da publicidade, ao



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

qual a Administração está submetida por força do art. 37 da Constituição Federal. Portanto, essa emenda também não foi acolhida pelo relatório.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição das Emendas nºs 14 a 22 e pela aprovação do PLS 116, de 2017 – Complementar, na forma do substitutivo apresentado já na CCJ (Emenda nº 13), com a subemenda que esta relatoria incluiu, com a vênua do autor da Emenda nº 13, no sentido de apenas aumentar o período para a entrada em vigor da publicação, Sr. Senador: em vez de imediatamente que se dê para o ano seguinte, o ano subsequente à sua vigência, de modo a possibilitar que o serviço público se adeque a essas regras e possa bem cumpri-las.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Lasier Martins. E Senador Paim e Senadora Soraya...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Prioridade por ter sido um dos Relatores da matéria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Obrigado.

Sr. Presidente Romário, colegas, eu peço permissão para intervir nesta discussão, mesmo não sendo membro desta nobre Comissão, porque eu me dediquei bastante quando da relatoria na CCJ e principalmente porque quero tentar desfazer aqui, Srs. Senadores, uma distorção que vem crescendo na discussão deste projeto de lei complementar, que está atrasado 30 anos. Ele está previsto na Constituição, no art. 41, que manda avaliação periódica de desempenho, porque o contribuinte de impostos, o destinatário do serviço público tem direito a uma contraprestação razoável por aquilo que ele paga. E não se está exigindo, neste projeto da eminente Senadora Maria do Carmo, autora, de onde fiz o substitutivo, uma contraprestação de excelência, não se está exigindo nota dez do servidor, também não se está exigindo nota ótima, nota sete. Não! Está-se exigindo apenas uma sofrível nota três, isto é, um mínimo que o funcionário público... Felizmente, uma minoria de servidores brasileiros são desidiosos, negligentes alguns, relapsos outros. Nós sabemos que existem. São poucos, repito. E é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso que se quer corrigir, porque, nesta época em que se procurar reconstruir um Brasil eficiente, um Brasil próspero, nós temos que cuidar também daquele que presta serviço público.

O que o projeto propõe é que haja anualmente uma avaliação por parte de uma comissão integrada por três pessoas, um representante de recursos humanos, um colega de trabalho que será sorteado, o seu chefe imediato,

o seu chefe imediato, obedecendo a critérios fixos que são dois, produtividade e qualidade, e a doze itens variáveis, sendo que, para cada avaliado, vão-se retirar, dessa dúzia, apenas cinco, que tenham identificação com as características daquele prestador de trabalho, que digam respeito ao seu trabalho e à sua função. Se for necessário, eu tenho aqui a relação de todos os requisitos, que são muito fáceis, como, por exemplo, foco no usuário, bom atendimento, bom relacionamento funcional, capacidade de iniciativa, saber solucionar os problemas, tomar decisão, aplicar conhecimento e compartilhar conhecimento. São itens dos doze. Aí o servidor vai a uma avaliação anual em que ele precisa tirar o mínimo de nota três, de zero a dez!

Se ele, por exemplo, atinge apenas 2,90, ele tem direito de refazer a avaliação no ano seguinte, ele tem uma segunda oportunidade. Nesse ano de expectativa, ele terá acompanhamento, para aprimorar, para recuperar suas deficiências. Aí, na segunda vez, sim, se ele não passa, ele é levado para a hipótese do desligamento. Então, são facilidades muito grandes, para que tenhamos, neste Brasil, um servidor público minimamente competente, que saiba pelo menos tirar uma nota três, com dois anos consecutivos de oportunidades. Então, é o que está se tentando.

Tem havido tentativas de protelar isso indefinidamente, jogando isso para as calendas. Na Legislatura passada, se mandou este projeto para uma meia dúzia de Comissões, com o notório intuito de protelar. Então, está na hora de nós melhorarmos a qualidade.

Não se quer, repito, para encerrar, Presidente, aqui discutir a garantia da estabilidade. Nada disso. A estabilidade é certa, é garantida. O que se quer discutir é a garantia da eficiência do serviço público. Só isso!

E quero saudar aqui o belo relatório da colega Senadora Selma.

Obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Senador Paulo Paim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, fui o primeiro inscrito e, naturalmente, acompanhei o relato da nobre Relatora, Senadora Selma, e também os comentários do Relator na outra Comissão, o Senador Lasier.

Eu, Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar o Plenário do Senado Federal. O Plenário é soberano, e o Regimento tem que ser cumprido, e lá, praticamente por unanimidade, foi acatado que este tema que trata de políticas humanitárias tinha que passar pela Comissão de Assuntos Sociais. Como é que um tema como este que é do mundo do trabalho não pode passar pela Comissão de Assuntos Sociais? Como não pode passar pela Comissão de Direitos Humanos? Devido a isso, Presidente, o Plenário, assim, decidiu, o que é legítimo. E que bom que a gente tem essas instâncias! Muitas vezes, nós temos posições diferentes em relação a esse ou àquele projeto. Pois bem, as instâncias do Regimento permitem a gente aprofundar o debate.

Sr. Presidente, não quero aqui, no momento, nem entrar no mérito, só no procedimento. Cumprimento o Plenário do Senado, por ter mandado para cá, e vai também

Cumprimento o Plenário do Senado, por ter mandado para cá, e vai também para a Comissão de Direitos Humanos. Eu, por exemplo, não estava entendendo, de jeito nenhum, esta Comissão não ter um debate sobre este tema ou ele chegar aqui e só a gente carimbar e mandar de volta para outra Comissão, que também não faria debate, carimbaria e mandaria para o Plenário.

Por isso, peço vista, com muito carinho aos dois Relatores, deste projeto, para que a gente possa aprofundar o debate aqui, nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Paim. Vista concedida.

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Desculpem.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, de 2018****- Terminativo -**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dá nova redação ao art. 477-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar as dispensas plúrimas ou coletivas, salvo previsão em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Em 08/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Votação nominal.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre eventual manifestação ou pedido de vista.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Temos quórum para votar este?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Agora, não, mas teremos. Vamos buscar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pois é. Eu gostaria de me manifestar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Eu gostaria de colocar aqui toda a sensibilidade que eu compreendo na proposição da Senadora Rose de Freitas – acabei de votar com ela agorinha –, mas a questão é a seguinte: nós fizemos uma reforma trabalhista. Demorou muito para a gente conseguir fazer com que passasse essa reforma trabalhista. Então, eu entendo a sensibilidade de vocês, porém nós não podemos esquecer que existe a CLT, que já existe a Justiça do Trabalho na proteção dos trabalhadores.

Nós estamos caminhando para uma liberdade econômica, cada dia mais, com a abertura de nossos mercados. Nós precisamos avançar, o Brasil está atrasado na economia. Os nossos brasileiros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão para outros países de economia mais liberal e flexível para trabalhar fora, porque aqui é tudo engessado.

É importante entender que, se não há empresário, não há emprego! Nós passamos anos e anos em uma situação de dicotomia, de maniqueísmo: de afastar o empregado do empregador, é o meio ambiente contra o agro, é homem contra mulher. Chega disso! É impressionante como nós passamos esse tempo todo tendo o empresário como o mais demonizado de todos, e não é isso, meu Deus! Sem o empresário, não existe emprego. Isso é uma questão óbvia.

Se o empregador precisa entrar com uma recuperação judicial e ele não pode demitir quem ele quer, cadê a liberdade? E liberdade não se confunde com anarquia, Presidente. Anarquia é uma coisa, liberdade com responsabilidade é outra. Nós não queremos uma anarquia no mercado brasileiro, mas as relações de emprego, de trabalho foram flexibilizadas

mas as relações de emprego, de trabalho foram flexibilizadas para que possamos crescer e para que o empresário tenha mais liberdade para investir. Ninguém mais quer investir no Brasil! Ninguém mais está colocando dinheiro no Brasil! Ele está, a cada dia, mais rígido. O Paraguai, que é ali do lado do meu Estado, tem regras flexíveis, e o salário mínimo é maior, enfim, é uma série de coisas. O brasileiro sai daqui para trabalhar no Japão, nos Estados, e há muita gente feliz trabalhando lá fora, ninguém é escravo, não. Não é escravidão! Então, existe proteção para o trabalhador, essa proteção se chama CLT. Atrapalhar, engessar a vida do empresário depois de termos passado por uma reforma trabalhista...

E, com toda vênica dos nossos Senadores, dos nossos amigos aqui, que estão tentando, cada dia, mudar algo na reforma trabalhista – é uma proposta aqui, uma proposta ali –, eu peço ao senhor que tudo seja nominal. Não há condição de aprovar essas proposições de forma simbólica, porque isso é grave. Isso está acontecendo, e o Brasil não está vendo, mas eu estou vendo isso acontecer aqui. Eu pedi vista de três, mas, com todo respeito aos Senadores, eu quero dizer que eu entendo a sensibilidade, eu sou sensível às questões relativas ao trabalho, mas nós não temos condição disso. Então, eu sei que eu não posso mais pedir vista, eu sei que não há quórum, mas eu gostaria de discutir essa relação com uma audiência pública. Vamos chamar os empresários e perguntar qual o problema de uma demissão... Tem que haver liberdade para demitir. Infelizmente, o Brasil não tem condições.

Vamos ajudar o Brasil a crescer. E a CLT está aí para isto: proteger o trabalhador.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

Em todo projeto terminativo aqui, a votação será nominal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E registro apresentação de requerimento de autoria da Senadora Soraya Thronicke para realização de audiência pública para instrução da matéria com base no art. 93, inciso II, do Regimento Interno. Ressalto que a deliberação do requerimento incidental ao projeto, prejudicial...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... à discussão de mérito, é obrigatória. A votação é simbólica.

Concedo a palavra ao autor do requerimento da leitura. Eventuais considerações a respeito...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Eu gostaria de solicitar inversão de pauta para apreciar o item 10, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Nós estamos no meio de uma discussão. Já será visto isso aí, Senador.

Coloco o requerimento em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, para discutir o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, todo mundo aqui sabe que eu sou apaixonado por audiências públicas. (*Risos.*)

E olhem que estou discutindo o seu requerimento...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou apaixonado por audiências públicas. Sou tão apaixonado que vou defender o requerimento da Senadora – vou defender!

Ao mesmo tempo, Presidente – e já sei que o Plenário vai concordar –, eu peço também que seja votado um requerimento de audiência pública para o projeto anterior cuja Relatora foi a Senadora Selma, para que também se aprovem os dois requerimentos. Teremos, então, duas audiências públicas, para tratar de temas... Eu acho que mais do que justo, inclusive neste, que, de forma tal, então, a gente tenha aqui empregado e empregador debatendo este projeto. Este projeto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não proíbe demissão de ninguém. O anterior que garante a demissão de quem tem estabilidade. Este não! Este não garante estabilidade nenhuma, mas vamos debater. Eu entendo.

A lei anterior permitia... Apenas volto, Sr. Presidente. Eu queria saber um único empresário

A lei anterior permitia... Apenas volto, Sr. Presidente. Eu queria saber um único empresário, neste País, que, com a lei anterior, não fez demissão coletiva. Provou que não tem como se manter, demite coletivamente – e todos demitiram! Eu podia lembrar alguns aqui. Latam é um deles; eu podia lembrar Estácio de Sá, no Rio de Janeiro; a próprio Pirelli, no Rio Grande do Sul, agora, já anunciou que vai demitir 900 e, assim mesmo, estão conversando com os trabalhadores. Então, não há motivo nenhum... Nós vamos fazer debate, vamos aprofundar e vamos mostrar que o que nós estamos pedindo... É só voltar a lei anterior nesse artigo, que diz, quando for demissão coletiva – vamos pensar em 1 mil trabalhadores, 2 mil, 3 mil –, que se chamem as partes para tentar achar uma mediação. Sempre foi feito assim e sempre deu certo. O que agora poderá fazer é... Chegam mil trabalhadores a uma empresa, porta fechada, todos no olho da rua, não se discute coisa nenhuma do porquê da demissão. Isso nós vamos aprofundar na audiência pública.

Por isso, sem problema nenhum, sou todo favorável ao requerimento e também ao outro requerimento que encaminhei a V. Exa., de forma oral aqui, como foi feito nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em relação ao outro requerimento, Sr. Senador...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – ... Paulo Paim, vamos fazer depois dessa discussão. O senhor faz o requerimento extrapauta, e a gente coloca em votação.

Senadora Rose de Freitas, com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu não quero aqui estabelecer nenhuma polêmica, a Senadora sabe disso, mas é muito importante que a gente tenha não a sensibilidade de escrever um texto, mas de entender o momento, entender como se dá um processo, na verdade.

Vamos citar um exemplo que me trouxe um assessor há pouco aqui. Uma fábrica de Gravataí, Senadora, demitiu cerca de 900 pessoas. É preciso que o trabalhador tenha oportunidade, e isso não pode ser negado a ele... Não é suspender a demissão, é dialogar sobre ela, é colocá-la num contexto que, socialmente, interfere na sua vida. Não é só a questão da economia. Aqui, está envolvida a questão dos mecanismos que vão ser adotados, a partir do momento em que fecha uma fábrica, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo o seu entorno, com as consequências que há... Pensem numa família, pensem no trabalhador que, da noite para o dia... Não estou discutindo aqui legislação trabalhista, elas estão aí, a reforma trabalhista, nós participamos de tudo isso, mas nós precisamos ter a sensibilidade de não excluir o mecanismo do acordo coletivo, que é a sentada na mesa para dialogar e aí – quem sabe? – encontrar uma maneira de proteger o interesse do trabalhador e da própria empresa, sem essa coisa drástica, essa ruptura, que é cruel, no meu entendimento.

O que nós estamos pedindo aqui nada mais é que os efeitos da dispensa em massa não sejam sentidos de uma maneira tão abrupta como está acontecendo no País. Aqui, em Brasília, foram cerca de 200 professores e funcionários da PUC, da noite para o dia. Como se faz isso? O que é sensibilidade... Não é a sensibilidade do Paim, o Paim para nós é o ícone de toda essa discussão, mas é a proposta que vem da sociedade e precisa ser considerada nesta Casa, não só no normal... Eu vou aprovar o requerimento de V. Exa., não tenha dúvida, não tenha dúvida, todos vão de acordo com ele, mas eu quero que a discussão não subtraia a responsabilidade que nós temos que ter de olhar, nesta crise, o lado mais frágil da sociedade, que é o trabalhador.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*)
– Sem a empresa, não existe emprego...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E não existe empresa sem empregado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*)
– Por isso, temos que proteger todos e fazer...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Exatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*)
– Por isso, audiência pública...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por isso, audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Weverton, com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora vai sentir o que nós estamos falando e sofremos todo dia.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*)
– Eu não sou contra a proteção. Eu só acho que tem que ouvir o empresário, tem que ouvir o trabalhador. Então, vamos ouvir todo mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, vamos ouvir todo mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Antes de finalizar, vamos ouvir o Senador Weverton por favor e vamos colocar em votação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para encaminhar.) – Presidente, eu não poderia deixar de me manifestar nessa matéria, que eu considero da mais alta importância, e fazer aqui um registro principalmente aos colegas Senadores que estão tendo oportunidade de iniciar a sua carreira política já como primeira legislatura. Quero fazer um testemunho a vocês e relembrar alguns momentos, principalmente na legislatura anterior, em que a nossa CLT, a legislação trabalhista, foi gravemente ferida – e eu digo gravemente ferida, porque, daquela reforma trabalhista, por meio da qual tanto se prometeu construir novos empregos, dar mais celeridade ao processo e melhorar a vida tanto do empregador quanto do empregado no País, passados já anos, nós temos visto que nada adiantou; pelo contrário, precarizou e aumentou ainda mais o desemprego: de 12% para 14% o número de desempregados formais, fora os desalentados, fora os outros números que nós não estamos incluindo nessa porcentagem.

E o que se percebe... Por isso, é importante essa audiência pública, sim. Tudo que for um bom debate, tudo que for diálogo é importante, porque, na época, uma das coisas que nós mais batemos ainda na Câmara dos Deputados – a Deputada Mara Gabrilli sabe e é testemunha do quanto nós pedimos, naquela época – foi um pouco mais de diálogo, por quê? Porque a lei que veio para o Plenário, a reforma trabalhista que foi aprovada foi desarquivada depois de quase 15 anos – e ainda era do Senado Federal. Depois de quase 15 anos engavetada, se tirou e, aí, de uma hora para outra, disseram: "É essa daqui que tem que ser atualizada", e foi colocada para votar no regime de urgência e na velocidade com que foi feita.

Nós sabemos que muito tempo se passou e tínhamos propostas mais atualizadas no Congresso. Mas não: foi ligado ali o trator, o rolo compressor, e foi votada do jeito como estava, assim como agora, recentemente, nesta Legislatura. Eu quero estar, se Deus permitir, vivo para lembrar os senhores, porque eu registrei lá no Plenário o quanto aquela questão do cadastro positivo não era para reduzir taxa de juros coisa nenhuma. Basta esperar. Daqui dois, três anos, eu vou perguntar: "Cadê a redução de juros?". A população continua pagando altíssimos juros, absurdos, numa agiotagem oficial que estamos vivendo neste País. Hoje a pessoa tem aí 200%, 300% de juros no cartão de crédito e no cheque especial. O servidor que paga em dia, que recebe em dia o seu salário, ou seja, o risco de calote para o banco é mínimo, se ele entrar um dia no cheque especial, é assaltado por esses bancos, porque são só eles que estão ganhando com essa crise toda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você olha aí qualquer empresário... E aí eu quero dizer que a minha bandeira todos sabem que é clara, em defesa do trabalhador, mas com diálogo sempre. Agora, pela manhã, estive no café da manhã da Associação dos Juizes Federais. Eles convidaram a nossa bancada do Maranhão, Presidente, e lá eu fiz questão de dizer: "Os senhores se lembram de que aqui nós brigamos muito. Vocês me esculhambaram na legislatura anterior, porque eu fui um dos defensores da aprovação do abuso de autoridade neste País. E vim aqui conversar porque vocês convidaram".

Então, nós que estamos fazendo este momento difícil temos a responsabilidade de liderar debates e não de ser liderados. Nós temos que pautar e protagonizar o que tem que ser feito para ajudar o País a sair do atoleiro em que está. Então, pautas difíceis, que, às vezes, são antipáticas, nós temos que encarar. A mesma coisa é a questão da discussão com o empresariado. Ontem eu fiz questão de aceitar o convite de

Ontem eu fiz questão de aceitar o convite de ir almoçar com o Presidente e a diretoria da CNI para conversar com os empresários, falar com eles e dizer: "É claro que eu tenho a certeza de que só existe o empregado se existir o empregador, mas também só existe o empregador se existir o empregado". Então, é essa harmonia de hoje, no momento que nós estamos vivendo, de o dono da empresa saber que existe a empresa, mas o empregado tem que ser parte da empresa e não um objeto dela, para ele ser utilizado de qualquer forma. Então, os dois tendo esse ponto de equilíbrio, e a legislação serve para isso, nós poderemos conviver de forma harmônica.

Por isso que é importante essa audiência e é importante nós restabelecermos, Presidente, alguns pontos da legislação que foram atropelados, que foram, de forma muito dura para a classe trabalhadora, impostos, tanto que você imagine só o momento de se falar em emprego: hoje é, sim, permitida demissão em massa e, o pior, de forma muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Weverton.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, só um pouquinho, é que o projeto de lei fala em autorização do sindicato e não diálogo com sindicato. Autorização do sindicato.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O projeto não diz isso, Senadora. O projeto não diz isso, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Diz o quê, Senadora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está na sua tela, está nas suas mãos. Por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, vamos aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco o requerimento em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que votam a favor do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Voto vencido dos Senadores.

Coloco aqui já o requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim.

Consulto os Senadores e as Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA**ITEM 14****REQUERIMENTO Nº 59, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 116/2017, que regulamenta o art. 41, § 1º, III, da Constituição Federal, para dispor sobre a perda do cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável.

Autoria: Senador Paulo Paim

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu abro mão da fala. Está muito claro, Sr. Presidente, que são dois debates importantes que são vinculados: um é estabilidade do servidor e outro é demissão sem nenhum motivo, sem dialogar com as partes.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Romário, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Só gostaria de dizer que a Senadora Mara Gabrilli já indicou aqui os representantes da próxima audiência pública de terça-feira: representante do Ministério da Saúde; representante da Associação de Defensores Públicos; Fábio Almeida, Associação Brasileira de Paramiloidose; Karina Hamada, Aliança Distrofia Brasil; Dra. Luciana Loureiro, MPDFT; Cristiano Silveira, Associação Carioca de Fibrose Cística.

Quem pediu a palavra?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Romário, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Pela ordem.) – É só para cumprimentar a Senadora Soraya Thronicke pela sua postura e sua coragem de trazer um assunto, de fazer esse requerimento para um debate, para uma audiência pública. Eu particularmente tenho aprendido muito com as audiências públicas. O Senador Paulo Paim sempre tem nos apresentado com excelentes audiências públicas. E eu acho que esse assunto vai ser esclarecido, porque eu acredito, sou partidário de que o diálogo é muito importante para a gente entender. A verdade sempre vem à tona.

Então, a princípio, eu tenho uma postura de que, quanto mais desburocratizado, melhor para a geração de emprego. Este é o grande problema da gente hoje: emprego. São 13 milhões de desempregados. Então, a gente tem que ter a sensibilidade para fazer algo justo, mas que não vá travar

Então, a gente tem que ter a sensibilidade para fazer algo justo, mas que não vá travar algo que possa gerar mais investimentos para o País, senão o investidor vai escolher outro país que tem outra postura.

Então, era isto que eu queria deixar: esses parabéns ao Senador Paulo Paim, à Senadora Soraya, à Senadora Rose de Freitas, que aprovaram esse requerimento, para que a gente possa esclarecer esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, só nos nomes que foram lidos, um nome não foi lido, da Fibrose Cística, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Cristiano Silveira, Associação Carioca de Fibrose Cística.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Certo.

É porque daí eu falaria com o pessoal da Fibrose Cística lá do Paraná. Já são quantos nomes?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Um, dois, três, quatro, cinco, seis.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É bastante já.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Se quiser incluir mais algum, fique à vontade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É que há um procurador da República que vem acompanhando todas as famílias e fazendo um belo trabalho, que é o Carlos Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Pode ser, Senadora Mara?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Carlos Henrique Martins Lima. É um procurador da República que tem ido ao Supremo, acompanhando todos esses casos. Ele tem uma visão global, me parece. Se for o caso.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Foi uma sugestão. Se o Senador quiser outros membros ou mesmo trocar, fique à vontade.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, para mim está ótimo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Vamos acrescentar o da Fibrose Cística.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É porque eu me lembrei da Fibrose Cística, mas já há um, então não é preciso ter o segundo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Precisamos apenas definir o horário dessa audiência pública da terça-feira.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – No período da tarde pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Que horas?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Na terça à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Às 2h?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Fechou.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Às 14h será feito o evento.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 357, de 2015****- Terminativo -**

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para disciplinar a comercialização de alimentos nas escolas de educação básica e a elaboração de cardápios do programa de alimentação escolar, e promover ações para a alimentação e nutrição adequadas de crianças e adolescentes.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 10/04/2019.

2- O Senador Chico Rodrigues apresentou relatório reformulado em 14/05/2019.

3- A votação pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto será realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues, para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Antes da leitura do relatório, eu queria me dirigir ao nobre e amigo Senador Chico Alencar.

Eu apresentei esse projeto. Eu não vou entrar nem no mérito, Senador Chico Alencar. Senador Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Chico Rodrigues.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Chico Rodrigues apresenta, conforme já dito por V. Exa., um relatório

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Chico Rodrigues apresenta, conforme já dito por V. Exa., um relatório a esta Casa.

Eu olhei exaustivamente o relatório construído com muito carinho e respeito a todos, assim entendi, por parte do Senador Chico Rodrigues. Eu o cumprimentei – não é, Senador? – V. Exa. e a assessoria, que construíram um substitutivo equilibrado.

Eu aprendi na vida – e repito sempre no período em que estou aqui dentro – que o projeto bom – acho que até disse a V. Exa. – não é o projeto dos meus sonhos, mas é o projeto possível de ser aprovado. E assim construiu o nobre Relator Chico Rodrigues esta proposta.

Ajustamos que hoje votaríamos. Conversei, enfim – não vou aqui citar a assessoria porque não quero criar nenhum problema com a assessoria –, que hoje seria votado esse projeto.

Fiquei perplexo e, ao mesmo tempo, preocupado, mas entendendo a liberdade democrática até de mudar de opinião daqueles que estão num debate como este, que trata, em resumo, das cantinas nas escolas ou, como muitos chamam, a lancheria nas escolas.

Senador Chico Rodrigues, qual é o pedido que eu faço? Eu queria fazer um pedido a V. Exa. de que nós tirássemos esse item de pauta e pudéssemos conversar os dois da forma tão respeitosa que eu sempre tive e continuarei tendo por V. Exa., como V. Exa. tem comigo, para ver se nós construímos algum tipo de entendimento. Se não for possível nenhum entendimento, claro, daí eu também respeito que a decisão vai para o voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o apelo que faço a V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Chico Rodrigues, com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... eu ouvi atentamente as manifestações do Senador Paulo Paim, inclusive é fato que conversamos anteriormente sobre esse projeto. No entanto, inicialmente eu concordo com a retirada de pauta, não há problema nenhum. Apenas foi feito de uma forma exaustiva o cruzamento de todas as informações, de todas as leis, e este projeto é específico do Poder Executivo. Então, na verdade, se nós encontrarmos alguma janela de oportunidade para encaixar, que não prejudique exatamente a linha que defende o nobre Senador, tudo bem. Tentamos de todas as formas. Inclusive preparamos substitutivo que pudesse se adequar e se alinhar exatamente à proposição apresentada pelo Senador Paim, que, diga-se de passagem, é extremamente cuidadoso e competente.

E é um tema recorrente para a sociedade, principalmente para as crianças nas escolas. Nós sabemos os problemas alimentares que têm e as implicações que advêm disso.

Concordando com a retirada de pauta, acredito que vai afunilar exatamente na dificuldade para nós apresentarmos substitutivo. Vou conversar com o Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Retiramos de pauta, então, o item 4.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço muito ao nobre Senador. Tinha certeza de que esse seria o encaminhamento que ele daria.

Eu estou com ele. Vamos tentar construir uma alternativa possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) –

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observação:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Senador Romário, V. Exa. sempre com belas iniciativas no atendimento às pessoas que mais precisam, principalmente as pessoas com deficiência.

Por isso, eu, com muita tranquilidade

Por isso, eu, com muita tranquilidade, vou direto à análise, para que todos conheçam o projeto.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a presente matéria é de competência desta Comissão.

Não se vislumbra, ademais, qualquer impedimento ao prosseguimento do projeto, dado que a matéria, seguridade social, é de competência desta Casa.

Inexiste, além disso, vedação de prosseguimento por invasão de iniciativa privativa do Executivo ou Judiciário ou de outro órgão da União.

A matéria não contém ilegalidade alguma ou antirregimentalidade a oferecer embaraço ao seu prosseguimento.

O autor da proposição sustenta, com muita razão, em sua justificção, que o cônjuge ou companheiro de pessoa com deficiência é obrigado a postergar seu ingresso no mercado de trabalho ou se retirar dele para oferecer o necessário apoio a essa pessoa. Mesmo se mantendo no mercado, muitas vezes, acabam por deixar de assumir melhores oportunidades de colocação para cuidar do cônjuge.

Efetivamente, no Brasil, o cuidado de longo prazo de pessoa parcial ou totalmente incapacitada costuma recair na família e, nesse sentido, a participação dos cônjuges é essencial. Isso se ressalta devido à precariedade da rede de instituições voltadas especificamente para esse tipo de cuidado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O custo pessoal de se dedicar de forma integral – ou quase integral – ao cuidado de pessoa com necessidade de cuidados permanentes é uma realidade. Esse custo recai, na grande maioria das vezes, sobre as mulheres, dada a realidade da divisão social do trabalho, que atribui a elas a maior parte desse tipo de responsabilidade doméstica e familiar. Falava, mais ou menos, isso ontem, Romário, e citei seu nome, num debate que tivemos na CDH, que tratou da previdência e as mulheres.

Trata-se, portanto, de uma externalização de um custo social que é suportado de forma desproporcional por uma parcela da população.

Ora, se é injusto que as mulheres suportem a maior parte desse ônus, em virtude das realidades do sexismo, é justo, reversamente, que se reconheça esse ônus e que, na medida do possível, se ofereça uma compensação.

Em resumo, o presente projeto tem, justamente, esse objetivo.

Um dos elementos que se inseriu no ordenamento jurídico previdenciário brasileiro na última década foi a limitação da duração de pensão por morte para os beneficiários cônjuges ou companheiros mais jovens.

Essa medida foi tomada por razões atuariais, dada a grande onerosidade de se manter o benefício por muitas décadas em caso de viúvas e viúvos muito jovens. A mudança, ainda que inevitável, deixou de reconhecer os efeitos causados no nível de renda e de progresso profissional provocados no cônjuge sobrevivente que tenha assumido essa função de auxiliar ou cuidador do cônjuge falecido.

O presente projeto não representa, a rigor, uma extensão do benefício, mas uma modulação dos efeitos que as reformas previdenciárias anteriores geraram na disciplina legal das pensões por morte.

Por esse motivo, entendemos, e nisto concordamos com o relator anterior, que as fontes de custeio da medida já estão contidas nas fontes de custeio geral da previdência.

Concordamos igualmente quanto à necessidade de se apresentar emenda de redação que suprima o inócuo art. 1º, para melhor adequar o projeto aos cânones da técnica legislativa.

Por tudo isso, Sr. Presidente, e entendendo uma necessidade

Por tudo isso, Sr. Presidente, e entendendo uma necessidade legítima daquele que dá a sua vida para cuidar da pessoa com deficiência, o meu voto não poderia ser diferente.

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2016, com apenas uma emenda de redação: "Suprima-se o art. 1º do PLS nº 209, de 2016, renumerando-se os subsequentes".

Só fiz uma emenda de redação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em discussão a matéria.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, haverá votação nominal? Há quórum para votação? Ou será terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Estamos buscando mais três pessoas.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Eu vi a discussão do projeto. Nós entendemos que esse projeto de sua autoria, o 209, tem algumas implicações. O problema do projeto é não trazer um recorte de renda e, como a própria reforma da previdência preconiza, precisamos acabar com privilégios.

Por isso, uma sugestão para reflexão seria limitar esse recebimento para beneficiar aqueles que percebessem o benefício até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social.

Hoje, por essa redação dada, se o segurado for do Poder Judiciário e recebeu o teto salarial de R\$39 mil, seu pensionista receberá este valor por mais cinco anos. Se for do setor público e recebeu o teto de R\$33,7 mil, também seu pensionista receberá esse valor.

Então, para que a discussão pudesse, na verdade, chegar a esclarecer com mais minudência de detalhe, mais precisão essas informações, baseada no escopo maior, que é exatamente evitar os privilégios, nós gostaríamos de pedir vista, porque entendo que a iniciativa de V. Exa. é solene, é importante, mas temos que ir à exaustão com essas discussões, para não deixar a sociedade nos olhar como se aqui nós fizessemos o exercício do privilégio sempre.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista coletiva.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedo vista coletiva nos termos regimentais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, já foi concedida vista, é regimental, entendo, para aprofundar o debate, mas só um esclarecimento: ninguém mais se aposenta com mais de R\$5,9 mil. É uma lei de 2013 e foi aprovada em 2013. Ninguém pode se aposentar e receber valor maior do que está no Regime Geral da Previdência Social, inclusive na área pública.

Então, o teto é de cinco mil e poucos reais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Item 7, Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2018, terminativo.

Nós não temos quórum, mas pode fazer a leitura, Senador Eduardo?

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, de 2018****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário.

Autoria: Senadora Simone Tebet

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observação:

Se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão, para proferir o relatório.

Senador Eduardo Girão, com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para proferir relatório.)
– Sr. Presidente, Senador Romário, eu faço aqui a leitura. Peço a dispensa a todos os colegas e a V. Exa. para ler diretamente a análise, porque eu acredito, Senadora Zenaide, que esse é o tipo de projeto daquelas coisas que a gente imaginou, sempre imagina como deveria existir há muito tempo, no meu modo de entender

como que deveria ter há muito tempo. Não é? No meu modo de entender, isso é algo que é tão óbvio que a gente acreditava que já era para ter tido há muito tempo, mas não tem.

Então, esse projeto, a proposição não viola preceitos constitucionais sobre a iniciativa, nem sobre a reserva de competências legiferantes os entes da Federação. Seu teor reflete o mandamento do art. 230 da Constituição, que atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e seu bem-estar.

De fato, como nota a justificção do PLS nº 142, de 2018, os idosos de hoje não são como os do passado. Muitas pessoas têm, felizmente, grande vigor ainda aos 60 anos. Contudo, o tempo é implacável e, ainda que a medicina, a alimentação e os bons hábitos melhorem a qualidade de vida dos idosos, é impossível evitar um declínio relativamente mais acentuado a partir dos 70 anos, e mais ainda dos 80 anos em diante. Dessa forma, o escalonamento etário da preferência no atendimento prioritário é razoável e desejável.

Com relação à juridicidade da matéria, convém mencionar que o Estatuto do Idoso, alterado pela Lei nº 13.466, de 12 de julho de 2017, assegura prioridade especial aos maiores de 80 anos, seja nos atendimentos de saúde, seja nos andamentos processuais, ou ainda na garantia de seus direitos fundamentais. Em tese, a prioridade de atendimento aos maiores de 80 anos já estaria abrangida pelo Estatuto, mas é importante levar essa preferência para a Lei nº 10.048, de 2000, que dispõe especificamente sobre a prioridade de atendimento, e fazê-lo de forma mais escalonada.

Faz sentido essa alteração para tornar mais explícita a preferência que pode ser apenas inferida desde o texto vigente, e para situar esse direito na lei que dispõe sobre o atendimento prioritário, que é a primeira, ou única, norma à qual recorrem os responsáveis por prestar esses serviços. Dessa forma, facilitando o conhecimento e a aplicação da norma, favorecemos a sua eficácia.

Reconhecido o mérito da proposição, é oportuno mencionar que o escalonamento da preferência nela proposto pode ser aprimorado, pela mesma razão que justifica a iniciativa: assim como os septuagenários e os octogenários devem ter preferência sobre os menos idosos, a mesma regra deve abranger os nonagenários e os centenários, pois é evidente que a probabilidade de ter agravos mais severos aumenta com o avanço da idade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a prioridade aos mais idosos na proporção de sua idade é um imperativo de respeito e solidariedade, especialmente se considerarmos que os idosos têm crescido notavelmente na composição da população brasileira. Justificam-se, portanto, mudanças no escopo e na redação da proposição, que deve alterar a lei do atendimento prioritário

atendimento prioritário e o Estatuto do Idoso.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2018, na forma da seguinte emenda, ressaltando que a autor é a nossa irmã Simone Tebet. Então, eu queria sugerir aqui a emenda. Precisa ler a emenda, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fora do microfone.*)
– Está bom.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Então, pronto:

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para estabelecer prioridade escalonada em favor dos mais idosos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

Parágrafo único. No atendimento aos idosos, salvo nos casos de emergência médica justificada, os mais idosos, por década de vida, terão prioridade sobre os menos idosos, priorizando-se, progressivamente, os sexagenários, os septuagenários, os octogenários, os nonagenários, os centenários e assim em diante.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º

§ 2º Dentre os idosos, é assegurada prioridade aos mais idosos, por década de vida, sobre os menos idosos, atendendo-se, preferencial e progressivamente, os sexagenários, os septuagenários, os octogenários, os nonagenários, os centenários e assim em diante.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eu, para encerrar essa matéria, que é tão assim óbvia, lógica, eu quero, neste momento, dizer que eu tive a benção, Senador Romário, eu tive essa benção de ter um avô que passou dos 100 anos de idade. Pude conviver com ele, um grande amigo, um homem feliz e tudo, mas que, vez por outra a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente percebia essa necessidade de pessoas mais velhas terem prioridade no escalonamento. Isso é uma coisa que...

Então, eu fico feliz de estar aqui no Senado de uma certa forma colaborando com os meus colegas aqui para que seja ajustada essa questão para que se faça justiça com as pessoas que têm mais idade e precisam de mais cuidados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador, o relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só cumprimentar a iniciativa, Sr. Presidente, tanto da Senadora Simone e a sensibilidade sempre do relator, porque ele não prejudica em nada a lei vigente; amplia simplesmente para que os que tiverem mais que 60 sejam atendidos de forma prioritária.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 49, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 26/2019, destinada a discutir o PL 616/2019, seja incluído como participante da referida audiência o seguinte convidado: Dr. Miguel Mies, oceanógrafo, pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (USP).

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia para leitura do requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente e colegas, este requerimento a gente tinha feito para uma audiência pública, que é um projeto de Lasier, e a gente pediu uma audiência pública sobre a morte dos corais determinada por substâncias que têm nos protetores solares.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria incluir o Dr. Miguel Mies, oceanógrafo, pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo

pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

Queria acrescentá-lo, porque tem uma experiência muito grande com corais. Muitos países já veem isso e a gente aqui precisa ouvir para saber o que existe.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senadora.

As Senadoras e Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Senadora Zenaide Maia.

ITEM 11**REQUERIMENTO Nº 54, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o uso de doping na prática esportiva, em geral, e na de fisiculturismo, em particular, bem como sobre a promoção de competições de fisiculturismo no Brasil sem a devida realização de exame antidoping.

Autoria: Senador Romário

Faço a leitura:

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o uso de *doping* na prática esportiva, em geral, e na de fisiculturismo, em particular, bem como sobre a promoção de competições de fisiculturismo no Brasil sem a devida realização de exame *antidoping*.

As Senadoras e Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme comunicado na fala de abertura, lembro os prazos para apresentação de emendas ao PLN 5/2019, LDO/2020, perante esta Comissão.

A abertura do prazo é 17 de maio e o encerramento é 20 de maio, até às 18h impreterivelmente.

As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas e as vias impressas deverão ser assinadas pelo Senador membro e entregues na Secretarias da Comissão.

Não serão consideradas as emendas enviadas fora do prazo estabelecido.

A reunião para apreciação das emendas será realizada no dia 22 de maio, às 9h.

Convoco para o dia 21 de maio, terça-feira, às 14h, reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Antes de V.Exa., eu queria um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Por favor, Senador Paulo Paim, V.Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu queria fazer um apelo a V.Exa. Sei da sua sensibilidade e da defesa intransigente que V.Exa. faz em relação às mulheres, tanto que caminhamos junto, V.Exa. assinou para mim ano passado a Frente Parlamentar dos Homens contra a Violência às Mulheres.

Presidente, eu sei que há uma polêmica porque me parece que a Câmara não está pautando projetos que vão do Senado e vice-versa, mas há um projeto, Sr. Presidente, que garante simplesmente o mesmo salário na mesma função a homens e mulheres. O projeto não é meu, é do Deputado Marçal Filho. O que acontece? Nós aprovamos outro no mesmo sentido aqui o Senado e a Câmara não pauta, mas como esse já está aqui, já faz uns dez anos que está aqui, desde 2011, então faz oito anos anos, está aqui desde 2011, se nós pudéssemos pautar aqui... Ele não é terminativo, ainda vai para mais duas Comissões, mas a Comissão de Assuntos Sociais, e eu uso muito a palavra que tem o viés totalmente humanitário, se ela aprovar esse projeto aqui, nas outras duas Comissões nós vamos trabalhar para que também aprovem, e, se for para o Plenário, dali vai à sanção, não volta mais à Câmara.

Então, o apelo que faço a V.Exa., se puder pautar Estado projeto, eu sou o relator, o Deputado Maçal Filho, que não está mais no Parlamento, foi o autor do projeto lá em 2011; está aqui já há alguns anos aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.K., Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e oito minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Renilde Bulhões, Fabiano Contarato, Marcos do Val, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Izalci Lucas e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Maria do Carmo Alves, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 58/2019 - CAS, de autoria da Senadora Mara Gabrilli. **Finalidade:** Debater a obrigatoriedade ou não do fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Poder Público. **Participantes:** Karina Zuge, Presidente da Aliança Distrofia Brasil; Silvia Regina Fernandes Matheus, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Paramiloidose; Cristiano Silveira, Presidente da Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose; Denizar Vianna Araújo, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; Pedro Paulo Coelho, Presidente da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos. Luciana Loureiro Oliveira, Procuradora da República no Distrito Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/21>

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 58, de 2019, da CAS, de autoria da Senadora Mara Gabrilli, para realização de audiência pública destinada a debater a obrigatoriedade ou não do fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Poder Público.

Dando início ao nosso trabalho, solicito à secretária da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Os convidados já estão todos aqui: Sra. Luciana Loureiro Oliveira, Procuradora da República no Distrito Federal, bem-vinda; Sr. Pedro Paulo Coelho, Presidente da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos, bem-vindo; Sr. Cristiano Silveira, Presidente da Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose, seja bem-vindo; Sra. Silvia Regina Fernandes Matheus, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Paramiloidose, seja bem-vinda; Sra. Karina Zuge, Presidente da Aliança Distrofia Brasil, seja bem-vinda; Sr. Denizar Vianna Araújo, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, seja bem-vindo.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, hoje vamos debater um tema nesta Comissão que nos toca de maneira muito particular e profunda, especialmente por envolver a saúde e bem-estar de tanta gente espalhada por nosso País. Não é por acaso que estou aqui, com muita honra, presidindo esta Comissão, entrei para a vida pública com o firme objetivo de tentar melhorar a vida de brasileiros e brasileiras, sobretudo daqueles marginalizados e desamparados pelo nosso Poder Público.

Pois bem, não são poucos os que estão aí hoje que não encontram a devida assistência do sistema público de saúde para o seu tratamento, de acordo com o que a Medicina mais moderna oferece. Notadamente, aqueles que têm doenças graves e raras, segmento em que o mercado é mais restrito e os preços proibitivos para a maior parte das famílias. Sabemos que, em muitos casos, não há tempo de espera.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O STF começará amanhã a debater o assunto. Este Parlamento também não deixará de cumprir o seu papel, ouvindo toda a sociedade e, principalmente, aqueles afetados pela questão. Esperamos sinceramente que o texto claro da nossa Carta Maior, que estabelece que o direito de todos à saúde, como dever do Estado, seja respeitado e consagrado como princípio fundamental da nossa Nação.

Eu quero dar boas-vindas a todos aqui presentes nesta audiência pública. A Senadora Mara Gabrilli, que é a Presidente da Subcomissão de Doenças Raras, ainda não chegou, porque está tendo um compromisso em um outro órgão daqui, do Distrito Federal, mas já está a caminho. Já que estão todos os convidados aqui, vamos dar abertura a este importante evento.

Informo que a audiência tem cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e do e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores.

Dando início ao nosso evento, passo a palavra à Sra. Luciana Loureiro Oliveira, Procuradora-Geral do Luciana Loureiro Oliveira, Procuradora-Geral do Distrito Federal.

A SRA. LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Eu cumprimento todos os integrantes da Mesa, os membros convidados, na pessoa do Senador Romário. É realmente uma satisfação estar presente aqui, nesta audiência. Também apresento o meu respeito e minha admiração à Senadora Mara Gabrilli, que ainda não está, mas certamente virá nos acompanhar aqui, já em breve.

Eu sou Procuradora da República aqui, no Distrito Federal. Há algum tempo eu já lido com essa matéria de saúde e, muito especificamente, sobre as diversas ações judiciais que têm sido propostas sobre esse tema, requerendo, o judiciário, que se forneça aos pacientes necessitados diversos medicamentos que não estão incluídos no SUS e não estão também previstos em protocolos clínicos. Pede-se ao Judiciário sempre que os forneça por tempo indeterminado e, geralmente, esses medicamentos têm um custo também bastante alto. Isso vem criando uma grande resistência por parte do Ministério da Saúde em talvez enfrentar essa matéria da forma como nós achamos que ela precisa ser enfrentada.

Não por acaso, a crescente judicialização dessas demandas nos últimos anos e no Distrito Federal é particularmente visível, porque o número é bastante significativo em relação até a outras sessões judiciais. Não por acaso, esse tema está recebendo muita atenção do próprio Poder Judiciário, porque recentemente já houve uma decisão do Superior Tribunal de Justiça tentando dar alguns contornos sobre o que deve ser entendido como direito do usuário da saúde aos medicamentos de alto custo que não estão incluídos em protocolos clínicos nem em listas do SUS.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O STJ proferiu essa decisão há mais ou menos um ano, dizendo que é, sim, dever do Poder Público fornecer medicamentos que não estejam previstos nas listas do SUS – eu vou dizer aqui bem resumidamente – desde que sejam cumpridos alguns requisitos: comprovação por meio de laudo médico da necessidade do paciente, da imprescindibilidade do tratamento e da ineficácia dos tratamentos eventualmente já existentes no SUS; outro requisito seria a incapacidade financeira do requerente ou do paciente de arcar com os preços dos medicamentos, que realmente, em geral, é muito alto; e o terceiro requisito é a existência de registro desse medicamento pleiteado na Anvisa.

Essa decisão, embora não tenha atendido certamente aos anseios de muitos dos pacientes que procuram os medicamentos de alto custo e procuram recebê-los no Ministério da Saúde, porque a maioria desses medicamentos ou grande parte deles não tem registro na Anvisa, mas com essa decisão, a nosso ver, o Ministério Público deu um caminho interessante, porque ela manda também que, após o trânsito em julgado, ou seja, o término do processo judicial de cada um desses casos, o Ministério da Saúde e a Conitec (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) sejam comunicados, para que realizem estudos quanto à viabilidade de incorporação do medicamento pleiteado no âmbito do SUS. Essa parte da decisão talvez tenha ficado um pouco para escanteio – as pessoas não prestaram muita atenção no interesse e na necessidade de isso ser levado a efeito.

E por que nós do Ministério Público entendemos que essa decisão não deixou de representar um avanço? – embora certamente amanhã, no julgamento do STF, é que esse tema vá começar a ter contornos mais determinados e definitivos sobre o direito do usuário nesse contexto. Porque nós temos uma legislação que até o momento regulamenta o direito ao acesso à assistência farmacêutica exatamente do modo como o STJ acabou preconizando, que é a partir de protocolos, a partir de listas do SUS e, no caso da incorporação de novos medicamentos, a partir dessa avaliação feita pela Conitec.

Todos sabem – vou dizer aqui muito rapidamente –, ou a maioria dos senhores e das senhoras sabe certamente porque lida com esse assunto diuturnamente, que a nossa Constituição fala que são de relevância pública os serviços e ações de saúde e educação e que cabe ao Poder Público regulamentar este direito – o direito de todos à saúde como dever do Estado, e que cabe ao Poder Público regulamentá-lo por meio de lei. Lá no art. 196, a gente tem uma expressão que é muito utilizada nesses pleitos por medicamentos de alto custo que é o acesso universal e igualitário de todos os usuários às ações e aos serviços de saúde; e lá no art. 198, as ações e os serviços públicos de saúde devem atender alguns princípios, entre eles a seguinte diretriz: atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas.

E o que quem lida com saúde e no âmbito jurídico entende? Que esses dispositivos da Constituição garantem ao usuário, ao cidadão, ao paciente necessitado acesso a qualquer tipo de medicamento ou terapia – não necessariamente medicamentosa, mas assistência farmacêutica mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamente –, qualquer que seja ela, independentemente de haver ou não haver uma terapia alternativa ou prevista em protocolos clínicos do Sistema Único de Saúde.

O que ocorre é que há também um entendimento contrário ou um pouco diferenciado que preconiza o seguinte... Na verdade, esses são os princípios que a Constituição estabeleceu, mas, quando ela fala em atendimento integral, esse atendimento deve estar regulamentado nos termos da lei, como a própria Constituição manda que o legislador regule. Então, a Lei 8.080, de 1990, é a lei que estrutura o SUS e regula como essas prestações de saúde devem ser executadas pelo gestor do SUS em todas as esferas. E, entre as obrigações e diretrizes que a lei preconiza, estão novamente: a universalidade de acesso aos serviços, ou seja, eles devem ser acessíveis a todos, independentemente de renda e quaisquer condições; a integralidade da assistência; e também a capacidade de resolução dos serviços em quaisquer níveis de assistência, seja básica, intermediária ou de alta complexidade; e uma diretriz para a qual quero chamar a atenção, que é a utilização da epidemiologia para estabelecimento de prioridades. Essas são as diretrizes que a lei, regulamentando aqueles dispositivos da Constituição e aqueles princípios que eu disse há pouco, estabelece.

Mas o que essa lei entende por integralidade da assistência? A integralidade da assistência é entendida como um conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Isso significa que a integralidade da assistência é a assistência dentro do conjunto articulado já definido dentro da política pública já definida pelo gestor do SUS.

Pela lei, então, a quem compete definir como esses serviços serão executados é exatamente o gestor do SUS, o gestor federal, o gestor estadual e os gestores municipais. No art. 6º também, a lei fala em assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, e nos artigos seguintes ela continua especificando como se deve dar essa assistência farmacêutica.

Alguns anos atrás, esses artigos novos da lei que foram inseridos em 2011, a nosso sentir, foram inseridos justamente para tentar oferecer alguma contenção às demandas judiciais que estavam crescendo enormemente. Há um tempo, bastava que se falasse no direito ao usuário da saúde, que se fundamentasse no direito à atenção integral previsto na Constituição e na assistência terapêutica integral já prevista também na lei e normalmente o Judiciário deferia esses pedidos sem muita necessidade de instrução ou de grandes discussões jurídicas. O que acontece é que, em 2011, foram inseridos alguns dispositivos na Lei 8.080, e esses dispositivos passaram a definir mais precisamente como se deve dar essa assistência terapêutica integral. Integral é integral nos termos da lei, e a lei diz o seguinte: a assistência terapêutica compreende a dispensação de medicamentos, em conformidade com as diretrizes terapêuticas definidas em protocolo clínico para a doença respectiva ou também a oferta de procedimento e de outras terapias constantes das tabelas do SUS.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, a lei restringiu, ou melhor, regulamentou de forma realmente restritiva, fazendo esses dois condicionamentos: ou a terapia, o medicamento, tem que estar previsto em protocolo clínico; ou previsto em tabelas do SUS, que podem ser tabelas da Relação Nacional de Medicamentos ou das relações suplementares dos Estados ou dos Municípios.

E o que isso causou? Isso acabou dificultando um pouco, de certo modo, as chances de obtenção de medicamentos de alto custo pelo Judiciário. Muitos juízes passaram a aplicar inclusive esses artigos aqui como impeditivos do fornecimento, da determinação do fornecimento de medicamentos que não estivessem previstos em protocolos e também que não estivessem registrados na Anvisa, porque – faltou falar disso, esqueci – outra condição que a lei traz é que esses medicamentos só podem ser dispensados quando tiverem uma avaliação de eficácia, segurança, efetividade e custo/efetividade.

E quem faz essa avaliação? A primeira avaliação de eficácia, segurança e efetividade é feita pela Anvisa. A lei diz especificamente que não podem ser dispensados, nem remunerados nem financiados medicamentos que não tenham registro na Anvisa. Também não podem ser fornecidos aqueles que constituam tratamento experimental. Então, isso estabeleceu um complicador para as demandas judiciais e também nas lutas de associações de pacientes portadores de doenças raras, porque as doenças raras, por definição, atingem um contingente pequeno da população e geralmente são tratadas, quando existem, por medicamentos chamados de medicamentos órfãos, que são medicamentos únicos e produzidos em escala muito pequena também. Por todos esses motivos, o seu custo acaba sendo bastante alto.

A outra avaliação de efetividade e de custo/efetividade quem faz é justamente a Conitec, que é essa Comissão de Incorporação de Tecnologias, que a lei também trata, que eu disse aqui há pouco. O que acontece então é que, sem o trabalho da Anvisa e da Conitec, esse processo de incorporação de novos medicamentos fica bastante dificultado. Esse conflito e essa necessidade administrativa de dar conta dessas demandas, que, antes de chegar ao Judiciário acabam também chegando ao Ministério da Saúde, isso acaba desembocando no Judiciário, que tenta, com os fatos que tem, os argumentos que tem, resolver o conflito da melhor maneira possível. Os conflitos vêm sendo resolvidos, em grande medida, em sua maior parte, pró-usuário, pró-paciente, e isso tem causado no Ministério da Saúde uma dificuldade grande de atendimento, porque o orçamento para o atendimento dessas demandas judiciais tem crescido cada vez mais.

Nós temos então essa decisão do STJ, que foi proferida um ano atrás, mas temos também amanhã a retomada de um julgamento extremamente importante, que vai dar os contornos definitivos deste direito. Afinal, medicamento de alto custo que não está em lista do SUS, que não está em protocolo clínico pode ser fornecido? Esse medicamento necessariamente tem que ter registro na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anvisa? Esse medicamento necessita de uma avaliação da Conitec? Esse medicamento pode ser demandado indistintamente da União, do Estado, do Município, dos três juntos?

Enfim, eu venho lidando com esse assunto há algum tempo e não posso dizer que haja uma posição firmada do Ministério Público Federal sobre o assunto. O que existe são posições e entendimentos um tanto criativos sobre a questão que se afastam, muitas vezes, dos dizeres formais da lei.

Eu, Luciana, particularmente, entendo que a regulamentação que a Lei 8.080 faz do tema não é ruim, ela é tecnicamente bastante razoável. O que acontece é que, na prática, nem a Conitec nem a Anvisa têm conseguido dar vazão a essas demandas da sociedade civil que já são demandas muito significativas. Então, nós temos uma necessidade grande de fortalecer esse órgão e de também desburocratizar ou não, mudar um pouco a regulamentação no que tange ao processo de registro de medicamentos ou talvez abrir alguma exceção no que tange aos medicamentos órfãos, porque eles têm uma dificuldade de avaliação de efetividade, justamente por eles não terem uma história de aplicação muito grande. Então, existe realmente uma certa dificuldade, uma dificuldade maior de avaliação da efetividade, da eficácia desses medicamentos em relação aos medicamentos mais comuns.

O que acontece com a Conitec é que... Parece-nos que ela tem um trabalho extremamente relevante. Por quê? Porque nós podemos continuar tratando a questão de modo individual. Assim, cada usuário, cada paciente que tenha necessidade e tenha condição de acessar o Judiciário... Nós sabemos que muitos deles realmente não têm nem condição e acessam por via das associações. Aqueles que conseguem chegar ao Judiciário vão fatalmente obter o medicamento, porque as decisões, em sua maioria, têm sido pró-paciente, mas aqueles que são portadores da doença e não têm acesso e informação vão ficar a ver navios, até que alguém consiga tomar uma providência que beneficie coletivamente todos os usuários. Então, até pela necessidade de atender o princípio da universalidade, pela necessidade de atender o princípio da igualdade, que também são duas diretrizes que estão previstas na Constituição para o funcionamento do SUS, é necessário que a Conitec, sim, faça essa avaliação, essa avaliação de efetividade, de segurança e de eficácia, talvez não necessariamente precisando ter um prévio registro da Anvisa. Isso é algo que pode vir a ser regulamentado de uma forma diferente para atender à excepcionalidade dos medicamentos órfãos, mas, sobretudo, para permitir ao SUS que se organize e se estruture, porque a própria Lei 8.080 fala que serão levados em consideração os critérios de epidemiologia para definição de prioridades na alocação de recursos, e os recursos do SUS, nós não podemos tapar o sol com a peneira, são finitos, são limitados.

O Sistema Único de Saúde é o maior plano de saúde do mundo, não existe sistema de saúde que dê uma assistência tão extensa a tantos usuários como o Sistema Único de Saúde no Brasil. E a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assistência farmacêutica nós não podemos pretender que seja também ilimitada, porque os recursos são limitados. Uma hora, vai faltar dinheiro. Nós não podemos também desejar que a assistência farmacêutica seja priorizada e que seja, por outro lado, prejudicada a atenção básica, a atenção de média complexidade que ainda não chega, infelizmente, a muitos cantos. Muita gente hoje morre não de doenças raras, mas de doenças absolutamente controláveis e absolutamente curáveis. Por quê? Por falta de atenção básica.

Parece-me que o mais importante neste caso é realmente fortalecer a Conitec para essa avaliação, principalmente também de custo/efetividade. E o custo/efetividade não é somente olhar quanto o medicamento custa. Todos os medicamentos órfãos ou quase todos ou a maioria ou a grande maioria ou quase a totalidade dos medicamentos para doenças raras são realmente de custo muito alto, mas essa avaliação de custo/efetividade permite que, nessa avaliação de incorporação, primeiro, já se tendo comprovação de eficácia, permita-se negociação do preço. Para que o medicamento seja incluído no SUS, há uma negociação prévia e necessariamente existe uma redução de preço. O representante do Ministério da Saúde pode falar melhor sobre isso, claro, mas um efeito normal dessa incorporação de medicamentos é a redução do preço, e o Ministério da Saúde negocia essa redução do preço.

Eu posso até estar enganada, mas vou citar aqui o exemplo do Soliris, que foi recentemente incorporado ou que estava em vias de incorporação. O Soliris era um dos medicamentos considerados mais caros para uma dessas doenças – não me recordo agora qual –, e sempre a defesa do Ministério da Saúde, a Advocacia-Geral da União dizia isto: eu vou tratar um paciente com Soliris enquanto eu posso tratar milhares com um determinado medicamento para uma determinada doença. O custo por si só não é impeditivo para incorporação. Nós já temos alguns exemplos disso. O que tem que funcionar é a Conitec, e, infelizmente, a Conitec não vem funcionando.

Nós propusemos, no ano passado – inclusive, já está fazendo aniversário de um ano a ação civil pública –, uma ação contra a União pedindo que ela implemente a política nacional de atenção às doenças raras, no que tange, principalmente, à revisão de protocolos para fins de incorporação de novos medicamentos e à criação de protocolos de diretrizes clínicas e terapêuticas para as doenças que não os possuem, que são, em sua maioria, as doenças raras. Em determinado momento, o Governo Federal tinha firmado um entendimento, uma espécie de protocolo de intenções, e tinha estabelecido as prioridades, listado uma série de doenças que não têm protocolos e que não têm nenhum medicamento previsto no SUS, para que eles fossem estudados e fosse avaliada a incorporação de diversos deles. Em determinado momento, na transição do Governo Dilma para o Governo Temer, esse assunto praticamente foi esquecido. Esse foi um dos motivos pelo qual nós resolvemos acionar o Ministério da Saúde para que essa recomendação de priorização de protocolos para atenção integral às pessoas com doenças raras fosse retomada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até o momento, essa ação não tem uma decisão. Nós estamos esperando, depois de uma nova abertura de oportunidade para manifestação da União. Por conta também do novo Governo que assumiu em janeiro, essa questão deve ter sofrido alguma reavaliação interna no Ministério da Saúde, mas do nosso ponto de vista, é isso que tem que acontecer, porque a judicialização tem sido muito importante. Ela tem dado possibilidade e oportunidade de acesso de quem não teria outra forma de ter acesso a um medicamento, a um tratamento desse, que às vezes é um tratamento que pode até não curar, mas é um tratamento que garante a sobrevivência, mas a grande maioria de pessoas não está tendo. Para garantir esse acesso igualitário e para permitir também que haja um planejamento efetivo e eficaz para o atendimento às doenças raras, o ideal é que essa previsão da Lei nº 8.080 saia do papel e realmente a Conitec funcione, e que essa avaliação de eficácia e de segurança, que pode eventualmente vir a dispensar excepcionalmente o registro da Anvisa, aconteça de forma a beneficiar quem realmente está precisando de medicamentos aos quais não vai ter acesso, a não ser com a tomada de uma decisão firme nesse sentido.

Eu fico aberta a quaisquer questionamentos e discussões. Eram essas as nossas palavras aqui.

Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Dra. Luciana Loureiro Oliveira, pelas palavras.

Quero aqui comunicar e agradecer a presença da Senadora Mara Grabilli, autora do requerimento, Presidente da nossa Subcomissão de Doenças Raras; a presença do Cap. Styvenson Valentim e do Senador Flávio Arns.

Logo, logo passarei a palavra, a Presidência, à nossa Senadora Mara Grabilli, mas antes gostaria de passar a palavra ao Sr. Pedro Paulo Coelho, Presidente da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos.

O senhor tem dez minutos para fazer a sua colocação.

Por favor.

O SR. PEDRO PAULO COELHO – Boa tarde a todas e a todos! Queria cumprimentar primeiramente a nossa Senadora Mara Grabilli pelo importante requerimento para ampliarmos ainda mais um debate em um ponto tão polêmico de nossa saúde pública; cumprimentar também o Presidente da CAS, Senador Romário, pela bela iniciativa; e também falar que fiquei muito honrado com a sua fala sobre a sua defesa das pessoas em situação de vulnerabilidade, que é a missão institucional da Defensoria Pública, a qual represento na data de hoje. Fico muito emocionado com esse tema porque tenho familiares com, obviamente, a saúde deficitária, mas tive o privilégio de ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um atendimento por um plano de saúde que cobrisse toda essa dificuldade de saúde. Mas essa não é a realidade de 80% a 90% dos brasileiros e brasileiras no Brasil.

Essa realidade, Senadora, Senador e demais aqui presentes, bate à porta da Defensoria Pública todos os dias. A gente tem que dizer que a Defensoria Pública não está presente em mais de 60% das comarcas dos Municípios do Brasil. Então, essa triste realidade é muito pior em outros Municípios do Brasil, um País tão desigual, um País em que formamos bilionários nos últimos anos de maneira avassaladora, mas formamos miseráveis com uma velocidade ainda maior.

Parabenizo a fala da Procuradora da República. Traremos também os nossos pontos da Defensoria Pública. Entendemos que o conceito do SUS se baseia no termo único e exclusivo da universalidade. Eu acho que começar a falar sobre o Sistema Único de Saúde sem falar do eixo da universalidade é negar toda a missão atribuída pela Constituição da República de 1988 ao Sistema Único de Saúde.

A gente pode tecer algumas críticas a toda essa condução desse processo. Uma dessas críticas, inclusive, foi falada pela Procuradora, sobre a judicialização. Ela é muito criticada. Mas eu posso também fazer uma defesa, porque a judicialização permitiu a inclusão de vários medicamentos no rol da Anvisa. Será que se não houvesse a judicialização, teríamos realmente a inclusão? Eu acredito que não. O desespero que eu vejo na Defensoria Pública, de várias assistidas, de usuários da Defensoria Pública procurando a Defensoria para judicialização não é porque eles tiveram ao bel-prazer a vontade de judicializar. Eles não querem judicializar. A judicialização é um martírio para eles, mas eles vão como último recurso. Às vezes eles nem sabiam que tinham esse recurso. Muitos nem conhecem, nem sabem o que é um processo.

A gente tem que falar muito também da elitização do sistema de justiça, que ainda é um sistema que não permite o acesso à Justiça pela população mais pobre. Por isso, eu falo muito da necessidade de fortalecimento das defensorias públicas. Faço essa fala e um pedido ao Senador e à Senadora, para fortalecer a Defensoria Pública, porque muitas vezes é o último recurso dessas pessoas que mais precisam.

Algo me surpreende também sobre sempre o discurso do orçamento: o orçamento é reduzido, o orçamento do Brasil não permite uma implementação maior do SUS. A gente sabe que o SUS é mais avançado em comparação a diversos países, mas ele tem muito a avançar, ele tem muito a ser criticado. E me surpreende que dos 50 principais ativos medicamentosos do mundo, o Brasil, em 43, trabalha com um valor médio bem superior à média mundial. Os medicamentos do Brasil são mais caros do que em muitos países. A gente tem que falar disso. Há alguém lucrando com a doença dos outros. A gente sabe disso. Então, acho que a gente tem que também debater bastante sobre isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é o próprio investimento no Sistema Único de Saúde. O Brasil, obviamente, tem um sistema único maior do que o da Argentina, do Chile e do Uruguai porque o orçamento do Brasil é muito maior, é um País continental, mas ele investe apenas em torno de 8% de seu orçamento na saúde, tendendo a reduzir com a Emenda Constitucional 95, enquanto países como Uruguai e Argentina investem em torno de 19% e 22%.

Então, o discurso muito utilizado – e eu estudei muito isso quando ainda estava na faculdade, com brilhantes professoras e professores, inclusive o Ministro Luís Roberto Barroso – é sobre a reserva do possível e o mínimo existencial. Quase todas as peças judiciais, quando tratam de saúde, vão falar desses dois temas; quem estiver pedindo medicamento vai falar do mínimo existencial, e quem estiver na defesa do Estado vai falar sobre a reserva do possível.

A reserva do possível é uma teoria que veio do ordenamento alemão – e eu sempre fico assim surpreso como a gente importa teorias, mas não diz realmente de onde veio a teoria. Ela veio de estudantes que queriam ingressar na universidade alemã, no ensino superior, sem ter logrado êxito nas provas. E o Brasil importa isso para negar direito à vida. Uma coisa é você dizer que as pessoas têm que passar numa faculdade para conseguir ingressar; outra é você utilizar o mesmo fundamento para trazer a tese da reserva do possível.

Então, já se avançou muito, pelo menos nessa teoria de que o mínimo existencial sempre vai prevalecer quando se fala em reserva do possível. Eu acho que esse é o principal cerne do debate. A gente sabe que o orçamento é dificultoso. E aí um outro ponto que a procuradora falou muito bem: a gente tem que avançar, na realidade, é na desburocratização. Esse é o ponto, porque já falei do gasto dos medicamentos que a gente tem que enfrentar, e a gente tem que falar também da desburocratização. E por isso eu parablenizo a iniciativa de algumas defensorias, que, apesar da falta de estrutura, têm programas de extrajudicialização na saúde. Temos o PES, que é o Procedimento Extrajudicial de Saúde em alguns Estados, inclusive no meu Estado do Espírito Santo; o SUS Mediado, de Rondônia e Rio Grande do Norte – o de Rondônia chegou a reduzir em 90% as judicializações, dando mais efetividade, tirando desse martírio aquelas pessoas que entram na Justiça, quando podem entrar na Justiça, para que seja efetivado. Mas é muito pouco, até porque poucas pessoas conhecem esses programas, e eles podem ser mais efeitos do que são.

Eu acho que essa temática é muito cara ao Brasil para a gente enfrentar sempre à luz do orçamento. O Brasil investe mal em diversas áreas – quando investe –, mas a vida tem que ser a prioridade. O princípio da dignidade da pessoa humana, elencado na Constituição, é a mola mestra irradiadora de todos os princípios – todos os princípios. Então, não basta ter uma vida; tem de ter uma vida digna, e uma vida digna exige uma vida com saúde. E é papel do Estado, é dever do Estado – não é só papel –, é dever do Estado dar essa saúde, que deve ser universal. Ela não pode ser para um ou para outro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu concordo muito com um ponto que o Dr. Luís Roberto Barroso trazia – ainda quando era professor, não era Ministro do STF – sobre a necessidade de tratar de forma coletiva esses problemas, porque a judicialização individual traz grandes problemas; ela beneficia as pessoas que têm acesso à Justiça, mas não trata da universalidade, porque muitas pessoas sequer acessam a Justiça, além de a Justiça no Brasil ser cara. Não é algo barato: não é barato para a pessoa que acessa a Justiça, e também não são barato desde as taxas e emolumentos. Avaliem um gasto, por processo, em torno de R\$4 mil a R\$5 mil. Esse gasto não vai para medicamentos. O ideal seria que esses R\$4 mil a R\$5 mil fossem para medicamentos, para tratamentos, para...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO PAULO COELHO – ... medicamento de alto custo.

Eu encerro a minha fala agradecendo a oportunidade para que a Associação Nacional dos Defensoras e Defensores Públicos se manifeste, lembrando que este ano a nossa campanha nacional é em defesa delas, em defesa das mulheres, e o Sistema Único de Saúde, quando não protege os direitos, com certeza vai prejudicar ainda mais as mulheres.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Dr. Pedro Paulo Coelho.

Vou passar a Presidência daqui desta audiência pública à autora do requerimento, nossa querida e maravilhosa Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Boa tarde a todos.

Eu quero cumprimentar nosso querido e maravilhoso Senador, porque, se não fosse ele, nada disso estaria acontecendo.

Queria cumprimentar os integrantes da Mesa. Primeiro, agradeço muito a presença de todos, especialmente dos nossos convidados aqui para debater um tema tão fundamental, que é o direito de acesso universal à saúde proposto pela nossa Constituição.

Amanhã, o Supremo Tribunal Federal vai retomar o julgamento que discute o fornecimento de medicamentos de alto custo. São mais de 42 mil processos hoje lá no Supremo que aguardam a decisão dos ministros. O que eles vão fazer talvez fixará uma tese de repercussão geral. E eu espero que esse debate aqui, esta audiência também sirva para nutrir nossos ministros de mais informação. A partir daí todos os tribunais do País deverão decidir sobre esses assuntos respeitando o entendimento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fixado pela Corte. A gente vive um momento histórico, e, com razão, estão todos apreensivos, especialmente as pessoas que têm doenças raras.

Os ministros vão julgar três recursos extraordinários: o primeiro é o simples dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo à pessoa com doença grave que não possui condições financeiras de comprá-lo; o segundo é o dever do Estado de fornecer medicamento ainda não registrado pela Anvisa; e, por fim, a responsabilidade solidária entre a União, Estados e Municípios de prestar assistência à saúde, já que somente no ano passado a judicialização da saúde custou R\$17 bilhões aos cofres públicos. Se de um lado a gente sabe o quanto a judicialização pode comprometer o planejamento do orçamento público para a nossa saúde, do outro lado pacientes e familiares têm o direito de acesso aos tratamentos.

Alegando falta de recurso, o SUS não incorpora a maioria dos medicamentos mais modernos. O Governo tem barrado cerca de 60% dos pedidos de incorporação; e a incorporação ao SUS reduziria custos, facilitaria o acesso e melhoraria todo o quadro.

A gente sabe que a Anvisa já adotou um procedimento muito especial para o registro de novos medicamentos para tratamento, diagnóstico, prevenção de doenças raras. Só que isso representa só um dos passos que a gente ainda tem que tomar para a política ficar eficiente para as doenças raras.

Algo muito grave está acontecendo também nos últimos anos: os cidadãos muitas vezes são obrigados a judicializar até medicamentos que já estão incorporados no SUS. Isso vem acontecendo de modo recorrente: a gente recebe demanda de imunossupressores para transplantes de órgãos e até retrovirais para HIV e hepatite também. Essas políticas já consolidadas seguem grave riscos, e as pessoas têm seus quadros de saúde agravados e perdem qualidade de vida.

Hoje, os brasileiros contam apenas com o próprio salário para compra de medicamento. E, quando a gente fala de medicamento de alto custo, a situação só se agrava. A gente não pode mais ficar sendo mero espectador dos avanços da Medicina; enquanto o mundo se beneficia das terapias mais modernas, o brasileiro fica esperando. O Poder Público deve encontrar meios para priorizar essas obrigações.

Agora vamos aos nossos queridos convidados. Eu quero agradecer a participação da nossa Procuradora da República, Dra. Luciana Loureiro, sempre muito presente, atenta a esses temas; do nosso Presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos – e eu considero um dos nossos maiores parceiros de trabalho a Defensoria Pública –, muito obrigada, Pedro Paulo Coelho; do Presidente da Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose, o Cristiano Silveira; da nossa Vice-Presidente da Associação Brasileira de Paramiloidose, a Silvia Matheus, e da Presidente da Aliança Distrofia Brasil, a querida Karina Hamada Züge; e, com muita honra, do nosso Secretário Denizar, aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representando o Ministério da Saúde – é com muita satisfação, Denizar, que você é o nosso representante aqui do Ministério para trazer mais reflexão aqui para a gente.

Muito obrigada, o que importa agora é ouvir os nossos convidados. Então, eu passo a palavra agora para o Cristiano Silveira, Presidente da Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose.

O SR. CRISTIANO SILVEIRA – Boa tarde. Primeiramente, eu queria agradecer à Senadora Mara Gabrilli pelo convite que foi feito à Aliança Rara do Rio de Janeiro, a Arar, formada recentemente, mas que já vem trabalhando há cerca de cinco anos, e é uma congregação, se não de todas, da maioria das associações de doenças raras do meu Estado, o Rio de Janeiro, que vem organizando caminhadas, seminários, enfim encontros. Além disso, também tem se preocupado em ocupar esses espaços de representação e, sempre, em um espaço como esse, representando não só a sua doença, como eu, que eu sou pai de uma criança com fibrose cística, mas as demais doenças raras: porque a gente sabe que esses espaços de representação às vezes são ocupados todos pelas doenças prevalentes, pelos debates das doenças numerosas – doenças de grandes números –, e as doenças raras acabam ficando um pouco para trás nessa discussão. A gente, percebendo isso, começou a se organizar no Brasil todo, alguns por alianças, outros por federações, enfim, no Rio de Janeiro, então, a gente tem a Aliança Rara do Rio de Janeiro.

Já aqui eu queria ser porta-voz de uma pessoa que, na última semana, num encontro que a gente promoveu na OAB do Rio de Janeiro, falando sobre esse tema que a gente está discutindo aqui hoje, a Katia Vallier, paciente de síndrome hemolítico-urêmica atípica, falava que essa luta talvez a gente esteja tendo para as pessoas que ainda vão vir, porque talvez esse tempo que a gente tem aqui, tão debilitado já pelas doenças, não seja o tempo dessa discussão.

Estou aqui também pelo Movimento Minha Vida Não Tem Preço, movimento que se formou a partir do julgamento desses recursos extraordinários, com repercussão geral. Nós acompanhamos isso sempre, a judicialização está sempre no nosso dia a dia, mas em 2016, em setembro 2016, de certa forma, nós fomos surpreendidos por esses julgamentos serem postos em pauta apenas dois dias depois de uma reunião da recém-empossada Ministra Cármen Lúcia com os Governadores que trouxeram o problema da judicialização para discussão e dois dias isso já estava em pauta de discussão. Naqueles dois dias a gente intensamente se organizou e chamou isso de Movimento Minha Vida Não Tem Preço para alertar que aquilo não poderia se dar de forma açodada, não poderia se dar sem a discussão necessária de como isso poderia representar um risco grande para aquelas pessoas todas, que poderiam ser afetadas com aquela decisão. E o movimento então, nesses dois anos e oito meses, tem trabalhado para trazer essa discussão. A gente esteve aqui desde a primeira sessão, participou da primeira vigília que foi feita para aguardar esse julgamento, esteve conversando com vários dos onze Ministros, levando memoriais, enfim, trazendo essa discussão. Organizamos um abaixo-assinado que já está com 650 mil assinaturas, pedindo a atenção especial. Só que esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juízo foi suspenso. Ele foi suspenso, então, ainda em setembro e mesmo assim a gente esteve nas ruas, a gente fez várias mobilizações, a gente esteve aqui em Brasília, como eu disse, em 2017 e 2018, falando com vários dos Ministros, falando duas vezes com a então Presidente do Supremo, Ministra Cármen Lúcia.

De uma dessas reuniões que a gente teve com a Ministra se desdobrou uma audiência pública no Conselho Nacional de Justiça, em que também o movimento foi representado, muito bem representado.

Então, enfim, nós estamos nessa batalha faz bastante tempo e amanhã esse julgamento finalmente retoma. E essa apreensão, a gente esperava, com toda essa mobilização, está reduzida, mas a gente ainda está com muito medo. Muito medo porque não temos certeza, não temos certeza se esses Ministros vão ter essa sensibilidade de ver a especificidade da doença rara, a dificuldade que é vivenciada por cada um que está aqui.

Eu aqui também estou representando a Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose. Eu me orgulho muito disso, a gente está completando 30 anos agora em setembro. O Senador Romário, lá do Rio de Janeiro, sabe da nossa luta pela implantação do teste do pezinho para fibrose cística. A gente teve uma evolução ali em 2011, quando houve a inclusão da fibrose cística no teste do pezinho e logo em seguida houve uma deterioração desse programa, a gente lutou muito para que ele voltasse a ter a qualidade necessária.

Então, o que eu queria dizer aqui, que a nossa luta de ontem, a gente tem 30 anos de história, às vezes não garante o nosso dia de amanhã, em todos esses dois anos em que a gente está na rua aqui a gente não sabe como é que vai ser amanhã, porque muitos retrocessos estão vindo, muitas coisas estão acontecendo, e a gente está bem preocupado mesmo.

No Brasil, há cinco mil pessoas com fibrose cística, e elas são representadas por 24 associações além da nossa e também e pela Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose – o Senador Flávio Arns conhece –, fica em Curitiba, e desde 2009 atua nesse tema. Na verdade, quando começou essa discussão no Supremo Tribunal Federal, numa audiência pública em 2009, para falar desses quesitos já muito antes dessa questão. A Sara e o Sérgio Sampaio estiveram lá nos representando e continuam. A Abram foi a *amicus curiae* nesse processo, e a Sara foi a única pessoa representando na sustentação oral, ela teve 7,5 minutos para falar nesse processo. E ela aproveitou cada segundo, cada dia da vida dela para lutar por isso. Eu queria homenageá-las.

Eu estou aqui também com a minha esposa, Marise, que em nome de muitos pais e mães como ela, em nome do meu filho, que tem fibrose cística, mas que não é elegível para nenhuma dessas novas drogas ainda. É a tal medicina personalizada. A gente às vezes tem um medicamento para cada mutação ou para cada grupo de mutações. E a gente está aqui porque a gente sabe que a ciência tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhado e tem avançado, se vocês acompanham a evolução científica nos últimos anos. A gente tem tido muitos bons resultados, mas o problema é isso chegar aos pacientes, chegar a nós.

Ter um filho com doença rara é aprender essa dimensão de cidadania também, é estar aqui. É a primeira vez que venho a uma sessão no Senado. É desde cedo e é desde sempre, porque a gente precisa lutar desde o diagnóstico, para se ter o diagnóstico correto, no tempo adequado. Então, isso é muito difícil.

Eu queria marcar muito fortemente aqui uma coisa: esse movimento não luta por tratamentos experimentais – não luta por tratamentos experimentais. Aqui a gente está conversando de tecnologias que já são usadas lá fora, em seus países de origem, há vários anos salvando essas vidas e não chegam aqui ainda. Então, é a vida dos nossos filhos, a gente tem muita seriedade com isso, a gente não vai brincar com isso. E a gente acha que órgãos como o FDA, EMA, são bastante criteriosos e podem, sim, ser balizadores. Claro que não estou dizendo substituindo as outras, mas quando se demora muito, elas podem, sim, ser referências de que aquelas drogas não são experimentais, enfim.

Aproveitando a presença do Secretário Denizar, acho que a gente teve uma evolução marcada na questão dos registros. A gente reconhece uma evolução muito grande na Anvisa, no tempo de submissão dessas drogas, mas a gente tem muita preocupação ainda com o tempo que essas drogas são recomendadas para a incorporação pela Conitec e os critérios usados pela Conitec já foram conversados aqui, que muitas vezes se utilizam exatamente as mesmas métricas daquelas doenças prevalentes. Daí, não se distinguem as suas especificidades. A gente tem bastante preocupação com isso.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTIANO SILVEIRA – E por isso tudo, por essa dificuldade – eu já estou chegando no meu tempo –, a gente não pode abrir mão da Justiça. Como o Pedro falou, não é uma questão de opção, não é mesmo. A gente sabe que quem fica lá, às vezes, 6h, 7h, 8h numa cadeira, na Defensoria, esperando atendimento, esperando aquela fila, sabe que isso não pode ser uma... Ou esperando a sentença ou, depois da sentença, o cumprimento da sentença. Ninguém quer isso. A gente quer, sim, a incorporação. Mas isso, às vezes, passa pela Justiça. E a Justiça tem empurrado essa roda das incorporações, como a gente falou aqui. As minhas colegas vão falar depois, não me vou estender nessa questão. Não foi por falta de aviso que a gente teve esses problemas. A gente espera mesmo que os Ministros nos ouçam.

Por último, porque acho que está chegando mesmo no meu final de tempo, e não quero alongar-me, porque acho que a gente precisa fazer um debate, aqui, não só falas, queria dizer que também estou aqui pelas pessoas que não puderem vir. E não é uma pessoa que não pode pagar uma passagem, uma pessoa que não pode se descolar, faltar ao trabalho, como tive de fazer. Estou falando



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

também por pessoas que não estão mais aqui nesse tempo de luta, 2 anos e 8 meses. Eu queria poder dar rosto e voz para cada uma delas, para cada uma delas. Vocês precisam saber que essas pessoas não são só números, não são só estatísticas. Escolhi uma, escolhi uma pessoa para representar essas todas, que é a nossa querida Margareth Mendes, a nossa pérola. É uma paciente de Minas Gerais, de hemoglobinúria paroxística noturna. Ela esteve comigo nessa primeira vigília, aqui em Brasília. Ela esteve comigo nessa audiência com a Ministra Cármen Lúcia. Ela ficou completamente paralisada nessa fala dela com a Ministra. Ela não conseguia falar nada, chorou o tempo. Logo ela que tinha tanto a falar, sempre tanto a falar: falar para a gente, falar para os colegas, sempre nos incentivando. Queria te falar, Margareth, que tu deixaste o teu corpo para a Medicina... Ela doou o corpo dela para a Faculdade de Medicina, em Minas Gerais, em Belo Horizonte, e deixou para a gente a coragem. A vida cobra da gente essa coragem, todos os dias. Que os juízes não se esqueçam disso, que não se esqueçam de que a gente não está aqui por nenhuma outra razão que não seja pela vida, nenhuma outra razão. Se era isso que a gente precisava, se era ter essa coragem, espero ter trazido aqui, em nome de todas essas pessoas que citei aqui para vocês, um pouquinho disso para essa discussão. Porque a gente precisa enfrentar e precisa enfrentar com essa coragem.

Essa discussão está emperrada há muito tempo. Esta Casa mesmo tem a Comissão Especial das Doenças Raras, desde a legislação passada. Como falei, tivemos avanços, mas nós precisamos avançar mais rapidamente, porque o tempo está contra nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Cristiano, pelo seu esclarecimento.

Quero dizer que estou muito grata. Muita gente aqui é de lideranças importantíssimas, a começar da Luciana, da distrofia muscular congênita; do Antoine, da Casa Hunter, que tem sido uma força muito grande, aqui, para todos nós; da Regina Próspero, do Instituto Vidas Raras; da Selva, do Renato Trevellin, da atrofia muscular espinhal; da Maria Cecília, da Afag, a Selva, da Cavernoma, a todos quero agradecer muito, aos nossos Senadores, pela importância, à Senadora Maria do Carmo, ao Senador Flávio Arns, ao Senador Styvenson e ao nosso querido Senador Romário.

Muito obrigada a todos.

Quero passar a palavra, agora, para a Sílvia Regina Fernandes Matheus, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Paramiloidose.

A SRA. SILVIA REGINA FERNANDES MATHEUS – Boa tarde a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Perdão, eu me achei aqui gastando e mudei o nome da Senadora, me perdoe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada por estar aqui, Senadora Renilde.

A SRA. SILVIA REGINA FERNANDES MATHEUS – Eu queria agradecer ao nosso Presidente, Senador Romário e à nossa Senadora, maravilhosa, Mara Gabrilli.

Eu estou, na verdade, representando a Associação Brasileira de Paramiloidose e, como todos os ativistas em associações, eu também sou mãe de um paciente, meu marido também teve a mesma patologia e o nosso trabalho é totalmente voluntário. Eu, por coincidência, sou médica, meu filho também é médico e tem a patologia.

A nossa associação é uma associação que tem um foco – vou resumir bastante para correr com o tempo – em três pilares importantes em nossa atuação: políticas públicas, conscientização sobre a doença, inclusive para os médicos, e o suporte aos pacientes. Nós temos uma representação nacional no Brasil e fora na Aliança Internacional de Amiloidose.

A nossa patologia é uma patologia – vou também resumir – de origem genética, autossômica dominante, tem um efeito devastador porque ela evolui e é considerada uma patologia rara, nova, porque ela foi identificada em 1952 pelo neurologista português Mário Corino de Andrade e é uma doença muito importante em Portugal. Nós absorvemos esse tipo de patologia até por sermos uma colônia portuguesa. A principal alteração é a proteína chamada transtirretina, que vai em todo sistema nervoso periférico central e também em órgãos, pegando coração, rim, toda a parte motora, membros superiores e membros inferiores.

O tratamento que nós temos atualmente é o transplante hepático, que foi o primeiro tratamento instituído, depois substituído pelo Tafamidis, que é um medicamento que faz com que a proteína fique estabilizada e que não haja a impregnação dessa proteína.

Eu queria mostrar aqui a principal importância da nossa fala. É que nós cumprimos todo o tempo de incorporação, todas as motivações, todos os enquadramentos da incorporação do Tafamidis no SUS. Começamos em maio de 2014 e fomos até outubro de 2018, quando o protocolo é publicado. Passamos por tudo, por Anvisa, Conitec, discussões internas, e, mesmo sendo publicado, até o momento o medicamento não foi comprado pelo Ministério da Saúde.

Essa espera é crucial para os nossos pacientes, porque a falta do medicamento e a falta da estabilização da proteína leva a sequelas graves e irreversíveis, e, muitas vezes, esse paciente sai da indicação do Tafamidis e sai da indicação do protocolo instituído pela Anvisa e Conitec. Isso leva ao paciente desgaste físico e emocional, o desemprego, a invalidez que vai cair no INSS, no auxílio-doença, e às vezes até morte e suicídio, porque são pessoas que vão perdendo a capacidade laboral naquele momento em que elas são mais ativas profissionalmente. Eu vejo pelo meu filho. Meu filho tem 38 anos e agora está no declínio. Ele é cirurgião de mão e ele está no declínio na profissão dele. E





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos pressa. A doença não espera, não dá para esperar esse tempo em relação a uma incorporação.

A nossa situação atual.

Sabemos que caminhamos muito, Dr. Denizar, temos ciência disso, mas nós estamos aguardando o Ministério da Saúde no processo de compras do medicamento e para posterior discriminação. Os senhores não têm a ideia que nós temos, representando esses pacientes, da ansiedade deles todos os dias: "E aí, quando é que eu vou receber, como isso vai acontecer?" E, aí, a última a única alternativa é a judicialização, que, ao nosso olhar, é uma consequência desse processo. Não é a melhor via. Nós queremos é o medicamento, nós queremos é a defesa da vida desses pacientes.

Algumas coisas já foram ditas. Amanhã, o STF vai definir esses critérios. A nossa preocupação: a Medicina evolui, as pesquisas evoluem, e, se nós pararmos somente com as medicações que foram incorporadas, outros pacientes com doenças raras poderão não ser atendidos, e até por conta das evoluções dessas sequelas no enquadramento dos medicamentos que nós temos.

Aqui é mostrando. Nós agradecemos muito ao Instituto Vidas Raras por fazer a parceria com todo o Brasil.

Aqui é a audiência com a Ministra Cármen Lúcia, que foi comentado pelo nosso colega aqui da Mesa, inclusive com a Margarete, que faleceu.

E eu agradeço muito a minha fala.

E eu gostaria, Sr. Presidente, Senador Romário e Senadora Mara Gabrilli, que tudo que fosse resolvido aqui não parasse aqui; que fosse enviado, para que o STF soubesse da nossa fala, do que nós conversamos aqui.

Eu agradeço e estou aberta a qualquer pergunta.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigada, Sílvia.

Quero passar a palavra para a Karina Zuge, presidente da Aliança Distrofia Brasil.

A SRA. KARINA ZUGE – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar a Mesa nas pessoas da Senadora e do Senador Romário.

Na verdade, é uma complementação às falas já ditas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É de conhecimento universal que o SUS padece, concomitantemente, de um problema grave de gestão e subfinanciamento. Negar solução a tais problemas é simplesmente adiar o enfrentamento das causas e, por conseguinte, agravar os efeitos, por vezes injustos, da judicialização da saúde.

Eis um diagnóstico que eu trouxe aqui, que saiu hoje no ConJur inclusive, que eu digo como absolutamente consensual, que foi bem sintetizado no seguinte excerto da nota conjunta do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde.

Em termos comparados, nos países com sistemas universais, o gasto público corresponde a 70% do gasto total com saúde. Já no Brasil, esse índice corresponde a apenas 47,5%. O Brasil não gasta pouco em saúde, porque o nosso gasto total é de 9,6% do PIB. O insuficiente é o nosso gasto público, que é de apenas 4,5%.

O Conasems e o Conass afirmaram incontáveis vezes que a União é responsável por um desfinanciamento progressivo do SUS. Isto porque, em 1993, ela era responsável por 72% dos gastos públicos com ações e serviços de saúde, reduzindo, em 2015, a apenas 43,8%. Tal redução, por sua vez, obrigou Municípios, Estados e o Distrito Federal a ampliarem o financiamento das necessidades em saúde. As consequências têm sido o retardamento da consolidação do SUS no alcance do que determinam os preceitos constitucionais.

Nesse contexto, é deveras frustrante constatar que o debate maturado direta ou indiretamente, há uma década – porque, em 2009, houve uma audiência pública no STF sobre as medicações de alto custo –, se repete como um problema presente que voltará amanhã à tona na pauta do Plenário do STF, em litígios quase totalmente semelhantes e, por óbvio, ainda não resolvidos. Afinal, controle judicial bom é o que retroalimenta o planejamento e fortalece a execução da política pública em bases universais; ou seja, não se precifica vidas, e o que a gente vem discutindo constantemente é preços de vidas. Só que isso hoje, para mim, é indiscutível.

Como assinala o jurista Cass Sunstein, "mesmo quando as diferenças são biológicas e não produzidas pelo direito, são as práticas jurídicas que transformam as diferenças biológicas em fonte de desvantagem social".

Com efeito, o STF forçosamente deveria ponderar a constitucionalidade das abordagens convencionais em avaliação de tecnologia à saúde realizadas pelo Conitec para o grupo de doenças raras, à luz do direito à equidade constitucional nas políticas de saúde.

Assim sendo, exigir evidências numericamente robustas para a valoração de material probatório que embase a demanda judicial para medicamentos órfãos, ignorando peculiaridades clínicas e epidemiológicas deste objeto, é injusto no nosso caso. Aliás, estamos falando de doenças raras, não de uma simples gripe.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ao inserir esses pacientes no fluxo convencional do SUS, o Supremo assume o seu papel no Programa Biopolítico Brasileiro, expondo alguns pacientes ao abandono, a uma morte lenta, de forma que esses podem ser realmente reinscritos como *homo sacer*, que é uma figura do antigo Direito Penal romano, descrito por Giorgio Agamben como uma vida que pode ser morta sem que se cometa um homicídio.

E mais: devemos destacar a reforma da previdência, que aqui não foi mencionada, que modificaria o art. 195, §5º, da Constituição Federal, que só prejudicaria mais o nosso direito, coibindo inclusive a nossa possibilidade de judicialização, que é o que a gente está discutindo hoje, e sequer haveria esta audiência pública que está acontecendo.

Então, acho que as nossas divergências, hoje, têm que convergir pelo bem comum, pela mora e pela ética, tanto para os pacientes como para a comunidade, no geral.

Então, eu queria só reforçar a sugestão da minha colega Sílvia, para que o resultado desta audiência seja comunicado, de alguma forma, formalmente ao STF, pois o STF ouviu os Governadores, e eles levaram a posição deles, e a gente ainda não foi ouvido. Então, se possível, a gente implora para que, pelo menos, a nossa fala chegue, de alguma forma, formalmente, ao STF... (*Palmas.*)

A SRA. KARINA ZUGE – ... antes desse julgamento de amanhã.

Obrigada.

E estou aqui representando, ainda não falei, a Aliança Distrofia Brasil, mas também estou aqui como esposa de uma pessoa com doença rara e mãe de uma portadora. No caso, ela é portadora assintomática de doença rara.

Então, como o Cristiano disse, a gente não está aqui só por nós – até muitos aqui não vão judicializar ou receber –, mas a gente está aqui pela posteridade, e não só pelas doenças raras. Tudo que é discutido pela minoria também vai atingir a maioria.

Então, essa é a minha fala.

Eu agradeço.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Karina. Saiba que foi nossa intenção fazer uma audiência pública antes do STF, para a gente conseguir fazer com que esta audiência chegue até eles. E os Senadores foram super rápidos para aprovar o requerimento, por conta disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora eu passo a palavra para o nosso Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, famosa SCTIE, que é o nosso Secretário Denizar Vianna Araújo.

Obrigada, Denizar.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Obrigado, querida Senadora Mara, Senador Romário, muito obrigado pelo convite. Parlamentares, membros da Mesa, audiência...

A discussão sobre a judicialização na área da saúde – e até vou me apropriar um pouco da visão médica – é um sintoma de um problema e exige dos formuladores de políticas de saúde, dos gestores, avanços nas políticas públicas de saúde.

Então, nós estamos diante de um problema que foi sinalizado por falhas que existem e que exigem uma resposta. Nós temos que buscar essas respostas, e encontros como este nos permitem compartilhar em que a gente pode avançar.

Esse é um tema complexo, e, para problemas complexos, nós não temos soluções simples e fáceis.

É interessante o seguinte: eu tenho mais de 30 anos em atuação como médico, num hospital público no Rio de Janeiro, no Hospital Universitário, e como pesquisador da área da avaliação de tecnologia; aceitei o convite do Ministro Mandetta para assumir a secretaria aqui e, como pesquisador, acreditava que boa parte dos problemas poderia ser resolvido pelo Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde, sim, pode avançar bastante em questões críticas, para poder dar acesso à população, que é o objetivo – nós temos que dar acesso, aumentar o acesso da população a esses tratamentos de maneira sustentável, óbvio; nós temos uma responsabilidade com o sistema de saúde –, mas isso exige uma ação coordenada de todos.

Nós precisamos da indústria farmacêutica nesse sentido – o Dr. Pedro Paulo muito bem falou aqui em relação à flexibilização de preços –, no momento em que o Ministério da Saúde, com o seu poder de compra, vai tentar, sim, reduzir preços, para aumentar acesso da população, e não para aumentar lucro. O Ministério da Saúde quer devolver isso como mais acesso da população a esses tratamentos.

Precisamos das organizações de pacientes, e é exatamente o que nós estamos fazendo nessa nova gestão: estamos chamando as organizações de pacientes para a elaboração dos Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas, estamos convidando as organizações de pacientes para discussão de todo o processo, de um processo inovador gerencial para incorporação de novos medicamentos, que é o compartilhamento de risco, que já foi bastante discutido numa sessão anterior, que é uma forma de vencermos hoje os gargalos que foram muito bem apresentados aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos programas orçamentários...

Nós temos problemas de gestão, sim, porque a máquina brasileira é emperrada. É difícil você... Você tem uma série de quesitos... Compra de medicamento: o tempo que você leva para licitar, para poder buscar o laboratório... Há um trâmite que realmente... A gente tem que encontrar uma forma de o Estado brasileiro se reformar, para dar mais agilidade a essas questões. Esse é um desafio maior, que transcende até a questão do Ministério da Saúde.

E, nessa discussão, como é que a gente pode evoluir com políticas públicas? Que a gente tome a questão da judicialização na saúde, que é um direito do cidadão – a gente não pode voltar atrás nisso –, mas aí tem que ser a exceção e não a regra, porque hoje é regra de um modelo que não está proporcionando o melhor para os nossos pacientes. Por quê? Muitas vezes, como acontece: a gente libera o recurso para um depósito judicial e a gente não sabe como esse medicamento está sendo utilizado na ponta, se está sendo efetivo... Nós precisamos ter controle da utilização disso, porque é parte da linha de cuidado – o medicamento é um item dessa linha de cuidado. Nós temos que diagnosticar mais rápido, nós temos que oferecer acesso aos lugares que podem tratar essas doenças com mais competência...

Eu ontem tive uma reunião com o pessoal da epidermólise bolhosa e fiquei estarelecido de ver que hoje é uma dificuldade se fazer um diagnóstico precoce, e, muitas vezes, essa doença evolui muito rápido, e nós não temos hoje uma rede constituída para oferecer esse cuidado. Então, é muito mais complexo do que a gente imagina. Não é simplesmente assim: "Ah, o Ministério da Saúde abre as portas e vamos incorporar tudo". Toda a linha de cuidado é responsabilidade nossa e nós temos que trazer para nós esse desafio, esse desafio que tem de ser vencido com políticas responsáveis.

Nós temos que, sim, passar esse passo a passo – que foi descrito aqui também, com muita propriedade por todos – do registro do medicamento, sobre os atributos de eficácia e segurança na Anvisa, depois a decisão de incorporação. Nós podemos avançar, sem dúvida, em outros modelos até, mas o que está posto hoje é esse rito, e nós temos que seguir esse rito. Temos que, de alguma forma, aperfeiçoar os processos para acelerar nisso aí.

Quanto a essa discussão da Agência de Vigilância Sanitária, eu sempre me recordo... Eu não sei se muitos aqui estão familiarizados com o que aconteceu com a talidomida no final dos anos 50.

O que que foi a talidomida? Foi o uso de um medicamento – porque não existia esse conceito de vigilância sanitária no final dos anos 50 –, e esse medicamento foi utilizado para tratar sintomas em pacientes e gerou uma série de má-formações, a focomelia, que é a amputação de membros superiores e inferiores, e outras má-formações de órgãos, mostrando a necessidade... Nós não podemos retroceder nisso; nós temos que avançar com a responsabilidade de que esses atributos sejam adequadamente documentados, para que a gente tenha segurança nesse processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com respeito ao processo de incorporação, que é adotado em todos os países de acesso universal... Se nós pegarmos toda a Europa, eles têm suas agências de avaliação de tecnologia em saúde. Nós temos avançado, nós temos aqui a discussão em curso de um modelo para uma doença rara – no caso, a atrofia muscular espinhal –, de um modelo de incorporação tecnológica baseado em compartilhamento de risco, em que a indústria nos atendeu, entendendo que tinha que flexibilizar o preço, que tinha que compartilhar resultados clínicos, porque há muita incerteza. E é óbvio; eu também, até como pesquisador dessa área, entendo as incertezas que existem das evidências que são geradas em doenças raras. Por conta de uma população pequena, muitas vezes você não consegue demonstrar os resultados.

Qual é a melhor forma de a gente documentar isso e ampliar o acesso da população? É gerar dados de efetividade: vamos acompanhar as populações que estão sendo tratadas; vamos monitorar isso, para que a gente possa, cada vez mais, com segurança, avançar nesses tratamentos. Esse também é um ponto, é um alicerce dessa nova política, que entende esse como um caminho importante nessa construção.

E mais uma coisa que eu queria reforçar muito, porque é muito fácil a gente transferir o problema para um lado, e isso tem sido... Eu era pesquisador. Até dezembro de 2018, eu estava do outro lado, sentado lá, falando assim: "O problema é do Ministério da Saúde". Não: o problema é de todos nós! E nós temos que buscar isso: Judiciário, Legislativo, Executivo, indústria, organizações sociais – nós temos que buscar essa solução, porque os países, também de acesso universal, pactuam isso com a sociedade. Quais são os limites da integralidade? É uma pactuação de a gente saber como evoluir nisso, para que a gente possa realmente, de maneira consciente e responsável, evoluir com política públicas exitosas.

Eu posso garantir – e eu estou transmitindo a fala do Ministro Mandetta aqui – que nós, como Ministério da Saúde, queremos avançar nesse acesso; entendemos que é totalmente legítima e genuína a demanda das doenças raras, mas temos que ter o compromisso de manter a sustentabilidade, e isso parte de todo esse envolvimento, de tudo que a gente tem que fazer para que esse modelo realmente seja exitoso.

Então, nós temos grandes desafios, e eu acho que é uma oportunidade ímpar de a gente compartilhar conhecimento, informações, para subsidiar o processo decisório que os nossos ministros terão que tomar. E eu espero que seja com muito equilíbrio, porque não existe uma resposta pronta ao dilema entre o coletivo e individual – o Dr. Pedro Paulo comentou aqui –, porque decisões coletivas impõem restrições individuais, e decisões individuais repercutem no coletivo. Não há resposta certa. Muitas vezes nós temos que buscar o meio termo disso: como compatibilizar isso? E a virtude está no meio. Vamos buscar essa sabedoria, para, de alguma forma, avançar nisso. E eu digo isso como médico. Não sei quantos médicos há aqui. A Dra. Silvia também é uma colega e sabe disso, porque no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dia a dia a gente lida com isso. É o sofrimento do paciente na ponta, e nós queremos realmente avançar nisso, mas queremos avançar com o chapéu de um formulador de política, com o chapéu de um gestor, de uma maneira bastante responsável.

Eu acho que esse é o grande desafio e coloco-me à disposição...

(Soa a campanha.)

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – ... para compartilhar com vocês todas as nossas dificuldades e como é que a gente quer avançar nesses desafios.

Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigada, Denizar.

Eu queria perguntar aos Senadores se eu posso, antes de passar a palavra a todos os Senadores, só passar a palavra para mais dois representantes aqui da sociedade civil, que pediram para falar.

Tenho essa permissão?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – V. Exa. é quem manda. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Então, eu queria passar a palavra, primeiro, para o Antoine Daher, que é da Casa Hunter, para ele dar uma palavrinha.

Vamos tentar ser bastante breves, porque a gente também quer ouvir os Senadores.

O SR. ANTOINE DAHER – Boa tarde a todos.

Cumprimento a nossa querida amiga, lutadora da causa, Mara Gabrilli; o Senador Romário; o secretário também – eu acho que concordo plenamente com a sua fala –; ocupantes da Mesa; todos os Senadores aqui, também da associação de pacientes...

Eu acho que todos falaram o que tem que ser falado, todos tocaram no assunto correto.

É importante saber que esse tema é totalmente legítimo. Ninguém aqui está querendo falar ou pedir algo extraordinário. Nós estamos aqui lutando pela vida. Esses pacientes lutam somente para sobreviver. Isso é muito importante.

O que eu acho que não foi falado ainda, porque tudo foi falado menos esse assunto. Até o momento, isso nunca foi discutido, nem no STF, nem no CNJ, nem no Senado, em nenhum lugar: separar o joio de trigo; separar as doenças raras das demais doenças da saúde em geral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando se trata de doenças raras, quando se trata de novas metodologias, de estudos diferentes, novos medicamentos, também diferentes, trata-se de demandas pela vida; não é um capricho, não é uma marca de água de coco, não é uma marca de fralda, com todo o respeito.

Até o CNJ, quando criou o e-Natijus... É superimportante ter peritos. Nós precisamos ter peritos que entendam também de doenças raras. Com todo o respeito ao ortopedista ou ao pediatra, mas não podemos ter um ortopedista que vai analisar se esse paciente tem ou não tem uma doença lisossômica, uma doença genética, porque é outra Medicina. Nós sabemos que mais de 98% dos médicos no País não conhecem as doenças raras. Temos menos de 300 geneticistas no País atuantes.

Então, nós temos que separar o joio de trigo, sabendo também que esse processo é tão importante, porque as doenças raras, no futuro, o tratamento dessas doenças, as novas tecnologias não vão somente atingir os pacientes com doenças raras; as novas metodologias, as novas terapias serão terapias exclusivas: terapias gênicas, terapias celulares, terapias-alvo. Até para tratar pressão alta e diabetes, no futuro, daqui a cinco ou dez anos, nós vamos precisar da genética.

Então, o País, se não começar a enxergar que esses novos tratamentos são investimentos para colocar o Brasil no Primeiro Mundo, daqui a dez anos, em tratamento de saúde em geral, nós não vamos poder avançar; sempre vamos olhar as doenças raras como uma carga grande que pesa nos cofres públicos, enquanto ela pode ser a saída para muitas doenças comuns.

Além disso, a sua secretaria, Dr. Denizar, tem um trabalho fundamental. Eu quero parabenizá-lo, porque foi a primeira vez que o Governo, o Ministério da Saúde, está querendo modernizar o trabalho, o olhar também de incorporação das novas tecnologias. Eu acho que só dessa maneira podemos entender melhor, podemos economizar, dar o medicamento para aquele que precisa, de maneira sustentável, porque também, se implementamos uma política de qualquer jeito, vamos ter colapso na saúde. Então, nós temos que fazer tudo com consciência.

Antes de terminar, eu queria cumprimentar também e comunicar a todo mundo que quinta passada já saiu do cartório e nós temos a Febrararas, que uniu... Mais de 40 associações de pacientes fundaram essa associação, a Febrararas, do Nordeste, Norte, Sul, Sudeste, inclusive para poder juntar toda a sociedade civil que luta pela mesma causa em prol das doenças raras e para ser mais ativa em políticas públicas.

Eu quero cumprimentar todos os presentes aqui da Febrararas e falar para a nossa querida Mara que nós estamos à disposição para trabalharmos juntos na implementação de políticas públicas sustentáveis para o Brasil. Nós queremos que o Brasil seja Primeiro Mundo na saúde daqui a cinco ou dez anos. Queremos dar, sim, para os pacientes que precisam, mas também de uma forma sustentável, e podemos, sim, fazer isso, de uma forma bem correta e bem ética.

Muito obrigado. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Antoine.

Eu concordo muito com você. Acho que o momento é muito propício, até levando em consideração que a gente tem um ministro da Saúde tem muita sensibilidade com o tema, não é? Embora seja ortopedista, sempre trabalhou em prol das doenças raras, das pessoas com deficiência, e tem sensibilidade para isso. Exemplo disso é o Denizar. Foi ele que trouxe e que também está lutando para haver uma postura diferente da nossa saúde.

Eu quero comunicar a todos que nós, Senadores aqui presentes, vamos levar o vídeo desta audiência, hoje ainda, para o STF, para eles terem contato.

Quero cumprimentar a Lauda da Febrararas e passar a palavra para a nossa querida Regina Próspero, do Vidas Raras.

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Boa tarde.

Fiquei muito feliz em saber da audiência na véspera de um julgamento que é tão importante para nós.

Nós temos seguido tudo isso desde 2007, quando, pela primeira vez, veio à baila essa mesma questão. E também, naquela mesma época, o processo foi levado por dois anos, até que culminou na audiência de 2009, quando o Ministro Gilmar Mendes deu ganho de causa para os pacientes. E, no seu resumo, ele dizia que a saúde era um dever do Estado e era um direito do cidadão e que todos deveriam ser cuidados.

Infelizmente, daquela época para cá, não muita coisa andou. A gente teve que brigar muito, inclusive entrar também até com ação civil pública, para que alguns medicamentos tivessem seus registros incorporados, o que culminou agora, recentemente, com vários registros, o que nos deixou até muito feliz.

Nós vemos que melhorou bastante a saúde para os doentes raros, de um tempo para cá, mas nós estamos muito temerosos, porque voltamos à estaca zero de 2007, quando tivemos que mostrar para o Governo que não estávamos pleiteando nada além do nosso direito, que era a saúde dos nossos filhos ou dos nossos entes. E eu espero sinceramente que, amanhã, eles tenham um olhar diferenciado.

Nós tivemos reunião com todos os ministros, levamos o nosso pleito a todos os ministros, levamos dossiês para todos os ministros. E eu espero que tanto o Movimento Minha Vida não tem Preço, que levantou 650 mil assinaturas para uma doença rara, o que é uma coisa muito inédita... Eu falo que, tendo 13 milhões de doentes raros, levantar 650 mil assinaturas é uma vitória, não é? E nós conseguimos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria muito, Mara, não sei se você vai estar presente amanhã lá, o Senador Romário e todos os Senadores que vêm na nossa causa já há algum tempo... Nós também fomos acompanhados por diversos Senadores naquela época, em 2007, que agora voltaram. Então, eles entendem a nossa angústia, eles entendem a nossa preocupação.

E novas tecnologias estão vindo de todas as formas, e a gente precisa dar isto para os nossos filhos: aquilo que é justo, aquilo que é correto e aquilo que pode beneficiar muitas pessoas.

Então, eu agradeço a todos, e vamos aguardar, não é, porque amanhã só nos resta rezar. E que Deus ilumine cada uma das cabeças que estejam lá, para votar a nosso favor.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Regina.

Só mais uma última escapadinha do protocolo.

Eu queria passar a palavra para a Luciana Trindade, que é minha amiga há muito tempo e quer fazer uma fala como paciente de distrofia muscular congênita.

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Boa tarde para todos.

Mara, sem palavras para agradecer quão importante é esta audiência para a gente que é paciente e sente todo dia ou diariamente, a cada minuto, a cada segundo, vê a sua vida se esvaindo e sem um fio de esperança, porque a esperança, que são as pesquisas, todos os tratamentos, promessas de uma qualidade de vida a ser incorporada, que é uma esperança de vida, mesmo que não seja a cura, mas é uma qualidade de vida. Um pouquinho que melhorar já ajuda muito.

Amanhã há um julgamento, e isso pode se esvair e não haver. Eu durmo todo dia preocupada se eu vou conseguir acordar no outro dia, continuar respirando, continuar tendo um pouquinho de qualidade de vida, mas agora, com esse julgamento e tudo que a gente tem aí de pauta, a questão da previdência, da cláusula 195, tudo isso é uma escuridão, é uma perda de esperança, uma perda de vida.

Hoje eu estou aqui, com uma promessa de esperança de vida de 30 a 40 anos – tenho 39, vou fazer 40.

Não sei se amanhã eu vou continuar aqui, não sei se vou ter oportunidade de ter um medicamento ou uma pesquisa que possam me ajudar. Mas hoje eu tenho voz e eu preciso muito que essa voz seja ouvida. E não é só por mim, nós somos mais de oito milhões de pessoas com algum tipo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de doença rara ou com algum tipo de deficiência que depende dessa medicação, depende dessa pesquisa, depende dessa incorporação.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador Romário, tem a palavra.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Presidente.

Primeiro, quero dizer a todos que, desde o momento em que foi pedida esta audiência pública, eu me disponibilizei para que esse evento fosse realizado. A nossa Senadora Mara Gabrilli urgentemente fez um requerimento de urgência que a gente aprovou. E hoje a gente está aqui. A gente sabe realmente o que representa esse evento neste momento.

Como já foi dito pela nossa Presidente, Senadora Mara Gabrilli, hoje ou amanhã, em uma ideia inclusive do próprio Senador Styvenson para ver o que a gente decidiria... Levaríamos lá tudo isso que está acontecendo. A gente tem que avaliar o que seria mais interessante, mais importante para que a gente pudesse ter mais força em relação ao julgamento amanhã no STF.

Mas eu queria aqui fazer duas perguntas que não estão diretamente ligadas no contexto de o que vai acontecer amanhã no STF, mas é uma coisa que me intriga já nos últimos dois anos: eu pessoalmente estive com o Ministro da Saúde, o anterior, Ricardo Barros, que inclusive é Deputado Federal, e, desde a primeira vez, a impressão que me passou era que realmente não existia por parte dele um entendimento de que as pessoas com doenças raras teriam como têm que ter um tratamento diferenciado e urgente. Não sei se é pela desinformação que o ex-ministro tinha em relação à necessidade de essas pessoas terem esses remédios do SUS, ou ignorância em todo os sentidos.

Eu tenho duas perguntas para fazer à Luciana Loureiro Oliveira.

Doutora, a gestão do Ministro Barros à frente da Saúde é tida pelos doentes raros como a mais desastrosa para seus interesses desde a Política Nacional de Doenças Raras, que foi implementada em 2014. Quais as ações que V. Exa. moveu contra o Ministro e em que pé estão? Esta é a primeira pergunta.

A segunda: afirma-se que o ex-Ministro Ricardo Barros supostamente teria descumprido sistematicamente ordem judicial de fornecimento de medicamentos a pacientes com doenças raras em sua gestão no Ministério da Saúde. Por conta disso, alguns pacientes que estavam em tratamento morreram. O descumprimento dessas ordens judiciais demandando medicamentos é rotineiro no País ou ele foi inventado pelo ex-Ministro? Como vê a atual conduta? Por favor, Sra. Luciana. **A SRA.**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA – Senador Romário, não está no contexto, mas acaba estando no contexto, porque, de fato, a judicialização não é um fenômeno novo, não é um fenômeno que passou a ocorrer só na gestão do ex-Ministro Ricardo Barros. A verdade é que, em determinado momento, nós observamos – eu digo isso porque realmente eu fui a responsável pelo inquérito civil – que houve talvez uma...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Negligência?

A SRA. LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA – ... distribuição de nova diretriz de compra de medicamentos, e isso acabou, a nosso ver, até de modo deliberado, por dificultar bastante o cumprimento das decisões judiciais, numerosas decisões judiciais para medicamentos específicos. Eu não sei se as pessoas acompanharam. Isso foi objeto de divulgação na mídia. Em determinado momento, optou-se por comprar, via licitação – no caso dos medicamentos que deveriam ser entregues a pacientes que tinham ações judiciais –, o que era antes comprado por dispensa.

Bom, esse é um contexto que não sei se cabe falar aqui... Foi apurado e foi constatado que, nesse meio tempo e no decorrer dessas compras, houve o benefício a uma determinada empresa e aí se insistia na licitação, embora a empresa não entregasse os medicamentos. Em algum momento, justificou-se que os prazos de entrega deveriam ser ainda postergados, deveriam ainda ser estendidos porque a empresa vendia por um determinado preço que resultaria numa economia de recurso.

A verdade é que nós acompanhamos esse processo por quase um ano ou até um pouco mais de um ano, toda essa tramitação e, nesse meio tempo, morreram, sim, pacientes. Houve a morte, salvo engano – nós citamos na ação –, de 14 pacientes que ficaram à espera dos medicamentos e os medicamentos não chegaram. Por conta dessa situação, nós ajuizamos uma ação de improbidade administrativa não apenas contra o ex-Ministro Ricardo Barros, mas contra alguns servidores e ex-servidores hoje do Ministério da Saúde que lidavam com essas licitações e que tomaram decisões sobre esse tema.

Eu não posso comparar com gestões anteriores porque nessa área... Eu não acompanhei diretamente as compras do Ministério da Saúde de medicamentos judicializados de muito antes. Eu acompanhei esse processo especificamente na gestão do ex-Ministro Ricardo Barros. Mas, de fato, houve, na nossa visão de Ministério Público Federal, uma decisão desastrosa pelo prejuízo grave que causou. Foram decisões administrativas que, a nosso sentir, não foram justificadas e que poderiam ter sido muito diferentes. Bastaria ter havido uma determinação superior para que as compras fossem realizadas que as compras teriam sido realizadas e as pessoas não teriam ido a óbito por falta de medicamento.

Não sei se respondi à pergunta do Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – A senhora respondeu sim, mais ou menos.

Mas, então, só para finalizar: a senhora entende que o descumprimento dele em relação às ordens judiciais fez com que essas pessoas fossem a óbito?

A SRA. LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA – Isso foi claramente afirmado na ação de improbidade que nós propusemos. Sim.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Sra. Luciana.

Eu tenho aqui mais...

Agora, eu gostaria de fazer a pergunta ao representante do Ministério da Saúde, o nosso Denizar Vianna Araújo.

Denizar, os familiares de portadores da AME saudaram a iniciativa do Governo de incorporar o medicamento Spinraza ao SUS. No entanto, foram surpreendidos com as restrições impostas ao seu amplo fornecimento a portadores da AME tipo 1, 2 e 3, mediante acordo de compartilhamento de risco. Além disso, a pré-condição de fornecer o medicamento imediatamente para crianças até os sete meses de idade e sem ventilação permanente reduzirá o benefício a uma diminuta parcela de portadores de AME tipo 1. Certo? Por enquanto estou indo bem? O NICE, entidade que se assemelha à nossa Conitec, acaba de recomendar o medicamento para portadores da AME tipo 1, 2 e 3, mediante acordo de compartilhamento de riscos, o que levou o Governo a restringir o fornecimento imediato de medicamento a portadores do tipo 1 sem ventilação mecânica – seriam preocupações quanto ao impacto orçamentário. Este seria, mais ou menos, um problema que vocês estariam enfrentando, esta preocupação quanto ao impacto orçamentário do que vem acontecendo?

O Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta anunciou recentemente a incorporação do Spinraza ao SUS, através da modalidade de compartilhamento de risco. Trata-se de uma inovação em termos de assistência farmacêutica, com potencial de beneficiar os doentes raros. No entanto, o Governo Federal tem anunciado constantes contingenciamentos de recursos em meio a um contexto de estagnação econômica, sem muita perspectiva de solução. Nesse cenário, como o senhor vê as reais possibilidades de prover uma assistência farmacêutica decente a doentes raros que estão a demandar medicamentos de alto custo ainda timidamente incorporados ao SUS para suas condições clínicas?

Por favor, Sr. Denizar.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Obrigado, Senador Romário, pelas suas perguntas. Eu acho que elas são bastante pertinentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta é em relação à questão da limitação inicialmente proposta de que pacientes que estivessem permanentemente em assistência ventilatória, quer dizer, aqueles pacientes que não teriam condições de respirar fora do respirador artificial, estariam fora do protocolo. O porquê disso é que não havia evidências ou estudos clínicos para esse subgrupo específico. Nós procuramos a indústria que produz o medicamento, fizemos inclusive uma reunião com as organizações de pacientes, e a própria indústria sinalizou a possibilidade de flexibilizar isso. Ela entendeu também que não havia evidência científica para isso – nem para confirmar, nem para dizer que não funciona. Diante desse vazio de evidências, num primeiro momento, o ministério se posicionou: esse subgrupo não estaria elegível para receber o medicamento. No que se evoluiu desde aquele primeiro encontro até agora foi já uma sinalização da própria indústria de se avançar nisso, porque pode ser até a oportunidade de a gente gerar evidências aqui. Como foi muito bem colocado pelo Antoine, nós precisamos avançar com novos métodos; esse tipo de doença exige métricas e instrumentos de avaliação diferentes. Se nós usarmos todo o receituário que é utilizado para ser avaliado nessas prevalências, certamente não vamos avançar na incorporação desses subgrupos. Então, em relação à sua primeira pergunta, foi isto: foi uma decisão baseada na ausência da evidência para dar esse suporte.

Em relação à segunda. Também é uma preocupação grande nossa, porque, se nós não avançarmos, de alguma forma, na constituição de centros de referência ou ampliarmos o acesso a centros de referência em todo o Território nacional... Não adianta termos a tecnologia e não termos os profissionais que sabem lidar com a doença, que sabem reconhecer precocemente os problemas, as complicações. O grande desafio – que não está dentro da Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas, sim, na parte assistencial do Ministério da Saúde – é avançar nisto: na política que foi elaborada previamente de se ter diagnóstico precoce, de se oferecer dentro desses centros de referência (e aqui eu não estou falando de centro de referência somente o que hoje está posto como núcleos de genética: os hospitais universitários são centros que têm profissionais com muita qualificação; institutos de pesquisa) para que a gente dê mais capilaridade para esses grupos. A gente sabe que hoje há um desafio que é: determinados Estados da Região Nordeste, por problema de consanguinidade, acabam tendo uma concentração grande de pacientes com doenças raras. Então, nós temos que oferecer acesso a essa população. Esse é um grande desafio e é uma percepção do Ministro Mandetta, é uma preocupação dele, ele é muito sensível a isso – ele é um ortopedista, mas um ortopedista pediátrico sempre muito preocupado, e existe uma brincadeira entre os médicos em relação à ortopedia. Mas, enfim, ele tem essa preocupação, ele vivencia isto no dia a dia dele em lidar com pacientes também que têm demandas com problemas genéticos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Eu tenho aqui mais uma pergunta. Sabemos que o cuidado para doentes raros não se resume ao fornecimento de medicamentos: há que se investir em prevenção e assistência. Até o momento, o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, um país de dimensões continentais, conta apenas com oito centros especializados para o tratamento de doenças raras. Quais os planos do Ministério da Saúde com relação ao credenciamento de novos centros especializados? E como vem a proposta de implantação do teste do pezinho? Pode ser ampliada no País?

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Boa pergunta, Senador.

Em relação à gente conseguir expandir isso, eu tive uma reunião até com representantes da Sociedade Brasileira de Genética Médica – e nós sabemos que outras sociedades médicas também serão chamadas porque, dependendo da doença, você tem na área da neurologia pediátrica, e assim por diante –, e nós temos que ampliar hoje de alguma forma o acesso a determinadas regiões a esses especialistas. Só que a gente sabe que isso não é viável no curto prazo. Então, talvez tenhamos que lançar mão de tecnologias hoje como telemedicina, teleconferência, para dar apoio e dar, de alguma forma, a oportunidade para que fora dos grandes centros esses pacientes tenham acesso a essas condições, porque nós entendemos exatamente como a sua pergunta: o medicamento é um item desse processo. E hoje a judicialização, do jeito que está sendo feita, em algumas situações... Eu assino isso diariamente... A gente disponibiliza lá o recurso num depósito judicial, e eu não sei o que está acontecendo com o paciente. Isso é cruel, porque muitas vezes esse recurso não está sendo utilizado adequadamente, e o paciente não está se beneficiando. Então, esse é um grande desafio nosso. Nós temos que avançar nessa questão, porque sabemos que ela é crítica para poder tornar o processo realmente exitoso em toda a sua extensão.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Sr. Denizar.

Posso fazer agora mais duas perguntas ao Sr. Pedro Paulo Coelho, Presidente? (*Pausa.*)

Sr. Pedro Paulo, o senhor que representa aqui os defensores públicos, em sua opinião, quais devem ser os limites da efetivação do direito à saúde estabelecido pela Constituição Federal?

As tentativas de delimitação à regulamentação dessa garantia promovidas principalmente pelo Capítulo VIII da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, intitulada de "Da assistência terapêutica e da incorporação de tecnologia em saúde", são realmente efetivas?

Em sua interpretação, deve-se impor ao SUS a obrigação de cobrir o custeio de quaisquer tratamentos, notadamente os medicamentosos, mesmo que eles não estejam disponíveis no Território brasileiro?

Essas são as três perguntas, Sr. Pedro Paulo, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO PAULO COELHO – Senador, se eu puder depois... Se me faltar alguma pergunta, se o Senador puder reiterar...

Primeiramente, até na minha fala, fui bem claro quanto à universalidade da cobertura. Então, o SUS tem o dever de dar essa cobertura. E acredito que, obviamente, sem o poder de influência... A gente deseja o poder de influência dos ministros do STF, mas entendo que a melhor decisão seria de um cronograma para desburocratização do sistema, não um cronograma para limitação do sistema. Esse é o grande ponto do Sistema Único de Saúde. Dei exemplos da Defensoria Pública, em que traz o SUS Mediado, traz o Programa Extrajudicial de Saúde, a alternativa deve ser a extrajudicialização, mas ela tem que ser efetiva. Esse é o grande ponto.

Acho que o STF pode nos dar uma grande colaboração buscando um calendário coercitivo da extrajudicialização da saúde. Se o problema da efetivação da saúde, para muitos, é o excesso da judicialização, então que passemos a não judicializar mais, mas trazendo uma solução mais efetiva, e essa solução mais efetiva é o implemento administrativo. Então, mesmo e principalmente... Gostei muito da sua fala de que temos que ter um tratamento diferenciado nas doenças raras. Não podemos tratar com Novalgina, com Otrivina ou com qualquer outro remédio as doenças raras, e por isso as pesquisas são fundamentais. Mas a implementação tem que ser dada de forma diferenciada, principalmente na questão das doenças raras.

Não sei se eu respondi a algumas perguntas; talvez eu possa... Se o Senador puder reiterar alguma pergunta...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. *Fora do microfone.*) – A última: na sua interpretação, deve-se impor ao SUS a obrigação de cobrir o custeio de qualquer tratamento?

O SR. PEDRO PAULO COELHO – Sim. O SUS é universal. É óbvio que eu acho que o papel de todas as entidades e organizações, e aqui incluo a Defensoria Pública, é o de buscar esse custeio universal da forma mais econômica e eficaz possível, e talvez aí seja o grande ponto em que estejamos falhando. Isso eu falo como todos.

Do exemplo citado por V. Exa.: com certeza, se uma licitação teve um custo maior, temos que questionar também os processos licitatórios, porque o que a gente deseja é que o medicamento seja ofertado à população da maneira mais econômica possível. E acredito que só a "administrativização" desse processo vai realmente gerar a economia. Mas, enquanto a extrajudicialização não é efetiva, infelizmente a nossa alternativa é a judicialização. E o SUS não pode se furtar de dar esse atendimento a toda a população. É direito à vida, é direito à dignidade da pessoa humana que estão previstos na Constituição. Como pensam quase todos os doutrinadores de Direito Constitucional, são direitos fundamentais de aplicação imediata; não há como se restringir esse direito fundamental; é o núcleo essencial de todos os direitos a dignidade da pessoa humana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado ao senhor.

Senadora, só para finalizar a minha fala por enquanto, eu tenho apenas uma pergunta para fazer aos nossos ministros do STF. A pergunta é se realmente eles têm consciência e certeza de que amanhã eles podem dar sobrevida a muitas pessoas – ou, para o lado negativo – ou podem matar muitas outras que estão no nosso País. É só essa.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Senador Romário.

Quero passar a palavra para o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar convidado.) – Primeiro, quero agradecer a Exma. Senadora Mara Gabrilli pela tarde de hoje, espetacular! Todos os palestrantes, acho que estão todos no mesmo barco, Romário. A gente quer não só prolongar vidas, mas dar qualidade de vida, dar o direito da pessoa.

Estava ouvindo atento o que senhor estava falando sobre judicializar: acaba que se entra na judicialização, gasta-se dinheiro público e dá-se o remédio. Eu fiquei em dúvida se existe esse cadastro realmente. São 13 milhões ou são 8? A senhora disse 13...

A SRA. REGINA PRÓSPERO (*Fora do microfone.*) – Treze milhões.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas a senhora disse 8...

A SRA. REGINA PRÓSPERO (*Fora do microfone.*) – Só que, de 13 milhões....

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O Ministério da Saúde tem esse número exato? Quem são essas pessoas? Quais são os remédios? Periodicamente quanto tomam? Porque o que falta neste País, muitas vezes, é uma transparência de dados. Ninguém sabe... São 42 milhões de processos para 13 milhões: estão repetindo os processos?

A SRA. REGINA PRÓSPERO (*Fora do microfone.*) – Não, são 42 mil processos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ah, são 42 mil processos, não é? Então, as outras pessoas recebem esse medicamento normalmente, Mara?

A audiência é pública, e eu queria só esclarecer isso. Eu fiquei em dúvida em algumas coisas, mas eu não quero complicar, não; eu quero só simplificar.

Pode falar, Mara.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Não, a maioria do recurso utilizado na judicialização é referente a 20 medicamentos, sendo que 19 dos 20 são medicamentos de doenças raras. Então, estima-se que o Brasil tenha de 13 milhões a 15 milhões de brasileiros com doenças raras, e são de 7 mil a 8 mil doenças.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Porque, esses PCDT (Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas), a gente tem pouquíssimos ainda, não é?

E há uma colocação que o Antoine fez: a gente tem tanta dificuldade, por exemplo, de diagnóstico, e muitas vezes por quê? Se a gente for pensar na profundidade, não existe genética clínica como uma disciplina obrigatória na faculdade de Medicina, assim como não há autismo como disciplina obrigatória. Por isso é que muitas vezes os diagnósticos são tão tardios e muitas vezes nem acontecem. Isso também é um fator que acaba tornando lento todo o processo da nossa saúde, porque, se você não tem diagnóstico, você acha que não existe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu estou só explorando esse assunto, Mara – e trazer a sua fala, para mim, é importante –, porque eu escuto algumas vezes em redes sociais, quando eu faço alguma postagem sobre o assunto, Romário, pessoas que eu não sei que nível de inteligência devem ter dizendo que vai ser consumido o dinheiro ou que vai ser tirado o dinheiro do consumidor, porque esses remédios são muito caros. Mas fazer o quê? Acredita, Romário, que existe gente que ainda fala isso neste País?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu sei disso.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Mas, então, uma coisa de que o Brasil precisa é fazer a avaliação da qualidade do gasto público.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Existe gente que fala e existe gente que faz, que é o nosso ex-Ministro da Saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas isto influencia um julgamento amanhã, essas opiniões ou esses sentimentos.

É difícil falar de um assunto que você não vive, que você não sente. Diferentemente de algumas pessoas que estão aqui, eu não tenho ninguém na minha família e não conheço, mas eu sinto, estou aqui para justamente ouvir e ter essa empatia. Então, dizer para você que estou além nessa causa, vou com vocês, vou com o Romário até o STF. Quando alguém fala algo abominável como isto, que é caro o remédio, não sabe o que é uma doença rara, ele não tem...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Muitas vezes, é até falta de planejamento. Eu até uso a Luciana de exemplo. Ela tem distrofia muscular congênita. Se ela tiver um medicamento que facilite, que faça com que ela nunca precise, por exemplo, de ventilação mecânica, ela vai ficar mais barata para o Brasil. Este é o grande erro: achar que o medicamento, por ser de alto custo, vai custar muito para o País e acabou. Não, porque a falta dele pode ser muito mais devastadora. E isso pode acontecer em várias situações. Então, um paciente que tem uma doença neurológica, por exemplo, que leva à falha na respiração, se estiver internado, é muito caro; se ele tiver uma pneumonia e tiver que ir para a UTI, ele é muito caro; agora, se ele tiver determinados cuidados que evitem isso, fica mais barato para o Brasil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Nesses casos, seria esse teste aqui, não é, Romário, que seria o teste completo? Eles me disseram aqui, porque eu não tinha conhecimento, que aumentaria R\$150 reais inicialmente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É porque está na Lei Brasileira de Inclusão a diretriz para que o teste do pezinho consiga abarcar todas as doenças que o sistema privado já inclui, mas hoje o sistema público ainda detecta pouquíssimas doenças pelo teste do pezinho. Isso também dificulta o processo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... de toda essa...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O que eu vejo como muito positivo é que o nosso Ministro atual é um cara sério, um cara competente, um cara que entende tudo isso que V. Exa. acabou de falar. Eu posso dizer para vocês, mães, parentes e pessoas acometidas por doenças raras: podem acreditar nesse Ministro, porque esse cara vai ajudar nossa causa, podem ter certeza.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Valeu.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu tenho certeza disso. *(Palmas.)*

Romário, eu te digo mais: acho que é a primeira audiência pública que eu participo sobre doenças raras em que ninguém vem aqui para criticar o Ministro, para implorar...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Esse não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Então, eu estou muito grata aqui pelo Ministro que nós temos, pelo fato de o Denizar ter vindo aqui. Acho que é um compromisso mesmo do Mandetta com a gente.

Eu queria até fazer uma pergunta para o Denizar, por conta da incorporação do Spinraza. Por exemplo, hoje, uma família com um filho que tem AME tipo 1, como o Renato, que já usa ventilação mecânica, o que ele vai fazer? Onde ele procura? Ele vai ter chance de ser atendido pelo compartilhamento de risco, embora a Conitec tenha fechado tanto? Como essa família se comporta?

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Boa pergunta, Senadora.

A limitação foi para quem era dependente 24 horas de assistência ventilatória, exatamente porque isso é um vazio da evidência científica, não há estudos especificamente para esse subgrupo. Aqueles pacientes que demandam assistência ventilatória intermitente, que ficam no ventilador e ficam outra parte fora do ventilador continuam elegíveis.

Como eu comentei na pergunta do Senador Romário, mesmo nesse subgrupo em que havia essa zona cinzenta de conhecimento, há uma sinalização da indústria de oferecer o acesso para que a gente possa gerar essa evidência de mundo real que não foi gerada nos estudos clínicos. Então, a grande limitação inicial foi realmente a questão de não contemplarem os estudos clínicos esse subgrupo, que ficava dependente ininterruptamente de assistência ventilatória, exatamente por esse detalhe de não haver estudo que corroborasse a incorporação, mas a gente conseguiu até avançar nas discussões com a indústria.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Por exemplo, pode ser que uma criança que respira 24 horas no aparelho nunca tenha tentado sair um pouquinho, nunca teve por que tentar sair um pouquinho.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Sem dúvida, é uma pergunta, é uma incerteza... Aliás, a nossa atividade, na área da Medicina, das ciências biológicas é cercada de incertezas. A Medicina é a ciência da incerteza e a arte da probabilidade. A gente lida com incerteza o tempo todo. A forma de tentar minimizar é gerar evidências, e hoje essa oportunidade de incorporar e acompanhar os pacientes vai nos possibilitar avançar nisso até chegar a essa conclusão que a Senadora levantou. Será que esse indivíduo que está dependente 24 horas de assistência ventilatória, se for tratado, pode melhorar? Talvez a gente possa até avançar nessa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – E prestar o serviço para o Planeta.

Eu só queria mandar um beijo para a Maria Clara, da Acadim (Associação Carioca de Distrofia Muscular), que também foi uma pessoa que muito nos pediu esta audiência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você quer falar?

A SRA. KARINA ZUGE – Complementando a fala do Senador, é que, na verdade, a gente vem discutindo entre as associações que deve ser feito um uso inteligente do dinheiro público, e inteligente não quer salvar um para matar dez nem salvar dez para matar um. Então, é isto que a gente quer articular: a gente quer ser ouvido e quer trocar ideias, na verdade, para que se chegue a uma solução racional para todo mundo.

Queria agradecer também porque aqui usei a fala e os dados que eu trouxe do Prof. Claudio Cordovil Oliveira e do João Vitor Cardoso, que são megaengajados por nós pacientes com doenças raras, pesquisadores da Fiocruz e defensores de todos nós.

Muito obrigada.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senadora Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. para quebrar o protocolo e colocar todo mundo na discussão, fazer um debate amplo aqui, porque eu acredito que muitas pessoas atrás de mim tenham vontade de perguntar, querem saber. Eu queria fazer esse pedido a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sensacional, vou adorar. *(Risos.)*

A gente não pode esquecer que nós temos que fechar um vídeo que vamos levar para os ministros, mas é importante, sim, que vocês falem.

O SR. CHEN LI CHENG – Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Pode. É paramiloidose, né? **O SR. CHEN LI CHENG** – Eu tenho PAF, paramiloidose. A Dra. Silvia já falou quais são os órgãos vitais atacados: coração, pulmão, rim. Hoje eu estou com meu boné de paciente e estou lutando pela minha vida. Se um ano atrás eu tivesse tido diagnóstico e tivesse sido medicado, eu não estaria com meu carrinho, minha bengala. E, se eu não tomar essa medicação, que é por volta de 450 mil euros – eu não tenho esse dinheiro –, pode ser que ano que vem eu não esteja aqui fazendo meu testemunho. Então, hoje, como o Cristiano falou, eu estou lutando pela minha vida, e minha vida não tem preço.

É só isso que eu queria colocar. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada!

Vai lá, Renato, Renato Trevellin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO TREVELLIN – Oi, meu nome é Renato. Eu sou Presidente da Associação Unidos pela Cura da AME e pai do Gianluca Trevellin, portador do tipo 1 da doença. Ele usa ventilação mecânica. Ele começou a fazer o tratamento com Spinraza com pouco menos de seis anos de idade. Os estudos clínicos mostravam que ele não teria evolução alguma, o que aliás o protocolo do Ministério da Saúde diz e que colocam em todos os processos judiciais tentando suspendê-los.

Acho que o que o Antoine quis dizer do ortopedista é daquele comitê médico do Ministério da Saúde, que tenta dar laudo... Por exemplo, um ortopedista querer tratar um paciente com atrofia muscular espinhal. Não é ele que tem que dar uma opinião em uma decisão tão grave.

Acho que o Senador Romário comentou sobre o ex-Ministro Ricardo Barros. Eu tive o prazer de ir com o Senador, mas o desprazer de participar de uma reunião com ele, porque ele simplesmente colocou em sua mesa todos os processos do Spinraza pelo cumprimento e não cumpria. O meu filho só recebeu o medicamento, porque o juiz mandou prender o Secretário de Saúde e hoje, graças a Deus, nós ganhamos o processo e esse processo virou matéria na TV Justiça para tentar mostrar para que outros juízes tomem uma decisão como essa e coloquem quem quer matar os nossos filhos na cadeia.

Eu resolvi procurar a Justiça, porque, quando eu chegava em casa, todo dia o meu filho olhava para mim e pedia socorro, porque ele tinha um medicamento que poderia mudar a doença dele, porque ele via com a gente a esperança que havia fora do País de crianças sendo tratadas, e hoje crianças que são tratadas há cinco ou seis anos... Tudo bem que começaram a receber o tratamento desde pequeninhos, mas hoje eles levam uma vida muito perto da normalidade.

Diziam que o Gianluca jamais ficaria fora do ventilador. Isso nós ouvimos de médicos também. Hoje ele fica cinco horas. O Gianluca teve a possibilidade de viajar 16 horas de carro e vir aqui para Brasília participar da incorporação, que infelizmente não saiu como nós queríamos, mas acredito que é fruto do trabalho. Quando eu e minha esposa começamos a campanha para trazer esse remédio no Brasil há cinco anos, ninguém acreditava que esse remédio poderia chegar ao SUS.

É gratificante para a gente e o que a gente quer reforçar, Denizar, é que o único meio de o meu filho ser tratado foi eu buscar o medicamento na Justiça. Eu protestei em frente à Justiça Federal duas vezes, eu entrei, eu falei com o juiz, eu movi o Brasil pelo tratamento do meu filho. Hoje eu tenho muito orgulho, Senador. Você fez parte disso, a Senadora Mara também, que acompanharam mais de perto. Hoje já temos mais ou menos 200 crianças sendo tratadas no Brasil, com a doença estabilizada. Hoje nós tivemos um falecimento de criança que recebia Spinraza, porque era uma criança que morava no Nordeste, e a condição do hospital era precária, não tinha nem agulha. A mãe solicitou que nós mandássemos agulha para ser feita aplicação para criança, só que não deu tempo. Essa criança faleceu. Foi o único caso. Então, nós temos criança com ventilação. A grande maioria dos que fazem tratamento são crianças com ventilação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles merecem uma oportunidade, porque, a partir do momento em que o Ministério coloca uma cláusula, segundo a qual só o paciente com ventilação vai ter direito ao tratamento, ele está simplesmente dizendo que aquelas crianças... Isso é da cultura do Governo passado, que queria implementar para crianças até sete meses de idade, que era o estudo clínico. Nós esperamos que essa portaria ande, Denizar, e que abranja a todos, porque você não tenha dúvida. Se você souber que hoje o seu filho não vai poder ser tratado, você não tem outro caminho. Você não vai deixar seu filho morrer.

Nós esperamos que os Ministros do STF entendam a postura, porque ao longo do último ano nós perdemos, no País, 74 crianças para AME, 74 famílias foram arrasadas perdendo seus filhos. Daqui a um tempo, em agosto, nós vamos ter dois anos de aprovação do Spinraza no País. Não podemos dizer que essas crianças faleceram no ano passado por falta de tratamento, porque o tratamento era recente, mas em breve nós poderemos dizer que é por falta de tratamento, porque nós acompanhamos 200 que estão com a doença estabilizada.

Então, nós pedimos aos Ministros do STF que não tirem o nosso direito, que é o único que nos garante um meio de buscar a subsistência, um meio de manter nossos filhos vivos. Hoje, no caso do Spinraza, são 29 países, Denizar – aliás, 30, porque o Reino Unido é Inglaterra, País de Gales e Escócia, e a Irlanda já tinha aprovado – que aprovaram o medicamento. Então, eles não devem estar todos os 30 errados. Então, vamos trabalhar juntos para mudar isso aí, Denizar. A gente conta com você.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Posso?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – É muito importante a sua fala, Renato. Estou acompanhando desde o início. A Atrofia Muscular Espinhal foi a primeira doença incorporada nesse modelo, e nós estamos muito próximos, discutindo isso. Eu só quero enfatizar o seguinte: a tomada de decisão tem que ser baseada em evidência. Não é porque o Ministério da Saúde está querendo ser ruim em uma tomada de decisão. É porque a evidência científica nos levou até um determinado momento, um limite.

Nós queremos avançar e ter mais evidências para dar essa maior amplitude. E exatamente a documentação dos pacientes que vão receber o medicamento e a definição do sucesso desse tratamento é que vão nos possibilitar ampliar. É simplesmente por isso.

Nós devemos, como Ministério da Saúde, prestar contas aos órgãos de controle na hora de uma tomada de decisão dessa. É a responsabilidade com o que existe de evidência científica. Existem zonas cinzentas? É claro que existem. É uma ciência de incerteza, mas a gente tem que avançar, e avançamos na medida em que a gente tenha essa documentação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JÉSSICA SROUR – Boa tarde!

Meu nome é Jéssica. Eu sou Vice-Presidente da nova Associação das Doenças Autoinflamatórias. Elas são, digamos, mais novas entre as raras. A doença da minha filha, por exemplo, não tem CID.

Isso já é um problema para ser reconhecido. A minha filha tem uma doença que se chama Febre Familiar do Mediterrâneo. Além disso, ela tem uma imunodeficiência. Então, ela tem duas doenças raras combinadas. Eu demorei 16 anos para descobrir – e isso tendo acesso aos hospitais de ponta. Fui, inclusive, acusada de estar drogando a minha filha para manter um relacionamento psicológico com ela, enfim. Até que os sintomas se agravaram e eu descobri no ano passado.

O que acontece? Uma das questões é: por que o Governo não reconhece o Código Orpha, que é um código internacional reconhecido? A Organização Mundial de Saúde pode demorar até dez anos para atribuir um CID. Sem CID, fica tudo difícil no nosso caso. Se um técnico, para avaliar uma doença rara, que já é – entre aspas – "mais conhecida", já tem dificuldade, imagine uma doença que não tem CID. Então, a primeira coisa é que o Governo poderia ter esse tipo de consciência para fazer o mínimo necessário, em primeiro lugar.

Em relação ao STF, o que eu falo é o seguinte: na minha visão, quando você tem um filho, quando a doença rara bate na sua porta, você vê que não é só que a vida não tem preço. A vida deveria ser prioridade zero. Quando a gente fala em aposentadorias milionárias e vê, por outro lado, crianças morrendo por falta de medicamento, isso para mim, em termos de valor ético, é inaceitável. É inaceitável. Então, eu acho que deveria mudar um pouco a escala de prioridades que se tem em todos os níveis governamentais, seja no Executivo, no Legislativo ou no Judiciário.

Uma outra questão é em relação à reforma trabalhista, que vincula a liberação de remédios à disponibilidade orçamentária. De novo vem essa questão. Isso tem que ser prioridade zero. Não poderia ter um vínculo. Não só a questão da judicialização, como você vincular um orçamento... Um governador que está em uma situação complicada vai barrar o remédio, e essa criança vai morrer, porque sem remédio não dá.

Então, como contornar isso? E não é só um desafio de longo prazo, não. Eu acho que tem que ser um desafio urgente urgentíssimo, de curto prazo, porque a vida não espera. Infelizmente, a gente perde uma vida de um dia para o outro. Então, a gente vê crianças e adultos, inclusive, sofrendo por falta de medicamento. Eu faço parte de dois grupos de Whatsapp e é diário: "Vou sair do grupo porque perdi meu filho, porque perdi minha filha; infelizmente eu batalhei, mas não consegui".

Então, não é nem suplicar, porque eu acho que é um direito. Eu pago tanto imposto! Eu trabalho e recolho tanto imposto. O mínimo que o Governo poderia fazer é dar essas garantias – no mínimo à vida, quem dirá à educação e às outras coisas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

É esse o meu pedido.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigada.

Eu queria agradecer a presença da Marlene Vieira, da Fedrann, que é a Federação das Associações de Doenças Raras do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dizer que a gente recebeu muitas manifestações: Fran Von Fruhauf, Camila Almeida, do Pará; Leila Cruz, do Rio de Janeiro; Adelson Alves; Francisco Ramos; Valdenice, de Minas Gerais; Maria Santos, de São Paulo; Leandro Alves. Eu queria agradecer a todos pela participação. Todos são uníssonos em dizer: "Pelo amor de Deus! Essa responsabilidade já é do Poder Público e ele não pode se omitir! Seja que instância for! São milhares de vidas dependentes!".

Por favor, senhora.

A SRA. TANIA MARINI CARVALHO – Oi, meu nome é Tania. Eu sou da Safe Brasil, que é a associação amiga dos pacientes com fenilcetonúria.

Eu queria fazer um depoimento aqui e saber como a gente resolve. Eu acho que a fenilcetonúria é uma doença privilegiada neste cenário sobre o qual nós estamos conversando aqui hoje. Nós estamos falando das doenças raras, das doenças que não têm protocolo, das doenças que não têm medicamento, das doenças que você tem que judicializar para conseguir um medicamento.

A fenilcetonúria é detectada no teste do pezinho básico. É uma das primeiras doenças que entraram no teste do pezinho. Você tem serviços de referência habilitados pelo Ministério da Saúde em todos os Estados, com especialistas, com médico e nutricionista para dar atendimento a esses pacientes. Você tem protocolo clínico. Você tem o medicamento, que é a fórmula de aminoácido protocolado, organizado, que depende da compra pelo Estado, porque é um medicamento excepcional, e falta.

O que fazer quando o Estado não compra e não disponibiliza? É feito o teste do pezinho precoce, é feito o diagnóstico precoce, é início de tratamento precoce. Falta a fórmula e a criança fica deficiente mental, apesar de ter feito tudo bonitinho, de estar tudo certinho.

Eu queria saber quem pode me dar essa resposta. (*Pausa.*)

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Bom, não pode faltar o medicamento. Não pode faltar o tratamento. Pois é, isso é uma falha. Aliás, essa é a grande discussão. Quando a gente ampliar os diagnósticos do teste do pezinho, a gente tem que oferecer o tratamento também. Tem que combinar as duas partes. Esse é o desafio. Até diante da pergunta anterior do Senador Romário, toda essa linha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cuidado tem que estar bem azeitada. Esse é o grande desafio. Eu estou dando exemplo aqui de judicialização que não funciona. O medicamento está lá e, como o Renato comentou, não tinha agulha para fazer infusão intratecal. Nós estamos 100% alinhados. Não pode acontecer. Esse processo tem que fluir de uma forma bastante redonda.

A SRA. TANIA MARINI CARVALHO – Então, o Ministério da Saúde fez o programa nacional, criou os serviços de referência, tem protocolo, tem tudo, mas não existe controle. No meu ponto de vista não existe controle daquilo que foi normatizado. Sem o controle, não adiantou nada o trabalho organizado.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Sem dúvida.

A SRA. TANIA MARINI CARVALHO – A Safe está aqui para dar apoio a todas essas outras doenças que não têm esse privilégio. A gente está aqui querendo dar um depoimento de que, mesmo tendo tudo organizado, não está funcionando, e não é o que a gente quer para as outras doenças.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Sem dúvida. Esse é um ponto importante, porque nós temos que lembrar que o SUS tem três esferas: União, Estados e Municípios. Isso tem que estar muito bem pactuado, porque o Ministério é formulador da política, mas a provisão, a prestação do cuidado, acontece no Estado e principalmente nos Municípios. Esse processo é que tem que ser revisto, porque senão isso vai acontecer. Controle. Isso é gestão, é processo, sem dúvida.

A SRA. TANIA MARINI CARVALHO – Obrigada.

A SRA. REJANE MACHADO – Boa tarde! Meu nome é Rejane. Sou Presidente da Associação Niemann-Pick & Batten Brasil. Eu tenho uma filha de 22 anos com a doença de Niemann-Pick, diagnosticada aos dez anos. Foi uma peregrinação até o diagnóstico. Minha filha teve uma vida normal até os sete anos de idade. *(Fora do microfone.)*

Com dez anos, ela estava totalmente comprometida na cadeira de roda, acamada, não se alimentava mais. E existe um único tratamento disponível para a doença, Niemann-Pick, e ele está no SUS para outra doença chamada Gaucher.

Então, quer dizer, para a doença de Niemann-Pick, nós precisamos judicializar. Faz dez anos que a minha filha faz uso desse medicamento. Ela foi uma das pacientes que melhor respondeu o mundo ao tratamento. Ela voltou a andar, ela voltou a falar. É claro que ela ficou com algumas sequelas, mas a doença se estabilizou.

E hoje, nós temos 110 pacientes com Niemann-Pick, e em São Paulo, todos os nossos pacientes estão sem medicamento. Houve agora recentemente consulta pública para incorporação do Miglustate, e esse medicamento já está no SUS. O que fazer com esses pacientes que estão sem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

medicamento? Nós temos pacientes que estavam com a doença estabilizada e hoje estão novamente acamados. Então, a gente precisa de uma solução imediata. O medicamento já está no SUS.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Volto a dizer da importância dessa coordenação entre União, Estados e Municípios, para exatamente chegar o medicamento de forma adequada no tempo certo para atender o paciente e evitar a evolução, como a sua própria fala posicionou. A gente tem... Essa coordenação, e não é simples, porque a gente está falando de 5.570 Municípios, alguns deles com dificuldade de acesso. Esse é um grande desafio do País.

A gente tem que entender como é que criamos... Nós temos que renovar mais uma vez o modelo de gestão, porque é gestão. Imaginar o seguinte: uma compra cada vez mais centralizada do Ministério da Saúde, para começar a distribuir para Estados e Municípios, fatalmente em algum momento, porque você tem problema de compra de pregão internacional, medicamento que muitas vezes você compra de um monopólio ou de um oligopólio... Esse modelo muitas vezes encontra barreiras, barreiras naturais, inclusive, aqui hoje do processo de gestão, de licitação, de tempo de licitação. É tanta amarra que é difícil.

Eu estou falando aqui como recém-chegado na gestão do Ministério da Saúde. É muito complicado mesmo. Ou nós, como cidadãos, discutimos essa questão do Estado brasileiro que hoje está amarrado, está amarrado, a gestão é amarrada, porque há uma série de mecanismos de controle que muitas vezes são necessários, mas que eles enterram... E muitas vezes o gestor se depara com as seguintes questões: ou ele vai para a improbidade administrativa ou... Ele tem que salvar vida, tem que ir lá; depois o órgão de controle vai vir em cima de você, mas você tem que resolver, tem que chegar o medicamento, porque muitas vezes atender aos trâmites naturais requer tempo, requer uma complexidade que não atende a isso aí. E eu estou falando isso como médico, eu estou na ponta, eu quero prescrever, quero que meu medicamento chegue ao paciente.

A SRA. REJANE MACHADO – Infelizmente, os nossos pacientes não podem esperar, né?

E recentemente, acho que em 2015, medicamentos para Niemann-Pick mesmo venceram e foram para o lixo. Então, isso é inadmissível.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Queria agradecer ao Denizar por passar a tarde aqui esclarecendo as perguntas.

A Dra. Luciana também gostaria de falar.

A SRA. LUCIANA LOUREIRO OLIVEIRA – Me chamou atenção na sua fala, Rejane, porque talvez a gente esteja tratando aqui de duas situações distintas. O caso que você mencionou é de pessoas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm acesso mediante decisão judicial, que têm as decisões determinando o cumprimento e fornecimento de medicamento e que estão sem medicamento. E nós temos outra situação que aquela senhora colocou de medicamentos que já estão previstos em protocolo, que já estão nas listas do SUS e que não são fornecidos. As duas situações estão flagrantemente erradas. A gente tem que partir neste caso, não há outro jeito, para ações de responsabilização, porque é dever do gestor público cumprir decisão judicial. Não existe possibilidade a não ser que materialmente seja impossível de executar, mas não existe alternativa a não se cumprir a decisão judicial. A gente fica estarecido no Ministério Público quando existem esses casos de descumprimento flagrante de decisão judicial.

No caso do medicamento que já está previsto, às vezes a decisão e a responsabilidade é um pouco mais difusa, porque já há o planejamento, já há a licitação, já passa por diversos órgãos, há o pagamento, etc. Essa responsabilidade é numa cadeia de servidores e ela fica realmente muito difusa. Às vezes, falta planejamento. Aqui no DF acontece muito de as coisas faltarem, porque não fizeram a licitação no tempo correto para que não se dê azo a uma situação de falta. Às vezes, é questão realmente de gestão, mas no caso de decisões judiciais não entra na nossa cabeça que não se cumpra.

Decisão judicial simplesmente se cumpre. Vai discutir com a AGU, vai recorrer, mas tem que cumprir, não há outra hipótese. E a forma de cumprir decisão judicial não é pela licitação que vai demorar cinco, seis, sete, vinte meses. É dispensa, está na lei, Lei 8.666 permite.

Então, se a ponderação do gestor é ou eu vou colocar a minha cabeça no TCU, vou descumprir a decisão judicial e vou matar uma pessoa, ou vou tomar uma decisão administrativa que talvez não seja entendida pelo TCU? Isso está plenamente justificado. A Lei 8.666 permite que compre mediante dispensa.

Então, é claro que... Por que o protocolo é importante? Por que figurar nas listas do SUS é importante? Porque isso permite um planejamento. Se, nos casos em que havendo protocolo e tendo que haver um planejamento, já existem problemas de gestão que fazem com que o medicamento falte, imagine nos casos em que você tem que comprar um a um. Por isso que o protocolo é importante, porque...

Eu compartilho da sua preocupação, Dr. Denizar, e até louvo a sua vontade de modernizar e de melhorar esse processo todo. Isso realmente é emperrado, é preciso discutir dentro do Ministério se se pode mesmo buscar uma licitação internacional para determinados casos em que o mercado nacional cria uma série de entraves, mas também há entraves administrativos para isso. A gente sabe disso. E vai esbarrar também numa questão regulatória da Anvisa. Enfim, a gente sabe que há uma série de complicadores, mas da nossa parte o gestor tem que ter em mente que decisão judicial tem que ser cumprida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho péssimo o depósito, porque você transfere o ônus do cumprimento da decisão judicial para o paciente, e não é paciente que tem que ter esse ônus. Agora, seja o Ministério da Saúde, seja o Estado, seja o Município, quem quer que seja demandado, e o STF amanhã também vai se manifestar sobre a solidariedade ou não dos entes responsáveis pelo cumprimento dessa prestação de saúde, tem que haver um planejamento, inclusive um planejamento para a compra das ações das demandas judiciais, porque elas se renovam e são muitas, e você já tem o quantitativo de pacientes que você conhece e que estão obtendo medicamento via decisão judicial. Então, a nosso sentir, não há justificativa para o descumprimento.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Dra. Luciana.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Posso só comentar? Muito boa a sua fala, Dra. Luciana.

Realmente, essa... Vou dar exemplos aqui concretos. Quando nós assumimos, o processo de compra estava partido de três a quatro meses, isso é péssimo, porque quanto mais você fragmenta isso, mais dificuldade você vai ter. As compras a partir de agora são para um ano, está se discutindo com os órgãos de controle ampliar isso já que existe uma previsibilidade.

Gargalos existentes, por exemplo, indústria farmacêutica internacional muitas vezes produz o medicamento fora, e até para trazer, e há representantes da indústria aqui, existe uma complexidade, não é assim: "Traz o medicamento". Existe uma complexidade de produzir, de transferir para cá, problemas alfandegários. A solução é aquela história: não existe uma solução simples para algo complexo. É claro que existe previsibilidade, a gente tem que lançar mão de mecanismos de gestão de risco. Isso tudo faz parte do papel do gestor público, mas a questão é multifatorial mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Dr. Denizar.

Eu quero passar a palavra a Selva, da Cavernoma Brasil, mas antes eu queria mandar um beijo para Fátima Braga, que está nos assistindo, que é mãe do Lucas, meu amiguinho, que já está com 18 anos. É um grande lutador que nos ajuda também na causa da AME.

Vai lá, Selva.

A SRA. SELVA SOUZA – Meu nome é Selva.

Boa tarde!

A minha fala aqui é diferente da de todo mundo. A Senadora Mara sabe, o Senador Romário sabe, porque a doença que eu defendo tanto é a doença de minha filha, chamada cavernoma cerebral, ela não está na Datasus, não tem CID, e a gente convive com isso. Para ter o diagnóstico da doença da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha filha, eu tive que ir à Alemanha, aos Estados Unidos, para ter um sequenciamento genético, porque o Brasil não tem. Graças ao Senador Romário, todos os pacientes hoje do Brasil, e pela nossa Associação, têm sequenciamento genético de graça, que está sendo realizado na UFRJ, pelos pesquisadores da UFRJ.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Palmas! (Palmas.)

A SRA. SELVA SOUZA – Graças à Senadora Mara, nós temos hoje também na UFRJ uma pesquisa para um novo medicamento, na verdade único, porque não existe medicamento no mundo para cavernoma cerebral. E graças à verba da Senadora Mara, nós temos lá também a pesquisa inicial de um novo fármaco para cavernoma cerebral. Então, graças a vocês que a gente ainda mantém a esperança de lutar.

Eu estou aqui hoje em luta por algo que não me afeta, que não me diz respeito, que não me ajuda, mas eu sei que vai ajudar alguém. E eu tenho esperança de que amanhã ou depois, daqui a um ano, que não seja para minha filha, que está com 33 anos hoje, mas que seja para o filho de alguém que tem essa doença.

Nós temos hoje a esperança de que as pesquisas sejam valorizadas, porque é graças às pesquisas que a gente vai conseguir mudar este cenário. E, se a gente não tiver verba, a gente está na estaca zero. No meu caso, a estaca zero.

Então, hoje a minha fala é de agradecimento à Senadora Mara, ao Senador Romário e ao Deputado Marcelo Aro, com quem eu estive e também já se prontificou a nos ajudar.

Então, a nossa esperança é essa: que o STJ enxergue aqueles que já precisam e aqueles que ainda estão na luta para chegar um dia a ter uma medicação para uma doença rara. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Selva.

Vou passar a palavra à Marlene, da Fedrann, mas antes só queria lembrar até para o nosso Governo prestar bastante atenção que a Alemanha, por exemplo, está colocando tanto dinheiro em pesquisa, mas tanto dinheiro em pesquisa... E lembro que a Alemanha não põe dinheiro em pesquisa, porque ela é rica, mas ela é rica, porque põe dinheiro em pesquisa. (Palmas.)

A SRA. MARLENE MARIA VIEIRA – Boa tarde!

Eu queria agradecer a oportunidade de falar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu represento a Fedrann (Federação das Associações de Doenças Raras do Norte-Nordeste e Centro-Oeste) e a minha associação, que é a Aspif (Associação Piauiense de Fabry). E a gente vem aqui para dar voz e vez a essas pessoas que estão lá no Norte e no Nordeste com as dificuldades que são o Norte e o Nordeste do Brasil, porque, Sr. Denizar, se existe falta de medicação no Brasil, o Norte e o Nordeste são os primeiros, pois é onde morrem mais pacientes com doenças raras por falta de medicação.

A associação que eu represento no Piauí tem 25 pacientes sem medicação para Fabry hoje. Aqui, em Brasília – e eles fazem parte de uma família só, que é a maior família do mundo com a doença de Fabry, que é a família Vogado –, eu estou com 12 pacientes. O Nordeste inteiro tem crianças morrendo com MPS, com AME, com várias outras doenças por desabastecimento.

A gente criou uma federação do Norte e Nordeste, porque a nossa realidade não é pior nem melhor em relação à doença, mas, em relação ao diagnóstico, à chegada da judicialização, a tudo, é pior por conta da dimensão e da pobreza que são Norte e Nordeste. Então, a gente está pedindo socorro e ajuda de vocês para dar voz a essas pessoas.

Diferentemente da maioria aqui, eu não tenho ninguém na minha família com doença rara, mas eu, em Brasília e no Piauí, e uma irmã, no Ceará, que também abraçou essa causa, abraçamos essa causa pelas mães e pelos doentes que chegaram até nós. A gente viu que não podia ficar calado, que a gente tinha que fazer alguma coisa por essas famílias, por esses doentes. Então, a gente fica meio desesperado...

Quando eu peguei a fala dos Governadores que foram procurar o Ministro Dias Toffoli – e, se você ver, é a maioria do Norte e do Nordeste –, eles desmereceram os nossos pacientes, colocando a questão da doença como se eles estivessem querendo enriquecer à custa dela. Isso não existe, minha gente! Sejam voz e vez para essas pessoas. Ninguém quer ter uma doença rara e muito menos uma doença rara que... Eu digo muito: um paciente meu do interior do Piauí vende a mulher, o filho, o rim, o coração e nunca vai ter dinheiro para pagar a medicação dele de um mês!

Então, essas pessoas têm que ser vistas. Esses Governadores, que são gestores da verba pública, dos impostos que todos nós aqui pagamos, têm que enxergar essas pessoas e não... Há fala de vários Governadores colocando os doentes como verdadeiros bandidos que se associam às empresas farmacêuticas e a advogados para poder ganhar dinheiro. Isso não existe, minha gente!

Por favor, levem esta nossa fala, este nosso pedido de socorro a esses Ministros do STF. Vão para o Norte, vão para o Nordeste, vão conhecer a pobreza e a realidade desse povo e lutem pela gente, porque a gente está lutando é por vida, por qualidade de vida, por direito à vida!

Muito obrigada. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Vou passar a palavra para a Marise, que é esposa do Cristiano. Estou certa?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Da Associação Carioca de Assistência à Mucoviscidose.

A SRA. MARISE BASSO AMARAL – Obrigada.

Eu queria, primeiro, marcar a importância deste espaço. É pena – não digo pena assim – estar tão em cima do julgamento amanhã, mas é um espaço muito importante.

Eu queria, neste agradecimento, fazer uma ressalva. Eu acho que a gente já agradece muito, eu acho que a gente não precisa agradecer tanto, porque eu acho que a gente tem todo o direito de ser tratado com este respeito com que a gente está sendo tratado nesta audiência.

Nós temos batalhado muito. Eu acho que todos os depoimentos aqui mostram que, desde que há o diagnóstico de uma doença rara, a gente tem que lutar pelo diagnóstico, a gente tem que lutar pela possibilidade de pesquisa, a gente batalha por todas essas coisas e, às vezes, a gente briga com muita gente. A gente briga com os gestores; às vezes, a gente briga com os médicos; às vezes, a gente briga com os laboratórios; e, recentemente, uma novidade para nós, a gente briga com a Justiça. A Justiça vem sendo nossa parceira e a Justiça no Brasil para os pacientes com doenças raras é um caminho de efetivação das políticas públicas. Então, esse evento que acontece amanhã ainda me causa muito desconforto. Eu sinto – e acho que todos os depoimentos colocados aqui mostram a importância e a necessidade de a Justiça ainda estar do nosso lado – que amanhã eu posso ser inviabilizada e invisibilizada como cidadã de direito, porque, infelizmente, eu começo a ver uma mudança... E eu fico muito feliz de ter o Secretário Denizar aqui presente, mas, infelizmente, protagonismo por parte do Governo para as doenças raras é algo que a gente ainda está precisando ver se efetivar. Então, eu só queria dizer isso.

Lembrando a fala que me antecedeu que veio lá do Nordeste, Graciliano Ramos disse que o que a vida pede de nós é coragem. Temos coragem para criar nossos filhos e criamos nossos filhos, independentemente das doenças que tenham, para que eles tenham uma vida plena, para que eles tenham um futuro, para que eles tenham um desejo. Amanhã, essa possibilidade de futuro pode ser retirada.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Mara...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Oi, Regina.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Eu vou falar só uma frase.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Claro.

A SRA. REGINA PRÓSPERO – Chega um momento da nossa vida em que percebemos que a doença que enfrentamos todos os dias é o menor dos nossos problemas. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O Renato está me passando... Porque a gente está tentando o contato com o Presidente Toffoli, mas ele está no CNJ. Só se a gente for entregar para o chefe de gabinete ou ir lá ao CNJ tentar, mas ele tem uma reunião com o Presidente Bolsonaro.

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Mara...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Estamos tentando o Ministro Marco Aurélio, que é o Relator, mas ele também... Ainda não há resposta.

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Você acha que é possível algum paciente ou alguma entidade...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Não, não sei nem se é possível...

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Hoje, a gente está com uma vigília aqui em frente ao STF, que vai começar às 22h e vai varar a madrugada até amanhã, no horário da audiência. São várias entidades, pacientes...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Luciana, em princípio, a vigília está valendo, vamos todos, mas eu estava tentando ir com o Senador Romário e outros Senadores para levar a gravação desta audiência. Então, a gente está tentando agenda.

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Vocês vão conseguir...

Mara, é importante fazer aqui um breve relato. Há alguns pacientes com doenças raras fora do Brasil em tratamento, participando de pesquisas, que são pesquisas que ainda caminham no sentido de dar certo ou não, e provavelmente esses pacientes vão voltar depois para o Brasil. Diante da sentença do que a gente tem amanhã, é sempre sombrio pensar que eles participaram de uma pesquisa lá, que pode ter dado certo, e, aqui no Brasil, isso não pode ser incorporado. É difícil pensar que a vida da gente está sempre por um fio e um fio que, amanhã, pode ser de perda de esperança, de vida.

Lembro também que, de 2017 para cá, 150 pacientes com distrofia muscular faleceram por ausência de tratamentos, de equipamentos respiratórios, que ainda não estão incorporados. É o Cough Assist. E a gente vem ainda numa briga tentando...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – O Cough Assist... Denizar, esse foi... Acho que faz uns dez anos... Ele é um assistente de tosse. Eu tenho o Cough Assist, ele ajuda muito, ajuda a tossir. E as pessoas que têm doenças neuromusculares geralmente vão ficar um dia com uma dificuldade de respirar, e o Cough Assist, por ajudar o paciente a tossir, sendo quase um aspirador de secreção, evita internação, UTI e pneumonia...

A SRA. LUCIANA TRINDADE – E morte!

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – E morte! Simples assim.

E eu me pergunto... Nisso, a gente tem a conta feita do quanto baratearia para o Brasil a incorporação do Cough Assist, para que pelo menos as instituições pudessem ceder esse equipamento. Em São Paulo, elas fazem isso, como a Abdim e tal, mas, coitada, ela não dá conta de atender...

A SRA. LUCIANA TRINDADE – E detalhe: a Abdim faz isso sem ter um local específico. A Abdim não tem um centro de reabilitação...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Não, ela foi lá e comprou os equipamentos.

Até o nosso Jorge Abdalla compra Cough Assist para emprestar para os pacientes de ELA.

A minha grande esperança agora é você e o Mandetta, para a gente conseguir incorporar isso, porque há toda a documentação. A gente não quer mais ouvir que não existem evidências científicas suficientes no Brasil. Está todo mundo respirando no resto do mundo, e a gente fica aqui esperando com o povo morrendo de pneumonia.

O SR. RENATO TREVELLIN (*Fora do microfone.*) – Mara, e ele custa o valor de duas diárias de UTI ou menos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Pois é.

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Exatamente.

O SR. RENATO TREVELLIN (*Fora do microfone.*) – Uma criança com pneumonia fica internada pelo menos 14 dias.

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Secretário, vamos sair daqui hoje com uma palavrinha de que o senhor vai dar uma atenção para essa questão do Cough. Foram 150 vidas perdidas por falta de tratamento, falta de equipamento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Foi submetido à Conitec? É porque, com esse, eu não estou familiarizado. Foi?

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Sim, sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Foi, foi.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Quando foi o processo? Vocês sabem?

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Em 2017, não é, Mara?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É... Porque houve vários...

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – Ah, foram vários.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Com esse último, a gente chegou a ter reunião, até com todo o pessoal do Instituto do Sono de São Paulo. E aí a Dra. Ana Lúcia Langer ajudou a preparar, junto com a Abdim, todo o processo. Aí ele voltou por algumas informações...

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Eu acho que foi alguma coisa relacionada...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Que precisava completar.

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Era uma coisa pouca, faltava muito pouco para ser liberado. E aí...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu vou fazer o processo chegar às suas mãos.

O SR. DENIZAR VIANNA ARAÚJO – A Senadora Mara vai me encaminhar, porque eu realmente não estou familiarizado com esse processo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Vou. Esse vai ficar bem mais barato para o Brasil...

A SRA. LUCIANA TRINDADE – Esta audiência de hoje já está valendo, não é, Mara? Sair daqui já com alguma coisa relacionada ao Cough...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – A gente precisa encerrar...

O SR. PEDRO PAULO COELHO – Senadora, tentarei ser breve.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Claro.

O SR. PEDRO PAULO COELHO – Eu entrei em contato agora com o assessor do Ministro Marco Aurélio, ele ainda não respondeu, mas, se possível, eu também já estou à disposição para ajudar nessa interlocução.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Ah, muito obrigada.

O SR. PEDRO PAULO COELHO – O segundo ponto que eu acabei não debatendo... Eu trabalhei muito também na saúde suplementar pela Defensoria Pública. Eu acho que o Governo tem um papel primordial de cobrar a seriedade da saúde suplementar, porque ela acaba sobrecarregando demais o SUS com aquelas pessoas que não precisariam acessar o SUS, deixando o SUS para realmente... Eu já vejo casos... Por exemplo, o art. 35-C da Lei dos Planos de Saúde, que fala que a cobertura é obrigatória em caso de risco de vida, de risco para saúde do paciente, da parturiente ou da gestante, é descumprido diuturnamente. Então, é um absurdo também o que muitos planos de saúde fazem com a população brasileira. A gente tem que reiterar isso.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Lembro que, amanhã, dia 22 de maio, quarta-feira, às 9h, teremos reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declarada encerrada a presente reunião.

Muito obrigada, de coração. (Palmas.)

(Iniciada às 14 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 58 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Eduardo Gomes, Zenaide Maia, Flávio Arns, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Mailza Gomes, Marcos do Val, Flávio Bolsonaro e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 682, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido da Relatora, para reexame do Relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com seis emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2018 - Terminativo** -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006."

Autoria: Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011** que: "Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Contrário às Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 50, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para pôr em curso um ciclo virtuoso de atuações legislativas em prevenção e combate ao uso de drogas, contribuindo com a missão pública de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem estar da população." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 60, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja convidado o Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Onix Dornelles Lorenzoni, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências". **Autoria:** Senador Romário e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 61, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre assuntos inerentes à Reforma da Previdência Social. A audiência para comparecimento será





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro." **Autoria:** Senador Romário e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais nº 62, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca dos erros médicos e odontológicos, com ênfase no processo de análise das denúncias pelos respectivos conselhos de regulamentação profissional e pela esfera judiciária." **Autoria:** Senador Romário. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/22>

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

Aviso nº 275, de 2019, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão 903, de 2018, que trata de auditoria de conformidade realizada com o objetivo de avaliar as aquisições de medicamentos que ocorreram de forma centralizada pelo Ministério da Saúde nos exercícios de 2014 a 2017.

No mesmo acórdão, o tribunal informa ter sido atendida solicitação constante do Requerimento nº 121, de 2017, da CAS, de minha autoria.

Ofício 1.027, de 2019, da Câmara Municipal de Campinas, o qual encaminha a moção de apoio ao Senado Federal pela aprovação do SCD 13, de 2015, que regulamentou a equoterapia como método de reabilitação.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Informo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que a Senadora Maria do Carmo Alves, Relatora do PL 682, de 2019, item 1 da reunião, solicitou a retirada do projeto de pauta para reexame do relatório.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 2 a 12. *(Pausa.)*

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 703, de 2015****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas.

Autoria: Senador Romário

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- A matéria constou da pauta da Reunião de 15/05/2019.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O Relator seria o Senador Humberto Costa, mas o Senador Paulo Paim fará o relatório *ad hoc*, por favor.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 703, de 2015, de autoria do nobre Senador Romário, composto por um único artigo, tem o objetivo de conceder ao trabalhador o direito de movimentar sua conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguem-se os fatos:

I) grave, incapacitante ou rara; ou

II) que enseje assistência permanente à saúde e demande o apoio diário de cuidadores ou o uso de medicamento ou de tecnologia terapêutica de alto custo; ou

III) que ocasione a necessidade de atendimento regular por diferentes profissionais de saúde; ou

IV) que esteja presente na lista de agravos à saúde que motivam a dispensa de carência para a concessão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez, nos termos do inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências; ou

V) que conste na relação de enfermidades que ensejam a isenção do Imposto de Renda sobre Proventos de Qualquer Natureza – Pessoa Física (inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1998).

Para instrumentalizar seus propósitos, o projeto altera o inciso XIV do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências, acrescentando-lhe quatro alíneas que elencam as doenças ou condições acima listadas, que, se acometerem o trabalhador ou seus dependentes, ensejam o direito ao saque do FGTS.

O proponente explica que a atual legislação permite, em caso de doença grave, de forma genérica, o saque do FGTS somente quando o trabalhador ou seus dependentes estiverem em estágio terminal, além dos casos específicos de acometimento por câncer ou aids. Porém, ressalta que a utilização desses recursos é muito mais recomendável quando ainda é possível prolongar a vida do trabalhador ou minorar, efetivamente, o sofrimento do paciente. Por isso, o autor defende que pessoas com enfermidades graves – nos termos especificados – tenham o direito de movimentar os recursos do FGTS a qualquer tempo.

A proposição não foi objeto de emendas, tendo sido distribuída somente à apreciação terminativa desta Comissão.

Análise.

É atribuição da CAS opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde e também à seguridade e assistência social – temáticas abrangidas pelo projeto em análise –, nos termos dos incisos I e II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe a esta Comissão examinar também a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre previdência social, proteção e defesa da saúde, assuntos abordados pela proposta que ora analisamos. Ainda em consonância com a Carta Magna, conforme determina seu art. 61, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela não é privativa do Presidente da República e, portanto, pode ser proposta por parlamentar. Sendo assim, não vislumbramos qualquer vício de inconstitucionalidade no PLS nº 703, de 2015.

Igualmente, consideramos não haver óbices quanto à juridicidade da proposição. Em relação à técnica legislativa, contudo, observamos a inexistência de cláusula de vigência.

Quanto ao mérito, destacamos que o art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990, define algumas situações em que a conta vinculada do trabalhador no FGTS pode ser movimentada: em casos de despedida sem justa causa, extinção total da empresa empregadora, aposentadoria, falecimento do trabalhador, necessidade em razão de desastre natural ou para amortização de financiamento imobiliário e etc.

Em relação a problemas de saúde, o mesmo artigo prevê o direito ao saque quando o trabalhador ou qualquer um de seus dependentes for acometido por câncer ou aids ou estiver em estágio terminal de doença grave, nos termos regulamentares. Essa última concessão parece-nos excessivamente limitada, tendo em vista que permite o saque dos recursos do FGTS só quando as possibilidades terapêuticas já estão esgotadas para o paciente, seja ele o próprio trabalhador ou seu dependente.

É necessário, portanto, reparar essa impropriedade presente na Lei nº 8.036, de 1990, tornando suas disposições mais coerentes com a realidade enfrentada pelas pessoas acometidas por doença grave. Nesse sentido, o projeto em comento traz uma medida mais justa para esse trabalhador, que terá a possibilidade de receber aporte financeiro em um momento de vulnerabilidade psicológica e sofrimento físico, dele próprio ou de um dependente.

Tal medida não só permitirá o custeio do tratamento, mas também servirá para garantir o sustento familiar, que fica prejudicado quando o trabalhador é acometido por doença e se vê obrigado a reduzir sua jornada de trabalho ou sua produção para atender a suas próprias demandas de saúde, prejuízo que também ocorre quando ele precisa dar sustentação às necessidades de um dependente acometido por essas doenças ou condições graves.

Assim, pelo seu alto valor humanitário, entendemos que o PLS nº 703, de 2015, é meritório e merece prosperar. Para adequar seu texto à boa técnica legislativa, oferecemos emenda que acrescenta um artigo à proposta e corrige a omissão da cláusula de vigência.

Voto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Pelos motivos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2015, com a seguinte emenda:

Acrescente-se o seguinte art. 2º ao Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2015:

“Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador Paim.

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Item 7.

ITEM 7**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2018****- Terminativo -**

Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para leitura do relatório. E a votação não ocorrerá enquanto não houver quórum.

Por favor, Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que as empresas com mais de 250 empregados divulguem, até o quinto dia útil do mês de abril de cada ano, informações sobre a quantidade percentual de empregados homens e mulheres; a quantidade nominal e percentual de salários e vantagens, pagas aos empregados, segregados por sexo; e, a diferença nominal e percentual da massa salarial entre empregados homens e mulheres.

A proposição também prevê que as informações divulgadas deverão considerar a totalidade dos empregados, incluídos os terceirizados; que o regulamento estabelecerá o local em que as informações serão disponibilizadas; e, multa de R\$100 mil a R\$1 milhão, em caso de descumprimento das normas nela previstas.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se eliminar, ou pelo menos diminuir, a desigualdade de gênero presente no mercado de trabalho brasileiro, que, segundo a autora do projeto, privilegia a ocupação profissional de homens, em detrimento das mulheres. A ideia é inspirada na legislação trabalhista do Reino Unido, que passou a exigir a publicação desses dados pelas empresas com mais de 250 empregados.

Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no país pioneiro nessa mudança legislativa, as mulheres ainda ganham 17% a menos do que os homens.

Dados da mesma organização afirmam que o país mais igualitário é a Bélgica, com apenas 3% de defasagem, enquanto o Brasil figura com notáveis 20%, o maior índice entre os principais países da América Latina. A autora registra, ainda, o exemplo da Islândia, que também debate proposta no sentido de exigir provas, dos empregadores, de que não há discriminação de gênero em seus quadros.

Finalmente, a justificação introduz a diferença entre disparidade salarial e equiparação. A primeira diz respeito às médias salariais recebidas por homens e mulheres. A segunda, ao pagamento de quantia igual a homens e mulheres no exercício de funções iguais, em condições semelhantes. Enquanto a legislação brasileira já prevê a equiparação, não há registro de combates efetivos às disparidades salariais discriminatórias.

A proposição foi distribuída a esta Comissão.

Até o momento, não foram apresentadas emendas.

Sob o aspecto formal, cumpre registrar que não existem óbices a sua aprovação. Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, incumbe à União legislar privativamente sobre direito do trabalho, motivo pelo qual a inserção de uma obrigação patronal, no ordenamento trabalhista, encontra-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, não se tratando de matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos tribunais superiores, aos Parlamentares é franqueado iniciar o processo legislativo destinado a convertê-la em lei.

Não se trata ainda de questão que demande a aprovação de lei complementar para a sua inserção no quadro normativo brasileiro. Assim, a lei ordinária é o instrumento jurídico adequado para a disciplina da matéria em exame.

A proposta está de acordo com os princípios, direitos e garantias fundamentais adotados por nossa Carta Magna. A propriedade possui uma função social. Isso está declarado explicitamente na Constituição Federal (inciso XXIII do art. 5º). No caso das empresas, há um complexo material e imaterial em funcionamento, que precisa ser utilizado para o bem de todos.

Na mesma linha, o inciso IV do art. 3º da Constituição Federal estabelece como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. É disso que trata o Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2018.

Se quisermos uma sociedade mais justa, nada mais natural e eficaz do que trabalhar em conjunto. O Estado, empregados e empregadores precisam encontrar formas de equilíbrio remuneratório, sem *dumping* social ou qualquer espécie de concorrência predatória.

No mérito, então, nossa posição é plenamente favorável à aprovação da proposta em análise. O objetivo maior é dar visibilidade, nas grandes empresas, a possíveis quadros de discriminação institucionalizada. Muitas vezes, nem a própria empresa percebe claramente as distorções existentes e injustiças cometidas nas contratações e na manutenção de seu conjunto de empregados.

Nesse sentido, a coleta desses dados pode até servir para a melhoria dos resultados internos das empresas, além de corrigir tratamentos discriminatórios e injustificados.

Toda sociedade precisa saber o que ocorre no âmbito das grandes empresas, não só para tomar as medidas legais contra comportamentos abusivos, mas também para orientar políticas sociais em busca da empregabilidade. De posse desses elementos, o Poder Público poderá estimular o treinamento e a inserção das mulheres em pontos específicos do mercado de trabalho, colaborando para que as empresas achem os trabalhadores com a capacitação necessária às demandas.

Em suma, o conhecimento da situação salarial interna, com seus reflexos nas relações externas à empresa, pode ser útil a todos. Com tantos argumentos favoráveis, entendemos que a matéria deve ser aprovada.

Em razão do que foi exposto, opina-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 205, de 2018, da Senadora Rose de Freitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

O relatório é dado como lido.

Fica adiada a discussão e a votação.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, de 2011

- Não terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Autoria: Deputado Marçal Filho

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Contrário às Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, esse projeto já foi aprovado na CDH e também na CAS. Foi para o Plenário. Houve três emendas que têm o objetivo de alterar o projeto. Esse projeto é de 2011 ainda e falta somente nos posicionarmos sobre as emendas, porque o projeto já foi aprovado.

Enfim, a Emenda nº 1 falha em não compreender o caráter educativo e punitivo ao mesmo tempo na multa estabelecida. Trata-se de medida evidentemente dura, mas que se destina a impedir e desestimular aqueles que não querem cumprir a legislação.

A Emenda nº 2, da mesma forma, reduz ainda mais drasticamente o valor da multa, diminuindo sobremaneira sua eficácia pedagógico-punitiva.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, a Emenda nº 3 veicula conteúdo desnecessário, já que tanto as condições para a equiparação quanto a limitação temporal, por derivarem de preceitos legal e constitucional respectivamente devem ser levados em consideração na aplicação da multa.

Consequentemente, somos pela rejeição da Emendas nºs 1, 2 e 3 de Plenário. Esse projeto não é terminativo. A votação é simbólica e vai ainda para outras comissões.

Por isso, Sr. Presidente, considerando que já temos número no painel, eu pergunto a V. Exa. – não é terminativo – se nós poderíamos já votar a matéria

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em discussão a matéria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de pedir vista, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista coletiva concedida.

ITEM 11**REQUERIMENTO Nº 60, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja convidado o Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Onix Dornelles Lorenzoni, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências".

Autoria: Senador Romário e outros

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

ITEM 12**REQUERIMENTO Nº 61, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre assuntos inerentes à Reforma da Previdência Social. A audiência para comparecimento será marcada por essa comissão de acordo com a disponibilidade de agenda do referido Ministro.

Autoria: Senador Romário e outros

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria subscrever os dois requerimentos. V. Exa. está lendo os dois ao mesmo tempo, né?

Eu queria subscrever e, antes da votação, eu queria parabenizar V. Exa. pela iniciativa e também pedir para que, neste período, até o projeto chegar aqui, que a gente faça esse debate. E, com a chegada do projeto na Comissão, de posse do texto final que vem da Câmara, que a gente possa fazer outras reuniões com os referidos Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto as Senadoras e os Senadores sobre a inclusão extrapauta de requerimento apresentado por esta Presidência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA**ITEM 13****REQUERIMENTO Nº 62, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater acerca dos erros médicos e odontológicos, com ênfase no processo de análise das denúncias pelos respectivos conselhos de regulamentação profissional e pela esfera judiciária.

Autoria: Senador Romário

Proponho para audiência a presença dos seguintes convidados:

- Representante do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina.
- Representante da Comissão Ética do Conselho Federal de Odontologia.
- Representante da Comissão Brasileira de Medicina Legal e Perícia Médica.
- Representante da Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal.
- Representante da Associação Brasileira de Apoio às Vítimas de Erro Médico.
- Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.
- Representante do Ministério Público.
- Representante da Defensoria Pública.
- Representante da Comissão de Ética do Conselho Regional de Odontologia e
- a Sra. Patricia Dahbar.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram.
(Pausa.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2017****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, para leitura do relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 19, de 2017, da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.

A justificativa da proposição reside na necessidade de se evitar a inserção prematura do jovem no mercado de trabalho, garantindo a ele o período necessário para concluir os seus estudos universitários.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo, não tendo havido, até o momento, a apresentação de emendas.

Consoante se depreende dos arts. 90, I, e 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS discutir e votar, em caráter terminativo, proposições que versem sobre previdência social.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A competência legislativa para disciplinar a matéria é privativa da União ex vi do art. 22, XXIII, da Constituição Federal de 1988, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de competência da União, à luz do art. 48, caput, da Carta Magna.

Por não se tratar de matéria reservada à lei complementar, a lei ordinária é o instrumento adequado para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, a proposição, que tem o louvável escopo de garantir a educação superior dos jovens brasileiros, merece ser aprovada.

Sabe-se que, aos 21 anos, o jovem ainda não teve a oportunidade de concluir os seus estudos. Portanto, ainda não logrou se inserir no mercado de trabalho.

Logo, consoante esposado na justificação da proposição em testilha, o custo social do cancelamento da pensão por morte é enorme, por privar o seu beneficiário dos recursos indispensáveis ao término de seu processo educacional.

A educação é direito assegurado no art. 6º da Constituição Federal, cabendo ao Poder Público ofertar o povo brasileiro os meios indispensáveis à sua plena fruição.

A aprovação do PLS nº 19, de 2017, é, portanto, medida que se impõe.

Necessário apenas, realizar uma pequena adequação redacional no inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 2º da proposição, a fim de que a extensão do benefício em testilha somente ocorra caso comprovado o vínculo escolar do dependente do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Evita-se, com isso, que se desvirtue a finalidade para qual o PLS nº 19, de 2017, foi criado.

Diante de todo o exposto, opina-se pela aprovação do PLS nº 19, de 2017, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2017, a seguinte redação:

Art. 2º. O inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 77.

.....

§ 2º.

II – para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, ao completar vinte um anos de idade ou vinte e quatro anos de idade se comprovado vínculo escolar, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

.....” (NR)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Fica dado o relatório como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muitos projetos importantes. Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir vista dos projetos de nºs 3, 7 e 8.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista concedida, Senador.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista coletiva concedida.

Convoco para o dia 29 de maio, quarta-feira, às 9h, reunião Extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 09 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Eduardo Girão, Rose de Freitas, Juíza Selma, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Jayme Campos e Zenaide Maia. Usa da palavra a Senadora Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton e Renilde Bulhões. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 10ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Ofício "S" nº 3, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a recondução do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério-Público dos Estados e da União (CNPGE). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente. ITEM 2 - Ofício "S" nº 4, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional de Procuradores Gerais - CNPG. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente. ITEM 3 - Ofício "S" nº 5, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente. ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta § 10 ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispensar a apresentação de carta de anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. Observação: Durante a discussão o Relator reformula o Relatório e apresenta uma emenda de redação. Aprovado Requerimento nº 8, de 2019-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: Em 24/04/19, foi recebido Voto em Separado do Senador Major Olímpio, contrário ao Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Major Olímpio e Rodrigo Cunha. Observação: Em 24/04/19, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Rodrigo Cunha (dependendo de relatório). ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acrescenta inciso XIII ao art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para tornar impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituição privada para o desempenho de serviços ou atividades de interesse público, em decorrência da celebração de contrato de gestão, termo de parceria, de colaboração ou de gestão." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta e contrário à Emenda nº 1. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei nº 1256, de 2019 - Terminativo - que: "Revoga o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo." Autoria: Senador Angelo Coronel. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Rejeitado o Projeto. Fica prejudicada a Emenda nº 1. ITEM 10 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Lido o relatório e encerrada a discussão, ficando adiada a votação da matéria. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Voto em Separado e adiada a discussão da matéria. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 217, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 610 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para permitir a realização de inventário extrajudicial quando houver possíveis implicações no interesse de incapazes." Autoria: Senador Paulo Rocha. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2018 - Terminativo - que: "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Autoria: Senador Pedro Chaves. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para atender Requerimento de Audiência Pública. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2018 - Terminativo - que: "Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Vista concedida aos Senadores Major Olímpio, Marcos Rogério e Juíza Selma. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista concedida aos Senadores Marcos Rogério e Juíza Selma. ITEM 17 - Projeto de Lei nº 1865, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições." Autoria: Senadora Eliziane Gama e outros. Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1-T. Resultado: Retirado de pauta para atender Requerimento de Audiência Pública. ITEM 18 - Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.” Autoria: Senador Magno Malta e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida. Observação: Em 24/04/19, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de iniciativa dos Senadores Fabiano Contarato e Alessandro Vieira, respectivamente. ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 8, de 2019 que: "Requeiro,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2017." Autoria: Senador Otto Alencar. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 9, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 7/2018, que "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB; 2. Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR; 3. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; 4. Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP; 5. Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família; 6. Associação dos Pastores e Ministros Evangélicos do Brasil - APAMEB." Autoria: Senador Major Olimpio. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 10, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1865/2019, que "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Edvanir Paiva - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF 2. José Robalinho Cavalcanti - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR 3. Carlos Eduardo Benito Jorge - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil 4. Jayme de Oliveira - Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB 5. Magid Nauef Láuar - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES 6. Fernando Marcelo Mendes - Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE 7. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP 8. Cinthia Paula de Lima - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária - ADPJ 9. Representante da OAB" Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 11, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1864/2019, que "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticados com grave violência a pessoa. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Edvanir Paiva - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF 2. José Robalinho Cavalcanti - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR 3. Carlos Eduardo Benito Jorge - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil 4. Jayme de Oliveira - Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB 5. Magid Nauef Láuar - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES 6. Fernando Marcelo Mendes - Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE 7. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP 8. Cinthia Paula de Lima - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária - ADPJ 9. Representante da Associação Juízes para a Democracia; 10. Ministro Alexandre de Moraes - STF" Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 12, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1864/2019, que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Com os seguintes convidados: Procuradora-Geral da República; Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin - Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Douglas Ficher - Procurador Regional da 4ª Região; Vladimir Barros Aras - Procurador Regional da República; Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Representante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (DPF); Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ivan Lira de Carvalho - Juiz Federal da 5ª Vara do Rio Grande do Norte; Deltan Dallagnol - Procurador da República; René Ariel Dotti - Professor titular de Direito Penal da UFPR e advogado; Gustavo Badaró - Doutor e Mestre em Direito Processual Penal pela USP; Paulo Cesar de Freitas - Promotor de Justiça do MP-MG; Wilman Rene Gonçalves Alonso - Coronel da PM-RJ; Rogério Greco - Procurador de Justiça do MP-MG e Professor de Direito Penal da UVV; José Darcy Santos Arruda - Delegado Geral da Polícia Civil do Espírito Santo e Professor de Direito Penal da Universidade Estácio de Sá; Diogênes de Luca - Coronel da PM-SP; Ilona Szabó de Carvalho - Diretora-executiva do Instituto Igarapé; Raul Belens Jungmann Pinto - Ex-ministro da Segurança Pública." Autoria: Senador Marcos do Val. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 13, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 89/2019, que "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para estabelecer



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Edvanir Paiva - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF 2. José Robalinho Cavalcanti - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR 3. Carlos Eduardo Benito Jorge - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil 4. Jayme de Oliveira - Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB 5. Magid Nauef Láuar - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES 6. Fernando Marcelo Mendes - Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE 7. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP 8. Cinthia Paula de Lima - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária - ADPJ" Autoria: Senador Humberto Costa. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião, Extraordinária.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 18.

Pela ordem, com a presença dos Relatores, passemos para o item 3.

ITEM 3**OFICIO "S" Nº 5, de 2019****- Não terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, no Biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: pronto para deliberação.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno, esta Presidência comunica às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação da escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas. Na primeira, o Relator apresentará o relatório, com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais. Após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Exmo. Sr. Benedito Torres Neto, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), submete à apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício “S” nº 5, de 2019, o nome de S. Exa. o Sr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador de Justiça do Ministério Público do Amapá – há um erro aqui; não é Amapá, mas, sim, Acre –, indicado ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Nos termos do art. 130-A, §1º, da Constituição Federal, e da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, três membros do CNMP serão membros do Ministério Públicos dos Estados, indicados pelo CNPG e sabatinados pelo Senado Federal.

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com o art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal.

Em observância a esses dispositivos, o indicado encaminhou ao Senado Federal seu *curriculum vitae*, que será brevemente exposto.

O indicado é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Estado do Acre, formado em 1992, sendo Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Cândido Mendes, em 2002, e em Administração Pública pela Faculdade Barão do Rio Branco, em 2006. Atualmente, é mestrando em Administração Pública no Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP).

No que se refere às suas atividades profissionais, o indicado tem larga experiência em atividades jurídicas. Ingressou no Ministério Público do Estado do Amapá em 1993, tendo atuado em causas cíveis, criminais, militares e eleitorais. Foi alçado a Procurador de Justiça em 2002, tendo atuado como coordenador de diversos órgãos do Ministério Público desde então. Foi Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá – isso aqui está errado: não é Estado do Amapá não; é Estado do Acre – nos biênios de 2014-2016 e 2016-2018, atualmente sendo Procurador-Geral Adjunto para o biênio 2018-2020.

Em relação às atividades acadêmicas do indicado, destaca-se produção científica na área do Direito Processual Civil, participando de eventos e congressos na área. Foi agraciado com diversas honrarias, destacando-se a Medalha do Mérito José Augusto Araújo, concedida pelo Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre em 2018, Comenda Mérito Excelso do Tribunal de Contas do Estado do Acre em 2018 e Medalha de Honra do CNPG em 2018.

Atendendo às determinações do art. 383 do RIsf, o indicado apresentou as declarações exigidas, informando os nomes de seus parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a suas atividades profissionais. Nesse sentido, informou que a Sra. Susye Almeida D’Albuquerque Lima, sua cônjuge, é servidora efetiva do Ministério Público do Estado do Acre. Declarou, ainda, que não participa, como sócio, cotista ou gerente, de empresas ou entidades não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governamentais e governamentais; e que se encontra em dia com as obrigações fiscais, nos âmbitos federal e distrital, conforme a respectiva documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Declarou, ainda, que não existem ações judiciais em que participe como autor ou réu em qualquer grau de jurisdição e que não responde a processo administrativo disciplinar.

Declarou que, no período de janeiro de 2014 a janeiro de 2018, atuou no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre como Procurador-Geral de Justiça.

Também apresentou as declarações exigidas pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, no sentido de que não responde a procedimentos criminais ou administrativo-disciplinares e não cumpre sanções dessa natureza, não é membro do Congresso Nacional ou do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Por fim, apresentou argumentação por escrito a fim de demonstrar que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual foi indicado.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório, acreditando termos fornecido aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Sr. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Lido, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Sérgio Petecão pela leitura do relatório.

Coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, esta Presidente concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Na ordem, item 4.

Desculpem-me. Percebi agora que o Relator do item 2 já está presente.

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 4, de 2019



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional de Procuradores Gerais - CNPG

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pronto para deliberação

Nos termos regimentais, novamente esta Presidência comunica aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha das autoridades nesta Comissão será dado em duas etapas. Na primeira, o Relator apresentará o seu relatório com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais. Após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente Simone...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Pela ordem.) – Era apenas para agradecer à sua competentíssima assessoria, que já nos comunicou que vai corrigir aquele equívoco, em relação ao nosso indicado do Acre, quando se refere ao Amapá.

Segundo o nosso Senador Anastasia, isso é a força do nosso Presidente Davi Alcolumbre, que é do Amapá e interferiu aí nessa... Mas a assessoria já está tomando as providências de corrigir o erro.

Obrigado.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência agradece a gentileza de V. Exa. ao reconhecer o trabalho da nossa equipe.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Excelência, se me permitir, antes...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – ... antes da manifestação do Relator.

O item 13 da nossa pauta está para ser votado, e eu estou apresentando e pondero a esta Comissão um requerimento para promovermos uma audiência pública para instruir esse PLS nº 7, que dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde. Tendo a relevância do tema, mas instado por vários segmentos da sociedade, estamos propondo uma audiência com a presença da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Associação Nacional dos Procuradores da República, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, a Associação Nacional dos Defensores Públicos, a Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família e a Associação dos Pastores e Ministros Evangélicos do Brasil.

Pondero a V. Exas. que ele está na pauta para ser deliberado, mas vejo como de extrema importância a realização de uma audiência pública justamente para dar suporte e sedimentação a esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Major Olimpio, como o Relator não está presente, vamos aguardar o Relator para que possamos combinar essa possibilidade. Nós estamos diante de vista coletiva, hoje vence esse prazo, mas eu acredito que, diante da relevância do projeto, não haveria qualquer problema num acordo entre ambos.

Portanto, com a palavra, neste momento, para proferir seu relatório, o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente Senadora Simone Tebet, Srs. Senadores, é submetida ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Rinaldo Reis Lima para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no biênio 2019/2021, nos termos do inciso III do art. 130-A da Constituição Federal.

Consoante o citado artigo constitucional, os membros do CNMP serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e do art. 383, inciso II, alínea "e", do Regimento Interno do Senado Federal, efetuar a sabatina do indicado, que deve preceder a decisão do Plenário sobre a matéria.

Em cumprimento ao disposto no art. 5º da Resolução e do art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, foi encaminhado o *curriculum vitae* do indicado, que passamos a resumir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Natural de Tauá, no Estado do Ceará, o indicado nasceu em 19 de julho de 1963.

Bacharelou-se em Direito na Universidade Federal da Paraíba, em 1991. Entre os anos de 1981 e 1997 trabalhou como escriturário do Banco do Brasil.

Ingressou no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte como Promotor, em 1997. Foi Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 2008 a 2012.

Ainda no Ministério Público do Rio Grande do Norte, foi Procurador-Geral de Justiça entre os anos de 2013 a 2017.

Em julho de 2016, assumiu a presidência do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), função que ocupou até junho de 2017.

Em outubro de 2017, foi nomeado Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional do Ministério Público, órgão integrante do CNMP.

Desde outubro de 2018, é Chefe de Gabinete da Corregedoria Nacional do Ministério Público.

Por fim, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005.

Consta em declaração apresentada pelo próprio indicado a existência de uma ação civil pública, de número aqui declinado, que tramita na 18ª Vara Cível da Comarca de Natal e tem como objeto o ressarcimento de valores gastos pelo indicado com passagens e diárias quando exercia a presidência do CNPGE.

Em consulta à tramitação processual da mencionada ação civil pública, constatamos que, até o dia 25 de março de 2019, não foi proferida sentença. Assim, a ação civil pública em trâmite não deve contar em desfavor do indicado.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão dispõem das informações necessárias para deliberar sobre a indicação do Sr. Rinaldo Reis Lima para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público.

É o parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rodrigo Pacheco e coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência já concede automaticamente vista coletiva, lembrando que a segunda etapa é a reunião para que possamos arguir a autoridade e proceder à votação.

Item 4 da pauta.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, de 2017**

- Não terminativo -

Acrescenta § 10 ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispensar a apresentação de carta de anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais.

Autoria: Deputado Irajá

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto

A autoria vem da Câmara, à época, do Deputado Federal Irajá, hoje Senador.

Concedo a palavra neste instante ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, eminente Senadora Simone Tebet, Sra. Senadora, Srs. Senadores. Agradeço a V. Exa. a leitura do projeto que acaba de apregoar.

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2017 (nº 7.790, de 2014, na origem), de autoria do então Deputado Irajá Abreu – agora eminente Senador Irajá, que temos a honra de ter ao nosso lado –, que acrescenta §10, à época – agora é o §13 –, ao art. 176 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), que dispõe sobre os registros públicos, para dispensar a apresentação de carta de anuência dos confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais.

O projeto se resume a dois dispositivos.

O art. 1º acrescenta, à época, o §10, agora §13 ao art. 176 da Lei de Registros Públicos estabelecendo que, para a realização da descrição georreferenciada de imóvel rural, não haverá necessidade de anuência expressa dos confrontantes, mas bastará declaração do próprio requerente de que respeitou os limites e as confrontações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 2º, finca-se a data de vigência na publicação da lei.

Ao chegar da Câmara dos Deputados ao Senado Federal, a matéria foi distribuída para a CCJ, no âmbito da qual nos foi outorgada a relatoria da matéria.

Não tivemos emendas.

Análise.

Estamos diante, Sra. Presidente, de uma proposição que merece nosso irrestrito apoio.

Além da vistosa regimentalidade da matéria – a CCJ tem competência para manifestar-se sobre assuntos de Direito Civil, nos termos do art. 101, inciso I e inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal – é manifesta a sua compatibilidade com o ordenamento jurídico e com as regras e os princípios constitucionais relativos ao processo legislativo e ao conteúdo dos direitos e dos deveres, respectivamente juridicidade, constitucionalidade formal e material.

No mérito, a proposição igualmente convida aplausos.

Como se sabe, para acabar com as imprecisões das descrições perimetrais dos imóveis rurais no Brasil, a legislação passou a exigir a identificação georreferenciada deles nas matrículas dos imóveis, conforme art. 176, §§3º e 4º, da Lei de Registros Públicos, na forma da redação dada pela Lei nº 10.267, de 2001. Em reforço dessa lei, sobreveio o Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, que detalha esse tema no seu art. 9º.

Para o §3º do art. 176 da Lei de Registros Públicos, essa identificação georreferenciada do imóvel deve ser feita por meio de um memorial descritivo subscrito por profissional habilitado com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) – veja a importância do assunto, Sra. Presidente. O texto é omissivo acerca da necessidade ou não de haver anuência expressa dos vizinhos confrontantes. Diante dessa omissão, aí sim, vários cartórios de registros de imóveis – que têm mania de legislar pelo País afora – adotam a interpretação de que estaria implícita essa obrigatoriedade, valendo-se, por analogia, da exigência de consentimento dos vizinhos contíguos nos procedimentos de retificação de registro (art. 213 da Lei de Registros Públicos) e de usucapião extrajudicial (art. 216-A da Lei de Registros Públicos). E há normas de corregedorias – normas administrativas – dos tribunais impondo essa interpretação aos oficiais de registros de imóveis, a exemplo do que sucede no Estado de São Paulo, conforme o item 59.2 do Capítulo XX das Normas de Serviço da Corregedoria de Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Há, pois, necessidade de a lei ser explícita quanto à necessidade ou não de haver a anuência dos confrontantes ao memorial descritivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição em pauta segue o caminho mais adequado, o de dispensar essa anuência, que, na prática, serve para retardar, burocratizar e até mesmo inviabilizar a purificação das matrículas imobiliárias das descrições perimetrais imprecisas.

Emprestamos nosso apoio irrestrito à matéria.

Sra. Presidente, veja o absurdo de essa matéria necessitar de um projeto de lei. Foi feita a lei, determinado o registro técnico através do georreferenciamento, e os cartórios, por livre e espontânea vontade, fazendo vista grossa à norma constitucional que determina que ninguém é obrigado a nada senão em virtude de lei – reitero, mais uma vez: de lei –, resolve criar uma regra adicional obrigando a uma anuência que inviabiliza, porque não é o caso aqui de confrontação, de conflito; é o mero registro do georreferenciamento. Isso está inviabilizando o dia a dia das propriedades rurais.

Então, em boa hora o Senador Irajá apresentou o projeto, que teve o Senador Rodrigo Pacheco como um dos Relatores na CCJ da Câmara Federal, e ele está aqui agora também conosco para a aprovação desse projeto.

O voto, pois, é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2017, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco a matéria em discussão.

Para discutir, Senador Rodrigo Pacheco e, em seguida, Senador Otto Alencar.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Não para discutir o mérito, até porque o mérito é absolutamente apropriado, cabível, louvável; apenas para fazer um registro dessa feliz coincidência em relação a esse projeto, de autoria do então Deputado Irajá. Na legislatura passada, eu acompanhei a dedicação dele para a aprovação desse projeto e, na ocasião, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, eu me autodesignei Relator, e aprovamos aquele projeto na Câmara dos Deputados.

E há essa feliz coincidência de hoje estarmos eu e o então Deputado Irajá como Senadores da República, nesta reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, ouvindo atentamente o parecer do Senador Antonio Anastasia, sempre muito feliz nas suas colocações, para aprovar, de maneira definitiva, esse projeto que é realmente muito importante para o País, porque confere segurança jurídica, desburocratização, facilidade na vida daqueles que tratam com os cartórios de registro de imóveis Brasil afora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns! Espero que haja aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permitir, Senador Rodrigo, é mais do que segurança jurídica e desburocratização, é realmente para fazer com que as coisas aconteçam. Nesse caso, essa carta de anuência de um confrontante, às vezes, nem acontece, seja por má vontade do vizinho, às vezes, seja por um conflito que existe. E aí o processo para por anos a fio, tem que ser judicializado.

Então, parabenizando o autor e registrando, porque vai constar agora em ata, essa feliz coincidência, eu passo a palavra para o próximo Senador que quer fazer as suas considerações, Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, é para parabenizar o Senador Irajá por essa visão que ele tem das coisas reais, das dificuldades que se enfrentam neste setor para se fazer o georreferenciamento. Há uma dificuldade muito grande com confrontantes que até abandonam suas terras; em outras terras, em alguns casos, há assentamentos que estão em questão judicial. E eu já conhecia esse projeto.

Fui ao lançamento do livro do Deputado Osvaldo e vim correndo, mas já tinha estado aqui antes para pedir inversão da pauta e declarar meu voto a favor, sobretudo com a relatoria do Senador Antonio Anastasia, que escreve aqui no seu relatório "vistosa regimentalidade", "vistosa regimentalidade"; "a proposição igualmente convida aplausos". Ninguém relata tão bem aqui as matérias... (*Risos.*)

... com um português que me lembra o meu conterrâneo Rui Barbosa, o grande jurista. Por isso, sempre, quando estou com V. Exa., declaro de público que V. Exa. é o Rui Barbosa de Alterosa.

Portanto, eu voto a favor, encaminho a favor e espero a aprovação desse projeto superimportante para desburocratizar e agilizar essa questão de georreferenciamento, que é tão importante hoje nas propriedades rurais do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Permita-me endossar as suas palavras, Senador Otto, não só em relação ao mérito do projeto, mas em relação à deferência mais que justa feita ao Relator, Senador Anastasia.

Permito a palavra, agora, pela ordem de inscrição, ao Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o Senador Irajá. São oito anos de luta em que ele está mobilizado com esse projeto. Foi-me solicitado até que fizesse um pedido de vista, mas, diante do esforço, do conteúdo do projeto da relatoria do Senador Anastasia, após oito anos, não há por que perdemos mais um minuto sequer em relação à adoção do conteúdo do projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Irajá!

E o meu voto vai ser favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer as palavras sempre carinhosas do Senador Otto Alencar, exageradas pelo seu coração, coração de baiano, sempre muito grande, com o endosso de V. Exa. e dos pares sempre tão gentis comigo.

Quero aproveitar, Sra. Presidente, para dizer que, após a elaboração do parecer, sobreveio a Lei 13.777, que acrescentou outros parágrafos ao art. 176. Então, faço aqui agora uma emenda de redação tão somente: onde se lê §10, será o §13. É só isso. Será o §13, em razão da superveniência dessa norma.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está registrado, Senador Anastasia.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ, de redação, e com a emenda agora apresentada.

A matéria vai ao Plenário.

Eu indago a V. Exas. se alguém gostaria de pedir urgência, para que possamos levá-lo, o mais rápido possível, ao Plenário para a votação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu gostaria de encaminhar um requerimento de urgência para a votação da matéria ainda hoje no Plenário do Senado Federal.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu gostaria de aderir ao requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação o requerimento de urgência do Senador Otto Alencar.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência.

Vou passar ao item 6 da pauta, cuja relatoria é do Senador Rodrigo Pacheco.

Em seguida, Senador Otto, apreciaremos o item 5, que é da relatoria de V. Exa.

ITEM 6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, de 2018****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que “dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)”, para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

Autoria: Deputado José Mentor

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

- Em 24/04/2019, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Rodrigo Cunha (dependendo de relatório).

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Peço a permissão de V. Exa. para ir direto ao voto, ficando dispensada a leitura do relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida!

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União, em especial sobre direito processual.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 80, de 2018, tendo em vista que i) compete concorrentemente à União legislar sobre procedimentos em matéria processual, a teor do disposto no art. 24, inciso XI, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

Quanto à sua juridicidade, o PLC nº 80, de 2018, afigura-se escorreito, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) o projeto possui o atributo da generalidade; iii) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; iv) afigura-se dotado de potencial coercitividade; e v) tende a inovar o ordenamento jurídico.

No que concerne ao mérito, mais que louvável, é assaz oportuna a exigência, que o PLC nº 80, de 2018, pretende estabelecer em lei, da presença do advogado nos procedimentos relativos às soluções consensuais de conflitos. Com efeito, se, por um lado, o art. 133 da Constituição Federal qualifica o advogado como indispensável à administração da justiça e, por outro lado, o art. 2º, §4º, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil – CPC), admite os modos de solução consensual – a exemplo da mediação e da conciliação – como aptos ao deslinde de litígios, é forçosa a conclusão de que a assistência de um advogado às partes em tais procedimentos é, mais que prudente, de fato necessária.

Entendimento diverso, em última análise, vai contra os interesses das próprias partes, que ficam a carecer de uma orientação gabaritada e profissional – que só o advogado pode conferir –, até para melhor compreender e antecipar as possíveis consequências das soluções consensuais por que venham a optar.

Quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do PLC nº 80, de 2018, detectamos uma única impropriedade: não se atendeu adequadamente ao comando do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998, pois a ementa do projeto atenta contra a concisão, ao transcrever desnecessariamente a ementa da lei que se pretende alterar, motivo por que propomos uma simples emenda de redação.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2018, com a emenda de redação que é sugerida no parecer.

Portanto, Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esse é um projeto de grande anseio da advocacia brasileira, que exige a presença do advogado nesses procedimentos de mediação e procedimentos conciliatórios, absolutamente de acordo com o que determina a Constituição Federal de 88, quando, no art. 133, faz prever que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

inviolável por seus atos e manifestações no exercício da sua profissão, nos limites da lei, que é justamente a Lei 8.906, de 94, que é o Estatuto da Advocacia e da OAB e que, no final das contas, preserva a cidadania, o direito de pessoas que, ao litigarem – e, aí, em processo de arbitragem ou de conciliação –, possam ter e devam ter assistência de advogados para essa defesa intransigente dos seus interesses.

Portanto, o parecer é pela aprovação do projeto, com esta singela emenda de redação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu indago a V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco: há uma emenda, a de nº 1, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. Se V. Exa. quiser...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu recebi, neste momento, a emenda...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu posso, então, passar a palavra a quem apresentou a emenda, enquanto V. Exa. lê, que é o Senador Rodrigo Cunha, para fazer as suas considerações, enquanto V. Exa. toma conhecimento da emenda.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeitamente. Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, já no processo de discussão, o Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para discutir.) – Sra. Presidente Simone Tebet, agradeço aqui a oportunidade de analisar um pouco mais esse projeto. Primeiro, deixando claro que eu também sou advogado. Sei, inclusive, as dificuldades que os jovens advogados que estão iniciando a carreira passam hoje em dia; sei da importância, em várias situações de solução de conflitos, da necessidade do advogado presente, sem dúvida alguma, mas, analisando bem esse projeto... Apresentei, inclusive, no dia 28, um requerimento para que também houvesse uma tramitação numa comissão temática – no caso, a Comissão de Defesa do Consumidor –, porque, da forma como está apresentado esse projeto, pode colocar em risco algo que já vem dando certo no País há muito tempo, que é o funcionamento das conciliações realizadas internamente pelos Procons, em que vários Procons têm, como média, 80% de solução desses conflitos.

Além disso, da forma como está posto, está contrário ao momento que nós estamos vivendo, momento em que, muitas vezes, a solução de conflito extrajudicial está-se dando através da internet. Nós temos aqui vários *sites* que recebem reclamação do consumidor de um lado, que têm acesso ao fornecedor do outro lado, e que resolve o conflito de maneira extrajudicial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, da forma como está posto, pode colocar em risco inclusive o funcionamento de ferramentas, de mecanismos como esses.

Então, além de ter apresentado essa emenda, além de ter solicitado o encaminhamento desse projeto para que passe pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, venho solicitar também a V. Exa. que seja concedida vista desse projeto para que se possa haver o aprofundamento tanto por parte do Relator sobre essa emenda apresentada como também sobre o conteúdo dele.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra ao Major Olimpio, antes de o Relator se pronunciar, já lembrando, Senador, que, de qualquer forma, vai haver um pedido de vista do Senador Rodrigo Cunha. Então, tanto V. Exa. pode se pronunciar a respeito da emenda agora como terá também o prazo de no mínimo uma semana.

Eu passar a palavra apenas para as considerações porque ele ficou de pedir vista posteriormente. Se já tivesse pedido vista, encerraria as discussões.

Eu passo a palavra, como último orador desta matéria, ao Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discursar.) – Sra. Presidente, eu também adiciono o pedido de vista, tendo em vista a necessidade de apreciação da questão da obrigatoriedade da participação do advogado. As defensorias públicas pelo País se têm mostrado extremamente eficientes no apoio direto e gratuito ao cidadão. No momento em que obrigarmos a participação do advogado, parece-me muito mais a criação de uma reserva de mercado do que solução real para o cidadão. Mas acompanho o pedido de vista para a gente estudar melhor a matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Major Olimpio.

Com a palavra o Relator, antes de se conceder vista coletiva.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Sra. Presidente, apenas breves considerações.

Primeiro, no tocante à condição de atuação do advogado através dos meios oficiais...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço, por favor, à plenária um pouco de silêncio para que possamos ouvir o Relator da matéria.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Refiro-me à participação dos advogados na sua atuação através dos meios oficiais do exercício da advocacia. Naturalmente, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solução de conflitos, por exemplo, em uma relação de um consumidor diretamente com a empresa que vendeu, por exemplo, não exigiria a participação do advogado. O segundo ponto é que não se trata necessariamente da advocacia privada. Onde não houver advogado, na hipótese de mediação e conciliação, e aí esclarecendo ao nobre Senador Major Olimpio, participaria eventualmente, evidentemente, um defensor dativo ou um defensor público para essa assistência, valorizando naturalmente o direito de defesa, que não é uma prerrogativa exclusiva do advogado privado, do advogado particular.

Mas, até em respeito ao Senador Rodrigo Cunha, que apresentou a emenda – e confesso que a emenda chegou ao meu conhecimento neste momento –, eu gostaria de ter realmente este prazo para poder me manifestar a respeito da emenda e chegarmos, eventualmente, a um acordo que possa fazer preservar o projeto, até para evitar que ele retorne à Câmara dos Deputados. Então, esta semana é uma semana que será apropriada para a discussão com o Senador Rodrigo Cunha, autor dessa emenda, e com os demais Senadores membros da Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, está lido o parecer quanto ao mérito do projeto. Em relação à emenda, eu gostaria de me pronunciar oportunamente, quando for inserido na pauta esse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Portanto, concedo vista coletiva ao item 6 da pauta, um projeto não terminativo. Repetindo. Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2018.

Na ordem, voltando ao item nº 1.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a recondução do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério-Público dos Estados e da União (CNPGE)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pronto para deliberação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos regimentais, esta Presidência comunica aos Srs. Senadores que o processo de apreciação será feito em duas etapas. Na primeira, a Relatora apresentará o seu relatório com as recomendações, se for o caso. Após a apresentação e a discussão do relatório, nesta primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão e em seguida será realizada a votação e o escrutínio secreto.

Concedo a palavra à Senadora Juíza Selma para proferir o seu relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, bom dia a todos.

Chega para exame desta Comissão a indicação do Promotor de Justiça Lauro Machado Nogueira, do Ministério Público do Estado de Goiás, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em recondução, no biênio 2019/2021, nos termos do § 1º do art. 130-A da Constituição Federal. A indicação foi encaminhada ao Senado Federal por meio de ofício assinado pelo Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério-Público dos Estados e da União (CNPNG).

Em atendimento às determinações regimentais, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve promover a sabatina do indicado e avaliar o cumprimento de requisitos de qualificação para o exercício da função almejada.

Para sistematizar essa avaliação, os normativos que regulam a matéria, particularmente o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, desta Comissão, demandam do indicado a apresentação de uma série de documentos e declarações, bem como de seu *curriculum vitae* e de uma argumentação escrita que demonstre afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade. De plano, podemos asseverar que a documentação que acompanha o Ofício S nº 3, de 2019, atende todas as condições fixadas nas normas que mencionamos.

O *curriculum vitae* que acompanha a documentação que ora analisamos aponta que o indicado concluiu, em 1993, a graduação em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, bem como especialização em Processo Penal pela mesma instituição em 2004. Ingressou no Ministério Público do Estado de Goiás em 1993 e exerceu seu ofício nas Promotorias de Justiça de Estrela do Norte, Varjão, Mara Rosa, Trindade e Goiânia.

Foi Corregedor do Ministério Público daquele Estado no biênio 2001/2002, coordenador das Promotorias Eleitorais da Capital em 2003/2004, e Chefe de Gabinete do Procurador-Geral em 2012, além de ter exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça por dois mandatos consecutivos, de 2013 a 2017.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também exerceu atividades de destaque em associações de classe. Foi Tesoureiro da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) e Presidente dessa entidade por dois mandatos; Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União.

Em atendimento às determinações regimentais, o Dr. Lauro Machado Nogueira apresentou declaração em que informa não ser cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, de membro ou servidor do Ministério Público de Goiás, bem como não cumprir sanção criminal ou de processo administrativo disciplinar e tampouco não existirem procedimentos dessa natureza instaurados em seu desfavor. Atestou, ademais, não existirem processos judiciais em que figure como réu ou autor.

Declarou, ainda, não exercer atividade político-partidária, tampouco ser membro do Poder Legislativo de qualquer unidade federada ou possuir parente, até o terceiro grau, que seja membro do Poder Legislativo de nenhuma das esferas da Federação.

O indicado apresentou, ainda, declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, acompanhada das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

O Dr. Lauro Machado Nogueira declarou, também, que não possui parentes que exerçam ou tenham exercido quaisquer atividades, públicas ou privadas, vinculadas às suas atividades profissionais, e que não tem nem teve participação como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais. Afirmou, igualmente, não ter exercido, nos últimos cinco anos, função em conselho de administração de empresa estatal ou cargo de direção em agência reguladora.

O indicado informa que sua atuação profissional como Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás, no período de março de 2013 a março de 2017, se deu no Pleno do Tribunal de Justiça do Estado, bem como junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

De setembro de 2017 aos dias atuais, o Dr. Lauro Machado Nogueira vem exercendo já a função de Conselheiro do CNMP, relatando e votando matérias em julgamento naquele órgão colegiado.

Apresentou argumentação escrita em que demonstra sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para integrar aquele órgão, que fez acompanhar de cópia do relatório de atuação lá no conselho no biênio passado, com destaque para a Relatoria da Resolução nº 183, de 2018, que normatiza o Procedimento de Investigação Criminal pelo Ministério Público, possibilitando o Acordo de Não Persecução Penal, bem como o relatório de gestão na Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público. Assim como havia feito quando de sua indicação para o primeiro mandato no CNMP, o promotor encaminhou também relatório de gestão da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás no período de 2013 a 2017, em que exerceu a chefia da instituição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, entendemos, Sra. Presidente, Srs. Senadores, que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Dr. Lauro Machado Nogueira para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo à Senadora Juíza Selma, coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concederá automaticamente vista coletiva, ficando para reunião futura a ser marcada o processo de arguição do candidato e votação.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Angelo Coronel

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, acabei de protocolar o requerimento... (*Fora do microfone.*)

... convidando o Ministro Dias Toffoli e o Ministro Alexandre de Moraes para esta Comissão. Gostaria que V. Exa. o colocasse extrapauta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há um acordo com os colegas, eu falei logo no início, na primeira reunião, de que nós receberíamos todos os requerimentos e, na reunião seguinte, todos os requerimentos seriam aprovados, para que os Senadores possam tomar conhecimento.

Portanto, na próxima reunião, nós incluiremos como primeiro item da pauta o requerimento de V. Exa. e mais três requerimentos já solicitados também.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador.

Pela ordem, item 7 da pauta.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, de 2015

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta inciso XIII ao art. 833 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil, para tornar impenhoráveis os recursos públicos recebidos por instituição privada para o desempenho de serviços ou atividades de interesse público, em decorrência da celebração de contrato de gestão, termo de parceria, de colaboração ou de gestão.

Autoria: Deputada Renata Abreu

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao Projeto

A autoria é da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu solicitei retirada de pauta, porque o Ministério da Economia mandou novos dados, para que a gente possa fazer um relatório mais embasado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida. Retirado o projeto de pauta, a pedido do Relator.

O próximo item da pauta, pela ordem de presença dos Senadores, é o item 10, um projeto terminativo de autoria da Senadora Maria do Carmo e de que eu sou Relatora. Então, peço a gentileza ao Senador Antonio Anastasia de assumir a Presidência para que eu possa fazer a leitura do relatório, uma vez que estamos em turno suplementar e temos uma emenda da Senadora Juíza Selma. *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Pela ordem, Senador Major Olimpio. Pois não.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – O Senador Lasier está envolvido em um debate em outras Comissões e ele é Relator naquela matéria em que eu pedi audiência pública. A assessoria dele está aqui agora comigo dizendo que ele concorda com a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Registrado, Sr. Senador. No momento próprio, será tomada a decisão pela Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, de 2018

- Terminativo -

Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S.

Observações:

- Em 20/03/2019, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 307, de 2018, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

- Em 27/03/2019, foi apresentada a Emenda nº 2-S de autoria da Senadora Selma Arruda;

- Votação nominal.

Concedo a palavra à nossa Presidente, a eminente Senadora Simone Tebet, para proferir o relatório sobre a Emenda nº 2-S.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para proferir relatório.) – Agradeço ao Sr. Presidente e passo ao relatório do projeto, indo direto ao substitutivo da Senadora Selma.

Em 27 de março de 2019, a Senadora Selma apresentou, na realidade, não um substitutivo, mas a Emenda nº 2-S, no turno suplementar, faculdade conferida pelo Regimento Interno.

A emenda ora sob análise visa à alteração da redação do art. 9º da Lei nº 9.099, de 1995, que trata dos juizados especiais cíveis e criminais, para estabelecer, em suma, que qualquer pessoa poderá representar o réu, em audiências dos juizados especiais cíveis, desde que lhe sejam outorgados poderes especiais para essa finalidade, bem como para proceder à confissão espontânea, negociar e transigir,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo que essa faculdade do réu não deve comprometer a exigência de assistência por advogado nas causas de valor superior a 20 salários mínimos.

Ademais, é alvitrada modificação de natureza redacional à ementa cogitada pelo substitutivo ao PLS nº 307, de 2018, a fim de esclarecer que um dos objetivos do projeto é também a explicitação da possibilidade de realização de videoconferências no âmbito dos juizados.

Análise.

Nos termos regimentais, o oferecimento da emenda implica o retorno da matéria à Comissão, que não pode apresentar novo substitutivo.

Entendemos que a Emenda nº 2-S merece ser acolhida.

Com efeito, nos termos da redação da Lei nº 9.099/1995, além de representado judicialmente por advogado, o réu deve sê-lo também por qualquer pessoa com poderes especiais, até para atender a princípios típicos do processo nos juizados especiais (notadamente, simplicidade, economia processual e celeridade). Não foi à toa, afinal, que o legislador originário, no *caput* do art. 9º da Lei dos Juizados Especiais, facultou à parte, nas causas de valor até 20 salários mínimos, ser, ou não, assistida por advogado. Ademais, cabe ressaltar que as disposições da Lei, do CPC, já hoje autorizam a outorga a terceiros, sejam ou não causídicos, de determinados poderes especiais, quais sejam, negociar, transigir e confessar espontaneamente, sem dúvidas suficientes para que os litígios cheguem a um bom termo.

Por fim, aderimos igualmente à singela ratificação proposta ao §5º do art. 9º, quanto à necessidade de assistência por advogado, sempre que o valor da causa for superior a 20 salários mínimos, bem como à explicitação, na ementa da proposição, de que uma das finalidades do projeto é clarificar a possibilidade de realização de videoconferências nos juizados especiais.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação da Emenda nº 2-S, da Senadora Selma Arruda, apresentada, em turno suplementar, ao substitutivo ao PLS nº 307, de 2018.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Senadora Simone Tebet.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Com a palavra a eminente Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria apenas, Sra. Presidente, Senadora agora Relatora, de agradecer o acolhimento a essa emenda, em nome das pessoas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que aplicam essa legislação no dia a dia. Certamente é uma contribuição muito importante para quem labuta nos juizados especiais.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

E vamos colocar a votação no momento oportuno, quando houver o quórum terminativo.

Com isso, devolvo a Presidência à eminente Senadora Simone Tebet.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na ordem, item 11.

ITEM 11**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, de 2016****- Terminativo -**

Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal.

Autoria: Senador Antonio Anastasia

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 20/03/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Em 02/04/2019, foi recebido o Voto em Separado do Senador Rodrigo Pacheco, pela rejeição do Projeto;

- Votação nominal.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Rodrigo Pacheco para proferir o seu voto em separado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para voto em separado.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu peço permissão para ir direto à análise.

Eu me permiti fazer este voto em separado com o devido e absoluto respeito ao Senador Antonio Anastasia, num momento raro de divergência entre mim e S. Exa.

Salvo melhor juízo, a alteração legislativa que se propõe significa um gravame ao texto do Código de Processo Civil e também à sistemática processual penal. Na verdade, o legislador não descurou ao deixar de incluir o processo penal entre aqueles ramos do Direito que não são regulados, de forma supletiva e subsidiária, pelos dispositivos contidos no novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

O primeiro motivo ensejador da exclusão de qualquer menção ao processo penal entre os ramos do Direito descritos pelo art. 15 do Código de Processo Civil tem por origem lógica o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, que dispõe sobre o novo Código de Processo Penal, que hoje tramita na Câmara dos Deputados (Projeto de Lei nº 8.045, de 2010) – quando Deputado, dele participei como Sub-Relator e Vice-Presidente da Comissão. De fato, o projeto do novo Código de Processo Penal (Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009) começou a tramitar antes do projeto do novo Código de Processo Civil (Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010) e tinha por finalidade justamente a de afastar a incidência de normas processuais civis do seu âmbito de aplicação. Assim, ante a tramitação simultânea, naquela época, de dois projetos de Código no âmbito do Senado Federal, com a formação de duas Comissões de Juristas distintas para a elaboração de dois projetos, foi ajustado que tanto o novo Código de Processo Civil, quanto o novo Código de Processo Penal esgotariam, por completo, todas as hipóteses legais previstas, sem a necessidade da incidência de normas de um Código sobre o outro, uma vez que ficou acordado que não haveria a incidência de normas processuais civis sobre assuntos de natureza processual penal, e vice-versa, por ser um assunto tormentoso, com possibilidade de se dar azo a inúmeras discussões despiciendas de fundamento.

Fica evidente, portanto, que diversos dispositivos trazidos pelo novo Código de Processo Civil não podem ser aplicados para além das suas fronteiras normativas. É que boa parte dos seus dispositivos processuais possuem, já na sua superfície, consequências imprevistas que acabam por subverter a lógica reinante em outras searas da jurisdição, como é o caso do processo penal, instituído sob o primado da presunção de inocência do acusado e o da busca da verdade real, que são princípios básicos do processo penal. Nesses casos de sobreposição de normas, o intérprete ficaria obrigado, desde logo, a cotejar os dispositivos normativos presentes na esfera processual penal com aqueles encartados no âmbito do Código de Processo Civil, a fim de verificar a sua compatibilidade, aplicação e eficácia, notadamente se tais dispositivos estiverem relacionados à defesa do acusado ou à contagem dos prazos processuais penais, uma vez que, se adotada a sistemática processual civil, os prazos processuais penais deixarão,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, de ser contados em dias corridos, para ser contados em dias úteis. Esse é um dos exemplos de perplexidade que se podem gerar com o projeto.

Outro exemplo de perplexidade diz respeito à apresentação de réplica pelo Ministério Público ou querelante em resposta à acusação do réu. Com efeito, alguns juristas lembram a redação do art. 396, *caput*, do Código de Processo Penal, no qual se prevê que, nos procedimentos ordinário e sumário, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, para, em seguida, mencionar o art. 396-A, *caput*, do Código de Processo Penal, no qual se admite que, na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Contudo, o Código de Processo Penal não traz dispositivo que mencione a possibilidade de a acusação se manifestar acerca das eventuais preliminares arguidas ou dos documentos juntados pela defesa do acusado. No Código de Processo Civil, por sua vez, o art. 351 determina que, se o réu alegar qualquer das preliminares de mérito enumeradas no art. 337 (coisa julgada, litispendência, incompetência absoluta do juízo, defeito de representação e outras tantas), o juiz determinará a oitiva do autor no prazo de 15 (quinze) dias, permitindo-lhe a produção de prova. Assim, admitir a possibilidade de apresentação de réplica à defesa pela acusação no âmbito processual penal prejudicaria sensivelmente a defesa do acusado, pois se concederia ao juiz maiores elementos para receber a denúncia ou a queixa contra o acusado após a apresentação da réplica pela acusação, tornando-o réu ou querelado. Ademais, haveria violação ao princípio da presunção de inocência do acusado, porque estaríamos permitindo uma inversão de princípios processuais penais: a acusação se manifestaria por último no processo penal, e não a defesa do acusado, no momento crítico da fase de recebimento da denúncia ou queixa.

Em acréscimo, se admitirmos a inclusão do processo penal entre aqueles ramos do Direito cujos procedimentos possam ser alcançados pelos dispositivos do Código de Processo Civil, de forma supletiva e subsidiária, estaremos permitindo, de fato e de direito, que os juízes e tribunais incluam, indistintamente, entre os procedimentos penais, etapas que não foram sequer objeto de discussão e votação no âmbito do Congresso Nacional, usurpando, em última análise, as atribuições constitucionais do Poder Legislativo de elaborar o texto normativo.

Com efeito, concordamos que existe uma desarmonia procedimental-processual entre o processo civil e o processo penal em muitos aspectos, e a tentativa de incluir dispositivos processuais civis no âmbito da seara processual penal pode levar a uma confusão entre qual norma deve ser aplicada, se a processual civil ou se a processual penal. Antes de se adotar, neste momento, a possibilidade de se permitir a aplicação de norma processual civil no âmbito processual penal, é preciso, todavia, que se conceda algum crédito ao legislador infraconstitucional a respeito das suas intenções ao promulgar o Novo Código de Processo Penal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, se fosse da vontade da vontade do legislador, à época da elaboração do Novo Código de Processo Civil, admitir a influência de dispositivos processuais civis sobre os procedimentos penais, ter-se-iam feito referências específicas ao corpo do Código de Processo Penal no projeto do Novo Código de Processo Civil ou mesmo alterado alguns dos seus dispositivos processuais penais para se permitir a aplicação supletiva e subsidiária do novo Código de Processo Civil.

E, como não foi realizada menção alguma a isso, é de se presumir que não houve a intenção do legislador de alterar a sistemática processual penal, aguardando o que vier a ser decidido a seu respeito no âmbito do projeto do novo Código de Processo Penal, que tramita perante a Câmara dos Deputados, ao contrário do que foi feito em relação a outros assuntos, cujos diplomas normativos foram alterados explicitamente pelo novo Código de Processo Civil. Aí, sim, expressamente no Código de Processo Civil, quando altera o Código Eleitoral, que foi alterado pelo art. 1.067 do novo Código de Processo Civil; a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, a Lei. 9.099, de 1995, que foi modificada pelos arts. 1.062 a 1.066 do novo Código de Processo Civil; e o próprio Código Civil, que sofreu alterações em face do art. 1.067 do novo Código de Processo Civil; entre outros diplomas normativos.

Por fim, argumenta-se que, na atualidade, inexistem questões jurídicas omissas que estariam a merecer solução pela via da aplicação subsidiária provinda do ordenamento jurídico processual civil em detrimento do singular método interpretativo e hermenêutico estabelecido no Código de Processo Penal. Assim é que não há demonstração cabal, mediante exemplos práticos, da utilidade dessa incidência subsidiária.

A bem da verdade, determinar agora a incidência subsidiária do novo Código de Processo Civil ao processo penal de modo genérico e não pontual atordoará a tranquilidade da tramitação de inúmeros processos penais Brasil afora, com dilações decorrentes de incidentes processuais desnecessários. A presente proposição estará a lançar uma grande dúvida hermenêutica no processo penal, e a consequência será a insegurança jurídica desses procedimentos, o que acabará ocasionando impunidades ainda maiores em face da extinção da punibilidade por prescrições intercorrentes ou de nulidades inesperadas.

E à corroborada desnecessidade de mudança traz-se a lógica, já estabelecida e amplamente difundida na atual legislação de espécie, consubstanciada no art. 3º do Código de Processo Penal, que institui o mecanismo intrínseco de integração e aplicação da norma processual penal. Aspas: "A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito". Em suma, o ponto de diferenciação mais evidente que surge na dificuldade de se compatibilizar normas processuais civis com normas processuais penais e aqueles princípios constitucionais processuais penais, como o da presunção de inocência e o da verdade real, que não encontram acolhimento no âmbito do processo civil, o que enseja, por mais esse motivo, a rejeição do projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Presidente, por esse exposto, nós estamos, com toda vênia e com todo constrangimento, votando pela rejeição desse projeto, em suma porque o processo civil tem a sua realidade, tem os seus princípios norteadores, inclusive de verdade formal. O processo penal tem uma outra natureza, que é o da busca da verdade real. Cada qual tem os seus mecanismos, os seus procedimentos, os seus dispositivos. A nossa obrigação, como legisladores, é, assim como aconteceu com o Código Civil entregue à sociedade brasileira, fazermos isso com o Código de Processo Penal. O Senado fez a sua parte, hoje está na Câmara dos Deputados, que no âmbito da discussão sobre o Código de Processo Penal é que se faça essa avaliação, sob pena de uma deficiência processual penal. Se se recorrer ao Código de Processo Civil, isso gerará uma perplexidade. Daí a pouco, os juízes de Direito, os juízes federais, os aplicadores do Direito estarão a invocar dispositivos processuais que não estão ali contemplados. Isso não é só em prejuízo do Direito, isso é em prejuízo da Justiça. Isso gerará inclusive argumentos de defesa para gerar nulidades processuais no processo penal, quando não se aplicar, por exemplo, um dispositivo do Código de Processo Civil de maneira supletiva ou subsidiária.

Além do conflito, haverá seguramente juízes que deixarão de aplicar a norma processual penal por entender que a norma do Processo Civil é mais eficiente. Isso gerará uma perplexidade, uma insegurança jurídica, uma instabilidade jurídica no País. Então, são esses argumentos que recomendam, na minha modesta opinião, uma reflexão a respeito desse projeto, pelo menos enquanto o Congresso Nacional não entregue à sociedade um Código de Processo Penal novo. A partir do momento em que cumprirmos a nossa missão de entregar o Código de Processo Civil que já foi feito, de entregar o Código de Processo Penal que já foi feito e identificarmos lacunas que possam ser complementadas, que a façamos eventualmente através de outros métodos: de interpretação extensiva, de analogia, de invocação de princípios gerais de Direito que se aplicam realmente a ambos, ao Processo Civil e ao Processo Penal, mas não considerar um dispositivo, por exemplo, sobre perícia no Processo Penal e perícia no Processo Civil e ficar ao arbítrio do juiz complementar o seu entendimento a partir de fundamentos de Processo Civil no âmbito de um processo de natureza criminal.

Essa é a grande dúvida que aqui surge desse projeto em relação à sua eficiência na prática, nos fóruns criminais Brasil afora. Por isso eu peço a reflexão do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e a própria reflexão do autor e do Relator dessa matéria sobre a pertinência, sobre o momento, sobre o cabimento, antes que seja editado o novo Código de Processo Penal, de se aprovar esse projeto de lei.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Proferido o voto em separado do eminente Senador Rodrigo Pacheco, esta Presidência, de ofício, adia a discussão por ausência do Relator.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Eu iria fazer alguns comentários, mas como V. Exa. fez o adiamento, eu deixarei, até para economia processual aqui. Só faço uma referência a que o Senador Rodrigo Pacheco, que é um brilhantíssimo advogado penalista, como nós sabemos, talvez tenha se esquecido, de modo não digo proposital, que a norma diz lá, de maneira supletiva e subsidiária, jamais havendo confronto. Mas isso nós discutiremos no momento oportuno, com todo respeito ao eminente colega.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço eu a compreensão de V. Exa.

Esta Presidência informa que já foram deliberados, nesta reunião de hoje, os itens 1, 2, 3, 4, 6, 7, 10 e 11.

Passemos ao item 13.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela oportunidade, Sra. Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 13.

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, de 2018****- Terminativo -**

Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis.

Autoria: Senador Pedro Chaves

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 20/03/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;
- Votação nominal.

Há um requerimento sobre a mesa, que já tem anuência do Relator, para que antes de discutirmos e votarmos esta matéria seja realizada uma audiência pública. Repetindo, esse é o requerimento do Senador Major Olimpio com a anuência do Relator, Senador Lasier Martins. Mas eu tenho que colocar em votação o requerimento.

EXTRAPAUTA**ITEM 20****REQUERIMENTO Nº 9, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 7/2018, que "Dispõe sobre os direitos dos pacientes em serviços de saúde; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para isentar do crime de omissão penalmente relevante a falta de instituição de suporte de vida ou a não realização de tratamento ou procedimento médico recusados; e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para proibir a reutilização de produtos para a saúde descartáveis." Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;
2. Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR;
3. Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP;
4. Associação Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP;
5. Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família;
6. Associação dos Pastores e Ministros Evangélicos do Brasil - APAMEB.

Autoria: Senador Major Olimpio

Coloco em votação o requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta, eu pergunto se nesse requerimento estão contidas as diversas concepções que tratam do tema.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, nós temos o Ministério Público e a Defensoria Pública, ambos representados pela Associação Nacional, e também a Conferência Nacional dos Bispos. Mas podemos colocar em votação e nada impede que qualquer membro desta Comissão possa pedir também a complementação, indicando ou sugerindo outras autoridades para...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu vou apresentar uma complementação depois.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ótimo.

Eu vou colocar, portanto, em votação o requerimento

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Esta Presidência vai aguardar do autor, Senador Major Olimpio, os nomes das autoridades e a data a ser marcada.

Peço apenas que seja o mais breve possível para que possamos colocar o projeto no momento oportuno em votação.

ITEM 14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 137, de 2018****- Terminativo -**

Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência.

Autoria: Senador Humberto Costa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Rose de Freitas**Relatório:** Pela aprovação do Projeto**Observações:**

- Em 09/04/2019, foi recebida a emenda nº 1 de autoria do Senador Oriovisto Guimarães (dependendo de relatório);

- Votação nominal.

Nós temos quórum para deliberar.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para proferir o seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.)
– Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta é uma matéria que não registra nenhum vício de constitucionalidade formal ou material na proposição.

Eu considero extremamente conveniente e oportuna, no momento em que nós estamos discutindo a questão da violência. A violência que é implícita sobre a mulher, sobre o menor e o idoso. E a iniciativa do Senador Humberto sinaliza no sentido de nós alterados e daí estendermos essa proteção para que a sociedade não tenha nenhuma dúvida de qual o papel que o Ministério Público pode exercer nesse contexto.

É chegado o momento de enfrentar o tema pela via do processo legislativo. É importante que nós entendamos que nós vivemos fazendo projetos de lei inócuos, que não atendem a nada. Aqui nós estamos protegendo a sociedade, principalmente na parte mais vulnerável, protegendo a sua vida.

A iniciativa do Senador Humberto Costa é muito importante. Nós achamos que esse projeto vem oportunamente até consolidar outras iniciativas, Sra. Presidente.

Portanto, eu dou o parecer favorável e propugno pela aprovação do projeto de lei, parabenizando pela iniciativa.

Estou tentando resumir para que a gente possa votar os projetos também correlatos nesta mesma oportunidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de passar a palavra aos oradores inscritos, há uma emenda, Senadora Rose, que é a Emenda nº 1, de autoria do Senador Oriovisto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Eu a acolhi.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acolheu a emenda?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu acolhi a emenda do Senador Oriovisto.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu coloco...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de pedir vista.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Eu vou pedir vista desse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva. Vista concedida ao Senador Major Olimpio; vista coletiva acompanhada pelos Senadores Juíza Selma e Marcos Rogério.

ITEM 16**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2017****- Terminativo -**

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para proferir o seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente, antes eu queria fazer uma pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Ela tem que ler o relatório antes.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se os relatórios...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Ela precisa ler o relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Certo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente, eu queria saber se os relatórios são distribuídos com tempo suficiente para a leitura dos Srs. e das Sras. Senadoras.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, eles ficam sempre... A pauta é publicada no *site* da Comissão sempre, no máximo às sextas-feiras, e é enviada a todos os gabinetes, que têm acesso inclusive eletrônico aos pareceres.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu poderia fazer um pedido à sua Comissão extremamente competente? Que isso fosse feito com certa antecedência, porque nós fazemos o relatório e enviamos para a Comissão. Na verdade, na sexta-feira os Senadores já estão de volta às suas bases. Sendo assim, quando chega segunda, eles estão retornando para casa. E chegam aqui em plenário... Chegam em plenário... E evidentemente eu entendo o pedido de vista, a matéria foi muito discutida. E é uma matéria, eu tenho certeza, consentida por todos que esteja na pauta hoje dada a sua importância. Eu queria pedir que fosse feito com um pouco mais de prazo e que fosse feito aquele comunicado que a senhora sabe que nós precisamos: "Já se encontra disponível o relatório", tal, e a pauta pertinente para o dia da votação. Isso vai facilitar muito a nossa vida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida nenhuma. Esse item específico, inclusive, já consta da pauta desde o dia 5 de abril – no caso, esse de V. Exa.

Apenas lembro que nós temos a reunião desta Comissão às quartas-feiras. Se nós publicarmos antes de sexta, muitos projetos cuja inclusão em pauta é solicitada pelos Srs. Senadores ficarão de fora. Sempre que possível nós faremos um esforço até para antecipar para quinta à tarde, mas lembro que nós terminamos os trabalhos já tarde na quarta, e eu tenho que despachar na quinta-feira à tarde, porque eu preciso receber também as demandas dos colegas a respeito de inclusão em pauta. Por isso a escolha é às sextas-feiras: para que não fiquem de fora projetos relevantes dos colegas.

Quero alertar também que é muito difícil que um projeto entre em pauta e seja deliberado na mesma reunião. Às vezes o Relator não se faz presente, às vezes há emendas apresentadas e o próprio Relator pede prazo, e por isso normalmente os projetos constam em pauta por no mínimo duas reuniões.

Acho a ponderação da Senadora pertinente, mas na prática muitas vezes vai ser difícil de ser executada.

Eu gostaria de passar agora a palavra à Senadora Rose para que possa proferir o seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente. Eu gostaria só de uma informação de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – O item 9 da pauta, qual é a previsão de ele entrar em votação?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos que aguardar o Relator. E, se não...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bem, ele chegou depois de o item estar correndo. Nós vamos terminar os itens... Como nós fazemos normalmente, à exceção dos ofícios "S", porque esses são de indicação de autoria, são requerimentos e precisa ser lido o ofício para que possamos marcar, no momento oportuno, a sabatina, a arguição dos candidatos: nós ouvimos e vamos pela sequência da pauta. Se o relator não estiver presente, depois determinada toda a pauta, nós voltamos aos itens que estavam sobrestados, para que os relatores possam fazer os seus relatórios. Senão, o que acontece? Senadores que estão aqui, desde o começo,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aguardando, para proferir o seu relatório, acabam sendo preteridos por relatores que chegam no momento e pedem a inclusão do seu item anterior. Mas será lido com certeza e, no caso, até discutido.

Passemos à Senadora Rose de Freitas, que proferirá o seu relatório ao item 16 da pauta.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma análise diferente da que fiz na votação anterior, porque eu acho que essa matéria precisa de um pouco mais de atenção para que a gente possa votá-la oportunamente, nesse caso, no dia de hoje.

Nós vamos registrar que não existem vícios de constitucionalidade formal e material na proposição em exame. A matéria está compreendida no âmbito da competência da União para legislar sobre Direito Penal – então, é o que nós vamos fazer –, consoante dispõe o art. 22, I, da Constituição Federal, bem como possui seu autor legitimidade para iniciar o processo legislativo.

Esse projeto do Senador Carlos Viana é muito importante.

No mérito, nós somos pela conveniência e oportunidade, assim como o outro, de se estender aos transgêneros a proteção da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340.

De fato, eu quero registrar que já se localizam mesmo na jurisprudência decisões, Presidente, nesse sentido. Confira-se, por exemplo, o precedente da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São Gonçalo, com o seguinte parecer:

Com efeito, apesar de não ter sido submetida ainda à cirurgia de transgenitalização, a vítima se considera mulher. As novas estéticas e temáticas ligadas à diversidade e à liberdade sexual não têm sido resolvidas pelo direito, até mesmo porque exigem uma análise interdisciplinar, o que é de certo modo uma novidade no mundo jurídico, que sempre ostentou uma certa pretensão de completude. Dessa forma, torna-se necessária alguma reflexão sobre tais aspectos. [É essa matéria que nos importa hoje.] Enquanto o sexo, que pode ser masculino ou feminino, é um conceito biológico, o gênero, também feminino e masculino, é um conceito sociológico independente do sexo.

Está registrado aqui um parecer que fala:

O problema reside nas relações homoafetivas que envolvam pessoas do sexo biológico masculino, pois, no caso de homem homossexual ou que assuma o gênero feminino, considerando o princípio da tipicidade, não se enquadraria na elementar penal "mulher" prevista no art. 5.º da lei. Quando a lei fala em "mulher", não pode o termo receber interpretação extensiva ou aplicação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analógica, contra o réu, para englobar pessoa que, apesar de exercer o papel social da mulher (como a travesti, por exemplo), assumindo um gênero feminino, não pode, para efeito penal incriminador, ser equiparado à mulher, embora, em nosso pensar, devesse o legislador lhes dar idêntico tratamento, [é o que não acontece] o que não foi feito [inclusive nesse processo].

Também o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro já teve a oportunidade de registrar, Sra. Presidente, que:

A jurisprudência tem afirmativamente promovido socialmente a proteção de diversos segmentos sociais, já que o processo legislativo [no caso, o nosso] não acompanha a evolução social e a realidade que se apresenta na mesma velocidade.

[Diante desse exposto] Não pode o Judiciário [e ele argumenta isto com muita propriedade], pelo menos [...] [neste momento], enquanto zelosa instituição Republicana, deixar de promover o bem social de forma isonômica e lançar a pecha discriminatória sobre aquela pessoa, detentora de inegável dignidade, embora nascida com sexo biológico masculino, socialmente vivencia a inadequação no papel social do gênero de nascença, e de forma ativa a identificação ostensiva correlata ao gênero oposto ao de nascimento.

Ele descreve aqui e nós vamos registrar a sua preocupação de que a lei não atinja os parâmetros e a concepção adequada para se promover, no Código Penal, a justiça sobre todos os demais gêneros.

Até o Supremo Tribunal Federal, nós argumentamos, sinaliza nesse mesmo sentido, com o início do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 26/DF, de relatoria do Ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção nº 4.733/DF, de relatoria do Ministro Edson Fachin. Ambos já contam com o voto dos respectivos relatores para reconhecer providência até mais drástica que a presente: reconhecer a criminalização, por ora nos termos da Lei nº 7.716, de 1989, da prática da homofobia e da transfobia.

Então, nesse contexto, eu penso que é chegado o momento de a gente enfrentar, Sras. e Srs. Senadores, o tema pela via do processo legislativo – é isso que faz o autor da matéria –, equiparando-se em direitos todos os transgêneros, através da sugerida alteração da Lei Maria da Penha.

É com essas considerações, Sra. Presidente, que eu peço a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017.

É o voto, Sra. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Relatora, a Senadora Rose de Freitas, e coloco em discussão a matéria...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Vista, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou antecipar o pedido de vista, Sra. Presidente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Por favor, vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedido vista coletiva, vista do Senador Marcos Rogério encampada pela Senadora Juíza Selma.

Item 16 da pauta... Desculpem-me. Item 17 da pauta – o item 16 foi o anterior.

ITEM 17**PROJETO DE LEI Nº 1865, de 2019****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições.

Autoria: Senadora Eliziane Gama e outros

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta e pela rejeição da emenda nº 1-T.

Observações:

- Em 03/04/2019, foi recebida a Emenda nº 1-T de autoria do Senador Jaques Wagner;

- Votação nominal.

Concedo a palavra, para proferir o seu relatório, ao Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, eu peço licença para ir direto ao voto...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente, desculpe-me a interrupção. Eu queria somente fazer uma pergunta.

Nós apresentamos um requerimento, não só para este, mas para vários outros projetos relativos a esse pacote, de realização de audiências públicas. Isso vai ser votado depois?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vai ser votado o requerimento, mas a informação que eu tive é a de que o requerimento de V. Exa. era sobre o outro projeto, que está com relatoria do Marcos do Val, que está aqui, inclusive, com mais dois requerimentos para serem colocados, todos solicitando audiência pública. É do Senador Marcos do Val. Deixe-me ver se, além do Senador Marcos do Val e de V. Exa., há outro autor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – Presidente, posso ler o voto?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou só verificar, para confirmar essa informação que acabei de dar.

Há apenas dois, de V. Exa. e do Senador Marcos do Val, a respeito do relatório do projeto que está com a relatoria do Senador Marcos do Val.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria fazer, oralmente, a solicitação da audiência pública, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acabei de receber a informação de que também há o requerimento de audiência pública.

Vamos fazer o seguinte: Senador Marcio Bittar apenas...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Marcio Bittar, desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... lê o relatório. Nós não vamos abrir para a discussão, vamos votar os requerimentos – porque eu já havia me comprometido, inclusive, com o Senador Marcos do Val –, e aí faríamos a audiência pública antes da votação do projeto.

Portanto, item 17.

Concedo novamente a palavra ao Senador Marcio Bittar, apenas para proferir o seu relatório. Não estaremos entrando na discussão da matéria, porque iremos imediatamente votar um requerimento de solicitação de audiência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Posso ir direto ao voto, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como V. Exa. entender.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – Senadora Simone, Senadoras e Senadores, o projeto é simples, ele criminaliza o caixa dois, prevendo de dois a cinco anos de detenção.

Eu vou direto ao voto.

Eu rejeitei uma emenda e apresentei outra. Vou dizer, sem ler, aquilo que está no relatório.

Eu entendo, concordando com a autora e com o Ministro Sergio Moro, que o caixa dois é um crime grave.

Eu comecei a fazer política há quase 40 anos e lembro bem como eram as campanhas naquela época e como elas se transformaram em campanhas bilionárias, estratosféricas. E, na medida em que as campanhas passam a se utilizar de caixa dois, que é uma quebra da regra acordada, eu não creio que seja um crime comum; eu entendo que é um crime grave, porque não é um jogo qualquer, é o jogo da democracia, é como você constrói, a duras penas, no Brasil, as formas de gestão da vida coletiva. Então, quando todos estamos num processo eleitoral em que determinados concorrentes se utilizam do caixa dois, eles estão fraudando todo o processo. São eleições de Vereador, de Deputado Estadual, Federal, Senador, Prefeito e Governador que fraudam o processo eleitoral, fraudam a democracia.

Portanto, eu concordo com aqueles que entendem que isso é um crime e crime grave. Por isso, rejeitei a emenda, com todo o respeito e carinho que tenho pelo Senador Jaques Wagner, porque a emenda dele propunha que, só quando o caixa dois fosse de origem ilícita, o recurso seria considerado crime. Não, eu entendo que, assim como o homicídio, é um crime.

Agora, quando o dinheiro – e esta é a minha emenda –, quando o recurso vier de origem ilícita – de milícias, da corrupção... –, aí, isso é um agravante, assim como o homicídio, quando há requinte de crueldade, sem direito à defesa; também são agravantes.

Então, Sra. Senadora, a minha visão é simples: eu entendo que esse é um jogo caro ao País, que demoraram anos para chegar aonde chegamos, e a quebra dessa regra constitui crime, a meu ver, grave – ponto. E quando for...

E nós temos notícia, nas últimas eleições, esparramadas pelo País – no meu Estado não foi diferente –, de facções criminosas ajudando a bancar eleições de Parlamentares, e isso não é novidade, porque em qualquer lugar do mundo, quando o crime organizado toma a proporção que tomou no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, ele acaba se associando ao Poder Judiciário e também ao Poder Legislativo e Executivo. Então, para mim é crime e, quando for de origem ilícita o recurso, ele deve ser agravado. Esse é meu entendimento e esse é o voto que eu professo na manhã de hoje.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao relator.

Antes, eu vou ter que adiar a discussão, porque há um requerimento sobre a mesa solicitando audiência pública. Portanto, eu adio a discussão e coloco desde já o requerimento de autoria do Senador Humberto Costa, que, nos termos regimentais, solicita a realização de audiência pública...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Pela ordem.) – Pela ordem. É uma audiência?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É uma audiência. É uma audiência. E acho interessante que a audiência se dê, efetivamente, depois realmente do voto lido por V. Exa., uma vez que houve duas emendas de autoria do próprio Relator.

Realização de audiência pública com objetivo de instruir o PL nº 1.865, de 2019, que altera o Código Eleitoral para criminalizar o uso de caixa dois em eleições.

Convidados: Edivandir Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal; José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República; Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil; Jayme Oliveira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; Magid Nauef Láuar, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais; Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil; Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; e, por fim, Cinthia Paula de Lima, Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Judiciária.

Coloco em votação o requerimento.

Para encaminhar, o Relator.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sra. Presidenta, poderá haver, posteriormente, a inclusão de outros nomes?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vejo dificuldade, desde que nós façamos a deliberação. Apresente o nome posteriormente e nós colocamos em votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Acho que seria interessante colocar alguns advogados eleitorais, alguma coisa assim, porque está muito...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – A OAB, não?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – A OAB...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então vamos já fazer o adendo de um... É apenas uma audiência.

Quero esclarecer que será apenas uma audiência, e já estamos incluindo um membro da Ordem dos Advogados do Brasil, a ser indicado posteriormente.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Já foi aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas pode fazer as considerações, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A consideração é quanto à natureza protelatória dessa audiência. Não se trata de uma temática complexa. Esse projeto, especificamente... Não os outros. Mas esse, especificamente, como muito bem colocou o Relator, é um projeto muito simples. Ele criminaliza o caixa dois, uma prática abominável para a democracia. Então, nós arrolamos aí, salvo engano, mais de dez autoridades para uma audiência pública, com o objetivo de produzir que conhecimento?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se V. Exa. me permite, eu vou fazer as considerações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos regimentais, é um direito de qualquer membro desta Comissão solicitar audiência pública, independentemente da complexidade ou não do tema. Lembrando e deixando muito claro: é apenas uma audiência pública, independentemente dos membros. Se a audiência pública vai durar uma hora ou vai durar dez horas, será feita no mesmo dia.

Eu gostaria apenas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... de esclarecer que existe sobre a mesa... Eu já vou colocar também em votação os outros requerimentos em relação aos outros dois projetos de autoria da Senadora Eliziane, relacionados ao pacote anticrime também, do Ministro Sergio Moro.

Posso fazer a votação e V. Exa. fala posteriormente?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria só, a título até de informação, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Acerca da questão da audiência pública, eu quero preliminarmente dizer que eu sou defensora de audiências públicas. Eu acho que elas são importantes, porque elas aprofundam o debate. Mas, ao mesmo tempo também, algumas audiências públicas são feitas na tentativa de protelar – aqui todo mundo tem esse entendimento, de tentar postergar.

Esse é um assunto extremamente importante, o requerimento já foi aprovado, vamos fazer audiência, vamos aprofundar, mas eu queria trazer os meus cumprimentos ao Senador Marcio Bittar, resguardadas algumas questões de ordem política em que, às vezes, nós não convergimos, mas eu queria cumprimentá-lo, Senador, pelo relatório. V. Exa. trouxe um endurecimento de penas. É muito importante isso para o Brasil. O Brasil quer uma resposta em relação à corrupção, e o caixa dois é um crime que a gente realmente não pode admitir. Eu queria cumprimentá-lo pelo relatório e espero que esta Comissão possa aprovar o seu relatório.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja, primeiro, eu acho que não cabe a ninguém aqui julgar qual é a intenção de quem quer que seja no momento em que apresenta uma proposição. Isso é parte da política, da compreensão política, da decisão política de cada um.

Segundo aspecto: nosso problema com... Aliás, nem temos problema nenhum com esse projeto. Durante o Governo da Presidenta Dilma, ela própria encaminhou aqui para o Congresso Nacional, e não foi votada, nem no Senado, nem na Câmara, uma proposta que criminalizava o caixa dois. E nós vamos votar favoravelmente a essa proposta.

Eu inclusive concordo com o Relator, no sentido de que a emenda que foi apresentada pelo nosso companheiro Jaques Wagner não é boa, na minha opinião. Concordo com V. Exa.

Então, o problema não é esse. O problema é que nós estamos fazendo aqui, a toque de caixa, uma discussão que envolve várias coisas importantes que estão nesse chamado pacote anticrime, que, na Câmara, está sendo objeto de uma ampla discussão, envolvendo inclusive grupos que já vêm discutindo esse tema há muito tempo, como era aquele que foi encabeçado pelo Ministro Alexandre de Moraes, e aqui houve uma proposta de se tentar dar, na minha opinião, um *bypass*, na forma como essa discussão tem que ser feita, porque uma proposta do Governo tem que passar lá pela Câmara dos Deputados.

Então, nós estamos querendo que o que vai ser feito lá... Já que aqui vai se fazer, que se faça corretamente.

Eu não sei que ideia é essa agora que está acontecendo aqui no Senado Federal – nunca vi isso! –, de que tudo é para ser votado a toque de caixa, de que as pessoas têm que votar sem se aprofundar... São temas que mexem com a vida do nosso País.

Então, eu não aceito esse tipo de questionamento e colocação de qual é a intenção.

A intenção é discutir. Esta é uma Casa de debate, de discussão. Chama-se Parlamento, exatamente porque é o espaço de debater e discutir os temas. E, quanto mais, melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço as observações dos colegas Sras. e Srs. Senadores.

Eu gostaria apenas de fazer um adendo: o processo legislativo requer tempo e amadurecimento para que possamos ter um tempo ideal.

Nós temos, na Casa, projetos de 2015, 2016, 2017 e 2018 que sequer foram votados. Sobre este projeto da eminente Senadora Eliziane Gama – inclusive já aqui me antecipo que concordo com ele



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

plenamente –, é importante dizer que não faz um mês que foi protocolado na Casa. Ele foi protocolado no Senado no dia 28 de março. Imediatamente, esta Presidência já designou Relator, e o Relator, na sua eficiência, o Senador Marcio Bittar, em menos de 15 dias já proferiu o seu relatório.

Portanto, eu quero apenas alertar que não se trata de um projeto que está tramitando há meses na Casa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Repetindo: será apenas uma audiência pública. Nós estaremos aqui observando os prazos, dando a oportunidade para todos os colegas, Senadores e Sras. Senadoras, se pronunciarem.

E, por fim, gostaria de lembrar que é por essa e outras razões que um requerimento dessa natureza de audiência pública não é despachado de ofício pela Presidência da Comissão; ele é posto em deliberação. Ele é voltado pelas Sras. e Srs. Senadores. Aqueles que discordam – e não houve neste momento da votação nenhum que discordou –, os Senadores podem derrubar legitimamente o requerimento, se entenderem – num caso qualquer, não neste caso específico – o efeito protelatório do requerimento.

Portanto...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu queria só, para que fique claro: eu quero dizer ao Senador Humberto, por quem eu tenho muito respeito, que eu fiz um comentário de uma forma geral, que é o fato; não estou dizendo que ele está querendo postergar.

Mas também queria colocar, até porque fiz esse questionamento, Presidente, em relação a datas de realização da audiência pública, para que a gente possa ter uma celeridade, a gente possa fazer, de fato, esse debate.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Também é por essa razão, Senadora Eliziane, que as audiências públicas nunca são feitas no horário de trabalho da Comissão de Constituição e Justiça; são feitas normalmente em outros horários, normalmente à tarde, exatamente para termos uma agenda aberta.

Nós temos inúmeras audiências públicas já deliberadas e aprovadas por esta Comissão. Esta Comissão está aguardando – não é o caso deste requerimento, que já tem nome dos nossos convidados –, inclusive, por parte do autor ou dos autores dos requerimentos, os nomes das autoridades ou dos convidados, para que possamos dar andamento e marcar data.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou colocar, neste momento, em deliberação dois requerimentos no mesmo sentido, um do Senador Marcos do Val, o outro também do Senador Humberto Costa, ambos requerendo, nos termos regimentais, realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PL 1.864, que altera o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, entre outras leis, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência à pessoa.

No caso do Senador Humberto Costa, ele está propondo audiência com a presença dos seguintes convidados: são todos os convidados do requerimento anterior.

Indago ao Senador Humberto se quer incluir também aqui um representante da Ordem dos Advogados.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, eu queria incluir nos dois uma representação da OAB e uma representação do grupo Juízes pela Democracia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, neste nós podemos fazer, o outro já foi deliberado; teria que ser feito o adendo posteriormente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estão incluídas, portanto, as duas autoridades mencionadas ou as duas entidades mencionadas pelo autor do requerimento.

E também, no mesmo sentido, do Senador Marcos do Val, com os seguintes participantes: Procuradora-Geral da República; Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin; Douglas Fischer, procurador regional da 4ª Região; Vladimir Barros Aras, procurador regional da República; representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); representante do Conselho Nacional do Ministério Público; diretor geral do Departamento de Polícia Federal; presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados; Ivan Lira de Carvalho, juiz federal da 5ª Vara do Rio Grande do Norte; Deltan Dallagnol, procurador da República; René Ariel Dotti, professor titular de Direito Penal da UFPR e advogado; Gustavo Badaró, doutor e mestre em Direito Processual Penal da USP; Paulo César de Freitas, procurador de Justiça; Wilman René Gonçalves Alonso, coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro; Rogério Greco, procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais e professor de Direito Penal da UVV; José Darcy Santos Arruda, delegado-geral da Polícia Civil do Espírito Santo e professor de Direito Penal da Universidade Estácio de Sá; Diógenes Lucca, coronel da Polícia Militar de São Paulo; Ilona Szabó de Carvalho, diretora-executiva do Instituto Igarapé; e, por fim, Raul Belens Jungmann Pinto, ex-Ministro de Segurança Pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses casos específicos, nós podemos até votar os dois requerimentos, mas dificilmente conseguiríamos fazer uma audiência pública única.

Eu coloco em votação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu queria incluir ainda o Ministro Alexandre de Moraes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a inclusão, no requerimento do Senador Humberto, do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

Eu vou colocar em votação os dois requerimentos. Obviamente, depois, em conjunto, marcaremos as audiências públicas necessárias. Talvez até, na audiência deste requerimento do Senador Marcos, que tem praticamente 20 autoridades, nós tenhamos que fazer um desmembramento ou talvez, no futuro, a retirada de algum convidado.

Coloco em votação os dois requerimentos. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos, por unanimidade.

Posteriormente, a nossa Secretaria estará recebendo a indicação dos nomes das autoridades e dos convidados. Estaremos conversando com o Senador Marcos do Val, para ver de que forma faríamos – talvez um desmembramento, duas audiências, ainda que na mesma semana – para que possamos ter um bom resultado e eficácia.

Por fim, o último requerimento.

Requerimento também do Senador Humberto Costa, já referente ao terceiro projeto de autoria da Senadora Eliziane.

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLP 89/2019, que "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para estabelecer regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

1. *Edvanir Paiva - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal - ADPF*
2. *José Robalinho Cavalcanti - Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR*
3. *Carlos Eduardo Benito Jorge - Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil*
4. *Jayme de Oliveira - Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB*
5. *Magid Nauef Láuar - Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - ANAMAGES*
6. *Fernando Marcelo Mendes - Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE*
7. *Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto - Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP*
8. *Cinthia Paula de Lima - Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária - ADPJ*

Autoria: Senador Humberto Costa

Solicita, nos termos regimentais, a realização de audiência pública com objetivo de instruir o PLP 89, de 2019, que altera o Código de Processo Penal, para estabelecer regras de competência da Justiça Comum e da Justiça Eleitoral.

Propõe as mesmas autoridades já elencadas anteriormente.

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, por unanimidade.

Item 17 da pauta... Desculpem-me... Esse item já foi. É o item 18 da pauta.

ITEM 18**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, de 2015****- Não terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca “da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção.

Autoria: Senador Magno Malta e outros

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta.

Observação: Em 24 de abril foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Fabiano Contarato, dependendo de relatório.

Concedo a palavra à Senadora Juíza Selma, para proferir o seu relatório.

Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores, este projeto é não terminativo, mas nós temos apenas mais um item na pauta, e eu peço a compreensão e a paciência dos colegas.

Senadora Juíza Selma com a palavra.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu peço vênica para evitar a leitura do relatório. Passo diretamente à análise, para não cansar os presentes.

A PEC observa exigência constitucional quanto à iniciativa. Não se identificam óbices relativos à juridicidade e regimentalidade.

Cabe lembrar que, na Constituinte, o direito à vida desde a concepção foi objeto de discussão, em que o tema foi muito debatido nas audiências públicas. Criou-se uma expectativa quanto à posição dos Parlamentares. Entretanto, raras foram as sugestões que trataram explicitamente da sua legalização, contrapondo-se maior volume de sugestões, no sentido de proteção à vida desde o momento da concepção, conforme consta no registro de atas da Subcomissão de Direitos Políticos e Garantias Individuais de abril de 1987.

Ao tornar cláusula pétrea a inviolabilidade da vida humana, art. 5º, a Constituição Federal garantiu a proteção do direito fundamental à vida, já assegurado no Código Penal. Daí que não pode haver choque entre alguma lei e a Constituição, sob pena de inconstitucionalidade da norma inferior.

A partir dessa qualidade dos direitos fundamentais, pode-se afirmar que os mesmos são irrenunciáveis e sequer podem ser alterados por meio de emendas.

Isso quer dizer que os Constituintes fizeram a defesa da vida sem levantar nenhum questionamento quanto às exceções não puníveis previstas no art. 128 do Código Penal, corroborado ainda pelo Código Civil brasileiro de 2002, mantendo *ipsis litteris* o art. 4º do Código de 1916, ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicitar, inequivocamente, que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida. Mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

No campo legal, como se sabe, é muito antiga a proteção aos nascituros ou, diga-se melhor, ao próprio direito à vida. Giorgio La Pira, em *La successione ereditaria intestata e contro il testamento in diritto romano*, registra dois expressivos textos da antiga Roma em proteção ao nascituro. Um deles, a *Lex Regia*, que proibia que se sepultasse uma mulher morta em estado de gravidez antes de extraído o parto. E toda a tradição do Direito, até hoje, considera um dos mais fundamentais direitos do homem. Por isso, o Código Penal Brasileiro não reconhece o aborto como direito.

Pois as fundações internacionais, como a Fundação Ford, por exemplo, há décadas investe para que o aborto seja reconhecido como direito humano, atentando assim gravemente ao princípio da dignidade da pessoa humana, pois o direito à vida desde a concepção é o principal de todos os direitos humanos.

Temos ainda o Pacto de Costa Rica, a Declaração Americana dos Direitos Humanos, capítulo II, art. 4º, em que o Brasil é signatário, que afirma categoricamente: "Toda pessoa tem direito a que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pelas leis e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente".

No entanto, desde os anos 50, com a criação do Conselho Populacional, organismos internacionais como a Fundação Ford, entre outros, procuram pressionar governos e a sociedade em geral para aceitação da prática do aborto, flexibilizando as suas legislações nesse sentido, e, mais ainda, com demógrafos e sociólogos (como Kingsley Davis, com a publicação "Population Policy: Will Current Programs Succeed?", in *Science*, 10 de novembro de 1967, vol. 158, pp. 730-739) defendendo uma agenda que aceite o aborto como o meio mais eficaz de controle populacional, e principalmente após as conferências internacionais promovidas pela ONU, nos anos 90, para que o aborto seja aceito inclusive como direito humano.

No Brasil, todas as proposições para a legalização do aborto foram rechaçadas no Parlamento; Entre elas, as votações de 33 a 0 da Comissão de Seguridade Social e Família (SSF) e de 54 a 7 da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 2008. Portanto, de modo algum o Legislativo foi omissor na matéria. Mas os mesmos grupos que pressionam pela legalização do aborto, buscam gradualmente, pela via judiciária, ampliar as exceções pela não punibilidade.

"Aonde deve chegar esse gradualismo? Enganam-se os que pensam que irá parar na 12ª semana. Mas avançará até chegar ao *partial birth*". Essa é uma citação de NERY, Hermes Rodrigues, "Legislação e Vida", p. 218, *Estudos Nacionais*, 2018. Nesse sentido, cabe ao Congresso Nacional explicitar, no art. 5º da Constituição Federal, a inviolabilidade da vida humana desde a concepção, tendo em vista as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentativas de despenalização do aborto até o 3º mês, como é o caso da ADPF 442, como também até mesmo a exclusão de toda punibilidade no Código Penal, liberando tacitamente até o novo mês.

Defender a vida é defender, do mesmo modo, a saúde das mulheres; é defender as duas vidas: a que está em gestação e a vida da gestante. Os fatos comprovam os danos causados pelo aborto provocado à saúde das mulheres: aumento de suicídio seis vezes mais em mulheres que praticaram o aborto daquelas que se tornaram mães, conforme pesquisa realizada no Reino Unido; aumento de depressão, transtornos mentais e ansiedade, e tantas outras sequelas com impacto físico, emocional e mental.

Especialistas de diversos países e áreas científicas (Psiquiatria, Psicologia, Obstetrícia, Bioquímica, Farmacologia) destacam as consequências do aborto provocado.

Atualmente, a síndrome pós-aborto – considerada como sendo um tipo de desordem de estresse pós-traumático – é internacionalmente reconhecida.

A associação do aborto induzido com o aparecimento de diversas doenças mentais – entre as quais ansiedade, depressão, irritabilidade, explosões de agressividade, incapacidade de manutenção de relações conjugais, dificuldade de relacionamento com outros filhos que vêm a seguir, comportamentos neuróticos, esquizofrenia, doença bipolar – é uma realidade para a maioria das mulheres que praticam um aborto, mas as consequências do aborto também se fazem sentir a nível físico.

Hoje sabe-se que o aborto induzido aumenta em 30% o risco de câncer da mama, quando se comparam mulheres que fizeram um aborto com mulheres que nunca o praticaram ou que sofreram um aborto espontâneo. A explicação científica é simples: no desenvolvimento fisiológico da gravidez ocorrem picos hormonais de estrogênios, que, se forem bruscamente interrompidos – como acontece num aborto induzido –, vão desencadear alterações no material genético das células que, facilmente, poderão degenerar em câncer" (Castel-Branco, Margarida, especialista em Farmacologia da Universidade de Coimbra, na obra *O impacto do aborto na saúde da mulher*, de 8 de fevereiro de 2008).

A experiência com mulheres grávidas, em situações de vulnerabilidade, que encontram acolhida e apoio concreto – como muitas entidades realizam em todo o País, como, por exemplo, a Associação Guadalupe, de São José dos Campos, entre outras –, comprovam que quando elas têm informações e suporte, escolhem dar à luz a uma nova vida humana e sentem-se gratificadas pela escolha feita. Por isso, todas as vezes que o Parlamento brasileiro foi chamado a decidir pela vida, deu sempre o seu voto pelo "sim à vida".

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PEC nº 29, de 2015, passa a tramitar acrescida do seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

"Art. 2º O art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte §5º:

'Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

,

§5º Assegura-se a inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção, não sendo punível o aborto exclusivamente nos seguintes casos:

I - se não há outro meio de salvar a gestante;

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando absolutamente incapaz, de seu representante legal."

(NR)

Eu gostaria de fazer só que uma observação Sra Presidente, no inciso I, eu acho que por um erro de grafia, seria: "[...] se não há outro meio de salvar a vida da gestante", e não "salvar a gestante".

É de conhecimento da relatoria que houve uma emenda. Eu não sei se o Relator da emenda quer se manifestar. É o relatório, o meu, é esse.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na realidade, existem duas emendas. Acabamos de receber a segunda, de autoria do Senador Alessandro Vieira também. Parece-me que ambas são no sentido de incluir também a possibilidade de aborto – e aqui parece estar muito parecido um com o outro – no caso de feto anencéfalo. Seriam esses dois... Basicamente, as duas emendas tratam disso.

Se você estiver preparada para já dar o parecer... Senão, eu abro a discussão enquanto V. Exa...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu peço sobrestamento para me manifestar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Abrimos a discussão?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero pedir vista, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, já foi solicitada vista. Então, V. Exa. vai ter o tempo.

Indago...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva.

V. Exa. terá, portanto, 14 dias uma vez que, na semana que vem, há um feriado exatamente no dia primeiro, na quarta-feira.

Último item da pauta, item nº 9. Já foi lido o relatório, é terminativo. Portanto, eu peço às Sras. e aos Srs. Senadores que possam, se possível, permanecer. Estamos aguardando, parece-me que já temos 13 Senadores.

É o PL 1.256, de 2019, terminativo...

(Soa a campainha.)

ITEM 9**PROJETO DE LEI Nº 1256, de 2019****- Terminativo -**

Revoga o § 3º do art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que prevê percentual de preenchimento mínimo de vagas para candidaturas de cada sexo.

Autoria: Senador Angelo Coronel

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1.

Observações:

- Em 14/03/2019, foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutivo), de iniciativa do Senador Angelo Coronel;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 03/04/2019, foi lido o relatório a adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Uma vez que já foi lido o relatório, eu peço ao Relator que faça as suas considerações por no máximo três minutos, para que possamos abrir a discussão e, já de imediato, conceder a palavra ao autor, também pelo tempo de cinco minutos, conforme combinamos para esta reunião.

V. Exa., como Relator, tem a palavra por três minutos, uma vez que já tenha proferido o seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Vou ser bem breve, porque já foi procedida a leitura do relatório. Eu só quero aqui fazer um apelo. Longe de mim tomar o lugar de fala das mulheres, mas quero deixar claro que, se depender de mim, as mulheres terão um aliado incondicional, não só para a manutenção dos seus direitos, mas para evitar que os direitos que elas conseguiram sejam violados.

Nós temos que lembrar que homens estão à frente das mulheres no processo legislativo há mais de 400 anos. A mulher só teve direito ao voto em 1932. Até um passado recente, a mulher era considerada semi-incapaz. Quando a mulher ficava grávida de um homem casado, ela não podia entrar com uma ação de investigação de paternidade. Tinha que usar o CPF do marido.

Nós tivemos um avanço com a conquista. Até nisso somos preconceituosos quando falamos da cota de 30% para as mulheres. A lei, que foi de 1999, estabeleceu 30% para um sexo e 70% para o outro, mas não determinou medidas efetivas para garantir esse direito.

(Soa a campanha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Apenas em 1995 é que houve obrigatoriedade, mas não adianta você dar o direito se não oferecer condições para que essas mulheres efetivamente entrem no processo eleitoral. A humanidade tem uma dívida eterna com as mulheres e nós não podemos conceber esse retrocesso.

Ora, apenas em 1995, desculpe-me, em 2009, é que foi o caráter obrigatório, mas não determinando a incidência da aplicação de fundo partidário para essas campanhas. Em 2018, a Ministra Rosa Weber foi consultada e aí, sim, com o seu voto brilhante, ela falou que as candidaturas femininas tinham que ter um aporte financeiro do fundo partidário.

Então, é com essa fundamentação é que eu, obviamente, votei pela rejeição. Apenas nas eleições de 2018 é que as mulheres tiveram esse incentivo. Não há medidas de convencimento e sedução das mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu quero tomar a liberdade apenas de ler um trecho do meu voto, em que eu falo o seguinte: eu sonho com o dia em que não precisaremos mais de políticas afirmativas por já termos alcançado a plena igualdade, por já termos nos tornado uma Nação efetivamente justa, fraterna, igualitária, em que nenhum segmento social se sobreponha a outro em direitos e oportunidades. Eu sonho com o dia em que o Parlamento brasileiro refletirá efetivamente as características da nossa população, que tenhamos mais mulheres, mais negros, mais indígenas representados no Congresso Nacional e nas demais Casas Legislativas. Eu sonho que o processo decisório do país não fique adstrito às conveniências políticas de uma determinada casta social ou de uma determinada família. Eu sonho com um dia em que este Poder Legislativo seja presidido por uma mulher, porque, até hoje, entre os três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi o Legislativo. Eu sonho com um dia em que o poder econômico deixará de eleger Parlamentares que deveriam defender os interesses do povo, de todo ele. Eu sonho com a paridade entre homens e mulheres nos assentos do Parlamento. E mais: eu sonho com um dia em que alcançaremos esse mundo ideal sem a necessidade de cotas. Mas, infelizmente, esse horizonte utópico ainda está distante, muito distante de se materializar.

É isso, brevemente, tendo em vista que eu já tinha procedido à leitura do meu voto.

Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somos nós quem agradecemos, Senador Fabiano Contarato.

Coloco em discussão.

Pela ordem de inscrição, Senador Angelo Coronel.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria me inscrever também, Presidente.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, eu acho que está havendo algum equívoco na interpretação deste projeto de minha autoria.

Eu vou ler rapidamente aqui. No art. 10, inciso III, está muito claro o que eu pretendo: do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, no máximo 70% podem ser preenchidas com candidaturas de um mesmo sexo, homem ou mulher, devendo os restantes, se não forem preenchidas com candidatos do sexo diverso, ficarem vazias. Por que isso? O que acontece?

De 2009 para cá, tivemos duas eleições para as Câmaras municipais e duas eleições para os Parlamentos estadual e federal, para Deputado Estadual e Deputado Federal. Em 2006, antes da instituição da cota, nós tivemos eleição na Câmara Federal, e o percentual foi de 6,21%. E, se fizerem uma conta, esse percentual baixou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os partidos políticos em cada esfera devem destinar às campanhas eleitorais recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha de forma proporcional ao percentual efetivo de candidatura de cada sexo. O que eu quero é o seguinte: em eleições municipais do próximo ano, se a cidade X estiver lançando dez candidatos para disputar a Câmara de Vereadores, pela lei atual, 30% de um sexo, 70% de outro, caso não seja preenchido uma das duas cotas, a chapa não poderá ser registrada, ou seja, irá prejudicar os homens e as mulheres. Então, é isso que eu quero.

Eu não quero que os 30% destinados a um sexo, caso não sejam preenchidos, retornem para o sexo oposto. Em hipótese alguma. Ficarão as vagas vazias, caso não haja mulher ou homem para preencher, evidentemente quem atingiu 70% ou 30%.

É evidente que também os recursos do fundo eleitoral, que se iniciou ano passado, também serão distribuídos proporcionalmente. Na recente decisão judicial, o que ficou estabelecido? Que 30% do fundo seriam para as mulheres. Eu pergunto: se houver 40% de mulheres, elas são vão receber 30% do fundo? No meu projeto, receberão 40% do fundo.

Então, eu quero deixar a coisa na proporcionalidade da quantidade de homens e de mulheres. Não sou contra nenhuma candidatura feminina. Muito pelo contrário. Tantas mulheres alcançaram cargos de grande gabarito na nossa República: Presidente da República, Ministra do Supremo Tribunal Federal, a atual Procuradora-Geral da República. Então, são as mulheres entrando na vida pública por meritocracia.

A partir do momento em que você coloca a força de uma cota, simplesmente acaba o mérito das pessoas que querem disputar com o voto popular. Se é para mudar, e o Parlamento, como disse o nobre Senador Contarato, tivesse um equilíbrio feminino, teríamos que mudar a lei eleitoral e estabelecer que os partidos emitissem sua lista e nessa lista se alternassem homens e mulheres. Aí seria uma discussão para mudar a lei eleitoral em vigor, mas, com a atual lei, eu acho um absurdo, principalmente com a instituição do fundo eleitoral, o que vai acontecer neste Brasil, como já aconteceu nas eleições de 2018, irá acontecer em 2020 e vivo aqui estaremos para, de posse desta tribuna, mostrar o laranjal que será instituído neste País, nas Câmaras de Vereadores do futuro. E aí vêm as eleições de Deputados dois anos após, que também vão ser praticadas por laranja. Se um partido tem sete homens e não consegue preencher os 30% de mulheres, vão prejudicar o partido como um todo? Aí o que se faz? Busca a empregada, a cunhada, a esposa para preencher e o partido não sofre. É só a chapa não ser registrada.

Então, é isso que eu quero corrigir, não estou contra candidaturas femininas, repito, quero que as mulheres tenham seu espaço. Agora, elas podem ser 40%, 50%, 60%. Então, por que simplesmente se ater que a mulher seja 30% de cotas? Muito pelo contrário, o projeto não diz se são 30% de homens ou 70 de mulheres. O projeto é livre. Podem ser homens ou podem ser mulheres. A proporção depende de cada partido, em qualquer Município, porque cada Município tem as suas peculiaridades. Existem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios que podem ter mais candidaturas femininas do que masculinas. Do jeito que está, simplesmente a gente trava essa condição.

(Soa a campanha.)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Então, espero que os nossos pares, os nossos Senadores e Senadoras, pensem direitinho que, se não tirarmos essas amarras de cotas, iremos instituir no Brasil a continuidade do que aconteceu em 2018, um verdadeiro pomar eleitoral nesta República.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Não pode abrir a votação?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não havendo objeção do Plenário, abro o painel e aqueles que se encontram confortáveis, já têm o seu juízo de valor formado poderão votar, enquanto continuamos os debates.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Pela ordem, ainda, Sra. Presidente, só para confirmar. O voto "sim" significa...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ótimo, muito obrigada.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – ... pelo Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, nós estamos votando o projeto. Quem, portanto, é contrário ao projeto, acompanhando o voto do Senador Fabiano, tem que votar "não", porque nós estamos votando o projeto. Quem quer rejeitar o projeto vota "não"; quem é a favor do projeto vota "sim".

Vou continuar a discussão e determino à Secretaria que abra o painel para a votação.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidenta, pela ordem, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Inclusive, eu fiz questão de levantar de todos os Estados da Federação, no momento oportuno, irei mostrar, Estado por Estado, de cada um que defende, que é contrário ao meu projeto, mostrando que esse laranjal já está perpetuado há muitos anos. E há gente que quer defender, mas, se pegar a realidade do seu Estado, vai ver que partidos políticos já aplicaram essa prática tempos atrás.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao autor do projeto.

Pela ordem de inscrição, lembrando aos colegas Senadores que o painel já está aberto, aqueles que queiram votar já o podem.

Nós estamos votando o projeto; estamos colocando em votação o projeto.

Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam com o projeto, votam "sim"; os Srs. e Sras. Senadoras que discordam, que não concordam com o projeto, votarão "não".

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Só uma dúvida, Presidente. Só uma dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Nesse critério de votar contra o projeto ou a favor do projeto, ou contra o parecer ou a favor do parecer, a regra da Comissão de Constituição e Justiça do Senado – é porque eu venho da Câmara...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, o projeto é terminativo.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Na Câmara, nós votávamos...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É porque o projeto é terminativo na CCJ. Então, nós não podemos votar o relatório. Temos que votar o projeto.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Ah! Por ser terminativo, então, se vota o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O projeto. Estamos votando, na realidade, o projeto.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, e, por ter parecer contrário, às vezes, dá essa confusão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem de inscrição, Senadora Rose de Freitas; em seguida, Senador Marcos Rogério, Humberto Costa, Eliziane, Leila e Alessandro Vieira.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Senador Angelo Coronel, V. Exa. disse há pouco que eu fui a V. Exa., mais uma, vez pedir para retirar esse projeto, até porque, com a melhor das intenções, V. Exa. se esqueceu de olhar a luta das mulheres. Muito grande. Muito grande.

Em 1932 – não é, Senador Amin? –, nós tivemos o direito de votar. Veja bem: há quantos anos nós estamos disso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – A primeira mulher eleita foi em Santa Catarina.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, primeira mulher.

Eu quero dizer assim: V. Exa. me disse para aguardar o seu argumento. Eu aguardei o argumento de V. Exa., que em nada estrutura um voto nesta Comissão, um voto nesta Comissão. V. Exa. tem que pensar o contencioso histórico em que nós, mulheres, estamos inseridas, na luta que nós temos cotidianamente. E não é exemplo de laranjal – me desculpe! Sabe, não é exemplo de laranjal. Nossa luta é para haver mais mulheres, mais mulheres, mais mulheres, fazendo jus aos 51% que representamos na sociedade brasileira! Se V. Exa. desconsidera a estatística, eu não gostaria de estar aqui para proferir nem essas palavras, nem esse parecer, mas V. Exa. não fez jus à sua história.

Hoje, qualquer, qualquer direção de pronunciamento, posicionamento, da direção adversa, a luta que nós mulheres travamos. Olhem as mulheres que chegaram aqui. Outras já ficaram pelo caminho. Não conseguiram nem entrar no diretório, quando o diretório não era utilizado. Nós queremos o contrário: nós queremos subverter tudo isso. Nós queremos acabar com esse exemplo de laranjal, que não serve para a gente, não! Nós não queremos nem laranja, nem mexerica, nem nada disso. Nós queremos o direito de estar aqui na proporcionalidade em que nós, mulheres, existimos na sociedade e produzimos para ela, e trabalhamos dentro dela. Pensam que é fácil a Simone Tebet estar aqui? A Leila? A Leila teve que convencer o povo de que, além de saber jogar bola, ela sabia se posicionar na sociedade, e há discriminação. Eu digo, porque já passei por ela. O senhor estava doente quando falei da história de superar os obstáculos, construídos na própria Constituição, na própria lei cotidiana.

Olha, eu tinha até dados para apresentar aqui. O Brasil, um dos piores países em termos de representatividade na política feminina. É o terceiro lugar na América Latina, terceiro lugar! Olha só, Senadora Leila: dez pontos percentuais a menos do que a média global; está praticamente estabilizado desde a década de 1940.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não precisava desse projeto não. Não precisava. Este é um projeto, com todo o respeito, *data venia* de V. Exa. e tudo o mais que se diz nessa ocasião, desnecessário, para fomentar apenas a angústia e a ansiedade das mulheres. Desde as Câmaras Municipais, Zenaide, até o Senado Federal, olha a nossa proporcionalidade. Não há estímulo para as mulheres. Dizer que o menos vai se transformar em mais, nunca vai, nunca vai, nunca vai, Senador!

Então, o que nós queremos é uma agenda mais igualitária. E aí nós levamos em conta todos aqueles feministas que estão... O Contrato, o Senador... Posso falar Marco Aurélio? Posso? Feminista? (Pausa.)

Gostei. Levantou o dedo, positivo. Deixe-me ver. Espera aí. Deixe-me olhar. Olha aí: o Humberto. Girão, você também? Girão, você é feminista? A favor das mulheres sempre? Não, só o dedinho, sem discurso. Alessandro.

O que nós queremos aqui é só lembrar o princípio da igualdade e, se puder, aliado a esse texto, o princípio do respeito. Eu gostaria de reiterar que, apesar da boa intenção para evitar fraudes, o tema não é esse. O tema é difícil. Eu fiz campanhas e só apareci uma vez na televisão, mas eu estava lá, subindo no caixote, no caminhão, no morro, dizendo: sou mulher, sou mãe. A mulher tem que ter voz. É isso que nós queremos. Não queremos processo legislativo tácito para resolver nada.

Está aqui a Deputada Soraya, a quem eu quero fazer uma referência especial pela grande mulher política que é.

Eu estou apresentando, inclusive, uma PEC, Coronel – aí que o senhor vai ficar de cabelo branco –, para que seja resguardado o direito da proporcionalidade, 50% para cá, 50% para lá. Se não podemos ir pelo voto, pelas dificuldades e obstáculos que nos colocam, nós vamos pela persistência e pela determinação.

Vou fazer um último apelo: retire o projeto de V. Exa. para a gente resguardar essa questão da igualdade de gênero na prática, efetivamente. Para que nós levantarmos...? Ele disse que não, mas tudo bem. Eu vou pedir outra vez: retire o projeto de V. Exa., assim, em homenagem a todas as mulheres que aqui estão, as outras que não estão, as outras que virão e aquelas que nascerão e lutarão da mesma forma que nós lutamos até hoje.

Também homenageio a Presidente, Simone Tebet, que veio construir sua história. Não veio trazendo só a do seu pai. Veio com a determinação de fazer sua história e a está fazendo muito bem.

Então, é isso. Vamos firmes e fortes votar a favor das mulheres.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Rose de Freitas pelas palavras.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu inicio minha fala, divergindo da minha colega brilhante nesta Comissão e neste Senado, Senadora Rose de Freitas, não divergindo do mérito do que ela defende, porque segue a mesma linha do meu pensamento, mas divergindo do apelo veemente que faz ao Senador Angelo Coronel.

A condição de qualquer proponente, seja de projeto de lei, PECs, no Parlamento, é ser Senador da República, é ser Deputado Federal na Casa do Povo. E o Senador Angelo Coronel, embora eu divirja completamente da proposta que ele apresenta, Senadora Rose... Estou fazendo essa ponderação com V. Exa., porque fez referência direta a mim, e V. Exa. já conhece o meu pensamento em relação à matéria. Mas nem sempre, nem sempre, nós teremos a oportunidade de estar diante de tema que nos coloca de forma confortável para decidir. Muitas vezes nós temos que enfrentar temas que são espinhosos, desconfortáveis. E é preciso respeitar a legitimidade de cada Parlamentar com as suas convicções, com as suas escolhas políticas, com a sua trajetória nessas apresentações.

Eu mesmo nunca joguei para a plateia. Quando nós tivemos no Parlamento, no passado, a definição de cotas para serviço público, eu me posicionei contra. Não porque tenha qualquer coisa o negro, o pardo. Eu me declaro pardo. A minha família tem histórico. Meus avós são negros. Não tenho problema com isso. Mas é por uma questão de definição, de compreensão, de entendimento. Apresentei voto em separado. Era contra majoritário. Mas eu deixei minha posição clara naquele momento, porque eu defendi ali uma posição em que eu acreditava. E considerava naquele momento que aquela lei era, inclusive, discriminatória com o próprio negro, que o colocava como se ele fosse um ser humano menor, inferior na competição. Então a legitimidade de apresentar é assegurada ao Senador.

Agora, no tocante ao mérito a que a Senadora Rose faz menção e acompanhando justamente o voto do eminente Senador Contarato, não há retoque, Senadora Rose. Eu conheço a sua atuação desde a Câmara dos Deputados nessas matérias e em outras com muito acerto. Como ontem, por exemplo, o tema que V. Exa. nos colocou a par, nos mobilizou a todos a todos. Boa parte do Senadores lá estavam discutindo o Brasil, temas de relevância nacional e um debate de altíssimo nível.

Eu gostaria que aquela sessão que nós tivemos lá ontem, à noite, na residência oficial do Senado Federal estivesse sido televisionada, transmitida para a sociedade, porque aquilo foi maravilhoso. Como aquilo abriu a compreensão de muitos ali sobre o tema que nós estávamos discutindo do Brasil, dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros: previdência, seguridade, questão econômica, mas numa dimensão desarmada, todo o mundo ali num debate franco. Parabéns a V. Exa.!

Mas eu queria, Sra. Presidente, concluindo a minha fala, dizer o seguinte: a garantia de participação da mulher para mim tem caráter vinculante. E os 30% não são 30% de participação feminina, é participação do gênero, seja ele masculino ou feminino. Você pode ter 30% mínimo de homens, mas tem que ter lá os 30%. Ela é vinculante.

E digo mais: essa vinculação, ainda que tenha vindo como uma garantia pela via ordinária, para mim, ela tem um caráter constitucional fundamental. A natureza para mim é maior, porque ela pressupõe a defesa justamente da equidade, da paridade, garantias fundamentais, garantias da própria Carta republicana de 1988. Então, a lógica da isonomia, da igualdade é reforçada pela Lei 9.504, ao garantir a participação mínima de 30% de um dos gêneros.

Então, neste momento, o apelo que faço aos colegas, respeitando o legítimo direito de apresentação da proposta, Senador Angelo Coronel, é de que nós não temos neste momento a oportunidade de trabalhar pelo retrocesso de conquistas, de garantias, de avanços. Eu até concordo com V. Exa. que há distorções, e há – e há! Expõe partidos, expõe mulheres, expõe homens, de lado a lado. As distorções, nós precisamos corrigi-las, as imperfeições do ordenamento normativo ordinário, nós precisamos corrigi-las, mas não sob a mancha do retrocesso, não relativizando aquilo que eu acho ser fundamental.

Eu quero ver no Parlamento uma participação da mulher muito mais efetiva. Hoje, nós temos uma participação pequena, em face do número de mulheres que nós temos no Brasil; ela tinha que ser superior a dos homens e pela via do voto. Eu sou contra – e a Senadora Rose sabe da minha posição – você criar a cota feminina reservada simplesmente para o voto isolado, ou seja, não pelo sistema de voto universalizado, você cria 30%, então, vai votar só dentro dos 30%. Eu sou contra uma cota que vincule o resultado, mas eu sou a favor, defendendo isto de forma intransigente, da participação.

E essa lei, para mim, foi um avanço extraordinário. Ela tem um caráter mais do que ordinário; ela tem um caráter fundamental, é o cumprimento de uma garantia constitucional. Nós temos é que avançar, Senadora Rose; nós temos é que ampliar essa garantia.

A ponderação que faço é nessa direção, Sra. Presidente, reafirmando aqui que não é o momento de retrocesso, é o momento de avançar. Se falhas existem, vamos corrigir as falhas, vamos eliminar...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... os tropeços, mas não podemos flexibilizar aquilo que foi uma conquista da sociedade brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minhas saudações ao Senador pela coragem de apresentar, mas peço vênia para votar acompanhando o eminente Relator e a nossa Líder aqui na tese, a Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço o Senador Marcos Rogério.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu não sei se me comuniquei corretamente, mas, em nenhum momento, eu estou dizendo que vai se acabar a cota. Eu estou dizendo o seguinte: se não preencher, a chapa poderá ser registrada. Hoje, se você não preencher os 30%, a chapa não será registrada, e serão prejudicados todos os componentes. As cotas continuam, só que não há a obrigatoriedade do preenchimento, caso não haja mulheres disponíveis.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Mas não iriam valer nada.

(Soa a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço, Senador Angelo Coronel.

É apenas para informar: eu não sei quanto aos Senadores, mas as Sras. Senadoras compreenderam muito bem o projeto de V. Exa.

Eu gostaria de passar, na ordem de inscrição, a palavra ao Senador Humberto Costa, não sem antes registrar e agradecer a companhia da nossa amiga, companheira Deputada Federal Soraya, que representa também toda as Deputadas Federais nesta reunião de hoje. Ela vem aí trazendo junto as 77 mulheres que, hoje, pela primeira vez, de forma inédita, compõem a Câmara dos Deputados.

Houve um crescimento, graças à lei da cota e à exigência dos 30%, com tempo de televisão e recursos, para a Bancada Feminina, de 50% no número de Deputadas Federais. Eram 49 e hoje são 77. Isso fez com que nós, que estávamos no rodapé dos países com participação feminina, pois estávamos entre os últimos países em percentual feminina, subíssemos 30 pontos no *ranking*. Consequentemente, ultrapassamos, numa única eleição – e esperamos agora que isso se faça progressivo também nas eleições municipais que virão –, 30 países no que se refere à representação da Bancada Feminina.

Com a palavra, para as suas considerações, o Senador Humberto Costa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, eu até entendo as preocupações, as intenções do Senador Angelo Coronel, mas acho que ele procurou a solução para um problema que existe de uma forma errada.

Em primeiro lugar, a questão da cota e a questão das políticas afirmativas existem para enfrentar uma realidade de fato. A participação das mulheres na política no Brasil é algo extremamente limitado, comparativamente com outros países, e muito aquém da sua representatividade, inclusive, populacional. E isso acontece por razões muito óbvias. As mulheres são obrigadas, em boa parte do tempo, a terem uma jornada de trabalho maior. Às vezes, os homens que vão participar da política o fazem, e a mulher está em casa tomando conta de filho, assumindo outras responsabilidades.

Dentro dos partidos, tirando hoje o PT, que já divide o espaço de direção em 50% para homens e mulheres, a participação das mulheres nos órgãos de direção é menor. Há uma dificuldade – e se fala dificuldade não porque seja difícil conseguir, mas porque não há políticas para se conseguir a participação das mulheres na eleição... Isso é óbvio.

Então, o que se está tentando fazer aqui é criar as condições para a participação das mulheres. E, sem dúvida, essa questão de definir uma parcela do recurso público para as campanhas das mulheres é fundamental.

Qual foi o problema que nós tivemos nessa eleição agora? É que essa decisão foi tomada muito tardiamente. Quando o Tribunal Superior Eleitoral, por fim, decidiu que haveria isso, era muito em cima da eleição. Então, o que aconteceu? Em muitos lugares, as mulheres não tinham sequer se preparado, porque, muitas vezes, acontecia o quê? Para ela querer ser candidata, tem que enfrentar uma luta: uma luta em casa, uma luta no partido, uma luta no trabalho. Aí resolve ser candidata. Vai enfrentar outra luta: a capacidade de buscar recursos, a decisão do partido sobre para quem mandar os recursos. Então, as mulheres não se animaram. Podem ter certeza de que, nessa eleição agora de 2020, a quantidade de candidatas mulheres vai ser muito maior se houver essa garantia de que vai haver o recurso público para o financiamento da campanha eleitoral.

Então, eu acho que o que a gente tem que fazer, o que os partidos têm que fazer é desenvolverem um trabalho até 2020 para estimular a participação das mulheres, para incluir as mulheres nas cotas. E mais: nesta discussão dos 70 e 30, a gente está discutindo aqui uma parcela mínima. É lógico que, com o tempo, não vai precisar mais de cota. As mulheres vão ocupar o seu espaço ou a gente vai mudar a legislação para chegar ao nível de alguns países que já definem, não na participação de candidatura, mas na participação de composição do Parlamento, uma igualdade: 50% de homens e 50% de mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a gente agora aprovasse esse projeto, eu acho que, como disse o Senador Marcos Rogério, seria um retrocesso. Sei que isso não é a intenção do Senador Coronel, mas, na prática, era isso que iria acontecer. O que nós temos que fazer agora é criar melhores condições ainda para que as mulheres possam participar e se fazer representar.

E, pelo resultado da eleição na Câmara, a gente vê que já começou a surtir resultado...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... já começou a surtir efeitos.

Por isso, eu votei, com todo respeito ao nosso prezado Coronel, contra o projeto dele e a favor do relatório do Senador Contarato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Humberto.

Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. colegas Senadores, eu quero inicialmente cumprimentar a minha amiga Soraya, a sua presença aqui tem uma significância muito grande, Deputada, porque V. Exa. internaliza muito bem o que é a nossa luta pela participação nos espaços de poder. V. Exa. no comando da bancada na Câmara dos Deputados, naturalmente, junto com todas as Deputadas, foi fundamental para esse ganho que nós tivemos, que foi a garantia do acesso ao fundo eleitoral e ao tempo de televisão, de uma forma importante, que é chegando a esses 30% que, como todos já colocaram aqui, foi o ponto fundamental para a gente evoluir e chegarmos hoje a esse número de 77 Deputadas na Câmara dos Deputados. Então, a sua presença aqui, de fato, é muito importante.

Senador Angelo, quando eu recebi e vi o seu projeto de lei, eu não acreditei, sinceramente, eu não acreditei. Eu fiquei pensando: meu Deus do céu, como pode alguém apresentar um projeto de lei dessa natureza? E eu fiquei sem entender. Depois li e reli para ver se realmente era verdade aquilo que eu estava acompanhando. E digo isso, Senador, porque o seu projeto, como disse a nossa querida Simone Tebet, foi extremamente bem compreendido por todas as Senadoras, é um retrocesso a uma luta, Senador, de décadas, de quase século, porque nós só conseguimos ter direito ao voto nos anos 30. Veja bem, só nos anos 30 nós conseguimos ter o direito de votar e ser votada. Nós, ao longo de todo esse tempo, lutamos muito para chegar aqui. Olha só: somente agora, em 2019, nós temos uma mulher presidindo a principal Comissão desta Casa, que é a Comissão de Constituição e Justiça. Nós conseguimos – parece-me também que pela primeira vez –, Deputada Soraya, uma mulher Secretária na Câmara dos Deputados, uma luta da Senadora com as mulheres, que assumiram essa causa. Só agora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós conseguimos chegar a 77 Deputadas, num universo de mais de 50% de mulheres no Brasil. Ou seja, a gente luta tanto para chegar aqui...

Eu fui, Soraya, duas vezes Deputada Estadual, para chegar a Deputada Federal, para conseguir presidir o meu partido no meu Estado. Foi mais fácil ganhar eleições para a Assembleia Legislativa do que conseguir chegar a presidir um partido. Por quê? Porque é dentro do partido que se decidem as candidaturas, ou seja, tudo começa dentro do partido, a definição das candidaturas. E aí a gente acaba não estando nas conduções partidárias, a mulher acaba ajeitando a mesa, colocando o cafezinho, fazendo a ambientação, porque os homens – não estou falando aqui de todos, naturalmente – acabam burlando, não deixando a gente ocupar esses espaços. Então, isso é terrível, é tenebroso. Nós já evoluímos, mas nós perdemos para Cambodja, para a Síria, para o Sudão, para o Afeganistão. Veja só, nós perdemos para esses países! Nós vamos pegar todas as Américas, nós estamos aqui... Nós somos o segundo país de todas as Américas com a menor participação de mulheres. Nós perdemos aqui para todos os países da América Latina.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A gente perdeu sete votos, Deputada Soraya, para a garantia de candidatura de vaga, começando com 10%, 12%. Começando com 10%, nós perdemos! Ou seja, a gente precisa correr muito ainda, a gente precisa caminhar muito, para podermos chegar ao sonho de sermos igualitários, porque nós somos maioria de mulheres, mas minoria em tudo, em tudo, em tudo!

Então, Senador Angelo Coronel, o seu projeto, com todo o respeito a V. Exa., é um acinte. O projeto de V. Exa. é uma agressão contra as mulheres brasileiras! Isso é terrível, não pode ser imaginado e admitido! Eu tenho plena convicção – eu acho que vai ser só o voto de V. Exa. – de que esta Comissão vai derrubar este projeto. Nós precisamos ampliar nisso, e vamos ampliar.

Eu quero finalizar, minha Presidente, sobre a questão do laranjal. Eu quero deixar aqui o meu repúdio aos homens que veem as mulheres como instrumento de realização de seus prazeres, das suas necessidades. Isso é um crime! Nós precisamos combater isso, inclusive com essa pena, Deputada Soraya. É duplo, porque ele vai fazer o crime de qualquer jeito. Se colocar: "olha, o fundo eleitoral é só R\$500 mil para cada candidato", eles vão usar homens de laranja para ter mais dinheiro para suas candidaturas. Isso é um fato. Agora, está se colocando, e colocando como pano de fundo, como cortina de fumaça, a situação das mulheres que foram utilizadas de forma criminoso – e a gente tem que combater isso em todos os lugares, em todos os partidos –, colocando-se isso como uma argumentação para se retroceder em uma política que foi conseguida a duras penas.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero dizer, Senador Angelo Coronel, que não é fácil ser mulher na política. Eu sou mãe de duas crianças, hoje adolescentes. Quando eu vim para cá como Deputada Federal, eu deixei minhas filhas quatro dias no Maranhão. Eu chorava toda madrugada que pegava o avião, porque minha filha acordava e vinha para mim chorando: "mamãe, por que você não fica aqui esta semana?"

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não é fácil para uma mulher, que tem dupla jornada de trabalho, sair do seu Estado para vir para cá trabalhar. Não é simples essa luta. É por isso que às vezes não se consegue ter as candidaturas, porque a discriminação é velada, e ela está na presença, às vezes, do marido, às vezes, do pai, às vezes do irmão que diz que política não é lugar para mulher. Mulher tem que estar na política, ela tem que estar onde ela quiser, porque ela tem competência, tem qualificação e tem todas as condições, como a Simone – já finalizando, minha Presidente – está conduzindo com total maestria a principal Comissão desta Casa.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Portanto, naturalmente, eu não sou membro desta Comissão – lutei tanto para ser, mas não consigo, mas não consigo ser membro desta Comissão –, mas aqui nós temos duas grandiosas representações partidárias, o Alessandro e o Marcos do Val, que vão votar contrários a esse projeto.

Muito obrigada, Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senadora Eliziane. *(Palmas.)*

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço desculpas. Eu tenho que ser rigorosa com o tempo, mas V. Exa., independentemente de ser membro, e qualquer Senador, vai ter sempre a palavra, inclusive porque é assim que determina o Regimento Interno.

Com a palavra, pela ordem, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidenta Simone.

Eu vi atentamente as duas falas da Senadora Rose, do Podemos, do Espírito Santo, e da Senadora Eliziane Gama, do PPS, do Maranhão. Eu vi aqui que o PPS lançou, no ano passado, quatro candidaturas para Deputado. O partido, presidido pela Senadora Eliziane, não destinou um real, segundo o TSE...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... para essas candidaturas femininas, mas a Senadora recebeu do Partido, pelo Fundo Partidário, R\$1.268.879,16.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador Angelo Coronel, essa não é uma questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senador Angelo Coronel, o recurso que foi para o Maranhão não foi para as candidaturas proporcionais.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O Podemos da mesma maneira: R\$200 para cada candidata.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Eu peço a V. Exa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O recurso partidário do Maranhão...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... não foi recurso para as candidaturas proporcionais.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... V. Exa. pode alegar art. 14 quando quiser.

Eu peço a V. Exa. – eu tenho dado a V. Exa. a palavra, eu tenho dado a palavra a V. Exa., mesmo que não seja nos termos regimentais, mesmo que V. Exa. não tenha sido citada de forma desarmônica ou ofensiva –, nos termos regimentais: V. Exa. sabe o que pode e o que não pode dizer e quando dizer.

Eu fazer o seguinte: eu vou dar a palavra a todos e, por uma deferência a V. Exa., ao final, se V. Exa. quiser fazer as considerações, terá todo o direito de fazer, até porque nós não temos mais um item na pauta.

Eu peço apenas que nós possamos continuar conduzindo bem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria só... Ele fez uma referência, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem direito ao art. 14, Senadora Eliziane.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para explicação pessoal.) – Eu quero só dizer para o Senador que o Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não, Presidente. Eu quero só dizer para o senhor...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência, Senadora Eliziane, por favor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... que o recurso que foi para a candidatura majoritária do PPS foi utilizado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nós tivemos quase 1,6 milhão de votos. Não foi recurso para as candidaturas proporcionais. E quero dizer a V. Exa. que, se existe um critério que nós usamos dentro do PPS, é o apoio às candidaturas femininas.

Eu só quero dizer para V. Exa. que, não sei se você sabe, eu sou mulher. Então, é bom que V. Exa. saiba disso, e o dinheiro era para as mulheres.

(Soa a campainha.)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Mas só ficou para a senhora, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou repetir: eu só vou dar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só houve uma candidatura ao Senado, Senador, do Maranhão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Eliziane, por favor...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só uma mulher é que foi candidata, que fui eu.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O debate paralelo não é possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só conceder a palavra, pelo art. 14, quando o Senador for ofendido, nos termos regimentais, como aconteceu com a Senadora Eliziane, que tinha obviamente direito a responder à indagação formulada.

Eu passo a palavra pela ordem de inscrição, dizendo que nós temos apenas mais quatro, cinco oradores inscritos: Senadora Leila, Alessandro... Três oradores, porque eu acho que o outro já se ausentou.

Senadora Leila, Senador Alessandro, Senador Kajuru e, para encerrar, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra a Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Obrigada, Sra. Presidente.

É um prazer ter a Deputado Soraya aqui conosco.

Sobre o projeto que nós estamos hoje votando, Sra. Presidente, é claro que talvez a intenção não seja acabar com as cotas da participação das mulheres na política. Ele não está acabando, mas está flexibilizando. E a gente sabe que isso é um prato cheio para retrocesso. E nós mulheres, que duramente chegamos à política, como o Senador Humberto Costa falou, sabemos das nossas dificuldades, das dificuldades que nós enfrentamos diariamente dentro da Casa. Enfim, convivemos com homens aqui que são homens muito gentis, mas nós sabemos que a política é masculina, ela é predominantemente masculina.

Para nós aqui, quando nós discutimos pautas importantes, pautas pelas quais nós lutamos pelos direitos das mulheres, nós sabemos que é difícil ser mulher num país que, por mais que nós sejamos 51% da população, tudo é ditado pelos homens, desde o voto de 1932. Eu digo para vocês: a maior conquista que nós tivemos, até social mesmo, na política, foi essa cota dos 30% e a possibilidade... Nós nunca fomos tão competitivas numa eleição como fomos nesse último pleito. E nós não podemos retroceder nesse sentido.

Então, eu faço um apelo aos nossos pares aqui. Eu acredito que, como o Coronel já falou aqui, já se posicionou, nós não estamos aqui num ringue, nós não estamos aqui para ficar batendo boca, nós entendemos a posição dele. Mas também nós não podemos retroceder com relação aos nossos direitos. É só isso. Eu acho que isso é fato, tem que terminar aqui, nesta Comissão, essa discussão. Nós precisamos conversar, debater outros temas muito mais importantes. Essa é uma conquista que foi difícil, todos sabem aqui – graças a Deus –, a grande maioria dos homens aqui dentro desta Casa. E eu falo que entre os Parlamentares e até os próprios servidores, que têm mulheres na sua equipe, sabem como é difícil conviver, trabalhar e conquistar, dentro desta Casa, dentro do Parlamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu digo "não" tranquilamente a esse projeto, não criticando a posição do nosso nobre Senador, mas, acima de tudo, entendendo que essa é uma conquista histórica para as mulheres e que nós não podemos retroceder.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a Senadora Leila.

Gostaria de aproveitar para agradecer a presença, o trabalho, inclusive não só hoje, que foi feito aqui no plenário, de forma legítima, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, do PartidA, do Coletivo Feminista, Anis: Instituto de Bioética, Secretaria de Gênero e Raça, da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e da União Brasileira de Mulheres.

Quero dizer que não somos nós que representamos, vocês é que nos representam no dia a dia, nas instituições, na rua, no trabalho que fazem. Vocês representam as mulheres brasileiras, e muito do avanço, nós devemos ao trabalho de mulheres como vocês.

Na ordem de inscrição, com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Quero apenas pontuar duas questões que foram mencionadas pelo autor do projeto: a questão do laranjal e a questão da dificuldade de os partidos encontrarem candidatas mulheres.

Primeiro ponto, para quem quer cortar o laranjal, é cortar quem planta laranja, é cortar quem colhe a laranja e não cortar a possibilidade de candidaturas femininas. Não faz sentido algum essa afirmativa. E pelo sentido do que pretende ou, pelo menos, diz pretender o nosso proponente, nós temos projetos já nesta Casa aptos a criminalizar esse tipo de prática. E este é o caminho: criminalizar aqueles que usam a política para benefício próprio ou para lucro.

O segundo ponto é a dificuldade dos partidos em mobilizar mulheres como candidatas. E aí é muito simples, um partido político que não consegue sensibilizar a maior parcela da população, porque as mulheres são maioria, para que sejam candidatas, não pode realmente participar, registrar chapa. Esta é a intenção do legislador: forçar os partidos a se comunicarem da forma mais adequada. E nesse sentido eu acredito que a rejeição do projeto se impõe.

E, por fim, quero apenas deixar registrado que pelo Movimento Acredito, do qual eu faço parte, na renovação política defendemos 50% de participação feminina compulsória.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Alessandro.

Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Simone Tebet.

Primeiro, Senador Fabiano Contarato, meu amigo Contarato, cuidado com um telefonema para o Kajuru. Eu tenho hipoglicemia e, como hipoglicêmico, eu estava lá com a Primeira-Dama e com o Ministro Mandetta discutindo doenças raras ao final da reunião da CAS, no Plenário. O Senador Fabiano me liga: "Kajuru, vem para cá correndo, para a votação, a questão das mulheres e tal". Eu falei: "Mas eu tenho que ir para aí? Não pode deixar para o Plenário?". "Não, vem para cá agora!". Eu imaginei que estava pegando fogo, pau a pau. Graças a Deus, minha hipoglicemia está normal.

Apenas, meu amigo querido, ser humano brilhante, que saiu agora de uma recuperação de saúde, que Deus o abençoou. Não é coronel, porque eu não tenho medo de coronel, não. Eu não estou nem aí para o Coronel. É o Angelo, o amigo. Ele é que está discordando. Gente, é tão bom conviver com divergências e, para divergir, eu nunca vou desqualificar ninguém. Prometi isso aqui na Casa.

Eu sou um Senador que registrei em cartório, Presidente Simone – não sei se V. Exa. tem conhecimento – que 55% do meu gabinete seria formado por mulheres, desde quando fui Vereador em Goiânia, o mais votado da história de Goiás e o segundo mais votado, proporcionalmente, no Brasil. Por quê? Porque para mim seria uma maneira de a mulher aprender numa Câmara, num Senado, para depois entrar na vida pública. Ela ter ali um aprendizado, uma escola primária. Logo, não tenho como ficar a favor de qualquer coisa que signifique restrição ao espaço feminino em qualquer campo. No campo político, a lei que prevê pelo menos 30% de candidatas está longe de ser cumprida. Temos aqui no Senado o exemplo de como ainda é pequena a participação das mulheres na política.

Quero concluir rapidamente dizendo: a mulher é maioria no eleitorado. Certo, Senador Cid? É maioria na população. E na política, nunca é. Eu fico aqui pensando: o Senado Federal hoje, esta Legislatura, Senador Eduardo – tenho certeza de que o senhor concorda comigo – tem um exemplo histórico. Eu acho que dificilmente uma Legislatura do Senado teve um quadro feminino tão bem qualificado quanto este. É só ver a atuação de cada uma aqui nas votações, nos projetos, no comportamento de discussão, de posição.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, vocês que estão aqui, Senadoras, e nós, homens, temos o dever de propagar ao Brasil inteiro que, daqui para a frente, tenhamos mais. Eu vou além do que falou bem o Senador Humberto: eu só vou acreditar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

realmente numa transformação política neste País quando houver uma igualdade obrigatória, 50% x 50%, mulher e homem na política. Aí eu vou ser feliz, eu vou estar realizado.

E rapidamente aqui, junto com o Senador Cid – outros podem me ajudar –, eu lembrei aqui: mulheres que saíram do Senado. Você quase não lembra. Mulheres competentes, Senadoras históricas: Heloísa Helena – você pode discordar dela, mas que ela foi uma mulher histórica, foi. Marina Silva – você pode não gostar dela, mas foi uma grande Senadora. Aí eu não lembro mais. Homem, você tem um monte: Juscelino Kubitschek, Pedro Simon, Cristovam Buarque, Jefferson Peres, Tancredo Neves, Eduardo Suplicy, Capiberibe, Marco Maciel, José Fogaça e tantos outros nomes que existem.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por quê? Não é porque há incompetência da mulher. É porque a mulher não consegue entrar na vida pública, ela tem dificuldade. Então, que entre a mulher na vida pública, cada vez mais, para a gente amanhã não ter nem que discutir um assunto desse em uma CCJ em votação terminativa.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Último orador inscrito, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Senadora Simone, primeiro, quero cumprimentar todos e todas.

Quero dizer que é sempre difícil divergir de um baiano, especialmente do nosso Senador Angelo Coronel. Segundo, dizer que o Amazonas tem uma tradição: a primeira mulher brasileira a ser Senadora da República foi a Senadora Eunice Michiles, pelo Amazonas. O Amazonas tem uma participação da mulher muito intensa.

Acho que o projeto do Senador realmente não extingue as cotas, mas ele flexibiliza e, ao flexibilizar algo que agora estará, pela primeira vez, estimulando as mulheres onde se começa na política, que é a candidatura a Vereador, seria matar o projeto antes que ele pudesse se maturar.

Veja, o Kajuru acabou de falar: foi o Vereador mais votado da história de Goiânia, segundo mais votado proporcionalmente e veio da Câmara Municipal para o Senado. Ele citou o Senador Jefferson Peres. O Jefferson Peres veio da Câmara Municipal de Manaus para o Senado. Eu fui Vereador e fiz uma carreira degrau a degrau, até que cheguei ao Senado.

Portanto, eu voto com as mulheres, voto contra o projeto, voto "não" e digo: é importante que nós possamos ter um prazo para que esse projeto amadureça. Se houve falhas, nós temos que corrigir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como? Criminalizando a aplicação equivocada dos valores, fazendo com que aquilo que fez a disfunção do financiamento não ocorra.

A fórmula importante desse projeto é porque, pela primeira vez, nós temos as cotas e temos também o volume financeiro para financiar as cotas, porque antigamente você tinha as cotas, mas você não financiava a candidatura das mulheres. Então, era uma lei que não saía do papel.

Agora, pela primeira vez, nós temos uma lei que pode sair do papel. Em todos os Municípios brasileiros, haverá um esforço dos partidos para que se possa trazer uma militância feminina para dentro dos partidos, e creio que esta é uma oportunidade que nós não podemos matar no nascedouro.

Por isso, eu voto, reconhecendo que sempre é muito difícil votar contra os baianos e, especialmente, contra o Angelo Coronel, eu voto em favor das mulheres, até porque, Simone, na minha casa, eu sou minoria, a maioria absoluta é das mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E, nesse caso especial, eu sei quem manda lá, Senador Eduardo Braga.

Encerrada a ordem de inscrição e, portanto, encerrada a discussão.

Eu pergunto ao autor se quer fazer alguma consideração final. *(Pausa.)*

Três minutos, por favor, Senador, e aí nós vamos apurar o resultado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Senadora Presidenta, muito honra este Senado ver uma mulher sentada nessa cadeira. Isso é importante pelo voto democrático dos Senadores.

Eu fiz questão de lavrar este projeto para que esse assunto fosse debatido em nível de Brasil na problemática das eleições de 2018 e, com certeza, das eleições que virão.

Estaremos, repito, vivos nesta Casa, com fé em Deus, para que, daqui a dois anos, nas eleições municipais, nas escolhas de Vereadores, não tenhamos o que tivemos nas eleições de 2018.

Então, de qualquer maneira, quero ressaltar e reafirmar: em nenhum momento, sou contra a candidatura do sexo feminino, como também do sexo masculino, do qual faço parte, por isso o projeto não diz "sexo": são candidaturas de um sexo e candidaturas do sexo oposto.

Muito pelo contrário, a minha campanha de sete mandatos, um de Prefeito, seis de Deputado e este de Senador, todas foram coordenadas, todas foram capitaneadas pela minha esposa Eleusa, que é a pessoa que me dá o rumo e norte na minha política, é a minha marqueteira política. E ela sempre diz que a mulher tem que ter a vez na política, mas a meritocracia, o mérito tem que prevalecer. Se quisermos mudar a legislação eleitoral brasileira, temos que fazer um projeto de lei – inclusive, vou começar a estudar para fazer esse projeto – para que tenhamos lista, e, nessa lista, cada partido coloque



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a quantidade de mulheres que assim o desejar, e a quantidade de homens que assim também o desejar. Não poderemos...

Essa Lei de Cotas hoje vai de confronto, na minha opinião, à regra eleitoral atual, porque na regra eleitoral atual se elegem os mais votados, sejam homens ou sejam mulheres. E já com uma regra, se for instituída no futuro, da lista fechada, aí sim, os partidos já estipulam a quantidade de mulheres que poderão fazer parte da sua agremiação.

De qualquer maneira, o debate foi bom, eu quero aqui agradecer. Provavelmente, eu tive somente o meu voto favorável ao meu projeto. Fico feliz de ter tido o meu voto favorável. Com isso, não abaixo a cabeça para defender aquilo que eu acredito; defendo e defenderei. Tenho pessoas, neste País, que deram muito ponto positivo ao projeto. Mas eu sei também que há muita gente que gosta de falar muito para a torcida, e há muita gente também que fala e discutiu muito, ao longo desses dois meses de projeto, com hipocrisia estampada na fisionomia, mas não vou entrar nesse mérito de criticar.

Estou aqui a favor de que as mulheres aumentem a sua participação no Parlamento por mérito – essa é a minha norma.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Angelo Coronel.

Encerro a discussão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Só rapidinho, para não perder o bom humor, eu brincava aqui com o Senador Cid. Eu não gosto só de mulher na política, não; eu gosto de mulher, eu já tive 11, eu estou indo para a 12ª, causando inveja ao Senador Cid. *(Risos.)*

Eduardo está dizendo que é costume.

E quero dizer o seguinte: se a indireta foi para mim, amigo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não foi, não, não é? Porque se defender mulher na política é jogar para a torcida, eu estou dizendo que eu vou montar hoje uma torcida organizada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, para não perder a piada, Senador Kajuru, antes de abrir o painel, pergunto a V. Exa., pelo fato de ter dito que já teve 12 mulheres...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Onze, vou para a 12ª.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... onze mulheres, se V. Exa. não quer invocar o art. 14 para se defender. (*Risos.*)

Enfim, encerrada a discussão, eu pergunto às Sras. e aos Srs. Senadores se todos já votaram? (*Pausa.*)

Sim.

Portanto, eu vou pedir à Secretaria que abra o painel para apurarmos o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Neste momento, Senadora Simone, eu quero agradecer o segundo voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu declaro, portanto, rejeitado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Quero comunicar que o voto foi de uma mulher, foi da Senadora Selma Arruda, que me confessou que ia votar comigo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem sabe foi por erro, estamos tão acostumados a votar "sim".

Rejeitado o projeto, fica prejudicada a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Agradeço a presença de todos, lembrando que o substitutivo foi rejeitado.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos e dizer que não temos reunião na quarta-feira que vem, em função do feriado.

Está encerrada a reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, José Serra, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Leila Barros, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Izalci Lucas, Eliziane Gama e Alvaro Dias. Usam da palavra os Senadores Eliziane Gama e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Weverton e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Ofício "S" nº 7, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador Marcos Rogério e à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do relatório. ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta e contrário à Emenda nº 1. Resultado:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 2-CCJ a 10-CCJ e contrário à Emenda nº 1. Observação: Aprovado requerimento de urgência para a matéria. ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 432, de 2016 - Terminativo - que: "Altera o art. 15 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para possibilitar a aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 137, de 2018 - Terminativo - que: "Altera os arts. 101 e 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; o art. 45 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; os arts. 18, 19, 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006; e o art. 26 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para que o defensor público, o delegado de polícia e o membro do Ministério Público possam conceder medidas protetivas de urgência a mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência que sejam vítimas de violência." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1. Resultado: Retirado de pauta para atender Requerimento nº 16/2019-CCJ, de audiência pública para instrução da matéria. Observação: Em 08/05/2019, foi recebida a emenda nº 2 de autoria do Senador Major Olímpio. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir o uso de monitoração eletrônica como forma de assegurar o respeito ao limite mínimo de distância entre a ofendida e o agressor." Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Observação: - Em 08/05/2019, foram recebidos os Votos em Separado da Senadora Juíza Selma e do Senador Marcos Rogério, pela rejeição do Projeto. ITEM 10 - Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Marcos Rogério e Rodrigo Pacheco, nos termos regimentais. ITEM 11 - Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da própria nacionalidade." Autoria: Senador Antonio Anastasia e outros. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 12 - Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos." Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Eduardo Braga, Marcos Rogério e Rodrigo Pacheco, nos termos regimentais. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar a gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 15 - Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União." Autoria: Senador Alvaro Dias e outros. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 16 - Proposta de Emenda à Constituição nº 157, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações." Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Marcos Rogério e Fabiano Contarato, nos termos regimentais. ITEM 17 - Proposta de Emenda à Constituição nº 145, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 73 da Constituição Federal, para estabelecer a obrigatoriedade de os servidores da área fim dos tribunais e conselhos de contas realizarem estágio em atividades de planejamento e gestão de obras públicas como condição para aprovação no estágio probatório." Autoria: Senador Otto Alencar e outros. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional." Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade." Autoria: Senador Romário e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2018 - Não Terminativo - que: "Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais." Autoria: Senador Jorge Viana e outros. Relatoria: Senador Jaques Wagner. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 21 - Projeto de Lei nº 676, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para assegurar a transferência de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública- FNSP para os Municípios que sejam sedes de penitenciárias, colônias agrícolas, industriais ou similares, casas do albergado, centros de observação e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico." Autoria: Senador Weverton. Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 22 - Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2019 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 37 da Constituição Federal, para suspender o transcurso do prazo de validade de concurso público na hipótese de o Poder Público suspender as nomeações por falta de recursos financeiros." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Retirado de Pauta para reexame do Relatório. ITEM 23 - Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016 - Não Terminativo - que: "Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 24 - Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 25 - Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador Marcos Rogério, nos termos regimentais. ITEM 26 - Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CI a 3-CI. Resultado: Vista concedida ao Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fabiano Contarato, nos termos regimentais. ITEM 27 - Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 28 - Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicitação inequívoca "da inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção." Autoria: Senador Magno Malta e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta, com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 29 - Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual." Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Contrário ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer contrário ao Projeto. ITEM 30 - Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 - Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Esperidião Amin, nos termos regimentais. ITEM 32 - Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senado Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos em que especifica." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta, restando prejudicada a emenda nº 1-PLN. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 14, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 15, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de instruir a discussão acerca do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, que "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.", que se encontra sob sua apreciação. Para tanto, sugiro os seguintes convidados: Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Representante da Anvisa; Representante da Receita Federal do Brasil; Representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL; Alexandre Trindade Machado – Representante da Secretaria Executiva do CONICQ/INCA/MS; Representante da ACT Promoção da Saúde; Representante da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco – Ampro Tabaco; e Representante do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco – SINDITABACO." Autoria: Senadora Leila Barros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 35 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 16, de 2019 que: "Requeiro nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública para debater o PLS 137/2018 sobre a participação da defensoria pública para conceder a medida protetiva de urgência e sobre o conteúdo da emenda nº 01 apresentada ao projeto. Convido para a audiência representantes dos seguintes órgãos: Representante do Poder Judiciário; Representante do Ministério Público; Representante da Defensoria Pública da União; Representante da ADEPOL do Brasil; Representante dos movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião, Ordinária.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 32.

Esta Presidência avisa e comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que está havendo agora uma reunião de Líderes na Casa da Presidência do Senado, junto com todos os Governadores. Consequentemente, a Comissão está um pouco esvaziada.

Os itens da pauta seguirão a ordem de acordo com a presença dos Relatores. Portanto, já vamos direto para o item 10, cujo Relator se encontra presente.

ITEM 10**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, de 2019****- Não terminativo -**

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora

Não há observação a ser feita.

Concedo a palavra portanto, ao Senador Lasier Martins, para proferir o seu relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente Simone.

Sras. e Srs. Senadores, antes de mais nada, eu gostaria de dizer que se trata de uma grande inovação aqui no Senado. Sra. Presidente, Srs. Senadores, é um projeto de resolução que vem em muito boa hora, porque, se for aprovado, vai descentralizar e vai democratizar o funcionamento do Senado Federal. Portanto, é um projeto de resolução de enorme repercussão no Senado.

Passo a ler, então, o relatório ao projeto de resolução da Senadora Eliziane Gama que institui o Colégio de Líderes.

Como se sabe, o Colégio de Líderes aqui no Senado existe apenas informalmente. Nada mais do que isso.

Relatório.

Chega ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução nº 26, deste ano, de autoria da nobre Senadora Eliziane Gama, que tem por objetivo instituir, no Regimento Interno do Senado Federal, o Colégio de Líderes.

O projeto é composto de três artigos. O artigo 1º define que o Colégio de Líderes será composto pelos líderes dos partidos políticos, dos blocos parlamentares, do Governo e a representante da bancada feminina. Estabelece ainda que os líderes de partidos políticos que integrem blocos parlamentares e o Líder do Governo terão apenas direito a voz no Colégio de Líderes. Também, por este artigo, fica definido que as decisões do Colégio de Líderes, quando não possível o consenso, serão tomadas por maioria absoluta, ponderados os votos dos líderes de partidos políticos e blocos parlamentares em razão da expressão numérica das respectivas bancadas na composição do Plenário do Senado.

O artigo 2º altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal, para que haja a previsão de oitiva ou provocação do Colégio de Líderes em diversas situações do cotidiano legislativo e parlamentar da Casa.

Nesse sentido, a proposta altera o art. 25 do Risf para que a Mesa conheça, também por provocação do Colégio de Líderes, ato incompatível com o decoro parlamentar ou com a compostura pessoal por parte de algum Senador, dentro do edifício do Senado.

Modifica a redação do art. 40 para que o Colégio de Líderes também possa propor a autorização para a ausência de Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, com ônus para o Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 48 para garantir a participação do Colégio de Líderes na: i) transformação de sessão pública em secreta; ii) designação da Ordem do Dia das sessões deliberativas e retirada de matéria da pauta para cumprimento de despacho, correção de erro ou omissão no avulso eletrônico e para sanar falhas da instrução; iii) constituição de comissão para a representação externa do Senado; iv) promover a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos do Senado e v) resolução de qualquer caso não previsto no Regimento Interno do Senado Federal.

A proposta altera, ainda, o artigo 67 do Risf para prever que o Colégio de Líderes também poderá propor que o Senado se faça representar em ato ou solenidade de cunho internacional, nacional ou regional. Inclui no artigo 75 que o Colégio de Líderes poderá propor a criação de comissão externa. Já no artigo 79, altera-se o texto para determinar que, no início de cada legislatura, o Colégio de Líderes reunir-se-á para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.

As demais alterações determinam a necessidade de oitiva do Colégio de Líderes na definição das comissões que apreciarão as matérias em caráter terminativo (art. 91, Risf); na convocação de sessão extraordinária (art. 154); para inclusão de matérias em Ordem do Dia; e nas situações que envolvam o descumprimento dos princípios gerais do processo legislativo (art. 412).

Por fim, define que o Colégio de Líderes poderá propor audiência pública nas comissões; transformação de sessão ordinária em sessão temática; prorrogação da sessão; e urgência regimental.

O último artigo é a cláusula de vigência, que determina que a Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Análise.

Não há reparos quanto à regimentalidade, constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa.

No mérito, entendemos que a proposta é extremamente oportuna. A formalização da existência e do funcionamento do Colégio de Líderes significa um importante passo à frente para a democratização e para a descentralização da estrutura de funcionamento do Senado Federal, indo também ao encontro das reivindicações da sociedade e da opinião pública por conferir maior transparência e maior publicidade.

Vale ressaltar que tal previsão já existe no Regimento Interno da Câmara dos Deputados e, sem dúvida, constitui-se num dos pilares do bom andamento do processo legislativo naquela Casa. Portanto, nada mais salutar que também o Senado Federal possa contar com a existência formal desse Colegiado, sobretudo nas decisões atinentes ao processo legislativo, como na definição da Ordem do Dia.

Esta iniciativa reveste-se de grande relevância, pois dialoga com a necessidade de uma ampla reforma do nosso Regimento Interno, datado de 1970, que, sem dúvida, carece de diversos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprimoramentos e atualizações, como forma de se adequar aos novos tempos da política e da necessária transparência no que diz respeito à boa prática legislativa no Senado Federal.

No intuito de aperfeiçoar a proposta, sugerimos apenas alguns ajustes, consubstanciados nas emendas apresentadas ao final deste relatório.

Na definição da composição do Colégio de Líderes, entendemos que seja adequado incluir a participação dos Líderes da Maioria e da Minoria, conquanto sejam atores relevantes para o deslinde da atividade legiferante.

Consideramos também positivo incluir entre as atribuições do Colégio de Líderes a de deliberar sobre assuntos levados à sua consideração pelo Plenário, pela Mesa, pela Comissão, pelo Presidente do Senado e por Líderes que representem um terço ou mais da composição do Senado. É bom que tal possibilidade esteja prevista no Regimento, para que o Colégio de Líderes seja formalmente consultado sobre decisões relevantes quando provocados por esses agentes.

Propomos ainda incluir a possibilidade de que os Presidentes de Comissão se reúnam com o Colégio de Líderes para o exame e assentamento de providências relativas à eficiência do trabalho legislativo.

Por fim, oferecemos emenda de redação apenas para corrigir a numeração do art. 3º do projeto, grafado erroneamente como art. 2º.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 26, de 2019, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 66-B da Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal), acrescido pelo art. 1º do Projeto de Resolução nº 26, de 2019:

“Art. 66-B. Os Líderes da Maioria, da Minoria, dos Partidos, dos Blocos Parlamentares, do Governo e a representante da bancada feminina constituem o Colégio de Líderes.

.....” (NR)

EMENDA Nº - CCJ

Altera a redação do art. 1º do Projeto de Resolução nº 26, de 2019, para incluir o seguinte art. 66-C à Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado Federal):





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

“Art. 66-C O Colégio de Líderes poderá deliberar sobre assuntos levados à sua consideração pelo Plenário, pela Mesa, por Comissão, pelo Presidente do Senado ou por líderes que representem um terço ou mais da composição do Senado.”

EMENDA Nº - CCJ (DE REDAÇÃO)

Onde se lê “Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”, leia-se “Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”.

Essa, portanto, Sra. Presidente, Srs. Senadores, Senadora e Senadoras, é a proposta de instituição – finalmente, isso poderia ter acontecido há décadas – do Colégio de Líderes aqui no Senado, onde principalmente os Senadores não serão apenas comunicados, como tem acontecido nas decisões, por exemplo, de Ordem do Dia. Os Senadores Líderes participarão da formação da pauta, entre outras inovações aqui.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Lasier Martins.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para discutir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Senadora Eliziane.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Rodrigo Pacheco, depois a autora do projeto, Senadora Eliziane Gama.

Com a palavra, pela ordem, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Sem prejuízo dos Parlamentares que vão discutir, eu vou solicitar vista da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma vez que haja vista... Nós vamos conceder vista. Está suspensa a discussão, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu também peço vista, Presidente, mas me permito...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva, portanto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... com a permissão de V. Exa. – vista coletiva – apenas uma ponderação desde logo ao eminente Relator, no brilhante voto que faz dessa iniciativa muito louvável da criação formal do Colégio de Líderes, que se atente para o art. 20, §1º, quando diz que, no *caput*, os Líderes da maioria, da minoria, dos partidos, dos blocos parlamentares do Governo constituem Colégio de Líderes. A composição do Colégio de Líderes está perfeita.

No §1º é que surge uma dúvida, eminente Relator, Senador Lasier Martins, quando diz que os Líderes de partidos que participem de bloco parlamentar e o Líder do Governo terão direito a voz no Colégio de Líderes, mas não a voto. Eu sugeriria a supressão desse §1º para que os Líderes de partido tivessem também direito a voto no Colégio de Líderes ou a inversão: o Líder do partido ter o direito a voto e o Líder do bloco parlamentar o direito à voz apenas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, pela ordem.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Porque, na essência, o Líder do partido é quem fala pela bancada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de informar a esta Comissão – agradecendo a contribuição valorosa do Senador Rodrigo Pacheco, tenho certeza de que vai ser levada em consideração pelo Relator – que o pedido de vista foi concedido. Portanto, as assessorias de V. Exas. poderão entrar em contato com o Senador Lasier ou mesmo com sua assessoria para todas as contribuições que forem necessárias. Senão, nós abriríamos o debate aqui. Foi dada vista coletiva e nós temos 30 itens na pauta.

Item 11.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Queria só fazer aqui um apelo ao colega Rodrigo, que é uma grande referência para a gente nessa área jurídica. Eu acho que a ponderação do Senador é importante, acho que a gente poderia – se V. Exa., na verdade, sugere a supressão desse parágrafo –, se possível, Presidente, remeter isso ao Relator e a gente proceder à votação da matéria.

Eu acho que é importante e a gente já resolveria hoje, pela urgência e necessidade de aprovação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpa, Senador Eliziane Gama, esta Presidência já deliberou, o pedido de vista foi coletivo. Os Senadores Marcos e Rogério também pediram vista.

Portanto, eu acredito que em uma semana... O ideal é termos o texto aprimorado, uma vez que haja alguma dúvida. A princípio, essa não é a única dúvida que há, uma vez que o Senador Marcos Rogério...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há outras.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há outras também, mas isso não vai atrapalhar, tenho certeza...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu também tenho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... o bom andamento do projeto.

Portanto, vista coletiva.

Vamos ao item 11 da pauta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só a título de informação, sem querer entrar no mérito: a gente apenas fez uma reprodução desse item específico do que acontece na Câmara dos Deputados. Mas vamos amadurecer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 11 da pauta...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Por favor, eu gostaria que V. Exa. retirasse da pauta os itens 22 e 28, de minha relatoria. Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Retirados, a pedido de V. Exa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 11 da pauta:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, de 2018**- Não terminativo -**

Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

Autoria: Senador Antonio Anastasia e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadores e Senadoras, eu peço licença para ir direto à análise, ao voto que proferi em relação a essa matéria de projeto de autoria do eminente Senador de Minas Gerais Antonio Anastasia.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania compete manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e também sobre seu mérito.

Com relação à admissibilidade, a PEC nº 6, de 2018, observa a vedação constitucional sobre deliberação de proposta de emenda à Constituição tendente a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais ou que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa (art. 60, I, §§1º, 2º, 4º e 5º da Constituição e arts. 354, §§1º e 2º, e art. 373 do Regimento Interno do Senado Federal).

Sobre o mérito, acreditamos que a alteração é muito bem-vinda, uma vez que traz maior clareza ao texto constitucional, assim como o torna mais justo.

De acordo com a redação vigente, a perda da nacionalidade pela aquisição de outra não ocorrerá apenas nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

Esta última hipótese de exceção pode vir a ser entendida de forma bastante restritiva. A nosso sentir, é o que ocorreu no caso da brasileira Claudia Hoerig, cuja extradição, como dito acima, motivou a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação desta PEC pelo eminente Senador Antonio Anastasia. Nesse caso concreto, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o *green card* já garantiria à Sra. Claudia Hoerig a permanência no território dos Estados Unidos da América, bem como o exercício de direitos civis. Assim, segundo a Suprema Corte brasileira, é desnecessária a obtenção da nacionalidade norte-americana para os fins que constitucionalmente constituem exceção à regra da perda da nacionalidade brasileira (alíneas "a" e "b", do §4º, inciso II, do art. 12, da Constituição Federal. Mandado de Segurança 33864 do Distrito Federal, tendo como Relator o Ministro Luís Roberto Barroso).

Vê-se, no entanto, que o *green card* não lhe autorizaria, por exemplo, permanecer por prazo superior a um ano fora do território dos EUA. Ademais, a matéria se situa numa zona cinzenta. Prova disso é que os consulados brasileiros chegavam a orientar nossos cidadãos no sentido de que a aquisição por eles de outra nacionalidade, de forma voluntária e expressa, não levaria à perda da nacionalidade brasileira.

Com a aprovação da PEC, essas dúvidas são sanadas e traz-se segurança jurídica a nossos nacionais.

Do mesmo modo, a substituição da expressão, aspas, "atividade nociva ao interesse nacional" por, aspas, "fraude ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático" confere ao texto constitucional maior objetividade. Torna-o, também, mais harmônico com os ideais e valores democráticos.

No que se refere ao afastamento da apatridia nos casos de perda da nacionalidade brasileira, a alteração se coaduna com o disposto na Convenção das Nações Unidas, de 1961, para a Redução dos Casos de Apatridia, em vigor no Brasil, por meio da promulgação do Decreto nº 8.501, de 18 de agosto de 2015. A convenção prescreve que, "se a legislação de um Estado Contratante permitir a renúncia à nacionalidade, tal renúncia só será válida se o interessado tiver ou adquirir outra nacionalidade" (artigo 7.1.a), bem como que "os Estados Contratantes não privarão uma pessoa de sua nacionalidade se essa privação vier a convertê-la em apátrida" (artigo 8.1). Mediante a aprovação da PEC, essa garantia é incorporada ao Texto Constitucional.

Por igual, o acréscimo do §5º ao art. 12 da Constituição Federal, com o fim de que o cidadão que renuncia à nacionalidade brasileira possa obtê-la novamente por meio de naturalização, vem constitucionalizar uma prática já aceita.

No entanto, propomos emendas para meros ajustes redacionais. Tanto o art. 1º quanto o art. 2º da PEC visam a dar nova redação ao art. 12 da Constituição Federal, de maneira que, seguindo a boa técnica legislativa, a alteração deveria ser proposta em um único dispositivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A emenda que apresentamos tem ainda por objeto resgatar a forma da redação original do comando do §4º. Com efeito, a redação do texto da PEC nº 6, de 2018, aspas, "a perda da nacionalidade brasileira será declarada", fecho aspas, não promove...

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... mudança semântica na redação vigente, aspas, "será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que", fecho aspas. Optamos por manter a redação atual, a fim de evitar futuras interpretações equivocadas sobre a vontade do legislador com a mudança pretendida.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação da PEC de nº 6, de 2018, com uma emenda que sugerimos e que está no corpo do parecer.

Esse é o voto, eminente Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rodrigo Pacheco, nosso Relator dessa PEC.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, o autor da PEC, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Primeiro, eu gostaria de agradecer ao Senador Rodrigo Pacheco pela relatoria, que inclusive aperfeiçoa e aprimora o nosso projeto.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a emenda eu apresentei para tratar uma gravíssima injustiça que estava ocorrendo com os nossos nacionais morando no exterior. Nos Estados Unidos, por exemplo, é muito comum, depois de atender certos requisitos, aquele cidadão brasileiro adquirir também a cidadania norte-americana, e passou a haver o entendimento de alguns setores, inclusive do Ministério da Justiça, de que, ao fazer...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campanha.*) – Um minuto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço a gentileza da plenária que respeite o orador. O Senador Antonio Anastasia está com a palavra, e nós estamos tendo dificuldade de concorrer com as vozes de V. Sas. Muito obrigada.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente. De fato, isso é uma das doenças desta CCJ, que nós sabemos bem; é esse alarido. E, aí sim, uma verdadeira balbúrdia, como é uma palavra da moda nos dias de hoje.

Eu queria reiterar que, de fato, é um caso de justiça, porque o cidadão adquiria nacionalidade norte-americana e o Ministério da Justiça, no passado, estava entendendo que ele perderia a nacionalidade brasileira. Isso é uma injustiça. Eu, por exemplo, sou neto de italiano, adquirir a cidadania italiana e não perco a brasileira, porque a lei italiana me faculta. Não teria sido um ato voluntário? Mas é claro que foi. Então, são dois pesos e duas medidas.

E, pior, esse brasileiro no exterior tem o seu filho lá nascido como brasileiro, ele vem acompanhar o filho no Brasil, é parado no aeroporto, porque não tem visto para entrar no seu próprio País, já que teria perdido a nacionalidade brasileira. É um descalabro.

Recebi, então, uma grande demanda da comunidade dos brasileiros no exterior para corrigir esse despropósito, como bem disse o Relator; deixar explícito no texto constitucional que ao adquirir outra nacionalidade, não perde a nacionalidade brasileira, ressalvadas, é claro, as hipóteses de atentado e etc.

Então, agradeço muito a atenção dos nobres pares. Muito obrigado. E mais uma vez obrigado ao Relator, Senador Rodrigo Pacheco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabenizo V. Exa. pela proposição.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação, lembrando que se trata de PEC, portanto, não terminativa.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta, com a Emenda nº 1 - CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Agradeço mais uma vez ao autor e ao Relator.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 15 da pauta.

ITEM 15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 44, de 2015

- Não terminativo -

Altera os arts. 52 e 71 da Constituição Federal, para determinar a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de dirigentes brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, bem como para exigir, de forma expressa, a necessidade de que os tratados internacionais que constituam essas pessoas jurídicas contenham dispositivo que garanta a fiscalização das respectivas contas nacionais pelo Tribunal de Contas da União.

Autoria: Senador Alvaro Dias e outros

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Lasier Martins, para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente. Senadores e Senadoras.

Eu vou direto para a análise, Presidente, mas apenas recapitulando, então, o significado da proposta.

Vem à Comissão a PEC nº 44, de 2015, cujo primeiro signatário é o Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea g ao inciso III do art. 52 da Constituição Federal, para exigir a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha de presidentes, diretores e conselheiros brasileiros de pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe.

Análise.

Não há reparos com relação à regimentalidade, legalidade, técnica, etc.

Vamos ao mérito. não há como deixarmos de concordar com os autores da PEC em exame quando alegam que o exercício da atividade de controle externo pelo Congresso Nacional está sendo prejudicada devido à incapacidade do Poder Executivo de garantir que os tratados constitutivos de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoas jurídicas de direito internacional que exerçam atividade econômica ou prestem serviço público, de cujo capital social a União participe, prevejam a fiscalização de suas contas pelo TCU.

Além disso, como parte do processo de controle externo sobre essas empresas supranacionais é proposta a aprovação prévia, pelo Senado Federal, dos indicados pela União para o exercício dos cargos de presidentes, diretores e conselheiros.

Os graves escândalos de corrupção que vêm sendo tornados públicos nos últimos anos mostram a importância do controle externo independente sobre todas as áreas de atuação do Governo brasileiro.

Dessa forma, não podem estar livres desse controle empresas relevantes como, por exemplo, a Itaipu Binacional, uma das maiores produtoras de energia elétrica do mundo.

Enfim, trata-se de proposta que, se aprovada, irá permitir maior controle e transparência nas atividades de pessoas jurídicas que, apesar de estarem sujeitas às normas do direito internacional, por terem participação de diferentes Estados Nacionais, devem estar subordinadas à fiscalização do Congresso Nacional, por receberem recursos do Estado brasileiro.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 2015, e, quanto ao mérito, votamos pela aprovação.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Lasier.

Coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o autor da PEC, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Apenas para agradecer ao Senador Lasier Martins pelo competente parecer, que obteve votação unânime, e aos colegas todos por entenderem o objetivo dessa proposta, que não é apenas valorizar o Poder Legislativo, que passa a ter influência neste momento importante da constituição dos quadros administrativos de empresas fundamentais para o País, como, por exemplo, a Itaipu Binacional, referida, em boa hora, pelo Senador Lasier Martins.

A Itaipu Binacional é uma caixa-preta. O seu arcabouço jurídico é do período ditatorial nos dois países, tanto no Paraguai, quanto no Brasil. Não há acesso, não há informação, nem mesmo o Supremo Tribunal Federal tem poder de investigar a Itaipu Binacional. Então, é de fundamental importância que, neste caso, nas nomeações e sobretudo em relação à questão da presença do Tribunal de Contas, auditando as contas dessas empresas, certamente isso proporrá maior transparência...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... e lisura nos procedimentos administrativos.

É, sem dúvida nenhuma, uma proposta importante e, por essa razão, obteve unanimidade. E nós esperamos que haja celeridade na sua aprovação tanto no Plenário do Senado quanto no da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador Alvaro Dias. Qualquer proposição, neste momento conturbado da nossa história, dessa disputa na nossa tripartição de Poderes, que não só venha a fortalecer a nossa função precípua de legislar, mas também a nossa função de controlar externamente os outros Poderes, é mais que bem-vinda.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – O item 3 da pauta é um projeto que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. E eu formulei um requerimento de retirada de pauta em razão de um apelo feito pelo meu colega





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correligionário Senador Marcos Rogério e de outros Senadores também, para que possamos ajustar o texto. Então, queria só saber se houve realmente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi deferido.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Foi deferida a retirada?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi deferido.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Pela ordem.) – Na mesma linha que a do colega, inclusive, eu iria apresentar um requerimento pedindo que nós continuássemos com esse debate na CAS, mas, já que ele retirou o projeto, eu irei apresentar o meu requerimento em outro momento oportuno.

Obrigado pela sensibilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Petecão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente, eu queria aproveitar o ensejo, porque eu sou repetitivo ou sou persistente nesse caso, cobrando da Câmara a celeridade na votação dos nossos projetos.

Veja, esse projeto que o Senador Relator acaba de retirar de pauta, o Senador Pacheco, é um projeto de 2018 que veio da Câmara. É um projeto do ano passado, e nós já o estamos votando aqui no Senado Federal. E há projeto de autoria de Senadores há muito tempo, de 2007, inúmeros projetos.

Eu sei que todos os Senadores possuem projetos aprovados no Senado e que estão paralisados na Câmara há bom tempo. Eu próprio tenho 27 projetos aprovados no Senado e paralisados na Câmara. O mais importante deles é o que acaba com o foro privilegiado das autoridades e que, segundo o Presidente Rodrigo Maia, deve ser votado agora no mês de maio. É o que nós esperamos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu fiz essa consideração, Senador Rodrigo Pacheco, para dizer que nós, aqui no Senado Federal, devemos continuar cobrando da Câmara dos Deputados agilidade na tramitação dos projetos de autoria de Senadores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

V. Exa. faz um reclamo aqui mais do que justo, afinal o nosso sistema é bicameral. Não pode haver dois pesos e duas medidas. E, nesse aspecto, V. Exa. tem razão.

O item 26 também é um item que veio da Câmara, de 2018, e já está pronto para ser relatado neste momento pelo nosso Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello.

Item 26.

ITEM 26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, de 2018****- Não terminativo -**

Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CI a 3-CI

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Não há observação a ser feita.

Portanto, neste momento, concedo a palavra ao Senador Jorginho Mello para proferir o seu relatório.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - SC. Para proferir relatório.) – Muito bem, Sra. Presidente. Minha saudação a V. Exa. e a todas as Senadoras e a todos os Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço permissão, Sra. Presidente, para não os cansar, para não ler o relatório e ir direto à análise e ao voto. Isso é necessário.

Este projeto é da lavra do Deputado Onofre Santo Agostini, catarinense, por coincidência, que foi votado em 2016 na Câmara.

O tema central do PLC nº 26, de 2018, a ser tratado neste relatório, é a compatibilidade com a Constituição Federal e com o ordenamento jurídico infraconstitucional do afastamento da vedação à construção de imóveis em faixa não edificável às margens das rodovias, ferrovias, dutos, águas correntes e águas dormentes. Essa análise está diretamente relacionada ao mérito da proposição. Cabe, também, à CCJ verificar a regimentalidade e a técnica legislativa da proposição.

Faremos a análise conjunta da constitucionalidade, da juridicidade e do mérito da proposição.

Inicialmente, cabe consignar que a competência para dispor sobre bens públicos, assim como de limitações e condicionamentos ao seu uso, é do ente federado que possua seu domínio.

Assim, compete à União dispor sobre seus bens (art. 20 da Constituição Federal), cabendo ao Congresso Nacional a manifestação especificamente sobre o tema, consoante o que estabelece o art. 48, V, da Constituição Federal.

Compete privativamente à União legislar sobre desapropriação (art. 22, II, da CF).

De outro giro, importa esclarecer que a competência legislativa para dispor sobre direito de urbanismo é concorrente, cabendo à União estabelecer as normas gerais (art. 24, I e §1º, da CF). A Lei nº 6.766, de 1979, é a norma infraconstitucional em vigor – recepcionada pela Constituição Federal de 1988 – que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

Atualmente, o inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, estabelece que ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica. Essa é a regra sobre a qual incidirão as propostas de inovação jurídica trazidas pelo PLC nº 26, de 2018.

Postas essas balizas constitucionais e jurídicas gerais que dispõem sobre a competência legislativa da União e autorizam que o debate se faça no âmbito do Congresso Nacional, cabe enfrentar as especificidades do tema trazido pelo PLC nº 26, de 2018.

O art. 1º do PLC – que veicula seu objeto e respectivo âmbito de aplicação, consoante o que estabelece o art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 – visa a assegurar o “direito de permanência das edificações”, para fins comerciais ou não, na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das faixas de domínio das rodovias federais, ferrovias e dutos. Depreende-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se da expressão “direito de permanência” a intenção de direcionar a regra às edificações já construídas ou em construção. Veremos, logo adiante, que essa interpretação é confirmada pela análise do §6º que o art. 2º da proposição pretende acrescentar ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979. Assim, as novas edificações não de se submeter aos limites impostos pelo inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979.

Esse “direito de permanência” é explicitado pelas regras propostas pelo art. 2º do PLC nº 26, de 2018, que dá nova redação ao inciso III do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, para estabelecer, como requisito urbanístico permanente no parcelamento do solo urbano mediante loteamento, que a observância à faixa em que não pode haver edificações se estenda também aos dutos. Cabe ressaltar que a observância da faixa não edificável quanto aos dutos estava presente na redação original da Lei nº 6.766, de 1979, e foi suprimida com a alteração procedida pela Lei nº 10.932, de 3 de agosto de 2004.

O §5º acrescido pelo art. 2º do PLC ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, exclui a necessidade de observância da área *non aedificandi* nos trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano.

O §6º, que o art. 2º do PLC pretende acrescentar ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, restringe a excepcionalização da regra geral promovida pelo §5º às edificações já construídas ou em construção. Nessas hipóteses, o Poder Público deverá desistir das respectivas ações e execuções judiciais em curso.

Por fim, o art. 2º do PLC pretende acrescentar §7º ao art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, estabelecendo que, quando houver comprometimento da segurança do trânsito e dos residentes dos imóveis, caberá ao Poder Público, por ato devidamente fundamentado, desapropriar as áreas mediante prévia e justa indenização.

O art. 3º veicula a cláusula de vigência imediata, a contar da data da publicação, da lei que decorrer da aprovação desta proposição.

Concordamos, em grande medida, com a análise jurídico-constitucional empreendida pela Comissão de Infraestrutura no âmbito de suas competências regimentais.

De fato, a Constituição Federal garante o direito à propriedade, a qual deve atender a sua função social (art. 5º, XXII e XXIII, da CF), e estabelece que a moradia é direito social (art. 6º da CF).

Estabelece também o Texto Constitucional que a ordem econômica deve observar os princípios da propriedade privada e da função social da propriedade (art. 170, II e III, da CF) e que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, o qual é elaborado e aprovado pelo respectivo Município (art. 182, §§1º e 2º, da CF).

Nesse sentido, o intérprete da Lei nº 6.766, de 1979, deve considerar o princípio constitucional da razoabilidade (art. 5º, LIV, CF – princípio do devido processo legal em sua dimensão substantiva) ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispor sobre a utilização da faixa não edificável, inclusive para dispensar a exigência de não edificação nas áreas urbanas para as construções já existentes. Vimos anteriormente que a matéria se encontra no âmbito da competência legislativa concorrente. É muito mais razoável que os Municípios disciplinem os aspectos específicos e peculiares da matéria.

É fundamental também que se respeite o direito adquirido (art. 5º, XXXVI, da CF) daqueles que construíram edificações antes das vedações impostas pela Lei nº 6.766, de 1979. Não há, nesse caso, que se falar em ilegalidade.

Lembramos que a proposição prevê a possibilidade de desapropriação das áreas que comprometam a segurança do trânsito ou coloquem em risco a vida dos residentes dos imóveis, mediante justa e prévia indenização. Dessa forma, o PLC nº 26, de 2018, logra obter a ponderação constitucional adequada entre os bens jurídicos tutelados.

Foram aprovadas três emendas de redação ao PLC nº 26, de 2018, no Parecer (SF) nº 14, de 2018, da Comissão de Infraestrutura. A primeira apenas acrescenta, na parte final do art. 1º do PLC, a necessidade de ser observada a legislação ambiental aplicável. A segunda emenda aprimora a redação do §6º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, na forma do art. 2º do PLC.

Por fim, a terceira emenda, que altera a redação do §7º do art. 4º da Lei nº 6.766, de 1979, na forma do art. 2º do PLC, explicita a referência feita aos imóveis lindeiros (às águas ou vias públicas).

Concordamos com o aperfeiçoamento proposto pelas emendas aprovadas no âmbito da Comissão de Infraestrutura que, em face de sua natureza meramente redacional, não afetam o mérito da proposição.

Não identificamos problemas de ordem regimental ou de técnica legislativa na proposição.

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa e, no mérito, votamos pela aprovação do PLC nº 26, de 2018, com as três emendas de redação aprovadas pela Comissão de Infraestrutura.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator, Senador Jorginho Mello, nosso Vice-Presidente.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Marcos Rogério. Em seguida, Senador Lasier Martins.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente. Eu peço vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Fabiano Contarato. Portanto, está suspensa a discussão.

Vamos ao próximo item da pauta, seguindo a ordem dos itens.

Item 31.

ITEM 31**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, de 2019**

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso.

Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra à Senadora Juíza Selma para proferir o seu relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para os fins do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 1, de 2019. Tendo como primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, a proposição visa a acrescentar ao art. 57 da Constituição Federal (CF) um §4º-A, com a seguinte redação: “As eleições das mesas no congresso nacional serão realizadas mediante sessão pública e voto aberto”.

Eu peço vênica para não fazer a leitura de tudo, vou passar à análise.

Cabe a esta CCJ, nos termos regimentais, opinar sobre a admissibilidade (constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa) e sobre o mérito da PEC.

Em relação à admissibilidade, não se verifica problema algum que impeça a aprovação da PEC.

Quanto à constitucionalidade formal, verifica-se que a proposição foi subscrita por 29 Senadoras e Senadores, perfazendo a exigência do inciso I do art. 60 da Constituição Federal. Demais disso, não estamos mais na vigência de intervenção federal, muito menos de estado de defesa ou de estado de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sítio; logo, não incide qualquer das limitações circunstanciais ao poder constituinte derivado reformador, a que se refere o §1º do mesmo art. 60.

Em relação à constitucionalidade material, como se trata de PEC, a única hipótese de que a proposição pudesse ser considerada inconstitucional seria por violação a alguma das cláusulas pétreas, o que não ocorre. Com efeito, há quem sustente que o art. 14, *caput*, da Constituição, ao prever o voto secreto seria aplicável também às eleições no âmbito das Casas Legislativas.

No entanto, o dispositivo que assegura o voto secreto visa a proteger o cidadão eleitor, não os eleitos; aplica-se apenas às eleições em que participa o corpo eleitoral, não àquelas eleições internas do próprio corpo de eleitos – que, de mais a mais, devem satisfação justamente aos eleitores, sobre as posições que tomarem. Em outras palavras: o voto secreto nasceu para proteger o eleitor contra pressões indevidas, não para sonegar aos eleitos a prestação de contas das posições tomadas. Tanto assim que o *caput* do art. 14 refere-se ao caráter secreto do voto, ao tratar do exercício da “soberania popular”. Ademais, se assim fosse, o voto na eleição para todas as Mesas de todas as Casas Legislativas do Brasil precisaria ser secreto, não podendo tal regra ser abolida sequer por emenda constitucional, por se tratar de cláusula pétrea, o que nos parece uma leitura exageradamente ampla tanto do *caput* do art. 14 da Constituição Federal quanto da própria extensão das cláusulas pétreas.

No aspecto da regimentalidade, nada há que se oponha à PEC, que seguiu, até aqui, a tramitação especial prevista nos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

Em relação à juridicidade, poder-se-ia argumentar que a PEC careceria de potencial inovador da ordem jurídica. Isso porque, segundo pelo menos 50 Senadores que votaram o recurso na questão de ordem na segunda reunião preparatória desta Sessão Legislativa, a própria Emenda Constitucional nº 76, de 2013, já teria revogado tacitamente todos os dispositivos regimentais que preveem votação secreta na eleição da Mesa. Acontece que essa interpretação terminou não sendo encampada pela Câmara dos Deputados nem pelo Supremo Tribunal Federal, de modo que, sim, a PEC nº 1, de 2019, tem potencial de inovar a ordem jurídica, a fim de positivar (e pacificar) o entendimento do tema.

Finalmente, em relação à técnica legislativa, há pequenos reparos a fazer – e que podem ser facilmente sanados mediante a apresentação de emenda de redação. Primeiramente, faz-se necessário conjugar os verbos do comando normativo no presente do indicativo, e não no futuro do presente. Isso porque, conforme as mais modernas diretrizes de técnica legislativa, deve-se legislar sempre no tempo presente – tempo em que a norma estará em vigor. Por outro lado, nos termos da alínea “d” do inciso III do art. 12 da Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998, só se veda a renumeração (com a utilização das letras maiúsculas “A”, “B”, etc.) em relação aos artigos e unidades a ele superiores; logo, no caso de inserção de parágrafo (como é o caso da PEC), é mais recomendável inserir o dispositivo como §9º do art. 57, em vez de redigi-lo como um “§4º-A”.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, agora, à análise do mérito. Nesse aspecto, parece-nos inevitável tecer elogios ao conteúdo da PEC.

Na Constituição Federal, o exercício do poder é sempre regido pelo princípio da publicidade (expressamente aplicável à Administração Pública, por força do que dispõe o *caput* do art. 37, mas extensível a todos os Poderes do Estado, por implicitude), a não ser nas hipóteses em que essa diretriz é expressamente afastada pelo próprio texto da Constituição Federal.

Com efeito, todas as vezes que a Constituição Federal deseja impor o voto secreto, assim o faz expressamente, a saber:

Na aprovação de escolha de autoridades pelo Senado; na aprovação de escolha de chefes de missão diplomática permanente pelo Senado; na aprovação da destituição do Procurador-Geral da República; na escolha de Ministros do Tribunal Superior Eleitoral e de juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais; na escolha, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, do seu Corregedor nacional.

Mesmo assim, como já referido, há quem sustente que, no silêncio da Constituição, poderiam os Regimentos Internos das Casas estabelecer o voto secreto, inclusive para eleição da Mesa. A PEC nº 1, de 2019, vem pôr fim, de uma vez por todas, a esse entendimento, ao positivar, de forma inequívoca, o voto aberto para a eleição da Mesa das Casas Legislativas.

Como se não bastassem essas questões jurídicas, há todo um contexto social que, de acordo com as lições de Rudolf Smend e Friedrich Müller, não pode ser desconsiderado na interpretação da Constituição Federal. A sociedade brasileira clama – e esse clamor ficou ainda mais nítido nas últimas eleições – por mais transparência nas deliberações dos Poderes Públicos, em geral, e desta Casa, em particular. Tal fato é, sem dúvida, o maior e melhor argumento em prol da aprovação da PEC nº 1, de 2019.

Por fim, a Constituição Federal determina que todos os Poderes devem, obrigatoriamente, obedecer ao princípio da publicidade previsto no *caput* do art. 37. No Mandado de Segurança 36.169, Distrito Federal, o Ministro Marco Aurélio fez questão de frisar a necessidade de o Senado Federal respeitar o princípio da publicidade em todas as suas votações. Vejamos:

Constitui fator de legitimação das decisões governamentais, indissociável da diretriz que consagra a prática republicana do poder, o permanente exercício da transparência. Inexiste órgão – menos ainda composto por mandatários eleitos – que escape à claridade imposta pela Lei Maior e ao crivo da ampla e nítida fiscalização social, prerrogativa inafastável da cidadania. A exigência da atuação em público tem irredutível relevo porque a publicidade é, por si mesma, forma de controle.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tais motivos, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC nº 1, de 2019, e, no mérito, votamos por sua aprovação, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Renumere-se o § 4º-A, a ser inserido no art. 57 da Constituição Federal, na forma do art. 1º da PEC nº 1, de 2019, como § 9º, dando-se-lhe a seguinte redação:

"[...]

§ 9º As eleições das Mesas no Congresso Nacional são realizadas mediante sessão pública e voto aberto."

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senadora Juíza Selma.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Eu vou solicitar vista dessa matéria, mesmo considerando a sua importância, a sua relevância. Eu já me manifestei anteriormente em defesa do voto aberto, mas acho que nós temos a oportunidade de refletir um pouco mais sobre essa matéria para, de repente, determinar a extensão desse comando que vai partir da Constituição Federal não apenas para o âmbito do Congresso Nacional, porque nós temos outras casas legislativas Brasil afora, e acho que a norma de regência da transparência incumbe a todos, e não apenas ao Congresso Nacional.

Apenas nessa direção peço vista para fazer a análise, de repente, do cabimento da ampliação do texto que estamos a votar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva. Portanto, está suspensa a discussão da matéria. Está concedida vista.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Rose de Freitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Primeiro, agradecer o relatório feito pela Senadora Juíza Selma.

Eu acho que está mais claro o que a sociedade brasileira clama e quer. Portanto, voto transparente e aberto não é novidade, é uma necessidade hoje, dadas as circunstâncias em que se deram várias votações e acordos que se sucederam nesta Casa. Então, o fundamento é esse mesmo.

Eu até lamento que não se possa votar imediatamente essa matéria, mas compreendo e respeito a atitude dos demais. Eu só quero dizer que não inventei uma nova... Eu sou constituinte, também escrevi o texto em que se baseia o voto secreto para determinadas atitudes e atos do Poder, mas acho que nesse momento o que mais importa para o País é que tudo que seja feito pelo Congresso seja feito às claras.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senadora Rose.

Foi dada vista coletiva...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a pedido do Senador Fabiano e do Senador Amin.

Esta Presidência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só gostaria de fazer um breve comentário para o Senador Marcos Rogério.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin, pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu vou pedir vista sem ter nenhuma dúvida, Senador Marcos Rogério, de que essa emenda é federativa. Eu não tenho dúvida nenhuma quanto a isso. Assim como não tive dúvida na emenda anterior. Não existe mais votação de veto secreta. Então, foi a minha objeção naquela época ao Ivan Valente.

Eu acho muito bom... Nós temos que medir as consequências do que fazemos. Todos se lembram do festival de franquia de impostos que o Governo fez e que o Ministro da Fazenda chamou de brincadeira e o Henrique Meirelles chamou de bolsa empresário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De cada um real de isenção que se dava, cinquenta e um centavos pertenciam aos Municípios e aos Estados mais pobres do Brasil. Quando nós votamos que o Governo deveria repor isso, como agora se está pretendendo, a Presidente Dilma vetou. Nós derrubamos, na Câmara, o veto, e no Senado o veto foi mantido por um voto. Aí resolvemos abrir, fazer tudo voto aberto. E agora é voto aberto no Brasil. Só que isso, numa Câmara de Vereadores, não é bem assim. E na Assembleia também. Não existe mais veto fechado. Não existe mais veto fechado!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Voto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Veto. Quer dizer, votação de veto secreta não existe mais, por causa da decisão que nós tomamos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Por causa da federalização.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por causa da "federativização", eu digo.

Então, essa decisão aqui também será federativa, automaticamente! Está na Constituição. É uma regra constitucional, para votar escolha de integrantes da Mesa...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – É a PEC do constrangimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a PEC que vai... Naturalmente, qualquer decisão judicial em matéria constitucional vai dizer: Num Município qualquer, a votação será aberta. Não há como conter ou restringir ao Congresso um procedimento de natureza legislativa.

Então, eu só quero dizer que peço vista por uma razão inversa, em relação àquela enunciada pelo Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, se V. Exa. me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... por consideração de que a federatização é inequívoca.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, eu quero apenas lembrar aos colegas que o pedido de vista coletivo já foi concedido, mas, claro, em função da solicitação...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Apenas por amor ao debate, de forma muito sucinta...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... eu vou conceder, por um minuto, a palavra a V. Exa...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... apenas lembrando que o último item da pauta, que é o seguinte, o item 32, também trata do mesmo assunto, relatoria da Senadora Juíza Selma, que faz também as mesmas alterações, só que não na Constituição, mas é um projeto de resolução, portanto, do nosso Regimento Interno.

Concedo a palavra, por um minuto, ao Senador Marcos Rogério, para encerrarmos, uma vez que o pedido de vista já foi concedido. É regimental, está encerrada a discussão, não há discussão depois de pedido de vista.

Eu abri uma palavra, pela ordem, ao Senador Amim, achando que fosse tratar de outra matéria. Como ele se referiu ao Senador Marcos Rogério, um minuto apenas para esclarecimento. E qualquer outra questão pode ser feita sobre esse assunto, uma vez que o item 32 continua, nós continuaremos o debate, Senadora Rose, em relação ao assunto, no item 32.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Presidente, pela ordem.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – É porque, no item 32... Só um minutinho. É porque, no item 32, eu recebi uma emenda e preciso analisá-la.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem problema. Então, eu faço o seguinte, eu vou dar a palavra, pela ordem, ao Senador Marcos Rogério; em seguida, a palavra, pela ordem, à Senadora Rose; e encerramos a primeira chamada da pauta, lembrando...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um minuto, Senadora.

Lembro que nós começaremos, em seguida, a segunda chamada da ordem da pauta desta reunião, do item 1 novamente, de acordo com a presença das Sras. e Srs. Relatores.

Com a palavra, pela ordem, Senador Marcos Rogério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – O.k.

Sra. Presidente, apenas para sublinhar que a fala do Senador Esperidião Amin está na direção do que sustento que é a aplicação do princípio do comando maior no âmbito das Casas Legislativas dos Estados, assembleias e câmaras municipais. Todavia, se o comando constitucional é taxativo e vincula os seus efeitos, obviamente que há de se considerar também aqui, até sob a ótica do pacto federativo, da autonomia federativa, as Constituições estaduais. E, se o texto da Constituição Federal faz menção explícita às Casas do Congresso Nacional, a mim não parece claro vincular as assembleias legislativas e câmaras municipais apenas nesse aspecto.

Quanto ao desejo, ao encaminhamento para que se aplique às câmaras e assembleias, é esse o meu entendimento também, mas penso que a matéria, que a intenção deve estar clara no Texto Constitucional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos pelos esclarecimentos.

Com a palavra, pela ordem, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, o que o colega que me antecedeu falou era exatamente o que eu iria dizer. Apenas para fazer outra ponderação – e aqui para o meu mestre Esperidião Amin, uma pessoa que sempre nos dá tantas lições aqui na CCJ e no Plenário – no sentido de que, se o art. 37 da Constituição já determina que nós obedeçamos o princípio da publicidade e que, se o povo brasileiro está pedindo para saber em quem os seus eleitos estão votando, nós precisamos aqui sopesar... Evidentemente que pode até haver no futuro algum prejuízo, pelo que se sabe da prática política deste País de se vetarem emendas em troca de votos nos Estados e nos Municípios... É mais ou menos essa a preocupação, parece-me, do Senador Esperidião Amin. Mas, se for essa a preocupação, nós temos de sopesar aqui quais são os bens jurídicos mais importantes. Nós precisamos prezar para que o povo saiba exatamente em quem votou, e só vai saber exatamente em quem votou se acompanhar e se souber quais são as decisões dessa pessoa que foi votada.

Então, eu rogo aqui vênha para que, nesse período em que o relatório esteja em debate, os colegas Senadores levem essa ponderação em consideração.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Rose de Freitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Eu me sinto contemplada com as palavras da Juíza Selma, porque era exatamente sobre essa repercussão que eu gostaria de falar.

Nós estamos aqui elaborando essa PEC que tem o objetivo de atender a uma demanda colocada nacionalmente no Congresso Nacional. Sobre a questão da analogia acerca do efeito em Estado e Municípios, reservo-me o direito de a gente discutir oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Rose, inclusive autora da proposição.

Encerrada a primeira chamada da pauta, voltemos agora ao início na segunda chamada.

Pela ordem de presença dos Relatores, item 2; em seguida, item 4.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2018

- Não terminativo -

Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.

Autoria: Deputado Marcos Montes

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 24/04/2019, foi recebido Voto em Separado do Senador Major Olímpio contrário ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, para proferir o seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Senadora Simone, no relatório desse projeto do Deputado Marcos Montes aqui no Senado Federal, nós examinamos aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 5.439, de 2013, na Casa de origem, que altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação de valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição modifica a redação do §1º do art. 63 da Lei 11.343, de 2006, Lei Antidrogas, para estabelecer que os valores perdidos em favor da União e revertidos ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad) deverão ser preferencialmente destinados a programas que visem ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos.

Em sua justificação, o autor da proposta informa ser ínfima a capacidade de se acolherem dependentes químicos, dada a escassez de clínicas e leitos no País. Assim, urge criar uma fonte de recursos financiadora do tratamento e recuperação desses dependentes, a fim de aumentar o volume de recursos para essa área.

Análise.

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre Direito Processual Penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição Federal.

Não identificamos no projeto vício de natureza constitucional, regimental ou de juridicidade.

No mérito, entendemos que o PLC nº 47, de 2018, deve ser aprovado com a emenda apresentada ao final.

De fato, a destinação de mais recursos a programas de tratamento e recuperação de dependentes químicos é medida de suma importância para a saúde pública do País, pois o número de usuários de drogas é cada vez maior, enquanto a estrutura médico-hospitalar para o tratamento necessário mostra-se extremamente reduzida, o que é uma grande realidade em nosso País.

Para se ter uma ideia, segundo o relatório divulgado em 2014 pela Fiocruz, intitulado “Pesquisa Nacional Sobre o Uso de *Crack*”, apurou-se que em 2012, só nas capitais brasileiras, havia cerca de 370 mil usuários regulares de *crack*. Já o número de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) voltados ao atendimento de dependentes químicos pelo uso de *crack*, álcool e outras drogas é pouco maior que 400.

A conta que se paga pela falta de recursos e estrutura adequados, por sua vez, é bastante alta. De acordo com o levantamento “Saúde Mental em Dados 12” da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde, em 2013, foram registrados 7.511 óbitos relacionados a transtornos mentais devidos ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas.

O aumento de recursos proposto pelo projeto ainda se justifica pelo fato de o tratamento de dependentes químicos depender de uma abordagem multidisciplinar, que inclui desintoxicação, psicoterapia, terapia ocupacional e assistência social, bem como pelo elevado número de atendimentos. Com efeito, o levantamento do Ministério da Saúde acima mencionado mostrou que em 2006 foram cerca de 63 mil atendimentos, número que subiu para 127 mil em 2011.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Embora o mérito do PLC nº 47, de 2018, seja indiscutível, entendemos que é possível aprimorá-lo. Nossa sugestão é que os valores perdidos em favor da União, na forma prevista no art. 63, §1º, da Lei Antidrogas, sejam revertidos diretamente ao Fundo Nacional de Saúde. Essa modificação confere mais segurança de que os valores revertidos serão aplicados na saúde pública, sobretudo no tratamento de dependentes químicos.

Em razão do exposto, no voto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 63 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, na forma do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018, a seguinte redação:

Art. 63.

§1º Os valores apreendidos em decorrência dos crimes tipificados nesta Lei e que não forem objeto de tutela cautelar, após decretado o seu perdimento em favor da União, serão revertidos diretamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), devendo ser preferencialmente destinados a programas que visem ao tratamento e à recuperação de dependentes químicos.” (NR)

Assim eu voto, Sra. Presidente

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Relator.

Coloco em discussão a matéria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou pedir vista.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Isso, vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Marcos Rogério.

Vista coletiva a pedido da Senadora Juíza Selma.

Passemos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 99, de 2017**- Não terminativo -**

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios e dá outras providências.

Autoria: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**Relatoria:** Senadora Rose de Freitas**Relatório:** Favorável ao Projeto, com nove emendas que apresenta e contrário à Emenda nº 1**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- Em 16/10/2018, foi realizada a Audiência Pública destinada à instrução da matéria;
- Em 06/11/2018, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares

Lembro de que se trata já de novo relatório apresentado pela Senadora Rose de Freitas.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para proferir seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.)

– Sra. Presidente, essa matéria, esse PLC já foi debatido em inúmeras reuniões realizadas, para que pudéssemos esclarecer as dúvidas. O resultado desse trabalho foi obtido exatamente pelo exaustivo debate, por audiências públicas com a presença de representantes do Conselho Nacional de Justiça, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil, além do Procon. Todos contribuíram para que essa proposta surgisse consensualmente.

Então, eu queria dizer que a primeira alteração sugerida é do Senador Reguffe, que trata do reconhecimento de firma. O Senador sugere que o reconhecimento de firma geral (por semelhança) permaneça com o mesmo valor praticado hoje e que o item específico de reconhecimento de firma em DUT seja excluído, aplicando-se, nesse caso, a norma geral.

Acolhemos essa sugestão na forma de duas emendas: a primeira, para alterar o valor do reconhecimento de firma por semelhança para R\$4,05, mantendo o mesmo valor de hoje; e, a segunda, para suprimir o item c da Tabela 4 – Reconhecimento de Firma, da Tabela I – Serviços de Notas, referente ao reconhecimento de firma em documento de transferência...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria esclarecer que nós concordamos com várias propostas que foram apresentadas. Este relatório é o documento final desse ajuste de posições sobre procuração social, sobre procuração sem conteúdo econômico, sobre procuração com conteúdo.

Portanto, eu esclareço que a Emenda nº 1, supressiva, no meu atual relatório, exclui o Projus. Isso é importante que se saiba. A Emenda nº 3 exclui o ISS, e as demais emendas acolhem todas as recomendações de ajustes de valores, para atender ao Senador Reguffe e ao Senador José Pimentel.

As emendas modificativas e supressivas que apresento modificam o mérito, e, por essa razão, o projeto deve retornar à Câmara, conforme recomendação do Senador Anastasia.

Por tudo o que nós estamos expondo, peço também que seja votada a urgência, para que essa matéria seja apreciada no Plenário e volte à Câmara com a maior brevidade possível, com o objetivo de atender às demandas dos serviços essenciais prestados pelo Cartório do DF e de contribuir, sobretudo, com aquilo que foi argumentado durante todo o tempo, que são as políticas sociais do Governo do Distrito Federal.

Este é o voto, portanto: manifestamo-nos pela rejeição da Emenda nº 1 e pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2017, com as 9 (nove) emendas que integram este voto, que é de conhecimento de todos.

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Rose de Freitas, Relatora do projeto.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Peço a palavra para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, tem a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar a Senadora Rose, que está com esse tema já há bastante tempo e que se empenhou muito no assunto. Depois de tratativas capitaneadas pela nossa eminente Relatora, chegou-se a esse texto, em que há um acordo não só da Bancada Federal do Senado do Distrito Federal, mas de todos aqueles que acompanham o tema.

Então, quero parabenizar a Senadora Rose e dizer que, a esta altura, estamos todos de acordo com o projeto na forma que ela apresentou.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que lhe agradeço.

A matéria continua em discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório da Senadora Rose de Freitas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2-CCJ a 10, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário.

Antes de passar ao próximo item, eu gostaria também de parabenizar a Senadora Rose de Freitas pela relatoria. Tratava-se realmente de um projeto, a princípio, indigesto. Havia dificuldade, com todo o respeito, de o projeto ser aprovado pela Comissão, mas V. Exa. soube ouvir e teve a capacidade de reunir democraticamente...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Graças a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente!

Mas V. Exa. soube ouvir, teve a capacidade de se reunir democraticamente com os demais colegas, houve a participação decisiva do Senador Anastasia, do Senador Valadares, do Senador Pimentel e do Senador Reguffe, que é do Distrito Federal, representando, à época, os três Senadores. V. Exa., sabidamente, com toda a capacidade, teve condições de formatar um texto possível, ideal para que pudéssemos levar ao Plenário.

Parabéns a V. Exa., como Relatora.

Coloco em votação o pedido de urgência. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, aprovada a urgência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vai ao Plenário.

Com a palavra, pela ordem, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, quero agradecer, esses embates são valiosos no aprendizado do exercício do mandato. Mas eu não posso deixar de registrar: eu hoje não viveria sem o Senador Anastasia, sinceramente. Em todas as questões controvertidas, de muito embate, eu sempre vou lá bater – viu Senador Rogério? – na porta dele para perguntar como é que as coisas devem funcionar.

Brincadeiras à parte, quero agradecer a grande contribuição, e também a do Senador Reguffe.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço, Senadora Rose.

Continuando.

ITEM 16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157, de 2015****- Não terminativo -**

Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

Autoria: Senador José Serra e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de pedir muito a atenção dos senhores a esta PEC. Eu me posiciono favoravelmente, mas reconheço que há controvérsias. E quero homenagear o seu autor, meu amigo José Serra, que busca com ela – é o primeiro signatário da emenda – assegurar transparência e eficácia ao Legislativo – no caso, especialmente ao Senado – na averiguação de questões de interesse nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega para o exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 157, de 2015, que tem como primeiro signatário o Senador José Serra e se propõe a conferir ao Congresso – Câmara e Senado –, ou a qualquer de suas comissões, competência para convocar titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações.

Para cumprir seu propósito, a PEC altera a redação do *caput* do art. 50 da Constituição Federal, que já prevê a possibilidade de convocação de Ministros de Estado e titulares de quaisquer órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para apresentar informações às Casas do Congresso Nacional e às suas Comissões, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. A alteração proposta se restringe a incluir referência aos titulares de entidades da administração indireta federais, sem qualquer outra modificação no texto do dispositivo.

A justificação da proposta destaca que Ministros de Estado têm se recusado, de forma reiterada, a prestar informações sobre entidades da administração indireta vinculadas às suas pastas. Lembra, ainda, que a medida já foi apresentada anteriormente, no bojo da PEC nº 41, de 2006, introduzida como resultado da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou desvios nos Correios em 2005 e 2006, mas que restou arquivada.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos arts. 101 e 356 do Regimento Interno do Senado Federal, apreciar as propostas de emenda à Constituição e sobre elas apresentar parecer.

A PEC 157 respeita os requisitos fixados pela própria Constituição Federal para alteração de seu texto. A proposta, com efeito, foi subscrita por mais de um terço dos Senadores e não apresenta indício de violação às cláusulas pétreas fixadas no §4º do art. 60 da Constituição.

O disposto na proposição não se choca com preceitos e normas de nosso ordenamento constitucional, tampouco guarda similitude com matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada nesta Sessão Legislativa. Importa assinalar, ainda, que o País não enfrenta, no presente momento, estado de sítio, de defesa ou intervenção federal – no jargão moderno, não enfrenta balbúrdia –, que impediriam a tramitação de propostas de emenda à Constituição, nos termos do §1º do art. 60 da Carta Magna.

A redação do projeto mostra-se adequada à boa técnica legislativa, atendendo às balizas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Sob a ótica da regimentalidade, igualmente, não se verificam óbices ao seguimento da tramitação da proposta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, somos favoráveis à PEC 157, conforme já antecipei. A atividade de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo, inerente à essência do Parlamento, constitui um dos pontos-chave do sistema de freios e contrapesos que sustenta a República. A competência do Senado ou da Câmara e de suas Comissões, para convocação de ministros de Estado e outras autoridades titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestar informações é um instrumento fundamental para o exercício da atividade fiscalizatória do Legislativo.

A extensão dessa competência, para abranger também os titulares das entidades da administração indireta federal, promovida pela PEC em exame, confere maior solidez a essa importante função do Poder Legislativo. A modificação mostra-se, ademais, alinhada ao disposto no art. 49, inciso X, da Constituição, que representa o cerne da atividade parlamentar fiscalizatória e, sintomaticamente, faz referência expressa à administração indireta. O dispositivo em lume assevera que é da competência do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 157 e, no mérito, votamos pela sua aprovação.

Eu quero acrescentar, não no sentido de me desdizer, que a minha posição é favorável porque acho que nós devemos empoderar o poder de fiscalização das Casas do Congresso e suas Comissões Permanentes. Contudo, não posso omitir que fui procurado por setores ligados ao Governo trazendo a sua preocupação especialmente quanto às empresas de natureza econômica, particularmente do sistema financeiro, que apresentaram o seu temor de que uma convocação poderia ter reflexos naquilo que se chama mercado. Eu torno pública essa preocupação por um dever de lealdade, mas ela não altera a minha posição e o meu voto favorável à proposta de emenda à Constituição.

É o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a relatoria, o esclarecimento de V. Exa., Senador Esperidião Amin, e coloco em discussão a matéria.

Para discutir, na ordem, Senador Marcos Rogério e, em seguida, Senador Antonio Anastasia.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra pela...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Peço vista.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está suspensa a discussão. Houve pedido de vista do Senador Fabiano Contarato.

Pergunto se a vista é coletiva. Do contrário... (*Pausa.*)

Vista coletiva – Senador Marcos Rogério. A discussão, portanto, fica suspensa.

Passemos ao item 23 da pauta.

ITEM 23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, de 2016**

- Não terminativo -

Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências.

Autoria: Deputado Felipe Bornier

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para proferir o seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, fazendo uma análise aprofundada sobre matérias que têm essa determinação de regulamentar atividades profissionais, eu queria deixar claro aqui, na questão da constitucionalidade perfeita, da juridicidade e regimentalidade, para esclarecer uma dúvida, que cabe à União, nos termos do art. 22, inciso I, da Constituição, legislar sobre direito de trabalho, motivo pelo qual, no particular, inexistente qualquer óbice à tramitação da proposta. A iniciativa de proposições dessa natureza não está reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República. É franqueado aos Senadores da República iniciar a discussão legislativa nesse caso.

Não se trata de questão reservada a lei complementar, motivo por que a lei ordinária é o instrumento, Sra. Presidente, adequado para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. Os cuidadores de idosos, crianças, pessoas com deficiência ou doença rara exercem suas funções como auxiliares da família e do Estado. São fundamentais para a manutenção sadia das relações sociais e para oferecer tranquilidade aos demais trabalhadores que precisam desse auxílio para desempenhar as suas atividades.

Há mudanças relevantes no perfil etário da população brasileira, e a própria família tem necessidade desses profissionais. O futuro trará novas responsabilidades sociais, e nós legisladores precisamos estar atentos a essas novas variáveis.

Portanto, uma forma de regulamentar essa atividade é dar uma resposta necessária do Estado e da sociedade para essa tarefa gigantesca que inclusive hoje já está inserida...

(Soa a campainha.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... em vários cursos, em várias instâncias educacionais, diplomando profissionais que nem sequer regulamentação têm. Portanto, é uma forma de estimular a capacitação de todos que vão ganhar profissionalmente com isso.

Nós sabemos que a população idosa depende dos cuidados especiais. É nesse sentido, Sr. Presidente, que eu sou pela aprovação do projeto. E, em face do exposto, estamos pedindo a todos que acompanhem o voto de aprovação ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016, que é do Deputado Felipe Bornier.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Rose de Freitas e coloco agora a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão de Constituição e Justiça, com redação favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 25.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, de 2017****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

Autoria: Deputada Leandre

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Concedo a palavra à Senadora Rose de Freitas para proferir o seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para proferir relatório.)
– Eu vou ser absolutamente sucinta.

A necessidade desse Cadastro Nacional de Pessoas Idosas é uma forma de objetivamente acompanhar não só os programas sociais que atendem as pessoas nessa faixa etária, mas é um cadastro que vai se transformar numa importante ferramenta de gestão para o Poder Público, para que ele possa ter a real visão de quem são e principalmente quantas são as pessoas que se encontram nessa condição. Com isso, inclusive, Sra. Presidente, Srs. Senadores, permitindo, em todos os níveis de Governo, um melhor planejamento para direcionar esforços e recursos, com o fiel cumprimento do art. 230 da Constituição Federal, que eu ajudei a redigir.

Quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do PLC, entendemos que o projeto está de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, onde a única impropriedade detectada está sendo corrigida com uma simples emenda de redação que apresentamos.

Portanto, dê-se a seguinte redação... A emenda diz o seguinte: art. 48-A §1º: "O Cadastro será administrado pelo Poder Público e constituído por base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos, resguardado o direito à privacidade da pessoa idosa".

Esse é o relatório, Sra. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência agradece, informando, inclusive, que este projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, embora o projeto seja absolutamente meritório, eu vou solicitar vista dele porque há uma dúvida aqui de cunho constitucional em relação a essa matéria e eu queria fazer essa análise de forma mais acurada.

O relatório da Senadora Rose de Freitas é sucinto, levando em consideração mais o mérito da matéria. Eu quero fazer uma análise de cunho constitucional, para verificar a extensão da capacidade para a iniciativa da matéria.

Eu tenho algumas preocupações com relação a quando você cria uma política que determina ao outro Poder obrigações de investimento não só na esfera federal, como seria o caso, mas também nos Estados e Municípios. E isso me parece escapar da competência constitucional. Mas é algo que eu quero analisar com mais vagar.

No mérito, acho absolutamente acertada, apropriada a iniciativa do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Marcos Rogério.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, a Relatora da proposição.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quem sou eu para questionar o parecer de alguém com tamanha sabedoria, mas, se observar no texto, vai ver que existe a correção do vício da questão constitucional que ele alega. Está devidamente esclarecido. Como fui Constituinte, cuidei detalhadamente disso, mas peço a V. Exa. que o faça, dentro do seu pedido de vista, lembrando que essa é uma prioridade absoluta para que a gente possa adotar políticas dentro da gestão pública voltadas a atender essa população até então completamente desconhecida pelo Estado brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço o esclarecimento.

Continuando na ordem, item 29, projeto...

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Pela ordem.) – É porque o item 14... Na verdade, eu não tinha chegado ainda, porque estava numa reunião na casa do Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço a intervenção de V. Exa. para novamente esclarecer. O procedimento qual é? O procedimento combinado desde o início, nas primeiras reuniões ordinárias desta Comissão, é que nós passaríamos a primeira chamada da pauta dos itens com a presença dos relatores. Encerrada a primeira chamada, voltaríamos ao primeiro item da pauta, na segunda chamada. Já estamos no item 29 da segunda chamada. Estamos terminando e voltaremos, em terceira chamada, ao item 1 da pauta, com o Senador Eduardo Braga e, em seguida, com V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O.k., vamos aguardar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 29.

ITEM 29**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, de 2018****- Não terminativo -**

Altera as Leis nº 8.112, de 1990, e 10.820, de 2003, para proibir ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo (comum) contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Contrário ao Projeto

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sras. e Srs. Senadores, eu gostaria de ir direto ao voto, porque eu explico – aliás, à análise –, porque eu explico ali que não é que seja contra, mas, na análise, eu destaco a razão pela qual se inclina o meu voto.

Quanto ao Regimento Interno, compete à CCJ:

[...] opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário, por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

O projeto atende ao disposto na Constituição Federal no que tange à iniciativa da proposição, à competência desta Casa para analisar a matéria e à espécie legislativa para tratar do assunto. Desta forma, não há óbices no que se refere à sua constitucionalidade formal.

Entendemos que a proposição atende à juridicidade, uma vez que observa as regras jurídicas vigentes, bem como os princípios gerais de Direito. Do ponto de vista da legalidade, o projeto está em conformidade com as leis em vigor.

Também atende à regimentalidade e, no que se refere à técnica legislativa, ele está também em conformidade com a lei que regula a legística.

Quanto ao mérito, é pertinente tecer algumas considerações. Ele procura proteger os salários, vencimentos ou proventos, uma vez que estes têm proteção constitucional, conforme o art. 7º, X, da Constituição Federal, que dispõe sobre a proteção do salário, dentre outros direitos, constituindo crime sua retenção dolosa. O art. 833, IV, do Código de Processo Civil também disciplina que os salários não podem ser penhorados.

Consoante justificação, procurou-se sedimentar entendimento jurisprudencial do STJ. O texto inserido pelo PLS nº 236, de 2018, é idêntico ao da Súmula 603, do STJ:

É vedado ao banco mutuante reter, em qualquer extensão, os salários, vencimentos e/ou proventos de correntista para adimplir o mútuo [...] contraído, ainda que haja cláusula contratual autorizativa, excluído o empréstimo garantido por margem salarial consignável, com desconto em folha de pagamento, que possui regramento legal específico e admite a retenção de percentual.

É mister ressaltar que o STJ considera que – aspas – "é lícito o desconto em conta corrente bancária comum, ainda que usada para recebimento de salário, das prestações de contrato de empréstimo bancário livremente pactuado, sem que o correntista, posteriormente, tenha revogado a ordem". Assim, o que estaria vedado pela súmula seria o banco mutuante reter salários ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recebimentos com a natureza de sustento do devedor e de sua família, consoante preconiza Constituição e o próprio Código de Processo Civil.

No entanto, os juízes, ao aplicarem a súmula, estenderam essa vedação para quaisquer valores depositados em conta corrente utilizada pelo devedor para suas movimentações, contrariando o entendimento do STJ, que definiu a vedação da retenção somente dos salários, vencimentos e/ou proventos.

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão ordinária de 22 de agosto de 2018, ao julgar o Recurso Especial 1.555.722-SP, determinou o cancelamento da súmula anterior, eliminando, desta feita, as ocorrências de interpretações equivocadas sobre o alcance do enunciado. Isso está publicado no *Diário da Justiça*, Edição nº 2501.

É importante frisar que a súmula cancelada tinha texto idêntico ao proposto no projeto. Deu para entender? O STJ eliminou aquilo que era o objeto do projeto.

Em relação ao empréstimo consignado, o PLS exclui essa modalidade da vedação ora proposta, em razão de definição legal específica em que o tomador concorda que os pagamentos sejam descontados de sua folha de pagamento antes de receber sua remuneração.

Considerando que o objeto do PLS 236, de 2018, ou seja, a proteção do salário do trabalhador, já tem abrigo no Texto Constitucional e no Código do Processo Civil e, em virtude do cancelamento da súmula e do desentendimento que distintas instâncias – indo até o STJ – do Judiciário vinham tendo sobre a sua aplicação, entendemos que, do ponto de vista do mérito, o PLS não reúne as condições necessárias para sua aprovação pelo que foi descrito.

Esse é o parecer.

Portanto, diante do exposto, o voto é pela rejeição não porque ele não tenha alcançado o objetivo; na verdade, porque já alcançou o objetivo.

É o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos ao Senador Esperidião Amin pelo voto e pela clareza das informações.

Portanto, colocamos em discussão o relatório do Senador Esperidião Amin, que é contrário ao projeto. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que é contrário à matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um momento. Eu só quero pedir desculpas ao Senador Cássio Cunha Lima, meu grande e querido amigo, filho de um igualmente grande amigo e pai de outro amigo, por não ter podido consolidar a aprovação de seu projeto. Fico devendo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. foi mais do que esclarecedor, lembrando que o objetivo, inclusive, do Senador Cássio Cunha Lima foi devidamente atendido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Certamente o projeto dele foi tão eloquente que convenceu...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que convenceu antes de nós...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o Supremo a mudar o entendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... o Supremo Tribunal Federal, sem dúvida nenhuma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já produziu os seus frutos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que encerramos a segunda chamada da pauta.

Nós vamos votar rapidamente dois requerimentos para os quais não cabe discussão, apenas votação. Em seguida, o item 1. Apenas temos mais quatro projetos não terminativos para votação.

Dois requerimentos.

Primeiro, requerimento de 2019.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA**ITEM 34****REQUERIMENTO Nº 15, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de instruir a discussão acerca do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, que “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.”, que se encontra sob sua apreciação. Para tanto, sugiro os seguintes convidados: Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Representante da Anvisa; Representante da Receita Federal do Brasil; Representante da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL; Alexandre Trindade Machado – Representante da Secretaria Executiva do CONICQ/INCA/MS; Representante da ACT Promoção da Saúde; Representante da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco – Ampro Tabaco; e Representante do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco – SINDITABACO.

Autoria: Senadora Leila Barros

O requerimento é de autoria da Senadora Leila e do Senador Tasso Jereissati.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O segundo requerimento que está sobre a mesa é de autoria da Senadora Rose de Freitas.

EXTRAPAUTA**ITEM 35****REQUERIMENTO Nº 16, de 2019**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro nos termos do Art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal a realização de audiência pública para debater o PLS 137/2018 sobre a participação da defensoria pública para conceder a medida protetiva de urgência e sobre o conteúdo da emenda nº 01 apresentada ao projeto.

Convido para a audiência representantes dos seguintes órgãos:

Representante do Poder Judiciário

Representante do Ministério Público

Representante da Defensoria Pública da União

Representante da ADEPOL do Brasil

Representante dos movimentos que atuam na defesa dos direitos das mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Em votação o requerimento da Senadora Rose de Freitas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Contrariando os apelos da Senadora Rose, que solicita que eu peça vista, eu não vou pedir vista, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não cabe pedido de vista.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não vou pedir vista, mas vou aprovar!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. vai ter que fazer essa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Apesar de o Senador Marcos Rogério ter me pedido para pedir vista sub-repticiamente em seu nome, eu não vou atendê-lo também. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência comunica a V. Exa. que essa provocação V. Exa. vai ter que fazer no momento oportuno, quando da discussão de um projeto de lei, porque, nesse requerimento, não cabe discussão nem pedido de vista, Senador Marcos Rogério.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 1 da pauta, em terceira chamada.

ITEM 1**OFÍCIO "S" Nº 7, de 2019****- Não terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor DERMEVAL FARIAS GOMES FILHO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga destinada a membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referente ao biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: pronto para deliberação.

Nos termos regimentais, esta Presidência comunica às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas: na primeira etapa, o Relator apresentará o seu relatório, com as recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente as informações adicionais; após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, agradecendo a V. Exa. e aos Senadores e Senadoras, eu queria, brevemente, sucintamente, apresentar o relatório em torno do Dr. Dermeval Farias Gomes Filho. Inclusive, é uma recondução ao cargo. Portanto, ele já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça quando do seu primeiro cargo no CNMP.

Nos termos do art. 130-A da Constituição Federal, compõe-se o Conselho Nacional do Ministério Público de 14 membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, o que é o caso, dentre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os quais um membro de cada ramo do Ministério Público da União, de onde decorre a presente vaga, destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Destarte, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito do indicado para o biênio 2019/2021, o Sr. Dermeval Farias Gomes Filho, cujo *curriculum vitae* passamos a resumir.

O indicado nasceu em 26 de agosto de 1976, filho de Maria Auta Almeida Gomes e Dermeval Farias Gomes.

É Bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio Doce (2000), Pós-Graduado em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005) e Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (2018).

Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (desde 2004), possui destacada atuação nas áreas do Júri, Criminal, Execução Penal, Fazenda Pública e Educação, integrando, também, o Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial e o Núcleo de Combate à Tortura daquela instituição.

É também professor de Direito Penal na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (desde 2009), tendo lecionado a mesma disciplina na Escola da Magistratura do Distrito Federal (de 2008 a 2010).

Dentre suas publicações, destacam-se o livro *Dogmática Penal: fundamento e limite à construção da jurisprudência penal no âmbito do Supremo Tribunal Federal*, e o artigo *O STF e a interpretação neokantista do Direito Penal*.

Por fim, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sra. Presidente, como disse antes, o Dr. Dermeval já foi conduzido uma vez por esta Comissão e novamente se apresenta para recondução, cumprindo todas as exigências legais.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós agradecemos ao ilustre Relator Senador Eduardo Braga.

Vou colocar em discussão o relatório. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, nós vamos para a segunda etapa no momento oportuno.

Então, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação.

Faltam apenas três itens da pauta.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, de 2016

- Terminativo -

Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.

Autoria: Senador José Aníbal

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

O projeto é terminativo, portanto, nós passaremos apenas à leitura do relatório pelo ilustre Relator Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como V. Exa. acaba de apregoar, vem a esta Comissão para exame, em decisão terminativa, nos termos do art. 101, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016, do Senador José Aníbal, que busca alterar a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, para inserir as entidades de previdência complementar no seu campo de aplicação.

O projeto (a) estende a aplicabilidade dos crimes e penalidades previstas na chamada Lei do Colarinho Branco aos gestores de entidades de previdência complementar, (b) permite que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) verifique a ocorrência de crime e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

notifique o Ministério Público, (c) cria o crime de facilitação da prática de crimes de gestão fraudulenta ou temerária, e (d) propõe definições para gestão fraudulenta e gestão temerária.

Em sua justificação, o autor argumenta que o objetivo da proposição é endurecer as regras contra as gestões fraudulenta e temerária praticadas por gestores de fundos de pensão. Informa que os principais fundos de pensão do Brasil acumularam perdas de R\$113,5 bilhões em razão de má gestão, investimentos arriscados, ingerência política e desvios de recursos. Assim, seria preciso punir com maior rigor os responsáveis por tais desvios, caso contrário os trabalhadores que contribuíram para tais fundos durante anos restariam como os únicos prejudicados.

Sustenta-se ainda que, com as modificações propostas para a Lei 7.492 (Lei do Colarinho Branco), não haveria mais qualquer questionamento quanto à aplicação dessa lei aos gestores criminosos de entidades do regime de previdência complementar, tema hoje não pacificado, inclusive dentro do Judiciário. Demais disso, o projeto passa a permitir que a Previc informe ao Ministério Público Federal a ocorrência de crime previsto na Lei do Colarinho Branco, bem como passa a definir os crimes de gestão fraudulenta e temerária de modo claro e preciso.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

A análise, Sra. Presidente.

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição da República.

Não vislumbramos no projeto vícios de inconstitucionalidade formal, de injuridicidade ou de natureza regimental.

No mérito, a proposição deve ser aprovada, com as emendas apresentadas ao final.

As perdas bilionárias acumuladas pelos principais fundos de pensão brasileiros (Postalis, Petros, Funcef e Previ) nos últimos anos, em decorrência de atos de gestão fraudulenta e temerária demandam uma resposta urgente do Legislativo. É preciso, portanto, que os responsáveis por má gestão, investimentos arriscados e sem retorno e fraude não passem impunes.

Trata-se de um grave problema, pois não são apenas os beneficiários diretos dos fundos de previdência complementar que sofrem os impactos dessas condutas. Na verdade, toda a sociedade acaba sendo impactada de forma indireta, uma vez que a adoção de um plano para cobrir os rombos é uma exigência legal, quando se prevê aportes adicionais não apenas dos trabalhadores, mas também das estatais patrocinadoras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os tribunais superiores vêm entendendo que toda e qualquer empresa que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros, como no caso dos fundos de pensão, é, por efeito da Lei 7.492, de 1986, equiparada a instituição financeira. Assim, já é possível concluir que atos de gestão fraudulenta ou temerária em entidades previdenciárias configuram crime contra a ordem financeira. Para que haja segurança jurídica, todavia, a matéria deve ser expressamente prevista em lei.

O PLS 312, de 2016, faz exatamente isso e ainda aprimora um importante instrumento de controle dos atos de má gestão ocorridos nas entidades de previdência complementar. A Previc passa a ter a obrigação de notificar o Ministério Público Federal quando, no exercício de suas atribuições legais, verificar a ocorrência de crime previsto na Lei do Colarinho Branco. Nesse ponto, importa destacar que, atualmente, somente o Banco Central do Brasil e a CVM têm essa obrigação.

Outro importante ajuste proposto pelo projeto é trazer para o corpo da Lei do Colarinho Branco definições que complementam os tipos penais que dispõem sobre os crimes de gestão fraudulenta e temerária. Hoje, tais conceitos, por serem excessivamente abertos e genéricos, dependem da doutrina e da jurisprudência para a sua conformação. O projeto, dessa forma, também aperfeiçoa a Lei dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional em relação a esse ponto.

Não obstante os inegáveis avanços propostos, faz-se necessário impor maior abrangência ao texto original, o que faremos por meio de emendas. Nesse ponto, cabe registrar que estamos encampando as emendas que constaram do relatório apresentado pelo Senador Garibaldi Alves, a quem rendemos as nossas homenagens pela precisão no exame da matéria. As emendas são destinadas a circunscrever, com maior propriedade, o alcance da lei no enunciado da ementa e conceituar e incluir os tipos penais decorrentes do descumprimento de seus ditames.

Ademais, estamos propondo, como aspecto importante de que o projeto original não tratou, abranger todo o espectro dos regimes previdenciários, conferindo-lhes isonomia essencial, por meio da inclusão também dos responsáveis pelos regimes próprios de Previdência Social no alcance da lei.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016, com as emendas que se seguem.

E aí, Sra. Presidente, eu fiz aqui várias emendas que dispensam a leitura, até porque a matéria será discutida em reunião posterior.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou colocar o relatório já em discussão, Senador Anastasia, porque temos Senadores que querem discutir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, para discutir, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Sra. Presidente, esse projeto busca alterar uma lei que foi concebida no ano de 1986, regulando os crimes contra o sistema financeiro, no auge de uma onda que havia, na ocasião, de quebras de instituições financeiras mal geridas e, por vezes, criminosamente geridas, sem que houvesse uma regulamentação e dispositivos de lei penal adequados para prevenir, para coibir e para reprimir aquele tipo de conduta.

A Lei 7.492, então, foi editada, elencando uma série de tipos penais, com penas até consideravelmente rigorosas, para tutelarem justamente algo que é muito caro a nós brasileiros, que é o Sistema Financeiro Nacional.

Esses dois dispositivos referentes à gestão fraudulenta e à gestão temerária de instituição financeira, hoje, como estão, de fato são muito abertos: "Gerir fraudulentamente instituição financeira" – esse é o tipo penal hoje –, pena, salvo engano, de 3 a 12 anos, algo assim; "Se a gestão é temerária", também muito aberto, muito genérico, a pena é de 2 a 8 anos de reclusão.

O projeto visa especificar o que é gestão fraudulenta e o que é gestão temerária, como a definição aqui proposta, mas eu gostaria de ponderar ao Relator, em razão de uma preocupação: não é toda e qualquer fraude que enseja a caracterização de um crime grave de gestão fraudulenta de instituição financeira, que tem consequências não só de privação da liberdade por quem é por ele condenado, mas também com reflexos de inabilitação junto ao Banco Central e coisas que o valha. Não é toda e qualquer fraude, portanto, no âmbito de uma instituição financeira, que será capaz de caracterizar o crime de gestão fraudulenta de instituição financeira. E, em relação à gestão temerária, não será também todo e qualquer empréstimo bancário um pouco mais arriscado que fará caracterizar o crime de gestão temerária. No fim das contas, a gestão fraudulenta e a gestão temerária pressupõem uma habitualidade de atos, ou seja, sucessivos atos, inúmeros atos habitualmente realizados pelo gestor de instituição financeira – reconhecendo gestores aqueles aqui elencados na Lei 7.492 – que levem a uma condição de uma gestão ampla que seja fraudulenta ou que seja temerária.

Eu não sei se nas emendas – e aí confesso que não me aprofundei – houve algum tipo de ajuste em relação a isso, mas aqui, e reconhecendo o mérito de se especificar o que é gestão fraudulenta e o que é gestão temerária, seria importante aproveitar o projeto para que houvesse uma definição que tivesse como pressupostas essas questões tanto de habitualidade de atos quanto de risco efetivo à instituição financeira. Há situações do tipo em que, em uma instituição financeira com um volume enorme de empréstimos, de operações de crédito, em razão de uma operação que está longe de caracterizar qualquer tipo de risco à instituição financeira, o seu gestor possa ser condenado por gestão temerária sem que tenha gerado qualquer tipo de risco ao Sistema Financeiro Nacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ponderação que faço – e me perdoe se isso já foi corrigido ou se isso, eventualmente, não for objeto do resultado final do parecer – é que se possa ter atenção a esses dois requisitos de habitualidade e de risco efetivo à higidez financeira da instituição financeira para que possamos fazer um projeto que seja pleno nesse sentido e absolutamente necessário, porque o tipo penal, de fato, é muito aberto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o Relator, Senador Anastasia; depois, o Senador Eduardo Braga.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Em primeiro lugar, a relatoria, evidentemente, recebe sempre, de muito bom grado, toda sugestão, para o aperfeiçoamento. Como nós teremos tempo, eu, ao fim, cá disse que o Senador Rodrigo, que tem muita *expertise*, como advogado militante na área, conhece bem o tema, vai aprofundar nas emendas que fiz, para ver se de fato a descrição da gestão fraudulenta e da gestão temerária estão de acordo, porque me parece que de fato a ponderação que ele faz da habitualidade é correta. Agora, nós temos que também sopesar, para evitar que haja de fato qualquer tipo de abertura para... Ou pelo menos graduar a pena, de abertura a se permitir qualquer tipo de comportamento ilícito, porque evidentemente não é a sua ponderação.

Então, estamos totalmente de acordo com a discussão e vamos averiguar se o que eu fiz como emendas, para tentar dar um contorno mais preciso ao tipo penal, está consoante a essas observações, que me parecem procedentes, do Senador Rodrigo Pacheco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Especialmente no art. 24-A, incisos I e II, talvez dentro desse contexto, já melhorado pelo Relator, possa vir aí alguma contribuição do Senador Rodrigo Pacheco, Senador. Art. 24-A, incisos I e II.

Continua em discussão.

Para discutir, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Meu caro Relator, Senador Anastasia.

É sempre muito difícil a gente querer argumentar quando nós temos um Relator tão brilhante quanto o Senador Anastasia. Mas esse é um tema que eu reputo dos mais importantes na pauta do dia de hoje. E eu pergunto a V. Exa., Presidente, se poderíamos pedir vista, para que nós pudéssemos, portanto, na próxima semana, e com as análises, etc... Há inclusive... O Senador Serra também tem uma contribuição com relação a isso. Pelo que soube, já conversou inclusive com o Relator Anastasia. Eu acho que é prudente nós deixarmos essa matéria para ser votada na semana que vem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a contribuição, Senador Eduardo Braga.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Vista também, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida vista coletiva.

Penúltimo item da pauta: item 14.

ITEM 14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2018****- Terminativo -**

Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

- Votação nominal

Lembrando que o projeto é terminativo.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes para proferir o seu relatório.

Este, portanto, é o penúltimo item da pauta.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, eu vou direto à análise, então.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 227, de 2018, tendo em vista que i) compete concorrentemente à União legislar sobre o processo nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juizados de pequenas causas, a teor do disposto no art. 24, inciso X, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; iii) possui o atributo da generalidade; iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito; e v) se afigura dotado de potencial coercitividade.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "d", do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nessa hipótese, notadamente sobre Direito Processual.

Acerca do mérito da proposição, entendemos que o teor da norma atualmente encartada no *caput* do art. 54 da Lei nº 9.099, de 1995, é ineficiente, pois impõe um custo geral para a sociedade que tende a beneficiar, proporcionalmente, mais os ricos do que os pobres. Com efeito, os mais carentes têm menos incentivos para ingressar com ações no Judiciário, atitude que implica diversos custos que lhes são relativamente mais caros em razão da situação social de escassez: tempo, transporte, informação jurídica, redação, etc.

Na pesquisa do Conselho Nacional de Justiça intitulada Perfil do acesso à Justiça nos juizados especiais cíveis e publicada em 2015, esboçou-se o perfil dos demandantes de juizados em cinco capitais brasileiras – Belém, Campo Grande, Florianópolis, São Luís e São Paulo –, em causas atinentes a relações de consumo. Conforme a pesquisa, as pessoas desempregadas ou empregados domésticos são uma indiscutível minoria a figurar como parte nessas lides, se comparadas a pessoas com ocupações que exigem nível superior, servidores públicos e aposentados.

Portanto, assim como o proponente, cremos mais razoável o cenário em que pessoas com condições para pagar custas e despesas processuais simplesmente o façam, subsidiando, dessa forma, aqueles mais pobres, que, se o fizessem, de fato teriam de enfrentar repercussões em seu próprio sustento ou no de sua família. Esse modelo de subsídio cruzado deve ainda ter o efeito de contribuir para a redução de uma excessiva demanda pelo juizado especial hoje em dia constatável, pois, como bem se sabe, o que é gratuito tende a ser usado de forma displicente e irrefletida.

Finalmente, a técnica legislativa empregada na proposição revela-se adequada, de acordo com os termos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. Faríamos apenas uma ressalva na redação da ementa do projeto, em que foi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

indevidamente omitida a preposição "de", da expressão "a fim de ressalvar", erro que corrigimos com a apresentação de uma emenda de redação.

Portanto, Sra. Presidente, o nosso voto: em vista do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do PLS nº 227, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº - CCJ

Atribua-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2018, a seguinte redação:

"Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de ressalvar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça."

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada ao Relator.

Em razão do caráter terminativo do projeto, esta Presidência vai deixar a discussão para a semana que vem.

Entraremos direto no último item da pauta.

ITEM 20**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, de 2018****- Não terminativo -**

Inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais.

Autoria: Senador Jorge Viana e outros

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável à Proposta

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para proferir o seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Presidente, cumprimentando V. Exa. e os colegas Senadores, eu vou direto à análise já que o relatório já foi disponibilizado, até por economia de tempo.

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça, conforme o art. 356 do Regimento Interno deste Senado, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e ao mérito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à admissibilidade, a PEC nº 4, de 2018, atende ao requisito do art. 60, I, da Constituição, pois foi subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa.

Quanto às limitações circunstanciais, não há óbices à apreciação da matéria, considerando que o País não se encontra na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Ainda a proposição não trata de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou prejudicada na atual Sessão Legislativa. Finalmente, a PEC não atinge as chamadas cláusulas pétreas. Está, assim, atendido o disposto no art. 60, I, e §§1º, 4º e 5º da Constituição, e nos arts. 354, §§1º e 2º, e 373 do RISF.

Também não incorre a PEC na proibição prevista no art. 371 do RISF, em razão de a proposta não visar à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

No tocante ao mérito, assiste total razão aos autores da PEC nº 4, de 2018. A mencionada Resolução nº 64/292, de 2010, da ONU, conclama as nações a respeitarem o direito humano fundamental de acesso à água potável e ao saneamento, essencial para a realização de todos os direitos humanos. A resolução convoca a comunidade das nações e as organizações internacionais a proverem recursos financeiros e a ajudarem os países em desenvolvimento com capacitação e transferência de tecnologias, de modo a garantir água potável e saneamento para todos.

No Brasil, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) compilados pelo Instituto Trata Brasil, em torno de 84% da população brasileira têm acesso à água tratada, ou seja, mais de 35 milhões de brasileiros não recebem esse serviço básico de saneamento.

Além da distante universalização, o desperdício de água tratada é, em média, de 37% devido a vazamentos, a roubos e ligações clandestinas, à falta de medição ou a medições incorretas no consumo da água. Essa perda resulta num prejuízo aproximado de 8 bilhões a cada ano. Somando esse volume de água perdido anualmente no sistema de distribuição, seria possível encher seis Sistemas Cantareiras, o maior sistema de abastecimento de água do Estado de São Paulo. As maiores perdas ocorrem na Região Norte, com cerca de 46% de desperdício.

A desigualdade regional no abastecimento de água é uma das questões mais graves a serem enfrentadas para garantir esse direito à população brasileira. No Norte, cerca de 45% da população não são abastecidas com água tratada, ao passo que, no Nordeste, quase 30% da população se encontram na mesma situação. Ainda mais graves são os dados sobre inadequação no abastecimento de água, associada a deficiências na potabilidade e à intermitência no fornecimento. Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico, no Nordeste quase 94% de sua população suprem suas necessidades hídricas de maneira inadequada; no Norte, o índice alcança 100% da população.

O abastecimento de água potável é um dos serviços ligados a saneamento, conforme previsto na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro importante marco normativo é a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que em seus fundamentos estabelece que a água é um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.

Ponderamos que a constitucionalização do direito à água potável no rol dos direitos e garantias fundamentais é uma inovação constitucional importante no sentido de fortalecer o marco regulatório doméstico e de reforçar políticas públicas voltadas à universalização do acesso à água no Brasil. Essa medida também é fundamental para se contrapor à tendência de privatização ou elevação do custo da água que se verifica em diversos países, dificultando seu acesso para as populações economicamente mais vulneráveis.

Ponderamos que Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2018, reforça e consolida o acesso à água potável como um direito humano fundamental, de modo sobretudo a instrumentalizar os operadores do Direito na garantia desse recurso do meio ambiente. O art. 225 da Constituição estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. A PEC nº 4 tem o atendimento desse comando como seu objetivo precípuo, ao prever o acesso à água potável como um direito de todos, garantido pela Constituição.

Voto.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e, no mérito, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2018.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator, Senador Jaques Wagner, e coloco em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

Para discutir, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu acho que é muito importante que nós todos estejamos a votar... Eu votarei favoravelmente a esse objeto elementar. O objetivo é elementar: assegurar a provisão de água humanamente utilizável no momento em que nós estamos votando, deliberando sobre a medida provisória que trata do saneamento básico.

Até porque será muito importante que esse objetivo elementar, vital, de assegurar a água – a universalização da água nós estamos votando aqui, do direito à água – seja recepcionado na sua inteireza pela medida provisória que está sendo votada e que ontem foi aprovada, em primeira apreciação, por 15 votos a 10. Isso demonstra que pelo menos a votação denota uma certa bipolarização entre o sonho e a realidade e entre como tornar realidade tanto a questão do esgoto quanto a questão do acesso a água.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu voto a favor também.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Sra. Presidente, apenas para comentar. Eu acho, como sempre, inteligente a intervenção do Senador Esperidião Amin.

Eu, como fui Governador por oito anos, eu me orgulho de dizer que o maior programa de água e saneamento do Estado da Bahia foi feito no meu período. Eu criei um programa chamado Água para Todos, e efetivamente vi senhoras e senhores de 60 anos chorarem ao poderem tomar, pela primeira vez, um banho em que o xampu faz espuma, porque quando você toma banho com água salobra ela corta o sabão.

A discussão da MP, e eu entendo sempre a inteligência do Senador Esperidião Amin, é se isso pode ser compartilhado pela iniciativa privada ou não. Eu quero dizer que estou muito à vontade, até porque no Estado da Bahia um grande emissário submarino foi construído entre a empresa Embasa, que é do Estado, estatal, com a empresa privada através de uma PPP. Então, pessoalmente não tenho nenhum tipo de preconceito. Acho só que temos que fazer a regulamentação de tal forma que, por uma metodologia ou outra, se garanta o acesso a preço acessível principalmente à população de baixa renda.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço mais uma vez ao Relator.

Parabenizo o autor e o Relator.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco, portanto, em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

Não há mais matéria a ser deliberada.

Portanto, agradecendo a eficiência e a agilidade das Sras. e dos Srs. Senadores, declaro encerrada a reunião, lembrando que, na próxima quarta-feira, nós teremos a continuidade dessas propostas de outras relatorias que esta Presidência estará recebendo até quinta-feira, impreterivelmente.

Obrigada.

Está encerrada a presente reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quinze minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Lasier Martins, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Flávio Arns, Leila Barros, Renilde Bulhões, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Usam da palavra os Senadores Lucas Barreto e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Rogério Carvalho e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 12ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Ofício "S" nº 8, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga destinada à representação do Ministério Público Militar, no biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos." Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar a gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ, de redação. ITEM 9 - Proposta de Emenda à Constituição nº 157, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações." Autoria: Senador José Serra e outros. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Retirado de Pauta para atender Requerimento nº 17, de 2019-CCJ, de audiência pública. ITEM 10 - Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional." Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros. Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 11 - Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade." Autoria: Senador Romário e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. Observação: Votam vencidos em relação à Emenda de redação, os Senadores Marcos Rogério e Flávio Arns. ITEM 13 - Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CI a 3-CI. Resultado: Adiado. ITEM 14 -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Resolução do Senado nº 57, de 2015 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senador Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos em que especifica." Autoria: Senador Reguffe. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2 nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-PLEN. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 2 nos termos da Emenda nº 3-CCJ (Substitutivo), e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-PLEN. ITEM 18 - Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 159 da Constituição para aumentar para 26% (vinte e seis por cento) a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências." Autoria: Senador Lucas Barreto e outros. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Vista concedida ao Senador Angelo Coronel e à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais. ITEM 19 - Projeto de Lei nº 410, de 2019 - Não Terminativo - que: "Equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e intelectuais, para os efeitos jurídicos, em todo o País." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 20 - Projeto de Lei nº 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato. Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei nº 633, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal", para garantir a transparência e privilegiar o princípio da publicidade." Autoria: Senadora Leila Barros. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei nº 672, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero." Autoria: Senador Weverton. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcos Rogério, nos termos regimentais. ITEM 23 - Projeto de Lei nº 1539, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 815 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir às partes e aos advogados consignar sua presença no Juízo, retirando-se da audiência, em caso de atraso na realização desta." Autoria: Senador Styvenson Valentim. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista concedida aos Senadores Alessandro Vieira e Marcos Rogério, nos termos regimentais. ITEM 24 - Projeto de Lei nº 1161, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." Autoria: Senadora Leila Barros. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador Marcos Rogério, nos termos regimentais. ITEM 25 - Projeto de Lei da Câmara nº 164, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM 26 - Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre transporte escolar e transporte remunerado não licenciado." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador Marcos Rogério, nos termos regimentais. ITEM 28 - Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2019 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Marcos Rogério e Alessandro Vieira, nos termos regimentais. ITEM 29 - Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal para determinar que o prestador de serviços públicos deverá divulgar informações aptas a demonstrar a eficiência dos serviços prestados." Autoria: Senador Antonio Anastasia. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 30 - Projeto de Lei do Senado nº 453, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 31 -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta §11 ao art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), para dispensar autorização de residência prévia à emissão de visto temporário." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. ITEM 32 - Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2017 - Terminativo - que: "Determina a gratuidade de inscrição em concursos públicos para cargos federais a candidatos que sejam doadores de sangue." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 33 - Projeto de Lei nº 2097, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. Observação: Aprovado Requerimento nº 20, de 2019-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM EXTRAPAUTA 34 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 17, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 157, de 2015, que altera a redação do art. 50 da Constituição Federal, para permitir a convocação de titulares de entidades da administração indireta da União para prestar informações." Autoria: Senador Elmano Férrer e outros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 35 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 18, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da CF c/c art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir o PLC nº 175/2017, que "Regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial." • Luiz Tenório de Paula - Presidente do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro, Representante dos Sindicatos; • Paulo Maria Teles Antunes - Representante da Associação Brasileira dos Leiloeiros e Entidades (ASBRALE); • Larissa Maria de Moraes Leal - Representante das seguintes entidades: Associação Gaúcha dos Mutuários (AGM) e Associação dos Mutuários e Moradores de Minas Gerais (AMMMG); • Dalton Luiz de Moraes Leal - Leiloeiro Público, Representante dos Leiloeiros Públicos; • Fabiana Lopes Pinto Santello - Presidente da Associação Brasileira de Gestoras de Alienações Judiciais e Extrajudiciais – ABRAGES; • Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Presidente do Sindicato do Leiloeiros Oficiais do Norte e Nordeste do Brasil - SINDILEI e Presidente da ALEIBRAS - Associação da Leiloaria Oficial Brasileira; • Daniel Carnio Costa - Membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ; • Eronides Santos - Promotora de Justiça - Ministério Público de Falências." Autoria: Senador Marcelo Castro. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 36 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 19, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 115/2015, que Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Guilherme Zanina Schelb, Procurador Regional da República e Mestre em Direito Constitucional pela UFPR; 2. Paulo Penteado Teixeira Junior, Promotor de Justiça e Presidente da Associação Paulista do Ministério



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Público; 3. Fabrício Juliano Mendes Medeiros, Advogado e Professor de Direito Constitucional no Instituto de Direito Público Brasileiro; 4. José Damião Pinheiro Machado Cogan, Desembargador do TJ/SP; 5. Marisa Rita Riello Deppman, Advogada; 6. Elias Miler da Silva, Coronel da PMSP; Advogado; Doutor e Mestre em Segurança e Ordem Pública." Autoria: Senador Marcelo Castro. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 37 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 20, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL nº 2097, de 2019." Autoria: Senadora Leila Barros. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. MDB - MS) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião, Ordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A reunião presente destina-se à deliberação dos itens 1 a 33.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga destinada à representação do Ministério Público Militar, no biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos regimentais, esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade, nesta Comissão, será feito em duas etapas. Na primeira, o Relator apresentará seu relatório com as recomendações, se for o caso. Após apresentação e discussão do relatório, na primeira etapa, será concedida vista coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, e, em seguida, será realizada votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, eminente Senadora Simone Tebet.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Como V. Exa. acaba de apregoar, é submetida ao exame desta Comissão a indicação do Sr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Subprocurador-Geral de Justiça Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, para mandato de dois anos, em recondução, nos termos do art. 130-A, *caput*, combinado com o inciso II da Constituição Federal.

Compete a esta CCJ, nos termos legais e regimentais, proceder à sabatina dos indicados. A seguir, a indicação será submetida ao Plenário do Senado.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, e da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o Sr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza encaminhou o seu *curriculum vitae*.

O indicado ingressou no Ministério Público Militar no segundo semestre de 1992 e atuou em diversas procuradorias do MPM: em Campo Grande, em Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba, Juiz de Fora, Salvador e Recife, procuradorias que detêm atuação regional e alcançam diversas localidades do País, em suas várias peculiaridades.

Marcelo Weitzel Rabello de Souza ocupou a função máxima da sua carreira, Procurador-Geral da Justiça Militar, tendo sido também Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar e exercido funções de relevância na Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar, na Comissão de Planejamento Estratégico do MPM e na Secretaria de Relações Institucionais.

O indicado tem participado de diversos cursos de especialização, tendo obtido o título de Mestre em Direito em Ciências Jurídico-Criminais na Universidade de Coimbra. Também tem participado de diversos congressos, seminários e palestras. E tem, ainda, produzido e publicado trabalhos técnico-jurídicos em sua área de atuação.

Atendendo às determinações do art. 383 do nosso regimento e da Resolução nº 7, o indicado apresentou as declarações requeridas, declarando que não é cônjuge nem parente consanguíneo ou afim de membro ou servidor do Ministério Público Militar, nem de qualquer pessoa que exerça atividades vinculadas à estrutura do Ministério Público.

Marcelo Weitzel Rabello de Souza também declarou que não é cônjuge nem parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Senado Federal. Registrou, ainda, que não responde nem foi condenado em processo administrativo disciplinar e tampouco é investigado ou foi condenado na esfera criminal. Bem assim, assevera não responder a qualquer ação judicial como autor ou réu, conforme certidões que carrega aos autos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado também declara que renuncia ao direito de concorrer a qualquer promoção por merecimento ou ainda a concorrer a vaga em qualquer tribunal pelo período de até dois anos após o término do mandato.

O indicado igualmente declara que não tem parentes que exerçam a atividade pública ou privada relacionada à sua atividade profissional. Além disso, presta declaração no sentido de que não participa, bem como nunca participou na figura de sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidades não governamentais.

Declara, ademais, que desde o dia 27 de setembro de 2017 tem exercido a função de Conselheiro do CNMP, relatando e votando matérias em julgamento no referido órgão colegiado.

Marcelo Weitzel Rabello de Souza afirma estar em dia com seus compromissos fiscais, o que corrobora com certidões oriundas da União e do Distrito Federal anexadas aos autos.

Quanto à atuação em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras nos últimos cinco anos, o indicado declarou que nunca atuou.

O *curriculum vitae* do indicado foi acompanhado também de declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Foi igualmente apresentada argumentação escrita na qual o indicado demonstra sua experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para continuar a integrar o Conselho Nacional do Ministério Público, tendo sido escolhido por mais de oitenta por cento dos votos dos seus pares, apresentando ainda relatório das atividades que tem desenvolvido no âmbito do Conselho, de que destacamos as de Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público e de Presidente do Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público.

Em vista de todo o exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza para exercer, por mais um período de dois anos, o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Anastasia.

Em discussão o relatório. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e concedo vista coletiva automaticamente, nos termos regimentais. Ficaremos de deliberar e marcar para uma reunião futura a arguição do candidato.

Passaremos agora ao item 10 da pauta, na ordem aqui da presença dos Relatores, uma vez que os demais, embora com Relatores presentes, são terminativos, e nós não temos quórum para deliberar.

Antes, porém, eu coloco em votação um requerimento, nos termos constitucionais, para a realização de audiência pública com o objetivo de debater a PEC 157, de 2015, que altera o art. 50 da Constituição Federal para permitir a convocação de titulares de entidades da Administração Indireta da União para prestar informações.

Quero, antes de colocar em votação o requerimento, dizer que o requerimento é de autoria do Senador Elmano Férrer e que já houve um acordo com o Relator, Senador Espiridião Amin, de fazer uma reunião o mais rapidamente possível para instruir essa PEC.

Portanto, em votação o requerimento.

Pela ordem, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – É para a convocação...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... de autoridades. Houve um acordo do Senador Espiridião Amin, Líder do Governo, portanto Senador como Relator, para que fizesse uma audiência pública o mais rapidamente possível para instruir, porque parece-me que há um item apenas que está gerando dúvida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sou absolutamente favorável à proposta. Aliás, consideraria até desnecessária a mudança na Constituição Federal para assegurar a possibilidade de o Parlamento convocar, inclusive, presidente de Petrobras, diretores de agências, porque quem pode o mais certamente poderia o menos. Mas, como há entendimento diverso, faz-se necessária a aprovação.

Hoje houve, inclusive, um apelo no meu gabinete por parte do Senador Major Olímpio, que está em viagem e que gostaria de ter a oportunidade de debater esse tema também. Então, eu corroboro com o pedido do requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Em votação o requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos ao item 10 da pauta, não terminativo, porque se trata de uma PEC, a PEC nº 19, de 2017.

ITEM 10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, de 2017

- Não terminativo -

Altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar a edição de medidas provisórias sobre diretrizes e bases da educação nacional.

Autoria: Senadora Fátima Bezerra e outros

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: favorável à proposta.

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Cid Gomes para proferir o seu relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, a Senadora Fátima Bezerra apresenta uma proposta de emenda à Constituição que veda que medidas provisórias sejam emitidas em temas relacionados à Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A rigor, Sra. Presidente e Srs. Senadores, a gente poderia até...

Eu faço aqui o relatório, com a assistência da eficiente assessoria técnica desta Casa, mas vou pedir, Sra. Presidente, que V. Exa. me dispense de ler o relatório.

Eu queria só aproveitar a oportunidade, obviamente tratando da questão, para sugerir que nós imaginemos, pensemos algumas medidas para a contenção de medidas provisórias. Essa medida trata especificamente da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas acho que a gente poderia avançar e impedir também a edição de medidas provisórias sobre matérias que exijam quórum qualificado, como é o caso da lei complementar que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Poderíamos estender isso para todas as leis complementares. Há até já jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça que trata essa questão com reservas. Portanto, acho que a Casa faria bem ao País ao assim deliberar.

Especificamente sobre o caso, também o momento é riquíssimo para que a gente discuta e encontre argumentos na defesa da aprovação do parecer favorável a essa emenda constitucional. A educação é, certamente, um setor estratégico do nosso País. O Parlamento brasileiro, além de deliberar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, delibera sobre o Plano Nacional de Educação, que estabeleceu metas. Portanto, questões como essa devem ser enxergadas como questões de Estado, para não se permitir que Governos ou até mesmo eventuais ministros possam tomar atitudes que se contraponham a planejamentos de longo prazo. Há decisões de Estado que são estratégicas para o País.

Então, o meu relatório é pela constitucionalidade da iniciativa e, no mérito, é favorável.

Ante os argumentos expostos, o nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2017.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a relatoria do Senador Cid Gomes.

Vou colocar em discussão a matéria.

Nós temos um orador inscrito.

Aproveito só para fazer uma consideração, Senador, em relação a um ponto em que V. Exa. tocou.

Acho que nós precisamos novamente revisitar esse instrumento de medidas provisórias no Brasil, independente do mérito aqui da PEC. Faço questão de falar um pouco antes para poder, se for o caso, ser corrigida pelo nosso professor, Senador Antonio Anastasia. Eu não sei se foi por desconfiança, mas o Constituinte acabou por tirar muitos direitos do legislador, muito poder, e dar muito poder ao Executivo e mesmo ao Judiciário nessa nova roupagem do Judiciário, chegando ao ponto de o Supremo ter a competência de ser uma Corte Criminal e, em relação ao Executivo, permitindo esse instrumento, as medidas provisórias. Infelizmente, na prática, todos os Governos, não é este nem o passado, editam medidas provisórias que nada têm de urgentes e relevantes, portanto, contrariando a Constituição e entrando naquilo que a gente chama de ativismo do Executivo, interferindo nas nossas atribuições de fazer leis.

Nesse sentido, V. Exa. tem toda razão. Acho que também cabe um estudo, uma discussão, um debate na Comissão de Constituição e Justiça a respeito da forma, de qual é a nova roupagem que a medida provisória deve ter no Brasil, de forma a voltar o Poder Legislativo a ter o poder de fazer leis sem termos medidas, sejam do Executivo, sejam do Judiciário, entrando na reserva legal.

Com a palavra, com muito prazer, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, igualmente, cumprimentar pelo relatório o Senador Cid Gomes, cumprimentar a Senadora Fátima Bezerra pela autoria, primeira assinatura dessa PEC, e concordar e corroborar integralmente com a manifestação de nossa Presidente.

Na realidade, como todos sabemos, a medida provisória surgiu no momento em que a Constituinte ainda discutia se era parlamentarismo ou não. Acabou ficando um sistema híbrido. E ao passarem os anos, os 30 anos desta Constituição, quantas vezes não foi alterado esse dispositivo?

Agora, conforme V. Exa. menciona, o Senador Randolfe tomou a iniciativa de elaborar uma proposta de emenda à Constituição e me convidou para ter a honra de assinar com ele, que é a PEC nº 43. Apresentamos isso há dez, quinze dias. Essa PEC nº 43, de 2019, Sra. Presidente, dispõe exatamente sobre essa nova sistemática que V. Exa. menciona, dando uma nova roupagem, um figurino à questão das medidas provisórias. Portanto, é um tema muito importante, crucial. E nesse aspecto, em especial, da educação, aliás, pelo que estamos vendo hoje no Brasil, é muito pertinente essa proposta, porque a educação tem que ser pensada a longo prazo. Por isso mesmo a PEC é muito bem-vinda e deve receber o nosso aplauso.

Aproveito para solicitar também, de modo encarecido e respeitoso a V. Exa., um Relator para essa PEC do Senador Randolfe e de minha autoria, porque é um tema que percebo também ser do gosto de V. Exa. É muito importante esse debate aqui também no âmbito da Comissão e do Senado Federal.

Muito obrigado.

E parabéns ao Senador Cid e à Senadora Fátima Bezerra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Anastasia.

Estaremos, até amanhã, designando Relator para essa PEC.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, só para...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aliás, acho que já estou olhando diretamente para o Senador futuro Relator da PEC que trata da nova roupagem da medida provisória, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra... Pela ordem, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, o Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – É só para prestar contas. Eu sei que foi aprovado aqui o requerimento que submete à Proposta de Emenda à Constituição nº 157 a audiência com representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Infelizmente eu estava no lançamento da frente parlamentar mineira sobre energia sustentável e limpa, sob a Presidência do Deputado Lafayette de Andrada, filho do nosso grande amigo Bonifácio de Andrada, e não pude dar o meu voto favorável, é isso que eu quero anunciar. Eu sou o Relator da PEC e acho prudente – aliás, salientei isso – que as empresas de natureza econômica submetidas à concorrência no mercado falem para esclarecer a nossa posição, conforme eu havia indiretamente solicitado.

De forma que eu voto a favor desse requerimento para que não haja dúvidas. Ele não é medida procrastinatória, ele é medida para iluminar a questão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Esperidião Amin. Eu havia, no momento da discussão e votação do requerimento, colocado já o posicionamento de V. Exa.

Com a palavra, para discutir a matéria, o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Sra. Presidente, sobre a questão das medidas provisórias, eu gostaria de chamar atenção para o fato de que realmente concordo, sou favorável ao Relator, acho que as questões da educação preferentemente não devem ser resolvidas por medidas provisórias, acho que há um abuso no uso do instituto da medida provisória, mas, se vamos analisar essa questão, temos que analisar dois lados.

Há a demora do Poder Legislativo em decidir, a nossa demora como órgão colegiado, e, exatamente por ser um órgão colegiado, fica diluída a responsabilidade em inúmeras pessoas e em inúmeros partidos e, às vezes, o País tem situações absolutamente urgentes, como acontece nos dias de hoje com a questão da reforma da previdência, com a questão da dívida interna, com a questão das reformas estruturais que precisam acontecer neste País, e nós vemos no Poder Legislativo uma procrastinação ao longo do tempo que se torna quase que infinita e leva o País a uma situação desesperadora. Nós temos, sim, que disciplinar o instituto das medidas provisórias, mas nós não podemos perder de vista que elas têm que continuar a existir e têm que ser um remédio, às vezes amargo, contra a indecisão do Parlamento, contra o jogo de interesses não muito republicano que acontece neste Parlamento.

O País vive um momento de absoluta crise, de absoluta dificuldade. Ontem, na Comissão Mista de Orçamento, ouvindo o Ministro Paulo Guedes e tantos outros que lá falaram, viu-se que a situação é muito mais grave do que se pode imaginar. Nossa dívida interna aumenta à razão de mais de R\$1,5 bilhão por dia, e o nosso Parlamento brinca com a situação. A nossa Câmara não decide e, daqui a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco, por não decidir sobre uma medida provisória que este Governo adotou no início, assim que tomou posse, nós vamos voltar à estrutura governamental do tempo do Governo Temer.

Então, se, de um lado, é preciso regulamentar o instituto da medida provisória, de outro lado é preciso termos a autocritica de entender que a Câmara dos Deputados e o Senado, juntos, têm faltado com a Nação no que diz respeito à necessidade de velocidade para decisões fundamentais nos dias de hoje.

Só isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa PEC é uma daquelas que eu tenho dificuldade para aprovar, porque ela faz da Constituição Federal uma colcha de retalhos num sentido proibitivo.

A nossa Constituição Federal é uma das constituições mais modificadas no mundo, nós não temos a tradição de ter uma constituição rígida e sem muitas modificações. Aliás, essa PEC vem justamente no sentido de reafirmar aquilo que é uma tradição infeliz no Brasil. Em razão do volume de medidas provisórias que se tem no País – que é uma medida adotada não só por este Governo, mas por todos os governos infelizmente –, a agenda legislativa do Congresso Nacional acaba ficando limitada, engessada. É a força do Poder Executivo se sobrepondo ao Poder Legislativo. A pauta fica trancada porque se você não cumpre os prazos formais, você tem o trancamento da pauta da Câmara, o trancamento da pauta do Senado Federal. Então, adota-se no Brasil o instrumento do emendamento constitucional de forma ordinarizada. Você ordinariza a Constituição Federal, você traz para o corpo da Constituição Federal normas ordinárias para fugir, driblar os bloqueios formais do processo legislativo. E por que isso? Em razão do grande volume de medidas provisórias. O Governo – não este Governo, mas o Governo em sentido amplo –, ao longo de muitos anos, vem trabalhando num processo de engessamento do Poder Legislativo a partir de edições sequenciais de medidas provisórias.

E obviamente que com o mérito dessa PEC eu concordo plenamente. Não se deve tratar matéria dessa natureza, fazer alterações... Modificar Lei de Diretrizes e Bases da Educação por via de medida provisória é, antes de tudo, um desrespeito ao Parlamento; é, antes de tudo, um desprestígio ao Parlamento, um desrespeito, ao fim e ao cabo, à sociedade. Não é daquelas medidas que justificam a via da medida provisória.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é preciso reconhecer também que o Parlamento brasileiro tem culpa nessa matéria e há muito tempo, porque abre mão de suas prerrogativas. Por que a quem incumbe verificar urgência e relevância da matéria? É ao Presidente da República? Não, cabe ao Parlamento fazê-lo.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há quanto tempo nós não temos a devolução de medida provisória a quem enviou por descabimento? O Senado fez uma vez, tempos atrás, num caso e numa conjuntura política e que não foi fruto de amadurecimento do Parlamento, não, senhores, foram contingências políticas, mas deveria ter devolvido muitas outras. Não digo que... Não estou fazendo aqui nenhum apelo de antigoverno, eu sou de um partido que compõe o Governo, defendo o Governo, acho que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a alma do Governo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Nem tanto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A alma do Governo é o povo brasileiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Do Governo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, eu acho que neste momento nós temos que pensar no País.

O que estou dizendo aqui, estou fazendo uma crítica aqui a esse volume imenso de medidas provisórias.

Então, você tem a necessidade de editar uma PEC para proibir-se fazer medida provisória. A que ponto chegamos!

Não estou fazendo crítica à autoria da PEC nem ao Relator, que é uma pessoa por quem tenho a maior consideração e respeito. Eu estou fazendo uma crítica ao sistema. Com todas as vênias, o Parlamento ter que aprovar uma PEC para proibir edição de medida provisória...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... com relação a matéria específica é lamentável; infelizmente necessário, em razão da prática que se estabeleceu nessa relação entre Governo e Congresso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira e, em seguida, o Senador Veneziano.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Senadora Simone.

Eu me somo à preocupação do Senador Marcos Rogério, mas aponto também que a escolha que fizemos, que o Constituinte brasileiro fez pelo modelo de Constituição mais analítico demanda essa necessária correção cotidiana. Então, não há por que se fazer paralelo com Constituições no exterior que têm um outro formato totalmente diverso.

Somo-me principalmente à preocupação que ele apresenta no tocante à necessidade de construção, no Brasil, de um novo formato de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo. O formato que vivemos entrou em colapso. Você não tem mais condições, no Brasil, de executar políticas básicas. Nós estamos vivendo um momento – e eu venho compartilhando essa preocupação com os colegas que estão há muito mais tempo na Casa – de altíssimo risco no Brasil pela absoluta impossibilidade de resolução de problemas básicos. E é preciso que se construam – e eu faço um convite aos colegas para que se somem nessa construção – novos formatos de relacionamento. A base do mensalão, do petrolão, da corrupção desenfreada aparentemente foi superada. A base da composição respeitosa entre partidos estruturados também não existe no momento. O que nós vamos colocar no lugar? Porque alguma coisa tem que ser construída para que se coloque no lugar.

Então, é preciso – e eu acredito muito sinceramente que o Senado da República é o lugar mais adequado para isso – discutir, debater e construir pontos e consensos entre partidos que precisam deixar de lado a disputa eleitoral e partir para uma construção nacional. Precisamos de um projeto de Brasil, precisamos construir pontes, que hoje estão totalmente destruídas. Nós tivemos ontem um acúmulo de fatos e de episódios lamentáveis. Nós tivemos reunião presidencial desmentida por ministro, e hoje tivemos o desmentido do desmentido. É o caos completo. E caos em democracia não existe, não funciona, conduz ao autoritarismo, que nós todos não queremos. Então, nós precisamos ter a responsabilidade de buscar para nós aqui essa atribuição de fazer essa construção de pontes.

Portanto, eu me somo à preocupação do Senador Marcos Rogério e de outros tantos. A medida que hoje apreciamos aqui, essa PEC é meritória, necessária, mas é fruto dessa lamentável confusão que vivemos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Com a palavra o Senador Veneziano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Presidente, rapidamente, apenas para ser mais um a expor as preocupações e... Preocupações efetivamente.

Fico muito feliz pelo fato de ouvir de V. Exa., já inclusive decidindo, com muita felicidade, sobre o futuro Relator da medida provisória que tem a subscrição dos Senadores Antonio Anastasia e Randolfe Rodrigues. Então, muito breve, Presidenta. É importante que V. Exa. possa assumir esse compromisso para que nós reorganizemos.

Eu até discordo apenas em um ponto em relação ao que o meu querido companheiro Marcos disse sobre a necessidade de nós termos uma PEC para tratarmos do assunto, até que ponto nós chegamos. Mas veja bem: a gente está vendo que há uma ofensa direta, um desconhecimento por completo... E também discordo, com toda vênica, dos companheiros que tomam o exercício parlamentar como sendo de responsabilidade exclusiva nossa, ou seja, já não basta o desejo daqueles que querem lançar ao Parlamento as culpas todas, se isso se vê do Executivo e de outras instituições, mas nós precisamos, de certa forma, proteger-nos, protegendo a instituição, porque daqui a pouco tudo que chega a esta Casa... Já temos mais de 22 medidas provisórias, Senador Alessandro Vieira, e estamos diante de um Executivo...

E diga-se de passagem – V. Exa. bem acentuou e fez as referências para que nós não individualizemos apenas ao momento atual –, isso tem sido uma prática que se tornou rotineira e reiterada, mas a gente precisa dar um basta, precisa fazer, naquela expressão que ontem foi utilizada pelo Senador Amin, um freio de arrumação, regular, porque toda e qualquer matéria, quando o Governo Federal deseja tratar sem que respeite o nosso tempo... Ou seja, daqui a pouco tudo vai chegar com a chancela de que é urgente, é relevante, daqui a pouco ou já tivemos ou não precisamos mais de tempo, Senador Jorginho Mello, uma vez que estamos vendo que decretos de lei são mais importantes do que as próprias leis, ou seja, nós estamos revogando legislações por força de decretos de lei.

Então, Presidente, eu quero louvar a sua iniciativa apenas no desejo de que possamos, o mais breve possível, ter esse bom encaminhamento, através da relatoria do Senador Esperidião Amin, e fortalecer a nossa posição, fortalecer a posição do Congresso. São matérias... Semana retrasada estávamos votando a Medida Provisória 868, do Senador Tasso Jereissati, inclusive tivemos um instante de divergências plenamente natural, próprio do Parlamento, uma matéria de tamanha complexidade que não poderia ser resumida a três, quatro meses de debate, Presidente Simone Tebet.

Louvo-a, com a expectativa de que o mais breve possível tenhamos essa regulamentação, criando elementos que limitem a sanha de todo e qualquer governo que queira desconhecer o papel da Câmara, que queira desconhecer o papel do Senado. É descabido. Por isso a gente vai a Plenário falando e mencionando sobre os jabutis das medidas provisórias, porque, desatentos os governos – não individualizando qualquer um deles, tem sido uma prática lastimável nesses últimos 20 anos –,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconhecem o direito nosso ao nosso tempo, identificando as premissas e as prevalências dos assuntos, que são relevantíssimos, principalmente nessa quadra atual, mas não tem cabimento que o Congresso seja posto à margem em debates tão importantes.

Parabéns, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Veneziano. Não há mais oradores inscritos.

Eu encerro a discussão não sem antes parabenizar a autora e o Relator e dizer que fico feliz que a Casa esteja entrando... As agulhas dos partidos, por mais divergentes ideologicamente que sejam, estão voltadas para o mesmo norte. O que significa isso? Estamos todos preocupados, sim, com os excessos, os excessos de todos os Poderes e de todos os Governos. É óbvio que a política não admite vazios; eles são sempre preenchidos. E, na nossa relação do sistema constitucional brasileiro – não é, Senador Anastasia? –, vivemos uma tripartição de Poderes, mas os Poderes, embora independentes, são harmônicos. E nessa harmonia muitas vezes existe uma interdependência. É um poder, de certa forma, interferindo, controlando, dentro dos limites da Constituição. O problema é quando nós extrapolamos.

Estamos vivendo um momento, Senador Lucas, de tanta identidade embaralhada que chega um Poder a perder a própria identidade. E esse é o grande perigo para a democracia. Nessa identidade embaralhada, um Poder entra na esfera, na competência e na atribuição de outros. E, nesse caso específico, não é porque faço parte do Parlamento, mas o que estamos vendo é que o Poder que está cada vez mais limitando o seu poder por intervenção e ativismo dos outros é o Poder Legislativo. Seja pelo Executivo, seja pelo Judiciário, o ativismo está entrando nas nossas atribuições, está nos apequenando. E não é por isso, não é o problema de quem faz o quê, desde que o faça nos limites constitucionais; o problema é que não há democracia forte sem Parlamento forte.

Nesse sentido, coloco, neste momento, em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Simone Tebet, aproveitando o tema PEC, eu inicialmente a cumprimento pela coerência de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixar para semana que vem em pauta a discussão da PEC de minha autoria sobre a importante permanência do Fundeb, tema tão fundamental como é a educação, com o que todos e todas aqui concordam.

Eu faço aqui apenas um relato objetivo de agradecimento pela compreensão do Senador Flávio Arns, do Paraná. Enalteço a postura ética, admirável do Senador Zequinha como Relator da minha PEC do Fundeb. E, não quero lamentar, pois conheço o caráter do Senador Randolfe Rodrigues, sou amigo dele e fazemos parte do mesmo grupo, do mesmo entendimento e até das mesmas ideias, mas houve um equívoco lamentável por parte dele em uma reunião de Governadores, Líderes do Senado, do Presidente do Senado e do Presidente da República. Lá, o Senador apresentou esta PEC como de autoria dele. Na verdade, a PEC é de minha autoria, tanto que aqui vários Senadores a assinaram. O Senador Alessandro, por exemplo, assinou a minha PEC do Fundeb e outros. Então, isso não vem ao caso. O importante aqui é a gente construir. Eu agradeço ao Senador Flávio Arns, que decidiu então que façamos juntos, que possamos construir juntos e melhorar tanto a minha PEC como a PEC do Randolfe. Mas que fique registrado que a primeira PEC sobre o Fundeb... E o Senador Eduardo Braga se lembra na reunião de Líderes até quando ele se mostrou preocupado, dizendo que a gente deveria antecipar a discussão desse assunto e não deixá-lo para o ano que vem, pois, em princípio, no ano que vem acabaria o Fundeb.

Então, apenas que se registre aqui que foi de minha autoria a primeira PEC sobre o Fundeb, mas que houve um consenso do bem, de pessoas do bem, como o Randolfe, como o Arns, como o Zequinha e como eu, para que, na semana que vem, tenhamos, em conjunto, uma construção positiva sobre esta PEC do Fundeb.

Agradeço, Presidente.

Faço esse esclarecimento apenas por uma questão de justiça, pois sei da forma como muita gente da imprensa me trata e eu só não quero ser injustiçado. De forma alguma. E também não quero cometer injustiça com nenhum colega.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não será nunca, Senador Kajuru, injustiçado, enquanto esta Presidência for presidida por mim e tendo o apoio dos colegas, como V. Exa. tem.

E agradeço a compreensão, por entender que nós temos um acordo de não colocar projetos extrapauta, a não ser quando vêm de acordos de Líderes. Mas semana que vem, impreterivelmente, a PEC estará na pauta.

Antes de passar ao próximo item da pauta, a palavra, pela ordem, ao Senador Jean Paul Prates.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Trava-língua.

Obrigado, Presidenta, pela oportunidade de falar. Eu quis pegar a oportunidade aqui para saudá-los, saudar o Relator Cid Gomes, por essa PEC, que vai agora então ao Plenário e que é muito importante neste momento, hoje, em que nós vivemos a grande discussão sobre a educação, um dia bastante importante para esse setor.

A educação é uma política pública estruturante do País. De fato, não pode estar submetida aos "calores" e "frios" das medidas provisórias.

Então, quero saudar o Senador Cid Gomes e lembrar também aqui, como seu sucessor no Senado, que essa PEC é de autoria da Senadora Fátima Bezerra, hoje Governadora do Rio de Grande do Norte, a quem eu tenho a honra de suceder aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

Apesar de não membro, eu fiz questão de vir aqui registrar isso e agradecer a todos vocês por encaminhar isso ao Plenário.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Com a palavra, pela ordem, Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Pela ordem.) – Senadora Simone Tebet, nossa Presidente da CCJ, eu quero requerer a V. Exa. que a gente possa incluir, na pauta de hoje, dois requerimentos da minha autoria. Um que trata de instruir a PEC 115, da maioria penal, em que eu peço uma audiência pública para melhor a gente instruir aqui essa PEC, e outra audiência pública que eu peço, para discutir o PLC 175, de 2017, que regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial.

Eu ficaria muito agradecido a V. Exa. se pudesse...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência que agradece, Senador Marcelo Castro.

Assim que nós cumprirmos a primeira chamada da pauta, em seguida nós votaremos os requerimentos que estão sobre a mesa. São exatamente dois requerimentos de autoria de V. Exa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 18 da pauta:

ITEM 18**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, de 2019****- Não terminativo -**

Altera o art. 159 da Constituição para aumentar para 26% (vinte e seis por cento) a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Lucas Barreto e outros

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à Proposta

Relatoria *ad hoc*, Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra, pela ordem, o autor da proposição.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Eu queria só pedir à senhora que nomeasse um Relator *ad hoc*. Essa PEC aumenta o FPE dos Estados a partir de recursos do IPI. Há aquela velha prática do Governo Federal de desonerar o IPI, e quem são os prejudicados são os Estados. Então, ela faz essa correção aí e aumenta progressivamente a parcela do FPE de todos os Estados.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada pelos esclarecimentos.

A Relatoria *ad hoc*, portanto, como eu já havia anunciado, é do Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra V. Exa., como Relator, para proferir o seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

É submetida a esta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 51, de 2019. A proposição é composta por três artigos. O primeiro altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal, elevando de 21,5% para 26% a parcela do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proventos de Qualquer Natureza (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

Para tanto, propõem-se os devidos ajustes na redação do referido inciso I do art. 159, passando o percentual de entrega do IR e do IPI dos atuais 49% para 53,5%, bem como na alínea "a", passando o percentual devido ao FPE dos atuais 21,5% para os 26% pretendidos.

O segundo artigo prevê um período de transição de quatro anos, a contar do segundo exercício subsequente ao da promulgação da nova norma. A parcela destinada ao FPE subiria 1 ponto percentual no três primeiros exercícios e 1,5 ponto percentual no quarto e último.

O terceiro artigo, por fim, contém a cláusula de vigência, com a nova norma entrando em vigor na data da sua publicação.

Na Justificação, os autores sustentam o seguinte: "O objetivo desta Emenda Constitucional (EC) é reequilibrar as relações federativas, aumentando em 4,5 pontos percentuais a parcela do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE)".

Apresentada em 10 de abril último, a matéria será analisada por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo ao Relator, Senador Rogério Carvalho, relatá-la – eu tenho a honra de ler o relatório como Relator *ad hoc*.

Análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do *caput* do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), emitir parecer sobre Propostas de Emenda à Constituição.

A PEC nº 51, de 2019, atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 60, inciso I, da Constituição Federal. Com efeito, ela foi assinada por número suficiente de Senadores e não incide nas limitações materiais que constam do §4º do recém-citado dispositivo, ou seja, não tenta abolir as chamadas cláusulas pétreas.

Do ponto de vista da sua admissibilidade, nada há a objetar, pois a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, que trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa ou que tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais. Tampouco incorre na proibição prevista no art. 371 do Regimento Interno do Senado Federal, visto que a proposta não visa à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

A proposta também atende aos requisitos regimentais e de técnica legislativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao mérito, é inegável que convivemos há duas décadas com um processo de reconcentração das receitas tributárias na esfera federal, em clara violação do espírito que animou a Assembleia Constituinte. Conforme estudos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a arrecadação combinada bruta dos impostos sobre a renda (IR) e sobre produtos industrializados (IPI), como percentual do Produto Interno Bruto (PIB), passou de 7,2%, em 1990, para 6,6%, em 2017. Esses são os tributos partilhados com os entes subnacionais por meio dos Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM) e, ainda, dos programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No mesmo período, o orçamento da seguridade social, que reúne contribuições não partilhadas, passou de 9,3% para 11,4% do PIB. Somando, os governos estaduais e municipais receberam, ao longo de quase três décadas, muitos bilhões a menos do que tinham idealizado os nobres constituintes.

As prefeituras, pressionadas por uma multiplicidade de tetos e pisos orçamentários fixados por normas federais que tornam a sua gestão orçamentária um desafio constante, minimizaram as suas perdas mediante a elevação em dois pontos percentuais da parcela da arrecadação do IR e do IPI destinada ao FPM.

Os Estados, contudo, continuam aguardando uma justa recomposição das suas disponibilidades orçamentárias. É o que a presente proposta pretende, em boa hora, proporcionar.

O voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2019, só enfatizando que o Relator é o nobre Senador Rogério Carvalho, que estou tendo, neste momento, a honra de substituir como Relator *ad hoc*.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos ao Senador Tasso Jereissati e passamos agora à discussão da matéria.

Para discutir, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Presidente Simone Tebet, meu caro autor da propositura, Senador Lucas Barreto, meu caro Relator *ad hoc*, Senador Tasso Jereissati, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, creio que esse tema é um tema pertinente e importante ser debatido no dia de hoje diante das declarações do Ministro da Economia ontem na CMO, Senador Tasso Jereissati, e dos fatos que estão ocorrendo hoje Brasil afora. Afinal de contas, o discurso de menos Brasília e mais Brasil não pode ser apenas uma retórica de campanha, precisa ser efetivamente um ato de Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Digo isso por quê, Sra. Presidente? Porque ontem, na CMO, quando da audiência pública com a presença do Sr. Ministro da Economia – e hoje está estampado, Senador Oriovisto, em toda a imprensa nacional –, o Ministro disse duas coisas relevantes.

Primeira: que o Brasil chegou ao fundo do poço. Ora, nós que já estamos há algum tempo na política temos que entender que fundo é esse do poço, porque todo Ministro da Fazenda que vem ao Congresso Nacional diz que o Brasil já chegou ao fundo do poço, e usa isso como argumento para pedir maior sacrifício do povo brasileiro.

Segunda questão importante colocada pelo Ministro da Economia: a culpa pelo Brasil estar retroagindo na expectativa do PIB está no Congresso, porque o Congresso não resolve os problemas. Ora, Sra. Presidente, o Congresso tem dado demonstrações de boa vontade não apenas com este Governo, mas com vários Governos. Nós "tetamos" o gasto público; nós criamos todas as possibilidades para que o Brasil pudesse sair de suas crises naquilo que foi demandado para o Congresso Nacional. Agora, no momento em que nós precisamos tirar o Brasil de uma crise – no momento em que os Estados não conseguem cumprir as suas exigências constitucionais mínimas; em que a educação está conflitada nas ruas, o Brasil inteiro está com manifestações da educação; em que no meu Estado nós estamos com professores em greve há mais de um mês e hoje se inicia a greve dos cirurgiões do principal pronto-socorro do Estado do Amazonas, na cidade de Manaus, do 28 de Agosto, e uma liminar impede que isso aconteça –, enquanto isso, nós estamos vendo o discurso de menos Brasília e de mais Brasil não passar de uma mera retórica, de uma mera semântica.

Eu pedi a palavra para apoiar e encaminhar... Ainda há pouco um servidor da Liderança do Governo, competente, veio a mim mostrar o que isso significava de renúncia nos próximos dez anos de transferência da União para o Estado. Eu disse a ele: "Olha, só o que o Ministro vem dizendo com relação à cessão onerosa é mais do que isso nos próximos sete anos."

Portanto, eu voto a favor da PEC. Mais do que isso, hoje, no Plenário do Senado, nós deveremos ter a primeira votação da constitucionalização do IPI. É porque também tem disto: toda vez que nós fazemos um movimento de menos Brasília e mais Brasil, o Governo mata a galinha de ovos de ouro.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Enquanto o IPI não era repassado com a carga necessária de transferência de recursos para Estados e Municípios, ele era um imposto regulatório. A partir do momento em que se percebe que ele pode ser um instrumento de transferência de renda para Estados e Municípios, ele passa a ser um óbice para a economia brasileira.

Não se discute a correção da tabela do Imposto de Renda, se diz que corrigir a tabela do Imposto de Renda é criar um rombo fiscal gigantesco. Toda vez que é para beneficiar, Senador Oriovisto, aqueles



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que pagam tributos, o Governo brasileiro olha e diz que é impossível, faz contenção e contingenciamento sem esclarecer, comunica mal para a população brasileira.

O que está acontecendo na educação, além de um erro de comunicação profundo, é decorrência de terem adotado medidas nem sempre esclarecidas e, ainda, o Ministro diz que está cortando verba de universidades porque essas universidades ideologicamente eram contra.

Portanto, eu quero apoiar a emenda e fazer aqui um testemunho de que nós no Congresso estamos trabalhando no sentido de construir soluções para o Brasil e não aceitaremos esse discurso de transferência de responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Eduardo Braga.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel, depois Marcos Rogério, Antonio Anastasia, e o último, que acaba, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Presidente Simone, eu queria parabenizar o Senador Lucas Barreto, do PSD do Amapá, por essa proposta de emenda à Constituição. Mas eu estive lendo bem a matéria e vi que os Municípios não estão inseridos neste aumento do seu Fundo de Participação dos Municípios.

Em virtude disso, eu peço vista da matéria, ela carece de uma melhor análise.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Angelo Coronel.

Portanto, estão encerradas as discussões.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há pedido de vista.

Vista coletiva concedida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente,

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sra. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Só para esclarecer uma dúvida: V. Exa. Está encerrando a discussão?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Suspendendo, desculpe-me.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está suspensa. Encerrando a discussão hoje porque, se não houvesse uma pauta tão extensa, eu até abriria para os colegas, mas nós vamos ter oportunidade semana que vem e em Plenário. Por isso que eu peço desculpa e vou ser rigorosa com o Regimento, agradecendo a compreensão dos colegas.

ITEM 24**PROJETO DE LEI Nº 1161, de 2019****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino.

Autoria: Senadora Leila Barros

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

Portanto, concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel para proferir o seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.161, de 2019, da Senadora Leila Barros.

Presidente, eu vou me ater à análise porque é um pouco extenso, para facilitar e economizar o tempo.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, "d", do RISF, cabe a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos por despacho da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência ou consulta de qualquer Comissão, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita ao direito civil. De resto, à vista dos demais dispositivos do RISF, o projeto não apresenta vício atinente à regimentalidade.

No que concerne à constitucionalidade, formal e material, nada há a opor à proposição examinada, porquanto i) compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, I, da Constituição Federal (CF); ii) pode o Congresso Nacional dispor a respeito (CF, art. 48, *caput*); iii) os termos da proposição não importam em violação de cláusula constitucional; iv) a nova disciplina vislumbrada se acha versada em projeto de lei ordinária, revestindo, portanto, a forma adequada.

(Soa a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpas ao Relator, mas eu gostaria de ouvi-lo, como os demais colegas querem ouvir V. Exa. Então, peço mais uma vez à plateia o silêncio devido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Ele pede um aparte.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Vou pedir aparte.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou, como disse o Senador Esperidião Amin, o Relator pede aparte à plateia.

Obrigada pelo silêncio.

Pode continuar, por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O projeto é importante, Presidente. A autora da matéria, Senadora Leila, acaba de chegar. É importante que ela ouça o nosso relatório.

Ademais, não há vício de iniciativa, na forma do art. 61, *caput*, da Carta Magna.

Quanto ao mérito, o projeto revela o elevado zelo da Senadora proponente para com o fomento das práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada brasileiro.

A inovação legislativa proposta é compatível com a Constituição Federal, em especial com o que está presente no art. 217. Leia-se:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

.....
...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional [...];

.....

...

Não temos informações disponíveis, e nem precisas, sobre o volume de dinheiro arrecadado com a alienação de bens e direitos provenientes de heranças vacantes, mas não é desarrazoado supor que o uso de tais quantias no fomento da educação esportiva trará enorme impacto na qualidade de vida e do ensino de nossas crianças.

Ademais, a situação que se concretiza nessa proposição, em que a União estabelece o destino do produto da alienação ou da incorporação do patrimônio da herança vacante, não implica desprestígio das Câmaras de Vereadores e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pois continua aberta a possibilidade de o Poder Legislativo atuar junto ao Executivo a fim de determinar critérios de distribuição entre a rede municipal ou distrital do montante arrecadado anualmente.

Por todo o exposto, considerando o nobre objetivo da proposição, somos da opinião de que o projeto não incorre em vícios de constitucionalidade formal ou material e deve ser aprovado em seu mérito.

Voto.

Diante de todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto, da Senadora Leila, nº 1.161, de 2019.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Com a palavra, pela ordem, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Quero apenas consultar o Relator: de que montante... Não estou tratando aqui de previsão para o futuro porque não é possível prever em uma condição como essa, mas de que montante nós estaríamos falando? Por exemplo, no último ano, qual foi o montante auferido a partir desse expediente?

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Nós não temos essa informação, Senador Marcos Rogério, porque é um fato novo. Essas heranças vacantes talvez sejam um fato inédito no Brasil. Então, possivelmente no futuro tenhamos já alguma aferição desses valores. Por enquanto...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, eu vou solicitar vista da matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida vista ao Senador Marcos Rogério. Portanto, estão suspensas as discussões. Fica a discussão para a semana que vem.

Eu gostaria apenas de informar que nós já temos quórum para deliberação. Então, na ordem, ainda na ordem, o primeiro item aqui é o item 22. Eu pediria ao Senador Alessandro Vieira, que é o Relator do item 22... Repetindo: trata-se de um projeto terminativo. Se V. Exa. conseguir ser sucinto e não houver pedido de vista, nós conseguiremos votá-lo ainda hoje.

Item 22, Projeto de Lei, terminativo, nº 672, de 2019.

(Soa a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Altera a Lei 7.716, de 1989...

(Soa a campainha.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu acho que esse tema é relevante. Eu pediria, por favor... Nós temos quórum para deliberar – se não houver, claro, pedido de vista –, e por isso eu já estou intercalando também os terminativos na ordem aqui. Estamos no item 22.

ITEM 22**PROJETO DE LEI Nº 672, de 2019****- Terminativo -**

Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Autoria: Senador Weverton

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para proferir o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

O projeto apresentado pelo Senador Weverton é meritório e, resumidamente, traz para a legislação pátria a questão da criminalização da chamada LGBTfobia.

No relatório indicamos que não existe nenhum tipo de vício de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, não há nenhum tipo de óbice de natureza regimental.

O projeto é meritório.

Apresentamos nosso voto pela aprovação, com uma emenda substitutiva que aprimora a redação, nos termos que passo a ler.

Art. 1º A ementa da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação: [É a chamada lei do racismo, para quem não está familiarizado com o termo.]

“Define os crimes resultantes de intolerância, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero e estabelece punições para a prática desses crimes.”

[...] [Em seu art. 1º se faz uma alteração para que fique definido:]

“Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de intolerância, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.” (NR)

“Art. 3º

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de intolerância, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero, obstar a promoção funcional.” (NR)

“Art. 4º

§ 1º [...] [E vamos seguindo, incluindo as expressões] procedência nacional, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero:

.....” (NR)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com uma alteração importante no art. 8º, e, aí sim, onde nossa emenda substitutiva tem maior relevância.

(Soa a campanha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) –

“Art. 8º Impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos comerciais ou locais abertos ao público:

.....

Parágrafo único. [Fazendo uma ressalva:] Incide na mesma pena quem impedir ou restringir a manifestação razoável de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público, ressalvados os templos religiosos.” (NR)

Sra. Presidente, considerando a relevância do tema...

Sra. Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Silêncio, gente!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, considerando a relevância do tema, eu peço só um brevíssimo instante de silêncio. Nós temos muitas pautas importantes hoje aqui.

Estamos diariamente reclamando da intervenção judicial, do chamado ativismo judicial. Especificamente nesse tema, tratamos da questão da chamada LGBTfobia, tema sobre o qual o Supremo Tribunal Federal já está, na prática, legislando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Já pautado para o próximo mês. Então, nós temos a possibilidade aqui de fazer um regramento consensual que regule essa situação e que preserve também a autonomia religiosa, na medida em que a gente preserva o espaço dos templos, para que você não tenha nenhum tipo de constrangimento criado. É matéria essencial, importante, e a gente pede urgência na apreciação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vista, Sra. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Marcos Rogério, portanto, a discussão está suspensa.

Passamos para o próximo item da pauta, que também é terminativo.

ITEM 23**PROJETO DE LEI Nº 1539, de 2019****- Terminativo -**

Acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 815 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir às partes e aos advogados consignar sua presença no Juízo, retirando-se da audiência, em caso de atraso na realização desta.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Votação nominal

O item 23 altera a CLT, para permitir os advogados e as partes saírem da presença do juízo quando as audiências sofrerem um atraso muito prolongado.

Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente. *(Falha na gravação.)* ... conforme V. Exa. acaba de anunciar

Em análise nesta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 1.539, de 2019, do Senador Styvenson Valentim. A ideia é alterar o art. 815 da CLT para que, nas audiências em que houver atraso injustificado, as partes e os advogados possam retirar-se, após espera de 30 minutos.

O objetivo do autor, segundo a justificção, é cuidar da celeridade e da pontualidade nas audiências trabalhistas. Segundo ele, a legislação atual só possui norma para prever o comportamento de partes e advogados quando houver atraso do juiz por mais de quinze minutos. Não há previsão legal para as hipóteses em que o magistrado está presente, mas os atrasos se prolongam, causando embaraços, transtornos e constrangimentos às partes e aos advogados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O período de 30 minutos usa como referência o art. 362 do CPC, e a proposta inclui norma para prever a remarcação da audiência, para a data mais próxima, na mesma linha do art. 365 do CPC. Também há norma, no texto sugerido, para vedar a aplicação de penalidades para aqueles que se valerem da faculdade legal nele prevista.

A matéria foi distribuída a esta CCJ, em caráter terminativo e, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCJ opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade de proposições a ela submetidas.

No tocante à constitucionalidade, verifica-se que à União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, cabe legislar sobre Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, motivo pelo qual, no particular, inexistente qualquer óbice à tramitação da proposta. A iniciativa de proposições dessa natureza não está reservada ao Presidente da República, aos Tribunais Superiores ou ao Procurador-Geral da República. É franqueado aos Senadores da República iniciar a discussão legislativa sobre esse tema.

Não se trata, ainda, de questão reservada à lei complementar, motivo por que a lei ordinária é o instrumento adequado para a sua inserção no ordenamento jurídico nacional. Sob o prisma formal, portanto, não há impedimentos à aprovação da proposta.

Em relação à constitucionalidade material da proposição, temos que ela está em consonância com e os incisos LIV e LV do art. 5º, que tratam das garantias processuais, e o art. 7º, que trata da proteção aos direitos dos trabalhadores, ambos da Carta Magna.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. Além de igualar algumas regras do processo trabalhista aos termos e condições utilizados no processo civil, a proposta impõe alguns limites à postergação das audiências, fenômeno que acaba tumultuando nossas varas trabalhistas.

Muitos advogados acompanham diversas audiências num mesmo turno e, com os atrasos, acabam tendo seu trabalho prejudicado, com resultados negativos para os clientes e para o processo de conhecimento.

Trata-se de uma questão que pode ser resolvida com organização, mas não se pode contar sempre com a compreensão dos magistrados. A concentração exagerada de audiências, num mesmo dia, parece atender à celeridade processual, mas, na prática, pode ser apenas uma temerária forma de agilização que traz prejuízos à qualidade das provas, principalmente testemunhais.

Finalmente, o devido processo legal não pode permitir certos atropelos e, se as partes e seus procuradores não são devidamente ouvidos ou são ouvidos em hora imprópria, há que restabelecer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equilíbrio da balança judicial. Se não houver serenidade e objetividade, ficam comprometidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa, com subtração dos meios e recursos inerentes a eles.

Voto.

Por todas essas razões, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.539, de 2019, do Senador Styvenson Valentim.

É o parecer, Sra. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É outro projeto?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos no item 23 da pauta.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria apenas de elogiar a iniciativa do autor do projeto e também o relatório, na medida em que ele acaba adequando esse dispositivo, que já é previsto no CPC, para as audiências na Justiça do Trabalho.

Nós temos realmente... E eu fui advogada também durante alguns anos, antes da magistratura, e é muito difícil quando o juiz presente no átrio ou no edifício da junta não inicia as audiências ou não realiza as audiências, e o trabalho dos advogados acaba ficando trancado por conta disso.

Então, aqui o meu elogio à iniciativa, que dá, com certeza, muito mais celeridade à Justiça do Trabalho.

Muito obrigada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, vista...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou ter que conceder vista ao Senador Alessandro Vieira, vista coletiva. Peço desculpa ao autor, que veio inclusive para poder se manifestar.

Passemos agora ao item 25 da pauta, não terminativo. Nós temos, em seguida, três terminativos e temos quórum. Se não houver pedido de vista, nós teremos três votações nominais ainda na manhã de hoje. Eu pediria um pouquinho de compreensão dos colegas. Mas estamos avançando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante dizer que até o pedido de vista é um cumprimento de uma etapa do processo legislativo e faz com que os projetos andem. O que significa? Semana que vem esses projetos terminativos estarão na pauta e, automaticamente, se houver quórum, serão votados.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, de 2015

- Não terminativo -

Acréscie art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Autoria: Deputado Irajá

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta

Observações:

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

A autoria é da Câmara dos Deputados, na época do Deputado Irajá, hoje nosso Senador.

O projeto não é terminativo nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Senador Esperidião já está avançando aqui na discussão de que o tema é um tema interessante.

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara 164, que é o Projeto de Lei 7.093, de 2014, na origem, de autoria do então Deputado Irajá Abreu, agora o nosso Senador Irajá, que está aqui conosco, que altera a Lei de Registros Públicos, a Lei Federal 6.015, de 1973, para dispensar o alvará de construção expedido pela prefeitura municipal na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de cinco anos, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.

O projeto é composto de três artigos.

O art. 1º indica que o objeto da lei é o acréscimo de artigo à Lei de Registros Públicos, no âmbito das suas disposições finais e transitórias, para dispor sobre averbação de construção residencial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º insere o art. 290-B à tal lei, a fim de dispensar, na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de cinco anos, o alvará de construção expedido pela prefeitura municipal, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.

O art. 3º traz cláusula de vigência imediata, ao tempo da publicação da respectiva lei.

Na justificação, o autor argumenta que o projeto busca possibilitar que construções antigas destinadas à moradia unifamiliar sejam objeto de negócios imobiliários, sem que se exija o respectivo alvará de construção na averbação da construção. Assim, segundo sustenta, um dos grandes benefícios do projeto seria a “dinamização dos mercados imobiliários em bairros e cidades economicamente menos favorecidos”.

Na oportunidade de sua leitura nesta Casa, a proposição foi distribuída à CDR e a esta CCJ, sendo que, na CDR, ela logrou receber parecer favorável, sem alterações.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 101, compete a esta Comissão opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas.

O PLC nº 164 não apresenta vício de natureza regimental.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLC nº 164, de 2015. Compete à União legislar sobre a matéria. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Não há violação de cláusula pétrea, nem reserva temática de iniciativa.

Em relação ao mérito, Sra. Presidente, entendemos que a proposta merece aprovação e deve contribuir para a regularização registral de inúmeros imóveis urbanos, que entrarão formalmente no mercado imobiliário e poderão ser objeto de negócios com acesso a financiamento imobiliário. Além do benefício para as famílias que terão os seus imóveis regularizados, o aumento da oferta de imóveis em condições de serem financiados favorece também as pessoas que buscam adquirir a casa própria.

Para isso, o projeto insere na Lei de Registros Públicos artigo que dispensa o alvará de construção expedido pela Prefeitura Municipal na averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de cinco anos, inclusive para o fim de registro ou averbação decorrente de financiamento à moradia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O dispositivo claramente busca promover a regularização registral desse tipo de imóveis. No entanto, observa-se a existência de uma impropriedade técnica no texto que busca dispensar o alvará de construção expedido pela Prefeitura Municipal na averbação de construção no Registro de Imóveis.

O artigo 246, §1º, da Lei de Registros Públicos estabelece que as averbações a que se referem os itens 4 e 5 do inciso II do artigo 167 – entre elas as averbações de construções – serão feitas a requerimento do interessado, com firma reconhecida, o qual deverá ser instruído com documento comprobatório fornecido pela autoridade competente.

Esse documento é o Certificado de Conclusão ou o Auto de Regularização da Construção, conhecidos como “habite-se”, que é expedido pelo setor competente da municipalidade (ou do Distrito Federal), e não o alvará de construção, que é uma licença prévia que apenas autoriza a execução da obra e que não é exigido na averbação de construções no registro de imóveis.

A dispensa do “habite-se” com o propósito de regularização registral não é medida estranha ao ordenamento jurídico, como se pode observar na Lei nº 13.465, de 2017, que dispõe, dentre outras coisas, sobre regularização fundiária urbana. Há previsão de dispensa de apresentação do “habite-se” para o registro dos conjuntos habitacionais que compõem a Regularização Fundiária Urbana – Reurb (art. 60) – ou para a averbação das edificações no caso da Reurb de Interesse Social – Reurb-S (art. 63), medidas que facilitam a regularização registral dos imóveis abrangidos pela mencionada Lei.

Apesar da existência desse mecanismo de dispensa na Lei nº 13.465, de 2017, deve-se ressaltar que o propósito de regularização registral presente no PLC nº 164, de 2015, possui uma amplitude maior, para abranger a averbação de construção residencial urbana unifamiliar de um só pavimento finalizada há mais de cinco anos de quaisquer imóveis, ainda que não inseridos no programa instituído pela Reurb.

Entretanto, para que a norma proposta no PLC nº 164, de 2015, torne-se consentânea com o nosso ordenamento jurídico e seja capaz de produzir efeitos, é necessária a aprovação de emenda de redação que substitua a dispensa do alvará de construção pela dispensa do “habite-se”, como é feito na lei de regularização fundiária urbana mencionada, que utiliza a expressão de uso consagrado, capaz de abranger as diferentes nomenclaturas utilizadas pelas diversas prefeituras do País.

No mais, entendemos que a legislação proposta representa um avanço na regularização registral dos imóveis de inúmeras famílias brasileiras, com largo alcance social, e se mostra absolutamente compatível com a Constituição Federal.

Por fim, em relação à técnica legislativa, convém que seja aprovada outra emenda de redação para melhor especificar na ementa o objeto da lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto, portanto, Sra. Presidente, pela aprovação do PLC nº 164, de 2015, com as emendas que se seguem.

Eu queria, Sra. Presidente, em aditamento, antes de iniciar a discussão, se me permite, esclarecer aos nobres pares, primeiro, que já há precedente sobre a matéria, em razão da Lei Federal 13.465, que trata da Reurb na área social. A proposta do Senador Irajá, que é anterior à Reurb – ela é de 2014, e a Reurb, de 2017 –, propõe que a residência, normalmente em áreas de baixa renda, unifamiliar de um só pavimento que não tenha o alvará e que, portanto, não tenha o "habite-se" possa ser inserida no mercado imobiliário.

Há um temor, que será apresentado na discussão agora ou depois da vista, quanto às áreas de risco, matéria que não foi tratada na Reurb. Nós poderíamos até excepcionar, desde que previsto no Plano Diretor.

Nós não podemos, a meu juízo, concordar – e concordo com o Senador Irajá – com o fato de que esses imóveis construídos com sacrifício pelas famílias mais humildes, por omissão, inação das Prefeituras, fiquem sem o "habite-se". Então, depois de cinco anos de silêncio da Administração – aliás, há até um projeto sobre essa matéria em tramitação na Casa –, o cidadão, normalmente mais humilde, fique sem acesso ao financiamento e até à alienação.

Então, é o complemento que faço ao voto do projeto muito meritório do Senador Irajá.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Normalmente cidadão de boa-fé.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de fazer o pedido de vista, em consideração à nímia gentileza do Relator, que já promoveu uma parte dos esclarecimentos que eu lhe requeri, que eu costurei, que eu supliquei, para usar linguagem mais adequada, eu quero acrescentar que vou pedir vista não sem antes reconhecer três coisas: primeiro, que a Lei Federal 13.465 é uma lei de grande sabedoria, porque ela reconhece o fato brasileiro, nacional: mais de 50% das construções no Brasil são irregulares. No Município de São Paulo, esse percentual é de 55%, vejam bem, onde a Administração Pública, teoricamente, dispõe de mais recursos tecnológicos, de fiscalização.

A grande questão que se suscita aqui, e é por isso que eu peço vista, é que não se trata apenas de área de risco, trata-se de área da União, de mangues, dunas, tudo aquilo que o Reurb ressalvou e aqui não é ressalvado. Nós estamos aqui criando a seguinte figura: "Eu vou dar o "habite-se", vou dar, portanto, certificado de propriedade para o que você construiu". Onde? Não interessa. Onde não interessa. Ninguém sabe onde foi construído. Eu estou dando certificado de propriedade, "habite-se",





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que o Registro de Imóveis registre. A partir daí está averbado um bem que vai entrar no mercado. V. Exa. leu isso e é verdade.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Se me permite, Senador Amin, só um esclarecimento?

Na realidade, Senador Amin, não estamos discutindo aqui a propriedade. Ele tem de comprovar a propriedade. Nós estamos discutindo a construção, se a construção está de acordo com as regras edilícias do Município. Se ele não comprovar a propriedade, mesmo com essa lei, é claro que não será registrado. Nós estamos pensando na questão formal só do alvará para o "habite-se". A propriedade jamais será concedida independente da comprovação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Averbação em cartório de que eu sou dono do imóvel que eu construí, independente da propriedade, se pública ou privada, do local que suporta construção é o primeiro risco que eu considero no projeto e vou examinar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Amin... Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O segundo é: se ele estiver construído num bem da União – mangue, duna, ou área de preservação permanente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Amin.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Marcos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para concluir. O meu pedido de vista já está feito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já está feito. Eu não posso...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pediria um aparte a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não cabe aparte. Eu peço desculpa apenas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou me alongando em consideração ao Relator...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Permiti o aparte ao Senador Anastasia porque ele é o Relator.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não estou tirando, eu não estou tirando o mérito do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu acredito que nós estamos diante de dois Senadores extremamente experientes porque foram Governadores de grandes Estados...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E Prefeito duas vezes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e têm condições de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A senhora foi Prefeita.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

O projeto é mais do que meritório, mas percebo que o Senador Esperidião Amin quer contribuir com alguma emenda que possa restringir o alcance desse "habite-se". É mais do que justificado.

Ele já adiantou o pedido de vista. Nós estamos com quórum, e é muito difícil ter quórum para deliberar. Como ele já pediu vista e nós vamos ter tempo suficiente para discutir na semana que vem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu o faço da maneira mais respeitosa, tanto em relação ao pleito do Senador Irajá quanto em relação à ponderação do Relator, que é uma referência para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, concedida vista coletiva.

Mas, por favor, V. Exa. vai continuar com o microfone, porque o próximo item da pauta é o item 29, terminativo, que tem relatoria de V. Exa. e é de autoria do Senador Antonio Anastasia. Então, está tudo em casa, resolvido o conflito. Eu até, aqui... Foi muita sorte, não inverti o item da pauta, era o próximo item mesmo a ser deliberado.

ITEM 29**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, de 2015****- Terminativo -**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal para determinar que o prestador de serviços públicos deverá divulgar informações aptas a demonstrar a eficiência dos serviços prestados.

Autoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatoria: Senador Esperidião Amin.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal.*

Nós temos quórum, Senador Esperidião Amin. Então, dependendo do teor e da extensão do relatório de V. Exa., nós conseguiríamos, se não houver pedido de vista, votá-lo ainda hoje.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Maktub!* Nós sabemos o que quer dizer essa palavra. O Nasser, por exemplo, é tradutor dela: estava escrito...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estava escrito, era para ser assim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A língua é o chicote do corpo. Eu falei sobre o parecer do Senador Anastasia, e eu rogo que S. Exa. considere esta réplica – agora eu vou ler o meu parecer sobre um projeto de sua autoria – merecedora da retribuição encomiástica que eu lhe enderecei.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Vou direto ao relatório.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa – por isso é necessária a nossa atenção especial –, o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2015, do Senador Antonio Anastasia.

O projeto altera a redação do inciso III do art. 31 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para inserir uma nova obrigação ao prestador de serviços públicos concedidos. Pela nova redação, a concessionária deverá divulgar, periodicamente, “diagnóstico atualizado da realidade objeto do serviço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e descrição de metas a serem alcançadas, com a definição dos respectivos indicadores quantitativos e qualitativos”.

Este projeto vem ao encontro de tudo o que eu aprendi na Administração Pública. Ou a Administração Pública é pautada por indicadores, que podem ser quantitativos ou qualitativos, ou nós vamos ficar navegando no escuro, nas aparências e na subjetividade. Por isso, quero aplaudir a iniciativa do Senador Anastasia.

Por ser um projeto terminativo, eu vou retomar apenas a parte final do meu relatório, que é extenso, para dizer o seguinte.

É importante enfatizar que a Constituição Federal, em seu art. 175, parágrafo único, inciso IV, dispõe ser obrigação do prestador de serviços públicos manter o serviço adequado sempre. Já o §1º do art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995, já mencionada, preceitua que o serviço adequado é aquele que atende às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

A presente proposição tem a virtude de aperfeiçoar os mecanismos de controle da qualidade da prestação dos serviços públicos delegados, concretizando o mandamento constitucional.

Em resumo, portanto, pode-se dizer que o PLS é merecedor de aprovação, por permitir, de forma adequada, o aperfeiçoamento, pela via da transparência e do relatório periódico, do controle da qualidade dos serviços públicos, tão detratados – geralmente, com razão – no Brasil.

Entendemos que a proposição comporta um pequenino aperfeiçoamento. Como diz o Senador Otto Alencar, eu não resisto à tentação de fazer uma pequena emenda, nem que seja de redação.

Na justificação que acompanha o projeto, há a menção inequívoca de que a finalidade é tornar regra a obrigação de divulgar – aí vem a transparência – as novas informações especificadas.

Sendo essa a intenção da proposição, sugerimos que em vez de “sem prejuízo” seja substituído por “observada a obrigação de”. Ou seja, ela não é um prejuízo, ela é o enaltecimento do objetivo do projeto. É que o termo “sem prejuízo” pode autorizar uma interpretação de que a obrigação é um prejuízo. Não é, a transparência é o grande mérito que ele enseja.

Portanto, mais do que o próprio Relator pretendeu, essa pequenina alteração de redação, que não compromete a tramitação do projeto, é o elogio definitivo que eu faço.

E a emenda, tenho que ler:

III – prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato, observada a obrigação de divulgar, periodicamente, diagnóstico



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

atualizado da realidade objeto do serviço e descrição de metas a serem alcançadas, com a definição dos respectivos indicadores quantitativos e qualitativos.

Este é o voto, portanto, com essa pequenina alteração de emenda.

E, finalmente, Sra. Presidente, eu quero me congratular com esse projeto também pelo momento que o Brasil vive. Nós já incrementamos bastantes parcerias, concessões e nunca será demais aperfeiçoar os mecanismos de avaliação para saber se o povo está sendo razoavelmente bem atendido.

É o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Oriovisto.

Em discussão já, agradecendo a relatoria do Senador Esperidião Amin.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discutir.) – Na verdade, não quero discutir, quero apenas perguntar ao Senador Esperidião Amin quais serviços estão sendo focados.

Porque veio na minha cabeça o seguinte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Eu sei, mas, por exemplo, uma rádio, uma televisão é uma concessão do Poder Público. Ficariam esses proprietários de emissoras de rádio e TV obrigados a esse relatório?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma pergunta muito interessante. É um serviço público concedido pela União.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tem que ter alguma espécie de prestação de contas.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – E aí não vamos ter um problema? Como é que fica a liberdade de imprensa nisso?

Porque, por exemplo, eu entendo com facilidade, Senador, uma estrada, um serviço de água e esgoto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Transporte coletivo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... transporte coletivo; isso eu consigo entender bem, mas eu tenho uma dificuldade para entender como fica a questão da imprensa, os serviços de radiodifusão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Isso remete ao texto base que ele está retificando. Eu aqui quero retificar: na 8.987, o serviço de comunicação não está incluído.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Como?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele modifica a Lei 8.987, que não focaliza os serviços de...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Então, estariam fora?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é objeto da Lei 8.987. Se alguém puder ter o texto da lei aí... Lei 8.987.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – É para também ajudar na discussão.

Senador Oriovisto, aqui a proposta é de acordo com o contrato de concessão. Quando o contrato de concessão tiver a previsão dos indicadores, evidentemente tem que ser dado o diagnóstico e a publicidade, onde houver essa determinação. Eu não conheço contratos de concessão de rádio e TV, mas certamente há necessidade de se prestar contas – se a rádio ficou no ar, se não houve interrupção dos programas –, de acordo com o respectivo contrato de concessão, desde que abrangido pela lei geral dos serviços públicos. Nós não vamos criar aqui uma obrigação nova; é um detalhamento daquilo que está previsto no respectivo contrato ou termo de outorga daquela concessão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Isso significa, Senador, que, num contrato de concessão de um pedágio de rodovia, se não estiver no contrato, não haverá necessidade de prestar contas?

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Não. O contrato necessariamente preverá, mas evidentemente as obrigações do particular em relação ao Poder Público se cingem ao que está no contrato. Ele não será obrigado a nada, a não ser ao que está no contrato, mas é evidente que, numa concessão de rodovia, numa concessão de água, numa concessão ferroviária, de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aeroporto ou de linha aérea, a prestação de contas é um consentâneo natural que está previsto no contrato, até porque a lei geral dos serviços públicos obriga que seja feita a prestação de contas. Inclusive, é norma constitucional hoje.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para complementar: a Lei 8.987 remete, Senador Oriovisto... A Lei 8.987 é o cerne da questão. Ela nos remete ao art. 175 da Constituição Federal, e daí vem agora a certeza com que eu posso lhe dizer que o serviço público de comunicação não é objeto desse texto. Eu vou ler o 175.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Estou satisfeito, então. Se não é, está tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) –

Art. 175. Incumbe ao poder público, na forma da lei [e é isso que a Lei 8.987 faz], diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre [é o que nós estamos tratando]:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II – os direitos dos usuários;

.....

Portanto, a lei é que estabelece os direitos dos usuários.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Permita-me só... O art. 41, Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que esse texto faz é aperfeiçoar.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – O art. 41 da lei que eu modifico diz: "O disposto nesta Lei não se aplica à concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens".

Está resolvido o problema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E mais, o terceiro item que exclui o serviço de concessão de rádio e televisão é: "III – política tarifária". O conceito aqui é do serviço público remunerado pelo quê? Pela tarifa. Então, pedágio vale, concessão não. Concessão de rádio e televisão...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Agradeço.

Não há mais oradores inscritos.

Nós vamos encerrar a discussão e abrir o painel para votação.

Consulto as Sras. e Srs. Senadores se podemos realizar votação única para o projeto e a emenda de redação apresentada pelo Senador Esperidião Amin. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, portanto, votação única.

Está aberto o painel. Trata-se de matéria terminativa, portanto, nominal.

As Sras. e Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sra. Presidente, permita-me só agradecer ao Senador Esperidião Amin pela relatoria do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Agradeço muito a V. Exa., e é verdade que temos sempre no Senador Amin uma grande reserva intelectual e moral como relator de projetos relevantíssimos. Fico muito agradecido pelas palavras que me dirigiu na discussão desse projeto, que avança no controle da gestão pública.

Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Relatar bom projeto é fácil. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já temos 13 Senadores, 14. Eu indago aos Senadores presentes se todos já votaram e se podemos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, pelo menos mais um. Vamos aguardar. (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, enquanto nosso Senador Otto aqui registra o voto...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, com a palavra o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Só quero parabenizar a iniciativa dele, acho que vou fazer a mesma coisa no meu gabinete. Ele tem um quadro muito bom, chamado "crise do dia", aí todo dia ele publica a crise. Hoje eu olhei, está lá: "A crise viajou". Ficou muito bom. (*Risos.*)

Parabéns, Senador!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Por isso está essa calma toda.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Brasília está mais calma, cadê a crise? Viajou. Registrado. Vamos fazer um quadro desse lá no nosso gabinete também.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E viajou com direito a levar Dias Toffoli.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estamos aguardando apenas um Senador, que acaba de chegar, para proferir seu voto, e encerraremos a votação nominal. (*Pausa.*)

Esta Presidência comunica aos colegas que temos apenas mais dois projetos terminativos, um inclusive da relatoria do Senador Wellington Fagundes, que se prontificou a fazer um relatório bem sucinto para que possamos manter o quórum, e, por fim, o projeto de relatoria da Senadora Rose de Freitas. Em seguida, voltaremos à pauta. Então, temos apenas dois terminativos.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Qual é agora?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estamos encerrando, Senador Weverton, todos os terminativos, temos apenas mais dois, cujas relatorias são simplificadas, inclusive uma já foi feita.

Eu vou abrir o painel. Acredito que todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores já votaram.

Está encerrada, portanto, a votação.

Peço à Secretaria que nos auxilie e abra o processo de apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foram 16 votos SIM; nenhum voto NÃO; abstenção 0.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, estão aprovados o projeto e a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Também é terminativo o item 8 da pauta.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, de 2018****- Terminativo -**

Altera o art. 54 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim ressaltar da gratuidade de despesas de acesso ao Juizado Especial os atos judiciais praticados por oficial de justiça, nos casos em que a parte não seja beneficiária da gratuidade da justiça.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

- Em 08/05/2019, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Já foi lido o relatório, pela aprovação, com uma emenda de redação que apresenta.

Eu coloco em discussão o PLS 227, de 2018.

Se houver necessidade, podemos... *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há quem queira discutir.

Encerrada a discussão.

Portanto, vamos direto à votação.

Consulto às Sras. e aos Srs. Senadores se podemos proferir uma única votação para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos concordam. Portanto, vamos a uma votação única, lembrando de que se trata de uma votação nominal.

O painel já está aberto.

(Procede-se à votação.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu gostaria de perguntar a V. Exa. a questão do item 2, que já foi lido e tem um voto em separado. Eu acho que...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É. Eu só encerro a primeira chamada...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim. Exatamente o que eu queria propor era depois, se pudesse, colocá-lo em votação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o item 2 passa a ser o primeiro item da segunda chamada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu já li, já há o voto em separado...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem problemas. Só encerraremos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Podemos apreciar ou o meu relatório ou relatório do Senador Major Olimpio.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem problema.

Faremos a segunda chamada, e, se chegar um Senador depois, faremos a terceira chamada. Não há nenhum problema. Todos os projetos serão deliberados.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – É que o voto em separado é do Senador Major Olimpio, e ele não está presente. Então, eu gostaria de pedir que esse



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

item ficasse adiado para que pudéssemos contemplar o voto em separado e eventual manifestação dele.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelo Regimento, Senadora, no voto em separado não precisa estar presente o autor da relatoria, mas fica a critério do Relator, que pode entender necessário votarmos hoje ou podemos pautar para a semana que vem.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Aceito a ponderação da Senadora sem nenhum problema.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Otto pela concessão. Portanto, resolvido o problema.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, de 2018****- Não terminativo -**

Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.

Autoria: Deputado Marcos Montes

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 24/04/2019, foi recebido Voto em Separado do Senador Major Olímpio contrário ao Projeto;
- Em 08/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Marcos Rogério e à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais.)

Continuamos em votação.

Com a palavra, pela ordem, Senadora Rose de Freitas, que é a Relatora do último projeto terminativo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, levando em consideração as observações feitas pelo Senador Marcos Rogério, que vai aprofundar no seu voto em separado, eu gostaria de pedir que fosse colocado em votação na próxima semana, em respeito à solicitação feita por ele.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Atendido o pedido de V. Exa.

Então, o item 6 está adiado para a próxima semana.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 6**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, de 2017****- Terminativo -**

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.

Autoria: Senador Jorge Viana

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;
- Em 24/04/2019, a Presidência concedeu vistas à Senadora Juíza Selma e ao Senador Marcos Rogério nos termos regimentais;
- Votação nominal.
- Em 08/05/2019, foram recebidos os Votos em Separado da Senadora Juíza Selma e do Senador Marcos Rogério, pela rejeição do Projeto.)

Pergunto e indago às Sras. e aos Srs. Senadores se todos já proferiram os seus votos, se podemos abrir o painel de votação.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) –
Encerrada... Não: falta apenas a Senadora Rose, porque estava levantando uma questão de ordem.
(*Pausa.*)

Encerrada a votação, vamos abrir a apuração. (*Pausa.*)

Votaram SIM 15 Srs. Senadores; NÃO, nenhum.

Houve uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o projeto e a Emenda nº 1, que é de redação, da CCJ.

A matéria será encaminhada para as providências cabíveis.

O último item da primeira chamada é o item 28, do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Relatoria: Jorge Kajuru.

ITEM 28

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21, de 2019

- Não terminativo -

Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta

Concedo a palavra ao Senador Jorge Kajuru, para proferir o seu relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para proferir relatório.)
– Obrigado, Presidente Senadora Simone Tebet.

Relatório de imediato.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 21, de 2019, do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o art. 1º da proposição estatui que a lei complementar que se quer aprovar regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República...

Eu vou direto ao art. 2º, que dispõe o que compete a ele, ao Vice-Presidente da República:

I - substituir o Presidente da República, no caso de impedimento, e suceder-lhe, no caso de vacância;

II - auxiliar o Presidente da República, sempre que por ele convocado para missões especiais;

III - participar do Conselho da República;

IV - participar, como membro nato, do Conselho de Defesa Nacional;

V - dar assistência direta e imediata ao Presidente da República:

a) no desempenho de suas atribuições;

b) na coordenação e na integração das ações do Governo;

c) na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e entidades da Administração Pública federal;

d) na coordenação e secretariado do funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social;

e) o auxílio, na supervisão e na avaliação da execução das ações e atividades dos Ministros de Estado;

f) nas análises de políticas públicas e temas de interesse do Presidente da República e na realização de estudos de natureza político-institucional;

VI - exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República.

Por fim, o art. 3º estabelece que a lei que se quer adotar entrará em vigor na data de sua publicação.

A justificação da iniciativa declara que o presente projeto de lei complementar tem por objetivo regulamentar o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República e que, embora prevista no referido dispositivo constitucional, a lei complementar em questão ainda não foi editada, mesmo após quase 29 anos da edição da Carta Magna (na verdade, agora já há mais de 30 anos).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, a justificação esclarece que o projeto de lei em pauta replica, nos quatro primeiros incisos do seu art. 2º, as competências e atribuições do Vice- Presidente da República já estabelecidas pela Constituição Federal e que, no inciso V, alíneas “a” a “f”, estão sendo especificadas outras atribuições não constantes do Texto Magno, mas que são intrinsecamente ligadas à atividade do Vice- Presidente da República, especialmente para dar assistência direta e imediata ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições.

Não há, Presidente Simone, Sras. e Srs. Senadores, emendas apresentadas.

Análise.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre o presente projeto de lei, nos termos do previsto no art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Com relação à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, registramos que não há óbices à livre tramitação do projeto de lei sob análise, uma vez que a Constituição Federal dispõe que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, legislar sobre todas as matérias da competência da União (art. 48, *caput*), facultada a iniciativa parlamentar, nos termos da regra geral prevista no art. 61 também da Lei Maior.

Ademais, a lei complementar em questão está expressamente prevista no art. 79, parágrafo único, do Estatuto Magno e, conforme bem ponderado na correspondente justificação, ainda não foi aprovada pelo Congresso Nacional, 30 anos após a edição da Carta Magna.

Outrossim, as competências atribuídas ao Vice-Presidente da República arroladas nos incisos I a IV do art. 2º da presente proposição constam expressamente da CF (arts. 79; 89, I e 91, I).

E as competências atribuídas pelo inciso V e VI estão em plena consonância com as funções de auxílio e coadjuvação previstas na CF.

Por outro lado, parece-nos certo que a aprovação do presente projeto de lei contribuirá para reforçar a institucionalização da Vice-Presidência da República, ao formalizar e registrar as competências e atribuições do seu titular, o que trará ganhos para o nosso Estado democrático de direito.

Estamos apenas, então, propondo uma emenda de redação, para suprimir na alínea “e” do inciso V do art. 2º a expressão inicial o “auxílio” – entre aspas –, que nos parece, Presidente Simone Tebet, estar truncada no contexto do dispositivo, além de ser desnecessária, a meu ver, pois o enunciado do referido inciso já estatui que compete ao Vice-Presidente da República “dar assistência direta e imediata ao Presidente da República”, implica de novo a palavra – entre aspas – “auxílio”.

Vou diretamente ao voto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLP nº 21, de 2019, e quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)

Suprima-se, na alínea “e” do inciso V do art. 2º, a expressão inicial “o auxílio”.

Assim voto.

Presidente, agradeço.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Jorge Kajuru. Já agradeço, pois V. Exa. foi o primeiro a chegar. Hoje V. Exa. conseguiu ganhar até do Senador Anastasia, que normalmente é o campeão aqui na pontualidade. Era infelizmente o último item da pauta e aguardou pacientemente. Agradeço a V. Exa.

Coloco em discussão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mesmo sendo diabético.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mesmo sendo diabético.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E louco para alimentar-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim que terminar a primeira chamada nós vamos abrir mão da presença de V. Exa. por três minutos apenas. Depois V. Exa. volta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, para discutir a matéria, o Senador Marcos Rogério. Depois o Senador Tasso e o Senador Alessandro Vieira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sra. Presidente, não vou fazer a discussão. Só estou pedindo pela ordem, até pelo relevo da matéria, para saudar, cumprimentar o Senador Veneziano pela iniciativa, que cumpre um mandamento constitucional que era o de disciplinar essa matéria por lei complementar. Assim o faz.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas considerando a importância do tema, o quanto inova e a construção do texto que apresenta, eu vou fazer o pedido de vista.

Considerando o inciso VI, do 2º, quando ele expressa: "Exercer outras atribuições que lhe forem designadas pelo Presidente da República", o que a gente tem que ter cuidado numa matéria dessa natureza é que o Vice-Presidente não é subordinado ao Presidente da República, ele é um agente eleito.

Então, a matéria é meritória, acho que tem acerto a iniciativa do Senador Veneziano, mas, considerando a grandeza do tema e o quanto inova, o pedido de vista para essa reflexão quanto à construção do texto acho que é medida de prudência e razoabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O importante é que caminhemos. V. Exa. pediu vista e tenho certeza de que, se houver necessidade, vista coletiva para algum aperfeiçoamento não impedirá; ao contrário, se for o caso, só melhorará o projeto.

Encerrada a primeira chamada da pauta, passemos à segunda chamada da pauta.

Sobre a mesa dois requerimentos de autoria do Senador Marcelo Castro.

ITEM 35**REQUERIMENTO Nº 18, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da CF c/c art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de reunião de Audiência Pública nesta Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir o PLC nº 175/2017, que "Regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial."

- *Luiz Tenório de Paula - Presidente do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro, Representante dos Sindicatos;*
- *Paulo Maria Teles Antunes - Representante da Associação Brasileira dos Leiloeiros e Entidades (ASBRALE);*
- *Larissa Maria de Moraes Leal - Representante das seguintes entidades: Associação Gaúcha dos Mutuários (AGM) e Associação dos Mutuários e Moradores de Minas Gerais (AMMMG);*
- *Dalton Luiz de Moraes Leal - Leiloeiro Público, Representante dos Leiloeiros Públicos;*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

• *Fabiana Lopes Pinto Santello - Presidente da Associação Brasileira de Gestoras de Alienações Judiciais e Extrajudiciais – ABRAGES;*

• *Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Presidente do Sindicato do Leiloeiros Oficiais do Norte e Nordeste do Brasil - SINDILEI e Presidente da ALEIBRAS - Associação da Leiloaria Oficial Brasileira;*

• *Daniel Carnio Costa - Membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ;*

• *Eronides Santos - Promotora de Justiça - Ministério Público de Falências.*

Autoria: Senador Marcelo Castro Eu coloco em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Aguardamos, portanto, do Senador Marcelo Castro, a data para que possamos marcar a audiência pública.

O segundo, também do mesmo autor.

ITEM 36**REQUERIMENTO Nº 19, de 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 115/2015, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. *Guilherme Zanina Schelb, Procurador Regional da República e Mestre em Direito Constitucional pela UFPR;*

2. *Paulo Penteado Teixeira Junior, Promotor de Justiça e Presidente da Associação Paulista do Ministério Público;*

3. *Fabício Juliano Mendes Medeiros, Advogado e Professor de Direito Constitucional no Instituto de Direito Público Brasiliense;*

4. *José Damião Pinheiro Machado Cogan, Desembargador do TJ/SP;*

5. *Marisa Rita Riello Depman, Advogada;*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

6. Elias Miler da Silva, Coronel da PMSP; Advogado; Doutor e Mestre em Segurança e Ordem Pública.

Autoria: Senador Marcelo Castro

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Aguardamos de V. Exa., Senador Marcelo Castro, data para que possamos agendar a audiência pública.

Passamos agora para a segunda chamada no item 12.

Esse projeto – aqui apenas para lembrar – já teve seu relatório lido. Vamos direto à votação.

ITEM 12**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, de 2017**

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

Autoria: Deputada Leandre.

Relatoria: Senadora Rose de Freitas.

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

- Em 08/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Marcos Rogério, nos termos regimentais.

Em 8 de maio, a Presidência concedeu vista ao Senador Marcos Rogério, que até o momento não se manifestou.

Então, coloco já a matéria em discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se do item 12, que altera o Estatuto do Idoso para criar o Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.

Estamos em discussão.

Para discutir, tem a palavra o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra.

Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quando foi apresentado esse projeto, eu suscitei aqui uma preocupação quanto à sua inconstitucionalidade. Já, inicialmente, estou dizendo que supero essa preocupação, mas, quanto à emenda de redação que foi feita, eu tenho uma ponderação a fazer com a Relatora, a Senadora Rose. Eu queria fazer essa manifestação apenas no sentido de orientar, porque, da maneira como está, me parece que o projeto perde um pouco o seu sentido.

Pedi vista para analisar se haveria a pecha de inconstitucionalidade no presente PLC, tendo em vista que o primeiro relatório apresentado manifestava-se pela rejeição por conta de inconstitucionalidade, e o relatório reformulado em 6/5/2019 foi pela aprovação. Assim, após a análise, verifico que não se trata de projeto de lei de caráter autorizativo, o que poderia acarretar inconstitucionalidade ao PLC, nos termos do Parecer 903, de 2015, da CCJ.

No caso, o projeto de lei efetivamente cria Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa Idosa, determinando que, na forma da emenda da Relatora, será administrado pelo Poder Público – pelo Poder Público.

Outro aspecto que poderia acarretar inconstitucionalidade ao PLC reside em eventual vício de iniciativa parlamentar, que poderia ser identificado na proposição, pois a instituição, organização e gestão de cadastro teriam o condão de criar despesa para a Administração Pública, invadindo competência privativa do Chefe do Executivo.

Contudo, na linha da jurisprudência do STF, em sede de repercussão geral, foi assegurado que o recurso extraordinário, com agravo, se reconheceu: "Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.

Dessa forma, ainda que seja possível que a instituição do Cadastro Nacional acarrete alguma despesa ao Erário, o PLC não cuida de reorganizar a estrutura ou a atribuição estatal para cumprir sua finalidade, de maneira que entendo não existir vício de iniciativa no PLC ora analisado.

Contudo, a respeito da emenda de redação apresentada no relatório da Senadora Rose de Freitas, entendo que não pode ser tida como emenda de redação, pois pretende substituir "Poder Executivo" por "Poder Público", o qual – há toda evidência – compreende não só o Poder Executivo, como também o Poder Legislativo e Judiciário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, acredito não ser o intento do PLC atribuir a algum dos demais Poderes, que não seja o Executivo, a administração do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa Idosa. Ou seria isso? Ou é isso o que pretende a emenda?

Logo, dentro desse raciocínio, admitindo-se que o PLC é dirigido ao Poder Público – isto é, Executivo, Legislativo e Judiciário –, há inclusive a possibilidade de o Poder Executivo se desincumbir da tarefa da administração do cadastro, não o instituindo.

Nesse sentido, peço vênias à Relatora para afirmar que, a meu sentir, quanto a esse ponto do relatório, há o exercício de malabarismo jurídico, de modo a camuflar o real destinatário da norma: o Poder Executivo.

A esse respeito, colaciono trecho do relatório:

Tal ajuste, meramente redacional, não altera o mérito da proposta, que é o de possibilitar que a União, Municípios, Estados e o Distrito Federal possam criar e fazer uso desse importante instrumento de gestão, cabendo obviamente à União, por regulamento, estabelecer as linhas gerais.

Veja, numa parte se tira a expressão "Executivo", e, na outra, quando vai definir a política, está estabelecido quem são os atores do processo.

Ora, se cabe à União, por regulamento, estabelecer linhas gerais, estamos a tratar obviamente do Poder Executivo.

Assim, entendo que o PLC 170, de 2017, é constitucional e, por conta das razões expostas, voto pela aprovação do PLC nos termos originais, sem a emenda de redação proposta pela Relatora, por duas razões – e aqui faço esse diálogo com a Senadora Rose, por quem tenho o maior apreço. E creio que, talvez, a iniciativa dela de colocar a emenda de redação foi para, eventualmente, afastar alguma ideia de inconstitucionalidade: que não verifico nem na hipótese da versão original; mas, da forma como estabelecido, sim: ela muda o destinatário da política pública.

Então, além de não ser emenda de redação, porque você estaria a incluir os demais Poderes da República – e aí não é emenda de redação –, também você... É daquelas emendas, é daquelas narrativas de redacional que se mostra injurídica, porque não vincula, porque não cria obrigação.

Então, Senadora Rose, eu concordo com a matéria.

Peço vênias a V. Exa., se for o caso, para que mantenhamos o texto original, que atribui ao Poder Executivo a obrigação de fazê-lo, para preservar a matéria sem o vício formal de se tratar de emenda de mérito e não de redação e por ser justamente o Poder Executivo aquele que há de executar a política pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vislumbro, reitero, vício de inconstitucionalidade da matéria na redação original.

São as ponderações que faço, Sra. Presidente, respeitosamente, à minha nobre colega e Relatora da matéria, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Relatora, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Em que pesem todas as considerações, as quais agradeço, e referências do Senador Marcos Rogério, eu, quando falo que o cadastro será administrado pelo Poder Público, me dirijo às palavras conceituais colocadas no Estatuto do Idoso. Não sei, V. Exa. deve conhecer, como Parlamentar que é, que toda a intenção do projeto da Deputada Leandra foi exatamente criar esse cadastro para que nós possamos ter ações mais profícuas do Governo em relação ao atendimento do idoso. Só escrever o estatuto ou dirigir-se aos idosos, com uma série de regimentos, não ampara políticas de gestão para esse setor. De forma nenhuma.

Então, na verdade, não há vício – desculpe-me. O senhor é o jurista. Eu sou aprendiz de marinheiro. Mas fui Constituinte. Por ser assim, acho que não há vício. E nem por isso, por efeito secundário dessa intenção, se pode dizer que, ao dizer Poder Público, se trata também de excluir o Poder Legislativo, até porque, em falta da ação do Executivo em relação ao planejamento, à política de gestão de idosos, pode, sim, o Poder Legislativo cobrir essas lacunas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor vai falar? Então, deixe-me ouvir primeiro. Espere aí.

Pode falar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, o senhor não estava ouvindo. Nós estamos discutindo em paralelo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A palavra está com V. Exa., Relatora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não; ele falou. Eu gostaria de ouvir...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. está com a palavra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador... Se tiver alguma pergunta e isso for fundamental para que possamos avançar hoje, deferido; se não, eu gostaria que fosse deferida a palavra à Senadora Rose, Relatora, para encerrar, fazer as suas considerações.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Perfeitamente. Eu vou me adequar ao procedimento de V. Exa., mas, se ele estivesse me xingando baixinho, eu teria que responder baixinho, o que não foi o caso. Nós estamos apenas conversando, apenas arguindo questões de palavras aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fico feliz que eu não tenha que deliberar sobre esse conflito, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza, com certeza.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Rose...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele estava gentilmente me explicando que não seria o caso de emenda de redação, mas falava ao mesmo tempo, e eu pedi a ele que falasse novamente, para que eu entendesse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para consignar: foi exatamente isso que aconteceu, porque, quando ela disse assim: "Não, mas caberia também ao Legislativo...". Então, eu estou dizendo... Eu estou reafirmando: então, obviamente, não se trata apenas de emenda de redação...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, eu não escrevi isso, Sr. Senador.

Eu sei que o senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... é o pedidor oficial – estou no microfone – de vista desta Casa, eu entendo isso, estou dentro da sua agenda, mas quero dizer: na falta de atitude do Poder Público, pode-se encontrar abrigo dentro do Poder Legislativo.

Ele estava estabelecendo um voto em separado, e eu quero resguardar o direito, inclusive, de aprovar um projeto de lei da Deputada Leandra, com o objetivo de criar esse Cadastro Nacional da Pessoa Idosa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A falta de planejamento e a falta de informação não dão clareza na objetivação dos recursos públicos. Como direcionar e planejar políticas públicas para o idoso se não se conhece essa realidade estatisticamente?

Há pouco, o Senador Tasso Jereissati me perguntava sobre os idosos. Então, eu diria assim: o Estatuto dos Idosos já fala, Senador Tasso, sobre isso. Todos nós aqui, com exceção do Weverton...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós somos todos idosos aqui.

Alessandro diz que tem 30 anos. Não sei se é...

Eu vou ressaltar a Leila também. A Leila também. *(Risos.)*

Portanto, esse cadastro será administrado pelo Poder Público.

É importante que se constitua esse cadastro. Ele tem a capacidade de estabelecer condições, de permitir gestão dos recursos, para atender às políticas públicas que deveriam ser direcionadas aos idosos.

É isso que tenho a ressaltar, agradecendo, evidentemente, a colaboração do Senador Marcos Rogério.

E desculpe a brincadeira aí, Presidente. É porque tudo acontece ao mesmo tempo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagina! Já estamos no final, todos com fome... E até bom, porque desestressa um pouco.

Continua em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sra. Presidente... Flávio Arns.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu só quero dizer que não há discussão alguma em relação ao mérito. Quer dizer, todos nós concordamos que é importante, que é necessário, que precisa ser feito. Porém, eu quero me associar à preocupação do Senador Marcos Rogério, porque, de fato, tem que haver alguém que faça. Se a gente colocar três,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quatro, cinco órgãos fazendo, aí não fica mais um cadastro nacional. Alguém tem que ter essa responsabilidade. E eu penso que a expressão "Poder Executivo" fica muito bem colocada. Eu não trocaria para "Poder Público", de fato. E, aí, encerra-se a discussão e aprova-se o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Continua em discussão a matéria. Pergunto a V. Exa...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu entendo...

Desculpe-me o Senador Arns. Eu entendo quando ele pede o direcionamento da responsabilidade para a execução de um cadastro dessa natureza, mas eu tenho que me ater também à questão do Estatuto do Idoso, que fala exatamente da questão do Poder Público. Quer dizer, se o Governo Federal não o fizer, não teremos alternativa para construir outras formas que possam elencar o famoso cadastro nacional, ao qual nunca conseguimos chegar, ora por uma questão, ora por outra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Até me permito um aparte, Senadora, porque quem foi o Relator na Comissão de Direitos Humanos foi o Senador Paulo Paim – até o autor do estatuto, propositor do Estatuto da Pessoa Idosa –, e ele concordou inteiramente com o teor. Então, eu acho que está de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu indago à Relatora se votaríamos, se esperamos uma semana para V. Exa. reavaliar, ou a senhora se sente confortável para votar neste momento?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu me sinto confortável para votar neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então vamos colocar em votação, até porque não é terminativo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É uma matéria amplamente discutida...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é terminativo. Nós ainda temos condições de avançar nessa questão, inclusive em Plenário.

Eu coloco, portanto, em votação o projeto, nos termos do relatório... Desculpem-me: o relatório da Senadora Rose de Freitas. Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado, com o voto contrário...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, Sra. Presidente! Eu vou ressaltar apenas o meu entendimento, porque, quanto ao mérito, eu concordo absolutamente com o projeto. Eu só vou fazer ao Plenário a manifestação de que não se trata de emenda de redação, e a matéria terá que voltar à Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Portanto, aprovado, por unanimidade, neste momento...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... ou com voto em contrário do Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não... Eu até não entendi o encaminhamento da votação, porque é para não voltar para a Câmara, e temos logo esse cadastro... Eu até estava sugerindo que a gente votasse o voto em separado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Flávio, apenas para esclarecer, eu fiz a pergunta à Senadora. A Relatora entende que o seu relatório está completo e não vislumbra a possibilidade de alteração em uma semana. Consequentemente, nós encerramos a discussão, colocamos em votação, até porque não é terminativo. E no Plenário poderemos fazer as alterações, se for o caso.

Portando, está aprovado o parecer da Senadora Rose de Freitas...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com o voto divergente do Senador Flávio.

ITEM 16**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, de 2019**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no Congresso.

Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

- Em 08/05/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Esperidião Amin, nos termos regimentais.

Até o momento esses Senadores não se manifestaram.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu coloco em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu pediria a V. Exa., se fosse possível, determinar o sobrestamento dessa matéria.

Eu apresentei um conjunto de emendas, e o sistema da Comissão não aceitou no formato que eu apresentei, porque eu apresentei uma emenda só, alterando vários dispositivos. Não foi aceito. Nós estamos refazendo isso agora, individualizando as emendas, e não foi possível apresentar todas, porque o sistema é lento.

Enfim, eu estou pedindo apenas que a gente pudesse deixar para a próxima reunião, porque eu gostaria que todas as emendas fossem avaliadas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não vejo problema nisso, mas, regimentalmente, nós não temos o que fazer, a não ser se houver a concordância da Relatora. *(Pausa.)*

Como há concordância da Relatora, e por isso apenas... Eu esclareço aos colegas que só tomem cuidado em relação a essa questão de emendas. As assessorias podem, depois, dar toda a colaboração.

Em função disso, está sobrestada a discussão da matéria, adiada para a próxima semana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 57, de 2015****- Não terminativo -**

Dispõe sobre a adaptação do Regimento Interno do Senador Federal à Constituição Federal, definindo como aberta a votação nos casos em que especifica.

Autoria: Senador Reguffe

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 2 nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 1-PLEN.

Observações:

- Em 1º/12/2015, foi apresentada a emenda nº 1-Plen de autoria do Senador Romero Jucá;
- Em 07/05/2019, foi apresentada a Emenda nº 2 de autoria do Senador Lasier Martins;
- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Emenda nº 2 que foi, pelo que foi dito, aqui acatada pela Senadora Juíza Selma.

Não se trata de uma PEC.

Portanto, concedo a palavra à Senadora Juíza Selma, para proferir o seu relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, em razão de o relatório estar disponível aqui no sistema, eu me abstenho de lê-lo integralmente e passo diretamente à análise.

Em preliminar necessária, registramos que o projeto de resolução em exame obedece, em seu curso processual nesta Casa, ao que determina o art. 401 e seguintes do nosso Regimento Interno, pelo que, sob o aspecto da regimentalidade, não há o que opor.

Passando à análise dos termos da proposição, vê-se que o art. 1º, ao dirigir-se à inserção de parágrafos no art. 290 do Regimento Interno do Senado Federal, dispositivo esse que estabelece a regra de que as votações serão ostensivas, peca por deficiente técnica legislativa, já que o art. 32, §2º, da Norma Interna desta Casa, que trata especificamente da matéria, não é alterado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essa razão, temos para nós que merece acolhimento a Emenda nº 1-Plen, que localiza topologicamente melhor a matéria, além de incorporar importante decisão do Supremo Tribunal Federal relativa à forma de deliberação do Senado Federal no caso de prisão em flagrante de um de seus membros, tomada em 21/11/2015, nos autos da AC nº 4.039, e veicular alterações correlatas importantes ao Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Todavia, quanto aos termos dessa emenda, parece-nos desnecessária as referências aos arts. 35 e 36 que dela constam, dado que tais dispositivos não sofreram alteração, razão pela qual, na conclusão deste voto, apresentamos o texto que, a nosso juízo, deve remanescer.

Cremos também que cabem, no texto da emenda que estamos adorando, pequenas correções de redação, como a ultrapassada referência à Constituição Federal como “Const.”, encontrável por todo o corpo do Regimento Interno.

Por tal razão, oferecemos substitutivo que torna prejudicada a Emenda nº 1-Plen, acatando também a Emenda nº 2-CCJ, determinando que a eleição para os membros da Mesa do Senado Federal seja feita pelo voto aberto.

Quanto à matéria de fundo, indiscutível que o Regimento Interno desta Casa, cujo texto é pré-constitucional, necessita, de forma incontornável, caminhar alinhado não somente com o texto da vigente Constituição Federal, mas, igualmente, com a valiosa construção jurisprudencial da Corte Constitucional sobre o funcionamento interno do Senado Federal, a partir dos ditames constitucionais positivados.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 57, de 2015, nos termos do seguinte substitutivo, acatando a Emenda nº 2-CCJ, e restando prejudicada a Emenda nº 1-Plen.

O texto, Sra. Presidente, está também disponível. Eu posso me abster de lê-lo?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Claro, claro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É um pouco extenso, e nós estamos no final.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Tudo bem?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até porque se trata de matéria não terminativa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando que essa não vai a Plenário. É o projeto de resolução que vai ser analisado, ainda, pela Comissão da Mesa Diretora.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao projeto e à Emenda nº 2, nos termos da Emenda nº 3-CCJ, Substitutivo.

Fica prejudicada a Emenda nº 1 de Plenário.

E a matéria vai à Comissão Diretora, por se tratar de projeto de resolução.

Item 19 da pauta...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Permita-me esclarecer, porque estou na dúvida: esse projeto de resolução não vai ao Plenário? Ele vai diretamente à Mesa?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É. Ele primeiro passa pela... É um projeto de resolução que, nos termos regimentais, passa pela Mesa Diretora antes de ir a Plenário. Nos termos regimentais, porque altera a questão da votação, diferentemente da PEC, de que, obviamente, todos nós sabemos como se dá a tramitação.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Passemos ao

ITEM 19**PROJETO DE LEI Nº 410, de 2019**

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e intelectuais, para os efeitos jurídicos, em todo o País.

Autoria: Deputado Sergio Vidigal.

Relatoria: Senador Weverton.

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Concedo a palavra ao Senador Weverton, para proferir o seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para proferir relatório.) – Presidente, como ela não é terminativa, eu vou logo direto para a análise, por conta do tempo.

De acordo com o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, a CCJ deve opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por deliberação do Plenário.

O Projeto de Lei 410, de 2019 (PL nº 39/2015), satisfaz os requisitos de constitucionalidade contidos no art. 60 da Constituição Federal e não tende a abolir cláusulas pétreas. Ademais, não verificamos óbices jurídicos e regimentais à proposição.

No mérito, consideramos a proposição conveniente e oportuna.

A neurofibromatose é uma síndrome multissistêmica, degenerativa e sem perspectiva de cura ou tratamento, que afeta principalmente o sistema nervoso e a pele, com o surgimento de múltiplos tumores benignos responsáveis por graves lesões e intensa desfiguração cutânea.

Dependendo do grau, pode deflagrar outras repercussões clínicas, tais como: alterações esqueléticas; déficit cognitivo e desordens mentais; alterações endócrinas; perda de visão e perda também da capacidade auditiva; além de dores neuropáticas intratáveis.

Assim, já passou do tempo de se equiparar as pessoas acometidas com a síndrome da neurofibromatose às pessoas com deficiência física ou mental, para que possam acessar todos os efeitos jurídicos, promovendo-lhes a efetiva proteção social, uma vez que possuem todas as características constantes no art. 2º do Estatuto das Pessoas com Deferência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Assim, nenhuma dúvida deve prosperar quanto a estender aos pacientes com neurofibromatose os direitos e as ações afirmativas assegurados às pessoas com deficiência.

O nosso voto é para concluir pela aprovação do projeto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Weverton.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Uma vez eu vi uma matéria que falava sobre a nossa Constituição ser extremamente detalhista.

Veja bem: hoje nós estamos em 2019, tratando de suportar numa legislação exatamente aquilo que foi tratado pelo Deputado Sergio Vidigal. Temos que, todo dia, ter a preocupação de estender a legislação para proteger aqueles que são totalmente desprotegidos do alcance do tratamento, do reconhecimento de direitos e do amparo. Então, eu sou totalmente favorável.

E eu grito todos os dias pela igualdade de condições de tratamento para todas as pessoas que tenham deficiência e que não são abrigadas em outros projetos e normas, enfim, nas atitudes do Governo em relação ao tratamento das pessoas com deficiência.

Parabenizo o Relator e gostaria que esse projeto...

V. Exa. vai relatar na CAS?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Vou pedir a relatoria, sim, se o Presidente me...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Terá o nosso apoio.

E, diante das afirmativas do seu relatório, votarei favorável.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flávio Arns.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Eu quero concordar também com o relatório. Eu só faria uma pequena observação para tirarmos as expressões "física ou mental", porque a neurofibromatose...

O grande objetivo do projeto é equiparar as pessoas com deficiência. Por que isso? Porque é o físico, mas o mental, no caso, ocorre sempre no período de desenvolvimento de uma pessoa; então, ocorre até os 18 anos. São características diferentes. Mas o grande objetivo do projeto é equiparar quem tem a neurofibromatose às pessoas com deficiência, para os benefícios da seguridade social. Então, a única sugestão, se for uma emenda de redação para não ter que voltar para a Câmara, é para só tirar o "físico ou mental", mas ficar "equiparar as pessoas com deficiência".

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Só para esclarecer aqui, Presidente, ao Senador Flávio.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Na verdade, já está resolvido, porque, aqui, o que nós estamos considerando é o art. 2º do Estatuto da Pessoa com Deficiência, e lá se está dizendo: "Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial". Então, você está incluindo a física.

A gente está incluindo essa matéria no art. 2º, que trata de todas as questões. Então, a gente não está colocando, na síndrome, a questão mental.

Eu acho que eu posso... Eu vou lhe passar a cópia do nosso relatório, mas fica fácil de compreender.

E contempla as ponderações de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada pelos esclarecimentos.

Continua em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à CAS (Comissão de Assuntos Sociais).



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Faltam quatro itens da pauta, projetos com relatorias muito curtas, não terminativos.

O projeto de V. Exa., Senadora Leila, é o segundo. Falta apenas mais um, que é o projeto de relatoria do Senador Antonio Anastasia, que está nos devolvendo projetos de 2015, 2016, 2017. Ele resolveu agora fazer uma limpa. Só hoje foram cinco projetos relatados por V. Exa. ainda da Legislatura passada, há muito tempo nesta Comissão.

ITEM 27**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, de 2017****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, para dispor sobre transporte escolar e transporte remunerado não licenciado.

Autoria: Deputado Daniel Coelho

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto

Concedo a palavra a V. Exa., Senador.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Cumprimento V. Exa. exatamente pela pauta, que permite, como V. Exa. mencionou, limpá-la.

Vou direto ao mérito na análise.

Quanto ao mérito do projeto apregoado por V. Exa., somos favoráveis a esse projeto. O transporte irregular de passageiros coloca vidas em perigo, uma vez que os veículos ou o condutor podem não estar aptos a realizar a tarefa com segurança. Mais ainda: garantir a segurança de nossas crianças é um dos maiores poderes-deveres enquanto legisladores.

O transporte irregular de escolares, sem o porte da autorização e sem atender às regras impostas no art. 136 do Código, coloca em risco a vida de seus pequenos passageiros e deve ser coibido de maneira robusta. Nesse sentido, apoiamos a majoração das multas a serem aplicadas em ambos os casos.

Entendemos a proposta como sendo meritória, igualmente, por adequar a redação do Código à realidade da revogação da penalidade de apreensão do veículo. Pela proposta, a fiscalização poderia



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aplicar a medida administrativa de remoção do veículo flagrado em transporte irregular, isto é, recolhe-se o veículo ao depósito, mas não se pode retê-lo, caso o proprietário pague todas as multas e taxas devidas, como acontecia antes.

Ademais, cabe ressaltar que o projeto não modifica a situação de nenhum dos motoristas de aplicativos que estejam devidamente regularizados ao abrigo da Lei 13.640, de 26 de março de 2018, que regulamenta o transporte remunerado privado individual de passageiros. Em outras palavras, o PLC aqui analisado somente produziria efeitos contra os motoristas que realizam transporte não licenciado, o que não é o caso dos que trabalham para a Uber ou outros aplicativos de transporte.

Por fim, não há reparos a serem feitos no tocante à técnica legislativa do projeto.

Sra. Presidente, é um projeto muito singelo, aprovado na Câmara, que, de fato, torna mais rígida a penalidade do transporte irregular, porque nós sabemos que é, lamentavelmente, um problema que acontece muito, colocando em risco a vida, inclusive, no transporte escolar das crianças.

É o relatório, Sra. Presidente, e o seu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Anastasia, e coloco em discussão a matéria.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Senador Anastasia, o escopo do projeto me parece voltado para o transporte escolar. A indagação que faço é se ele se limita a essa situação ou é uma regra geral para todo tipo de transporte.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Como eu pulei a parte a inicial, então me permita só clarear.

Nós temos três artigos. O primeiro dá o objetivo: "aumenta as penas de conduzir o veículo sem portar autorização para condução de escolares". É um ponto, então, veículo de transporte escolar; e, segundo: "transitar com veículo efetuando transporte remunerado de pessoas ou bens em geral, quando não for licenciado para esse fim".

Então, são as duas opções.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, eu vou solicitar vista desta matéria.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos situações Brasil afora que reclamam... E eu vou dialogar depois, se me permite, nobre Relator, com V. Exa. acerca dessa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Marcos Rogério.

Senadora Leila é a Relatora do próximo item.

ITEM 33**PROJETO DE LEI Nº 2097, de 2019****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda de redação que apresenta

O projeto é de autoria da Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros, para proferir o seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, devido ao horário um pouco adiantado – nós temos uma audiência agora, às 14h, sobre o tabaco... Eu vou falar sobre a análise. Já vou passar para a análise, para adiantar o nosso debate aqui dentro da Comissão.

O PL não apresenta vícios de regimentalidade.

No que concerne à constitucionalidade, formal e material, nada a opor.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto.

Quanto ao mérito, o PL deve ser aprovado, porque visa a atender às recomendações do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), e, segundo o próprio TJDFT, foram consideradas as varas de execuções de títulos extrajudiciais mais bem aparelhadas para atender às demandas que envolvessem a aplicação da Lei de Arbitragem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à nova redação proposta para o art. 26, de igual modo se mostra a necessidade da alteração legislativa, excluindo das varas da Fazenda Pública do DF a competência para julgar as ações que tenham como uma das partes sociedade de economia mista.

Tal alteração guarda perfeita sintonia com o art. 109, inciso I, da Constituição, que exclui da Justiça Federal a competência para o julgamento das ações que tenham como parte sociedade de economia mista criada pela União.

É preciso dar o mesmo tratamento no âmbito da Justiça do Distrito Federal, afastando qualquer prerrogativa do foro especial para a sociedade de economia mista.

Essa alteração possibilitará ao cidadão uma prestação jurisdicional mais eficiente e célere, melhorando sobremaneira o seu acesso, pois poderá demandar contra sociedade de economia mista em quaisquer varas cíveis próximas à sua residência, bem como, em razão do valor, dispensar a contratação de advogados para demandas de competência dos juizados especiais cíveis, assim como acontece nos demais Estados.

Frise-se ainda o zelo do TJDF, que previu um artigo para manter as ações em curso na vara onde se encontram até decisão final, para que não haja prejuízo ao cidadão.

Quanto à adequação do projeto à melhor técnica legislativa, somos obrigados a apresentar uma emenda, corrigindo a ementa do projeto, para que fique evidente a criação da Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais e de Conflitos Arbitrais, além de deixar em evidência que foram alteradas as competências judiciárias da vara da Fazenda no âmbito do TJDF, conferindo maior clareza ao texto legal.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade do Projeto de Lei nº 2.097, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com a emenda de redação já apresentada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Leila, pela relatoria.

Eu coloco em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, senhora... Ah, desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação o relatório de V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com a Emenda de nº 1, que é de redação da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Com a palavra, pela ordem, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Obrigada.

Eu gostaria de pedir urgência nessa matéria, para encaminhar ao Plenário, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Essa é uma demanda muito importante para o Distrito Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação a urgência solicitada pela Relatora.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a urgência.

Temos apenas mais dois itens na pauta, de relatoria do Senador Lasier Martins.

Devido ao adiantado também, se V. Exa. entender que não há prejuízo do entendimento do relatório de V. Exa., se puder começar pela análise... Do contrário, obviamente, V. Exa. está aguardando desde o início para os seus últimos dois relatórios. V. Exa. tem toda a autonomia.

O item 3 V. Exa. já relatou.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Eliziane Gama**Relatoria:** Senador Lasier Martins**Relatório:** Favorável ao Projeto com três emendas que apresenta.**Observações:**

- Em 08/05/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Marcos Rogério e Rodrigo Pacheco, nos termos regimentais;

- Em 14/05/2019, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Angelo Coronel (dependendo de relatório);

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

V. Exa. já proferiu o seu relatório, favorável ao projeto, com três emendas que apresenta. Ocorre que, em 14 de maio de 2019, foi apresentada uma emenda, que é de autoria do Senador Angelo Coronel, que está dependendo apenas do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Do Colégio de Líderes, nós estamos esperando...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um parecer?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... uma emenda. Aliás, são quatro emendas muito interessantes. Então, vale a pena protelar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Podemos, então, deixar para a próxima semana?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Podemos deixar para a próxima.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Colocaremos, então, em pauta para a próxima semana.

Último item da pauta, já fazendo um agradecimento especial a todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Mais uma vez, limpamos a pauta.

Peço desculpa por não poder atender às inúmeras demandas aqui, no pé de ouvido, especialmente por inversão de pauta, mas é justamente para sermos eficientes. Se fosse o contrário...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já passamos por isso na Legislatura passada, não é, Senador Lasier? Muitas vezes, a gente não saía de três, quatro itens da pauta. Então, eu tenho todo esse cuidado, para não prejudicar os colegas e, principalmente, fazer um reconhecimento àqueles que chegam mais cedo porque não têm outras Comissões.

É importante dizer que as presenças dos Senadores na Comissão muitas vezes são alternadas, porque – estamos sendo televisionados –, no mesmo momento em que estamos tendo a CCJ, nós temos outras atribuições: audiências públicas, comissões permanentes... Por isso que os Senadores, muitas vezes, se revezam.

Com a palavra, como último item da pauta, o Relator, Senador Lasier Martins, para relatar o item 31.

ITEM 31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, de 2017

- Terminativo -

Acrescenta §11 ao art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), para dispensar autorização de residência prévia à emissão de visto temporário.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Votação nominal

Com a palavra V. Exa., lembrando que é terminativo e nós não temos quórum. Apenas para que V. Exa. possa proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Eu vou ser bem objetivo e, de chofre, vou ao resumo de todo o projeto do Senador Fernando Bezerra que diz respeito ao visto temporário, porque a nova lei estipula vários tipos de visto na Lei de Migração, seja de visita, visto temporário, diplomático, oficial e cortesia. Mas aqui, no nosso caso, interessa só um, que é o visto temporário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, a explanação é a seguinte: após então essa alínea, que é o art. 14 – que é onde objetiva o Senador – da Lei 13.445, de 2017, desdobra-se em nove parágrafos sobre as condições para a concessão, e em nenhum deles há qualquer menção a requisito de autorização de residência prévia.

Esse é o item.

Em resumo, é o seguinte: a proposta é que, para alguém obter o visto provisório, precisava de residência prévia, autorização de residência prévia, o que parece uma coisa descabida. O sujeito precisa vir para cá e, então, precisa, primeiro, provar que ele arranjou uma residência e vai obter autorização...

Então, em resumo é isso, e é contra isso que se insurge, devidamente, sensatamente, o Senador Fernando Bezerra.

Observe-se que a aposição dessa exigência não se estendeu a todos os casos de visto temporário, deixando de fora os vistos para tratamento de saúde, acolhida humanitária, estudo, férias do trabalho, prática de atividade religiosa ou serviço voluntário e reunião familiar.

Então, em resumo, Presidente e demais colegas, embora seja muito extensa a análise, eu diria o seguinte: o Senador Fernando Bezerra quer que se retire a obrigação de autorização de residência. Simplesmente é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa. não só pela síntese e objetividade, mas pela clareza. Eu li também e tive esse mesmo entendimento.

Obviamente, essa matéria vai ser discutida na semana que vem, porque não temos quórum para deliberação.

Então, com isso, eu encerro a pauta e vamos encerrar a reunião, só lembrando para alguns Senadores que estavam ali com assessores que a discussão dessa matéria vai ser adiada para a semana que vem, porque se trata de um projeto terminativo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Só para dar um informe aqui a esta Comissão, que é importante.

Eu estou aqui recebendo várias, várias, dezenas de fotos de São Luiz do Maranhão, de Dom Pedro, Santo Antônio dos Lopes, Caxias, Belém do Pará, Viçosa, Pernambuco... Aqui, em Salvador, estou com a foto de quase 70 mil pessoas, segundo a Polícia Militar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É hoje o dia nacional de mobilização em protesto aos cortes havidos na educação. Então, o povo todo na rua, os estudantes, e nós não podemos, aqui, deixar passar batido esse tema, até porque não dá para se falar num país, não dá para se falar em um Brasil, num futuro, se a gente condena, logo de arrancada, a educação dos nossos jovens.

Então, nós precisamos aqui, em todas as Comissões, no Plenário, nos unirmos à Câmara dos Deputados – e quero parabenizá-la –, que convocou o Ministro da Educação para comparecer ao Plenário da Câmara agora à tarde.

Todos, realmente, têm que fazer a sua parte. Nós temos que dar a nossa contribuição, porque não dá para imaginar que, em plena crise, o primeiro que sofre, e de forma muito dura, é justamente o item educação. Ela tinha que ser a última, como cláusula pétrea no nosso Orçamento. E, aí, vem esse debate da emenda impositiva, porque em áreas importantes como educação jamais era para se imaginar fazer qualquer tipo de corte.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sra. Presidente...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Se é para cortar, que corte esse dinheiro que está pagando uma dívida de trilhões, de bilhões por ano para os bancos; que se cortem outros excessos, mas, da educação...

Realmente foi um golpe duro contra a nossa juventude, e nós iremos, aqui, nos somar a essa luta toda das universidades e dos institutos federais, que foram duramente prejudicados.

Só no Maranhão, um corte de R\$65 milhões foi anunciado, tanto na UFMA quanto no IFMA. E nós, claro, vamos lutar para que esses recursos sejam retomados.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não foi diferente em Mato Grosso do Sul.

Parabenizo V. Exa. por trazer essa informação de última hora. Nós estamos aqui há quase quatro horas e não temos conhecimento do que está acontecendo lá fora.

Fico feliz por ver a juventude novamente nas ruas, exatamente por uma causa mais do que legítima, que interfere exatamente na vida de cada um dos jovens brasileiros.

Parabenizo V. Exa., porque esse é um tema dos mais relevantes, mas o parabenizo principalmente pela forma como V. Exa. o abordou. Não é hora mais de se colocar querosene nesse fogo; é hora de apagar esse fogo. E de que forma o Senado e a Câmara podem contribuir para convencer o Governo Federal, o Ministro da Educação, de que é preciso rever esse corte e, especialmente, não só o contingenciamento, mas o bloqueio de R\$7 bilhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O contingenciamento foi de algo em torno de R\$30 bilhões, mas o bloqueio, que já impede agora, para hoje, para amanhã... Quaisquer iniciativas orçamentárias das universidades, dos sistemas de ensino, no valor correspondente ao bloqueio, estão automaticamente canceladas. Isso pode levar, até o meio do ano, a nós não termos mais condições de abrir as nossas universidades para poder dar ao cidadão aquilo que é fundamental para o exercício da sua própria cidadania, que é a educação.

Parabenizo V. Exa.

Acredito que esse tema vai ser levado também ao Plenário, mas, já que esta é uma Comissão que não é a da educação, mas a de Constituição, Justiça e Redação... E me permita, Senador Flávio, sem querer entrar no mérito, porque V. Exa., mais do que ninguém aqui, tem amplo conhecimento, porque é a educação, mas entrando na constitucionalidade mesmo desse decreto: num primeiro momento, ele até tem poder legal para tanto; só que existe um termo que a gente usa, no Direito, chamado "teoria dos motivos determinantes". Os motivos apontados na motivação do ato...

Na justificativa, nós temos o motivo claro, não é? Os motivos determinam a legalidade ou a ilegalidade desse decreto ou dessa decisão. E eu me lembro de que, numa das falas feitas pelo Ministro aqui, na Comissão de Educação, ele foi claro quando disse "ah, mas é porque a universidade é um lugar de balbúrdia".

Esse não é um argumento sério. Essa não é uma forma de se fazer a boa política, a política que todos nós queremos, e, conseqüentemente, a motivação, a fala das autoridades em relação a isso vai interferir, sim, no juízo de valor dos tribunais – e tem que interferir, porque isso é direito –, no sentido de, através da teoria dos motivos determinantes, invalidar essa atitude, que poderia ser política e correta, se não fosse a forma como foi feito o argumento dado e se nós tivéssemos dados concretos.

E ainda assim V. Exa. tem toda a razão: jamais cortando primeiro a educação. Corta-se tudo no País, se não houver jeito. Vão-se todos os anéis. Aí se pensa em quais os dedos. Jamais a educação, na ordem da lista, como primeira, e sim como última, num momento exatamente de excepcionalidade absoluta.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Mas, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabéns a V. Exa.!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... só uma consideração.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – A senhora, como Presidente desta principal Comissão da nossa Casa... Claro que aqui e em todas as comissões nós temos total legitimidade, sim, para questionar o tema e dizer, assim... É importante, mesmo aqui os que apoiam, os que não apoiam o Governo, os que apoiam o tema previdência, os que não apoiam a reforma que está aí colocada, mas não há honestidade de propósito.

Você que não é correto condicionar, porque passa-se, Senador Rogério e Senador Flávio... A impressão que dá é que se começa a montar um pacote de chantagens contra o Congresso Nacional: "Ou me dá isso, ou eu tomo tudo de vocês e do povo brasileiro". É isso que está se passando. Basta ver as declarações que foram dadas.

O que é que vai mudar no Orçamento de 2019 se a reforma da previdência for aprovada? Zero! Zero na economia. Não é nada para este ano. Então, vir dizer que só vai devolver esse recurso se se aprovar a reforma é chantagem, sim, e nós não podemos aceitar chantagear dinheiro com a educação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se se pode devolver, é sinal de que tem o dinheiro.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu agradeço e quero dizer que concordo também com os argumentos apresentados.

Tivemos a reunião com o Ministro na semana passada, aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Foi uma audiência de quase cinco horas de duração, mas eu acho que é como a Presidente colocou: a gente não quer colocar mais gasolina, querosene – usando a expressão – nesse debate, mas o que a gente coloca é que as opiniões são muito mal externadas. Primeiro foi a balbúrdia. Quer dizer... Mas saiu-se da balbúrdia e foi-se para o corte. E, quando a gente está num momento de crise, de desafio e complicação, a gente tem que conversar, tem que dialogar, tem que se acertar também.

Então, a Comissão de Educação sugeriu, inclusive, Sra. Presidente, para o Ministro o seguinte: "Olha, convide os reitores. Discuta com os reitores". Quer dizer, tudo foi feito sem os reitores saberem de nada.

Ou o corte nas bolsas da Capes. De repente, de um dia para o outro, as bolsas foram cortadas.

Então, tem que chamar as pessoas, sentar, dialogar...

A educação é prioridade absoluta, mas é preciso ter uma atitude de valorização da instituição de ensino superior. O que não se pode dizer é que lá é local de balbúrdia, de pessoa andar pelada, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa estar usando droga ou coisa semelhante. A educação básica depende do ensino superior, a sociedade depende, a pesquisa no Brasil é feita... Há problemas? Então, vamos discutir os problemas, como a gente faria em qualquer situação, mas educação é prioridade absoluta. Não é primeira nem segunda; é absoluta.

Não há solução nenhuma para o Brasil se não for por esse, em primeiro lugar, diálogo educado.

Então, essa manifestação do povo é muito boa, muito interessante, para dizer que a sociedade está acompanhando, sem violência, sem conflitos, para dizer: "Olha, vamos valorizar o que há de mais importante, que é a educação e o recurso para a área".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Flávio.

Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu ontem manifestei no Plenário a preocupação com o mutismo desta Casa, e por isso quero ressaltar aqui a intervenção do Senador Weverton e do Senador Arns, em relação a esse tema.

V. Exa. frequenta o Colégio de Líderes, como eu também, e várias vezes fui ao Presidente da Casa, pedindo se esta Casa não poderia tomar a iniciativa de reunir os reitores com toda a parte administrativa do ensino superior nas universidades, para que nós pudéssemos tratar do tema. E me parece oportuno me dirigir a V. Exa., porque V. Exa. é comprometida, e são exatamente as pessoas comprometidas... Não quero dizer que os outros que estão silentes não sejam, mas que é preciso que a gente entenda que não precisa o povo brasileiro tomar as ruas para que a gente possa debater a educação.

No oitavo mandato, eu reconheço que nunca vi nada parecido com isso. Ao contrário: nós sempre fizemos, e o Deputado Weverton se lembra, movimentos para, inclusive, colocar mais recursos para a educação. E eu não ouvi.... Quero dizer que eu expurguei dos meus ouvidos a palavra chantagem, porque não cabia nem apreciar que o Ministro dissesse "vota-se a reforma e eu vou descontingenciar o recurso", alguma coisa parecida.

Para mim, tratava-se de tamanho: o tamanho da responsabilidade, o tamanho do compromisso.

Este Governo não está levando em conta a educação, porque sempre foi o ponto alto das escolhas, quando se debatia o Ministro da Educação. E tivemos excelentes ministros anteriormente. Em qualquer época citada, do Fernando Henrique, do Lula, tivemos bons ministros. Os que entram agora entram imediatamente em conflito com a comunidade acadêmica, com os professores, com os estudantes, tudo o mais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria fazer um convite a V. Exa. para nós, em comunhão de ideias, irmos à Comissão, ao Colégio de Líderes, e fazermos uma proposta – já fiz ao Presidente Davi e a vários Líderes. Que sentemos para dialogar sobre a educação. Sem necessidade de conflito, mas exatamente para mediar uma postura que o Legislativo tem que ter neste momento, que é estar ao lado da educação incondicionalmente.

E o que o Senador Weverton disse é verdade: não vai alterar nada, para dizer que daqui a pouco vai restabelecer os parâmetros orçamentários para a educação, porque não vai alterar nada.

Nós vamos votar a reforma por compromisso, mas da educação não pode ser tirado um tostão sequer, porque já está em falta com o povo brasileiro.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço a V. Exa. Mais do que meritória a sugestão.

E vamos juntas, portanto, junto com os demais, na próxima terça-feira, ao Colégio de Líderes. Se essa questão já não tiver sido resolvida, que possamos sair de lá, pelo menos, com um encaminhamento concreto, para que o Senado possa dar a sua parcela de contribuição.

Eu até complemento dizendo, inclusive, que amanhã... É pura coincidência, mas amanhã eu estarei com o reitor da UnB, na Faculdade de Direito. Eu darei uma palestra sobre ativismo judicial e estarei conversando com ele.

Vou trazer também para o Colégio de Líderes essa sensação, porque uma das universidades que foi mais atingida foi realmente a Universidade de Brasília. E vou estar com os estudantes. Imaginem se vão querer tratar de outro assunto que não este.

Mas, de qualquer forma, vou trazer o sentimento também da base para essa reunião de Líderes comandada por V. Exa., Senadora.

Agradeço a sugestão.

Para finalizar, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, educação de qualidade, do ensino infantil à universidade, se faz com investimento, e não com cortes.

Quando nós aprovamos a PEC do Teto de Gastos, Senador Weverton, o discurso que ecoou dentro do Plenário, dos Parlamentos, foi justamente que saúde e educação estariam preservados nas metas de investimentos. Então, a notícia, da forma como foi dada...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso que o contingenciamento, à luz do Orçamento, é absolutamente compreensível. O Ministro Paulo Guedes tem feito alertas em relação a este tema, a Secretaria do Tesouro tem feito reiteradas recomendações, mas não se pode – não se pode – anunciar um corte naquele que é o setor mais fundamental do País: a educação.

Parece que, com todo o respeito, houve um erro de comunicação. Parece-me o imprevisto. O que é lamentável, porque é fato que o Brasil está numa condição econômica ruim. O Orçamento não é bom. Há perda de arrecadação. E, com perda de arrecadação, você tem que fazer contingenciamentos. Agora, começar pela educação e vocalizar isso me parece um erro monumental, e não dá para o Parlamento aceitar isso como algo natural. É preciso realmente ter cautela com esse tema.

Eu entendo as ponderações que são feitas em relação a muita coisa que acontece no âmbito das universidades, e é preciso enfrentar também, porque as universidades públicas são tocadas com dinheiro público, e é preciso ter respeito com dinheiro público, é preciso cumprir o cronograma... E algumas coisas têm que ser revistas mesmo.

Agora, isso não justifica um anúncio abrupto de cortes na educação, na monta em que se estabeleceu, deixando o País em absoluto descontentamento.

Então, faço essa ponderação na mesma direção.

E finalizaria, Presidente, fazendo apenas uma ponderação.

Eu pedi vista agora há pouco de um projeto e recebi mensagens aqui.

O que me levou a pedir vista? Qual foi a minha preocupação...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Vista de qual, Senador?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em relação ao projeto que o Senador Antonio Anastasia relata, que modifica o Código Brasileiro de Trânsito.

Fiz o pedido de vista porque me parece que esta matéria vai além da questão do transporte escolar e coloca em dificuldade também aquelas categorias que atuam... Por exemplo: o Uber, embora ele tenha uma compreensão diferente, e o táxi lotação. Rondônia, por exemplo, tem táxi lotação.

Então, quanto à categoria que está se manifestando, estou apenas esclarecendo que o pedido foi justamente por cautela, para verificar qual a extensão do projeto.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço mais uma vez ao Senador Weverton, por trazer um tema tão relevante a esta Comissão, e as contribuições dadas pelo Senador Flávio, pela Senadora Rose e pelo Senador Marcos Rogério.

Antes de encerrar a presente reunião, informo que está convocada para às 14h a audiência pública para instruir o Projeto do Senado 769, de 2015, conforme requerimento que foi apresentado e aprovado por esta Comissão, de iniciativa da Senadora Leila Barros e do Senador Tasso Jereissati.

É um projeto de iniciativa do Senador José Serra, Senador Flávio, que trata da questão de proibir a colocação de sabores nos cigarros, proibir que se fume dentro de um carro fechado, quando houver crianças, e a propaganda nos estandes de venda.

Acho que será uma audiência pública produtiva e extremamente necessária, porque o tema está sendo tratado aqui e, de alguma forma, também, está sendo tratado pelo Ministério da Justiça, que quer diminuir o imposto do cigarro – ou, pelo menos, aí está uma reunião nesse sentido –, sob o argumento de que isso evitaria o contrabando de cigarro, porque o cigarro paraguaio teria uma qualidade inferior à do cigarro brasileiro.

E eu conheço bem essa questão, porque faço divisa com o Paraguai, no meu Estado Mato Grosso do Sul. Na semana retrasada, inclusive, estive ali também, mas eu acho que o tráfico de cigarros... Normalmente, eu não sei se passa mais por lá ou por Mato Grosso do Sul. Tenho as minhas dúvidas.

De qualquer forma, esse é um tema dos mais relevantes, e eu convido todos a participar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências das Senadoras Simone Tebet e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, José Serra, Lasier Martins, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Flávio Arns, Renilde Bulhões, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Fabiano Contarato, Humberto Costa, Rogério Carvalho e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao REQ 15/2019 - CCJ, de autoria da Senadora Leila Barros. Finalidade: Instruir a discussão acerca do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015. Participantes: GLORIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF, Gerente Substituta de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco (representante de: WILLIAM DIB, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária); ALEKSANDER BLAIR MORAES E SOUZA, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil (representante de: MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil); JAIME RECENA, Diretor de Relações Governamentais e Projetos Especiais da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) (representante de: PAULO NONAKA, Presidente do Conselho Nacional de Administração da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL); Sra. TÂNIA CAVALCANTE, Secretária-Executiva do CONICQ/INCA/MS; Sr. IRO SCHÜNKE, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco – SINDITABACO; TICIANA IMBROISI, Assessora de “Advocacy” da ACT Promoção da Saúde (representante de: PAULA JOHNS, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde); GIOVANE WICKERT, Prefeito do Município de Venâncio Aires/RS (representante de: TELMO KIRST, Presidente da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco – Ampro Tabaco). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Boa tarde a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir a discussão acerca do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, conforme Requerimento nº 15, de 2019, da CCJ, de iniciativa da Senadora Leila Barros e do Senador Tasso Jereissati.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Vou dar uma pequena introdução aqui sobre o projeto, com o caminho do projeto aqui, na nossa Casa.

O Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, foi distribuído inicialmente para as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa. Antes, porém, a matéria acabou tramitando na extinta Comissão Especial de Desenvolvimento Regional (CEDN). Após a tramitação na CEDN, por força da Resolução do Senado nº 3, de 2017, que acabou separando a antiga Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em duas Comissões, que hoje são Comissão de Meio Ambiente (CMA) e Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o projeto seguiu para a CTFC.

Na CTFC, foram realizadas duas audiências públicas, e a matéria acabou sendo aprovada em 28/11/2018, ainda na Legislatura passada, seguindo para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria foi aprovada na CAS já nesta Legislatura, no dia 20 de março agora passado, veio, então, para esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde deverá ser votada em decisão terminativa.

Eu tive a honra de ser designada Relatora desta matéria na Comissão pela Senadora Simone Tebet e, apesar de reconhecer que a proposição tramita nesta Casa há bastante tempo e considerando que eu própria e outros Senadores chegamos ao Senado Federal há pouco mais de três meses, ainda a complexidade do assunto e todas as demandas que recebi neste último mês, dos mais variados setores afetados pela proposição, entendi por bem apresentar requerimento para que fosse realizada a presente audiência, para ser instrumento ao meu projeto, para finalizarmos de uma forma justa o nosso parecer, que será realizado e apreciado nesta Comissão até o final deste mês.

Agradecendo, eu gostaria de iniciar esta audiência fazendo o convite para sentarem-se à mesa a Sra. Gloria Maria de Oliveira Latuf, Gerente Substituta de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco; representante do Sr. William Dib, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o Sr. Aleksander Blair Moraes e Souza, auditor-fiscal da Receita Federal do Brasil, representante do Sr. Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil; o Sr. Jaime Recena, Diretor de Relações Governamentais e Projetos Especiais da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), representante do Sr. Paulo Nonaka, Presidente do Conselho de Administração da Abrasel; a Sra. Tânia M. Cavalcante,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretária-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, do Ministério da Saúde; e o Sr. Iro Schünke, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SindiTabaco).

Justificaram ausência o Sr. Sergio Moro, Ministro da Justiça e da Segurança Pública, e o Prefeito Telmo Kirst, Presidente da Associação dos Municípios Produtores de Tabaco (AmproTabaco).

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente, o Telmo não veio, mas há um Prefeito que está a caminho daqui, o Prefeito Giovane, que representa esses Prefeitos...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k., Senador Heize. É um prazer tê-lo aqui conosco.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições; em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Senadoras e pelos Senadores inscritos.

A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo à resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Começando, concedo a palavra ao Sr. Aleksander Blair Moraes e Souza, representante da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

O SR. ALEKSANDER BLAIR MORAES E SOUZA – Obrigado, Senadora.

Dentro desse projeto de lei, para vir aqui trazer algumas informações para os Senadores tomarem suas decisões, eu trago aqui a informação de que, dentro de uma produção, em 2018, de todos os cigarros que são controlados pelo sistema de controle de cigarros da Receita Federal, chamado de Scorpions, foram 2,983 bilhões de cigarros produzidos no Brasil. Desses, 481 mil cigarros são cigarros considerados aromatizados.

Falando-se em arrecadação, esses cigarros equivalem a uma arrecadação de R\$1,507 bilhão. Dá para se dizer que essa arrecadação levaria a uma perda de arrecadação desse montante? É meio temerário se falar nessa questão, porque, historicamente, desde o trabalho do Conicq, que a Dra. Tânia aqui também representa, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, o Brasil tem desenvolvido um trabalho que se mantém e se tem conseguido manter uma quantidade de cigarro comercializado constante, variando dentro de seus tipos de cigarro. O aumento está sendo muito pouco substancial da quantidade de pessoas que estão entrando. Já se conseguiu muita redução com relação a isso.

Então, no momento em que você cria uma norma, em que você está proibindo a produção, a venda, a industrialização e importação de cigarros aromatizados, isso, em um primeiro momento, poderia levar a uma queda de arrecadação, mas a gente tem que considerar uma variável que não é possível de ser mensurada, de quantas pessoas migrariam do cigarro aromatizado para o cigarro normal. Eu acho que o maior efeito que essa norma teria seria o impedimento da entrada de novos fumantes, principalmente os jovens, principalmente as crianças e os adolescentes. Isso eu acho – é uma opinião minha – uma questão muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tributariamente falando, você teria uma arrecadação, uma redução. Na verdade, deixar-se-ia de arrecadar, com esses produtos, 1,507 bilhão de uma arrecadação de tributos indiretos de 6,8 bilhões, sendo que parte dessa arrecadação, entendo eu, vai ser redirecionada para outras marcas de cigarro já existentes no mercado.

Por outro lado, a gente tem que levar em consideração também todo o custo que existe hoje de tratamento das pessoas doentes pela epidemia do cigarro.

Então, em uma análise fria, tributária, esses são os números. Eu não posso chegar a posições concretas, porque existem variáveis imensuráveis com relação a isso.

E um outro ponto que vale ser frisado: como eu citei antes, a Receita Federal hoje possui um sistema de controle de produção e rastreamento de cigarros no Brasil. Esse sistema está em evolução. Nós somos, se não o primeiro, um dos primeiros países do mundo a ter um sistema desse, nós somos referência internacional. E é um sistema como qualquer outro, precisa passar por evoluções.

Vislumbrando uma possível evolução, eu coloco aqui como uma humilde sugestão para os Srs. Senadores uma possível alteração – ou inclusão de alguma coisa – no art. 2º do PLS nº 769. O art. 3º-D da Lei 9.294 fala: "Ficam proibidas a importação e comercialização no País de produto fumígeno derivado do tabaco que contenha substâncias sintéticas e naturais, em qualquer forma de apresentação [...]". Não, não é esse. Desculpem.

Corrijo, é o §9º do art. 3º, incluso pelo art. 1º do PLS, que fala: "Nas embalagens de produtos fumígenos vendidas diretamente ao consumidor, as mensagens a que se refere o §8º serão sequencialmente usadas, de forma simultânea ou rotativa, nesta última hipótese devendo variar no máximo a cada cinco meses [...]". Ele refere-se ao §8º, que trata que todas as carteiras de cigarro teriam padrão gráfico único, e a preocupação da gente com esse padrão gráfico é que esse sistema de rastreamento venha a ser prejudicado futuramente ou pelo tipo de cor, pela coloração que vai ser colocada nessa caixa, ou por não estar prevista a colocação de um fundo branco no local onde possivelmente haja essa codificação. Eu falo isso porque, há pouco tempo, nós tivemos que tomar uma decisão com relação a exportações para o Uruguai, que já implanta esse sistema, e nós tivemos alguns problemas com relação à leitura desse código nas carteiras de cigarro. Então, fica essa minha sugestão no §8º do PLS nº 769.

Agradeço a atenção de vocês. Não temos mais maiores observações a falar com relação à questão tributária.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Aleksander.

Serão dez minutos que cada um dos senhores terá para fazer suas exposições. Ao final, nós abriremos para as perguntas dos Senadores e para as minhas também, como Relatora, que tenho prioridade regimental – e até tenho alguns questionamentos para fazer a todos vocês.

A segunda expositora é a Sra. Tânia Cavalcante, Secretária-Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), Inca e Ministério da Saúde.

A senhora dispõe de dez minutos para a sua exposição, Dra. Tânia.

Obrigada.

A SRA. TÂNIA CAVALCANTE – Boa tarde, Senadora, boa tarde aos Senadores presentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou tentar resumir o máximo a minha apresentação. Eu estou trazendo aqui alguns elementos que mostram a importância do Projeto de Lei 769, de 2015, para a Política Nacional de Controle do Tabaco. Então, vou passar rapidamente.

Aqui é o teor do projeto de lei. Eu queria só falar muito rapidamente sobre a Política Nacional de Controle do Tabaco, seus resultados, desafios e importância do PL e abordar alguns questionamentos que a gente tem ouvido em relação ao efeito dessa política, seja estimulando o mercado legal, dessa medida... Ou seja, também prejudicando os meios de vida. Então, vou tentar chegar lá, mais vai ser uma...

A política, na verdade, é a internalização de um tratado internacional de saúde, que é a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que foi ratificada por esta Casa em 2005, promulgada pela Presidência da República em 2006 e se tornou uma política de Estado.

Aqui são as medidas que estão contidas nesse tratado, e, em vermelho, estão as medidas que o projeto de lei aprimora, no sentido de a gente evoluir mais nessa implementação da Política Nacional de Controle do Tabaco no Brasil. Temos medidas relacionadas ao comércio ilícito de tabaco na própria convenção e medidas que preveem apoio a atividades economicamente viáveis.

Eu queria só ressaltar aqui muito claramente que a convenção não proíbe ninguém de fumar nem proíbe ninguém de plantar tabaco; ela se contrapõe ao produto final da cadeia produtiva de tabaco, que é dependência química, doenças e mortes causadas pelo cigarro e similares. Ela busca restringir práticas desleais de mercado voltadas para promoção e venda de cigarro e similares para crianças e adolescentes. E é esse o espírito do projeto de lei que nós estamos aqui defendendo.

A convenção tem como foco mudar uma epidemia global de tabagismo; só no século XX, foram 100 milhões de mortes. Atualmente 7 milhões de mortes é o número global de efeito desse mercado, e o custo global é de U\$1,4 trilhões – dados da Organização Mundial de Saúde –, sendo que, se você compara com o que os países de uma maneira geral recolhem, nós temos 270 bilhões em impostos sobre tabaco recolhidos; então, é um prejuízo enorme global.

Além disso, o tabagismo por si só é uma doença, é uma doença do cérebro, e, por isso, ele está categorizado dessa forma no Código Internacional de Doenças. E é uma doença pediátrica, porque a maior parte dos fumantes começam a fumar antes dos 15 anos de idade; aliás, antes dos 18 anos de idade, e a idade média é de 15 anos.

A convenção se contrapõe às práticas de mercado direcionadas à criança e ao adolescente, que tornam o tabagismo uma doença pediátrica.

Então, a gente tem uma série de medidas que estão na convenção que visam a exatamente atuar sobre esses determinantes: propaganda, promoção, os posicionamentos dos produtos nos pontos de venda ao lado de balas e chicletes, a embalagem, os sabores, os preços. Trata-se de verdadeiros elementos de *marketing* que tem como alvo criança e adolescente, que buscam capturar crianças e adolescentes para o tabagismo.

Basta olhar nos documentos internos das empresas de tabaco que estão abertos em litígios em outros países. Aqui, está muito claro. Desde a década de 50 do século passado, existe esse pensamento estratégico de que o jovem é o alvo desse negócio.

Aqui, outro tipo de documento das próprias empresas que mostra que a propaganda tem como função atrair o jovem para a experimentação, usando os símbolos que são valiosos para essa fase da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida, e reconhece que depois que a criança experimenta, a nicotina se encarrega de manter o consumo.

Então, existe uma vasta literatura mostrando a relação entre a propaganda e a iniciação de crianças e adolescentes.

Os sabores, a mesma coisa. Vários documentos de empresas mostram que os sabores foram desenvolvidos, os aditivos, para facilitar a experimentação de crianças e adolescentes e iniciar o consumo o mais cedo possível porque é quando se instala a dependência da nicotina.

Não vou nem ler porque não vai ter tempo.

Aqui, só um exemplo de outro documento que mostra que o *tutti frutti* foi experimentado por uma empresa exatamente com essa finalidade.

A gente também sabe de adições de substâncias como amônia, que tem o objetivo de aumentar a liberação de nicotina e aumentar o poder do cigarro de causar dependência.

Então, é isso que o PL aqui busca atacar, busca mudar.

A gente tem aqui um estudo que foi feito pelo Inca, em 1996, que mostrou claramente que havia uma adição de amônia nos cigarros brasileiros para exatamente aumentar o poder de causar dependência.

Aqui, vários estudos que mostram a questão da amônia, a questão de outros aditivos que dão sabores.

E a embalagem também é propaganda. Há aqui um documento de uma empresa internacional, uma transnacional que atua aqui no mercado, mostrando claramente como eles trabalham as embalagens para atrair principalmente os jovens. O Código do Conar também define embalagem como propaganda.

Então, o projeto de lei visa exatamente a tirar esse poder de propaganda que a embalagem atual tem.

Eu vou falar um pouquinho da política, do que temos hoje nas medidas que foram ajustadas no Brasil para atender a implementação da Convenção-Quadro. A Lei nº 12.546, de 2011, trouxe importantes ajustes na Lei nº 9.294, de 1996. Nós tivemos o aumento de IPI de preços mínimos, a política de preços mínimos foi adotada, proibimos fumar em ambientes fechados, porque antes existiam os fumódromos, proibimos a propaganda, exceto na exposição das embalagens, ampliamos as advertências sanitárias nas embalagens. E temos uma série de outras medidas em que eu não vou me deter, mas eu queria mostrar os resultados dessa política.

Nós temos uma redução significativa da prevalência de fumantes, que foi acelerada, segundo esses dados que estou expondo aqui, depois que a Convenção foi implementada e, principalmente, depois que tivemos aumento de impostos, de preços e de que tivemos a proibição da propaganda totalmente nos pontos de venda, e a proibição de fumar em recintos coletivos.

Então, essa queda é mostrada em vários tipos de pesquisa. Há uma aceleração dessa queda, e, principalmente, a gente tem redução de mortalidade por doenças causadas pelo tabagismo no Brasil.

As mortes por doenças cardiovasculares caíram 32% entre 2000 e 2016; as doenças pulmonares obstrutivas crônicas – enfisema principalmente – caíram 40%; o câncer de pulmão, que é uma doença praticamente sinônimo de tabagismo, caiu quase 20% nesse período.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma política que está dando certo. Mas temos muitos desafios que o projeto de lei que estamos analisando se propõe a ajudar a vencer. Nós ainda temos um número absoluto de fumantes muito elevado, 19 milhões de fumantes, porque 10% de uma prevalência no País como o nosso é muita coisa: é sete vezes a população do Uruguai, duas vezes a população de Portugal.

E nós temos ainda 157 mil mortes por ano de pessoas, mortes altamente evitáveis, e um custo elevadíssimo, 57 bilhões por ano, com o tratamento de doenças tabacorrelacionadas enquanto a arrecadação não chega a 13 bilhões. Então, é um negócio que dá prejuízo para todo o País.

E por que esse número absoluto de fumantes continua alto no Brasil? Por exemplo, aqui a gente tem a experimentação de cigarros, ainda temos uma experimentação entre crianças e adolescentes de 13 a 15 anos muito elevada. Em 2015, essa experimentação foi de 19%, muita coisa para um País como o nosso que tem uma população enorme.

E por que isso acontece? Porque ainda temos os fabricantes fazendo de tudo para capturar criança e adolescente no nosso País, propaganda ilegal como essas que foram detectadas por jornalistas. Há os festivais de música no Brasil, onde empresas estão lá, assediando os jovens.

Aqui, nós temos outro exemplo de um festival de música onde tivemos vários exemplos de violações da lei que proíbe a propaganda, tudo porque é preciso capturar crianças e adolescentes para o consumo, para repor o contingente de fumantes, aqueles que param de fumar e aqueles que morrem devido ao tabagismo.

E com a proibição da propaganda de cigarros no Brasil o que aconteceu? As embalagens passaram a ser as *popstars* nos pontos de venda, as embalagens lindas, simulando balas, chicletes, sempre bem posicionadas ao lado de balas e chicletes nos pontos de venda. Então, é isso que esse projeto de lei propõe mudar.

Temos a questão dos sabores no Brasil, que ainda não foi resolvido. A Anvisa – a Glória, eu acho, vai falar aqui a respeito –, desde 2012, tenta colocar essa medida em implementação, mas ela sofre uma série de ataques desde obstruções ao processo da Anvisa de consultas públicas e audiências até mesmo depois uma ação judicial...

(Soa a campainha.)

A SRA. TÂNIA CAVALCANTE – ... que suspendeu a medida.

Aqui é só um exemplo...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu concedo à senhora mais três minutinhos.

A SRA. TÂNIA CAVALCANTE – Ok.

Então, eu só vou passar aqui.

Aqui eu tenho os dados – eu vou deixar a apresentação – do que o projeto de lei se propõe a ajustar em termos de implementação da Convenção-Quadro.

Aqui, outros países que adotaram essa medida em relação às embalagens. Nós temos aqui um exemplo de que a União Europeia venceu uma batalha judicial em que as empresas de tabaco tentaram impedir a adoção dessa medida, mas a Corte da União Europeia deu ganho de causa para a implementação da padronização das embalagens.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa na Austrália, que venceu na Organização Mundial do Comércio uma disputa de questionamentos de que essa medida prejudicaria o acordo de direitos de propriedade intelectual.

Há estudos mostrando os resultados dessa medida, mas eu vou passar aqui rapidamente, porque eu quero chegar ao ponto que são esses questionamentos: Isso estimularia o mercado ilegal?

Então, aqui a gente tem uma revisão extensíssima, que acabou de sair, do Banco Mundial, que mostra que a indústria do tabaco sempre usa esse argumento de mercado ilegal para obstruir essas políticas que visam a reduzir o tabagismo. E, aqui, mostra exatamente qual é o fator que está por trás do mercado ilegal, que não tem a ver com essa questão de diferença de preço de impostos.

O Brasil ratificou o protocolo preliminar ao mercado ilegal de cigarros, e nós precisamos implementar esse protocolo que está vinculado ao art. 15 da convenção como resposta ao mercado ilegal, e não impedir uma medida importante como esta que é proposta pelo projeto de lei.

O Paraguai está se alinhando a esse protocolo, que é importantíssimo para o Brasil principalmente, que é a principal fonte de cigarros contrabandeados.

Então, a resposta para o contrabando de cigarros não é impedir a implementação de medidas que reduzem o tabagismo e, sim, implementar esse protocolo que foi ratificado por esta Casa em 2017 e promulgado pela Presidência da República em outubro de 2018.

E os meios de vida dos agricultores?

Então, a convenção não proíbe plantar fumo; pelo contrário, ela oferece alternativas economicamente viáveis, e esse programa de diversificação, que faz parte dessa Política Nacional de Controle do Tabaco, foi um condicionante que o Senado Federal colocou para que o Brasil o ratificasse.

Então, a resposta que precisa ser dada, principalmente se a gente considerar que 87% da produção nacional é exportada e o que acontece aqui não é o que vai afetar o meio de vida dos agricultores, a resposta que a gente espera, principalmente das Prefeituras, dos Prefeitos, da Ampro Tabaco, que está aqui presente, é dar força à implementação desse programa nos seus territórios.

Temos muitos Municípios PIB dependentes do tabaco e temos um dado muito claro: o mundo mudou em relação à demanda de tabaco. A gente tem uma redução aqui marcante em 2018 – a Convenção-Quadro mostra o relatório de implementação global. Pela primeira vez, todas as categorias de países desenvolvidos e em desenvolvimento mostraram uma queda significativa na prevalência de fumantes. Isso afeta quem depende aqui, principalmente o elo mais frágil da cadeia produtiva, e nós temos a resposta, que é o programa de diversificação.

Eu vou passar aqui rapidamente, só para as conclusões, só mostrando que as empresas já estão se ajustando a esse cenário, diversificando seu portfólio de negócios, inclusive entrando no mercado de cigarros eletrônicos, que não usam tabaco ou usam quase nada. E cigarro eletrônico é um novo mercado que está surgindo, está crescendo, e o Brasil precisa... Há aqui dados de exportação mostrando queda –, o Brasil precisa realmente se preparar para esse cenário.

(Soa a campanha.)

A SRA. TÂNIA CAVALCANTE – Então, a última, para concluir.

Srs. Senadores, aprovem o PLS nº 769/2015, porque o tabagismo é uma doença pediátrica! Cigarros matam dois em cada três de seus consumidores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que a gente ainda permite que sejam comercializados em belas embalagens?
Por que a gente ainda permite que os fabricantes mascarem o gosto ruim do tabaco para facilitar a experimentação?

Por que permitir aditivos que aumentam a dependência de nicotina?

Impedir a implementação do projeto de lei não vai resolver o problema do contrabando de cigarros nem proteger os meios de vida dos agricultores. Temos que implementar o protocolo e temos que implementar o programa de diversificação.

Essas são as respostas que precisamos dar a essas questões.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muito obrigada por sua exposição, Dra. Tânia.

Concedo a palavra ao Sr. Iro Schünke, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco – Sinditabaco. O senhor tem dez minutos para a sua exposição.

O SR. IRO SCHÜNKE – Boa tarde, Senadora. Boa tarde, demais Senadores, Luis Carlos.

Eu vou fazer uma exposição com dados de outros países que mostram que essas medidas previstas no PLS 769 não funcionam para a redução do tabagismo. Para deixar bem claro o que estou falando.

As embalagens de cigarro no Brasil atualmente já têm 65% de toda embalagem cobertas por imagens e advertências. E, naturalmente, que a população brasileira já está muito informada e consciente de que o cigarro faz mal para a saúde. Não tem nenhuma dúvida. Você fala com qualquer pessoa, e ela sabe que faz mal para a saúde. Então, na própria embalagem já há tudo isso.

Agora, se nós olharmos, por exemplo, o contrabando, vejam lá: introduziram uma pequena faixinha muito escondidinha com alguma coisa em relação à saúde, o resto é só propaganda e propaganda melhor possível para a atratividade.

E olhando em relação aos pontos de venda, que é outro ponto que está sendo discutido aqui no PLS, já há uma série de restrições aos pontos de venda. Todos aqueles assinalados já então com proibição de iluminação, efeitos visuais, proibição de atividades. Já entrando outra advertência agora em 2019. Então, há toda uma série de restrições já aprovada e em vigor em relação aos pontos de venda.

Por outro lado, olha ali o mercado ilegal e o que aparece quanto aos cigarros na rua: sem nenhuma restrição, vende-se ao preço que quer, para quem quiser, inclusive vende-se por unidade, embalagem de dez cigarros. E, além disso, há crianças envolvidas nas vendas, como se vê em São Paulo. Esse é contrabando que existe aí.

Aqui há um dado interessante em relação às embalagens genéricas. A Austrália implementou essas embalagens em 2012. E, em 2016, o Governo fez uma análise pós-implementação, e o resultado dessa análise mostrou que não foi possível quantificar com confiabilidade os efeitos das embalagens genéricas, por si só, na prevalência fumantes e no consumo de tabaco, ou seja, não funcionou para reduzi o tabagismo. Além disso, veja o que aconteceu. O gráfico ali mostra claramente que após a implementação dessa medida na Austrália, o mercado ilegal aumentou em 20%, passou de 11%, 12% que tinha para ao redor de 14%. Portanto, houve claramente um aumento no contrabando ou no mercado ilegal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, sempre se diz que muitos países já adotaram embalagem genérica. Isso, não é verdade. Muitos países, na verdade, não implementaram e rejeitaram a implementação da embalagem genérica.

O próximo. Eu estou indo ligeiro aqui – esses dados vão ficar todos aqui depois – por causa do tempo, que é curto.

Agora um outro exemplo aqui, em relação à exposição de cigarros na influência na redução de fumantes ou na redução do tabagismo. Pegando dois países aqui: a Islândia, que implementou em 1999, e a Irlanda, em 2009. A queda foi exatamente igual antes e depois da implementação das medidas, ou seja, se a exposição influenciasse, naturalmente, depois que isso aconteceu, deveria haver uma queda muito mais rápida ou abrupta. Então, na verdade, demonstrado aí que isso não... A redução continua exatamente a mesma, como mostra aí o gráfico.

Bom, cigarros com aroma. O dado aí, eu não entendi muito bem. Cigarros com aroma de que a gente aqui tem conhecimento são 4% do mercado legal consumido no País, 4%. Se eles fossem tão atrativos, naturalmente que seria muito maior o mercado de cigarros mentolados. E há uma pesquisa muito interessante feita pela AC Nielsen, que está no Tobacco Atlas, que mostra que não há nenhuma correlação entre haver cigarros mentolados e haver mais ou menos crianças fumando. Aqui estão os dados. Alguém pode depois olhar como queira. O lado esquerdo são os menores que fumam, e essa linha azul mostra o tabagismo, o consumo de cigarros. Não há nenhuma correlação. Podem ver que há lugares que têm muitas crianças que ainda fumam, a linha bem embaixo, e depois o contrário, do outro lado. Então não há uma correlação realmente clara em relação a esse assunto.

Aliás, eu acho que sempre é muito bom lembrar, e a indústria tem dito isto: vender cigarro para menores de dezoito anos é crime, não pode, porque isso naturalmente... E a própria indústria tem essa posição.

Agora veja, depois que nós começamos aqui a tratar desse negócio de ingredientes, começou a ser discutido, até então não havia cigarro contrabandeado com sabores; hoje temos doze marcas de cigarros mentolados, inclusive com a tecnologia já avançada, que é com cápsulas. Então veja que essa discussão aqui fez com que muitos dos cigarros hoje contrabandeados já estão sendo vendidos, temos aí doze marcas. E realmente aumentou após a discussão sobre os ingredientes.

E o mercado ilegal? Eu acho que aqui sempre é bom a gente dar uma olhada, é muito interessante isto aqui. O mercado legal, que em 2015 tinha 60%, hoje tem 46%; e o ilegal, que tinha 39%, 40% para fechar os 100%, hoje tem 54%. Então o que está havendo no Brasil, se estiver havendo alguma redução, os dados são um pouco... Os últimos estão um pouco assim bem em equilíbrio, mas houve uma redução. Mas o que aconteceu, principalmente nos últimos cinco, seis, sete anos: um decréscimo do legal para um incremento muito grande do ilegal, tanto que hoje representa 54%, mais da metade do consumo brasileiro. Isso, todo mundo sabe, é perda de empregos, é perda de receita e por aí vai.

Bom, agora, a gente vai olhar um quadro aqui que seria... Eu até acho que tempestade perfeita assim é um pouco leve; eu acho que é um ciclone até, perfeito ainda mais para o contrabando de cigarros.

No Brasil, em aprovado o PLS, nós não vamos ter mais nenhuma... Vai haver só um lugarzinho para colocar lá o nome e a marca, enquanto que o cigarro do contrabando vai continuar colocando o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que quiser. No segundo ponto, nos pontos de venda, os cigarros legais vão estar escondidos; agora, os cigarros ilegais, os contrabandeados vão estar totalmente expostos, vão estar lá à vontade para quem quiser ver e comprar.

Quanto aos ingredientes, se proibidos no Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. IRO SCHÜNKE – Já temos 12 marcas hoje, Senadora. Para quantas marcas será que nós vamos e para onde será que vai esse mercado dos mentolados se essas normas forem aprovadas?

Por outro lado, veja a diferença: o preço mínimo no Brasil é R\$5,00, enquanto muitos cigarros paraguaios são vendidos a R\$2,00, R\$2,50, ou seja, menos da metade do valor brasileiro.

Então, isso realmente nos preocupa muito. Todos esses dados aí podem ser consultados, foram colhidos de fontes fidedignas. E os dados mostram realmente que as medidas não funcionam na redução do tabagismo. Outras medidas, medidas similares, maior concentração e por aí vai, devem ser então tomadas para que se reduza o tabagismo. Mas essas aqui, pelo que foi mostrado, não funcionam.

Eu ainda queria, rapidamente, fazer dois apontamentos.

Estou dentro do tempo, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IRO SCHÜNKE – Está bem.

Uma outra afirmação que a gente tem ouvido por quem é da comunidade antitabaco é que contrabando é caso de polícia. Nesse caso, a gente teria que perguntar: vender para menores não é caso de polícia? Por que são necessárias mais restrições ao mercado legal, que é minoria no País, para favorecer muito mais o mercado que já está sendo mais vendido, o ilegal e o contrabandeado?

Nós temos certeza de que vender qualquer cigarro, em qualquer embalagem, exposto ou não, com ingrediente ou não, para menores é caso de polícia mesmo. Nós queremos sempre deixar isso muito claro.

E eu gostaria aqui, para terminar... Porque, na verdade, a minha conclusão é essa: os dados apresentados mostram que a aprovação do PLS não vai reduzir o tabagismo. Mas eu gostaria de deixar aqui no Senado uma outra questão: dados do Fórum Nacional de Combate à Pirataria, em 2018, mostram que o Brasil registrou perdas de R\$193 bilhões com o contrabando em diversos setores, tais como cigarros, combustíveis, defensivos agrícolas, brinquedos entre outros. Naturalmente, o cigarro representa praticamente dois terços desse contrabando.

Então, eu gostaria de perguntar o que exatamente o Senado, a Câmara, o Congresso enfim, estão fazendo para que esse...

(Soa a campainha.)

O SR. IRO SCHÜNKE – ... tão grave problema do contrabando realmente se reduza, porque realmente é perda de impostos, é perda de empregos e é perda de tributos de que o País tanto precisa.

Essa é a minha exposição, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Iro.

Eu queria registrar a presença aqui dos Deputados Heitor Schuch, do PSB do Rio Grande do Sul, e de Marcelo Moraes, do PTB, do Rio Grande do Sul também. Obrigada pela presença de ambos.

Agora concedo a palavra à Sra. Gloria Maria de Oliveira Latuf, Gerente substituta de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos, Derivados ou não do Tabaco, da Anvisa.

Para a exposição, a senhora tem dez minutos.

Obrigada, Dra. Gloria.

A SRA. GLORIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF – Obrigada, Senadora Leila. Uma boa tarde a todos da Mesa, a todos os Senadores e Senadoras, e a todos os presentes.

Eu gostaria só de pedir à Secretaria para fazer a gentileza de passar essas embalagens para que os Senadores pudessem verificar. Eu já conversei com a Senadora Leila sobre isso. São dois exemplos de embalagens genéricas, embalagens padronizadas, uma da França e a outra da Austrália. É para que os senhores possam visualizar, de forma mais concreta, como seriam talvez essas embalagens aqui também no Brasil.

Bom, eis a minha apresentação.

Eu sou farmacêutica, sou gerente substituta da área de controle de tabaco da Anvisa. Eu gostaria de agradecer a todos a possibilidade de participação. Eu gostaria de dizer também que a minha apresentação é extremamente técnica. As informações que eu vou trazer aqui são de fontes confiáveis, de fontes internacionais, de fontes revisadas, de fontes identificadas por seus pares como fontes fidedignas. Esta apresentação fica à disposição dos senhores e das senhoras. Qualquer dúvida também, *a posteriori*, se não houver tempo para a explanação, estamos à disposição.

Bom, então, a Anvisa já se manifestou favorável ao Projeto de Lei nº 769 por diversas vezes. Agora, a gente traz mais outras evidências, evidências recentes sobre os benefícios que este projeto de lei trará para o Brasil, se aprovado por esta Casa e pela Câmara.

Bom, o tabagismo mata dois em cada três usuários. É uma doença pediátrica, como a Dra. Tânia já mencionou.

Aqui temos fotos de crianças fumantes ao longo do mundo. Temos na China, na Indonésia, temos no Reino Unido. São fontes confiáveis também. Vocês podem clicar no *link* e verão essas informações na imprensa desses países, com referências, o que prova, mostra, ilustra como o tabagismo se inicia cedo, como essas crianças têm acesso a esses produtos. Por mais que os governos tenham ações de combate às práticas ilegais da indústria, o que a gente vê é que essas crianças continuam, sim, usando, continuam experimentando, continuam comprando. Então, isso é fato.

Em relação aos aditivos, eles mascaram o sabor, mascaram a aspereza da fumaça. Ou seja, fica mais fácil tragar de forma profunda aquela fumaça; eles mascaram o odor desagradável do cigarro, tanto para quem está fumando quanto para quem está próximo do fumante.

A OMS reconhece que os aditivos flavorizantes, que conferem aroma e sabor, são sim atrativos e devem ser banidos. Ela reconhece isso no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que reúne mais de 180 países que ratificaram a convenção. Então, há um documento formal, com evidências científicas de que esses aditivos são, sim, atrativos e devem ser banidos. Eles são proibidos em mais de 40 países.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós temos alguns exemplos de embalagens de vários locais, enfim, só para os senhores poderem ver: fumo para narguilé sabor chiclete – o *laser pointer* não vai pegar –, fumo para narguilé sabor refrigerante cola com menta. Aqui são diversos charutos de chocolate, de pêssego, de baunilha. Depois vocês podem dar o *zoom* e verificar. Aqui são embalagens com cápsula. As cápsulas de mentol são um poderoso artifício para que aquele cigarro fique ainda mais atrativo. E, no Brasil, nós temos várias marcas registradas por empresas legais, registradas junto à Anvisa dessas cápsulas, porque, infelizmente, a RDC 14, de 2012, ainda não pode ser aplicada na sua forma completa. Eu vou explicar um pouquinho mais à frente. Então, temos, sim, no mercado legal cigarros com cápsulas. Aí temos uma cápsula, temos duas cápsulas, temos orientações se você aperta as duas, se você aperta uma, se você quebra aquela cápsula e libera o mentol de forma mais ostensiva ou menos ostensiva. Então, há também um *marketing* todo em torno desse artifício. E aqui um *zoom* da cápsula, uma foto para que vocês possam ver.

Alguns cigarros chegam a ter mais de 200 aditivos. O mentol é apenas um deles. Então, eu trouxe, rapidamente, informações técnicas que acho que seria interessante passar para os senhores e senhoras. O mentol reduz a irritação da fumaça e facilita o uso por iniciantes. O ácido levulínico anestesia o trato respiratório superior, reduz a irritação da fumaça e aumenta a recepção cerebral da nicotina. Então, existem aditivos que vão além de um mentol, de um chocolate, de uma baunilha. Há aditivos que vão, profundamente, na constituição do produto para que ele seja mais atrativo, mais viciante e possa fazer seus efeitos ruins de forma mais efetiva. Temos a amônia, que faz com que a nicotina seja absorvida mais facilmente e rapidamente pelos pulmões; o açúcar, que reduz a aspereza da fumaça; o acetaldeído, que aumenta o poder viciante da nicotina – e por aí vai –; a goma guar, que, após a combustão, gera substâncias que apresentam cheiro e gosto que aumentam a atratividade dos produtos; o próprio chocolate, o cacau. Então, nós temos aqui no Brasil, já tivemos... Hoje essas embalagens não estão mais disponíveis, mas eu trouxe em termos de histórico. Então, em relação aos aditivos, seria isso. Eu vou falar ponto por ponto.

Sim, os aditivos causam atratividade. Eles devem ser banidos dos produtos, com exceção dos aditivos já permitidos pela RDC 14, de 2012, que são aditivos necessários aos processos produtivos, desde que esses não induzam nem criança e nem fumante a continuarem fumando.

Em relação às embalagens, historicamente, com dados científicos inquestionáveis, as embalagens são usadas como formas de propaganda. Vocês podem ver embalagens metálicas, embalagens parecendo balas, embalagens que lembram o verde, a menta, a "refrescância", embalagens e propagandas mais antigas, como "Hollywood, ao sucesso". Quantos de nós já viram essas propagandas na TV, nos jornais, nos pontos de venda? Hoje não mais dessa forma tão, assim, radical, mas a gente ainda vê muitos descumprimentos. E as embalagens padronizadas, as embalagens genéricas, que eu pedi à Secretaria, gentilmente, para passar para os senhores e senhoras, são recomendadas pela OMS, também em nível de Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. A Austrália implementou essas embalagens em 2012. A aparência dessas embalagens é clara. Se você compara esta tela com a tela anterior, a atratividade de uma embalagem genérica é completamente reduzida pelas imagens, pelas mensagens, pela falta de cor porque as empresas manipulam isso, a cor mais elitizada, a cor metálica, a cor que traz glamour. Infelizmente a gente não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem tempo para poder esmiuçar tanto, mas ela é, sim, uma prova efetiva de que essa embalagem pode e deve ser menos atrativa.

Vários outros países já implementaram essas embalagens genéricas. Eu tenho aqui uma publicação. Quem quiser, eu posso conceder no final. Nove países já implementaram. Dezesesseis países estão considerando a implementação em fases distintas de discussões de seus regulamentos internos.

E a proibição da exposição dos produtos também é recomendada pela OMS em nível de Convenção-Quadro. Os produtos já são proibidos de ser expostos em 20 países. Então em 2001 o primeiro país iniciou essa proibição. A *Tobacco Control*, que é a revista mais séria, idônea, isenta de conflitos de interesse que nós temos no mundo, publicou recentemente dois estudos: um do Reino Unido. O Reino Unido implantou a proibição da exposição de forma gradativa, entre 2012 e 2015, e fez um estudo recente, que saiu este mês, provando a redução da suscetibilidade dos adolescentes ao tabagismo a partir do momento em que aquela embalagem não está ostensivamente no ponto de venda. Aqui está o artigo.

(Soa a campanha.)

A SRA. GLORIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF – Vou tentar correr.

Análise global. Também se confirma que existem estudos de todos esses 20 países de como é esse comportamento mundial em relação à eficácia da não exposição dos produtos e os senhores podem ver com dados estatísticos referendados por pares e publicados em revistas sérias que isso é verdade.

A exposição dos produtos. Aqui vou mostrar como ela é, como já foi: "Crie em excesso. Fume com moderação", expositores embalagens, expositores que giram, que têm bolhas, que têm géis, expositores de produtos de tabaco próximos a crianças, a balas, a chicletes. "Ah não. A criança não é atraída". É, sim, atraída. Também existem estudos que mostram que as crianças são mais atraídas quando veem produtos mais afetos a ela numa determinada exposição. E a gente vê na Argentina, no Brasil. Essa prática da indústria do tabaco é mundial. Expor produtos em letreiros, em expositores chamativos próximos a balas, etc.

Sim, já existe muita regulamentação. Que bom que existe. Avançamos muito no controle do tabaco não só a Anvisa, mas todos os parceiros. Temos aqui o exemplo de agora no Lollapalooza, por exemplo. Embalagem não aprovada. Então a indústria sabe e ela descumpre. A norma está clara. A RDC está lá. A lei está lá proibindo você usar a embalagem como uma forma de propaganda. E ela continua usando. Está aqui a prova. E temos ao lado uma embalagem do cigarro mais clara que está dizendo: menos cheiro em seus dedos. Essa embalagem, por exemplo, do cigarro à direita é uma embalagem não aprovada pela Anvisa que foi encontrada no mercado. Então, a indústria sabe o que deve fazer e não faz. Por isso que a embalagem genérica é um passo adiante, sim, muito importante. A gente está aqui para poder mostrar isso para os senhores.

E os descumprimentos continuam em grandes eventos, em eventos destinados a jovens, festivais de música – Rock in Rio, Lollapalooza –, e, mesmo sabendo, você cria pontos de exposição, você coloca modelos para poder fazer venda ambulante; tudo isso é proibido, e a indústria não respeita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, uma foto de uma padaria em São Paulo, eu que tirei essa foto: você vê já com as novas regras, mas pode ver que temos embalagens que não são expostas para venda, são embalagens fictícias, isso está proibido pela lei; vocês veem a lista de preços, que é uma coisa para ser... Lista de preço vira uma forma de propaganda: colorida, com letras em destaque, com letras maiores; gente, o que é isso se não uma propaganda ilegal?

Bom.

E a proibição do fumo no interior de veículos.

(Soa a campainha.)

A SRA. GLORIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF – A Dra. Tânia já falou: fumo passivo mata 890 mil pessoas por ano, e as crianças não têm como decidir sair do veículo, não é? Então, elas ficam realmente sujeitas àquela fumaça e àqueles malefícios não só do fumo, da fumaça que elas ingerem, que elas aspiram, mas também do fumo de terceira mão, que hoje em dia – aí temos os artigos, aqui também deixo toda essa vasta literatura para os senhores e senhoras –, o fumo de terceira mão é a nicotina que fica impregnada nos móveis, nos carpetes, nas roupas, e aquelas substâncias vão reagindo ao longo do tempo e vão produzindo mais substâncias tóxicas, que também são liberadas ao ambiente e inaladas pelas pessoas que ali estão.

Muito obrigada, peço perdão pela rapidez.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu é que peço perdão a vocês, porque nós temos pouco tempo e todos vieram com muito conteúdo, muito rico. Parabéns a todos os expositores aqui.

Bom, eu concedo a palavra agora ao Sr. Jaime Recena, Diretor de Relações Governamentais e Projetos Especiais da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

Sr. Jaime, dez minutos para a sua exposição. Obrigada pela presença.

O SR. JAIME RECENA – Obrigado. Aqui dá para ouvir se eu falar aqui? *(Pausa.)*

Todo mundo ouve se falar nessa distância? *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu estou ouvindo.

Vamos puxar um pouquinho para cá.

O SR. JAIME RECENA – Vamos trocar, então.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpa.

O SR. JAIME RECENA – Vamos trocar, que eu acho que é melhor. A gente troca.

Bom, boa tarde a todos. Eu quero iniciar cumprimentando a Senadora Leila e agradecendo à Senadora a sensibilidade de marcar essa audiência pública para a gente poder debater e expor um pouco o que a gente pensa sobre esse projeto. O que a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes entende é que esse projeto, apesar de ter uma nobre intenção, que é a intenção da saúde, não vai alcançar o resultado a que se propõe. A gente já vive hoje num ambiente dos mais regulados do mundo. Nas apresentações que antecederam, a gente pôde comprovar os números e os resultados que já foram conquistados com medidas anteriores, o que leva àquela questão: será que é necessário ainda mais medidas? A gente entende que não. A gente entende que o que hoje já regulamenta esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado é suficiente. Ou seja, já é proibido venda de cigarros para menores, o nosso setor combate isso com bastante atenção, os comerciantes estabelecidos de forma legal nesse País fazem isso com bastante atenção, e o que a gente vê crescendo é o mercado ilegal, e não o mercado formal.

Eu vou passar aqui agora, iniciar a nossa apresentação. Bom, o que é a Abrasel? Nós somos a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, existimos desde 1986, uma entidade patronal, privada. Representamos cerca de um milhão de negócios no País, cerca de 6 milhões de empregos diretos e representamos quase 3% do PIB nacional.

As medidas que a gente entende que são medidas que não contribuem para a nossa atividade, enfim, e para o resultado a que o projeto de lei se propõe, que é o caso das embalagens genéricas, a proibição da exposição do ponto de venda e a proibição de aditivos, como o mentol...

Bom, o impacto dessas medidas no varejo. A gente já teve a implementação de coisa semelhante, por exemplo, na Austrália e a gente já pôde observar que quatro em cada dez varejistas sentiram o impacto do mercado ilegal. Depois eu vou deixar um documento com a Senadora, que é uma carta, um relatório, dos pares nossos na Austrália, da entidade que representa os comércios e as lojas de conveniência, que eles também mandaram esses números de pesquisas que eles tiveram.

Aumenta o tempo de atendimento ao cliente, aumenta a insegurança, principalmente do estabelecimento, uma vez que aquela pessoa que fica no caixa para entregar aquele produto tem que se ausentar daquela posição para buscar em outro local onde o produto não está de fácil acesso. Há uma confusão também quando você iguala todas as marcas na percepção e na identificação da coleta, de pegar esse produto e entregar esse produto para o consumidor, e a gente acaba também com isso aumentando a devolução do mesmo produto.

Embalagem genérica.

Exposição de produtos.

Bom, com a padronização dos produtos, enfim, e o banimento da exposição desses produtos, a gente entende e já percebe isso, e já foi citado anteriormente, que o impacto no mercado ilegal vai ser estrondoso, porque a gente acaba tendo um ambiente mais favorável para que esse mercado que hoje já representa 54% possa ainda mais crescer e conquistar novos clientes porque, como disse anteriormente, enquanto nós temos a preocupação e as responsabilidades que as leis nos impõem, o mercado ilegal não tem isso. E isso é o que a gente acaba percebendo, que, no final das contas, no final do dia, é o que vai acontecer.

Bom, quando a gente fala da proibição de tabaco, é fato que, hoje, a pessoa que fuma o faz conhecendo todos os malefícios do cigarro. Ela fuma porque tem consciência. Ela é fumante e quer fumar. Quando a pessoa é consumidora de um produto, a tendência é que ela vá continuar consumindo aquele produto, entendendo o que ela entende para poder consumir.

Quando a gente fala da proibição do mentol ou de outros aditivos, a gente acaba percebendo que esse mercado, que hoje já é uma fatia pequena, vai ser tomado, na sua totalidade, pelo mercado ilegal, porque, se a gente não tem o produto na forma legal para oferecer para aquele consumidor que consome aquele produto, ele vai buscar uma alternativa. E onde ele vai encontrar essa alternativa? No mercado ilegal, onde a gente não controla, onde a gente não tem nenhuma ingerência.

Aqui a gente fala um pouco sobre o crime organizado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É fato, hoje, e a gente tem percebido na imprensa, nas matérias de jornais, enfim, o crescimento do contrabando como principal produto do crime organizado.

Hoje, o nosso setor, o setor de alimentação fora do lar, vive algumas situações de dificuldade, principalmente nos lugares mais distantes do País ou nos lugares onde a criminalidade tem uma atuação mais forte. É o caso das milícias no Rio de Janeiro, é o caso do Entorno, por exemplo, aqui em Brasília, porque, muitas vezes, Srs. Senadores, o pequeno comerciante – vejam vocês! – é obrigado a trabalhar atrás das grades. Se a gente sair daqui e for a uma cidade-satélite de Brasília, como Santa Maria ou Sobradinho, a gente vai perceber que as lojas de conveniência, os distribuidores de bebidas estão trabalhando atrás das grades. Isso é correto? Não é correto. E nós estamos sofrendo isso hoje na pele. Estamos sofrendo, também, muitas vezes, não só a preocupação de termos que trabalhar sob tais condições, mas também sob as condições que o crime organizado tem imposto a uma série de pequenos bares e pequenos restaurantes, pequenos comércios, que, muitas vezes, são obrigados a comprar desses bandidos, e não do mercado formal. E, com restrições como essa, a gente vai dar mais poder ainda para esse crime organizado.

Eu já tive a oportunidade de deixar com a assessoria técnica da Senadora matéria recente, de duas semanas atrás, de uma grande apreensão de cigarro contrabandeado que nós tivemos aqui em Brasília, e esse é um problema que a gente percebe e que a gente tem muito receio de que, com mais restrições, aumente.

Aqui: o efeito para outros produtos.

Essa é uma preocupação que o nosso setor tem com medidas como essa de embalagem genérica, por exemplo, que isso possa surgir para outros produtos, como bebidas alcoólicas, refrigerantes, e até mesmo para as fachadas dos bares, porque, se a gente entende que as conquistas que nós tivemos nas áreas de *marketing*... Ou seja, o mundo em que a gente vive é um mundo de diversidade, um mundo colorido, não é um mundo em preto e branco. É natural que esse mundo, que essas cores estejam presentes em tudo. Então, nossa preocupação, quando a gente fala de embalagens genéricas, é que essas embalagens genéricas podem gerar um efeito para outros produtos também, deixando o mercado ilegal cada vez mais atrativo e, por consequência, cada vez mais enfraquecendo o setor de alimentação fora do lar.

(Soa a campanha.)

O SR. JAIME RECENA – Aqui estou mostrando alguns exemplos de outros países. Por exemplo: na Irlanda proibiram, enfim, as embalagens genéricas também para as bebidas e áreas separadas em supermercados, sem falar também nos altíssimos custos que isso representaria – essas medidas – para os pequenos comerciantes, que teriam que fazer pequenas obras, enfim, pequenas intervenções nos seus estabelecimentos, com seus custos pessoais, assumindo, então, esse custo de fazer todas essas modificações.

Aqui, um exemplo do *planning package* para *junk food*. A gente pode perceber uma embalagem de sanduíche, como seria, de forma genérica. E aqui há uma frase retirada dessa apresentação, em que o palestrante, Stephen Stern, diz o seguinte: "Aplaudo o movimento do Governo de remover os rótulos das embalagens de cigarros. Entretanto, a mesma abordagem deveria ser aplicada à indústria de *junk food*."



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, isso começa a gerar um movimento que sai do cigarro e entra em toda uma cadeia de outros produtos que são comercializados de forma legal e que, portanto, a gente tem o direito de comercializar, e as pessoas que quiserem consumir têm o direito de consumir.

Entrando aqui nas considerações finais, eu queria colocar uma coisa.

Hoje, empreender, no País, é uma atividade cada vez mais difícil. No nosso setor de alimentação fora do lar, então, é uma atividade quase que impossível. Para os senhores terem ideia, mais de 50% dos estabelecimentos que estão abertos, hoje, não estão operando no vermelho. Isso em função de uma série de circunstâncias que nós temos.

Esse comerciante, pequeno comerciante, já é submetido a uma série de constrangimentos, por um excesso de leis. É necessário que a gente infrinja mais um constrangimento para esse pequeno consumidor? Os fumantes também são constrangidos, porque têm que ter a sua carteira com uma série de imagens ruins. É necessário constranger ainda mais esses consumidores? Eles também não têm o direito de ter uma embalagem melhor do produto que quer consumir?

Então, fica essa pergunta e essa reflexão. Será que é necessário ainda mais restrição num ambiente tão restrito, como é o Brasil, que já atingiu níveis atuais de consumo que eram previstos para 2026? Ou seja, a gente já está num ambiente de restrição; para que mais restrições? Para que mais constrangimento para esse pequeno, médio e microempreendedor do País?

Muito obrigada, Senadora, pelo espaço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Jaime.

Nós temos mais dois expositores. Seremos mais breves agora.

Eu concedo a palavra agora à Sra.Ticiania Imbroisi, que é assessora de Advocacy da ACT Promoção da Saúde.

Dez minutos, doutora, para a sua exposição.

Obrigada pela presença.

A SRA. TICIANA IMBROISI – Obrigada pelo convite, Senadora Leila. Cumprimento a todos os Parlamentares presentes, os colegas palestrantes.

Eu gostaria de pedir licença para apresentar um videozinho de três minutos, antes da minha apresentação, porque eu acho que é bem ilustrativo, sobre a questão das embalagens que a gente está tratando aqui.

Vamos aumentar um pouquinho?

(Procede-se à exibição de vídeo)

A SRA. TICIANA IMBROISI – Obrigada.

Pode passar para a apresentação, por favor.

Se a imagem feia fosse na frente, ninguém iria comprar, não é? E as crianças, quando são pequeninhas, o campo de visão está na balinha e no chocolate, ali na padaria. Aí ela vai subindo e o que ela vê, imediatamente atrás do caixa, é o cigarro.

Bom, eu queria começar lembrando aqui qual que é o objeto desse PL do Senador Serra, que é a proibição total da propaganda de produtos de tabaco, a adoção de embalagens padronizadas, a regulação do uso de aditivos e a proibição do ato de fumar em veículos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não está tratando, nesse PL, como o Senador frisa muitas vezes, de contrabando ou de produção. Então, é importante também saber que esses outros assuntos a gente pode discutir em outros fóruns e em outros PLs.

Alguns dados aqui: no Brasil, 428 pessoas morrem por dia por causa do tabagismo; R\$56,9 bilhões são perdidos a cada ano com despesas médicas; 90% dos fumantes começam a fumar na adolescência, e dois terços se tornam fumantes regulares antes dos 19 anos de idade; entre os adolescentes que experimentaram o cigarro, 50% vão fumar nos próximos 15 a 20 anos. Então, é por isso exatamente que a estratégia da indústria visa a esse público infantil.

No Brasil ainda há propaganda de produtos de cigarro, apesar das restrições de mídia adotadas no ano 2000, e eu queria lembrar que o art. 13, da Convenção-Quadro, prevê a proibição de publicidade, de promoção e patrocínio do tabaco, e o Brasil, como signatário da Convenção, já deveria adotar essa medida de proibição.

Uma pesquisa do Datafolha mostrou que 78% da população apoia que não haja exposição de cigarros, 75% são favoráveis à proibição de aditivos nos cigarros e 65% apoiam a adoção de embalagens padronizadas.

Isso aqui é uma diferença entre 2008 e 2018. Vocês podem ver que mudou, mas não mudou muito – é o que a gente quer mostrar aqui. Como a propaganda foi proibida, as empresas investem, hoje em dia, em painéis muito chamativos – eu diria que até mais chamativos –, de néon, com muito brilho, e são grandes. Não faz muita diferença.

Isso aqui são países onde a proibição total da propaganda está em vigor. Você vê como é que fica dentro de um armário ali, à direita: tudo fechadinho, não há nenhuma exposição de marca. E aqui, à esquerda, a mesma coisa. Você pode pedir pelo cigarro, requisitando um atendente, mas não fica nada exposto.

Hoje em dia, a indústria tem adotado um *marketing* diferenciado, um *marketing* sorrateiro. Pesquisadores têm mostrado que a indústria começa a adotar mídias sociais para fazerem propaganda ilegal dos seus produtos, através de influenciadores digitais que fazem *posts* com produtos do tabaco, *posts* fumando, aparecem normalmente, sem aparência de propaganda, e usam *hashtags* específicas que remetem ao fumo. E o objetivo é mostrar esses produtos sob uma perspectiva benéfica. A pessoa está consumindo num ambiente descolado, em *shows* de *rock*, *Lollapalooza*, como foi dito aqui...

Enfim, essa denúncia revela que essas postagens com produtos de tabaco ou mostrando o ato de fumar foram vistas mais de 25 bilhões de vezes, globalmente.

Aí, mais exemplos de festas e eventos que associam influenciadores jovens, *youtubers*, que postam fotos e vídeos relacionados a cigarro.

E aqui vamos falar sobre aditivo, que, como foi dito aqui pela Glória, da Anvisa, torna o cigarro um pouco mais palatável. Esses aditivos facilitam a iniciação por jovens, além de aumentarem o potencial de dependência, porque eles elevam a eficiência da liberação da nicotina. Então, os cigarros de hoje são mais viciantes do que os cigarros de antigamente.

Ao menos 60% das substâncias de cigarro são cancerígenas. De acordo com mudanças no processo de manufatura, foi possível observar um aumento do nível dessas substâncias mais recentemente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proibição de aditivos é uma medida prevista pela Anvisa, é uma medida prevista na Convenção-Quadro. Já foi adotada no Canadá, na União Europeia, nos Estados Unidos. E, no Brasil, existe essa liminar, que impede a entrada em vigor da RDC da Anvisa.

(Soa a campanha.)

A SRA. TICIANA IMBROISI – Um relatório da John Hopkins revelou que cigarros com sabores estão sendo vendidos a poucos metros das escolas, o que é também uma estratégia da indústria. A menos de 250m das escolas foi comprovado que é onde estão 85% dos varejistas de tabaco.

Aqui um exemplo de embalagens que se misturam com as de balinha, de chiclete... O *design* é confundível.

E aqui é interessante: se o câncer tivesse uma embalagem, qual você preferiria que fosse? Que ele fosse todo bonitinho, rosinha, com lacinho, ou uma coisa mais neutra... Enfim, isso para lembrar que essa medida tem como objetivo reduzir a atratividade do produto e aumentar também a eficácia das advertências, impedir que as embalagens tenham qualquer tipo de publicidade que possa enganar o consumidor sobre o perigo que esse produto traz.

Lembrando que esse produto, como foi dito aqui, não é um produto qualquer. Ele foi comparado a qualquer produto, como McDonald's, como bebida... Esse produto é uma droga. Esse produto é uma droga que vicia e mata. É uma droga legalizada. É disso que nós estamos falando.

Em 2011, a Austrália foi o primeiro país a exigir que os produtos de tabaco fossem vendidos em embalagens padronizadas, e hoje já são 14 países que adotaram a medida. Vou mostrar um mapa no final, com constitucionalidade comprovada, confirmada pelas Supremas Cortes da Austrália, da França, do Reino Unido...

Aqui mais exemplos de que o tabaco é vendido sem publicidade, e, ali, uma embalagem da Austrália.

O outro ponto que o PL trata, sobre a exposição ao fumo passivo, é porque não há uma forma de isolamento, de arejamento, de ventilação para a criança que está no banco. Então, a gente acredita que é completamente adequada. Nove países da Europa já proibiram fumo e cigarros com crianças: Irlanda, Reino Unido, França, Finlândia, Itália, Malta, Chipre, Lituânia e Eslovênia.

E, apesar de o PL não tratar disso, a gente traz aqui a importância de combater esse problema do mercado ilegal de cigarros, através da implementação do protocolo que foi adotado pela Convenção-Quadro no ano de 2018 e que já foi ratificado pelo Brasil, através do Decreto 9.516.

Esse protocolo prevê a adoção de medidas que envolvem iniciativas, tanto esforços diplomáticos entre países transfronteiriços como ações de inteligência, de fiscalização, e tem uma série de recomendações que podem ser seguidas para eliminar o comércio ilícito do tabaco.

Além disso, a Convenção-Quadro, no art. 15.1...

(Soa a campanha.)

A SRA. TICIANA IMBROISI – ... fala da eliminação de todas as formas de comércio ilícito de produtos do tabaco.

Eu vou passar um pouquinho mais rapidinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrando só a importância da implementação do comitê, Dra. Tânia, para implementação do protocolo. Isso está previsto, foi criado no âmbito da Conicq, que é a Comissão Nacional para Implementação da Convenção, representada aqui pela Dra. Tânia, e é importante que esse comitê comece a trabalhar.

O Brasil, lembrando também o que já foi falado aqui, exporta 87% da sua produção e há 25 anos é o líder mundial em exportação de tabaco.

Então, as medidas de saúde pública adotadas no País não têm afetado significativamente esse setor. Como foi dito aqui, existe um temor da Abrasel, por exemplo. Isso não aconteceu quando foi implementada a medida de proibição de fumar em espaços fechados, e a gente continua sendo líder mundial em exportação de tabaco. Então, mudanças no cenário internacional, inclusive com novos produtos de tabaco, podem fazer aí ser mais significativo.

É importante dizer que o País tem um programa de fomento à diversificação de cultivo do tabaco e que a gente apoia muito a ampliação desse programa.

Esse programa está sucateado hoje no Ministério da Agricultura. Era um programa vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, atendeu a aproximadamente 50 mil famílias, ao longo de sua existência. É um programa paradigmático no mundo inteiro. O Brasil é convidado o tempo todo a apresentar os sucessos do programa, a capacitar pessoas com assistência técnica e extensão rural e replicar essa experiência. Depois que o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto, ele ficou vinculado à Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil. E, agora, ele está sucateado no Ministério da Agricultura e merece todo o nosso apoio, no sentido de ajudar o agricultor familiar a diversificar, no caso de ele querer sair da dependência da indústria do tabaco, porque a gente sabe: apesar dos números que são apresentados algumas vezes, são números falaciosos no nosso entendimento, porque não consideram a qualidade de vida do agricultor.

O agricultor que planta tabaco, o produtor de tabaco, normalmente está com a saúde adoecida. É uma agricultura familiar onde as pessoas estão envolvidas, respirando fumaça de estufa da secagem das folhas dentro da sua casa, diuturnamente, não dormem... Existe um problema seriíssimo, um índice altíssimo de suicídio e de depressão entre os agricultores familiares, e nós gostaríamos de ver esse quadro modificado pela substituição de cultivo de uma coisa tóxica, de uma droga, por produtos que a gente come por alimento. É isso que o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco faz.

Eu queria inclusive anunciar que, na semana dos dias 27, 28 e 29, em comemoração ao Dia Mundial sem Tabaco, na Câmara dos Deputados, alguns representantes das redes de assistência técnica e extensão rural dos Estados do sul do País estarão aqui. São pessoas que vêm ao Congresso Nacional pedir o apoio dos Srs. Parlamentares para a implementação e estruturação do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Dra. Ticiania.

Agora eu passo a palavra ao último expositor, que é o Giovane Wickert, Prefeito do Município de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, representante do Prefeito Telmo Kirst.

Para a exposição, eu concedo ao senhor dez minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele preferiu sentar ali, junto com os Senadores.

Então, passo ao senhor a palavra.

Obrigada pela presença.

O SR. GIOVANE WICKERT – Muito obrigado, Senadora.

Quero saudá-la por estar presidindo esta Comissão e também por ser Relatora desse projeto; saudar os demais Senadores e Deputados, em especial alguns colegas do Rio Grande do Sul – Senador Heinze, Deputado Marcelo, Deputado Heitor; saudar os demais Senadores e também os demais debatedores que acabaram de se pronunciar.

Eu sou Prefeito de Venâncio Aires, no Estado do Rio Grande do Sul, mas, como muito bem disse a Senadora, estou representando a Associação dos Municípios Produtores de Tabaco, que reúne 556 Municípios do Brasil. Ou seja, mais de 10% dos Municípios brasileiros. Ao meu lado, eu tenho aqui mais de 50 mil assinaturas, as quais nós representamos, de produtores e membros que também fazem parte, de uma forma ou outra, da cadeia produtiva, contrários a esse Projeto de Lei 769, de 2015.

Esta semana, Senadores e demais colegas, eu li uma reflexão: um relógio que atrasa, evidentemente não adianta; mas o relógio que adianta também não adianta: ambos são atraso. E, nesse sentido, sobre o Projeto 769, de 2015, deve-se fazer a reflexão: será que ele está adiantado demais? Será que considerou todos os fatores? Porque, há pouco, pela exposição da ACT, se há um número elevado de jovens fumantes abaixo de 18 anos... Mas eu pergunto: não é crime vender para menores de 18? Então, nós não estamos chovendo no molhado? Não é meramente uma questão de legislação e de fazer cumprir a lei?

Nesse sentido, eu trago alguns números aqui pela Ampro Tabaco, dos quais são, como eu já referia, mais de 500 Municípios produtores; mais de 150 mil produtores; 600 mil pessoas no meio rural envolvidas com a produção; quase 300 mil hectares plantados; em torno de 632 mil toneladas na Região Sul, que são os Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas envolvendo uma produção no Nordeste de mais de 21 mil hectares; 600 bilhões de receita para produtores por ano; 40 mil empregos só na indústria, sendo R\$13 bilhões em impostos por ano.

O Brasil é o maior exportador mundial, com índice da sua produção, como já foi referido antes, entre 80% e 85% do total do produto exportado. Mas, com um contingente de contrabando que hoje atende a mais da metade do mercado brasileiro, com certeza nós já perdemos a metade da divisa. Nós deveríamos ter não só 15% a 20% da produção para o mercado interno, mas sim de 30%, 40%, e hoje já não os temos, em função do contrabando. São 2 milhões de envolvidos em toda a cadeia produtiva, desde a agricultura à indústria ou ao comércio nesse setor.

Importante também destacar que o perfil da propriedade varia com uma pequena propriedade de 14ha.

O gráfico mostra que 24% da produção de quem tem o cultivo do tabaco na propriedade são pastagem; 18% são milho; e 18% são tabaco; sendo que 15% ainda são mata nativa, e 10% são mata reflorestada; 8%, de soja, 6%, de outras culturas, como arroz, batata, aipim, cebola, cana; 1%, feijão. Dá para perceber que o tabaco é uma cultura que se apropria da pequena propriedade e que se adequou à diversificação. Ela é âncora da diversificação dos outros produtos.

Como eu disse antes, sou Prefeito de uma das cidades que mais produzem tabaco, a segunda maior produtora de tabaco, mas o nosso Estado é o maior produtor de aipim. Somos os dez





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Municípios que mais exportam entre 500 Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e estamos entre os 80 maiores exportadores do Brasil; também estamos entre o segundo e o terceiro maior produtor de milho; somos o segundo polo em proteína do Estado do Rio Grande do Sul – ou seja: alimentos e carnes –; mas também somos destaque na outras culturas, como arroz, soja, leite, hortifrutigranjeiros.

Nesse sentido, cabe-nos alertar quanto aos números também do nível socioeconômico do produtor rural de tabaco.

Hoje, numa pesquisa feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a sociedade brasileira está dividida em várias classes sociais e econômicas. Assim, 2,8% da população brasileira está na classe A; e, dos produtores de fumo, de tabaco, 6% estão na classe A. No Brasil, 3,6% estão na classe B1; os produtores de tabaco, 7,1%. Na B2, os brasileiros estão no nível de 15,1%, e os produtores de tabaco, 67,3%. Ou seja, existe uma pirâmide inversa: 80% dos produtores de tabaco estão nos níveis A e B; enquanto isso, da população brasileira, 20% estão nos níveis A e B.

A renda média mensal do produtor é em torno de R\$6,6 mil, sendo que o tabaco representa praticamente dois terços do total da diversificação, somando em torno de R\$4,6 mil/mês.

Gostaria também de referendar alguns pontos que já foram abordados.

Hoje, 49% do mercado é abastecido por contrabando.

Somos um país de fronteira continental, onde a maioria vem pelo Paraguai. O imposto de lá é de 18%, e o daqui, 76%. O cigarro daqui custa R\$7 na média; o de lá, R\$3. Existem mais 5% do mercado produzido ilegalmente, aqui dentro do Brasil, que ao todo representa 54% de evasão de impostos, de renda e de recursos para a saúde.

O Brasil é o maior mercado ilegal do mundo, e por isso nós temos que ter uma atenção nesse sentido. É a nossa preocupação enquanto gestores municipais também.

Hoje, esse contrabando patrocina o PCC, o Comando Vermelho e as milícias.

E nós temos uma queda, na receita, importante para os Municípios: R\$4,6 bilhões do total de R\$13,9 bilhões que é arrecadado com os impostos do tabaco vão para o IPI. E, desse valor, R\$1 bilhão seria para FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

Nós já estamos perdendo R\$1 bilhão de FPM por contrabando, e podemos correr o risco de perder mais R\$1 bilhão nessa crise, sendo que se destaca também que o produto não é de qualidade e não tem regulação nenhuma da Anvisa para, hoje, mais da metade do mercado brasileiro.

Marcas do Paraguai já foram apresentadas antes: Gift, Classic, Vila Rica, Fox, Star, Palermo, Eight, que são expostas, de forma atrativa, nas "25 de Março" do Brasil inteiro, sem regulação nenhuma, sem nenhum controle, exatamente acessível a qualquer idade, a qualquer jovem, para iniciação ao tabaco. Enquanto isso, as marcas brasileiras estão já escondidas no balcão.

Dois terços do espaço da carteira de cigarro já são com as advertências para o risco dos fumantes.

O Brasil, hoje, já é um dos países que se destaca com uma das menores taxas de fumantes do mundo. Eu pergunto: será que o Projeto de Lei 769 não teria alguns equívocos, algumas correções, alguns ajustes que poderíamos analisar? Exemplo: o patrocínio cultural, que é questionado nesse projeto.

Exemplo: o patrocínio cultural, que é questionado nesse projeto. O patrocínio que é cultural, nesse sentido, é institucional, não é da marca do cigarro. Nós vamos estar perdendo a cultura. As





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marcas, as carteiras genéricas... Como já foi demonstrado aqui, na Austrália, os índices não foram diretos na questão dos fumantes e do contrabando, muito pelo contrário: ainda houve uma certa elevação no início da aplicação dessas medidas – e em outros países de primeiro mundo que rejeitam, como Dinamarca, Holanda, Suécia, Portugal e Espanha, essas medidas. Por isso, hoje, 54% dos fumantes brasileiros já ignoram a política brasileira de controle para o tabaco. E esta é a nossa maior preocupação: de forma econômica, na cadeia produtiva e, ao mesmo tempo, social.

Há um contrassenso na sociedade que faz com que a juventude acredite que o mundo começou por ela e a velhice acredite que o mundo vai terminar com ela. Qual é o pior? Vamos acordar. A iniciação do jovem ao cigarro... Enquanto nós estamos discutindo isso, esse mesmo jovem já acha careta fumar. Já os perdemos para o mundo do alcoolismo e do mercado ilegal das drogas.

(Soa a campanha.)

O SR. GIOVANE WICKERT – Volto ao que falei no início: estamos adiantando e atrasando esse relógio, e não estamos ajustando os ponteiros. Ali adiante poderemos lamentar por ter que recuperar aquilo que nós adiantamos, as medidas excessivas agora, e vamos reconhecer que algumas delas serviram de atraso para o processo da sociedade. Essa é a nossa preocupação como Prefeito, como gestores, buscando o equilíbrio das medidas, analisando a questão social, econômica e sanitária.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Prefeito Giovane.

Eu vou passar a palavra para os Senadores. Alguns têm perguntas a fazer. Eu também quero depois trocar com a nossa nobre Presidente Simone Tebet, Presidente desta Comissão, para que eu também, na condição de Relatora, possa fazer as minhas perguntas.

Então, eu passo a palavra à Senadora e Presidente desta Comissão Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Presidente, Senadora Leila Barros. Parabenizo V. Exa. por esta audiência pública e pela coragem de relatar um projeto tão relevante, do nosso querido e sempre Ministro da Saúde José Serra, responsável, e muito, para que nós pudéssemos bater o recorde mundial da diminuição do consumo de cigarros no mundo, somos referência, e responsável também, junto a outros gestores, não só do Estado de São Paulo, mas também do Brasil e do Congresso Nacional, por apresentar medidas extremamente sérias, que foram responsáveis para que esse consumo caísse, em menos de 30 anos, de 35% para 10%. Somos um dos países em que menos se fuma no mundo.

Então, eu quero aqui dizer que é uma honra estar ao lado do autor da proposição, até porque entendo o quanto é difícil vencer os *lobbies* legítimos e ilegítimos de certos setores que acham que podem tudo, que acham que números valem mais do que gente e valem mais do que vida. É óbvio que a lei do mercado está aí, é a lei da iniciativa privada.

Eu mesma tenho uma consideração específica a fazer ao autor e à Relatora. Entendo apenas um erro ali no projeto, até de ilegalidade. Acho que as embalagens padronizadas ferem a Constituição e ferem a legislação, porque não é possível, nas relações particulares, você exigir que a concorrência tenha a mesma padronização de cores e de letras – já disse isso para o Senador José Serra –, mas no mais o projeto é irretocável, Senadora Leila.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nem sei se faria perguntas, porque não vão me convencer do contrário, e eu tenho certeza de que não vou convencer nenhum dos expositores, que já têm as suas opiniões próprias. Mas é importante aqui apenas reforçar alguns números apresentados: nós estamos falando de quase 12% de pessoas no Brasil que morrem por ano fruto, direta ou indiretamente, do tabaco. São quase 500 vidas por dia. Eu sei e conheço muito bem essa realidade, seja por questões familiares, seja por questões de amizades.

Não sei se existe alguma família que não teve ou não tem problema sério de saúde ou perda de um ente querido em função de uma vida inteira fumando essa que é uma droga lícita, mas que tem no seu componente, na folha do tabaco, 7 mil princípios dos quais 50 a 60 são cancerígenos, comprovados mundialmente. Doenças como fibrose, pressão alta, cardíacas, câncer, que é dos cânceres que mais mata, como o de pulmão, e daí por diante.

Eu não vou aqui focar os números. Eu só lamento dizer que, assim, com todo respeito ao Prefeito e a toda associação – acho que a produção é justa, é legítima, é constitucional; 85% nós exportamos –, eu acho que está havendo aqui um erro de entendimento: nós não estamos falando em atingir a produção de tabaco, seja no Rio Grande do Sul, seja no Brasil; ao contrário, aqui nós estamos tratando de outra coisa, nós estamos tratando de algo que vai fazer com que o Brasil volte a ter um crescimento significativo no consumo de cigarros.

Se 85% da produção é exportada, do que têm medo os produtores, se nós não estamos proibindo a produção? Nós estamos tentando atingir diretamente a indústria do tabaco. Nós estamos dizendo para eles: "Vocês não vão agora, porque diminuíram o percentual de consumo e os lucros, assediar as nossas crianças, querendo colocar sabores para poder viciar crianças de sete, oito, nove anos de idade". É disso que nós estamos falando. É isso que nos interessa. O resto nós podemos conversar.

Agora, permitir que a indústria do tabaco, como nos Estados Unidos – e eu tenho aqui uma reportagem do *New York Times*, inclusive com direito a ação do Estado contra essas indústrias; não sei nem o nome delas, eu não vou citar aqui para não me delongar –, compre, como aconteceu nos Estados Unidos: indústria de refrigerante, Senador Serra, com sabor cereja, e colocar no chiclete de tabaco o mesmo sabor, para poder fazer esse vínculo e com isso fazer com que mais pessoas fiquem viciadas... No Brasil, não! Eu não estou aqui dizendo que a indústria aqui quer fazer o que faz nos Estados Unidos. Mas por que e qual o problema de proibirmos o sabor nos cigarros brasileiros, se nós sabemos que aquele que vai buscar para experimentar é a nossa juventude, os nossos vulneráveis, que precisam da proteção desta Casa, precisam da proteção, inclusive, de quem produz?

E eu volto a repetir: tem o meu reconhecimento o trabalho valoroso daqueles que produzem, do agronegócio, seja do tabaco, seja do arroz, seja do feijão. Nós não estamos tratando disso. Nós estamos simplesmente dizendo: o Congresso Nacional tem uma responsabilidade com a juventude, com as crianças deste País. E, para isso, nós precisamos continuar implementando políticas públicas que visam combater esse mal. É lícito, pode fumar, mas as pessoas têm que ter consciência do estrago que isso faz na vida dessas pessoas.

Por isso, eu sou totalmente favorável aos três itens do projeto do Senador Serra. Primeiro, que não se fume dentro de um carro em que há um menor; eu acho que também temos pelo menos nisso a unanimidade. Segundo, está proibido no Brasil colocar sabores nos cigarros, para não viciarmos as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossas crianças. E, terceiro, que a propaganda nos quiosques seja retirada, deixando de lado, claro, obviamente, a questão da embalagem.

Eu quero encerrar – e peço desculpas, pois eu não iria mencionar isso, mas ontem foi matéria de Jornal Nacional, e ouvi aqui uma colocação muito de números, números. Nós estamos falando de 13 bilhões de arrecadação de impostos do tabaco, só que o Brasil é um dos países que menos tributa o tabaco, e, na contramão, nós temos, pelo menos, três vezes mais custo com a saúde pública. O custo da saúde pública, hoje, com os tratamentos, com consultas médicas, com perda da produtividade do trabalhador, é da ordem de mais de 50 bilhões, é o dinheiro que está faltando para resolver todo o problema de saúde pública: colocar médico no posto de saúde; remédio para atender a população e impedir que as nossas crianças, as nossas famílias fiquem em macas. Não estou dizendo isso para tirar a culpa maior disso, que é a corrupção; não estou tirando outras razões. Mas, já que nós estamos tratando, aqui, de números, vamos tratar, portanto, de números.

Aí, vem uma portaria do Ministério dizendo que um grupo técnico – talvez também induzido a erro, por *lobby*, nesse caso, a meu ver ilegítimo – disse o seguinte: "Vamos diminuir o imposto do tabaco, do cigarro para fazer diminuir o contrabando". Vou dizer uma coisa para os senhores: poucas pessoas conhecem essa questão como eu. Eu venho de Mato Grosso do Sul, da divisa com o Paraguai e Pedro Juan Caballero. Por lá e pelo Paraná – eu acho que mais por lá – é que entra o cigarro contrabandeado, que, com menor qualidade que o nosso, pouco importa, mata do mesmo jeito, não há mais ou menos.

Eu quero dizer que isso não é um caso de saúde pública; isso é um caso de polícia. Dizer que não é possível segurar a fronteira para combater o tráfico?! É, eu digo onde e como: basta que a polícia vá à fronteira – que não é difícil, no meu Estado, de controlar – e fiscalize qual é também aquele agente policial que está sendo assediado e com a mão molhada está deixando passar o contrabando. Então, aí, pode, sim, a própria indústria tabagística do Brasil ajudar o Governo e o Ministério nesse sentido. Com certeza, terão os seus lucros, e nós teremos a redução dos cigarros contrabandeados.

Repito: a questão do contrabando como desculpa para querer diminuir imposto, para poder baratear é uma ilusão, é uma bolha que não se sustenta. A hora em que se reduzir o preço em R\$1, aquele que fabrica, de qualquer jeito, vai diminuir em R\$1 e vai continuar vendendo cigarro mais barato que o cigarro brasileiro.

Eu peço desculpas, Senadora. V. Exa. sabe o quanto esse projeto é fundamental, o quanto esse assunto me toca, o quanto eu me interesso por ele. Eu espero realmente que V. Exa., aí, ouvindo a todos, tenha condições de preparar um belo relatório ao qual a gente possa, o mais rápido possível, dar andamento. Senador

Peço desculpas pelo tempo, pela exaltação aqui em relação ao assunto, mas quero deixar o Senador Luis muito tranquilo. Nós não estamos, em nenhum momento aqui, diminuindo, impedindo ou querendo acabar com a produção de tabaco no Rio Grande do Sul; não é disso que se trata o projeto. Leiam, por favor, e vocês vão entender que não é disso que se trata. A não ser que – aí é diferente, e eu acredito que não o seja – o Rio Grande do Sul ou outros Estados queiram aumentar a produção, porque sabem que vai haver o aumento do consumo com os sabores na vida do tabaco, consequentemente na vida dos futuros viciados deste País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senadora Leila. Estou aqui também à disposição de V. Exa. para o que precisar. Não tenho perguntas a fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senadora.

Vou passar a palavra para os outros dois Senadores, depois, eu posso trocar ou com a Senadora Simone, caso a senhora possa vir, para que eu possa fazer as minhas perguntas. Nós estamos aqui só quatro Senadores. Pode ser?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata, Senadora.

Já há uma lista aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cumprimento a Mesa, os nossos convidados, todos os presentes, Sras. e Srs. Senadores. Nós temos apenas mais três oradores inscritos, depois provavelmente será aberta, pela Presidente, para que possam ser discutidas e respondidas as questões, a palavra, na ordem aqui de inscrição: Senadora Leila; depois Senador José Serra; e depois o Senador Luis Carlos Heinze.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Posso trocar?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, é! Pois não!

Com a palavra, portanto, na inversão, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar convidado.) – Senadora Simone Tebet, queria cumprimentá-la e a Senadora Leila pela condução do trabalho.

Na verdade, este meu projeto propõe quatro avanços na legislação atual, que, por sua vez, provém de projeto de lei que apresentei na época do Ministério da Saúde, que, por sua vez, vem também da época em que eu fui Governador de São Paulo, quando, pela primeira vez, se fez uma medida de proibição de fumar em lugares fechados, em recintos fechados. Eu me lembro, na ocasião, de que vários Governadores amigos me procuraram para dizer que era uma loucura, que iria sofrer forte rejeição popular, que iríamos ter que recuar, etc. Pois eles mesmos, num prazo de seis meses depois de anunciada e implantada a medida, tiveram que adotá-la sob pressão da opinião pública. Na verdade, as pesquisas mostram que a opinião pública no Brasil é amplamente favorável às restrições ao cigarro – amplamente –, com percentuais que vão de 60%, 70% para cima com relações às medidas antitabagistas.

O projeto centra nos tópicos de proibição de qualquer forma de propaganda, inclusive nos lugares de venda; na adoção de embalagens padronizadas, mantendo advertências quanto aos riscos e prejuízos do fumo – isso está previsto na convenção das Nações Unidas que trata do tabaco, acho que é Convenção-Quadro, prevista como uma das medidas importantes na questão do tabagismo –; na proibição do uso de substâncias que possam realçar sabor ou aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos; e, finalmente, na punição ao motorista que fumar ou permitir que passageiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos. Esses são os quatro tópicos fundamentais.

Com relação a debate antitabagista, eu quero ressaltar aqui duas críticas que são feitas ao projeto: uma tem a ver com a questão do emprego, quando se diz que vai afetar emprego, porque há muita gente trabalhando na agricultura na produção de tabaco. É preciso lembrar que a estimativa que eu ouvi aqui dos produtores é de que mais de 85% da produção do tabaco é exportada. Portanto, aquela pilha de documentos que eu contei lá – deve haver uns 16 – deveria ser reduzida para dois, se fosse se levar em conta o que é a produção nacional. O resto é com relação à exportação e, portanto, não tem efeito nenhum. Então, vocês poderiam trazer, na próxima vez, só dois textozinhos, que impressionaria menos, mas corresponderia mais à realidade. É uma parte pequena que é atingida.

Outra seria a da futilidade da lei. Sempre é um argumento que se utiliza na vida legislativa. Ou seja, você é contra um projeto ou alguém é contra um projeto; em vez de colocar os argumentos de mérito, se vale ou não vale a pena, diz que é inútil, que não vai funcionar. É um argumento natural, mas, evidentemente, muito frágil, até porque em outros países tem funcionado. Eu não vou aqui me alongar, mas há uns 10, 15 países no mundo que têm adotado medidas parecidas com as que propomos aqui. Essas medidas têm sido efetivas. Quer dizer, o argumento da futilidade, ao meu ver, não resiste a uma análise mais responsável e empírica do assunto todo.

De fato, o tabagismo – eu anotei aqui, alguém mencionou; não sei se foi na fala da Ticiane – é uma doença pediátrica, no sentido de que ela é adquirida na adolescência. Noventa por cento dos fumantes começam a fumar na adolescência. É pediátrica e, como tal, deve ser encarada, e, como tal, devem se orientar as políticas antitabagistas.

Bem, por último, com relação aos aditivos, que a muitos pode parecer chocante proibir um aditivo, um perfume, um sabor de baunilha no cigarro, etc., mas, na verdade, o que está se fazendo? Está se disfarçando o sabor do veneno. Cigarro é um veneno, tenhamos claro. Estamos aqui lidando, no Brasil, com 130 mil pessoas por ano que morrem. Cigarro é um veneno.

Então, a ideia de acrescentar aditivos, perfumes, sabores, etc., trata-se apenas de adocicar o veneno, e o custo do tratamento das doenças relacionadas ao tabaco no Brasil é de cerca de 21 bilhões por ano. Digamos que sejam 20 bilhões, 19 bilhões, 18 bilhões, 25 bilhões; é mais de três vezes o que as empresas de tabaco pagam de tributos por ano.

Se fosse se levar na base economicista, eu seria contra; não é porque eu gasto menos com doença e arrecado mais que eu iria permitir a venda de veneno, mas aqui nem é esse caso. Quer dizer, as empresas de tabaco pagam um terço, mais ou menos, do equivalente ao custo de tratamento das doenças que elas provocam. Esse é um dado realmente impressionante.

Enfim, queria terminar aqui, cumprimentando a nossa Relatora, Senadora Leila, pela iniciativa do debate – foi dela, com a cobertura da Senador Simone Tebet, que é Presidente da CCJ –, de poder fazer esta reunião, que, para mim, foi muito útil.

Eu tenho minhas certezas, mas não sou dogmático. Tenho uma ideia; para mim é um gosto, me dá prazer vê-la debatida e questionada, porque, em parte das vezes, ou na maior parte das vezes, eu as mantenho e as reforço, e, em parte das vezes, reconheço razão em outros argumentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que infelizmente não foi o caso de hoje. Aqueles que defenderam o tabaco não me convenceram nenhum milímetro com relação àquilo que eu penso, mas têm o direito de fazê-lo e eu tenho o prazer de ouvi-los.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Serra.

Nós temos só mais dois oradores inscritos.

Eu aviso à nossa Presidente que estou ouvindo a campanha. A Ordem do Dia ainda não foi iniciada, mas significa que em breve será. Mas V. Exa. e depois o Senador Carlos... De qualquer forma, o Sr. Aleksander, que é Auditor-Fiscal, tem justamente uma reunião de trabalho em relação à portaria do Ministério da Justiça com a equipe do Ministro Sergio Moro. Se V. Exa. tiver alguma pergunta a fazer, poderá fazer seu pronunciamento, já ocupa aqui a Presidência e teremos que ouvi-lo antes de ouvir o Senador Carlos Heinze.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar convidado.) – Na verdade, eu teria para a equipe do Ministro Sergio Moro, mas eu acredito que o Dr. Aleksander consiga responder em nome da Receita para nós.

Recentemente foi noticiada a pretensão do Ministério da Justiça em reduzir a tributação sobre o cigarro como forma de combate ao contrabando e, por consequência, ao financiamento ao crime organizado. Pergunto: quais elementos, números e conclusões basearam o Ministério para cogitar essa medida? É possível, no curto prazo, controlar as fronteiras? É possível que o senhor responda isso para nós? (*Pausa.*)

Obrigada, Sr. Aleksander.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para otimizar, V. Exa. terá perguntas para outros?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Terei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se pudesse já fazer, porque V. Exa. já assume e eu vou segurando a Ordem do Dia. Aí ele já responde em primeiro lugar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O.k.

A segunda é: o Brasil assinou a Convenção-Quadro – acredito que a Dra. Tânia possa nos ajudar – sobre o controle do uso do tabaco da OMS. Em 2005, o Congresso aprovou o texto. Eu pergunto: como evoluiu o consumo de cigarro no País de 2005 até hoje? Qual a situação do Brasil no cenário internacional? E muito se fala sobre as medidas tomadas na Austrália e na França. Qual o percentual da população que fuma lá? Eu tenho curiosidade nesse sentido para a gente se balizar aqui.

E a pergunta número três: qual o custo do SUS com os gastos decorrentes de doenças provocadas pelo cigarro? Qual é a arrecadação obtida dessa indústria do tabaco pela Receita Federal? Qual é o percentual do tabaco produzido no País que é exportado e qual seria o impacto desse projeto para os produtores rurais?

O projeto determina a padronização das embalagens, um tema polêmico que vem sendo questionado judicialmente em vários países. Eu pergunto aos nossos expositores: a medida foi considerada ilegal em algum país? Qual o impacto do consumo observado na experiência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional? A medida não tornaria o contrabando mais atraente? Estou perguntando, isso é toda a equipe ajudando nesse sentido.

A sétima pergunta: o projeto proíbe a exposição do cigarro em locais de venda. Eu pergunto, está aberta a todos: qual o impacto esperado no consumo? Existe experiência semelhante em outros países? A Convenção-Quadro trata desse assunto ou recomenda essa medida? Sobre a constitucionalidade dessa medida, a Constituição permite a limitação da propaganda, mas, em nenhum momento, a veda integralmente. Essa medida não significaria a restrição de um direito? Estou perguntando. A medida não tornaria o produto contrabandeado ainda mais atraente, considerando que ambos os produtos estarão debaixo do balcão? Isto foi bem apresentado pela Ticiania, como seria feita essa exposição do tabaco. Achei muito interessante.

E a oitava e última pergunta: o que as entidades que atuam contra o consumo de tabaco podem nos falar sobre cigarro eletrônico, que é outra demanda que chegou para nós? E como poderíamos tratar esse tema através de proposição legislativa?

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Leila Barros. Devolvo a Presidência a V. Exa. para que possa...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Parabéns à Senadora pelas perguntas.

Agora quero ver a Ticiania, a Gloria e a Tânia trabalharem não apenas aqui, mas posteriormente por escrito para a Senadora. (*Risos.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora Simone...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. assume a Presidência e, em seguida...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A equipe está toda aqui, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu sei que a senhora vai ter que se retirar, mas à senhora, como jurista, que conhece a Constituição, eu vou deixar uma indagação e depois, no dia da votação, eu quero discutir esse assunto aqui na CCJ. Hoje é uma audiência pública.

Eu recebi de um colega que direitos e princípios estão acima de quaisquer leis. É a partir do conteúdo dos princípios que as leis são elaboradas. É muito mais grave ofender um princípio do que ofender uma lei.

O projeto do Serra é duplamente inconstitucional, porque atenta contra dois princípios...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador Heinze, desculpa, o Senador Serra está pedindo para o senhor falar um pouquinho mais alto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Vou repetir: direitos e princípios estão acima de quaisquer leis. É a partir do conteúdo dos princípios que as leis são elaboradas. É muito mais grave ofender um princípio do que uma lei.

O projeto do Serra é duplamente inconstitucional, porque atenta contra dois princípios: o da livre iniciativa – art. 1º, inciso IV, e art. 170, inciso IV:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos Princípios Fundamentais

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;
- IV - livre concorrência;

Depois eu vou discutir no dia da CCJ. Depois eu queria que a senhora... Eu vou lhe passar por WhatsApp. Isso alguém está me orientando.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vejo problema nenhum em discutir, mas, como V. Exa. me provocou, eu sou obrigada a responder, até porque também sou jurista e tenho posicionamento muito claro: eu não vejo, em nenhum momento, o projeto do Senador Serra violando direito de propriedade.

E concordo apenas numa coisa, e eu disse muito claramente, em relação à questão da livre iniciativa: acho, sim, que a questão da padronização das carteiras de cigarro – essa, sim – viola preceitos constitucionais. Não são princípios, não; são normas claras da Constituição. Fora isso, eu acho que, com todo o respeito a quem o enviou, nós estamos tratando de matérias distintas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi o Osmar Serraglio, que é jurista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tenho toda referência a ele, tenho todo o carinho por ele – e eu também sou –, mas eu acho que, nesse aspecto, eu estou envolvida no projeto, ele não o conhece; se ele conhecesse o projeto, provavelmente não citaria princípios como esse, até porque ele citou princípios como a dignidade da pessoa humana, que envolve eu querer direito a uma saúde, ser saudável e tudo mais e, mais do que isso, é um princípio fundamental no Estado democrático de direito. Nós somos, acima de tudo, obrigados, pelo princípio da igualdade, a tratar igualmente os iguais, desigualmente os desiguais. E, entre outras coisas e por causa disso, nós temos uma responsabilidade com os vulneráveis, as crianças e jovens são vulneráveis e é disso que nós estamos tratando neste projeto.

Não vou entrar em detalhes jurídicos, não faria isso neste momento. V.Exa. provocou e nós vamos, no momento oportuno, debater, até porque eu tenho certeza de que V.Exa., no momento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

oportuno, vai ficar convencido de que o projeto não prejudica os interesses dos Estados do Sul, que têm, no agronegócio, uma importante produção, nós reconhecemos isso, que é a produção do tabaco. Mas nós vamos discutir, sem dúvida nenhuma, no momento...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Quinze por cento da produção para mim é um prejuízo!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E vai continuar produzindo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não; 15% hoje vão ser prejudicados diretamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A indústria do tabaco não tem hoje o direito de colocar sabores nos produtos, consequentemente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Apenas 2% no cigarro é com sabor...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vai haver diminuição da produção.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São 4%.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por isso mesmo; por isso que não vai haver impacto financeiro. O que nós vamos fazer é apenas impedir o lucro; isso é uma outra questão.

Mas eu não me sinto confortável, estando presidindo, em debater com V.Exa. Eu acho que é importante que a Senadora Leila assuma a Presidência, e nós podemos, no momento oportuno, fazer o debate; até porque eu não sou autora, Senador, eu sou uma mera defensora como V.Exa. O autor é o Senador José Serra e a Relatora é a Senadora Leila. Acho que V.Exa. tem que se dirigir especialmente a quem vai ter... Eu nem voto na CCJ num primeiro momento, infelizmente.

Obrigada de qualquer forma, e nós vamos continuar debatendo.

Por favor, Senadora Leila, assuma a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Voltando aos expositores, eu queria, depois das minhas perguntas, passar ao Aleksander para fazer as respostas às minhas perguntas.

O SR. ALEKSANDER BLAIR MORAES E SOUZA – Com relação aos números que balizaram a decisão da montagem do grupo de trabalho, essa questão não posso responder, porque não foi dentro do âmbito do Ministério da Economia, muito menos da Secretaria da Fazenda. O que eu posso dizer aqui é quanto aos números que eu tenho e as informações sobre a questão do contrabando.

O contrabando no Brasil não é só um caso de polícia; é um caso de polícia e um caso de Receita Federal. Eu, dentro da Receita Federal, coordeno duas equipes especiais de trabalho: uma equipe de análise de mercado, que está dividida em inteligência, análise puramente de mercado e combate ao contrabando; e uma equipe especial de fiscalização para trabalhos específicos na indústria legal, mas que tem uma faceta sonegadora muita grande em algumas empresas.

Com relação ao contrabando, hoje nós temos, de uma pesquisa recente, o dado de que uma carteira de cigarro no Paraguai é comprada a R\$0,72 em média. Mesmo que o Brasil fizesse uma redução tributária e baixasse o preço mínimo do cigarro para R\$3 – que é menos do que umas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propostas que andam passeando por aí, oferecidas por algumas fundações, algumas empresas –, mesmo que se fizesse essa redução, os contrabandistas teriam uma margem enorme ainda para atuar. Então, eles teriam condições mesmo que a gente baixasse o preço mínimo do cigarro para R\$2,50, eles teriam condições de vender a R\$1,50 e estariam dobrando o valor com que eles compraram lá fora.

Sobre o custo do contrabando, existe uma pesquisa de uma fundação que trabalha com pesquisas lá em Foz do Iguaçu, que identificou que isso corresponde a alguns centavos a mais em cima desse valor, por carteira de cigarro. Então, tirando em média, aproximadamente – eu tenho como conseguir esses valores com mais especificidade depois –, nós teríamos uma carteira de cigarro chegando na mão do contrabandista, da primeira fonte do contrabando, a R\$0,84 ou R\$0,85. Então, isso dá um espaço para o contrabando vender de tal forma que qualquer redução de preço mínimo, qualquer redução de tributo seria completamente incapaz de conter o contrabando.

Segunda pergunta, a questão da possibilidade de controle de fronteira. Nós temos uma dificuldade muito grande hoje pela seguinte questão: tamanho. Nós temos uma fronteira imensa. A Receita Federal – e aí eu tenho que falar que não é puramente a Receita Federal, mas, em muita parte, é um trabalho firme da Receita Federal, muitas vezes com apoio da Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal – tem feito um trabalho que tem dado tanto resultado que os grupos contrabandistas já estão desviando as rotas de contrabando. Foz do Iguaçu, Mato Grosso do Sul, essa região sul do País tem diminuído a passagem de contrabando por lá, se comparado a períodos anteriores, e estão sendo descobertas novas rotas. Houve uma descoberta, há um ano, de uma rota vinda do Suriname, que já está sendo trabalhada. Uma das maiores apreensões do ano passado de cigarros foi feita em Natal, no Rio Grande do Norte.

O que hoje, dentro da Receita... E eu posso responder pela Receita Federal; não posso responder pela Polícia Federal, não posso responder pela Polícia Rodoviária Federal. A Receita Federal hoje tem feito e está, inclusive, iniciando um trabalho de inteligência buscando identificar quem é o proprietário da carga; porque pegar caminhoneiro, a gente pega o tempo todo, pegar carga pequena, pega-se o tempo todo. Sabe-se que essa carga vai parar num depósito e desse depósito é distribuída. A gente quer chegar a esse depósito; a gente quer chegar ao dono da carga. Nesse momento, aí sim, você estará criando impacto em cima do contrabando.

O entendimento hoje da Receita Federal é que o aumento de tributo talvez hoje não geraria um ganho – teria que haver um estudo maior –, mas o aumento de tributo aliado a um trabalho de inteligência e um trabalho de interligação entre as forças de combate, eles podem, sim, trazer um resultado. Eu acho que existe uma deficiência de material, existe uma deficiência de pessoal, existe uma deficiência de lei, de legislação apoiando. Um exemplo claro: existem caminhoneiros que são pegos com carga na região de Foz do Iguaçu quatro, cinco vezes. São pegos, são soltos, são pegos, são soltos, e por aí vai.

Há possibilidade de controle de fronteira? A resposta é: ela vai ocorrer em um ano, seis meses, dois anos, não há como precisar. Eu lhe digo que existem pessoas muito boas, pessoas fantásticas que hoje estão trabalhando para isso, não só com o cigarro, como também com todo o contrabando que entra pela fronteira brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à arrecadação da indústria de cigarros, isso está na página da Receita Federal, foi retirado de lá. A arrecadação total da indústria de cigarro no Brasil, em 2018, foi de R\$6,888 bilhões – 6 bilhões. Nos três primeiros meses do ano de 2019, nós tivemos uma arrecadação de R\$1,773 bilhão.

Existe um trabalho dentro da Receita Federal: há duas semanas estávamos numa operação conjunta com a Polícia Federal, com o Ministério Público Federal em cinco Estados brasileiros, em que identificamos uma rede para a fabricação de cigarros com sonegação fiscal. E esse trabalho ainda está em andamento. Esperamos que traga bons frutos.

Então, coloco a Coordenação-Geral de Fiscalização da Receita Federal à disposição para qualquer dúvida, e a Coordenação-Geral de vigilância e repressão ao contrabando e o descaminho também. Respondo por eles por a gente ter um trabalho muito próximo, as duas coordenações.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu sei que o senhor está com horário, então, concedo ao senhor as considerações finais, caso o senhor queira. Depois eu passo a palavra aos demais expositores.

Obrigada.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora, depois, se eu puder falar, porque eu tenho uma audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ah, sim, Senador.

Obrigada.

O senhor tem alguma consideração final para que o senhor possa sair?

O SR. ALEKSANDER BLAIR MORAES E SOUZA – Não.

Agradeço o convite, agradeço a oportunidade de estar aqui. E, como já falado, me disponho a contribuir dentro do que for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Aleksander.

Senador Heinze com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senadora Leila, Senador Serra, todos os debatedores que estão presentes hoje, apenas algumas colocações.

A preocupação toda que nós temos é realmente com o emprego. E a senhora, como Relatora, preste atenção. O Senador Serra diz que o Prefeito trouxe assinatura demais. Não, é de menos. São 150 mil produtores, Senador Serra, são 150 mil produtores, 15% de 150 mil dá 22.500. São 40 mil pessoas que trabalham na indústria de cigarro e de tabaco, 15%, seis, sete, oito mil. O Jaime fala em 500, 600, 700 mil pontos de venda, que vocês já perderam para o contrabando e vão perder mais ainda, entendeu? Porque o contrabando já aumentou no Brasil. Então, preste atenção que não são números fantasiosos.

O que o Prefeito trouxe aqui na coleta das regiões, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, são os três principais produtores. Depois, tem a Bahia e também tem Alagoas, que produzem menos do que os nossos três Estados do Sul.

A grande preocupação que eu tenho... Não é *lobby* de ninguém, não estou preocupado com *lobby*, nem preciso disso, não me elejo dessa forma. Na minha terra natal, há quase 4 mil produtores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fumo, onde eu nasci. O Iro conhece, pois somos da mesma cidade – na nossa terra, Iro. O Prefeito aqui é do segundo Município... Quantos mil produtores existem lá?

(Intervenção fora do microfone.)

São 6 mil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São 5 mil. Canguçu deve ter 8 mil, num Município, e 15% desse total, para mim, prejudica. Então, essa é a minha grande preocupação.

O Brasil tem hoje 13 milhões, 14 milhões de desempregados. Então, essa é uma preocupação que eu tenho em cima dessa posição dos 556 Municípios, como o Prefeito falou, que produzem fumo hoje. Para esses Prefeitos, a atividade econômica mais importante é a atividade fumageira.

As arrecadações não são apenas dos produtores. Peça ao Prefeito os dados sobre o Município dele, Venâncio Aires. Claro que aqui é uma exceção, porque, além da produção, tem indústria, mas, na maioria, só tem produção, e a arrecadação principal, seguramente, de todos esses Municípios, é a atividade fumageira. Então, aqui, nós estamos dando um tiro no pé dessa atividade.

Essa é a preocupação que nós temos, pelo que representa essa cadeia.

A China é o maior produtor; Brasil é o segundo, mas é o maior exportador. China, Brasil, Índia, Estados Unidos, Zimbábue são os cinco maiores produtores do mundo. Nenhum país, nenhum país desses cinco tem uma legislação tão restritiva como a do Brasil. Nenhum! A China não tem, a Índia não tem, os Estados Unidos não têm, o Zimbábue não tem. O Brasil tem a legislação mais restritiva.

O contrabando aumentou, e vocês, Jaime, sentiram diretamente. Não são apenas os produtores. Não é a questão, como disse a Senadora Simone: "Ah, nós queremos aumentar a produção". Não estou preocupado em aumentar a produção. Eu não quero diminuir a produção. No mínimo isso: não queremos diminuir, porque estou diminuindo emprego no varejo, na distribuição, na indústria ou na produção. Aqui é a minha grande preocupação. Meu *lobby* é essa gente que trabalha hoje no Brasil, e temos 13 milhões, 14 milhões de desempregados. E estão mostrando agora os números que o PIB não vai crescer 2% ou 3%, e quanto mais atividade produtiva eu prejudicar...

Senadora Leila, hoje estamos discutindo cigarro. Amanhã, vai ser a Coca-Cola. Outro dia vai ser a cerveja, em outro, o vinho, em outro, a cachaça. Aqui, já corre nesta Casa um projeto Mauricio de Sousa, um ícone, e tem hoje maçã da Mônica. Vão proibir a maçã da Mônica. Não sei o quê do Cebolinha, brócolis do Cebolinha. Vendem, é uma marca.

Isso é do Brasil, brasileiro!

É com essas questões que eu me preocupo, por essa forma como as coisas estão ocorrendo. Tudo bem, aqui vai ser o supprassumo, e vi a Dra. Tânia e também a Ticiania falando sobre a conversão. Agricultura eu conheço. Para vocês entenderem, eu nasci fazendo isso. Eu tenho 68 anos de idade e vi, aos seis, sete, oito anos na minha cidade, quando já havia essa atividade fumageira na nossa terra, e ali começou a crescer a atividade econômica. Se houvesse condição de substituir essa atividade... Mas não se substitui. Produzir o quê?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Prefeito mostrou aqui 30, 40, 50, 60 mil por família/ano. Eles têm filhos na faculdade, Senadora Leila. Conseguem manter um filho na faculdade ganhando três, quatro, cinco, seis mil. Essa é a renda média bruta de uma propriedade dessas, de um produtor. Então, ele consegue ter um padrão de vida.

E já disse, isso aqui são dados da Embrapa, são dados da Fundação Getúlio Vargas: 3,775 milhões de famílias no Brasil vivem como miseráveis. Sabe qual é a renda bruta, Iro? R\$5 mil/ano, renda bruta de R\$5 mil/ano. Isso é um trabalho que a Embrapa fez. E vão refazer o trabalho agora de três, quatro anos atrás, vão refazer o trabalho. Então, não existe o que substitua. Se conhecerem as terras de Candelária, de Sobradinho, de inúmeros Municípios, eles vivem nos morros. Diz-se assim: ele planta atado pela cintura nos morros, capina, da forma como pode plantar. Não é lavoura mecanizada em qualquer lugar. Então, é uma atividade que, nessas regiões, se prestaram a fazer, atividades que estão há mais de cem anos. Então, essa é uma preocupação que tenho em cima desse processo. Nós temos que ter um cuidado com essa atividade.

Se nós exportamos 85%, o.k. Nós não vamos exportar 100%. E foi mostrado aqui que, no contrabando... E bateu direto nas indústrias, nos produtores e nas vendas... Quando esse projeto iniciou, a falta de propaganda, o que aconteceu? Aumentou, quase dobrou o contrabando. Foi falado aqui do Paraguai. A Senadora Simone coloca: "Ah, mas é muito fácil. Eu sei por onde entra". Não tem conta, Iro; as reuniões que nós fizemos com a Polícia Federal, com a Receita Federal, tentando achar as saídas, e as indústrias botando dinheiro, fazendo o que podem fazer. Se houvesse saída, seria tão simples assim.

Outro dia, aqui... E a gente até sabe quem produz no Paraguai. São as indústrias que produzem no Paraguai e botam aqui para dentro do Brasil. É uma preocupação que tenho, porque, simplesmente, o que já aconteceu? Acho que foi na Austrália. Essa restrição aumentou o contrabando lá, como vai aumentar o contrabando aqui, porque essas pessoas não vão deixar de fumar. Está bom. Cigarro vai entrar de lá. Vocês não vão vender nos mercadinhos, nos restaurantes, nos bares, onde vocês têm. As indústrias vão diminuir, os produtores vão diminuir. O.k. Esse é o fim desse projeto, como já aconteceu com a restrição da propaganda.

Eu não fumo, Senadora Leila, e não recomendo que fumem. Agora o que defendo é essa gente que trabalha. E sei o que representa para eles essa atividade econômica, que amanhã eles vão estar perdendo. Alguém vai perder de vender no seu botequim lá, como disse, outro dia, o Prefeito de Lagoa Bonita do Sul. Lagoa Bonita do Sul, no centro do Rio Grande do Sul, é um Município de 3 mil, 4 mil habitantes. O Prefeito estava comigo. Ele é dono de supermercado. É um Município produtor de fumo. Deve haver 600, 700 produtores de fumo nesse Município. Ali há contrabando de cigarro. Eu digo: "Não. É na Rocinha, é lá na periferia de Brasília, do Rio". Não. Em Lagoa Bonita do Sul, Iro, ao lado de Sobradinho, ali há contrabando. Em qualquer canto há contrabando, porque é o cigarro vendido a R\$2. Esse cigarro entra, e ninguém tem controle. Então, se o Brasil arrecadou 13 bilhões, 14 bilhões de impostos, podia arrecadar 26. E os números, eu não sei onde o Inca, onde a Dra. Tânia... O cigarro causa aqui 170 mil mortes. O crime organizado, 64 mil. São dados que a gente apresenta. Eu fico até preocupado com esses números.

Senadora, preste atenção, o crime organizado hoje se financia da droga, se financia das armas contrabandeadas e se financia do cigarro contrabandeado. Esse cigarro aqui ajuda a financiar o crime





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado no Brasil. Quanto mais nós estimularmos a restrição do uso aqui dentro do Brasil, o cigarro vai entrar, e essa gente tem mais dinheiro... E isso a gente não consegue... Não vou criticar a Polícia Federal ou a Polícia estadual, não. Eles fazem o que podem e não conseguem combater. Se pudessem, já teriam resolvido o problema.

A grande preocupação que eu tenho, Senadora – e V. Exa. vai fazer um relatório... Sei que é difícil mudar posições aqui, mas eu tenho a minha posição, porque eu defendo o produtor rural e os trabalhadores que estão, hoje, seja no seu comércio, seja na indústria, seja dentro de uma revenda de insumos. Eu sei o que isso representa no meu Estado, o Rio Grande do Sul. E, quando o Senador Serra diz que não afeta, eu digo que afeta sim, Senador. Já afetou a produção e vai afetar mais ainda dessa forma como nós vamos restringir.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sra. Presidente, V. Exa. me permite um comentário?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, Senador Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu insisto no ponto de que a parte possivelmente, potencialmente afetada corresponde a uns 15% da produção. O Senador raciocina como se fosse a totalidade da produção no Brasil.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu disse 85%, Senador, 85% são exportados.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu sei, mas raciocina como se fosse assim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – São 85% exportados e 15%...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Esses 15% não vão ser eliminados.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já foram, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Trata-se de conter...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já foram, Senador, e serão mais ainda.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Se me permite, eu ouvi muito pacientemente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Por favor, Senador Luis.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... e até indignado alguns argumentos de V. Exa., mas me calei. Agora que estou falando, eu pediria o mesmo tratamento.

Então, na verdade, tem a ver com uma parte pequena da produção. E o projeto não trata da oferta, trata da demanda. É preciso distinguir esses dois lados: oferta e demanda. Nós não estamos tratando da oferta, da proibição de produzir ou de qualquer coisa desse tipo; nós estamos tratando da demanda, de medidas que desincentivem a demanda por cigarro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O raciocínio que o Senador faz em relação ao cigarro poderia se aplicar a qualquer veneno. Ele, inclusive, diz que o crime organizado lida com drogas, armas e cigarros e dá como exemplo que não devem... Para enfatizar a ideia de que é incontrolável o contrabando de cigarros, a legislação atual, etc., ele cita também drogas e armas. É uma equiparação: drogas, armas e cigarros são todos da mesma família, embora de naturezas diferentes, quando, na verdade, é possível, sim, adotarmos medidas que restrinjam o consumo do cigarro. Disso é que se trata. Não é o mercado que vai resolver; é a política pública. E nós temos que avançar nessa direção.

Da mesma maneira em relação ao contrabando. Evidente que existe contrabando, que é muito forte, etc. Nós temos de ter combate ao contrabando, e não nos ajoelhamos diante das consequências do contrabando, que é o que significaria não fazer nada contra o cigarro, dizendo: "Ah, não, porque vem o contrabando". Esse é um argumento que, além de cínico, é muito prejudicial ao País e às nossas políticas públicas. Temos que combater o contrabando, sim. Aliás, uma das questões mais importantes que surgem dessas discussões é exatamente a da premência e da necessidade de um combate mais eficaz ao contrabando no Brasil, não apenas no que tange ao cigarro, mas a outros produtos, como é o caso dos armamentos.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador, eu não sou cínico. Eu combato, eu sou a favor de combater o contrabando totalmente, por favor! Agora, vou dizer que sou a favor? Negativo! Eu só citei que esses três parceiros estão juntos e, hoje, financiam o crime organizado. Pronto! E são todos da mesma família.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom; voltemos agora para as minhas perguntas só para...

Como eu fui citada também, eu gostaria de dizer que estou completamente atenta a essa matéria e de dizer que o fato justamente de haver uma audiência... Apesar de todos aqui terem posições, eu acho que temos de escutar todos. Esta é a Casa do povo. Nós temos de escutar todos. Então, o motivo do meu requerimento para audiência foi justamente por isto, para escutar todos. É o que estamos fazendo aqui.

Então, só para deixar bem claro que, em termos de estar atentas, estamos bastante atentas a todos os pontos, a todos os lados.

Bom, com relação às perguntas que eu fiz anteriormente, eu gostaria de retornar para encerrarmos e para que cada um desse as suas considerações. Eu fiz alguns questionamentos e gostaria de passar a palavra para a Dra. Tânia, pois ela tem algumas respostas.

A SRA. TÂNIA CAVALCANTE – Obrigada, Senadora Leila.

Anotei algumas. Não consegui anotar todas. Mas, se por acaso eu não...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Posso ajudá-la.

A SRA. TÂNIA CAVALCANTE – A primeira pergunta que a senhora nos fez foi sobre evolução do consumo do tabagismo no Brasil depois da Convenção-Quadro. A Convenção foi ratificada em 2005. Logo depois, nós tivemos vários ajustes na legislação nacional, inclusive a legislação federal se espelhou muito no caso de São Paulo acerca da proibição de fumar em ambientes fechados. Quer dizer, São Paulo se antecipou e deu o exemplo. E a lei federal se ajustou no sentido também de seguir o exemplo de proibir totalmente fumar em ambientes fechados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lei federal, que é a 12.546, que foi adotada em 2011, para atender às medidas da convenção no sentido de ajustar a Lei 9.294, gerou uma queda substantiva no tabagismo num período bastante curto, especialmente com o aumento de impostos que também veio como parte dessa lei – o aumento do IPI especificamente.

Então, nós tivemos, num período de cinco anos, uma queda de 20% na prevalência de fumantes.

Se você comparar com a queda que já vinha acontecendo anteriormente – em 20 anos, a queda havia sido 44% –, em cinco anos, nós tivemos quase a metade da queda de prevalência de fumantes que nós tivemos em 20 anos.

Então, mostra o efeito catalítico...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Cinco anos em quais anos?

A SRA. TÂNIA CAVALCANTE – De 2008 a 2013, pesquisas nacionais.

É importante ressaltar, com todo o respeito, que o Senador Luis Carlos Heinze questiona a origem dos dados, e eu queria dizer que são dados de instituições muito sérias, como a Organização Mundial de Saúde, o Ministério da Saúde, pesquisadores e de uma ciência chamada epidemiologia. É importante a gente só registrar aqui que são dados bastante substantivos, substanciados em evidências científicas.

Então, eu queria só ressaltar essa questão.

E o mais importante: nós estamos tendo efeito dessa redução no tabagismo na redução da mortalidade. Eu mostrei muito rapidamente aqui, talvez não tenha dado para perceber, que a gente teve uma queda bastante substantiva na mortalidade por enfisema, aquela doença pulmonar causada pelo tabagismo. O gráfico mostra que foi de 40%, entre 2000 e 2016. Nós tivemos uma redução de mais de 32% de mortalidade por doença cardiovascular, que tem o tabagismo como o principal fator de risco. E o câncer de pulmão, que é praticamente sinônimo de tabagismo, teve uma queda de 20% nesse período.

Então, o Brasil está ganhando com todas essas medidas que vêm fazendo efeito.

A outra questão que a senhora fez foi em relação à prevalência do Brasil, comparando-o com outros países. A gente tem uma tabelinha, que a gente pode passar, um estudo publicado numa revista chamada *The Lancet*, que é uma revista bastante séria, que faz um balanço da evolução da prevalência do tabagismo nos países e que inclui o Brasil. Eu trouxe esse estudo porque ele compara exatamente o mesmo ano, 2015. Então, só para termos uma ideia... Só que ele só tem dados entre homens e mulheres; não fizeram os dados globais.

Então, no Brasil nós tínhamos, em 2015, 12,6% homens fumantes e 8,2% mulheres. França: 21,5% mulheres, até mais do que os homens no Brasil, e homens 25,3%. Então, é bastante claro que o Brasil tem uma política muito, vamos dizer assim, eficiente para atingir o objetivo da convenção, mas eu ressalto que, quando a gente pega – porque a prevalência hoje é de 10% – uma prevalência dessa e aplica na população brasileira, o número de fumantes é muito grande.

Então, eu queria só chamar a atenção: nós temos ainda quase 20 milhões de fumantes – mais do que a população do Uruguai, sete vezes mais – e temos uma carga muito grande de doenças. E o que faz esse número, como é que se forma o número de fumantes? Por iniciação ou não cessação de fumar. A gente sabe que cessação de fumar é difícil, é preciso tratamento. O Governo está investindo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em tratamento, mas o que acontece mais fortemente é o número de crianças que estão sendo abduzidas por estratégias como essas que a gente mostrou aqui, que o projeto pretende inibir, para a gente poder continuar reduzindo.

Claro que, se a gente não tivesse feito nada, se a gente pegasse a prevalência lá de trás, de 1989, que era de 35%, a gente já fez essa conta: a gente teria 50 milhões de fumantes, e não 19 milhões – a gente teria 50 milhões –, e um custo muito maior do que aquele que a gente mostrou. Então, é muito claro que essa política deu certo, mas ela tem muitos desafios pela frente, principalmente essas estratégias, que são muito claramente – como foi mostrado aqui pela colega Gloria, da Anvisa, pela ACT, as estratégias são muito focadas.

E o que acontece hoje? O mundo está parando de fumar. Eu acho que isso é muito importante. A gente mostrou um relatório que foi apresentado na 8ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro, e, no ano passado, um balanço de como 181 países estão, vamos dizer assim, implementando essa convenção e os resultados. Pela primeira vez nós tivemos uma queda na prevalência de fumantes nos países pobres, que hoje respondem por 80% do consumo. Então, isso mostra que a convenção também está fazendo a diferença globalmente.

Isso tem implicação também nessa questão dos meios de vida dos agricultores. E aí eu gostaria de recordar que, ao ratificar essa convenção, aqui, o Senado Federal, preocupado com as 200 mil famílias de agricultores que estão integradas na cadeia produtiva, nas mãos das mesmas empresas que fabricam cigarros, o Senado Federal impôs uma condição executiva: vamos implementar programa de alternativas ao cultivo do tabaco. Foi assim que nasceu o programa de diversificação. Só que, infelizmente, esse programa não consegue, vamos dizer assim, vencer o *lobby* da indústria do tabaco. Os fabricantes de cigarros não querem perder 200 mil famílias que eles controlam. Eles garantem o baixo preço do tabaco, porque são eles que dão o preço, e com isso, eles garantem o baixo preço do cigarro. Então, a receita aumenta o IPI, e eles jogam nas costas dos agricultores.

Hoje, até os fabricantes de cigarro estão procurando outros caminhos, porque o mundo está parando de fumar. É só entrar... Eu mostrei vários *links* ali, na apresentação, de matérias que mostram a empresa X, com a redução do volume de venda de cigarros, está indo para o mercado de cigarros eletrônicos. Então, é só esse cenário, que eu acho que é importante considerar e que não tem nada a ver com a proposta do projeto de lei, a não ser os interesses da indústria de manter a sua ação de tornar o tabagismo uma doença pediátrica. Então, é muito importante a gente considerar esses aspectos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Dra. Tânia. Eu vou ter que passar às considerações, e aí vocês vão respondendo para mim. Eu vou dar três minutos para cada um, para os outros três. Eu peço desculpas, porque eu tenho Plenário agora, e a votação é nominal. Eu preciso estar presente, tanto eu como o Senador Serra.

Então, eu vou passar para o Jaime Recena e depois para a Gloria e a Ticiania.

Obrigada, gente.

Por favor, Jaime Recena.

O SR. JAIME RECENA – Bom, primeiro agradeço mais uma vez a oportunidade.

E eu queria aqui, Senador Serra, de forma muito respeitosa, discordar do senhor quando o senhor fala que o projeto ataca e visa, pelo menos, atacar a demanda, ou seja, coibir que novas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças, jovens, enfim, fumantes iniciantes possam, a partir desse projeto de lei, não iniciar no fumo, não iniciar no vício de fumar. Discordo pelo seguinte: porque as questões que estão tratadas no projeto, fundamentalmente, tratam de questões dentro do ponto de venda, complicando a vida do pequeno empreendedor, que já está – para usar uma expressão que o senhor usou – de joelhos pelo contrabando. Quando a gente entende hoje que você tem um pequeno comerciante, que é obrigado, em um bairro de Brasília ou do Rio de Janeiro, a comprar um produto do PCC, e não da indústria formal e legal, esse comerciante já está de joelhos, esse comerciante já está sofrendo os efeitos da criminalidade...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – V. Exa. está dizendo que a política antitabagista fomenta o crime organizado? Tenha paciência! Isso já é apelação.

O SR. JAIME RECENA – Eu não estou apelando, isso é uma... Infelizmente...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Daqui a pouco os antitabagistas são os responsáveis pelo crime organizado.

O SR. JAIME RECENA – ... Senador Serra, de forma muito respeitosa...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Tenha paciência!

O SR. JAIME RECENA – ... infelizmente isso é realidade; isso não é apelação.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Não! Claro que é apelação.

O SR. JAIME RECENA – Hoje, o principal produto do crime organizado é o cigarro contrabandeado. Nós sofremos hoje as consequências desse tipo de atividade. Infelizmente, o projeto do senhor traz dificuldades nos nossos pontos de vendas, que vão permitir que esse cigarro que hoje é contrabandeado e sobre o qual não se tem controle possa ser comercializado de uma forma muito mais fácil, chegando à mão daqueles que são jovens e que, portanto, vão ter facilidade para comprar, porque nos pontos de venda já é proibido, não se pode comercializar. O pequeno comerciante, o...

(Soa a campanha.)

O SR. JAIME RECENA – ... cara que é dono de uma loja de conveniência já não pode vender para o menor.

Então, a gente entende que essas questões, quando a gente fala do *display*, ele dificulta nossa operação dentro do ponto de venda. A embalagem genérica não muda em nada. Já foram até comentadas pela Senadora Simone as dificuldades inclusive constitucionais sobre a questão ligada à embalagem.

Eu acho que a gente já... Como eu disse antes na minha fala, Senadora Leila: será que ainda é necessário haver mais restrições nesse ambiente em que a gente se encontra hoje? Eu imagino que não.

Então, eu queria encerrar, mais uma vez agradecendo a oportunidade. Deixo registrado que depois a gente vai apresentar um documento. Vou deixar com você um documento onde a gente aponta algumas incongruências que foram já citadas aqui e que, por consequência, criam um ambiente mais favorável para o comércio ilegal. Vou deixar também um estudo dos nossos pares, dos efeitos que essa medida teve na Austrália, ou seja, como não alcançou os resultados a que ela se propôs. E a gente pede que você avalie com muito cuidado todos esses documentos que comprovam a ineficácia de medidas semelhantes a essa em outros países. E a gente pede que você avalie com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito cuidado todos esses documentos que comprovam a ineficácia de medidas semelhantes a essa em outros países.

Muito obrigado pela oportunidade.

Senador José Serra, muito obrigado também pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Dr. Jaime.

Agora, com a palavra a Dra. Glória.

A SRA. GLORIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF – Quero agradecer mais uma vez a possibilidade de participação. Vou tentar resumir muito rapidamente as principais questões.

Embalagem padronizada. A lei da Austrália foi questionada junto à Organização Mundial do Comércio, e, em junho do ano passado, a Organização Mundial do Comércio tomou uma decisão de que a lei não viola acordos internacionais de comércio e de propriedade intelectual. O grupo de países que moveu a ação contra a lei australiana foi subsidiado tecnicamente – são informações que a gente precisa... a OMC, o *site* está aí, fica fácil a gente checar isso – foi subsidiado tecnicamente pela indústria do tabaco. Os países que entraram na OMC contra a lei australiana estavam municiados com informações, enfim, da indústria do tabaco. Então, é claro que não é inconstitucional. Várias outras guerras judiciais já foram vencidas por outros países que implantaram embalagens padronizadas. E isso é clássico, os dados estão aí, é fácil a gente passar – caso os senhores e senhoras queiram – essas informações, pois elas são de conhecimento público internacional.

Sobre o banimento da exposição e, mais uma vez, a embalagem padronizada, há estudos, no mínimo uns cinco da Austrália. As pessoas foram me falando, e aqui não há tempo de elencar cada um, mas são só publicações respeitadas internacionalmente, revistas sem nenhum conflito de interesse. Digo isso porque é importante verificar a fonte do dado, porque, se a fonte do dado tem conflito de interesse, aquele dado, por si só, é enviesado, ou pode ser enviesado, ou paira dúvida sobre isso. Então, a questão da isenção de conflito de interesse é primordial para sinalizar dados. E a Anvisa, como uma instituição técnica, eu como uma servidora pública, concursada, da instituição, só trouxe informações para vocês...

(Soa a campainha.)

A SRA. GLORIA MARIA DE OLIVEIRA LATUF – ... baseadas em técnica e em evidências científicas.

Por fim, cigarros eletrônicos são proibidos no Brasil. Nós temos uma RDC, a RDC 46, de 2009, que a Anvisa publicou, baseada no princípio da precaução, da prevenção, e essa RDC está vigente até hoje.

Uma última informação sobre essas embalagens: a da Austrália custou 28 dólares australianos, e a da França, 7 euros – só a título de informação, porque eu passei as embalagens e não falei o custo.

Desde já agradeço e me coloco à disposição; coloco a Anvisa à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Dra. Glória.

Com a palavra agora a Ticiania; depois eu passo para o Dr. Iro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TICIANA IMBROISI – Posso tentar falar daqui, mas está ruim. Se você me arrumar isso, eu agradeço.

É uma pena que o Senador Heinze não esteja mais aqui, porque a gente acredita que, se a preocupação é com o agricultor familiar, na verdade a discussão, Prefeito, não tinha que estar sendo feita aqui neste momento, num momento em que não é objeto do PL esse assunto. Poderia estar-se investindo, por exemplo, na estruturação das políticas de fortalecimento para a agricultura familiar, os programas estruturantes de agricultura familiar que são: programas de compras públicas, programas de aquisição de alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, o próprio Pronaf, que são programas que estão desfalcados, que estão com problemas e que precisam de uma interferência dos senhores, no sentido positivo, de uma gestão junto ao Ministério responsável, que é o Ministério da Agricultura.

Esses programas, inclusive, são estruturantes para o Programa Nacional de Diversificação do tabaco.

Outra coisa que eu queria falar para o Senador Heinze, que toca sempre na questão da renda, é que renda não é equivalente a qualidade de vida – a gente sempre tem que pensar nisso. Quando a Convenção-Quadro adotou uma metodologia que é implementada no Brasil no Programa de Diversificação, que se chama *livelihood* (meios de vida), ela justamente colocou em jogo índices de desenvolvimento humano, de qualidade de vida, de saúde, de educação, de escolaridade, de incidência de trabalho de mulher, a questão de gênero, de trabalho infantil, trabalho juvenil. Isso tudo tem que ser levado em conta, porque não adianta ganhar... E até duvido que ganhe. Temos dados que comprovam que o agricultor produtor de tabaco não ganha tanto...

(Soa a campanha.)

A SRA. TICIANA IMBROISI – ... quanto foi dito aqui, como é dito sempre. Quem ganha é cerca de 10% dos produtores de tabaco. Por quê? Têm acesso a insumos, a equipamentos, estão sendo subsidiados pela indústria, de todas as formas e conseguem, enfim, ter uma produção mais elevada, mas essa não é a realidade da maioria dos produtores de tabaco. A gente conhece essa realidade: um terço dos produtores ganham de um a dois salários mínimos de renda. Isso é muito pouco, isso não é qualidade de vida.

Eu queria, por fim, contribuir com a questão da constitucionalidade, que a Senadora Simone tocou. Eu gostaria de ler uma nota da ACT:

A Constituição Federal determina que a propaganda comercial de tabaco estará sujeita a restrições legais (art. 220 da Constituição, §4º).

(Soa a campanha.)

A SRA. TICIANA IMBROISI –

A publicidade do cigarro faz apologia de um produto que acarreta danos à saúde, o que traduz seu caráter abusivo e enganoso, levando o consumidor a se comportar de forma perigosa à sua saúde (art. 37, §§1º e 2º). As pessoas acabam iludidas, aderindo ao tabagismo e logo se tornam dependentes do produto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em ilustre parecer jurídico, o Prof. Dr. Virgílio Afonso da Silva demonstra que é constitucional a proibição total da publicidade de produtos de tabaco [é importante conhecer esse parecer]: "Mesmo que se considere que as empresas têm o direito de fazer publicidade de produtos de tabaco, esse direito não é absoluto e pode ser restringido totalmente" – diz o professor.

Qualquer restrição em direitos constitucionalmente garantidos deve passar pelo teste da proporcionalidade, forma de controle às restrições de direitos, o que envolve análise de adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito da medida que se pretende adotar, conforme perspectiva dominante no STF e na doutrina constitucional brasileira contemporânea.

Assim, a restrição total da publicidade de tabaco é comprovadamente adequada, apta a fomentar os objetivos perseguidos, pela sua própria razão de ser, de a propaganda de um produto influenciar e promover suas vendas.

Então, a medida é proporcional, pois tende a realizar em grande medida a proteção à saúde, à vida, e à infância também.

Por fim, queria só – desculpem-me – citar o Dr. Drauzio Varella, que publicou um artigo há muito pouco dias, que é interessante, que traz uma consideração sobre o grupo de trabalho criado para...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu vou dar para a senhora só mais um minuto, porque realmente eu tenho votação nominal – eu e o Serra.

A SRA. TICIANA IMBROISI – O.k.

Bem, eu sugeriria, então, a leitura do artigo do Dr. Drauzio Varella, que saiu esta semana na *Folha de S.Paulo* – não é isso, Tânia?

A SRA. TÂNIA CAVALCANTE (*Fora do microfone.*) – Isso.

A SRA. TICIANA IMBROISI – Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu que agradeço a presença.

Agora, o Dr. Iro.

O SR. IRO SCHÜNKE – Pois é, Senadora, eu lamento que a Ticiania, na primeira vez, tenha falado por 20 minutos, e agora mais um eito, e eu aqui não estou numa igualdade, falando a mesma coisa, porque foram ditas tantas inverdades aqui que... Se você olhar para mim – chamo "você" pela diferença de idade –, eu sou a própria cadeia produtiva de tabaco. O meu pai era um pequeno produtor, e eu só estou aqui porque ele plantou tabaco e teve condições de me fazer estudar. E cá estou.

Então, para falar da cadeia produtiva do tabaco eu gosto de ser convidado, mas vamos realmente adentrar com mais profundidade.

Foi mostrada aqui uma pesquisa da UFRGS – contestada agora, aqui, pela Ticiania – de que 80% viam muito bem os produtores de tabaco, de toda a população brasileira. Como é que vou contestar uma pesquisa de uma universidade idônea, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das melhores do País, das três melhores do País? Quer dizer, então aí a gente não avança mesmo, não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

é? Se a gente não tem uma transparência no que diz... Eu mostrei os dados aí de que, no exterior, em muitos e muitos países, essas medidas não deram resultado, não se reduziu o tabagismo. Eu não sei o termo que usou o Senador, eu não me lembro... É claro que eu vou falar contra o senhor aqui, mas estou falando com argumentação, com dados concretos.

Vamos para um outro ponto extremamente importante que foi falado aqui: crianças. Está todo mundo preocupado com as crianças. Tu sabes quem foi, qual é o setor agrícola no País que serve de exemplo de como se combate o trabalho infantil no campo? O tabaco. É só perguntar para a OIT, para a CNI, para a ONG lá dos Estados Unidos, a Human Rigths. Nós fizemos isso.

Em relação a estar preocupado com crianças, e eu acho que essa deve – acho, não; eu também estou –, essa tem que ser a maior preocupação, se aumentar um monte o contrabando, sem nenhuma regulação, sem nenhum controle, cadê a preocupação com as crianças? As crianças estão vendendo lá, em São Paulo, os cigarros!

(Soa a campanha.)

O SR. IRO SCHÜNKE – Mas que preocupação com as crianças é essa?

Outro dado aqui que foi apresentado pelo auditor da Receita, que não mais está aqui, diz que eles estavam trabalhando para realmente controlar. Eu elogio o trabalho da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, que a gente conhece, da própria Receita Federal. O que eles fazem para combater o contrabando é muito, mas, no ano em que eu fiz o cálculo, representou 5% do apreendido do total dos cigarros que entraram no País. Bem, se eles realmente têm essa possibilidade, por que agora nos últimos anos aumentou 16%, 17% – não estou com os dados aqui –, aumentou tanto o contrabando nesses anos todos?

Nós não estamos falando aqui... Nós estamos falando uma linguagem totalmente distorcida. A gente tem que falar com argumentos, a gente tem que falar realmente com dados. E é isso que nós sempre fizemos; qualquer pesquisa que nós fizemos foi com entidades idôneas.

(Soa a campanha.)

O SR. IRO SCHÜNKE – Outro dado. Se o Heinz diz que 3,8 milhões de agricultores ganham R\$5 mil por ano, os de tabaco ganham 70 e 80. Que pequena diferença, não é? De 5 para 70, 80. E nós já estamos destruindo a produção no Brasil. Nós já produzíamos 850 mil toneladas; hoje, estamos entre 650 e 700. Redução extremamente... Nós tínhamos mais de 200 mil produtores; estamos com 150. Do jeito que nós vamos indo...

Aliás, há uma grande incoerência, e eu digo isso há muitos anos que eu venho aqui: o Brasil é o segundo maior produtor, o maior exportador, mas, é um contrassenso, ele sempre anda à frente dos outros países produtores e exportadores em todas as medidas contra o tabaco. Então, realmente, nós temos que levar em consideração essas coisas, porque nós estamos destruindo aqui, no Brasil, uma produção. E, olha, Zimbábue, Estados Unidos, Argentina, países da Ásia estão todos dando risada porque nós estamos discutindo isso aqui, porque sabem que eles vão pegar a produção, eles vão pegar os empregos.

Então, realmente, eu teria muito mais a dizer, Leila. Se precisarem saber alguma coisa da cadeia produtiva, não é por falta de modéstia, mas eu tenho certeza de que quem conhece a cadeia



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

produtiva melhor neste País sou eu mesmo, porque eu sou a própria cadeia produtiva e trabalho com isso desde que eu nasci. Então, estou sempre à disposição.

Agradeço a oportunidade. Prazer em conhecê-la, agora pessoalmente – antes, só na televisão, jogando vôlei. É uma satisfação, realmente, conhecê-la pessoalmente. Boa sorte aqui e obrigado pela oportunidade de a gente poder se expressar.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu que agradeço a participação de todos vocês. Foi uma tarde enriquecedora.

Por favor, Dr. Giovane, último expositor.

O SR. GIOVANE WICKERT – Senadora, rapidamente, quero fazer aqui uma observação.

Quando se fala em 64 bilhões...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpa. Quero só falar para o senhor que eu vou dar três minutos mesmo, porque eu tenho que ir para votação nominal.

Obrigada.

O SR. GIOVANE WICKERT – Perfeito. Muito obrigado.

Quando se fala em 64 bilhões de recursos que são investidos por ano na questão do tabagismo, o Ministério da Saúde tem um pouco mais do que isso no seu orçamento, em torno de 120.

Na verdade, esse é o total gasto, público e privado. Isso tem que estar muito claro, porque sempre se tem a ideia de que é o que o Governo gasta. O que o Governo gasta não são 64 bilhões; e o que se arrecada, em torno de 14 bilhões, poderíamos estar arrecadando em torno de 28 se não fosse o contrabando, o que daria uma excelente arrecadação entre o equilíbrio da receita e da despesa.

Também é importante dizer, a Dra. Ticiane aborda a questão dos Municípios, de programas importantes, como PAA, Mais Alimentos, Pnae, Pronaf, merenda escolar, enfim. No meu Município, eu posso citar como exemplo que instituímos, inclusive, um vale-feira e temos uma cooperativa modelo no Estado do Rio Grande do Sul, que está sendo referência, que é a Cooprova, a Cooperativa dos Produtores de Venâncio. E, com certeza, mesmo com todas essas políticas dando certo, ela tem um grau de dependência do Governo, como mesmo a Dra. Ticiane aqui abordou, depende dessa situação, fica dependente. E um outro cenário: mesmo com tudo isso dando certo, nós estamos muito aquém do que deveríamos estar pela implementação das políticas da Convenção-Quadro. É isso o que nós Prefeitos viemos trazer aqui, que venho representar.

Quero lhe deixar essas 50 mil assinaturas – é uma cópia, nós estamos com o original – justamente porque anda em ritmos e velocidades diferentes aquilo que se consegue alcançar na diversificação, por mais que nisso se esteja investindo... Eu sou Prefeito de uma cidade que é muito diversificada, grande produtora de tabaco de pequena propriedade, pequena agricultura familiar, e os resultados andam descompassados. É essa a minha preocupação. E isso porque o nosso ainda tem dado bons resultados. Fora outros Municípios que não têm esses índices alcançados dessa forma.

(Soa a campanha.)

O SR. GIOVANE WICKERT – Por fim, quero agradecer a participação, a oportunidade e dizer que a droga não está exposta em lugar nenhum e vem alcançando índices graves na juventude. Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos cuidar, porque aquilo que é muito proibitivo cria um clima hostil que pode nos prejudicar muito mais do que trazer benefícios, porque hoje acho que nós já alcançamos o índice máximo de controle e advertência nas atuais legislações de carteira de cigarro; é o que nós já estamos praticando no presente.

Então, essa observação eu quero deixar para que a gente não entre num clima proibitivo tão grande que hostilize e que aguce o jovem, que não consegue enxergar as advertências, a buscar fazer aquilo que é proibido.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quero agradecer a contribuição de todos vocês nesta tarde aqui nesta audiência.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dois de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Rodrigo Cunha, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Rodrigo Pacheco, Eliziane Gama, Jayme Campos e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Lasier Martins, Roberto Rocha, Cid Gomes, Marcos do Val, Fernando Collor, Angelo Coronel e Sérgio Petecão. Justifica ausência a Senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica que foram recebidos pela Comissão os seguintes expedientes: Aviso nº 116, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 591/2019, proferido pelo Plenário nos autos do processo nº 018.075/2018-5, que trata de levantamento sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica relatado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues; Ofício nº 64, de 2019, da Câmara Municipal de Diadema, encaminhando o Requerimento nº 20/2019, que requer moção de protesto contra o Sr. Ministro da Educação pelos motivos que especifica; Ofício nº 2, de 2019, da Associação de Professores Públicos em Minas Gerais, sobre as condições de trabalho e piso salarial dos professores. O expediente mencionado encontra-se à disposição na página da Comissão no sítio do Senado Federal e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores e Senadoras a fim de que a matéria seja analisada pelo Colegiado. No sentido de organizar os trabalhos desse Colegiado, à luz da regimentalidade, da publicidade e da eficiência, esta Presidência comunica que as reuniões da Comissão ocorrem nas dependências do Senado Federal nos termos do artigo 106, do Regimento Interno, o que objetiva, além da contenção de despesas, possibilitar a efetiva participação de todos os Senadores e Senadoras nas atividades do Colegiado. Assim, o apoio logístico e operacional para eventos que eventualmente precisem ser realizados em outras localidades serão responsabilidade do autor do requerimento. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 407, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Inscreve o nome de Nelson de Souza Carneiro no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Confere ao Município de Ituporanga, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cebola." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Favorável ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Outorga o título de Patrono do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo da Aeronáutica ao Tenente-Coronel Especialista em Controle de Tráfego Aéreo Aldo Augusto Voigt." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros (*Ad hoc*), substituiu Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Inscrive no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ayrton Senna da Silva." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto com as emendas nº1-CE e nº2-CE. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado nº 12, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Institui a Medalha de Mérito Educacional Darcy Ribeiro e o Prêmio Eficiência Educacional Florestan Fernandes, com vistas à melhoria da educação nacional." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto, à emenda nº1, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto com as emendas nº1-CE e nº2-CE. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 683, de 2019 - Terminativo** - que: "Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Nano Tecnologia e Novos Materiais." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 684, de 2019 - Terminativo** - que: "Reconhece o Estado de Santa Catarina como "Polo Náutico do Brasil". **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2018 - Terminativo** - que: "Institui o Dia Nacional do Museu." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 13, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de discutir o aumento das mensalidades dos cursos de Medicina posteriormente a reformulação do FIES, onde se estabeleceu um teto de 7 mil de mensalidade para financiamento. Igualmente busca-se discutir o porquê do alto custo das inscrições dos processos seletivos para os cursos de Medicina nas universidades particulares, quando comparado a outros processos seletivos dos demais graduações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo e Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte nº 15, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito dos eventuais impactos decorrentes da implementação da telemedicina sobre os currículos dos cursos de Medicina e sobre a formação médica no País." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo e Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 16, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, II do RISF, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a erradicação do analfabetismo escolar com os seguintes convidados: Sr. Carlos Nadalim, Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação; Sr. João Batista Araujo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; e Sr. Fernando Capovilla, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 17, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual)." **Autoria:** Senador Marcos do Val e Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 19, de 2019** que: "Requerimento de a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a qualidade dos cursos EAD no País; o acesso a informação referente à regularidade desses junto ao MEC; os critérios de fiscalização de abertura e manutenção desses cursos; e as ações que o MEC vem desenvolvendo para resolver os casos de milhares de alunos que concluíram curso superior em instituições de ensino a distância irregulares e não obtiveram registros de seus diplomas de conclusão." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim, Senador Confúcio Moura e Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 20, de 2019** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº15/2019-CE, a inclusão do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) no rol de convidados para a audiência." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 21, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater sobre a situação das obras inacabadas ou paralisadas das creches e pré-escolas do país." **Autoria:** Senador Dário Berger e Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/02>

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 6ª Reunião.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Solicita a dispensa da leitura da ata?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

Concorda?

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram recebidos pela Comissão os seguintes expedientes: Aviso 116, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 591/2019, proferido pelo Plenário nos autos do processo nº 018.075/2018-5, que trata de levantamento sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica relatado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues; Ofício nº 64, de 2019, da Câmara Municipal de Diadema, encaminhando o Requerimento nº 20/2019, que requer moção de protesto contra o Sr. Ministro da Educação pelos motivos que especifica; Ofício nº 2, de 2019, da Associação de Professores Públicos em Minas Gerais, sobre as condições de trabalho e piso salarial dos professores. O expediente mencionado encontra-se à disposição na página da Comissão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no sítio do Senado Federal e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores e Senadoras a fim de que a matéria seja analisada pelo Colegiado.

No sentido de organizar os trabalhos desse Colegiado, à luz da regimentalidade, da publicidade e da eficiência, esta Presidência comunica que as reuniões da Comissão ocorrem nas dependências do Senado Federal nos termos do artigo 106, do Regimento Interno, o que objetiva, além da contenção de despesas, possibilitar a efetiva participação de todos os Senadores e Senadoras nas atividades do Colegiado. Assim, o apoio logístico e operacional para eventos que eventualmente precisem ser realizados em outras localidades serão responsabilidade do autor do requerimento.

Informo, para o dia de hoje, que a reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 ao nº 16.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 407, de 2019

- Não terminativo -

Inscribe o nome de Nelson de Souza Carneiro no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Deputada Maria Helena

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra, então, à Senadora Zenaide Maia, para a leitura do relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei (PL) nº 407, de 2019 (Projeto de Lei nº 5.327, de 2016, na Casa de origem), de autoria da Deputada Maria Helena, que propõe a inscrição do nome de Nelson de Souza Carneiro no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*.

O PL nº 407, de 2019, é composto por dois artigos. O primeiro deles estabelece que será inscrito o nome de Nelson de Souza Carneiro no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O segundo traz a cláusula de vigência da lei em que o projeto vier a se converter, prevista para a data de sua publicação.

Na justificção, a autora do projeto argumenta que o intuito da proposição é prestar justa homenagem a Nelson de Souza Carneiro, que traçou uma das mais ricas trajetórias políticas no cenário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional, especialmente por sua fundamental contribuição na defesa das garantias sociais e pelas lutas em prol da afirmação da mulher na sociedade brasileira.

Na Casa de origem, a proposição foi aprovada conclusivamente pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Nesta Casa, a matéria foi encaminhada unicamente a esta Comissão, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Educação, nos termos do que preceitua o inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) a apreciação das matérias que tratem de homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame, incumbe também a este Colegiado analisar a matéria quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Relativamente à constitucionalidade do projeto, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal (CF).

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

O projeto se coaduna com a ordem jurídica, em particular com o que determina a Lei nº 11.597, com o que determina a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, a qual estabelece o procedimento para a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

O art. 1º da referida lei estabelece que o livro se destina ao registro perpétuo do nome dos brasileiros e brasileiras ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo. O art. 2º prevê que a distinção será prestada mediante a edição de lei, decorridos dez anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se que, no que concerne à técnica legislativa, o texto está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

No que diz respeito ao mérito, a homenagem é justa e oportuna.

Nelson de Souza Carneiro nasceu em Salvador, no ano de 1910. Ainda muito jovem, aos dezanove anos de idade, filiou-se ao Partido Democrático Universitário da Bahia. Formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Em agosto de 1932, por ter apoiado a Revolução Constitucionalista de São Paulo, em oposição ao Governo Provisório, de Getúlio Vargas, foi preso e deportado para o Rio de Janeiro.

Com a redemocratização, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN). Em dezembro de 1945, elegeu-se suplente de Deputado pela Bahia para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1947, promulgada a Constituição, assumiu uma cadeira. Em 1950, foi eleito Deputado Federal pela Bahia pela coligação do Partido Social Trabalhista (PST), Partido de Representação Popular (PRP) e Partido Social Democrático (PSD). Assim que tomou posse, já se mostrou favorável ao divórcio, preocupando-se, em particular, com a situação da mulher.

Em 1959, iniciou novo mandato na Câmara Federal, dessa vez pelo Rio de Janeiro. No ano seguinte, com a transferência da Capital para Brasília, passou a representar o Estado da Guanabara. Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, ocorrida em 25 de agosto de 1961, coube-lhe relatar e conduzir a votação da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo no Brasil.

Por duas outras vezes, em 1962 e 1966, foi reeleito Deputado Federal, na legenda da Frente Popular. Em 1970, foi eleito Senador pelo MDB da Guanabara e, em 1971, assumiu a Liderança de seu partido no Senado.

É uma aula de história, né? História política.

Depois de 26 anos de luta política, finalmente Nelson Carneiro obteve a aprovação da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, que instituiu o divórcio no Brasil. Reelegeu-se para o Senado ainda duas vezes consecutivas, em 1978 e 1986, nesse último ano como Senador da Assembleia Nacional Constituinte. Presidiu o Senado e o Congresso Nacional no biênio 1989-1990, já filiado ao PMDB.

1989-1990, já filiado ao PMDB.

Faleceu em 6 de fevereiro de 1996, aos 85 anos, em Niterói, no Rio de Janeiro.

A trajetória política de Nelson Carneiro é coroada por sua luta em prol da afirmação dos direitos das mulheres, sendo certo que sua contribuição foi fundamental para a instituição do divórcio no País.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 407, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) –
Agradeço à Senadora Zenaide Maia. Como V. Exa. colocou, o relatório, de fato, é uma aula de História.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O relatório aprovado passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

O item nº 2 da pauta será retirado por enquanto, pelo menos o Senador Dário Berger, que é o Relator, pediu para que isso acontecesse.

Passamos ao item nº 3 da pauta.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2018****- Não terminativo -**

Outorga o título de Patrono do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo da Aeronáutica ao Tenente-Coronel Especialista em Controle de Tráfego Aéreo Aldo Augusto Voigt.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke, que não está presente, mas solicitou que o projeto constasse da pauta. Por isso, eu indico a Senadora Leila para ser a Relatora *ad hoc*.

O relatório é favorável ao projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal, depois de ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Então, concedo a palavra à Relatora *ad hoc*, nobre Senadora, amiga, grande esportista, referência no Brasil como esportista e como Senadora, Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Grande desafio, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia ao senhor, Presidente.

Bom, vou ler o relatório da nobre Senadora Soraya Thronicke sobre a matéria.

Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 113, de 2018 (Projeto de Lei nº 8.678, de 2017, na origem), da Presidência da República, que outorga o título de Patrono do Quadro de Oficiais Especialistas em Controle de Tráfego Aéreo da Aeronáutica ao Tenente-Coronel Especialista em Controle de Tráfego Aéreo Aldo Augusto Voigt.

O projeto é composto por dois artigos. O primeiro concede o título proposto ao Tenente-Coronel Aldo Augusto Voigt. O segundo, cláusula de vigência, prevê a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Na justificação da matéria, constante da Exposição de Motivos do Ministério da Defesa (EM nº 156/2017), destacam-se os feitos da vida do homenageado e suas importantes contribuições para as áreas de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo no Brasil.

e Controle de Tráfego Aéreo no Brasil.

A proposição, que não recebeu emendas, foi distribuída para análise exclusiva desta Comissão, de onde deverá seguir para o Plenário.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto em exame.

Aldo Augusto Voigt nasceu em Timbó, Santa Catarina, no ano de 1942. Em 1959, ingressou na Força Aérea Brasileira, como aluno da Escola de Especialistas de Aeronáutica. No ano de 1968, foi aprovado no concurso para a Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda, sendo declarado Aspirante a Oficial Especialista em Controle de Tráfego Aéreo no ano seguinte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como oficial, teve atuação destacada na área de Controle de Tráfego Aéreo. Em Brasília, foi membro da Comissão de Implantação do Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cisdacta).

Participou, ainda, dos cursos de Atualização ao Sistema Dacta e estágios sobre Circulação Aérea em Paris e Toulouse – Escola Nacional de Aviação Civil, tendo sido elogiado pelo Comandante do Centro de Treinamento de Controladores de Tráfego Aéreo da Força Aérea Francesa.

No ano de 1975, foi designado Chefe do Centro de Controle de Tráfego Aéreo (CCTA) do Primeiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta I).

Anos depois, participou e contribuiu ativamente em toda a implantação do Cindacta II, desde as escavações para a instalação subterrânea do órgão, obras civis e instalação de equipamentos no Centro e nos Sítios de Comunicações e de Radar.

Após passar para a reserva remunerada, foi contratado pela Engenharia de Sistemas de Controle e Automação (Esca), empresa criada na época para ser um braço civil e dar suporte aos sistemas de tráfego aéreo em implantação no Brasil.

Faleceu no ano de 2001, aos 59 anos, vítima de complicações cardíacas.

Por toda sua história no setor de Controle de Tráfego Aéreo, entendemos que é meritória a homenagem prestada ao Tenente-Coronel Aldo Augusto Voigt.

Ademais, por ser a única Comissão a pronunciar-se sobre a matéria, compete à CE a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

Quanto aos aspectos mencionados, nada há que se opor ao PLC nº 113, de 2018. Destaca-se, quanto à juridicidade, sua conformidade com a Lei nº 12.458, de 26 de julho de 2011, que estabelece critérios mínimos para a outorga do título de patrono ou patrona.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2018.

Relatora: Soraya Thronicke.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço à Senadora Leila Barros, que atuou como Senadora *ad hoc*.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, este passa a constituir o parecer desta Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 45, de 2018

- Não terminativo -

Inscribe no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ayrton Senna da Silva.

Autoria: Deputado Eduardo Bolsonaro

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta.

A matéria, posteriormente, se aprovada, vai ao Plenário do Senado Federal.

Então, concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para leitura do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2018, do Deputado Eduardo Bolsonaro, que inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ayrton Senna da Silva.

Tentando resumir um pouco aqui. O relatório é um tanto longo.

A proposição foi aprovada na Comissão de Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Senado Federal, foi encaminhada à apreciação exclusiva da Comissão de Educação, devendo, se aprovada, ser submetida à apreciação do Plenário.

Por tudo o que Ayrton Senna foi para o Brasil e para a nossa história, não só como um grande atleta que se destacou mundialmente no automobilismo, mas também pela pessoa que foi, pelo pensamento, pelo idealismo que teve, tirando parte da sua riqueza, daquilo que ganhou, para ajudar o Brasil, ajudar as crianças, enfim, notabilizou-se como uma grande figura, uma grande personalidade.

Nós resumimos aqui o voto, dizendo da seguinte maneira: conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2018, com as emendas que se seguem:

EMENDA Nº -CE

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2018:

Inscribe no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Ayrton Senna da Silva.

EMENDA Nº -CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2018:

Art. 1º Fica inscrito no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, no Distrito Federal, o nome de Ayrton Senna da Silva.

Este é o voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) –
Agradeço ao Senador Zequinha Marinho.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero parabenizar V. Exa. pelo relatório, transmitir

Quero parabenizar V. Exa. pelo relatório, transmitir à família de Ayrton Senna da Silva os parabéns por esta justa homenagem. É uma homenagem que não só esta Comissão faz, mas o País faz





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a esta grande referência que tivermos e continuamos tendo, porque ele continua sendo lembrado, Ayrton Senna da Silva.

Parabéns pelo relatório e pelo projeto.

Aprovado. O relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Nós vamos passar ao item 5 da pauta. Senadora Leila, até pediria a V. Exa. para me substituir.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -

Institui a Medalha de Mérito Educacional Darcy Ribeiro e o Prêmio Eficiência Educacional Florestan Fernandes, com vistas à melhoria da educação nacional.

Autoria: Senadora Leila Barros

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Favorável ao Projeto, à emenda nº1, com a emenda que apresenta.

Observações:

Em 08/03/2019, foi apresentada a emenda nº1, de autoria da Senadora Leila Barros.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Então, passo a Presidência à Senadora.

V. Exa. concede a palavra para mim.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Concedo, então, a palavra ao Senador Flávio Arns para a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Muito bem, eu quero dizer que é uma honra estar relatando a matéria porque nós estamos tratando de dois grandes educadores: Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Eu tive a oportunidade de ser Parlamentar, inclusive, na mesma Comissão do Florestan Fernandes e dialogando com o Darcy Ribeiro também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Que honra!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É um projeto da Senadora Leila Barros, que institui a Medalha de Mérito Educacional Darcy Ribeiro e o Prêmio Eficiência Educacional Florestan Fernandes, com vistas à melhoria da educação nacional.

O projeto é formado por catorze artigos. Institui-se a medalha no art. 1º. O art. 2º define que a Medalha será entregue, na semana do dia 12 de outubro de cada ano, a um educador por Estado e Distrito Federal. O art. 3º fecha a parte introdutória, ao estabelecer que o Prêmio será concedido, na semana do dia 28 de abril de cada ano, "a dez práticas ou projetos educacionais que melhorem significativamente a educação [...]".

Fazendo a descrição da Seção I, composta pelos arts. 4º a 6º, e que descreve os pormenores da Medalha do Mérito Educacional Darcy Ribeiro.

De acordo com o art. 4º, a indicação dos candidatos ao recebimento da Medalha pode ser realizada por qualquer Senador ou Senadora, com antecedência mínima de 45 dias da sua concessão. Estabelece o parágrafo único

Estabelece o parágrafo único do mesmo artigo que a Comissão de Educação oficiará aos Senadores, com antecedência mínima de noventa dias, com solicitação de indicação dos nomes dos candidatos, que deverá conter memorial que justifique a candidatura. Cabe também à Comissão de Educação a informação do prazo final para indicação. A seleção do candidato, conforme o art. 5º, será realizada pela bancada de cada Estado e do Distrito Federal, e encaminhada em até 30 dias à Secretaria da Comissão de Educação. A entrega da Medalha, como prescreve o art. 6º, será realizada em sessão do Senado Federal convocada especialmente para esse fim.

A Seção II, composta pelos arts. 7º a 11, explana os parâmetros para conferir o Prêmio Eficiência Educacional Florestan Fernandes.

O art. 7º define que o Prêmio "consiste na concessão de placa e diploma a serem entregues a educadores ou escolas responsáveis pela prática premiada".

A art. 8º trata, nos incisos I a V, da composição da comissão de escolha da prática ou projeto a ser premiado. Dois dos participantes serão escolhidos dentre os membros da Comissão de Educação, sendo por ela indicados; um será indicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; caberá ao Ministro da Educação a indicação de um representante; dois serão representantes da sociedade civil indicados pela Comissão de Assuntos Econômicos; e um será indicado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Estabelece o §1º do art. 8º que a comissão será





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidida por um Senador ou Senadora e secretariada pelo representante do ILB (órgão que, segundo o §2º, dará todo o suporte, inclusive tecnológico, para as atividades da comissão).

O art. 9º define as partes legítimas para indicação de projetos ao Prêmio: Senadores, secretarias estaduais e distrital de educação; MEC; Inep; "instituição da sociedade civil de abrangência nacional ou regional voltada ao apoio ao desenvolvimento da educação"; e tribunais de contas que tenham identificado, no curso de suas atividades, práticas que mereçam ser replicadas. O §1º do artigo informa que as indicações devem ser encaminhadas com memorial que descreva o projeto e seus resultados, fundados em dados oficiais da educação. De acordo com o §2º, as indicações à Comissão de Educação devem ser efetuadas até o dia 30 de junho.

A divulgação das práticas e dos projetos caberá ao ILB, em programação destinada aos Estados e Municípios, e à TV Senado, em sua programação, consoante o art. 10.

O art. 11 encerra a Seção II, ao delinear que caberá à Comissão de Educação encaminhar aos Parlamentares os projetos premiados, como indicação para alocação de recursos de emendas parlamentares.

O Projeto de Resolução nº 12, de 2019, foi encaminhado à Comissão de Educação e à Comissão Diretora, devendo ser objeto de deliberação do Plenário, caso nelas aprovado.

A autora do projeto apresentou a Emenda nº 1, de redação, com o objetivo de corrigir a data constante do art. 2º do projeto para que a entrega da Medalha Mérito Educacional Darcy Ribeiro seja realizada na semana do dia 15 de outubro.

Para que a entrega da medalha Mérito Educacional Darcy Ribeiro seja realizada na semana do dia 15 de outubro.

Faço uma análise do projeto, mas quero dizer que, para mim, foi uma honra extraordinária ter tido a possibilidade de conhecer Florestan Fernandes, que é uma referência – sempre foi e continua sendo –, na educação, membro muito ativo da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em que nos encontramos, e do Darcy Ribeiro, grande Senador, também educador, referência nacional, que relatou aqui no Senado Federal inclusive a nossa LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da educação nacional na época.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 12, de 2019, bem como da Emenda nº 1 e da Emenda apresentada a seguir.

Emenda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Substitua-se, no PRS nº 12, de 2019, onde figurarem, as expressões “Senador” por “Senador ou Senadora” e “Senadores” por “Senadores e Senadoras”, para sermos fieis a toda a discussão importante do gênero.

Ao mesmo tempo dizer que nada mais justo do que homenagear dois grandes educadores com prêmios que se destinem à melhoria da qualidade, à expansão e à manutenção da qualidade, a valorização das práticas dos docentes em todo o Brasil.

Esse é o relatório.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Em discussão a matéria.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Ainda mais do Relator, não é?

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão...

Liberada, meu Presidente? Ah! Antes, há a votação! Desculpem, é que eu nunca presidi uma Comissão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Obrigada, Sr. Presidente.

Passo a Presidência da Comissão ao Senador Flávio Arns.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado.

Quero parabenizar a Senadora Leila Barros...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... pelo projeto e por nos ajudar a presidir.

Eu quero dizer aos colegas Senadores e Senadoras que os itens 6, 7, 8 e 9 são terminativos, e, como não temos quórum suficiente, nós deixaremos os projetos sem ler o relatório...

Até fizemos essa discussão na reunião passada. Eu quero sugerir... Parece-me que a leitura do relatório tem de ser feita junto com a votação para haver também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Otimiza-se o tempo, exatamente, porque, senão, haverá todo um debate novamente na próxima reunião.

Passo ao item requerimentos.

Item 12, do Senador Marcio Bittar.

ITEM 12**REQUERIMENTO Nº 16, de 2019**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II do RISF, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a erradicação do analfabetismo escolar com os seguintes convidados: Sr. Carlos Nadalim, Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação; Sr. João Batista Araujo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; e Sr. Fernando Capovilla, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Passo a palavra a V. Exa., Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a erradicação do analfabetismo escolar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Carlos Nadalim, Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação;
2. Sr. João Batista Araujo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto;
3. Sr. Fernando Capovilla, professor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Justificativa.

A alfabetização é a mais importante etapa educacional de uma criança.

Sem uma alfabetização de qualidade, os alunos estão fadados a uma vida escolar deficiente, o que acarretará consequências negativas para o resto da vida deles.

Dentre o caos que é a educação brasileira a alfabetização deficiente, ou inexistente, como mostram os dados, é fato que merece especial atenção do Parlamento.

Os resultados da última Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) mostram que apenas 11% dos alunos do terceiro ano do ensino fundamental atingem níveis satisfatórios de alfabetização. Isso significa que 89% dos alunos brasileiros não estão plenamente alfabetizados. Saliente-se que o teste é aplicado aos alunos do terceiro ano do ensino fundamental, que possuem em torno de oito anos de idade, quando as melhores práticas e estudos internacionais comprovam que a idade ideal para alfabetização é aos seis anos de idade.

Essa constatação, auferida por meio de testes sérios e precisos, aplicados pelo Inep, deveria ser motivo para maciços protestos; no entanto, não nos parecem ser suficientemente divulgados e debatidos.

A importância da correção dessa grave distorção é evidenciada pela criação, pelo novo Governo, de uma secretaria voltada exclusivamente a alfabetização.

Por essas razões, solicita-se a realização de audiência pública para debater esse importante tema.

É esse o teor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) –
Agradeço ao Senador Marcio Bittar.

É um assunto da mais alta importância.

Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Parabéns!

O Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, havia apresentado o Requerimento nº 16 da pauta.

Como ele não está presente, solicitou que eu também assinasse junto com ele.

Então, eu vou ler só o item 16 da pauta.

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 21, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater sobre a situação das obras inacabadas ou paralisadas das creches e pré-escolas do país.

Autoria: Senador Dário Berger e outros

Os convidados são os seguintes: Tania Leme de Almeida, Secretária da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; Carlos Alberto Decotelli, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

do Ministério da Educação, Carlos Alberto Decotelli, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Alessio Costa Lima, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Vanessa Lopes de Lima, Secretária de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Esporte do TCU (Tribunal de Contas da União); Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item nº 13, requerimento também, a Senadora Leila assinou e é um requerimento do Senador Marcos do Val.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.

93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Autoria: Senador Marcos do Val e outros.

Passo a palavra à Senadora Leila Barros para leitura.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Requeiro a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. Henrique Medeiros Pires, Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania;
2. Sr. Christian de Castro, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine);
3. Sr. Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav);
4. Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual Independente (Bravi).

Justificação.

A Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual), permite que sejam deduzidas do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas as quantias referentes ao patrocínio à produção de obras audiovisuais brasileiras de produção independente.

Desde sua promulgação, em 1993, a Lei do Audiovisual tem sido um importante mecanismo de captação de renda para a realização de filmes criados por produtoras independentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente prevista para durar até o ano de 2003, a Lei do Audiovisual recebeu constantes prorrogações, sendo a última realizada por meio da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 796, de 2017). Essa lei prorrogou seus efeitos até o fim deste ano de 2019.

Este requerimento tem o objetivo de discutir com a sociedade, órgãos públicos e entidades do setor a necessidade de nova prorrogação da Lei do Audiovisual, dada sua importância no fomento da atividade audiovisual de produção independente brasileira.

Pela Comissão, Senador Marcos do Val e Senadora Leila Barros.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senadora Leila Barros.

Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Senador e Senadora que concordam

Senador e Senadora – no singular, agora – que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós cumprimos o que estava programado, com exceção dos projetos de natureza terminativa, para que possamos ler e discutir esses projetos na mesma reunião, e também do projeto de natureza não terminativa do Senador Dário Berger, que fará isso na próxima reunião.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Flávio, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu passo a palavra, com alegria, ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Flávio.

Eu quero aproveitar para subscrever os dois temas anteriores, do Senador Marcos do Val, com relação ao audiovisual, e do Senador Dário Berger, com relação às obras inacabadas da educação básica, creches, pré-escola, e para fazer uma colocação fora dos temas anteriores, mas relativa ao decreto de contingenciamento que saiu na sexta-feira passada. Permita-me ler uma coisa a respeito e também uma nota importantíssima das entidades que tratam do assunto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O severo corte orçamentário, determinado por decreto assinado nesta última sexta-feira pelo Presidente da República, atinge em cheio a ciência e a inovação tecnológica no Brasil, prejudicando a qualidade de vida da população brasileira e eliminando, por um longo período de tempo, a possibilidade de protagonismo internacional do país [nessa área]. [...]

O Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações [...] já estava com um orçamento extremamente reduzido em 2019, devido aos sucessivos cortes que o vitimaram nos últimos anos [...]. Por isso mesmo, o CNPq só conseguiria [já com esse contexto] pagar bolsas até o mês de setembro. As novas restrições orçamentárias [de sexta-feira] atingem a integridade do programa de bolsas, fonte da formação de novos pesquisadores desde a criação do CNPQ.

O contingenciamento de 42,27% nas despesas de investimento do MCTIC inviabiliza o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Por essa razão, as entidades Academia Brasileira de Ciências, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap), Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I (Consecti), Fórum Nacional de Secretários Municipais da Área de Ciência e Tecnologia e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) emitiram a seguinte nota, que passo a ler:

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financia a inovação e a infraestrutura de pesquisa das instituições de ciência e tecnologia, tem mais que 80% de seus recursos contingenciados.

Além disso, o corte de 80% no orçamento do Ministério de Minas e Energia atinge áreas importantes para a tecnologia e a soberania nacional, agravando o cenário de desconstrução do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Internacionalmente, é conhecido que o valor total gerado pela pesquisa pública é entre 3 a 8 vezes o valor do investimento. Temos, no Brasil, vários exemplos desse retorno.

A formação de grupos de pesquisa competentes custou décadas de esforço nacional. São eles que permitem enfrentar epidemias emergentes, aumentar a expectativa de vida da população, buscar novas fontes de energia, garantir a segurança alimentar, estruturar empresas inovadoras com protagonismo internacional, reforçar a segurança nacional e aumentar o valor agregado das exportações. Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica. Serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cortar gastos não é a única maneira de reduzir a relação entre dívida pública e PIB. [Temos dito isso várias vezes aqui.] Outros países já descobriram que existe uma alternativa: investir em pesquisa e desenvolvimento para aumentar o PIB.

É imperiosa a revisão desses cortes, que atingem o desenvolvimento, a segurança e a soberania nacional.

Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, 1º de abril de 2019.

Essas associações que eu declinei inicialmente.

Era par ler e fazer esse alerta. Nossa Casa precisa estar atenta a esse processo. Foi emitido esse decreto na sexta-feira, e nós precisamos nos debruçar sobre isso, porque há várias repercussões, evidentemente, inclusive sobre emendas impositivas, mas no caso aqui da Comissão, sobre o orçamento de ciência e tecnologia, que é praticamente uma medida fatal para ele.

Obrigado, Presidente, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero, em primeiro lugar, agradecer a V. Exa., e parabenizá-lo, ainda, pelas perguntas feitas no outro dia, na audiência com o Ministro Paulo Guedes, muito importantes, necessárias.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Estou também como Presidente da comissão hoje, Vice-Presidente desta reunião, totalmente solidário com o que foi lido e a nota das entidades, das mais reconhecidas no Brasil, sobre o assunto em pauta.

Eu quero então sugerir aos Senadores e Senadoras que, mesmo sendo um assunto... A gente não pode dizer que não é um assunto relacionado à educação, porque ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática têm tudo a ver com todos os setores da sociedade, inclusive com educação, cultura e esporte. A ciência e a tecnologia, para o esporte, para a educação, na cultura, nas minas, na infraestrutura, é o que dá sustentação – vamos dizer – para a liberdade, para a independência. Proponho que esta comissão, como comissão também, tendo tomado conhecimento do documento, oficie o Sr. Presidente da República, o Ministro da Economia, o Ministro da Casa Civil, o Ministro da Ciência e Tecnologia também, nos solidarizando com a nota e pedindo providências para reverter o quadro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Muito importante, Presidente. Obrigado. Obrigado aos demais Senadores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A Secretaria tomará essa providência para que, como comissão e sabendo da importância disso, oficiemos o Ministro.

Agradeço, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, agradeço a presença de todos e de todas.

Tendo cumprido a pauta, como mencionei antes também, com exceção de alguns projetos, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado!

(Iniciada às 11 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e onze minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Romário, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Irajá, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Telmário Mota, Lucas Barreto, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Lasier Martins, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Renilde Bulhões e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 7ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Institui o Dia Nacional do Rodeio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da comissão favorável ao Projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 409, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Inscreve o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol." **Autoria:** Senador Gladson Cameli. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Contrário ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, contrário ao Projeto. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Estabelece a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física incidente sobre premiações de cunho artístico e cultural." **Autoria:** Senador Lasier Martins. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei da**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara nº 111, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Dia Nacional do Ecumenismo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 1619, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Durante a apresentação do relatório, o Senador Eduardo Gomes apresenta a emenda nº1. Aprovado o Relatório que passa a constituir Parecer da Comissão, favorável ao Projeto com a emenda nº 1-CE. Aprovado ainda o Requerimento nº 41, de 2019 - CE, de urgência para a matéria (art. 336, II). **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2018 - Terminativo** - que: "Institui o Dia Nacional do Museu." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório é adiada a votação da matéria. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015 - Terminativo** - que: "Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará - PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 1153, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório é adiada a votação da matéria. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 13, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de discutir o aumento das mensalidades dos cursos de Medicina posteriormente a reformulação do FIES, onde se estabeleceu um teto de 7 mil de mensalidade para financiamento. Igualmente busca-se discutir o porquê do alto custo das inscrições dos processos seletivos para os cursos de Medicina nas universidades particulares, quando comparado a outros processos seletivos das demais graduações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo e Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 15, de 2019** que: "Requer, nos termos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito dos eventuais impactos decorrentes da implementação da telemedicina sobre os currículos dos cursos de Medicina e sobre a formação médica no País." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo e Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 20, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2019 - CE, seja incluído o seguinte convidado: 1. Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), na pessoa do seu presidente, Dr. Marcelo Marsillac Matias." **Autoria:** Senador Lasier Martins e Senadora Leila Barros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 23, de 2019** que: "Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para debater o tema " Educação Brasileira – O Ponto da Virada". Com a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Educação; 2. Priscila Cruz - Presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação; 3. Claudia Costin - Diretora do Centro de Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV); 4. Cristovam Buarque - professor emérito da UnB - Universidade de Brasília e ex-senador da República; 5. Mozart Ramos - Diretor do Instituto Ayrton Senna; 6. Haroldo Rocha – Ex-Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 24, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de se discutir melhores práticas em educação para o País, com foco na atuação e formação de professores. Para tanto, sugerimos os seguintes participantes: 1. Débora Garofalo - Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Almirante Ary Parreiras, em São Paulo, finalista na versão de 2019 do Global Teacher Prize; 2. Jayse Antonio da Ferreira - Professora da Escola de Referência em Ensino Médio Frei Orlando, em Itambé (PE), finalista na versão de 2019 do Global Teacher Prize; 3. Mozart Neves Ramos - Ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, e Diretor da Fundação Ayrton Senna; e 4. Claudia Costin - Ex-secretária municipal de educação do Rio de Janeiro." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 26, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 68/2016, que Estabelece a obrigatoriedade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas doping no esporte. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; 2. Representante da Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); 3. Representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); 4. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); 5. Representante da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); e 6. Representante da Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)." **Autoria:** Senador Marcos do Val e Senadora Leila Barros. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação, Cultura e Esporte nº 34, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da educação para a mudança de mentalidades e o fortalecimento das políticas para as mulheres. A audiência pública deverá ser realizada no dia 29 de abril de 2019. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Dra. Karolyne Guimarães – 1ª Administradora de Taguatinga, Professora Universitária, Advogada e colaboradora do Projeto Caminho das Flores desde 2018. 2. Dra. Lúcia Bessa – Advogada e Presidente da Comissão de combate à violência familiar da OAB Taguatinga, Presidente do Instituto Viva Mulher – Direitos e Cidadania. 3. Deise Andrade – Policial Civil, Professora, Especialista em Segurança Pública, Responsabilidade Compartilhada do Projeto Caminho das Flores – PCDF. 4. Márcia Margarete Pessanha – Delegada de Polícia, 1ª Mulher a chefiar a 23ª DP, Coordenadora Setorial Ceilândia do Projeto Caminho das Flores – PCDF. 5. Dra. Susana Bruno – Advogada, Professora Universitária. Ex-subsecretária da Secretaria de Segurança Pública do DF – SUSEC, Voluntária Palestrante do Projeto Caminho das Flores. 6. Dra. Neydja Moraes - Procuradora da Fazenda Nacional, Professora, Mestre em Direito e Diretora da Rede Internacional de Excelência Jurídica do DF." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 37, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, dia 22 de abril de 2019, para o lançamento, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da 20ª Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a ser realizada de 22 a 29 de abril de 2019." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 38, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações sobre as iniciativas adotadas pelo governo federal para a implementação de ações de combate e prevenção ao bullying nas escolas de educação básica. Nesses termos, requisita-se: 1. Descrição sucinta das iniciativas empreendidas pela Pasta com vistas a prestar apoio (técnico ou financeiro) aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a implementação de ações de prevenção ao bullying e de promoção da cultura de paz nas escolas das respectivas redes de ensino. 2. Informações sobre o quantitativo de recursos financeiros empregados e de potenciais beneficiários das iniciativas (total de recursos, alunos, escolas, municípios). 3. Relatórios porventura produzidos sobre essas ações, inclusive relatórios consolidados com as informações prestadas pelos estados em face do art. 6º da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 39, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CE, sejam discutidas, em um ciclo de três debates, mediante duas audiências adicionais à primeira, a realidade e as perspectivas de implantação de um novo e permanente fundo de desenvolvimento da educação básica (FUNDEB). Para a primeira audiência pública, considerando como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tal aquela objeto do Requerimento nº 9, de 2019-CE, do Senador Marcos do Val, sugerimos seja convidado também o Sr. Paulo de Sena Martins, especialista em direito e financiamento da educação, Consultor Legislativo, da área de educação, da Câmara dos Deputados, para contextualizar as discussões havidas em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 15, de 2015. Para a segunda audiência, dedicada à discussão da complementação da União ao Novo Fundeb, propomos a participação de representantes: 1. do Ministério da Economia; 2. do Ministério da Educação; 3. dos fóruns regionais de governadores (até dois); e 4. da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Para a terceira audiência pública, que terá como tema o Novo Fundeb na perspectiva do Custo-Aluno Qualidade (CAQ), propomos convite: 1. ao Sr. José Marcelino Rezende Pinto, especialista em financiamento da educação, Professor Titular da Universidade de São Paulo; 2. ao professor Mozart Neves Ramos, ex-conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE), autor da primeira proposta de metodologia para a implementação do CAQ-Inicial submetida ao Ministro de Estado da Educação; 3. a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 4. a representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e 5. a representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)." **Autoria:** Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado, com aditamento de inclusão de convidado: Daniel Cara - Coordenador-Geral da Campanha Nacional pela Educação. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 41, de 2019** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Requerimento de Urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o Projeto de Lei nº 1619, de 2019." **Autoria:** Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/23>

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) –
Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação,
Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata
da 7ª Reunião.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi recebido pela Secretaria da Comissão o seguinte expediente:

Aviso nº 217 GP/TCU, que encaminha para ciência e eventuais providências o Acórdão nº
721/2019, que trata de auditoria realizada na Ancine, no período de 1º a 25 de agosto de 2017, com os
objetivos que especifica.

O expediente encontra-se à disposição na página da Comissão no sítio do Senado Federal.

Fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores e Senadoras a fim de que
a matéria seja analisada pelo Colegiado.

Comunico também que está agendada para o próximo dia 7 de maio, portanto na semana
posterior ao feriado, audiência pública com o Sr. Ministro da Educação Abraham Weintraub para que
apresente as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta. Portanto, no dia 7 de maio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passarmos à deliberação dos itens nºs 1 a 21, quero comunicar que o Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, solicitou licença para tratamento de saúde no decorrer deste mês, nos próximos 30 dias, razão pela qual, como Vice-Presidente, estarei presidindo as reuniões.

A outra coisa é que nós mudamos o horário da nossa reunião, das 11h30 para as 11h da manhã, para que a gente possa começar um pouco antes.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Pela ordem.) – Bom dia!

Gostaria de pedir a V. Exa. a inversão de pauta relativamente aos itens 4 e 11.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Será concedida. Eu só, antes, peço que o item nº 2 seja também abordado em função de outras reuniões.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – O item nº 1... Esse item é tão importante para nós... Trata-se do relatório do Senador Nelsinho Trad. Se a gente pudesse... Eu sei, o Romário deve ter uma agenda super corrida, mas esse projeto é de suma importância, não só para o meu Estado, mas para o País.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Petecão, eu quero explicar que o Senador Nelsinho Trad solicitou a retirada de pauta para discutir melhor o projeto.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Ah, então...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Relator solicitou, assim como a Relatora Senadora Maria do Carmo Alves relativamente ao item nº 5, a retirada de pauta da matéria.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2017



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para estabelecer que 50% dos recursos financeiros repassados pela União para o Programa Nacional de Alimentação Escolar sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.

Autoria: Senadora Rose de Freitas**Relatoria:** Senador Nelsinho Trad**Relatório:** Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.**Observações:**

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2017****- Não terminativo -**

Estabelece a isenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física incidente sobre premiações de cunho artístico e cultural.

Autoria: Senador Lasier Martins**Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves**Relatório:** Favorável ao Projeto.**Observações:**

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Então retiro a minha reivindicação e apoio a do meu querido Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Certo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, eu pediria a compreensão do Senador Romário, porque o Senador Wellington havia solicitado que ele pudesse relatar o item nº 2 em função de participação em outra Comissão. Então, se V. Exa. não se opuser, logo em seguida faremos a inversão de pauta...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sem problema, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... para o item 4 e o item 11.

Então, Senador Wellington Fagundes...

ITEM 2**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2018**

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional do Rodeio.

Autoria: Deputado Capitão Augusto.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: Favorável ao Projeto.

A autoria é da Câmara dos Deputados.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Concedo, então, a palavra a V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vamos direto ao relatório.

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2018 (Projeto de Lei nº 6.218, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Capitão Augusto, que institui o Dia Nacional do Rodeio.

Constam da proposição três artigos, dos quais o art. 1º explicita o objeto da projetada lei, em consonância com a ementa. O art. 2º institui o Dia Nacional do Rodeio, a ser comemorado anualmente no dia 4 de outubro. O art. 3º, por fim, estabelece o início da vigência da lei para a data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua justificação, o autor ressalta a importância de que seja comemorada, em âmbito nacional, uma modalidade de esporte que tem inequívoco significado cultural, além de sua relevante dimensão econômica.

O projeto foi aprovado na Comissão de Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Nesta Casa, foi encaminhado ao exame exclusivo da CE, devendo ser apreciada pelo Plenário se aprovado nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

O esporte do rodeio, Sr. Presidente, tem suas origens na pecuária extensiva praticada na Espanha e em diversas regiões do Novo Mundo. Sobre o dorso de seu cavalo, o peão ou boiadeiro desenvolvia diversas habilidades, incluindo a domesticação dos animais pela montaria e sua captura pelo laço. Foi, contudo, no sul dos Estados Unidos, por influência da cultura mexicana, que surgiu, no século XIX, a cultura moderna do rodeio, cuja prova mais emblemática é a de permanecer montado por oito segundos em um touro ou em cavalos bravos.

No Brasil, a versão histórica consagrada é que as primeiras competições de rodeio surgiram na cidade paulista de Barretos, no final da década de 1940. Em 1956, um grupo de jovens que se autodenominou "Os Independentes" organizou a 1ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos. Essa festa é realizada até hoje, sendo a maior do Brasil, com um público que alcança cerca de 900 mil pessoas ao longo dos dias de sua realização. A exemplo dessa, são centenas as festas que somam às competições de rodeio atividades culturais e de entretenimento em grande parte do Território brasileiro, com destaque para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná. No Rio Grande do Sul, temos o chamado Rodeio Crioulo, com características próprias, muito arraigado nas tradições gaúchas.

Ao lado de suas dimensões esportiva, cultural e de lazer, sobressai a importância econômica do rodeio, que gera milhares de empregos permanentes ou temporários e movimenta milhões de reais a cada ano.

Em nossa ordem jurídica, estão em vigência a Lei nº 10.220, de 2001, que institui normas relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional, assim como a Lei nº 10.519, de 2002, que estabelece uma série de medidas para garantir a segurança ao público, aos peões e aos animais participantes dos certames.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLC nº 108, de 2018, cumpre as exigências formais estabelecidas pela Lei nº 12.345, de 2010, que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Atendendo ao disposto no art. 2º dessa lei, foi realizada audiência pública no dia 6 de junho de 2016, na cidade de Ourinhos, que atestou a alta significação da efeméride a ser instituída, referendando o dia 4 de outubro para a sua comemoração.

O relatório reconhece o mérito da proposição, não sendo indicado, ademais, qualquer óbice no que se refere à sua constitucionalidade jurídica e técnica legislativa.

Voto.

Conforme o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara 108, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

O parecer é favorável ao projeto.

Está em votação o relatório apresentado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, eu queria, mesmo como Relator, defender rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como também sou médico veterinário e como coloquei aqui no relatório, este é um esporte muito forte principalmente no Centro-Oeste brasileiro e em muitos Estados brasileiros.

Eu quero aqui, inclusive, fazer também uma homenagem ao Deputado Vadão, de São Paulo. Nós fomos companheiros na Câmara por muito tempo. Ele foi um dos autores do projeto da profissionalização do esporte de rodeio. Hoje a gente reconhece no Brasil inteiro essa profissionalização, com empresas, federações e confederações. No meu caso, inclusive, ajudei a criar a Confederação Mato-Grossense de Rodeio, que faz um belo trabalho.

Inclusive, foi filmada em Mato Grosso, na cidade de Poconé, no Pantanal Mato-Grossense, uma novela da Rede Globo, com muito sucesso, que mostra com muita competência a profissionalização, a geração de emprego. Hoje todos são segurados para participar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como médico veterinário, quero aqui também atestar que os animais de rodeio são extremamente bem cuidados. Ao contrário do que se pensa, o cuidado é especial, porque ele é treinado. Todo um trabalho de acompanhamento médico-veterinário é feito.

Então, quero aqui, como um profissional, defender este projeto, porque penso que o Brasil é um país rural. Cada dia mais, o Brasil ganha espaço na exportação dos produtos agropecuários. Temos condições de, cada dia mais, aumentar a nossa produção através da produtividade e, principalmente, da tecnologia de ponta que se está aplicando.

E o cavalo é extremamente importante para a lida no campo e, claro, também para o esporte, porque, mesmo sendo amador, lá dentro de uma fazenda, é praticado com todo amor e carinho por parte daqueles que têm os animais para montaria.

Então, quero aqui, com isso, testemunhar. Até tive oportunidade de ter um incidente em uma arena de rodeio, mas o importante é que, cada dia mais, essa profissionalização faz com que a exigência passe a ser maior, como eu disse, até com seguro médico.

Então, quero aqui homenagear o Presidente da Federação Mato-Grossense de Rodeio, o Renato Bavaresco, que faz um grande trabalho na profissionalização e principalmente na geração de emprego referente a este grande esporte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Em função da solicitação do Senador Romário para inversão de pauta e com a aprovação dos Senadores e Senadoras, passamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 369, DE 2015



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol e dá outras providências, para tornar obrigatória a graduação em Educação Física para o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol.

Autoria: Senador Gladson Cameli

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra, com muita alegria, ao Senador Romário para leitura e apresentação do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Antes de eu entrar no meu relatório, sei que aqui existem algumas pessoas representantes de alguns conselhos de educação física e que não estão de acordo com o relatório negativo feito por mim. Eu quero dizer, primeiro, que não tenho nada contra profissionais de educação física. Eu, particularmente, fiz educação física. Não me formei, mas fiz educação física. O que eu tenho é experiência no futebol e de muitos anos. Esse relatório foi feito em cima da experiência que eu entendo que o jogador de futebol pode ter ao término da sua carreira para se tornar ou não treinador de futebol. Um treinador de futebol não se faz dentro de uma faculdade, sentado atrás de uma cadeira. É claro que para o preparador físico, a faculdade de educação física tem uma importância muito grande no esporte e no futebol também, mas não exatamente para se tornar treinador de futebol.

Mas como V. Exa. acabou de dizer aqui, esse projeto é terminativo na CAS, onde sou o Presidente. E eu quero me colocar à disposição dessas pessoas, dessas instituições para que lá a gente possa fazer, inclusive, uma audiência pública, quando poderemos conversar mais, apesar de que isso já foi conversado bastante ao longo desses últimos anos, dois anos, sobre esse tema, e por isso essa decisão contrária desse relatório.

Enfim, era isso o que eu queria colocar antes de entrar nesse relatório.

Vamos lá, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o PLS 369, de 2015, do Senador Gladson Cameli.

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 369, de 2015, do Senador Gladson Cameli, que altera a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol, para tornar obrigatória a graduação em educação física para o exercício da tal profissão.

O objetivo da proposição é determinar por meio de lei que a profissão de treinar de futebol seja exercida somente por profissionais graduados em cursos de educação física, ressalvado o caso daqueles que exercerem a profissão até a entrada em vigor da lei resultante do projeto.

A matéria foi distribuída na CE e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cuja análise será terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao texto do PLS.

Análise.

O projeto propõe a alteração da Lei nº 8.650, de 1993, que disciplina as relações de trabalho do Treinador Profissional de Futebol. A mudança consiste na retirada da última palavra do *caput* do art. 3º da lei, alterando-lhe substancialmente o sentido.

A redação atual do dispositivo estabelece que o exercício da profissão de Treinador Profissional de Futebol ficará assegurado, preferencialmente, aos profissionais listados nos incisos I e II. O PLS nº 369, de 2015, propõe a retirada do termo “preferencialmente” constante na lei.

Assim, somente seriam habilitados a exercer tal profissão os portadores de diploma expedido por escolas de Educação Física ou entidades análogas e os profissionais que, até a entrada em vigor da nova lei, tenham exercido cargos ou funções de treinador de futebol por prazo não inferior a seis meses.

A nosso ver, trata-se de uma ideia equivocada. Entendemos, sim, que possa haver uma preferência na contratação de tais profissionais, mas limitar o exercício da profissão somente a eles é negar que estamos em um País onde não somente profissionais de educação física entendem de futebol. A aprovação de tal projeto significa dizer, por exemplo, que ex-jogadores de futebol que não tenham se formado em educação física não são aptos a serem treinadores nessa modalidade, desmerecendo-lhes toda a experiência adquirida ao longo de suas carreiras.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso XIII, assevera que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. A nosso ver, esta não é uma qualificação que deva ser criada pela lei. Não é razoável que, como no exemplo que citamos, atletas não possam ser treinadores após o término de suas carreiras como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jogadores, carreiras essas muitas vezes breves. Não é razoável que seja criada a reserva de mercado que o PLS nº 369, de 2015, propõe. Assim, entendemos que o mérito do PLS nº 369, de 2015, não merece acolhida.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2015.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para discutir.) – Senador Sérgio Petecão, do Acre.

Presidente, é apenas para prestar o meu apoio ao Senador Romário. Eu penso que o seu voto, o seu parecer é contrário ao projeto, apesar de o projeto ser de um colega Senador lá do Acre, Senador Gladson Cameli, que hoje é nosso atual Governador.

Como já disse, eu acho que, nesta Casa, nós não temos uma autoridade maior para falar sobre este tema do que o Romário. É como se o Romário, que passou por todos os clubes e pela Seleção Brasileira, hoje, tomasse a decisão de ser treinador de futebol, com um projeto deste, ele não poderia. Estou citando o Romário, mas nós temos outros craques aí de quem estaríamos tirando essa possibilidade. Isso é berço e não se aprende na faculdade. É lógico que a gente respeita a posição do Conselho, pois ele, com certeza, está fazendo um trabalho para proteger a sua classe, mas o País do futebol não pode se dar o direito de direcionar um projeto desse para proteger os nossos profissionais de educação física.

Então, eu quero dizer que o Romário tem o meu apoio, eu acho que ele está no caminho certo.

Obrigado, Presidente.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Senador Sérgio Petecão.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório apresentado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai, como o Senador Romário inclusive enfatizou também, à Comissão de Assuntos Sociais.

O Senador Romário havia solicitado a inversão de pauta para apresentação do relatório do item 11. Nós estamos com 11 Senadores, contando com o Senador Styvenson, que está lá no fundo da sala, mas nós teríamos que ter 14. Se o Senador Romário não discordar, a gente leria um não terminativo antes para...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – À vontade, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa., eu estou também em outra audiência pública, se puder, inverter o item 18, é um requerimento também de audiência.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. Muito bem. Nós temos o Senador Eduardo Gomes que é também Relator de um dos itens. O item 7, de natureza não terminativa.

O Senador Izalci Lucas será que... Eu fico pensando se não seria interessante, talvez, a gente apresentar o relatório do Senador Romário e tentarmos conseguir esses três votos. Talvez, seja interessante, porque estamos tão perto.

Vamos, em primeiro... Eu só pediria ao Senador Izalci Lucas para inverter; logo em seguida, apresentamos o item 11 da pauta, para aproveitarmos o quórum que está elevado, com a presença de V. Exa. também.

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da educação para a mudança de mentalidades e o fortalecimento das políticas para as mulheres. A audiência pública



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

deverá ser realizada no dia 29 de abril de 2019. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Dra. Karolyne Guimarães – 1ª Administradora de Taguatinga. Professora Universitária, Advogada e colaboradora do Projeto Caminho das Flores desde 2018. 2. Dra. Lúcia Bessa – Advogada e Presidente da Comissão de combate à violência familiar da OAB Taguatinga. Presidente do Instituto Viva Mulher – Direitos e Cidadania. 3. Deise Andrade – Policial Civil. Professora. Especialista em Segurança Pública. Responsabilidade Compartilhada do Projeto Caminho das Flores – PCDF. 4. Márcia Margarete Pessanha – Delegada de Polícia. 1ª Mulher a Chefiar a 23ª DP. Coordenadora Setorial Ceilândia do Projeto Caminho das Flores – PCDF. 5. Dra. Susana Bruno – Advogada. Professora Universitária. Exsubsecretária da Secretaria de Segurança Pública do DF – SUSEC. Voluntária Palestrante do Projeto Caminho das Flores. 6. Dra. Neydja Moraes. Procuradora da Fazenda Nacional. Professora. Mestre em Direito e Diretora da Rede Internacional de Excelência Jurídica do DF.

Autoria: Senador Izalci Lucas.

Com a palavra V. Exa., Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu só peço o apoio dos pares para realização dessa audiência pública, como V. Exa. já citou os membros, os convidados.

É uma proposta para abrir um debate, iniciativa do começo de mobilizações, para que a bandeira de luta seja levantada no campo educacional. Consiste de mudar as mentalidades, abrir espaços de poder e dar visibilidade social para o fortalecimento das mulheres para que possam fazer o que sonharem.

Então, é uma experiência aqui do Distrito Federal que a gente quer debater para poder talvez expandir para o resto do País.

Então, eu peço o apoio de todos e, ao mesmo tempo, convido todos para participar dessa importante audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Está em discussão o requerimento.

Pois não, Senadora Soraya.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Eu só quero parabenizar o Senador Izalci Lucas. Todas as iniciativas que vêm dos homens, porque incentivam as mulheres, as políticas públicas em favor das mulheres...

Nessas discussões, geralmente os homens são tidos como não apoiadores nossos. Então, eu quero trazer isso.

Quero dizer também da importância dos homens nas nossas eleições e parabenizar o Senador Izalci, um homem preocupado com as questões femininas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sr. Presidente, conversando aqui com a Senadora Leila, nós chegamos à conclusão de que nós temos aqui projeto bem parecido. E a ideia... Junto também tem a Senadora Rose de Freitas, que também tem outro projeto parecido com esse. E a conclusão é de que a gente poderia conversar um pouco mais para, quem sabe, a gente pensar um projeto ao outro.

E, por esse motivo, eu gostaria de pedir a V. Exa. a retirada de pauta do item 11.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

Então, por solicitação do Senador Romário, está retirado de pauta...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... o projeto nº 11.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 11**PROJETO DE LEI Nº 1153, DE 2019****- Terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Voltamos aos projetos não terminativos, então.

Senador Eduardo Gomes, é o item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI Nº 1619, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio.

Autoria: Deputada Geovania de Sá

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, passo à leitura do relatório, fazendo destaque a esse projeto de lei na categoria daqueles que a gente relata e fica realmente satisfeito, emocionado pela iniciativa, pela oportunidade, pela forma como a Deputada foi feliz na sua propositura, entendendo que também há a contribuição aqui de algumas Senadoras, em especial a Senadora Daniella Ribeiro, que enviou uma emenda para este relatório, que deve ser acatada.

Então, passo a fazer a leitura do relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 1.619, de 2019, da Deputada Geovania de Sá. A iniciativa pretende alterar a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, para garantir a matrícula, em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Para justificar a iniciativa, a autora destaca a necessidade de amparar as mulheres vítimas de violência doméstica, incluindo a prioridade de matricular os filhos na escola mais próxima da residência entre as medidas protetivas emergenciais.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída às Comissões de Educação; Defesa dos Direitos da Mulher e Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo logrado aprovação em Plenário, na forma do Substitutivo da CE. Ao chegar ao Senado Federal, a matéria foi distribuída exclusivamente a esta Comissão, não tendo recebido emendas até o momento.

Análise.

O PL nº 1.619, de 2019, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da Comissão de Educação, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres ainda é recorrente e presente no mundo todo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, as taxas de mulheres que foram agredidas fisicamente pelos parceiros em algum momento de suas vidas variaram entre 10% e 52% em dez países pesquisados.

No Brasil, reconhecida pela Organização das Nações Unidas como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência doméstica e familiar, a Lei Maria da Penha significou um importante avanço na proteção da mulher contra o feminicídio e contra as violências física, moral, patrimonial, psicológica e sexual.

Não obstante, a situação ainda é alarmante. Segundo dados do estudo *Visível e Invisível – A vitimização de mulheres no Brasil*, 2ª edição, feito pelo Datafolha e divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 16 milhões de mulheres brasileiras (correspondente a 27,4% das mulheres com 16 anos ou mais) sofreram algum tipo de violência no último ano, dentre as quais 1,7 milhão foram ameaçadas com faca ou arma de fogo e 1,6 milhão sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento. Estima-se que, a cada hora, 536 mulheres sofrem algum tipo de violência física no País. Ademais, 23,8% das vítimas afirmam que o agressor era o cônjuge, companheiro ou namorado, e 15,2% relatam terem sido agredidas por ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-namorado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, temos não somente que seguir avançando na coibição e prevenção da violência, mas também na oferta de amparo às vítimas, por meio de ações de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Entre as medidas de assistência já garantidas na Lei Maria da Penha, podemos citar o acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da Administração direta ou indireta, e a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

Apesar de haver previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir de quatro anos de idade, nem sempre essa é a realidade que se observa, principalmente nas escolas com demanda superior à capacidade. Entendemos, assim, que a proposição em análise conferirá maior garantia à mulher vítima de violência doméstica e familiar de que seus dependentes terão o direito à educação assegurado, independentemente de onde eles estejam. A vítima que se vê forçada a uma mudança repentina de domicílio deve ter assegurada prioridade para matricular seus filhos dependentes em instituição de educação básica nas proximidades, como auxílio às medidas protetivas, de modo que a falta de vagas não constitua empecilho à proteção especial que a situação requer.

Voto.

Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.619, de 2019, porém acatando emenda da Senadora Daniella Ribeiro, que garante sigilo aos dados da criança que tiver que ser transferida por esse motivo, como uma medida a mais – é pertinente essa emenda da Senadora –, para que a família não sofra nenhum tipo de perseguição, para que esses dados expostos não façam com que o agressor tenha acesso ao novo endereço. E as medidas protetivas ficam consolidadas. Portanto, esse é o voto pela aprovação. Eu quero parabenizar a Deputada.

Eu quero sugerir também ao Presidente Davi que, no Plenário, designe uma Senadora, pois simboliza mais para esta Casa uma Senadora como Relatora de Plenário, para que a gente dê a dimensão devida a este importante projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Senadora Mailza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para discutir.) – Bom dia a todos os Senadores; ao Sr. Presidente, Senador Flávio Arns.

Eu quero parabenizar o Senador Eduardo Braga pelo relatório neste momento em que o Brasil vive tanta violência contra a mulher. É justa essa medida, porque a mulher é agredida, são tomadas providências para a proteção dela, porém os filhos ficam à mercê... Quando é necessário mudar de cidade ou de local, os filhos podem ficar sem vaga na escola. Eu acho louvável. Parabéns ao Senador e à Senadora Daniella Paiva também, que fez essa observação de que também se faz necessário manter o sigilo desses casos.

Obrigada.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Continua em discussão a matéria.

Agradeço, Senadora Mailza Gomes.

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – É só para pedir para que esta Comissão peça urgência em Plenário sobre essa pauta, que eu acho muito importante. Se pudermos aqui, juntos, engrossar esse coro com relação a este requerimento junto ao Plenário, acho que é importante. Acho que é principalmente uma demanda dessas mulheres vítimas.

E é uma proteção aos filhos, é a garantia de educação, é a garantia de que eles vão estar salvos mudando o ambiente deles, principalmente o escolar, tendo essa prevenção e essa garantia de que eles vão ter educação em qualquer lugar em que eles possam se instalar. Eu acho que é importante. Eu acho que é uma pauta para a qual a gente tem que pedir prioridade urgente dentro do Plenário.

Se o senhor puder acatar esse pedido, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu penso que todos os Senadores e Senadoras concordam. Será solicitado ao Senador Davi Alcolumbre nesse sentido.

Está em votação...

Antes disso, eu gostaria, da minha parte, também dizer ao Senador Eduardo Gomes que o relatório está muito bom. Os dados são impressionantes; eles são conhecidos, mas devem ser permanentemente repetidos para a sociedade tomar consciência do drama que é vivido por uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parcela tão significativa da população brasileira, por mulheres. Eu penso que, inclusive, nós deveríamos dar mais ênfase a isso, talvez na tribuna, nos pronunciamentos que todos nós fazemos, para tomarmos o relatório de V. Exa. e falarmos sobre ele da tribuna para que mais gente escute, pense, procure achar soluções. Ele está muito bom e muito importante.

Não havendo quem queira mais discutir, está encerrada a discussão.

Está em votação, em primeiro lugar, o relatório do Senador Eduardo Gomes pela aprovação, acatando a emenda apresentada também pela Senadora Daniella.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está aprovado.

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a apresentação de Requerimento de Urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o Projeto de Lei nº 1619, de 2019.

Autoria: Senadora Leila Barros

Está em votação o requerimento feito verbalmente pela Senadora Leila Barros para solicitar urgência.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Aqui também, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão. E a matéria vai ao Plenário.

Nós temos uma dificuldade com os projetos terminativos. Nós temos um não terminativo ainda, com minha relatoria. Nós vamos aos requerimentos, imediatamente depois – inclusive o da Senadora Zenaide Maia, que está aguardando sua aprovação.

A Senadora Leila me ajudaria de novo, presidindo aqui, enquanto eu faço o relatório do item 6?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu só gostaria que V. Exa. recolocasse o item 11 em pauta, já que as assessorias entraram em acordo, dizendo que seria melhor eu relatar esse projeto. Na próxima semana, a gente conversaria sobre a possibilidade de apensar os outros. Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Item 6 da pauta.

ITEM 6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2018****- Não terminativo -***Institui o Dia Nacional do Ecumenismo.***Autoria:** Deputado Cabo Sabino**Relatoria:** Senador Flávio Arns**Relatório:** Favorável ao Projeto.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Muito bem. Então, é projeto de natureza não terminativa que propõe seja instituído o Dia Nacional do Ecumenismo, a ser celebrado, anualmente, no dia 21 de outubro.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º institui a referida data comemorativa e estabelece, em parágrafo único, ao Poder Público tomar as medidas necessárias para a implementação e divulgação da efeméride. Já no art. 2º consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Na justificção, o autor da matéria afirma que a instituição da efeméride tem por objetivo “desenvolver o espírito de paz, aceitação e tolerância entre as diversas religiões, credos e cultos”.

Na Câmara dos Deputados, o projeto de lei foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Aqui no Senado foi distribuído para esta Comissão, e, após análise, a matéria seguirá para o Plenário.

Inclusive é importante que se diga que já durante o 6º Encontro de Agentes para o Ecumenismo (Mutirão Ecumênico), promovido pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), Conferência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), diversas lideranças religiosas e leigas da sociedade civil debateram sobre o significado de ser ecumênico no atual contexto contemporâneo e quais avanços e obstáculos existem na busca de unidade das igrejas cristãs.

Destaca-se como importante que o ecumenismo é movido pelo espírito e não pode ser considerado propriedade de nenhuma igreja. Ecumênico significa ser universal, no sentido de assumir o fato de pertencermos ao cosmos como membros da comunidade e da vida. Viver um ecumenismo prático significa estar consciente de nossos próprios traços para poder interagir com o diferente. Tolerância e alteridade são princípios para confiar no outro, reconhecendo as diferenças entre as igrejas cristãs.

No Brasil, vivemos um momento histórico para refletirmos sobre isso, porque existe um discurso cada vez mais forte sobre intolerância, um discurso de ódio. O fenômeno da intolerância religiosa tem se desdobrado em inúmeras formas de rejeição à diferença, seja ela sexual, racial ou cultural. E o ecumenismo é justamente essa aceitação.

Diante dessa realidade, a sociedade necessita e anseia por iniciativas que promovam o entendimento, a tolerância e a convivência pacífica e respeitosa entre todos os grupos.

Então, é justo, oportuno e meritório que uma iniciativa desta natureza, estabelecendo uma data nacional para “congregar homens e mulheres de todas as raças, filosofias, credos religiosos, agnósticos, materialistas ou não, sem qualquer sentimento de discriminação ou juízo de valor.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos. Quanto à juridicidade, também. E o autor do projeto de lei encaminhou ata da audiência pública realizada já em 2016 na Câmara dos Deputados para trata do tema ecumenismo no Brasil.

No que concerne à técnica legislativa, também está de acordo com o que deve ser apresentado em um projeto de lei. Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2018.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quero só parabenizar aqui, porque, em um momento de intolerância mesmo... E lembrar que todos são humanos, cristãos. Isso é um ato de desprendimento, de generosidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns. A gente está precisando de uma agenda que lembre que, muitas vezes, pode haver lados, mas há o humano e todo mundo tem que convergir para ele.

Parabéns. O Cabo Sabino foi meu colega lá na Câmara. Eu vi, começou lá. Parabéns, Flávio, por essa brilhante...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Senadora Zenaide.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os senhores e as senhoras Parlamentares que concordam permaneçam onde se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Passo, então, a Presidência ao meu Senador querido, Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senadora Leila.

Passamos, agora, aos requerimentos que não têm natureza terminativa em função do quórum. Mas eu só quero lembrar, antes do requerimento, que no dia 7 de maio teremos, às 11 horas, audiência com o Sr. Ministro da Educação. E há muitos requerimentos de audiência já provados por esta Comissão.

Então, discutindo com o Thiago – aliás, quero dar os parabéns à equipe de apoio da Comissão, ao Thiago e a toda equipe – decidimos antes das nossas reuniões de terça-feira às 11h, às 9h, termos a realização de audiências públicas.

Então, a partir do dia 7, no dia 7, nos dias 14, 21 e 28, teremos audiências públicas de requerimentos já aprovados nesta Comissão. Então, na primeira audiência pública, no dia 7, às 9h, será o requerimento do Senador Marcos do Val sobre a Lei do Audiovisual, exatamente. Essa audiência pública será realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Inovação e Informática.

Então, dia 7, às 9h. E, às 11h, também, então, com o Sr. Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, no dia 14, outra audiência. E toda terça-feira, para aproveitarmos a manhã da terça-feira, seguindo o exemplo do Senador Romário, que aproveita a manhã das quartas-feiras para a Comissão de Assuntos Sociais, já com subcomissão e tudo.

Precisamos, Senadora Leila, conversar também sobre a instalação... Já foi instalada?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ainda não. Precisamos conversar depois para vermos uma maneira de dar importância de vida para a instalação da subcomissão do esporte, proposta por V. Exa., um ato importante, até recebendo as sugestões do Senador Romário e de todos os demais membros da Comissão.

Temos que decidir a questão da política pública que será enfatizada por esta Comissão no decorrer deste ano. Há várias sugestões. O que a gente estava pensando em fazer era ter uma política pública na área do esporte, uma na área da cultura e uma na área da educação, para não ficarmos só com educação, porque nós temos que valorizar muito as outras duas áreas também. Claro que educação é tudo, mas educação sem esporte, sem cultura também fica meio capenga, têm que estar presentes as três áreas.

Ressalto que o Senador Dário Berger está de licença de saúde, como já foi dito, por isso não está presidindo estas reuniões.

Tudo isso foi bem discutido com a assessoria, com a secretaria e todos serão avisados.

Só quero avisar a todo mundo que a reunião é às 11h. Nós achamos que 11h30 já fica um pouquinho tarde. Começa às 11h10 ou 11h15.

Vamos tomar muito cuidado para votarmos os projetos terminativos, que exigem quórum de 14 Senadores. Hoje praticamente chegamos lá. Na próxima, chegaremos.

Muito bem.

Passamos aos requerimentos, Senadora Zenaide.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, não se esqueça de mim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, sim, o número 11, de natureza terminativa.

Senador, não é melhor ler quando houver quórum? Ou não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não. Eu poderia ler e, quando houve quórum, V. Exa. poderia colocar para votar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O.k. Está bem.

Senadora Zenaide, um minutinho.

Item 11.

ITEM 11**PROJETO DE LEI Nº 1153, DE 2019****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

O projeto propõe a alteração da Lei 8.650, de 1993, que disciplina as relações e a recente tragédia ocorrida no Ninho do Urubu, nome pelo qual é conhecido o Centro de Treinamento do Clube de Regatas do Flamengo, e nos mostra que a legislação deve avançar na garantia dos direitos de atletas em formação.

A proposição em análise tem justamente esse objetivo. Ao incluir novo artigo à Lei Pelé, o PL nº 1.153, de 2019, busca garantir que atletas em formação desfrutem de ambiente seguro nos diversos centros de treinamento espalhados por nosso País. Além disso, propõe a responsabilização da entidade de prática desportiva formadora e seus dirigentes em casos de prejuízos causados a atletas por falhas de segurança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que o projeto é extremamente pertinente e meritório.

Por ser a CE a única Comissão a manifestar-se sobre a proposição, compete a ela a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Entendemos que não há qualquer vício em relação aos aspectos constitucionais e jurídicos da matéria.

Entretanto, a fim de aprimorar a técnica legislativa, apresentamos emenda para dar nova redação ao art. 29-B proposto à Lei Pelé.

Além disso, incluímos dispositivo para determinar que o clube formador ofereça à família do atleta em formação documento no qual se responsabilize por sua segurança e integridade física, durante o período em que estiver sob sua responsabilidade.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.153, de 2019, com a emenda que se segue.

Emenda Nº -CE

Dê-se ao art. 29-B da Lei nº 9.615, de 1998, proposto pelo art. 2º do Projeto de Lei nº 1.153, de 2019, a seguinte redação:

Art. 29-B. Aos atletas em formação são garantidos os seguintes direitos, além dos existentes nas Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude):

- I – participação em programas de treinamento nas categorias de base;
- II – treinamento com corpo de profissionais especializados em formação técnico-desportiva;
- III – segurança nos locais de treinamento;
- IV – assistência educacional, complementação educacional e auxílio com material didático-escolar;
- V – tempo destinado à efetiva atividade de formação do atleta não superior a quatro horas diárias;
- VI – matrícula escolar;
- VII – assistência psicológica, médica, odontológica e farmacêutica;
- VIII – alimentação suficiente, saudável e adequada à faixa etária;
- IX – garantia de transporte adequado para ida e vinda de sua residência.

§ 1º A entidade de prática desportiva formadora proporcionará ao atleta em formação que morar em alojamento por ela mantido:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

I – instalações físicas certificadas pelos órgãos e autoridades competentes com relação à habitabilidade, à higiene, à salubridade e às medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres;

II – assistência de monitor responsável durante todo o dia;

III – convivência familiar;

IV – participação em atividades culturais e de lazer, nos horários livres; e

V – assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.

§ 2º A entidade de prática desportiva formadora apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, anualmente, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos alojamentos que mantiver para atletas em formação.

§ 3º O não cumprimento do determinado no § 2º implicará em suspensão imediata da certificação como entidade de prática desportiva formadora.

§ 4º O não cumprimento das garantias aos atletas em formação arroladas neste artigo implicará a suspensão da entidade de prática desportiva formadora de participação em competições oficiais até que seja comprovada a correção dos problemas existentes por laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes.

§ 5º A entidade de prática desportiva formadora e seus dirigentes respondem, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a atleta em formação que decorram de falhas de segurança nos locais de treinamento e nos alojamentos.

§ 6º A entidade de prática desportiva formadora oferecerá à família do atleta em formação documento no qual se responsabilize por sua segurança e integridade física, durante o período em que o atleta estiver sob sua responsabilidade, em suas instalações ou outro local.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Está em discussão o relatório.

Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Bom, primeiro eu gostaria de parabenizar o Senador Veneziano; em segundo, o Senador Romário pela brilhante relatoria.

Fui atleta também de base, assim como o Romário, e a gente sabe que essa relação não é humanizada; se vê muito o jovem atleta como negócio, como *business*, não há assistência de nada, não há garantia de segurança nessas instalações de treinamento. Eu posso dizer, pela minha própria experiência, que eu dormi muito em escadaria de ginásio por não haver as devidas instalações. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem já foi do esporte – se chegou ao alto rendimento, e a gente sabe que são poucos –, muitos, naquele sonho, se sacrificam e se submetem a todo tipo de desrespeito.

Então, estou feliz por este projeto aqui apresentado, com a relatoria do Romário, porque eu tenho certeza de que quando o Romário fez essa relatoria, com a sua assessoria, ele lembrou muito da própria experiência dele como atleta de base.

Então, aqui a gente está dando uma resposta não só para os nossos jovens atletas, mas também para as famílias: a garantia de visita, a garantia de que o filho vai sair e vai retornar com segurança, porque tem a garantia do transporte, e, acima de tudo, de instalações adequadas, porque nós estamos lidando com crianças, com jovens, com sonhos, não deles, mas das famílias.

Então, parablenho o senhor, Senador Romário, grande parceiro, por esse belíssimo relatório: é uma grande resposta para o nosso esporte de base.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senadora Leila.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Continua em discussão a matéria.

Eu quero só me associar a todos os argumentos. É um relatório muito importante, muito bem elaborado por quem entende do assunto, passou por esta área e com o relato também de...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Com o aval da Leila.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Com o aval da Senadora Leila, que também já passou por toda essa situação. É uma sinalização para as famílias, para os atletas, para os clubes da atenção que se deve dar à criança, ao adolescente e ao jovem também eventualmente que está lá participando dessa formação.

Parabéns.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não havendo mais quem queira discutir, está enterrada discussão.

A votação acontecerá oportunamente. Aliás, eu até penso que é interessante – vamos fazer isso nas próximas reuniões – lermos os relatórios dos projetos de lei terminativos, discutirmos e só, talvez, votarmos depois. Acho que fica interessante. Vamos melhorar a metodologia nossa aqui da Mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, passamos aos requerimentos.

Requerimento da Senadora Zenaide.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de discutir o aumento das mensalidades dos cursos de Medicina posteriormente à reformulação do FIES, onde se estabeleceu um teto de 7 mil de mensalidade para financiamento. Igualmente busca-se discutir o porquê do alto custo das inscrições dos processos seletivos para os cursos de Medicina nas universidades particulares, quando comparado a outros processos seletivos das demais graduações.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo e outros

A autoria do requerimento, além da Senadora Zenaide Maia, é também do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Então, está em discussão.

Em primeiro lugar, a palavra está com a autora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu queria, Sr. Presidente Flávio e colegas aqui, justificar este requerimento.

O novo Fies estabeleceu como o teto de mensalidade o valor de R\$7 mil para financiamento. Esse teto prejudicou diretamente estudantes dos cursos de Medicina das faculdades particulares, uma vez que, com o aumento das mensalidades, já há algumas cobrando valores em torno de R\$10 mil mensais. As faculdades cobram cada vez mais um poder aquisitivo maior da família do aluno que almeja ingressar no curso de Medicina. Esse processo está fazendo que, em relação ao curso de Medicina, o objetivo social do Fies de democratizar o acesso ao ensino não seja atingido, elitizando mais a cada ano o ingresso dos estudantes destes cursos na rede particular de ensino.

Além disso, observamos a exagerada cobrança por parte das faculdades particulares das taxas de inscrições dos processos seletivos dos cursos de Medicina, em que os valores superam, em alguns





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

casos, até dez vezes o valor cobrado pela mesma instituição para a realização de processo seletivo de outros cursos.

Esse é o motivo.

Eu acho que o que chamou a atenção do colega e da gente é que nós tivemos a suspensão de abertura de cursos médicos por cinco anos, e o que chamou atenção, Leila, é que o argumento seria para não haver abertura de escolas de Medicina que estivessem formando médicos precariamente. Mas há algo que chama a atenção, porque, mesmo para as nossas universidades que têm avaliação bem acima da média, foi congelada a abertura de novas vagas em cursos médicos. Então, a gente achou interessante ouvir o Ministério da Educação para falar sobre isso.

O que dá a entender é que, quando se colocou o financiamento do Fies, só para o curso de Medicina, em até R\$7 mil, isso fez com que as faculdades de Medicina privadas estipulassem um valor bem acima do que o Fies está. É como se dissesse: só se forma em Medicina quem realmente tem recurso. E a gente quer socializar o curso médico, porque a gente precisa de mais médicos também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem! Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, é interessante ponderar sobre essa situação. É claro que o mercado é livre e a concorrência é livre, mas este é um assunto interessante na área social. Quando o Governo concede para uma instituição poder oferecer curso de Medicina, a gente precisa também ter da parte da empresa, da instituição o compromisso de não ser apenas uma questão comercial. É muito importante que aqueles que buscam autorização, a legalização de um curso de Medicina ou de outros de grande relevância para a sociedade tenham a compreensão da dimensão social que isso representa para o País. Daí nos juntarmos aqui em apoio ao requerimento da Senadora Zenaide Maia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem! Não havendo quem queira discutir, está em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Zequinha Marinho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu sou Relator de duas matérias terminativas aqui. Eu queria pelo menos ler uma delas nesta oportunidade. Na próxima reunião em que houvesse quórum se votaria e depois, na outra, mais na frente, leria a segunda, que é maior. Eu queria pedir a V. Exa. permissão para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se V. Exa. concordar, leríamos os requerimentos que têm natureza não terminativa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu pediria inversão de pauta porque eu estou com um compromisso em cima da hora, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A Senadora Zenaide não se opõe?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu também tenho um compromisso.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É o item 9 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É o item 9 da pauta.

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2018****- Terminativo -**

Institui o Dia Nacional do Museu.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Autoria é da Senadora Maria do Carmo Alves, que estava até agora há pouco presente.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Presidente, muito obrigado. Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o Projeto de Lei do Senado nº 249 de 2018, da Senadora Maria do Carmo Alves, que institui o Dia Nacional do Museu.

Do relatório

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 249 de 2018, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que propõe seja instituído o Dia Nacional do Museu, a ser celebrado anualmente em 18 de maio.

Em sua justificativa, a autora da matéria informa que o dia 18 de maio constitui a data em que se comemora o Dia Internacional do Museu e propõe que o Brasil siga o exemplo internacional, instituindo na mesma data o Dia Nacional do Museu como reafirmação do dever de valorização e promoção da história, memória e cultura.

A matéria foi distribuída para apreciação exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Da análise, Sr. Presidente.

No que diz respeito ao mérito da iniciativa, como bem lembra a autora da matéria, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) reconhece, desde sua criação, os museus como importantes parceiros para a construção da paz no imaginário de homens e mulheres de todo o mundo.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivo de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com a determinação da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Do voto, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2018, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Agradeço.

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

E a votação será realizada então, não é, Senador Zequinha Marinho, oportunamente.

Voltamos então à pauta anterior, aprovação de requerimentos.

ITEM 13**REQUERIMENTO Nº 15, DE 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a respeito dos eventuais impactos decorrentes da implementação da telemedicina sobre os currículos dos cursos de Medicina e sobre a formação médica no País.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo e outros

Está em discussão a matéria.

Senadora Zenaide Maia, a autora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – O requerimento é só o que o senhor falou aí mesmo. A gente... (*Fora do microfone.*)

...está pedindo informações ao Ministério da Educação sobre a implementação de telemedicina, sobre os currículos de cursos de Medicina e a formação de médicos no País. Em resumo é isso aí.

A justificativa é explicar, porque a gente está ouvindo muito assunto sobre a telemedicina, e é uma coisa já real, não no currículo, mas na vida pós-médica, não é? Porque já se usa muito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E há muita gente querendo saber sobre isso, curso de Medicina a distância. E há muita controvérsia sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Item 20, da Senadora Zenaide Maia:

ITEM 20**REQUERIMENTO Nº 38, DE 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo

Senhor Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub, informações sobre as iniciativas adotadas pelo governo federal para a implementação de ações de combate e prevenção ao bullying nas escolas de educação básica. Nesses termos, requisita-se: 1. Descrição sucinta das iniciativas empreendidas pela Pasta com vistas a prestar apoio (técnico ou financeiro) aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a implementação de ações de prevenção ao bullying e de promoção da cultura de paz nas escolas das respectivas redes de ensino. 2. Informações sobre o quantitativo de recursos financeiros empregados e de potenciais beneficiários das iniciativas (total de recursos, alunos, escolas, municípios).

3. Relatórios porventura produzidos sobre essas ações, inclusive relatórios consolidados com as informações prestadas pelos estados em face do art. 6º da Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Em discussão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A justificação: na condição de espaço público e aparato de Estado, onde a sociedade se reflete com todos os seus valores, costumes e preconceitos, por isso mesmo um lugar profícuo para o contato com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a diferença, a escola constitui, também, um lócus privilegiado para a discussão de ideias, com tolerância e apreço à divergência como bases para a formação das gerações futuras de uma sociedade plural e democrática. Infelizmente, a ocorrência de casos reiterados de violência extrema nas escolas corrobora nossa compreensão de que muito precisa ser feito pelo Poder Público em relação a essa questão.

As tragédias de Realengo, em 2011, e de Suzano, neste início de 2019, deixaram, juntas, um triste saldo de 16 mortes, apenas entre crianças e adolescentes. Entre esses fatos, outros eventos de menor repercussão, como o de Goiânia, ocorrido no final de 2017, também deixaram um rastro de vidas ceifadas precocemente.

O caso de Realengo já havia feito confluír para o Legislativo uma série de medidas favoráveis à institucionalização de uma cultura de paz nas escolas e à adoção de ações de combate ao *bullying*, o fenômeno estressor comum subjacente a esses infortúnios. Na esteira dessas discussões, foram editadas diversas leis no âmbito da União. Entre elas cabe destaque, particularmente, à Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015, mediante a qual foi instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), e à Lei nº 13.277, de 29 de abril de 2016, que, em referência à data da tragédia de Realengo, instituiu o Dia Nacional de Combate ao *Bullying* e à Violência Escolar, a ser celebrado, anualmente, no dia 7 de abril.

No entanto, faltam-nos informações sobre o efeito prático dessas inovações legais e de outras providências porventura adotadas para o enfrentamento do *bullying*.

A partir dessa constatação e tendo em conta a competência fiscalizadora do Senado Federal, cumpre aos membros desta Casa acompanhar as ações empreendidas pelo Ministério da Educação, com vistas ao enfrentamento do fenômeno e contribuir, de maneira fundamentada, para que sejam eficazes. É isso o que nos propomos a fazer com as informações ora requisitadas.

O que realmente a gente quer ouvir é o que que existe com essas leis, o que que já existe efetivamente e em que é que a gente pode ajudar, e a gente só tem uma maneira: fazendo uma audiência pública e convocando quem realmente tem esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu gostaria de esclarecer, Senadora Zenaide Maia, que o conteúdo do requerimento é no sentido de um requerimento de informação. Sendo um requerimento de informação, nós podemos aprovar e mandar à Mesa do Senado, para que isso seja deliberado também pelo Senado, requerendo essas informações.

Também, ao mesmo tempo, aprovamos o requerimento e, como o Ministro estará aqui no dia 7, nada impede que até a gente já dê conhecimento ao Sr. Ministro desse requerimento de informação, para que ele possa abordar, de alguma maneira também, esse assunto na audiência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. concordar, fazemos as duas coisas: mandamos para a Mesa, para termos as informações que o Senado deve solicitar ao Ministério, e, ao mesmo tempo...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu pensei que já seria sem essa burocracia de informações, ele fazer. Mas nada contra, porque o que a gente quer é que ele informe. E como a pasta dele é que tem essas informações... Mas tudo bem, a gente faz as duas coisas ao mesmo tempo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É que o conteúdo do requerimento é no sentido de obter informação. Está bem?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) –

O.k.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, a matéria vai à Mesa do Senado Federal.

Muito bem...

Nós temos os Requerimentos nºs 15 e 16, do Senador Confúcio Moura e da Senadora Leila Barros.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, II do RISF, a realização de Audiência Pública para debater “Educação Brasileira – O Ponto da Virada”.

Autoria: Senador Confúcio Moura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Educação; Priscila Cruz, Presidente Executiva do movimento Todos Pela Educação; Claudia Costin, Diretora do Centro de Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV); Cristovam Buarque, professor emérito da UnB (Universidade de Brasília) e ex-Senador da República; Mozart Ramos, Diretor do Instituto Ayrton Senna; e Haroldo Rocha, ex-Secretário de Educação do Estado do Espírito Santo.

Senador Confúcio Moura, autor do requerimento.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, apresentamos este requerimento de audiência pública que coincide com outros requerimentos assemelhados, e o objetivo maior é a Comissão de Educação crescer.

A Comissão de Educação assumiu uma posição protagonista de uma certa indiferença diplomática que a gente tem com o Governo, com o Ministério da Educação, a ponto de deixar o Ministro que saiu há poucos dias 90 dias numa inoperância absoluta. Nem falo do Congresso, nem do próprio Governo, mas o povo brasileiro, as universidades, ele não convenceu absolutamente ninguém. Aqui ele veio, foi à Câmara, e não disse nenhuma meta, nenhum objetivo claro, e nós ficamos, assim, deixando, permitindo, permitindo. Então, agora há um novo Ministro, e ele precisa vir aqui, de fato.

O que nós queremos na realidade é acabar com essa vergonha da educação brasileira. Isso é vexatório. É desmoralizante para o Brasil ser o pior país aqui da América Latina. A gente perde para todo o mundo!

Será que Argentina, Uruguai, a própria Bolívia, o Chile e os outros não tomaram posições lá atrás para chegarem a um ponto de destaque, de ter mais meninos nossos nas universidades, mais meninos nossos terminando o ensino médio profissionalizante? E nós ficamos aqui, perdendo o nosso tempo muitas vezes ou observando pessoas indicadas para o Ministério sem nada a dizer, por que veio, nada a falar dos seus reais objetivos, e isso me cansa e me irrita! Bastante!

Nós estamos a ponto...

E falam em tanta reforma, reforma disso, reforma daquilo, e tudo precisa ser feito, mas a maior reforma é a reforma de salvação da juventude, salvar meninos perdidos nas ruas, meninos de 14 a 17 anos abandonados, fora de sala de aula, não fazendo nada, absolutamente nada, num momento em que o desemprego é "crassante", é terrível no nosso País, deixando nossa geração de futuro perdida.

Eu não estou mais a fim disso. Eu estou aqui a fim de ver esse novo Ministro vir falar francamente, e, se não me convencer, eu serei realmente um adversário dele, aqui, cruel. Nós vamos bater firme, aqui no Plenário, contra essas pessoas que não têm compromisso com o futuro do nosso País, que é a educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugerimos esse requerimento que eu chamei "o ponto da virada"; chegou ao ponto que não dá mais. Fomos ficando ruins, ruins, ruins... Chegamos ao Everest, lá em cima. Agora temos que melhorar. É a virada. É o momento nacional de uma virada pela educação.

Aqui coincide com outros tantos, e eu concordo que o meu requerimento seja apensado a outros tantos e que seja de autoria de vários outros Senadores que têm ideias semelhantes. Eu ouvi a Senadora Zenaide falando aqui justamente o que eu quero. Então, o meu requerimento pode ficar junto com o dela, ficar junto com o da Senadora Leila e de outros tantos Senadores. Não tenho nenhuma vaidade de meu nome aparecer. Coisa nenhuma.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Na verdade, pensamos de forma igual. A angústia é coletiva. Na verdade é coletiva, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É terrível!

Então, meu requerimento é este, Sr. Presidente. Em outras palavras, é isso que eu quero.

Eu sugeri alguns nomes, que podem ser modificados também, enriquecidos com outras sugestões, aqui, pelos Senadores e Senadoras, sem nenhuma "cócega".

Era isso o que eu tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão.

Senadora Leila... Quer falar? Não?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Na verdade, Senador, acaba que o meu próximo requerimento... Por isso que o Senador Confúcio está falando que está apensado a outro, porque, na verdade, é a mesma ideia: ele é com relação à virada na educação; e eu, as melhores práticas em educação para o País, com foco na atuação e formação dos professores. E acaba que os convidados são praticamente os mesmos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Exato.

Então, em primeiro lugar, o requerimento do Senador Confúcio.

Eu só quero dizer, da minha parte, que eu concordo 100% com as colocações feitas. Eu acho, como Comissão de Educação, Cultura e Esporte, mas falando da educação, especificamente por causa do requerimento, que temos que dizer: olha, chega; vamos tomar atitudes, vamos nos deter naquilo que é importante, que é fundamental... A gente não aceita mais. Não nós não aceitamos; a sociedade merece coisa melhor. Não é verdade?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então concordo, Senador Confúcio, inteiramente com o que V. Exa. colocou.

Está encerrada a discussão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como estão.
(Pausa.)

Aprovado.

Só que depois nós vamos examinar as interfaces de tudo, mas, antes de tomarmos qualquer decisão, obviamente conversaremos com os autores, para haver a concordância.

ITEM 16**REQUERIMENTO Nº 24, DE 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal combinado com art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de se discutir melhores práticas em educação para o País, com foco na atuação e formação de professores.

Autoria: Senadora Leila Barros

Com os seguintes participantes: Débora Garofalo, professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Almirante Ary Parreiras, em São Paulo, finalista na versão de 2019 do Global Teacher Prize; Jayse Antonio da Ferreira, professora da Escola de Referência em Ensino Médio Frei Orlando, em Itambé, Pernambuco, finalista na versão de 2019 do Global Teacher Prize; Mozart Neves Ramos, ex-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Diretor da Fundação Ayrton Senna; e Claudia Costin, ex-Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

Autoria: Senadora Leila Barros.

Em discussão.

Com a palavra a autora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A verdade é que o requerimento já fala por si, que é discutir as melhores práticas de educação para o País e o foco nessa formação. E nós estamos chamando os finalistas do Global Teacher Prize de 2019.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que melhores referências para nós discutimos um pouco sobre essa questão da formação dos nossos professores é trazendo essas boas referências para essa audiência que, enfim, vocês vão analisar aí. Confio no senhor, Presidente, junto com a sua equipe.

Também acredito que as ideias dos três Senadores se convergem, e a ideia é esta, é discutir educação, discutirmos as melhores práticas, para melhorarmos, darmos uma resposta à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu solicito novamente à Senadora Leila, para o item 21, que é de minha autoria também, e, infelizmente, eu não posso apresentar e votar ao mesmo tempo, então... E nem justificar.

Então, passo a Presidência a V. Exa.

Item 21 da pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Item 21 da pauta:

ITEM 21**REQUERIMENTO Nº 39, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9/2019 - CE, sejam discutidas, em um ciclo de três debates, mediante duas audiências adicionais à primeira, a realidade e as perspectivas de implantação de um novo e permanente fundo de desenvolvimento da educação básica (FUNDEB). Para a primeira audiência pública, considerando como tal aquela objeto do Requerimento nº 9, de 2019-CE, do Senador Marcos do Val, sugerimos seja convidado também o Sr. Paulo de Sena Martins, especialista em direito e financiamento da educação, Consultor Legislativo, da área de educação, da Câmara dos Deputados, para contextualizar as discussões havidas em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 15, de 2015. Para a segunda audiência, dedicada à discussão da complementação da União ao Novo Fundeb, propomos a participação de representantes: 1. do Ministério da Economia; 2. do Ministério da Educação; 3.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dos fóruns regionais de governadores (até dois); e 4. da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Para a terceira audiência pública, que terá como tema o Novo Fundeb na perspectiva do Custo-Aluno Qualidade (CAQ), propomos convite: 1. ao Sr. José Marcelino Rezende Pinto, especialista em financiamento da educação, Professor Titular da Universidade de São Paulo; 2. ao professor Mozart Neves Ramos, ex-conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE), autor da primeira proposta de metodologia para a implementação do CAQ-Inicial submetida ao Ministro de Estado da Educação; 3. a representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 4. a representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); e 5. a representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Autoria: Senador Flávio Arns

Em discussão o requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria de enfatizar também que o Fundeb, que é um fundo provisório, obviamente termina no ano que vem essa provisoriedade, e há um grande debate, uma necessidade de nos aprofundarmos nisso, já pensando nos requerimentos aprovados. Um deles é do Senador Marcos do Val. A mesma coisa: entrosando os requerimentos.

Há uma caminhada importante, que foi feita na Câmara dos Deputados, com muitas audiências. Então, virá o pessoal de lá também.

Então, não é propriamente uma audiência; é um ciclo de debates sobre o Fundeb. E, aí, entra toda a discussão: a educação em tempo integral, profissionalização, formação de professores... Todas as audiências se complementam.

Então, é nesse sentido que apresentamos o requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria só uma sugestão de voto, se eu poderia, em virtude da aprovação do requerimento, incluir o Daniel Cara, aquele cara que faz a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, juntando já o de Leila também. Aliás, para tudo aqui teria que ter uma semana toda de educação, que dá visibilidade... E ver essa sugestão, se poderia incluir, nesses participantes...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O Presidente aceitou a sua solicitação. *(Risos.)*

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu sou temporária aqui, Senadora.

Não havendo mais quem queira discutir o requerimento, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o requerimento do Senador Flávio Arns.

Passo a presidência ao senhor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço de novo à Senadora Leila Barros.

Agradeço também a presença dos Senadores que ainda estão aqui presentes, Senador Confúcio Moura – aliás, sempre brilhante –, a Senadora Zenaide Maia, companheira também da Comissão de Assuntos Sociais, assim como a Leila Barros, a Mailza Gomes... Que bom.

Vamos em frente, animados, firmes, confiantes, e dizendo que esta nossa área, desta Comissão, tem que ser uma das prioridades do Brasil: educação, cultura e esporte. E vamos batalhar para isso.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e um minutos do dia trinta de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, **sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Nelsinho Trad**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Leila Barros e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às dez horas e trinta e quatro minutos assume a presidência o Senador Nelsinho Trad. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 34/2019 - CE, de autoria do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** Audiência Pública destinada "a debater a importância da educação para a mudança de mentalidades e o fortalecimento das políticas para as mulheres". **Participantes:** Deise Luci de Andrade, Policial Civil e integrante do "Projeto Caminho das Flores"; Karolyne Guimarães, Administradora Regional de Taguatinga e integrante do "Projeto Caminho das Flores"; Susana Bruno, Advogada, Professora Universitária e integrante do "Projeto Caminho das Flores"; Lúcia Bessa, Diretora de Gênero do Fórum de Mulheres do Mercosul e integrante do "Projeto Caminho das Flores"; Márcia Margarete Pessanha, Delegada-Chefe da 23ª Delegacia de Polícia da Ceilândia e integrante do "Projeto Caminho das Flores". Neydja Moraes, Procuradora da Fazenda Nacional (PRFN da 1ª Região - DF) e integrante do "Projeto Caminho das Flores". **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Nelsinho Trad

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senador Izalci Lucas

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/30>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (10ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (10ª REUNIÃO), EM 7 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quinze minutos do dia sete de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Flávio Arns, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Paulo Paim, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Irajá, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz, Jorge Kajuru, Juíza Selma, Major Olimpio e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Confúcio Moura, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Leila Barros, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Carlos Viana, Sérgio Petecão e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 17/2019 - CE, de autoria do Senador Marcos do Val e da Senador Leila Barros, e REQ 12/2019 - CCT, de autoria do Senador Marcos do Val e do Senador Styvenson Valentim. **Finalidade:** Debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual). **Participantes:** José Paulo Martins, Secretário Especial da Cultura Adjunto (representante de: Ministério da Cidadania.); João Márcio Silva de Pinho, Secretário-Executivo (representante de: Agência Nacional do Cinema - ANCINE); Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (SICAV). Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual Independente (BRAVI). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Vice-Presidente da CE e pelo Senhor Presidente da CCT e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/07>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dois minutos do dia sete de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, **sob a Presidência do Senador Flávio Arns**, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Leila Barros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Irajá, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorge Kajuru, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Juíza Selma e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes e Sérgio Petecão. Justifica ausência o Senador Dário Berger. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 8ª, 9ª e 10ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro. Finalidade:** Comparecimento do Ministro de Estado da Educação, para que apresente as diretrizes e os programas prioritários do Ministério (art. 397, II do RISF). **Participante:** Abraham Weintraub, Ministro de Estado da Educação. **Resultado:** Realizada a reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/07>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 8ª, 9ª e 10ª Reuniões.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem por finalidade a apresentação das diretrizes e dos programas prioritários do Ministério da Educação pelo Ministro de Estado da Educação, o Exmo. Sr. Abraham Weintraub, em conformidade com o art. 397, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo, por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo número de telefone 0800-612211.

Para a presente reunião, adotaremos as seguintes regras, nos termos do art. 398 do Regimento Interno. Primeiro, o Sr. Ministro fará sua exposição pelo prazo de 30 minutos, podendo este prazo ser obviamente prorrogado para que não haja prejuízo na apresentação do Sr. Ministro, talvez mais uns 15 minutos. Ao final da exposição, a palavra será concedida aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras na ordem de inscrição, por até cinco minutos. Como existem muitos Senadores e Senadoras que vão desejar colocar os seus posicionamentos, a gente faz um apelo para que os cinco minutos sejam observados.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não passando para dez, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É, não passar para dez, não é, Kajuru?

Após a interpelação do bloco de três Senadores – três Senadores – membros e um Senador não membro, passarei a palavra ao Ministro para suas considerações. Três membros e um não membro. Então, as perguntas ou comentários serão em blocos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lista de inscrição já está aberta. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer a participação do Sr. Ministro. S. Exa. vem acompanhado do Dr. Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, também do Dr. Carlos Francisco Nadalim, assim como do Dr. Antonio Vogel, a quem a gente agradece também.

Com o Sr. Ministro nós tivemos uma conversa duas semanas atrás mais ou menos, lá no Ministério da Educação, sobre esta audiência. Há outras pessoas do Ministério aqui presentes, a quem a gente agradece a presença também, como nosso Presidente do FNDE, e há várias instituições, entidades importantes na vida educacional brasileira aqui presentes também. A gente agradece a presença.

Eu quero dizer que teremos várias oportunidades – porque este debate tem que ser um debate contínuo, permanente e intenso dentro da Comissão de Educação e nas outras Comissões, porque educação é prioridade, tem que ser prioridade absoluta em qualquer país do mundo e também no nosso País – para que essas entidades possam também, em outras oportunidades, participar, inclusive, como vai ser feito em termos de audiências públicas e posicionamentos.

Quero destacar aqui, por exemplo, a presença da UNE (União Nacional dos Estudantes), também a presença dos representantes, dos funcionários, técnicos e profissionais dos institutos federais de educação e de outras entidades. Sejam todos bem-vindos. Eu considero isso muito importante e considero muito importante a fala de vocês, que acontecerá – não há dúvida alguma – em outras audiências públicas. Hoje, esta audiência é reservada para escutarmos – como foi dito – as diretrizes, os desafios, os encaminhamentos do Ministério da Educação, através da palavra do Sr. Ministro, assessorado, quando necessário, pelas pessoas aqui presentes.

Isso é importante, porque ele também não tem a obrigação de ter os números todos à sua disposição de memória, mas poderá ser assessorado e, depois, continuarmos esse debate com toda a sociedade brasileira, todos. Toda a sociedade tem que ter na educação o seu objetivo principal.

Então, com muita alegria, satisfação, agradecendo a presença, concedo a palavra ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Abraham Weintraub.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Senador, muito obrigado.

Senadores todos e Senadoras, sinto-me honrado de estar aqui, é um grande prazer estar aqui.

Quero aproveitar esta oportunidade para a gente dialogar, um diálogo baseado em números, dados, premissas racionais. E peço que todos, para podermos desenvolver a análise, nos livremos um pouco dos preconceitos. Se a gente não quebra um pouco, às vezes, a visão que a gente tem, que já está viciada, antiga...Às vezes a gente não consegue olhar com olhos novos um horizonte que é muito importante, como este que é a educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir também mais uma liberdade, porque, afinal de contas, a característica nossa é um pouco mais informal: eu gostaria de fazer a apresentação de pé, com base nos dados que estou tendo, e ir mostrando algumas posições. É possível?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Sr. Ministro havia perguntado para mim se seria possível já antes. Disse que o Sr. Ministro tem toda liberdade para fazer a apresentação da forma que julgar mais adequada. *(Pausa.)*

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Nós só vamos precisar, Sr. Presidente, de um espaço para a gente poder acompanhar a apresentação aqui.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Teste...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Desculpe. Quem falou?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É só para que a gente possa também assistir à apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, sim, o espaço aqui em relação à imprensa...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se pudessem...

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. A segurança já vai ajudar um pouco – a segurança no sentido de apoio, não em termos de segurança mesmo.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Só um instantinho, se possível... Para as pessoas poderem ver, só um pouquinho mais para trás por favor, gente.

Bom, obrigado. Vamos começar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ministro, com toda educação: eu não tenho visão, desculpe. Então, eu vou ouvir a sua voz só, o.k.?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Sem problema.

Se o senhor quiser...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu não consigo...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu acho que o material está à disposição para o senhor também. Se o senhor quiser ver, Senador, ele está à disposição para o senhor ver, foi impresso.

Bom, o que eu queria passar é a situação das metas do Plano Nacional de Educação, o PNE.

O que acontece? Nós... Eu aqui represento o Executivo, e a gente tem que respeitar o que é determinado pelo Parlamento, dentro das diretrizes que são passadas. Então, o PNE, feito por todos, tem que ser respeitado, tem que ser ouvido.

É que eu queria trazer uma visão de como está a nossa situação em relação às metas do PNE, para a gente não ficar em cima só de posições subjetivas.

Se a gente olhar, o que a gente tem aqui? A base. Então, olhando a educação como uma grande casa, como está a nossa base? A criancinha, quando está começando a vida dela, que começa a interagir aos três aninhos, onde ela poderia começar a educação formal dela? Numa creche. Como está a situação das crianças em idade de ir para creche, no Brasil?

Hoje, 30% das crianças têm acesso a creche no Brasil. Isso incluindo público e privado. Então, o que acontece? A gente não está conseguindo atender essa primeira recepção das crianças com a escola. Quando a gente vê a pré-escola, antes do primeiro ano, a situação também não é confortável. A gente ainda tem 10% das crianças sem serem assistidas pela pré-escola, sem olhar a qualidade.

Então, o que acontece? Falando para os pais e mães que já passaram por essa experiência, fora os educadores, óbvio, que têm muito mais experiência, eles sabem como é importante, antes de a criança chegar no primeiro aninho, ela já ter tido contato, um contato lúdico, com música, com as letrinhas, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os sons, com os fonemas, para que a professora, quando recepcionar essa criancinha no primeiro ano, não comece o trabalho do zero!

E não é só o trabalho de educar no sentido estrito, isso é, ensinar a ler e a escrever, e toda liturgia da escola, porque uma criança em casa tem um comportamento e na escola é outro mundo, outra realidade: tem que respeitar a professora, tem que falar com os coleguinhas, respeitar o regulamento. Então, essa liturgia, esse aprendizado, se começa cedo, eu acho que há chance de sucesso, que a gente verá mais para a frente, de a gente não perder as crianças no primeiro, no segundo e principalmente no terceiro ano do ensino fundamental. E a gente melhora muito. Essa que é a nossa batalha: não deixar as crianças fora, não perder mais a próxima geração de brasileiros.

Então, aqui está o alicerce. É a base. É aqui onde a gente vê que os países que deram pulo de qualidade no ensino se esforçaram muito em atender. É antes de chegar no primeiro aninho. Quando a gente chega ao primeiro ano, a gente vê que aqui praticamente já universalizou, a gente está próximo de patamares do Japão ou da Ásia. Difícilmente você tem 100%. Sempre há uma criança com um probleminha, uma dificuldade. Atingir 100% é muito difícil. O Brasil já tem 98% das crianças sendo atendidas, que frequentam ou concluíram o ensino fundamental. Então, o que acontece aqui? Não é mais carteira e professor para receber as crianças, agora é qualidade! Nisso que a gente precisa estar focado.

Por que a gente fala em qualidade? Porque quando a gente olha o resultado disso daqui, isto é, as crianças já estão na escola, elas já estão lá dentro. Pensem em toda população de 16 anos com ensino fundamental, não é o ensino médio. Com 16 anos você já deveria estar concluindo o médio. Isso é sem o fundamental. São 76%. A gente perdeu crianças ao longo do caminho, aqui. E é isso que a gente precisa trabalhar. Como a gente trabalha isso? Antes de ela chegar no primeiro aninho e ao longo do ensino fundamental.

Aqui, a gente vai ver onde estão os momentos em que a gente perde as crianças. A primeira onda em que a gente vê repetência ou evasão – o que é ainda pior, quando a criança simplesmente abandona os estudos – é o terceiro ano. O que acontece? A criança chega ao primeiro aninho, e não teve o preparo necessário, não teve a abordagem que seria necessária para performar bem no primeiro ano. Ela não aprende a ler e a escrever.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Oi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Não estou chamando ninguém para briga. Inclusive, eu não tenho passagem na polícia, entendeu? *(Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou zeradinho. Vocês podem olhar. Vasculharam até, 30 anos atrás, a minha nota no primeiro ano da faculdade.

Vamos lá, voltando.

Então, a gente perde as crianças aqui no terceiro ano.

Olha como são as coisas: o ensino fundamental mudou. Antigamente, eram oito anos, e passou-se para nove. Então, quando seria o ginásio, que é um trauma – isso daí é desde a época dos nossos avós –, há o exame de admissão ao ginásio. Olha o que acontece? No primeiro ano do que seria o ginásio, de novo, você tem uma evasão grande das nossas crianças, repetência e evasão. Por quê? Aqui, a gente não teve o preparo básico. A criança chegou ao terceiro ano, e não sabe ler, não acompanha mais; toma pau, sai da escola. Aqui a criança não teve o preparo para ir para o que seria o antigo ginásio. E olha o que acontece de novo? Quando vai para ensino médio, a primeira série do ensino médio, de novo, há uma grande reprovação. Então, aqui, resumidamente, está a história da tragédia que a gente está vivendo hoje na educação do Brasil.

A terceira meta, a taxa de insucesso do ensino médio, é maior do que a do fundamental, por conta das oportunidades do mercado de trabalho, especialmente entre os mais pobres. Essa questão mexe um pouco com o preconceito dos brasileiros. Se vocês pararem para pensar, a gente preza muito – isso é um histórico longo que a gente tem que desmistificar... Lá fora, não há essa discrepância: um artesão, um mestre relojoeiro, um mestre marceneiro, um mestre de obras é tido como uma pessoa com muitas qualidades, e não inferior a alguém com diploma. A gente tem que quebrar esse preconceito – esse pré-conceito, esse pré-julgamento – que a gente faz de um técnico. Às vezes, o técnico é tão ou mais importante do que um doutor.

E aqui a gente vê o quê? Que se a gente tivesse talvez uma abordagem mais pragmática para o ensino médio, ensinando ofício para as nossas crianças e para os nossos jovens, talvez a taxa de evasão, a perda dos alunos fosse menor.

Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta ensino médio ou possui educação básica completa. A gente vê que está longe da meta. Aqui a gente dificilmente vai conseguir atingir, se não mexer na estrutura.

No percentual da população que tem deficiência, altas habilidades, superdotação ou tem algum quesito especial que precisa ser analisado à parte, a gente tem melhorado, e acho que a gente consegue chegar aos 100%, que é a nossa meta, dentro do prazo.

Voltando para a questão da qualidade do ensino, a gente universalizou, mas a qualidade ainda está muito baixa. Então, vamos ver: o que seria adequado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adequado é a gente estar aqui no nível 3 e 4 ou no nível 4 e 5. O que a gente vai ver? Tanto em leitura quanto em Matemática, ao 3º ano, metade, mais da metade das nossas crianças não têm conhecimentos mínimos de leitura ou de Matemática. É isso que está acontecendo, elas chegam ao 3º ano e não aprenderam quase nada. A gente está perdendo mais da metade das nossas crianças. Eu acho que qualquer país que tenha tido sucesso em mudar a educação focou aí, até chegar no 3º ano.

O que propõe a Política Nacional de Alfabetização? A alfabetização no Brasil deverá ser baseada em evidências científicas. Não se trata de impor um método, falar que tem que ser assim, tem que ser assado. A única coisa que a gente solicita é que qualquer método que seja empregado esteja baseado em evidências empíricas. Essa é a base do pensamento aristotélico ou de São Tomás de Aquino ou Descartes. Essa é a base do pensamento científico: tem que haver evidência empírica de que o que você está fazendo na escola dá certo. Não pode ser só papo, tem que ter número comprovando isso.

O PNA traz definições precisas que possibilitam um debate técnico-científico para políticas públicas de alfabetização.

Respeito aos entes federativos e adesão voluntária. A gente não quer impor nada a ninguém. A gente simplesmente quer abrir um debate, a gente quer conversar, a gente quer falar: "Olha, talvez aqui no Brasil nós estejamos fazendo, como Nação, todos nós, sem apontar um grande culpado, alguma coisa errada. Por isso a nossa educação é muito pior do que a dos nossos vizinhos da América Latina". E a gente não pode aceitar que o brasileiro é pior. Eu me recuso a acreditar que um brasileiro é pior do que um chileno, do que um argentino. Eu me recuso a acreditar que um brasileiro seja inferior a um europeu ou a um asiático, a um japonês ou a uma criança da Coreia, um coreaninho. Eu me recuso. É alguma coisa que a gente está fazendo aqui que precisa ser alterada para a gente ter os desempenhos razoáveis na educação brasileira.

Tem que haver fundamentação na ciência cognitiva da leitura, para melhorar a capacidade de ler e escrever. O que a gente pede é que sejam adotados os mesmos critérios científicos de como as técnicas de alfabetização e ensino dos números afetam o cérebro. Hoje isso é mapeado, você vê como a técnica de ensinar afeta o cérebro da pessoa que está aprendendo, você mede quando as áreas são estimuladas.

Outra coisa importante é a valorização do papel da família na alfabetização. Você precisa trazer para o processo a família. Aqui no Brasil a gente sabe, a classe média, as pessoas com mais poder aquisitivo sabem da importância de ler para os filhos, de estar próximo dos filhos naquele processo, para transformar, como um ato prazeroso, para uma coisa lúdica, uma coisa em que a criança se sinta acolhida. Ler uma historinha, contar uma historinha para a criança na hora de dormir, mostrar que o livro é uma coisa bacana, legal e estar junto, é esse trabalho, e a gente também tem propostas que vão ser mostradas. Eu espero receber o convite mais vezes para vir aqui, Senador, porque é justamente isto: trazer algumas abordagens – e não é tão caro de fazer –, abordagens diferentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a alfabetização como instrumento de superação da vulnerabilidade social. Uma pessoa que sabe ler, escrever bem e sabe fazer conta consegue ler um manual, consegue decifrar como operar uma máquina, um torno. Ela pode se tornar autodidata. Mas uma pessoa que não sabe ler, escrever e fazer conta não consegue ser autodidata, não consegue superar nem essa primeira fase. Hoje, mais da metade dos brasileiros não consegue passar por essa fase.

Quarto artigo: elevar a qualidade do ensino de aprendizagem; contribuir para alcançar as Metas 5 e 9 do PNE; promover a cidadania por meio da alfabetização.

Quinto artigo: priorizar a alfabetização no 1º ano do ensino fundamental. Não tem que demorar. Os países que tiveram sucesso... E aqui eu não estou falando... Portugal teve um avanço muito grande nos últimos dez anos. Por quê? Porque ele mudou a estratégia. Há que se começar cedo o processo de alfabetização.

Respeito às particularidades de cada um. Todos nós somos brasileiros. Acho que, nesse aspecto, a gente tem que parar de se dividir. Há brasileiros que precisam de fator de proteção solar maior ou menor; há gente que tem particularidade quilombola, indígena; há gente que tem nome que parece estação de rádio, como eu, Abraham, BYZ500MHz. Mas o ponto principal é o seguinte: todos nós somos brasileiros. Depois disso, a gente começa a discutir as particularidades, que têm de ser respeitadas.

Valorização do professor alfabetizador. Eu tinha uma bisavó que cheguei a conhecer que era professora. Ela tinha feito o Normal. Naquela época, só podia... Ela morreu quando eu tinha uns dez anos. E ela era professora de ensino fundamental. Naquela época, era uma honra ter uma mulher na família que era professora. Ela era super respeitada por todos. E isso a gente perdeu. O professor hoje que recebe a criancinha, vai alfabetizá-la e segura no lápis não tem mais o respeito e o *status* que tinha há 50, 60, 70 anos. Como aconteceu agora, recentemente, de um aluno em Valparaíso, aqui do lado, entrar e assassinar um professor a sangue-frio, à queima-roupa. Esse tipo de coisa não é só dinheiro, é valorizar o professor, respeitar o professor do ensino básico, fundamental, da pré-escola, da creche.

Estímulo aos hábitos de leitura e escrita, arts. 6 e 7. Crianças na primeira infância, creche e pré-escola e alunos nos anos iniciais de ensino público são prioritários. São agentes os professores gestores educacionais, instituições de ensino, famílias, organizações da sociedade como um todo. Essa não é uma bala de prata. A gente tem várias frentes e vai ver algumas propostas de como a gente consegue lidar com isso em várias frentes. Não existe uma única solução mágica; é trazer várias ideias dos países que tiveram mais sucesso e gradualmente implementá-las aqui. Isso aqui é importante. Esvaziar um pouco. A gente não está falando de interromper nada e de não respeitar o direito de ninguém. A gente simplesmente está propondo começar um diálogo e discutir: será que, para o futuro, a gente não pode, de repente, adotar uma estratégia diferente do que está sendo feito até agora?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jovens e adultos também têm que ser contemplados, a pessoa que ficou para trás. Art. 8º e 9º. O PNA será implementado por meio de programas e ações do Governo Federal em parceria com os entes federativos.

Nos últimos trinta dias, a gente já teve várias reuniões – várias, mais de seis ou sete – com os secretários dos Estados e Municípios. Por quê? Porque eles que estão na ponta.

Eu acho que é justamente o oposto. A gente teve, desde Getúlio Vargas, uma estratégia de concentrar poder aqui em Brasília. Concentram, concentram, concentram, concentram! Os heróis da alfabetização estão lá na ponta, estão no Município e, depois, nos Estados. Eu não tenho, aqui de Brasília, como dizer o que cada um, nos mais de 5,5 mil Municípios, nos 27... É uma pretensão absurda achar que um grande sábio aqui – não que eu o seja, mas a visão, o confronto entre Aristóteles e o modelo mais platônico de que o grande sábio é que vai determinar o futuro de tudo, porque ele é o cara mais preparado –, eu duvido que um grande sábio tenha capacidade de tomar decisões melhores do que 100 ou 1.000 pessoas espalhadas pelo País. E é mais democrático. Você divide o poder, você não concentra o poder.

A gente está pedindo exatamente isto: ter os Estados e Municípios como parceiros. "Ah, mas está segmentado". Mas tem que dessegmentar, porque é o mesmo indivíduo, é a mesma pessoa. Ela entra na escola e não quer saber se é Município, Estado ou Governo Federal. A criança tem que ser atendida na creche e terminar a fase dela, seja com um aprendizado técnico, seja universitário... E deveria acabar com esse preconceito de que um artesão é pior do que um doutor. Tinha que ser visto pela nossa sociedade como pessoa que tem a mesma qualificação em termos de sofisticação. Mas tem que ser feito em conjunto por todos nós.

Art. 10º, 11º, 12º e 13º. É o MEC, o Ministério da Educação, que coordenará as ações derivadas da PNA, podendo oferecer assistência técnica e financeira aos entes federativos. A gente vai falar de FNDE depois.

Voltando para a meta de educação integral. Acho que há um consenso aqui de que todo mundo vai falar: educação integral é o caminho. Como é nos Estados Unidos? Educação integral. Como é na Europa? Educação integral. E como estamos indo com a educação integral para as crianças aqui no Brasil? Está caindo. É isso que está acontecendo. Está caindo.

A gente está colocando o dinheiro. "Ah, mas tem que ter tudo". Aula nº 1 de economia: a ciência econômica é chamada de a ciência triste, porque ela parte do pressuposto de que os recursos são escassos sempre. A sua vida é escassa. Você não tem 1.000 anos, você tem um período de vida para decidir o que quer estudar. Não dá! Vai faltar vida. "Eu quero amar todo mundo." Não dá! Você tem que escolher as pessoas que vão estar mais próximas de você. Recurso financeiro também é finito, por isso que chamam de ciência triste. Eu tenho recursos limitados e tento maximizar o meu bem-estar com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolhas: onde a gente vai alocar, como Nação, os nossos recursos que sempre vão ser limitados para melhorar o desempenho da educação? Eu acho que seria aqui: educação integral. Mas antes eu investiria em creche; depois, em melhorar a pré-escola; depois, em primeiro e segundo aninho; depois, integral, ensino técnico. Mas isso a gente quer discutir em conjunto com todos, se a gente tiver oportunidade de voltar aqui, de ser convidado de novo.

Muito bem. Chegando ao Ideb, que é um índice. A gente está abaixo de todos e está longe, não vai conseguir bater a meta em nenhum desses indicadores. Por quê? Porque você vê nitidamente que a gente está conseguindo melhorar os anos iniciais. Quanto aos anos finais, a gente já perdeu as crianças no processo – no 3º ano, no 6º ano e no 1º ano do ensino médio. A gente perdeu essas crianças.

E aqui, no ensino médio, a gente está parado há mais de dez anos. Eu vou repetir: no ensino médio, o Brasil não consegue melhorar há mais de dez anos. São dez anos parado no mesmo lugar. Dez anos!

Escolaridade média. A gente está melhorando a escolaridade média do brasileiro, tanto para o pessoal da média como para o pessoal dos estratos mais baixos, quando você abre para os segmentos da sociedade. Ainda está longe do patamar de há 12 anos, que é o adequado, mas está melhorando.

Quanto à alfabetização de jovens e adultos, a gente tem melhorado o indicador. Evidentemente, o ideal, 100% não dá. No Japão não é 100%. Há gente que não consegue aprender por limitações físicas até. Mas a gente está melhorando. E está mais concentrado no pessoal mais humilde.

Taxa de analfabetismo funcional... Aqui é o mais grave. A gente vai conseguir universalizar... Quando eu era criança, no ponto de ônibus, às vezes chegava uma pessoa mais velha e falava: "Meu filho, meu neto, eu esqueci os óculos em casa. Qual o nome do ônibus que está vindo?". Era um eufemismo para a pessoa falar: "Eu não sei ler. Por favor, me ajuda". Isso acabou praticamente no Brasil, nos centros urbanos, e está diminuindo. Eu acho que a gente vai universalizar a pessoa que consegue ler o ônibus, mas o texto... A gente ainda está longe. A pessoa que pega um texto simples e não consegue interpretar o texto simples... A gente ainda está longe. Esse é o desafio.

Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos, da forma integrada à educação profissional.

Aqui já começa a entrar o desastre do ensino médio e do ensino técnico.

Educação técnica. Olha o que está acontecendo: a gente está diminuindo no Brasil. Ensino técnico: aquele que te ensina um ofício.

Saiu recentemente, nos jornais, que há demanda para 500 mil vagas para pessoas que tenham ensino técnico em áreas de tecnologia, só que não há gente qualificada para isso, e a gente não tem vaga para treinar os nossos jovens para o ensino técnico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, o que que acontece? A meta é desfocada, porque a forma como foi construída a Meta 11, "b", é: metade das vagas tem que ser feita pelo Governo Federal. Veja: como a gente está reduzindo, metade de dois é um. Se eu criei duas vagas no Brasil todo, e uma foi federal... "Ah! Bati a meta!". "Pô... Mas foi um horror!". Então, a gente precisa calibrar a meta.

O que eu proponho é que – e aqui, se eu puder colaborar –, a gente revise e rediscuta as metas. Essas metas estão descalibradas. Elas não fazem sentido do jeito que estão colocadas.

Aqui batemos a meta, e aqui a gente está perdendo vaga. Esse que é o resultado. Não faz sentido.

Será que o ensino técnico é importante? Olha, se você olhar os países do mundo que dão certo, a Europa, metade das vagas do ensino médio – do antigo colegial – é técnica. As pessoas querem aprender um ofício. Quem sabe um ofício não passa necessidade, um ofício bom. E isso é importante: um técnico em contabilidade, um técnico em TI, um técnico em enfermagem, um marceneiro, um torneiro mecânico... Há tanta coisa que você pode aprender, a pessoa aprende o básico do colegial e sai com um ofício para poder se virar, ajudar a família.

O Chile tem 31%, a Coreia... É interessante, a Coreia começou na educação básica, alfabetizou todo mundo, melhorou, fez ensino técnico e agora ela está diminuindo. Depois que já está tudo universalizado, agora ela está diminuindo o técnico e aumentando os engenheiros. Olha que bacana a construção da casa: você começa com a base, constrói as paredes e só depois você chega ao telhado. A Coreia já está na fase do revestimento interno. A gente, aqui no Brasil, quis pular etapas e colocou muito recurso no telhado antes de ter a base.

Será que há demanda da sociedade pelo o ensino técnico? Cinquenta e três por cento apontaram que o ingresso mais rápido no mercado de trabalho como uma das principais razões para fazer de Educação Profissional e Tecnológica. "Quero arrumar emprego, eu preciso!". Noventa por cento acreditam que quem faz curso de Educação Profissional e Tecnológica tem mais oportunidades. Noventa e três por cento da população concordam que o Governo precisa oferecer mais cursos de ensino médio que também ensinem uma profissão, um ofício, um ganha-pão. Sessenta e um por cento das empresas brasileiras têm dificuldades para preencher vagas de trabalho, há vaga sobrando para quem tem ensino técnico. Dezoito por cento é a média de acréscimo na renda de profissionais que fizeram cursos técnicos em relação a quem concluiu apenas o ensino médio.

Pronatec. "Mas a gente investiu no ensino médio", no Pronatec. Deu certo? Na avaliação do Senado, não. Depois eu vou mostrar justamente a avaliação do Senado. Pronatec foi um desastre pela avaliação do Senado e pela avaliação do antigo Ministério da Fazenda. Quanto a gente colocou no Pronatec? Treze bilhões, tirando o fato de que a pessoa foi fazer o Pronatec e de lá saiu sem uma recolocação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há aqui o estudo da Comissão de Educação do Senado: "O início açodado, sem estudos mais consistentes [...]", que é o que a gente quer. Vamos discutir? Vamos, com base em números e critérios científicos, tem que mostrar número, tem que mostrar estudo, tem que mostrar critério científico. "O início açodado, sem estudos mais consistentes sobre impacto e aderência e sem construção de estruturas mínimas de funcionamento adequado [...]". "Expansão pouco criteriosa com foco no número de matrículas. O Pronatec 'inchou' sem que fossem desenvolvidas ferramentas para avaliar a qualidade dessas matrículas [...]". "Ausência de indicadores sólidos de desempenho, atrelados a necessidade de foco preciso [...] não se pode avaliar de forma efetiva em que medida o aumento do número de matrículas significou [...]". Enfim, aqui está falando que foi ruim, mas não sou eu que estou falando. E, na Secretaria de Política Econômica, Ministério da Fazenda passado, a mesma coisa.

A gente tem capacidade de atender pelo Brasil todo o ensino técnico? Essa é a nossa estrutura, uma estrutura grande. Só que antes de construir, começar qualquer outro novo investimento, nós temos que concluir as obras que já estão acontecendo ou que estão paradas. Então, de novo, não é fazer uma revolução, eu não quero propor mudar tudo. Eu gostaria de começar a discutir de forma aberta, franca e direta o debate, quebrando antigos preconceito que a gente tem e mostrando uma coisa básica: a gente não pode construir um prédio novo enquanto a gente não terminar os que já estão em execução.

Estratégias para a política de educação profissional e tecnológica.

Consolidação da Rede Federal: o que está em construção a gente tem de terminar.

Formação de professores da educação profissional e tecnológica com foco na prática: é evidente, tem que aprender; educação técnica tem que ser prática, o cara tem que sair de lá resolvendo um problema para a sociedade, um problema tangível, palpável.

Desenvolvimento de ferramentas para avaliação dos resultados: não dá para ser achismo – chega de Pronatec!

Incentivos à inovação e à tecnologia.

Articulação e parcerias para expansão da Educação Profissional e Tecnológica. A gente não vai conseguir fazer tudo isso no Governo Federal. Precisamos de parcerias, precisamos de todos, Estados, Municípios e iniciativa privada, empresas.

Apoio da rede federal aos sistemas de ensino dos Estados e Municípios, incluindo a educação de jovens e adultos. Trata-se de trazer de volta o adulto para o banco escolar, para ele aprender um novo ofício. Eu, por exemplo, tive educação técnica para revelar fotografia: acabou, dinheiro jogado fora. Isso não há mais, não é? Se eu tivesse seguido essa carreira, eu teria que achar um novo ofício.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Total de matriculados – meta 12. Total de matriculados independentemente da idade em relação ao total da população na faixa etária de 18 a 24 anos – aqui já entramos na educação superior –, quanto a gente tem? Na OCDE, é 44%; a gente tem 34% a 36%, dependendo do ano. A OCDE são países mais ricos, não é?

A sociedade, representada pelo Congresso Nacional, precisa discutir as prioridades na alocação dos recursos públicos. Seria isso uma meta atingível? Qual é a meta que há aqui? A meta que há aqui é que 40% das vagas no ensino superior venham, 40%, do Governo Federal. Quanto custaria isso? Mais 200 bilhões por ano no mínimo. A gente consegue pedir para o contribuinte aumentar mais o esforço que ele está fazendo para atingir essa meta? Essa é uma decisão dos senhores. Eu acho que essa meta hoje é impraticável, e o foco que eu gostaria de trazer aqui é que qualquer esforço novo fosse feito na educação básica, na base da casa. Essa é uma meta que eu gostaria realmente de rediscutir com os senhores e com as senhoras.

Aqui, mostrando: de onde veio a expansão do ensino superior no Brasil? A gente está com números robustos no ensino superior. Ela veio da rede privada! Setenta e cinco por cento foi a rede privada, não foi a rede pública que expandiu. E o MEC? O MEC hoje é principalmente ensino superior. A maior parte dos nossos recursos vai para o ensino superior.

"Ah! Mas há o financiamento". Essa foi outra tragédia que aconteceu. Para financiar essa expansão, a gente criou financiamento educacional. Até é um susto quando se fala: a gente tem 500 mil – 500 mil! – jovens brasileiros inadimplentes. É uma tragédia! É mais um Pronatec, é mais um desastre que aconteceu! São 500 mil jovens começando a vida com o nome sujo, porque foi feita uma política desbalanceada. "Ah!, mas há inadimplência lá fora também". Há: nos Estados Unidos, 17%; no Canadá, 14%.

Evolução da inadimplência por período. A gente vê que está explodindo. Metade, mais da metade... Metade, pois 47% estão inadimplentes. Agora, vamos olhar uma meta que a gente superou, na educação. A gente está acima. Há uma meta em que a gente está bonito na foto. Qual é? Percentual de docentes com mestrado ou doutorado na educação. A meta era que na educação superior, nas faculdades, 75% tivesse mestrado. A gente está com 77,5%.

Olha, eu tive várias passagens, eu tive muito mais vivência na minha vida executiva... O meu irmão é um acadêmico com uma vida muito mais robusta que a minha. Mas, como executivo, tocador de negócios, implementador de metas, a minha experiência é de que quando você atinge a meta e você tem um monte de outras metas que estão aquém, você sossega nessa meta e corre atrás do que está aquém. Essa aqui a gente superou. E superou também percentual de docentes com doutorado em educação superior. Bateu a meta. Parabéns! Vamos continuar colocando mais dinheiro aqui ou na educação básica? Os senhores vão decidir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Títulos de mestrado concedidos, batemos a meta também. Doutorado falta pouco. Estamos indo para lá. E aqui eu estou trazendo mais uma coisa para a gente discutir, mas sem preconceito, por favor, de coração aberto.

Eu queria mostrar para os senhores que quase 90% da produção científica nacional... E aí medido não pela publicação, mas quando a publicação tem algum impacto na produção científica, ela foi citada em algum lugar, ela foi reutilizada em algum lugar. Noventa por cento dela vem de saúde, biológicas, exatas, engenharia, agrárias e multidisciplinar. Treze por cento do trabalho, de todo o trabalho acadêmico brasileiro que tem relevância científica, 13% vêm de ciências sociais aplicadas, humanidades e linguística. Não sou eu que estou falando, esse número é público. Não fui eu que fiz isso. E qual é o problema? O problema é que a maior parte das nossas bolsas vai justamente para as áreas que não estão dando...

A bolsa do Capes é para o pessoal que é pago para estudar. Então, o cara terminou... A pessoa terminou todo o ensino, agora vai estudar e conseguir uma bolsa. Há gente que vai estudar e trabalha junto. Há gente que consegue bolsa para estudar. A gente vai ver que nesses 13% existe a parte do leão na obtenção de bolsas. É também para a gente discutir aqui, de peito aberto, sem preconceitos, mas baseado em números.

Eu acho que esse gráfico fala por si só. "Ah! Mas a produção científica dos Estados Unidos em ciências humanas também tem baixa repercussão". Não é o que os números mostram. Os números americanos mostram que o impacto da produção científica é relativamente constante em todas as áreas da ciência, enquanto no Brasil, em Medicina e Odontologia, o impacto é menor, é 85% do que é o americano, e daí, enfim, não quero me alongar nisso. Acho que o número fala por si só.

O Brasil precisa tornar a carreira de professor atrativa aos jovens talentos. A carreira da educação infantil, da educação básica. A gente tem que valorizar aquela pessoa, aquela mulher, aquele homem, ou aquela pessoa que está nos últimos anos do ensino médio e que fala: "Eu quero ser professor, eu quero ser um alfabetizador". Como é que você faz isso? Primeiro, acabando com os preconceitos. "Eu quero ser um técnico". "Ah, não, mas técnico não é chique". Tem que se acabar com esses preconceitos e resgatar o respeito que a gente tinha pelos professores da educação básica. Então, a gente está longe aqui na meta para reconhecimento, valorização do professor da educação básica; está tudo longe. Para o professor de nível superior – de que faço parte, eu sou professor concursado do ensino superior –, a gente está bem. Para o de ensino básico, a gente está longe da meta.

Proporção de docência dos anos finais do ensino fundamental, professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento onde lecionam também. Ensino fundamental, 50%, 60%. Tudo longe da meta.

Percentual de professores com boa formação. Tudo longe da meta, tudo longe da meta!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Valorização do magistério. Percentual de rendimento dos professores. Tem que melhorar o rendimento? Tem que melhorar o rendimento. Há várias estratégias para fazer. Não é simplesmente aumentar o salário pura e simplesmente, não estou falando isso. Você tem várias formas de melhorar o rendimento do professor: por desempenho, por resultado.

Aqui, só mostrando que alguns critérios a gente atingiu. Então, há plano de carreira, mas não gerou o impacto que a gente queria. "Ah! Vamos fazer plano de carreira". Não resolve, 100% já têm plano de carreira. "Ah! Precisa haver tempo para estudar em casa". A maior parte já estuda em casa, a gente precisa repensar as estratégias que a gente tem hoje.

Percentual de Municípios que preveem o limite máximo de dois terços da carga. Então, você vê que também está avançando, não é aí que está o problema.

Percentual de unidades federativas que selecionam... Este daqui é importante. A gente precisa melhorar – não existe a bala de prata – várias coisas. O material didático, o método de alfabetização precisa ser discutido, melhorar o salário do professor, mas tem que se retirar a questão de indicação do gestor da escola. Quanto ao gestor da escola, quando é estadual, 70% é técnico; quando é municipal, só 5% é técnico, o resto todo é por indicação e muitas vezes política, sem critérios técnicos. A gente precisa ter critérios técnicos para indicar os diretores das escolas.

A solução é jogar mais dinheiro, aumentar imposto? Não. Por quê? Porque, hoje, a gente já gasta 7% do PIB com educação pública. Não estou colocando aqui educação privada; educação pública, que já é 7% do PIB. E quanto isso é comparado com outros países? Deixe eu pular isso daqui e ir direto para os outros países. Eu acho que há aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – A gente gasta 7%. Se você quiser olhar o número, menos é 6%. A média da OCDE é 5%. Se a gente usar o indicador que hoje a gente manda para a OCDE é 5,1. Se a gente olhar o número cheio, é 6,2. Então, a gente já está colocando bastante recurso. E acho que hoje a sociedade não aguenta pagar mais imposto.

Eu vou só voltar aqui, desculpe, eu queria mostrar isso. Eu estava aqui nesse gráfico, não é? O que aconteceu com a educação brasileira? Então, a gente está gastando bastante, a gente não gasta pouco. O orçamento, antes de ter sido contingenciado – e a gente vai falar sobre isso – estava em 150 bilhões por ano. Como é que foi? Aumentou o gasto, mas o gasto aumentou em educação superior; o gasto não aumentou na educação básica. Se vocês notarem, a educação básica aqui ficou estável, e o ensino profissional aqui, largado aqui embaixo, enquanto a gente colocou muito dinheiro na educação superior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para onde foi esse dinheiro da educação superior? Foi para contratar gente, a gente contratou uma penca de gente no MEC ou nas universidades, enquanto as despesas discricionárias vêm caindo, isto é, equipamentos, livros didáticos, pesquisas, a gente tem que continuamente reduzir.

Aqui é a mesma coisa, um pouco mais do mesmo.

Aqui está mostrando o orçamento do MEC, com o número total de pessoas: 73% são de universidade federal...

(Soa a campanha.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O MEC é uma grande universidade federal. Depois, você tem 25% com ensino técnico nos institutos federais. E, mesmo nos federais, há muitos componentes que são universitários. Então, esse número está superdimensionado no ensino técnico.

Aqui está mostrando que, se as universidades de cada um dos Estados fossem Estado, estava tudo estourado na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque as universidades hoje são uma grande folha de pagamentos. Nenhuma delas gasta menos do que 80% dos seus recursos com folha, diretamente com a folha.

Aqui, já falamos um pouco do contingenciamento. Rapidamente falando, não é corte de despesas. Numa família brasileira, o pai e a mãe estão trabalhando, o pai perdeu o emprego, mas está fazendo bico, a mãe manteve o emprego e vai arrumar um emprego, porque o antigo patrão falou: "Olha, há uma oportunidade, mas só estou esperando ver se o Congresso vota a nova previdência, que eu contrato você de volta". Diante disso, o que a família faz? Ela contingencia as despesas. Há algumas coisas que você posterga. Qualquer dona de casa ou qualquer pai de família sabe que o orçamento tem que ser administrado, não é gastar tudo, você tem que fazer escolhas. E a gente foi impactado em 31% não da despesa total, pois não houve salário cortado, todos os salários estão preservados; não houve refeitório cortado, a alimentação dos estudantes está integralmente garantida, mas a gente vai falar mais disso depois na parte dos reitores.

Aqui está mostrando o contingenciamento, que, este ano, está sendo... Estamos segurando a despesa. Pode-se fazer no segundo semestre, dependendo do que vai acontecer; pode-se fazer, mas é um dos maiores contingenciamentos que já houve, que veio do Ministério da Economia, mas já houve contingenciamento no passado.

Aí está falando das novas diretrizes. O que a gente propõe? Foco na educação básica, aprimorando o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação, através do Fundeb.

MEC como indutor da política educacional nacional, mas os parceiros, os executores vão estar na ponta, nos Estados e nos Municípios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gestão técnica, orientada em entrega de resultado. Entregou resultado? Tem apoio, mais apoio. Não está performando? Vamos conversar e entender por quê. Se não corrigiu os erros, aí a gente analisa.

Construção de um sistema educacional nacional orientado pelo mérito e para o mérito. O que é isso? A gente vai deslocar recursos de acordo com o mérito de cada localidade, o que significa menos Brasília e mais Brasil, mais poder para os Estados e os Municípios.

Fixação de incentivos para adoção das melhores práticas nacionais e internacionais na gestão da educação.

Isto é uma coisa importante para o professor. Disciplina, ordem, respeito a todos no espaço da educação público e privado. A escola não é de ninguém; ela é de todos nós, dos professores, dos pais, dos alunos e principalmente dos pagadores de impostos. Todos têm que se respeitar nesse ambiente. Isso que está acontecendo de aluno ameaçar professor, matar professor, cuspir em professor não é aceitável, assim como não é aceitável o professor passar mais da metade da aula doutrinando para qualquer lado, para qualquer lado, uma criança, principalmente uma criança jovem que ainda não tem livre arbítrio ou discernimento para ter os seus próprios juízos de valor. Isso é o mais grave. Tentar doutrinar um marmanjo, uma pessoa que já está grande, tudo bem, agora uma criança eu considero uma covardia, para qualquer lado. A gente tem que educar a ler e escrever, fazer conta.

Outra coisa importante: eu sou 100% a favor da autonomia universitária. Para mim, mais liberdade para as universidades, mas autonomia universitária não é soberania universitária. Soberania, eles não são um Estado soberano. Os *campi* que existem no Brasil não podem ter consumo de drogas ilícitas dentro. Por quê? Porque a lei não permite, no Território nacional, o consumo. Se vocês querem permitir que haja consumo de drogas dentro dos *campi*, passem uma lei liberando o consumo de drogas. Eu sou contra, mas hoje é ilegal. Por que a polícia não pode entrar no *campus* de uma escola? É um país autônomo? Há uma violência acontecendo lá dentro, o que se pode fazer? Nada, temos que bater palmas. Está errado isso.

Outra coisa, eu sofri na pele, eu sofri um processo, está documentado, está escrito, inquisitorial, um processo administrativo interno, e fui inocentado, foi arquivado. Mas, durante um ano e oito meses, eu fui investigado, processado e julgado. Está escrito: inquisitorial e sigiloso. Que eu saiba, só a Gestapo fazia isso, ou no livro do Kafka ou a Gestapo. Processo, você vai e tem acesso às informações, sobre por que você está sendo processado. Eu não pude ter isso e está documentado. Por quê? Porque é autonomia universitária, o Estado dentro do Estado.

Respeito à liberdade e à diversidade de pensamento. Eu agradeço aqui à Casa, porque estou podendo colocar uma opinião nova, para haver diálogo. Isso é um debate que não é sacrossanto, a gente não está debatendo dogmas, não é uma torre de marfim fechada. Posso trazer uma ideia nova com base em números, em fatos, em evidências empíricas? Obrigado, isso é ciência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Investimento em capital humano para aumentar a competitividade da economia brasileira. Aqui só mostrando o Fundeb, os dados. A gente coloca 15 bilhões por ano no Fundeb, a gente gasta a mesma coisa com professor universitário aposentado. A gente manda 15 bilhões para Estados e Municípios para a educação básica e gasta a mesma coisa com professor universitário, só os aposentados. Mais uma coisa: vai aumentar muito esse número: tão importante passar a reforma da previdência.

Aqui, entrando na parte final – já estou terminando, gente – mostrando que o Brasil, graças ao Fundeb, etc. e tal, consegue ter um nível de gasto pouco acima dos países da América Latina, apesar de o nosso desempenho estar abaixo deles, depois a gente vai ver. Mas ele segura muito, o Fundeb é muito importante. E, quando a gente vê gasto por estudante na educação básica, a gente consegue ficar um pouco acima do gasto, mas gastar não significa... Eu vou mostrar uma tabela muito importante, que vai mostrar que gasto não significa qualidade.

Sobre a importância da educação, do nível de escolaridade para a gente diminuir a injustiça social: isso é secundário. Terminou o ensino médio, o que acontece? O país que tem percentual grande da população sem ensino médio é mais desigual; no país em que há todo mundo com ensino médio, principalmente técnico, a desigualdade cai. Não é faculdade; é ensino médio.

Aqui eu já mostrei esta tabela, em que se vê um monte de país que gasta percentuais menores do PIB do que o Brasil.

E aqui mostrando o Pisa, que é a nossa meta. Por que a gente está falando que tem que subir 50 pontos o Pisa? Eu me recuso a acreditar que a gente é pior que o Chile. Se a gente subir 50 pontos no Pisa, a gente fica igual ao Chile. É só isso! A gente gasta mais que os nossos vizinhos e está atrás de quase todos eles; só não está atrás do Peru – o Peru está atrás do Brasil, mas ele tem subido rapidamente.

Por que vocês estão rindo?

Existe correlação – é melhor a gente correr – entre gasto e qualidade, mas essa relação não é linear. Este gráfico, esta tabela talvez seja a mais importante. Gente, por favor! Esta tabela aqui talvez seja a mais importante de toda a nossa conversa. "Vamos gastar mais!". Quando a gente analisa os números com base em critérios científico-econômicos, a gente não tem que olhar... Qualquer economista razoável vai falar o seguinte: "Olha, a gente tem que analisar, neste caso, por paridade de poder de compra".

O que significa isso? Você vai para um país como a Suíça e uma coca-cola lá vai custar R\$ 50. E no Brasil? Sei lá, R\$ 3. Um sanduíche vai custar R\$60 – correspondente – U\$60; e aqui vai custar U\$3. Então, você transforma tudo em poder de compra. O quanto você precisa para um professor viver dignamente na Suíça? Precisa de U\$10 mil. E no Brasil? Precisa de U\$3 mil, sei lá, um número qualquer. Então, você transforma tudo para a mesma base de comparação. O que a gente vê? Gasto por estudante em dólares pela paridade do poder de compra, usando a mesma base.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui o resultado do Pisa. Aqui são os pontos do Pisa. Aqui é o quanto a gente gasta. O Brasil gasta a mesma coisa que a Tailândia, que a Argentina, que o Chile e que a Rússia; só que a Rússia está muito acima da gente do que no Pisa. O Chile, que é o melhor país da América Latina, acima de Cuba, está muito acima do Brasil. E o Brasil? O Brasil está aqui atrás. O Uruguai gasta bem menos que a gente e está mais bem colocado.

E aí o que acontece? "Não, mas se a gente gastar mais, vai dar certo". A gente pode gastar mais, como os Emirados Árabes, Catar ou Chipre, que gastam muito mais, e têm o mesmo patamar do Pisa que a gente; ou a gente pode melhorar um pouquinho só e ir lá para cima com Taiwan. Ou você pega a Coreia – aqui está o Japão, a Coreia está aqui – tudo lá no topo do Pisa. E você vê países que têm boa *performance* também que gastam bem mais.

Na viagem em que o Presidente Jair Bolsonaro foi para a Ásia, ele foi a Taiwan, Japão e Coreia, não por acaso; e Israel também.

E aqui vem a tragédia: quando a gente não investe em educação básica, quando a pessoa não consegue ler o manual de uma máquina, quando a pessoa não tem capacidade de se tornar autodidata, quando a pessoa perde essa capacidade cognitiva, em que tipo de trabalhador ela se transforma? Ela se transforma em um trabalhador sem capacidade de produzir tanto quanto o que recebeu um investimento adequado.

O que está acontecendo com a produtividade no Brasil? Ela tem ficado, principalmente a partir da década de 80, parada, isto é, o que a gente aprende na escola não se transforma em riqueza material, a gente não consegue transformar em mais capacidade de trabalho por trabalhador, ao passo que todos os outros países têm subido rapidamente. O exemplo mais gritante é a Coreia. Em 1950, um trabalhador brasileiro produzia três vezes mais do que um coreano; hoje a gente não produz metade. Vou repetir: em 1950, um brasileiro era três vezes mais hábil que um coreano e hoje a gente não é metade que um coreano. E eu me recuso a acreditar que isso é porque a gente é pior que um coreano. Nós não somos, é alguma coisa de errado que a gente está fazendo.

Outro gráfico gritante. O que a Coreia faz também por paridade de poder de compra, quanto ela gasta, renda *per capita*, a riqueza do país, e quanto ela gasta com estudante. Com um estudante de educação básica, o Brasil gasta aqui embaixo; educação superior, próximo de US\$15 mil. E o coreano? O coreano, na educação básica, gasta mais do que o dobro que a gente, mas com educação superior ele gasta menos que o brasileiro. Vou repetir: o coreano gasta o dobro com as crianças e menos com estudante universitário.

Isso daqui gerou até... Este debate está sendo muito rico, porque a gente teve essa oportunidade. E até a OECD corrigiu um informe agora, falando que realmente estava errado o número. Eles mostraram que o Brasil está gastando US\$14 mil por estudante. É menos do que o Chile. O Chile gasta 8 mil por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudante na faculdade, a gente gasta 14. É menos do que um monte de país, como, por exemplo, a Coreia. A Coreia gasta 10 mil por estudante.

E aqui mostrando também, infelizmente, as creches, que quem não vai para a creche, quem não vai para a pré-escola é o mais pobre, é o mais desamparado. E mesmo... Gente, eu sou a favor da educação, não quero cobrar mensalidade de estudante em faculdade, não sou a favor disso, pelo contrário, mas infelizmente o estudante que consegue chegar, mesmo o mais pobre que chega à faculdade está em melhores condições econômicas do que o estudante que nem vai para a creche. Isso é estatístico. Também é para pensar e sem revolução, só começar o debate.

O último eslaide – agradeço ao Presidente por ter me permitido chegar até este ponto – fala de uma coisa muito importante. Todas as ideias não vieram do MEC. A base desta apresentação não está no MEC. A base desta apresentação é o prêmio Nobel de Economia, o Heckman. No ano 2000 – a gente só está 18 anos atrasado neste debate –, ele criou a curva de Heckman. E aí o que o Heckman diz? Que o retorno social – ganhou o Prêmio Nobel com isso aqui – que você tem na educação é muito maior quando feito na educação infantil. E você tem...

(Soa a campanha.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – ... ganhos marginais à medida que você avança no ensino.

Muito obrigado pela paciência, pela atenção. Foi muito gentil da parte de todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só peço a gentileza de todos que estão aqui para que a gente, de fato, participe do debate, dialogue, converse, mas sem manifestações, seja de aplauso, seja de não aplauso. Está certo?

Muito bem. Agradeço ao Ministro pela apresentação.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB *(Fora do microfone.)* – Agradeço pela paciência do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, mas eu considero muito importante porque ele conversou com a gente, apresentou os desafios, os objetivos, a compreensão do Ministério da Educação em relação à educação no Brasil, e, para isso, teve o tempo necessário e importante, o que eu considero também fundamental para poder explicar todas as iniciativas consideradas importantes. Por isso que nós, em vez de meia hora, tivemos uma hora.

Agora, espero que esse dobro do tempo, peço a compreensão dos Senadores, não seja utilizado pelos Senadores. Então, cada Senador terá cinco minutos, porque nós temos uma lista de aproximadamente 25 Senadores e Senadoras inscritos. Então, cinco minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já foi dito: três pessoas da Comissão, titulares ou suplentes, e, aí, alternando com uma pessoa, um Senador que não seja da Comissão.

Nós teremos no primeiro bloco o Senador Chico Rodrigues, Senador, Senador Jean Paul Prates, Senador Confúcio Moura e Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só rapidamente, pela ordem: há direito à réplica aos Senadores, conforme o art. 14?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, há o direito à réplica também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A réplica é de dois minutos. Está bem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Senador Flávio Arns, quero cumprimentar aqui todos os membros da Mesa do Ministério da Educação na pessoa do Sr. Ministro, Abraham Weintraub, que, de uma forma absolutamente respeitosa, se dirigiu a esta Comissão e, juntamente com a sua equipe, fez uma apresentação da situação atual da educação brasileira de uma forma irretocável.

Obviamente que as dúvidas existirão, as questões serão colocadas aqui, acredito, que de uma forma mais representativa dos segmentos que não concordam com essa linha apresentada por V. Exa., mas, no conjunto, eu diria que essa discussão da educação brasileira deveria começar hoje.

Se nós olharmos pelo retrovisor todo o quadro da educação brasileira nos últimos anos, veremos, realmente, o empenho e a dedicação de muitos ministros que estiveram à frente desse importante ministério para a vida de nosso País, mas que, por motivos diversos, não conseguiram implementar uma política que pudesse dar esperança à população brasileira. Portanto, quero aqui deixar este registro da nossa admiração.

Sei que aqui pouquíssimos são especialistas em educação, pouquíssimos dos que aqui estão, mas todos, de uma forma muito importante, defendem esse segmento fundamental para o nosso País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, primeiro, Ministro, de dizer que, no período do governo de transição, a imprensa falou muito na priorização da educação fundamental, deixando o MEC nessa área e passando o ensino superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações. Mas, na montagem do Governo, decidiu-se manter a estrutura antiga, a estrutura atual. Eu acredito que o ensino fundamental deveria ser prioridade em nosso País – o ensino fundamental, como V. Exa. apresentou aí de forma absolutamente clara. Os números frios, na verdade, mostram a importância do ensino fundamental, que deveria ser prioridade. Trata-se de educar as crianças.

Silêncio aí, por favor!

Educar as crianças, portanto, é fundamental. Infelizmente, no desenho institucional atual, o MEC tem poucos braços para cuidar da educação fundamental – como V. Exa. recebeu o ministério. Minha pergunta é: qual é a opinião de V. Exa. sobre essa mudança e, sendo favorável, o que se pode fazer nesse sentido desde já?

Segunda pergunta. Existe muito barulho na imprensa sobre o corte de 30% nas universidades. Sei que, enquanto não fizermos a reforma da previdência, o crescente déficit levará a uma constante redução dos gastos em outras áreas. Muitas pessoas têm me ligado preocupadas com essa situação, e eu sei que há uma razão clara e de Estado para esse corte. Por isso, gostaria de lhe pedir para aproveitar este momento na Comissão de Educação para nos explicar como foi feito e por quê. Sua explicação irá apascentar os ânimos e nos ajudará a defendê-lo aqui no Senado Federal.

A última pergunta, Ministro. Eu já tive oportunidade de, encontrando V. Exa., dizer que a taxa de inadimplência do Fies é altíssima hoje. Obviamente, a maioria dos jovens que se formaram e estão inadimplentes com as parcelas do Fies não têm como pagar. Não pagam porque não têm emprego; se não têm emprego, não têm oportunidade. Então, gostaria de saber se haveria a possibilidade de fazer uma moratória de um a dois anos para que esses jovens pudessem sair dos cadastros de inadimplência, o que dificulta suas vidas, inclusive quando precisam de um emprego e de uma certidão. Então, gostaria de saber de V. Exa. como seria possível alterar esse cenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço o Senador Chico Rodrigues.

Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado pela oportunidade de falar.

Ministro, obrigado pela presença. Estou aqui, mostrando a cabeça aqui porque estou atrás das pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Acho que dá para melhorar a posição do microfone aí, senão fica meio desconfortável.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está bem, está bem, está tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está bem?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estou me acostumando aqui.

Mas quero agradecer sua presença, agradecer pela apresentação e colocar algumas questões aqui que me assolam a cabeça, até como não especialista, mas como uma pessoa que acompanha e herda aqui o mandato da Senadora Fátima Bezerra, que tanto fez pelo setor e pela área da educação.

Uma coisa, Ministro, me embatucou um pouco aqui, que era entender essa lógica de trocar dinheiro da educação superior pela educação básica; parece-me que ficou um pouco simplista essa situação. Na Constituição mesmo há limite para isso. Temos aí 18% obrigatoriamente empregados em educação, e 70% disso tem que ser em ensino superior – e quando eu falo ensino superior tem que ter ensino, pesquisa e extensão; então, um contingente bastante grande. Temos a Emenda Constitucional 95 também limitando esse processo. Então, parece-me um exercício um pouco difícil de passar para a população essa ideia de que simplesmente se trata de uma opção de alocar dinheiro de um para o outro.

Também há outra contradição aqui, publicada recentemente no *Estado de S.Paulo*, no jornal, que vem da fonte Andifes, em que consta que o corte, o bloqueio também de R\$2,4 bilhões na educação básica, dentro daqueles R\$8 bilhões, praticamente R\$8 bilhões de corte já anunciado: R\$2,2 bilhões nas universidades federais e R\$1 bilhão nos institutos federais. Então, como é que acontece isso, já que nós estamos aqui diante de um bloqueio ou corte na educação básica já anunciado de R\$2,4 bilhões? Como é essa lógica de troca de um lado para o outro, se todos estão sendo cortados e até em proporções bem parecidas?

Sobre a questão dos números da educação, já foi muito contestado – isso em artigos, em colunas; eu mesmo já li várias vezes – que essa estatística, apenas relacionando o PIB, é insuficiente para uma análise; nós temos que também considerar o que é o valor mesmo *per capita*. E nesse valor *per capita* – eu cito um estudo chamado Education at a Glance, de 2017 –, os países membros da OCDE têm U\$10.759 anuais por aluno, enquanto o Brasil tem de investimento U\$5.610 anuais por aluno; no caso do ensino superior, U\$11 mil por ano, pouco abaixo da média dos países da OCDE, U\$16.143; e, na educação básica, U\$3.800 por aluno contra U\$10.100. Então, essa questão de que a gente investe demais ou investe mais ou estaria em superávit, digamos assim, teórico em relação a investimento em educação, se se comparar com PIB, é bem diferente da questão da *per capita*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também quero dizer, colocar aqui um conceito – provavelmente os outros colegas Senadores também colocarão – em relação à forma com que essas coisas têm sido anunciadas. E aí me permita considerar um pouco inadequada a forma como foi feito isso. Primeiro, houve um anúncio estranho de que universidades que estariam promovendo balbúrdia seriam bloqueadas, seriam descredenciadas ou teriam recursos menores porque também não apresentariam desempenho acadêmico esperado. Então, foi uma coisa congeminada: balbúrdia e desempenho acadêmico esperado. Mas o critério não está absolutamente claro; foram colocadas nesta lista nada menos que a UnB, a UFF e a UFBA, que são universidades colocadas nos rankings entre as 50...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... universidades mais privilegiadas ou prestigiadas, digamos, da América Latina – 50 da América Latina! Então, qual é o critério?

E aí, quando esse negócio deu um banzé danado, e aí isso sim foi balbúrdia, deu uma balbúrdia danada, veio então esse anúncio do corte longitudinal de 30%, esse sim transformou tudo numa balbúrdia geral! Então, eu pergunto como é que o Governo vê a situação, sequer sem entrar no mérito da questão da troca, já superada a questão da troca de orçamento superior e básico? Como é que o gestor de universidade, Ministro, como um gestor de instituto federal trabalha, em pleno mês de maio, com um torpedo de 30% a menos para gerir o ano, o mesmo ano? Como é que um gestor desses faz? Vocês têm que fazer um manual para o cara poder administrar e gerir esse navio.

Como é que fica a cabeça de um jovem que está lá, um jovem estudante, uma jovem estudante, agora estudando sem saber ou ao saber com certeza que essa instituição onde ele estuda vai chegar no mês de setembro, outubro, sem condição talvez até de pagar luz, sem condição de operar?

Então, essas são as duas questões que eu colocaria inicialmente. Depois a gente pode até voltar a falar mais. De fato, a balbúrdia foi colocada agora, e a gente precisa de esclarecimentos bastante eloquentes da parte do Governo, principalmente em relação aos gestores e mais ainda em relação aos estudantes, que estão numa insegurança danada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Jean Paul Prates, muito preciso também.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro, o senhor estava na Casa Civil tranquilo, jamais pensando em ser... Aqui. Estou aqui à frente. Estou aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, na Casa Civil, não imaginava ser nomeado Ministro da Educação, um ministério tão grande e importante. Subitamente o senhor foi nomeado. Eu me pergunto o seguinte: o senhor se sente verdadeiramente preparado para fazer essa virada importantíssima na educação, na qualidade da educação brasileira? Já que gasta 7% do PIB, dinheiro não vai lhe faltar, o senhor pode apresentar concretamente essas metas durante esses próximos quatro anos e, possivelmente nos próximos 20 anos, tal qual fez a Coreia, como o senhor muito bem citou aqui inúmeras vezes, já que ela gasta 6,3% e o Brasil gasta 7%? O senhor se encontra em condição de liderar esse grande movimento pela educação brasileira?

A segunda pergunta é a seguinte: vem no ano que vem, 2020, a nova Base Nacional Comum Curricular. Eu quero saber como o senhor vai fazer, em 2020, para que as escolas brasileiras efetivamente se instrumentalizem para dirigir, para ministrar as três disciplinas básicas essenciais e as oito disciplinas optativas? Qual é o fundamento? Como o senhor vai preparar, em oito meses, todo esse movimento que há pela frente?

Terceira pergunta. O senhor sabe que o problema brasileiro é o seguinte: quando há um bom diretor de escola, quando há bons professores, o aluno aprende. Eu pergunto: a educação tem ideologia? A educação é de esquerda, a educação é de direita? De que lado é a educação? A educação não é o menino aprender a ler, a escrever e a entender? Não é esse o objetivo?

Então, eu pergunto: como o senhor vai preparar os professores, os diretores do Brasil? Em que tempo? Em que prazo? Como?

São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Confúcio Moura.

Blocos de três titulares e suplentes.

Agora um não membro, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpellar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, eu quero, primeiro, aqui, me dirigir a V. Exa., às colegas e aos colegas Senadores e a todos os que estão nos assistindo na qualidade de alguém que já passou 4,5 anos num banco de uma universidade federal, como aluno do curso de História da Universidade Federal do Amapá, e, durante outros cinco anos – estou licenciado, inclusive, dessa função –, como professor universitário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro, nesse período em que estive na Universidade Federal do Amapá, me permita dizer que não vi balbúrdia. Não vi professor ou estudante andando pelado pelos corredores da universidade. Isso não vi.

O que talvez se chama de balbúrdia seja o direito constitucional que têm professores e estudantes, muitas vezes, como ontem fizeram em todo o Brasil, de reivindicarem os seus direitos a terem investimento em educação.

Eu quero começar citando isso porque esta foi a fala de V. Exa. em reportagem ao jornal *O Estado de S. Paulo*, reportagem da Renata Agostini: "Universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo [abre aspas] balbúrdia [fecha aspas], terão verbas reduzidas".

Mais adiante, completa: "as universidades que não apresentarem desempenho acadêmico esperado". V. Exa. acusou três universidades nesse caso específico: a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Brasília. Uma das alegações é que, se elas não apresentarem o desempenho acadêmico esperado, elas terão verbas cortadas.

O senhor acredita mesmo que essas universidades não alcançaram o desempenho acadêmico esperado? Se V. Exa. acredita nesse princípio, onde sustenta essa crença? Em que base estão os dados dessas três universidades especificamente, porque foram citadas por V. Exa.? Depois, a regra foi geral, foi para todas as universidades federais públicas brasileiras, mas me permita fazer a referência a essas três e perguntar onde V. Exa. sustentou as informações de que essas universidades não alcançaram o desempenho acadêmico esperado?

V. Exa. aqui acrescentou, em relação ao ensino superior, às universidades, ao termo balbúrdia, o dado de que as universidades em regra no Brasil são campos para o uso de drogas. Foi a alegação de V. Exa. aqui na exposição inicial. Após a declaração sobre essas três universidades, foi anunciado pelo MEC o corte em torno de 30% nos investimentos na educação superior.

A contra-argumentação que V. Exa. sustentou aqui também é de que é necessário investir na educação básica. Só que já foi dito aqui pelo meu colega Jean Paul Prates que houve um corte de 2,4 bilhões na educação básica pelo seu Governo.

Parece-me haver um contrassenso claro aí. Diz que é para cortar das universidades, mas há um corte de 2,4 bilhões na educação básica.

Eu quero só citar alguns cortes porque foi parte da sua exposição aqui ainda há pouco.

(Soa a campanha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em construção de creches – V. Exa. falou de creches aqui –, o MEC bloqueou, por exemplo, R\$146 milhões dos R\$265 milhões previstos inicialmente em alfabetização e educação de jovens e adultos, V. Exa. expôs o marco legal, o Plano Nacional de Alfabetização aqui e falou da importância da alfabetização, só que no Governo de V. Exa., em alfabetização e educação de jovens e adultos, a execução atingiu de 41% do previsto, são R\$14 milhões congelados. Parece-me que é um contrassenso atroz sobre tirar de um para colocar no outro. Na prática esses dados revelam que estão tirando dos dois.

Ainda – e já concluo, Sr. Presidente – sobre a educação superior, algumas das alegações aqui colocada e em entrevistas ou declarações suas ou de membros do Governo são de que o Brasil gasta demais com a educação, com os alunos universitários. Em termos gerais, V. Exa. reiterou isso na exposição inicial aqui.

"As universidades públicas não estão sendo eficientes". Em termos gerais, V. Exa. tem reafirmado essa declaração...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Randolfe, permita-me. Só para ser justo com todo mundo, só para concluir porque senão pode ser apresentado esse argumento na réplica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já concluindo. Então, esses são os argumentos.

E a última pergunta: o Governo de V. Exa. anunciou que vai reduzir os investimentos em Sociologia e Filosofia nas instituições de ensino superior que tratam disso. Eu deixo para réplica, porque eu quero saber de onde, pelo amor de Deus, o senhor tirou e o Governo de V. Exa. tirou que a educação, Filosofia e Sociologia não são importantes?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Randolfe, e passo a palavra agora para a exposição do Ministro em função das perguntas feitas. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Ministro me perguntou quanto tempo teria. Eu digo: o tempo necessário e não muito longo.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Vou tentar.

Vou começar pelo Senador Chico Rodrigues. Primeiro, quero agradecer a pergunta de todos e a oportunidade de responder a cada uma delas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente, eu acho que a gente tem que diminuir um pouco a temperatura do embate. Se a gente não diminuir a temperatura do embate, a gente não vai ter a tranquilidade para ter um diálogo com honestidade intelectual e chegar aonde a gente precisa chegar, que é em indicadores melhores para educação.

Vou começar pelo Senador Chico Rodrigues. Eu já tive a oportunidade de conversar com ele em outras situações e ele comenta: "Qual opinião sobre a mudança das universidades para o Ministério da Ciência e Tecnologia?"

Então, assim, o que a gente está programando é aumentar a independência das faculdades, elas não dependerem tanto. É trazer ideias que há no exterior. Não estamos falando de cobrar dos alunos, mas por que as universidades – a gente vai apresentar isso com calma, é o primeiro de muitos debates aqui –, mas não podem ter parceria com empresas, como grupos de iniciativa privada? Por que as universidades no Brasil não podem ser originadoras de pequenas e médias empresas? Isso é a fronteira hoje das universidades no exterior. Você teve a crise de 2008, e os alunos que se formavam não conseguiam emprego. E o que aconteceu com essas universidades? Elas têm um compromisso muito grande com os alunos delas. Elas investiram pesado em empreendedorismo.

Então, hoje o que você tem? Você tem as universidades como incubadoras de pequenas *startups*, de empresas que surgem. A gente poderia transformar essas universidades espalhadas pelo Brasil inteiro com pequenas ações e incubadoras de pequenas empresas. Inclusive o *seed money*, esse pequeno dinheiro inicial... Essas empresas dos estudantes americanos, você com R\$3 mil, com R\$5 mil, com R\$15 mil, você começa. E não estamos falando de fazer um novo painel solar. Às vezes, é um produto mais simples, mas que gera riqueza para a comunidade, para a localidade.

Então, a nossa abordagem – sim, a gente está discutindo com o Ministério da Ciência e Tecnologia – é aumentar a independência das faculdades, acabar com essa visão de que tem que ser uma torre de marfim. Ela tem que buscar o entorno dela, ela tem que permitir, ela tem que ser porosa. As pessoas ao redor têm que se sentir acolhidas na faculdade e procurar soluções nela.

Então, você poderia ter incubadoras para onde depois a gente atrairia os investidores anjos, ou *angels investors*, para buscar essas ideias e transformar essas *startups* em empresas pequenas e médias, gerando riqueza. É evidente que muitas delas vão morrer ao longo do caminho.

Eu até pedi para colocar o Photo Shoot. Se alguém quiser posso até desenhar como que é feito lá fora, como você transforma. Porque você pegar... Por exemplo, você tem cidades no Nordeste... Eu não posso falar, porque daqui a pouco, não é? Mas no Nordeste você tem cidades como Petrolina, você tem Mossoró, você tem cidades no interior, você tem Sobral, em que você, com alguns incentivos, poderia criar centros de criatividade, de *startups*, e isso espalhar e irradiar riqueza, capitalismo, oportunidade para todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como funciona? De cem empresas de *startups*, conseguem sobreviver mais ou menos umas 30, com *angels investors*. Depois dessas, você tem o *private equity*; as pessoas têm outro tipo de investidor e leva isso para uma empresa média ou grande. Imagina todo ano, em cinco ou dez empresas médias nessas regiões aparecendo, porque, de cem *startups*, passados alguns anos, elas viram empresas médias. E isso é uma geração de riqueza e oportunidades que hoje estão sendo desperdiçada. Por quê? É um pouco isso que o Senador Confúcio falou: educação não deveria ter ideologia. Isso eu falava na faculdade, porque eu me deparava muito com esse debate. Eu encontrava alunos que entravam na minha sala de aula e falavam: "Professor, estão ensinando que a ciência é burguesa". Estou numa escola de negócios. A ciência é burguesa. Herbert Marcuse, da Escola de Frankfurt, falava que a ciência é burguesa. "Professor, ensinaram agora que a Matemática está a serviço do imperialismo". "Professor, falaram que a Biologia é opressora". "Meu Deus, aqui não deveria ter dogmas, aqui é o templo da ciência. E a ciência não pode ter dogmas. O método aristotélico é baseado em evidência empírica. Por mais bonito que seja o meu raciocínio, se, ao final eu não conseguir constatar empiricamente que ele é verdadeiro, ele tem que ser descartado. Então, muito obrigado por essa colocação.

Quanto à situação das universidades, eu gostaria de reforçar, porque foi abordado por quase todos os Senadores: não houve corte, não há corte. Vou repetir: não há corte, há um contingenciamento. Se a economia tiver um crescimento... Não é recuperar, porque a gente está nesse marasmo a perder de vista, não há recuperação, não é? Virou... A gente está numa tristeza há muito tempo. Mas se a gente tiver um crescimento econômico com a aprovação da nova previdência... Eu acredito nisso. Passou, é só o que falta. A gente já voltou a consumir bens duráveis, a gente já voltou a normalizar, comparado a um ano atrás, dois anos atrás, quando a gente tinha paralisado o consumo de tudo. A gente já voltou. Está faltando aquele último gatilho, que é investimento em infraestrutura, investimento em máquinas e equipamentos, contratar mais gente. Então está faltando esse último estilo. Isso vai retomar a economia. Retomando a dinâmica, aumenta a arrecadação, a situação volta a se normalizar, se descontingencia.

Não há corte. Foi um contingenciamento, que foi... Não é imposto, a gente precisa cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. É básico, porque senão estoura o País. Até descumpra a lei, tem que cumprir. A economia impôs esse contingenciamento diante da arrecadação mais fraca, e nós obedecemos. Eu tenho que obedecer às leis.

Então eu agradeço por ter comentado, e a minha proposta diante do contingenciamento dos reitores é o que eu faria para qualquer dono de empresa, administrador de empresa, de pequeno negócio. Vamos conversar? "Ai, meu Deus, não dá para fazer nada". Salário está totalmente... Numa empresa normal, a pior coisa que há... Mandar uma pessoa embora porque a pessoa aprontou é administrável; mandar uma pessoa decente embora porque você não tem como pagar é muito ruim. Isso, na iniciativa privada, a gente tem que fazer às vezes. Nada foi cortado da folha de salários. Zero.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está aberto a conversar com todo mundo. Se houver alguma coisa que está empecilhando, eu me disponho a levar o reitor ao Ministério da Economia e ao Presidente para discutir o ponto que precisa. Mas precisamos dar transparência. Traz os números, pode ser até aqui, apresenta. Não dá para cortar em nada? É sacrossanto o orçamento? Não há uma migalha que dê para melhorar? Não existe margem nenhuma de melhora? Uma universidade na média custa R\$1 bilhão. Eu vou repetir: uma universidade – a gente tem 65 – custa na média R\$1 bilhão. Não dá para buscar nada? O País, está todo mundo apertando o cinto.

Eu me disponho ao diálogo. Eu sempre me dispus ao diálogo. Eu só não converso com quem prega a violência, e acontece muito. Enquanto estiver conversando, tem uma visão diferente, estou dialogando. Quando levanta e fala "eu vou te matar", eu paro de conversar. E aconteceu isso na universidade comigo. Está documentado. Minha família foi ameaçada de morte, meus filhos foram ameaçados de morte. Eu perguntei para um aluno abertamente: meus filhos pequenos também, o senhor quer matar?

Enfim, vamos voltar para o assunto, porque é um assunto polêmico, e eu não queria polemizar.

O senhor perguntou dos inadimplentes do Fies. Eu entendo que pode gerar incerteza para esses alunos que estão na universidade. Mas a incerteza dos alunos que estão nas federais – e eles são 25% do total de alunos no Brasil – é menor do que para os 75% dos alunos que estão em instituições privadas, onde muitos deles, 500 mil, estão com o nome sujo porque não conseguem pagar o financiamento.

A gente está em uma situação de incerteza no Brasil, e o Congresso está com a capacidade de interromper essa incerteza aprovando a nova previdência. Isso iria dirimir muito essas incertezas, por isso que eu volto ao assunto.

Deixa eu comentar aqui... Do Senador Chico Rodrigues, eu acho que respondi as três.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Mais rápido, não é? Peço desculpas.

Para o Senador Prates, de novo, não é corte. Senador Prates; é contingenciamento. Se a gente conseguir passar a previdência e voltar a arrecadação, volta o Orçamento.

Limite constitucional de 70%, ensino superior. A margem de fato. Eu tenho que obedecer às leis e à Constituição, mas aqui é a Casa para a gente discutir isso. Estamos aqui justamente... O Executivo executa o que é determinado pelo *board*, pelo Congresso, pelo Parlamento, e aqui é a Casa para a gente discutir isso. Por que não?

Bom, a questão do bloqueio, da educação básica... Aí, os números não são exatamente os que a Andifes mostra, mas isso pode ter um debate longo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não houve diferença; foi igual para todos. É verdade! Foi um contingenciamento linear. O senhor comentou e eu concordo.

A questão dos números. Olha, assim, a base para a conta é a paridade do poder de compra. Então, o número que a gente apresentou está aqui, é público. Se o senhor achar algum erro, eu me coloco à disposição para discutir, mas a paridade do poder de compra é o método mais adequado para a gente comparar isso.

Quanto ao anúncio, à forma como foi, acabou sendo contingenciado para todo mundo. Então, não vejo nenhum impacto maior.

Como um gestor trabalha com 30% a menos em um ano?

De novo, 30% é sobre uma parte pequena do volume total de despesas. Não são 30% sobre o todo. Um empresário, um dono de empresa, uma pessoa que está à frente, às vezes, tem de fazer um corte de 20% no orçamento geral. É um corte somente sobre a parte discricionária. A folha de pagamento está integralmente preservada, o refeitório dos alunos está integralmente – integralmente! – preservado.

Às vezes, em casa, a gente tem que cortar mais fundo do que isso; às vezes, a gente tem que entrar no refeitório, tem que cortar no refeitório. Não está acontecendo isso nas universidades federais. O apoio aos alunos, integralmente respeitado; o salário dos professores, integralmente respeitado. Eles são 25% do total de alunos no ensino superior. No ensino privado, as universidades privadas, que atendem 75% da população, às vezes, têm de mandar gente embora; às vezes, tem que piorar. Então, assim...

Como fica a cabeça de um jovem, se tiver dúvidas... Em outubro, pagar a luz?

Veja, se a gente não passar a previdência, a gente vai para um cenário de estresse. Não é só o MEC que está com essa perspectiva; todos os ministérios estão com essa dinâmica, em maior ou menor grau.

E, de novo, eu peço para ter o diálogo. O reitor que vier aqui com uma situação emergencial e me mostrar, provar que realmente não tem nada onde buscar um centavo, como se faz em qualquer lugar... De novo, são sacrossantos? Eu vim de lá; eu vim de uma federal.

Eu acho que respondi essa do Senador Prates.

A do Senador Confúcio, e agradeço a pergunta do Senador Confúcio: "O senhor está preparado para fazer a mudança na educação brasileira?".

O Presidente Bolsonaro tinha dois Weintraub à disposição dele. Ele tinha o Abraham Weintraub e o Arthur Weintraub. O meu irmão... Dá para ver que eu sou relativamente tímido no contato mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próximo. Eu geralmente não falo a respeito da nossa vida pessoal, de forma alguma. É uma experiência nova para mim. Mas o meu irmão é uma das pessoas mais qualificadas do ponto de vista acadêmico: graduação, mestrado, doutorado na USP. É o primeiro doutorado em previdência privada no Brasil, tem pós-doutorado, é pesquisador em Harvard. O Larry Beeferman, que era o pesquisador chefe em Harvard, veio ao Brasil para escrever um artigo sobre previdência com o meu irmão, que foi publicado na revista de Harvard.

Inclusive, naquela época, eles gravaram o apoio deles para a Marina Silva, caso ela fosse para o segundo turno. Naquela época, a gente foi massacrado na Universidade Federal de São Paulo por não dar apoio à pluralidade. "Você pode escolher entre Dilma e Dilma". Não havia espaço para a Marina. A gente foi massacrado.

Mas voltando. Eu não quero polemizar, eu quero voltar. *(Risos.)*

O meu irmão, falando assim, "mamãe teria muito orgulho dele", é pesquisador em Harvard, professor na Universidade de Milão, professor na Universidade do Chile. Tem eu acho que mais de 50 citações no STF, citações positivas, citações do ponto de vista jurídico.

O Jair dificilmente; dificilmente não, nunca houve alguém com o mesmo grau de qualificação acadêmica no MEC, no Ministério, o MEC, como o meu irmão. Por que o Presidente Jair Bolsonaro me colocou lá? Primeiro que o meu irmão é uma pessoa muito boa e o MEC está muito cascudo. A guerra que havia há poucos meses acabou. Então, você tinha que colocar a bola no chão.

A segunda coisa é que a minha formação acadêmica é robusta. Estão tentando me desconstruir, coisas até feias estão fazendo ao meu respeito, mas ela é robusta. Eu estou bem acima da média dos últimos 15 Ministros que passaram por lá, mas bem acima, em termos de qualificação e em termos de nomes de universidades das quais eu vim. Foi vazado o meu boletim. Eu entrei na faculdade, na USP, na economia, com 17 anos recém feitos. Eu poderia ter entrado com 14. Quando eu fiz o vestibular como treineiro, eu já tinha nota para entrar. É só ir atrás. O mesmo cara que conseguiu vazar é só ver a minha nota na Fuvest, o criminoso que vazou. Mas não tem problema.

Voltando.

O que eu trago de diferente? Eu tenho uma experiência de mais de 20 anos como gestor, de pegar desafios, grandes corporações, times, colocar os times com metas, fazer ajustes. Eu não vou acertar 100%. Certamente, vai ter um ou outro time que vai precisar de ajuste e entregar no prazo, com qualidade e no orçamento.

Eu não quero me vangloriar de novo, mas eu fui avaliado, em avaliações de 360 graus, fechadas, isto é, as pessoas que estavam no meu time, as que respondiam para mim, os meus colegas, diretores,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e o meu chefe me avaliando, eu fui, por vários anos, avaliado o melhor lá no Votorantim. Então, é isto que eu trago: a capacidade de fazer mudanças.

E uma coisa que... Aí eu tenho que admitir também, porque é um exercício de falsa modéstia total. Eu nunca falei isso. Eu nunca me expus dessa forma. É preciso ter coragem para fazer essa mudança. Há muita gente contra. Há muitos interesses corporativos, privados. Há muita gente pendurada nesses 160 bilhões que não aceita mudança nenhuma, "só joguem mais dinheiro aqui". É preciso ter coragem para fazer isso. E isso, evidentemente, fica muito claro. Eu entrei, lá atrás, dando apoio – eu e meu irmão – à Marina Silva. A gente deu apoio aberto para Jair Bolsonaro. Fomos cassados, quando ninguém falava de Jair Bolsonaro. Então, coragem a gente tem. É um pouco difícil falar a respeito de si mesmo sem parecer muito arrogante, não é meu hábito.

Igual à Coreia? Não. Eu não consigo fazer igual à Coreia. Não é essa a nossa meta. Eu acho que não é possível a gente chegar, num horizonte rápido, à Coreia. Não dá. Eu não consigo. A nossa meta é Chile. Se a gente conseguir ficar igual ao Chile, é da água para o vinho. Então, a gente tem que ser, como Executivo... Aqui falando e sendo muito sincero, se fosse para me oferecer esse emprego aqui – é quase uma entrevista de emprego –, se fosse para me oferecer a vaga e falar: "Você consegue entregar esse resultado igual à Coreia?". Não, eu não consigo. "E ao Chile?". Ao Chile, dá. Tem que dar. Não aceito ficar pior que o Chile.

Tenho condição de liderar? Acho que sim. E isso não é mérito meu. Isso é uma dádiva, depende... A César o que é de César; a Deus o que é de Deus. Aqui a minha profissão, 100% racional, a razão, a ciência, mas eu tenho a minha fé. Eu acho que não tenho mérito nenhum de ter as habilidades intelectuais que tenho. Eu herdei isso. Foi uma dádiva. Então, acho que sim.

Ideologia, eu concordo com o senhor. Chega, chega disso, chega dessa porcaria. E quero falar que já tem alguns impactos. O MEC, eu acho que deixou de... O que está havendo hoje na mídia é a tentativa de me desconstruir na minha pessoa física. Foram buscar, 30 anos atrás, o meu boletim do primeiro ano da faculdade. Eu era mais jovem do que esse assassino de professor, que hoje é tido como vítima social, que vai sair em três anos porque vai fazer 18 anos daqui a três meses. Matou um pai de família, um cara que foi defender a professora. Ele foi defender a professora que estava sendo agredida. Esse delinquente foi para casa, pegou uma arma e descarregou. Esse tem que ser perdoado. Eu tive problemas pessoais, fui mal no começo da faculdade da USP. Eu sou a pior excrescência da humanidade.

Ah, e há mais uma coisa, para os que me chamam de nazista, um detalhe: eu sou vira-lata. Metade da minha família é brasileira desde sempre. Eu sou descendente de índio, de negro. Tenho como provar isso porque até fiz o teste de DNA por curiosidade. Minha família por parte de mãe está no Brasil desde sempre. Por parte de pai, são pessoas do norte da Europa. O meu avô e a minha avó, os Weintraub, eram branquinhos que nem uma folha de papel aqui. Se eu sou moreno desse jeito, é porque o meu outro avô nasceu na Ilha do Marajó, caboclo, família que veio do Ceará. Mas voltando, falaram que eu sou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nazista. O meu avô foi para campo de concentração. A minha família foi exterminada. É incrível. Não há limite no debate. Não há decência. Não há escrúpulo. É uma vergonha total. Como alguém me chama de fascista, de nazista? É a coisa mais absurda, Abraham Weintraub, nazista. Como alguém fica do lado de alguém que fala uma coisa dessas? Enfim, fico até um pouco emocionado. Senador Randolfe, corte de 30% não é corte, é contingenciamento. Universidade Federal do Amapá. "Cada um conhece a realidade das universidades, do *campus*; o senhor nunca viu". Eu não vou discutir. O meu objetivo era abrir o debate. Eu, como uma pessoa que tem o raciocínio baseado no pensamento aristotélico, acho que a gente não pode ter preconceitos e julgamentos em abrir a discussão, desde que ela seja cordata, desde que seja educada, como está sendo aqui.

Os nomes que eu citei... Talvez aqui, ali, mas abriu-se a discussão. Há 30 dias não havia essa discussão no Brasil e hoje ela está presente. Eu acho que nós, como Nação, como brasileiros que somos, vira-latas. Nós somos vira-latas. E a gente tem essa característica de ser mais tolerante. Isso de querer dividir a gente é uma coisa recente. Não, você assim, você assado. Não havia isso. Somos todos brasileiros. Nós, como Nação brasileira, já estamos maiores do que estava há 30 dias só pelo fato de a gente estar discutindo isso. Há 30 dias não havia essa discussão que existe hoje. Isso é errado?

"Ah, este Governo é responsável por tudo o que aconteceu de ruim no planeta, no hemisfério". Não, a gente tem 120 dias. A gente está herdando uma situação de décadas de destruição do País. Então eu não concordo que todos os males com que o Brasil se depara são oriundos deste Governo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Eu não falei isso.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O Governo atual... As creches estão sendo cortadas. Quantas creches? O senhor falou das creches. Quantas creches o Governo da Dilma fez?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, eu não falei isso. Eu falei dos cortes deste Governo. Eu não estou desmerecendo os cortes que houve antes.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Não há corte nenhum. É contingenciamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado pelo sinônimo.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Não é sinônimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É um sinônimo sim, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só um minuto.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Obrigado pela palavra. Tirar de um para dar para outro. Não é isso que eu estou falando. Eu estou querendo abrir o debate. Não estou querendo tirar de um para abrir para o outro.

E quanto à Sociologia e Filosofia, se o senhor olhar no YouTube... Isso está disponível no YouTube. A minha frase toda era falando sobre o que foi feito no Japão. Está no YouTube isso aí. Toda a conversa está no YouTube. Estava mostrando o que fez o Japão, que é um país bem mais rico que a gente, que tem indicadores muito melhores, cuja sociedade está em outro patamar.

É isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Réplica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, sem dúvida. Eu só quero dizer o seguinte: cada Senador teve cinco minutos e até me foi perguntado quanto tempo que o Ministro teria para as respostas. Eu só quero então dizer o seguinte: eu acho que a gente tem que avançar nas possibilidades de os Senadores e Senadoras colocarem seus pontos de vista. Então cada um terá réplica de dois minutos e o Ministro terá a soma de dois vezes quatro, oito minutos. Está certo?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Eu só gostaria de considerar que quanto mais perguntas cada um faz para o Ministro, alonga mais ainda a resposta dele, dificulta a situação. Eu posso fazer cinco perguntas rápidas, que é o MEC inteiro aqui. Duas, três, que ele vai... Então, a gente tem que medir, dosar quantas perguntas. Acho que vai ser mais interessante pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não tanto perguntas, porque as pessoas podem fazer considerações, mas vamos para as réplicas, em primeiro lugar.

Sim?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Cada Senador tem direito ao seu tempo e, dentro do seu tempo, a falar, intervir...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Exato!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... da forma que entender melhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pode ser uma pergunta, duas, colocar o posicionamento, reflexão, mas...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O que eu estou falando – desculpa, Presidente e Eliziane – não é para podar o Senador; agora, tem que aguentar também o tempo da resposta, porque, senão, fica incompleta a nossa satisfação. Se nós fazemos, em cinco minutos, dez perguntas, ele vai levar quase uma hora para responder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, para uma questão de esclarecimento. Presidente, aqui!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Se for possível, se é possível que as réplicas sejam ao final, porque, nessa lógica, quem está inscrito, a partir do décimo, não vai ter tempo de falar. Então, se for possível, regimentalmente, que as tréplicas sejam ao final, eu peço que a Mesa faça esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas, infelizmente, não é possível.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, senão deixa de ser réplica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Regimentalmente... Vamos partir...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu não concordo, Presidente. Com licença, eu não concordo. Por quê? Porque nós poderíamos não dividir em blocos e fazer as perguntas de todo o mundo, 100%, e aí, sim, começaria a réplica, ao final de 50 pessoas. Então, réplica não tem que ser obrigatoriamente, pelo Regimento, de três em três.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ou nós mudamos a réplica, mudamos o formato, e todo mundo pergunta de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É que nós colocamos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu acho justo o que o Marcio colocou.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, eu sei. É que nós colocamos, ao início desta audiência pública, que a regra seria esta: três membros, mais um não membro e depois também a réplica.

Mas vamos ver como as coisas caminham, particularmente no segundo bloco. Já falei com o Ministro também para podermos ter o tempo suficiente, sem prejudicar, mas obedecendo ao tempo geral.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, eu fiz uma proposta de encaminhamento. A Mesa não é obrigada a seguir uma regra estabelecida desde o começo se prova que vai excluir do debate a maior parte dos Senadores. Então, a Mesa pode usar do bom senso e pedir uma votação rápida se o encaminhamento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Marcio, eu estou pedindo um minuto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – É possível!

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Estou pedindo um minuto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Eu quero terminar o encaminhamento, Presidente.

Então, estou sugerindo, concretamente, ao Presidente, que submeta ao Plenário. Simples assim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É que deixará de ser réplica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não existe essa vinculação imediata da resposta.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Exatamente! Não existe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Todas as perguntas podem ser feitas, e a réplica ao final de tantas quantas sejam as perguntas. Isso Ruy Barbosa definiu quando escreveu a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Certo. Então, eu pergunto ao Plenário, para ver se há consenso em termos da réplica. Deixamos eventual réplica para o final?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, porque contraria o princípio da réplica, mas se for decisão da maioria do Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, não há consenso nesse sentido.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, tem orador aqui já... Essa primeira parte já foi.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Como?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Vamos para o sexto Senador, Sr. Presidente

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. Então, em primeiro lugar, rapidamente, dois minutos, mas depois eu peço a compreensão do Ministro.

Chico Rodrigues, vai utilizar a réplica ou não? *(Pausa.)*

Não.

Jean Paul Prates.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, mas rapidamente. Dois minutos rapidamente aqui.

Soa-me um pouco como... Tenho ficado um pouco cansado dessas estratégias do Governo de bater e assoprar, bater e assoprar, dizer que está falando uma coisa e não está.

Na verdade, essa questão de corte e não corte, ou de contingenciamento, é retórica. Na verdade, isso é um corte temporário que pede aos gestores que venham se subordinar, pedir ou expor situações específicas, que serão decididas caso a caso. Então, isso é uma espécie de... E, indiretamente ao Parlamento, soa-me também um pouco como chantagem, porque, em todas as áreas, agora é esta coisa: se a previdência passar, tudo é liberado; se a previdência não passar, não é liberado; se você tiver um probleminha mais sério, venha falar comigo, que eu resolvo.

Então, é uma coisa muito subjetivista, a gente acha, inclusive, que isso é inconstitucional. Vamos tratar desse assunto mais à frente. Acho que isso é um pouco cansativo.

Enfim, outra coisa cansativa é o diálogo: "Estou aberto para o diálogo". Muito bem! Mas eu não converso com quem ameaça de morte. Mas quem falou em metralhar petista, e eu me senti diretamente atingindo por isso...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... na época da campanha, não fomos nós, não fomos nem um lado nem outro. Enfim...

Eu acho que ver o pessoal da educação, Ministro, como adversários, sempre colocá-los assim, como se estivessem do outro lado, como se fosse um *status quo* a modificar, é um pouco perigoso. Eu acho que a minha sugestão nesta réplica seria, já que o senhor disse "vamos conversar, vamos dialogar, estou aberto ao diálogo", que ouça, que receba essas entidades. E a essas entidades eu também peço que vão, que cheguem ao Ministro.

Nós temos aqui, agora, neste momento, presentes a UNE, a Fasubra, o Sinasefe e outras entidades importantes, que têm notas e posicionamentos importantes já exarados sobre esses cortes e sobre outras situações da educação. Então, peço-lhe que finalmente ouça esse pessoal oficialmente, emita suas opiniões sobre o que eles vão colocar e, enfim, que trate desse assunto com um pouco mais de abertura.

Muito obrigado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer a V. Exa. que esta audiência, obviamente, tem seus limites. Se nós formos extrapolar, porque além dos Senadores, há Parlamentares, Deputados Federais também aqui presentes querendo interpelar o Ministro, se for estender toda essa discussão nesta audiência, vai terminar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Essa discussão não aconteceu. Esta audiência pública, ou, vamos dizer, a autoridade para pergunta ou questionamento, por ser no Senado, é dos Senadores e Senadoras. Os Deputados e Deputadas são muito bem-vindos, e o Ministro inclusive estará na Comissão de Educação na Câmara dos Deputados na próxima semana.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro, é o seguinte: eu estou apresentando, para apreciação dos colegas Senadores, uma proposta de emenda constitucional que coincide com o que V. Exa. expôs, dando, assim, uma abertura para as universidades, inclusive na captação de recursos.

Por exemplo, a UnB capta, aqui na praça – ela tem aluguéis, ela tem uma série de recursos – 150 milhões. E esse recurso ela não pode aplicar. Esse recurso é contingenciado também. Então, a minha proposta, que eu submeto aos colegas Senadores, é nesse sentido, de que a captação de recursos pelas universidades brasileiras possa ser revertida em custeio para a própria máquina.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, Ministro, primeiramente eu quero saudar sua autoestima ao destacar que o senhor foi o melhor Ministro dos últimos 14 anos. É paradoxal somente o senhor ter afirmado isso e ter vindo proveniente de uma universidade federal e propor, abre aspas, "contingenciamento das universidades federais, das universidades públicas, das universidades estaduais".

Segundo, Ministro, a sua atitude agora demonstra que não gosta do diálogo. Não é quem está do lado de cá. Quem não gosta do diálogo, quem prega a violência é o Governo de V. Exa. Passou a campanha dividindo o País, pregando ódio, falando que havia fantasmas comunistas, que qualquer um que é da oposição é comunista. Quem prega a violência e ausência de diálogo é o Governo de V. Exa., é o Governo que V. Exa. serve concretamente. Aqui há, inclusive, uma oposição que está disposta ao diálogo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. destaca aqui que o chamado contingenciamento foi de acordo com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal já é definida no Orçamento do Ministério da Educação quando este Congresso o aprova, e é este Congresso que tem que definir qual dever ser o tal contingenciamento.

Por fim, Sr. Ministro, parece adequado o senhor colocar reforma da previdência como chantagem...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para os estudantes universitários e para as comunidades universitárias. Isso é chantagem, não tem outro nome. Aqui foi colocado.

Por fim, por último mesmo: veja, o senhor fala da Filosofia e da Sociologia, e usa o exemplo do Japão. A formação de V. Exa. é em Economia, os principais matemáticos foram filósofos: Aristóteles, Tales de Mileto, Pascal e tantos outros. A formação sua foi baseada inclusive em princípios filosóficos. É uma contradição em si a sua atuação, e sua resignação ao nos ouvir é a demonstração de quem aqui não quer diálogo.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Passo a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Eu gostaria de sugerir ao Ministro Abraham que não entrasse nesse jogo e respondesse pontualmente aquilo que é específico da sua audiência pública.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não estou jogando, não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – E aí, nós, na verdade, haveríamos de pacificar esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, Senador Chico Rodrigues...

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – A intenção do Senador, que é preparado, competente, a reação muitas vezes é natural em relação a algumas respostas... Mas, senão, nós vamos passar aqui o resto do dia, porque vem mais torpedos aí pela frente, e V. Exa. vai se desviar do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Chico Rodrigues e Senadores, eu passo a palavra ao Ministro porque o Ministro está numa audiência pública, e os Senadores e Senadoras têm todo o direito de perguntarem aquilo que julguem importante em relação ao tema. Eu até falei isto para o Ministro: "Olhe, quando a gente está num cargo de Ministro, a gente tem que atender todas as dúvidas que acontecem. Muitas podem ser procedentes, outras não, mas tem que dizer por que são ou por que não são também".

Então, eu dou a palavra ao Ministro agora, e quero que os Senadores e Senadoras tenham toda a liberdade, dentro de regras de respeito obviamente, de questionar aquilo que julgarem importante.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Bom, vou começar, de novo, sempre puxando para o pessoal. Vou inverter um pouco. Eu vou chegar na questão da abertura.

Eu acabei de falar, está à disposição, está gravado o que eu disse; eu nunca falei que eu sou o melhor Ministro dos últimos 14 anos. Eu falei que o meu irmão teria mais credenciais acadêmicas. Então, é fácil de checar. Mas, tudo bem.

No caso de receber os reitores, a gente já tem um dado: a gente já recebeu mais de 20 reitores nos últimos 30 dias, tá? Então, de novo, a gente está à disposição para receber os reitores e outras pessoas que queiram dialogar.

E a última coisa que eu queria comentar é que, em muitos casos, na média do orçamento que está liberado para as universidades, elas estão abaixo dos 80%, em alguns casos. Isto é, elas podem gastar, não está havendo corte neste momento. Elas não têm que segurar a despesa neste momento. De fato, em outubro vai haver problema, mas daqui até outubro eu espero que a situação melhore. Então, na média está em 75% do orçamento disponível o que está sendo gasto. Podia até aumentar, ampliar o gasto.

Então é isso, gente, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – Mais alguma coisa...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Não, não gostei, mas tudo bem. Obrigado.

(*Manifestação da plateia.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu peço só que não haja, como a gente já colocou antes, manifestações.

Agora, só deixando muito claro: nós, Senadores e Senadoras, somos questionados pelos eleitores o tempo todo – gostemos ou não, achemos que têm razão ou não. Aqui nós estamos no Congresso Nacional, então Senadores e Senadoras têm todo o direito de perguntar, de sugerir, porque o que queremos é que o Brasil também progrida, se desenvolva e tenha na educação um instrumento mais básico para o seu desenvolvimento. E temos que trabalhar juntos: Congresso, Executivo, Judiciário e a sociedade, não é?

Eu passo a palavra agora para o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar Ministro.) – Inicialmente, Presidente Flávio Arns, o meu agradecimento pela compreensão dos colegas, pois eu seria o último neste bloco, mas preciso sair posteriormente à resposta do Ministro para ser o Relator de um projeto lá na CTFC – nem sei se ela vai me esperar, não é?

Eu me sinto contemplado aqui por muitas perguntas – muitas, para não dizer todas –, em função da qualificação delas. Então, eu vou entrar aqui, Sr. Ministro, de forma respeitosa, porque há pontos de seus pensamentos, ou de suas declarações, a meu ver, de forma humilde, pontos até "polichinclos", porque eu não consegui entender, e queria ouvir de sua própria voz.

Flaubert dizia que um homem pode ser bem qualificado, ou não, em função do que ele pensa, do que ele fala quando vai assumir um cargo da importância como o da Educação. Como o Twitter tem sido hoje uma ferramenta muito perigosa neste País e muito mal usada, às vezes, por quem antes de acionar a boca não liga o cérebro, até porque nas vezes principais não o tem, não possui o cérebro, e aí sai uma bobagem – não é o seu caso: o senhor é um homem culto, preparado. Mas, aqui – abro aspas –, palavras do senhor: "Para quem conhece universidades federais, perguntar sobre tolerância ou pluralidade aos reitores (ditos) de esquerda faz tanto sentido quanto pedir sugestões sobre doces a diabéticos" – fecho aspas. Esse texto, Sr. Ministro, é de postagem feita em seu Twitter no dia 1º de maio, feriado relativo ao Dia do Trabalho.

Respeito o direito de expressão de qualquer cidadão, isto é uma democracia, mas acredito que o senhor foi muito infeliz em duas vertentes.

Respeitosamente, a primeira: por ter generalizado em relação aos reitores. A meu ver, teria de precisar quais são os reitores – quais são os reitores de esquerda, de direita – que agem de forma a serem passíveis de enquadramento em crimes de responsabilidade por estarem agindo fora dos critérios exigidos na Administração Pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em segundo lugar, creio que faltou sensibilidade – o que se exige de um educador –, na medida em que o senhor fez blague com a situação de quase 20 milhões, ou 30 já, de brasileiros diagnosticados com diabetes, entre os quais eu me incluo – por isso não ter a visão, como lhe apresentei no início. O senhor acha que a forma como colocou, no mesmo balaio, reitores e diabéticos é adequada para o Ministro da Educação?

Segundo questionamento: como Ministro da Educação, o senhor se lembra do que aconteceu em 10 de maio de 1933? Sim ou não? O senhor se lembra? Se o senhor não se lembra, Ministro, respeitosamente, assim como esse dia foi muito triste para a humanidade, também será muito triste se o Ministro da Educação não se lembrar de que os nazistas iniciaram uma grande fogueira de livros, convencendo os alienados da época de que destruir a educação era a melhor solução. O que o senhor pode garantir aqui neste momento sobre o que vai fazer com todo amor pela Pátria amada para não vermos nossa educação literalmente destruída? Para o senhor, como deve ser a vida acadêmica num *campus* universitário?

E, para concluir, em um vídeo que circula na internet, o senhor declara – aspas –: "Os comunistas são o topo do País. Eles são o topo das organizações financeiras; eles são os donos dos jornais; eles são os donos das grandes empresas; eles são os donos dos monopólios" – fecha aspas. O senhor poderia citar o nome desses grandes comunistas capitalistas? Seria um Joseph Safra? Seria o Moreira Salles? Ou os Moreira Salles? Seria um Eduardo Saverin? Um Lemann? Serão esses magnatas membros de um comando secreto que quer implantar o comunismo no Brasil?

É isso que eu gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Kajuru.

Passo, em seguida, a palavra para o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar Ministro.) – Bom dia! Aliás, boa tarde a todos!

Eu vou direto ao assunto para que a gente economize tempo.

Ministro, se o problema da universidade é a balbúrdia, V. Exa. acredita que esse contingenciamento vai acabar com ela? Hoje já houve várias paralisações Brasil afora nas universidades. Acredita que esses possíveis cortes... Para não falar em cortes e também não ter a briga juntamente com o Senador Randolfe sobre corte e contingenciamento... Isso é uma questão realmente de estudar melhor o português. Eu sou engenheiro, não sou nenhum professor. Eu prefiro falar já em possíveis cortes, substituindo contingenciamento. Será que esses possíveis cortes vão causar realmente essas ações? Porque eu acho que, a partir do momento em que foi veiculado esse contingenciamento, aí sim que se está instalando uma balbúrdia no País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria perguntar ao Ministro: quanto custa tirar a roupa e fumar baseado dentro de uma faculdade? Por outro lado, quanto custa fazer pesquisa científica e extensão a sério? Quanto custam reatores de laboratórios? Quem é prejudicado com os possíveis cortes? É a parte da universidade que faz a balbúrdia? Ou são justamente aqueles que produzem?

Está ficando evidente, Ministro, que está havendo uma certa desculpa para que esse corte futuro de verbas venha a sucatear o ensino público superior brasileiro.

Considerando ainda, Ministro, que a UFBA e a UnB são destaques em avaliações interacionais, como mostrou a última publicação da britânica *Times Education*, como melhores avaliadas, e que, na classificação da América Latina, a Universidade Federal da Bahia, do meu Estado, passou da 71ª para 30ª colocação e também aparece entre as 400 melhores instituições do mundo no curso da área de saúde – imagine se não houvesse balbúrdia, hein, Ministro? –, qual o critério utilizado por V. Exa. e equipe para determinar o desempenho acadêmico esperado pelas instituições, principalmente nas três que sofreram inicialmente o contingenciamento, com possíveis cortes futuros de maneira indiscriminada de suas despesas discricionárias por volta de 30%?

Concluo, Sr. Ministro. V. Exa. tem dito que votar a previdência resolverá os problemas financeiros do Brasil de imediato. Realmente, como se diz na terra, só um pai de santo para poder prever o que vai acontecer no futuro. V. Exa. acredita mesmo que o País passará a ser o paraíso financeiro após a previdência ou é simplesmente, como disse o Senador Randolfe Rodrigues, uma chantagem para poder encobrir algo que está escondido neste País?

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Sr. Ministro Abraham, como a discussão é bastante abrangente, eu vou me restringir às duas questões mais atuais, mais prementes de tudo que se discutiu até agora, quais sejam, o contingenciamento – que o senhor define assim, mas que a imprensa brasileira hoje define como corte – e a questão do ensino infantil.

Durante a sua explanação, Ministro, o senhor fez uma afirmação que resume bastante a política educacional do Governo. O senhor disse que, no Governo atual, se gastou demais no telhado. Telhado o senhor define, evidentemente, como o ensino superior. E no plano de meta que o senhor expôs há pouco, a meta número um é a educação infantil, o que, em princípio, é bastante saudável. Agora, na medida em que há esse corte, ou contingenciamento, de 30%, estamos vendo que inúmeras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

universidades estão ficando muito mal. No meu Estado, por exemplo, há uma grita geral hoje das principais universidades do Rio Grande do Sul, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é uma das melhores do País, a Universidade de Pelotas, a Universidade de Santa Maria, a Universidade de Passo Fundo. Os reitores estão aflitos. O reitor da Universidade de Pelotas chegou a declarar à imprensa hoje, em Porto Alegre, que, se não tiver esse recurso, fecha a universidade em setembro.

Então, a pergunta primeira: não foi muito radical, não está sendo muito abrupta essa definição do contingenciamento de 30%?

Segunda pergunta: está havendo um contingenciamento, ou corte, porque não há esse recurso? Ou haverá um redirecionamento dessa verba para outros setores, quem sabe o caixa único, sabe-se lá o quê? Então, essa pergunta eu gostaria muito que V. Exa. respondesse, isto é, sobre o corte, ou contingenciamento, de 30%. Por quê? Para onde vai? Ou não há essa verba?

Outra pergunta: com a valorização do Fundeb, que o senhor salientou bastante... Nós sabemos que, no ano que vem, teremos o último ano de vigência do Fundeb, e há aqui no Congresso Nacional uma PEC propondo que o fundo da educação básica se incorpore à Constituição brasileira para que para sempre exista o Fundeb. Qual é o projeto? O que pretende o Governo com relação ao Fundeb?

E uma última pergunta: se hoje o ensino básico compete aos Municípios, o ensino médio compete aos Estados, o ensino superior compete à União, mas o Governo dá valorização máxima ao ensino básico, que hoje toca principalmente aos Municípios, que estão com grandes problemas financeiros, de que modo a União vai socorrer, vai ajudar isso que é básico, isso que é fundamental, isso que é o projeto prioritário do Governo, o ensino básico? Vai ajudar os Municípios? Vai ajudar o ensino médio dos Estados? Ou vai deixá-los nas dificuldades hoje existentes?

Essas são as perguntas que pretendia fazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpellar Ministro.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Ministro.

Sr. Ministro, o senhor, durante uma hora, apresentou, aqui no Senado, um diagnóstico e poucas propostas.

Com relação ao diagnóstico, não existe nenhum tipo de grande divergência no Brasil. O diagnóstico da educação é razoavelmente sólido, o problema está na execução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, o senhor acerta no diagnóstico que faz quando diz que é necessário desarmar espíritos, deixar de lado preconceitos, habilitar o diálogo entre partes diversas, mas também aí o senhor erra na execução, porque toda essa divergência, essa discussão com relação ao corte ou ao contingenciamento de recursos, teve origem numa entrevista de V. Exa., quando V. Exa. atribuiu a uma opção ideológica, numa retaliação a universidades que praticavam balbúrdia, uma mudança orçamentária. Em seguida, isso foi sendo corrigido pelos fatos. Salvo engano, o contingenciamento é uma decisão do Ministério da Economia. O senhor, por favor, esclareça se é isso mesmo.

E, por conseguinte, todo esse arrazoado, de razões técnicas ou não, cai por terra, porque, na verdade, você tem uma imposição do Ministério do Sr. Ministro Paulo Guedes. Então, seria importante, Sr. Ministro, que a gente deixasse essa etapa em que é necessário o diagnóstico, mas cuidássemos bastante da execução.

Diálogo de verdade pressupõe boa vontade de todas as partes, disposição para ouvir, aceitação das críticas como elas são, vontade de construir um Brasil melhor – no que todos concordamos.

Somo-me à pergunta do Senador Lasier, objetiva, simples, sintética: qual é o objetivo do Governo com relação ao Fundeb, ferramenta essencial para todos esses objetivos que nós temos?

E faço uma pequena observação, Sr. Ministro, com relação ao item que o senhor colocou: disciplina, ordem, respeito, os problemas de doutrinação nas escolas, nas universidades. Eu lembro V. Exa. que nós temos cerca de 40 milhões de estudantes em escolas públicas, da creche à universidade – 40 milhões –, e os casos notórios de doutrinação e de violência se contam às dezenas, talvez às centenas. Então, essa visão que talvez venha de uma situação pessoal de V. Exa. contamina a visão do todo.

Os problemas da educação brasileira não estão na doutrinação, não estão exatamente na violência – são problemas sérios, doutrinação é um problema sério, violência na escola é um problema mais sério ainda –, mas a má qualidade da formação do professor, a desvalorização da carreira, a falta de uma base curricular que seja efetivamente implementada, esses, sim, são problemas que impactam na vida de 40 milhões de jovens brasileiros. Então, eu gostaria de ouvir de V. Exa. propostas, projetos concretos para tocar nisso, deixando de lado o debate que não constrói.

Muito obrigado, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Passo a palavra, então, ao Sr. Ministro.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Vou começar pelos últimos, que serão os primeiros.

Senador Alessandro, quem me dera eu tivesse tanto poder para ter feito contingenciamento na República toda. A gente apresentou aqui – está na apresentação, inclusive – uma tabela que mostra em todos os ministérios, absolutamente tudo. Houve contingenciamento em todo lado, inclusive no MEC





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi 31,5% sobre as receitas discricionárias. Então, não foi algo que eu tenha dito; simplesmente a arrecadação está vindo abaixo do projetado e, de uma forma responsável e necessária, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Ministério da Economia não tem outra alternativa senão contingenciar os demais ministérios. A gente foi contingenciado. O MEC é principalmente universidade federal. Então, teve que repassar. De novo: é só sobre a discricionária, estamos falando de 20 bilhões. O MEC tem 150 bilhões. Então o resto foi preservado.

Era isto: o contingenciamento...

Ah, sim, aí eu vou discordar do senhor. Na questão da violência na sala de aula, na questão da violência nas escolas, infelizmente a falta de disciplina – infelizmente – não é uma coisa pontual. A violência no Brasil hoje é epidêmica, a falta de respeito com os professores e a desconstrução do ambiente em sala de aula, infelizmente, são epidêmicas. Atribuir a um caso isolado...

Veja, eu vou, de novo, falar mais uma coisa pessoal. Eu tinha uma vida no setor privado e, por várias razões, eu e meu irmão resolvemos entrar nessa trilha. Eu fui para a trilha do meu irmão, a gente sempre foi muito próximo. E a gente entrou de muito peito aberto. Até as pessoas estão chocadas com o estilo, que é muito franco. Não tenho pretensão. A minha pretensão é voltar para minha casa em São Paulo quando terminar aqui. Mas isso daqui foi visto amplamente, o debate está muito... O ambiente no País, nas escolas... Houve uma quebra da cultura brasileira. A cultura brasileira mudou. Não é um caso isolado de um professor que é agredido. A cultura brasileira mudou, e eu acho que a gente negar isso vai contra todas as evidências. Eram 60 mil... Está caindo o número de homicídios, mas foram 60 mil mortes por ano no ano passado. No Brasil morreram dois milhões desde 1990. É muita gente que está morrendo no Brasil, é muita violência! Está permeado...

Então, nesse aspecto, eu não concordo. Eu acho que é importante, inclusive, que os professores do ensino básico – o pessoal que está na linha de frente – coloquem como prioridade a volta do respeito. Também os alunos, em muitos momentos, veem esse abuso de alguns professores que chegam e, em vez de ensinarem, ficam doutrinando. Então, nesse aspecto, essa é a minha resposta.

Senador Lasier: "redirecionamento". Não, não vai haver redirecionamento, porque simplesmente está havendo contingenciamento e, quando for descontinenciado, será descontinenciado quem tiver sido contingenciado. Certo? Você tinha lá o Orçamento, que está sendo segurado um pouco, por algum tempo, e, quando voltar, voltará normalmente. De novo: no MEC, foi 31%.

Quanto à questão da divisão ensino básico, Municípios; médio, Estados; superior, União: sim, a gente quer ajudar Estados e Municípios através dessa conversa que a gente quer ter amplamente com todos a respeito do Fundeb. Nesse sentido, a gente teve uma reunião ampla... Está havendo várias reuniões com secretários estaduais e municipais. Estivemos ontem, inclusive, com o Ministério da Economia, com o Banco Mundial, Todos pela Educação, com o Paes de Barros, do Insper, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, como a Deputada Dorinha, o Deputado Gastão Vieira. E trata-se de uma série, não é que esteja havendo uma episodicamente; a gente está tendo várias conversas como essa.

Sobre o desempenho, Angelo Coronel: trazer os reitores aqui para explicar. Se eu não me engano, a gente já conversou com 40 reitores neste período de um mês. Então, a gente está buscando conversa, estamos conversando com eles.

E o senhor falou da previdência. O senhor perguntou: "O senhor acha que, se passar a previdência, o Brasil vai melhorar?" Sim, eu acredito nisso e falo porque eu não tenho nenhum...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Se o senhor me permitir concluir...

Eu, sim, acredito nisso. Não tenho mais nada. Eu entrei nesse caminho sem medo de voltar. Não há volta no caminho em que eu entrei. Eu, provavelmente, hoje devo ser odiado por 10% ou 15% do movimento universitário brasileiro inteiro. Enfim...

Então, não há caminho de volta, é um compromisso que eu realmente quero entregar; é uma doação aos brasileiros que estão aqui. A família da minha mãe está aqui no Brasil desde sempre, mas os Weintraub perderam o país deles, foram embora, foram tocados. Vá perguntar para um venezuelano o que é perder o país... É uma situação muito triste. E isso nos guiou tanto na luta quando a gente deu apoio à Marina Silva lá atrás, como agora, quando a gente está apoiando o Jair Bolsonaro nessa condução toda.

Então, sim, eu acredito realmente que, se a gente aprovar a Nova Previdência, a mudança será da água para o vinho.

E com que autoridade eu falo isso?

Bom, o que me permite estar aqui não é o meu salário de professor. O meu salário de professor – eu não tinha dedicação exclusiva, eram 40 horas –, se não me engano, era de R\$5 mil por mês. Eu tive sucesso na minha vida na iniciativa privada. Eu agradeço a Deus e também ao meu trabalho, eu me esforcei bastante. Eu vivia – e vivo – de fazer projeções, prognósticos e cenários. Eu fui economista-chefe por mais de dez anos, com grau de acerto bem razoável. Então, eu me sinto bem confortável em falar que sim, que é da água para o vinho. Sim, por favor, votem na previdência! Sim, vai mudar a realidade do Brasil! Sim, vai mudar a realidade das crianças nas escolas! Sim, a gente precisa votar a Nova Previdência!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Kajuru, aqui está uma frase assim... São duas frases que eu comentei. Uma está no meu Twitter, eu não nego. Eu não achei que foi tão ofensiva, inclusive eu tenho parentes diabéticos, então, não achei nada tão ofensivo. E, de novo: às vezes uma coisa ofende, outra não. Eu ouvi uma fala do senhor no Senado quanto ao meu nome, sendo bem jocoso com o meu nome, tirando sarro da minha origem, mas tudo bem. Acho que a gente tem que estar um pouco mais leve na relação um com o outro, senão a gente vai ficar nessa luta de "olho por olho, dente por dente", e todo mundo vai ficar cego e banguela. Tem que oferecer a outra face.

E a outra coisa do topo do País... Um dos livros mais importantes... Assim, houve vários livros, ninguém tem a quantidade de miopia que eu tenho a troco de nada. Eu li bastante coisa, mas um dos livros que me marcou muito, que eu comprei numa quermesse, foi *A Revolução dos Bichos – Animal Farm* –, de George Orwell. É um livro maravilhoso! E, no final do livro, há a luta. Você tem os animais da fazenda, que são explorados ou pelos grandes monopolistas, que é o fazendeiro, ou pelos porcos, que eram os comunistas. E, no final... A cena final é justamente quando os porcos e fazendeiros já estão tão parecidos, estão comemorando e se banquetecendo, que você não consegue mais saber quem é porco e quem é fazendeiro. É assim que fecha *A Revolução dos Bichos*.

E eu estava falando ali sobre essa relação incestuosa – incestuosa é uma palavra muito forte –, esse amálgama que houve entre os amigos do rei, grandes empresários que receberam benesses do BNDES, que conseguiram oligopólios e monopólios. Hoje em dia, você tem marca na picanha. Opa, se você tem marca na picanha é porque há um ou dois produtores de carne. Mas, se eu lhe falasse que era só na proteína animal... Está espalhada no Brasil toda essa oligopolização e essa monopolização que houve. E esses grandes – entre aspas – "empresários" foram criados, muitas vezes, com o apoio do Estado e dos governantes que estavam comandando o Estado. Então, é nesse sentido que eu falei que você não consegue mais ver a diferença entre um e outro: George Orwell, finalzinho de *A Revolução dos Bichos*.

Por último, eu falaria dos ditos de esquerda. Eu não gosto de dividir as pessoas entre esquerda e direita, porque o conceito, originalmente, vem da Revolução Francesa. O pessoal que defendia o pequeno, o indivíduo e as liberdades individuais contra o rei, contra os poderosos, sentava-se à esquerda e na montanha.

Eu estou 100% a favor do pequeno. Eu fui dar aula na Universidade Federal de São Paulo, em Osasco, para retribuir as oportunidades que eu tive ao longo da vida, para as pessoas que eu acho que mais precisam – em Osasco, uma cidade que não é central. Não sou eu que dou aula em uma faculdade de grife, não sou eu. Eu não quero dar aula em uma faculdade de grife; eu quero dar aula para quem é do povo, pobre, classe média baixa, para a pessoa que está lutando para sobreviver. É isto que me atrai: poder levar ideias e conceitos para pessoas que não vão ter isso de outra forma. Se você olhar para outras pessoas ditas de esquerda, verá que dão aulas em faculdade de grife, para rico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, olhando esse espectro, eu prefiro olhar a pessoa que é a favor do indivíduo, da família, do pequeno, ou de uma coisa mais coletiva, mais totalitária, maior. Eu estou visivelmente desse lado, sempre estive. E falo que, se fosse na Revolução Francesa, eu estaria sentado à esquerda, na montanha, mas, com certeza, quem liga para o Botín, dono do Santander, para pedir a cabeça de uma gerente de banco que ousou falar que, se a Dilma fosse eleita, o Brasil iria ter uma crise... E ainda tripudiou depois, falou que ela tinha que pagar. Ele: "Botín, você tem que pagar o bônus para mim! Rá-rá-rá!" Eu entendo muito mais de Brasil... Esse cara é amigo do poderoso, e esse cara não senta à esquerda; ele senta à direita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Alguém quer fazer a réplica, dos que falaram?

Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É um minuto só de réplica.

Primeiro, quando o senhor fala de meu pronunciamento de ontem na tribuna...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Duas semanas?

Quero dizer o seguinte: foi uma reciprocidade de seus adjetivos. O senhor usou a palavra "balbúrdia" e o senhor também – o Líder de seu Governo me confirmou –, lá atrás, disse que até o senhor se arrependeu – segundo o Fernando Bezerra, o Senador – sobre o Nordeste não precisar estudar filosofia – para mim o ser mais preciso. Então, não tinha como não ser jocoso com o senhor, mas não fui desrespeitoso, não o ofendi, não mexi com sua hora; apenas falei aquilo que muitos brasileiros gostariam de falar ao senhor em relação a isso.

Lamento que a terceira colocação que eu fiz o senhor não tenha respondido – foi um vídeo seu na internet. Eu sou diabético, mas não estou comendo; o senhor está comendo aí. Eu não tenho esse direito, ao que parece, aqui, na Mesa. Então, eu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, obrigado. Eu vou sair e vou...

(Soa a campanha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... comer a minha comida de diabético. Mas o senhor não respondeu a minha terceira pergunta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, obrigado. Eu estou diante de um Ministro da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Ministro, primeiro relembro a frase que se atribuía, se eu não estiver enganado, ao Governo Dilma: dizia-se que era um governo que atravessava a rua para pisar na casca de banana do outro lado.

O corte dos gastos da educação partiu do Ministério da Economia, e V. Exa. tentou travestir isso de uma decisão técnica – primeiro ideológica, depois técnica. Deixo isso registrado.

Segundo: sobre violência nas escolas, eu acho que a gente deve trabalhar sempre com base em evidências. Eu compartilho com o senhor um pouco de experiência. Eu tenho 19 anos como profissional de segurança pública: razoavelmente mais aparelhado que V. Exa. para tratar sobre violência. E, como disse, violência nas escolas é um problema muito sério, mas não é o maior problema das escolas, sem a menor sombra de dúvida.

O senhor não respondeu com relação ao Fundeb e o senhor também não respondeu com relação a planos e projetos, programas específicos para tirar o Brasil da situação em que se encontra. Se o senhor tiver oportunidade de fazê-lo, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Passo a palavra ao Ministro, caso queira fazer alguma consideração.

Eu só quero, por questão de justiça, Senador Alessandro, eu fui Secretário de Educação do Paraná e só quero dizer, fazendo uma homenagem a todos os professores e funcionários do Paraná, que os casos de violência eram esporádicos. Existem e têm que ser analisados, como V. Exa. colocou, mas inclusive com um trabalho muito bom do Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária. E também é claro que existe doutrinação, mas é coisa que nunca deve se confundir com educação.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu acho que a gente já conversou, já expôs tudo. Eu queria realmente – eu entendo que aqui os senhores estão falando também para as câmeras, para os seus eleitores –, eu me coloco à disposição para receber cada um dos senhores lá no MEC ou vir aqui para conversar pessoalmente, num momento mais tranquilo, acho que vai ser até mais proveitoso. A gente pode discutir no detalhe tudo isso que foi colocado aqui até que um convença o outro ou a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desista de conversar, porque nesse tom assim está bom. Eu topo conversar numa boa, com prazer, e eu gostaria de ser chamado mais vezes aqui e estar também com o MEC de portas abertas para discutir cada um desses pontos, mesmo com quem não concordar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agora eu só quero dizer ao Ministro que os Senadores e Senadoras estão aqui não para falar com as câmeras. Foram eleitos pelo povo, conseguiram os votos, conquistaram os votos, estão aqui para debater os assuntos importantes para o Brasil. E educação é o objetivo, a política mais fundamental para o desenvolvimento do País. Então, as dúvidas levantadas pelo Senador Alessandro e por outros são muito pertinentes e muito adequadas ao tema sendo debatido. Então, eu até quero pedir ao Ministro que discuta com os Senadores e Senadoras, mesmo que alguma pergunta venha repetida. A gente tem que debater à exaustão.

Ao mesmo tempo, eu considero tão importantes as perguntas que eu peço para a Secretaria, junto com a Consultoria, que depois esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte possa se aprofundar nas perguntas feitas, para que a gente possa esclarecer, inclusive pedindo isso para os meios de comunicação, para as universidades, que se dedicam ao estudo de tudo isso. Então, só para deixar muito claro que este é o objetivo do Senado: nós queremos saber o que o ministério pretende, o que pretende fazer e vamos debater à exaustão isso. E todas as perguntas, do ponto de vista desta Presidência, que estão sendo feitas, são relacionadas ao assunto, são pertinentes, algumas com uma crítica maior, outras com uma crítica menor, mas sempre dizendo o que a gente quer: que a educação vá para frente, que oriente a gente.

O Senador Humberto Costa está presente? *(Pausa.)*

Senador Eduardo Gomes, com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Ministro, boa tarde. Boa tarde, Presidente, Senador Flávio Arns; boa tarde, Senadores e Senadoras, técnicos, diretores, assessores do Ministério da Educação.

Ministro, eu quero me declarar satisfeito com boa parte das perguntas que foram formuladas, com a exposição do Ministro e, principalmente, com a possibilidade de sairmos daqui com campo de debate absolutamente aberto, com um canal de debate aberto entre o Senado da República, o Congresso Nacional e o Ministério da Educação.

Preocupo-me muito com o desempenho das audiências públicas nas diversas Comissões que já frequento na Casa. Presido a Comissão da medida provisória da proteção de dados. Daqui a pouco, vamos votar o relatório final; portanto, a minha exposição será breve, focada em assuntos que eu ainda não tive oportunidade de observar neste debate e que considero importantes para o País,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente, Sr. Ministro, preocupado, muito preocupado com as minhas obrigações com o Estado do Tocantins, com o ensino superior, com o ensino de base.

O Estado tem personalidades políticas ligadas à área de educação com muito mais experiência, como a Professora Dorinha. A Senadora Kátia Abreu também sempre teve um desempenho ligado à qualificação profissional e às extensões que foram aqui debatidas também, assim como foi conversado aqui sobre o Pronatec.

Eu gostaria, Ministro, de fazer uma pergunta específica sobre a questão das creches, porque entendo que, com o senso prático que V. Exa. demonstrou na sua exposição, o Brasil sofre uma realidade muito peculiar com relação à entrega das creches. Há Municípios brasileiros com creches com 98% da construção praticamente prontos e que, por conta de 2%, 3% da execução, a própria Caixa Econômica ou os órgãos de controle criam um impasse definitivo para utilização do bem público. A gente está pensando em aqui propor um *ranking* efetivo da construção e da entrega dessas creches, porque eu acho que o Governo deve sim reunir os órgãos de controle e buscar até – tivemos uma conversa com a Confederação Nacional dos Municípios – responsabilizar a má gestão desses recursos. Mas, em vários casos, houve tomada de contas especial desses recursos, então já não estão mais sob a responsabilidade daquele gestor público. E o Governo ver uma forma de financiamento para que a gente não tenha esqueletos praticamente prontos de milhares de creches no País. Então, para a educação inicial, para o primeiro passo, que é o que V. Exa. destacou aqui, a gente quer ver realmente o FNDE e o MEC preocupados com esse *ranking* das creches. Há algumas com 3% de construção e outras com 98%. Eu acho que esse é um ponto que a gente pode atacar de resultado absoluto e prático para as pessoas.

A outra observação importante é a questão da educação especial. Não ficou na exposição, mas eu tenho certeza de que o Ministro já deve ter providenciado uma análise sobre o atendimento às crianças com síndrome de Down, com síndromes raras, a inserção, a possibilidade de melhor investimento, de melhor acolhida, já que nós temos aqui o benefício nesta Comissão de Educação de ter como Presidente o Senador Flávio Arns, que é um especialista, que é dedicado à causa. Então, acho que esse é um ponto que deve ser abordado.

E, pelo Tocantins, Sr. Presidente, há a nossa Universidade Federal do Tocantins, com 355 milhões de orçamento. Há uma preocupação por ser o Estado mais novo do Brasil. A Universidade Federal do Norte de Tocantins está em formação ainda. Então, é importante ter mais informações sobre essa possibilidade de investimento nas universidades para a extensão nas suas diversas vertentes: as *startups*, o desenvolvimento do empreendedorismo individual, as pequenas ações de grande repercussão, mas também o dia a dia das universidades. Lá no Tocantins temos a experiência da Universidade da Maturidade, que é um curso de extensão mantido a pouquíssimos recursos e que já modificou a vida de mais de 4,5 mil idosos em um Estado com população de pouco mais de 1,5 milhão pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Ministro, a minha abordagem é da questão prática. E comemoro o fato de a gente ir diminuindo o teor ideológico dos debates e partindo para a questão efetiva da discussão da melhoria do ambiente da educação em nosso País.

Fica aqui o meu registro por achar que realmente esta audiência, Presidente, está sendo muito bem conduzida, sendo muito importante para o País neste momento pelo esclarecimento daquilo que a gente não consegue discutir na profundidade e na brevidade de um tuíte ou do uso do WhatsApp.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar Ministro.) – Ministro, é um prazer recebê-lo aqui na nossa Comissão.

Gostaria de lamentar a ausência do nobre do Presidente da Comissão, Senador Dário Berger, que sempre enriquece os nossos debates...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está afastado por razões de saúde.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Exatamente.

Estou aqui rogando a Deus...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas está substituído por outro catarinense.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na origem, Arns é de Forquilha. Ele e a Dona Zilda.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Mas fica aqui o registro da ausência. Espero que o Senador logo volte para honrar os debates desta Casa.

Quero parabenizar o seu estafe aqui presente e contribuindo e dizer que esta fala do Senador Eduardo Gomes no sentido de a gente poder estabelecer no Governo uma ação para que a gente possa dotar com algum crédito ou com algum mecanismo os Municípios que não conseguiram terminar as unidades de educação infantil, contraídas... Inclusive, na época em que eu era Prefeito – posso dar o testemunho –, lançaram, já no final do nosso segundo mandato, o PAC Social, e aqueles que tinham





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos conseguiam adquirir a possibilidade da construção de novos CEINFs, Centros de Educação Infantil, e novas Unidades Básicas de Saúde da Família.

Ocorre que limitaram a forma da construção e estabeleceram um modelo de licitação uniforme para todo o Brasil. Eu era Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos. Naquele momento a gente já viu que isso poderia dar problema. Por quê? Porque, em determinada região, você poderia até conseguir construir as unidades diante daquilo que foi estabelecido e em outras você não iria conseguir.

Qual foi o resultado disso? Grande parte dessas unidades sociais, seja da saúde, seja da educação, não conseguiu sair do papel.

Algumas começaram e não deram conta de terminar. Lá na minha cidade, Campo Grande, a gente conseguiu 19 unidades dessas, Sr. Presidente Flávio Arns: onze a gente conseguiu terminar, oito ficaram para o antecessor, que infelizmente não deu sequência aos projetos, e se perdeu. Então, essa é uma questão que precisa ser encarada sob o ponto de vista prático, no sentido de a gente poder dotar os Municípios de algum mecanismo para concluir isso.

E eu digo outra coisa para V. Exas.: é muito importante esse foco de investimento na educação básica, muito importante. Quero parabenizar, inclusive, a iniciativa por parte do Ministério nessa questão. Nós fizemos, na ocasião em que a gente foi Prefeito, uma experiência muito boa: nosso Ideb – iniciei o mandato em 2005 – passou de 4,2 nas séries iniciais para 5,8; com relação aos alunos do sexto ao nono ano, de 3,7 foi para 5. A nossa capital ficou em segundo lugar entre as capitais brasileiras com as melhores notas no Ideb, atrás apenas de Florianópolis.

(Soa a campanha.)

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Número de professores concursados: nós aumentamos em 96%, atingindo quase 5 mil professores concursados. O índice de reprovação nosso caiu de 15% para 5%. A taxa de aprovação aumentou de 19%... A evasão escolar foi a menor medida em todas as capitais do Brasil, com 2,85%. O que que eu quero dizer com isso? Formação continuada dos professores: nós capacitamos 3 mil professores com curso de pós-graduação; por isso, esses resultados. Eu acredito muito nessa questão de você dotar com capacitação aquele que está ensinando.

Com essas constatações, eu quero aqui ressaltar a importância do investimento, do foco no investimento na educação básica. Então, que essa bandeira seja levada avante pelo Ministério, porque esse é o caminho correto.

E, para concluir, me preocupa um assunto que não foi aqui debatido, mas eu vou seguir a orientação do Ministro: vou pedir uma audiência, até para poder levar aos dois reitores das universidades federais que eu tenho no meu Estado, para a gente tratar essa questão lá, do contingenciamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro assunto que me preocupa, e não estou convencido de que isso é bom: a questão da educação domiciliar. Eu acho que essa é uma questão que nós vamos, nessa audiência, Ministro – até pelo adiantado da hora, e outros Senadores querem participar – poder tratar. Apenas um testemunho: o ambiente escolar, para a criança, é muito importante. É muito importante. No último domingo eu fui à missa com a minha família, e a minha filha de cinco anos encontrou uma coleguinha da escola. Eu fiquei impressionado com a festa que foi feita de uma para outra e de outra para uma, oriunda de um ambiente escolar.

Na mesma hora, veio à minha cabeça esse negócio de educação domiciliar. Eu falei: quando ela ia poder ter essa oportunidade que teve?

Então, eram essas as colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero destacar para o Plenário que já existem requerimentos aprovados em relação à segurança na escola – vai ser debatido especificamente o tema –, *homeschooling* e também um ciclo de audiências sobre o Fundeb. Então, nós temos quatro ou cinco momentos sobre o Fundeb.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar Ministro.) – Ministro; Presidente, Senador Flávio Arns; colegas Senadores e Senadoras aqui presentes, eu quero iniciar dizendo que eu estava aqui programada a fazer uma primeira pergunta – eu sou do Nordeste brasileiro, do Estado do Maranhão –, que era questionar ao senhor o porquê de o nordestino não ter que estudar filosofia e sociologia – constava em um dos seus vídeos. Mas aí depois eu ouvi do senhor uma frase, Ministro, que eu acho que merece um pedido de desculpas de sua parte. De forma surreal, o senhor coloca que quem tem sangue de índio ou de negro é vira-lata. Na verdade, assim, numa colocação de sangue puro, coisa bem nazista e que a gente, na verdade, não admite, não podemos admitir em nossos dias.

Nesse sentido, eu já emendo uma pergunta não mais sobre o porquê do Nordeste, porque acabei tendo essa compreensão, mas acerca da educação quilombola. A coordenação dessa educação foi eliminada pelo Governo Federal. Eu queria saber do senhor qual a sua preocupação em relação à educação para essas comunidades indígenas e quilombolas, comunidades tradicionais que precisam ter a sua garantia assegurada, inclusive dentro de um princípio que V. Exa. destaca nesta audiência, que é a prioridade do ensino básico.

Uma outra situação, Ministro, é referente à questão de qual a sua posição acerca do Fundeb, que estará com o prazo sendo extinguido. Nós temos aqui uma PEC que, inclusive, faz uma ampliação,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando de 10% para 20%, chegando até a 40%. Vários Senadores assinaram essa PEC, inclusive eu, no sentido dessa tramitação. Eu queria saber a sua opinião acerca dessa PEC, da importância de termos a continuidade desse fundo importante para a educação brasileira.

Referente à questão da autonomia universitária, que é hoje garantida e assegurada pela Constituição, Ministro, o art. 207 deixa clara a autonomia do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista patrimonial e também de gestão. E, quando o Governo coloca, por exemplo, a limitação em relação à questão dos cursos de sociologia e filosofia, quando fala, por exemplo, da utilização da implementação financeira desses gastos, eu pergunto para o senhor: há intenção do Governo de pedir a mudança constitucional no sentido de quebrar essa autonomia universitária?

A outra pergunta que faço é mais referente, inclusive, às regiões brasileiras, o meu Maranhão por exemplo. Dados apresentados pela Confederação Nacional dos Municípios apresentaram que nós temos cerca de mil creches que não foram concluídas ou estão paralisadas, estão inacabadas, enfim. No Estado do Maranhão, inclusive, nós temos várias dessas creches. O Governador do Maranhão, Flávio Dino, inclusive se colocou à disposição para fazer uma parceria com o Governo Federal no sentido de concluir essas creches. Não sei se essa informação chegou ao senhor. Quando ele fez isso, ainda era o Ministro Veléz. Queria saber qual é a avaliação que o senhor faz de uma proposta dessa natureza, se há intenção, por exemplo, de o Governo fazer parceria com os Estados brasileiros, para que essas creches, de fato, possam ser concluídas, já que é uma prioridade do Governo o ensino básico.

E, de fato, agora para finalizar, nós estamos num grande debate nacional, Ministro, referente à questão da violência e à questão do armamento. Tivemos, agora, uma decisão presidencial da garantia da posse de armas pelo cidadão brasileiro, de forma realmente deliberada. Isso aí ficou, de fato, muito claro. Há algumas defesas em relação à utilização de pessoal armado dentro das escolas. Eu queria saber qual a sua posição em relação a esse armamento nas escolas. O senhor acha que é importante? Há intenção do Governo de trabalhar nesse nível, a partir da utilização de armamento dentro do ambiente escolar?

Eram essas, na verdade, as minhas colocações.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu prezo a compreensão do Senador Marcio Bittar, que falará imediatamente depois, porque o Senador Roberto Rocha está pedindo como Líder do PSDB.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, eu posso declinar, porque ele vai para uma reunião...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, Marcio Bittar.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – ...da Comissão de Saneamento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para interpelar Ministro.) – Agradeço ao meu querido amigo Rocha.

Ministro, eu quero parabenizá-lo. De fato, se tivesse sangue de barata, não aceitaria o cargo que o senhor aceitou, porque, na educação, na segurança e na área econômica, de fato, vocês enfrentam máfias, máfias instaladas no País: máfia dos livros didáticos, máfia das merendas, bem como as máfias incrustadas no País, da corrupção, do narcotráfico, do crime organizado, das facções criminosas; e na economia, resultado de décadas. Agora, ou conserta ou não tem saída; não tem saída para a educação, não tem saída para programas assistenciais, porque a hora da conta chegou.

Eu concordo com o Ministro que basta ter coragem de olhar de verdade o Brasil para ver que – desculpe a expressão – essa esculhambação nas escolas brasileiras e nas universidades brasileiras está disseminada. Vou lhe dar um exemplo, Ministro. Na capital do Acre, recentemente a Prefeita nomeou um novo Secretário de Educação Municipal, sujeito com quem eu tenho uma relação pessoal maravilhosa, mas olhem as primeiras declarações do Secretário Municipal de Educação da capital do meu Estado. Ele assumia e, na primeira entrevista, dizia mais ou menos assim: a escola é o ambiente adequado para o debate com a sociedade civil organizada, local ideal para se discutir cidadania, local ideal para se discutir segurança pública, local ideal para discutir orientação sexual. E aí eu pensei: então, eu sou um analfabeto, porque estou pensando que deveria estar na cabeça do Secretário Municipal que ele vai pegar uma garotada que precisa aprender a ler, que precisa aprender a escrever, a fazer contas, porque, ou aprende naquela idade, ou não aprende mais, ou terá dificuldades terríveis. E não é à toa que hoje – outro dado – apenas 11% das nossas crianças estão alfabetizadas no 3º ano.

Então, Ministro, duas observações. Pergunta: o Ministério da Educação não tem... Não é ele que dirige as escolas públicas, onde o diagnóstico está feito, e sobre ele eu não vou chover no molhado. Não vou brigar contra os dados, que o Brasil inteiro conhece. Agora, como fazer com que esse ensino fundamental, que é, como o nome diz, fundamental, sem o qual não vai haver futuro, como o MEC, que não é o gestor, mas administra o recurso, que armas o Ministério pode usar para garantir que o conteúdo, a qualidade dessa educação no ensino fundamental de fato melhora? O mercado editorial vai ser mexido? Vai ser orientado? De onde os professores nutrem, onde eles vão nutrir o conhecimento para levar para a escola fundamental? No mercado editorial existente, que é totalmente dominado por um viés de pensamento, ideológico, sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro concorda com a ideia de que professores também devem se submeter a testes de tantos em tantos anos? Afinal de contas, todos que estamos aqui com mandato nos submetemos. Se nós temos um diagnóstico, Ministro, absolutamente verdadeiro, tão verdadeiro que ninguém contesta...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Se nós temos esse diagnóstico de penúria da educação, ora, quem está ensinando está com deficiência. Então, essa é a primeira observação.

Segunda e última. Ministro, eu, com 16 anos, até os 25, fui militante de esquerda, e, como tal, lutei lá pela eleição direta de diretor de escola, de reitor, embora não fosse a minha militância na universidade. Hoje, Ministro, eu tenho seriíssimas dúvidas a esse respeito. Tenho sérias dúvidas a esse respeito. Eu vejo um grau de politização... O meu Estado, que passou 20 anos sob o domínio de uma mão forte, de um sistema de governança totalmente dominado por uma ideologia... Eu via a eleição de diretores e dos reitores da universidade federal do meu Estado, lá no longínquo Estado do Acre, como uma briga político-partidária clara, escrachada, e o Ministro disse que continua concordando com a autonomia universitária. Ministro, mesmo a autonomia financeira? Como disse o próprio Ministro, a universidade é o Estado dentro do Brasil? Ela não tem que prestar conta do recurso que ela administra? Ela tem o direito... Disse ela aqui agora há pouco, e o Ministro já contestou. Eu conheço pessoas que amam ter saído da UnB porque não aguentavam. Saíram da UnB, aqui, em Brasília, porque não aguentaram, Ministro – e eu vou repetir a palavra –, a balbúrdia.

Portanto, a pergunta que lhe faço: a autonomia universitária tem que ir além do conteúdo? Ela tem que permanecer como dona de um território?

Já que...

Para terminar... Eu tive aqui toda a paciência.

Veja bem: qual é o detalhe, Ministro, que não é detalhe? As pessoas que muitos dizem querer proteger... O Funrural, as pessoas que trabalham na área rural, milhares, 50 milhões de brasileiros que estão na informalidade, esses não frequentam universidade federal, mas pagam por ela. Então, é democrático que um organismo que não está correspondendo... Basta ver os exames.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Vou terminar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não temos hoje uma universidade federal entre as seis do mundo. Já tivemos, não temos mais. Então, termino com esta indagação: Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – O Ministro concorda que essa autonomia total e irrestrita, financeira, deve continuar?

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Marcio Bittar. Desculpe-me por interromper, às vezes, também, mas é necessário.

Só para concluir este bloco, o Senador Roberto Rocha havia pedido como Líder, também, e tem essa possibilidade. Então, com a palavra V. Exa.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, muito obrigado, obrigado aos Senadores. Cumprimento todos os Senadores e as Senadoras por esta audiência, cumprimento o Ministro e toda a sua equipe.

Não tenho nenhum questionamento a fazer, apenas uma consideração. Acho que o eixo da questão aqui era a discussão sobre cortes na educação. Está suficientemente esclarecido que não há cortes, há um contingenciamento, ou seja, o Governo contingenciou 30% dos recursos, prática e ferramenta usada por todos os chefes do Executivo do Brasil.

Quero alertar que a educação tem um orçamento constitucional, nem que quisessem poderiam cortar. Nem que quisessem poderiam cortar porque é constitucional. De tal modo que acho que há muito calor neste debate e pouca luz. O Ministro traz luz a este debate, deixando-o suficientemente esclarecido.

Agora, termino dizendo o seguinte: acho que esta reunião é mais uma daquelas que deixam para nós a clareza da necessidade de se aprovar a reforma da Previdência ainda este ano. Porque se não votarmos este ano, no ano que vem, quando há eleição municipal, não se vota mesmo. Aí estaremos acumulando mais um déficit de 40 ou 50 bi por ano. Estamos falando aí de 80, de 100 bi a mais.

O Governo Federal mandou agora um PLN para a Comissão de Orçamento para poder abrir um crédito, um empréstimo de duzentos e tantos bilhões para pagar a Previdência. Se não for aprovado este ano, nem dinheiro para a Previdência vai ter. De tal modo que eu acho que esta discussão tem que sair um pouco do Word e ir para o Excel, falar de números, de planilhas, porque os números não mentem. É preciso compará-los para conhecer o seu real valor. No ano passado, o Brasil tinha quase 50 bi para investir, este ano deve ter 30, no ano que vem, se não forem aprovadas essas reformas, não terá nada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixo aqui apenas essa consideração e os meus cumprimentos ao Ministro por ter esclarecido essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senador Roberto Rocha.

Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu vou continuar os últimos...

Primeiro, Senador Roberto Rocha, muito obrigado. Concordo 100% com o senhor. Não falaria uma vírgula diferente do que o senhor disse. Perfeito! Muito obrigado pelas considerações. Estou com a mesma visão que o senhor.

Depois, quero comentar o que disse o Senador Márcio Bittar. Senador Márcio Bittar, olha, diria quase *ipsis litteris* tudo o que o senhor falou; talvez, uma ou outra palavra, acho que a gente está mais num ajuste marginal, mas o alinhamento é grande.

Eu comentaria o quê? O senhor falou sobre as armas. Eu falaria: quais são os instrumentos que a gente tem para entregar o que o Brasil precisa? Não há uma bala de prata. Olhando o que foi feito lá fora, a gente tem que mexer no livro didático; a gente tem que valorizar o professor, sim, não somente na formação – socialmente, ele tem que ser visto –; a gente tem que pagar mais, eu acho, para o professor da base; o método de alfabetização no Brasil precisa ser mudado. E, sim, eu concordo 100% com testes. Eu acho que se a gente não tiver testes... Esses países da OCDE testam alunos pelo menos uma vez por ano e o professor também. E, evidentemente, não é o professor de um bairro que tem mais poder aquisitivo e o de um professor de um bairro de imigrantes mais pobres, lá fora, que vão ser comparados. Ao longo da trajetória, se o professor pega um grupo e se a *performance*, o resultado, melhora, esse professor recebe promoção, recebe bônus; se piora, afunda, eles vão saber o que é esse professor e, se continuar, em vários países, principalmente nos que têm mais sucesso, o professor é afastado. Quando a gente não tem método e processo, quem paga são as crianças. Então, com critério técnico, objetivo, metodológico, que todo o Congresso aceite, passando por todo mundo, eu sou a favor, sim, de testes, mesmo que a gente tenha que gastar mais, mas é um gasto bem feito.

Sobre a eleição de reitores, eu também acho que, como é o cortador de cana, o motorista de ônibus, o pedreiro, a pessoa que compra um celular e paga uma linha de telefone... É daí que vem o imposto, e não é contribuinte. Contribuição é quando você faz voluntariamente. É imposto porque ele é imposto, a gente não tem opção. Da base da pirâmide, das pessoas que mais estão sofrendo vem esse imposto. Eu acho que autonomia universitária para produzir dentro dos parâmetros, assim como eu tenho autonomia para tocar o mandato que o Presidente Jair Bolsonaro me passou e entregar o que foi proposto no plano de governo... Eu acho que os reitores deveriam prestar contas, sim, ao Congresso Nacional e ao MEC, para haver *disclosure*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém está acima da lei. Então, aqui foi aventado... O MEC, ninguém no País pode estar acima da lei. A alternativa para a gente relativizar as leis... Infelizmente, não sou eu que estou falando isso, porque quem falou isso ficou famoso para chuchu. Quando a gente relativiza uma lei, o passo seguinte é a barbárie. As leis têm que ser cumpridas *urbi et orbi*, em qualquer lugar. Na cidade, no Brasil inteiro, tem que ser cumprida. Não pode haver espaços fora disso.

Por último, eu falaria que o Fundeb é um instrumento. A gente quer participar dos debates que estão sendo feitos. A gente tem a opinião que está sendo apresentada, para tornar a distribuição do fundo mais justa, mais eficiente. Há quem "performa" mais e quem "performa" menos, Estados mais ricos e Municípios mais pobres. Enfim, há toda essa questão. Hoje, um Estado rico ou um Município pobre acabam não sendo atendidos. Num Estado mais pobre, o Município rico desse Estado acaba sendo atendido. Então, há muita coisa para gente debater, conversar tecnicamente, para torná-lo um instrumento de equidade, de resultado, baseado em incentivos que gerem *performance*. Para isso, é preciso fazer o que senhor falou e que foi muito bem falado: a questão dos testes. A gente precisa ter mais testes, sim! Hoje, eles são universais porque é para medir a política como um todo, mas o objetivo final é universalizar e chegar ao indivíduo, à criancinha que está lá e que começou a ficar para trás. Mas sobre isso eu acho que a gente vai ter tempo para conversar.

Depois, o Senador Eduardo Gomes diz: "Eu acho que a República tem que direcionar recursos para abrir vagas em creche, seja para construção/custeio, seja para parcerias privadas. Por que não? Precisamos disso agora. Por que não a gente criar parceria privada com o dinheiro do Fundeb? Estamos preocupados em entregar as obras inacabadas".

Aí, a gente já junta com a questão do Senador Nelson Andrade, que é sobre o FNDE.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – O sobrenome é Trad.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Perdão!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – Nelsinho Trad.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Nelsinho Trad, desculpa! Desculpa, mil perdões! Perdão, Senador.

Ele está aí?

Desculpa, ouviu, Senador? O senhor me desculpe. Eu peço perdão.

Senador Nelsinho, nós temos hoje 4.827 mil obras inacabadas pelo Brasil. Não estão concluídas. E isso tem que ser feito até de acordo com a Resolução 3, de 2018, e com a 348, de 2016.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Quantas são creches?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu tenho aberto por segmentos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – São 2,7 mil.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu tenho aberto por segmentos. São 945 creches. Depois, há por ensino fundamental, por ensino médio. A gente tem toda a abertura disso, mas eu acho que a gente precisa terminar essas obras.

Senador, o senhor também comentou sobre a educação domiciliar. A gente não trouxe aqui o debate. Eu apenas falaria que não é a regra, é exceção; a regra é a sala de aula. Educação domiciliar eu acho que é para casos excepcionais. Eu concordo... Eu tenho três crianças, e eu concordo com o senhor que a interação social é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo. A gente tem que saber... O ser humano é um ser coletivo. A gente tem que saber se comportar em grupo bem, respeitar o próximo, e a escola é um vetor importante nesse desenvolvimento. Então, eu concordo com o senhor, mas, ao mesmo tempo, partindo do pressuposto liberal... George Orwell, que eu citei aqui, tinha toda uma origem de esquerda. Ele, inclusive, foi lutar contra o Franco...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – ... como um voluntário do movimento anarquista. Na Catalunha, entre os anarquistas, ele viu o que os comunistas fizeram. Quem matou os anarquistas na Catalunha não foi o Franco, foram os comunistas. Isso é história. Ele mostrou o totalitarismo, esse desapego para o humanismo desse movimento.

Mas aí o que é que acontece, Senador? George Orwell me incutiu a semente do liberalismo. Eu li toda a obra dele, mas os livros dele... Eu sou liberal não porque eu li Mises. Depois eu fui ver a parte econômica do liberalismo. Mas o meu liberalismo é o do respeito profundo, que bate com a Bíblia. Eu trato o outro como eu gostaria de ser tratado. Eu respeito o próximo e, no limite, eu tento... Meu irmão é mais Novo Testamento. A gente, como vira-latas... Eu voltar nesse assunto da Senadora. Eu me identifico como vira-lata. Eu não chamei ninguém assim; eu o sou. Eu me considero uma mistura e tenho orgulho dessa mistura. Eu acho que a pureza racial é que é o complicado.

Mas, voltando, esse liberalismo meu é da essência, eu respeito o próximo. Isso está na Bíblia. O meu irmão é mais Novo Testamento, ele ainda ama o próximo, tem um pouco mais assim... Ele ama o inimigo, perdoa 70 vezes sete. Mas esse respeito ao próximo, que é a base do liberalismo, está pressuposto aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que cobrar limite dos pais. Os pais estão criando bem as crianças? Para isso, há assistente social. Tem que haver alguém em algum lugar onde essa criança interaja. Vai haver as regras, vai ter que fazer o exame. Mas, se o pai e a mãe de uma criança decidem que essa criança vai estudar em *homeschooling* porque está longe de um centro urbano, porque está numa fazenda afastada ou por alguma razão específica, se esses pais, que colocaram essa criança no mundo, estão fazendo um bom trabalho, eu não me sinto no direito de falar que eles estão errados. Se está fazendo tudo certo e se essa criança está sendo acompanhada e não está sendo abusada, se está tudo caminhando bem, eu acredito que a gente... Esse debate tem que ser feito.

Mas obrigado, eu gostei muito das suas intervenções.

Por último, falou a Senadora Eliziane Gama. Assim, é de uma grosseria muito grande chamar um cara que foi... A família do meu avô foi dizimada pelos nazistas. Então, toda vez que eu sou chamado de nazista, é muito ruim. Eu sou o pior pesadelo. Veja, aqui no Brasil, infelizmente... O Brasil é um País com pouco antissemitismo, a gente tem racismo, mas, comparativamente – eu tive a oportunidade de ir para os Estados Unidos e para outros países –, a gente é um País mais tolerante, sempre foi. Mas, infelizmente, sempre há gente espírito de porco que trata uma pessoa mal porque ela tem a cor diferente ou porque tem um nome diferente, como é o meu caso. Eu me deparei com nazistas ao longo da vida, por incrível que pareça. Mais do que isso, eu cresci escutando as histórias da família do meu avô, que foi dizimada. Crianças pequenas, bebês foram para campos de concentração e depois foram para o crematório.

Então, quando a senhora fala que eu sou nazista, é muito ofensivo, é muito ofensivo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, eu não lhe chamei de nazista, por favor, por favor!

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – É muito ofensivo! A senhora vai me desculpar.

Aí o que eu coloco?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Por favor....

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Ou fascista.

Deixa eu terminar, por favor.

Aí o que acontece? Eu tenho muito orgulho tanto do meu avô, que era loirinho de olho azul, que é o Weintraub, quanto do meu avô nascido na Ilha do Marajó, que era mais escuro que a senhora, bem mais escuro que a senhora. E os dois andavam juntos sem nunca brigar. E essa mistura é que torna este País único. E é isso que está sendo ameaçado hoje. É a nossa divisão como Nação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não queria falar tanto de mim, mas é um assunto... Volta e meia, falam da minha pessoa, da minha família. Trouxeram livros que meu pai escreveu na década de 70, falando que ele defendia a maconha. Na verdade, ele escreveu falando que o viciado que tem problema com depressão não pode ser tratado como criminoso. Ele tem que tratar a depressão para se livrar do vício. E aí ficam difamando-o o tempo inteiro. Assim, eu não era uma personalidade pública, e eu tenho dificuldade de lidar com essa desconstrução de imagem.

Por último, eu falaria aqui sobre filosofia. Eu estudo filosofia, gosto de filosofia. Ela serve para organizar o pensamento. Ela serve para maturar uma série de ideias. Ela é extremamente importante. Mas a filosofia, pela própria complexidade dela, não deveria ser uma matéria para uma criança, um jovem, etc., na minha visão. Esse debate... Mas eu não falei isso. Eu falei que, no Japão, foi feito esse movimento.

Eu acho que você tem que ter um grau de maturidade para estudar a filosofia, a sociologia e mesmo a economia. Eu diria que, em muitos casos, seria melhor você fazer primeiro uma graduação em administração para, depois... Mas isso cada um vai decidir. Eu não vou impor minha posição para ninguém. Eu simplesmente ousei falar que, no Japão, fizeram isso. O.k.?

Peço, por favor, parem de me chamar de nazista ou fascista. É muito ofensivo, é muito ofensivo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem!

Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sobre o armamento nas escolas, o Ministro não respondeu.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu acho que, às vezes, a linguagem é pior que armamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E a educação quilombola, Ministro? Acabou a coordenação dessa educação. Como vai ficar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só um minutinho!

Eduardo Gomes, quer falar alguma coisa?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, falo na mesma sequência. Acho que, na última intervenção, faltou a questão da educação especial.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Educação especial. O.k.!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eliziane está com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria só fazer uma colocação para o Ministro.

Quero dizer para o senhor que eu não lhe chamei de nazista. Eu falei que essa ideia de raça pura é uma ideia nazista. Foi isso que coloquei.

O senhor não me respondeu sobre a questão das comunidades quilombolas. Essa coordenação foi, na verdade, excluída. E como é que nós vamos ficar em relação a essa educação?

Por fim, Ministro, deixe eu lhe falar: a gente tem lido muito, acompanhado muito... Preocupa-me muito, porque parece que o ovo da serpente começa a ser chocado. Parece-me uma decantação numa divisão entre uma direita e o nascimento de uma ultradireita. E aí se soma, por exemplo, o corte dos recursos, ou o bloqueio ou contingenciamento, como se quer, ou seja, 30% a menos, cortados do orçamento deste ano. A informação de que isso tem relação com a previdência não é verdadeira. Quanto à reforma da previdência, se a gente aprová-la hoje aqui, o efeito não vai ser para este ano.

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E o corte nas universidades é para este ano! E, na verdade, não foi bem um corte ou um contingenciamento, mas foi um remanejamento, porque o recurso que saiu da educação foi para outras pastas. Então, houve, na verdade, uma inversão de prioridade, quando a educação, no nosso entendimento, tem de ser prioridade.

Aí eu pergunto para o senhor: considerando a possibilidade do nascimento de uma ultradireita, a retirada de recursos da universidade, que é um incentivo, na verdade, à livre iniciativa de pensamento, à diversidade e à pluralidade, o que, aliás, o senhor, inclusive, defendeu no início da sua fala, fazendo alusão a uma referência brasileira e internacional, que é a nossa querida Marina Silva... O senhor não se preocupa que esse seja o nascedouro para concretizar a ideia do nascimento de uma ultradireita dentro do próprio Governo no nosso País?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Com a palavra o Ministro.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O pessoal deve achar que eu sou muito guloso. É que, se eu não comer, eu passo mal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor come muito mesmo, Ministro. O senhor está há uma hora e meia comendo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu sou magrinho, hem?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Nunca vi tanta fome!

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – É que eu sou magrinho ainda. Vocês não viram meu irmão comendo. O Arthur tem a perna oca; a comida cai lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agora me ofereceram. Eu não estou comendo em solidariedade a vocês todos. *(Risos.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Mas tenho aqui. Se alguém quiser, está à disposição. Para quem quiser, há, gente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É sem lactose?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Oi?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É sem lactose?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Desse tipo de frescura eu não sei, se é sem lactose ou se é com lactose. Eu sou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não é frescura, Ministro. Há gente que não pode comer algo com lactose.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu como qualquer coisa. Eu sou como carro vagabundo: se colocar gasolina aditivada, eu até passo mal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Fique à vontade! Eu acho que há mais aqui.

Então, vamos lá!

Olha: o MEC paga assistência estudantil para quilombolas. A gente está mantendo todos os programas para a população indígena. A gente está mantendo tudo isso. Mas, de novo, eu queria que a gente acabasse... Primeiro, todo mundo fala assim: somos brasileiros e temos características assim, assadas, fritas, cozidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há também os ciganos, os roma. Então, são todos brasileiros. O Senador Flávio Arns tem sobrenome alemão. O meu sobrenome é alemão, mas tenho Bragança de Vasconcelos. Enfim, a gente tem que começar a ver o Brasil como um todo. Aliás, assim sempre foi visto. A gente tem que voltar a se enxergar como essa nação miscigenada.

Depois, a senhora falou da ultradireita. Eu não gosto desse conceito de direita e esquerda. Acabei de comentar que, se eu me sentasse na Revolução Francesa, eu teria me sentado à esquerda na montanha. E ultradireita... Eu não sei direito, eu não entendo muito o que está sendo dito. Eu sou a favor do indivíduo, da família, das liberdades individuais, e não do poder do grande, do coletivo. Eu penso assim. Eu não vejo ultradireita, não sei o que é isso.

A minha família foi dizimada por grupos que tinham essa visão coletivista, em que o interesse coletivo está acima das diferenças individuais, das liberdades individuais, da família. Uma parte da minha família, eu não contei... O meu avô tinha 14 anos quando foi para o campo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Responda à pergunta.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Está bem. É muito gentil, muito democrático da sua parte.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – O senhor poderia só responder à pergunta.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Ela me chamou de nazista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, não!

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Há Senador agora fora do plenário? Eu não sabia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, não.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – É bom pedir para moderar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. Já pedimos e...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Enfim, eu não preciso comentar. Eu acho que está certo, eu me exponho demais. É até um pouco dolorido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voltando, eu acho que a gente tem que partir para respeitar as diferenças, ter as abordagens para quem precisa: quilombolas, quem é branquinho, precisa de protetor solar e não tem renda; todo mundo. A gente tem que buscar todo mundo.

Isto aqui é uma coisa interessante, ouviu? Eu tinha um colega, ou melhor, um aluno loiro de olho azul que veio me contar que cresceu em uma favela, em uma comunidade. Ele era pobre. Morreu o pai, a família caiu. E ele falou que, cada vez que falavam que a culpa dos males do mundo era dos loiros de olho azul, o pessoal batia nele. Ele falava: "Mas eu sou mais pobre que vocês!". Falavam: "Não, mas você é o culpado de tudo isso". E, assim, eu tenho o nome do aluno. Eu fiquei chocado.

Então, eu acho que a gente tem que esvaziar um pouco esse discurso de separação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – E a educação especial?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – A educação especial está mantida, as bolsas estão mantidas. À educação especial a gente vai continuar dando ênfase, com integração. Eu mostrei, numa planilha aqui, que a gente está no rumo certo para integrar 100%. Todo mundo é brasileiro, com suas diferenças individuais. Inclusive, a gente quer ter material paradidático, mostrando isto, aumentando isto: somos todos brasileiros, cada um com a sua característica.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, eu já sou a próxima?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Daqui a pouco.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu estou perguntando, porque senão vou ter que ir embora. Vai começar a reunião de Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Falará o Fabiano Contarato, o Wellington Fagundes e a Kátia Abreu, já em seguida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu tenho a reunião de Líderes da Comissão Mista de Orçamentos. Fiquei aqui por mais de duas horas – outros chegaram já bem depois –, assistindo, dando atenção. Infelizmente, são 14h30, e nós não conseguimos todos falar na Comissão.

Então, eu peço desculpas ao Ministro e a toda a sua assessoria, mas eu não posso deixar de ir à reunião de Líderes da CMO.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tinha coisas importantes para perguntar. E meu nome não estava nessa distância. Meu nome não estava nessa distância. Era o primeiro da lista, a não ser que ele o tenha tirado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está aqui.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só havia essa folha, essa primeira folha. Como é que, até agora, eu não consegui falar? Já falaram mais de 15 Senadores!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É. Mas, de qualquer forma...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria, Sr. Presidente – desculpa –, de falar em nome da Liderança do PDT. Eu sou a Vice-Líder, e o meu Líder não está aqui. Como o Roberto Rocha, eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, mas em nome da Liderança...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, eu sou a Líder hoje. Ele não está aqui. Eu vou liderar, inclusive, na Comissão Mista de Orçamento e no Plenário hoje. Ele me destinou como Líder hoje, na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – A Senadora é Líder do Partido? (*Pausa.*)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Depois de comer tudo isso, eu preciso ir ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Nós vamos fazer um intervalo de cinco minutos e continuamos.

Eu só quero dizer o seguinte: nós estamos aqui desde as 11 horas, começamos no horário e vamos continuar até o momento que for necessário, em que todos tenham exercido o seu direito de falar, de perguntar. E, da minha parte, como Presidente em exercício da Comissão, eu acho que nada mais justo e mais importante do que ficarmos aqui até a hora que for necessário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, eu posso falar neste momento do intervalo, mesmo com a ausência dele?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só um minutinho!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os seus assessores estão aqui, bem como os secretários. Eu não me incomodo. Eu tenho a certeza de que eles passarão para ele... Enquanto ele volta do intervalo, eu faria a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Esperidião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu, como Líder do bloco Unidos pelo Brasil, não vou fazer uso dessa prerrogativa. Eu vou deixar a reunião, mas quero fazer uma ponderação à sua assessoria: não é correto dividir por blocos e dar a réplica sem que todos os inscritos falem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É muito certo, muito correto!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. não vai ser condenado por isso, mas houve um erro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Grave!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o resultado do erro apareceu agora. Lamento ter que dizer isso pessoalmente a V. Exa., mas eu o faço em público, para que isso não se repita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu só...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Todos os inscritos falam, e, quando começar a réplica...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, gente! Já teve a sua réplica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, eu não vou mais falar. Eu só estou querendo fazer justiça ao Presidente...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, apenas aproveitando esse intervalo, enquanto ele volta...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A Senadora Eliziane está pedindo a palavra pela ordem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só quero fazer justiça ao Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Por favor, Eliziane, V. Exa. já fez sua manifestação e a sua réplica!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, Kátia, eu já vou sair.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu também tenho de sair!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Serão dez segundos apenas.

É que o rito do Presidente...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer... Eu gostaria de usar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O rito do Presidente é um rito trazido historicamente nesta Casa. Não há por que haver tréplica no final para todo mundo, senão não será mais réplica nem tréplica, mas outro discurso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Exato. Muito bem!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu quero pedir... Eu acho que a Kátia está na Liderança e tem o direito... Assim como o Senador Roberto Rocha teve o direito, ela também tem o direito de falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está bom.

Então, com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar Ministro.) – Mas há preferências aqui na Comissão de Educação sempre e discriminação.

Sr. Ministro e Srs. Secretários, a primeira coisa que eu queria pedir já era a audiência. Eu fiz uma continha rápida aqui. Tocantins e os demais Estados – eu não gostaria de mencioná-los para não prejudicá-los – tiveram um corte... Dividi o número de alunos pelo orçamento e achei mais ou menos R\$6 mil por aluno. Por que o meu Tocantins, a Universidade Federal de Tocantins teve um corte de 23%? Um Estado da minha região teve um corte de 14%. O Rio de Janeiro, que está mais distante – eu posso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar –, teve 4% apenas de corte, e a UnB, 15%. Por que Tocantins teve 23% de corte? Dividindo os mesmos valores, não há diferença. A única diferença que eu achei foi no Amapá, que tem um dinheiro a mais para construir a Escola Universitária.

Então, eu gostaria de levar o meu reitor para fazer essa audiência, para a gente discutir esse volume de corte, esse tratamento diferenciado, qual foi o critério que foi usado para isso. Eu gostaria de saber se eu posso ser recebida com o meu reitor.

A segunda coisa – vou falar rapidinho – é a seguinte: eu não sou especialista, estudei muito pouco, não tanto quanto eu gostaria, o destino me deu uma atropelada pelo meio do caminho. Sou psicóloga de formação, mas eu tento entender a educação, porque estou preocupadíssima com o meu País e com o meu Estado em especial. E a primeira vez, em todo o Governo Bolsonaro, que eu ouvi alguém falar de pobre foi com ele hoje, foi com o Ministro aí. Eu estou muito surpreendida de ele ter apoiado a Marina. Para mim, ele era de extrema direita. Não é defeito nenhum. Eu só pensei que ele o fosse, mas ele apoiou a Marina, e eu já estou aqui perdida.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Estou desentendida. Vou rever meus conceitos.

Então, é o seguinte: a minha obsessão é a educação infantil e a alfabetização. Eu queria aproveitar a deixa do Senador Marcio Bittar, que disse assim: o ensino fundamental se chama assim porque é fundamental; e o superior, porque é superior, está avançado. Por que se tem que chamar creche e alfabetização? Isso é muito chato. Parece que creche é lugar de menino brincar. Então, por que a gente não põe creche e alfabetização em ensino essencial? Ensino essencial, ensino fundamental...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas a gente não usa isso. Isso não é batizado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. Um minutinho! Não, não. Não está, por favor. É ensino infantil.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Por favor, eu sou da roça, entendo mais de arroz com feijão, mas eu estudei. É infantil, não é ensino fundamental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria sugerir que se chamasse – olhem-me batizando programa do Bolsonaro – creche e alfabetização de ensino essencial; fundamental é fundamental; e superior.

Uma coisa que me entristece muito, Sr. Ministro, não só na educação como na saúde, são as tais caixinhas. É um tal de caixinha – isso é do Prefeito, isso é do Governador, isso é do Presidente da República –, que eu acho que isso virou uma confusão no País. Um vira as costas para o outro, até que a segurança pública, que também era assim, teve que juntar todo mundo, igual a tamanduá, e se agarrar para ver se resolve o problema. Certo? Então, na educação, o Ceará é um modelo excepcional dessa união de Prefeitos e Governador para acabar com essas caixinhas bobas. E o Estado precisa investir, sim, na educação do ensino fundamental, na primeira fase, e do ensino essencial – que eu acabo de batizar – para resolver o problema. Então, eu sugiro isso.

Eu gostaria de deixar aqui uma reflexão. Há dois orçamentos no Ministério, um de R\$149 bilhões e outro de R\$150 bilhões – são dois de R\$150 bilhões. Uma parcela de R\$150 bilhões é dividida: para ensino superior, R\$65 bilhões; para o básico, R\$42 bilhões; para profissionais, R\$16 bilhões. Então, esses R\$42 bilhões são o que compõe os R\$150 bilhões do Fundeb, com 10%. Certo? Então, se juntam Estado, Município e os 10%, que são esses R\$42 bilhões...

(Soa a campanha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... vira o Fundeb.

Então, se o senhor está falando que vai priorizar o ensino básico, a educação básica... Eu concordo em gênero, número, grau. Sempre, sempre, concordei com isso! Por isso, é essencial: se ele não prestar, o superior não vai prestar. Então, é muito importante isso.

Portanto, eu queria saber como vai ser essa lógica de nós aumentarmos esses 10%, porque não há outro lugar para vocês investirem. E isso não pode virar apenas um discurso. Entendeu, Ministro? A educação básica tem que ter mais dinheiro. Por exemplo, agora, no Fundeb, vamos subir isso para 20%? Essa seria uma alternativa, porque não há de onde tirar o dinheiro. Os colegas têm que entender isso. Não há. Ou se tira de algum lugar, não é priorizando... O País tem que decidir o que é prioritário. O País tem que decidir o que é prioritário. Certo?

De zero a três anos é a hora em que se formam todas as conexões neurais de um cidadão. Acabou ali, acabou a pessoa, vai ficar prejudicada para o resto da vida. Ou alfabetizou ou não vai aprender mais nada!

Eu não vejo um programa do MEC, às vezes por ignorância minha, ao longo do tempo, que se dedicasse, que se misturasse com os Prefeitos, que se relacionasse com os Governadores, com o que está acontecendo aí embaixo. A educação superior é sua, mas quem chegar lá em cima sem estar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formado ou o profissional malformado também será problema seu, depois, na educação superior. Então, eu queria deixar essa consideração.

E, quanto ao salário dos professores, vocês têm que se misturar com isso. Não pode haver uma educação de 40 horas, com um professor ganhando R\$2,5 mil. Não há essa possibilidade. Certo? E há gente que ainda ganha muito menos do que isso.

Era só isto que eu queria dizer: formação de professores, piso salarial, orçamento.

E lhe peço encarecidamente que o primeiro teste da alfabetização seja feito com todo mundo; depois, escalone-se. Mas é um momento decisivo, crucial, em que tem que haver cuidado e não se fazer por amostragem, mas fazer com todos, pelo menos na primeira vez. Eu entendo o custo, eu sei que é caro, mas isso aqui vai economizar lá na frente. Lá na frente, vai-se economizar.

Há gente que falou ali atrás da escolha de livro didático. É uma máfia que ninguém consegue entender e que precisa ser desbaratada. É um negócio impressionante o privilégio! Não estou falando de corrupção, não!

E, por fim, há 75 cursos de mestrado financiados pela Capes em desenvolvimento regional. Eu queria demais que, em relação ao Norte e o Nordeste – e nós temos uma frente hoje de 48 Senadores – , de alguma forma, essa máquina pensante de 75 mestrados em desenvolvimento regional que existe no País, financiada por nós, que essas cabeças pudessem se unir para tentar reverter o que aconteceu no Norte e no Nordeste. E a gente tem de dar a mão à palmatória, porque nós fracassamos em algum momento, em algum lugar.

Muito obrigada.

Desculpe-me, Presidente, mas eu tenho que...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Wellington Fagundes fala depois.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Ministro.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, estamos indo para o final. Acho que são mais dois blocos, e terminamos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, só para nós...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Como?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O senhor poderia ler a lista dos...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Há vários que não estão aqui. Estão inscritos Fabiano Contarato; Wellington Fagundes; Luiz do Carmo; Esperidião Amin, que saiu; Zenaide Maia; Rodrigo Cunha; e o Styvenson.

O Sérgio está aqui ou não? Saiu já, mas talvez volte.

Talvez, possa ser feita a pergunta de todos agora, já que são poucos. Vamos ver...

Tem a palavra o Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpellar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Ministro.

Inicialmente, eu quero esclarecer que minhas colocações aqui terão cunho extremamente impessoal, preservando-se a impessoalidade. Então, em nenhum momento, eu quero ofender, de forma pessoal, a pessoa do Ministro ou do próprio Presidente da República. Mas eu não posso me furtar a dizer que nada é tão ruim que não possa piorar.

Nós vivemos uma democracia cuja espinha dorsal, do Estado democrático de direito, é a Constituição Federal. Essa Constituição Federal – e aí eu quero fazer uma ressalva em relação à hierarquia das leis – está acima de qualquer lei infraconstitucional, acima de qualquer decreto, de qualquer regulamentação, e todos eles estão fundamentados em cima de um comportamento ético e moral, porque não existe democracia que não seja sedimentada em cima de um embasamento ético e moral. E nem nossos políticos – nós, políticos – nem o Presidente da República têm o poder de decidir qual ciência é boa e qual ciência é má. Falo isso em referência à colocação do Ministro, quando se referiu ao Japão, sobre a eventual redução de custos nos cursos de Filosofia e Sociologia, que, para mim, são a essência, são o alicerce de todo e qualquer curso de graduação ou pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*. Então, a minha repulsa foi a essa fala, porque nenhum político, nenhum Chefe do Executivo tem esse poder de mensurar qual ciência é boa nem, tampouco, qual ciência é ruim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Às vezes, eu fico também questionando que, talvez, em quatro meses de Governo – e o Ministro da Educação já é o segundo, numa área tão delicada... A própria Constituição Federal, do dia 5 de outubro de 1988, no seu art. 6º, estabelece como direito social o direito à educação. A educação é um direito social. Agora, infelizmente, a nossa educação pública não é de qualidade, como é público e notório. Eu não posso acreditar e achar razoável que um professor tenha um piso salarial para ganhar, por 40 horas semanais, R\$2.557. E há Estados que pagam menos! Eu não posso falar – e aí na exposição o Ministro muito bem falou que houve um aumento de mestres e doutores – de agora, mas antes, durante, depois, não me importa o tempo, porque parece que o Chefe do Executivo faz questão de capacitar mestres e doutores para depois humilhá-los, porque há professores universitários ganhando... Por exemplo, uma babá, R\$8,5 mil... Eu não posso achar razoável – porque a própria Constituição Federal, no seu art. 7º, inciso IV, diz que a União tem que instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades e da família, com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário e higiene – nós termos esse mísero salário de R\$998, enquanto nós temos, nos três Poderes, funcionários ganhando salários exorbitantes. Quem está na ponta disso é a população, principalmente a população menos favorecida.

E, aí, eu não queria falar, mas vou ser obrigado a falar: eu acho que o País passou da hora de criar um "bolsonarômetro" para mensurar as consequências negativas que, em quatro meses de Governo, vêm acontecendo no Brasil, quer sejam no meio ambiente, quer sejam no Ministério da Educação, quer sejam na mordaza, quer sejam na violação da liberdade de imprensa. Acho que passou da hora de entendermos que realmente nós vivemos numa democracia e que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

(Soa a campanha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas aí eu não consigo entender, Ministro, que nas unidades militares, que estão vinculadas ao Ministério da Defesa... Porque os militares já falaram: "No nosso, ninguém mexe". Agora, o MEC vai mexer, como está mexendo, na educação básica, na educação superior? A história está se repetindo, porque, assim como as unidades militares falaram que "no nosso ninguém mexe", isso também está se reproduzindo na reforma da previdência, quando, no deles, também não se mexe. Mas não vivemos numa igualdade? "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza" – eu nunca li, nunca proferi uma frase tão mentirosa! No Brasil uns são mais iguais que outros. Basta traçar o perfil socioeconômico de quem está preso: pobres, afrodescendentes e semianalfabetos, quando os crimes de maior prejuízo são praticados por políticos, quando se desvia verba da educação, da saúde, da habitação, da moradia, do lazer. Ora, eu queria entender efetivamente quais são as políticas públicas, porque, se uma área tão delicada como é a educação, que já sofre tanto, ainda vai sofrer esse, entre aspas, "contingenciamento", travestido de corte mesmo, como vai funcionar? Eu acho que nós estamos vivendo em O Fantástico Mundo de Bobby, porque eu venho de um Estado em que as escolas estão sucateadas; falta tudo: falta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

giz, carteira, cadeira, sala, escola, creche, professor, capacitação contínua e permanente. E, agora, há um contingenciamento de 30%. Mais uma vez, quem vai sofrer será a população menos favorecida, porque, se não for o sistema de cotas, quem entra nas universidades federais não é o pobre. Não é o pobre!

Então, aqui eu quero só deixar a minha colocação e falar que eu queria muito que essa democracia, essa igualdade... E fazer um apelo ao Presidente para que não façam isso com as universidades federais, porque não é só o bloqueio do MEC; ela afeta desde a educação básica até a pós-graduação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Fabiano Contarato.

Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar Ministro.) – Senador Flávio, eu gostaria de cumprimentá-lo e cumprimentar todos também na pessoa do Ministro.

Na condição de Líder, eu não quero fazer nenhum protesto, porque V. Exa. é extremamente educado, preparado. Acho que falha pode até acontecer, mas verdadeiramente, neste momento, na audiência pública, não cabe a Líder ter a palavra pela Liderança. Então, eu estou aqui na condição de Senador, como outros também. Agora estou sendo chamado para a Comissão do Orçamento, porque temos lá pontos a definir. De qualquer forma, acho que seguir o critério com o direito de cada um é obrigação da Mesa, e nós também não podemos atropelar a Mesa. Por isso, eu quero aqui dar razão a V. Exa., principalmente pela serenidade com que V. Exa. vem conduzindo.

Vou tentar aqui, Ministro, ser rápido, porque o horário está avançado, mas aquilo que não for possível responder aqui a gente pode deixar para depois.

O senhor abordou aqui o problema da falta de respeito ao professor, que todo mundo constata. Inclusive sou autor de um projeto sobre a questão da segurança e quero depois entregar esse projeto a V. Exa. É uma tentativa de contribuir porque isso a cada dia é uma preocupação a mais dos pais: "Vou deixar meu filho lá. O que vai acontecer? O que não vai acontecer?". Esse projeto de lei, na verdade, altera a Lei 9.394. Por se tratar de uma norma geral que regula toda a educação no País, ele pretende acrescentar dispositivos neste plano legal, dando visibilidade ao tema da segurança escolar e assim por diante. Só queria registrar que essa é uma preocupação nossa.

A gente sabe que é função da escola ensinar e da família, educar. E a gente percebe que há uma inversão: muitas famílias acham que entregam para a escola, e a escola tem obrigação de educar seu filho. Então, eu gostaria de que V. Exa. pudesse aqui falar um pouco, neste momento ou em outro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento, exatamente como a sua administração pretende incluir mais a família na participação da gestão das escolas, ou seja, na escolarização do ensino. A gente vê que, quando há uma participação maior da família, associação de pais e mestres, não só a gente tem mais cuidado com a presença da família na escola, como também com os prédios públicos.

Tudo isso eu gostaria de que V. Exa. pudesse... Porque eu acho que nós precisamos viver um outro momento. É uma revolução. Não há outra alternativa que a gente possa fazer para exatamente melhorar o ensino básico.

Inclusive, há uma pergunta aqui: "Na sua avaliação, onde está a falha para minimizar o insucesso escolar ao final do ciclo de alfabetização na rede pública de ensino?". É uma pergunta.

Outro aspecto: a gente tem percebido também a discussão do Sistema S hoje. Qual é a visão de V. Exa. sobre essa questão do Sistema S? Porque, em outros governos, já vinha a tese: "Vamos pegar o dinheiro do Sistema S, vamos retirar". A gente sabe que o Sistema S tem um trabalho, é fundamental, preponderante, respeitado no Brasil, mas eu entendo que tomar o dinheiro não é a solução. Eu acho que, talvez, com a educação a gente pudesse fazer uma parceria melhor, e isso vai ser discutido sem dúvida nenhuma. Então, eu gostaria de que V. Exa. pudesse também dar um posicionamento: de que forma esse Sistema S e os recursos do Sistema S poderiam ser melhor aproveitados para fazer uma revolução também em termos da educação brasileira?

Outro aspecto também que eu quero registrar aqui é que o Plano Nacional de Educação tem como meta matricular um terço da população de 18 a 24 anos no ensino superior até o ano de 2024. Isto aqui é o que está... Nós fizemos um trabalho na criação de novas universidades no Brasil. Especificamente, eu sou do Mato Grosso, e lá nos criamos também, está criada por lei a Universidade Federal de Rondonópolis. Inclusive, no ano passado, trabalhamos com o Relator do Orçamento, colocando os recursos para a implantação dessas universidades: em Garanhuns (Pernambuco), Catalão, Jataí, Parnaíba, e essa em Rondonópolis. Eu quero só dizer que a de Rondonópolis... Mato Grosso tem 900 mil quilômetros quadrados. É um *campus* de universidade com toda a estrutura. Temos curso de Medicina...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Enfim, temos a dotação orçamentária, só que, para implantar, nós precisamos do concurso, cujo projeto o MEC mandou e depois retirou. Pergunto se V. Exa. já tem alguma informação. Se não tem ainda – V. Exa. está entrando agora, não é obrigado –, eu gostaria de registrar a nossa preocupação, para a gente encontrar um mecanismo, que seria medida provisória ou outra situação mais rápida, para que a gente possa implantar, porque essa universidade, por exemplo, não vai impactar em recursos, investimentos altos. Por quê? Porque já é um *campus* consolidado; só vai separar administrativamente, inclusive pelo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

gigantismo do Estado. A própria Universidade Federal de Cuiabá propôs essa criação. Então, foi uma coisa harmônica.

Ainda, Sr. Ministro, a gente sabe que está represada a criação de cursos de Medicina, e não só em universidade pública; privada também. No nosso caso, em Mato Grosso, como eu disse, são 900 mil quilômetros quadrados, e nós temos lá... Já tinha sido definida, na cidade de Barra do Garças, a criação também de um curso, a abertura de um curso de Medicina. Não era nem na universidade pública.

Lá é a região do Araguaia. São dois Estados, o que dá aproximadamente também, territorialmente, mais de 500 mil quilômetros quadrados; um grande vazio. E nós sabemos que, para levar o médico para o interior hoje é muito difícil. Então, ter os cursos de Medicina ou outros cursos... De Direito, por exemplo, nós temos um excesso. Então, nós não estamos falando aqui do excesso; nós estamos falando é na falta. No caso de Medicina, a relação habitante/médico é muito baixa.

Então, eu gostaria de saber também uma posição de V. Exa. nessa situação do represamento em regiões que realmente necessitam e em que temos tanto universidades privadas, faculdades privadas, como universidades públicas. Eu estou falando do curso de Medicina de um modo geral, porque o problema do Mais Médicos, agora, virou um represamento maior. E no interior do Brasil a gente vive uma situação de angústia dos Prefeitos, porque precisam contratar em cima dos programas e não encontram médicos. Mesmo, Ministro, às vezes, em uma cidadezinha pequena, pagando R\$40 mil, R\$50 mil, a prefeitura oferecendo, às vezes não se encontra médico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Wellington Fagundes, sempre presente e atuante.

Eu só quero esclarecer a V. Exa. que, tanto quanto possível, na Comissão, a gente segue o Regimento geral do Senado: o Senador poderá fazer uso da palavra – art. 14, inciso II, letra "a" –, se líder, por cinco minutos, em qualquer fase da sessão, exceto durante a Ordem do Dia. Por isso que nós realmente abrimos para as Lideranças.

Alguém levantou a questão da tréplica também:

Art. 398.

.....

X – terminada a exposição do Ministro de Estado, que terá duração de meia hora [como a gente falou], abrir-se-á fase de interpelação pelos Senadores inscritos, dentro do assunto tratado [como o Senador Chico Rodrigues procurou levantar], dispondo o interpelante de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro de Estado o mesmo tempo para a tréplica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na Comissão, tanto quanto possível, a gente segue o Regimento do próprio Plenário.

Senador Luiz do Carmo, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, toda a população está nos cobrando muito essa questão de aqui falar dos cortes. Como o Ministro já falou, e na verdade é contingenciamento... Agora mesmo nós estávamos lá, no bloco, com a Liderança do Governo, e eu quero dizer que todos nós temos a preocupação. Nós queremos o investimento.

Eu fui Relator da LDO e, como Relator, nós colocamos que, unicamente no Ministério da Educação e no da Saúde, não poderia haver contingenciamento nem corte. Ao contrário, os recursos deveriam ser corrigidos pelo IPCA.

Então, fica aqui o meu registro também, porque eu tenho certeza de que todos lá estão nos cobrando, como se a gente aqui tivesse ou não o papel da defesa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Todos, claro, queremos os recursos para a educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Wellington.

Senador Luiz do Carmo.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, eu acho que nesse Regimento nós temos que mudar alguma coisa. Não é justo eu estar aqui, há três horas e meia, e o Líder falar na minha frente. Aguardando... Eu acho que aqui temos que ser mais democráticos. É a minha opinião. Nós temos que mudar alguma coisa aí. Eu sei que o senhor está cumprindo o Regimento.

Eu quero dizer para o Ministro o seguinte: o senhor falou no Chile; eu acabei de chegar do Chile. Eu fui lá, quinta e sexta, em uma missão oficial, para conhecer o sistema de segurança do Chile. Fiquei lá os dois dias; foi muito produtivo. E eu visitei uma cadeia lá, um presídio, onde os presos estavam estudando numa sala com ar-condicionado e projetor. Não tinha nem giz. Isso lá na prisão. Então, o Brasil está muito atrasado em relação a isso. Portanto, quanto ao Chile, como o senhor quer imitar, ser igual ao Chile, tem que fazer essas visitas lá, porque realmente está bem mais evoluído que o Brasil.

Eu estava em dúvida em alguma coisa aqui, mas eu estava vendo o currículo do senhor. O senhor é muito competente. Eu acho que o senhor é mais do mercado financeiro do que da educação. É o meu pensamento, certo? Trabalhou mais. O senhor assumiu o ministério no dia 8 de abril, e eu queria fazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pergunta: já deu tempo de o senhor ficar por dentro de todos os assuntos do ministério? Até para cortar o orçamento? Ou isso é posição do Guedes, de alguém aí? Eu estou há quatros meses aqui no Senado e estou aprendendo. Eu acho que eu vou aprender as coisas no Senado e, a partir do mês de junho, aí eu vou ser um Senador de fato, realmente aprender. Então, eu acho muito pouco tempo para o senhor tomar algumas decisões a respeito disso aí.

Outra pergunta que quero fazer aqui: mesmo nesse quadro de contingenciamento de recursos do MEC, de que forma o ministério pretende investir efetivamente na educação básica? Qual é a previsão de construção de novas creches no País e em Goiás? Quanto à educação básica, eu acho que se deveria investir mais em educação básica para a pessoa chegar ao ensino superior mais qualificada, e não chegar um analfabeto praticamente à universidade brasileira.

As minhas perguntas eram só essas, porque o tempo já correu demais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado, Senador.

Senadora Soraya com a palavra. Depois da Senadora Soraya, Rodrigo Cunha e Styvenson.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para interpelar Ministro.) – Senador Flávio Arns, parabéns pela condução; é uma audiência um tanto quanto difícil.

Ministro Abraham, é prazer enorme estar diante de V. Exa.

Eu sou PSL. O senhor não me conhece, mas eu lhe conheço. Conheço o seu irmão, estive com ele em Israel, e conheço o seu currículo, a sua competência, a sua capacidade. E não é porque é economista que não tem condições de gerir esse ministério. Eu tenho plena confiança de que o senhor vai fazer um excelente trabalho.

Nós tivemos Presidentes da República semianalfabetos e antigamente não se cobrava esse tipo de coisa – é engraçado isso. Então, o senhor falou do seu currículo e disse que, poxa, é chato ter que falar do currículo, mas o senhor foi instado a falar de si porque foi colocado em xeque aqui. E eu confio plenamente no tirocínio do nosso Presidente Jair Bolsonaro, na boa vontade, e sei sim que, justamente como economista, o senhor de pronto já soube como fazer esse contingenciamento, principalmente. E, mesmo nas questões como professor universitário, tudo, eu confio muito. Tem muita gente que sai com um canudo das nossas universidades e não sabe nada. Então, as pessoas também têm o direito de ser autodidatas em certas questões. Enfim, quero parabenizá-lo. Compreendi muito bem toda a sua explanação.

Antes de entrar... Eu tenho duas perguntas, mas quero fazer dois comentários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já foi muito falado, e às vezes é difícil... Direita, esquerda, aquela explicação que o senhor deu do conceito que foi dado na França naquele tempo. É que o conceito aqui mudou, as coisas mudam.

Então, tocando em ideologia, mais uma vez, quero pedir encarecidamente sobre essa questão doutrinária, nem para um lado, nem para o outro. E, *data maxima venia*, aqueles Parlamentares que não sabem o que é ter um filho doutrinado, com todo o respeito que se calem. É grave a doutrinação nas universidades e na escola. Enquanto nós trabalhávamos para pagar isso, sem falar em escola pública... Em escolas particulares, enquanto nós trabalhávamos para pagar as escolas que nós considerávamos – geralmente dizem que as são as melhores – as mais caras, doutrinavam nossos filhos. Doutrinavam mesmo. E uma cabeça doutrinada... Quando a gente fala que o senhor foi ameaçado de morte, disso, daquilo, eu sei o que é isso; a gente sabe que é verdade. Mas uma doutrinação também, olha, dependendo de como é feita, ela é uma sentença dentro de uma família. Ela é uma sentença. É difícil.

Então, nós temos essa questão de militantes disfarçados de professores. Então, pelo amor de Deus, eu te falo como mãe – como mãe! As mães da escola sem partido também. Eu te falo como mãe: eu sei na pele o que é isso. Então, por favor... E quem não sabe, quem não tem dentro de casa, eu peço que se cale, porque é muito fácil a gente falar quando a gente só lê e sabe muito pouco. Então, por favor, cuida disso.

Segundo lugar: educação domiciliar. Sou parceira para ajudar, para dirimir dúvidas. Eu estudei nos Estados Unidos, minha irmã tem dois filhos nos Estados Unidos, duas crianças que fazem até concomitantemente. Existem muitas dúvidas acerca disso, mas é algo extremamente interessante, possível, com estudos científicos. Então, conte comigo, Ministro, nesse ponto.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Outro ponto. Aí é uma pergunta mesmo para o senhor. Nós somos Estado mínimo, queremos implantar cada vez mais o Estado mínimo: então saúde, educação e segurança pública em primeiro lugar. Nós temos obrigação de disponibilizar os serviços, escola, que é o nosso ponto, mas nós somos péssimos prestadores desse serviço. Eu quero saber a opinião do senhor sobre o *voucher* escolar, sobre a utilização da rede privada, porque é ela que presta com excelência esse trabalho.

Nós temos escolas no interior, nós já temos Prefeitos... Eu estou levantando no Mato Grosso do Sul quanto custa cada criança na escola pública e quanto custa na privada. Eu acho que esse é um dado... Esses dias eu apanhei no Twitter porque eu dei um dado que falaram que não era... Mas o que eu estou levantando, sim: a criança na rede privada custa menos do que na rede pública. Eu gostaria de saber, de verdade, do ministério, agora nas suas mãos – confio nisso –, o que a gente poderia fazer. Existem Municípios no Mato Grosso do Sul já contratando, porque fica mais barato. Então, o que o senhor acha do *voucher* escolar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero pedir um olhar: está havendo fraude no envio das listas tríplexes para a escolha de reitores. No meu Estado, eu já tenho fraudes – já até falei com o Victor Metta, já passei –, fraudes mesmo. Então, muito cuidado, por favor, com isso, porque há gente tentando se passar por algo que não é. E ouvir as pessoas nos Estados seria bastante salutar.

E, por último, Ministro, como o senhor analisa a prestação de contas das universidades? E em quê nós poderíamos ajudar, em CPIs, em tudo – eu sou soldado aqui de vocês, sou soldado do Governo –, para que a gente apure? Nós fomos eleitos para mostrar para o povo o que está acontecendo. Então, essa caixa-preta dessas universidades nós temos que abrir.

Parabenizo o senhor mais uma vez, agradecendo-lhe e desejando-lhe tudo de bom – eu tenho certeza de que vai ser –, desejando-lhe boa sorte na Câmara, porque a oposição aqui ainda é mais educada, ouviu? Que o senhor tenha muita sorte lá, que as pessoas o tratem com bastante respeito, porque o senhor merece.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço.

O Senador... Vamos concluir, com o Senador Rodrigo Cunha e o Senador Styvenson – os últimos serão os primeiros. Desculpe-me, até porque, em vez de quatro, são seis, mas aí concluímos também com as inscrições.

Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para interpelar Ministro.) – Presidente Flávio Arns, parabenizo V. Exa. pela condução até este horário da maneira mais democrática possível.

Eu me direciono ao nosso Ministro fazendo alguns questionamentos.

Não pude estar o tempo todo na Comissão porque estava presidindo uma outra Comissão, mas eu acompanhei bem o início, acompanhei bem os debates aqui e percebi, desde o início, uma preocupação e uma necessidade de deixar claro que a posição do Ministério hoje é, sem sobra de dúvidas, investir, priorizar a educação básica. Inclusive, isso vem corroborando o que foi tema de campanha do Presidente, que era justamente – em detrimento dos investimentos nas universidades, no ensino superior – o ensino básico. E nesse ponto, de todos os assuntos que foram tratados aqui, o que mais se repetiu foi o assunto creche. Esse é um assunto sobre o qual a Comissão – que eu tenho a honra de presidir, que é a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – está realizando um ciclo de debates. O primeiro debate, com os órgãos de controle. Então, a AGU, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o Ministério Público Federal e os tribunais de conta demonstraram aqui seus estudos. É interessante como todos eles têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemas, inclusive sistemas próprios – poderiam até se conversar mais –, e números muito parecidos, números esses que chegam na sua média a 1,7 mil escolas que estão paralisadas; são creches ou pré-escolas que estão paralisadas, que não foram entregues no prazo, que estão canceladas. Inclusive, de todas as participações, uma participação que me chamou bastante atenção foi a do CNJ. Aqui nós sabemos que muitos casos podem ser resolvidos através de uma prioridade máxima do próprio Judiciário, devido a questões de editais, a questões de impugnações.

E aqui a presença do FNDE, do Presidente, que com certeza estará na próxima quinta-feira... V. Exa. foi convidado. V. Exa. também, no curto espaço em que eu estive aqui, mencionou três vezes que quer dialogar mais, que quer se colocar sempre à disposição para conversar, e nós teremos na quinta-feira uma audiência pública para tratar do assunto que mais foi mencionado aqui: as creches que estão paralisadas. Houve um ofício encaminhado pelo ministério designando o Presidente do FNDE, que é extremamente importante, uma autarquia vinculada ao ministério, indispensável para esclarecer os pontos que já foram levantados; uma audiência que será extremamente produtiva e eficiente.

E a presença do MEC, por tudo o que foi levantado – V. Exa., se possível –, é indispensável, porque nós vamos tratar, repito, do assunto que mais foi ventilado aqui. Somente no meu Estado, o Estado de Alagoas, são 51 creches. Então, há necessidade de se criar uma prioridade absoluta, e vai ficar demonstrado como isso já está bem monitorado e já se consegue identificar qual o tipo da causa, qual é a situação, e o que se busca justamente é que se dê uma prioridade. E o MEC eu acredito que tem que abraçar essa causa, até porque V. Exa., aqui mesmo, fez questão de dizer que essa seria uma prioridade absoluta, que era investir na quantidade de vagas. Muitos desses problemas foram criados, inclusive, por orientação do MEC, através do FNDE também, num modelo específico, inovador, para as licitações, em que a empresa que foi contratada para fazer no Brasil inteiro quebrou. Então, eu acho que nós podemos, inclusive, encontrar as soluções juntos. E reforço a necessidade de reavaliar a presença do ministério aqui. Então, esse é um assunto que eu queria deixar pontuado.

Um outro que não ouvi falar por aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... inclusive falando ainda sobre educação – ensino médio e ensino infantil: o Presidente chegou a mencionar, durante campanha e logo após eleito, que pensou em algum momento em fazer com que o próprio ensino a distância, a que eu sou favorável, também chegasse ao ensino básico. Quero saber o entendimento de V. Exa.: V. Exa. acha que é necessário substituir o professor, ou ter disciplinas específicas através de um ensino a distância, no ensino básico? – é uma pergunta.

E, sobre esse tema, nós tratamos nessa Comissão, que é de Fiscalização, repito, sobre um golpe que foi dado em mais de 200 mil estudantes no País inteiro, um golpe que se pode dizer golpe do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

diploma falso, que escolas de ensino a distância praticaram em todo o País. Todos esses alunos que cursaram, às vezes por dois, quatro anos, um curso a distância superior foram surpreendidos ao tentar registrar, principalmente nos seus conselhos de classe, como o Conselho de Educação Física, o seu diploma e verificar que não havia autorização para aquele polo a distância funcionar naquela cidade específica, e hoje essas pessoas não conseguem resolver esse problema. É um problema generalizado; não é algo apenas local, é algo nacional. E o MEC também pode interferir para que essas pessoas que investiram... Muitas delas pegaram investimento, pegaram empréstimo para conseguir realizar esses pagamentos e hoje não sabem a quem recorrer. Isso está sem solução. Então, que V. Exa. internalize esse assunto. É um assunto de extrema importância na vida de mais de 200 mil pessoas que já cursaram esse curso a distância.

Por fim, eu também não poderia finalizar a minha fala sem mencionar a situação das universidades e institutos federais. Eu acredito que, fragilizando as universidades, vamos, sim, fragilizar a qualidade do ensino. Então, pelo menos a notícia pública que é dada pelos reitores é de que não terão condições nem de pagar água, energia, situações básicas, com o corte quase que de imediato de 30%. Então, que V. Exa. possa também deixar claro que não se trata de algo ideológico – se esse, realmente, é o sentido, porque para boa parte da população é isso que está sendo passado: no mesmo ponto em que se fala em desidratar as universidades, fala-se em outro momento em se construir escolas militares.

E eu também faço esta outra pergunta: qual é a visão do Ministério para a construção de escolas militares pelo País, e se há uma interação direta entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação.

Então, queria deixar esses apontamentos para que a gente possa evoluir, e reforço o convite para, na próxima quinta-feira, participar da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Rodrigo e passo a palavra ao Senador Styvenson Valentim.

Com a palavra V. Exa. como último inscrito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, por quem tenho muita admiração.

Eu também, Rodrigo, cheguei aqui quase no final. Peguei a última fala do Ministro, dizendo que a meta seria aproximar a nossa educação à do Chile. Assim ele disse no final.

A educação do Chile acho que está bem à frente de nós na OCDE, se não me engano; acho que 20 posições. A educação do Chile, cerca de dez anos a mais de escolaridade; a nossa tem sete.

O Chile, se não me engano – corrijam-me, pois não fui ao Chile como o Senador que viu lá as coisas acontecerem –, usa o dispositivo de *voucher*. Esse dispositivo já foi usado aqui no Fies para universidades. O *voucher* já foi utilizado e se mostrou ineficiente, porque dá uma dívida muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, ainda como meta, a gente atingir uma escolaridade como a chilena numa contenção, numa diminuição – use a palavra que for – de recursos para a educação, aí eu pergunto ao senhor, Ministro: como vai ser feito isso? Porque essa contenção, essa redução, essa mingua de gastos na educação não vem de hoje, e aí se chegou à educação que está. Desde muito tempo atrás, vem-se perdendo dinheiro na educação: em 2015, se não me engano, R\$7 bilhões; 2016, R\$10 bilhões, e assim foi seguindo.

Eu pergunto como desafio ao senhor agora, Ministro: como tornar a nossa educação, em parte pelo menos, igual à do Chile, se não temos esse recurso de contingência?

E sobre o *voucher* – o que é interessante sobre as creches –, acho que faz um mês o Senador José Serra, que foi Ministro, aprovou o PLS 466, de 2015, falando dos *vouchers* para crianças de zero a cinco anos onde não haja escola, onde não haja disponibilidade, até sanar o problema. Já foi feito isso aí sobre os *vouchers*. A minha preocupação é com os locais onde não haja essa escola privada. Área rural. Falo pelo meu Estado, predominantemente rural, interiores distantes, onde escolas privadas não vão ter essa condição, Sr. Presidente Flávio Arns, mesmo com *voucher*, de levar essas crianças para a escola, nem para a creche. Então, seria o *voucher* uma substituição às creches? Ou até sanar o problema?

Volto a dizer que os *vouchers* já foram utilizados no ensino superior. Se eu estiver errado, corrija-me mais uma vez.

E o desafio é este: como fazer o mais com pouco, tornar a nossa educação pelo menos similar à chilena com essa redução de custos?

Sobre as universidades, não poderia deixar de falar principalmente sobre a minha, a UFRN, e os IFRN's. O corte, a contenção, a palavra que for usada não afeta só a questão da eletricidade, viu, Rodrigo? Não é só a água. É certo que não atingiu o salário dos professores, não atingiu a alimentação do aluno, mas atinge de uma forma indireta, sim, o aluno. Atinge o terceirizado que vai ficar desempregado. Eles movimentam a economia de um Estado como o meu, que depende de qualquer recurso, um Estado pobre como o meu, o Estado do Rio Grande do Norte, e esse recurso tirado vai sair da economia. Vai haver desemprego, os terceirizados vão ter que ser desalocados, vai ter que surgir alguém para limpar aquela sala, para fazer aquela comida, e assim sucessivamente, só na questão desse pensamento.

Assim, eu espero que haja uma solução, e uma solução rápida, para que se reequilibre a educação deste País, para que se destine mais.

(Soa a campanha.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu iria acabar agora, neste minuto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são esses dois questionamentos que eu tenho. Acho que, na verdade, só o primeiro, porque o outro é fato. O outro não precisa nem ser perguntado, vai acontecer. O aluno vai ser atingido de uma forma ou de outra.

Está bem?

Ah, só sobre a questão da lactose. Não é frescura, não, é uma questão de... *(Risos.)*

É uma questão mesmo...

(Tumulto no recinto.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, mas eu preciso só explicar, porque pode haver crianças agora nas escolas que não são diagnosticadas e que podem estar sofrendo, pela enzima lactase que não têm, uma enzima caríssima, se se for comprar, Senador.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Minha filha é.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – A sua filha é? Ah, então, não é frescura. Então, eu estou vendo que... Está vendo? Aqui já há duas.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB (*Fora do microfone.*) – O Arthur é.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Hã?

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O Arthur, meu irmão, nasceu com intolerância também. Estou brincando.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, está bem, eu aceito a brincadeira, mas...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Até se descobrir que ele era... Foi intolerância ao leite da minha mãe. O Arthur nasceu com intolerância ao leite materno. E até se descobrir, porque, na época, "o que está acontecendo? O que não está acontecendo?", ele quase morreu. O que ele teve que fazer? Tomar leite de soja, que na época não havia no Brasil... Aí tinha que importar, e demorava... Aí, o que aconteceu? Uma pessoa da família que tinha trouxe as latas e deu. Meu pai queria até comprar. Falou "não, eu sei o perrengue que você está passando". Eu falei brincando.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu entendi, Ministro. Eu levei como brincadeira.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Lógico. Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu não estou... Pelo contrário, eu estou aqui para contribuir. Mas eu queria só pegar esse tema e levar para a questão da alimentação nas nossas escolas, porque pode ser que aconteça de crianças, adolescentes que tenham essa restrição que eu tenho, que a filha do Senador aqui tem, que o seu irmão tem, estarem sendo alimentadas sem a mínima diferenciação.

Ora, se a alimentação, Sr. Flávio Arns – aí o senhor me corrija, Ministro –, é de R\$0,36, isso se for aluno do Mais Educação, e de R\$0,30, se for aluno normal, qual a preocupação que a gente vai ter? Porque incomoda, e quem tem essa enzima, essa falha de lactase, sabe a dor que sente, sabe o inchaço que é, sabe o incômodo que é. Atrapalha, então, na vida acadêmica, atrapalha na vida estudantil, atrapalha na vida do atleta, atrapalha na vida como um todo. Então, eu entendi como uma brincadeira, e a brincadeira aqui foi levada agora para um âmbito de seriedade para a gente poder também... Não é só educação; é saúde. Então, não dá para pensar que uma escola não tenha essa avaliação.

Então, Ministro, só voltando à pergunta: como o senhor vai transformar o País na educação tirando o Brasil desse *ranking* de 72 países, quase o último, para colocar, pelo menos, entre os 19, na frente do Chile, com essa redução de gastos? Lembre-se que o Chile chegou ao que é valorizando o professor, não é?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Senador Styvenson.

Ministro, com a palavra.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Só que eu vou...

Desculpe-me, eu que fui o responsável.

Só que eu vou seguir a ordem aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Alguns Senadores pediram para justificar por terem saído porque estavam e estão no Plenário ou em outra comissão. Mas, mesmo não estando presentes, a resposta eles podem buscar pelos meios de comunicação do Senado.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Bom, vou começar pelo Senador Fabiano.

Ele falou que não se pode discutir a questão de Sociologia e Filosofia. Eu acho que... De novo, citei o caso japonês, mas eu acho que a gente pode falar o que a gente quiser, desde que não seja descortês e deselegante com outros. Então, liberdade de expressão. Trazer questionamentos até sobre, se for o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso, o gasto de Sociologia e Filosofia. Novamente, está à disposição no YouTube, falo do caso japonês. Se você pegar o trecho inteiro...Daí há uma emissora de televisão que cortou, torceu, moeu, para parecer que eu estava falando como sugestão, mas é só olhar no YouTube.

Segundo. Sou o segundo Ministro do MEC, sou mesmo. Houve uma mudança, mas, nos últimos 16 anos, a gente teve, com exceção do Haddad, uma troca de ministros inferior a um ano. A média foi...Houve muitas trocas, foram 12 ministros, se não me engano, num período relativamente curto. Então, eventualmente, o Presidente Bolsonaro montou um time de ministérios e é natural que haja uma ou outra troca. Acho que reconhecer...O Vélaz não caiu por nenhum escândalo, pelo contrário, foi uma questão específica de gestão. Então, acho uma coisa natural.

A questão do salário mínimo. Não entendi direito a pergunta que ele fez, acho que foi mais uma colocação.

"Bolsonarômetro" também acho que não é questão para eu comentar aqui, a gente está tentando discutir educação.

As escolas militares. O Ministério das Forças Armadas foi contingenciado. Eles também têm recursos acho que até setembro, se não houver o descontingenciamento. E eles optaram... Como o gasto é mais reduzido nas escolas, eles têm mais capacidade de manobra, porque o volume é mais baixo perto do resto de todo o Ministério. Então, neste momento eles tomaram essa decisão, mas as Forças Armadas foram contingenciadas e muito mesmo.

O último comentário do Senador Fabiano foi sobre "O Fantástico Mundo de Bobby", também não entendi.

O segundo foi o Senador Wellington Fagundes.

Aqui, segurança escolar. Concorde, a família tem que...A gente tem que buscar segurança nas escolas. Para educar e ensinar a família tem que estar próxima. A gente pretende trazer um material paradidático o mais rápido possível. Com certeza, ainda este semestre a gente vai anunciar um programa de material paradidático que vai ter como estratégia trazer as famílias para dentro das escolas, para ler história para os filhos, estar mais próxima, num envolvimento. É uma campanha ampla para estar próxima do envolvimento na educação das crianças.

O Sistema S técnico acho que é até um fomento. Se a gente conseguir envolver o Sistema S para estar nessa estratégia de expandir a educação técnica, acho que o blindaria um pouco desses movimentos de tentar tirar recursos do Sistema S. Pode ser até do interesse dele.

Ele também comentou que a meta é um terço da educação superior. Aqui eu trago a questão das nossas diretrizes: 40% têm que ser federais. Então, trago o desafio: a gente vai gastar mais do que a gente gasta, R\$200 bilhões por ano, com universidades federais. Não consigo ver de onde a gente vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tirar dinheiro, porque este Governo se comprometeu a não aumentar os impostos. Se a gente não vai aumentar imposto...São R\$200 bilhões! Eu gostaria, realmente, de trazer esse debate para o Parlamento.

A Federal de Rondonópolis, a questão dos *campi*, sim, vamos checar.

Criação dos cursos de Medicina.

A gente tem um desafio, não somente porque hoje estão produzindo 35 mil médicos, houve a expansão dos cursos de Medicina. A princípio eu sou a favor de expandir mais, até para desestimular os cursos de Medicina na fronteira do Brasil. Hoje a gente tem um contingente de 150 mil brasileiros que fizeram ou fazem cursos de Medicina na fronteira, em outros países, e depois abre-se toda a questão do Revalida. Faculdades que custam R\$200 – Medicina é uma faculdade cara –, R\$300 por mês, e que acabam não tendo hospital universitário. Esse brasileiro acaba obtendo um diploma no exterior, aqui num país vizinho nosso, Bolívia e Paraguai principalmente, e cria-se um problema. Então, a princípio, sim, é uma coisa que casa com a outra.

O Senador Luiz do Carmo perguntou se já deu tempo de cortar o orçamento. Não, eu não estou cortando, não fui eu que cortei. Se eu já tive tempo para analisar, para cortar o orçamento? É um contingenciamento e ele veio do Ministério da Economia. Então, eu falei algumas vezes durante a apresentação.

Perguntou da creche também, enfim.

A Senadora Soraya comenta o fim da questão doutrinária. Concordo.

Educação domiciliar eu acho que tem que ser um livre arbítrio dos pais, quem coloca os filhos no mundo tem sempre que ter a primazia na questão da educação. Eventualmente existem pais e mães desnaturados, infelizmente isso acontece e, para isso, o resto da sociedade tem que garantir o direito individual da criança de ter a sua plena capacidade potencializada pela vida dela. Eu concordo contigo, ao mesmo tempo em que a gente tem que dar a liberdade. Se o pai e a mãe estão educando bem os filhos, quem somos nós para interferir nisso? Que direito a gente tem se está indo tudo bem? Não é o que eu faria para os meus filhos, não é o que eu fiz com os meus filhos, não é o que eu quero para os meus filhos, acho importante a interação, mas eu tenho que respeitar o direito do próximo para ter o meu respeitado. Isso é da Bíblia.

Estado mínimo. A princípio eu tenho uma afinidade. Eu não sou a favor de acabar com o Estado de forma alguma, nem acabar com o mercado. Se o Estado não tivesse importância ou o se mercado fosse ruim... Não falta inimigo em nenhum dos dois lados, há um monte de gente que quer acabar com os mercados e nunca conseguiu. Por quê? Porque ele gera bem-estar para a humanidade. E o Estado também, muita gente tentou acabar com ele, mas ele possui certas atividades que, se a gente não tiver o Estado, a gente não consegue entregar. Eu acho que o Brasil chegou a um ponto de esgotamento do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo atual do Estado. Então, é mais profundo do que isso, é simplesmente olhar para os números: "Traz aqui, está faltando dinheiro". "Traz aqui, mostra, abre as suas contas. Mostra para mim para onde é que está indo a despesa, o dinheiro suado dos impostos que a gente paga, suado!"

Fora de Brasília está muito difícil a vida, é muito difícil. Essa realidade aqui de Brasília, arborizada, ruas bonitas, não é essa realidade para as pessoas, não é a realidade do Brasil. O pessoal está gritando, maravilha! Traz as contas aqui, traz aqui. Está faltando dinheiro? Vamos ver se não dá para buscar R\$20 milhões. Vinte milhões é muito dinheiro, R\$5 milhões é muito. Os R\$1 mil do pagador de impostos têm que ser respeitados, os R\$500 têm que ser respeitados. O Bolsa Família é menos do que isso, a gente tem que respeitar, concordo com a senhora.

Testar o voucher com creches. Talvez seja um caminho, a ideia do voucher é uma ideia polêmica, mas tem efeitos positivos em vários países. Então, eu gostaria de fazer um teste até a gente conseguir montar uma rede, colocar, em um primeiro momento, o voucher, seria uma ótima abordagem e a gente vai monitorando para ver.

As fraudes das listas das universidades. A gente está aberto ao diálogo. Podem conversar com a gente, vai ser um prazer.

E quanto às contas das universidades, eu acho que sim, eu acho que os Parlamentares, principalmente nesta Comissão, deveriam chamar os reitores para mostrar os números deles. O pessoal que está falando que está faltando dinheiro, por favor, mostre para a gente aqui, venha mostrar os números. Abram o balanço das universidades, dessas torres de marfim que custam, na média, R\$1 bilhão por ano.

Senador Rodrigo, eu teria o maior prazer de participar na quinta-feira. A gente está mandando os nossos principais executivos do MEC, o Decotelli, do FNDE, que tem tudo a ver. Eu preciso ver a minha agenda. Realmente está um nó a minha agenda, mas não vai faltar oportunidade para a gente conversar.

Ensino a distância para o ensino básico. De novo, eu não acho que seja o ideal, mas eu respeito pais que criam bem os filhos. O que a gente precisa é monitorar se essa criação e educação dos filhos está sendo bem feita.

Duzentos mil estudantes com diploma falso de ensino a distância é um problema, eu estou sabendo disso. É caso de polícia, não é? É mais caso de polícia do que de educação.

Reitores, contingenciamento, água e luz. De novo, vamos mostrar os números. Traz aqui, vamos ver o que está acontecendo.

Escolas militares. Dentro do orçamento deles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Styvenson Valentim, o Chile, assim, mesmo outros países utilizam *voucher*. Os estudos que eu vi é que são instrumentos interessantes. Não sei se para tudo vale, mas para várias situações específicas eu acho interessante.

O orçamento do MEC vem caindo. Olha, o que acontece a gente até mostrou na apresentação: não é que o orçamento do MEC vem caindo; o orçamento do MEC subiu ao longo dos anos, só que ele subiu nas universidades federais. Em todas as outras áreas caiu. E, dentro disso, subiu muito na folha de pagamentos. Então, hoje o MEC é uma grande folha de pagamentos, e, com a ausência de crescimento econômico no Brasil, a arrecadação sempre decepcionando, o que foi sendo contingenciado – e aí o senhor está certo – foram as despesas discricionárias. Isso está na apresentação. Então, o orçamento do MEC não caiu. Ele subiu nas universidades federais, subiu bastante. Ele está principalmente lá, pagando a folha de pagamentos. Então, quanto a gente passa para o FNDE por ano? Quinze bilhões. Quanto a gente gasta com professor aposentado de universidade federal? Quinze bilhões. É uma realidade isso e vai continuar aumentando. Então, por isso que vale a pena a gente abrir a discussão.

A questão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte afeta o terceirizado, mas, de novo, se fosse uma empresa, o corte seria muito mais dramático. A gente manda embora, é muito mais pesado na iniciativa privada, é muito mais incerto, é muito mais duro. E de onde vem esse dinheiro? Vem da iniciativa privada, porque a gente paga imposto.

E o que fazer para reverter tudo isso? É o que eu comentei aqui. Eu acho realmente, eu acredito realmente que, se a gente aprovar a nova previdência, a gente consegue finalmente decolar, ter um crescimento econômico, abrir um novo capítulo da história do Brasil, deixando para trás esses anos de sofrimento, de estagnação, de recessão, de crise.

Então, resumidamente, é isso.

Eu agradeço muito a oportunidade, Presidente. O senhor foi muito acolhedor, muito educado.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Presidente...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Gostei muito.

Alguém? Eu estou já interrompendo? Não sei se...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não, chamei a atenção do Presidente apenas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Senador Rodrigo Cunha também tem direito à réplica.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Então, desculpa. Perdão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Assim como o Senador Styvenson também.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Mas é que eu queria agradecer, porque foi de uma gentileza, de uma amabilidade aqui fantástica.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, Ministro, não vou me aprofundar nas respostas que foram dadas, mas numa delas sim, porque é algo de que eu estou tratando, pelo menos há quatro anos, muito de perto, que é a questão dos alunos que cursaram ensino a distância e que estão com diploma na mão e não conseguem validá-los, de nenhuma forma. É um caso de polícia. Tem que ir preso que fez isso, não tenho dúvida nenhuma. Mas vamos falar das pessoas, dos alunos que comprovam que cursaram aquele período. Inclusive a fiscalização também cabe ao MEC; fiscalizar e permitir que isso acontecesse. Então, estamos diante de um problema social que afeta mais de 200 mil pessoas.

Apesar de a Polícia ter a sua responsabilidade – e vai ter, há procedimentos abertos –, mas invoco o MEC. Inclusive não foi essa a postura que o MEC também teve na audiência pública que realizamos sobre isso, pelo menos assim publicamente não foi falado. Pelo contrário, disse que estava avançando muito para tentar reaproveitar de alguma outra forma, porque, inclusive, foram cancelados pelas universidades esses cursos. Há muitos diplomas cancelados pelas universidades de maneira falsa.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – O senhor tem razão.

(Soa a campanha.)

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu acho que a gente tem que buscar uma solução para essas pessoas.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Ah, eu agradeço, porque V. Exa. disse que era apenas um caso de polícia.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Não, eu não falei... É um caso principalmente de polícia. É estelionato o que fizeram com essas pessoas, mas vamos tentar buscar uma solução.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E, por fim, sobre os institutos federais, também me chegou uma demanda. Não sei se V. Exa. tem conhecimento, pelo pouco tempo que está à frente, mas há seis reitores eleitos há um bom tempo que estão aguardando suas nomeações. Seis Estados aqui: em Alagoas, na Bahia, no Amazonas, no Tocantins e no Acre... Então, se V. Exa. não tem conhecimento, que...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Tenho conhecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Tem conhecimento. E qual é a expectativa? Se há uma data específica, um momento específico ou se há algum tipo de entrave? Se V. Exa. também pudesse esclarecer.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Não, não há entrave. A gente está só avaliando o melhor momento para fazer as nomeações. Eu acho que hoje os ânimos estão muito exacerbados, e a gente está esperando baixar um pouco para fazer as nomeações, mas eu estou sabendo. Existem universidades também que estão na mesma situação. Estamos só esperando assentar um pouco a poeira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Eu até gostaria só de pegar essa expressão, como Presidente em exercício da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de que "os ânimos estão muitos exacerbados", não é? E é função de todos nós fazer com que haja paz, segurança, tranquilidade, perspectivas. Eu faria um apelo ao Sr. Ministro, no sentido de esclarecer algumas coisas para as instituições de ensino superior, baseado nisso.

Primeiro, deixar muito claro de que é contingenciamento. Eu falava isso com o Ministro antes da nossa audiência, que é contingenciamento. Isso significa o quê? Que há muitas pessoas no MEC que estavam falando que o recurso do ensino superior iria para a educação básica, e isso não é contingenciamento, isso é outra destinação dos recursos – ou que seriam utilizados de outra maneira. Então, deixar claro para as comunidades acadêmicas, de uma maneira geral, isto que o senhor falou aqui, que é contingenciamento.

Segundo, dar assim aquela importância – o Senador Rodrigo também falou isso –, a valorização do ensino superior, porque todos os profissionais que nós temos no Brasil – e temos profissionais excelentes, médicos, engenheiros, pedagogos, fisioterapeutas – são formados no ensino superior. Então, a sociedade precisa, sim, da sua parte, ter isso: "Olha, eu quero valorizar o ensino superior." Porque se a gente quiser melhorar a educação básica, a gente precisa do ensino superior. Então, a gente quer – não é, Ministro? – valorizar da educação infantil à pós-graduação, com um olhar bastante especial para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Então, primeiro, é deixar claro para a sociedade isso.

Segundo, valorizar o ensino superior.

Terceiro, se existem dúvidas sobre transparência, prestação de contas, recursos, eu acho que em todas as áreas da sociedade a gente tem de melhorar permanentemente, seja no Legislativo, no Executivo, no Judiciário, e as universidades têm de melhorar. Chamar os reitores, diretores aqui e fazer com todos eles uma reunião. Vamos conversar juntos, vamos fazer juntos, vamos ver como estamos, onde estamos e aonde queremos chegar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que temos de desarmar espíritos, construir caminhos de paz, de segurança. E até usando a sua expressão, os espíritos estão muito exacerbados. O que a gente pode fazer para mudar essa situação?

Nesse sentido, o apelo que faço como Presidente da Comissão e como professor da Universidade Federal do Paraná, licenciado em função do mandato – conheço muito bem o reitor, os professores e a direção, são pessoas da mais alta qualidade. –, é a gente fazer isto, dizer, de uma maneira geral: "Olha, reitor, é contingenciamento. A gente vai fazer todo o esforço possível para descontingenciar. Venham juntos. Vocês são importantes. O Brasil precisa da pesquisa, do ensino, da extensão, das instituições de ensino superior. Vamos discutir esse assunto?"

É chamar. Você pode fazer isso. Permita-me chamá-lo de você, mas você pode fazer isso, chamar a turma aqui e discutir. As soluções para o Brasil a gente acha em conjunto ou a gente não vai achar soluções. Então, a gente conta com isso.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Eu concordo com o senhor. Eu tive a oportunidade, o privilégio de conversar com o senhor há umas três semanas. A gente escutou o conselho que o senhor passou para a gente. Já temos 40 reitores que vão falar conosco...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas chamar em conjunto.

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Vamos chamar também em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Dá uma "brigaiada", mas...

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – Estamos chamando também os Secretários estaduais e municipais.

Isso que o senhor comentou é fundamental. A gente precisa valorizar o ensino superior, até porque faculdade de Pedagogia é ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Claro!

O SR. ABRAHAM WEINTRAUB – E se a gente não tiver faculdade de Pedagogia valorizada trazendo... A gente precisa atrair os jovens mais brilhantes para serem professores da educação básica, infantil, fundamental.

Então, eu concordo 100% com o senhor. Se o senhor escrever isso, eu assino embaixo.

Muito obrigado de novo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre um prazer ter contato com o senhor. O senhor é um cavalheiro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado.

Nós vamos, como Comissão, mandar um documento colocando isso, não como uma exigência, mas como uma reflexão conjunta de como a gente ter um espírito mais tranquilo dentro das comunidades acadêmicas. Está bem, Ministro?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, está bom. Muito bem.

Agradeço o Dr. Antonio Vogel, Secretário-Executivo; Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, do ensino superior; Carlos Nadalim, também da Secretaria de Alfabetização; as demais pessoas do MEC que aqui estiveram no decorrer desta audiência pública; o pessoal da Comissão, que se desdobrou para atender bem; os amigos todos que estão aqui.

Quero também dizer o seguinte: que o Sr. Ministro Abraham Weintraub... Estou pronunciando certo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Uma vez que o Sr. Ministro compareceu à Comissão para apresentar as diretrizes e programas prioritários da sua pasta, declaro prejudicados os Requerimentos nºs 29, 30, 31 e 36, de 2019.

Há outro requerimento que a gente tem que discutir com o Senador se ele foi atendido pelo debate que aconteceu no dia de hoje.

Nada mais havendo a tratar, agradeço todos e todas e declaro encerrada esta audiência pública.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 46 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Telmário Mota, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Irajá, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Chico Rodrigues e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 22, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 20/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. Igor Brito – Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); 2. Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); 3. Representante do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA)." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 23, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Representante da Presidência de Governo da Caixa Econômica Federal (VIGOV); 2. Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU: (i) a atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Petrobras e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha; e (ii) a implementação da política de desinvestimentos da Petrobras." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Relatório:** Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação nos termos que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as empresas prestadoras do serviço de conexão com a internet em banda larga sejam obrigadas a fornecer gratuitamente ao assinante o serviço de provimento de acesso à internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 24, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de preços dos combustíveis no Governo Bolsonaro." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos e a todas.

Quero aqui informar que declaro aberta a 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 10ª, 11ª e 12ª Reuniões, lembrando que as atas ficam sempre disponíveis no *site* do Senado Federal. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passarei agora à leitura dos avisos, ofícios e demais documentos recebidos nesta Comissão.

Comunico o recebimento do seguinte documento:

Aviso nº 182, do Tribunal de Contas da União, de 2019. O documento lido estará disponível na página da Comissão, na seção "Documentos Diversos – Documentos lidos", com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem.

Não havendo manifestação após este prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passamos assim à nossa pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 20/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Dr. Igor Brito – Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); 2. Representante da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); 3. Representante do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA).

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

Requerimento de minha autoria.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O item 2 também é de minha autoria, é o Requerimento nº 23, e também diz respeito à inclusão de novos representantes em uma audiência pública.

Passamos ao item 2.

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 23, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 19/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Representante da Presidência de Governo da Caixa Econômica Federal (VIGOV); 2. Representante da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

Autoria: Senador Rodrigo Cunha.

Então, esses dois também... Há uma solicitação para que façam parte da audiência pública do Requerimento nº 19.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Nós temos hoje, senhores, na pauta, quatro projetos de que devem ser apresentadas suas relatorias. Em um deles inclusive eu estou como Relator. Então, tendo em vista que o momento aqui permite, pelo quórum presente, a leitura e a análise dos Senadores, todos aqui estão acompanhando também pela TV, eu solicito ao Senador Kajuru a gentileza de assumir a Presidência, para que eu possa relatar esse projeto, que, inclusive, tenho certeza absoluta, V. Exa. está acompanhando de muito perto. Então, por gentileza, Sr. Kajuru, eu o convido para assumir a Presidência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com o maior prazer, Presidente. Eu pediria apenas a V. Sa., Sr. Senador e amigo que respeito, Senador Rodrigo Cunha, que, antes de assumir o seu posto, eu possa dizer que isso será motivo de meu pronunciamento, inclusive, porque sei o teor do que V. Sa. vai apresentar aqui na relatoria.

Mas eu gostaria de deixar aqui solicitada a inclusão, extrapauta, de um requerimento de minha autoria, para a realização de audiência pública para debater a política de preços dos combustíveis no Governo Bolsonaro. Creio que os últimos acontecimentos no setor justificam o pedido de inclusão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extrapauta. E peço também que, após aprovado, Presidente, o requerimento, seja de imediato marcada a audiência pública, pois, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a política de preços dos combustíveis no Governo Bolsonaro é, hoje, algo prioritário. E proponho – para concluir – nesta audiência a presença dos seguintes convidados: 1) representante dos caminhoneiros; 2) representante da Petrobras; 3) representante da Associação de Engenheiros da Petrobras; 4) representante do Tribunal de Contas da União.

A justificação, Presidente:

Diante da ineficiente – repito: ineficiente – gestão da Petrobras, que deliberadamente diminuiu a produção das refinarias em suas operações e que, desde 2016, vem causando aumento significativo nas importações de derivados do petróleo, tais como o diesel, a gasolina e o gás, produtos essenciais no dia a dia da população brasileira, e se encontrando ainda tal situação dentro do contexto desta Comissão, venho, Presidente Rodrigo, propor a abertura de audiência pública para debater sobre o aumento dos preços dos combustíveis, que assola toda uma nação e agrava a crise econômica deste País.

Sabendo-se que, ao longo de décadas e com muito esforço, o povo brasileiro construiu uma das mais importantes e eficientes empresas petrolíferas do mundo, criando uma *expertise* de pesquisa em terra e no mar e de tecnologia, que, inclusive, tem sido referência internacional, há a real necessidade de debater esse assunto com especialistas, empresários, representantes dos consumidores, e até, Presidente, com donas de casa, em busca de uma solução que seja justa para todos.

Então, peço o apoio de V. Sa., para a realização dessa audiência pública, dos companheiros e companheiras, reunindo informações e dados das entidades e indivíduos anteriormente indicados.

E estou à sua disposição para ouvir a sua relatoria, depois desse pedido extrapauta para uma audiência pública, Presidente Rodrigo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Jorge Kajuru, V. Exa., como sempre, antenado com aquilo que interfere na vida do povo brasileiro. Então, tratar de um tema como esse, nesta Comissão, é altamente pertinente, tendo em vista que o que se busca aqui, antes de qualquer julgamento, é a transparência, é ter acesso às informações, para que se possa também interferir com aquilo que nos foi outorgado pela população, que é o poder. Então, o poder serve para isso, para fazer as mudanças necessárias e também para esclarecer todos os fatos.

Então, sendo assim, pergunto se há alguma objeção para a inclusão desse requerimento extrapauta, Requerimento nº 24, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que solicita a realização de audiência pública com o objetivo de debater a política de preço de combustíveis.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA**ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 24, DE 2019****- Não terminativo -**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de preços dos combustíveis no Governo Bolsonaro.

Autoria: Senador Jorge Kajuru. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, está incluso na pauta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem discuta, está aprovado o requerimento.

E também, Senador Kajuru, será dado prioridade, tendo em vista a urgência desse tema, tendo em vista também o caos que pode gerar neste País, devido a algumas expectativas de mobilizações que podem paralisar o abastecimento ou até o transporte de cargas neste País.

Então, sendo assim, convido V. Exa. para assumir a Presidência, enquanto relato o item 3 desta pauta. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Para apresentar o relatório, com prazer, a palavra é do Senador Rodrigo Cunha. *(Pausa.)*

ITEM 3**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 1, DE 2018****- Não terminativo -**

Com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU: (i) a atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Petrobras e os consequentes e sucessivos aumentos de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha; e (ii) a implementação da política de desinvestimentos da Petrobras.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Rodrigo Cunha

Relatório: Pela admissibilidade da proposta e sua aprovação nos termos que apresenta

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para proferir relatório.)
– Sr. Presidente Jorge Kajuru, venho aqui apresentar o relatório a esta Comissão, relatório que está constando no item 3 desta pauta, do qual passarei a fazer a leitura.

Parecer, que ainda será numerado, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2018, apresentada pela Senadora Vanessa Grazziotin, com base nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, para apurar, com auxílio do Tribunal de Contas da União: (i) a atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Petrobras e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha; e (ii) a implementação da política de desinvestimentos da Petrobras.

Passarei ao relatório.

Trata-se da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, para apurar, com o auxílio do Tribunal de Contas da União: (i) a atual política de reajuste de combustíveis praticada pela Petrobras e os consequentes e sucessivos aumentos de preço, sobretudo da gasolina, do diesel e do gás de cozinha; e (ii) a implementação da política de desinvestimentos da Petrobras.

De acordo com a justificação da proposta, a política de preços de combustíveis adotada pela Petrobras a partir de outubro de 2016, que atrela os preços domésticos aos praticados no mercado internacional, impõe ao brasileiro os ônus de uma política antinacional que promove insegurança e imprevisibilidade, sobretudo em um país cujo pilar central de mobilidade é o transporte rodoviário, tanto de passageiros, quanto de bens e produtos. O reflexo mais nítido desse problema seria a paralisação dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018, e os graves impactos dela decorrentes.

Aqui lembrando que nós estamos lendo aqui algo que foi solicitado em 2018, completamente pertinente com o momento que estamos vivendo hoje e que V. Sa. inclusive já mencionou.

Nesse contexto, a autora da PFS julga importante a fiscalização das políticas de preços de combustíveis e de desinvestimentos da Petrobras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo à análise.

Conforme previsto no art. 102-A, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, respectivamente, exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo e opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor. No caso dessa última atribuição, confere-se destaque especial a estudar, elaborar e propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores, como também avaliar as relações entre custo e preço de produtos, bens e serviços, com vista a estabelecer normas de repressão à usura, aos lucros excessivos, ao aumento indiscriminado de preços e à cartelização de segmentos do mercado. Vale ressaltar que o art. 102-B, inciso I, assegura a qualquer Senador, membro ou não desta Comissão, o direito de apresentar uma PFS.

É oportuno enfatizar que o art. 49, inciso X, da Constituição Federal prevê que é competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.

Por sua vez, o art. 70 da Constituição Federal estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Já o art. 71 da Constituição Federal assevera que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

Do exposto, verifica-se que as motivações que levaram à apresentação da PFS pela Senadora Vanessa Grazziotin estão em total consonância com as competências desta Comissão, em especial aquela prevista pelo inciso III do art. 102-A do Risf, e com a Constituição Federal, inclusive quanto à participação do Tribunal de Contas da União. Não há, assim, qualquer impedimento à proposta de fiscalização sob análise do ponto de vista constitucional e regimental.

Deve ser destacado que, nos termos do inciso II do art. 102-B, neste momento cumpre-nos relatar a proposta quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação.

Iniciemos, então, a análise quanto à oportunidade e conveniência da medida, para demonstrar que a PFS é pertinente e toca em um ponto sensível aos brasileiros: o custo dos combustíveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, a atual política de preços da Petrobras tem ensejado impactos e alterações no comportamento de famílias e empresas. A situação é agravada principalmente porque estamos em um cenário de estagnação econômica e desvalorização cambial. O primeiro elemento comprime a renda das famílias e o segundo eleva o preço dos combustíveis no mercado doméstico.

A associação quase que automática do preço doméstico dos combustíveis aos praticados no mercado internacional é, no mínimo, polêmica. Aqueles que a defendem têm dificuldade de mostrar para a sociedade os seus benefícios, bem como não conseguem oferecer uma solução para os custos de transação gerados às empresas em decorrência da imprevisibilidade dos preços de um insumo tão importante quanto os derivados de petróleo. Já aqueles que a criticam não conseguem abordar adequadamente: os eventuais prejuízos da política de preços que vigorava antes de outubro de 2016 para a Petrobras e os respectivos impactos para seus acionistas, dentre os quais a União (que receberia menos dividendos e, logo, teria menos recursos para investir em políticas públicas como aquelas voltadas para a distribuição de renda, saúde, segurança e educação); os impactos de preços artificialmente baixos nas contas externas brasileiras, em virtude do estímulo à importação de combustíveis provocado pela elevação do consumo.

Outro aspecto que deve ser mencionado se refere às alegações de que a política de alinhamento de preços domésticos aos internacionais refletiria o poder de monopólio da Petrobras, mesmo diante da existência de importadores independentes, que poderiam contestar a prática de preços elevados de forma abusiva. Ou seja, a adoção dessa política estaria associada ao abuso de posição dominante por parte da estatal no mercado brasileiro de combustíveis.

Entendo que a abordagem concorrencial cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, que instaurou inquérito contra a Petrobras para apurar suposto abuso de posição dominante no mercado nacional de refino de petróleo. Todavia, é importante que o Tribunal de Contas da União fiscalize os impactos da política de preços quanto aos aspectos financeiros e patrimoniais na Petrobras e seus reflexos na União. Isso porque os gestores da Petrobras têm responsabilidade com seus acionistas e não podem atuar de forma lesiva aos seus interesses. Ressalto que estariam agindo assim se a política de preços tiver como resultado preços artificialmente baixos ou elevados e se estiver associada a condutas ilícitas e abusivas.

Está terminando.

No que se refere à política de desinvestimentos da Petrobras, o TCU já tem ações em curso com o objetivo de investigar eventuais ilicitudes. Nesse sentido, destaca-se o Processo TC 014.566/2017-6, que versa sobre o acompanhamento da Carteira de Desinvestimentos da Petróleo Brasileiro S.A., com vista a selecionar casos concretos de vendas de ativos para implementar ações de controle específicas. Neste procedimento, o Acórdão nº 477/2019 – TCU – Plenário, de 13 de março de 2019, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, dentre outras medidas, determinou à Petrobras que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.1.2 [...] no prazo de 30 (trinta) dias contados da aprovação da passagem de qualquer projeto por um dos portões estabelecidos na Sistemática de Desinvestimentos da estatal, envie os respectivos Documentos Internos aprovados pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração, acompanhados dos pacotes de suporte às decisões, bem como de seus anexos para aquela Corte de Contas; e autorizou a autuação de processos específicos de fiscalização na modalidade Acompanhamento, tendo como um dos objetos a “9.3.2. Carteira de Desinvestimentos da Petrobras, dando continuidade aos procedimentos fiscalizatórios que até agora vinham sendo realizados” no referido TC 014.566/2017-6. Foram essas as informações que estavam lá contidas. Assim – continuando ainda o relatório constante neste acórdão –, julgo desnecessário incluir a medida na PFS, como sugerido por sua autora, bastando que se requeira ao TCU as informações já obtidas no âmbito das ações realizadas.

Então, aqui, só para esclarecer um ponto... A autora, a Senadora Vanessa Grazziotin, solicitou também que se fosse investigada a política de desinvestimentos, e a nossa assessoria, fazendo os estudos e os levantamentos, identificou que já há um procedimento aberto no Tribunal de Contas. Ou seja, nós podemos solicitar essas informações, e aqui será feito, ao final deste relatório.

A fim de atendermos rigorosamente ao que determina o inciso II do art. 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, abordado anteriormente, cabe determinar o alcance da PFS (se jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário) e definir o plano de execução e a metodologia de avaliação.

O exposto até o momento mostra que a PFS – PFS, que nós estamos falando, é justamente o pedido de fiscalização aqui pelo Senado – tem alcance jurídico (identificar a legalidade da política de preços da Petrobras), econômico (uma vez que há repercussões em toda a economia brasileira e nos resultados da empresa) e orçamentário (tendo em vista possível impacto nas contas públicas).

Quanto à metodologia de avaliação, propomos que seja fundamentada nos seguintes termos:

- análise do arcabouço legal relacionado às competências dos administradores da Petrobras e do Poder Executivo para determinar a política de preços;
- avaliação quanto à eventual interferência do Poder Executivo na determinação dos preços por parte da Petrobras e a legalidade das ações com esse objetivo;
- estimativa dos impactos das políticas de preços praticadas pela Petrobras, anterior e posterior a outubro de 2016, na própria estatal, na União (enquanto acionista da empresa), na concorrência do mercado doméstico de derivados de petróleo, na produção de etanol e nas contas públicas;
- identificação de eventual associação entre a política de preços e condutas ilícitas;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- apuração de responsáveis por eventuais danos à estatal na condução da sua política de preços de combustíveis, antes e depois de outubro de 2016;

- identificação de medidas mitigadoras das irregularidades verificadas.

Como plano de execução, proponho:

- solicitar ao TCU que promova auditoria (ou outro instrumento de fiscalização porventura mais adequado) para avaliar o sugerido pela PFS no que tange à política de preços, nos termos da metodologia acima exposta;

- requerer informação ao Tribunal de Contas sobre resultados atinentes aos itens 9.1.2 e 9.3.2 do Acórdão nº 477, de 2019, no Processo Tribunal de Contas 014566/2017;

- realizar diligências que se fizerem necessárias ao longo dos trabalhos;

- realizar audiência pública, caso necessário – inclusive, aqui, é interessante como V. Exa. já se antecipou ao fato; não combinamos aqui, não foi uma jogada ensaiada, mas V. Exa., de forma extremamente pertinente, já apresentou um requerimento, que foi aprovado por esta Comissão, para realizar audiência pública –;

- apresentar, discutir e votar o relatório final desta proposta de fiscalização e controle.

Item III do relatório: voto.

Diante do exposto, nossa manifestação é pela admissibilidade da Proposta de Fiscalização e Controle nº 1, de 2018, com voto pela sua aprovação parcial, nos termos deste parecer.

Então, Sr. Presidente, aqui apenas faço um comentário da necessidade urgente de esta Casa interferir não nos preços, mas interferir na busca por transparência para passar uma segurança para todo esse mercado que vive em função do combustível. Nós sabemos que, quando falamos do preço da gasolina, não estamos falando do preço do carro de passeio de quem vai ao trabalho, de quem vai passear, não é isso; nós estamos falando do preço do tomate, estamos falando do preço da passagem de ônibus, estamos falando do preço das roupas, ou seja, de tudo, porque há uma cadeia de consumo atrelada aos transportes.

Então, por isso, apresento esse parecer a essa Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bem, Senador Rodrigo Cunha, apresentado, eu coloco o relatório em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório prévio permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está, portanto, aprovado o relatório prévio, nos termos propostos pelo relatório e pelo Relator, aliás, a quem cumprimento pelo, a meu ver, exímio relatório feito.

E, antes de devolver a Presidência ao Senador Rodrigo Cunha desta Comissão, CTFC, só me permita aqui, em bom humor, dizer que não fizemos uma jogada ensaiada, mas é como se fosse uma tabelinha Pelé-Coutinho. Não é, Coutinho? *(Risos.)*

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Estou chegando lá, estou chegando lá! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe a brincadeira. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Jorge Kajuru, eu acho que nós temos aqui uma função muito importante neste Senado. Nós chegamos aqui pela vontade popular, somos novos nesta Casa e temos como função também apresentar o Senado para o povo brasileiro.

Aqui, hoje, nós temos alguns Vereadores, inclusive, que estão em Brasília, alguns aqui presentes que estão na Marcha dos Vereadores também. E, às vezes, podem imaginar que a Casa está vazia, e não está. V. Exa. é uma prova viva de que muitas vezes temos que nos multiplicar, estar em dois locais ao mesmo tempo. E nós temos aqui o quórum necessário para deliberar, para a aprovação de tudo isso que foi feito. Assuntos importantíssimos que vão interferir, sim, na vida do brasileiro foram discutidos agora neste momento. E é dessa forma que cada Parlamentar pode contribuir.

E esta Comissão tem, sim, que ser um instrumento de cada Senador, não apenas os membros aqui presentes, mas de cada Senador que venha buscar transparência, fiscalização, porque não é ruim a fiscalização. A palavra, às vezes, pode ter um tom forte e ser encarada de maneira negativa por algum lado, mas não. A palavra fiscalização tem que ter o objetivo de fiscalizar para dar certo, e não fiscalizar para dar errado.

Então, é preciso identificar onde podemos ser mais eficientes. E aí também entra a outra parte da governança que é justamente buscar essa eficiência, é exercer o controle para que a gente possa fazer um bom uso dos recursos públicos e, assim, fazer esse que é o nosso papel. Então, V. Exa. aqui presente dignifica muito bem a manhã de hoje.

Assim sendo, não havendo mais nenhum item na pauta desta Comissão a ser deliberado, encerro esta reunião, convocando para a próxima semana, no horário regimental.

Muito obrigado a todos. Tenham uma boa tarde!

(Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Juíza Selma, Izalci Lucas, Major Olimpio, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Jayme Campos e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 19/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, e REQ 23/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Segunda Audiência Pública destinada a "discutir acerca das obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, em ciclo de encontros denominado Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas". **Participantes:** Richard Pae Kim, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Cezar Miola, Conselheiro do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa; Manoel Galdino, Diretor-executivo da Transparência Brasil. Luiz Afonso Delgado Assad, Membro da Comissão de Infraestrutura da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e Presidente da Associação Brasileira de Construtores (ASBRACO). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/25>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e cinquenta e sete minutos do dia sete de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Girão, Juíza Selma, Izalci Lucas, Roberto Rocha, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Telmário Mota, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Irajá, Paulo Paim, Marcos do Val, Acir Gurgacz e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 25, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de vazamento de dados do INSS e as práticas abusivas de instituições financeiras na oferta de empréstimos consignados a aposentados e beneficiários do INSS." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as empresas prestadoras do serviço de conexão com a internet em banda larga sejam obrigadas a fornecer gratuitamente ao assinante o serviço de provimento de acesso à internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2018**



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- **Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação na forma da emenda (substitutivo) apresentada. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor à imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de execução continuada e objeto de pagamento antecipado." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 29, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União realize inspeção para aferir legalidade, legitimidade e economicidade do procedimento licitatório aberto pelo Supremo Tribunal Federal no dia 26 de abril de 2019 destinado a contratar serviço de refeições institucionais." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/07>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Fiscalização, Governança, Controle e Defesa do Consumidor, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas da 13ª e da 14ª Reuniões. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passemos, então, à pauta.

Sejam bem-vindos, Senador Kajuru, bem como o nosso Senador Eduardo Girão, também presente.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de vazamento de dados do INSS e as práticas abusivas de instituições financeiras na oferta de empréstimos consignados a aposentados e beneficiários do INSS.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha. Leio a justificação deste requerimento, até para contextualizar melhor.

Conforme divulgado na mídia em abril de 2019, o Presidente do INSS teria admitido a possibilidade de vazamento de dados do INSS e seu uso inapropriado, razão pela qual a instituição estaria, em parceria com a Dataprev, avaliando fragilidades de segurança de informações do órgão, que, dentre outros prejuízos, ocasionariam ofertas abusivas de produtos financeiros para segurados.

Nós chegamos a comentar aqui, Senador Girão, uma realidade. Não é um figura de linguagem, não é nenhuma situação criada, mas, de fato, os idosos, as pessoas que se aposentam, tomam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento não é quando o INSS manda uma carta para elas, é quando elas recebem uma ligação do banco, dizendo que elas têm direito a um crédito consignado no valor de tanto. Então, é essa a realidade do País, não é uma situação localizada. Temos aqui vários órgãos de defesa do consumidor se manifestando sobre esse assunto também. E, tendo em vista uma afirmação dessas realizada pelo Presidente, é necessário que esta Comissão, que também fiscaliza os atos públicos e tem o dever de proteger os consumidores e o cidadão brasileiro, se manifeste. Então, por isso, apresentamos este requerimento para a realização desta audiência pública.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Concedida a palavra ao Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Bom, inicialmente, Presidente Rodrigo Cunha, o meu agradecimento pela sua compreensão de estar lá na audiência pública, agora, da Comissão de Educação, com o novo Ministro da Educação. E eu faço parte do segundo bloco de perguntas, pois a explanação dele já dura mais de uma hora. Mas, enfim, educação é prioridade; o resto, para mim, é perfumaria. Eu quero solicitar aqui de V. Exa., com a compreensão dos respeitosos colegas, uma inclusão extra de pauta, para depois voltar à audiência pública.

Este caso aqui é muito grave, Presidente, senhoras e senhores, Pátria amada. Tão grave que, ontem, no final da tarde, a Justiça Federal suspendeu a licitação. E agora, de manhã, um desembargador que entrou no TRF1, via ex-Presidente Dilma, simplesmente, na hora de seu plantão, também suspendeu de novo. Ou seja, é a farra do Supremo Tribunal Federal e a briga, como se diria no interior, de foice para que as mordomias não acabem.

Então eu solicito, for fineza, a inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria, já protocolado nesta Comissão, requerimento esse que versa sobre um pedido de auditoria pelo Tribunal de Contas da União ao procedimento licitatório aberto pelo Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do Art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União realize inspeção para aferir legalidade, legitimidade e economicidade do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento licitatório aberto pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 26 de abril último, destinado a contratar serviço de refeições institucionais, ou seja, para festas e recepções, a 11 ministros da Suprema Corte.

Segundo a revista *Isto É*, o valor previsto para a contratação – e eu tenho aqui a cópia do edital e o número – é de R\$1,1 milhão. A publicação informa que se prevê – pasmem! – o fornecimento de pelo menos 2,8 mil refeições, almoços ou jantares, 180 cafés da manhã, outros 180 *brunches* (cafés mais reforçados) e três tipos de coquetéis para 1,6 mil pessoas lá no Supremo.

Na lista de exigências, senhoras e senhores, do contrato, previsto para durar 12 meses, prorrogáveis por mais 60 meses, estão pratos dignos dos melhores restaurantes do mundo, comparados aos mais badalados cinco estrelas do Guia Michelin.

No menu do Supremo, a empresa está obrigada a disponibilizar pratos como medalhões de lagosta com molho de manteiga queimada, bobó de camarão, camarão à baiana, bacalhau à Gomes de Sá, arroz de pato, pato assado com molho de laranja, galinha d'angola assada, vitela assada, codornas, carré de cordeiro, medalhões de filé, porco assado (até porque lá realmente há porco), tornedor de filé com molho de mostarda, pimenta, castanha de caju com gengibre, entre outros.

A revista nos trouxe ainda que o Supremo Tribunal Federal exige – pasmem de novo – que, em seus banquetes, Senador Girão, a empresa vencedora da licitação disponibilize vinhos de seis uvas de variedades diferentes. Exemplo, cearense Senador Girão: conhece a uva Tannat? A uva Tannat é do sul da França. Conhece a uva Assemblage, Cabernet Sauvignon, Merlot, Chardonnay e Sauvignon Blanc? Nos casos dos Tannat, Assemblage e Cabernet Sauvignon, o vinho precisa – pasmem pela terceira vez –, ser obrigatoriamente de safra igual ou posterior a 2010. Não pode ser 2009.

Outras características singulares determinadas no edital: todos os vinhos precisam ter pelo menos – pasmem pela quarta vez –, quatro premiações internacionais. No caso da uva Tannat ou Assemblage, o STF exige que tenham sido envelhecidos em barril de carvalho francês, americano, ou ambos de primeiro uso.

Justificação deste meu requerimento.

Em momento em que a sociedade brasileira sofre com índices alarmantes de desemprego, no qual dela se pede enorme sacrifício com o ajuste fiscal, especialmente por meio da reforma da previdência, o tribunal que está no topo do Poder Judiciário, cujos membros são os servidores públicos mais bem remunerados e que usufruem das maiores benesses, pagas com os tributos originados do suor do rosto de todos os brasileiros, abre licitação para promover verdadeira e nababesca farra gastronômica, também com o dinheiro público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem pudor, pretende-se que sejam servidos de pratos elaborados com iguarias exclusivas e caríssimas, regadas com bebidas igualmente nobres, como exigência de uísque de 18 anos. Ora, isso não tem o menor cabimento, Presidente Rodrigo.

Não defendemos que o Supremo Tribunal Federal, e de resto toda a Administração Pública, receba inadequadamente seus convidados em oportunidades em que a recepção é necessária. Todavia, temos convicção de que seus ínclitos membros e convidados precisam ter consciência de quem paga a conta e que um pouco – pelo menos um pouco – de comedimento é necessário. Sabemos quem paga essa conta.

Não basta que a despesa seja legal; ela precisa ser legítima, moral, e que a decisão por fazê-la seja informada pela probidade e a austeridade que a situação do País exige. A quadra atual demanda cardápios menos luxuosos e um comportamento mais espartano de toda a máquina pública. Aliás, deveria ser sempre assim.

O STF pertence ao Brasil e, como a maioria dos brasileiros, deve dar a sua contribuição para o ajuste de contas.

Últimas palavras: é um pequeno gesto, a meu ver. Talvez... Várias pequenas atitudes geram resultados fantásticos. Estaremos atentos.

Diante do exposto, pedimos aqui o apoio dos respeitosos Senadores e Senadoras – porque nós, nesta Casa, jamais promoveríamos um banquete como esse – para a aprovação deste meu requerimento, nesta data de 29 de abril de 2019. Senador e seu empregado público Jorge Kajuru.

Obrigado, Presidente Rodrigo Cunha, pela paciência do tempo, porque o assunto exige detalhes, para que a sociedade brasileira tenha noção do que é este Supremo do banquete ou banquete do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Lido o Requerimento nº 29, de autoria do Senador Jorge Kajuru, temos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu queria, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – O Senador Girão solicita a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu queria, Presidente, aqui ao lado do Senador Kajuru... Ainda bem que nós estamos sentados, porque isso aqui é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escandaloso. São escandalosas essas exigências. São nomes aqui que eu nunca ouvi falar na minha vida, de vinhos... Exigência... Exigência... Em pleno século XXI, com 13 milhões de desempregados em um país cheio de problemas... Nós temos aqui exigências de uísque de 18 anos, de vinhos... "O vinho precisa ser, obrigatoriamente, de safra igual ou posterior a 2010".

Com tantos pedidos de CPI, de *impeachment*, com denúncias robustas do nosso Supremo Tribunal Federal, ainda me vêm com uma licitação dessa, com essas exigências?

Rapaz, eu vou falar uma coisa para você: em que planeta esse pessoal vive, hein, Kajuru? Em que país eles pensam que vivem? O povo do Brasil, que não os elegeu, mas que elegeu Kajuru, elegeu o Senador Roberto Rocha, V. Exa., a mim... E nos tira, quando a gente não corresponde com o nosso trabalho... E nós somos investigados – e temos que ser investigados... O Poder Executivo investigado, dois *impeachments* de Presidente... O Poder Legislativo, Senadores, Deputados cassados ao longo da história... E não há um pedido de *impeachment* avaliado; é sempre na gaveta, sempre na gaveta do Senado, desta Casa em que nós estamos, para a qual nós viemos. A coisa não vai para a frente, não é? E a competência é nossa de fazer isso.

E o limite da população está se esgotando. Eu tenho dito isso. O Kajuru, que está sempre lá presente, sempre batendo na tecla, sabe que eu tenho colocado isso, que a paciência está se esgotando. Nós estamos, pela inércia, pela omissão, transformando Brasília em Bastilha.

Isso aqui parece... Quando V. Exa. estava lendo aqui, Senador Kajuru, me deu aquela... Não há aquela passagem em que estava lá, na na França, no castelo – acho que era de Versailles...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – No Palácio de Versailles.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... no Palácio de Versailles, estava lá a situação toda, o povo reclamando lá fora, aquela convulsão social... E, aí, o rei chegou e disse: "O que que eles querem? Pão? Tem não. Mas tem brioche". Lembram dessa história? "Tem brioche. Mas será que eles querem brioche?"

Então, estão brincando com fogo.

O povo brasileiro já mostrou, em 2013, na Copa das Confederações, que acordou. De lá para cá, foram mudanças sistemáticas em eleições, mostrando que quer renovação, que quer mudança, que quer outros procedimentos, que quer uma nova política. E o Supremo Tribunal Federal totalmente blindado... Como o Senador Kajuru colocou, acho que eles têm dúvidas se são deuses, não é? Não se acham, não; têm certeza.

E que fiquem cada vez mais, aqui, em cada Senador, cada vez mais claras atitudes como esta aqui, licitações como esta aqui, escandalosas, com o dinheiro do povo... Com 13 milhões de pessoas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querendo trabalhar! Este dinheiro aqui está sendo colocado dessa forma, com essas exigências aqui, sofisticadíssimas: o bacalhau tem que ser à Gomes de Sá; a lagosta tem que ser com molho de manteiga queimada.

Pô, isso é brincadeira, gente! Pelo amor de Deus! Por favor! Não... Isto aqui é sério, Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se eu estiver mentindo, pode me colocar na cadeia hoje mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapaz, é uma situação que deixa aqui a sala... Nós somos poucos Senadores aqui, agora – está havendo um debate ali, na outra Comissão, com o Ministro da Educação –, mas aqui você tem assessores, você tem pessoas da sociedade... Estão brincando com a cara de todos nós! É um negócio, assim, surreal isto aqui. É surreal isto aqui.

Então, estou com você, Senador Kajuru. Estou com você. A verdade sempre triunfa.

Eu não tenho dúvida do que vai acontecer. Eu não tenho dúvida de que vai acontecer *impeachment* nesta Casa, de que vai acontecer CPI nesta Casa, porque, se a gente não o fizer, Senador Roberto Rocha... E o senhor, que é um entusiasta aqui também, que está junto deste grupo de Senadores... E eu acho que vai aumentar cada vez mais o grupo que se sensibiliza, porque a população, ela... Se a gente não fizer, a população vem para cá. Ela vem mesmo! Ela vem aqui para a frente. E é legítimo! E é legítimo! Ela está esperando que a gente faça a nossa parte, e está com muita paciência – diga-se de passagem.

Deus abençoe o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Girão, Senador Jorge Kajuru, meu amigo Roberto Rocha, analisando aqui este requerimento, observando a justificativa dos senhores, eu fico feliz pelo momento que nós estamos vivendo, que é o momento da transparência, do acesso à informação e do controle social. Então, uma situação como esta foi possível de ser detectada porque tem que ser tornada pública, tendo em vista que se fala de recursos públicos.

Para mim, nós falamos muito sobre corrupção. Inclusive, nas principais pesquisas, hoje, que são realizadas com os brasileiros, quando perguntam qual o principal problema do País, a resposta é: "A corrupção". Mas, para mim – e eu já disse isso algumas vezes –, tão danosa quanto a corrupção é a má utilização dos recursos públicos, seja pelas obras inacabadas, seja realmente por escoar pelas mãos algo extremamente desnecessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O bom senso de qualquer um desses que aqui estão sabe que isso não faz sentido hoje em dia. Na verdade, nunca fez sentido, mas hoje, por se ter acesso à informação, pelo controle social que pode ser exercido por qualquer cidadão, pela imprensa, como foi o caso, mas principalmente por nós, Parlamentares... E a função principal de um Parlamentar, para mim, não é fazer leis – nós já temos muitas leis. É lógico que é necessário aprimorar sempre –; é, sim, fiscalizar os recursos públicos, os serviços públicos.

E essa situação para mim também não é novidade. Em 2017, eu era Deputado Estadual, e, no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa de Alagoas, foi colocado um edital para comprar lagostas, biscoitos húngaros, *quiches* francesas... E, aí, conseguimos repercutir. E aquilo que poderia ser negativo para um gestor se tornou a maior proteção que ele poderia ter, que é justamente a transparência, porque, com a repercussão, ele evitou contratar aquele serviço que poderia dar problema lá na frente – como eu espero que seja neste caso aqui também, já que não foi contratado ainda, até onde eu sei, mas se tornou público. E que isso seja feito não apenas por decisão judicial, como já há hoje, mas sim pelo gestor, por quem está administrando, para verificar que isso não tem cabimento nos dias de hoje.

Inclusive, nós estaremos aqui, com a aprovação deste requerimento, diferenciando o próprio Legislativo, o próprio Senado do Judiciário, porque aqui nesta Casa nenhum Senador pode comprar bebida alcoólica, pagar e ser ressarcido por bebida alcoólica. É proibido pelo nosso Regimento. Aqui a gente está verificando uma situação que em outro Poder está sendo permitida. Então, nessa situação, também é bom verificar por que, entre os Poderes, pode haver essa diferença.

Então, é um assunto muito interessante, trazido aqui pelo Senador Jorge Kajuru, e eu pergunto aos senhores se têm alguma objeção, tendo em vista que nós aqui estabelecido que qualquer assunto, requerimento apresentado extrapauta, ficará para a próxima reunião. Mas, devido ao tema ser urgente, um tema próprio, e o Senador Kajuru também faz questão de que a gente trate desse assunto o quanto antes...

Pergunto, então, se alguém tem objeção a colocar-se em pauta a votação deste requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2019

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, que o Tribunal de Contas da União realize inspeção para aferir legalidade, legitimidade e economicidade do procedimento licitatório aberto pelo Supremo Tribunal Federal no dia 26 de abril de 2019 destinado a contratar serviço de refeições institucionais.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

Ninguém contrário... Então, vamos colocar em votação.

Em votação o Requerimento nº 29, de 2019, de autoria do Senador Jorge Kajuru.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado.

Passamos agora ao item 2 da pauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 234-A à Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.

Autoria: Deputada Flávia Moraes

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião de 23/4/2019.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

Este projeto é de autoria da Câmara dos Deputados e tem a relatoria do nosso colega Senador Roberto Rocha, a quem eu passo a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para proferir relatório.)
– Muito obrigado, Presidente.

Sras. e Srs. Senadores, este projeto de autoria da Deputada Flávia Moraes tem o objetivo de dispor a respeito do transporte de carrinho de bebê em aeronave comercial.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que que acontece? Este projeto tem três artigos básicos. O primeiro traz o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação. O segundo propõe acrescentar o art. 234-A à Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986, de forma a permitir que o passageiro que acompanhe criança com idade inferior a dois anos e que não ocupe assento tenha direito a despachar gratuitamente um carrinho de bebê ou dispositivo denominado “bebê conforto”, sem que esses itens sejam incluídos em sua franquia de bagagem.

A autora destaca o fato de que as companhias já concedem, atualmente, sem custo nenhum, a possibilidade de transporte de carrinho de bebê ou de bebê conforto. Contudo, segundo a Deputada Flávia Morais, tal questão é relevante para as famílias, não podendo ser deixada, por isso, à mercê da discricionariedade da empresa. Daí a necessidade de se inscrever tal direito em lei.

No tocante aos aspectos constitucionais, não vemos nenhum óbice à aprovação do projeto. O PLC atende aos requisitos formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar.

Do ponto de vista material, não observamos, igualmente, qualquer inconstitucionalidade, pois, além de não afrontar cláusula pétrea, o projeto está em harmonia com um dos mais importantes princípios da ordem econômica nacional: a defesa do consumidor.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto da Deputada apenas garante por lei algo que já é feito. Portanto, é um projeto que vai ao encontro da sociedade, uma vez que a lei é o ordenamento jurídico da sociedade. Quando se propõe um projeto que vá contra o comportamento da sociedade, essa lei não vai funcionar. Sucede que alguém poderia perguntar: “Então, por que essa lei?”.

A gente está vivendo um momento em que as companhias, no Brasil... E é por essa razão que há a necessidade de se abrir o capital estrangeiro para a aviação no Brasil. Hoje nós temos, no Brasil... Tínhamos quatro empresas. Com o fim da Avianca, só temos agora três. Dessas três empresas, só há uma que tem capital majoritário nacional. Da Azul, o capital majoritário é americano, e na TAM o capital majoritário é chileno. A própria Avianca tinha o capital majoritário da Colômbia e da Bolívia.

É preciso abrir para o mercado mundial a possibilidade de empresas do mundo todo virem exercer essa atividade aqui, no Brasil, porque, cada vez mais, os consumidores estão pagando acessórios nas viagens. Agora estão cobrando assento. Não é assento-conforto, não; a companhia cobra o assento. Dependendo da companhia, R\$15 ou R\$25. É como se alguém comprasse uma passagem e tivesse que sentar no chão ou tivesse que ir ao banheiro. Ou seja, a cada dia mais, as empresas... Entendo as dificuldades, mas não é assim que se resolve.

E, por isso, a Deputada vem, em boa hora, garantir um direito escrito em lei. Por essa razão, o mérito do projeto. E esse mérito é exatamente conferir maior segurança jurídica aos pais e às crianças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso também dizer, por fim, que esse direito só é à criança e aos pais que tiverem carrinho de bebê junto. Não dá para você querer despachar apenas o carrinho de bebê; nesse caso, é bagagem, porque a mãe vai com o filho no carrinho de bebê... É óbvio que o carrinho de bebê não pode ir lá. Vai ter que despachar o carrinho de bebê, e ela leva o bebê no colo.

E é para esse direito, para não pagar esse carrinho de bebê nessa bagagem, o projeto de lei que eu relato, neste momento, pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) –
Parabenizo o Senador Roberto Rocha pela relatoria bastante aprofundada e passo à discussão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório.

Esse relatório passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto.

A matéria segue, então, para a Comissão de Constituição e Justiça.

Passarei do item 2 para o item 7, tendo em vista a presença do Senador Carlos Viana.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira.

Autoria: Senadora Rose de Freitas.

Relatoria: Senador Carlos Viana.

Relatório: Pela aprovação na forma da emenda (substitutivo) apresentada

Com a palavra o Relator.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Está escrito aqui item 7, não é? Então, como foi pedida a retirada de pauta do item 7, do qual sou Relator, eu estou entendendo que o item 8 virou item 7, correto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Exatamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – É esse o procedimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bem.

Presidente, Rodrigo, meu boa-tarde!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Boa-tarde!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É uma satisfação ver os colegas Senadores presentes. A todos os nossos presentes, minha saudação especial: desejo uma semana de muita paz, uma semana abençoada a todos nós, para que o povo brasileiro tenha o que está esperando, que nós aqui comecemos de fato a fazer o que a Nação precisa, que são as discussões sobre os problemas em busca das soluções que nós fomos eleitos para apresentar ao povo brasileiro.

Com muita satisfação, vou ler aqui o parecer da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2017, cuja autora é a Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, do nosso Código de Defesa do Consumidor, para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira.

Faço aqui um adendo, Srs. Senadores: esse é um dos assuntos que mais atormentam o contribuinte brasileiro, é você ter o seu nome utilizado em cadastros não autorizados e, principalmente, as ofertas que são feitas posteriormente a isso, sem que você possa ter controle, inclusive, do que de fato... É um incômodo impressionante, às 8h, 9h da noite... E você: "Como descobriram meu número? Como descobriram meus dados?" Isso tudo vem sendo utilizado de uma forma desregrada em nosso País, e o projeto da Senadora traz uma contribuição muito importante para essa questão.

Relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete-se à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a nossa CTFC, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas.

A proposição é estruturada em dois artigos.

O art. 1º propõe o acréscimo do art. 74-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, com a finalidade de tipificar como crime contra as relações de consumo a conduta de cadastrar o consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira. A pena prevista é de detenção de um a seis meses ou multa. O parágrafo único determina nulidade dos débitos lançados em programa promocional no qual o consumidor haja sido cadastrado sem a respectiva anuência expressa.

O art. 2º estipula cláusula de vigência a partir da data de sua publicação.

Na justificação, a Senadora Rose de Freitas assinala que, muitas vezes, esses programas promocionais geram débitos ao consumidor, e aponta que, por vezes, o consumidor pode não ter tido a oportunidade de manifestar sua vontade nem de refletir acerca das vantagens e desvantagens da sua adesão ao programa.

A matéria foi distribuída a esta Comissão em decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2017.

Análise.

Cabe à CTFC se pronunciar a respeito do mérito de assuntos relativos à defesa do consumidor, de acordo com o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Dada a distribuição em caráter terminativo, compete a este Colegiado emitir parecer sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da proposição em comento, uma vez que, nesta Casa, ela será examinada unicamente neste Colegiado.

Em relação à constitucionalidade do projeto, assinale-se que ele cuida de matéria da competência legislativa da União, e seu exame constitui atribuição do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da Lei Maior. A iniciativa parlamentar é legítima, conforme preceitua o art. 61 do Texto Constitucional. Tampouco contém vício de injuridicidade.

Em síntese, a proposição não contraria dispositivos constitucionais, nem infraconstitucionais, nem regimentais. No que se refere à técnica legislativa, a proposta merece alguns reparos, os quais serão abordados mais adiante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, o projeto contraria o princípio da subsidiariedade, que orienta a aplicação do direito penal, acolhido implicitamente pela Constituição Federal. Segundo esse princípio, o direito penal deve ser aplicado apenas como solução extrema, quando outros ramos do ordenamento jurídico se mostrem insuficientes para resolver a situação.

Saliente-se, igualmente, que o simples cadastramento de consumidor em programa promocional de instituição financeira, sem a devida autorização expressa, apesar de irregular, não caracteriza ofensa a bem jurídico que justifique a intervenção do direito penal. Portanto, essa conduta não tem relevância penal, razão por que não se deve aplicar ao infrator sanção de caráter criminal, mas tão somente sanção administrativa.

Assim, propomos incluir, como cláusula abusiva, o cadastramento de consumidor em programa promocional sem a sua anuência expressa. Além disso, estendemos essa disposição a todos os fornecedores.

Por sua vez, de acordo com o disposto no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, os fornecedores que desrespeitam as normas de defesa do consumidor ficam sujeitos, conforme o caso, a sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e daquelas definidas em normas específicas. As sanções administrativas, que podem ser aplicadas cumulativamente, são: multa; apreensão de produto; inutilização de produto; cassação de registro do produto junto ao órgão competente; proibição de fabricação do produto; suspensão de fornecimento de produtos ou serviços; suspensão temporária de atividade; revogação de concessão ou permissão de uso; cassação de licença do estabelecimento ou de atividade; interdição, total ou parcial de estabelecimento, de obra ou de atividade; intervenção administrativa; e imposição de contrapropaganda.

Em face dessas ponderações, Sr. Presidente, entendemos que o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2017, merece prosperar, com os ajustes necessários. Para tanto, apresentamos emenda substitutiva.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2017, nos termos da seguinte emenda que ora lerei aos senhores:

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir, como cláusula abusiva, o cadastramento de consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVII:

“Art. 51.

.....





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

XVII – permitam ao fornecedor o cadastramento de consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional.

§5º Na hipótese do inciso XVII, são nulos os débitos lançados decorrentes de cadastramento em programa promocional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

E aqui as finalizações.

Não colocaremos como crime essa questão do cadastramento indevido, já elencado na Constituição com uma série de possibilidades, que passa ser considerado – V. Exa. é douto no assunto – como uma cláusula abusiva, o que permite, portanto, uma série de reações e também de determinações por parte da Justiça, junto ao Código de Defesa do Consumidor. E vai facilitar muito, Girão, o trabalho dos nossos órgãos de defesa do consumidor ao coibir esse tipo de ação, que vem se tornando muito comum.

Quero dar os parabéns aqui à Senadora Rose de Freitas pela iniciativa, que é muito interessante dentro do contexto que vivemos, e apresentamos o relatório para apreciação desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Parabenizo o Senador Carlos Viana pelo relatório extremamente detalhado.

Senador, uma das principais inovações do Código de Defesa do Consumidor foi justamente proteger o consumidor da seguinte forma: tem que haver, necessariamente, uma manifestação positiva do consumidor para que se finalize um contrato, por exemplo. Trata-se de uma manifestação positiva. O que isso quer dizer? Ele não tem que dizer que não quer aquilo, ele tem que dizer que quer aquilo. Então, é muito diferente. É mais ou menos o que está expresso aqui: uma situação de uma promoção, uma cobrança de um pacote específico na sua TV a cabo; se ele não falar nada, a operadora não pode contratar e dizer que ele aceitou aquilo. De forma alguma, tem que haver uma manifestação positiva do consumidor.

E cada vez mais eu percebo que temos que ficar vigilantes sobre isso. Tivemos um retrocesso, no meu ponto de vista, que foi justamente com o Cadastro Positivo, quando se permitiu que, de maneira automática, todo brasileiro já fizesse parte desse cadastro.

Quanto a esse assunto, quando se refere aqui a dados, nós estamos com uma medida provisória que cria uma agência para proteger também o consumidor, uma agência de proteção de dados.

Trata-se de algo extremamente importante, que está no nosso dia a dia – inclusive, estou como Relator revisor dessa medida provisória. É algo que está presente em todas as relações. E, quando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chega um assunto como esse, é algo que chama atenção, sim, porque estamos mexendo em um código que é extremamente principiológico, é um código que até hoje, apesar de já ter 20 anos, está completamente adaptado à nossa realidade jurídica, social e econômica, como foi bem ponderado por V. Exa.

A assessoria da Comissão me chama atenção para informar que esse projeto é terminativo, ou seja, numa situação como essa, é feita a leitura, mas a votação dependeria necessariamente da presença do quórum aqui, diferentemente de como foi o passado. Até peço desculpas por não ter informado antes, mas a leitura obrigatória já foi feita e já será colocado como prioridade, inclusive sendo um dos primeiros itens a ser observado já na próxima reunião, com V. Exa. aqui cumprindo magistralmente o seu papel. E também será dada oportunidade caso queira ler novamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu agradeço.

Com muita satisfação, estou fazendo a minha primeira leitura de uma série de relatórios. Em primeiro mandato de Senador, hoje estou aqui estreando esse trabalho, juntamente com a minha equipe. E eu gostaria de dar os parabéns a todos que me acompanharam, pelas sugestões que eu pude dar. Algumas, naturalmente, a própria equipe do Senado também mostrou que não poderia ou que já estavam inclusas em determinadas leis. Fiquei muito feliz.

O relatório está lido. Agora – V. Exa. tem brilhantemente conduzido esta Comissão –, colocaremos aos outros Senadores, o mais rápido possível, esse assunto, que interessa – não é, Girão? – claramente à população. Especialmente, aqui, nós estamos falando, na sua maior parte, de vítimas idosas. São os idosos que são, normalmente, os mais prejudicados. Porque a pessoa que está numa fase produtiva, de consentimento, ela entende e consegue até brigar; mas o idoso, muitas vezes, não consegue nem sair dessa rede.

Eu conto para os senhores aqui que uma vez me ligou uma pessoa, numa ligação horrível, e foi falando de um seguro, uma coisa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, mas eu digo: eu, por exemplo... As nuvens escuras da terceira idade estão já à vista, não é, Senador? Já não estão tão distantes como estavam no passado. Essas nuvens vão chegando devagarinho.

Mas eu estou colocando, porque eu não conseguia entender o que a pessoa falava. Eu não sei se ele falava isso, vamos dizer, propositadamente, para que não fosse entendido, ou se era a ligação. Eu sei que eu estava cadastrado numa promoção do banco e, para a minha surpresa, chegou a conta, veio o débito na conta. E eu falei: "Não, mas eu não autorizei absolutamente nada. Que história é essa?" Aí fomos ver. Eu imagino uma pessoa idosa numa situação como essa, por exemplo, em que se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz um cadastro como esse, em que se oferece à pessoa aquilo que na verdade, muitas vezes, não é promoção de coisíssima alguma, é uma despesa que está sendo colocada. Como é que depois se prova isso dentro dessa fragilidade?

Eu entendo que o projeto tem uma importância muito grande para que a gente possa dar luz a esse vácuo ou a essa questão que está aí sendo colocada, num país que precisa crescer, mas que infelizmente não tem encontrado as portas corretas.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Só fazendo um comentário rapidamente, Presidente Rodrigo, demonstrando a minha honra, a alegria de estar aqui presente no momento em que o Senador Carlos Viana já faz a sua primeira relatoria. Então, é a primeira de muitas. E o senhor sempre com muita serenidade e responsabilidade. É um homem de causas, é um homem de ideais, o que é muito importante.

E esse tema é da maior relevância, porque é aquela coisa do "se colar, colou". Ele joga a rede; muita gente, como ele falou aqui, vai estar ali no detalhe, vai perceber. Agora, um senhor que já está numa idade mais avançada, que já tem outras prioridades na vida, vai lá e leva uma ferroadinha, como se diz, e paga. Passa despercebido. E com isso você está privilegiando quem está sendo desonesto. Então, nós temos que avançar nisso.

E o senhor, nosso Presidente, Senador Rodrigo, tem uma história de vida na defesa do consumidor, a sua carreira política é muito pautada nisto, nesse sentimento de justiça, de avançar.

Eu tive a oportunidade de viver um período da minha vida nos Estados Unidos e vi que avançaram lá. Aconteciam absurdos também: de madrugada ligação e um monte de... Assim, uns negócios sem sentido, oferecendo promoção, chegando cobrança. A lei lá... Eu não sei em outros países como é, mas os Estados Unidos endureceram muito com relação a isso. Endureceram de uma forma que, se for fazer um negócio desse, vai ter o troco. Se pegar lá não alisa, não. A Justiça é firme.

Então, parabéns. Espero que seja aprovado na próxima semana, não demore mais. E que possa tramitar rapidamente, para que a gente tenha essa conquista em defesa do consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

É interessante, Senador Girão, porque estamos aqui os três, nós que somos novatos. E através de momentos como este, como o Senador Carlos Viana bem falou, é que percebemos como podemos mudar o destino dos brasileiros. Então, aqui vamos tratar cada vez mais daquilo que interfere na vida das pessoas. Então, V. Exa. aqui já está interferindo, tenho certeza, na vida do consumidor e, dessa maneira, positivamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tínhamos outros itens na pauta, mas, pela ausência dos Senadores – que estão, em sua grande maioria, na outra Comissão, devido à presença do Ministro da Educação, à qual eu também irei agora em seguida para acompanhar a reunião –, como não estão presentes, fica prejudicada a sequência dos itens, sendo repassados para a próxima reunião.

Dessa forma, encerro esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Juíza Selma, Izalci Lucas, Major Olimpio, Jorge Kajuru, Telmário Mota, Paulo Rocha, Otto Alencar, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Confúcio Moura, Paulo Paim, Marcos do Val e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 27, de 2019** que: "Requer o convite ao Ministro da Educação, Abraham Bragança de Vasconcelos Weintraub, para prestar esclarecimentos sobre o bloqueio de recursos das Universidades Federais."

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 28, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Embaixador Mario Vilalva para prestar depoimento sobre a situação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 30, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 98/2017, que altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde. 2. Representante do Ministério da Economia. 3. Representante da Anvisa. 4. Representante do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos) 5. Representante do CFF (Conselho Federal de Farmácia) 6. Representante da ABIMIP (Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição) 7. Representante da Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias)" **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 10, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013 - Não Terminativo** - que: "Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.621-A de 2016 do Senado Federal (PLS Nº 52/2013 na Casa de origem), que "Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e dá outras providências”

Autoria: Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação parcial do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 10, de 2018, para que sejam aprovados apenas os seguintes dispositivos: inciso XI do art. 2º; § 2º do art. 2º; §1º do art. 35; acréscimo do § 2º ao art. 4º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; acréscimo do inciso III ao art. 9º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; art. 47; art. 50; art. 52 e, no restante, seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013, na sua forma originalmente aprovada pelo Senado Federal. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação dos seguintes dispositivos do SCD 10/2018: inciso XI do art. 2º; § 2º do art. 2º; §1º do art. 35; acréscimo do § 2º ao art. 4º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; acréscimo do inciso III ao art. 9º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; art. 47; art. 50; art. 52; e, no restante, seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013, na sua forma originalmente aprovada pelo Senado Federal. **ITEM 5 - Emenda(s) da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008 - Não Terminativo** - que: “Acréscita parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.” **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2017 - Não Terminativo** - que: “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as empresas prestadoras do serviço de conexão com a internet em banda larga sejam obrigadas a fornecer gratuitamente ao assinante o serviço de provimento de acesso à internet.” **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018 - Não Terminativo** - que: “Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água.” **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2018 - Não Terminativo** - que: “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a fim de qualificar como serviço, para efeitos dessa Lei, atividades com pagamento indireto ao fornecedor, inclusive serviços públicos de caráter geral, desde que remunerados direta ou indiretamente.” **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2016 - Não Terminativo** - que: “Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir aos consumidores de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, se violado algum direito ou interesse juridicamente protegido, legitimidade ativa ad causam contra Plano Privado de Assistência à Saúde.” **Autoria:** Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com as emendas nºs 1 e 2-CTFC. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CTFC. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação na forma da emenda (substitutivo) apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor à imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de execução continuada e objeto de pagamento antecipado." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/21>

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das atas da 15ª e 16ª Reuniões. (Pausa.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passarei, agora, a fazer a leitura dos avisos que chegaram a esta Comissão, que foram recebidos pela nossa Secretaria: Ofício nº 197, de 2019, CEF; Aviso nº 264, do Tribunal de Contas da União; Aviso nº 260, também do Tribunal de Contas da União; Avisos nºs 133, 138 e 175, todos também do Tribunal de Contas da União; Carta nº 2, de 2019, da Companhia Docas do Pará; Carta nº 5, de 2019, Eólica Mangue Seco 2; Ofício nº 328, de 2019, do BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários; Ofício nº 53, de 2019, do Banco do Nordeste; Ofício nº 2, de 2019, INB; Ofício, que não estava numerado, da Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador; Ofício nº 48, de 2019, da Trensurb; Ofício nº 60, de 2019, da Codesa; Ofício nº 145, de 2019, do Banco do Brasil Seguridade Participações S.A.; Ofício nº 2, de 2019, da Empresa de Planejamento e Logística; Ofício nº 70, de 2019, da Petrobras; Ofício nº 30, da Gaspetro, de 2019; Ofício nº 2.010, de 2019, do Banco do Brasil; Ofício nº 331, do Grupo Hospitalar Conceição; Ofício nº 4, da Liquigás; Ofício nº 135, do Conselho de Administração da Caixa Seguridade.

Todos esses documentos lidos estarão disponíveis na página desta Comissão, na seção documentos recebidos, com *link* para acesso ao seu conteúdo por um prazo estabelecido de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar como assim desejarem. Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado, nos termos da Instrução Normativa desta Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Então, todos esses documentos já estão disponíveis através do *link* mencionado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, passaremos à pauta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu sou Relator do item 10. Eu queria solicitar uma inversão de pauta para a gente ler o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Primeiramente, agradeço a presença do Senador Telmário, que muito nos honra neste momento, sempre ativo e combativo. Com certeza, Senador, passaremos, agora, ao item que trata do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2016.

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2016****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir aos consumidores de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, se violado algum direito ou interesse juridicamente protegido, legitimidade ativa ad causam contra Plano Privado de Assistência à Saúde.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observações:

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Telmário Mota, V.Exa. tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, primeiro obrigado por acatar nossa proposição.

Como V.Exa. já leu aqui o preâmbulo do relatório, eu vou direto à análise, porque o relatório é um pouco extenso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

A análise do projeto pela CTFC está em consonância com o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a qual compete pronunciar-se sobre o mérito de matérias atinentes à defesa do consumidor.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto de lei analisado versa sobre direito processual e direito do consumidor, matérias de competência privativa e concorrente da União (art. 22, I, e art. 24, inciso V, ambos da Constituição), compreendida entre as atribuições do Congresso Nacional (*caput* do art. 48 da Constituição).

A iniciativa parlamentar é legítima, por força do *caput* do art. 61 da Constituição e porque a matéria não se inclui entre as reservas do § 1º do mesmo artigo. Trata-se, portanto, de proposição legislativa formalmente constitucional.

Quanto à constitucionalidade material, o projeto não apresenta vícios.

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: a) inovação; b) efetividade; c) adequação normativa; d) coercitividade; e por último e) generalidade.

A proposição é constituída por boa técnica legislativa e não há inclusão de matéria diversa ao tema. As expressões utilizadas preenchem os requisitos de redação das disposições normativas.

Acerca da matéria de fundo, é de se considerar meritório o projeto porque afasta discussões recorrentes, evitando-se interpretações conflitantes; contudo, alguns reparos merecem ser feitos.

Inicialmente, entendemos que os contratos de planos de saúde são típicos contratos de consumo, dado que possuem como contratantes, de um lado, o consumidor nitidamente em posição contratual mais frágil (técnica e economicamente) e, de outro, o fornecedor profissional, que é remunerado pelos serviços prestados. Assim, pacífica a aplicação dos conceitos legais dispostos nos artigos 2º e 3º, § 2º, da Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC), não havendo qualquer divergência doutrinária ou jurisprudencial acerca da matéria.

Ademais, a própria Lei nº 9.656, de 1998, em seu art. 35-G, determina a aplicação subsidiária do CDC aos contratos acordados entre usuários e operadores e administradoras de planos de saúde.

A primeira mudança refere-se à restrição dada somente ao consumidor titular do plano de saúde.

titular do plano de saúde. A referida inclusão do § 2º ao art. 16 deveria também coadunar-se com a rede de proteção ampla dada em diversos dispositivos da Lei nº 9.656, de 1998, em que se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

busca atender não somente aos consumidores, mas também aos beneficiários, titulares ou dependentes.

Inclusive o próprio art. 16, no inciso VIII, exige que os contratos deverão indicar com clareza a franquia, os limites financeiros ou o percentual de coparticipação do consumidor ou beneficiário. Portanto, entendemos que os beneficiários, igualmente, possuem o direito de questionar o contrato.

No que se refere aos dependentes, entendemos que a ideia igualmente se aplica, uma vez que o que se busca é a proteção à violação de direitos e interesses juridicamente protegidos. E, nesse ponto, há diversos dispositivos que equiparam a proteção de ambos, como a vedação de cobertura (art. 11) ou a manutenção contratual aos dependentes em caso de rescisão contratual ou morte do titular (art. 30).

Quanto às categorias dos contratos de plano de saúde, o inciso VII do art. 16 da Lei nº 9.656, de 1998, estabelece três regimes ou tipos de contratação: a) individual ou familiar; b) coletivo empresarial; e por último c) coletivo por adesão.

O plano de saúde individual ou familiar é aquele em que a pessoa física contrata diretamente com a operadora ou por intermédio de um corretor autorizado. Já o plano de saúde coletivo é aquele contratado por empresa, conselho, sindicato ou associação junto à operadora de planos de saúde para oferecer assistência médica ou odontológica às pessoas vinculadas às entidades bem como a seus dependentes.

No que importa ao plano de saúde coletivo, há dois tipos de contratação: o coletivo empresarial, o qual garante a assistência à saúde dos funcionários da empresa contratante em razão do vínculo empregatício ou estatutário; e o coletivo por adesão, contratado por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, como conselhos, sindicatos e associações profissionais.

Outro relevante ponto trazido no PLS diz respeito à legitimidade *ad causam*, cujo conceito, em breves palavras, trata da pertinência subjetiva da ação, ou seja, da qualidade expressa em lei que autoriza o sujeito a invocar a tutela jurisdicional. Nesse ponto específico, também entendemos merecer reparos o projeto.

No que concerne à legitimidade *ad causam* dos usuários em ajuizarem ações contra direitos ou interesses violados por operadoras de planos de saúde, entendemos que o assunto merece igualmente prosperar pelas mesmas razões já apreciadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), contudo sob a “roupagem” material e não processual. Explicamos.

Em decisão proferida em 2015, a 3ª Turma do STJ, competente para tratar de temas de direito privado, ao analisar o Recurso Especial





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 1.510.697/SP, de relatoria do Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, reconheceu que o usuário de plano de saúde coletivo é parte legítima para ajuizar ação contra os planos de saúde em face de direitos ou interesses juridicamente violados:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.

PLANO DE SAÚDE COLETIVO. AÇÃO REVISIONAL. VALIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. REAJUSTE DE MENSALIDADES. USUÁRIO. LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*. NATUREZA JURÍDICA DA RELAÇÃO CONTRATUAL COM A OPERADORA. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO. INTERESSE JURIDICAMENTE PROTEGIDO. DEMONSTRAÇÃO. DESTINATÁRIO FINAL DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

1. Discute-se a legitimidade ativa *ad causam* do usuário de plano de saúde coletivo para postular contra a operadora a revisão judicial de cláusulas contratuais.
2. A legitimidade exigida para o exercício do direito de ação depende, em regra, da relação jurídica de direito material havida entre as partes; em outras palavras, a ação tem como condição a titularidade de um direito ou interesse juridicamente protegido.
3. O plano de saúde coletivo é aquele contratado por uma empresa ou por pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial, como conselhos, sindicatos e associações profissionais, junto à operadora de planos de saúde para oferecer assistência médica e/ou odontológica às pessoas vinculadas às mencionadas entidades bem como a seus dependentes.
4. No plano de saúde coletivo, o vínculo jurídico formado entre a operadora e o grupo de usuários caracteriza-se como uma estipulação em favor de terceiro. Por seu turno, a relação havida entre a operadora e o estipulante é similar a um contrato por conta de terceiro. Já para os usuários, o estipulante é apenas um intermediário, um mandatário, não representando a operadora de plano de saúde.
5. Na estipulação em favor de terceiro, tanto o estipulante (promissário) quanto o beneficiário podem exigir do promitente (ou prestador de serviço) o cumprimento da obrigação (art. 436, parágrafo único, do CC). Assim, na fase de execução contratual, o terceiro (beneficiário) passa a ser também credor do promitente.
6. Os princípios gerais do contrato amparam tanto o beneficiário quanto o estipulante, de modo que havendo no contrato cláusula abusiva ou ocorrendo fato que o onere excessivamente, não é vedado a nenhum dos envolvidos pedir a revisão da avença, mesmo porque as cláusulas contratuais devem obedecer à lei.
7. O usuário de plano de saúde coletivo tem legitimidade ativa para ajuizar individualmente ação contra a operadora pretendendo discutir a validade de cláusulas do contrato, a exemplo do critério de reajuste das mensalidades, não sendo empecilho o fato de a contratação ter sido intermediada por estipulante.
8. Recurso especial provido [que nós destacamos em negrito].





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na espécie trazida pelo julgado no STJ, para fins de definição da legitimidade ativa *ad causam*, o tribunal entendeu que a relação jurídica de direito material mantida entre o usuário e a operadora de plano de saúde coletivo equipara-se a uma estipulação em favor de terceiro. E, nesse caso, Senadora Selma – que conhece bem, melhor do que nós –, segundo estabelece o Código Civil no art. 436, tanto o estipulante (promissário – administrador de benefícios) quanto o beneficiário (terceiro – usuário do plano) podem exigir do promitente (prestador do serviço – operador do plano) o cumprimento da obrigação. Do mesmo modo, na fase de execução contratual, o terceiro (beneficiário – usuário) passa a ser também credor do promitente (operadora do plano).

Em síntese, o STJ entendeu que o fato de a contratação ter sido intermediada por estipulante (administrador de benefícios) não impede o usuário de questionar o contrato. Ademais, diz o voto do referido Ministro:

[...] diante do interesse juridicamente protegido do usuário de plano de saúde, destinatário final dos serviços de assistência à saúde, o exercício do direito de ação não pode ser tolhido, sobretudo se ele busca eliminar eventual vício contratual (cláusula inválida) ou promover o equilíbrio econômico do contrato (discutir os valores e os reajustes de mensalidades).

Desse modo, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a partir da análise da natureza jurídica do contrato de plano de saúde realizada pelo STJ, entendemos prudente garantir o direito à revisão do contrato por parte do usuário do plano de saúde, seja ele consumidor ou beneficiário, titular ou dependente. Ao se garantir o direito, o exercício dele é consequência natural.

Acreditamos que a utilização da terminologia de Direito Processual para um tema essencialmente material gerará consequências indesejadas, tal como a possibilidade de se permitir a utilização do instrumento da substituição processual – entre parênteses – (legitimação extraordinária) para alguém que não tem direito.

Em outras palavras, quando o consumidor impugna alguma cláusula do contrato de plano de saúde coletivo, ele não estará agindo no interesse do estipulante, e sim no interesse próprio. Se a proposição em pauta dispuser que o consumidor tem legitimidade ativa, sem explicitar que o consumidor está agindo em interesse próprio, o texto normativo vindouro daria ensejo a discussões indesejadas tal qual a de que o consumidor estaria agindo, na verdade, como um substituto processual do estipulante, o que não é verdade. Por essa razão, o mais adequado é que o texto da proposição se concentre em deixar claro que o consumidor possui o direito material a questionar o contrato, o que, por consequência, implicará que ele possui legitimidade ativa.

Por fim, entendemos de alto relevo a ampliação do direito de proteção contra eventuais violações a interesses e direitos dos consumidores a todos os usuários dos contratos de plano de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, cujo objeto é a proteção da própria saúde – corolário do direito à vida e garantidora da dignidade da pessoa humana.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 20, de 2016,

Ante o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 20, de 2016, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CTFC

Dê-se à ementa do PLS nº 20, de 2016, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para garantir aos consumidores e beneficiários, titulares ou dependentes, de plano de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão o direito de rediscutir os contratos, os regulamentos ou as condições gerais dos produtos naquilo em que violarem os seus interesses."

EMENDA Nº 2 – CTFC

Dê-se ao §2º do art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, na forma do art. 1º do PLS nº 20, de 2016, a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único em §1º:

"Art. 1º.....

'Art. 16.....

.....
§2º Os consumidores e beneficiários, titulares ou dependentes, de planos de saúde coletivo empresarial ou coletivo por adesão, possuem o direito de rediscutir os contratos, os regulamentos ou as condições gerais dos produtos de que tratam o *caput*, naquilo em que violarem os seus interesses.' (NR)"

Sala de Comissão.

Está é a análise. É o relatório, a análise e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) –
Parabenizo o Senador Telmário pelo aprofundado relatório, pelo voto bem concebido.

Coloco em discussão para os demais Senadores.

Em discussão. (*Pausa.*)

Eu aqui faço o registro, Senador Telmário, da importância de se regulamentar situações como esta, porque o próprio STJ já decidia dessa maneira, mas muitas vezes o consumidor na ponta é informado de que não tem o direito de questionar e perde essa legitimidade antes de exercê-la na verdade. Então, ao regulamentar, acredito que iremos dar também publicidade sobre esse fato,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque muitas pessoas acreditam, ainda hoje, que, mesmo sendo usuárias do plano de saúde, mas fazendo parte de um plano coletivo, de um plano empresarial, não teriam essa legitimidade, porque assim são informadas, principalmente quando buscam o primeiro contato, que é – e deve ser sempre – com o plano de saúde.

Situações como essa acredito que vêm a desafogar o próprio Judiciário em alguns assuntos específicos. Espero também que isso não seja nem necessário nesses momentos, que os planos de saúde cheguem, em algum momento evolutivo, a atender ao consumidor, principalmente quando sabem que eles têm direito. O próprio Judiciário... Quando a gente faz as estatísticas que levantam as reclamações sobre os planos de saúde, em quase 80% dos casos o consumidor tem razão e o Judiciário reconhece isso. Então, é necessário que a gente também evolua nessa forma de respeito ao cidadão, ao consumidor, ao usuário.

Dessa forma, não havendo quem queira discutir, aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passarei agora ao item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 30, de 2019

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 98/2017, que altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- 1. Representante do Ministério da Saúde.*
- 2. Representante do Ministério da Economia.*
- 3. Representante da Anvisa.*
- 4. Representante do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos)*
- 5. Representante do CFF (Conselho Federal de Farmácia)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6. Representante da ABIMIP (Associação Brasileira da Indústria de Medicamentos Isentos de Prescrição)

7. Representante da Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias)

Autoria: Senadora Juíza Selma

A autoria é da Senadora Juíza Selma, que está aqui presente, a quem eu passo a palavra.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Meu colega Telmário Mota, que acabou de nos brindar aqui com um brilhante relatório, o tema que foi deliberado anteriormente é de extrema importância, como bem o Presidente disse. É um tema que vem a esclarecer ao consumidor o seu verdadeiro direito: não importa se ele está contratando individualmente ou se ele está num bolo, numa contratação que foi coletiva, o direito tem que ser respeitado da mesma forma. E isso é o que V. Exa. conseguiu nos trazer aqui nesta manhã. Fiquei muito feliz de tomar conhecimento desse relatório.

Com relação a esse requerimento, Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura da justificativa.

O objetivo do PLS 098, de 2017, é estabelecer um parâmetro de efetivo respeito ao direito fundamental à saúde, qual seja, de possibilitar ao consumidor adquirir medicamentos de acordo com a necessidade indicada para o tratamento. Economia, diminuição do risco de intoxicação e menos desperdício são alguns dos benefícios apontados pelo projeto.

Apesar dos aspectos sociais esperados com a implementação da nova regra e eventuais benefícios, há que se avaliar quais impactos a adoção dessa prática vai gerar para o consumidor, considerando que as mudanças requeridas pela nova legislação poderão resultar em provável aumento do custo de produção, e, portanto, do preço do produto, exatamente o que o fracionamento pretende evitar.

Na mesma esteira, deve-se, ainda, sopesar a possibilidade da ocorrência de possíveis prejuízos à qualidade original dos medicamentos e à saúde do consumidor, bem como avaliar se a medida irá incentivar a falsificação e a venda de medicamentos pela internet, prática que é proibida.

Este requerimento à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor insere-se nesse contexto, eis que propõe um debate que visa mensurar os impactos positivos ou negativos que o fracionamento de medicamentos irá trazer para a vida do consumidor.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma – bom dia, como vai, Senador? – pontuação com relação a isso. Quando eu vi este projeto e resolvi relatá-lo, eu fiquei... Todo mundo pensa – não é? –, todo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor pensa: por que o médico receita 15 comprimidos e na caixa sempre vem 20, 25, 30? Por que sempre a gente tem que conviver, todos os usuários brasileiros acho que têm isso, com aquele restinho de remédio que não foi necessário tomar, que a prescrição médica normal não abrange? Então, foi com essa intenção que eu resolvi adotar a relatoria, mas eu tive algumas manifestações em gabinete e com a minha assessoria de alguns setores que argumentam que o fracionamento, por um lado, pode possibilitar

que o fracionamento, por um lado, pode possibilitar o consumo de medicamentos vencidos porque, se você imaginar uma cartelinha de remédio, nem sempre dá para constar ali a data da validade ou, enfim. Também argumentam que um pedaço de cartela, com dois, três, quatro comprimidos, não seria viável acompanhado com a bula e sem a bula o paciente ficaria sem a informação necessária. E existem também argumentos no sentido de que obrigar esse fracionamento pode aumentar o preço geral do produto.

A princípio, concordando ou não com essas argumentações, eu acho que nós todos, sempre que votamos, votamos com consciência e responsabilidade – eu acho que é isso que nós precisamos cada vez primar mais. É importante, então que se realize, Sr. Presidente, essa audiência pública para ouvir essas pessoas e para também que a gente consiga formar uma opinião condizente, uma opinião consistente a respeito desse tema, que, na minha opinião, é um tema de muita relevância para todos os brasileiros.

Então, eu agradeço ao Sr. Presidente a palavra.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) –
Parabenizo a Senadora Juíza Selma por tratar com tanta atenção um tema como esse, em que, a princípio, só verificamos pontos positivos, benefícios.

Acho que todos nós, todos que aqui estão e todos que estão nos assistindo e ouvindo temos em casa uma farmacinha – como a gente chama –, medicamentos cujo prazo de validade, muitas vezes, não temos, porque está na outra parte que já foi utilizada. Isso estimula, inclusive, uma automedicação – estar disponível ali aquele medicamento para o seu uso.

Então, tratar de maneira aprofundada esse tema, ouvindo todas as partes, eu acho que é algo necessário.

É lógico que também há o lado negativo. Então, como diminuir essa situação?

Parabéns por tratar desse tema. Acho que é para isto que servem as Comissões: para que se possam aprofundar os assuntos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de passar a palavra ao Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Também quero parabenizar a nossa autora, Senadora Juíza Selma.

Sobre esse assunto a gente já fez diversos debates, inclusive na Câmara, e sempre há uma justificativa para não aprová-lo. Mas hoje a tecnologia eu acho que facilita muito essa questão de bula: hoje, basta botar isso no *site*, em algum lugar a que todo mundo tenha acesso. Então, isso não se justifica mais, porque havia realmente essa justificativa de que, para se fazer uma bula para um comprimido, ficaria inviável, mas eu acho que você pode colocar isso na rede.

Mas não é só isso. Além dessas questões todas que foram levantadas, há a questão também do descarte disso. A pessoa joga isso na água, no vaso, em qualquer lugar, e isso acaba trazendo sérios problemas. Então, a gente tem que também tratar deste assunto da sobra, porque muitas vezes as pessoas jogam fora, de qualquer jeito, e são substâncias que comprometem não só o meio ambiente como a própria saúde pública.

Então, é um debate importante, está de parabéns, e a gente precisa fazer realmente essa audiência para ouvir todos os especialistas. É um tema que merece toda a atenção de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem!

Senador Telmário com a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, também na mesma linha, eu quero parabenizar a Senadora Juíza Selma. Olhe, isso dá uma tranquilidade, Senadora, e eu quero parabenizar o seu Estado por V. Exa. estar aqui.

Esta Casa é uma casa plural. De repente, coube a mim aqui a relatoria de um tema que era eivado de ações, de conhecimentos jurídicos.

relatoria de um tema que era eivado de ações, de conhecimentos jurídicos. Mas, graças à boa assessoria que nós temos aqui nesta Casa, depois temos o aval de V. Exa., que se preparou para interpretar as leis e fez isso com muita propriedade, tanto que o seu trabalho como juíza foi reconhecido pela população a ponto de colocá-la aqui nesta Câmara mais alta, que é o Senado. Então, a sua presença aqui nos honra, nos dá segurança. Fico feliz com tudo isso.

A proposição de V. Exa. é, sem nenhuma dúvida, salutar e oportuna para se debater um assunto muito importante como esse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é exatamente nesse sentido que eu queria aproveitar inclusive a vinda da Anvisa aqui, Sr. Presidente, Senador Rodrigo Cunha, que está se destacando bem na Presidência da Comissão. Olhe que coisa, Senador Bittar, da minha Região. Eu fui viajar de Manaus para a Venezuela e, ao chegar ao aeroporto, 3h da manhã, sábado, apresentei uma carteira de vacinação, de todas as vacinas – todas as vacinas – e não valeu. Não valeu! A moça disse: "Não, essa não pode; tem que ser uma carteira internacional". Eu falei, meu Deus, está aqui, é um órgão federal, é da prefeitura, foi a prefeitura que fez todas e tal. E ela disse: "Não, só vale se for a...". Ah, está bom! E quem emite? "Quem emite é a Anvisa". E onde está a Anvisa? Chegamos lá, e a Anvisa estava fechada.

Então, vejam, um aeroporto como o de Manaus, de vários voos internacionais, no sábado e domingo, e a Anvisa está fechada... Como é que eu ia tomar conhecimento disso – eu, acostumado a viajar com esse atestado para diversas localidades? Mas naquele dia eu não pude viajar e tive a minha viagem suspensa por conta disso. Quer dizer, a Anvisa tem que ter mais cuidado com isso. Nós vamos, inclusive, aproveitar, nesse dia, um pouco fugindo disso, mas ainda correlata à questão da saúde, e vamos fazer essa observação para que a Anvisa realmente melhore.

E, por último, Sr. Presidente, hoje eu vi uma matéria da Dra. e Deputada Janaina Paschoal. Eu estou muito até à vontade para falar disso, porque eu e a Dra. Janaina tivemos, na época do *impeachment*, alguns embates aqui dentro desta Casa. E eu a achei, sinceramente, de uma racionalidade extremamente necessária para o momento que vivemos no País. E o Senador Bittar ia passando, perto de mim aqui, e eu disse: o senhor já viu isto aqui? Ele disse: "Já e concordo". E, nesse momento, ele me deu um exemplo de dois lutadores famosos americanos, Muhammad Ali e George Foreman. O George Foreman reconheceu uma vitória do Muhammad Ali, quando o Muhammad Ali o derrubou, deu um nocaute, e ele caiu. Ele poderia ainda garantir, mas viu que aquele nocaute era o suficiente. Esperou, e o juiz lhe deu causa, vitória. Então ele teve a racionalidade. Olhe que exemplo legal!

Então, o Presidente Jair Bolsonaro nocauteou a oposição, ganhou, e, neste momento, tem que ir para a racionalidade, buscar a governabilidade, sair dessa briga, unir o Brasil. São muitas as causas. E eu tenho visto muitas redes sociais aí inflamando para o dia 26 um questionamento cuja necessidade eu não estou vendo. Pior, Senador Rodrigo, colocando a população contra o Congresso, contra o Supremo. Olhe, neste Congresso que está aqui, há 513 Deputados que foram eleitos com as mesmas digitais que elegeram o Presidente Jair Bolsonaro; 54 Senadores, que foram eleitos também com as mesmas digitais, ou seja, é um Congresso novo, é um Senado novo, é uma Câmara nova, que realmente

é um Congresso novo, é um Senado novo, é uma Câmara nova, que realmente merece essa reflexão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar esta oportunidade para fazer essa colocação, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, queria fazer um registro. Para mim é uma satisfação estar aqui, nesta Comissão presidida pelo nosso Senador Rodrigo Cunha, onde temos assuntos muito importantes para o País inteiro. Saúdo a nossa Senadora Selma. É um privilégio estar aqui com a senhora, com a colega. Quero dizer que o requerimento de audiência pública é um requerimento muito importante.

Eu, particularmente, sou daqueles que acham que o Brasil é um país em que, quando você vai aderir a um plano, comprar uma mercadoria, é a coisa mais fácil do mundo: é ágil, é rápido. Agora, quando você vai reclamar o serviço que não foi feito direito, aí... Para comprar é primeiro mundo; agora, para reclamar depois, é terceiro mundo.

Então, eu acho que um debate que envolva essas questões de saúde, medicamentos, vem em excelente momento. Eu quero, então, parabenizar a colega Selma pela iniciativa.

Eu não posso deixar passar em branco, Presidente, uma opinião também que tenho, que externei ao meu querido colega, parceiro de Região Amazônica, o Telmário, que vai ser agora o nosso Presidente da Comissão do Congresso Nacional no Parlasul. De fato, um documentário sobre a vida de Muhammed Ali traz vários contendores em lutas históricas com ele. Em um deles, o George Foreman. E o George Foreman reconhece, no vídeo, no documentário, que o maior lutador de todos os tempos, para ele, era Muhammed Ali. E ele dá um exemplo de uma luta em que Muhammed Ali buscava a conquista, de novo, do cinturão. George Foreman mais novo, no auge da fama – diziam que aquela época tinha uma das pegadas mais fortes de todos os tempos –, mas o Ali consegue, estrategicamente, levar luta, envolvendo o campeão daquela época e, lá pelas tantas, 10º assalto, 12º assalto, disfare alguns golpes. E dá para ver no vídeo com clareza o George Foreman se afastando, porque recebeu, e vai caindo. E o vídeo mostra com clareza Muhammed Ali pronto para desferir outro golpe, mas não desfere; ele espera para ver se aquilo que tinha acontecido já era o suficiente. Ele já estava vencendo, e o George Foreman reconhece, naquela atitude de grandeza, a estrela de um campeão.

Sr. Presidente, todos aqueles que ganham uma eleição para Prefeito, para Governador, para Presidente da República, têm que abraçar os outros. Você é vitorioso. Eu, por exemplo, não é segredo para ninguém, independentemente do nome do atual Presidente, tenho convicção total de que a agenda econômica que a equipe deste Governo apresenta está correta. Os Governadores sabem disso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os Prefeitos sabem disso, a mídia sabe disso, a economia do País sabe disso. Agora, por que uma agenda correta, que tem o apoio da economia do País inteiro, por que ela tropica tanto?

Então, o Governo... Até para a gente ajudar o Governo é difícil, porque não há o ambiente de conversa, de diálogo. Há sempre uma permanente... E isso quando você vence, você desarma. É preciso desarmar. É o País que está em jogo.

É preciso desarmar. É o País que está em jogo – e não é um país qualquer –, no jogo da economia mundial, mas permanece, por incrível que pareça, um clima de guerra, de confronto. Onde já se viu um governo que tem uma agenda tão importante para o País convocar manifestação para o dia 26, sem pé nem cabeça? E aí é inevitável. Você, Presidente, que é muito mais jovem, deve ter visto nos livros; quem já é mais maduro, nós vimos. Eu me lembro do dia em que Fernando Collor de Mello foi à televisão convocar o seu exército para ir à rua defendê-lo, e olha no que deu. Quer dizer, gastar energia com essa manifestação porque houve uma outra? Deixa acontecer!

Eu também entendo que a manifestação da semana passada foi muito mais política e ideológica do que, de fato, uma preocupação com a educação, até porque a Dilma, só em um ano, cortou – não foi contingenciamento – 10,5 bilhões, e, dessa turma, ninguém foi para a rua. Mas e daí que agora foi? E daí se tem interesses partidários pelo meio? E daí que a manifestação foi mais contra a reforma e Lula Livre? O que tem? Quem ganha tem que ter a grandeza de passar ao largo disso.

Então, Presidente, eu quero aqui me somar às palavras do Telmário e dizer, assim, que é lamentável. Vai ser aprovada a agenda econômica, e, provavelmente, o que eu percebo é que ela será aprovada magra. E aí – eu vou usar o nome dele porque foi público – estará valendo a frase do Presidente Nacional do Solidariade, que disse: "Vamos aprovar, mas não do tamanho que deixe o Governo muito forte". Então, provavelmente, o Congresso aprovará a reforma, porque é o imperativo econômico do País, mas aprove uma meia-sola, quando poderia fazer algo definitivo.

Quando se fala em 1 trilhão, é para poder pagar o que está aí. São milhares de aposentados que têm direito adquirido a um salário integral e à paridade e aqueles que se aposentarão, que entraram antes de 2003, que também vão ter direito a salário integral. Mas a impressão que dá, por essas atitudes, por falta de grandeza, é de que, provavelmente, nós, o Congresso, aprovaremos uma reforma que, daqui a meia dúzia de anos, terá que voltar ao tema mais uma vez.

Mas, ao mesmo tempo em que faço essa observação, Presidente, rogo a Deus – sou cristão –, porque há tempo ainda suficiente para as pessoas que receberam essa homenagem do povo brasileiro, que não foi pouca coisa. Foi um Presidente eleito por cima de partido, de tempo de televisão, de dinheiro, de tudo, um fenômeno sobre o qual os intelectuais honestos terão que se debruçar; furou todas as expectativas. Eu ainda rogo a Deus, porque há ainda tempo para que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo compreenda que aqui não há inimigos do País. Aqui, há, por parte da esquerda, divergência ideológica, mas isso é da democracia, independentemente da vontade de alguém.

Que a gente veja o Governo entrar nos eixos para que aqueles que querem ajudar o País possam cumprir a sua missão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, só para uma questão de ordem.

O projeto 326, que o senhor relatou, é o item 10 da pauta. Eu não sei se já se chegou ao item, ou se estão na ordem, mas eu gostaria de pedir a inversão, se for possível.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – O 326?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Não, o item 10.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Izalci

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Izalci, o Senador Marcio Bittar também tinha solicitado, na verdade, antes até da Senadora Selma começar. Ele passou aqui e solicitou. Então, logo após a leitura dos dois projetos que estão para a relatoria do Senador Marcio Bittar, nós faremos o seu.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de fazer uso da palavra muito brevemente, porque, como Senadora do PSL, eu me vejo na obrigação de fazer alguns esclarecimentos aqui relativos à manifestação dos colegas.

O motivo desta mobilização, pelo menos o motivo da mobilização no meu Estado de Mato Grosso, onde sou a Vice-Presidente do meu partido, se cinge muito mais, Senadores, à questão da Medida Provisória nº 870, que precisa e merece ser aprovada a tempo e a hora, na qual foi colocado um jabuti que impede os auditores fiscais de exercerem suas atribuições em sua plenitude, na qual se pretende retirar o Coaf do Ministério da Justiça, coisa sem nenhum embasamento lógico, e na qual também se pretende mexer na forma como o Governo pretende agir daqui para frente. Quer dizer, todo o desenho administrativo, redução de ministérios, todo esse desenho administrativo está ameaçado de não ter êxito caso essa medida provisória não seja aprovada.

Então, a nossa motivação é exatamente nesse sentido. Nós apoiamos a Medida Provisória nº 870, inclusive da forma como veio. Essa medida provisória, Senador Telmário, é como se fosse um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

casamento. Você acabou de se casar, vai com sua noiva para sua casa, você diz: "Eu quero o sofá desse lado, eu quero a televisão bem ali, a geladeira aqui", e isso é colocado em discussão e partidos que não são de esquerda, o que é o pior, são exatamente do centro, alguns Parlamentares querem ir lá e dizer: "Não, você tem que colocar o sofá no meio da rua, você tem que colocar a geladeira no quarto" e assim por diante.

Então, é uma questão de respeito mesmo com a organização administrativa do Governo Jair Bolsonaro. Em razão disso e até porque essa manifestação foi um anseio que a gente tem nos grupos de WhatsApp, é um anseio que a própria população tem de se manifestar. A eleição passada foi muito atípica, o povo foi muito à rua e talvez esteja sentindo falta de voltar às ruas.

Eu agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Retomando agora o item 3.

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 30, de 2019****- Não terminativo -**

Requer nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 98/2017, que altera a Lei 5.991/73 torna obrigatório o fracionamento de medicamentos na forma que estabelece. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Saúde.
2. Representante do Ministério da Economia.
3. Representante da Anvisa.
4. Representante do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos)
5. Representante do CFF (Conselho Federal de Farmácia)
6. Representante da ABIMIP (Associação Brasileira da Indústria



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

*de Medicamentos Isentos de Prescrição)**7. Representante da Abrafarma (Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias)***Autoria:** Senadora Juíza Selma.Em votação. *(Pausa.)*Em discussão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos agora ao item 4.

ITEM 4**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, de 2018****- Não terminativo -**

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.621-A de 2016 do Senado Federal (PLS Nº 52/2013 na Casa de origem), que “Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e dá outras providências”

Autoria: Câmara dos Deputados**Relatoria:** Senador Marcio Bittar

Relatório: Pela aprovação parcial do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 10, de 2018, para que sejam aprovados apenas os seguintes dispositivos: inciso XI do art. 2º; § 2º do art. 2º; § 1º do art. 35; acréscimo do § 2º ao art. 4º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; acréscimo do inciso III ao art. 9º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; art. 47; art. 50; art. 52 e, no restante, seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013, na sua forma originalmente aprovada pelo Senado Federal

Observações:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Matéria apreciada pela CCJ com parecer pela aprovação parcial do Substitutivo, para que sejam aprovados apenas os seguintes dispositivos: inciso XI do art. 2º; § 2º do art. 2º; acréscimo do § 2º ao art. 4º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; acréscimo do inciso III ao art. 9º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; e, no restante, seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013, na sua forma originalmente aprovada pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, na verdade eu tive o privilégio de pegar um trabalho que já vem dos Senadores dos últimos anos, da Câmara Federal também, que tem o objetivo de ajudar a regulamentar as agências reguladoras.

Depois de tudo que aconteceu no País, a iniciativa do Congresso Nacional e do Senado em especial é procurar blindar mais as agências reguladoras da influência política naquilo que ela tem de ruim: muitas vezes, a indicação de pessoas que não são do ramo, que não têm uma ficha própria da atividade. Então, é uma tentativa de blindar. Eu entendo que é uma atitude correta, importante e, por isso, fiz o relatório favorável. Lembro que procurei não fazer nenhuma mudança radical para que ela não voltasse para a Câmara Federal, porque aqui ela está no momento terminativo. A iniciativa foi do Senado.

Eu passo, com a sua permissão, já à análise do voto.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas “a” e “b” do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar, no mérito, sobre matérias que versem sobre prevenção à corrupção e modernização das práticas gerenciais na Administração Pública Federal direta e indireta, em cargos de direção.

Além disso, a prática mostra que ainda há diferenças sensíveis em questões de transparência, participação social e eficiência do processo de produção normativa e fiscalização das agências. O projeto vem em boa hora para estabelecer regras mais uniformes e previsíveis para essas instituições.

Quanto ao substitutivo da Câmara dos Deputados, deve ser reconhecido que importantes avanços foram feitos.

No que interessa especialmente a esta Comissão, é muito positiva a previsão do art. 2º, §2º, do substitutivo, que prevê a exigência de criação de programas de integridade nas agências reguladoras destinados à prevenção de atos de corrupção. Essa modalidade de programa já é realizada em diversas empresas privadas, de modo que nada mais adequado do que estendê-lo para a Administração Pública. Há iniciativas no Poder Executivo federal para implementação desses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas em seus órgãos e entidades, mas a previsão legislativa dará mais estabilidade para o programa.

Outras alterações pontuais do substitutivo também são meritórias. Deve-se incluir a Agência Nacional de Mineração no rol de agências reguladoras federais (acréscimo do inciso IX ao art. 2º).

no rol das agências reguladoras federais (acréscimo, portanto, do inciso IX ao art. 2º). É, ainda, positiva a inclusão do § 2º ao art. 4º e do inciso III no art. 9º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, que estabelecem regras mais claras e harmônicas de duração e perdas de mandato.

Entendemos que a alteração promovida no art. 35, §1º, do substitutivo também é meritória. O dispositivo, conforme alteração promovida pela Câmara dos Deputados, veda a delegação de competências normativas, enquanto o texto do Senado Federal veda a delegação de competências regulatórias. A abrangência do termo “competências regulatórias” pode criar insegurança jurídica, em razão do vasto número de interpretações possíveis que a expressão comporta.

Note-se que no item II.6 do parecer da ilustre Senadora Simone Tebet, na Comissão Especial do Desenvolvimento Regional, durante a tramitação original do projeto, fica clara que a intenção do legislador é proibir a delegação da criação de normas, em razão de vedações constitucionais a esse tipo de delegação, além da necessidade da uniformização das regras.

A proibição de recondução aos cargos de dirigentes de agências reguladoras é extremamente positiva, no entanto é necessário abrir a possibilidade, no momento da transição, de recondução aos cargos (opcional) daqueles que ainda não tenham sido reconduzidos e já se encontram no exercício dos cargos, tal qual aprovado pela Câmara dos Deputados. Essa possibilidade será relevante no momento de implementação dessa nova lei, que altera significativamente o marco legal das agências reguladoras.

O substitutivo da Câmara dos Deputados prevê a aplicação de normas da nova lei ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), especificamente, os arts. 14 a 20, que tratam sobre controle externo, relatório anual de atividades, plano estratégico, plano de gestão anual e agenda regulatória. Além dessa previsão, o substitutivo altera a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, para dar autonomia orçamentária ao Cade.

Entendemos que, apesar de o objeto principal do projeto de lei ser as agências reguladoras, o Cade desempenha atividade essencial para a garantia da concorrência e da livre iniciativa, atuando, de alguma forma, na regulação do mercado, assim como fazem as agências reguladoras. É necessário destacar que o Cade já é considerado um órgão de qualidade internacional, cujas práticas servem de modelo para várias outras entidades, tanto no Brasil, quanto no exterior, e que as próprias agências reguladoras já incorporaram uma série de mecanismos desenvolvido pelo Conselho. Outrossim,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cremos na importância e na relevância de manter o Conselho Administrativo de Defesa Econômica no âmbito da lei que se pretende criar.

Já as demais alterações promovidas pela Câmara dos Deputados devem ser rejeitadas, mantendo-se integralmente o restante do texto aprovado por este Senado Federal. Destaca-se especialmente a importância da rejeição da revogação proposta pelo substitutivo, do inciso II do § 2º e do § 3º do art. 17, da Lei das Estatais. Essa modificação, na prática, possibilitaria a nomeação de políticos e seus parentes para cargos de direção em empresas estatais – o que, infelizmente, é objeto de numerosas investigações de combate à corrupção. Aprovar essa possibilidade significaria grande retrocesso ao regime jurídico das empresas estatais, que sequer é objeto original do PLS nº 52, de 2013.

É o voto: diante do exposto

de 2013.

O voto.

Diante do exposto e no mesmo sentido do parecer da CCJ, vota-se pela aprovação parcial do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 10, de 2018, para que sejam aprovados apenas os seguintes dispositivos: inciso XI do art. 2º; §2º do art. 2º; §1º do art. 35; acréscimo do §2º ao art. 4º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; acréscimo do inciso III ao art. 9º da Lei nº 9.986, de 2000, previsto no art. 43; art. 47; art. 50; art. 52. E, no restante, que seja mantido integralmente o texto do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013, na sua forma originalmente aprovada por este Senado Federal.

Era o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Em discussão. *(Pausa.)*

Senador Marcio Bittar, é um relatório bem aprofundado. V. Exa. estudou bastante o assunto, já vinha acompanhando em outros momentos e aqui destacou alguns pontos importantíssimos.

Entre esses, eu quero fazer um relato pessoal sobre ter inserido a Agência Nacional de Mineração nesse rol. A Agência Nacional de Mineração passa, cada vez mais, a estar na vitrine deste País, tendo em vista o que aconteceu nas tragédias de Mariana e de Brumadinho e nas fiscalizações que não acontecem como deveriam acontecer no País, como foi e está sendo no meu Estado, em Alagoas. Lá nós temos um bairro que se chama Bairro do Pinheiro em que há uma exploração mineral há 40 anos que está fazendo com que hoje 30 mil pessoas tenham que sair de suas residências. Pelo menos, a grande maioria delas já está numa área delimitada sendo condenada pela exploração de uma atividade mineral que é a extração de sal-gema. Então, a CPRM fez um laudo atestando a culpa dessa mineradora numa exploração urbana. E o que acontece? Com esse fato de a Agência Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Mineração não conseguir fiscalizar, não adianta agora tentar remediar, o problema já existe. Isso se deu muito por quê? Porque os próprios laudos que são analisados são apresentados pela própria empresa que é fiscalizada. Então, que isenção nós vamos ter?

Isso que acontece em Alagoas acontece em todo o País. É necessário, assim, que a gente evolua também e fortaleça essa questão, assim como se está fortalecendo o Cade, que já é um órgão respeitado, que já é um órgão que tem uma grande credibilidade e que vai ter agora mais instrumentos para conseguir interferir diretamente nas atividades econômicas deste País. Então, isso veio em bom momento, além de acrescentar outras situações que hoje já são realidades, tanto em instituições privadas quanto em públicas, que é buscar sistemas de integridade, o que nós chamamos de *compliance*, que hoje já é um palavra dita em todas as organizações sérias, para tentar tanto aumentar a prevenção como diminuir os riscos e os atos de corrupção. Então, eu acho que isso vem num bom momento e tem tudo para ter celeridade e avançar nessa pauta em busca também da transparência.

Sendo assim, coloco em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Obrigado...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria da possibilidade de já irmos para o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Nós temos um outro do Senador Marcio Bittar, um outro projeto em que ele é Relator, que será logo na sequência. Ele já havia solicitado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Além também da prioridade de experiência. Então, eu concordo pela experiência do Marcio Bittar...

Eu concordo, pela experiência do Marcio Bittar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Estamos de acordo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Esse projeto, Sr. Presidente, libera a Anvisa para fazer contatos com laboratórios também da atividade privada...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Só para fazer a apresentação, Senador.

Aqui, nós iremos tratar do Item 11, que é o Projeto de Lei do Senado 2.002, de 2018, não terminativo.

Então, passamos a palavra para V. Exa., que está como relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, conforme art. 24, inciso I, da Constituição, que inclui dispor sobre direito econômico.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida, vez que o refinamento proposto para o serviço de conexão à internet em banda larga não se afigura desproporcional nem limitativo da liberdade de iniciativa econômica.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que, nos termos da alínea c do inciso II do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas: c) prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos.

Sobre a juridicidade, observa o Projeto os aspectos de: a) inovação, porque altera a prestação do serviço; b) efetividade; c) espécie normativa adequada, já que o direito econômico e de telecomunicações demanda lei ordinária; d) coercitividade; e e) generalidade, vez que as normas do Projeto se aplicam, indistintamente, a todos os agentes econômicos, em regime de monopólio ou não.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação apresenta-se adequada.

Quanto ao mérito, o PLS merece prosperar. Isso porque o Decreto-Lei nº 986, de 1969, foi promulgado em um contexto menos complexo, no qual o Brasil contava com menos atores econômicos, os serviços de análise de controle de alimentos eram menos frequentes e os laboratórios oficiais atendiam à demanda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto introduz a figura do laboratório habilitado que, chancelado pela autoridade sanitária, possuirá fé pública para desempenhar os mesmos papéis dos laboratórios oficiais na certificação de controle.

Em sua justificção, o autor da proposição destaca que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cuja missão é a de conferir proteção à saúde da população, mediante a garantia de segurança sanitária de produtos e serviços, necessita de capacidade técnica e operacional suficiente para atender as responsabilidades de sua competência.

O Projeto em tela teria o condão de conferir à Agência meios de atendê-las de forma hábil e com a necessária supervisão do poder público.

À luz do que, julgamos meritória a proposição e digna de prosperar na tramitação legislativa.

À luz do que, julgamos meritória a proposição e digna de prosperar na tramitação legislativa.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 202, de 2018.

Sr. Presidente, eu destaco, neste parágrafo, a síntese do projeto. O projeto introduz a figura do laboratório habilitado, que, chancelado pela autoridade sanitária, possuirá fé pública para desempenhar os mesmos papéis dos laboratórios oficiais na certificação de controle.

Entendendo, pois, que é meritório, eu faço o relatório pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa agora a constituir parecer da Comissão, pela aprovação do projeto.

Esta matéria tem sequência indo para a Comissão de Assuntos Sociais.

Passamos agora ao

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, de 2018





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a fim de qualificar como serviço, para efeitos dessa Lei, atividades com pagamento indireto ao fornecedor, inclusive serviços públicos de caráter geral, desde que remunerados direta ou indiretamente.

Autoria: Deputado Celso Russomanno.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- Posteriormente, a matéria segue ao Plenário.

Passo a palavra ao Relator, Senador Wellington Fagundes, aqui presente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu acho que houve um equívoco. Esse relatório é do Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, é isso?

Então, vamos direto à análise.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo o qual compete à União legislar concorrentemente sobre produção e consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria. É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 102-A, inciso III do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual compete à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor opinar sobre defesa do consumidor.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado na proposição, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

Sobre o mérito, o Projeto merece ser acolhido. Isso porque a aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor aos serviços contribui, de forma direta ou indireta, para a melhoria na prestação de tais serviços.

O usuário final, agora alçado à posição de consumidor final de tais serviços, poderá se valer do arcabouço de direitos e prerrogativas que o Código Consumerista oferece, a fim de exigir um acréscimo de qualidade a ser outorgado pelos fornecedores.

As discussões extrajudiciais e judiciais enfrentando a relação...

As discussões extrajudiciais e judiciais enfrentando a relação de consumo poderão contribuir para a melhoria na outorga de tais serviços, sendo que a jurisprudência dominante já autoriza a aplicação da relação de consumo em caso de remuneração indireta do fornecedor.

VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2018, e, no mérito, por sua aprovação.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Em discussão.
(Pausa.)

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, é só para também ressaltar aqui a importância deste projeto, tendo em vista que tivemos sempre dúvidas com relação à questão financeira. Toda essa prestação de serviço na área financeira sempre era questionada se era matéria de consumidor, se era questão financeira.

Então, eu acho que aqui fica claro essa definição do que é fornecimento de serviço e coloca aqui bem claro a relação direta e indireta, inclusive de natureza bancária e financeira de crédito e securitário.

Então, acho que aqui, com esta lei, fica muito claro, o que vai melhorar a relação do consumidor com relação aos serviços bancários, principalmente, que trazem muitos problemas.

Parabéns ao Relator e ao Autor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, apenas para fazer um comentário.

Atualmente, o Código considera serviços apenas as atividades fornecidas no mercado de consumo mediante pagamento. Serviços públicos gratuitos, prestados por particulares, como atendimento em hospital, conveniado ao Sistema SUS, não se enquadram nessa definição. Com isso, então, o cidadão não pode processar o hospital conveniado com base no Código de Defesa do Consumidor. Este projeto, então, altera essa situação ao definir serviço como qualquer atividade financiada por um pagamento, de forma direta ou indireta.

Então, o serviço público prestado por particular se enquadraria nesse último caso, pois ele é pago indiretamente pelo Orçamento Público.

Então, acho que aqui deixa muito claro que, em qualquer serviço, o consumidor tem direito, então, de buscar, através da lei do consumidor, aquilo que ele entende que não foi um bom serviço prestado ou algo parecido.

Portanto, acredito que esse projeto tem alto valor meritório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom, ainda em discussão.

Eu quero aqui fazer um registro.

Este é um assunto em que a jurisprudência já é pacífica, mas que é necessário também tornar claro através do nosso principal instrumento de defesa e proteção do consumidor, que é a nossa Lei nº 8078, de 1990.

Além disso, há uma relação direta com as redes sociais. Tendo em vista que muitas relações hoje também são feitas de maneira gratuita em algumas situações, mas que indiretamente há alguém sendo remunerado, seja através de uma publicidade, seja através de outros benefícios que recebem lá na frente. E há a necessidade de a gente tratar desses assuntos, inclusive de uma maneira mais abrangente, tanto é que, se a gente já tivesse avançado, como Congresso, no PL do comércio eletrônico, que está na Câmara, com certeza, esses assuntos já estariam muito mais claros e com certeza também estariam diminuindo as demandas judiciais, que fazem com que o consumidor busque os seus direitos.

Então, parabênizo o Senador Wellington pelo relatório bastante sucinto, bastante claro, direto, reto, e que, com certeza, veio somar com o nosso Ordenamento Jurídico.

Parabéns a V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra também para discussão ao Senador Márcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Wellington Fagundes, que é de um Estado querido, onde eu, na infância

Quero cumprimentar o Wellington Fagundes, que é dum Estado querido, onde eu, na infância, morei. Aliás, Wellington, eu morei numa cidade que era tão pequenininha, que quando me elegi Deputado Federal, na primeira vez, Wilson Santos, que foi Prefeito duas vezes de Cuiabá, não conhecia, que é Jauru. *(Risos.)*

Quando eu morei, era bem pequenininho. Mas é um Estado muito querido. Eu tenho um carinho especial pela cidade que acolheu meu pai, minha mãe, meus irmãos, a mim. Eu já disse uma vez a V.Exa., estudei no Nilo Póvoa. Eu, menino de sete anos de idade.

Então é um prazer partilhar, neste momento, da alegria de ver um relatório tão bem feito, de um assunto que vem aprimorar. De fato, muitas vezes o Código de Defesa do Consumidor age a contento na atividade privada, mas quando é atividade pública, não. Ela se sente praticamente imune, não é? E é preciso aperfeiçoar as nossas leis, de modo que o Poder Público, em algumas questões, também se sinta um ente normal, que quando erra, dá ao contribuinte, ao pagador de imposto, o direito rápido, legítimo de acioná-lo na Justiça.

Então acho que o projeto aperfeiçoa uma lei que já é positiva, que é a defesa do consumidor, a Lei de Defesa do Consumidor brasileiro, e para mim é um prazer estar aqui e registrar meu voto a favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, se me permite, não quero prolongar a reunião, até porque o Senador Izalci tem aqui também o seu relatório, mas como o Senador Marcio Bittar acaba de falar do meu Mato Grosso e da sua paixão por Jauru, eu quero também anunciar que agora na sexta e sábado, nós teremos, lá na cidade de Cáceres, a presença da Marinha do Brasil, com dois navios, onde estarão para fazer todo um trabalho social para os ribeirinhos. E é muito elogiável esse trabalho da Marinha.

E nós vamos aproveitar e levar lá várias autoridades, o pessoal da Antaq, do Ministério dos Transportes, para fazermos também não só a visitação a esse serviço, partindo de Cáceres e descendo o Rio Paraguai, mas também para fazermos palestras sobre a questão, lá na cidade de Cáceres, que é uma das cidades mais antigas e tradicionais da região, porque todo o Mato Grosso se deu principalmente através da Hidrovia Paraguai-Paraná.

E lá nós vamos ter a palestra do pessoal da Marinha, mostrando esse serviço social, bem como também do Ministério dos Transportes, a questão da Hidrovia Paraguai-Paraná, que esteve paralisada muito tempo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E eu sempre tenho dito que com a tecnologia existente, não são mais os rios que têm que se adaptar às embarcações; hoje as embarcações podem perfeitamente se adaptar a cada rio, e com isso aproveitarmos esse potencial também, porque é um meio de transporte muito barato.

Além disso, também vamos estar com o pessoal do Ministério dos Transportes lá para discutir a questão da implantação definitiva da BR-174, da cidade de Cáceres até Porto Morrinho. No ano passado, nós conseguimos recursos. Já foi feito todo o levantamento, e agora precisa-se fazer o asfaltamento.

Então fica aqui o meu agradecimento pelo registro do Senador Marcio Bittar, porque também é um dos que torcem por Mato Grosso e por toda a Amazônia, e o Prefeito Francis Maris, com todos os vereadores, que vai estar nos acolhendo lá nesse momento importante para a cidade de Cáceres e toda a região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Não havendo quem queira mais discutir, aqueles que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado. Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão pela aprovação. E agora a matéria segue para o Plenário do Senado Federal.

Passamos agora ao

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2017****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião de 07/05/2019.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CDR.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 326, de 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da federação.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Está aqui presente o Relator Senador Izalci Lucas, a quem eu passo a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Vem ao exame da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 326, de 2017, que “altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento e dá outras providências, para instituir preferência na alocação de recursos federais para a conclusão das obras em andamento nos entes da Federação”.

A proposição acrescenta parágrafo ao art. 50 da Lei Nacional do Saneamento Básico, para estabelecer preferência na alocação dos recursos federais para as obras de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos sólidos em andamento nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, cuja execução tiver ultrapassado 70% do respectivo orçamento.

Para a autora, Senadora Rose de Freitas, é preciso priorizar a finalização das obras em andamento, antes de se iniciar novas obras, de modo a evitar a proliferação de obras inacabadas e o desperdício de recursos públicos.

Após apreciação da CTFC, a matéria segue para decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme o inciso II do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CTFC manifestar-se sobre a matéria.

A má gestão de recursos federais destinados a obras dos Estados e Municípios é uma realidade confirmada por diversas auditorias do Tribunal de Contas da União. As causas desse fenômeno são múltiplas, abrangendo desde a deficiência técnica dos projetos elaborados pelos entes subnacionais até a pressão por resultados de curto prazo, passando pela corrupção.

A dispersão de esforços, decorrente do financiamento simultâneo de diversos projetos, também contribui para o desperdício de recursos. Isso ocorre porque os recursos destinados a obras plurianuais têm que ser alocados orçamentariamente todo ano. Entretanto, alterações nas receitas e nas despesas obrigatórias, decorrentes de flutuações no ciclo econômico, obrigam o Governo a contingenciar as despesas discricionárias, como as de saneamento, que costumam ser sacrificadas em tempos de crise.

Via de regra, o contingenciamento é feito por corte linear, ou seja, reduz-se proporcionalmente a disponibilidade de cada rubrica, em lugar de se priorizar determinados projetos em detrimento de outros. Com isso, reduz-se a velocidade de todas as obras em andamento, muitas vezes levando à sua paralisação e eventualmente à perda dos recursos já investidos, devido à deterioração das instalações incompletas.

Além disso, o simples risco de descontinuidade nos pagamentos pelo contratante (Poder Público), ainda que não se realize, já eleva o custo das obras, na medida em que precisa ser compensado por uma taxa de retorno mais elevada para o contratado (empresa ou consórcio de empresas).

O projeto em análise contribui para reduzir a quantidade de obras inacabadas no âmbito do saneamento básico, uma vez que induz o Poder Executivo Federal a priorizar a conclusão das obras em andamento antes de apoiar novas obras. Menos obras podem ser concluídas, porém mais rapidamente e com maior segurança quanto à continuidade do seu financiamento.

Tendo em vista que a Medida Provisória nº 868, de 2018, acrescentou o §8º-A ao art. 50 da Lei nº 11.445, de 2007, faz-se necessário renumerar o dispositivo proposto como §9º.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 326, de 2017, com a seguinte emenda: Emenda CTFC ao PLS 326, de 2017.

Renumere-se como §9º

Renumere-se como §9º o §8º do art. 50 da Lei nº 11.445, de 2007, na forma do art. 1º do PLS nº 326, de 2017.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Izalci Lucas, parablenzo V. Exa. pelo relatório. É um tema de extrema importância para este País. Já me acostumei a dizer nesta Comissão que eu tenho absoluta certeza de que tão danoso quanto é a corrupção para este País o é também a má utilização dos recursos públicos.

As obras inacabadas estão espalhadas por todo o País. O meu Estado, Alagoas, que é um dos menores da Federação, no último levantamento feito por solicitação do CNJ, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, houve uma avaliação de mais de R\$600 milhões em obras federais que estão paralisadas.

Estamos fazendo nesta Comissão um trabalho seriíssimo, através de um ciclo de palestras em um tema específico, que são as creches paralisadas pelo País. V. Exa. bem sabe da importância das creches não apenas para as crianças, mas para as mães e para a nossa economia, para tentar tirar aquelas pessoas que vivem num estado, muitas vezes, de miséria, de pobreza e que não conseguem sair dali justamente porque repetem o que aconteceu com elas, que é não ter oportunidade de ter o desenvolvimento cognitivo necessário durante seus primeiros anos de vida, que é o tempo que passam numa creche.

Fazendo uma linha de corte nesses levantamentos, num país que tem mais de 1,8 mil creches que já estão atrasadas, paralisadas, inacabadas, isso com dados apresentados pelo Tribunal de Contas da União, pelo CNJ, pelos órgãos de controle em geral, isso faz com que, cada vez mais, nós tenhamos responsabilidade ao destinarmos nossas emendas, porque, em várias situações, há creches paralisadas e recursos para creches novas serem construídas, não há uma continuidade.

Então, quando observo a preocupação e um zelo com a utilização dos recursos públicos, sei que esta Comissão tem que se debruçar cada vez mais sobre esse tema. E V. Exa. tentou traduzir muito bem isso nesse relatório.

Sendo assim, gostaria de saber se o Senador quer fazer uso da palavra.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Quería, Presidente, só salientar como esse relatório do querido Senador amigo, futuro Governador do Distrito Federal, está em sintonia com este momento do País.

Veja, Izalci, nós aprovamos no Senado as emendas que vieram da Câmara. Nós aprovamos e aperfeiçoamos, a meu juízo, as emendas de bancada impositivas. E por que aperfeiçoamos? Porque não vou dizer uma correção, mas um dos adendos do Senado ao projeto que veio da Câmara é para garantir que numa emenda de bancada para uma obra que esteja em andamento haja obrigatoriedade de que a bancada vá colocando recurso até que a obra termine. E é justamente uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa que vai na direção de parar com esse desperdício de dinheiro público, que é vergonhoso para qualquer um de nós.

Então, eu quero parabenizar pelo relatório e lembrar isto: que nós aprovamos as emendas impositivas de bancada com algumas observações feitas pelo Senado que, a meu juízo, aperfeiçoaram o projeto. E um dos itens em que eu acho que isso aconteceu é exatamente na preocupação expressa pelo Senado de que uma obra iniciada tem que terminar.

Olha, o verão amazônico é pequeno. Faz-se a ponte do Rio Madeira em cinco anos, a que está sendo construída. Não há como executar determinadas obras em um ano, dois, três, quatro. Ultrapassam

Não há como executar determinadas obras em um ano, dois, três, quatro. Ultrapassam a gestão de um Governador, ultrapassam a gestão de um Prefeito e até do Presidente da República.

Então, esse espírito da continuidade, da priorização, no caso, do saneamento básico, tem tudo a ver com o momento de correções que o Congresso precisa fazer.

É um prazer estar aqui nesta manhã para poder somar o meu voto ao voto do meu colega Izalci e ao do Presidente a favor do projeto.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero agradecer.

Realmente é um projeto de importância. Nós temos no Brasil milhares e milhares de obras paralisadas. E como foi dito aqui pelo nobre Senador Marcio Bittar, que de forma muito competente falou muito bem sobre a questão das emendas de bancada, muitas vezes as obras começam por um Governo e, exatamente por ser de um Governo, quando entra outro, de outro partido, de oposição, acaba deixando, abandonando a obra, não terminando. Quem perde é a sociedade.

Então, acho que esse projeto vem em boa hora. Precisamos pressionar o Governo para terminar aquelas obras iniciadas que estão paralisadas.

Agradeço a V. Exa. e agradeço também ao nosso querido Senador Marcio Bittar, que já deveria ter sido Governador do Acre há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão e agora será encaminhado à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, capitaneada também pelo nosso amigo, colega, Senador Izalci.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência, passamos agora à proposta de fiscalização e controle...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) –
Recebemos aqui essa proposta, encaminhada pela Senadora Leila Barros, do PSB, do DF, a Proposta nº 1, de 2019, que dispõe sobre a proposta de fiscalização e controle, solicitando ao Tribunal de Contas da União auditoria na área de planejamento e orçamento do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Está lida já a proposta.

Sendo assim, nada mais havendo, tendo aqui aprovado vários relatórios, dando sequência à nossa pauta, encerramos esta reunião e passamos a convocá-los também para a próxima reunião, a ser realizada na próxima semana.

A todos muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 20 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Mailza Gomes e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Flávio Arns, Leila Barros, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e dos senadores não membros Confúcio Moura, Marcos do Val, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Irajá, Carlos Viana, Izalci Lucas, Dário Berger, Fabiano Contarato e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2019/2020. Resultado: Foram eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota, respectivamente. Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos a Senadora Mailza Gomes passa a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra as Senadoras Mailza Gomes e Zenaide Maia e os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Arolde de Oliveira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e sete minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2019/2020.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Paulo Paim; e para Vice-Presidente, Senador Telmário Mota.

Havendo a concordância de V. Exas., gostaria de propor que a eleição ocorra por aclamação. *(Pausa.)*

Coloco em votação a proposta de eleição por aclamação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada. *(Palmas.)*

Foram eleitos, por aclamação, para Presidente o Senador Paulo Paim; e para Vice-Presidente, o Senador Telmário Mota.

Convido os eleitos a ocuparem os seus lugares à mesa e, em seguida, usarem da palavra. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa tarde a todos e a todas.

Nesta cadeira, Senadora, eu me assento – acho que – há 16 anos, como Vice ou como Presidente – a gente faz um revezamento aqui.

Queria, em primeiro lugar, agradecer muito à Senadora Mailza Gomes, do Acre. Eu digo que o Acre salvou o Rio Grande... E Roraima, porque nós precisávamos de dez Senadores no painel. A Senadora estava em outra atividade e disse: "Não, estou indo para aí já!". Como ela disse que estava vindo, isso demoraria umas duas horas... *(Risos.)*

Mas a Senadora, em cinco minutos, estava presente aqui então.

Queria uma salva de palmas para essa jovem Senadora que está aqui fortalecendo a Comissão de Direitos Humanos. *(Palmas.)*

Aqui nesta Casa, pela experiência que eu tenho, Telmário, nem todos os Senadores gostam deste tema direitos humanos. Mas a Senadora gosta – direitos humanos, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, realmente, Telmário, fiquei muito feliz também, Senadora, de você ter aceitado ser Vice nesta Comissão.

Chegou aqui o nosso grande Senador decano da Casa. Assente-se aí, Senador, com a gente.

Eu queria, antes de passar a palavra para o Telmário, só fazer uma saudação bem rápida, dizendo que esta Comissão, Senadores que dela fazem parte, é uma das Comissões do Senado da República que mais trabalha. E vou dizer, Senador, por quê: a gente consegue aqui... A média aqui no Congresso, no Senado é de 50 audiências públicas por ano; nós chegamos a fazer 200 audiências públicas por ano.

E quero fazer uma homenagem aqui não para mim, porque eu trabalho sempre de forma coletiva com todos aqui, mas quero fazer uma homenagem à Senadora Regina Sousa, que concluiu o mandato – estão aqui alguns assessores dela –, um brilhante mandato. Eu diria, quem sabe, que esse brilhante mandato como Presidente da Comissão contribuiu, nem que seja com uma gota d'água, no sentido de que ela fosse eleita Vice-Governadora do Piauí – e o Wellington foi eleito Governador.

Então, uma salva de palmas à nossa querida ex-Senadora. (*Palmas.*)

Queria também agradecer muito, muito ao Senador Arolde de Oliveira – fomos Deputados juntos já –, porque ele, sendo o mais experiente, o mais sábio, foi disputado hoje. Todo mundo o queria, e ele disse: "Não, eu vou aí. Pode deixar, Paim. Avisa a turma que eu vou aí". E ele veio mesmo. Felizmente a Senadora chegou e permitiu que no horário abrisse, e V. Exa. já tinha vindo aqui, não é? Disseram que V. Exa. já tinha vindo aqui e voltou novamente.

Então, eu queria, antes mesmo de passar a palavra para o nosso querido Telmário, passar a palavra também para V. Exa., já que fomos parceiros durante tanto tempo na Câmara, pela minha alegria de vê-lo aqui no Senado. E queria dar uma salva de palmas a V. Exa. (*Palmas.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Eu agradeço-lhe, Senador Paim, nosso Presidente, e ao Telmário, que está aqui também, o Vice-Presidente desta Comissão, porque já, pela qualificação de ambos e pela experiência que têm aqui na Comissão, prenunciam naturalmente a atividade febricitante que vamos desempenhar neste ano e os resultados que teremos, naturalmente, focados nos interesses da nossa sociedade brasileira nesta área que é aquela com que a Constituição de 1988, da qual eu fui Constituinte, mais se preocupou. Foi justamente na área...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Disso sou testemunha.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Exato. Fui Constituinte com o Paim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi a área de direitos humanos. Daí o nosso saudoso Presidente Ulysses Guimarães chamá-la de Constituição Cidadã.

Então, esta Comissão aqui, de certo modo, segue aquela orientação que veio de lá, adicionada, naturalmente, aos assuntos modernos mais recentes que ocorrem na sociedade e que aqui serão debatidos, discutidos democraticamente.

E eu fico muito feliz de ter à frente da Comissão a serenidade, a tranquilidade de um Senador como Paulo Paim. Ele, na realidade, tem essa referência na minha cabeça e na minha experiência de 36 anos de mandato lá na outra Casa, inclusive fomos Constituintes juntos.

Então, nós estamos de parabéns. Agradeço esta oportunidade.

Que Deus o abençoe, Paim, como já falei, e abençoe o Telmário, para que nós tenhamos aqui uma condução de acordo com as expectativas da nação brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Arolde de Oliveira.

Um dos momentos mais bonitos, para mim, da minha vida foi a Assembleia Nacional Constituinte. E nós estávamos lá. E eu quero dar este depoimento em público: tanto eu como ele trabalhávamos ali como mediadores. V. Exa. também é um conciliador.

Sabe que, quando eu era sindicalista, quando perguntavam para mim se eu era conciliador, naquela época eu dizia: "Eu não". Mas eu aprendi que a conciliação é fundamental. Vim aprender dentro do Parlamento. Claro que lá também eu era um pouco conciliador, só que eu não assumia, porque muito mais conciliei na busca de entendimento no conflito que havia entre empregado e empregador do que fiz greve. Sabe quantas greves eu fiz? Uma só, em toda minha vida. Tem gente que gosta de dizer que fez uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez. Eu fiz uma. O resto tudo eu consegui negociando na época em que fui presidente de sindicato, presidente de central no Estado. Participei de uma greve.

Então, essa forma de V. Exa. atuar tem que ser molde para mim também.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Eu me esqueci de dizer o atributo essencial do Paulo Paim: ele é gaúcho como eu. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora com essa eu vou passar para o Telmário. Gostei dessa. Gostei dessa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu quero cumprimentar a todos e dizer da minha sorte e da minha felicidade de poder estar aqui neste momento tão importante, na abertura dos trabalhos da CDH.

Tivemos a grata satisfação de a Senadora Mailza Gomes, do Acre, da minha região, presidir esta reunião de abertura para dar posse a essa nova direção da CDH: Senador Paulo Paim e Senador Telmário.

Agora veja outra felicidade, no meio de dois gaúchos, ambos Constituintes, duas pessoas que realmente, como já aqui bem colocado tanto pelo Senador Paulo Paim, como pelo Senador Arolde, estão na posição de cada um.

O Senador Paulo Paim dizia assim: "Olhe só, eu quero saudar a Senadora Regina, porque ela presidiu esta Comissão, daqui foi para uma eleição e foi eleita Vice-Governadora do Piauí". Mas ele não quis falar da eleição dele, ficou calado.

Cadê a salva de palmas para o Senador Paulo Paim? Cadê a salva de palmas? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi difícil. Foi difícil.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Senador Paulo Paim, sem nenhuma dúvida, ao longo desses quatro anos em que trabalhamos juntos, nesta Comissão e em outras Comissões, eu aprendi a gostar de V. Exa., a respeitar V. Exa. e, sobretudo, a aprender com V. Exa.

Ele tem essa característica. Ele é assim, é um homem conciliador, é um homem que tem ideias bem definidas. Sem nenhuma dúvida, é o protetor do trabalhador brasileiro. Esta Casa, eu dizia isso, não poderia perder o Paulo Paim, porque senão ela iria ficar menor, ela iria ficar sem um legítimo representante do povo trabalhador do nosso País. O Senador Paulo Paim, nos momentos mais difíceis, em que direitos estavam sendo tirados, em que conquistas estavam sendo destruídas, com muita sabedoria, conseguia arrancar leite de pedra – na minha terra se chama assim aquilo que é impossível –, e ele fez aqui dentro.

Nós conseguimos uma CPI com um quadro aqui desta Casa totalmente adverso, digamos assim, num princípio ideológico totalmente da direita extrema, todos num só compromisso de trabalhar no pensamento ou nas ideias ou no projeto do Governo Federal daquele momento. Mas o Senador Paulo Paim arrancou assinaturas suficientes para a gente implantar uma CPI...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E 90%assinaram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sim, 90% assinaram. E essa CPI, podem acreditar, foi o freio, sim, daquela proposta de modificação da previdência, que é um verdadeiro absurdo.

Naturalmente que esta Casa vai ficar, como sempre, alerta, porque virão outras; virão outras muito fortes. Ninguém conhece hoje ainda o sentimento desta Casa, do Congresso como um todo. Então, o Senador Paulo Paim, eu acho que está entrincheirado, está em uma trincheira do... Como é o nome do Palácio do Governo lá do Rio Grande do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Piratini.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Piratini, onde Brizola realmente manteve a nossa democracia, onde ele fez a resistência, e ele veio com mais energia, veio com mais alegria, sem a preocupação da reeleição. E o Senador Paulo Paim tem essa característica de ser um eterno trabalhador. Tem hora que eu consigo, eu digo: "Hoje eu chego antes do Paulo Paim". Aí, quando eu chego lá, está o nome do Paulo Paim no painel. Eu falo: "Meu Deus, lá está o Senador Paulo Paim!"

Eu quero registrar aqui a presença da minha colega de partido, Senadora Zenaide, que é ex-Deputada, representa o anseio, a expectativa, o sonho e a esperança do povo do Rio Grande do Norte, onde a Governadora é minha amiga Fátima Bezerra, que é também do PT. Eu fico muito honrado. Eu sempre digo que ela é a estrela do nosso partido. Ela traz uma alegria, ela traz uma energia positiva, ela tem esse estilo dela, pró-ativa, aguerrida. E eu fico muito feliz de ela estar nesta Casa aqui, agora com a gente.

Então, Senador Paulo Paim, já encerrando – porque, se você quer ser simpático, não fale muito –, eu quero dizer que eu sento nesta mesa com V. Exa. para a condução desta Casa muito feliz, sobretudo com esse espírito vitorioso, com esse espírito de perseverança, com esse espírito de luta. E eu tenho certeza de que aqui vamos travar várias lutas importantes em defesa do bem-estar, dos direitos e das conquistas do povo brasileiro como um todo.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, querido Vice-Presidente, Telmário Mota.

Senadora Zenaide, é uma alegria enorme você estar aqui, prestigiando esta posse destes Senadores que têm compromisso somente com isso. Eu dizia aqui para a Senadora Mailza: nós temos compromisso com políticas humanitárias. Fazer o bem sem olhar a quem e dialogar com todos, esse é o objetivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, para nós, da Comissão, não importa se o Parlamentar é da Base do Governo ou se é da oposição; é tentar construir juntos o que for melhor para o povo brasileiro. É isso, V. Exa. sabe que é isso que norteia as nossas formas de atuar, tenho certeza de todos nós.

Queria muito ouvir a nossa querida Senadora Zenaide Maia, que eu já conhecia também como Deputada, e para mim foi uma alegria enorme quando eu soube que a senhora se elegeu Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente desta Comissão; meu colega de partido aqui, cumprimento a Mesa e todos os que estão nos ouvindo.

Digo o seguinte: esta Comissão é de seres humanos defendendo seres humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E por isso eu me sinto honrada... (*Palmas.*)

... por estar presente aqui.

Neste mundo em que a gente vive, de muita tecnologia, e a gente, no Congresso, como na maioria dos Poderes também, muitas vezes a gente tem uma tendência a esquecer que quem criou os Poderes foi o povo, para ordenar e garantir os seus direitos. Isso é bom que a gente sempre lembre, porque, com essa vida louca que a gente leva em que tudo passa a ser uma porcentagem, um número... Eu sou médica de formação e costume, muitas vezes, dizer que, às vezes, esta Casa, o Congresso como um todo, pensa em porcentagem. É por isso que eu digo que o olhar diferenciado desta Comissão tem tudo a ver, porque quando você fala em ser humano você fala em Município, que é onde o povo nasce, vive, que é onde você tem sua vida. Então, às vezes é simples para a gente botar uma digital em um projeto de lei, em um projeto de emenda à Constituição, porque às vezes estamos afastados da população.

Darei um exemplo aqui: quando você fala em saúde, você às vezes diz que é tanto por cento para a saúde de mulher, de homem e tal, e eu digo que não está lá na ponta, que aquela mãe, com o filho na mão, que olha para você e pede para salvar o filho, deixa de ser o papel, a tecnologia, e se materializa como um ser humano pedindo socorro.

Então, quero dizer aqui que, como suplente, estarei aqui trabalhando, ajudando. Acho que não tem partido nem cor quando se resolve ajudar as pessoas. Este País, não só...Vamos pensar o nosso País não só nos quilômetros quadrados. Temos que pensar em quem mora nele, em quem está vivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, contem comigo, vou trabalhar no que puder.

Parabéns, Paulo Paim, esse homem com uma história linda. Está aí o Telmário, que está me acolhendo aqui no Partido; meu colega, que a gente se conheceu mais na eleição para Presidente da Casa; uma mulher, com quem a gente batalha muito. Vamos entrar nisso porque ser humano tem que defender ser humano.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Senadora Zenaide Maia. Eu conheci a Senadora Zenaide Maia como Deputada. Ela vinha aqui de vez em quando. Logo que você chegou ao Senado, com a sua atuação rápida, ali dialogando com todos, e tendo uma posição clara – e é bom que todos nós tenhamos, Senador, uma posição clara e definida –, eu cheguei à Bancada e disse: olha, a Senadora Zenaide Maia me conquistou pela forma de atuar. Ela vinha ali comigo e conversava: "Como é que está isso aqui, Paim?" Já me dava uma orientação, quase.

Então, eu queria dar uma grande salva de palmas para todas as mulheres brasileiras, em seu nome, Zenaide Maia, e em nome da Mailza Gomes. Vocês duas representam a fibra, a raça e a coragem das mulheres no Brasil e no mundo. (*Palmas.*)

Por fim, já tínhamos combinado, eu o Telmário, que faríamos uma saudação rápida. É isso que eu quero fazer, primeiro dizendo que vamos marcar a próxima reunião, e que será uma reunião de trabalho, na próxima terça-feira, às 11h, onde nós traremos uma proposta de como vamos trabalhar, mas queremos que os senhores e senhoras também contribuam. Essa reunião é para cada um dizer como é que a Comissão vai trabalhar. Nós queremos fazer um trabalho de fato coletivo, e não individual, nem desse ou daquele partido. Não importa se é situação ou é oposição. Nós vamos trabalhar, todo mundo junto, nessa linha de construir políticas humanitárias para nossa gente, nosso povo.

Então, eu queria deixar esse pedido: se puderem, no fim de semana, dar uma descansadinha e elaborar algumas propostas de como é que a Comissão deve trabalhar. Por exemplo, eu estou propondo aqui terça-feira às 11h, mas o coletivo pode chegar na terça e dizer: "Não, hoje tudo bem, mas esse horário para nós não é bom; vamos marcar para quarta, ou para quinta". Se marcar para quinta, para quarta ou para sexta, eu estou aqui, mas eu sei que sexta todo mundo viaja para os Estados. Eu também viajo, não posso abandonar o Rio Grande também.

Mas eu quero fazer uma reflexão sobre como vamos trabalhar. Serei o mais democrático que vocês possam imaginar na distribuição das relatorias, sem nenhuma discriminação por ser deste ou daquele partido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero convidar os ministros a virem falar com a gente, como o fiz nos outros governos. Seguidamente, vinham ministros aqui falar. Por exemplo: o próprio Ministro Moro, no projeto que ele apresentou para a sociedade brasileira. Eu acho que seria bom nós o convidarmos para ele vir nos explicar, o que tem tudo a ver na relação, eu diria, com direitos humanos.

A própria Ministra Damares. Sabem que a Ministra Damares, por muitos anos, foi assessora do Senador Magno Malta, e ela vinha aqui à Comissão, participava, discutia, colocava proposta, falava conosco, solicitava algum encaminhamento. Então, nós temos uma relação, independentemente da posição de cada um... Cada um tem a sua posição, e eu respeito muito. Mas que ela venha aqui também, vai ser nossa convidada – eu estou sugerindo só, como vocês também poderão sugerir – a vir colocar o seu ponto de vida. No mesmo sentido, em outras áreas. Eu peguei esses dois exemplos porque têm mais a ver com a questão direta de direitos humanos.

Mas queria muito dizer para vocês que podem ter certeza... Eu vou torcer para, num dia, quando eu chegar aqui nesta Comissão, ver aquele painel lotado. Mesmo algum partido que porventura não queira vir à Comissão, o que pode haver, por opção... Que a gente possa indicar alguém de outro partido que queira vir. Que ceda o lugar de um para o outro para a gente poder – no mínimo, são 19 – ter no painel 15, 18, que seja... Oxalá 19!

Essa questão de não indicar eu acho que não é legal, não fica bem nem para o partido e nem perante a sociedade. Eu não gostaria de estar numa situação em que estou na Casa, estou trabalhando, e aquele bloco que eu represento não tenha indicado nenhum. Eu sei que não é o caso de hoje. Foi pela correria, não é? O Presidente da Casa queria que as Comissões fossem indicadas hoje. Eu vou fazer um apelo e vou ligar para os Líderes partidários para que eles indiquem os seus representantes nesta Comissão.

E vou pedir também ao Presidente da Casa, caso um partido abrir mão de indicar, que se permita a outros Senadores que tenham essa visão mais humanitária virem à Comissão. Eu acho que é correto. Não quero dizer que esse ou aquele partido tenham de vir ou não tenham de vir. Se não querem vir, é legítimo, dentro da visão dele – eu não vou fazer prejulgamento algum –, que ele permita que outros partidos indiquem para as vagas que ficarem à disposição.

Hoje eu entendo. Foi uma correria, foi tudo improvisado e me disseram até que alguns nomes foram indicados para as mais diversas Comissões para dar o quórum para permitir a votação e que vai haver mudanças durante a semana.

Eu me lembro de que a Senadora Regina Sousa peleou muito nesse sentido também, porque hoje é votação simbólica, quando não há projeto, digamos, terminativo. Nesse caso, exige-se o quórum presencial. Os Senadores e as Senadoras terão de estar aqui para votar, e é nominal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu farei esse apelo a partir já de amanhã. Eu me comprometo que, a partir de amanhã, vou ligar para todos os Líderes para ver se a gente ajusta essa questão.

Por fim, pessoal, eu vou usar uma frase de um Senador que não se elegeu. Ele até foi do meu Partido, saiu, foi para um outro partido – e eu respeito isso também –, que é o Senador Cristovam Buarque.

O Senador Cristovam Buarque me disse um dia que havia um movimento aqui no Congresso para acabar com esta Comissão. Ele disse: "Eu vou lá defender, porque Comissão de Direitos Humanos para mim é a principal Comissão [e ele deve estar ouvindo que estamos fazendo uma homenagem a ele], ou, no mínimo, uma das principais". Porque aqui a gente trata da vida; aqui a gente trata do combate aos preconceitos; aqui a gente cuida daqueles que mais são vulneráveis e, por exemplo, da violência contra as mulheres que há hoje no Brasil e no mundo; aqui nós vamos discutir isso; aqui nós vamos discutir o preconceito religioso que existe também, o preconceito racial, o preconceito pela orientação sexual. Enfim, são temas que a gente não vai se furtar a debater. Temas polêmicos como aquela PEC que foi votada no Plenário, que vai tramitar? Vamos debater, vamos fazer uma construção do que for o melhor para todos, para toda a sociedade brasileira.

Eu estou muito animado. Eu sempre digo que cada vez que eu me sento aqui como Presidente eu sinto que vai ser minha primeira vez como Presidente. Quero trabalhar muito. Sei que vocês terão total liberdade, quero dar total liberdade no sentido de que, por exemplo, Senadora Mailza, quando houver um tema que você ache fundamental, nessa visão que eu sei que você tem ou a senhora, Senadora, na visão humanitária, aprovamos aqui um requerimento para debater o tema, e, se assim você entender, você preside, vai presidir a reunião perfeitamente, e eu estarei sentadinho ali contribuindo. Se você entender: "Não, Senador, eu queria que você presidisse", aí eu ou o Telmário presidimos.

Claro, haverá temas em que eu vou entrar, mas a intenção é esta: dar espaço para todo mundo. Como eu disse quando cheguei aqui, nessa cadeira de Presidente eu gosto de me sentar, mas gosto também de saber dividir a responsabilidade, de fazer um grande trabalho nesta Comissão para que todos nós possamos então, juntos, fazer aquilo que eu digo sempre: fazer o bem sem olhar a quem.

Eu vou citar no Plenário só o Peixe – mas hoje você não vai falar, viu, Peixe. O Peixe é o grande líder aqui dos terceirizados. Aquele moço ali. Foi inclusive afastado porque ele peleou muito pelos terceirizados aqui na Casa. Os terceirizados, eu diria, são as pessoas mais simples, mas de um coração enorme que estão aqui no Congresso. E esta Comissão também os ajuda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, eu tive que fazer um debate, porque queriam diminuir o salário dele em 16%. Calculem, o cidadão ganha R\$1,2 mil, R\$1,3 mil e vão diminuir 16%? Conseguimos reverter, mas a peleia continua.

Bem, o compromisso é de falar pouco e terminar logo para podermos ir às nossas atividades.

Muito obrigado a todos.

Terça-feira, 11 horas, reunião de trabalho.

Vida longa a todos os homens e mulheres que têm compromisso com políticas humanitárias.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 16 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 57 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia dezoito de fevereiro de dois mil e dezoito, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Selma Arruda, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Leila Barros, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e dos senadores não membros, Dário Berger, Jean Paul Prates, Confúcio Moura, Paulo Rocha e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa de Requerimentos. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2019 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater previdência e trabalho." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 2, de 2019 que: "Requer, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições." Autoria: Senador Paulo Paim e outros, Senador Paulo Paim e outros, Senador Paulo Paim e outros, Senador Paulo Paim e outros, Senador Paulo Paim e outros. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 3, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a terceirização de mão de obra e a irredutibilidade de salários." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 4, de 2019 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "A influência do Fake News na sociedade"" Autoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 5, de 2019 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater “A violência no Brasil”. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 6, de 2019 que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para que apresente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei Anticrime, que será implementado pelo Ministério, tendo como eixos principais o combate ao crime organizado, aos crimes violentos e o combate a corrupção." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 7, de 2019 que: "Requer, nos termos dos art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão Temporária, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, compostas por 7 membros titulares e 7 suplentes, para debater a Mobilidade Urbana e Acessibilidade nos municípios brasileiros." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8, de 2019 que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, para que apresente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma da Previdência, que será implementado pelo Ministério da Economia." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade: Discutir com os Senadores a organização dos trabalhos a serem realizados na CDH. Resultado: As reuniões deliberativas ficam agendadas para as quintas-feiras, às 9 horas. A ordem de fala dos senadores para questionamentos a Ministros será a de chegada, com alternância entre os partidos. Demais tratativas estão descritas nas notas taquigráficas, anexa. Às doze horas e doze minutos o senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Acir Gurgacz. Às doze horas e vinte e quatro minutos o Senador Acir Gurgacz devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim, Acir Gurgacz, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Arolde de Oliveira, Styvenson Valentim e as senadoras Soraya Thronicke e Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/19>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião está dividida em duas partes. Na primeira, vamos tratar sobre a forma que vamos trabalhar aqui. Eu fiz um pequeno esqueleto, que eu vou ler para os Senadores. Em seguida, os senhores fazem as ponderações. Tudo é possível de ser alterado. Tínhamos que trazer uma proposta original.

No segundo momento, nós teremos uma série de requerimentos. Entre eles, eu tive o cuidado, Senadores e Senadoras, de convidar três ministros para fazerem uma exposição do seu ministério a esta Comissão. E, de pronto, eu quero registrar que os três me atenderam pelo telefone, o que não é normal. Estou sempre nesta Casa e quero dar esse destaque, cumprimentando os três ministros que me atenderam de imediato, Senador Acir Gurgacz, Senador Alessandro Vieira, Senadora Soraya. Todos os três me atenderam e a todos os três eu disse: "Se puderem os senhores, seria o ideal; se não puderem, podem mandar um representante". Os três disseram: "Preferimos ir pessoalmente tratar dos temas que V. Exa. está suscitando". Foi isso o que eu ouvi dos três. Consequentemente hoje nós vamos aprovar aqui esses três requerimentos, mas deixo bem claro que é de acordo com os ministros.

A Ministra dos Direitos Humanos já marcou, ela mesma, para a próxima quinta-feira. Com os outros dois ministros – em seguida, vou ler os requerimentos –, ficamos de ajustar a data. Quero dizer que eu chamo de ministro, mas o Secretário da Previdência, que é uma pasta tão importante pela sua abrangência, disse: "A partir de quarta, eu estou à disposição. Diga o dia". Já o Ministro Moro ficou de acertar a data mais adequada, porque ele tem uma viagem ao exterior.

Eu queria agradecer muito a todos os que deram a presença no painel. Foi dito a eles que hoje seria uma reunião de trabalho e que o tema que seria aprovado seria o convite, não a convocação, aos ministros. Então, todos deram a presença, porque tem que haver, no mínimo, dez. Estão, aqui no plenário, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Alessandro Vieira e a Senadora Soraya Thronicke. Está certo? Com o sobrenome é que eu me atrapalhei, mas o primeiro foi mais fácil. A Senadora Soraya também está aqui conosco para deliberar os temas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou rapidamente, como é uma reunião de trabalho, fazer a leitura de o que eu chamo de esqueleto de uma proposta de trabalho.

O Senador Acir Gurgacz já está aqui na Mesa. Como é o mais novo depois de mim – o mais novo sou eu; depois, ele é o mais novo –, no momento em que eu tiver que ler os requerimentos que apresento, passarei a presidência para você. Está bem, Senador?

Vamos lá. Reunião de trabalho, a proposta que a gente rascunhou para avaliação dos senhores... Aqui nós vamos falar, inclusive, como será a forma de atuar quando aqui estiverem Ministros. Sugiro aos Srs. Senadores e Senadoras que a gente possa realizar as audiências públicas nas segundas e nas quintas-feiras. Explico: na segunda pela manhã, por quê? Porque nós temos a TV Senado ao vivo para falar para todo o Brasil na segunda pela manhã. É uma norma que eu tenho usado nos longos anos em que eu estou aqui – não vou dizer quantos anos, mas já passam de três décadas. Aí pronto, vou parar – entre Câmara e Senado. Aqui no Senado, estou há 16 anos, e sempre nós conseguimos assegurar que na segunda de manhã a TV Senado fica liberada para nós durante toda a manhã; à tarde, começa o Plenário.

Conversando com alguns Senadores, eu vou dizer o nome inclusive de um deles, como o Senador Romário, nós chegamos ao entendimento de que o melhor dia para nós seria quarta-feira, começando às 11h. O Senador Flávio Arns também concordou. Se assim os senhores entenderem... Mas eu vou ler toda a proposta, nada disso aqui é fechado. Seriam às quartas-feiras as deliberativas, iniciando-se às 11h; e, às quintas-feiras, audiências públicas. Nenhum desses dias é fechado. O Senador vai escolher se ele quer segunda ou quinta para realizar as suas audiências públicas.

Eu adotei como praxe, ao longo desses anos, e Senadora Regina também – a não ser em grandes temas polêmicos, claro, o Presidente tem que presidir porque é obrigação dele – que, quando for tema de interesse do Parlamentar e ele apresentar o requerimento, se assim ele entender, ele preside, eu vou para o plenário. É uma forma de valorizar o autor do requerimento. Há alguns que preferem: "Não, Paim, presida você mesmo". Mas para mim é indiferente. Não tenho problema em me sentar na cadeira e achar que só eu presido. Digamos que qualquer um dos senhores apresente um requerimento de uma audiência pública fundamental na sua visão para a sociedade brasileira e para o mandato. Tranquilamente, eu vou para o plenário e o autor do requerimento pode presidir.

Vamos em frente. Despachei com a Secretaria da Comissão a relatoria dos projetos, fiz uma distribuição igualitária entre todos os membros. Foram mais ou menos cinco ou seis projetos para cada um já para relatar – havia muitos acumulados. Se alguém tiver interesse em algum projeto específico, é só solicitar para mim. Eu não tenho problema nenhum em encaminhar os projetos de forma bem democrática, de forma que todos possam expressar no relatório o seu ponto de vista. Para dar mais transparência, enfim, aos trabalhos, solicito que apresentem os requerimentos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e relatórios que tenham interesse com antecedência. Por que com antecedência? Com a finalidade de evitar o tal de extrapauta.

Hoje eu já quebrei o protocolo, como diz o outro, ou a intenção aqui. Eu vou aprovar um requerimento, porque agora que o Ministro, o Secretário Marinho me deu o retorno de que ele está inteiramente à disposição o dia em que nós quisermos. Então, eu vou aprovar o requerimento dele sem data, extrapauta.

Os requerimentos de preferência só serão apreciados nessa condição em caso real e se for de extrema necessidade; senão, a gente pede sempre que os requerimentos sejam apresentados na reunião anterior para que vá para a pauta.

Audiências e diligências. Na realização de diligências externas – depois eu vou dar uma cópia para cada um deste documento também –, na forma de audiências públicas ou outras, a Comissão não pagará – é uma forma de economizar; vocês vão entender e acho que todos vão concordar – despesas, nem passagens, nem hospedagens, exceto quando for realizada fora do Estado, porque, muitas vezes, o cidadão quer uma audiência no seu Estado e propõe que a Comissão pague a passagem e a estadia lá. Se for para o Rio Grande do Sul, todos serão bem-vindos. Os que forem lá tudo bem, mas eu não receberei nem passagem, nem hospedagem para evitar qualquer tipo de constrangimento.

As Comissões têm competência constitucional e regimental para avaliar as políticas públicas federais. O Regimento prevê que, anualmente, uma política pública federal seja destacada e avaliada. Vamos sugerir aqui, e os senhores vão ponderar se concordam ou não, que, neste ano, acompanhem as políticas públicas que combatam todas as formas de violência. Em "todas as formas de violência", eu acho que cabe tudo aqui dentro, não é? Por exemplo, até corrupção, para mim, é uma violência contra o povo. E a violência do dia a dia... Um desastre, eu diria quase um crime, como aquele que aconteceu em Minas, é uma violência. Enfim, nós é que vamos discutir qual será o tipo de violência a que vamos dar prioridade. Eu botei bem amplo para que a Comissão discuta qual vai ser a prioridade no campo da violência.

Nas primeiras deliberativas do mês de março, apresentarei requerimento atendendo o art. 90 do Regimento Interno do Senado, que é a convocação de ministro. Aqui eu vou tentar mostrar, com o mínimo de critérios, como é que vamos receber os ministros aqui.

Nesse sentido, informo que já convidei o Ministro Sergio Moro, que aceitou o convite para participar de audiência pública em data a ser definida com ele. Liguei, e ele me atendeu na hora – é bom registrar isso. Na ocasião, o Ministro falou que tem interesse em falar sobre o projeto que ele apresenta à Casa, que é a Lei Anticrime. Esse vai ser o eixo do convite que daremos a ele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também estive em contato com a Ministra Damares Alves. Ela sempre foi assessora do Magno Malta aqui na Comissão. Ela disse que virá já na próxima quinta, das 9h até as 11h.

Eu faria um apelo a todos os que puderem estar aqui para prestigiar a Comissão, porque, quando um ministro vem aqui convidado, pessoal, ele está prestigiando a Comissão, lembrando que eles são nossos convidados e, como convidados, serão tratados. Quando alguém vai à minha casa, é meu convidado. Então, o Senado da República os está convidando, e eles virão aqui fazer uma exposição sobre a pasta deles.

Poderão – aqui eu vou, mais ou menos, mostrar o leque que manda o próprio Regimento – falar somente os Senadores, que fique bem claro, que farão perguntas e darão respostas com direito à réplica e tréplica, enfim, daquela forma diplomática que eu sei que todos nós sabemos fazer, independentemente de ser de situação ou de oposição.

Esta Presidência entende que poderemos ter aqui, até pelo leque que eu apresentei, debates sobre previdência, trabalho, violência, e convidar ministros cujas pastas tenham pertinência com a temática de direitos humanos. Dessa forma, informo que, quando houver comparecimento de ministros à CDH, darei ênfase às seguintes normas regimentais, que eu li, estão no Regimento, só que eu simplifiquei aqui, com a assessoria da Casa: Na medida do possível, envidarei esforços para que os ministros sejam sempre convidados previamente e pessoalmente por mim. Os senhores podem entrar com o requerimento, eu ligarei para os ministros e comunicarei em Plenário sobre o convite e a data ajustada com eles.

As audiências públicas para ouvir os ministros de Estado serão destinadas exclusivamente a essa finalidade. Os ministros terão pelo menos 30 minutos para o uso da palavra. Os ministros só poderão ser aparteados na fase de perguntas. Nos primeiros 30 minutos, ele falará livremente o que ele pense que deva expor na Casa. Após a exposição dos ministros, os Senadores poderão se inscrever para perguntas, dispondo, interpellando por cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpellado, após o que poderá este ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo ao ministro o tempo para a tréplica. Concederei a palavra aos Senadores na ordem de inscrição, intercalando partido por partido.

Os ministros de Estado poderão ser acompanhados de assessores, aos quais esta Presidência designará lugares próximos ao ministro, mas não permitirá, claro, que a assessoria fale pelo ministro, quando o ministro estiver presente. Haverá muitos casos em que um ministro é convidado – e eu não tenho essa rigidez, nunca tive, pessoal, sou muito claro. Digamos que o ministro seja convidado, e, por um motivo ou outro, ele não possa vir. Se quiser mandar o seu adjunto, alguém que responda pela pasta, nós também ouviremos. Claro que a preferência é por ouvir o ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um resumo do que nós pretendemos aprovar – se assim os senhores concordarem – neste primeiro momento, sem prejuízo de novos ajustes. A Comissão pode aqui formar também, porque nós podemos – lembrei-me de você, Senador Acir – ter subcomissões. O Senador Acir depois vai falar. Ele tem uma proposta de uma subcomissão, que particularmente achei interessante. Eu, claro, como Presidente, não apresentarei nenhuma subcomissão. Vou só cuidar da Presidência e estar junto com todos os Senadores.

Mas agradeço já a presença no painel. Faço questão, Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Alessandro Vieira, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Eduardo Girão, Soraya Thronicke. Eu vou aprendendo, viu? Lasier Martins, Selma Arruda, Paulo Paim, Telmário Mota. E já estão aqui, no Plenário, Acir Gurgacz, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Eduardo Girão e Arolde de Oliveira.

Pela ordem, Senador Soraya; em seguida, o Senador Acir.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, bom dia! Cumprimento os demais em nome de V. Exa. Estou bastante contente por fazer parte desta Comissão.

Surgiu um problema de horário. Eu presido a Comissão de Reforma Agrária e Agricultura, e as nossas reuniões serão às quartas-feiras, às 11h da manhã. Então, não sei se existe a possibilidade de alguma mudança. Só quero deixar registrado que eu gostaria muito de ser uma pessoa presente, ativa na Comissão, porém, está havendo esse problema de agenda. Eu só queria deixar isso registrado.

Eu ainda tenho que ir agora para a FPA, mas saiba que eu gostaria muito de participar. Mas, enfim, não vou atrapalhar V. Exa. de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Poderemos ver com os outros Senadores se dá para flexibilizar o horário, iniciar às 10h, não sei... Como é a combinação com a...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Às 10h há a CCJ. Eu acho que muita gente aqui vai participar dela. Eu não estou na CCJ nesse momento, então eu não teria problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E às 9h há a CAS.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Há a CAS... Que horário que é...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que há na terça?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só essa?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A minha é na quarta às 11h. Mas isso já estava votado. Então, se V. Exa. quiser deixar em *stand-by* para definir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Começamos assim: eu solicito, então, pela sua sugestão, a todos os Senadores se assim entenderem, para uma presença mais compacta aqui, digamos, maior, para nós trocarmos para um outro dia, em outro horário, e nós trocamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Na terça, eu acho que... A terça é o dia mais tranquilo? Terça-feira de manhã é mais tranquilo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se vocês entenderem que querem trocar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – E todas são às 10h, às 11h? Como é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Pensando apenas em dar uma contribuição: ocorre que... É que eu venho lá do outro lado, lá da Câmara dos Deputados, onde fiquei 36 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fomos colegas muitos anos juntos lá.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Fomos, exatamente.

Mas o que ocorre, Presidente e caros colegas? É que as Comissões são muitas. Lá era um pouco diferente, e, mesmo assim, nós tínhamos coincidência de horário. É claro que isso se transfere para o próprio Parlamentar. Agora, aqui, o fato ainda é muito mais grave, porque o número de Parlamentares é muito menor, e o número de Comissões é mais ou menos o mesmo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que participar como titulares em três Comissões e como suplentes em outras três pelo menos. Então, inevitavelmente nós teremos batidas de horário.

O que ocorre na prática, que lá nós discutíamos? É bom transferir para o Parlamentar que tenha o problema de coincidência de Comissão a solução do problema. Passe um pouco em uma ou na outra, dependendo da matéria. A gente sempre dá um jeito. E não sacrifica a própria Comissão como um todo para mudar de horário, porque aí complicam-se outras questões, que são as questões de viagens e de estar ou não na Casa.

Eu acho que o único problema que é importante aí é levar realmente para quarta-feira, porque é um dia de grande atividade aqui na Casa. Evidentemente, para mim está coincidindo com a CAE, por exemplo – sou titular aqui e suplente lá. Está coincidindo. Mas o que ocorre? Eu vou me virar, vou ver como faço.

Então, eu sugiro à nobre Senadora que a gente resolva pessoalmente o problema e não transfira à coletividade porque aí temos que mudar o horário da reunião, o que não quer dizer que não possa ocorrer, dependendo da matéria, do assunto e da circunstância. Mas, como regra, eu acho que não deve ser.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Paulo Paim, estou chegando a esta Comissão de Direitos Humanos com muita honra e alegria tendo V. Exa. na Presidência.

Estive, nos últimos dez anos por baixo, aqui, como cidadão, levantando cartazes, participando desta Comissão, que é muito importante, à qual o brasileiro está atento e que trata de um assunto cada vez mais instigante para a gente debater.

Eu queria, colaborando da mesma forma que o nobre Senador Arolde de Oliveira, que admiro também há muitos anos, dar uma sugestão, porque eu acredito que podemos conversar pessoalmente, todos nós.

Vendo os horários aqui, nós temos, na quarta-feira, uma comissão atrás da outra: a CAS; a CTFC; a CCJ; a Comissão de Agricultura, cuja Presidente é a Soraya; a CDH.

Uma sugestão: terça-feira, às 9h da manhã, é um dia tranquilo. Quinta-feira também é um dia em que há uma comissão, a de Relações Exteriores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O único problema que eu noto em relação à quinta é que muitos Senadores viajam, porque é um dia em que não há votação nominal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Certo! Perfeito! Então, terça, se pudesse... Fica a sugestão para a terça, às 9h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terça-feira... Vamos ouvir o Senador... Eu achei interessante. Eu confesso que eu tinha simpatia pela terça, moveram-me para a quarta. O Senador Acir aqui disse que vai fazer outra proposta que eu achei interessante.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu também atuo muito na Comissão de Agricultura e gostaria e quero participar ativamente aqui na CDH porque eu entendo que temos temas muito importantes para discutir e debater. Então, eu sugiro que possamos antecipar as reuniões da CDH para a terça-feira, porque aí nós poderíamos trabalhar tranquilamente na terça-feira, aqui na CDH, e, na quarta-feira, na Comissão de Agricultura. Eu não sei qual o horário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Às 9h.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Às 9h? Nove horas é um horário bom. Nós iniciariamos os trabalhos, e uma coisa que V. Exa. faz muito bem é começar no horário das 9h. Não são 9h05 nem 9h10, são 9h.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nove horas eu estou aqui.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Dessa forma, nós teríamos quórum e teríamos a presença maior dos Senadores.

E uma outra sugestão que eu gostaria de dar é com relação à vinda de ministros e aos debates: se a inscrição dos Senadores não poderia ser feita pela ordem de chegada, porque há sempre uma discussão em torno de algum Senador que tenha chegado aqui primeiro, mas que não tenha se inscrito, e aí ele vai ter que esperar Senadores que chegaram mais tarde para depois poder atuar. Eu, como já estive na presidência de outras comissões aqui no Senado, sempre faço assim, pela ordem de chegada: o Senador chegou e já entra na inscrição. Por mais que tenha de haver uma alternância de partidos, mesmo assim, que se faça pela ordem de chegada, até porque nós vamos estimular os Senadores e Senadoras a chegarem também logo cedo para que possamos ter quórum e fazer as falas e as inscrições para o debate. Isso engrandece o debate e faz com que os Senadores e as Senadoras possam chegar mais cedo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

São essas as minhas colocações.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, pelo que percebo, Senadores e Senadoras... Pessoal é pela minha informalidade, eu tenho a mania de falar direto. Senadores e Senadoras, o Senador Styvenson está agora chegando. Seja bem-vindo! Em outro dia, eu lhe mandei uns oito projetos da sua área. Já estava lendo os projetos, a maioria é da sua área.

Senador Styvenson, nós estamos acertando aqui qual é o melhor dia. Pelo que eu percebi no plenário, seria terça-feira, às 9h da manhã. Pode ser?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Presidente, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Posso retomar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, deve. Estamos aqui para isso.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Terça-feira, vou optar, dentro do partido, e vou trocar para ficar suplente para...

(Interrupção do som.)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... titularidade.

Eu acho, Sr. Presidente, que, na quarta-feira, o horário que for marcado é o mais produtivo. Por quê? É um horário em que funciona a CCJ. Eu sei que normalmente até era na parte da tarde, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De manhã.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Todos os Parlamentares estão na Casa. Na terça-feira, na parte da manhã pelo menos, estão se deslocando para cá. Então, eu imagino que aquela ideia original de quarta-feira, quando chegamos aqui – quando eu cheguei aqui pelo menos –, é um bom horário. Agora leva para aquela situação que a Senadora colocou, mas isso aí se ajusta com cada um. Eu vejo dessa forma.

Eu gostaria de ouvir agora o nosso Senador que acabou de chegar, Styvenson.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Styvenson Valentim.

E o Senador Eduardo Girão pediu a palavra novamente para a gente tentar construir um caminho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É mais uma ideia. Eu acho bacana a gente estar sempre buscando alternativas. É a primeira vez que eu estou chegando aqui ao Senado. V. Exa. tem muito mais experiência do que eu na própria Câmara Federal. Na quinta-feira, no primeiro horário, os Senadores estão ainda em Brasília. Eles começam a viajar a partir de meio-dia. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para a maioria, é isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Outra sugestão poderia ser na quinta-feira, no primeiro horário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu estou sempre aqui. Eu não tenho problema nenhum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pode ser, Senador Arolde, na quinta-feira, no primeiro horário? A gente buscar...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É melhor que terça. Mas, de qualquer forma, vai haver dificuldade de nós termos quórum pela manhã, apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muitos viajam na quinta. É isso que ele está dizendo.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Às 7h30 abre o painel e a turma pega...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pessoal registra a presença e viaja.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A assessoria da Mesa me falou o seguinte: um horário que talvez seja um meio-termo, que dá para os Senadores chegarem e nós fazermos – proposta da assessoria da Mesa –, é terça-feira ao meio-dia. É muito forçado? Daí todo mundo vem terça-feira direto para cá. Tocamos do meio-dia até as 2h ou 3h, porque no Plenário, das 2h em diante, é pronunciamento. Eu sempre faço, mas posso fazer às 3h ou às 4h. Votação mesmo só de 4h30 e 5h em diante. Só fica na hora do almoço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Eu acho que terça ao meio-dia é um bom almoço. Sempre se dá um jeito. O fato é que esses três dias são de muita carga de trabalho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O problema é que estão dizendo que o problema da Agricultura continua o mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E outra coisa, Senador Paulo Paim, colegas: terça, ao meio-dia, vai chocar com a Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agricultura também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Exatamente. Vai bater aqui 11h. Não vai dar tempo de discutir.

Então, eu reitero que, dentro dessa alternativa, ou terça cedo... Podemos até chegar mais cedo aqui, 8h da manhã, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se iniciar às 9h, inicia bem, com certeza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Ou quinta-feira, no primeiro horário também. Eu acho que quinta-feira é um dia em que só há uma Comissão, que é a CRE.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguém mais tem alguma sugestão? Atualmente, está terça, quarta ou quinta ainda.

Vamos lá, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu acho que quinta-feira, Sr. Presidente, na primeira hora, 9h, dá tempo de nós trabalharmos. Os voos começam a sair de meio-dia para a tarde. Da minha parte, não há problema. Agora, temos que ver os demais Senadores, mas eu acredito que quinta-feira daria para a gente começar às 9h, estendendo até às 12h, 13h, e os voos serão à tarde e à noite. Eu não vejo nenhuma preocupação para mim. Eu acredito que 15h...

Durante muito tempo, nós fizemos às quintas-feiras a Comissão de Agricultura, 8h da manhã. Claro que é muito cedo, mas às 9h... Durante dois anos, nós tivemos a presença maciça dos Senadores. Eu acredito que quinta-feira seja uma boa data. Iniciando às 9h, pontualmente, como sempre V. Exa. faz, eu acredito que nós vamos ter sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Zenaide, seja bem-vinda. Estamos discutindo qual o dia ideal para uma presença maior,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque eu vou confessar: nesta Comissão, projetos terminativos, na Legislatura passada, votamos quase que nenhum. Para não dizer que não votamos, votamos uma meia dúzia em um ano, porque não dava quórum presencial, e, se não houver quórum presencial, não dá para votar. Havendo no painel, dá para votar aqueles que são unanimidade, vota-se simbolicamente, mas a presencial foi muito difícil. Eu estava aqui. A Senadora Regina Souza era a Presidente, e eu era o Vice. Fizemos o maior esforço, mas quase não dava quórum.

Por isso que eu estou insistindo tanto com a presença dos senhores no melhor dia para todos. Eu não tenho problema nem segunda, nem terça, nem quarta, nem quinta. Quando eu vou para o meu Estado, que eu vou de 15 em 15 dias, eu vou quinta à tarde, meu voo sai às 15h.

Qual o dia, Senadora Zenaide? Até o momento, está terça, quarta e quinta.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu não vou nem discutir muito isso, mas, por exemplo, na quinta-feira, para o meu Estado, Norte e Nordeste, só temos voos até meio-dia – Rio Grande do Norte. Se começar na quinta... Eu acho que já que na quinta nós estamos aqui mesmo, o ideal era que começasse cedo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nove horas?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não é problema. Bem, eu sou do Sertão. Cedo para mim é no máximo 8h. Depois de 9h, eu já acho tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para mim, também! É que a maioria não vai estar aqui às 8h.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Entendeu? Como a gente já está aqui, seria uma garantia, porque a maioria não vai para Estados em uma quarta-feira, e, na quinta, eu acho que, já que estamos aqui, começaríamos o mais cedo que pudéssemos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos tentar quinta-feira, às 9h, então? Se tiver que mudar, a gente muda.

Os senhores concordam?

Para o senhor é problema? Pode falar abertamente. Concorda?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Não tem problema, quinta-feira é dia de trabalho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, quinta-feira, às 9h em ponto se inicia. Eu me comprometo aqui, todas as quintas, às 8h30, sentadinho, esperando nossos companheiros de viagem – viagem para o futuro, viu?!

Bom, então nós já fechamos aqui e vamos, inclusive, aprovar os requerimentos de convite aos Ministros. Nesta quinta já teremos a Ministra dos Direitos Humanos; depois, na sequência... Eu falei com os três, o Ministro Moro se colocou à disposição como também o que eu chamo de Ministro, o Secretário de Previdência, que é o ex-Deputado Marinho. Todos os três. O Secretário Marinho me disse que eles apresentam hoje o projeto, ele está na visão dos direitos humanos, e qualquer dia em que se marcar ele estará aqui para debater conosco.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Eu me esqueci de comentar. Ao final da sua fala sobre o convite aos Ministros, disse que não haveria importância que o Ministro encaminhasse algum assessor. Eu acho que, se o Ministro não puder vir, quem deve vir é o Secretário-Executivo, ou então a gente marca outra data.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É uma opinião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu acho que está bem colocado, bem colocado!

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Porque o Secretário-Executivo é quem está realmente informado de todos os assuntos do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou nessa linha.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A preferência nº 1 é o Ministro. Se ele não puder, que venha o Secretário-Executivo.

Quer colocar alguma coisa?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu também concordo, porque, às vezes, quando vem alguém que não seja o Secretário-Executivo, ele pode dizer: "Eu estou dando essa opinião, mas quem define não sou eu". Então, de preferência o Ministro, que eu acho até que vai gostar de vir, não é? Porque vai mostrar, expor, entendeu? É importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, pelo menos para ajudá-la, mas a senhora pode continuar com a palavra. Todos os três, eu liguei para os três, que me atenderam na hora e se puseram à disposição. Eu achei bacana da parte deles! Sendo bem franco, eu estando aqui, sob a minha Presidência, podem ficar tranquilos que não haverá oposição nem situação. Sou alguém que vai presidir a reunião, dando oportunidade a todos os que respeitosamente fizerem o bom debate, o bom debate que todos nós queremos. Assim será! E tenho certeza de que, se um de vocês estivesse no meu lugar, também iria agir dessa forma.

Comunicado. A Secretaria da CDH recebeu do Conselho Nacional dos Direitos Humanos ofício que solicita a possibilidade de agendar uma audiência na CDH com a Mesa Diretora do Conselho para a apresentação deste Colegiado.

Nesses termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora nº 2, de 2019, evoco a relatoria da matéria e, tão logo apresentar o requerimento para a realização da referida audiência, submeterei naturalmente ao Colegiado.

Esse é só um informe.

Neste momento, eu passo a Presidência para o Senador Acir Gurgacz. Vou apresentar uma série de requerimentos. Quero também dizer aos senhores que esses requerimentos que lhes apresento para ponderação podem ser assinados juntamente. Aqui não é intenção de autoria; é intenção de nós começarmos a trabalhar.

Os senhores assinam juntamente e podem discordar também, dizendo: "Olha, este aqui não queremos votar agora!". Que fiquem bem à vontade todos.

O Senador Acir com a palavra, e eu faço alguma ponderação, se necessário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, item 1.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1, de 2019

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater previdência e trabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – A intenção do requerimento é nessa linha, não é? Teremos o requerimento aprovado e, se os senhores entenderem que tem que se fazer uma audiência nessa área, já havendo um requerimento que abra esse leque, faremos a audiência. Senão, cada vez que os senhores propuserem uma audiência, teremos que ter quórum presencial para discutir a possibilidade de entrar naquele tema. Esse requerimento que vamos aprovar agora, por exemplo, já me abre as portas para termos aqui o Ministro Marinho.

Se todos concordarem, nós aprovamos, mas nessa abertura plena de os senhores concordarem – ou discordarem – com o dia e a hora em que esse debate acontecerá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 2, de 2019, também não terminativo.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, para que compareça à Comissão, a fim de prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Também concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Nesses requerimentos que são para ministros, se os senhores concordarem, nós assinamos juntamente, porque é uma convocação de todos os Senadores, e não somente do Presidente. Então, eu pediria que constasse em ata que eles possam assinar a convocação, se assim os senhores concordarem.

Só adianto que já liguei para ela, ela de pronto me atendeu e disse: "Olhe, estou inteiramente à disposição. Marque o dia e a hora!". Aí eu perguntei se poderia ser nesta quinta que vem agora já. E ela já disse que ao meio-dia ela tem que estar em Minas Gerais, se não me engano, sobre a questão lá do que aconteceu, mas que ela estará aqui das 9h até as 11h. Eu acho que, em duas horas, dá para ela nos fazer uma bela exposição da sua pauta e para nós aqui do Plenário fazermos as perguntas que entendermos adequadas.

A palavra está com os senhores.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu acho que eu quero subscrever. É bom a gente subscrever, porque...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que seria... Eu prefiro! O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Então, todos subscreverão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento está sobre a mesa para colher as assinaturas das senhoras...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu peço que alguém da assessoria da Mesa passe o requerimento onde estiver cada Senador ou Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Isso. Passará, então, para os Senadores e as Senadoras, para se colher a assinatura.

Requerimento nº 3.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a terceirização de mão de obra e a irredutibilidade de salários.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu vou explicar, pessoal.

A Comissão de Direitos Humanos, simbolicamente, é a que mais se preocupa com os terceirizados da Casa. Não sou eu; sou nós da Comissão. Por exemplo, por diversas vezes, dependendo da empresa que vence, eles querem reduzir o salário dos terceirizados. Muitos aqui ganham R\$1,2 mil, R\$1,3 mil; o próprio Peixe, que está aí, que participou desses movimentos aqui na Casa.

Então, a gente traz esses problemas para o debate. Na última vez em que estive com a Diretora da Casa, havia a possibilidade, mediante uma concorrência que houve com empresas terceirizadas, de diminuir o salário deles em 16%. Já ganham uma mixaria e ainda iam diminuir em 16%?

Houve outra situação em que tiravam o vale-transporte e o vale-alimentação devido à forma como a concorrência se deu. Mas a Casa entrou com uma ação junto à Justiça, porque essa era a orientação do TCU.

Então, como temos de tentar resolver o problema, o que estou propondo nesta audiência, na verdade? Chamar o TCU para cá, chamar a direção da Casa, de forma tal que a gente encontre uma forma de atuar, fazendo o contrato, fazendo a concorrência, mas sem diminuir o salário daqueles que ganham um pouquinho mais do que o piso. A orientação que receberam do TCU é como se todo mundo tivesse de ganhar o salário mínimo, numa estrutura como a Casa, que tem terceirizados dos mais variados níveis.

Então, a gente quer convidar o TCU para debater o problema e acabar com isso. Aí nós não teremos mais de cuidar disso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que deu para entender, não é?

Inclusive eu falei no Plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. *Fora do microfone.*) – Falou. Eu estava lá.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor estava lá e fez, inclusive, um aparte, se não me engano. O pessoal já ganha muito pouco, e ainda vai-se reduzir o salário deles? O.k.?

Vamos ver a data depois e combinar com os senhores qual é a data mais adequada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se os senhores também concordarem, assinamos todos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que, agora, são só os Ministros, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Requerimento nº 4.

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 4, de 2019**

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater "A influência do Fake News na sociedade"

Autoria: Senador Paulo Paim





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pronto para deliberação

Com a palavra o Senador Paulo Paim, para fazer o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Rapidamente.

Acho que ninguém aqui é favorável a *fake news*. Nem de um lado, nem de outro. Nós queremos só a verdade.

Essa história de *fake news* é uma desonestidade. Só vou dar um exemplo. Não vou citar nomes de ninguém e nem o meu. Eu já vi *fake news* dizendo que Senador ganha auxílio-moradia, tem moradia, ganha auxílio-mudança, Senador, eu vi já. Qual é o outro? Auxílio-moradia, auxílio-mudança, apartamento. Eu olho lá no Portal Transparência, e Senador não tem nada disso, os que eu olhei. Pelo menos os que eu vi. São *fake news*. Ninguém vai publicar isso se fosse verdade. Primeiro, o cara não iria publicar. E aquele que quer destruir politicamente o seu adversário, na sua cidade, na sua região, usa terceiros, que se escondem atrás do computador e fazem essas mensagens.

Então, essa questão do *fake news* é um problema mundial, para mim. Não é só aqui no Brasil. Nós todos vamos trabalhar para evitar que essas tais de *fake news* passem mentira por verdade. É uma proteção, digamos, a toda a sociedade, não é só aos Senadores e Deputados.

Eu repito aqui para quem está nos assistindo. Antes de dar bola ou acreditar nas *fake news*, entrem no Portal Transparência do Senado. Eu tenho certeza de que não há um Senador aqui que não recebe o que tem de direito. Agora, se houver, eu também quero saber. Mas não vão ser as *fake news* que vão me mostrar. Eu vou olhar no Portal da Transparência. O.k.? Para limpar a área dessas tais de *fake news*. Eles devem ficar bravos comigo, mas podem ficar que não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também tudo em data combinada com os senhores, e quem virá falar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5**REQUERIMENTO Nº 5, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um ciclo de audiências públicas, nesta Comissão, para debater “A violência no Brasil”.

Autoria: Senador Paulo Paim**Relatório:** Pronto para deliberação

Concedo palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Nessa linha, já aprovamos ou vamos aprovar o Requerimento do Ministro Sergio Moro, que é o Ministro da Justiça. Ele será o primeiro convidado a debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 6**REQUERIMENTO Nº 6, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para que apresente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei Anticrime, que será implementado pelo Ministério, tendo como eixos principais o combate ao crime organizado, aos crimes violentos e o combate a corrupção.

Autoria: Senador Paulo Paim**Relatório:** Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Vai na linha do ciclo de debates que nós vamos ter aqui.

A violência contra a mulher, os senhores ou as senhoras vão apresentar, vamos debater a violência que cada dia cresce mais contra a mulher ou trabalho infantil, criança, adolescente. Fica o leque aberto para realizar audiência no dia em que os senhores entenderem mais adequado. Inclusive, os senhores como proponentes; eu só abro o leque para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão dos requerimentos extrapauta. Nós temos dois requerimentos extrapauta: um de minha autoria e um de autoria de S. Exa. o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se houver dos senhores também, vamos aproveitar agora. Quem tiver algum requerimento extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Coloco em votação a inclusão extrapauta desses dois requerimentos.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os dois requerimentos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para expor o requerimento extrapauta.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem. Quais são os dois requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É agora, vamos falar agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O primeiro é aquele que eu já anunciei. É que eu liguei agora de manhã, e o Ministro me atendeu na hora, eu chamo de Ministro, mas é o Secretário Rogério Marinho.

Faço a leitura.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA**ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 6, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para que apresente à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei Anticrime, que será implementado pelo Ministério, tendo como eixos principais o combate ao crime organizado, aos crimes violentos e o combate a corrupção.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pronto para deliberação

Ele disse que só não me atendeu antes, porque estavam discutindo o projeto que vão apresentar amanhã.

A audiência para o comparecimento será marcada por esta Comissão. O Ministro disse que está à disposição a qualquer momento e disse que pretende visitar todas as Comissões, se puder, assim disse ele, porque ele quer mostrar o ponto de vista dele. E, naturalmente, podemos dialogar com ele onde entendermos que o projeto pode ser aperfeiçoado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Então, esse é o requerimento extrapauta.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim para prosseguir os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço muito ao Senador Acir Gurgacz e a V. Exas., que, por unanimidade, aprovaram os requerimentos, que é para a gente iniciar os trabalhos.

Nas próximas reuniões deliberativas, que serão às quintas, os requerimentos que os senhores tiverem nós colocaremos em votação, e continuaremos tocando o nosso trabalho.

EXTRAPAUTA

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7**REQUERIMENTO Nº 7, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos dos art. 73, combinado com o inciso IV do art. 89, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação da Subcomissão

Temporária, no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa, compostas por 7 membros titulares e 7 suplentes, para debater a Mobilidade Urbana e Acessibilidade nos municípios brasileiros.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz neste momento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu apresentei este requerimento solicitando a criação dessa subcomissão de mobilidade urbana e acessibilidade para que possamos ter um espaço específico aqui no Senado para acompanhar a implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, criada pela Lei nº 12.587, de 2012, que entrou em vigor em abril de 2015.

Entendo que a criação dessa subcomissão é fundamental para acompanharmos a implementação ou a implantação dessa política nos Municípios brasileiros, uma vez que, segundo dados do Ministério das Cidades, do total de 3.341 Municípios, Senador Girão, que deveriam elaborar seus planos, apenas 175 o fizeram, o que equivale a 5% – isso até dezembro de 2016.

Por conta disso, o Governo Federal sancionou também, em dezembro de 2016, a Lei nº 13.406, de 2016, que ampliou de três para sete anos o prazo para que os Municípios com mais de 20 mil habitantes elaborem seus planos de mobilidade urbana, prorrogando, portanto, até 2020.

Ocorre que já estamos quase chegando a 2020 e os números não são muito diferentes daqueles de 2016 ou 2017. Precisamos acelerar a implantação dos planos municipais de mobilidade urbana e acessibilidade, e entendo que o Senado pode desempenhar um papel muito importante nesse sentido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, solicito o apoio das Sras. e dos Srs. Senadores para a criação desta Comissão de Mobilidade Urbana e Acessibilidade, que também terá como objetivo tratar das questões referentes a todos os assuntos de mobilidade urbana das cidades brasileiras. Peço o apoio de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que inclui aí, inclusive, as pessoas com deficiência na questão da mobilidade, né?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Da acessibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está em discussão a matéria.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu acho que a subcomissão realmente será muito importante aqui nesta nossa Comissão, e eu queria cumprimentá-lo pela proposta, nobre Senador.

Eu acho que é importante, porque aqui, no Senado, nós não temos uma comissão específica para tratar desses temas, se bem que a questão da acessibilidade é inerente às atribuições desta Comissão; a mobilidade nem tanto, mas entra junto. Eu acho que a questão da acessibilidade, que é um dos nossos maiores problemas... E não é acessibilidade apenas em relação à mobilidade; é a questão de acessibilidade a todos os prédios, a todas as instituições. É muito mais amplo, o conceito de acessibilidade é muito mais amplo que, simplesmente, conectado à mobilidade, que seria a acessibilidade aos veículos, ao transporte público coletivo. Então, eu vejo dessa forma.

A mobilidade, evidentemente, será tratada, talvez, com a Comissão de Infraestrutura, que trata de transporte, que trata também das cidades, dos problemas do transporte. Eu acho que o Ministério das Cidades, todos estão nessa Comissão. Também não sei ao certo, mas, com certeza...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É que uma coisa está ligada a outra. Acessibilidade e toda a mobilidade urbana estão ligadas ao tema do ser humano.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Não tenha dúvida. Eu estou de pleno acordo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Eu entendo que nós temos de ter um espaço para debater junto com os Prefeitos, principalmente...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Eu estou de pleno acordo. Já concordei.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Dar esse espaço a eles para que eles possam...

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Concordo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Estou apenas argumentando que nós temos que focar realmente, porque esse problema da acessibilidade é um sério problema no nosso País.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É verdade. V. Exa. tem toda razão.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – A quantidade de pessoas com deficiência, inclusive idosos, que necessitam de acesso facilitado não só ao transporte, como também às instalações, é muito grande.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – E as próprias calçadas. Hoje nós temos cidades grandes com uma falta de acessibilidade muito grande para o trânsito das pessoas nas ruas, sejam pequenas, médias ou grandes cidades. Então, nós precisamos debater isso com mais profundidade especificamente.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É, debater. E tem que incluir, inclusive, porque as posturas urbanas normalmente preveem aprovações de segurança com Corpo de Bombeiros... Nós temos que colocar esse assunto muito bem definido – eu diria até junto à segurança –, porque o órgão que mais atua nas posturas urbanas, na fiscalização, na exigência de segurança é o Corpo de Bombeiros. Então, isso poderia ser incluído lá também. Isso é uma coisa importante porque eles vão fiscalizar e não vão permitir que se construam prédios, etc., sem essas condições.

Obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Presidente, só sobre este tema ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Arolde de Oliveira deu uma bela contribuição. A assessoria está propondo a gente incluir acessibilidade também.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, já tem? Então, já está incluído.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está aqui. Eu não tinha prestado atenção. Quando eu erro, eu volto atrás, porque eu propus o que ele já tinha proposto.

Senador Styvenson, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – É sobre este tema. É importante porque é um tema que já vem sendo discutido... Acho que, desde que eu era criança, eu já ouvia falar em acessibilidade. Faz pouco tempo, 42 anos. Então, há 42 anos eu escuto sobre este tema, Senador. E o interessante é que se restringiu à questão de mobilidade nas cidades, à questão do trânsito e tudo isso. Mas eu vejo uma obrigatoriedade de haver acessibilidade imposta à empresa privada e nas empresas públicas, não. Não vejo em escolas, não vejo em repartições públicas. Poucos acessos se veem em alguns lugares, até mesmo aqui no Senado. Até mesmo aqui no Senado a gente vê pouca acessibilidade. Eu presenciei isso no dia da votação, em que Mara não tinha acesso à mesa principal até certo ponto. Então, não poderia fazer parte da Presidência? Porque só teria acesso até ao púlpito ali. São observações que vamos tendo no nosso dia a dia, no nosso entorno, à nossa volta. E a gente não consegue entender a quem vai servir. Não é só à pessoa que tem restrição do movimento, mas idosos, crianças, nas cidades. Eu digo isso pelas escolas públicas que conheço. Pelo menos no meu Estado, no Rio Grande do Norte, poucas estão preocupadas com acessibilidade. Nós públicos não temos esse mínimo compromisso com as pessoas, mas se exige muito do ente privado ter esses acessos, encarecendo. E, se não for conforme a lei específica, quebra-se toda a obra, faz-se de novo, interdita-se, multa-se. O interessante é que o mesmo Poder Público que exige do capital privado não faz o mínimo por isso. Então, deveríamos também abrir essa discussão aqui, até mesmo dentro desta própria Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador. Meus cumprimentos. E eu ouvi um relato do seu trabalho em escolas. Meus parabéns!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu estava ontem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pintou, arrumou, fez. Havia quantos alunos nessa escola que eu ouvi?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Há dois anos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ouvi o seu relato no Plenário e o achei brilhante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Há dois anos, havia 30, porque a escola estava tomada pelo crime. Duas facções criminosas disputavam... É uma questão de direitos humanos mesmo, porque a gente está nesse tema. Então, essas facções brigavam pelo recrutamento desses jovens. Eles querem recrutar os jovens para fazerem parte do crime ou na parte de prostituição ou na parte dos furtos, dos roubos ou no próprio consumo da droga. Tem que haver alguém para manter esse consumo da droga, para manter esse comércio. Então, há dois anos, quando tivemos essa iniciativa, nós tivemos a visão diferenciada, a visão humana para aquela escola de periferia.

É até um tema bom para ser discutido aqui, Senador Paim, porque aproximou uma comunidade violenta – acho que é a primeira comunidade mais violenta de Natal, do Rio Grande do Norte – à PM. E eu sempre conto que, na primeira vez em que entrei nessa escola, os 30 garotos cuspiam quando me viam; cuspiam no chão, com asco, com repúdio à farda, que era vista como quem agride, como quem vai prender, como quem coloca, de uma forma ou de outra, ordem através da força. E a gente conseguiu colocar ordem através da parte humana, do respeito, da dignidade, levando alimentação saudável. Eu sei que não é nesta Comissão que a gente vai discutir educação, mas discute também a questão humana. Então, está envolvido. Eu estava falando para o Senador Arolde que não dá para discutir. São assuntos que se interpõem, são assuntos que podem estar em outras comissões e podem ser discutidos aqui, como a questão da educação. Não dá para fazer mais alimentação para uma criança ou para um adolescente ou para um jovem com R\$0,36. Isso não é *fake news*. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso são direitos humanos, políticas humanitárias.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pois é. E que escola é essa? Quando eu comecei a fazer esse trabalho, a gente teve essa capacidade de modificar tudo isso.

E hoje eu me alegro que Brasília, o Distrito Federal está fazendo um trabalho semelhante ao que fizemos há dois anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Goiás. Mas Goiás é totalmente militarizada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ideia que eu tive lá em Natal foi fazer um compartilhado: o policial dentro da função dele, que é ordem, disciplina e segurança, proteção do patrimônio, proteção da vida das crianças; e os professores exercerem a função deles. Então, foi isso que aconteceu.

Ontem, eu estava lá com as crianças. Recebi muitos abraços, muitos beijos deles e fiquei feliz. Dá para a gente ver, pois é nítida a transformação dessas crianças. Quando eu falei de acessibilidade, eu não falei só por causa dessa escola. Há crianças portadoras de deficiência, sim, que são pobres, que estão lá nas comunidades. Há idosos que não conseguem mais subir aquele degrau por causa de alguma doença, de osteoporose, e que já não conseguem ter uma mobilidade que um jovem tem. Então, eu me estendo mais na questão relativa ao transporte, ao nosso dia a dia, ao nosso cotidiano. Como eu disse, até mesmo aqui dentro a gente precisa ter esse cuidado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Meus cumprimentos, Senador Styvenson.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Rapidamente, apenas para me congratular com o Senador Acir Gurgacz pela iniciativa. Eu tenho uma vivência a respeito, dentro da família, pois o meu primo Flaviano teve encefalite aos três anos de idade e vai trabalhar todos os dias, Senador Paim. Ele é de 1970 e está hoje com quase 50 anos de idade. Ele vai trabalhar todos os dias e esse local de trabalho fica a umas três quadras da casa dele. Quando ele sai, a pessoa que vai levá-lo tem que fazer isso pelo meio da rua, porque não há acessibilidade nas calçadas. Então, a gente tem que encarar isso de uma forma mais responsável, porque pode haver um acidente. Então, há milhares e milhares de casos como esse no Brasil.

Eu gostaria de fazer uma sugestão também, porque direitos humanos têm muito a ver com as crianças portadoras de autismo. Nós precisamos encarar isso porque cada vez mais se tem notícias... E no interior do Brasil... Nas capitais, ainda há alguns centros de referência que estão desenvolvendo algum trabalho com muita precariedade com essas crianças especiais. Então, nós precisamos levar esse debate para o interior do Brasil e levar o Poder Público para atender essas crianças com tratamentos. Nós precisamos fazer isso para ontem. Esta é uma Casa importante para a gente fazer esse debate.

Muito obrigado e parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Eduardo Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permita-me dizer que às vezes as pessoas perguntam: por que vocês fazem tantas audiências públicas? A lei dos autistas que existe neste País foi construída numa audiência pública por Berenice Piana, do Rio de Janeiro, com um filho autista. Agora, procuramos Deus e o mundo neste País. Disseram para nós que era aqui na Comissão de Direitos Humanos que poderia ser construída uma lei para os autistas. Os senhores abraçam isso? Aí sentamos. Eles falaram e emocionaram todo o mundo. Aí surgiu a lei. Quem escreveu? Eles escreveram. Nós só encaminhamos. Saiu daqui para lá. Foi para os relatores. E no País hoje há uma lei para os autistas. Só que temos que ir muito além – V. Exa. tem razão – daquilo que foi construído naquele momento. Mas foi aqui nesta Comissão que surgiu a lei para os autistas.

Mas me lembrava o pessoal que a gente fica se empolgando e eu não coloquei a proposta em votação.

Encerrada a discussão, coloco em votação.

Aqueles que concordam com a proposta apresentada pelo Senador Acir Gurgacz de criar essa subcomissão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Lembro a todos que a Comissão pode ter quatro subcomissões. Se surgir a ideia de mais subcomissões, apresentem-nas.

Enfim, vamos encerrar os trabalhos. Esta Comissão cumpriu com toda a sua pauta, e eu agradeço a todos. Todos os requerimentos, seja para convocação de ministros seja para audiências públicas, foram aprovados por unanimidade. Isso não é todo dia.

Uma salva de palmas a todos os senhores!

Está encerrada a reunião de hoje.

(Iniciada às 11 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 40 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Selma Arruda, Soraya Thronicke, Romário, Flávio Arns, Leila Barros, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e dos senadores não membros Izalci Lucas, Marcos do Val e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 2/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e outros. Finalidade: Exma. Sra. Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, prestará informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições. Participantes: Ministra de Estado Damares Alves, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e Sérgio Queiroz, Secretário Nacional de Proteção Global. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim, Flávio Arns, Styvenson Valentim, Telmário Mota, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Luiz do Carmo, Zequinha Marinho e as senadoras Mailza Gomes, Soraya Thronicke, Selma Arruda, Leila Barros e Elisiane Gama. O Presidente concede a palavra aos deputados federais Filipe Barros, Dr. Jaziel, Roberto de Lucena e ao Marcon e às deputadas federais Chris Tonietto, Flordelis e Drª Vanda Milani. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e zero minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/21>

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 2, de 2019, de nossa autoria, com a assinatura de todos os Senadores desta Comissão, com a finalidade de convidar a Exma. Sra. Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, para expor uma perspectiva atual e para os próximos anos da execução de políticas direitos humanos da sua pasta.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – *link* www.senado.leg.br/ecidadania –, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos determinar como vai funcionar a nossa audiência de hoje e como será a de todos os Ministros que aqui se fizerem presentes, independentemente de estar aqui no papel.

Primeiro, só poderão fazer perguntas Senadores e Senadoras. O Ministro – eu adotei isso em todos os anos em que presidi esta Comissão – é quem dirá se ele entende que pode abrir para perguntas de Deputados. Quanto a isso, não dou a minha opinião. O Ministro ou a Ministra, no caso, é quem decide. Mas só farão perguntas Senadores.

Já pergunto à Ministra se ele concorda que também Deputados e Deputadas possam fazer perguntas. (*Pausa.*)

A Ministra entende que não há problema nenhum que Deputados e Deputadas façam perguntas, se assim entenderem.

A Ministra só poderá ser apartada na fase das perguntas. Após a exposição da Ministra, os Senadores e Senadoras – e, por deliberação e entendimento da Ministra, também os Deputados e Deputadas – poderão se inscrever para as perguntas – a assessoria da Mesa já foi pegando a inscrição por ordem de chegada –, dispondo o interpellante de cinco minutos, assegurado igual prazo – tudo baseado no Regimento – para resposta da Ministra, após o que, poderá essa ser contraditada pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo à Ministra o direito à tréplica, e ela encerra o debate quanto à pergunta em questão. Concederei a palavra aos Senadores na ordem de chegada, intercalando-se oradores de cada partido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ministra de Estado poderá ser acompanhada de assessores, aos quais esta Presidência vai designar os lugares próximos à Ministra. Já acertamos com a Ministra: quem ficará a sua esquerda será um assessor, sem prejuízo dos outros, que ficarão também aqui à esquerda e a quem ela poderá, se assim entender, encaminhar algum tipo de pergunta. Claro que os assessores não poderão falar, eles poderão assessorar a Ministra – a não ser num caso extremo em que V. Exa. entenda que o assessor possa concluir. O Secretário Nacional da pasta, Sérgio Queiroz, está aqui ao lado da Ministra, e poderá também, se assim entender, no momento adequado, numa pergunta em que V. Exa. entenda que isso seja devido, complementar.

Senhores e senhoras, uma rápida introdução, porque entendo que em audiência pública temos que dar a palavra é aos Senadores e Senadoras e Deputados, mas, em primeiro lugar, por nós, Senadores desta Comissão – não sou eu, tudo que fazemos aqui é um trabalho coletivo –, foi decidido por unanimidade que a primeira ministra ou ministro a ser convidado devia ser da Pasta de Direitos Humanos, que é o papel desta Comissão. E quero já, de pronto, agradecer muito à Ministra, porque, uma vez que encaminhamos o pedido decidido por esta Comissão, liguei para ela no mesmo dia, para a Ministra, querida Damares, liguei para ela no mesmo dia e em seguida a Ministra Damares respondeu: "Escolha o dia e a hora e eu estarei aí". Marquei o dia e S. Exa. confirmou. Ela tem um compromisso em Minas, se não me engano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... em Goiás, e tem que sair daqui ao meio-dia. Eu respeitarei exatamente esse prazo para a gente liberar a Ministra.

Eu informo a todos – e já vou direto para a exposição dela, de 30 minutos – que eu conheço a Ministra há muitos anos. É uma alegria que uma Ministra que assessorou esta Comissão junto a um ex-Presidente desta Comissão possa neste momento estar aqui como Ministra. As posições divergentes são assim na democracia. Agora ela é nossa convidada, então eu faço um apelo. Eu tenho como praxe – aí vou para o pessoal –, quando eu convido alguém para ir na minha casa, eu posso até divergir de alguma coisa que ele lá colocar, mas farei sempre o debate no campo das ideias e com muito respeito. Eu sei que não preciso dizer isso para Deputados e Senadores, mas estou dizendo inclusive ao Plenário, e eu faço um apelo: nem vaias, nem palmas. Toda vez que estiver aqui um ministro... Quando a gente faz uma audiência pública com um movimento social, é um outro momento, mas aqui, nem vaias e nem palmas. A Ministra vai expor. As perguntas virão, e nós faremos, assim, o bom debate, com o contraditório necessário a cada momento.

Então, neste momento, a Ministra...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que, toda vez que você... Era o inverso: estava o Senador Magno Malta aqui, muitas vezes presidindo, e você no Plenário. Então, faço também essa consideração. V. Exa. assessorou o Senador Magno Malta por quantos anos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quatro anos aqui no Senado.

Ministra Damares, V. Exa. está com a palavra por trinta minutos.

Senador Telmário Mota, eu já havia combinado com V. Exa: V. Exa. é convidado a vir à mesa, sentar ao nosso lado. V. Exa. é Vice-Presidente e já faz daqui qualquer questionamento em relação aos encaminhamentos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Senador Paulo Paim, primeiro eu quero parabenizar V. Exa. por esta bela iniciativa. Esta Casa, esta Comissão, tem uma responsabilidade enorme, que é exatamente o ser humano cuidando do ser humano. A Ministra Damares, eu tenho por ela o maior carinho e o maior respeito, e ela demonstra isso com esta Casa. Eu sei que é o momento da implantação de um novo governo, de uma agregação no ministério dela, mas ela disponibilizou este tempo para vir colocar aqui para o Brasil quais são as políticas públicas de seu Ministério. Portanto, quero mais uma vez saudar e parabenizar a Ministra Damares e dizer que esta Casa... Ela é oriunda desta Casa, recentemente esteve aqui e nos assessorou muitas vezes. Ela me ajudou muito nas minhas grandes dificuldades. É uma pessoa que conhece profundamente não só a Casa, mas as problemáticas que aqui são debatidas.

Eu agradeço e peço licença, porque tenho uma audiência com o TCU às 10h, mas eu tenho, claro, duas perguntas. Eu queria pedir vênica para os demais Senadores para deixar minhas duas perguntas aqui, porque a Ministra vai sair ao meio-dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço um apelo a V. Exa...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Ela vai sair ao meio-dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um minutinho, Senador Telmário.

Faço um apelo a V. Exa. no sentido de que as faça daqui, porque está lotado e alguns Senadores estão até de pé. O seu lugar já está sendo disputado, no bom sentido, o que é bom, mostra a presença dos Senadores e Senadoras a esta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero apenas, rapidamente, registrar a presença dos Senadores e Senadoras e pedir também a relação dos Deputados presentes.

Senadores presentes por ordem de chegada: Senadora Zenaide Maia, do PROS; Flávio Arns, da REDE; Mailza Gomes, PP; Styvenson Valentim, do PODE; Soraya Thronicke, PSL; Telmário Mota, PROS; Selma Arruda, PSL; Eduardo Girão, do PODE; Leila Barros, do PSB; Alessandro Vieira, PPS; Nelsinho Trad, do PSD.

Logo que eu tiver a relação, farei a leitura também dos nomes dos Deputados.

A palavra está com a senhora, Ministra.

A SRA. DAMARES ALVES – Bom dia, Presidente! Bom dia, Senadores, Senadoras e Deputados! Bom dia, colegas assessores! Confesso que eu estava morrendo de saudade de vocês!

É, no mínimo, muito inusitado, não é? Sempre estive sentadinha lá atrás, muitas vezes em pé, acompanhando esta Comissão, mas hoje estou aqui como Ministra. Uma mulher que veio de tão longe, com uma história tão intensa, uma história, inclusive, recheada de violências, chega a esta Casa, acredita no Poder Legislativo. Estive por 22 anos nos bastidores, acreditando no Poder Legislativo, acreditando no Parlamento brasileiro, defendendo este Parlamento como assessora, chorando, às vezes, por este Parlamento, sendo parceira dos nossos Parlamentares, e hoje estou aqui como Ministra.

Meus colegas assessores, é uma alegria estar com vocês!

Senador Paim, quero agradecer o convite. Eu confesso que eu ficaria muito triste se viesse aqui outro Ministro que não fosse eu a primeira vez. Eu ficaria muito triste.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Comissão agradece.

A SRA. DAMARES ALVES – É uma honra, é uma alegria!

Senador Telmário, é uma honra estar à mesa com o senhor, meu parceiro de anos, amigo.

Estão aqui Senadores novatos, que estão chegando à Casa, Senadores que são novos para nós. Mas conheço alguns por sua trajetória, por sua luta nos seus Estados. É uma honra estar com vocês, bem como com os Deputados que estão aqui, alguns Deputados jovens também, de primeiro mandato, e Deputadas de primeiro mandato. Alguns já estão há anos na Casa. É uma alegria!

Acompanham-me, nesta audiência, alguns secretários nacionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar dizendo para vocês que temos a alegria de haver no Brasil o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O Brasil é, no mínimo, privilegiado por ter um Ministério tão rico, um Ministério tão eclético como esse!

Quando recebi o convite... Tenho atendido a todos os convites para falar sobre esse Ministério, Senador, porque, durante o período eleitoral e até mesmo após a eleição, eu me surpreendi muito com algumas manifestações nas redes sociais, manifestações de alguns segmentos da sociedade, dizendo que o Brasil não precisava de um Ministério de Direitos Humanos. Inclusive, a gente ouvia pessoas falando: "Vamos colocá-lo apenas na condição de uma secretaria, como o foi por muito tempo no Brasil". Isso me incomodava muito. Isso me incomodava muito! E o Presidente Bolsonaro mantém a palavra, e está aí o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Tenho um grande desafio, Senador, um grande desafio logo no primeiro momento: construir um grande Ministério, ajudar a construir um grande Ministério, para que nunca mais a gente sequer pense e imagine que alguém diga, em qualquer lugar desta Nação, que o Brasil não precisa de um Ministério de Direitos Humanos. Eu acredito que esse é o meu maior desafio neste momento. Acredito que esse é o maior desafio de todos os secretários nacionais que compõem a pasta. Nós estamos lutando para que o Brasil diga sempre: "Nós precisamos, sim, de um Ministério de Direitos Humanos". Que, em qualquer reforma ministerial que aconteça nesta Nação neste e nos próximos governos, jamais pensem que esta Nação não precisa de um Ministério de Direitos Humanos, de um Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos!

O Ministério ficou eclético, ficou grande, e, nesta manhã, um dos meus objetivos é o de apresentar para vocês a estrutura do Ministério.

Eu não sei se a gente pode começar a projetar ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora é que manda!

A SRA. DAMARES ALVES – Nós estamos obedecendo decerto, é óbvio, à Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, à declaração internacional de direitos humanos. Nosso eixo é esse; a gente não se afasta dele. O Ministério vem trabalhando na legalidade. O Ministério tem a Constituição, o Ministério tem leis para obedecer, e temos também decisões judiciais a que precisamos obedecer.

Apesar de no Ministério vir o nome "mulher" na frente, bem como "família" e "direitos humanos", isso não quer dizer que nós vamos priorizar apenas as mulheres. É um Ministério que vai, de fato, acompanhar a aplicabilidade de políticas públicas que garantam os direitos humanos nesta Nação a todos, a todas, a todos os povos, a todas as pessoas desta Nação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

E aí a gente continua aqui falando sobre a estrutura desse Ministério. O Ministério que todo mundo achava que ficaria muito pequeno, o Ministério que algumas pessoas imaginavam assim: "Vai ser um Ministério invisível no quadro do Governo". Esse Ministério cresceu, é um Ministério incrível.

E aí eu mostro para os senhores que nós temos hoje no Ministério oito pastas. E pastas bem diversas umas das outras.

Além de nós termos oito secretarias nacionais, nós tivemos a alegria de receber no Ministério a Funai, que sai do Ministério da Justiça e vem para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

E também a gente herda do Ministério da Justiça a Comissão de Anistia.

Então, como fica o Ministério?

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES – Ele fica com a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, a Secretaria Nacional da Família, a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria Nacional da Juventude. Há essas quatro secretarias. Lembro que a Secretaria Nacional da Juventude não estava nessa pasta, estava em outro lugar, e vem também para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Depois, nós temos a Secretaria Nacional de Proteção Global. Todo mundo pergunta: "O que é isso? Que secretaria é essa?". Está do meu lado o meu Secretário Nacional de Proteção Global.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou fazer um apelo ao Plenário, porque é importante o silêncio, pessoal. É importante ouvir para depois falar. Quando um estiver falando, que os outros também fiquem em silêncio. Nós estamos sendo transmitidos ao vivo para todo o Brasil, e prejudica-se a fala de todos se não ficarmos em silêncio.

Eu sei que não são os Senadores e Deputados, não; são principalmente as assessorias.

A SRA. DAMARES ALVES – Está comigo na mesa o Secretário Nacional de Proteção Global, Dr. Sérgio Queiroz.

Essa secretaria é a antiga Secretaria de Cidadania. Eu vou mostrar para os senhores as coordenações e as atribuições dessa secretaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que a nomenclatura muda? Por que muda o nome? Porque nós temos um Ministério da Cidadania hoje. Na reforma, nós temos o Ministério da Cidadania, que agregou o Ministério de Desenvolvimento Social, Cultura, Esporte. Então, ele recebe o nome de Ministério da Cidadania. Entendemos que, se deixássemos o nome Secretaria da Cidadania, poderia haver confusão, as pessoas poderiam não estar entendendo. Então, durante o período de transição, essa secretaria recebe este nome: Secretaria Nacional de Proteção Global.

Continuando, nós temos a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; nós temos a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e nós temos a Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, uma secretaria também recente, uma secretaria nova, uma secretaria que tem muito pouco tempo. Eu acredito que alguns dos Senadores e Deputados já acompanham os trabalhos dessa secretaria.

Então, observem a estrutura do Ministério.

A Comissão de Anistia está ligada diretamente ao Gabinete. E nós temos também ligadas ao Gabinete a nossa Consultoria Jurídica, a Assessoria Especial de Controle Interno, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – ligada diretamente ao Gabinete, repito – e a Assessoria Especial de Assuntos Internacionais.

Essa é a estrutura da Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

O Ministério tem alguns conselhos, alguns dos quais esta Comissão acompanha de perto: o Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Racial, o Conselho Nacional de Direitos Humanos, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Pessoa com Deficiência, da Pessoa Idosa, nós temos o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, o Conselho Nacional de Política Indigenista, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Conselho Nacional da Juventude.

Essa é a estrutura do Ministério e, como eu disse no início, com assuntos bem diversos e até mesmo ecléticos. Todos os nossos secretários nacionais estão nomeados e empossados. As secretarias já estão trabalhando. Inclusive, nós estamos no primeiro mês de trabalho entregando, apresentando relatórios de atividades já realizadas, mas lembrando aos senhores que a gente ainda trabalha no PPA antigo. Nós ainda devemos cumprir, neste ano, o PPA, as atividades, o orçamento. A gente já recebe o Ministério com programas, com iniciativas, com projetos aos quais a gente precisa dar continuidade até o final do ano.

Podemos passar.

Aí podemos passar isso daqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos passar.

Podemos... Volta. Por favor, volta.

Isso aqui eu gostaria muito de deixar bem claro. Nós procuramos apresentar a defesa dos direitos humanos como direitos de todos os brasileiros e de todos que vivem em nossa Pátria. Todos. Priorizando a vítima da violência. Nós estamos vindo com essa vertente, neste Ministério, da priorização das vítimas de violência, pois a pessoa humana é valiosa demais para ser reduzida e classificada em grupos identitários.

Vejam só, o Presidente Bolsonaro, durante toda campanha, estava sempre falando que não podemos mais dividir o Brasil. Nós não podemos mais dividir o Brasil. Somos uma Nação. Somos só um povo com suas diferenças, sua cultura, suas especificidades. Mas nós somos uma Nação. E o Ministério de Direitos Humanos vem nessa linha também: somos uma única Nação, respeitando, sim, as especificidades, as necessidades, respeitando os povos tradicionais, respeitando as minorias, mas acreditando que direitos humanos são para todos e que iremos construir uma Nação una. É difícil. Talvez alguns possam achar que isso seja uma utopia, mas nós vamos caminhar nessa direção. Somos uma grande Nação, somos um único povo. (*Palmas.*)

Esse Ministério, inclusive, vem com alguns desafios de resgatar o amor a esta Pátria de uma forma incrível; de resgatar o orgulho de ser brasileiro, de resgatar o sonho de uma Nação grande, de uma Nação próspera, de uma potência que pode ser olhada lá de fora e dizerem: vede como aquele povo se respeita, vede como aquele povo cuida dos seus, vede como aquele povo respeita os direitos humanos. Esta é a proposta que esta Ministra traz, com que este Ministério vem.

Podemos passar, por favor.

A Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres é uma secretaria conhecida de todos os Parlamentares, de todos que acompanham o trabalho dos Ministérios. Nós temos a alegria de ser Secretária Nacional a ex-Deputada Tia Eron – ela inclusive acabou de chegar aqui – da Bahia, nordestina, aguerrida, uma mulher que já tem uma trajetória, uma história na defesa das mulheres.

E como Secretária Adjunta, nós também temos outra nordestina que é a ex-Deputada Rosinha da Adefal, aquela Deputada que todos vocês conhecem na luta pela pessoa com deficiência; mas a Rosinha, eu seu Estado, foi secretária estadual das mulheres e tem um trabalho incrível no combate à violência contra a mulher. E nós tivemos a alegria de sermos presenteadas com essas duas guerreiras que estão à frente da pasta da Secretaria Nacional de Políticas – públicas – para Mulheres. E aí está o objetivo da secretaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria Nacional de Políticas – públicas – para Mulheres não sofreu muitas alterações – uma ou duas aconteceram – na sua estrutura. Nós não podemos dizer que foi prejudicado com a mudança o trabalho de proteção à mulher, o enfrentamento à violência à mulher. Não!

Por favor, pode passar.

A Secretaria Nacional ficou exatamente dessa forma, com coordenações. Nós temos ali a Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Nós respeitamos os conselhos. Que isso fique muito claro! Nós trabalhamos em conjunto com os conselhos. O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres é um dos conselhos mais importantes que nós temos na pasta. E a interação das nossas secretárias, de toda a secretaria com o Conselho tem sido saudável, com diálogo muito saudável.

Digo para os senhores que todos os conselhos da pasta têm sido tratados desta forma: com respeito, com diálogo, com integração, com interação. Aí a Secretaria ficou com as demais coordenações. Nós temos três departamentos com suas respectivas coordenações: o Departamento de Políticas das Mulheres e Relações Sociais; o Departamento de Políticas do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Departamento de Promoção da Dignidade da Mulher.

O foco desta Secretaria com certeza, nesse primeiro momento, ficará ali no Departamento de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. É um grande desafio. E os números nos assustam! E nós vamos precisar inclusive rever muita coisa nesta Nação. Os números nos deixam apavorados, Senador. Fala-se que a cada oito minutos uma mulher é estuprada, no Brasil;

Nós tínhamos esse dado contando a cada onze minutos. Agora, a gente já recebe notícias de que é a cada oito minutos. Inadmissível a gente ostentar essa marca. Inadmissível uma Nação como Brasil, que tem leis extraordinárias de proteção à Mulher... Uma Nação, inclusive – permita-me, Senador – que se autodeclara cristã ter tanta ocorrência e ter tanta violência contra a mulher.

Nós vamos precisar entender o que está acontecendo. Onde nós ainda precisamos melhorar. Este é o nosso maior desafio hoje.

A Secretaria da Mulher... Eu vou até dizer para vocês que a gente não tem hora para trabalhar. A gente sai do Ministério por volta de uma, duas horas da manhã trazendo todos os atores, trazendo todos os especialistas para discutirem conosco o que está acontecendo com o Brasil!

Nós somos o quinto País em feminicídio. Inclusive agora, Senador, a gente tem ouvido de fora que talvez a gente vá para quarto lugar. Isso é preocupante. A cada sete minutos uma mulher sofre violência, no Brasil. Aí eu vou dizer para vocês que a violência não é só a violência doméstica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mulher sofre violência nos ônibus, no Brasil; a mulher sofre violência nos pontos de ônibus; a mulher sofre violência dentro de avião, no Brasil.

Nós precisamos entender o que está acontecendo! E no quesito violência contra a mulher, nós teremos que fazer, nesta Nação, um grande pacto.

Aqui eu quero dizer para os Senadores e para os Deputados que nós precisaremos enfrentar isso, esquecendo as nossas diferenças. Esquecendo inclusive o que nos separa. Esquecendo inclusive as barreiras. Nós precisaremos estar juntos! Do jeito que está não pode mais ficar! A violência contra a mulher, nesta Nação, precisa ser encarada de fato. E todos terão de vir para esta luta. Não dá mais para a gente suportar!

Nós temos, no Ministério, o Ligue 180. Não sei se o nosso ouvidor nacional está aqui. Vocês não têm ideia de que 24 horas por dia o Ligue 180 recebe ligações de denúncias de violências contra a mulher. São mulheres de todos os lugares.

Aqui eu quero falar, Senador, das mulheres dos povos tradicionais. Nós temos como prioridade trazer as invisíveis. Nós queremos trazer à luz as invisíveis. Quem são elas? As mulheres dos povos tradicionais no Brasil. E a violência está lá também. Nós queremos falar de e trazer para o protagonismo, Senador, a seringueira. Nós queremos trazer para o protagonismo, nessa história aqui de enfrentamento à violência contra mulher, a catadora de siri, a quebradeira de coco, a mulher pescadora. Nós queremos trazer para o protagonismo também a mulher cigana.

Aqui, Senador Paim, eu preciso fazer uma homenagem ao senhor, por todo o seu carinho e respeito pelos povos ciganos. E conte com este Ministério na luta para aprovarmos, o mais rápido possível, o Estatuto do Cigano, que é de autoria do Senador Paim. Quantos enfrentamos tivemos nesta Comissão aqui, na discussão do Estatuto do Cigano! E em todas as discussões, Senador – o senhor vai se lembrar –, a violência contra a mulher cigana foi colocada aqui neste Plenário. Ainda, infelizmente, nesta Nação, o cigano é visto como trapaceiro, mentiroso e enganador. Não dá para a gente aceitar mais isso!

Nós temos dicionários de português em que quando vocês abrem para entender o sinônimo da palavra cigano, está lá escrito – e as crianças ciganas brasileiras têm de ler isso, que me incomoda muito – o que significa cigano: "Enganador, velhaco e trapaceiro". Em pleno ano de 2019 temos dicionários que ainda no sinônimo, para explicar o que significa cigano, fala que é velhaco, enganador e trapaceiro.

A mulher cigana, Senador, no País, nesta Nação, ainda é vista como enganadora, trapaceira e velhaca. Senadora Mailza, nós temos visto mulheres ciganas, no Brasil, indo para delegacia fazer ocorrência porque sofreram violência na rua, até foram estupradas. Quando vão fazer ocorrência – a gente tem visto muita reclamação, muita denúncia –, nem o delegado nem a delegacia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querem fazer a ocorrência porque a mulher cigana é mentirosa, é enganadora e trapaceira. Não podemos mais admitir isso!

Nós vamos trazer também à visibilidade as mulheres quilombolas. Nós vamos também trazer para a visibilidade todas as mulheres dos povos tradicionais. A mulher indígena. Vocês não imaginam como é a violência contra a mulher indígena. O que nós estamos buscando, dados e evidências... Eu trabalho com o segmento dos povos indígenas. Nós vamos precisar enfrentar a violência contra a mulher indígena nesta Nação! (*Palmas.*)

Eu estou vendo aqui duas indígenas neste auditório. Uma delas foi ouvidora nacional da Funai. E eu sei o quanto essa mulher ouviu e chorou no telefone, nos *e-mails*, devido ao quesito violência contra a mulher indígena.

Temos ali a Ten. Sílvia, que é uma indígena extremamente conhecida no Brasil, e a luta dela é no combate à violência contra a mulher indígena.

A Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos vai focar nas mulheres tradicionais, nesta Nação. Nós queremos inclusive fazer um pacto pelas mulheres dos povos tradicionais dizendo aos senhores que nós vamos respeitar, sim, as manifestações culturais; nós vamos respeitar, sim, as especificidades de cada povo, mas nós vamos cumprir exatamente o que está na Convenção 169 da OIT. Os povos têm direito à manifestação cultural, desde que não atente contra direitos fundamentais. (*Palmas.*)

Estupro de mulher não pode mais ser considerado, neste País, como manifestação cultural. E é nessa linha que a gente vem, com coragem e ousadia.

Senador, nós vamos precisar tocar em pontos, no quesito mulher tradicional, que muita gente não quis tocar, especialmente no quesito manifestação cultural. Eu tenho uma terceira índia no auditório. Eu me esqueci de falar da Sandra Terena, que é a nossa Secretária Nacional da Promoção da Igualdade Racial, conhecida no Brasil e no mundo. Uma cineasta fluente em línguas, premiada mundialmente. E por que a gente traz a Sandra nesse contexto? Porque nós queremos enviar um recado para todas as mulheres indígenas de povos tradicionais: vocês podem chegar aonde quiserem. Há oportunidade, nesta Nação, para todas vocês. (*Palmas.*)

No quesito violência contra mulheres, estaremos trabalhando também com tecnologias. O Ligue 180, da nossa ouvidoria, está sendo todo reformulado. Nós temos hoje celular, aplicativos, Instagram, Facebook. Nós estamos sentando com especialistas na área da tecnologia para sabermos como nós podemos avançar na ouvidoria para o recebimento das denúncias de violência contra a mulher. Mas também, Senador, nós queremos avançar lá na ponta, porque não adianta só o Ligue 180 receber as denúncias e os nossos encaminhamentos não terem respostas. Todos os agentes da rede de proteção à mulher serão acionados por este Ministério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez alguns de vocês digam o seguinte: "Então onde está, Ministra, o erro? Onde nós erramos? O que temos de melhorar?" Eu acredito que uma das respostas seja o fortalecimento da rede de proteção às mulheres. Todos os agentes vão ter que ver a eficiência e a eficácia de todos os agentes públicos na luta e no enfrentamento da violência contra a mulher.

Podemos voltar para os eslaides?

Pode passar, por favor.

Nós temos ali... Pode passar.

Mais um pouquinho, por favor.

Pode passar, por favor.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ficou exatamente na estrutura em que estava.

Pode passar.

As coordenações...

Pode passar para as imagens.

Pode passar.

Ali está a estrutura da Secretaria.

Nós temos ali o Departamento de Promoção e Fortalecimento dos Direitos da Criança e do Adolescente; Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente; Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; Coordenação-Geral de Fortalecimento de Garantias de Direitos; Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; e a Coordenação-Geral de Assuntos Socioeducativos.

É uma secretaria muito grande e nós temos ali conosco o Conanda. É uma secretaria em que nós não mexemos na mudança de muitos dos seus assessores e do pessoal que estava ali lotado, porque entendemos que é uma secretaria que deve dar continuidade ao que já estava fazendo e trazer novidades na defesa e proteção da infância.

Eu até sugiro, Senador, num momento oportuno trazer a nossa Secretária Nacional dos Direitos da Criança...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu mais uma vez peço silêncio do Plenário, mas principalmente de quem fala aqui perto, com todo carinho que eu tenho à Assessoria da Mesa, que é onde mais pega o microfone.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES – ... trazer a nossa Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Nós temos como Secretária a Dra. Petrúcia de Melo. A Petrúcia está ali.

Petrúcia tem uma história, Senador. Eu conheci Petrúcia há 35 anos, quando nós estávamos no Brasil organizando o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Conheci Petrúcia na rua com as crianças de rua e ela tem toda uma trajetória. E juntamente com ela, como Secretária Adjunta, está a Dra. Viviane Petinelli, Doutora em Políticas Públicas. Nós estamos fazendo uma releitura das políticas públicas aplicadas às crianças no Brasil. E aí, senhores, é também prioridade desta pasta a criança e o adolescente.

Chega! Nós queremos até escrever essa palavra e colocá-la em todo o Ministério: basta, chega, basta, chega! Não dá mais para a gente suportar também os números da violência contra a criança no Brasil. Não dá, senhores! Não dá para a gente receber um relatório dizendo que nós somos o pior País da América do Sul para se criarem meninas. Não dá.

Inclusive, quando falei essa frase numa entrevista, eu fui mal interpretada. E aqui quero dizer para vocês que esse Ministério se propõe a fazer desta Nação o melhor País do mundo para se criarem meninas. Nós gostaríamos muito que as nações do mundo todo olhassem para cá e dissesse assim: o que aconteceu com aquela Nação? Quatro anos atrás aquela Nação era o pior país da América do Sul para se criarem meninas e hoje é o melhor País do mundo para se criarem meninas! E eu quero que o próprio mundo responda: o que aconteceu ali é que todos se uniram e fizeram um pacto pela infância no Brasil; eles entenderam que do jeito que está não dá mais para continuar. (*Palmas.*)

Nós vamos ter que enfrentar a violência contra a criança e entender que todos nós precisaremos nos dedicar ao quesito infância.

Senador, há relatórios em que houve legislatura em que o Senado e a Câmara legislaram apenas 17% a 18% do seu tempo voltados para a infância. Nós precisamos rever isso, Parlamentares! Nós precisamos trazer para a pauta a infância.

Por exemplo, nós não temos nesta Casa uma comissão permanente da criança e do adolescente. Há propostas para que se crie nesta Casa e na outra Casa a comissão da criança e do adolescente. E nós pediremos para que o senhor lute a fim de que isso aconteça, junto ao Presidente desta Casa e da outra. Nós precisamos ter uma comissão permanente, no Parlamento, da criança e do adolescente.

Infelizmente, Parlamentares, como assessora, o que eu vi... Por isso eu falo que todos nós precisamos vir para essa luta. Eu vi propostas excelentes, extraordinárias de proteção e defesa da criança ficarem dez, oito, nove anos tramitando nas Comissões. Eu já vi esse Presidente aqui lá fora tentando catar Senadores para vir à Comissão votar propostas de defesa à criança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós precisaremos rever, como Executivo, onde nós erramos no quesito defesa da infância. Os números nos assustam. E as situações também nos assustam.

Esta Casa sediou, ano passado, nos dois últimos anos, uma CPI que estava investigando maus-tratos contra crianças e adolescentes. E o que nós recebemos naquela Comissão nos deixou assustados. Nós temos Senadores que estão aqui que acompanharam nosso trabalho lá. E nós estamos assustados com tudo o que a gente viu. A violência contra a criança só cresce nesta Nação e me parece que é cada vez mais cruel. E os agentes da violência estão cada vez mais sarcásticos.

Eu duvido que os senhores não tenham recebido, no último ano, pelo menos dois ou três vídeos de crueldade contra criança no Brasil. No meu WhatsApp é o que eu mais recebo. E agora, como Ministra, passaram para o Brasil o meu telefone. Gente, o meu telefone é lotado todos os dias de violência contra a criança. Não dá mais!

Na CPI que o Senado promoveu, nos dois últimos anos, nós recebemos dados como por exemplo: Nunca bebês foram tão abusados neste País como hoje. A CPI da Pedofilia, em 2010, uma CPI mista que aconteceu aqui, eu acompanhei aquela CPI, Senador, e a criança mais nova que eu tinha visto sendo abusada na outra CPI tinha 29 dias. Nessa CPI que agora encerrou, em dezembro, aqui no Senado,...

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES – ... nós recebemos imagem de crianças de 22 dias sendo abusadas no Brasil. Eu fui falar isso numa palestra, que eu tinha visto uma imagem de uma criança de 22 dias sendo abusada. Tinha uma tenente sentada no auditório e disse assim – eu não era Ministra ainda: "Doutora, eu bati o seu recorde". Eu disse: "Não estou entendendo". Ela disse: "Aqui em Curitiba, há um bebezinho, ali no hospital, de que eu acompanhei a ocorrência, de oito dias, que foi barbaramente abusado pelo seu pai".

Foram presos, nesta Nação, os homens mais malucos com bebês. Em Manaus, um homem foi preso com uma nenezinha de sete meses num motel. Nós acompanhamos a prisão de um médico, em Santarém... Absurdas as imagens a que eu tive de assistir. Inclusive há imagens em que ele abusava com o consentimento da mãe. Permitam-me. Eu preciso falar. Eu sei que a televisão deve estar num horário com crianças, mas imagens de crianças de três meses abusadas. Há uma cena em que ele, depois que abusa da criança, ejacula no peito da mãe para que a mãe coloque o bebê para mamar o esperma dele, porque ele só sentia prazer se ele visse isso.

Nós encontramos, em um único celular de um pedófilo nesta Nação, 56 vídeos de abusos de bebês diferentes. E aqui vou dizer uma coisa para os senhores, Senadores, o vídeo do abuso de uma criança pode custar mil reais. Se for bebê, pode passar de R\$50 mil. E no quesito abuso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu quero dizer para vocês do nosso enfrentamento que tem crime organizado por trás disso! A criança é o segundo bem mais valioso no crime organizado e nós vamos ter que enfrentar isso.

Esta é uma Nação em que infelizmente a realidade do abuso está aí, a violência sexual está aí, a exploração sexual está aí. E são grandes os nossos desafios.

"Ministra, o que vocês pretendem fazer?" Nós daremos continuidade às políticas públicas que deram certo, mas traremos coisas novas também. Por exemplo, nós temos o Disque 100 e o estamos reformulando. De que forma? Nós vamos usar aplicativos, sim, para que as denúncias cheguem mais rápido lá no nosso Ministério.

Nós já estivemos conversando com Instagram, Facebook, Google, YouTube sobre de que forma as redes sociais podem vir nos acompanhar no enfrentamento da violência contra a criança. Há uma violência, Senador, sobre a qual a gente pouco fala, que é a das crianças desaparecidas.

Nós temos notícias na imprensa que falam que por ano, no Brasil, desaparecem 41 mil crianças e mais de 10% dessas crianças não são encontradas. Vocês conseguem imaginar mais de quatro mil crianças por ano que não são encontradas no Brasil? E vou dizer uma coisa, é possível que esse número esteja muito, muito abaixo da realidade. A subnotificação é uma realidade. Onde estão nossas crianças, Parlamentares? Foram abduzidas? Onde estão os nossos filhos? Eu estive em reunião com pais de criança desaparecida, o luto não fecha. Vocês não têm ideia da dor de uma mãe de uma criança desaparecida, ela não fecha o luto, é sofrimento e dor dia e noite. Nós vamos enfrentar esse quesito, nós vamos enfrentar esse tema com muita coragem.

Infelizmente, no Brasil, a gente ainda não tem mecanismos eficientes para inibir o desaparecimento de criança ou para encontrar as crianças desaparecidas. E nós fomos buscar em alguns países do mundo, por exemplo, o Canadá. Quando uma criança desaparece, 30 minutos depois todos os policiais têm no seu celular a foto da criança, o nome da criança e onde ela desapareceu. Aí, eu queria ir ao Canadá buscar essa tecnologia para o nosso Ministério e, quando eu estava falando com a Polícia Rodoviária Federal, Secretário, que a gente iria atrás da tecnologia, sabe o que a PRF falou para mim? "Não precisa, nós já temos aqui no Brasil". Porque no Brasil, quando um carro é furtado, já há um aplicativo, meia hora depois todos os policiais têm o número da placa, a marca do carro e, às vezes, até a foto do carro. Um carro vale mais que uma criança? Por que nós não podemos pegar esse aplicativo da PRF e trazer também para a Ouvidoria Nacional, termos esse aplicativo para encontrar mais rápido as crianças no Brasil? O Instagram vir conosco, o Facebook vir conosco mostrar essas crianças, fazer uma campanha nas redes sociais, esse é um grande desafio.

Mas, na violência contra a criança também temos que enfrentar o trabalho infantil, Senador. É uma realidade que nós vamos precisar enfrentar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No quesito infância, são muitos os desafios para este Ministério. Vamos continuar... Sei que meu tempo está quase acabando, pode passar a próxima imagem.

A Secretaria Nacional da Juventude...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para esclarecer, Ministra, eu lhe dei 30 minutos e ainda lhe dei mais cinco. Se V. Exa. puder concluir...

A SRA. DAMARES ALVES – Vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí, o Plenário, Senadores e Deputados, conforme combinei com V. Exa., farão as perguntas.

A SRA. DAMARES ALVES – Nós temos a Secretaria Nacional da Juventude, é uma secretária incrível. A nossa Secretária Nacional é a Jayana – não sei se ela está aqui –, uma jovem extraordinária que montou um time de peso. A Secretaria fica ali, naquele barracão, logo depois do Palácio. Os senhores poderiam visitar a Secretaria e conversar com esses jovens aguerridos.

Próxima imagem, por favor.

Nossa próxima secretaria, a Secretaria Nacional da Proteção Global. Essa é uma secretaria bem eclética.

Pode passar.

Olha quantas coordenações há nessa secretaria! Está aqui o meu secretário. Vejam, nessa secretaria nós temos Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, ali temos Coordenação-Geral de Proteção à Testemunha e aos Defensores de Direitos Humanos, são dois programas bem diferentes. Nós temos a proteção à testemunha e a proteção dos defensores de direitos humanos. Aqui, senhores, nós temos hoje mais de 800 pessoas no programa de proteção à testemunha. Inclusive, Senador, eu sugiro uma reunião reservada depois com Senadores e os nossos coordenadores de proteção à testemunha. Vamos ter que melhorar o mecanismo de proteção à testemunha e de defensores dos direitos humanos.

Nós temos lá a Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional, a Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo, a Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos, a Coordenação-Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento, a Coordenação-Geral dos Direitos das Populações em Situação de Risco, direitos da população de rua, e a Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma secretaria eclética, é uma secretaria complexa, é uma secretaria que diz muito a esta pasta. Nós estamos inclusive dispostos, Senador, a vir só para falar sobre essa secretaria.

Pode passar, para a gente encerrar.

Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Pode passar.

Nossa secretária está aqui.

Pode passar.

Eis as coordenações. Nós temos como Secretária a Sandra, que é uma índia; Secretário-Adjunto Dr. Ezequiel, negro, veio da Comissão da OAB de Rondônia. E nós temos, pela primeira vez, como coordenador-geral, um cigano – que é antropólogo, fluente em línguas, escritor e autor de várias obras –, para também mandarmos um recado para os ciganos: vocês podem chegar aonde vocês quiserem, neste Governo vocês serão abrigados.

Encerrando, pode passar.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, muito conhecida de todos vocês.

Pode passar.

A nossa Secretária Nacional da Pessoa com Deficiência também é um presente para o Brasil, ela é uma surda. A Profa. Dra. Priscilla, professora da PUC de Campinas, uma surda que vem com um trabalho extraordinário. Essa secretaria, inclusive, agora traz para o Brasil uma coordenação nova, que é a coordenação raros, das doenças raras. Nós vamos ter que lidar com esse tema com muita sabedoria nos três Poderes. Os raros existem e precisam ser amados, abrigados, protegidos, defendidos e ter todos os direitos garantidos no Brasil.

Por último, a Secretaria Nacional da Pessoa Idosa, uma secretaria nova. Vou dizer uma coisa para vocês: essa é uma secretaria pequena, o orçamento neste ano é de apenas R\$1 milhão para todo o Brasil. Então, Senadores e Deputados, esta Ministra vai bater na porta de vocês logo, logo, pedindo emenda para a Secretaria Nacional da Pessoa Idosa.

E aí, a novidade para o Brasil, que é a Secretaria Nacional da Família. No Ministério da Família nós temos a Secretaria Nacional da Família. Essa secretaria vem com propostas de fortalecimento de políticas públicas para a família. E a nossa Secretária Nacional da Família está aqui, a Dra. Angela Gandra, especialista em Direito de Família. Ela está aqui disponível, disposta a falar com todos vocês, Senadores e Deputados, numa próxima audiência, se possível, para só falar sobre família.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES – Esse é o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Eu estou à disposição de vocês agora. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa foi a Ministra Damares Alves.

Eu quero cumprimentar o Plenário. Havíamos combinado no início de, durante os debates, evitarmos principalmente vaias, seja quem fosse nosso convidado. Claro que não serei tão intolerante de ficar cerceando palmas.

Foi bem encaminhado, estamos indo bem.

Agora, como eu havia me comprometido, vou citar os nomes dos Deputados e das Deputadas presentes.

Deputados e Deputadas presentes: Deputada Federal Chris Tonietto; Deputada Federal Angela Amin; Deputado Federal Filipe Barros; Deputado Federal Dr. Jaziel; Deputada Federal Daniela do Waguinho; Deputada Federal Flordelis; Deputada Federal Dra. Vanda Milani, Deputada Federal Aline – deve ser a minha pronúncia, não ajuda muito, a senhora pode me ajudar daí, Deputada Federal Flordelis –, agora Deputada Federal Vanda Milani – e essa aqui que eu estava olhando para baixo já para me ajudar –, Deputada Federal Aline... Diga bem alto.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Um nome bem brasileiro, é holandês: Sleutjes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sleutjes, muito bem. Obrigado pelo carinho no encaminhamento do seu sobrenome. Deputada Federal Marina Santos, Deputada Federal Lauriete, Deputada Federal Flávia Arruda e Deputado Marco Feliciano. Chegaram mais dois. Em seguida, vamos abrir. Deputado Federal Pastor Sargento Isidório, Avante; e Deputada Rejane Dias, que também se encontram conosco.

Vou repetir, a fala e as perguntas serão por ordem de chegada. Nem todos, claro, usarão a palavra. Na medida em que eu for chamando, quem quiser pede a palavra.

Primeiramente, eu vou fazer a leitura de todos: Zenaide Maia, Flávio Arns, Mailza Gomes – todos Senadores e Senadoras – Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Telmário Mota, Selma Arruda, Eduardo Girão, Leila Barros, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Luiz do Carmo e agora está aqui na mesa o Lasier Martins, que é Vice-Presidente da Casa. Não é por ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gaúcho, não. Não havia nem espaço no Senado e eu o convidei para que ficasse aqui na mesa. O.k.?

Vamos às perguntas? Já expliquei no início que serão cinco minutos tanto para quem pergunta quanto para quem responde. Na réplica e na tréplica são dois minutos.

Senadora Zenaide Maia. (*Pausa.*)

O Senador Telmário Mota é o primeiro inscrito, Vice-Presidente da Comissão. Teve de ir ao Ministério, mas voltará aqui. Senadora Zenaide Maia, está registrado.

Senador Flávio Arns esteve e teve que sair.

Senadora Mailza Gomes. (*Pausa.*)

Senador Styvenson Valentim, a palavra é sua.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bom dia a todos, Presidente, Lasier, Ministra, todos presentes.

Paim, muito obrigado por este momento, por esta oportunidade e por tudo que foi dito aqui. Só uma observação que eu posso fazer: acho que se tem que mudar muito essa cultura desde a infância, desde a escola, é o que eu tento fazer lá no meu Estado na educação.

Dentro da pasta da senhora é sabido, através da imprensa, no dia 7/2/2019, pela *IstoÉ*, uma matéria que saiu e chamou muito a atenção e as pessoas pedem esclarecimento, pedem transparência e que se traga a verdade sobre o tema, Presidente Paim, sobre a farra das indenizações.

Nessa mesma reportagem não ficou claro – e se a senhora tivesse a informação eu pediria que a senhora esclarecesse – que um determinado ex-Presidente ganhou uma parcela, uma porção em dinheiro.

Não se sabe dizer se foi continuada ou se foi já total, absoluta. E, dentro desse mesmo tema, já que me interessa porque eu consegui 30 assinaturas para abrir uma CPI dentro desta Casa, os critérios que eu tanto questiono: se estão seguindo dentro da lei ou se eles estão sendo objetivos ou subjetivos dentro dessa mesma posição. E se a senhora já tem algo concreto que se possa passar aqui, pelo menos para que esse fomento se acelere, que essa CPI tenha andamento dentro desta Casa.

A SRA. DAMARES ALVES – Senador, nós realmente recebemos a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, assim como nós recebemos a Funai. Nosso decreto de formação do ministério começou a vigorar a partir de 30 de janeiro. Então, uma comissão teve esse período de transição de um ministério para o outro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não conseguimos ainda todas as respostas que o senhor quer, nós estamos abrindo os processos, nós estamos lendo os processos. Mas vamos deixar claro uma coisa: eu fico muito preocupada com as notícias que estão circulando, algumas, inclusive, atribuindo a falas desta Ministra, como atribuem a muitas falas que não são minhas ou exageram em algumas falas minhas de lá do passado. Nós precisamos respeitar os anistiados, nós temos muitos processos ali que foram legais, justos e nós precisamos respeitar os anistiados. Eu tenho muito medo de que nesse bolo as pessoas que receberam porque mereciam sejam rotuladas de fraude. Mas existem alguns processos ali que a gente vai precisar rever, sim, com certeza.

A gente já recebeu nesta semana um servidor da Controladoria-Geral da União que vai começar a rever alguns processos conosco, vai começar a analisar. Se nós vamos rever se esse valor foi pago ou não, nós vamos ter que sentar ainda com o TCU porque, como são decisões administrativas, o TCU pode rever decisões administrativas, sim. Mas nós estamos apenas começando tudo isso, nós estamos apenas começando. Eu gostaria de passar para os senhores algo – se me permite, eu estou dentro do meu tempo ainda, por favor – com relação à Comissão de Anistia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A senhora tem ainda três minutos.

A SRA. DAMARES ALVES – Pode passar.

Muita gente tem dúvida sobre isso: há gente que confunde a Comissão de Anistia com a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, há gente que confunde Comissão de Anistia, Comissão sobre Mortos e Desaparecidos com a Comissão da Verdade; são mecanismos bem diferentes. Lá no gabinete está a Comissão de Anistia. A Comissão sobre Mortos e Desaparecidos está na Secretaria Nacional de Proteção Global. São instrumentos bem diversos, que acabam, lá na frente, sendo muito parecidos.

Vejam, nós realmente temos alguns processos na Comissão de Anistia – dá para projetar? – , que nos causam preocupações. Temos processos de ex-presidentes, nós temos dois processos de dois ex-presidentes. Eu vou pedir permissão para não falar sobre eles porque eles estão sob análise. Depois a gente pode mandar por escrito essa resposta com a conclusão da análise de todo esse processo. Mas vamos aqui aos números da comissão: número de requerimento analisados, 66.387 pedidos de anistia; requerimentos pendentes de análise que ficaram para o nosso ministério, será esta Ministra que vai decidir, 11.041; processos em atos de finalização, temos 503, um total até agora de 77.931; aguardando análise de pedido de revisão, são processos que foram deferidos ou indeferidos e estão precisando de revisão, 1.628, a CGU vai começar por esses processos, com certeza; total pendentes de apreciação e apreciados com pedido de revisão, dá um total de 12.669; portarias publicadas pela Comissão, 1.973 portarias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos falar por ano. Os anos em que mais houve requerimentos apresentados na Comissão: 2003, 2004, 2005 e 2007. Foram os anos em que nós tivemos mais requerimentos apresentados.

Esses dados são públicos, esses dados podem ser divulgados e estão lá no nosso portal.

Pagamento, quanto nós já pagamos até agora no Brasil de indenizações, pagamentos de indenizações: R\$9.958.908.243, este é o valor já pago até agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo, Ministra, para que todos possam perguntar e V. Exa. responder a todos.

A SRA. DAMARES ALVES – O.k., mas eu acho que a gente pode fazer uma audiência pública só sobre a Comissão de Anistia.

Respondido? O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente.

De imediato, Senadora Mailza Gomes.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Bom dia a todos, à Ministra Damares – é uma honra recebê-la – e ao Presidente Senador Paulo Paim.

Eu quero parabenizá-la pela posição do seu trabalho belíssimo em defesa das mulheres, da criança e do adolescente. Essa é a nossa luta diária e constante que devemos ter porque direitos são para todos, independentemente de raça, de cor e de sexo. Enfim, parabéns pelo seu trabalho, confiamos nele e sei que o Brasil terá uma representante acima daquilo de que está precisando.

Eu represento o Acre, inclusive, tive agora no Facebook a participação de muitas pessoas, de muita gente parabenizando, demonstrando a importância que tem. Inclusive, vamos fazer, neste mês da mulher, um evento, dia 29 de março – a senhora foi convidada, já confirmou presença, obrigada – no sentido de demonstrar, valorizar aquelas mulheres que se empenham, que fazem muito bem seu trabalho, principalmente no Acre, onde temos um momento de ascensão da mulher: no Ministério Público; na procuradoria feminina; na Universidade Federal, a nossa reitora; na OAB; quatro Deputadas Federais; Senadora, enfim, prefeitas... É um momento de grande expressão para a gente do Acre. Eu quero então parabenizá-la por tudo isso, pode contar com meu apoio, com meu mandato no sentido de valorizar o nosso Brasil, tendo a palavra de ordem, aqui nesta Comissão, de amor ao próximo.

Muito obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (*Fora do microfone.*) – Senador, ela não fez pergunta, mas eu gostaria de cumprimentar as mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois da fala, cinco minutos são seus.

A SRA. DAMARES ALVES – ... as mulheres empoderadas do Acre.

Parabéns, Senadora! O Acre nos tem deixado muito felizes com todas essas mulheres ocupando cargos no Estado, cargos de alto escalão.

Aqui nós vamos dar uma notícia para o Brasil: o Ministério da Mulher vai lançar em julho uma campanha de incentivo, motivação a que mulheres se candidatem na próxima eleição.

Nós temos muitas Câmaras de Vereadores, senhores, que não têm uma única mulher representando o Município. Nós temos como objetivo fazer uma grande campanha para que pelo menos uma mulher em cada Câmara de Vereadores no Brasil esteja ali representando as mulheres.

Parabéns, ao Acre, Senadora, parabéns pelo seu trabalho. Eu também me coloco à disposição lá no Ministério. Vamos estar juntas lá no Acre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Senadora Soraya. (*Pausa.*)

Saiu.

O Senador Telmário Mota está voltando.

Senadora Selma Arruda.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia, Sra. Ministra, eu sou Senadora eleita pelo Estado de Mato Grosso, pelo PSL. É um prazer estar aqui conversando com a senhora pela primeira vez.

Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta pela minha vivência como juíza que fui durante alguns anos e pela minha vivência como mãe e avó que sou. Eu não sou o tipo de pessoa que acredita que se muda um país fazendo leis, eu penso que se muda um país fazendo hábitos, fazendo cultura. Então, eu pergunto à senhora diante dessa família que hoje nós temos tão desestruturada, em que você olha o pai está no WhatsApp, a mãe também, e a criança tem um celularzinho já, desde um aninho de idade, aquilo que a doutrina, aquilo que a faz parar quietinha, se acabar a bateria o menino se joga no chão, parece que o mundo acabou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje em dia, nós temos as famílias desestruturadas e fica uma interrogação muito grande de como resgatar essas famílias e não colocar na escola apenas o encargo de educar essas crianças, começar pelos pais, eles é que devem fazer com que os filhos cheguem à escola com princípios éticos, morais mínimos para terem uma convivência adequada na escola.

Eu lhe pergunto: existem políticas públicas já no ministério voltadas a esse resgate da família?

A SRA. DAMARES ALVES – Sim, Senadora. É por isso que vem a Secretaria Nacional da Família.

Nós entendemos, Senadora, que nós não podemos mais construir nenhuma política pública nesta Nação sem a perspectiva da família. Nós vamos precisar colocar a família como protagonista em todas as políticas públicas. As pessoas perguntam assim: "Mas eu não estou entendendo". Deixe-me explicar claramente. Uma política pública para as pessoas com deficiência, uma política pública para as pessoas com doenças raras. Nós estamos construindo políticas públicas para pessoa que tem, por exemplo, o mal de Alzheimer, vamos trabalhar políticas públicas e benefícios para eles. Mas e a família dessa pessoa, como é que fica? Nós estamos hoje com doenças como a esclerose, que está chegando cada vez mais cedo, jovens desenvolvendo essa doença. A mãe de um jovem com essa doença, nós estamos pensando nela? Nós estamos pensando nessa família?

Nós tivemos um debate agora, Senadora, sobre as doenças raras, e uma mãe falou para nós que a filha dela chegava a ter 140 convulsões por dia. Essa mãe chegou a ficar quatro dias sem tomar banho porque a vida dela era ficar ao lado desta criança. A criança conseguiu uma liminar para o remédio, ela tem um remédio para a criança e ela tem assistência médica. Mas essa mãe? O que nós estamos fazendo por essa mãe? Que políticas públicas nós estamos fazendo para as famílias das pessoas com doença rara? Será que não estava na hora de o Estado oferecer para essa mãe um cuidador por semana e dizer para essa mãe: "Saia, vá passear, vá andar, vá ao cinema, vá fazer unha, vá dormir", com um cuidador uma vez por semana?

Esse é um exemplo pequenininho sobre o que eu quero dizer. Nós vamos ter de trabalhar o resgate da família. Nós vamos ter de trabalhar políticas públicas voltadas para a família. Nós vamos ter de trabalhar, Senadora, o fortalecimento de vínculos no Brasil. Nós vamos ter de trabalhar, inclusive, as famílias, que estão se formando. Nós temos jovens se casando com 19, 20 anos que não sabem pegar um bebê no colo, que não sabem cuidar de um bebê! Não está na hora de termos políticas públicas para ensinar a esse pai e a essa mãe jovem como cuidar do seu bebê, como educar a sua criança? Não é interferência do Estado na família, mas é o Estado se propondo a criar políticas públicas de fortalecimento da família.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, a família é a base de tudo. A família é a base da sociedade. Família protegida é nação soberana. Família fortalecida é nação próspera. Não há outro caminho! Nós vamos ter de, nesta Nação, rever muito isto, rever o fortalecimento de famílias.

Eu penso como a senhora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário Mota, para as suas perguntas, conforme havíamos combinado, já que ele teve de ir a um Ministério.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Obrigado, Presidente.

Ministra, eu vou fazer três perguntas a V. Exa. – se V. Exa. já falou na sua explanação, eu vou me sentir contemplado para que V. Exa. não tenha de repetir.

Eu gostaria de saber de V. Exa. quais as políticas públicas para os povos indígenas. Essa é uma. A outra: vê-se ali que há a Fundação Nacional do Índio. Eu queria fazer uma sugestão para se mudar a nomenclatura para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, porque, hoje, as comunidades indígenas são tratadas como povos. Isso está até num tratado internacional, OIT 69.

Por outro lado, eu apresentei a V. Exa. a proposta de uma universidade indígena no Estado de Roraima. Por que isso? Gente, deixem-me explicar. Roraima hoje, inclusive, tem uma Deputada Federal indígena. Eu até a convidei para estar aqui, a Dra. Joenia, e acredito que ela não veio por alguma razão.

O Estado de Roraima hoje tem 18% dos eleitores, 60 mil indígenas, 480 comunidades, e três Municípios de fronteira ali, que são: Pacaraima, fronteira com a Venezuela; Uiramutã, que também tem fronteira com a Venezuela e com a Guiana Inglesa; e Normandia, que tem fronteira com a Guiana Inglesa. Os três Municípios interagem e, no entroncamento entre os três, poder-se-ia implantar pela primeira vez no Brasil essa universidade federal. Qual é a importância disso? Muito grande. Ela seria só para os indígenas de Roraima? Não, para os indígenas do Brasil inteiro, que somam um milhão hoje. E qual é a maior importância disso? É que, quando você dá educação e liberdade para as pessoas, você dá dignidade a elas. Quando você tira a educação e a liberdade, você dá estagnação, não permitindo a evolução dos povos, o que hoje é importante. Não adianta você fugir, porque as comunidades indígenas têm uma realidade que é a da integração. Hoje os povos indígenas querem integração tanto social quanto política e econômica. Essa universidade, sem nenhuma dúvida, seria uma porta de entrada para um novo conceito e até para mudar esse conceito muito antigo do princípio indigenista, que atrasou muito as comunidades, e do qual, através da educação, elas estão se liberando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria centralizar nestas três perguntas: primeiro, qual é a política pública do Ministério de V. Exa. para os povos indígenas? A possibilidade dessa universidade, cujo projeto V. Exa. já tem em mão e a possível mudança da nomenclatura da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostaria de registrar a presença do ex-Governador da Bahia e Senador Jaques Wagner, membro da Mesa.

Ministra, a palavra é sua.

A SRA. DAMARES ALVES – Senador Telmário, eu sei que o senhor é apaixonado pelos povos indígenas. No tempo em que nós estamos convivendo, isso ficou muito claro para mim.

A proposta da universidade indígena nós recebemos com muito carinho e muito entusiasmo. Já estamos conversando com o Ministério da Educação sobre a proposta apresentada pelo senhor.

Políticas públicas para os povos indígenas. Vou resumir da seguinte forma: do jeito que está não pode ficar. Se dissermos que o que está aí está bom, estaremos mentindo. Os nossos povos precisam ser mais bem acolhidos.

Políticas públicas não estão chegando a todos os povos. Nós precisamos entender o que está acontecendo, porque a Funai tem dinheiro, a Sesai tem dinheiro.

Senhores, o orçamento da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) passa de R\$1,4 bilhão por ano, e nós temos índios lá na ponta morrendo de dor de dente no Brasil! O que está acontecendo? Onde está o funil? Vamos precisar entender. A forma como a saúde indígena tem sido lidada no País nós vamos ter de rever.

Políticas públicas para os povos: nós entendemos que precisamos investir no desenvolvimento territorial. Precisamos investir no desenvolvimento do índio como um todo. Precisamos ver o índio como um todo nesta Nação.

Nós temos 305 povos indígenas no Brasil, e eles falam 274 línguas diferentes. Esta nação é incrível, esta nação é linda, esta nação é plural. Os nossos povos são lindos, os nossos povos são extraordinários, mas são diferentes entre si. Nós temos os índios de recente contato, Senador, e os índios isolados. Eu acho que a política de proteção aos índios isolados e de recente contato é eficiente no Brasil. Essa política é eficiente, e nós vamos mantê-la. Mas nós temos os índios que já estão próximos de nós, os índios que estão já em área urbana – lembrando que nós só temos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil, gente, em torno de 890 mil índios; em torno de 500 mil já estão em áreas urbanas. Nós temos aldeados em torno de 400 mil índios.

Eu vou dizer uma coisa: uma nação com 206 milhões de habitantes não consegue resolver os problemas de 400 mil pessoas? Nós precisamos rever a política indígena no Brasil.

Eu questiono muito especialmente a questão de isolamento do índio, não os índios isolados, mas a política de isolamento. O índio não pode plantar, o índio não pode produzir, o índio não pode ir à escola. Não, os nossos índios têm direito ao acesso à universidade no Brasil, e nós vamos lutar por isso. Vou continuar lutando pela Copa Indígena no Brasil. (*Palmas.*)

Nós vamos fortalecer os índios universitários que estão em área urbana. Nós vamos buscar esses índios e saber como eles estão sendo tratados em áreas urbanas. O índio que quiser plantar vai poder plantar. Estamos conversando com os demais ministérios sobre o...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço um apelo ao Plenário pelo silêncio.

A SRA. DAMARES ALVES – ... desenvolvimento dos povos indígenas como um todo, respeitando a cultura, mas preservando a vida.

O maior bem que está em área indígena, Senadores, não é a terra, não é o minério, não é a madeira. O maior bem, o bem mais valioso é o índio e é no índio que este Ministério vai focar.

A Funai está no nosso Ministério. Nós temos um presidente extraordinário e estamos trabalhando na mudança das políticas públicas no Brasil para os povos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. tem direito a mais dois minutos como réplica.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu me dou por satisfeito e queria só acrescentar que, quando V. Exa. fala que o recurso hoje para a saúde indígena é bastante volumoso, V. Exa. tem toda a razão. Mas por que não dá certo? Por que lá na ponta o indígena está morrendo com uma dor de dente? Por causa da corrupção, Ministra.

Não é possível, por exemplo, os DSEIs... No meu Estado, há o DSEI Yanomâmi e o DSEI Leste, que são os distritos que tratam da saúde indígena. Não é possível uma pickup ser alugada por R\$20 mil enquanto a média nacional é de R\$7 mil. Não é possível uma hora de avião, de helicóptero custar R\$7 mil. Então, é preciso observar que o recurso está ficando nas atividades-meio, exatamente onde há uma grande corrupção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer ver como a saúde do índio melhora? Coloquem lá dentro a Polícia Federal e coloquem na cadeia os coordenadores e os políticos que os indicam. Dessa forma, nós vamos melhorar a saúde indígena no Brasil.

A SRA. DAMARES ALVES – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois minutos.

A SRA. DAMARES ALVES – Dois minutos.

Senador, a corrupção, de fato, existe não só na Sesai, mas também na Funai. Nós estamos fazendo uma força-tarefa, nós estamos auditando todos os contratos da Funai, e o Ministro da Saúde também está na mesma direção, auditando todos os contratos da Sesai.

E aí, Senadores e Deputados, eu me surpreendo com cada caixinha que eu abro naquela Funai. Por exemplo, vocês devem ter ouvido falar que, no dia 2 de janeiro, meu primeiro ato foi assinar a suspensão de um repasse. A Funai estava repassando para um instituto do Rio de Janeiro quase R\$44 milhões – havia um deságio, mas eu vou colocar em torno de R\$44 milhões – para a criação... Entre os objetos do contrato havia a criação de moeda virtual para índio. Criar criptomoeda. Eram R\$44 milhões para um instituto criar criptomoeda no Brasil para índios.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. DAMARES ALVES – Quarenta milhões.

Vocês acham que índio precisa hoje de criptomoeda ou de comida? Par que moeda virtual para índio? Vou dizer para os senhores que estamos abrindo todos os contratos da Funai e estamos muito surpresos.

Permita-me, Senador. Nós vamos rever também a atuação das ONGs dentro da Funai. Há muita ONG séria lá, mas há muita ONG que precisa dizer tchau para a Funai. *(Palmas.)*

E nós vamos rever o papel das ONGs dentro de área indígena no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou insistir no silêncio, pessoal, porque quem está assistindo em todo o País quer ver perguntas e respostas, e está indo bem. Se todos ajudarem, quem ganha é a própria audiência pública e o povo brasileiro. Vamos ao silêncio e deixar que as perguntas e respostas possam fluir.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito bom dia, Presidente Paulo Paim, Senador que eu parablenizo por este momento que está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporcionando a todos nós Senadores aqui. Saúdo a presença da Ministra Damares, que prontamente aceitou o convite. Quero dar os parabéns ao Secretário Sérgio Queiroz, a quem quero dar um grande abraço. Eu o admiro há muito tempo.

Em primeiro lugar, eu queria colocar, Ministra, a minha felicidade em vê-la como Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, porque eu a conheço e sei da sua capacidade, os bastidores que a senhora há tanto tempo desenvolve aqui neste Congresso Nacional. A senhora veio com muito trabalho, com muita dedicação.

Vi e presenciei por várias vezes a senhora aqui nesses bastidores como assessora, tocada emocionalmente pelas causas. A senhora é uma idealista, e eu acho isso muito bonito. Na política, a gente não pode perder esse idealismo.

Eu fico feliz porque a senhora tem condição de fazer um grande trabalho para o Brasil inteiro, nessa área para a qual a senhora foi escalada.

Eu queria fazer três perguntas. Vou ser bem rápido, o tempo já está indo embora e não sei se vai dar tempo de fazer todas, mas quero fazer também uma sugestão. Vou começar pela sugestão: quando foi colocada aqui a questão do cadastro das crianças desaparecidas, a divulgação das imagens... Concordo plenamente. Recebi até no WhatsApp aqui algumas recomendações de que não apenas para a polícia se divulguem as imagens, mas para instituições governamentais. Eu acho que quanto mais se divulgar melhor para que se encontrem as crianças. Essa é apenas uma recomendação, uma observação.

Gravidez na adolescência. Gravidez na adolescência é um problema seriíssimo no Brasil. Segundo a OMS e a ONU, a taxa de gravidez entre adolescentes no mundo é 46 para mil meninas de 15 a 19 anos; no Brasil, 68. E a gente sabe que a gravidez na adolescência causa impactos negativos na saúde, causa impactos negativos na vida escolar sobre as expectativas futuras do mercado de trabalho, e também é uma causa – pelo desespero, pela surpresa – de aborto. Nós conhecemos... Eu tive a oportunidade de conhecer muitas entidades que acolhem as meninas, que dão suporte psicológico, todo apoio médico para aquelas adolescentes que precisam ser acolhidas para seguirem a sua vida, para se restabelecerem, mas não querem fazer o aborto. Nós sabemos que aborto não é uma questão de religião. E isso a gente pode ter... Eu posso ser espírita, ela pode ser católica, a senhora é evangélica, mas sobre esse tema a ciência já trouxe os dados. As estatísticas são de que o aborto não apenas destrói a vida de uma criança, mas a saúde da mulher fica impactada, devastada para o resto da vida. Uma mulher que faz aborto tem 34% a mais de propensão a desenvolver transtornos de ansiedade, 110% de álcool, 220% de envolvimento com maconha, e 155% de suicídio, segundo o British Journal of Psychiatry. É de 2012 essa fonte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos ter em mente... Eu queria saber quais são as políticas públicas que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos vai oferecer para resguardar, para evitar a gravidez indesejada. Inclusive, na semana passada, dei entrada, Senador Paulo Paim, no projeto para divulgar, difundir a questão da informação de cuidados que se possam ter para que não haja gravidez indesejada – nós entramos com esse projeto de lei –, gravidez inesperada, e que isso constasse no ECA, para evitar esse tipo de problema no Brasil.

Mas eu queria saber como a senhora pretende lidar com essas entidades que fazem um trabalho heroico no Brasil de acolhimento a crianças e adolescentes e que não têm nenhum apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dez segundos, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Dez segundos.

Vou escolher aqui entre duas. Eu ia falar sobre drogas também: quais as políticas para jovens que estão cada vez mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe as duas perguntas e conclua, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pronto.

Eu vou concluir agora com o tema sobre as pessoas com deficiência. Ontem, conversando com o Senador Romário, tivemos a oportunidade de falar na CAS sobre a questão da Síndrome de Down.

Há 20 anos, a gente via muito nas ruas do Brasil e do mundo crianças com Síndrome de Down, normais, com os pais, um amor, aquela coisa... Hoje em dia, é raríssimo, é raríssimo você ver. Há países em que é proibido o nascimento de crianças com Síndrome de Down. Já é para fazer o aborto ali; países que liberaram o aborto.

Então, eu queria perguntar à senhora, já que a gente teve há dois anos uma epidemia de zika... Inclusive, lá na terra do Dr. Sérgio Queiroz, a gente percebe que as crianças com zika têm tido um tratamento, têm evoluído muito no tratamento, estão andando, sorrindo, brincando nas escolas. E existe no Supremo Tribunal Federal – mais uma vez, querendo usurpar o poder desta Casa – uma proposta de liberação do aborto para zika.

Eu queria saber, em primeiro lugar, a sua visão sobre essa usurpação do Supremo Tribunal Federal num assunto tão importante que é a vida humana, querendo usurpar o poder desta Casa, e queria também saber

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... o que a senhora pensa, encerrando realmente, com relação a essa questão do zika vírus, o que a senhora pretende fazer para ajudar essas instituições que estão desenvolvendo esse tratamento a que as crianças estão respondendo muito bem.

Muito obrigado. E desculpem ter extrapolado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi bem.

Ministra.

A SRA. DAMARES ALVES – Senador, é muito clara a minha posição com relação ao aborto. Todos sabem, todos conhecem. Sou contra o aborto em qualquer circunstância. Que isso fique claro. Mas a nossa legislação permite o aborto no caso de estupro, anencefalia, e risco de vida para a mãe. E este Ministério vai trabalhar dentro da legalidade.

Agora, sim, Senador, não é papel do Ministério da Mulher militar contra ou a favor do aborto. Não é papel. O tema é do Congresso Nacional. E vou dizer: é do Congresso Nacional, não é do Judiciário. Esse tema não pode ser discutido no Judiciário. (*Palmas.*)

Eu vejo um ativismo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou insistir. Se começarem vaias e palmas, não dá, pessoal. A audiência está indo muito bem com cada um expondo seu ponto de vista.

Peço ao Plenário que ajude.

A SRA. DAMARES ALVES – Eu insisto nisto: é uma preocupação de todos nós com o ativismo no Judiciário, usurpando, em muitas vezes, o papel do Congresso Nacional, o poder do Congresso Nacional. O tema tem que ser discutido aqui porque vocês representam o povo, e o povo brasileiro não quer a legalização do aborto. As pesquisas estão aí mostrando. Pesquisas sobre pesquisas mostram que o povo brasileiro não quer. O que o povo brasileiro quer? Políticas públicas de planejamento familiar e nesse sentido nós vamos trabalhar. O nosso Ministério vai trabalhar na busca e na construção de políticas públicas de verdade de planejamento familiar.

Com relação às crianças com zika, usaram a epidemia de zika inclusive para justificar a legalização do aborto no Brasil. Falaram que nós chegaríamos a um número de 300 mil crianças com zika no Brasil. Superfaturaram os números, falaram coisas absurdas. Elas existem, mas não naquele número que estavam anunciando para tentar, no Supremo Tribunal, legalizar o aborto. Essas crianças existem, elas estão no Brasil inteiro, especialmente no Nordeste. E nós já temos experiências extraordinárias ali de acolhimento àquelas crianças. O que nós vamos fazer? Nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos fortalecer as experiências que já existem lá. As crianças com zika, as crianças vítimas da zika com microcefalia... Nós temos crianças, gente, que estão respondendo a um estímulo de uma forma incrível, crianças em pleno desenvolvimento. Nós vamos trabalhar no fortalecimento dessas instituições. O Ministério da Saúde também está com um olhar muito especial voltado a isso.

E aqui eu queria dizer para os senhores uma novidade do Governo Bolsonaro que é a transversalidade dos temas.

Todos os temas estão passando por todos os ministérios. E aí eu vou chegar à gravidez precoce. Uma das primeiras leis sancionadas pelo Presidente Bolsonaro foi a Campanha Nacional de Prevenção à Gravidez na Adolescência. Esse tema está sendo abordado em quatro ministérios. Vejam só. Assinamos recentemente um termo de compromisso entre o Ministério da Saúde, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o Ministério da Cidadania, e o Ministério da Educação. Nós não podemos falar de prevenção da gravidez sem contar com o Ministério da Educação. Nós não podemos falar em intervenção da gravidez sem contar com o Ministério da Saúde. Então, esse tema vai ser abordado agora de uma forma transversal e de uma forma muito séria. Nós precisamos encarar a gravidez na adolescência. Ela é uma realidade no Brasil. Nós vamos precisar, inclusive, falar diretamente com o adolescente.

O Governo Bolsonaro vem com outra novidade, Senador: falar diretamente com o povo, estar direto com o povo. Nós temos aqui diversas ações com relação à prevenção da gravidez na adolescência que eu posso mandar para o seu gabinete, e gostaríamos de contar com a sua parceria nessa luta. O senhor, que está muito envolvido com os jogos, vamos usar esse segmento, o futebol, os atletas, para nos ajudar nessas campanhas de prevenção à gravidez na adolescência. O tema vai ser abordado com muito carinho no nosso Ministério e com um olhar muito especial pelo Governo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar Ministro.) – Bom dia.

Bom dia, Ministra; bom dia, Senador Paim; bom dia a todos os Senadores e Senadoras, aos assessores...

Eu resolvi escrever aqui uma pergunta para a Ministra e vou ser muito rápida. Ministra, há uma preocupação que eu realmente tenho com as responsabilidades do Ministério cujo comando é da senhora. Desde a sua nomeação, a senhora se envolveu em algumas polêmicas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstram, de uma forma bem clara, a questão da sua religiosidade, suas posições pessoais, costumes e valores.

Quero deixar bem claro aqui a todos os presentes que eu respeito plenamente as suas crenças religiosas e as suas posições pessoais, porém a pergunta, Ministra, que eu vou fazer para a senhora... A senhora é Ministra das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, e, no meu entender, tem uma responsabilidade enorme na defesa dessas três bandeiras; deve defender a família, mas não prescindir da defesa de todas as mulheres brasileiras, buscando assegurar os seus direitos, as suas garantias e suas liberdades; e deve defender, a meu juízo, de forma intransigente, os direitos humanos, assegurando a convivência de todas as minorias. Afinal, a senhora vai ser a Ministra de todas as mulheres ou daquelas que compartilham das suas crenças? Essa é uma pergunta que eu tenho a fazer.

V. Exa. é também Ministra dos Direitos Humanos e, para defender o direito de todas as minorias e a convivência pacífica e harmônica em toda a sociedade, a senhora vai defender essa harmonia, vai promover esses valores ou vai se preocupar com essas crenças e com essas posições que a senhora tem? Essa é uma preocupação que eu tenho, porque – desculpe – a senhora é evangélica e eu sou católica. Trabalhar à frente de um Ministério que envolve essas questões e trabalhar a religiosidade... A gente sabe que ministério envolve questões técnicas, envolve políticas públicas. Essa é uma preocupação que eu tenho como representante deste Parlamento. Essa minha preocupação, mais do que como Parlamentar, é como mãe, como ex-atleta, trabalhadora e agora como Senadora. Eu tenho a obrigação de indagar efetivamente se estará no Ministério da Mulher, em defesa das mulheres brasileiras, contra a violência, as diferenças, os preconceitos, as discriminações e tudo o que enfrentamos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, eu sou atleta, mas eu entendo muito bem o que é ser mulher, trabalhadora, sei muito bem. Homem não sabe o que é ser mulher, quando está grávida; mulher, quando faz a segunda jornada; homem não entende nada disso, e muitas vezes quer decidir pela mulher. *(Palmas.)*

Então, eu estou aqui defendendo as mulheres e estou perguntando sobre essa questão para todos vocês que estão aqui. A senhora está representando esse Ministério. Então, eu estou querendo saber, porque é uma questão que me preocupa e eu acho que a gente tem de debater isso. Eu acho que está muito burocrático aqui, todo mundo falando da política, a senhora apresentando aqui a questão do Ministério, mas a gente sabe que há pautas sobre as quais a senhora já declarou que existe uma diferença, existe uma falta de comunicação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à comunidade LGBTI, que a senhora disse que vai chamar depois, eu quero que realmente a senhora chame, chame a Secretária para vir conversar sobre essas pautas que são importantes, porque eles estão se sentindo neste Governo discriminados, segregados.

E, sobre pautas femininas, sim, essa questão do estupro. Quando a gente fala do aborto, nós estamos falando... Aborto. A senhora é contra a questão do aborto, inclusive, as formas que estão no Código Penal, mas nós vamos defender a questão da violência, trabalhar a questão da violência contra a mulher. Mas, se o Estado não garante isso para a mulher, como é que ficamos nessa questão? Como não defender isso? Como não trabalhar se nós não temos uma política, nós não temos efetivamente uma política que proteja a mulher, que dê segurança à mulher? E, quando ela é vítima, quando ela engravida, como é que fica essa mulher perante a sociedade?

Então, nós precisamos avaliar, de forma efetiva, sem grandes emoções, sem grandes paixões, mas, tecnicamente falando, pensando em políticas consistentes, as pautas que, de fato, a senhora está comandando. Essa é a minha posição.

Obrigada.

Desculpe, eu falo alto, mas é o meu jeito. Quem me conhece já, no Parlamento, sabe que eu falo alto, mas aqui eu não quero agredir ninguém, muito menos a senhora. Torço, de fato, para que a senhora faça um bom trabalho, porque não é fácil, até porque a senhora é mulher...

(Soa a campainha.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... e a gente sabe o quanto é difícil – pela ordem, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... o quanto é difícil comandar uma pasta. Eu vim do Executivo, obviamente que é local; não é fácil. Eu não vim aqui agredir a senhora, apontar o dedo na cara; muito pelo contrário, torço por ser mulher e sei que é difícil na política mulheres sobreviverem, terem postos de liderança. A minha torcida é para que a senhora exerça muito o seu papel com excelência, com efetividade, mas essa é a minha preocupação, Ministra.

Tenho muita preocupação com a comunidade LGBTI, tenho muita preocupação com as questões do aborto, com as questões da violência contra a mulher. E nós não podemos nos envolver por paixões. Nós precisamos ser pragmáticos: mulheres, crianças, jovens, *gays*, trans, todos estão sendo dizimados, e nós estamos brigando aqui por questões de polarizações, por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questões de ideologias, e não estamos efetivamente preocupados com o povo brasileiro da forma com que nós deveríamos estar preocupados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministra, a palavra é sua.

A SRA. DAMARES ALVES – Permita-me chamá-la de linda Senadora, sou sua fã, eu a admiro, a acompanho. Você é incrível!

Deixe eu dizer uma coisa, Senadora: em nenhuma das minhas falas como Ministra, a senhora vai encontrar ali uma vertente religiosa.

A senhora pode ter ouvido muitas falas minhas que foram pinçadas de mensagens minhas dentro do templo e algumas pregações em que eu nem sabia que estava sendo filmada, fui descobrir agora que eu estava sendo filmada.

Em um mês como Ministra, eu acho que os senhores não conseguiram ver, em nenhum momento, eu fazer qualquer proselitismo. É Ministra lá, não uma pastora, mas ativista de direitos humanos, uma mulher que conhece a necessidade da mulher, uma mulher que está na rua há muitos anos com as mulheres e com as travestis, os homossexuais, as lésbicas, as crianças.

E, nesse sentido, vou lhe dizer o seguinte, Senadora: os primeiros a terem sido chamados foram os da comunidade LGBTI. No período de transição ainda, o primeiro grupo com o qual nós nos reunimos – está aqui o nosso Secretário Nacional e algumas pessoas estavam na reunião – foi a comunidade LGBTI. Ali nós fizemos uma parceria extremamente interessante e o nosso Ministério está trabalhando muito na proteção dos direitos do LGBTI. A Diretoria ficou intacta, a Diretoria deles está, inclusive, com quem nos indicaram, está todo mundo lá.

E esta Ministra é uma ativista na defesa dos direitos da comunidade LGBTI. Quem me conhece sabe. Eu tenho algumas restrições, algumas falas minhas a senhora pode ter visto com relação à doutrinação ideológica em escola. E, quanto a isso, eu me posiciono com relação à questão da ideologia de gênero e comigo fazem coro muitos ativistas *gays*, porque a ideologia de gênero, da forma como ela foi implantada no Brasil, não trouxe, inclusive, nenhum respaldo na proteção do direito da comunidade LGBTI.

Quando os ideólogos de gênero falam que ninguém nasce homem, que ninguém nasce mulher, estão mandando um recado também de que ninguém nasce *gay*, de que ninguém nasce lésbica, que é uma construção. E isso me preocupa muito. Ser travesti é uma construção social? Ser *gay* é uma construção social, é uma construção cultural? E isso me preocupa, o discurso dos ideólogos de gênero, mas informo, Senadora, que a proteção deles está garantida no nosso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério. E nós vamos lutar muito contra a violência, a violência contra a comunidade LGBTI existe, sim, no Brasil, e nós vamos fazer esse enfrentamento.

Eu tenho um trabalho há muito tempo com as travestis. O meu trabalho com elas eu nunca saí propagando. Eu passei muitas madrugadas minhas nas ruas com as travestis, sei o que elas passam lá nas ruas, e já garanti para elas, já garanti para toda a comunidade LGBTI: se for preciso, vou para rua com eles; se for preciso, vou para qualquer lugar para defender a comunidade LGBTI da violência.

O Ministério vai focar no combate à violência, que não é uma atribuição só deste Ministério, é promessa de campanha do Presidente Bolsonaro. O Presidente Bolsonaro deu uma ordem a todos os Ministros: enfrentamento à violência! Nós vamos trabalhar todos esses temas de forma transversal – o Ministro da Ciência e Tecnologia está lá olhando como evitar a violência nas redes; o Ministro do Esporte está lá vendo como fazer o enfrentamento à violência no esporte – desculpe, o Secretário de Esporte. Então, todos os Ministérios estão trabalhando neste pilar do Governo Bolsonaro, o enfrentamento à violência contra todos.

Fica respondida, Senadora? E fico à sua disposição...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Ministra.

A SRA. DAMARES ALVES – ... para a senhora estar com a gente no Ministério conversando, participando do nosso trabalho.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Olhe só, eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora, agora concluindo... (*Fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... você terá direito à réplica...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... por mais dois minutos, em seguida.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador, eu acho que já coloquei minha posição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a ser atleta, eu quero dizer bem claro que eu representei meu País e eu tenho história, não sou uma aventureira aqui dentro desta Casa, entrei pela porta da frente, como todos os Parlamentares aqui dentro. Então, eu tenho voz, eu tenho representatividade e vou, sim, ser uma voz aqui dentro: o que eu tiver que questionar eu vou questionar; se eu tiver que fiscalizar, eu vou fiscalizar. E agradeço as ponderações, as considerações da senhora.

Quero dizer que eu vou estar sempre, sim, alerta. Gravei o que a senhora falou, e vamos estar, sim, caminhando nesse trabalho junto ao seu Ministério, porque são pautas que me interessam.

Obrigada, Ministra.

A SRA. DAMARES ALVES – Senadora, com relação ao aborto, o Estado é obrigado a cumprir a lei que existe. O aborto dito legal, o aborto classificado como legal é uma execução do Ministério da Saúde, não diz respeito a minha pasta. A minha pasta não vai militar nem contra, nem a favor do aborto. Nós vamos focar, inclusive, Senadora, na mulher que foi esquecida por anos por esta Nação, a mulher de comunidades tradicionais; nós vamos trazer essas mulheres.

Por exemplo, nós tivemos programas espetaculares no Brasil. Vou citar um que eu aplaudo, o Rede Cegonha, um dos mais lindos programas de atendimento à gestante no Brasil, mas ele não chegou a todas as mulheres. Nós queremos chegar a todas as mulheres. A ordem do Presidente Bolsonaro é cuidar de todos, em todos os lugares. E a gente fica à disposição para conversar com a senhora depois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., vamos em frente.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Bom dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Eliziane Gama.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Bom dia, Sr. Presidente. Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alessandro, aqui. Alessandro, sempre presente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Ainda não é hora do almoço, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Para interpelar Ministro.) – Antes de qualquer coisa, eu o parabenizo pela condução, Sr. Presidente.

Ministra Damares, como representante do Estado de Sergipe, eu tenho que dar o meu testemunho do conhecimento que temos da sua boa vontade, do trabalho social que a senhora realiza. É importante fazer essa menção, mas, adentrando ao ponto em que estamos aqui nesta audiência, eu quero fazer algumas observações e depois duas perguntas.

A primeira delas é que fiquei muito feliz de a senhora fazer uma menção tão expressiva na sua fala de 30 minutos ao povo cigano, muito importante. O povo cigano corresponde a 0,41% da população brasileira – 0,41%! –, mas, mesmo que fosse 0,01%, mereceria a atenção que a senhora dedicou. A população LGBT corresponde a aproximadamente 10%. Os negros ou não brancos correspondem a mais de 50%. E a gente não viu nenhuma fala da senhora, a não ser após a provocação da Senadora Leila, sobre essas duas populações de uma forma expressiva. Nós temos os problemas do racismo estrutural no Brasil que precisam ser enfrentados e que não se resumem à situação de violência. E nós temos o problema da discriminação.

A nossa Constituição Federal em vários pontos – mas eu vou tocar apenas no preâmbulo – define que nós temos de ter uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Isso gera uma dificuldade muito grande para aquilo que a senhora definiu como a questão de uma pátria una. O Brasil é por essência plural, necessariamente plural.

E faço também um pequeno reparo à questão da divisão, da polarização que vemos no Brasil para apontar, com muita clareza, responsabilidade, que os dois candidatos em segundo turno... Os dois candidatos em segundo turno – o nosso Presidente Jair Bolsonaro, eu votei em Jair Bolsonaro em segundo turno, e o candidato do PT, Fernando Haddad –, os dois investiram na polarização, os dois investiram na divisão; um deles foi vencedor na batalha. Agora, encerrada a eleição, descendo dos palanques, a gente precisa cuidar do Brasil. E eu me somo à senhora naquilo que a senhora coloca como a necessidade de unificar pautas em torno de interesses verdadeiros, deixando as ideologias de lado.

Outro ponto para se observar, Sra. Ministra, é que este não é apenas o pior país para se criarem meninas da América Latina; é o pior país para ser LGBT, é o pior país para ser negro, provavelmente é um dos piores países do mundo para se viver hoje em dia, considerando o indicador de homicídios que nós temos e a falta de oportunidades. É preciso ampliar um pouco essa visão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço um pequeno reparo também com relação à questão do aumento dos casos de violência, especificamente a questão da pedofilia. Nós sabemos que a subnotificação é violenta uma vez que nós temos a imensa maioria dos casos realizados no ambiente familiar, o que impede ou dificulta altamente a notificação desses crimes. Então, provavelmente o que nós temos não é um aumento de casos, mas um aumento notificações. E ações como aquelas da CPI tiveram uma importância. Eu, como Delegado de Polícia, reconheço que a CPI de combate à pedofilia teve um papel fundamental na visibilidade desse trabalho.

Caminhando para as perguntas, objetivamente, nós temos uma demanda por criminalização da discriminação, crime de ódio no Brasil, particularmente tocando no ponto da população LGBTI, e aí vão todas as nomenclaturas que se acrescentam a esse grupo social. Apresentamos, nessa semana, um projeto de lei aqui para atender essa lacuna, suprir essa omissão do Congresso Nacional que se arrasta realmente há muito tempo e que vem sendo reconhecida agora em julgamento pelo STF. A pergunta objetiva nesse ponto é: o projeto que criminaliza a LGBTfobia tem o apoio do seu Ministério e do Governo Federal. Esse é um ponto.

E, depois, há um pedido de esclarecimento maior com relação à situação do chamado *homeschooling*, o ensino em casa, a educação em casa, em termos de que haja um debate sobre o tema aprofundado na Casa adequada para esse debate, que é o Parlamento, como a senhora muito bem reconheceu, para que a gente não tenha que administrar, sob o ponto de vista de MP, unilateralmente produzida pelo Executivo, um tema tão sensível, porque tem repercussões severas na sociedade brasileira.

Então, eu me congratulo com a senhora, desejo o melhor sucesso. Estaremos aqui com parceria, mas gostaria desses dois esclarecimentos.

A SRA. DAMARES ALVES – Senador, primeiro, digo que eu me autodeclaro sergipana, eu sou sergipana de coração.

Senador, eu vou responder parte da pergunta e eu vou pedir para que o Secretário Nacional responda, porque a proteção global – onde está a população de rua, todo o trabalho de combate ao racismo, proteção aos terreiros, aos negros, proteção aos índios, ciganos, quilombolas – está na pasta dele. Eu gostaria muito que o Dr. Sérgio Queiroz respondesse.

Eu vou falar do *homeschooling*. O *homeschooling* está sendo debatido no Congresso Nacional há 26 anos. São 26 anos de debate, inúmeras audiências públicas, seminários, reuniões, e houve em torno de três projetos de lei. O atual que está lá na Câmara, inclusive com voto favorável, é um projeto de lei construído com o apoio e com a participação de diversos agentes; é um projeto muito, muito interessante, e o relatório está perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que ele vem agora em forma de medida provisória? Para ser discutido aqui. A medida provisória vai ser discutida aqui, nós não estamos saindo do Parlamento; estamos mandando em forma de medida provisória por quê, Senador? Nós temos um grupo muito grande de famílias que já aplicam o ensino domiciliar, o *homeschooling*. Com a última decisão do STF – essas famílias estavam sob o efeito de liminar –, elas perdem a proteção da liminar. Então, a gente entra com a medida provisória, para que, enquanto a medida provisória vigorar, elas estejam asseguradas, estejam protegidas, agasalhadas em seu direito de ensinar em casa.

É uma demanda que vem da sociedade, as famílias brasileiras querem o ensino domiciliar. Nós não estamos inventando nada. É uma modalidade de ensino que é muito aplicada no mundo inteiro, em diversos países, com resultados incríveis. Inclusive, os índices no Brasil das famílias que estão fazendo *homeschooling*, os índices de aproveitamento dessas crianças, de avaliação, são extraordinários. Então, o debate vai continuar aqui.

E por que vem como Ministério da Família e da Educação, não é só da família? Porque é uma demanda das famílias brasileiras, as famílias estão querendo essa modalidade de ensino. Então, em conjunto com o Ministério da Educação, temos um grupo de trabalho que está trabalhando diariamente com o Ministério da Educação e outros agentes da sociedade para que o texto da medida provisória venha para cá – aproveitando todos os debates já do Congresso –, um texto que agrade, um texto bom, um texto que não precise de tantos debates mais, para que a gente avance já na votação, para que a gente já avance, inclusive, numa decisão do Parlamento, se nós vamos ter ou não, a decisão é do Parlamento, o ensino domiciliar no Brasil.

As demais questões eu vou pedir que o Dr. Sérgio Queiroz possa responder.

O SR. SÉRGIO QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Senadores, e Deputados e Deputadas, é uma alegria estar aqui também acompanhando a Ministra.

De fato, a Secretaria Nacional de Proteção Global envolve temas que talvez sejam os temas historicamente mais tensos. Lá está a Comissão de Mortos e Desaparecidos, lá está a questão LGBT, lá está a questão de população de rua, combate à tortura, trabalho escravo e todas essas questões. Anteriormente foi a gênese da Secretaria Especial de Direitos Humanos, lá no passado.

A questão da independência dos Poderes, Senador, é algo que precisa ser assegurado no Brasil. Isso está na nossa Constituição. Falo como jurista e entendo que os Poderes devem ser respeitados. E o Parlamento é a voz do povo, é aqui que a sociedade que se expressou através do voto vai buscar as suas respostas.

Sobre a compreensão da questão da criminalização ou não especificamente de certas manifestações de ódio ou discriminação em geral, nós entendemos que há um arcabouço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internacional já que protege todas as pessoas de qualquer tipo de discriminação. Eu vou fazer minhas também, mais uma vez, as palavras da Ministra: eu entendo que o Ministério dos Direitos Humanos deve observar o direito posto, deve observar os tratados internacionais, deve observar o Pacto de San José. Eu estive na Bolívia, na semana passada, tratando de casos muito antigos, inclusive em que o Brasil foi demandado na Comissão Interamericana, casos, por exemplo, como o de Margarida Maria Alves, ainda de 1983; casos como o do jovem Jailton, no Rio de Janeiro. Então, por um lado, nós temos de entender que a Nação tem um histórico de violações multissetoriais e, ao mesmo tempo, multidimensionais.

Portanto, a questão do Supremo, no meu entendimento – e certamente no entendimento do Ministério, e assim foi o entendimento da AGU, que fez a defesa na ação –, é de que o lugar apropriado para se tratar isso, inclusive com os seus excludentes de ilicitude... Na hora em que você generaliza um crime, e isso não está bem definido... Inclusive no voto do Relator, ele fez algumas ressalvas, por exemplo, quanto à questão do pensamento e da autonomia do pensamento religioso. O Ministro Relator fez essas exceções.

A questão é que essas exceções, em sede de uma decisão em Supremo Tribunal Federal, podem complicar, inclusive, a aplicabilidade. Inclusive o próprio Ministro disse que o Judiciário teria que resolver nos casos concretos. Então, no entendimento do Ministério, e tomando, mais uma vez, a palavra da Ministra, nós entendemos que os contornos dessa criminalização ou não devem ser decididos por esta Casa, com as suas devidas excludentes. Somos terminantemente contra...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO QUEIROZ – ... qualquer violência quanto a essa população e qualquer outra população.

E, só agregando ao que a Ministra já falou, nós mantivemos a estrutura igual à do Governo anterior, inclusive nós temos, dentro do Ministério de Direitos Humanos, na Diretoria LGBTI, paridade; nós temos uma trans, nós temos um *gay* e temos uma lésbica. Então, isso demonstra, pelo menos de maneira muito genérica e de maneira muito propositiva, que o Governo quer garantir a segurança dessas comunidades.

Como o Parlamento vai atuar na definição?

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO QUEIROZ – Quanto a isso, nós esperamos que seja da maneira mais sábia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Alessandro tem direito a mais dois minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Agradeço as palavras do Secretário Nacional, Sérgio Queiroz. Desejo, Secretário, que a sua Secretaria não se transforme numa gaveta muito bem arrumada, em que vão se guardar os assuntos incômodos.

Faço mais uma referência estatística, Sra. Ministra, para destacar a diferença de tratamento, porque ela é objetiva e precisa ser destacada para que possa ser corrigida. Especificamente quanto à situação do *homeschooling*, segundo os dados da Associação Nacional de Educação Domiciliar, que defende essa modalidade, nós teríamos, em 2018, aproximadamente 7,5 mil famílias que têm já esse programa implantado. Veja, 7,5 mil famílias merecem do Governo Federal uma medida provisória para que se possa, desde logo, fortalecer, garantir e assegurar essa situação e ampliar o *homeschooling*, com o debate aqui feito de forma correta.

Não cabe ao Governo Federal fazer a mesma coisa para o problema do racismo estrutural; não cabe para cuidar da LGBTfobia. A diferença aí é de milhões de pessoas. Então, é preciso que se tenha, de uma forma muito clara, a percepção de que o comportamento ideológico, que é legítimo no ambiente certo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – ... não deve contaminar as questões práticas. Existe um problema concreto, e não deve ser tratado pelo Supremo; é melhor que o seja aqui pelo Legislativo, com apoio e suporte do Executivo.

Então, objetivamente aponto essa discrepância de dados e a discrepância de tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente.

Eu registro a presença do Senador Zequinha Marinho e também do Senador Izalci, 1º Vice-Presidente da Casa, aqui conosco.

Está com a palavra agora o Senador Nelsinho Trad. *(Pausa.)*

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Ministra Damares, inicialmente eu queria dizer da minha felicidade grande com esse debate, um debate muito importante para o Brasil. Queria cumprimentá-la, Ministra, dizer e registrar aqui o meu reconhecimento pela sua trajetória em relação à luta em defesa de crianças e adolescentes no Brasil. Fez um grande trabalho, quando assessorava nesta Casa, e hoje dando a sua contribuição nesse Ministério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo é muito pouco, eu vou tentar aqui, porque eu tenho várias perguntas, até mesmo porque essa é uma área em que milito. Trabalho com crianças e adolescentes, e não só com crianças e adolescentes, com mulheres também. Então, eu tentarei aqui ser muito concisa para eu poder conseguir extrair de V. Exa. o máximo que eu puder em relação a essas informações.

E inicio em relação às crianças. Ontem, nós aprovamos aqui nesta Casa um projeto de lei que relatei como Deputada Federal que cria a política nacional de desaparecidos e cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas diferentemente do molde que nós tínhamos desde 2009. E aí, focando, por exemplo, em crianças e adolescentes, porque, como os dados que a senhora apresentou aqui inicialmente, nós temos mais de 45 mil crianças que acabam desaparecidas ao ano. Então, é uma quantidade realmente muito grande, sem falar do universo maior em que nós chegamos a quase 700 mil pessoas desaparecidas no Brasil.

E, pelo projeto, nós estaremos deixando o Brasil apto a fazer convênios internacionais, ter parcerias, por exemplo, com a Interpol, ser incluído num sistema muito importante que é o Alerta Amber, com que nós vamos poder fazer uma sincronia de dados e poder chegar a essas pessoas, se Deus quiser. Eu fiz, inclusive, várias audiências nesse sentido. Então, eu queria pedir a V. Exa. que desse total prioridade e que pedisse ao Presidente que não vetasse nenhum dos itens. Todos os itens desse projeto foram extremamente pensados, analisados e construídos a várias mãos aqui no Congresso Nacional.

Uma outra questão que eu queria destacar, Ministra, é referente a essa política de enfrentamento à pobreza hoje no Brasil. Quando a gente fala de toda a situação de vulnerabilidade, nós precisamos, na verdade, ter um ponto fundamental que é a questão da pobreza.

E aí, por exemplo, o Consea acabou sendo extinto, que era o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, extremamente fundamental para essas populações minoritárias, por conta desse planejamento. Nos CREAs e nos CRAs, nós precisamos ter muito mais investimentos, porque eles fazem esse trabalho lá na ponta e, às vezes, ficam totalmente desprotegidos. Então, eu queria saber de V. Exa. qual é a ação compensadora, compensatória que será feita para que nós possamos ter um atendimento melhor em relação a essa situação?

Em referência à questão da violência, Ministra, a gente precisa ter o aparelho de proteção em relação à violência contra a mulher no Brasil muito mais amplo: melhorar delegacias; ter mais delegacias; não ter unidades das DEAMs, por exemplo, junto com as das crianças e adolescentes, haver uma separação para a gente poder ter melhor aproveitamento. Nesse sentido, há uma ação específica do Governo Federal, que são as Casas da Mulher Brasileira. Foi iniciado um projeto ainda no Governo da Dilma com uma perspectiva de serem implantadas 27 casas. Só foram implantadas sete e só existem duas funcionando hoje no Brasil, inclusive uma no meu Estado, em São Luís, que praticamente invadimos para a gente poder ter aquela casa de fato funcionando,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não houve uma determinação do Governo Federal naquele momento. E aí queria saber como está o seu pensamento em relação a essas casas.

Em relação à questão da mulher, a gente tem um aumento da violência contra a mulher no Brasil. O Mapa da Violência mostra de forma muito clara que são mais de 4 mil mulheres hoje assassinadas. Infelizmente, desse quantitativo que nós temos, não há, no meu entendimento, um sentimento da magistratura.

Mas faço o recorte em relação à mulher negra. Nós tivemos... Algumas políticas foram feitas no Brasil, a gente precisa destacar. Nos números apresentados nos últimos dez anos, tivemos um aumento de 54% de violência contra a mulher negra, e a política de proteção está chegando para a mulher branca, porque nós tivemos, graças a Deus, uma redução de violência de 9,8%. Então, eu queria saber a sua atenção em relação à mulher negra.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, aqui não há tempo de Líder, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nada. Não tem de Líder, não tem nada, mas serei tolerante com V. Exa. Continue!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, é porque são importantes esses debater.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já lhe dei mais dois minutos. Fique à vontade!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu queria perguntar também em relação ao financiamento público para a política da mulher. A gente já tem o planejamento nacional, nós temos um plano nacional que estava assegurado dentro do Ministério. Eu queria saber qual é a sua prioridade em relação a esse financiamento.

Por exemplo, a ONG Contas Abertas, Ministra, mostrou uma redução orçamentária de 32% nas políticas para as mulheres. Se a gente não priorizar no orçamento, a gente não vai ter resultado nenhum, porque tudo se faz com dinheiro e, se não houver dinheiro para ser fazer investimento, infelizmente também nós não teremos... Isso incidirá também na política da infância e adolescência, para o que também não temos recursos. Por exemplo, nos últimos dez anos, o jornal *O Globo* fez uma matéria que mostrou o aumento de 83% nos casos de violência contra crianças e adolescentes.

Estamos tendo mais casos de violência em relação às nossas crianças e, nesse sentido, Ministra, eu queria lhe fazer outro pedido. Foi criado, através de um decreto presidencial, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. A gente precisa dar mais segurança para esse programa. Eu gostaria muito, inclusive, de apresentar um projeto de lei aqui no Senado no sentido de compensar e dar uma estabilidade através de uma lei específica sobre isso, mas, considerando o princípio da separação de Poderes, eu não posso, porque a gente entraria na competência do Governo Federal. Contudo, eu pediria à senhora que também desse prioridade a esse programa.

Por fim, eu queria lhe fazer uma pergunta referente à questão da reforma da previdência, que chegou ontem aqui e com que eu pessoalmente fiquei muito preocupada.

Só mais uma ainda em relação contra crianças e adolescentes. O número de suicídios, Ministra, está muito alto. Por exemplo, a média nacional é de 5,7 óbitos para cada 100 mil habitantes. Entre a população indígena, esse percentual chega a 15,2%. E ainda mais: a presença maior de suicídio... Eu estou falando de suicídio, de mortalidade por suicídio! O percentual é muito mais concentrado em crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos de idade. Eu percebo, por exemplo, no meu Estado, em que temos várias comunidades indígenas, o desalento, a falta de proteção, a invasão do espaço da comunidade indígena pela falta de garantia de terra, pela falta de demarcação de terra, Ministra. Nos últimos anos, a gente não viu demarcação de terra neste País; nos últimos anos da Dilma, do Lula e também do Temer. Agora também do Bolsonaro, que começa a chegar, isso me preocupa muito. O que temos para a garantia desse espaço e para dar mais conforto a essas comunidades, porque realmente elas estão sendo assassinadas.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Assassinadas não. Estão cometendo suicídio. E também assassinadas, porque temos também um alto índice de assassinatos.

Mas, para fechar, em relação à reforma da previdência, falo em relação às mulheres. Ontem nós recebemos esse texto, e eu fiquei muito preocupada. E tenho plena convicção de que V. Exa. também ficou, porque eu conheço a sua luta pelas mulheres. Nós temos, por exemplo, o aumento da idade de mulheres no campo, Ministra, mulheres que pegam a enxada, entendeu? São mulheres que vão lá usar a terra, e estão aumentando em cinco anos para elas poderem ter acesso à aposentadoria. O BPC, Ministra, caindo de um salário mínimo para R\$400! Chegar a 70 anos para ter um salário mínimo! Não se vai conseguir chegar lá! A expectativa de vida dessas mulheres do campo é menor do que a da mulher urbana. Então, a gente precisa ter esse olhar. E me preocupou muito a vinda desses itens em relação à população feminina, portanto as mulheres, e em relação também às pessoas com deficiência.

Por fim, quero cumprimentá-la mais uma vez e dizer do meu respeito pela senhora. Eu tenho aqui as minhas observações em relação ao Governo Bolsonaro, mas tenho apreço e respeito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela senhora em proporções que, talvez, a senhora não imagine. A minha torcida... Saiba que terá em nós aqui, em todas nós mulheres, aliadas para proteção de mulheres. A luta de mulheres é uma luta histórica no Brasil. Nós lutamos muito para, inclusive, chegar aqui, e precisamos garantir esses direitos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a palavra a Ministra.

A SRA. DAMARES ALVES – Senadora, como responder tudo?

Como eu a admiro, Senadora, como eu tenho um carinho especial pela senhora e por seu trabalho!

Senadora, eu vou começar pelo cadastro. O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos veio para o nosso Ministério, e eu pedi para o nosso Ouvidor abri-lo. Sabe quantas estavam cadastradas lá? Apenas 69. Vocês conseguem entender o descaso com esse tema nos últimos anos no Brasil?

A imprensa nos traz a notícia de que são 40 mil crianças desaparecidas por ano, e no Cadastro Nacional que fomos abrir ontem há 69! O que aconteceu foi uma falta de olhar especial para esse tema. E vamos priorizar esse tema.

Ontem recebi ONGs que estão fazendo aquele evento em que, quando uma criança desaparece na praia, todo mundo bate palma. Iniciativas estão surgindo no Brasil, pulseirinhas... Uma série de iniciativas. Vamos trazer todo esse povo para sentar e encontrar mecanismos de proteção à criança. E que a gente tenha menos crianças desaparecidas no Brasil!

Estou preocupada com o próximo Carnaval. Nós estamos fazendo uma campanha para o Carnaval. Um momento em que as crianças desaparecem muito é no Carnaval. Foi lançada ontem uma campanha de proteção durante o período de folia.

Eu vou dividir o meu tempo com o Sérgio.

Com relação ao suicídio, Senadora, esta Comissão, especificamente esta Comissão nos dois últimos anos fez muito debate com relação à questão do suicídio. Depois desta Comissão, o tema foi muito discutido na CPI de Maus-tratos contra crianças e adolescentes. E nós nos surpreendemos com os números. Os números nos deixaram apavorados. O Ministro da Saúde chegou a exibir – eu estava exatamente neste Plenário – um eslaide que trazia que o SUS já conta o registro de crianças que se suicidaram a partir de seis anos no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um movimento no Brasil chamado Brasil sem Dor, para investigar e para acompanhar essa questão da automutilação. Senadora, especialistas falam que 20% das crianças e adolescentes no Brasil... Desculpas. Que jovens e adolescentes estão se automutilando, se autolesando. Isso quer dizer que mais de 14 milhões de adolescentes e jovens estão se cortando no Brasil. É um fenômeno que só cresce. E nós vamos ter de aprender a lidar com esse fenômeno.

Por conta disso, por conta dos números, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos priorizou como atividade para os cem dias uma grande campanha de prevenção ao suicídio e à automutilação no Brasil, com a participação de diversos ministérios. Nos próximos dias, vamos trazer essa campanha. Mas não é uma campanha por um período. Queremos que ela seja uma campanha duradoura, inclusive com a participação muito grande das redes sociais.

Senhores, se vocês colocarem agora no Google "como me enforcar", vocês vão encontrar vídeos ensinando-os a se enforcarem. Se uma criança colocar "como me matar" no Google ou no YouTube, vai encontrar vídeos tutoriais ensinando como se cortar e como se matar. As redes sociais vão ter de vir com a gente para essa luta, para esse enfrentamento. Todos terão de vir.

A questão do suicídio e da automutilação de jovens e adolescentes... O suicídio já é a segunda *causa mortis* no Brasil. É muito, é muito! Então, nós estamos enfrentando isso de maneira muito séria e nós priorizamos esse tema.

Vou deixar o nosso Secretário falar com relação à questão da violência contra comunidades, contra mulheres negras e como isso vai se proceder lá na pasta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – E sobre a Casa da Mulher também ele vai responder?

A SRA. DAMARES ALVES – Não. Eu respondo sobre a Casa da Mulher. São tantas perguntas!

Senadora, estamos visitando as Casas da Mulher no Brasil inteiro. A experiência em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, é extraordinária. O resultado ali é extraordinário. Já não aconteceu a mesma coisa em Brasília.

A casa foi formatada em um padrão sem obedecer às especificidades de cada Estado, às necessidades de cada Estado. Aqui, inclusive, Senadora, ela está fechada, está condenada, com uma parte dela interditada. Foi um dinheiro absurdo gasto na casa, mas ela foi colocada em um lugar longe do acesso da mulher. Aqui, no DF, o juizado especial funciona muito bem, a vara especializada funciona muito bem, as delegacias funcionam. Então, não foram obedecidas, não foram respeitadas as necessidades do Distrito Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos revendo, Senadora, a construção das casas, obedecendo à necessidade de cada Estado. Temos algumas no Brasil que não funcionaram conforme a expectativa nas quais elas foram formatadas. Mas estamos revendo e vamos priorizar o trabalho com a Casa da Mulher Brasileira.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Secretário Sérgio Queiroz, dois minutos.

O SR. SÉRGIO QUEIROZ – Sra. Senadora, são realmente muitas perguntas e são perguntas bem estruturais.

Queria só falar um pouquinho com relação ao orçamento. Nós estamos com o PPA do Governo anterior ainda em curso. Então, nós temos muito pouco o que fazer até a elaboração do PPA do próximo quadriênio.

Sobre a questão do orçamento, das oito secretarias que temos ligadas hoje ao Ministério, a secretaria que tem o maior orçamento é exatamente a Secretaria da Mulher – isso veio do passado –, com R\$48 milhões.

Bem, isso é algo que pode ser a luta da Ministra na elaboração do novo PPA. Com a participação do Parlamento, quer-se ampliar esses orçamentos. Essa é uma questão que realmente tem de ser discutida neste semestre para a votação no Parlamento depois.

Quanto à violência em geral, eu creio que um dos grandes problemas no Brasil seja a subnotificação.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO QUEIROZ – Por exemplo, a violência LGBTI é uma violência cujos dados... Uma ONG da Bahia tem municiado o Governo com esses dados. Nós não temos muitos dados específicos sobre onde acontece, quais são as maiores incidências, quais são as áreas mais perigosas no Brasil com relação a essa violência.

O fato é que, tomando a palavra da Ministra, sem querer ser simplório, Senadora, é que a luta contra as violências em geral, inclusive a violência cibernética, a violência através da internet e todas as outras maneiras de violências estão sendo tratadas no novo Governo de maneira transversal, vários atores têm estado interessados. Certamente, o que podemos assegurar é que, no que depender do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, nós lutaremos firmemente contra isso, inclusive fortalecendo nosso Disque 100 e o nosso Disque 180. Também temos observado que essas denúncias que eram feitas através desses canais não estavam sendo tratadas da maneira com que deveriam ter sido tratadas, levando-as até a ponta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um pouco do que eu poderia dizer sobre a questão do combate à violência.

Não sei se ainda há oportunidade de a senhora fazer mais alguma pergunta, e de eu tentar respondê-la.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA. Para interpelar Ministro.) – Não. Eu tenho mais dois minutos, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, mais dois minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Há duas situações que os senhores não me responderam, mas podem me responder agora.

Presidente, estou fazendo uma observação e quero utilizar meus dois minutos falando de duas coisas importantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para ajudá-la, Senadora, como foi o Secretário que respondeu e há a Ministra, eu entendo que V. Exa. poderá ter dois minutos, no mínimo, com mais um.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Eu quero fazer duas colocações. Primeiro, a questão da reforma da previdência, cuja reposta não veio. Depois, do PPCAM, que é o Programa de Proteção a Crianças...

A senhora falou do cadastro. Esse é o detalhe, é o apelo que quero fazer a V. Exa. No projeto que foi aprovado ontem aqui nesta Casa, nós colocamos um critério importante, Ministra, que foi: se os Estados não alimentarem esses cadastros, eles poderão ficar com limitação em algumas transferências voluntárias. Por que nós criamos esse princípio? Pelo que a senhora acabou de colocar. Nós temos um cadastro que data de 2009 que é inexistente. Esses dados que nós apresentamos são dados que são feitos por outros órgãos, porque, se formos lá, há pessoas que já apareceram e que estão lá, e há pessoas desaparecidas que não estão lá. Por quê? Porque não dá resultado nenhum. Então, o que nós fizemos ontem foi criar uma política específica com pontos específicos para que, de fato, esse cadastro possa funcionar.

Só para fechar, quando o senhor falou em relação à violência de crimes cibernéticos, eu acho que essa preocupação tem de ser encampada inclusive com campanha. Há hoje, por exemplo, a *deep web*, que nós – aí, eu, Eliziane, me enquadro – não sabemos como entrar. Por quê? Porque são meninos ou pessoas adultas que têm um nível de conhecimento maior e acesso diferente a esse mundo subterrâneo da internet. Para nós termos eficiência nisso, nós precisaríamos ter mais delegacias de crimes cibernéticos no Brasil, que não temos! São raríssimos os Estados brasileiros ou cidades que podem ter, na verdade, uma delegacia para poder fazer esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento. Acho que essa é uma campanha que o Ministério também deveria fazer, porque vai trazer resultados para a mulher, a criança, a pessoa com deficiência, porque, infelizmente, esse crime permeia fortemente a internet.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Ministra tem mais dois minutos, se assim ela entender.

A SRA. DAMARES ALVES – Senadora, nós entendemos a necessidade de uma política pública urgente e eficiente na questão do cadastro de crianças desaparecidas, dos desaparecidos de forma geral. Nós estamos nos empenhando nesse sentido, inclusive buscando alternativas para que as crianças sejam inclusive encontradas – inclusive encontradas! Não dá mais para a gente suportar os números.

Com relação à violência, Senadora, nós vamos buscar a efetividade dos órgãos. Nós temos boas leis no Brasil no combate à violência contra a mulher. Nós temos, mas o que está acontecendo? Nós temos percebido que a rede de proteção não está correspondendo. Nós vamos falar com todos os atores que envolvem a rede de proteção. Não basta haver só uma boa delegacia da mulher se a vara especializada não estiver funcionando. Não basta haver bons programas de saúde se não há o acolhimento da mulher na Casa da Mulher ou no local de abrigamento.

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES – Então, vamos falar com todos os atores que envolvem a rede de proteção às mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, por favor. V. Exa. estava inscrito, deu uma saída e voltou.

Em seguida, o Senador Zequinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar Ministro.) – Exato. Eu já tinha inclusive me justificado com a Ministra e com os assessores. Eu estive na posse do novo Presidente do FNDE, porque nós inclusive fazemos parte da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Quero parabenizar, inclusive, o novo Presidente do FNDE pelo trabalho que vai desenvolver. E havia me justificado inclusive com a Ministra também nesse sentido.

Quero só destacar uma coisa, Ministra. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em função inclusive de todas as secretarias – eu vi o começo da apresentação, estava aqui ainda – e da quantidade de conselhos, nós vamos ter, Senador Paulo Paim, depois, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

detalhar bem cada uma dessas situações para vermos exatamente no detalhe o que está acontecendo.

Eu queria destacar... Eu até diria que é um Ministério que não precisa ter muito orçamento. Por que não? Porque família a gente tem que articular. O grande trabalho do Ministério é articulação, fazer com que os direitos se concretizem. Se a gente pensar na família, há um local próprio para casa, para se ter moradia, para se ter lar, e o dinheiro precisa ser liberado. Os pequenos construtores estão vindo para a Brasília porque simplesmente há uma burocracia. Então, o Ministério, porque é da família, tem que lutar pela casa.

Educação é educação em tempo integral, para a criança ficar na escola, evitar a droga. Isso tem que ser muito bem articulado. Direitos humanos perpassam todos os ministérios.

Saúde: há a saúde do idoso, a saúde do deficiente, a saúde da pessoa com deficiência, a saúde da mulher. Então, como o Ministério da Saúde está tratando desses assuntos?

Então, há muito a fazer, eu diria, no sentido dessa articulação. E isso nunca aconteceu no Brasil.

A Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) fazia parte da Presidência, e inclusive pessoas amigas que presidiam aquele órgão vinham falar com a gente para a gente, no Senado, ajudar a fazer a articulação com os Ministérios, porque eles não conseguiam fazer isso.

Isso não depende de orçamento, porque, se houver orçamento para a saúde da pessoa com deficiência, para o trabalho, para a educação, haverá duplicação de recursos, duplicação de esforços. Quer dizer, uma indevida, eu diria, utilização de recursos.

Então, o desafio, Ministra, dessa questão dos direitos humanos é algo que, eu diria, nunca aconteceu no Brasil e seria, vamos dizer, muito bom e muito salutar. E é difícil porque vocês no mesmo nível dos outros ministérios. Nenhum ministro vai dizer, mas, vamos supor, hipoteticamente poderia dizer: "Você é ministra, eu sou ministro. Vem mandar em mim?" Não. Então, tem de haver uma determinação presidencial que diga que os direitos humanos estão aqui, que as prioridades são essas. Botar um selo talvez, inclusive como antigamente a esposa do Fernando Henrique fazia – no Comunidade Solidária, havia um selo específico – ou alguma coisa que indique isso.

Violência contra a criança e o adolescente: como é que a gente vai combater essa violência, além da conscientização, da sensibilização e da propaganda? É uma questão de direitos humanos.

Povo de rua, família do povo de rua: há que se verificar isso também. Isso é uma coisa. E outra coisa é falar muito com o povo, porque o povo tem mil soluções. Há gente muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualificada, gente muito boa, seja nos católicos, nos evangélicos, nas comunidades. O povo quer participar. Então, ficar escutando muito... O povo de rua...

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eles vieram falar comigo. Eu disse: "Quero aprender. Vocês vêm me dizer o que eu tenho de fazer aqui no Senado. Aí, vai dar certo". É preciso escutar. E eu diria: escutar também indígenas – só para levantar um ponto, porque o tempo é curto. Os indígenas estão se debatendo no Brasil inteiro e não foram escutados para ver se são colocados em um ministério ou no outro. Eu acho que nunca é de bom alvitre a gente fazer as coisas sem escutar as pessoas interessadas, porque a gente não chega a uma conclusão. Então, eu já falei inclusive com o Ministro Sergio Moro, e eles querem ir para lá.

Ah, querem acabar com a Secretaria de Saúde Indígena no Ministério da Saúde. É a mesma coisa que dizer "quero fazer alguma coisa com a pessoa com deficiência" sem escutar a pessoa com deficiência ou a família. Não existe isso.

(Soa a campainha.)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A gente tem que convergir, construir.

Então, Ministra e Sérgio, realmente eu diria que o desafio maior do Ministério – e, para dar certo, teria de ser isto na minha opinião – é a força da articulação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ministra.

A SRA. DAMARES ALVES – Senador, o senhor tem razão. O nosso ministério não é finalístico; nosso ministério está ali para fazer a transversalidade dos temas. E eu vou dizer, Senador, com muita alegria da honra que tenho de participar de um Governo que pensa dessa forma, na transversalidade dos temas. E esta Ministra, nas reuniões ministeriais... Eu sou aquela que fica ali... Por exemplo, se o Ministro da Ciência e Tecnologia apresenta um projeto, eu fico olhando: "Onde está a criança ali? Onde está a pessoa com deficiência? Onde está o idoso?". Esse é o meu papel. E, se não encontrar, eu digo: "Ministro, está faltando alguma coisa na tecnologia assistiva". Então, este é o papel do ministério: fazer essa transversalidade.

Em virtude de o Presidente Bolsonaro ter anunciado que não quer ser candidato novamente, este Governo não tem a preocupação de criar programas e projetos que vão acabar neste Governo. O que a gente viu nos anos anteriores, e tem visto há 40 anos, é que os governos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vêm, criam um programa ali e, quando vão embora, o programa acaba. Nós queremos construir políticas públicas estruturantes e permanentes. E nós temos essa liberdade, não precisamos fazer nada para agradar a um segmento, mas para beneficiar o Brasil. Nós queremos políticas públicas que continuem. Há muita coisa que o nosso ministério está fazendo, e a gente conversa muito com os nossos secretários no sentido de que talvez nenhum de nós vá ver o fruto disso, talvez sejam os nossos filhos, daqui a 15 anos, que vão ver. Temos que ter coragem de fazer isto: propor uma política pública cujo resultado não vamos ver agora, mas nossos netos vão ver. Então, este ministério vem nesta direção de trabalhar a transversalidade dos temas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dentro do tempo da Ministra, o Secretário tem a palavra.

O SR. SÉRGIO QUEIROZ – Uma das atribuições da Secretaria Nacional de Proteção Global é exatamente essa tentativa de articular não só interministerialmente, mas também com Estados e Municípios e organismos internacionais.

Inclusive, ontem – para responder ao Senador –, eu criei uma comissão interna exatamente para tratar das questões de integração com os outros atores. Nunca teríamos orçamento necessário se fôssemos realizar a política, todas as que são necessárias. Tudo tem a ver com seres humanos. Então, tudo tem a ver com direitos humanos. É um compromisso nosso, Senador, pegar a sua fala e transformá-la em algo muito real, e isso tem acontecido.

Em primeiro lugar, há união entre os ministros, reuniões semanais, reuniões com os secretários, alinhamento de ideias, alinhamento de propostas, para que não haja aquela sobreposição de temáticas que já estão sendo tratadas. E é isso que a gente vai tentar fazer.

Por exemplo, a água – só um exemplo –, a água como direito humano. Nunca se falou, mas isso já foi definido pela ONU em 2010. Direitos humanos não têm como cavar poço, mas têm como fazer interlocuções com o novo Ministério de Desenvolvimento Regional, com o Ministério do Meio Ambiente e com o Ministério da Cidadania no sentido da construção de cisternas.

O nosso trabalho vai ser de articuladores neste Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos em frente.

Secretário Sérgio Queiroz, eu estou evitando fazer comentários para que todos possam falar. Agora é a vez dos Deputados.

Dizem que, nesta Comissão, eu trato de tudo. Agora, depois da sua sugestão, vou tratar da água também!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, o último Senador inscrito, Senador Zequinha Marinho. Em seguida vamos para os Deputados e Deputadas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para interpelar Ministro.) – Sra. Ministra, Sr. Senador, Srs. e Sras. Senadoras, é uma satisfação muito grande poder estar aqui e, nesta oportunidade, poder cumprimentar a Ministra Damares e sua equipe e desejar-lhes sucesso nessa nova missão. Conheço-a há algum tempo, sei da sua luta, do seu compromisso, da sua vontade de contribuir com este País, principalmente com aqueles setores que são críticos com relação à questão do direito, da oportunidade.

Mulher, família, direitos humanos. A mulher é sempre a figura-chave da família. Eu queria rapidamente fazer uma reflexão simples aqui: a mulher, nestes últimos meses, parece que... Para a gente, que acredita na ação do invisível, do espiritual, parece que o inimigo tem se levantado de uma forma tremenda para destruir a mulher. Digo isso em função da quantidade de crimes, da quantidade de assassinatos mesmo, de maus-tratos, coisas horríveis. Isso cresceu violentamente do ano passado para cá e tem assustado. Não é fácil encontrar uma saída imediata para isso, mas, como eu entendo e o doutor acabou de falar, esse ministério é o ministério da articulação.

Eu queria deixar uma pergunta posta, talvez já feita por outros Senadores aqui presentes: o que o Ministério está fazendo a partir do foco na questão do combate à violência direta contra a mulher, principalmente na convivência do lar com seu companheiro? Isso tem me chamado a atenção. Não sei como, mas, pensando todos juntos, podemos encontrar uma forma, ou muitas formas, de tentar ajudar essa mulher que está passando por dificuldades.

A violência sempre está ligada a alguns fatores. Via de regra ela nasce dentro de uma família desestruturada e, aí, há consequências para as crianças – porque a partir dali há um desdobramento muito longo –, para a própria mulher e para a convivência daquela família. Dessa forma, a gente precisa tentar pensar, tentar articular, tentar ver de que maneira se constrói alguma coisa nesse sentido.

O setor comunitário: eu o vejo ser muito pouco utilizado pelos governos, inclusive a partir do Município, que não sabe usar o trabalho com as associações, com as igrejas. O governo do Estado tem muita dificuldade para usar também, e o Governo Federal nem se fala, porque está muito distante, muito longe da realidade comunitária.

Outra origem da violência é a questão social, condição de sobrevivência, desemprego, pobreza, miséria. Sou de um Estado que potencialmente é muito rico, que é o Estado do Pará, com jazidas de minérios e tanta coisa para lá e para cá, mas a gente, até então, não tem conseguido transformar limão em limonada, isto é, fazer com que essa riqueza se transforme em qualidade de vida para sua população: somos 8,5 milhões de habitantes e quase metade disso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vivemos naquela maldita faixa abaixo da linha de pobreza, para não falar na miséria. Aí temos um campo muitíssimo grande para o trabalho da área social, e é disso que eu quero aqui falar.

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Nós estamos prontos para fazer as parcerias. Quero fazer uma visita ao ministério. Estamos chegando agora, e é muita coisa para fazer, mas eu chego lá. Vamos conversar um pouco sobre o Pará, sobre a Amazônia, sobre a Região Norte, que é um Brasil diferente dos outros quatro brasis, completamente diferente, e a gente precisa ter um olhar diferenciado também. Se nós formos juntar os desiguais para tratar do mesmo jeito, a gente vai cometer injustiças e não vai chegar àquilo de que é preciso realmente.

Então, quero dizer da necessidade e da vontade que tenho de a gente conversar, até para ver... O Governo é novo, os programas estão sendo formados, as dificuldades financeiras e orçamentarias são grandes também, mas a boa vontade, eu tenho certeza, existe e, havendo boa vontade, a gente encontra saída para essa construção.

Eu quero finalizar minhas considerações falando sobre a questão da missão do ministério da senhora, da sua equipe, no que diz respeito à articulação das ações de governo, dos programas de governo. É comum a gente ver um governo trabalhando de costas para o outro, fazendo a mesma coisa e fazendo muito pouco em relação ao universo daquela necessidade. A humanidade tem repetido que a união faz a força. Além de ser a união do Governo Federal, vamos fazer também a união dessas políticas públicas lá embaixo, principalmente dentro do Município, onde a vida acontece. Principalmente lá no Município – o Município é o lugar – fortalecer os programas sociais, dando ao Município, realmente, a dimensão da importância de tudo aquilo, porque é de lá que sai o desdobramento, negativo ou positivo, para o resto da sociedade. Se o Governo Federal, pelo ministério, conseguir chegar à célula municipal...

(Soa a campanha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Já encerro, Presidente.

Se o Governo Federal, pelo Ministério, conseguir chegar à célula municipal, a gente vai poder fazer. Vamos discutir aqui, vamos conceber a política pública e vamos aplicá-la. E quem a aplica? A prefeitura, e essa prefeitura precisa de treinamento. Primeiro, precisa enxergar, porque a pior coisa é não conseguir ver. Precisa ver. Então, essa articulação é fundamental. O Governo Federal tem uma marca forte e, quando chegar ao Município, certamente vai ter atenção, carinho, respeito. Enfim, a gente precisa fazer acontecer, fortalecer isso lá dentro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era o que queria dizer, sem deixar de lado, naturalmente, os governos estaduais, porque também arrecadam, porque também têm programas, mas também têm dificuldade de implementar esses programas e fazê-los acontecer lá na ponta.

Finalizando, quero dizer que nós estamos prontos aqui, como Parlamentares – de minha parte e, tenho certeza, de parte dos colegas todos –, para lutar por recursos. Todo mundo sabe da necessidade. Muitas vezes você tem a rubrica, mas não tem orçamento, não é verdade? O financeiro também demora muito. Está vindo aí o Orçamento do ano que vem. Quando todos nós chegamos aqui, o Orçamento já estava pronto. A senhora também assumiu o ministério com um orçamento pronto.

(Soa a campainha.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Outubro é hora de a gente debater. Quero dizer, em nome da Bancada do Estado do Pará, não só no Senado, mas também na Câmara, que nós temos todo o interesse de fazer parcerias também no aporte de recursos.

Muito obrigado.

Que Deus te abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só vou fazer um apelo à Ministra para que ela possa resumir ao máximo a resposta – às vezes são muitas perguntas colocadas numa fala. É que eu queria dar oportunidade aos Deputados, que estão desde o início aqui, para que eles possam também se manifestar. No mínimo, eu vou sugerir, se V. Exa. concordar, que eles possam falar em bloco e V. Exa. responde no final. Está o.k.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, agora V. Exa. responde as perguntas do Senador.

A SRA. DAMARES ALVES – Senador, é uma alegria estar com o senhor nesta audiência. Sou uma admiradora do seu trabalho como Deputado, como Vice-Governador e sei que agora fará um grande trabalho como Senador.

É proposta do Governo Bolsonaro: mais Brasil, menos Brasília. Essa é a frase que nós, Ministros, tivemos de decorar desde o dia em que fomos escolhidos para ser Ministros. Mais Brasil e menos Brasília: a descentralização. E o Ministério vem nessa linha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao combate à violência contra a mulher: nós temos ali uma lista de inúmeras iniciativas. Uma delas é o fortalecimento da patrulha Ronda Maria da Penha. Alguns Estados ainda não a têm, nós estamos trabalhando com esses Estados. O nosso ministério tem conversado diretamente com as secretarias estaduais e municipais. Este tem sido o trabalho deste ministério: ir lá na ponta, onde está acontecendo, ajudar, fomentar, articular, buscar recursos, falar com as secretarias todas, pedir para as secretarias começarem a se falar, porque, de fato, a gente já viveu muito a experiência de os governos não se falarem entre si, órgãos não se falarem entre si.

Os números nos assustam, Senador, nos assustam, e hoje eles estão mais evidentes porque nós temos alguns mecanismos, como, por exemplo, o celular. As mulheres estão filmando as violências e estão denunciando mais. Eu acho que a gente avançou no quesito denúncia, mas a gente precisa ainda da efetivação da proteção dessa mulher, disso a gente precisa. E nós vamos ter de encontrar isso juntos, Senador. Vamos ter de fazer essa parceria; todos os Poderes vão ter de estar juntos.

Com relação também às legislações: nós temos legislações perfeitas. Inclusive, começou a vigorar este mês – aproveito para dizer porque estamos ao vivo – a lei do importuno. Agora, no Carnaval, nós vamos pegar pesado na questão da lei do importuno. Foi aprovada recentemente, foi resultado de um trabalho árduo da bancada feminina anterior a aprovação dessa lei. Mulheres são acochadas nos ônibus. Nós tivemos episódios nos anos anteriores de homens se masturbando em cima de mulheres nos ônibus e até em avião, Senador – temos registro de que isso ocorreu até em avião! Isso agora vai ser criminalizado: o importuno. Em local público, em *shows*, homens vão para trás de mulheres, agarram mulheres, e no Carnaval isso é muito comum. A secretaria vem com a campanha aí: "O importuno agora é crime". E a pena não é pequena, não! A pena é de até 5 anos.

Então, vamos trabalhar tudo isso, mas ainda existem situações sobre as quais é preciso legislar. Por exemplo, nós temos a lei do importuno e nós temos uma lei nova também que criminaliza quem publica imagens de estupro. Isso não estava tipificado. Agora temos que tipificar também quem ameaça publicar a imagem de uma mulher, quem ameaça tornar pública uma relação íntima que teve com uma mulher. Essa ameaça não está tipificada como crime ainda, e muitos homens coagem as mulheres desse jeito. Então, nós também precisamos, ainda, aperfeiçoar um dispositivo ou outro na legislação.

No entanto, Senador, os números não são culpa deste Governo ainda, eles caíram no nosso colo. Caíram no nosso colo: campeão mundial de homicídio; pior país da América do Sul para se criar meninas; quinto em feminicídio. Caíram no nosso colo os números e nós vamos ter de fazer o seu enfrentamento, e vamos ter de fazer juntos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos em frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora vamos dar oportunidade para os Deputados e as Deputadas.

Vou começar chamando – já registro sua presença agora, Deputado Federal Marcon – por ordem de chegada.

Deputada Federal Chris Tonietto, cinco minutos.

A SRA. CHRIS TONETTO (Bloco/PSL - RJ. Para interpelar Ministro.) – Muito bom dia a todos!

Primeiramente gostaria de agradecer a oportunidade de estarmos aqui neste momento para podermos prestigiar também esse trabalho primoroso que tem sido desempenhado por V. Exa, Ministra Damares.

Quero parabenizá-la pelo trabalho e quero, acima de tudo, encorajá-la, porque eu acho que, pela primeira vez na história deste País, nós estamos vendo o Ministério de Direitos Humanos voltando ao seu significado original, que é, de fato, resgatar os direitos de todos os seres humanos, não apenas das minorias. Essa preocupação que nós temos com a dignidade de todos os seres humanos, com os direitos de todos, isso tem de ser uma preocupação de todos nós, não só de nós Parlamentares, mas, certamente, do Governo Bolsonaro e, por isso, também dos ministérios.

Eu gostaria, Ministra, de parabenizar em especial pela medida provisória que muitas pessoas ainda parecem não compreender, a medida provisória do *homeschooling*. A família precede o Estado. É bem verdade que o Estado deve respeitar o direito das famílias, e a preocupação primária com o fortalecimento das famílias certamente também nos faz trabalhar no combate à violência. Uma coisa é consequência da outra. Se nós nos preocupamos com os vínculos familiares, com o fortalecimento desses vínculos, certamente nós estamos trabalhando no combate à violência, porque muitas violências começam dentro de casa. O *homeschooling*, por exemplo, é uma faculdade, não é uma obrigação, nós sabemos, mas temos de respeitar aqueles pais que querem exercer a mais sagrada das missões, que é a de educar seus próprios filhos. E o *homeschooling* certamente caminha com essa finalidade. Então, o Parlamento irá discutir com seriedade, com responsabilidade essa matéria, mas eu quero agradecer por ter ouvido o brado retumbante de muitas famílias que desejam isso e querem ser respeitadas e que estão sendo respeitadas. Inclusive, quero prestigiar aqui a Secretária da Família, Dra. Angela Gandra, de cujas ideias compartilho. Inclusive, quero parabenizar também pelo trabalho desempenhado.

Exatamente, nós precisamos fortalecer esses laços, precisamos fortalecer as nossas famílias. Se nós temos uma sociedade desestruturada, é muito por conta de as famílias estarem desestruturadas. Então, nós não podemos passar despercebidos por conta dessa situação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero também deixar claro, e agradecer também, o fato de a senhora ter reconhecido que este Parlamento, o Congresso Nacional, é o ambiente democrático da discussão de muitas demandas, de muitas situações que estão sendo capitaneadas, sim, pelo ministério, mas não estão furtando ao Parlamento essa discussão. O *homeschooling* é um exemplo, mas nós temos outros também.

E, no que tange ao combate à violência contra a mulher, que também é algo que tem de ser muito bem elencado, nós precisamos enfrentar, como a senhora muito bem falou, eu gostaria de deixar claro que eu, como mulher, me sinto muito bem representada por V. Exa.

(Manifestação da plateia.)

Sinto-me representada porque sei que V. Exa. é uma mulher de fibra, é uma mulher guerreira, que teve uma trajetória de muita luta. Quero agradecer em nome das mulheres o fato de a senhora olhar para a mulher reconhecendo a dignidade dela, resgatando esses valores, os valores fundantes da nossa sociedade.

Eu também gostaria de parabenizá-la pelo fato de a senhora nunca perder a sua essência. A senhora nunca perde a sua essência. A Senadora que me precedeu na fala colocou como se a sua religiosidade se sobrepusesse ao exercício do seu trabalho no Ministério, mas eu gostaria de lembrá-la de que a senhora também tem direito ao exercício da liberdade religiosa. Isso não lhe pode ser furtado porque a senhora exerce agora o cargo de Ministra. Eu sou católica e, como católica, defendo a vida desde a concepção, compartilho com a senhora, e defendo a honra dos católicos...

(Soa a campainha.)

A SRA. CHRIS TONETTO (Bloco/PSL - RJ) – A Igreja Católica também é radicalmente contra o aborto!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conclua, Deputada, para que todos possam falar.

A SRA. CHRIS TONETTO (Bloco/PSL - RJ) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está no seu tempo ainda.

A SRA. CHRIS TONETTO (Bloco/PSL - RJ) – Então, quero agradecer imensamente por esse projeto, que é um projeto de Brasil, sim, sem divisões. Não deixa de ser um Brasil sem pluralidade de ideias. Nós temos, sim, um país plural, mas isso não significa dizer que nós não podemos caminhar em prol da construção de um país mais uno, o que significa não sobrepor as ideologias ao projeto de bem comum. O bem comum é o objeto da política.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, eu gostaria mais de agradecer: muito obrigada, Ministra.

A SRA. DAMARES ALVES (*Fora do microfone.*) – Obrigada.

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou fazer um apelo de novo ao Plenário: o debate está indo muito bem, palmas ou vaias não ajudam nada. Não ajudam nada! Virão aqui outros ministros – eu já agendei –, inclusive o Ministro Moro. Faço um apelo para o bom debate: palmas ou vaias não ajudam. Está indo muito bem a nossa audiência.

Deputada Federal Angela Amin. (*Pausa.*)

Deputado Federal Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR. Para interpelar Ministro.) – Cumprimento o Senador Paulo Paim, a Ministra Damares Alves e toda a sua equipe.

Senador, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa de trazer a nossa Ministra a esta Casa – de fazê-la retornar, na verdade, a esta Casa.

Eu costumo falar, Srs. Parlamentares, colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, que não havia pessoa melhor para ocupar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Por quê? A Ministra Damares Alves prega e vive aquilo que ela fala. Ela fala da mulher, mas ela tem um histórico em defesa da mulher; ela fala sobre a criança, mas ela tem um histórico em sua vida na defesa da criança e do adolescente; ela fala do índio e tem uma índia dentro de casa, a Lulu; ela fala dos ciganos e tem um trabalho belíssimo com os ciganos do nosso País. Então, não havia pessoa melhor para ocupar esse Ministério na nossa Nação. Parabéns, Ministra, por estar lá!

Aproveito esta oportunidade, Senador Paulo Paim, para fazer um desagravo público à Ministra Damares.

A primeira vez que ouvi o testemunho de vida da Ministra foi numa pregação, numa igreja na cidade de Maringá, no Paraná, o meu Estado. E eu me emocionei. Eu me emocionei por ver a história de vida dela e por ver que a Ministra Damares transformou a sua dor na sua luta; aquilo que ela havia vivenciado quando criança ela transformou num motivo para lutar e impedir que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outras crianças passassem por aquilo. Mas também me emocionei por saber que ainda hoje existem crianças em situação semelhante à vivida por ela.

Depois de ver a sua história sendo divulgada pelo País inteiro quando foi anunciada como Ministra, nós nos deparamos, senhores e senhoras, com parte da imprensa, nós nos deparamos com "youtubers", com alguns políticos – é verdade – e com pessoas de modo geral no maior caso, Senador Paulo Paim, de intolerância religiosa já visto na história deste País, no maior caso de machismo, de intolerância e de ódio que vivemos na história recente do Brasil. Nós nos deparamos com o desrespeito à história da criança Damares Alves. Nós nos deparamos com o desrespeito à laicidade do Estado.

Todos nós sabemos o que significa laicidade do Estado: é o Estado não interferir na religião. Mas nós sabemos também que a laicidade do Estado é garantir que todas as pessoas possam ter a sua crença religiosa. E o desrespeito à história da Ministra Damares foi o maior caso de desrespeito à laicidade do Estado já vivido na história democrática deste País.

A Ministra Damares Alves tem um desafio enorme pela frente: em primeiro lugar, o de conscientizar as pessoas desta Nação de que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos é um ministério importante, é um ministério necessário. Eu ouvi muitos comentários, à época, de que não era necessário o Ministério dos Direitos Humanos, e esses comentários são equivocados. Eles são equivocados, porque nós temos que conscientizar as pessoas de que, quando nós falamos do direito à vida, nós estamos falando de direitos humanos; quando nós falamos da inocência das crianças, nós estamos falando de direitos humanos; quando nós falamos do direito às prerrogativas familiares quanto à educação moral e religiosa dos filhos, estamos falando...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – ... de direitos humanos, Sr. Presidente; quando nós falamos de defesa da mulher, de combate ao estupro, de genocídio – e a população brasileira está acometida hoje por 70 mil homicídios por ano –, nós estamos falando de direitos humanos. Então, nós temos este primeiro desafio, Ministra: o de conscientizar as pessoas – são algumas pessoas, é verdade – da necessidade do ministério, da importância dele.

Pela primeira vez, temos o Ministério da Família, o que não significa que o Estado irá interferir na família de cada um de nós, não significa que o Estado baterá à nossa porta e irá se intrometer na nossa casa. Muito pelo contrário, isso significa que, numa interlocução com diversos Ministérios, nós iremos criar um ambiente propício para que as famílias sejam cada vez mais estruturadas. Então, temos um duplo desafio, Ministra, pela frente.

E eu tenho certeza – para finalizar, Senador...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. tem um minuto ainda.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – Obrigado, Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dispõe de um minuto e oito segundos.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – Obrigado. O tempo passa muito rápido, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faz parte.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – Eu tenho certeza, Ministra, de que, com a equipe...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – ... que a senhora montou – vejo parte dela aqui – , a senhora vai conseguir cumprir esses desafios, vai conseguir ultrapassar essa barreira e vai conseguir colocar em prática tudo que não havia sido feito no nosso País anteriormente. Vai conseguir ultrapassar essas barreiras e vai inaugurar um novo Brasil, um Brasil que respeita, de fato, os direitos humanos de todos os brasileiros. Tenho a certeza disso.

Aproveito o ensejo também, Ministra, para cumprimentar a Secretária Nacional da Juventude, Jayana, e para cumprimentar a Secretária Nacional da Família, Dra. Angela, que são duas secretárias pelas quais tenho enorme carinho. Tenho afinidade com a pauta, porque essas pautas abordadas, tanto a da juventude quanto a da família, são também as minhas pautas e as pautas de algumas pessoas que estão aqui. Faço isso também por representar a parte da juventude paranaense que anseia por melhorias nessa área.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço que conclua, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – Faço minhas perguntas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. usou seis minutos, e eram cinco minutos.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – Usarei 15 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas vamos para as perguntas, sem problema. Vamos lá!

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PSL - PR) – Obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço minhas perguntas, Ministra.

Quais são as políticas para a juventude, principalmente em relação ao emprego, um anseio da nossa juventude hoje?

Peço que a senhora faça um rápido balanço de como a senhora pegou o Ministério dos Direitos Humanos, principalmente em relação às ONGs, à quantidade de dinheiro encaminhada para essas ONGs, enfim, aos gastos. Eu gostaria que fizesse um balanço de como a senhora o pegou.

Muito obrigado, Ministra. Que Deus abençoe a senhora!

Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente!

Com a palavra o Deputado Federal Dr. Jaziel.

O SR. DR. JAZIEL (Bloco/PR - CE. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, nosso Presidente Paulo Paim e nossa querida Ministra Damares Alves!

Eu já acompanho a Ministra desde 2002, quando fui Deputado Estadual pelo Ceará. Até estive com a Ministra, já faz tempo, mas eu a fico acompanhando. Quem a está acompanhando de forma mais próxima é minha esposa, a Deputada Dra. Silvana, que é sua fã...

A SRA. DAMARES ALVES (*Fora do microfone.*) – E minha amiga.

O SR. DR. JAZIEL (Bloco/PR - CE) – ... e amiga.

Minha querida, fico feliz por ver realmente um outro momento no nosso País.

Tenho a certeza de que foi a vontade de Deus para a sua vida a senhora estar nessa função. A senhora foi assessora. E, aqui, demonstro todo o meu respeito e admiração aos assessores, que fazem realmente o dia a dia de cada um dos Parlamentares, tanto dos Senadores como dos Deputados. Eu entendo que é uma grande vitória, porque estava escrito na sua vida que Deus ia fazer isso. A senhora crê.

Eu queria também aqui dizer para a Ministra e para todos, pegando o que está escrito em Gênesis, que, na criação, quando Deus criou todas as coisas, quando, inclusive, já tinha criado até o homem – isto é para quem crê; quem não crê tem o direito de não crer, mas nós cremos –, Ele não gostou. Ele criou o homem, criou tudo e disse: "Não está bom". Faltava alguma coisa, e aí criou a mulher. Esse ministério é tão forte, tão forte para nós, porque é da família – e a mulher





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faz parte da família e dos direitos humanos. Então, se não houvesse esse ministério aqui no Governo Bolsonaro, estaria faltando alguma coisa.

Então, eu quero dizer-lhe que estou aqui para ajudar. Quero ver a nossa Ministra, com sua praticidade, firmeza e doçura também, desenvolver realmente um trabalho maravilhoso para todo o nosso País.

Quero dizer-lhe também que já estamos quase finalizando a coleta de assinaturas para a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Homeschooling. Essa luta também é uma luta que me chama realmente o interesse. Eu tenho contado com a aquiescência e com o carinho desses Deputados que realmente têm ajudado.

Então, fica aqui a minha fala. Quero dizer para a senhora que estaremos trabalhando, torcendo e orando para que Deus realmente a ilumine e lhe dê graças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente!

Com a palavra a Deputada Federal Daniela do Waguinho.

A Deputada Daniela está presente? (*Pausa.*)

Com a palavra a Deputada Federal Flordelis.

A SRA. FLORDELIS (Bloco/PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Boa tarde a todos!

Eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim por esta iniciativa, por esta oportunidade.

Quero dar os parabéns à Ministra Damares, que conheço já há algum tempo. Sei o quanto ela luta a favor dos menos favorecidos.

Quero dizer à Ministra que o Senador Arolde de Oliveira pediu para justificar a sua ausência. Ele está em um compromisso no Rio de Janeiro, mas a está acompanhando e está lhe dando os parabéns, Ministra Damares, pelo trabalho à frente do ministério e por sua pronta disponibilidade em dialogar com o Legislativo em prol de um Brasil melhor.

Eu nasci e fui criada na comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Sou mãe de 55 filhos. Não é creche, nem orfanato, é a minha casa, é a minha grande família.

Existe no Rio de Janeiro e em vários pontos do Brasil um número enorme de crianças e de adolescentes que o crime captura e arregimenta todos os dias dentro das comunidades. Eu sei da política de enfrentamento na segurança pública, que é necessária, mas a minha preocupação é:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existe alguma política nova na área do resgate da cidadania e da ressocialização, com oportunidades educacionais para essas crianças e adolescentes que o crime organizado está arregimentando?

Há mais uma preocupação que eu tenho: a criança só tem acesso à escola se for matriculada por alguém da família. Quando a família não o faz, muitas vezes por falta de interesse, essa criança não pode frequentar a escola porque ninguém mais pode fazê-lo, tirando dessa criança o direito de estudar.

Pior ainda é quando a família da criança perde o seu registro de nascimento, pois, nesse caso, é quase impossível, Ministra, essa criança ir a uma escola. Falo isso com legalidade. Tenho uma filha chamada Manuela. Minha filha hoje está com 13 anos de idade. Há seis anos, luto para que minha filha tenha um registro de nascimento. Eu tenho a guarda legal da minha filha. Essa guarda tem sido renovada de tempo a tempo. Minha filha hoje só frequenta a escola porque eu tive de implorar a uma diretora que deixasse minha filha entrar naquela escola mesmo de forma ilegal. E, como a minha Manuela, eu sei que existem muitas outras crianças. A mãe biológica da minha Manu só foi encontrada porque eu consegui encontrá-la. Mas, viciada em *crack*, com a mente já bastante abalada pelo vício, ela não se lembra mais da maternidade, do hospital em que a Manuela nasceu.

Então, eu falo em nome dessa menina, porque eu sei – vou repetir – que, como a minha filha, existem muitas outras crianças sem registro de nascimento, sem direito a frequentar uma escola. Esse é um direito que a criança precisa ter, porque, enquanto nós não damos a essa criança esse direito, o tráfico lhe está dando direito, está pegando essa criança para trabalhar e ser mais um soldado do tráfico de drogas. E, com isso, há o aumento da violência no meu Estado, o Rio de Janeiro, e em outros Estados também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a palavra a Deputada Federal Dra. Vanda Milani.

A SRA. DRA. VANDA MILANI (Bloco/SD - AC. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Ministra!

Bom dia a todos!

Bom dia, Senador!

Acho que já é quase boa tarde, não é?

Eu sou do Acre. Sou egressa do Ministério Público, continuo na ativa, estou lá há 33 anos. Fui Promotora da Infância e, como Procuradora, fui coordenadora da Infância e Juventude. Quando funcionava o Tele 100, a gente recebia muitas denúncias oriundas da Presidência da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

República. Às vezes, como mãe, como avó, eu passava noites sem dormir, pensando na situação de risco por que passavam aquelas crianças.

Havia muitas denúncias, como a de que o pai, como a senhora colocou, depois de abusar do bebê, ainda o colocava no peito da mãe. Havia denúncias desse tipo ou piores ainda. E o problema é que as coisas acontecem dentro do lar. E a mulher, talvez, por medo de perder o provedor ou por amor demais a ele... Às vezes, é o pai; às vezes, é o padrasto. Com esse medo, quando a gente vai apurar o fato, ela nega. As denúncias, normalmente, vêm por familiares ou por vizinhos. A gente apura os fatos e os encaminha para a Justiça, mas a coisa fica morosa, e a criança, um bebê ou uma criança de até dez anos de idade, como acontece muito, fica em situação de risco, continua naquela família. Não há o que fazer. A gente fica de mãos atadas e encaminha para a Justiça. A Justiça vai julgar, mas esse adolescente ou essa criança vai continuar dentro daquele lar, e a mãe não tem muito o que fazer, às vezes por conta de subordinação financeira, como eu já disse, ou por um amor louco que ela tem pelo cara. A gente não sabe como é que funciona bem isso.

Então, acredito que há necessidade de sairmos das instituições e darmos mais apoio, com mais praticidade, para essas crianças e adolescentes. É preciso haver um lugar que possa recebê-las, para elas fazerem um tratamento psicológico. É preciso dar apoio às próprias mães. Acredito que, na maioria dos casos, elas não confirmam as denúncias, volto a dizer, por medo de perder o provedor ou pelo risco que corre a sua própria vida.

Então, a minha pergunta é a seguinte, Sra. Ministra: quais as políticas públicas relativas às crianças e aos adolescentes abusados sexualmente dentro de casa, dentro do seu lar, em situação de risco, que possam resguardar essas crianças e adolescentes? Para mim, eles são objeto de abuso. A gente não pode dizer que isso é só desumano, mas, sim, animalesco. Então, acho que há necessidade de haver outro movimento. Essa é a pergunta que faço à senhora.

Quero dizer, como evangélica que sou também, que está escrito em Eclesiastes que há tempo para tudo. Hoje, acho que é o tempo que Deus marcou para que pudéssemos ter a senhora como nossa timoneira, para buscarmos um Brasil melhor, mais humano e mais justo. Acho que é disso que o povo brasileiro precisa.

Parabéns!

Eu gostaria que a senhora olhasse com carinho para essas crianças dentro dos lares. As mães não têm coragem de denunciar. As denúncias chegam à Justiça, mas é muito difícil a gente provar. Acho que tem de haver apoio. A minha pergunta gira em torno disso.

Obrigada.

Boa tarde!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente!

Com a palavra a Deputada Federal Aline Sleutjes.

Eu estudei neste intervalo aqui.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR. Para interpelar Ministro.) – Bom dia!

Nossa Ministra, é um orgulho poder estar aqui na sua frente, representando o Estado do Paraná pela primeira vez aqui no Congresso. Eu venho de uma história política de 18 anos, oito anos como Vereadora. Fui candidata a Prefeita, Vice-Prefeita, Deputada Estadual. Estou extremamente orgulhosa de poder representar a família paranaense aqui em Brasília.

Em seu nome, agradeço ao Presidente da Mesa, por esta oportunidade, aos nossos Deputados Federais e à população que, neste momento, nos ouve e que assiste a este belo debate de ideias, sem agressões, sem discussões, cada um respeitando a opinião do outro Parlamentar e da sociedade.

Ministra, se me permite, o seu Ministério poderia chamar Ministério da Família, porque, a meu ver, família engloba tudo, família engloba o filho, a mãe, o idoso, a criança, o dependente químico, a questão da sexualidade e do gênero. Enfim, tudo está envolvido numa família, porque não existe nascimento sem família, não existe criança sem um relacionamento.

A Ministra expôs, no início da nossa apresentação, as secretarias, as divisões. Eu fico pegando a essência da sua fala, Ministra: "Precisamos dar o direito para todos". No entanto, precisamos de oito secretarias para garantir o direito para todos. Mas, se somos todos, por que não podemos ter o mesmo grupo de secretariado e de políticas? Se somos seres humanos, assim poderia ficar muito fácil.

Seguindo nessa linha, a senhora nos falou sobre o fato de que o Brasil é o pior País da América do Sul para criar meninas. Eu tenho duas meninas e um menino. Eu digo para a senhora, com toda a minha certeza, como professora, mãe e mulher: o Brasil, hoje, talvez, seja o pior País para criar filhos. Por quê? Porque nós vemos uma condição desleal da educação; nós vemos o emparelhamento de muitos setores, destruindo a essência mais linda da criança; nós vemos a destruição de muitos perfis e de coisas com as quais, há 20 ou 30 anos, todos concordavam. Todos viviam em harmonia; hoje, todos discordam e vivem em desunião.

Eu fico pensando: falta lei no Brasil, ou falta cumprimento de lei no Brasil? Nós somos um dos países com mais leis no mundo! Será que, se nós fizessemos as leis serem cumpridas, toda essa questão de violência crescente e de dificuldade na nossa sociedade já não seria banida? Se a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa lei fosse mais ríspida e mais rápida, como muito bem disse minha amiga Deputada Federal, nós teríamos, com certeza, um país melhor para todos nós.

Vejo que, muitas vezes, em todos os programas e projetos, não só no Governo Federal, mas também no Governo estadual e no Município no qual vivi, nós tratamos sempre o problema, sendo que poderíamos tratar o início dele, para não se gerar o problema. Nós podíamos tratar lá na raiz. Como poderíamos tratar a raiz? Dando educação de qualidade para este País, fazendo nossas escolas públicas terem de novo educação, profissionalismo, valorização dos nossos professores, salários dignos, alimentação adequada, disciplina adequada. Cadê a nossa aula de religião? Cadê a nossa aula de civismo, de patriotismo? Cadê as disciplinas que davam a essência ao nosso cidadão? Por que foi retirado tudo isso da pauta?

Nós vemos aí um trabalho fantástico, incluindo a família. E, na família, entra igreja; na família, entra o amor, o carinho, o cuidado com os filhos. Se a família for bem cuidada...

(Soa a campainha.)

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) – Peço só dois minutinhos para finalizar.

Se a família for bem cuidada, não haverá dependente químico, gravidez precoce, dificuldades no que diz respeito à harmonia na sociedade, divisões e lacunas no nosso meio.

Então, como professora e, hoje, como Deputada Federal, Ministra, na minha humilde visão do seu trabalho, da sua Secretaria, que é maravilhosa – a senhora já demonstrou, pela sua garra, coragem e determinação, que vai fazer o seu melhor –, acho que nós poderíamos trabalhar num viés ao inverso a partir de hoje. Chega de divisões! Vamos trabalhar num país que seja bom para todos, em que as leis sejam cumpridas para todos, em que todos lutem pelos filhos e pelas crianças, em que todos lutem pelo idoso.

Nosso País está envelhecendo. A senhora me disse de um número com o qual fiquei apavorada: o recurso para idoso é de R\$1 milhão.

A SRA. DAMARES ALVES *(Fora do microfone.)* – Para o ano todo!

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) – Para o ano todo? O que se faz com isso, com a quantidade de idosos no nosso País?

Ministra, a senhora colocou ali os números da violência. Como mulher, eu fico muito triste em ver isso, mas, sinceramente, como mulher, eu gostaria que nós não ficássemos só debatendo quantas mulheres estão sendo assassinadas, sofrendo retaliações e violência, mas, sim, quantos cidadãos brasileiros estão enfrentando tudo isso; eu gostaria de debater não o desaparecimento das crianças, mas o desaparecimento dos brasileiros. Desaparecem adultos, desaparecem idosos, também desaparecem crianças.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me envergonho, muitas vezes, dessa inferioridade, desse vitimismo. Por quê? Porque nós mulheres somos muito fortes! É só nós querermos, que nós chegamos aonde quisermos.

Dentro disso, eu falo que, talvez, a senhora esteja sendo muito agredida muitas vezes pela nossa mídia, por essa mídia marrom, pelo fato de a senhora ser branca, ser de classe média, ter terceiro grau e demonstrar a sua religião. Talvez, a senhora não se inclua nas minorias. Essa é a minha questão.

(Soa a campainha.)

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) – Estou finalizando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Peço que conclua agora, Deputada.

A SRA. ALINE SLEUTJES (Bloco/PSL - PR) – Eu me coloco à disposição da Sra. Ministra, para pensarmos em políticas públicas que agreguem, para pensarmos em soluções para o Brasil como um todo, para deixarmos de dividir a nossa Nação, porque, se nós unirmos a nossa sociedade e tirarmos a cultura, a segmentação, a divisão, as cotas, nós conseguiremos derrubar as barreiras e teremos um país para todos.

Contem com a minha ajuda, contem com a minha humilde declaração aqui nesta audiência.

Eu tenho fé de que o nosso País começa um novo momento para todos nós.

Muito obrigada, Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente!

Com a palavra a Deputada Federal Lauriete. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Federal Marina Santos. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Federal Flávia Arruda. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Federal Pastor Sargento Isidório, do Avante. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Federal Rejane Dias. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Federal Eros Biondini. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Federal Roberto de Lucena e, em seguida, o Deputado Federal Marcon.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, ilustre Senador Paulo Paim, quero cumprimentar V. Exa.

Quero cumprimentar também, com muita satisfação, o Senador Eduardo Girão, meu irmão, amigo e companheiro nas lutas em defesa da vida e da família.

Quero cumprimentar, com muita honra, a Ministra Damares Alves e, ao seu lado, o Dr. Sérgio Queiroz.

Quero cumprimentar as Sras. e Srs. Senadores, as Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar também os secretários desse Ministério que aqui estão presentes, acompanhando a Ministra, e que estão à disposição para contribuir com os esclarecimentos necessários às indagações oferecidas.

Quero, primeiro, Senador Paulo Paim, cumprimentar V. Exa., que é um ícone quando o assunto são os direitos humanos, quando o assunto é justiça social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP) – V. Exa. é um apóstolo desse tema no Brasil, não sem esse custo e elevado preço pago por V. Exa.

V. Exa. é quase uma unanimidade entre aqueles que se alinham à esquerda, aqueles do centro e aqueles que se consideram de direita, quando esse é o tema. E V. Exa., que brilhantemente conduz esta Comissão, teve a iniciativa brilhante de convidar para esta oportunidade a Ministra Damares Alves.

Eu conheço Damares Alves antes de conhecer a Ministra Damares Alves. Nós trabalhamos juntos em movimentos cristãos em defesa dos direitos humanos por décadas. De todas as características de Damares Alves, uma eu gostaria de salientar, além da sua coragem, da sua determinação, que é a sua coerência, porque a Damares, que hoje ocupa essa importante missão, que responde por essa pasta tão importante e estratégica neste Governo, é a mesma Damares Alves que eu conheci e com quem tive a satisfação de trabalhar ao longo desses anos. Por isso eu estou aqui. Eu fiz questão de vir a esta Comissão, fiz questão de estar presente neste audiência para dizer a V. Exa., Ministra Damares Alves, que um número muito grande de pessoas neste Parlamento e no Brasil está torcendo muito, está caminhando ao seu lado na expectativa de que não apenas o Ministério que V. Exa. conduz, mas este Governo deem muito certo, para o bem do Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quis uma conjugação de fatores, no meu entendimento e na minha convicção conduzidos pela sabedoria e pelas mãos divinas, que V. Exa. ocupasse essa trincheira, porque os direitos humanos estão longe de ser uma trincheira de defesa de ideologias.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP) – Isso foi um erro cometido ao longo dos anos. Ele é uma trincheira de defesa da família e da dignidade humana, é um chamado para um tempo histórico.

Eu quero, Ministra, apenas deixar aqui registrado... Não tenho nenhuma pergunta, nenhuma questão. Eu vim aqui prestigiá-la, apoiá-la, prestigiar o Senador Paim, mas pedir que V. Exa. dê uma atenção especial, atente de maneira especial para a pauta, para a agenda da pessoa idosa, o que é uma luta nossa nestes oito anos que temos feito, temos travado na Câmara dos Deputados. Foi um trabalho nosso que possibilitou a instituição da Comissão Permanente de Defesa da Pessoa Idosa, e também destaco a nossa insistência, como Presidente daquela Comissão, para que fosse organizada a Secretaria Nacional de Políticas Públicas da Pessoa Idosa do Governo anterior.

V. Exa. já colocou a falta de orçamento, mas hoje nós temos no Brasil 30 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. Em nove anos, seremos – e aí "seremos", porque eu estarei nessa faixa também – 37 milhões. Em 2050, seremos 60 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais. Nós conquistamos o aumento da expectativa de vida, mas essa expectativa de vida precisa ser acompanhada por uma boa qualidade de vida, e o papel do Estado em formular políticas públicas para que essa conquista se consolide é fundamental. Chamo, portanto, a atenção de V. Exa., que já tem sensibilidade, não de agora, de antes, em relação a esse tema.

Chamo também...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP) – Chamo também a atenção de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seu puder concluir, Deputado, agora...

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP) – Vou concluir. Vou concluir, Senador.

Chamo a atenção de V. Exa. para a questão do trabalho escravo. Eu tenho um projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados que susta o CNPJ de uma empresa pega com trabalho escravo por dez anos. Quero pedir o apoio de V. Exa., desse Ministério, o apoio do Governo para essa pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também dizer que nós estamos à disposição e comunicá-la de que estamos fazendo o protocolo da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos, da justiça social. Essa frente parlamentar, Senador Paim, estará aliada ao trabalho de V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Farei parte dessa frente.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode me colocar.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (Bloco/PODE - SP) – V. Exa. é o nosso líder maior.

E ela estará à disposição, Ministra Damares, de V. Exa. e do trabalho que tem sido tão bem conduzido à frente desse Ministério.

Eram apenas essas considerações.

Quero registrar oportunamente, ainda, a presença da Dra. Maria do Socorro, que está aqui. Ela foi a primeira Secretária Nacional de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa, é do Rio Grande do Norte, e hoje nos honra prestigiando esta audiência.

Muito obrigado, Presidente, Senador Paim.

Ministra, os meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, vamos em frente.

Último Deputado a usa da palavra, Deputado Federal Marcon.

O SR. MARCON (PT - RS. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Senador Paim. Quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho. Somos do mesmo Estado, o Rio Grande do Sul, e esta não é uma fala bairrista, mas o senhor foi o primeiro Senador negro deste Senado. O senhor poderia muito bem estar em outras comissões. Muitos políticos gostam de estar em comissões de infraestrutura, disso ou daquilo, mas o senhor está aqui, na Comissão de Direitos Humanos, onde por muito tempo já tem feito uma trincheira para defender os negros, os índios, o público LGBT, a reforma agrária e urbana, o povo aposentado, os deficientes – o senhor tem, inclusive, um chefe de gabinete que é cego, o companheiro Santos, que eu conheço também. Então, minha saudação e meus parabéns pelo seu trabalho – resalto a admiração que nós temos – como militante dos direitos humanos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra Damares Alves, a senhora é a autoridade máxima dos direitos humanos no Brasil hoje. A senhora é Ministra, a senhora é que tem que estar nessas questões de direitos humanos. Eu sou Deputado, a senhora me conhece, talvez não como pessoa, mas por nome, por sua posição no Governo. Eu sou por aquilo que defende os pobres, os pequenos, aqueles que mais gritam, aqueles que são excluídos. Nós temos um público que se vê nas vilas. Quem morre, quem é morto, quem sofre fome são os negros, são os pobres, são as famílias em que o pai e a mãe não têm emprego.

Acho que a primeira coisa que nós temos que olhar em relação às famílias é o emprego da mãe, é o emprego do pai, é o filho ter uma casa para morar. A casa unifica a família. Não dá para falarmos em família se a família não tem casa. A casa é muito mais do que um teto, do que um telhado, do que uma parede; é a autoestima da família. Para falar em família temos que ver se ela tem um endereço, e para mim o endereço é uma casa.

Falo isso, porque eu venho da lona preta. Eu não tenho vergonha da minha história, de que fui acampado, de que moro em um assentamento dos sem-terra. Não tenho vergonha da minha história, como a maioria aqui dentro não tem.

E a senhora também não tem vergonha. Aqui os seus colegas da igreja falaram: "Temos muito orgulho da senhora, porque a senhora tem uma história". E eu não sou contra a história da senhora, não sou contra a religião da senhora. Pelo contrário; o chicote que bate nas igrejas cristãs é o mesmo chicote que bate nos católicos. É isso. Se nós estivéssemos em uma briga de religião, não estaríamos aqui juntos. Então, nós temos que ter a mesma finalidade, que é defender quem mais precisa neste País. Educação tem que ser para todos! Não dá ver o Ministro da Educação dizer que a educação não é para todos. A educação tem que ser para todos.

Nós precisamos fazer uma campanha forte para que os homens parem de bater nas mulheres, de matar as mulheres. Desculpe, mas parece que é um negócio, assim, de disputa dentro do mato, e alguns têm que matar os outros para aparecer. Não dá para aguentar ver, neste Brasil, o número de mulheres sendo mortas, seja em brigas domésticas, seja por perseguição. Recentemente nós vimos na televisão: o cara chega à casa da mulher, vai lá, bate, bate, bate, e nada acontece.

Há a questão dos adolescentes que estão fora da sala de aula, que a colega fez... Meus parabéns pelo trabalho dela. Trabalho igual a esse nós temos que apoiar. Ela não é do meu partido – eu nem sei o partido da colega, vi que é do Rio de Janeiro, como ela falou –, mas...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCON (PT - RS) – ... trabalho igual a esse, Ministra, nós temos que ajudar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão, que é um pedido aqui de um militante do movimento social e dos direitos humanos: não dá para deixar a nossa Funai ligada ao Ministério da Agricultura. É briga antagônica; eles não se encontram. E a senhora tem que ter posição, a senhora é a autoridade em direitos humanos no Brasil, é autoridade para dizer: "Ali não dá para deixar". Se não querem voltar para o Ministério da Justiça, que venha para o Ministério dos Direitos Humanos. A senhora tem diálogo com esse público, que são os índios; na briga histórica dos nossos quilombolas, da reforma agrária; na briga que sempre houve com o povo da livre orientação sexual, LGBT. Eu posso não gostar, mas nós temos que tratar com carinho esse público.

Então, há muitas pautas em que nós precisamos estar juntos. Eu posso ser da oposição, mas tenho que respeitar. Eu não sou daqueles, como muitos fazem, que vão para a baixaria para serem aplaudidos. Não, eu quero ir para a ação concreta. Então, estou aqui. Hoje até se escolheu o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, de que sou Presidente. Entrei, porque o Deputado não se elegeu. Com certeza não vou mais sê-lo, porque há escolha entre as bancadas, mas sou um militante dos direitos humanos.

Eu poderia vir aqui atirar pedras na senhora. Não, não é isso que nós podemos construir. Nós precisamos nos juntar, porque nessa questão dos direitos humanos também há a luta de classes, e quem apanha são as mulheres, que têm o menor salário; são os negros, que são discriminados neste País; são os índios, que estão sendo mortos neste País...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCON (PT - RS) – ... é o povo que luta por terra.

E há outra questão: eu fiquei muito triste quando vi a reforma da previdência, que apunhala o direito das mulheres. Quem saiu prejudicado nessa reforma da previdência foram as mulheres, cuja idade foi elevada para se aposentar. Não vou colocar a minha opinião aqui no geral, mas quem saiu apunhalado nessa questão da reforma da previdência foram as mulheres.

E eu acho que os direitos humanos têm que ter uma opinião sobre isso. Essa é a minha opinião, e eu estou aqui para contribuir. A colega foi minha colega Deputada no mandato passado, como o senhor aqui também e talvez tantos outros que passaram por aqui. Nos direitos humanos há lugar para todos, e eu estou aqui para construir.

Meus parabéns, Senador Paim! O senhor me conhece há muito tempo. Fui Deputado Estadual, sou Deputado Federal por três mandatos, e sempre a minha militância foi nos direitos humanos. Há trabalho para todos que querem ajudar.

Com certeza a senhora vai ser chamada também, como é de costume, pela Comissão de Direitos Humanos, quando se escolher o próximo Presidente lá, e nós vamos fazer esse debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é a religião que nos vai separar. Pelo contrário; a religião tem que nos unir para defender o povo que está sendo injuriado por esse sistema em nível nacional.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

De imediato, vai a palavra para a nossa convidada, a Ministra Damares Alves, que vai responder, no limite do tempo que ela tem – porque ela tem outro compromisso –, a 18 questionamentos.

A SRA. DAMARES ALVES – Eu vou resumir. Tenho, às duas e meia, uma audiência com os promotores da força-tarefa que está investigando os casos do João de Deus. Então, eu terei que estar em Goiânia daqui a pouco.

Por falar nisso, uma das propostas que o nosso Ministério está acompanhando é que, no crime de violência sexual contra mulher e criança, se for cometido por sacerdote, a pena vai ser agravada. Nós estamos trabalhando nisso.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. DAMARES ALVES – E eu falo como sacerdote. Acho que a gente precisa encarar isso, porque é uma realidade no Brasil.

Quero agradecer – vou fazer em bloco também, fazer uma junção – aos Deputados Felipe, Chris e Aline. Incrível! O Parlamento brasileiro ganha essa força jovem, e eu conheço cada um de vocês, acompanho o trabalho de vocês, segui alguns de vocês nas redes. O Parlamento ganhou muito com a eleição de vocês e de outros jovens que estão lá e nesta Casa. Vocês nos trazem muita esperança, muita esperança nessa vontade que vocês têm de mudança. E acreditem: nós estamos construindo uma nova nação. Nós estamos dispostos também a estar junto com vocês fazendo com que esta seja uma nação diferente, uma nação que agregue, Deputado, uma nação que una; uma nação em que um Parlamentar fale o seguinte: "A minha religião não importa, a sua não importa. Nós temos que estar juntos pelos menos favorecidos". É com isso que a gente sonha, e eu sei que essa juventude vem para que esse sonho seja uma realidade no Brasil. Agradeço a vocês pelo carinho comigo. À Chris, cujo trabalho eu conheço, à Aline, ao Felipe, obrigada.

E obrigada por ter lembrado o martírio por que eu passei no início, Felipe. Não riram de mim só; riram das milhões de meninas e meninos abusados nesta Nação. Eles zombaram de uma menina de dez anos que estava em cima de um pé de goiaba querendo se suicidar. O suicídio entre crianças é uma realidade neste Brasil. E que essa minha história sirva para a gente fazer esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentamento. Já que me expuseram. Então, agora vamos para a luta. Nós vamos enfrentar o suicídio de crianças e adolescentes no Brasil.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. DAMARES ALVES – O Deputado Dr. Jaziel e a Dra. Silvana, esse casal incrível! O Ceará o manda agora para nós e fica lá com ela como Deputada Estadual. Obrigada, Deputado Dr. Jaziel.

A Flordelis trouxe ali a sua história. Mãe de 55 filhos, Deputado. Mãe adotiva de 55 filhos. Há um filme com a história dela. E ela vem trazendo... Há lugar em que só a Flordelis pode entrar no Rio. Ninguém entra, só ela. Os bandidos respeitam o trabalho dessa mulher. Essa mulher é incrível! E que mais flordelises apareçam nesta Nação; mais pessoas com vontade de adotar.

A Secretaria da Criança e do Adolescente vai lançar a maior campanha de adoção feita nesta Nação. Nós estamos com muitas crianças abrigadas, disponíveis para adoção, especialmente para adoção tardia, que é o caso da Flor. Ela chegou a adotar crianças com 17, adotou jovens com 18 anos. Nós vamos trabalhar a questão da adoção tardia.

O Senador Arolde mandou o cumprimento por ela, meu ex-chefe. Eu tive a honra, Senador, de servir a grandes Parlamentares nesta Casa, ex-chefes, e entre eles está aqui o Deputado Roberto de Lucena. A democracia é incrível, não é? Era meu chefe, e agora eu estou aqui como Ministra, como sua parceira. O processo democrático é lindo.

E, por falar em processo democrático, gente, democracia é alternância de poderes. Estão no poder agora os conservadores. Então, deixem a gente mostrar para o Brasil o que os conservadores querem fazer.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. DAMARES ALVES – Se não der certo, a gente sai daqui a quatro anos, mas isso é democracia, e democracia é a alternância de poderes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu só vou fazer um apelo: tudo bem bater palmas, mas sem grito para lado nenhum. Quem quiser gritar vá ali ao lado, fique à vontade. Há um corredor ali. Grite o tempo que quiser ali. Palmas no encerramento, até tudo bem.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. DAMARES ALVES – O Deputado Felipe fez a pergunta sobre a questão da juventude.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou resumir. A Secretaria Nacional da Juventude... Senador, sabia que foi a Secretaria que mais me deu trabalho? O senhor não tem ideia do que havia de candidato à Secretaria Nacional da Juventude. O senhor não tem ideia! E isso eu vi com bons olhos: os jovens estão participando da política no Brasil. E nós temos que pegar essa força jovem, transformar essa força jovem, assim, em um motor muito importante nesta Nação, de mudança, de transformação.

O CNJ está construindo uma estratégia interministerial para o primeiro emprego, de verdade, para jovens em situação de vulnerabilidade especialmente. Nós estamos muito preocupados com aquele jovem que mora em abrigo e, quando faz 18 anos, tem que ir embora do abrigo. Meu Deus! Ele fez 18 anos, ele vai embora do abrigo. Nós vamos ter que encontrar uma solução para esse jovem, um lugar que o receba, um emprego; que ele tenha cota na universidade; que ele seja aceito de uma outra forma num emprego. Nós estamos buscando esse jovem, especialmente, que completa 18 anos e não tem para onde ir.

Também a CNJ, Deputado Felipe, criou uma coordenação de cidadania para cuidar do civismo, pelo tanto que vocês estão pedindo aí, que essa nova juventude tem pedido. E quem vai mudar o Brasil, Deputado Felipe, somos todos nós.

Volto-me, agora, para a Deputada Dra. Vanda. Que orgulho ter a senhora no Parlamento! Por tudo que a senhora já fez em seu Estado, que orgulho! A senhora está trazendo uma experiência incrível para o Parlamento. Sei da sua preocupação com as crianças abusadas dentro de casa e sei, também, que a senhora sabe, assim como eu, como algumas mulheres silenciam diante do abuso, porque o provedor é o abusador. Nós vamos precisar encontrar uma solução, uma saída para isso.

A vítima é essa criança, mas a minha preocupação, Dra. Vanda, é que já há movimentos nesta Nação para diminuir a gravidade da pedofilia no Brasil – eu preciso falar sobre isso para encerrar. Já há movimentos para diminuir isso. Já há movimentos que falam, inclusive, que nós nunca vamos vencer o incesto no Brasil, porque é cultural na região ribeirinha. Já há gente falando, inclusive, que nós nunca vamos vencer a pedofilia, porque é cultural nesta Nação. Dra. Vanda, eu não posso aceitar que pedofilia seja a cultura desta Nação, da minha Nação. Nós vamos fazer coro contra isso.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. DAMARES ALVES – E a senhora pode contar com a Secretaria Nacional da Criança, com este Ministério. Nós vamos encontrar soluções para isso.

Por fim, Deputado Lucena, a sua pauta tão preciosa com idosos é uma pauta preciosa de todo o Ministério. O Brasil está envelhecendo. E olhe que eu não estou trabalhando, não estou legislando em causa própria, não, mas o que eu fizer naquela Secretaria vai me alcançar daqui a alguns anos. Nós precisamos dar uma atenção especial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu tenho a honra – talvez essa juventude, que está chegando, não saiba – de estar ao lado do autor do Estatuto do Idoso. Gente, o Ministério, o nosso Ministério é a cara do Senador Paulo Paim, porque ele é o autor do Estatuto do Idoso, ele é o autor do Estatuto da Igualdade Racial...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A SRA. DAMARES ALVES – ... do Estatuto da Pessoa com Deficiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Do da Juventude fui Relator.

A SRA. DAMARES ALVES – ... do Estatuto da Juventude ele foi o Relator. Aquele ministério, quando a gente olha assim, é o Ministério da Família, da Mulher, dos Direitos Humanos e do Paim. (*Risos.*)

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você é fogo!

A SRA. DAMARES ALVES – Deputado, nós vamos precisar rever as políticas públicas de acolhimento ao idoso. A gente tem recebido lá nas nossas ouvidorias, Deputado, imagens de idosos que moram em chiqueiros, idosos amarrados no fundo do quintal no Brasil. E eu vou dizer uma coisa: nós estamos criando uma patrulha nesta Nação. Nós vamos atrás desses idosos e vamos responsabilizar a família que está negligenciando o idoso no País. Precisamos do Parlamento nessa luta.

Deputado Marcon, moradia é questão de direitos humanos, e nós vamos enfrentar isso sob essa perspectiva. Nós vamos precisar, inclusive, fortalecer o programa – e o Presidente Bolsonaro está muito aberto a isso – Minha Casa, Minha Vida rural. Nós vamos ter que ir para a área rural, nós vamos ter que falar com esse povo. Não dá para falar em dignidade sem moradia. Nós temos esse entendimento e estamos juntos nessa luta. O que nos une, Deputado, é maior do que o que nos separa. E isso a gente vai estar pregando aqui o tempo todo.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. DAMARES ALVES – Eu encerro. Acho que respondi a todos os Deputados.

Eu agradeço, Deputados, por todos vocês terem ficado até essa hora.

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES – Não é muito comum isso, não é, Senador? Todo mundo ficar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. E a Casa, lotada todo o tempo.

A SRA. DAMARES ALVES – Ah, sim, gente, quanto à Seppir, que é a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – está aqui a nossa Secretária –, quilombos, negros, indígenas, ciganos, povos tradicionais estão todos na Seppir. Essa Secretaria está fortalecida no Governo Bolsonaro e à disposição de todos vocês.

Eu já aproveito para fazer as considerações finais, Senador, e agradecer o convite. Eu quero voltar outras vezes. Quero estar junto com esta Comissão, quero estar na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Agradeço aos Deputados e Senadores que ficaram comigo até agora e digo uma coisa para vocês. A gente encerra falando o que o nosso Presidente sempre falou: Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria, neste encerramento, em rápidas...

Vou esperar aqui, porque a audiência não terminou ainda, pessoal.

Eu queria só dizer, em rápidas palavras, no encerramento desta reunião, que todos expressaram seus pontos de vista. Eu tive o cuidado de citar aqui: falamos de negro, de branco, de índio, de LGBT, de aborto, falamos de racismo, falamos de discriminação, falamos de sem-teto, de sem-terra, falamos da importância da moradia, por exemplo. Aqui todos se expressaram, e foi um debate qualificado.

É só isso que eu quero nesta Comissão, e, oxalá, no Parlamento e no Brasil: que a política do ódio seja vencida pela política do amor; que a política da liberdade e da violência sejam vistas por nós nos colocando contra e avançando nas políticas da solidariedade, da igualdade, de direitos iguais para todos. Eu sou daqueles que têm essa visão também. Terminaram as eleições e não dá mais para continuarmos com aquele discurso de nós e eles, eles e nós. Nós temos que pensar no País, em um projeto de nação.

Eu fiquei muito feliz com o debate. Aqui não houve vaia para ninguém. Palmas, uma ou outra, legítimas, legítimas, porque também não podemos achar que nesta Comissão as pessoas têm que entrar mudas e sair caladas, não pode haver o mínimo de manifestação. Ninguém foi desrespeitado aqui.

E esse debate vai continuar, Ministra. Eu já tenho aprovados dois requerimentos, aprovados por iniciativa do conjunto da Comissão, todos assinaram o requerimento: um para o Ministro da Justiça e outro para o Secretário correspondente à reforma da previdência, que é o ex-Deputado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal Marinho, porque é ele que responde por essa pasta. Eu falei com ele e também liguei para o Ministro Moro, que se colocou à disposição e, no momento adequado, ele estará aqui.

Eu só peço isso: não importa o Ministro ou o representante que esteja aqui, vamos ter o debate de todos os temas. Vamos chamar a sociedade civil para o debate, desde que o debate seja em alto nível. Na segunda-feira, por exemplo, às 9h da manhã, vamos debater previdência aqui, e todos serão bem-vindos. Porque, às vezes, as pessoas imaginam lá fora...

Eu gostei muito de algo que eu vi, que é senso comum, porque venderam a imagem de que políticas humanitárias é só ficar na briga de quem é que tem razão, se é o policial ou aquele que cometeu o crime. Ora, os direitos humanos estão muito além disso. É claro que temos que discutir a questão dos presídios, a questão dos policiais, tudo tem que ser discutido nesta Comissão, mas aqueles que têm a visão de que direitos humanos é só isso não avançaram no tempo.

Direitos humanos é saúde, é educação, é segurança, é água, aqui foi colocado muito bem. Direitos humanos, como disse um grande amigo meu que não se reelegera, o Senador Cristovam – quiseram terminar também, Ministra, com a Comissão de Direitos Humanos num desses tempos em que eu estou aqui na Casa –: "Paim, eu vou para a tribuna defender". Direitos humanos é a vida, a vida em toda a sua amplitude. Se olharmos a natureza, direitos humanos é defender a natureza, é a vida, as florestas, os rios, os animais, e, naturalmente, nós, seres humanos.

É por isso que eu queria agradecer a todos os que aqui estiveram. Passaram por aqui hoje... Olhe, foi a reunião nesse período em que eu estou aqui... E eu estou aqui há muito tempo, não me perguntem quanto, porque eu vou ter que dizer que foram quatro na Câmara e três aqui. Então, lá se vão 40 anos aqui dentro do Congresso. Entrei na Constituinte, e, graças ao povo brasileiro, porque eu confesso, quando eu faço campanha no Rio Grande, grande parte do povo brasileiro me ajuda de uma forma ou de outra. Ajuda-me, que eu digo, é com correspondência, pedindo para que eu volte para cá, porque senão vão dizer outras coisas aí e já vou eu me incomodar; ajudam-me com correspondências para que eu volte para cá, mas não quero falar de mim, quero falar mais é da Comissão de Direitos Humanos.

E termino só dizendo isso: a democracia em primeiro lugar. Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada! Vida longa ao povo brasileiro, à democracia e aos direitos humanos!

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

Vamos tirar uma foto coletiva com todos os que puderem chegar aqui. Venha aqui, Ministra.

Está encerrada a reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 13 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e zero minutos do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim e Selma Arruda. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Lasier Martins, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Proposta Governamental de Reforma Previdenciária. Participantes: Paulo Penteado, Assessor Especial da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Francelino das Chagas Valença Junior, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da FENAFISCO; Saulo Arcangeli, Representante da FENAJUFE e CSP-Conlutas; João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB; Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Pedro Armengol, Secretário Nacional Adjunto da Secretaria de Relações de Trabalho da CUT; José Pinto, Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social - SBPS; Almir Reis, Vice-Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários - IAPE, Conselho Federal; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE; Roberto de Carvalho Santos, Presidente do Instituto de Estudos Previdenciários – IEPREV; Alexandre Sampaio Ferraz, Representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE; Carolina Grassi, Representante do IBDP – Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário; Dirce Namie Kosugi, Presidente do Instituto de Estudos da Seguridade Social Wladimir Novaes Martinez; Ernesto Luiz Pereira, Representante da CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros; e Clodoaldo Batista Nery Júnior, Coordenador Nacional do Movimento Acorda Sociedade - MAS e Diretor Executivo da ANADIPS- Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e Segurados da Previdência Social. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: enviar o link do vídeo desta reunião a todos os membros desta Comissão. O Presidente concede a palavra ao deputado federal Camilo Capiberibe e à deputada federal Érika Kokay. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim, Styvenson Valentim e Eduardo Girão. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e seis minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/25>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 1, de 2019, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater o tema Previdência e Trabalho, com o foco na proposta governamental de reforma previdenciária.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, *link*: www.senado.leg.br/ecidadania; e do Alô Senado através do número 0800-612211.

Trata-se da 4ª Reunião desta Legislatura.

Nós teremos, no mínimo, três Mesas pelo número de pessoas interessadas para debater o tema. Eu pedi que as Mesas fossem montadas por ordem de chegada.

Primeira Mesa: Paulo Penteado, Assessor Especial da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp. (*Palmas.*)

Seja bem-vindo. Quero cumprimentar os convidados. Não vou economizar as palmas agora; depois nós vamos para o debate.

Paulo da Cunha Boal, Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo.

Francelino das Chagas Valença Júnior, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicaís da Fenafisco. (*Palmas.*)

Saulo Arcangeli, representante da Fenajufe e CSP-Conlutas. (*Palmas.*)

João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Já temos aqui mais duas Mesas que serão chamadas em seguida. Eu só pedi que fosse por ordem de chegada e que se mantenha também esse princípio em relação às outras Mesas.

Vejo que a Cobap também está aqui. É fundamental a fala também da Cobap em uma das Mesas.

Pessoal, vou tomar a liberdade de, como fiz com a Ministra dos Direitos Humanos, que foi a primeira convidada desta Comissão, porque é uma pasta correspondente... Eu encaminhei da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte forma. Hoje, nós estamos ouvindo os movimentos sociais em relação à reforma da previdência. Vamos também convidar outros setores, inclusive o próprio Ministro Rogério Marinho, que cumpre o papel, eu diria, quase de Ministro, embora seja o Secretário Executivo que cuida desta área. Ele confirmou que virá aqui com toda a sua equipe para colocar o seu ponto de vista.

Vou tentar convidar os empresários, bancos, os fundos de pensão para que venham aqui também colocar os seus pontos de vista. E, naturalmente, os Senadores e Deputados terão o direito de fazer perguntas, a não ser em momentos que a gente entenda que, pelo número de convidados, dê para abrir mais, mas vou pedir a todos...

José Pinto, que assessorou a CPI da Previdência diretamente, está aí e vai estar em uma das Mesas. Agora parece-me que se aposentou... Aposentou-se antes da reforma... Esse sabe tudo, ouviu? Ele cuidou da reforma que está chegando aí, mas está como advogado e consultor na sociedade.

Bem, pessoal, eu vou pedir a todos – a todos mesmo – que a gente faça um debate olhando aqui para dentro, mas olhando lá para fora também. É como eu digo, numa segunda-feira de manhã, com um tema como esse, no mínimo dois milhões de pessoas estão assistindo e querendo entender o que está acontecendo.

Eu, claro, estou tão preocupado como vocês e vou procurar, como foi no caso da Ministra, falar o mínimo possível para deixar que os senhores, nossos convidados, expressem para a opinião pública como vocês estão vendo essa reforma, o.k.?

Vamos lá, então.

De imediato, eu passo a palavra a Paulo Penteado, Assessor Especial da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), que foi um dos que colaborou muito também na CPI da Previdência.

A palavra é sua. Dez minutos para cada um. Eu darei a tolerância de mais cinco, se necessário.

Em 15 minutos, dá para cada um fazer um resumo de o que está pensando.

O SR. PAULO PENTEADO – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, senhores e senhoras presentes.

Senador Paulo Paim, gostaria de cumprimentá-lo pela sua reeleição ao Senado Federal. E, lembrando um dado importante: dos 54 Senadores, oito voltaram a esta Casa; dos dois terços renovados: quatro, do Nordeste; três, do Norte; e um único Senador do Centro-Oeste, do Sudeste





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e do Sul. Este Senador, para orgulho do Brasil, é V. Exa., o que demonstra o trabalho sério, competente, dedicado às causas sociais, a que o senhor sempre se devotou.

Senhores, vamos falar sobre reforma da previdência. Reforma da previdência, como se diz, impacta nas contas nacionais de maneira, Floriano, que a sua imperatividade, de acordo com os ditames do mercado, se faz presente para salvarmos a economia do nosso País. É isso que nós ouvimos no dia a dia. Temos acompanhado agora uma série de vídeos pelas redes sociais e, nesses vídeos, afirma-se que há déficit, que esse déficit é brutal e, se não fizermos isso, o Brasil vai solapar.

Isso me lembra, Senador, uma propaganda da *Folha de S.Paulo*, em que se dizia, na essência, que é fácil falar mentira somente dizendo a verdade, porque apontar a existência do déficit... Sim, há, mas ninguém diz o porquê desse déficit e como se faz para resolver esse déficit.

Então, vamos analisar algumas coisas que nos são muito importantes – eu só gostaria de saber como é que eu faço para mudar aqui o apresentador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal da Assessoria. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PENTEADO – A CPI fez um relatório. Nesse relatório, ela não expõe suas próprias conclusões, mas coloca dados que foram tirados de fontes oficiais, em especial do Governo. Teoricamente, nós teríamos ali um déficit de R\$235 bilhões no resultado da previdência; e, da seguridade como um todo, um déficit de R\$242 bilhões.

Aparentemente, isso é muito dinheiro, mas a explicação... Aí, sim, nós temos a tônica de o que acontece no País. Desses R\$242 bilhões, nós temos que tirar R\$92 bilhões da DRU, que é dinheiro da seguridade social retirado do sistema, R\$144 bilhões de renúncias da seguridade social.

Senador, o Brasil abre mão, ou abriu mão, em 2016, de R\$144 bilhões em dinheiro devotado à seguridade social, que, em verdade, acabam ficando destinados a grupos econômicos. Só aí nós vemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De renúncia, de renúncia. Abriu mão de receber. Joga no déficit depois.

O SR. PAULO PENTEADO – Renúncia, de renúncia. Abriu mão de receber. Exatamente. Se nós somarmos a DRU e as renúncias, nós temos R\$235 bilhões, o que significaria que o resultado seria negativo em R\$6 bilhões ou 0,1% do PIB.

Vamos fazer uma comparação? O sujeito administra a sua casa e o orçamento dele é insuficiente. Por que o orçamento dele é insuficiente? Porque ele presta serviço e não cobra, porque ele sai com os amigos e paga a conta de todo mundo, porque ele não confere a conta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o dono do bar em que ele vai costumeiramente levar os amigos lhe apresenta e simplesmente paga. Depois, ele chega em casa e quer confiscar o salário dos filhos para fazer azo ao orçamento doméstico, que está negativo. É isso que está acontecendo. Nós estamos abrindo mão de receitas, de receitas bilionárias, e aí falamos que há um déficit. Claro, se eu não cobro e se eu desvio aquilo que vem, eu vou ter déficit. Isso acontece em casa, isso vai acontecer em qualquer lugar.

Afora isso, nós temos um déficit gerencial de R\$190 bilhões por ano, que são os erros, fraudes, sonegação e inadimplência. Se nós somarmos tudo isso, nós vamos ter R\$425 bilhões entre déficit legislativo e gerencial. Quer dizer, é isso que nós precisamos consertar na previdência social. É isso que nós precisamos consertar na seguridade social, afora as questões outras, como os reiterados Refis, como a situação daquele que sonega imposto no Brasil, que é extremamente vantajosa. Imposto eu falo *lato sensu*, não *stricto sensu*. Se o sonegador fizer um acordo com a Administração, está interrompido o processo criminal. E, quando ele vem pagar, depois de anos e anos e anos, está extinta a punibilidade dele. Quer dizer, não existe paralelo a situação como essa mundo afora.

Mas fazendo um resuminho aqui. Déficit legislativo, que é DRU mais isenções: R\$235 bilhões. "Ah, mas ainda está negativo em R\$6 bilhões." Não está, não. Porque o Governo computa ali o déficit dos militares. Só que os militares têm um regime administrativo não contributivo. Portanto, não poderiam estar dentro da seguridade social. De maneira que, só com isso, o resultado teria sido positivo em R\$27 bilhões. De maneira que quem quiser falar em déficit da previdência que explique que esse déficit vem da própria lei e de questões gerenciais não levadas a contento.

Esse quadro foi elaborado pela CPI...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Paulo, só para ilustrar, mas eu vou perguntar. Não quero falar aqui, eu quero perguntar.

Eles dizem que, nem que entrassem uns R\$500 bi, não se resolveria para a frente porque isso daria, digamos, para se resolver um ou dois anos. Eu queria, se você me permite a análise que faço, uma vez que você fizer a reforma de gestão, dali para frente nós não teremos mais essa retirada. Porque eu vejo alguns programas na TV com os quais eu fico apavorado. Eles dizem que cálculos como esse, que eles não querem ouvir...

Eu queria até fazer um apelo aqui. Vamos fazer um debate na TV, e não é preciso eu ir, não. Vocês pegam os melhores especialistas de vocês, e nós pegamos os nossos. Qualquer TV. Eu acho que qualquer um aqui concorda com isso, não? Vamos fazer um debate.

O SR. PAULO PENTEADO – Esse é o debate dos números da verdade. Veja esse quadro trazido pela CPI, com base... Isso é muito importante dizer. "Ah, mas a CPI era de oposição." A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CPI não era de oposição nem de Governo; a CPI era do Senado da República. E o relatório da CPI, V. Exa. sabe, foi assinado pelo Líder do Governo e aprovado por unanimidade. Portanto, são dados oficiais.

Esses dados oficiais, passados pelo próprio Governo, demonstram que, em 2016, R\$144 bilhões foram concedidos em isenções previdenciárias. Se nós somarmos isso aí, de 2007 a 2016, nós teremos R\$925 bilhões. Quer dizer, sem corrigir, Senador. O Brasil abriu mão nesses anos aí daquilo que ele pretende economizar daqui para frente suprimindo direitos sociais.

Se nós formos atualizar essa conta, dependendo do referencial que nós usemos, nós vamos de R\$1,5 trilhões para R\$2,265 trilhões.

Aqui, aquela conta que eu fiz dos erros, fraudes, sonegação e inadimplência, mais exonerações, mais DRU... Total de R\$483 bilhões, ano/base 2016. Isso é possível resolver.

O estoque da dívida da seguridade social: R\$1 trilhão. Aliás, no relatório que encabeça a PEC da Previdência, encaminhada pelo Governo Federal, fala-se lá de 424. Quatrocentos e vinte e quatro é previdenciária; esqueceram da dívida da contribuição social...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Certo, certo.

O SR. PAULO PENTEADO – Esse dados... Eu coloco uma síntese de onde eu tirei essas fontes.

Chegando agora a uma breve análise do regime próprio, todas as reformas que foram feitas: pela Emenda 20, pela Emenda 41...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por favor, Senador. Sente-se aqui na primeira fila para prestigiar o seu Presidente. Para nós, é uma honra. As autoridades que vão falar vieram aqui. Já está conosco o Senador Styvenson Valentim – eu descontarei o seu tempo –, que é um Senador preocupadíssimo com essa questão. Já somos, permita-me que eu diga ao público, colegas de WhatsApp, só trocando informações sobre o que está acontecendo, e ele me garantiu que viria aqui.

Eu queria uma salva de palmas para o Senador. (*Palmas.*)

É Capitão Styvenson, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou certo? Às vezes, erro a patente de alguns aqui. Capitão Styvenson, que tem tido uma postura aqui muito boa em relação aos temas sociais. É uma alegria recebê-lo aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

Desculpe chegar atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, chegou bem. (*Pausa.*)

Acho que, quanto àquele primeiro cenário – o Senador chegou agora –, se V. Exa. pudesse repetir, vou conceder mais cinco minutos, porque é importante. São aqueles números... É aquela história, há déficit ou não há déficit, não é, Senador? Porque é um debate que está na sociedade. Só esse.

O SR. PAULO PENTEADO – Bom dia, Senador. É um prazer ter V. Exa. presente.

Esses dados, Senador, foram entabulados pela CPI da Previdência, não foram criados pela CPI. A CPI reproduziu os dados que ela recebeu de fontes oficiais como a União e o Tribunal de Contas. E se apresenta um déficit de R\$242 bilhões para o exercício de 2016, segundo o TCU. Agora, por que existe esse déficit? Essa é a indagação.

Desses R\$242 bilhões, nós temos R\$92 bilhões da DRU, que é dinheiro retirado da seguridade social por determinação constitucional, mas dinheiro que deveria ter sido empregado na seguridade social.

Afora isso, Senador, nós tivemos, em 2016, R\$144 bilhões de renúncias da seguridade social. Somadas essas duas rubricas, nós teríamos ali R\$235 bilhões, o que está muito próximo do déficit de R\$242 bilhões.

Portanto, o déficit teria sido, em 2016, que é o último ano consolidado, com dados efetivos que podemos analisar, em R\$6,7 bilhões ou 0,10 % do PIB.

Mesmo assim, Senador, para esses dados, o Governo Federal considera o déficit dos militares, e o senhor bem sabe que o militar tem um regime administrativo de previdência, o que é correto e o que significa que ele não é contributivo. Se ele não é contributivo, ele não está inserido na seguridade social – e isso não pode ser considerado como déficit –, o que daria um resultado positivo para aquele exercício de R\$27 bilhões. Afora isso, nós temos R\$190 bilhões de erros, fraudes, sonegação e inadimplência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembrava o Senador Paim a importância de três projetos de lei encaminhados pela CPI ao Senado, um deles versando inclusive sobre os crimes contra a previdência social e acabando com uma situação absolutamente teratológica, que é o pagamento do imposto devido e sonegado levar à extinção da punibilidade do autor.

Eu sou promotor de Justiça, Senador, e nada é mais frustrante do que nós recebermos um procedimento de sonegação fiscal, seja tributo propriamente dito ou previdenciário, e ter de aguardar – se houve um acordo com a Administração – seis, sete, oito anos o cumprimento desse acordo e, quando cumprido, levar à extinção da punibilidade do autor do fato. Isso é, poderia dizer, um incentivo à sonegação.

De maneira que – aqui vemos claramente – esse déficit é um déficit fiscal, é um déficit nominal que pode ser resolvido com propostas legislativas muito simples e com a maximização da eficiência gerencial da previdência social.

Esse quadro trazido pela própria CPI demonstra que, em 2016, as renúncias da seguridade social importaram em R\$144 bilhões. Somados de 2007 a 2016, nós temos quase R\$1 trilhão não corrigidos, que é aquilo que se diz que se pretende economizar agora com a reforma da previdência.

Apresentamos inclusive – a Ajufe fez essa proposta – um projeto de lei para maximizar a Lei de Execução Fiscal, que é uma legislação já antiga.

Entrando agora especificamente na questão do Regime Próprio da Previdência Social, nós somos apontados como os grandes causadores do déficit da previdência. E nós vemos – esses são dados do Governo Federal que eu tirei do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e da projeção de PIB – que, de 1999 para cá, o déficit da previdência pública decaiu. Por quê? Porque antigamente o sujeito se aposentava com 35 anos de serviço e a mulher, com 30 anos de serviço. Hoje, são inúmeras as condições: tempo de serviço público, idade mínima, tempo de exercício, tempo no cargo, e isso dificultou a aposentação.

Vamos fazer uma análise especificamente do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. Vemos aí uma queda abissal projetada no tempo, mas com uma ressalva muito importante, Senadores: o Governo Federal projetou lá para 2016 – eu tenho esses dados mais atualizados no papel; acho que não os coloquei nesta projeção – o déficit inicial de R\$68 bilhões. Esse déficit inicial de R\$68 bilhões, que é alto, não se realizou, e o déficit efetivo foi de R\$39 bilhões. Por quê? Porque o Governo considerava que todo funcionário público que tivesse tempo iria se aposentar, mas isso não aconteceu, de maneira que o déficit realizado foi de R\$39 bilhões. Está certo que essa é uma quantia de vulto, mas ela tem inúmeras explicações. A principal delas: 650 mil celetistas da União foram trazidos para o Regime Próprio com a unificação do regime. Se havia 150 mil segurados, passou-se para 800 mil segurados e sequer houve o carregamento da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição que fizeram lá para o Regime Geral. Ou seja, quando eu trago gente que não contribuiu – legislador, Governo –, estou transformando esse regime, que era contributivo, em um regime administrativo. E não tenho agora como fazer uma análise atuarial, sendo que grande parte disso não carregou contribuição ao longo do tempo.

No exercício de 2017, a situação é a mesma, só que o déficit diminui mais ainda, para 0,25%.

Uma questão interessante: em 2016, avaliou-se que o déficit em 2090 seria de quase R\$700 bilhões; em 2017, avaliou-se que seria de R\$7,25 bilhões. Ou seja, de um ano para outro, o déficit foi 1% do que seria o do ano antecedente. Isso demonstra a falta de sistematização em inúmeras contas feitas. Esse dado aqui é muito interessante – logo, logo eu concluo, Senador. Isso está no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias apresentado no ano de 2018 para 2019, feito pelo próprio Governo Federal. Lá atrás, nós criticávamos o fato de o Governo não colocar a projeção déficit/PIB para o RPPS. Agora ele colocou e mudou também a sistemática inicial de cálculo. Ele não considera mais que todo funcionário público que tenha tempo vá se aposentar, ele estima que vá ficar cerca de sete anos na ativa. Mas, mesmo assim, nós vemos a projeção do Governo ter um pequeno aumento – segundo o Governo – naqueles anos iniciais de exercício para depois cair, o que demonstra, mais uma vez, que o déficit do Regime Próprio está absolutamente equacionado. Interessante que, na Exposição de Motivos da PEC 06, há a projeção PIB/déficit do Regime Geral, mas não há a projeção PIB/déficit do Regime Próprio. Eu procurei inúmeras vezes e não achei lá. Então, por favor, Governo, vamos mandar isso para a Câmara dos Deputados para que essa análise possa ser feita com base em números criteriosos.

Numa reunião, há pouco tempo, nos disseram – Floriano estava junto – que esse quadro não poderia ser usado porque ele é de um grupo fechado. Vou explicar em dois minutos: é evidente que tem de ser de um grupo fechado, porque quem entrou de 2014 para cá já está no teto do Regime Geral, não contribui com 11% sobre todo o seu salário, portanto contribui a menor. Esse tem de ser um quadro fechado sim, e o Regime Próprio da União está absolutamente equacionado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Interrompo porque é importante isso. Eu ouço muito... Como eu assisto a muitos debates e tal, e essas TVs que só falam sobre um lado... De 2014 para cá, todo servidor público que entra no sistema já entra com...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A partir de 2013, melhor ainda! De 2013...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, porque alguns falaram em 2003.

De 2013 para cá, todo servidor público que entra no sistema se aposenta com o Regime Geral da Previdência como teto, que deve estar em 5,8 mil, não é isso?

O SR. PAULO PENTEADO – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, não venham com essa de dizer que não se mudou. Foi mudado o sistema.

Conclua, por favor.

O SR. PAULO PENTEADO – Aliás, peço desculpas, porque começo a falar rápido, sem parar, e atropelo até as datas: 4 de fevereiro de 2013 para ser mais exato.

Essa aqui é uma comparação. Naquela projeção de déficit feita pelo Governo Federal em todo o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias... Para 2016, ele falou que o déficit ia ser de 68 bi, mas foi de 39 – superestimou em 72%; para 2017, disse que seria de 77 bi, mas foi de 48 – superestimou em 59%; e agora, mesmo com o novo método, disse que ia ser de 53 para 2018, mas foi de 46 – superestimou em 16%. É importante notar que, do realizado – não é do orçado –, o déficit do RPPS diminuiu 5% de 2017 para 2018. São inúmeras explicações feitas lá no relatório da CPI que demonstram que a questão dos militares do RPPS está estável ao longo do tempo.

Sobre isso aqui, Senador, eu vou comentar muito rapidamente. Falar em reforma da previdência significa que "não há mais outros meios". Esse foi um ofício encaminhado por V. Exa. ao então Ministro da Fazenda solicitando informações sobre a estimativa de sonegação fiscal e previdenciária decorrente do descumprimento da legislação trabalhista, e a resposta foi: "Em relação à estimativa de sonegação fiscal e previdenciária decorrente do descumprimento da legislação trabalhista, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não dispõe de estudos parametrizados dessa natureza."

Quer dizer, como é que a gente vai falar em reforma da previdência se há sonegação fiscal e a Receita Federal não sabe qual é a sonegação fiscal? A Anfip sabe, mas a Receita Federal não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sabe! Isso não é um demérito, evidentemente, aos servidores, aos membros da Receita Federal, mas, sim, a uma política pública que é implementada por quem ali comanda.

Estou concluindo, Senador.

Aliás, essa recomendação foi feita pelo próprio Tribunal de Contas da União, mas eu queria fechar neste quadro. O Brasil deixou de arrecadar R\$354 bilhões com isenção de impostos em 2017. "O Estado brasileiro está dando benefício fiscal até para salmão e filé-mignon." Enquanto, no mundo, essas isenções gravitam em torno de 2%, aqui no Brasil representam 4% do PIB.

Senador, assim não dá!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aquela manchete de que falou ali sobre o salmão, eu a achei interessante.

O SR. PAULO PENTEADO – "O Estado brasileiro está dando benefício fiscal até para salmão e filé-mignon."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso foi publicado na imprensa.

O SR. PAULO PENTEADO – Foi publicado na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não é uma frase sua.

O SR. PAULO PENTEADO – Não, não é minha! Tudo aí está reproduzido.

E deixou de arrecadar R\$354 bilhões com isenção de impostos! Meus amigos, a PEC da Previdência está aqui. Não querem economizar R\$1 trilhão? Com três anos acabando com essas isenções, sem suprimir direitos sociais, está feita a economia equivalente à reforma da previdência.

Muito obrigado, Senador.

Agradeço sempre a conduta, a postura, a determinação de V. Exa. na defesa das causas do Brasil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Paulo Penteado! Meus cumprimentos!

De imediato, concedo a palavra ao Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Dr. Paulo da Cunha Boal.

Repito a todos que aqui a fala se deu por ordem de chegada. Teremos mais três Mesas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Senador Paim, bom dia! Bom dia a todos!

Novamente, a Anamatra atende a sua convocação e se faz presente nestas audiências públicas.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Styvenson, que tive o prazer de conhecer em Natal. Fiz uma visita, ou melhor, ele nos fez uma visita na associação local. Tivemos uma...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga: posso abrir um segredo aqui? Você diz se é verdade ou não. Se não me engano, ele se elegeu com algo em torno de R\$30 mil. É isso?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Foram R\$36 mil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foram R\$36 mil! Então, isso se deu por um apelo popular.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – E foi dinheiro meu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E com dinheiro seu ainda!

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – O Senador, que agora cumprimento, fez uma campanha baseada na sua história como policial militar extremamente reconhecido pela sociedade do Rio Grande do Norte, principalmente na capital. É uma satisfação enorme vê-lo aqui, porque, naquela primeira conversa que nós tivemos, ele demonstrou grande preocupação com a questão da reforma principalmente com seus efeitos sociais e no mundo do trabalho.

No final do ano passado, eu tive a oportunidade de estar também aqui numa audiência pública tratando da questão da reforma previdenciária, ainda no texto anterior. Conte também com a presença do meu amigo Paulo Penteado, que sempre faz uma explanação perfeita da natureza econômica e dos efeitos jurídicos da previdência, com um retrato muito bom do atual modelo e do que se pretende.

Até em função da minha formação como juiz do trabalho, representando a Anamatra, eu busco, dentro da maioria dos textos legislativos, relações ou correlações da legislação com o mundo do trabalho, e, neste caso aqui, não é diferente.

Numa leitura até muito rápida do texto, encontramos alguns jabutis relacionados ao Direito do Trabalho, coisa que deveria estar em qualquer local, menos dentro de uma reforma previdenciária. Há algumas coisas que saltam à primeira vista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos sofrendo – e isso foi observado na audiência anterior – a queda na arrecadação previdenciária no mundo do trabalho basicamente em função do número absurdo de desempregados que nós temos hoje no País. Em um sistema piramidal, você não tem como deixar de ter uma base sólida de trabalhadores contribuindo com o sistema, e, hoje, com os 12,3 milhões de desempregados aliados aos quase 50 milhões de pessoas que não ingressaram no mercado de trabalho por um motivo ou por outro, nós observamos que esse sistema de pirâmide está a cada dia afunilando a sua base. Daqui a pouco, nós ficaremos no formato de um barril e, dentro em breve, em uma pirâmide invertida.

Somado a isso, foram trazidos naquela ocasião dados não apenas sobre a renúncia fiscal. A renúncia fiscal eu até entendo como uma política de implemento que foi utilizada nos Governos anteriores. Acho que, nos últimos três ou quatro Governos, foi concedida uma série de renúncias fiscais. Mas nós temos um problema muito maior que é a sonegação e o efetivo perdão dessas dívidas. Só com o Refis do ano passado, numa dívida calculada em torno de 425 bilhões, o Refis cuidou de perdoar efetivamente – isso é um perdão de dívida! – 65 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perdão. Não paga mais e pronto!

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Foram 65 bilhões, porque o Refis retirou quase todas as multas, deixou correção monetária, juros, e o resultado final foi um perdão efetivo de 65 bilhões.

Chamou-me a atenção naquela oportunidade também que os maiores devedores da previdência social são os maiores beneficiários dos empréstimos do BNDES. Na ocasião, eu trouxe uma série de cálculos. Empresas que devem 350 milhões obtiveram quase que o mesmo valor em empréstimos do BNDES a juros de 2% a 3%, com carências absurdas de pagamento. Então, não há como conviver em um sistema em que o grande devedor é, ao mesmo tempo, o grande beneficiário do sistema.

Nós não implementamos, o Governo Federal não implementa políticas de crescimento que possam satisfazer, coincidentemente, o crescimento do número de emprego e o aumento da arrecadação da previdência.

Eu fiz uma conta rapidíssima aqui para mostrar o quanto é injusta a proposta que está sendo feita sobre exclusivamente o aumento das alíquotas. Hoje, um trabalhador que ganha R\$3 mil recolhe...

Isto é importante no setor público: o recolhimento da previdência do setor público se dá sobre a totalidade da remuneração e não limitado ao teto. Então, a alíquota, às vezes, é a mesma de 11% no teto do Regime Geral, até R\$5,8 mil. No serviço público, a alíquota é de 11% sobre a totalidade dos vencimentos, o que dá uma diferença absurda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda, desde a última reforma, os aposentados do serviço público continuam contribuindo com o sistema previdenciário, ou seja, eles se autofinanciam dentro do sistema, o que não acontece no setor privado. Mas pego dentro do setor público: um trabalhador que hoje recebe R\$3.000,01 recolhe R\$330,11 para a Receita; com o acréscimo da alíquota de 11% para 14%, ele vai recolher R\$420,14, ou seja, uma diminuição, no caso dele, de R\$90,00.

As coisas vão se tornando um pouco mais estranhas conforme vai subindo o salário.

Com um salário de R\$20 mil, hoje esse trabalhador receberia, líquidos, R\$17,8 mil com uma alíquota de 11%. Se eventualmente ele ganhar R\$20 mil... Ele chega na virada do ano, e o empregador diz: "Olha, nós vamos lhe conceder um reajuste de 3,67%, que foi a variação do INPC deste ano." O salário dele sobe para R\$20,714 mil, mas, em compensação, ele entra numa alíquota de 19% do INSS e vai receber R\$16,778 mil líquidos, quando, na fórmula anterior, ele ganhava R\$16,770 mil. Ou seja, ele teve um aumento efetivo de R\$78,00! Então, todo o trabalho desenvolvido por ele, toda a expectativa de um aumento, de um acréscimo salarial é simplesmente consumida pelo acréscimo da alíquota.

E nós teremos casos em que a alíquota chegará a 22%, que, somada ao desconto da Receita, fiscal, vai atingir 50% do salário do indivíduo. Nós estamos à beira de um confisco salarial! Nós estamos atingindo cotas que países como Suécia e Noruega não tiveram coragem de implementar, mesmo com o Estado provedor que encontramos nesses países.

Aqui nós temos uma alíquota de imposto elevada, nós temos uma alíquota previdenciária elevada – e que tende a se elevar ainda mais –, mas com um Estado mínimo no que diz respeito a atender às necessidades básicas do indivíduo. Nós não temos hospitais, não temos escolas, não temos transporte, não temos nada.

Então, todo o sistema proposto e praticado através dessa reforma...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO DA CUNHA BOAL – Já estou terminando, Senador.

Então, todo o sistema proposto e praticado através dessa reforma visa, novamente, ao benefício da concentração de renda. É impressionante que o Estado brasileiro, o Governo brasileiro esteja abrindo mão de uma fonte de arrecadação sem nenhuma contrapartida! O dinheiro arrecadado pelo sistema social não tem qualquer contrapartida. Os bancos, por sua vez, estão babando, sangrando de vontade de ir buscar esse mesmo dinheiro e, em tese, não haverá um investimento efetivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há algumas outras situações – já encerro aqui – que eu digo que dizem respeito ao Direito do Trabalho, como a possibilidade de o trabalhador aposentado, no momento da rescisão do contrato, não mais receber a multa de 40%, ou seja, eu ou qualquer outra pessoa que tenha alguma noção de dinheiro, ou de efeito monetário, dirá que hoje é melhor você contratar um aposentado do que um jovem.

Da mesma forma, perdemos a ideia de que o trabalhador, aquele trabalhador efetivo que permaneceu anos numa empresa... Para ele já não compensa mais essa fidelidade empregatícia, porque, obtendo a aposentadoria, ele perde, automaticamente, o direito à multa de 40% e não terá mais o recolhimento fundiário.

Então, isso gera um desequilíbrio absurdo em todo o sistema trabalhista do Brasil. Nós estamos, com esse projeto, vedando o acesso dos trabalhadores mais novos, a não ser que eles – e deve ser esta a intenção – aceitem a tal da carteira verde e amarela, sem qualquer tipo de proteção estatal.

Então, gente, encerrando, agradeço novamente o convite do Senador Paim, colocando a Anamatra sempre à disposição para qualquer outro tipo de ajuda que possamos efetuar.

Obrigado.

Tenham um bom-dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Paulo da Cunha Boal, que falou pela Anamatra!

Passo a palavra agora ao líder Saulo Arcangeli, representante da Fenajufe e CSP-Conlutas.

O SR. SAULO ARCANGELI – Bom dia!

Senador Paim, é uma satisfação estar mais uma vez aqui presente.

Faço uma saudação a todo o Plenário e a todos que estão assistindo à TV Senado.

Quero colocar que essa reforma é uma reforma que tem um intuito: atacar os trabalhadores e os mais pobres e privilegiar os mais ricos, principalmente os bancos e os empresários. Mais uma vez, coloca-se uma reforma para os trabalhadores pagarem uma conta que não é dos trabalhadores. Isso aconteceu em todas as reformas que já tivemos, e tivemos muitas. No Governo Fernando Henrique, tivemos a implementação do fator previdenciário. Depois, tivemos a reforma no Governo Lula de taxaço dos inativos, que já contribuía, mas que agora são taxados, continuam sendo taxados – há uma PEC aqui para se reverter isso, mas que não consegue ser aprovada. E houve um aumento também em critérios e em idades, apesar daquela emenda para aliviar, a PEC paralela do Senador Paim, que na época era Deputado. E, depois, houve outras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reformas contra os trabalhadores: o fator 90/100, ainda no Governo Dilma. Agora, há o fator previdenciário e o fator 90/100, somando a idade com o tempo de contribuição. Hoje, é de 86/96, mas chegará a 90/100, o que também é uma proposta para não deixar ninguém se aposentar. E tivemos uma reforma no serviço público: há mais de sete anos, quem entra no serviço público só tem a garantia do Regime Geral de Previdência. Se ele quiser algo mais, ele entra no Funpresp, no qual você sabe quanto paga, mas não sabe se vai receber ou se vai estar negativo ao final, porque depende do mercado financeiro.

Então, todas as reformas foram feitas para dizer que os trabalhadores são os culpados, mas, na realidade, já foi demonstrado, por dados, que quem são os culpados, apesar de tudo isso, da sonegação, da isenção, são os bancos e os empresários, que devem R\$450 bilhões para a previdência. Alguns dados recentes, de 2017, já foram colocados. Com o Refis, que é usado para livrar, são R\$65 bilhões em 2017! De isenções, foram R\$354 bilhões, e foram isenções para o empresariado! Sempre é beneficiado o empresariado com os programas de refinanciamento, com a desoneração da folha. Então, isso é feito sempre para beneficiar os empresários, para livrar a cara dos empresários, para livrar a cara dos bancos que devem realmente à previdência.

Com a DRU, em 2017, foram mais R\$113 bilhões. Se a somarmos a tudo isso, dá mais de dez vezes o tal déficit que eles colocam. E, infelizmente, a grande imprensa, que tem o papel de informar, omite, coloca debaixo do tapete a real situação da nossa previdência pública.

E, agora, você vem com uma reforma para atacar ainda muito mais? Porque é uma reforma que ataca os mais pobres. Você pagar R\$400 para aquela pessoa que está no nível de miserabilidade quando chega aos seus 60 anos? E o Governo diz que é uma coisa boa pagar R\$400 para aqueles que não têm condições aos 60 anos. Isso é menos da metade do valor do salário mínimo. Então, isso é muito cruel.

Além disso, o abono do PIS...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para quem está assistindo, é importante esse destaque, porque, hoje, a lei diz que, com 65 anos, provando que não tem como se manter – e isso é fruto lá do Estatuto do Idoso –, você tem direito a um salário mínimo.

Eles jogaram para 70 agora, não é?

O SR. SAULO ARCANGELI – Para 70 anos. Aumentaram em cinco anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E acham que com R\$400 dá para você viver dos 60 aos 70 anos. Bem lembrado! É brincadeira!

O SR. SAULO ARCANGELI – É um absurdo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com relação ao abono do PIS, que era pago para quem ganhava até dois salários mínimos, eles reduzem para um salário mínimo.

Aí você tem também a questão da multa do FGTS. Se for contratar aposentado, você tira do patrão a possibilidade de pagar a multa de 40%. É por isso que os dados da reforma, o que está dentro da reforma é para atacar os mais pobres. Por isso que a gente tem se colocado...

Além disso, a média salarial vai passar a ser 100% de todas as contribuições, quando, hoje, é de apenas 80%. Você retira as 20 menores contribuições.

Então, é uma reforma para empobrecer, cada vez mais, os trabalhadores, para o trabalhador, na realidade, passar a ganhar um salário mínimo, mesmo porque, já hoje, 52% dos trabalhadores ganham o salário mínimo; 41% ganham de dois a três salários mínimos. É uma reforma para que todos os trabalhadores passem a ganhar um salário mínimo, e, no caso da BPC, menos da metade do salário mínimo.

É uma falácia do Governo que essa reforma... Como foi feito na reforma trabalhista, quando disseram que seriam gerados seis milhões de empregos, pelos dados, nós sabemos que não se gerou nada, inclusive se precarizou ainda mais o trabalho, reduzindo o repasse para a previdência, porque, com a jornada intermitente,...

(Soa a campanha.)

O SR. SAULO ARCANGELI – ... se você ganha, em média, R\$300, como é que vai pagar a previdência? Então, você teve um processo muito duro.

E é importante também reforçar que é uma reforma extremamente machista, é uma reforma que ataca em peso as mulheres. Nós sabemos que as mulheres pagam, inclusive durante todo o ano, menos que os homens e, quando estão em trabalhos formais, pagam, em média, oito dos doze meses do ano. E a gente sabe da situação das mulheres, da dupla ou tripla jornada. Você não tem creches neste País, e, muitas vezes, as mulheres não vão ao trabalho. Elas também entram no trabalho um tempo depois. Inclusive, a média hoje com que as mulheres se aposentam é de 61 anos, com 15 anos de contribuição para se aposentarem. Agora, com 20 anos, isso vai se ampliar. Então, é um ataque duríssimo também às mulheres nesta reforma.

E outro perigo dessa reforma é o artigo da desconstitucionalização, porque vai se poder, a partir dessa reforma, se for aprovada, fazer alterações no regime previdenciário através de lei complementar. Olhem o perigo! Colocou-se na PEC que vão poder fazer alterações, via lei complementar, que a gente sabe que depende de maioria no Congresso Nacional. Então, é outro sinal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é uma reforma que ataca bastante a classe média. Você tem um aumento da contribuição, da alíquota de contribuição, chegando até a 22% de desconto do INSS. E aí, sim, vai entrar numa reforma que pega também os Estados. Os servidores estaduais e municipais estarão também inseridos nessa reforma, e há a possibilidade do aumento dessa alíquota para 22%.

Além disso, implementa um abono de permanência facultativo. No próprio texto, o abono de permanência não é uma questão obrigatória, faculta-se o abono de permanência. O grande lance dessa reforma é a capitalização, que o Governo tem interesse de entregar, de acabar com a previdência pública e entregar a previdência para os bancos, para os fundos de pensão.

(Soa a campanha.)

O SR. SAULO ARCANGELI – Nós sabemos o que é isso. No Chile, 91% das pessoas que se aposentam ganham a metade de um salário mínimo por causa da implementação, durante a ditadura de Pinochet, dessa capitalização.

Então, nós já temos experiências no mundo, no México, no Chile, de que isso não vai dar certo; dá certo para os bancos, dá certo para o capital, mas para o trabalhador isso é miserabilidade.

Esta Casa tem todo o papel de inclusive pegar essas experiências e dizer: a reforma via capitalização é para colocar o trabalhador para não se aposentar; se se aposentar, estará na miséria, como é no Chile, inclusive com a metade do salário mínimo

E aí qual é a nossa tarefa, diante de todos os ataques, diante de todos os dados, diante de demonstrar quem deve à Previdência, diante da CPI, que teve um papel fundamental ao afirmar que, de 2000 a 2015, você teve 2 trilhões de previdência superavitária? Então, todo aquele relato da CPI é fundamental, porque foram mais de 20 audiências, não é, Senador Paim? Com especialistas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foram seis meses.

O SR. SAULO ARCANGELI – Seis meses de debates, com dados do Governo, que tentam omitir, nesta Casa, inclusive os debates que são colocados.

Nós vamos fazer um grande combate a essa reforma. As centrais sindicais... Organizamos o dia 20. Vamos ter uma reunião nesta semana, vamos tirar um dia de luta e mobilização e vamos ter que construir uma greve geral neste País, porque não podemos admitir essas mentiras.

Em 2017, nós conseguimos combater a reforma da previdência. Infelizmente, utilizaram recursos deste Congresso Nacional para bancar uma campanha de mídia contra o trabalhador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora várias campanhas de mídia seguirão, e a gente vai ter que fazer um combate também na mídia, mas um combate fundamental nas ruas.

Então, as direções das centrais, as direções do movimento, nós temos de ir para o enfrentamento. Não se negocia uma reforma desse jeito. Não há negociação porque não precisamos da reforma. É preciso, sim, cobrar dos devedores, não dar isenção ao empresariado e acabar com a desvinculação da receita da União. Essa é a reforma, mas não vamos aceitar de forma nenhuma que se ataque o direito dos trabalhadores e que se ataquem, cada vez mais, os mais pobres.

Se a gente for ver os Municípios dos vários Estados, o que é dado com os recursos da previdência, muitas vezes, é de quatro a cinco vezes de todos os recursos que vêm de transferências estaduais para federais nos Municípios. Você vai ter um empobrecimento enorme dessa população. Então, a gente vai fazer um grande processo de enfrentamento nas ruas. Esse é o fundamental. Vamos fazer a cobrança porque, infelizmente, os governadores de vários partidos políticos, inclusive do próprio PT, Senador Paim... É importante fazer essa discussão com os partidos que estão se colocando, inclusive, a favor da reforma da previdência. Teremos de ter um embate muito forte nos Estados, não só apenas na superestrutura. É fundamental que a gente una os trabalhadores da cidade e do campo porque os trabalhadores rurais não vão mais se aposentar com 60 anos de idade e com 20 anos de contribuição mínima; os trabalhadores rurais não vão mais se aposentar e são aqueles que colocam a comida na nossa mesa. A gente vai ter que unir as centrais sindicais, os movimentos populares. Temos que unir também todos os trabalhadores do campo. Uma grande unidade é fundamental neste momento para dizer que a reforma da previdência não é necessária. É preciso cobrar dos verdadeiros devedores que são aqueles que estão bancando a reforma da previdência que são os patrões e os bancos.

Então, vamos para a luta! Vamos para o enfrentamento rumo a uma grande greve geral dos trabalhadores! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Saulo Arcangeli, representante da Fenajufe, CSP-Conlutas.

Eu queria só dar uma informação de que, no dia 20 de março, no Auditório Nereu Ramos, vai ser lançada a Frente Parlamentar Mista, Deputados e Senadores, em defesa da previdência pública. Tenho certeza de que o Senador está junto e o Deputado também.

Estão presentes conosco, repito, o Senador Styvenson Valentim e o Deputado Federal Camilo Capiberibe, que poderão usar a palavra, com certeza, nesta audiência pública.

Passamos a palavra neste momento para o Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Fenafisco, o Líder Francelino das Chagas Valença Júnior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Bom dia.

Quero saudar a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim, que tem sido um baluarte nessa luta contra – eu acho que o pessoal não entendeu ainda que não é a reforma, mas o desmonte da previdência social. É o fim do pouco estado de bem-estar social que ainda temos em nosso País.

Quero saudar o Senador Styvenson pelo primeiro mandato e pela expressiva votação lá no Rio Grande do Norte, e o nosso Deputado Capiberibe que está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Filho de um grande Senador da República. Quero dar uma salva de palmas ao seu pai porque ele merece. (*Palmas.*)

Ele está lá assistindo, tenho certeza absoluta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele foi candidato a Governador.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – O que a gente está vivendo hoje? A gente está vendo um mundo kafkaniano em que as pessoas começam a discutir os processos e procedimentos e esquecem o que está por trás, qual é a essência, o que a gente está vivendo hoje. É preciso que a sociedade se alerte, preste atenção para o fato de que o mundo em que a gente está vivendo é um mundo totalmente diferente dos discursos políticos e dos discursos eleitorais que nós vivemos há pouco tempo.

Foi eleito um Presidente da República, que, há uns meses, divulgou em todas as redes sociais nas suas mídias que a reforma de Temer – estou ficando até com saudade. Nunca pensei que ia ficar com saudade de Michel Temer. "Volta, Temer", já disseram aí – era um absurdo e que propor se aposentar aos 65 anos seria inimaginável. E, após eleito, encaminha ao Parlamento uma proposta com 65 anos de idade. Então, eu fico sem entender. Se fosse em outro país, talvez alguém falasse em estelionato eleitoral, mas, no nosso País, não, parece que na política pode falar tudo para ser candidato. Não sei se mudou. "Que País é este?", como dizia o nosso querido Renato Russo.

Quer dizer, nós vivemos num País em o que está em jogo é a transferência de renda da população para o mercado – não é outra coisa –, é o empobrecimento maior cada vez mais da população. Se não fosse assim, nós não teríamos como temos uma anomalia em nosso País em que a carga tributária de quem ganha até dois salários mínimos – e quase ninguém fala isso – é de 50%. Então, o cidadão que ganha R\$1 mil paga R\$500 em tributos, mas os nossos queridos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investidores do mercado financeiro, a quem queria saudar também, pois eu os admiro muito, quando recebem lucros e dividendos... Agora, há bem pouco tempo, foram distribuídos lucros e dividendos de três bancos, digamos assim, que ficaram em torno de R\$33 bilhões só. Eu vou sair de R\$2 mil, de R\$1 mil, de um Bolsa Família de R\$200, que dizem que é muito, para quem ganha dividendos em cima de R\$33 bilhões. E não se pagou R\$1 de tributo, não se pagou nada, um centavo. Todos nós aqui pagamos mais do que eles pagam.

Outra questão que está em discussão é o fim do estado de bem-estar social. Há um ódio contra o bem-estar social e, quando se fala em bem-estar social, parece que a gente está tratando ou sendo socialistas ou comunistas. Eu quero ser comunista como são os alemães, como são os países desenvolvidos, porque são países em que o capitalismo é extremamente dominante, existe, mas se fala em estado de bem-estar social, porque a população precisa consumir, a economia precisa girar e, quando você destrói o estado de bem-estar social, você acaba com a economia.

Eu fico pensando e indago: cadê os bons empresários deste País que serão impactados por essa reforma? Onde eles estão? Ou eles não vendem produtos? Eles vivem dos produtos. Essa reforma interessa sobremaneira para o mercado financeiro, não o mercado do comércio das transações mercantis. E aí você começa a construir uma narrativa de déficit. A gente tem uma narrativa – e chamam muito a atenção para o fato de que a carga tributária brasileira é a maior do mundo – de ódio e, quando alguém fala em tributação, ele já é mal visto, é visto como uma pessoa que quer destruir a liberdade – e a liberdade é uma coisa fundamental para um estado democrático –, quer destruir as liberdades individuais e as liberdades coletivas, e aí se tem esse ódio contra a tributação, fomentado pela mídia, fomentado pelos teóricos do mercado financeiro. Na verdade, o que eles querem mesmo é continuar isentando as suas rendas, diminuir a sua participação no mercado, na parte tributária, e aumentar a dos pobres e, quando se fala em diminuir tributos, é diminuir dos ricos e aumentar dos pobres. Ninguém imagina que é isso, mas é a grande verdade que estamos vivendo aí.

Mas vamos lá um pouquinho para a reforma. A idade mínima passa a ser 62 anos e 65 anos, como todo mundo já está sabendo, não é novidade, mas uma coisa merece ser calculada: o tempo de contribuição de 40 anos, só 40 anos, é muito pouco tempo para se aposentar – e parece que algumas pessoas que estão no Governo se aposentaram bem mais cedo... Eu fico imaginando esta mágica: para mim, eu posso; para os outros, não. Então, só 40 anos, e o servidor, o trabalhador da iniciativa privada, a cada 12 meses, salvo melhor juízo – o Floriano, que é o nosso grande representante e Presidente da Anfp, pode até me corrigir se eu estiver errado... Fizaram esse estudo, e parece que a cada doze meses, ficam três sem trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São 9,1.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Nove vírgula um, não é, Senador? Então a cada doze ficam 9,1?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – A média é essa.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Então, a gente pode dizer que quarenta viram o quê? Mais de cinquenta, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fiz o cálculo e dá 49 anos.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Quarenta e nove anos.
(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Eu tinha feito aqui... Dava 25%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Quarenta e nove anos.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Então, vamos lá, vou arredondar para cinquenta. Quer dizer que, para você se aposentar nessas regras maravilhosas que o Governo está propondo, e eu ouvi algumas entidades inclusive elogiando os esforços do Governo por causa dessa reforma, eu estou sem entender... Mas o cidadão comum vai ter que trabalhar cinquenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – É isso.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Então, ele vai ter que começar a trabalhar aos 15 anos de idade para se aposentar aos 65. Não, aliás eu estou equivocado, porque a partir de 2024, a cada quatro anos vai subir, de acordo com a expectativa de vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Isso, esse é o grande...

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – É isso que estão propondo? E o povo está em casa quieto? E está todo mundo achando bom? E há gente elogiando a proposta? Deve haver algo errado, e eu não estou vendo, neste País. Eu estou em outro mundo. Eu estou num mundo... Eu acho que só eu estou ficando louco e todos vocês que estão aqui discutindo conosco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o fim da aposentadoria. Imaginando que a expectativa média do brasileiro é de 75, eu vou fazer o inverso. Você falou das mulheres, e de fato eu concordo com você. Mas vou fazer o inverso: os homens morrem mais cedo, morrem aos 72; se é 65 e morre aos 72, quer dizer que vai ter de trabalhar por 50 anos para receber por 7? Essa é a matemática do Governo? É a matemática do Governo. É o fim da aposentadoria, pessoal. É o fim da previdência. Não é outra coisa. Percam as esperanças quem imagina que vai se aposentar. O somatório, que vai ser 65...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom que você lembrou aqui 15 anos. Agora, calcule o cidadão que quis se especializar um pouquinho, fazer um cursinho técnico e começou a trabalhar com 20 anos. Com mais 49? Só aí, 69. E aí vai crescendo, como você falou, com o maldito gatilho que está embutido a cada quatro... Ninguém mais vai se aposentar.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Vamos imaginar um país, já que se fala que este Governo é nacionalista. Eu já ouvi vários comentários dizendo que é um Governo nacionalista. O que se está propondo é que ninguém mais pode se formar, porque as pessoas se formam aos 24, 23, 25 anos – mais 50, 75. Quer dizer, você está dizendo que a pessoa que optar por se formar, para a gente ter tecnologia neste País, para ter quadro técnico, para poder fazer frente ao desenvolvimento econômico necessário e tecnológico, não vai poder fazer essa opção, porque, se fizer essa opção, está condenada a trabalhar até os últimos dias de vida.

Isso lembra as tribos indígenas, alguns países ainda lá no Oriente Médio. No Nepal, por exemplo, onde, quando as pessoas chegam aos setenta anos de idade e começam a perder as forças, vão lá para a montanha, vão lá para a parte mais gelada, para congelar, porque já deu o que tinham que dar. Merecem só a morte. Parece que é o que a gente está propondo. Não é outra coisa.

O somatório também, quando atingir 100, 105 anos, se propõe por lei complementar dizer como é que vai ser o somatório. Não vai ser mais emenda. Resolvem tudo. Resolvem de uma vez por todas.

Vamos para a contribuição previdenciária, porque o pessoal do regime geral está achando que está tranquilo. Vai de 11% para 14%. São só 3%, é muito pouco. Dá para sobreviver. Você ganha um salário mínimo, vai perder mais 3%, não é nada demais. Mas vai haver uma alíquota adicional. E aí o Governo coloca que é por tempo determinado. Então, vamos ficar tranquilos, porque é por um tempo determinado, não é para o resto da vida. É apenas por 20 anos, até 20 anos. Eu fico imaginando aposentado pelo regime próprio de previdência tendo uma alíquota de 8% por até 20 anos. Ele se aposentou aos 65, vão 20 anos, 85, a expectativa é de 75. Ele vai morrer, vai para o além...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – ... e vai ficar devendo dez anos. É isso que a gente está propondo?

Integralidade e paridade para quem é servidor público e acha que está perto de se aposentar, está bem, está numa boa. Está numa boa, 65 por enquanto, tá? Porque vai ser tudo móvel. É isso que se está propondo.

Vamos para um dado? Do BPC eu não vou nem falar, porque ele já falou. Então, o Governo, como é muito bondoso, quer dar R\$400 para quem está acima de 60 anos de idade. Está dizendo que é um grande avanço social. Mas, se a expectativa nossa é 72, um salário mínimo só vai passar a ser aos 70 anos de idade. É 72, pessoal, para a média, mas a população... Eu sou do Estado de pernambuco. Eu queria ver a contribuição de 20 anos para o trabalhador rural, da cana, da cana-de-açúcar, que é exposto a todo tipo de vida que poucos aqui imaginam. É inimaginável a vida, se é que nós podemos chamar de vida aquele tipo de trabalho subumano – subumano –, 20 anos trabalhando ali. A expectativa de vida dessas pessoas é abaixo de 60 anos de idade. Então, o Governo está dizendo que o BPC – e a população que recebe BPC tem uma expectativa menor que 60 anos, eu arrisco aqui, porque vários dados apontam isso; nas comunidades onde há alta violência, onde há pobreza extrema, é bem menor, chega a 50 e poucos anos, 55, 56 – praticamente deixa de existir, porque para 60 anos é só R\$400. Chegar a 65? Poucos chegam, poucos chegam. E a 70, então? É inimaginável.

Capitalização é muito boa. Eu queria dizer que a capitalização é um regime muito bom, desde que a pessoa que tenha interesse nesse regime seja do mercado financeiro, seja um banqueiro, faça parte desse seleto grupo de pessoas que têm rendas milionárias por cada mês. Se fizer parte desse grupo, está bem, mas, se for trabalhador, se for cidadão comum... E aqui eu queria chamar a atenção: quando a gente fala das pessoas pobres, o trabalhador acha que é rico, porque consegue comprar um celular, porque consegue financiar, às vezes, um carro bastante velho para poder se deslocar no sistema de transporte péssimo que nós temos. Financia por 60 anos e se acha rico. A população brasileira é pobre, é pobre! E o pobre tem que se ver como pobre. O trabalhador tem que perceber que é trabalhador. O servidor público tem que saber que é servidor público, não é empresário, não. Ele não é do mercado financeiro, não. Não é porque ele poupou um dinheirinho e fez uma aplicação na poupança para poder fazer uma viagem para um Estado próximo ou para passar uns dias num hotel que ele se torna rico; muito pelo contrário, muito pelo contrário. Ele tem que perceber que faz parte de um grupo que está sendo atingido frontalmente, porque é o mercado. E é só para o mercado. Não é para mais ninguém.

A capitalização... Como foi dito aqui por Saulo, colega nosso, no Chile, há aposentadorias de 30% do salário mínimo. Então, você vai contribuir por 40 anos, por 50 anos, para se aposentar aos 70 anos e descobrir que vai receber 20% do salário mínimo, R\$200 a preço de hoje. A sua contribuição vai ser maior, praticamente, do que o que você vai receber. E alguém pode dizer:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas aí vai poder investir. E o mercado financeiro é sábio. O investimento é sábio. É muito sábio o investimento. Ganha no mercado quem investe subindo e quem investe na queda. Investe no mercado quem quer que ganhe aqueles títulos ou que perca os títulos. Há pessoas... E disseram alguns economistas – não vou dizer o nome, mas parece que integram cargo político do Governo e também não vou dizer qual cargo – que respondem por operações que disseram que seriam até fraudulentas perante a Bolsa de Valores, um escândalo que veio. Foi dito pelos jornais. Não sou eu que estou dizendo e nem vou dizer quem é a pessoa. Opa! Se há pessoas que estão respondendo processo por esses tipos de coisas, como se pode propor que algumas pessoas participem da elaboração desse projeto que interessa somente ao mercado financeiro? E aí os números bem rapidamente... Eu vou sair da questão de benefício fiscal, de incentivo, porque, quando as pessoas falam sobre isso, alguém vai dizer: "Mas isso é bom para o País. É bom para o País dar incentivo fiscal". Nenhum estudo aponta que é bom.

Mas vamos fazer de conta que seja bom, vamos imaginar que esse discurso dito mil vezes... Como Goebbels dizia, torna-se uma verdade uma mentira dita mil vezes. Vamos imaginar que nós introjetamos essa mentira como verdadeira, vamos aos números. Peguei lá no *síte* da Previdência Social, não fiz nem esforço nesse ponto. O suposto déficit de que eles falam hoje está em R\$195 bilhões. E aí eu fiz uma simulação de uma alíquota de estudo que nós temos com a Fenafisco e a Anfip de uma alíquota de 20% sobre o patrimônio de quem tem patrimônio. E alguém pode dizer: "Mas isso é um absurdo, isso é retirar do povo o seu..." Do povo? O povo não consegue nem ter uma casa, quanto mais um patrimônio. Mas é retirar do povo essa capacidade de ter alguma coisa. Nos Estados Unidos, que são a panaceia...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – ... da população, a tributação é 40%. Então, 20% sobre o patrimônio, nós teremos uma renda extra de R\$73 bilhões, arrecadaremos isso. Uma contribuição sobre uma movimentação financeira de 0,38% para quem ganha acima de cinco salários mínimos, que é a população bem menor, daria R\$38 bilhões. Se tributar lucros e dividendos, que são isentos, que é um seleto grupo que não paga, nunca pagou, e talvez nunca pague – porque nós somos parcimoniosos e aceitamos que não se deve tributar quem é rico, porque vão fugir do País, e ninguém fugiu. Tirando o Depardieu, que fugiu da França, todo mundo fica no país –, daria R\$88 bilhões. Da DRU, cujos dados que eu tinha eram de 2016, falava-se em R\$92 bilhões. Eu fiz uma atualização modesta e coloquei só R\$100 bilhões. E a sonegação fiscal, que é em torno de R\$550 bilhões, eu diminui 10%, porque eu quero ser bom, eu quero ser bom com o Governo, R\$500 bilhões. Sem falar em renúncias, sem falar em Refis, sem falar em nada disso, nós teríamos um total de quase R\$800 bilhões no ano.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – Não é em 10, 20... É no ano!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, se diminuir o suposto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. FRANCELINO DAS CHAGAS VALENÇA JUNIOR – ... déficit previdenciário, nós teremos uma receita extra de R\$600 bilhões por ano. Por que não falam desses números?

Então, pessoal, vamos acordar! Alguém está mentindo.

E aí o último eslaide para vocês, eu me lembrei do Mark Twain, que é um escritor americano – estou trazendo americano, porque o pessoal é liberal, estou trazendo americano –, que disse: "Há três espécies de mentiras: as mentiras, as mentiras sagradas e as estatísticas". Nós estamos sendo enganados. Saíamos do lodo e despertemos todos nós.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Francelino das Chagas Valença Junior, que falou pela Fenafisco.

Agora é o João Domingos que entra.

Não sei, parece que há um vídeo. Você tinha um vídeo, João Domingos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SAULO ARCANGELI – Eu trouxe o vídeo. Era só para eu convencer o João Domingos para ser antes da minha fala. É rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, entra o vídeo no tempo do João Domingos.

O SR. JOÃO DOMINGOS – Essa parte não foi negociada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas a gente ajusta, ou senão a gente coloca no intervalo. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – João Domingos com a palavra.

O SR. JOÃO DOMINGOS GOMES – Bom dia, senhoras; bom dia senhores; bom dia, Senadores presentes no recinto e na Casa, assim como o Exmo. Sr. Deputado Capiberibe,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim, eu gostaria – é a primeira oportunidade que eu tenho – de, em público, agradecer ao povo gaúcho.

Nós, durante a campanha do ano passado, fizemos dramáticos apelos à população gaúcha, aos eleitores gaúchos para que, além do privilégio de votar no melhor Senador do Brasil, cumprissem a obrigação de devolvê-lo a este Senado Federal, com o mandato de oito anos intacto.

Durante a campanha, chegou a percorrer um frio na espinha, Senador, ao imaginar a possibilidade de travarmos aqui nesta Casa as lutas que já se prenunciavam sem a presença de V. Exa., que – a maioria diz – equivale a uma bancada de Senadores nesta Casa. Nós vamos além: digamos que V. Exa., eu sempre repito isto, é uma instituição de defesa da sociedade brasileira, dos trabalhadores, dos idosos, dos jovens, dos negros etc.

Muito obrigado ao povo gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me registrar a presença de Eduardo Girão, Senador, que é deste time novo, comprometido com a responsabilidade social, membro desta Comissão. Ele me informou que estaria aqui dentro do possível, e está aqui para assistir à visão da sociedade civil sobre a reforma.

Eu queria dar uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. JOÃO DOMINGOS – Bem, Senador, conversando com V. Exa., V. Exa. informou que estamos aqui abrindo, reabrindo um ciclo de debates nesta Legislatura e que, portanto, seria estratégico que nós, no campo em que atuamos, o campo social, tivéssemos alguma divisão de tarefas, para que não nos sobrepuséssemos em posições, dados e defesas.

Cabe aos técnicos, como foi muito bem apresentado pelo representante do Ministério Público, da Fenafisco, assim como da Anfip, defender, travar essa guerra de informações e de números, porque acho não podemos nos reduzir a isso. Essa guerra de números é muito mais favorável ao Governo, que tem os meios de divulgação de massa a seu favor.

Mas cabe a nós, digamos, os agentes políticos do movimento social – no nosso caso, o movimento sindical – entender as táticas e estratégias do Governo para combatê-las com eficácia. Nós estamos, há cerca de 15 anos, combatendo o mesmo tema: a reforma da previdência. Chega agora um momento em que entendemos que é a batalha final. Quem ganhar essa batalha ganha a guerra. Portanto, é natural que ela seja mais cruenta e mais sangrenta, mas é necessário que seja mais estratégica.

Primeiro, Presidente da reunião, Senador Paim, nós precisamos identificar – e eu vejo com clareza – as armadilhas. Esse monstro que é a reforma da previdência parece um monstro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mitológico, uma mistura de uma hidra de sete cabeças com um polvo de oito tentáculos. Além disso, ela se apresenta muito ardilosa, com várias armadilhas.

A primeira é separar, por exemplo, a reforma da previdência do contexto geral – não só ela, mas todas as reformas propostas, como a reforma trabalhista –, que é o contexto da mais brutal mudança de modelo de Estado de que se tem conhecimento, que nem certas ditaduras, inclusive a brasileira, ousou fazer. Resumidamente, é a mudança de modelo de Estado que, entre aspas, seria a "evolução" do Estado neoliberal, do Estado mínimo para o ultraliberal do Estado nenhum, do Estado nenhum na sua dimensão de prestador de serviços públicos, que permite a gente enxergar claramente, terminada essa fase de reformas, a presença de dois governos no mesmo Estado simultaneamente: um governo penal e cruel para os trabalhadores e para os pobres e gerencial e generoso para os ricos e para as corporações.

Qual é, então, a grande tática? E vou pegar como exemplo, rapidamente, a reforma trabalhista de isolar essas propostas de reforma como se fossem temas que se encerrassem em si mesmas.

A reforma trabalhista, através de uma criminoso campanha de difamação, de criminalização, de demonização do movimento sindical, foi reduzida à luta contra o imposto sindical. E os trabalhadores caíram nessa armadilha. E, agora, da mesma forma, procuram colocar a reforma da previdência como se fosse uma questão de mero conceito de aposentadoria, como se ela devesse ser travada e defendida apenas por quem tem a pretensão de se aposentar um dia – e não é, definitivamente não é!

O sistema previdenciário brasileiro é muito maior do que isso. Em que pese o fato de as aposentadorias serem o mais importante, o sistema previdenciário brasileiro é o maior instrumento de distribuição de renda existente no mundo. Aqui no Brasil, se você acaba com a previdência, como é consenso aqui que, na verdade, ela vai acabar – a previdência social –, nós teremos, Presidente, a falência de milhares de Municípios. São milhares de Municípios que têm, hoje, na renda dos aposentados, o fomento, o incremento da sua economia, maior até do que a própria receita do Município.

Portanto, essa reforma tem que ser entendida e defendida pelo dono da padaria, pelo feirante, porque essa reforma é sobre o que movimenta a economia de grande parte, de milhares de Municípios, por exemplo, entre outros.

Mas o sistema previdenciário brasileiro também é a maior fonte de captação de poupança imediatamente disponível no mundo. São mais de US\$400 milhões ao ano. Pronto! É aí que está o grande motivo da reforma da previdência: a maior fonte de captação de poupança imediatamente disponível no mundo hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entro na questão: assim como a reforma trabalhista era para acabar com a contribuição sindical, a reforma da previdência é para acabar com os privilégios. Espere aí! Nós não podemos ser contra acabar com privilégios. Eu não defendo privilégios e não creio que ninguém aqui defenda privilégios, mas vamos separar o que realmente é privilégio em relação à reforma da previdência; e não vamos falar dos privilégios caricatos como, por exemplo, o fato de o nosso Presidente da República ter se aposentado com 33 anos e ter mais duas aposentadorias pela frente, uma como Parlamentar e outra como Presidente da República. Em que pese isso lhe retirar a legitimidade de propor que um trabalhador, para ganhar um salário mínimo, trabalhe até os 70 anos, em que pese tudo isso, ainda são exceções.

O verdadeiro privilégio que se deve combater é o privilégio do sistema financeiro, que, agora, não satisfeito em abocanhar cerca de 40% do orçamento público brasileiro – e olha que é um orçamento de quase R\$3,5 trilhões –, quer agora abocanhar também essa fonte de poupança espetacular que é o sistema previdenciário. Esse é o privilégio! Em nome de se acabar com privilégios, ampliam-se infinitamente os privilégios do verdadeiro privilegiado que é o sistema financeiro.

Com isso também, Senador, eu quero propor que nós mudemos um pouco de discurso. Nós não podemos mais apenas ficar falando não à previdência. Ao contrário, vamos assumir a defesa de que queremos, sim. Quem quer e precisa de uma reforma previdenciária somos nós, os trabalhadores, os consumidores, a sociedade, os usuários do serviço público. Todos os dados apresentados aqui pelo ilustre representante do Ministério Público, pela Fenafisco e por tantos outros, todos indicam que nós temos que clamar por uma reforma da previdência, mas a verdadeira reforma da previdência. Reformar a partir dos ralos que corroem a nossa previdência social.

O primeiro é o ralo da gestão. Previdência tem que ter gestão científica, nunca política. Previdência não pode ser como aqui no Brasil, onde não há o menor controle. São dirigidos a partir de interesses políticos, de governos, e não do Estado, sendo que o dinheiro vai para caixa comum do Governo. Não pode ser... Primeiro, nós temos que defender a gestão. Só corrigindo os problemas de gestão, como V. Exa. mesmo disse, nós temos certeza de que cobriremos vários vezes o chamado déficit da previdência de R\$200 bilhões.

Temos que corrigir o ralo da corrupção que já foi projetado aqui em R\$500 bilhões, mais que o dobro do propalado rombo.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DOMINGOS – Temos que corrigir o ralo da sonegação, o ralo da isenção fiscal, o ralo da DRU. Essa é a reforma da previdência pela qual temos que clamar. Só depois de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrigirmos todos esses ralos, de alcançarmos os verdadeiros privilégios, é que se poderia ter um mínimo de legitimidade para propor avançar no bolso do trabalhador, ou melhor, alcançar a vida, a dignidade do trabalhador brasileiro.

Ter também posições diferentes, como o Governo defende capitalização e, como modelo de capitalização, o modelo chileno. Sim, nós queremos, sim, o modelo chileno como parâmetro, não como modelo, para avaliar o que é um sistema de capitalização. Por quê? E o Chile é perfeito para isso. Lá já se percorreu o ciclo completo da capitalização, desde a sua instituição até o efetivo pagamento de benefícios.

Olha, eu sou dirigente da Confederação Latino-Americana de Trabalhadores Estadais e da ISP, Internacional de Serviço Público. Eu percorro o mundo há quase duas décadas, e aonde a gente chegava, desde a década de 1990 até 2004, 2005, era todo mundo defendendo o modelo chileno. O que ocorre ali? Primeiro, o modelo chileno de capitalização só foi imposto aos trabalhadores. Aos militares não foi, ao Judiciário não foi. Não sei por quê. O que ocorre com aquilo? Primeiro, era um sistema de capitalização... Alguns contribuíam por 20 anos, mas a maioria contribuía por 30 anos para começar a receber benefícios. Primeiro problema: depois dos 20 anos, grande parte das multinacionais que administravam os chamados fundos de administração de pensão sumiu, quebrou. Eram multinacionais. O Governo, então, teve que socorrer, precariamente, aquele rombo, roubo escandaloso.

Mas vamos pegar agora. Já foi dito aqui: 90% dos trabalhadores que foram para o sistema de capitalização no Chile hoje recebem em torno de R\$790. E nós temos um estudo da Ultratec, que é a confederação dos professores do Chile, que fez uma comparação entre quem ganhava 5 mil à época da instituição da capitalização e foi para a capitalização e quem ganhava 5 mil e permaneceu no regime próprio, que são os militares, o Judiciário etc. Quem ganhava 5 mil está aposentado com 20 mil; quem ganhava 5 mil e foi para a capitalização ganha hoje cerca de 30% a 60% do salário mínimo. É isso do modelo chileno que nós queremos comparar; não é apenas a sua regra de entrada, mas sobretudo a sua consequência. Como é que ele devolve, ou como é que ele deixa de devolver os investimentos feitos?

Finalmente, estou vendo que meu tempo avança, e eu queria falar de mais algumas armadilhas. Primeiro, fugi da armadilha do bode na sala. E há bode na sala nessa proposta. Não é inteligente a gente acreditar que propor R\$400 de aposentadoria, para milhões e milhões de pessoas, e eles acreditam. Isso é para negociar e aprovar o coração da reforma.

Quem é que acha que colocar nessa proposta aspectos claramente inconstitucionais, que já foram decididos pelo Supremo, como a progressividade da contribuição, ser uma progressividade do teto que a acompanha... Já está declarado inconstitucional. Quem é que acha que eles acreditam nisso? E é outra armadilha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É para que a gente judicialize, porque o Governo, Senador Paim – e falo isso agora como uma espécie de denúncia, apesar de serem elucubrações minhas –, está usando uma nova tática para reformar a Constituição e uma tática surreal. Quando ele quer constitucionalizar uma coisa que é inconstitucional, ele comete uma inconstitucionalidade, obriga a gente a ir para a Justiça. Chega lá e se torna constitucional, haja vista a contribuição sindical, que, através de um julgamento surreal... A ponto de o Ministro dizer: "Não, nós não estamos aqui julgando constitucionalidade, nós estamos criando uma forma, um novo modelo de movimento sindical". O que é isso? Quem faz isso é esta Casa, é a Câmara dos Deputados!

Então, é mais uma armadilha. E tudo isso, Senador, essa série de armadilhas, é para aprovar o coração da reforma. E qual é o coração dessa reforma? É a desconstitucionalização do tema previdência. Portanto, por mais que eles negociem, que cedam, que desistam da aposentadoria de R\$400, o que eles querem é retirar da Constituição porque, a partir daí, por lei ordinária, passa tudo. É preciso lembrar que lei ordinária pode ser uma simples medida provisória.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO DOMINGOS – Esse é o coração da reforma, essa é a grande armadilha em que nós não podemos cair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. JOÃO DOMINGOS – Pois não, terminando. Então, qual é o nosso desafio? O nosso desafio é levar para a sociedade, para o usuário da previdência essas denúncias. Mas qual é o grande desafio? A nova linguagem da comunicação.

Nós não podemos mais continuar com esses nossos argumentos extremamente contextualizados, cuidadosamente elaborados, porque nós estamos lutando na época da *fake news*, de mentiras curtinhas, pasteurizadas, facilmente absorvidas por todos. Então, nós temos... Esse é o grande desafio, o grande desafio do movimento sindical, o grande desafio das lideranças formadoras de opinião, o grande desafio desta Casa: levar essas preocupações, dizer que a previdência não é problema de aposentado, mas é da sociedade brasileira, por exemplo, assim como outras reformas que vieram, foram e são para a defesa da sociedade e não apenas desses agentes políticos que atuam sobre ela.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, João Domingos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, mais uma vez, destacar no Plenário a presença, neste debate... Ficando bem claro, como foi a decisão que tomamos juntos com os Senadores, que hoje estamos ouvindo o movimento social. Vamos ouvir o Governo. Já conversamos com o Secretário Executivo, Rogério Marinho. Ele disse que está vendo qual será o dia da semana que virá. Ele virá com toda a sua equipe. São eles que vão falar nesta Comissão, como vamos ouvir outros setores da sociedade. Todos serão ouvidos aqui para a gente, junto os Deputados e Senadores, cada vez mais, tendo claro o que é a reforma e para onde vamos. Esse é o objetivo.

Então, eu peço aos senhores que retornem ao Plenário.

Agradeço a todos.

E chamo, de imediato, a segunda Mesa.

Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Anfip (Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil). (*Palmas.*)

Pedro Armengol, Secretário Nacional da Secretaria de Relações de Trabalho da CUT.

José Pinto, Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social (SBPS).

Almir Reis, Vice-Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape), Conselho Federal.

Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Roberto de Carvalho Santos, Presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev).

Depois teremos ainda uma terceira Mesa.

Para ganhar tempo, vamos direto ouvir os nossos convidados.

O primeiro a usar a palavra, neste momento, será o Floriano Martins de Sá Neto.

Lembro todos que o Senador Styvenson Valentim, o Senador Eduardo Girão, a Deputada Federal Erika Kokay, o Deputado Federal Camilo Capiberibe, como foi com a Ministra... É bom lembrar que, como foi com os Senadores que estavam aqui naquele dia, eu abri a palavra para todos os Senadores e Deputadas. Houve alguns que disseram que só falaram a favor ou bem da Ministra, mas não é que falaram a favor, fizeram considerações, porque estavam aqui presentes, eu dei a palavra a todos. Hoje nós vamos repetir.

Os Senadores e Deputados usarão a palavra aqui neste momento, sobre a reforma da previdência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra Floriano Martins de Sá Neto, Presidente da Associação Anfip.

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Bom dia, Senador Paulo Paim. Quero parabenizá-lo, primeiramente, pela eleição aqui na CDH.

Lá na Câmara temos a Casa do Povo, aqui temos a Casa da Cidadania, e, neste espaço, vê-lo aqui realmente nos enche de esperança de que possamos fazer esse debate não só da previdência, mas essa oportunidade e esse espaço que é dado a toda a sociedade civil.

Quero cumprimentar os dois Senadores aqui presentes: o Senador Eduardo Girão e o Senador Styvenson.

A minha fala foi contemplada no início, a gente não combinou. Então, eu vou falar um pouquinho sobre um ponto que a gente imagina que é um ponto importante já que, muito claramente, a PEC 6... Eu digo, Senador Paulo Paim, que talvez o correto seria colocar mais dois seis nela, porque ela é a PEC que extermina a Previdência Social, extermina a assistência social no Brasil, confunde esses dois instrumentos tão importantes previstos na Constituição Federal. Ela tem dois pilares, quando o Governo anuncia a economia de um R\$1 trilhão – é bom deixar bem claro para quem está nos ouvindo –, esse dinheiro não sai do bolso do Governo, não é uma economia que o Governo faz, esse R\$1 trilhão sairá do bolso de trabalhadores e de aposentados.

Eu chamo, neste momento, a atenção para os empresários que estão nos ouvindo, para os Prefeitos, para aqueles que estão nos locais mais distantes, sobre a importância que é a Previdência Social. Então, esse dinheiro, com certeza, fará muita falta no dia a dia das pessoas, dos beneficiários dessas políticas, mas também fará falta para o desenvolvimento econômico, para a manutenção... Nós temos os exemplos, eu sou do Nordeste, muitos e muitos Municípios funcionam dez dias no mês, que são os dez dias úteis em que o INSS paga. Acabou esse dinheiro, as feiras não acontecem mais, as pessoas não vêm mais aos Municípios.

Então, a Previdência Social não pode ser vista apenas sob o ponto de vista do gasto, fazendo entender... E aí, gente, atenção às *fake news*, atenção. Não significa, nós agora, infelizmente, teremos o Governo a bater nos servidores públicos, a bater nas aposentadorias ditas especiais, mas são em condições especiais, dizendo que a reforma é para trazer justiça, vai tirar de quem ganha mais para dar para quem ganha menos. Ora, ele vai tirar eventualmente dos servidores públicos, mas não há nenhum compromisso, muito pelo contrário: ele vai tirar mais ainda daqueles que ganham menos. Então, temos que prestar atenção a esse ponto.

Falei então desse pilar econômico, da economia que o Governo reputa importante, R\$1 trilhão retirado de trabalhadores e aposentados. E outro pilar de que vou falar mais um pouquinho, o art. 40, §6º, a desconstitucionalização da Previdência Social no Brasil e a imposição de um regime obrigatório de capitalização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós teremos, através de lei complementar e de leis ordinárias, a regulamentação de uma previdência que sai do regime de repartição e entra a capitalização individual, em que cada um vai contribuir para fazer sua aposentadoria. Pois bem, eu fui fazer uma leitura, até peguei aqueles CDs antigos, fui ler um material do Banco Mundial elaborado por um economista que ganhou o Prêmio Nobel de Economia em 2001, o Joseph Stiglitz, que fala bastante sobre a capitalização. É importante a gente lembrar um pouquinho. Eu li esse artigo e vou trazer para vocês algumas considerações que nós deveremos perguntar ao Governo. É uma pergunta mesmo.

O Governo não apresenta na PEC, ele não abre as contas, simplesmente mostra o impacto, mas não diz claramente quem é que vai pagar essas contas, qual a situação dos trabalhadores e dos aposentados nessa reforma. Então, são números, são dados. Não é que a gente desconfie dos dados oficiais, mas, efetivamente, como aconteceu na PEC 287, quando o Governo foi praticamente intimado a apresentar, vamos dizer assim, dados atuariais ou microdados, no jargão dos economistas, apresentou-se lá rapidamente um PowerPoint com uma planilha em Excel. Nós queremos acesso, nós queremos que o Governo entregue efetivamente como chegou a essa conta mirabolante, quais são os efeitos na vida de cada trabalhador e, principalmente, eu quero que ele demonstre que a reforma da previdência, do jeito que ele está propondo, vai melhorar a economia do Brasil, vai destravar, porque esse é o discurso: sem a reforma não há crescimento econômico.

Pois bem, relendo esse artigo do Stiglitz, o que eu posso trazer de importante para a gente começar a debater esse ponto? Há uma alegada... Diz-se que a gestão privada é sempre mais eficiente do que a gestão pública. Pois aí estão os dados da previdência privada, da previdência por capitalização. No México, por exemplo, o custo de administração é de 19,2%. Então, daí a gente entende por que o aposentado chileno está recebendo uma mixaria, sendo que 20% no México já ficam de largada... Então, ele já não conta com R\$100 que ele colocou, ele só conta R\$80 para ir se defendendo das situações econômicas. E na Argentina? São 25% – 25%! – na Argentina. E no Brasil? O INSS, quanto custa o INSS? Eu consegui aqui um dado de 2001: o custo do INSS, ou seja, a máquina, o que é o INSS como função pública, com os trabalhadores, é de 6,2%.

Então, são essas coisas que a gente precisa começar a colocar aqui na mesa. O Governo tem que mostrar esses números. E esses 6,2%, diga-se de passagem, são indevidos, pois, desde que nós temos o sistema previdenciário constituído aqui no Brasil, sempre partimos de três pilares, três entes a financiar o sistema do INSS, do Regime Geral de Previdência Social: uma parte do Governo, uma parte dos empregados e uma parte dos empresários. Era o famoso oito, oito, oito – 8% de cada um –, isso era dessa forma nos anos 60. O Governo nunca colocou a parte dele, saiu do sistema, ou seja, saiu dessa obrigatoriedade dizendo claramente: "Não, eu vou assumir os custos", ou seja, os custos administrativos vão entrar nos custos gerais, já que essa é uma função





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

típica de governo. Então, Senador, vamos ter que retomar esse ponto, já que, agora, esse ponto da capitalização impõe que a gente trate disto: de quanto vai custar esse modelo.

E temos mais uma questão importante de que se falou muito, *en passant*, durante a apresentação da reforma. Senador, nos anos 60, no Brasil, nós tínhamos um regime de capitalização nos institutos e passamos para um regime de repartição. A União chegou, entrou e mudou o sistema, apropriou-se das reservas – isso é um fato de notório conhecimento e um fato verídico. Pois bem, agora, quando nós temos de novo a proposta do Governo de sair da repartição e entrar na capitalização, nós vamos ter que fazer essa conta de novo. Agora é uma conta que nós já temos, pela experiência no Chile que há 37 anos fez esse movimento – há 37 anos o Chile saiu do regime de repartição e foi para a capitalização.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – O que significa isso em números do Chile, para ficarmos nesse exemplo que é fato, não é nenhuma ilação, não é nenhuma projeção? Nos anos 80, 25% foi o custo dessa brincadeira. E ainda está previsto que esse déficit, ou seja, essa obrigação... Ou o Governo vai dar um passa-moleque e não vai pagar mais as aposentadorias de quem está aposentado, e não vai garantir a aposentadoria daqueles que vão ficar na repartição, que estão contribuindo, esperando cumprirem as regras – que nunca chegam, diga-se de passagem. E pelo jeito, agora, aí que não chegarão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A pergunta que você faz é quem paga, é isso?

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Exatamente: quem vai pagar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se vai mudar totalmente, vai ficar só uma poupança privada. Quem vai pagar uma média de 30 anos daqueles que estão aposentados ou que vão se aposentar?

O SR. FLORIANO MARTINS DE SÁ NETO – Pois bem, na conta do Chile, que começou 37 anos atrás, esse déficit só estará concluído em 2030. Então, é engraçado, porque, vejam bem... Engraçado, desculpe o termo, mas é contraditório a gente falar dessa reforma sem olhar o âmage dessa questão.

Nós vamos trazer um novo sistema que em tese será opcional, mas eu me lembro, Senador Paulo Paim, dos anos 60, de como foi opcional o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Os novos trabalhadores, ou por imposição da carteira verde e amarela, ou talvez por... Porque a gente não sabe o que virá, não é? A lei ainda vai definir. Os novos trabalhadores vão automaticamente ir para esse sistema. E nós que estamos no curso? E nós já aposentados? Haverá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claramente a necessidade de vir aporte do orçamento fiscal. E isso que nós queremos que o Governo traga.

Para mim, é uma irresponsabilidade, em relação a uma matéria dessa importância, que mexe com todos os brasileiros, nós não levamos... E aqui estou vendo a Deputada Erika Kokay, o Deputado Capiberibe, que vão estar à frente, que já vão pegar isso... Não dá para essa matéria tramitar sem que o Governo traga à luz os números. Não é possível que a gente compre esse pacote fechado, acreditando que a previdência está quebrada, está falida e que se nada for feito... E pior ainda: como condição necessária para o desenvolvimento da economia.

A Anfip vem ao longo dos anos... As publicações estão todas disponíveis, está aqui 2017, notas técnicas... A reforma tributária, de que o Pedro falou um pouquinho aqui antes de mim, é o caminho que nós indicamos como antecedente a qualquer discussão de reforma do sistema tributário, porque a reforma tributária faria algo que a da previdência não vai fazer. Nós vamos aprovar uma reforma da previdência, se for aprovada nesses termos, Senador Paulo Paim, que não vai melhorar a vida do povo, que não vai melhorar a vida do empresário, que não vai fazer o País crescer.

Então, pessoal, não vamos nos enganar com as propagandas que virão. A reforma da previdência do jeito que está proposta não vai melhorar a vida de ninguém. Opa, eu acho que vai melhorar a vida de alguns segmentos que são os únicos que estão ganhando hoje, são os únicos que têm lucro hoje no Brasil.

Era essa a nossa colaboração. Estamos aí para o debate, Senador, e louvamos esta iniciativa.

E já que o Presidente desta Casa já anunciou que haverá um debate da reforma, se ele vai debater aquela reforma, eu acho que aqui nós poderíamos fazer o bom debate, a boa reforma, a reforma que efetivamente precisa ser feita para melhorar a Previdência Social no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Floriano Martins de Sá Neto, que falou pela Anfip. (*Palmas.*)

De imediato, Pedro Armengol, Secretário de Trabalho da CUT.

Na sequência, Dr. José Pinto.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Bom dia a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar o Senador Paulo Paim e já parabenizá-lo por estar aqui e continuar nesta Casa, como Senador da República, sempre uma referência para nós do movimento sindical,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do movimento social, em qualquer debate, principalmente no que venha contrário aos interesses da sociedade, aos interesses da classe trabalhadora.

Quero cumprimentar aqui todos os componentes desta Mesa, da Mesa anterior e das Mesas posteriores, vários companheiros e companheiras do movimento sindical também e dirigentes que estou vendo de longe.

Eu queria iniciar esta discussão aqui, esta contribuição, neste debate importante, sobre mais uma... Eu vinha chegando ao Senado hoje com o João Domingos, da CSPB, e dizia: "João Domingos, ano novo, velhas lutas". Voltamos ao mesmo campo de batalha que é se contrapor a uma proposta de reforma da previdência.

Inclusive, no Brasil, vivemos um ambiente... Eu sempre digo o seguinte, foi descaracterizado o significado da palavra reforma. Ultimamente, no ambiente político brasileiro, as reformas são para destruir. A gente aprendeu, desde criança, que reformar uma casa é para melhorá-la, reformar qualquer coisa é para melhorar. Não, no Brasil, virou um significado... Principalmente nos últimos anos, quando os governos e os Estados se tornaram reféns do sistema financeiro nacional e internacional, são reformas que visam, única e exclusivamente, retirar renda, principalmente da classe trabalhadora, e transferir para o mercado, para o sistema financeiro.

Eu começo esta discussão, esta contribuição, com duas manchetes recentes da *Folha de S.Paulo*: "Em 20 anos, a proposta da reforma da previdência tem impacto de R\$4,5 trilhões"; "Reforma tira da Constituição regras da Previdência Social". Isto resume o significado da proposta dessa PEC 6: é transferir, em pouco tempo, em poucos anos, trilhões de reais, tirando da renda da classe trabalhadora para o sistema financeiro. Esse é o grande objetivo.

Eu anotei aqui para não esquecer. Eu copiei as palavras do Dr. Paulo Penteado, do Ministério Público. Ele colocou no início da sua fala hoje: "A reforma não é para garantir a sustentabilidade do regime, mas para garantir outros interesses".

Aqui eu comungo com a ansiedade do Senador Paulo Paim no início desta audiência: como é que nós vamos dialogar com a sociedade? Eu acho que dialogar com a sociedade é dizer e, didaticamente, construir mecanismos para passar para a sociedade que outros interesses são esses. Inclusive, a disputa que está se dando, nas redes sociais, nas campanhas que o Governo já inicia a sinalizar, é colocar para a sociedade o seguinte: "Nós estamos fazendo essa reforma para garantir a sustentabilidade do sistema, inclusive para garantir as aposentadorias futuras". O que nós temos de trabalhar – e isso as entidades sindicais, as centrais sindicais já estão dialogando diuturnamente – é como desconstruir essa falsa narrativa.

Na questão do déficit, já foi colocada aqui que, tecnicamente, não existe déficit nenhum.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Senador, por favor.

O SR. PEDRO ARMENGOL – Inclusive, um dos encaminhamentos que eu estava pensando aqui e refletindo é que saiu recentemente a cartilha resumida da CPI da reforma da previdência, aquela cartilhazinha resumida, que eu acho que é um dos mecanismos que a gente tem de reproduzir, tanto materialmente como nas redes sociais, para ir desconstruindo essa falsa narrativa da necessidade da reforma para garantir a sustentabilidade do sistema, que não tem nada a ver... Claro que é para garantir outros interesses, que não são os da sociedade nem os da classe trabalhadora que nós, sindicatos, defendemos.

Bem, deixe-me achar aqui o...

Nós construímos aqui este roteirinho para dialogarmos com essa... Parece-me que não está funcionando... Está!

Dos impactos econômicos e sociais dessa reforma: é um ajuste fiscal que impõe mais sacrifício à classe trabalhadora. Isso é repetitivo, já foi colocado aqui; deixa militares para depois e beneficia banqueiros, rentistas e agronegócio exportador. Isso serve também para desconstruir a narrativa de combate aos privilégios, porque setores que têm muitos privilégios estão fora da reforma: classe política, militares... A reforma é boa para os outros; para eles, não é necessária essa reforma; praticamente inviabiliza a aposentadoria de milhões de pessoas; rebaixa a curto prazo os benefícios dos aposentados; e prejudicará as famílias e o mercado interno.

Meu Deus, vamos para a frente.

O impacto da reforma na economia da maioria dos Municípios brasileiros. Aqui a gente traz alguns dados para dialogar com os comerciantes e industriais que produzem para o mercado interno, que serão os mais prejudicados com a queda do consumo, especialmente nos pequenos Municípios do Brasil. Está aqui uma série de dados que mostra que, na maioria dos Municípios pequenos e médios, os recursos que são pagos através dos benefícios sociais do INSS são maiores do que o Fundo de Participação dos Municípios, os repasses da União e dos Estados para os Municípios. Isso terá um impacto arrasador, a curto prazo, na economia dos Estados e principalmente dos Municípios brasileiros. Eu acho que é algo sobre o que a gente tem que dialogar com essa massa de pessoas, de trabalhadoras e trabalhadores da sociedade em geral, principalmente dos Municípios do Brasil.

Em cada Município, aposentados, beneficiados pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada), comerciantes, o povo do campo e da cidade precisam se unir e dar um arrocho nos Deputados e Senadores da região. Eu que estou colocando aqui "Senadores" também, porque naturalmente são os Parlamentares que vão fazer essa discussão, utilizando, inclusive, a mesma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégia, e isso a Central Única e as outras centrais sindicais já haviam discutido. Então, nós vamos desenvolver mecanismos de pressionar lá na base, lá na base eleitoral de cada Deputado, com a mesma expressão, com o mesmo mote que nós utilizamos no ano passado: se votar a favor dessa reforma, não volta, porque estaremos denunciando que o senhor está cometendo um estelionato eleitoral, uma vez que não foi para isto que a sociedade o elegeu, para retirar e diminuir a renda da classe trabalhadora.

A capitalização ou repartição. Também já foi muito falada aqui a previsão da substituição do regime de repartição pelo de capitalização, o que está previsto no art. 201, que é o eixo da reforma e que precisa ser derrubado. Isso é o coração da reforma. Inclusive, eu concordo aqui com uma parte da fala do João Domingos em que ele diz que há muito bode nessa reforma que eles colocaram justamente para abrir a negociação. E nós da CUT temos esta posição: não há negociação com essa reforma. Nós temos que ser contra essa reforma, porque até mesmo os bodes que foram colocados são justamente para aprovar o coração, e o coração dessa reforma é justamente a substituição do regime de repartição pelo de capitalização.

Colocar a capitalização como alternativa em vez de complemento é decretar o fim da Previdência Social. Não haverá opção: o trabalhador vai optar pela capitalização ou não será contratado. Isso vai ser um instrumento de pressão, de cooptação em cima do trabalhador.

Exemplos de Chile, México, Peru e Colômbia revelam que o regime de capitalização produz exclusão previdenciária.

O cavalo de troia vem acompanhado de muitos retrocessos. Por isso, não basta excluir o art. 201. O disparo de Bolsonaro e aliados – a imagem – atinge a maioria do povo brasileiro. De fora, só...

(Soa a campanha.)

O SR. PEDRO ARMENGOL – ... os de cima e a alta classe média, que vive de juros.

É preciso dizer que 60% dos trabalhadores urbanos que se aposentaram em 2014 por idade não se aposentariam se tivessem que cumprir 20 anos de contribuição.

Eu queria aproveitar este espaço. Foram passados aqui alguns dados sobre a questão de expectativa de vida, a média. Inclusive, uma informação ruim, principalmente para os homens. Recentemente, eu estava num velório, conversando com um cardiologista – era um velório de uma pessoa que tinha morrido nova, um homem de 60 anos, um amigo da gente – que me fazia críticas a alguns comportamentos meus, comportamentos pessoais que eu tenho. E eu dizia: "Não, mas e essa expectativa de vida de 75 anos?". Ele disse: "Não. A maioria dos homens no Brasil, Pedro, morre entre 50 e 65 anos". Eu disse: "E que média é essa de 75?". Ele disse: "É a mentira da estatística. São as mulheres que puxam para cima a média, porque a grande maioria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos homens morre entre 50 e 65 anos. Essa é a verdade". Inclusive, ele disse que são dados – se houver algum médico aqui... – da Associação Nacional de Cardiologia. A maioria dos homens não passa dos 65, morre antes dos 65. Isso já coloca que a maioria dos homens está excluída dessa expectativa de aposentadoria. E, no caso do Nordeste, a expectativa é bem menor.

Inclusive, o próprio Presidente Bolsonaro, na época em que era candidato – é, eleitoralmente, para mim, um estelionato –, já colocava que era um crime você querer estipular uma idade mínima de aposentadoria para o homem do Nordeste de 65 anos de idade. Isso está gravado, está nas redes sociais, quando o então Deputado Federal Jair Bolsonaro era candidato a Presidente da República.

Correndo aqui com o tempo, que já está estourando, a reforma desmonta o sistema de proteção social, como já foi dito aqui.

O objetivo é entregar a previdência aos banqueiros, aumentando a remuneração do capital especulativo.

Ela representa enorme retrocesso na garantia das condições mínimas de sobrevivência e na proteção dos trabalhadores e suas famílias.

Ela acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição, exigindo idade mínima para todos os segurados, independente das atividades que exerçam.

Ela ainda aumenta o tempo de contribuição de 15 para 20 anos, isso, num mercado de trabalho, como nós sabemos, que, em algumas áreas, tem um nível de rotatividade muito alto, como também já foi colocado aqui. Para se chegar a 20 anos de contribuição, as pessoas vão ter de literalmente... Poucos vão conseguir chegar aos seus 70, 75 anos para ter direito à aposentadoria.

Ela muda a regra de cálculo dos benefícios e reduz o valor a 60% da média das contribuições. Quem quiser se aposentar com 100% do valor dessa média terá que trabalhar e contribuir por pelo menos 40 anos.

É uma reforma para os banqueiros. Isso já foi dito, não vou ler aqui tudo, não vou repetir. Ela é única e exclusivamente... Não é para, naturalmente, garantir a sustentabilidade, mas para repassar o que seria renda da classe trabalhadora e benefício dos trabalhadores para o sistema financeiro. Governo e banqueiros... Isso entra na parte dos calotes, dos caloteiros, da sonegação, das desonerações, o que já foi muito bem colocado aqui hoje também tecnicamente por vários expositores, e por idade e insanidade por idosos e pobres, o que está colocado nessa proposta de reforma. Algumas propostas que já foram colocadas aqui, de jogar duro com os sonegadores, só isso já seria uma reforma importante. E fica aqui uma conclamação: divulguem a lista dos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

maiores devedores da previdência. Muitos ficarão surpresos se isso for realmente divulgado e a gente conseguir mecanismos que coloquem isso para a massa da sociedade.

Para concluir, quero dizer que a Central Única dos Trabalhadores, com as demais centrais, fizemos uma assembleia na Praça da Sé no último dia 20, de onde nós já saímos com um calendário de mobilização, inclusive para levar esse debate para a base do País, para os Estados, para os Municípios, para os trabalhadores, inclusive utilizando a discussão que nós fizemos, na luta contra a reforma proposta pelo Temer, de que, se botar para votar, o Brasil vai parar. Essa é a construção em que nós, juntamente com as demais centrais, estamos trabalhando neste momento, tentando levar esse debate que nós estamos fazendo aqui para toda a classe trabalhadora e para toda a sociedade, conscientizando de que o que estão propondo não é para segurar a sustentabilidade do sistema, mas única e exclusivamente para garantir privilégios, ao contrário da narrativa que eles estão fazendo...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. PEDRO ARMENGOL – ... como também para transferir renda da classe trabalhadora para o sistema financeiro nacional e internacional.

Eram esses elementos que a gente queria colocar aqui para o debate, contribuir, e colocar a Central à disposição, junto com os demais movimentos, nessa luta importante que nós temos aí para o próximo período.

Obrigado e boa sorte para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi Pedro Armengol, representando a CUT. *(Palmas.)*

Eu registro que estive conosco aqui a Senadora Selma Arruda.

Com a palavra agora, Dr. José Pinto. José Pinto, para situar os Senadores e convidados, foi Consultor desta Casa, considerado time de primeira linha. Hoje está aposentado e vai falar, porque hoje ele é Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social (SBPS).

O SR. JOSÉ PINTO – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Bom dia aos Senadores, Senador Styvenson, Senador Girão, do Ceará, Deputado Camilo, Deputada Erika Kokay.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma satisfação muito grande poder participar desta audiência pública e contribuir para a reflexão dessa discussão sobre a reforma da Previdência Social, que é realmente um tema bastante relevante. Nós não temos aqui uma posição de antagonismo a uma reforma da Previdência Social. Entendemos que há necessidade, sim, de ajustarmos determinados pontos, tanto no regime geral quanto nos regimes próprios, e cobrar também das autoridades as devidas responsabilidades nos âmbitos das suas esferas de responsabilidades, para que Estados, Municípios e a própria União mantenham um certo equilíbrio orçamentário, mas respeitando o que diz a Constituição e a nossa legislação, e principalmente uma preocupação muito grande – a nossa principal preocupação – com o regime geral, que é o grande regime previdenciário brasileiro, que paga benefícios para mais de 31 milhões de brasileiros que dependem dessa renda. Eu tenho certeza de que os senhores, iniciando esta Legislatura – muitos no primeiro mandato – vão ter muita sensibilidade. Eu faço um testemunho aqui. Eu participo como servidor do Congresso Nacional desde 1987, quer dizer, passei pela Constituição, passei pela reforma do Fernando Henrique, pela reforma do Lula, enfim, participei e discuti com todos os Parlamentares e nós sempre conseguimos, de uma ou outra forma, avançar, mas respeitando determinados direitos e criando aquelas regras de transição necessárias para o sistema.

Uma das questões que a gente deve considerar inicialmente, Senadores, Parlamentares, e demais representantes, é o que diz a nossa Constituição. A primeira tramitação legislativa da PEC nº 6, de 2019, será a CCJ da Câmara dos Deputados, e lá vai ser discutido o quê? A sua admissibilidade, do ponto de vista constitucional. Então, a gente tem que ter alguns parâmetros para fazer essa reflexão. A primeira delas está aí no art. 1º da Constituição, inciso III, que diz que a nossa República tem como um dos fundamentos a dignidade da pessoa humana. Então, esse é um dos fundamentos que deve ser considerado. Aí há um conceito – eu não vou me alongar nele – sobre isso.

No art. 3º, também como um dos objetivos do nosso País, está lá: construir uma sociedade livre, justa e solidária. Esse termo "solidária" é muito importante, porque ele sempre pressupõe que nós vivemos em comunidade, que nós não somos pessoas isoladas, e não resolvemos os nossos problemas de maneira individual.

A segunda é questão de garantir o desenvolvimento nacional – e isso tem implicação com a Previdência Social –, erradicar a pobreza, promover o bem de todos. Aqui está o princípio do bem-estar social, que já foi colocado aqui anteriormente. Então, esses são parâmetros constitucionais que nós devemos observar se estão presentes ou não na PEC nº 6.

Também está dito aí no art. 7º que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais a aposentadoria. Então, a aposentadoria é um direito previsto na própria Constituição. No art. 40 também, que diz respeito aos servidores públicos, está dito que é assegurado regime de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência de caráter contributivo e solidário, ou seja, ele sempre não é assumido individualmente apenas pelo segurado, mas, sim, por toda a sociedade.

No art. 194, já entrando na seguridade social, está dito que a seguridade social é um conjunto de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, ou seja, a sociedade tem responsabilidade com o sistema previdenciário brasileiro. E aí há alguns princípios, destacando a universalidade, que abrange a todos os brasileiros e a diversidade da base de financiamento. Esse tema é importante, porque, quando a gente transita de um sistema de repartição para um sistema de capitalização, a gente acaba com esse princípio, porque quem vai financiar isso serei só eu com a minha poupança, com o que eu colocar lá todo mês. Então, a gente tem que ter atenção para esse aspecto do ponto de vista constitucional.

No art. 195, está dito que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta. O que significa isso? Que os trabalhadores participam do sistema previdenciário com as suas contribuições, que são obrigatórias, mas que a sociedade também não pode ser indiferente a isso, e a União e o Legislativo devem pensar formas de financiamento que sejam mais amplas e que venham a garantir a sustentabilidade financeira desse sistema. Isso é o que está dito na Constituição.

No art. 195, está lá: nenhum benefício da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. Então, nós temos que ter sempre uma previsão de receita para garantir a sustentabilidade do sistema. No art. 195: "As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica". Aqui é o seguinte: o inciso I trata da contribuição sobre a folha de pagamento, e aqui sempre houve uma modulação. Esse §9º permitiu a desoneração, porque você diz que empresas que são intensivas em mão de obra podem ser aliviadas do ponto de vista da contribuição sobre a folha, e outras empresas, de capital financeiro, ou de outro serviço, poderiam ser mais oneradas e você ter um equilíbrio de sustentabilidade desse sistema.

No art. 201 – também isso é uma questão da Emenda nº 20, da época do Presidente Fernando Henrique Cardoso –, foi incluído que a Previdência Social é de caráter contributivo e de filiação obrigatória. Antes disso, nós não tínhamos essa expressão, "contributiva". Então, a partir da Emenda nº 20, com a instituição do sistema de natureza contributiva, praticamente – eu digo aqui para os senhores –, eu considero particularmente inconstitucional, por exemplo, a DRU ou qualquer outra forma de desoneração, porque, se o sistema é contributivo, ou seja, se você contribui para um fundo que vai dar sustentabilidade para pagar benefícios futuros, você não pode retirar ou suprimir dele questões que são fundamentais. Está certo? Então, isso tudo já está escrito na Constituição. A assistência social, diferentemente, é paga, independentemente de contribuição, a quem necessita, observado o critério de miserabilidade, que nós vamos abordar aqui mais adiante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também há o art. 230 da Constituição, que diz que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, ou seja, assegurando a elas também um sistema de Previdência Social. Aí nós temos duas questões fundamentais: a constitucionalização *versus* a desconstitucionalização. Um dos grandes primados e preceitos que o mercado advoga sempre é o princípio da segurança jurídica. Ora, não existe nada em que nós precisemos ter maior segurança jurídica do que saber que as contribuições que nós vamos fazer ao longo de nossas vidas vão garantir os nossos benefícios em situações de risco ou quando nós chegarmos à velhice.

A PEC nº 9 foca em retirar as garantias da Constituição, ou seja, desconstitucionalizar. É muito melhor a gente levar para a legislação ordinária, seja lei complementar ou lei ordinária, a regulamentação disso, do que deixar na Constituição. Mas vejam bem: isso é um risco para o sistema, porque a gente fica ao sabor da vontade do governo de plantão, que eventualmente tem uma maioria e impõe a todos uma situação que pode desfigurar o sistema. Então, tem que ter muito cuidado com isso.

O objetivo disso aí seria também promover alterações com quórum, porque na emenda à Constituição nós precisamos de três quartos; na lei complementar, maioria absoluta; e na lei ordinária, maioria simples. Então, evidentemente, existiria uma facilidade, do ponto de vista legislativo, em aprovar essas reformas.

Reforma da previdência. Toda lei previdenciária tem dois pilares: um é o financiamento, outro são os benefícios.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PINTO – E nós só estamos discutindo o foco na despesa. Ninguém está discutindo... Por exemplo, o regime geral tem duas leis: a Lei nº 8.213, dos benefícios, e a Lei nº 8.212. Da Lei nº 8.212, ninguém fala. O que nós observamos, tecnicamente, é que o financiamento do sistema, nessa PEC nº 6, está secundarizado. A estratégia que a gente entende é que isso visa ao fim do regime de repartição, ou seja, desoneração dos empresários, principalmente a contribuição sobre a folha, e implantação de um regime de capitalização.

Eu quero pular aqui... Os objetivos da reforma: fim do princípio da solidariedade, porque na capitalização não há muito isso; fim da proteção social do Estado; fim do regime de bem-estar; ênfase na capacidade individual do segurado; desoneração das empresas; desobrigação da sociedade; capitalização e concentração dos recursos no sistema financeiro. Então, se você desestruturar o regime de repartição, você vai ter condições para implantar o regime de capitalização, porque o segurado vai imaginar o seguinte: "Eu vou pagar 40 anos um benefício para ter direito a sete de aposentadoria, se eu sobreviver? Então, vou pegar esse dinheiro e vou para um fundo. Vou poupar lá, porque depois, em tese, até posso pegar esse dinheiro de volta".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso aí cria uma estratégia para você implantar a questão do sistema de capitalização e também se fazer uma propaganda massiva do déficit e da insolvência da previdência.

Impacto econômico para os Estados e Municípios: transferência de recursos e benefícios do... A previdência mantém um papel importantíssimo de distribuição de renda no Brasil. Em 3.996 Municípios brasileiros, o pagamento de benefícios é maior do que a transferência – o Armengol falou aqui – do Fundo de Participação dos Municípios. Então, os senhores, na hora de avaliar essa questão, vão ter que verificar isso, porque isso vai ter um impacto muito grande. A região do Senador Paim, que é a Região Sul, é a mais impactada, com 76,7% dos Municípios. A Região Nordeste, que é dos Senadores Girão e Styvenson, 72,6%.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Quase ali.

O SR. JOSÉ PINTO – Então, aqui a gente tem esse mapinha. Qual é o percentual do impacto em cada região? Nós temos ali, na Região Sul, 76,7%, que é a maior; Região Nordeste, 72,6%; a Região Norte é a menor, com 51,7%. Esses são dados oficiais da própria Previdência Social. Em uma cidade grande como São Paulo, os repasses da previdência ultrapassam também os do Fundo de Participação em R\$25,7 bilhões; o Rio de Janeiro, por exemplo, R\$16 bilhões – só para a gente ter alguns exemplos. Então, os grandes centros urbanos também são impactados.

O próprio Secretário de Políticas da Previdência Social – isso aqui ele falou no passado, está ali a fonte embaixo, no *site* da Previdência – o Leonardo Rolim, que é nosso colega da Câmara e continua no Governo, diz lá que os números demonstram que os recursos da previdência movimentam a economia da maioria dos Municípios brasileiros. Segundo ele, o dinheiro dos benefícios é utilizado para consumo, e muito pouco vai para a poupança. "Na maioria dos casos, são famílias de baixa renda que têm necessidades básicas de consumo". Quem está falando isso, gente, é o próprio Secretário da Previdência Social, que continua no Governo hoje. É a mesma pessoa, Dr. Leonardo Rolim, que deve vir aqui, inclusive, falar, e vocês podem cobrar dele isso, porque foi ele que falou, não sou eu.

O impacto pretendido pela PEC nº 6 de 2019: R\$1 trilhão em dez anos. Isso significa, em tese R\$100 bilhões por ano. Estados e Municípios com menos recursos dessa origem e queda de arrecadação do ICMS, ISS e outros, porque se você vai ter R\$100 bilhões a menos circulando na economia, esse dinheiro vai sair dos Estados e dos Municípios.

Mais repercussões econômicas. Aqui eu vou trazer uma notícia para o Senador Paim, agora, mas para os outros Senadores também: restrição de acesso ao benefício do salário-família. Como é atualmente o salário-família? Quem recebe até R\$907,77 terá direito a uma cota de R\$46,54 para cada filho, e até R\$1.364, que é acima de um salário mínimo, R\$32,80. O que significa isso? Vamos pegar um cenário de empregado com dois filhos, com um salário mínimo. Está certo? Se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele tiver dois filhos, ele vai receber R\$93,08 por mês e, por ano, ele vai receber R\$1.116,96. Cenário do empregado com dois filhos, com salário maior do que o salário mínimo: o valor da cota é de R\$32; R\$65,60 por mês e R\$787,20, anual. Com a aprovação da PEC nº 6, de 2019, esse valor é extinto; não se paga mais. A partir da publicação da PEC, não tem mais isso.

O que isso significa? Cenário para uma unidade da Federação. Peguei aqui o Estado do Rio Grande do Sul, do nosso Senador Paim. O Rio Grande do Sul tem uma legislação estadual que se utiliza da Lei Complementar nº 6, aprovada na época do Governo Fernando Henrique, em que os Estados têm competência legislativa para fixar um piso de salário maior do que o salário mínimo. Como é um Estado mais desenvolvido, tem.

O que acontece? O salário mínimo no Rio Grande do Sul é R\$1.196,47. Consequência para o Rio Grande do Sul: salário-família extinto no Rio Grande do Sul a partir da promulgação da PEC nº 06, de 2009. Está aí a lei complementar que autoriza a fixação dos pisos, e nós temos essa legislação no Rio Grande do Sul. Outros Estados atingidos: Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, porque também têm piso. Então, os trabalhadores não vão receber mais salário-família.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PINTO – Estou correndo aqui por causa do tempo, mas acho que são importantes esses números.

Impacto potencial no Estado do Rio Grande do Sul, simples exercício exemplificativo. O Rio Grande do Sul tem 3 milhões de trabalhadores formalizados. Eu chutei mais ou menos ali 60% com salário até R\$1.350, porque a média salarial no Rio Grande do Sul em 2015 era pouco mais de R\$1.400. Estou jogando para baixo.

Um quarto com dois filhos, 750 mil empregados. Isso significa que o Estado teria aí R\$590 milhões negativos por ano em salário-família, dinheiro que vai deixar de entrar no Estado. Em dez anos, R\$6 bilhões de prejuízo para o Estado do Rio Grande do Sul.

Isso se aplica também ao Estado do Ceará, ao Estado do Rio Grande do Norte, em proporções, considerado o número de empregados.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PINTO – Posso? *(Pausa.)*

A reforma da previdência trabalha com a ideia do fim dos privilégios: os ricos iguais aos pobres. É uma história de os pobres se sentirem vingados em relação aos ricos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí há uma questão: dizem que os pobres pagarão menos para a previdência social. De certa forma, pela proposta da alíquota, sim: para quem ganha até um salário mínimo, 7,5%. Chamo a atenção dos Senadores Styvenson, Girão e Paulo Paim para o impacto que isso pode ter para os seus Estados: para o Estado do Ceará, para o Estado do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul. Por quê? Porque a alíquota hoje dos servidores públicos nesses Estados pode ser de 11% ou variar até 14%.

Então, como você estabelece que o regime geral vai ter a mesma proposta dos regimes próprios? Os Estados da Federação e os Municípios, em vez de eles terem um aumento de arrecadação, eles vão ter perda de arrecadação, porque, em vez de eles cobrarem, por exemplo, 11% sobre um servidor de uma prefeitura que ganha um salário mínimo, ele vai ter que baixar para 7,5%, e, na maioria dos Estados e Municípios, os servidores ganham pouco. Então, eu não sei quem é o Secretário da Fazenda desses locais, mas eu acho que o pessoal não está fazendo conta. Acho que o pessoal não está fazendo conta, e isso vai ter um impacto negativo do ponto de vista do equilíbrio atuarial para Estados e Municípios no que diz respeito à sustentabilidade de seus regimes próprios. Diminui e impacta o orçamento dos Estados, porque unifica as regras dos dois regimes. Estados e Municípios, ali eu coloco média de alíquota de 11% a 14%. No Rio Grande do Sul, por exemplo, já é 14%; Goiás parece que é 14,25%; Rio de Janeiro já é 14%. Pela proposta da emenda constitucional, vai para 7,5% para quem ganha um salário...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PINTO – Então, vai haver um problema.

A questão do limite de idade para a aposentadoria. Sobre isso, eu só gostaria de mostrar este mapa rapidamente. Este aqui é um mapa do Município de São Paulo. São Paulo tem 12 milhões de habitantes. Então, se vocês olharem esse mapa, vocês vão poder verificar que onde está vermelho, a idade da média ao morrer é de 37 a 60, nesses espaços vermelhos; mais laranja, de 60 a 65; depois, mais amarelinho, de 65 a 70, e assim vai, sendo que, no miolo ali, que está em azul, são os bairros mais nobres de São Paulo, onde as pessoas têm uma expectativa de vida melhor.

Isso significa que um terço dos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho problema aqui também de visão: ali no vermelho é quanto mesmo?

O SR. JOSÉ PINTO – Ali, de 37 a 60 anos. São bairros das periferias de São Paulo. Quem são essas pessoas, Senador Paim? São pessoas pobres, são pessoas negras. Aí, há uma questão não só de classe social, mas de questão racial também, e essas pessoas morrem antes de aposentarem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto isso significa da população de São Paulo? Doze milhões, um terço. Quatro milhões de pessoas não vão se aposentar na cidade de São Paulo. E, se você pegar esse mapa, você pode repercutir para o Brasil inteiro em todo o outro... Eu não estou inventando. Esses são dados. Você pode pegar na internet, está ali. São dados que o próprio Município de São Paulo organizou. Então, isso é fato.

A outra questão, só para encerrar, porque acho que já estourei o tempo, é a questão do abono atual, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais oito minutos.

O SR. JOSÉ PINTO – Hoje, qual é o impacto econômico para os Municípios? Todos os trabalhadores que ganham entre um e dois salários mínimos têm direito a receber um abono salarial por ano. Então, vamos pegar o Rio Grande do Sul, onde 2 milhões de trabalhadores ganham até dois salários mínimos. Se a gente tirar a metade, mais ou menos 1 milhão... Lá, como todo mundo ganha acima do salário mínimo, 2 milhões estariam fora: não receberiam mais abono. Também está cancelado o pagamento do abono salarial para os trabalhadores do Rio Grande do Sul, porque todos eles ganham mais do que um salário mínimo.

Quanto isso vai impactar para o Rio Grande do Sul? Serão 2 bilhões anuais, 20 bilhões em dez anos. Continua de padeiro. Isso aqui não vou dizer que essa conta é um número exato, mas isso é impacto, é dinheiro que a União está tirando da circulação dos Estados e Municípios, gente!

Os senhores que são Parlamentares e que representam...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PINTO – Estou trazendo esses dados para dialogar na relação da Federação, porque, no Senado, a gente discute essa relação de Estados e Municípios.

E só uma questão intrigante: o art. 239 tem uma história muito bonita, e eu inclusive ajudei a negociar a redação desse artigo com o então Deputado e hoje Senador José Serra. Onde diz lá que era o Fundo PIS/Pasep, o fundo de seguro-desemprego, pelo menos 40% desses recursos são destinados ao BNDES para ações de financiamento e desenvolvimento do País. E, na PEC, que não está muito bem explicada ainda, estão baixando para 28%.

Então, isso aqui, para os senhores que representam os Estados, para as empresas que precisam acessar recursos com juros menores para projetos de desenvolvimento dos Estados é uma coisa preocupante. É uma coisa que teria de ser perguntada aqui ao Secretário Rogério Marinho, ao pessoal da Receita quando vier por que isso e por que se está reduzindo isso. Eu até sei, mas não vou dizer aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fundo de Garantia criou um incentivo trocado, Srs. Senadores. E o incentivo trocado é o seguinte: nós precisamos colocar, empregar os mais jovens que estão desesperados por emprego. E o que esta PEC faz? Esta PEC dá um incentivo para que as empresas aposentadas, porque, se você for aposentado, você economiza 8% e ainda não paga os 40% da multa quando você tiver que demitir esse empregado.

Eu não vou mais me estender... Só mais uma questão, a última, que é importante. É a questão da Loas. A Loas criou uma situação, Srs. Senadores, que é muito intrigante. Para você ser miserável por esses novos critérios não basta ter um quarto do salário mínimo como renda *per capita* familiar. Você também não pode ter patrimônio superior a R\$98 mil.

Então, uma família que comprou uma casinha pelo Minha Casa, Minha Vida na primeira faixa – diz ali que usaram o critério do Minha Casa, Minha Vida –, a mais baratinha de R\$98 mil... O que vai acontecer com esse pessoal? O cara vai lá ao Prefeito e, se o Prefeito disser: "Vou asfaltar a rua para vocês, vou botar uma pracinha", isso vai trazer uma contribuição de melhoria para aquele imóvel. Assim, o imóvel não vai valer mais R\$98 mil. Então, o próprio morador vai chegar ao Prefeito e dizer: "Não faça nada aqui. Deixe o esgoto na rua, deixe sem luz, deixe sem praça, deixe sem creche, porque o meu imóvel não pode ser mais do que R\$98 mil, senão eu vou perder a minha renda". Então, é uma coisa bastante complicada criar essa questão aliada para estabelecer como critério de miserabilidade.

Das outras questões já falaram. Eu gostaria de agradecer a oportunidade. Desculpe-me se me estendi, mas era para colocar mais algumas para a reflexão do Senado, tendo em vista a sua representação da Federação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. José Pinto, Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social (SBPS).

Quero registrar a presença do Deputado Elvino Bohn Gass, que é o Coordenador da Frente Rural na Câmara dos Deputados.

Quero também destacar que fiz contato com o Secretário Rogério Marinho. Ele está escolhendo o dia em que ele e a sua equipe virão falar aqui neste Comissão. Não sei se será esta semana ou na semana que vem. Ele escolherá o dia.

Passo a palavra agora a Almir Reis, Vice-Presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários (Iape), Conselho Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALMIR REIS – Senador Paulo Paim, Senador Styvenson, Senador Girão, Deputado Camilo, Deputado Elvino, demais presentes, minha querida Rayanne, colega de lape, demais colegas da bancada, um bom-dia!

Muitos já trouxeram no dia hoje elementos que são importantíssimos para ajudar no convencimento de V. Exas. quando da oferta de emendas, quando da possibilidade de votação efetiva da proposta de reforma da previdência, que primeiro vai tramitar na Câmara e, depois, vai chegar ao Senado Federal.

O lape tem uma postura intermediária. O lape defende a necessidade tranquila de ajustes no nosso modelo previdenciário, até porque as regras criadas remontam, muitas vezes, a 1988, boa parte delas, e a 1991, outra parcela delas, quando a gente tinha uma realidade demográfica completamente distinta do nosso modelo atual. Porém, a gente não pode fazer uma reforma baseada em falsas premissas. E é essa a ponderação que a gente vai buscar trazer aqui, nestes dez minutos que temos de bate-papo, de conversa, de diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na verdade, são 15 minutos; são dez minutos mais cinco minutos.

O SR. ALMIR REIS – Se são 15 minutos, então, pronto, estou feliz, estou um pouco mais feliz com relação a essa questão.

Tanto os Deputados como os Senadores Styvenson e Girão estão ali com a PEC, estão de posse da PEC, e acredito que eles a estão lendo, até para poderem acrescentar algo ao debate. E tenho a certeza de que não conseguiram localizar, até a presente data, nenhum estudo atuarial que tenha dado ensejo, que tenha servido de base para a proposta de emenda à Constituição. Esse, talvez, seja o grande problema, porque cada um tem um discurso, cada um tem um número diferente com relação à questão. A Anfip já teve oportunidade de colocar os números dela.

Infelizmente, hoje, o Governo tem um poder muito grande, pode investir em publicidade, e o que a gente coloca aqui, nesta oportunidade, muitas vezes, é desmistificado, se é colocado que são corporações que estão ali para defender interesses próprios. Então, a gente tem de ter o cuidado de, na verdade, não falar tão somente para nós mesmos. Esse debate tem de ser ampliado. A gente tem de conseguir alcançar a sociedade de uma forma geral, trazendo ponderações que são razoáveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero destacar, Almir, quanto ao seu tempo, que a TV Senado está transmitindo esta reunião ao vivo para todo o Brasil. Assim transmitiu aquela reunião da semana passada, quando veio aqui a Ministra, que teve todo o espaço; transmite esta reunião, em que estão aqui os movimentos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociais e a sociedade civil, colocando seus pontos de vista; e transmitirá a da próxima semana, em que, provavelmente, vamos ouvir o Secretário Executivo da Previdência.

Então, meus parabéns à TV Senado, que está cumprindo a sua parte!

Peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Estamos ouvindo o contraditório.

O SR. ALMIR REIS – Perfeito! Isso é muito importante, porque a gente não tem o mesmo espaço. É impossível, na verdade, juntar algumas entidades que convergem com a sua linha de pensamento e arrecadar R\$100 milhões, R\$150 milhões, R\$200 milhões para investir numa contrapropaganda. Então, é um duelo bem complicado, bem difícil!

Vou tentar, dentro do meu pouco tempo, desconstruir parte dos argumentos que é utilizada pelo Governo, usando as próprias planilhas que eles usam não como referência para a proposta de emenda à Constituição, mas que eles divulgam anualmente, como o Boletim Estatístico da Previdência e o Resultado Anual da Previdência. E eu começo trazendo esta aqui, que saiu em janeiro de 2019 e que individualiza o quanto a gente teria de gasto com a parte urbana. E, depois, eu vou trazer o gasto com a questão rural.

Para o que chamo a atenção nessa planilha aí, que é do próprio Governo? É recentíssima, acabou de ser divulgada. Segundo essa planilha, no ano de 2018, a gente teria acumulado aproximadamente R\$81 bilhões de déficit no regime urbano. Mas, quando eu vou lá para pegar o que ele considera como arrecadação urbana, a arrecadação líquida urbana corresponde tão somente à contribuição patronal e à contribuição que é descontada do empregado. José Pinto já colocou muito bem, Floriano já colocou muito bem que aqui a gente tem uma diversidade da base de financiamento, que está prevista na própria Constituição. Mas isso, infelizmente, não é retratado pela própria planilha do Governo que serve de base para estudar as contas da previdência.

Então, repito: a arrecadação líquida urbana tem como referência tão somente a contribuição patronal e o que é descontado da folha de pagamentos do próprio empregado. E ali ele coloca as renúncias previdenciárias, o quanto, na verdade, ele deixou de arrecadar com o Simples Nacional, com entidades filantrópicas, com microempreendedor individual e com outras questões também. E, lá embaixo, coloca o quanto ele gasta não só com benefícios previdenciários que são concedidos diretamente pela agência, mas também com ações judiciais e com compensação previdenciária. Por que chamo atenção para esse dado? A gente está acostumada a escutar na mídia toda que o gasto com previdência vai corresponder a 50% do PIB daqui a algum tempo: "Olha, 50% do PIB é só para pagar a previdência, não vai sobrar dinheiro para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde e para a segurança pública". A gente tem de desmistificar essa informação com base na própria planilha do Governo.

O que eu trago nessa planilha? Peço que a observem. Até 2015 – segundo a própria planilha do Governo, repito –, a gente tinha um modelo superavitário urbano tranquilo, ele tinha 0,1% pelo menos do PIB de majoração. Então, fazendo o encontro entre receitas e despesas, a gente teria um modelo superavitário urbano. Repito, essa conta é do Governo. De 2016 para cá, por conta da crise econômica, da recessão, da diminuição do número de empregos, você passou por um momento de transição que, na verdade, nos levou a ter déficit inclusive no modelo urbano.

Mas acontece que nenhum país do mundo vive em crise ou recessão econômica o tempo todo. A Grécia serve muitas vezes como modelo para se dizer: "Olha, não deixem acontecer com o Brasil o que houve com a Grécia". É preciso ter muito cuidado com relação a isso. A própria Grécia já teve uma retomada de crescimento, e o problema da Grécia é bem diferente do do Brasil, porque não se tinha lá um modelo com diversidade na base de financiamento. Então, chegou um momento em que a Grécia pegava dinheiro emprestado para pagar a folha de pagamento. Esse não é o caso do Brasil. A gente tem um modelo que não se restringe tão somente à contribuição patronal e à contribuição do empregado. Então, fazendo essa conta do Governo – não é conta da Anfipl! –, a gente teria, no modelo urbano, 1,2% do PIB de déficit em 2018, agora. Esse é o modelo urbano.

Vamos para o modelo rural. No modelo rural, que já nasceu deficitário... Essa foi a vontade do Constituinte em 1988, porque não vinculou nenhuma contribuição previdenciária como requisito para o deferimento do benefício ao trabalhador rural. Não que não exista: existe uma contribuição sobre o que ele consegue comercializar, de 2,1%, mas se, eventualmente, ele não conseguir comercializar, não vai haver prejuízo, ele vai continuar tendo direito ao benefício.

Então, o modelo rural nasceu deficitário, mas o Constituinte teve o cuidado de estabelecer outras fontes de financiamento. Se a gente pegar aqui as discussões durante a Constituinte de 1988, verá que a Cofins foi pensada na época, talvez, para suprir o problema dos trabalhadores rurais. Foi uma escolha, à época, do legislador. Então, a gente tem, na verdade, uma base de financiamento diversificada que pode muito bem suprir essa questão. Não há dúvida alguma de que o modelo previdenciário rural é deficitário. Acredito que ninguém discorde dessa questão, mas se eu considerar tão somente o que se desconta do segurado, o que ele consegue efetivamente recolher e o que eu pago de benefícios previdenciários.

Há uma ponderação muito justa que o Governo faz e, nesse ponto, a gente tem que chamar atenção, porque é uma ponderação positiva. É que a gente tem muito mais gente recebendo benefício rural do que população que efetivamente viva no campo. Então, precisa realmente... Inclusive, há uma medida provisória que vai ser votada por esses dias na Câmara e depois vem para o Senado que combate um pedaço dessas questões, que visa, na verdade, dar o benefício





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para quem, efetivamente, a ele tem direito. Mas há uma distorção bem interessante com relação a isso: a gente tem muito mais benefícios do que pessoas vivendo no campo. Então, é preciso, logicamente, uma maior fiscalização sobre isso para que, efetivamente, receba quem tem direito ao benefício.

E quanto representa esse déficit dos trabalhadores rurais segundo a conta do próprio Governo? Representa 1,7% do PIB – 1,7% do PIB! Se eu somar 1,7% com 1,2% aqui, eu vou chegar lá na frente... Olhem só: 2,9% do PIB. Isso é quanto o Brasil precisa aportar em razão do déficit que o Governo anuncia que existe no nosso modelo previdenciário. Esse déficit, de 2,9% do PIB segundo a própria conta do Governo, é bem diferente de 30%, 40% ou 50% gastos tão somente com previdência.

Claro, estou falando aqui do Regime Geral de Previdência, mas o Regime Geral de Previdência é o principal afetado pela PEC. Não venham me dizer que não, o problema é com os servidores públicos. Não, não é. O servidor público, por mais que vá ter também alteração nas regras, mas ele tem estabilidade. Ele vai conseguir chegar até 62, até 65.

Mas eu imagino aqui, eu faço uma indagação a V. Exas. Imagine só um pedreiro que venha a perder o emprego com 57, com 58 anos de idade. O que que ele vai fazer até atingir 65 de idade? Será que ele vai efetivamente conseguir alocação no mercado de trabalho até atingir essa idade mínima que o Governo entende que é razoável, que é necessária?

(Soa a campanha.)

O SR. ALMIR REIS – Já acabou? Não, tenho mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora tem mais cinco.

O SR. ALMIR REIS – Estava preocupado já. Exato.

Então, efetivamente, a gente indo para o mundo prático e saindo do mundo dos gabinetes, do ar-condicionado, é impossível, sobretudo no Nordeste, de onde eu venho e de onde V. Exas. também vêm. A gente sabe que a realidade é completamente diferente.

O Presidente Bolsonaro prometeu durante a campanha respeitar as particularidades. Durante a campanha, ato de campanha, inclusive, no Piauí, ele colocou: "Fiquem tranquilos, aquela proposta lá de 65 anos nunca vai passar, eu vou respeitar as particularidades". Infelizmente, não foi o que veio na proposta de emenda à Constituição, mas a gente tem muita confiança de que, durante os debates nas duas Casas Legislativas, vamos conseguir chegar ao meio termo com relação a essa questão. Então, o número que o Governo apresenta, os 195 somando urbano com rural, corresponde a 2,9% do PIB, não mais do que isso. Então, aqui ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

individualiza toda a questão, o que é que tem de arrecadação dos dois e o que tem de despesa também ao lado.

Um dado para o qual eu chamo atenção é que, lendo uma obra do próprio Bruno Bianco Leal, que é um dos autores aí da proposta de reforma da previdência, ele coloca: "Olha, não posso considerar o modelo da seguridade social nas contas da previdência, eu tenho que saber, na verdade, se a previdência está equilibrada de forma atuarial e de forma financeira. Então, eu tenho que pegar a previdência e isolá-la".

Mas, quando a gente parte para o estudo dos números do próprio Governo, o que ele está fazendo? Ele diz que não pode contabilizar nenhum recurso da seguridade social, mas ele pega a despesa com benefícios assistenciais e coloca na conta dos urbanos, coloca na conta dos urbanos. Só que todos aqui sabem que benefício assistencial não tem contrapartida. Então, são quase 5 milhões de benefícios, quase R\$60 bilhão por ano com pagamento de benefícios assistenciais, que é colocado simplesmente na conta dos trabalhadores urbanos.

Ora, das duas uma, se eu não posso considerar o orçamento da seguridade social como um todo, eu jamais vou poder considerar a assistência dentro da previdência. E isso infelizmente, até a presente data, ainda é feito. Esse relatório é de agora, não há nem um mês que ele foi divulgado. Então, são 35 milhões de aposentadorias, amparos sociais, pensões. O INSS paga 35 milhões. Sendo que, desses, 5 milhões são assistenciais e custeados pelo orçamento dos trabalhadores urbanos.

E aí, quando a gente fala de combate a privilégios, segundo esse mesmo estudo, o valor médio dos benefícios do Regime Geral de Previdência hoje corresponde a apenas R\$1.230,45. Repito: R\$1.230,45. O que eu posso tirar mais daí sem tirar, na verdade, a própria subsistência daquela pessoa? É muito pouco.

Ah, mas o Governo fala: "Não, mas há os aposentados por tempo de contribuição, que são eventualmente os privilegiados". E aí, eu digo com muita propriedade: onde estão os estudos atuariais que justificam a necessidade de implementação de tal idade? "Ah, os estudos são o seguinte, a gente foi lá ver a OCDE, e os países da OCDE se aposentam com essa idade mais elevada". Ora bolas, a gente tem, repito, uma base de financiamento para a seguridade social, para a previdência completamente diferente a depender do país que eu estou estudando.

Eu tive o prazer de conhecer *in loco* quase 40 países, para estudar cada modelo previdenciário, para ver como é que funcionava. Cada país tem particularidades. Nos Estados Unidos, você tem aí 62 anos e 6 meses de idade, a depender do caso concreto. Eu posso antecipar a aposentadoria. A Itália acabou de criar uma renda cidadã, que você começa a receber mais cedo. A França tem aposentadoria mais cedo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não dá para pegar a regra geral do país A, país B e país C, e dizer: lá só se aposenta assim. Não é assim. Quando a gente para para estudar cada modelo previdenciário, cada um deles tem particularidades e, muitas vezes, só vem para a gente aqui a regra geral. Então, onde estão os estudos atuariais?

Trago, para V. Exas. uma reflexão. Eu estava conversando, inclusive, com o meu amigo Roberto, ontem, e é bem interessante. Vamos aqui comparar o desembolso efetivamente feito pelo caixa do RGPS para pagar uma aposentadoria por tempo de contribuição de um assegurado que se aposentou aos 51 anos de idade, com 35 de contribuição, com a daquele que se aposentou aos 61 anos de idade. Por que 61? Porque uma das regras de transição trabalha com 61 anos e idade, é a segunda regra de transição. Considerem que a média salarial histórica, apurada, foi de R\$3 mil e que o fator previdenciário, se ele se aposentou com 51 anos de idade, corresponde a 0,5935.

Nesses dois modelos aí – aposentando-se com 61 e com 51 –, em qual V. Exas. entendem que há maior desembolso do Governo? Talvez na do que se aposentou mais cedo. Não, não é. Se a gente fizer aqui a conta da sobrevivência da pessoa com 51 anos de idade e a conta dessa pessoa com 61 anos de idade, tendo em vista que a que tem 51 vai começar recebendo muito menos, e essa lógica, logicamente, só se aplica à iniciativa privada, ela vai receber menos do que aquela que se aposentou mais tarde, porque vai sair com um benefício integral.

Além disso, quando se gerar uma pensão por morte, o que vai acontecer? A pensão por morte é baseada na renda em que ele se aposentou, com 51 ou com 61. Então, na conta, fazendo um estudo atuarial cuidadoso da questão – o que não aconteceu até a presente data –, a gente vai encontrar distorções completas na questão.

(Soa a campainha.)

O SR. ALMIR REIS – Peço só mais 30 segundinhos para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V.Sa. tem dois minutos ainda.

O SR. ALMIR REIS – Então, pronto.

Indago de V. Exas.: será que a PEC, efetivamente, combate privilégios? O que a gente poderia chamar de privilégios? Alguém conhece qualquer pessoa que se sinta privilegiada de alguma coisa? Não conheço, de jeito nenhum. Quando você pega uma situação flagrante de privilégio sempre chega alguém para falar: "Mas, meu direito está na lei, o meu direito está assegurado. Pode ver lá o artigo tal da lei". Ninguém se sente privilegiado em absolutamente nada: "Está na lei, está na lei". Aí a gente precisa chegar a um meio-termo para entender o que danado é privilégio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para se chegar ao privilégio, mesmo fazendo uma conta ficta, preciso saber se o que eu aportei no sistema, considerando a diversidade da base de financiamento, é suficiente para pagar aquela minha aposentadoria. Se efetivamente o foi, independentemente do valor do benefício, não há privilégio. Mas, se efetivamente, há alguém pagando a conta por mim, aí não tenha dúvida nenhuma de que a gente está falando de privilégio.

(Soa a campanha.)

O SR. ALMIR REIS – Por isso, é tão importante a figura do estudo atuarial.

Aqui dou um exemplo, só para encerrar, de uma figura que considero que ainda será, até a presente data, privilégio. E falo um pouco dos militares, porque o Presidente é um militar, o Senador Styvenson também é. A gente ainda tem, para os militares que ingressaram antes de 2001, a possibilidade de gerarem pensão por morte, vitalícia, para filhas, inclusive, casadas. Se ele optou, antes de 2001, por pagar 1,5% a mais de contribuição previdenciária, nas Forças Armadas, ele pode gerar pensão por morte.

E aí indago... Aí se fala: "Vamos lá, mas, com mais 1,5%, eu estou custeando, na verdade, essa pensão para a filha". Vamos fazer um estudo atuarial: 1,5% pagos durante 60 anos. Sabem por quanto tempo foi suficiente para custear essa pensão da filha? Durante 12 meses, tão somente. São 12 meses pagando 1,5% por mês, durante 60 anos. Então, isso é um privilégio, na minha visão, e você não vai encontrar paradigma em nenhum país do mundo. Então, tem que ajustar? Tem que ajustar, sem dúvida nenhuma, mas tem de começar por situações como essas e não tirando de quem ganha, tão somente, R\$1.230 por mês.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Almir Reis, Vice-Presidente do Ipe, Conselho Federal.

Quero registrar a presença conosco do ex-Senador, ex-Governador Rodrigo Rollemberg, que está aqui para prestigiar este debate, que interessa a todos, sobre a previdência.

De imediato, Rudnei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

O SR. RUDINEI MARQUES – Bom dia, Senador Paim, Senador Styvenson, Senador Girão, ex-Governador Rollemberg, Deputados Camilo Capiberibe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer que a Rádio Senado reclamou, porque eu falei só que a TV Senado está ao vivo para todo o Brasil. E a Rádio Senado disse que a extensão dela, segundo ela, ultrapassa até as fronteiras do Brasil e está ao vivo todo o tempo. Então, está feito o aviso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já registrei aqui a presença do Deputado Elvino Bohn Gass também.

O SR. RUDINEI MARQUES – Quero cumprimentar também o Deputado Bohn Gass, os colegas de Mesa.

Senhoras e senhores, Senador Paim, vou fazer, primeiro, uma avaliação mais macro da situação e depois tentar descer algumas questões pontuais que ainda não foram tratadas, mas que devem ser enfatizadas. Em primeiro lugar, a gente precisa olhar um pouco o contexto global em que estamos vivendo, porque é importante que nós possamos dar conta de que o capitalismo financeiro, descolado da produção, descolado da realidade concreta, descolado da vida, conjugado com a instantaneidade digital, está levando a uma acumulação de riquezas como nunca antes na história do Planeta.

Nós tivemos um relatório do Credit Suisse, de 2016, que mostra que no ano anterior, pela primeira vez na história, 1% mais rico da população mundial tinha acumulado mais bens e riquezas do que 99% do restante. A gente sabe que 10% das maiores empresas do Planeta têm mais dinheiro do que 180 países juntos. E, se nós quisermos um exemplo disso, um exemplo aqui da nossa Casa, nós tivemos, no ano passado, os cinco maiores bancos acumulando um lucro de mais de R\$70 bilhões em meio a mais grave crise econômica e fiscal da história do País, e mais de 14 milhões de desempregados formalmente e outros quase 30 milhões sem terem como levar o sustento para suas casas.

Então, é nesse contexto de superacumulação do capital, num contexto neoliberalista que se especializou na exploração, na exploração do trabalho – a precarização do trabalho é um problema mundial –, na exploração do meio ambiente... Temos aqui muitos exemplos caseiros para dar, a nossa Amazônia, Mariana, Brumadinho, exploração máxima do meio ambiente. Especializou-se na exploração da própria política, que se torna refém do capital, na exploração das pessoas e corpos. Podemos falar da escravidão. Aliás, lembro que no ano passado tivemos que lutar com o Governo que queria relativizar o conceito de trabalho escravo no Brasil.

Então, é nesse contexto que se dá aqui, no Brasil, uma tentativa de implodir o último bastião da dignidade, que é uma aposentadoria digna, minimamente digna. Nós sabemos que milhões de brasileiros labutam a vida toda pensando que um dia vão ter algum sossego, vão ter alguma paz de espírito, vão ter alguma tranquilidade com uma aposentadoria que lhes permita sustento próprio e da sua família. E é isso – é isso – que está sendo atacado, é a última esperança do trabalhador de ter um momento de paz nessa curta existência nossa neste planetinha azul.

Então, o Governo, como já foi apontado aqui, diz que está atacando os privilégios. Que privilégios? Os bancos continuam lucrando como nunca antes nesse País. Não se fala em tributação de lucros e dividendos, não se fala em tributação das grandes fortunas e estão atacando os privilégios? Quais privilégios?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cito o artigo da *Folha* agora, de sexta-feira passada, editorial. A conta será de quem? A conta será dos mais pobres. São esses 4,8 milhões de pessoas que recebem o BPC e dos 9,5 milhões que recebem aposentadorias rurais.

O trabalhador rural pelo que está, e já vou entrando em aspectos específicos da PEC, não vai aposentar mais. Acabou, pessoal, acabou. Ele não consegue contribuir por 20 anos. O BPC, resumindo para R\$400. O que é que dá R\$400?

Agora eu quero entrar também – porque eu falo em nome do Fórum de Carreiras de Estado, somos 31 entidades associativas sindicais que representam servidores públicos –, eu quero trazer algumas questões específicas do serviço público, mas também uma coisinha só que vale a pena citar do Regime Geral. No serviço público, nós procuramos o novo Governo desde o momento da transição para tentar dialogar, para buscar regras razoáveis de transição, para dizer que algumas coisas que já haviam sido contempladas na 287 não poderiam continuar. Então, nós temos alguns grandes segmentos e todos eles são duramente prejudicados.

Aqueles que entraram antes de 2004, para quem nós tivemos a Emenda 47 garantindo um contrapédagio que atenuou as regras da Emenda 41, que já estão pagando pedágio, então, das reformas anteriores, para esse não há transição alguma. É direto 65 e 62 se quiserem sair com as regras que hoje foram estabelecidas na Emenda 47. Mas não é o pior caso, não é o pior caso. E aqui eu quero fazer um alerta para todos os 12 milhões de servidores públicos do Brasil: o pior caso, um caso dramático é do pessoal que está de 2004 a 2013. Por quê?

Porque nós temos cálculos do Ipea, que, aliás, foram publicados aqui, pelo Senado, que mostram que, ao deixar de excluir 20% das menores remunerações no cálculo da média, a taxa de reposição, ou seja, o salário na aposentadoria cai até 52%. Então, pense: para alguém que está recebendo 10 mil no final de carreira, ele deixa de excluir 20% das melhores remunerações, inclui 100%... Essa taxa de reposição cai em até 52%.

Mas é pior que isso, porque para que isso aconteça ele tem que ter trabalhado por 40 anos, são 40 anos de contribuição para poder levar esse valor cheio, que já não é mais cheio, porque, aos 20 anos, ele começa a contar 60% dessa média. Então, aos 20 anos, na verdade, ele começa com 30% da remuneração final.

Conjugando isso com o aumento da alíquota...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RUDINEI MARQUES – ... já podem perceber que não vai sobrar quase nada. Se não vai sobrar quase nada, e é impossível que alguém se aposente podendo prescindir desses 50% ou 70% da sua remuneração, não pode aposentar... Quem pode aposentar pressentindo de 50%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou de 70% da sua remuneração final? Então, não vai aposentar, ele vai ter que ir na compulsória aos 75 anos de idade.

É uma situação dramática que nós teremos que corrigir, até porque, por tudo que se falou até agora, a serem mantidos os termos da PEC 06, nós teremos, é óbvio, uma Pátria de miseráveis, de pessoas que vão à exaustão de suas capacidades físicas, mentais e emocionais no trabalho sem o direito do sagrado descanso.

Mas há outras situações que são também muito graves. A redução das pensões.

Senador Styvenson, V. Exa. conhece a realidade dos policiais. Aqueles policiais que eventualmente tombarem em serviço e deixarem as pensões para seus cônjuges e filhos, essas pensões, pelas regras estabelecidas na PEC 6, caem até 70% ou mais.

Então, não dá para aceitar algo assim. Por último, um dado do RGPS, também baseado no estudo do Ipea, publicado aqui no Senado, em relação à questão das mulheres. Esse estudo mostra que atingir 20 anos de trabalho aos 62 anos de idade levaria a uma exclusão previdenciária entre as mulheres de 39%. Ou seja, 39% das mulheres não conseguem aos 62 anos de idade comprovar 20 anos de contribuição, assim como 18% dos homens não conseguem, aos 65 anos de idade, comprovar 20 anos de contribuição.

Então, pessoal, para concluir, é importante, Senador Paim, que todos os brasileiros, todos... Porque nós saímos de um processo eleitoral muito divididos, e alguns podem fazer a leitura de que trabalhar contra a PEC 6 é trabalhar contra o Governo. Não é isso.

Nós temos que unificar a luta dos trabalhadores, unificar a própria luta dos políticos, porque, como já foi mostrado aqui, 84% dos Municípios brasileiros, em 2010, recebiam mais de transferências do RGPS do que arrecadavam por conta própria. Setenta por cento dos Municípios brasileiros recebiam mais do RGPS em 2010 do que de transferências do Fundo de Participação dos Municípios. Então, é importante que nós consigamos construir uma luta unificada. Todos vão perder, exceto aqueles que sempre ganharam com a miséria neste País.

Fica, então, esse apelo. Nós primeiro temos que nos comunicar aqui dentro, que nos comunicar com os Parlamentares, chamá-los à responsabilidade, mas nos comunicar também com todos os trabalhadores, sejam trabalhadores da área rural, sejam trabalhadores da iniciativa privada, do serviço público e mostrar a gravidade dessa PEC e, a partir daí, construir a luta conjunta.

Tenho certeza de que juntos venceremos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem Rudinei Marques, Presidente da Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado).

Eu quase não estou falando, mas acho importante – é só um comentário Rudinei – nós não pensarmos em oposição ou situação, não pensarmos em quem votou no Bolsonaro ou quem votou no Haddad – vamos pegar o segundo turno – e nos unirmos todos para fazer uma proposta que seja equilibrada.

Como aqui foi dito, não tem como não discutir a DRU, não discutir questões como a apropriação indébita, de nós criarmos, como recomendou a CPI, algumas questões de gestão que somente com reforma que a gente vai conseguir chegar lá.

Eu estou nessa linha e... Bom, sei que nem todos pensam assim, mas faz parte. Acho que temos que construir uma proposta equilibrada que seja para o bem de todo o povo brasileiro.

Só lembro que, a pedido dos trabalhadores rurais, no dia 11, uma segunda-feira, às 9h da manhã aqui, eles pediram uma audiência só para discutir a questão deles. Vamos combinar, inclusive, os dois lados. Se puder vir alguém do setor empresarial, também vamos convidar, e da área rural para debater esse tema.

Passamos a palavra ao último dessa Mesa, o Presidente do Instituto de Estudos Previdenciários (Ieprev), Dr. Roberto de Carvalho Santos.

O SR. ROBERTO DE CARVALHO SANTOS – Bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer o convite do Senador Paulo Paim. Também quero reiterar o apoio do Movimento Acorda Sociedade (MAS), que foi importante para a nossa presença aqui neste dia.

Nós vamos aqui tentar abordar alguns aspectos mais técnicos dessa PEC nº 6, de 2019, que eu acho importantes para a reflexão de V. Exas. acerca da viabilidade ou não dessa PEC nº 6.

Bem, primeiramente é trabalhar a questão do esvaziamento do caráter contributivo da contribuição previdenciária. Esse é um processo que já se construiu inicialmente com a Emenda Constitucional nº 41, quando se previu a contribuição previdenciária para o servidor inativo que ganha acima do teto do Regime Geral de Previdência Social e essa regra veio a ser regulamentada pela Lei 10.887, de 2004.

Então, a partir dessa Emenda 41, estabeleceu-se que a contribuição previdenciária não necessariamente tem de gerar uma retribuição ao segurado seja do Regime Geral de Previdência Social ou do Regime Próprio de Previdência Social. E o Supremo Tribunal Federal convalidou essa premissa no julgamento também da desaposentação. Aquele segurado que aposenta e continua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuindo não tem qualquer retribuição na sua aposentadoria, já que o pecúlio foi extinto em 1994; portanto, esse segurado continua contribuindo, porque continua trabalhando. Assim, essa situação se agrava com a PEC nº 6, por exemplo, com a proibição de acumulação de proventos de aposentadorias, seja no Regime Geral ou no Regime Próprio, a não ser naquelas hipóteses de cargos acumuláveis, que são previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Então, muitas pessoas, por exemplo, que estão aposentadas e que porventura começaram a contribuir para o INSS como segurados facultativos ou que recebem uma pensão – desculpem! – e começaram a recolher não vão ter nenhuma retribuição quanto àquilo que elas pagaram. Trata-se aí de um verdadeiro confisco, uma apropriação das contribuições previdenciárias dessas pessoas.

Essa situação se agrava de forma muito periclitante com a Emenda Constitucional nº 6, e aí nós temos também essa vedação de acumulação de benefícios para os cônjuges e companheiros. Na verdade, ela piorou a PEC 287, a versão da PEC 287, estabelecendo, por exemplo, que você vai ter a opção de receber um benefício, seja do Regime Geral ou do Regime Próprio de Previdência Social, e vai poder, então, receber um segundo benefício, porém limitado – veja! – a 80% do salário mínimo, dependendo do valor: se o benefício é de até um salário mínimo, você vai receber 80%; se o benefício é de um a dois salários mínimos, você vai receber 60% daquele benefício. E aí, na última hipótese, quem ganha esse segundo benefício? Se ele está acima de quatro salários mínimos, você não vai ter direito a acumular a sua aposentadoria com uma eventual pensão por morte. Na regra anterior, que era prevista na PEC que foi encaminhada pelo ex-Presidente Michel Temer, havia a previsão de acumulação de benefícios até dois salários mínimos. Então, essa regra piora essa previsão, proibindo essa acumulação de dois benefícios previdenciários, estabelecendo essa graduação nefasta, contrariando a regra que eu já mencionei da contrapartida da contribuição previdenciária. Então, eu vou contribuir, o segurado em relação ao qual eu sou dependente vai contribuir, e eu vou ter uma retribuição inclusive inferior a um salário mínimo. Nessa previsão de acumulação de benefício previdenciário, a PEC permite que esse benefício seja inferior a um salário mínimo na hipótese de acumulação.

Também temos a questão da reforma trabalhista. E há toda esta sinergia entre reforma trabalhista, educação previdenciária, ou falta de educação previdenciária, e reforma previdenciária. Hoje, não há dúvida de que, no Brasil, quase 40% da população não contribuem para o Regime Geral da Previdência Social. Então, o Governo, em vez de investir na eficácia do PEP, que é o Programa de Educação Previdenciária, quer desmontar, quer demolir a previdência social, para que ela se torne cada vez menos atrativa, cada vez menos confiável, sem a fidedignidade, que é um elemento essencial para uma relação jurídica previdenciária, que é uma relação de longo trato, de longa sucessão. Consequentemente, isso vai gerar o quê? Uma fuga. Até porque a PEC nº 6 estabelece uma opção, o segurado vai poder optar por três regimes – o segurado que está atualmente vinculado –, vai poder optar: pelas regras da PEC nº 6; pelas regras de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventual lei complementar de que a gente nem sabe quais são os critérios ou as regras de acesso, os requisitos, porque há esse processo de desconstitucionalização; e vai poder optar ainda por um terceiro modelo, que é o modelo do regime de capitalização, esse modelo onde o Estado se afasta completamente, e é um modelo gerido exclusivamente por fundos de pensão ou entidades privadas de livre escolha do participante.

Então o que vai ocorrer? Com essa desconstitucionalização e com regras tão nefastas que são previstas nessa PEC nº 6, obviamente quem puder... o sistema vai se tornar... as regras de acesso vão se tornar tão inviáveis que esses trabalhadores, principalmente os mais jovens, vão ser compelidos – entre aspas – a aderir a esse regime de capitalização. Embora haja uma alternatividade prevista na PEC nº 6, essa alternatividade é uma falácia, porque obviamente esse servidor, esse segurado também do Regime Geral da Previdência Social, não vai alcançar um horizonte para se aposentar pelas normas seja da PEC 6 ou seja por essa lei complementar, que certamente será pior do que a PEC nº 6, e aí ele vai ter essa terceira alternativa, que é o Regime de Previdência Complementar, que, uma vez que ele aderir, a opção é irretratável, ele não pode depois voltar atrás; irretratável igual à questão, por exemplo, da opção pelo Funpresp: a adesão ao Funpresp é facultativa; ela vai passar a ser compulsória, e, a partir do momento em que o segurado, o servidor, aderir a esse fundo da previdência complementar, ele não pode mais se desvincular.

Uma outra questão que me preocupa muito é a demolição dos programas de inclusão previdenciária: hoje nós temos o MEI, hoje nós temos o Plano Simplificado de Previdência Social, e a PEC 6 estabelece que somente vai ser possível estabelecer alíquotas diferenciadas para os segurados de baixa renda, que hoje são aqueles segurados cuja renda familiar é de até dois salários mínimos. Então, isso também é muito nefasto com esses programas como o MEI, como o Plano Simplificado de Previdência Social, com aquela alíquota de 11% sobre o salário mínimo, que permite a inclusão de muitos segurados ao Regime Geral da Previdência Social em nome do princípio da solidariedade, em nome do princípio do caráter distributivo, que está lá, previsto no parágrafo único do art. 194 da Constituição Federal.

Outra previsão da PEC 6: todos os segurados, inclusive empregados, aqueles que estão também em contratos intermitentes, terão que fazer a sua complementação de aposentadoria até atingir um salário mínimo – hoje essa regra é prevista somente para os contribuintes individuais, Senador, nos termos da Lei 10.666, de 2003. Então, se eventualmente eu fui demitido e recebi 50% do salário mínimo, quando o INSS vai conceder minha aposentadoria tem que reputar aquela competência no mínimo em um salário mínimo, porque eu, o empregado, não tenho como fazer essa complementação, não sou obrigado hoje, pela Lei 8.212. Com a PEC, essa obrigação se estende para todos os segurados, sejam eles contribuintes individuais ou empregados. Então, imagine o trabalhador que não tem qualquer informação: ele vai ter que procurar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO DE CARVALHO SANTOS – ... a agência da previdência social e fazer uma complementação.

Um outro ponto com que nós nos preocupamos muito é o agravamento da pobreza e a demolição do objetivo da previdência social, que é garantir o mínimo existencial. As aposentadorias passam a ser todas elas, não só as do Regime Geral, mas as do Regime Próprio, a partir do coeficiente de cálculo de 60%. E a partir de 20 anos é que você vai agregar 2% na sua média salarial.

Hoje, por exemplo, uma mulher que tem 60 anos de idade e 15 anos de contribuição ela recebe 85% da média do salário de benefício. Veja que, com 15 anos de contribuição, ela já recebe 85%, e pela nova regra, se aprovada for, ela terá que ter no mínimo 20 anos e ainda por cima receberá apenas 60%, ou seja uma diferença de 25% no valor da sua aposentadoria.

O BPC, já foi falado aqui, ele vai passar a ser inferior a um salário mínimo até os 70 anos de idade. Hoje o idoso que tem acima de 65 anos ele faz jus ao BPC, pelo menos no valor de um salário mínimo, isso está garantido no art. 203, inciso V, da Constituição Federal e isso será também extinto. Então esse salário mínimo só vai ser devido quando tiver 70 anos de idade.

Um outro ponto também. Para você ter direito a esse BPC, veja aqui a Lei 8.742, que é a Lei Orgânica da Seguridade Social – a Lei Orgânica da Assistência Social, desculpa –, ela estabelece que a renda *per capita* familiar tem que ser inferior a 1/4 do salário mínimo. Mas o Judiciário tem relativizado isso. Através de um estudo socioeconômico, se ficar demonstrada a necessidade, aquele beneficiário pode, o deficiente ou o idoso acima de 65 anos, pode receber o BPC. Agora eles vão constitucionalizar esse critério exatamente para evitar essa questão da judicialização. Então a PEC vem muito no sentido de atacar aqueles pontos que o Judiciário e o Supremo Tribunal Federal têm concedido e, por outro lado, exigir que o patrimônio, além de a renda ter que ser inferior a 1/4 do salário mínimo, *per capita*, a renda familiar, o patrimônio da família tem que ser inferior a R\$98 mil.

Veja que isso não tem absolutamente nada a ver. Eu posso ter um patrimônio de cento e poucos mil reais e ter a condição de miserabilidade. Vai ser levado em consideração o patrimônio familiar. Então o idoso, que mora com o filho, se a casa dele vale cento e poucos mil reais, ele não vai ter direito ao BPC.

Um dos pontos importantes, isso é fundamental. Hoje a regra, tanto para os servidores que ingressaram a partir de 2004, quanto para os segurados do regime geral, há o descarte de 20%. Hoje representa em torno de quatro anos e meio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se eu recolho, por exemplo, a partir de julho de 94, quatro anos e meio sobre o salário mínimo e o restante sobre o teto, esses quatro anos e meio são desconsiderados da sua média, da minha média. A partir da aprovação e publicação da PEC, inclusive o texto tem uma imprecisão técnica, fala em promulgação, mas na verdade é publicação, todos os salários a partir de julho de 1994 vão entrar na média.

Que segurança jurídica é essa? Muitos trabalhadores que foram demitidos passaram a recolher para a Previdência Social sobre um salário mínimo como segurados facultativos. Agora tudo o que eles contribuíram vai entrar na média. Quer dizer, eles confiaram, não há regra de transição nenhuma no tocante a essa questão da regra de cálculo. Todos os salários... E isso vai gerar uma perda substancial além do coeficiente de cálculo que é de 60%. Todos os segurados! Inclusive os atuais, a não ser que não tenha, a não ser aqueles que já completaram os requisitos, que já têm direito adquirido.

Então, veja este é um ponto que eu queria deixar destacado e que é algo gravíssimo: o não estabelecimento de uma regra de transição para essa questão do descarte dos 20% dos menores salários de contribuição. Isso é um achatamento no valor dos benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não tinha percebido isso.

O SR. ROBERTO DE CARVALHO SANTOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem já não tem o direito adquirido e que for se aposentar, digamos, daqui a um, dois ou três anos...

O SR. ROBERTO DE CARVALHO SANTOS – Vão entrar 100% de todos os salários dele de julho de 1994 em diante. É uma coisa seriíssima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É gravíssimo!

O SR. ROBERTO DE CARVALHO SANTOS – É gravíssimo. Nós temos outras situações. Aqui não vai dar tempo de falar tudo.

Mas a pensão por morte é 50% mais 10% por cada dependente.

E o mais grave: quando eu falei dos 60%, meus amigos, esses 60% se referem a todos os benefícios previdenciários. Não é só à aposentadoria por tempo de contribuição, inclusive aposentadoria por invalidez. Então, se eu fiquei inválido e eu recolhi quatro anos para a previdência social ou cinco anos, ou seja, eu não consegui completar os 40 anos, eu vou receber 60% da minha média, porque eu fiquei inválido. Então, o sujeito não vai poder ter uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incapacidade permanente, porque ele não vai ter a substituição da sua renda. Ele está vedado de trabalhar – os arts. 46 e 47 da lei estabelecem que o aposentado por invalidez não pode trabalhar – e ele vai receber apenas 60% da sua média salarial. Então, esse é um golpe seriíssimo. Na aposentadoria especial também são 60% da média salarial. Esses benefícios especiais que permitem – inclusive os não programados – às pessoas se aposentarem antes dos 62 e 65 anos serão todos vinculados a esses 60%.

Finalmente, a desconstitucionalização. Tudo vai ser estabelecido em uma lei complementar. Então, temos um cheque em branco, porque o art. 40 e o art. 201 não estabelecem praticamente nenhum arcabouço básico para essa lei complementar. Então, essa PEC 6 é só para quem está inserido no Regime Geral e no Regime Próprio. Os novos terão duas opções apenas: lei complementar, cujas regras a gente não sabe quais serão, e previdência complementar, 100% gerida por instituições financeiras.

Eu pergunto a vocês... Finalmente, Senador Paim, eu não sei se está clara para todos nós a questão do gatilho. O que é o gatilho? O gatilho é o ajuste automático a idade mínima. A idade mínima de 62 anos para mulher de 65 anos para o homem é apenas o piso. Essas idades vão alterar a partir de um ano na expectativa de sobrevida do brasileiro aos 65.

Eu fiz o estudo de todas as tábuas do IBGE. A cada quatro anos, o brasileiro tem aumentado a sua expectativa de sobrevida. Ou seja, a prevalecer essa PEC 6 – inclusive isso também estava na PEC 287 –, daqui a quatro anos, a idade mínima vai ser 66 anos para o homem e 63 anos para a mulher. E assim sucessivamente.

Nós fizemos um cálculo simples. Um jovem que tem hoje vinte e poucos anos de idade, se se seguir esse aumento da expectativa de sobrevida, a idade para aposentadoria será superior a 70 e poucos anos, como regra de acesso. O que esse jovem vai fazer? É óbvio que ele não vai contribuir para a previdência social; ele vai contribuir para a previdência complementar. Então, esse desestímulo, essa demolição da previdência social vem neste escopo: uma idade mínima que sobe de forma automática, sem qualquer estudo atuarial. É algo flagrantemente inconstitucional, é algo que nós não podemos admitir em hipótese alguma!

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO DE CARVALHO SANTOS – Eu agradeço a todos vocês pela presença, pela audiência, e espero que nós estejamos mobilizados para que essa PEC seja profundamente alterada ou rejeitada pelo Congresso Nacional até que nós tenhamos os estudos atuariais, como o Dr. Almir bem estabeleceu, inclusive projetos dessa lei complementar, que ainda virá. E nós também queremos saber como será esse regime de capitalização, porque nós não podemos assinar um cheque em branco, algo totalmente desvinculado dos preceitos constitucionais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dr. Roberto de Carvalho Santos, Presidente do Ieprev, Instituto de Estudos Previdenciários.

Os senhores, por favor, retornem ao Plenário.

Eu faço um apelo agora para que rapidamente nós vamos para a Terceira Mesa: Alexandre Sampaio Ferraz, representante do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos; Carolina Grassi, representante do IBDP, Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário; Dirce Namie Kosugi, Presidente do Instituto de Estudos da Seguridade Social Wladimir Novaes Martinez; Ernesto Luiz Pereira, representante da CSB, Central dos Sindicatos Brasileiros; Clodoaldo Batista Nery Júnior, Coordenador Nacional do Movimento Acorda Sociedade (MAS) e Diretor Executivo da Anadips, Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social.

Eu gostaria, neste intervalo, de dizer aos dois Senadores principalmente: se os senhores tiverem que usar da palavra, será concedida a qualquer momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me só eu dar este aviso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas eu vou lhe dar em seguida, Senador. Só este informe, até antes que você saia.

Eu faço um apelo todos, pessoal: silêncio no Plenário. Se alguns quiserem conversar, por favor ali ao lado ou no corredor.

Esse informe é importante para todos.

Informes.

Informo aos senhores e senhoras convidados, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, as próximas audiências públicas agendadas neste Ciclo de Debates sobre a Previdência: 11 de março, segunda-feira, 9h, Previdência Rural – vamos tentar convidar todo o setor dessa área, tanto empregados como empregadores e lideranças –; 19 de março, terça-feira, às 9h, Aposentadorias Especiais; 25 de março, segunda-feira, especificamente a questão do serviço público; 8 de abril, segunda-feira, debate com o setor empresarial – vamos convidar os fundos de pensão para ver como é que eles estão vendo o regime de capitalização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou evitando, na mesma Mesa, neste primeiro momento, o debate. Vamos deixar que todos falem. Claro que, num segundo momento, a gente pode chamar três de um lado, três do outro e... Há também aquela intenção, que não é só minha, mas de todos os Senadores – quando digo que não é só minha, quero dizer desta Comissão – de termos um debate chamado Comissão Temática no Plenário do Senado, onde provavelmente chamaremos seis a favor e seis contra – claro, vamos acertar isso com o Presidente.

Informo ainda – esse aviso também importante – sobre a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, que será no dia 20 de março, a partir das 9h, no auditório Nereu Ramos, lá na Câmara dos Deputados.

Eu faço parte dessa frente há 32 anos. Agora vamos eleger uma coordenação.

Quero também informar sobre a audiência pública para ouvir o Secretário Especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho. Será marcada de acordo com a disponibilidade dele. Já falei com ele e ele ficou de acertar o dia. Provavelmente ainda em março.

E, por fim, haverá duas reuniões preparatórias ainda nesta quarta-feira, dia 27, às 14h, lá no Plenário 14 da Câmara dos Deputados e outra em 13 de março, também às 14h, ambas com o objetivo de preparar o relançamento da Frente em Defesa da Previdência Pública. O.k.?

Os avisos estão dados.

Por favor Senador Styvenson com a palavra.

Senador Styvenson Valentim, que foi o primeiro a chegar aqui, antes de mim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, cheguei atrasado hoje. Peço até desculpas por isso. É uma comissão importantíssima.

Faço parte de mais oito. E aqui, passei esta manhã ouvindo e fico tranquilo quando o senhor, Sr. Presidente, Paulo Paim, V. Exa. garante que muitas outras vão ser feitas e não quer este embate agora neste minuto de quem é a favor e de quem é contra.

Estamos aqui para ouvir, para termos esse ponto de vista que tem que ser mesmo, tem que ser esse diverso, tem que ser contrário, porque senão não haveria a discussão. Então passei esta manhã aqui ouvindo e queria deixar claro, Presidente da Mesa, que não é pelo fato de ser militar que eu também queira privilégios para a minha classe militar. Eu quero justiça, quero igualdade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu quero que todos passem por isso, todos passem por esse mesmo processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha função aqui como Senador não é dar privilégio a uma classe, a um partido ou a uma pessoa. Então, quero deixar isso bem claro. Foi assim que eu cheguei até aqui, foi dessa forma que eu me elegi, mostrando esse tipo de comportamento, de postura. E fico feliz em saber que o Secretário, o meu amigo e conterrâneo Rogério Marinho vai estar aqui, para que a gente possa debater e discutir todos esses pontos que foram colocados, todas essas ideias que foram mostradas.

Acho que excluindo a questão pessoal, excluindo a questão partidária, e, sim, debater as ideias, ter esse discurso dentro do plano de ideias, e não na questão meio que voltada para uma guerra partidária que eu vejo até aqui, que não levou este País a canto nenhum.

Então as pessoas que estão assistindo à TV Senado, que estão esperando por nós — não é isso Girão? —, elas querem que discutamos o que é melhor para elas e não o que é melhor para o partido ou o que é melhor para pessoas.

Queria só deixar registrado e dizer para o senhor que eu preciso ir, tenho umas pessoas para atender, perdoe-me quem for falar, porque eu não vou poder estar presente, mas eu até ia solicitar, não sei se você vai solicitar, o material que for mostrado, que for visto aqui, é de interesse nosso querer ter esse conhecimento.

Como já disse, Presidente, são oito comissões. Acho que eu fui com muita força, com muita vontade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é bom.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Acho que eu quebrei o pote, com tanta ânsia que eu fui de querer resolver, de querer participar de todas essas comissões.

Então fica aqui este meu registro e dizer que estamos aqui para contribuir.

Hoje ouvimos os senhores. Pena que eu não vou ouvir a senhora, Sra. Carolina, Sr. Ernesto, Sr. Alexandre. Não vou poder ouvir, mas com certeza há um monte de material escrito e vamos ter essa possibilidade de ler sobre tudo isso, está bom?

Vai falar, Girão?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero cumprimentar o Senador Styvenson pela posição clara. (*Palmas.*)

Antes só, Senador Eduardo Girão, se V. Exa. concordar que nesse ciclo de debates a gente tenha, quem sabe, uma audiência só para ouvir o setor da segurança pública...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Nada melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... em toda a sua amplitude.

Se V. Exa. concordar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... aí combinamos, porque é importante. Eu sei que a situação deles é uma questão também especial e tem que ser tratada como a de outras categorias especiais que aqui estão. Não é o mesmo quadro. Eu gostaria muito de ouvi-los, eu acho que nós todos gostaríamos. Se assim V. Exa. entender...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... nós aprovaríamos também para ouvir o pessoal da segurança pública. Aí é toda a sua amplitude, não é? Forças Armadas, quem vai mandar o representante...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Polícia, Bombeiros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Polícia Militar, Polícia Civil, todos, o.k.?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – ... guardas municipais de todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, todos. O.k.?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Podemos encaixar aqui numa agenda?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Sim!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos combinar o dia com V. Exa.

Por favor, Senador Eduardo Girão, também um dos primeiros a chegar nessa reunião.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Paulo Paim, Presidente da CDH, todos os componentes das duas Mesas anteriores e dessa Mesa. É muito rico o debate, viu, Paulo? V. Exa. sempre, Senador, de forma muito inclusiva, muito plural, em tudo o que V. Exa. faz aqui, não de hoje, de muito tempo. Esse ciclo de debates vem enriquecer, vem trazer dados. Eu achei extremamente preparados todos os palestrantes até agora, acredito que é um assunto que temos que encarar. Eu vi aqui uma... Acho que todos nós, pelo menos das duas primeiras Mesas, tivemos uma noção clara de que chegou a hora da reforma da previdência, pensando nos nossos filhos, nos nossos netos, nos brasileiros. Precisamos encarar algo que outros governos tentaram, não conseguiram e, por algumas décadas, o Brasil vem postergando, vem empurrando com a barriga, enquanto países, dezenas e dezenas de países, encararam isso e já resolveram, já começaram uma nova trajetória. Então, chegou a hora.

Agora, é muito importante essa serenidade, é muito importante, e eu vejo uma maturidade muito grande em todos os que se pronunciaram aqui, que deixaram as questões partidárias de lado; a eleição já passou, chegou a hora das ideias, chegou a hora de ponderar, chegou a hora de corrigir distorções e fazer um equilíbrio para tomar decisão. Então, está sendo muito importante, eu quero agradecer a oportunidade, é um assunto que eu não domino, mas estamos aqui para aprender, para ouvir.

Há algo que me incomoda a princípio, já falei outras vezes, inclusive no Plenário. Eu acredito que, concomitantemente, simultaneamente com essas PECs, com a proposta, a gente precisa entender mais a questão da dívida de grandes empresas com o INSS. O senhor protagonizou aqui, liderou a CPI da Previdência, e os números que eu tenho aqui, resultados desse trabalho, chegam a R\$476,7 bilhões...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Quer dizer, a R\$0,5 trilhão, que precisa entrar, de alguma forma, nessa conta, nesse equilíbrio. Nós temos que buscar isso.

Inclusive em outra comissão de que participo já foram solicitados pelo Senador, Nelsinho Trad, Comissão de Assuntos Sociais, estamos juntos lá também, inclusive o nosso Senador Styvenson é o Vice-Presidente, os dados oficiais do INSS de quem são os 500 maiores devedores do País. Isso precisa vir à tona.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preocupante porque você tem lá como devedores grandes bancos do País, grandes empresas inclusive envolvidas até a medula, como dizem por aí, em operações de corrupção, como a Lava Jato.

A gente precisa resgatar isso e precisa ser debatido concomitantemente, simultaneamente.

Eu queria, para encerrar, pedir desculpa aos palestrantes que vão falar agora, vou ter que sair, talvez tenha feito o cálculo equivocado do horário, mas vou gravar a TV Senado e pedir depois o material que for exibido aqui para poder refletir, meditar sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se os senhores concordarem, eu mandarei o vídeo, peço à TV Senado, e mando a todos os membros da Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito bem.

Eu queria dizer que é muito importante ouvir os outros setores. Este é um momento de ouvir, de anotar, fiz muitas anotações aqui. É importante ouvir o setor rural, é importante ouvir os empreendedores, os militares. É importante ouvir todos os setores da sociedade, os professores. Nós estamos juntos no mesmo barco.

Parabéns pelo trabalho, boa palestra a todos vocês e que Deus nos ilumine para que tomemos a melhor decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Eduardo Girão, pela sua participação.

Agora, vamos diretamente a esta Mesa. Passamos, de imediato, a palavra ao representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Alexandre Sampaio Ferraz.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ – Boa tarde a todos.

É uma honra ter sido convidado em nome do Departamento de Estatística e Estudos do Trabalho para contribuir na reflexão sobre a reforma da previdência.

Agradeço a V. Exa., Senador Paulo Paim, que tem sido sempre um grande aliado da classe trabalhadora nesta Casa.

Já foram três meses, eu vou tomar a liberdade de deixar com os senhores a apresentação que nós fizemos e vou apenas tocar em alguns pontos, para não ser enfadonho e mostrar números repetidos, que merecem uma consideração mais acurada desta proposta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sempre difícil tomar qualquer decisão e fazer qualquer reforma com urgência, com a faca no pescoço. E essa é a ideia que se tenta passar sobre a reforma da previdência, como se nós nunca tivéssemos feito uma reforma da previdência, como se fosse agora urgente fazê-la. Ao contrário, desde 1998, o Brasil, esta Casa já fez algumas reformas da previdência. E eu, particularmente, não acredito em reforma da previdência definitiva. Eu acho que mudando a demografia, mudando a situação do País, deve-se sempre repensar o sistema previdenciário.

Mas apesar de ter feito algumas reformas da previdência, sempre com um sentimento de justiça social, como, por exemplo, a que igualou o teto já dos servidores públicos com os servidores privados, às vezes faz parecer que isso é uma conquista dessa futura reforma. Não! Já foi feita essa reforma. Nós temos que ter em mente que reformar a previdência é uma coisa, mudar o modelo previdenciário é outra coisa. O modelo previdenciário foi aquele estabelecido pelo pacto constitucional de 1988. Eu acho que esse é o principal ponto dessa reforma. A mudança no art. 194, apesar de o de 2001, como o colega da Sociedade Brasileira de Estudos da Previdência já frisou aqui, falar em caráter contributivo, mas mudar o art. 194 é um retrocesso à concepção constitucional de seguridade social e de previdência como um contrato social solidário e democrático estabelecido na Constituição.

Essa mudança de modelo tem um objetivo: instituir um novo padrão de previdência, que não é mais de repartição, mas que é exclusivamente contributivo. E isso nos leva ao ponto da nova forma, do novo modelo de previdência, que é o modelo de capitalização.

Vejam bem, a maior parte dos países do mundo desenvolvido, dos países da OCDE, onde o Brasil está querendo entrar agora, adota o modelo de repartição, de contribuição entre patrão e empregado e também do setor público. São raros os países – e a maior parte das vezes sem sucesso – que adotam o modelo de capitalização simples e exclusivo. Esse é o ponto principal, porque, no Brasil, no nosso modelo previdenciário, nós já temos um modelo de capitalização. E está previsto na Constituição, mas de forma complementar ao modelo de repartição. O Regime Geral de Previdência que atende a todos os brasileiros já tem garantido como forma complementar a ele o regime de capitalização. O que se quer com essa reforma é não mais ter um regime de forma complementar, o regime de capitalização complementar, mas o regime de capitalização de forma alternativa ou concorrencial ao regime geral de repartição.

Nesse novo regime nós poderíamos ter inclusive um sistema de capitalização sem a contribuição patronal, sem a contribuição dos empregadores para esse regime, com contribuição exclusiva dos trabalhadores.

Os países que têm baixa desigualdade, baixa pobreza, refutaram esse modelo. Eles adotam a capitalização apenas de forma complementar. Os países que adotam modelos exclusivamente de capitalização geralmente são países com alta desigualdade e com alto índice de pobreza, inclusive os Estados Unidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse é o ponto central da reforma.

Obviamente, entrando na proposta do Regime Geral, eu acho que um ponto que já foi tocado é que o detalhamento dos regimes ficou para a lei ordinária, desconstitucionalizando muitos direitos, tem como pano de fundo um discurso que vem sendo gestado na academia e na mídia de que a Constituição brasileira não cabe no orçamento, de que o nosso pacto constitucional não cabe no orçamento, esse discurso não é verdadeiro. Esse é um discurso que na verdade tende a desfazer a ideia solidária que nós tivemos em 1988, que os Constituintes tiveram em 1988.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu estava lá.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ – Exatamente.

E que é fundamental para a sociedade, porque uma sociedade sem solidariedade é uma sociedade que não se sustenta, é uma sociedade com alto grau de conflito. E não é o que nós queremos no Brasil.

Nós temos um aumento da idade mínima, que alguns já comentaram aqui, para conseguir agora a atingir o benefício, conquistar a aposentadoria. Mas junto com a idade mínima, nós temos também algo que considero que dificulta ainda mais ao trabalhador conseguir a aposentadoria, que é o tempo de contribuição: mínimo de 20 anos e de 40 para conseguir o benefício integral, não é a aposentadoria integral, como alguns leem, mas o benefício integral.

E aí peço uma reflexão dos senhores que é para olhar para o nosso mercado de trabalho. O projeto dos senhores tem que ter uma aderência mínima ao nosso mercado de trabalho. O Brasil é um país com um mercado de trabalho extremamente dualista. Nós temos quase metade do mercado de trabalho, 49%, no setor informal. Portanto, não contribuem, não se aposentam. Já, no sistema atual, há essa dificuldade para se aposentar.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ – Graças ao nosso sistema, esses trabalhadores, no caso o rural, têm aposentadoria rural e agora, possivelmente, muitos não terão mais porque não poderão comprovar a comercialização dos seus produtos, mas o trabalhador já não se aposenta.

Dos 92 milhões de ocupados hoje, 39 milhões, 42%, não têm carteira assinada. Um terço dos trabalhadores do setor privado, só do setor privado, trabalha sem carteira assinada, não por opção dele, mas por opção do patrão que não assina a carteira, e a esse patrão está sendo sinalizado o quê? No futuro, vai haver um sistema de carteira verde-amarela e regime de capitalização. O senhor não vai precisar mais contribuir com a previdência nem pagar auxílio-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creche, auxílio-doença, nem pagar FGTS. Portanto, pode assinar a carteira dele porque é uma carteira que já não vai ter mais nenhuma atribuição para o patrão de pagar qualquer pecúlio, qualquer garantia, qualquer contrapartida pela contratação do trabalhador. E é isso que está sendo oferecido aos nossos trabalhadores no futuro.

O sistema previdenciário brasileiro é um caso de sucesso porque ele tira os nossos idosos de uma situação de vulnerabilidade e miséria. Nós temos hoje em dia aposentados no Brasil todos independentes. Nós vamos ter aposentados dependentes no futuro. Nós vamos colocar os nossos aposentados na miséria com o argumento de investir mais em educação, em saneamento, em saúde para os nossos jovens. Mas que futuro a gente vai dar para esses nossos jovens e que garantia a gente tem realmente de que esses recursos irão para saneamento, educação e saúde? Nenhuma.

Senhores, fora não contribuir porque está no setor informal, está trabalhando sem carteira assinada, a maior parte dos trabalhadores brasileiros passa tempos enormes sem estar ocupada, desempregada, não é nem empregado informal, é desempregado. Como é que esse desempregado pode contribuir? Esse desemprego é maior entre os jovens, ou seja, ele não vai começar a contribuir com 20 anos, com 17 anos porque o desemprego na faixa até os 17 anos é de 46%, dos 17 anos aos 21 anos é de 26%, é o dobro da taxa normal.

Senador Paim, o tempo é muito curto. Eu não gostaria aqui de tomar todo o tempo, mas eu chamo a atenção para esse ponto da aderência da reforma à situação real do nosso mercado de trabalho. A reforma, do jeito que ela está articulada, vai excluir e retardar o acesso à aposentadoria e demais direitos previdenciários, reduzir o valor dos benefícios e transferir progressivamente parte ou todo o fundo público para o sistema financeiro privado. O trabalhador não vai conseguir 40 anos ininterruptos, nem aos 65 nem aos 70 anos. São raros os trabalhadores que têm tempo de contribuição ininterrupto neste País.

O resultado da reforma é que ela empurra os mais pobres para fora do sistema, para esse sistema de capitalização, reduz os valores dos benefícios para quem fica e amplia a contribuição realizada pelos mais pobres e pela classe média, retirando, ao mesmo tempo, a contribuição patronal.

Por último, eu gostaria de citar dois pontos importantes. Um é a inclusão de referências ao FGTS na reforma.

Bom, o FGTS foi objeto de uma...

(Soa a campainha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ – ... nota no *Estadão*, do editorial, falando que isso aí é um absurdo. Estar na reforma... O FGTS não é previdenciário, é uma contribuição privada, para uma conta individual privada, e não tem que ser objeto da reforma da previdência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ – Já vou terminando.

E o outro ponto é a questão do abono salarial.

Eu acho que o colega da Sociedade Brasileira de Estudos Previdenciários falou, deu exemplos muito bons, mas eu queria mostrar para os senhores uma conta geral que eu fiz.

São 23,9 milhões de trabalhadores, metade deles trabalhadores formais que ganham até dois salários mínimos. Mas a maior parte ganha um pouquinho acima de um salário mínimo. Até um salário mínimo nós temos só 6% dos trabalhadores formais. Ou seja...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ – ... 46% ganham entre um e dois salários mínimos, o que quer dizer que a reforma retira o direito do abono salarial de 21 milhões de trabalhadores. A partir do momento em que for aprovada essa reforma, 21 milhões de trabalhadores – todos os do Rio Grande do Sul, como o colega observou – deixam de ganhar o abono salarial.

É óbvio que há pontos positivos, como, por exemplo, retirar a DRU das contribuições previdenciárias e outros, mas os senhores vão observar esses pontos.

Eu espero ter contribuído brevemente com a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito.

O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ – ... e deixo a minha apresentação para a consideração dos senhores posteriormente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas.*)

Dr. Alexandre Sampaio Ferraz, representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De imediato, representante do IBDP, Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Dra. Carolina Grassi.

A SRA. CAROLINA GRASSI – Boa tarde a todos.

Falar na última Mesa é um desafio por conta do adiantado da hora e por conta do assunto, que já foi bastante discutido, mas vou tentar ser breve e não ser repetitiva.

Eu gostaria de saudar a Mesa na pessoa do Senador e conterrâneo Paulo Paim, pedindo desculpas pela ausência do Dr. Diego Cherulli, que, por motivo de saúde, não pôde estar aqui, e de cumprimentar, em nome da Presidente do IBDP, Dra. Adriane Bramante, os Parlamentares aqui presentes também.

Eu gostaria de colocar a apresentação, por favor.

Inicialmente, gostaria de colocar que, assim como outras instituições que aqui estiveram presentes, o IBDP tem uma posição intermediária que entende que é preciso uma reforma da previdência, mas a avaliação que foi feita a partir da semana passada – quando foi visto o texto – é que essa reforma ainda precisa de muitas melhorias e adaptações, porque não há um sopesamento entre o lado econômico e o social. Por isso, nós consideramos que a proposta, em vários pontos, ocasiona injustiças e, por isso, também, inconstitucionalidades.

Aspectos gerais da reforma, o que já foi bastante falado, mas a desconstitucionalização das regras. Basicamente, falando de RGPS, no art. 201, §7º, o que essa PEC 6 faz é simplesmente prever... Ela muda toda a sistemática do §7º, no qual se prevê aposentadoria por idade e todas as regras, coloca a previsão dessas aposentadorias e também das diferenciadas, dos professores e demais, e coloca isso nas regras das disposições transitórias da Constituição. Isso quer dizer o quê? Que todas as regras que a gente está discutindo aqui hoje, ao longo desta manhã, são disposições transitórias que no ano que vem podem ser alteradas por lei complementar.

Queria só retificar porque aqui alguém falou sobre medida provisória, mas, neste caso, não seria possível medida provisória porque a PEC está especificando lei complementar, que, como se sabe, o quórum é qualificado e, portanto, não pode vir vinculado por medida provisória, mas, ainda assim, questiona-se da segurança jurídica dessas regras que passarão a ter, então, por uma medida legislativa, um quórum de mais fácil aprovação em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Dialogando um pouco com o que os colegas que me antecederam, que falaram lembrando do que é a previdência e falando que a previdência, como Dr. José Pinto dispôs, faz parte da dignidade da pessoa humana, que é o centro principal dos direitos fundamentais da nossa Constituição e que também é financiada por toda a sociedade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, eu gostaria de lembrar que a previdência – e é preciso isso para ter um lume, para onde a gente vai seguir – existe para prevenir riscos sociais como a morte, a incapacidade e a idade avançada. A gente não pode perder essas três coisas: financiamento pela sociedade, dignidade da pessoa humana e também para prevenir os riscos sociais.

Falando um pouco de idade. No RGPS ele cria idade... E aqui falando pela parcela da população que, a meu ver, vai ser a mais prejudicada, que serão as mulheres, porque em vários segmentos, tanto no regime geral, que vai aumentar a idade, mas, principalmente, o das professoras que hoje não têm uma idade mínima e passarão a ter uma idade mínima de 60 anos, como também as rurícolas, que vão aumentar a idade mínima, então, isso vai dificultar o acesso ao benefício.

Falando um pouco dos professores, eu gostaria de trazer à reflexão que, quando se colocam 60 anos para homens e mulheres e também 30 anos de contribuição, ou seja, 10 anos de contribuição a mais do que o trabalhador comum, que o trabalhador de outras categorias, qual é a importância que este País está dando para educação e o incentivo de pessoas, de jovens, para serem educadores, quando a gente está exigindo até 10 anos a mais de contribuição dos professores?

Bom, outra questão referente à idade é quando se coloca o requisito de idade para a aposentadoria especial. E aí se muda um pouco a sistemática e a finalidade da aposentadoria especial dos trabalhadores que estão em contato com agentes insalubres. Essa aposentadoria surge justamente para prevenir o adoecimento desse trabalhador, de acordo com a atividade que desempenha. E, quando você passa a exigir uma idade mínima, você está inviabilizando esse tipo de aposentadoria porque a pessoa não vai conseguir estar lá o tempo inteiro e vai sair doente quando também se exige o efetivo contato com a questão da insalubridade.

Outra questão relacionada também à idade, que já foi bastante comentada aqui, é o gatilho automático, de acordo com a sobrevida da população. E, dialogando também com o dado que trouxe o Dr. José Pinto na questão... Hoje ele trouxe os dados de São Paulo, que é o Estado mais desenvolvido do Brasil. Na cidade de São Paulo, há regiões na periferia em que a expectativa de vida é de 60 anos. Então, fica a reflexão de quem irá se aposentar e de como – o Brasil num tamanho continental – a gente vai lidar com essa idade mínima proposta pela PEC.

Bom, outro assunto que reputo de muita importância e que, às vezes, a gente perde um pouco porque fica preso à idade mínima e ao tempo de contribuição é o valor do benefício. O cálculo já foi falado aqui: 60% e, após os 20 anos, mais 2% a cada ano. E lembrando que atualmente o cálculo da média dos 180 meses de contribuição, os 15 anos, é das 80% maiores contribuições. E a PEC está levando isso para todo o período contributivo. Então, a pessoa que começou a trabalhar jovem com um salário mínimo, esse cálculo vai ser diminuído, necessariamente, por conta dessa abrangência do cálculo do benefício por 100% das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuições. Então, isso vai diminuir muito o salário de benefício, o que vai fazer com que as pessoas não vão conseguir se aposentar porque o que elas vão ganhar ao final da vida não vai ser suficiente para se manter. Elas vão ter que continuar no mercado de trabalho, lembrando que não será possível a acumulação de dois benefícios previdenciários, duas aposentadorias pelo mesmo regime. Então, é uma situação bem difícil.

Bom, passando ali, segrega o orçamento da Seguridade Social, fim da DRU e do uso da receita do novo orçamento segregado. O fim da DRU é um ponto positivo. E eu queria levar à reflexão de que esta PEC vem no sentido de dificultar o acesso aos benefícios e de reduzir, talvez, os direitos dos beneficiários do Regime Geral e Regime Próprio, mas não faz uma discussão séria do custeio da Previdência Social, os cálculos atuariais, a partir de uma premissa segura de onde nós estamos indo e para onde nós estamos caminhando.

Aqui o colega Almir trouxe um dado sobre o cálculo dos trabalhadores urbanos. Não está lá no cálculo do Governo a questão da Cofins, não está lá. E eu fui verificar que no demonstrativo dos gastos tributários do PLOA 2019, a Receita Federal colocou o seguinte. Cofins e a contribuição previdenciária concentram a maior parte dos gastos tributários, ou seja, de isenções, são gastos indiretos.

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINA GRASSI – Então, a Cofins, somente, é o maior gasto tributário da União. Cofins representa 22,18% do total dos gastos tributários da União. Significa 0,91% do PIB. E a contribuição previdenciária significa 20,93% do total de gastos, significando 0,86% do PIB.

A título de exemplo, o Imposto de Renda é 17,1% do total. Então, Cofins 22,18% de gastos tributários da União, ou seja, o Governo coloca que a Previdência é deficitária por conta... E não coloca a Cofins, que é um dos meios de financiamento da Previdência Social, no cálculo. Então, a gente precisaria fazer uma discussão e uma proposição para o Parlamento fazer a discussão, conjuntamente com idade, tempo de contribuição, também a questão do custeio da Previdência Social.

Se é difícil de se pensar uma reforma tributária, mas pelo menos na parte do custeio... É difícil pensar, fazer a reforma tributária sem essa parte. É uma reforma capenga. E não seria transparente com a sociedade brasileira.

Aqui é só questão, já foi falado. Lembrando do que foi dito, que a contribuição do servidor público é de 14% e vai ter redução. Essa redução para os salários mais baixos vai ter impacto nos Municípios e Estados. Isso já foi dito aqui. Então, isso precisa ser alertado aos Parlamentares para conversarem sobre isso com os Municípios e os Estados porque isso vai ter impacto direto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do RGPS também. Você vai ter uma diminuição das alíquotas para quem ganha até R\$2.000, mas para quem ganha mais de R\$2.000 vai ter um aumento na contribuição previdenciária. E a sistemática é a sistemática do Imposto de Renda, então aplicada aqui.

Então, a questão da capitalização é uma incógnita na verdade porque esta PEC joga para lei complementar, mas não diz como vai ser. Diz que será optativo, mas aqui já foi dito e a preocupação é de que os trabalhadores não tenham realmente a opção, que eles acabem caindo nesse sistema e que não há contribuição patronal. Ou seja, é como se fosse uma poupança do próprio trabalhador.

As regras de transições são muito curtas. O pessoal que está na ativa vai ter que trabalhar bem mais para chegar à aposentadoria. Não inclui os militares. E a gente acha que, se é uma proposta para o comprometimento de toda a sociedade, então que teria que ter vindo junto, assim como a questão das desonerações, das isenções fiscais também. Se é toda a sociedade a contribuir, vamos todos sentar e partir do mesmo sacrifício.

Aí, há a questão do direito adquirido e a questão que protege o benefício no valor de um salário mínimo. Eu levanto aqui a questão da pensão. Da pensão por morte foi tirada a vinculação do salário mínimo...

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINA GRASSI – Só vou concluir. Foi retirada a vinculação do salário mínimo da pensão por morte. Aí, na discussão com colegas lá do IBDP, me disseram: não, mas a pensão substitui o salário e a Constituição já disse que não. Isso vai gerar uma judicialização, Senador, que... Até o Dr. Diego pediu para lembrar da audiência pública sobre judicialização da Previdência. Vários pontos desses aqui vão gerar uma judicialização enorme porque a pensão por morte, se desvinculada do salário mínimo, vai gerar judicialização imediata. Então, alertar para esse ponto.

A questão do especial rural, com a contribuição obrigatória de R\$600 por mês, se não houver comercialização acima disso. Isso praticamente, quem é da área do rural diz que muita gente não vai conseguir se aposentar. A maioria dos trabalhadores rurais não vai se aposentar. E aí, lembrando o que os colegas aqui já falaram, que a Previdência brasileira, sob a égide da Constituição de 1988, tem um caráter solidário. E a Constituição optou por esses trabalhadores não terem... o benefício, até porque eles não têm como arcar com esse custo. Um trabalhador que não tem como contribuir com R\$600 de comercialização vai pagar como? Ele está vivendo de subsistência, então fica aqui a pergunta e até sobre a constitucionalidade desse dispositivo.

E o escalonamento do BPC. O Governo fala: a partir dos 65 hoje em dia não tem direito ao BPC. Aí, coloca R\$400 e... R\$460.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A partir de sessenta...

A SRA. CAROLINA GRASSI – Isso. A partir de sessenta, vai ter R\$400. Isso é uma maravilha, né?

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINA GRASSI – Mas a PEC não fala como vai ser o escalonamento até... A partir de setenta, salário mínimo e não fala como vai ser esse escalonamento. Fica em aberto para lei complementar, que a gente não sabe como vai ser.

Enfim, são muitos aspectos aqui. Os eslaides eu vou deixar, mas é muita coisa. O IBDP está aberto à discussão, vai propor audiências públicas nos Estados. São Paulo, Rio e DF já têm marcadas. Os membros do IBDP estão aí à disposição também para esclarecer. E o encargo é de explicar para a população brasileira o que está sendo feito e também contribuir com o Parlamento, com as melhorias que podem ser feitas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. *(Palmas.)*

Essa foi a Dra. Carolina Grassi, representante do IBDP.

Agora vamos, de imediato, à Dra. Dirce Namie Kosugi, Presidente do Instituto de Estudos da Seguridade Social Wladimir Novaes Martinez.

A SRA. DIRCE NAMIE KOSUGI – Boa tarde a todos. Está audível?

Senador Paulo Paim, os nossos sinceros agradecimentos pelo trabalho exemplar. Sempre um guerreiro à frente das batalhas mais difíceis neste Congresso. Agradecemos o convite. Agradecemos às Mesas, que aqui se manifestaram com exemplar qualidade técnica. E agradecemos também a todos aqui presentes, que, com certeza, são batalhadores guerreiros em prol de todo o Sistema de Seguridade Social, que hoje nos cobre, mas que não sabemos se continuará cobrindo.

O Instituto de Estudos da Seguridade Social se coloca da seguinte forma. Nós somos, sim, favoráveis a uma proposta de reforma, a uma reforma, mas que venha a construir, que venha trazer pontos positivos, aprimorar o Sistema de Seguridade Social, o Sistema de Previdência Social, o Sistema de Assistência Social. E, infelizmente, analisando a PEC 6, nós constatamos que ela integralmente é absurdamente contra qualquer possibilidade de evolução, de aprimoramento do sistema. Muito pelo contrário. É uma proposta de emenda constitucional que impõe o fim,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acaba com o nosso sistema de seguridade social. O que é o Sistema de Seguridade Social? É um sistema que busca segurança para a sociedade. E a PEC 6 está implantando um sistema de total insegurança em todos os sentidos. No sentido jurídico, nós não estamos mais constatando a segurança jurídica necessária, nós não vemos mais o respeito à Constituição Federal. Há inúmeras inconstitucionalidades, inúmeras ilegalidades e também ofensa a direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.

Qual é a finalidade desse sistema? É garantir o mínimo, sim, de sobrevivência, mas o mínimo com dignidade. E o que nós estamos vendo é a desconstrução do atual sistema, previsto na Constituição de 1988, e uma construção de um sistema que traz a falta de dignidade e a falta de possibilidade de uma vida minimamente existencial.

Então, Senador, a nossa colocação é a seguinte. Vamos, sim, trabalhar com muito empenho para que essa PEC receba o máximo de emendas possíveis, para que ela seja alterada integralmente, no sentido, sim, de somar, e não de tirar direitos e trazer retrocessos tão pesados, tão nefastos, como nós temos acompanhado.

A excelência de exposições e de conteúdo foi tão imensa que sanaram quase que praticamente todas as minhas exposições. Mas eu vou trazer aqui uma contribuiçõzinha em relação... Complementando, vou deixar todo o material, que está completo, em relação às regras de transição, que são regras também nefastas, inconstitucionais e absurdamente ilegais.

E trarei também alguns comentários. Vejam bem, nós estamos aqui discutindo a PEC 6, mas a reforma teve início com a Medida Provisória 871. E uma medida provisória que está em tramitação e que deve ter também toda a nossa atenção. Porque é uma medida provisória que traz inconstitucionalidades num grau inimaginável, ou seja, depois nós recebemos, logo posteriormente, essa bomba atômica, que é a PEC 6. Mas a MP 871 foi a introdução dessa atuação toda nefasta do sistema de seguridade social.

Quando eu falo sistema de seguridade social, para quem está começando a ouvir agora e que eu tenho a certeza de que depois estará acessando toda a audiência, inclusive os anexos, que estarão constando nesta audiência de tão primordial importância. Eu estou falando de previdência, assistência e saúde. E todos esses sistemas, esses três sistemas estão sendo agredidos de uma forma inconstitucional e nefasta.

Quando nós desconstituímos a matéria previdenciária, nós estamos abrindo margem para... Olha, nós vamos acordar. É aquela questão. Eu vou dar o exemplo da reforma trabalhista. A reforma trabalhista foi introduzida no sistema por meio de medida provisória. Foram apresentados sete artigos inicialmente, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E em pouquíssimo, mesmo tendo todo o processo legislativo pertinente, ela resultou numa alteração de 144 artigos, não é? Mais ou menos isso, não é, Senador? Então, veja o riso, a falta de segurança jurídica que nós estamos vivendo, a partir do momento da desconstitucionalização.

Os nossos direitos previdenciários, trabalhistas, sejam quais direitos forem, uma vez que estejam garantidos na Constituição, impõem toda uma tramitação, que dá um tempo mínimo necessário para que a sociedade tome conhecimento dessas propostas e comece a participar. Nós sabemos que a grande população brasileira não participa porque não tem o mínimo de formação, mas é o nosso dever estar informando e passando todos esses conteúdos para a sociedade.

Então, clamo também a todos os presentes, todos que passaram por aqui, todos que estão assistindo para que sejam agentes multiplicadores porque isso é essencial para que nós tenhamos um resultado melhor em relação a essa proposta de reforma da previdência, que não é uma reforma só da previdência, mas é o fim do sistema de seguridade social no Brasil.

Todo esse empenho para levar à capitalização, realmente, o que vai acontecer de fato, nós estaremos – eu vou usar uma expressão feia, mas que todos vão entender – correndo como um cachorro correndo atrás do próprio rabo porque a grande maioria, com exceção dos que já estão muito próximos da aposentadoria e que também serão lesados porque terão toda uma tramitação que vai acrescentar tempo de contribuição a maior. Com exceção desses pouquíssimos, todos nós estaremos contribuindo e não teremos a certeza de receber um benefício previdenciário.

De fato, a MP 871, o que ela traz? Ela forja a introdução de novos sistemas, mas a realidade é que a legislação em vigor já trazia toda essa previsão legal de fiscalização contínua no sistema. Eu serei breve, Senador. De fiscalização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está no seu horário.

A SRA. DIRCE NAMIE KOSUGI – É. De fiscalização contínua no sistema. Mas, em relação a isso, o que ocorre? O Governo propôs um bônus de R\$50 e alguns centavos para os analistas, para os técnicos, para instaurarem processos com indícios de irregularidade. Eu gostaria de saber qual o significado de indícios e qual o significado exato de irregularidades. Ou seja, nós temos palavras aí que dão margem a um universo de interpretações.

E o que nós vivemos de fato no exercício do Direito Previdenciário é que as interpretações são muito subjetivas, resultando então nessas negativas de direitos beneficiários, que são devidos, mas que, devido à interpretação subjetiva, seja do gerente do INSS, seja do servidor público, os segurados estão sendo lesados e não estão tendo acesso aos seus benefícios no pior momento de suas vidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é um seguro público e não é um favor. Deve haver uma contrapartida, uma previsão de que deve haver uma contrapartida. E tudo que for fora disso eu entendo que seja confisco, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem cinco minutos ainda.

A SRA. DIRCE NAMIE KOSUGI – É, eu vou passar rapidinho aqui. Vamos lá. Eu gostaria de chamar atenção, embora haja muito conteúdo aqui, em relação à regra de transição. Vamos lá. O.k.

Especificamente, vou falar aqui. O aumento da idade mínima... Nós temos, então, quatro regras de transição dentro dessa PEC. Uma delas é, a partir de 2020, a idade mínima será elevada em seis meses a cada ano até atingir 62 anos de idade para mulheres e 65 anos para homens. Agora, vejam só a distorção escabrosa.

Consideremos dois irmãos gêmeos com 51 anos, ambos contribuindo pelo teto da previdência, que hoje é R\$5.839,45. Um deles com 33 anos de contribuição na data da promulgação desta PEC 6 e o outro com 32 anos de contribuição. Olhem o resultado disso. O primeiro poderá se aposentar ao completar 36 anos de contribuição, ou seja, 54 anos de idade em 2022. O segundo terá que esperar até 62 anos de idade, em 2030, quando completar 105 pontos necessários, 62 anos de idade e 43 anos de contribuição.

Eu acredito que isso já deixe muito claro que as regras de transição... Eu já ouvi dizer que o direito adquirido está sendo respeitado. Nós, do Instituto, não entendemos assim, não. Nós entendemos que todos os direitos estão sendo desrespeitados. E volto de novo à Medida Provisória 871, que faz parte dessa reforma e que não pode ser esquecida. Porque, vejam bem, as afrontas legais, constitucionais são muito fortes dessa medida provisória. O.k.?

Agradeço, então, a presença, a palavra. E peço novamente a todos que estejam participantes e sejam multiplicadores de conhecimento, de informações para a população, que é tão carente.

Senador, eu também sou coordenadora, no Estado de São Paulo, do Movimento Acorda Sociedade. E eu gostaria de comunicar a todos que nós estamos lançando no dia 11 agora de março a Frente Paulista em Defesa da Previdência Social. Então, convido a todos que participem. Estaremos divulgando amplamente e contamos com o apoio, a solidariedade de todos porque, neste momento, mais do que nunca, nós precisamos de união, empenho e coesão nas conduções.

Repito novamente, peço que todos os institutos, inclusive, gostaria que mais institutos, mais especialistas participassem porque a necessidade técnica na melhoria dessa proposta de emenda tem que ser basilar. Peço que todos produzam emendas ao máximo, no sentido de aprimorar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema, e não de acabar com esse sistema, tão essencial ao País, essencial à vida digna de todos nós.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Essa foi a Dra. Dirce Namie Kosugi, Presidente do Instituto de Estudos da Seguridade Social Wladimir Novaes Martinez. Fica aqui o apelo para que todos os Estados, dentro do possível, lancem a Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social. Essa vai ser a grande chamada do dia 20 de março, quando estaremos lançando aqui em Brasília. Aquilo que já fizemos há muitos anos, há 32 anos, que é a Frente Nacional.

Passo a palavra agora ao líder Ernesto Luiz Pereira, representante da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros).

Depois só tem mais um, em seguida falam os Deputados.

O SR. ERNESTO LUIZ PEREIRA – Boa tarde a todos e todas; boa tarde, Senador Paulo Paim, é muito importante a gente ter mantido aqui o nosso quilombo, o nosso ponto de resistência dentro do Senado Federal, que foi na reforma trabalhista.

O debate e as exposições estão muito ricos. Em algum momento, nós vamos – e precisa ser rápido, logo após o Carnaval – precisar compilar isso tudo, porque eu me debrucei no final de semana sobre o projeto, mas há coisas aqui que eu não havia percebido.

Essa questão mesmo do patrimônio exigido da família para o dependente ter acesso à luz é criminosa, é cruel demais. Como, aliás, todo o projeto, a PEC 6 é cruel e criminosa. Cruel e criminosa no sentido de que ela causa, vai nos causar um estado de miséria absoluta no Brasil e de óbitos, de mortalidade em nosso País. Nós vamos aumentar o nosso índice de mortalidade com certeza, porque o nível de miséria vai ser tão grande se aplicarmos isso do jeito que está aqui, com essa crueldade, com essa maldade colocada por quem disse na eleição – eu não me surpreendi com esse pacote – que patrão tinha vida dura. Eu, sinceramente, não me surpreendi com o que veio por aí, com o que veio e com o que vem por aí, pois o próximo passo é o processo de desconstituição dos direitos trabalhistas, ou seja, de todos os direitos trabalhistas.

Vem exatamente daquele jeito, em que se coloca como opção, como foi a estabilidade e com o fundo de garantia, o trabalhador vai acabar optando pelo quê? Entre o emprego e a carteira assinada, o trabalhador vai optar por qual? Vai optar pela subsistência, por sobreviver.

Então, o que vem por aí e o que está apontado por este Governo com o fechamento do Ministério da Previdência, com o fechamento do Ministério do Trabalho, com a PEC 6 e com a reforma trabalhista é pura e simplesmente a destruição do Estado de bem-estar social no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso não é reforma de forma nenhuma. Na minha concepção, nós não podemos chamar isso de reforma. A PEC 6 não é uma reforma, ela é a destruição do Estado. Nós precisamos dizer isso para a população, porque a grande imprensa está com os bancos, toda ela, a grande imprensa escrita, falada, televisada está. Nós só temos ali o jornal do peão, que é hoje o jornal do trabalhador.

Mobilizar só os trabalhadores não vai ser suficiente, nós vamos ter que mobilizar toda a sociedade, porque a sociedade tem interesse em defender o atual sistema, ou seja, é esse o centro que nós precisamos pegar da reforma. Ela representa essa destruição do Estado de bem-estar social em nosso País, em nossa Nação.

Não vou me ater aqui a detalhes porque as exposições foram muito ricas, estão de parabéns desde a primeira Mesa. Ganhei o dia aqui hoje com a participação neste debate, com a compreensão do que é realmente a PEC 6. Então, ela é isso. Ela traz essas medidas e isso vai colocar para nós, para a sociedade, uma mobilização.

O Ulysses Guimarães já dizia que esta Casa aqui só ouve o barulho das ruas, não tem outra solução. Esse debate técnico é muito bom, está sendo muito importante, mas nós vamos ter que esquentar os tambores no Carnaval e, após o Carnaval, ganhar as ruas, não tem outra solução, senão esta Casa não vai ouvir, porque o que se construiu neste País foi uma grande mentira. Ela vem se construindo desde 2013; desde 2013 vem se construindo essa grande mentira e continua aumentando a mentira ao dizer que este pacote rompe com os privilégios. Não rompe com os privilégios, ele aumenta os privilégios, só que ele aumenta os privilégios dos banqueiros e dos grandes patrões e das grandes empresas, porque ele não é nada mais do que aumentar a margem de lucro das grandes empresas, dos grandes bancos e tirar dos trabalhadores e dos pobres. É essa a linguagem que nós temos que levar!

Não podemos ficar levando uma linguagem muito técnica, tem que ser uma linguagem direta. Vamos ter que ganhar as ruas, vamos ter que ganhar as redes sociais para poder destruir isso. O tempo é muito pouco, são seis meses. Eles querem aprovar isso antes do recesso parlamentar.

Então, se não tiver mobilização a gente não aumenta, porque, evidentemente, quanto mais tempo durar a discussão mais condições nós vamos ter para esclarecer o povo e a sociedade que isso aí não é uma reforma, que isso aí é a destruição do Estado de bem-estar social. Eles estão jogando contra o tempo. Eles querem aprovar isso em maio, início de junho – são as declarações do Presidente da Câmara e do Presidente do Senado. Então, logo após o Carnaval, nós temos que voltar com as nossas... As baterias vão ter que estar bem afiadas e com uma unidade muito grande.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostei muito da fala aqui do companheiro da Fonacate, porque outra questão que nós vamos precisar colocar e trabalhar é a nossa unidade. E aí não vai dar para os rurais tratarem do problema deles, os servidores públicos trabalharem separado o problema deles, a segurança pública trabalhar separadamente, nós temos que ser um só. Nós só vamos derrotar essa proposta se a gente for um só, ou seja, evidentemente que as injustiças são para todos os setores, estão distribuídas para todos eles, agora, a linguagem de denúncia política, de ataque à PEC tem que ser um discurso só, não pode ser compartimentado.

Isso é o que eu estou querendo colocar, que o nosso interesse, dos trabalhadores da cidade, da iniciativa privada, é que o trabalhador do campo continue com o sistema que está atualmente. E assim como tem que ser interesse deles que o nosso também continue como está e melhore.

Por isso estou colocando, enfatizando isso. Eu venho colocando isso – o Paim sabe bem disso – que o nosso discurso precisa ser um só, ele não pode ser fatiado, ele não pode ser dividido, ele tem que ter uma unidade de ação, ou seja, nós temos que ser um homem só e uma mulher só, nós temos que ter um discurso só e aí nós vamos conseguir derrotar porque é trazer a população.

Essa é a mãe de todas as batalhas, não existe outra batalha até o mês de maio, mês de junho, não existe outra que não seja derrotar essa PEC, porque até para falar em negociação – se tiver que falar em negociação – o troço é muito ruim, não tem o que negociar. Você tem que ter mobilização...

(Soa a campainha.)

O SR. ERNESTO LUIZ PEREIRA – ... com esta Casa.

Então, é esse o apelo que eu queria fazer. Um apelo aos Parlamentares desta Casa para que se mobilizem e procurem colocar exatamente os números reais, verdadeiros para a população, para tentar barrar a grande imprensa, porque a grande imprensa está mentindo, está falseando, ou seja, nós precisamos ter uma grande frente que consiga destruir exatamente nos números essa situação, essa questão, de que nós, realmente, não precisamos desse tipo de reforma que eles estão dizendo aí. Nós precisamos, hoje, no Brasil, manter o Estado de bem-estar social da nossa população e, se possível, melhorar, mas se mantivermos já vamos dar um grande passo, porque o que está vindo por aí é regime de escravidão e, agora, não é só para negros, é para negros e brancos, ou seja, nós temos que combater firmemente o conjunto dessa PEC 6.

Não vejo nada de bom aí não, sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ernesto Luiz Pereira, representante da CSB – Central dos Sindicatos Brasileiros. (*Palmas.*)

De imediato, Clodoaldo Batista Nery Júnior, coordenador nacional do Movimento Acorda Sociedade (MAS) e Diretor Executivo da Anadips.

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – Quero agradecer, primeiramente, a todos vocês que ainda permaneceram aqui, pessoas ilustres nesta Mesa, porque eu tive a grata felicidade de participar deste debate e ver a qualidade, o nível técnico das pessoas que aqui participaram e engrandeceram este debate.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim e dizer que a CDH não poderia estar em melhores mãos. Seguramente nós aqui temos um espaço democrático, um espaço para o debate que nós não conseguimos ter na grande mídia. Todo dia a Globo martela essa questão da reforma da previdência e não permite o contraponto da sociedade civil organizada. Eles não respeitam a sociedade civil organizada.

Gostaria também de cumprimentar, de saudar o nosso Deputado Federal, do Estado do Amapá, Camilo Capiberibe, e dizer que o seu pai foi um homem que honrou a cadeira que ele usou aqui, do Estado do Amapá, aqui no Senado.

Um importante apoiador do Movimento Acorda Sociedade, assim como a Deputada Janete Capiberibe. E eu não tenho dúvidas de que o Deputado Camilo Capiberibe vai honrar a biografia da sua família.

No passado, nós buscamos uma audiência com o Presidente do TCU para que ele qualificasse o debate por meio de informações fidedignas em relação à questão da necessidade de informações para qualificação desse debate. Foi feita uma auditoria, foram mobilizadas sete secretarias do TCU para que dali nós tivéssemos a informação fidedigna para a qualificação do debate. E a família Capiberibe foi importante nessa atuação política junto ao TCU.

Gostaria de saudar também a Deputada Erika Kokay, que terá uma grande missão. A senhora, que é um expoente da Câmara, uma mulher, uma Parlamentar que sempre esteve aliada à defesa dos direitos das mulheres, aliada à defesa dos trabalhadores, será muito demandada e nós depositamos em V. Exa. a nossa confiança para fazer esse debate em alto nível.

Gostaria de parabenizar também todas as entidades do Movimento Acorda Sociedade, na presença aqui de algumas entidades, eu posso citar o Sindilegis, com a Magda, o Iprev, que nos brindou com uma excelente posição e tem contribuído, e muito, com o Movimento Acorda Sociedade.

Como bem foi pontuado pela Dra. Dirce, nós tivemos aqui o início do desmonte através da Medida Provisória 871, de 2019. O Movimento Acorda Sociedade é composto por um coletivo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 129 entidades, a maioria delas são entidades de escopo nacional e a nossa missão nasceu justamente da necessidade de alertar, denunciar retrocessos e mobilizar a sociedade brasileira para o debate nacional, a exemplo da questão da previdência.

Com relação à Medida Provisória 871, Senador Paim, o Ieprev apresentou algumas emendas, que foram apresentadas pelo Deputado Federal Subtenente Gonzaga, e são emendas que merecem uma atenção. Eu gostaria de solicitar ao Deputado Camilo Capiberibe que levasse essa questão para a sua Bancada do PSB, assim como a Deputada Erika Kokay, porque essas emendas são importantíssimas e prioritárias do ponto de vista de defesa dos trabalhadores brasileiros.

Com relação às demandas apresentadas – pode passar por favor –, a PEC 6, de 2019, não é uma reforma, trata-se de um desmonte.

Então, etimologicamente nós precisamos rejeitar esse termo reforma, porque reforma, etimologicamente, está associada a quê? A melhorias, buscar o aperfeiçoamento, tornar algo mais funcional, mais confortável, o que não é o caso. Na verdade, a nova reforma – eles estão falando de nova reforma porque sabiam que eles iriam ser atacados com a palavra reforma – afeta o Regime Geral de Previdência Social e o regime próprio.

Vou me ater à análise do Regime Geral de Previdência Social em respeito ao que já foi exposto pelas entidades que defendem a questão relacionada ao regime próprio, muito bem apresentado e uma apresentação que eu acredito que nos contempla, pois, ao final dessa apresentação, eu encaminharei à CDH as nossas notas técnicas.

No regime geral, a PEC 6, de 2019, segue as mesmas diretrizes da 287, que foi derrotada politicamente nesta Casa e derrotada junto à opinião pública. Ela segue as mesmas diretrizes, que é a instituição da idade mínima, 62 anos para mulheres e 65 anos para os homens, com um período de transição de 12 anos; aumento do tempo de contribuição mínimo para acesso; e a mudança nas fórmulas de cálculo, o valor inicial pago ao segurado de tal forma que esse valor seja reduzido. Aqui reside, realmente, o alerta que o Movimento Acorda Sociedade traz em relação a essa mudança: essa mudança de cálculo que foi apresentada pelo Ieprev e que visa a reduzir o salário de benefício e, obviamente, é uma redução draconiana.

Convém destacar, senhores, que a PEC 287 apresentava um tempo de transição de 21 anos. A PEC do Bolsonaro, do Paulo Guedes e companhia é pior e mais gravosa. Isso tem que ficar claro para a população. Eles colocaram a regra de transição em 12 anos.

Qual é a estratégia do Governo? A estratégia do Governo é ressaltar a questão da idade mínima; aumenta, na verdade, o tempo para professores – eles não falam isso, eles ocultam isso no debate –, aumenta o tempo para os professores, trabalhadores rurais, os homens que colocam





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comida em nossa mesa e que agora passa a ser de 60 anos e atinge os policiais federais, civis, agentes penitenciários, agentes socioeducativos, com a idade mínima de 55 anos.

O Movimento Acorda Sociedade tem em sua base, de entidades integrantes, a união dos policiais do Brasil, um coletivo de 29 entidades que representam o segmento da segurança e nós, certamente, vamos participar, com a UPB, deste debate, da questão da segurança pública. O que está em jogo aqui, senhores, é a defesa da sociedade. Na primeira linha de defesa da sociedade você tem lá os policiais e a expectativa de vida de um policial é menor em todos os lugares do mundo, isso tem que ser levado em consideração.

A polêmica da idade mínima oculta e escamoteia outros pilares do desmonte. Quais são esses pilares do desmonte? Justamente o aumento do tempo de contribuição, que é exigido, 40 anos de contribuição para que se tenha os 100% de salário de benefício, e a mudança da forma de cálculo. O cálculo atual é feito com base no tempo de contribuição efetiva, a principal modalidade, hoje, é aposentadoria por idade.

O colega me apresentou um dado aqui que eu achei muito importante: 52%, ou seja, mais da metade dos benefícios previdenciários no Brasil estão predominantemente abarcados na questão da aposentadoria por idade. Então, isso é um dado importante, é um dado relevante.

O que essa proposta traz? Ela eleva, obviamente, para 20 anos o tempo mínimo de contribuição, atualmente são 15, ou seja, eleva-se para 20.

Análise comparativa. Hoje, a principal modalidade de aposentadoria dos trabalhadores é aposentadoria por idade. De acordo com os dados do Dieese, aumentando para 20 anos...

(Soa a campanha.)

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – ... exclui-se da proteção previdenciária 60% da classe trabalhadora. Isso é um dado importante, relevante e que tem que ser levado ao conhecimento da sociedade: esta, por si só, já exclui 60% da classe trabalhadora.

A PEC muda a idade mínima, bem como a questão da fórmula de cálculo. No caso da aposentadoria por idade, que é o item de maior relevância em relação aos benefícios previdenciários, a idade que se coloca é de 62 anos para as mulheres e 65 para os homens, só que ela traz algo gravoso que diz respeito justamente ao salário de benefício. Hoje, atualmente, esse salário de benefício é em torno de 85%. Essa reforma – que não é reforma, é desmonte – de cara traz o impacto de uma redução de 25% do salário de benefício. Para calcularmos o salário de benefício, isso foi abordado aqui, mas eu faço questão de reiterar: atualmente dispensa 20% das contribuições mais baixas; ao longo do período, é feito um cálculo, existe o PBC, o Período Básico de Contribuição, e atualmente se faz esse cálculo com a média dos 80 maiores salários, excluindo-se aquelas remunerações menores, que são de 20%. A proposta é draconiana na



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

medida em que, a partir de agora, eles vão incluir 100%. Ou seja, isso vai provocar uma diminuição, uma redução significativa do salário de benefício, que passa a ser de 60%, ou seja, é uma dupla redução. Isso não é privilégio, isso é calote.

Aposentadoria por invalidez: gente, aqui reside uma fala de uma entidade que atua no segmento das pessoas com deficiência. A perda da capacidade de trabalho: essa é a característica para aposentadoria por invalidez. Ser deficiente não é escolha. Isso decorre de tragédias e fatos graves. Nós temos aqui uma Senadora, Mara Gabrilli; ela certamente vai conseguir fazer uma abordagem com propriedade da questão das pessoas com deficiência e defender a questão da aposentadoria por invalidez. Atualmente, paga-se 100%. Com a nova previdência do Governo Bolsonaro, vai-se reduzir para 60%. Os 100% da aposentadoria por invalidez só vão ser permitidos em casos de acidente de trabalho. Ou seja, imaginem um trabalhador que foi acometido de uma doença, um câncer, por exemplo, e isso gerou uma invalidez: ele vai receber 60%. Eu vou dar um outro exemplo para vocês: nós tivemos recentemente no Brasil o maior desastre, a maior tragédia trabalhista, que foi o caso de Brumadinho. Imaginem o trabalhador, que sai de casa para trabalhar, e no trajeto até o seu local de trabalho sofre um acidente, um acidente automobilístico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Ele não se aposenta.

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – Digamos que esse trabalhador fique paraplégico, inválido: ele perde a capacidade de trabalho.

Pela proposta do Bolsonaro, ele vai ser aposentado por invalidez recebendo apenas 60% – atualmente é 100%. Olha, quem sofre uma perda da sua capacidade motora passa por um processo muito difícil, psicológico. Só quem sabe isso é que pode sentir na pele. Ele precisa de psicólogo, ele precisa de uma atenção especial, e eles estão tirando aí 40% das aposentadorias por invalidez. Isso aqui é grave, nós rechaçamos essa proposta, e isso a Globo não diz. Portanto, aposentadoria por invalidez, a partir de agora, com essa proposta, só vale 100% se for acidente decorrente de acidente de trabalho. Ou seja, no caso de Brumadinho, se aquele trabalhador...

(Soa a campainha.)

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – ... estiver na rota...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto!

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – ... do acidente...

Próximo!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ainda privatizam o acidente de trabalho, hein?

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – Sim, exatamente.

Então, nós temos aqui um calote nas pessoas idosas, que nós precisamos alertar e denunciar; nós temos um calote nas pessoas com deficiência e também nós temos um calote nos pensionistas. Não pode ser outra palavra a não ser esta: calote. Isso é calote social. O Governo quer dar um baita calote nesse segmento da população brasileira.

Desvincular do salário mínimo com uma esmola de R\$400 para os idosos – aqueles que estiverem na faixa etária de 60 até 70 anos: após 70 anos, eles receberão um salário mínimo. Senhores, nós precisamos analisar a expectativa de vida no Brasil: o Brasil é um País de grandes desigualdades sociais, desigualdades regionais e, se nós observarmos a expectativa de vida...

(Soa a campainha.)

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – ... no Maranhão eles não vão conseguir receber esse salário mínimo; a expectativa de vida no Maranhão é de 65 anos. O mesmo vale para o Piauí. Na maioria dos Estados da Região Norte e Nordeste o IDH é baixo e a expectativa de vida é muito menor em relação aos Estados das Regiões Sul e Sudeste. Isso precisa ser apresentado para a população. Então, é calote, porque...

(Soa a campainha.)

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – ... atualmente – é sempre importante fazer isso – a idade é de 65 anos para obter o Loas, que é aquele salário mínimo. O que é que eles querem? Eles querem agora apenas a partir dos 70 anos de idade. Não dá para aceitar isso, Deputado Camilo. Isso aí é realmente inadmissível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concluindo.

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – Para concluir, eu quero dizer para vocês que essa proposta é desumana, é perversa, é cruel...

(Soa a campainha.)

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – ... desprotege e vai ter o mesmo destino da PEC 287: ela tem que ir para a lata de lixo, ela tem que ser triturada. E é um lixo que não cabe sequer reciclagem, de tão tóxico que é. Isso nós não aceitamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLODOALDO BATISTA NERY JÚNIOR – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Clodoaldo Batista Nery Júnior, Coordenador do MAS, respondendo também pela Anadips.

Eu tenho dois inscritos, dois Deputados. Eu vou fazer um apelo, como eu fiz em outra reunião: dá para dar dez minutos para cada um – assim eu fiz na reunião com a Ministra –, mas vou ser rígido no horário, porque nós temos que terminar até as duas, e agora são vinte para as duas, e eu tenho que dar alguns encaminhamentos. Então, primeiro o Deputado Federal Camilo Capiberibe.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar, saudar a sua iniciativa, fundamental, de promover um profundo debate – um debate intenso, necessário – aqui dentro desta Casa e lá fora, com a sociedade; cumprimentar todos os que expuseram, que trouxeram tantas informações importantes para que nós possamos agir, decidir. Eu tenho certeza de que a maior parte dos Parlamentares não é especialista em previdência, então as informações são fundamentais para que a gente possa formar a nossa opinião e tomar as decisões de ação.

Eu queria me colocar à disposição do MAS; inclusive, quando eu tive conhecimento aqui do evento, um assessor do Senador me mandou um vídeo dele, exatamente chamando, através do apoio e da parceria que tinha com o MAS, para essa grande luta. É uma luta que eu tenho certeza que não vai ser uma luta fácil; uma luta que age contra uma hegemonia de comunicação que já conseguiu convencer a sociedade de que essa reforma, inclusive nos termos em que ela está, é necessária e precisa ser aprovada. Quem tem rede social e que posta, tem tido um pouco do termômetro. Inclusive, em questões como essa, do BPC, que são, assim, evidentes, você tem que enfrentar a desinformação e um debate mais rasteiro.

Veja, reforma da previdência, para mim parece muito claro que define...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Inclusive com os *fake news*, não é?

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – Inclusive com os *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí é uma vergonha, é uma agressão absurda.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – Ela determina que tipo de país nós queremos para o presente e para o futuro, principalmente porque os maiores penalizados, pelo modelo de reforma que foi apresentado aqui, na PEC 6, vão ser os trabalhadores do futuro, que não vão ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem a transição para atenuar os seus efeitos. E isso feito num contexto de um país que nem o Brasil, um país extremamente desigual. A desigualdade continua sendo um dos maiores problemas, uma das maiores dívidas que o País tem com a sua população. Nós tivemos ali, em alguns momentos, medidas que buscaram equilibrar: a CLT, nós tivemos a Constituição de 88, que agora nós estamos ali – nós, não; o Governo pretende rever essas conquistas, e o BPC é um exemplo.

Por exemplo, no meu Estado do Amapá, saiu uma matéria hoje no UOL mostrando que, a cada 2,5 idosos, um recebe o BPC lá. E, veja, esse número, em Santa Catarina, que é o menos dependente, é de 24, então um em cada 24 recebe em Santa Catarina, mas um em cada 2,5 no Amapá recebe. E veja que, em relação ao BPC, sobre esse valor de R\$400, recebido a partir dos 60 anos, na legislação que foi encaminhada não existe a previsão do reajuste, então, na medida em que o tempo passar, esses R\$400, que já são um benefício vergonhoso – que tentam enganar a sociedade, fazendo uma comparação, inclusive, com a Bolsa Família –, não tem previsão de reajuste. Então, como é que fica? O tempo vai passando, como é que ficaremos?

Mas eu queria dizer, então, que a reforma é necessária. Isso foi colocado por muitas pessoas aqui. Fernando Henrique fez a dele, o Presidente Lula fez a dele, a Presidenta Dilma fez a dela. Agora, como nós vamos agir diante dessa proposta que foi colocada, que eu acho que é o nosso grande desafio? Não podemos permitir que o discurso que visa a combater privilégios seja justamente o discurso que vai mantê-los, porque, afinal de contas, essa história de quase 519 anos do Brasil, que é um País de profundos privilégios, nós não conseguimos... pontualmente a gente avança, mas, essencialmente, o Brasil continua sendo um País em que a conta mais pesada é paga pelos mais pobres.

Ficou muito claro aqui, pelas exposições, mas eu queria tocar num tema, um ponto específico que me preocupou muito: a questão da previdência dos professores. Professoras, mulheres, com 25 anos de contribuição, se aposentam nas regras atuais sem limite de idade, e os homens, aos 30 anos. Nós temos um grave problema no nosso País, que é o problema da educação, que é um problema que tem consequências no desenvolvimento econômico, na área social, e tudo isso. Como ficará a nossa carreira da educação diante de regras como essas que estão sendo propostas agora? Como nós vamos conseguir equacionar? E esses impactos são duros em todas as camadas, em todas as áreas de educação, desde o ensino fundamental até o ensino universitário. O impacto é enorme.

Então, nós não podemos fazer uma reforma no ritmo que está sendo ditado para nós. Inclusive, aqui no Senado, eu já vi declarações do Presidente, que é lá do meu Estado, Senador Davi Alcolumbre, de que quer fazer uma comissão paralela ao debate lá na Câmara, para poder economizar tempo. A quem interessa promover esse debate em tempo tão curto? Essa é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta que deve ser feita com muita clareza. Quem é que ganha com a sociedade não ter acesso à informação? Então, se é para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E até porque uma comissão não representa os 81 Senadores.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – Sem dúvida! Nós precisamos ter muitos debates. Nós estamos aqui e eu queria mais uma vez parabenizar, agradecer as palavras generosas em relação ao Senador Capiberibe – não só suas, mas também de outras pessoas da Mesa – que estaria nessa trincheira. Então, eu não posso, não posso – mais uma vez dizendo – estar em outro lugar que não nesse e me colocando à disposição para debater, para emendar e para fazer o que for preciso para que essa reforma só passe se for para atacar o problema grave do nosso País, da desigualdade. Vamos combater privilégio? Vamos, eu acho que esse deve ser um objetivo, mas vamos olhar para... Até porque esse deve ser o foco das forças progressistas: como fazer do Brasil um país mais igualitário.

Muito obrigado, tinha muita coisa, mas eu sei que o nosso tempo é exíguo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem três minutos ainda.

O SR. CAMILO CAPIBERIBE (PSB - AP) – Ainda eu tenho três minutos? Eu queria falar mais um pouquinho então sobre a questão lá da Amazônia. Na Amazônia, a população está concentrada, sim, nos centros urbanos, mas boa parte dela está no meio da floresta: nós temos as populações indígenas, nós temos os castanheiros, nós temos os quilombolas, os agricultores familiares, categorias, inclusive, que são base de apoio político-eleitoral minha; eu me elejo com o voto muito forte, por exemplo, dos ribeirinhos, que moram a 200km de barco pelo Amazonas, aonde é muito difícil o acesso. Como essas pessoas, que hoje têm acesso a uma previdência em que precisam comprovar 15 anos de atividade – não de contribuição: de atividade, que se comprova com uma nota fiscal –, hoje vão ter que recolher R\$600 por ano durante 20 anos; pessoas que vivem praticamente em regime de subsistência? Como é que vão conseguir ter acesso a esses benefícios? Não vão ter!

Nós estamos condenando todas essas populações tradicionais, fundamentais para a preservação ambiental – nós não estamos discutindo aqui um pagamento devido a elas pelos serviços ambientais que elas promovem preservando as florestas para todos nós; não só para os brasileiros, mas para todos que habitam o Planeta Terra, e agora nós, além de não discutirmos um avanço do pagamento pelos serviços ambientais, vamos lhes tirar os direitos adquiridos. Então, esse debate eu acho que precisa também ser feito: como ficam essas populações que estão lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós pensamos muito no agricultor: muitas vezes, não conseguimos enxergar, até por desconhecimento, qual é a situação, por exemplo, de um castanheiro, que tem uma safra que é num pedaço do ano apenas e no resto ele tem que fazer outras atividades para se sustentar.

Então, eu vou concluir a minha fala, já está tarde, mas eu queria parabenizar e mais uma vez me colocar à disposição para travar profundamente esse debate. Quero vir aqui também nas outras, e lá na Câmara – evidentemente a minha Casa é lá –, mas estar aqui toda vez que esse debate acontecer, porque isso me enriquece e me fortalece para a luta em plenário nas Comissões.

Muito obrigado, Presidente, e a todos aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputado Federal Camilo Capiberibe... (*Palmas.*)

... que chegou aqui junto comigo. Eu digo, aqui nesta reunião de hoje: ele já foi Governador.

Eu quero só registrar: o ex-Deputado Federal Nelson Aguiar, autor do texto original do Estatuto da Criança e do Adolescente, esteve longamente aqui com a gente; o Deputado Bohn Gass teve que se retirar, mas voltará em outro debate, ele que coordena a frente parlamentar em defesa da agricultura familiar, enfim dos rurais; e passo a palavra agora à sempre presente Deputada Federal Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria começar parabenizando a realização dessa audiência pública, parabenizando a atuação do Senador Paim. Senador Paim, é uma alegria saber que o povo brasileiro pode contar com V. Exa. por mais oito anos nesta Casa e para fazer a discussão que deve ser feita. Tem um grande psiquiatra que diz assim: "O problema não é o mito, ou ter mito. O problema é você colocar mito e esconder a realidade, e você, portanto, tratar o mito como realidade e não como mito". Eu digo tudo isso porque há que se desmitificar a construção de uma narrativa que tem sido feita para tornar palatável uma reforma que, em verdade, não é uma reforma: o Brasil nas últimas décadas, penso, que lembro, fez pelo menos seis reformas da previdência. Então, modificou, aprimorou, transformou uma série de aspectos. Então, não é verdade que as reformas não foram feitas e que de repente a Nação se depara com a necessidade de fazer uma reforma sob o risco de vir o País a naufragar.

É preciso que nós tenhamos clareza, ou quem está na Presidência da República, a que propósito serve. Não serve, por exemplo, ao propósito de desenvolver um projeto nacional. Não há um projeto nacional. O Brasil está completamente ajoelhado, se transformou em sabujo de um rentismo que é insaciável no seu próprio lucro e esta reforma vai sinalizar com isso: com o apoio ao rentismo. O rentismo vai continuar lucrando, e lucrando muito neste País, porque o que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos vendo nesta proposta de modificação previdenciária é uma reforma tributária ao inverso.

O ex-Ministro Ricardo Berzoini costuma dizer que seria preciso que nós nos detivéssemos no financiamento da política pública de proteção social, que é a previdência, e não no corte das suas despesas e no corte das pessoas que são beneficiadas com esta política. Se nós estamos falando de uma política pública, e é uma política pública, e um sistema de proteção social em um País que não fez o luto dos seus períodos traumáticos, que vai carregando na sua história um nível de desigualdade tão profundo, é importante que nós possamos assegurar o sistema de proteção social e não rompê-lo para que o mercado e o sistema financeiro continuem lucrando e que venham a aumentar os seus próprios lucros.

Nós estamos falando de um sistema financeiro num País para onde retornou o fenômeno da fome. A fome voltou a existir no Brasil. Um sistema financeiro em que os quatro maiores bancos lucraram no ano passado, por volta de R\$69 bilhões. R\$69 bilhões. E que um banco como o Itaú, que faz parte desses quatro bancos, lucra três vezes o que gasta com pessoas apenas em prestação de serviço, e o grande montante são as tarifas bancárias, ou seja, as tarifas bancárias pagam três vezes o que é necessário custear para a gestão de pessoas num banco como o Banco Itaú.

Portanto, nós estamos falando dessa realidade e de uma proposta que penaliza sobremaneira, por isso é preciso dizer, é preciso tirar mito e dizer que mito é mito e fantasia é fantasia e que realidade é realidade. É uma reforma que vai atingir sobremaneira a população pobre.

Aqui já foi dito sobre a extinção do salário-família, a extinção do abono salarial, para uma parte substancial dos beneficiários atuais, ou seja, nós estamos falando de um universo – foi dito pelo representante do Dieese – de pouco mais de 6% da população que está no mundo do trabalho, que ganha um salário mínimo.

E nós estamos falando de um abono salarial que deixará de existir para 21 milhões de brasileiros e brasileiras e também do salário-família que deixará de existir para uma parte substancial da população brasileira, a população mais pobre.

Mas quando nós falamos de expectativa de vida, nós também estamos falando de variáveis que vão penalizar de forma mais intensa a população de baixa renda. A expectativa de vida está relacionada à assistência à saúde, à segurança, à habitabilidade, ao saneamento, à alimentação... Então ela não é igual para todo o povo brasileiro, ela é uma média. E uma média pressupõe que nós possamos ter segmentos da sociedade com uma alta expectativa de vida e outros com uma baixa expectativa de vida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos no Brasil um extermínio de jovens negros e pobres; são jovens negros e pobres que não têm expectativa de vida. A população trans, por exemplo, tem uma expectativa de vida de pouco mais de 30 anos. E os nossos jovens, em grande medida, negros e pobres, morrem ainda jovens, obviamente.

Portanto, nós vamos penalizar, se nós considerarmos a idade mínima, a população de baixa renda, via de regra. Além disso, quando você mexe com a extrema pobreza... Uai, BPC é extrema pobreza! Significa pessoas que não têm renda e pessoas que têm uma renda *per capita* familiar de um quarto do salário mínimo. É extrema pobreza! Essas pessoas que deixam de auferir o benefício de um salário-mínimo com 65 anos e passam para os 70 anos será que sobreviverão até 70 anos na condição de estarem em extrema pobreza? Então é extermínio de pobre. Essa proposta é extermínio de pobre. Eles dizem que é para acabar com os privilégios, mas os segmentos mais privilegiados... Lembro a poesia de Augusto dos Anjos que fala que a mão que apedreja é a mão que afaga.

A mão que apedreja a população pobre deste País é a mão que afaga os banqueiros, o sistema financeiro e uma elite que continuará lucrando.

Portanto, nós temos uma série de segmentos que vão ser penalizados.

O Brasil que tem sido pensado, por Paulo Guedes, e o Brasil que tem sido pensado por Bolsonaro, nele não estão os pobres. Não estão os pobres! Não estão os pobres neste Brasil! Porque o Brasil que não mexe numa reforma tributária, que não combate a sonegação... O próprio Governo diz que pelo menos R\$160 bilhões desse montante sonegado poderiam ser recuperados, e nós estamos falando de um milhão de empresas devedoras, mas nós estamos falando de quatro mil empresas que representam 60% da sonegação! E 82% dessas empresas estão vivas. Não são empresas que faliram, que não existem mais. São empresas que existem, mas não se fala de sonegação, ou se fala para as calendas, que acham que depois haverá um processo que seguramente será um processo de combate à sonegação, que seguramente privilegiará aqueles que já estão sendo privilegiados pelos Refis da vida.

Portanto, eu encerro apenas dizendo, Senador Paim, que nós temos uma reforma contra os pobres, misógina, porque o Governo é misógino, ele é sexista. Então toda hora nós vamos ver as expressões. Ele não consegue... A faixa presidencial não consegue conter o caráter misógino, sexista e anti-pobre que ocupa a Presidência da República.

Ela é muito mais cruel para as mulheres!

Diz Simone de Beauvoir que se há crise política, se há crise econômica, as mulheres serão as mais prejudicadas; mas para além disso, porque são as que menos ganham, porque são as que, enfim, mais trabalham. Uma das únicas políticas públicas que busca superar a desigualdade no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo do trabalho, que atinge homens e mulheres, está sendo destruída! As mulheres rurais terão um tempo maior de trabalho para se aposentar e, além disso, a aposentadoria rural vai realmente levar ao êxodo rural. Ou seja, a construção de territórios está destruída sem cadeias produtivas, está destruída...

(Soa a campainha.)

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – ... sem dignidade para um segmento da população rural, em função da contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Mas as mulheres rurais, as educadoras, os educadores, a maioria do gênero feminino, e, para além disso, as próprias mulheres, que passam a contribuir em um período maior com uma contribuição maior do que os próprios homens.

Por isso, o que nos cabe neste momento é desconstruir a narrativa e, ao mesmo tempo, construir uma narrativa palatável, porque eles não contam com um elemento: O povo brasileiro sabe fazer conta, sabe fazer conta e sabe trabalhar as suas expectativas e o seu próprio futuro.

E, para além de tudo isso, a capitalização. O exemplo do Chile está aí e não precisa ser falado. Está aí, ela é para eliminar a possibilidade de aposentadoria das gerações futuras.

Portanto, não é uma proposta para as gerações futuras.

Era isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Deputada Erika kokay.

Meus cumprimentos.

Eu vou tentar aqui, o mais rápido possível, ir para os encaminhamentos.

Então repito, próximas audiências públicas: 11 de março, uma segunda-feira, a Previdência Rural; 19 de março, aposentadorias especiais (e vai entrar aí professores, pessoal que trabalha em atividades insalubres, penosas e perigosas, saúde e mineração); 25 de Março, segunda feira, serviço público na sua abrangência; 2 de abril, terça-feira, Debate sobre Quantidade de Aposentados e Pensionistas.

Oito de Abril, segunda-feira, debate com o setor empresarial; 15 de abril, segunda-feira, Segurança Pública, às 9 horas da manhã; audiência pública para ouvir o Secretário da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, será marcada conforme a agenda do Secretário e a sua equipe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta quarta-feira, 27 de fevereiro, às 10 horas, teremos aqui uma audiência pública para debater a violência no Brasil com foco na violência contra a mulher. E todos nós sabemos que já é uma violência contra mulher a questão da previdência.

Teremos, na sequência, agendando as datas, debates sobre a questão LGBT, indígena e quilombola. Dia 20 de março, às 9 horas, lançamento, no Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Pública. E fizemos o apelo para que todos os Estados lancem a frente parlamentar em defesa da previdência nos seus Estados.

Como é de praxe, eu terei que ler agora, como sempre faço, os pedidos que vieram via o nosso *e-cidadania*.

Ebenézer Camargo, de São Paulo: Todos os benefícios concedidos hoje aos contribuintes serão custeados pela União ou serão compensados (descontados) da capitalização? Como vai ficar a aposentadoria para os microempreendedores individuais?

Eu vou responder no conjunto, no final.

Andrea Fantinel, Rio Grande do Sul: Para as pessoas que já estão aposentadas, tanto por doença, como por tempo ou idade, algo irá mudar para elas ou essas continuaram como estão? Essa nova reforma vai abranger as pessoas que estão próximas de se aposentar, ou ela só vai valer para os novos, os jovens?

Francisco de Assis, do Ceará: No meu ponto de vista, deveria ser trabalhado antes da reforma, a reforma política e posteriormente a reforma da previdência.

Ebenézer Camargo, de São Paulo: Como ficarão os casos de auxílio-doença, acidentes de trabalho, maternidade e afins, uma vez que por capitalização a contribuição?

Alberto da Silva, de São Paulo: A exigência do pedágio de 50% da atual proposta sobre o período que falta para 35 anos anula aquele de 40% exigidos na EC 20/98 de 16/12/98?

Cassia Marques, de São Paulo: Apoio o novo contexto previdenciário na sua integralidade.

Tânia de Araújo, do Ceará: Desejamos uma reforma justa envolvendo o Legislativo, o Judiciário, e revendo as empresas e seus déficits. Nossa conta está sanguinária.

Está-se exigindo que se cobre dos que devem.

Ronaldo Cunha, de Minas Gerais: A nova proposta irá atingir de forma brutal os direitos adquiridos com relação ao FGTS. Aqueles já aposentados não deveriam ser afetados!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sylvio Mauro, de Minas Gerais: Gostaria que fosse revisto o ponto sobre a pensão dos beneficiários quando a renda conjunta for inferior ao valor máximo do benefício.

Hércules Filho, do DF: É necessário estabelecer uma regra de transição para aqueles que estão próximos de se aposentar e que já não podem optar por outro meio.

Adriana Maria, de São Paulo: Por que penalizar os servidores públicos? Dêem o exemplo e comecem pela classe política, onde ocorrem as maiores barbáries.

Por que a reforma não prevê tempo de contribuição ou idade reduzida para a aposentadoria de pais ou responsáveis por portadores de necessidades especiais?

Maria José, do Mato Grosso: Não acho justa essa reforma.

Eu prefiro me aposentar e continuar pagando a Previdência em vez de aumentar a idade e o tempo para se aposentar.

Eu vou resumir, pessoal. Eu diria o seguinte: com essa reforma todo mundo perde, e vou explicar por que, para resumir.

Digamos que passe o regime de capitalização. Quem vai aguentar o pagamento daqueles que já estão aposentados no dito direito adquirido? Quem vai? Nós falávamos aqui. Quem vai pagar? O que os empresários farão? E fizeram assim, eu sempre dei aquele exemplo do Fundo de Garantia. Você chega na empresa e dizem: Olha tem dois sistemas, a capitalização ou o sistema atual, mas só tem vaga no regime de capitalização. O cidadão vai ter que entrar. Eu fiz assim no fundo de garantia, no meu próprio caso: Você quer estabilidade ou Fundo de Garantia? Ah, eu quero estabilidade. Ah, só tem vaga no sistema de Fundo de Garantia. E eu optei. E optei mesmo.

Então todos perderão. Todos! Por isso que eu estou muito preocupado. E quando eles tiram da Constituição o regime atual e jogam para a liberdade da lei complementar, calcule o que pode acontecer?

Então todos os que estão me ouvindo neste momento, os anos vão passar, eu gostaria de estar errado, mas se essa proposta passar, todo o povo brasileiro vai perder. Todo ele vai perder.

E aí eu encerro na certeza de que faremos uma grande mobilização e essa reforma como está não passará.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 06 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Selma Arruda, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Romário, Leila Barros, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão e dos senadores não membros Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Izalci Lucas, Dário Berger e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Girão, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da primeira à quarta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 9, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 10, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do Dia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 5/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A violência no Brasil", com foco no combate à violência contra a mulher. Participantes: Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal; Embaixadora Irene Giner-Reichl, República da Áustria no Brasil; Kerstin Schinnerl, Embaixada da Áustria em Brasília; Soraia Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM; e Maria Crislane Pinto Pereira, Assessora da Secretaria Nacional da Mulher. Às nove horas e cinquenta e nove minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à senadora Selma Arruda. Às dez horas e dois minutos a senadora Selma Arruda devolve a presidência ao senador Paulo Paim. O Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no plenário: Wilsomar Lozeiro de Araujo Júnior, Tradutor da Sra. Kerstin Schinnerl; e Noêmia Santiago, Deputada Constituinte. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim e Alessandro Vieira e as senadoras Leila Barros, Selma Arruda, Soraya Thronicke e Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/02/27>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da primeira à quarta reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Enquanto vamos conseguindo quórum, nós vamos fazer a leitura de informes desta Comissão.

Queria, de imediato, registrar a presença já aqui no Plenário de duas – permitam-me assim me dirigir a vocês – queridas e respeitadas Senadoras, que têm ajudado muito esta Comissão: Senadora Selma Arruda e Senadora Leila Barros. O painel já acusa também a presença do Senador Luiz do Carmo; da Senadora Leila, cujo nome já mencionei; Senador Nelsinho; Senador Styvenson também já registrou; Senador Romário registrou; Selma Arruda, aqui presente, claro, registrou; Paulo Paim; e Telmário Mota.

Em seguida, poderemos já deliberar os projetos que não exigem quórum presencial, aqueles que não dependem de pleno acordo. Para deliberar aqueles que exigem pleno acordo, só com dez Parlamentares no Plenário.

Aquilo em que não há pleno acordo, só com dez Parlamentares em Plenário.

Vamos aos informes, então, esperando chegarmos a dez.

A reunião de hoje será em duas partes: a primeira é deliberativa; a segunda, audiência pública um debate sobre a violência contra a mulher.

Antes de iniciarmos, vamos aos comunicados.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos do Sr. Djalma: os livros de sua autoria, as quatro folhas e, no credo, com autorização para disponibilização.

O Sr. Paulo Rosa solicita ajuda financeira do Senado Federal para aquisição de duas passagens, ida e volta, de Cachoeira de Macacu, Rio de Janeiro, a Brasília, para dois integrantes do projeto social chamado Semente de Asas. O projeto visa a aceleração na instrução de jovens e adultos para inserção no mercado de trabalho e oferece como prêmio uma viagem ao DF para conhecer o Congresso Nacional e o processo legislativo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um cidadão que relata que, por erro de investigação, está respondendo a processo de autoria de estupro de vulnerável.

Temos ainda uma cidadã que alega que seu filho foi torturado e morto enquanto estava sob tutela do Estado em Centro de Detenção Provisória e que a apuração para responsabilização dos envolvidos, além de morosa, segue com sentença contrária, segundo ela, à jurisprudência.

Ofício do TCU que encaminha cópia da referida deliberação referente ao Processo nº 027831/2017-5, que trata do relatório de auditoria com o objetivo de avaliar a eficácia e a efetividade das políticas públicas federais de inclusão produtiva, urbana e rural voltadas à população pobre, com destaque para o aspecto de articulação e focalização.

Temos ainda ofício do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que apresenta o relatório anual do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura referente ao ano de trabalho realizado entre abril e dezembro de 2017; da Aliança Nacional LGBTI, que solicita realização de audiência pública desta Comissão no dia 16 ou 17 de maio, em alusão ao Dia Internacional de Enfrentamento LGBTFobia, com o objetivo de discutir projetos de leis de efetivação da igualdade de direitos e proteção jurídica da população LGBTI.

Avoquei a relatoria dessa matéria, já apresentei requerimento que será deliberado no Plenário.

Do Ministério Público Federal: decide pelo arquivamento do pedido da CDH sobre ampliação dos visitantes, bem como dos dias de visitas em carceragem onde se encontra custodiado o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Da Mesa Diretora do Senado, que enviou a esta Secretaria o relatório das atividades do Conselho Nacional dos Direitos Humanos referente ao biênio 2016-2018.

Da Mesa Diretora do Senado, que enviou a esta Secretaria moção de apoio à Câmara Municipal de Campos Sales, Ceará, conforme a SUG 36/2018, que dispõe sobre o piso salarial nacional para os profissionais de órgãos de segurança pública. Essa informação já consta da tramitação da matéria, que está com a relatoria da Senadora Selma Arruda. Selma Arruda.

Está escrito aqui errado, não fui eu não. Senadora Selma Arruda.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados encaminha cópia de ofício direcionado à 2ª Vara Federal de Chapecó, que trata do processo judicial da retirada do Instituto Federal Catarinense – Campus Avançado Abelardo Luz, o qual funciona dentro de um complexo de 23 assentamentos, com cerca de 1,3 mil famílias. Dessa matéria também fizemos a relatoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo ainda, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal 12/2019, que esses documentos ficam disponíveis na Secretaria desta Comissão para manifestação dos membros da Comissão pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

Enquanto alcançamos o quórum, nós vamos fazer uma exposição rápida das matérias que estão na pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para autorizar, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes e dá outras providências.

Autoria: Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Esperando ainda o quórum para votarmos, de imediato, como a Relatora está presente, vou conceder a palavra para a Relatora, ela lê o seu parecer, a gente abre o debate e só vota depois que tivermos dez registrados em Plenário, porque o projeto é não terminativo. Se assim os Srs. concordarem, eu passo a palavra à Relatora, para ler. Em seguida, o debate.

Passo a palavra, neste momento, para leitura do parecer, à nobre Senadora Leila Barros, Relatora da matéria.

Em seguida, fala a Senadora Selma Arruda.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom dia, Sr. Presidente, Senadora Selma, profissionais da comunicação, pessoas que vieram assistir a esta audiência.

Agradeço a oportunidade de relatar, na verdade, é minha primeira atuação como relatora...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas diga que você está poderosa, porque a reunião era para quinta, todos os Senadores concordaram com o seu pedido de que a gente fizesse hoje.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu quero agradecer a todos realmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Selma foi a primeira a chegar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sempre pontual, a Selma é muito gentil e o senhor também.

Como é minha primeira atuação como Relatora, um tema tão sensível que foi sempre uma das minhas bandeiras

como Relatora, é um tema tão sensível e que foi sempre uma das minhas bandeiras: a questão da violência contra a mulher. A gente sabe que, cada vez mais, a violência tem aumentado, os números são alarmantes. Então, o tema desse PLC me sensibilizou muito.

O que eu queria ressaltar aqui a todos os que estão presentes? Compete à nossa Comissão, no art. 102-E, opinar sobre a garantia e promoção dos direitos humanos e sobre os direitos da mulher.

Na verdade, esse relatório vai ser encaminhado para a CCJ e lá será feito o controle da constitucionalidade e da juridicidade desse parecer e da lei.

Pensando nesse sentido, no trabalho, na intenção e na finalidade desta Comissão, eu vou ler agora o relatório sobre o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ler com a maior calma para esperar o quórum. Só falta um.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para leitura de relatório.) – Vem à análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 94, de 2018 (Projeto de Lei nº 6.433, de 2013, na Casa de origem), do Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos.

O projeto visa acrescentar os arts. 12-C e 38-A à Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). O primeiro autoriza, nas hipóteses que especifica, a aplicação de medida protetiva de urgência, pela autoridade judicial ou policial, à mulher em situação de violência doméstica e familiar ou a seus dependentes. O segundo prevê o registro da medida protetiva de urgência em bancos de dados mantidos pelo Conselho Nacional de Justiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua justificação, o autor do projeto expõe uma crítica ao demorado prazo de 48 horas para que o pedido de medida protetiva de urgência seja encaminhado ao Poder Judiciário. Nesse intervalo, o agressor teria a oportunidade de fugir, evitando ser preso em flagrante e fazendo com que a mulher em situação de violência tenha um justificado medo de voltar a ser agredida.

Por esses motivos, sugere a criação de medidas eficazes para a proteção das mulheres que, em razão da morosidade estatal, continuam em situação de vulnerabilidade. Uma dessas medidas seria a autorização para que a autoridade policial que primeiro tome conhecimento da ocorrência de agressão possa aplicar a medida protetiva em tempo hábil.

O projeto foi distribuído à CDH e seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que sejam analisados os aspectos pertinentes a sua alçada regimental, antes da deliberação final do Plenário.

Não foram apresentadas emendas a este projeto.

Análise.

À CDH compete opinar sobre as proposições relativas aos direitos da mulher, conforme previsto no art. 102-E, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal. A análise do projeto por esta Comissão, portanto, é apenas regimental.

Sobre o mérito, destacamos a oportunidade e necessidade do PLC de 2018. A modificação proposta, se transformada em lei, pode significar

A modificação proposta, se transformada em lei, pode significar a diferença entre a vida e a morte de um número ainda não totalmente conhecido de mulheres que são diariamente agredidas e ameaçadas nas cidades brasileiras.

A última versão do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicada em 2018, apurou a ocorrência de 221.238 casos de lesões corporais qualificadas como violência doméstica no ano anterior. Consta, no Atlas da Violência de 2018, por sua vez, o registro de 4.645 assassinatos de mulheres em 2016 – isso é em 2016 –, sendo notadamente as mulheres negras vitimizadas em maior número. Finalmente, o Conselho Nacional de Justiça dispõe de dados sobre a concessão de medidas protetivas: em 2017, foram 236.641 decisões judiciais.

Esse último dado é expressivo. No entanto, as estatísticas silenciam no que parece ser a informação mais importante para as mulheres agredidas: qual o tempo médio de deferimento da medida protetiva.

Compreendemos que o Poder Judiciário está assoberbado de feitos processuais, um reflexo da judicialização cada vez maior de demandas da população brasileira, a qual ainda está descobrindo como reclamar seus direitos fundamentais por meio do exercício cotidiano da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadania. O volume considerável de processos judiciais impede que as causas sejam apreciadas com a agilidade que merecem, perdendo, na prática, o efeito preventivo que devem produzir. Temos que ter a sensibilidade, porém, para a avaliação de situações específicas – aquelas que exigem uma resposta estatal imediata –, do contrário, crimes serão cometidos e vidas podem ser perdidas.

Acreditamos que, muitas vezes, crimes de violência doméstica poderiam ser evitados, pois a Lei Maria da Penha prevê mecanismos eficazes para proteger as mulheres de seus agressores. Falta uma resposta à altura da lei no plano da realidade fática. Temos que combater a morosidade no deferimento das medidas protetivas.

A proposição representa um considerável avanço, pois permite, no proposto art. 12-C, que a autoridade policial possa determinar que o agressor seja imediatamente afastado do lar, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher ou de seus dependentes. A ideia tem o mérito de permitir que a vítima seja acolhida e protegida em uma das principais portas de entrada da rede de atendimento – as delegacias de polícia, ou mesmo por um policial que atenda a ocorrência, na falta daqueles equipamentos –, suprimindo, assim, a possível deficiência de capilaridade da rede.

Outra inovação valiosa é a previsão contida no novo art. 38-A, de registro da medida protetiva de urgência pelo juiz competente, o que contribuirá sobremaneira para a manutenção de bancos de dados fidedignos sobre a violência doméstica, favorecendo o acompanhamento e o aprimoramento das políticas públicas e dos instrumentos de proteção contra a violência doméstica e familiar.

de proteção contra a violência doméstica e familiar.

Em nossa campanha, assumimos o compromisso de enfrentar esse problema com todos os recursos disponíveis.

Queremos aproveitar o início da legislatura para ratificar esse compromisso e direcionar nossos esforços para a aprovação desse projeto tão relevante. A título de contribuição, apresentamos tão somente duas emendas de redação. A primeira tem por propósito suprimir a ementa da expressão "e dá outras providências", que ofende a boa técnica legislativa e registrar a inovação do art. 38, a; a segunda é para inserir uma vírgula no art. 12, c, com o objetivo de imprimir mais clareza redacional.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, o PLC nº 94, de 2018. As emendas constam do processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria dizer ao senhor que a Senadora Selma deu uma sugestão de redação. Ela está sugerindo aqui, no art. 12, "c": "Nos casos de risco à integridade física da vítima ou à efetividade da medida protetiva, não será concedida liberdade provisória [e na verdade a alteração é do provisória] ao preso."

Acho bastante interessante a sugestão da Senadora Selma.

Era isso, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Relatora Leila Barros.

De imediato, passo a palavra, para discussão da matéria, à Senadora Selma Arruda.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, Senadores presentes, Senadora Relatora, gostaria de cumprimentar todos, especialmente à Senadora Leila, pela iniciativa, logo aqui no início da legislatura de, como ela mesma disse, já começar mostrando ao que veio. Se a senhora, como promessa de campanha, se comprometeu a agir nesse âmbito, hoje está provando que seus eleitores não erraram no voto, porque está, efetivamente, empenhada em fazer com que suas promessas se materializem.

Devo fazer aqui, Presidente, uma observação. Hoje, sinceramente, estou quase constrangida de ter que dizer isso: os projetos vêm à nossa análise com muito pouca antecedência. É muito difícil que a gente se manifeste, com qualidade, em tão pouco tempo de antecedência. Vou dizer-lhe que pela minha vivência – e acredito que na do Senador Alessandro também –, que para as pessoas que têm a vivência da aplicação da lei lá na outra ponta, a gente vê que, às vezes, uma vírgula, com apontou a Senadora Leila, uma proposição, gera milhares de processos, milhares de recursos, abarrotam a Justiça. A gente, hoje, tem essa realidade de um País judicializado por tudo, tudo sendo decidido. O próprio Congresso Nacional, às vezes, aqui se põe contra o Judiciário, o Legislativo contra o Judiciário, achando que há interferência de lá para cá. Na verdade, essa interferência acaba sendo obrigatória porque falhas legislativas acabam obrigando que o Judiciário interfira e assim por diante. Então, nós temos, acredito, pouco cuidado com algumas matérias por causa dessa escassez de tempo para que o parlamentar possa analisar, como disse, com profundidade e com responsabilidade

o Parlamentar possa analisar, como eu disse, com profundidade e com responsabilidade. O que nós estamos fazendo aqui é um ato de profunda responsabilidade. Nós não estamos aqui num trabalho meramente burocrático. Nós temos responsabilidade sobre a vida dessas pessoas que estão dependendo dessa legislação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu devo ressaltar aqui, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Sr. Senador, a minha admiração pela iniciativa – é óbvio que veio da Câmara –, aqui, da Senadora Leila, no sentido de ver a questão prática. Eu já fui juíza em comarcas longínquas. O meu Estado é continental, e a gente sabe muito bem que, às vezes, um juiz responde por cinco, seis comarcas. Então, se acontece uma violência doméstica na zona rural de uma comarca pequeninha, essa mulher ou essa vítima – e não precisa ser só mulher também a vítima – fica à mercê dos próprios algozes por falta da presença estatal ali para colocar, desculpe-me a expressão, ordem na bagunça. Então, pareceu-me muito boa e louvável a iniciativa!

Todavia, agora pela manhã, eu fui procurada pela assessoria legislativa do Fonavid (Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), e me solicitaram que pedisse vista do projeto sob o argumento de que há inconstitucionalidade quando se dá à autoridade policial a prerrogativa de conceder uma medida cautelar. Isso usurparia o poder da magistratura.

Eu, sinceramente, sempre fui muito prática em tudo o que eu fiz e em tudo o que eu decidi – eu acho que, se for para atender a vítima, não interessa quem está dando a decisão; a gente precisa é socorrer aquilo que está acontecendo –, mas eu preciso me certificar de que realmente essa redação não vá causar essa avalanche de recursos, avalanche de processos, avalanche de judicialização.

Então, apenas por isso, Senadora. Eu peço escusas, e já havia até feito uma sugestão aqui...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E eu até alterei.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... que foi acatada. Muito obrigada! Mas eu, com a devida vênia e com o pedido de escusas, vou pedir vista não por acreditar que violação de prerrogativas por si só seja motivo suficiente para a gente suspender o andamento de um projeto tão necessário, mas exatamente para evitar, porque eu também tenho esse dever de ofício, que uma avalanche de processos, que uma avalanche de recursos possa acabar prejudicando mais ainda a sociedade do que o benefício da alteração da lei.

Então, Sr. Presidente, eu peço vista por esse motivo.

Obrigada.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só um minutinho.

Senadora, a senhora não é membro da CCJ?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*)
– Sou.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Então, acho que lá é o lugar... No caso, a gente encaminhando para a CCJ, a senhora poderia pegar esse projeto e ser a Relatora dele na CCJ para fazer a análise e as alterações. Esse projeto não vai para Plenário enquanto não passar pela CCJ e pela análise dela. Eu acho que esse é um caminho que nós podemos construir junto com a Senadora Simone, até porque é do interesse de todas as Senadoras desta Casa; nós temos muito interesse em dar uma resposta a essas vítimas de violência aqui do nosso País. Então, eu me comprometo com a senhora – e até já fiz a alteração que a senhora me pediu – de, juntas, irmos à Senadora Simone. E que a senhora se comprometa de ser a Relatora desse projeto para trabalhar e ver como a senhora na...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Temos dois oradores inscritos

desse projeto e trabalhar e ver como a senhora na...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Temos dois oradores inscritos ainda para falar sobre o mesmo tema. Talvez eles possam contribuir.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, mas é válido. Debate é isso mesmo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu acho que é importante dizer, porque, na condição de juíza, é uma pessoa que entende da realidade também do Judiciário e que pode dar muita contribuição lá na CCJ, pegando essa redação, Senadora.

Obrigada.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, havendo essa possibilidade da relatoria, eu não me oponho a isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke; em seguida, o Senador Alessandro Vieira.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom dia, Presidente! Bom dia, colegas, Senadora Leila, Senadora Selma, Senador Alessandro, todos os servidores!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, nós estamos falando em efetividade, e, como advogada de família, eu também conheço o outro lado da questão. Nós temos aqui os dois lados.

Se estamos falando em efetividade – na minha opinião e pelo que tenho estudado, não sei se seria possível –, eu gostaria de aproveitar o ensejo, já que a senhora está aqui e poderia me ajudar a raciocinar sobre isto, para também fazer uma sugestão nesse sentido.

A Lei Maria da Penha, e toda a legislação protetiva da mulher, é muito boa. Eu estive, em Harvard, num curso de mulheres, com 72 mulheres de 17 diferentes países, e fiquei sabendo que a nossa legislação é considerada uma das três melhores do mundo. O nosso problema é a efetividade. Mas a efetividade que estou estudando é no seguinte sentido: mesmo que o juiz dê a medida protetiva, o que nós não conseguimos fazer é intimar o agressor. É muito difícil! Eu já tive clientes que tiveram de dormir no abrigo na noite de Natal, porque elas conseguiram a medida protetiva muito rápido. Como havia juiz de plantão, foi coisa muito rápida. O problema era intimar. Infelizmente, há advogados... Eu mandei a intimação, via WhatsApp, ele foi avisado por telefone de que havia uma medida protetiva, e o advogado dele disse simplesmente "corre!", porque você tem que ser intimado pessoalmente. Aí, o que acontece? Ele foge uma semana, duas semanas, ninguém encontra... Então, a efetividade é complicada. Se ela voltar para casa, ela não terá um policial do seu lado. Ela ficou sem roupa, passou o Natal longe dos filhos, e o agressor deu um jeito. E isso, na advocacia de família, é a coisa mais difícil que a gente enfrenta.

Então, eu gostaria de propor, para que a gente consiga... Porque vão dizer: "Ah, pelo WhatsApp não pode!", "Ele não abriu o WhatsApp com aquela intimação"... Então, sinceramente...

Além disso, o número de oficiais de justiça que a Justiça estadual disponibiliza geralmente é muito pequeno. Mas também não seria só uma questão de pedir que as justiças estaduais aumentassem o número de oficiais de justiça, que os designassem efetivamente.

Então, na sua opinião, Senadora, como juíza e entendendo que nós não podemos usurpar, passar por cima dessas questões de intimação, que também são sérias, o que é mais importante dentro de um conflito de princípios e de um conflito de valores, uma vez que precisamos proteger a mulher?

Muito obrigada!

Por fim, quero parabenizar também a senhora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a palavra o Senador Alessandro Vieira, sem prejuízo de as Senadoras falarem Senador Alexandro Vieira, sem prejuízo das Senadoras falarem novamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Claro.
Bom dia, Sr. Presidente e Senadoras.

Efetivamente, o mérito da questão é incontestável. Não há o que se discutir. Mas eu me somo à necessidade de uma análise jurídica um pouco mais aprofundada, porque nós temos uma mudança de alto alcance aqui, quando você passa do Judiciário, que tem essa reserva, para qualquer policial – porque o texto da proposta é bastante amplo, ele não se limita ao delegado de polícia, ele vai a qualquer policial – e garante a ele a possibilidade de deferir, decretar medidas que vão restringir a liberdade de alguém. Então, é um projeto que precisa de uma análise maior.

Mas eu acho que cabe, Senador Paim, fazer só um pequeno descritivo de como funciona a realidade do Brasil hoje. Na realidade, quem decide num primeiro momento pela liberdade da pessoa – vamos falar da liberdade, que é o bem mais precioso – é o policial militar, ou o guarda municipal, lá na rua. Quando ele faz isso, ele toma uma decisão de mérito, precária. Nosso sistema faz com que ele conduza a uma delegacia para apresentar a um delegado de polícia, que é um profissional que, pelo concurso e pela formação, tem qualidade jurídica suficiente para dar um grau acima nessa precariedade, que é a prisão em flagrante. Essa prisão tem que ser, *incontinenti*, comunicada ao Judiciário, para que, aí sim, a autoridade que teve pela Constituição essa atribuição transforme essa restrição à liberdade precária em uma restrição de maior força. Esse é o andamento natural.

Ocorre que, na prática, esse processo demora tempo demais, e ele coloca uma responsabilidade imensa no policial, aquele primeiro que está lá na ponta, porque é o único que responde por abuso de autoridade. O único que vai responder vai ser o guarda municipal, o policial militar, o brigadiano lá do Rio Grande do Sul. Esse responde, e é esse que tem que lidar com o pior momento da questão, que é o momento do conflito familiar. E aí, em 18 anos como delegado de polícia, a gente pode fazer praticamente tudo que você pode imaginar em segurança pública. Então, na hora do calor, do desespero da esposa, da vítima, da criança, você tem que usar da força, muitas vezes, e depois tem todo esse trâmite lento, e a garantia que ele tem é muito pequena.

Então, eu acho que é importante, Senadora Leila, a gente abrir um debate consciente das repercussões, mas dessa nova distribuição de poderes e atribuições, porque o Brasil não aguenta mais essa concentração de poder. O Judiciário não tem condições financeiras de fazer frente a isso. Você não pode ter um juiz, um promotor, um defensor, em cada cidade do Brasil. São milhares de cidades. Várias delas, em alguns Estados, a distâncias oceânicas. É muito difícil.

Agora, talvez o projeto, como está redigido, seja insuficiente para tanto. Na CCJ nós temos – e eu estou com a relatoria – o PL nº 89, de 2015, projeto aqui do Senado que versa sobre tema parecido. A minha sugestão, Senador Paim e Senadoras, é que a gente faça como a gente está fazendo lá com a pauta de segurança pública, que se monte não uma subcomissão, para não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

retardar trabalhos, mas que a gente sugira à Presidente Simone que faça um grupo de trabalho para rapidamente condensar essas várias propostas e tocar no cerne da questão: o cidadão que está na rua precisa de uma garantia de que o seu direito vai ser efetivamente atendido. E hoje ele não tem, por falta de instrumentos. Essa é minha contribuição. No mais, eu me somo aqui ao pedido de vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo que eu entendi, a vontade do Plenário... Não sei se a Dra. Selma quer falar novamente. A palavra é sua.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não, pode ir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo que eu entendi da vontade do Plenário, a matéria pode ser melhorada, a redação final, mas todos entendem que aqui, como não é uma decisão terminativa – a terminativa é na CCJ –, faríamos esse debate lá na CCJ. Com isso – estamos próximo do 8 de março, Dia Internacional das Mulheres –, nós teríamos hoje aqui, na sequência, uma audiência pública que foi solicitada inclusive pela própria Diretora da Casa uma audiência pública que foi solicitada inclusive pela própria Diretora da Casa, porque estão no Brasil, visitando, duas especialistas em violência contra a mulher. Quem pediu foi a Diretora Ilana. Ela vai estar aqui. A Embaixadora Irene Giner-Reichl, da República da Áustria no Brasil; a Embaixada da Áustria no Brasil estará representada por Kerstin Schinnerl; e Soraia da Rosa Mendes, que é Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. E ainda, provavelmente – nós tínhamos ajustado – viria um representante da Secretaria de Direitos Humanos, para debater, posteriormente a essa reunião, a violência contra a mulher. Mas teríamos outras tantas reuniões. Agora, então, se vocês concordarem, os senhores e as senhoras, nós votaremos o projeto.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, só entendendo a relevância da necessidade de a gente tomar uma atitude o mais rápido... Eu acho que as colocações do Senador Alessandro foram muito contundentes. O que nós precisamos hoje é que pelo menos esse projeto vá para a CCJ, seja apensado com os demais e que tenha um grupo de trabalho lá dentro da própria CCJ, e que esse projeto também possa dar sua contribuição, que eu acho que é importante. Este é um manifesto, é um apelo que eu faço aos colegas aqui. A ideia é que simplesmente seja encaminhado e que vá para a análise, com os demais projetos que estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Então todos concordam com o encaminhamento que eu fiz. Nós votaríamos o projeto e continuaríamos o debate lá na CCJ. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1 e nº 2, desta comissão.

O debate continua lá na CCJ.

Parabéns a todos pela forma conciliatória como avançamos aqui. (*Palmas.*)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Mulheres, né?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque vocês são maioria aqui.

Nós temos mais dois itens na pauta, mas como os relatores não estão presentes, nós não vamos votar.

Vou convidar a Senadora – que pode compor conosco, não sei quem pode compor – só para fazer a leitura de dois requerimentos. Como são de minha autoria, a Senadora – não sei se a Senadora Selma ou Leila – só lê os requerimentos e, em seguida, a gente vota.

Senadora Selma, por favor, se puder assumir a Presidência. Como o requerimento é de minha autoria, V. Exa., Senadora Selma Arruda, leria os requerimentos, e estamos adotando aquele princípio sem extra pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Selma Arruda. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) –

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 9, de 2019**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria:

Relatório:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 9, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta Senadora Selma, surgiu nesta Comissão a Lei dos Autistas. Eles vieram um dia aqui, em uma comissão enorme, e falaram: "Nós estamos desesperados. A última esperança nossa é a Comissão de Direitos Humanos". Eu me reuni com eles aqui, um, dois, três dias, e enfim surgiu a Lei dos Autistas. E eles estão pedindo que a gente faça uma audiência pública na qual eles darão o relato de como está a situação hoje e do que eles entendem que tem de avançar. Esse é o objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Selma Arruda. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senhores, em votação o requerimento.

Permanecendo como estão, aprovam. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segundo requerimento.

ITEM 5**REQUERIMENTO Nº 10, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de tratar do Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo ao Senador Paulo Paim a palavra para o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Presidenta, o movimento LGBT nos procurou para que nós façamos uma audiência para debater a situação deles no Brasil. Todos nós sabemos que centenas e centenas são assassinados todo ano no Brasil. A violência é algo absurdo – inclusive, vamos discutir hoje um pouco sobre a violência contra a mulher, mas teremos outras audiências –, e eu achei mais do que justo que possamos, nesse dia então, fazer um debate aqui, de forma irmanada, eu diria, de Senadores e Senadoras, sobre a situação da comunidade LGBTI.

A SRA. PRESIDENTE (Selma Arruda. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Em votação o requerimento.

Quem aprova permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Senadora...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Senador, eu queria dar os parabéns ao senhor por essa iniciativa. Acho que é um tema sensível, que é pouco discutido nesse Governo, e nós não podemos nos furtar a discutir essa questão de como essa comunidade LGBTI vem sendo tratada nesse Governo. Nós precisamos realmente fazer uma audiência, debater sobre a violência, sobre os casos que vêm acontecendo com essa comunidade.

Eu quero dar os parabéns ao senhor pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Selma Arruda. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Repassando a Presidência ao Senador Paulo Paim, eu também gostaria de enaltecê-lo pelas iniciativas e de fazer apenas uma observação com relação à questão do autismo.

São pessoas, são famílias esquecidas, invisíveis. Eu também, durante a campanha, recebi muitos apelos com relação a essa questão do autismo. Espero que, nessa audiência pública, as pessoas lá de Mato Grosso que me requereram essa visão especial possam comparecer aqui e ajudar nesse debate.

Muito obrigada e parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cumprimento as duas Senadoras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns perguntam: "Paim, por que tu entras com tanto requerimento?". Eu explico. Eu estou há mais tempo na Casa e percebo a sensibilidade desta Comissão. Quando se aprova o requerimento, ele não é mais meu; é de todos os Senadores e Senadoras. Então, a todos os senhores que entenderem, que queiram que eu assine algum requerimento, eu digo que assinarei todos os requerimentos, porque o debate é independente da questão, cada um tem as suas posições. Então, sinto que, cada vez que eu aprovo um requerimento, o requerimento é também de V. Exas., o.k.?

Muito obrigado. Agradeço a todos.

Podemos participar, inclusive, com a indicação dos candidatos.

Vamos para a segunda parte da nossa reunião.

Os Senadores fiquem à vontade. Eu sei que V. Exas. têm compromisso de votação

Os Senadores fiquem à vontade. Eu sei que V. Exas. têm compromisso de votação nas Comissões. Todos fiquem à vontade.

Vamos à segunda parte da nossa reunião de hoje.

Por favor, quero o material dessa segunda parte. *(Pausa.)*

Vamos à segunda parte desta reunião de hoje. A segunda parte vai tratar da violência contra as mulheres, que cresce de forma assustadora no País.

Convidamos a estar na Mesa a Diretora-Geral do Senado Federal, Dra. Ilana Trombka. Está convidada a Dra. Ilana Trombka.

Convidamos a Embaixadora Irene Giner-Reichl.

Convidamos a representante da Embaixada da Áustria em Brasília Kerstin Schinnerl.

Convidamos Soraia da Rosa Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher.

Eu havia convidado, acertado ontem que viria também alguém representando a Secretaria dos Direitos Humanos e da Mulher. Se veio algum representante, eu o convidaria para estar na Mesa. Fica na Mesa e, quando todos falarem, no fim, se quiser pode fazer uma saudação. *(Pausa.)*

Eu só preciso do nome dela. Dê-me só o primeiro nome, que eu já a chamo.

A SRA. MARIA CRISLANE PINTO PEREIRA *(Fora do microfone.)* – Crislane.

Crislane.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Crislane está convidada a estar na Mesa com a gente, representando a Secretaria de Direitos Humanos, da Família e da Mulher.

Direitos Humanos, da Família e da Mulher.

Nós combinamos aqui com a Assessoria que, em toda audiência pública, a gente fizesse uma pequena introdução do tema para quem está nos assistindo pelo sistema de comunicação aqui, no Senado.

Então, faremos aqui uma pequena introdução e, em seguida, passamos a palavra aos convidados.

Violência contra as mulheres.

Segundo o levantamento da Consultoria do Senado Federal, apenas nos 11 primeiros dias de 2019, 33 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, outras 17 sobreviveram a agressões que poderiam ter sido letais.

O Ministério dos Direitos Humanos divulgou o balanço do Ligue 180. De janeiro a julho de 2018, a central registrou 27 feminicídios, 51 homicídios, 547 tentativas de feminicídios e 118 tentativas de homicídios. No mesmo período, os relatos de violência chegaram a 79,671 mil, sendo os maiores números referentes a violência física – 37,397 mil – e a violência psicológica – 26,527 mil.

Segundo o estudo Estatística de Gênero, do IBGE, publicado recentemente, as mulheres ocupam menos postos de trabalho do que os homens, recebem menos, ainda que exerçam a mesma função, e são expostas a violência moral e sexual.

Se têm ensino superior completo ou mais, elas ganham cerca de 63% do que ganham os homens com formação equivalente. Os cargos de coordenação e chefia são majoritariamente ocupados pelos homens.

As trabalhadoras negras ainda encontram-se na base da pirâmide social. As políticas públicas para as mulheres negras precisam ser efetivadas. O Ministério Público e todos os outros órgãos fiscalizadores precisam acompanhar essas políticas públicas. Fazem muito, mas entendo eu que temos que avançar ainda mais.

As mulheres negras ocupam apenas 1,6% do quadro de gerentes nas empresas, segundo o estudo do próprio Instituto Ethos.

O IBGE ainda apresenta que a jornada de trabalho das mulheres é em média 54,5 horas por semana, das quais 36,5 são dedicadas ao serviço remunerado e as outras 18 horas, ao serviço doméstico. Para os homens, o número cai para 51,6 por semana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a reforma da previdência, as mulheres são as que mais perdem. Idade mínima: 62 anos para a mulher, 65 anos para o homem – hoje é 55.

Trabalhadoras rurais: idade mínima de 60 – hoje é 55 –, e a idade mínima é 20 – hoje é 15.

Segurados especiais: 60 anos para mulheres e homens, e 20 anos de contribuição sobre a produção, que vai na mesma linha do que eu falava antes.

Professores: 60 anos para mulheres e homens, e 30 anos de contribuição. Hoje eles estão na especial.

Regime Próprio de Previdência Social: 62 anos para as mulheres – aumento de sete anos –, 65 para os homens – aumento de cinco anos.

Na política, a participação feminina ainda está muito longe do ideal. Hoje encontramos apenas 12 colegas no Senado Federal. Antes, tínhamos 13.

com apenas 12 colegas no Senado Federal. Antes tínhamos 13, não mais do que 30% dos 108 suplentes na Casa são mulheres, dos 108 somente 30% é de mulheres. Na Câmara Federal 77 cadeiras são ocupadas por mulheres, 16 a mais do que a composição da Casa até 2018. É bom lembrar que lá são 513 Parlamentares e nós só temos 77 mulheres.

No Executivo, a baixíssima representatividade feminina chama também atenção. Em 27 Estados temos apenas uma Governadora eleita. Um levantamento do instituto Data Folha divulgado recentemente informa "Nos últimos 12 meses, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativas de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões, 37.1% de brasileiras passaram por algum tipo de assédio". Esse número é assustador, 22 milhões. Dentro de casa a situação não é melhor. Entre os casos de mais violência, 42% ocorreu no ambiente doméstico. Mais da metade das mulheres, 52% não denunciou o agressor e nem procurou ajuda.

Com essa rápida introdução do debate de hoje, quero cumprimentar em primeiro lugar a Diretora Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal porque ela nos provocou positivamente, uma vez que tínhamos duas especialistas nessa área: a Embaixadora e a própria representante da Embaixada para que a gente fizesse um debate com essa visão nacional e também uma visão além das fronteiras do Brasil.

Por isso é com satisfação que, neste momento, passo a palavra à Embaixadora Giner- Reichl pelo tempo de 15 minutos com mais cinco se entender, mas sem nenhuma rigidez.

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Muito obrigada.

Tenho um PowerPoint. Podemos utilizar esse?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Senador Presidente da Comissão de Direitos Humanos pela ocasião de fazer essa pequena fala.

podemos ver a...do Senado. (*Pausa.*)

Sim, muito obrigada.

Posso avançar? (*Pausa.*)

Muito obrigada.

Já estamos celebrando na Áustria cem anos de direito de votar das mulheres. Então, não é uma história muito longe em nosso país, mas ao final da Primeira Guerra Mundial e, nessa guerra, o papel das mulheres na sociedade mudou muito e também depois com a fundação da primeira república austríaca em 1918 as mulheres também tiveram o direito de votar.

Tiveram o direito de votar, e eu estou muito feliz que podemos utilizar esse aniversário para falar um pouco sobre os direitos das mulheres em geral e sobre a questão da violência em particular e apresentar, depois, algumas experiências que nós temos em nosso País nessa matéria, que é uma matéria grave para todos os países do mundo.

Eu acho que, você conhecendo a Áustria, é um país bastante central na Europa, não é um país muito grande, é um pequeno país, mas é um país com uma história de muito longe e também uma capacidade bastante grande na área de cultura e de turismo, mas também na qualidade de vida. Vocês sabem que a capital de Viena tem o *rating* de Mercer, desde muitos anos, sempre em primeiro lugar.

Também temos muitas empresas de alta tecnologia atuando no Brasil. Só para ter uma pequena ideia, essas são algumas empresas; e essas são grandes empresas brasileiras atuando na Áustria.

Falemos um pouco do Parlamento austríaco: o Parlamento austríaco também tem duas Câmaras, e esse é o Congresso, o que corresponderia ao Congresso, e nessa Câmara temos 183 Deputados, e 37% são mulheres, então mais ou menos a mesma composição que no Brasil. Temos uma diferença entre partidos: alguns partidos têm uma tradição histórica e uma cultura interna mais favorável à participação das mulheres, são os partidos de esquerda; o Partido Social-Democrata (SPÖ) tem um pouco mais de porcentagens. E na Segunda Câmara do Parlamento austríaco também temos uma porcentagem de quase 40% de mulheres sobre os 61 Deputados na Segunda Câmara, que é a Câmara que representa as Províncias. Nós também somos uma República federativa, temos nove Províncias, e essas Províncias mandam-nos representações nessa Segunda Câmara do Parlamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O governo austríaco tem – vou fazer muito rapidinho, para ver a impressão –, dez Ministros, e cinco desses são mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Cinquenta por cento, pelo menos?

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Um avanço. Comparando com o Brasil, é um avanço.

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Sim.

Muito rapidamente, nós acreditamos na Áustria que a igualdade entre mulheres e homens é uma condição necessária para a sustentabilidade. Não podemos alcançar as medidas do desenvolvimento sustentável, os ODS, sem avançar também nessa igualdade, porque precisamos da experiência, da sabedoria, da ciência das mulheres tanto como dos homens para alcançar esses desafios bastante grandes. Nesse sentido, juntamente com outras três mulheres, fundei uma rede global para promover mulheres em energia, e é uma rede muito jovem, só um ano e meio, mas já temos um alcance global bastante interessante, porque a área da energia é uma das áreas onde a representação das mulheres é muito pequena.

Mas, como nos informa o World Economic Forum de Davos, a participação igual das mulheres, com direitos iguais, é boa também para os negócios. Vocês sabem, talvez, que o World Economic Forum de Davos faz um relatório cada ano, um relatório sobre as diferenças na participação das mulheres e dos homens, e faz um *ranking*, e sempre nesse *ranking* está a Áustria, na posição 57. Então, infelizmente ainda não somos os líderes nesse *ranking*, porque na Áustria de hoje temos uma diferença bastante grande nos salários entre mulheres e homens ainda quando têm a mesma qualificação e temos outros desafios que nos relegam a esse posto de 57º lugar; são mais de 130 países que fazem parte desse *ranking*.

A violência contra as mulheres, como já falamos, é um problema global. Sabemos que mais ou menos 35% das mulheres sofreram violência física ou sexual em suas vidas e na Áustria podemos dizer que mais ou menos 20% a 25% das mulheres sofreram violência física ou sexual em suas vidas. Uma em cada

dez meninas foi forçada a ter relações sexuais – esses são os números globais – e pelo menos 200 milhões de mulheres em 30 países tiveram seus órgãos sexuais mutilados; as meninas sofreram essas circuncisões principalmente antes dos cinco anos. Essas são cifras inaceitáveis.

Mulheres e meninas representam mais de 70% das pessoas que são vítimas do tráfico e, interessante também nessa estatística: 82% das Parlamentares mulheres que participaram de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa da União Interparlamentar informaram que durante seu mandato foram submetidas a violência psicológica – insultos e gestos sexistas.

No trabalho bilateral, eu sou a Embaixadora da Áustria no Brasil desde julho de 2017, já temos um diálogo muito interessante sobre a questão de feminicídio com esse novo protocolo que o Brasil adotou chamado Frida. Também organizamos, de vez em quando, quando temos ocasião, trocas de experiências. Por exemplo, tivemos uma visita de um membro austríaco no Comitê CEDAW, da Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres: a Juíza Lilian Hofmeister da Áustria visitou Brasília e São Paulo em dezembro e tivemos encontros com institutos de pesquisas de relações internacionais em São Paulo, com a Fundação Fernando Henrique Cardoso. Ontem visitamos Campo Grande, e foi uma visita muito interessante, muito legal, porque em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tem uma instituição chamada Casa da Mulher Brasileira, que é uma instituição de proteção e de advocacia para as vítimas de violência doméstica, numa cooperação entre os níveis federal, estadual e municipal e também numa cooperação muito interessante entre os serviços jurídicos, serviços médicos, serviços de psicologia, de sociopsicologia, etc. Tivemos ocasião de conhecer um pouco esse modelo e também de fazer um relatório sobre a abordagem que temos na Áustria e que se concretiza em uma instituição que a Kerstin vai apresentar, chamada Centro de Intervenção contra a Violência Doméstica em Viena.

Então, essas são duas fotos de nossa visita: na primeira foto

de nossa visita: na primeira foto o prefeito de Campo Grande falando na ocasião desse quarto aniversário da Casa da Mulher Brasileira, em Campo Grande. E a segunda mesa é a mesa dos palestrantes, com a Kerstin Schinner já falando.

Muito obrigada. Para esta ocasião estou à disposição para...

(Soa a campainha.)

A SRA. IRENE GINER-REICHL – ... dúvidas, se têm, e, uma vez mais, muito obrigada pela ocasião. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Embaixadora Irene Giner-Reichl.

Passamos a palavra, para complementar esse relato, à Sra. Kerstin Schinnerl, da Embaixada da Áustria no Brasil. Registramos a presença também no plenário do Sr. Izomar Oseir de Araújo Júnior, que vai fazer a tradução.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL – Bom dia. Eu sou Kerstin Schinnerl, sou advogada na Áustria e trabalho para o Centro de Intervenção de Violência contra a Mulher na Áustria, que é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização de suporte especializada em violência doméstica. Nos últimos três dias eu estive visitando Brasília a convite da Embaixada da Áustria e aprendi muito sobre o sistema de proteção contra a violência da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu dê uma leve interrupção? A falha foi minha. Eu quero convidar para a Mesa, para estar conosco a Dra. Soraia da Rosa Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM. Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

Volto a palavra à Embaixada da Áustria.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL – Eu vou começar com o escopo legal de proteção na Áustria. Essa estrutura legal entrou em vigor em 1997 e foi considerada um grande progresso no momento. Contém a proteção contra a violência policial, a violência doméstica e também outros direitos, em que eu vou entrar um pouco posteriormente.

Em qualquer evento de violência, a vítima pode entrar em contato com a polícia e a polícia tem o poder de rapidamente emitir um mandado de prisão e tomar as medidas necessárias. A polícia tem o direito de manter em custódia esse agressor por 14 dias sem o direito de retornar.

Então a vítima tem o direito primeiramente de ter a proteção da polícia para, depois, poder entrar com alguma ação contra o agressor. Esse mandado pode ser válido por um ano e pode proteger a casa da vítima e também outros lugares que a vítima frequenta, como o seu local de trabalho; também existe uma ordem de proteção contra qualquer tipo de contato do agressor, seja por telefone ou mensagens, além de uma ordem de proteção contra casos de *stalkers* ou casos de perseguição com a vítima.

Agora, passando para o Código Penal: a Áustria não tem uma cláusula específica para violência doméstica, mas todas as outras cláusulas podem ser aplicadas diretamente à violência doméstica, que pode incluir danos físicos, estupro ou a privação de liberdade. Todas essas ações, esses crimes, estão sob a procuradoria pública e não é necessário a vítima processar o seu agressor; a procuradoria é responsável por fazer isso.

Vou falar agora rapidamente sobre o centro onde eu trabalho. Uma das coisas mais especiais dentro da legislação da Áustria é que a polícia é obrigada a entrar em contato com centros especializados em proteção contra a violência doméstica. Isso é estabelecido pela lei; a vítima não tem que consentir, já acontece obrigatoriamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso mostra a Áustria: nós podemos ver, nas nove Províncias, onde nós temos os centros instalados. Os nossos centros de proteção contra a violência são organizações sem fins lucrativos; por outro lado, nós somos cem por cento financiados pelos ministérios, então nós temos a possibilidade de tomar decisões independentes sobre como vamos fornecer os nossos serviços. Continuamos, não obstante, com autonomia sobre o financiamento.

Como disse anteriormente, a polícia é obrigada a nos informar quando há um evento de violência

A polícia é obrigada a nos informar quando há um evento de violência e o que nós fazemos é entrar em contato com a vítima e oferecermos o nosso suporte.

Esse suporte é confidencial e sem nenhum custo para essa vítima.

Nós somos uma entidade parcial porque nós estamos do lado da vítima e oferecemos o suporte para ela.

Os nossos serviços incluem suporte, apoio psicossocial, assistência legal onde nós podemos aconselhar a vítima a como proceder legalmente. Assistência da corte. Então nós acompanhamos a vítima em todas as audiências e também com todos os procedimentos legais.

Adicional ao nosso suporte psicossocial nós também podemos contratar um advogado para dar o apoio para essa vítima.

Estes são alguns números.

Em 2017, nós podemos ver alguns números de notificações à polícia em Viena.

Nós podemos ver que na capital nós temos cerca de 1.8 milhões de incidências.

Em 2017, a polícia reportou 3.587 casos ao nosso centro.

E o total de clientes que nós tivemos de 2016 a 2017 foi um pouco mais de seis mil.

Então infelizmente nós podemos ver que na Áustria e em Viena nós temos muitos casos de violência doméstica, mas felizmente, nos últimos vinte anos, nós temos esse apoio do Centro de Proteção Doméstica para que as vítimas não se sintam desamparadas.

Eu cheguei ao fim da minha apresentação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, representante da Embaixada da Áustria em Brasília, Kerstin Schinnerl, pela sua exposição. E também meus cumprimentos ao tradutor, Wilsomar Loseiro de Araújo Júnior.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos passar a palavra agora, depois a gente vai abrindo espaço para perguntas.

Vamos concluir a fala dos convidados.

Eu passo a palavra neste momento para Doutora Soraia da Rosa Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher — CLADEM.

A SRA. SORAIA MENDES – Bom dia, Senador Paulo Paim, em nome do qual saúdo esta comissão por inteiro, seus representantes, suas representantes, nossos representantes, nossas representantes do povo brasileiro nesta Casa Legislativa.

Saúdo muito especialmente

nesta Casa Legislativa. Saúdo muito especialmente aqui as convidadas internacionais, em especial a Embaixadora Irene, que aqui no nosso País se encontra e que já deve conhecer um pouco, pelo noticiário, as dificuldades que enfrentamos no âmbito do combate à violência contra a mulher no nosso País, de maneira que é extremamente importante um momento como este de discussão e de contrastes entre a realidade que vivemos no nosso País e a realidade vivida em países europeus tais como a Áustria, muito embora dois pontos sejam similares.

Pelo que me parece, nossas legislações são legislações extremamente avançadas. Temos, sem dúvida alguma aqui, um ponto de similitude entre aquilo que foi desenvolvido ao longo do mundo, em vários outros países, e aquilo que foi desenvolvido também no Brasil.

Isso não tem uma outra razão de ser que não a atuação muito forte do movimento de mulheres em nível internacional, que impulsionou modificações que são modificações naqueles que são os documentos internacionais de proteção aos direitos humanos, muito especialmente para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e, logo na sequência, mais no nosso âmbito da Convenção de Belém do Pará, que trata a respeito da eliminação de todas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Daí para diante, infelizmente no nosso País, nós necessitamos que um caso fosse levado até os organismos internacionais, através de uma situação extremamente gravosa como foi a que ficou mundialmente conhecida e que deu nome à nossa Lei 11.340 de 2006, a Lei Maria da Penha, para que nós tivéssemos uma consolidação interna daqueles que são os ditames internacionais de proteção à mulher.

Creio que uma outra similitude que aqui se coloca, embora em proporções extremamente diversas, é aquela que diz respeito ao fato de que, infelizmente, apesar de termos estruturas, infelizmente, apesar de termos previsões do âmbito legislativo, tanto da legislação criminal, quanto da legislação cível, nós ainda enfrentamos, da Áustria ao Brasil, casos de violência contra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mulher, respeitadas as proporcionalidades e respeitados também agora alguns traços que nos distinguem fundamentalmente da realidade austríaca.

No Brasil, e eu tive a oportunidade de, no ano passado, escrever para a RT, a Revista dos Tribunais, uma síntese a respeito do ano de 2018 para as mulheres. Escrevi mais, naquele momento, como acadêmica que sou, como advogada que sou, mas fiz uma análise que é uma análise que vai dar a perspectiva sociológica e criminológica daquilo que são as raízes do nosso País.

No nosso País falar de machismo, falar de sexismo, falar de misoginia, é falar de racismo. É falar de uma quantidade de violência que ultrapassa os limites daquelas violências que nós inclusive reconhecemos na própria Lei Maria da Penha.

Nós tratamos na Lei Maria da Penha de nominar a violência física, a violência psicológica, a violência patrimonial, a violência moral e a violência sexual. Contudo as mulheres brasileiras são vítimas

contudo as mulheres brasileiras são vítimas de violências que partem muitas vezes daquelas que são as ausências ou deliberadas ausências do poder estatal.

Nós vivemos um pânico no campo da saúde com a violência obstétrica. Nós vivemos uma quantidade de violências praticadas em relação às mulheres que leva à morte, ao óbito de milhares de mulheres no nosso País anualmente, em função de uma não discussão aprofundada sobre o direito em relação ao próprio corpo, que diz respeito ao aborto no Brasil.

Essas realidades são realidades de violências que surgem ao longo daquelas que são as ações institucionais que deveriam existir e que muitas vezes não existem ou que talvez, e muito bem posta esta audiência pública aqui pelo Senador Paulo Paim neste momento tão delicado que vivemos da nossa política, e em momento de ataques a tantos direitos, e os direitos das mulheres muito especialmente estão sob a mira de determinadas organizações que se reúnem dentro dessas Casas legislativas, que nós tenhamos a capacidade de compreender que essas instituições elas se colocam tanto de forma a não agir, e por isso deixam acontecer, como sempre aconteceu no nosso País, e hoje se colocam de forma a agir contrariamente, de maneira que nós temos no nosso Congresso Nacional projetos de lei que falam da eliminação total de qualquer possibilidade de interrupção da gravidez, inclusive nos casos que a nossa legislação criminal já traz. Isso é extremamente gravoso.

E por que eu alio essa discussão toda com aquele que é o necessário recorte de raça e etnia dentro do debate brasileiro? É porque quando nós falamos a respeito dessas mortes, nós estamos falando majoritariamente de mulheres pretas, de mulheres pobres, de mulheres que estão dentro de uma situação de vulneração extrema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não falo, academicamente, em vulnerabilidade, porque a vulnerabilidade ela nos dá uma nota de que a pessoa pode sair daquela condição ou de que ela entrou naquela condição. Vulneração é um processo deliberado. O povo negro brasileiro, de uma forma geral, e as mulheres negras brasileiras sempre foram corpos à disposição do Estado brasileiro e dos senhores do Estado brasileiro. E por isso esses corpos não importam. E por isso essas milhares de mortes, seja em função do aborto, seja em decorrência da violência obstétrica, seja em decorrência da violência doméstica, porque essas mulheres pretas, de acordo com os dados que são recolhidos pelos institutos mais respeitáveis de pesquisa no nosso País, são as mulheres mais atingidas pela violência doméstica.

Nós sabemos muito bem, e o exemplo da Áustria está aí para dizer: Somos todos vítimas de violência, mulheres ricas, pobres, pretas e brancas. Somos, mas o nosso País traz uma formação histórica racial que traz para as nossas mulheres mais vulneradas problemas que são problemas de ordem bem mais grave. Vejam as senhoras que para que conheçam

um pouco também desse recorde. Temos, tal como na Áustria, a possibilidade de registro da ocorrência policial em uma delegacia de polícia. Uma mulher vítima de violência pode, como todas nós e todos nós aqui brasileiros e brasileiras sabemos, inclusive a Embaixadora com certeza, procurarmos a autoridade policial no momento em que uma violência ocorre. Muito dificilmente a mulher procura a autoridade policial logo no primeiro momento porque existe algo que nós descobrimos e não fomos nós do Direito que descobrimos, nós advogados, advogadas, mas os psicólogos e psicólogas que se chama o ciclo da violência. Esse ciclo da violência é fundamental para que se compreenda a complexidade da violência doméstica que não pode jamais ser comparada com qualquer espécie de violência.

Nós já temos, todas nós, pretas, brancas, pobres, ricas, um ciclo de violência que nos prende independentemente de qualquer das nossas diferenças, contudo pisar numa delegacia de polícia para uma mulher preta é muito mais difícil do que para uma mulher branca. Neste País entrar numa delegacia de polícia sendo uma pessoa negra é entrar numa delegacia de polícia com a possibilidade de ter no seu rosto gravado o rótulo de culpada. Nós sabemos que as mulheres vítimas de determinadas violências – a Lei Maria da Penha avançou muito e nos trouxe muitas possibilidades de quebrar com esse paradigma –, ainda no campo da violência sexual nós mulheres ingressamos dentro do sistema de justiça criminal normalmente responsabilizadas pela violência que nós sofremos.

As perguntas são sempre as mesmas: onde estava, com quem estava, que roupa usava, como se comportava, mas uma mulher preta entra numa delegacia de polícia com um rótulo a mais. "O que você fez para isso? E, mais, será que você não tem alguma outra responsabilidade criminal em relação a qualquer outra coisa?" porque nós temos esse rótulo no nosso País e isso não é um discurso de quem se coloca numa posição, obviamente como todos e todas já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perceberam aqui, progressista em relação aos discursos conservadores que hoje emergem em vários setores da sociedade porque basta abrir os dados do Departamento Penitenciário Nacional e verificar que a nossa população carcerária é uma população preta, pobre, semialfabetizada com um nível geracional entre 18 e 24 anos. E, no caso das mulheres muito especialmente, criminalizadas em função de tráfico de drogas.

É muito difícil, portanto, trazendo para o lá de cá que uma mulher de uma comunidade carente, de uma favela, de uma vila seja lá como denominamos neste País, das favelas do Rio de Janeiro ou das vilas como nós chamamos lá no nosso Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, é muito difícil que essa mulher preta saia da vila, saia da favela e vá até uma delegacia para fazer uma denúncia sendo que ela sabe que aquela região é uma região já rotulada como um espaço de tráfico de drogas. É muito difícil e inseguro para ela procurar essa estrutura.

Eu quero encerrar esse espaço dizendo que existem teias que nos prende em nosso País, há dificuldades estruturais tamanhas e essas teias dizem respeito ao racismo

que se expressa numa forma autoritária da sociedade brasileira enxergar a todos e todas nós.

Recentemente – digo recentemente porque em 2017 – o Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizou em conjunto com outra instituição uma pesquisa a respeito do nível de autoritarismo da sociedade brasileira e, veja bem, nós não estamos falando de autoritarismo em questões que são questões chave e maiores que normalmente nós tratamos. Mas faço aqui um parêntese: a liberação das armas em nosso País é um fator de maior vulnerabilidade das mulheres; se nós já tínhamos mulheres morrendo dentro dos lares e o lar é o lugar mais inseguro para as mulheres, a autorização para o porte de armas é uma licença para matar muito mais se aliado com um projeto de legítima defesa que se encontra apresentado lá na Câmara dos Deputados.

Nós tivemos o nosso País – estou estendendo parênteses – mas nós tivemos em nosso País durante muito tempo uma figura jurídica que depois deixou de ser uma figura jurídica, mas permaneceu na cultura jurídica chamada a legítima defesa da honra. Em função da legítima defesa da honra um homem poderia matar a sua companheira, a sua esposa em função de uma suposta traição.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SORAIA MENDES – Exatamente.

Hoje no Congresso Nacional – do Congresso Nacional eu aponto para lá, mas é toda esta Casa aqui; lá na Câmara que começou –, na Câmara dos Deputados está em curso um projeto de lei...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAIA MENDES – que logo – já encerro – que logo em seguida também chegará a esta Casa, Senador Paulo Paim, que diz respeito à legítima defesa que trará muitas mortes ou a legitimação de muitas mortes que já acontecem neste País, mas que trará de novo a cultura jurídica da legítima defesa da honra dentro de casa, a violenta emoção, a discussão acalorada, todos estes são elementos que serão trazidos para dentro dos processos criminais.

O que nós avançamos na discussão jurídica ao incluirmos o feminicídio na nossa legislação penal hoje se encontra em risco com armas nas mãos daqueles que são os agressores e armas jurídicas nas mãos daqueles e daquelas que farão a sua defesa. Pensemos sobre isso e aí fecho aqui esse parêntese para concluir dizendo que a pesquisa demonstrou que existe um nível de autoritarismo muito grande na sociedade brasileira. Vejam vocês que essa pesquisa é a mesma pesquisa que foi realizada nos Estados Unidos na década de 50 para os fins de detectar, pós-Segunda Guerra, qual o nível de autoritarismo existente na sociedade norte-americana e, aqui no Brasil, com alguns indicadores muito simples como, por exemplo, em relação ao trabalho, Senador, que é tão caro ao senhor essa temática, significou que a maior parte daquelas pessoas que têm um nível superior econômico, um nível superior educacional e econômico eram favoráveis a eliminação de todo e qualquer direito trabalhista para empregadas domésticas.

Vejam vocês que existe questões que estão ligadas com isso. Trago agora uma mulher que sequer os direitos trabalhistas deve ser respeitado. Essa mulher é preta, essa mulher é pobre, essa mulher é vítima de violência, essa mulher vive numa comunidade dominada pelo tráfico de drogas. Como é que essa mulher vai procurar a delegacia de polícia?

Eu vou pedir só agora – eu vou encerrar aqui – para fazer uma denúncia. É linda a experiência da Casa da Mulher Brasileira, mas pena que aqui no nosso Distrito Federal a Casa da Mulher Brasileira tenha sido fechada e a promessa é de que ela seja reaberta apenas parcialmente. Queríamos muito contar com o apoio também da Embaixadora para que nós pudéssemos talvez construir uma demanda que seja uma demanda também de nível internacional pela importância que tem esses aparelhos na proteção das mulheres.

Muito obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Cumprimento a Dra. Soraia da Rosa Mendes que é Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos direitos da mulher.

Eu passo a palavra agora à Diretora -Geral do Senado Federal, Dra. Ilana Trombka.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ILANA TROMBKA – Bom-dia a todos, bom-dia, Senador, muito obrigada por acolher a proposta desta audiência pública, obrigada à Embaixadora da Áustria, à especialista em violência contra a mulher por trazer essa experiência austríaca, agradeço também à Dra. Soraia por essa explanação que me deixou numa situação péssima porque falar de você vai ser um desafio. Eu sou conhecida como boa oradora no Senado, mas vai ser um desafio e tanto para mim e à Dra. Maria Crislaine que também está conosco.

Senador, ontem eu dava uma entrevista para o Correio Braziliense que está hoje capa do Correio Braziliense sobre essa iniciativa que eu vou falar e, ao final, a repórter chamada Mariana que ficou comigo ontem de manhã me disse assim: "Ilana, você acha que mudou a questão da mulher?" e eu disse: Acho que mudou Mariana, acho que a Lei Maria da Penha realmente é um instrumento que fez valer alguns direitos da mulher, mas toda vez que acontece um crime como tivemos recentemente uma paisagista no Rio de Janeiro e os comentários na mídia social são: "Viu, quem manda receber um homem que você não conhece na sua casa?". A gente se convence que precisa falar, falar, falar e falar de novo. Então, é muito bem-vinda essa audiência pública porque nunca é sem tempo essa discussão; ela é sempre muito necessária e ela é uma discussão complexa como disse a Dra. Soraia e é uma teia em que as mulheres estão envolvidas.

Aqui eu vou tratar especificamente de uma iniciativa do Senado Federal que trata de combate à violência doméstica e essa teia é composta por uma série de questões, questões que são questões culturais, questões que dizem respeito à formação cultural do nosso País, questões sociais e que há um reflexo diretamente na questão econômica porque assim como os índices de violência e a composição da população carcerária indica para um maior número de negros e pobres, o desemprego também indica para um maior número de negros e pobres. E a gente sabe que a situação de se encontrar dentro desse ciclo de violência a saída dele passa pelo fortalecimento em vários aspectos, mas também pelo fortalecimento do aspecto da independência. E foi nesse aspecto que o Senado Federal, desde 2016, implantou nesta Casa um programa de combate à violência contra mulher.

Na verdade, nós temos por ano 221 mil casos de violência doméstica com lesão corporal dolosa, o que significa 206 por dia, 25 por hora. É simplesmente uma situação inaceitável e quando a gente vê esses números – eu trabalho também com a temática da Segunda Guerra do Holocausto – e fala em seis milhões de mortos é um número; quando a gente fala 25 por hora é um número, mas quando a gente tem contato com essas pessoas, com a realidade dessas pessoas, isso começa a fazer muito mais sentido e essa matéria que está hoje no Correio Braziliense relata um pouco da realidade dessas vítimas que são colegas nossas no Senado Federal, são mulheres que trabalham aqui conosco no Senado.

Essa campanha começou em 2016 quando o Senado Federal resolveu absorver internamente uma campanha da Sedest Mid que se chamava Com que bolsa eu vou e daí





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recolhemos 155 bolsas e foi quando entregamos as bolsas, fomos entregar as bolsas em um abrigo de mulheres no Distrito Federal. Um abrigo de mulheres é um local em que em geral as mulheres detestam estar porque, diferente da experiência austríaca, as mulheres são retiradas do seu lar porque não é possível garantir a integridade física delas se elas continuarem no lar. Então, elas são retiradas do lar, colocadas em um abrigo que é, por um lado, uma prisão porque as mulheres não podem sair, elas só saem para compromissos jurídicos, elas não podem atender o celular, elas não podem ter contato com o mundo externo, elas ficam lá com os seus filhos e, mesmo assim, se os filhos homens maiores de 13 anos há que ter uma autorização especial para manutenção do adolescente. Eu tenho um filho maior de 13 anos e eu fico pensando em mim – acho que nunca acontecerá porque meu marido está aqui –, numa situação de vulnerabilidade e ainda separada do meu filho. É uma dupla punição, é de uma crueldade separar a mãe dos seus filhos numa situação de extrema vulnerabilidade e numa situação de extrema sensibilidade. Mas, a verdade, é que assim é a norma.

Chegando lá para entregar as bolsas, num determinado momento, chegou uma senhora com uma filha de 14 anos e essa senhora e a sua filha foram ao abrigo porque a senhora era empregada doméstica, morava no emprego e a filha vinha sendo estuprada pelo patrão desde os oito anos, ela tinha 14 e, num determinado momento dessa narrativa, a mãe muito, mas muito incomodada de ter que sair do seu ambiente, do seu lar, do que ela considerava o lar disse: "Ele nos deu tudo, ele nos deu até uma cama de casal". Eu aqui interpretei que ele deu uma cama de casal para estuprar de forma mais confortável a menina. A verdade é que isso foi um fator marcante para que, no retorno ao Senado, nós começássemos analisar o que o Senado poderia fazer, não em termos legislativos, mas o que o Senado, uma organização da sociedade que tem uma função de ser um exemplo para a sociedade brasileira, poderia fazer. Então, nós preparamos e levamos à Mesa Diretora um ato que é o ATC 4, de 2016 que foi aprovado

um ato que é o ATC 4, de 2016 que foi aprovado e que propõe que todo contrato de terceirização de mão de obra do Senado Federal com mais de 50 vagas tem que reservar 2% para mulheres vítimas de violência. Isso foi um marco incrível não só para a vida dessas mulheres – e eu recomendo que vocês leiam a matéria no Correio Braziliense porque ali fala de dois relatos das 60 vagas, mas para o Senado – porque isso contribuiu enormemente para que o Senado se aproximasse dessa temática, para que o Senado compreendesse essa temática e para que o Senado decidisse ser uma organização livre de qualquer tipo de assédio e violência como organização.

Aqui nós temos, entre os vários vínculos do Senado, quase dez mil pessoas vinculadas a essa organização. Se contar que cada uma dessas mil pessoas pode ter na sua casa mais um companheiro, uma companheira e mais dois dependentes são 40 mil pessoas que começaram a debater as questões de assédio, as questões de violência porque não basta não basta trazer essas mulheres para dentro do Senado e dar a elas a independência financeira, o Senado tem que ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma organização capaz de acolher essas mulheres e capaz de respeitar mulheres com passado, com *background* marcado pela violência e tudo o que isso significa no seu comportamento, nas suas relações, nas suas memórias.

Para estabelecer essa cota que já tinha no ato fomos ao Distrito Federal e fizemos um acordo de cooperação técnica. O que isso significa? Significa que a cada licitação de terceirização de mão de obra há, no edital dessa licitação, um artigo que diz que a empresa vencedora fará um contato com a secretaria responsável por isso no GDF que encaminhará às mulheres do seu cadastro vítimas de violência para entrevista e que depois acompanhará a absorção e desenvolvimento dessas mulheres na sua vida profissional aqui dentro do Senado e que, a cada 90 dias, ele fará uma checagem para garantir que a cota está sendo cumprida em todos os contratos em que ela é aplicada. Esse acordo foi feito em 2017, hoje nós temos 21 mulheres contratadas, 60 vagas no total, 21% dos nossos contratos já têm a cota porque a gente insere a cota no momento em que esse contrato é licitado e essa iniciativa já foi inspiração para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e do Ministério Público terem iniciativas nesse mesmo sentido. Ainda não internalizaram, ou seja, ainda não colocaram na prática o número, abriram essas vagas para as mulheres, mas o ato nessas duas instituições já é uma realidade. Esse sistema de cotas foi apresentado por mim no Fórum Mulheres de Destaque, em São Paulo, e foi interessante porque me chamaram para falar no painel de sororidade porque esse é um exemplo claro de sororidade. Também através dessa iniciativa o Senado, no ano passado, e eu representei o Senado, foi escolhido pela revista *Marie Claire* como as três melhores iniciativas de empreendedorismo social

Como as três melhores iniciativas de empreendedorismo social. E é impressionante que o Senado Federal tenha sido colocado como iniciativa de empreendedorismo social. Eu participei, então, do Prêmio Viva no final do ano passado, o Senado ficou entre os três melhores colocados. E lá eu conheci um grupo de empreendedores sociais de homens e mulheres que, através do Instituto Avon e da revista *Marie Claire*, trabalham com essa temática. E essa ideia foi recepcionada por uma Senadora e se transformou no Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2017, que já foi apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e aprovado e que hoje se encontra na Comissão de Assuntos Sociais, tendo como relatora a Senadora Selma Arruda, que no começo da reunião se encontrava aqui.

É claro que uma iniciativa deste tamanho não é suficiente para fazer frente ao problema da violência doméstica, muito menos é suficiente para fazer frente às questões raciais da sociedade brasileira ou às questões da discriminação de gênero, mas ela é sim suficiente para inspirar outras organizações, para que a sociedade também saiba que é sua responsabilidade fazer a sua parte. E para que todos os Senadores e Senadoras, e por que não os Deputados e Deputadas, e aqui já vai uma provocação – a Câmara dos Deputados, nossa irmã aqui no Congresso Nacional e uma Casa com quem temos uma ótima relação, que ela também implante internamente, porque a partir do momento em que a Casa faz internamente o seu trabalho, os Senadores e as Senadoras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se sentem corroborados para terem um discurso em que sabem na prática como funciona. Nós sabemos na prática, todos nós que estamos dentro do Senado Federal, a diferença que a quota faz no dia a dia do Senado Federal e como as questões de gênero foram internalizadas de uma maneira muito diferente a partir da quota, porque deixou de ser uma discussão de fora para dentro e passou a ser uma discussão de dentro para fora.

Não tenho aqui a intenção de trazer com essa iniciativa nenhuma solução, apenas mostrar que é possível sim – sem nenhum ônus financeiro, porque não houve ônus financeiro para o Senado Federal, sem nenhuma mudança normativa, porque foi um ato de vontade do Senado Federal, que não exigiu uma lei, não exigiu absolutamente nenhum parecer jurídico especial –, sim, fazer a diferença na vida de mulheres. Não só fazer a diferença para que elas tenham independência econômica, mas que elas tenham condição de encerrar esse ciclo de violência com as suas histórias e não fazer que a sua sucessão, que a sua hereditariedade tenha que passar por um novo ciclo de violência.

Para que esse exemplo, que na Casa da Mulher Brasileira, tocou tanto a mim quanto a Patrícia, que estava aqui, que foi essa visita ou a outra colega que não está aqui, mas que também participou, não tenha novamente ver uma mãe vítima de violência e uma filha vítima de violência, que naturalizam a violência por ser o ambiente em que elas aprenderam a viver.

Então, essa iniciativa tem o objetivo de trazer independência

Então, essa iniciativa tem o objetivo de trazer independência econômica e, com isso, retomar o empoderamento daquela mulher, mas também pretende tirar uma família do ciclo de violência.

E, para terminar, eu gostaria só de utilizar o pouco tempo que me resta, pedir licença ao Senador Paim, para passar um vídeo institucional de um minuto e meio, que fala do trabalho do Senado na equidade de gênero, e faço a questão de fazer isso porque muito se fala das questões que os órgãos públicos precisam melhorar e são muitos, mas eu acho que aqui nós temos um exemplo de um órgão público que avançou e muito, e por isso faço questão de mostrar a todos vocês.

Execução de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós temos um tempo ainda para as considerações finais das nossas convidadas.

Claro que esse não é o primeiro e nem o último debate que vamos fazer sobre o tema. Nós queremos fazer aqui, na Comissão, como estamos fazendo com a Previdência um ciclo de debate sobre a violência contra as mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá no meu Rio Grande do Sul, vou citar o nome, você conhece bem, o Deputado Estadual Edgar Preto criou a Frente

Deputado Estadual Edgar Preto criou a Frente Parlamentar do homens contra a violência às mulheres. Ele já lançou aqui, nesta Comissão, fiquei como responsável para essa atividade aqui no Senado, mas eu o convidarei para que volte aqui para ver como está esse movimento da Frente Parlamentar dos homens contra a violência às mulheres.

Eu sei que, com a Lei Maria da Penha, e eu participei do debate, votei porque estou aqui no Congresso há alguns anos, são quatro de Federal e três de Senador, então dessas leis, quase todas elas, de uma forma ou de outra eu acabei participando. Claro que a Lei Maria da Penha, e vocês são especialistas, avançou muito, mas a violência contra as mulheres continua também. Fizemos muito, mas temos muito por fazer.

Aí a primeira pergunta que faria aqui, que nós chegamos aqui a um critério com os Senadores dessa nova Legislatura que só participarão dos debates Senadores e Deputados e os convidados. Quem quiser fazer alguma pergunta passa para um Deputado, passa para um Senador, e ele consequentemente remete à mesa. Como nós ajustamos essa audiência com muita rapidez a pedido da Drª Ilana, aproveitando a presença de vocês aqui, muitos Senadores e Senadoras gostariam de estar aqui, mas estão em outras comissões. Por isso não estão aqui neste momento. Mas o ciclo de debate vai continuar.

Eu faria primeiro uma pergunta, responda quem quiser, total liberdade aqui. Só lembro a todos que a representante do Governo, que representa aqui a Secretaria Nacional da Mulher e dos Direitos Humanos, só falaria se fosse provocada. Então, estou provocando você e que antes da pergunta faça a sua saudação.

A SRA. MARIA CRISLANE PINTO PEREIRA – Bom dia a todos.

Queria agradecer a Casa em nome do nosso Senador Paulo Paim, agradecer a oportunidade desse diálogo nesse trabalho, em diálogo com o Executivo, para gente é muito importante.

Quero cumprimentar a Mesa, a Dra. Soraia, a nossa querida Irene, que é a nossa Embaixadora da Áustria, e toda a Mesa.

E, além de agradecer ao senhor, Senador. Como a nossa Ministra já havia falado nesta Casa, a SNPM está à disposição e empenhada no enfrentamento da violência contra a mulher. E nós estamos preparando as políticas, em breve serão apresentadas. Muito incentivadas pela nossa Ministra, que é uma pauta que ela gosta de trabalhar. E é só isso mesmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero colocar à disposição SNPM, a nossa Secretária, à disposição de todas para o diálogo, ela já vem conversando com muitas pessoas que estão interessadas, com a Casa inclusive. E nos coloco à disposição.

Eu agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Obrigado pela presença, e que levará à Ministra, tenho certeza, a sua avaliação desse primeiro debate.

A primeira pergunta que veio do Plenário – eu não invento pergunta como não invento projeto. Alguns dizem para mim: "Pô, Paim, você tem mais mil projetos tramitando". É mais de mil, mas nenhum eu inventei. Alguém me propôs, eu achei que procedia e eu encaminhei. E tenho a alegria de ser autor dos estatutos, enfim, de uma série de leis.

A pergunta que me veio do plenário vem na seguinte linha, depois eu tenho mais duas ainda, não é só uma: se vocês acham que a saída é a educação. Se é pela educação que nós poderemos

que a saída é a educação. Se é pela educação que nós poderíamos reverter essa violência insana, covarde contra as mulheres. Quem quiser responder à primeira pergunta, seria essa. Fique bem à vontade. Essa é ampla, geral e irrestrita, não é? Como é que a gente poderia, via educação, enfrentar esse processo?

A SRA. SORAIA MENDES – Senador, eu não vou resistir à possibilidade de provocar aqui então a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, porque essa matemática é extremamente cara, e a resposta, quem fez a pergunta já sabe obviamente a resposta. Nós estamos tratando de uma questão que é de natureza cultural. E não se muda a cultura tão somente com a legislação, com a legislação penal. Eu sou uma jurista que trabalha com a legislação criminal, mas que não entende que a legislação criminal seja uma forma de resolver uma situação tão complexa quanto essa. Portanto, é fundamental que nós tenhamos uma política empenhada.

Agora vem a provocação da discussão de gênero. Nós precisamos que as escolas brasileiras sejam espaços abertos de discussão democrática a respeito das relações entre homens e mulheres. (*Palmas.*)

Enquanto esse debate se deu dentro das escolas, e aqui nós tínhamos um projeto muito bonito, tínhamos, não, temos um projeto muito bonito, Maria da Penha Vai à Escola. Na sua amplitude, nós tínhamos possibilidades de avanço. É fundamental que nós tenhamos, dentro do sistema educacional brasileiro, e eu sou professora universitária, então eu digo de cima a baixo, ou de baixo acima, desde os primeiros níveis escolares até mesmo dentro da universidade, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão a respeito dessa palavrinha tão mal utilizada e tão pouco adequadamente aplicada nos últimos tempos, chamada gênero.

Somos homens e mulheres que nos constituímos a partir de relações que se estabelecem nas sociedades, e não a partir do nosso sexo biológico. A partir do nosso sexo biológico, eu posso garantir, por estudos que já realizei em nível de doutorado e pós-doutorado, que historicamente, milenarmente, nós mulheres, por sermos mulheres, somos vítimas de todas as espécies de violência e somos mortas em razão da nossa formação corporal.

Nós precisamos discutir gênero. Portanto, quem fez a pergunta já sabia a resposta. E eu só tenho a agradecer a quem fez a pergunta e agradecer ao Senador, que foi o intermediário dela. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há mais aqui, há mais, há mais.

Olha, este aqui, pessoal, eu vou ler rapidamente. Eu digo, fala quem quiser, aqui é liberdade total. Democracia é isso.

Perguntas que vêm pelo sistema e—Cidadania.

Lucas Loeblein, Rio Grande do Sul. Aí falando da palestra das senhoras aqui na Mesa: "Esse tipo de violência [deve ser] combatida com todo o esforço do Governo. Devem ser previstas penas mais duras e um maior incentivo às denúncias."

Eu vou ler todas. Quem quiser responde.

Leandro Pereira, de São Paulo: "Como as convidadas enxergam o problema da desobediência das medidas cautelares impostas ao agressor, é necessário agravar as penas?"

o problema da desobediência das medidas cautelares impostas ao agressor, é necessário agravar as penas?"

Depois eu vou passar a quem quiser responder. Eu entrego já as perguntas, para que façam a leitura e possam se posicionar com mais tranquilidade.

Vania Souza, do Rio de Janeiro: "Diante [do] quadro avassalador [de] violência doméstica, a liberação das armas será uma instrumentalização para o crime, que encontrará na lei seu álibi?" É uma pergunta que fica também.

Polyana Conte, do Distrito Federal: "É urgente a criação de lei mais efetiva para as mulheres que são vítimas de violência, como a obrigatoriedade [do uso de] tornozeleira eletrônica."

As últimas três.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Celia Aparecida, de São Paulo: "Precisamos de leis que realmente punam os agressores. Que façam eles recuarem em ideias de que 'não pega nada'." Aqui está entre aspas, "não pega nada." Deu para entender.

Paulo de Paiva, São Paulo: "A exemplo da luta antimanicomial, tornar o mês em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, [também semelhante a isso então seria] a luta antifeminicídio (...)"

Ricardo Melo, de Sergipe: "Violência não se resolve com violência. A polícia não pode ser o instrumento para o combate. Outras soluções (...) [esperamos que sejam] apontadas."

Eu tomo a liberdade de deixar todas as...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ok, é com a senhora. A Embaixadora Irene.

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Só um pequeno comentário sobre a experiência austríaca. A educação que você mencionou é extremamente importante, mas todos sabemos que a educação das mulheres está melhorando, e melhorando, e melhorando, e melhorando em todos os países. E essas questões de racismo, de sexismo e de discriminação contra as mulheres não mudam muito. As estatísticas são muito claras.

Então, sim, é necessário continuar a melhorar as possibilidades de educação para todas as mulheres, mas também temos que trabalhar juntos, homens e mulheres, para mudar o clima geral que facilita a discriminação, a discriminação de todas as formas. E a violência é a discriminação mais grave de todas. Então uma fraca discriminação já abre a porta a uma discriminação mais grave, em minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Alguém mais? *(Pausa.)*

Por favor.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL *(Tradução consecutiva.)* – Sobre a punição mais grave para os agressores,

como eu entendi, o Brasil já tem uma legislação bastante forte, assim como na Áustria. Eu posso compartilhar minha experiência da Áustria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na áustria o problema não está na legislação em si. Nós temos legislações muito boas, legislações bastante fortes. O problema está na implementação, na aplicação delas de fato. O problema é que na aplicação da legislação, os juízes ou os promotores sabem que há essa dimensão da legislação, mas algumas vezes eles são enganados, ou eles não têm noção da problemática, devido a uma questão até mesmo cultural.

Então talvez o que seria mais aconselhado é a aplicação correta dessa legislação, um trabalho na aplicação da legislação, e não apenas no aumento ou no fortalecimento duma lei que já existe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

A SRA. SORAIA MENDES (*Fora do microfone.*) – Eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode. Dra. Soraia, complementando.

A SRA. SORAIA MENDES – Então, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só lembrar – me permita – que com muito orgulho e satisfação, se encontra no Plenário a Senadora recém-eleita, que foi uma grande Deputada Federal, Zenaide Maia. Agora está aqui com a gente. E eu sei que ela teve uma série de compromissos, mas deu uma corrida aqui. Então uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Senadora Zenaide Maia, que muito bem representa as mulheres e os homens deste País. A senhora usa a palavra no momento que entender adequado, viu?

Dra. Soraia, por favor.

A SRA. SORAIA MENDES – Primeiro também peço licença, Senador, para saudar a Senadora Zenaide Maia. A última audiência pública de que participei na Câmara dos Deputados, no final do ano passado, foi presidida por V.Sa. Então é um prazer muito grande vê-la aqui e poder falar novamente na sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero dizer, Zenaide... Me permita, antes, depois te passo a palavra. Eu queria até dar a Presidência para você. Foi-me sugerido inclusive por uma assessora do meu gabinete. Sabe o que foi que eu disse para ela? Há que acabar com essa história de que coisa de mulher, só pode haver mulher na Mesa, coisa de homem, só pode haver homem. Eu disse não, vou ficar na Mesa, sim, com todas elas. E que bom que você chegou. Eu respondi assim. Respondi certo? (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu respondi dessa forma.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mulher, eu costumo dizer, essa história de a gente só estar onde está a mulher, eu estava lá discutindo o desenvolvimento regional deste País. E cobrando um plano de recuperação econômica, e não só ajuste. Ajuste fiscal, reforma das leis trabalhistas, que já passou, reforma da previdência, e nós temos que estar em tudo. Orçamento, tributação, falar sobre sistemas também. Empoderar não é só a gente conseguir salários. Empoderar é ter conhecimento. Eu não conheço um poder maior do que o conhecimento. Conhecimento é poder. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

do que o conhecimento. Conhecimento é poder. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Dra. Soraia, depois do aparte feito pela nobre Senadora.

A SRA. SORAIA MENDES – Quero fazer eco também ao que trouxe a Kerstin. Cara colega austríaca, tenho a dizer que é exatamente o que acontece no Brasil. Nós temos um arcabouço legislativo muito avançado, mas uma dificuldade de implementação muito grande. Primeiro, diante de todas aquelas questões estruturais de que eu tratei antes. Segundo, da mesma forma como você falou, uma dificuldade muito grande de uma perspectiva de gênero dentro do sistema de Justiça, e muito especialmente do sistema de Justiça criminal.

Por isso que quando eu dizia a respeito da educação, que fosse da base até o nível superior, é porque também, como professora em escola de Ministério Público, eu também penso que seja absolutamente fundamental que nós tenhamos uma formação para esta ação jurisdicional, como juízes, juízas, promotores, promotoras, advogados e advogadas também, para que nós possamos, sim, fazer avançar.

Tão somente isso, Senador, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Eu queria fazer um esclarecimento ao Plenário. Está aqui o assessor, que foi muito gentil. Está ali ele. Como é o nome?

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Leonardo. O Leonardo somente ontem à tarde é que eu fiz o convite para ele. Disse ele: "Olha, Senador, está em cima do laço, mas vou conseguir alguém, pelo menos para acompanhar." Então primeiro agradeço a você, Leonardo, pela gentileza e pelo trabalho que está fazendo aqui com muita competência, ligando a Comissão ao Ministério dos Direitos Humanos.

E dizendo que a Maria Crislane Pinto Pereira, que é assessora da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, queria inclusive ficar no Plenário. Eu disse para ele, fique bem à vontade. Não quer sentar à mesa com a gente. Qual é o papel dela aqui, segundo ela me disse, e eu entendi? Ela vai acompanhar toda a audiência para depois levar as informações à Ministra, no caso, não é? Ao ministério. Então fique bem à vontade. Ela fez a saudação dela. Ela está à mesa a meu convite. Por ela, ficaria lá. Eu disse, não, vem para a mesa, e acompanhe aqui. Se você quiser dar alguma opinião, dê. Senão, é seu papel, como assessora, não é? Vai levar para a Ministra, e de lá, depois vocês poderão contribuir com aquilo que aqui foi questionado. Ok?

Está com você a palavra. Aqui todos falam na hora em que quiserem.

A SRA. ILANA TROMBKA – Eu estava aqui me segurando um pouco, para ficar no meu papel institucional de Diretora-Geral, mas todos nós temos uma série de papéis sociais, e eu faço parte de um grupo de mulheres, de um coletivo de mulheres que, entre suas iniciativas no ano passado, e aqui eu também vou fazer coro à Dra. Soraia e fazer uma provocação à Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Para você levar (*Ininteligível.*)

A SRA. ILANA TROMBKA – Isso. Não, é uma ideia. Nós fizemos um laboratório com uma escola de Ceilândia, que é a região onde há o maior número de violência contra a mulher aqui no DF. E patrocinamos, no primeiro ano do ensino médio, um trabalho de dois meses sobre relacionamentos abusivos. Patrocinamos, foram trezentas e quantas crianças, Dalva?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ILANA TROMBKA – Trezentos e vinte adolescentes do primeiro ano do ensino médio do CED 07 de Ceilândia. E nós então patrocinamos aquele grupo de professores, e eles realizaram oito atividades, durante dois meses, sobre relacionamentos abusivos.

E por que fizemos isso? Porque entendemos, primeiro, que nem sempre a gente vai conseguir, infelizmente, tirar todas as mulheres da situação de violência. Ali há meninos

sempre a gente vai conseguir, infelizmente, tirar todas as mulheres da situação de violência. Ali há meninos e meninas que vivem em lares e situações de relacionamentos abusivos e lares que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são marcados pela violência. E se no relacionamento familiar, se na educação de casa não foi possível trazer o exemplo de um relacionamento saudável, então a escola vai ser esse instrumento de discussão.

E fizemos isso com meninos e meninas, porque na adolescência em geral...

Esse é meu filho com mais de 14, tem 17. Ele é um bom menino, mas às vezes ele é adolescente. Nada que pai e mãe falam serve, não é? Tudo que pai e mãe falam é ao contrário.

Então, muitas vezes o jovem, a menina ou menino se envolve em relacionamentos abusivos, e os primeiros passos nesse ciclo de violência, que são o isolamento social, a retirada do círculo em que ele convive, se dão exatamente nesse meio. Então é aquele namorado que separa a menina dos seus amigos, mas a menina diz, "olha como eu sou amada, ele não quer mais que eu ande com ninguém, só quer que eu ande com ele. Ele me separou daquela minha amiga porque ela – no meu tempo se dizia é uma galinha, hoje não sei como é que se diz –, então ele só quer que eu ande com pessoas..." E isso é o começo do ciclo da violência, não é?

Então a gente fez essa experiência no CED 07 de Ceilândia durante o final do ano passado, uma disciplina que tratava de relacionamentos abusivos, com o apoio da UnB e da bibliografia produzida pela UnB. Era um livro que se chamava... Bom, esqueci o nome agora. E foi muito interessante trabalhar esse grupo de 320 alunos.

Talvez, indo por essa linha da educação, seja importante tratar não só a questão da Lei Maria da Penha, mas voltar um pouquinho atrás da própria Lei Maria da Penha, para que a gente tenha menos mulheres que tenham que se utilizar da Lei Maria da Penha. E fazer esses adolescentes que estão iniciando os seus relacionamentos amorosos, ensinar e discutir com eles o que é um relacionamento saudável, porque a gente sabe que de relacionamentos saudáveis, a chance de sair daí relatos de violência é muito menor que de relacionamentos abusivos.

Então fica aí. Já foi algo experimentado. É o CED 07 de Ceilândia, se vocês quiserem procurar. Foi no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, um bom exemplo.

Vieram aqui duas perguntas que chegaram por escrito, como eu pedi que fosse, que passasse para algum Senador ou Senadora. E aí rapidamente alguém foi ágil. Tudo bem, então vou passar para você. Já chegou à minha mão.

Perguntas feitas pelo Sr. Lund, da Procuradoria Especial da Mulher do Senado. Ele pergunta: "1) O centro de atendimento às vítimas de violência no qual a Sra. Schinnerl trabalha é um órgão do Estado ou é um órgão não governamental que presta serviço ao Estado?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já passei para eles antes de fazer a pergunta e vou devolver, para o caso de terem alguma dúvida quanto à leitura.

"Na Áustria existe alguma restrição ao uso da expressão 'gênero'? Existe o tipo de discussão que é feita no Brasil, sobre a ideologia de gênero?"

Eles já deram uma pequena lida, mas volta para a mão de vocês aí, se quiserem, para responder.

É sua pergunta, não é? Só para situar.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL (*Tradução consecutiva.*) – A primeira pergunta, apenas para esclarecer o status dessa organização, nós somos uma organização independente

Nós somos uma organização independente. Nós não estamos ligados ao Estado. Nós já existíamos antes de hoje ter essa certa conexão com o Estado.

Então, nós podemos entender como uma ONG: como nós prestamos esse serviço, como nós contratamos essas pessoas para poderem trabalhar conosco. Mas um ponto importante no seu financiamento é que nós não precisamos fazer a captação de recursos privados. Nós somos cem por cento financiados pelo Estado, porque nós precisamos prestar esse serviço para essas vítimas. Então, é uma situação muito feliz para a nossa organização.

Sobre a segunda questão, tenho consciência, conhecimento dessa discussão sobre gênero e ideologia de gênero, porque ela já acontece nos Estados da União Europeia também. Como, por exemplo, a Convenção de Istambul sobre a Violência de Gênero, da qual a Áustria faz parte e discute isso. E muitos dos países europeus que assinam esta convenção, eles estão pensando em se retirar dessa convenção por conta dessa discussão de gênero que já tem crescido lá.

Na Áustria, devo dizer que não é uma questão tão fortemente discutida. É claro que existem alguns setores que querem levantar essa discussão de ideologia de gênero, mas não é um tópico proeminente lá nessas discussões.

Ah, e também a questão de gênero como uma política interessante também é levantada lá, uma política afirmativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho mais uma pergunta, pessoal, e vou explicar, inclusive para a Senadora Zenaide Maia, que não estava aqui na abertura da reunião. Deixem-me explicar rapidamente.

Houve hoje um debate aqui polêmico sobre o tema de um projeto que veio da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Bernardo Santana de Vasconcelos, relacionado com a violência contra as mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse projeto, no debate que aqui houve, não houve acordo entre as mulheres, mas chegaram a um acordo final, que foi construído por elas mesmas. Eu só presidi; ainda mais neste assunto que eu domino pouco, que é a legislação em relação às mulheres, que é bem delicado. Eu apenas encaminhei a votação. Foi acordado – a Senadora Leila foi a Relatora – que nós aprovaríamos, mas o debate de fundo constitucional e tudo seria feito lá na CCJ.

Ou seja, deixando bem claro para a senhora, a quem provoqueei a resposta já, não houve acordo. Simplesmente foi o seguinte: "Bom, aqui

a resposta já, não houve acordo. Simplesmente foi o seguinte: "Bom, aqui é uma votação simbólica. Agora, vamos lá..." Inclusive o acordo foi feito. A Senadora Selma, que, em tese, pelo que eu vi, estava discordando do projeto, lá seria a Relatora. Esse foi o acordo feito. Está certo?

Então, eu perguntei aqui para a Dra. Soraia da Rosa Mendes, que é especialista nessa área – e era importante ouvir a opinião dela – como ela vê essa questão. Ela só pegou o relatório. Eu disse: "Quer o projeto?" "Não, não, só lendo aqui parte do relatório, eu já sei do que se trata".

Então, a palavra é sua agora, e isso vai ser importante. Se houver uma Audiência Pública sobre esse projeto lá na CCJ, provavelmente, a senhora será convidada.

Não sei se você conhece o projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, tá.

A SRA. SORAIA MENDES – Grata, Senador, pela oportunidade de me manifestar aqui oficialmente a respeito desse tema, que, de uma certa forma – agora dificultando a vida do tradutor – é um vespeiro. (*Risos.*)

É um projeto realmente complexo, com o qual nós não temos um acordo total dentro do movimento de mulheres, dentro do movimento feminista, ao qual, posso lhe dizer de antemão, tenho discordâncias. Primeiro é uma discordância de natureza constitucional, porque traz para a figura do delegado e da delegada de polícia uma atribuição que a Constituição não lhe dá. Essa é uma atribuição jurisdicional.

Para que se saiba, estamos tratando aqui da possibilidade de a autoridade policial conceder as medidas protetivas.

A justificativa é uma justificativa plausível, porque ela diz que do prazo, previsto na própria Lei Maria da Penha, que é um prazo que, muitas vezes, se estende em função da comunicação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do fato criminoso na delegacia de polícia, embora a lei tenha prazos exíguos e nós tenhamos exemplos excelentes aqui também, no Distrito Federal mesmo, de abreviação desses prazos para a concessão das medidas protetivas. Sobre isso rapidamente também posso citar. Mas não justifica que se retire a possibilidade de discussão – embora eu, de início, já diria que me parece inconstitucional –, daquela que é a sede precípua, que é o Poder Judiciário.

Nós temos trabalhado muito em termos de uma melhor apreensão, por parte do Poder Judiciário e por parte do Ministério Público, das questões que dizem respeito à violência doméstica.

Nós vivemos, aqui no Distrito Federal, uma realidade diferenciada do restante do Brasil – e nós sabemos disso. Mas, por um outro lado, essa realidade é uma boa prática a ser implementada no restante do Brasil e nós não transformarmos a exceção na regra.

Para finalizar, então, como exemplo, que eu mencionava anteriormente, aqui no Núcleo Bandeirante, muito próximo de nós, um juiz implementou um projeto piloto, que agora me parece que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal já encampou, em que ele consegue imediatamente, chegando na delegacia de polícia, remetido eletronicamente o processo, conceder a medida protetiva.

Nós ganhamos muito mais com isso do que mexendo em uma estrutura do sistema de justiça criminal, questionando atos que depois, se declarada a inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, trarão prejuízos *a posteriori* e, mais do que isso, nós temos aí uma figura que é uma porta de entrada.

Digo mais

uma figura que é uma porta de entrada.

Digo mais: sem nenhuma desconsideração às autoridades policiais, porque sei muito bem que existem delegados e delegadas, não só delegados e delegadas da mulher, mas delegados e delegadas empenhados, sensíveis em relação à violência doméstica. Mas me parece que são questões de atribuição e de uma engenharia jurisdicional que nos traz muito mais benefícios com a não aprovação de um projeto como este.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Por favor, Senadora Zenaide.

Eu quero deixar bem claro, até porque as Senadoras não estão aqui neste momento, que não houve acordo entre elas. Mesmo a Relatora já entendia que tinha que haver uma arrumação – pode ser esse termo? (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– para tentar melhorar a redação.

Estou preservando aqui, porque as Senadoras não estão aqui. Está a Senadora Zenaide, que não estava naquele momento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu estava na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estava trabalhando lá, é claro.

Foi feito um acordo só de procedimento, sem entrar no mérito, de que lá na CCJ se faria o debate adequado, inclusive, com a juíza Selma sendo a Relatora, já que ela tinha uma série de dúvidas sobre o projeto.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É bom dia ainda? Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

Esse projeto de lei foi muito debatido, porque se sabia que existia a possibilidade de ele não ser constitucional. Inclusive eu fui uma das que foi mostrar a minha experiência como médica em serviço de urgência.

Nós temos hoje ainda um número imenso de mulheres que não vão prestar queixa. Então, no pronto socorro, em que trabalhei durante quase trinta anos, a coisa mais rara era eu dar um plantão e não haver uma mulher agredida. Eu queria que elas fossem prestar queixa, orientava que fizessem o corpo de delito, porque ele não seria mais réu primário. O que elas me diziam era o seguinte: "Dra. Zenaide, eu não vou, porque, se ele souber que eu prestei queixa, quando chegar em casa, ele vai me bater mais ou me matar".

Então, o que a gente fez, sabendo de tudo isso, é que, com essa violência que a gente vê hoje é, não sei...Eu, às vezes, costumo dizer aqui que se valoriza muito mais o papel. A lei está ali, vão ferir os brios do pessoal da Justiça.

Você está falando do Núcleo Bandeirante, na capital do País. Eu quero falar no Nordeste e no Norte, porque, a quilômetros de distância, não tem um juiz. Se aqui ele já não estava cumprindo o horário....Então, na hora em que a gente resolveu aprovar, a gente já sabia que tinha essa possibilidade. Vocês vendo podem achar que pode atrapalhar, mas lá o que a gente viu foi o real. As mulheres que iam à delegacia voltavam e, na maioria das vezes, eram mortas antes, porque eles não admitem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lhe dizer que, nesses anos todos de pronto-socorro, eu peguei um homem espancado por uma mulher. Eu achei bem interessante, apesar de eu ir suturar. (*Risos.*)

Apesar de eu ir suturar ele todinho, me chamou a atenção, porque ele estava cortado aqui e aqui e eu lhe disse: "Senhor, só por curiosidade, como é que o senhor conseguiu isso às duas horas da manhã?" Ele: "Eu cheguei em casa e

senhor conseguiu isso às duas horas da manhã?" Ele: "Eu cheguei em casa e a mulher começou a zoar porque eu estava chegando àquela hora e eu disse: vou sair. Ela disse: "Não saia, porque eu quebro a sua cara com esse paralelepípedo". E quebrou. "Mas eu vou mandar prender aquela safada". E o policial olhando, porque em pronto-socorro tem policial, e eu dizendo: "Pô, cara, você não tem um pingão de razão. Você chega uma hora dessa, gastando o dinheiro da feira, bebendo, farreando. É claro que a sua esposa ia ficar chateada. Você vai dar queixa na polícia – o policial ouvindo – do seu esposo, da sua esposa, e você não tinha razão?" Quando era mulher espancada, que era o normal, eu dizia: "Você vai dar queixa sim!" Chamava o policial e dizia "Tem que levar..." Aí, quando o homem saiu, o policial disse assim: "Pô, Dra. Zenaide, estou estranhando isso, porque a senhora me obriga a prestar queixa."

A maioria dessas mulheres – e estou falando de agressão grave –, pede aos vizinhos para levá-la, pois está sangrando, e ela perde a vergonha. O que a gente observa é que elas têm vergonha de dizer que foram espancadas. E peguei muitas mulheres e os filhos, porque o cara espanca a mãe e o filho quer interferir...Suturei muitas crianças.

Então, o que me fez ver acima do que está escrito no papel foi a vida. Eu costumo dizer que aqui tem de ser o ser humano, que é quem eu defendo. A gente sabia que ia ter...Foi chamada a Comissão de Constituição e Justiça, com juristas, e eu disse: "Gente, por favor, eu sou a médica. Deixem-me ir lá dizer o que eu vejo na vida real." Por isso, que eu defendo.

Vocês imaginam que essas são as que vêm para o pronto-socorro, que não é uma agressão simples. Na maioria, com hematomas pelas pancadas, elas nem vêm. Elas só param no serviço de urgência com violência grave, em que é preciso o atendimento médico.

Então, eu queria dizer a você, que tem essa razão de ser, que a gente assim aprovou, porque acho que até se chegar a uma conclusão, até haver uma comarca com juízes, em todos os Municípios brasileiros, nós vamos demorar muito e isso vai ceifar milhares de vidas.

Eu digo o seguinte: não assisti...E peço desculpas aqui à Embaixadora, porque não cheguei a tempo. Essa violência contra a mulher, se formos há pouco tempo, os coronéis só queriam moradores, trabalhadores em que a família fosse grande e a maioria fosse homens, porque iam trabalhar no pesado. Então, já era uma discriminação com a mulher, que passa pela educação e pelo respeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso a gente precisa começar em casa e é uma luta diária. Dia a dia, você mostrando que o filho homem também pode ajudar a mãe a lavar um prato, ou que não tem o direito de jogar a meia ou a cueca no chão, sem cobrar da mulher isso. Isso é o dia a dia. Infelizmente, eu queria muito que a grande mídia e todas nós lutássemos por isso todos os dias. E tem de estar na educação. Eu sou o exemplo de uma família de dezesseis filhos. O meu pai era um pequeno agricultor, a minha mãe costurava, fazia roupas para complementar a renda, mas o meu pai, de 1911, tinha um diferencial. E sou muito grata a meu pai e a minha mãe.

o meu pai, de 1911, tinha um diferencial. E sou muito grata a meu pai e a minha mãe. Ele, naquela época em que minhas irmãs mais velhas, em que as mulheres eram preparadas para casar, o meu pai tinha uma visão diferente: a de que mulher, primeiro, tinha que se formar, fazer uma faculdade, para poder se casar. Era a independência econômica. Isso de uma pessoa que não tinha nem o primário. Então, isso fez a diferença, fez a diferença.

E como a gente sabe que o cérebro é capaz de aprender ao longo da vida, como diz a neurociência, vamos colocar a educação em defesa das mulheres por toda a vida, nas escolas, seja na alfabetização de adultos, seja nas crianças, porque os jovens têm uma influência muito grande sobre os pais.

Mas sobre o Brasil, em que a violência é maior, o assédio e tudo, é porque muitas vezes os pais assim criam, a escola mostra. Se eu entro aqui, cadê o empoderamento? Eu vejo os corredores lotados todos de homens. Aí um corredor bem pequenininho nosso, num local de poder. Quando nos dão oportunidade que depende de concurso público, de processo seletivo, do Enem, dos institutos federais, nós já estamos na frente, gente! Mas nos locais de decisão nós estamos lá atrás. E temos dificuldade de unir, de nos unir aqui.

Por exemplo, nós tínhamos 77 agora na Câmara, mas não era fácil, quando o assunto era mulher, reunir todas, porque cada uma já tinha que dar satisfação ao partido. Eu costumava dizer: "Olhe, quando o assunto é mulher, esqueça o partido. Aliás, para mim, o partido se chama povo brasileiro, independente do partido em que eu estiver, eu vou defender o que é correto.

Mas falando sobre a situação atual do País, a violência não só contra as mulheres. Nós temos um País onde mais de sessenta mil pessoas foram assassinadas, onde mais ou menos o mesmo tanto de brasileiros e brasileiras morreram de morte evitável por falta de recursos na saúde.

E o que é que me preocupa? Qual é a solução que tem sido dada? Congelamento pela Emenda 95, por vinte anos, dos recursos da saúde, da segurança pública e da educação, que é a base disso tudo, porque falta educação.

O que nós estamos vendo hoje? Criamos o Susp (Sistema Único de Segurança Pública). Mas até agora não houve nenhum projeto para isso. Ninguém faz educação, saúde e segurança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública sem recurso. O Governo Federal não diz qual vai ser a contrapartida, porque está provado que os Estados e Municípios não têm condições de segurar uma segurança pública, em que a violência é nacional. Então, ela precisa de recursos do Governo Federal.

O que a gente vê? Criou-se isso. Mas qual é a proposta até agora? Jogar armas no colo dos cidadãos, até quatro armas, e eles que se defendam. Com isso eu estou me preocupando muito, porque, ao invés de uma discussão de adolescentes, como eles vão ter as armas, Paulo, ao invés de empurrar e o colega tirar, quebrar uma cadeira, vai ser um tiro. É um duelo.

Então, hoje, eu não entendo por que é que a Bancada da Bala, que é como se chama aqui, que são os policiais, defende que um cidadão possa ter até quatro armas. O que esse cidadão vai fazer com quatro armas?!

Então, essa preocupação com violência contra a mulher, que vai ser

Então, essa preocupação com a violência contra a mulher... A mulher vai ser mais uma vítima porque a maioria da violência é em casa. Não tenha dúvida de que, no meio desses espancadores de mulheres, há muitos psicopatas, doentes mentais, porque o psicopata não tem cura. O prazer dele é ver o medo no olhar.

Aliás, eu sou médica de formação e diria que, se eu tivesse assistindo àquele filme Dormindo com o Inimigo, eu tinha tirado 10 na prova, porque aquilo foi uma aula de prática de todos os itens de um psicopata. E não se iludam. São mais frequentes do que a gente pensa. Você viu esse último caso dessa violência? Um cara desse não pode ser normal, não é? Uma pessoa dessa não pode bater.

Então, nós temos que nos preocupar com a violência não só contra as mulheres, mas contra a população como um todo. E não estou vendo nenhum projeto de antiviolação. E mais: olhem o Orçamento Geral da União de 2017. Por que eu chamo atenção para esse Orçamento? Porque ele é a base do congelamento por causa da PEC do teto, a Emenda 95. Menos de 4% para a educação, menos de 4% para a saúde e, pasmem, menos de 0,5% para a segurança pública! Sim, está lá. Aí se pergunta: para onde vão nossos impostos? 50,06 para juros e serviço de uma dívida, ou seja, bancos. Então, não só nós mulheres.

Mas conta aqui comigo, porque eu estou defendendo aqui. Se você perguntar, eu sempre fui médica do serviço público, nunca fui candidata. E o que fez Zenaide deixar a área de conforto? Porque nós temos certeza de que somente através da política nós vamos resolver alguma coisa. Vocês tinham uma ONG. Ela tem uma ONG, trabalha, mas é um número limitado de pessoas. Você não consegue atender todos que procuram. você só consegue ajudar uma cidade, um Estado e um país através da política. E eu queria chamar a atenção para o poder do Congresso Nacional. Gente, é poder demais! Faz a lei, aprova a lei, diz qual o salário do trabalhador, quantas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

horas vai trabalhar por semana, com que idade vai se aposentar. E mais: qual o alimento, o medicamento, a vacina que pode ir para a prateleira para você adquirir. Então, é poder demais para a população não ter uma lupa em quem vai botar lá. Sabe por que chamo a atenção, Paulo? Porque, na maioria das vezes – agora houve uma exceção, uma renovação –, as pessoas só têm um olhar diferenciado para os Prefeitos e, no máximo, os Governadores. Deputado Federal e Senador, é como se não tivessem nada a ver com a vida deles. Têm tudo a ver que, agora, eles querem, com tanto ajuste fiscal, que chega a assustar, eu disse ali... Ajustes fiscais. Mas cuidem em investir na economia, no setor que gera emprego e renda, porque senão os Estados e Municípios vão estar todo ano ali. Como já não vai haver mais empresas como companhia de água e energia para vender, porque já venderam a preço de banana em final de feira, cadê,

cadê, se não gera emprego e renda? Isso é simples. Não precisa ser economista. Se você tira o poder de compra das pessoas, dos trabalhadores, tira o poder de venda do comércio, tira o poder de venda da indústria, e o Governo não arrecada. Isso é um ciclo vicioso, como a gente tem entre a tireoide e o hipotálamo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O desemprego aumentou e violência também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, não é criar roda, não é isso. Então, nós só saímos se sairmos juntos, porque vemos que a maioria das mulheres espancadas são as negras e pobres. Então, temos uma lei, como ela diz, rigorosa, mas falta cobrar isso. Nós conseguimos transformar, por lei, o feminicídio em crime hediondo, e nem por isso se deixa de matar as mulheres.

Obrigada, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Falou bem. A Senadora Zenaide Maia representou muito bem as Senadoras do Congresso, eu digo, neste evento que é internacional já.

Agora, no final, pessoal, para as suas considerações finais, vou deixar que vocês concluam, mas tem que ser dois minutinhos, só para fazer uma saudação. Vou começar com você, Maria. Só as considerações finais, e está encerrada.

Começo com a Maria Crislane Pinto Pereira, que é assessora da Secretaria Nacional da Mulher, dois minutos para uma saudação.

A SRA. MARIA CRISLANE PINTO PEREIRA – Bom dia. Eu gostaria de agradecer à Casa, na pessoa do Senador Paulo Paim, por abrir este debate com o Executivo, nos trazer para acompanhar e levar as demandas até à nossa Ministra e à nossa Secretária Nacional, agradecer à Mesa, à Dra. Irene, à Soraia e a todos os presentes e colocar a Secretaria Nacional de Políticas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para Mulheres à disposição. Estamos lá para poder trabalhar na transversalidade e aguardamos as provocações.

Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Por favor, Dra. Soraia da Rosa Mendes, Coordenadora do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem).

A SRA. SORAIA MENDES – Eu agradeço a todos e a todas por esta manhã, por todos esses debates. Senador Paulo Paim, conte sempre com o Cladem para todas essas atividades que o senhor muito bem promove já há muito tempo aqui nesta Comissão. Também nos colocamos à disposição da Embaixadora e também de Kerstin, enfim, para que nós possamos intercambiar problemas, mas também, talvez, experiências exitosas. Também estamos à disposição da Senadora Zenaide. O Cladem está à disposição. Este debate é um debate que somente nos engrandece. Eu gosto muito – vou encerrar rapidamente, estou controlando o relógio lá –...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está no seu tempo.

A SRA. SORAIA MENDES – ...de um conceito novo, para além da sororidade, que é um conceito cunhado pela Vilma Piedade, uma escritora carioca, que fala em dororidade. Nós estamos num determinado momento em que o que nos une, na realidade, são as nossas dores – as dores das mães que perdem os seus filhos assassinados, as dores das mulheres trabalhadoras sem direitos respeitados, as dores das mulheres vítimas de violência de toda ordem.

E, nesse sentido, em nome da dororidade que nos une, eu gostaria de encerrar saudando este mês – eu nunca digo de comemoração, mas de sublinhar todas as violências contra as mulheres –, muito especialmente, a memória de Marielle Franco, que, no dia 14 de março do ano passado, teve a sua vida exterminada neste País. Estamos há um ano sem Marielle fisicamente, mas temos sempre

Estamos há um ano sem Marielle fisicamente, mas temos sempre Marielle presente entre nós. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Olha, antes de passar aqui para as nossas convidadas da Áustria... Não é abrir exceção, mas porque ela foi uma grande ex-Deputada Federal constituinte, fez um trabalho belíssimo. Eu tenho orgulho de ter sido constituinte ao lado dela. E, numa sessão de hoje, em que se está debatendo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

a violência que existe contra as mulheres, eu queria, Moema São Thiago, que você falasse no mínimo cinco minutos. Queria uma saudação sua para nós todos.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO – Obrigada, companheiro, querido amigo, Deputado Paim. Eu acho que o Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fomos Deputados juntos.

A SRA. MOEMA SÃO THIAGO – ...que foi meu colega na Constituinte – fomos Deputados juntos –, não só fez um grande trabalho na Constituinte, mas continua fazendo. Então, eu fiquei muito feliz com a sua reeleição. Eu tenho certeza de que esta Comissão, com a questão dos direitos humanos, sobretudo com a atenção às mulheres, combater essa violência que existe neste País... Nós vivemos um verdadeiro estado de guerra civil, 70 mil mortos por ano. Então, eu tenho certeza de que as mãos e a condução do Senador Paim nesta Comissão é para o fortalecimento de uma cultura da paz e, sobretudo, de respeito às mulheres e de justiça social no Brasil.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Muito obrigado, Deputado Federal constituinte Moema São Thiago.

Para encerrar, eu quero passar à Kerstin Schinnerl, da Embaixada da Áustria em Brasília, com o nosso querido tradutor, Wilsomar Lozeiro de Araújo Júnior.

A SRA. KERSTIN SCHINNERL (*Tradução consecutiva.*) – Bom, eu gostaria muito de agradecer por esta manhã com essa troca, esse intercâmbio de experiência, que foi muito importante. Mesmo a Áustria tendo uma lei bastante progressista, foi uma experiência muito boa aprender as coisas novas que estão sendo aplicadas aqui e as discussões que estão acontecendo aqui.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Agora a Embaixadora da República da Áustria no Brasil, Giner-Reichl.

A SRA. IRENE GINER-REICHL – Muito obrigada. Só para agradecer esta oportunidade. Foi muito interessante para nós. É uma honra participar deste debate. A Embaixada e eu, pessoalmente, estamos à disposição do Senado e das autoridades brasileiras para continuar essa troca de experiência, que é muito útil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu vou pedir – esta surpresa você não sabia – para a nossa querida Senadora Zenaide Maia que faça o encerramento da reunião, em nome das mulheres e dos homens do Brasil, três minutinhos, mas, se for a cinco, tudo bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Que responsabilidade!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É. Fala no meu lugar agora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero agradecer a presença de todos e todas. Eu acho que isto que estamos fazendo hoje é muito bom porque nós estamos dando visibilidade aos problemas da mulher. Não está ficando só quando mostra. Nós estamos sabendo do que temos diagnóstico. E quero dizer o seguinte: eu sou uma mulher de fé. E fé para mim é insistir, persistir e nunca desistir. Não podemos perder a esperança. Quem sabe se a nossa Embaixadora, daqui a três ou quatro anos, a nossa representante também da Áustria e a nossa representante do Comitê Latino... Eu acho que a gente já ganhou algo quando o mundo, a maioria das nações já reconhece que a sua população não está bem representada porque mais de 50% dela não têm representação nos locais de poder. Isso já é um ganho, uma esperança.

Eu sou do Estado que teve a primeira mulher Prefeita eleita, em 1929, Alzira Soriano, quando mulher não podia nem votar, mas ela se elegeu Prefeita de Lajes. Sou de um Estado, Rio Grande do Norte, que teve a primeira eleitora, a Profa. Maria do céu. Então, não percamos a esperança, mas também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Me permita. E do Estado que tem a única Governadora eleita, Senadora Fátima.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eleita atualmente.

Por exemplo, pela primeira vez, vem uma mulher Senadora do Estado da Paraíba. E a gente não. Já estamos nisso. Então, dizer o seguinte: fé, coragem, cobrar respeito e educação e ter coragem de abrir a boca. Muitas vezes me perguntam, Paulo Paim, de que eu tinha medo lá naquele Plenário no ano passado, porque foi uma legislatura muito louca. Então, eu dizia: eu tenho medo de ficar uma pessoa idosa covarde. Isto me amedronta: o medo de ser uma pessoa que não tenha tolerância com os menos favorecidos da vida. E, quando eu digo favorecidos, não é só econômico, mas também de conhecimento, de tudo. Agora, o que você respeita mais? Eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

digo: uma nordestina, trabalhadora rural, ganhando, muitas vezes, menos do que o salário mínimo, levanta a mão calejada, mas tem opinião.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Com esse belo encerramento da Senadora Zenaide e de todas as convidadas, está encerrada a audiência pública de hoje. O ciclo de debates contra a violência às mulheres continua. Homem que é homem não bate em mulher. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e cinco minutos do dia onze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Girão, Lasier Martins, Selma Arruda, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Previdência Rural. Participantes: Evandro José Morello, Assessor Jurídico para Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Cleonice Back, Coordenadora Estadual da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF-BRASIL/CUT; Marcos Rochinski, Coordenador Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF-BRASIL/CUT; Jane Lucia Berwanger, Advogada; Divina Rosa da Cruz, Secretária de Finanças e Administração da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR; Francisco Urbano, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; e Paulo da Cunha Boal, Diretor da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Styvenson Valentim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/11>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e três minutos do dia quatorze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Selma Arruda, Romário, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Lucas Barreto e o senador não membro Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das quinta e sexta reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena para o crime de estupro de vulnerável cometido contra vítima com enfermidade ou deficiência mental." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017 (CPIMT). Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CDH. ITEM 4 - Sugestão nº 43, de 2017 - Não Terminativo - que: "Fim da Aposentadoria Especial para Governadores e Presidentes" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável à Sugestão, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 11, de 2019 que: "Requer, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2019, combinado com o disposto nos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a situação dos professores na Reforma da Previdência, com foco especial nas professoras" Autoria: Senadora Leila Barros. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14, de 2019 que: "Em aditamento ao Requerimento de nº 7/2019-CDH, que dispõe sobre a criação da subcomissão Temporária no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, requer que a composição seja de 5 membros titulares e 5 membros suplentes, para debater sobre a MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS." Autoria: Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim, Styvenson Valentim, Telmário Mota, Lasier Martins, Eduardo Girão, Flávio Arns, Lucas Barreto e as senadoras Leila Barros e Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e seis minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/14>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 5ª e 6ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O Senador Acir Gurgacz já está presente aqui, sempre presente. Recentemente, Senador Acir Gurgacz, eu fiz uma solicitação a V. Exa. no sentido de que o Senador apresentasse uma proposta sobre a subcomissão que V. Exa., com requerimento encaminhado à Casa, solicitou, e esta Casa aprovou por unanimidade.

Eu vou fazer uma introdução do tema de que quero tratar hoje, de que vamos tratar. Depois, passarei a palavra a V. Exa., que vai cumprir um papel fundamental nesta Subcomissão tão importante.

Senhores e senhoras, escrevi um pequeno texto devido à situação da violência que estamos atravessando no País. Fiz esse discurso bem mais amplo no Plenário e aqui faço um resumo.

Começo dizendo que o dia de hoje marca um ano do assassinato da Vereadora Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, no Rio de Janeiro. Quero aqui externar a solidariedade desta Comissão de Direitos Humanos aos familiares e amigos dessas duas vítimas.

Enquanto o mundo avança no empoderamento das mulheres, o Brasil mata lideranças femininas, sufoca a liberdade e escreve páginas que ferem a dignidade humana. Crimes como esses não podem ficar impunes. Esta Comissão preza pelo direito à vida, à justiça, à igualdade, pelo respeito às diferenças e pelo combate a todos os tipos de preconceito, racismo e violência.

Da mesma forma, externo também a minha solidariedade aos familiares e amigos das vítimas do assassinato coletivo ocorrido ontem em uma escola na cidade de Suzano, em São Paulo.

Dizia ontem no Plenário e repito aqui: o que está acontecendo com o nosso País? O que está acontecendo com o Brasil?

Todos os dias somos impactados por acontecimentos e notícias que parecem filme de terror. E não é só a questão do Rio, de São Paulo, de Brasília, do Ceará ou do meu próprio Rio Grande do Sul. A violência está cada vez mais forte: assassinatos, estupro de crianças, casos de feminicídio, idosos agredidos, morte por questões banais, pessoas brigando e se matando no trânsito, desentendimentos entre vizinhos em que um vai lá e mata o outro, os crimes do meio ambiental, como os crimes de Minas Gerais em Mariana e Brumadinho...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe por que eu pedi para você me socorrer, Senador? Porque eu já disse eu algum lugar "dobradinho" no lugar de Brumadinho, porque é muito parecido.

Então, o que aconteceu em Brumadinho até hoje não sabemos. Com certeza, trezentos morreram lá. Em Mariana, outras dezenas e dezenas morreram. Em São Paulo, além desse fato que já comentei, houve as chuvas também. E no Rio também. Se somarmos São Paulo e Rio, acho que dá mais de uma dezena de pessoas que morreram.

Se somarmos São Paulo e Rio, dá mais de uma dezena de mortos. Se olharmos para o Rio... Vamos lembrar que no Rio não houve só o caso do Flamengo. Neste caso, foram dez jovens. Houve outro caso em que 12 crianças foram assassinadas – crianças. Adolescentes também foram assassinados no Rio de Janeiro.

Enfim, será que a nossa sociedade está doente, esquizofrênica, sem rumo, sem direção? Será que o inconsciente coletivo de nosso País – e me preocupa muito isso, Senador – assimilou o ódio e a violência que hoje imperam nas redes sociais? Nas redes sociais, há a pregação do ódio. Pensar diferentemente é proibido. Quem pensa diferentemente já é atacado de forma brutal. Mentiras que deixam preocupado qualquer um.

Houve um tempo neste País e no mundo em que, se um jornal – Senador Acir Gurgacz, que está aqui no Congresso comigo há muitos anos – publicasse algo que não fosse verídico, havia direito à resposta. Agora, que direito à resposta se tem com *fake news*? Eles, como diz o outro, atiram contra qualquer um, e a Justiça não se posiciona.

Nós vamos fazer uma audiência aqui só para discutir as *fake news*. *Fake news*, para mim, são feitas por gente covarde, gente que prega o ódio. Quem prega o ódio recebe de volta a morte. Esse é um ditado antigo. Quem prega o ódio recebe a morte. Quem prega o amor recebe a vida. Isso está escrito na história da humanidade. Por isso eu quero aprofundar esse debate sobre o que leva a isso que aconteceu agora em São Paulo.

Não podemos ser omissos, comprometidos com a ignorância, parceiros de mentiras. Não podemos ficar calados, ocultando os nossos próprios erros. Nós estamos construindo muralhas em nosso próprio País, separando a nossa gente, incentivando sentimentos de intolerância. Temos que dar um basta em tudo isso.

"Paz nas redes sociais – leve essa ideia adiante". Paz nas redes sociais. Isso leva à cultura do ódio, e à cultura do ódio, se não for na linha da paz, vai incentivar cada vez mais a violência. Repito: "Paz nas redes sociais – leve essa ideia adiante". É uma campanha, ou melhor, é uma semente que foi lançada ao solo com o objetivo de levar paz, amizade, amor, solidariedade e esperança. Lancei ontem essa campanha via Twitter, Facebook e em todas as redes que estavam ao nosso alcance.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que esta Comissão, se assim vocês entendessem, levassem essa campanha à frente. Que a Comissão de Direitos Humanos do Senado encampasse esta ideia: "Paz nas redes sociais – leve essa ideia adiante".

Basta! Não podemos aceitar o cenário de violência, ódio, preconceitos e ataque de todo o tipo a nossa gente. Temos de compreender a essência da vida e acreditar que o sol glorioso ilumina todos os dias as vibrantes cores da condição humana. Paz nas redes sociais. Vamos levar essa ideia adiante. Não ao ódio; sim ao amor. Essa era a introdução que eu queria fazer, Senador Styvenson, que já está aqui, como sempre. Senador Styvenson, eu...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Boa tarde! Eu posso falar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode, pode, agora, já.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... sobre esse trágico episódio de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente. Foi essa introdução que fiz.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Foi essa introdução que o senhor fez?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a palavra está agora com o senhor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Estava refletindo sobre esse mesmo assunto, lembrando ao senhor que, em 2011, houve um fato semelhante em Realengo. Lembram? Em 2017, um fato também aconteceu em Goiás. E, agora, em Suzano.

A gente vê a precariedade da segurança nas escolas. Escola não é esse ambiente para estar havendo essas chacinas, essa violência. Creio que, se houvesse... Eu venho de ambiente escolar, e de escola pública. E digo, com toda a certeza, para o senhor que, se tivessem o mínimo de acompanhamento psicológico alguns alunos... Porque estava lá material todo escrito no caderno do garoto de 17 anos, frases de ódio. Digo isso não só pela escola, mas pelos pais também, porque era filho de alguma pessoa que deveria ter fiscalizado a vida dele. Mas não! Nossos filhos hoje estão sendo educados por jogos eletrônicos, computadores, pela internet. Por isso tenho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

esse cuidado de ter esse acesso, Paim. E deveria ser discutido aqui nesta Comissão de Direitos Humanos, uma vez que trata também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu registro que o nosso querido Vice-Presidente, Senador Telmário Mota, está aqui com a gente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Tudo bom, Telmário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estamos discutindo o que ocorreu em São Paulo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu parei só para ouvir, porque eu tenho visto um trabalho dele no Estado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nessa área.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Nessa área e com especialidade, com competência. Eu digo para ele que sempre eu ficava horas e horas ouvindo os vídeos dele. Sou um grande admirador, Senador, do trabalho de V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – E V. Exa. fala aqui com propriedade. Parei para ouvir exatamente V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pois é. Eu não queria estar falando, Telmário, com essa propriedade sobre o episódio de ontem em Suzano. Vidas foram tiradas. E eu ouvi uma discussão que não tinha muita relevância...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Lasier Martins está aí também. Como registrei a presença do Senador Telmário, registro também a presença do Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Bom dia.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Tudo bom, Lasier?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lasier, o assunto aqui é o que aconteceu em São Paulo. Só para situar V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já fiz a minha fala. Agora fala o Senador Styvenson.

Prometo não interrompê-lo mais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Tudo bem.

Eu quis só interromper para que a gente fizesse essa retrospectiva de que não foi a primeira vez, Senador Telmário. Senador Paim, não foi a primeira vez que esse fato aconteceu no nosso País. Esse fato vai acontecer outra vez. Não foi a primeira vez que aconteceu um rompimento de uma barragem, Lasier.

Então, no nosso País, eu sempre discuto, eu sempre falei – e minha fala vai ser sempre dentro dessa coerência – que a gente só tenta buscar uma atitude, só pensa em buscar uma melhoria depois que o fato acontece. Agora está lá, vai haver apoio psicológico para as famílias, acompanhamento de polícia dentro da escola, aumento do patrulhamento. Discute-se se vai ter ou não arma para o professor, para segurança, mas não se discute justamente o porquê daquele fato. Depois que ocorre um assassinato, investiga-se a vida todinha do assassino. Aí descobrem que ele estava com problema psicológico, descobrem que ele passava horas e horas nos jogos violentos.

Por que eu estou trazendo esse tema aqui, Paim? Porque deveria ser discutido nesta Comissão, uma vez que se trata de crianças também, essa proteção deles contra essa exposição violenta não só a jogos, mas em toda a sociedade. Se hoje uma criança vai para um estádio de futebol, Lasier, ela presencia violência não dentro do campo, mas fora, em todo o ambiente. Se hoje uma criança vai à escola, sofre *bullying*, sofre perseguição, sofre todo tipo de violência psicológica e física.

Então, o que a gente precisa fazer não é só se lamentar, mas dar uma solução definitiva. Eu digo isso porque ontem eu fui entrevistado pelo *O Estado de S.Paulo* e eles perguntaram: "E aí? Seria bom que o professor tivesse uma arma dentro da sala?" Não vejo por esse lado, seria bom é que as pessoas entendessem que escola não é para esse ambiente; escola é ambiente para educar, para escolarizar. E a gente não pode atribuir todos os problemas também e as soluções apenas para os Senadores, para os Deputados, para a Polícia Militar que está na rua, para os professores, e, sim, é preciso chamar aqui, Lasier, os pais para haver mais essa fiscalização.

Eu penso que esse garoto de 17 anos, eu creio que ele deve ter alguma família, ele deve ter alguém responsável por ele, e ninguém teve a curiosidade, só a Polícia Civil depois que houve o fato, de folhear o caderno dele, de folhear, apenas folhear e ver desenhos de armas, de pessoas mortas, versos satânicos, trechos de ódio? Será que o pai nunca teve a curiosidade de saber o que o filho faz dentro do quarto trancado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro que, até um tempo desse atrás, Lasier, era motivo de castigo para a gente: "Vai para o quarto ficar sozinho!", e hoje é motivo de alegria para a criança. O que era castigo para a gente no passado agora é satisfação. "Vou cortar a televisão!". "Ótimo, eu tenho o celular". "Ah hoje você não vai brincar". "Certo, não quero brincar". O que era castigo antigamente para a nossa idade – eu digo nossa, porque está próxima aqui a idade de todo mundo dos Senadores... Hoje mudou muito a sociedade. Por isso que a gente está vendo essas violências, Paim, desnecessárias.

E tomar medidas para conter a violência com mais violência é um risco. Eu não proíbo a posse da arma das pessoas que tenham competência para isso. E o jovem lá só estava com um 38, o resto das armas todas foi comprado pela internet, todas compradas pela internet: besta, armas medievais de jogos mesmo, machadinho. E o plano todinho, os acessos que ele teve na internet?

Estou falando isso, porque, Lasier, a gente precisa ter essa discussão, porque esses jovens de hoje estão na sociedade, essas crianças de hoje estão lá expostas à essa violência, à excessiva violência de jogos que hoje virou natural, parece que hoje há naturalidade. Hoje não há mais a palavra censura. Se eu falar aqui, vão dizer que é por que eu sou capitão, sou militar. Não posso falar essa palavra. Não existe nenhuma censura, Telmário, à pornografia, à exposição de crianças a esse tipo de violência psíquica ou física. Então, estou falando aqui, porque poderia ser discutido futuramente. Não pode ficar só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta Presidência acata já a sua sugestão e, se V. Exa. entender, acho que por iniciativa de todos, uma audiência pública para discutir na linha que V. Exa. enfocou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu falei sobre vários temas – não é, Lasier? –, eu falei da segurança nas escolas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é sobre a violência nas escolas...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu falei da exposição da criança e do adolescente a esse excesso de jogos violentos; eu falei do abandono hoje que essas crianças e adolescentes têm na família. Tudo isso leva a essas tragédias que a gente viu hoje, ontem no caso.

Era isso.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Senador Lasier...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Parece-me que muito já foi dito, muito já foi reportado pela imprensa. O que assusta é que isto é uma cópia do que já acontece nos Estados Unidos. E aí a nossa preocupação é de que esses defeitos que vêm de um país tão adiantado como são os Estados Unidos estão chegando aqui. E eu concordo com o Styvenson, há uma tendência – e evidentemente aí está o receio que temos – de que episódios como estes de ontem se repitam aqui no Brasil.

E eu entendo que aqueles dois rapazes eram psicopatas, eram doentes e tiveram a doença deles agravada pela convivência, pelo *videogame*, por uma insatisfação de vida, senão não teriam se suicidado, um matado o outro e depois se suicidado.

Então, acho que cresce cada vez mais a responsabilidade. Nem todos os pais têm condições de avaliar os seus filhos. Vejam o que está acontecendo lá, no nosso Rio Grande do Sul, que mobiliza as atenções do Estado, que é este júri desde segunda-feira e que vai até amanhã, portanto, uma semana inteira daquele pai, da madrasta e da amiga da madrasta que mataram o menino. Um menino cheio de cheio de qualidades, um menino de 11 anos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Por herança, não é?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem lembrado pelo companheiro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Esse é um sinal de que muitas vezes os pais não se preocupam e estão completamente desligados da educação dos filhos. Isso se transfere muito para os professores daquelas crianças que estudam avaliar bem quem têm nas mãos. Quando desconfiam de um menino com desvio de conduta, com uma psicopatia, que recomende à própria escola que procure encaminhar para um tratamento, que chame a atenção dos parentes, se não dos pais. Porque esse é o medo que nos assombra agora, que esse fato de ontem sirva de exemplo para as repetições, assim como nos Estados Unidos vem acontecendo há muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Lasier Martins. Tem a palavra o Senador Telmário...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por ordem de chegada?

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Presidente.

Também trago a solidariedade do povo de Rondônia, Senador Telmário, para essas famílias que perderam seus meninos, seus jovens, e para aqueles que ficaram também, para os professores, para a sociedade, não só de Suzano, de São Paulo, mas de todo nosso País.

De tudo que foi dito aqui – não quero repetir –, eu coloco uma coisa para se pensar, Senador Paim, com relação a essa tentativa de desvinculação dos investimentos do Governo tanto na saúde quanto na educação. Se hoje é obrigatório investir na educação e não se investe aquilo que é necessário, se nós desvincularmos, não obrigarmos os governos municipais, estaduais e o Governo Federal a investir pesado na educação, eu não vejo como é que vai melhorar a educação dos nossos jovens, principalmente no serviço público, nas escolas públicas, nas escolas municipais, estaduais e federais.

Eu entendo que tem que haver ou investimento maior. É claro que nós não podemos deixar, Senador Paim, a educação somente por conta das escolas e dos professores. Isso é transferir responsabilidade. A educação maior tem que se dar em casa, é evidente, mas na escola se complementa e deve haver profissionais capacitados em todas as áreas. Por isso, a minha preocupação com essa desvinculação do investimento na educação que hoje é feito nos Municípios, nos Estados e na União também.

Ao longo dos anos, se não me falha a memória, será obrigatório a União investir um pouco mais por ano na educação. E isso não pode mudar, temos que manter isso. Foi difícil no passado nós trazermos essa vinculação. Nós, do PDT, temos esse compromisso com a educação no nosso País. Entendemos nós – e eu não tenho dúvida de que aqui todos entendem da mesma forma – que não há como melhorar o Brasil senão através da educação.

Muitas coisas estão acontecendo no Brasil hoje, casos lastimáveis como esse de Suzano e outros tantos, e muito disso se deve à falta de um profissionalismo maior e da universalização do ensino em todo o nosso País.

É evidente que, neste momento, como V. Exa. falou, as redes sociais têm tido uma influência muito grande. Não sei se, talvez, não tenha de haver um limite daquilo que se propaga pelas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redes sociais – em alguns países, há algumas dosagens, alguns limites –, para que nós possamos diminuir as *fake news*, para que possamos diminuir as coisas negativas a que os nossos jovens e toda a população estão tendo acesso.

Então, é um tema, de fato, para nós discutirmos nesta Comissão, para que possamos dar uma atenção maior para os nossos jovens.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Acir Gurgacz! Eu quero concordar plenamente com V. Exa. Eu estou também preocupado com esta história da desvinculação das receitas dos Municípios, dos Estados e da União, principalmente na educação e na saúde.

Estou nesta Casa há quase 40 anos, no Congresso, Câmara e Senado. Eu entrei aqui com pouco mais de 30 anos e aqui estou até hoje. Agora, não pergunte a minha idade, porque eu não preciso dizê-la toda hora. Mas, se fizer a soma, já poderá saber.

Vejam que ainda é uma proposta que está sendo discutida no Governo. Então, não se trata de aqui ser contra o Governo ou a favor do Governo; não é nada disso. Foi uma luta para a gente vincular, porque os Municípios e os Estados não investiam em saúde e em educação o mínimo; preocupavam-se com outras questões, mas não se preocupavam com isso. Se nós desvincularmos, acho que vai ser um problema enorme – V. Exa. está coberto de razão –, porque os Estados e Municípios não vão investir. Obrigando-os a investir, já há um problema; muitos não conseguem cobrir. Calcule se nós liberarmos isso totalmente! Sabemos que Prefeito e Governador entram e saem, mas a população fica. Se não houver um mínimo de compromisso com essas duas áreas, que são a essência da vida no fundo... Saúde é vida, e a educação prepara o cidadão para viver com dignidade e para envelhecer com um mínimo de condição para não passar à miséria depois, quando estiver próximo da morte.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O Senador Girão já está conosco.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – O Senador Acir foi muito feliz. A educação não é gasto, é investimento. E, sem dúvida alguma, se não houver um monitoramento rigoroso com relação a esses investimentos tanto na educação quanto na saúde, como bem disse o Senador Paulo Paim, alguns gestores, alguns governantes, Governadores e Prefeitos não vão realmente priorizar esse segmento, que é um segmento que, muitas vezes, não destaca o político, o gestor nos seus quatro ou oito anos. Então, às vezes, ele prefere priorizar uma obra, uma estrada ou a energia e acaba deixando de lado aquilo que é mais importante, que é a formação do seu povo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que esse acontecimento lamentável de Suzano tem de ser trazido para esta Comissão mesmo, Senador Paulo Paim, como bem disse o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O Senador Styvenson.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... Styvenson, que conhece isso com propriedade. Ele trabalhou muito em escola. Eu cansei de ver alguns vídeos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Trabalho ainda.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Trabalha em escola. Vejo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Pois é, é o modelo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Eu vi alguns debates dele nesse sentido. Então, eu acho que nós temos de trazer para cá, sim.

Acho que a gente tem realmente de se modelar e se adaptar a essas redes sociais. Acho que tem como, sim, você achar os indícios disso antes de um lamentável acontecimento como esse. O aluno, na nota, no comportamento isolado... Se você colocar ali um acompanhamento de um psicólogo, uma pessoa dentro da escola que possa trazer essa resposta, você vai achar os indícios. Eles estão ali. A gente que não quer vê-los. Estão no próprio comportamento, no isolamento, nas notas, no tratamento com os outros colegas. Na hora em que a escola toda tiver esse sentimento, os professores tiverem esse sentimento... Às vezes, numa abordagem do professor com o aluno, ele responde mais ríspidamente... Indícios estão bem ali. A gente que, às vezes, não quer realmente enxergá-los. E, aí, numa hora dessa, transborda de uma forma dramática e traumática.

Eu tenho certeza de que esta Casa pode colaborar muito com isso, fazendo uma ou várias audiências públicas no sentido de que melhorem isso dentro das próprias escolas. É claro que ninguém vai trazer uma responsabilidade que, às vezes, é do berço para dentro da escola, mas é na escola que está acontecendo isso. Então, é ali que nós vamos detectar esses fatos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esta Casa – bem sugerido pelos Senadores – deve iniciar essa audiência pública buscando levar subsídios e ajudar na gestão das escolas.

Essa é a minha proposição, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota.

Só para que as pessoas que estão assistindo entendam o que é vinculado hoje... Hoje, a vinculação é 25%, Estado; 12%, Município; e 15%, União, varia de 15% a 18%. Quer dizer, 25% já estão vinculados nessa área que pega educação e saúde. É importante que a gente garanta...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que me passaram aqui é 25% para educação nos Municípios...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – São 25% para a educação nos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso.

Depois, vem saúde: Estado, 12%; Municípios, 15%; e União, 15% a 18%. É isso?

O Senador Lucas Barreto também está presente. Estamos discutindo aqui o crime, o assassinato em São Paulo.

Senador Eduardo Girão, quer fazer alguma consideração sobre essa questão?

O vínculo é São Paulo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Meu Presidente querido, Senador Paulo Paim, Senador Telmário Mota, Senador Lucas, Senador Lasier, Senador Acir Gurgacz, Senador Styvenson e todos os que estão nos assistindo pela TV Senado, eu estou ainda profundamente consternado com o que aconteceu ontem, sabem? A ficha ainda está caindo. O que aconteceu ontem em Suzano...

Eu tive um caso na minha família, há um ano exatamente, uma situação muito similar. Minha filha estava numa escola em Parkland, na Flórida, e entrou um atirador, que comprou uma arma legalmente – nos Estados Unidos, o acesso a armas é muito facilitado –, e disparou contra as crianças lá. Foram 17 crianças mortas naquele dia 14 de fevereiro de 2018, há pouco mais de um ano. Foram os 20 minutos mais difíceis da minha vida, porque eu estava na porta da escola, ligando para a minha filha, que não atendia. Ela é muito digital, muito ligada, conectada, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre atendia na primeira chamada. As informações foram chegando – a resposta da Polícia nos Estados Unidos é muito rápida, porque ela é muito equipada, é muito valorizada – de que aquilo acontecia no andar em que ela estava. Orei naquele momento, meu filho conseguiu sair, nós oramos, e, 20 minutos depois, a minha filha ligou, em prantos, dizendo que estava viva, claro, mas que viu seus coleguinhas mortos, inclusive o professor que estava na sala de aula, Senador Paulo Paim. O professor dela foi abatido em sala de aula.

Eu queria me solidarizar com as famílias que estão vivendo, neste momento, uma situação muito delicada de perda, uma mistura de revolta por tudo isso, por essa violência. E eu espero que esse assunto não passe como aquele momento de comoção... Daqui a pouco, vem outro assunto, vem outra... Desse assunto a gente precisa tratar. Acho que esta Casa, esta Comissão, a CDH, tem tudo a ver, porque nós estamos vivendo um momento de discussão... Inclusive, eu vi na mídia, ontem à noite... Sem conseguir dormir, Senador Telmário, eu fiquei assistindo aos canais e vi na mídia uma discussão: "Ah, não! Se houvesse arma de fogo com os professores, essa situação não teria acontecido!" Eu tenho convicção absoluta de que a tragédia poderia ser ainda maior. Já é provado cientificamente, com estatísticas sociais no mundo todo, que quanto mais armas há mais violência, mais mortes.

Fica a minha solidariedade às famílias, e que a gente possa debater esse assunto, que causa não apenas sofrimento humano, Senador Paulo Paim, mas também um prejuízo muito grande para o País no aspecto do SUS, da saúde. Estava sendo muito bem colocado aqui o custo altíssimo de mortes violentas por arma de fogo no Brasil. Aqui há uma guerra que nós estamos enfrentando. São 60 mil pessoas que são mortas, e a gente não pode querer apagar esse incêndio, jogando querosene, facilitando o acesso a armas, que vai ser muito maior.

Então, solidariedade às famílias, e a consciência de que o amor jamais separa essas famílias que estão sofrendo essa dor. O amor é eterno e vai ligar eternamente esses seres que partiram para o mundo espiritual... Em um dia, a gente vai se encontrar, em nome de Deus.

Muita paz para você!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Eduardo Girão.

Se mais algum Senador quiser comentar. Senador Lucas, Senadora Leila.

Temos aqui a introdução, que é a questão de São Paulo, do assassinato lá em São Paulo. Em seguida, vamos à votação. Já tínhamos até uma sugestão, permita só que eu esclareça, do Senador Styvenson de que esta Comissão faça uma audiência pública para debater esse tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu havia dito no início, foi com isso que me comprometi com os senhores e senhoras, apresentei uma série de requerimentos para iniciar os trabalhos. Agora, a prioridade é dos senhores e das senhoras. Todo requerimento que vocês encaminharem nós vamos aprovar. Quem encaminhou o requerimento preside a reunião, e eu vou para o plenário. Foi combinado no primeiro dia. Então, eu entendo que deveremos encaminhar o requerimento com a sua sugestão, sei que há uma sua também...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Bom, primeiro, bom dia a todos os amigos aqui, aos pares, ao Sr. Presidente.

Estou impactada ainda, acompanhando as redes, as imagens, as notícias. O maior questionamento que eu faço internamente, como Parlamentar, é: o que podemos fazer? Acho que neste momento entra muito em pauta essa questão do desarmamento, que é muito séria. A gente tem que realmente repensar políticas importantes e, acima de tudo, pensar a vida e a sanidade.

Minha preocupação maior, como mãe, são os jovens. Eles estão perdendo a esperança.

Estou até um pouco emocionada, peço desculpas, porque nós temos que dar uma resposta...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acho que as suas lágrimas merecem umas palmas.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é a visão... O Brasil está chorando hoje.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu penso: e se o meu filho estivesse ali, se um parente meu estivesse ali? A gente tem de se pôr no lugar das pessoas. A população está clamando por isso. Nós temos de dar uma resposta realmente completa.

A gente não pode pensar nessa polarização em que o País está. Nós temos de pensar na população, temos de pensar nos jovens, nas crianças, no que nós, como Parlamentares, como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas que estão nesta Casa, que representam essas pessoas, podemos fazer. Nós não podemos fechar os olhos e todo mundo aqui declarar: "Meus sentimentos às famílias".

O grau de agressividade, de ódio daqueles rapazes me impactou muito. E eu penso nos pais desses meninos também, desses homicidas, que certamente se questionam agora, ou a própria família, em que erraram. Porque a gente se questiona todo dia, quem é pai e mãe, o que pode fazer. A gente se questiona todo dia. A gente se põe no lugar: o que eu posso fazer para melhorar a vida do meu filho?

A gente tem que realmente melhorar a vida do nosso País de alguma forma. E não é com arma, não é com ódio, não é com polarização que nós vamos mudar a vida deste País, principalmente a dos jovens, porque são eles... São eles – eu insisto, como mãe, como mulher, e digo às mulheres – que estão perdendo essa guerra. Eles estão perdendo essa guerra e a esperança. E nós temos que reagir diante disso.

Hoje eu vim para esta Casa muito, muito emotiva. Eu sou emotiva, sou mulher. Eu sou mulher. E muito sensível à situação. E eu não vou me calar, eu não vou cruzar meus braços e simplesmente esquecer o que aconteceu ontem e deixar passar, para que venham outros crimes, outras chacinas como essa.

Nós temos que, de fato, encarar com muita serenidade, primeiro, mas com muita responsabilidade a situação dos jovens, a violência que está dizimando os jovens deste País, que está tirando a esperança dos jovens e das mulheres deste País. Obrigada.

Desculpem minha emoção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi importantíssima.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Mais do que Parlamentar, como eu falei, eu sou mãe, eu sou mulher e eu sou cidadã.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Leila Barros.

Senador Lucas Barreto, alguma colocação?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu penso que a Senadora Leila foi a um ponto crucial: a gente não pode pensar: "Ah, isso nunca vai acontecer comigo, nunca vai acontecer". Pode sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Em qualquer lugar, no trânsito, em qualquer lugar...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Em qualquer lugar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Em qualquer lugar está assim. Está banalizada a vida.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – A vida está banalizada. Voltou-se a falar uma frase forte: a vida não vale mais nada.

Então, essa polarização que realmente há tem os dois lados: o do cidadão de bem, que também quer se proteger. Eu já fui assaltado na minha casa. Tenho lá três filhas e a esposa, quatro mulheres. Às vezes, você sai, como tenho uma atividade intensa também, e fica sempre preocupado.

Então, penso eu que a juventude é o cerne. No meu Estado, para se ter ideia, nós temos 63 mil jovens na categoria nem-nem: nem estuda, nem trabalha por falta de oportunidade. E estão suscetíveis a qualquer amizade indesejada, a levar para o mundo do crime, a levar para a droga. A droga está avançando muito.

Eu penso que esse crime que foi cometido ontem não pode ser esquecido. Eu acho que a gente tem que ir a fundo, como é o caso do crime que aconteceu em Brumadinho. A gente não está lembrando que morreram lá trezentas e poucas pessoas assassinadas. E assim como aquela barragem, há tantas outras também que esta Comissão tem de averiguar, tem de ir a fundo. Nós temos de impedir que esses crimes que são possíveis de fiscalização, de prevenção nas escolas... Nós temos de ter ali... Eu falo sempre que tem de haver na escola um psicólogo, uma assistente social. A assistente social consegue identificar na escola qual o problema do aluno, da família. Ela busca, ela traz. Eu fui Deputado estadual e até apresentei um projeto para que em cada escola houvesse um assistente social para cada mil alunos, para que ela pudesse observar, porque na escola também você consegue captar muitas coisas, consegue ter informações: "Olha, aquele colega está com as ideias diferentes", e, então, conversar com ele. Também a psicologia funciona muito nisso.

Então, eu penso que esta Comissão do Senado Federal poderá trazer discussões para que nós possamos melhorar essa segurança escolar, melhorar a formação dos nossos jovens.

O senhor imagina que eu estou lá na Amazônia, mas, lá no Amapá, na área de fronteira, há droga, tráfico, arma, tudo ali do lado, tudo pode entrar. E o cidadão de bem, para ter acesso a uma arma, é uma complicação muito grande. Mas ele quer também estar protegido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu penso que a vida nos reserva essas surpresas de ver um assassinato. A gente, quando vê uma coisa dessa, todo mundo fica chocado, porque poderia ser na escola do seu filho, poderia ser com o seu filho. Então, fica aqui também a minha solidariedade às famílias e à pertinente atuação da Senadora Leila, que se expressou muito bem, com o sentimento de mãe com que nós também nos sentimos obrigados a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concordar plenamente, não é?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... concordar plenamente, não tem jeito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Lucas Barreto.

Senador Eduardo Girão.

A Senadora Zenaide, se assim entender, será a próxima a falar. Depois, nós vamos entrar na pauta já, para aproveitar o quórum.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu acho muito importante este debate sereno, com muito respeito, como está acontecendo aqui, e com emoção, porque a emoção é algo inerente ao ser humano. As lágrimas lavam a alma.

Eu só queria fazer uma ponderação à colocação que fez o meu colega, irmão, Senador Lucas, de que arma protege, arma de fogo. A arma de fogo, no meu modo de ver, muito pelo contrário, deixa mais vulnerável o cidadão de bem. Quero dizer para você que eu não estou falando aqui da minha opinião. Isso é algo com base na ciência, com base em pesquisas...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Senador, com todo o respeito, quem mata não é a arma, é o cidadão. É ele que tem o poder.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu quero fazer uma colocação e citar alguns pontos, alguns fatos. Vamos lá: o senhor colocou que a arma de fogo, o acesso a ela para o cidadão de bem tem de ser facilitado. A arma de fogo foi concebida no século XV com um único objetivo: matar.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não. Eu vou chegar ao ponto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou permitir o aparte aos dois...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Eu não falei que tem que ser facilitado, foi o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra está com o senhor. O senhor que dá o aparte ou não a ele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Tranquilo.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – O senhor me dá um aparte? Foi o contrário. Eu disse que a arma para o cidadão de bem é muito dificultada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E tem que ser dificultada.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Claro, cada vez mais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Cada vez mais. Então, desculpe. Foi interpretação minha equivocada, porque acredito que eu estou impregnado ainda, Senador Paulo Paim, pelos discursos que ouvi ontem de autoridades. No meio dessa comoção, tiveram a ousadia de dizer que se os professores estivessem armados essa tragédia não aconteceria, não teria acontecido. Isso é de uma insanidade completa. O acesso fácil às armas, o efeito surpresa... Vamos dizer ao cidadão de bem, nós somos cidadãos de bem aqui, que o meliante, o bandido, a pessoa que está intencionada não vai mandar um "zap" para você dizendo a hora em que vai atacá-lo. Nós não somos vocacionados para ter arma de fogo, por mais que façamos treinamento. Então, o efeito surpresa é dele.

Aquela arma do cidadão de bem, e eu acho que foi isso que o Senador Lucas quis dizer e eu não compreendi então – perdão, Senador –, vai migrar para o crime. Eu acredito que a gente tem é que capacitar mais ainda as polícias, as forças policiais é que têm que proteger a sociedade. Elas é que têm que ter equipamento de última geração, elas têm que ter valorização nos seus salários, elas têm que ter todo tipo de treinamento. Inclusive, deveria haver *blitz* e apreensões de armas de fogo em ruas. Eu acho que deveria ser reforçada essa cultura, essa política para retirar armas que estão ilegais.

Então, eu acredito que nesse debate a gente tem que ter muito cuidado neste momento. Pelos discursos que eu ouvi ontem à noite de autoridades eu fiquei apavorado: "Não, vamos colocar para os professores... Isso não teria acontecido, o problema é do Estatuto do Desarmamento". Pelo amor de Deus! O Estatuto do Desarmamento poupou 121 mil vidas, segundo o Mapa da Violência, desde a sua edição. Tem problemas o Estatuto? Tem problemas o Estatuto, concordo. Não foi efetivada essa questão das buscas, apreensões e mais *blitz* para retirar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as armas ilegais. A fronteira do Brasil – o Senador Lucas e outros colegas aqui sabem bem disso – é como queijo suíço, entra arma por todo lugar

Então, a gente precisa realmente encarar esse assunto com serenidade. Mais armas são mais violências desse tipo que vão acontecer. Os Estados Unidos estão aí dizendo isso. São massacres e massacres nos Estados Unidos, que têm essa cultura bélica já.

Muito obrigado, Senador. E perdão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Eduardo Girão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Senador Paim, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Zenaide estava inscrita. Se ela puder...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Não, se ele já estava inscrito...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em seguida V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos. Senador Paulo Paim, eu quero aqui me solidarizar com as famílias dessa tragédia. Como mãe e avó, a gente fica até sem coragem de falar.

Mas queria dizer o seguinte, eu sigo a mesma linha do meu colega Girão. Quem tem o dever de zelar pela segurança do seu povo é o Estado brasileiro. Não é botando armas no colo do cidadão comum que se vai resolver. Eu gostaria de lembrar que, como ele falou, há o Estatuto do Desarmamento... Tem ideia do que é os jovens, a partir de 21 anos, mesmo os adultos, irem para uma mesa se confraternizar, depois da segunda cerveja, uma discussão? Se não estiver armado, os colegas vão tirar, dar um empurrão e jogar cadeira. Se estiver armado, com certeza, vai matar um amigo e dificilmente vai se recuperar.

Todos nós sabemos que a única maneira de diminuir a violência se chama educação de qualidade para todos. Nós sabemos, isso não é inventar a roda. Os países que diminuíram a violência o fizeram com educação. Não estou falando só de ensino. Ponham as nossas crianças – vamos fazer isso – em creche de tempo integral, nossos jovens em escola de tempo integral de qualidade, que nós vamos diminuir a violência, sim. Porque a gente sabe que quando você





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oferece – o Estado brasileiro oferece ou qualquer país do mundo – educação de qualidade para todos e não só para um grupo privilegiado, isso fortalece os laços sociais.

Eu queria citar aqui um exemplo. Eu sou de uma cidade pequena do interior, filha de um pequeno agricultor e a cidade Jardim de Piranhas só tem uma escola. Nessa escola estudava o filho do pequeno agricultor, o filho do juiz e do Prefeito. Apesar de ser criança, eu acho que a gente não sabia usar as palavras, a gente sentia que o Estado nos abraçava, que a gente deveria ter as mesmas oportunidades e a gente era amigo. O fato de o cara ser filho do prefeito não dava privilégios.

Então, a gente cresceu vendo isso. Eu morei em casa de estudante. Caicó é uma cidade do Seridó que oferecia uma educação de qualidade para toda a região. Abraçava a nós. Por isso, quando eu vejo que um país tal não recebe uma criança, deixa-a morrer ao mar, eu digo: "Poxa, deveriam ver essa qualidade". Porque Caicó nos recebia e todos nós tínhamos os mesmos direitos. Então, nós sabemos, temos o diagnóstico, sabemos qual é o medicamento: precisamos investir em educação.

O que fez a Finlândia? Em 50 anos, é um dos melhores países. Por que os países que oferecem educação de qualidade para todos fecham presídios? E apesar de a gente ter falta de presídio, digo-lhe o seguinte: não é armando a população civil que nós vamos diminuir a criminalidade. Quem tem que usar armas são os agentes de segurança, que são preparados para isso. E digo mais: se armarem a população civil, os agentes de segurança vão ser a cada dia em maior número assassinados. E se a gente não oferecer educação, mesmo que a gente qualifique as nossas polícias, que é uma coisa imediata, que ofereça salários dignos, que invista em tecnologias, a sociedade vai jogar um número de jovens à deriva e o crime vai cooptar.

Então, nós desta Casa, deste Congresso Nacional somos quem tem o poder, gente! Fazemos a lei, aprovamos a lei, se o Presidente vetar, a gente ainda pode derrubar o veto; dizemos qual o salário do trabalhador, do servidor público; quantas horas vai trabalhar e com que idade vai se aposentar. Então, o poder se chama Congresso Nacional, legítimos representantes do povo. Armar, não, gente! Vamos oferecer livros em vez de arma.

Muito obrigada, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sr. Presidente, então, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Cumprimento os Senadores e as Senadoras pelas suas colocações...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Flávio Arns está também com a gente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – O Senador Flávio Arns também está conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha que eu tinha dúvida na quinta, estão me surpreendendo. Está dando quórum na quinta.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que é muito bom. Terminativo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É que a Comissão é muito bem conduzida, Presidente, tem a credibilidade para que a gente venha discutir todos os temas e assuntos aqui com a maior seriedade, como sempre foi.

Agora, há um tema que a Senadora Leila colocou, que eu entendo que é da maior importância para o momento, é a polarização. Tem-se que acabar com isto: quem ganhou a eleição, ganhou a eleição; quem perdeu a eleição, perdeu. Acabou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concordo plenamente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Desarma, vamos seguir, vamos juntos, o que é bom para o País vamos aprovar, o que não é bom para o País vamos discutir e tentar achar uma forma para que aquilo que era ruim não seja tão ruim que possamos aprovar para ajudar o Governo. Não importa de que governo estamos falando, mas é o Governo democrático que aí está.

Tivemos um exemplo claro e muito próximo, que foi o *impeachment* passado, que teve efeitos colaterais fortíssimos na nossa democracia. Estamos começando, com menos de três meses, um novo Governo. Nós temos que olhar para esse Governo como o Governo de toda a população brasileira. Não é o Governo de alguns, é o Governo de todos nós. Cabe a nós começarmos aqui no Senado, nas Comissões, no Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem sabe, nesta Comissão de Direitos Humanos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Principalmente nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... rumemos todos juntos para o bem comum.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Vamos acabar com a polarização, vamos discutir os temas.

Aqui cumprimento a Senadora Leila por trazer esse tema. Que nós possamos trabalhar para o nosso País como um todo, independentemente de quem esteja no Governo. É o Governo da democracia, isso que é importante.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Tenho certeza de que aqui todos concordam.

É fundamental também que quem tem mais contato com o Governo... Eu ficaria feliz de ver o Presidente da República também... Este é o Governo de todos, vamos construir juntos um projeto de nação. Eu ficaria feliz, podem ter certeza. Quando fica dando a impressão... Entre nós, eu digo aqui, não estou criticando ninguém, porque nós ficamos entre nós e eles, não é? Quem votou em sicrano ou beltrano. Isso já terminou. Agora é defender projetos para o País. Esta Comissão, podem ter certeza, assim vai se portar durante todo o período.

Flávio Arns, nós fizemos até o momento, todo mundo se posicionou aqui... V. Exa. se posicionou no Plenário – eu também – sobre o que aconteceu lá em São Paulo. Se quiser fazer uma fala breve... Nós vamos para votação, aproveitando o quórum.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Exato. É importante aproveitar o quórum.

Em primeiro lugar, só manifestar novamente a solidariedade às famílias, aos alunos e à comunidade, uma tristeza indescritível. Agora, a gente precisa pensar no que aconteceu, porque a gente olha... Eu fui Secretário de Educação no Paraná durante quatro anos, uma das coisas que a gente trabalhou muito lá foi arquitetura contra o crime. Porque ontem, pelos vídeos, pelo menos, o carro parou na frente da escola: não pode parar na frente da escola ninguém. Porta aberta na escola: não pode haver porta aberta para ninguém, a pessoa tem de chegar em qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador, V. Exa. foi, se não me engano, Secretário de Educação, não foi?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá, no seu Estado. V. Exa. foi...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Fui Secretário. Lá, no nosso Estado, há escolas em que a secretaria é no segundo andar. Então, alguém vai à secretaria, tem que entrar por toda escola, passar pelas salas de aula. Eu dizia: "Isso é um perigo! Não pode acontecer". O Styvenson está aqui e também sabe, deve haver uma arquitetura contra o crime, não pode. A qualquer lugar em que se vai deve-se apresentar a identidade, tirar fotografia, dizer em que sala que você vai... Eu acho que esse debate a gente tem que fazer.

Ao mesmo tempo, o que os dois fizeram foi com sinais – obviamente, eu diria – de transtorno mental, porque uma pessoa não vai fazer aquilo. O transtorno mental atinge hoje 20% da nossa população: depressão, esquizofrenia, droga e *crack* levam para o problema mental e transtorno mental também.

Agora, nós temos de nos debruçar, na minha opinião, sobre os jogos violentos. É uma criança ou um jovem em formação. O que a gente vai fazer para que esse jogo violento... E há jogo com todo tipo de violência! Mas não é só o jogo. Quando você olha a televisão, você vê que há programa policial às 14h, falando de assassinato, de roubo, que é de grande audiência. Então, o que a gente quer?

Eu morei, numa época, nos Estados Unidos também, fazendo pós-graduação. É impensável acontecer num país desenvolvido o que acontece no Brasil. Então, você tem de criar mecanismos... Não se trata de ser contra alguém ou contra o programa ou coisa semelhante, mas é preciso haver uma arquitetura adequada, trabalhar com valores. As escolas trabalham muito com valores. Não é por que um professor ou dois elogiam o PT ou o PSDB ou coisa semelhante que a gente vai ficar discutindo, o tempo todo, o Escola sem Partido. A gente tem de discutir, como a Zenaide colocou, escola de qualidade, escola boa, com profissionalização, educação em tempo integral, amizade, respeito, solidariedade.

Então, penso que, nesta Comissão de Direitos Humanos – e podemos fazê-lo na Comissão de Educação também –, temos de discutir esses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também, é um tema integrado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Esses assuntos são muito importantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os educadores são qualificados. Hoje em dia, eles têm uma formação, pedagogos, professores, inspetores de pátio. Eu visitava de 15 a 20 escolas por semana. Eu vivia dentro das escolas. E eu digo que quase a totalidade dos nossos educadores é extraordinária em termos de empenho, de dedicação. É claro que há exceção, como há em qualquer lugar. Na política, também há exceção, e não é por causa disso que a gente vai fechar o Congresso, a Câmara ou o Senado. Vamos corrigir os pontos, mas não tornar isso... Vamos pensar em verbas, em qualidade, em qualificação, em carreira, em educação, em música, teatro, esporte, grupos de jovens ou de escoteiros, vôlei. Está a Leila aqui ao lado. O pessoal ama isso. Praticar esporte melhora a saúde mental, melhora a parte física.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É disciplina, formação, educação, saúde.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Melhora tudo! Então, vamos pensar em coisas boas.

Como você falou... Permita-me, eu sempre o chamo de você. Como V. Exa. falou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estávamos juntos como Deputados muitos anos atrás.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... vamos pensar num projeto bom de educação.

Agora, neste momento, quero externar a solidariedade. Foi uma coisa brutal, terrível! Mas a gente tem de, na sequência, pensar no que fazer. Temos de reagir. Não dá para ficar parado aí! Está bem?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente, quero fazer um comentário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Temos toda a manhã aqui. Está tranquilo! Só espero que vocês fiquem aqui para votarem o projeto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Foi muito feliz, extremamente feliz a colocação do Senador Flávio Arns. Ele tocou num ponto que tem muito a ver com a situação de ontem.

Eu digo isso com a experiência de ser pai. Eu tenho cinco filhos. Há dez anos – olhem só o que vou lhes falar! –, os meus filhos mais novos, que hoje já são adolescentes, disseram assim: "Papai, olhe aqui que jogo legal!". Aí eu fui vê-lo. Nem vou falar aqui o nome do jogo, porque é um negócio repugnante. Mas a gente precisa debater esse assunto e trazer especialistas aqui. Eu ouvi especialistas sobre esse assunto. Quanto mais você mata, mais pontos você ganha – esse era o joguinho que ele estava me mostrando, Leila. Quanto mais pessoas você atropela, mais você ganha pontos. Isso está acontecendo aos montes com os nossos filhos, e muitos pais nem sabem disso. Naquele momento em que ele está na internet, vendo o celular, com aquele joguinho, isso vai sendo incutido...

Um especialista – não lembro o seu nome, mas vou procurar – que faz palestra sobre o assunto no Brasil e no exterior e que é brasileiro mostra a relação dessa cultura da violência com o que a gente vê nas ruas. Então, era importante a gente trazê-lo aqui. Quero sugerir isso. Vou até fazer um requerimento para isso, para a gente fazer uma audiência pública sobre esse assunto, para tentar regular esses jogos.

Senador Flávio Arns, crianças de sete ou oito anos estão jogando esses jogos. E me parece que, nos Estados Unidos, onde há esses joguinhos – aliás, eles vêm de lá; é uma indústria bilionária –, para você comprar, há pelo menos um critério, um controle por idade, a partir de 16 anos ou de 18 anos.

É uma coisa tão absurda, pelo que eu vi! Eu proibi meus filhos de jogá-lo. Eu disse: "Não! Este jogo aqui nós vamos destruir. Vamos destruir juntos este jogo aqui".

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Você o censurou. É censura?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não! Disso aí fiz questão! Ele, no início, teve um choque: "Mas, papai, deste aqui eu gosto. É só meia hora! Estou estudando, estou tendo nota boa!". Aí eu fui explicar, tentei explicar para ele o que estava incutido nisso aí. Passaram-se algumas semanas, e nós o destruimos juntos. Ele não o jogou. E nós destruimos juntos o joguinho. Na época, era um CD. Isso faz dez anos. Era um CD que se colocava para jogar no PlayStation, esses jogos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só dizer que é muito importante a gente debater esse assunto, esses jogos violentos.

Foi muito feliz a sua colocação, Senador Flávio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos agora entrar na pauta com rapidez.

Senador Lasier, vou me dirigir a V. Exa. Sabe aquele caso de Caxias? É um minuto, é um encaminhamento já. Falo de Naiara Gomes. Lembra?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Lembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Exa. participou, e eu participei. Nós entramos com um pedido aqui para homenagear pessoas que se destacam nessa luta contra a violência. Foi aprovado por unanimidade, diante daquele momento.

Era uma criança, se não me engano, de oito anos ou nove anos. Ela foi raptada. Um cidadão em tese de bem, de uma empresa muito conceituada na nossa cidade, Caxias do Sul, raptou a criança, violentou-a e a matou. Os policiais, que estão preparados para enfrentar um momento como esse, choraram quando viram o estado da criança.

Aí nós entramos com um requerimento, que a Casa toda aprovou. Ele está sobre a mesa, para que seja designado o Relator. Se V. Exa. concordar, quero solicitar a V. Exa. que seja o Relator desse projeto que está sobre a mesa. Aí se instala a Comissão. E as pessoas que se destacam neste País na luta contra a violência em relação às crianças seriam, então, homenageadas pela Casa.

É um projeto antigo, mas que foi feito num momento de comoção como esse. O Rio Grande do Sul parou diante daquela situação.

Podemos contar com V. Exa.? Esse já é o encaminhamento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – A propósito, quando V. Exa. julgar oportuno, Senador Paim, se pudesse, poderia inverter a pauta – uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comitiva está me esperando em meu gabinete; eu pedi que esperasse por mais meia hora –, para que nós pudéssemos relatar a Sugestão nº 43, sobre a aposentadoria especial de Governadores e de Presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu pergunto ao Plenário se concorda com essa inversão de pauta, para que o Senador Lasier possa se deslocar.

Eu acho importantíssima essa sugestão. Sei qual vai ser a sua posição e tenho a certeza de que será também a deste Colegiado.

Então, vamos lá! É o item 4.

Os Senadores que concordam com a inversão de pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está acordado.

ITEM 4

SUGESTÃO Nº 43, de 2017

- Não terminativo -

Fim da Aposentadoria Especial para Governadores e Presidentes.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: favorável à Sugestão, nos termos da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins, para fazer a sua exposição.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para leitura de relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente e colegas Senadores e Senadoras.

Em primeiro lugar, eu queria destacar a importância que se está dando aqui ao *síte* e-Cidadania, que é algo elogiável sob todos os aspectos, porque, se nós estamos no Senado para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

servir ao cidadão brasileiro e se temos, inclusive, um *site* para isso, com esta sugestão aqui nós estamos ouvindo e respeitando o cidadão, que, neste caso especial, traz esta sugestão, que dá margem a este relatório e à avaliação dos colegas quanto ao destino que vamos dar à possível votação.

Então, trata-se da Sugestão nº 43, de 2017, do Programa e-Cidadania, que propõe o fim da aposentadoria especial para Governadores e Presidentes.

Quero lembrar, Senador Paim, e compartilhar com os colegas que, no Rio Grande do Sul, uma ilustre Deputada Estadual apresentou um projeto... Ela foi muito bem-sucedida e foi muito bem votada na eleição passada. Eu até disse a ela, outro dia, num encontro que tivemos em Porto Alegre, numa reunião, que essa votação espetacular que ela obteve – é a Deputada Any Ortiz, do PPS – deve-se a esse projeto dela que acabou com a aposentadoria remunerada dos Governadores do Rio Grande do Sul. O Senador Sartori foi o último. Daqui por diante, Governador do Rio do Sul não tem mais aposentadoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Salário integral com quatro aninhos.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Exatamente!

Aqui, esse cidadão nos remete esta sugestão.

Observadas as disposições regimentais e o projeto que regulamenta o e-Cidadania, vem esta sugestão apresentada pelo cidadão Rafael Zucco, em 19 de julho de 2017, que propõe o fim da aposentadoria especial para Governadores e Presidentes.

Vou abreviar um pouco o relatório.

Sugere o autor da Ideia Legislativa "que a primeira reforma da previdência a ser feita seja na aposentadoria especial de governadores e presidentes, todos devem seguir o regime geral da previdência do INSS, idade mínima, tempo mínimo de contribuição e o mesmo teto máximo aplicado a todos sem distinção".

Ainda segundo ele, "é inadmissível que a população pague sozinha o rombo da previdência, governadores e presidentes são meros agentes públicos escolhidos para representar seus eleitores por período definido, sem privilégios, todo político deve seguir as mesmas regras de aposentadoria que qualquer cidadão brasileiro, convido a toda população de bem a apoiar e divulgar essa ideia, vamos fazer um novo Brasil". Essa é a proposta.

Bem, na análise, primeiro, com relação à constitucionalidade, regimentalidade e técnica legislativa: sem reparos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, se o político for, na origem, um servidor público, continuará vinculado ao seu regime previdenciário, como já prevê o art. 38 da Constituição. Caso contrário, deverá ser observado o que estabelecem as Leis n°s 8.212 e 8.213, de 1991, respectivamente, em seus artigos aqui descritos, que determinam que "é segurado obrigatório do RGPS [...] o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social".

Aqui há uma pequena falha no relatório.

É fato que esse tipo de vantagem não existe para o Presidente da República, e o Supremo Tribunal Federal tem declarado a inconstitucionalidade das leis estaduais e municipais que a instituíram para os Governadores e Prefeitos, por ferir os princípios da igualdade, da impessoalidade, da moralidade pública e da responsabilidade dos gastos públicos. É o art. 37 da Constituição.

Por causa disso, inclusive, vários Estados já se adiantaram, extinguindo essa vantagem.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Assembleia Legislativa aprovou, por unanimidade, no dia 8 de dezembro de 2015, projeto de lei nesse sentido, de autoria da brava Deputada Any Ortiz, a quem rendemos nossa homenagem pelo seu pioneirismo e espírito público.

De outra parte, os regimes destinados a membros do Poder Legislativo têm sido objeto de contestação junto ao Excelso Pretório por argumentos semelhantes.

Aí vai descrevendo os votos dos vários Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, faz-se necessário alterar a Carta Magna, para deixar claro que, em todos os Poderes e em todos os níveis da Federação não podem existir regimes especiais de previdência para os políticos.

Assim, do ponto de vista formal, a veiculação da presente sugestão terá de ser feita mediante proposta de emenda à Constituição.

Como a proposta não pode ser, formalmente, de autoria da Comissão, uma vez que não há essa previsão na Constituição, será necessário aplicar, por analogia, o parágrafo único do art. 356 do RIsf, do Regimento Interno, reunindo, para a apresentação da proposição, assinaturas de Senadores que, complementando as dos membros da Comissão, compreendam, no mínimo, um terço dos membros da Casa.

Voto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Do exposto, votamos pelo acolhimento da Sugestão nº 43, de 2017, concluindo, na forma do art. 102-E, I, e parágrafo único, I, combinado com o art. 356, parágrafo único, do Regimento, pela apresentação da seguinte proposta de emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA [...]

Altera o art. 201 da Constituição Federal, para vedar a instituição de regimes de previdência destinados a detentores de mandato eletivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 201 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 14:

“Art. 201.

§ 14. Ressalvado o disposto no art. 38, aplica-se o regime previdenciário de que trata este artigo aos detentores de mandato eletivo, vedada a instituição de regime próprio destinado a eles.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Então, resumindo, Sr. Presidente Paulo Paim, o cidadão que mandou esta sugestão para cá está propondo que o Senado Federal se detenha e se debruce sobre essa proposta e transforme a sugestão dele numa PEC, para daqui por diante acabar com aposentadoria especial para Governadores e Presidentes.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria.

O Senador Styvenson já pediu a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Isso.

Sr. Presidente, eu queria emendar aqui, fazer uma emenda: não só para Governadores e Presidentes, para quem tem esse direito aqui dentro: Senadores e Deputados. Eu fui um que abri mão dessa aposentadoria especial.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – O seu amigo aqui também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então vamos emendar, não é, Lasier? Concorde de colocar em votação?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Aproveite então. Quando da preparação da PEC, já sugiro que apresente a sua emenda.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Porque vou ser bem claro, essa é a voz das pessoas nas ruas.

Eu não vim aqui... Eu não sou empresário, não sou milionário – desculpa, viu, Girão? Eu não sou milionário, não sou empresário, não tenho família rica, não sou de casta política. Eu era apenas um capitão da PM, no Rio Grande do Norte, e não fiz uso disso, nem mesmo na Justiça, como me aconselharam buscar: "Ah, você busca isso na Justiça e você consegue essa aposentadoria". Não, não. Não quero. Eu não acho justo com a população que está do lado de fora.

Não acho justo, numa discussão tão séria como está havendo hoje, Lasier, que é sobre a previdência, a gente estar sendo privilegiado e beneficiado. Então, eu queria propor essa emenda para quem participar dela, se Senadores e Deputados; quem hoje faz uso dessa aposentadoria especial, que perca também. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria, senão vamos ao voto. Eu entendo que vai ser aprovada por unanimidade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Se me permite ainda uma... Em tempo, a correção.

Dentro da própria proposta, já fala em todos os mandatos eletivos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Portanto, a proposta do Senador Styvenson...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está contemplada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – ... já está prevista aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, porque eu entendo que é unanimidade, vamos ao voto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os que concordam permaneçam como se encontram.

Sem prejuízo da sua fala.

Vai lá. Primeiro a sua fala.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Alô, alô. O.k.

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Lasier Martins pela coragem de tratar de um assunto assim tão delicado. E é uma marca de V. Exa. enfrentar esses assuntos com muita firmeza, com muita coerência.

Parabenizo também o Senador Styvenson pela emenda e faço uma sugestão: colocar logo no título dessa PEC que seria o fim da aposentadoria especial não apenas para Governadores, ex-Governadores e Presidentes, mas também para Parlamentares. Sugiro que seja colocado no título cargos eletivos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um destaque?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Um destaque no título.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está contemplado no seu relatório já, o.k.?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos a voto.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à sugestão, na forma de proposta de emenda à Constituição aqui aprovada, por unanimidade.

Item 3.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, de 2018****- Não terminativo -**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena para o crime de estupro de vulnerável cometido contra vítima com enfermidade ou deficiência mental.

Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017**Relatoria:** Senador Styvenson Valentim**Relatório:** Favorável ao Projeto.**Observações:***Tramitação: CDH e CCJ.*

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Senadores, Leila, esse tema é sensível também, muito sensível.

Eu queria, antes de começar o relatório, se permitirem, falar alguns dados estatísticos, o que fundamenta toda essa mudança, esse aumento, esse acréscimo de um terço no Código Penal.

Antes, conversando com um amigo, o Senador Gurgacz, falei para ele que nesta semana havia recebido uma visita de uma delegada da Polícia Federal, especialista na área, Paim, de violência sexual, pedofilia, e soube que estão acontecendo barbaridades dentro de residências e em escolas. Foi visto em João Pessoa, em escola privada, abuso sexual contra alunos. Eu vi, com meus próprios olhos, na Escola Maria Ilka uma criança de 12 anos que era abusada desde de muito cedo pelos pais, com a autorização da própria mãe. Então, o que vou trazer para vocês são dados estatísticos para mostrar como esse crime é grave, está acontecendo a todo momento e como está destruindo o psicológico das nossas crianças, como está destruindo a cabeça de uma geração toda.

Esses crimes acontecem pela internet, acontecem dentro do ônibus, acontecem nos esportes, pelos técnicos, o assédio, a violência sexual mesmo, o abuso sexual. Segundo as estatísticas, de 2011 a 2017, foram notificados pelo Sistema de Informações de Agravos de Notificação 184.524 casos de violências sexuais. Desses, 31% contra crianças, e 45% contra adolescentes. E a gente fala de estupro, fala de abuso sexual, mas nunca se lembra dessas pessoas, e é o maior número, 76% são contra vulneráveis, contra pessoas que não sabem ou que não podem se defender.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o mais agravante que vem neste relatório – e que vai passar hoje; porque tenho certeza de que vai ser votado positivamente para aumentar a pena – é que é nessa mesma faixa etária que há crianças e adolescentes com problemas de falta de discernimento, com deficiência de raciocínio, com deficiência mental. Então a um adulto, a uma pessoa uma criança dessa para manter relações sexuais, eu não sei qual o tratamento que deve ser dado, se é um tratamento médico ou uma cadeia eterna, porque é um absurdo, é selvagem fazer isso contra criança e contra deficiente físico ou mental.

Seria um outro pedido meu, Sr. Presidente, que a gente abrisse aqui uma audiência pública para tratar desse assunto. É um assunto que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só peço a V. Exa. que nas duas situações – o debate que V. Exa. propôs e o que vamos assinar juntos – que encaminhe o requerimento à Mesa. A gente já aprova na próxima reunião e escolhe a data que mais atender não só a V. Exa. como a todos os Senadores.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está bom.

Só para continuar na estatística, daqueles 31% contra criança, a idade é de um a cinco anos. Dentre esses de um a cinco anos, 3% têm deficiência ou transtornos mentais. Crianças e ainda com deficiência mental! E, entre os adolescentes, esse número sobe para 7,1%. Já não basta ser um crime contra a criança, já não basta ser um crime violento, um crime que destrói, é silencioso. Está acontecendo dentro das residências, está acontecendo em todos os lugares, como já disse. E a escola, como foi dito aqui, Gurgacz e Lasier, deveria ter uma forma também de identificar esse tipo de violência, como foi localizada lá no Rio Grande do Norte, em Natal.

Eu estava comentando com a amiga Zenaide, já que o Gurgacz falou – voltando bem rapidamente àquele assunto inicial antes de eu relatar – sobre o massacre que aconteceu em Suzano, Sr. Presidente: se a escola fosse militar, será que teriam tido a mesma postura os dois assassinos?

Girão, os policiais que estão lá têm capacidade de ter arma. Eles são policiais pagos pelo Estado para defender a sociedade. Mas o que eu vejo aqui com essa polarização, Gurgacz, entre partidos e ideias contraditórias, é que não se chega a uma conclusão, que seria a defesa da população.

Eu concordo com a ideia do Girão sobre armamento, concordo com a ideia de desarmamento do Lucas. Sou a favor de que uma pessoa com capacidade possa ter uma arma, porque senão eu não seria policial e não poderia ter uma arma de fogo. E hoje estou sem arma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fogo. Porque sou Senador, estou aqui desarmado, mas isso não quer dizer que não tenha o direito de ter.

Então, eu queria trazer para os senhores antes que eu comesse a ler esse tipo de reflexão porque eu acho pouco um terço. Eu acho pouco hoje um crime desse ser tratado dentro do Código Penal, em que é o extremo das nossas penas a restrição de liberdade, o encarceramento para uma situação em que eu não consigo ver... Eu consigo ver que seres humanos, pessoas, gente possa ser encarcerada, mas isso aqui passou do ponto de ser humano... Abusar sexualmente de crianças e ainda mais com deficiência! Era só para trazer esse raciocínio.

Pegando o gancho de tudo que ouvi, Senador Arns, eu falei no início sobre os jogos violentos. A gente está acostumado com violência. E eu vou dizer mais: aquela discussão na CE, ontem, em que eu e o senhor estávamos um ao lado do outro sobre a cultura do *funk*, eu disse que poderia ser discutido. Eu até concordo que existe a cultura da *funk*, Leila, mas que não exista a erotização da criança, que não exista o objeto criança dançando para satisfazer a libido de adultos... Se pegar qualquer vídeo de criança dançando na internet, atinge 1 milhão de visualizações, o que é muito mais do que um adulto. Isso promove – promove sim, com toda certeza – essa violência contra os menores. Há uma promoção. Então, é um assunto que deve ser discutido.

Até vou pedir a V. Exa.: esse assunto deveria ir para a Comissão Direitos Humanos, se liberam ou não para a cultura, porque, se liberam, deveria haver restrições à proibição. E só o que a gente abre na internet hoje – pode abrir qualquer um aqui –, criança dançando *funk*, é só o que há. Nada contra a cultura do *funk*, mas contra a erotização, contra a exposição.

O próprio ECA fala sobre isso; o próprio ECA foi citado várias vezes, quando se canta o Hino Nacional em posição de sentido, foi discutido. Então, discutam agora sobre isso, porque existe muito isso, Senador Gurgacz, essa divisão, e ninguém resolve qual é o problema.

Falei com a minha amiga Zenaide: "Zenaide, e se fosse na Escola Maria Ilka lá em Natal, onde há quatro policiais agora, lá, armados, será que o aluno, será que o elemento, será que o traficante iria vender droga dentro da escola, na porta?" A porta pode ficar aberta – viu, Arns? –; o vagabundo não entra não. O professor trabalha com toda a tranquilidade, porque não vai ser ameaçado. E os pais deixam o aluno com toda a certeza de que o filho vai retornar para casa – entendeu, Leila? E a gente discute coisas, se é ou não é bom para a criança, e acontece o fato de ontem.

Então, vou começar a ler aqui o relatório.

Desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2018, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratos, de 2017,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para criar causa de aumento de pena para o crime de estupro de vulnerável cometido contra vítima com enfermidade ou deficiência mental.

O art. 1º da matéria acrescenta o §1º-A ao art. 217-A do Código Penal, determinando que a pena de reclusão de 8 a 15 anos imposta a quem tiver conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos será aumentada de um terço se o crime for cometido contra vítima com enfermidade ou deficiência mental. A proposição ainda prevê que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

No relatório elaborado pela CPI, apresenta-se a importância de combater pelas vias legais a pedofilia e o abuso de menores e pessoas sem discernimento.

Não foi apresentado até então nenhum tipo de emenda. Pode ser apresentada agora se acharem necessário.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Análise.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, à CDH compete opinar sobre proteção à infância – por isso que eu trouxe aquele tema no início.

O projeto mostra-se altamente meritório, uma vez que ele cria uma condição majorante para a prática de conjunção carnal ou outros atos libidinosos com menor de 14 anos que tenha enfermidade ou deficiência mental.

Parece-nos essa uma proposta acertada da CPI, pois é imperativo que se dê absoluta proteção às pessoas com deficiência mental, sobretudo nessa idade, entre crianças, adolescentes. Acho que todas as pessoas que têm deficiência mental têm que ser protegidas, principalmente crianças.

Assim, é certo que a proposição contribui decisivamente para a tipificação de prática nefasta que precisa ser combatida com vigor, em respeito à família brasileira.

Voto.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Em primeiro lugar, eu concordo integralmente com o relatório. Agora, eu fico pensando – sabe, Styvenson? –, ao se tratar de uma pessoa com deficiência mental, se não deveríamos mudar a expressão para deficiência "intelectual", por meio de uma emenda de redação, que é de hoje em dia, quer dizer, a pessoa pode ter 30 anos, 25 anos, 40 anos e ter uma competência intelectual, vamos dizer, de muito menos, e uma pessoa enferma... E a gente vê que a violência acontece... É claro, preservando, como você falou, basicamente a criança, o adolescente. Aí eu já teria uma dúvida: por que não adolescente também? Aliás, eu colocaria em qualquer faixa etária, sabe? Em qualquer faixa etária.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Incluiria também...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, porque ampliaria isso, quer dizer, é para criança, é para adolescente, mas alguém com deficiência intelectual... Por exemplo, eu tenho um filho com deficiência intelectual e, vamos dizer, mesmo que seja com 40 anos, 30 anos, ter uma filha e tal, é uma pessoa que, inclusive, é dependente. Então, tem que... E é um crime abominável de qualquer maneira, não é?

Então, a gente fala, por exemplo, tanto da mulher hoje, da violência contra a mulher, e, contra a pessoa com deficiência intelectual mulher, além de ser mulher, com deficiência intelectual, eu diria que é mais abominável ainda, como no argumento que você usou. Talvez pudéssemos pensar e ampliar isso para enfermo, falar em uma pessoa enferma: é mulher e é enferma, quer dizer, mais ainda também, você não acha?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu entendo, eu entendo, Senador, eu entendo, mas o projeto visa aqui à questão do vulnerável, da criança, do menor de 14 anos, mas eu entendo, sim, teria que ser expandido, tem que ser expandido mesmo. Aí eu não entendo se pode ser feito agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A origem é na Câmara dos Deputados ou é nosso o projeto?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É nosso, partiu daqui, é da CPI, da CPI dos Maus-Tratos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É nosso, é nosso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, não, aqui pode, a gente faz a alteração.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O.k. Acatado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Segundo aqui a Secretaria da Mesa, pode ser adendado na forma que V. Exa. propõe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Claro, Senador Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quer dizer, fica o mesmo, mas ampliando.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Amplia-se, está ótimo, perfeito.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, nós vamos colocar em votação com as duas sugestões apresentadas pelo Senador Flávio Arns e acatadas pelo Senador Styvenson.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com as duas emendas.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com emenda de redação do Senador Flávio Arns: "deficiência intelectual em qualquer idade" – ele só adapta agora o relatório. O.k.?

Aprovado.

Vamos agora ao item 6, Senadora Leila.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6**REQUERIMENTO Nº 11, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2019, combinado com o disposto nos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a situação dos professores na Reforma da Previdência, com foco especial nas professoras.

Autoria: Senadora Leila Barros.

Conforme combinamos, está corretíssimo o seu requerimento.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim, obrigada, Presidente.

Bom, eu tenho recebido sindicatos, grupos de professores e professoras a respeito dessa demanda. Então, eu resolvi trazer para a Comissão para que possamos abrir um debate a respeito dessa classe em especial, que são os nossos professores. Então, vou ler o requerimento.

Requeiro, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2019, combinado com o disposto nos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a situação dos professores na reforma da previdência, com foco especial nas professoras. Para tanto, sugiro os seguintes convidados: representante da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia; representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); e representante do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF).

Justificação, Sr. Presidente.

No último dia 20, o Governo Federal protocolou na Câmara dos Deputados a PEC nº 6, de 2019, relativa à reforma da previdência. O texto apresentado propõe variadas e impactantes inovações ao sistema previdenciário brasileiro. Abusos e privilégios devem ser corrigidos, porém exageros e injustiças, especialmente perdas demasiadas de direitos e garantias, não podem ser aceitos.

Neste contexto, está inserida a questão dos professores na reforma da previdência, uma categoria essencial para o futuro e o desenvolvimento de qualquer nação e cujo tratamento dado pela PEC nº 6, de 2019, merece ser amplamente debatido, especialmente o caso das mulheres professoras do setor público, que surgem como o segmento profissional que mais perderá na



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

reforma, são até dez anos a mais: professoras que hoje podem se aposentar aos 50 anos passarão a ter este direito apenas com 60 anos.

Diante deste quadro, solicitamos o apoio de todos os Srs. e Sras. Senadores para realização dessa audiência pública com a finalidade de aprofundar esse debate e, assim, dotar os membros desta Casa de mais elementos sobre esse tema.

Assim finalizo, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo ninguém que queria discutir, eu só quero me somar à iniciativa.

Reafirmo, mais uma vez, a importância de os Senadores, diante de algum tema de interesse da sociedade, apresentarem requerimento, porque aqueles que eu apresentei no início foram para iniciar o debate. A preferência será dada sempre para os Senadores.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Grata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação a matéria.

Aqueles que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aí a gente combina no calendário aqui qual será o dia que ficará melhor para a senhora.

Nós acordamos – e eu tenho procurado manter isso – não votar nenhuma proposta que não tenha sido publicada de forma antecipada. O Senador Acir Gurgacz, como aprovou já aqui a formação de uma comissão especial, o nome é Subcomissão de...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – Mobilidade urbana e Acessibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Mobilidade Urbana e Acessibilidade. Como nós temos que instalar essa comissão, eu pergunto ao Plenário se não abríamos essa exceção para que ele possa já apresentar a sua proposta e, conseqüentemente, instalar a comissão. Seria só para esse encaminhamento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto os Srs. e Sras. Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta nesse caso. (*Pausa.*)

Já que percebi que concordam, em votação extrapauta. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, ao encaminhamento. Ele propõe, na verdade, duas questões, que eu vou ler aqui.

ITEM 7**REQUERIMENTO Nº 14, de 2019****- Não terminativo -**

Em aditamento ao Requerimento de nº 7/2019-CDH, que dispõe sobre a criação da subcomissão Temporária no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, requer que a composição seja de 5 membros titulares e 5 membros suplentes, para debater sobre a MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para justificar essa alteração no número de membros da Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu entendo que cinco membros são suficientes para que possamos debater e deliberar os assuntos relativos a mobilidade urbana e acessibilidade. Senador Girão, esses temas têm preocupado muito todos nós, principalmente a população brasileira, não só a mobilidade urbana, mas, principalmente, a acessibilidade, Sr. Presidente. A mobilidade urbana é tema da maior importância.

Estou acompanhando pelos telejornais, Senadora Leila, essa questão dos corredores de ônibus: vão fazer um teste de inversão do tráfego de ônibus em certo horário do dia. Eu acho que isso traz um perigo enorme...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É preciso ter um planejamento para isso. Mas, veja bem, por que se está fazendo isso neste momento? Porque lá atrás, Senadora Leila, o projeto foi feito de forma errada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Projeto errado, a porta dos ônibus... Foi feito um investimento grande, Senador Girão, para fazer os corredores, mas não houve uma conversa com os fabricantes de ônibus e fizeram a porta dos ônibus do lado errado. O Senador Flávio Arns sabe muito bem: lá em Curitiba funcionam, e funcionam bem, os corredores de ônibus, mas houve planejamento.

Acessibilidade e mobilidade urbana têm de ser debatidas amiúde. Daí a importância de termos essa subcomissão para discutir acessibilidade e mobilidade urbana nas grandes capitais, nas cidades médias e nas cidades pequenas também.

Era essa a minha colocação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão. *(Pausa.)*

Senador Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Não, eu gostaria de me inscrever nessa subcomissão e parabenizar o Senador Acir Gurgacz pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em votação o requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Da mesma forma, peço para ser inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao segundo passo agora. Nós já vamos para o segundo passo, que é a montagem da subcomissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pedido desta Presidência, o Senador Acir Gurgacz já enviou a esta Comissão um plano de trabalho, que deverá ser discutido e deliberado no âmbito da subcomissão. Para isso, o Senador Acir já está tratando com os membros da CDH a indicação dos nomes. Aliás, pelo que percebo, já podem ser apresentados hoje nomes para compor a subcomissão.

A partir da indicação, esta Presidência irá comunicar ao Presidente do Senado a composição da subcomissão e, logo após a publicação dessa composição, poderemos agendar a data e o horário para a instalação da subcomissão e para a escolha do Presidente e do Vice.

O senhor já tem os nomes?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente, já temos os nomes: Senador Girão, Senador Styvenson, Senador Lasier, Senador Telmário e... Convido a Senadora Leila para, se quiser, participar conosco dessa subcomissão – será um prazer –, assim como o Senador Flávio Arns. É um tema da maior importância que afeta toda a população brasileira e, o que é mais importante, afeta principalmente as pessoas que não têm acesso a veículos, pessoas que dependem da mobilidade urbana como um todo e, principalmente, da acessibilidade.

Essa é a colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, os cinco nomes propostos já estão com a Mesa. Nós, então, vamos indicar já à Presidência da Casa. Marcaremos o dia para escolher o Presidente e o Vice e definir titulares e suplentes se houver mais do que cinco, o.k.? (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bem! Hoje rendeu!

Há mais alguma coisa ainda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho apenas que ler alguns documentos. Os senhores fiquem à vontade, porque é uma questão mais de praxe aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador, antes que saiam, eu só gostaria de, em nome do grupo também – certamente cada um o fará individualmente –, cumprimentá-lo pelo aniversário de amanhã. O nosso Presidente merece os parabéns...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É amanhã!

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Parabéns, felicidades, saúde, força, alegria!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas amanhã eu vou estar na tribuna, viu?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Continue firme, animado. E todo mundo, vendo V. Exa. na tribuna, vai pensar: "Pô, esse cara está fazendo aniversário hoje..."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sessenta e nove.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Puxa vida, que bom!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu não escondo a minha idade. Perguntaram se eu iria festejar, mas eu disse que queria festejar os 70; quando passarem os 70, direi que quero festejar os 71... (*Risos.*)

Sempre um ano a mais, não é?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Parabéns! Felicidades! Continue firme, animado, feliz, com saúde, paz...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... e fazendo um bom trabalho. Parabéns!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado! Muito obrigado a todos aí. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinto-me já homenageado pelo aniversário, ainda que seja amanhã. Muito obrigado a esta Comissão.

Vou ter de fazer leituras – é obrigação minha – que vêm lá da Presidência. Fiquem à vontade. Eu vou tentar ser o mais rápido possível.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos.

Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Irati, no Paraná.

Moção de repúdio à redução da maioria penal e a qualquer matéria que indique o fim do Estatuto da Criança e do Adolescente. Também reivindica a revogação da Emenda Constitucional nº 95.

Das Câmaras Municipais de Juazeiro do Norte, Ceará, e de João Pessoa, Paraíba.

Solicitam empenho dos Parlamentares para a aprovação da Sugestão nº 36, de 2018, que dispõe sobre o piso salarial nacional para os profissionais dos órgãos de segurança pública.

Abaixo-assinado dos produtores da agricultura familiar dos Municípios de Bocaiúva, Glauclândia, Guaraciama e Juramento, do norte de Minas. Reclamam e pedem providência quanto ao processo de desapropriação de suas terras, realizado de forma unilateral e truculenta, para a construção da rede de transmissão de energia elétrica Igaporã III – Janaúba 3, que tem início da cidade de Caetité, no Estado da Bahia, com destino à cidade de Presidente Juscelino, na região de Diamantina, Minas Gerais.

Da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Nota Técnica que tem por objetivo analisar os aspectos jurídicos da Medida Provisória 870, de 2019, e sua repercussão sobre os direitos dos povos indígenas. A nota foi produzida em resposta à representação formulada pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e conclui que a medida provisória é inconstitucional e deve ser rejeitada no que se refere à política indigenista do Governo Federal.

Da Petrobras.

Responde ao Ofício nº 122, de 2018, o qual solicitou informações sobre o acordo realizado com investidores americanos para o pagamento das dívidas do fundo de pensão. A Petrobras retornou com a nota técnica do gabinete da presidência que salienta a necessidade de enviar o pedido dessas informações à Petrus, que possui personalidade jurídica própria.

Da Procuradoria-Geral da União.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Responde ao Ofício nº 120, de 2018, da CDH, o qual solicita à Advocacia-Geral da União, conforme encaminhamento da 59ª Reunião desta Comissão, o exame e as medidas necessárias contra o Banco BNY Mellon para recuperar o crédito do Postalís. A AGU retorna à solicitante para saber se é possível enviar-lhe documentos para comprovar o crédito, em especial quanto à lesão ao erário federal no caso Postalís e, ainda, fundamentar a responsabilidade do Banco BNY Mellon.

A Procuradoria-Geral da União ainda cumprimenta a CDH pela apresentação do PLS 135/2018, nos termos de sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no “caso Favela Nova Brasília X Brasil” e encaminha as observações tecidas pela CIDH a respeito do relatório estatal sobre o cumprimento da referida sentença, enviado à Corte em 15 de agosto de 2018.

Do Instituto Lado a Lado pela Vida.

Encaminha estudo realizado pelo instituto em parceria com a consultoria de relações governamentais Speyside Group (*pro bono*) para visualizar quais são as propostas ligadas diretamente à oncologia que precisam ser priorizadas pelo Legislativo nos próximos quatro anos. O instituto também solicita a realização de audiência para apresentação das propostas e das ações previstas para 2019 que envolvem as necessidades dos pacientes oncológicos em sua jornada de tratamento.

Da Srª Helaine Araújo.

Solicita ajuda desta Comissão no sentido de interceder junto ao Executivo para a nomeação de excedentes do concurso do INSS. Para isso, a cidadã encaminhou cópia da nota técnica do instituto enviada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, a qual apresenta a necessidade dessa convocação para a recomposição do quadro permanente de pessoal. Isso porque a quantidade de vagas publicada no edital de 2015 não é suficiente para a reposição gradativa da força de trabalho e atendimento ao Acórdão nº 1.795/2014, do TCU. A cidadã também envia cópia de abaixo-assinado com 15.811 assinaturas pedindo essa convocação dos aprovados para permitir a recomposição do quadro e, com isso, possibilitar à população atendimento digno.

De um presidiário.

Alega que o seu direito à progressão de regime de pena não está sendo garantido conforme a lei penal e que foi acusado injustamente de falta disciplinar, sendo-lhe negado o contraditório e a ampla defesa.

Da Presidência do Senado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ofício 771, de 2018, de 4/9/2018, pelo qual o Procurador-Geral da República em exercício, Luciano Mariz Maia, encaminha ao Presidente do Senado Federal o Ofício nº 530/2018/PFDC/MPF, de 30 de agosto de 2018.

No referido documento, o Procurador dos Direitos do Cidadão, Domingos Sávio Dresch da Silveira, encaminha para ciência da Presidência do Senado Federal o inteiro teor da Nota Técnica nº 7, de 2018, da Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos, datada de 27/08/2018, sobre a proteção e reparação de direitos humanos em relação a atividades empresariais.

Conforme cita o parecer da Advocacia do Senado Federal, o documento foi encaminhado apenas para ciência e apreciação do Parlamento, não havendo qualquer solicitação de providências específicas ou mesmo de resposta aos termos do ofício inaugural.

Dos autos.

No entanto, e considerando a relevância do tema abordado na citada nota técnica inclusa nesses autos, de autoria da Dra. Deborah Duprat, o Presidente do Senado Federal decidiu pelo envio dos presentes autos à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para conhecimento e para que, em decorrência, possa abrir análise e discussão, no âmbito daquela Comissão, acerca dos relevantes aspectos suscitados no bem fundamentado trabalho desenvolvido pelo *parquet* federal.

Da parte desta Presidência, acrescento aqui a atualidade do tema, diante das tragédias de Brumadinho e Mariana, ocorridas no Estado de Minas Gerais, porque o referido processo trata do estabelecimento de um grupo de trabalho para impulsionar os trabalhos de elaboração de um eventual tratado internacional sobre empresas e direitos humanos, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Em que pese o Poder Executivo já estar tomando as providências para opinar no referido tratado, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão entende ser necessária a ampliação da discussão com a sociedade e os atores do processo democrático brasileiro acerca da proteção e reparação dos direitos humanos em relação a atividades empresariais. Entendo que o Parlamento é o protagonista nesse processo, porque, depois que os países membros aprovarem o tratado, caberá ao Congresso apenas dizer se o internalizamos ou não em nosso ordenamento jurídico, mas não poderemos mais alterar o tratado.

Dessa forma, entendo que devo provocar os membros da Comissão para aproveitar a oportunidade e tratar das mudanças legais que devemos implementar acerca dos fatos recentes em Minas Gerais, sobretudo, como bem diz o parecer do Ministério Público, no que diz respeito a:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(a) fortalecer o respeito, a promoção, a proteção e o cumprimento dos direitos humanos no contexto de atividades empresariais de caráter transnacional, assim compreendidas quaisquer atividades de natureza lucrativa que tenham lugar ou envolvam ações, pessoas ou impactos em duas ou mais jurisdições nacionais, (b) garantir efetivo acesso à justiça e a medidas de reparação das vítimas de violações aos direitos humanos no contexto de atividades empresariais, (c) prevenir a ocorrência de tais violações e (d) avançar a cooperação internacional com vistas a cumprir as obrigações dos Estados de acordo com o direito internacional dos direitos humanos.

Da Câmara de Estudos de Execução Penal da Defensoria Pública de Minas Gerais, Ofício nº 06/2018, com a finalidade de dar conhecimento do parecer que trata da violação dos direitos humanos da população carcerária da comarca de Ubá/MG, e adoção de providências que julgar cabíveis.

Enfim, informo ainda, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, que esses documentos ficam disponíveis na Secretaria desta Comissão para a manifestação dos membros da mesma pelo período de 15 dias. Findo o prazo, os documentos serão arquivados.

Feita a minha obrigação nesta leitura dinâmica, está encerrada a nossa reunião de hoje.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dois minutos do dia dezoito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Girão e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco no debate com entidades de aposentados e pensionistas. Participantes: Luis Fernando Silva, Representante do Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos – CNASP; João Florêncio Pimenta, Presidente da Federação de Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal – FAP/DF; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – Instituto MOSAP; Francisco Canindé Pegado de Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil – CENTRAPE; Antônio Queiroz (Toninho do DIAP), Representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP; e Luiz Legnãni, Secretário Geral da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas - COBAP. O Presidente faz o seguinte encaminhamento: Realizar duas audiências públicas, um para tratar sobre a Reforma da Previdência com foco na DRU (Desvinculação das Receitas da União), com a participação do SINDIFISCO e a outra para debater sobre a Relação da Auditoria da Dívida Pública com a Reforma da Previdência. O Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Rodrigo Coelho. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim, Styvenson Valentim e Eduardo Girão. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e sete minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/18>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura. A audiência pública de hoje será realizada nos termos do Requerimento nº 1, de 2019, desta Comissão, de nossa autoria, para um ciclo de debates sobre o tema previdência e trabalho. Hoje o foco é com entidades falando da situação dos aposentados e pensionistas, porque alguns imaginam que quem está aposentado... Oxalá nunca chegue aqui ao Senado, mas digamos que chegue, se passar o regime de capitalização, todos são atingidos. Todos! E aqui o debate hoje vai aprofundar.

Esta audiência pública – seja bem-vindo, Toninho! – será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania ([link: www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)) e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Nós vamos fazer duas Mesas, por ordem de chegada. Já estão presentes Luis Fernando Silva, representante do Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos (CNASP). Seja bem-vindo! O Luis Fernando esteve conversando comigo. Ele é advogado e teve uma experiência muito interessante, porque ele foi ao Chile ver realmente o que está acontecendo lá. Então, eu queria que você aproveitasse esse momento, Luis Fernando, para aprofundar essa realidade do Chile, que é uma realidade desesperadora. O Chile aprovou, na época de Pinochet ainda, o regime de capitalização, e a frase mais comum que a gente ouve em todos os debates, e mesmo na rua... O que aconteceu no Chile? As pessoas já têm claro isso. Nós temos que deixar mais claro ainda a partir de alguém que já esteve lá, como o Luis Fernando e sua equipe, demonstrando que lá a média do benefício virou meio salário mínimo (R\$500,00) e é o país onde há mais suicídio de idosos.

Vamos em frente. Chamo João Florêncio Pimenta, Presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do DF. Seja bem-vindo! Ele vai falar pela entidade dos aposentados do regime geral.

Chamo o Edison...

Palmas para os dois, já. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap). Um fala mais sobre o regime geral, e o outro mais sobre a área pública.

Convidamos também Francisco Canindé Pegado do Nascimento, que é Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil. Agradeço a presença. Liguei para o outro Presidente também, e ele disse: "Não, eu não vou, mas o nosso líder nessa área estará aí presente".

Depois, nós teremos, em seguida, a segunda Mesa. Repito: segundo a Secretaria, foi por ordem de chegada, mas com certeza todos vão falar.

Peixe, o pessoal que está aí está contigo, não é? Então, se quiser mandar para a Mesa eu leio o documento em um dos intervalos. Eu leio o documento e digo que vamos marcar uma audiência pública, que será marcada já hoje. Pessoal da assessoria da Mesa, que a gente já saia com a data deles marcada. Eu leio o documento, que é uma preocupação que nós já tínhamos e que agora me parece que está se concretizando. Só vou resumir e depois eu leio todo o documento. Aqui, ao vivo, eu leio todo o documento segundo o qual vão reduzir o salário dos terceirizados na Casa. Vou ficar só nessa frase. Depois eu aprofundo.

Vejam a que ponto chegamos. Os terceirizados já ganham um salário miserável. É 16%, se não me engano, não é? Ainda querem reduzir em 16% o salário dos terceirizados. Vejam para onde o Brasil está indo. Então, nós vamos fazer uma audiência específica, mas eu vou ler o documento na íntegra. Vou ler na íntegra aqui, entre os intervalos, para você saber que nós estamos juntos. Acho isso um ato quase que criminoso. Eu assumo o que eu estou dizendo. Você pegar o salário de um terceirizado... Para mim, deveriam ser todos contratados via CLT. É isso que deviam fazer. Contratam, aí fica aquela história de concorrência, e quem paga a conta é o trabalhador. Essa peãozada que está aí, tudo parceiro meu. Eu fui peão um longo período na vida, e sei muito bem o quanto que vocês estão sofrendo, não é, Toninho? Agora vão reduzir o salário em 16%. Isso não existe.

Eu me comprometo com vocês de ter uma conversa também com o Presidente da Casa, ainda antes da audiência. Vamos marcar a audiência e vou pedir uma audiência para ele. Isso é um absurdo! Não venham com esse papo de que é o Tribunal de Contas. Pegam os trabalhadores, que são os que menos ganham na Casa... Eu digo até: reduzam o salário dos Parlamentares, então, se pode reduzir de quem ganha R\$2 mil, R\$3 mil, ou um pouco mais do que um salário mínimo! É um absurdo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria dar uma salva de palmas a vocês, pela movimentação, aos terceirizados da Casa. (*Palmas.*)

E depois eu leio o documento na íntegra.

Luis Fernando, com a palavra, iniciando essa primeira Mesa.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Bom dia, Senador Paim!

Quero, de início, agradecer o convite do Senado Federal para este debate na manhã de hoje. Nós somos um coletivo de advogados de servidores públicos, porém, em que pese nossa atuação profissional ser mais voltada para essa área, evidentemente nos interessam os grandes temas que estão em disputa na sociedade brasileira, até para que possamos melhor assessorar as entidades a que prestamos assessoria jurídica, e por isso o nosso envolvimento na questão previdenciária já tem longa data, o envolvimento desse nosso coletivo nessa questão.

Particularmente, quando surgiu o debate em torno da PEC nº 6, nos preocupou bastante que ela trouxesse uma proposta de capitalização, aos moldes do que foi adotado no Chile, no Governo Pinochet, quase 40 anos atrás. Preocupou-nos saber um pouco mais exatamente como foi a montagem desse modelo no Chile, porque ele se repetirá no Brasil caso a PEC seja aprovada e, 40 anos depois, quais foram as suas consequências, porque eu diria que aqui é o "efeito Orloff": aquilo que o Chile hoje vive, nós seremos daqui a 30 ou 40 anos, se adotarmos modelo parecido.

Vou inclusive, durante a minha fala, aproveitar um pouco dessa questão da terceirização, que o Senador acabou de colocar, que é uma das questões fundamentais quando a gente debate previdência, porque, ao debater previdência, estamos debatendo contribuições. Se nós adotamos um sistema de capitalização que tem por base exclusivamente as contribuições, quanto menor o valor da contribuição ou quanto menor o tempo de contribuição, menor o benefício final. Essa é a realidade do Chile, que nós vamos tentar debater aqui. Os efeitos de uma redução salarial causam impacto direto na previdência dessas pessoas a longo prazo. Já causam até, na situação em regime de repartição brasileira, mas mais ainda em regime de capitalização, onde o valor mensal dessas contribuições ou a perenidade, a permanência dessas contribuições é imprescindível para que se busque um valor minimamente razoável no final.

Nós vivemos no Brasil, então, duas propostas centrais, que a PEC nº 6 encerra. Eu diria até que, se olharmos para essas duas questões centrais, todo o restante dessa emenda à Constituição se torna de menor importância. Não que seja menos importante discutir a questão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da idade, aumento da idade de homem e mulher, contribuição no campo, redução da forma de contribuição, exigência de maior tempo de contribuição para atingir a mesma média que hoje se tem. Todas são questões relevantes para cada setor individualmente, para cada segmento atingido por essas medidas, mas se nós deixarmos aprovar a desconstitucionalização da previdência, que é uma questão central da PEC nº 6, e se permitirmos que ela caminhe para a capitalização do regime de previdência pública brasileiro, tudo isso se tornará absolutamente periférico e absolutamente desimportante. Não será mais relevante o tempo mínimo de contribuição, não serão mais relevantes questões de idade e etc., porque tudo isso vai sucumbir perante os interesses financeiros dos bancos que vão administrar esses fundos.

Portanto, essa, para nós, é a primeira questão central da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, sobre a qual todos nós devemos nos debruçar logo de início, enfrentar logo de início essa questão, sob pena de termos perdido tudo. Todas as outras propostas de reforma jamais ousaram sequer tocar nisso. Eu lembro de 20, 30 anos atrás, em que, por exemplo, um dos partidos no Congresso Nacional na época sustentava que nós trabalhássemos com teto previdenciário de três salários mínimos. A discussão era quanto seria o teto público. A discussão agora não é essa. É acabar com qualquer responsabilidade do Estado em relação à previdência pública e remeter toda essa responsabilidade aos trabalhadores de maneira geral. Todo o risco remetido a eles. Sai tudo do Estado, todo o risco passa para eles e toda a possibilidade de lucro passa para o sistema financeiro. É essa a grande mudança – eu diria – que está tentando se operar com a desconstitucionalização de um lado, voltada exatamente a remeter esse debate sobre a capitalização para um segundo momento, quando nós estaremos diante da aprovação ou não de uma lei complementar, com maioria simples, maioria absoluta uma vez no Senado e uma vez na Câmara dos Deputados, e portanto com possibilidade de vitória muito maior do que seria fazer o debate da efetiva privatização da previdência agora, com dois turnos no Senado e na Câmara e com quórum qualificado em ambas as Casas.

Então, é uma jogada, a meu ver, maquiavélica, que tenta remeter para depois o verdadeiro debate. Cabe a cada um de nós trazer esse verdadeiro debate para este momento. Vou então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita, já que vai iniciar o debate, registrar a presença aqui, toda segunda-feira, do Cap. Styvenson Valentim. Ele tem compromisso com o social. Queria que dessem uma salva de palmas para ele aqui. (*Palmas.*)

Iniciou agora, é o primeiro convidado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Então, o modelo proposto para a capitalização brasileira é muito semelhante ao modelo adotado no Chile: contribuição definida, portanto você sabe o quanto vai pagar ao longo da vida, mas não sabe o quanto receberá lá no final. Tudo dependerá da quantidade de contribuições, da formação dessa reserva matemática e da capitalização que foi feita com ela, dos investimentos que foram feitos sobre essa reserva matemática ao longo de 30, 40 anos de contribuição. Logo, qualquer modelo dessa natureza depende intimamente, como falei mais cedo, das contribuições e dos valores das contribuições aportadas ao longo da vida.

Portanto, quando pensamos em um modelo dessa natureza temos que, antes de mais nada, olhar para o mundo do trabalho, para saber se o mundo do trabalho, em cada país, consegue absorver aquele modelo. No Chile, por exemplo, as mulheres têm em média quatro meses por ano de contribuição, ou seja, para atingir 40 anos de contribuição, basta fazer uma regra de três. Se consegue fazer quatro a cada ano, para ter 40 de contribuição para tentar conseguir um benefício um pouco mais razoável – aliás, os mesmos 40 anos de contribuição que se propõem aqui, na PEC nº 6 –, as mulheres, então, para atingir esse contingente, terão que trabalhar enormemente mais. A média dos homens no Chile está em torno de seis meses por ano. Ou seja, a economia do Chile, o mundo do trabalho do Chile...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai dar mais de 80 anos de idade. Vai dar mais de 80.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Sem dúvida. No caso das mulheres, sem dúvida.

O mundo do trabalho no Chile, então, não permite que em média os trabalhadores contribuam por mais de seis meses por ano. A realidade brasileira é um pouquinho melhor do que essa, mas não está tão distante disso, sobretudo se olharmos principalmente para os setores terceirizados, mais sujeitos a essa sazonalidade emprego-desemprego, agora piorado com essa terceirização inclusive das atividades meio das empresas, e não só das atividades finalísticas das empresas; piorada com a autorização do Supremo Tribunal Federal para que essa terceirização se dê também no setor público. Portanto, nós vamos viver, no mundo do trabalho brasileiro – já vivemos em parte, mas viveremos ainda mais – uma situação de quantidade, de densidade de contribuições por ano insuficiente para que as pessoas consigam, lá aos 65 anos de idade, apresentar 40 de contribuição.

O INSS, por exemplo, hoje, exige 15 anos de contribuição para aposentadoria aos 65 anos. Isso significa que um trabalhador que começou aos 16 anos trabalhou 49 para chegar aos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

65 e comprovar 15. Se eu aumento essa relação de 15 para 20, é novamente regra de três, e eu vou novamente chegar à faixa de 80 anos de idade para que essas pessoas tenham trabalho suficiente para tentar comprovar, nessa proporção, 20 anos de contribuição. Esse modelo de contribuição então definido, adotado no Chile e proposto também para o modelo de capitalização brasileira, tem íntima relação com essa questão do mundo do trabalho. Portanto, se nós não tivermos políticas econômicas voltadas para a formalização das relações de trabalho e para a melhoria das condições salariais das pessoas, evidentemente essas pessoas não alcançarão a aposentadoria, ou a alcançarão aos 65 anos com um tempo diminuto de contribuição, como é o que ocorre no Chile atualmente, e com contribuições cada vez menores em relação ao que se pretendia, ou ao que se deveria fazer para se tentar ter um benefício, ao final, próximo ao que seria o último salário dessas pessoas em atividade.

A OIT publicou um estudo que agora começa a circular, parece-me, esta semana, de dezembro de 2018, sobre a privatização na previdência social no mundo todo em que aponta que, dos 30 países que, entre 1981, começando lá pelo Chile, até 2014, adotaram modelos totais ou parciais de privatização, ou seja, modelos de capitalização, 18 já retornaram, 18 voltaram atrás.

Portanto, é a OIT – não somos nós, não são aqueles que eventualmente assumem um lado no debate da previdência brasileira – que indica o fracasso, a impossibilidade total de se tratar a previdência pública em regime de capitalização. Previdência pública tem que ser proteção social, e proteção social jamais será entregue pelo mercado, porque o mercado tem interesse de lucro.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Portanto, esse interesse de lucro é incompatível com a formação de reserva e com a entrega de benefícios razoáveis ao final da vida laboral das pessoas.

No Chile, a contribuição para a formação dessa reserva é exclusivamente do trabalhador, 10%. A PEC aqui propõe exatamente a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu diga aos milhões que estão nos assistindo que esse convidado, Luis Fernando, esteve no Chile com a sua equipe e ficou lá estudando. É a primeira palestra que ele está fazendo hoje, mas virá fazer outra ainda no dia em que os economistas vierem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Então, voltando à situação do Chile e seu paralelo com a situação brasileira: lá os trabalhadores apenas contribuem com 10% da sua remuneração para formar essa reserva. Não há contribuição patronal e não há qualquer tipo de aporte estatal.

No Brasil, o que se propõe com a PEC 6 é exatamente a mesma coisa, gente. Apesar de que a palavra que está lá é "os empregadores poderão contribuir", alguém aqui teria que ter muita boa vontade para acreditar que, uma vez inserida na Constituição a palavra "poderá", ela será lida ao final como "deverá". O "poderá" é exatamente o fim da contribuição patronal para o financiamento da previdência no País. Apenas os trabalhadores, portanto, contribuirão aqui, como contribuem no Chile.

Aí, a conta, num percentual de 10%, ou seja, ele 14%, como se sugere no Brasil, é uma conta que não fecha, gente. Coloquemos aí 40 anos de contribuição à base de 14% ao mês, só o trabalhador, e vamos ver que reserva matemática ele gerou com 40 anos de contribuição – não estamos levando em consideração aqui a sazonalidade e a impossibilidade de a imensa maioria dos trabalhadores não alcançar 40 anos de efetiva contribuição: o dinheiro que se consegue acumular, a reserva que se consegue fazer ao longo de 40 anos daqueles poucos que conseguem chegar a 40 anos é insuficiente para gerar o pagamento da aposentadoria na expectativa de sobrevida aos 65 anos de idade. E a conta é matemática simples. Então, é impossível, esse modelo não funciona, mesmo com a rentabilidade muito boa que se alcance eventualmente ao longo desses 40 anos. Rentabilidade muito boa nos mercados significa dizer que nós devemos esperar que o capitalismo não passe por nenhuma crise durante 40 anos, porque, se ele passar por alguma crise, perde-se muito.

No Chile, só na crise de 2008, as reservas matemáticas perderam 47% do seu valor, ou seja, metade do que os trabalhadores tinham acumulado foi pelo ralo com a crise de 2008. Se tivermos mais uma um pouco mais frente, outra metade irá pelo ralo. Portanto, ao final desse processo, não há simplesmente recursos financeiros para pagar ou os recursos são absolutamente insuficientes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei que você vai falar, como ele falou comigo na sexta ou na quinta, um dado com que eu fiquei assustado: quem manda no PIB do Chile, aquele número – não vou dizer, você deve...

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Vamos chegar logo em seguida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas sobre o tempo de contribuição, a média de tempo de contribuição no Chile, entre os homens, é de 17,9 anos; entre as mulheres, é de 12,7 anos. Essa é a realidade econômica, gente. E, se buscarmos a média do tempo de contribuição no Brasil, nós não estaremos muito longe disso – estaremos um pouco além, é verdade, em razão de não termos adotado aqui o modelo ultraliberal adotado no Chile desde a década de 80 –, mas, ainda assim, teremos uma parcela muito grande de trabalhadores cuja média do tempo de contribuição se aproxima dessa. Daí por que a discussão entre 15 e 20 de contribuição seja tão nociva, sobretudo a esse conjunto de trabalhadores que não conseguem apresentar contribuição mais elevada.

Cinquenta e três por cento – o Senador já mencionou há pouco – das aposentadorias concedidas no Chile – vale para servidor público, para trabalhador do setor privado – correspondem a meio salário mínimo do País, ou seja, a capitalização entrega – esse modelo ótimo que se propõe no Brasil – para esses trabalhadores – metade deles, pelo menos – apenas metade de um salário mínimo nacional, que é absolutamente insuficiente, lá e aqui, para que as pessoas vivam com o mínimo de dignidade.

Só 2% – falo aqui das pessoas que conseguem contribuir 40 anos no Chile, ou seja, aqueles que conseguiram ter uma vida laboral perene, praticamente sem desemprego, ao longo de 40 anos de contribuição – desses que alcançam 40 anos de contribuição conseguem um salário mínimo de benefício, ou seja, nós não temos valores no Chile muito superiores a um salário mínimo no regime de capitalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois por cento, um salário mínimo?

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Dois por cento alcançam um salário mínimo depois de 40 anos de contribuição, ou seja, é um modelo que se mostra, a nosso ver, completamente descabido e fracassado. Tanto é assim que, em 2008, o Chile começou a fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me atrapalhá-lo de novo. Para quem está vendo pela TV: quando a gente fala que somente 2% conseguiram um salário mínimo, é bom lembrar que os outros 98% não chegam a um salário mínimo.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para enfatizar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua aí com o teu raciocínio.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – A questão que o Senador colocou: esse regime de capitalização no Chile, introduzido lá em 1981, num regime ultraliberal, adotado pela ditadura chilena da década de 80, acabou gerando uma alta concentração de riqueza nesses seis fundos de pensão. Não são fundos de pensão nos moldes brasileiros. Aqui nós chamamos fundos de pensão as entidades de previdência complementar fechadas – Banco do Brasil, Petrobras etc. e, mesmo no setor privado, grupo Votorantim, Volkswagen, que patrocinam fundos de previdência complementar fechados. Os fundos de previdência do Chile são privados, são bancos. É o sistema financeiro que domina esses seis fundos privados de previdência no Chile.

Pois bem, esses seis fundos, mais as seguradoras, que são um outro mecanismo que se criou lá de repasse de renda, mais uma vez, para o sistema financeiro, esses seis grupos econômico-financeiros detêm hoje 96% do PIB do Chile. O Chile pertence a eles, gente. Alguém consegue pensar aqui um setor da economia detendo 96% do PIB brasileiro? Há algum setor da economia – Toninho, nos ajude – que detenha 10% do PIB brasileiro sozinho? Setor da economia que eu digo não seria setor da indústria, mas empresas que detenham um percentual dessa natureza.

O poder econômico lá – que aqui já se exerce com força, através das representações, mesmo democráticas – manda no País de forma absoluta, porque detém toda a economia do País. Portanto, qualquer modificação econômica no Chile tem que passar por essas instituições. E a quem pertencem essas instituições? Basicamente aos Estados Unidos. São grandes grupos econômicos sediados nos Estados Unidos, alguns deles, na Europa, e boa parte deles financiada também por bancos brasileiros que lá investem, como, por exemplo, o BTG Pactual e outros bancos – para ficarmos só em alguns de interesse mais próximo desse debate –, que também investem no Chile e amealham lá boa margem de lucro em relação a essa questão.

Um outro tema que no Chile foi muito caro e que no Brasil sequer está sendo tangenciado na PEC nº 6 é o tal custo de transição. Se nós migrarmos para um modelo de capitalização como o Governo Bolsonaro propõe, isso significa dizer que, uma vez adotado o modelo de capitalização, os trabalhadores que ingressarem dali para frente serão contribuintes obrigatórios desse modelo de capitalização e não mais do modelo de repartição do INSS, do Regime Próprio dos Servidores Públicos, todos irão para esse setor, portanto toda a receita oriunda de trabalhadores jovens que vão ingressar no mercado de trabalho dali para frente vai para o setor financeiro, vai para a capitalização. Ficam aqui apenas as despesas ou aqueles servidores e trabalhadores em atividade que não optarem por esse novo modelo. Ora, se já nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pregam que a PEC é indispensável por conta de um pretenso déficit nas contas do INSS, como ficará essa situação se não houver mais receita, gente? Se hoje nós temos no INSS, mais ou menos, uma relação de três por um, três trabalhadores contribuindo para cada um aposentado, portanto gerando uma receita que, a nosso ver – e várias entidades dizem isso, e a CPI da Previdência feita aqui no ano passado demonstrou isso –, não é deficitária. Essa relação é suficiente no Regime Geral de Previdência para sustentação econômica do regime. O que acontecerá no dia seguinte, se eu tirar toda a receita? Déficit. Tudo que vai ficar ali é despesa. Como é que o Estado vai pagar essa despesa, se ele hoje diz que, mesmo recebendo essa receita, não consegue pagar no fim o que ele diz que é um pretenso déficit? Ou seja, não há projeções na PEC sobre quanto será o custo de transição. E esse custo de transição, quando for apontado, certamente virá sobre a cabeça dos trabalhadores, virá sob a forma de aumento das contribuições que, dizem aqui...

Agora a propaganda é esta: quem ganha menos vai pagar menos, quem ganha mais vai pagar mais. Basta fazer uma simples conta matemática que nós vamos ver que ninguém vai pagar menos, porque, se o regime for deficitário, mesmo para quem for para 8% – reduzindo de 11%, por exemplo, para 8% –, haverá a contribuição extraordinária, que está lá na PEC, para cobrir o eventual déficit, por um período de 20 anos. Então, quem está aposentado por um período de 20 anos espera-se que contribua com percentuais elevadíssimos até lá e espera-se que ele morra, quanto mais cedo melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, porque é importante: quem já está aposentado está achando que está tranquilo: "Direito adquirido, estou recebendo". Não é bem assim por essa tua explicação.

O sistema entra em rota de falência – aí vai haver falência mesmo –, porque não haverá mais contribuição. Aquelas oito fontes. Eu não vou falar, porque quero que vocês falem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sistema entra em rota de falência – aí vai haver falência mesmo –, porque não haverá mais contribuição. Aquelas oito fontes. Eu não vou falar, porque quero que vocês falem.

Só quero destacar ao senhor que está nos assistindo aqui agora que tem, mais ou menos, a minha idade ou se aproxima dela que se prepare, porque, se passar o regime com essa questão de fundo de capitalização, vai haver contribuição extra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Sem dúvida. Esse é um aspecto muito relevante. Em que pese a emenda falar em preservação de direito adquirido, inclusive daqueles que já estão aposentados e daqueles que já completaram as condições para aposentadoria, nós precisamos olhar para frente, o que a PEC projeta em relação a essas pessoas para frente. Gente, se nós não tivermos receita, é impossível, inclusive, acabar com o déficit ou pagar a despesa que será a manutenção das aposentadorias...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – ... mesmo elevando a contribuição para um patamar em torno de 22%. Está na PEC como previsão. É possível chegar lá, é possível chegar além disso, mas, mesmo assim, será impossível fazer a relação receita-despesa. Não haverá receita suficiente se nós só tivermos aposentados contribuintes. Certamente nós chegaremos, num curto espaço de tempo, à situação da Grécia, em que a solução foi cortar o valor das aposentadorias, com o apoio do tribunal constitucional daquele país. Não havia mais dinheiro, não havia condição financeira, então corta, começa a reduzir o valor da aposentadoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dos já aposentados.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Dos já aposentados, porque elevar as alíquotas vai se tornando escorchantes, é tributo escorchantes, é retirada de renda direta das pessoas e com a vedação constitucional da incidência de tributo com efeito de confisco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto, Fernando.

Eu lhe dei 30 para você falar um pouco do Chile, mas você voltará no dia 25, viu?

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Vamos concluindo até em respeito aos demais colegas que vão participar também da Mesa, mas há mais um dado que julgo importante.

Para termos ideia da vida no Chile, 10% das aposentadorias agora, do mês de janeiro, pegando a tabela do mês de janeiro, que depois nós podemos passar aqui para o Senador guardar nos anais deste evento, desta audiência, 10% dos trabalhadores aposentados do Chile no mês de janeiro tinham tempo de contribuição inferior a um ano – 10% tinham tempo de contribuição inferior a um ano. O resultado da aposentadoria deles: R\$6,29.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seis reais por hora?

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, não. Por dia, então?

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Por mês, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Por mês?

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Por mês, R\$6,29.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Seis reais por mês!

Isso tem que repetir. Chegou ao absurdo de R\$6 por mês. Nós não queremos para o povo brasileiro isso.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Então, isso gerou, como falei há pouco, a necessidade de o Estado chileno recriar benefícios de natureza assistencial, porque é evidente que a quantidade de pessoas que, na velhice, não conseguem aposentadoria minimamente digna para sobreviver é muito grande. Isso gerou esse aumento, então – pelo menos, pode ter gerado esse aumento –, da quantidade de suicídios entre os velhos no Chile e gera seriamente um problema social bastante grave...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – ... porque há uma enormidade de pessoas que não têm, não conseguem amearhar renda suficiente para ter uma sobrevivência minimamente digna.

Nós estamos falando aqui de um contingente de pessoas recebendo menos do que a metade de um salário mínimo, e muitos deles, 10%, 20%, recebendo valores absolutamente inexpressivos. Alguém vai dizer: "Sim, mas contribuiu um ano só, contribuiu dois anos só". Não. Ele não contribuiu um, dois anos, porque ele quis contribuir só um ou dois anos. Ele contribuiu dessa forma, porque o mercado econômico do Chile fez isso. O ultraliberalismo adotado lá fez com que houvesse muitos períodos sem contribuição desse trabalhador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Estado, então, recria benefícios de natureza assistencial, que, no Chile, hoje, chegam a valores próximos à metade de um salário mínimo, e nós aqui estamos fazendo o efeito inverso: a PEC 6 pega os benefícios de natureza assistencial – hoje de um salário mínimo – e joga para R\$400, ou seja, tudo que nós estamos fazendo no Brasil já é a antítese do que a experiência chilena de 20 anos está apontando, quer dizer, lá se aponta a necessidade de um regime público, ainda que atualmente seja só de natureza assistencial, mas as ruas já pedem novamente o regime de repartição. Dezoito dos trinta países que adotaram a privatização da previdência...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – ... voltaram ao modelo de repartição. E nós vamos vivendo no Brasil o caminho inverso do que os países do mundo adotaram.

Por isso, parece-me que essa, então, Senador – e é a mensagem final –, é a questão central a ser debatida na reforma da previdência, evidentemente que sem perder, sem deixar o foco sobre as outras questões relativas aos direitos de aposentados, pensionistas, trabalhadores em atividade, servidores públicos, rurais etc., porque todas essas questões são importantes. Mas, se nós perdermos o debate da capitalização, nós perderemos a previdência pública e, portanto, ao perder a previdência pública, todos esses outros debates foram por água abaixo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luis Fernando Silva, representante do Coletivo Nacional de Advogados de Servidores Públicos (Cnasp), que esteve no Chile e percebeu que lá – você também me falou – há uma unanimidade entre Governo e outros setores todos da sociedade de que como está não dá mais, tanto que o Governo está aportando uma mixaria de meio salário mínimo para as pessoas sobreviverem. É incrível que vamos querer no Brasil o que deu errado lá fora.

Vamos em frente.

Só lembrar que nós estamos ao vivo para todo Brasil e a importância desta segunda-feira e desses debates. Eu falei... Toninho, me dirijo a você – e você vai estar na próxima Mesa – devido aos nossos quase 32 anos aqui dentro. Você está aqui com a gente nesses 32 anos.

Eu pedi a todos os painelistas didática, nós estamos falando para milhões de pessoas que querem saber a questão da previdência. E, na próxima segunda-feira, nós vamos ter só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economistas, que vão mostrar... Só economistas. E disse que, se quiser alguém do Governo vir... Nós mandamos convite, mas não vem.

Se alguém souber de alguém que defenda essa proposta, se souber alguém que defenda, eu faço um apelo aqui ao vivo de que dê o nome para mim que eu convido. O pior é que ninguém quer defender, ninguém quer defender, mas querem aprovar no Plenário da Câmara e depois no Senado.

Então, fica o apelo aqui: se houver dois, três, quatro, eu faço duas Mesas. É bom o contraditório, não é, Senador? E foi uma decisão deste Colegiado convidar os dois lados, mas eu convido, e o outro lado não vem. Venha, fazemos o debate tranquilamente, como nós estamos propondo o debate no Plenário do Senado: cinco a favor, cinco contra, para debater com os Senadores.

João Florêncio Pimenta, Presidente da Federação de Aposentados e Pensionistas do DF, filiada à Cobap.

Eu dei um tempo maior para o Luis Fernando, pessoal, porque ele chegou do Chile há praticamente duas semanas. Então, eu dei 30 minutos, mas o tempo de cada um é de dez minutos, porque depois teremos o debate, em que todos poderão falar, ouvindo, inclusive, os Senadores.

Quero lembrar que os Senadores e Deputados, por decisão deste Colegiado, falam a qualquer momento, isso por decisão do Colegiado e não só da Mesa, e foi unânime a decisão. Poderá mandar perguntas por escrito ou encaminhar por um Senador ou Deputado, ou encaminhar à Mesa. Agora, os debatedores podem perguntar entre si. Independentemente se estiverem aqui ou Plenário e tiverem qualquer tipo de questionamento, é livre a fala dos Parlamentares e dos Senadores.

Por favor, João Florêncio Pimenta, aqui à minha esquerda.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo pelo seu aniversário, cumprimentar toda a Mesa...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Perguntaram quantos anos: no ano que vem, eu faço 70 – 70 é uma data simbólica. Estou pedindo que Deus ilumine.

O SR. JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Cumprimento todos os presentes e esses milhões de pessoas que estão vendo, neste momento, a TV Senado.

Quero começar a minha fala com um ditado inglês que eu acho muito oportuno, Senador: "O mundo está pronto para os jovens, porque existiram outros jovens que hoje estão em outra fase da vida, a velhice, e ela um dia terá os jovens".

Vejo, com muita tristeza, o momento que nós aposentados e pensionistas brasileiros estamos vivendo e sou muito solidário também aos trabalhadores que estão na expectativa, sonhando com a aposentadoria que não terão.

Esse Governo – e aqui eu não quero falar mal de Governo, eu não vim aqui para isso... Eu quero deixar bem claro e consignado que o governo que faz uma reforma sempre subtrai direitos, nunca concede direitos a ninguém da população. Então, isso é crueldade.

Este Governo que trouxe uma enorme expectativa para o povo brasileiro vai massacrar o povo brasileiro, justamente tirando a única perspectiva, o único sonho de esse povo brasileiro se aposentar um dia, porque, quando ele colocou o limite de idade de 62 para mulheres e 65 para homens, ele colocou lá no bojo da PEC que dependerá da expectativa de vida do cidadão ou da cidadã: cada ano vai aumentar o período, aí o cidadão hoje que tem 30, 40 anos vai se aposentar, Dr. Luis Fernando, com muito mais que 62 ou 65 anos. Então, nós lamentamos profundamente.

Eu trago o grito das ruas, eu trago o anseio dos jovens trabalhadores. Fico muito preocupado também, Senador Paulo Paim, com esses jovens que não estão compreendendo a gravidade da situação, não estão se mobilizando e lutando pelos seus direitos. Quando o Dr. Luis Fernando disse que o cidadão, a cidadã começa a trabalhar aos 16 anos e ele tem que contribuir muito mais, esse cidadão com 16 anos que começa a trabalhar é um cidadão pobre, porque o rico começa a trabalhar depois que ele faz, no mínimo, doutorado. E ele estudou nas melhores escolas, nas melhores universidades, se qualificou. Nada contra ele, mas ele vai trabalhar, e a jornada de trabalho dele vai ser muito menor do que a do pobre, que precisa, para o sustento familiar, trabalhar aos 16 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a injustiça, só por ser injustiça, já é cruel. Mas é cruel um Governo que se diz renovador, um Governo que, no seu discurso, trouxe esperança para o povo e que, logo em seguida, propõe uma reforma previdenciária neste modelo, massacrando o povo. E é esse povo que o elegeu.

Portanto, eu fico muito revoltado com essa situação justamente porque nós não estamos nos mobilizando, nós não estamos indo para as ruas, nós não estamos brigando para que essa reforma não passe.

O Senador Paulo Paim, que eu vejo como o defensor das causas sociais, ele fica aqui fazendo o trabalho. Ele poderia, ao chegar a quinta-feira, vestir o terno, entrar no avião e ir para o Rio Grande do Sul, naquela terra belíssima, gozar do seu final de semana prolongado, mas ele fica aqui nas redes sociais fazendo um trabalho de campo.

Eu assisti a um vídeo do senhor na área rural do Rio Grande do Sul, tirando leite, empurrado estrume de bois e vacas para poder mostrar como é a vida de um trabalhador rural. O mesmo trabalhador que vai ser afetado por essa PEC se aposenta do mesmo jeito que nós.

Então, sem delongas, eu quero convocar o povo brasileiro para poder lutar pelos seus direitos, o trabalhador, o aposentado, o pensionista, porque essa PEC, essa reforma previdenciária vai afetar a todos nós. E se não houver dinheiro para pagar, no final do mês, o nosso benefício, como nós vamos receber?

Se hoje a CPI da Previdência chegou à conclusão que não existe déficit, então como vai ser no futuro, quando o Governo simplesmente falar: "A União não tem dinheiro para pagar", como diversos governos estaduais fizeram?

Se nós não lutarmos hoje, não haverá amanhã. Então, a hora é agora.

Convido a todos para se mobilizar e lutar contra essa reforma, essa maldita reforma da previdenciária.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

João Florêncio Pimenta falou pela Federação dos Aposentados de Brasília. Essa entidade é filiada à Cobap. Eu estive na reunião da Cobap – isso foi quinta-feira à noite ou sexta-feira à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

noite. É tanta reunião que eu até me perco. Está se mobilizando, as centrais estão se mobilizando, as federações estão se mobilizando, vai haver um grande movimento no dia 22.

E, no dia 20 – o Deputado Rodrigo Coelho aqui faz parte da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Pública. Eu tenho a alegria de estar junto com você lá –, nós vamos ter um grande evento no Nereu Ramos, lá na Câmara. Começará às 9h da manhã e só vai terminar às 6 da tarde, com a presença de centenas de entidades e de convidados, inclusive de outros países – inclusive, do Chile vêm dois – para falar dessa realidade que está preocupando a todos.

Eu entendo, Pimenta – permita que eu diga isso –, que está crescendo muito o movimento no País. O que você alertou aí é importante! Existem audiências públicas nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias Legislativas, nos sindicatos. Eu diria que eu nunca vi um movimento tão grande como está havendo agora se compararmos às reformas anteriores. Então, nós estamos num bom momento.

Eu queria cumprimentar muito o Deputado Rodrigo Coelho, que está aqui presente, que tem participado de todas as reuniões da frente, que cada vez se amplia mais. Nós estamos, de fato, num bom momento em matéria de mobilização e discussão desse tema que preocupa a todos, seja Deputado, seja Senador, seja a sociedade civil; todo mundo está na mesma linha.

Eu queria aproveitar o momento da chegada do Senador Eduardo Girão... Girão, tu me desculpas, porque às vezes eu confundo com Eduardo Mourão. Não tem nada a ver. Aqui pode ver que não houve crítica pessoal a ninguém, houve crítica à reforma. O Mourão é Vice-Presidentência da República, então eu me senti até dizendo que quando eu confundo é no bom sentido. Ele é Vice, e o Presidente é o Bolsonaro. Podemos discordar, mas é Presidente eleito e o governador eleito.

Então, eu queria dar uma salva de palmas tanto para o Rodrigo Coelho, como também para o nosso querido Eduardo Girão, sempre presente aqui nas reuniões. (*Palmas.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, aproveitando a presença do Deputado, já que está na Frente Parlamentar da Previdência, acho que não é curiosidade só minha, Girão, não é só minha, Paim, acho que é da população...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Boa, boa. Vamos lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está havendo negócio lá na outra Casa? Negociação? Troca de cargos? Compra?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua, Deputado. Está lhe fazendo uma pergunta. Agora, tem que falar. Como é que você está vendo esse quadro aí? V.Exa. tem cinco minutos.

Deputado Rodrigo Coelho para o Brasil todo que está nos assistindo.

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – Bom dia, Senador Paulo Paim, bom dia, Senador Eduardo Girão, bom dia....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Styvenson. É o que fez a pergunta.

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – Senador Styvenson, – desculpa –, Senador Eduardo Girão, todos os presentes aqui, é uma satisfação enorme está participando desta audiência pública, que já é a terceira – não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esta já é a quarta.

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – A quarta que o senhor está promovendo às segundas-feiras. Amanhã há outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E dia 25 é só economista. Se tiver algum economista no Governo que quiser vir pode vir. Eu tenho dito que eu tenho, Girão, eu tenho feito um apelo.

Eu gostaria de colocar dois a favor e dois contra, e até fazer duas Mesas, mas ninguém está aceitando vir para defender a reforma. Então, se nós todos aqui pudermos ajudar... Eu receberia de braços abertos aqui, porque fortalece o debate, fortalece a democracia se tivermos o contraditório.

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – Perfeito.

Nós estamos participando de várias reuniões, de várias conversas, de todos os partidos e movimentos de renovação que tiveram, que têm os seus membros lá na Câmara. A percepção hoje qual é? É de que o Governo não teria os 308 votos para aprovar a reforma, em especial



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

devido a três pontos a que os próprios membros da base são contrários, que é a questão do BPC, a redução do valor e aumento da idade para receber o salário mínimo; a questão da rural, o aumento da idade mínima para a mulher, de 15 para 20 anos; a transição, que também é bem dura. Só para ter uma ideia, a transição na proposta de Temer era 21 anos, a transição agora não chega nem a 14 anos, e aqui a senhora no meu lado é uma prova viva, presente, porque faltariam dois anos para se aposentar, e vai ter que trabalhar mais 12 anos agora.

Eu peguei um caso semana passada que faltavam 9 meses...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tinha dois e vai trabalhar mais doze?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – Então, são casos assim que acabam... Os Deputados e Senadores estiveram nas suas bases nos últimos dias e sentiram a pressão das pessoas com relação a isso. Sem falar da desconstitucionalização, que é algo gravíssimo, porque vai dar um cheque em branco para o Governo, a partir da retirada dos direitos da Constituição, para fazer qualquer tipo de alteração através de uma lei complementar, ou mesmo de lei ordinária, o que vai dar uma insegurança total, inclusive na expectativa de sobrevida, que pode ser aumentada a cada quatro anos.

Então, são mudanças muito graves. Os Deputados estão atentos com relação a isso, à possibilidade de conversar, de dialogar com membros da base, com os Líderes em especial, para fazer uma alteração no texto, porque, senão, não passaria hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deputado, não quero atrapalhar, mas me permita, é na mesma linha. A pergunta direta que ele fez, isso é importante...

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – Eu vou chegar a esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É porque eu fui à tribuna e falei isso, e ele estava lá. No bom sentido aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente,...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faça de novo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, eu estou sendo pressionado, o Senador Girão, os Senadores novos, que chegaram aqui de forma diferente na política... Não sei há quanto tempo, Sr. Deputado, o senhor está lá na outra Casa, mas eu cheguei este ano, e cheguei com a visão que vem das pessoas, que estão de saco cheio de negócio, de balcão de negócio na política. Se o Governo não tem competência para colocar ninguém aqui para discutir abertamente, porque eu estou esperando... Já falei para Paulo Paim: Paulo Paim, parece que você só está colocando as pessoas do seu lado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Coloquei para...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vamos trazer o pessoal que é a favor, eu quero ouvir também. Eu quero ouvir as pessoas, eu quero sentir o argumento deles, porque se eles argumentarem bem e convencerem de que é bacana para o meu povo, por mais que seja um remédio duro neste momento, para o futuro do País, que a gente se sacrifique um pouco pelo País. Mas não têm coragem de vir, como o senhor está dizendo. Eu acho que é o que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu faço o convite ao vivo aqui, aproveitando o teu aparte. Eu quero ver alguém aqui defendendo o contraditório; dois a favor e dois contra. O meu sonho é isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, a pergunta foi clara e objetiva. A pergunta não é só minha, a pergunta é da população brasileira: se está acontecendo... Aqui no Senado ninguém me abordou ainda. Ainda ninguém abordou o Capitão Styvenson. Não sei o Senador Girão, não sei o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. A mim, não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ninguém me abordou oferecendo cargo no Governo Federal, me oferecendo emendas, me oferecendo... Nada me foi oferecido para eu votar. Vou votar com a consciência, conforme o que for melhor para a população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria saber se está acontecendo isso lá. (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – Eu fiz essa introdução para chegar exatamente a esse ponto, porque se o Governo quiser aprovar a reforma, vai ter que convencer através dos argumentos de que está quebrado, que se não reformar, daqui a 10, 15 anos, não vai ter dinheiro para pagar os aposentados, e assim por diante. Porque se vier com essa proposta que a imprensa já divulgou de R\$1 bilhão em emendas para os Deputados novos ou com proposta de cargos – até criaram um novo nome para isso: banco de talentos, que é você colocar o seu currículo lá –, vai ser denunciado não só por nós, esse é o meu primeiro mandato também, mas por alguns membros da base aliada, que também são oriundos de um novo modo de se fazer política. Nesse troca-troca, nesse toma lá dá cá foi dado um basta pela população em outubro.

Então, para mim nunca foi oferecido nenhum cargo, nenhum valor de emenda. Não sei para os demais, não posso falar pelos demais. Então, eu estou com a consciência tranquila de que, se for para votar, vai ser de acordo com a proposta, com argumentos, convencido de que é necessário. Mas vão fazer uma proposta. E agora vem a dos militares. Vazou uma prévia do texto, mas caiu muito mal, porque a transição deles está muito mais suave, vão ter até um aumento salarial. Então, não há uma equiparação. Colocaram no lombo das pessoas mais simples a necessidade de fazer uma reforma que vai prejudicar muitos, e muitos não chegarão à idade de se aposentar.

Era isso.

Obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Paulo Paim, aniversariante da semana passada, eu estava acompanhando o debate e vi que foi suscitado isso aqui, Senador Styvenson, Deputado, demais participantes da Mesa, eu acho que está muito nebuloso ainda este assunto da reforma da previdência. Eu estou aqui para ouvir. Procuro estar presente em todas as audiências que V. Exa. faz, de forma democrática, de forma serena, procurando ouvir os dois lados. Acredito que já vi pessoalmente V. Exa. convidar, ao vivo, as pessoas que defendem a reforma para virem aqui. Acredito que a secretaria, a competente secretaria também está fazendo os convites. E precisamos entender o que é que está acontecendo, por que o Governo não está vindo defender.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe, pelo pouco que entende, que a reforma é necessária, talvez não do jeito como está, mas é importante encarar esse assunto para que a conta feche para os nossos filhos e para os nossos netos, especialmente. A gente tem que ter essa responsabilidade. Agora, o argumento precisa vir.

Eu também compartilho dessa preocupação, porque eu ouvi pela imprensa, não tiveram jamais a ousadia – eu acredito que, pelos novos tempos, eles não terão; eu acho que isso aí é realmente informação plantada, porque seria um abuso chegar e fazer trocas de votos por cargos, acredito que não deve ser a praxe deste novo momento de um Governo que veio para fazer, que disse que veio para fazer uma ruptura num sistema corrupto, num balcão de negócios, no toma lá dá cá para quebrar essa cultura que vem acontecendo há muitos governos. Então, eu tenho a expectativa de que seja algo novo este Governo. E estou aqui para ouvir, para aprender e para que a gente possa fazer a decisão melhor, sem tirar os direitos adquiridos, mas, ao mesmo tempo, cortando privilégios, simultaneamente cobrando os R\$450 bilhões dos devedores do INSS, dentre os quais estão bancos poderosos, JBS...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E muitos Parlamentares também, Girão. Dados da CPI.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Exatamente.

Então, isso é muito importante que seja encarado, que seja balanceado, para que a gente possa enfrentar esse assunto que a gente não pode deixar para depois – a gente não pode deixar para depois.

Então, eu quero parabenizar V.Exa., primeiramente, por estar, de forma muito obstinada, aqui, desde o começo do mandato, abrindo espaço, trazendo setores, Deputado, da sociedade civil, vários setores representando... Vamos ter os economistas na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dia 25.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E nós vamos estar juntos, tentando ouvir o outro lado também, porque é importante para a gente fazer o julgamento, ter uma ideia do que é preciso fazer.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero lembrar que o secretário-executivo da previdência, Rogério Marinho, eu falei com ele pelo telefone, me garantiu que viria com a sua equipe. E eu fui mais além: liguei também para o telefone do Ministro da Justiça, o Sergio Moro, e ele também me garantiu que vem aqui para discutir aquele projeto contra o crime que está na Câmara. Ele disse: "Eu vou. Só me deixe adaptar minhas agendas". E temos ligado também para o setor empresarial. Mandamos, inclusive, correspondência. E até os bancos, porque a gente fica falando aqui: os bancos, os bancos, os bancos, ou quem administra fundo de pensão. Por exemplo, eu vi uma declaração hoje do Bradesco, dizendo que está havendo falta de foco no Palácio para discutir – ele especifica o nome do Presidente, mas eu não gosto, prefiro não citar nomes –, do Governo, a previdência. Então, os bancos mostram que têm interesse, pelo menos estão dizendo. Eu acho bom isto: a transparência. Eles estão dizendo que têm interesse. Então, é isso que nós queremos ver.

A pergunta que o Senador Styvenson faz é porque saiu em toda a imprensa. E eu vi alguns Deputados falando que isso faz parte do jogo – não digo nem que foi novo ou foi velho – falando na TV, eu posso pesquisar, que faz parte do jogo, enfim, que a nomeação de cargos faz parte do jogo. Eu vi até, numa televisão, uma jornalista dizendo: "Isso faz parte do jogo". Não vou citar a TV aqui para não haver um desgaste desnecessário, mas, se for preciso, eu sei bem, porque eu tenho gravado inclusive o nome da jornalista: "Faz parte do jogo, é assim mesmo" – nomeação de cargos, leia-se dinheiro, todo sabe como funciona isso. Eu digo isso com tranquilidade porque nunca ninguém vai dizer que nem no Governo Dilma, nem no de Lula, de Fernando Henrique, de Itamar, nem no do Temer eu nomeei uma pessoa – uma pessoa. E as minhas emendas eu mando igualzinho para os 497 Municípios do Estado, para todos, não importa se é do PSDB, se é do PP, se é do MDB, se é do partido do Governo, não interessa; eu mando igual. Se vão liberar ou não é outra história. Aí faz parte da pressão política que os prefeitos têm que fazer. Mas essas gravações... Por isso eu falei na tribuna, inclusive, do R\$1 bilhão, e eu vi o Presidente numa oportunidade dizendo, justificando, falou bem claro, que, para não ser tendencioso, são emendas que ele tem que liberar. Bom, vou ficar por aqui. Ele disse que é obrigatório, enfim. E sobre os cargos eu vi também os Deputados falando que querem nomear, sim, nos seus Estados. Mas esse é um debate que nem está aqui no momento.

Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas – Instituto Mosap, entidade que cuida dos aposentados da área pública. É com você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão. Felizmente a Comissão ficou ainda com o Senador Paulo Paim. Não fosse esse fato, nós não teríamos uma tribuna dessa ordem e dessa importância neste momento. Então, cumprimento o Senador Paulo Paim e reitero os votos de feliz aniversário.

Cumprimento todos os componentes da Mesa. Cumprimento o Senador Eduardo Girão, o Senador Capitão Styvenson Valentim e o Deputado Rodrigo Coelho. Cumprimento também os dirigentes de entidades aqui presentes: está aqui o Diap, está aqui o Sindireceita, está aqui a Anfip, está aqui o Sinait e Mosap – o Dr. Marco Aurélio, que é diretor jurídico do Mosap, está aqui para depois me dar as correções necessárias –, o Sindifisco Nacional. Enfim, cumprimento todas as entidades aqui presentes, os representantes da Cobap, dos trabalhadores do regime geral, e cumprimento todos os trabalhadores que aqui estiveram, os terceirizados.

Este é um momento realmente grave para todos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero dizer que os terceirizados ainda estão aí, muitos deles.

Só para explicar para os Senadores: querem diminuir o salário deles em 16%. Eles já ganham um salariozinho que é um pouquinho mais que o salário mínimo, e querem reduzir em 16%. Nós queremos fazer um movimento para que não reduzam o salário. Não é aumento. Não é nada.

Eles estão aí.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – E cumprimento todas as demais autoridades ou entidades que aqui estejam presentes – não tenho como nominá-las porque não me lembro de todas. Eu tenho um direito adquirido, já de longa data, de esquecer muitas vezes as pessoas com as quais eu até convivo; de repente, esqueço o nome. Isso é direito adquirido. Não é aquele outro direito adquirido que a gente quer discutir, quer defender.

Eu falo aqui em nome dos servidores públicos, aposentados e pensionistas de todos os entes da Federação: Executivo, Judiciário, Legislativo, federal, municipal, estadual e do Distrito Federal. E a impressão que nós todos temos, desde as reformas que já vieram anteriormente, sempre da previdência, é que nós todos servidores públicos somos privilegiados. Isso nos incomoda, porque o privilégio que o servidor público tem, no meu entender, é ter tido a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oportunidade e a possibilidade de servir ao seu País, de servir aos governos, de servir ao Legislativo, de servir ao Judiciário. Isso não é privilégio. A gente entende que os privilégios que estão sendo citados são outros, são os ganhos excessivos, são as diferenças salariais, enfim, são as diferentes situações entre servidores e servidores e também entre servidores e sociedade, entre o trabalhador do regime geral. Mas isso não é culpa nem do servidor nem do trabalhador. É culpa da própria legislação brasileira. E a legislação quem faz é o Congresso Nacional, por proposta do Executivo ou por proposta dos próprios membros do Congresso Nacional. Então essa palavra "privilégio", que nos incomoda muito, me parece não ser o caso que assumimos. Eu não visto a casaca de privilégios, porque todo trabalhador ou todo servidor se submeteu às legislações que ele buscou e, diante delas, se situou não como privilégio, mas sim como autêntico trabalhador dentro daquilo que lhe foi proposto.

Eu me esqueci de falar do Sindifisco Nacional...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Bom, Unafisco. Pronto.

Mas, sobre o servidor público, aposentado e pensionista, nós já ouvimos as brilhantes exposições, sobretudo da realidade do Chile, em relação à capitalização invés de contribuição. Nós não queremos isso!

Nós já ouvimos também aquele problema da desconstitucionalização de tudo o que diz respeito ao trabalhador brasileiro como um todo, tanto o servidor público como o servidor do regime geral. E também em relação a muitas outras questões que estejam talvez na Constituição Federal é muito mais fácil – lógico isso é – tentar modificar aqui no Congresso Nacional via projeto de lei complementar ou projeto de lei ordinária. Para se modificar a Constituição é preciso 308 votos em duas votações nas duas Casas; uma lei complementar, 257 votos; uma lei ordinária, muitas vezes, nem precisa votar, vai por voto de liderança. Então, é muito fácil isso. Desconstitucionalizar direitos garantidos pela Constituição me parece que é um caminho horroroso, é um caminho que atinge...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo exemplo que você deu, se for lei ordinária, pessoal, com 41 no painel, 21 votos, acabou aqui no Senado.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Então, essa é uma questão realmente crucial, e nós trabalhadores, nós servidores teremos de estar junto com os Senadores e Deputados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federais discutindo. Eu não estou dizendo que tudo o que nós falarmos é o correto, é o certo, mas nós temos de discutir, como disse o Senador Capitão Styvenson, o Senador Girão e também o Deputado Rodrigo.

É necessário que o Congresso Nacional ouça as vozes das ruas. Se não houver isso, essa reforma será mais um estelionato. Aí eu não vou dizer que é eleitoral, mas é um estelionato em relação a todo o povo brasileiro no que diz respeito aos seus direitos e aos seus deveres também. Não é sobre direitos.

Eu sou Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas e há pontos fundamentais que a gente quer discutir nessa reforma. Um deles é: todos sabem que o servidor público quando aposentado ou pensionista hoje contribui para o Imposto de Renda e para a previdência social depois de se aposentar. É uma diferença que temos nós servidores públicos em relação ao regime geral. No regime geral, uma vez que se aposenta, não mais se contribui para a previdência, mas se aufere. E nós servidores públicos estamos ainda contribuindo, em que pesem tentativas junto ao Executivo, mas principalmente no Congresso Nacional, através de uma das PECs: a PEC 555, que está pronta no Plenário para ser votada. Até tínhamos uma emenda na 287 para extinguir a contribuição previdenciária não de uma vez só. O projeto que está lá, a proposta que está lá é começar a diminuir em 10% aos 60 anos e, pela 555, acabando aos 65 anos, com 20% ao ano. Mas temos uma outra proposta que também aceitamos: ao invés de 20%, vamos reduzir para 10% e quem se aposentar aos 60 anos não contribui mais com a previdência; no primeiro ano com 10% e assim sucessivamente até os 70 anos. E temos também...

Essa é uma questão que a gente quer, mas o Relator geralmente diz o seguinte: "Não. A proposta é para arrecadar, e vocês aqui querem deixar de contribuir. Então, não podemos aceitar". Mas nós vamos insistir nessa proposta e vamos insistir também no problema das reduções das pensões, que eu considero mais grave até do que a nossa própria contribuição previdenciária. Reduzir pensão para 50 ou até menos... Quem reduz para 50, depois vai reduzir para menos, sob os argumentos de que o déficit não permite, que os Estados estão quebrados, que o Tesouro Nacional não aguenta e por aí afora. É outra questão muito séria a pensão. Quanto à pensão, nós temos de resistir no Congresso Nacional agora por ocasião da discussão da PEC 6.

Também entendemos que a majoração de alíquotas para contribuição... Nós aposentados não queremos nem contribuir, mas estamos sujeitos a ter de aceitar, se não nos movimentarmos, não conseguirmos modificar os parâmetros da própria proposta, e contribuir



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não com 11%, mas com 12%, 15%, 16%, 18% até com 22% – dizem que 22% é para quem está acima do teto. Não vou nem discutir aí, porque se é acima do teto, alguma coisa está errada, porque todo servidor público só pode receber até o teto do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros, que é o parâmetro. Então, além do teto, nós temos que discutir, mas querer impor novas alíquotas me parece que é uma anomalia que nós não podemos aceitar.

E temos outros problemas também que são decorrentes de toda essa situação, que nos dá a impressão de que nós somos culpados de tudo. Vejam a PEC 873. O que é a PEC 873?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – MP, perdão, medida provisória. Ela simplesmente diz que um sindicalizado, um associado, para sustentar sua associação, seu sindicato, tem que contribuir não mais pelo desconto em folha, mas sim através de um boleto bancário ou de sistema eletrônico ou por aí afora. Ora, essa é uma MP, uma proposta de lei que visa acabar com as associações e os sindicatos, ou seja, fragilizar a força, diminuir a capacidade de ação e de reação. Isso é muito importante. Eu acho que nós temos que tomar conta desse assunto também porque isso nos diz respeito e vai nos atingir de qualquer forma.

O próprio Ministro Paulo Guedes disse que, dentro dos próximos anos, ele espera uma aposentadoria de 40 mil até 50 mil servidores e diz que não vai haver concurso. Ora, isso é a fragilização... Se isso for verdade dessa forma que eu li e entendi, acaba com o serviço público. Querem acabar com a previdência social pública, mas essas medidas acabam com o serviço público.

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – E aí quem sofre é a própria sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto. Dei dez mais cinco.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Então, minha gente, o que eu quero enfatizar aqui agora é que nós todos, independentemente de situações políticas ou partidárias, trabalhador brasileiro, servidor público brasileiro, temos que nos unir para poder vir conversar aqui no Congresso Nacional. Nós temos que dialogar, e os Parlamentares, eu tenho certeza, vão nos ouvir. Nós podemos não convencer, mas se nós não viermos conversar, nós não poderemos reclamar depois.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a minha manifestação. Desejo e tenho certeza que nós, se quisermos, poderemos fazer a diferença aqui no Congresso Nacional, com a nossa participação, discutindo, ouvindo, aceitando ou não, mas temos que estar presentes aqui e nos Estados também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Edison Guilherme Haubert, Presidente do Mosap, que termina chamando ao diálogo, à discussão, com todos participando.

O último dessa Mesa, e depois teremos uma Mesa de dois somente: chamo Francisco Canindé Pegado de Nascimento, Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil.

Por favor.

O SR. EDISON GUILHERME HAUBERT – Só um minutinho. Permita-me: eu me esqueci de citar o meu sindicato, que é o Sindilegis, aqui do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bem registrado!

Canindé com a palavra.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DE NASCIMENTO – Quero agradecer, Senador Paulo Paim, mais uma vez, o convite para participar desta importante Comissão aqui.

Quero cumprimentar aqui no plenário o Deputado Rodrigo Coelho, que já se pronunciou e está aqui atento, cumprimentar o Senador Girão e também o Senador do meu Estado do Rio Grande do Norte, Cap. Styvenson, que se elegeu justamente por competência e por uma grande atitude de coragem, como policial militar, que empreendeu naquele Estado. Talvez aqui vocês não saibam, mas a sua ação naquele Estado como policial militar com certeza diminuiu muito a criminalidade na nossa cidade. Parabéns pela sua eleição e pelos seus primeiros meses de Senador aqui, em que já tem dado uma demonstração da grande diferença que vai fazer.

Quero cumprimentar aqui meus companheiros diretores da Centrape, todos aqui atentos a este debate, por se tratar justamente de uma das reformas mais discutidas, mais necessárias também que podemos aqui afirmar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, num campo um pouco mais centrado da discussão, deixar muito patente aqui que a reforma do Estado brasileiro, em todas as nuances que precisam, são reformas importantes, em quase todos os setores: reforma tributária, reforma fiscal, reforma educacional, reforma do serviço público também, e a reforma previdenciária é uma dessas reformas fundamentais. Quero trazer aqui à guisa alguns dados que também não estão sendo debatidos. Na minha opinião, a gente precisa fazer um questionamento para poder aqui obter no debate alguma resposta que nos dê algum entendimento do porquê nós entendemos que é necessária também uma reforma previdenciária.

Eu tenho aqui dados, citando como fonte o Anuário Estatístico da Previdência Social. Senador Paulo Paim, demais Senadores e Deputado Rodrigo Coelho, nós tivemos, no ano de 2016, em termos de valor líquido de emissão de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, 298.700.551.000. Em 2017, isso passou para R\$332.549.497.000. Isso significa uma emissão de benefícios, em 2017, superior ao ano de 2016 em 9,4%, ou seja, passando de 6,99% para 7,30% do PIB nacional.

Mais um dado, apenas para a gente conhecer também, principalmente os que estão nos ouvindo através da televisão: no ano de 2012, nós tínhamos de benefícios ativos no Regime Geral de Previdência Social 25.855.338. No ano de 2017, nós passamos para 29.806.895 benefícios ativos. Isso significa dizer que esse estoque de benefícios ativos cresceu 2,85% em relação a 2016.

Nós temos também, como dado fundamental, a evolução anual da concessão de benefícios. Em 2012, nós tínhamos 1.113.857 aposentadorias concedidas. Isso, no decorrer do tempo, 2013, foi aumentando; em 2014, aumentou; em 2015, 2016 e em 2017, já chegamos a 1.400.489 aposentadorias. Isso significa dizer que essa evolução passou de 32,7% das concessões em 2012 para 38,6% em 2017.

Por fim, o que garante justamente a sustentação: o tipo de contribuinte. Em 2010, de empregados, nós tínhamos 48.649.216 empregados contribuindo para o Regime Geral de Previdência Social. Em 2017, ficamos com 50.250.273 empregados. Todavia, se você fizer um corte aqui, em 2014, nós tínhamos 56.625.128 empregados contribuindo e, em 2017, baixou para 50.250.273 empregados. Essa é uma queda, em relação a 2014, de 11,3% de empregados contribuintes, ou seja, em 2010, os empregados correspondiam a 81% do total de contribuintes e, em 2017, baixou para 77% o número desses empregados contribuintes. Finalizando, Senador Paim, a evolução do número de contribuintes: em 2011, nós tínhamos... Aliás, desculpa: em 2014, nós tínhamos 71.339.903 contribuintes para o Regime Geral da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Previdência Social; em 2017, baixou para 65.095.735 contribuintes. Essa queda que aconteceu no número de contribuintes em 2014, em 2015 e em 2016 foi de 6,2 milhões de pessoas, é uma queda acumulada de 8,8%.

Aonde é que quero chegar com esses informes, Senador Paulo Paim? É no seguinte: é claro que a previdência está literalmente atrelada à questão do trabalho, do emprego, ou seja, contribuintes. Então, o que nós vivenciamos hoje é exatamente esta problemática, ou seja, nós estamos com aumento sistemático de beneficiários, redução de contribuintes, aumento do valor das aposentadorias no tempo e redução também do número de trabalhadores contribuintes. Essa conta não vai fechar! Essa conta não fecha, Senador, está certo?

Então, quando eu iniciei dizendo da necessidade, realmente, de se ter uma reforma previdenciária foi porque não vai ter como fechar...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DE NASCIMENTO – ... essa conta.

Portanto, para contextualizar, Senador... Eu tenho certeza de que o espaço para a negociação no Congresso Nacional dessa PEC nº 6 foi colocado justamente para discutir dentro de um contexto que... Aqui nós não estamos querendo colocar quem é privilegiado ou quem não é privilegiado, embora nós defendamos realmente uma previdência sem privilégios e para todos, para incluir todos. Inclusive, a previdência que nós também podemos dar como indicativo de uma alternativa é a seguinte: garantir até cinco salários mínimos para quem quer se aposentar na previdência pública. Quem quiser se aposentar com mais, que vá fazer a sua previdência complementar, capitalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É o que já é hoje praticamente: acima de cinco salários mínimos, cada um faz o que bem entender, faz a sua poupança privada, capitalização ou sei lá o que, busca o melhor negócio para ele.

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DE NASCIMENTO – Exatamente, busca...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para todos! É importante aqui: para todo mundo!

O SR. FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DE NASCIMENTO – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu acredito que precisa ser discutido, que precisa ser bastante ampliado aqui no debate – já foi até colocado aqui pelo Deputado Rodrigo Coelho também, pego justamente as mesmas possibilidades que nos estão sendo apresentadas na discussão lá com quem nós representamos, trabalhadores ou aposentados –, são justamente esses quatro pontos aí. Nós achamos que a transição colocada está rápida, está sendo muito rápida, 12 ou 13 anos. Deixou-se de fazer alguma coisa em termos de reforma de previdência no decorrer do tempo, 2011, 2015, 2017... Nós compreendemos também que a questão da idade também pode ser negociada – 65 anos para homens e 62 anos para a mulher. E nós também entendemos que as regras propostas na transição, pontos, idade mínima e pedágio, tudo é passível de negociação.

Portanto, Senador, de forma muito pragmática, nós estamos aqui discutindo, justamente, a seguinte questão: existe a PEC 6, essa PEC 6 precisa ser negociada, e os pontos fundamentais dela eu aqui elenquei focado na necessidade também de uma reforma previdenciária estar justamente dentro do contexto de que temos uma previdência que não vai ser sustentável, por mais que nós queiramos.

Era o que a gente tinha a pontuar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi Francisco Canindé Pegado, que falou, como Presidente da Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil, Centrape, de forma muito tranquila e equilibrada, que temos de negociar para tentar achar um grande entendimento.

Eu convidaria os senhores a retornarem ao Plenário e convidaria mais dois companheiros para esta Mesa. Depois vamos para o debate, mas lembrando: em primeiro lugar os Senadores e, em segundo, só os painelistas. Essa foi uma decisão deste Colegiado: só falam os Parlamentares e os convidados.

Convido Antônio Queiroz, o Toninho do Diap, representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que é um estudioso do tema há muito tempo aqui no Congresso. *(Pausa.)*

Está aqui o Toninho.

Quero cumprimentar o Toninho e dizer para os novos Senadores que o Toninho faz um trabalho – eu vou tentar resumir, depois você explica, viu? – sobre os melhores congressistas, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não há debate ideológico. Quer dizer, para vocês terem uma ideia: quando sai ali, sai todo mundo que se destacou no período, não importa qual é o partido. Eu dou esse depoimento porque, muitas vezes, quando se publica lá, há um ou outro sindicato aí, no bom sentido: "Pô, Paim, mas até sicrano?" "Sim, foi um dos Parlamentares que mais se destacou." Fico te defendendo, viu? É porque não há nada ideológico. Podem saber que os senhores, pelo que eu sei, estão na lista aí.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isto que nós queremos: a verdade dos fatos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, isso, isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Luiz Legnani, Secretário Geral da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

Eu pedi para o Luíís Fernando que ficasse aqui porque estão chegando perguntas sobre o sistema chileno. Ele vai poder, no momento adequado, depois que os dois falarem, também responder a essas perguntas.

Então, de imediato, Antônio Queiroz, o Toninho do Diap, para sua exposição – é um estudioso do tema também, viu pessoal?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Bom dia a todos!

Eu queria, inicialmente, cumprimentar o Senador Paim, em cujo nome cumprimento todos os Parlamentares aqui presentes e as lideranças sindicais aqui presentes. Queria também dizer da satisfação de participar deste importante debate a respeito da reforma da previdência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema hoje aqui diz respeito aos impactos dessa reforma sobre aposentados e pensionistas – vou buscar focar nisso.

Essa reforma tem um escopo muito abrangente. Seguramente, é a primeira reforma estrutural apresentada no período pós-Constituinte de 1988; as demais reformas foram as chamadas paramétricas, que modificavam os critérios de elegibilidade de benefícios e corrigiam distorções, mas não faziam uma mudança de fundo, uma mudança estrutural como a que está sendo proposta agora. Ela, na verdade, atinge o aposentado e o pensionista em quatro dimensões.

A primeira é a desconstitucionalização. Nesse particular, ela é muito parecida com a Emenda 21, enviada pelo Governo Fernando Henrique à época, que foi desmembrada em quatro. A que sobrou, tratando de previdência, a de nº 33, tinha esse escopo, ou seja, ele mandava todas as regras a respeito de benefícios para lei complementar, e o Congresso a modificou. Essa proposta está mandando para lei complementar as restrições. O que é, em tese, para favorecer o segurado, o aposentado e o pensionista está sendo tirado da Constituição para ser colocado em lei complementar, cuja aprovação é mais fácil, e o que é para endurecer a regra fica no texto constitucional. Por exemplo: a atualização automática da idade mínima, a proibição de acumular benefícios, a ausência de qualquer regra garantindo a correção desses benefícios. É a primeira vez, na história do Brasil, que há uma reforma da previdência e não se prevê claramente que um benefício que tem natureza alimentar tenha garantida a sua atualização, a atualização do seu valor. Isso está suprimido e não há indicação de alternativa nas diretrizes para a lei complementar.

Então, alcança o aposentado e o pensionista na dimensão da desconstitucionalização...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fui Constituinte, e aquele princípio que a gente colocou lá, na seguridade – leia-se, saúde, assistência e previdência –, de que o benefício do aposentado e do pensionista será reajustado de forma a manter o seu valor real, ou seja, pelo menos pela inflação, some.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Desaparece completamente, está revogado na reforma proposta.

Então, há o alcance na dimensão da desconstitucionalização, na dimensão da capitalização, no fim da garantia de reajuste e na contribuição para todos os trabalhadores, públicos e privados, inclusive do INSS, aposentados e pensionistas. Isso significa dizer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte. Hoje só se contribui depois de aposentado sobre aquilo que excede o teto do INSS; agora se pagará do primeiro centavo até o teto da União, que é o da Administração Pública Federal.

Depois a gente pode comentar cada um desses...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixa eu te incomodar, mas é que para mim é importante por causa da TV, nós estamos falando aqui para milhões de brasileiros.

Quer dizer – ouça bem aquele que está em casa neste momento – que aquele que não paga, porque é do regime geral, vai passar a pagar?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – É isso que a proposta indica e claramente determina. Hoje paga sobre o que estiver acima do teto, mas a pessoa vai passar a pagar a partir do primeiro centavo. Se o sujeito recebe um salário mínimo, ele vai passar a pagar lá um percentual; se recebe mais, essa contribuição é progressiva até 14% no caso do regime geral e, acima disso, até 22%, no regime próprio dos servidores públicos.

Mas eu queria, antes de abordar cada um desses temas, chamar atenção para um aspecto relevante, que é o seguinte.

O Pegado aqui mencionou a necessidade da reforma. De fato, em função da mudança que houve recentemente na legislação, algum tipo de reforma se impõe. Por quê? Porque, de um lado, se aprovou a Emenda 95, o chamado Novo Regime Fiscal, que congela o Orçamento público a partir, em termos reais, de 2016. O Pegado aqui mencionou a necessidade da reforma. De fato, em função da mudança que houve recentemente na legislação, algum tipo de reforma se impõe. Por quê? Porque, de um lado, se aprovou a Emenda 95, o chamado Novo Regime Fiscal, que congela o Orçamento público a partir, em termos reais, de 2016. Significa dizer o seguinte: que o Orçamento passa a ser corrigido pelo IPCA anualmente e não pode trazer novas despesas além daquelas que já estavam abarcadas por aquele Orçamento de 2016, corrigido pelo IPCA.

Ora, a aprovação dessa regra faz com que se exponha de modo muito evidente o crescimento do gasto previdenciário, porque se não tivesse havido nenhuma aposentadoria de 2006 para cá, e houve em média 800 mil por ano, se não tivesse havido nenhuma, mesmo assim o que se gastava com previdência em 2016 não seria suficiente para pagar as aposentadorias e pensões em 2017. Por quê? Porque as aposentadorias são corrigidas pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

INPC e o Orçamento Geral pelo IPCA. Significa dizer que, como o INPC é maior do que o IPCA, já faltaria, o Governo teria que aportar do orçamento fiscal mais algum recurso para dar suporte aos benefícios previdenciários. Mas, como cresceu à razão de 80 milhões de benefícios/ano, benefícios previdenciários e assistenciais, se a gente colocar na faixa de dois salários mínimos cada benefício desse, significa dizer 1,6 milhão de salários mínimos pagos 13 vezes ao ano. Não há orçamento congelado que suporte tamanha despesa.

Então, a despesa previdenciária vai avançar de modo tão voraz sobre as demais áreas que os setores que se beneficiam das políticas públicas dessa área – segurança, educação, mobilidade, etc. – irão pedir uma reforma. Assim, a Emenda 95, que ataca esse tema pelo lado da receita, expõe a necessidade de uma atualização dessa reforma.

De outro lado, há a reforma trabalhista, que, combinada com a sonegação, com a automação, com a importação e com a ausência de emprego formal, porque a reforma trabalhista vai reduzir drasticamente o número de trabalhadores formais, e aqueles que forem informais farão trabalhos intermitentes, pejotizados ou terceirizados, em que a participação previdenciária é muito pequena... Então, quero dizer, de outro modo, o seguinte: não é sustentável a previdência pública brasileira com fundamento na folha de salário. Vai ter que mudar a fonte de financiamento da previdência, tirando a parte patronal da folha para o faturamento ou para a receita, porque cada vez se terá menos emprego e as pessoas vão continuar se aposentando, mesmo que haja reforma.

Tenho visto ministro e presidente de Poder dizer o seguinte: "Nós vamos ter uma economia de 50 bilhões ao ano e, ao longo de 10 anos, de 1,1 trilhão na área da previdência". O meu conceito de economia é diferente. Economia para mim é o seguinte: se eu gasto 100 e passei a gastar 80, fiz economia: 20%. Hoje, se gasta 100, vai gastar 130, em lugar de gastar 150. Então, você diminui a expansão do crescimento, mas não impede que deixe de crescer.

Essa mudança da fonte de financiamento, de custeio da previdência é fundamental, porque, senão, ela não se sustenta. Então, ou se revoga a reforma trabalhista e a Emenda 95 ou se muda a fonte de custeio para dar sustentação, porque, do jeito que está... Os dados apresentados pelo Pegado aqui são contundentes nessa direção. E uma das formas é fazer essa migração, que pode ser feita por lei ordinária, não requer nem alteração na Constituição. Então, há vários tipos, e uma das formas é esta: via legislação infraconstitucional. Você transfere o que se arrecada hoje sobre a folha para o faturamento, as empresas vão continuar faturando pela receita, tendo funcionário ou não, automatizando ou não. Só assim é possível sustentar a previdência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, este é um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permite só um comentário rápido?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lá atrás, quando trouxeram para mim essa proposta, fui totalmente favorável. Muitos não entenderam. Só que eu disse que o percentual não podia ser de 0,5%, 1,5% ou até 2% sobre faturamento ou lucro. O percentual que o Dieese, as entidades apontavam ficava em torno de 4%, mas abolia totalmente a contribuição sobre a folha. Infelizmente não se chegou a esse entendimento. Acabaram, ali na frente, muitos setores abrindo mão de 20% sobre a folha e ficou 0,5%, 1%. Daí deu problema.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Só para dar um exemplo, citando aqui o que o Luis Fernando falou, no caso específico do número de trabalhadores ou de quantos meses o trabalhador se mantém informalmente no Brasil, a cada ano, 50% da mão de obra troca. Há uma rotatividade de 50%. Significa dizer o seguinte: que hoje, para cada 12 meses de contribuição – hoje, não, antes da reforma trabalhista, depois já deve ter caído esse número –, a cada 12 meses de contribuição, o trabalhador com emprego formal só comprovava nove meses. Então, significa dizer o seguinte: se se exige dele, para ter aposentadoria, pela média cheia, 40 anos, e se ele, a cada 12, só contribui nove, ele precisará de 59 anos para chegar à aposentadoria cheia. E com a reforma trabalhista isso se agravou muito, porque reduziu o número de empregos drasticamente.

O outro aspecto relevante é o seguinte: quando se decide alongar a permanência dos trabalhadores na atividade antes de entrarem para a inatividade, antes de se aposentarem, todos os países adotam algumas políticas públicas que consistem basicamente no seguinte: política pública de inclusão digital, quer dizer, treinar as pessoas para manusear as novas tecnologias, porque elas vão ficar mais idosas trabalhando e cada vez o desenvolvimento científico e tecnológico traz novas tecnologias; capacitação continuada; saúde ocupacional; adaptação do local de trabalho, inclusive com carga horária flexível; e redução do preconceito em relação aos idosos, além de política de mobilidade urbana, ou seja, melhoria no transporte, etc. Nenhuma dessas políticas públicas foi adotada, primeira coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda coisa: quando se vai alongar esse tempo de permanência, considera-se a expectativa de sobrevida, a expectativa de vida ao nascer e a expectativa de sobrevida após determinada idade. A Organização Mundial da Saúde fez um levantamento em 180 países, inclusive no Brasil, segundo o qual os países nórdicos que praticam uma idade superior a 65 anos na aposentadoria têm uma expectativa de vida maior do que a brasileira e uma expectativa de sobrevida, no momento de se aposentar, também um pouco maior. Trazendo o dado para cá, lá a pessoa sobrevive com saúde após 65 anos, em média, sete anos. Aqui no Brasil, a mesma estatística estabelece que a pessoa, como média, sobrevive com saúde, após 65, seis meses.

Então, considerar essa realidade é um dado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ... importante. Então, essa reforma atinge, como disse, em quatro ou cinco dimensões os aposentados e pensionistas. Primeiro, a desconstitucionalização. Já falei rapidamente.

Capitalização. Diz-se que é uma capitalização alternativa ao regime próprio, ao regime geral. É alternativa ao sistema público – vejam bem, é alternativa, está dizendo na lei. Eu digo para vocês: é substitutiva. Uma vez adotada a previdência, um regime de capitalização em conta individual, o trabalhador vai ser forçado a migrar para ele, porque virá uma campanha, e isso já está acontecendo, da desimportância e da incapacidade da previdência pública de cumprir seus compromissos dado o volume de pessoas vinculadas a isso e essa conta ficará em nome do Governo. Então, a campanha é muito forte, vai debater, discutir com o mercado e mata todas as previdências: o regime próprio dos servidores, o regime geral do INSS e o regime complementar. Não faz sentido, como empregador, eu pagar no regime de capitalização duas cotas: uma para o regime geral e outra para o complementar. Vai ser uma só. Não tem sentido essa duplicidade, ainda mais que tudo vai para banco e seguradora, já que os fundos fechados não têm como competir com esses bancos e seguradoras.

A OIT, o Luis Fernando mencionou aqui, fez um estudo chamando a atenção para o quão trágico é a adoção da previdência privada em países com uma dependência, como o Brasil, da área pública. Para ter uma ideia, a Anfip vai trazer esse dado aqui certamente, 90% dos Municípios têm de receita previdenciária e assistencial um volume que supera o que arrecada com receita própria e o que vem do Fundo de Participação dos Municípios. Significa dizer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte: se fosse um regime de capitalização, esse Município não teria recurso suficiente para proporcionar tamanho retorno. Isso vai deteriorar, certamente, as relações.

Apenas ainda na questão da capitalização, quero levantar aqui seis pontos apresentados pela OIT, oito na verdade – são dez, mas vou citar aqui só oito –, do que essa mudança significará.

A primeira: estagnação ou redução da taxa de cobertura, o que significa dizer o seguinte: muita gente ficará fora do sistema previdenciário. No Chile, mais de 50% dos trabalhadores, gente em idade produtiva, não estão cobertos pelo regime previdenciário. E dos que estão, o Luis Fernando deu esse dado aqui, 98% recebem menos de um salário mínimo, dos poucos que estão aposentados.

Deterioração das prestações previdenciárias. Vai haver, conseqüentemente, um aumento da pobreza na velhice.

Aumento da desigualdade de gênero e de renda, porque você quebra o princípio da solidariedade e o contrato social, portanto, elimina o caráter redistributivo da previdência. Vai depender do que a pessoa tiver capacidade de acumular. E para ela acumular precisa ter emprego.

Elevação dos custos administrativos para o segurado. Eu fiquei estarelecido com o número de cotas, mas estarelecido mesmo. Há uma taxa administrativa, taxa de gestão, taxa de custódia, taxa de garantia, taxa de investimento, taxa de publicidade, taxa jurídica. Se cada uma delas tiver 1%, 8% já está garfado aí. E se você fizer a portabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Repita. Eu não sabia disso. Estou sabendo agora. Sabia que tinha uma taxa de administração. Você pode repetir?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – O documento da OIT eu vou deixar aqui. As taxas, segundo o documento da OIT, são as seguintes: taxa administrativa, taxa de gestão, taxa de custódia, taxa de garantia, taxa de investimento, taxa de publicidade e taxa jurídica. E se tiver portabilidade, tem mais uma taxa. Se o sujeito achar que aquele fundo não está rendendo adequadamente e mudar para outro, paga mais uma taxa. Está tudo nesse documento de forma absolutamente didática.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concentração do seguro privado em lugar da concorrência. Dizem que vai ter concorrência. Nos países onde se adotou não houve concorrência. Houve num primeiro momento, depois os grandes tomaram conta, ficaram limitados a um ou dois em cada país.

Finalmente, a deterioração do diálogo social, porque se é um plano privado, um banco ou uma seguradora, ele não tem por que dialogar nem com patrocinador, se permitirem que o empregador contribua – não há essa previsão na proposta brasileira, como não havia na do Chile –, nem com o trabalhador. Então, fundo de pensão, regime próprio e regime geral tendem a desaparecer.

Aí alguém vai dizer: "Bom, mas é facultativo, é opcional". O fundo de garantia, criado em 1967, era facultativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu passei por isso.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Mas nenhum trabalhador foi admitido se não fizesse a opção previamente. Se eu sou empregador e tenho duas oportunidades, se posso contratar um empregado para o qual não vou pagar nada de previdência ou vou ter que pagar 20% da folha, adivinhe qual será minha opção? É claro que vou optar por não pagar nada, ou, se houver contribuição, ela será muito menor do que 20% da folha. Portanto, faça essa opção.

O aumento da contribuição está previsto. A contribuição normal será majorada. Ela pode ser progressiva, e haverá a contribuição extraordinária. A partir de determinado patamar, o Supremo considera confisco. Sendo extraordinária, não vai poder declarar como confisco. Então, ele vai saldar o plano, e aí se faz em novas bases: ou você mantém o valor que você retira hoje e vive menos ou reduz o valor para poder viver mais. A coisa é dura dessa forma.

O fim da correção é realmente um absurdo inaceitável, porque a previdência tem natureza alimentar, o benefício previdenciário tem natureza alimentar. A pessoa não recebe isso para poupar; ela o recebe para consumir. Tirar essa correção é um absurdo. Isso para quem já está aposentado. E, no caso de quem vai se aposentar, como o cálculo é feito com base em novos critérios que achatam muito mais esse benefício, então ele vai ter um benefício pequeno de entrada, e não vai haver correção ao longo do tempo. Então, ele vai se sentir, o trabalhador que não se aposentou ainda, estimulado a ir para a previdência complementar, ou melhor, para a previdência privada, porque imagina ele que lá vai haver a correção, etc., se não houver crises como essas que houve, que o Luis Fernando mencionou aí.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim – o aspecto da contribuição eu já mencionei –, quero chamar a atenção para o fato de que há dois contrabandos nessa reforma que não fazem o menor sentido. Embora isso fuja do objeto da reunião aqui, eu queria chamar a atenção para o fato de que isso é um jabuti. Um deles é o abono do PIS. Está-se mudando a regra do abono do PIS. Hoje o abono do PIS é devido a todo trabalhador que, no ano anterior, trabalhou pelo menos 30 dias e ganhou dois salários mínimos ao longo do ano, em média dois salários mínimos por mês; ele tem direito a um salário mínimo de benefício, que é o 14º salário. Isso está sendo alterado, para se tirar de dois salários mínimos, para reduzir para um. Isso significa, em primeiro lugar, que, em todos os Estados em que há piso salarial, que sempre é superior ao mínimo, excluem-se todos os trabalhadores; absolutamente todos não terão direito ao abono. Porque se o piso é maior, então em São Paulo, em Minas Gerais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No Rio Grande do Sul.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ... no Rio de Janeiro, no Paraná, no Rio Grande do Sul etc., esses trabalhadores estariam de fora.

Segundo, este é o critério para ter acesso a isso: você tem de estar vinculado ao PIS há pelo menos cinco anos, e será proporcional ao tempo pelo qual você trabalhar. Então, se você trabalhar por 30 dias, recebe 1/12.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – O outro contrabando é o seguinte: aquele trabalhador que se aposentou e manteve o vínculo empregatício perde o FGTS mensal e perde, se for demitido, a indenização de 40% sobre o FGTS.

Então, era isso que eu queria trazer aqui sinteticamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O mensal também? Eu sabia dos 40%. O mensal também?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – O mensal também e mais os 40%. Ele deixa de contribuir com o mensal. O empregador deixa de recolher os 8% mensais e, na hora em que dispensar, não paga a indenização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu achava que eram só os 40%.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Não, isso se dá nas duas dimensões.

Então, é uma reforma que, no seu conjunto, atinge os fundamentos do benefício, em prejuízo do segurado: na idade, que aumenta; no tempo de contribuição, que aumenta; e no valor do benefício, que diminui. É necessário fazê-la? É. Agora, há várias fórmulas para fazê-la sem que se escolha a atual geração como a variável de ajuste nesse processo. Você pode fazê-la sem mesmo alterar a Constituição, resolvendo esse problema, mas, para isso, tem que desarmar aquelas duas armadilhas que mencionei anteriormente, que é a Emenda 95, que força a reforma de um lado, e a reforma trabalhista, que impede que haja trabalhador suficiente para pagar as aposentadorias. Então, a coisa está arquitetada de tal modo, que a reforma se torna inexorável.

Muito obrigado.

Um abraço a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Antônio Queiroz, Toninho do Diap!

Deixe-me só dizer uma frase. Eu fico muito aqui em Brasília; aos sábados e domingos, muitas vezes, fico aqui em reunião, trabalhando. Toninho, escutes esta aqui, que tu não lembras. Estou, num desses sábados ou domingos, na casa de um destes três que vou citar: Luiz Alberto, especialista na área; Toninho do Diap, especialista na área; e José Pinto, que foi consultor do Senado e que também é especialista. O Toninho era voz discordante no grupo, inclusive com a minha. Eu estava brigando contra a reforma do Temer, e o Toninho disse: "Está certo tu fazeres o bom debate, mas te prepares, porque a que virá ali na frente será pior do que essa!". Não é que ele tinha razão? Se analisar friamente, é ou não é isso? Preparem-se, então! Essa não vai passar... Realmente, acho que ali faltou mais diálogo, mais negociação para resolver o pepino ali, como diz o outro, e para evitar estar em outra agora.

Essa frase é tua, ouviu? Tu acertaste, infelizmente, e nós outros erramos.

O último orador desta Mesa é Luiz Legnãni, Secretário Geral da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), representando aqui o Warley Martins.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Bom dia a todos! (*Fora do microfone.*)

Está desligado? (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos!

Cumprimentando aqui o nosso Senador Paulo Paim, cumprimento a Mesa e todos os Parlamentares aqui presentes.

Também cumprimento a Mesa anterior, que nos antecedeu.

Quero aqui também cumprimentar meus companheiros diretores da Cobap.

Como o Senador já falou, estou representando o Warley, nosso Presidente, que, por motivo de outra agenda, não pôde comparecer aqui.

Cumprimento ainda o Carlos, nosso Diretor; o Silberto; o Richard, nosso jornalista.

Também quero cumprimentar aqui a minha grande amiga Ana Lucia, ex-Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e grande conhecedora do tema do idoso.

Em época de retirada de direitos, nós aposentados do Regime Geral de Previdência Social, que a Cobap representa, estamos muito preocupados com essas reformas, como outros que já falaram aqui sobre as reformas trabalhista e previdenciária. Essas reformas vêm se aprofundando cada vez mais, como agora também a Medida Provisória 871; a MP 873, que o Edison, do Mosap, já citou, que dificulta a contribuição sindical. A MP 871 trata da questão do pente-fino na previdência social. Já houve aquele pente-fino nas perícias, no auxílio-doença e na aposentadoria por invalidez. De 1,1 milhão de perícias, cortaram 870 mil, mais da metade. E, agora, querem aprofundá-la mais ainda na aposentadoria rural, no auxílio-reclusão, na pensão por morte. E, também na MP 871, querem dificultar a contribuição dos associados aposentados, do nosso movimento dos aposentados, querendo obrigar os aposentados a fazerem uma revalidação anual nas entidades de base, que é para desmontar os movimentos.

Não dá para entender como o Governo consegue fazer tanta maldade assim com os trabalhadores e com os aposentados! Estamos indignados com essas políticas do Governo que destroem o sistema de seguridade social, que acabam com tudo.

Estão criando um país de mendigos futuramente com essa reforma previdenciária, que eleva a contribuição de 35 anos para 40 anos e a idade para 65 anos. No Regime Geral de Previdência Social, há algo hoje em torno de 34 milhões de beneficiários, e, desses, 70% ganham um salário mínimo, e quase 70% se aposentaram por idade com 65 anos e com 15





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos de contribuição. Agora, eleva-se de 15 anos para 20 anos, para 65 anos de idade e para 40 anos de contribuição para aposentar com 100%, num país onde a nossa expectativa de vida é de 75,5 anos. E há as diferenças regionais no País: no Sul, a expectativa de vida é de 78 anos de idade e, em Estados do Nordeste, é de 65 anos de idade. Também em grandes centros de São Paulo, em grandes cidades, como São Paulo, é de 65 anos a expectativa de vida.

Há o sonho de aposentadoria para grande parcela dos trabalhadores, mas eles vão morrer só com o sonho da aposentadoria e não vão aposentar nunca. E, agora, dificilmente, os trabalhadores vão conseguir aposentar, com esse número de desemprego que nós temos hoje, de mais de 13 milhões. E o número de desalentados vem aumentando cada vez mais. O número dos desanimados que não procuram mais empregos vem aumentando cada vez mais. Esses, os desalentados, não entram na estatística do IBGE como desempregados.

Então, é um quadro triste que estão desenhando para o nosso País no futuro.

Com o regime de capitalização, nós estamos navegando contra a correnteza, estamos retrocedendo na história. De 1981 até 2014, há dados de 30 países que entraram nesse sistema de capitalização. Desses 30 países, 18 já voltaram atrás, fizeram uma série de mudanças. Nós estamos assistindo, diariamente quase, no Chile, a idosos se suicidando, pela miséria, porque não estão conseguindo se sustentar e têm vergonha de ficar dependendo de filhos. Muitas vezes os filhos também não conseguem ajudar os pais, então eles estão se suicidando. É isso que nós queremos para os nossos idosos, para o nosso povo brasileiro? E é isso que vai acontecer.

Com esse corte dos benefícios da previdência... Nós sabemos que em 70% dos Municípios brasileiros, que são pequenos, é a distribuição dos benefícios que mantém a economia desses Municípios, que supera o Fundo de Participação dos Municípios, e grande parte também supera o orçamento do Município. Agora, você impossibilita a aposentadoria para essas pessoas, principalmente na área rural agora: as mulheres, 55 para 60 anos, igual aos homens, na área rural, e na urbana 65 anos de idade. Isso vai impossibilitar, vai retardar a aposentadoria e vai aumentar a miséria no nosso País. Os agricultores vão sofrer muito com essa questão, com essa idade das mulheres. E estão desconsiderando que quem tem acima de 50 anos já não consegue mais emprego. Não há emprego nem para os jovens; vai haver emprego para idoso? Não existe. Então, o que a gente percebe que estão fazendo com o nosso povo é lamentável. É lamentável!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos no ano passado a CPI da Previdência, que foi até uma sugestão da Cobap ao nosso querido Senador Paulo Paim. Nós estávamos presentes – não é, Senador? Foi no mês de janeiro, o Senador em férias, mas estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Uma reunião no Cafezinho do Senado.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Sim, reunião no Cafezinho do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que eu faço todo dia.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Participamos várias vezes aqui.

O nosso Senador dispensa elogios do que ele representa para o Brasil; não só para o Rio Grande do Sul, mas para o Brasil. É o Senador do povo brasileiro.

Então, nós sugerimos, por causa daquela campanha massiva do Temer sobre a reforma da previdência, de que tem rombo, de que tem que fazer a reforma senão não vai haver aposentadoria e tal... Aí nós sugerimos: "Senador, que tal propor uma CPI da previdência?". O Senador topou na hora. Falou: "Então, vamos trabalhar".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me destacar, por questão de justiça também, que não houve um Senador que eu procurei que se negou a assinar. Todos assinaram.

Como agora também, eu quero dar um outro destaque até para os novos...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... porque dizem "Ah, os novos, Paim...". Na Frente Parlamentar da Previdência, todos os Senadores a que eu pude ter acesso – acesso pelo tempo, porque tinha que lançar –, todos assinaram, inclusive os dois que estão aqui. Só não assinaram os que eu não pude procurar. Então, não houve nenhum Senador que se negou a assinar, naquela e nessa também.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Foi um excelente trabalho. E está aí o resultado da CPI da Previdência, o relatório. Escutaram mais de 40 especialistas em previdência, de todas as áreas – do Governo, de sindicatos, de movimentos populares e tudo, especialistas em previdência –, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela aponta para vários caminhos para fortalecer a previdência sem necessidade de se fazer reforma. Fazer reforma para retirar privilégios... Privilégios? De quem ganha um salário mínimo? Isso daí é um absurdo! É um acinte ao povo brasileiro falar em tirar privilégios de quem ganha uma miséria, que não consegue nem sobreviver.

Os idosos gastam muito com medicamento, com muito medicamento, não conseguem nem pagar o medicamento muitas vezes. Imagina... Nem para comer! Aí dizem "tirar privilégios". Isso é um absurdo! É inaceitável. E a CPI está aí, apresenta vários caminhos para fortalecer. E pena que ninguém quase divulga, Senador Paulo Paim. Poderiam os nossos Parlamentares e o Governo se debruçar sobre essa CPI da Previdência, porque ali há várias sugestões importantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu imprimi 500 mil cartilhas. Depois, ficam dizendo: "Mas o Paim gasta ali, nisso, naquilo", porque eu imprimo o trabalho aqui dentro. Eu não imprimo cartão, feliz aniversário, diacho nenhum desses aí! Agora, o que é produzido na Casa eu imprimo e boto à disposição da população. Quinhentas mil eu imprimi na minha cota, a que nós temos direito aqui dentro. É um instrumento útil para a população.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – E nós reproduzimos também esse material nos Estados para trabalhar. E vamos estar trabalhando permanentemente agora contra essa 871, a Medida Provisória 871, que promete um pente-fino e aprofundar mais esse pente-fino, de quem já não tem nada.

Eu estou presidente de uma entidade de base e sei quantos perderam o benefício: pessoas cegas, pessoas sem braço, sem perna, pessoas com câncer. O casal... Cortaram do casal... Como essas pessoas vão sobreviver? E sem condições de retornar ao mercado de trabalho. Como vão sobreviver com a sua família?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Luiz, deixe-me dar um exemplo, só um exemplo.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Então, a miséria vai...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita aqui um exemplo no meio da sua fala: o meu caso – mas não é meu; eu, o Paulo Paim. Todo mundo sabe que a gente pode contratar alguns funcionários para a assessoria. Eu dou o nome dele aqui, só não vou dar o sobrenome, em respeito a ele e à família: Luiz. Sabe há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto tempo os peritos deram alta para ele, e ele está morrendo em casa? Vai morrendo aos pouquinhos – espero que ele não esteja nem assistindo a isto aqui. Há dois, três anos. O que eu faço? Eu o demito? Mandaram-no de volta para mim. Eu demito o cara? Ele não tem mais ninguém, a filha que ele tinha morreu em um acidente, parece que tem um filho que mora longe, e ele dependia daquele salário porque ele me assessorava, como assessorava todos nós. E aí? Faz dois, três anos que ele não consegue mais sair para ir ao gabinete trabalhar. É em Canoas isso. Como é que eu faço? Demito ele? Ele vai morrer na sarjeta, porque ele não tem como se manter, não tem renda nenhuma. Já deve ter uns sessenta e poucos anos. Ele teve, se não me engano, um AVC, mal e mal consegue levantar da cama, e daí está afastado. Eu me sinto... Como é que eu faço?

O SR. LUIZ LEGNANI – Há muitos casos assim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Ele está lotado no gabinete?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está lotado no meu gabinete. E aí, como é que eu faço?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Se alguém for mexer, vão dizer que é fantasma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vão dizer que é fantasma, mas ele mora ali perto, inclusive, da minha sala. Quem quiser eu levo lá. E peço aqui aos peritos que estão assistindo – porque eles assistem. Estão assistindo? Então, me respondam por que não aposentam o Luiz. Não é para mim, porque para mim... Nós todos sabemos que não é um funcionário a mais ou a menos que resolve o nosso mandato. O nosso mandato se resolve pelas causas que nós defendemos. Eu dou esse exemplo típico porque eu tenho esse caso lá. Vão lá e me digam que o Luiz pode trabalhar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador, o senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sempre. Os Senadores falam a qualquer tempo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E o nosso querido Luiz, meu xará – também sou Luís.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A propósito do que o senhor está falando, Luiz, ontem eu estive em Fortaleza, fui visitar... Está havendo muitas chuvas lá em Fortaleza e não foram preparados alguns bairros, e as pessoas estão em uma situação muito delicada, com água até a cintura; uma pessoa que conseguiu uma geladeira, um sofá...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... com muito trabalho, perdeu tudo com as enchentes lá.

Eu estava visitando uma casa muito simples, e exatamente o caso que o senhor colocou eu vivenciei ontem. Uma pessoa que estava com um problema, um deficiente físico realmente, o braço já... Você nota que a pessoa não tem condição. Aposentado, está passando por esse sistema de auditoria que está acontecendo no Governo, e foi suspenso. Foi suspenso! E aí eu perguntei: "E o senhor já foi lá?". E ele disse: "Não, não tem estrutura para me receber. Fica marcando...". E, enquanto isso, ele está sem receber a única fonte de renda da família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Então, é preciso ter muita serenidade, muita cautela, porque são pessoas, são irmãos que muitas vezes só têm aquilo, como foi bem colocado aqui por outros expositores. É algo alimentar, é uma situação delicada. Então, fica este registro. E até, Senador Paulo Paim, aqui na CDH, podemos fazer um requerimento, Senador Styvenson, para que possamos avaliar como é que está sendo feita essa auditoria, esse sistema antifraude. Tudo bem, eu acho importante que seja feito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, sempre é! Sempre é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... porque deve acontecer, deve haver alguns problemas realmente, e é preciso buscar. A verdade tem que vir à tona.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Mas eu fiquei tocado com a situação desse senhor, lá no bairro João Paulo II, ontem, em Fortaleza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Muito bem.

Mais um minuto, por favor, para o Legnãni, e aí vou...

O SR. LUIZ LEGNÃNI – A preocupação é que por enquanto esses quase 700 mil que foram cortados, de 1,1 milhão, ainda estão recebendo. Durante um ano e meio, vão estar recebendo: durante seis meses, 100%; nos outros seis meses, 50%; e nos últimos seis meses, 25%. Na hora em que cessarem esses benefícios, aí o desespero vai pegar em muitas famílias, porque não vão ter como... Vão sobreviver como?

Eu queria levantar outra questão, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tem mais 28 segundos.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – ... que eu já coloquei em uma audiência pública. É sobre o transporte interestadual para o idoso, aquela lei lá que dá direito a duas gratuitas e no restante pagando a metade. As empresas estão negando esse direito ao idoso no Brasil inteiro. A gente recebe reclamação direto. Eles não estão mais conseguindo, porque as empresas...

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LEGNÃNI – ... estão colocando ônibus leito durante a semana e, no fim de semana, o convencional. Aí falam: "Não, no leito não pode". Então, o que era o leito transformou-se no convencional, como o senhor falou muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles criaram um obstáculo.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Então, eu quero fazer esta denúncia aqui: os idosos não estão conseguindo mais esse transporte interestadual, nem pagando a metade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Nem pagando.

Eu queria só restabelecer... Se V. Exa. puder conceder mais tempo ao Sr. Luiz, porque eu tomei um pouco do tempo dele na minha fala e acabei quebrando. Peço até desculpa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois que o Senador Girão pediu um tempo... Eu só posso dizer que o Senador Girão orientou este Presidente para que desse mais um tempo para V. Sa.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Muito bom, muito bom, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai lá, vai lá.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – E a gente pede aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais dois minutos.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – ... a ajuda dos nossos Senadores e Deputados comprometidos com nosso povo, para que façamos alguma coisa para mudar isso, porque nós estamos sentindo, nos últimos anos, os movimentos sociais e nós, estamos sentindo na pele isso. Como eu já estive Presidente do Conselho Nacional do Idoso e estou membro do Conselho Nacional do Idoso, sabemos muito bem o sofrimento por que os nossos idosos passam com medicamentos, com doenças, com dificuldades de sobrevivência, e também os direitos que tinham estão sendo boicotados, estão sendo tirados.

Esse negócio de transporte dificilmente os idosos estão conseguindo hoje, viu, Senador? As empresas colocam leito durante a semana toda e falam "não, no leito não pode". Aí colocam um ônibus no fim de semana e ainda riem da cara do idoso. Ainda riem da cara, muitas vezes. Vão lá pedir, e não. "Estamos sendo até bonzinhos colocando um ônibus para fim de semana".

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Mas não dão gratuidade e nem a metade. Há que se pagar integral a passagem.

Então, quero trazer essa denúncia aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ LEGNÃNI – E contar com a colaboração e o apoio dos nossos Senadores e Deputados que têm compromisso com o nosso povo.

Agradeço, Paulo Paim. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Legnãni, que falou pela Cobap, em nome de Warley Martins.

E adianto que já está prevista uma audiência pública só para discutir a situação dos aposentados. Não é questão deste ou daquele Governo, mas dos aposentados. Você já está convocado para estar presente.

O SR. LUIZ LEGNÃNI – Obrigado, Senador. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a palavra os dois Senadores e os Deputados, se assim entenderem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Só para complementar que o problema do aposentado neste País não só se restringe ao ônibus, ao transporte intermunicipal, não. Vai muito além.

E é uma sugestão, como a previdência, Paulo Paim, que está sendo discutida aqui. Então, não é só o ônibus, não é só a previdência. É dentro de casa, nas ruas, nos órgãos públicos, na segurança pública, na assistência médica. O Estatuto do Idoso não é só para mudar aquele nome, não. Eu vi que vai haver um requerimento para alterar, né? Para haver uma alteração no nome.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para Pessoa Idosa, exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Para mudar. Eu acho que há que se mudar a concepção da sociedade em relação ao que é o idoso. Sou eu amanhã. Sou eu amanhã. Se eu não aprender a respeitar os direitos dele, se eu não der o direito dele, a quem tem esse direito, por quem trabalhou muito para manter este País hoje na forma que está... Não é só a questão do ônibus. Vai mais além. Então, eu sugiro, Paulo Paim, que, quando a gente passar por essa etapa da previdência, a gente discuta esse tema de forma tão específica e tão esmiuçada como está sendo esse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma contrerrânea sua, você conhece, uma doutora, foi quem pediu que, pelo amor de Deus, se fizesse esse debate sobre a situação do aposentado no Brasil. Você pode citar o nome dela, porque você conhece.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Dra. Socorro Morais. É uma pessoa que defende os idosos com muito rigor, com muita emoção no meu Estado.

Eu, antes de chegar aqui – o amigo ali é contrerrâneo –, eu sempre fiz, Paulo Paim, trabalhos sociais, levando cestas básicas, levando roupa, levando colchão para abrigos de idosos, que, muitas vezes, os familiares deixam lá esquecidos. Mas ficam utilizando o dinheiro dele, ficam utilizando o que ele tem de recurso, bens que ele adquiriu durante a vida toda. Eu senti aquilo, eu achei aquilo asqueroso. Como é que um filho faz aquilo com o pai ou com a mãe, abandonando-os muitas vezes na rua? Se o próprio familiar está fazendo isso... É o que eu sempre falo, Girão, ou seja, a gente está se distanciando demais da humanidade.

E esse tema que está sendo discutido – como disse aqui o Deputado que um representante não queria vir –, é um tema delicado, é um tema complexo, é um tema que causa impopularidade em quem vai falar, em quem defende a favor, em quem defende contra. Eu fiquei feliz, Paulo Paim, em ouvir o senhor dizer que aqui não é uma discussão partidária, não é uma discussão política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não se trata dessa discussão. Trata-se de uma coisa técnica, de algo técnico, de números. E me causa curiosidade porque quando eu volto para o meu Estado, dentro do avião ou em qualquer lugar, esse é o tema que as pessoas estão comentando pela importância que ele tem. Eu só lamento ter demorado tanto a ser tomada essa discussão. Era para ter sido feita há muito tempo.

Então, falando sobre os idosos, é só para ter esse cuidado bem mais amplo com eles. Espero que aqui, Paim, a gente possa discutir com profundidade tudo que é pertinente ao direito nosso amanhã, digo meu e de todos os que estão aqui. Como minha mãe me ensinou, "se de novo não morre, de velho não escapa". (*Risos.*) (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Gostei de ver. Esse foi o Senador Styvenson Valentim.

Senador, alguma colocação a mais? (*Pausa.*)

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu queria, em primeiro lugar, parabenizar a todos os expositores, que, de forma muito técnica, embasada, serena, colocaram as suas exposições. O seu conterrâneo, o Senador Capitão Styvenson, – é o Canindé, não é? –, também traz o nome de uma cidade importante lá do Ceará e trouxe um dado... Eu estou aprendendo muito aqui. E é importante a gente ouvir para ir concatenando as ideias, anotando. Eu aprendi uma relação importantíssima com o índice, a queda do desemprego. Como afeta! Isso é um círculo que precisa ser fechado. Então, um dos argumentos que o Governo utiliza com relação à questão da importância da reforma da previdência ... A gente já sabe da importância. Acho que é um ponto pacífico aqui que a reforma tem que existir. O detalhe é ver...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O tamanho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... a questão dos direitos adquiridos, as distorções serem corrigidas, porque realmente há muita coisa equivocada e que precisa ser revista. Agora, um dos argumentos que o Governo coloca – e eu gostaria de ouvir do Governo aqui – é que a reforma vai trazer investimentos para o País, que a reforma da previdência traz investimentos para o País, dá uma garantia de produtividade. O capital internacional assim funciona. Mas, ao mesmo tempo, na hora em que vêm os investimentos, vêm empregos. Mas até que ponto dá esse equilíbrio sem se retirar direitos?

Outra situação preocupante, Senador Paulo Paim, é a questão dos jovens que são assassinados. Hoje, o Brasil perde muito desses contribuintes para as próximas gerações, jovens. Nós estamos perdendo muitos jovens assassinados no Brasil, e também há algo contraditório na liberação de armas de fogo, por exemplo, o que se vem discutindo. Então, acredito que vai trazer ainda mais mortes de jovens, no meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu diga: sua posição tem sido referência para muita gente no Brasil. Pode enfatizar sua posição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É, porque isso vai trazer mais mortes, isso vai trazer menos contribuição previdenciária.

E há outro aspecto também para as entidades que são representadas aqui, que representam os aposentados, como bem disse o Senador Capitão Styvenson. Eu quero deixar claro para o Deputado Rodrigo que seja muito bem-vindo a esta Casa. É muito importante o senhor estar presente aqui. Eu o parablenizo por estar aqui neste momento.

Outra importante situação que acho que é uma ameaça que vem também, e a gente tem que já começar a ficar preocupado é que, à custa de trazer dinheiro, – não sei se isso já está no radar dos senhores –, mas estão vindo aí propostas do Governo, não sei se do Governo, mas de alguns grupos de interesse, faço aqui a correção, para liberar jogos de azar no Brasil, a jogatina novamente no Brasil. E a gente sabe – já participei de várias audiências públicas – que quem vai receber essa grande agressão aí são os aposentados, porque isso vai corroer os poucos recursos que eles têm. Vicia e pode trazer problemas mais graves ainda.

Então, a gente tem de ficar atento.

Eu queria apenas fechar aqui a minha fala me referindo a essa questão que foi muito bem colocada pelo Antônio Queiroz, representante do Diap. Eu tive oportunidade de conhecer um pouco a história do Diap e a admiro. Parabéns pelo trabalho independente que vem fazendo, com muita ética, e o senhor colocou de uma forma muito tranquila todos os seus argumentos. Eu queria receber não sei se as notas taquigráficas, mas eu gostaria de estudar isso com mais profundidade, porque eu fiquei um pouco preocupado com alguns dados que o senhor trouxe. Queria parabenizá-lo pelo trabalho e me colocar à disposição para continuar esses debates.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! As notas taquigráficas serão encaminhadas a todos os Senadores.

Deputado Rodrigo Coelho...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Opa, não tinha visto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. Em seguida, o Deputado Rodrigo Coelho.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sobre o que Girão falou agora sobre o Antônio Queiroz, eu percebi aqui que, em alguns pontos, existe uma fala que deve ser transcrita e colocada em alguma forma de material, para que se pudesse mostrar para os oito Senadores o que está sendo discutido, o que está sendo dito por cada um de vocês e os pontos relevantes; os pontos que, como Girão mesmo levantou, outros falaram. É interessante que a gente pudesse passar para os demais como se fosse um resumo, uma síntese de tudo o que está sendo dito aqui, porque eu estou aqui e estou observando, o Girão está. Os demais, não sei por qual fator, espero que estejam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem a agenda no Estado também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... dando produtividade à agenda deles... Não quero criticar nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pelo contrário, cada um tem a sua liberdade de consciência. Mas para facilitar o trabalho desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não. Vamos pedir para a secretaria geral dos trabalhos fazer um resumo.

Deputado Rodrigo Coelho, quero cumprimentar V. Exa., porque no dia 20 nós vamos estar juntos lá no Plenário Nereu Ramos, da Câmara, para o lançamento da Frente em Defesa da Previdência.

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – Com certeza, Senador Paulo Paim, no dia 20, a partir das 9h. E aproveito a oportunidade para convidar todos para o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, da qual o senhor é fundador, assim como o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, infelizmente, não foi reeleito, mas outros estão se juntando ao grupo, que é um grupo muito rico em qualidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou bom, porque agora vai ser uma coordenação, não um ou outro coordenador. Daí descentraliza, despersonaliza e fica mais no coletivo, proposta que eu ajudei a defender.

O SR. RODRIGO COELHO (PSB - SC) – Perfeito.

Eu quero parabenizar o senhor, os colegas Senadores, os painelistas. É muito importante a fala de cada um, dos presentes também e dos que nos assistem. Mas importante também é a participação, na semana que vem, dos economistas que virão. Por quê? Os aposentados e os advogados previdenciaristas não foram ouvidos na hora da redação dessa reforma. Eu tenho certeza de que essa reforma foi feita no Ministério da Economia, capitaneada pelo Ministro Paulo Guedes, bem como na Procuradoria do INSS. Não tenho dúvida disso.

Falo isso porque a reforma da previdência dos militares foi feita no Ministério da Defesa e, agora, foi para o Ministério da Economia para os ajustes que deverão ser feitos. Então, eles foram ouvidos, mas nós, nós como um todo, do regime geral, os servidores públicos, não fomos ouvidos em nenhum momento. Agora é a hora de o Parlamento dar a sua contribuição e ajustar alguns termos, alguns pontos que são muito injustos e que vão penalizar fortemente quem está próximo de se aposentar ou quem vai se aposentar e não vai ter o reajuste. Todos aqui têm algum familiar que recebe benefício do INSS e sabe que se aposenta com tantos salários mínimos e, daqui a alguns anos, vai estar recebendo bem menos. A tendência é nivelar por baixo e, daqui a alguns anos, o Brasil vai estar pagando só o salário mínimo; quem quiser ganhar mais do que isso vai ter que partir para algum regime – daí corre o risco aqui alertado pelo Toninho do Diap.

E por que os economistas? Porque se está dizendo que essa reforma proposta pelo governo vai arrecadar R\$1 trilhão daqui a tantos anos – como se fosse fácil chegar a um número redondo desse daqui a dez anos –, com cálculos feitos por eles mesmos. Mas como se chegou a esse cálculo? Tem que ser explicado corretamente como se chegou a esse cálculo.

E, segundo, a reforma previdenciária está sendo dada como bala de prata: se for aprovada a reforma da previdência amanhã, resolvem-se todos os problemas do Brasil – corrupção, insegurança, crescimento do Brasil com geração de empregos. A reforma trabalhista foi aprovada, mas eu não vi o crescimento de empregos que foi, à época, apontado como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

argumento. Pelo contrário, o número de desempregados hoje no Brasil é até maior do que na época em que foi aprovada a reforma trabalhista. Nós temos que ter cuidado com relação a isso. Foi dito que seriam gerados oito milhões de empregos. Não foi dito pela equipe econômica?

Na verdade, com essa reforma da previdência, um conselho que talvez as pessoas vão receber é "Olha, não pague INSS, porque não vai valer a pena", especialmente para quem é autônomo. Quem é registrado é obrigado a ter desconto em folha, mas vai valer a pena para o autônomo pagar o INSS? Não vai. Infelizmente, essa é a dura realidade. Vão ser gerados oito milhões de empregos como? Como é que se chegou a esse cálculo? Eu acho que o que gera emprego é a retomada do crescimento econômico, a reforma tributária, de que não se falou até agora, o pacto federativo e tantas outras questões que merecem também ser discutidas. Não estamos aqui negando a necessidade da reforma. Não estamos negando isso, mas a reforma deve ser feita com muita cautela, com muito cuidado, porque estão vendendo a ideia – igual àqueles programas tabajara – de que "seus problemas agora se acabaram", como se fosse a bala de prata que faltava. Não é por aí, nós temos de ter muito cuidado.

É por isso que discussões como essas são importantíssimas. Na semana que vem virão economistas que vão dar o contraponto. Eles são importantes para que a gente possa, sim, especialmente se vier aqui o Governo, rebater os pontos e chegar a um consenso, se possível for, para que tenhamos uma reforma, como sempre gosto de falar, ampla, geral e irrestrita, que atinja todos para que fique um peso menor sobre algumas categorias. Assim, a gente poderá retribuir à população a confiança que nos foi dada, mas sem penalizar duramente as pessoas, em especial as mais simples, que estão sendo duramente prejudicadas nessa reforma.

Então, muito obrigado pela oportunidade e parabéns, de novo, ao Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rodrigo Coelho, que está na Coordenação da Frente Parlamentar da Previdência Pública.

Agora, pessoal, temos algumas perguntas, que vou colocar. Algumas são dirigidas, como, por exemplo... Vou ler na íntegra, porque, muitas vezes, tento resumir... Há um cidadão que, por duas vezes, reclamou: "Tu não resumiste exatamente o que eu queria." Então, agora não vou mais interpretar – é que às vezes o texto é muito grande e eu o resumo. Então, vou ler na íntegra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunta do Sr. Francis Bordas ao Sr. Luís Fernando: "O sistema chileno prevê o regime próprio para o funcionalismo, mesmo apesar da adoção do ultraliberalismo?" Ele faz uma segunda pergunta: "E como ficam os militares na previdência chilena?" Pegou? Já estou passando para você.

Já faço a outra, que é para o Toninho. Pergunta da Sra. Sílvia Helena da Sindireceita: "Gostaria de saber se é verdade que na reforma da previdência dos militares está embutido um aumento significativo nos soldos, em troca de uma reforma mais branda que a reforma dos civis?" Pegou? Depois eu passo aqui. "A reforma deles só vai valer para quem entrar agora, diferentemente da reforma da previdência dos civis?"

Então, é o Luis Fernando e, depois, o Toninho. Peço que sintetizem. Nós temos o compromisso com a equipe, para não ser trabalho escravo, de, no máximo meio-dia e vinte, trinta, terminarmos. É que os Parlamentares terão direito também de fazerem perguntas se assim desejarem.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Respondo à pergunta do Francis, que também integra o nosso coletivo de advogados.

O regime de capitalização do Chile alcançou todos os trabalhadores, fossem eles servidores públicos ou trabalhadores do setor privado. Então, todos estão submetidos ao mesmo modelo.

Há uma característica, entretanto, relativa ao setor público. Preocupa-nos muito a experiência de lá, porque ela projeta, talvez, o futuro no Brasil: é que, já hoje, cerca de 53% dos funcionários públicos chilenos estão num modelo de terceirização completa e, boa parcela deles, de nota fiscal. São prestadores de serviço através de nota fiscal, mas prestadores de serviços há 20, 25 anos ininterruptos, ou seja, há uma evidente fraude numa relação laboral de natureza formal, que deveria ser assim considerada. Esses aspectos, evidentemente, prejudicam esses trabalhadores quando da aposentadoria. Se eles têm de fazer através de nota fiscal, se têm sazonalidade, se têm vínculos e desvínculos durante a sua vida laboral – e o regime é de contribuição definida lá –, evidentemente isso traz um sério prejuízo.

Quero aproveitar essa pergunta para também colocar outra questão que me parece relevante. Quando nós discutimos setor público, inclusive quando discutimos militares, aposentadoria dos militares, a nossa tendência – e digo a minha tendência também, eu acho que é a tendência de quase todo mundo – é dizer que, do ponto de vista previdenciário, todos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm que ser iguais. A princípio isso é justo, parece justo, esse sentimento é um sentimento de justiça. Porém, no caso do setor público – e não falo só dos militares, falo dos civis, dos servidores civis também –, vejam bem: no regime de repartição, por exemplo, as políticas públicas têm sido marcadamente de redução do número de servidores públicos. Bom, se a política é essa – e ontem o Ministro Paulo Guedes disse que não haverá mais concursos –, significa dizer que, cada vez mais, eu terei mais aposentados e menos contribuintes em atividade. Então, essa política pública de recursos humanos causa impacto direto no regime de repartição dos servidores públicos, porque é o Estado, que é o próprio empregador, destruindo o próprio regime na medida em que não contrata para reposição de mão de obra. E não digo contratar no mesmo nível das aposentadorias, porque eu reconheço que há a introdução de novas tecnologias etc. que vão, com o tempo, reduzindo essa necessidade de mão de obra. Entretanto, nós vivemos, no Brasil, décadas de redução drástica do número de servidores em relação ao número de aposentados e pensionistas, e isso tem impacto no modelo previdenciário.

Em que pese esse sentimento de justiça que marca todos nós aqui, nós pensamos que a questão do setor público precisa ter um destaque e alguma análise, eu diria, de caráter mais técnico, sim, mas também de caráter político, reconhecendo que há uma diferença em relação a esse contingente de pessoas. Por isso, eu não me coloco tão fortemente contrário a um modelo de alguma proteção social diferenciada para os militares, diferenciada para os servidores públicos, porque eu acho que nós temos que ver essa característica, não só a característica do trabalho prestado, mas, sobretudo, essa característica de eles não terem acesso ou não terem interferência sobre uma política pública que acaba causando a debacle completa do regime previdenciário deles.

Hoje, na União, por exemplo, nós temos uma relação contributiva de menos de um para um, isto é, de menos de um ativo para cada aposentado. O que levou a isso? Foi a categoria que levou a isso? Ela não cresceu? Não. O que levou a isso foram políticas públicas – certas ou erradas, mas políticas públicas – que reduziram essa relação. Portanto, esse aspecto, nos parece muito importante discutir.

O nosso coletivo, juntamente com a Universidade de São Paulo, produziu um estudo recente a respeito desse assunto. Ele está colocado em um livro que eu gostaria de trazer depois para os Senadores aqui presentes para que possam ter acesso a essa informação, porque ele tenta ponderar esses elementos que me parecem também de justiça, na medida em que a gente... A isonomia não é exatamente tornar iguais aqueles que são desiguais ou que têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

características de desigualdade; é também considerar eventuais desigualdades para se tentar chegar a um tratamento mais positivo, vamos dizer assim.

E, por fim, Senador, ao Deputado Freire, que falou da questão da subdeclaração, eu gostaria de dizer que esse é um elemento forte no Chile. A quantidade de subdeclarações de renda é algo gravíssimo lá, com a aquiescência quase que total do Estado, ou seja, o Estado permite que haja subdeclaração exatamente porque as pessoas olham para aquele modelo e dizem: "Olha, para que eu vou pagar isso aí? Para depois ter meio salário mínimo ou um terço de um salário mínimo? Então, eu vou concentrar a minha renda, vou tentar comprar um pequeno apartamento para ter uma renda no futuro, uma renda adicional." Então, a história do Chile, do modelo de capitalização, com todas as mazelas que ele tem, tem levado à subdeclaração das relações de trabalho e à subdeclaração da própria renda: o trabalhador e o empresário, juntos, acertando redução na declaração, o que traz, por consequência, outra vez, redução na contribuição desse trabalhador e – consequência final – redução da sua própria aposentadoria.

Quero, então, aproveitar também a oportunidade para agradecer a iniciativa, agradecer o convite e dizer que é uma honra participar da Comissão de Direitos Humanos com os Senadores que aqui estão, o Deputado que aqui está também, e me colocar e colocar o nosso coletivo de advogados à disposição a qualquer momento. Que nós possamos contribuir com esse debate tentando trazer essas experiências que temos tentado acumular.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Luis Fernando...

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Ah, me desculpem: os militares, lá como aqui, não estão no regime de capitalização. O regime de capitalização não os alcança no Chile e não os alcançará no modelo proposto no Brasil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – No Chile, não é?

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – No Chile não os alcança.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Mas aí seria um momento histórico...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – É muito provável.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Porque teria sido feito no Governo Pinochet.

O SR. LUIS FERNANDO SILVA – Sim, foi feito em 81, em pleno Governo Pinochet, no auge.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então existe um histórico por trás disso tudo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu gostaria de dizer – permitam que eu o diga – que acho que o regime de capitalização é tão grave – para mim é o que há de mais grave na reforma – que eu não o quero para os militares e também não o quero para os outros trabalhadores. Oxalá a gente construa uma saída para que ninguém pegue esse regime de capitalização. Então, sou solidário aos militares e espero que se estenda também para os outros trabalhadores. É a minha opinião – só como opinião, claro –, mas o debate é que vai construir o caminho.

Esse foi o nosso Luis Fernando Silva, que falou da experiência do Chile.

Toninho do Diap, uma pergunta foi encaminhada a V. Sa.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Pois é, Senador, de fato, a proposta que chegou ao conhecimento da opinião pública, que foi entregue pelo Ministro da Defesa no Ministério da Fazenda, para dar caráter previdenciário aos soldos e proventos dos militares... Atualmente só contribuem para a pensão, não tem caráter previdenciário. Vai ser dado caráter previdenciário, o que pressupõe uma mudança também na composição remuneratória.

Na época do Michel Temer, tinha sido negociada com os comandantes das Forças uma proposta que consistia no seguinte. Mantinha-se a paridade e a integralidade, aumentava-se o tempo de serviço e se davam, como compensação, esses dois encargos aos militares: aumento da contribuição e aumento da permanência – para aumentar, dava-se o adicional por tempo de serviço de 1% ao ano; portanto, poderia chegar a 35% ao final, no momento da aposentadoria.

Isso não foi concretizado porque não chegou a ser encaminhado o projeto. O projeto que está sendo encaminhado agora pelo novo Governo prevê que se dobre uma gratificação existente atualmente em favor dos militares, o que compensa com folga o aumento da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição que terão. Haverá o aumento do tempo de contribuição de 30 para 35 anos – essa é a proposta – e mantêm-se a paridade e a integralidade sem o teto do INSS.

É verdade – é preciso reconhecer isto – que há, de fato, uma defasagem remuneratória entre os militares. Isso é reconhecido por quem trabalhou na área de recursos humanos... O Luis Fernando trabalhou, sabe disto: houve reestruturação de várias carreiras civis e não houve, na mesma dimensão, dos militares.

Mas o fato é que nessa reforma se está trocando seis por meia dúzia. Quer dizer, embora o Governo diga que quer economizar 192 bilhões, eu não vejo como economizar nessa reforma se vai ser criada uma nova patente para os militares para melhorar no final de carreira a sua aposentadoria e se também se dobra essa contribuição. De qualquer maneira, dar caráter previdenciário já é um passo significativo para dar uma certa isonomia em relação aos demais trabalhadores.

Por fim, embora o tempo seja muito curto, não dá para detalhar, eu acho que valeria muito a pena, Senador, convocar um debate específico sobre a chamada "super DRU", que é a ideia do Governo de desvincular todas as despesas e receitas da União, tirar o caráter obrigatório de todas essas despesas e desindexá-las.

Isso significa dizer o seguinte. Hoje 96% do Orçamento está direcionado a alguma despesa – seguro-desemprego, abono salarial, previdência, salário de servidor, manutenção da máquina pública em alguns campos, um valor específico para gastar na área de educação e de saúde. Desvinculando isso, fica ao livre arbítrio do governante a destinação desses gastos.

Por exemplo, previdência hoje... Você só atrasa benefício previdenciário se não houver recursos para pagá-lo em primeiro lugar. Se houver, paga-se em primeiro lugar e, depois, se deixa de pagar as despesas não obrigatórias. Se tirar o caráter obrigatório, o Governo escolhe: se ele quiser pagar um fornecedor antes de pagar o benefício previdenciário, ele o fará. E, nesse cenário que a gente está vendo aí, é um risco muito grande.

Essa perspectiva que se tem, de que vem um grande investimento na área de previdência... Onde se privatizou, o investimento prioritário é compra de títulos do Tesouro – no Brasil, nos Estados Unidos, na maioria do mundo –, ou são multinacionais investindo aqui que fazem remessa de lucro. Então, eu não tenho segurança desse salto, dessa alavancagem.

Há uma expectativa, uma percepção muito grande de que, havendo a reforma, tudo melhora. Mas eu não vejo assim no caso brasileiro, porque o principal elemento de aplicação da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

previdência complementar é no Tesouro. Você tira do Tesouro e coloca no Tesouro de novo? Não faz muito sentido! Então, na hipótese de tratar desse tema, seria preciso estabelecer algum tipo de amarra para garantir que, efetivamente, haja investimento. Não se pode é fazer como se fez na época das desonerações, quando se deu dinheiro para determinado segmento sem exigir nenhuma contrapartida do ponto de vista de geração de emprego e renda.

Eu queria agradecer a paciência de todos vocês e me colocar à disposição para outras oportunidades.

Mais uma vez cumprimento o Senador Paim pela iniciativa e, os Senadores e Deputados aqui presentes, pela disposição de participar deste debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Parabéns, Toninho do Diap! (*Palmas.*)

Eu tenho alguns questionamentos e perguntas – são selecionados alguns, porque chegam aqui centenas, inclusive no WhatsApp. Vou fazer a leitura dessas perguntas. Se alguém quiser responder, fique à vontade.

Jandeci da Costa, do Pará: "É fundamental que a reforma da previdência ocorra para que o Produto Interno Bruto, PIB, volte a crescer, porém que seja verticalmente e sobretudo de cima para baixo."

Todos entenderam, não é? Que pegue a cúpula dos três Poderes para depois... É o que está escrito aqui. Então, o olhar das mudanças.

Silvia de Freitas Cassalichio, de São Paulo: "Não permitir a Previdência ser aprovada sem a melhora do salário mínimo para os aposentados." O problema é que se desvincula. Mas vocês é que vão responder.

Catharina Marques, de São Paulo: "Há alguma excepcionalidade na lei para acumular duas pensões, sendo aposentado e pensionista ao mesmo tempo?"

Flávio Vaz, do Rio Grande do Sul – eu leio tudo, pessoal, inclusive esta aqui –: "Parabenizo o Senador Paulo Paim por lutar pelo trabalhador, pois essa reforma irá prejudicar muita gente."





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Andro Celis, de Santa Catarina: "A reforma deveria ser simples, onde só se aposenta quem contribuir por 30 anos. Caso contrário, não, sem proporcionalidade." Acho que é porque existem os Deputados... Eu acho que é importante destacar: Deputado hoje, se não tem 35 anos, como manda o Instituto de Previdência aqui da Casa, ele se aposenta levando em conta a proporcionalidade. É importante que eu diga isso, porque muita gente pensa que, com 8 anos, com 20 anos ou com 10 anos, a aposentadoria é integral. Isso não existe, é tudo proporcional. Ele disse que tem que acabar com a proporcionalidade também. E só quem se aposenta com salário integral é Governador, o que acho grave: com quatro aninhos, salário integral, e não paga a previdência ainda! O Presidente da República, a mesma coisa, com um mandato só. Ele quer que seja todo mundo no mesmo valor, enfim, igual para todo mundo e pelo regime geral.

Adair Court, do Mato Grosso do Sul: "Quem ficará no prejuízo com a reforma da previdência é o trabalhador, que será atingido com benefícios de menor valor."

José das Neves, de São Paulo: "São mais de 12 milhões de desempregados e 62 milhões de inadimplentes. Como o cidadão viverá com um salário mínimo?"

Esses são questionamentos que ficaram aqui. Se alguém quiser fazer alguma consideração... Entre os painelistas e Senadores, naturalmente, conforme o critério adotado por nós.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Eu queria fazer só um comentário, que é importante. Em primeiro lugar, em relação aos Governadores: poucos Estados ainda mantêm a aposentadoria dos Governadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Felizmente!

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – O Governo tomou uma decisão recente, cassando.

E Presidente da República não tem aposentadoria. Ele tem benefício, ele tem funcionários à disposição, tem carro com combustível, tem cobertas pelo Estado algumas despesas, mas ele não tem direito a aposentadoria integral. É bom frisar isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Importante deixar bem claro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – ... porque, senão, fica essa impressão de que o ex-Presidente tem, automaticamente, depois de dois anos de mandato, uma aposentadoria. Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Depois de quatro anos no caso.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ – Depois de quatro anos, é. Não tem, mesmo que reeleito, com oito anos. É o salário de origem dele, a aposentadoria de origem dele.

Em relação à acumulação de aposentadorias ou de aposentadorias com pensão, a proposta prevê uma regra muito complexa de cálculo que, na melhor hipótese, a pessoa acumula mais dois salários mínimos. Na melhor hipótese, mais dois salários mínimos. A pessoa faz a opção pelo maior benefício, de aposentadoria ou de pensão, e, se esse valor for de até um salário mínimo, a segunda parcela vai a 80%. E, aí, faz-se um cálculo graduado, de modo que, no máximo, pode acrescentar até dois salários mínimos, segundo essa proposta.

Então, eram esses dois esclarecimentos que eu queria trazer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Alguma consideração a mais?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu teria só uma, sobre os militares, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Quero dar um depoimento meu, Capitão da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, meu primeiro e único emprego. Entrei com 23, 24 anos, num curso de Oficial, e eu vou dizer que concordo com o senhor, Paim, que a previdência... Pelo menos eu falo pelos policiais militares, com quem eu passei 16 anos: talvez a gente não chegue nem a 50 anos, devido à carga de trabalho e de estresse, ao abandono estatal e às muitas dificuldades que todos os policiais enfrentam – e ainda mais por estarmos temerosos com essa reforma da previdência. E digo isso especialmente pelo meu Estado, de onde eu venho: até hoje... Eu entrei no Senado e estou sem receber dois décimos terceiros, 2017 e 2018. Todos os policiais estão nas mesmas condições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Os aposentados também, não é isso? Os aposentados também, para o senhor ver como está a situação. Então, existem as peculiaridades de cada Estado, existem as dificuldades.

E, para essa classe, a classe que eu... Não é questão que eu não defenda os privilégios, eu defendo a justiça. Eu defendo que seja dado o que é de direito aos policiais e também aos professores – talvez haja essa audiência pública dos professores; se houver dos policiais, será ótimo também, poderíamos incluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos, com certeza absoluta, fazer uma só dos militares e outra das aposentadorias consideradas especiais: professores, quem atua em área insalubre, penosa e periculosa. Podemos fazer duas, pela importância do tema.

Chegou mais uma pergunta aqui, do Sr. Jean Caio Pereira. Ele diz que é bacharel em Direito, e eu sei que é, já sei porque o estou vendo aqui no Plenário. "Várias pesquisas mostram que mais da metade da população e dos trabalhadores no Brasil são informais. Várias pesquisas mostram que mais da metade da população e dos trabalhadores no Brasil são informais; 75% dessa população está endividada, a grande maioria com renda insuficiente para viver, e não guardam dinheiro para se aposentar, nem têm perspectiva de fazer isso devido à situação. Se essas pessoas não juntam dinheiro agora, como passarão a fazer isso com regras mais difíceis, que é a lógica da capitalização individual?"

O que ele quer dizer? Posso interpretar? Você está aqui, mas não pode falar, só pode fazer sim ou não. Ele diz o seguinte: se eu não posso fazer poupança antes, como vou fazer no futuro? Vai ficar sem nada.

Esses foram os questionamentos. Alguém tem alguma consideração? Se não, nós vamos encerrar agradecendo a todos.

Antes, porém, honro um compromisso: eu fiquei de ler esse documento dos terceirizados. É bem curtinho, é uma lauda só. Eles estão pedindo socorro aí. Vamos ter uma audiência pública só para discutir terceirizados.

Exmo. Sr. Dr. Erlan Peixoto do Prado, Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral do Trabalho no Ministério Público do Trabalho 10ª Região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, o Senado Federal está para realizar o Pregão nº 25, de 2019, UASG/2001, recentemente para contratação de mão de obra para dar continuidade aos serviços técnicos especializados e de apoio operacional e de secretaria de infraestrutura do Senado Federal, que será realizado no dia 25/3 [na próxima semana, segunda-feira], que poderá substituir a Empresa Cetro RM Serviços LTDA. Atualmente, a Empresa Cetro RM paga aos terceirizados o valor dos alimentos vigente.

Tendo em vista que o novo pregão vem diminuindo os alimentos [está se referindo aos alimentos] dos funcionários e a categoria ficará inferior à da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do TCU, ECT, STF. Todos têm os alimentos acima e mantidos por força da Convenção Coletiva de Trabalho, serviços de engenharia.

Porém, apesar de o aludido pregão se destinar à contratação dos mesmos serviços, que em razão do aproveitamento continuarão sendo prestados praticamente pelas mesmas pessoas, nos mesmos locais e horários, a empresa que irá vencer, com alimentos abaixo das convenções, porém, o serviço objeto da licitação que está submetido à convenção coletiva dos serviços da engenharia. Com isso, os terceirizados terão uma drástica redução no valor dos seus alimentos [eu achava que era no conjunto do salário, mas já bate aqui nos alimentos, que é mais grave ainda] e consequentemente [claro] repercutindo na sua remuneração, o que viola a Constituição Federal e causará inúmeros prejuízos às pessoas e suas famílias. Segue anexo.

No demais, submeto a questão à apreciação do Ministério Público do Trabalho, requerendo, em nome da Apresefe, a adoção de medida necessária para resguardar o interesse e a irredutibilidade dos salários de centenas de trabalhadores.

Assina Waldemiro Livingston de Souza, Presidente da Apresefe, que está aqui presente.

Lido, acho que o primeiro passo é nós pensarmos nessa audiência para discutirmos toda a situação dos terceirizados e vamos ver também no que conseguimos ajudar junto ao Procurador-Chefe da Procuradoria-Geral.

Eu quero ainda informar que nós ajustamos também o seguinte. Na próxima segunda-feira, às 9h, realizaremos audiência pública para debater o tema "Reforma da previdência com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foco na economia". Eu estou insistindo muito para que sejam economistas, para ficar de acordo com o foco, porque foi uma decisão do Plenário. Então, nesse dia estão confirmados os seguintes palestrantes.

O primeiro é Eduardo Moreira. Dizem que ele escreveu alguns livros, entres eles tem *best-seller* já, e recebeu prêmios no mundo todo ou, pelo menos, em alguns países, pela forma com que ele enfoca a economia; era sócio, se não me engano, do Banco Pactual e desistiu, saiu, por razões que ele poderá dizer aqui; e ele tem uma posição muito firme e muito clara em relação à reforma da previdência. O segundo que confirmou foi o professor e economista José Clóvis Roberto Scherer, do Dieese – todo mundo conhece o Dieese.

Eu não quis ampliar na expectativa de que surgissem outros dois que pensem de forma diferente. Se não vierem outros dois, eu vou indicar no mínimo mais um, para suscitar o debate. Mas fica aqui aberta já a possibilidade, pode vir um representante do Governo – talvez o Secretário Rogério Marinho não possa vir, porque tem de estar previsto em sua agenda, mas que mande alguém – ou alguém de qualquer entidade, pode ser alguém ligado ao sistema bancário ou a fundo de pensão que tenha uma visão diferente. Esses dois têm visão clara contra a reforma da previdência, tanto é que, no debate que vai haver no Plenário, que a gente entende que devem ser cinco a favor e cinco contra, esses dois também tinham sido indicados já pelas entidades. Está claro?

Só para conhecimento: hoje, às 15h, eu farei uma *live*, você vai me ver ao vivo, eu e o Luis Fernando. Eu estarei solicitando a ele que explique mais detalhadamente essa questão que você viu no Chile.

O.k., pessoal?

Encerrada a audiência pública.

Parabéns a todos pelo nível do debate, que será o mesmo no próximo dia 25.

(Iniciada às 9 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 57 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e onze minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Flávio Arns, Telmário Mota, Zenaide Maia e dos senadores não membros Dário Berger, Wellington Fagundes, Eliziane Gama, Marcos do Val e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Girão, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Leila Barros, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na educação. Participantes: Ângela Lobo Costa, Secretária-Geral do ATENS - Sindicato Nacional dos Técnicos de Nível Superior das IFES; Eduardo Rolim de Oliveira, Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico - PROIFES; Vilani Oliveira, Presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - CONFETAM; Raquel Dias Araújo, Professora - 1ª Tesoureira do ANDES - Sindicato Nacional; Antonio Alves Neto, Coordenador Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - FASUBRA; Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; e Gilson Luiz Reis, Coordenador-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - CONTEE. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim e Styvenson Valentim e a Senadora Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/19>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e um de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Mailza Gomes, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Romário, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e dos senadores não membros Marcos do Val e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Girão, Lasier Martins e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da sétima a nona reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2018 - Não Terminativo - que: "Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil." Autoria: Senador Dalirio Beber. Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o ingresso compulsório de pais ou responsáveis, autores de violência contra criança ou adolescente, em programas de prevenção da violência contra criança ou adolescente." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017 (CPIMT). Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 2 e 3-CDH e rejeição da Emenda nº 1-PLEN. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos." Autoria: Senador Edison Lobão. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida à Senadora Selma Arruda. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 402, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 7 - Sugestão nº 31, de 2018 - Não Terminativo - que: "Revogação imediata da EC-95 que congela os investimentos públicos por 20 anos" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável à Sugestão, na forma da Proposta de Emenda à Constituição. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas". Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2019 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater " A sociedade e a política: desafios para representar mais e melhor ". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 13, de 2019 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para tratar da "Campanha da Fraternidade 2019". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 15, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a violência sexual contra vulnerável em suas diversas formas, especialmente a pedofilia na internet" Autoria: Senador Styvenson Valentim e o Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 16, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o problema da segurança nas escolas e os conflitos atuais." Autoria: Senador Styvenson Valentim e Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 18, de 2019 que: "Requer, nos termos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9 de 2019 – CDH, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Erika Lemos, professora, Mestre em Psicologia Educacional, ativista e mãe do Eric diagnosticado com autismo; 2. Heloisa Uelze – Advogada, integrante da ONG Autismo e Realidade e mãe de criança com o Transtorno do Espectro do Autismo; 3. Júlia Balducci – pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Às dez horas e cinco minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência à Senadora Mailza Gomes. Às dez horas e trinta e quatro minutos a Senadora Mailza Gomes devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os senadores Paulo Paim, Styvenson Valentim, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Acir Gurgacz e Paulo Rocha e as Senadoras Zenaide Maia, Mailza Gomes, Leila Barros e Selma Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/21>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaramos aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 7ª e da 9ª Reuniões desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Já adianto que os projetos do Senador Romário, a pedido dele, saem de pauta.

Tem outro projeto, também, a pedido da Liderança do Governo. Qual é o projeto mesmo? Pode falar aí.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Qual? O 188. Então, a pedido, também, do Governo, tiramos de pauta o Projeto 188. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De 2016. O.k.? Para a gente conversar, enfim, com o Governo sobre esse projeto, a pedido da Ministra da Família e dos Direitos Humanos.

Vamos, de imediato, conforme entendimento que já fiz com a Senadora – eu disse para ela que não haveria problema nenhum... É não terminativo. Ela vai fazer a leitura...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sei.

Ela vai fazer a leitura do item 3, e, quando der o quórum ali no painel, nós poderemos já votar.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 414, DE 2018

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece um percentual mínimo para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

A relatoria é da Senadora Zenaide Maia, a quem de imediato eu passo a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para leitura de relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente. Eu estou vendo que está meu colega aqui, Styvenson, a quem eu cumprimento, bem como a todos.

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2018, que assegura a cada sexo presença no percentual mínimo de 30% na composição dos órgãos executivos dos conselhos federais e dos conselhos regionais fiscalizadores de profissões regulamentadas e da Ordem dos Advogados do Brasil.

De acordo com o projeto, são considerados órgãos executivos a presidência, a vice-presidência, as diretorias e as corregedorias da OAB e dos demais conselhos fiscalizadores. Caso o percentual mínimo não seja cumprido, o projeto determina a anulação da eleição para renovação do órgão. No caso da OAB, a regra valeria para os conselhos federal e seccionais nos Estados.

A proposição faculta o cumprimento progressivo do percentual nos dois anos subsequentes à entrada em vigor da lei, sendo obrigatório reservar o percentual mínimo de 10% no primeiro ano e de 20% no segundo ano – nós estamos sendo bem econômicos, viu?

Por fim, o art. 5º do projeto determina que a lei decorrente da sua aprovação entrará em vigor após decorrido um ano de sua publicação oficial.

Na justificção, o autor do projeto, Senador Dalirio Beber, apresenta dados sobre a baixa representatividade feminina nos conselhos federais das atividades regulamentadas, em contraste com sua elevada presença entre os profissionais atuantes em cada área. Ele avalia que a aprovação de uma lei que garanta um percentual mínimo de presença nesses órgãos significa um importante passo no sentido de uma mudança social rumo à igualdade entre homens e mulheres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi distribuída à análise da Comissão de Direitos Humanos e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa – então, não é terminativa, como o Presidente falou.

Não foram apresentadas emendas ao texto.

Análise.

Os incisos IV e V do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribuem à CDH, esta Comissão, competência para examinar matérias referentes a garantia e promoção dos direitos humanos e aos direitos da mulher, respectivamente. São estes assuntos que têm afinidade com o objeto do Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2018. No mérito, a proposição enfrenta a questão da disparidade de gênero na composição dos conselhos de fiscalização profissional. Como menciona o autor do texto, Senador Dalirio Beber, é de causar espanto casos como o do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) – realmente, eu mesma, que venho da área da saúde, médica, me espantei com isso aqui, o Cofen.

Ora, mulheres representam 84,7% dos estudantes matriculados nos cursos de Enfermagem em todo o País, enquanto os homens respondem por apenas 15,3% das matrículas. Apesar disso, o Cofen é composto por sete homens e só duas mulheres.

No Conselho Federal de Medicina, da mesma forma, todos os onze conselheiros são homens, apesar de o percentual de mulheres matriculadas nos cursos alcançar 56,8% do total. Os dados são baseados no Censo da Educação Superior de 2015, divulgado em 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e em levantamentos feitos nos sítios eletrônicos dos próprios conselhos em novembro de 2018.

Além da sub-representação nos conselhos federais de profissões nas quais predomina o sexo feminino – caso do curso de Enfermagem –, é comum encontrarmos mulheres em posição de Vice-Presidente nos conselhos cujas diretorias integram, o que pode indicar uma preocupação subjacente de garantir a presença feminina em caráter meramente figurativo e, assim, prevenir críticas relacionadas ao machismo institucional.

É imperioso, portanto, que nosso País assegure a igualdade entre homens e mulheres nos órgãos diretivos dos conselhos, por dois principais motivos: a) por ser um princípio de equidade, que exige proporcionalidade de diretores de ambos os sexos, refletindo a realidade demográfica dos profissionais de cada área e b) na hipótese de áreas em que haja um desequilíbrio numérico entre profissionais homens e mulheres, a exemplo da Engenharia, uma maior presença feminina na diretoria do conselho certamente consistirá um fator de encorajamento para que mais mulheres abracem a carreira, simbolizando o fato de que não serão excluídas, ainda que não sejam maioria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além da representatividade e do incentivo ao crescimento da presença feminina em cursos relacionados a áreas de Exatas e Tecnologia, há um outro motivo particularmente associado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A Constituição Federal assevera que o advogado é indispensável à administração da justiça. Além disso, conferiu ao Conselho Federal da OAB a missão de salvaguardar a integridade da ordem jurídica constitucional, pelas vias da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade. A representatividade feminina nesse Conselho é mais uma garantia de que questões jurídicas relevantes pertinentes às mulheres sejam ouvidas e tratadas com deferência, inclusive perante o Supremo Tribunal Federal.

O sistema de cotas de que se vale o projeto ora em análise é espécie do gênero “políticas afirmativas”. Sua principal vantagem consiste em estabelecer mecanismos mais céleres de correção de desigualdades culturalmente produzidas, possibilitando a inserção social de minorias.

Quando falamos de cotas como mecanismos indutores da igualdade de gênero, imediatamente nos recordamos das experiências pioneiras dos países nórdicos. A partir da década de 1970, eles têm concebido e implementado políticas voluntárias e/ou obrigatórias de cotas para acesso de mulheres a cargos eletivos. Recentemente, iniciou-se um movimento pela expansão da política para o setor privado. Os resultados têm sido, em geral, satisfatórios. Há uma constatação generalizada de que o mecanismo tem sido efetivo ao proporcionar a elevação do número de mulheres em posições de liderança em empresas do setor privado.

Concordamos com o autor da proposição: em nossa avaliação, a política de cotas é uma medida eficiente para enfrentar o problema da baixa representatividade feminina em setores estratégicos.

Ademais, deve-se ter em mente que, no cumprimento de suas atribuições institucionais de fiscalização, os conselhos profissionais exercem atividades típicas de Estado, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. São autarquias, dotadas, portanto, de personalidade jurídica de direito público. A situação da OAB é peculiar, eis que tem sede constitucional. O Supremo Tribunal Federal assentou:

A OAB não é uma entidade da Administração Indireta da União. A Ordem é um serviço público independente, categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro. 4. A OAB não está incluída na categoria na qual se inserem essas a que se tem referido como "autarquias especiais" para pretender-se afirmar equivocada independência das hoje chamadas "agências". 5. Por não consubstanciar uma entidade da Administração Indireta, a OAB não está sujeita a controle da Administração, nem a qualquer das suas partes está vinculada. Essa não-vinculação é formal e materialmente necessária.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 22, inciso XVI, da Constituição, compete à União legislar privativamente sobre condições para o exercício de profissões. Conforme o art. 61, §1º, inciso II, alínea "e", cabe à Presidência da República criar e extinguir órgãos da Administração Pública. Nessa esteira, os conselhos profissionais foram criados e são regidos por leis federais específicas.

Em nossa opinião, não estariam inquinadas de vícios de ordem formal proposições legislativas que objetivassem a inserção, na lei específica de cada conselho, da regra de paridade de gênero na composição das diretorias de tais autarquias corporativas. Os projetos de lei mencionados preservariam a competência do Chefe do Poder Executivo, eis que não dispunham acerca de estrutura ou funcionamento do órgão, sendo seu objetivo precípua a realização material do princípio da igualdade tutelado pela Constituição no art. 5º, inciso I.

Pelo mesmo motivo, a ideia também não padeceria de vício de natureza material, sendo, ao contrário, uma medida condizente com o princípio da proporcionalidade. Assim opinamos, tendo em vista, principalmente, a notória sub-representação feminina nesses órgãos e a constatação de que essa realidade é alimentada, sobretudo, por preconceitos arcaicos relacionados à competência feminina para atuar em determinados campos profissionais. Tais preconceitos precisam ser superados com urgência, pois sua perpetuação é eticamente indefensável, logicamente injustificável, economicamente insustentável e socialmente danosa.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 414, de 2018.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia! Quero cumprimentar V. Exa. É mais um projeto de iniciativa do nobre Senador Dalirio Beber, que vai fortalecer a caminhada das mulheres para o equilíbrio nas representações aqui, no caso, principalmente, dos conselhos. Eu quero dizer que votarei com muita alegria o seu relatório.

Em discussão a matéria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Senador Paulo Paim, Presidente, em relação a essas cotas, essa diferença entre homens e mulheres, que foi construída pela cultura social que nós vivemos, isso não deveria existir. Deveria existir uma consciência, uma educação, uma livre competição entre homens e mulheres. Mas isso já existe, e eu não concordo com essa porcentagem inferior sempre para mulheres. Se o texto de lei da Constituição diz que somos iguais, então que o percentual seja igual, 50% para cada, em competição, e que também sejam iguais não só na lei essas cotas, em campanha, em OAB, em conselhos. É até injusto com elas, é até injusto pelo que as mulheres desempenham na sociedade. Não é só a dupla, a tripla, a quarta jornada que elas fazem, mas ainda há o fato de estarem em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desvantagem no trabalho e em desvantagem em qualquer outra situação que as coloque sempre submissas ao sexo masculino.

Então, Zenaide, eu não concordo. Concordo que seja feito por igual tudo, que isso seja feito de forma espontânea, de forma educada, de forma natural. Mas, como a gente ainda sofre com uma sociedade pouco educada, que não respeita o sexo feminino, então isso precisa ser feito. É preciso ser consignado em lei, é preciso ser expresso em lei que esse direito seja cumprido.

Era isso só.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Styvenson! Quero cumprimentá-lo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Zenaide está com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria só parabenizar o Senador Dalirio Beber e também agradecer ao nosso Senador Capitão Styvenson.

Hoje está provado, aqui se está mostrando que, apesar de nós mulheres termos sido proibidas de aprender a ler e escrever – lembro que só pudemos votar em 1932 –, nós nos dirigimos pela educação. Hoje, no País, o número de mulheres pós-graduadas já chega a ser bem maior do que o de homens, mas, nos poderes, nos locais de comando, nós somos menos de 10%.

Você vê que se chega ao absurdo de, num órgão como a Conselho Federal de Enfermagem ou o Conselho Federal de Medicina, mesmo que nós mulheres estejamos em maior número e ocupemos o maior número de vagas... O que eu quero dizer é o seguinte, é como eu disse: o ideal era que a gente não estivesse precisando de cotas. Mas o mundo inteiro precisou de cotas inicialmente, para a gente poder se empoderar e depois mostrar que isso é possível sim.

Eu diria aqui o seguinte para as mulheres brasileiras e para as do meu Estado: por que a Zenaide resolveu se candidatar? Porque a gente sabe que, como profissional, como médica, posso ajudar, Styvenson, um número pequeno de pessoas, pontual, mesmo que eu nunca tenha cobrado uma consulta, porque sempre trabalhei no serviço público. Mas, para a gente poder ajudar o Município, o Estado, o País, isso tem que ser feito através da política.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que esse projeto é muito interessante porque mostra que, mesmo onde a gente ainda é minoria, como nas áreas de Engenharia, por exemplo, isso dá visibilidade para as mulheres. A gente pode, sim, estar no lugar em que a gente quer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Zenaide é a Relatora do Projeto nº 414, que trata de estabelecer percentual para cada sexo na composição dos órgãos executivos dos conselhos fiscalizadores de profissões regulamentadas e também da Ordem dos Advogados do Brasil.

Esse é o tema em discussão.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Aproveitando o tema em discussão, vou acompanhar a Senadora Zenaide. Quando eu cheguei aqui, ela estava comentando o assunto. Onde ela assina, eu assino embaixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Continua em discussão a matéria.

Alguém mais quer discutir? (*Pausa.*)

Eu quero fazer uma rápida consideração também sobre o tema, Senadora Zenaide.

Nós vamos fazer um esforço aqui com os Senadores que não registraram a presença para aprovar o projeto no dia de hoje. Eu vou insistir muito nisto aqui.

Pronto, eles estão ali! As mulheres têm força. Estão chegando aqui os Senadores para garantir o quórum, já que é um projeto não terminativo. Havendo quórum, a gente vota a matéria.

Por que quero insistir nisto no dia de hoje? Hoje é dia 21 de março, é o Dia Internacional da Luta contra os Preconceitos e a Discriminação. Esse projeto vai na linha de combater os preconceitos. Houve o Massacre de Sharpeville, na África do Sul, nesse dia, em que centenas de pessoas foram assassinadas. Mandela estava no cárcere ainda, na época em que lá existia o sistema do *apartheid*. Baseado nesse massacre, o movimento cresceu, e a África do Sul foi liberta, numa grande composição que Mandela fez entre brancos e negros. A África do Sul hoje é outro país, por essa grandeza de Nelson Mandela e sua luta contra os preconceitos.

Por isso, eu gostaria muito de ver aprovado esse projeto, que diminui pelo menos a discriminação contra a mulher. Eu espero que ele seja aprovado. É só aparecem os dez Senadores no painel, que a gente vota. Só faltam três.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, nós temos um grande evento no Auditório Petrônio Portela, liderado pelo Senador Romário, que é membro desta Comissão. Assim mesmo, ele fez questão de passar aqui para registrar presença. E, a hora em que terminarmos, convido todos para irmos lá dar um abraço no Romário e prestigiar o evento.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Obrigado. Falo pela ordem.

Eu pensei até que ele estava saindo daqui. Ele está saindo daqui agora. Acho que ela estava vindo de outra Comissão.

Presidente, eu tenho um projeto que já está tramitando há dois anos na Casa. Acho que foi V. Exa. que o relatou ou a Senadora Ângela Portela, não me lembro mais. Ele é relativo ao nome da Funai, que, hoje, se chama Fundação Nacional do Índio. Hoje, conforme o Acordo 169 da OIT, todos os povos indígenas são tratados como povos, e a nossa proposição é a de que, em vez de ser chamada Fundação Nacional do Índio, seja chamada de Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Então, esse projeto está aí. O Governo está sempre pedindo... Soube que agora ele pediu para se retirar de pauta. Acho que nós tínhamos que fazer um acordo. Se o projeto não tem que passar, que ele venha aqui e seja derrotado. Mas que deixem o projeto ser votado! Ficam retirando-o de pauta, e a gente fica triste com essa informação, até porque hoje é o dia contra a discriminação. Imagina, estão fazendo discriminação contra os povos indígenas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário, V. Exa. não estava aqui presente. Os Líderes do Governo fizeram contato comigo por telefone, e o pedido que eles fizeram foi o de que eu o retirasse hoje de pauta para tentarmos construir um entendimento. Eu tomei a liberdade, espero que V. Exa. entenda, de tomar a decisão de retirá-lo de pauta. Quem sabe, nesta semana, a gente conversa e acerta já com os representantes do Governo que estão aqui! Na semana que vem, ele volta para a pauta. Pode ser?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Pode ser. Agora é importante que a gente o coloque em pauta.

O que me chama a atenção – e fico triste – é que esse é um projeto simples, singelo, uma coisa para a qual se pode buscar um entendimento, mas ele sempre foi rejeitado pelo Governo. E quem, inclusive, liderava aqui era um opositor meu. Eu sinto que o Fernando Bezerra está ajoelhado para o maior ladrão deste País, que é o Jucá. Então, o Jucá só tirou o bigode para enganar todos, mas vem aqui e está dando palpite. E o Fernando Bezerra está ajoelhado para ele.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas isso era de se esperar. Quando indicaram o Fernando Bezerra, eu já sabia que as coisas iam continuar como estavam.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – ... e colegas Parlamentares, eu estou chegando aqui agora, estou ouvindo esse debate apresentado pelo Senador Telmário. Isso já foi resolvido. A minha ideia era perguntar se caberia pedido de vista, mas isso já foi resolvido. Como ficou tratado por V. Exa., Presidente, na semana que vem, então, a gente volta ao assunto. É uma matéria meio controvertida sim, embora simples, como na vida todas as coisas são simples. Mas vamos, então, analisar na semana que vem.

Agradeço o posicionamento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Arolde de Oliveira!

Quero dizer que já registraram presença e estão aqui conosco – alguns saíram, mas voltarão – o Senador Styvenson Valentim, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Telmário Mota, o Senador Arolde de Oliveira, a Senadora Zenaide Maia. Estamos chegando ao quórum.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse projeto será votado no momento em que chegarmos ao número dez no painel, sem prejuízo... Se alguém tiver que viajar, fica o compromisso de que eu votarei no momento em que o quórum for atingindo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria só mostrar aqui que esta Comissão de Direitos Humanos, para mim, é a mais importante, porque acho que a gente aqui é humano. E a gente vê que há muitos cargos vagos numa Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O principal é o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil: MDB, PP, PRB. E faço um apelo, somando-me a V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu vou fazer um apelo para que os colegas venham, porque, no fim, o mérito de tudo se chama o ser humano; não há outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pronto!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... ler logo em seguida o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em seguida, vou passar para o seu projeto de imediato. Quer falar agora? Se quiser comentar também, está em discussão ainda.

O Acir Gurgacz está com a palavra.

Registro a presença também da Senadora Mailza Gomes.

Bem-vinda, Senadora!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discutir.) – Eu só queria cumprimentar a Senadora pelo brilhante relatório que fez. Eu entendo que é oportuno a votação e a aprovação desse projeto.

Entendo que, talvez, nós possamos também ler os demais projetos, Sr. Presidente, enquanto chegamos ao quórum. Depois, a gente vota, retorna às votações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente!

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Era esse o meu pedido, cumprimentando a Senadora Zenaide pelo brilhante relatório que fez.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acir Gurgacz, como Líder do PDT, já orientou os trabalhos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se assim V. Exas. concordarem, nós vamos, de imediato, para a leitura de outro relatório, o do Senador Styvenson Valentim, do qual vou fazer o enunciado.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, DE 2018****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o ingresso compulsório de pais ou responsáveis, autores de violência contra criança ou adolescente, em programas de prevenção da violência contra criança ou adolescente.

Autoria: CPI dos Maus-tratos

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta e pela rejeição da Emenda nº 1-PLEN.

Observações:

Tramitação: CDH e CCJ.

Ao Relator, de imediato, passo a palavra, para que ele possa ler o seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para leitura de relatório.) – Presidente, vou ser mais breve, vou sintetizar.

Sobre o relatório, como o senhor já disse, foram investigadas denúncias de maus-tratos. O objeto aqui, quero deixar bem claro, não é o de atenuar a pena para o agressor. Durante o relatório, serão lidos dados importantes, e a gente tem que estar muito atento, sobre esse crime que está acontecendo com nossas crianças por todo o Brasil.

A proposta, o relatório detalha os trabalhos da CPI e afirma que, entre seus objetivos, estava o de buscar a prevenção da prática de atos violentos contra crianças e adolescentes, mormente partindo daqueles de quem elas esperam carinho e proteção.

No prazo regimental, a Senadora Marta Suplicy apresentou emenda ao texto original, propondo acrescentar a previsão de que, além da frequência a programas de prevenção da violência praticada contra crianças e adolescentes, os autores da agressão possam também ser inseridos em programas de reeducação social. Isso não tira a pena deles; seria outra forma de colocá-los nessa reeducação social.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além do exame da CDH, o PLS nº 497, de 2018, também passará pela análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Análise.

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CDH competência para examinar matérias referentes a direitos humanos, direitos da mulher, proteção à família e proteção à infância e à juventude. São também assuntos que têm afinidade com o objeto do PLS nº 497, de 2018.

A matéria atende aos requisitos de juridicidade e constitucionalidade, além de se apresentar na forma legislativa adequada.

No mérito, é louvável e bem-vinda a iniciativa de providenciar que pessoas responsáveis por crianças e adolescentes, quando tenham cometido atos de violência contra estes, sejam submetidas a programas com a finalidade de conscientizá-las do mal que causaram e dotá-las de ferramentas para evitar a reincidência da prática, que tantos ônus acarretam aos pequenos ombros de nossos meninos e meninas.

A frequência a programas que eduquem adultos com histórico de agressão a respeito de como evitar a violência pode significar enormes ganhos socioeconômicos, o que justificaria investimentos públicos na criação e manutenção de equipamentos públicos com tais finalidades. O fato, entretanto, é que não existe a oferta desses programas na quantidade desejável, sendo registradas experiências e iniciativas esporádicas de varas especializadas em alguns Estados, associadas a programas de assistência social e de prevenção à violência doméstica.

Agora, é importante ficar atento pois o Conselho Nacional de Justiça informou que, em 2016, foram abertos ao menos 40 mil processos judiciais em razão de inquéritos que apuravam atos de violência sexual contra crianças e adolescentes. No mesmo ano, o Disque-Denúncia registrou mais de 145 mil casos de violência psicológica e física, incluindo violência sexual e negligência contra meninos e meninas. Em 94% dos casos, os suspeitos eram justamente os parentes mais próximos das vítimas.

Como essa triste realidade faz parte daquela em que também se encontra a violência doméstica, devemos sempre ter em conta que tanto a Lei Maria da Penha quanto o ECA preconizam modelos de atendimento integral e multidisciplinar, que exigem o engajamento ativo dos três Poderes na realização de suas atribuições. Exigem, também, que as unidades federativas assumam as responsabilidades que lhes são cabíveis e que a própria sociedade civil aja por meio de suas organizações sociais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos, nesse sentido, que a proposição contribuirá para que seja fomentada a criação e o aprimoramento dos programas de prevenção à violência cuja frequência a matéria prevê e determina.

Entretanto, a cada situação, ao juizado também caberá primar pelo direito de a criança ou o adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, apenas excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral, conforme determina o art. 19 do ECA. Entre outros suportes para a decisão judicial, o ECA estabelece a orientação de equipe interprofissional que lhe dá apoio técnico, e a quem cabe, entre outras atribuições, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico (art. 151).

Em razão do exposto, concordamos com o teor da modificação apresentada no texto da proposição, mas que está em desacordo com sua ementa, pois a participação em programas de prevenção à violência – caso existam na comarca – cabe ao juiz, que poderá tomar essa medida. Não se trata, portanto, de medida de aplicação compulsória. Torna-se compulsória ao ser determinada judicialmente. Isso é importante.

Em relação à emenda da Senadora Marta Suplicy, que junta a participação em programas de reeducação social, decidimos por conciliar a proposta apresentada com o texto do PLS, de maneira a considerar que o próprio programa de prevenção tem característica de reeducação para a convivência sadia em família e em sociedade.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 1 – PLEN, da Senadora Marta Suplicy, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2018, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CDH

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2018, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 130 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa vigorar com a seguinte redação:

'Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual infligidos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum, bem como o seu ingresso em programas de recuperação, reeducação e prevenção de violência contra crianças ou adolescentes.'

.....(NR)"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EMENDA Nº - CDH.

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2018, a seguinte redação:
“Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o ingresso de pais ou responsável, autores de violência, em programas de recuperação, reeducação e prevenção de violência contra crianças ou adolescentes.”

Pronto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, o relatório foi lido.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É um tema importante, como eu já falei com o senhor em outras audiências. A gente precisa fazer essa audiência pública. Os dados são seriíssimos. Se são 145 mil denúncias feitas pelo Disque Denúncia e 40 mil inquéritos, deve estar havendo uma discrepância por aí, algo está sendo perdido. É um número muito alto para pouca apuração.

E o pior de tudo isso, que eu posso perceber, é que esse crime, essa violência contra o adolescente e a criança parte de pessoas que deveriam protegê-los, como o texto da lei diz, que deveriam ter esse cuidado. E a medida que a lei toma do afastamento, Sr. Presidente Paulo Paim, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, essa medida do afastamento – em algumas comunidades, eu já presenciei isso, como policial, fazendo parte de uma escola pública – de quem provê a família, muitas vezes, pode causar mais problemas psicológicos.

O que falta também, Senador Paulo Paim, é o fortalecimento dos conselhos tutelares, é o fortalecimento maior dos hospitais, que podem presenciar a violência sexual, e o médico, por obrigação, tem que informar a delegacia. Tem que haver essa rede de informações com a Polícia Militar, com as escolas, para que haja essa proteção com as crianças. Muitas vezes, isso acontece, e elas ficam caladas, têm um comportamento diferenciado. Professoras, sem conhecimento psicológico nenhum, notam a mudança do comportamento dessa criança ou o comportamento estranho delas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu percebo no País e percebi durante a minha vida pública como policial – em uma pequena parte, ajudei a tomar conta de uma escola no Estado do Rio Grande do Norte – é que ninguém está preocupado com o problema. "Esse problema não é meu. Esse filho não é meu, essa criança não é minha, eu não vou me meter com esse problema do vizinho." A professora não vai se meter com o problema do aluno. O policial acha que, quanto a esse problema, não vai ficar boa a ocorrência, vai ficar demorada. E esse problema vai continuando, continuando, continuando.

Então, eu queria só deixar esse alerta, para que esse assunto seja trazido para cá em discussão, para que se busquem soluções reais, soluções práticas, soluções realmente que possam evitar isso ou diminuir, reduzir, ou que possam localizar quem são esses agressores, para evitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Styvenson Valentim, meus cumprimentos pelo seu relatório! V. Exa. tem provado, no dia a dia, pela sua história, que tem um carinho especial com esse tema da educação, principalmente com o tema da violência contra a nossa juventude, contra as crianças e adolescentes, até pelo seu papel profissional de policial militar.

Eu coloco em discussão o relatório do Senador Styvenson Valentim já de pronto, cumprimentando-o de minha parte.

Senadora Zenaide, por favor!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu quero parabenizar aqui o Relator e dizer que o que ele diz é real. Eu, como médica, presenciei a violência na família. Não há só a violência contra mulher, mas também a violência na família. Eu trabalhei em pronto-socorro, e, muitas vezes, quando as mulheres chegavam ali espancadas, vinha também algum filho espancado, porque ele ia em defesa da mãe.

Acho que o mérito é importante. A gente tem que dar oportunidade. Se há violência, se entrar num programa de recuperação, para demonstrar que não é por ali, que vai perder a família... Se a gente não der uma oportunidade como essa... É como ele falou: não é deixar de punir. Mas a gente sabe que só punir não resolve; educar é essencial.

Por exemplo, como a gente aprovou em 2015, o feminicídio passou a ser crime hediondo, quer dizer, é o máximo que se pode fazer. E não parou, porque isso é uma questão de educar. Eu digo que nós mulheres lutamos todo dia por respeito, por respeito em casa. Quanto à violência contra as crianças e contra as mulheres, isso não é diferente: mais de 90% se dão na própria família, ao redor. Então, é preciso educar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que há um projeto de lei na Casa que quer colocar a Lei Maria da Penha na escola, no ensino básico e fundamental, porque a criança na escola... A escola tem uma influência muito grande na criança. A gente sabe disso. Quando a gente faz um programa, por exemplo, para se combater a dengue, quando a gente o coloca nas escolas, ouço os pais dizerem que o filho chega em casa e reclama: "Isto aqui não pode, porque se vai criar o mosquito."

Então, é preciso educar, educar, educar, respeito, respeito e respeito, e acreditar que as pessoas podem se reintegrar, podem ser recuperadas. Se a gente não tem essa perspectiva, está difícil, não é?

Parabéns, Styvenson!

Parabéns ao autor do projeto!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide!

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

Por favor, permita-me um minuto antes...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tenho direito a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É claro que tem, e é isso que eu vou falar.

Eu queria fazer um apelo à Liderança do PT. O Senador Paulo Rocha é um dos Senadores mais presentes em Brasília, no Plenário, nas Comissões. Ele tem uma história vinculada a direitos humanos e ao movimento social e popular. Eu percebi que ele não está nem na Comissão de Assuntos Sociais nem na Comissão de Direitos Humanos. Então, fica esse apelo aqui fraternal, carinhoso, homenageando, inclusive, sua história, porque ele merece.

V. Exa. tinha que estar aqui presente sempre, mas nem como suplente está. Eu lamento e faço um apelo carinhoso, respeitoso e fraternal.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para consolidar a dupla Paulo e Paulo, que vem desde a Câmara Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu entendo que Líder de bancada e Vice têm mil compromissos. Não dá para eles estarem em todas as Comissões. Eu entendo isso. Eu sei que, num primeiro momento, para adaptar, para funcionar, os Líderes indicam seu próprio nome. Mas eu queria ver muito V. Exa. na Comissão de Assuntos Sociais. Eu, pelo menos, estou lá como suplente. A minha vida sempre foi lá dentro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – É muito importante o assunto que você levanta, Paim, porque foi com uma atuação de nós dois na Comissão do Trabalho que conseguimos aprovar leis importantes quando nós chegamos ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O combate ao trabalho escravo é de V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É o combate ao trabalho escravo etc., etc.

Mas eu queria falar sobre esse debate que o projeto traz à Casa e – permita-me – queria usar minha própria história sobre essa questão da educação da criança, dos jovens etc.

Eu sou do interior, de uma família muito pobre. Minha mãe teve 17 filhos e não tinha condição de sustentar um. E um padre passou pelo interior. Com 8 ou 10 anos, eu já trabalhava na roça, até porque só havia a 3ª série primária; para estudar a 4ª série e a 5ª série, tinha que ir para a sede do Município. Consegui ir para a sede do Município e fiz a 4ª série e a 5ª série. Depois, eu não tinha mais o que fazer e voltei para a roça. Foi um padre que passou por lá e me levou; perguntou se eu queria continuar estudando. Ele me levou para Belém, e eu fui para a Escola Salesiana do Trabalho, que tem a formação de técnico. Foi lá que me formei como técnico em artes gráficas. E só tenho o segundo grau, mas a minha formação durante o período de infância e de jovem foi uma formação completa: não só o ensino normal e a formação operária, a formação de técnico, mas outras formações, como culturais, de esporte, de lazer. Tornei-me um bom músico, eu sou tocador de trompete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso eu não sabia. Estou sabendo disso hoje.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, é a escola de tempo integral que faz essa formação completa do jovem quando ele está no início da sua formação, para que ele não seja presa fácil da violência, da droga, do vício etc., etc. Então, quando ela fala "educar, educar, educar", é isso.

A grande preocupação nossa é que nós estamos vivendo, apesar de termos conquistado uma democracia – essa foi a nossa luta –, tempos de retrocessos, inclusive na democracia. Quando vem um Governo eleito pelo povo diminuir orçamentos das universidades e das escolas etc., etc., dizendo que a culpa de um bocado de coisas que existem na escola é da professora, isso é de um retrocesso da humanidade, não é da democracia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Paulo Rocha!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, é fundamental que a gente faça avançar esses projetos importantes aqui, porque se trata da formação das nossas crianças e da nossa juventude.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu lhe agradeço. Cumprimento V. Exa.

E fica o apelo. Olha, pessoal, esta aqui não é nenhuma crítica. Inclusive, vou fazer um apelo à Liderança do MDB, do Bloco Parlamentar Unidos. Eles podem ceder a vaga, não é isso? Eles podem ceder a vaga, já que as vagas são abertas. Qual o problema, pessoal, em que a gente insiste muito?

Chega aqui a Senadora Leila. Deu quórum com a Senadora Leila. Olhem só! Vou bater palmas aqui. (*Palmas.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone.*) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu o choro do Presidente aqui. Eu já estava quase chorando aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso! Depois, nós vamos para lá também.

Com isso, dá para votar os projetos que são terminativos, e não há nenhum polêmico, pessoal. Eu respeito todas as lideranças: a do Governo, a da Minoria, a da Maioria. Projeto polêmico a gente não vota sem a presença de todos aqui.

Foi um pedido que o Governo me fez. Eu, de ofício, eu o retirei já.

Lembro que mesmo aquele que eu retirei era terminativo, e só o votaríamos com o quórum presencial. Então, não houve nenhum prejuízo.

A Senadora Leila agora está presente.

Eu já vou, de imediato, colocar em votação, com a sua presença, esse projeto.

O primeiro, então, é o do Senador Styvenson.

Aqueles que concordam, já que encerramos neste momento a discussão, com a votação que eu vou encaminhar...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o primeiro relatório.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto, com as Emendas nºs 2 e 3, CDH, e pela rejeição da Emenda 1. A Emenda 1 foi rejeitada.

O projeto segue para a CCJ.

Vamos, de imediato, ao relatório da Senadora Zenaide Maia. A autoria é do Senador Dalirio Beber.

Encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório.

Quem for favorável ao projeto permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CCJ.

Agora vamos ao item 5: Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2018, não terminativo, que altera a Lei nº 8.069...

Senadora Zenaide, muito obrigado por ter ficado aqui. Eu sei que tem um voo, mas ficou aqui até a aprovação do projeto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O Senador Paulo Paim é tão convincente, que eu já estou vindo na segunda à noite, para na terça já estar aqui. Daqui a pouco, vou ter que vir no domingo para poder estar aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, não. Nós não faremos isso.

Senador Styvenson, agradeço-lhe também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mas é aquilo que eu digo: esta Comissão para mim é uma das mais importantes, porque trata de direitos humanos. Então, são os direitos de todo mundo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora! Obrigado. Parabéns pela aprovação do projeto!

Vamos ao projeto que eu já li aqui, o de nº 546.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, DE 2018**

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos.

Autoria: Senador Edison Lobão

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

A relatoria é do Senador Acir Gurgacz, a quem passo a palavra de imediato.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para leitura de relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 546, de 2018, de autoria do Senador Edison Lobão, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos fundos dos direitos da criança e do adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil já aprovados pelos conselhos dos respectivos fundos.

O art. 1º da matéria altera o *caput* do art. 260 do ECA, para prever a dedutibilidade do Imposto de Renda de doações feitas diretamente a projetos de organizações da sociedade civil aprovados em plenária pelos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente para a captação de recursos por meio dos fundos dos direitos da criança e do adolescente.

O art. 2º da matéria, por sua vez, determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em sua justificação, o autor da matéria relata que a proposição visa a legitimar prática já existente, a qual tem colaborado para a manutenção de projetos de alta relevância em favor de crianças e de adolescentes. Alega, ademais, que a realidade mostra que o contribuinte se interessa mais pela doação à entidade ou ao projeto que já conheça, o que acaba por permitir maior controle sobre o destino de sua doação.

A matéria foi distribuída à CDH e, na sequência, seguirá para a apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

A matéria continuou a tramitar, na Legislatura iniciada em 2019, por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Risf, à CDH compete opinar sobre proteção à infância e à juventude.

O projeto mostra-se altamente meritório. Como bem se sabe, o direito anda sempre na esteira da realidade fática. E o que se observa com bons olhos é uma prática social alvissareira que permite doações a projetos em favor das crianças e adolescentes.

Logo, nada mais salutar e adequado que, por meio da proposição em tela, legitimar-se legalmente a possibilidade de o contribuinte doar diretamente à entidade ou ao projeto que já conheça, o que, como bem pontuou o autor da proposição, acaba por permitir maior controle sobre o destino de sua doação.

Dessa forma, reforça-se a imagem de um Estado de direito que existe em favor dos cidadãos, e não com finalidade meramente tributadora, como muitos pensam.

A proposição contribui para o bem-estar social e, definitivamente, merece prosperar.

Esse projeto, Sr. Presidente, para fazer uma análise mais rápida, desburocratiza as doações. Hoje os projetos são aprovados pelos conselhos. Eles continuarão sendo aprovados pelos conselhos, mas, em vez de o doador mandar para um fundo, ele vai mandar diretamente para aquela entidade que o conselho já aprovou. Então, não muda nada em relação a tributos e também não muda nada, Senadora Leila, em relação à aprovação pelos conselhos. Os conselhos terão que aprovar. A única diferença é que vai desburocratizar. Em vez de o doador mandar para um fundo e o fundo enviar para uma entidade, o doador pode já fazer a opção pela entidade que deseja, desde que o projeto já tenha sido aprovado pelos conselhos. Então, eu entendo que é um projeto importante que vem desburocratizar e vai fazer com que mais pessoas possam fazer essas doações.

O voto, então, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2018.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – Eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Selma já está presente, ampliando o quórum, e regimentalmente pediu vista desse projeto.

Senadora Selma, só faço um apelo a V. Exa. para registrar presença.

Está concedida a vista já a V. Exa.

Neste momento, nós vamos convidar a Senadora Mailza Gomes, que eu lembro sempre que foi quem nos deu posse nesta Comissão, a Presidente e a Vice-Presidente, para presidir os trabalhos, porque eu tenho dois relatórios a fazer.

Primeiro, deixo registrada mais uma vez aqui a nossa solidariedade, em nome da Comissão de Direitos Humanos, ao povo de Moçambique, onde 15 mil pessoas precisam ser resgatadas, em razão do ciclone que atingiu o país e deixou centenas de mortos. A previsão é de que haja mil mortes em decorrência desse ciclone. Fica aqui a solidariedade da Comissão de Direitos Humanos a Moçambique.

Para continuar a nossa pauta, vou passar a Presidência à Senadora Mailza Gomes. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos.

ITEM 6**PROJETO DE LEI Nº 402, DE 2019**

- Não terminativo -

Institui o Programa Cidade Amiga do Idoso.

Autoria: Deputado Ricardo Tripoli

Relatoria: Senador Paulo Paim





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH, CAS e CDR.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, Mailza Gomes, vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 402, oriundo da Câmara dos Deputados, que institui o Programa Cidade Amiga do Idoso. Sua finalidade é "incentivar os Municípios a adotar medidas para o envelhecimento saudável e aumentar a qualidade de vida da pessoa idosa".

A adesão dos Municípios ao programa é voluntária e depende da apresentação de um plano de ação que contemple iniciativas pautadas pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 2003) – de que eu tive a alegria de ter sido o autor, que foi aprovado por unanimidade por esta Casa – relativas a: espaços abertos e prédios; transporte; moradia; participação social; respeito e inclusão social; participação cívica e emprego; comunicação e informação; e apoio comunitário e serviços de saúde. Exige-se, ainda, que o Município disponha de Conselho Municipal do Idoso em funcionamento.

Os Municípios aderentes ao programa terão prioridade no recebimento de recursos do Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano. Entre esses, os que de fato implementarem medidas relevantes do plano de ação receberão o título de Cidade Amiga do Idoso, a ser outorgado pelo Conselho Nacional do Idoso.

Proposto pelo Deputado Ricardo Tripoli, o projeto recebeu na Câmara dos Deputados pareceres favoráveis nas Comissões de Seguridade Social e Família, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reconhecendo a importância do Estatuto do Idoso, o autor considera que sua implementação ainda deixa a desejar. Nesse sentido, o programa proposto cumprirá o papel de estimular os Municípios a desenvolverem essa importante política, ou seja, de atendimento ao idoso.

O projeto inspira-se no Guia Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial da Saúde (OMS), que apontou as características urbanas amigáveis aos idosos, com base em um levantamento realizado em 33 cidades de todas as regiões do mundo. Na versão original, inclusive, a concessão do título seria feita pela própria OMS. Além disso, os recursos proviriam do Fundo Nacional do Idoso (instituído pela Lei nº 12.213, de 2010).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto em análise decorre do substitutivo aprovado pela Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa, que considerou inadequado o Fundo Nacional do Idoso financiar programa de caráter permanente, razão pela qual optou-se pelo Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Urbano, e entendeu mais apropriado atribuir ao Conselho Nacional do Idoso a concessão do título.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Por fim, nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento da Casa, compete à CDH opinar sobre proteção aos idosos, o que torna regimental a apreciação da matéria por esta Comissão.

Como bem aponta o autor do projeto, "as pessoas idosas em nosso País enfrentam inúmeras barreiras para ter qualidade de vida. De um lado, identificam-se barreiras de acessibilidade a espaços abertos, prédios, transporte e moradia, em face de uma saúde mais fragilizada pelo avançar dos anos. De outro, tem-se a dificuldade de participação social, decorrente da falta de opções de lazer, trabalho e atividades esportivas que o poder público e sociedade lhes oferecem".

A relevância da iniciativa pode ser constatada pelas mais recentes estimativas demográficas do IBGE. Em 2060, o percentual da população com 65 anos ou mais de idade chegará a 25,5% (58,2 milhões de idosos), enquanto, em 2018, essa proporção é de 9,2% (19,2 milhões). É urgente, portanto, que o Brasil atente para a importância dessa política, que foi muito bem definida no Estatuto do Idoso.

A exemplo da rede Cidades e Comunidades Amigáveis à Pessoa Idosa, da OMS, o título de Cidade Amiga do Idoso visa conferir visibilidade e reconhecimento aos gestores locais comprometidos com o bem-estar dos idosos. A certificação da OMS atesta o compromisso do Município com essa agenda. No Brasil, obtiveram-na os Municípios de Porto Alegre, Veranópolis e Esteio, no Rio Grande do Sul, e de Pato Branco, no Paraná.

O título ora instituído vai além do certificado da OMS, pois será concedido pelo Conselho Nacional do Idoso em reconhecimento a ações implementadas com resultados positivos. Trata-se, portanto, de um passo importante na implementação das recomendações do Estatuto do Idoso.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 402, de 2019, como Relator. O projeto é de autoria da Câmara dos Deputados, do Deputado Ricardo Tripoli. Faço questão de destacar sempre o nome do autor. Eu aqui só fiz a relatoria. Então, o mérito pela iniciativa. Independentemente de alguém pedir vista ou não, eu achei uma bela iniciativa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão o projeto...

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu passo à Presidente, a Senadora Mailza – isso é vício de origem!

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto.

ITEM 7**SUGESTÃO Nº 31, DE 2018**

- Não terminativo -

Revogação imediata da EC-95 que congela os investimentos públicos por 20 anos

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição que apresenta.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para leitura de relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa chega sugestão do programa e-Cidadania – veio da sociedade civil – que propõe a revogação imediata da EC-95, que congela os investimentos públicos por 20 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório.

Em análise nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a Sugestão nº 31, de 2018, do Programa e-Cidadania, que propõe a revogação da EC-95 que congela os investimentos públicos por 20 anos.

A Sugestão nº 31, de 2018, advém da Ideia Legislativa nº 108.297, publicada em 1º de agosto de 2018, por Vanessa Negrini, do Distrito Federal, que atingiu, em 3 de agosto de 2018, ou seja, apenas três dias após publicada, apoio superior a 20 mil manifestações individuais – só podem ser apreciadas sugestões que ultrapassem as 20 mil manifestações –, conforme Memo nº 46/2018–SCOM, de 7 de agosto de 2018, da Secretaria de Comissões deste Senado Federal.

Na Descrição da Ideia Legislativa nº 108.297, argumenta-se que:

A EC-95 congelou por 20 anos os investimentos públicos em áreas como Saúde, Segurança, Educação. Os efeitos já estão sendo sentidos pela população, sobretudo a mais pobre. Muitos parlamentares que votaram sim já [...] [mudaram de opinião]. Urge a revogação da EC-95 para que o Brasil volte a respeitar seu povo [...] [segundo a proponente].

No campo Mais Detalhes, a autora da Ideia Legislativa, argumenta ainda que – entre aspas, estou lendo aqui os argumentos da pessoa que propôs, com as 20 mil assinaturas:

[...] a população não fica congelada por 20 anos! Os investimentos públicos precisam acompanhar o crescimento da demanda. Com dois anos de vigência da EC-95, os índices sociais e econômicos já refletem o impacto do congelamento. Faltam médicos, remédios, a criminalidade aumentou (em especial contra a mulher), há crianças sem vaga na escola e despencou o investimento em ciência e pesquisas. [...] [Fecho aspas.]

Em 11 de março de 2018, conforme consulta à página eletrônica do Programa e-Cidadania, mantida no sítio eletrônico do Senado Federal na Internet, às 11h15, percebeu-se um total de 77.902 apoios à Ideia Legislativa nº 108.297. Na mesma data, perceberam-se 6.957 votos "sim" à Sugestão nº 31, de 2018, e apenas 484 votos "Não".

Análise.

Nos termos do parágrafo único do art. 6º, da Resolução nº 19, de 2015, combinado com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre as Ideias Legislativas registradas no Programa e-Cidadania que alcançarem um total de 20 mil apoios em um prazo de quatro meses após seu registro, requisito plenamente alcançado pela Ideia Legislativa nº 108.297, conforme Memo nº 46/2018 – SCOM, mencionado no Relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De início, quanto à constitucionalidade e juridicidade, cumpre salientar que não há vícios na proposta, visto que ela é legal, constitucional e deverá seguir os requisitos regimentais pertinentes, sendo importante ressaltar que a mesma não contempla nenhum dos impedimentos constantes no §4º do art. 60 da Constituição.

Quanto ao mérito, concordamos plenamente com a autora da Ideia Legislativa nº 108.297. Ao invés de promover o crescimento econômico e diminuição do desemprego, conforme enfaticamente defendido pela área econômica do governo à época da tramitação da PEC que resultou na EC nº 95, passados dois anos de sua entrada em vigor, o congelamento dos investimentos públicos promovido pela emenda é, em verdade, a principal causa da estagnação econômica que estamos enfrentando. Dessa estagnação decorre o pífio desempenho da economia brasileira nos últimos dois anos e a manutenção do desemprego em patamares bastante elevados.

Como bem salientado, a manutenção desse congelamento promoverá efeitos catastróficos em todos os indicadores sociais do País, e, por essa razão, urge revogar a EC nº 95, o que nos leva a apoiar a iniciativa da Sra. Vanessa Negrini. Assim, a sugestão deve tramitar – se for, claro, aprovada por esta Comissão – na forma de uma proposta de emenda à Constituição.

Como se trata de PEC, para que possa ter a necessária legitimidade para tramitar, além da acolhida desta Comissão, deverá conter o mínimo de 27 assinaturas de Senadores, conforme determina o art. 60, I, da Constituição Federal.

Finalmente, quanto à técnica legislativa, é importante salientar que o art. 3º da EC nº 95, de 2016, revogou o art. 2º da Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, que previa um escalonamento de cinco anos para a aplicação de 15% da receita corrente líquida da União em ações e serviços públicos de saúde. Entendemos que a revogação da EC nº 95, de 2016, não deva implicar a repristinação deste dispositivo, de tal forma que a União deverá aplicar 15% de sua receita corrente líquida em ações e serviços públicos de saúde, conforme previsto no inciso I do §2º do art. 198 da Constituição Federal.

Por essa razão, o texto proposto não contém uma repristinação expressa do art. 2º da EC nº 86, de 2015, de tal forma que esse dispositivo continuará revogado.

Enfim, o voto.

Diante de todo o exposto, opinamos pela aprovação da Sugestão nº 31, de 2018, na forma da seguinte proposta de emenda à Constituição.

Repetimos: esta é uma sugestão, que terá que se tornar uma proposta de emenda à Constituição, com a assinatura de 27 Senadores e Senadoras, desde que a soma chegue a 27.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO [...]

Revoga a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que *altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Revoga-se a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que *altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.*

Art. 2º Esta Emenda Constitucional [depois de assegurada a tramitação das assinaturas] entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, favorável à sugestão, na forma da proposta de emenda à Constituição que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável à sugestão, na forma de proposta de emenda à Constituição.

ITEM 10**REQUERIMENTO Nº 12, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater “A sociedade e a política: desafios para representar mais e melhor”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Senador Acir, eu só lembro que nós temos hoje que falar um pouquinho sobra a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância da sua subcomissão. Se quiser, eu até seguro esses dois, não tenho pressa, mas a sua Comissão é muito importante.

Então, eu vou fazer rapidamente. Isso vem da sociedade civil e também é um debate sobre, cada vez mais, melhorar a representação política no Brasil, desde o Legislativo, o Executivo, e atualmente o Congresso Nacional, para não falar aqui em todas as instâncias.

E aqui as pessoas que me foram indicadas: Joênia Batista de Carvalho, Deputada Federal de Roraima; Áurea Carolina de Freitas, Deputada Federal de Minas Gerais; Izabella Amanda Barros Mattar, Diretora Executiva da RenovaBR; Viviana Santiago, Gerente de Advocacy da Plan International; Erica Malunguinho da Silva, Deputada do Estado de São Paulo; Frei David, Diretor Executivo da Educafro; jornalista Joyce Ribeiro, TV Cultura; e Samuel Emídio, Movimento Acredito – esses movimentos para fortalecer a política no Brasil e no mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para tratar da “Campanha da Fraternidade 2019”.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Esse nome já diz: é para debater a Campanha da Fraternidade, pela sua importância, o que é feito em todos os períodos. A gente faz, inclusive, no Plenário. Dessa vez, me pediram que eu o fizesse convidando todos aqueles que dirigem a Campanha da Fraternidade e a sociedade, para debater a importância da Campanha da Fraternidade 2019. Deve estar aqui o título.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste ano de 2019, o tema é "Fraternidade e Políticas Públicas", e o lema é "Serás Libertado pelo Direito e pela Justiça".

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, nós temos alguns requerimentos do Senador Styvenson.

Como ele não está presente, eu tomei a liberdade de, de pronto, assinar embaixo os requerimentos dele, já que ele está em outro evento.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) –

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater a violência sexual contra vulnerável em suas diversas formas, especialmente a pedofilia na internet

Autoria: Senador Styvenson Valentim e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Eu subscrevi porque ele está em outro evento e pediu para mim.

Diz o Senador Styvenson na justificativa:

As violências sexuais contra crianças e adolescentes são consideradas problemas de saúde pública e têm gerado graves problemas nas esferas individual e social, afetando toda a sociedade.

Esse tipo de violência ocorre de diversas formas, seja por assédio, estupro, pornografia infantil ou exploração sexual. Ressalta-se que, nesse contexto, a exploração da pornografia na rede social de computadores tem ampliado a ação de pedófilos e



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

causado danos irreparáveis a nossas crianças e famílias, pois os criminosos têm-se utilizado das mais diversas nuanças para induzi-las de forma involuntária para torná-las vítimas de suas práticas abomináveis.

Essa é a justificativa do Senador Styvenson Valentim.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 13**REQUERIMENTO Nº 16, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o problema da segurança nas escolas e os conflitos atuais.

Autoria: Senador Styvenson Valentim e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, que o subscreveu, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Essa iniciativa do Senador Styvenson Valentim surgiu do debate nesta própria Comissão. Estávamos na presença, se eu não me engano, de nove Senadores, e todos, por unanimidade, entenderam que essa questão teria que ser debatida.

Eu passo à justificação que ele encaminhou aqui no seu requerimento:

O ataque à Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano-SP, ocorrido em 13/03/2019, não foi o primeiro atentado que aconteceu nas escolas brasileiras, e espero, sinceramente, que seja o último. É imprescindível que toda a sociedade, o Estado e as famílias brasileiras possam atuar juntos de forma a evitar tragédia dessa dimensão, que destrói vidas, sonhos e causa grande ferida na sociedade.

Diz mais o Senador Styvenson:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema merece reflexão e atenção desta Casa Legislativa, que não pode deixar de debater, procurar entender e propor soluções que venham evitar ataques como os já ocorridos em Realengo-RJ, Janaúba-MG, Medianeira-PR, Goiânia-GO, e mais recentemente em Suzano-SP.

A segurança nas escolas brasileiras, sem dúvida, passa por uma ação mais efetiva dos entes federados, que precisam propor políticas públicas e ações como as de melhoria da segurança em nossas escolas, melhor adequação predial [...].

Diz ele ainda:

Não menos importante nesse cenário é a participação da família, que deve estar atenta ao comportamento de seus membros, avaliando suas atitudes, suas amizades, sua vida escolar e seus hábitos na rede mundial de computadores [leia-se, nas redes sociais].

Pela relevância do tema, que teve o apoio, naquela oportunidade, de todos os Senadores, eu proponho que a gente o aprove. E podemos assinar embaixo, já que ele teve que ir para um outro compromisso.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se alguém quiser discutir a matéria...

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Se alguém quiser discutir... (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pessoal, eu queria esclarecer aos Senadores que nós selamos um compromisso de não haver nenhum requerimento extrapauta. Eu estou mantendo na íntegra isso.

Aqui se está propondo só – já foi aprovada a audiência pública – um nome que ficou fora, para se incluir nessa audiência pública. Eu entendo que isso não fere em nada a intenção, e democraticamente nós o colocaríamos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Há dois nomes, inclusive, do Major Olimpio também, porque é um debate sobre a segurança. Ele entendeu fundamental esse debate e mandou dois nomes, para uma audiência que já está aprovada. Esse é o objetivo dessas duas indicações.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. *Fora do microfone.*) – É um aditivo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um aditivo, exatamente, para não ferir aquele princípio de nós não votarmos nenhum projeto sem publicá-lo primeiro na pauta.

Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores sobre se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

EXTRAPAUTA**ITEM 14****REQUERIMENTO Nº 18, DE 2019**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 9 de 2019 – CDH, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Erika Lemos, professora, Mestre em Psicologia Educacional, ativista e mãe do Eric diagnosticado com autismo; 2. Heloisa Uelze – Advogada, integrante da ONG Autismo e Realidade e mãe de criança com o Transtorno do Espectro do Autismo; 3. Júlia Balducci – pessoa com o Transtorno do Espectro do Autismo.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Na verdade, nós estamos trabalhando no mesmo requerimento. Eu indiquei uma pessoa, que foi dita aqui agora, a pedido da Sociedade dos Autistas – se perguntar se eu conheço pessoalmente, não conheço; os autistas é que pediram para mim que fosse indicado o nome dela –, e o Major Olímpio indicou Heloisa Elsie, advogada integrante da ONG Autismo e Realidade e mãe de criança portadora do transtorno do espectro do autismo, e indicou também Julia Balducci, portadora do transtorno do espectro autismo.

Eu queria dizer que essa audiência pública já está aprovada. Seriam só incluídos esses três nomes a pedido da sociedade civil.

A SRA. PRESIDENTE (Mailza Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Presidenta. Valeu.

Essa foi a Senadora Mailza Gomes, que presidiu a sessão.

Eu quero registrar a presença também, sempre presente aqui na Comissão, do nobre Senador Alessandro Vieira, que tem compromisso com os direitos humanos, já o demonstrou – não aqui, mostrou lá fora, e por isso ele chegou aqui, com uma expressiva votação em seu Estado –, e faz parte, com muita satisfação de todos nós, aqui da Comissão de Direitos Humanos.

Eu quero passar a palavra agora, porque é o último ponto da pauta. Depois eu só vou ler alguns informes. Aí os Senadores estão liberados. Há informes que sou obrigado a ler pelo próprio Regimento.

Eu passo a palavra, agora, ao Senador Acir Gurgacz, que teve a iniciativa de formar uma Subcomissão Especial da Acessibilidade na Área Urbana.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Muito bem, Senador Paim.

Nós entendemos que é importante nós debatermos a acessibilidade e a mobilidade urbana, especificamente. Por isso a iniciativa de formar essa Subcomissão para que a gente possa debater





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tema, que eu entendo que é da maior importância para todos os Municípios brasileiros e principalmente a questão da acessibilidade.

E nós estamos convidando – não sei se esse é o termo, o nosso consultor pode nos colocar se o termo seria convite – para que, na próxima semana, quarta-feira, possamos instalar essa Subcomissão.

Eu consulto V. Exa., Presidente, sobre se é possível nós instalarmos na próxima quarta-feira, dia 27, essa Subcomissão, para que possamos iniciar os trabalhos.

Era essa a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já me sinto não convidado, mas convocado para estar aqui com V. Exa.

Eu participarei da escolha dos membros e, em seguida, V. Exa., creio eu – creio eu, não tenho bola de cristal – deverá assumir como Presidente desta Subcomissão, pela brilhante iniciativa. É um tema que, de fato, preocupa a todos. E acho que, em qualquer país do mundo, ao se perguntar: "Morrem mais pessoas, neste continente, nas guerras ou no trânsito?". No trânsito! E isso tem tudo a ver também com acessibilidade urbana.

É uma bela iniciativa, e conte totalmente com o nosso apoio. Eu, embora não seja membro da Subcomissão, devido a estar na Presidência, estarei, tenho certeza, em muitas reuniões que V. Exa. presidir, no Plenário, para contribuir com o debate.

Se V. Exa. também assim entende, fica acertado que vamos eleger, na próxima quarta-feira, dia 27, às 9h da manhã. É um bom horário. O.k.?

Senhores, eu agradeço a presença de todos. Quero, mais uma vez, cumprimentar todos os Senadores que aqui se fizeram presentes para que a gente pudesse votar todos os não terminativos, os requerimentos. E, claro, se houvesse algum polêmico, como é acordo, nós tiraríamos de pauta.

Agradeço muito aos Senadores Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Selma Arruda, Alessandro Vieira, Acir Gurgacz, Leila Barros, Paulo Paim – eu agradeço a mim mesmo, só para não sair do tom –, Zenaide Maia, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Flávio Arns, Major Olimpio, que aqui esteve também, e Paulo Rocha. Muito obrigado a todos.

E assim nós encerramos a nossa reunião de hoje.

Que Deus ilumine a todos nós! (*Pausa.*)

Eu vou reabrir aqui, pessoal, porque temos um segundo momento, que é somente para ler alguns informes, documentos. Não vai ser votado nada; eu só vou ler alguns documentos, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é obrigação regimental. A Secretaria me avisa que, antes de eu encerrar oficialmente, eu faça a leitura.

A Secretaria da CNH recebeu os seguintes documentos:

De uma cidadã: encaminha, para conhecimento, carta denúncia entregue ao Ministério das Relações Exteriores, alegando ter sofrido agressão moral e física por parte de um servidor daquele ministério.

Do Conselho Nacional dos Direitos Humanos: encaminha recomendação que dispõe sobre o seu posicionamento contra a privatização do sistema prisional; e, em seguida, apresenta o "Povos Livres, Territórios em Luta", relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

De moradores do Condomínio Mestre D'Armas II: encaminham carta para informar e pedir providência quanto à reintegração de posse, realizada de forma injusta, e derrubada de mais de 300 residências no condomínio.

Da Secretaria-Geral da Mesa: encaminha cópia da Moção nº 176, de 2019, da Câmara Municipal de Jundiaí, São Paulo, de apoio ao Governo Federal pela criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Da Federação Nacional das Associações dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais e da Associação Federal dos Oficiais de Justiça do Brasil: solicitam a este Legislativo a propositura de lei para garantir o porte de arma e aposentadoria especial aos Oficiais de Justiça – e, com isso, permitir a essa categoria de servidores o cumprimento do dever legal de forma mais segura, já que se trata de uma atividade de risco. Informo, ainda, nos termos da Introdução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 2.019, que esses documentos ficam disponíveis na Secretaria da CDH para manifestação dos membros desta Comissão pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

Feita essa leitura quase que dinâmica dos informes que tinha a dar, nós, agora sim, oficialmente, encerramos a nossa reunião deliberativa de hoje.

Que Deus abençoe a todos!

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Eduardo Girão e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na economia. Participantes: Eduardo Moreira, Professor; Roberto Piscitelli, Representante do Conselho Federal de Economia; e Clóvis Scherer, Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos - DIEESE. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Convidar o economista Paulo Tafner para participar da audiência pública sobre a Reforma da Previdência; e realizar audiência pública sobre previdência com a comunidade negra, com indígenas e mulheres. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: Convidar o economista Paulo Tafner para participar da audiência pública sobre a Reforma da Previdência; e realizar audiência pública sobre previdência com a comunidade negra, com indígenas e mulheres. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Styvenson Valentim, Eduardo Girão e Jean Paul Prates. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos; e para constar, eu, Christiano de Oliveira Emery, Secretário Adjunto da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/25>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 1, de 2019, de nossa autoria, para debater o tema: "Previdência e Trabalho", com foco na economia.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – *link*: www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado, através do número 0800 612211.

Esta audiência pública faz parte de um ciclo de debates que estamos aqui fazendo desde o início já desta Legislatura, preocupados que estamos com a reforma da previdência. Com essa, já é a sexta audiência pública, sempre com o foco do dia. Hoje, é na repercussão na economia e no mundo do trabalho da reforma da previdência.

Já fizemos aqui dos professores, já fizemos dos trabalhadores rurais, fizemos uma geral, logo que chegou a proposta à Casa. Já temos uma programada para a segurança pública, um dia só para ouvir os empresários, e aí vamos levando esse ciclo. Haverá um dia da cidadania, um da dívida pública, e vamos avançando com tantas reuniões quantas forem necessárias.

Informamos que, por iniciativa do Vice-Presidente desta Comissão e deste Presidente, com o aval de toda a Comissão, nós já encaminhamos para o Plenário uma audiência pública para que haja lá um debate, a chamada comissão temática. Serão cinco a favor e cinco contra a reforma da previdência. Estamos esperando o dia que o Presidente Davi vai marcar. Mas os cinco convidados nossos já foram comunicados, estão esperando só o dia dessa comissão temática, que vai ser também muito importante. Vamos torcer para que seja ainda este mês, no mais tardar no mês que vem.

Eu faço essa abertura rápida e tenho um comunicado para fazer com uma certa... Eu não diria indignação, porque seria muito forte – eu até quero manter aqui toda a diplomacia que tenho tido como Presidente desta Comissão; o Capitão Styvenson sabe, todos os Senadores sabem –, mas eu lamento, lamento muito, porque eu esperei até 9h, antes de abrir, porque sempre abro às 9h, em ponto, sempre, esperando a chegada dos convidados. Os que nós tínhamos previstos estão aqui, mas infelizmente o Secretário da Previdência do Ministério da Fazenda não virá. Veio aqui um assessor agora, neste momento... Está aqui ele na Casa. Inclusive, o seu nome é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Wildemberg veio aqui e nos comunicou que ele teve um compromisso de emergência em São Paulo, se não me engano, e não poderá vir. A gente lamenta, porque não é a primeira vez. De todo esse ciclo de debate, essa aqui deve ser a sétima audiência, sempre convidamos, para que aqui estivesse, o representante do Governo. E o representante do Governo infelizmente nunca pôde vir a nenhuma delas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, é para debater a reforma da previdência, que está movimentando, eu diria, toda a sociedade brasileira. Eu acho que não ajuda essa posição do Governo; não ajuda até para a gente avançar, seja qual for a conclusão final. Por isso percebo que há uma certa... Eu não diria insegurança, mas uma certa preocupação – olha, eu estou me preocupando aqui com os termos – uma certa preocupação com o próprio Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que tem demonstrado... Dá a impressão de que o Governo quer, mas não quer a reforma. Sei lá o que é isso.

Eu não estou falando pelo Governo, estou dizendo pelo que ele tem colocado. E percebo que o Presidente aqui do Senado também, o Davi Alcolumbre, está com a mesma preocupação.

Eu acho que 90% do povo brasileiro não quer. Eu vou colocar 90%. Mas o debate sempre é importante. Eu sou um defensor do debate. Eu dizia para os convidados, Senador Styvenson, que já está aqui, que eu aqui, hoje, seria um mediador, como sempre fui. Eles vão expor o ponto de vista.

O meu papel como Presidente, e assim eu defendo que deveria ser – é a minha opinião – a posição do Presidente da Câmara e do Senado: eles não têm de ser defensor dessa ou daquela proposta, no exercício do cargo. No exercício do cargo, eles têm de estar como estadistas. O Executivo manda, o Legislativo recebe, abre o debate, e o Plenário vota. É assim que deveria ser.

Mas eu entendo a situação muito difícil por que passa o País.

Mas vamos lá. O que importa no dia de hoje é que estamos ao vivo para todo o Brasil. Nós anunciamos pelas redes que estariam aqui representantes do Governo e da sociedade civil. Infelizmente, alguns minutos atrás, quatro minutos atrás, eu fui comunicado de que o representante do Governo, mais uma vez, não virá.

Capitão Styvenson, antes de mesmo de iniciar os trabalhos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente, bom dia. Bom dia a todos os que estão assistindo à TV Senado, às redes sociais.

É lamentável, porque, desde o início, desde quando abriu esta Comissão, eu estou aqui sentado nesta cadeira, assistindo a todos os debates, a quem ainda está dizendo que é contra, a quem está mostrando algumas falhas que devem ser moldadas. Eu estava aguardando este dia. Estava na expectativa de ouvir o outro lado.

Aqui estou vendo que o senhor está sabendo separar muito bem, muito bem mesmo. Estou aqui presente. Sou testemunha disso.

É lamentável. É lamentável que as pessoas que estejam em casa, que possam assistir...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E foi anunciado há três dias e hoje pela manhã, ainda ao vivo pelas redes, né?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pois é.

Comigo também, eu acho que é um desrespeito. Eu sei que houve um caso excepcional, mas que mande alguém, que trague alguém para falar sobre este assunto. Ninguém aqui, eu pelo menos não sou contra que exista alguma forma de modificação na previdência. Mas, da forma que está, a gente precisa de esclarecimento. E é isso que o Governo tem de dar: esclarecimento para, através de argumentação, para nos convencer, porque, como o senhor mesmo disse, talvez isso não vá se mover um centímetro, da forma que está.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o parabenizo pela postura, por ter convidado insistentemente. Não foi uma vez só. Eu estou presente aqui e vejo a sua insistência em convidar as pessoas, os secretários, os Ministros, quem quiser falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem quiser.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Quem quiser falar sobre esse assunto. Qualquer ser humano que estiver assistindo, que quiser debater e discutir e que for favorável pode vir para cá, argumentar e nos convencer. Não precisa ser partidário, não precisa ser agressivo. Precisa apenas nos convencer, não é, Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É exatamente isto que nós queremos: suscitar o bom debate, qualificado e respeitoso, como sempre fizemos aqui nesta Comissão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Há que se esperar, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos esperar a próxima. Mas vamos insistir. E eu continuarei insistindo.

Senador Girão, eu estava aqui falando neste momento que, infelizmente, antes mesmo de formatar a Mesa, os representantes que tinham uma posição contrária... E havia um secretário executivo do Governo com os seus assessores, ele poderia colocar na Mesa quantos quisesse, poderia colocar dois, três para conversar junto com ele, mas, na última hora está aqui o assessor do secretário executivo, do Leonardo Rolim, dizendo que não poderão vir, que, por um motivo, segundo eles, de força maior, não virão. Daí eu estava, inclusive, comentando, porque existe uma preocupação muito grande, e o Presidente da Câmara tem demonstrado a sua preocupação, o próprio Presidente do Senado, e nós outros também aqui, Senador Eduardo Girão que sempre está aqui presente.

Hoje nós esperávamos ver o contraditório. Que falassem dois ou três, pois não haveria problema nenhum. Isso foi orientado. O secretário me garantiu que viria, o Leonardo Rolim, e há questão de minutos é que eu fiquei sabendo que ele não virá. Então, falarão três pessoas para preencher o espaço aqui na Mesa, que terão uma visão semelhante, creio eu, creio eu. E alguém vai perguntar: "Mas ninguém fala pelo lado do Governo?" Não é por falta de convite. Eu já mandei convite, mando convite todas as semanas, porque todas as audiências, na segunda-feira pela manhã, são para debater a previdência e de preferência com o mesmo número de convidados. O problema é que não achamos quem venha, não encontramos. Eu fiz um apelo até a pessoas da sociedade civil, a algum economista que quisesse vir. Será bem-vindo aqui, ou alguém representante dos mais variados setores.

Nós vamos fazer uma só do empresariado. Quando eu falo empresariado, é de uma forma muito carinhosa, respeitosa e propositiva, do setor empreendedor, seja banqueiro, seja grande empresário, seja médio empresário, para eles virem aqui, colocarem o nome. Vamos fazer esse convite para a Fiesp, para a CNI, para a Federação dos Bancos. Se os senhores ajudarem será muito bom. E vamos insistir, setor financeiro, todos para que venham aqui e coloquem o seu ponto de vista.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Girão com a palavra, sempre presente aqui na Comissão e nos debates no Plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Pela ordem.) – Senador Paulo Paim, muito bom dia! Presidente desta Casa, com muita honra estamos aqui juntos, Senador Capitão Styvenson, demais convidados que já vão participar de mais esta audiência que tem sido coordenada de uma forma muito obstinada por V. Exa., que tenta buscar o contraditório, que tenta buscar diversos ângulos na sociedade.

Eu queria também aproveitar e sugerir uma Mesa em algumas dessas segundas-feiras. Eu tive oportunidade de conhecer alguns juízes também. Acho que essa área da magistratura é muito importante. Eu tenho até sugestão de nomes para passar para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Excelente sugestão, do Judiciário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Do Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí ficam os três Poderes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Exatamente, muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que essa audiência seja... V. Exa. deve encaminhar o requerimento para a Mesa com os nomes, e nós vamos colocar... Por exemplo, só como contribuição, eu estou falando um pouquinho mais porque depois eu não falo mais. E os senhores falam em qualquer momento. Eu estou esperando chegarem um pouco mais e aí as pessoas ficam na expectativa de que vai falar em seguida o professor, economista e um estudioso nessa área, Eduardo Moreira; vai falar o economista e também estudioso Clovis Scherer, que falará pelo Dieese; e o Leonardo Rolim, inclusive, não veio. A sua equipe não veio. E nós convidamos também o Sr. Roberto Piscitelli. Está certo?

Roberto Piscitelli é do Conselho Federal de Economia e vem falar a visão do Conselho Federal de Economia. Então, eu acho que abre um pouco o debate.

Então, fica assim acertado, Senador Eduardo Girão, porque o Senador Styvenson já encaminhou um sobre... E, nesse dia, nós vamos ficar juntos na Mesa. Eu vou para o Plenário, sem problema nenhum, mas, nesse dia, pela sua iniciativa... Porque a minha intenção aqui também é não ficar sempre eu presidindo. Como a iniciativa veio do Senador, o Senador preside, e eu ou fico aqui do lado acompanhando ou vou para o Plenário, sem problema nenhum, mas, nesse dia dos juízes, a presidência – já fica acertado – vai ser de V. Exa. E, no dia da segurança pública, será o Capitão Styvenson.

Eu acho que é bom isso. Eu dizia antes para o Eduardo que esses meus últimos oito anos – já estou com quase 70 – são para fortalecer as lideranças novas. Alguns não entendem isso e ficam achando que eu estou... Eu estou aqui para fortalecer as lideranças novas. Esse é o meu papel. Se eu puder deixar um legado para este País, depois de mais de 40 anos de vida pública – são mais de 40 já de vida pública... Só no Congresso, vou completar 40 no fim deste mandato, mas estive também lá fora. Eu acho que é isto: fortalecer as novas lideranças para o nosso País. Nosso País está precisando muito de novas lideranças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá?

Convido, com enorme satisfação, dizendo que, no primeiro momento, o Frei David, que está presente, foi quem fez o contato comigo: "Paim, convida o Eduardo Moreira, professor, economista, liderança jovem. Está tendo uma posição muito firme em relação a esse tema". Eu, de imediato, liguei para ele. Sei que a agenda dele é disputadíssima. Estou sabendo. Não precisa você falar, porque eu vou falar. Todo mundo quer vê-lo presente em todos os lugares. Eu liguei para ele, ele me atendeu na hora, falamos um pouco, depois ele me ligou de novo, falamos um pouco mais, e ele está aqui presente para fazer a exposição. Perguntei-lhe se ele poderia ser o primeiro, porque alguns gostam de ser os últimos a falar. Ele disse: "Não, posso ser o primeiro! Não importa quem esteja aí. Eu falo em primeiro lugar sem ter problema nenhum".

Então, com uma salva de palmas, eu convidaria o escritor, professor e economista Eduardo Moreira. (*Palmas.*)

Parabéns pelo trabalho que vem fazendo em todo o Brasil.

Convido o Sr. Roberto Piscitelli, que vem falar pelo Conselho Federal de Economia. Ele é que faria o equilíbrio aqui, talvez, às posições divergentes. (*Palmas.*)

Clóvis Scherer é Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos, Dieese. Todo mundo sabe a importância do Dieese para o nosso País. (*Palmas.*)

E, neste momento, então, eu peço que a assessoria recolha, infelizmente, a placa do Secretário da Previdência do Ministério da Fazenda, Sr. Ronaldo Rolim, que, infelizmente... Esse é o depoimento que eu tenho de dar: infelizmente só. Eu não usei nenhum outro termo. Ele não vem representando a proposta do Governo e a sua equipe, porque estavam ele e a equipe convidados. Poderiam colocar na Mesa quantos eles quisessem.

O.k., assunto encerrado. Vamos em frente.

De imediato, para ganharmos tempo, porque foi anunciada muito esta audiência de hoje... Então, o Brasil, pode ter certeza, e milhões de pessoas estão esperando. Seria a primeira vez que haveria o contraditório: falariam dois a favor, dois contra e, se um estivesse em minoria, eu daria um tempo maior. Isso foi tudo avisado: teria um tempo maior para poder se expressar.

De imediato, Eduardo Moreira, professor, economista, estudioso, enfim... Eu não vou ler o currículo dele aqui. É ele quem fala, e os senhores falarão em seguida.

Sejam todos bem-vindos.

A palavra é sua.

Trinta minutos para cada um, porque foi esse o combinado com o representante do Ministro. Uma exposição de 30 minutos para cada um, porque hoje, para mim, seria o dia mais nobre, com todo o respeito a todos os convidados, neste primeiro momento. Virão outros agora, não é? Cada um deles falaria 30 minutos, e teríamos o contraditório das partes. Esperamos que atinja o objetivo.

A palavra é sua.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Bom dia, Senador Paim.

Bom dia, colegas de Mesa.

Bom dia, Senadores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço demais a oportunidade aqui. A ponte foi o Frei David, por quem tenho uma admiração enorme, pelo trabalho que faz com o movimento Educafro e com todo o movimento negro neste País. E vejo na figura dos Srs. Senadores não uma pessoa, mas centenas de milhares de pessoas que elegeram os senhores. Eu acho que a discussão hoje em dia está caminhando para um lado muito pessoal, e as pessoas se esquecem de que por trás do Senador Girão, de que por trás do Senador Styvenson existem centenas de milhares de brasileiros que não podem estar aqui, mas que têm os senhores aqui. Muitas vezes a gente acaba pensando nos grupos que elegeram, nas bancadas, etc., e a gente se esquece de que esta é uma Casa que representa os 200 milhões de brasileiros e não aquelas pessoas que permitiram a alguém se eleger ou não. Então, vejo na figura dos senhores e honro, olhando para os senhores, as centenas de milhares de brasileiros que elegeram os senhores.

A ideia hoje é falar um pouco sobre a reforma da previdência e trazer um pouco de luz a um tema que também tem sido tratado de uma forma quase que publicitária, muito marqueteira, dos dois lados, Senador. Eu acho que existe um desconhecimento muito grande, e não há problema nenhum em ter opinião. Aliás, uma democracia é formada por opiniões, e por opiniões distintas. A gente só consegue formar um conjunto maior quando junta ideias divergentes. É a chance de a gente atravessar o muro e descobrir o que tem do outro lado. E nessa reforma da previdência as pessoas têm, como efeito das redes sociais, lido cada vez mais aquilo que já acreditam, têm reforçado cada vez mais uma ideia preconcebida que lhes foi dada, e isso está quase que inviabilizando o debate. Então, a ideia é trazer dados para que as pessoas possam, a partir de dados reais, de fatos, ter, cada um, a sua opinião, e aí aquela que for a opinião preponderante no País deveria ser a opinião adotada.

Eu começo falando um pouco sobre o déficit fiscal. O que motivou essa pressa toda para a gente ter a reforma da previdência foi o déficit fiscal que existe no País. O que quer dizer o déficit? A gente tem despesas no País que são maiores que as receitas.

Agora, de onde vem esse déficit e por que ele existe? O Brasil teve contas, considerando o resultado primário, que é a forma como a maior parte não só do mercado, mas dos institutos olha as contas públicas, o resultado primário, ou seja, excluindo-se os juros, positivo até 2014, e a partir de 2014 a gente teve um déficit que foi crescente, atingindo R\$120 bilhões no final do ano passado, considerando-se sempre os últimos 12 meses.

Agora, vamos entender um pouco de onde vem esse déficit. Se você for pegar desde 2005 e usar ali uma base 100 para a economia... Quer dizer o seguinte, vamos começar a contar o tempo a partir do final de 2004 e ver como a nossa economia cresceu de 2004 até hoje. Você vai ver que ela cresce, até 2014, terminando 2014 40% acima de como começou 2005. Depois, decresce, na maior recessão que este País enfrentou durante dois anos seguidos, na história recente. Depois cresce bem pouquinho até chegar, no final do ano passado, a 33% acima de como começou 2005.

De 2005 a 2013, antes de começar essa desaceleração abrupta, a gente teve um crescimento médio da economia de quase 4%, de 3,82%. Então, fiz um exercício simples que foi o seguinte: e se, a partir de 2013, tivéssemos crescido um índice que é considerado para países emergentes e para a história recente do País, medíocre, metade dos 3,82%? Onde estaríamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje? Se tivéssemos crescido 2%, após 2014, estaríamos hoje 54,76% acima do nível em que fechamos 2014. Ou seja, a gente estaria 15,58% acima de onde a gente está hoje em termos de Produto Interno Bruto, no País. O Produto Interno Bruto do País é de R\$6,8 trilhões. A gente teria um Produto Interno Bruto adicional, ou seja, uma quantidade de riqueza gerada todo ano no País, adicional, de R\$1,059 trilhão, com o crescimento medíocre de 2% ao ano, menor do que todos os nossos pares no Mundo e do que a maioria dos nossos pares na América Latina.

Levando-se em consideração que a carga tributária brasileira oscila, independentemente do Governo que passa, entre 31% e 33% do PIB, ao longo das últimas décadas, considerando-se 32% de arrecadação – algo até conservador, dado o que a gente teve nos últimos anos –, a gente teria uma arrecadação adicional de R\$338, quase R\$339 bilhões. Só que nem tudo isso vai para o Governo Federal, só 68% dessa arrecadação é do Governo Federal. Isso significaria, com 68%, R\$230 bilhões a mais para o Governo Federal. Ou seja, é bom começar de uma análise simples para as pessoas compreenderem o seguinte: o déficit acontece porque o Brasil não cresceu. Se o Brasil tivesse crescido minimamente, ao longo dos três últimos anos.... E a gente vai discutir aqui a questão do ovo e da galinha, se a gente não cresceu por causa da previdência ou se o déficit da previdência veio porque a gente não cresceu. Mas o fato é que se o País tivesse crescido 2% ao ano, metade do que cresceu entre 2005 e 2013, a gente teria hoje um superávit primário de mais de R\$100 bilhões no País.

Mas a gente tem ouvido muito que o principal motivo desse déficit é a previdência. E aí eu trago um questionamento, que é um questionamento importante: como podemos estar querendo votar uma das propostas mais importantes do País... É uma das mais importantes porque é uma proposta que diz respeito a cada cidadão brasileiro. Tantas propostas que a gente tem de novas leis, de reformas, vão atingir, no máximo, 5% da população, 2% da população, 10%.

A gente está falando aqui de uma proposta que afeta 100% da população brasileira. São poucos momentos em que a gente para discutir isso. E como a gente pode estar com uma pressão tão grande de aprovar uma coisa que, se você der um Google sobre déficit da previdência – dê um Google; eu fiz isso na semana passada –, você vai ver: previdência tem déficit de 195 bilhões; rombo da previdência aumenta para 290 bilhões no mesmo ano; a farsa chamada déficit da previdência; déficit do INSS é de quase 200 milhões; CPI confirma: não tem déficit na Previdência Social, a CPI que o senhor, com muita eficiência, presidiu; e rombo da previdência é uma mentira? Como podemos estar apressando uma questão onde a sociedade não sabe ao certo chegar aos números? E, talvez aqui, esse é um dos maiores objetivos. Vamos entender os números que se jogam na mídia para podermos ter opinião. A gente tem o direito de ter uma opinião desde que... É o quê? É 290? Ou é 195,2? Se você pesquisar nos *sites* oficiais do Governo, você vai ver números diferentes para a mesma coisa. Então, a gente não pode tomar uma decisão que impacta a vida de 210 milhões de brasileiros sem saber o problema. Aqui é uma tentativa de jogar um pouco de luz nessa questão.

Existem, no mínimo, três visões sobre as contas da previdência. E entendermos cada uma das visões nos ajuda a formar a nossa opinião sobre o tema. A primeira delas é aquela visão mais simples que diz o seguinte: olha, a gente tem que considerar somente aquilo que o trabalhador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a empresa contribuem para o INSS, para o Regime Geral da Previdência Social e a quantidade de benefícios que são pagos todo ano. Tem muita gente que fala isto: existe um rombo na previdência porque se contribui com tanto para o INSS e gasta-se tanto para o INSS. Aí você vai ver que, usando essa conta, que vários jornais e *sítes* dizem, existe um déficit, em 2017, de R\$182 bilhões, ou seja, as contribuições do RGPS, as contribuições sociais previdenciárias, sem contar as não previdenciárias – vamos ver adiante –, somam 374 bilhões e as despesas, 557 bilhões. Aí você já tem um problema.

Einstein dizia que a média é um perigo, porque, se você estiver com metade do seu corpo no forno e metade na geladeira, na média, você está na temperatura ambiente e, na prática, você está morto. Aqui a gente está considerando dois subconjuntos: o RGPS para o trabalhador urbano e o para o trabalhador rural. O trabalhador urbano é aquele onde a previdência tem, estruturalmente, uma natureza contributiva. É onde se buscou, ao determinar as leis, uma lógica atuarial. E, na previdência urbana, ali entre 2010 e 2015, você chegou a ter um superávit, ou seja, nessas contas, olhando só a da urbana, é maior o que você arrecadou, entre 2010 e 2015, do que o que você gastou com os trabalhadores urbanos.

O trabalhador rural foi incluído na Constituição de 1988 para se fazer justiça social, porque passou décadas sendo aquele boia-fria, safreiro, meeiro, que não tinha a menor condição de sobreviver quando as intempéries...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...estava lá. E é exatamente isso que foi debatido na época.

O SR. EDUARDO MOREIRA – ...quando as intempéries climáticas faziam com que ele não conseguisse colher nada. E aí? Vamos deixá-lo à própria sorte e vamos trair aquele grupo que coloca mais de 80% das verduras e legumes que comemos na nossa casa? Porque mais de 80% do que comemos na nossa casa vêm do pequeno agricultor rural. Então, a Constituição de 1988, com muita justiça, resolveu dar a essas pessoas um mínimo de condição de vida. E ali elas passavam a ter que comprovar que trabalharam durante 15 anos para poder ter direito a esse benefício. Logo, inicia-se com o estoque de pagamento a se fazer sem nenhuma contribuição. É claro que é, estruturalmente, deficitária, mas a função dessa previdência não é equilibrar as contas. É equilibrar uma injustiça social. (*Palmas.*)

A previdência do trabalhador rural existe para equilibrar uma injustiça social. Mas essa não é a visão da Constituição, porque o senhor, como Constituinte, sabe que, em 1988, criou-se um pacto social, um pacto copiando, simplesmente – não inventamos a roda –, o que aconteceu na Europa, o que aconteceu no Estados Unidos, que agora é tão exemplo para o Brasil. A gente criou uma rede de proteção social: a Seguridade Social, *social security*, *securité sociale*, que é o quê? Ela compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade – prestem atenção – destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social. Os três fazem parte de um grupo só. É a Constituição que diz.

E aí ela diz o seguinte: que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a Seguridade Social – vejam bem – com base nos seguintes objetivos: diversidade da base de financiamento. A Constituição diz. Não é só mais aquilo que é contribuído para o RGPS.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí um ponto que acho importante, que quis trazer, que é o seguinte: com a participação da comunidade, em especial, de trabalhadores, empresários e aposentados. E eu sei que aqui ela se refere ao Conselho Nacional da Previdência Social, que foi criado, mas para mim é muito mais amplo do que isso. Quando você abre hoje os jornais, assiste ao noticiário, você vê o seguinte: representantes dos bancos, que são os macroeconomistas que sentam lá no ar condicionado... Quando você liga a televisão, até aqui na TV Senado, você vê o quê? Brancos, ricos, que vivem o dia inteiro no ar-condicionado, comentando sobre a questão da previdência. E a pergunta que eu faço é a seguinte: quantos negros já foram ouvidos no Jornal Nacional, já foram ouvidos no Jornal da Bandeirantes, no Jornal do SBT, nas primeiras páginas dos principais jornais do Brasil? Quantos negros foram ouvidos falando sobre isso? Quantos representantes dos trabalhadores rurais? Quantos representantes das pessoas que mais vão ser impactadas por essa previdência estão sendo ouvidos? Ora, por quê? Porque quem veste um terno, trabalha no ar-condicionado e tem mais dinheiro é mais inteligente? Veja a importância da representatividade.

Este Governo é o governo que mais tem militares de todos os últimos governos. O que aconteceu com as regras da previdência dos militares? Foi mais amena ou foi mais rígida do que as outras? Ela foi mais amena. E por quê? Porque é importante a empatia. O militar que está lá ele sabe o que é uma carreira militar. Ele sabe lutar pelos direitos daquelas pessoas. E a gente no Brasil também está pegando raiva de militar. A gente esquece que o militar está lá distribuindo água no Nordeste também. O militar está lá junto com os bombeiros no desastre de Brumadinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Foram ao Haiti.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Foram ao Haiti, onde fizeram muito bem a sua missão lá. A gente está conseguindo um absurdo: tirar a credibilidade de uma das instituições que têm a maior credibilidade no Brasil, que são os militares. Agora, se ter militares ajudou o Governo a ser empático com os militares, ter negros no Governo, ter mulheres no Governo... (*Palmas.*)

... mais que somente duas, faz também o Governo ser um governo empático a essas causas.

A Constituição diz isso. E, quando o Ministro da Economia diz que "é R\$1 trilhão, senão eu estou fora", ele não leu a Constituição Federal, porque, em uma questão que, constitucionalmente, exige o debate com todas as classes, ele não pode colocar o País contra a parede.

E, aí, no seu próximo artigo, o art. 195, ele diz claramente que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, e com as seguintes contribuições sociais – e explicita todas elas: a Cofins – Contribuição para Financeira da Seguridade Social, o PIS/Pasep, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, além do RGPS, que é do trabalhador e dos demais segurados da previdência social. E, quando você olha o que a Constituição diz e faz a conta, sendo estritamente fiel àquilo que a Constituição diz, você chega a uma receita que bateu R\$780 bilhões em 2017 e a um total de despesas de R\$837 bilhões em 2017. Ou seja, seguindo o que manda a Constituição, até 2015, tivemos um superávit nas contas da seguridade social. Os números estão todos aí. Contra os números a gente não pode brigar. A matemática... Eu brinco, às vezes, quando eu estou dando uma aula, dizendo o seguinte: você não pode pular





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para cima e torcer para continuar subindo, porque, se você pula para cima, você cai para baixo. Não adianta você somar dois e dois e torcer para dar cinco. Dois e dois dão quatro.

Então, o que a Constituição diz, colocando-se no papel, faz com que a previdência, até 2015... Não a previdência, a seguridade social, até 2015, tenha um superávit e, a partir de 2015, exatamente 2016, 2017, quando o País começa a decrescer, a gente passa a ter um déficit. E, aqui, há um dado interessante: em 2015, a gente já tem déficit do superávit primário, mas ainda tem superávit da seguridade social. Olha que interessante!

Se a gente tivesse, hipoteticamente – isso aqui não é necessariamente uma sugestão –, um fundo onde todo o superávit que a gente teve nessa conta que a gente fez na Constituição tivesse sido guardado e atualizado quando a gente teve uma recessão no País, a gente ia olhar para esse fundo e veria que lá haveria mais de R\$1 trilhão, e esse fundo amorteceria um movimento de crise, porque todos os países passam por crises. Só que não! Todas as vezes que o sistema de seguridade social teve um superávit, esse superávit foi gasto. Onde foi gasta a maior parte dele? Com os juros da dívida ou para financiar outros regimes, como o regime próprio. E, aí, no primeiro ano em que há déficit, a gente fala o seguinte: "Vamos mudar todas as regras e cortar".

Que País é este que, quando tem sobra, gasta e, quando tem falta, corta? Você não consegue ter nenhum tipo de estabilidade ou política de longo prazo funcionando assim, porque o mundo não cresce como uma reta, o mundo cresce com ondas. Existem ciclos econômicos.

E, aí, eu faço uma pergunta: se era estruturalmente deficitária, por que criaram a DRU, que é o mecanismo de Desvinculação de Receitas da União, que hoje tira até 30% das contribuições sociais, as não previdenciárias?

Como é que você cria uma coisa que desvincula receitas de uma coisa que dá prejuízo? É claro que sempre deu superávit e ajudou a financiar o resto do orçamento fiscal. Agora, no momento em que precisa, a gente diz que tem que cortá-la.

E, aqui, a visão do Governo e a visão que a mídia tem passado. Pega-se aquilo que a Constituição estabelece como a Seguridade Social e, além disso, você coloca o regime próprio dos servidores, que é o regime próprio de previdência. Só que ele não faz parte da Constituição. E você pega também e coloca os militares.

A conta é tão confusa que até 2016 somava-se nessa conta aquilo que os militares da reserva recebiam. Só que não existe contribuição previdenciária para se encaixar com a despesa previdenciária, vamos chamar assim, dos reformados, simplesmente porque ele não é considerado um aposentado. Ele é considerado um da reserva.

Então, isso é um ônus da sociedade, ter que pagar como um salário e, aí, a partir de 2016, isso passa a ser contabilizado como um militar da ativa, como soldo. Só que está tudo misturado nos dados do Governo.

Então, ali, chegamos ao número 290 bilhões, mas temos que entender que esses 290 bilhões representam o RGPS, que é estruturalmente superavitário, com o RPPS, que hoje – hoje – é estruturalmente deficitário e é onde estão aqueles privilégios que os jornais adoram falar, do sujeito que se aposentou com 30 mil, 40 mil. E, aí, um ponto interessante: essa injustiça já foi corrigida em 2013, porque, desde 2013, o servidor público não pode se aposentar com valor acima do teto, aquele que entrou no sistema depois de 2013.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Que é R\$5,9 mil.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Que é R\$5,9 mil, é a fortuna de R\$ 5,8 mil para uma pessoa que dedicou a vida inteira também à Nação.

Vamos parar de ter raiva também de político. Como é que a gente pode ter raiva de político aqui? E falo, um líder da base falou uma coisa muito bacana, eleito por São Paulo, o Major Olímpio, na TV Senado, outro dia, falou assim: "Estão colocando a população com ódio do servidor público" e é muito paradoxal ter um Governo que fala que tem que ser patriota, nós temos no Brasil que ser patriotas, nós temos que no Brasil cantar o hino todos os dias, mas temos que odiar aqueles que representam a Nação, porque Nação é o grupo, o Estado é a pessoa jurídica que representa esse grupo. Como é que a gente vai ter ódio daqueles que nos representam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Major Olímpio é Líder do PSL, que é o partido do Governo.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele demonstrou também na Comissão de Economia e questionou também essa história do déficit. Ele disse lá: "O Paim, está aqui, presidiu a CPI da Previdência, disse que não tem déficit" – é o que você está explicando – "e outros dizem que tem. Digam-me – havia um painel montado – tem ou não tem?". Ninguém respondeu para ele – ninguém respondeu para ele.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Mas os números estão aqui. Contra números, esses números são indiscutíveis.

Eu cheguei nos 290 bilhões que o Governo mostra e mostrei como se chega nos 290 bilhões. Como se chega? Desrespeitando aquilo que a Constituição nos manda fazer. E, aí, duas perguntas-chaves surgem. A primeira: o déficit da previdência freou a economia ou foi a economia fraca que gerou o déficit da previdência? E a segunda pergunta: para onde iria a economia do R\$1 trilhão desejada e de onde ela vem? Porque aqui eu provooco todos os senhores a pensar não mais em dinheiro, mas em riqueza. Pensar só em dinheiro confunde muito a gente, porque dinheiro é uma coisa potencialmente infinita. A gente constrói mais 10 casas da moeda, coloca para imprimir dinheiro lá e, às vezes, a gente fica com a impressão de que... "Olha, cortou um trilhão". De onde? "Ah, do orçamento", como se o Orçamento fosse um ente privilegiado, que se aposentou com muito dinheiro ou mora nas Bahamas. E vai um trilhão para...

Não existe, toda a riqueza que vai para um lugar vem de outro. A riqueza é limitada, é finita. A água que os senhores estão bebendo, os biscoitos que nós comemos antes de vir para cá, a madeira que faz isso aqui são as riquezas que temos. A inteligência que os senhores têm, a energia que têm para poder vir andando até aqui isso é a riqueza, e a riqueza é limitada, a riqueza não é infinita.

Todo ano, ela é acrescida daquilo que se gera de riqueza no País, o Produto Interno Bruto, e todo ano ela é de decrescida também daquilo que se consome de riqueza para poder sobreviver.

Por natureza e por definição, toda a sociedade consome riqueza para poder sobreviver, mas a soma daquilo que a gente tem, consome e produz é finito. Logo, se vai para um lugar tem de vir de outro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa pergunta tem que ser feita: De onde vem o 1 trilhão que o Governo quer economizar? Essa é a pergunta mais importante. E para poder responder a essas perguntas eu queria puxar um tema aqui que é a questão chave do nosso País, que é a seguinte: A máquina de desigualdade existente neste País chamado Brasil.

Esse é um gráfico, Senador Paulo Paim do Word Inequality Report, a maior instituição do mundo, com dezenas de milhares de funcionários e colaboradores no mundo inteiro, que estuda a desigualdade, e desde de 2005, mais ou menos, o Brasil passou a ser o país do mundo que mais concentra renda no 1% mais rico.

Veja bem, a gente está falando de fluxo, de renda, e não de estoque, riqueza. O Brasil Desde 2005... A gente perdia para o Oriente Médio, que os *sheiks*, os *sheiks* concentram quase toda a renda do Oriente Médio.

Bem, hoje os nossos *sheiks* são melhores que os deles. Nós somos o país, volto a repetir, que mais concentra renda do mundo. Mais do que os países subsaarianos, aqueles países como a República do Congo, a Etiópia, mais do que todos esses. A gente é o sapo na panela que foi sendo aquecida, e não percebeu que a panela estava fervendo.

E aí a gente tem que entender como é que existe essa máquina de desigualdade no Brasil. Primeiro, é o seguinte: a gente tem como elemento redistributivo de renda no País os impostos. Em qualquer país do mundo, o maior elemento redistributivo de renda que existe são os impostos. E aqui temos um gráfico de como os impostos sobre bens e serviços, que compõem 50% da carga tributária do Brasil arrecadada, sobre como é que eles estão em relação ao resto do mundo.

Nós somos, segundo o estudo da OCDE, de todos os países estudados, o segundo país que cobra a maior alíquota de produtos e serviços do mundo, e esses são os impostos que impactam os pobres.

Por quê? Porque tudo que o pobre ganha ele gasta, tudo que o pobre ganha vira bens e serviços. Aí, já há uma informação muito útil para todo mundo: Todo dinheiro da Previdência Social que é apago no RGPS – no RPPS ninguém ganha mais do que o teto lá de pouco mais de R\$5 mil, ninguém ganha mais –, todo esse dinheiro, imediatamente depois que é ganho ele é gasto. Metade desse dinheiro, portanto, volta automaticamente para o Governo como impostos. Se você somar o que volta para o Governo como impostos daquilo que é pago pelo RGPS, imediatamente ele também vira superavitário em qualquer situação e muito superavitário. Já os juros da dívida quem recebe são as pessoas que têm mais dinheiro. Esse dinheiro recebem e poupam e, ao pouparem, ele não volta para o Governo como impostos imediatamente e ele trava. É por isso que existe um estudo que mostra que quando você... Estudo do FMI. Não existe uma organização mais de direita, mais neoliberal do que o FMI. O FMI diz... Christine Lagarde, Diretora-Gerente do FMI em 2015, diz o seguinte: O FMI, nos seus estudos, mostra que, quando você aumenta aquele 1% mais rico, você aumenta a parcela de renda dele em 1%, a economia decresce em cinco anos 0,08% ao ano o PIB. Já, se você aumenta os mais pobres do País 1% da renda a que eles têm direito você aumenta 0,38% o PIB. Por quê? Porque o dinheiro que vai para o mais rico vira aplicação, vira estoque. O dinheiro que vai para o mais pobre vira fluxo, vira atividade econômica. É só pensar numa planta. É regar na folha e regar na raiz. Quando você





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rega na raiz, a planta absorve toda a água. Quando você rega na folha, muito fica na folha e pouco cai na raiz, alimentando a planta. E se a gente não tomar cuidado, a planta morre.

E esse outro imposto que é usado para distribuição, que é o imposto sobre renda. Esses dados são dados do Ministério do Planejamento. Entre aí no *site* do Ministério do Planejamento. Não é dado de nenhum *site* de esquerda, não, dados oficiais do Governo. O Brasil é o país do mundo que menos cobra alíquota de imposto sobre renda, lucro e ganho de capital de todos os estudados. Somos um paraíso fiscal para os ricos. Essa é a verdade. A maior parte da renda dos ricos é recebida via dividendos e os dividendos são isentos. Só nós e a Estônia não tributamos dividendos no mundo, no mundo inteiro. Eram quatro. O México e a Eslováquia também não tributavam e passaram a tributar. Só nós e a Estônia. Só que somando tudo, a Estônia tem uma carga tributária maior que a do Brasil. Perdoem-me a palavra, mas é estúpido não cobrar dividendos, porque se você é dono de empresa e tem um imposto dentro da empresa só e nenhum imposto fora, o seu estímulo é deixar o dinheiro na empresa ou tirar o dinheiro? É tirar o dinheiro. Agora se você tem essa carga tributária dividida entre os dois, você fala assim: "Enquanto o meu dinheiro estiver na empresa, eu não pago esse imposto. Vou mantê-lo na empresa". E, quando você mantém na empresa, você está investindo em produtividade. Somando os dois, o que se paga dentro e fora da empresa, no Brasil a gente paga menos de 30%, porque a gente tem a figura do juro sobre capital próprio também, que é mais uma moleza que o empresário tem no País. E a gente quer ser igual os Estados Unidos. Nos Estados Unidos, somando os dois, o empresário paga 57%. A gente quer ser igual à França. Na França, somando os dois, o empresário paga 64%. A gente quer ser igual a Austrália. Na Austrália, somando os dois, o australiano paga 49%.

E aí o que acontece? Acontece o seguinte: 1% mais rico, do dinheiro que ele ganha, ele poupa quase tudo e gasta pouquíssimo. E 90% mais pobre consome tudo aquilo que ele ganha. Não sobra dinheiro para poupar. O dinheiro que o rico gasta ele paga o imposto sobre bens e serviços, mas é tão pouco perto do total, que proporcionalmente ele paga um imposto muito pequeno perto do total. Já tudo aquilo que ele poupa, ele poupa e recebe o quê?

Juros do Governo. E esses juros que ele recebe são pagos com quê? Vamos seguir o dinheiro até o final, como diria o jornalista do escândalo Watergate: "*Follow the money!*" – "Vamos seguir o dinheiro". Esses juros que ele ganha na parcela que ele poupa são pagos pelos impostos que ele mesmo paga e que o pobre paga. Os ricos fazem as suas fortunas com juros pagos pelo governo que são financiados pelos impostos pagos pela população – está aqui, a nossa maior especialista nisso, Maria Lucia Fattorelli, que não me deixe falar besteira –, e aí eu sempre falo, porque o rico no Brasil tem mania de falar o seguinte: "Olha, eu até pagaria mais imposto se houvesse pelo menos no País educação de qualidade, saúde de qualidade, boas estradas". Aí eu falo assim: "Meu amigo, o dinheiro que você tem foi um dinheiro acumulado em cima dessa estrutura aqui, de juros. E você tem dinheiro hoje para comprar um bom carro, para ter um bom plano de saúde, para botar os seus filhos numa escola particular boa, então o seu imposto volta como educação, volta como saúde, volta como transporte. O imposto que não volta é o imposto do pobre, esse imposto não volta". E com isso a gente tem uma máquina de desigualdade dos pobres para os ricos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Senador, esses são os números da dívida pública, essa é a engrenagem dessa máquina de desigualdade, números do Tesouro Nacional: uma dívida pública federal total, anunciada e divulgada pelo Tesouro, de 3,8 trilhões – ele só deveria colocar lá em cima o seguinte: "Estoque da dívida pública federal líquida", porque a dívida pública federal é superior a R\$5 trilhões, e não é de R\$3,8 trilhões. O custo médio dessa dívida as pessoas se enganam: "Ah, o custo da dívida no Brasil é 6,5%, porque a Selic..." – não é: o custo médio da dívida no Brasil é de quase 10%. Isso faz com que, só de juros, a gente pague quase R\$500 bilhões por ano. Só que tem dívida que vence, porque dívida vence, e aí a gente tem... Só nos próximos 12 meses – esse relatório que eu tirei foi o último – R\$600 bilhões vencendo, ou seja, no próximo ano temos mais de R\$1 trilhão para pagar para os detentores dessa dívida, que são pessoas que estão com dinheiro parado, que é um dinheiro que não volta: como a Cofins, que é um dinheiro que não volta; como o PIS. Quanto mais você aumenta a desigualdade, mais você aumenta o dinheiro que está desse lado e mais diminui o do outro, porque a riqueza é finita, a riqueza sai de um lugar e vai para o outro.

Não existe aquela história: "Ah, vamos levantar a maré para todo mundo". A Oxfam, outro instituto que estuda isso, fez um estudo interessantíssimo. Tem muita gente que fala: "Vamos crescer o bolo", etc. Se você, só crescendo o bolo ou levantando a maré, quiser fazer com que no mundo, com a distribuição de renda atual que existe no mundo, todas as pessoas vivam com no mínimo R\$5,5 dólares por dia – estamos falando de menos de meio salário mínimo –, só para saírem da faixa de pobreza, o mundo teria que crescer 175 vezes para isso. Só que o mundo cresce 3% ao ano, quando cresce bem.

E aí o resultado: na maior crise da história – e isso são coisas que eu tirei também da internet; vivemos a maior crise da história recente do País –, quais as notícias que a gente, ao abrir a internet, vê? "Vendas de carros importados cresce 32% em 2018" – o mercado de luxo nunca esteve tão forte. E aqui: "Com lucros recordes em 2017, bancos fecharam mais de 17 mil postos de trabalho". E aqui uma confusão grande: as pessoas às vezes dizem: "Ah, a bolsa está subindo, então é sinal de que a economia está bem".

Bolsa é o valor de mercado das empresas, e o valor de mercado das empresas só tem a ver com o lucro que a empresa tem. Nesses últimos anos, as ações dos bancos subiram, e os bancos demitiram: 17 mil, em 2017. É esse o termômetro? De 2014 até hoje, a bolsa subiu de 44 mil pontos para cem mil pontos. Nesse período, foram milhões de desempregados a mais; foi um decréscimo do PIB, porque o PIB hoje está em níveis reais de 2011. E aí, o que que a gente gera com isso? Uma sociedade onde não há meritocracia.

Esse é um estudo da OCDE que mostra o seguinte: se você nasce nos 10% mais pobres do Brasil, quantas gerações demoram até um descendente chegar à renda média do País? O Brasil é o vice-campeão mundial: demoram nove gerações, 225 anos, até alguém nascer. Ou seja, no Brasil se você nasceu pobre, você vai ser pobre. Se você nasceu rico, você vai ser rico. A riqueza dos seus pais ou a pobreza dos seus pais explica 70% da sua condição; é o que eles chamam de *sticky ceilings*, *sticky floors*, ou seja, "chãos pegajosos e tetos pegajosos". É difícil, você não consegue sair do teto nem do piso. A gente só perde, sabe para quem? Para a Colômbia, que é outro país que a gente está querendo imitar agora. O que que a Colômbia fez? Colocou as pessoas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armadas até os dentes e as escondeu nos quetos. Fez com que fosse mais difícil ainda você ter mobilidade social. Enquanto isso, na Dinamarca e na Noruega, em duas, três gerações em média, quem nasce nos 10% mais pobres consegue ter um descendente que ganha a renda média.

E como é que a seguridade social ajuda a resolver este que é o maior problema do País? O País tem problema com corrupção? Tem. Com sonegação? Tem. Com maus políticos? Tem, mas tem também com maus empresários, que ninguém fala. Agora, qual é o maior problema do País, é esse? Não. O maior problema do Brasil chama-se desigualdade. E eu não tenho o menor medo de falar isso e ser tachado de ser conivente com a corrupção, porque não sou, e a minha história mostra isso.

Como que a seguridade social ajuda? Primeiro lugar: ela beneficia, só o Regime Geral, quase 30 milhões de pessoas. Só que essas pessoas têm filhos, têm netos, e com isso ela beneficia, só o Regime Geral, quase cem milhões de pessoas. Senador, eu não sei se o senhor sabe, mas em quase 4 mil Municípios do Brasil, a receita dos benefícios da previdência, só do RGPS, é maior do que o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM. Se eles param de ter isso, esses Municípios quebram, e aí o tal pacto federativo vai ter que ser um pacto federativo muito maior do que se imagina, porque isso mantém esses Municípios.

A previdência fomenta a agricultura familiar. Só para você ter ideia, o tempo do trabalhador rural no campo estava sendo cada vez menor, porque ele estava sendo esquecido, largado, para morrer, sem nenhum tipo de proteção social, de seguridade social. Depois da Constituição de 1988, esse tempo não para de crescer, porque ele tem uma proteção, ele consegue se estabelecer, ele consegue viver – porque eu aprendi morando – e falo dois minutos, se tiver a chance, ao final passei no último mês 20 dias...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO MOREIRA – ... morando com os trabalhadores rurais mais pobres deste País para conhecer a realidade deles. E eles falam o seguinte: "Nós não queremos sobreviver, porque isso seria demais para a gente; porque sobreviver é mais do que viver, doutor. A gente quer só viver, e nem isso a gente consegue". Então, eles só querem viver. Eles não querem nem sobreviver, porque sabem que hoje em dia é muito difícil ter essa perspectiva. E a Previdência Social promove a economia regional – o número que eu falei é de 3.875 Municípios, que têm isso – e reduz a pobreza: hoje em dia a gente tem uma taxa de pobreza muito grande nos jovens, o que é absolutamente triste, e isso desenha o futuro da nossa Nação – os jovens que a gente tem hoje – e uma taxa de pobreza muito baixa nas pessoas mais velhas. Não fosse o Regime Geral de Previdência, isso é um dado que o IBGE fez, a gente teria 65% das pessoas com mais de 75 anos vivendo na pobreza. Hoje são menos de 10%. Ela refaz uma justiça social que é quebrada nos anos mais tenros de idade dessas pessoas.

E as injustiças ocultas, o BPC. Quando eu vejo a frase do Sr. Ministro da Economia Paulo Guedes, falando o seguinte: "O BPC foi um bode na sala?" – pergunta o repórter. E ele responde: "[...] se o valor de R\$400 for para R\$500 ou R\$600, passa. O Marinho botou [essas] coisas porque só ele sabe o que é [bom] para negociar". Como é que você vai negociar o BPC? O BPC... Isso indignou os Senadores e Deputados da Base! Eu ouvi o Senador Eduardo Braga, eu ouvi várias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas falando o seguinte: "As pessoas não são números. São vidas". E vocês querem saber o quanto de vida? Eu quis trazer esse número aqui: um estudo feito em 2008, que é o último estudo que se tem, mostra o seguinte, analisando-se grupos que têm o BPC e outros que não têm – porque muita gente que tem direito ao BPC não pega; centenas de milhares de pessoas. O grupo que tem o BPC vive, a mais, com qualidade, expectativa de anos de vida saudáveis: os homens vivem um ano a mais; as mulheres, quatro a mais. Logo, cortar o BPC significa... Essa é a matemática: cortar esses anos a mais, e cortar anos de vida significa o que, Senador Paulo Paim? Significa matar, não tem outra palavra. Quem aceita essa reforma da previdência do jeito que veio, tratando as pessoas que vivem na miséria – porque só alguém que vive na miséria pode receber o BPC –, tratando alguém que não tenha capacidade física de exercer mais nenhuma função, que são as pessoas deficientes, que recebem o benefício do BPC; quem trata isso como número e aprova, sem nenhum comentário, essa reforma da previdência tem as mãos sujas de sangue, não há outra palavra para falar: está matando brasileiros. (*Palmas.*)

Não existe outra palavra.

E agora, este questionamento foi feito pelo Frei Davi, e o Frei Davi, com toda a sua inteligência e toda a sua inspiração, me falou o seguinte: "Eduardo, faça um favor para mim? Sempre que puder, faça o recorte racial das informações". E aí eu fiz... Existe um estudo feito na cidade de São Paulo, superdetalhado, e os dados estão todos aqui na apresentação, ali embaixo: ele pega os bairros de São Paulo e coloca a idade média ao morrer da pessoa, dependendo do bairro. Você vê que os bairros mais da Zona Sul as pessoas morrem com quase 80 anos de idade em média e nos bairros da periferia chegam a morrer com menos de 60 anos de idade. Mas esse sujeito foi além: ele fez o recorte racial disso. E aqui é o seguinte: vamos ver se a reforma é racista, Frei Davi? Quando você olha os bairros de São Paulo, os bairros pintados em preto são aqueles bairros onde os brancos morrem em média com menos de 65 anos de idade. Por que 65 anos de idade? Porque é a idade mínima, agora, exigida pela previdência. Então, nesses bairros pintados em preto, em média, os brancos não terão direito a poder viver esse final de vida com aposentadoria.

Agora, vamos ver quais, vamos ver agora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e nós fizemos um acordo com os Senadores e Deputados que, nessas audiências públicas, só falam os painelistas, Deputados e Senadores. Eu faço um apelo ao Plenário. No fim, abraços, nossas posições divergentes, beijos, tudo é livre, mas agora, regime de...

O SR. EDUARDO MOREIRA – Então, Senador Paim, vamos ver os bairros de São Paulo onde os negros morrem em média com menos de 65 anos de idade. Esses são os bairros de São Paulo. Agora, existe um problema, porque você não se aposenta com 65 anos de idade se não tiver o que, agora? Vinte anos de contribuição. E aquilo que parece somente cinco anos a mais de contribuição não são cinco anos; porque mais de 40% das pessoas no Brasil conseguem comprovar no máximo nove meses de contribuição por ano e uma média de cinco meses de contribuição por ano, logo isso representa 12 anos a mais de contribuição. E que vai piorar com a reforma trabalhista, pela qual as pessoas passaram a ter trabalhos onde não contribuem e com a nova realidade. Pergunte a um amigo de vocês, que tem 50, 55 anos, e perdeu o emprego, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está mais fácil ou mais difícil de arranjar emprego numa idade mais velha hoje em dia. Então, o seguinte: vamos ver quantos, para ter uma aposentadoria integral, bairros em São Paulo têm os negros morrendo em média com mais de 75 anos de idade? Nenhum. Em nenhum bairro de São Paulo.

E digo mais: os negros, na sua idade mais jovem, têm 34% da sua população abaixo da linha de pobreza, pobres. Os brancos têm 26% só. Olhem que coisa maravilhosa! Com mais de 60 anos, os dois têm a mesma parcela da sua população. Sabe por quê? Sabe o que é que ajuda a reduzir essa desigualdade? Não é só porque eles vão morrendo, não. É a aposentadoria! É uma coisa chamada piso. Piso significa o mínimo para você poder ter uma qualidade de vida. Então, a aposentadoria corrige uma injustiça racial que existe no País, onde os estudos estatísticos mostram que 30% da diferença de salário entre os negros e brancos não é explicado porque os brancos tiveram mais tempo de estudo na escola – porque têm ainda neste País desigual –, é simplesmente a cor da pele da pessoa. É o puro preconceito.

O que é que acontece? Os benefícios previdenciários são 70% da renda dos idosos, mais para os negros do que para os brancos, por isso eles têm esse efeito. E 55% dos brancos são formais, 40% dos negros; quando você põe os 20 anos, você está fazendo com que os negros tenham que trabalhar muito mais, porque o trabalho dele conta menos, porque é menos tempo na formalidade.

E por fim a família dos negros tem 2,94 membros em média; a dos brancos, 2,55. Quando você corta os benefícios para os negros, você tem um efeito cascata. Não é só a eles que você está cometendo a injustiça. E você está perpetuando e potencializando essa injustiça racial que é feita no Brasil.

Portanto, eu e o estudo... E eu tenho aqui o estudo, não vou ler o último parágrafo porque sei que já passei do meu tempo. O estudo é muito claro e eu posso afirmar, com toda a certeza: a reforma da previdência proposta pelo novo Governo é racista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu continuo fazendo o apelo a todos, permita-me, vai ser na sequência, houve uma decisão tomada coletivamente aqui, em que a gente pede que o pessoal deixe para o final.

Foi uma decisão tomada pelo coletivo. E a partir do momento em que tomamos essa decisão na Comissão, passaram muito mais a participar aqueles que pensam diferente.

Porque nós estamos falando aqui, permita-me, eu vou descontar do seu tempo, não é aqui para dentro, isso foi orientação inclusive dos Senadores, nós estamos falando no mínimo, hoje eu garanto que três milhões de pessoas estão ouvindo essas palestras.

Então aqui dentro, faz parte da presença, a gente agradece a todos que estão aqui, mas também agradecemos muito à TV Senado, à Rádio Senado, à Agência Senado, e à democracia, naturalmente, porque o que nós estamos aqui neste momento debatendo, e o Prof. Eduardo usa a palavra, no mínimo, 3 milhões de pessoas estão assistindo.

Agradeço a todos. Sei que vocês entendem a mensagem que estou dando.

O SR. EDUARDO MOREIRA – A todas elas o nosso bom dia e solidariedade.

O estudo de caso do Chile.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Chile tem sido muito citado nessa reforma da previdência como um milagre econômico porque adotou as políticas liberais. E é absolutamente inconsequente fazer uma análise com outro país de uma maneira tão superficial e rasa como a gente está fazendo. Estamos comparando laranja com banana. O Chile é um país que tem uma economia sete vezes e meia menor do que a do Brasil. Ele tem um PIB de US\$270 bilhões, enquanto o nosso é maior do que US\$2 trilhões.

O Chile tem metade das suas exportações em cobre, em um produto só, que multiplicou por quatro o preço nos últimos 20 anos, mas as pessoas pegam o Chile como exemplo de um país que deu certo.

E aí eu faço a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só lembrar, são os últimos cinco minutos.

Já lhe dei 40 já.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Isso. Este é o último eslaide.

Então, eu faço a seguinte provocação. O Chile é o país mais desigual de todos os estudados na OCDE, junto com o México, que adotou políticas para a Previdência iguais a essas que a gente quer adotar no Brasil. Mas imagina alguém no Chile olhando por exemplo para um país sete vezes e meio menor do que eles também e, coincidentemente, igual a relação que têm com o Brasil, que é Bolívia. Só existe um país que cresceu muito mais que o Chile ao longo dos últimos dez anos na América Latina. O senhor sabe qual foi? Foi a Bolívia.

O senhor sabe o que a Bolívia fez em 2010? Ela aprovou uma lei reestatizando a previdência social, que tinha sido privatizada, fazendo a idade mínima cair de 65 anos para 58 anos, fazendo com que as mulheres tivessem o direito de se aposentarem um ano a menos para cada filho que tivessem, limitado a três filhos, fazendo com que os operários das minas pudessem diminuir a idade mínima de aposentadoria em um ano para cada dois anos trabalhados.

E sabe o que aconteceu com a Bolívia durante esse tempo? Que caos, não é? Quebrou... Se fez isso, que é o contrário do que a gente está fazendo, quebrou...

Pois bem, se nos últimos 10 anos o Chile cresceu 34% o seu PIB, a Bolívia cresceu 62% o seu PIB. Foi o país que mais cresceu na América Latina. Distribuindo riqueza.

E aí, outros pontos importantes. A previdência social e a assistência social jogam recursos na base da pirâmide, que voltam como impostos. O estímulo à informalidade cresce à medida que diminui a expectativa em relação aos benefícios, e já existe uma transferência de R\$1 trilhão para os bancos, para os aposentados, chamado crédito consignado. Nos próximos dez anos, um trilhão de reais sairão dos aposentados para os bancos. Essa reforma, ela propõe que mais R\$1 trilhão saia.

Eu termino e concluo dizendo uma frase que um malabarista, um equilibrista disse uma vez, o maior equilibrista do mundo, aquele que atravessava os prédios, de um prédio para o outro. E uma vez perguntaram para ele: "Como é fazer isso que o senhor faz, andar a mais de 100 metros de altura?" Ele falou assim: "O que eu faço é muito simples, é colocar um pé na frente do outro, mas é muito difícil".

A solução deste País, Senadores, a solução deste País, Frei Davi, ela é muito simples. Ela envolve dar riqueza para que as pessoas tenham um mínimo para também produzirem riqueza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela envolve quebrar a relação de dependência que o pobre tem, de só poder gerar riqueza quando alguém o permite, porque o dinheiro que ele pega emprestado custa 400%, 300% ao ano, e é impossível gerar mais riqueza do que isso para você poder pegar esse dinheiro com o propósito de gerar riqueza.

A solução é muito simples. A gente tem 175 milhões de hectares improdutivos no Brasil e a gente reclama do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem um milhão de pessoas assentadas que produzem na agricultura familiar e não são donos de um metro quadrado de terra, porque são terras da União. A única riqueza que eles podem ter é aquela que eles produzem, e é a riqueza que nos alimenta. Eles se transformam nos nossos inimigos, os senhores se transformam nos nossos inimigos. E quem são nossos amigos? Os banqueiros, que concentraram a renda ao longo de todo esse tempo e que hoje recebem o direito de estarem ocupando as principais cadeiras do Poder Público? As do Executivo, de propor as medidas e depois executar as medidas? A solução é simples, mas é difícil.

E aí eu trago, já que se tem falado tanto em Deus, em homenagem ao Frei Davi, uma passagem do Novo Testamento, de Mateus, onde no Capítulo VI, Jesus diz o seguinte, Frei Davi: É impossível servir a dois senhores, porque se você servir a dois senhores você amará um e odiará o outro. Você vai se dedicar a um e desprezar o outro.

Vocês não podem, e quando eu digo "vocês" é a Bíblia que diz, servir a Deus e ao dinheiro. E eu acredito, Senador, que todos nascem iguais, ninguém nasce um grande homem. Ninguém! São as escolhas que algumas poucas pessoas têm o direito de fazer na vida, que são tão difíceis que dão a chance a essas pessoas se tornarem ou não grandes homens. E os senhores, Senadores da República, estão hoje diante de uma dessas grandes escolhas, servir ao dinheiro e ao capital financeiro, ou servir a Deus que está representado no nosso povo, dizendo "não" a essa reforma da Previdência, como ela foi proposta pelo Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora sim. Liberado Frei Davi. As palmas estão liberadas agora. (*Palmas.*)

Queria agradecer muito ao professor e economista Eduardo Moreira pela sua palestra aqui e nós demos claro um tempo maior, porque ele fez a introdução. Quero dizer você voltará outras vezes. Nós vamos ter debates em outras comissões, vamos ter na Economia, vamos ter na Educação, vamos ter um grande debate no Plenário do Senado com a chamada comissão temática, e o seu nome já está lá indicado, eu e o meu Vice-Presidente, o Telmário Mota, encaminhamos e foi acatado pelo Presidente da Casa, cinco a favor e cinco contra. Nesse dia você poderá fazer a sua exposição para todos os Senadores com certeza absoluta. Mas, de já, ficam meus cumprimentos.

Sei da sua história, da sua caminhada, V. Exa. optou por defender os que mais precisam. Isso é elogiável.

Senadores com a palavra agora. Pediu a palavra primeiro o Senador Jean Paul...

Jean Paul, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Vou deixar o Jean Paul primeiro...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estava prestando atenção no... Não prestei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lembro a todos que os Senadores pedem a palavra a todo momento que assim entenderem necessário.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar convidado.) – Rapidamente, eu vou sair aqui justamente para ter uma reunião com representantes da CNI, onde eu tenho tido uma tarefa inglória de tentar esclarecer a esses senhores que também eles trabalham contra o Brasil e contra a nacionalidade das próprias indústrias a que eles pertencem quando repetem alguns mantras por aí sem pensar. Por exemplo, ao apoiar a política de preço de combustível dolarizado em tempo real, entre outras coisas.

Mas eu queria só fazer este rápido aparte aqui para parabenizar o Eduardo. Eu não conheço pessoalmente o Eduardo, mas já o conheço e todos nós de vários vídeos. Quero parabenizá-lo, principalmente, pela cruzada que você tem empreendido, heroica, de ser uma voz dissonante no mundo, no mercado financeiro... Porque as pessoas respeitam o Eduardo, porque ele não é um político, não é um líder de esquerda, é uma pessoa que viveu no mercado financeiro todo esse tempo, conheceu as entranhas, os funcionamentos, os mecanismos perversos e até os bons que o mercado financeiro brasileiro tem, e resolveu traduzir isso em linguagem simples para todos nós.

Então isso para mim é uma missão inglória, terrível, num momento como este agudo em que o País está. E eu reputo isso um ato de heroísmo, Eduardo. E tomara que você seja premiado, inclusive financeiramente, porque você merece em algum momento pela cruzada que você está empreendendo.

Quero parabenizar o Senador Paim, que esta Comissão aqui é um espetáculo do ponto de vista... Pena que às vezes, como é segunda-feira, poucas pessoas estão presentes, mas como você disse, três milhões de pessoas assistindo e a repercussão disso também, Eduardo, depois, nas retransmissões, tenho certeza que as suas próprias redes, que são muito populosas também, vão reproduzir várias vezes, porque aqui você se obrigou a fazer um resumo de tudo o que você tem dito nas redes em geral. Então isso vai ser muito produtivo.

Os demais participantes da Mesa também, agradecer a presença aqui e parabenizar vocês pela iniciativa. Eu vou dar um pulinho ali para falar com o pessoal da CNI, repercutir a sua fala e volto aqui para a gente conversar.

Obrigado. Obrigado pelo espaço. Obrigado Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Jean Paul!

Estão liberadas as palmas. (*Palmas.*)

Senador Styvenson, por favor.

V. Exa. tinha pedido a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, eu ouvi, bem atento, toda a fala do Sr. Eduardo Moreira, vi o senhor falar de empatia, não é? Vi que o senhor não é negro, mas tem empatia pelos negros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Claro, tem que ter mesmo. Mas eu fiquei com uma dúvida quando o senhor falava, e eu queria só que o senhor expressasse de forma clara se é a favor ou não de uma reforma e, pela sugestão que o senhor deu, e eu pude perceber, se for cumprido o mínimo da Constituição, que não é cumprido em nada, na educação, na saúde, na segurança, e vi agora na Previdência, se seria uma solução ou se o senhor tem uma possível solução. Porque eu escuto muito aqui durante as comissões críticas e queria ver se nela, se na reforma do jeito que está, não existe nada positivo, Paim? Será que não há nada bom ali?

A gente sabe que a nossa população está envelhecendo, e a população jovem morrendo cada vez mais, por vários fatores que o senhor mesmo disse, além da divisão desigual, da pobreza...

No Nordeste eu consigo enxergar isso, porque fui policial militar e via isso de perto, jovens, cada vez mais, morrendo, morrendo muito, não têm como ocupar o mercado de trabalho e o desemprego também favorecendo isso.

Então, em toda a sua fala, que eu percebi, se o senhor, com todo esse conhecimento econômico e tributário que demonstrou, teria essa visão de alguma coisa positiva no que está vindo para ser votado, ou se o senhor, além do que já disse, que é cumprir a Constituição para se ter esse superávit, tem uma outra sugestão, ou uma hipótese melhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Prof. Eduardo Moreira, cinco minutos para responder.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Obrigado pela pergunta, Senador.

Em primeiro lugar, os temas relativos às polícias no Brasil me são muito caros.

Eu sou muito próximo à Polícia. Por acaso, fui receber agora uma das maiores honrarias e medalhas da Polícia de São Paulo, que coincidentemente foi entregue pelo Major Olímpio no dia para mim pelo trabalho que eu faço junto com a Polícia do Regimento 9 de Julho, lá em São Paulo. E é claro que a gente precisa reformar. Governar significa reformar o tempo inteiro, significa ajustar os rumos do País o tempo inteiro.

Não há dúvida de que a gente deve fazer mudanças, como a gente vem fazendo. Em 2013, é o que a gente está falando, acabamos com esses privilégios dos servidores que ganhavam aposentadorias monstruosas. Isso tem sido feito. E existem, sim, pequenas coisas que a gente pode fazer, relativas à Previdência para ir adaptando a Previdência a essa mudança populacional que a gente tem, esse exemplo que eu dei da Bolívia mostra isso.

A lógica é: um País com um tecido social frágil precisa de uma proteção social forte. Quando a gente dá o exemplo de que na Noruega a idade de se aposentar mínima é de 67 anos, a gente esquece que a Noruega se tornou independente em 1905 só. Em 1930, era o país mais pobre do norte da Europa. E aí, o que aconteceu na Noruega, assim como aconteceu na Suécia, para não dizer que foi só por causa do petróleo? O que que aconteceu? Em mil novecentos e trinta e pouco os trabalhadores, pequenos proprietários rurais, sobem ao poder, implementam a social-democracia e passam a ter como norte a universalidade da educação, a universalidade da saúde e o pleno emprego.

E aí se tornam os países com o maior IDH do mundo. Nenhum país entre os três maiores IDHs do mundo, que são a Noruega, a Suíça e a Austrália, três países, a Austrália mais neoliberal,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Noruega mais social-democrata, modelos de governo diferentes, nenhum desses países tem um homem entre os 50 mais ricos do mundo. Nenhum deles. Os países mais desenvolvidos do mundo não são os que têm os ricos mais ricos, são os que têm os pobres mais ricos. Esses são os países mais desenvolvidos do mundo.

Então, o que urge neste País é uma reforma tributária, mas não essa reforma tributária que é só simplificar os impostos. É claro que isso ajuda, todo mundo que é empresário sabe que isso é importante, mas uma que mude esse balanço de poder, porque a riqueza que existe no País é limitada. E eu te digo crescer, não existe crescer sem investir. Não existe. Agora se você deixar a capacidade de investir somente na iniciativa privada e somente num grupo de meia dúzia de pessoas este País vai sempre ter voo de galinha.

Lembre-se de que quando a gente cumpriu a Constituição, quando a gente investiu em educação e fez os programas de transferência de renda, o Brasil cresceu, eu mostrei aqui os dados, de 2003 a 2013 uma média de 4%. No meio disso, houve a crise de 2008, a maior crise da história recente. E você sabe qual o lado bom do País, Senador? O lado bom é o seguinte: que as coisas aqui são tão ineficientes, que há muita gordura para melhorar. É tanta informalidade que a gente tem, que se a gente joga 20% da massa de trabalhadores na formalidade, a gente vive um milagre econômico no País, porque vai haver dinheiro para tudo, e aí a gente não tem que congelar gastos como a gente fez com a Emenda Constitucional 95, que esta sim... As pessoas tinham que ter na cabeça isso, só esse dado, para terminar a minha resposta: todo o dinheiro que vier de novas arrecadações, de crescimento econômico, do que quer que seja no Brasil, pelos próximos 18 anos...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO MOREIRA – ... vai para o pagamento de juros. Não vai um centavo para a educação, para investimento, para a saúde, e nem para a previdência, porque a Constituição não deixa agora. Aí é difícil crescer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k. Vamos em frente.

Neste momento, vamos passar a palavra ao Sr. Roberto Piscitelli, que fala pelo Conselho Federal de Economia.

O acordado foi que hoje falarão economistas.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Senador Paulo Paim, colegas de mesa, é com muita satisfação que participo desta audiência pública, deixando de forma bem clara, como representante do Conselho Federal de Economia. Esse pedido do Presidente me chegou na sexta-feira à tarde, eu tive que preparar alguma coisa a partir das definições que o Conselho vem adotando a respeito do assunto.

Eu faço sempre questão de ressaltar, eu acho que isso deve ser dito com muita ênfase, que é um alento para nós termos no Senador Paulo Paim o maior baluarte na defesa da previdência social pública, não só nessa questão, mas na defesa das minorias deste País. Previdência está sob forte ataque.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, como economistas, temos o dever de preservar e fortalecer esse sistema como o maior programa de distribuição de renda deste País, pessoal e espacial.

Até repetindo alguns dados que Eduardo já nos trouxe, o Regime Geral em 2018 – são dados oficiais –, mantinha 30,3 milhões de benefícios diretos. Para cada benefício, calcula-se que há em torno de 2,5 pessoas beneficiadas indiretamente, o que perfaria 75,8 milhões. No total, portanto, são 106 milhões.

Agora, ampliando esse conceito, a seguridade social incluindo o BPC, o seguro desemprego e o abono salarial, sobre o qual tem-se falado muito pouco. A questão é tão importante quanto a do BPC, pelo número de pessoas que seriam excluídas no caso de aprovação dessas regras, e são pessoas que ganham entre um e dois salários mínimos.

Então, somando esses outros beneficiários, nós teríamos 63,4 milhões afetados diretamente. E, de acordo com a estimativa anterior, de 2,5 para cada beneficiário direto, atingiríamos 158, 5 milhões.

Mas, como disse o Eduardo, na realidade, é toda a população que, de uma forma ou de outra, está sendo afetada hoje ou vai ser afetada no futuro, porque essa reforma obviamente tem um reflexo, uma repercussão pelo menos para os próximos 30 ou 40 anos.

O sistema previdenciário é fonte de renda maior que o Fundo de Participação dos Municípios para algo em torno, segundo os últimos dados que tenho aqui, 72% dos Municípios brasileiros, ou seja, três quartos dos entes municipais. A previdência respondeu por quase 25% da queda da desigualdade de renda no País, medida pelo Índice de Gini, entre 2003 e 2012.

Isso não é pouca coisa num intervalo de apenas dez anos.

Os repasses de benefícios previdenciários e assistenciais levavam, em 2016, mais de 30 milhões de pessoas para acima da linha da pobreza. Sem a previdência, calcula-se que mais 70% dos idosos seriam pobres, ao invés de 10% em 2015. É difícil que esses dados não nos abalem profundamente.

Nessa oportunidade, quero ressaltar os principais pontos da nota oficial da entidade, do Cofecon, que foi emitida no sábado, ao ensejo da reunião dos representantes dos Estados da Federação, em que o Cofecon considera inaceitáveis modificações que provoquem retrações nos fluxos de transferências governamentais para os extratos de menores rendas, a pretexto de acelerar o crescimento, que é o que se assegura, a retomada do crescimento, com base em hipóteses com a chamada contração fiscal expansionista, atualmente desacreditada pela grande maioria dos macroeconomistas dos meios acadêmicos internacionais.

Ainda que, para efeitos teóricos, se admita crescimento com aumento da concentração de renda – isso já se falou muito no passado, há algumas décadas –, isso iria de encontro ao maior de nossos objetivos. E qual é o maior de nossos objetivos? É a promoção da justiça social.

Especificamente, destacamos os pontos a seguir.

Eu sempre farei algumas considerações de âmbito pessoal, difícil a gente fugir da tentação de colocar alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O texto é o texto básico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Claro, é o texto básico, né? Isso não significa absoluta unanimidade em relação a todos os pontos, mas eu estou procurando ser o mais fiel à posição do Conselho, e vou expressar algumas opiniões pessoais também.

Repudiamos a desconstitucionalização dos direitos básicos da previdência, em particular através da edição de leis complementares, pasmem, cujo teor é absolutamente desconhecido, incerto, que são obviamente, como nós sabemos, Parlamentares, com 50% mais um, maioria absoluta, são muito mais fáceis de aprovar e alterar.

Segundo ponto, nós não aceitamos as estimativas anunciadas de economia de recurso – aí eu venho muito ao encontro do que falou o Eduardo o – não demonstradas, nem comprovadas – há inclusive pedidos de informação que estão sendo formulados por Parlamentares, por Líderes de bancadas querendo conhecer o detalhamento dessa economia de 1,1 trilhão –, que são dadas como justificativas para imposição da reforma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pedidos esses que até o momento não deram resposta, mas creio que virão.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Eu tenho a esperança de que, quem sabe, virão.

Os ajustes – e quero deixar bem claro, esse também veio ao encontro do que disse o Senador –, os ajustes podem e devem, Senador, ser efetuados ao longo do tempo. Nós não negamos que eles tenham que ser feitos. A modificação do perfil demográfico é uma realidade mundial, e não podemos ignorá-la. Mas têm que ser efetuados ao longo do tempo, as dificuldades decorrem preponderantemente da visão curtoprazista dominada pelo fluxo de caixa –aliás, é uma tendência das últimas décadas no Brasil – que tendem a ser pelo menos amenizadas – e o Eduardo mostrou amplamente isso aí – com a retomada do crescimento econômico e com a necessária e urgente – isso sim, e queremos dar toda ênfase a esse ponto – a reforma tributária, a mãe de todas as reformas, porque essa efetivamente é que irá afetar os interesses dos ricos e poderosos e não a reforma previdenciária como proposto.

Terceiro ponto, é preciso sim combater os privilégios – privilégios, é uma palavra muito usada e muito vulgarizada na nossa linguagem –, mas há que se respeitar os direitos adquiridos, inclusive as expectativas de direitos, coisas que geralmente são tratoradas quando a gente quer promover alguma mudança neste País.

Na hipótese de se admitir um regime de transição, sua perspectiva deve ser de médio e longo prazo e deve ter – permitam-me – a imagem, a configuração de uma rampa e não de uma escada com grandes distâncias entre os degraus. Se tem menos de dois anos, então cumpre um pedágio de 50%; tem mais do que isso, multiplica-se o tempo necessário para a aposentadoria. Não há nenhum critério, lógico, razoável diante das regras de transição que estão postas na reforma.

Tampouco se pode admitir que para determinadas corporações – e vamos citar expressamente os casos dos militares, particularmente os militares das Forças Armadas, e me perdoem a franqueza e a dureza – a proposta apresentada seja simplesmente um escárnio. O que essa corporação determine por si mesma, por conta própria o seu próprio sistema e, o que é pior, compensando o acréscimo de encargos com aumento de remunerações e outros benefícios, inclusive sob o artifício de que nunca se aposentam, embora, respondam por quase a meta do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim chamado déficit do regime próprio, representando menos do que a metade dos beneficiários civis.

Quanto a esses servidores, os servidores civis, omite-se deliberadamente, sistematicamente o fato de que os que ingressaram a partir de 2013 já estão sujeitos ao teto previdenciário geral. Portanto o efeito, digamos assim, do passado se dilui sensivelmente ao longo do tempo e praticamente desaparecerá ao final de algumas décadas.

Estão sujeitos ao teto previdenciário geral dos 5.800 e, mais do que isso, a partir de 2003, já não têm o direito à integralidade, já não têm direito à paridade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Em 2003, foi aprovado e o Funprest...

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Exatamente, que era ...

O SR. EDUARDO MOREIRA (*Fora do microfone.*) – A paridade é 2003.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – A paridade é 2003. Que eram tão criticados como sendo um privilégio.

Eu aí tenho, talvez, uma das poucas discordâncias com relação ao Eduardo pela colocação que fez ao final da palestra, porque eu gostaria de acentuar o fato de que eu questiono essa caracterização de privilégios das altas aposentadorias dos servidores públicos. Essas altas aposentadorias estão associadas a uma contribuição que foi feita ao longo de toda a sua vida funcional sobre a totalidade das suas remunerações e que continuam contribuindo na aposentadoria. E quero acentuar o fato de que isso foi um contrato unilateral, ao qual os servidores civis nunca aderiram ou que eles não puderam negociar. É como aqueles contratos que a gente faz para aquisição, financiamento da casa própria, aceita ou não aceita. Se quiser ingressar no serviço público, essa é a situação.

Pode-se até aceitar – e isto é plenamente aceitável, nós não discordamos – um moderado e gradual avanço da idade mínima e do tempo de contribuição. Eu acho que, quanto a isso, todos nós estamos mais ou menos de acordo, mas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me ajudar até nessa reflexão?

A fórmula que era 85/95, que nós aprovamos aqui por unanimidade, já aponta para esse sentido, já virou 86/96.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Que é uma das coisas mais inteligentes que foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais equilibradas, porque vai aumentando a idade e o tempo de contribuição para todos no Regime Geral...

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Já existe e teve plena aceitação inclusive das corporações de trabalhadores e servidores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tanto no Regime Geral como...

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De dois em dois anos, aumenta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Parece que a gente abandonou completamente essa fórmula, que me pareceu muito engenhosa, muito inteligente.

Agora, ainda com relação aos servidores civis, muito discutível, mas muito discutível – essa é uma questão que vai ser abordada com mais propriedade pelos juristas, e eu sou um economista – é a adoção de uma tabela progressiva para a previdência, cuja incidência cumulativa com a do Imposto de Renda – fizemos essas simulações, faz parte inclusive de trabalhos que nós apresentamos – pode atingir, Senador, quase 40% do rendimento bruto *a priori*, na fonte! Quase 40% dos rendimentos brutos, inclusive dos Srs. Parlamentares.

E o que é pior, e o que é pior, vejam bem, também pouca gente tem falado nisto: com a perspectiva de congelamento das duas tabelas, como acontece hoje com a do Imposto de Renda, que vai incorporando cada vez maior número de contribuintes, pela defasagem de mais de 90% acumulada a partir de 2006.

Acresce notar que há um entendimento consolidado – e o que eu digo é que esta questão é mais para os juristas discutirem em uma outra audiência –, inclusive por parte de tribunais superiores, de que os percentuais propostos constituem verdadeiro confisco. Essa é a palavra. E a progressividade da tabela não é compatível com a natureza da equação previdenciária que, segundo juristas, tem um caráter sinalagmático de relação previdenciária.

Por outro lado, a existência de um suposto déficit atuarial – isso é muito sério – justificaria a instituição de uma contribuição extraordinária, por lei ordinária, maioria simples, por até 20 anos, o que certamente levará aos aposentados e pensionistas uma dívida que só conseguiriam quitar em outras encarnações.

O mais interessante é que, nesses casos, vejam a contradição, propõe-se a constitucionalização dos dispositivos correspondentes. Quando interessa, se desconstitucionaliza; quando não interessa, se constitucionaliza.

Terceiro ponto. O Cofecon não aceita a desfiguração da tríade representada pela seguridade social, com a diversificação de suas bases de financiamento e com a contribuição de trabalhadores, empregadores e Governo, como acontece na maioria dos países em que a contribuição governamental é, em alguns casos, a mais importante dessa tríade, ainda mais diante dos elevados níveis de desemprego, informalidade e intermitência em que as pessoas jamais conseguiriam atender ao requisito do prazo mínimo.

O restabelecimento da concepção solidária e sustentável embutida no conceito de seguridade social da Constituição de 1988 – e aí vem toda essa discussão de o que é seguridade social, de o que é receita e de o que é despesa da seguridade social, da previdência social – passa ademais pela redução gradual das renúncias fiscais, algo como 400 bilhões, pela eliminação das benesses representadas pelas remissões, anistias e parcelamentos a perder de vista, que também corroem as receitas da seguridade, sem falar nos vazamentos representados pelas inúmeras situações de planejamento tributário e pela sonegação calculada pelo pessoal da própria Procuradoria em alguma coisa em torno de 500 bilhões.

A gente nem vai falar – o Eduardo já falou, e nem é preciso – do peso dos juros da dívida pública, no ano passado, 380 bi. Mas ele lembrou muito bem que uma coisa é o que a gente paga, e outra coisa é o que a gente capitaliza, porque o volume dos juros é muito maior do que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que, vamos dizer assim, é divulgado, exatamente porque a parcela de juros que não é paga é incorporada ao montante da dívida, que cresce exponencialmente e que gera mais e mais juros.

Outro ponto. O Conselho manifesta especial preocupação com as elevações intempestivas de idades e tempos de contribuição mínimos e reduções dos valores das aposentadorias por invalidez, pensões por morte, benefícios previdenciários acumulados, abono salarial, dispensa de recolhimento ao FGTS da multa de 40% aos empregados e aposentados. Isso não é para facilitar o ingresso no mercado de trabalho dessas pessoas, não; é para aliviar os encargos do empresariado. Todas as situações fortemente associadas às camadas mais pobres e desprotegidas da população.

Outro ponto. O Cofecon se opõe frontalmente à introdução de um sistema de capitalização obrigatória, sobretudo de caráter individual e privado, como tudo faz crer, porque também não se sabe o que será, é uma incógnita. A opção pelo novo sistema se constituiria em uma espécie de pré-requisito para o ingresso no mercado de trabalho. Os mais antigos lembram o que aconteceu no passado com o fundo de garantia: era uma opção; só que quem não fizesse a opção não ingressava no mercado de trabalho.

Lançar os trabalhadores aos riscos e à irresponsabilidade do mercado pode trazer sérias e irreversíveis perdas, como, por exemplo, no Chile, onde, segundo os dados que eu pude levantar nesse fim de semana, 90,9% dos aposentados recebem menos de 149.435 pesos, equivalentes, em moeda nacional, a R\$694,08. Estariam, portanto, quase todos abaixo do piso dos pisos, o salário mínimo. Mas o que é mais importante, o Eduardo falou na questão da vida. No Chile, o índice de suicídio de idosos é o maior da América Latina. É espantoso, de idosos.

Muitos devem ter ouvido falar no estudo recente da OIT – que também não é nenhuma entidade de esquerda, que eu saiba – segundo o qual, de 1981 a 2014, 30 países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social obrigatórios. Por coincidência, 14 na América Latina, outros 14 na Europa do leste, da antiga União Soviética, e 2 na África. Até 2018, 18 dos 30 de que eu falei fizeram uma "rerreforma", revertendo total ou parcialmente a privatização de sua previdência social. A grande maioria se afastou após a crise financeira global de 2008.

A privatização, lembrem, fora apresentada pelas instituições financeiras internacionais como uma solução concreta para enfrentar o envelhecimento da população e garantir a sustentabilidade dos sistemas de previdência, exatamente o que se alega para apresentar a atual proposta.

A acumulação de evidências sobre os impactos sociais e econômicos negativos – é a OIT que diz isso, não sou eu – da experiência permitem afirmar que o modelo fracassou. O mais triste é saber quantos mortos e feridos deixou ao longo do caminho. Não se sabe, que se saiba, até hoje, de nenhum irresponsável pela implementação do experimento que tenha sido condenado. Certamente, a maioria ficou muito mais rica.

Em suma, e vou concluindo, o Cofecon preconiza a manutenção do atual sistema, com os ajustes específicos necessários e continuados, pactuados com o conjunto da sociedade, baseados em conceitos apropriados de o que é seguridade, de o que é previdência, de o que é receita e de o que deve ser despesa da previdência. E aí temos duas grandes discussões, pelo menos: a questão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rural, que não pode ter o mesmo tratamento do conjunto da previdência, de natureza contributiva; e a questão dos militares, se é que se vai continuar a conferir aos militares essa condição especialíssima dentre o conjunto dos servidores.

Baseados, então, em conceitos apropriados e em números honestamente levantados – eu duvido de que hoje alguém tenha absoluta certeza, ou possa dizer com convicção, honestamente, de que acredita nos números oficiais, que o "déficit" – entre aspas – é aquele que é divulgado –, esse modelo que nós preconizamos consiste em um modelo de repartição simples, obrigatório até o teto do Regime Geral, e de um modelo de capitalização facultativo, complementar e, de preferência, público.

Esta reforma, Senadores, não pode prosperar. É uma questão de justiça social, mais importante que qualquer justificativa circunstancial de equilíbrio atuarial do sistema de seguridade social, mecanismo mais importante para amenizar a imoral concentração de renda e do patrimônio no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O acordado entre nós é que falam os três, falam os Senadores, e depois, naturalmente, vocês poderão fazer comentários ou até perguntas entre vocês. Eu tenho umas duas que eu quero fazer ainda e farei.

E digo que, se alguém no Plenário, como eu já recebi aqui pelo e-Cidadania, entender que tem de fazer alguma pergunta, remeto-a à Mesa ou a um dos Senadores, se eles sentirem que estão dispostos a apresentar, eu farei aqui com toda tranquilidade.

Só quero registrar a presença em Plenário... Vou registrar quem encaminhou para cá: Maria Lúcia Fattorelli, a grande coordenadora no Brasil da Auditoria Cidadã da Dívida; o Frei David, que é da Educafro, que já se deslocou para uma outra atividade; Ogib Filho, Vice-Presidente executivo da Pública Central dos Servidores; e o Thiago Soares Oliveira, coordenador na Região Centro-Oeste do grupo social de previdência sem risco.

Passamos a palavra agora, depois da brilhante exposição do Dr. Roberto Piscitelli, pelo Conselho Federal de Economia, a Clóvis Scherer, que é economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

O SR. CLÓVIS SCHERER – Muito obrigado, Senador Paim, a quem eu cumprimento. Cumprimento os demais Senadores. Bom dia a todos, a todas e aos colegas da Mesa.

Mais uma vez, o Dieese agradece a oportunidade de estar aqui ocupando um lugar nesta Comissão, onde nós temos procurado contribuir com as nossas análises sobre esse tema e sobre outros temas que estão na nossa área de atuação.

Fico muito confortável depois das duas falas anteriores, que já citaram e analisaram o contexto geral no qual se insere essa reforma da previdência. E nós temos bastante sintonia com essa avaliação de que, na verdade, trata-se de um conflito distributivo muito forte na nossa sociedade.

Nós estamos vivendo um momento de dominação do capital financeiro e do grande capital empresarial sobre a Nação, que olha para os circuitos financeiros e para as contas públicas com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande interesse. Basta dizer que o orçamento da seguridade social envolve R\$800 bilhões por ano, sem falar dos regimes próprios de previdência social, que, se eu não me engano, estariam em torno de R\$400 bilhões por ano, ou seja, é um mercado que movimenta anualmente R\$1 trilhão ou mais, e cuja perspectiva de controle e de privatização se coloca muito claramente como espinha dorsal dessa proposta de reforma.

Nesse conflito distributivo que se instaurou já há alguns anos, optou-se por uma via de corte de despesas públicas, em vez de se enfrentar a questão tributária reorganizando as bases de arrecadação tributária, como deveria ocorrer, como já foi colocado aqui, para fazer o País avançar no sentido de melhor distribuição da renda, através da tributação, por exemplo, dos lucros distribuídos, dos juros sobre capital próprio, uma melhor tributação das heranças, uma série de medidas que poderia nos levar a ter uma estrutura tributária mais progressiva e, portanto, nos permitir avançar naquela trajetória que tínhamos, que vinha sendo de redução das desigualdades de renda no País.

Mas, não, o projeto que se implantou é um projeto sob a dominação do grande capital financeiro, perseguindo uma redução de despesas com um sentido de garantir a segurança aos credores do Estado e também uma alta rentabilidade do financiamento da dívida pública. É por isso que nós temos a Emenda Constitucional 95, que limita o gasto social; nós temos a terceirização, a legislação da terceirização; a desregulamentação do mercado de trabalho através da reforma trabalhista, cujo trabalho não foi completado, e os interesses estão aí mirando em um aprofundamento ainda maior da desregulamentação do mercado de trabalho, e, agora, a reforma da previdência que, na verdade, já vem desde 2017.

Então, esse é o contexto, e eu vou falar um pouco sobre o que contém essa reforma.

Em nossa avaliação, existem dois grandes blocos de medidas, vamos dizer assim: um bloco geral e um bloco mais específico.

O primeiro bloco trata das mudanças estruturais ou do conceito de o que é previdência, de o que é seguridade; e o segundo bloco trata das mudanças paramétricas. Então, nesse primeiro bloco, destaca-se, em primeiro lugar, aquilo que o Piscitelli já colocou aqui que é a desconstitucionalização seletiva e a constitucionalização seletiva; ou seja, por um lado, a proposta desconstitucionaliza aquilo que é direito dos segurados e dos trabalhadores, relegando a leis complementares, cuja aprovação e discussão é muito mais fácil e rápida, não demanda um debate tão profundo com a sociedade. Isto é desconstitucionalizado: a proteção aos direitos dos trabalhadores.

O que é constitucionalizado, o que é colocado mais fortemente na Constituição são as obrigações em manter um equilíbrio financeiro desse sistema, ou seja, aquela garantia que é dada aos credores do Estado de que o sistema previdenciário vai gerar suficiente superávit ou recursos para que não ameace, digamos assim, a dívida pública, a capacidade de pagar a dívida pública.

Então, é um jogo entre constitucionalização e desconstitucionalização que joga os trabalhadores numa situação de insegurança, reservando a segurança a quem vai ser o destinatário final dos recursos do sistema de seguridade social, desses tributos que foram muito bem aqui detalhados. Esse é o primeiro ponto, que gera, para os trabalhadores, uma grande





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

insegurança com relação aos benefícios futuros, após a sua vida laboral e anos e anos de contribuição, porque essas leis poderão vir a ser mudadas mais rapidamente.

O segundo ponto fundamental é a mudança do orçamento da seguridade social, como foi colocado aqui, jogando para dentro da seguridade social os regimes próprios de previdência dos servidores. Com isso, legitima-se o discurso que vem sendo adotado há muito tempo de que no orçamento da seguridade está também o regime de previdência dos servidores, muito embora esse regime, em primeiro lugar, esteja definido em um capítulo diferente da Constituição, como parte da Administração Pública e, em segundo lugar, não seja um regime de previdência universal a que todo cidadão e cidadã brasileira tem direito a ingressar. Não, para ingressar nesse regime, você tem que passar em um concurso público. Portanto, ele não é universal como diz que é a proteção previdenciária definida no capítulo da seguridade social.

Com essa operação, simplesmente torna-se o orçamento da seguridade social deficitário por muitos e muitos anos, porque hoje nós temos uma situação de desequilíbrio no regime próprio de previdência dos servidores da União, o que foi muito bem colocado aqui por vários motivos. O primeiro deles: esse déficit existe porque a relação ativos/aposentados vem caindo, já que a máquina pública não é recomposta toda vez que um servidor ingressa na inatividade. Portanto, um regime de repartição simples, como é o RPPS, nessas condições, está fadado a ter um desequilíbrio.

E o segundo ponto é que esse déficit hoje já inclui um custo de transição justamente da reforma que foi feita em 2003 e 2013. Portanto, é natural que esse regime, já estava previsto que esse regime teria, por muitos anos, um déficit financeiro. No entanto, esse déficit, como foi colocado, já está equacionado. Se a preocupação é a sustentabilidade das contas no longo prazo, como deve ser o debate sobre qualquer reforma previdenciária, essa parte do sistema já está equacionada. Claro que nós vamos passar por uma fase ainda em que as despesas vão ser maiores do que as receitas, mas a própria PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes de Orçamentárias) já projeta, no longo prazo, o equilíbrio desse sistema.

Portanto, na verdade, essa operação de jogar para dentro da seguridade o RPPS só da União... Aliás, se fosse esse o princípio, por que não colocar também na seguridade todos os regimes próprios dos Estados e Municípios? Por que só o da União? E por que não colocar esses regimes de maneira a estarem equilibrados com as receitas necessárias para que eles não afetassem o orçamento da seguridade social? Mas, não, a intenção é tornar a seguridade social estruturalmente deficitária no longo prazo para depois vir com o mesmo discurso de agora, de que precisamos fazer mais ajustes, de que não foi suficiente, de que nós vamos ter que reduzir parâmetros e coisas dessa maneira, coisas dessa natureza.

O terceiro grande ponto é justamente a capitalização, a implantação de um sistema de previdência capitalizado com contas individuais, ou seja, num determinado modelo já, muita coisa não é conhecida, mas certas peças-chave do modelo já foram antecipadas: a conta individual, a contribuição definida – não o benefício definido. Então, o risco do benefício passa a ser do segurado e não do Estado; contas individuais, portanto, perdendo toda aquela vantagem que nós temos em termos de mutualismo, quando você tem capitalização coletiva, mas, obviamente, contas individuais são muito mais interessantes do ponto de vista do mercado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiro, que vai poder fazer competição para atrair essas contas; e a própria concentração financeira que pode vir a acontecer ao longo do tempo.

Então, esse regime de capitalização, como já foi colocado aqui, já se demonstrou, em outros países, incapaz de promover uma proteção social universal. Os dados do Chile já foram mencionados, não preciso repetir, mas é evidente que trabalhadores com o perfil de rendimentos que nós temos no Brasil, em grande parte, não terão condições de fazer contribuições para um sistema de capitalização individual – sua renda é muito baixa. Nós temos um rendimento médio em torno de R\$2,2 mil por mês. A nossa mediana de rendimentos no Brasil, dos ocupados, é de R\$1,2 mil por mês. Uma pessoa que tem esse nível de rendimento não tem condições de fazer poupança em previdência capitalizada individual. Para esses trabalhadores, nós teremos uma previdência muito restrita e, provavelmente, sob ataque permanente no sentido de que tenha de reduzir benefícios, arrochar parâmetros. Essa será a tônica.

E um sistema de capitalização que vai ser, provavelmente – é o que se espera, pela linha de argumentação que está vindo a público –, promovido pela oferta aos empresários de uma modalidade de contrato de trabalho precarizado, com custos tributários mais baixos, e que será provavelmente a única oferta que o empresário vai fazer ao trabalhador quando ele vier a procurar um novo emprego: "Ou você assina esse contrato aqui verde e amarelo e com uma previdência capitalizada ou, infelizmente, eu não vou te empregar, porque temos aí uma fila de desempregados. São 12 milhões de desempregados. Portanto, meu amigo, se você não deseja esse emprego, boa sorte. Eu vou chamar o próximo na fila".

Então, é óbvio que o temor é de que esse sistema de capitalização vá, progressivamente, roubando as receitas do Regime Geral de Previdência Social e, portanto, estrangulando financeiramente o Regime Geral de Previdência Social até o ponto em que ele vai se inviabilizar. E aí nós teremos a conformação de uma previdência capitalizada em estilo individual no mercado financeiro e que, como eu disse, vai abrir um grande mercado para esse setor.

Há uma informação de que, na Colômbia, a contribuição previdenciária do regime de capitalização é de 17%. A taxa de administração dos fundos de previdência é de dois a três pontos percentuais, ou seja, 20% de todas as contribuições que são feitas na capitalização. Se nós tivermos aqui um mercado de capitalização... Vamos dizer que seja a metade do que a gente tem de arrecadação da Previdência Social, vamos dizer que sejam R\$200 bilhões. Se nós tivermos 20% desses recursos sendo destinados à taxa de administração, nós temos só aí um mercado de R\$20 bilhões...

O SR. EDUARDO MOREIRA (*Fora do microfone.*) – Por ano?

O SR. CLÓVIS SCHERER – Por ano. Se formos acrescentar o RPPS, a previdência complementar e outros segmentos de mercado, nós podemos ter uma noção do tamanho do negócio que vai se abrir e que vai permitir ao mercado financeiro ingressar... Com toda a segurança, com toda a segurança, porque esse é um sistema muito seguro, do ponto de vista do agente financeiro. Todo o risco quem corre é o trabalhador que vai fazer a contribuição previdenciária; não é o banco, não é a seguradora. Então, essa é outra característica geral da proposta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, nós temos também os RPPS dos Estados, que a gente sabe, pelos números que estão divulgados, que são sistemas que precisam de equacionamento financeiro. O déficit financeiro está, hoje, nesses regimes dos Estados e dos grandes Municípios, em torno de R\$70 bilhões.

Pois bem, é claro que essa situação financeira, assim como no País, decorreu da perda de receita em função da recessão, da crise, da deterioração das bases de financiamento dos Governos dos Estados, e é natural que esse problema tenha se agravado. Agora, qual é a solução que está sendo colocada pela PEC? Financiem esse rombo nas costas do servidor público. Essa é a solução apresentada. Veja que a proposta da PEC é: arrecadem mais contribuições de servidores, instituem um regime de previdência complementar e vamos caminhar para uma previdência capitalizada. Só que isso tem um custo fiscal de curto prazo, que todos os Governadores e Prefeitos sabem que terão se vierem a implantar a previdência complementar, cuja solução não é oferecida.

Então, ao desequilíbrio que nós temos hoje nas contas dos RPPS vai se acrescentar um esforço fiscal adicional para a implantação da previdência complementar nos Estados e Municípios, sem que o Governo indique qual será a fonte de recursos para enfrentar esse desequilíbrio de curto prazo, que terá que ser respondido.

Está sendo tudo jogado para os servidores e, provavelmente, isso vai também acarretar redução de despesas em outras áreas no atendimento do serviço público por parte de Estados e Municípios. Nós podemos vir a ver, aí na frente, a degradação de serviços de educação e de saúde dos Estados justamente porque mais recursos terão que ser aportados para fazer face aos novos custos que a implantação da previdência complementar vai demandar. Então, é outro problema que eu acho muito complicado nessa PEC.

Além disso, eu queria, antes de falar de algumas mudanças paramétricas, tocar nessa questão fiscal. Na verdade, o Governo, como foi anexado na justificativa da PEC, menciona que as medidas previstas vão proporcionar uma economia de R\$1,1 trilhão.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que o Governo argumenta que essa PEC visa combater privilégios; no entanto, quando você olha a descrição de onde vem esse R\$1,1 trilhão, nos próximos dez anos, e, acho que, se não me engano, de R\$2,4 trilhões ou até mais trilhões nos próximos 20 anos, 86% dessa economia vem de onde? Vem do RGPS, do Regime Geral de Previdência Social, ou seja, da previdência do setor privado, e R\$180 bilhões das economias com o Benefício de Prestação Continuada.

Como se pode afirmar que essa reforma vem para fazer combate a privilégios se 86% da economia que ela proporciona vem de dois benefícios, o previdenciário e assistencial, que não contêm nenhum privilégio? Não se pode dizer que o trabalhador do setor privado, na previdência, seja privilegiado. O teto é R\$5.839, se não me engano, e o BPC é um salário mínimo. Na verdade, o grosso das economias previstas – e eu acredito que isso vai ser revelado no momento em que o Governo apresentar o cálculo atuarial que ele deve à sociedade, que gerou esse tipo de estimativa – virá do corte de benefícios a trabalhadores de baixa renda. O Governo pode até argumentar: "Não, nós estamos preservando a aposentadoria de um salário mínimo". Sim, mas quem recebe 1,1 salário mínimo vai perder, quem recebe 1,2 salários mínimos vai perder, quem recebe três ou cinco salários mínimos vai perder e vai perder muito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um cálculo que eu fiz, e aí já entrando um pouco na questão paramétrica, de fato, a reforma visa, em primeiro lugar, reduzir valor de benefício. Um trabalhador que não ganhe salário mínimo, que ganhe entre o salário mínimo e o teto, vai ter uma perda em relação ao que teria nas regras atuais, no momento da aposentadoria, em torno de 12% a 15%. Fiz o cálculo usando, por exemplo, uma situação hipotética de um trabalhador que, em 1994, recebia cinco salários mínimos e veio tendo reajustes pela inflação mais 1% de juro ao ano, até janeiro de 2019, quando, vamos dizer, nessa situação, ele estaria se aposentando pelas regras atuais.

Se, neste momento, se aplicassem as regras da PEC, o valor do benefício seria em torno de 13% menor do que na vigência das regras atuais, dentro desses parâmetros. É claro que esses cálculos vão variar em torno disso aí, dependendo dos parâmetros que você utilize de progressão salarial ao longo do tempo. Mas há uma perda que eu diria em torno de 10% a 15% para os assalariados que tenham rendimentos acima de um salário mínimo.

Esse é um ponto importantíssimo para mostrar que, na verdade, vejam bem, é esse o público segurado que representa a maior fatia da despesa da previdência. E é sobre ele que vai recair o corte dos valores de benefícios.

A outra medida adotada é a fórmula de cálculo de benefício, que cai bastante. Então, por exemplo, uma pessoa no setor privado que se aposenta por idade hoje recebe um benefício mínimo de 85% da sua média salarial, com a PEC, esse percentual cai para 60%. Então, além dessa fórmula de cálculo que afeta a todos, também há dois mecanismos pelos quais a PEC reduz o valor dos benefícios: o próprio cálculo da média, que passa a não desconsiderar os 20% menores benefícios no cálculo, e também, no caso da pensão, nós temos várias medidas que reduzem valores. Primeiro, a pensão pode ser desvinculada do salário mínimo; segundo, a cota familiar cai de 100% para 60%; ela já sofre o efeito das aposentadorias, ou seja, a pensão é calculada sobre uma aposentadoria já rebaixada.

Então, as pensões terão uma economia de gastos substancial. Aí, quando a gente pensa em pensão, vem aquela ideia: "Não, mas, poxa, o Brasil gasta muito com pensões." Só que a grande maioria, a maior parte do gasto com pensão é pensão para trabalhadores e trabalhadoras de um salário mínimo. Isso tem a ver, por exemplo, com o acúmulo de benefícios, que é outra coisa que a PEC limita muito.

Quando a gente pensa no acúmulo de benefícios, normalmente vem aquela história: "Bom, no Brasil se paga a algumas pessoas mais de um benefício de grande valor: uma aposentadoria enorme no setor público, com outra pensão. Isso é escandaloso e nós precisamos combater." Mas, no Regime Geral de Previdência Social, 83% do acúmulo de pensão e de outros benefícios não ultrapassam três salários mínimos, ou seja, em torno de R\$3 mil hoje em dia. A grande maioria dos beneficiários que acumulam aposentadoria e pensão são trabalhadores que recebem dois benefícios de um salário mínimo.

E nós temos que pensar, por exemplo, na viúva, trabalhadora rural. O seu marido recebe uma aposentadoria; ela também recebe uma aposentadoria. O marido vem a falecer. O que ele vai deixar para ela? Quarenta e oito por cento do benefício. Então, uma renda familiar de dois salários mínimos vai cair para 1,5 salário mínimo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muitos economistas falam assim: "Não, mas *per capita*, você vê que ela melhorou de vida." Mas a despesa familiar fixa não cai assim, gente! É, isso mesmo... Vai morar na metade da casa? Então, há um efeito. Eu quero mostrar com isso que, mesmo em uma medida que aparentemente pode ser correta, no sentido de você limitar o acúmulo de benefícios de valores muito elevados, há um alcance principal na população de baixa renda. São essas coisas que se escondem por trás de um discurso sobre, digamos assim, o mérito de algumas propostas, mas que, na verdade, têm um impacto social bastante negativo.

Existem outras mudanças paramétricas que são igualmente preocupantes e de onde deve vir esse R\$1,1 trilhão. No caso, por exemplo, o tempo de contribuição aumentado de 15 para 20 anos, como o mínimo de uma contribuição para uma aposentadoria, quando os números que estão disponíveis mostram que é muito difícil ao trabalhador e à trabalhadora, brasileiros principalmente, conseguirem acumular tempo de contribuição superior a 15 anos, especialmente aqueles mais vulneráveis, com inserção mais precária no mercado de trabalho. Agora nós temos ainda mais esse estímulo a contratos de trabalho precários, de curta duração, intermitentes, e que tendem a corroer, a dificultar ainda mais o acúmulo de tempo de contribuição.

Nós vamos ver, seguramente, um crescimento da massa de idosos excluídos do benefício previdenciário, porque não conseguiram completar 20 anos de contribuição. Podem ter completado 19 anos e 11 meses, mas não terão direito a um benefício previdenciário. A pessoa contribuiu 10 anos, 12 anos, não receberá nada da previdência e terá que aguardar o Benefício de Prestação Continuada. Isso é uma injustiça, porque a pessoa...

Antigamente existia o pecúlio. A pessoa contribuía um determinado tempo e tinha pelo menos o direito a receber aquilo que contribuiu. Hoje não vai ter e vai ser ainda mais difícil conseguir acumular aquele mínimo que lhe dá um direito a um benefício, sem falar nos rurais, que, além de terem aumento no tempo de contribuição, terão que fazer contribuições monetárias para completar um valor de R\$600, quando a Contag e alguns estudos indicam que R\$600 é uma quantia que muitos estabelecimentos da agricultura familiar não terão condições de cumprir anualmente.

Bom, há vários pontos.

Já se falou aqui o BPC. Eu não vou tocar nesse item e nem na questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do aposentado, ou mesmo do abono que vai fazer uma economia de 90% no gasto do Governo. A estimativa que a gente faz é a de que em torno de 90% deixem de ser pagos em termos de abono, se a PEC vier a ser aprovada, atingindo quem? Trabalhadores de até dois salários mínimos, que não são privilegiados, não podem ser considerados privilegiados. Veja que, se o sujeito recebe 1,1 salário mínimo, já não recebe. Recebe se tiver 1; mas, se for 1,1, já perde o benefício.

A regra de transição, para concluir o meu tempo, é uma regra muito dura, mais dura do que a PEC 287, que já era dura. Uma regra de transição que não respeita a expectativa de direito de pessoas que contribuíram 10, 20 anos, porque elas não vão chegar, no momento de aprovação e publicação da emenda, com aqueles parâmetros mínimos que lhes permitam ingressar na regra de transição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, a regra de transição, nos meus cálculos, só vai se aplicar a pessoas, por exemplo, do sexo masculino, no setor privado, que tenham 50 anos de idade e mais ou menos 30 anos de contribuição. Pessoas que têm, por exemplo, 40, 45 anos, que têm 20, 25 anos de contribuição não vão ter direito à transição nenhuma, em termos de acesso a benefício, porque elas não vão conseguir se enquadrar nas três hipóteses que a PEC lhes permite para uma aposentadoria que não seja na idade de 65, 62 anos.

Além disso, o pior de tudo é que a regra de transição, assim como na 287 também, não se refere ao valor do benefício. Para ter um valor integral, como a gente chama, ou seja, 100% da média salarial,...

(Soa a campainha.)

... você tem que acumular quarenta anos de contribuição, independentemente de você ter contribuído e se você já está prestes a se aposentar. Senão, independentemente disso, o valor da aposentadoria cai, como eu falei, para todos, para todos, com um agravante, no caso do valor, que eu me esqueci de mencionar, mas que é importante registrar, que a gente perde a garantia de que os benefícios de previdência serão preservados em seu valor real. Ou seja, mais adiante, nós podemos vir a ter, inclusive os já aposentados, os já pensionistas, perda do valor real dos benefícios, pois essa garantia vai deixar de fazer parte da Constituição.

Então, é um conjunto de medidas que – aí eu quero finalizar, reforçando – mostram como essa economia que o Ministro e o Governo querem fazer vai se dar em cima de trabalhadores e trabalhadoras, servidores públicos, servidoras públicas com rendimentos baixos, aqueles segmentos mais desprovidos, inclusive, de meios de enfrentar essa situação.

Eu quero, só para usar meus segundos finais, agradecer, mais uma vez, mas também dizer para vocês que o Dieese tem na página da internet uma série de materiais escritos sobre a reforma da previdência. Estamos publicando análises dessa PEC e também temos uma calculadora que você pode instalar no seu celular e comparar como é que ficaria a sua aposentadoria nas regras atuais com as regras propostas na PEC. Isso está disponível tanto no *site* quanto nas lojinhas de aplicativo. Você pode baixar lá no Google Play e instalar no celular a Calculadora Dieese. Basta procurar Calculadora Dieese. Você instala no celular e facilmente você pode fazer o seu cálculo e o cálculo das outras pessoas da família.

Eu queria registrar, por fim, Senador, que eu estou também fazendo parte da iniciativa da construção de uma associação brasileira de economistas pela democracia, cujo principal foco, neste momento, é justamente a discussão da previdência. Queremos formar um grupo de economistas que têm como princípio a defesa da democracia, a defesa de uma democracia inclusiva, com justiça social.

Eu venho aqui, tirando o meu chapéu do Dieese e botando o chapéu da associação, falar em nome dessa associação.

Agradeço, mais uma vez, a paciência de todos e me coloco à disposição para debates.

Obrigado. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Clóvis Scherer, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Teríamos agora um segundo momento para os Senadores, se eles tiverem alguma consideração, alguma pergunta. Depois vou permitir que eles possam fazer perguntas entre eles. Eu farei também algumas perguntas.

Por favor, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, Senador Paulo Paim, Clóvis, Roberto, Eduardo, em primeiro lugar, agradeço aos senhores por estarem aqui nos auxiliando, nos esclarecendo alguns pontos, já que o Governo não veio ainda a esta Comissão. Tenho informações de que ele está indo a outras comissões, mas eu acho que já está bem maduro para vir aqui e poder fazer esse contraponto para a gente entender. Particularmente, é um assunto que eu não domino, que tenho interesse em ouvir e em anotar. Fiz algumas anotações aqui.

Mas eu queria ouvir dos senhores, se possível, de uma forma bem objetiva, se, nesse encaminhamento que o Governo fez, nessa proposta do Governo, há alguma coisa positiva, na visão dos senhores. O que se pode pinçar de algo positivo? E também o que seria uma reforma da previdência que pudéssemos efetivar em nosso País, na visão dos senhores? Como seria uma formatação, em linhas gerais? Teria que se aprofundar bastante, pois são muitas variáveis, mas eu gostaria de ter essa noção dos senhores, se possível.

Muito obrigado.

Mais uma vez, parabéns pelas palestras e pela presença aqui!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Eduardo Girão. É importante o destaque que V. Exa. dá para que eu passe para os milhões que estão assistindo. Não é falta de convite. Estou reafirmando, porque é importante isso.

Infelizmente, até o momento, eles não têm vindo para fazer o contraditório. Até o momento, que eu saiba, aqui ao Senado nenhum representante do Governo ainda veio para colocar o seu ponto de vista sobre a previdência. Vieram em outras áreas, mas o Governo, até o momento... Convite não falta. Eu apresentei na Comissão de Educação; outros apresentaram na Comissão de Economia. Eu acredito que virão.

Eu sei que o Ministro da Fazenda, o Paulo Guedes, virá na quarta. Mas será pacto federativo e Lei Kandir. Eu estarei lá. Já que não vem aqui, eu vou lá e vou perguntar a ele sobre a previdência. É o mínimo que eu posso fazer. Como não foram nenhuma vez às comissões para discutir previdência, respeitosamente – vocês sabem minha forma de... –, vou preparar algumas perguntas e vou pedir que ele responda sobre a previdência. Nenhum do Governo, até o momento, veio.

Eu fiz, inclusive, contato telefônico com quem eu chamo de ministro da Previdência, que é o Rogério Marinho. Assim eu chamo porque eu quero que volte ao Ministério da Previdência. Ele é a pessoa número um lá. Ele me disse que viria, mas até o momento não veio, o que nas outras comissões também até o momento não aconteceu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lamento muito e disse aqui na abertura que o Secretário da Previdência, Leonardo Rolim, havia confirmado... Enfim, por motivo de última hora – não vou fazer nenhum prejulgamento agora –, ele não pôde vir.

Então, eu vou encaminhar novamente a V. Exa., claro, mas deixar que os três escolham quem quer responder. E, se os três quiserem fazer consideração à sua pergunta, eles farão também.

Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Só um detalhe, Senador Senador Paulo Paim, para a equipe. Se puder convidar, eu soube que há um economista que fez parte ou faz parte da equipe do Governo que orientou e que participou dessa construção dessa proposta. Chama-se, é um economista inclusive, Paulo Tafner.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já fica aqui aprovado simbolicamente por todos nós. O próximo convidado é o economista...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Para fazer o encaminhamento. É do Insper, de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está já acertado que vamos convidá-lo, então. Independentemente de o Governo mandar ou não, nós o convidamos pessoalmente. O.k. Muito bem, Senador.

A palavra está com a Mesa. Alguém quer responder as perguntas? Então, pelo Dieese, fala o economista Clóvis.

O SR. CLÓVIS SCHERER – Senador Girão, com relação a essa questão, eu acho que a gente poderia até discutir pontos da proposta. Agora, antes de – eu vou mencionar algumas coisas – mais nada, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrar que são cinco minutos para responder.

O SR. CLÓVIS SCHERER – ... há uma coisa de concepção estrutural dessa reforma que precisa ser descartada. Nós não podemos jogar fora um modelo previdenciário do Regime Geral e de uma seguridade social, que foi o principal responsável por avanços sociais desde a Constituição e que eliminou, por exemplo, a pobreza entre os idosos, estabeleceu um sistema com a maior taxa de cobertura previdenciária da América Latina. Nós temos uma taxa de cobertura previdenciária que nenhum outro país da região tem. É claro que a gente ainda tem cerca de 28 milhões de pessoas que não têm proteção previdenciária, mas isso não significa dizer que o nosso sistema falhou. Pelo contrário, nós temos mais de 72% de pessoas ocupadas que têm proteção previdenciária. E o risco que nós temos em abandonar esse regime para um regime de capitalização é ter um decréscimo da proteção previdenciária no Brasil. Esse é um grande risco, por essa natureza privatizante do sistema, que, conforme a OIT já registrou no seu estudo, os estudos dos especialistas sobre o Chile mostram que esses sistemas privatizados não são capazes de proporcionar cobertura previdenciária e acabam gerando uma pressão para que o Estado venha em socorro e institua sistemas complementares para amparar os que são excluídos. Então, eu acho que esse é um ponto importante na avaliação global da PEC.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu acredito que, de fato, existe um aumento muito forte no sentido da idade de aposentadoria. A idade de aposentadoria, acho que a grande diferença ou a grande divergência é como você faz para considerar a situação dos trabalhadores que, embora tenham contribuído por longo tempo, não tenham a idade de se aposentar, mas perderam a sua capacidade tanto de empregabilidade quanto de condição física. Por exemplo, um trabalhador da construção civil que começou a trabalhar e contribuiu durante 35 anos vai chegar a 60 anos tanto com a condição física esgotada quanto com a sua empregabilidade praticamente zero; não vai se empregar. Pelas regras atuais, ele poderia se aposentar. Agora, se a idade for elevada para 65 anos, esse indivíduo entre os 60 e os 65 anos não terá uma aposentadoria. Poderá pegar esse benefício de R\$400, mas isso vai representar uma queda muito grande no seu padrão de vida. E, muitas vezes, esse trabalhador consegue acumular tempo antes dos 60 anos.

Eu acho que, por exemplo, uma fórmula sobre a qual se tem conversado é juntar idade e tempo de contribuição num sistema de pontos para fazer disso regra de acesso ao benefício. Hoje a fórmula 85/95 é uma regra de cálculo do valor, e não de acesso ao benefício. Então, você poderia juntar idade e tempo de contribuição para permitir às pessoas se aposentarem com idade antecipada e contemplar esses casos.

Inclusive, outros países, além da idade limite mínima, têm uma idade antecipada para a pessoa que perde a sua condição de trabalho antes daquele tempo, mas tem suficiente tempo de contribuição. Então, eu acho que essa é uma experiência que poderia ser pensada.

(Soa a campanha.)

O SR. CLÓVIS SCHERER – Para finalizar, eu queria dizer o seguinte: o importante para pensar detalhes de uma reforma é abrir uma mesa de diálogo com os participantes. A Constituição garante a participação dos trabalhadores em todas as decisões que se referem à previdência e ao trabalho.

Então, dever-se-ia abrir uma mesa de diálogo tripartite com as centrais sindicais para justamente poder desenhar qual seria essa reforma que corresponda aos anseios de todos envolvidos na questão. Essa é a minha recomendação. Que o Senado consiga fazer isso ou que o Congresso consiga fazer isso, para pensar a solução para esses inúmeros problemas que a gente tem que enfrentar na questão da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Dr. Roberto também.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Claro, Senador, que a gente não tem fórmula mágica. Eu acho que a reforma proposta foi muito ambiciosa, muito abrangente. Ela poderia ter sido mais específica, mais dirigida. Mexeu com todo mundo e misturou coisas absolutamente díspares, com o agravante a que se referiu o Scherer de regras uniformes para situações muito distintas em um País que é desigual em todos os aspectos sociais e econômicos.

Eu, particularmente, sempre gostei muito da fórmula 85/95 e queria lembrar uma coisa que talvez alguns dos senhores não lembrem mais: a Presidente Dilma mandou uma proposta que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive previa um tempo mais curto para esse ajuste. Foi o Congresso, naquela fase de queda de braço, que estendeu o avanço da pontuação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De dois em dois anos.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – ... de dois em dois anos, em vez de um em um. A gente já poderia estar mais à frente em relação a isso.

E eu acho que ninguém tem dúvida de que a gente deve promover uma elevação gradual da combinação de idade com tempo de contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E isso protege aqueles que começaram a trabalhar mais cedo. Por isso, essa composição é interessante.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Exatamente. Esse foi um dos aspectos mais criativos da fórmula, porque existia sempre aquele problema de que algumas pessoas realmente não chegariam a uma idade mínima.

Eu chamo a atenção também para um trabalho que tem sido coordenado pelo Prof. Eduardo Fanhani sobre a chamada reforma tributária solidária. Inclusive, participei de reuniões desse grupo. Há uma convicção e há simulações que demonstram que, diante de algumas modificações a serem feitas no sistema tributário, como, por exemplo, a tal tributação de lucros e dividendos, remessas para o exterior etc., que a gente, com uma reforma tributária no horizonte de tempo estabelecido pelo Governo na sua proposta, poderia atingir um valor muito superior ao suposto ganho que se teria com a reforma previdenciária.

Eu acentuei na minha exposição a necessidade de uma revisão gradual das renúncias fiscais, que precisam ser mais seletivas, mais limitadas; o combate sistemático à sonegação, que realmente atinge níveis absurdos no Brasil; E a eliminação gradual de situações que permitem o planejamento tributário. Eu acho que aí há muita questão que a gente precisa rediscutir, como a questão da pejetização, que se disseminou pela sociedade. Hoje, quase todo mundo – autônomos, profissionais liberais etc. – podem partir para a pejetização, o que me parece uma profunda deformação nas próprias relações de trabalho. Isso implica também uma revisão de alguns aspectos da própria reforma trabalhista, sem prejuízo de uma fiscalização intensiva em relação ao combate, por exemplo, à informalidade, e talvez a revisão de uma série de situações que tendem hoje a generalizar o processo de terceirização.

Falei em renúncias, falei em sonegação, planejamento tributário, uma revisão profunda dos mecanismos através dos quais, de forma mais ou menos indiscriminada, irrestrita, se concedem parcelamentos a perder de vista, remissões de anistias, o que estimula inclusive esse processo...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO PISCITELLI – ... contínuo de, vamos dizer assim, expectativa diante do próximo parcelamento, do próximo Refis. Então, isso se converteu também num mecanismo de planejamento tributário.

Agora, acho que tudo isso a gente ameniza com muita intensidade se o Brasil tiver uma retomada, ainda que moderada, do crescimento econômico. Claro que a gente vai entrar naquela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão que o Eduardo levantou: se foi a reforma tributária que retardou ou comprometeu o crescimento econômico ou se foi o baixo crescimento, a recessão que provocaram o propalado déficit na previdência. Eu acho que há muita coisa que se pode fazer sem abrir mão de uma reforma parcial, seletiva da previdência social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Se vocês permitirem, normalmente eu nem faço pergunta, mas eu acho que está propício para algumas perguntas. Eu vou meio que dividir. Eu vou encaminhar duas para você, Prof. Eduardo, e depois para o Roberto e também para o Clóvis. Bem rápido.

Emenda 95. Todo mundo sabe que a Emenda 95 foi aprovada pelo Congresso e congela os investimentos no País por 20 anos, inclusive em educação, na área de segurança e naturalmente a seguridade social. Eu pergunto: qual o reflexo que tem, se se mantiver a Emenda 95, em relação à reforma da previdência? Liberdade para analisar no campo econômico.

Segundo. Eu queria também, Prof. Eduardo Moreira, queria que você aprofundasse um pouquinho mais, se possível, porque na minha avaliação, Senadores, o mais grave... Tudo nós queremos, eu sou daqueles, vocês sabem, que acha que tem que discutir e avaliar, ver o que é possível construir de forma conjunta a todos nós. Mas o mais grave de tudo é o regime de capitalização. Para mim, é a chave dos prejuízos que vêm dali para baixo. Se você puder aprofundar um pouquinho mais, eu acho que é bem da sua área. O que significa isso tudo para o sistema financeiro. Ponto.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Em primeiro lugar, eu queria lembrar um ponto, em que eu não toquei aqui, e esse talvez seja um dos pontos mais importantes e eu não estou vendo ninguém tocar nesse ponto. Neste momento, enquanto a gente fala, está sendo criado um rombo enorme nas contas públicas por conta de uma apresentação apressada, irresponsável e que errou no tom de como deveria ser essa reforma da previdência. Por quê? Eu explico.

Ao apresentar uma reforma extremamente cruel, que mexe nas perspectivas de toda a base que a gente tem no Brasil de trabalhadores, principalmente os que ganham um, dois e três salários mínimos, o que está acontecendo agora é que um contingente gigante desses trabalhadores está indo antecipar o seu pedido de aposentadoria. Existe um número enorme de trabalhadores que estão pensando o seguinte: olha, as condições vão ficar tão difíceis de eu me aposentar, com as regras novas, que é melhor que eu me aposente agora para poder garantir. Isso sempre acontece. Chama-se efeito de antecipação e, depois, você tem um efeito rebote da história.

Então, esses pedidos de benefícios vão aumentar incrivelmente. E, por outro lado, eu estava almoçando com um amigo meu que é dono de uma grande construtora no final da semana passada e ele me falou assim. "Nós agora começamos a receber um monte de ligação de trabalhadores que ligam para a gente falando o seguinte: 'Olha pode me contratar, me contrata sem carteira, porque agora não faz tanta diferença e, já que não vai dar para se aposentar mesmo, pode me contratar sem carteira'".

Então, a gente está tendo por causa da expectativa da reforma, antes mesmo da reforma, um aumento muito grande da informalidade e de pedidos de benefício, ou seja, nas duas pontas, menos contribuição e mais gastos. Então, nós vamos ter com certeza números muito piores no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

curto prazo e a responsabilidade sobre esses números deve cair não sobre o sistema previdenciário, mas sobre o Governo, que apresentou a proposta dessa maneira, gerando esse tipo de expectativa, que fique registrado esse assunto.

Sobre a Emenda Constitucional 95, é muito importante que a gente saia um pouco dos livros de economia, da economia clássica. Eu trouxe aqui, o André Lara Resende deu uma entrevista espetacular semana passada no Valor, onde ele começa falando o seguinte:

A teoria macroeconômica está em crise. A realidade, sobretudo a partir da crise financeira de 2008 nos países desenvolvidos, mostrou-se flagrantemente incompatível com a teoria convencionalmente aceita. O arcabouço conceitual que sustenta as políticas macroeconômicas está prestes a ruir.

Então, vamos abandonar um pouco a teoria clássica e pensar no básico. Só existe uma maneira de crescer: investindo. Não existe... Investir significa abrir mão de uma riqueza que você tem hoje, esperando que essa riqueza se transforme em algo maior lá na frente. Para você investir, a expectativa de crescimento dessa riqueza de que você abre mão hoje para tê-la lá na frente deve ser maior do que o custo de se obter essa riqueza.

Ao passar a Emenda Constitucional 95, tirou-se do Poder Público a capacidade de investimento. Por quê? Porque o que ele pode investir é o que investiu em 2016 corrigido pela inflação, e boa parte de o que ele pode investir é dada já pela Constituição Federal, art. 198 para a saúde. Limitou-se ao gasto com a saúde de 2016, mas ele era 15% das receitas correntes líquidas, art. 212 para educação; previdência social, seguridade social, 203 e 204 para assistência; 194 e 195 para a seguridade. É tudo constitucional. Então, se já está tudo amarrado e amarra-se o teto, a capacidade de investimento do Poder Público ficou absolutamente travada. Para onde foi essa capacidade de investimento? Foi toda para o quê? Para o poder privado.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO MOREIRA – E, ao ir toda para o poder privado – e a gente tem um poder privado extremamente concentrado em termos de capacidade financeira e de poder no Brasil –, esse poder privado vem agora e fala o seguinte: "Para eu investir, eu quero as seguintes regras; eu quero mais benefício, eu quero menos impostos, eu quero que se diminuam os direitos do trabalhador para a minha folha ficar mais leve". E a gente fica sem muita opção, escravos da Emenda Constitucional 95, porque a capacidade de investir reside hoje quase que unicamente no setor privado.

Então, criou-se uma armadilha de dependência do setor privado, que está colocando as regras na mesa – não é à toa que a gente está vivendo o que a gente está vivendo –, com a Emenda Constitucional 95. E aí ela também faz com que todos os recursos que são arrecadados a mais durante esses 20 anos vão para o pagamento de juros.

Eu emendo com outro ponto – sabendo que meu tempo acabou, mas pedindo 30 segundos – que é o seguinte: existe muito...

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO MOREIRA – ... no mercado financeiro uma percepção de que: "Ah! Mas a dívida pública é dívida. Tomou, tem que pagar". E eu falo que o art. 6º da Constituição fala que todo brasileiro tem direito a educação, a saúde, a previdência, a lazer, a moradia... Isso não é uma dívida do Estado para com essas pessoas? Por que uma dívida é mais importante do que a outra e uma nunca pode ser questionada e a outra pode ser postergada para sempre no Brasil?

O regime de capitalização, Senador, tira completamente a rede de proteção social que você tem, porque sequer prevê – pelo que está sendo mostrado até agora – um mínimo de solidariedade para você garantir pisos para a população brasileira. Então, ele passa a ser tão exclusivamente um fundo de investimento.

Temos já hoje o regime de capitalização, se quisermos. Todo mundo aqui pode investir um pouquinho de dinheiro todo mês e está feito o regime de capitalização. A única coisa que ele faz é tornar isso mandatório, obrigatório, mas ele passa o risco inteiro para a pessoa, ou seja, não existe mais proteção social.

E eu lembro, como muito bem lembraram meus amigos aqui de Mesa, que, quando hoje em dia um banco vai quebrar, ele recorre a quem? Ao Estado. E aí ele tem um Proer... E isso não acontece no Brasil somente. Nos Estados Unidos, quando os bancos quebraram, recorreram também ao Estado,

Quando um empresário tem dívidas enormes, ele recorre a quem? Ao Estado, com o refinanciamento das suas dívidas através do Refis. O rico vai sempre continuar podendo recorrer ao Estado. É o famoso capitalismo dos ganhos e socialismo das perdas.

Agora, hoje em dia, o pobre pode ainda recorrer ao Estado para ter esse mínimo, e a gente está tirando essa capacidade de ele recorrer ao Estado, fazendo com que ele seja largado à própria sorte. Nenhum trabalhador rural vai conseguir poupar R\$1 sequer no seu plano de previdência individual. Nenhum trabalhador negro das periferias vai poupar R\$1 sequer para resgatar quando ficar mais velho.

Então, o que gente está falando é que se está acabando, de uma vez por todas, com o conceito de nação. Nação significa o grupo. Estamos perdendo o conceito de grupo e individualizando a nossa sociedade, dando força para o movimento de concentração de renda, que, no Brasil, já é o maior do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos em frente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem, mas vocês vão receber agora mais duas. Pode aperfeiçoar, sem problema nenhum.

Diferença entre homem e mulher.

Eu vou fazer as perguntas em bloco aqui para os dois escolherem.

Diferença entre homem e mulher. Por que eu digo isso? A PEC diz que, na área rural, tem que ser igual para homem e mulher e, na área urbana, tem que ser diferente. É um conceito que eu não consegui entender. Por que na área rural é igual, todo mundo com 60 anos e, na área urbana – estou nos números da PEC –, são 62 e 65?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria que vocês comentassem sobre isso, porque eu não consegui entender o motivo disso. Eu sou favorável a que se mantenha a diferença. Claro, se são favoráveis... O conceito de uma diferença entre homem e mulher no conjunto da proposta. Primeiro, eu queria essa explicação de por que existe isso.

Mais duas perguntinhas que vocês responderão. Podem dividir os dois. Respeitando as aposentadorias especiais... Eu fiquei muito preocupado porque para mim não está claro. Como fica a vida de quem trabalha em área insalubre, penosa, periculosa e de alto risco? Quando eu digo alto risco é principalmente, Capitão Styvenson, por exemplo, a Polícia Civil, a Polícia Militar... Qual é o conceito que está ali? Para mim, não fica claro. Vocês, mais do que ninguém, poderão dizer aqui que o risco de vida de quem trabalha na área da segurança é muito maior do que o meu, que trabalho no Parlamento ou o de qualquer servidor que está neste momento. Quem trabalha na área de segurança tem grande... Segundo os dados que obtive dos delegados, a média deles em matéria de plena atividade não chega a 60 anos. Em média...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele fala que, se eu fosse Parlamentar dos russos, o risco seria maior.

Por fim, eu queria que vocês respondessem a essas perguntas, dentro do possível, no tempo que eu coloquei. E entende-se, naturalmente que quem é professor... Quem trabalha na segurança é todo mundo, viu? Forças Armadas e policiais. E aqueles que trabalham em áreas como professores e rurais tem que ter um tratamento diferenciado.

Começa aqui.

Scherer, vá lá, então.

O SR. CLÓVIS SCHERER – Senador, é claro que os detalhes da PEC são muitos. Então, de muita coisa eu não me lembro de cabeça, embora eu esteja estudando essa PEC... Há uma série de regrinhas que torna certas respostas bem difíceis.

Agora, com relação à diferença entre homens e mulheres na idade, eu não sei qual é a explicação que se dá para eliminar completamente a diferença de idade no campo. Eu sei que os defensores da reforma argumentam que as mulheres vivem mais do que os homens, têm uma sobrevivência maior. Então, elas se aposentam antes. Então, a relação entre o tempo de contribuição e o tempo de fruição dos benefícios é bem menor do que no caso dos homens, que morrem mais cedo.

Agora, existem questões aí que me parecem complicadas. A idade para a mulher... E aí eu falo mais do urbano, porque eu acho que o rural tem um outro problema muito mais sério, mas, no caso do urbano, a idade determina muito da empregabilidade da mulher no mercado de trabalho. Então, não é só uma questão física, embora a gente saiba que as mulheres são acometidas de doenças crônicas – diabetes, hipertensão, problemas osteomusculares –, mas também, quanto à empregabilidade da mulher, especialmente no tipo de inserção que a grande maioria das mulheres ocupa, as ocupações das mulheres no Brasil, elas perdem a empregabilidade cedo. Veja bem o caso da empregada doméstica, da faxineira, que cedo não têm condições de fazer certos serviços e acabam não se empregando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que existe um problema da idade que afeta as mulheres não na sua condição tanto física, mas como de inserção no mercado de trabalho, mas há um outro problema que eu acho que é mais grave no caso a mulher que não é tanto a idade, mas, sim, o tempo de contribuição. Eu acho que a medida que mais afeta as mulheres na reforma é o aumento do tempo de contribuição exigido para a aposentadoria, porque elas encontram muito mais dificuldades pelo tipo de trajetória que têm na vida, mães, depois elas interrompem o trabalho para cuidar de um parente ou de um marido, e isso faz com que a vida profissional delas seja encurtada. Nesse papel social que a gente atribui às mulheres, infelizmente ou não, a gente acaba penalizando-as na aquisição do tempo de contribuição para benefício.

Portanto, a gente sempre argumenta no Dieese o seguinte: olha, uma medida de elevação de idade, de tempo de contribuição deveria vir junto com uma promoção da condição da mulher no mercado de trabalho. Ela teria que ter acesso a serviços como creche, serviços profissionalizantes, uma lei mais efetiva a coibir a discriminação no mercado de trabalho que permitisse a ela adquirir esses requisitos para o benefício previdenciário.

Com relação às aposentadorias especiais, o primeiro ponto é de que o risco de vida acaba suprimido como fator para a aposentadoria especial, muito embora os policiais tenham uma idade de aposentadoria de 55 anos, mas o risco de vida, por exemplo, para o eletricitário, para o mineiro, para o operador de processos contínuos na indústria química que tenham o risco de explosão, de acidente e tal é suprimido. Então, os riscos só à saúde é que são mantidos como condição para a aposentadoria especial, que passa a ter idades e tempos de contribuição mais exigentes. E o valor do benefício cai, porque o valor é a regra geral, é o 60%...

(Soa a campainha.)

O SR. CLÓVIS SCHERER – ... mais 2% a cada ano de trabalho. Então, isso acaba fazendo com que, em relação à aposentadoria especial, muito embora a pessoa tenha uma idade antecipada, mas o valor é tão baixo que eu acho que vai forçá-la a ficar no trabalho apesar de ter adquirido problemas de saúde com o passar do tempo.

E há o caso do professor que também tem idade antecipada, apesar do desgaste que a gente está percebendo. A categoria dos professores tem farta documentação mostrando como o ambiente escolar é um ambiente de tensão, de desgaste psicológico, até de violência...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÓVIS SCHERER – Sim, a carga de trabalho, especialmente a da professora, que, no caso, é a mais penalizada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A maioria dos Estados não paga o piso, inclusive o meu, para os professores.

O SR. CLÓVIS SCHERER – No caso da professora dos regimes próprios da educação básica pública, o aumento de idade de dez anos, o maior aumento de idade é justamente para a professora da rede pública de ensino básico. Então, por que levar justamente para uma profissional que o Brasil precisaria estar investindo tanto, sendo que isso não vai ser acompanhado, porque os militares recebem uma compensação, entraram na reforma, mas com uma compensação vantajosa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a compensação que está sendo oferecida ao professor, à professora? Nenhuma. Não há redução de jornada, não há uma menor tributação; ao contrário, é exigido só o sacrifício sem nenhuma compensação, enquanto para os militares: "Ah, não, vamos incluí-los na reforma, mas vamos reestruturar a carreira. Nada contra as demandas dos militares nem as suas especificidades, mas o mesmo tipo de tratamento teria que ser dado a todos os trabalhadores. Se vamos exigir mais sacrifício, então, vamos oferecer uma compensação adequada, vamos reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais e fazer uma discussão casada; vamos reduzir a tributação, por exemplo, sobre o trabalhador, reduzir a carga tributária sobre o trabalhador e pensar aí, sim, numa reforma da previdência com a opinião deles, com envolvimento deles em todos os momentos do processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom, só vou anunciar aqui. Passo para o Conselho Federal de Economia, Dr. Roberto.

Queria dizer que o Clóvis Scherer já respondeu pelo menos as perguntas que eu ponderei e você pode também suscitar o mesmo debate.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Sim, na realidade, eu queria reforçar um pouco o que falou o Eduardo nessa questão do agravamento das contas a curto prazo. Isso realmente, além do custo de transição associado ao fato dos novos optantes pelo sistema de capitalização, vai ter que usar esse recurso de algum lugar, não sei de onde, para continuar pagando as aposentadorias atuais e as próximas.

Além da questão, Eduardo, da antecipação dos pedidos de aposentadoria – o que é lamentável, porque muitos gostariam de continuar trabalhando –, existem os inúmeros casos de desistência de ingresso no regime. As pessoas acham que não vale mais a pena ou que isso vai representar encargos muito elevados. Os riscos, o pânico é generalizado. Então, as pessoas deixam de ingressar, inclusive, entre os beneficiários.

Mas existem também algumas outras questões que são contraditórias na própria proposta de reforma. Por que, por exemplo, relativizar o abono de permanência, que seria uma forma de muitas pessoas continuarem a trabalhar. E elas gostariam de continuar a trabalhar e poderiam continuar trabalhando com o benefício do abono de permanência, que agora se relativiza, porque não se garante sequer o valor que corresponde à compensação da respectiva contribuição previdenciária.

Existe, inclusive, porque não dizer, a própria fixação de um limite rígido de idade para aposentadoria que eu acho contraditório, porque muitas pessoas, ao chegarem os 75 anos, não completarão as condições para uma aposentadoria integral. É paradoxal. Não estou propondo uma elevação dos limites para os Ministros dos tribunais superiores, pelo contrário. Nesses casos, eu acho, mas é outra questão, que deveria haver mandatos. Mas é paradoxal pessoas, por exemplo, inclusive como na minha condição pessoal, que, com 72 anos, ao chegarem aos 75, não completarão as condições para aposentadoria, pela impossibilidade de contagem de tempo anterior de serviço, em função do próprio Tribunal de Contas da União.

Eu queria também acentuar aqui outro aspecto que deixei de enfatizar, e essa é uma questão que entra no aspecto da conceituação. No meu modo de ver, a gente tem que rediscutir, na parte conceitual, o que é parte do orçamento da seguridade, o que faz parte da previdência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu acho que se a gente somar aposentadoria rural com a dos militares – e eu não entro no mérito do projeto dos militares –, isso representa aproximadamente a metade do anunciado déficit, mais ou menos isso. Eu acho que, devido às características específicas, talvez isso tivesse que ter explicitamente um tratamento diferenciado, fora do cômputo do que se convencionou chamar de déficit previdenciário, porque não é realmente.

A Maria Lúcia também me lembrou – eu não estou conseguindo aqui recuperar esses dados –, ela me lembrou de outras questões que a gente não mencionou e que são paralelas à nossa discussão. Ela se lembra muito oportunamente, e a auditoria da dívida tem trabalhado muito em cima dessa ideia, de algumas coisas inexplicáveis ou que precisariam de uma discussão muito mais ampla e aprofundada, como, por exemplo, a montanha de 1,2 trilhão no Banco Central remunerando a sobra de caixa dos bancos, dada a forma indiscriminada e abusiva como se realizam as chamadas operações compromissadas. Isso representa um enorme componente do encargo da dívida.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO PISCITELLI – E mais a outra montanha de 1,227, na Conta Única do Tesouro, que representa a acumulação dos superávits primários e dos títulos emitidos em excesso. Eu acho que essa é uma questão muito importante, tem tudo a ver com o déficit, com a situação fiscal do Estado, mas não é objeto específico desta nossa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Se assim os senhores entenderem, nós botamos como limite, mediante acordo, no máximo até 12h30.

Então, eu tenho aqui dezenas de perguntas pelo WhatsApp, que eu deixo sempre aberto, mas eu peguei pelo menos três que vou ler agora e vou passar a palavra para as considerações finais de cada um, em torno, se possível, de três a quatro minutos, para darem sua impressão sobre a audiência. Mas, vamos lá. Se alguém puder responder, pode usar até cinco minutos, incluindo os seus três da despedida.

Joselita Maria, aqui do DF: "Quais são os impactos que a reforma da previdência trará para a melhoria da economia, tendo em vista que o desemprego ainda continua alto?".

Patricia Souza, do Amazonas: "A partir da aprovação da nova reforma, para as pessoas que já possuem requisitos para se aposentar, vão vigorar regras atuais ou antigas?". Se alguém puder também, depois eu passo a folha aqui.

Rute Rodrigues, de Alagoas, na mesma linha: "Quem já tem os requisitos para se aposentar hoje, com a reforma aprovada, as regras vão ser as atuais ou as novas?".

São três perguntas que eu deixo no ar, se os senhores puderem responder, para não dizerem que não atendi o e-Cidadania, que mandou uma série de perguntas aqui.

Registro a Presidente da Fasubra (Federação de Sindicatos dos Trabalhadores em Universidades Brasileiras) aqui conosco no Plenário.

Quem quiser começar...

Você começou, já que começou vai também terminar, depois termina lá na ponta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO MOREIRA – Posso ler a primeira pergunta novamente, porque essa pergunta é muito importante, da Joselita Maria, do Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora, agora, agora. E já ganhou os cinco minutos, porque ele vai os três minutos de consideração e vai responder perguntas. Aí nós encerramos, significa que 12h20 encerramos.

O SR. EDUARDO MOREIRA – Ela pergunta: "Quais são os impactos que a reforma da previdência traz para a melhoria da economia, tendo em vista que o desemprego está alto?". Essa é talvez a única motivação que a maior parte da população tem, sabendo que vai ter regras piores, é a seguinte: "Pelo menos a economia vai melhorar. Eu estou desempregado, então, é melhor ter algum tipo de emprego do que não receber aposentadoria. Eu perco essa aposentadoria para ganhar o emprego, porque estou preocupado com o hoje, muito mais do que com o amanhã".

A lógica do Governo é a seguinte: ao equacionar, mesmo que na marra, esse déficit hoje, os empresários vão ter mais confiança para investir e, ao investir, vão gerar empregos para as pessoas. Essa é a lógica do emprego. Aí eu volto a dizer o seguinte: nessa lógica, a gente está depositando toda a capacidade de investimento da sociedade num grupo extremamente pequeno de empresários, de donos das grandes empresas, dos donos dos grandes bancos, que são os beneficiados por isso, ou seja, o grau de dependência dessa sociedade a esses grupos aumenta exponencialmente, porque a economia sempre vai crescer com investimento, mas pode crescer com investimento do pequeno empresário, do médio empresário e do grande empresário também ou simplesmente com o do supergrande empresário.

Eu acho, Senador, que acabou o tempo em que a gente se orgulha de ter um país onde as duas pessoas mais ricas, um é banqueiro outro produz cerveja. Um país desse não valoriza a criação de riqueza, porque nem um nem outro produzem riqueza para o País, para ser dividida. Este País tem que valorizar é o pequeno trabalhador rural, o pequeno empresário, o médio empresário, e a decisão de investir tem que ser distribuída de forma muito mais igual pelo País inteiro, para vivermos uma verdadeira democracia e não uma falsa democracia.

Então, eu respondo à Joselita: sim, talvez, se a gente aprovar essa reforma desse jeito, no curtíssimo prazo, haverá alguns empregos a mais e viveremos mais um voo de galinha, mas certamente a desigualdade aumentará abruptamente e a decisão de todos nós que estamos aqui, do pequeno e médio trabalhador e empresário brasileiro de poder escolher o próprio caminho chega perto do zero. Nós vamos passar a ter o que, na economia, a gente chama de *price taker*, ou seja, todos nós vamos ter que aceitar as condições que vão nos impor e não vamos ser mais capazes de ditar minimamente os rumos que a gente gostaria de ter para as nossas vidas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Considerações finais do professor e economista Eduardo Moreira. Agradeço de pronto.

E vamos para o Dr. Roberto Piscitelli, do Conselho Federal de Economia.

O SR. ROBERTO PISCITELLI – Eu até já falei demais, mas, quase que aditando alguma coisa ao que falou o Eduardo, existem essas promessas, como sempre se fazem promessas, todas as vezes em que se pretende alguma reforma que não seja tão popular. A reforma trabalhista





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também nos prometia paraíso, o aumento do número de empregos; a Lei de Falências também ensejava promessa de que os juros bancários iriam cair. É sempre preciso ter um certo cuidado com isso, porque essas coisas muito empurradas, muito alardeadas, em geral, não se confirmam, não têm evidência empírica e muitas vezes sequer evidência teórica.

Eu acho muito ruim trabalhar em cima desse projeto ou discutir esse projeto sob essa pressão ou esse tipo de coação que, em outras palavras, significa dizer que, se não se fizer a reforma da previdência, os atuais aposentados não continuarão a receber suas aposentadorias ou as viúvas as suas pensões, nem os novos. E tenho ouvido seguidamente, isso me causa um profundo mal-estar, que, sem a reforma, já que se perguntou o que seria possível com a reforma, eu acho realmente catastrófica a condução da discussão, quando se diz que não só a previdência vai quebrar como o País vai quebrar, ultimamente.

E, nos últimos dias, a cada semana, se renova algum tipo de mensagem terrorista. Por exemplo, a mais recente é de que os próprios servidores em atividade, os ativos, estarão impossibilitados de receber seus salários. Não dá para fazer as coisas dessa maneira. Eu acho que a gente tem que ter justamente liberdade e tranquilidade para discutir questões tão sérias para o nosso futuro e para o futuro das gerações que sucederem a nossa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Dr. Roberto Piscitelli, que falou pelo Conselho Federal de Economia.

Por favor, agora o Dr. Clóvis Scherer, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos (Dieese).

O SR. CLÓVIS SCHERER – Eu vou começar respondendo às perguntas da Patricia e da Rute, que são basicamente a mesma pergunta: se a pessoa que já tem requisito para se aposentar no momento da aprovação da PEC teria os seus benefícios garantidos nas regras atuais. De fato, é isso que inclusive está registrado na PEC. As pessoas que já tiverem adquirido todos os requisitos para a aposentadoria ou para qualquer outro benefício, dentro das regras atuais, não serão afetadas pelas novas regras que vigorariam a partir da publicação da emenda. É claro que a gente tem que pensar assim: a pessoa se aposentou sob as regras atuais, mas vem a falecer sob as regras da PEC, então, a pensão que essa pessoa vai deixar para os seus dependentes já estará sendo definida segundo as regras da PEC, não as regras do momento em que a pessoa contribuiu para ter esse benefício.

Da mesma maneira, como eu falei, o valor do benefício passa a ter regras que serão definidas numa lei complementar. Então, no futuro, embora você possa ter tido aquela expectativa de manter um determinado padrão de vida, dependendo de como esses reajustes futuros virão a ser definidos, isso pode afetar essa sua expectativa, mas, para a aposentadoria, se você já adquiriu tempo de contribuição e idade nas regras atuais e já pode se aposentar, você não precisa, necessariamente, correr para se aposentar agora, pensando que a PEC virá para reduzir o seu direito. É isso que muitas pessoas fazem, e isso acaba aparecendo como uma corrida para aposentadoria. Então, as pessoas têm que agir com cautela com relação a isso e se informarem corretamente como a PEC vai lhe afetar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em relação aos impactos da reforma da previdência na economia, qual é o raciocínio do Governo? Vou tentar simplificar aqui. O Governo espera conter o gasto público, porque isso vai gerar uma confiança maior do seu credor, dos investidores em títulos públicos. Essas pessoas do Brasil e de fora, portanto, vão cobrar um juro menor nos seus empréstimos para o Governo. Juros menores e maior confiança seriam seguidos de, justamente, um melhor ambiente para fazer investimentos. Isso iria resultar em geração de empregos, renda e na economia voltar a crescer. Esse é basicamente o raciocínio.

A crítica que eu faço a esse pensamento é a seguinte: na verdade, a decisão de investir não tem muito a ver com a segurança que você tem dos títulos públicos ou se o Estado é um bom credor e pagador da sua dívida; na verdade, o empresário investe se ele consegue olhar, no momento em que a sua nova fábrica estiver pronta ou a sua loja estiver montada, e ver que ele vai ter clientes comprando seus produtos, de tal maneira que ele possa fazer os lucros que ele espera. Para ter esses lucros, para ter essas vendas, ele precisa de gente com dinheiro comprando os bens, os produtos, bens e serviços.

Ora, se a PEC está cortando gastos, e esses gastos, como o próprio Prof. Moreira explicou, são gastos que se reverterem em consumo por parte dos aposentados, pensionistas e mesmo dos trabalhadores, se esses gastos vão ser diminuídos, isso significa que uma parte dos consumidores não vai ter a renda necessária para comprar os produtos dos empresários. Portanto, o mercado não vai estar sendo um mercado em crescimento, a demanda não vai estar se expandindo e pode vir a ficar estagnada, inclusive, porque justamente o gasto público, pela emenda do teto, não irá crescer, independentemente do que vier a acontecer em termos de reforma. Qualquer...

(Soa a campanha.)

O SR. CLÓVIS SCHERER – ... espaço fiscal que vier a ser criado não vai se reverter em gasto público, nem em gasto dos aposentados e pensionistas.

Portanto, essa PEC não é uma PEC expansiva do ponto de vista do crescimento, ela é recessiva. Por isso, eu, como economista, desconfio um pouco da lógica do Governo e não vejo uma coisa tão alvissareira em termos de estímulo à economia no futuro, a partir dessa reforma. Ao contrário, eu acho que ela é recessiva e só favorece os credores do Estado.

Muito obrigado, mais uma vez, a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o economista Clóvis Scherer, que falou pelo Dieese.

O Frei David mandou uma carta aqui para a Mesa. É claro que eu não vou ler a carta, porque ela é muito longa, mas eu acho que, quando eu ler três pontos do encaminhamento daqui, com duas, três linhas cada um, eu sinto que V. Exa. vai estar contemplado. Primeiro, você pede: que esta Comissão aprove e realize uma audiência pública específica, focando a comunidade negra, indígenas e mulheres, com certa urgência para garantir nossa voz neste cenário; que esta Comissão faça um ofício, também não vejo problema, exigindo do Governo uma auditoria dos mil devedores da Previdência Social e perguntando sobre o que o Governo está fazendo para recuperar este dinheiro, e também não vejo problema nisso, porque isso foi uma decisão também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da CPI, só que nós faríamos especificamente um requerimento pedindo que ele faça, de fato, uma auditoria e dizendo o que está sendo feito, baseado até no resultado da CPI, se assim V. Exa. permitir; que se registre nos anais desta audiência esta carta aberta, que eu recebo aqui. O.k.? Lido, feito e encaminhado aqui para o nosso público, que são milhões que assistem às audiências públicas.

Eu quero só dizer quais são as próximas audiências. No dia 26 de março, reforma da previdência e o serviço público. Vamos insistir que venha alguém do Governo e também os líderes da área pública.

No dia 8 de abril, debate com o setor empresarial. Nós vamos convidar a CNI, a CNA, o setor financeiro para que eles venham aqui e exponham o seu ponto de vista de como eles estão vendo.

No dia 15 de abril, a previdência e os profissionais da segurança pública. O Senador Styvenson participou dessa discussão. Enfim, nessa amplitude, vamos juntos aqui ver os convidados.

No dia 22 de abril, de uma pergunta, inclusive, que eu fiz, as chamadas aposentadorias especiais, além, claro, dos profissionais da segurança que são especiais, mas daí nós pegamos área insalubre, penosa, periculosa, professores, especificamente as especiais, sem prejuízo dos profissionais da segurança. E quero dizer que eu defendo, deixando bem claro, que tanto os profissionais da segurança pública como aqueles que trabalham em área insalubre, penosa e periculosa, incluindo professores, são uma situação especial. Eu sempre defendi isso, ao longo da minha vida, e não vou mudar o discurso agora com a idade a que estou chegando – se não mudou antes, não vai mudar agora.

No dia 29 de abril, reforma da previdência – foi a Senadora Leila que pediu – com foco especial nos professores e toda a sua abrangência.

No dia 6 de maio, reforma da previdência com foco na desvinculação das receitas da União, e dá como exemplo a DRU.

No dia 7 de maio, a previdência e os profissionais da área da saúde.

No dia 13 de maio, sugestão da grande e inesquecível Fattorelli aqui presente, ela pediu a relação da reforma da previdência e a auditoria da dívida pública.

Ainda só para informe, bem rapidamente, há mais quatro ou cinco.

Em 1º de abril, 9h, a influência dos *fake news* na sociedade, que é uma preocupação de todos. *Fake news*, de forma bem simples, são aqueles instrumentos que mentem e acusam pessoas de forma irresponsável. Quer acusar? Acuse, mas prove! Agora, não pode *fake news* dizer que ciclano e beltrano é isso ou aquilo e ficar por isso mesmo.

No dia 1º de abril, às 14h, dia internacional da conscientização sobre autismo.

No dia 2 de abril, violência nas escolas. O Senador Styvenson foi o autor.

No dia 9 de abril, terceirização de mão de obra e irredutibilidade dos salários. É um problema da Casa aqui. Nós falamos tanto para fora e, às vezes, fazemos críticas a setores, mas, aqui, o Congresso é um dos lugares onde eu poderia dizer que há situações análogas ao trabalho escravo. Olhem a gravidade do que estou dizendo. Há situações de o cidadão ganhar um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouquinho mais de R\$2 mil e, quando se vai ver, o salário dele é reduzido em 16%... São questões que acontecem aqui – e situações de como eles sobrevivem.

A responsabilidade aqui é de todos nós, eu não estou criticando esse ou aquele setor do Congresso. Todos nós somos responsáveis. Por isso, ainda está acontecendo. Eu vou chamar, inclusive, o TCU, porque a alegação que eu ouço aqui, na Casa, é: "Não, mas é uma orientação do TCU". Fazem a concorrência, o menor preço vence, e aí o concorrente, sabendo disso, para o cidadão que ganhava, por exemplo, R\$2 mil, bota lá que ele vai ganhar R\$1 mil, que é o salário mínimo. Aí é claro que ele ganha a concorrência, em relação à empresa que estava atuando aqui.

Eu acho um absurdo usar como barganha o salário do trabalhador, o vale-alimentação e o vale-transporte. O que eles alegam? "Ah! Agora, não é obrigado a pagar; eu não pago, não vai no preço final com que estou concorrendo e, conseqüentemente, eu abaixo o preço, ganho a concorrência". E o trabalhador ficará – é fato real isto aqui – sem vale-transporte e sem vale-alimentação, que todos os servidores da Casa têm. Só os terceirizados não terão. E registre-se que o dele perto do dos servidores da Casa, inclusive do nosso gabinete, é desse tamanho. Por que não tentam tirar dos servidores dos nossos gabinetes? Porque eles sabem que vão ter problemas. Então, pegam a parte mais fraca e vão tirar daqueles que ganham um pouquinho mais que o salário mínimo. Isso acontece aqui. Então, essa audiência tem esse objetivo.

No dia 23 de abril, violência sexual contra vulnerável. O Senador Styvenson foi também quem provocou.

No dia 16 de maio, dia internacional do enfrentamento LGBTfobia.

Essas são as audiências marcadas.

E essas que o Senador Girão propôs hoje vamos ajustar. Há datas abertas aqui sobre a questão do Judiciário. Lembro, porque para nós é importante isso. Se o Senador apresentou requerimento, eu estarei junto, mas eu estarei no plenário e quem preside será o Senador.

Muito, muito obrigado a todos.

Quero agradecer, por incrível que pareça, porque é um exemplo, no meu entendimento, a ser seguido. Agradeço a todos que estão presentes, aos nossos convidados que estão na Mesa, mas permitam que eu agradeça, especialmente, ao Senador Eduardo Girão e ao Senador Styvenson Valentim, desde o primeiro minuto aqui, numa segunda-feira, participando, elaborando, questionando, ajudando a caminhar. (*Palmas.*)

Agradeço a todos que ficaram aqui até o momento. E, claro, com muito carinho, eu agradeço os nossos convidados: Eduardo Moreira, professor e economista; Roberto Piscitelli, do Conselho Federal de Economia; Clóvis Scherer, economista do Dieese. Eu lamentei, claro, a não presença do Governo.

Uma salva de palmas a todos.

O bom debate há de continuar! (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e três minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Flávio Arns, Leila Barros, Telmário Mota, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Eliziane Gama, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Jorge Kajuru, Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Dário Berger e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Eduardo Girão, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho". com foco no Serviço Público. Participantes: Mauro José Silva, Diretor de Defesa Profissional e Assuntos Técnicos da Associação dos Auditores Fiscais da receita Federal do Brasil Associação Nacional - UNAFISCO; Antônio José de Carvalho Araújo, Juiz Federal e Coordenador da Comissão Permanente de Acompanhamento da Reforma da Previdência da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE; Rosana Cólen Moreno, Servidora Pública, Procuradora do Estado de Alagoas. Diretora de Assuntos do Poder Legislativo e Parlamentar da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil – CSPB e Diretora de Seguridade Social, Aposentados, Pensionistas e Idosos da Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST; Luís Roberto Pires Domingues Junior, Engenheiro - Mestrando em Economia, assessorou a CPI da Previdência; Célio Fernando de Souza Silva, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais – FENAFIM; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE; Larissa Benevides Gadelha Campos, Advogada; Elienai Coelho, Representante da ANASPS; Jordan Alisson Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central - SINAL; Ogib Teixeira, Representante do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União-SINDILEGIS. Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço público Federal – CONDSEF. Fazem uso da palavra os senadores Flávio Arns, Styvenson Valentim. Faz o uso da palavra a Deputada Federal Erika Kokay. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1- Enviar as apresentações feitas nesta audiência aos membros desta comissão e parlamentares não membros presentes (Senador Paulo Rocha, Senador Marcelo Castro, Senador Eduardo Gomes e Deputado Rodrigo Coelho); 2- Solicitar ao Data Senado para que faça uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa de opinião com a população para saber a posição da sociedade com relação à Reforma da Previdência; 3- Utilizar as apresentações e falas feitas nas audiências da CDH que debateram sobre a Previdência para sintetizar os principais pontos, positivos e negativos da Reforma da Previdência, e distribuir aos senadores membros desta Comissão; 4- Sugerir às entidades para que apresentem uma Sugestão Legislativa no Senado Federal, propondo um plebiscito para que a população vote se é contra ou a favor da Reforma da Previdência. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/26>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 1, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater, hoje, neste ciclo de debates, Previdência e Trabalho; com foco no serviço público.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

Por isso as pessoas que tenham interesse em participar desta reunião com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Eu vou pedir, enquanto chegam os outros convidados, à assessoria, se puder me fornecer: as próximas audiências, quais já realizamos, as próximas e também aquele roteiro que eu, como informação, farei em alguns Estados. Claro, pediram a mim que eu fosse aos 27 Estados. É humanamente impossível, até porque a idade vai nos deixando naquela situação que eu gosto de repetir: ando devagar porque já tive pressa. Há uma canção que diz: "Ando devagar porque já tive pressa e levo esse sorriso porque já sofri demais". Assim mesmo já me comprometi, fechamos alguns Estados. Irei, naturalmente, como um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Pública e também como Presidente desta Comissão e, quero dizer, com custo zero para o Senado. A cada audiência pública que a gente realiza, mesmo aos convidados que vêm de fora ou aos do exterior, o Senado não paga nada. Quando viajo para os Estados, nesse roteiro que farei também, é com custo zero para o Senado. Como eu faço muito debate interno e externo, sempre tem alguém querendo saber quem está pagando. Quem está pagando somos nós mesmos. O Senado não paga nada, nem avião, nem passagem de avião, a não ser para o Rio Grande do Sul, que é o roteiro normal que eu tenho. Agora, com viagem para outros Estados, naturalmente não. Economizo inclusive quando vou daqui para lá. Quando tenho que fazer uma audiência em Santa Catarina, vou no vôo, paro ali e sigo para o Rio Grande. Estou dando essa informação para que não haja nenhuma polêmica em relação às audiências que farei em diversos Estados.

Já vou dar o roteiro aqui dos primeiros Estados que já confirmei, sem prejuízo, claro, de estar aqui de segunda a sexta. Viajarei sempre na quinta ou na sexta, portanto, participarei de todos os debates na Casa, como também aqui na Comissão, e das reuniões que porventura tenha que fazer também na Câmara – já fizemos algumas lá. Hoje à tarde mesmo estaremos na Câmara, a partir das 16h30, na Frente Parlamentar Mista que está debatendo essa questão da reforma.

Enquanto chegam as informações, percebo que já temos aqui a primeira Mesa. Para a primeira Mesa, eu convido, para o debate de hoje, que é sobre a questão dos servidores públicos: Mauro José Silva, Diretor de Defesa Profissional e Assuntos Técnicos da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco). (*Palmas.*)

Meus cumprimentos ao Mauro. Chegou pontualmente.

Muito bem, Mauro, como sempre!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido agora o Antônio José de Carvalho Araújo, Juiz Federal e Coordenador da Comissão Permanente de Acompanhamento da Reforma da Previdência da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). (*Palmas.*)

Seja bem-vindo, Doutor!

Convido Rosana Cólen Moreno, servidora pública, Procuradora do Estado de Alagoas, Diretora de Assuntos do Poder Legislativo e Parlamentar da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) e Diretora de Seguridade Social, Aposentados, Pensionistas e Idosos da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). (*Palmas.*)

Convido Luís Roberto Pires Domingues Junior, engenheiro, mestrando em Economia. Ele assessorou, com muita competência, a CPI da Previdência e qualificou, inclusive, o debate.

Eles estão muito preocupados até hoje com a CPI. Estão botando *fake news* toda hora: "Essa CPI, essa CPI...". A CPI foi aprovada por unanimidade. Ouvi todos os setores da sociedade: empresários, banqueiros, fundos de pensão privados, trabalhadores, Governo. E, no fim, o próprio Governo a aprovou por unanimidade. Isso está nos anais da história e nos *Anais* da Casa. Isso está na minha página e vai continuar sempre lá, mostrando que a previdência brasileira é viável. É só fazer o encontro de contas quando eles ficarem na dúvida. Façam o encontro de contas de tudo que desviaram da previdência e daquilo que continuam sonegando até hoje! E é muita coisa que estão sonegando até hoje!

Nesses dias, disseram-me o seguinte: "Mas há partido político devendo". Não quero saber qual é o partido político que deve! Cobrem de todos! É isso! Não é isso que se tem que fazer? Agora, vou dizer: cobrem de qualquer Deputado ou Senador que deve! Esses também existem. Cobrem de todos! Cobrem de partido político, seja qual for! Não vou citar um ou outro aqui, porque há um monte que deve. Seja qual for – não há exceção para ninguém –, executem, cobrem de todos! Foi isso que a CPI pediu. Eu, como Presidente da CPI, não vou aqui falar de forma diferente. Então, não há essa, pessoal!

E há outra coisa: ninguém vai intimidar ninguém. Como a gente sempre diz, vou fazer uma homenagem a todos os brasileiros e brasileiras. Os brasileiros e brasileiras não nasceram de susto, porque essa pressão que vem é, inclusive, de fora. Há aqueles que sabem que quem manda no Chile são os fundos de pensão de outros países, principalmente; muito pouco é do Chile.

Então, sem essa! A CPI foi para valer! Estão lá os dados, os números. Peguem os dados, somem o encontro de contas, que vão ver que a diferença é maior até do que a que está ali. Vamos mostrar que a previdência brasileira, se forem respeitados os princípios constitucionais, aquilo que nós Constituintes fizemos... Os senhores todos, de uma forma ou de outra, acompanharam isso. Façam isso, vejam ali o encontro de contas, para verificarem se não era para nós termos trilhões! Mas é claro que não os temos, porque usaram o dinheiro para outros fins, e a história sabe disso. Mas lá nem se fala que há trilhões à disposição, mas se fala que, se for feito o encontro de contas, nós provaremos que ela é superavitária.

O último que chamei foi o Luís Roberto Pires.

Para essa Mesa ainda, convido Célio Fernando de Souza Silva, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim), que está aqui.

Seja bem-vindo! (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E convido Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Rudinei, quando você precisar de qualquer coisa do nosso encaminhamento, pode ligar direto para mim.

Uma Senadora me ligou para perguntar se o Rudinei estava contemplado. Eu disse: "Mas é claro que está!". Eu confirmei. A Senadora – você falou com ela também – foi a nossa amiga... Enfim, uma Senadora me falou: "O Rudinei está convidado?". Eu lhe disse: "É claro que está convidado! Imagina se não estaria convidado!".

Nós fizemos uma Mesa por ordem de chegada.

Nós temos procurado fazer somente uma Mesa, mas, como hoje esta era uma reunião especial, especialíssima – há muitas entidades de servidores, todas com sua sede principal em Brasília e com extensão nos Estados –, nós, então, abrimos uma exceção, até porque esta exceção os primeiros a pedir foram os servidores. Então, não havia aquela deliberação do Colegiado desta Comissão. Seria, de preferência, uma Mesa como esta aqui, mas, hoje, teremos duas.

Mas já aproveito para anunciar que, no dia 25 de fevereiro, fizemos um debate aqui... Estas são as audiências públicas que já realizamos. Vou seguir a sequência agora.

No dia 25 de fevereiro, fizemos o primeiro debate sobre a reforma da previdência de forma geral.

Em 11 de março, debatemos a previdência rural.

Em 18 de março, houve um debate com as entidades de aposentados e pensionistas.

Em 19 de março, debatemos a previdência dos profissionais da área da educação.

Em 25 de março, ontem, tratamos da reforma da previdência e da economia.

Em 26 de março, vamos debater sobre a reforma da previdência e o serviço público.

Destaco as próximas audiências desta Comissão.

Em 8 de abril, faremos um debate com o setor empresarial. Vamos chamar bancos, empresários, fundos de pensão privados, para que eles venham aqui e coloquem o seu ponto de vista em relação à previdência.

Até o momento, a gente não conseguiu fazer o contraditório, porque o Governo nunca mandou ninguém aqui. Não mandou ninguém para o Senado. Ontem, disseram: "Não, mas mandou...". Não! Ao Senado não chegou ninguém até hoje para discutir a previdência e colocar o seu ponto de vista, e as comissões estão pedindo! Já aprovei requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos, já aprovei requerimento na Comissão de Assuntos Sociais, e até o momento nada! Dizem que o Ministro Guedes vem amanhã, ou melhor, hoje à tarde, mas para discutir o pacto federativo e a Lei Kandir, e não a previdência. Aí disseram: "A Comissão de Direitos Humanos fará reunião conjunta". Não! Eu estarei lá como Senador. A Comissão de Direitos Humanos continua esperando que alguém do Governo venha aqui explicar essa reforma. Até o momento, ela é indefensável, porque ninguém quer vir defendê-la.

Deram-me agora o nome de um economista que participou da elaboração do projeto. Nós vamos remeter o convite para ele, para ver se ele, então, vem aqui. Até agora, ninguém aceitou o convite para vir aqui fazer o contraditório. Como seria bom se hoje estivessem aqui líderes dos movimentos sociais e sindicais, representantes dos servidores e um representante do Governo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para fazer o contraditório! Poderíamos fazer duas ou três Mesas se eles viessem. Falaria o Governo, falariam as entidades, e depois a gente abriria o debate. Mas, infelizmente, até o momento, a gente não conseguiu isso.

Ontem, com os economistas... Tu tens o nome dos três economistas que aqui vieram ontem? (*Pausa.*)

Foi muito boa a audiência. Estava confirmado que o Governo viria, e, na última hora, nos últimos 30 minutos da prorrogação... Eu dei quase 30 minutos de prorrogação, mas não houve jeito... Estava confirmado, mas, em resumo, depois de 9h, quando eu estava iniciando, veio uma mensagem dizendo que o Secretário da Previdência não viria. Eu lamentei muito, porque aí não há contraditório. Eles ficam só falando para a grande mídia, e nós temos que falar, é claro, aqui dentro do Congresso, porque é aqui que se dá o debate.

Enfim, ainda no dia 26 de abril, no dia 22 de abril, o setor empresarial... No dia 8 de abril, virá aqui o setor empresarial.

No dia 15 de abril, debateremos sobre a previdência dos profissionais de segurança pública com todos aqueles que atuam na segurança pública: polícia civil, polícia militar. Vamos convidar também os militares, enfim todos os que atuam na segurança pública, para que venham aqui expressar o seu ponto de vista. Essa reunião, repito, será feita no dia 15 de abril.

No dia 22 de abril, trataremos das aposentadorias especiais de quem trabalha em condições de insalubridade, em trabalho penoso ou perigoso, com alto risco. Naturalmente, isso também envolveria aqueles que trabalham na área de segurança, que, se quiserem, poderão mandar um representante, apesar de, nesse dia, a gente discutir... Se quiserem tirar um representante do dia 15 de abril, poderão também estar aqui nesse dia.

No dia 29 de abril, vamos tratar da reforma da previdência – este foi um pedido da Senadora Leila Barros, que está muito preocupada – num debate relativo só à questão dos professores. Nesse dia, eu estarei aqui, mas ela assumirá a Presidência. Eu participarei do debate no plenário.

No dia 6 de maio, trataremos da reforma da previdência com foco na Desvinculação de Receitas da União (DRU). Isso também veio da sociedade civil, porque seria importante fazer esse debate.

No dia 7 de maio, trataremos da previdência dos profissionais da área da saúde.

No dia 13 de maio, discutiremos a relação da reforma da previdência com a auditoria da dívida pública. Isso foi pedido pela Fatorelli, que vocês todos conhecem.

Também uma audiência pública já está marcada para o dia 1º de abril, às 9h, para tratar da influência das *fake news* na sociedade. São as mentiras que as *fake news* pregam todo dia! É uma forma covarde de se fazer política. Sou do tempo em que, quando saía uma notícia incorreta ou inverídica, mentirosa, em qualquer veículo de comunicação, tu tinhas direito de resposta. Agora, as *fake news* dizem o que bem entendem contra todo mundo, contra o movimento sindical, contra empresários, contra nós Parlamentares, e fica tudo por isso mesmo! A Justiça tem que se posicionar, tem que agir! Quando lhes interessa, eles descobrem quem foi que as propagou; eu já tenho visto alguns casos. Logo, dá para se descobrir quem está por trás das *fake news*, para que responda pela radicalidade e firmeza da lei.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 1º de abril, às 14h, faremos uma audiência sobre o Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

No dia 2 de abril, trataremos da violência nas escolas. Essa é uma provocação positiva. A autoria do requerimento foi do Senador Styvenson, que está sempre aqui também com a gente.

No dia 9 de abril, vamos falar da terceirização da mão de obra e da irredutibilidade de salários.

Vocês sabem que esta Casa é o lugar onde mais se demitem terceirizados, reduzindo o salário deles ainda. Estou chamando o Tribunal de Contas, para que explique o que é isso. Eles alegam: "É concorrência". É claro! O cara bota o salário dos que vão atuar aqui dentro lá embaixo e ganha a concorrência. Mas o salário de todos os terceirizados que aqui estão trabalhando despenca! A última notícia é a de que vão diminuir em 16%, porque a empresa que ganhou a concorrência apresentou dados e números relativos ao pagamento de seus funcionários abaixo do salário. Vejam a maldade que é a terceirização! Calculem – vamos falar rapidamente – se acabarem com a estabilidade do servidor público! Aí terceirizam tudo, e a empresa que ganha a concorrência demite quem bem entende e coloca outros com baixos salários! Dizem que a orientação é pagar só o piso. Calculem todos os profissionais ganhando o piso! Dizem que essa é a orientação que o TCU dá. Então, vou chamar o TCU para vir aqui nesse dia para ver essa questão.

No dia 23 de abril, trataremos de violência sexual contra vulneráveis. A autoria do requerimento é do Senador Styvenson.

No dia 16 de maio, a audiência será sobre o Dia Internacional de Enfrentamento à LGBTIfobia.

Agora, dou a última informação.

Disto aqui eu já falei. Já falei disto também.

Sobre as viagens para os Estados, estão pedindo muito... A gente está na coordenação... São dez coordenadores; eu sou apenas um deles, pessoal. E todos têm o mesmo poder na Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Todos os Estados fazem pedidos. Eu me comprometi a, no dia 12 de abril, comparecer em Belo Horizonte, Minas Gerais. Repito, pessoal: é uma audiência ampla, suprapartidária, intersindical. Não é dessa ou daquela central, não é desse ou daquele partido. Ou todos nós nos unimos neste momento, ou cometeremos um erro histórico. É preciso que o movimento sindical e social, que todos nós tenhamos essa visão coletiva, não individual, para podermos, de fato, fazer o bom debate sobre essa reforma. Todos são bem-vindos! Repito: no dia 12 de abril, na Assembleia Legislativa de Minas, a população em geral está convidada.

No dia 26 de abril, em Florianópolis, Santa Catarina, da mesma forma, será feita uma audiência suprapartidária, intersindical.

Empresários, governantes, oposição, situação, todos são bem-vindos a essas audiências!

No dia 23 de maio, estarei em Fortaleza, Ceará.

No dia 24 de maio, a reunião será feita em Natal, Rio Grande do Norte.

Vamos ver se poderemos atender ainda aos pedidos que aqui vieram. Os mais prementes, segundo eles, são: Salvador, Bahia; Recife, Pernambuco; São Paulo; Rio de Janeiro; Cuiabá, Mato Grosso; Belém, Pará; e, é claro, Rio Grande do Sul – quando eu estiver lá no fim de semana, eu a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

farei. Estou indo ao Rio Grande do Sul devido a essas agendas só uma vez por mês. Os netinhos estão dizendo: "Um dia, queremos te ver". Mas isso faz parte da história. A causa está acima de tudo.

Eu só lembro a todos – quero fazer e farei isso com os senhores também – que foi muito interessante... Se puderem, vejam, assistam ao que foi a audiência pública de ontem, que tratou da previdência e dos impactos na economia. Esteve aqui o Eduardo Moreira, professor, economista. Há um livro dele que já foi *best-seller*. Ele tem sido homenageado no Brasil e em outras partes do mundo. Eu liguei para ele, que, de imediato, deixou de fora a pompa e disse: "Marque o dia e a hora, que eu estarei aí". Ele esteve aqui e, depois, foi para a Câmara também. Também esteve aqui o Prof. Roberto Piscitelli, que falou pelo Conselho Federal de Economia, e ainda o Clóvis Scherer, o nosso Clóvis Scherer, que todo mundo conhece, do Dieese.

Eu queria registrar a presença do grande Senador Flávio Arns, que está aqui com a gente, exatamente na hora em que eu estou dando os informes e em que vai iniciar a fala dos nossos convidados. O Senador Flávio Arns é um Senador que tem uma história muito bonita, permitam que eu diga. Na Câmara, estávamos juntos. Ele foi o primeiro a apresentar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, ele foi o primeiro a relatá-lo. Eu pedi isso a ele, que fez a apresentação. Ele deu uma enorme contribuição. Eu digo que os grandes Relatores do Estatuto da Pessoa com Deficiência foram Flávio Arns – é uma questão de justiça –, Mara Gabrilli e Romário, que foi o último Relator, no Senado. O Senador Flávio Arns foi Senador, depois foi chamado a ser Vice-Governador do Estado e, agora, retornou para cá. Ele tem um currículo e uma história muito bonitos em todas as áreas, mas, principalmente – permitam que eu diga –, no campo social, com destaque para a área das pessoas com deficiência.

Por isso, eu queria dar uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Passamos a palavra, de imediato, a Mauro José Silva, da Unafisco.

Lembro, Senador Flávio Arns – o senhor participou daquele dia em que montamos a reunião –, que o acerto foi o de que faríamos só uma Mesa. Mas, antes daquela decisão tomada pelo coletivo, eu já tinha marcado esta reunião para o dia de hoje, como eles escolheram. Hoje, teremos, então, duas Mesas. Mas sempre será, no máximo, uma Mesa, a não ser que o Plenário entenda de forma diferente.

Então, terá a palavra Mauro José Silva.

Serão concedidos dez minutos para cada um. Em seguida, vamos realizar a segunda Mesa.

Ele falará pela Unafisco.

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Paim e, em nome dele, cumprimento todos os Parlamentares.

Agradeço, Senador, por mais esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Flávio Arns está aqui com a gente.

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – Agradeço ao Senador Flávio Arns também. Meus cumprimentos ao Senador Flávio Arns!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, Senador, estamos dando a nossa contribuição. Já estivemos na CPI da Previdência. Nós tivemos a felicidade de, na CPI da Previdência, contribuir com o relatório e com os dois projetos. Continuamos nessa batalha.

Eu começo falando de um assunto que está sempre presente; ontem mesmo, falava-se nisso. Foi apresentada a proposta da nova previdência, a reforma da previdência chamada de nova previdência, sob a justificativa de que precisamos, em dez anos, de R\$1 trilhão. A profundidade dos ajustes propostos e das mudanças propostas nesse projeto de reforma da previdência nos levou a chamar esse trilhão de trilhão do massacre. É o trilhão do massacre de direitos previdenciários! O Ministro pretende com essa reforma obter R\$1 trilhão e, ontem, para o nosso espanto, disse que, se não obtiver esse trilhão, até o salário dos servidores estará ameaçado. Eu quero deixar aqui – vou fazer isto aqui no final – uma mensagem de tranquilidade, porque isso não vai acontecer. Mas eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita que eu já o interrompa. Eu vi, em toda a imprensa e nas redes sociais, que ele anunciou que vai cortar o salário dos servidores se a reforma não passar. Isso é terrorismo. É muito interessante e muito importante que você fale mesmo sobre esse assunto.

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – Eu iria falar justamente sobre isso.

Esse trilhão do massacre... Eu o chamo de trilhão do massacre devido à profundidade dos ajustes. Eu não vou ficar aqui citando todos que estão aí listados. Há aumento excessivo da idade mínima, aumento de tempo de contribuição, desconstitucionalização de direitos previdenciários, alíquotas progressivas no caso dos servidores públicos e dos que obedecem ao RGPS, possibilidade de contribuição extraordinária, redução do valor das pensões e uma série de outras alterações de direitos que nos autorizam, então, a chamar esse trilhão pretendido de trilhão do massacre. E a gente acha que ela é inadequada para esse objetivo, porque a gente tem... Nós até estamos lançando uma nota técnica sobre isso, já escrevi um artigo no *Estadão*, no blogue do Fausto Macedo, sobre isso. Esse trilhão que se quer em dez anos pode ser obtido com o combate à sonegação e com uma boa gestão de recursos públicos. Eu quero destacar isso, o que a gente falou nessa matéria do *Estadão* de 15 de março.

Nós temos, Senador, uma arrecadação de contribuições para a seguridade social em torno de 800 bilhões por ano, o que nos leva para uma sonegação de cerca de 230 bilhões por ano. O que nós propomos é que seja feito algo que ainda não foi nem tocado pelo atual Governo, que é um combate firme à sonegação, com uma meta de se diminuir em 30% essa sonegação. Isso nos levaria para uma arrecadação anual de 68 bilhões, o que corresponde a menos, Senador, de 8% desses 800 bilhões. Então, veja só: 68 bilhões por ano em um combate firme à sonegação. Não estou falando de estoque, estoque de dívida, não; estou falando de combate à sonegação. E, uma vez combatida, ela entra todo ano. Então, seriam 68 bilhões por ano, que já dão aí 680 bilhões em dez anos – já estou resolvendo a questão do trilhão.

Uma firme disposição de acabar com o Refis. A Receita admite, Senador, que 18 bilhões por ano são perdidos pela diminuição da disposição voluntária de se contribuir. Como 60% dos tributos advêm das contribuições para a seguridade social, a própria Receita admite que a concessão reiterada de Refis diminui a arrecadação em 11 bilhões. Então, se a gente tiver uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição firme e até em lei – como o Senador está se propondo a fazer na relatoria do PLS 425, que veio da CPI da Previdência – com relação a isso, nós já vamos ter um ganho de 11 bilhões por ano, ou 110 bilhões em dez anos.

O combate às fraudes já está na própria MP proposta pelo Governo. Já são mais 7,6 bilhões ao ano ou 76 bilhões em dez anos.

Nós temos, senhores da plateia, Srs. Senadores, Senador Paim, de benefícios fiscais, só de contribuições da seguridade – eu estou focando só na seguridade aqui –, 149 bilhões por ano de benefícios fiscais para a seguridade. A nossa proposta é um corte de apenas 20% disso, um corte de 20% nesses benefícios fiscais ineficientes, o que nos leva a mais 29 bilhões por ano: mais 290 bilhões.

Somando tudo isso, em dez anos, eu já tenho esse 1,6 trilhão. O trilhão, que era o trilhão do massacre proposto... Eu tenho um trilhão com combate à sonegação, com uma atuação firme da Receita. Eu nem falei, Senador, de cobrar os devedores ainda. Está sobrando! Eu deixei fora, porque deixei só no campo mais daquilo que já está certo que é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero já cumprimentá-lo, permita-me – o tempo que eu usar eu desconto –, porque eles têm a mania de dizer que a gente não tem proposta. Está aí, pronto! Continue.

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – Exatamente.

Agora, se ainda se quiser falar em algum ajuste, etc., isso tem que ser discutido com sobriedade, isso tem que ser discutido respeitando a história dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada que já vêm construindo o País. Então, vamos construir com seriedade.

Eu acho que aquela fala não condiz com a história do próprio Ministro Paulo Guedes, aquela fala de medo, de que não se vai pagar servidor público. Eu acho, aliás, tenho certeza de que foi um momento ali que ele certamente irá rever, porque não condiz com a realidade de uma atuação firme. Agora, evidentemente, se não estiver disposto a combater a sonegação, se não estiver disposto a fazer essas "n" coisas que nós colocamos aí, realmente a única saída é cortar direito social.

E eu quero, falando de trilhão – já saindo, então, dessa ideia e indo para o trilhão –, falar do trilhão das instituições financeiras. Muito se diz que uma reforma como essa acaba sendo muito aproveitada ou quase que exclusivamente aproveitada pelos bancos. Muito se diz isso, que a proposta é para eles. Eu fiquei realmente curioso: quanto seria isso? E fui fazer um estudo sobre isso. Quanto representa no faturamento dos bancos essa reforma?

Eu fiz, então, uma simulação. Os bancos ganham, quando se dedicam a fundos, uma taxa de administração e uma taxa de carregamento: a taxa de administração é um percentual sobre o total do patrimônio – não é sobre o rendimento, viu, gente? – todo ano; e a taxa de carregamento é apenas uma vez, quando você contribui. Lá no Chile, essa taxa é de 2,5, mas não vou colocar 2,5 aqui, não, Senador, vou colocar só dois, vou ser bonzinho. Coloquei só 2%. Lá no Chile é de 2,5, e a lucratividade das AFPs (Administradoras de Fundos de Pensão), no Chile, por conta disso, ultrapassa os 35% de lucro. Coisa boa! Aqui, então, eu só coloquei no meu estudo 2% de taxa de administração e 2% de carregamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fiz aí um sistema, partindo do dado de que hoje eu tenho 423 bilhões de arrecadação, só de contribuição previdenciária. Uma dia, se tudo isso...

(*Soa a campanha.*)

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – ... for capitalização, isso tudo vai estar na administração dos bancos. Eu começo com poucos trabalhadores e chego até esses 423 bilhões. Então, eu começo entrando...

Fiz dois ciclos de 35 anos. Eu não posso considerar um ciclo só, por quê? Porque em um ciclo eu acumulo, no outro ciclo eu gasto. E, mesmo quando o dinheiro dos trabalhadores é gasto, os bancos ganham em cima, porque eles ganham em cima do patrimônio, não é?

Considere um rendimento real baixinho também, Senador, que foi o tanto em que a taxa Selic superou o INPC ano passado: 2,89% – bem modesto mesmo.

No primeiro ano, faturamento dos bancos, 0,49 bilhões; no segundo ano, 1,71 bilhões; no trigésimo quinto ano, faturamento acumulado, 2,82 trilhões – são os trilhões dos bancos –; no septuagésimo ano, 27 trilhões já acumulados do patrimônio do trabalhador. Então, eles ficam, na minha avaliação, na minha apuração, na minha simulação, com metade do patrimônio do trabalhador. Então, peguei esses 27 trilhões, dividi por 70 e obtive um faturamento médio de 388 bilhões por ano! Esse é o mercado. É disso que nós estamos falando. Saiu até uma matéria na *IstoÉ Dinheiro* sobre isso que a gente falou: esses 388 bilhões por ano.

Então, eu sentia falta, Senador, de um número e fui fazer essa simulação. Coloquei esse número na mesa, o número está aí. Vamos debater esse número. Está alto? Não concorda? Eu tenho um estudo com a metodologia toda. Venha debater com a gente! Não são 388 bilhões? Saia da toca! Venha debater o quanto é, então. Eu coloquei a metodologia toda lá. A nota técnica nossa está sendo publicada esta semana com toda essa metodologia. Não é um número tirado da cartola, não, como costumam fazer aí, com muito número que vem dos vários Governos – não só desse; de vários Governos – e saem da cartola. Eu não uso cartola, não; tenho metodologia.

Então, está aí: 388 bilhões. São vários trilhões, e esses são os trilhões das instituições financeiras. Está aí, saiu esta matéria na *IstoÉ Dinheiro*, "Maná para os Bancos", que fala desses 388 bilhões.

Então, espero que a gente possa discutir bem mais isso daí.

Passo já a outro assunto, para encerrar, Senador, que eu não posso deixar de falar, que é a questão dessas alíquotas progressivas ou escalonadas para os servidores públicos, que é prevista lá na PEC. Essa história de alíquota escalonada, gente, é uma invenção. Isso não existe no direito. Quem é do direito nunca ouviu falar nessa palavra. É alíquota progressiva. E por que eles colocaram progressiva ou escalonada? Porque progressividade é um conceito associado à capacidade contributiva apenas, não é conceito relacionado com a natureza jurídica de contribuição previdenciária. Então, esclareço isto para vocês: esse termo, quem o escreveu não é do direito; não é um termo usado no direito. Isso aí é para desviar a discussão.

Há, então, essa previsão de contribuição extraordinária.

O que eu quero dizer para vocês, então, é que não há escalonamento nenhum, é progressividade mesmo. E progressividade não condiz com contribuição previdenciária, porque



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para contribuição previdenciária vige o princípio da retributividade. Então, as contribuições previdenciárias estão relacionadas a uma contrapartida ou retribuição equivalente. Diz em uma afirmação o Sacha Calmon, que é um tributarista bastante famoso: "[...] a atuação do Estado em prol dos contribuintes pagantes substancia-se, mediatamente, na concessão dos referidos benefícios aos aposentados e pensionistas. A contribuição é retributiva por essa exata razão". E, sendo retributiva, não cabe falar em progressividade.

Eu estou falando do conceito teórico e vou falar do conceito prático também já já.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – Eu trouxe também, rapidamente, esse entendimento do Supremo na ADI 2.010, que, não admitindo, na época da discussão, também essa progressividade – eu vou passar mais rápido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não precisa correr tanto, porque está tão bom que está todo mundo gostando.

Só me permita anunciar, para a gente dar uma respirada, que já estão conosco aqui no plenário: o Senador Flávio Arns, o Senador Telmário Mota, o Senador Paulo Rocha e o Senador Marcelo Castro.

Sejam todos bem-vindos, Senadores. Obrigado pela presença.

Continue.

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – Falando disso, quer dizer, eu estou falando aqui dessa inadequação dessas contribuições progressivas e de que isso já foi... Primeiro, não tem fundamento teórico: escalonamento não existe no direito, é progressividade, e progressividade não se aplica para contribuição previdenciária. Então, estou falando da parte teórica.

Falo da parte de jurisprudência também, de que no STF isso já foi rechaçado. Seria, então, uma "inaceitável descaracterização da função constitucional inerente a essa modalidade tributária" – concluiu o STF nessa época aí.

E eu quero dizer para vocês o seguinte, agora vamos mais para as questões fáticas. Essa contribuição progressiva e essa tal extraordinária visam a uma coisa chamada equilíbrio financeiro e atuarial. O que nós temos é que, nos regimes próprios, equilíbrio financeiro é uma impossibilidade fática, e eu vou dizer para vocês por quê: porque quem causa o desequilíbrio financeiro do RPPS é o ente estatal que não repõe os servidores. Como você pretende o equilíbrio financeiro se você não repõe para manter a relação entre servidores ativos e aposentados? O próprio Ministro Guedes, atualmente, falou: "Está havendo um grande número de aposentadorias, e nós não vamos repor". Ora, como você pretende o equilíbrio financeiro se você não pretende manter nenhuma relação favorável entre ativos e aposentados? Então, já começa uma impossibilidade fática.

Eu vou mostrar isso daí. O próprio Ministro disse que não vai repor. E eu vou mostrar para vocês o seguinte: o que eu tenho? Hoje eu tenho uma contribuição do servidor de 11%, e a União contribuindo com 22%.

Se eu tivesse uma proporção... É necessária, então, uma proporção de três para um; para esses 33 virarem 100, eu preciso de três para um, certo? Já não tenho hoje. Se eu falar que preciso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse equilíbrio tal financeiro, eu preciso repor a quantidade de ativos, coisa que, por exemplo, nós podemos ver na Receita que não existe. Cada vez mais a Receita está mingando em seu número de servidores para combater a sonegação, por exemplo.

Agora, imagine se essa relação, gente, chegar em um para um? Vinte servidores ativos para 20 servidores aposentados? Essa ideia chega não por obra do servidor,...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – ... chega por obra do órgão público, que não repõe. Sabem qual seria a alíquota, então, necessária para manter esse equilíbrio financeiro? De 34%, e tendo 66% de contribuição da União.

Então, essa ideia de equilíbrio financeiro nos regimes torna-se, pelo próprio ente contratante, impossível. Se o ente contratante não mantiver uma relação três para um, fica impossível de isso acontecer. Imagine se a gente tivesse, por exemplo, 10 servidores ativos para 30 aposentados: nós precisaríamos ter uma alíquota de 100% – 100%! – na ideia do equilíbrio atuarial. Agora, eu vou insculpir isso na Constituição? Essa exigência absurda faticamente, eu vou insculpi-la na Constituição? Eu estou falando de uma contribuição em um sistema de repartição.

Eu vou mostrar, rapidamente aqui, que as contribuições de 11% são suficientes, sim, para pagar a própria aposentadoria do servidor, mas essa ideia de equilíbrio financeiro – financeiro, aí, nesse caso – é absolutamente absurda. E querem insculpir isso na Constituição, esse absurdo aí! Então, se fosse um servidor para 39, o que seria essa alíquota, não é?

Houve uma série – e eu aqui vou passar também rápido, porque todo mundo aqui já ouviu falar disso – de erros e omissões legislativas que nos levaram a essa situação de hoje com relação ao RPPS. A Constituição de 1988 admitiu 250 mil servidores, que nunca tinham contribuído na totalidade, admitiu-os como estatutários, e eles se aposentaram na integralidade, certo? Isso foi um erro legislativo ou uma opção, que seja, legislativa, e querem apresentar a conta disso para o atual servidor agora, quando foi o Congresso lá de trás, Constituinte, que fez isso. Isso veio de uma informação do ex-Ministro Waldeck Ornelas.

Até a Emenda de 1993 não havia a contribuição previdenciária propriamente dita. Então, por opção legislativa, não se contribuía para a previdência até 1994. Isso foi uma omissão legislativa...

(Soa a campanha.)

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – ... e isso, evidentemente, desgastou toda a contribuição dos servidores naquela época.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto. Tem que dar uma acelerada.

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – Só foi instituída em 1993.

E até 1998 outra omissão legislativa, Senador, aconteceu, e isso distorceu todo o sistema: o camarada vinha da iniciativa privada, trabalhava dois anos no serviço público, passava o estágio probatório, e se aposentava com proventos integrais. Isso não fui eu que permiti; foi a lei que permitia, a Constituição que permitia.

A partir daí, surge, então, essa expressão "equilíbrio financeiro e atuarial".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Caminhando para concluir, Senador, eu tenho aqui, ao final desse estudo, para quem quiser, a demonstração de que um servidor que contribui com 11%, mais a contribuição da União, durante 35 anos, paga com sobra a sua aposentadoria, e sobram recursos, por quê? Isso não é pela expectativa de vida, não...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – ... é para sempre. Por quê? Porque o patrimônio que deveria ter sido acumulado, o patrimônio acumulado com essa contribuição, o rendimento desse patrimônio, com taxa Selic – gente, não é rendimento de mercado de ações, nada disso, não –, o rendimento é superior ao que se retira. Quem quiser, está aí no final.

Há outras considerações que eu posso fazer em outra oportunidade. Nós vamos lançar um estudo – para encerrar, realmente – mostrando, sob o ponto de vista do trabalhador, naquela proposta de capitalização, o que representa a capitalização. Quem quiser acompanhe, porque a Unafisco vai lançar um estudo sobre isso. Houve aquele ponto de vista dos bancos, e agora o ponto de vista do trabalhador.

Então, eu deixo esse enfoque que eu fiz aqui, mostrando que a contribuição previdenciária não necessita ser superior a 11%, porque com 11% ela já contribui, e que essa exigência de equilíbrio financeiro e atuarial vai levar essas contribuições...

(Soa a campainha.)

O SR. MAURO JOSÉ SILVA – ... extraordinárias a ultrapassarem o salário do próprio servidor, porque os próprios entes federativos não repõem a quantidade de trabalhadores, não aplicam as contribuições previdenciárias da forma devida e acabam cobrindo erros legislativos do passado.

Então, eu agradeço a paciência do Senador e de todos os Senadores, de todos os presentes por ter ultrapassado o tempo. O assunto é vasto. Agradeço a todos e desejo um bom trabalho nas demais apresentações.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós teremos o debate ainda, e há possibilidade de todos intervirem no debate.

Eu quero cumprimentar, porque chegou agora a Senadora Zenaide Maia, sempre presente, como todos os outros Senadores que já citei.

Passo a palavra agora para o Juiz Federal Sr. Antônio José de Carvalho Araújo, que é Coordenador da Comissão Permanente de Acompanhamento da Reforma da Previdência da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O tempo é seu: dez minutos com mais cinco.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – Bom dia a todas e a todos os presentes.

Quero fazer um cumprimento especial ao Senador Paulo Paim, que preside esta reunião e tem um papel histórico na defesa da previdência social, especialmente na condução, na forma como conduziu a CPI da Previdência do Senado, cujas conclusões foram importantíssimas para esse debate acerca da reforma da previdência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a Mesa, os demais palestrantes desta reunião; quero fazer um cumprimento especial aos Senadores presentes – Senadores Flávio Arns, Paulo Rocha, Telmário Mota, Marcelo Castro e Senadora Zenaide Maia –; aos que assistem, trabalhadores, trabalhadoras; e à especialidade que me trouxe a esta Casa, representando a Associação dos Juizes Federais do Brasil, para o debate acerca da reforma da previdência, os servidores públicos.

Quero dizer que a Ajufe, desde o início desse debate acerca da reforma da previdência, ainda na PEC 287, apresentada em dezembro de 2016, não só apresentou as resistências à reforma no tocante à retirada dos direitos, notadamente dos servidores públicos, a cujo regime próprio os juizes federais se encontram filiados, mas também trouxe contribuições importantes, alternativas. Apresentou, por exemplo – o grande destaque do trabalho da associação –, as propostas relacionadas à cobrança dos grandes devedores contumazes, e destaco que colaborou com a formatação de uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, presidida pelo Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga-se de passagem, muito boa, representativa. E foi de lá que surgiu a proposta que a gente está transformando em lei – claro, aprovada pelo Congresso.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – Obrigado, Senador.

Bom, vamos trazer aqui, antes de mais nada, que tanto essa reforma atual como a reforma anterior trazem essa divisão, essa perspectiva de *marketing*, para aprovação da reforma, de demonização dos servidores públicos. As frases mais comuns que nós observamos, desde o debate da reforma, são:

Os servidores ganham muito, trabalham pouco e se aposentam cedo; a reforma da previdência combaterá os privilegiados. Ou seja, são os servidores públicos os privilegiados, são os servidores públicos o problema do País que está gerando esse suposto déficit da Previdência Social.

Cobrar mais dos que ganham mais, ou seja, os servidores públicos ganham mais e devemos, então, aprovar uma reforma para cobrar mais dos servidores públicos.

Igualar os servidores públicos e os trabalhadores da iniciativa. Ou seja, os servidores ganham mais, têm direitos previdenciários, precisamos igualar aos trabalhadores da iniciativa privada, geralmente comparando com aqueles assalariados, trabalhadores humildes, que recebem um salário mínimo, dois salários, e fazendo essa comparação. É uma tentativa de divisão dos trabalhadores. É uma tentativa de demonização. A palavra é forte, mas é por aí, porque é isso que é propagandeado, tanto no Governo anterior como na gestão atual, acerca dos servidores públicos.

Inclusive, algumas propagandas do Governo anterior em relação à PEC 287 foram motivos de ações judiciais, judicialização, para fins de suspensão dessas propagandas, que veiculavam esse tipo de difamação acerca dos servidores públicos do nosso País.

A importância do serviço público. Nós sabemos que estamos num País com desigualdades sociais, com milhões de brasileiros que necessitam dos serviços públicos, dos serviços de segurança, saúde, educação e judiciários. Esses servidores são contratados através de um edital publicado pelos Municípios, Estados, União.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há os cidadãos que observam as regras do edital, prestam concurso público, avaliam as competências, a carga horária, o salário oferecido e todo um regime jurídico que importa também na Previdência Social. Imagine um trabalhador sendo contratado e o Estado dizendo a ele: Você será contratado, mas não vai ter pensão por morte, caso você venha a óbito; você terá uma aposentadoria cujas regras serão alteradas ao longo do tempo. Ninguém pensa nisso ao realizar o concurso. Então, os cidadãos prestam concurso público. É fundamental que o salário seja atrativo, que haja regras de trabalho, direitos trabalhistas para os servidores que sejam atrativos, justamente para que o Estado recrute excelentes profissionais para prestar aquele serviço público à população, principalmente a esses milhões de brasileiros que necessitam de serviços públicos de qualidade.

Temos limitações no serviço público. Eu cito aqui o art. 117 da Lei 8.112.

Ao servidor é proibido:

Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

Aos juízes eu citei esse exemplo, mas considerando com servidores públicos, nós também temos uma vedação específica.

Segundo o art. 95, parágrafo único, da Constituição: I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

Mesmo que o juiz venha a se aposentar, ele é proibido de exercer advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Então, são limitações que existem no serviço público.

E destacar mais uma vez a importância de que o Estado, ao recrutar esses servidores, através desses editais de concursos públicos, ofereça todo um leque de direitos, para que torne atrativo aquele cargo.

O Governo, nesta semana, apresentou uma proposta de reforma da previdência também para os militares. Destacar um dos eslaides da propaganda da promoção da reforma em relação aos militares, que o Governo apresenta. Ele diz que os militares têm peculiaridades: risco de morte, proibição de greve, sem adicional noturno, exigências típicas, sem hora extra, rígida disciplina, condições de trabalho distintas e transferência de ofício.

Quero destacar que muitas dessas características também são pertinentes a outras categorias profissionais e não apenas aos militares: proibição de greve, sem adicional noturno, exigências típicas; mesmo a restrição de direitos sociais e políticos e de manifestações político-partidárias são também características de outras carreiras do serviço público.

Foi debatido aqui muito bem... Mauro José trouxe algumas considerações importantes acerca das alternativas em relação à reforma e também um debate acerca da alíquota da contribuição previdenciária, o porquê que esse regime próprio, a decorrer da aprovação de uma reforma, pode inclusive gerar um prejuízo para a própria arrecadação e tornar até deficitário o regime próprio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo, na proposta de reforma, apresenta a ideia de aumento de alíquota da contribuição previdenciária. Os servidores públicos federais pagam já 11% sobre o total de suas remunerações. Enfim, o total das remunerações é diferente na iniciativa privada, cujos trabalhadores pagam esse percentual no máximo até o teto do regime geral. O teto do regime geral é de R\$ 5.839. Enquanto o valor máximo de contribuição dos trabalhadores do regime geral é de R\$642,34, por exemplo, no regime próprio, as contribuições podem chegar a \$4.312, quase sete vezes mais. Paga-se mais, no serviço público, por conta que a porcentagem, a alíquota é em cima de toda a remuneração do servidor público. A PEC nº 6 pretende aumentar até em 22%. A alíquota efetiva é de 16,08. Seria um aumento para R\$6.589.

Nós entendemos que esse aumento de alíquota tem um efeito confiscatório. Ora, como disse, aqui no início, a associação, a Ajufe já apresentou inúmeras oportunidades e também alternativas. Ela contribui com o debate. Ou seja, não é contra a necessidade de ajustes na previdência social. Porém, não é dessa forma, criando efeito confiscatório, com aumento de alíquotas, piorando a situação remuneratória do servidor público, inclusive somando com alíquota de Imposto de Renda, causando efeito confiscatório e sem nenhuma...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – ... contrapartida. Não existe contrapartida.

O detalhe é que a ideia da alíquota progressiva dá uma ideia de igualdade, não é? Porque quem ganha mais, paga mais. Aparenta ser simples esse raciocínio. Só que a base de cálculo dos servidores públicos já é maior do que a da maioria dos trabalhadores da iniciativa privada. Ora, eles pagam em cima, como eu já disse, de toda remuneração.

Destacar que os servidores públicos em média acabam contribuindo por mais tempo do que os trabalhadores da iniciativa privada.

Eu, embora esteja fazendo esse comparativo, na verdade é um comparativo para tentar retirar esses estigmas, para criticar esses estigmas que estão sendo criados em relação ao servidor público. Nada em relação... Não é uma crítica... Não é uma divisão que eu estou tentando fazer aqui, mas dizer que o servidor público acaba contribuindo por mais tempo, por conta de que existe a estabilidade. Então, tem uma continuidade das contribuições.

Já o trabalhador da iniciativa privada tem uma dificuldade muito grande de contribuir por mais tempo. Geralmente, se vocês forem observar a aposentadoria em média, a maioria das aposentadorias do setor privado é por idade. Eles contribuem uma média de 15 anos. É difícil... Não que eles trabalhem só 15 anos, muitos trabalham desde cedo, desde a juventude trabalham, mas não conseguem contribuir por muito tempo. Isso se explica por informalidade, por crises econômicas, por desemprego. Enfim, até mesmo por opções. O trabalhador está lá com uma remuneração pífia e precisa pagar outras necessidades de saúde e educação de sua família e acaba retirando aquela contribuição, que seria importante; mas retira aquela contribuição mensal da previdência social e acaba contribuindo por 15 anos.

Os servidores públicos se aposentam cedo? Aí várias vezes citam-se exemplos peculiares de que um servidor ou outro se aposenta com 50 e poucos anos de idade. Quero destacar aqui que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desde a Emenda nº 20, desde 1998 já existe uma idade mínima no serviço público para se aposentar: 60 anos os homens e 55 anos as mulheres. E mesmo assim a condição não está isolada, é preciso ter também o tempo de contribuição de 30 anos para mulher e 35 anos para homem. A PEC nº 6 aumentaria a idade mínima para 62 a mulher e 65 o homem, mas criaria um gatilho de idade cuja expectativa de vida iria conduzir, elevar essa idade mínima. Mas uma preocupação nossa é que o critério da administração, o tal do abono de permanência, poderá ser pago, e no valor máximo da contribuição do servidor. Ou seja, o abono de permanência é importante para o serviço público porque faz com que o servidor público, quando atinge os requisitos de idade, permaneça no serviço público, uma vez que venha a receber o abono de permanência. Ele deixa de contribuir aquela parcela de previdência e vai receber aquele abono... Ele vai deixar de pagar aquele tempo. Seria o abono de permanência. Aí, no caso, garante-se então uma continuidade do servidor público...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para ajustar, se me permite – corrija-me se eu estiver errado –, hoje já é 61 e 56, porque há aquela fórmula 85/95. E isso resolve a questão da idade. É um equívoco do Governo ter mexido nisso, porque é uma política dura.

Olha que eu briguei muito para não aprovar, viu? Mas, enfim, fui convencido de que seria uma saída e concordei. O Paulo Rocha ajudou. E foi a 85/95. Lá já está 61/56.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – Perfeita a correção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Daqui a dois anos, já vai para 62/57. Então, já existe uma fórmula que garante aquela ideia de que nós estamos envelhecendo. Que bom que estamos envelhecendo. Aí aumenta a idade e aumenta a contribuição. Só para ajudar no mesmo raciocínio e não perder a oportunidade.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – O.k. Correto, Senador. Perfeito.

Igualdade entre os regimes. A PEC nº 6 diz: nós temos que igualar os regimes dos servidores públicos, a RPPS, com o regime geral. Se formos observar, os servidores públicos, desde a Lei nº 12.618/2012, desde 2013, todos os servidores públicos federais ingressam no serviço público e só serão aposentados no máximo com o teto do regime geral, que eu já falei aqui, de R\$5.800. Ou seja, às vezes a gente observa até mesmo a classe política divulgando, em redes sociais, Twitter, que essa reforma será importante porque... Foi divulgado semana passada. Houve um Parlamentar... Essa reforma será importante porque o juiz vai ganhar, de aposentadoria, R\$5.830, igual o teto do regime geral. Vamos igualar o rico com o pobre.

Ora, os juízes e todos os servidores públicos que ingressam após 2013 de fato já vão, já vão... Não é essa reforma que vai alterar o que já foi alterado. É um desconhecimento da legislação do País. Após 2013, já...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – ... ingressam com o teto do regime geral. Se quiserem receber uma aposentadoria a mais, terão que contribuir com a previdência complementar ou outra forma...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Façam o que bem entenderem.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – Exatamente.

Mas já foi feito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É bom esclarecer isso, pessoal, porque todo dia eu tenho que responder isso.

"Mas Paim, tu dizes que não tem privilégio. Como não? São servidores e se aposentam 30 a 40 mil!" O que é dito, não é? Eu sei que o teto não é nem isso. Mas eu explico: "Pessoal, houve uma lei, lá atrás, ainda no Governo Dilma, se não me engano, e Lula, em que para todo servidor público é R\$5.900. Eu digo isso porque eu arredondo, não é? Dali para frente, faça o que bem entender. Se quiser fazer até a capitalização, faça! Quer copiar o sistema do Chile, copie! O problema é teu. Faça o que bem entender, pode ser público ou privado.

Então, já tem esse corte de R\$5.900. Nenhum servidor público que entrou depois desse período vai poder se aposentar com R\$30 mil ou R\$40 mil, como eles continuam dizendo. Eu quero saber onde é que estão os ataques aos privilégios. Até o momento, ninguém está atacando privilégios. Se é que existem, digam-me onde.

Eu disse, outro dia, e faço aqui a correção adequada. Permita-me aqui, porque vou ser rápido. Eu digo: olha, que eu sei, ainda existem alguns Estados em que o Governador não contribui – e até hoje são favoráveis à reforma – e se aposenta com quatro aninhos e com o salário integral. Eu até tinha dito – e aqui peço escusas quando me engano – que também pagar Presidente... Para Presidente também já não existe mais. O Presidente da República não tem mais essa possibilidade de se aposentar depois de um único mandato.

Eu só quis pegar um pouquinho da importância do esclarecimento que você está fazendo aí.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – Perfeito, Senador.

E isso só leva a crer que o objetivo real da reforma da previdência, tanto da anterior como da atual, é de atacar os direitos de servidores que ingressaram há muito tempo no serviço público, porque os que ingressaram há 20, 15 anos atrás, significa que essas pessoas têm os direitos preservados, através das emendas anteriores que preservaram determinadas regras de transição... Ora, se vem uma reforma da previdência, é necessário que ela diga como vão ficar as pessoas que já estão no serviço público? Como vão ficar os trabalhadores do regime geral? São as regras de transição. E não pode simplesmente um Governo posterior, um Governo daqui a dez anos, simplesmente desmerecer o Governo anterior, que aprovou uma reforma que estabeleceu regras de transição... E ele dizer que aquilo ali não vai valer de nada. E é o que se pretende fazer. E eu vou citar agora.

Então, há aposentadorias, agora, que saem acima do teto do regime geral? Óbvio. São os servidores antigos. Eles estão se aposentando. Só entraram bem antes. Essa regra de 2013 vale para os que ingressaram após 2013. É necessário ter tempo para equilibrar as contas.

Regras de transição. Tivemos várias emendas constitucionais. Alteraram. Fizeram reformas da previdência vários Presidentes. A lei da Funpresp também. A paridade e a integralidade, que são direitos de servidores que ingressaram antes de 2003. Enfim, a reforma atual propõe que só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha direito à integralidade e à paridade quando se atingir a idade mínima, ou seja, não existe uma regra de transição razoável para esses servidores que estavam à beira de se aposentar. E aí, de repente, vem se estabelecer uma idade mínima para conseguirem a integralidade e a paridade, que eram direitos. Eles entraram antes de 2003.

São servidores que entraram na década de 90, no serviço público. Imagine a essa altura do campeonato, no decorrer...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – ... da vida profissional, uma reforma alterando toda a regra do jogo! Essas pessoas sequer poderão retornar, não retornam no tempo, estão com suas vidas já encaminhadas. Então, simplesmente, não pode uma reforma criar uma regra de transição... Porque não existe regra de transição para esses servidores.

É por isso que o Parlamento precisa ter bastante atenção e cautela, para não ferir um direito em nome desse populismo de retirar os mais ricos, combater os mais ricos. Ora, o Estado contratou essas pessoas, ofereceu um salário... Enfim, um salário do Senador, um salário do Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Um minuto.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – Tem o do servidor público. Então, foi feita uma contratação com base nisso daí.

Aposentados e pensionistas – já para concluir – continuam hoje... No atual regime próprio, os aposentados e os pensionistas pagam a previdência social desde 2013. Eles continuam pagando. Mas a proposta não está satisfeita. A atual reforma quer tornar facultativo o abono de permanência e quer também estabelecer alíquota extraordinária para o aposentado,...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – ... inclusive aumentando a base de cálculo do que ele paga. Ele paga acima do que ultrapassa o teto do regime geral e querem que ele pague acima do que ultrapassa o salário mínimo.

Regras de aposentadoria por invalidez e pensão por morte tendem a reduzir drasticamente para os servidores públicos. Para se ter uma ideia, o salário atual de um servidor público, caso ele venha a óbito, pode ser reduzido a 30% do que ele recebe, para os seus dependentes, para filhos, enfim, marido, esposa. Redução radical. Deixar de ter cobertura em relação a doenças graves e também mudança radical na forma de cálculo da aposentadoria, tanto a aposentadoria por invalidez como a pensão por morte.

Para finalizar mesmo, Senador, agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tem mais um minuto.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – Desconstitucionalização. A reforma traz a proposta de desconstitucionalizar as regras que foram estabelecidas pelo Constituinte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

originário. Muitos Senadores desta Casa fizeram parte da Assembleia Nacional Constituinte, aprovaram a Constituição Cidadã, que completou 30 anos, que...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – ... estabeleceu, numa tentativa de estado de bem-estar social, uma previdência social que garantisse a repartição, a solidariedade, os princípios fundamentais de dignidade da pessoa humana, reduzir as desigualdades sociais e regionais, e estabeleceu uma segurança para a população. Qual é? Constitucionalizou as regras previdenciárias. Só pode ser alterada, por exemplo... Vou citar o exemplo da Câmara dos Deputados. De 513 Deputados, para aprovar uma reforma, uma PEC, eles precisam ter 308 Deputados para votar. Se eu desconstitucionalizo,...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Só a maioria.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – ... basta a maioria. Exatamente. A maioria absoluta dos membros de cada Casa. No caso da Câmara, 257 Deputados poderão aprovar. Ou seja, é uma sinalização clara de que outras reformas estarão à vista. Isso vai causar uma insegurança, uma apreensão na vida não só dos servidores públicos, como dos trabalhadores também, no geral, da iniciativa privada.

E a capitalização... Eu cito aqui a frase do Ministro Luiz Fux, recente, agora, num pronunciamento: "Dentre os princípios constitucionais estão o contributivo...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – ... e o da solidariedade". Ou seja, também... E ele diz mais: "No meu modo de ver, são princípios que representam cláusulas pétreas, que não podem ser modificadas [...] [por emendas constitucionais]". Também é uma previsão para o regime próprio uma capitalização. E há exemplos diversos, em diversos países... A OIT agora publicou um documento. De 30 países, 18 estão revendo a capitalização; as aposentadorias e benefícios previdenciários não tiveram um valor digno necessário para a existência digna dos trabalhadores. E tem o impacto financeiro dessa mudança, porque você muda de repartição para capitalização e quem vai pagar os atuais benefícios previdenciários nessa mudança?

Para finalizar, o último eslaide mesmo, Senador, eu prometo.

Limitação da atuação jurisdicional em matéria previdenciária. Querem criar uma lei da mordaga para o Judiciário. O Judiciário não cria benefício previdenciário, o Judiciário interpreta as regras, a população pede o benefício previdenciário, socorre-se no Judiciário quando não satisfeita com as diversas limitações e barreiras...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – ... encontradas na administração, no INSS, socorre-se dos juizados especiais federais e o juiz faz a interpretação. E cabe recurso daquela decisão. Não pode, através de uma PEC, simplesmente criar uma lei da mordaga para a Magistratura, do que está estabelecido aqui, condicionando a criação, a majoração e a extensão de benefício, por lei de decisão judicial, à correspondente fonte de custeio total.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muita atenção nisto aqui, porque isto fere o princípio de separação dos Poderes. Cabe recurso das decisões judiciais, e o juiz não está criando benefício. Quem cria benefício é o Parlamento, o Executivo e o Parlamento. O Judiciário interpreta. Ele não vai criar benefício previdenciário. Cabe recurso das decisões dos juízos dos Juizados Especiais Federais.

Quero agradecer o espaço, dizendo que é um compromisso da Associação contribuir com a reforma, tanto que nós elaboramos aqui uma nota técnica. E, aqui, faço questão de entregá-la ao Senador. Vou fazer também a entrega aos Senadores presentes, aos quais agradeço a participação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bela contribuição.

Eu já pedi também ao Mauro que me dê uma cópia do dele também. Ele disse que vai assegurar a distribuição aos Parlamentares.

Quero só registrar a presença – em seguida vou passar a palavra – da Senadora Zenaide Maia, sempre presente aqui. Atuação brilhante, como eu já disse, dos outros Senadores todos que estão aqui neste momento.

E também registro a presença do Deputado Federal Rodrigo Coelho, um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência, que está fazendo, lá na Câmara, um belíssimo trabalho.

Peço uma salva de palmas aos que chegaram agora. (*Palmas.*)

Os outros, eu já cumprimentei.

Esclareço, para passar a palavra ao Senador Flávio Arns, que os Senadores falam a qualquer momento que entenderem. Depois que os Senadores falarem, eu darei também a oportunidade, como sempre dou, aos Deputados Federais que estão na reunião.

Registro a presença do Senador Styvenson, que está sempre presente também aqui, atuante, nesta Casa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Flávio Arns, com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu, na verdade, não vou, neste momento, fazer perguntas ou comentários. Só quero reforçar o que foi colocado. É muito importante termos o material sendo apresentado. Se V. Exa. pudesse estender aqueles das outras audiências públicas, pois, eventualmente, a gente não tem condições de participar de todas, mas que a gente possa ter essas informações.

Muitas vezes, nós não nos damos conta, na verdade, de tudo aquilo que já foi feito. Eu acho que esses são tópicos fundamentais para serem abordados em todos os debates e no Plenário. E nós podemos, inclusive, ir discutindo artigo por artigo no Plenário, mas tendo o subsídio necessário.

Agradeço. É só um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Flávio. (*Palmas.*)

Agradeço a contribuição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já peço à Secretaria-Geral da Mesa que todas as exposições, que, pelo que eu sei, ficam registradas, sejam dirigidas aos membros da Comissão e aos Senadores que, embora não sejam da Comissão, se fizeram presentes, como também aos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. O.k.?

Então, se não houver nenhum Senador neste momento, passo a palavra ao Sr. Antônio José de Carvalho Araújo.

Já foi.

Agora, é a Sra. Rosana Cólen Moreno, servidora pública, que vai falar pela CSPB e também pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Meus parabéns ao Juiz Antônio José, que foi muito bem.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Parabéns.

A SRA. ROSANA CÓLEN MORENO – Bom dia a todos. Eu vou cumprimentar todo mundo aqui da Mesa, em nome do Senador Paulo Paim.

Cumprimento os Parlamentares aqui presentes, em nome da Senadora Zenaide Maia, nordestina, guerreira, mulher...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E está-nos levando lá para o Rio Grande do Norte, para fazer o debate lá.

A SRA. ROSANA CÓLEN MORENO – Muito bem! Cumprimento aqui os representantes dos movimentos sindicais, em nome do meu companheiro e amigo, João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil.

Eu vou pegar um gancho aqui na última parte, quando falava o meu companheiro, da Ajufe, sobre a desconstitucionalização da previdência. Mas, para mim, isso vai além da desconstitucionalização. Seria a desumanização do sistema previdenciário como um todo, como nós conhecemos. Nós, na realidade, estamos pegando a expressão "previdência social", já tão cansada, combatida e que a gente está combatendo para mantê-la e trocando a expressão "previdência social" por "previdência capital". A realidade é essa.

Nós sabemos que o Brasil foi inserido no olho do furacão da estratégia global de acumulação do capital. Então, a questão previdenciária junto com a questão trabalhista é uma imposição tão séria do mercado, das empresas transnacionais, que há até agora um grupo de trabalho instituído na Organização das Nações Unidas, na ONU, justamente para colocar um freio nisso. Essa imposição é que faz com que se tirem esses direitos dos trabalhadores, porque direito de trabalhador não dá lucro. Então, o que as transnacionais que estão agora aportando no Brasil de uma maneira completamente irresponsável fazem? A primeira coisa é a retirada dos direitos dos trabalhadores.

Então, eu preferi falar sobre esse tema, porque eu estou aqui numa Comissão de Direitos Humanos. Então, o meu apelo é por direitos humanos, é pela dignidade do ser humano, é pela dignidade do trabalhador, que não precisa viver de esmola. O que essa PEC 6 está querendo fazer é simplesmente colocar milhões de trabalhadores para ficarem à margem da sociedade, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esmolas. Como é que uma pessoa vive dignamente recebendo menos que um salário mínimo? Não há condições.

Eu estava conversando outro dia com uma pessoa que falou assim: "Mas e a questão da pensão" Porque ela tem o direito adquirido. Então, ela não está preocupada. Mas aí eu questionei: "E a pensão? Você pensou nos seus filhos? Você pensou na sua mulher?" Ele tem um filho deficiente físico. Aí eu expliquei para ele. Não há direito adquirido com relação à pensão, meu amigo. Entendeu? A pensão é regulada pela lei da data do óbito, Súmula 340, do STJ. Depois que eu expliquei sobre os 10%, que o filho dele, deficiente, só vai ter direito àquilo. E, hoje, ele mantém esse filho com hospital, tem um plano de saúde, pode pagar um plano de saúde. Mas o filho dele não vai ter condições, não. "O que vai ser do seu filho, perguntei". Aí ele encheu os olhos de lágrimas, olhou para mim e falou assim: "É, é melhor morrer agora". Então, como é que eu posso não combater uma PEC em que a pessoa cheia de lágrimas nos olhos vira para mim e fala assim: "Eu prefiro morrer agora". Então, a PEC quer isso? Quer pegar as pessoas e falar assim: "Você prefere morrer agora ou você prefere sofrer os efeitos dessa PEC?" É isso que essa PEC está dizendo e que nós temos que enxergar, porque todo o mundo me traz números. As pessoas que defendem a PEC – e aqui eu falo com toda a propriedade –, as pessoas que estão defendendo a PEC, podem olhar, são pessoas com cargos comissionados, com funções gratificadas, entendeu? Porque, se forem contrários, a primeira coisa que eles vão fazer é perder os cargos comissionados. Mas as pessoas não têm essa consciência de enxergar os números.

O nosso colega da Ajufe trouxe os números reais, entendeu? Porque o que o Governo faz é colocar os números na mídia e ter essa legião de defensores da PEC de cargos comissionados. Quais os números que a gente tem que ver? Os números que a gente tem que ver são os números das consequências sociais. Vão ser milhões de pessoas indo para a linha da pobreza. Se essa Previdência, gente, fosse deficitária como o Governo fala, vocês acham que o mercado financeiro estaria tão voraz em pegar esses montantes da Previdência?

Nota técnica nº 17, do Ministério da Previdência.

Nota técnica 17, de 2017, ainda do Ministério da Previdência. O que que ela fala? Que os regimes próprios de previdência dos servidores públicos estaduais têm um patrimônio de 160 bilhões. Esse patrimônio de 160 bilhões vai para onde? Expliquem-me. Vai para o servidor público? Vai cobrir custo de transição para o servidor público e para Previdência complementar? Não vai, não. Ninguém mais está falando sobre isso. Ninguém está falando mais sobre esse montante. Esse montante simplesmente sumiu. Está num limbo. Esse montante já vai para o mercado financeiro. É esse montante que vai acobertar esse custo de transição, só que o seguinte, não para o servidor público, mas ele vai cobrir o custo de transição para o lucro do mercado financeiro.

Essas alíquotas progressivas, outro gancho aqui que eu quero pegar, que eu acho importante. Para que estão servindo essas alíquotas progressivas? Na realidade, os próprios aposentados hoje do fundo financeiro, corrijam-me se eu estiver errada, a previdência do regime de repartição ideal é de quatro servidores na ativa contribuindo para um em inatividade. O que que vai acontecer? Não tem! Não está entrando mais servidor público. Então os próprios aposentados que hoje estão no fundo financeiro vão ter que se autofinanciar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então onde que eles estão arrumando dinheiro para esse autofinanciamento? Porque eles estão tirando a responsabilidade do Estado, que eu acho que a previdência social é um direito social, é um direito humano e há responsabilidade do Estado, sim. Então, ao afastar o Estado, são os próprios aposentados que vão estar se autofinanciando. E eu quero ver o posicionamento do Supremo nas alíquotas progressivas, que em diversos momentos já falou que é inconstitucional, como essa questão também dessa redistribuição do jeito que está colocada na emenda, o Supremo já falou que isso é desvio de função. Então como que o Supremo vai manter seus posicionamentos atuais?

Ameaças, não é? Hoje nós fomos surpreendidos pela manhã com a fala do Ministro Paulo Guedes, que falou que vai deixar os servidores sem salários, servidores federais. Hoje nós temos mais ou menos dois milhões de servidores federais. Se você colocar que esses servidores federais são pais de família, mães de família e sustentam mais ou menos quatro pessoas, então esse número é elevado para oito. Nós temos mais ou menos que isso também vai refletir depois para servidores estaduais, vai refletir para servidores municipais, que se abrir precedente dessa pressão, vai para os Estados e Municípios. Então somos mais de 10 milhões de servidores. Multiplicando por quatro, são 40 milhões de pessoas afetadas. A ameaça e coação ao mesmo tempo, ele está coagindo as pessoas a fazerem isso,...

(Soa a campanha.)

A SRA. ROSANA CÓLEN MORENO – ... vai coagir os governos a fazerem isso, é criminosa de uma tal maneira, que a vida humana já perdeu o sentido neste Governo.

Então o que é que eu vou colocar? Eu falo assim: "Olha, eu vou cortar o salário de vocês. Ah, não resolveu, não? Eu corto a água, nós somos donos da água. Se não resolver, eu faço o quê? Eu corto o ar", porque do jeito que está acontecendo, nós vamos acordar amanhã tendo que pagar pelo ar que respiramos.

Nisso tudo, ainda se soma a destruição dos movimentos sociais, a destruição dos sindicatos com essa PEC, com essa Medida Provisória 873, que é uma medida criminosa. Do jeito que o trabalhador está hoje, como é que o trabalhador vai ficar sem proteção social, não é? Então nós temos que atentar muito bem para essas coisas.

Outra denúncia que eu quero fazer aqui, estou aproveitando, falando que eu estou na CDH, são as formas de cadastramento. Eu vi um vídeo de uma senhora entrando na Minas Caixa na maca, a pessoa com mais de 90 anos, porque ela tem que fazer a prova de vida dela. Então não se consegue fazer a prova de vida, porque as pessoas com mais idade não conseguem entrar no computador e fazer aquele tanto de coisa que o computador faz. Como é que está a situação dos rurais, dos camponeses agora? Tiraram os sindicatos, onde eles faziam cadastramento, e agora eles estão tendo que buscar um computador, Senador, para fazer cadastramento. Como é que esse povo vai conseguir fazer cadastramento? E sabe o que é que está acontecendo no Brasil? Não fez cadastramento, o seu benefício é cortado, entendeu? A pessoa até fica sem saber: "Por que é que o meu benefício foi cortado?" Aí foi ver, a instituição exige cadastramento.

Então eu quero falar mais para vocês que essa forma de capitalização é perigosa. Ela não funcionou no Chile, como o colega estava falando. A OIT agora distribuiu uma pesquisa muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante desse trabalho com essa capitalização. O Chile reverteu alguma coisa, a Argentina, em 1994, tem uma lei que reverteu a capitalização, e é como se fosse uma lei de dívida com aquelas pessoas que foram inseridas nesse sistema de capitalização. Porque o que é que acontece com a capitalização? Tudo bem, tem lucro, o lucro vai para o empresário; tem prejuízo, o prejuízo é socializado entre os segurados.

Então, qual é o problema da capitalização? No Brasil, em que nós já tivemos, nos últimos trinta anos, quantas moedas nós já tivemos, como é que é o índice inflacionário, como é que é a variação da moeda, como é a variação da economia? E a gente, agora a gente é obrigado a pegar essa capitalização e colocar nas atividades de risco. Como atividade de risco, nós temos o próprio exemplo da Rioprevidência. O que aconteceu com a Rioprevidência? Entregaram a Rioprevidência para a doutrina... Porque, antes, a gente tinha a doutrina eurocentrista; agora, nós temos a doutrina "estadunidensecentrista". Então, entregaram a Rioprevidência para os Estados Unidos numa operação financeira extremamente perigosa, e é isso que querem fazer conosco. E essa capitalização vai ser assim: "Vocês têm que aplicar no risco; não serve aquela aplicação segura. Vocês têm que arriscar". Então, vão arriscar com as nossas contribuições, vão arriscar com o nosso futuro, vão arriscar com o nosso dinheiro.

Quem tem de tomar conta da previdência dos servidores públicos são os próprios servidores públicos. Mas isso não acontece, porque os governos, os governantes colocam lá as pessoas justamente para fazer aquilo que o mercado financeiro está falando para fazer.

Essa questão da capitalização dos fundos, em que houve segregação de massa em vários Estados... A Previdência foi desenhada para ser superavitária; não quiseram fazer novas receitas, não quiseram disponibilizar essas novas receitas para os regimes próprios de previdência, e, agora, estamos aqui discutindo como vai ser feito. Tem jeito? Tem jeito. Não precisa dessa reforma, não.

E aqui, Senador, por último...

(Soa a campainha.)

A SRA. ROSANA CÓLEN MORENO – ... eu quero pedir uma audiência específica sobre a questão indígena, porque é muito sério no País o que está acontecendo com a ganância do mercado financeiro para essa exploração nas terras indígenas.

Seja Parlamentar, seja servidor público, seja representante de movimento social, nós temos a obrigação de olhar para a Floresta Amazônia, que está sendo destruída. A Floresta Amazônia é patrimônio da humanidade e a Floresta Amazônica significa o futuro da humanidade. Se, já agora, nós estamos sentindo os efeitos, o que vai ser dos nossos filhos, netos e bisnetos se não existir mais a Floresta Amazônica?

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Essa foi Rosana Cólen Moreno, que falou pela CSPB e também pela Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Quero lhe dizer que já está marcada uma audiência pública que vai ter esse olhar para os povos indígenas e também para os outros setores mais vulneráveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordo plenamente com essa questão da Amazônia, até porque a gente sempre diz, nós de outros Estados – e eu uso até o termo que você usou –, que a Amazônia é o pulmão do mundo. A Amazônia é nossa e nós temos de olhar, sim, para a floresta, para os rios, para os peixes, para os animais, mas temos de olhar, como você destacou, também para o caboclo, para o índio, para aqueles que habitam a Amazônia. Se não fizermos isso, ficamos com um discurso bonito para fora... E essa é a sua preocupação, pelo que a estou elogiando. Você está conclamando que a gente receba aqui os índios para que olhemos todo o ecossistema e o que significa a Amazônia para o mundo, mas também para o povo, todo ele, enfim, que mora na Amazônia, independentemente de raça, de cor ou mesmo de etnia.

Meus cumprimentos.

De imediato, Luís Roberto Pires Domingues Junior.

O Luís Roberto nos ajudou muito na CPI da Previdência. Ele é engenheiro, mestrando em economia e assessorou a CPI, enfim, é um militante dessa causa.

A palavra é sua.

Permita apenas, Luís Roberto, que nós vamos fazer, um dia, aqui, uma audiência pública só sobre a CPI da Previdência, para mostrar o que gente fez e por que foi aprovada por unanimidade, inclusive por parte do Governo na época.

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos, bom dia, Senador Paulo Paim, e, em nome do senhor, a todos os outros Senadores presentes e Deputados.

A ideia é mostrar, o meu foco, tanto na CPI, como agora, sempre foi a visão de Brasil. Sempre fui imparcial, olhando a estrutura de previdência. A previdência não pertence a governo A, B ou C, à ideologia A, B ou C. Ela pertence ao Brasil, é o Brasil que precisa da população com sobrevivência, com garantia de vida, com tranquilidade, não mudanças repentinas de regras, para você poder criar um país. Sem previdência você não cria país.

Então, eu coloco, a PEC 06, eu coloco que é *A Escolha de Sofia*, porque muita coisa que foi colocada na CPI da Previdência, a PEC 06 vem na linha de resolver.

Então, na questão financeira, na questão fiscal, ela é um espetáculo. Eu falo de forma bem clara, ela é um espetáculo, mas ela esqueceu que do outro lado da ponta há gente, há seres humanos que precisam viver.

Então, de forma muito rápida, eu vou deixar isso como material para a Casa, eu não vou me aprofundar com relação às decisões sábias que a PEC apresenta, coisas boas. Acaba a DRU da previdência, impede Refis, permite para os servidores públicos outras fontes de financiamento, não só a contribuição do Estado e a sua, voltando à lógica da Lei Eloy Chaves, de pegar partição de preço público, direcionar outras verbas para acabar com o pseudo déficit, não é?

Então, você tem uma lista pequena de coisas boas, mas a conta tem que ser paga. Aí, vem, por isso que eu boto uma escolha, porque há uns absurdos, eles extrapolaram, a proposta extrapola todo o nível de imaginação. Você cria, você rebaixa os direitos constitucionais para lei complementar e, enquanto não sai uma lei complementar, porque ninguém sabe o que pode vir dela, cria-se uma...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR – ... lei complementar provisória. Quer dizer o seguinte: "Se a regra não passar do jeito que eu quero, eu faço uma nova lei complementar, arrochando mais ainda. Se passa do jeito que eu quero, essa aí ninguém mexe". Espera aí. A gente tem que engolir isso? Como é que você trata do futuro? A mídia, a gente discute idade, discute uma série de coisas, mas sobre regras da transição, da transição.

Então, isso aí é uma inovação extraordinária.

A gente fica olhando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu quero pedir aqui para o plenário, ele não reclamou não, o painalista, porque ele está muito bem, mas, se fica um zum-zum no plenário, essa audiência pública, com certeza, vai ser muito vista pelo Brasil todo. Além de estar na internet agora e nas redes sociais, ela é reproduzida e fica esse zum-zum e ninguém vai entender nada.

Eu sempre digo que uma audiência pública a gente faz não é só para o público interno. Milhões de pessoas, depois, vão assistir, ou estão assistindo ou vão assistir.

Volta, e eu estou te dando mais um minuto, porque eu usei teu tempo.

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR – Então, verifica-se de forma muito clara que a proposta tem a opção de bode, o que eu chamo de bode na sala. Já tem aquilo que, os, na net, que vão ser entregues. A gente briga, a gente falou: "Gente, isso aí vai ser colocado só para discussão". Não, abrimos a mão, a gente negociou, a gente fez.

Então, isso fica a forma muito patente.

Você tem aqui a regra de transição, que foi colocada, a idade 65, 62 anos, para entregar uma idade de paridade. De forma muito clara, antes você tinha o "ou". Se você cumprisse a regra de transição, você não precisava contribuir... Você começou a trabalhar cedo, você contribuiu cedo, você podia abrir mão. Não. Agora é mais um requisito. Deixou o "ou" e passou a ser "e". Então, são quatro requisitos que o servidor público tem que cumprir, está certo?

Só voltando aqui, é tão paradigmática a questão da paridade para o serviço público que a proposta impõe a paridade ao servidor público. O servidor público hoje não pode escolher. Então, ele diz: o servidor público que entrou antes de 2003 faz jus à integralidade e à paridade, mas já foi colocado aqui que, a partir de 2002, todo mundo recebe o teto do INSS. Esse pessoal, naturalmente, vai ser maioria no Governo, mesmo fazendo por concurso ou... Esse pessoal vai entrar em que situação? Ele vai querer verba remuneratória ou verba indenizatória? Eles vão querer verbas indenizatórias. Verbas indenizatórias não passam para os aposentados. E a PEC tomou o cuidado dizendo que os aposentados e pensionistas só podem ser remunerados por fundo da previdência. São as verbas previdenciárias. Então, eu crio um auxílio, criou uma indenização. Eu não posso criar um subterfúgio de uma produtividade e passar para o aposentado. Espere aí. Eu estou determinando que... Como isso vai ficar no futuro? Então, é uma preocupação clara.

Eu coloco, do jeito que a PEC está, que o servidor e o aposentado de hoje fizeram um pacto com a pobreza, com a miserabilidade, que é um termo que eles usam na PEC.

Eu fiz uma avaliação da carreira do Banco Central. A gente fez um estudo. Há 11 anos, o servidor que aposentava com paridade e aquele proporcional, quer dizer, paridade integral;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proporcional, aquele que não cumpriu os requisitos tem o reajuste pela diferença do INPC. A diferença, há 11 anos, era de 20 pontos percentuais. Hoje está em 9. E a previsão, daqui a nove anos, é que o servidor que aposentou proporcional passe o servidor que se aposentou com paridade. Isso está mostrando perda do poder de compra. Mas espera aí. Você vai me obrigar a uma situação dessa? É a tendência. Todos os colegas colocaram assim, no abstrato. Estou mostrando a realidade, o bolso, como vai ficar a vida dessa população.

Regra de transição das pensões. Abono de permanência, como é pode, não vai ser aplicado. Se a PEC garante o direito de quem tem, e o Estado vai colocar se quiser, e pode ser até o valor que se desconta.

Contribuição ordinária progressiva, com a alíquota. Já foi colocado. Isso é um absurdo. Não tem o que falar. Contribuição extraordinária para cobrir o déficit atuarial. Eles pegaram uma lógica já existente nos fundos de pensão. Você pode olhar o caso da Postalís, que está com contribuição extraordinária para cobrir um rombo de má gestão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Caixa Econômica também. Contribuição extraordinária além daquilo que eles já pagam, porque o rombo é enorme.

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR – Petros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Petros também.

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR – Mas eu gosto de usar a Postalís, porque a base de contribuição da Postalís é de carteiros. A base é muito pequena. Então, estão contribuindo, na aposentadoria, o 7 normal mais 28% durante 12 anos para cobrir um único ano de rombo.

Aí eu avisei para um colega meu que está nessa situação: Olha, a Postalís deu rombo de novo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vinte e oito por cento a mais do que já pagam?

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR – A mais do que já pagam. Essa é a contribuição extraordinária. Ela permite... O mercado é tão inteligente que permite criar segregação de massa específica. Eu não vou tratar mais servidor público como uma previdência. Eu posso dentro da previdência tratar o pessoal carreira típica de Estado, médicos, o Legislativo, o Judiciário, porque eu arrumo a casa. "Este aqui não dá déficit. Minha carreira não dá déficit". Espera aí. E os mata-mosquitos da Funasa? Pessoas que têm riscos de atividades maiores que recebem menos, ao se fazer segregação de massa específica, vão pagar mais. Cadê a solidariedade do sistema? Foi para o saco. Eu vou segregar aquilo que ao mercado interessa. "Isto aqui me interessa. Isto aqui não interessa. Isto aqui é lixo". É muito importante dar olhada naquilo que a PEC não diz. Segundo a PEC, de forma muito clara, de forma de submundo – não achei a palavra correta –, a contribuição hoje é de um para dois. 11 a União paga 22. No texto ela diz: "Até um". Porque se ela não botar até um, ela não vai cumprir a PEC do teto dos gastos, porque 3,7 só pode aumentar os gastos. Como é que eu aumento alíquota ordinária que já dá um impacto de 42%. Se eu fosse botar, o Governo tem que botar o dobro disso. Mas como é que eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encaixo 42 em 3,7. "Ah não, porque alíquota passa a ser até um". Então o servidor corre o risco de a União, de o seu patrão não pagar nem 50%, nem 30%. Isso está autorizado lá. Então como é que isso fica?

Então a maldade com relação ao servidor público está nos detalhes. E a mídia está batendo – desculpa – nos bodes. A gente não está preocupado. A questão das mulheres. Ah as mulheres têm direito a aposentar-se cedo. Mas aí pega o valor. Espera aí, vão ganhar menos. Então que direito das mulheres é esse? Se elas trabalham, mais cedo, por uma questão de coisas, tem que garantir o valor. Não, recebem menos. "Ah querem ganhar igual aos homens, trabalhem 40 anos". Então que direito é esse?

Junto ao Banco Central, a gente desenvolveu para a PEC 287 um sistema de simulação e a gente atualizou para a PEC. Só para vocês verem número real. Aqui é uma questão de um auditor. O histórico de remuneração dele, só para ter uma ideia... Isso aí está sendo feito porque dia 29 é o prazo de migração de Funpresp, para o regime de previdência. Esse auditor que entrou em dezembro de 1994, se a PEC passa, que é o último, pega a regra atual de aposentadoria e a última, ele tem uma perda real de 40% do salário. Eu estou impondo uma perda de 40%. Ah eu não fiz só para o Executivo. Isto aqui é a variação de um juiz. Entrou em 2009. Pela regra ele tem uma perda menor, por uma caracterização, tempo de entrada na magistratura. Ele só entrou em 2016. Ele está em outra regra. Cada caso é um caso. Você entrou num time de salva-se quem puder. Este aqui é do Ministério Público, um servidor do Ministério Público. Se passar a PEC, a perda de salário dele é de 46%. "Ah Luiz, você está falando uma coisa muita genérica, caso a caso". É caso a caso. Mas avançando aqui na questão... Já é o último eslaide. A ponderação que se fez aqui... O Mauro, de forma muito própria, colocou a migração na seguinte situação. Eu preciso de três pessoas na ativa para bancar um aposentado, numa regra de padaria, uma conta de padaria simples. Essa relação já não é de três para um, está mais de um para um, não é? Mais ou menos isso. Mas o colega se esqueceu de colocar que, desde 2012, os colegas que estão no regime próprio só contribuem até o teto. Eu preciso de três pessoas com o mesmo salário para pagar uma pessoa com o mesmo salário. Se essas pessoas estão entrando e só estão pagando o teto ou migraram para o regime de previdência complementar, eu preciso de quinze, quinze para um. Eu já não tenho um para um, vou ter quinze para um? O que faz? O que impõe? Eu imponho déficits, déficit com aspas bem fortes, atuariais, déficits financeiros

Então, só para ter uma ideia, dados do próprio Ministério da Economia, a remuneração média do Executivo Federal hoje é de R\$9.738, líquido R\$7.153. Na apresentação da nova previdência, diz – o número tirado da cartola – de um déficit R\$54 bilhões. Eu não consegui achar de onde que eles tiraram essa projeção de déficit de R\$54 bilhões. Pelas novas regras, usando o simulador, esse salário atual bruto passa de R\$9.738,00 e vira uma aposentadoria de R\$5.843,00. Então, você já tem um baque. Você consegue uma economia financeira já, só nessa conta aí, de R\$37 bilhões. Faltam R\$16 bilhões para chegar aos R\$54 bilhões. Eu estou incluindo só o Executivo, só a fração. Faltam R\$16 bilhões. Eu preciso... Considerando os 739 mil servidores, fazendo uma conta de padaria: 739 mil dividido por 16 bilhões dividido por 12 contribuições, cada um teria que dar mais R\$862 por mês para a conta no final dar zero. A previdência está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sustentável e é economicamente viável. Eu crio uma alíquota de 20%. Então, eu pago a alíquota progressiva e crio mais 20% para fechar a conta.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR – É um absurdo. Não tem como. Essa PEC é o início do fim do regime próprio de previdência social da União e de todos os outros Estados. Acaba-se com o serviço público.

Apesar de todas, dando-se um olhar econômico, você fica feliz. Você dando um olhar para a pessoa de previdência, das pessoas que estão ali, que bancaram as regras, que confiaram nas regras estabelecidas, você falou assim: "Eu vou sobreviver como? Eu vou ficar velho e vou garantir a sobrevivência da minha família de que jeito?"

Então, a conta está muito clara para o que está sendo feito e, infelizmente, infelizmente, o Governo foi muito inteligente porque está todo mundo nos bodes, ninguém está preocupado com o que muda a estrutura. Quer dizer, não estava, em termos, a gente vai divulgando para isso mudar.

Então, Senador e presentes, esse é o quadro prospectivo que a gente tem se o texto passar do jeito que está. Está certo?

Queria agradecer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Luiz Roberto Pires Domingues Junior, engenheiro, mestrando em Economia, assessorou a CPI da Previdência. Permita-me que eu diga isto: ele está muito bem informado. Posso dizer só isso?

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JUNIOR – Pode, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele não quer que eu diga o resto e eu não vou dizer das informações que ele conversou comigo longamente e são preocupantes, são preocupantes. Tudo aquilo que você me avisou naquela época está aparecendo agora. Por isso, nós nos antecipamos e começamos muito cedo a fazer o debate aqui no Senado, porque a preocupação é enorme.

Depois do Luiz Roberto, eu já falei que assessorou a CPI...

Repito: vamos fazer uma audiência aqui para aqueles que criticam a CPI. Vamos fazer uma audiência aqui.

Sabem do que eu estava me lembrando agora? Vamos fazer uma audiência também sobre o que eles dizem que é privilégio. Eu vou tentar vasculhar – porque eu não achei esse tal de privilégio que eles falam –, e vamos fazer uma audiência sobre os privilégios e chamar o Governo para vir aqui. Hoje haverá audiência. "Sobre o que é a audiência?" Discutir os privilégios. Todo privilégio que existir, podem saber que nós vamos ser favoráveis a eliminar, seja o que for.

Célio Fernando de Souza Silva, Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim).

Inclusive dos políticos! Quero deixar bem claro, não vamos passar a mão por cima de nada. Por favor, Célio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉLIO FERNANDO DE SOUZA SILVA – Bom dia a todos! Bom dia, Senador Paulo Paim, demais Senadores presentes, Parlamentares, amigos, colegas servidores públicos!

O Governo Jair Bolsonaro foi eleito com uma promessa de menor interferência do Estado na vida dos cidadãos e das empresas. Pois bem, essa proposta de reforma da previdência é uma das propostas mais invasivas na vida das pessoas, na vida dos cidadãos de que se tem notícia nos últimos anos. E é um assunto de tal importância para todos os brasileiros, que eu creio que nós deveríamos, na verdade, consultar a população a respeito dessa reforma. Deveria haver um plebiscito no País para saber se as pessoas realmente querem esse modelo de reforma que está proposto aí.

É lógico que nós sabemos que o Governo tem uma questão fiscal a ser resolvida, mas nos parece que o caminho que o Governo está tomando para resolver a questão fiscal é o pior caminho possível, porque é um caminho que parte da presunção de que previdência é despesa, quando nós sabemos que previdência é investimento, porque previdência nada mais é do que dar segurança às pessoas num dos momentos mais frágeis pelo qual um cidadão passa, que é a sua velhice.

Então, seria muito interessante... Um dia desses, eu estava conversando com um taxista e fiz esta pergunta a ele: "Você está vendo a questão da reforma da previdência que está sendo discutida, você está acompanhando?" "Sim, estou acompanhando". "Você estaria disposto, por exemplo, talvez a pagar um pouquinho mais de tributo para que não se retirasse o direito das pessoas?" Ele falou: "Sim". Então, eu creio que um papel fundamental do Governo agora seria colocar diante da população as opções que ela tem, abrir um leque de opções para que o cidadão pudesse se pronunciar neste momento, um momento tão grave, tão importante, uma discussão dessa monta. E eu creio, sim, que o cidadão comum estaria até disposto a contribuir um pouco mais, para que não retirassem os direitos das famílias. Mas, mais do que isso, eu creio que o cidadão iria anuir com uma proposta em que se tributasse aqueles que efetivamente ganham mais no País. Certamente, o nosso cidadão, o nosso trabalhador não correria, não fugiria da responsabilidade de pagar de tributo, de pagar até um pouco mais para equilibrar as contas do Governo. Mas se nós colocarmos para ele uma proposta de participação dele, de uma participação mais efetiva daqueles que são, efetivamente, os mais altos salários dentro do Brasil e daqueles que têm patrimônio e têm um alto grau de acumulação de patrimônio, eu creio que esse cidadão diria sim para isso. Aí nós estaríamos, realmente, fazendo um serviço para a Nação.

Antes da reforma da previdência, nós deveríamos estar discutindo a reforma tributária, essa que é a verdade – essa que é a verdade –, porque é questão de financiamento do Estado, essa é a discussão que nós temos que fazer. Nós não temos que discutir retirada de direitos, nós temos que discutir o financiamento do Estado antes de tudo, essa é a premissa que nós deveríamos estar trabalhando.

Então, a reforma que está proposta pelo Ministro Paulo Guedes, eu creio, eu tenho uma convicção de que os militares não querem essa reforma da previdência, de que o núcleo político do Governo não quer essa reforma da previdência e de que nem o Presidente quer essa reforma da previdência – nem o Presidente quer. Ele, como veio de uma Casa Legislativa e sendo um homem sensível – as pessoas que estão aqui são sensíveis, porque elas lidam no dia a dia com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população e com as necessidades da população –, sabe muito bem que essa reforma tem um caráter odioso para a população brasileira, ele sabe da dificuldade que se tem de aprovar uma reforma desse e levar-se a uma discussão dessa. Então, eu creio que nem o Presidente da República queria uma reforma tão dura como essa que foi proposta pelo Ministro Paulo Guedes.

E nada mais velho na política do que se propor uma reforma da previdência que retira direito dos trabalhadores; nada mais velho na política do que se propor uma reforma da previdência em que se demoniza o servidor público. Nós já vimos esse filme várias vezes. Essa é a velha prática, essa é a velha política!

Ontem, o Ministro Paulo Guedes estava reunido com Prefeitos. E eu creio que os Prefeitos, assim como os Governadores, muitos deles em situação fiscal, dos seus Municípios, caótica, estão inebriados, eles estão sendo, de certa forma, iludidos com uma ideia de socorro temporário, e na verdade, estão trocando uma promessa de socorro temporário por um fato econômico consolidado, que é o fato que três quartos dos Municípios brasileiros são financiados pela Previdência Social, pela distribuição que a Previdência Social faz dos recursos. Então, os Prefeitos têm que ser alertados disso, os secretários de fazenda dos Municípios têm que ser alertados disso, eles têm que cair na real e enxergar o que está acontecendo e o risco iminente que os seus Municípios, que as suas cidades correm. O movimento econômico das cidades vai cair se essa reforma da previdência passar, não tenha dúvida nenhuma disso. Essa é uma tragédia anunciada.

E, para finalizar, já foi dito aqui, mas eu quero reiterar, quero fazer coro também sobre a questão da desconstitucionalização da Previdência Social, a retirada a Previdência Social do Texto Constitucional. Isso é gravíssimo – isso é gravíssimo –, porque isso desestrutura o Estado democrático de direito, na medida em que esvazia a missão do Estado que vai trabalhar pelo bem-estar social. E tão grave como isso é desidratar a competência das Casas Legislativas de examinarem as questões previdenciárias como tema constitucional, isso também é de uma gravidade tremenda, porque nós estamos mexendo na ordem social, nós estamos mexendo na estrutura da nossa Constituição, que prevê que esse assunto é um assunto tão importante que só pode ser alterado por maioria absoluta e não por maioria simples daqueles que estiverem presentes na Casa, quando se passar essa proposta de legislação através de lei complementar.

Então, o que nós temos que fazer e o que nós temos tentado fazer, amanhã mesmo eu vou estar em João Pessoa, num evento de auditores tributários municipais e procuradores municipais, o que nós temos tentado fazer é alertar a população, é falar às famílias, é falar à dona de casa, ao médico, ao professor, ao militar que esse assunto da previdência é do interesse deles. E eles têm que ficar atentos a tudo aquilo que está se discutindo, e eles têm que exigir dos Parlamentares que façam uma discussão aprofundada. Nós não podemos fazer uma discussão açodada de um assunto de tal importância.

Muito obrigado, Senador, pelo serviço que está sendo prestado, mais uma vez, pelo senhor, por esta Casa e por todos os Parlamentares aqui do Senado de abrir este debate e de conversar olho no olho com a população brasileira a respeito de um assunto que é importante para a vida de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Célio Fernando de Souza, que falou pela Fenafim. Ele destacou a importância de uma reforma tributária, tributar por exemplo grandes fortunas, grandes heranças, tributar lancha, aeronave, helicóptero, que nada pagam de tributo, os poderosos não pagam.

E eu achei também interessante a ideia do plebiscito. Viu? Porque o plebiscito para mim poderia ser uma iniciativa popular para não personalizar nenhum partido ou Parlamentar; algumas entidades – pode ser qualquer uma – apresentariam à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, eu indico um relator, o relator dá o parecer, e ela passa a funcionar como uma proposta da sociedade e não deste ou daquele Parlamentar.

Senador Styvenson com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado, Paulo. Obrigado a todos aqui presentes.

(Interrupção do som.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – São dois levantamentos. Sobre o pacote anticrime, eu fiz uma pesquisa. Pedi uma pesquisa feita aqui pelo Senado sobre a opinião da população: primeiro, saber do que se estava tratando. E ela sabia do que se estava tratando. Depois, dos pontos que seriam discutidos. Poderia ser feito isto aqui também: uma pesquisa partindo daqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Interessante.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eles fazem, não precisa ir para rua. Ligam e perguntam: "E aí, o que você acha da reforma da previdência?"

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Via sistema de comunicação do Senado, uma pesquisa se é a favor ou contra a reforma da previdência e os pontos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E os pontos que ela é contra; se ela conhece bem a previdência.

Porque o que falta aqui, Sr. Célio Fernando, é um esclarecimento. Eu estou me sentindo sabe como, Paulo Paim? Eu voltei, eu sou policial militar... Eu estou me sentindo sabe como, Arns? Eu estou me sentindo aquele policial que pega uma ocorrência em que há duas partes, uma briga, e eu quero saber quem é que está certo, estou ouvindo as duas partes, só que uma parte decide ficar em silêncio. Então, eu estou ouvindo só uma parte comentando, falando, que são as pessoas que são contra. Então, eu escuto. E uma curiosidade minha é se tudo isso... Do Sr. Luiz Roberto eu vi bem o arrocho, eu vi bem o aperto, eu vi bem o que vai acontecer com o trabalhador, vi bem o que vai acontecer com a sociedade. Mas até onde isso aí é um benefício para o nosso País? Eu disse aqui, Paulo – acho que um tempo atrás –, que o remédio deve ser muito amargo. Mas vai ser bom para o nosso País? Qual é o benefício que vai haver para o nosso País? Será que todo esse dinheiro que vai ser economizado, como é dito de R\$1 trilhão ou mais, como vai ser usado? De que forma? Será que vai gerar mais emprego? Será que vai haver mais trabalhadores? Quem



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vai pagar essa conta? Na verdade, só há previdência para quem trabalha. A verdade é essa. Só quem vai contribuir quem é? É quem trabalha: ou funcionário público ou não, quem está trabalhando.

Então, primeiro era a sugestão que eu quero dar sobre esse plebiscito, que poderia ser feita essa pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Acatada essa pesquisa em primeiro lugar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pois é.
(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – DataSenado. Bem lembrado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então, eu fui lá, sugeri, eles fizeram e eu recebi ontem. Vai ser distribuído para o senhor, sobre o pacote anticrime. E pode ser feito com qualquer outro tema, porque a gente precisa da opinião pública, a gente precisa ouvir as pessoas.

Hoje eu faço muito pelas redes sociais, mas eu usei o meio legal, o meio realmente que fundamenta todo esse discurso.

Então, era só isso que eu queria dizer sobre até onde todo esse aperto vai ser bom para o nosso País. Porque o que eu vejo, Paim, é uma discussão sobre a individualidade de cada um: é o juiz que não quer perder, é o policial que não quer perder, é o professor que não quer perder. Mas, na verdade, até onde eu posso perder, em benefício do meu País? Não é o que o meu País vai fazer por mim – estou parafraseando Kennedy, Flávio –; mas o que eu posso fazer por este País. Então, é isso que tem que deixar claro, porque pode ser que a gente passe por todo esse momento... Eu deixei claro aqui, Paim, e vou repetir: eu abri mão de previdência parlamentar especial e de muitos outros privilégios para dar esse exemplo que estou dando aqui agora para poder falar desse assunto com tranquilidade sem ser questionado.

Então, eu queria saber dos senhores sobre isto: até onde vale a pena? Será que não há nada bom nessa reforma? Será que não se aproveita nada?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O painelistas engenheiro Luiz Roberto Pires elencou os pontos que ele entende positivos dessa reforma e que ninguém questionou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E, se possível, Paim, sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Já que os Parlamentares... Não é isso, Flávio? Não sei se você concorda comigo: sugestões para a gente apresentar como pontos positivos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para passar primeiro para o Senador e depois eu passo para a Mesa. O Dr. Mauro, da Unafisco, apresentou um leque de sugestões que não mexe no direito nem dos militares, que não querem também perder. Estou me referindo às Forças Armadas, que apresentaram proposta, e tudo tem que ser respeitado, que tem embutido no meio um plano de carreira. Não estou entrando no mérito, só estou dizendo que isso é conhecido por todos; trata da reforma, na visão deles, e entra um plano de carreira, ou seja, de política salarial. É o momento? É junto? Não sei. Mas estamos aqui abertos ao debate em todos os sentidos.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Bem rápido, Flávio, para o senhor falar. Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro que eu não quero que ninguém perca, que ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Nós sabemos da sua posição.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Fui claro quando disse: até onde eu posso perder em benefício da minha Nação, para as gerações que ainda vão vir? Porque eu não posso discutir previdência só agora, por mim, pelo meu viés, por estar me enxergando; eu tenho que enxergar as gerações que ainda vão vir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

Senador Flávio Arns.

A prioridade sempre vai ser para os Senadores.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu até... Nós temos ainda uma fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... dos participantes desta audiência pública, que, aliás, foi muito interessante. Foi, não; está sendo muito interessante, porque nós ainda teremos mais uma fala. Mas também as preocupações que o Senador Styvenson traz são preocupações de todos nós.

Agora, eu, tendo visto os dados, particularmente que a Ajufe trouxe e que a Unafisco também trouxe e as falas, reforçando depois... A Ajufe (Associação dos Juizes Federais do Brasil) inclusive deixou claro que não se opõe a que o assunto seja debatido, discutido, a Unafisco também me parece que é esse espírito, mas faltam informações importantes na minha opinião para a população.

Por exemplo: a população é radicalmente contra, e com razão, a que haja supersalários na aposentadoria. "Não, é R\$30 mil, R\$20 mil, R\$40 mil, é isso e aquilo". A Ajufe já mostrou que já faz cinco ou seis anos que não existe mais isso.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – 2013 exatamente.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – 2013. Já não existe mais isso. Ninguém se aposenta acima do teto, que é de R\$6 mil, vamos dizer, R\$5,8 mil. Quer dizer... E isso a população tem que saber. Não existe mais isso.

Então, a gente ficar batendo nessa tecla, já é uma tecla, vamos dizer... Vamos discutir, então. Já há isso.

Desconstitucionalizar.

Eu acho que é o fim da picada. Quer dizer, assuntos importantes, fundamentais para a população brasileira, que afetam a vida de duzentos e tantos milhões de pessoas, têm que estar na Constituição. Quer dizer, a coisa que é fundamental, cláusula pétrea... Senão chega alguém, com metade mais um, e aprova. Não. Tem que ser um consenso da sociedade nesse sentido.

A idade mínima.

Foi apresentado aqui. Já há uma legislação aprovada que está fazendo com que a idade mínima de homens e de mulheres esteja sendo aumentada progressivamente. Já não são mais 55 anos, não são mais 60 anos; já são 56 anos, 61 anos... Daqui a pouco, serão 57 anos. Mas já com coisas aprovadas. Quer dizer, não é suficiente, tem que apressar mais, não sei o quê, alguma coisa assim? Isso tem que ser dito.

Nós temos os funcionários públicos federais. Eu sou professor da Universidade Federal do Paraná, não estou aposentado ainda também, mas eu contribuo com a minha parte da previdência. Eu perguntei para o nosso Presidente, no outro dia: "Esse dinheiro com o qual eu contribuo está indo para o caixa da Previdência?". De acordo com o Presidente e de acordo com a CPI, não! Como não? Ah, e a parte do patrão – no caso, que também tem uma parte – está indo para o caixa da Previdência? Não também. Então, eu digo: "Olha, então você nunca vai fechar essa coisa aí". Isso tudo foi mostrado também pela Unafisco.

"Não, vamos fazer capitalização".

Quer dizer, quanto que os bancos, que já ganham uma fortuna, trilionária... Não é mais bilionária hoje em dia; hoje é uma fortuna trilionária. Então, não haveria uma outra forma de fazer isso pelo Poder Público, inclusive como investimento para a produção, para a economia, para a geração de emprego?

Então, eu acho, assim, que o que falta mesmo é a gente pegar – eu sugeriria até antes para o Presidente –, item por item, o que a lei propõe e o que já existe; o que propõe e o que já existe – "Ah, aqui pode melhorar, pode aprimorar". Com a Ajufe, com a Unafisco e com todo mundo com quem a gente fala, até com o exemplo do taxista. "Não, se é para melhorar aqui e tal...". Mas nós não temos números, não temos dados, são imprecisos, inconsequentes, não há levantamento adequado, a gente não pode confiar no que está acontecendo... Então, isso é que tem que mudar. Vamos discutir.

"Ah, não, tem que aprovar em dois meses". Aprovar o quê? Quer dizer, nós temos que conversar melhor, dialogar. "Em dois, três meses, vamos aprovar". Não. Nós queremos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente sente, na verdade, é uma vontade de fazer com que isso tudo dê certo. Eu acho que todo mundo está com essa vontade. Eu também, mas eu quero saber exatamente o que que está acontecendo, o que que foi aprovado, qual que é o número, qual que é isso, qual que é aquilo... Será que é o caminho? Será que não há uma coisa melhor, mais adequada, para não ficarmos aí, com esses rombos permanentes?

Então, eu vou até usar a expressão "imprevidência". Eu diria imprevidência, porque é preciso que pelo menos a parte do Poder Público seja providente, não imprevidente, nesse sentido, quer dizer, de fazer com que essas contas aí vão se tornando claras.

Eu fiquei, assim, muito bem impressionado com os números, com as falas, com o quadro da Unafisco, da Ajufe também. Eu até pedi para o Aires, que é meu chefe de gabinete e que está aqui ao lado – eu até tomei a liberdade de convidá-lo, porque aqui há um espaço para cadeira de rodas, aí ele fica bem confortável –, para a gente pegar – viu, Styvenson? –, talvez cada um pegar um item desses e ir mostrando no Plenário. A gente fala todo dia no Plenário. Temos umas dez pessoas. Cada um pega um item. Vamos mostrando.

Para quê? Para ir contra? Não; para todo mundo saber o que já existe, o que não existe, se está correto, se não está, se se pode fazer alguma coisa... Porque eu acho que a população toda, por exemplo, em termos dos altos salários, não sabe dessas coisas todas – eu diria que não sabe. Não sei se a Ajufe também falou... Aliás, com todo o respeito à Ajufe também, porque a gente está nesse debate com o Judiciário, e é claro que há exemplos inadequados no Judiciário, na política, na Medicina e em todas as profissões, e o que a gente quer é que a sociedade melhore, mas com dados verdadeiros, fidedignos.

Então, é nesse sentido. Eu até me desculpo por ter...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Foi bom, foi bom.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Temos ainda uma apresentação, e até depois eu me desculpo também, porque eu continuaria participando, porém, às 11h30, nós temos a Comissão de Educação, da qual eu sou Vice-Presidente também. Então...

Mas eu já pedi ao Aires, grande chefe de gabinete, para nós pegarmos esses dados e organizarmos – sabe, Paim? – de um jeito que a população... Eu acho que nós temos que nos comunicar melhor e mais com o povo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode usar aí, Styvenson, o microfone.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu sugeri, durante as segundas-feiras, a Paulo Paim que fizesse um levantamento, uma coletânea de todos que passaram aqui sobre os pontos principais, para que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nessa linha.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... se distribuísse, para que nós pudéssemos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Para não ficar aquela coisa – não é, Styvenson? – de dizer: "Não, eu sou contra". "Eu sou a favor". Não. Qual que é a realidade? Está aqui. Ponto. Qual que é a realidade? É essa. Está boa, não está... Vamos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E principalmente, Flávio, mostrar para a população.

Creio que a população, quando o senhor falou do plebiscito... É levar esses pontos para a população, não sim ou não, é mostrar o que realmente tem que ser feito para o melhor do nosso País.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Porque, num sim ou não, a pessoa vai decidir sobre a ótica dela.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E não desconsiderar os avanços. Já houve tanta discussão, leis, regras e tal. Tinham que fazer uma análise porque muita coisa que está sendo proposta já está aí também. Talvez vai piorar mais, mas já está aí. A preocupação já está encampada, prevista na legislação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas foi isso que eu perguntei antes.

A pergunta que eu fiz é: qual é a garantia que isso... Primeiro, não é que vai dar certo ou não. Qual é a garantia? Que benefício vai trazer para o nosso País e para a população? Até onde vale a pena todo esse esforço, esse sacrifício? Que tem que haver reforma a gente já sabe. Agora, dessa forma, até onde é beneficiária? Até onde vai dar certo para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Eu não vou passar a palavra agora porque, senão, inicia o debate, que vai ser no encerramento. Quero dizer que, no encerramento, pela importância do tema e a presença de convidados tão ilustres, eles poderão, num segundo momento, além dos Parlamentares, fazer perguntas entre eles sobre alguma dúvida que tenha ficado.

Vamos passar a palavra de imediato para o Sr. Rudinei Marques. O líder Rudinei Marques é Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

O SR. RUDINEI MARQUES – Bom dia, Senador Paim, em nome de quem eu cumprimento os Parlamentares presentes. Bom dia, colegas de Mesa. Cumprimento o Enari, em nome do nosso líder mais experiente, Presidente da CSPB, João Domingos, é uma honra tê-lo aqui. Cumprimento também os nossos internautas.

Eu gostaria de começar, Senador Paim, com uma denúncia, porque ela tem que ser feita e acredito que este seja o lugar adequado. Nós completaremos, no dia 6 de abril, dois anos e quatro meses tentando fazer essa discussão sobre uma previdência justa. Não que sejamos contrários, *a priori*, a um ajuste no sistema de seguridade, até porque ajustes já aconteceram vários. Nós temos várias emendas constitucionais reformando a previdência desde o Governo Fernando Henrique até agora. Depois desses dois anos e quatro meses, discutindo com propriedade, nós trazemos aqui os dados, os números. Denunciamos, por exemplo, que não há cálculo atuarial nessa PEC 006, encaminhada pelo Governo, e vários outros pontos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo resolveu atacar, de forma muito vil, a organização de classe dos servidores públicos. A Medida Provisória 873 e o Decreto 9.735 procuram inviabilizar o direito que cada servidor público tem de descontar em folha para sua entidade de classe. É uma represália clara, nítida, brutal à nossa organização, à nossa mobilização, à nossa luta, não contra a reforma da previdência, mas para uma previdência digna, justa, que atenda as necessidades dos brasileiros.

Estamos revertendo, felizmente, no Judiciário, mas fica um apelo aqui para as duas Casas Legislativas para que nós possamos reverter essas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pelo que eu sei, até o momento, tanto da área pública como de sindicatos da área privada, todas as ações foram vitoriosas na linha que o senhor estava informando aqui.

O SR. RUDINEI MARQUES – Então, fica registrada a denúncia.

E quero dizer também, com muita tranquilidade: por que que o Governo não vem? Por que que o Governo não tem vindo para o debate em campo aberto? Porque, se a PEC 287 já era ruim – e nós provamos que a PEC 287 era uma PEC ruim –, essa agora é pior. Tanto é ruim essa e tanto é pior essa que agora alguns Parlamentares falam em retomar a 287, porque eles se deram conta de que essa PEC não se sustenta. E eu vou dizer por que ela não se sustenta.

Em primeiro lugar, ela não se sustenta porque o Governo faz um discurso terrorista de que o País está quebrado e de que, se não fizer a reforma, o mundo acabou. Não é assim. Não é assim.

Eu não sou tão organizado quanto o pessoal para trazer apresentações, mas eu extrai aqui o extrato do caixa único do Tesouro Nacional no Banco Central. Sabe quanto que o Governo tem hoje, o País tem hoje no caixa único do Tesouro Nacional, no Banco Central? Tem 1,2 trilhão. "Está quebrado. O País está quebrado". Tem mais 360 bilhões em reservas em dólares, que dá mais 1 trilhão.

Se nós pegamos aqui o custo médio da dívida pública, o custo e a rolagem da dívida, nós temos hoje o menor custo médio de rolagem da dívida dos últimos 20 anos. Se o País estivesse quebrado, a especulação financeira não estaria aproveitando isso e extorquindo mais ainda o País? É claro que a gente pode baixar esse custo, mas ele já é o mais baixo em 20 anos. E o País está quebrado?

Então, um país que está quebrado paga quase 100 bilhões de lucro para os bancos, que foi o lucro que os bancos auferiram em 2018? Sem contar as provisões. Ontem me disseram que fizeram provisões de mais 100 bilhões. Ou seja: os lucros dos bancos chegaram a 200 bilhões em 2018, se a gente considerar que, se não fizessem a provisão, ela se reverteria como lucro. E o País está quebrado?

Então, esse é o primeiro ponto: o País... Apesar desse discurso alarmista, que força uma reforma, força uma decisão açodada do Parlamento, a gente tem que ir com mais calma.

Quero responder também, Senador Styvenson, dizendo que não há... Eu desafio qualquer teórico do Governo, qualquer economista a provar que, se fizer essa reforma, o País supera a sua crise econômico-fiscal. Por uma simples razão: modelos teóricos diferentes respondem diferentemente a diferentes situações. Então, se você aplicar um modelo teórico aqui, você chega a uma conclusão; se aplicar outro modelo, a outra conclusão. Agora, os fatos que a gente tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazido aqui – por exemplo, esse que o Célio trouxe, de que boa parte dos Municípios arrecada mais com aposentadorias e pensões do que com a sua arrecadação própria, ou seja, recebe mais com aposentadorias e pensões com a sua arrecadação própria que com transferência do FMP – já mostram que não é bem assim. Aliás, pode ser o contrário: a gente pode fazer a reforma exatamente como o Governo quer e nós podemos agravar a crise econômico-fiscal. Ela pode se agravar.

E eu quero dizer também, tentando não ser repetitivo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só deixar gravado: expliquem-me quem vai pagar a tal de transição que ele disse que vai ter de um regime para o outro. Alguns números que me passaram aqui, em debate, me falam em 600 bi. Quem vai pagar esse período em que o cara foi para o regime de poupancinha própria e o outro está no sistema antigo, esperando quem vai pagar o seu benefício e toda a regra de transição. Só para dizer. Essa tua pergunta aí fica no ar. Eu não estou nem respondendo.

O SR. RUDINEI MARQUES – Eu vou tocar nesse ponto em um aspecto diferente, um pouco diferente, porque eu não quero ser repetitivo aqui. Eu vou falar de alguns pontos que já foram falados, mas vou abordar outros aspectos.

Por exemplo, a desconstitucionalização, que já foi mais do que visto que é a implosão do centro nevrálgico do nosso sistema de proteção social. Ou seja, tira-se da Constituição, e seja o que Deus quiser!

Pois bem. Quando o Governo aprovou a Emenda Constitucional 95, ele nos tornou o único país no Planeta a ter um teto de gastos fixado na Constituição. E é justamente essa Emenda Constitucional 95 que está forçando a reforma da previdência. E agora ele vem dizer: "Não, nós não podemos admitir regras de proteção social na Constituição". O Brasil é o único país do mundo que tem isso. Ora, mas o Brasil é o único País do mundo também que fixou o teto de gastos na Constituição, que está obrigando a reforma da previdência. Então, é incoerência total do Governo.

Na capitalização, em que o senhor tocou, Senador Paim, os números oscilam de 1 trilhão a um PIB. Agora, o que acontece? Nós temos o prazo de renovação da dívida...

(Soa a campainha.)

O SR. RUDINEI MARQUES – ... pública no Brasil em torno de quatro a cinco anos. O que acontece com o investimento internacional, se o investidor souber... E o Brasil, claro, tem que alongar a dívida. Ele consegue reduzir juros alongando a dívida. O que acontece se o investidor internacional souber que o Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. RUDINEI MARQUES – ... daqui a 20, 30 anos, vai cair no abismo de um PIB? O dinheiro não vem. E o dinheiro, não vindo, a dívida se torna mais cara. É simples!

Então, eu nem acredito na seriedade de o Governo colocar a capitalização dentro da PEC 006, porque qualquer um sabe, faz o cálculo e sabe que é inviável e que o dinheiro vai se tornar mais caro no Brasil, no momento em que ele coloca esse abismo ali na frente. Então, não tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como fazer. É simples: não tem como fazer. O Governo está fazendo um aceno para o mercado que ele simplesmente não tem como cumprir.

Outra questão que é muito emblemática: o Governo tem dito, aos quatro cantos, que a reforma ataca os mais ricos. Onde, Senador? O senhor tinha pergunta aqui, no início, não é? Onde, se os lucros dos bancos chegaram a quase 100 bilhões, mais as provisões, a gente saltaria para 200 bilhões em 2018, e os bancos não estão sendo minimamente onerados com a reforma da previdência? Nem aqueles que recebem dividendos, nem as grandes fortunas. Ou seja: onde é que os mais ricos estão...

Na verdade, esse 1 trilhão... De onde é que vai sair 1 trilhão, pessoal? Com o BPC, nós chegamos a 60 bilhões; com as aposentadorias rurais, a 120 bilhões. Então, a gente tem 180 bilhões, hoje, com os mais pobres – valores que o Estado tem que aportar, para minimizar as penúrias desse pessoal.

Assim... O dinheiro vai sair daí, porque o Governo está endurecendo. Ele está, na verdade, inviabilizando a aposentadoria rural.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só me permita dizer, só BPC...

Eu tenho dito isto no Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Flávio Arns com a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – BPC não é salário, não é previdência. Então, eu não sei por que o Governo botou isso na previdência. É assistência. É um benefício da assistência para aqueles que não têm condições de prover a própria subsistência.

Então, é só para lembrar aí que também é um outro equívoco.

O SR. RUDINEI MARQUES – Assim como a própria aposentadoria rural, que não é contributiva, não é?

O senhor chamou a atenção: 1 trilhão o Governo vai economizar aí, com os mais pobres. São os 180 bilhões que ele paga ainda hoje, mas, dificultando o acesso aos benefícios, reduzindo o valor dos benefícios, ele vai deixar de pagar ali na frente ou vai pagar menos. Aí, vai economizar em cima desse pessoal. É outro crime que estão fazendo na PEC 006, assim como o fim do reajuste real dos benefícios. O 1,1 trilhão está saindo também daqui: deixar de corrigir os benefícios e faz caixa.

O aumento de tributos que beira ao confisco pode chegar, em alguns casos, como já foi falado aqui, a 50% da remuneração. É um abuso que veda, inclusive, garantias constitucionais contra a utilização de tributos com efeito de confisco.

É um prejuízo, Senador, aos professores, principalmente às professoras, que estão sendo duplamente penalizadas. As professoras que hoje se apontam no RPPS com 25 de contribuição e 55 de idade e os homens com 30 de contribuição e 60 de... Não: as mulheres com 50 de idade e 25 de contribuição e os homens com 55 de idade e 30 de contribuição vão todos para 60 de idade e 30 anos de contribuição, só que 30 anos de contribuição para sair com 80% da média dos 100% dos salários. Isso derruba a remuneração final em mais de 50%. O professor, então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para sair com 100% da média, que já derruba a remuneração final, em alguns casos, em 25%, vai ter que trabalhar 40 anos. Não é isso? Não dá. Não dá.

E o prejuízo maior é às mulheres. É uma reforma misógina, que está punindo violentamente as mulheres, que já são penalizadas, por conta das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, e agora ainda são mais penalizadas, por conta das interrupções que têm ao longo da vida contributiva.

(Soa a campainha.)

O SR. RUDINEI MARQUES – Ou seja: a contribuição delas, diferentemente dos homens, vai cair, e, com isso, elas são penalizadas no cálculo da remuneração de aposentadoria. E são penalizadas também em relação às pensões, porque são as mulheres que mais recebem pensões, e as pensões vão despencar. Despencam, em alguns casos, a 20% da remuneração final.

Então, meus caros, por isso o Governo não vem. O Governo não vem porque ele está fazendo uma reforma e ele não consegue provar que essa reforma vai solucionar os problemas econômicos e fiscais. Ele não enfrenta o problema humano que a reforma cria, porque nós vamos gerar hordas de miseráveis no País, como ficou mais do que claro na apresentação dos especialistas em previdência do Chile que estiveram na semana passada, no lançamento da Frente em Defesa da Previdência Social. É por isso que o Governo some. É por isso que o Governo some.

Meus caros, para finalizar, vocês sabem que o humor sempre foi uma forma de denunciar todos os tipos de malfeitos, vilanias e agressões. Então, nós estamos, o Fórum das Carreiras de Estado está lançando... Aproveitamos este espaço para lançar um concurso nacional de charges: "Nova Previdência: melhor para quem?". Inscrições estão abertas até dia 24 de abril, com premiações que vão de R\$8 mil, primeiro lugar; R\$4 mil, segundo, e R\$2 mil, terceiro lugar. Todos estão convidados.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! *(Palmas.)*

Rudinei Marques falou pelo Fonacate e já lançou aqui – eu quero receber o primeiro lugar. *(Risos.)*

Vou repetir aqui: Concurso Nacional de Charges. Tema: "Nova Previdência: melhor para quem?" Previdência pública.

Inscrições até 24 de abril.

E aqui estão os prêmios para a melhor charge, que a Fonacate está lançando aqui neste momento.

Este fica comigo? Porque eu vou já divulgar também. *(Pausa.)*

Muito bem, eu agradeço a todos que estão nesta Mesa.

Por favor, retornem ao Plenário, com uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Foram brilhantes todos os expositores.

E eu vou chamar a segunda Mesa, lembrando que hoje é uma sessão especialíssima, porque nós temos acertado aqui que é sempre só uma Mesa, mas, como as entidades dos servidores tinham solicitado antes dessa decisão do Plenário, a gente manteve.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom... Larissa Benevides Gadelha Campos. Está presente? *(Pausa.)*
Por favor.
É advogada, especialista nessa área, e foi indicada por uma entidade.
Elienai Coelho, representante da Anasps.
Elienai está? *(Pausa.)*
Aqui.
Seja bem-vinda.
Uma salva de palmas para as duas aí. *(Palmas.)*
Vamos fazer de dois em dois:
Jordan Alisson Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central
(SINAL).
Está aqui ele? *(Pausa.)*
Está aqui.
Seja bem-vindo.
E Ogib Teixeira, representante do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e
do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).
Vamos dar os cumprimentos para o Jordan e para o Ogib. *(Palmas.)*
Pergunto se chegou em tempo – que não tinha chegado até... – Luis Roberto da Silva.
(Pausa.)
Não, não é?
Douglas de Almeida Cunha. *(Pausa.)*
E Sérgio Ronaldo da Silva...
Está presente.
Por favor: Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no
Serviço Público Federal (Condsef).
A Mesa está completa.
Uma salva de palmas a todos aí. *(Palmas.)*
E vamos de imediato: palavra com Larissa Benevides Gadelha Campos, advogada
especialista na área de previdência.
Sejam todos bem-vindos.
A SRA. LARISSA BENEVIDES GADELHA CAMPOS – Primeiramente, bom dia.
É um prazer compor Mesa, como o Senador Paulo Paim falou, tão especial, de um debate
de uma importância tamanha, que tem adquirido contornos cada vez mais preocupantes nos dias
de hoje.
Cumprimento a todos os internautas, a todos os presentes que hoje nos prestigiam e nos
dão essa oportunidade do debate, debate que tem se colocado das mais diversas formas e dos
mais diversos pontos de vista, mas, por mais que a gente tenha mais diversos pontos de vista, a
conclusão é sempre a mesma: essa reforma é perversa; essa reforma vai de encontro aos interesses
tanto de servidores públicos quanto de servidores celetistas e servidores do Regime Geral. E tem
deixado todos, com o perdão da palavra, de cabelo em pé.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que podemos fazer para ir de encontro, para combater essa reforma que tanto assusta e que tanto põe em risco direitos fundamentais de servidores e de trabalhadores em geral?

A Mesa que nos antecedeu colocou, de forma muito completa, os principais pontos de preocupação: a desconstitucionalização da reforma que traz para uma lei complementar direitos fundamentais que não terão mais o resguardo constitucional. Preocupa muito que os benefícios virão descritos nessa lei complementar e nem servidores nem trabalhadores poderão ter a certeza quanto, em momentos de maior vulnerabilidade, com idade avançada e até morte, a que benefícios terão direito.

Então, já se começa pecando, tirando direito à segurança jurídica. Pelo menos, havia um resguardo mínimo dos benefícios a serem garantidos a esses trabalhadores.

Passa-se, em seguida, à discussões sobre as formas de capitalização e a abertura do regime de previdência complementar a entidades abertas ou entidades fechadas não instituídas por entes federativos. A gente vê aí, então, uma privatização da Previdência que coloca em risco uma série de garantias dos servidores públicos.

A alíquota progressiva escalonada, que tanto debate tem gerado, já foi muito bem exposta aqui.

A instituição de contribuições escalonadas e contribuições extraordinárias, inclusive se aumentando a base de cálculo de aposentados e pensionistas, que já serão submetidos a benefícios muito inferiores e ainda correm o risco de ter uma aumento de base de cálculo da contribuição previdenciária. Não será apenas acima do teto do RGPS, mas pode ser, inclusive, acima do teto do salário mínimo.

Inclusive, já há uma autorização expressa na PEC para que se faça essa contribuição a maior, desde que comprovado um déficit previdenciário. Servidores que já passam por tamanha dificuldade, não bastasse pagar a contribuição, algo que já foi bastante discutido, pagarão também sobre uma base de cálculo muito maior.

A gente tem uma expressa vedação ao retrocesso social, que é um princípio constitucional ímpar e que está sendo vilipendiado com tamanha força aqui, por meio dessa reforma, porque uma série de garantias estão sendo retiradas, sem dúvida alguma.

Abono de permanência passa a ser facultativo. O ente federativo terá a oportunidade de optar por mantê-lo ou não. Ou seja: se é benéfico a Administração Pública manter um servidor experiente com anos de casa e não ter que pagar uma aposentadoria e uma nova remuneração, esse incentivo, ao ser retirado... Como se mantém, então, um servidor tão preparado e que tanto pode contribuir para a Administração Pública? Por que se mexer aí também?

As regras de transição em que se respeita a paridade e a integralidade do servidor público que ingressar no serviço público até dezembro de 2003 terão vários obstáculos a serem cumpridos para que sejam garantidos esses benefícios.

Não bastasse o aumento dos requisitos, a gente tem um aumento da idade mínima para se garantir. Não basta a ferramenta 86/96; a gente vai ter também que cumprir uma idade mínima, aumentando muito mais o tempo de serviço para os servidores que já estão em efetivo exercício há bastante tempo, servidores submetidos a critérios bastantes rígidos para se conseguir um benefício, depois de tanto tempo de trabalho e contribuição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vê-se, então, a perversidade dessa reforma. Tenta-se minar o direito de uma categoria tão ímpar e tão importante para a Administração Pública, de forma a retirar-lhe direitos tão importantes.

É algo a se pensar, é algo a se instigar o Judiciário. Judiciário que, frente às outras reformas – a Reforma 20, a Reforma 41, a Reforma 47 –, pouco se posicionou, tendo se posicionado em medidas gritantes. E, por acaso, todas essas medidas gritantes das outras reformas se repetem aqui.

Então, pelo menos a gente já tem precedentes do Supremo Tribunal Federal que se posicionam de forma contrária a medidas que estão sendo agora previstas. Então, pelo menos a gente vê um Judiciário que pode ser mais atuante e que vai ser chamado a responder, evitando o retrocesso social, evitando a violação à segurança jurídica, evitando o confisco e evitando as alíquotas progressivas. Em todos esses casos, o Supremo Tribunal Federal, ao longo desses últimos anos, já tem se pronunciado.

Então, é algo que tem que ser pensado, é algo que tem que ser combatido, e não há Casa melhor para que isso seja feito.

Temos, sim, que instigar a população a se manifestar, seja por meio de um plebiscito, como já bem levantado, seja por meio de rodas de discussão, como têm sido feitas.

O Senador Paim, no início da audiência de hoje, pontuou exatamente as oportunidades em que o debate está sendo aberto e que o debate tem que ser enfrentado pela população, que não pode receber tamanha afronta a seus direitos dessa forma. É preciso, sim, que a gente se una para debater.

E, como o Rudinei pontuou agora há pouco, não bastasse tudo isso que está sendo feito, retiram-se as forças das entidades sindicais, por meio do corte de um ato volitivo dos seus filiados na manutenção dessas entidades. Vem decreto, vem uma medida provisória para impedir que se dê força a essas entidades, sob o pretexto de que seriam privilegiadas.

Que privilégio é esse de entidades sem fins lucrativos que estão aqui representando os interesses da sociedade, que estão aqui debatendo, estão se fazendo ouvir, frente a tantas lesões que estão sendo perpetradas à comunidade? Então, o debate é importante sim. São inúmeros direitos que estão sendo desrespeitados e que precisam ter um olhar cuidadoso desta Casa, como tem sido permitido.

Vamos sim debater.

Parabenizo a todos os expositores que vieram antes e que colocaram muito bem a questão e aos outros todos que virão. E essa oportunidade do debate tem que ser feita.

Vamos chamar a população, o Judiciário e os Poderes envolvidos, para que a gente possa ter, sim, uma resposta a essa violação de direitos, a essa perversidade e à demonização, utilizando a palavra que foi feita anteriormente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Dra. Larissa Benevides Gadelha Ramos, advogada e conhecedora dessa questão com a profundidade devida, que também critica o verdadeiro desastre para o povo e para o País que é essa reforma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como aqui foi dito por todos, nós só perdemos. Quem ganha é o sistema financeiro, ponto e vírgula.

Passamos de imediato a palavra para Elienai Coelho, representante da Anasps.

A SRA. ELIENAI COELHO – Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar a Mesa, através do Senador Paulo Paim, e a todo o público aqui presente e colocar a posição da Anasps, que é uma associação que reúne 50 mil servidores previdenciários.

Todos esses servidores que atendem nos postos de benefícios são nossos associados e têm uma grande influência na preservação da Previdência Social, porque eles trabalham em condições, assim, inóspitas, às vezes, e continuam lá, laborando para que o benefício seja pago em dia a todos os beneficiários da Previdência.

E a Previdência tem um papel importante, como já foi dito aqui, como redistribuidora de renda em todo o Território nacional.

Existem coisa bem interessantes, até, de comerciantes que esperam o dia desses pagamentos da Previdência, para que eles possam comercializar o seu material. Isso é uma redistribuição de renda sem que haja um outro órgão que poderia fazer de maneira mais eficaz. Atende a todos os rincões brasileiros, fomentando esse comércio e essa redistribuição de renda, que é muito interessante.

Nós reconhecemos a Previdência como um órgão que deve ser público. No nosso estatuto, inclusive, está esse pleito de que ela seja mantida como uma previdência pública, porque só assim nós temos uma garantia de um futuro melhor sendo gerido pelo próprio Estado.

Nós estendemos os pleitos dos servidores, mas o nosso pleito maior é a preservação da Previdência. Sabemos que essa previdência é de vital importância, até a nossa advogada aqui já falou, porque nos momentos mais difíceis da população, que é aposentadoria e o adoecimento, ela encontra, na previdência, o sustentáculo para que passe por esses momentos de infortúnio, de doença, porque, se não houver uma garantia de uma preservação de uma remuneração, nós estamos fadados à miséria e ao desconforto.

Na atual proposta da reforma da previdência, está sendo proposto, como já foi dito aqui, várias vezes, a capitalização, e a gente sabe que isso é temerário, porque essa capitalização pode promover um achatamento das aposentadorias, como foi feito no Chile, por falta de verba para pagar. E, aí, é sempre na ponta que acontece isso. Eles vão lá e cortam e pronto. "Não há dinheiro, não vou pagar". E, como há um histórico de vários países que já fizeram esse tipo de capitalização e não deu certo, nós não queremos que aconteça isso no nosso País. Nós queremos que haja um compromisso com todos os aposentados e pensionistas.

Além disso, a proposta também traz vários prejuízos para o trabalhador brasileiro, como o exacerbado aumento de idade do trabalhador.

Trabalhador não tem como pagar 40 anos de contribuição. Não tem como. Ele pode trabalhar, mas você sabe que a informalidade hoje, no nosso País, é muito grande. Ele vai, trabalha, como eles dizem, de bico, e, em certos momentos, ele tem uma carteirinha assinada. E, daqui para frente, só por contribuição, e um tempo muito vasto, o que seria muito nefasto para o nosso trabalhador brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra arbitrariedade em relação ao servidor público é esse reescalonamento de alíquota de contribuição, que seria um confisco. No momento em que a pessoa paga 22% de contribuição e mais um imposto de renda, ela perde 40% da sua remuneração. Então, isso é um confisco. Não há como dizer que não é. Nós somos totalmente contrários a esse aumento exacerbado também dessa alíquota de contribuição.

Além disso, como associação, nós verificamos que o art. 109 vai ser alterado, tirando a possibilidade de pleitos judiciais, no Distrito Federal, para todos os servidores do Território nacional, o que seria uma coisa muito drástica. Ter-se-ia que patrocinar ações em cada Estado nos quais os servidores estão domiciliados, e tira toda a força das ações coletivas que foram tão benéficas e pelas quais a gente pôde restaurar benefícios para os servidores, coletivamente e monetariamente bem mais acessível.

Então, nós entendemos que isso seria drástico para nós, como associação, e que os servidores não teriam mais condições de pleitear através de ações coletivas, o que também seria uma coisa ruim.

Então, nós fazemos aqui um apelo, para que a gente visse esse fato que está acontecendo, de cerceamento de direito de defesa do servidor. É isso o que a gente vem aqui colocar, agradecendo essa oportunidade democrática. Isto daqui é um momento ímpar para nós, de podermos colocar essa situação que estamos passando, de arrochamento em aposentadorias, pensões e pleitos dos servidores federais, estaduais e municipais.

Nós agradecemos este momento e pedimos que, irmanados, todos continuemos lutando, para que a gente possa obter um resultado positivo, divulgando para a população o que realmente está acontecendo.

Não é corporativismo que a gente está pleiteando aqui; nós estamos pleiteando uma Previdência justa e pública para todo o Território nacional, para todo trabalhador brasileiro.

É essa a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Elienai Coelho, representante da Anasp, que lembra muito bem a questão da rotatividade do bico, do serviço informal.

Como é que vão ter 40 anos de contribuição? A média de emprego do brasileiro é de nove meses em 12. Para você ter 40 anos de contribuição, calcule com que idade você vai conseguir se aposentar. O número de referência, se eu não me engano, é 53,1. Então, começou a trabalhar com 20, some com 53. Vai se aposentar não com 65, com 70; não vai se aposentar nunca. Começou com 30, mais 53... Lá com 83, se for bem ainda, se aposenta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com a reforma trabalhista, que não garante mais nada... É o fim. É o fim do benefício.

Alguém lembrou o meu amigo Calixto. Calixto está firme até hoje, viu? É o Presidente da Nova Central.

Por favor, de imediato, Jordan Alisson Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – Bom dia, Senador Paulo Paim, na pessoa de quem cumprimento a todos os presentes. É sempre um prazer estar ao seu lado nas Mesas de debate e, como o senhor diz, lutando o bom combate.

Vou deixar um abraço aqui para o Senador Flávio Arns, que teve que se retirar. Mas é lá do Paraná; então, não poderia deixar de registrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou aqui do início ao fim, praticamente. Ele só saiu porque agora tinha uma votação na Comissão de Educação, de que ele é Vice-Presidente.

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – Sim, sim. Deixou justificado já, durante a fala dele.

As pessoas dizem que é mais difícil falar por último, porque já falaram muita coisa. Eu acho que é mais fácil, porque você não precisa repetir. Há alguns pontos dos quais a gente não pode fugir, porque são pontos primordiais que a gente tem que estar repisando toda hora, para as pessoas não esquecerem.

A gente está falando de uma reforma da previdência que procura desconstitucionalizar.

Para que que serve uma Constituição? Para nos proteger do governante de plantão. Elas surgiram para nos proteger daquelas pessoas que tentam, a todo momento, mudar as regras porque acham que podem fazer isso. Então, a Constituição é uma maneira mais difícil de você... É uma maneira de você tentar evitar que o governante de plantão mude as regras a qualquer momento. E, apesar disso, o nosso colega de Mesa, representante da Ajufe, Dr. Antônio Araújo, colocou lá: nós tivemos já, pelo menos fora as três emendas, digamos assim, a 20, a 41 e a 47, nesse curto período de Constituição, mudando as regras previdenciárias.

Então, se temos regras previdenciárias na Constituição e conseguimos mudá-las tanto, imaginem se a gente tirar isso da Constituição e deixar uma lei complementar. Parte dos temas serão tratados em lei complementar; outra parte será tratada em lei ordinária. Tivemos, no ano passado, a modificação nas pensões por medida provisória.

Então, se você aceitar isso passivamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só para lembrar também, porque ele lembrou: a reforma trabalhista foi feita toda por lei ordinária, uma vergonha. Se estivesse... Aqui no Senado, bastaram 41 no Plenário, 21 votos, e passou tudo. A terceirização passou aí.

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – Então, esse é um ponto primordial de resistência. Nós não podemos aceitar!

E a gente trata dessa reforma de uma maneira, assim, natural. Nós fazemos alguns debates de uma maneira, assim, natural e sem ficar ruborizados. E eu vou colocar uns pontos aqui, para tentar nos deixar ruborizados.

O colega da Unafisco já citou a questão de medidas alternativas para a gente economizar esse R\$1 trilhão.

O Senador Styvenson estava questionando: "De repente, nós estamos dispostos aqui a fazer algum... A população está disposta a fazer algum sacrifício em benefício do País".

O problema é que essa reforma não está sendo feita em benefício do País. Ela tem um viés muito claro. Para que eu quero esse dinheiro?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O colega Célio, da Fenafim, colocou assim: "Olha, nós temos uma questão de financiamento do Estado".

Nós temos previdência como uma despesa, uma despesa importantíssima, a principal política pública do País, e nós temos formas disso: nós temos uma discussão, hoje, de uma reforma tributária, que é uma questão de arrecadação... O que nós temos hoje? Um financiamento. A dívida pública. O Rudinei citou a questão da dívida pública.

Então, são alternativas – e eu já retomo a questão da dívida pública, para tentar nos deixar ruborizados aqui –, são pontos que a gente não pode deixar de lado nesse debate de reforma da previdência.

E, na hora em que você fala dessa economia de R\$1 milhão, nessa capitalização... O colega da Unafisco colocou muito bem: se a gente colocar lá a taxa de carregamento de 2% – que é baixa, perto da política atual –, se você colocar uma taxa de administração de 2%, você vai ver quem está lucrando com essa capitalização da Previdência: é o sistema financeiro.

O que que essa nova proposta de reforma da previdência faz? Ela só nos traz incertezas.

A gente tem aí uma discussão, hoje, pendente, sobre a autonomia do Banco Central. E uma das justificativas que se traz para a autonomia é: você tem que reduzir as incertezas e os riscos da economia. Com a autonomia, você vai estar reduzindo esse tipo de debate.

Na hora em que você traz a reforma da previdência, você está aumentando as incertezas para toda a população. Então, para a população mais pobre a gente pode aumentar a incerteza a todo momento, vir aqui neste debate, podemos aumentar a incerteza com uma lei complementar ou com uma lei ordinária. Isso é um absurdo. Nós não podemos aceitar.

O que que essa reforma está propondo? Transição.

Eu entrei no serviço público em 1994, ainda com 18 anos, e tenho contribuído sobre todo o meu salário desde então, com uma expectativa de um contrato de trabalho que a gente tinha: "Olha, você vai ser servidor público e são essas as regras que estão lhe dando". Ela foi modificada em 1998, foi modificada em 2001, foi modificada em 2007. Então, ao longo desse tempo, nós tivemos várias modificações, mas, de certa forma, elas procuraram manter o rumo. Fizeram alguma transição.

Hoje, a proposta da maneira que está é que você está num trilho, e ela te propõe: "Esqueça este caminho. É um caminho novo". Não existe uma transição efetiva nessa proposta de emenda. Pelo menos não para os servidores civis; pelo menos não para os integrantes do Regime Geral de Previdência. Para os militares sim. Não existe.

O que que ela faz sobre a data da aposentadoria, de uma maneira geral? Ela muda totalmente.

Servidor público, hoje, já foi colocado aqui: nós nos aposentamos com 55, mulheres, e 60 anos os homens. Estão passando isso para 62 e 65 anos. E a gente vê isso com naturalidade. "Olha, não, o País precisa, a gente precisa retardar a aposentadoria...". Não ficamos ruborizados, como eu disse.

Vamos falar da dívida pública. Se eu propusesse, de repente, que toda a dívida que está ali...O Rudinei falou hoje que a dívida média vence em quatro anos. Então, se eu estou falando em aumentar em 10%, por exemplo, o tempo de contribuição, de 35 anos para 40 anos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentar a idade da aposentadoria, de 60 para 65, estou dando um alongamento dessa dívida, porque é um contrato. A Constituição é um contrato que o nosso Parlamento, os nossos representantes fizeram, que a sociedade fez. E, aí, esse a gente pode rasgar, mas os outros contratos a gente tem que cumprir.

Então, se eu propusesse que a gente fizesse: "Olha, vamos parar de pagar" – é uma moratória, não é? "Vamos parar de pagar isso daqui. Vou pagar daqui um tempo". Ninguém, em sã consciência, aceita esse discurso, mas por que eu aceito isso para a Previdência? Uma coisa é mais importante que a outra? Não são contratos? Não são obrigações de Estado que a gente tem que cumprir?

A gente vai ao cálculo da aposentadoria. Nós estamos aceitando.. Nós não, não é? Mas a imprensa em si comprou a ideia. A população, ludibriada com esse discurso de demonização, que o Antonio Araújo lembrou muito bem... O Rudinei está aí, trazendo a charge. Nós fizemos a campanha do Fonacate, no ano passado, mostrando essa campanha de demonização dos servidores.

Você tem aí uma redução do valor das aposentadorias, e a população está aceitando isso. Se eu falasse então: "Vamos pegar aquilo que eu devo, e eu não vou pagar mais os 100%. Eu vou pagar...". Olha: o Luiz Roberto colocou lá a questão... Ah, ele saiu. Vai dar uma palestra...

(Soa a campanha.)

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – ... para a gente no Banco Central hoje à tarde.

Ele colocou lá a questão da defasagem salarial dos servidores. Nós temos um cálculo que aponta que, nos últimos dez anos, nosso salário foi reduzido em 20%. Isso é uma contribuição do serviço público para o ajuste das contas públicas.

Você já tem uma redução, com isso, da aposentadoria em 20%. Servidor público tem redução efetiva da aposentadoria hoje em dia. Por quê? Os mais antigos, os privilegiados, que ainda têm a aposentadoria de acordo com as regras antigas, já está tendo uma redução. O Governo faz isso através da não correção dos salários.

Mas se a gente propusesse então: "Estou fazendo uma redução e vou calcular pela média das 100% das maiores contribuições, em vez das 80%. Isso já dá uma redução substancial na hora de fazer. Muitos não chegarão aos 40 anos, mesmo sendo servidores públicos, e eu vou fazer essa conta dar um deságio enorme.

Alguém aceitaria, em sã consciência, que a gente começasse a discutir um deságio na dívida pública? Não. Esse debate não é feito.

Não estou propondo isso aqui, mas eu estou tentando mostrar como a gente encara uma situação com a naturalidade quando atinge o bolso de quem? Da população mais pobre deste País. A gente aceita com naturalidade esse debate. E, na hora em que a gente vai falar de um ponto que atinge bancos... Ontem foi colocado no debate sobre a reforma da previdência e o sistema financeiro que 25%... Não me lembro dos números exatos agora, mas 25% da dívida está nas mãos das instituições financeiras, 25% nas mãos de fundos de investimento, onde temos quem? As pessoas que têm maior capacidade de economia dentro deste País. O pobre não faz poupança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me só que eu diga... Numa única comissão, em que veio três – não representantes do Governo, porque o Governo também não veio – economistas e um, que foi o Ricardo Berzoini, houve um deles que teve, porque democracia é democracia... Ele dizia: "Não, todo pobre tem uma poupança". Eu levei um susto!

"Vocês acham que todo pobre não tem a sua poupancinha? Que ele não tem lá a caderneta de poupança dele? Que ele não deposita no banco todo mês?" E eu perguntei comigo: Mas 80% do regime geral fica de um a dois salários mínimos. Sobra dinheiro para...

Mas, por azar, eu fiz as minhas perguntas no final e, antes de eu falar, ele saiu fora. Infelizmente. Mas eu vou convocá-lo ainda, para vir para a reunião. Só pegando um gancho no que ele falou. Tem que rir com o que ele falou. Ele está assistindo a este debate. Pode saber que ele está assistindo.

Eu não vou dizer o nome dele, porque ele não está presente. Eu prefiro não fulanizar, como a gente fala. Eu só dei o gancho aí.

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – A poupança do pessoal do Regime Geral se chama consignado. É essa a poupança que eles têm. Então, está aí o lucro. Você já tem uma poupança cativa para os bancos nos consignados do Regime Geral.

Há o Fundo de Garantia dos Trabalhadores, que agora estão querendo desviar para... Com a promessa de que vai render mais, porque todo mundo sabe que não rende o suficiente. Com a promessa de que ele vai render mais, agora eu desvio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – O trabalhador vai ganhar mais 40%, só trabalhando... Você lembra? Está ali.

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – Sim. Estão retirando os 40% dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E não querem nem pagar o fundo também para ele.

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você tocou no fundo, por isso que eu te atrapalhei aí.

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – Não, não atrapalhou. É bom a gente lembrar, porque são pontos que às vezes a gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É muita, é muita coisa.

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – É muita coisa que estão atacando.

Se você parar, você tem que ler essa PEC 15 vezes, para tentar chegar numa ideia geral do que estão fazendo. E você não consegue, porque, como diz o Luís Roberto, está tudo em regra de transição.

Ora, são duas regras de transição para a gente imaginar. Uma regra de transição para nós, que estamos falando aqui do serviço público, ou do Regime Geral; a regra de transição da maneira como está agora e da maneira como vai ficar. E outra é aquilo que estão colocando na Constituição como se fosse a lei complementar, e que é transitória, até vir a lei complementar. Se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu conseguir uma lei complementar pior, ótimo: eu aprovo. O Rudinei lembrou. Se eu não conseguir, fica lá do jeito que está e está excelente. Por quê? Já é nefasta para todo mundo.

Então, assim... Eu não posso deixar de falar das pensões na questão do cálculo do benefício. Já foi falado aqui, mas, se a gente olhar hoje o servidor ou o colega do Regime Geral, você vai fazer um cálculo pela média. Se você não está aposentado, em tese, a tua pensão é calculada pela aposentadoria que você teria direito, caso você fosse aposentado por invalidez. Isso é uma média que começa com 60% do seu salário. Se você tiver menos de 20 anos de serviço, a base de cálculo será 60% do salário.

Aí, você entra e coloca lá aquele redutor. Então, 50% mais 10% de dependente – pelo menos um dependente –, são 60% de redutor. Então, com 60 vezes 60, você já está com uma pensão de 36%, e calculada com o tempo. A gente olha lá: "Não, eles fizeram algo justo, para você não ter pensões vitalícias dependendo da idade ou de outras situações".

Aquilo lá, se a gente for olhar, nivelou, igualou quem não era igualável. Então, não importa o tempo de serviço público que você tem, quanto tempo de contribuição que a pessoa tem... Então, vamos lá. Estou aqui com 25 anos de contribuição. Isso não é considerado, por exemplo, no cálculo de uma pensão, e as pessoas não percebem esses detalhes, porque elas olham uma parte dessa legislação, dessas regras; elas dão aquela lida, passando os olhos, e dizem: "Ah, eu estou encaixada aqui. Vai ser tanto. É 60%. Ah, beleza! Se é 60%, eu ganho 10 mil, é 6 mil; vou perder 4, mas não é tanto".

(Soa a campainha.)

O SR. JORDAN ALISSON PEREIRA – E elas não percebem as consequências de todos esses detalhes.

Minha tentativa aqui era simplesmente nos alertar, colocar esse rubor na nossa face, para que a gente não discuta uma reforma da previdência de uma maneira, assim, tão simplória, sem nos indignarmos com o fato de que ela está acabando com a previdência de quase toda a população. Quem vai ter previdência é quem administrar os fundos. Eles terão para 15, 20 gerações, uma reserva guardada para eles. O restante não vai ter nada.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Jordan Alisson Pereira, Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL).

Sua frase final tem que se registrar, para nós a reproduzirmos.

Ogib Teixeira, representante do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

Só temos mais um e encerramos a nossa...

O SR. OGIB TEIXEIRA – Boa tarde a todos os colegas aqui presentes, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O compromisso é de terminar antes de 12h30. Vamos chegar lá hoje também.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso... Vai bem. Está bem.

O SR. OGIB TEIXEIRA – Então, bom dia ainda.

Senador, em seu nome, saúdo todos os colegas seus que estiveram presentes, os ausentes, e aqueles que nos assistem via sistema de televisão do Senado Federal. Os nossos colegas aqui presentes e os demais que estão assistindo.

Eu me coloco aqui na situação de que quase tudo aquilo que eu ia falar já foi tão falado e repetido que a gente precisa ser criativo, porque a gente vem preparado para falar um assunto e, de repente, se encontra na situação de que foi falado alguma coisa. Mas sempre há alguma coisa que a gente pode acrescentar.

A primeira coisa de que eu estou sentindo muita falta é quando a gente cuidava só dos nossos interesses aqui, dentro do Sindilegis, cuidando dos interesses dos servidores do Legislativo. E, de repente, somos apanhados numa corrente violenta, em que a gente tem que se envolver em tantos interesses, que se complica a situação, mas nós estamos presentes e estaremos sempre apoiando o seu trabalho, agradecendo pelo seu trabalho e por todos aqueles Parlamentares que se dispõem a ajudar o servidor público, o serviço público, o cidadão, e manter essa frente de combate.

Não é a primeira vez que nós enfrentamos uma espécie de estelionato eleitoral, e temos que enfrentá-los, organizadamente, junto com os colegas.

Enfrentamos agora também mais uma luta que é a tentativa de desorganizar a resistência. Essa resistência precisa ser mantida, e vamos mantê-la contra qualquer dificuldade que se apresente, porque nós temos que defender, inclusive, a Constituição, já que os nossos governantes a desrespeitam sistematicamente. Nós conquistamos, durante a Constituição de 1988, o direito de nos organizarmos, sem interferência do Estado, está escrito lá, e o Estado interfere de uma forma tão violenta e abrupta que ficamos perplexos. Como é que se demora tanto a tomar uma atitude contrária e por que não respondem formalmente pelas atitudes que tomam? Eu acho que deveriam, uma vez violentada a Constituição, responder por esses atos.

O que nós estamos enfrentando aqui é uma verdadeira luta, que não é de hoje, entre o capital e o trabalho. Sempre que há preponderância, durante toda a história do mundo, de um sobre o outro, há uma crise. E nós estamos enfrentando uma crise programada. O capital tem vencido todas as batalhas, nós temos perdido, porque emendas constitucionais vêm tirando os direitos que os Constituintes colocaram na Constituição de 1988 e que têm sido paulatinamente desmontados.

A primeira foi permitir que se contratasse servidores públicos pela CLT. Isso dá uma trava, dá uma desviada na contribuição previdenciária do regime próprio para o regime geral e já começa a abater aí o regime geral. Criou-se um mecanismo de facilidade, porque, uma vez aprovado, ele era CLT, não tinha a mesma segurança que tinha o servidor público. Começaram a ser demitidos, porque não atendiam aos comandos de quem os empregava, e o Supremo tomou uma posição. Então, a vantagem de quem fez os concursos públicos, sendo contratado via CLT, foi um pouco perdida, mas a previdência do setor público continua com prejuízo. Isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não foi modificado. Então, nós temos, desde então, a previdência do regime próprio sendo prejudicada.

Outra coisa que nós poderíamos discutir e colocar na mesa é se existe realmente viabilidade na criação de previdências municipais, estaduais, porque nós temos notícias de mais de cem fundos municipais de previdência que desapareceram, fora os outros estaduais que foram maltratados, com os recursos desviados. Nós podemos trazer isso à discussão no Congresso Nacional para ver qual a melhor solução para evitar que essas coisas aconteçam, porque estamos sempre, na ponta, prejudicando o cidadão. A outra discussão que a gente traz aqui é lutar o bom combate, como o nosso colega Jordan colocou aqui. Eu gostaria de dizer o seguinte: o Reino Unido foi desmontado com uma invasão de bárbaros, os *vikings*, e se eles tivessem lutado o bom combate, eles teriam sido destruídos. Então, eles tomaram conta da Inglaterra lutando o combate estrategicamente, de uma forma diferente. O Império Romano caiu por causas das invasões bárbaras. Se eles tivessem lutado o bom combate da forma como o romano entendia, eles teriam continuado sob o domínio romano.

Então, nós precisamos ver o que seria o bom combate do servidor, do cidadão, contra um Congresso que a gente elege com uma plataforma e que, quando chegam aqui, têm sido persuadidos a mudar as posições com que se elegem. Isso não é uma forma que nós entendemos nada diferente de um estelionato, porque um cidadão que votou ali, naquele programa de governo, inocentemente acreditando naquilo, vê todo o seu futuro desmontado, por exemplo, por uma perspectiva de desmonte com uma proposta que é apresentada aqui, e nós estamos lutando contra ela. E o cidadão está sendo mal informado, não é, Senador? Nós estamos em uma guerra em que nós não temos condições...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Até porque, permita-me dizer, eu não vou dizer 100%, mas 90% da mídia oficial defende e não deixa o outro lado falar. Vocês já perceberam? O tom da nota é sempre o mesmo: tem que aprovar a reforma, tem que aprovar a reforma, e se vai resolver todos os problemas do País. E daqui a pouco eles vão dizer do mundo, grande parte da mídia brasileira – eu não digo todos – daqui a pouco vai dizer que os problemas do mundo serão resolvidos. São tantos absurdos que eu ouço. Olha que eu perco muito o sono de noite, avisei isso outro dia. E eu fico ouvindo tudo quanto é programa de debate, pego tudo. É incrível! Daqui a pouco vão dizer que o problema lá do Zimbábue foi porque os aposentados brasileiros permitiram.

É só para descontrair, porque tem que descontrair uma hora.

Continue.

O SR. OGIB TEIXEIRA – Senador, eu ainda não vi nenhuma entrevista que não fosse com alguém ligado ao sistema financeiro. Nenhuma. Eu diria 100%, porque nenhum dos colegas aqui que tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você ainda foi além do que eu falei. Exatamente.

O SR. OGIB TEIXEIRA – Eu acho que o servidor público é o dono da informação. Chega um banqueiro com ideias próprias, cheio de informações que nós não conhecemos, com uma conversa muito agradável, um banqueiro de formação, de primeira qualidade, junta mais quatro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e coloca nos postos chaves, dominando toda a área federal de finanças, e começa a vender uma coisa como se fosse bonita. Então, vende-se a reforma da previdência como a solução dos problemas econômicos do País. É intocável, como se falou aqui, a auditoria da dívida, porque nós já fizemos uma CPI da auditoria e descobriram que havia alguns descaminhos – vamos dizer assim – na construção da dívida. E não se apresenta nenhum plano de desenvolvimento econômico. O plano de desenvolvimento econômico dessa reforma previdenciária que nós estamos vendo é um plano de extermínio econômico, porque, quando você apresenta um plano que vai reduzir a massa salarial, você está apresentando um plano que vai reduzir o consumo, você está apresentando um plano que vai reduzir a produção, você está apresentando um plano que vai aumentar o desemprego. Aumentando o desemprego, você vai reduzir novamente o consumo. Então, esse é um círculo vicioso da miserabilidade. Um círculo vicioso da miserabilidade não resolve o problema econômico do País. Nós saímos da quinta potência mundial e já estamos chegando à nona, com essa administração financeira.

Capital não tem coração. Capital só tem em vista os seus interesses. E não acho que seja pouco importante, não. Houve um economista francês, Jean-Baptiste Say, que dizia que o capital é o sangue da economia. É verdade, porque sem sangue a gente não vive, e sem dinheiro também não. Só esqueceram de dizer que o sangue alimenta os outros órgãos; então, nós precisamos alimentar os outros órgãos, produzir. Tem essa finalidade o dinheiro, alimentar a indústria produtiva, porque o capital só, o capital financeiro, não produz absolutamente nada para a economia, zero. Quem produz é o sistema produtivo. Se nós deixamos de alimentar o sistema produtivo, não há nada para aproveitar. E o que acrescenta isso? Desemprego, mais desemprego, menos renda. Então, nós precisamos chamar...

Eu tenho muita saudade sabe de quem? Do Eduardo Cunha, quando se exerceu o poder do Parlamento como poder mesmo. Infelizmente, foi uma pessoa de quem nós não temos muito boas lembranças por causa de outras coisas, mas como exercício do Poder Legislativo, foi o maior exemplo que o País já teve. Exerceu de fato o poder, Presidente.

Nós tivemos a Constituinte que, vindo de um período de governo militar, e vendo a fragilidade em que ele colocou o Estado com aquele monte de entreguismo que havia antigamente, criou uma defesa do Estado com a exigência, na Constituição, de concurso público para melhorar o serviço público, para prestação de um bom serviço para o cidadão. Isso foi a maior vitória da Constituição, porque ela criou uma barreira entre o Governo e o desgoverno, que era o Estado. Então, nós tivemos a criação do Estado brasileiro, porque nós tínhamos quem defendesse o Estado. Podíamos dizer "não" a qualquer ordem que vinha de cima para baixo. Hoje não, nós estamos com o Governo tomado por comissionados, verdadeiros vassalos, que fazem aquilo que são mandados fazer, porque se não eles perdem o seu emprego. Dizem: "É muito fácil, ou você faz, ou amanhã você pode dormir até tarde, meu filho, porque nós temos um outro já em seu lugar". E pronto, é feito, não tem ninguém para dizer "não". Então, nós precisamos voltar a defender outras coisas também, Senador.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OGIB TEIXEIRA – A redução dos comissionados nesses postos de comando importantes precisa ser tratada também, para que essas coisas não fiquem vindo do Executivo, porque lá também há repercussão. Aqueles que estão enviando essas coisas também defendem, muitas vezes, um posto, uma estrutura, uma comissão, uma coisa dessas, que no momento é interessante; amanhã é completamente desinteressante.

Eu teria tanta coisa aqui para falar, mas eu vou encerrar aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem, ficou num tempo legal, Ogib Teixeira. (*Palmas.*)

Esse foi Ogib Teixeira, representante do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

Por fim, o último convidado, Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef).

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Muito bem. Boa tarde, porque já é tarde.

Saúdo a mesa, em nome do Senador Paulo Paim, todos os presentes a esta audiência, os companheiros das entidades sindicais e os que nos assistem pela TV Senado.

Eu solicitaria que passassem ali...

Isso!

Na verdade, esses temas que estão ali já foram todos apresentados pelos demais, mas eu queria deixar como contribuição e para o registro de que essa foi também a análise construída pela nossa Subseção do Dieese, que tem nos ajudado bastante a fazer esse debate com muita precisão.

Então, o Dieese nos ajudou nessa linha, apresentando uma cronologia do desmonte do papel social do Estado, que vem a partir da PEC do Teto de Gastos, que é a Emenda Constitucional nº 95, passa pela terceirização, pela reforma trabalhista e pela reforma da previdência, tanto a do Temer como o remendo que o Bolsonaro está fazendo com essa "deforma", porque não podemos chamar isso de reforma.

Nesse particular, só para dar um exemplo, de 1988 para cá essa é a sétima reforma que eles implementam, ou tentam implementar, com essa proposta de agora. Já foram seis e, agora, a sétima. Isso significa dizer que, em média, a cada quatro anos, eles implementam uma reforma só com o intuito de retirar direitos da classe trabalhadora. E, agora, com essa proposta, eles querem desconstitucionalizar.

Imaginem: se a cada quatro anos eles fazem isso, mesmo sendo matéria constitucional que precisa de quórum qualificado, se isso passar a ser através de projeto de lei, como não irá ficar essa situação?

Vamos para a próxima etapa? (*Pausa.*)

Os objetivos divulgados pela PEC nº 6.

Há aí todo um contexto que é apresentado como o objetivo primordial: o de se restaurar o equilíbrio financeiro das contas, segundo o que uma dezena de banqueiros lá da Avenida Paulista está apresentando como reforma da previdência, por meio da PEC nº 6; restaurar o equilíbrio financeiro das contas públicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso dos servidores, afirmam que o objetivo fiscal é combater privilégios como os altos salários e a estabilidade. Pois bem, se ser concursado é privilégio, nós achamos que os servidores públicos, então, são privilegiados. Se ser qualificado é privilégio, nós achamos que os servidores públicos federais são privilegiados.

Dos cerca de 657 mil servidores públicos federais do Executivo ativos, 80% dessa força de trabalho ganha menos do que o Regime Geral da Previdência Social; portanto, menos do que R\$5,8 mil. Onde é que está o privilégio?

Saiu um estudo agora, recentemente, do próprio Ministério da Economia, que aponta que, com essa proposta que eles estão apresentando, os servidores públicos, somente em torno de 1.140 servidores dos três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – seriam atingidos com essa bitributação, que poderia chegar até os 22%, e que eles querem fazer com o conjunto da contribuição para a seguridade social do regime próprio.

Então, o discurso deles cai por terra quando querem se utilizar dessa ferramenta, como outros que passaram por aí já o fizeram, chamando os servidores de marajás, chamando os servidores de vagabundos. E agora vêm com a mesma retórica, mas com falta e ausência de dados. É fato que eles fogem do debate porque não têm dados, não têm elementos a apresentar, e continuam querendo utilizar o conjunto dos trabalhadores como toalha com o argumento de que querem enxugar a máquina.

Inadmissível que a gente continue sendo utilizado dessa forma inadequada, da mesma forma como em outros Governos que passaram!

Pois bem; as ameaças da PEC.

Os expositores que nos antecederam e que estão nesta mesa também já foram bastante sucintos com relação ao que ela significa para o conjunto da classe trabalhadora como um todo. Assim, eu vou preferir passar essa parte para chegar a uma situação que trata da questão da diferenciação que existe entre o conjunto dos servidores públicos e os militares.

Estou fazendo questão de apresentar esse contexto, porque houve um dos que construíram essa proposta de reforma para os militares – para nós não é reforma, é reestruturação de carreira – que chegou a afirmar que, desde 2001, eles estão sem correções salariais.

Ali está um contexto das últimas movimentações salariais que aconteceram com relação aos servidores do Executivo e os militares. Há categorias ali que tiveram 10,8% em 2016 e 2017, o que significa 90% do conjunto dos servidores do Executivo. E houve outros setores que tiveram, com muita luta e com muito empenho também, os reajustes necessários. Entretanto, não é verdade que o soldo dos militares não teve movimentação nos últimos períodos. Estão ali.

De 2013 até este ano, passa de 50% a movimentação dos soldos dos militares. Está ali na lei. Podem consultar para constatar que estamos falando a verdade. Então, não é verdade que o soldo deles... Não estou dizendo aqui que não mereçam. Não é o caso. Mas não dá para querer enganar a sociedade dizendo que não tiveram movimentação salarial para poder pleitear jogando um submarino – por isso que não encaminharam conjuntamente com essa proposta de desmonte da previdência. E essa reestruturação vai a até 124%. Repito: até 124% para os mais graduados. Então, não dá para querer se dar bem se utilizando de uma proposta que aprofunda as desgraças dos demais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho gráficos aqui também. Esse já foi bem sucintamente apresentado pelos demais, mas eu queria, Senador Paim e demais que participam desta audiência pública, lembrar que em 1998 a população brasileira era de 164 milhões; hoje estamos quase em 210 milhões. Em 1998, o número de servidores públicos do Executivo era de 710 mil ativos e, hoje, estamos com 653 mil servidores ativos. Portanto, em 30 anos, a força de trabalho ativa reduziu e é uma falácia dizer que nós somos um custo pesado para o Estado. Há dados aqui, gráficos do Dieese, que abordam com muita propriedade que, da receita líquida do Orçamento Geral da União, o que pode ser investido como despesa de pessoal pode chegar a até 50% da receita líquida, e essa despesa está na ordem de 40%. Assim, cai por terra o discurso de que existe um gasto exagerado.

E, por último, eu queria deixar aqui algumas sugestões.

O Orçamento de 2019, que está em vigor, é da ordem de R\$3,262 trilhões. Nos últimos dois anos, incluindo agora 2019, a amortização e o pagamento dos juros da dívida ultrapassam os 120% da questão do Orçamento da União. Em 2017, foram 39,7% do Orçamento; em 2018, 40,66% do Orçamento; e agora, para 2019, está provisionado 44% do Orçamento da União. Sabem o que isso significa? R\$1,425 trilhão. E querem jogar a culpa nos trabalhadores deste País. Não dá mais para quererem se utilizar dessa sistemática.

Então, nós, trabalhadores, iremos resistir, apesar do que estão tentando fazer com as entidades do conjunto dos servidores públicos federais. Querem ganhar de WO, tirando-nos do circuito, tirando a receita das entidades. Nem no sistema autoritário da ditadura isso aconteceu. Aliás, estamos quase voltando a esse sistema pela forma como estão atuando esses que aí estão.

Mas, se pensam que, tirando a receita das entidades, nós vamos ficar de joelhos para eles, estão meramente enganados. Nunca se viu tanta unidade da classe trabalhadora, do campo, da cidade, de todos os segmentos para enfrentar essa deformação da previdência. E o exemplo foi agora, no último dia 22, quando milhares de trabalhadores foram às ruas para dizer "não" a essa reforma, Senador.

E esse dia 22...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi um grande movimento, viu? Eu registrei no Plenário do Senado que mais de mil cidades do Brasil tiveram o movimento no dia 22.

Parabéns pela lembrança. Grandes mobilizações do movimento social e popular.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Exatamente. Nós estamos construindo com todas as unidades dos trabalhadores do campo, da cidade, dos servidores públicos federais, estaduais, municipais, da iniciativa privada. O próximo passo é: se essa proposta de deformação for à votação, o Brasil vai parar. Se botar para votar, o Brasil vai parar. E não adianta tentar nos reprimir, querendo tirar nossas receitas justas, que são de pessoas que se filiam às suas entidades. Estão perdendo na Justiça. Já há mais de 70 liminares derrotando essa intenção nefasta. E, se tentarem outras formas, nós vamos continuar resistindo com as nossas forças. Resistiremos de pé. E essa reforma não passará porque a classe trabalhadora já está consciente.

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Um abraço a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero deixar aqui cinco itens que acho de fundamental importância: auditoria da dívida já, porque é inadmissível que continue se pagando esse volume assim tão grande, cobrando dos devedores e sonegadores; fim das desvinculações da receita da União, que são 30% do Orçamento; reforma tributária com taxação das grandes fortunas; revogação da Emenda Constitucional 95, de 2016, do teto; e fim do foro privilegiado – fim do foro privilegiado!

Um abraço. Na resistência, na luta, iremos vencer essa batalha de enfrentamento dessa tentativa de roubar os nossos direitos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário-Geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef).

As suas cinco sugestões, eu peço que a Mesa já as receba.

Eu, por uma questão de justiça, quero registrar a presença dos Senadores. Grande parte ficou assistindo ao debate, outros tiveram que ir para as comissões, e as mulheres principalmente, a Senadoras, estão com uma sessão no Plenário de homenagem a uma série de mulheres que se destacaram na defesa do povo brasileiro.

Mas quero destacar que estiveram aqui o Senador Paulo Rocha, a Senadora Eliziane Gama, o Senador Eduardo Gomes, o Senador Marcelo Castro, o Deputado Federal Rodrigo Coelho, um dos coordenadores da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, de que tenho orgulho de fazer parte também.

Está conosco – vou permitir a palavra, porque eu disse que falam os Senadores e falam os Deputados Federais presentes, para uma breve saudação e para dar o seu ponto de vista – a nobre Deputada Erica Kokay.

Estão ou estiveram presentes aqui o Senador Styvenson Valentim; a Senadora Selma Arruda; o Senador Flávio Arns; o Senador Paulo Paim, que vocês não conhecem; os Senadores Telmário Mota, Nelsinho Trad, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Zenaide Maia, que também explicou por que não está aqui agora, mas que participou em parte.

Eu dou uma salva de palmas a todos os Senadores e Deputados que participaram de uma forma ou de outra. (*Palmas.*)

Como a única Deputada agora presente é a Deputada Erica Kokay, é mais do que justo que ela tenha também o mesmo tempo que dei para os outros convidados, ou seja, dez minutos.

Está bom o tempo de dez minutos?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. *Fora do microfone.*) – Não preciso disso tudo, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é importante. Você, além de fazer uma fala, pode dar uma pincelada sobre como está na Câmara essa questão tão importante para todos nós.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Senador Paim, eu fico muito grata ao povo do Rio Grande do Sul por termos o seu mandato aqui, desenvolvendo uma luta com mais intensidade, porque maior é o desafio contra a tentativa de extinguir a nossa aposentadoria e de extinguir um processo e uma política de proteção social.

Toda política de proteção social é um instrumento de combate a desigualdades. A proteção social – Sistema Único de Saúde, seguridade social, em que se inclui a previdência, a assistência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também a saúde – é fundamental para que a gente possa tentar fazer um luto de um período traumático da nossa história, que foi um período de profundas desigualdades ou de quase 400 anos de escravidão.

Ontem, nós tivemos a oportunidade de, junto com o Fonacate e com outras entidades, verificar alguns aspectos que me parecem que são absolutamente fundamentais. Um deles é que, se você coloca sob a égide de haver lucro ou não, de haver déficit ou não nas políticas de proteção social, você faz isso hoje com a previdência, amanhã vai fazer com o Sistema Único de Saúde e, depois, vai fazer também com a educação, porque você vai chegar à conclusão de que o SUS tem um déficit e de que o SUS, ao ter esse déficit, tem de reduzir o seu atingimento, o que significa retirar dele a condição de integralidade ou universalidade, que é um princípio básico do próprio SUS. Se essa lógica permanece, amanhã se pode dizer que a nossa educação também tem um déficit e que, a partir desse déficit, é preciso reduzir o número de escolas e tirar a conquista ou o continuar caminhando na perspectiva da universalização, inclusive, da educação infantil e das creches.

Portanto, nós estamos vivenciando uma lógica, que está imposta, de retirar a proteção social, que hoje é fundamental para o combate às desigualdades, e de perpetuar uma desigualdade.

Ontem, nós percebemos que o Governo tenta construir uma narrativa para justificar a manutenção do mesmo modelo econômico, que é o modelo que prioriza a financeirização da própria economia. Então, há um modelo econômico hoje que possibilita que metade do orçamento brasileiro, ou quase isso, seja destinada ao pagamento dos juros e dos serviços da dívida. Há uma financeirização, com a tentativa, que é o passo seguinte desse processo, de destruição de tudo o que foi conquistado na Constituição de proteção social. Será a entrega das nossas empresas, para que você não tenha insumos baratos, ou seja, não tenha energia, não tenha petróleo, para que você não tenha crédito.

Eu nunca vi o que estou vendo agora. Eu vi o Presidente do Banco do Brasil do Governo Bolsonaro dizer que as empresas, os bancos privados são mais eficientes do que a instituição pública e dizer que a gente tentou minimizar uma redução de danos. A gente está escalando pessoas do sistema privado, dos bancos privados para estarem nos conselhos de administração dos bancos públicos. Ele é Presidente de um banco público, que disputa mercado. É um dos bancos que tem o maior lucro de todos os bancos. Os cinco maiores bancos deste País lucraram por volta de R\$69 bilhões, lucro líquido.

Os bancos públicos, que têm um crédito produtivo, que têm outro olhar e que podem ter uma política creditícia de desenvolvimento de um projeto nacional, estão sofrendo ataques dos seus próprios Presidentes. O Presidente da Caixa nomeou o seu *personal trainer* para ser consultor econômico da instituição.

Então, nós estamos vendo que o Governo, primeiro, busca sedimentar a reforma da previdência para consolidar um modelo, que é um modelo de financeirização. Quer impor uma capitalização, que é um processo extremamente cruel, a se comparar com o modelo chileno, porque ninguém sabe direito qual é o modelo, porque vai haver a desconstitucionalização. E será um projeto de lei complementar que dirá quais são as regras da capitalização. Mas, ao se repetir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o modelo chileno, o trabalhador vai ganhar de R\$300 a R\$400 ou mais ou menos isso na sua aposentadoria.

E previdência não é só aposentadoria. Previdência é auxílio-doença, previdência é salário maternidade, é auxílio-reclusão. São tantos instrumentos que existem para dar suporte ao trabalhador num momento em que ele não pode exercer plenamente a sua capacidade laboral.

E o regime de capitalização vai retirar a possibilidade de que outros benefícios possam ser supridos. Então, para o trabalhador que adoecer, acabou! Ele não vai ter emprego e não vai ter como contribuir para a sua própria capitalização.

Então, o que nós estamos vendo, a discussão de que é uma proposta para a retirar privilégios é uma narrativa mentirosa, é uma mitomania que acometeu este Governo, que tem compulsão por mentir. Nós temos várias compulsões, e a mitomania é uma delas. Esse Governo é um Governo mitomaniaco ou mitômano. É um Governo que tem compulsão por mentir, porque, do R\$1 trilhão que ele quer arrecadar, por volta de R\$750 bilhões serão da aposentadoria do Regime Geral de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Os R\$180 bilhões que ele diz que quer economizar serão obtidos com as mudanças do BPC.

Senador Paim, V. Exa. estabeleceu um patrimônio máximo de R\$98 mil para poder ser beneficiário. Quanto é a faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida? O trabalhador que assume ou que tem direito ao Minha Casa, Minha Vida, que não tem renda e que se sustenta nos critérios de um salário, numa renda *per capita* de um quarto de salário para a sua sobrevivência, mas que foi beneficiado com o Minha Casa, Minha Vida e cujo patrimônio é de R\$98 mil, não tem direito ao BPC. Ele não tem esse direito! Se ele tem uma roça que vai ser avaliada por isso, ele também não tem esse direito! As pessoas beneficiárias do Paranoá Parque, Rudinei, estão com um patrimônio de R\$70 mil, R\$80 mil, que é a casa, que é um programa social do Governo Lula e do Governo Dilma. Isso não significa que ele não está na extrema pobreza.

Então, nós vamos ter por volta de R\$180 bilhões economizados com a mudança no BPC e no abono salarial. O abono salarial está passando meio invisível, mas vai ser tirado de mais de 21 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que ganham entre um e dois salários mínimos.

Portanto, é uma reforma que penaliza os pobres. E eles buscam criar um processo de inimigos internos e inimigos imaginários. O fascismo faz isso sempre. Olhem a história! É o que fazem todos os fascistas, inclusive esses que assumiram as botas e baionetas e impuseram uma ditadura que o Presidente da República quer que seja comemorada no dia 31 de março! Ele quer que ela seja comemorada, num acinte, estabelecendo um processo de agressão, agredindo os mais de 400 brasileiros e brasileiras que sucumbiram lutando contra a ditadura militar, os familiares de presos políticos, dos desaparecidos políticos, que vivem a sina de Antígona, da tragédia grega, que não tem o direito de sepultar os seus entes queridos. Vai ser comemorado esse dia 31 de março, o próximo dia 31 de março, porque o Presidente da República acha que nós não temos o direito à verdade. E aí vai, na mitomania, estabelecendo que houve uma redenção no golpe militar, como estabelece que a reforma não vai atingir a população mais pobre, mas vai atingir os privilegiados.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – E não atingiu os militares. Com relação aos militares, é uma agressão! Foi a primeira agressão a este Parlamento encaminhar uma proposta que é farsesca, que é uma farsa! É uma farsa! Nos primeiros anos, o Governo vai gastar mais com os militares. E como é que ficam os policiais e os bombeiros militares, cujas regras estão estabelecidas na previdência pelas Forças Armadas, mas que não vão ter reestruturação de carreira? Ficarão apenas com o ônus.

Mas o segundo grande ataque se deu hoje: o Ministro da Economia disse que iria à Comissão de Constituição e Justiça, mas, hoje, já disse que não vai mais. Ele não vai mais! Não vai mais discutir com os Parlamentares a reforma da previdência. Vai mandar o secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também não vai lá? Eles prometeram vir aqui ontem e não vieram. Agora ele não vai lá?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) – Hoje já disseram que não irão. Estava confirmada até hoje pela manhã a sua ida à Comissão de Constituição e Justiça, o que era uma condicionante para... Inclusive, foi suspensa a nomeação do Relator na CCJ, para que houvesse os esclarecimentos acerca dessa proposta dos militares e do conjunto da reforma da previdência. E ele não vai. Vai mandar o Rogério Marinho para poder responder. Nós não vamos aceitar.

Eu insisto dizendo o seguinte: eles querem penalizar os servidores públicos. Há servidores públicos que vão ter por volta de um quarto de contribuição dos seus salários para a previdência. Tentam esconder o caráter extremamente cruel dessa reforma. Nós não vamos permitir isso. Portanto, é muito salutar que estejamos fazendo esta discussão no dia de hoje para dizer que os servidores públicos são fundamentais para a construção de políticas públicas, para, inclusive, o processo de proteção social que eles querem destruir.

Querem entregar as nossas empresas e, por fim, desvincular as receitas. Tudo que nós conquistamos para a saúde e para a educação já está ferido mortalmente pela Emenda à Constituição 95, e, agora, definitivamente, eles querem tirar todas as vinculações orçamentárias. Portanto, esse é o tamanho do desafio, e nós vamos dar conta dele.

Então, faço minha saudação especial a todas as entidades que aqui estão, ao Rudinei, que está no Fonacate, para dizer que nós, servidores públicos, valorizamos o patrimônio, valorizamos o País e valorizamos a proteção social. Existimos em função disso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Erika Kokay! Por isso é que ela foi a última Parlamentar a falar. Valeu!

Pessoal, o Rudinei veio aqui, ele que é uma liderança. As lideranças, de fato, para mim, são simples, não são arrogantes. Ele está com uma notícia muito boa e queria que eu desse a notícia. Para mim isso seria bom. Eu iria anunciar aqui a notícia que você recebeu. Mas você foi o último a falar da Primeira Mesa. Você vai dar a notícia, que, pelo que eu entendi, é muito boa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. *Fora do microfone.*) – Já estamos ansiosos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só há notícia ruim, não é?

O SR. RUDINEI MARQUES – E, talvez, explique um pouco o fato de o Paulo Guedes não ir à CCJ hoje à tarde.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está todo mundo curioso.

O SR. RUDINEI MARQUES – O que a gente denunciou hoje aqui? Denunciamos a desconstitucionalização, que a reforma afetava os mais pobres. Pois bem, saiu uma nota oficial agora, em 26 de março, hoje, assinada pelos Líderes do Solidariedade, do PP, do PSL, do DEM, do MDB, do PTB e de mais outros que não consigo identificar. Essa nota diz o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A maioria é da dita base do Governo anterior.

O SR. RUDINEI MARQUES – Isso! A base do Governo assinou uma nota, dizendo o seguinte:

Os Líderes partidários que subscrevem esta nota vêm a público informar que, após consulta às respectivas bancadas, considerando que qualquer reforma previdenciária deve ter como princípios maiores a proteção aos mais pobres e mais vulneráveis, decidiram retirar do texto a parte que trata de forma igual os desiguais e penaliza quem mais precisa.

Para tanto, vamos suprimir da proposta originária as regras que atingem os já tão sofridos trabalhadores rurais e os beneficiários do programa de prestação continuada, que são pessoas com deficiência, e também aqueles com idade superior a 65 anos, que vivem em estado de reconhecida miserabilidade.

Decidiram, ainda, que, como forma de garantir a segurança jurídica a todos que serão impactados por esta importante e necessária reforma, não permitirão a desconstitucionalização generalizada do sistema previdenciário do País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Merece os nossos cumprimentos. É um avanço porque aí entra em xeque já... Se não permite que se tire da Constituição o sistema de repartição, porque ele está na Constituição, para mim dança também o regime de capitalização, que é um dos maiores crimes dessa reforma.

Eu vou pedir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olhe o que foi combinado aqui, pessoal, que é uma decisão do coletivo, não minha. O João Domingos é parceiro de anos e anos. Mas os Senadores decidiram que só falam do plenário Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas. É uma decisão do coletivo. Eu já abri a palavra, inclusive, para os Deputados, com total liberdade, e para os painelistas. Falaram aqui hoje, se não me engano, 12 painelistas. E agora nós estamos indo para o encerramento. Mas vamos ter tantas audiências quantas forem necessárias, toda segunda-feira. Estão sendo feitas agora nas segundas e nas terças. Daqui a pouco, vamos fazê-las nas quintas e nas sextas, pela importância do tema.

Então, agora nós vamos encerrar.

Eu já solicitei à Secretaria-Geral que eu possa registrar esse documento, com a assinatura de todos esses Líderes, aqui na Comissão de Direitos Humanos. Vou fazer a leitura também no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plenário do Senado às 14 horas. Acho que é um avanço. Espero que outros Líderes venham a se somar a isso. Nem estou falando aqui, é claro, dos Líderes da oposição, mas de outros Líderes do famoso centrão. Eu disse, outro dia, que sentia falta do centrão da Constituinte, com todos os debates que tivemos. O centrão da Constituinte ajudou no fim na construção da Constituição Cidadã. Eu estava lá; negociávamos com eles. Hoje não há com quem negociar porque você não sabe mais para onde você caminha. Então, eu considero esse documento importante. Ele ficará registrado nos Anais desta Comissão, e eu vou levá-lo para o Plenário.

Por fim, eu quero terminar, como sempre faço, porque é obrigação minha, selecionando algumas perguntas. Mas hoje só vieram duas para cá.

O Val Lopes, de Minas Gerais, servidor público federal que entrou antes de 2003 e que tem programação para se aposentar no fim deste ano, quer saber como fica a transição.

Pergunta André Amaral Barros, de São Paulo: "Como ficará a aposentadoria especial do trabalhador que exerce atividade insalubre?"

Eu vou resumir. Com relação às atividades especiais, vai haver uma audiência.

Que dia será a audiência para tratar das aposentadorias especiais? (*Pausa.*)

No dia 22 de abril, o assunto vai ser só as aposentadorias especiais, que estão prejudicadas e muito. Aí nós vamos detalhar como vão ficar. E, também nesse dia, nós vamos aprofundar toda a questão das regras de transição, caso a caso, porque elas são muito amplas, a não ser que alguém queira aqui falar rapidamente. Não sei se vocês acham melhor deixar para a próxima. Eu acho melhor deixar para a próxima devido ao horário. Eu me comprometo, na próxima reunião, a explicar isso para o servidor público federal que entrou antes de 2003 e que tem programação para se aposentar no fim deste ano. É o caso específico dele. Então, nós vamos detalhar conforme seja a melhor informação para ele. Eu passo isso para a próxima reunião.

Enfim, passo aos encaminhamentos finais.

Em articulação também com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, faremos eventos, sim, em todos os Estados, recomendando que esse evento aconteça em todos os Municípios. Aí cada um organiza como achar melhor. As vigílias também que estão sendo articuladas pela sociedade civil vão acontecer. Não vou entrar em detalhes aqui por uma questão de estratégia, de tática ou de segurança – ficam as três aqui.

Essas duas Mesas, por unanimidade, foram contra a reforma.

O DataSenado faz pesquisas de opinião. Vamos solicitar a partir desta Comissão, por proposta dos Senadores, que haja uma pesquisa de opinião pelo DataSenado sobre quem é contra ou a favor dessa reforma.

Há a proposta de um plebiscito, que seria apresentada pelas entidades junto a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque não personaliza. A sociedade civil faz o encaminhamento para a Comissão, eu indico o Relator, e, a partir da aprovação no plenário, passa a circular na Casa o pedido de um plebiscito para que a população se posicione se é a favor ou contra essa reforma.

Continua o ciclo de debates da reforma da previdência, que tem sido elogiado por todos não só aqui, mas também na Câmara, enfim junto à sociedade civil, como está acontecendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recebemos aqui centenas de convites, praticamente toda semana, para os eventos que estão acontecendo em cada Município. É claro que é impossível... Mas nós vamos, como já li aqui na abertura, buscar fazê-los em doze Estados. Eu tinha prometido fazê-los só em cinco, mas, se não me engano, estamos articulando dez ou doze Estados. Vamos fechar essa agenda amanhã à tarde, às 17 horas, na Frente Parlamentar.

Enfim, por sugestão também dos Senadores e Deputados, vamos recolher todo o material dessas audiências públicas, sintetizar e encaminhar para os Parlamentares.

Está aqui um pedido de registro. Eu vou esquecendo, porque é muita coisa.

O representante da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra) esteve aqui presente durante todo o período, bem como Flávio Werneck, representante da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) e da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), e Saulo Arcangeli, representante da CSP-Conlutas, também aqui presente.

Um abraço! Uma salva de palmas a todos! (*Palmas.*)

Que Deus ilumine o povo brasileiro!

Vamos lá! Vamos tirar uma foto coletiva aqui.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Luiz do Carmo, Styvenson Valentim, Romário, Rose de Freitas, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Marcos do Val, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Lasier Martins, Juíza Selma, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 546, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos." Autoria: Senador Edison Lobão. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera os Decretos-Lei nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Favorável ao Projeto e pela rejeição da Emenda nº 1-PLN. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para assegurar às pessoas com deficiência visual o direito de receber cartões de crédito e de movimentação de contas bancárias com as informações vertidas em caracteres de identificação tátil em braile." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade." Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 267, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 844 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação atribuída pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, para dispor sobre as consequências do não comparecimento das partes à audiência." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art.442-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, que trata da contratação do trabalhador autônomo." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata do atendimento prioritário nos lugares que especifica, para assegurar essa garantia à pessoa com transtorno do espectro autista." Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano." Autoria: Senador Hélio José. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera os arts. 20 e 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que a revogação da prisão, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, somente possa ocorrer após a elaboração de laudo psicológico que verifique o grau de probabilidade de o agressor reincidir contra esta ou outras mulheres." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado nº 460, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência", para dispor sobre a utilização do Cadastro-Inclusão para fins de habilitação da pessoa com deficiência a quotas e a vagas reservadas em processos seletivos e em certames públicos." Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senador Lucas Barreto. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para proibir a visita íntima acompanhada de criança." Autoria: CPI dos Maus-tratos - 2017 (CPIMT). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Sugestão nº 16, de 2017 - Não Terminativo - que: "Fim da aposentadoria especial para Senadores e Deputados" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Não foi apresentado relatório. Resultado: Declarada a prejudicialidade da Sugestão, nos termos do art. 334, II, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo em vista a aprovação da sugestão 43/2017, de mesmo teor. A matéria será arquivada. ITEM 15 - Sugestão nº 24, de 2017 - Não Terminativo - que: "Criminalização da apologia ao comunismo" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 16 - Sugestão nº 4, de 2018 - Não Terminativo - que: "Proibam fogos de artifício COM RUÍDOS (rojões, morteiros, bombas, etc)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei do Senado que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 17 - Sugestão nº 19, de 2018 - Não Terminativo - que: "Permanência dos cursos de humanas nas universidades públicas." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2015 - Terminativo - que: "Cria o Estatuto do Cigano." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas números 1-CE, 2-CE, 5-CE, 8-CE e 9-CE, 10-CAS e 11-CAS e com cinco Emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas números 3-CE, 4-CE, 6-CE e 7-CE. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2016 - Terminativo - que: "Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para "Fundação Nacional dos Povos Indígenas". Autoria: Senador Telmário Mota. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, adiadas a discussão e votação. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa." Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Lido o relatório, adiadas a discussão e votação. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 17, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os possíveis impactos dos jogos eletrônicos violentos nas crianças e adolescentes. Propondo para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. O Professor Igor Lemos - Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental Avançada, Mestre em Psicologia e Doutor em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Legislação Participativa nº 19, de 2019 que: "Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater a CPI da Previdência e Reforma da Previdência." Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/28>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, 1ª Sessão Legislativa Ordinária, 56ª Legislatura.

Senadora Rose chegou neste momento e já garantiu o quórum para nós.

Proponho – o Senador Romário já está aqui – a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião desta Comissão e da Ata da 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Mobilidade Urbana e Acessibilidade.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos prestigiar os Senadores já presentes e vamos, Senador Romário, passar a palavra a V. Exa., para que possa fazer a leitura de três projetos. E, claro, como são terminativos – mas há também não terminativos –, no momento do quórum adequado nós colocaremos em votação.

Vamos começar com o item 20.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Romário, para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.) – Bom dia, Presidente; bom dia, Sras. e Srs. Senadores; bom dia a todos.

O relatório.

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 72, de 2018, de autoria do Senador Paim, que altera a Lei nº





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para "Estatuto da Pessoa Idosa", e não mais "Estatuto do Idoso", em decisão terminativa.

Análise.

Compete à CDH opinar sobre matéria atinente à proteção dos direitos da pessoa idosa. Não se observam óbices de constitucionalidade ou de juridicidade na proposição. Ao contrário disso, a proposição vem atualizar a legislação, seja para pô-la em consonância com diplomas legais internacionais sobre o tema, seja para atender a reclamos do próprio Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, seja pela desejável uniformidade interna à ordem jurídica, seja pela necessidade de simbolizar-se de modo claro e inequívoco as direções que a lei pretende fazer a sociedade tomar. Não se pode senão louvar e apoiar os méritos da proposição.

Faz-se necessário, contudo, a nosso ver, entrar no texto da lei para substituir, de modo generalizado, a expressão "idoso" pela expressão "pessoa idosa", mudança sem a qual não se alcançariam a amplitude e a eficácia simbólica almejada pelo autor.

Em razão disso, proporemos emenda estendendo a alteração almejada não apenas à expressão "Estatuto do Idoso", mas também a todas as ocasiões em que a expressão "idoso" é utilizada fazendo as vezes de "pessoa idosa".

O voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 72, de 2018, a seguinte redação, renumerando-se seu atual art. 3º como art. 4º: "Art. 3º Substituam-se as expressões "idoso", "idosos", "do idoso", "dos idosos" e "ao idoso", respectivamente, pelas expressões "pessoa idosa", "pessoas idosas", "da pessoa idosa", "das pessoas idosas" e "à pessoa idosa" em todo o corpo dos artigos citados em meu relatório, bem como no Título IV e em seus Capítulos II e V, todos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003".

Diante do exposto, peço aos meus pares a associada ideia da aprovação do PLS.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar aqui o colega Romário, que está sempre...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Zenaide Maia, eu ia pedir para a senhora registrar, mas já está registrado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... nessa linha da defesa das pessoas mais vulneráveis, que são justamente os idosos, pessoas com deficiência, e gostei dessa mudança do termo, porque chama a atenção que, quando você diz "do idoso", é como se fosse só o do sexo masculino. "Pessoa idosa" é um respeito, e a gente sabe disso.

Parabéns, Romário, parabéns à autoria, e parabéns a isso aí. Temos que nos preocupar com as nossas pessoas idosas, porque o País está envelhecendo, e, como temos isso aí, temos que abranger a todos.

É um projeto que se faz muito bem. Isso já é mundialmente: o pessoal já diz "pessoa idosa", e não "idoso", e nós não vamos ficar sem ver a concordância.

Às vezes eu chamo a atenção porque a gente, muitas vezes, não inventou a roda, e, se você tem uma experiência exitosa, seja de onde for e de que lado for, a gente tem mais é que aplaudir.

Parabéns aí pelo autor e pelo nosso redator.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço à Senadora Zenaide Maia o comentário.

De fato, isso é uma demanda da sociedade civil, que, por unanimidade, pediu que nós alterássemos.

Quando eu recebi a demanda... Tínhamos trabalhado, claro, na apresentação do Estatuto, quase 20 anos atrás, e a sociedade civil pediu que passasse para "pessoa idosa". De pronto falei com o Senador Romário, que foi também o grande Relator do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Até outro dia eu falava no Plenário, Romário, que todo o seu prestígio na vida pública... Você estava chegando, você leu o texto e, em seguida, me respondeu: "Pode deixar que eu vou conversar Senador com Senador". E aprovamos. Então, você foi uma peça fundamental.

E não houve aquele preconceito que um ou outro tem, e às vezes nós mesmos temos e cometemos um erro, e você não teve. Você foi mais além do que eu poderia aqui falar. Você não se preocupou e disse: "Não, vamos aprovar como está, para evitar de voltar novamente para a Câmara". Mas foi importante a articulação que V. Exa. fez.

Muito bem.

Meus cumprimentos mais uma vez, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado.

Eu que aproveito a oportunidade e parabenizo V. Exa. por esse brilhante trabalho que V. Exa. faz aqui, ao longo desses anos. E quero dizer que, para mim, é sempre uma honra e um prazer poder relatar um projeto de sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Romário, permita-me ainda – eu acho que é mais do que justo – mencionar o belíssimo evento que V. Exa. e toda a sua equipe fez sobre as crianças – enfim, alguns adultos também, claro – com síndrome de Down. Foi um belíssimo evento. Tanto que eu acho que passaram mais de 20 Senadores lá. Eu passei, pelo menos. Fiquei pouco tempo, devido à correria, mas passei. A Senadora Zenaide passou também, o Senador Girão também passou, e todos depois comentamos no Plenário, citando o evento articulado por V. Exa., que teve uma repercussão enorme em todo o País e com comentários na tribuna.

Senador Girão, estou citando V. Exa., falando que nós todos comentamos o belíssimo evento liderado pelo Senador Romário sobre crianças e adultos com síndrome de Down, e cumprimentei também já toda a equipe, porque, além de ser feito lá no Petrônio, depois ele repercutiu no Plenário do Senado, por diversos Senadores.

Meus cumprimentos.

A matéria não será votada, porque ela é terminativa, e nós vamos, então, para um outro projeto também de V. Exa.

Novamente, então, o item 10, sob a relatoria de V. Exa.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2018

- Não terminativo -

Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Romário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Este não é terminativo.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.)
– Muito bem, Presidente.

Relatório e análise.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 403, de 2018, de autoria do Senador Paim, altera a Lei nº 13.146, LBI, para estabelecer preferência na concessão de férias em favor dos servidores públicos ou empregados com deficiência ou que tenham cônjuge, companheiro ou dependente com deficiência.

O autor justifica sua iniciativa com fundamento na necessidade de mais tempo para que as férias de pessoas com deficiência sejam planejadas.

Além disso, diz que muitos trabalhadores aproveitam férias para cuidar da própria saúde ou da de familiar com deficiência, inclusive participando de atividades e eventos voltados à melhoria da qualidade de vida, à exploração dos potenciais da pessoa com deficiência ou mesmo à defesa de uma sociedade inclusiva.

Vemos mérito na proposta, pois sabemos que ainda são muitas as barreiras enfrentadas também no contexto do lazer. As férias das pessoas com deficiência ainda requerem mais planejamento ou estão sujeitas a restrições que não afetam tão severamente as pessoas sem deficiência.

Registre-se que a proposta não representa aumento de custos para empregadores, pois trata apenas de questão administrativa de recursos humanos: a prioridade na definição de férias. Trata-se, portanto, de mais uma contribuição bem-vinda para o aperfeiçoamento da LBI.

Voto.

Por essas razões, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2018.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –
Em discussão a matéria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Styvenson está presente. Eu sei que ele teve um probleminha de saúde, mas já está de volta.

Alguém quer...

Senadora Zenaide, por favor, com a palavra para discutir.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o Senador Paulo Paim, que é o autor, e o Relator, e dizer que isso é muito real. Se você tem férias de alguém na família, ou o próprio funcionário ou trabalhador tem algum tipo de deficiência, com certeza, essas férias têm que ser bem programadas.

Às vezes, se for se deslocar em voos, para saber a cadeira, dependendo do tipo de deficiência... Escolher os locais em que as áreas de lazer tenham algo para as pessoas com deficiência...

E eu queria até perguntar se ainda não está aqui no Senado, ou se já foi aprovado... Eu fui a Relatora de um projeto que obrigava os espaços de lazer públicos ou privados, Romário, a terem, no mínimo, 5% de equipamentos dirigidos a pessoas com deficiência. Isso é tão real, porque as mães nos procuram e dizem: "A gente leva nossos filhos com alguma deficiência ao parque e não existe nada disponível." Quer dizer, aparentemente, se a gente estiver longe, nem nota isso.

Então, esse é mais um motivo para saber que as pessoas com deficiência, para o próprio lazer, têm que se programar melhor do que as pessoas que não têm nenhum tipo de deficiência.

Parabéns aos dois pela brilhante ideia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigada, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não havendo mais quem queira discutir, eu agradeço ao Senador Romário pela compreensão, como sempre.

Ele, que se tornou – eu diria – mais do que um conhecedor, mas um especialista nesta e em outras áreas também, por entender rapidamente que isso é para melhorar a vida das pessoas com deficiência, inclusive quando é filho ou mesmo esposo ou esposa, para que eles possam até, trabalhando em áreas diferentes, tirar férias juntos. Abre-se aqui uma grande possibilidade com este projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, eu passo para outro ponto, já que não temos quórum para deliberar, embora o projeto não seja ainda terminativo. Já temos sete; quando chegarmos a nove, poderemos votar os projetos.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CDR.

Concedo a palavra ao Senador Romário neste momento para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para leitura de relatório.)
– Muito obrigado, Presidente.

O PLS 402, de 2018, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.

Para isso, a proposição acrescenta o art. 49-A à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), determinando, de modo detalhado, a observância obrigatória dos princípios do desenho universal, conforme definidos na Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000) e na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

O detalhamento mencionado acima dirige-se à concepção e implementação de projetos “que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural”. Deste modo, a proposição pretende inscrever a ideia normativa estatal em todo o futuro crescimento de nossas cidades.

Não se observam óbices de constitucionalidade ou de juridicidade, consistindo a proposição em iniciativa conforme a competência deste Senado Federal, tal como estabelecida no art. 24, inciso XIV, da Carta Magna, combinado com os arts. 59 e 61 da mesma, que tratam da iniciativa da União para dispor concorrentemente, por meio de lei ordinária, sobre aquele mesmo tema.

Quanto ao mérito, acredito que a proposição encerra conteúdo normativo precioso por sua pertinência e utilidade no momento atual.

A essência do mérito da proposição é a disposição de prosseguir na luta pela modernização da sociedade e da condição de vida de todos, pessoas com deficiência ou não.

A nosso ver, a proposição logra seu intento, em especial graças à inteligência intrínseca ao conceito de desenho universal, bem como graças ao modo como a proposição incide sobre os processos de urbanização no Brasil.

Voto.

Em razão dos argumentos expostos, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O Senador Romário leu o relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos esperar o quórum para irmos à votação.

Dois Senadores já anunciaram que estão vindo – ligaram para cá e estão vindo nesse momento.

Eu quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, que já está aqui e que, na última quarta-feira, foi eleito, por unanimidade, Presidente da Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana. Ele apresentou, no primeiro dia, um belo relatório, apontando o trabalho que ele vai implementar, e, no dia adequado que V. Exa. marcar a reunião da subcomissão, eu, que sou suplente com muito orgulho, estarei aqui para participar, sob a orientação de V. Exa. na Presidência.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu queria só comentar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Zenaide com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... que este projeto é bem amplo, porque dá acessibilidade em todos os sentidos. Se você tem algum tipo de deficiência, por exemplo, visual, não há nada que indique em uma placa os serviços que são prestados. A gente ainda está bem distante de chegar a isso, mas eu acho que a gente tem que avançar cada vez mais. Eu sempre costumo dizer que, se uma sociedade não consegue incluir as pessoas com deficiência, com certeza, quem está deficiente é essa sociedade. Então, cabe à gente aqui – e eu quero parabenizar – tudo que vier... Isso é para uma população grande.

Eu queria pedir licença para dizer que, na Câmara, a gente tinha um projeto, de que eu era a Relatora. Eduardo Barbosa, Mara Gabrilli e eu defendíamos que, nos estabelecimentos comerciais – está lá esse projeto de lei – houvesse as informações sobre o produto em braille ou com outras tecnologias que há hoje. Infelizmente, ele foi retirado de pauta – lá pode-se retirar de pauta duas vezes, e a gente não vê... É algo que a gente pode pensar aqui, porque, mesmo pensando do lado do empresário, é claro que existe uma população grande com deficiência visual que vai ser consumidor. Eles nos procuraram, Romário. Eles não têm o prazer de ir ao comércio comprar porque precisam de alguém para informar que produto é aquele, o que há naquele produto e até o preço. Então, eu estou chamando a atenção aqui porque, de repente, a gente pode pensar nisso. É bem interessante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide.

Eu aproveito para, neste momento, passar a palavra ao Senador Acir Gurgacz para que ele nos dê um pequeno informe sobre a sua subcomissão que foi instalada na última quarta-feira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discutir.) – Muito bem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a Senadora nos coloca, de fato, uma sugestão importante.

Vamos debater todos os temas de acessibilidade no nosso País. As nossas cidades estão longe de estar preparadas para as pessoas especiais, que precisam dessa acessibilidade. Vamos começar a discutir, debater, e a participação de V. Exa., com a sua experiência, tenho certeza de que vai nos ajudar bastante, para podermos tornar a vida dessas pessoas que necessitam de acessibilidade mais confortável, uma vida melhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, também com relação à mobilidade urbana, é um dos grandes problemas que nós temos no nosso Brasil, não só no Rio de Janeiro, Senador Romário; mas na nossa capital de Porto Velho também não é diferente. Nós temos que melhorar a qualidade do transporte urbano, a começar, dizíamos anteontem, pela qualidade do tipo dos ônibus que hoje nós temos no nosso País. Senador Girão, os ônibus que nós temos hoje são da época de 70, são os mesmos, só muda lá alguma coisa, mas a qualidade e o conforto são os mesmos, tanto é que precisamos hoje, para a acessibilidade, ter elevador nos ônibus urbanos, coisa que já é muito antiquada. O ônibus tem que ser de piso baixo, na altura do meio-fio, e apenas uma rampa resolveria o problema. E aí nós teríamos, de fato, uma qualidade melhor para os passageiros e uma acessibilidade em todos os ônibus, sem precisar ter elevador, que, muitas vezes, pelas más conservações das vias, não funciona quando é preciso, Senador Styvenson.

Então, nós temos que debater, discutir isso, para melhorar a qualidade do transporte, pois, ano a ano, nós estamos vendo a quantidade de automóveis aumentarem no nosso País e é evidente que nós não temos as ruas necessárias para essa quantidade de veículos. A solução sempre será o transporte coletivo, e o coletivo tem que melhorar. Então, é nesse sentido que nós vamos trabalhar, debater, discutir; faremos audiências públicas, vamos chamar todos os interessados para nos ajudarem a melhorar tanto a acessibilidade quanto a mobilidade urbana.

Eu agradeço a atenção e o apoio do nosso Presidente, Paulo Paim, vamos precisar muito da sua participação, pela experiência que V. Exa. tem, para que nós possamos avançar e entregar, ao final desse trabalho, projetos importantes para melhorar a vida do cidadão brasileiro, tanto na acessibilidade quanto na mobilidade urbana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chegou a nossa querida Senadora Leila Barros. Com mais uma presente, nós vamos poder já começar a fazer o processo de votação.

Eu queria neste momento, enquanto chega o próximo... Não há nenhum Senador presente que tenha que fazer a leitura de algum relatório? Se houver alguém, eu dou preferência. (*Pausa.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pois não, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Nós temos o item nº 1, para o qual foi pedida vista, na semana passada, mas já foi entregue à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesa. Eu entendo que não há necessidade de leitura, pois já foi lido, só para fazer referência mesmo a que o pedido de vista já foi entregue...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi devolvido já.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... foi devolvido e está pronto para a votação. É um projeto importante, que vai trazer uma melhoria para que as pessoas possam investir mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É terminativo?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Não, não é terminativo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim. Então, vamos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É terminativo na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bom.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Na CAE, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E poderá ser votado, inclusive, hoje; aqui poderá ser votado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Poderá ser votado aqui, hoje, a depender do quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Havendo quórum, a gente já vota, só falta um no painel.

Enquanto o...

Qual é o Senador que estava vindo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Lucas Barreto disse que está vindo já para cá e já vamos iniciar a votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos aproveitar... Senadora Leila, do item 17, V. Exa. é a Relatora. Ele poderá ser votado em bloco com os outros, num segundo momento.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 19, DE 2018

- Não terminativo -

Permanência dos cursos de humanas nas universidades públicas.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra à Senador Leila Barros para a leitura do relatório.

Logo após a leitura, nós teríamos a discussão da matéria.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para leitura de relatório.) – O relatório já vou começar a ler; só um minutinho, Presidente.

Vem à apreciação desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 19, de 2018, originária do Programa e-Cidadania deste Senado Federal, na forma da Ideia Legislativa nº 101.909, que pretende assegurar a permanência dos cursos de humanas nas universidades públicas.

A ideia que se defende é de que os cursos nas áreas de ciências humanas devam continuar a ser oferecidos nas universidades públicas do País. No detalhamento, ressalta-se que nem todos teriam condições de arcar com mensalidades de instituições privadas e que, portanto, todas as áreas do conhecimento devem ser contempladas pelas instituições mantidas pelo Poder Público.

Para transformar-se em SUG, a proposta em exame contabilizou mais de 20 mil apoiadores registrados no sistema de participação digital do Senado Federal, no período de 16 de março a 10 de abril de 2018.

Análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe o inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (Risf) que compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

Por sua vez, a Resolução do Senado nº 19, de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, estabelece que a ideia legislativa recebida por meio do portal do programa que obtiver apoio de 20 mil cidadãos em quatro meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Risf e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à CDH. Assim, estão atendidos os pressupostos regimentais para admissibilidade da SUG nº 19, de 2018.

Passando à análise do mérito, constatamos que a ideia legislativa surgiu como clara oposição à proposta de extinção dos cursos de humanas das universidades públicas, também apresentada no âmbito do e-Cidadania. Segundo o autor da proposta de extinção, não seria adequado usar recursos e espaços públicos para cursos de humanas, que poderiam ser realizados presencialmente e a distância em qualquer instituição privada. Seu objetivo, portanto, seria dar mais ênfase ao que denominou "cursos de linha", como Medicina, Direito e Engenharia em suas diferentes modalidades.

Entendemos, contudo, que os cursos superiores no campo das humanidades contribuem para a criação de uma sociedade culturalmente e intelectualmente melhor. As universidades são responsáveis por produzir, aperfeiçoar e compartilhar percepções equilibradas e aprofundadas de conhecimento acerca da natureza, dos seres humanos e da sociedade. Nesse sentido, entendemos que as ciências humanas e sociais fornecem uma contribuição essencial para o conhecimento acadêmico como um todo.

Não obstante, como exposto, concordarmos com o mérito da ideia legislativa em análise, observamos que não existe nenhum empecilho legal para a criação e manutenção de cursos de humanas nas universidades públicas a justificar a aprovação da SUG nº 19, de 2018. Pelo contrário, o próprio conceito de universidade estabelecido no art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) explicita que se trata de instituições "pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, da pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano". A especialização por campos do saber é admitida na legislação como exceção, e não a regra do que define uma universidade, cujo escopo costuma ser o mais abrangente possível. A exclusão de toda uma dimensão do pensamento e da ciência ligado à cultura e à sociedade, portanto, seria simplesmente, a nosso juízo, incabível.

Dessa forma, a despeito da sensibilidade demonstrada pela sugestão trazida por meio do Programa e-Cidadania à consideração desta Casa, entendemos pela desnecessidade de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispositivo legal para assegurar a permanência dos cursos de humanas nas universidades públicas. Por conseguinte, impõe-se a conclusão de que a Sugestão nº 19, de 2018, deve ser arquivada.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pelo arquivamento da Sugestão nº 19, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem quera discutir, vamos esperar o momento em que tenhamos a presença no painel de dez Senadores e Senadoras.

Neste momento, passo a Presidência para o Senador Girão, para que eu possa fazer a leitura de um projeto que é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Em primeiro lugar, muito obrigado, Senador Paulo Paim. Que honra! Quero registrar que é uma honra receber a Presidência de V. Exa., eu que estive tantas vezes, como cidadão, participando de audiências aqui na CDH. Então, é um momento histórico para mim. Eu agradeço.

Item 19.

ITEM 19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2016

- Terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio para “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”.

Autoria: Senador Telmário Mota

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

Tramitação: Terminativo nesta CDH.

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para leitura do relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para leitura de relatório.) – Eu primeiro explico, Presidente, Senador Girão, que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República havia pedido que eu tirasse esse projeto de pauta e, durante a semana, falariam comigo para ver se daria para fazer algum ajuste. Não me procuraram. Como não me procuraram, claro, o projeto volta naturalmente à pauta. Mas eu fazendo a leitura, ele é terminativo, não obrigatoriamente será votado hoje, até porque é terminativo e porque alguém pode pedir vista.

Então, eu farei a leitura, mas quero dizer que continuamos abertos ao debate, se assim entenderem que ainda têm alguma contribuição a dar. Então, eu fazer a leitura não significa que eu não continuo, como Relator, aberto à discussão com o Governo sobre a matéria. Lembro que é terminativa.

Vem a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para analisar, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 188, de 2016, de autoria do Senador Telmário Mota, que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a alterar o nome da Fundação Nacional do Índio (Funai) para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

O autor justifica a iniciativa com fundamento no consenso técnico e acadêmico que indica ser mais correto identificar os índios como povos, reconhecendo assim sua identidade étnica e cultural e sua autonomia como sujeitos de direitos coletivos, bem como sua relevância, no nosso caso, por serem eles uma das três principais matrizes formadoras do povo brasileiro.

Até o momento, eu não recebi nenhuma emenda, que poderei receber até o término da discussão e iniciarmos a votação.

É um texto longo, com a preliminar que fiz deixei bem claro qual é o objetivo. E este parágrafo é muito claro: para mudar o nome para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Como já atingimos o quórum, eu considero como lido, mas aberto à discussão e a todos os movimentos regimentais que a Casa permite, já que está terminativo.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O meu parecer foi pela aprovação. Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 188, lembrando que ele poderá sofrer emendas até o final da discussão, que não se encerra neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Presidente Girão. É uma satisfação enorme. O Senador Eduardo Girão, de fato, como ele aqui é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator... Em muitas e muitas audiências públicas – o Senador Romário já estava aqui, outros também já estavam –, ele estava no Plenário contribuindo com ideias e muitas vezes levantando a plaquinha, dizendo qual era a posição dele em relação a esse ou àquele projeto e hoje é Senador da República.

Eu acho que essa simplicidade e esse gesto dele de lembrar isso merecem aqui as nossas considerações.

Parabéns, Senador.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Presidente, aproveitando para seguir aí a sua fala sobre o nosso Senador: é uma pessoa que tem uma grande sensibilidade em relação às pessoas com deficiência. E pode ter certeza de que esse segmento da nossa sociedade, com a chegada do Senador Eduardo Girão, ganhou um grande combatente, guerreiro. Eu tenho certeza de que, com a presença dele aqui, unindo a todos os outros aqui que também têm como bandeira essas pessoas com deficiência, estas vão ter uma atenção mais forte e mais diferenciada e mais especial, através do nosso representante do Ceará.

Parabéns, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado, Senador Romário. V. Exa. é uma referência para mim em várias áreas, inclusive também na política.

Eu disse no Plenário, na semana passada, após aquele evento memorável, que jamais vou esquecer, do Dia Internacional da Síndrome de Down, eu disse que, se V. Exa. não fizesse mais nada, não tivesse mais nenhuma causa aqui dentro, já teria valido a pena seu mandato, pela importância, pelo carinho, pelo trabalho, pela dedicação, pela valorização que V. Exa. dá à causa das pessoas com deficiência. Mas o senhor faz muito mais, a gente sabe que o senhor está em várias outras causas e sempre com muita honradez, com muita serenidade e sensibilidade – eu acho que essa é a palavra.

Eu acho que o mundo hoje precisa de humanidade, precisa de Deus. E V. Exa. é um homem de Deus. Então, eu fico muito honrado em estar ao seu lado.

Muito obrigado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Girão está na Presidência ainda, eu só quero resgatar, favorável a ele, que isso que ele falou aqui ele também disse no Plenário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Item 22.

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública, nesta Comissão, para debater a CPI da Previdência e Reforma da Previdência.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Rapidamente, Presidente, primeiro quero dizer que eu acho que essa é a única CPI que eu assinei, viu? Eu não sou muito dessa de assinar CPI contra Pedro, contra Paulo, contra João... E não participo de CPI nenhuma também, mas dessa eu participei e presidi. Inclusive estão me procurando, dizendo: "Assina aqui, assina aqui". O meu tempo aqui de 42 anos na Casa mostra que CPI muitas vezes vira muito mais um debate político e até ideológico do que resultados que nós queremos. Então, eu quero dizer que tenho alguma dificuldade, não significa que não assine nenhuma. Mas essa eu assinei e fiz questão de presidir.

É rápido, Presidente.

A CPI da Previdência fez um trabalho durante seis meses, mas até hoje às vezes circula – e olha que eu estou trazendo o debate aqui para dentro –: "Ah, mas a CPI não é bem assim".

Bom, se não é bem assim, se querem, vamos discutir de novo então. Trarei aqui o Relator, trarei pessoas que participaram do debate e até quem não gostou do resultado, para a gente aprofundar o debate sobre a CPI da Previdência. É mais uma forma de nós construirmos com isso caminhos para resolvermos de forma coletiva, como foram as falas que todos fizemos ontem, a questão da previdência, para que ela seja cada vez mais sólida e cada vez mais superavitária. Mas os debates é que vão apontando os caminhos dessa construção coletiva.

É esse o objetivo, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só passei agora a ele, porque daí eu vou votar todos os projetos, e desse já fica adiantada a leitura. Mas farei a votação no momento adequado. Se quiserem votar agora, V. Exa. está na Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Vamos votar agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos votar e ele vai passar para mim a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Devolvo a Presidência para o Senador Paulo Paim.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tira essa foto aqui para mim, Senador Eduardo Girão, por favor. É mais para mostrar que aquele que estava lá como militante, hoje presidiu a Comissão de Direitos Humanos da Casa.

Vamos aos votos, meus amigos e minhas amigas.

O primeiro item que vai ser votado...

Pessoal, vamos lá – ele vai só me alcançando os projetos –, todos que eu vou agora colocar em votação já foram lidos.

Então, item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 546, DE 2018

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever expressamente a possibilidade de doação direta, dedutível do Imposto de Renda, em favor dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e de projetos de organizações da sociedade civil aprovados pelos conselhos dos respectivos Fundos.

Autoria: Senador Edison Lobão

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAE.

- Em 21/03/2019, foi lido o relatório e concedida vista à Senadora Selma Arruda.

Se considerarem necessário, concederei a palavra ao Senador Acir Gurgacz e também à Senadora Selma Arruda – se assim entenderem – antes de irmos à votação. *(Pausa.)*

Como ninguém se pronunciou, nós vamos à votação.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto. Não é terminativo, o debate vai continuar em outra Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer, desta Comissão, favorável ao projeto.

O projeto segue agora para análise terminativa na CAE.

Vamos em frente.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, de 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CDR.

Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018, não terminativo, lido no dia 28/03.

A autoria é do Senador Hélio José e a relatoria é do Senador Romário, que já leu o relatório.

Se ninguém quiser se pronunciar, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nós vamos a voto.

Coloco em votação o relatório favorável ao projeto do Senador Hélio José; Relator, Senador Romário.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto.

O projeto segue para análise terminativa na CDR.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, de 2018

- Não terminativo -

Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Item 10, lido no dia 28/03 também. Acrescenta o § 6º ao art. 34 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer o direito à prioridade na concessão de férias ao trabalhador com deficiência ou que tenha cônjuge ou dependente com deficiência.

Autoria, Senador Paulo Paim. Relatoria, Senador Romário, que já expressou o seu relatório favorável.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Colocamos em votação o relatório favorável ao projeto.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão favorável ao projeto.

O projeto não é terminativo e segue para análise terminativa na CAS.

ITEM 17

SUGESTÃO Nº 19, de 2018

- Não terminativo -

Permanência dos cursos de humanas nas universidades públicas.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

Item 17, lido no dia 28/03. Sugestão nº 19, de 2018, também não terminativo. Permanência dos cursos de humanas nas universidades públicas. Programa e-Cidadania. Relatora, Senadora Leila Barros.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório, mas ela já o fez.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a discussão.

Coloco em votação o relatório pelo arquivamento da sugestão.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão pelo arquivamento da sugestão rejeitada.

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os possíveis impactos dos jogos eletrônicos violentos nas crianças e adolescentes. Propondo para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. O Professor Igor Lemos - Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental Avançada, Mestre em Psicologia e Doutor em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento.

Autoria: Senador Eduardo Girão

Item 21. Requerimento nº 17, de 2019, não terminativo.

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.

Autoria: Senador Eduardo Girão.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão para encaminhar o seu requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – É o item 21, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pronto.

O item 21, que é o Requerimento 17, de 2019...

Eu tenho que fazer a leitura aqui ou posso apenas encaminhar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para encaminhar.) – Isso aqui é muito importante. Eu tive a oportunidade de participar, há uns cinco anos, de um debate, lá no Ceará, muito interessante, principalmente para quem tem filhos pequenos, para quem conhece essa realidade hoje desses joguinhos de computador, de celular que estimulam a violência. Então, é uma epidemia o que está acontecendo.

Nós tivemos aquela tragédia, há 15 dias, na escola em Suzano, em que a gente viu um pouco do impacto que isso causa também. É um efeito potencializador, é a cultura da violência em ação – é a cultura da violência. Isso movimenta, Senadora Zenaide e demais Senadores aqui presentes, bilhões de dólares. Esses jogos não têm controle, não têm regulamentação com relação à compra, à idade para utilização.

Então, eu gostaria de sugerir essa audiência pública, trazendo inicialmente o Prof. Igor Lemos, que é Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental Avançada, Mestre em Psicologia e Doutor em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento. Eu fiquei encantado com o que eu ouvi dele, no debate de que nós participamos lá o Ceará. E queria trazer também outros atores sociais para que a gente possa debater esse assunto que eu relatei aqui há 15 dias.

Como os meus filhos pequenos... Eu tenho cinco filhos, mas os meus três adolescentes hoje, Senador Romário, chegaram em casa, há dez anos, e foi impressionante como eu notei uma mudança de comportamento rapidamente. Eu, conversando – eu gosto sempre de conversar –, comecei a ver muito no celular jogando, brincando no celular. Eu disse: "Deixe-me ver o que é". A gente não tem essa coisa, é transparência mesmo, não tem esse negócio de segredo. Ele me mostrou e eu fui ver o jogo que ele estava jogando. Não vou falar nem o nome desse jogo para não fazer propaganda, Senador Alessandro. Era um jogo que, quanto mais você matava, quanto mais você atropelava, você ganhava mais pontos. E o meu filho que é o caçula estava apaixonado pelo negócio e não queria soltar. Eu disse: "Filho, vem cá". Eu comecei a conversar com ele. Foi difícil, rapaz. Chamei a mãe, a gente passou uma semana conversando para não ser autoritário. E aí convencendo, convencendo... No final de algumas semanas, ele se convenceu e nós destruimos juntos, porque na época ainda era aquele Playstation, os DVDs desses joguinhos. Ele hoje é consciente – ele já está mais velho, está com 15 anos – de que aquilo estava fazendo mal a ele e o estava consumindo.

Então, o debate é nesse sentido, porque eu vejo que muitos pais, Senador Paulo Paim, estão se afastando um pouco dos filhos, estão deixando... Então, é um momento de reflexão, porque você não sabe o que ele está fazendo ali. Precisamos regulamentar esses jogos e vamos trabalhar nesse sentido para debater.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Girão é tão rápido, que ele já, neste momento, defendeu e presidiu. Eu vou explicar o porquê. Nós fizemos a leitura errada do documento que chegou, mas V. Exa. percebeu, deixou para lá e corrigiu na defesa que fez – e fez a defesa muito bem.

O Requerimento nº 17, de 2019 – que fez a defesa agora – Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno da Casa, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os possíveis impactos dos jogos eletrônicos violentos nas crianças e adolescentes. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. O Professor Igor Lemos - Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental Avançada, Mestre em Psicologia e Doutor em Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento.

Muito bem, já fez a defesa muito bem feita. Eu só encaminho à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais uma vez, reforço que os autores do requerimento... No dia da audiência, eu estarei presente, mas participo da abertura e vou para o Plenário, e quem preside são as Senadoras e os Senadores autores de todos os requerimentos aprovados.

Desconheço qual é o meu ciclo, porque o ciclo é para ter uma reserva técnica. Ao dos senhores sempre será dada preferência. O.k.?

ITEM 14

SUGESTÃO Nº 16, DE 2017

- Não terminativo -

Fim da aposentadoria especial para Senadores e Deputados.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Não foi apresentado relatório.

Observações:

Tramitação: CDH





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falha no sistema. Senador Eduardo Girão devolveu a relatoria para redistribuição no dia 27/02/2019.

Eu logo vi, porque eu sou totalmente favorável a essa indicação.

Não vai ser nem votado e vai ser considerado prejudicado – mas vou abrir a palavra para os senhores também –, porque já aprovamos a SUG 43, aqui nesta Comissão, do Senador Arolde, de que ele foi Relator, que é exatamente a mesma coisa. Então, só para não replicar... Mas, se alguém quiser comentar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu queria fazer um rápido comentário. Há também a SUG 23, de 2018, do programa e-Cidadania, que define o fim das regalias para ex-Presidentes e ex-Governadores, e a relatoria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É sua.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... está comigo. Inclusive, já estamos aqui trabalhando numa emenda incluindo essa questão também das aposentadorias especiais. Então, como vai ser debatido mais na frente, eu acredito que...

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, procede o arquivamento, porque nós vamos aprofundar o debate em cima do seu projeto, de que V. Exa. é o Relator.

Declaro a prejudicialidade da SUG 16, de 2017, nos termos do art. 334 do Regimento Interno, tendo em vista seu atendimento pela aprovação, já por esta Comissão, da SUG 43, de 2017.

Que fique bem claro que eu sou totalmente favorável a essa proposta, elogio o programa e-Cidadania, quem propôs e quem encaminhou. Nós já aprovamos, inclusive o Senador Girão está com uma dessas propostas.

Assim a SUG 16, de 2017, irá ao Arquivo, porque é apenas réplica de outra que já está em debate aqui na Comissão.

Nós votamos todos os requerimentos como combinamos – nenhum extrapauta – e todos os projetos que estavam na pauta – nenhum polêmico –, com os relatores presentes. E os não terminativos não foram votados. Por isso, não foi necessário... Os terminativos não foram votados, nenhum foi lido. Por isso é que ninguém pediu vista, porque se houvesse alguma polêmica...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu só tenho que fazer a leitura de alguns informes, mas quero passar a palavra a todos os Senadores para comentarem os informes ou qualquer questão que assim entenderem.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Falou aí sobre o de Telmário?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O do Telmário é terminativo. Eu fiz a leitura, mas, como não temos quórum presencial, não poderia ser votado.

Eu quero registrar a presença do Senador Alessandro Vieira e o cumprimento pela atuação brilhante, tranquila e equilibrada, ontem, no debate com o Ministro da Fazenda. Eu passo a palavra a ele neste momento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE. Pela ordem.) – Agradeço pela deferência, Sr. Presidente, Senador Paim. Devolvo ao senhor o comentário vindo de bases que não são as suas tradicionais do Partido dos Trabalhadores, mas que também reconheceram o equilíbrio e a correção daquilo que o senhor apresentou em audiência.

Manifesto aqui de público a minha preocupação com a má qualidade das propostas encaminhadas pelo Governo Federal. Infelizmente nós temos, muito evidentemente, ministros que estão abaixo da demanda dos cargos que ocupam, como é o caso do Ministro da Educação, Vélez. É lamentável a participação desse Sr. Ministro.

Com relação à previdência, o Ministro Paulo Guedes não respondeu ao meu questionamento.

(Soa a campainha.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - SE) – Eu questionei objetivamente o Ministro Paulo Guedes com relação àquilo que é efetivamente uma demanda da gestão fiscal da previdência e àquilo que é uma mera sinalização para mercados de investimentos.

Nós precisamos apartar essas duas coisas, porque ele fala em números grandes, com um objetivo muito claro de encantar políticos investidores. Ele fala em bilhões, ele fala em trilhões, com uma leveza e uma ligeireza que nos preocupa. Ele não demonstrou aqui nenhum conteúdo referente ao tema da audiência, que é a Lei Kandir, e isso é extremamente preocupante, porque é da mais alta responsabilidade a atuação do Ministro Paulo Guedes, a gente sabe que ele tem capacitação acadêmica, mas é preciso descer do pedestal e apresentar propostas concretas para a sociedade brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço a sua referência e devolvo, retribuo o agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra está aberta. O Senador Alessandro Vieira fez ontem uma intervenção, e eu segui na linha dele, pelo menos na abertura. Permita-me que eu diga... V. Exa. disse que temos dificuldades enormes no País, você disse para o Ministro. Aí, o Ministro: "Não estou entendendo". V. Exa. fala que a Lei Kandir seria um aporte de 1,8 bilhão, se não me engano, mas diz que a Lei Kandir você não tem como pagar, mas, ao mesmo tempo, diz que há 4 bilhões à disposição de cada Estado. Ou há dinheiro ou não há. E a resposta que o Ministro deu, e eu falei na sequência, foi: "Não, eu tiro aí 1 trilhão de qualquer ministério", o que ficou mais no ar ainda. Como é que eu tiro 1 trilhão – não, o pessoal me mandou gravação hoje de manhã – de um ou outro ministério e resolvo? Então, não havia conexão. Aí, na minha fala, eu disse: olha, eu estou na mesma linha do Senador Alessandro; eu não entendi nada, então, falando isso que V. Exa. e ele repetiu.

Então, essas coisas ficaram truncadas.

A minha fala, no final, foi pedindo que eles venham aqui debater na Comissão. Quero dizer que eles assumiram que virão. Tenho aqui também, acho, as Lideranças do Governo, que já conversaram comigo, vamos debater os temas aqui relacionados à previdência com o contraditório para esclarecer, cada vez mais, qualquer dúvida. Tem dúvida? Onde tem? São os professores, Senadora Leila? São os deficientes? São os idosos? A previdência tem déficit? Não tem? Onde está o déficit? Como é que podemos resolver, ajudar? Há privilégios? Onde estão? Tenho certeza de que esta Comissão aqui toda vai trabalhar para acabar com qualquer tipo de privilégio. Então, é isso o que nós queremos.

Mas, por fim, eu achei positivo, porque o debate começou, pelo menos: ontem, era a Lei Kandir e outro tema... Eram dois temas... Não era a previdência... Pacto federativo! Alguém aí assoprou, e eu peguei aqui. Era pacto federativo e Lei Kandir, mas eu sabia que iria entrar a previdência. A maior parte do tempo foi previdência, e eu participei, claro, mas de uma forma respeitosa, porque eu acho que é assim que tem que ser o debate. Houve gente que me disse no Plenário: "Paim, você está muito elegante para o meu gosto!". Só sei ser assim, não sei ser diferente. Não sei se isso é truculento ou elegante, mas eu procurei dialogar com o Ministro, colocando os meus pontos de vista, como V. Exa. colocou e outros também colocaram, Senadora...

Senadora... Com a palavra.

Senadora Zenaide. Eu estava com a... Eu ia chamar era de Leila...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria avisar ao Alessandro... Porque realmente o Ministro... Eu estive com o Ministro – a bancada do Rio Grande do Norte –, com o Ministro e a Governadora, porque a gente foi lá.

Primeiro, eu quero parabenizar esta Casa, dizendo que é assim mesmo. A gente não pode começar criticando o Governo. Vamos ouvir, vamos ouvir as pastas. Por exemplo, nós recebemos o Ministro do Desenvolvimento Regional... Porque a gente ainda está com dificuldade... Por exemplo, você falou Ministro da Fazenda; é da Economia. Então, é um cara centrado e foi bem cirúrgico, foi na Comissão de... Não foi de... Não! Era de Infraestrutura e Cidade; agora é de Desenvolvimento Regional, não é?

Então, o seguinte: tem que ouvir esta Casa, como tem que ouvir, porque é aquela história, você não pode ser contra. E isso para mim não é uma questão partidária, nem de cor nem de número.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Isto aqui é um país... E a gente está aqui empenhado em resolver.

Mas o que me chama a atenção e me preocupa é que é Ministro da Economia... Tem que apresentar um plano para alavancar a nossa economia, e não tem... Porque ninguém... Eu costumo dizer, alguém já viu algum país, no mundo, sair de uma crise econômica sem o maior investidor, que se chama Estado? O país não investir? Não existe isso. Então, fixaram-se ajustes fiscais – claro, tem que haver –, mas tem que gerar emprego e renda, gente! Se a gente não gerar emprego e renda, a nossa previdência, que a gente sabe que tem de onde tirar, cobrando dos grandes devedores, dos sonegadores... E a gente sabe que a seguridade como um todo não é falida. Eu, como Deputada Federal... Todo final de ano, se você olhar, é cheio de PLN, abrindo o orçamento geral da seguridade e transferindo para outras pastas. Então, isso é real.

Mas o que me preocupa é o seguinte: o País tem essa crise, mas nós temos o privilégio – isso eu ouvi do representante do Banco Mundial... Nós temos cinco bancos fomentadores, bancos públicos, ou totalmente públicos, com lucros exorbitantes. A Caixa Econômica, 15 bilhões... Tudo bem que o banco estatal não é para ter prejuízo, mas ele foi criado para fomentar a construção civil, a agricultura familiar – que é responsável por 70% da alimentação que vai para a mesa –, o comércio, a indústria. Eu costumo dizer: não precisa ser economista. Se você... Estamos num momento em que milhões de brasileiros estão desempregados, porque o IBGE diz que 12 ou 13 são os que, nos últimos 12 meses, perderam emprego, mas há aqueles que nem procuram mais, e o volume é muito maior. Aí, se você tira o poder de compra do trabalhador, do servidor ou da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

própria população, é claro que você tira o poder de venda do comércio. E, se você tira o poder de venda do comércio, também o da indústria. E o Governo não arrecada.

Eu acho que a gente tem que ter esse olhar diferenciado! Vamos dar as mãos! Vamos sugerir, mas o Ministro, que é da Economia, não é só da Fazenda, tem que mostrar: nós vamos ter... É, Caixa Econômica, por que estamos falindo os pequenos e médios construtores, quando há um lucro desse tamanho? E eu digo que estão, porque, para cada imóvel que está construído neste País, há, no mínimo – eu olhei na Caixa Econômica –, cinco pessoas aptas a comprá-lo. Aí, estão lá os imóveis prontos, e esses jovens engenheiros, na sua grande maioria, falidos. E a construção civil a gente sabe que é o que alavanca mais rápido a empregabilidade deste País, comércio, indústria e outra coisa: ciência e tecnologia, gente.

Eu ouvi um comentário de um socialista que eu achei bastante interessante, Alessandro, em que ele provava que sem a ciência e a tecnologia não existe democracia. E me chamou a atenção, porque é, quando a ciência e tecnologia mostram que a saída é outra, que alguém que é ditador vai ter que rever os valores.

Então, o que a gente pede aqui não é o quanto pior, melhor; pelo contrário, neste País, o povo está esperando por nós. Mas eu me preocupo porque as propostas não são... Em relação à própria proposta de segurança pública, até agora o que a gente tem é: facilitação da compra de armas – facilitar a compra de arma –, que a gente sabe que nunca resolveu, no mundo todo. Não podemos seguir americanos, porque, apesar de serem a maior potência do mundo, é uma população carcerária que não justificaria, se estivéssemos vendo pelo lugar correto.

Então, quero dizer o seguinte: aqui não é questão de cor nem de partido; aqui é País, aqui é povo brasileiro; aqui são povos indígenas, de quem eu queria dizer que sou a favor, até porque é o índio como projeto – não é só como se fosse o índio, o homem, a mulher –, são os povos indígenas. Eu acho que isso não altera nada, não vai custar nada, não há custos sobre isso. Porque, hoje, em tudo há.

Era só isso. Quero parabenizá-lo pela linha disso aí. A gente só está querendo explicações e querendo projetos que façam este País andar.

Obrigada, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senadora Zenaide Maia.

Eu queria só anunciar: como foi feito lá um acordo informal, ali naquele debate, na Comissão, com o próprio Ministro e os seus assessores que estavam à Mesa, de que eles iriam participar de todas as audiências para as quais forem convidados, eu quero tomar a liberdade de dizer quais audiências estão marcadas. E o representante do Governo, para mim, será sempre





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bem-vindo, em todas elas, inclusive com assento à mesa e com direito à palavra. Isso não fere em nada o Regimento.

Por exemplo:

Primeiro de abril, às 9h, segunda-feira, é – "A influência do Fake News na sociedade". Se o Governo entender que é interessante para ele – e estou me referindo já, porque eles estão aqui presentes – que haja alguém à Mesa para falar também sobre *fake news*, será bem-vindo. Nós traremos especialistas que foram indicados pelos Senadores e Senadoras e pela sociedade civil.

Às 14h, do mesmo dia, teremos, porque é o Dia Internacional da Conscientização do Autismo, um debate aqui amplo sobre o autismo, que, provavelmente, uma Senadora jovem – jovem na Casa, não estou aqui... Para mim, jovens todos são... É a Daniella Ribeiro! A Mesa me socorreu! Como ela tinha proposto já uma audiência no Plenário, mas os autistas, em entendimento comigo e com ela, preferiram fazer na Comissão de Direitos Humanos, eu vou passar para ela a Presidência. Repito até o nome, porque ela é nova: Daniella Ribeiro. Então, a Senadora Daniela Ribeiro, da Paraíba, é que vai presidir essa reunião, e eu estarei aqui, junto, no Plenário, com enorme satisfação, nesse dia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Segunda-feira, às duas da tarde. Depois de eu falar no Plenário, na abertura, eu venho para cá. Vai ser à tarde essa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu só vejo aqui o Paulo Paim... Eu sou do Rio Grande do Norte, onde só há voo à tarde. Então, para eu estar aqui antes das 18h – e eu estou perdendo as melhores audiências públicas aqui desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas teremos outras.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... eu teria que vir no domingo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Teremos outras, é que são muitos pedidos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É, eu sei. Tudo bem!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Daniella Ribeiro, acabei de me lembrar agora, não era membro. Daí eu falei com ela, e ela já solicitou a indicação dela para poder presidir. Eu espero que chegue aqui, ainda em tempo.

Mas vamos já para o 2 de abril, e a senhora vai estar aqui.

Dois de abril, violência nas escolas. Autoria, Senador Styvenson. Eu estarei junto, e V. Exa. vai presidir a sessão. Vai estar junto aqui.

Nove de abril, terceirização da mão de obra e irredutibilidade de salários. Nessa, se os Senadores puderem estar presentes... É com foco aqui na Casa, mas, se acontece na Casa, que é o Senado e a Câmara, o coração da democracia, calculem o que acontece lá fora... É a redução do salário dos terceirizados. São senhoras e senhores que ganham em torno de 1,5 mil, 1,3 mil e que, de repente, ficam sabendo que vão receber um quarto, um terço, um quinto do auxílio-alimentação e do vale-transporte, porque, segundo o TCU, o preço mais baixo apresentado na concorrência da Casa é vencedor. Que se cumpra! Só que eles estão reduzindo é o salário dos terceirizados na disputa do preço. Então, aquele empresário que tem sensibilidade, uma visão humanitária e não quer baixar o valor do salário do trabalhador perde a concorrência para o outro, que... Para mim, é uma perversidade, é cruel reduzir o salário de quem ganha R\$1,3 mil, R\$1,4 mil. Então, estou chamando o TCU para que venha me explicar que critério é esse. E, se for preciso, faremos uma audiência, num segundo momento, lá no TCU, visitando o Presidente, para sensibilizá-los. Eu sei que poderei contar com os senhores.

Dezesseis de abril: a sociedade e a política, desafios para representar mais e melhor. É essa visão, digamos, da política cada vez mais avançada, eu diria. Governar para todos, valorizando as lideranças novas.

Vinte e três de abril: violência sexual contra vulnerável. Autoria: Senador Styvenson. E V. Exa., mais uma vez, já está convocado para presidir a reunião.

E dezesseis de maio, que é o Dia Internacional do enfrentamento LGBTfobia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A de 23 de abril, conforme acordo com o autor do requerimento, mudou para dia 21 de maio. É isso. Está o.k.: 21 de maio.

Mas eu quero deixar aos representantes do Governo que, em todas as audiências que entenderem que deve haver representante do Governo...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Girão com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Paulo Paim, são duas gestões: uma para essa audiência pública com relação à segurança nas escolas, à que vou sugerir alguns nomes, entre eles, o do Coronel Plauto, lá do Ceará. Vai ser uma audiência muito interessante – todas elas –, mas essa com relação à segurança nas escolas é algo que tem nos preocupado bastante, não é?

E outra é um requerimento que queria fazer a V. Exa. com relação àquela audiência pública, uma outra específica para debater o Judiciário. Lembra-se?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, lembro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Para debater com membros do Judiciários. E eu queria até fazer uma sugestão de um nome aqui, que é S. Exa. o Dr. Antonio Claudio Macedo da Silva, que é Juiz Federal, da 1ª Região, aqui, no Distrito Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.

Como é só um aditamento a requerimentos aprovados – então, não é extrapauta, não é nada –, eu pergunto aos Srs. Senadores que estão no Plenário se concordam com esse aditamento, que a gente já coloca os dois nomes nas audiências já aprovadas.

Todos concordam? Em votação. *(Pausa.)*

Estão aprovados, então, os dois nomes que V. Exa. sugeriu. Só passe por escrito, de preferência, depois, para a Mesa.

Agora vamos ao que interessa muito aos representantes do Governo que estão aqui.

Oito de abril, um debate, quando o setor empresarial vai estar presente. Aí, mais do que nunca, eu acho que é importante termos um representante do Governo. Oito de abril, vai haver representante empresarial, alguém que, naturalmente, vai defender o seu ponto de vista, outros defenderão outro ponto de vista, e seria interessante que o Governo mandasse também. Seria a primeira audiência com a presença de um representante do Governo mediante o entendimento que fizemos. Oito de abril.

Quinze de abril, importantíssima a presença também do Governo. A previdência dos profissionais da segurança pública. Foi solicitação, se não me engano, do Styvenson. O Styvenson deverá inclusive estar coordenando aqui os debates. Eu estarei junto, naturalmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Houve um fatiamento. Isso! Nesta aqui, houve um fatiamento acordado a pedido deles. Em 15 de abril é quem mesmo? É a previdência dos militares, certo? E 23 ou 22... Vinte e três de abril, também profissionais da segurança e os profissionais da área civil.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Estou fazendo o maior esforço para falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só falar devagar que vai, para não forçar a voz.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... essa oportunidade de falar, de ouvir todas as partes, para não ficar restrito só à parte policial, das Forças Armadas, da Polícia Civil, de outros órgãos também. Eles precisam...

Já aumentei, já falei. É o máximo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É que a voz dele... Mas ficou claro, todo mundo ouviu que foi para contemplar todos os setores: Polícia Civil, militares, Forças Armadas, todos, de uma forma ou de outra, terão aqui o espaço na Mesa para expressar o seu ponto de vista.

Vinte e nove de abril: reforma da previdência com foco especial nas professoras – autoria: Senadora Leila Barros.

Seis de maio: reforma da previdência com o foco na Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Sete de maio: a previdência dos profissionais na área da saúde.

Treze de maio: previdência e auditoria da dívida pública.

Quatorze de maio: reforma da previdência com foco nas mulheres.

Vinte de maio: a reforma da previdência com foco nos setores vulneráveis.

Vinte e sete de maio: CPI da Previdência e a reforma da previdência.

Para o setor, Senador Girão, para o Judiciário, se V. Exa. concordar, 28/05, pode ser? Porque isto vai longe, este tema aqui. Então, vamos já deixar informado que em 28/05 vai ser com o Judiciário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que em todas as audiências públicas, para nós, sempre será uma satisfação termos um ou dois, se entenderem, ou até três representantes do Governo. Que esse contraditório, na visão de quem está governando, vamos dizer, a máquina do País, é fundamental. Talvez um representante, um técnico no campo da economia, ou mesmo um empresário coloquem seu ponto de vista. O Governo pode colocar seu ponto de vista ou, pelo menos, dizer que ouviu, viu e está levando para um debate um pouco mais aprofundado. Eu estou querendo ajudar. Cada um terá o tempo de dez minutos e usará da forma que melhor entender. O.k.?

Então, agora eu só vou dar alguns informes aqui, seguindo o ritual da Casa.

A Secretaria da CDH recebeu os seguintes documentos:

Da Google: carta em consideração sobre o suposto Desafio Momo. Esclarece que a Google não recebeu nenhuma evidência recente dos vídeos mostrando ou promovendo o Desafio Momo no YouTube Kids, já que o conteúdo dessa natureza violaria a política da empresa e seria removido imediatamente. Também envio cópias de várias reportagens sobre o suposto desafio e que relatam não poderem confirmar a veracidade dos vídeos.

Do Fórum Nacional de Segurança Alimentar dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, carta que solicita comissão de diligência junto ao Supremo Tribunal Federal no sentido de conseguir audiência com o Presidente da Corte para dialogar sobre julgamento de lei que rege sobre o abate sagrado de animais em cultos religiosos.

A Frente Nacional em Defesa dos Oficiais de Justiça encaminha carta, devido ao dia 25 de março, Dia Nacional do Oficial de Justiça, com as reivindicações de melhores condições de trabalho, como livre estacionamento para cumprimento dos mandados judiciais, PL 6.971, de 2006; porte de arma, PLC 30, de 2017; por uma carreira de Estado, PEC 414, de 2014; e aposentadoria diferenciada por exercer atividade de risco.

A Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes) encaminha carta com algumas solicitações a esta Comissão: realização de audiência pública sobre previdência com a comunidade negra, indígena e mulheres e requerimento ao Governo de auditoria dos devedores da previdência social e solicitar informações sobre as providências que estão sendo tomadas para a recuperação desse dinheiro.

Informo ainda que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal 12, de 2019, esses documentos ficam disponíveis na Secretaria desta Comissão, para manifestação dos membros da mesma pelo período de 15 dias. Findado o prazo, os documentos serão arquivados.

Senador Girão, Senador Styvenson, alguma consideração a mais?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço a todos. Mais uma vez, a Comissão cumpriu o seu objetivo. Todos os relatórios foram lidos, todos os projetos terminativos e requerimentos foram votados e, mesmo os terminativos lidos, nós votaremos na reunião que podemos acertar entre nós, mais adequada. Eu calculo que pode ser mesmo numa quinta-feira de manhã, porque hoje o Senador Telmário não pôde estar aqui, porque ele tinha um compromisso no Estado, e, por isso, os projetos saíram da pauta; senão, tranquilamente nós teríamos votado até mesmo os terminativos.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e zero minutos do dia hum de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, José Maranhão, Eduardo Girão, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Justifica ausência a Senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 4/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "A influência do Fake News na sociedade". Participantes: Manuel Guilherme Jaimes Roa, Mestre em Comunicação Política pela Universidade Complutense de Madri/Espanha e Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB; Cristiano Lobato Flores, Diretor Geral da Associação Brasileira Emissora de Rádio e TV; Monica Guise Rosina, Gerente de Políticas Públicas do Facebook Brasil; Marina Pita, Representante do Instituto ALANA; Fernando Gallo, Gerente de Políticas Públicas do Twitter no Brasil; Juliana Nolasco, Gerente de Políticas Públicas e Relações Governamentais do Google Brasil; Beatriz Barbosa, Representante do Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social; Diogo Rais, Professor de Direito Eleitoral e Empreendedorismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da FGV - Direito SP e da EPD; Paulo Rená da Silva Santarém, Mestre em Direito, Estado e Constituição pela UnB - Integrante do Instituto Beta: Internet & Democracia e ex-gestor do projeto de elaboração do Marco Civil da Internet no Brasil do Ministério da Justiça. Thiago Tavares, Presidente da SaferNet Brasil. Faz uso da palavra o senador Styvenson Valentim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/01>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia hum de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Styvenson Valentim e Major Olimpio. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, José Maranhão, Eduardo Girão, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Justifica ausência a Senadora Soraya Thronicke. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 9/2019 - CDH, de autoria do Senador Paulo Paim. Finalidade: Debater sobre: "O Dia Internacional de Conscientização do Autismo". Participantes: Fernando Cotta, Pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do MOAB; Eliseu Acácio, Ativista da causa dos Autistas e articulista social, Pai do Lucas que é autista; Carlos Arturo Molina-Loza, Psicólogo Guatemalteco, especialista em autismo infantil e terapeuta de famílias e casais; Érica Lemos, Professora, Mestre em Psicologia Educacional, Ativista e mãe do Eric diagnosticado com autismo; Júlia Balducci de Oliveira, Portadora da Síndrome de Asperger que está dentro do Espectro Autista. Formada em cinema com pós-graduação em direção de arte e atualmente trabalha no mercado financeiro, no Banco Holandês ABN ANRO.; Ana Paula Ferrari, Professora, articulista social, jornalista, Coordenadora do MOAB Goiânia, mãe do Jonas que é autista; Heric Pereira Maia, Representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal; Bernardo Mendina Martínez, Estudante Universitário; Joelma Ferreira Ribeiro da Silva, Professora, representante da Associação Pestalozzi de Brasília; Gilberto Pereira, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal, pai da Marina que é autista. Viviani Guimarães, Pedagoga especializada em Autismo, escritora, Vice-Presidente Nacional do MOAB, mãe do Caio que é autista. Fazem uso da palavra os senadores Styvenson Valentim e Major Olimpio. O Presidente faz os seguintes encaminhamentos 1) Fazer contato com o Governador do DF, Ibaneis Rocha, para solicitar a continuidade do funcionamento da AMA-DF (Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal) no imóvel disponibilizado pelo GDF; 2) Conversar com a Senadora Mara Gabrilli, para verificar a possibilidade de agilizar, ainda esta semana, a entrega do relatório ao PLC 139/2018, (que inclui especificidades inerentes ao autismo nos censos demográficos), para inclui-lo na pauta deliberativa da próxima semana da CDH; 3) Requerer via Comissão a reprodução do livro "Leis Fernando Cotta e Berenice Piana"; 4)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Oficiar o Ministério Público acerca das denúncias feitas em reunião pelos ativistas da causa dos Autistas com o encaminhamento das notas taquigráficas; 5) Realizar uma audiência pública para debater “Uso da cannabis para fins medicinais”; 6) Verificar a possibilidade de agilizar, ainda esta semana, a entrega do relatório ao PLS 171/2017, (Autoriza o Poder Executivo a instituir o Serviço Social Autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência), para inclui-lo na pauta deliberativa da próxima semana da CDH; 7) Solicitar ao Senador Romário, presidente da Comissão de Assuntos Sociais-CAS, para que distribua ao Senador Paulo Paim para relatar o PLS 169/2018 (que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS)); 8) Realizar na CDH no mês de junho, audiência pública para debater sobre “Dia do orgulho autista”; 9) Viabilizar reunião da Sr.^a Ana Paula Ferrari, com consultor do senado federal na área de direitos humanos, para realizar/ disponibilizar cursos sobre autismo via ILB, com a participação da procuradoria especial da mulher; 10) Agendar visita do Senador Paulo Paim à AMA-DF, à Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, à Associação Pestalozzi de Brasília e ao trabalho da PMDF na área dos Direitos Humanos. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (<http://www.senado.leg.br/ecidadania>) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/01>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 9, de minha autoria e outros, para debater e outros, para debater o tema: Dia Internacional da Conscientização do Autismo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tiverem interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazer por meio do Portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania e pelo Alô Senado, através do número 0800-612211.

Vamos achar uma forma de que todos estejam sentados. Existem cadeiras nas laterais também e, se faltarem cadeiras, vamos providenciar de forma tal que ninguém tenha que participar de pé. Todos são bem-vindos, quero reafirmar. Peço que a assessoria providencie cadeiras para todos. Que bom que a sala está lotada! É sinal de que é um tema que o povo brasileiro está interessado em debater.

Temos, até o momento, acertadas duas mesas. A primeira mesa vou de imediato chamar, depois farei uma pequena introdução do tema que vamos aprofundar hoje. Quero dizer que quem escreveu o meu pronunciamento de hoje – onde está ele? Ali. Levanta o braço, Luciano. – foi o Luciano, que é um deficiente visual. É um dos meus assessores e muito preparado. Quando ele chegou ao gabinete não tinha feito ainda universidade, hoje ele já está lá na frente. É ou não é, Luciano? Qual ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Há um outro também, no Rio Grande do Sul, deficiente visual, que fez Ciências Políticas. Os dois estão há muitos anos comigo. Tenho muito orgulho, conto isso não.... Queria que servisse de exemplo para que mais Parlamentares contratassem pessoas com algum tipo de deficiência. Eles estão comigo acho que já há... O Sandro acho que há uns vinte anos. Você diga aí quantos anos... Como dizem: se eu mentir não me deixem mentir só. Então, diga você o tempo.

Ele, 16 anos, mas o Sandro Fagundes já faz uns 20 anos. Muito bem, Luciano.

Enquanto eles vão se apurando, como há espaço aqui na mesa, eu vou chamar a Mesa e depois faço a introdução.

Chamamos de imediato aquele que tem me procurado todos os anos para que façamos este debate. Foi aqui, em debate como este, que surgiu a lei que tem hoje, a Lei dos Autistas. Então, com muito carinho, Fernando Cotta, pai de autista severo. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor Presidente do Moab. Seja bem-vindo, meu líder!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eliseu Acácio, ativista da causa dos autistas e articulista social, pai de Lucas, que é autista. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Chamamos agora Carlos Arturo Molina-Loza, psicólogo guatemalteco, especialista em autismo infantil e terapeuta de famílias e casais. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – À Guatemala.

Érica Lemos, professora, mestre em Psicologia Educacional, ativista, mãe do Eric, diagnosticado com autismo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Júlia Balducci de Oliveira

Julia Balducci de Oliveira, portadora da síndrome de Asperger, que está dentro do espectro autista, formada em cinema com pós-graduação em direção de arte e atualmente trabalha no mercado financeiro, no Banco Holandês (ABN AMRO).

Ana Paula Ferrari, professora, articulista social, jornalista, coordenadora do Moab-Goiânia, mãe do Jonas que é autista.

Antes de passar a palavra, enquanto a moçada se prepara para fazer suas falas, informo que depois teremos a segunda Mesa, que eu lerei em seguida, que são mais cinco pessoas.

Vamos lá, Luciano, à obra que você fez! Se no fim eu for aplaudido, seu emprego está garantido. Todo o mundo vai bater palmas para você, Luciano. Claro que é uma brincadeira. O Luciano é um guerreiro. Eu recebi agora e vou ler com certeza absoluta porque confio plenamente na competência dele.

A presente audiência pública tem por finalidade celebrar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo. Desde 2008, essa celebração se dá no dia 2 de abril. Como acontece em todos os anos, monumentos em todo o mundo são iluminados de azul. Já é tradição aqui no Senado a iluminação da cor azul. O gesto serve para nos levar a refletir sobre as questões que envolvem o Transtorno do Espectro Autista, diagnósticos, tratamentos, educação, legislação sobre a vida das pessoas que no Brasil chegam a dois milhões. Os dados brasileiros não são oficiais. Esses números são calculados indiretamente, por intermédio de pesquisas nos Estados Unidos que detectaram haver hoje um caso de autismo a cada 110 pessoas. Como bem se diz, a data é de conscientização de busca por melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Eu tive a oportunidade de ser Relator de uma lei que depois levou o nome de Fernando Cotta, de Berenice Piana. Eu tive a liberdade no Plenário de falar sobre essa ideia. Claro, quem me sugeriu foram os familiares. Eu não invento nada. Tudo aquilo que eu faço, projeto que eu apresento vem da sociedade.

Enfim, fui Relator da Lei Berenice Piana, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e também as diretrizes para sua aplicação.

Eu tenho muito orgulho de lembrar o fato. Eu fui procurado por um grupo, acho que umas 30 pessoas que disseram: "Nós percorremos este Congresso de ponta a ponta. Disseram-nos que devíamos tentar também com você". Foi mais ou menos isso. Eles me emocionaram não só pelas histórias das famílias, as crianças que acompanharam. E, junto com outros Senadores – não fui só



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eu naturalmente –, fizemos o bom debate e, enfim, a lei saiu. Depois dela, saiu aqui no DF que é a lei que levou seu nome, se eu não me engano. Saiu aqui no DF a Lei Fernando Cotta e a Lei Berenice Piana. Isso, há as duas leis.

Porque eu sabia que a daqui era o teu nome; e essa do Congresso era Berenice Piana. Então, ele está dizendo que aqui estão as duas. Por isso tem Fernando Cotta e Berenice Piana.

Ela não vem aqui hoje, eu acho, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não pôde vir. Mas foi um belo momento.

Concluindo, os Estados e Municípios têm sua legislação de políticas próprias, como é o caso aqui do DF. Pois bem, aqui está um dos principais motivos desta audiência: queremos que haja o cumprimento da legislação e que não haja inércia dos Governos. E criar de fato condições de atendimento às demandas dos autistas e suas famílias.

Peço permissão para abrir um parêntese aqui. No ano passado, eu me lembro bem, pais e mães de autistas estiveram aqui. Eu inclusive comentei. Enfim, foi desse acúmulo que surgiu a lei. Pois bem, um ano depois, estamos aqui novamente. A PEC mudou, mas a angústia continua; na verdade, é preocupante. É isso mesmo o que ele coloca aqui.

Pela nova proposta de emenda à constituição, a pensão por morte terá seu valor calculado de acordo com o número de dependentes, o benefício será 50% do valor da aposentadoria que o segurado teria direito, mais 10% por dependente. Assim, a pensão por morte apenas será de 100% quando o segurado deixar cinco dependentes. As famílias não poderão mais acumular duas pensões.

Para encerrar minha fala, vou lembrar de uma frase dita por vocês mesmos: "Nós não teremos o direito nem de morrer". E me lembro de uma frase que também é muito usada para as pessoas com deficiência: "Tudo conosco, nada sem nós". É verdade. Em que condições ficarão seus filhos? Mas é necessário lembrar que a nossa luta não é contra pessoas ou Governo, nosso debate é por propostas e por ideias. A causa dos autistas é a causa de todos nós!

Palmas não para mim, mas para o Luciano, porque eu reduzi aqui. *(Palmas.)*

Como eu disse aqui, pessoal, a cor dos autistas é azul. Ela pediu que eu deixasse bem claro isso, para que não haja...

A SRA. PRISCILA BEZERRA TEMPERANI *(Fora do microfone.)* – Parece-me que mudou. Agora são todas as cores. Todas as cores!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, não é mais azul.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO – Esse é um debate...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ah, olhem aqui.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO – ... que nós estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora eu fiquei num problema aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRISCILA BEZERRA TEMPERANI (*Fora do microfone.*) – Ficou azul porque os diagnósticos eram de meninos, antigamente. E hoje a gente vê que não tem gênero na dominância. Todos podem ser autistas. Então, nós utilizamos todas as cores.

O SR. LUCIANO AMBRÓSIO – A cor do laço, não é? A cor do laço. Tem gente que é contra o laço também, mas são outras...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bom, Fernando Cotta é necessário, como sempre. Ele disse que tem gente que é contra todas as cores.

Mas que fique essa visão, que eu acho que você passou bem, de que azul é uma simbologia antiga, mas que nós temos crianças autistas que amam todas as cores. Pronto? Fiz aqui um concerto? Valeu. Então, agora, de imediato, nós vamos para os nossos convidados.

O primeiro deles é Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Moab.

Então, com esse ajuste feito, será consertado no pronunciamento aqui, viu, Luciano? Todo mundo bateu palmas. É sinal que o seu pronunciamento foi bom. Só pediu esse ajustezinho. Você concorda? Então, está.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, valeu! (*Palmas.*)

Nós temos duas Mesas. Nós vamos dar dez minutos para cada um dos convidados, mas sem nenhum arrocho. A gente saberá ser flexível, se necessário for.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado.

Quero, primeiro, cumprimentar a todos aqui, cumprimentar a todos da Mesa aqui, na pessoa do Senador Paulo Paim, que todos os anos nos recebe aqui e todos os anos atende as nossas solicitações nas celebrações do Dia Mundial do Autismo. Eu digo que é o Dia dos Autistas, na realidade; há o nome maior, internacional, de conscientização, mas eu digo que é o Dia dos Autistas.

Essa questão – permita-me, Senador –, essa questão do azul é porque o número maior de pessoas diagnosticadas com o autismo prevalentemente é de homens, na ordem de quatro para um. Entretanto, há uma revisão sendo feita nesse sentido que procura demonstrar e ver que mulheres têm uma dificuldade maior no diagnóstico, para aí tentar corrigir qualquer coisa nesse sentido. Mas, como muito bem o senhor falou e adotou, todas as cores são importantes para as pessoas com autismo. (*Palmas.*)

Eu acho que isso é o mais importante.

E me pediram para falar, Senador, outra coisa também. Algumas pessoas ficaram chateados quando a gente, por motivo de uma sessão solene que iria acontecer, achou por bem acatar a sugestão de se fazer uma sessão solene e cancelar esta audiência pública. Entretanto, os apelos foram muitos de pessoas que já tinham, inclusive, adquirido passagem, estada, nesse sentido. E quero lhe agradecer muito por ter, mais uma vez, cedido aos nossos apelos e ter retornado com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta audiência pública, que é a oportunidade, claro que de acordo com as nossas falas, de a maior parte das pessoas possam falar também, possam participar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro, deixe eu fazer...

O SR. FERNANDO COTTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... um aparte. Me dá um aparte?

O SR. FERNANDO COTTA – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dê um aparte para o Presidente.

O SR. FERNANDO COTTA – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe eu falar, pessoal, eu iria também falar nesse tema, porque eu queria fazer uma homenagem aqui à Senadora Daniella Ribeiro, PP da Paraíba. A Senadora foi de uma gentileza e eu senti até a emoção dela quando me procurou para fazermos aquela audiência, para transferirmos a audiência para o Plenário, uma sessão de homenagem lá. Num segundo momento, eu disse que muitos me procuraram – o Fernando Cotta me deu um relato –, afirmando que queriam fazer aqui na Comissão, por uma questão histórica.

A Senadora Daniella Ribeiro foi de novo de uma grandeza enorme, dizendo: "Não, Paim, se é assim, então, eu suspendo a nossa lá e vamos fazer na Comissão. E quem sabe num outro momento a gente faz uma sessão de homenagem no Plenário". A Senadora Daniella, inclusive, vinha a esta reunião. Eu tinha combinado de dividir com ela a Presidência dos trabalhos, mas ela teve um problema sério de doença e ela está no hospital. Somente por isso que ela não veio.

Quero te dizer, Daniella, tu deves estar assistindo aí do hospital, que esse povo todo te ama. Eles entendem que tu fizeste uma homenagem a eles, que podemos ter dois eventos e nós queríamos que recebesse aí muita energia, para melhorar a tua saúde e que possas essa semana estar de volta. Eu estou olhando muito para a TV, para... Enfim, Senadora Daniella Ribeiro, PP da Paraíba, como é bom saber que no mundo existem pessoas iguais à senhora. Fica aqui a salva de palmas de todos nós. (*Palmas.*)

Vai começar o teu tempo, senão estás ferrado comigo. (*Risos.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os teus dez minutos começam agora.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador.

A gente cumprimenta a Senadora Daniella, que é uma Senadora de primeiro mandato agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

O SR. FERNANDO COTTA – E nós vamos atrás, sim, para poder realizar, no futuro, essa sessão solene. Precisamos muito da atenção dos Parlamentares, dos Senadores desta Casa. É





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bom saber que uma Senadora de primeiro mandato também tem esse interesse nas pessoas com autismo, nas necessidades que têm essas pessoas.

Quero cumprimentar, antes de tudo, algumas pessoas que estão aqui. Os de amarelo, ali, claramente, são da Associação Pestalozzi de Brasília. Uma salva de palmas, por favor. (*Palmas.*)

Vieram nos prestigiar.

O Movimento Orgulho Autista Brasil está assinando, Senador, por esses dias, com a Sociedade Pestalozzi de Brasília, um termo de parceria para que sejam atendidas pessoas com autismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vão estar na segunda Mesa, viu? A representante é a Joelma.

O SR. FERNANDO COTTA – Estamos assinando um termo de parceria com eles para poderem fazer atendimento ao autista. Isso é muito importante. Nós temos uma carência de lugares, de instituições que atendam pessoas com autismo severo. Costumo dizer, lamentavelmente, que há instituição que só quer o filé *mignon* da coisa, só quer aquele pronto para o trabalho, aquele que... Não, a gente precisa também dar a vez para aqueles que não têm condição laboral, para aqueles que, infelizmente, não vão ter condições e que, muitas vezes, já estão adultos, como o meu filho, por exemplo, e outros tantos que estão aqui. Sei disso. Tenho muitos colegas aqui de luta também. Nós precisamos dar, também, oportunidade para essas pessoas. Nós sabemos que, com oportunidade, essas pessoas crescem muito: a autoestima, a condição de vida dessas pessoas. Por trás do autismo, o senhor sabe disso, tem uma família que vai ter condição de desenvolver as suas necessidades.

Quero também mandar um abraço para a AMA – Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal... (*Palmas.*)

Ela já faz esse trabalho, já atende autistas, adultos, severos, aqui no Distrito Federal. É a única instituição que faz isso, por enquanto, aqui. Vamos ampliar isso muito.

Nós já estivemos aqui, no ano passado e no ano retrasado, Senador. O senhor nos fez uma gentileza com relação ao ex-Governador de Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Rollemberg.

O SR. FERNANDO COTTA – Rollemberg. O senhor deve lembrar-se muito bem de que pegou o telefone e ligou para ele por causa de uma ação de despejo contra a AMA, do DF. O senhor, a princípio, não teria esse interesse porque é um Senador do Rio Grande do Sul e a AMA atende a autistas aqui do Distrito Federal.

Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É só para dizer que as causas são de todo o Brasil. Eu queria, se você permitir, dizer que, primeiro, você me procurou e fez esse contato com o Governador. Mas, se alguém merece palmas, primeiro, é o movimento. Junto com o movimento.... Não importa quem ganhou as eleições. Para mim, essa questão partidária... Quero as melhores pessoas de qualquer partido que estejam em grandes causas como esta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu daria uma grande salva de palmas ao Senador Rollemberg porque voltou atrás e assegurou o espaço. (*Palmas.*)

Como eu tenho uma excelente relação com o atual Governador também.

O SR. FERNANDO COTTA – Pois é, então nós temos de

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um cara muito sério.

O SR. FERNANDO COTTA – Já é o primeiro encaminhamento da audiência. Perdoe-me. O senhor vai pedir a ele para que mantenha a AMA nesse lugar, para que melhore as condições da AMA – DF.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Farei contato hoje mesmo com ele.

O SR. FERNANDO COTTA – Que maravilha! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço esse compromisso, como fiz com o Rollemberg. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO COTTA – É o primeiro encaminhamento. Vamos ter oportunidade... A AMA também está na segunda Mesa, e nós vamos ter oportunidade de ouvi-la.

Também quero cumprimentar aqui a minha casa, que hoje está aqui, e que tem um trabalho todo voltado... É a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Tem todo um trabalho a Polícia Rodoviária Federal.

Existe todo um trabalho que começa com a Blitz do Autismo e todo um trabalho voltado também para as pessoas com deficiência, agora com uma ênfase muito maior.

Nós temos o Diretor-Geral, Adriano Marcos Furtado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já que estamos nas palmas, vamos dar uma salva de palmas para o Senador mais presente em todas as audiências públicas – veio de manhã e já está aqui de novo. Ele avisou que vinha: "Estarei aí, Senador". É o Senador Styvenson! (*Palmas.*)

Vocês podem ver que aqui não existe nada partidário. O pessoal tem que entender que eu entendo que as grandes causas estão acima dos partidos, independentemente de quem foi o Governador do passado ou do presente, do meu Estado. No meu Estado também o meu partido perdeu lá, mas não importa: quem é o Governador agora é Eduardo Leite, e assim eu me dirijo a ele com todo o respeito, como me dirigi aqui ao Governador que saiu, que perdeu as eleições, e com o mesmo carinho àquele que entrou, que está fazendo um belo trabalho.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador Paim.

E a nossa luta é isto mesmo: é dizer que o autismo não tem partido político. Muito pelo contrário, nós trabalhamos e precisamos de todos que entendem... Quando nós fizemos, ainda em 2005, a fundação do Movimento Orgulho Autista Brasil, nós fizemos um encontro de pais e trouxemos, na oportunidade, a Abra (Associação Brasileira de Autismo). A Marisa Furia estava conosco também. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui a Maria do Carmo, que é a atual Presidente. Naquela época a Marisa Furia estava conosco, e nós fizemos lá na Polícia Rodoviária Federal, foi o primeiro local, e trouxemos o pessoal da associação de autismo da Suécia. E eles nos contaram e falaram o seguinte: todos os partidos políticos possuem em seus projetos lá a questão do autismo – não é à toa que é uma referência em autismo para o mundo inteiro a Suécia. E nós trouxemos isso para cá. No final, nós saímos com aquela vontade de fretar um avião e ir embora para lá. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não faça isso.

O SR. FERNANDO COTTA – Mas, na realidade, nós temos que mudar este País, nós temos é que ter...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos ficar aqui, e, se tiver que mudar, vamos mudar. Com uma política progressiva, vamos mudando o nosso País.

O SR. FERNANDO COTTA – Até porque a gente não tem condição, ouviu, Senador? Isso é brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ama a terra em que nasceste, jamais verás um país como este – isso eu aprendi lá no jardim de infância. *(Risos.)*

O SR. FERNANDO COTTA – E até porque nós não temos condições.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

O SR. FERNANDO COTTA – Na realidade, nós temos condições é de procurar Senadores como o senhor. Isso foi em 2005, e aí, no final de 2009, em 2010, nós procuramos o senhor, e em 2012 nós estávamos com a Lei Berenice Piana, em 28 de dezembro, sancionada.

Então, a nossa luta é neste sentido: de trazer uma melhor qualidade de vida para as pessoas com autismo, para essas famílias. Então, eu fico muito feliz e lisonjeado de estar aqui.

E, ao mesmo tempo, quero chamar a atenção, Senador, para dois projetos de lei que estão aqui no Senado. Queria pedir ao Senador, à Comissão de Direitos Humanos – o senhor como Presidente da Comissão – que pudesse nos dar um aval no sentido de encaminhar, dentro das possibilidades, é claro, para que esses projetos tramitem com a maior rapidez.

Nós fizemos na semana passada – estivemos lá na Câmara – o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoas com Autismo. Nós falamos disso lá, falamos do seu trabalho também nesse sentido aqui. Nós queríamos... Existe um PLS agora que é o do censo das pessoas com autismo. Não se tem no Brasil ainda um número de quantas pessoas com autismo existem, de quantas famílias possuem um autista em sua casa. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – No encerramento eu faço a leitura; pode ser?

O SR. FERNANDO COTTA – Pode. Muito obrigado.

Nós precisávamos, Senador... Esse projeto já tramitou por toda a Câmara, o censo será ano que vem, e se a gente conseguir que ele... Está aqui na Comissão de Direitos Humanos e me parece que a Senadora Mara Gabrilli, que veio de lá...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer um apelo para a Senadora Mara...

O SR. FERNANDO COTTA – Que é a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que é muito sensível. Ela é uma guerreira, uma lutadora. Ela é, se não me engano, do PSDB, não é?

O SR. FERNANDO COTTA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu destinei para ela relatar, fiz questão de dar para ela porque ela nos ajudou muito: ela foi Relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência; eu fui o autor, mas ela foi a Relatora; Senador Flávio Arns foi outro Relator, em momento diferente; e o Senador Romário foi também o último Relator; todos deram pela aprovação.

Então, eu vou falar com ela – nessa quarta não dá mais porque já está em cima –, para ver se na quarta que vem... Eu vou dizer que eu assumi este compromisso aqui vocês de a gente pautar para a quinta-feira; sem ser esta quinta, no mais tardar a próxima quinta. Está bom assim?

O SR. FERNANDO COTTA – Está excelente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Botamos na pauta esta semana, e vamos tentar votar já na semana que vem.

O SR. FERNANDO COTTA – Nós precisamos saber quantos autistas existem no Brasil. Qualquer projeto, qualquer tipo de programa que vai se montar, se você não souber o número quantitativo de pessoas que precisam ser atendidas, é um projeto que já vai começar um pouco capenga, vamos dizer assim, faltando dados. Então, nós precisamos saber isto: nós precisamos saber quantos autistas existem. E o censo... Na realidade, o entrevistador do Censo do IBGE perguntar se existe algum autista, e, se essa resposta for positiva, isso vai subsidiar políticas públicas.

Então, nós acreditamos muito nisso. Nós sabemos que há muitas informações. "Ah, mas não sei quantos são..." Então, na realidade, isso termina sendo até uma desculpa para não se efetivar uma política pública que já está em lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E o outro? É aqui também?

O SR. FERNANDO COTTA – Aqui também. O outro é o PLS do centro de referência, que foi aprovado aqui já na Comissão de Direitos Humanos; está com a relatoria desde o ano passado da Senadora Maria do Carmo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui?

O SR. FERNANDO COTTA – Aqui. E nós gostaríamos que o senhor também, se pudesse, levasse essa questão.

Eu falei da frente parlamentar porque lá na frente parlamentar nós fizemos ou combinamos um acordo de cavalheiros, vamos dizer assim, de que os projetos que estão lá na Câmara – a gente chamou na oportunidade de projetos azuis, mas são os projetos dos autistas que estão lá na Câmara – que envolvem as pessoas com autismo sejam votados agora no mês de abril. E faço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este mesmo apelo, pedindo para que o senhor encabece esta luta: para que os projetos, com evidência para esses dois que nós conseguimos separar, sejam também votados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou já adiantar que eu vou trabalhar. E peço aos assessores, tanto do Governo que estão aqui acompanhando como também dos outros partidos, que a gente paute... Vou lembrar-me aqui do dia, porque no dia 12 eu sei que eu estarei em Minas debatendo a previdência. Para o dia 11, que é uma quinta-feira, sem ser essa, mas a próxima, vamos pautar e fazer um esforço para votar os dois projetos.

Está bem?

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os dois projetos no dia 11, às 9h da manhã.

O SR. FERNANDO COTTA – Eu acredito e tenho dito isto: estive, na semana passada, com o Ministro da Saúde – que foi Deputado até o ano passado aqui, Deputado Luiz Henrique Mandetta, lá do Mato Grosso do Sul –, falando rapidamente sobre essa questão do centro de referência no âmbito do SUS, conforme está no projeto. Foi iniciativa de uma mãe, a Irene Jucá, lá do Ceará, que solicitou através de uma proposta. E aí, quando se chega a 20 mil curtidas – como as pessoas falam, não é? –, isso tem, na realidade, que vir a ser votado.

Corrija-me se eu estiver errado, Senador, mas quando eu cheguei aqui...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não vou corrigir, mas você já falou 20 minutos e eu vou lhe dar mais 5.

O SR. FERNANDO COTTA – Pois é...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São os informes também que ele deu.

O SR. FERNANDO COTTA – Isso, na realidade, tem que ser votado na Comissão. O Senador puxou aqui para a Comissão de Direitos Humanos e, no mesmo período, foi votado, mas só que a gente não conseguiu que saísse um centro de referência para as pessoas com autismo, um em cada Estado, como está na proposta. Isso, realmente, vai melhorar muito a qualidade de vida dessas famílias, tenho certeza disso.

Eu queria também pedir para o senhor... Foi feita essa cartilha há alguns anos, na Legislatura anterior, pelo Deputado Federal Luiz Couto, e fez muito sucesso.

Eu queria pedir para o senhor repetir essa cartilha aqui pela Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agora sobrou para mim, porque tem que ser na minha cota, mas eu dou um jeito.

O SR. FERNANDO COTTA – As pessoas nos pedem muito.

Hoje mesmo já quase terminaram aqui as que eu trouxe, essas são as finais, as últimas. Queria, na medida do possível, se o senhor puder, é uma cartilha pequena, mas as pessoas reclamam muito da falta de informação, que não sabem nem os seus direitos. Então, a gente pede, na medida do possível, se puder fazer essa cartilha...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu deixo como sugestão para a Secretaria da CDH para ver se a gente pode imprimir a cartilha. Ela é bem fininha, vai ser baratinha.

Vai ser da Comissão, Senador Styvenson, para sair em nome da Comissão, não em meu nome.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque não personaliza e coloca CDH aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Paim, eu não sei se já posso perguntar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aqui Senador fala quando quiser, igual de manhã.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Chamou-me a atenção o que o senhor disse, que não tem o número exato de quantos autistas existem no País hoje. Não é isso?

O SR. FERNANDO COTTA – Não tem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Essa dificuldade de catalogar, de saber, se dá por quê? Ao Poder Público ou à identificação? Como ela é feita? Nessa cartilha já diz como se identifica?

O SR. FERNANDO COTTA – A dificuldade no diagnóstico do autismo já vem porque não há nenhum exame de imagem, não há nenhum exame patológico ou de sangue, é pelos comportamentos desse indivíduo e pela anamnese, pela conversa com os cuidadores e com os familiares.

Mas isso não exige o Poder Público... Há pessoas com autismo que, quando têm a informação, são diagnosticados com oito meses, com um ano de vida ou com um ano e meio.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Um ano e meio de vida?

O SR. FERNANDO COTTA – Sim, porque mudaram os conceitos também nesse sentido. Na realidade, antes esperava-se até os sete anos para confirmar. Agora não, como o tempo não volta, Senador, nós temos que proporcionar desde cedo as terapias específicas e adequadas para essas pessoas, mas só com a identificação ou com a suspeita. Por isso que, na Lei Berenice Piana, nós já conseguimos colocar desde a suspeita o acesso dessas pessoas às terapias.

Então, isso é muito importante. É muito importante que a gente coloque por causa dessa situação.

Um outro sistema que poderia ser utilizado – pelo menos enquanto não passa a questão do censo – seria a notificação obrigatória. Isso com uma canetada se faz, por exemplo, uma portaria do Ministério da Saúde.

Se alguém pudesse me ajudar no convencimento do Ministro da Saúde, Ministro Mandetta, se a gente pudesse fazer isso, pudesse estudar a possibilidade de uma notificação obrigatória também nos casos de autismo, para que isso mudasse. Primeiro, com uma portaria, a gente já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiria melhorar muito esta situação e, depois, se no censo do ano que vem a gente já conseguisse colocar a pergunta se o sujeito é autista, só faltaria passar aqui para ir à sanção, ficaria mais fácil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Era só essa primeira ideia que me chamou a atenção.

O SR. FERNANDO COTTA – Há uma dificuldade no diagnóstico sim, mas essa dificuldade não exige o Poder Público...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ainda pode existir uma resistência da própria família sobre esse assunto? Ainda existe preconceito?

O SR. FERNANDO COTTA – Pode, pode sim, ainda existe.

Muitas vezes, os pais, por não terem o apoio nesse sentido, passam por isso. Eu não tenho vergonha de falar que eu passei, que outros tantos pais passaram a questão de, naquele primeiro momento, negar e achar: "Puxa, não, mas o menino é tão lindo, tão bonito, ele não tem nada".

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COTTA – Então, é muito complicado, é muito sutil nesse sentido, mas hoje há uma conscientização muito maior.

Eu digo que, se o movimento das pessoas com autismo – e eu incluo muito o Movimento Orgulho Autista Brasil nessa luta há muitos... O sucesso que nós tivemos, que foi muito grande, foi o de publicizar essa causa. Hoje, as pessoas conhecem muito sobre o autismo. Quando eu tive o resultado – o meu filho tem 21 anos – do meu filho, por exemplo, eu não sabia o que era. Eu lembrava um filme da Sessão da Tarde da minha época – eu tenho 50 anos – e hoje eu sei que era Meu Filho, Meu Mundo o filme que passava a torto e a direito. Então, as pessoas sabiam muito pouco. Nós conseguimos muito publicizar a causa. Isso foi uma coisa muito grande.

E falhamos muito em conseguir espaços para atendimento efetivo dessas pessoas, terapias específicas voltadas para essas pessoas. Nós falhamos muito nesse sentido. Não conseguimos – falhamos no sentido de não obter.

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COTTA – Entretanto, obtemos a publicização da causa. Hoje, qualquer um já ouviu falar do autismo. Hoje, os médicos já ouviram falar, já sabem como a maior parte se comporta, essa coisa toda.

Desculpe, eu queria, só para terminar aqui, falar rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem mais 1min42.

O SR. FERNANDO COTTA – Eu quero deixar uma mensagem aqui sobre o que o senhor já começou falar no seu discurso, quero só frisar: a questão da pensão por morte na proposta de reforma da previdência. Existe uma proposta de reforma da previdência, Senador, muito cruel, que, infelizmente, está sendo passada, querendo ser a toque de caixa uma questão que vai mudar a vida dos brasileiros, muito sutilmente. Na minha forma de ver, se passar como está essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta, isso vai levar a um empobrecimento muito grande. Então, vou dizer o que vai acontecer na questão da pensão por morte, a nossa preocupação. Eu tenho mais dois outros filhos...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO COTTA – Os dois outros tiveram condição de fazer faculdade. E ninguém quer pensão para vagabundo. Isso precisa ficar muito claro. Ninguém quer alimentar vagabundo. Não! Agora, existem as pessoas que não têm condição laboral. O meu filho de 21 anos, o que é autista severo, infelizmente, nunca vai ter condição de trabalhar. Eu sei disso. Eu gostaria muito que acontecesse um milagre, mas as coisas não são assim. E o que acontece? Se eu e a mãe morrermos hoje, o meu filho recebe 100% integrais dos dois, até porque ele vai ficar velho, ele já é uma pessoa com deficiência, ele vai ter as próprias doenças que são da velhice...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vai ter que contratar gente para olhá-lo...

O SR. FERNANDO COTTA – E vai ter que contratar gente para nos substituir, porque hoje a gente atua muito como terapeuta, essa coisa, tanto o pai quanto a mãe... Vai ter que contratar gente, e é caro isso; vai ter que contratar terapias, isso é muito caro. E ele vai receber, conforme essa proposta agora, que o senhor já deve ter visto, 50% mais um... Isso é só de um, sem contar que o que vai, daqui para frente, para aposentadoria, não são mais 80% de todo o período que você contribuiu, das melhores contribuições que você...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – As melhores, é a média...

O SR. FERNANDO COTTA – Agora, é a média de 60%. É muito menor! Então, quando o sujeito vai ter mais gasto, há uma inversão.

Eu queria fazer um apelo aqui a este Governo, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, para que olhe isso com carinho, porque essas pessoas precisam ser diferenciadas nesse sistema. É como eu disse: ninguém quer sustentar vagabundo, não, mas essas pessoas que não têm condição laboral e pagaram a vida inteira recursos, que foram descontados todos os meses, precisam de um diferencial. Então, nós precisamos muito disso. Precisamos desse olhar

Então, nós precisamos muito disso. Precisamos desse olhar...

O senhor quer fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, conclua e eu falo. Segura aí um pouquinho, você está concluindo.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito bem.

Então, Senador, eu queria agradecer. E eu tinha muito mais para falar, mas eu falei as principais necessidades das pessoas com o autismo.

Eu quero dizer que é da maior importância... A Organização das Nações Unidas solicita, e o Brasil é um Estado parte, que se faça a celebração desse dia, que se faça a celebração dessas pessoas, e nós só podemos fazer verdadeiramente a celebração quando essas pessoas estiverem atendidas, quando tiverem atendimento.

Muito obrigado, muito obrigado a todos vocês. *(Palmas.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Moab.

Eu quero registrar a presença entre nós do Major Olímpio, que tem tido uma posição muito firme e muito clara.

Eu vou falar, permita-me, que tivemos um debate sobre a Previdência, que é a sua preocupação, lá na Comissão de Assuntos Econômicos. Ele, quando fez o aparte, respeitoso a todos, perguntou ao Ministro da Economia de algumas preocupações e daí alguém perguntou para mim: "Você combinou com o Major Olímpio?"

Eu não combinei nada, eu nem sabia que ele ia fazer aquele depoimento, que foi nessa linha. Ele estava preocupado com a reforma. Todos nós concordamos com que temos de fazer os ajustes, mas não da forma como veio no projeto original. Todos os Governos mandaram para cá, e todos foram modificados. Foi Fernando Henrique, foi o Collor, foi a Dilma, foi o Lula, foi o Itamar, todos. Nada foi aprovado como estava.

Então, é possível construir esse entendimento. Então, é possível construir esse entendimento. Eu acho que é possível, nessa boa vontade de todos nós, fazer os ajustes necessários. Por isso eu queria dar uma salva de palmas para o Major Olimpio pela sua fala lá. *(Palmas.)*

E aqui só fala quem quiser.

Mas já estou com o seu vídeo na rua a mil.

Vamos passar a palavra ao próximo orador, Eliseu Acácio, ativista da causa dos autistas e articulista social, pai de Lucas, que é autista.

O SR. ELISEU ACÁCIO – Primeiramente, eu quero agradecer ao Senador Paim a oportunidade de estar aqui; a oportunidade, primeiro, dessa audiência e depois da minha fala aqui; ao amigo Fernando Cotta.

Eu achei muito significativo essa audiência ter sido aprovada pela Comissão de Direitos Humanos, porque, enquanto buscamos direitos às pessoas autistas, há muitas pessoas autistas que não são beneficiadas sequer pelos direitos humanos. No final da minha fala, falarei mais sobre isso.

Mas a gente anda pelo País, fazendo algumas palestras, falando sobre os desafios do autismo. A gente sabe que o autismo é desafiador. Há o autismo leve, moderado, severo. O autismo leve, muita gente acha que não, mas é. Primeiramente, o diagnóstico, a continuidade, os atendimentos, o tratamento, a inclusão.

E se o autismo é considerado deficiência, e é, a inclusão é muito deficiente neste País.

Na infância, existe a dificuldade do autista leve na inclusão; depois, conforme vai crescendo, no mercado de trabalho existe a dificuldade. Muitos autistas conseguem um trabalho, mas não conseguem continuar no trabalho. Existe assédio moral. A gente sabe de casos de autistas por aí que perderam emprego por incompreensão do chefe, porque não houve àquele autista.

Isso é muito complicado para o autista leve. Existe outra coisa que é muito complicada que é o fato de haver uma confusão, uma desconfiança em relação ao autista leve porque ele possui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

habilidades, mas dificuldades. E aí as pessoas falam: "Nossa, mas ele é inteligente, ele faz isso, faz aquilo, ele não pode ter dificuldade nenhuma". Existem as dificuldades. Então, existe essa confusão, essas dificuldades em relação ao autista leve que precisa do apoio multiprofissional, assim como o moderado e o severo.

Não exatamente assim, mas o moderado precisa um pouco mais, e o severo ainda mais. Mas o autista leve precisa desse apoio, assim como a família precisa. A gente lembra muito dos casos de autistas que precisam de apoio, mas se esquece de que muitas famílias precisam, a maioria da família de autistas, mãe, pai, cuidador, a família de um modo geral, desse apoio multiprofissional. A gente sabe que muitas mães de autistas sofrem de ansiedade, depressão, esquizofrenia, deficiência intelectual ou até mesmo autismo. Existem muitos casos nesse sentido. E aí, quando a pessoa possui essa deficiência e mais a dificuldade do autismo, as coisas complicam ainda mais, se é autismo leve, moderado ou severo, mas, se a mãe ou pai, ou qualquer outro cuidador tiver alguma outra deficiência, as dificuldades são ainda maiores.

Além do autismo leve, há o autismo moderado e o severo. E o meu filho é autista severo, assim como o meu enteado é autista severo. E as dificuldades para quem tem um autista severo são muitas. Das comorbidades que vêm com autismo severo, das crises de agressividade a gente não vê falar muito sobre isso por aí.

As crises de agressividade são muitas. Não estou falando simplesmente de hiperatividade. Às vezes eu vejo as pessoas dizendo de crise de agressividade, o que eu sempre passei com o meu filho, o que na verdade era uma atividade de hiperatividade, que ele corria de um lado para outro e tinha que segurar ele para não quebrar isso ou aquilo outro. Isso não era crise de agressividade. No caso do meu filho, não. As crises de agressividade, que sempre aconteceram, muitas vezes aconteceram com o meu filho foram de quebrar tudo em casa, quebrar geladeira, fogão, mesa, guarda-roupa, cama box, tudo. Não somente quebrar, mas morder ele mesmo, morder a mãe, morder a avó, agredir as pessoas. As dificuldades são imensas, eram imensas.

Eu digo são imensas e eram imensas porque eu não vim aqui simplesmente falar do meu filho. Eu não vim aqui simplesmente defender o meu filho, que é autista severo, porque ele não é um caso único e não é um caso raro. Há milhões de autistas severos que vivem essas situações de comorbidade e de agressividade. Muitos!

E aí, como não há acompanhamento, a gente não encontra o apoio de que necessita, eles vão ficando cada vez mais agressivos, conforme vão crescendo e chegando à adolescência. Não encontramos principalmente... Eu digo não encontramos nós, da classe baixa, e eu não estou falando isso como vitimismo, não tenho problema nenhum em dizer que sou da classe baixa e não tenho problema nenhum com quem é da classe média alta, eu acho maravilhoso isso. Mas, para a gente, que tem dinheiro curto, como diz o pessoal no interior, a situação fica muito mais difícil. O dinheiro não resolve problemas, mas, em muitos casos, acaba resolvendo algumas situações.

A falta de atendimento, de tratamento acaba complicando muito mais ainda a situação, que é o que aconteceu com o meu filho e acontece com muitos autistas. As crises de agressividade vão aumentando, aumentando, e muitos acabam amarrando esses autistas em casa. E aí as pessoas falam: "Nossa, que malvadeza, que coisa horrível!" Não é, não é maldade por parte da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe, do pai. Não é o ideal, é claro que não é, a gente tem consciência disso, mas, muitas vezes, a mãe, o pai, não conseguem dominar a situação. O filho começa a agredir a mãe, o pai, começa a agredir, a quebrar tudo. E eu digo isso não é porque me falaram não; a gente ouve, sim, isso por aí. Eu digo porque eu vivenciei isso durante 15, 16 anos com meu filho quebrando tudo em casa; chuveiro, tirava o fio da fiação, quebrava as tomadas, tudo acontecia.

Isso sempre foi muito triste para mim, muito complicado mesmo, porque eu sofria, e ele sofria também. Não era somente eu que sofria, não era somente eu ou a avó, que ajudou muito a cuidar dele. Principalmente a avó, minha mãe, à qual eu devo muito, porque a mãe tem esquizofrenia e não teve essa oportunidade de ajudar, embora, talvez quisesse, mas a própria deficiência dela dificultava ainda mais. Como eu disse, há muitas mães de autistas com esquizofrenia, com autismo, com ansiedade, com depressão. São coisas que dificultam ainda mais os cuidados das pessoas autistas.

As dificuldades vão aumentando, e a gente vai segurando a situação, a medicação. Muitas vezes a medicação não resolve, e aumenta-se a dose da medicação. Aumenta o remédio, e a gente vai vendo os efeitos da medicação, que são terríveis. Eu nunca me senti confortável com meu filho. Cada vez que ia ao psiquiatra, remédios e mais remédios, aumenta a dose, aumenta o remédio, porque está mais agressivo; aumenta a dose, aumenta o remédio. Eu sei que é necessário o remédio, eu sei que, em muitos casos, inclusive no do meu filho é, não estou dizendo que não deve remédio, mas é muito triste a gente ver a reação da medicação que vai aumentando cada vez mais.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto para concluir.

O SR. ELISEU ACÁCIO – Meu filho tinha, entre muitas comorbidades, distúrbio do sono, e eu passei muitas noites com ele sem dormir.

Mas eu quero concluir e dizer o seguinte: que o meu filho, assim como muitos autistas – e esse é um assunto de que muito pouco se fala, ou de que quase nada se fala, é um tabu –, infelizmente, chegou à institucionalização, um nome difícil e até bonito que, resumindo, é a internação. É muito triste dizer isso. Tem que ter coragem para dar a cara a tapa para dizer isso, até porque a gente é julgado, inclusive pelas pessoas do meio do autismo. Eu perdi muitos amigos quando souberam que o meu filho estava internado. Mas ele está lá não é pela vontade minha não.

Aí acontece o seguinte: como não há tratamento, como não há apoio a esses autistas, muitos acabam na internação de hospitais psiquiátricos, em clínicas completamente inadequadas, verdadeiros manicômios. Digo isso não porque ouvi falar; eu conheço. Eu conheço alguns e a um eu vou diariamente, que não é lá no Nordeste, no Norte, lá no fim do País. É na cidade de São Paulo mesmo, no centro da cidade de São Paulo: é o hospital psiquiátrico Caism, em Vila Mariana. Eu não tenho problema nenhum em dizer isso. Ele funciona como verdadeiro manicômio. Não existe tratamento, não existe um trabalho multidisciplinar. Há simplesmente uma equipe de profissionais da enfermagem para cuidar daqueles autistas. Não há atividade nenhuma. Aqueles



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

autistas andam o dia inteiro para lá e para cá, um bate no outro, um tira a roupa, essas coisas. Não há atividade nenhuma. Além disso...

(Soa a campainha.)

O SR. ELISEU ACÁCIO – É por isso que eu falei em relação aos direitos humanos, que achei muito significativo ter sido esta audiência marcada pelos direitos humanos. Há aqueles autistas estão lá no segundo andar, sem acesso a banho de sol. É até estranho falar em banho de sol, porque parece que estamos falando de presidiários. Mas eu digo que os presidiários têm muitos mais oportunidades e privilégios que aqueles autistas, que raramente, por duas ou três vezes, a cada mês ou dois, são levados a verem o sol lá fora, por 15 minutos e voltam. Então, eu acho isso completamente injusto.

Estou dizendo que essa situação não é um caso único. Há muitas instituições, hospitais psiquiátricos, clínicas, abrigos, que no fim acabam sendo a mesma coisa, pois funcionam de maneira precária, inadequada, que recebem autistas, mas onde não há tratamento nenhum.

A gente não deve pensar que é ruim com isso e pior sem isso. Realmente é, mas eu acho que a gente não deve se conformar com o pior. Aquilo é desumano, são autistas vivendo encarcerados.

(Soa a campainha.)

O SR. ELISEU ACÁCIO – Aquilo não é tratamento. Aquilo é encarceramento, e é uma situação de muitos, de dezenas, de centenas de autistas, não somente em São Paulo, mas em diversos cantos deste País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Bela exposição do Sr. Eliseu Acácio, que falou do mundo real. Eu não dei mais tempo, mas ele conseguiu concluir bem, para dar oportunidade para que todos possam falar.

O Fernando Cotta teve um tempo maior porque ele abriu o painel.

Eliseu Acácio, eu acho que você deveria deixar... É uma denúncia aqui na Comissão e nós, de uma forma ou de outra, vamos entrar em contato.

O SR. ELISEU ACÁCIO – Há dificuldade em relação a denúncias com as outras famílias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas nós fazemos.

O SR. ELISEU ACÁCIO – Porque as famílias têm medo de denunciar e falam "A gente vai levar o filho para casa".

Inclusive, eu estive na Assembleia Legislativa do Estado de São situação e diz: "Olha, se eu fosse vocês, não ficava reclamando não; é que tem um pessoal da luta antimanicomial por aí. Se vocês reclamam, vão fechar aquilo lá".

Aliás, eu sou completamente a favor da luta antimanicomial. Eu quero deixar claro isso. Parece até uma contradição. Eu tenho um filho internado, e sou a favor sim. Existem, na lei, as residências assistidas, as residências terapêuticas, mas existem somente na lei. Na verdade, existem algumas aqui e ali. E é muito difícil isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Nós vamos pegar todo o seu depoimento e vamos tirar o encaminhamento no final dessa reunião, o.k.?

O SR. ELISEU ACÁCIO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais uma salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Lembro aos Senadores que quando quiserem usar a palavra têm total liberdade, como sempre fazem todas as Comissões.

Carlos Arturo Molina-Loza, Psicólogo da Guatemala, especialista em autismo infantil e terapeuta de famílias e casais.

O SR. CARLOS ARTURO MOLINA-LOZA – Boa tarde.

Eu quero agradecer, para começar, o convite que me foi feito para estar aqui hoje. E quero começar com uma lembrança. Há 30 anos atrás, uma psicóloga aqui de Brasília, Ana Maria Bereohff, organizou o primeiro encontro do congresso nacional de autismo. Ela conseguiu reunir as principais cabeças pensantes sobre o autismo no Brasil. Havia psiquiatras infantis, neurologistas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, algumas pessoas que estão por aqui, psicólogos. E se fez – permitam-me dizer com as minhas palavras – uma farra sobre a questão do autismo.

Isso foi tão intenso, tão importante, que ao final nós decidimos criar o Gepapi, o grupo para o estudo do autismo e outras psicoses infantis, com grande debate sobre esse "e", porque o autismo não é reconhecido como uma psicose. Mas a ideia era que abrangesse outras dificuldades.

Nós nos reunimos em várias ocasiões. O Gepapi conseguiu fazer eventos em Belo Horizonte, em São Paulo, e, bom, como muitas vezes ocorre com os grandes projetos, ele se perdeu. Cada um de nós continuou sua luta como terapeuta, como pesquisador, e aí estão muitos deles nessa batalha muitas vezes solitária.

Anteontem, eu ministrei um curso sobre diagnóstico e tratamento do autismo infantil, aqui em Brasília. E o que eu queria trazer hoje aqui para nós é uma reflexão que pode me colocar até na contramão do que pensam as pessoas que estão aqui. Quero fazer uma afirmação ambígua. A primeira é que uma das poucas ideias sobre as quais há consenso é de que o autismo é um problema biológico, que não é provocado pela mãe, pelo tratamento, pelo descuido; é algo que se traz no nascimento. Há uma grande polêmica sobre de onde é que vem, se é cerebelo, se é etc. etc. Não se sabe, mas se sabe que é biológico.

A questão polêmica que eu quero lhes afirmar é que o autismo, tal como o temos hoje no Brasil, é social, e não é biológico, porque, se o autismo, como já dizia o Sr. Fernando Cotta, é algo que pode ser descoberto desde o nascimento e se é uma condição que faz com que o bebê, a criança tenha enormes dificuldades de contato com as pessoas, de compreensão das mensagens das pessoas, dificuldade para aprender, cada minuto que passa na vida de uma criança com autismo infantil, em que não há uma resposta adequada para as suas necessidades, é uma perda infinita quanto ao seu desenvolvimento ulterior.

Quero lhes dar um exemplo. Pode-se detectar em certos bebês o autismo com um dia de nascimento, através da atitude que ele tem com o peito, com o seio da mãe, se, por exemplo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não procura o mamilo, não tem aquela reação... Quando em um bebê se faz um estímulo na bochecha, ele tem a tendência de buscar o que o está estimulando, e ele não tem isso; se mama, a mamada é muito fraca e, se...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ARTURO MOLINA-LOZA – Como? A moça aí está me chamando atenção.

Se ele está com o mamilo na boca e o deixa escapar, não o procura, e, ponto fundamental, ele não olha para a mãe.

A mãe está tentando fazer algo, e não há, no caso do autismo infantil, a estrutura que qualquer mãe comum de qualquer criança comum tem, porque, quando uma mãe tem um problema com o filho, dá um berro, liga para sua própria mãe e a mãe lhe diz: "Olhe, filha, faça isso, não está vendo tal coisa?", e há sempre corretivos sociais. No caso do autismo, a mãe fica isolada, não sabe o que fazer, e a criança não entra nessa interação, e há uma perda que, poderíamos dizer, é definitiva.

Então, o que falta é uma conscientização do que é o autismo e do que é a participação que nós – quero dizer toda a coletividade – teríamos que ter em relação a isso. Deixar as famílias por conta daquele velho ditado quem pariu Mateus que o balance é crime, crime federal.

Então, eu quero aproveitar que estamos nesta Casa para dizer que a grande questão que se coloca é de educação, porque o tema foi colocado na inclusão. Queria dizer que para mim há dois tipos de inclusões: a inclusão vertical, decidida por alguém que talvez quisesse aparecer e fez a lei. E aí, com a lei, quem tem que arcar com as consequências dessa inclusão vertical são as crianças com autismo infantil, que vão ser colocadas em um meio que não está preparado para recebê-las; são as famílias que vão receber, muitas vezes, a rejeição dos próprios membros da sua comunidade, das famílias das outras crianças, das escolas que não sabem o que fazer e que partem de preconceitos absurdos, mas que estão enraizados: "Meu filho está na escola para aprender. Pronto, agora vai aprender autismo." São os professores que, sem formação, sem informação, têm de dar conta de um recado impossível: "Deixe-me dizer: sou especialista em autismo infantil, eu me dou muito bem com eles, nós fazemos grandes coisas juntos, mas eu me declaro incompetente para receber uma criança com autismo infantil, seja severo, seja leve, moderado, numa sala de aula com outras 15 crianças. Isso é impossível!"

Pode ser que estejam juntos, que façam... Mas isso não é inclusão, isso é "amontoação". *(Palmas.)*

Só poderia haver inclusão quando se tiver conquistado as pessoas para essa ideia. Posso falar com uma questão de experiência pessoal. Se hoje sou uma pessoa um pouco melhor do que era anos atrás, em parte, em boa medida, o devo ao contato com essas crianças. O que eu aprendi com eles é o que tem me feito um pouquinho melhor.

O que faz a nossa sociedade ao excluir essas crianças e outras é negar-lhes o direito de aprender e de crescer. Então, para mim, deveria haver uma revisão profunda sobre esse conceito. Não basta uma lei, não basta forçar as escolas a aceitarem. Porque não é aceitar; as escolas não estão aceitando, as escolas estão engolindo as crianças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem-me, eu não quero acusar as escolas, porque elas fazem parte de um sistema maior. A reação das escolas está incluída na negativa da nossa sociedade de compreender o fenômeno.

Gostaria de pegar o gancho da fala do senhor Acácio.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ARTURO MOLINA-LOZA – Muitos dos relatos que ele fez sobre agressividade, hiperatividade não são, desculpem-me, inerentes ao autismo. Essa é a reação de uma criança diante de uma condição que é imposta por nós. Quantas vezes, por exemplo, a uma criança que está agitada e que está correndo para uma porta, nós dizemos assim: "Vem cá, tu estás querendo sair, tu estais querendo passear? Então, bora passear". Essa criança que foge é uma criança que está na rua, que corre, mas que não corre para fugir; corre para expressar alguma coisa. O que nós não sabemos é que esses sintomas, essas atitudes estranhas muitas vezes são maneiras de dizer algo. E nós achamos que eles são incompreensíveis e não olhamos para nós, porque não aprendemos a dizer: "O que será que ele quer dizer com isso?"

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ARTURO MOLINA-LOZA – Há uma mudança fundamental, o apelo para uma mudança fundamental.

Não tentemos mudar as crianças, os jovens com autismo. Vamos nos mudar para termos uma visão diferente. A partir da mudança poderemos dar um trato diferente e haverá como consequência uma mudança das crianças e das pessoas com autismo. *(Palmas.)*

Bem, não quero abusar. Agradeço...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O senhor tem mais dois minutos. Está indo bem, muito bem!

O SR. CARLOS ARTURO MOLINA-LOZA – Bem, então, vejam: você falava de oportunidade – oportunidade para eles –, e eu não creio que nós possamos abrir essa oportunidade se não partirmos para uma educação maciça. Como exigir de pessoas que não sabem o que é autismo, diante da reação de uma estereotipia no trabalho, de acoso laboral? É muito fácil condenar as pessoas que reagem dessa maneira quando nós, que saberíamos, que deveríamos informar, não fazemos. Eu creio que o dedo não deva ser apontado para aquelas pessoas, mas para nós mesmos. A obrigação está do nosso lado. Vamos ensinar, vamos favorecer o crescimento das pessoas. A atitude que nós temos hoje diante das pessoas com algum tipo de deficiência é totalmente infantil: "Vocês lá, nós cá, eu quero resolver meu problema". Se tivéssemos um pouquinho de maturidade e víssemos que o problema começa conosco, aí poderíamos mudar.

Então, meu apelo é para que, como estamos nesta Casa, se faça algo pela educação das pessoas, pela transformação de nós mesmos, e não das crianças e dos jovens. Eles vão se transformar quando nós lhes oferecermos esse espaço transformado, para que não seja um universo carcerário, concentracionário, mas uma possibilidade de ser a pessoa que eles podem ser. Porque, vejam, um segundinho, eu muitas vezes falo com os meus alunos, faço uma pergunta: "O que que está mais certo, um elefante ou uma formiga?". Depende, não depende? Se é o tamanho ou se é... Então, elefante e formiga estão empatados. Leão e gazela, estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empatados, porque muitas vezes ele não pega a gazela, e muitas vezes ele pega e eles estão aí. Se vamos para homem e mulher, há muitas diferenças, mas nós estamos empatados.

A mesma coisa eu diria em relação a crianças que tenham alguma dificuldade: se nós julgamos os jovens com autismo infantil de acordo com o espaço...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ARTURO MOLINA-LOZA – ... que nós somos capazes de preencher, eles estão errados. Mas se nós pensamos que eles têm um espaço específico, que é deles a preencher, e nós os ajudamos a fazer isso, nós estamos empatados. Eles têm direito de serem as pessoas que eles são, mas só poderão ter esse direito se nós trabalharmos para que eles tenham esse espaço.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem!

Esse foi o Dr. Carlos Arturo Molina-Loza, psicólogo, guatemalteco, especialista em autismo infantil e terapeuta de famílias e casais. Meus cumprimentos.

Érica Lemos, professora, Mestre em Psicologia Educacional, ativista e mãe de Eric, diagnosticado com autismo.

A SRA. ÉRICA LEMOS – Boa tarde a todos. Eu quero primeiramente agradecer ao Senador Paulo Paim pela oportunidade, pelo convite; à Comissão de Direitos Humanos, por promover esse evento de conscientização, e também agradecer a presença do Major Olimpio, que tem nos acompanhado lá na Alesp e nos acompanhou ano passado, numa passeata. Eu sou ativista lá de São Paulo, mãe do Eric, diagnosticado primeiramente por mim aos dois, mas só se fechou o diagnóstico aos cinco, porque nós sabemos o quanto é difícil.

O Senador estava perguntando como se faz o diagnóstico, e a gente sabe que o diagnóstico de autismo é muito complexo, por conta da variedade do espectro, não é simples. Não se faz um exame de imagem, um exame de sangue, apenas uma anamnese. O que nós temos ali é uma comorbidade de sintomas, e cada autista é único. E aí, até se fechar esse diagnóstico nós travamos um verdadeiro desafio, uma verdadeira guerra. A gente sai em busca, desesperado. Quando esse pai...

Inicialmente, nós temos, sim, a negação, como a fase do luto. Nós idealizamos um filho perfeito, nós idealizamos... Como professora, eu idealizava, além de um filho perfeito, um aluno perfeito no futuro. E aí você recebe uma criança que não faz um contato visual, que é agressivo, de que a família se afasta, e as pessoas julgam você e julgam-na como uma criança mal-educada, como se a culpa fosse dos pais.

E aí quando o psicólogo Carlos colocou que é uma inclusão vertical que a gente vê hoje, é isso mesmo. Quando se questiona, quando a gente vê a força desses pais, dessas mães para buscar esse diagnóstico e se fechar, e a gente está nesse luto, e passa pela raiva, e passa pela barganha e a gente entra na depressão, a gente tem uma opção na depressão, nessa quarta fase do luto: ou a gente fica se vitimizando e leva essa depressão a vida inteira como uma forma de vitimizar o tempo todo, ou a gente sai à luta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que todos aqui saíram à luta. Nós saímos à luta pelos nossos filhos, nós somos verdadeiras guerreiras, guerreiros, e vamos atrás disso. (*Palmas.*)

Nesse processo de luta, nós encontramos muitas dificuldades. A primeira é realmente o diagnóstico. Nós temos uma tríade de sintomas que permitem inicialmente diagnosticar o autismo: o déficit na comunicação; nessa comunicação, o atraso da fala; os comportamentos repetitivos; e a inabilidade ou a incapacidade de socialização.

E aí, interessante, depois do diagnóstico – seu filho é autista –, o que a gente vai fazer? A gente vai para um tratamento medicamentoso? A gente vai para tratamento terapêutico? A gente não encontra hoje na rede pública de saúde um trabalho multidisciplinar. Quem tem convênio, ótimo, pode fazer esse trabalho de maneira separada: fono, terapeuta ocupacional, psicólogo... Pede autorização para o convênio porque são 12 por ano, apenas uma por mês, que não dá conta. E quem não tem convênio vai ao SUS, e no SUS as coisas não funcionam, como a gente sabe. E esse diagnóstico demora.

E depois a gente tem uma outra fase, que é a fase de ingresso dessa criança na escola, e aí, sim, eu posso, como professora, representar minha classe, porque o que está acontecendo hoje, como professora, eu posso dizer: nós temos hoje que refletir sobre essa inclusão vertical que se faz de uma lei, onde se garante o acesso e a obrigatoriedade da matrícula do aluno com TEA nas escolas públicas.

Mas quando a gente faz uma inclusão, uma lei onde essa escola é obrigada a receber essas crianças e, automaticamente, na outra ponta, a gente não prepara o professor, toda a comunidade escolar, os docentes para recebê-lo, nós não estamos fazendo uma inclusão.

Nós temos uma dificuldade muito grande em entender conceitos. Nós temos, sim, uma integração; hoje, nós temos uma integração do autista na escola, e não uma inclusão. Integrar é fazer parte. Ele está lá, mas como ele está lá? É a escola se adaptando a ele ou ele, dentro das suas dificuldades hipersensorial, hipossensorial, dentro da sua condição, tendo que conviver com os seus pares? Hoje, o objetivo da inclusão no Brasil é de socializar o autista. Ora, como socializar o autista se a dificuldade dele é justamente essa? Conviver com os seus pares, aprender por imitação, se a dificuldade dele é essa, justamente essa? Como conviver numa sala de aula com 40 alunos, 30 alunos se eu não consigo lidar com o barulho, se eu não tenho condição, se a professora que está ali na frente não tem capacitação profissional adequada? E aí a gente tem o quê? Em contrapartida, profissionais, professores de educação doentes, cada vez mais professores saindo de sala de aula, cada vez mais professores doentes se afastando. É como diz Maria Teresa Mantoan, especialista em educação de pessoa com deficiência no Brasil: a sala de aula é um verdadeiro termômetro para a febre das crises educacionais. E é na sala de aula, nesse microespaço, que a gente observa o ensino, tudo que acontece no ensino, ali na sala de aula a gente percebe se aquilo que foi colocado é fracasso ou sucesso. E hoje a gente tem acompanhado um fracasso na educação, um fracasso na inclusão, porque não é uma lei que garante a inclusão. Nós precisamos de projetos e políticas públicas. Nós precisamos de capacitação dos profissionais de educação. Nós precisamos de projetos intersectorizados onde educação e saúde caminhem juntas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que a nossa Lei 13.146/2015, a lei brasileira de inclusão de pessoas com deficiência física, diz – está muito claro lá – que o profissional de saúde não precisa ficar nos hospitais, nas clínicas, ele deve sair e participar de tudo, ele pode atuar em várias áreas, se o objetivo maior é a equidade dos direitos, e nós não temos equidade de direito quando hoje na escola o objetivo maior não é o pedagógico. As crianças estão integradas por uma ou duas horas. Muitas vezes a mãe deixa aquela criança na escola e, antes de chegar em casa, o telefone já toca para retirar a criança. A mãe não pode trabalhar porque ela tem que dar conta dos diversos acompanhamentos: fono, psicóloga, terapeuta ocupacional. Ao mesmo tempo que ela não pode trabalhar, ela não tem uma renda porque o critério de miserabilidade para conseguir a LOAS é um absurdo: um quarto da renda – a gente tem acompanhado – é negado. E aí a conta não fecha. Eu preciso trabalhar, eu preciso de recursos, eu não tenho esses recursos e como dar conta, como acompanhar essa demanda? Hoje, nós temos, aproximadamente, 2,6 milhões de autistas no Brasil – aproximadamente, é uma estimativa, porque nós não temos um censo, eles não são contados. Desses 2,6 milhões, 40% estão estudando, estão na escola; os 60% estão fora, 60% dos autistas estão fora da escola. Desses 40%, 80% estão na rede particular, na rede privada de ensino. E por que será? A gente tem hoje o AEE, Atendimento Educacional Especializado, as salas de recursos, mas isso não garante, porque as salas nem sempre têm recursos, as salas não estão preparadas para receber a diversidade e a complexidade do autista.

(Soa a campanha.)

A SRA. ÉRICA LEMOS – E é por esse motivo, Senador, que eu lhe trago hoje e apresento um projeto. São dois projetos de lei, que surgiram de estudos, de uma demanda da mãe de uma criança autista, terapeuta ocupacional, que propõe um projeto de "intersetorização", de educação com integração, com centros de convivência para o desenvolvimento humano, seguindo os itens do Índice de Desenvolvimento Humano do Pnud – saúde, educação e renda –, aí a gente trata nesse projeto de um trabalho multidisciplinar de saúde, trabalhando nas escolas. O objetivo seria que toda e qualquer instituição de ensino fundamental, creches, berçários da rede municipal privada de ensino devem contar com uma equipe multidisciplinar composta por terapeuta ocupacional, psicólogo, fono, fisioterapeuta, nutricionista, psicopedagogo, com vistas a atender a complexidade da CIF – a CIF, aquela classificação internacional de funcionalidade e incapacidade, saúde, que inclusive o Brasil está 18 anos atrasado em regulamentar; desde 2001, a Organização Mundial de Saúde já usa CIF, e nós ainda não.

Então a gente vê que, em termos de política pública, nós estamos muito aquém de atender a inclusão. Nós não temos realmente hoje uma condição de integrar o autista na rede pública – e nem na rede particular, porque falta recurso à rede particular. E hoje nós temos em São Paulo, por exemplo, 2,5 mil alunos atendidos pelas escolas credenciadas. O meu filho é um deles. Há 15 anos atrás, quando eu travei esses primeiros desafios, as primeiras barreiras de inclusão, mesmo sendo professora, eu via os meus colegas de trabalho...

(Soa a campanha.)

A SRA. ÉRICA LEMOS – ... dizendo que não sabiam lidar com autismo. Não sabiam lidar com autismo, e eu também não; porque eu, como mãe, não recebi no nascimento dele um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manual de instrução, eu tive que aprender a lidar. E é isso que a gente fala para os professores, que eles têm que aprender a lidar.

Mas é preciso instrumentalização. A gente precisa de algo que venha de cima pra baixo, a gente precisa de instrumentos e procedimentos, porque hoje a gente tem uma primazia na inclusão. A gente tem procedimentos em relação a algumas deficiências: a gente tem instrumentos e procedimentos em relação a Libras, aos surdos; mas as doenças raras, as deficiências cognitivas, elas estão sempre no escombros. A gente está sempre aguardando mudanças; mudanças significativas, mudanças reais, que a lei, por si só, não dá conta. A gente precisa de atitude, a gente precisa de... E nós temos que dizer...

(Soa a campanha.)

A SRA. ÉRICA LEMOS – ... que nós vamos continuar lutando. Porque nós não vamos desistir. Pais de crianças com deficiência são pais – e o Major Olímpio está aqui, que pode garantir isso – nós somos muito... Nós saímos no embate. Nós saímos, e não vamos desistir. É por isso que nós estamos aqui hoje nessa Comissão, eu representando, não somente como mãe, mas toda a classe de professores, que estão ali, ansiosos, perguntando: "Está bem, a gente recebeu um aluno com autismo, mas e agora? Qual o procedimento? O que fazer? De onde eu devo seguir? Para onde eu devo caminhar? O que fazer com a questão da hipersensibilidade sensorial, a alimentação restrita, a quebra de rotina, o barulho, a falta de recurso, o tempo que se tem em sala de aula, o material didático?".

A gente não tem hoje comprovação científica que dê uma diretriz para o trabalho do professor, ele está à mercê dessas políticas públicas, que devem surgir com emergência, com urgência.

E é nesse sentido que eu lhe peço, Senador, um olhar apurado para essas questões. Acredito que, hoje, é só mais um capítulo, eu acredito que nós estamos avançando, sim. É um capítulo da nossa história e logo nós teremos, sim, mudanças efetivas, não só na lei, mas na aplicabilidade dela.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Essa foi a Profa. Érica Lemos, Mestre em Psicologia Educacional, ativista e mãe do Eric, diagnosticado com autismo, que fez uma bela exposição.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como eu disse, os Senadores falam a qualquer momento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O senhor vai falar agora? Por antiguidade, é o senhor, o senhor é Major, eu sou Capitão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Cap. Styvenson com a palavra, S. Exa. tem se dedicado muito também a essas questões todas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu estou ouvindo atentamente, porque é um tema importante...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em seguida o Major.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É um tema muito importante, Major, porque o número é expressivo: 2 milhões. E pelo que eu entendi... A senhora é professora há quanto tempo?

A SRA. ÉRICA LEMOS – Eu sou professora há 15 anos...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Há 15 anos. Antes do Eric, a senhora já tinha...

A SRA. ÉRICA LEMOS – Bem antes.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... lidado com situações de autismo? Antes do Eric, a senhora havia lidado com situações de autismo dentro de sala de aula?

A SRA. ÉRICA LEMOS – Não, e a gente vem acompanhando o aumento da demanda dentro de sala de aula hoje. Eu não tinha..

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu fiz uma pesquisa rápida, Profa. Érica: nos Estados Unidos, o aumento foi de 15% em cerca de dois anos.

A SRA. ÉRICA LEMOS – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E o curioso é que a estatística diz para o psicólogo que ela se manifesta mais em homens, em garotos.

E a senhora, como professora... Eu estou presente em uma sala que tem algumas crianças, alguns jovens, algumas pessoas com autismo, e o comportamento delas pode dificultar muitas vezes essa sociabilidade, muitas vezes, por má compreensão das pessoas.

A SRA. ÉRICA LEMOS – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Muitas vezes, é porque ele fala, ele é autêntico, ele grita, ele se levanta, ele se move.

E a senhora falou muito da questão da escola, da lei, se não me engano, a 12.764...

A SRA. ÉRICA LEMOS – Lei 12.764, de 2015.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Lei da Inclusão.

A senhora falou muito da escola. E a criança com autismo tem que estar acompanhada dos pais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu creio que sim, a não ser que você pague para alguém estar com ele, acompanhando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não sei como é... É a questão da sociabilidade, da inclusão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Nem todas as pessoas com autismo necessitam de um apoio terapêutico; a grande maioria, sim, necessita de um apoio para essa socialização; do apoio de uma outra pessoa para aprendizagem...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É a pergunta aonde eu ia chegar.

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Mas há alguns que não necessitam.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – A pergunta aonde eu ia chegar para ela é: escola, família... E em sociedade? E quando ele estiver em um *shopping*, em uma igreja, em um supermercado? Porque muitas vezes ele se manifesta de uma forma que as pessoas não compreendem.

Ele fala sem ter a permissão, ele grita, e as pessoas, por não conhecerem bem o que é o autismo, por não saber muito o significado, nem mesmo a origem, uma vez que se diz que é genético, prioritariamente genético... Não sei se o meio influencia.

A SRA. ÉRICA LEMOS – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – No caso dele, disse que a esposa... Melhorou? É porque eu estou há dois meses aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Dois meses, mas está muito bem, viu?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estão atuantes aí ele e o Major Olímpio.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então essa inclusão não seria além da escola? Não seria um fator agora de lidar com a sociedade, que não está preparada para certas situações em que ela é preconceituosa? Como vocês mesmos disseram, quando partiram de ter um filho com autismo, não souberam lidar com a situação e, muitas vezes, o autismo foi tido, como nos filmes, como em algumas ficções, como algo que é caracterizado sem sociabilidade? Não seria um ponto de elevar essa lei para longe da escola, para muros além da escola, para uma sociedade?

A SRA. ÉRICA LEMOS – Sem dúvida, Senador. Nós precisamos conscientizar a sociedade como um todo. A gente fala das escolas porque é nas escolas que a gente consegue atingir o maior número de pais, a comunidade de modo geral. Quando a gente começa na educação, a educação é a base. Quando a gente pensa em uma inclusão, a gente tem que pensar lá na base, lá na educação infantil e, claro, expandir a inclusão no ensino médio, no ensino superior, na capacitação profissional, nos cursos, na qualidade de formação dos profissionais.

Os profissionais de pedagogia não têm, por exemplo, formação em neurociência, não sabem como o cérebro da criança autista funciona. Por trás de uma birra, existe uma funcionalidade daquela birra, uma funcionalidade de comunicação, e a gente percebe que o professor não tem esse respaldo, esse conhecimento para lidar com essas questões. Por quê? Porque a formação do professor é toda baseada num modelo padrão de aprendizagem, um modelo perfeito, um modelo em que todas as crianças aprendem igual, de maneira homogênea,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

e nós sabemos que nós não temos um modelo padrão de aprendizagem, mesmo no próprio autismo. Nós temos do grau severo ao grau leve e, quando a gente pensa no grau leve, esse grau leve não é tão leve assim. Mesmo no grau leve, nós temos dificuldades de integração social.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Então seria o caso de correção já na formação do professor?

A SRA. ÉRICA LEMOS – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Já deveria incluir uma disciplina?

A SRA. ÉRICA LEMOS – A formação do professor hoje é deficitária, assim como na escola falta estrutura para receber, porque não se faz inclusão colocando apenas uma rampa de acesso. "Ah, nós temos acessibilidade garantida" porque se colocou uma rampa. O que nós vemos hoje é o autista tendo que se adaptar, dentro das limitações dele, a uma realidade já pronta, quando, de repente, tinha que ser o contrário. A gente tem que se voltar e perceber que inclusão é justamente o contrário, é incluir essas crianças que vão receber, incluir esses pais que se sentem incomodados muitas vezes com essa criança que faz barulho, que distorce, que mexe com toda a rotina de sala de aula. A gente vê pais tirando os seus filhos da sala que tem uma criança com autismo. E é complicado porque a gente sabe que o número aumenta, e cada vez mais teremos autistas. E aí, quando a gente vai a um *shopping*, ao cinema, as pessoas falam assim... Hoje, em São Paulo, nós temos, gente, um trabalho muito bacana nos cinemas com salas especiais, com salas com meia-luz, são sessões para autistas aos domingos. E nós vamos. Aqui, também há. A gente sabe que isso tem crescido. É algo interessante, porque por muito tempo...

(Soa a campainha.)

A SRA. ÉRICA LEMOS – ... pais de crianças autistas ficaram isolados, sem sair de casa, por conta dessas convenções – "meu filho vai fazer barulho, ele não vai saber se comportar, o que fazer" –, mas hoje a gente já sabe que os espaços públicos são deles, eles têm equidade de direitos não só na escola, mas em toda a sociedade.

No caso do meu filho, hoje, ele está dentro do grau leve; quando ele foi diagnosticado, ele precisava de mais apoio. O que muda o grau do outro é a quantidade de apoio substancial. Ele precisava de mais apoio e era considerado moderado. Hoje, ele é considerado um grau leve. Não existe cura para o autismo, mas o que aconteceu com essa autonomia dele? Tratamento, intervenção, muito, muito, muito esforço de toda a minha família, de todo o apoio que eu recebi e de muitas renúncias que eu tive que fazer. Foram muitas renúncias, muita briga, muito choro, muitas dificuldades para ele estar aqui hoje nos ouvindo. Ele quer trabalhar, ele quer ser inserido hoje no mercado de trabalho. E eu acredito que ele tem condição, porque ele é um jovem inteligente. A maioria deles...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ÉRICA LEMOS – Sim, Eric?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Oi, Eric. Aqui. Grande Eric!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ÉRICA LEMOS – Quando a gente vê as pessoas e fala: "Esse é o Eric, ele é autista", muitas pessoas falam assim – até por falta de conhecimento, a gente perdoa: "Ele não tem cara de autista". Não existe uma cara para o autismo, existem autistas, pessoas de vários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O pessoal da Pestalozzi vai ter que sair, vamos dar uma salva de palmas a eles.

A SRA. ÉRICA LEMOS – Sim, o pessoal da Pestalozzi! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Major Olimpio está pedindo a palavra. Quem sabe ele fala agora e a gente conclui esta Mesa, para, depois, vir a segunda Mesa e o debate continuar? Todos poderão falar novamente. Por favor, Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Exmo. Senador Paulo Paim, Senador Styvenson, todos os painelistas desta tarde, todos os pais, mães, educadores que estão em torno de um bem-estar para os autistas, eu quero dizer da minha satisfação e do meu orgulho, primeiro, de ter o Senador Paim, um Senador veterano nesta Casa... E muitas coisas que acontecem nesta Casa que provocam modificações, principalmente para o cidadão mais humilde, para aquele que precisa de uma atenção diferenciada, é exatamente pela sensibilidade do Paulo Paim, não só por ser Presidente da Comissão de Direitos Humanos... (*Palmas.*) Mas pela pessoa que é, pela forma como se envolve e até por nós estarmos hoje vivendo este momento aqui, no Senado, eu tenho certeza de que muita coisa vai se frutificar.

Eu conheci, por exemplo, a Érica, que acabou de falar aqui, dando uma palavra da educadora, da mãe e de uma lutadora, num momento em que eu tenho a pretensão de ser um representante de policiais.

Policiais e esposas de policiais, em determinado momento, entraram em contato comigo pela não renovação do contrato com as escolas para as crianças e os jovens autistas frequentarem o ensino regular. Fui até a esses pais, inicialmente na frente da Secretaria da Educação, na Praça da República, alguns incrédulos, outros reticentes: "O que é que o Deputado dos policiais está fazendo aqui?". Aos poucos, fomos tomando conhecimento do que estava se passando: uma total falta de sensibilidade do Tribunal de Contas do Estado, junto com a incompetência e a insensibilidade da máquina do Governo do Estado. Educadamente, mães e pais disseram: "Respeitem a dignidade dos nossos filhos, respeitem os impostos públicos. Vocês não estão fazendo nada de graça para nós, não!". Quando eles fizeram ouvidos moucos, essas mesmas mães e esses mesmos pais, com jovens e adolescentes, saíram conosco numa marcha na Avenida Paulista. Então, Paim, na Avenida Paulista, que é um palco normalmente de manifestações de todos os segmentos da sociedade, naquele dia, alguns carros buzonavam e diziam: "Esses caras atrapalhando o trânsito", e muita gente perguntava: "O que está se passando?". E a gente dizia. E os policiais da Polícia Militar que estavam fazendo balizamento com as motocicletas diziam para as pessoas: "São mães e pais de autistas a que, por insensibilidade, por desrespeito, o Governo não está dando tratamento digno". E assim foi. Muita gente que, às vezes, buzitava com ódio começou a estender a mão e a mandar mensagens. Eu falo até emocionado pela situação, porque ela foi inédita na minha vida, e devo dizer que foi um dia que me ensinou demais. As mães e as crianças abriram os ouvidos e a sensibilidade do Governo. As mães apenas disseram, como ela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse aqui: "Nós não vamos parar, não! Serão tantas vezes quantas forem necessárias para chamarmos a atenção da opinião pública, para ver tanta insensibilidade, tanta insensatez, tanta irresponsabilidade pública". E o Governo fez, por pressão das mães e dos pais, o que era obrigação de ele fazer.

Quando eu vejo esta Mesa posta e propostas de projetos sendo apresentadas, pode ter certeza, Paim: encabece o movimento, que nós seremos signatários, e vamos trabalhar a sério. Eu prestava muita atenção ao que o Prof. Carlos Arturo dizia sobre a necessidade de trabalharmos muito firmes por essa inclusão, para que não seja goela abaixo, engolida; para que, nas escolas, nós tenhamos atividade de ensino especial.

Eu tive oportunidade também, num trabalho perto da minha casa em que o Prof. Rogério, que tem filho com síndrome de Down e que é um judoca espetacular, começou a dar treinamento para jovens, crianças com síndrome de Down... Daí houve pais com autistas também. Eu era o Deputado que, às vezes, ia lá para poder levar uns tombos da meninada, para brincar. Eles brincam e se divertem com o tio que eles veem na televisão e que ali estão imobilizando. Também, a cada vez que eu tinha oportunidade de estar ali, parece que eu rejuvenescia com aquelas crianças. Crianças autistas que não permitiam nem o toque, a sensibilidade do toque, se sentindo, muitas vezes, agredidas no seu espaço, depois de alguns meses, estavam aplicando golpe nas outras crianças, na gente também, como uma forma de tratamento, usando o esporte, no caso o judô, para isso.

Eu digo que eu saio deste evento... Vim por um estímulo do Victor Marques, que é um jovem advogado da minha equipe. Ele trabalhava num escritório de advocacia com a sócia dele, que é amiga e parceira de uma das mães que fundou a ONG Autismo e Realidade, a Paula, que está aqui. Acabaram me indicando para que estivesse aqui. Vai falar para vocês a Júlia Balducci de Oliveira, que é portadora de síndrome de Asperger, que está dentro do espectro do autismo, que é formada em Cinema e pós-graduada em Direção de Arte e que, atualmente, trabalha no mercado financeiro no banco holandês ABN Amro.

Eu tenho razão de estar aqui não só para um evento, mas para me colocar à disposição do Senador Paulo Paim e de todos vocês. Nas ações que forem mobilizar e em iniciativas parlamentares, nós estaremos juntos, assim como em todos os contatos que forem necessários com os órgãos públicos.

E é o tamanho da causa, Paim, em que ninguém é esquerda, direita ou centro, ninguém é situação ou oposição. *(Palmas.)*

Aqui, nós estaremos juntos e cerrados com todos vocês. São os pais, os jovens, os educadores, que têm o caminho a ser trilhado, que sabem e que são merecedores da atenção pública de toda ordem.

Preocupa-me demais o momento em que a Érica deu o dado de que só 40% estão na escola, significando que, segundo uma estatística não muito confiável, pode ser maior o número, nós temos mais de 1 milhão e 560 crianças autistas que estão fora da escola. Isso é mais do que objeto de preocupação nossa. Se nós conseguirmos promover ações legislativas... E aí, se a lei que nós votamos em 2015, a Lei 13.146, se for possível ser aperfeiçoada para buscar mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetividade em relação à obrigatoriedade das ações públicas, eu acho que é mais do que o momento de perseverarmos por isso.

E ninguém, Paim, tem mais conhecimento do que se passa em relação ao autista do que as pessoas que aqui estão; são pais, são educadores, são pessoas que estão trabalhando. Basta aprendermos com eles e pegarmos a sua energia, o seu vigor.

Styvenson, que, antes de policial, é um educador e um exemplo no Estado dele, tenha a certeza absoluta de que vai frutificar. Este evento de hoje será um nascedouro de expectativas de dignidade.

Muito obrigado pelo convite para estar aqui presente.

E muito obrigado, Júlia. Para nós, foi motivo de muito orgulho ter você aqui conosco.

Obrigado, gente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ela vai falar em seguida.

Muito bem. Meus cumprimentos ao Major Olímpio. No final, a gente dá os encaminhamentos. Por exemplo, esses dois projetos de lei têm dois caminhos: num caminho, a entidade apresenta via Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vem para mim, e eu indico o Relator; no outro, V. Exa., que também é de São Paulo, seria, se V. Exa. entender assim, o autor do projeto. Eu tenho certeza de que eu e o Styvenson podemos ser Relator – ele relata um, e eu relato outro. V. Exa. pode ser o autor, fruto desta reunião. O.k.? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, já fizemos um acordo. Os projetos já estão assumidos.

De imediato, agora, passo a palavra para a nossa convidada painelistra Júlia Balducci de Oliveira, pessoa com síndrome de Asperger, que está dentro do espectro autista, formada em Cinema, com pós-graduação em Direção de Arte, que atualmente trabalha no mercado financeiro em um banco holandês.

A SRA. JÚLIA BALDUCCI DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Agradeço ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao Senador Major Olímpio e demais membros da Comissão este convite. Também pelas palavras, obrigada, Major Olímpio.

Saúdo meus colegas autistas, pais e demais pessoas aqui presentes.

Meu nome é Júlia, tenho 31 anos e recebi diagnóstico como Asperger aos 21 anos de idade, o que veio a confirmar o que eu já sabia. Eu sentia que era diferente, que tinha dificuldade em compreender o que as pessoas esperavam de mim e em como responder a elas, socialmente falando. Com o diagnóstico, comecei a ter algumas respostas para minhas preferências, habilidades, dificuldades e me sentir mais forte para enfrentá-los e para ter certeza de que eu não vejo o mundo como vocês. Sempre frequentei escola regular. Sou graduada em Cinema pela FAAP, estou concluindo pós-graduação em Direção de Arte e em Comunicação na Faculdade Belas Artes São Paulo e trabalho no mercado financeiro.

Nós Aspergers, autistas ou pessoas com transtorno do espectro autista temos dificuldade em nos comunicarmos. Portanto, vocês podem estar se perguntando por que escolher o curso de Comunicação Social, quando tenho dificuldade nessa área, mas é uma questão ligada também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à minha natureza, à linguagem audiovisual. Para a maioria de nós, verbais ou não, é mais fácil nos entendermos e comunicarmos através da imagem. E eu adoro cinema.

Sou uma pessoa feliz. Não tenho problema em ser Asperger, estar dentro do espectro. Gosto de estar com minha família, com meus colegas de trabalho, amigos, que não são muitos. E confesso que gostei muito do convite para estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. JÚLIA BALDUCCI DE OLIVEIRA – É uma oportunidade de poder dizer como eu sou, como me sinto e de ser uma voz para aqueles que se identificam comigo e não tiveram a mesma chance que eu de estar aqui.

Como diz Temple Grandin, sei que sou diferente, mas não menos.

Sei que gosto de estar com as pessoas e me relacionar com elas, apesar de, muitas vezes, ainda não saber como fazê-lo.

Sei que gosto do meu trabalho no Banco ABN Amro e, principalmente, dos meus colegas, que me acolheram e me reconhecem como igual.

Procuro levar a minha vida com dignidade e sem medo. Sei que o medo paralisa e que ele deve ser enfrentado e não evitado.

Sei também que, assim como eu, todas as crianças e adultos com TEA querem e têm o direito de viver neste mundo e neste tempo, que também nos pertencem. Caso contrário, é discriminação.

Muitas vezes, a discriminação é quase invisível, se manifesta nas atitudes e na crença de que nós autistas não podemos aprender, trabalhar, participar na tomada de decisão política que nos afeta ou na crença de que nós precisamos de caridade em vez de direitos.

Para que esses direitos nos sejam assegurados, é preciso garantir que essas pessoas recebam um tratamento de qualidade, proporcionar o melhor tratamento possível no momento certo, garantir os cuidados de saúde e de educação, bem como fornecer o apoio social e familiar e capacitação para o mercado de trabalho.

Com a implementação de políticas públicas de saúde em autismo, a maioria das pessoas com TEA, que hoje vivem à margem da sociedade, passará a ser cidadãos não mais dependentes das suas famílias, da caridade de terceiros ou do Estado; ao contrário, passaria de improdutivos a produtivos, de dependentes a contribuintes.

Como eu disse antes, para nós, um espaço como este é importante para que as pessoas nos conheçam, nos incluam e nos estendam a mão. Eu tive quem me estendesse a mão. Nem todos têm a mesma sorte.

Com a renovação desta Casa em mais de 80% de seus membros, renovam-se as esperanças em fazer o que é necessário, urgente, porque não programar o futuro será, sem dúvida, considerado pelas próximas gerações como um déficit de humanidade.

Antes de terminar, eu gostaria de citar a avó de uma pessoa que admiro e que respeito muito. Ela dizia: "Quem fala com sotaque fala uma língua a mais que você".

Muito obrigada. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Júlia Balducci de Oliveira, pessoa com síndrome de Asperger, que está dentro do espectro autista, formada em Cinema, com pós-graduação em Direção de Arte, que atualmente trabalha no mercado financeiro em um banco holandês. No seu pronunciamento, ela nos deu uma lição de vida. Pode crer que você deu uma lição de vida a todos nós aqui e mostrou a firmeza e... Eu gosto muito de dizer que nós temos esperança, mas você foi além, você mostrou esperar, que é ter esperança e fazer acontecer: "Não pense que vou me encolher, eu vou para cima e vou ocupar o meu espaço". Uma grande salva de palmas de novo! (*Palmas.*)

Por fim, nesta mesa, professora e articulista social, jornalista, coordenadora da Moab em Goiânia, mãe do Jonas, que é autista, professora Ana Paula Ferrari.

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Boa tarde a todos!

Fiquei com a responsabilidade de falar por último. É difícil, mas ao mesmo tempo muito positivo. É difícil esperar. A gente é ansiosa, quer falar, e ainda por cima sendo da comunicação. Ao mesmo tempo, também muito positivo, porque a gente vê como o autismo nos nivela, como não existe uma diferença de classe social e cultural quando a gente está falando de autismo, porque eu convivo com famílias de várias partes do País e de fora, e a gente vê essa realidade mesmo, famílias que às vezes têm condição, mães que são juízas de direito; mãe casada com o pai tem filho que ainda não tem tratamento; médica psiquiatra casada com médico tem filha que está com dificuldade comportamental; Asperger leve que só foi diagnosticada há pouco tempo e por isso está isolada dentro de casa, parou de fazer faculdade, saiu do trabalho.

Eu sou mãe do Jonas e compartilho muito da opinião do Carlos: como essas pessoas nos tornam pessoas melhores! Realmente o autismo nos leva a uma revisão de vida, a uma mudança de estilo, de conceitos, completamente, do que é um comportamento esperado, do que é uma criança. Então você começa a aprender a aceitar o outro, a ver a partir dele o que é uma criança naquela realidade. Então, é muito bonito isso, a gente construir junto os conceitos, a gente passa para a construção conjunta e a gente passa a aprender muito. Só depois que a gente aprende muito é que a gente consegue também fazer com que eles aprendam um pouco com a gente.

Até mesmo os jesuítas, quando chegaram aqui, começaram a catequizar os índios com música, porque eles perceberam que não tinha muito como impor uma comunicação, um estilo. Então, começaram a catequizar através de música, começaram a criar instrumentos musicais e melodias. Isso foi feito há tanto tempo, por que hoje a gente não pode estar fazendo isso também? Aliás, eu acho que o autismo é um convite ao progresso. Eu falo muito isso, porque o autismo desenvolve as maiores habilidades das pessoas, porque você realmente elabora bastante a sua forma de criar. Então, você é levada a criar, a recriar. Então, é um dado de desenvolvimento muito grande.

Eu acho que a gente tem que fazer um *marketing* da inclusão. Eu também sou publicitária, então a gente precisa criar o valor devido que ela tem. É possível a gente mostrar que ter um amigo autista, que conviver com uma pessoa autista, que estar na sala de aula com um autista é um dado de desenvolvimento muito maior para aquele que está convivendo do que para o próprio autista. Na verdade, muitas vezes, a vantagem é maior para todos nós. Depois, pode ser que o autista usufrua de algum benefício, mas com certeza, o colega, por exemplo... A escola é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o ponto principal mesmo, como disse a Érica, porque é na escola que ele tem acesso aos estímulos. Dificilmente em casa, em um *home schooler*, porque a gente pode se aventurar e fazer um tratamento domiciliar, que é bem-sucedido, e em muitos casos deve ser feita uma parte domiciliar, mas em casa nós não conseguimos reproduzir um ambiente natural e os estímulos necessários para o desenvolvimento. Então, muitas vezes a gente deve fazer aquela pergunta: essa pessoa tem autismo ou eu que estou criando autismo nessa pessoa? Porque o meio é muito agressivo mesmo, e aí quando o meio se nega a acolher, a gente está negando que aquela pessoa tenha acesso aos estímulos. Se a gente pegar uma criança normal, colocá-la dentro de um quarto escuro, como já houve casos, ocorrências – não foi por maldade, mas foi o melhor que o pai podia fazer. Ele saía para trabalhar e deixava o filho trancado dentro do barraco, ouvindo rádio. A criança adquiriu cegueira, a criança ficou com uma dificuldade de fala. Então, nós precisamos da luz do sol, nós precisamos de vários tons de voz, nós precisamos de vários volumes e várias temperaturas para nós nos desenvolvermos. Nós não nascemos prontos. Nenhum ser humano nasce andando. Então, nós somos um animal que nasce dependente. E as pessoas que têm uma deficiência precisam muito mais ter acesso àquele estímulo, a ir a um parque de diversão, a estar em um cinema, a estar no *shopping*.

Eu já morei no Rio por um tempo, lá eu tive também esse convívio com o Moab, e lá em Goiânia nós fazemos esse trabalho social na cidade. E há um bom tempo eu me despertei para isso, que a gente precisa ter um projeto de lei para acessibilidade na cidade. A acessibilidade vence as barreiras, porque a inclusão ocorre com a acessibilidade. Uma das barreiras, a primeira barreira com a qual a gente lida, em qualquer deficiência, e que a gente tem que enfrentar, é atitudinal. É a dificuldade da pessoa de aceitar aquela realidade. Na verdade, ela está vivendo um mundo que ela criou para ela, um mundo de padrão, que não existe. Ela está vivendo uma ilusão e, para não ter um choque emocional, para que ela não sofra, ela faz a exclusão. Então, a gente precisa dizer que incluir dói. Dói mesmo. O primeiro momento é de dor. Aquela pessoa que recebe uma outra realidade, diferente daquela que ela criou, na ilusão dela, passa por um choque emocional. Mas depois, se ela for corretamente amparada pela formação, pela informação, através da formação continuada, ela vai chegar ao desenvolvimento pleno dela própria, em primeiro lugar.

O Brasil hoje é o 30º país que entrou em um programa da OMS. Não sei se vocês sabem disso, mas hoje o Brasil é 30º país que faz parte de um programa da OMS, o Autism Speaks, que visa dar formação para os familiares. Esse projeto acontece hoje lá na Prefeitura de Curitiba. Então, nós precisamos desse projeto no País, porque esse projeto é da OMS com o Ministério da Saúde, mais o Ministério da Educação e mais a sociedade organizada. Nós precisamos treinar os pais ou os cuidadores, às vezes os avós, ou um tio, enfim, quem está convivendo a maior parte do tempo com essa pessoa com dificuldades em seu desenvolvimento, porque essa pessoa precisa dar continuidade ao tratamento, ela precisa demandar daquela que está sendo estimulada na clínica ou na escola, em casa também; ter a certeza de que ela aprendeu, naquele momento, a pegar o tênis e a levar até a gaveta. Então, dar continuidade em casa. Não só na escola ela põe o tênis no cantinho do tênis, no cantinho do sapato, mas em casa também ter o cantinho do sapato. Então, nós precisamos criar rotinas organizacionais, na escola, em primeiro lugar, e com as pessoas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convivem, através desse projeto da OMS, que traz os técnicos lá dos Estados Unidos gratuitamente, para dar formação, depois continua por video aulas e analisando material visual que o pessoal da Secretaria de Saúde envia para lá.

Além desse pedido que eu queria fazer para o Senador Paim ir atrás disso e dar um jeito de nacionalizar esse trabalho que ocorre hoje na Prefeitura, parabenizando a Prefeitura de Curitiba... Eu estive lá, acompanhei todo esse projeto, ouvi das pessoas que estão participando, ouvi os técnicos falarem, relataram. Quero agradecê-los por isso e fazer a apropriação nacional desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma forma de agradecer neste momento tudo que você falou é dar uma grande salva de palmas, e que outras prefeituras copiem o que Curitiba está fazendo. (*Palmas.*)

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Além dessa questão de como tratar o autismo, que a OMS já faz com Curitiba, eu também estive aqui há três anos junto com a Procuradoria Especial da Mulher no Senado, que está aqui representada pela chefe do gabinete, Dra. Rita Polli, que é uma mulher muito ativa nessa área... (*Palmas.*)

A mulher, muitas vezes, fica sozinha nessa luta. Não são todas que continuam com o apoio do pai da criança ou do companheiro. A realidade de muitas é o abandono.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Então, a mulher precisa ser vista. Por isso, a Procuradoria entrou e nós fomos até o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) aqui do Senado. Eu gosto muito do trabalho deles, já fiz alguns cursos. Eu admiro muito. Por isso, eu pedi que a gente fosse até lá e nós fomos. Fomos muito bem recebidas e nós tivemos lá, na época, a garantia de que haveria um curso da Legislação Brasileira de Inclusão, um curso acessível, com uma linguagem traduzida, com vivências, com casos, estudos de casos, pondo a lei na realidade, porque muitas vezes a gente lê... Eu já fiz o estudo da lei. Ela é maravilhosa. Inclusive a lei falou comigo, o espírito da lei falou comigo que ela quer que a pessoa não tenha o sintoma da deficiência. Então, a legislação trabalha para que o cadeirante chegue aqui. Chegou. O fato de ele ser cadeirante não tem importância. Ele está aqui. O cego chega aqui, ele está aqui, está participando. O fato de ele ser cego não tem relevância aqui, não está tendo sintoma dessa limitação aqui. Então, como o autista vai chegar aqui e participar? Hoje, graças a Deus, nós temos uma autista na mesa. É muito importante. Mas todos podem estar aqui. O que eles precisam? De acessibilidade. E acessibilidade chama-se comunicação alternativa.

Já que o déficit é comunicação, hoje o déficit... São dois critérios que a gente classifica no autismo. Não são mais três, são dois: comunicação e comportamento. Ter uma comunicação diferenciada e ter um comportamento diferenciado já é um indício forte para o pediatra encaminhar aquele bebê para o tratamento. É aquele sinal de autismo. Para adultos que podem estar me ouvindo aqui e estar se perguntando "Será que eu tenho autismo?": olha, se você tem um déficit de comunicação e tem um comportamento diferenciado, procure um psiquiatra e relate a ele, com a ajuda dos seus familiares, porque você pode, sim, ter essa síndrome do autismo e ter direito ao laudo e ao tratamento. É tarde para buscar o tratamento? Nunca é tarde. Nunca





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é tarde! Eu conheço o filho de uma manicure lá de Niterói, que não tinha condição de pagar nada. Hoje o filho dela está tendo a assistência toda custeada pela Prefeitura, que foi condenada, com o apoio da defensoria pública, porque não oferecia tratamento de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Defensoria Pública! (*Palmas.*)

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Então, aconselho o Sr. Acácio a procurar esse caso, depois procurar comigo, e eu vou encaminhar esse caso para o seu filho poder ter o tratamento a que ele tem direito. Não é porque ele tem 30 anos que ele já passou da idade, não. O nosso cérebro se desenvolve até a nossa morte.

O autismo é uma questão de conexão cerebral. É claro que um bebê é mais privilegiado se nós estimularmos corretamente, mas a todo momento nosso cérebro tem condições de ser adequadamente estimulado. Se nós estivermos em um ambiente repressor, que nos discrimina, qualquer um de nós vai manifestar sintomas de adoecimento de saúde da ordem mental. Isso não é só o autista, não. Então, qualquer um de nós vai sair correndo daqui. Não é só o autista que vai sair, não, se daqui a pouco alguém começar com algum tipo de estímulo desagradável, começar um som perturbador. Então, muitos comportamentos deles são comportamentos que a gente pode, sim, compreender. Nós podemos nos ver neles, porque eles são seres humanos, são pessoas com autismo. Antes vem a palavra "pessoa". Então, eu queria falar sobre esse curso do ILB, pedir para o ILB fazer esse curso, porque eu não tive condição de fazer o curso, de digitar o curso e nem de organizar o grupo para fazer o curso, porque eu estou fazendo o atendimento do meu filho e da cidade de Goiânia. Lá a gente ajuda tantas pessoas que eu já nem sei mais. Vindo para cá, eu desliguei meu celular, porque era a todo tempo alguém me ligando, relatando casos. A gente acolhe, dá um encaminhamento, mas é muita coisa. Então, eu não consigo, mas se houver um profissional do ILB que assuma esse caso do curso da Legislação Brasileira de Inclusão, junto com a Procuradoria Especial da Mulher, eu me responsabilizo para coorientar esse trabalho, para revisar, para ajudar. Eu tenho o grau de mestre, já fiz muito isso na faculdade, eu tenho a qualificação necessária para ajudar, mas eu não posso assumir o projeto sozinha, por uma questão mesmo de que eu tenho um autista de nove anos. Eu gosto muito de cuidar dele, sinto um prazer imenso. Para mim é muito bom acompanhar meu filho, amo estar com ele. É uma alegria, apesar das grandes dificuldades. Creio que todos os pais também sentem essa felicidade.

Então, é importante essa formação. O curso do ILB, o certificado do ILB tem um valor. Então, se nós divulgarmos isso nas escolas, mostrarmos que esse profissional pode se desenvolver de uma forma empreendedora, não precisa ser só na escola, ele vai poder ter uma atuação autônoma. E realmente é um dado de desenvolvimento para aquele profissional que assume a inclusão; o diretor também.

Então, nós precisamos pensar que se trata de uma rotina, de um estilo de vida que tem que ser reformulado, dentro de casa e na escola.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Queria falar das três bases de tratamento para essas pessoas: esporte, alimentação saudável e inclusão. A inclusão é saúde. A inclusão elimina medicação. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusão bem feita, a pessoa que se sente acolhida, que se sente vista na sua potencialidade... Para que ela vai precisar de medicação? A medicação dela só vai ser reduzida até ser eliminada. Eu sei porque eu acompanho casos assim. A medicação existe para ela suportar ser excluída, suportar ser agredida, só que o outro não está sabendo que está agredindo, porque não tem o conhecimento da sensorialidade, da questão do áudio, do vídeo, da temperatura, de todos os nossos sete sentidos.

Nós já tivemos uma palestra aqui, recentemente. Recebemos uma mãe da Califórnia, que é brasileira e que falou sobre essa estimulação, a percepção sensorial. Há um livro que ela lançou, e nós temos o áudio todo na comissão da Procuradoria da Mulher. Ela pode passar para quem quiser, depois, consultar, saber qual é a dificuldade sensorial.

Então, nós precisamos estar com isso no curso do ILB, explicando isso, porque não é só a questão de ver ou não ver. É a questão de como se ver. Muitos autistas só enxergam em movimento, então, ele tem que ficar balançando, para ele perceber que aquilo existe. É por isso que ele gosta de andar de carro, do carro passando em alta velocidade, porque é ali que ele está conseguindo perceber a realidade. Mas isso não é só autista, não. Aqui nesta sala há vários detalhes que muitos de nós não estamos percebendo, a não ser que alguém nos mostre: um laço na camisa branca daquele senhor. Muitos de nós podem não ter percebido. Então, há coisas que existem, mas são invisíveis, porque o nosso olhar não está treinado. Isso acontece não só com autistas. A forma de ver precisa ser levada em consideração. Isso é um dado de neurociência transformador, porque se nós soubermos, se houver um curso lá no ILB que mostra como o cérebro aprende, por que o professor vai ficar lá mandando o aluno calar a boca, gritando na escola? Ele vai usar a estratégia correta, porque ele vai entender por que a sala está em barulho, por que a sala não está prestando atenção. Não precisa ter um autista na sala dele para ele fazer isso. A realidade da sala de aula hoje é uma realidade da diversidade. Não adianta fechar o olho para isso.

(Soa a campainha.)

A SRA. ANA PAULA FERRARI – A pessoa pode fingir que não tem alunos de diferentes níveis na sua sala, mas eles estão lá. E não precisa de laudo, não. A legislação fala que basta ele ser pessoa e apresentar a necessidade que ele tem direito ao atendimento. É claro que a gente defende o laudo, porque fica no papel e há uma série de outros requisitos, mas a gente tem que sensibilizar a educação, porque se ela acolher bem, previne as comorbidades. Eu comecei a perceber que vai somando deficiência. A pessoa só tinha autismo. Era uma coisa fácil, era deste tamanhozinho o problema dela, e aí ficou desse tamanho. Por causa do quê? Por causa da gente, formado em Pedagogia, formado em Medicina, formado em Fonoaudiologia, Psicologia, área de saúde, educação e comunicação, que não sabe acolher uma pessoa – não é um animal não, é uma pessoa. Então, nós estamos produzindo a deficiência no outro. É a prova do que ele relatou, do caso do filho dele. Com certeza, 90% desse problema que o filho dele apresenta hoje foi adquirido com interação com o meio social.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mais um minuto.

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Então é isso que eu queria dizer.

Eu queria pedir às Forças Armadas mesmo e ao Corpo de Bombeiros mesmo ação solidária na inclusão.

Eu tive essa ideia lá no Rio porque lá a gente convivia muito com a Marinha. A gente teve esse convívio, e hoje nós estamos lá com os Bombeiros em Goiânia abraçando a nossa causa. Tem que mostrar que os nossos autistas têm valor, e nada melhor do que o Exército Brasileiro, do que a Marinha, a Aeronáutica, do que o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, a Polícia Civil, colocá-los lá para fazer as coisas e criar valor em torno disso, colocá-los para lutar, colocá-los para extravasar as energias deles. Isso é possível. É possível dar essa formação e esse pessoal está preparado para isso. Eu tenho certeza de que nós vamos conseguir com o apoio deles, porque são homens que a gente vê que cumprem o que a gente passa. A gente determina uma coisa e eles cumprem com primazia, e se não conseguem explicam por que não e querem fazer melhor. Então, a gente precisa dessa excelência que a gente tem hoje nas nossas Forças Armadas. Lá existem pessoas de uma inteligência incrível que estão dispostas a nos servir. Tem muitos pais de autistas lá, muitos mesmo, muitos.

Então, acho que a gente tem que criar mesmo, premiar as escolas inclusivas. Não precisa ser 100%, não. Tem que criar o prêmio da sala de aula que abraçou o autista, levar lá para dentro da Marinha, pô-los no navio e fazer mesmo o *marketing* da inclusão. É isso que vai dar certo. E aí o que vai acontecer com o coleguinha? Ele nunca pensou: "Olha, posso ser psicólogo! Olha, posso ser médico!". Vai despertar nele, se o professor souber fazer esse *link*, as profissões, porque ele está vendo ali na prática a necessidade de um profissional, de um advogado.

Essa causa acaba sendo jurídica porque não houve o entendimento, não houve a compreensão, aí vai para a causa jurídica, para o Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem! (*Palmas.*)

Ana Paula Ferrari, professora, articulista social, jornalista, coordenadora do Moab Goiânia, mãe do Jonas, autista.

O SR. OSVALDO FREIRE – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos.

O SR. OSVALDO FREIRE – Senador, me permite um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Neste momento são só os Senadores e painelistas.

O SR. OSVALDO FREIRE – É por isso que eu pedi, se é possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Eu vou te explicar por quê.

O SR. OSVALDO FREIRE – Não, não, não. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É porque o Colegiado, que não fui eu, são os Senadores, tomaram essa decisão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, com certeza!

Como nós estamos neste momento nesta audiência, nós depois temos uma aqui de empresários, de trabalhadores, e se todo o Plenário falar, podemos ter algumas posições que não vão contribuir para o bom debate. Então, foi esse o encaminhamento que nós tivemos.

Então, esta Mesa concluiu. Eu peço que os senhores retornem ao Plenário, e vamos para a segunda Mesa.

Uma salva de palmas a todos aí. *(Palmas.)*

Uma beleza de exposição! *(Pausa.)*

Representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, Heric Pereira Maia. *(Palmas.)*

Pode vir.

Bernardo Mendina Martínez, estudante universitário. Seja bem-vindo. *(Palmas.)*

Gilberto Pereira, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do DF, pai da Marina, que é autista. *(Palmas.)*

Viviani Guimarães, pedagoga especializada em autismo, escritora, Vice-Presidente Nacional do Moab, mãe do Caio, que é autista. *(Palmas.)*

Joelma Ferreira Ribeiro da Silva, professora, representante da Associação Pestalozzi de Brasília.

Eu estou entendendo que está todo mundo animado aí. Está bom.

Então, o primeiro vai ser o Bernardo.

Agora, faço um apelo aos senhores de que se sentem novamente para que a gente possa ouvir a segunda Mesa.

Eu entendo a alegria de todos pela beleza da primeira Mesa, que não será diferente também da segunda. Todos aqui estão preparados para fazer uma bela exposição. *(Pausa.)*

Pessoal, eu vou fazer um grande apelo agora ao silêncio, porque já vai falar...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou fazer um apelo ao silêncio. Pessoal, não são os autistas que estão fazendo barulho, não, somos nós mesmos. Então, eu faço um apelo. Nós vamos ouvir agora o Heric Pereira Maia, que é representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal. Mas me disseram, Heric, que o Bernardo vai ter que sair em seguida, porque ele tem aula. Então, se você permitir, vamos passar a palavra agora para o Bernardo Mendina Martínez, estudante universitário.

Vou fazer um apelo muito grande ao silêncio, pessoal.

Bernardo Mendina Martínez com a palavra.

O SR. BERNARDO MENDINA MARTÍNEZ – Boa tarde a todos. Meu nome é Bernardo José Mendina de Souza Martínez, tenho 18 anos de idade e fui diagnosticado com autismo quando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tinha um ano e onze meses. Graças ao diagnóstico precoce, eu consegui reverter praticamente todos os meus sintomas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Bernardo, uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Já botou respeito na área aí: todo mundo ficou quietinho já. O que eu não tinha conseguido ele já conseguiu. Falou firme, todo mundo ficou quieto.

Vai lá, Bernardo, é contigo.

O SR. BERNARDO MENDINA MARTÍNEZ – Agradeço.

Mas não foi só o diagnóstico precoce o responsável pelo meu desenvolvimento. Eu fiz tratamento clínico intensivo durante oito anos e também me beneficieei da inclusão social. Estudei sempre em colégios regulares, fossem eles públicos ou privados, sendo muito bem incluído neles.

Hoje reunido aqui para comemorar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, que será realizado amanhã, no dia 2 de abril, eu gostaria de apontar algumas conquistas para os mais de 2 milhões de autistas que temos aqui no Brasil.

Apesar de ainda não sabermos exatamente quantos somos, o projeto do censo do autismo já está em tramitação aqui no Senado Federal, o que, sem dúvida, é algo extremamente importante para a causa. Eu gostaria de pedir aos Senadores que se empenhem na aprovação desse projeto, que é fundamental para que saibamos quantos autistas existem no Brasil de uma forma atualizada e regionalizada. Precisamos urgentemente desses números para que sejam elaboradas políticas públicas eficazes.

Outra conquista que precisa ser mencionada é a aprovação da Lei do Diagnóstico Precoce, Lei 13.438/17, que prevê a aplicação de um protocolo pelo SUS para a detecção de doenças psíquicas. Embora essa lei beneficie as crianças em geral, ela é extremamente importante para os autistas, para quem o diagnóstico precoce é essencial para o sucesso do tratamento. Por quê? Porque, quanto mais tarde for descoberto o autismo, menores serão as chances de reverter os sintomas incapacitantes dessa síndrome. Por isso, trabalharmos a prevenção é a melhor forma de pensarmos na saúde pública do nosso País.

O destaque que o autismo tem recebido da mídia nos últimos anos também é motivo de comemoração. Há 17 anos, quando eu fui diagnosticado com autismo, a situação era bem diferente. Ou se falava muito pouco sobre o autismo ou o que se falava era pessimista. Receber o diagnóstico naquela época era como receber uma sentença, mas não precisa ser assim. Eu mesmo sou a prova de que é possível ter uma vida independente, feliz, cheia de possibilidades e de escolhas. (*Palmas.*)

Entrei na UnB sem cota alguma. Estudei como qualquer outra pessoa no Sisu, fui aprovado para Ciências Biológicas e não pretendo parar por aí não. Eu pretendo cursar o bacharelado e depois fazer mestrado e doutorado.

Essa conscientização da sociedade é fundamental para que sejamos vistos, ouvidos e aceitos. Nossa principal meta é combater o preconceito. Por isso, eu peço aos pais que aceitem os seus filhos e lutem por eles. Façam como minha família: ela nunca desistiu de mim. (*Palmas.*)

Mas, se por um lado, há conquistas, por outro, ainda há muita coisa a ser feita pelos autistas, sejam eles severos ou leves, e em diversas áreas: saúde, educação, mercado de trabalho etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Começarei pelas demandas dos autistas leves, que são a maioria em nosso País, apesar de não sabermos seu número exato.

Em primeiro lugar, destaco a importância da verdadeira inclusão social para essas crianças. Nós temos recebido inúmeras denúncias de autistas que ficam apenas uma hora em sala de aula e são mandados para casa devido à falta de profissionais e professores preparados para atendê-los. Ora, essa é uma questão muito complexa e não podemos culpar apenas a escola por isso. Se os próprios pais não sabem, muitas vezes, como lidar com seus filhos autistas, imaginem os colégios! É tudo muito novo para todos. Precisamos discutir a formação de professores, monitores e pedagogos para que essas crianças possam ser efetivamente estimuladas em sala de aula, permanecendo na escola durante todo seu turno e não apenas durante uma hora medíocre por dia. Sem isso, não há inclusão verdadeira.

Mas o que pode ser feito a respeito? Ora, acredito que precisemos envolver o MEC na formação desses profissionais, seja com adequação curricular nas faculdades de Pedagogia ou no magistério, seja com novas ações para educação de base, mas algo precisa ser feito o quanto antes.

E quanto aos monitores nas escolas? Sabemos que, na prática, eles não estão sendo disponibilizados. O que precisamos fazer para que isso mude? Será que teremos sempre que recorrer à Justiça para termos os nossos direitos garantidos, reconhecidos?

O ingresso no mercado de trabalho é outra questão que merece debate. Temos autistas leves altamente capacitados e inteligentes, que concluíram o ensino médio ou que estão recém-formados das universidades, aptos ao trabalho, mas que precisam de uma intermediação com as empresas para conseguirem uma colocação. Como podemos ajudá-los a entrar no mercado de trabalho? De que forma o Ministério do Trabalho pode facilitar esse ingresso?

Agora quero falar um pouco sobre os autistas severos, que precisam muito da nossa atenção e que são os menos lembrados. Por não terem voz, eles precisam que seus pais falem por eles. É muito triste escutar o relato desses pais, angustiados com o futuro de seus filhos quando eles não estiverem mais aqui. Quem vai cuidar desses autistas quando seus pais falecerem? Quem vai dar o amor de que eles precisam? Se não fizermos algo a respeito para protegê-los, estaremos abandonando esses autistas à própria sorte. Já passou da hora de termos uma casa dos autistas para acolhê-los e estimulá-los. Também já passou da hora de os governos buscarem parcerias para construção dessas casas.

Pretendemos realizar uma audiência pública para debater a criação do Centro de Referência do Autista, nos moldes do implantado em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Dessa forma, poderemos criar um centro de referência aqui no Distrito Federal.

Quanto a mim, eu só posso agradecer por tudo de bom que tem acontecido na minha vida nos últimos anos. Eu tenho uma família que me ama, que me apoia sempre, que exigiu muito de mim mesmo quando eu ainda tinha todos os sintomas do autismo, que acreditou que eu poderia ir mais longe, que eu era igual a todo mundo. Na verdade, não existe essa anormalidade que muitos pregam. Eu sei que vocês sempre estarão comigo quando eu precisar. Eu agradeço muito por isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agradeço muito à minha irmã, que sempre esteve ao meu lado e que me incluía em todas as brincadeiras quando eu era criança, que me protegia, que me defendia, que sempre me ajudava quando era necessário, que se importou comigo demais, mas que também me colocava de castigo, mesmo sendo um ano mais velha que eu, só um ano.

Eu também agradeço muito a essa mulher linda que está à minha frente, que é a minha mãe, essa aí de verde, que nunca me tratou como um coitadinho. (*Palmas.*)

Muito pelo contrário, era uma pessoa que já via o quanto eu podia ir longe antes mesmo de eu saber disso. Eu agradeço muito, mãe. Eu agradeço muito mesmo!

Também, antes de terminar, surgiu uma questão de última hora. Eu estou sabendo que existe uma ação de despejo contra a AMA-DF em andamento. Eu gostaria de fazer um pedido ao Governador Ibaneis: Governador, por favor, retire essa maldita ação de despejo contra a AMA-DF. (*Palmas.*)

Esse é o único lugar que oferece atendimento aos autistas severos. Em nome dos pais desses autistas, eu peço ao Sr. Governador: por favor, tenha compaixão e retire essa ação de despejo.

Agradeço muito, agradeço a vocês todos por estarem dispostos a me escutar, por tudo. Eu espero que este evento esteja sendo bom. Agradeço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Grande Bernardo!

Bernardo, olha aqui: *show!* (*Palmas.*)

Bernardo, olha aqui: *show!*

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Paim, eu posso fazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só eu terminar aqui de...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ah, tá, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu percebi que você está atendendo o outro menino, mas, nesse período, o Bernardo Mendina Martínez, estudante universitário autista, deu um *show* aqui.

Eu quero começar pelo início. Havia uma balbúrdia no Plenário, no bom sentido – e não eram os autistas, não, eram os assessores para lá e para cá –, e eu disse: "Olha, vamos pedir silêncio". E o pessoal aqui, aqui. Ele pegou a palavra, se impôs, todo mundo ficou em silêncio, e fez uma bela palestra.

Olhe, você assumiu o lugar do Presidente da Comissão aqui. (*Palmas.*)

Assumi meu lugar e eu fiquei muito feliz, fiquei muito feliz. Você foi brilhante. Fica aqui o meu carinho e o meu respeito.

Agora não é mais Senador Paim, Presidente da CDH; agora, é Bernardo Mendina Martínez, estudante universitário, Presidente da CDH. Parabéns, viu? Parabéns! (*Palmas.*)

O Senador pediu um aparte?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Quero fazer um comunicado do Sr. Osvaldo Freire, que queria pedir a palavra, já que ele não está podendo neste momento, para o senhor, Paulo Paim, que é Relator do PLS 171/2017, de autoria do Senador Romário, que trata do assunto. Ele queria só uma antecipação, um adiantamento.

Uma outra pergunta veio de uma senhora.

Qual é o nome da senhora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – A pergunta é da Sra. Paula, que é diretora do Moab. Ela fala sobre trazer para esta Casa a discussão da utilização, como medicamento, como auxílio de medicamento, da Cannabis. Eu disse para ela que sou contra droga, sou contra bebida, sou contra cigarro, sou contra tudo, mas, nesse caso do medicamento, se houver estudo científico comprovando que pode ser um auxiliar para a vida das pessoas, a gente pode discutir aqui.

Então, são essas duas perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como sou Presidente da Comissão, alguns projetos eu avoco para relatar. Os meus projetos já estão todos prontos para serem votados. Agora, qual é o problema que nós temos aqui? Muitas vezes – estão vendo ali o quórum? – eu preciso ter, no mínimo, dez Senadores em Plenário para ser votado. Então, se vocês puderem, no dia da aprovação, podemos tentar um esforço concentrado, no dia 11, de todos os projetos terminativos. Aí vocês ajudariam a convocar aqueles que nem sempre estão aqui. É só pegar aquela relação e fazer um apelo – eu acho que o Cotta pode ajudar também – para que o dia 11 seja o dia de votarmos os projetos relacionados aos autistas. O.k.?

Esse está resolvido já. E qual era o segundo? Qual era o segundo pedido?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – A Sra. Paula pede que se traga para esta Casa uma discussão. Já me informaram aqui que já é utilizado no tratamento do autismo um composto do *Cannabis*. Eu disse para ela aqui que, mesmo sendo contra, sou um defensor do combate à droga, do combate a todo tipo de substância ilícita, até mesmo ao álcool...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Somos dois, porque eu sei o que as famílias passam com a droga. Eu recebo aqui centenas de reclamações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Aí sim, aí é um outro debate.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas não se pode confundir uso medicinal restrito para uma classe, para um tipo de problema, com uma apologia e abrir para toda a sociedade. Então, que seja discutida essa pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos fazer uma audiência pública então. Fica ajustada aí, Clériston, uma audiência pública nesse sentido. (*Palmas.*)

Como eu havia anunciado antes, volto a palavra para o Sr. Heric Pereira Maia, representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. HERIC PEREIRA MAIA – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento a Mesa e todos aqui presentes na pessoa do Senador Paulo Paim.

Quero inicialmente dizer que, para a Polícia Rodoviária Federal, é uma honra, Senador, estar neste espaço ouvindo tantas experiências. Para mim, está sendo um grande aprendizado estar aqui hoje com todas essas pessoas relatando suas experiências.

Eu gostaria de que cada um de meus colegas de profissão pudesse ter esta oportunidade que eu estou tendo, porque estar aqui tendo uma verdadeira aula de cidadania com certeza se reverte em serviços melhores para a sociedade. E a Polícia Rodoviária Federal hoje é uma instituição que é garantidora e promotora de direitos humanos. Isso consta do nosso Mapa Estratégico. E, cerrando com o nosso amigo Fernando Cotta, que também faz parte da nossa Comissão Nacional de Direitos Humanos, a gente tem evoluído bastante nessa temática. Eu vou citar aqui o exemplo da Blitz do Autismo, que poucas pessoas ainda não conhecem, mas a gente tem evoluído bastante nesse sentido. Nós temos 27 Comissões de Direitos Humanos, ou seja, estamos presentes em todos os Estados da Federação e Distrito Federal, além da Comissão Nacional.

Essa Blitz do Autismo conta com voluntários das entidades que participam conosco. Então, aqui vai um apelo a todos que estão aqui, a todos que estão me ouvindo: podem procurar as Comissões de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, que nós estamos abertos a fazer um trabalho em conjunto. Nós estamos aí para isso. A Polícia Rodoviária Federal é uma polícia cidadã, é uma polícia que pretende e faz garantir cidadania.

Além disso, além de falar um pouquinho do trabalho das comissões, do trabalho preventivo... Porque, quando a gente percebe polícia... "Ué, mas o que a polícia está fazendo aqui?" A polícia não é só repressiva. A polícia é preventiva, a polícia tende a educar, porque, quando a gente só reprime, a gente pega na ponta e, quando pega na ponta, já aconteceu. Então, para uma sociedade melhor, para uma sociedade justa, a gente tem que partir da base, a gente tem que partir da prevenção, a gente tem que partir da educação. E, aí, se tudo der errado, a gente vai para a repressão, que também faz parte. Mas a Polícia Rodoviária Federal hoje prega muito a prevenção, a educação, a conscientização.

E eu vou compartilhar aqui uma pequena experiência da Polícia Rodoviária Federal com servidores policiais que trabalham na ponta, no serviço de policiamento e fiscalização, que são pessoas com deficiência. E, pasmem, é um assunto que poucos sabem. Essas pessoas não estão dentro de instituição porque a instituição foi boazinha com elas não; essas pessoas fizeram concurso público, porque a Constituição Federal diz que todo servidor público deve entrar prestando provas de concurso e provas de títulos. E essas pessoas com deficiência estão dentro da Polícia Rodoviária Federal porque fizeram concurso público. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, elas ocuparam o lugar delas por elas próprias, por mérito dessas pessoas. Hoje, muitas pessoas tendem a achar que a pessoa com deficiência ou é o coitadinho ou é o super-herói. Nem uma coisa nem outra; elas têm o seu lugar na sociedade, estão conquistando isso, e toda a sociedade deve reconhecer e fazer por onde. Esses servidores hoje, que são mais de cem, são do concurso de 2013, fizeram curso de formação em 2014, passaram pela Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal, participaram de todas as atividades e se mostraram perfeitamente capazes.

A gente não pode confundir limitação com incapacidade. Limitação todos nós temos, cada um tem a sua, isso é inerente à condição humana; não significa que as pessoas sejam incapazes. Todas as pessoas são limitadas, cada uma no seu grau, as pessoas com deficiência e as pessoas que não têm deficiência. Isso faz parte do cidadão, faz parte do ser humano.

Então, eu deixo aqui aberto à Polícia Rodoviária Federal participar do evento e convido vocês a virem até nós, para que nós façamos uma aliança. Não é parceria, é aliança, porque aliança não se desfaz, a parceria sim. Então, eu convido a todos para uma aliança para que nós consigamos evoluir nesse sentido.

No mais, muito obrigado e ficamos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! Heric Pereira Maia, representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.

Eu gostei muito, meu amigo Heric, deste título: Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal. Alguns tentam separar: "Direitos humanos são uma coisa; polícia é outra coisa". Não, direitos humanos e polícia caminham juntos. E você mostrou aqui um trabalho brilhante, inclusive com a ascensão das pessoas com deficiência na carreira da Polícia Rodoviária Federal. Quem de nós, quando jovem, não sonhava em ser da Polícia Rodoviária Federal? Porque víamos aqueles filmes... Tu te lembrás daqueles filmes? Tinha o nome do capitão lá, ele com a moto dele e o cachorro. Olha ali, ele riu! Lembrou ali!

Mas, meus parabéns! Um belo trabalho! Parabéns a toda a corporação!

Passo a palavra agora para Gilberto Pereira, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do DF, pai da Marina, que é autista.

O SR. GILBERTO PEREIRA – Boa tarde!

Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim, que, no ano passado, nessa mesma época, nos acolheu aqui para escutar a nossa lamentação pela ação de despejo da associação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E a truncamos!

O SR. GILBERTO PEREIRA – Conseguimos. Infelizmente, houve algumas pendências, vamos dizer assim, e o processo continuou.

Queria agradecer o Bernardo pela fala em apoio à AMA e também agradecer ao atual Governador Ibaneis, que nos ouviu e nos fez a promessa de cessar com essa ação de despejo. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A AMA é uma instituição que existe desde 2000. Aqui, em Brasília, é a única associação que atende os autistas adultos e severos. Hoje nós fazemos um trabalho que é voltado para as rotinas diárias dos adultos. É um trabalho meio difícil de fazer, porque todas as políticas hoje – apesar de eu considerar que não existam políticas públicas voltadas ao autismo –, as que existem, são mais voltadas às crianças, para as quais você hoje ainda tem um apoio. Você tem o COMPP, que atende, mas, depois que você sai do COMPP, você fica invisível, você não tem presença em lugar nenhum.

Então é bom lembrar, principalmente às autoridades, que essas crianças que hoje são severas amanhã serão adultas e vão engrossar o nosso trabalho. Então, nós precisamos dar base, nós precisamos ter apoio, e hoje nós não temos esse apoio. Nós conseguimos o apoio de pessoas que estão querendo nos ajudar, mas que ainda não sabem como.

É difícil a gente escutar um pai vir aqui lamentar por, às vezes, não ter condições de tratar o filho. Hoje, na AMA, eu sou gestor, sou voluntário, não recebo nada. Pelo contrário: nós, como pais da AMA, mantemos a associação e, pelo fato de estarmos mantendo a associação, nós sofremos esse processo, porque o Governo passado entendeu que nós estávamos cobrando uma mensalidade, mas nós fazíamos um rateio de despesas.

Mas eu não quero lamentar, nós não somos vítimas. Hoje nós ocupamos o nosso espaço. Nós trabalhamos por um bem maior, eu não trabalho só pela minha filha. Hoje nós temos uma quantidade de autistas severos que vem crescendo. A procura é grande e, infelizmente, nós não temos a capacidade de acolhê-los. O que nos falta é estrutura, uma equipe multidisciplinar para poder trabalhar.

Nós fizemos várias mudanças no estatuto da AMA e nós vamos atender não só autistas adultos severos, mas nós vamos passar a atender também crianças, por conta dessa demanda que vem crescendo muito. Nós sentimos na pele a procura dos pais. Aliás, "dos pais" é maneira de dizer; são poucos os pais que assumem isso, são mais as mães, que estão sempre desesperadas. Então, quando você vê uma mãe falando que ela não trabalha, que ela não consegue ter a vida social dela por conta do filho, porque o pai a abandonou... É a mãe que fica. E, muitas vezes, como o pai falou, o filho fica acorrentado dentro de casa, mas é porque a mãe não tem alternativa.

Então, o nosso trabalho hoje visa dar essa condição às famílias, para que a mãe possa ter o espaço dela, para que a mãe possa descansar, ter uma vida social, e a gente possa trabalhar com os filhos dela, dando uma orientação, para que eles tenham independência, eles aprendam. É até engraçado: você olha para o seu filho, um bebezinho, e ele consegue comer com garfo. Aí você vê um adulto de 20 e poucos anos que não consegue comer, você tem que dar alimentação. E, quando você consegue isso, é uma conquista gigantesca. Vocês não têm ideia do que é isto, você ver o seu filho conseguir comer com um garfo! (*Palmas.*)

É uma coisa muito legal!

Então, a AMA hoje procura esse desenvolvimento pessoal do autista. E o que nós pedimos aqui é que o senhor sempre esteja à frente disso, porque o senhor foi uma pessoa que nos acolheu, que nos tratou com muito carinho, e aquele gesto do senhor, de ligar para o então Governador Rollemberg, realmente foi uma coisa que me emocionou, porque, até então, nós estivemos presentes na Câmara Legislativa, na Câmara Federal e no Senado pedindo o apoio da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bancada de Brasília, mas não tivemos esse apoio. E o senhor, como Senador do Rio Grande do Sul, nos acolheu. Então, para mim, esse foi um gesto de grande humanidade. Eu fiquei muito feliz com a atitude do senhor! Gostaria aqui de agradecer pessoalmente: obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Gilberto Pereira, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do DF, pai da Marina, autista.

Eu tenho uma relação boa também com o Governador atual e só vou reforçar aqui para que efetivamente o processo seja encerrado – ele é gente boa pelo que eu percebi.

Viviani Guimarães, pedagoga especializada em autismo, escritora, Vice-Presidente Nacional do Moab, mãe do Caio, que é autista.

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES – Boa tarde a todos! É uma alegria estar aqui com vocês!

Agradeço novamente ao Senador Paulo Paim por esta oportunidade. São momentos assim que realmente a gente usa para conscientizar as pessoas.

Fiquei extremamente emocionada tanto com o depoimento da Júlia quanto do Bernardo – sou sua fã!

E me senti muito contemplada com a fala da Érica. Então, eu vou fazer uma fala realmente bem curta.

Complementando o que a Érica falou, de a gente ter percebido essa falta de preparo dos professores, lembro que a Lei Berenice Piana e a Lei Brasileira de Inclusão foram de extrema importância para os autistas. Foi realmente uma vitória muito grande, tanto das famílias quanto dos profissionais. Foi quando a gente ouviu falar que autismo era uma deficiência. Até então os autistas estavam no limbo, eles não eram nem pessoas normais nem pessoas com deficiência e, portanto, eles não conseguiriam alcançar as políticas públicas. Então, essa legislação fez toda a diferença para a gente.

Mas aí eu falo para vocês como mãe, não só como profissional. Eu não sei o que é pior: quando a escola podia recusar o meu filho ou hoje, quando ela é obrigada a aceitar. Porque hoje, quando ela é obrigada a aceitar, eu não sei se ela está fazendo isso de coração, eu não sei se ela não vai ficar, como a Érica bem falou, simplesmente integrada, o meu filho não vai ficar simplesmente jogado dentro de uma sala de aula sem aprender, porque o que a gente quer quando o filho está na escola é que ele aprenda, é que ele se desenvolva, que ele adquira autonomia, que ele seja um Bernardo, que seja uma Júlia, que tenha a sua voz, que possa trabalhar, apesar de a gente saber que, dependendo do nível do autista, isso pode, sim, se tornar impossível, isso pode se tornar muito difícil. Não porque o pai não esteja lá para incentivar, porque ele não esteja, mas porque está, às vezes, fora daquilo que ele vai conseguir, e a gente respeitar o potencial de cada um é extremamente importante.

A gente se preocupa muito quando a gente vai conversar com a escola e ela define aquele aluno no seu diagnóstico: ele é autista, ou ele é TDAH – também sou mãe de uma TDAH –, ou tem dislexia. E isso é o quê? Isso vai muito além do diagnóstico, você saber principalmente em que ele é bom. Há um vídeo, pelo qual eu sou apaixonada, do Dr. Caio Abujadi, que já esteve com a gente no nosso seminário, em que ele fala como funciona o cérebro de um autista. Ele fala da importância de a gente conhecer essas redes de interesse, porque, a partir dessa rede de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse, do em que ele é bom, do que ele gosta, é que a gente vai conseguir inserir novos interesses, é que a gente vai conseguir inserir novos conhecimentos.

É como a Ana falou também: o cérebro aprende sempre, mas algumas portas se fecham quando a gente não faz a estimulação precoce. Se você não estimular essa criança o mais cedo possível, ela pode, sim, ter grandes dificuldades de crescer, de ter autonomia, e a gente quer que eles tenham isso. A gente não quer simplesmente ficar falando por eles, a gente não quer estar sempre representando os filhos; a gente gostaria muito de que eles estivessem aqui, no nosso lugar, de terem essa possibilidade, como o Bernardo tem. Hoje o Caio ainda não consegue fazer isso, apesar de ele já estar no ensino médio, apesar de ele ter uma autonomia grande em um colégio. A gente verifica que, dependendo do local onde eles estejam, se eles têm esse conhecimento, se eles gostam do local, eles têm o crescimento deles, mas tudo dentro daquela possibilidade, dentro de a gente respeitar o tempo de cada um. E quando a gente realmente tem essa preparação de saber o que é neurociência, de saber como cresce, como é que um cérebro aprende, isso é extremamente importante. Não é só saber dos atípicos, mas dos neurotípicos também, porque é quando a gente vai conseguir perceber essas diferenças.

Hoje as nossas licenciaturas e os nossos cursos de medicina não estão ensinando isso. Hoje o médico tem muita dificuldade de fazer um diagnóstico, e aí a legislação que a gente tem, que o Moab... E a mãe do Bernardo teve um trabalho muito grande nessa lei do diagnóstico precoce, a Luciana. Hoje ela não se efetiva por quê? Porque eles não sabem como diagnosticar. Não é um "não quero", é um "não consigo". Então, é em possibilidades como esta que o Senador Paulo Paim está dando para a gente que a gente vai conseguir falar, porque, realmente, dez anos atrás, a gente não ouvia falar tanto de autismo como a gente ouve agora.

Então, são essas possibilidades, e sempre eu gosto de falar: a gente só ama aquilo que a gente conhece. Então, conheçam seus alunos, conheçam seus filhos, deem a possibilidade de eles crescerem, deem a possibilidade de eles serem pessoas proativas. A gente fala tanto do jovem proativo, de a gente possibilitar essa voz... Ouçam seus alunos, vejam quando eles não aprendem, perguntem para eles. Quantas vezes você deve ter sentido dificuldade em algumas matérias e, às vezes, você não chegou no professor? Foi porque você ficou receoso de chegar nele. Então, possibilitem esse diálogo, possibilitem que seus filhos também falem com vocês sobre as necessidades que eles têm, pois só assim a gente vai conseguir fazer com que eles cresçam.

Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Viviani Guimarães, pedagoga especializada em autismo, escritora, Vice-Presidente Nacional do Moab, mãe do Caio, que é autista.

Concluindo esta Mesa, Joelma Ferreira Ribeiro da Silva, professora representante da Associação Pestalozzi de Brasília.

A SRA. JOELMA FERREIRA RIBEIRO DA SILVA – Boa tarde!

Quero agradecer a todos por esta oportunidade de estar aqui reunida com vocês discutindo esse tema, que eu acho que é muito importante para a sociedade como um todo.

Vou falar um pouquinho, vou ser bem breve. Vou falar como funciona, mais ou menos, a Associação Pestalozzi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles atendem alunos com deficiência intelectual e múltiplas em período integral, das 8h às 17h, de segunda a sexta, e o atendimento é na parte pedagógica e na socialização dos alunos. Agora, este ano, ela começou com um projeto-piloto de uma turma só de TED, autistas adultos, porque, como ele ressaltou, existe uma dificuldade, são poucas as instituições que trabalham com adultos. Então, foi implementada agora, a princípio, uma turma – sou eu, outra professora e uma assistente social que está auxiliando nessa jornada, nessa nova jornada.

É a Pestalozzi de Brasília. A sala está sendo mobiliada para um ambiente estruturado, utilizando um pouco da filosofia do método TEACCH, pois o programa se preocupa em trabalhar com pessoas ao longo de sua vida, independentemente da sua faixa etária, porque o autismo não acaba com 15, 16, 17 anos, é ao longo da vida. Então, essa é a preocupação que a associação está tendo ao trabalhar essa nova jornada, na fase adulta.

O que nós estamos percebendo? Apesar de estarmos com a sala ainda não completamente estruturada, porque está na fase inicial, estamos construindo um plano de atendimento, material adequado para a fase adulta, que é difícil de encontrar. Sentimos muitas dificuldades. Eu estou fazendo pesquisas e estou montando um material, tentando montar um material conforme a faixa etária deles. Ainda eu tenho muito trabalho, estou passando finais de semana montando esse material para a gente estruturar a sala de forma adequada, porque o autista precisa dessa estrutura, precisa dessa rotina, porque isso faz a diferença na vida deles.

O que eu posso falar mais? Mesmo com pouco tempo, com pouco material, ainda na fase inicial, já percebemos a evolução dos alunos que estão já participando dessa nova etapa da associação, e mudanças também no comportamento. Há alunos lá... Há um aluno que não cumprimentava, ele não falava "oi"; hoje ele está passando e cumprimenta todo mundo. Todo mundo: "Olha, ele está cumprimentando!" Assim, já está havendo evolução no comportamento deles.

A instituição está deixando a cargo da Moab receber os alunos que querem participar de lá, e a instituição está fazendo avaliação, diagnóstico, para ver uma etapa para encaminhar. E a pretensão da Pestalozzi é aumentar, fazer mais turmas, ter mais salas. A princípio, é só essa, porque é início, é inicial, mas a pretensão é aumentar, expandir o atendimento dos alunos com autismo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Profa. Joelma Ferreira Ribeiro da Silva, representante da Associação Pestalozzi de Brasília. Parabéns pela fala!

Alguns questionamentos que chegaram aqui, rapidamente.

Sergio Marcelino, da Bahia: "Sou pai de filho com autismo, e a nossa luta não é fácil. Precisamos de apoio, [pois] falta vaga nas instituições de tratamento multiprofissional".

Dulcehy Guterres, do Maranhão: "Quais são os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?"

Marivaldo Alves, de São Paulo: "Pais e mães de filhos com autismo precisam ter apoio compreensivo das empresas nas quais trabalham... Eu sou pai de um autista e sofro com [isso]".

Aline Rodrigues, do Rio de Janeiro: "Meu esposo tem síndrome de Asperger e usa medicação continuamente. Desejo saber se tem como obter medicação de uma forma mais barata?"



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Como é de praxe na Comissão, agora, no encerramento, a gente vai dar um tempo para as considerações finais dos painelistas. Conforme decisão tomada por todo o Colegiado – e eu tenho que prestigiar o Colegiado, que são todos aqueles que estão ali –, só falam nas audiências públicas painelistas e Deputados Federais e Senadores. Então, agora, eu vou para o encerramento. É claro que, se alguém entendeu que já está contemplado, tudo bem também. Nós vamos para o encerramento. Antes, eu vou ler os encaminhamentos. Aqueles que vão fazer sua saudação final podem já se posicionar, se entendem que têm algum adendo.

1) Fazer contato com o Governador do DF, Governador Ibaneis Rocha, para solicitar que haja continuidade no funcionamento da AMA-DF (Associação dos Amigos dos Autistas do Distrito Federal) no imóvel disponibilizado pelo GDF.

2) Conversar com a Senadora Mara Gabrilli para verificar a possibilidade de agilizar, ainda nesta semana, a entrega do relatório do PLC 139, de 2018, que inclui especificidades inerentes ao autismo nos censos demográficos, para incluí-lo na pauta deliberativa da próxima semana.

3) Requerer, via Comissão, a reprodução do livro sobre leis de Fernando Cotta e Berenice Piana.

4) Oficiar ao Ministério Público acerca das denúncias feitas em reunião pelos ativistas da causa dos autistas com encaminhamento das notas taquigráficas.

5) Realizar uma audiência pública para debater o uso da *Cannabis* para fins medicinais – foi a última sugestão.

6) Verificar a possibilidade de agilizar, ainda nesta semana, a entrega do relatório do PLS 171, de 2017, que autoriza o Poder Executivo a instituir o serviço social autônomo denominado Serviço Nacional de Aprendizagem da Pessoa com Deficiência para incluí-lo na pauta deliberativa da próxima semana da CDH – deve ser aquela proposta que ele colocou aqui.

O SR. FERNANDO COTTA – Senador, permita-me por favor.

Faltou só o que nós falamos sobre o PL do centro de referência, que está com a relatoria da Senadora Maria do Carmo desde o ano passado e não anda. Então, se a gente puder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, inclua o PL do centro de referência que está com a Senadora Maria do Carmo. Você me passa, e eu me comprometo a falar com ela. O.k.?

O SR. FERNANDO COTTA – Outra coisa, se o senhor puder incluir... Em junho, todos os anos, nós fazemos aqui também a audiência pública do Dia Mundial do Orgulho Autista. Se o senhor puder manter isso também mais este ano, eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pedido dos autistas é uma ordem para mim! (*Palmas.*)

Veja aí: 18 de junho, audiência do dia internacional.

Eu havia me comprometido a fazer esta leitura. Eu a farei agora.

Câmara dos Deputados, Deputado Célio Studart, Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Transtornos do Espectro Autista.

Idealizada pelo deputado Célio Studart (PV-CE), a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista buscará, por meio de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seminários, audiências públicas e trabalhos técnicos, atualizar o ordenamento jurídico brasileiro para proteger os direitos desses cidadãos.

A Frente pretende, ainda, dar sua contribuição para proporcionar atendimento adequado na utilização de serviços, públicos e privados, de saúde e educação. Além dos Congressistas, integrarão o grupo Deputados Federais e representantes de entidades da sociedade civil que subscreverem o termo de adesão.

O Transtorno do Espectro Autista é um distúrbio de desenvolvimento que leva a severos comprometimentos de comunicação social e comportamentos restritivos e repetitivos, que tipicamente se iniciam nos primeiros anos de vida. Recebe o nome de "espectro" porque envolve situações e apresentações muito diferentes umas das outras, numa gradação que vai das mais leves às mais graves. Para o Deputado, todas devem ter a atenção do Congresso Nacional. Pesquisas calculam que uma em cada 100 crianças seja desse espectro. Ou seja, no Brasil, cerca de 2 milhões com o transtorno.

Alguns sinais do autismo: dificuldade de relacionar-se com pares da mesma idade, choro ou risada, brinca ou usa brinquedos de forma incomum, sensibilidade a alguns sonhos, atraso ou ausência de fala, hiperatividade ou muita passividade, falta de consciência do perigo, dificuldade em aceitar mudanças de rotina, apego a objetos diferentes.

Uma salva de palmas ao manifesto. Ele fica nos *Anais* da Casa. (*Palmas.*)

Agora nós vamos às considerações finais, se assim entenderem. Se puderem, em torno de três minutos. Se estiverem aqui presentes ainda, claro: Eliseu Acácio. (*Pausa.*)

Eu vou deixar o Fernando Cotta para o final.

Carlos Arturo Molina-Loza.

Érica Lemos.

Júlia Balducci Oliveira.

Ana Paula Ferrari.

Heric Pereira Maia.

Está aqui? Então vamos lá, é com você. Saudação final, os últimos três minutos.

O SR. HERIC PEREIRA MAIA – Eu só gostaria de reafirmar aqui o compromisso da Polícia Rodoviária Federal com a promoção e a garantia de direitos humanos, e reafirmar ainda a nossa disponibilidade. Apesar do nosso pouco efetivo, ainda conseguimos estar presentes em todos os Estados da Federação, em cada pedacinho deste nosso Brasil. Então, sintam-se à vontade para procurar a Polícia Rodoviária Federal. Em cada cantinho do Brasil em que vocês estiverem, vai haver um servidor qualificado e capacitado para atender da melhor forma possível, porque nós prezamos a educação continuada em direitos humanos e estamos em constante evolução nisso.

Mais uma vez agradeço o convite, Senador, para poder estar presente neste espaço, fazendo representar a instituição, que tem evoluído, que tem crescido e avançado na garantia de direitos humanos para que a gente consiga, cada vez mais, prestar um serviço de excelência para a sociedade, um serviço de excelência que a sociedade merece. É para isso que nós trabalhamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Heric Pereira Maia, que falou pela Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal.

Bernardo Mendina Martínez, estudante universitário.

O SR. BERNARDO MENDINA MARTÍNEZ – Eu gostaria de agradecer por poder estar aqui hoje. Gostaria de agradecer a todos por terem tido a disposição de me escutar, de prestar a atenção no que eu expressei para vocês. Espero ter sido útil à causa. Espero que as informações que eu expressei, os meus pontos de vista e minhas experiências pessoais tenham sido úteis para a causa e para as suas vidas.

Eu realmente espero poder ajudar nisso com o que eu tenho.

Eu podia ter mais, mas espero ser útil com o que eu tenho por ora e com o que eu tiver no futuro.

Agradeço muito por tudo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Bernardo Mendina Martínez, estudante universitário, que também deixa uma bela contribuição.

Gilberto Pereira.

O SR. GILBERTO PEREIRA – Eu queria agradecer, mas eu também queria falar uma coisa.

A gente sempre tem muita dificuldade, mas a minha filha, para mim, é uma bênção, porque o amor que eu tenho por ela, que eu olho nos olhos dela e vejo que ela tem por mim, é uma coisa que não paga, não existe dinheiro que pague. Então, mesmo com toda a dificuldade que eu tenho hoje de estar com ela, de tocar a associação, de tudo, compensa. Eu fico tranquilo. Quando eu falo dela... Ela me mudou muito, eu aprendo mais com ela do que ela comigo. Então, é uma experiência que é maravilhosa. Eu só tenho a agradecer.

Em momento nenhum, desde a época em que soube que ela... Até porque, na época em que eu soube que ela era autista, eu não sabia o que era autismo. Então, para mim, tanto faz.

Então, hoje eu compreendo mais isso e até agradeço, porque hoje eu vejo uma garotada muito perdida, e muitos problemas que eu tenho eu acho que muitos pais sonhariam em ter.

Então, só posso agradecer. Quero agradecer muito por estar aqui hoje.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Gilberto Pereira, Presidente da Associação dos Amigos dos Autistas do DF, pai da Marina, que é autista, a quem ele fez uma homenagem aqui. Muito bem!

Viviani Guimarães, pedagoga especializada em autismo, escritora, Vice-Presidente Nacional do Moab, mãe do Caio, que é autista.

A SRA. VIVIANI GUIMARÃES – Eu gostaria de responder a pergunta de Dulcehy, do Maranhão.

Ele perguntou quais são os direitos das pessoas com o transtorno do espectro autista. Todos: eles têm direito à educação, eles têm direito à moradia, eles têm direito a trabalho, eles têm direito de votar. Então, são coisas que a Lei Brasileira de Inclusão precisou escrever, porque as pessoas com deficiência acharam que elas não estavam contempladas, apesar de nossa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição já falar que todas as pessoas são iguais perante a lei. Então, a Lei Berenice Piana e a Lei Brasileira de Inclusão precisaram fazer isso.

Se você precisar, Dulcehy, de qualquer ajuda, nós, do Movimento do Orgulho Autista Brasil, teremos o maior prazer de estar com você, de poder ajudar. A gente tem um *e-mail*: moaborgulhoautista@gmail.com. Pode ser qualquer dúvida que você tenha.

E eu gostaria também de fazer uma solicitação: de também nós podermos pensar em políticas públicas voltadas para os cuidadores. As famílias se encontram muito perdidas. Hoje mesmo a gente estava em uma discussão. Nós temos vários grupos de WhatsApp, e algumas mães estavam pedindo assim: "O que eu posso fazer? Há alguma política voltada para que eu possa cuidar? Porque a gente não consegue cuidar bem do nosso filho se a gente não estiver bem." Então, os pais precisam muito de ajuda, eles precisam de apoio, eles precisam se sentir acolhidos pela nossa sociedade. Então, a gente também precisa pensar em políticas públicas voltadas não só para a pessoa com deficiência, mas que também abracem os pais, os cuidadores, para que eles possam realmente ajudar essas pessoas.

Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Viviani Guimarães, pedagoga especializada em autismo, escritora, Vice-Presidente Nacional do MOAB, mãe do Caio, que é autista.

Por fim, Joelma Ferreira Ribeiro da Silva, professora representante da Associação Pestalozzi de Brasília.

A SRA. JOELMA FERREIRA RIBEIRO DA SILVA – Para finalizar: eu acho que tem que haver mesmo um olhar maior para o autista, principalmente o adulto, que é esquecido pela sociedade. Então, ter uma preocupação maior com isso. Acho que deveria haver mais políticas voltadas para isso.

Só isso mesmo. Obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Joelma Ferreira da Silva, professora e representante da Associação Pestalozzi de Brasília.

Na primeira Mesa, eu fiz uma leitura rápida, mas eu fiz uma leitura e perguntei se alguém, homem ou mulher painelistas que estivesse aqui, queria usar da palavra. Eu percebi que a Professora Mestre em Psicologia Educacional, ativista e mãe do Eric, gostaria de fazer uma saudação final. Está certo? (*Risos.*)

E depois, então, o Fernando Cotta faz a última fala.

A SRA. ÉRICA LEMOS – Não pode dar fala para professor! (*Risos.*)

Professor não fala; dá aula, faz palestra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas é bom! É bom! É bem didático!

A SRA. ÉRICA LEMOS – Eu agradeço a oportunidade. Eu acredito que é com discussões abertas, é nesses momentos, nessa troca de aprendizado, que surgem mudanças, transformações.

Hoje eu tive o prazer de conhecer o Bernardo e de saber, através do Heric, que a Polícia Rodoviária Federal tem esse engajamento. A gente, muitas vezes, passa pelo posto da Polícia



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, olha, pensa... A gente não sabe, não tem ideia do conhecimento, dessa tratativa. A gente pôde ouvir um depoimento como o do Gilberto, da AMA, que faz um trabalho voluntário e tão engajado, tão comprometido, que abraça a sociedade – a gente conhece a AMA lá em São Paulo. A professora, a psicóloga Viviani, quando ela fala que a família precisa estar bem...

Então, assim, eu me sinto hoje... Saio daqui muito contente. Sinto-me abraçada, ouvida pelo Senador Paulo Paim, contente realmente, muito esperançosa, do verbo esperar, de Paulo Freire...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Paulo Freire!

A SRA. ÉRICA LEMOS – ... porque Paulo Freire falava isto, que não basta só esperar, a gente tem que esperar – um verbo –, a gente tem que acreditar. E é isto que a gente tem que fazer a partir de agora: continuar lutando, nos articulando. Estou aqui pensando de que maneira eu, lá em São Paulo, posso contribuir com os projetos daqui, como é que a gente pode se articular e cobrar – porque a gente não vem só propor, a gente tem que cobrar.

O projeto que eu trouxe, eu acredito, deve contemplar... De repente, a gente pode, numa primeira leitura, pensar: "Ah, isso é utópico". Mas não é; sai muito mais barato do que a gente tem hoje, de Judiciário, de... A gente tem que pensar, em termos de políticas públicas, ao longo do tempo, do que a gente tem hoje: os gastos com o Judiciário, tampando buracos, apagando fogo. O que é que a gente pode fazer, em termos de trabalho multidisciplinar, que vai acolher todos? Todos esses profissionais juntos, que demandarão conhecimento...

(Soa a campanha.)

A SRA. ÉRICA LEMOS – ... e, de fato, uma educação de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só quero pedir para Ana Paula... É que ela vai usar da palavra ainda: Ana Paula, não saia!

A SRA. ÉRICA LEMOS – Educação inclusiva, educação de qualidade, se faz com todos, não se faz somente com... É a fono, é o terapeuta, é o professor, é o psicólogo, é o assistente social, são várias mãos, vários conhecimentos. É uma equipe multidisciplinar que vai permear a educação especial. É um trabalho inter, intra e multidisciplinar, é nisso que a gente acredita. E eu coloco à disposição... Domingo estaremos na caminhada lá na Paulista – aqui deve haver – pelo Dia de Conscientização Mundial.

E nada de rótulos. Ela colocou uma coisa interessante: a gente... Muitas vezes, nossos filhos são conhecidos como "o autista". Eles têm uma identidade, primeiro. "O autista" não o define, mas é uma condição. Então, é nisso que a gente tem que pensar daqui para frente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Profa. Érica Lemos... *(Palmas.)*

... Mestre em Psicologia Educacional, ativista e mãe do Eric, diagnosticado com autismo. Meus cumprimentos pela palestra.

E, por fim, Ana Paula Ferrari, professora, articulista social, jornalista, Coordenadora do Moab Goiânia, mãe do Jonas, que é autista. Depois o Cotta encerra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Eu quero agradecer a todos, foi muito rico a gente se ouvir. E reafirmo aquele meu pedido sobre o ILB, para que a gente possa fazer um curso sobre a legislação brasileira dessa área de inclusão, com um módulo lá, específico, para o autismo. Depois pode haver outros módulos, de cada deficiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Incluem, porque essa parte não está aqui – eu acho que não, hein? Pode repetir?

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Eu gostaria de marcar uma reunião com algum Consultor do Senado dessa área de direitos humanos e legislação, para que alguém da Consultoria assuma esse projeto de fazer um curso no ILB. Eu posso apoiar e orientar todo o trabalho, mas eu não posso assumir o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Você falou "junto com a Ouvidoria" também, não?

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Pode ser também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso!

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Quem quiser participar do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Junto com a Ouvidoria.

A SRA. ANA PAULA FERRARI – ... para que esse curso saia. Porque é um curso com certificado do ILB, que tem uma validade muito boa no Brasil todo. Gratuito, imagina!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha, não é permitido quem não foi painelistas, mas, como o ILB está aqui, eu podia perguntar se nós já podemos sair daqui...

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... com essa posição que ela solicitou.

A SRA. ADELINÉ BEZERRA DELGADO FLAESCHEN (*Fora do microfone.*) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, pronto! Olha aí! (*Palmas.*)

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Ah, muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos articular juntos, Ouvidoria, Comissão de Direitos Humanos, a sua proposta junto...

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Ao ILB.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ao ILB.

A SRA. ANA PAULA FERRARI – E gostaria de pedir também que o projeto lá da OMS, que está na Prefeitura de Curitiba, para formar os cuidadores, possa chegar a todos os Estados brasileiros. Eu acho que é importante multiplicar isso, para que a gente se aproprie também aqui no Centro-Oeste e a gente possa ir subindo lá para cima: lá para o Nordeste, para o Norte... Porque é mais inteligente a gente capacitar mesmo aquelas pessoas que vão conviver ao longo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da vida, porque a gente quer conviver ao longo da vida com a pessoa com autismo. Eu acho inteligente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que, nesse curso do ILB, pode-se pegar como exemplo...

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Uma iniciativa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... para discussão, a questão da iniciativa de Curitiba.

A SRA. ANA PAULA FERRARI – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ver como, dentro do possível, a gente, como se diz no Rio Grande, se espraia por todo o Território nacional. O.k.?

A SRA. ANA PAULA FERRARI – O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas para a Ana Paula Ferrari! (*Palmas.*)

Ela é professora, articulista social, jornalista, Coordenadora do Moab Goiânia, mãe do Jonas, que é autista.

Agora vamos para o encerramento: Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Moab.

O SR. FERNANDO COTTA – Senador, eu queria, só, rapidamente, fazer uso da palavra.

Está aqui ao meu lado a Maria do Carmo Tourinho, que é Presidente da Associação Brasileira de Autismo e tem uma cadeira no Conade, tem toda uma importância e uma luta nessa política pública para pessoas com autismo no Brasil.

Rapidamente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu queria fazer um apelo, se você permitir.

O SR. FERNANDO COTTA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vou explicar para a senhora. Para esta Comissão começar a ter presença massiva, eu tive que fazer um acordo com todos os Senadores, e eles, que têm reunião... Porque esta aqui, claro, é um nível altíssimo, não é? Mas há reunião a que vêm todos os setores da sociedade e, às vezes, alguém pede a palavra no plenário e bate em todo mundo; mas bate mesmo, de forma desordenada, e meio que desqualifica o debate. Aqui é um debate no mais alto nível. Tenho certeza que a senhora iria ajudar muito, mas, se eu abrir exceção, outro dia eu também vou ter que abrir. Por isso é que o próprio ILB falou sem microfone, só disse que concordava. Então, se você puder traduzir – eu não desconto do seu tempo – aquilo que ela gostaria de falar neste momento...

O SR. FERNANDO COTTA – Ela tem uma preocupação muito maior, que ela me externou aqui, que faz parte também da minha preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, vamos lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COTTA – ... e da de muitos pais que eu conheço, com a utilização indiscriminada de medicamentos. Ela ia falar disso, e caberia um debate profundo sobre esse assunto. Há pessoas, por exemplo, que estão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem sabe a gente marca para a próxima audiência e a senhora vem como painelistas?

O SR. FERNANDO COTTA – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.? Podemos contar?

O SR. FERNANDO COTTA – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Olha que eu faço aqui cada concertação... A senhora é minha convidada como painelistas. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador Paim.

Eu queria, primeiro, agradecer a todos que estão aqui, a todos que mais uma vez puderam comparecer, furtaram horas de trabalho, de lazer, enfim... Grande parte é como nós, que somos voluntários e estamos nessa luta. E ressalto o trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Muita gente está me perguntando agora, Heric, falando: "Puxa, eu não sabia desse trabalho! Que bacana! Que interessante! Puxa vida, a Polícia tem todo esse viés?" E tem mesmo, e está crescendo muito mais. É uma Polícia que tem, na sua atividade-fim, pessoas com deficiência, policiais, para acabar logo de vez com esse mito de que essas pessoas não dão conta. Elas dão conta, sim, se tiverem a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É isso aí! (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO COTTA – E a Polícia é exemplo disso.

Eu queria agradecer aqui, em nome do Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, o Igor Carvalho, o Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, Adriano Furtado, que nos deu essa primazia de poder continuar com essa luta. Então, isso é muito importante.

Senador, quero fazer um convite ao senhor aqui, em nome do Presidente da AMA, o Gilberto, que está ao meu lado, para a gente ir lá conhecer a AMA, ir lá visitar a AMA, conhecer aquelas pessoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO COTTA – ... que lá estão, naquele lugar. Tenho certeza de que o senhor vai ter uma noção muito boa do que é... O senhor já tem uma noção muito boa, mas vai ver, mais uma vez, a realidade daquelas pessoas que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu fico muito aqui em Brasília.

O SR. FERNANDO COTTA – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se puder numa sexta-feira...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COTTA – Ótimo! Presidente, se concordar, está marcado. Na sexta-feira o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Escolha qual é a sexta que quiserem que eu vou, nesse período que eu fico aqui.

O SR. FERNANDO COTTA – A sexta-feira que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De vez em quando eu... Na próxima sexta, da semana que vem, eu faço palestra em Minas. Eu tenho uma agenda que é pública.

O SR. FERNANDO COTTA – Então nós vamos procurar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fugindo daquela agenda...

O SR. FERNANDO COTTA – Então nós vamos procurar encaixar na sua agenda a visita à Associação de Amigos do Autista, a visita ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, à Comissão de Direitos Humanos também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Faço questão.

O SR. FERNANDO COTTA – ... que eu tenho certeza que vai mostrar esse trabalho belíssimo que tem sido feito lá, e à Associação Pestalozzi de Brasília também, que tem um trabalho muito interessante. Aliás, estamos fechando com eles amanhã um termo de parceria para atendimento de um projeto-piloto. A princípio, são 12 autistas somente que vão ser atendidos lá, mas já é um começo.

Eu digo o seguinte. A gente precisa fazer igual o senhor faz: é preciso começar. É preciso botar a pedra lá nem que não dê para atender todo mundo. Mas, se eu consigo atender, se eu consigo fazer com que aquele espaço seja acessível para um número, nem que seja pequeno, de pessoas, e a gente mostra que isso dá resultado, que essas pessoas vão deixar de estar, muitas vezes – como foi colocado aqui, como a Berenice disse –, encerradas, encarceradas em suas casas, para poderem participar desse trabalho, nós vamos ter um mundo muito melhor para todas as pessoas.

E eu quero, por fim, só complementando aquela pergunta de quais são os direitos das pessoas com autismo, dizer só uma coisinha: elas têm direito de ser felizes. E as famílias também têm o direito de ser felizes. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

Ouvimos Fernando Cotta, pai de autista severo, Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista e Diretor-Presidente do Moab, que tem nos ajudado muito nesse debate, não só aqui, mas também em nível nacional.

Vocês sabem que eu tenho um carinho muito grande também pela Berenice Piana di Piana. Vamos dar uma salva de palmas para ela também! Ela e você suscitaram todo este debate. (*Palmas.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora complementar o que faltou antes nos encaminhamentos. Esse projeto de que eu vou falar agora aqui já foi aprovado, e nós já encaminhamos para a CAS.

Trata-se de solicitar ao Senador Romário, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, que distribua ao Senador Paulo Paim – eu me proponho – para ser o Relator do PLS 169, de 2018, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, para tornar obrigatória a criação de centros de assistência integral ao paciente com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde.

Feito? (*Palmas.*)

E, por fim – a senhora está convidada –, realizar na CDH, no mês de junho, audiência pública para debater o Dia do Orgulho Autista.

Como é o seu nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, a Maria do Carmo está convidada já.

Enfim, ainda:

9 - Viabilizar reunião da Sra. Ana Paula Ferrari com um Consultor do Senado Federal na área de direitos humanos para realizar e disponibilizar cursos sobre autismo via ILB com a participação da Procuradoria Especial da Mulher.

10 – Agendar visita do Senador Paim à AMA-DF, à Comissão Nacional de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal e à Associação Pestalozzi de Brasília.

E, se nesse mês ainda for possível... Eu vi que a Polícia Militar aqui de Brasília tem um belo trabalho, porque eles estiveram aqui fazendo depoimento e também me convidaram para que eu vá também conhecer o trabalho na linha dos direitos humanos da Polícia Militar de Brasília.

O.k., amigos e amigas, a audiência pública cumpriu o seu objetivo. Agradeço a todos, a todos mesmo, por esta tão importante audiência pública, porque o Brasil todo conheceu um pouco mais dessa caminhada dos autistas.

Vida longa à família e a todos os autistas do Brasil e do mundo!

Está encerrada a nossa reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Chico Rodrigues, Marcos do Val e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Prestar contas sobre o exercício das atribuições da direção da ANATEL e o desempenho da agência, bem como apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em atendimento ao artigo 96-A do Regimento Interno do Senado Federal. **Participante:** Leonardo Euler de Moraes, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Jayme Campos e Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/23>

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12, de 2019, informo que serão arquivados os seguintes expedientes recebidos pela Comissão: Aviso nº 86, Sesi, TCU, Plenário; Ofício 27, de 2019, do gabinete do Secretário da Fazenda do Estado da Bahia.

Ainda, comunicado da Presidência, gostaria de lembrar a todos que a população poderá participar do debate enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o telefone 0800-612211.

Esta reunião, como nós pactuamos inicialmente, serve ao propósito da realização de audiência pública.

A presente audiência pública tem como convidado o Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Dr. Leonardo Euler de Moraes, em atendimento ao art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece que os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal em periodicidade anual para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar a avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências.

Convido para que tome assento à mesa o Dr. Leonardo Euler de Moraes, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). *(Pausa.)*

Agradecendo a presença dos senhores e senhoras, antes de passarmos à audiência propriamente dita, eu queria fazer aqui pequenas ponderações aos nobres colegas Senadores em face dos acontecimentos que nós estamos acompanhando nos últimos dias envolvendo especialmente a ANTT. E eu tomei a iniciativa de fazer aqui algumas observações, Senador Nelsinho Trad, porque considero pertinente. A Comissão de Infraestrutura não só delibera sobre as matérias relacionadas ao campo da infraestrutura, como é responsável por sabatinar e aprovar aqui os indicados que comporão os quadros das agências reguladoras. Então, tem responsabilidade na escolha e também na fiscalização, no acompanhamento desses servidores públicos sabatinados, escolhidos no âmbito desta Comissão, bem como aprovados pelo Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face de acontecimentos graves, penso ser responsabilidade da Comissão se manifestar também. E aqui faço esse parêntese para dizer que não estou fazendo, obviamente, em nome da Comissão, porque não foi uma matéria deliberada pela Comissão, mas estou fazendo na condição de Senador e na condição de Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Passo à leitura do que penso ser importante.

Escândalo envolvendo o Diretor da ANTT.

Senhoras e senhores, é do conhecimento de todos que em 11 de abril, portanto há pouco mais de dez dias, Mario Rodrigues Junior, Diretor da ANTT, foi alvo da Operação Infinita Highway da Polícia Federal. Na sede da agência, o gabinete do Diretor foi, palavras da imprensa, vasculhado. Os policiais recolheram processos, documentos, relatórios, computadores e celulares, em busca de provas da participação do Sr. Mario em um esquema criminoso – ainda palavras da imprensa –, cuja lista de delitos é de extensão e gravidade estarrecedoras. São laudos falsos atestando a qualidade de rodovias, superfaturamentos de pedágios, descumprimento de contratos de concessão, fraude na manutenção de estradas, orçamentos fictícios de obras não realizadas e mais uma infinidade de outros ilícitos. Pesam sobre o atual cabeça da ANTT acusações de estelionato qualificado, associação criminosa e corrupção, entre outros crimes contra o sistema financeiro.

Sim, senhoras e senhores, é o que vem sendo noticiado e é o que é objeto de investigação no âmbito da Polícia Federal e que pesa sobre o Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, autarquia em regime especial responsável, registre-se, responsável por regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de exploração da infraestrutura de transportes em nosso País. Segundo investigações – e aqui acrescento, preliminares, porque ainda está no campo das investigações –, todo o tipo de irregularidades e fraudes teriam sido cometidos em rodovias de norte a sul do Brasil. E a conta, obviamente, é cobrada de quem circula por essas rodovias e também de cada cidadão brasileiro que é quem paga caro por todo o tipo de produto cujo preço final aumenta exponencialmente devido aos altos custos de frete.

Quero lembrar a todos, não sem uma boa dose de constrangimento, que a nomeação de Mario Rodrigues passou infelizmente pelas mãos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura e do Plenário do Senado Federal. A seu tempo, como reza a lei, como disse anteriormente, todas as indicações, sabatinas e aprovações passam pelo âmbito da Comissão de Infraestrutura e posteriormente pelo Plenário do Senado Federal. Portanto, é imperativo, ético e moral que atuemos sem mais demora para remediar uma situação tão lamentável quanto crítica, tomando atitudes enérgicas. Não podemos simplesmente achar que está tudo bem e perdoar aquilo que pode ter potencial lesivo não só à agência, mas à confiança num órgão que é tão importante para o País. Não podemos fazer vista grossa, agir como se não tivéssemos nenhuma responsabilidade sobre o que está acontecendo.

E aqui abro um parêntese para dizer, para registrar que não há juízo valorativo inicial, não há acusação por parte desta Presidência ou desta Comissão, mas há aqui uma preocupação com os desdobramentos do que está acontecendo, que coloca em risco a imagem pública dessa importante instituição, dessa importante agência. Seria de bom alvitre – e aqui faço isso na condição de Senador, repito, não é a posição obviamente da Comissão, porque não foi deliberado –, diante do quadro que nós estamos vivenciando, o afastamento cautelar do Presidente, por iniciativa própria, para preservar a instituição. É uma consideração que faço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casos como este, com fartos indícios de conduta criminosa, não podem passar em branco. Nenhum servidor público deveria ser intocável diante de tão contundentes acusações, sobretudo a autarquia. A ausência de afastamento cautelar põe em risco a figura do Estado regulador, que precisa ser – e aqui falo de forma veemente – fortalecido. É importante para a sociedade o fortalecimento das agências reguladoras, a salvo de qualquer nódoa de acusações que pesem contra os quadros diretivos.

Nossas consciências não podem encontrar descanso caso não tomemos uma atitude em relação a esse episódio. Precisamos agir rápido. É isso que espera de nós cada um dos brasileiros que nos elegeram e que estão cansados, exaustos de pagar pela inação do Poder Público diante de acusações graves, sobretudo de corrupção.

Ressalto, mais uma vez, não estou fazendo aqui nenhuma antecipação de juízo valorativo em relação ao conteúdo das acusações, mas esta Comissão é quem é responsável por sabatar e aprovar diretores das agências reguladoras que são fundamentais para o Brasil. Especialmente no momento em que as concessões avançam no Brasil, haver uma situação como essa é temerário, gera desprestígio, valor público absolutamente comprometido das ações dessa agência em razão dos episódios que estamos todos testemunhando.

Peço vênias aqui aos membros do Colegiado da CI, não é habitual esse tipo de manifestação, mas eu penso que nós estamos vivendo um período grave na sociedade brasileira, e a Comissão, repito, responsável por fazer aqui a sabatina e a aprovação de nomes, de quadros para compor essas agências, sejam elas quais forem, não pode achar que isso tudo acontece lá, e não tem interferência aqui. Temos, embora muitos de nós não estivéssemos aqui quando da aprovação de tal quadro, mas falo como instituição, temos participação nas escolhas. A sabatina é para verificar credenciais, é para verificar aptidões, é para verificar preparo, mas idoneidade moral para ocupar cargos nessa ou em outras agências. Faço isso apenas no sentido de deixar claro o desconforto e o descontentamento com o que está acontecendo.

Solicitarei – aí, sim, formalmente – informações da Agência Nacional de Transportes Terrestres quanto às providências internas que estão sendo tomadas, bem como farei também provocação ao Ministério da Infraestrutura quanto às medidas que estão sendo adotadas em relação a essas investigações que estão em curso no âmbito da Polícia Federal e até ações penais já em curso também no âmbito da Operação Lava Jato.

Eram as ponderações que faria inicialmente, mais uma vez pedindo vênias ao Plenário por ter que iniciar a reunião de hoje fazendo esse registro que considero triste e lamentável. Não deveria haver, mas, em razão da gravidade dos fatos, não poderia deixar de manifestar aqui minhas posições.

Passaremos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Já que V. Exa. provoca o assunto, eu gostaria aqui de colocar a minha preocupação, porque nós tivemos no passado, no Dnit, um órgão extremamente importante, ainda no Governo da ex-Presidente Dilma, aquela operação da vassoura. "Então, vamos trocar todo mundo!". E o que a gente teve naquele momento? Foi um atraso por parte do Dnit, e muitas daquelas acusações... Aliás, as acusações até hoje não viraram nada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era uma diretoria que, à época, era muito competente, vinha fazendo um grande trabalho frente ao Dnit... Inclusive o próprio Ministro, Alfredo Nascimento, resolveu, ele também, pedir demissão em solidariedade à diretoria do Dnit à época.

O que a gente ouviu logo de início do Governo era a estratégia de fazer a fusão das agências ANTT e Antaq. Como Presidente da Frenlog, a gente tem acompanhado muito exatamente a evolução que houve nas agências de um modo geral. E, aqui nesta Comissão, discutimos muito, porque chegou um momento em que muitas das agências estavam incompletas. Agências como a Antaq só com dois diretores; é praticamente impossível. Aliás, continuo defendendo – inclusive falei isso com o Ministro Tarcísio, que uma agência só com três diretores, dada a importância do que representa a Antaq para o setor, inclusive porque evoluiu bastante em termos das concessões – que deveríamos aumentar para cinco. Eu defendo isso. Ao contrário, em vez de fundir essa agência, a Antaq com a ANTT, vamos valorizar as duas agências. Aliás, valorizar todas elas, porque todas cumprem um grande papel em questões reguladoras, e isso ainda é algo que nós estamos em amadurecimento no Brasil.

Nós precisamos fazer com que as agências sejam fortes, que as agências não tenham tanta interferência política. É claro que cabe a esta Comissão aqui sabatinar. A sabatina é feita na condição daquele momento. Se houver algum problema do administrador, ele será responsabilizado. Agora, não pode a Comissão ou qualquer Relator aqui que estiver amanhã e que relatar alguém, nós, da Comissão, termos qualquer responsabilização por algo que possa acontecer no futuro. À Comissão caberá fiscalizar também, como V. Exa. está colocando, mas, sem dúvida nenhuma, nós temos hoje os órgãos de controle funcionando na sua plenitude. Eu falo isso exatamente porque não concordo com a tese da fusão dessas duas agências. A minha posição é de fortalecimento de todas as agências, inclusive a Antaq e a ANTT – daqui a pouco vamos estar aqui com a Anatel, que também tem o seu papel preponderante.

Então é nesse aspecto. Espero que tudo isso possa ser averiguado o mais rápido possível por quê? Acredito que V. Exa. queira alertar pela indecisão, porque, em uma situação em que não se deixa claro... Infelizmente, no Brasil, às vezes fica aí um processo um ano, dois anos, dez anos, quinze anos, sem haver uma resposta convincente para aquele que está sendo acusado. Espero que essa averiguação se dê o mais rapidamente possível, até porque, também, eu me lembro do decreto dos portos. Acho que foi algo extremamente importante para o País, e virou, por uma acusação, toda uma confusão que poderia, inclusive, dar mais celeridade aos projetos naquela agência.

Assim como as nossas rodovias que foram concessionadas. Foram feitas duas medidas provisórias no sentido de permitir que se fizesse a prorrogação de tempo para a adequação, já que o Governo não fez aquilo que estava comprometido contratualmente, ou seja, o financiamento de longo prazo. E hoje, todas as concessões rodoviárias brasileiras estão aí no limbo, e isso é muito ruim, porque, se a empresa não investe e continua cobrando o pedágio – como era o caso do meu Estado, o Estado do Mato Grosso. Na BR-163, o pedágio está sendo cobrado, e as obras não estão acontecendo –, fica essa situação sem definição.

Por isso, eu gostaria de aproveitar aqui também e fazer essa cobrança pública para que o Governo também tome essas decisões o mais rapidamente possível, porque o pior é cobrar o pedágio, não haver manutenção e o número de acidentes estar se elevando em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, nosso Vice-Presidente da nossa Comissão de Infraestrutura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveitaria a oportunidade... Eu consultava aqui a Secretaria da Comissão e faria aqui um requerimento, de ofício, consultando o Plenário se há concordância em relação a isso – posteriormente farei a formalização –, mas, em razão da gravidade dos fatos, eu faria isso com a aquiescência da Comissão no sentido de a Comissão enviar ofício solicitando informações, explicações da ANTT com relação a essas investigações, ao envolvimento de membros de sua diretoria, explicações do Ministério da Infraestrutura quanto às providências que estão sendo adotadas, e informações à Polícia Federal quanto a essas investigações.

Eu indago ao Plenário se há alguma divergência em solicitar essas informações.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós temos a aprovação de um requerimento de convite.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, é porque eu fiz uma nota inicial em relação a essa operação chamada Infinita Highway.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, eu conheço a operação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ocorreu na sexta-feira retrasada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas nós temos um requerimento que seria de convocação, foi alterado para convite...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ao?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ao Ministro da Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, sim, esse já está o.k. O que eu estou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas já foi marcada a data?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já está sendo pactuada a data com ele. Ontem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria dizer o seguinte: eu acho que, mais do que solicitar informações, a razão da convocação era esta, antes que o fato acontecesse. Eu apresentei o requerimento antes da Operação Highway...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi mesmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Operação Highway foi na sexta-feira retrasada, o meu requerimento foi na terça-feira daquela semana. E, eu não diria que há uma relação, há um nexo causal entre as coisas, mas o panorama só se deteriorou de lá para cá. O depoimento do Senador Wellington apenas complementa a razão do meu requerimento, de forma que eu não subscreveria um pedido de...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O requerimento que já está aprovado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... esclarecimento. Eu incluiria na pauta da vinda do Ministro os fatos específicos da Highway, os fatos mencionados aqui rapidamente pelo Senador Wellington e o meu pacote de subsídios que formam o requerimento de convocação, transformado depois para convite.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Indago V. Exa. se... O convite já está feito, nós só estamos pactuando o dia na próxima semana que ele virá, se vai ser na terça-feira, que nós vamos ter deliberativa, ou se nós faríamos em uma data alternativa, mas a vinda dele já está sendo alinhada com a Comissão.

O que estou solicitando, Senador Amin, e aí peço a V. Exa. apenas que se manifeste no sentido de concordar ou não, é em relação à explicação das providências que estão sendo tomadas, sem prejuízo da vinda dele. A vinda dele aqui nos dará a oportunidade para sabatiná-lo inclusive sobre outros aspectos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu volto ao que eu dizia, eu preferiria que o Ministro trouxesse na vinda dele...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., então, não concorda com...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Não concordo porque já temos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o pedido de informações ao ministério.

Com relação à Polícia Federal e à ANTT?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Polícia Federal, tudo bem. Tudo bem.

Agora, o que eu acho é que a vinda do Ministro faz duas semanas que nós aprovamos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, de lá para cá, eu só tenho questões a acrescentar. Terei uma audiência com o Ministro hoje à tarde...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas aí, nobre Senador Esperidião Amin, V. Exa. atribua a culpa a esta Presidência, porque há um cronograma feito aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não quero atribuir culpa, eu quero é uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e nós já tínhamos convidado para esta reunião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não concordo em perguntar nada para o Ministro sem a vinda dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito. Agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que ele vindo aqui... Eu mudei o meu requerimento em homenagem até ao fato de que S. Exa. assumiu há pouco tempo. Nós não vamos cobrar dele questões anteriores a sua gestão, mas o ministério é o mesmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A ANTT é a mesma.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os fatos estão acontecendo. Nenhuma solução foi anunciada até agora, nem em termos de gestão, muito menos em termos de resultados práticos para a sociedade.

Ontem, se me permitem dizer, nós tivemos uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Santa Catarina em que a concessionária desmente a ANTT – desmente! –, e nenhum representante da ANTT presente. Eu não faço mais carta.

Quero dizer mais: a vinda do Ministro apenas vai anteceder meu pedido de uma CPI. Eu não tenho mais pergunta para fazer. Eu já tenho uma ação judicial. A única ação popular que eu assinei na minha vida foi contra o Ministério dos Transportes na época, contra a ANTT e contra concessionária. A única. Não há outra ação popular que eu assinei. E o deboche continua.

Então, as dúvidas que haja nós já podemos listar e, até por uma demonstração de respeito e cordialidade, apresentar ao Ministro. Eu listei as dúvidas que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, acho que o Senador Wellington e V. Exa. podem marcar a data da vinda do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já está sendo providenciado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o que eu peço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Em razão das ponderações do Senador Esperidião Amin, as explicações do Ministro da Infraestrutura nós colheremos pessoalmente aqui. Só vou ajustar na próxima semana a data e, excepcionalmente, como se trata de uma audiência, não há necessidade de ser, obviamente, durante a reunião deliberativa da Comissão. Pode ser ajustada para a quarta ou quinta-feira da próxima semana. Farei isso.

Indago se há alguma divergência em relação à solicitação de informações – estou fazendo isso aqui em caráter excepcional em razão da gravidade dos fatos – à Polícia Federal e à ANTT. *(Pausa.)*

Se não há divergência em relação aos Senadores, fica aprovado o requerimento. Essas informações serão solicitadas.

O Ministro, quando da sua vinda aqui, dará os esclarecimentos pertinentes à matéria no âmbito da Comissão de Infraestrutura.

Quero agradecer desde já a presença do nosso Diretor da Anatel, Dr. Leonardo, que comparece a esta Comissão para trazer aqui um resumo das ações da agência. E vejam: a manifestação que fiz aqui inicialmente é corroborada justamente pelo que nós estamos praticando aqui ao longo deste ano, com os trabalhos da Comissão. Periodicamente, os diretores das agências estão vindo aqui para trazer as suas preocupações e para prestar contas à Comissão, como manda o Regimento do Senado Federal. Então, o trabalho da Comissão de Infraestrutura não se encerra apenas na sabatina e aprovação de quadros, ele se prolonga no tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É dentro desse espírito, desse objetivo maior que apresento as preocupações que externei, reiterando aqui o desejo de que não se confirmem tais acusações. O pior de quem é acusado é ser acusado injustamente. Espero que haja esclarecimento. Mas a preservação da agência, acho, é algo que está acima de qualquer coisa, especialmente neste momento que estamos vivendo, quando se tem um pacote de concessões em curso, uma PPI que está em curso, e isso me parece algo a comprometer inclusive o andamento de todo esse processo.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

Eu nem ia usar a palavra porque estou totalmente de acordo com o que V. Exa. está fazendo, mas só para corroborar essa posição e, inclusive, dizer que nós estamos num período... Em todo período de transição de Governo acontece isso, todo período de transição do Governo Federal principalmente, acontece esse processo, porque como as agências têm mandatos, os diretores têm mandatos, então existe aquela situação em que se muda a concepção, às vezes se muda a política setorial, etc., e as agências têm, por essência, justamente que manter uma certa estabilidade, tanto que esses mandatos têm que ser respeitados. Mas uma das formas, uma das hipóteses, inclusive difícil de ocorrer – nem sei se me recordo de algum caso que já tenha ocorrido –, de afastamento ou de substituição de diretores de agências reguladoras é justamente a questão de improbidade ou má atuação, etc. Então, é um processo que com certeza extrapola a questão do julgamento criminal, etc. É preventivo, é preciso que o Senado atue preventivamente, porque ele é, de certa forma, corresponsável...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... por colocar essas pessoas lá – com mandato. Tem que ser lembrado também que não é uma condução normal, não é levar uma pessoa a um cargo e depois se tira *ad nutum* ou de forma simples. É um mandato que se concede pela República brasileira e que independe, inclusive, dos Governos que são eleitos em alguns momentos. E a essência do movimento da agência é esta mesmo: há um ministério que faz política setorial e há a agência, que faz a regulação do segmento.

Por exemplo, no caso de petróleo, ninguém vai ser contra fiscalizar a qualidade da gasolina, ninguém pode ser a favor ou contra isso, isso está acima de qualquer questão de política setorial que se possa submeter a uma votação, como, por exemplo, gostar mais de gás natural ou de energia renovável, ou querer abrir mais linhas telefônicas ou menos ou investir ou não em orelhão. Quer dizer, são questões de política setorial que à agência cabe aplicar, mas há matérias de regulação onde a agência praticamente atua como um juiz setorial...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... como uma autoridade extrema, que podem, inclusive, levar um concessionário a sair da sua posição de concessionário ou um autorizatário a ser cassado. Então, não pode haver absolutamente nenhuma dúvida em atuações desse tipo, quando há um envolvimento nesse nível, que o diretor continue atuando, porque é até aquela questão das provas, do processo todo, enfim.

Acho que está corretíssima essa posição. O Senado tem que aumentar esse seu papel de fiscalizador dessas atuações de agências, e acho que é o momento certo também em função de a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estar sofrendo várias discussões de mudanças de política setorial que impactam... Nós estamos aqui discutindo, por exemplo, autorizações para o sistema de linhas férreas, estamos também discutindo, na área de telecomunicações – e o Presidente vai falar agora certamente –, concessão para autorização, e isso tudo representa uma mudança de *status* jurídico desses concessionários e autorizatários. Significa que a agência reguladora tem um papel mais importante, cada vez mais importante, porque ela agora vai administrar vários regimes jurídicos nas suas instâncias setoriais. Já existe isso em petróleo, já existe isso em elétrica, em energia elétrica, e agora vai existir em telecomunicações e nos transportes. Então, é importantíssimo que a gente valorize o papel das agências.

Estado forte é um Estado que regula, um Estado regulador, como o Presidente mencionou. Têm que ser fortalecidas as agências, e aqui você sempre encontrará, Presidente, um aliado nessa missão de fortalecer as agências. E, aliás, as agências também terão em nós um aliado para fortalecê-las, porque apesar de se vender que a visão de esquerda não é essa, a visão de esquerda é essa. A esquerda brasileira preconiza que o Estado seja um Estado regulador e que as agências sejam agentes, como o próprio nome diz, de desenvolvimento, e de desenvolvimento setorial.

Obrigado! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. Justamente é essa a missão da Comissão, é esse o nosso ideal.

E aqui mais uma vez manifesto minha concordância, Senador Wellington, com as ponderações que V. Exa. faz também com relação ao fortalecimento das agências: se não estão sendo efetivas em razão do quadro que têm, da limitação estrutural que têm, é preciso adequar isso, é preciso avançar no fortalecimento dessas agências, para que elas tenham funcionalidade e garantam efetividade em suas ações. Concordo com V. Exa.

Eu peço mais uma vez desculpas à Comissão, eu tenho que me ausentar em razão de um compromisso. Já havia combinado com o Senador Wellington Fagundes, ele vai presidir a reunião de hoje. Agradeço mais uma vez a presença do Dr. Leonardo.

Na próxima semana, apenas para que os colegas tenham já a informação, nós receberemos aqui o presidente da Aneel. O Diretor presidente da Aneel, no dia 30/4, às 14h30, estará aqui na Comissão de Infraestrutura, para fazer também a prestação de contas, nos termos regimentais, ao Senado Federal.

Passo a direção dos trabalhos ao nosso Vice-Presidente, Senador Wellington Fagundes.

Vou pactuar essa semana, Amin, e aí eu comunico à Comissão a data em que vamos fazer. Em razão até dos acontecimentos acho que tem que ser o quanto antes. Agradeço a V. Exa. a sugestão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Dando sequência, vamos começar a exposição, passando a palavra ao Sr. Leonardo Euler de Moraes, que é o Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). *(Pausa.)*

Antes de o Presidente começar, já também quero registrar aqui o aniversário do nosso companheiro Senador Chico Rodrigues. Parabéns a ele! *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Muito bem! Presidente, fazemos coro aqui às felicitações ao nosso Senador. A agência reguladora de felicitações está cheia hoje. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Vamos então conceder a palavra o Presidente do Conselho Leonardo.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Bom dia a todas e a todos. Eu queria cumprimentar o Presidente desta Comissão, que se retirou, o Senador Marcos Rogério, e na pessoa dele cumprimentar todos os integrantes desta Comissão, em especial o Senador Wellington Fagundes, nosso Vice-Presidente desta Comissão; o Senador Chico Rodrigues, que hoje completa mais um ano de vida, desejando que Deus o abençoe fortemente; o Senador Esperidião Amin, que tive a oportunidade de conhecer melhor no início desse ano; o Senador Nelsinho Trad; o Senador Luis Carlos Heinze; o Senador Jayme Campos; Jean Paul Prates; e o Senador Eduardo Gomes também, que já passou por aqui.

Permita-me aqui, Sr. Presidente, expressar a minha gratidão à Comissão, e aqui faço apenas um breve parêntesis com a preocupação em relação ao fortalecimento do Estado regulador, fundamental para a atração de investimentos para o Brasil. Falo isso na condição de brasileiro e também na condição de servidor de carreira, de uma das carreiras próprias da Agência Nacional de Telecomunicações, hoje integrando o Conselho Diretor, órgão máximo da agência. Fundamental, pois, que o Estado regulador possa ser fortalecido, e com certeza nós contaremos com esta Comissão para esse objetivo e esse fim.

Sr. Presidente, tentarei ser breve e conciso nas minhas considerações, até para que tenhamos aqui um debate mais profícuo, então já passo à apresentação e tentarei, como disse, ser bastante sucinto.

Muito brevemente: a Anatel – e, aliás, a agência foi instituída por expressa previsão constitucional –, órgão de Estado, possui essa nobre e importante missão de implantar a política nacional de telecomunicações e adotar as medidas necessárias para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras. Para isso, sem dúvida nenhuma, é importante e fundamental democratizar o acesso aos serviços de forma ubíqua para todos e a preços acessíveis e assim possibilitar que todos os cidadãos efetivamente participem com destaque e de forma ativa numa sociedade da informação.

Mas queria dizer aqui, Senador, que a nossa missão não se cumpre sozinha, a nossa missão institucional. Portanto, oportunidades como esta, não apenas para prestar contas mas também para compartilhar a importância de revisões legislativas, são fundamentais para que o arcabouço legal esteja endereçando as preocupações dos consumidores e do setor como um todo, afinal não só os usuários mas o próprio setor produtivo depende de uma boa conectividade em telecomunicações para ampliar a produtividade, eficiência na execução das diversas atividades, seja no campo agropecuário, industrial ou comercial, gerando, assim, emprego e renda.

Senador, esse eslaide resume, por assim dizer, os diversos processos que permeiam as atividades da agência, tanto de ordem finalística quanto administrativa. Entre outros aspectos, tais processos envolvem normatizar, envolvem fiscalizar e envolvem julgar, como foi bem dito aqui.

Para endereçar toda essa cadeia de projetos, de processos e atividades, é preciso uma gestão moderna de sistemas, razão pela qual, no que tange à gestão de processos eletrônicos inclusive, as medidas adotadas pela agência têm se tornado paradigmáticas para outras autarquias, seja da administração direta, outros órgãos da administração direta, ou indireta.

Nesse eslaide aparecem também alguns números, e aqui também eu trago, Sr. Presidente, impresso para esta Comissão, o nosso Relatório de Gestão relativo a 2018. Ele está também no nosso site. Eu o deixo aqui com a Comissão, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há aqui alguns números, tanto relativos às atividades finalísticas da Anatel como à arrecadação. Arrecadamos 3,8 bilhões no ano passado, isso porque não tivemos leilões de direito de uso de radiofrequência – esse valor geralmente sobe. Nós fizemos quase 70 consultas públicas; 89% da nossa agenda regulatória proposta foram efetivamente cumpridos; homologamos quase 8 mil equipamentos. Enfim, uma série de interações com a sociedade ocorreu. Esse gráfico aqui apenas expressa isso.

É importante também destacar, Sr. Presidente, que, para fins do cumprimento dessa missão institucional de que falávamos há pouco, todas as reuniões do conselho diretor são públicas, abertas, transmitidas pela internet, com possibilidade de manifestação oral. Falo isso, é importante destacar, em função da transparência, que é regra na agência, os processos decisórios são muito abertos. Aliás, o próprio Tribunal de Contas da União reconhece que a Anatel é uma das únicas agências que cumprem os sete requisitos de transparência estabelecidos por aquela mesma Corte de Contas.

No eslaide seguinte, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é apresentado um breve panorama das telecomunicações brasileiras. Serei bastante sucinto.

A telefonia fixa, conhecida tecnicamente como Serviço de Telefone Fixo Comutado, conta ainda com algo como 37 milhões de acessos fixos; a banda larga fixa, ou Serviço de Comunicação Multimídia – é o nome técnico –, já supera os 30 milhões de acessos; a TV por assinatura, o Serviço de Acesso Condicionado, com quase 17 milhões de acessos; e a telefonia móvel celular, que conhecemos como Serviço Móvel Pessoal, objeto de grande demanda da sociedade, conta com aproximadamente 230 milhões de acessos, sendo que 60% desses acessos têm conexão à banda larga móvel mediante tecnologia móvel de 4ª geração.

O próximo eslaide, Sr. Presidente, visa ilustrar a evolução tecnológica do acesso móvel celular.

No eslaide, à esquerda no mapa de calor, em amarelo nós vemos os Municípios com acesso de 2G; em verde, os acessos de terceira geração; em azul, os acessos de quarta geração. O mapa de calor indica tão somente a presença no Município, não efetivamente a totalidade da cobertura. Isso é importante destacar, uma vez que, embora todos os 5.570 Municípios tenham acesso móvel celular, ainda restam muitos distritos não-sede que não o têm, aproximadamente 2,1 mil, tais como Extrema, Nova Califórnia, o Município de Rondonópolis, no Estado do nosso Presidente, Campos, assim como outros distritos, como Aripuanã, Cáceres, Querência, Alta Floresta, que são distritos no Mato Grosso, representado aqui pelo nosso Senador Wellington Fagundes.

Aqui cabe registrar a experiência pretérita. Aqui nós já fizemos, e como servidor de carreira participei ativamente dela e pretendemos, inclusive, Senador Chico, voltar a fazer.

Em 2007, Senador, foi realizado o primeiro edital de uma radiofrequência, à época a radiofrequência de 1800MHz, que importou a entrada do 3G no Brasil, a tecnologia de terceira geração – àquela época nós tínhamos apenas tecnologias de primeira e de segunda gerações. À época, nós tínhamos 5.565 Municípios no Brasil, dos quais 1.836, aproximadamente 33% – eu me lembro muito bem do plano de negócios – não tinham telefonia móvel celular, nem de primeira geração nem de segunda.

Então, o que nós fizemos àquela época, Senador? Nós vinculamos as áreas mais rentáveis, como São Paulo, Sudeste e Sul, com áreas menos rentáveis. Esse edital, que ficou conhecido como "filé com osso", tornou-se paradigmático, tive oportunidade de falar sobre ele em outros países. Dessa forma, nós conseguimos cobrir todos aqueles 1.836 Municípios até então descobertos, vinculando as áreas mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rentáveis com as áreas menos rentáveis, dizendo para as operadoras: "Olha, para você ter o direito de utilizar essa radiofrequência nessas áreas mais rentáveis, você tem que levar também para essas áreas menos rentáveis." Essas áreas tinham um valor presente líquido negativo, ou seja, não havia viabilidade econômico-financeira *a priori*, mas nós colocamos obrigações no bojo do edital de licitação.

E eu digo isso porque nós deveremos fazer licitações muito brevemente de outras radiofrequências e, aí, a Anatel vai trabalhar até março do ano que vem para colocar obrigações de cobertura – eu falarei um pouco mais detidamente sobre isso no próximo eslaide.

Mas o Senador Chico sabe disso, já falamos sobre isso. Muito se fala da rede de acesso, não é? Ou seja, os senhores conhecem muito bem a demanda por antenas, por assim dizer. Essas antenas, ou Estações Rádio Base, as chamadas ERBs, são motivo de demanda reiterada de localidades, vereadores, prefeitos de pequenos Municípios, consoante falávamos aqui há pouco. Ocorre que, do ponto de vista de engenharia de redes, é importante que as redes de acesso sejam precedidas pela implantação de redes de transporte. Ora, de nada adianta você ter uma bela torneira sem um cano por onde a água consumida, trazida e levada vá ser escoada. E o tamanho desse cano é importante, a robustez dessa estrutura hidráulica – utilizo essa metáfora – importa bastante, afinal cuida-se dessa capacidade de escoamento do tráfego necessário para adequado funcionamento do serviço prestado. Portanto, esse dado é importante para dizer que a Anatel identifica para o ministério, que é quem efetivamente formula as políticas públicas, que 3.580 cidades no Brasil, aproximadamente 64% apenas, têm redes de fibra.

Naquele mapa de calor: quanto mais verde ali, maior é o número de Municípios que têm redes de fibra. O Acre está destacado porque são poucos Municípios ali que têm redes de fibra. Mas vejam bem: o Norte, em amarelo, e parte do Piauí, parte do Nordeste, contam ainda com muito poucas redes de fibra, de transporte, o que é fundamental tanto para prover uma melhor experiência de banda larga fixa como uma experiência de banda larga móvel.

Portanto, no próximo edital de licitação, que vai envolver pelo menos... Estamos estudando quatro faixas de radiofrequência, Senador Chico: a faixa de 700MHz, que é uma faixa mais baixa e, por ser uma faixa mais baixa, tem condições de propagação muito melhores em relação às faixas mais altas; a faixa de 2,3GHz; a faixa de 3,5GHz, que vai ser a porta de entrada do 5G no Brasil; além da faixa de 26GHz, que é uma faixa mais alta.

Uma vez que nós temos diferentes ativos espectrais, nós estamos trabalhando na agência para colocarmos metas de cobertura nas faixas mais baixas e metas de infraestrutura de transporte naquelas faixas mais altas, que demandam também mais capacidade, ou seja, os editais de licitação são oportunidades singulares para fazer valer políticas públicas e para gerar compromissos de fazer e não apenas compromissos de pagar.

Naquele edital que eu mencionei há pouco, do 3G, em 2007, quando colocamos obrigações de cobertura também nos Municípios do Norte e Nordeste vinculando com os Municípios que tinham maior atratividade econômico-financeira... Não obstante essas obrigações de fazer de cobertura, ainda assim, foram arrecadados R\$5,6 bilhões à época para o Tesouro Nacional.

É lógico que essa é sempre uma discussão difícil. Existe um contexto fiscal desafiador no País, mas a Anatel trabalha com leilão que privilegie mais obrigações de cobertura e menos obrigações de pagar, ou seja, a gente precifica o direito de uso da faixa – ele tem um valor – e desconta desse direito de uso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da faixa os valores correspondentes às obrigações de investimentos, sobretudo naquelas áreas que não dispõem de uma infraestrutura de rede de telecomunicações adequada, seja uma rede de acesso ou uma rede de transporte.

Este ano também vai ocorrer um importante evento da União Internacional de Telecomunicações, órgão da ONU, que vai definir também a utilização de algumas faixas de radiofrequência. Eu já deixo para os Senadores que o edital de direito de uso dessas radiofrequências já está na Procuradoria Federal Especializada da Anatel, órgão da AGU, a Advocacia-Geral da União. Tão logo os autos retornem da procuradoria, serão submetidos à área técnica e, depois, submetidos ao conselho diretor e a consulta pública. Está no nosso cronograma, então, realizar essa licitação, que, como eu disse, significará a porta de entrada do 5G no Brasil até março de 2020. Trabalhamos arduamente para realizar essa licitação, e tenho certeza de que será uma oportunidade singular para destravar investimentos e, efetivamente, aumentar a produtividade a partir dos investimentos nesse setor que gera externalidades positivas para muitos outros.

Falo um pouquinho da banda larga fixa.

Vê-se aí que a taxa de crescimento da banda larga fixa no Brasil tem sido compatível com a média do mundo – aproximadamente 13% ao ano têm crescido os acessos de banda larga fixa –, e muito do crescimento desses acessos se deve aos prestadores de pequeno porte, que hoje são milhares no Brasil e já representam mais de 30% da base dos acessos fixos.

Eu mesmo estive há pouco tempo – ali está uma foto – nos rincões do Ceará, em Pereiro, onde fui conhecer algumas operações de alguns prestadores de pequeno porte, que já contam com mais de 200 mil acessos de banda larga fixa – foi interessante, porque nesse dia choveu lá no Semiárido e o carro atolou, ficamos atolados lá no rincão do Ceará, lá em Pereiro. Mas a intenção é dizer que, mesmo nesses lugares, esses pequenos prestadores têm um papel muito importante a cumprir; eles estão promovendo em alguns desses lugares uma verdadeira revolução digital silenciosa, levando maior acesso, levando maior penetração, e com velocidades de oferta bastante interessantes. Alguns desses prestadores oferecem 100Mbps, 200Mbps, muitas vezes velocidades que muitas vezes os grandes operadores não têm conseguido oferecer. Na nossa gestão, desde novembro, quando assumimos, temos trabalhado no sentido de tirar carga regulatória desses pequenos prestadores para que eles possam efetivamente crescer e expandir a banda larga, sobretudo nas áreas mais interioranas do nosso País.

E, vejam bem, quando nós olhamos pesquisa de satisfação das empresas, a maior parte da satisfação dos usuários diz respeito a essas pequenas empresas. Chamo atenção para a relação ali: Cabo, Copel, Hughes e Brisanet têm as notas mais altas comparadas às das prestadoras que têm um *market share* maior.

Em relação ainda à satisfação dos consumidores, nós vemos que um dos temas mais bem avaliado é a qualidade da instalação, mas ainda há muito espaço para melhora, sobretudo no que tange a cancelamento dos serviços, tempo de espera para falar com atendentes, resolução de problemas de cobrança. Enfim, nós temos acompanhado esses indicadores e temos instado as prestadoras no sentido de que, se querem menor carga regulatória, é necessário também que deem um passo adiante e efetivamente possam se preocupar com questões afetas a atendimento do usuário sobretudo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pouco tempo atrás, Senadores, talvez menos de 5 anos atrás, o setor comercializava basicamente tempo e distância, ou seja, cobrava-se da telefonia móvel celular uma chamada de longa distância. Se essa chamada era na mesma rede, ou seja, Vivo para Vivo ou Tim para Tim, ou seja *on-net*, ou se a chamada era *off-net*. Hoje já se cobra muito mais por volume de dados e, amanhã, num futuro não muito distante, vai-se cobrar por latência. O que é latência? Sensibilidade ao atraso, é o quão rápido você consegue alcançar as aplicações.

Então, esse setor evolui muito rapidamente, inclusive as formas de prestação do serviço, de entrega do serviço. É necessário, pois, que as empresas estejam atentas às formas de atendimento aos consumidores. A gente tem procurado empoderar os consumidores, de forma que eles possam, efetivamente, ser agentes ativos na regulação do setor de telecomunicações.

Acompanhamos aqui também alguns índices de qualidade. Aqui, muitas vezes... Um problema que nós temos, Senador, é que nós temos uma tradicional regulação, que a gente chama de comando e controle. Como é? A gente estabelece uma meta de qualidade, mas a empresa muitas vezes não a cumpre. Então, nós abrimos um processo sancionatório na agência. Aí vem o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, e esse processo transita em julgado na administração. O que ocorre depois é que a empresa recorre ao Judiciário, essa discussão fica muito tempo no Judiciário e não se resolve o problema de qualidade.

Então, Senadores, o que nós temos aqui tentado também é mudar essa ótica à medida que impomos mais obrigações de fazer como sanção. Obrigações de fazer decorrem da própria LPA, Lei do Processo Administrativo, Lei 9.784. Então, em vez de colocar uma multa pecuniária, nós estamos trabalhando agora, nesta gestão, para colocar uma obrigação de fazer, ou seja, naqueles distritos onde você não está presente, leve o acesso como uma forma de sanção. Você não levaria por conta própria, porque não haveria viabilidade econômico-financeira para chegar àquele distrito, mas como uma sanção de fazer. Esperamos que, com isso, nós consigamos ser mais efetivos no monitoramento desse trabalho de fiscalização, normatização e controle da qualidade dos serviços prestados.

Como eu disse também, uma das questões que a Anatel tem perseguido é trabalhar para empoderar o consumidor. Não se trata de tutelar o consumidor, mas de dar ao consumidor maior informação para que ele mesmo tome as suas decisões, de acordo com as informações que tem. Para isso, nós temos alguns aplicativos.

Aqui mostra aos consumidores as diferenças de qualidade do serviço prestado entre as diferentes prestadoras por Município, assim como aplicativos para a realização de reclamações e de interação com a agência. Nós estamos, inclusive, este ano, aprimorando esse aplicativo de interação com os consumidores à medida que temos mais de 4 milhões de interação de consumidores entre os diversos canais da Anatel, seja *call center*, aplicativos e o próprio *site* na internet.

Aqui um pouco das reclamações registradas nos canais de atendimento da agência. Elas têm caído por todos os serviços. Esse decréscimo é também verificado nos PROCONs e em outros órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, mas são muito altos ainda, comparados a outros setores, sobretudo o serviço móvel pessoal, a telefonia móvel celular, porque a interação dos consumidores com esse serviço é muito intensa, praticamente como uma prótese do nosso corpo. Então, esse serviço ainda é objeto de reclamação, mas, à medida que nós empoderamos efetivamente os consumidores, esperamos que esse volume de reclamações caia mais significativamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero colocar aqui, Senadores, como tem sido o preço médio da banda larga fixa, considerando o preço médio de 1Mbps. Esse dado aqui é de 2010 até 2018. Aqui a gente vê a evolução de como caiu o preço médio da banda larga fixa no Brasil por diferentes prestadoras, as maiores prestadoras.

Não obstante esse decréscimo, o Brasil ainda conta com uma das maiores cargas tributárias do mundo. Aqui está um estudo da União Internacional das Telecomunicações, órgão vinculado à ONU, que mostra que o Brasil é o que a gente chama de *outlier*, um ponto ali na curva muito fora, com uma média de arrecadação de 40%, mas contando aqui apenas ICMS, PIS, Cofins, comparado com a média do mundo, que gira entre 15% e 20%. Ou seja, o Brasil, disparadamente, tem uma carga tributária aplicada ao setor de telecomunicações muito discrepante em relação a outros países nos quais a ONU fez esse *benchmarking*. Vejam que muitas vezes o ICMS é o principal ofensor nessa questão, justamente porque ele varia entre 25% a 38% em alíquotas nominais. E uma alíquota nominal de 25%, como o cálculo é feito por dentro, equivale, em termos reais, a 33%. Nesse sentido, é o principal ofensor, o que faz com que o setor de telecomunicações desafortunadamente seja, muitas vezes, tributado de forma análoga a serviços demeritórios como tabaco, bebidas e outros bens dessa natureza.

Aqui a gente coloca também as alíquotas: a do ICMS por Estado. Vejam que muitos Estados que são mais carentes em infraestrutura de telecomunicações são aqueles que têm o maior ICMS. Essa é uma questão importante. A gente, novamente, reconhece o contexto fiscal desafiador inclusive dos Estados, mas é preciso também fazer entender que esse setor, quando diminui a carga tributária, a curva de Laffer é muito expressiva, ou seja, muitas vezes menos é mais.

Vou falar inclusive de um projeto de lei que está sob a relatoria do Senador Chico Rodrigues, em que, a partir de um estudo feito no gabinete, inclusive com o estudo do modelo econométrico, revelamos como diminuir o tributo aplicado vai significar inclusive um aumento da arrecadação.

Não obstante, quando nós olhamos a evolução do IPCA em grandes grupos, veja, Senador Wellington, que o grupo de comunicação é aquele que, entre 2012 e 2018, teve a menor variação do seu IPCA, comunicação *vis-à-vis* índice geral e *vis-à-vis* outros setores. Falaram aqui do setor de transportes, que evoluiu 34% entre 2012 e 2018. Aqui nós estamos em 5,9%. Outros setores como educação e despesas pessoais evoluíram quase 70% nos grandes grupos. Se olharmos os preços monitorados, IPCA, dados do IBGE também, vejam que, nos últimos 12 meses, houve um decréscimo de 1,29% dos valores da telefonia fixa, que é um preço monitorado, comparado com outros setores de infraestrutura que, na média, ensejaram um aumento, importaram em aumento de 6%. Portanto, posso afirmar com segurança que esse setor de telecomunicações, quando se olha a evolução dos preços praticados, portanto, do poder real de compra da moeda, contribui para a estabilização da moeda no Brasil à medida que gera um impacto inclusive sobre esse poder de compra da moeda, o poder real de compra.

Deixo também...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Para dar um fôlego aí, Dr. Leonardo, vejo que o senhor está fazendo um relato bem rápido, gostaria aqui de lembrar a todos que a população que está em casa pode participar deste debate, acompanhando a audiência pública pelo canal TV Senado no YouTube, enviando perguntas ou comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo também pelo Portal e-Cidadania, no endereço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

www.senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800-612211. Já temos algumas perguntas feitas aqui pelos internautas. Espero que o fôlego tenha sido suficiente.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Eu já caminho para o final. A manifestação apressada serve também para abrir o debate, Senador, e também porque a gente chega àquele momento do almoço, quando nossa capacidade cognitiva resta um tanto prejudicada na medida em que a fome começa a aumentar.

Recentemente, Senador, a gente entregou em mãos ao Presidente do Congresso Nacional, nosso Presidente Davi Alcolumbre, uma carta ao Congresso Nacional mencionando algumas iniciativas legislativas que são importantes para efetivamente termos um arcabouço legal que possa ir ao encontro do desenvolvimento das telecomunicações brasileiras. Eu destaquei aqui nesse eslaide alguns deles: 1) alteração no regime de concessões da telefonia fixa, entre outras providências relacionadas no PLC 79, de 2016, que reputo como a principal reforma microeconômica desde a desestatização do setor de telecomunicações ocorrida no final da década de 90.

A Lei Geral de Telecomunicações é uma lei principiológica, como deve ser uma lei aplicada a um setor tão dinâmico quanto o setor de telecomunicações, mas, passados mais de 22 anos da sua promulgação, são necessários alguns ajustes, uma vez que ainda a telefonia fixa é o centro da política pública, de acordo com a lei. Nós precisamos deslocar o centro da política pública da telefonia fixa para a banda larga. O que esse projeto permite é deslocar investimentos e ônus que são hoje alocados à concessão da telefonia fixa para efetivamente obrigações de fazer relacionadas à capacidade de transmissão de dados em alta velocidade, leia-se, banda larga.

Efetivamente há muita inquietação sobre alguns pontos desse projeto. Entendo que muita falácia orbitou esse projeto, houve muita desinformação em torno dele, mas o importante é estarmos aqui sempre à disposição dessa comissão para trazer maiores esclarecimentos sobre ele.

Falou-se numa suposta entrega de patrimônio. Na verdade, não se trata de nada disso, Senador. Quando houve a desestatização do setor, realizada em 1997, o que nós tivemos? Diferentemente de outros setores de infraestrutura que têm uma concessão de um bem, ou seja, têm uma estrada, eu lícito a exploração daquela estrada, daquele bem e, ao final daquela concessão, retomo aquele bem, a estrada. No setor de comunicações, de telecomunicações, nós não temos uma concessão de um bem; nós temos a concessão de um serviço, qual seja a telefonia fixa, basta olhar a cláusula 1.1 do contrato de concessão. O objeto do contrato de concessão é a exploração do serviço de telefone fixo comutado, telefonia fixa, em regime público. E por que é assim? Porque quando da desestatização, não foi propriamente uma privatização, o que foi objeto daquela desestatização? Foi a participação acionária que detinha a União numa sociedade de economia mista, qual seja a Telebras. Tinha a União 19% da participação e, com esses 19%, o controle daquela sociedade de economia mista. Então, o que foi objeto daquele processo? O controle dessa participação, desses 19%. Hoje a União, por exemplo, da Petrobras, tem 51%, salvo melhor juízo, salvo engano.

Àquela época, então, este foi o objeto da desestatização: esse controle acionário, não foi uma lista de bens. Mas, à medida que foi esse o objeto, com o passar dos anos, algumas infraestruturas de rede que serviam para a exploração apenas do objeto material da concessão, como eu disse, a exploração do serviço de telefonia fixa, com aprimoramentos ópticos nas redes, sobretudo nas pontas das redes, passaram a suportar a prestação de outros serviços, notadamente da banda larga fixa e móvel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós queremos aqui neste caso, Senadores, é transferir efetivamente ônus que hoje existe na exploração e concessão da telefonia fixa para compromisso de investimentos, observando a redução das desigualdades regionais, considerando, como eu disse, o impacto da banda larga sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico. Aliás, há estudos do Banco Mundial, ainda de 2019, que mostram que cada 10% da penetração da banda larga gera, em média, aumento do PIB em 1% e esse efeito é maior nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Nesse sentido, dou como exemplo que, entre 2015 e 2018, em obrigações de manutenção de orelhões, foram alocados R\$1,1 bilhão. E esse valor já se perdeu, é um dinheiro que já derreteu. Imaginem este valor, R\$1,1 bilhão, destinado para banda larga móvel e fixa nas áreas mais carentes de infraestrutura no Brasil! Imaginem o impacto disso decorrente justamente desses estudos de causalidade entre penetração de banda larga e crescimento econômico! É disso que nós estamos tratando nesse projeto: deslocar, como eu disse, ônus vinculados à concessão da telefonia fixa para a autorização da banda larga.

Existem outras questões que também permeiam esse projeto, como o direito de uso de espectro, por exemplo. Hoje não existe mercado secundário de espectro. Então, uma empresa que tem direito de uso de uma radiofrequência, por exemplo, a Vale, se quiser explorar um polígono muito bem definido, utilizar aquela radiofrequência, a detentora do uso da radiofrequência não pode vender para a Vale esse direito naquele polígono, ou seja, não existe esse mercado secundário de espectro. Isso é ruim porque o mercado ajuda na locação eficiente dos recursos, que são escassos. Então, nesse sentido, nós também queremos endereçar questões relativas ao espectro.

Há também a possibilidade de uma renovação de direito de uso de radiofrequência, mas não é um direito adquirido das empresas, é uma faculdade do poder concedente. Hoje essa renovação pode ocorrer apenas uma vez, mas recentemente, inclusive, num caso, a Anatel não deu essa prorrogação por uma única vez por um prazo requerido, num pedido da Claro recentemente apresentado à agência.

Então, o que esse projeto permite é fazer renovações sucessivas, o que vai importar inclusive maior valorização do espectro, até daquele espectro que nós vamos licitar no ano que vem. Nesse sentido, eu julgo importante, porque traz ao poder concedente uma opção. Creio, com a experiência dos Senadores, que ter opção para melhor endereçar o interesse público é, em geral, algo positivo.

Esse projeto de lei aqui eu não vou esgotar, aliás, nem deveria, porque está sob a relatoria da Senadora Daniella e eu não quero aqui, evidentemente, gerar qualquer tipo de distúrbio na relatoria da Senadora, mas quero afirmar o apoio da Agência Nacional de Telecomunicações a esse projeto.

Nós também colocamos nessa carta a importância da revisão da lei do Fust. O Fust, Senadores, a principal receita dele é de 1% sobre a receita operacional bruta de todas as empresas de serviços de telecomunicações, tirando PIS, Cofins, ICMS, o que é praticamente a receita operacional líquida. O Fust tem dois problemas: primeiro, hoje novamente ele só pode ser aplicado no objeto material da concessão, qual seja telefonia fixa. É preciso mudar a lei do Fust para permitir que ele seja aplicado também para banda larga fixa e móvel, que é o grande objeto de desejo da sociedade nos dias atuais.

Além disso, há um contingenciamento muito grande do Fust. Vejam os senhores que, desde 2001, foram arrecadados praticamente R\$21 bilhões no Fust. Se nós atualizarmos esse valor por um índice, seja IGP ou IPCA, será aproximadamente da ordem de R\$33 bilhões. O que foi aplicado no setor de telecomunicações? Zero, absolutamente nada. Quando nós olhamos para outros países, como Estados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos – esses dias conversava com um dos conselheiros da agência correspondente nos Estados Unidos –, são bilhões de dólares investidos todo ano nas áreas que não têm atratividade econômico-financeira, falando dos Estados Unidos, um país que tem uma infraestrutura mais robusta em termos de telecomunicações que o Brasil.

Nesse sentido, é preciso que essa discussão, aqui no Congresso Nacional, seja destravada. Portanto, como eu disse, a nossa missão não se cumpre sozinha; é preciso o apoio do Legislativo.

Temos também um projeto, permita-me a liberdade, Senador Chico, o Projeto 349, que trata de dois aspectos em especial. Senhores, sobre cada *chip* que tem esse celular incidem duas taxas que compõem o chamado Fistel (Fundo para Fiscalização das Telecomunicações): a taxa de fiscalização de instalação, de R\$26,80, e, metade disso, R\$13,40, de taxa de fiscalização de funcionamento. Então, quando o senhor compra um novo celular com *chip* novo, já paga, a prestadora recolhe, a Anatel tem essa competência tributária, R\$26,80 – quem paga, no final, é sempre o consumidor e, todo ano, metade disso.

Ocorre que, para a banda larga satelital, essa taxa, em vez de ser de R\$26, aplicada sobre as anteninhas, que são do tamanho de uma *pizza* brotinho, cuja instalação é muito fácil – você a direciona para a visada correta do satélite –, é de R\$200 e de metade disso, R\$100, por ano. Por que eu falo sobre isso? Porque, com a chamada banda Ka, as soluções tecnológicas via satélite, em termos de provimento de banda larga fixa, melhoraram bastante. Hoje em dia, existem empresas no Brasil, como a Hughes, a EchoStar e a Yahsat, que já proporcionam uma banda larga via satélite de 25Mbps, por exemplo, ou seja, é uma banda larga bastante robusta, comparada, inclusive, com a média existente, e que não tem as mesmas intempéries da banda Ku em termos de chuva, de instabilidade, etc. Mas esse valor dessa taxa é um inibidor para a propagação desse serviço da banda larga via satelital.

O que nós mostramos? O que nós mostramos foi um estudo econométrico muito simples. Eu sou economista de formação. É uma regressão em dois estágios, em que nós mostramos que, se reduzirmos o valor do Fistel de R\$200 para R\$26,80 e de R\$100 para R\$13,40, isso gerará, na verdade, um ganho de arrecadação, em dez anos, de R\$2 bilhões. E, mesmo no Fistel, nessas taxas, há um ganho de R\$59 milhões. A maior parte do ganho é de ICMS. O Ipea, inclusive, publicou o nosso estudo no Boletim Radar. E digamos que nós temos bastante confiança nos resultados que nós mostramos ali. Já conversamos, inclusive, com o Ministério da Economia sobre esse projeto, sobre a importância dele, porque a banda larga satelital é uma alternativa importante, sobretudo considerando um País em que 85% da população brasileira residem em 1% do Território nacional. Então, como alcançar esses outros 15%, que vivem em regiões cuja densidade demográfica é muito baixa?

Além dessa questão, temos também a diminuição ou, na verdade, a aplicação zero dessa taxa, desse Fistel, sobre a Internet das Coisas. A Internet das Coisas significará um impulso muito grande para a própria quarta revolução industrial. O próprio agrobusiness no Brasil, que representa 23% do PIB, vai contar com bastante Internet das Coisas, na medida em que a produção, Senador, contará com sensores que vão dizer o tempo certo do plantio, o tempo certo da colheita. Então, esses sensores não vão ter uma receita por sensor alta, mas, se forem aplicadas essas taxas sobre esses sensores, esse ecossistema e essas sinalizações positivas da chamada Internet das Coisas não prevalecerão no setor.

Eu quero registrar aqui a presença do Conselheiro Emmanoel Campelo, integrante também do Conselho Diretor da Anatel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Conselheiro Emmanoel.

Por fim, já terminando, Senador, é importante também dizer que nós colocamos essa carta à reflexão do legislador democrático quanto à revisão das limitações ao controle cruzado entre prestadores de serviços de telecomunicações e as empresas produtoras e programadoras de conteúdo. É o art. 5º especificamente da Lei do SeAC. E digo isso porque, Senadores, esse artigo, a meu ver, é anacrônico, porque ele vai de encontro à convergência digital que se vislumbra no ecossistema digital na medida em que, por exemplo, Senador, uma empresa de telecomunicações estrangeira está produzindo conteúdo para toda a América Latina, contratando talentos, contratando artistas, mas não pode fazer essa produção no Brasil porque existe essa, como alguns dizem, reserva de mercado – prefiro não utilizar esse termo –, porque existe essa limitação de produção de conteúdo. Essa integração vertical na cadeia de valor entre quem distribui e quem produz conteúdo não é ruim, mas, pelo contrário, significa maior inovação, significa modelos de negócios que geram maior opção para os consumidores. Portanto, a discussão desse item é importante, que essa reflexão seja realizada no âmbito do Legislativo.

Eu encerro minhas palavras, Senador Wellington, nosso Presidente, novamente falando da importância das telecomunicações inclusive para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável apontados pela ONU.

Hoje, todo Prefeito gosta de falar de cidades inteligentes, mas, para que haja cidades inteligentes, é preciso que haja conectividade. E, para que haja conectividade, é necessário haver infraestrutura de telecomunicações. Como eu disse, há uma relação direta entre penetração de banda larga e crescimento econômico, que, para além disso, significa desenvolvimento econômico na medida em que nós temos cada vez mais educação a distância, com bons professores. Como eu disse, 23% do nosso PIB estão no agronegócio, e isso significa uma série de oportunidades para a diminuição do custo de insumos, que, muitas vezes, representa 70% dos custos dos produtores. Isso significa, então, aumento de produtividade também na indústria, na quarta revolução industrial, e também na saúde.

Com as bandas milimétricas, Senador Wellington, nós poderemos ter uma latência mais baixa. Como eu explicava, com um menor atraso entre a conexão dos pacotes, será possível, muito em breve, realizar cirurgias remotas com robôs. Isso vai significar a possibilidade de se operar com qualquer especialista em qualquer lugar do mundo. É disso que nós estamos falando, desse serviço que é tão dinâmico. E, por óbvio, a leitura sobre a sua infraestrutura não pode ser vista com as mesmas lentes de outros setores de infraestrutura regulada.

Eu encerro minhas palavras, dizendo aqui, Senador, que nós estamos sempre à disposição quando formos demandados para debater os temas que nos são afetos.

Desde já, agradeço esta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Nós lhe agradecemos inicialmente.

Queremos registrar a presença aqui de Emmanoel Campelo, Conselheiro da Anatel, como já foi dito aqui pelo Leonardo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão aqui inscritos cinco Senadores. O primeiro é o Senador Nelsinho Trad. Depois, vem o Senador Jean Paul Prates, que saiu; o Senador Eduardo Gomes; o Senador Jayme Campos e o Senador Chico Rodrigues.

Então, o Senador Nelsinho Trad tem a palavra.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar convidado.) – Primeiramente, eu queria parabenizar o Senador Wellington Fagundes, que leva esses cumprimentos ao Senador Marcos Rogério, Presidente da CI.

Quero agradecer a presença do Leonardo, Presidente do Conselho Diretor da Anatel.

Eu participei, agora há pouco, da abertura de um evento dos Vereadores do Brasil e estava acompanhado do Vereador Cesar, de Jardim. Eu falei que V. Sa. estaria aqui prestando esclarecimentos. Falei: "Tenho uma pergunta para fazer para ele a respeito da expansão da banda 4G, internet rápida, no nosso Estado, o Mato Grosso do Sul". Ao comentar esse assunto, ele falou: "Eu quero ir lá para poder ouvir a resposta do Presidente da Anatel". Realmente, o nosso Estado é um Estado territorialmente grande, e, em inúmeros lugares, você não consegue sinal de internet. Com isso, hoje em dia, você está excluído, você acaba ficando excluído dos acontecimentos do mundo, da sociedade como um todo.

Aí eu pergunto: de que modo é possível solucionar essa questão para garantir cobertura de serviço de telecomunicações mesmo em áreas remotas ou pouco povoadas, como ocorre em nosso Estado, Mato Grosso do Sul, e também em outras regiões do Brasil?

Dessa sorte, a gente espera que essa situação possa ser resolvida, a fim de dotar essas comunidades de condições de inclusão na atual fase de comunicação que estamos vivendo em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar convidado.) – Presidente, Senador Chico Rodrigues, nosso aniversariante de hoje; Presidente Leonardo Euler de Moraes, da nossa Anatel; todos os funcionários e colaboradores, membros da agência nacional presentes nesta audiência; assessores; Senadores e Senadoras, faço ao expositor, em vez de uma pergunta, já que a exposição foi muito clara – praticamente as perguntas que nós tínhamos aqui estão encaixadas diretamente na exposição –, duas observações.

Eu pude, ainda no período de três mandatos como Deputado Federal, presidir, por indicação do meu partido, a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados. Sem dúvida, parece-me que algumas coisas, nesses anos todos, de 2010 para cá, repetem-se: a falta de clareza com relação à utilização do Fust, à sua finalidade. O Fust é um recurso que todo mundo quer, mas que ninguém usa, porque há realmente um mistério em torno disso.

Eu quero dizer que me sinto bastante confiante no Governo do Presidente Jair Bolsonaro, porque, em algumas matérias, em algumas áreas, eu sinto que, realmente, o Presidente da República hoje é o líder de um Governo que vai se abrir para as discussões de maneira mais objetiva, menos ideológica e mais prática.

Por isso, tomei a liberdade de apresentar um projeto de indicação – nem todas as agências têm a mesma sorte da Anatel –, preservando, num quinto das indicações para a composição de diretoria e de mandato, a vaga para os funcionários de carreira da agência reguladora, na composição das agências





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reguladoras. Isso visa a temperar as agências com aquilo que deveria ser a sua essência, que é a independência financeira e administrativa.

Há uma discussão sobre o direito regulatório no País e sobre a atuação das agências reguladoras, que é uma coisa muito estranha. O Governo, por via de regra, exerce mais interferência do que devia e depois não consegue alcançar os resultados que pretende, porque ninguém assina contrato com fragilidades, ninguém faz investimento sem regras claras. Então, na verdade, quando o Presidente Marcos Rogério solicita as audiências por lei para a prestação de contas das agências reguladoras, quando esta Casa debate nas várias Comissões afins o papel das agências reguladoras, ainda fica aquela impressão, Sr. Presidente, de construção do marco regulatório, de fortalecimento.

Então, eu me sinto hoje, depois desses 70 dias deste novo mandato no Senado, otimista, porque entendo que o Governo do Presidente Jair Bolsonaro terá menos preconceito e mais praticidade para lidar com as necessidades de um marco regulatório forte e até com os equívocos de determinadas agências quando extrapolam essa função.

Mas, por via de regra, o nosso problema continua sendo recurso e independência. Você cria uma agência para ser independente, para regular o setor e para fortalecer o marco regulatório, e o que acontece é que o ambiente que se segue, muitas vezes, não é esse, porque há influência política demais e falta de conhecimento daquilo para que a agência foi criada.

Então, as minhas duas perguntas são, primeiro, sobre a lenda do Fust, sobre os R\$30 bilhões, sobre o risco quando há solicitação indevida do uso do fundo. Quando se vai discutir comunicação, infraestrutura de comunicação e TI, aí se pode mandar dinheiro para esporte, para caminhoneiro, para uma série de coisas. Então, com essa nova interpretação, haverá o acompanhamento real da utilização do Fust?

O que também me deixa muito em sintonia com o que disse o Presidente da Anatel é essa realidade prática dos pequenos provedores no País, o quanto eles são importantes neste momento e o tipo de condições de melhor serviço e de melhor trabalho que a Anatel tem feito. Esta é outra coisa também com que a gente tem uma preocupação muito grande: os rincões brasileiros, os menores Municípios, as comunidades isoladas, que deveriam ser atendidos de alguma maneira por aqueles agentes da época da privatização, acabam sendo atendidos pela necessidade de mercado e pela disposição desses brasileiros, dos pequenos provedores, de servir a essa população. A minha preocupação é que não haja um programa específico de ambiente de investimento nessa área, para que, depois, assim como em vários setores da economia, esses pequenos provedores não sejam atropelados pela realidade financeira de quem está esperando eles desbravarem a Amazônia, os pequenos Municípios, as comunidades isoladas, e depois venham a ter algum tipo de concorrência desleal com o serviço que, neste momento, tem ajudado muito o interior do País.

Então, essa é a minha participação, parabenizando o nosso Presidente e pedindo que as agências, não só a Anatel, mas também as outras agências reguladoras, aproveitem o momento em que estamos sob um Governo de um Presidente da República que, diferentemente do que as pessoas imaginam... Eu me lembro que, há duas semanas, houve uma coisa que é inédita no País. Deixar de discutir a PEC 61, como o Governo e o Presidente Bolsonaro, em sintonia com os Municípios brasileiros... Deixaram tramitar, isso tramitou sem uma discussão, sem o Governo tomar para si o assunto. Só num Governo eleito, como foi o Governo dele, existe esse ambiente. Então, diferentemente do que as pessoas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensam, tenho a certeza absoluta de que o Presidente Jair Bolsonaro lidera hoje um Governo capaz de discutir o verdadeiro papel das agências reguladoras para o fortalecimento da economia brasileira e dos serviços da economia brasileira para o cidadão.

É esse o quadro que eu gostaria de passar.

Quero parabenizá-lo e pedir a atenção com relação a esses pequenos provedores, que estão atendendo muito bem o País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes; Sr. Presidente da Anatel, Dr. Leonardo, que se soma aos demais diretores da Anatel aqui; colegas Senadores, serei muito rápido, até pelo tardar da hora. Eu sei o compromisso que V. Exa., meu caro Presidente Wellington Fagundes, tem daqui para uma hora, e já está chegando o horário. De qualquer forma eu queria fazer apenas uma indagação ou duas, se possível, aqui.

Eu queria fazer um comentário em relação aos provedores, aos pequenos provedores, que são muito oportunos. Eu acho que só assim nós vamos resolver o problema da banda larga, da internet no Brasil. Evidentemente, nós temos dificuldade até por uma questão de legislação, porque os grandes vão lá, Senador Eduardo, e comem os pequenos, como aconteceu em relação à maioria absoluta das plantas frigoríficas aqui no Brasil. Estou fazendo só um comparativo, porque também é uma atividade comercial. O caro amigo Nelsinho lembra muito bem. Quebrou a maioria das 740 pequenas plantas que havia no Brasil; 95% literalmente foram compradas, foram encampadas. Na medida em que chega o grande, com bastante caixa, sobretudo muitas vezes financiado com dinheiro do BNDES, dinheiro do Banco do Brasil, dinheiro dos fundos, ele bota para correr os pequenos. Quem perde com isso é a população, sobretudo, a sociedade, que muitas vezes fica à mercê dos grandes, dos bacanas, dos tubarões e dos barões, não é?

Sr. Presidente, de acordo com os dados do Procon do Estado do Mato Grosso, no primeiro semestre de 2018 foram registrados 6.009 reclamações, mediante a plataforma www.consumidor.gov.br, sendo a área de telecomunicações a que teve mais demanda, com 2.392 registros, ou seja, 39,8% das queixas. Quando se considera o atendimento presencial, das dez empresas com maior número de reclamações, cinco são operadoras de telefonia e de televisão por assinatura. Sobre esse cenário, fazemos a seguinte pergunta a V. Sa.: primeiro, como garantir uma melhor qualidade para os consumidores dos serviços de telecomunicações, que pagam tão caro para usufruí-los? Segundo: qual o atual orçamento da Anatel para fiscalizar os serviços prestados pela empresa? Esse montante é satisfatório ou não é satisfatório?

Outra questão, objetivando. A Anatel tem defendido de forma veemente a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2016, em tramitação nesta Casa, que, entre outras medidas, permite a conversão das obrigações da concessionária de telefonia fixa em valor econômico a ser investido em redes de banda larga. Quanto ao PLC 79, de 2016, Sr. Presidente da Anatel, fazemos a seguinte pergunta ao senhor: qual o valor econômico estimado para a conversão dos ônus da concessão em compromissos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de investimentos em banda larga? Dois: V. Sa. não considera ser uma informação imprescindível para a deliberação desse projeto aqui no Senado Federal?

É isso que eu perguntaria a V. Sa. e que espero seja respondido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como eu acho que a posição aqui é um pouco análoga à do Senador Jayme Campos, eu queria também ler aqui duas colocações sobre o PLC 79.

Qual a efetiva capacidade de a Anatel fazer cumprir os compromissos de investimento assumidos pela empresa de telefonia fixa na liberação do regime de concessão para o regime de autorização?

Com a mudança do regime de concessão para o regime de autorização, qual a perspectiva de melhora para o setor de telecomunicações?

Ainda temos aqui algumas perguntas dos internautas. Todos que desejarem podem participar deste evento.

A pergunta é da Viviane Simões, lá de Rondônia: "Infelizmente os serviços prestados pela agência são pouco divulgados, e o cidadão não tem acesso claro para a solicitação de seus direitos".

Do César Augusto, de São Paulo: "Como a Anatel fiscaliza as operadoras?"

Do Leandro Alves, do Distrito Federal: "Visto que os diretores da Anatel são todos vindos das próprias operadoras, ou a maioria, como essa agência vai defender o consumidor? Ela defende só as operadoras".

De José Paulo, de São Paulo: "A banda larga no Brasil é uma das piores e mais caras do mundo. Gostaria de saber o que a Anatel tem feito para melhorar a oferta".

E, ainda, de Urubatan Silva, do Distrito Federal: "A participação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com a Anatel em busca de melhorias na regulação das telecomunicações está bem atuante e presente?" – isso veio como pergunta – "Faltam mais coisas?". A primeira eu não sei se era uma afirmação, mas de qualquer forma está aqui como pergunta. Repito: "A participação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações com a Anatel em busca de melhorias na regulação das telecomunicações está bem atuante e presente? Faltam mais coisas?"

Para finalizar, então, o Senador Chico Rodrigues, aniversariante do dia.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar convidado.) – Obrigado, meu Presidente, Senador Wellington Fagundes, meu caro Leonardo Euler de Moraes, que hoje tem a honra de presidir o Conselho Diretor da Anatel...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como é aniversário do Senador Chico, em homenagem a ele – eu estou sendo comunicado –, quando ele começou, a TV Senado o colocou ao vivo.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito bem. Eu agradeço aí...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Que prestígio!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Prestígio do nosso Presidente Wellington Fagundes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de cumprimentá-lo – inclusive com a presença do seu pai aqui hoje, o meu amigo ex-Deputado Euler, que marcou sua passagem de uma forma grandiosa na Câmara dos Deputados, quando lá fomos colegas na década passada – e de dizer que a sua apresentação tem uma precisão cirúrgica nas relações que apresenta do desempenho da Anatel, mostrando inclusive, de uma forma muito clara, os gargalos que impedem uma ação mais operosa da agência.

Obviamente, as perguntas que foram já dirigidas pontuam, de uma forma muito expressiva, os questionamentos de cada um dos Parlamentares que me antecederam. Eu gostaria apenas de, complementando o rol de perguntas, fazer a seguinte indagação: qual a importância dos satélites para levar a banda larga para as regiões mais remotas do País, para que possamos superar essa exclusão das classes menos favorecidas?

Outra pergunta que talvez esteja no cotidiano das pessoas, de todos nós, é em relação a como a Anatel pretende diminuir o incômodo no *telemarketing*, que praticamente nos incomoda 24h por dia. De início, era somente no período diurno, agora adentra pelas madrugadas, e é um...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pois é. Então, é um questionamento amplo, e tenho certeza de que a Anatel deve estar trabalhando já em como regulamentar esse uso do *telemarketing*.

Também em relação especificamente ao nosso Estado, eu gostaria de saber, em relação ao Estado de Roraima, sobre o quesito de como melhorar a banda larga e a fibra ótica. Por ser o Estado mais setentrional do País e ter dificuldades nas conexões, principalmente de banda larga, nós não temos redundância. Então, sistematicamente, todo o sistema de telefonia celular fica cinco, seis vezes por mês, uma, duas, três horas fora do ar, exatamente porque não temos redundância. Então, quais são as ações que a agência está trabalhando para que nós possamos, na verdade, integrar definitivamente o nosso Estado?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Já partindo aqui para a resposta, eu gostaria de fazer uma indagação sobre a questão da subutilização das redes, porque a gente percebe, no caso nosso, lá do Mato Grosso, o que ocorre na 161. No entorno da BR-161 foram construídas duas redes de fibra ótica, e a gente não consegue ver a utilização dessas fibras. Isso é recurso também do País. Se são duas concessionárias, haveria necessidade... Aliás, parece-me que há até uma terceira possibilidade de uma rede de fibra ótica, em função de que a concessionária é obrigada a fazer, a concessionária da rodovia, e também a concessionária de telecomunicações. Isso não podia ser compartilhado obrigatoriamente – obrigatoriamente – para que investimentos... Por que fazer dois aqui, se há necessidade de expandir mais para o País? Então, eu gostaria de saber se essa subutilização realmente é constatada pela Anatel e se há alguma regra nesse sentido.

Há outro aspecto que eu gostaria que fosse mais esclarecido. Esses recursos que estão previstos... V. Sa. disse aqui que só nos orelhões foi gasto, em 2016, 1,015 bilhão...

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS *(Fora do microfone.)* – De 2015 a 2018.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – De 2015 a 2018.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós vamos ter a certeza de que esses recursos serão investidos realmente para melhoria das bandas, enfim, da chegada do serviço ao usuário em comunidades mais distantes?

Quanto à arrecadação também, foi falado aqui do Fust, que é o maior volume de arrecadação e que nunca foi devolvido. Que outros tipos de arrecadação também a Anatel tem? E esses recursos não ficam para ela poder fazer a fiscalização adequada. Eu já tive oportunidade de conversar com vários diretores, em outros momentos, e até a contratação de servidor para fazer essa fiscalização, nós temos a regra, as dificuldades para fazer. Poderia ser feito isso em convênios com prefeituras, com o Estado ou com serviços terceirizados, para que pudesse ser feita essa fiscalização ou para melhorar ainda a fiscalização dos serviços?

E aí não só, por exemplo, no caso de rádios piratas, que é outro aspecto de que praticamente não se falou aqui. Não sei se o objetivo também não era abordar esse aspecto, mas infelizmente no Brasil nós temos uma situação de que, em muitas cidades, a comunidade dispõe de apenas uma rádio lá para promover a comunicação. O governo pode fazer a licitação, mas nem isso... A morosidade do governo é muito grande. Então, muitas localidades são privadas porque não têm uma licitação feita. E isso poderia gerar emprego, poderia gerar inclusive renda para o próprio governo. Como a Anatel vê isso? É claro que isso é função do Ministério das Comunicações, mas quem cria os canais... Isso eu gostaria que fosse melhor explicado também, o papel da Anatel na radiodifusão, não querendo estender-me muito.

É claro que a gente teria muitas outras perguntas para fazer aqui. Por isso, eu acho que é sempre importante registrar o papel da Anatel, como toda agência, de estar acessível para que não só os Senadores como todos aqueles que representam a população possam ter também essas informações, dada a complexidade que tem, claro, todo o sistema sob a jurisdição da Anatel.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Eu queria agradecer a todos os Senadores e todos os questionamentos, inclusive os que foram enviados pela internet.

O Senador Nelsinho Trad questionou sobre a expansão da banda larga 4G no Mato Grosso do Sul. Primeiramente, eu queria concordar com o Senador quando ele utiliza o termo "exclusão", porque de fato é isso que significa. Não chegar a banda larga significa uma exclusão. Não há como a gente falar mais de inclusão social desassociada de inclusão digital.

Eu não me recordo do nome do Vereador aqui presente...

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Cesar, Vereador lá de Jardim.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Obrigado ao Vereador Cesar.

Nós temos algumas opções para levar o serviço móvel pessoal, a telefonia móvel celular para essas áreas.

Uma delas são os editais de licitação colocando compromissos de investimentos nessas áreas. Ainda que elas não tenham viabilidade econômico-financeira, você estabelece esse compromisso de investimento como uma contrapartida pelo direito de uso da radiofrequência em outros lugares.

Outra possibilidade também que nós estamos trabalhando, Senador, que foi inaugurada na agência este ano, é a utilização de obrigação de fazer. O que significa isso? Como foi dito, em um processo sancionatório, em vez de se multar uma empresa com uma multa pecuniária, nós importamos uma ação de uma obrigação de fazer, ou seja, você terá que levar o acesso móvel pessoal àquele distrito não sede que hoje você não alcança, e não o alcança porque não há viabilidade para tal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra, a terceira opção que nós temos trabalhado ainda, são os chamados termos de ajustamento de conduta, os TACs, uma figura bastante utilizada em outros setores.

No setor de telecomunicações, ainda não conseguimos inaugurar, mas, nesse caso, é um processo negociado com uma empresa, em que se suspende o processo sancionatório, corrige-se a infração – esse é o cerne de qualquer TAC –, e, na sequência, a gente exige compromissos adicionais, que são compromissos de investimento. Mas, digamos assim, as duas principais formas de fazer isso são: primeiro, eu entendo que a mudança – eu vou falar daqui a pouco mais, foi perguntado, salvo engano, por alguém da internet, do PL 79 – vai destravar recursos para isso, para levarmos a infraestrutura de banda larga móvel a esses lugares mais remotos e também destravar a legislação do Fust. Como eu disse, o Fust hoje – já entrando um pouco na pergunta do Senador Eduardo Gomes – tem sido utilizado basicamente para superávit primário; um saldo, portanto, contábil, esses R\$21 bilhões, não corrigidos. E é preciso que nós consigamos reverter a aplicação, direcionar, destravar o Fust e direcionar os recursos do Fust para aquilo que evidentemente importa.

São as alternativas que nós estamos, portanto, trabalhando. E, no próximo edital de radiofrequência, que, como eu disse, vai envolver um conjunto de *box* de radiofrequência bastante variado: a faixa de 700MHz com um bloco de 10 mais 10MHz, a faixa de 2,3GHz com bloco de 100MHz, e a faixa de 3,5GHz também com bloco 300GHz. Nessas faixas a gente pretende também colocar obrigações de cobertura, de modo a alcançar esses distritos não sede.

Passando para a pergunta já do Senador Eduardo Gomes, fora a questão do Fust, porque eu já comentei, nós, Senador, temos também trabalhado na Anatel em nos posicionar institucionalmente sobre a legislação do Fust. É importante que essa legislação também possa garantir recursos para os prestadores de pequeno porte poder ter algum tipo de financiamento. Nesse sentido, temos trabalhado nesse tipo de proposta, e evidentemente vai passar essa discussão pelo Congresso.

O Senador Eduardo Gomes também disse aqui do papel das agências, e eu queria agradecer-lhe por essa manifestação. Ele coloca o projeto de lei que foi proposto, e evidentemente a autonomia das agências reguladoras é extremamente importante para, como eu disse, atração de investimento. O Estado regulador no Brasil é muito incipiente, é muito novo, tem ainda pouco mais de duas décadas, mas nós acreditamos que não há atração de investimento que não passe por um Estado regulador efetivamente fortificado.

Na sequência, já passo para a pergunta também dos prestadores do pequeno porte. Como eu disse, a Anatel tem trabalhado para tirar toda a carga regulatória, todo o ônus regulatório desses prestadores, porque nós queremos que eles cresçam. E geralmente esses pequenos prestadores têm excelente atendimento aos seus consumidores, até mesmo porque são menos consumidores, não são milhões e milhões, e é mais fácil conseguir atender os seus consumidores de uma forma mais personalizada.

E nós também estamos, Senadores, indo ao encontro, saindo do gabinete, de alguns secretários de fazenda, alguns Governadores para falar do Convênio nº 19, de 18, do Confaz, que permite a redução de ICMS para esses pequenos prestadores em até 75%.

Nós entendemos que, para além inclusive de promover a maior difusão da infraestrutura de banda larga... E esses prestadores de pequeno porte têm muita capacidade em fazer com eficiência essas redes de acesso, a grande dificuldade de barreira que eles têm são as redes de transporte. Mas nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos ido ao encontro dos secretários de fazenda para falar da importância de aderir a esse convênio, não apenas porque isso vai importar, como eu disse, a expansão da banda larga, mas também porque isso pode gerar até mesmo maior *compliance* tributário desses prestadores de pequeno porte. Portanto, nós entendemos que é uma solução muito positiva.

O Senador Jayme Campos também falou aqui das reclamações no sentido de garantir uma maior qualidade. De fato, recentemente foi divulgada a pesquisa de satisfação, há menos de um mês, na semana do Dia Mundial do Consumidor. E nós tivemos mais de 100 mil brasileiros e brasileiras ouvidos nas 27 unidades da Federação, para saber exatamente o que eles pensam, o que eles sentem sobre os serviços de telecomunicações. O que nós percebemos é que, em 2015, enquanto eram registradas 4,1 milhões de reclamações, nos canais de atendimento da Anatel, isso reduziu para 2,94 milhões de reclamações. Mas é um número ainda bastante alto. Mas se compararmos com o volume de reclamações dos PROCONs ou mesmo na Senacom, as reclamações atinentes aos serviços de telecomunicações têm caído, mas são as mais altas, porque evidentemente o próprio nome técnico eu acho que ele é feliz, é Serviço Móvel Pessoal, é pessoal, não é como energia elétrica, não é como outro serviço. Então, se a sua interação com esse serviço é muito constante... Aliás, há pesquisas que indicam que as pessoas estão dispostas até a ficarem sem tomar banho para ficarem conectadas, se tiverem que escolher uma das duas opções. E há outros casos interessantes também.

Nesse sentido, apesar do decréscimo desse volume de reclamações, é preciso reconhecer que há muito o que ser melhorado, sobretudo no que tange ao atendimento proporcionado pelas prestadoras e à capacidade delas em atenderem às demandas. Então, o recado dessa pesquisa que a gente fez ampla é muito claro. O recado do consumidor é: nós queremos gastar menos tempo no telefone quando precisarmos resolver algum problema e nós queremos ter a possibilidade de fazer cancelamentos de uma maneira mais fácil. E é aquele diagnóstico que nós temos. Como eu dizia, o que nós temos falado com as prestadoras, inclusive, com todos quando houve uma reunião conjunta, é o seguinte: clama-se muito no setor para uma menor carga regulatória. Então, se o setor quer isso, é preciso que o setor dê o primeiro passo às empresas no sentido de propiciar aos seus clientes ferramentas fáceis de interação e de não apenas *upgrade* de planos, mas de dar um *grade* também, ou cancelamento, nesse sentido.

E essa é a razão também pela qual, Senador, nós estamos agora promovendo... Este ano nós vamos nos estruturar para que no ano que vem nós tenhamos um *ranking* de qualidade e de satisfação dos consumidores. E nesse sentido nós queremos dar um selo na Anatel, por Município, para dizer quem é o melhor prestador e qual o melhor atendimento entre os grandes. A gente espera que com isso a gente gere um incentivo positivo para que haja uma competição não apenas por preço, mas também uma competição por qualidade. Recentemente, nós fizemos o primeiro *ranking* para acessibilidade, aliás, na semana passada, e tivemos a honra de contar, inclusive, com a Primeira-Dama lá presente, a Sra. Michelle Bolsonaro. Também estava lá a Senadora Mara Gabrilli, que fez um discurso, estava o Senador Arolde, estava o Senador Vanderlan. Nesse sentido, foi feita a primeira solenidade para dizer qual era a operadora que tinha melhores práticas relacionadas à acessibilidade. Como eu disse, muitas vezes a Anatel está estabelecendo metas, abrindo processos sanatórios, esses processos transitam em julgado e são judicializados. Talvez essa forma, é preciso reconhecer, essa relação não atendeu ou não trouxe os resultados que dela se esperava. Nesse sentido, a gente tem pensado em novas formas de gerar os incentivos para a regulação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao valor econômico do 79, foi colocado numa informação imprescindível, justamente para que nós possamos aprovar. Eu sei que esse tema causa, de fato, uma grande, na melhor das hipóteses, curiosidade a seu respeito, sobre qual vai ser esse valor definido.

Primeiro, quero deixar muito claro que o valor é móvel no tempo. Então, quando eu dei aquele exemplo, entre 2015 e 2018, quatro anos, de que foi colocado R\$1,1 bilhão em orelhões, esse valor já derreteu. Se tivéssemos feito àquela época, esse valor seria computado, se houvesse essa migração, para esse saldo. Esse valor é móvel no tempo, porque, por exemplo, a cada biênio, as operadoras pagam 1% da sua receita operacional bruta da receita da concessão de telefonia fixa para a Anatel, e esse valor vem diminuindo, porque o preço diminui e o número de acessos diminui. Então, isso deixa de existir. Então, esse ônus deixa de existir e se reverte em investimentos. Então, esse número é móvel no tempo. Ele pode ser de R\$10 bilhões, pode ser de R\$20 bilhões ou, como já falaram, de R\$100 bilhões.

Agora, o fato é o seguinte: se o valor for 10 ou 100, Senador, o que importa é que toda metodologia de valoração e todos os cálculos vão passar pelo escrutínio do Tribunal de Contas da União, que é braço auxiliar desta Casa. Nesse sentido, toda essa precificação vai ser submetida a consulta pública antes pela Anatel e passar pelo crivo do Tribunal, de modo que, evidentemente, para que nós consigamos sair desse equilíbrio ruim...

E eu digo que esse é um PL do Estado brasileiro, primeiro, Senador, porque o PL foi proposto pelo Deputado Daniel Vilela em outubro de 2015. Perfeito. Em abril de 2016, o Decreto 1.455, uma portaria, melhor dizendo, do então Ministério das Comunicações, do então Ministro das Comunicações André Figueiredo, edita uma portaria que vai ao encontro do que propõe o PL nos termos da concessão por autorização. E o último decreto da Presidente Dilma, Brasil Inteligente, também vai ao encontro disso. Depois, nós conseguimos o apoio do Governo Temer e agora temos conversado com a equipe econômica, com o MCTIC, sobre esse projeto também, e tem manifestado apoio.

Agora, o que acontece, Senador? Como eu disse, por que é um PL do Estado? Porque, quando chegar a 2025, acaba ou dar-se-á o fim das concessões de telefonia fixa. Então, o que vai acontecer? Pela lei, o Estado brasileiro tem que continuar prestando o serviço de telefonia fixa. Então, eu acho muito difícil que, em 2025, nós consigamos encontrar um concessionário disposto a prestar a telefonia fixa.

Agora, se não conseguirmos encontrar esse concessionário, pela lei, o Estado brasileiro vai ter que prover diretamente. Aí, caberá saber como. Só que a gente vai ter que discutir aqui com os senhores o Ploa de 2024, em que vamos colocar uma rubrica de alguns bilhões de reais para o Estado prover diretamente serviços de telefonia fixa, fora eventuais indenizações que poderá ser necessário serem pagas pelas prestadoras, pela propriedade dos bens que são delas. Caso não seja assim, seria uma expropriação dos bens.

Nesse sentido, isso é uma bomba-relógio nas mãos do Estado. É o momento de se fazer essa reflexão. Se tivéssemos feito isso em 2010, Senador, esse volume, essa contrapartida de investimentos seria muito maior, e, a cada dia que nos aproximamos de 2025, isso é efetivamente um gelo derretendo.

Então, como eu disse, a sociedade brasileira tem perdido. Não é admissível pensar em R\$1,1 bilhão colocado em orelhões em quatro anos, de 2015, como exemplifiquei, a 2018, quando isso poderia ser destinado para banda larga, ou seja, banda larga fixa ou móvel. Não é admissível que a gente continue tendo uma série de ônus relacionados à telefonia fixa, quando nós poderíamos deslocar esses ônus para compromissos de investimento, de forma a reduzir as desigualdades regionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o que foi dito pelo Senador Chico, aniversariante, a importância do satélite.

Senador, obrigado, em primeiro lugar, pelo seu apoio em relação ao PL 349, pelo seu interesse em discutir a matéria. Obrigado por nos receber em seu gabinete, obrigado por entender a importância disso.

Com a banda Ka, a tecnologia satelital ganha maior expressão no bojo da cesta de tecnologias que podem promover a banda larga fixa. E, como eu disse, há soluções já disponíveis, aqui no Brasil, nos Estados Unidos e em vários outros países, que, por meio dessa anteninha satelital, a gente consegue promover 25Mbps. Então, imagina o senhor aquele posto de saúde lá na região de Roraima, afastado, que não tem qualquer alternativa de conectividade, apenas com um telefone fixo, ter uma banda larga com 25Mbps por segundo. E essa solução atende não apenas as áreas mais remotas, mas também as próprias periferias dos grandes centros urbanos, que, muitas vezes, também não contam com uma infraestrutura adequada de telecomunicações.

A pergunta do Senador Chico Rodrigues sobre *robocalls* é um assunto que tem ganhado bastante calor, e com razão, e nós temos conversado com as prestadoras. Esses *telemarketings*, conhecidos também por *robocalls* – as definições variam em geral –, são ferramentas físicas ou *softwares* que disparam ligações múltiplas em linha simultaneamente. Então, a tecnologia VoIP, ou Voz sobre IP, permite telefonar através da internet, sendo que quem praticar pode estar praticando na China, na Índia, em qualquer lugar do mundo.

É um problema não apenas do Brasil, mas é um grande problema também nos Estados Unidos. E aqui, no Brasil, 32% das chamadas *spam*, por assim dizer, são oriundas de empresas de telecomunicações. Aí há outras empresas de *telemarketing* que praticam desde tentativas de golpes e fraudes, há, por exemplo, serviços financeiros...

O meu amigo e colega de Conselho Emmanoel recebeu, um desses dias, um *telemarketing* de serviços funerários. Ainda bem que ele não está necessitando dessa questão, porque, senão, a Anatel perderia um grande quadro, por óbvio. Mas, enfim, é, de fato, um grande problema.

O que nós temos feito? Primeiro, estratégias de curto prazo, dizendo para as empresas que inibam a prática de seus funcionários venderem as relações e os números de seus consumidores para empresas de *software* que disparam essas ligações. Segundo, nas que vocês próprios fazem, nesses 32%, vocês têm que ter horários e não repetição. Essas são as medidas de curto prazo, as iniciativas de curto prazo.

No médio prazo, as empresas todas vão ter um código de conduta relacionado com essa questão, tanto para refinar a abordagem dos consumidores, ajustar horários em que podem ligar, frequência, e os consumidores devem ter um canal fácil para dizer "eu não quero receber mais ligação desse tipo". É nisso que nós estamos trabalhando.

E a própria vulnerabilidade do consumidor, que foi muito bem colocada pelo senhor, fica exposta desde que há a questão de privacidade, pois essas empresas de *software* obtêm esses dados do consumidor e muitas vezes isso vem de um comércio criminoso de informações.

Enfim, nos Estados Unidos há também um registro federal, que é o Do Not Call, "não ligue", em que a população pode se cadastrar para não receber ligações relacionadas a vendas. Essa é uma forma que nós estamos fazendo. Mas isso, por si só – para não gerar expectativas equivocadas –, não vai resolver o problema porque essa empresa de *software* fazendo esse *robocall* pode estar instalada na Índia, pode estar instalada em outro país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então o que nós estamos fazendo é que, dado que 32% desses problemas são oriundos das empresas de telecomunicações, nós queremos pelo menos tentar resolver esses 32%, que é aquela parte que inequivocamente nos compete, não é?

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Já partindo para o final, o Senador também colocou, em Roraima, como melhorar a redundância. E é aquilo que nós falávamos naquele eslaide, Senador: muitas vezes, o problema é de *backhaul*, ou seja, de infraestrutura de transporte. E é por isso também que recentemente eu enviei inclusive um ofício ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para ponderar sobre a pertinência de revisar o último Decreto 9.619, de dezembro de 2018, que é o decreto do chamado PGMU, porque o PGMU orienta investimentos na rede de acesso, quando, como eu disse, o nosso maior gargalo é essa redundância apontada pelo senhor. São investimentos de transporte.

E nesse sentido, como eu disse, toda a rede de acesso, a sua implantação deve ser precedida de uma rede de transporte. Eu brincava que não cabe você ter uma torneira muito bonita, se você não tem uma estrutura hidráulica para escoar a água que vem através dessa torneira e depois a água que sai do seu uso. Então, nesse sentido o ministério evidentemente vai fazer a reflexão. Cabe ao Poder Executivo elaborar a política pública de acordo com a sua conveniência. Foi eleito para isso, não é? E seja qualquer a decisão do ministério, caberá à Anatel tomar as providências para que seja implantada essa política pública.

O Senador Wellington Fagundes colocou também uma questão importante, que é sobre as estradas, a BR-161, por exemplo, que tem fibra ótica...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Dr. Leonardo, dispensa, até pela não presença do Senador Wellington aqui, dispensa o comentário, até pelo adiantado da hora.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O aniversariante tem que cortar um bolo aí. E ele está já na honra da firma aqui, não é? Dispensa. Eventualmente, se o Senador quiser uma informação, pode dar até via *e-mail* para ele.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não. Estou satisfeito. Alguma outra informação, se for o caso, passamos via *e-mail* para o senhor ou para o Emmanoel, que é da mesa diretora, e nós teremos essa informação. Digo isso até pelo adiantado da hora. Eu estou vendo o Chico aqui na honra da firma, o aniversariante, particularmente...

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS *(Fora do microfone.)* – Posso fazer as considerações finais?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Pode fazer as considerações finais. Agradecemos ao senhor.

O SR. LEONARDO EULER DE MORAIS – Bom, desculpe aqui pelo trabalho. Eu sabia que nós chegaríamos a este ponto. Portanto, tentei falar com uma celeridade maior durante a apresentação.

Antes de mais nada, parabéns de novo ao Senador Chico. Que Deus lhe abençoe ricamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer esta oportunidade, Senador Jayme Campos, e dizer que a Anatel estará sempre acessível. É nosso dever prestar contas, afinal nós somos servidores públicos. E cabe a nós servir à nossa instituição e, através dela, ao nosso País. Portanto, toda vez que nós formos efetivamente chamados, convocados ou convidados, nós estaremos aqui.

Eu quero agradecer a oportunidade e dizer que nós precisamos muito do Parlamento para, como eu disse, fazer cumprir a nossa missão institucional. Me coloco plenamente à disposição, assim como toda a instituição, todo o seu Conselho Diretor. E agradeço novamente por nos aguentar até este momento. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Muito obrigado.

Antes de encerrarmos aqui, quero agradecer a presença de todos, de forma toda especial ao nosso convidado aqui, o novo Presidente do Conselho Diretor da Anatel, o Dr. Leonardo Euler de Moraes, e das Sras. e Srs. Senadores.

Por fim, convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 25 de abril, quinta-feira, às 14h, neste plenário, com audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2018.

Agradeço a todos novamente, repito. Quero dizer que o Leonardo aqui está preparado para fazer uma palestra no mínimo na ONU, não é? *(Risos.)*

Vamos respeitar o homem aqui. Ele deu um show de bola aqui.

Parabéns!

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Wellington Fagundes e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Styvenson Valentim, José Serra, Izalci Lucas, Lasier Martins, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Lucas Barreto, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Zenaide Maia e Rodrigo Pacheco. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Carlos Viana, Irajá e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2019 - CI, de autoria do Senador Jean Paul Prates, e REQ 14/2019 - CI, de autoria do Senador Jean Paul Prates. **Finalidade:** Instruir o PLS 261/2018, que “dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências”. **Participantes:** Alexandre Porto M. de Souza, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT; Gabriel Fiuza, Subsecretário de Regulação e Mercado da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia; Danielle Crema, Assessora Especial do Ministério da Infraestrutura.; Jerônimo Miranda Netto, Presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores Ferroviários da CUT - FITF/CNTT/CUT; Fernando Simões Paes, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF. Luiz Henrique Teixeira Baldez, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga - ANUT. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 22, de 2019** que: “Requer a realização de diligência externa da Comissão nos Estados de Rondônia e do Amazonas, com o objetivo de verificar as condições operacionais da Ponte do Abunã, das Hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau e dos Viadutos de Porto Velho, e para percorrer a BR-319, in loco, no trecho entre Porto Velho e Manaus.” **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores José Serra, Jean Paul Prates e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/25>

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Boa tarde a todos!

Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Tenho aqui alguns comunicados sobre documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 44, de 2019, da Câmara Municipal de Picuí, Estado da Paraíba, que encaminha requerimento aprovado por aquela Casa Legislativa dirigido à Presidência da República, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e às Superintendências do Dnit nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, solicitando a federalização do entroncamento da BR-104 e da PB-137, Picuí-Carnaúba dos Dantas, entroncamento da PB-151 e RN-288 com a BR-427, interligando a BR-104 na Paraíba com a BR-427 no Rio Grande do Norte, com a consequente alteração da relação descritiva das rodovias integrantes do Sistema Federal de Viação constantes no Anexo da Lei 5.917, de 1973.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da instrução normativa da SGM nº 12, de 2019, o expediente, disponível para consulta na página da Comissão na internet, aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Gostaria de lembrar a todos também que a população pode participar do debate, acompanhando a audiência pública presente pelo canal da TV Senado no YouTube e enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligando para o telefone 0800-612211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2018, que dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências, em atendimento aos requerimentos da Comissão de Infraestrutura nºs 9 e 14 de 2019, de autoria do Senador Jean Paul Prates, Relator na Comissão do PLS 261/2018.

Para a audiência, foram convidados vários especialistas da área, a quem convido para que tomem assento à mesa: Sra. Danielle Crema, Assessora Especial do Ministério da Infraestrutura; Sr. Gabriel Fiuza, Subsecretário de Regulação e Mercado da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia; Alexandre Porto de Souza, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT); Sr. Jerônimo Miranda Netto, Presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores Ferroviários da CUT (FITF/CNTT/CUT); Sr. Luis Henrique Teixeira Baldez, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut); e Sr. Fernando Simões Paes, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

Meus amigos, muito rapidamente e de improviso, vou fazer uma introdução.

Esse projeto tem importância fundamental. É desnecessário explicá-lo e nos alongar. Agora nesta audiência pública a presença dos especialistas é que é importante hoje e, depois, os comentários dos Srs. Senadores. Mas, evidentemente, é um projeto que trata de um dos nós górdios da infraestrutura brasileira, um setor que eu considero... Pelo pouco que já consegui estudar mais detidamente a respeito para relatar esse projeto – estamos no começo desta caminhada obviamente, estamos assimilando muita informação de vários agentes diferentes; já tivemos várias reuniões e agora, com esta primeira audiência pública, provavelmente mais uma audiência pública será feita para esgotarmos o assunto –, já dá para perceber que nós estamos diante do modal provavelmente mais arcaico, em termos regulatórios, que temos no Brasil hoje.

Então, nós estamos aqui diante de uma oportunidade de modernizar, uma oportunidade ímpar, um momento muito especial não necessariamente vinculado à política, não necessariamente vinculado a quem está no Governo ou a quem já esteve, mas é um modal que já está tão defasado em termos regulatórios que a diferença da política atual e do contexto político atual é muito pequena. O importante é que nós nos debruçemos sobre esse modal de forma bem racional, integrando-o com os demais modais que existem no Brasil, mas dando modernidade a esse processo.

É um projeto que tem autoria do Senador José Serra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos passar à discussão agora e, depois, faço um pouco mais de comentários sobre o histórico de tramitação desse projeto.

Eu queria começar as apresentações com a palavra da Sra. Danielle Crema, Assessora Especial do Ministério da Infraestrutura.

Obrigado pela presença aqui.

Saúdo a presença do Senador Zequinha Marinho, do Estado do Pará.

A SRA. DANIELLE CREMA – Boa tarde a todos!

Primeiro eu peço desculpas pela voz. Estou me recuperando de uma gripe, e talvez isso prejudique um pouco a exposição.

Quero iniciar agradecendo a oportunidade de estar nesta Casa, contribuindo para o debate de um PL tão importante a convite do Relator, Senador Jean Paul, com quem, desde o início, tivemos oportunidade de nos reunir no Ministério da Infraestrutura para sensibilizá-lo quanto à importância do enfrentamento dos gargalos que afetam em especial o modo de transporte ferroviário. Estar nesta audiência é uma oportunidade de trazer mais elementos para o debate e formação da convicção daqueles que irão tomar a deliberação sobre a iniciativa.

Então, na pessoa do nosso Presidente da audiência, Senador, saúdo os demais presentes à Mesa. Vou começar a fazer as considerações afetas ao Ministério da Infraestrutura.

Sobre esse contexto do setor ferroviário brasileiro, é amplamente conhecida por todos a origem dele, e grande parte das mazelas que nós reconhecemos que o afetam remontam ainda ao processo inicial da sua desestatização, à forma como foi conduzido o processo à época em que se outorgou malha conforme o arranjo organizacional da rede ferroviária à época, portanto, privilegiando bacias regionais.

Nós tínhamos, naquele momento, cerca de 30 mil quilômetros de malha ferroviária. Já era do conhecimento, em 1996, que nem toda essa infraestrutura estava em boas condições de uso. Então, já era reconhecida a situação de abandono e de desgaste de grande parte dessa malha originalmente concedida.

Em que pese isso, é inegável que nos contratos de concessão, com o processo desestatização, houve um incremento na produção de transporte que pode ser medido pela evolução da quantidade de tonelada útil, que, pelo menos nos últimos dez anos, cresceu em torno de 30%. Isso veio associado também a uma redução significativa dos índices de acidentes, que são parâmetros relevantes para a mensuração da eficiência dessas empresas. No entanto, a gente percebe que grande parte da expansão e do investimento que foi feito nessa infraestrutura originária do Estado se concentrou em corredores de *commodities*, em especial o minério de ferro, o que responde por mais de 40% da quantidade de tonelada útil transportada.

Esse é o retrato do que a gente tem hoje de subutilização ou de desativação daqueles trechos originalmente concedidos. Em parte, isso decorre do mau uso e da má preservação desses ativos por concessionárias, mas é reconhecido também que muito decorre da situação em que esse patrimônio já foi herdado. Mas nós temos hoje, em termos efetivos, apenas um terço da nossa malha ferroviária federal em operação.

Então, o que gente observa é que, em que pese terem havido ganhos com o processo de desestatização iniciado lá atrás ainda sob o regime de exploração de concessão, como o Senador bem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou, é um dos que dispõe de um arcabouço regulatório ainda bastante arcaico e que requer atualização, a exemplo do que foi feito recentemente em outros modos de transporte.

Qual a relevância disso? Acho que é desnecessário falar nesta Casa, mas é sempre importante enfatizar o significado do investimento em infraestrutura e a importância da infraestrutura para alavancagem da economia. E, quando a gente fala em infraestrutura, a gente fala em infraestrutura de uma forma ampla, de uma perspectiva de logística integrada de transporte.

Eu faço um parêntesis aqui, Senador, até para esclarecer um desafio interno que o ministério tem tido. Nos últimos anos, nós tivemos, historicamente, a separação da formulação de política de transporte no País com a criação, no primeiro momento, da SEP; a aviação civil já integrava o Ministério da Defesa e depois foi constituída na Secretaria de Aviação Civil. Então, nós tínhamos, para um mesmo ativo, uma infraestrutura, que deveria ser pensada de forma integrada, segregada em três formuladores de política pública.

Nos últimos dois anos acho que houve um avanço no momento em que se unificaram essas três secretarias em um ministério sob uma única pasta, ainda chamada de Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Mas o desafio agora do Ministério da Infraestrutura é comunicar e integrar essas políticas, passar uma visão transversal de multimodalidade, conseguir pensar um planejamento integrado de todos os modos de transporte e, com isso, reposicionar o País no contexto mundial de infraestrutura.

Quando a gente compara com vários países do mundo, acho que os últimos dados do Banco Mundial nos colocam na 88ª posição em termos de infraestrutura ferroviária, mas a CNI recentemente disponibilizou um estudo que fala de infraestrutura e logística de forma agregada em que se compara a nossa infraestrutura com economias assemelhadas, o que resultou em uma comparação com 18 países considerados, como Espanha, Canadá, Austrália, China, Polônia, Tailândia, África do Sul, Turquia, Argentina, México, Colômbia, apenas para citar os mais relevantes. E, nesse rol de 18 países, estamos posicionados em 17º. Então, a indústria reconhece que nós temos vários desafios – aliás, todos nós reconhecemos – no intuito de melhorar a produtividade do País, mas ela necessariamente passa não apenas pela melhoria do nosso ambiente de negócio, mas pela melhoria da infraestrutura e das políticas públicas de Governo.

Há iniciativas em curso hoje no intuito de buscar a ampliação da oferta da capacidade de transporte ferroviário no País. Essas duas iniciativas estão ancoradas em uma legislação recente, a Lei nº 13.448, que visa, no primeiro momento, a prorrogação antecipada de concessões já existentes, mediante a antecipação e realização de novos investimentos que não seriam amortizados no tempo remanescente desses contratos. A outra iniciativa também prevista nessa legislação é a utilização do valor de outorga que será extraído eventualmente dessas possíveis prorrogações para a viabilização da expansão de outras ferrovias.

Então, na linha de projetos de prorrogação hoje temos qualificados cinco processos, apenas um em audiência pública e já no âmbito de Tribunal de Contas da União em análise. Dois outros já submetidos à audiência, mas no âmbito do TCU apenas o referente à prorrogação antecipada da malha paulista.

E tem ainda uma agenda que remonta à época do Programa de Aceleração do Crescimento, que foi prevista nos programas de logística PIL 1 e PIL 2, que são a estruturação de projetos *greenfields* em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime de concessão. Um deles recentemente concedido, de forma bastante exitosa como já mencionado aqui pelo nosso Ministro, foi a concessão da Ferrovia Norte-Sul.

Mas essas iniciativas não têm sido suficientes para endereçar os desafios do setor. As iniciativas em curso, baseadas no marco regulatório vigente, não são suficientes para sanar o nosso déficit de infraestrutura e endereçar ativos que hoje já foram restituídos à própria União ou que estão em via de, por não terem viabilidade econômica sob a perspectiva da exploração sob o regime de concessão. Aqui é um retrato do ativo e do patrimônio público de que a gente está falando, que hoje está sendo inadequadamente utilizado.

Esse desafio posiciona, é relevante para posicionar e dar a dimensão de como o Ministério da Infraestrutura percebe o Projeto de Lei 261, de 2018, de autoria do Senador José Serra e atualmente relatado pelo Senador Jean Paul.

Nós identificamos no projeto como um todo uma iniciativa extremamente meritória, porque ela, em linha com o movimento que foi feito em outros modos de transporte, amplia a possibilidade de exploração do serviço ferroviário em regime de atividade econômica. Então, ela permite a gente endereçar melhor a atividade e o serviço de que a gente disponha, conforme a especificidade e a característica desse ativo.

É tão relevante esse projeto, que o Ministro teve a iniciativa de constituir um grupo de trabalho, ele foi formado por servidores do ministério e coordenado pela assessoria do Ministro por meio de uma portaria instituída no dia 12 de março, que teve por objetivo analisar a redação do PLS, coletar subsídios e contribuições das entidades que seriam afetadas pela inovação legislativa e eventualmente propor melhorias, alguma contribuição para o debate nesta Casa, de uma forma geral.

Para tanto, ao longo desse processo foram ouvidas mais de 20 instituições públicas e privadas e alguns consultores independentes aqui relacionados. Então, o grupo teve o cuidado de buscar o máximo de representatividade nessa discussão e esteve aberto a todos aqueles que se dispuseram a fazer essa discussão em termos de política pública. Então, nós tivemos desde representantes da Associação dos Usuários de Transporte até a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, passando por Operadores Ferroviários Independentes, órgãos do Governo, como o Ministério da Economia, PPI e outros mais, o que mostra a preocupação do ministério de fazer uma ampla participação social e agregar o máximo possível de visões a essa proposição.

Aqui nós destacamos os principais aspectos na nossa perspectiva, que, de certa forma, sintetizam as nossas considerações. O material do grupo resultou num relatório que será enviado a esta Comissão, Senador. Até o final do dia, a gente acredita que esse material já estará disponível para vocês como uma posição da instituição. Mas aqui nós gostaríamos de enfatizar alguns pontos específicos que nos levam a apoiar e a apontar algumas oportunidades de aperfeiçoamento como resultado dos esforços desse grupo de trabalho.

O primeiro avanço é natural, é efetivamente trazer para o leque de opções do Poder Público o regime de autorização para exploração do serviço de transporte ferroviário. O projeto de lei, no seu marco legal, introduz valores como a vinculação dessa autorização à atividade econômica sob o regime privado, ao conceito e a um princípio de liberdade de preços, indutor de competitividade e com vista, de um modo geral, a afastar uma exclusividade de oferta, de modo que a gente tenha um mercado com liberdade de oferta e liberdade de preços por entendermos que esse é o arranjo mais eficiente, sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízo de, nos casos em que essa dinâmica não funcionar, o órgão competente intervir corretamente, dando os rumos.

Então, nós entendemos que a aplicação do instituto da autorização é muito bem-vinda no setor ferroviário, porque poderá funcionar como um vetor da alavancagem de investimento – num primeiro momento, na forma como ele foi concebido – em novos ativos, mas, na forma como nós o vemos e como observamos a experiência em outros setores, também passível de aplicação em trechos públicos que poderiam retornar à iniciativa privada sob esse novo regime.

Nós sabemos que a discussão sobre a sua constitucionalidade – e esse ponto a gente traz ainda do instituto da autorização, porque foi abordado em várias das reuniões com essas entidades e certamente essa questão será bem enfrentada no fórum específico, que será a Comissão de Constituição e Justiça –, na visão dos órgãos do Governo, não paira qualquer dúvida sobre a constitucionalidade do instituto, havendo doutrina respeitável e favorável nesse sentido. Além do que, a gente observa que é uma estratégia do projeto de lei – aí, eu enalteço o trabalho do próprio autor e da sua assessoria –, de buscar beber na experiência de setores que já internalizaram o instituto da autorização no seu arcabouço regulatório. Foi muito inteligente essa estratégia de buscar referências no sistema de telecomunicações, no sistema de óleo e gás e no próprio setor de transporte portuário, que em 2013 passou por uma grande inovação, com exatamente essa flexibilização do regime de exploração, em que se permitiu que os terminais de uso privativo originalmente vocacionados para escoamento de carga própria e residualmente de terceiros pudessem também prestar serviços para terceiros. Isso contribuiu significativamente para a expansão da nossa infraestrutura portuária.

Aqui a gente traz alguns exemplos para evidenciar isso, conforme eu mencionei, de setores em que há a prestação de serviço público, mas convivem com a execução desse serviço também em regime de atividade econômica. Isso não é de agora, eu cito aqui o próprio CBA, de 1986, que já previa a possibilidade de autorização de aeródromos, tanto quanto concessões, que é um programa bastante sucedido em curso. Nós temos a legislação de 1995, que prevê a possibilidade de usinas termoeletricas serem utilizadas também sob o regime de autorização.

Como eu mencionei anteriormente, os serviços de telecomunicações também são ofertados na atualidade sob o regime de atividade econômica como autorização. Petróleo e gás também têm esse mecanismo e, mais recentemente, como eu mencionei, há a experiência de portos.

Aqui começamos a apontar alguns dos aperfeiçoamentos. Vou procurar ser mais breve. Muito obrigada.

Nós entendemos originalmente que o escopo do projeto de lei era atingir no primeiro momento apenas novas infraestruturas, mas nós entendemos que esse mecanismo é essencial para endereçar grande parte do problema da infraestrutura instalada hoje, que é o que nós chamamos de *brownfield*, que hoje está sendo inadequadamente explorada ou efetivamente abandonada. Então, a proposta do Ministério da Infraestrutura é que o instituto da autorização possa ser utilizado também para a outorga em regime privado, ou seja, em regime de atividade econômica de ativos hoje explorados em regime de concessão, mas que já foram ou poderão ser devolvidos, por exemplo, numa situação de eventual incapacidade ou de trechos considerados antieconômicos pelas atuais concessionárias.

O outro ponto relevante que nós gostaríamos de enfatizar no PL é o aspecto de segurança. É redundante, ele traz segurança jurídica para a regulação de segurança do setor, uma vez que hoje a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disciplina do trânsito e do transporte viário está materializada num decreto autônomo, num decreto de transporte ferroviário. E o PL teve essa sensibilidade de positivar e trazer para o arcabouço legal grande parte dessa disciplina. Então, no nosso entendimento, ela traz mais segurança jurídica para a exploração da atividade...

(Soa a campanha.)

A SRA. DANIELLE CREMA – Além do que ela resguarda e reforça a natureza federal da legislação, de modo a nortear e inibir eventual espaço de legislação estadual e municipal que venha em desalinhamento ao que pensa o Estado, a União de uma forma geral, para exploração dessa infraestrutura.

Nós também temos uma única sugestão nesse sentido para deixar mais claro esse aspecto. Então, eu não vou aqui me ater a sugestões de redação, como eu disse, elas serão encaminhadas a esta Casa por meio desse relatório aprovado.

Um outro item de destaque que nós gostaríamos de enfatizar é o que foi chamado num projeto de lei de financiamento e, na nossa percepção, o nome mais apropriado para isso, em verdade, seria a remuneração da atividade. Como alguém que vai prestar o serviço sob o regime de atividade econômica, portanto, em autorização, vai ser remunerado? Então, nós entendemos que isso aqui é uma disciplina da remuneração e enxergamos nisso aqui uma referência à estrutura tarifária que você tem hoje aplicada nos aeroportos concedidos.

Veja bem, não se trata de limitar o preço dessa atividade, mas de definir a estrutura daquilo que pode ser cobrado como atividade. Essa estruturação, da perspectiva do usuário, é muito positiva. Apenas para exemplificar isso, acredito que os senhores devem ter acompanhado a discussão que aconteceu no mercado financeiro de uniformização das taxas e tarifas bancárias de modo a que usuário – ou seja, o consumidor – pudesse comparar aquele banco que lhe oferecesse as melhores vantagens.

(Soa a campanha.)

A SRA. DANIELLE CREMA – Então, nós entendemos que ter uma estrutura de preços predefinida também favorece. A única observação que nós fazemos de uma forma geral é que, em que pese a gente já haver positivado a nomenclatura liberdade de tarifa, ela induz a erro porque não é uma regulação de tarifa. Aqui o preço é livre. Então, a nossa sugestão é que em todo o texto o PL seja adequado para referência à liberdade de preços.

O outro mecanismo também bastante inovador e relevante é a positivação do mecanismo da autorregulação. O Ministério da Infraestrutura vê nisso um novo arranjo institucional, uma forma de você melhorar o funcionamento, a dinâmica das instituições, conferindo maior flexibilidade para aqueles bons prestadores de serviço, sem prejuízo da supervisão dos órgãos competentes na eventualidade de essa regulação não atender à finalidade esperada.

Nós percebemos que a inspiração disso aqui está no mercado ferroviário americano, que é reconhecidamente um mercado altamente competitivo, e tem um paralelo, guardadas as suas proporções, com o que a gente tem hoje no setor elétrico, que é o Operador Nacional do Sistema Elétrico, que também é uma entidade privada e que faz essa gestão e se autorregula em aspectos eminentemente operacionais. Isso não suprime o papel do órgão regulador e mais uma vez a nossa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição é no sentido de trazer mecanismos que permitam e explicitem a atuação que o regulador terá sobre essa entidade de autorregulação, mas reconhecendo a vantagem que ela traz e o dinamismo que ela pode agregar ao setor como um todo, até porque ela busca uma composição que tenta agregar a visão de todos aqueles que ofertam ou que são usuários do serviço. E aí, nossa sugestão também foi no sentido de buscar uma melhor representatividade e equidade na distribuição dessa participação.

Esse tipo de discussão em que, para definição de aspectos operacionais, você coloca dois atores envolvidos no processo para discutir, ela começou a ser introduzida também recentemente no setor aeroportuário. A quinta rodada, extremamente exitosa, já prevê o conceito de liberdade de preço e prevê a livre negociação entre o aeroporto e as próprias empresas aéreas no endereçamento da melhor precificação dessa atividade.

Então, nós temos algumas referências exitosas que nos fazem apoiar neste momento o instituto da autorregulação.

Um último ponto aqui também reflete uma preocupação de muitas das discussões que o grupo de trabalho teve com todas essas entidades, que foi explicitar a disciplina da interconexão. E aqui, o nome interconexão se achou mais adequado porque ele abrange, para além do direito de passagem e tráfego mútuo, qualquer outro arranjo operacional que venha permitir a interconectividade dessas malhas.

Então, a nossa sugestão, Senador, é de inclusão de uma seção no projeto de lei que discipline esse instituto da interconexão, hoje positivado no sistema como direito de passagem e tráfego mútuo, de modo que, para além do esforço que a própria agência terá que fazer para melhorar os seus mecanismos de *enforcement* sobre a regulação já existente, de forma a torná-la efetiva, também reforçar a importância da conectividade nesse regime de autorização.

É importante aqui esclarecer a lógica da proposição. Nós entendemos, numa visão de médio e longo prazo, que o compartilhamento da infraestrutura deve ser incentivado como um direito e deverá ser percebido pelos agentes econômicos como uma fonte de receita. E, na nossa avaliação, quando tivermos um cenário de oferta de infraestrutura suficiente, esses problemas de interconexão serão atenuados. Então, nós apostamos na expansão da capacidade como uma forma de mitigar esses problemas que nós temos hoje de uso da infraestrutura.

Concluindo, todos nós sabemos que o Brasil vive hoje um cenário econômico extremamente desafiador, seguido de vários déficits fiscais, o que tem imposto severas restrições à capacidade da União, dos Estados e dos Municípios de promoverem a expansão da sua infraestrutura. Então, esse contexto, na nossa perspectiva, exige do País capacidade de criar um ambiente institucional estável e seguro para atrair o investimento privado, o que, na nossa percepção, passa por iniciativas legislativas meritórias, como esse projeto de lei que cria oportunidade de desenvolvimento e expansão da infraestrutura.

O gráfico ao lado é bastante explicativo, porque ele mostra o que aconteceu quando se deu a desregulamentação da exploração da infraestrutura no mercado americano. Então, você teve um incremento exponencial de produtividade, de produção de transporte com redução das tarifas.

Eu peço desculpas por ter extrapolado o horário e agradeço mais uma vez a oportunidade. Eu me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Danielle Crema, Assessora Especial do Ministério de Infraestrutura.

Eu queria saudar a presença dos colegas: Senador Styvenson Valentim, lá do meu Estado do Rio Grande do Norte, do nosso Estado; Jorge Kajuru, do glorioso Estado de Goiás, e do autor do projeto de lei que nós estamos discutindo aqui com muita honra, Senador José Serra. Saudamos sua presença.

Vamos dar continuidade, então, com o segundo orador, que é o Sr. Gabriel Fiuza, Subsecretário de Regulação e Mercado da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia.

Obrigado pela presença, Gabriel.

O SR. GABRIEL FIUZA – Eu que agradeço, antes de mais nada é uma honra estar nesta Casa podendo contribuir para um debate tão importante dentro da área de infraestrutura. Eu agradeço também ao Senador Jean Paul pelo convite ao Ministério da Economia. Saúdo também os demais Senadores aqui presentes, na Casa, e os demais membros da Mesa.

Quanto à brilhante explanação da Assessora Especial do Ministério da Infraestrutura, Danielle Crema, eu não sei se facilita ou se dificulta o meu trabalho. Há alguns eslaides aqui que são até parecidos. Mas eu vou procurar dar um enfoque, vamos dizer assim, do grande esquema e colocar alguns pontos que acabaram sendo abordados também pelo Ministério da Infraestrutura que a gente julga como importantes para aprimorar o projeto, que, no nosso entendimento, digo já de antemão, a gente considera extremamente salutar para o setor.

Bom, falando do mais geral, eu represento a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia. Então, a gente tem uma preocupação com vários dos setores de infraestrutura. E, quando a gente olha o problema de uma maneira integrada, a gente vê que o Brasil está bastante atrás de outros países – aí países mais desenvolvidos –, no que concerne ao estoque de capital.

O Brasil, hoje, tem um estoque de capital de 36%, quando países, vamos dizer assim, mais desenvolvidos na área de infraestrutura têm estoque de capital, no mínimo, em torno de 50% a 60%. A gente olha aquele verdinho ali, é justamente ferrovia. No caso brasileiro, nem aparece. Então, do ponto de vista comparativo, se a gente já tem um caminho muito grande a trilhar na infraestrutura, de maneira geral, o setor de ferrovias, como bem colocou o Senador, na sua abertura, talvez seja um dos setores mais atrasados, o que tem mais esforço a ser feito.

E, também pegando ainda esse gancho, quando a assessora, a Sra. Danielle Crema, mostrou muito bem que o Brasil, num *ranking* de países mais próximos, está em 17º, de 18, quando você pega um *ranking* mais amplo, a gente não está muito melhor assim. No *ranking* do Fórum Econômico Mundial, a gente está em 81º em qualidade da infraestrutura. Então, a gente tem um grande caminho a trilhar.

A gente pode olhar para isso e falar: "Bom, mas o Brasil é muito diferente desses outros países. A tarefa de chegar a 60% não é realista". Mas, quando a gente olha a história brasileira, a gente já esteve lá. No início dos anos 80, a gente já chegou a ter próximo, ali, de 60% de estoque de capital em infraestrutura. E, de lá para cá, atravessando vários Governos, esse estoque se reduziu consideravelmente.

Quando a gente olha o gráfico do lado, que talvez seja a questão mais importante, que também os senhores aqui presentes na Casa sabem muito bem, isso está extremamente relacionado à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtividade. Então, essa queda no estoque de capital, ao longo desse tempo, está correlacionada a uma queda, quase na mesma proporção, da produtividade total dos fatores.

E por que isso é importante? Isso não é só um jargão econômico. A produtividade está relacionada à quantidade de empregos, qualidade dos empregos, o poder de compra dos salários. Então, a gente teve uma perda brutal de competitividade aí, nas últimas décadas.

Agora, ainda dando uma visão geral das coisas, a nossa secretaria, em estudos preliminares, calcula que, se a gente quisesse voltar para esse estoque de capital de 60% do PIB – que a gente já teve no início da década de 80 –, isso exigiria cerca de R\$10 trilhões, em preço de 2018, em investimento em infraestrutura. A gente chama isso internamente de nosso cenário transformador. Se a gente quiser transformar o setor de infraestrutura, a gente precisa desse investimento – eu estou falando aqui de todos os setores. Mas a gente imagina... A gente não tem um número aberto, mas a gente imagina que o volume necessário de investimento no setor ferroviário não vai ser um volume pequeno para a gente correr atrás desse prejuízo. Estou falando aqui dos próximos 30 anos. Então, para se ter uma ordem de grandeza, e eu estou falando aí de quase seis vezes o PIB em investimento em infraestrutura nos próximos 30 anos. É um volume, assim, muito maior.

Para se ter uma ideia, hoje se investe em torno de 130 a 150 bilhões em infraestrutura por ano, mas a gente teria que subir para uma média em torno de R\$350 bilhões em infraestrutura por ano. Teria que haver uma mudança substancial na nossa política voltada para o setor.

Bom, aí foi o comentário que eu fiz. Vou passar mais rápido e também não tomar o tempo dos senhores.

Não foi nada combinado. Vocês vão ver que aquele último gráfico também, lá do mercado americano, também está na nossa apresentação. Então, de maneira muito rápida...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. GABRIEL FIUZA – É um setor concentrado nos produtos que ele abarca – 76% é minério de ferro; cerca de 15 são outras *commodities*... É um setor – e, aí, tomando cuidado com os dados – também concentrado em apenas três ou quatro ferrovias.

Uma comparação com outros países, principalmente com países de dimensões parecidas com as do Brasil. A gente vê que a densidade desse setor no Brasil é 3,6, enquanto países como a própria Argentina e o Chile estão ali na ordem de 10. Então, a gente vê que tem um caminho longo a trilhar também quando nos comparamos com pares.

E o número, aqui, está um pouco diferente. Dependendo do critério pelo qual você considere a ociosidade, esse número pode ser de 30% da malha, que já seria um número extremamente expressivo, como um número colocado pelo Ministério de Infraestrutura, de dois terços da malha – se o seu critério de ociosidade for um pouquinho menos restrito.

Bom, como foi mencionado pela Danielle Crema, a gente tem experiências similares do uso da autorização em setores da infraestrutura que são bem-sucedidas. No caso, aqui, vou falar muito rapidamente do caso americano, mas a gente não precisa nem recorrer ao caso americano para a gente fornecer exemplos. A gente tem um exemplo aqui, muito próximo, que é o do setor de telecom.

O setor de telecom, lá no final dos anos 90, foi um setor concebido no formato de concessão, mas rapidamente eles identificaram... Inicialmente na telefonia celular, mas na própria concepção da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privatização à época, no formato de empresas-espelhos, em que você tinha uma concessionária e uma espelho autorizatória. Visto que nesse setor, já à época, se vislumbrava um impacto tecnológico muito profundo, chegou-se à conclusão de se tinha que ter um modelo regulatório mais flexível para o setor.

Então, quando a gente olha... Aqui não vou entrar nos detalhes, mas aqui temos o histórico da migração de concessão para autorização em telefonia celular.

Já em 2004, basicamente, só o que a gente tinha em telefonia celular era o modo de autorização. E, como é uma questão também cara ao Congresso, hoje se discute também outro projeto de lei, que é o PLC 79, que justamente procura, de certa forma, migrar com o último, vamos dizer assim, regime de concessão ainda presente no setor de telecomunicações, que é o regime para telefonia fixa. Então, telefonia fixa é o último dos elementos no setor de telecomunicações, é a última das tecnologias do setor de telecomunicações, que ainda usa o modelo de concessão. E um dos elementos desse projeto de lei é que ele defende a migração desse modelo de concessões em telefonia fixa para um modelo mais flexível de autorização.

Isso é só para chamar atenção para o seguinte: se isso passar, significa que o setor de telecomunicações, que é um setor de infraestrutura, vai ser um setor basicamente calcado em mecanismos mais flexíveis de contrato.

Aqui só um exemplo.

Geralmente, quando a gente pensa em autorizações no setor de telecom, a gente pensa sempre em telefonia celular. Mas, mesmo em telefonia fixa, você tem essa convivência entre concessionárias, que são cinco, e autorizatórias, que são mais de 400, e o mercado dessas autorizatórias só faz crescer.

A telefonia fixa é uma tecnologia que está caindo em desuso, mas só para mostrar a importância, para fomentar a competição e para fomentar a entrada de novas soluções de mercado, novos *players* do mecanismo de autorização.

Não vou me estender, porque é de conhecimento de todos que esse já é um modelo presente há muito tempo no setor portuário. De certa forma, serve de inspiração para esse projeto de lei. E, como a gente observa nos últimos anos, desde a aprovação da nova Lei dos Portos, isso aumentou em torno de 5%. Mas a gente tem uma participação muito significativa de autorizatórias nesse mercado, de terminais de uso privado: em torno de 35% do mercado de concessionárias e 65% de autorizatórias.

Aqui não vou entrar muito em detalhes, é só para mostrar aquele gráfico que eu acho que os senhores conhecem. Eu deveria ter tido o trabalho de traduzir, mas é basicamente para mostrar que essa flexibilidade no mercado ferroviário americano foi extremamente significativa para, justamente, aumentar a produtividade do setor e diminuir também as tarifas do setor ferroviário.

Bom, em relação ao próprio projeto de lei, que a gente entende como bastante positivo: a gente acha que, em termos gerais, um dos principais aspectos do projeto é que ele permite ao investidor privado tomar iniciativas. Na realidade, convivendo com o regime de concessões, você dá possibilidade também para investidores privados surgirem com soluções mais criativas em relação a esse setor. Você não tem necessidade de que novos empreendimentos dependam de estudos, licitações ou contratos feitos pelo Poder Público; você acaba tendo menos amarras; não havendo exigências de equilíbrio econômico-financeiro, você pode ter outros tipos de soluções no setor, com outros perfis de risco, que podem justamente incentivar a inovação tecnológica no setor e ganhos de produtividade. E, com isso, você pode incentivar a existência de novos mercados; você pode...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí é um ponto ao qual vamos retornar, que a apresentação anterior também mencionou: resolvendo a questão dos *brownfields*, você pode solucionar problemas de gargalos ferroviários; você pode criar soluções para novos terminais de uso privado, novos portos privados.

É importante ressaltar que o benefício desse projeto não se restringe, no jargão do setor, às chamadas *short lines*. Ele também pode ser usado para, por exemplo, fazer o aproveitamento da malha ociosa, como bem colocou a Danielle Crema; pode ser usado para incrementar o transporte de passageiros e para desenvolver soluções integradas, junto com o desenvolvimento urbano e o fomento de turismo no País.

Bom – eu prometi e vou ser mais breve –, quais são os tópicos que a gente julga que podem ser tópicos de melhoria no projeto de lei? Muitos deles já foram, de certa forma, também mencionados pelo Ministério de Infraestrutura. O principal deles – a gente colocou logo na frente... A gente entendeu que o projeto de lei está muito focado nas chamadas soluções de *greenfields*, mas eu acho que a gente tem aí uma oportunidade muito grande também de estender esse projeto de lei para as chamadas *brownfields*, para, de certa forma, dar uso, solucionar, incrementar atividades nas malhas existentes e ociosas.

Bom, em relação ao projeto, dentro do espírito da nossa própria secretaria especial, que é a Secretaria Especial de Produtividade e Emprego e Competitividade, não poderia faltar menção a aspectos competitivos. Tendo em mente fomentar a competição, a gente acha que existem algumas restrições nesse projeto que não seriam necessárias.

A primeira é que a gente entende que poderia haver uma revisão na exigência de participação mínima no capital e na malha de empresas que já administrem ferrovias, e a segunda é que a gente entende que poderia haver uma revisão na exigência de título de propriedade ou posse, porque a gente entende que essas exigências adicionais funcionam como barreiras para entrar nesse mercado, podem prejudicar a competitividade nesse mercado.

E há um último aspecto, que também foi mencionado anteriormente. E, aí, é importante a gente conhecer as propostas que serão apresentadas no âmbito desta Casa, no âmbito do grupo de estudos do Ministério de Infraestrutura, mas a gente também entende que a discussão de autorregulação tem que ser feita de forma um pouco mais detalhada. A gente sentiu falta de um detalhamento maior sobre o mecanismo de autorregulação, a gente vê com preocupação a possibilidade de uma sobreposição da entidade autorregulatória e da agência reguladora, a gente vê com uma preocupação aspectos relacionados à segurança da malha. Mas, pelo que eu entendi da apresentação anterior, esses aspectos estão sendo endereçados; é importante a gente também acompanhar, mas estão sendo endereçados no âmbito do grupo de trabalho. Então, a gente entende que é preciso uma especial atenção a essa questão da governança da agência reguladora, ou das agências reguladoras, e da entidade autorregulatória.

Não vou entrar também em questões de redação.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GABRIEL FIUZA – Então, basicamente, de maneira bem sucinta, fechando realmente no tempo, resumo: a nossa Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura, na figura do Ministério da Economia, apoia o projeto, a gente o vê como salutar. A gente entende que, diante daquele desafio que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu expus, de a gente mudar de patamar no investimento em infraestrutura, de a gente ter patamares de produtividade compatíveis com o que a gente tem condições de ter, é fundamental uma participação relevante do setor privado.

Não é só por questões conjunturais relacionadas à nossa restrição fiscal, mas é que a gente não tem condições de, só com investimento público, fechar esse *gap* de investimentos que a gente tem no setor de infraestrutura em geral. Em particular, quanto a essa solução apresentada para o setor de ferrovias, a gente vê com bastante bons olhos, porque a gente entende como uma flexibilização que pode atrair bastante investimento do setor privado para o setor ferroviário.

Basicamente, era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Gabriel, cravado no tempo!

Eu queria registrar a presença do ex-Deputado Edinho Bez, de Santa Catarina, aqui presente conosco.

Também quero registrar a presença e passar a Presidência da Mesa ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Wellington Fagundes, do Mato Grosso.

Antes, porém, quero registrar duas coisas enquanto o Vice-Presidente se encaminha aqui para a Mesa.

Em primeiro lugar, aos palestrantes aqui, porque esse aviso que se dá, essa campanha... Eu também já fui palestrante nas comissões antes de ser Senador e me assustava muito com ela, até cheguei a detestá-la. Quero avisar que ela toca automaticamente quando está faltando um minuto. Então, é apenas um alerta. Apesar do susto, é apenas para alertar. E quero dizer que eu também tenho computado minutos a mais quando percebo que o assunto ainda vai render mais um ou dois minutos. Não se preocupem. A gente está tranquilo em relação a isso.

Quero registrar também, Presidente Wellington, que nós aqui ouvimos, pela ordem, duas entidades do Governo, quer dizer, dois ministérios. Vamos agora ouvir a agência reguladora e, em seguida, os chamados *stakeholders*, ou partes interessadas, aqui nesta primeira audiência de duas.

A questão do Governo é importante pela política setorial, e a agência reguladora, então, apesar de um pouco destacada, não deixa de ser Governo. Ela tem, evidentemente, uma função um pouco destacada, por isso essa separação, essa segregação.

Mas vamos, então, ao pronunciamento do Sr. Alexandre Porto de Souza, que é o Superintendente de Infraestrutura e Serviços do Transporte Ferroviário de Cargas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Obrigado, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE PORTO M. DE SOUZA – Primeiramente eu queria dar boa-tarde a todos e agradecer o convite desta Casa para estar aqui hoje contribuindo num debate tão importante para o desenvolvimento do setor ferroviário brasileiro.

Cumprimento os demais colegas da Mesa e, na pessoa do Senador Jean, cumprimento também os demais Parlamentares aqui presentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em função da apresentação que o Ministério fez, a gente achou dispensável fazer uma nova apresentação pela ANTT, mas sem prejuízo de trazer aqui algumas considerações. Serei bastante breve nesta fala e espero não ser surpreendido pela campanha, como aconteceu!

Bom, nós vemos essa iniciativa do Senador José Serra, com esse importante projeto de lei, como uma oportunidade de resolver alguns problemas clássicos que o setor ferroviário enfrenta. É notória a necessidade de investimento na expansão da malha e, nesse ambiente de crise fiscal, trazer investimento do setor privado é fundamental para que a gente possa trazer a ferrovia para um novo patamar. E esse regime de autorização vem justamente nesse sentido de tentar trazer o setor privado para a ampliação de malha tão importante para o nosso desenvolvimento.

Acreditamos que o grande problema do setor sejam os trechos sem tráfego, em estado de abandono. Entendemos que, com esse projeto de lei, haverá a oportunidade de que sejam transferidos à iniciativa privada para se buscar a operação, desde que o mercado possa comportar tal situação.

Trazemos aqui apenas alguns pontos de atenção e melhoria para o projeto de lei. Muitos deles aqui já foram trazidos, tanto pela assessora do Ministério, a Danielle, como pelo colega aqui do Ministério da Economia, mas a gente faz questão de destacar alguns deles.

Vimos, no início do texto, o conceito de administração ferroviária e ficamos receosos de esse conceito ser confundido com as concessionárias atuais, e essa é a mesma expressão que consta do regulamento dos transportes ferroviários, que é um marco regulatório do setor. Então, a gente traz aqui a contribuição de fazer uma melhoria desse conceito para afastar qualquer interpretação no sentido de confundi-lo com as concessionárias atuais, porque, nitidamente, não é essa a intenção aqui do projeto.

A gente vê, no art. 2º, que essa lei se aplica somente a ferrovias construídas ou adquiridas em regime de direito privado, e a gente sabe que os trechos ferroviários brasileiros são de propriedade da União. Eles estão arrendados para exploração pelas concessionárias e, uma vez que esses trechos – principalmente os trechos abandonados e sem tráfego – são devolvidos, eles retornam ao Dnit, por força de lei. E a gente entende que, por ser um bem público, o Dnit, ao vender esse ativo à iniciativa privada, geraria uma relação de direito público. Por isso, a gente pede uma alteração nesse artigo para que esses trechos ferroviários sem tráfego que eventualmente sejam devolvidos possam ser realmente vendidos à iniciativa privada e, concomitantemente a isso, aquele que comprar essa estrutura ferroviária possa obter automaticamente autorização para prestar o serviço.

Nós vimos também o conceito de segregação geográfica. Inicialmente, quero dizer que a gente corrobora o conceito, principalmente porque ele busca coibir a concentração de vários agentes econômicos e evitar abuso de poder econômico por essas empresas. Então, a gente vê o conceito de segregação geográfica com muitos bons olhos. Se você for olhar o sistema ferroviário brasileiro hoje, verá que nós temos apenas dois grandes grupos econômicos que controlam todo o sistema: o grupo Vale e o grupo Cosan. Esse conceito de segregação geográfica vai nesse encontro. A gente o corrobora e espera que ele seja bem-sucedido, mas, na nossa visão, não fica tão clara a intenção dele ao longo de todo o texto. Acho que ele precisa ser aprimorado. São as nossas considerações nesse sentido.

A gente viu também que a iniciativa busca basicamente tratar o transporte ferroviário de cargas como uma atividade econômica. Então, a gente não deve confundir isso com serviço público. E a gente vê, ao longo do texto, algumas tratativas tomando o serviço público como tarifa, quando, na verdade, ele, no caso, deveria ser preço no regime aberto. A gente também traz essa contribuição para que toda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a parte tarifária que é tratada ao longo do texto seja substituída por preço, sendo este o principal objetivo do projeto no regime de liberdade de preços.

Da mesma forma, a gente viu, ao longo do texto, a palavra "usuário" sendo retratada em diversos pontos, e isso pode trazer confusão com a aplicação dos direitos dos usuários na Lei 8.917, do serviço adequado. A gente entende que deveria ser tratado como consumidor do serviço que é prestado por uma atividade econômica.

Sobre a questão da obtenção da autorização, nós vimos aqui no projeto de lei um requisito para que seja adquirida primeiramente a propriedade do trecho, ou da linha, ou do terreno em que será construída a ferrovia para depois se pleitear a autorização. A gente entende que isto não faz muito sentido sob a ótica do investidor: ele adquirir uma propriedade, adquirir uma infraestrutura ferroviária, para depois tentar o direito de obter essa autorização. Isso porque o projeto de lei prevê um chamamento público, outros interessados podem participar. Assim, ele corre o risco de não obter a autorização, sendo que ele adquiriu a propriedade? Então, a gente pede para que isso seja revisto no sentido de que aquele que comprar, aquele que adquirir aquela estrutura ferroviária, receba automaticamente autorização para iniciar a prestação do serviço, até para fomentar a atividade econômica, trazer os investidores, trazer a iniciativa privada para dentro do sistema.

A questão da autorregulação é um conceito moderno. A gente vê isso em outros países, principalmente nos Estados Unidos, por exemplo, e, não obstante essa modernidade do conceito, a gente entende que ele deve ser tratado com um pouco de cautela, principalmente em termos de segurança ferroviária. Delegar totalmente toda a atividade de regulação para a iniciativa privada... A gente tem questões de segurança que são muito importantes e a gente entende que esse conceito de autorregulação precisa ser delineado. Principalmente, a gente entende que essa questão da autorregulação deva ficar basicamente nas questões operacionais e não nas de segurança, como a gente vê em alguns pontos do texto.

Por fim, a gente sentiu falta aqui, na leitura do texto, do tratamento da interconexão. A gente está vislumbrando, com esse projeto de lei, dois sistemas coexistindo: o sistema autorizativo, de livre iniciativa de atividade econômica, com o sistema das concessões ferroviárias vigentes em regime de serviço público. É preciso realmente delimitar como se dará a interação entre esses dois sistemas. Sentimos falta disso aqui no projeto de lei e, como foi apontado pela assessora especial do Ministro, um relatório do grupo de trabalho já traz uma proposição para apreciação aqui na Casa.

Por fim, a gente destaca realmente a importância do projeto de trazer a iniciativa privada para o sistema, de fomentar a expansão, tentar resolver um problema clássico do setor, que são os trechos abandonados e sem tráfego. A gente vê isso realmente como uma oportunidade, e a gente parabeniza a iniciativa do Senador José Serra pelo projeto de lei, bem como o debate proporcionado por esta Casa.

Encerro aqui a minha participação antes do toque da sirene.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu quero, ao assumir a Presidência agora na condição de Vice-Presidente, justificar a ausência do Presidente, que, em função da viagem, pediu que eu estivesse aqui hoje presidindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer o Senador Jean Paul, que foi o autor do Requerimento nº 9, que propôs esta audiência pública. Tenho certeza de que esta audiência pública será um marco na discussão deste assunto tão importante.

Eu quero dizer, Senador Jean, que eu sou autor... Primeiro, eu quero me apresentar: além de Vice-Presidente da Comissão, sou também Presidente da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem. Estamos aqui com o Deputado Edinho Bez, que hoje está nos auxiliando junto ao Instituto Brasileiro de Logística, junto à CNT, que tem nos apoiado muito nesse trabalho. A Deputada Marinha Raupp também está conosco nesse trabalho.

Quero convidar todos os Senadores para que estejam conosco. A nossa sede hoje funciona na CNT, um espaço não só bastante confortável, mas amplo para o nosso trabalho, operacional. Vamos fazer o relançamento da frente no dia 29, às 20h, e eu gostaria de convidar todos os Senadores, principalmente V. Exa., que tem se empenhado tanto. Eu tenho certeza de que V. Exa. é um dos Senadores que, em pouco tempo, já é referência nesta Casa.

Quero agradecer a presença de todos os expositores. Eu gostaria que, além de expositores, houvesse muitos debatedores.

Passo a palavra ao autor do projeto de lei, o Senador José Serra, para que ele possa expor aqui um pouco acerca da iniciativa desse projeto que vem inovar também. Hoje todas as ferrovias brasileiras são no modelo de concessão, e a proposta do Senador Serra é de que a gente tenha a possibilidade de autorizações para a construção de trechos específicos, o que aqui já foi falado pelo Dr. André. Eu acho que é nesta discussão que nós vamos aperfeiçoar mesmo a relevante intenção do Senador José Serra, que é alguém extremamente experiente e que, com certeza, vai contribuir muito para que melhoremos a infraestrutura.

Eu estava dizendo – perdi um pouco raciocínio – que eu sou autor de uma PEC no sentido da segurança jurídica. Hoje um dos grandes problemas que temos no Brasil é que esses contratos não são tratados como política de Estado e, sim, como política de Governo, tanto que nós temos hoje o grande problema das concessões rodoviárias. Todas elas estão praticamente no limbo, porque houve um contrato em cima de expectativas de financiamento de longo prazo.

Eu estou vindo agora do Dnit, onde estávamos discutindo isso. No meu Estado, temos a concessão da BR-163, que vai do nortão de Sinop a Rondonópolis, à divisa de Mato Grosso do Sul e, no Mato Grosso do Sul, continua até a divisa com o Pará. Então, a BR-163 é extremamente importante. Essa concessão foi uma luta nossa muito grande. Estamos com todas elas vencidas no Brasil, e o pior: há cobrança de pedágio e não há investimento. Por quê? Porque está vencido, e as empresas não têm como tomar financiamento. Então, esses investimentos necessários ficam aí na expectativa. A população pagando pedágio e o número de acidentes aumentando. Por isso, eu estou vindo da Diretoria-Geral do Dnit, onde estivemos com o Gen. Santos Cruz e com a equipe lá da região de Guarantã, Peixoto, Matupá, onde só agora, em poucos dias, houve 14 vítimas em acidentes frontais num trecho da 163 entre Peixoto e a divisa de Guarantã. É claro que isso deixa a população revoltada. Nesse trecho específico, ainda não temos a concessão, mas, dada a importância que tem esse tronco da BR-163 na região sul, entre Cuiabá e Rondonópolis... Este era, até pouco tempo atrás, o trecho de maior número de acidentes frontais do Brasil. E o acidente frontal, normalmente, significa perda de vidas ou sequelas inestimáveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Senador Serra, acho que a proposição de V. Exa. vem em boa hora para a gente discutir porque, claro, nós precisamos fazer com que o Brasil tenha uma intermodalidade verdadeira, ou seja, precisamos construir mais ferrovias, fazer com que as nossas hidrovias possam ser realidade e que tudo possa ser conectado. Então, para nós da região produtora, a questão da 163 é fundamental.

Hoje nós temos a ferrovia que veio de São Paulo até Rondonópolis, mas estamos dependendo também da ampliação da concessão da malha paulista. Os investimentos precisam ser feitos na malha paulista para que a gente possa exportar mais através da Ferronorte. A Ferronorte, de Rondonópolis até São Paulo, é uma ferrovia moderna, em que os trens têm capacidade de andar a 80km por hora, sendo que, chegando a São Paulo, dado que a malha paulista não tem os investimentos, anda-se a 12km por hora. Nós queremos modernizar São Paulo para levar mais carga para São Paulo. Estamos aqui todos juntos. O Brasil... Nós precisamos escoar pelos portos do Arco Norte, nós precisamos dos portos do Centro-Sul, precisamos de Santos mais moderno, enfim, aqui o nosso objetivo é único.

E eu fico muito feliz quando vejo V. Exa. apresentar esse projeto, porque penso que isso vai viabilizar principalmente a Ferrogrão, que será muito importante, porque é uma licitação demorada. Pode viabilizar. Acho que iniciativas como essa são o nosso papel.

Quero parabenizar V. Exa. e, por isso, eu passo a palavra a V. Exa. para que possa nos esclarecer, esclarecer o Brasil e até os debatedores. Eu penso que o Senador Serra poderia ter falado até antes, mas, claro, não foi possível. Este é o momento oportuno.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Wellington.

Eu queria me congratular com V. Exa. pelo papel que V. Exa. tem desempenhado aqui dentro do Senado e na República pela causa – chamemos assim – da infraestrutura, que é uma questão-chave para o nosso desenvolvimento e que afeta o País como um todo.

V. Exa. mesmo acabou de mencionar que o investimento ferroviário em São Paulo é essencial para o Centro-Oeste. Realmente há uma carência muito grande nessa área. As áreas de ferrovias no Brasil têm números que são verdadeiramente alarmantes. Nós temos 10.000km de trilhos em operação para 9.000km abandonados, ou seja, a extensão em operação se aproxima da quantidade abandonada. Isso é uma barbaridade! Para cada 1.000m de uso, 800m conduzem a nada, a lugar nenhum. O volume de carga transportada pelas ferrovias corresponde a apenas 15% do movimento nacional de mercadorias – eu me refiro à medida em tonelada por quilômetro útil. É uma performance verdadeiramente indecente, que indica uma estagnação de níveis próximos aos que se registravam já nos anos 90.

Foi esse contexto que me inspirou a apresentar o PL 261.

A proposta basicamente incentiva a participação do setor privado no desenvolvimento ferroviário ao permitir que o setor seja explorado economicamente de acordo com o modelo moderno conhecido como autorização, em contraposição ao modelo administrativo conhecido como concessão, que é mais complexo. A vantagem do modelo de autorização é um incentivo para o setor privado explorar a ferrovia e uma oportunidade para adequar a oferta à demanda. Na concessão, a escolha dos investimentos no setor deixa de levar em conta esse aspecto econômico absolutamente relevante.

No esquema da autorização, o que acontece? A empresa exploradora da ferrovia prepara seu projeto, tem liberdade para definir o traçado, o preço e a qualidade do serviço, e solicita o direito de explorar a ferrovia sem prazo. Ao Estado, cabe autorizar ou não a exploração da ferrovia – essa é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudança de enfoque – mediante contrato e regular aquela atividade econômica em matéria de questões técnicas e de segurança. Esse papel do Estado é indispensável, sobretudo do ponto de vista dos usuários do serviço. Prevalece o poder regulador do setor público, de toda maneira, na defesa dos consumidores e da concorrência, mas dá-se mais liberdade ao capital privado para o investimento.

No modelo de concessão, que é hoje o adotado, o processo se inicia com a licitação, onde o Poder Público define a rentabilidade, objeto e o prazo do projeto. Nesse desenho, não prevalece o ponto de vista econômico e financeiro do setor privado, e a ferrovia é vista como um serviço público.

O nosso projeto amplia essas possibilidades, modificando-as. O projeto, virando lei – é preciso que se diga –, não vai prejudicar os atuais concessionários. Apenas propomos que o particular possa ser autorizado pelo Poder Público a construir e a operar a sua própria ferrovia, como nos Estados Unidos e no Japão. Lá, quando um empresário quer apostar no proveito econômico de uma linha férrea, ele obtém autorização do Poder Público para a sua instalação. A ferrovia é privada, mediante autorização do Estado.

Eu acredito que esta é a principal contribuição do meu projeto: permitir que o investidor privado atue no mercado ferroviário por sua própria conta e risco.

No setor de portos, devo dizer, por onde 70% da produção brasileira escoar, e no de telecomunicações, o modelo de autorização já está bem desenvolvido. Para destravar os investimentos no setor de infraestrutura, é preciso estimular a competitividade no mercado, bem como dar maior segurança jurídica para que o investidor tenha interesse em explorar economicamente o setor ferroviário.

Esse é o pano de fundo do projeto que eu apresentei.

Eu faria aqui também uma questão à Mesa, aos nossos palestrantes, que, de alguma maneira, já foi abordada, mas poderia ser abordada novamente de maneira mais precisa.

Diferentemente do regime de concessão, no contexto do nosso projeto a empresa ferroviária atuará em regime de liberdade de preços. A agência reguladora competente não exigirá metas de produtividade e redução de acidentes ou de investimentos. Nas ferrovias privadas, a ANTT deverá atuar na fiscalização econômica, com a finalidade de coibir abusos do poder econômico e de direito de um agente privado contra outro agente privado, por exemplo, contra as práticas de concorrência predatória – para dar um exemplo.

Eu pergunto: a agência está preparada para essa forma de atuação? O representante da agência tem alguma sugestão de alteração legislativa com relação ao seu poder fiscalizatório? Essas são questões que eu ponho para que sejam aqui abordadas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Nós temos algumas perguntas.

Eu quero, como estamos sendo transmitidos ao vivo pela TV Senado, dizer que todos aqueles que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou também pelo telefone 0800-612211.

Como nós temos poucos para arguir, já vou adiantando, porque, ao expor, vocês já podem responder.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O José Neto, do Rio de Janeiro, pergunta: "Como procederá a disciplina do trânsito no transporte ferroviário concernente ao treinamento operacional para prevenção e segurança?"

Urubatan Filho, do Distrito Federal: "A concessionária poderá fazer autorregulação na operação ou haverá limite? Ela poderá operar a 350km/h, por exemplo, ou será delimitada?"

Almir Ramos, do Rio de Janeiro: "No transporte de passageiros, está contemplada a concessão de gratuidade prevista no art. 39 da Lei 10.741/2003, Estatuto do Idoso?"

Senador Serra, para um esclarecimento: o projeto de V. Exa. prevê ferrovias de toda natureza, não só de transporte de cargas, certo?

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sim? Então, eu quero...

Senador Jean, eu estou adiantando, porque, depois, V. Exa. vai conduzir até o final.

Vou fazer algumas perguntas preparadas pela Consultoria.

O modelo de exploração do transporte ferroviário criado pelo PLS 261, de 2018, parece ter sido moldado para viabilizar a construção da Ferrogrão. Se levarmos em conta que a soja e o milho são *commodities* e que, por isso, seus custos logísticos não podem ser embutidos no preço final do produto, a redução dos custos de transporte por meio de incremento das exportações da Região Norte terá reflexo direto no aumento do valor recebido pelo produtor. Nesse cenário, a concretização dessa ferrovia terá grande repercussão na economia do meu Estado. Em caso de aprovação do projeto, sob que regime o Ministério pretende que a Ferrogrão seja construída e explorada? Sob que modelo poderíamos usufruir dessa ferrovia em tempo mais curto e com menores valores de frete?

Nisso aqui, Senador Serra, eu vejo que há uma preocupação, exatamente porque os produtores entenderam que, a partir do momento em que a Ferronorte chegasse a Mato Grosso, o frete cairia muito, mas isso não tornou realidade, exatamente porque ainda o volume de carga é muito grande e a própria ferrovia não tem capacidade de aumentar sua produção, exatamente em função da necessidade dos investimentos da malha paulista. E isso, às vezes, causa para o produtor uma certa indignação. A ferrovia tem que ser o transporte mais barato! Por que está igual ao rodoviário? Talvez por isso, principalmente, essa colocação.

Segunda: há algum impedimento para que as empresas estrangeiras possam obter a outorga de autorização para construir e operar ferrovias no Brasil? Na opinião de V. Sas., deveria haver alguma restrição nesse sentido? A ANTT dispõe de dados ou informações sobre a autorregulação em outros países para fins de *benchmarking* de autorregularização brasileira?

Se o Senador Serra quiser fazer alguma consideração... Caso contrário, eu vou passar para o próximo palestrante.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu queria aproveitar para novamente agradecer ao Senador Jean Paul, que resultou em um elemento indispensável para a progressão do projeto.

E passo à Mesa um artigo que publiquei no *Estadão* que resume, de maneira didática, o projeto e que talvez pudesse ser distribuído. Tem a vantagem de que é escrito por um leigo para leigos, porque eu sou leigo no assunto, apenas me dediquei agora a compreendê-lo melhor, em função da preparação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do projeto, a entender mais a matéria. Mas gostaria de que esse artigo fosse distribuído, porque creio que seria muito útil para todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Se der tempo, inclusive, se for o caso, a gente pode até depois ler o próprio artigo aqui, viu, Senador Serra?

Eu vou, então, agora convidar o Sr. Jerônimo Miranda Netto, Presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores Ferroviários da CUT – FITF/CNTT/CUT.

O SR. JERÔNIMO MIRANDA NETTO – Senador, Alexandre Porto, eu os saúdo e, ao saudá-los, saúdo toda a Mesa e todos os presentes também.

Há um artigo... O Banco Mundial publicou um artigo falando de ferrovia e economia. Ele diz o seguinte: cada país está relacionado à ferrovia e à economia; se um país quiser se desenvolver, tem que investir na infraestrutura, principalmente na infraestrutura ferroviária. Esse é um dado bastante importante para nós.

Nós ouvimos, aqui no Brasil, ao longo do tempo, pouco se falar em ferrovia, e retoma-se a rede ferroviária e os termos da rede ferroviária que se vinha explorando aqui, o serviço ferroviário. Ela foi privatizada justamente por isto, porque se dizia que era antieconômica, burocrática e monopolista. E fizeram as concessões ferroviárias em cima desses três pilares. De lá para cá, estamos em torno de 25 anos das concessões, não se viram muitas mudanças sob o ponto de vista monopolista, sob o ponto de vista econômico, para desenvolver a economia do nosso País. E aí se pergunta hoje como é que a gente quer o setor.

E o setor ferroviário... E, nesta oportunidade, eu tenho que agradecer ao Senador José Serra pelo debate, porque, no nosso País, infelizmente, não se discute infraestrutura sob o ponto de vista da intermodalidade. Não há como, num país intercontinental, a gente ficar discutindo um só modal ferroviário ou acharmos, nós brasileiros, que vamos crescer da forma como estamos constituídos hoje. Isso não é verdade, estamos mentindo para nós mesmos.

Hoje nós temos pouco mais de 10 mil quilômetros de linha e achamos que estamos aí, principalmente as operadoras privadas acham, no caminho desenvolvimentista. Não! Nós da nossa Federação achamos que o Estado brasileiro tem que fazer um projeto de desenvolvimento baseado na economia brasileira, no desenvolvimento do País, para crescer economicamente, fazer como outros países industrializados fizeram, pegar o exemplo – por que não? – da China, que, há 30 anos, era uma economia que não crescia, e viu que investir na ferrovia iria alavancar a economia do país, e hoje é o que é.

Também esse projeto de lei, que está baseado no próprio marco regulatório dos Estados Unidos, que também não era lá essas coisas, hoje está totalmente diferente. Por quê? Todos esses países levaram em conta o desenvolvimento e a infraestrutura.

Vou chamá-los de colegas: os colegas aqui do Ministério da Fazenda e da Economia falaram de todo o investimento que o País não pode fazer por falta de investimento na infraestrutura. Olha, então, o nosso País está fadado a não se desenvolver; o nosso País está fadado a andar em passos pequenos, porque a única... Se não fizermos a intermodalidade, isso não vai acontecer.

E aí nós fizemos um estudo desse projeto, que é um projeto que vai dar uma nova sobrevida no sentido privado do transporte ferroviário, mas temos que levar alguma coisa em consideração em relação ao Estado e em relação ao que há hoje, porque, se não resolver, vai ficar a mesma coisa, que são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os gargalos ferroviários, os monopólios. E, a nosso ver, esse projeto aqui tratou de maneira igual, deixou como está.

Então, eu vou ler aqui, porque fica mais legal. E também, Senadores, a gente vai enviar para a Casa essas nossas sugestões. São o questionamento ao PLS 261, de 2018.

A meu ver, o PLS 261 propõe uma mudança radical no marco regulatório de ferrovias no Brasil. As ferrovias todas, as novas que serão construídas e as atuais que poderão ser adquiridas, poderão passar a ser propriedades privadas, deixarão de ser um serviço público, passando a ser uma atividade econômica, deixando de ser reguladas pelo Estado, passando a ser autorreguladoras.

Constatação.

Entendo que o setor que hoje é monopolizado e verticalizado, restrito ao acesso de outros operadores e com preços abusivos a terceiros, terá, com o PLS 261, caso seja aprovado e sancionado, com as atuais condições do monopólio, os preços abusivos agravados.

O transporte ferroviário é serviço público. O transporte ferroviário consiste em atividade de competência do Estado, conforme estabelece a Constituição Federal em seu art. 21, que diz: "Compete à União: [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:" – na alínea "d" diz o seguinte –: "os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território". No dispositivo constitucional está a ideia de que o serviço público pode ser realizado diretamente pelo Estado ou, indiretamente, mediante autorização, permissão ou concessão, autorregulamentação ou desregulação, que estava competindo com a regulação.

A Constituição Federal brasileira expressa em seu art. 174 a noção de regulação: "Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado".

Na leitura desse dispositivo, nota-se que a Constituição Federal determina certas funções ao Estado: fiscalização, incentivo e planejamento, sendo essas atribuições próprias de agentes normativo e regulador da atividade econômica. Acho que não se encontra na Constituição Federal amparo para o Estado delegar essa função a órgão do próprio setor privado, o que se chama autorregulação.

O setor ferroviário se enquadra na categoria dos monopólios naturais, visto que os custos de investimentos acabam por culminar em intransponíveis barreiras à entrada, fazendo com que o mercado funcione de forma mais eficiente com apenas um agente, em um setor com forte presença de economia, escala e escopo.

O monopólio natural pode apresentar resultados distributivos indesejados, caso não regulado, com os altos preços e reduzida oferta de serviço, resultando em perdas à sociedade, inviabilidade econômica da existência de duas ou mais ferrovias em territórios próximos, por isso caracterizando-se como monopólio natural. Confere-lhe a qualidade de recursos escassos que, quando não regulados, geram um problema de acesso à infraestrutura para aqueles que são não proprietários ou não concessionários.

Dadas essas características e a relevância do transporte ferroviário para o País, se justifica a opção política e constitucional de atribuir a titularidade da infraestrutura ferroviária ao Estado e a opção institucional por regular o acesso à infraestrutura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O modelo norte-americano de regulação ferroviária, fonte de inspiração do PLS 261, o atual modelo regulatório do setor ferroviário americano, aparece bem distinto do proposto Surface Transportation Board, que é a agência reguladora do transporte ferroviário lá nos Estados Unidos. A STB é uma agência de regulação econômica que o Congresso encarregou das missões fundamentais de resolução de disputa sobre tarifa e serviço ferroviário e de revisão das funções ferroviárias. A STB é independente, embora seja administrativamente vinculada ao departamento de transporte. A diretoria, ou os conselhos, é composta por cinco membros nomeados pelo Presidente dos Estados Unidos da América e confirmados pelo Senado por um período de cinco anos.

A desapropriação por ente privado e a exploração do serviço, que é o nosso quarto ponto, a exploração do serviço ferroviário é uma exploração imobiliária. O PLS possibilita a exploração de negócios imobiliários, operações urbanas pelo proprietário da ferrovia. Nada a ver com ferrovia; nada! Nós estamos falando de especulação imobiliária.

O PLS autoriza as empresas privadas a promoverem ações de desapropriação de área urbana, o que hoje só é feito pelo Poder Público, e o ganho com essas operações, ou seja, a receita decorrente da revenda ou da exploração imobiliária dos imóveis produzidos nessa área desapropriada será do privado, o resultado da venda, não é?

Princípios que devem permear o PLS 261: interoperabilidade associada ao sistema ferroviário; direito de passagem obrigado e prioritário com percentual mínimo; volume de capacidade para o trem; definição de tarifa para o direito de passagem; precificação ou patamar em relação ao frete rodoviário; obrigatoriedade de desenvolvimento de modelo de precificação e de compartilhamento da via pelo direito de passagem; definir como se dará a precificação e/ou o teto tarifário em relação ao frete rodoviário ou um percentual máximo em relação à tarifa de carga própria; definir o nível de disponibilidade de capacidade de transporte aos outros concessionários e outros operadores ferroviários independentes...

(Soa a campanha.)

O SR. JERÔNIMO MIRANDA NETTO – ... que não pode ser inferior a 30%.

Outras alterações, muito rapidamente, em cima da Lei 13.448, de 2017, que diz o seguinte:

1) alterar o art. 37 da própria lei das concessões e as suas prorrogações a serem outorgadas pela ANTT e pela Antaq para exploração de infraestrutura, precedida ou não de obra pública, ou para a prestação de serviço de transporte ferroviário, associada à exploração da infraestrutura. Não poderá ter caráter de exclusividade quanto ao seu objeto, nos termos do edital e do contrato, devendo as novas concessões serem precedidas de licitações disciplinares em regulamento próprio aprovado pela Diretoria da agência.

2) definir investimento para efeito de a prorrogação não considerar investimento para o *sustaining* como investimento.

3) a justificativa para a prorrogação antecipada é antecipação de investimento. Portanto, faz sentido um cronograma de investimento no período posterior ao término original do contrato que justifique a prorrogação.

Então, senhoras e senhores, era isso que a gente tinha a colocar.

Agradeço a paciência dos ouvintes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Nós agradecemos.

E, antes de chamar aqui o nosso Senador Jean Paul para me substituir, eu quero ler o introito do artigo do Senador José Serra, no *Estado de S. Paulo*, em que ele coloca que:

A história ferroviária do Brasil é um inventário de grandes oportunidades perdidas. E o resultado desse erro histórico é visível por toda parte. A dimensão de nossa rede de ferrovias e o volume transportado estão muito aquém da dimensão da economia brasileira. Sétima economia do mundo, o Brasil está na 88ª colocação no *ranking* internacional de qualidade da infraestrutura ferroviária.

Nossas ferrovias transportam esqueléticos 15% das cargas nacionais (em toneladas por quilômetro útil) – proporção semelhante à que prevalecia em meados da década de 1990. Em extensão de trilhos ativos, retrocedemos aos níveis do começo do século 20, apesar dos avanços em produtividade e segurança das concessões ferroviárias atuais.

No transporte urbano de passageiros, a participação do modo ferroviário é também pequena – quadro imperdoável para um país tão urbanizado. Nossas grandes cidades sofrem com engarrafamentos que asfixiam sua produtividade e castigam o morador da periferia.

No transporte de passageiros interurbano, é quase total nossa dependência pelo modo rodoviário.

Parte do nosso atraso ferroviário se deve, é óbvio, à falta de investimentos públicos no setor, mesmo quando se somam as concessões ao setor privado. Temos apenas 20 mil km de ferrovias ativas; 5,1 mil km ainda estão nas planilhas de projetos e outros 8,5 mil km jazem abandonados entre a ferrugem e o capim.

É preciso investir em nosso parque ferroviário, para carga e passageiros. [...]

Quanto aos trens de passageiros, ainda prevalece o mito de que são sempre antieconômicos, só se tornando viáveis com pesados subsídios estatais. No entanto, a realidade pode ser diferente. As experiências japonesa e norte-americana mostram que a exploração imobiliária do entorno das estações permite a sobrevivência de serviços de transporte de passageiros integralmente privados.

Mais ainda, é possível criar instrumentos urbanísticos que incentivem novas linhas. Um deles é o parcelamento [...], expediente comum em países asiáticos, pelo qual imóveis antigos são substituídos por novos, mais adequados ao empreendimento ferroviário.

Eu quero inclusive dizer que, nesse aspecto, no meu Estado, Mato Grosso, na nossa capital, nós temos lá, Senadora, o VLT, do qual foi começada a implantação na Copa do Mundo, mas é uma obra que infelizmente está ali abandonada. Foram iniciados os trilhos, o Governo também antecipou a compra dos veículos, dos carros de alta tecnologia, que estão lá parados, ficando obsoletos, mas não foi dada continuidade à obra. E ficou a disputa política prevalecendo sobre o interesse da população. É uma obra para a qual, da mesma forma, acredito que o Governo pode encontrar solução para que ela funcione, já que o VLT também é um meio de transporte altamente eficaz. Há o exemplo de Lisboa, uma capital que não é tão expressiva assim em termos de tamanho populacional, e lá temos todos os modais: trem, VLT, BRT e ainda o próprio transporte rodoviário de passageiros através dos ônibus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acredito que no Brasil, infelizmente, nós temos muito que discutir esses investimentos e também o modelo da operação.

Senador Jean Paul, o objetivo da audiência não é esse, mas acho que a gente precisa discutir também o modelo de operação mais eficaz de transporte de passageiros, exatamente na intermodalidade necessária. Porque o "rodoviarismo" tem sido responsável também por um grande impacto social na saúde, uma vez que o volume de acidentes que ocorre no Brasil hoje é maior do que o de muitas guerras no mundo. São mais de 50 mil mortes por ano no transporte rodoviário. E ainda insistimos em ampliar as frotas, principalmente criando programas subsidiados através... E as nossas estradas estão sobrecarregadas.

Então, talvez se levarmos em conta só o custo social que o Brasil tem com esses acidentes, seria um volume de recursos suficiente para construir muitas ferrovias e talvez outras alternativas; sem falar no meu Estado, no caso, o Mato Grosso, por exemplo, um Estado que começou, surgiu principalmente através da Hidrovia Paraguai-Paraná. E, infelizmente, decidiram que a hidrovia não poderia mais funcionar, pelos impactos ambientais.

Eu sempre tenho insistido em que hoje, com a tecnologia existente no mundo, não são mais os rios que se adaptam às embarcações. É perfeitamente possível, pela tecnologia existente, fazer com que as embarcações se adequem à realidade de cada possibilidade de navegação.

Eu penso que essa riqueza que Deus nos deu a gente precisa saber utilizar a bem da população, da geração de emprego, geração de renda, maior competitividade, porque somos um País exportador de *commodities*: das *commodities* minerais, das *commodities* agrícolas, da agropecuária de um modo geral, que precisa de muito volume para fazer o seu transporte. Então, eu que sou do Estado do Mato Grosso, do centro geodésico... A nossa capital é o centro geodésico da América do Sul. Estamos no coração do Brasil. Então, a capacidade que tem o produtor de produzir é imensa. Nós temos um dos maiores índices de produtividade do mundo. Agora, como lá diz, o produtor é muito competente da porteira para dentro; da porteira para fora, deve ser responsabilidade do Estado realmente.

Por isso esta discussão aqui é fundamental. Espero que de fato a gente consiga trazer, tirar desta reunião aperfeiçoamento para projetos dessa natureza.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se me permite, Senador, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Só para complementar a sua colocação, quero avisar também ao público que esta é a primeira de uma sequência de audiências públicas. Esse é um assunto bastante complexo, que envolve inclusive modais diferentes, intermodalidade, e usuários de diferente natureza. Então é um assunto, obviamente, que envolve uma regulação de extrema complexidade. É só para informar que, evidentemente, esta é a primeira da sequência. Nós teremos, talvez, mais uma e, se for necessário, até uma terceira audiência pública ao longo desse período.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Acredito que sim.

Então, eu quero convidar o Senador Jean Paul para assumir os trabalhos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E já convido o próximo palestrante, que é o Luiz Henrique Teixeira Baldez, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut).

O SR. LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Podemos começar?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Sim, Baldez. Obrigado pela sua presença.

O SR. LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Boa tarde a todos.

Obrigado pelo convite, Senador Jean Paul.

Boa tarde a todos os senhores.

A nossa fala tem o seguinte objetivo: nós não somos contra o conceito da autorização como uma forma de viabilizar novos investimentos; muito pelo contrário, porque nós precisamos de investimento. Como eu represento o usuário, o dono da carga, aquele que paga pelas eficiências e ineficiências da logística brasileira, quer dizer, mais ineficiências do que eficiências, e, no fundo, muita coisa é repassada para a sociedade – quer dizer, no fundo, a sociedade está pagando por essas ineficiências –, nós nos achamos no direito também de solicitar esta participação para, ao concordar com o projeto, propor algumas contribuições que nós achamos que são adequadas ao momento.

E quero lembrar o seguinte: este momento é importante, porque se nós não resolvermos uma série de problemas estruturais do sistema ferroviário brasileiro, só vamos voltar a nos encontrar daqui a 40 anos. Provavelmente, eu não vou mais estar aqui debatendo. Posso até estar ajudando em algum momento, mas provavelmente não estarei.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Já nasceu no Brasil, no mundo, não é?

O SR. LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – É.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E vai viver 120 anos. Fique tranquilo.

O SR. LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Tomara!

Bom, primeiro, quero... Essa contextualização... Alguma coisa já saiu, mas eu só quero lembrar isto aqui: a nossa malha ferroviária movimenta 500 milhões de toneladas. Vou dar números redondos para não ficar muito... São 500 milhões de toneladas e 80%, ou perto disso, é minério de ferro. Portanto, a nossa malha é de um produto.

Segundo ponto. Eu tenho dois grandes grupos que dominam a ferrovia brasileira: o Grupo Vale e o Grupo Cosan, como já foi dito aqui. Portanto, eu tenho um sistema ferroviário de um produto e duas concessionárias.

Recentemente, o Ministro Paulo Guedes fez uma fala que eu vou repetir aqui, vou tomar emprestada dele. Ele disse assim: "Olha, o Brasil hoje tem duas companhias aéreas, três empresas de gás, uma empresa de refino, cinco bancos e 200 milhões de patos". Não sei se alguém ouviu isso aqui. Eu acrescentaria, além das duas companhias aéreas, três empresas de gás, uma empresa de refino e cinco bancos, duas concessionárias de ferrovias e um operador ferroviário por malha. E 200 patos para pagar essa conta.

Então, o que nós precisamos – e aí é que eu estou trazendo a nossa contribuição, a contribuição da Anut – é mitigar o monopólio sob o qual nós estamos subjugados no setor ferroviário. As tarifas ferroviárias são semelhantes, ou são iguais, ou muito pouco abaixo dos fretes rodoviários, como já foi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dito aqui. E pior, nós usuários não temos o direito de espernear, porque a maioria das empresas, ou muitas delas, são chamadas de usuárias dependentes; são empresas que dependem do setor ferroviário. Se eu não concordar com aquela postura do concessionário, como é que eu faço? Ou sim ou não. Não tem alternativa. E eu vou propor como nós poderíamos dar um passo adiante nisso.

Bom, aqui é só um resumo. Essa documentação vai ficar aqui.

Aqui os trechos abandonados. Você vê que nós temos malha em que mais de 90% está abandonado, malhas que poderiam estar operando com outros *players* que normalmente não têm essa anuência.

Veja como é a nossa malha. Já foi dito aqui: baixa densidade, 30 mil – e nós estamos colocando 13 mil. A *Revista Ferroviária* fala em 10 mil, me parece, ou seja, são 40% ou 60%, mais ou menos, entre operada e abandonada. Eu só tenho 10% de compartilhamento de via, ou seja, em TKU, o sistema ferroviário brasileiro movimentou, no ano passado, 400 bilhões de TKU e, em compartilhamento de via, 40 – 40 dividido por 400 é 10, não tem jeito, não é outro número. São estatísticas da ANTT, nós tiramos de lá.

A velocidade média é de 17km/h. Provavelmente, qualquer um de vocês que corre deve dar banho nessa...

A distância média. Por que é tão pequena? É a do rodoviário a distância média. Porque a ferrovia roda dentro da sua malha, ela não vai na malha do outro, ela não vai pegar uma carga, ela não compete com a outra, ela fica ali como fliperama.

Toda essa mazela, vamos chamar assim, é porque nós ainda insistimos em continuar as discussões da ferrovia como monopolistas.

Muito bem. Aqui está o resumo. Evidentemente esse modelo é anticompetitivo, é ineficiente e não reduz o custo logístico.

O que a gente tem que fazer? Primeiro, nós estamos ouvindo o Governo e o Ministério da Economia falarem sempre em algo que nós ouvimos e aprovamos: competitividade, produtividade, concorrência, segurança jurídica e atualização do arcabouço institucional, o que realmente já precisamos fazer há algum tempo. Muito bem. Ora, se eu tenho isso, o que nós vamos fazer? Um modelo conceitual.

O que nós temos de fazer, no caso do projeto de lei que nós estamos debatendo? Eu trouxe esta figura só para mostrar os extremos que nós já analisamos no País: o modelo chamado vertical, que é o modelo de uma concessionária e um operador; e o modelo aberto, que, mais ou menos em 2011, 2012, nós chegamos a debater com o Governo, em que há um concessionário da infraestrutura e n operadores ferroviários independentes, portanto, um modelo totalmente aberto.

É claro que eu tenho essas concessões atuais com os seus contratos e suas regras. E não podem ser simplesmente rasgados porque nós queremos transformar o modelo vertical em modelo aberto. Não pode ser assim. Porém, se os concessionários querem avançar em prazo, por que eu já não aproveito as negociações de prorrogação das atuais concessões e peço que eles deixem outros operadores passarem por suas malhas? Por que essa visão de que eu só eu posso operar a malha e não dar o direito ao usuário de escolher o seu transportador? Essa discussão precisa ser enfrentada.

O que nós chegamos a propor algum tempo atrás é o que estamos chamando de modelo compartilhado, em que a concessionária monopolista cede uma parte da sua capacidade para que o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado opere. Existem empresas associadas que querem se tornar operadores da sua carga, e hoje infelizmente não podem fazer isso.

Aqui é só para vocês entenderem como é o modelo atual, em que eu tenho lá em cima um concessionário só, e ele é concessionário também da infraestrutura. O segundo modelo é o totalmente aberto, em que o concessionário é só da infraestrutura e os operadores são operadores independentes, e o modelo compartilhado, em que eu tenho dois, três, quatro, dez operadores da malha. O problema é como é que eu vou fazer a integração dessa malha para que um operador, lá de Itaqui, no Maranhão, possa acessar o Porto de Santos. Ele vem pagando o pedágio que tem que pagar em cada uma das ferrovias, mas sai de Itaqui e chega a Santos, se assim ele desejar, se assim for econômico. Como é que eu faço...

Portanto esta é a grande questão: como é que eu compatibilizo este cenário atual com as diretrizes de competição. Se eu tenho o monopólio, como é que eu introduzo a competição, que é o discurso do Governo atual. A estratégia é esta: primeiro, integração das malhas através da interoperabilidade e do direito de passagem.

Mas Fernando é um belo nome também!

E o que que eu faço depois da integração? A competição no transporte, através do operador e da disponibilidade de capacidade para que terceiros façam esse transporte. E aí chega o PLS. Como é que eu vou apoiar o PLS e pedir assim: "PLS 261, resolva-me alguns problemas estruturais, aproveite a oportunidade e resolva alguns problemas estruturais do setor!".

E aqui vem a nossa proposição.

Quero lembrar que nem todos aqueles trechos abandonados ou de baixa utilização são plenamente viáveis para voltar a operar. Pode ser que muita coisa não seja possível, porém quem tem que dizer isso é o mercado. O Governo tem que dizer ao mercado: "Alguém se habilita a recuperar e operar este trecho? Eu dou autorização para você fazer isso". E deixa o mercado responder: "Não, não quero, ninguém quer, ninguém apareceu". Pronto! Fecha e faz uma rodovia, faz o que quiser, o Governo resolve a questão. Porém, se quiser, o mercado pode dizer: "Não, eu me habilito; pelo instituto da autorização, eu entro, recupero e faço o investimento. Mas tem um problema: como é que eu vou sair"...

Pegue aqui... É porque aqui não está funcionando... Aqui está certo. Apertei o botão errado.

O que eu quero dizer é o seguinte: Se eu tenho um ramal, ou um trecho que se conecta naquela linha central, vamos chamar assim, no eixo, se ele não tiver o direito de passagem, ele morre. Ele morre quando se conecta lá e o concessionário diz: "Não, aqui tu não passa".

Então o autorizatário de um trecho que a gente tá chamando de *shortline* tem que ter o direito de recuperar, operar e atingir um porto. Senão ele vai fazer o quê? Ele vai ficar rodando só dentro do pedacinho? Se for um trecho de 300km, de 200km, ele vai ficar rodando, indo e vindo, só 200km? Por que ele não passa pela malha e atinge o porto?

Então a regra do direito de passagem é fundamental.

Aqui é um mapa só para mostrar... Porque nós estamos falando de malha. Muitas vezes, e aqui a gente já repetiu a questão do TUP portuário, o TUP portuário está no sistema portuário brasileiro, mas não funciona em malha. Ele é um terminal que opera navio, o navio vai embora, ele opera o segundo navio e assim por diante. Aqui não, aqui você está em malha, são vasos comunicantes para dar eficiência, para dar produtividade e para dar competição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da entidade regulatória. A entidade regulatória, nós chegamos a propor, como está no PLS — de autorregulação, desculpe-me —, está no PLS 60% dos concessionários e 20% dos usuários. A minha primeira pergunta é: mas por que o usuário tem tão baixa representatividade, como se a carga não tivesse grande representatividade, como se a carga não fosse a vida do concessionário, como o concessionário é a vida da carga?

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Então eu propus no projeto – não cheguei a propor, mas cheguei a discutir – que houvesse uma força igualitária, a participação do concessionário e do usuário. Por que eu vou... Com menos representatividade?

Depois nós evoluímos para o seguinte, aliás, através de uma audiência pública ou tomada de subsídio, agora eu não estou lembrado, da ANTT, que criou o conselho de usuários, ou que quer criar o conselho de usuários. Então nós evoluímos para a seguinte proposição: nós temos a malha, totalmente ou concessionada ou autorizada, eu tenho a entidade de autorregulação totalmente do concessionário, não teria usuário lá dentro, é uma entidade de regulação operacional, de interoperabilidade, de sistemas de comunicação, do que for, mas operacional, e o conselho de usuários, que seria o conselho para verificar a isonomia, a equidade de aplicação, lutar contra o abuso do poder econômico e defender os interesses dos usuários naquela malha. E o poder concedente, a ANTT, o Minfra, ou o que for, tenha a parte de homologação da regulação. Portanto a entidade autorreguladora pode fazer a regulação de segurança, mas quem tem que fazer a homologação é o poder concedente, e o poder concedente faria a regulação econômica exatamente para evitar o abuso de poder, porque em muitos casos a ferrovia é monopólio natural. E o conselho de usuários teria essa função também.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Portanto, nós estamos propondo alguns ajustes. O primeiro deles é que naquele início de conceito se colocasse, por exemplo, o modelo aberto. Por que eu não posso, como investidor, dizer: Olha, eu não quero operar a malha, eu quero fazer uma malha e que aqui passe quem quiser", como é o TUP? O TUP antigamente tinha negócio de carga própria, quem é da área portuária sabe isso. Hoje isso já acabou. Então a pessoa pode simplesmente investir num terminal e quem quiser opera no terminal dele. Assim alguém pode, se quiser, fazer um investimento de via sem operar. Ele presta um serviço de infraestrutura. Teria que incluir conceitos de operador ferroviário independente, de sistemas isolados e sistemas integrados. O que é o sistema isolado? É a Ferrogrão. A Ferrogrão é um sistema que não está conectado à malha, então pode autorizar, pode operar, pode fazer da forma que quiser. Aquilo é um sistema isolado, é como se fosse uma PHC de uma fazenda qualquer num sistema elétrico.

O direito de passagem e *shortline* tem que ser definido também.

Os outros ajustes adotaram-se como: tem que fazer o texto – nós não fizemos o texto, só estamos trazendo o conceito –; prever dois tipos de projetos, que podem ser pelo sistema de autorização, o trecho isolado e o integrado, mas tem que haver uma regulação para a integração da malha; regra de interoperabilidade, direito de passagem, operador ferroviário, liberdade tarifária e vedação do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

monopólio. Vedação do monopólio! Se a lei vier dessa forma, vai ser um avanço, porque é o monopólio que traz problemas a qualquer economia.

A entidade regulatória, na nossa proposição, seria nacional, eu teria uma entidade regulatória nacional, apesar de o projeto de lei falar em entidades regulatórias, dando a impressão que tem mais de uma. A nossa proposição seria uma entidade nacional e também já colocaria a previsão legal da criação do Conselho Nacional de Usuários. Essa entidade nacional teria que ter esta característica: só concessionário e autorizador, e teria que ter princípios que deveriam vir na lei: equidade, transparência, respeito ao usuário, isonomia regulatória e ética.

Aí vem, eu vou deixar aqui, eu já passei totalmente do meu tempo, mas aqui estão em vermelho todas as propostas de alteração no caso da entidade regulatória nacional. As propostas de inclusão sobre o que cabe ao poder concedente e o que cabe, os objetivos da regulação econômica.

Aqui a entidade nacional, o Conselho Nacional de Usuários, inclusive com aquela possibilidade de criação das comissões tripartites, aí sim, poder concedente, concessionário e usuários. Isso já está na proposição da ANTT, dessa forma, é uma bela ideia. E os ajustes de alguns marcos legais que existem hoje, que precisam também ser ajustados, como o Decreto 1.832, que diz que o obrigatório é o tráfego mútuo, e não direito de passagem. Teria que ser o inverso: o obrigatório é o direito de passagem e, em não havendo possibilidade de direito de passagem, evidentemente faz-se o tráfego mútuo.

E aqui estão todas as nossas proposições, tanto de ajuste dos marcos legais, quanto do infralegal no caso da Agenda Regulatória da ANTT.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado Baldez, eu vou...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero só registrar a presença do Senador Jayme Campos, da Senadora Zenaide, do nosso Estado, lá do Rio Grande do Norte... Quem mais chegou aí?

Vice-Presidente, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu gostaria de registrar a presença aqui do Dr. Valter Luís de Souza, que é Diretor de Relações Institucionais da CNT. Como eu disse, a CNT tem sido uma grande parceira nossa, da Frenlog. Ele está aqui em nome também do Presidente Vander, com certeza, também apoiando essas iniciativas para que possa melhorar nossa infraestrutura aqui e também a logística brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Vamos inclusive chamar a CNT para a próxima audiência. Pelo menos na segunda, estará presente conosco.

Obrigado pela sua presença.

Pessoal, só uma parada para organização, antes de o Luís falar, aliás, o Fernando, por favor.

Nós estamos discutindo aqui, para quem está em casa nos assistindo pacientemente, à mudança do regime regulatório das ferrovias. Nós hoje temos concessões que, a nosso ver, já são consideradas arcaicas. Há vários tipos de concessões setoriais no Brasil, elas são basicamente de iniciativa do Estado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm controles muito rígidos, inclusive contábeis, e isso se deve ao fato de, numa concessão, aquele ativo que foi investido, ao final da concessão, reverter para o Estado. Então tudo tem que ser muito controlado, basicamente pelo princípio da reversão. E há um investimento por vezes parcialmente público, ou às vezes totalmente público, através de desapropriações, construção civil propriamente dita da própria ferrovia, no caso, como a Valec etc.

Nós estamos migrando, com esse projeto de lei, estamos tentando migrar, Senadora Zenaide, para um regime de autorizações que, apesar de ser um regime que privilegia a iniciativa privada, do ponto de vista da iniciativa de propor projetos de interesse setorial, grupal, não exclui, absolutamente não exclui o papel do Estado, tanto com política setorial como com política principalmente regulatória.

Há uma confusão que eu estou começando a perceber aqui em função do processo, do arcaísmo desse processo das ferrovias, que acaba confundindo um pouco os próprios papéis, no PowerPoint, onde eu vi, o papel do poder concedente e do poder regulador num mesmo lugar. Isso é um erro crasso em regulação do Poder Público. Isso tem que ser separado. Por isso eu fiz inclusive menção aqui aos palestrantes dos ministérios *versus* palestrantes de agências reguladoras. Apesar de as agências reguladoras estarem vinculadas a ministérios, elas têm determinados graus de autonomia.

E uma outra coisa que eu queria salientar aqui, Senador Wellington, também, é que nós teremos que trabalhar arduamente na especificação da regulação do monopólio natural. Ferrovia é, por excelência, um monopólio natural. A exceção é não ser monopólio natural quando é de interesse privado ou interesse particular. E quando eu falo privado, não falo *versus* público e sim *versus* coletivo.

Então quando se fala, por exemplo, de direito de passagem e tráfego mútuo, está-se falando de regulação do monopólio natural. Quando se está falando de tarifa *versus* preço, quando se coloca preço, não quer dizer que ele vá ficar livre totalmente, não. E às vezes causa espécie a própria agência reguladora declarar isso. Não é isso!

Se houver absurdos e abusos, a agência, em primeira instância, vai mediar, vai procurar acordos, vai procurar saber a razão pela qual o preço, e não a tarifa, também está abusivo, porque está explorando ou de alguma forma se valendo do próprio monopólio natural. E, quando eu digo monopólio natural, ele não é instituído por lei, é um conceito econômico, é quando é mais eficientemente exercida uma atividade econômica por um, e apenas um, agente do que por múltiplos. O caso mais extremo é o metrô, é o mais fácil de entender. Ninguém faz três metrôs para poder escolher em qual metrô vai andar e para fazê-los competir em tarifa. Você não vai esburacar uma cidade toda para fazer três linhas de metrô para poder uma competir com a outra. Então, a sociedade faz um pacto. Isso se dá na economia. Isso ocorre nos Estados Unidos, na Rússia, em qualquer lugar. Isso é da natureza dos sistemas de rede, como uma linha de transmissão, como um gasoduto e também como uma ferrovia. A diferença é que a ferrovia tem determinadas especificidades, que é o próprio fato de ter unidades de carregamento etc.

Mas é disto que estamos falando aqui: estamos saindo de um regime de concessões para autorizações, mas não estamos, em absoluto, propondo e não permitiremos que se proponha a diminuição do papel da agência reguladora e do ministério como política setorial. É importantíssimo que a gente retenha isso, para não ficar parecendo também que vai virar um "liberou geral", como o Baldez talvez tenha colocado que pudesse temer, em função do exercício de um monopólio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, há a questão de vedar monopólio. A expressão é um pouco forte, mas, na verdade, não se veda o monopólio, porque ele já existe – como eu disse, ele é natural. O que se vai regular, e por isso eu saliento de novo o papel específico da agência e, eventualmente, em segunda instância, aí sim, do Cade, dos órgãos da concorrência, mas como segunda instância e não como a primeira... É que justamente não dá para vedar o monopólio; ele é de fato, ele está ali. Então, você vai coibir atitudes ou ações não competitivas, exploratórias, junto ao carregador ou junto ao próprio operador da ferrovia. Então, nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

Esse projeto é muito complexo. Por isso, salientei a necessidade de várias audiências públicas – talvez duas, talvez três – e, muito mais do que as audiências públicas, das reuniões que nós vamos fazer com todas as partes, com usuários, com trabalhadores, com o Governo. Então, preparem-se, que a viagem vai ser intensa – eu não diria que será longa, porque, se a gente trabalhar de forma bastante concentrada, a gente vai conseguir entregar isso no prazo que eu prometi ao Ministro Tarcísio, inclusive em duas reuniões com ele já. Não se preocupe, não vá dizer a ele que a gente vai demorar dois anos, não, porque a gente não vai. Vamos cumprir o prazo, mas vamos trabalhar muito intensamente, porque esse talvez seja o último setor que temos que modernizar em termos regulatórios.

E, quanto à agência, nós precisamos de vocês. Vamos precisar conversar muito, porque temos umas assimetrias em relação ao entendimento disso.

Quero lembrar que a minha experiência nisso – por estar falando aqui tanto – vem dos anos 90, quando nós fizemos as agências reguladoras. Eu participei do grupo com o então Ministro Sérgio Motta e da feitura da Lei do Petróleo, da Lei do Setor Elétrico, dois setores que têm monopólios naturais inseridos na sua estrutura. Então, eu estou falando aqui de uma coisa que eu estudei profundamente nos anos 90 e que deu certo. Foi feito naquela época, prospera até hoje, e é por isso que algumas agências existem funcionando melhor do que as outras, mas todas estão aí igualmente fortes, passando por vários Governos, de esquerda, de direita, de centro, enfim, são hoje parte da estrutura do Estado brasileiro.

Fernando, por favor... Obrigado.

O SR. FERNANDO SIMÕES PAES – Boa tarde a todos e a todas!

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao Senador Jean Paul pelo convite e pela oportunidade e de aproveitar para mencionar que foi com grata surpresa que conhecemos o Senador trabalhando na discussão desse projeto de lei. Eu acho que acabou de mostrar justamente a impressão que nós tivemos antes. É um Senador que tem um conhecimento técnico dessas áreas de infraestrutura e da questão regulatória, o que vai permitir uma discussão muito profícua desse projeto de lei.

Acho que cabe também elogiar a postura do Senador José Serra pela iniciativa de propor esse projeto de lei. Estava mais do que na hora de o Brasil voltar a discutir o Marco Regulatório do Setor Ferroviário com o objetivo de modernizá-lo.

Aproveito, nesse ponto, para cumprimentar a Consultoria desta Casa, do Senado, que contribuiu muito com esse trabalho. Vou aproveitar para fazer esse cumprimento na pessoa da Liliane, que está aqui na sala, em nome dos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aproveito para referendar e corroborar isso. Foi um lapso de memória.

Obrigado, Liliane.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO SIMÕES PAES – Eu queria também cumprimentar... Acabou de deixar a sala o Senador Wellington Fagundes, em nome de quem eu cumprimento todas as autoridades. O Wellington Fagundes está à frente da Frenlog.

Aproveito também para saudar aqui o Deputado Edinho Bez, que também está colaborando com a iniciativa da Frente Parlamentar da Logística e com o Instituto Brasileiro de Logística, que vai ser tão importante para o desenvolvimento do setor.

Além disso, acho importante a gente rapidamente trazer alguns dados do setor ferroviário nos últimos 21 anos, que foi justamente o período das concessões.

Eu acredito que, com todas as dificuldades que a regulação no Brasil coloca para a concessão, que é justamente o que a gente está discutindo aqui, houve avanços inequívocos no setor ferroviário. Eu acho importante lembrar que, nos anos 90, a Rede Ferroviária Federal estava praticamente em via de falência. Ela incorria num ônus financeiro para a União Federal naquela época de R\$300 milhões ao ano. E a gente atualizou esse valor. A gente estaria falando agora de R\$1 bilhão em valores atualizados. Então, a decisão de fazer a concessão desse serviço para o setor privado trouxe alguns avanços que são objetivos, apesar de a gente entender que outros avanços são necessários.

Nesse período, o setor arrecadou mais de R\$40 bilhões entre tributos, outorgas e a taxa de arrendamento. Então, a União saiu de uma operação deficitária, extremamente deficitária, para uma operação hoje, financeiramente apenas falando, que traz recursos para a União, e esses recursos são utilizados pelo Tesouro Nacional numa série de políticas públicas.

O setor investiu mais de R\$90 bilhões, em valores também atualizados, desde 1997 até 2018, em investimentos todos privados. E se, durante esse período, os investimentos privados já foram muito superiores aos do setor público, se a gente pensar o período que o Brasil vive hoje, essa discrepância vai aumentar ainda mais. A União Federal está esgotada do ponto de vista financeiro, e esses aportes fundamentais na infraestrutura necessariamente vão sair do setor privado. É por isso que a gente recebe tão bem a ideia de se discutir a modernização da regulação, para que a gente possa atrair ainda mais investimentos para o setor.

Ainda em relação a esse período, o aumento da produção ferroviária foi de quase 200% – a gente mede a produção ferroviária em tonelagem por quilômetro útil –, ao passo que o volume transportado aumentou também 140% nesse período. Então, isso mostra – eu reafirmo – que, ainda com todas as dificuldades, o setor se expandiu e cresceu muito.

E há aqui uma observação que é interessante: nos últimos dez anos, o produto que mais cresceu no transporte ferroviário não foi o minério de ferro, foram as *commodities* agrícolas. A gente tem o exemplo do milho, que cresceu 40% nesse período. Então, apesar de o minério hoje responder por quase 80% – 77% – do que é transportado em ferrovia, a gente tem um crescimento evidente, que está acontecendo já há muitos anos, das *commodities* agrícolas.

Isso se dá em razão do prolongamento da Malha Norte até Rondonópolis, quem sabe passando por Cuiabá e indo até Sorriso, e da instalação de outras ferrovias que a gente entende que são necessárias para, de fato, permitir que pelo menos as *commodities* que devem estar em barça ou em trem sigam esse modal, para que a gente não tenha mais caminhões percorrendo 1,6 mil quilômetros ou 1,8 mil quilômetros entre as distribuidoras e os portos por onde esses produtos são escoados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda em relação aos dados, os acidentes nas ferrovias brasileiras caíram quase 90% nesse período. Então, o Brasil, a partir de 2012, entrou no rol de países que têm um índice internacionalmente aceito de acidentes em ferrovias. Isso também se deve a investimentos, deve-se a investimentos em tecnologia, a campanhas de conscientização para a população.

E, por fim, destaco o salto que a gente teve no transporte de contêineres, ainda muito baixo, é verdade. Grande parte dos contêineres ainda são transportados por caminhão, mas a gente teve um aumento de 140 vezes o transporte de contêiner nesse último período.

Eu acho que esses dados mostram um pouco como o setor cresceu e resgatou a indústria ferroviária, que estava em via também de falência nos anos 60. A gente aumentou em 180% a quantidade de locomotivas e em 150% a quantidade de vagões e reduziu a idade média da frota de 42 anos para 22 anos, o que significa que esses investimentos fizeram com que a indústria ferroviária pudesse sobreviver. E novamente hoje a gente está num período muito crítico. A indústria ferroviária está clamando por novos investimentos, sob risco, de fato, de plantas serem fechadas aqui no Brasil. Uma indústria que já é pequena pode, de fato, vir à extinção se novos investimentos, seja por meio de autorização, seja por meio das renovações de contrato, não acontecerem.

Então, a gente tem basicamente dois tipos de desafio. Um deles é aumentar a capacidade da atual malha – inclusive, a Danielle Crema mencionou isso muito bem. Esse aumento de capacidade tem sido feito por meio das renovações de contrato. O processo que está mais avançado é o processo da Rumo Logística, que já está no TCU.

Aproveito até, Baldez, para fazer uma leitura sobre como essas renovações vão enfrentar problemas estruturantes das ferrovias. É o caso da malha paulista: de todos os trechos em São Paulo hoje que não estão em operação, apenas um não será revitalizado pela ferrovia, pela empresa Rumo, posto que esse foi considerado, de fato, o único antieconômico. Os outros trechos que hoje são subutilizados ou não estão sendo utilizados vão obrigatoriamente ser revitalizados pela ferrovia e voltar a operar.

Então, eu acho que este argumento de que as renovações tendem a perpetuar problemas é uma leitura que me parece um pouco enviesada, porque as renovações justamente vão sanear esses problemas, até porque o TCU está olhando isso com lupa e não deixaria, em hipótese alguma, alguma concessionária renovar contrato sem enfrentar o problema dos trechos que não estão sendo operados hoje. É bom que isso fique muito claro. O processo de renovação da malha paulista mostrou o quanto isso pode ser benéfico para a sociedade, lembrando que a renovação da malha paulista é fundamental, como disse o Senador Wellington Fagundes, para o escoamento de cargas do Centro-Oeste, porque o trecho Rondonópolis-São Paulo precisa de investimento justamente no Estado de São Paulo.

Aqui quero só mencionar um dado levantado pela CNT, quando a gente fala de investimento privado. O Brasil precisaria investir mais de R\$700 bilhões só no modal ferroviário, seja no transporte de passageiros, inclusive no de mobilidade urbana, seja no transporte de carga. É evidente que a gente não vai atingir esse número no curto prazo, mas, quando a gente olha para o programa de renovações, que está chegando próximo a R\$40 bilhões de investimento só em cinco concessões que estão sendo renovadas, a gente percebe que o Governo acertou um caminho de conseguir, de fato, viabilizar investimento privado nessa malha, na atual malha e também em outras malhas por meio do investimento cruzado, que também foi mencionado aqui pela Danielle Crema, do Ministério.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente entende que esse projeto de lei vem num momento, de fato, muito adequado para a gente discutir o modal ferroviário. Quando houve a paralisação dos caminhoneiros já no ano passado, o nosso modal passou a ser cada vez mais assunto na imprensa e nos meios acadêmicos. E a gente acha que, por isso, o momento é profícuo. A ideia de a gente discutir um modelo mais flexível de autorização é muito bem-vinda.

A nossa associação, que representa as concessionárias de transporte de carga, tem uma série de contribuições de mérito a serem feitas ao projeto, no sentido de buscar aprofundar melhor alguns temas – como já foi dito aqui, a autorregulação precisa de uma delimitação um pouco mais aprofundada – e também de incluir outras questões no projeto de lei.

Eu fico até feliz de ter sido o último aqui, porque boa parte das nossas demandas está convergindo com as opiniões que foram emitidas aqui, inclusive pelo Baldez e por boa parte das pessoas do Governo, para incluir os trechos que vão ser devolvidos pelas ferrovias na possibilidade de autorização. Isso é fundamental para que esses trechos possam ser reutilizados. Inclusive, o nosso setor desenvolveu recentemente uma metodologia que identifica a vocação de cada trecho que pode ser antieconômico para uma concessionária, mas que pode ter viabilidade econômica para outros tipos de transporte, seja para *shortline*, para transportar carga, seja para transporte de passageiros, seja para construção de trens turísticos, inclusive para transportes no meio urbano, por meio de VLT, ou seja, sempre com aquela premissa de manter os trilhos e aproveitar esse patrimônio, que é um patrimônio muito caro para o País, e de, só em último caso, de fato, propor a retirada dos trilhos, se não houver viabilidade nenhuma para que aquilo seja utilizado.

Eu acho que a única preocupação do setor em relação ao avanço dessa discussão, sem que as concessionárias sejam também envolvidas... O modelo da autorização e da autorregulação nos parece muito bom. E a provocação que eu faço aqui é a seguinte: como é que a gente faz para aproximar esse modelo o máximo possível das atuais concessões? Se a gente vai modernizar a regulação do Brasil, por que não pensar também em modernizar a regulação a que nós concessionários somos hoje submetidos? É uma regulação – eu não vou dizer que é antiga, até porque a agência é recente – que tem foco no como fazer, muito mais olhando a forma com que as concessionárias atuam em detrimento do olhar para o resultado. Então, essa é uma coisa que a gente defende há muito tempo. E a gente está com uma consultoria em andamento que eu acho que vai trazer, em poucas semanas, um insumo muito positivo tanto para justificar a adoção da autorização como para justificar a adoção de melhorias na regulação das atuais concessionárias. É claro que o nosso objetivo também é, no futuro, virar autorizatório, como foi mencionado aqui pelo representante do Ministério da Economia. Se isso foi feito em telecom, também pode ser feito para as ferrovias. Se, de fato, a gente entender que é um regime melhor, acho que a gente deve estendê-lo para as atuais concessionárias, enfim, em tudo que for possível.

Ressalto que esse trabalho da consultoria vai trazer um *benchmarking* não só do modelo americano, que eu acho que está norteando este trabalho, a elaboração desse projeto de lei, mas de outros também, inclusive para demonstrar que não necessariamente a mudança de modelo de exploração do vertical para o horizontal é a melhor solução para o Brasil. A gente tem uma série de estudos que indicam que a manutenção do modelo vertical para o Brasil é mais inteligente, é mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

econômica, ajuda a reduzir o custo Brasil, sem prejuízo, Baldez, da discussão do direito de passagem efetivo dentro do modelo vertical.

Eu acho que foi traumática a experiência do Governo Federal, em 2011, de tentativa de mudança do modelo. A gente fala de segurança jurídica, e essa foi uma tentativa que só trouxe insegurança jurídica. Para quem não lembra, era um modelo que previa a Valec comprar a capacidade das ferrovias e vender essa capacidade para os operadores independentes. O mercado entendeu isso como risco Valec, e o modelo não prosperou. Mas, durante alguns anos, a gente conviveu sob o risco de alteração unilateral de contrato, inclusive em algo tão fundamental que é a forma de exploração.

Lembro aqui que o modelo americano é o modelo vertical também, como o nosso, em que o mesmo explorador da infraestrutura é o operador dos transportes. Em vários países do mundo, o modelo vertical tem se mostrado mais eficiente. O modelo horizontal pode ser muito bom para alguns trechos, para alguns tipos de transporte, mas a gente tem que lembrar que o modelo horizontal, que é usado largamente na Europa, depende largamente de subsídio dos países. A gente não conhece experiência de modelo horizontal que não tenha aporte de recurso público significativo na manutenção da infraestrutura.

Voltando ao raciocínio de que hoje a União Federal está numa situação fiscal quase desesperadora, eu me questiono...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO SIMÕES PAES – ... se voltar a fazer essa discussão vai ser, de fato, eficiente para nós ou se não é melhor a gente, de fato, a gente entender que o modelo vertical deve ser mantido com os ajustes que devem ser feitos na questão do direito de passagem.

Então, por fim, a gente vai fazer, como eu falei, uma série de contribuições. Mas eu deixo aqui a única preocupação que a gente tem, que é, ao final desse processo, a gente conseguir aprovar o regime de autorização e não conseguir melhorar o regime de concessão. Então, isso poderia trazer uma assimetria regulatória que nos preocupa. Acho que essa é a única preocupação do setor, mas a gente vai tentar contribuir com esta Casa para que isso não aconteça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Fernando.

Eu tendo a concordar também com a sua proposição, já de início, já dizendo logo, em função daquelas coisas que eu falei aqui sobre os monopólios. Portanto, a gente tem uma oportunidade, uma janela única talvez, para aprimorar e modernizar a própria concessão também nesse projeto de lei. Mas vamos obviamente discutir isso com todos, sem absolutamente prejudicar o *timing*, o tempo de discussão desse processo.

Portanto, não se assuste. *(Risos.)*

Vou tomar algumas providências aqui em relação à questão do tempo.

Eu queria sugerir a todos que a gente combinasse aqui três minutos de encerramento para cada um, comentando sobre o outro, abrindo a palavra, se algum Senador quiser se pronunciar. Entrementes, selecionaremos também duas perguntas, uma da assessoria do próprio Senado e uma da internet, do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e-Cidadania, para que sejam respondidas. E já vamos direcioná-las a quem deve responder aqui, em função da especificidade da pergunta.

Então, quem tiver a pergunta vai ter dois minutos a mais. Os demais terão três minutos. O.k.?

Eu direcionaria uma das perguntas da assessoria sobre o fato de a ANTT dispor de dados e de informações sobre a autorregulação em outros países para fim de *benchmarking*, em comparação à autorregulação, se ela for implementada na sua totalidade, na autorregulação brasileira.

Eu pediria à ANTT, ao Alexandre, que respondesse isso oportunamente, na hora da sua fala.

A pergunta do e-Cidadania, Fernando, eu direcionaria a você. Eu escolhi aqui uma pergunta sobre o transporte de passageiros, em relação à concessão de gratuidade. Não sei se você pode ver aqui o Estatuto do Idoso. Se você quiser dar uma olhada aí, só para poder ajudar... Refere-se ao fato de o transporte de passageiros estar contemplado ou não na concessão de gratuidade. Trata-se do Estatuto do Idoso em relação ao transporte de passageiros, a partir da experiência que você tenha.

Então, vou repassar aqui a ordem dos palestrantes.

Primeiro, tem a palavra Danielle Crema, para fazer suas considerações finais, por três minutos.

Lembro que o sinal vai tocar quando faltar um minuto.

A SRA. DANIELLE CREMA – Eu ainda não me acostumei com ele.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nem eu!

A SRA. DANIELLE CREMA – Vou gastar uma parte do meu tempo para dizer da felicidade de estar nesta Casa, numa plateia em que, apesar das diversas perspectivas, eu vejo apenas convergência. O objetivo é o de quê? É o de expandir a capacidade da oferta de transporte ferroviário no País. Acho que cada um de nós aqui tem um ponto de preocupação. Entendo que o Ministério, como formulador de política pública, e esta Casa, que também está propondo uma nova política pública, têm a responsabilidade de, ao atender a esse objetivo comum, ponderar todas essas perspectivas.

Do lado do Ministério... Foram abordadas várias questões que, em três minutos, seriam impossíveis serem enfrentadas, mas nós somos muito felizes, sem falsa modéstia aqui, de ter um Relator que compreende a dinâmica de mercado, que compreende o funcionamento desses mercados e o papel do Estado na economia.

É muito difícil fazer um debate às vezes sobre uma infraestrutura escassa e sobre como você vai alocar e compartilhar essa infraestrutura escassa sem você entender determinados princípios que eu diria que são naturais. As regras de economia, fora as questões macroeconômicas que assumem premissas às vezes controversas, em regra, são uma ciência muito objetiva que diz: como que eu trabalho em cenário de escassez. Grande parte dos problemas que foram apresentados aqui, levantados pela Anut, em especial aqueles de compartilhamento de infraestrutura, decorre, em ciência, dessa nossa deficiência de infraestrutura de transporte.

(Soa a campainha.)

A SRA. DANIELLE CREMA – Então, volta à mesa a importância do debate principal que está acontecendo no momento, que é: disponibilizar ao Poder Público a possibilidade de colocar no mercado os seus ativos e os serviços de forma que possa obter uma maximização dessa utilização. É a partir disso que nós teremos um benefício que se reverberará no nosso custo logístico, na economia com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um todo, na recuperação de emprego – sei que essa é uma preocupação do colega Jerônimo, aqui representando a CUT.

Então, eu só vejo alinhamento. O que a gente está divergindo eventualmente é sobre a forma. Existem várias formas de você atingir esse objetivo. O que nós estamos buscando é uma forma mais eficiente. E a autorização... Reitero que, num contexto de um País que vive, há seis anos, com déficits fiscais, não buscar mecanismos que gerem segurança jurídica para atrair investimento privado é realmente desolador. A gente não vai ter o efeito – eu achei muito interessante a fala do Jerônimo, a sua preocupação – da expansão da capacidade. Exatamente esse é o ponto. Então, qualquer medida legislativa regulatória de política pública que venha a sanar essa falha é positiva.

Eu quero aproveitar o momento e voltar à fala do Senador, que muito bem colocou que o monopólio, as pessoas o consideram uma coisa do mal, algo que seja necessariamente maléfico, mas não necessariamente ele o é. Há situações de monopólio que são decorrência da melhor eficiência da inovação tecnológica daquele agente. O que a gente discute numa situação de monopólio, seja ele natural ou seja por condições de mercado, é se eu tenho um regulador apto a identificar as circunstâncias em que é necessário se promover determinada intervenção.

Aqui eu faço um apelo a esta Comissão em especial, porque, em grande medida, vocês são responsáveis pela regulação que nós temos no País. Esta Casa, a partir de uma indicação do Governo Federal, é que sabatina os dirigentes dessas instituições. Então, acho que há uma responsabilidade nesta Casa e que ela tem que ser bem enfrentada, sob pena de a gente não conseguir atingir esse objetivo comum.

Quando eu falo em regulação, eu não falo necessariamente que eu preciso intervir. Acho que você precisa ter uma instituição fortalecida institucionalmente, com capacidade para exercer, quando necessário, o nível de intervenção necessária. E hoje o que a gente tem no País, em grande medida... Pelo menos eu atuo há 20 anos em concorrência, regulação e transporte, já passei por rodovia, ferrovia, portos e aeroportos e, então, consigo, a partir dessa experiência, dar um diagnóstico um pouco mais transversal. Hoje, dentro do Ministério – é aquela fala inicial que eu pontuei –, o nosso desafio é convergir políticas públicas que, ao longo do tempo, foram fragmentadas. E o Ministro tem sido muito enfático em ter clareza de aonde ele quer chegar. Ele quer chegar a um ambiente de negócios em que você tenha cumprimento de contrato, em que você tenha estabilidade regulatória e em que os serviços sejam prestados de forma satisfatória, com qualidade, atendendo todos que dele demandam.

(Soa a campanha.)

A SRA. DANIELLE CREMA – Isso passa necessariamente pelo fortalecimento das instituições.

Eu deixaria aqui essa preocupação. Quando a gente está falando de infraestrutura, a Comissão de Infraestrutura é um interlocutor importante nesse processo. A gente conta com vocês para cumprir esse desafio, apoiando iniciativas como a que está hoje em discussão, sem prejuízo de se discutirem outros marcos regulatórios e de se buscar aproveitar experiências exitosas de outros setores, com vistas a avançar como País. Acho que esse é o objetivo de todos.

Eu me coloco à disposição para prestar qualquer esclarecimento aos Senadores, consultores e demais representantes da Mesa.

Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar na Mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Danielle, Assessora Especial do Ministério da Infraestrutura.

O número dois é o Gabriel Fiuza. O Gabriel dispõe de três minutos, por favor.

O SR. GABRIEL FIUZA – Antes de tudo, quero agradecer novamente ao Senador Jean Paul por presidir este debate tão importante, pela iniciativa do Senador José Serra de trazer esse mecanismo de flexibilização para esse setor que, nas palavras do próprio Presidente da Mesa, é um setor que ainda está muito ultrapassado em termos de organização regulatória.

Eu gostaria de terminar reforçando a mensagem, sobretudo da minha Secretaria Especial, que é a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, de que, na área de regulação, a gente tem um foco muito forte em apoiar iniciativas que a gente entenda que promovam avanços nestes três pilares: produtividade, emprego e competitividade.

Como eu mencionei na minha fala, a gente tem um *gap* de infraestrutura de cerca de R\$10 trilhões. O colega Fernando trouxe o número de R\$700 bilhões para ferrovia. A gente tem um número que eu não quis revelar, porque a gente ainda não tem segurança em relação ao número setorial, mas que não está longe do número que a gente tem na cabeça em relação à ferrovia. A gente está falando de um número gigantesco. Mesmo que a gente não estivesse no cenário extremamente crítico do ponto de vista fiscal em que a gente está, já seria um desafio que exigiria transformações.

Então, do ponto de vista do Ministério da Economia, a gente tem trabalhado muito de perto com os ministérios setoriais, nos mais diversos setores.

Em particular, eu saúdo, pela excelente fala, a Danielle Crema. Desde o início, eles nos procuraram. À medida que a gente pode contribuir, a gente tem tentado ajudar. Eu acho que é muito importante, reforçando as palavras da Danielle Crema, que exista essa convergência que foi observada aqui hoje.

(Soa a campanha.)

O SR. GABRIEL FIUZA – É claro que existem vários pontos de aprimoramento no projeto, e cada um trouxe algum deles. A discussão de interconexão, por exemplo, é extremamente importante, foi travada no setor de telecom. Foi um processo longo de aprendizado. Eu acredito que isso é difícil de ser resolvido de antemão, na discussão dessa lei, mas é importante abrir a porta para essa discussão.

A discussão da governança da entidade regulatória, que também foi mencionada aqui, também é crucial. É uma discussão longa, mas é importante abrir espaço para essa discussão, entender bem o papel da agência reguladora, reforçando o papel dos contratos, e entender o papel da entidade regulatória.

Dentro do pilar de competitividade, de que eu não poderia deixar também de falar, é muito importante, já que a gente está querendo modernizar e trazer um instrumento regulatório mais moderno para o setor ferroviário, a gente ter um cuidado muito grande com a questão da competição. Como os colegas mencionaram, esse debate também foi travado no setor de telecomunicações.

Então, nesse sentido, eu também acho que foi bastante oportuno procurar, buscar para a discussão no setor de ferrovias experiências de outros setores. Na discussão de telecom, por exemplo, existe uma longa discussão, tanto prática quanto acadêmica, sobre a regulação de acessos ou de serviços – acho que o colega chamou de regulação de atividades – em relação à regulação de estrutura. Na verdade, o que a gente está discutindo aqui hoje, sem detrimento da discussão da própria



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

interconexão, é competição em infraestrutura em localidades, em pequenos acessos, por exemplo, numa das possibilidades de aprimoramento dessa lei.

Então, termino a minha fala realmente agradecendo a todos os presentes e reforçando o apoio do Ministério da Economia a todas essas iniciativas que a gente entenda que atraiam, sem detrimento do investimento público, mas reconhecendo os limites fiscais que a gente vive, investimentos privados significativos para o setor de infraestrutura e para o setor ferroviário.

Saneamento tem os seus problemas em termos interfederativos, mas vamos dizer que o setor ferroviário e o setor de saneamento estão correndo atrás de outros setores de infraestrutura. Então, a gente tem que ter um cuidado ainda mais especial com relação a eles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Gabriel.

Vou passar a palavra para o Alexandre.

Antes, quero registrar a presença aqui de representantes da Abramilho (Associação Brasileira dos Produtores de Milho).

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Olhem que tocou a campainha para mim! É a vingança do minuto automático. *(Risos.)*

Está aqui a Abramilho (Associação Brasileira dos Produtores de Milho). O milho é o segundo produto agrícola que mais usa ferrovias no Brasil.

Alexandre Porto, da ANTT, tem a palavra por cinco minutos: são dois minutos para as respostas e três minutos para as considerações finais.

Obrigado.

O SR. ALEXANDRE PORTO M. DE SOUZA – Acho que terminarei antes disso. Eu vou fugir da sirene hoje.

Em relação à pergunta que foi colocada aqui, se a ANTT dispõe de dados ou informações sobre a autorregulação de outros países, nós não temos um banco de dados estruturados que avalia essa experiência; o que nós temos é a compilação de alguns artigos técnicos que avaliam esse tema para disponibilizarmos para a Comissão. E também algumas visitas servidores da agência fizeram ao exterior, quando puderam verificar essas experiências. Esses relatórios de viagens a gente também pode disponibilizar.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de poder colaborar com o debate, com as ideias de entes tão diferentes. E o que a gente observou foi uma convergência das ideias. Em certa medida, eu vi aqui bastante convergência.

O que eu queria colocar pela ANTT é que um trabalho como esse que tende a trazer esse novo marco regulatório também tende a pressionar aumento de demanda de trabalho da agência, e a gente precisar fortalecer a ANTT nesse sentido. Não sei se todos sabem, mas nós temos menos de cem pessoas dedicadas à regulação e à fiscalização do transporte ferroviário, sendo que 25 pessoas estão dedicadas para a fiscalização de 30 mil quilômetros. Há um fiscal para cada 1,2 mil quilômetros, o que é um número muito aquém da nossa necessidade. Então, da mesma forma como a gente precisa discutir o marco



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

regulatório, a gente também precisa tentar fortalecer a ANTT tanto do ponto de vista institucional quanto do ponto de vista de recursos humanos e orçamentários, para que a gente possa fazer frente a essas demandas da sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Alexandre.

Quero pontuar rapidamente que é exatamente esta a intenção, agregar ao projeto essa força que você está pedindo também, não só de estrutura como de poderes mesmo, para que a ANTT possa participar desse processo, como também as outras agências reguladoras, nacionalmente. Uma vez que esse setor tende a se revitalizar, e a gente quer ter muito sucesso nesse processo, a partir desse projeto de lei em conciliação com o resto do marco legal do setor, evidentemente, vocês vão ter muito mais trabalho, e isso será bom, mas será bom apenas se vocês tiverem estrutura para dar conta dele, senão vira o caos.

O próximo orador é Jerônimo Miranda Netto, Presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores Ferroviários.

Obrigado.

O SR. JERÔNIMO MIRANDA NETTO – Antes de fazer as considerações finais, eu vou pedir licença e perdão para vocês, porque vou ter que sair correndo, senão vou perder o meu voo.

Eu acho que o debate foi extremamente importante. Aqui há o entendimento da importância do crescimento do setor ferroviário ligado a toda a infraestrutura e da ligação que tem isso com o crescimento do País.

Nós estamos aqui logicamente representando todos os trabalhadores ferroviários, mas nós temos o entendimento de que temos que fazer crescer o nosso setor e a economia do País, senão a gente vai ficar sempre na mesma.

Portanto, hora de reivindicar é hora de reivindicar. Vamos reivindicar, mas também temos que debater o crescimento do nosso País. Esse PLS traz a oportunidade de fazê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Baldez.

Obrigado, Miranda.

Baldez, emenda direto aí.

Com a palavra Luiz Henrique Teixeira Baldez, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (Anut).

O SR. LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – Duas coisas me trouxeram bastante alegria, e a primeira é que se voltou a discutir ferrovia. Ferrovia era um tema *a latere*, não é, Alexandre? A gente ficava mais intramuros. Éramos nós com a ANTT. Voltou a ser um tema fundamental para o País. O segundo ponto é que os usuários estão sendo chamados.

Eu me lembro de que, antes da lei... Eu não sou tão antigo assim, Senador, mas eu me lembro de que, antes da lei do consumidor... De quando é o Código do Consumidor?

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ – É de 1990.

O consumidor era considerado um chato. Se ia reclamar numa loja, diziam: "Lá vem aquele chato!". A Anut sempre foi chata nesse sentido. O Fernando, quando eu ligava, dizia: "Lá vem o Baldez reclamar!". Eu reclamo da concessionária que fez isso ou aquilo.

Aí há o terceiro ponto, que é a agência reguladora. Se nós não temos uma agência reguladora forte, capaz, com autoridade necessária para mediar conflito, para buscar o interesse comum – não se trata de proteger usuário, não se trata de proteger A, B ou C, mas de buscar essa harmonia de interesses e de colocar o interesse público acima de tudo –, não adianta haver lei, haver regulação, porque não vai funcionar se a agência não tiver realmente um papel relevante até na arbitragem, como árbitro de conflito. Não vai adiantar eu ficar puxando para um lado, reclamando do Fernando, com o Fernando reclamando de mim! Quando eu ligar para ele, ele vai dizer: "De novo, Baldez? Lá vem o chato de novo!".

Então, Senador, acho que este é um momento importante. A Anut está à disposição para qualquer contribuição, para o debate. O pessoal tem os nossos telefones. É só chamar, que nós estaremos presentes!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Baldez.

Com a palavra Fernando Simões Paes, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF).

O SR. FERNANDO SIMÕES PAES – Obrigado, Senador Jean Paul.

Aproveito para reiterar, assim como a Danielle Crema falou, que foi uma sorte do setor ter o senhor na relatoria do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. FERNANDO SIMÕES PAES – Está mostrando não só interesse mas também um conhecimento muito grande de regulação, de infraestrutura.

Eu vou começar respondendo a pergunta. Apesar de não ser a minha especialidade a questão do transporte de passageiros, a minha equipe já levantou a resposta.

O Estatuto do Idoso não diferencia modal rodoviário e ferroviário no que diz respeito à gratuidade. Então, haveria sim gratuidade. E confirmei isso também com a única concessionária nossa que opera transporte de passageiros, que é a Vale. A Vale já aplica isso evidentemente. Então, a gratuidade prevista no Estatuto do Idoso, certamente, estaria prevista nas concessões para passageiros ou autorizações que sejam feitas em decorrência desse projeto de lei.

Para finalizar, reafirmo que a ANTF não só entende que este é o melhor momento para a gente discutir a melhoria da regulação no setor, como também acho que a gente tem que se colocar à disposição para discutir, com muita franqueza, no sentido de tentar, de fato, melhorar e acolher as sugestões que venham dos usuários, que venham de outros setores, principalmente no que diz respeito ao direito de passagem, que já é um instrumento largamente utilizado entre as concessionárias, para, de fato, superar essa discussão e fazer com que o direito de passagem realmente deixe de ser um problema ou uma crítica que o setor sofre há tanto tempo. Então, eu acho que a gente está disposto a afazer essa discussão, que precisa ser feita.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Só para concluir, volto a dizer que, já que a gente vai caminhar para uma regulação mais moderna e melhor, que vai reduzir custo, é preciso que isso seja discutido também para as concessionárias, seja porque vai ser bom para o País, seja para evitar que a gente tenha uma assimetria regulatória que pode, sim, trazer algum tipo de problema no futuro. Eu acho que, feita essa...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO SIMÕES PAES – ... discussão, esse projeto de lei tem tudo para avançar, vai ser muito bem recebido e vai trazer resultados expressivos mesmo para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Fernando.

Aproveito para agradecer ao Alexandre, ao Fernando, à Danielle, ao Miranda, ao Baldez e ao Fiuza pela presença.

Lembro que nós estamos aqui discutindo o Projeto de Lei do Senado 261, de 2018, do Senador José Serra, que contém 69 artigos divididos em oito capítulos e que foi aprovado já pela Comissão de Assuntos Econômicos, na forma do relatório da Senadora Lúcia Vânia, com sete emendas.

Vou registrar também que estiveram presentes nesta audiência os Senadores Marcelo Castro, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Lucas Barreto, José Serra, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Rodrigo Pacheco e Zenaide Maia.

Peço paciência por dois minutinhos aos convidados, pois temos um requerimento sobre a mesa que precisamos ler e aprovar.

É um requerimento do Presidente da Comissão, Senador Marcos Rogério, para realização de uma diligência nos Estados de Rondônia e do Amazonas no mês de maio.

Considerando o intervalo necessário para o planejamento da atividade e os prazos que o Senado impõe para o fornecimento de apoio administrativo às diligências, colocaremos extraordinariamente o requerimento em pauta na presente reunião.

EXTRAPAUTA**ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 22, de 2019****- Não terminativo -**

Requer a realização de diligência externa da Comissão nos Estados de Rondônia e do Amazonas, com o objetivo de verificar as condições operacionais da Ponte do Abunã, das Hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau e dos Viadutos de Porto Velho, e para percorrer a BR-319, in loco, no trecho entre Porto Velho e Manaus.

Autoria: Senador Marcos Rogério

Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa da Comissão nos Estados de Rondônia e do Amazonas, com o objetivo de verificar as condições operacionais da Ponte do Abunã, das Hidroelétricas de Santo Antônio e Jirau e dos viadutos de Porto Velho e percorrer a BR-319, *in loco*, no trecho entre Porto Velho e Manaus.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diligência terá como convidado o Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas.

Consulto se o autor ou algum dos Senadores presentes gostariam de se manifestar sobre o requerimento. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento.

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito bem, meus amigos, quero, então, encerrar hoje esta audiência, agradecendo a presença de todos, em especial das senhoras e dos senhores convidados.

Convoco a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 7 de maio, terça-feira, às 11 horas, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatorze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Flávio Bolsonaro, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1452, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos."

Autoria: Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação com emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Ofício "S" nº 35, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A." **Autoria:** Petrobras Biocombustível S.A.. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2018 - Terminativo** - que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Lido o relatório.

ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 20, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que "Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 21, de 2019** que: "Requer, nos termos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 20, de 2019-Cl, que trata da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que “dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências”. **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 24, de 2019** que: "Requer ...audiência pública FICO" **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Elmano Férrer, Esperidião Amin, Jean Paul Prates, Carlos Viana, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes e a Senadora Kátia Abreu. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/14>

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos! Declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunicado.

Ofício da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 2.982, de 2019, da Diretoria-Geral da ANTT, em resposta ao Ofício nº 24, de 2019, da CI, Presidência, que solicitou informações à ANTT sobre a operação da Polícia Federal denominada Infinita Highway. O Sr. Mario Rodrigues Junior, Diretor-Geral da ANTT, comunica que a agência não teve acesso à íntegra dos autos, pois os dois inquéritos policiais estão sob sigilo de justiça. Informa ainda que foi publicada a Portaria nº 127, de 2019, para fiscalização e apuração detalhada das concessionárias de rodovias em todo o Brasil. O documento encontra-se à disposição das Sras. e Srs. Senadores na Secretaria da Comissão para aqueles que quiserem ter acesso ao documento. O documento está na Secretaria à disposição das Sras. e Srs. Senadores.

Nós temos alguns itens na Ordem do Dia de hoje, mas, em razão da ausência de boa parte dos Relatores, eu deixo de apreciar essas matérias na data hoje. O Senador Jean Paul está a caminho da Comissão. Vamos deliberar apenas alguns requerimentos.

Nós estamos ajustando com a Secretaria da Comissão para fazer uma alteração no horário de funcionamento da Comissão. Este horário acaba coincidindo com o horário de funcionamento da Comissão de Assuntos Econômicos. As duas Comissões têm temas importantes, e a CAE está com a pauta neste momento tratando de questões econômicas que são assuntos extremamente sensíveis. Eu também faço parte da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu estava lá e vim para cá para presidir.

Então, nós estamos ajustando isso. Acho que, na próxima semana, devo anunciar um novo horário para funcionamento da Comissão de Infraestrutura, ressaltando o horário atual para as ocasiões em que tivermos sabatina ou audiências públicas com a presença de diretores das agências, considerando que há, nesse caso, prolongamento dos debates. E, para não coincidir com a Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal, a gente faria a reunião no mesmo horário tradicional da Comissão. Mas, nas reuniões deliberativas da Comissão, como elas são de praxe mais curtas, nós podemos adotar um horário diferente, em que não haja choque, concorrência com outras comissões, não só pelo fato de coincidir com outras comissões, mas também para que os Senadores – eu, na condição de Presidente, também participo dessas comissões – não tenham prejuízo na sua atuação no âmbito das demais comissões. Vamos tentar um horário que nos permita fazer esse ajuste, para que os temas que são importantes na CAE sejam apreciados com a presença de todos.

E os temas que são da Comissão de Infraestrutura, que são fundamentais para o Brasil... Nenhuma outra agenda, neste momento, no País tem o relevo, o destaque que tem o campo da infraestrutura. Aliás, o Brasil está discutindo muito isso hoje. E acho que é papel da Comissão de Infraestrutura fazer não só esse debate aqui no âmbito do Parlamento, na Casa Legislativa em que estamos, mas ir além disso, através das diligências também conferir aquilo que está acontecendo lá na ponta no Brasil real.

Eu já pedi à Consultoria que fizesse um resumo daquilo que a gente pretende estabelecer como meta da Comissão, mas já antecipo que a Comissão deve, a partir dos próximos dias, iniciar aqui um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conjunto de audiências públicas e também diligências nos vários Estados do Brasil, acompanhando as principais obras no campo da infraestrutura, para dar efetividade ao trabalho parlamentar.

O nosso papel é o papel legiferante, mas é também um papel de controle. O Parlamento tem por designação, por comando constitucional, o papel de controle. E controlar de longe se mostra inefetivo, se mostra ineficaz, se mostra ineficiente. É preciso que haja funcionalidade também no escopo da atuação parlamentar. Acho que o Brasil perde muito quando o Parlamento deixa de agir no sentido de assegurar a efetividade no seu papel de controle, no seu papel de fiscalização.

E aqui, caro Senador Elmano, não se trata de fiscalização dentro daquela premissa de ser a favor do Governo ou contra o Governo, mas de cada um cumprir o seu papel constitucional, porque, mesmo sendo aliado do Governo, o Parlamentar não se desincumbe do seu papel fiscalizador. E o bom Parlamentar que é aliado do Governo, quando o faz, quando fiscaliza, ajuda o Governo, ajuda o País, que é o destinatário maior das nossas ações.

Estivemos recentemente numa audiência, numa agenda lá no Estado de V. Exa. Fui lá conhecer o Piauí. Fiquei encantado com aquele Estado maravilhoso, com a mobilização feita com os prefeitos, com os secretários. E aproveito aqui publicamente para cumprimentar V. Exa. pelo seminário das cidades. Neste novo momento em que a governança exige de todos mais preparo para a boa gestão, avaliando mais o que sempre foi uma necessidade, mas que passou ao largo, aspectos de risco, de contingência orçamentária, de controle mais efetivo, o Estado de V. Exa. sai na frente ao realizar um seminário para o gestor público finalístico, aquele que está lá na base, lá na ponta, onde estão os problemas do dia a dia, os nossos prefeitos. Fiquei muito feliz em estar lá com V. Exa. e com tantos personagens, com tantos atores da política nacional presentes, ministros, Presidente da Caixa Econômica Federal, numa mobilização feita por V. Exa. e por todos aqueles que organizaram o evento. Cumprimento V. Exa., Senador Elmano Férrer, pela iniciativa e agradeço-lhe também o convite para estar presente naquele grande evento. Já pedi autorização a V. Exa. para copiar a ideia e importá-la para o Estado de Rondônia!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente, posso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... fazer um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra. Ouço V. Exa. com o maior prazer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... já que V. Exa. levantou essa questão?

Venho comunicar aos nossos demais Senadores aqui presentes que realizou-se, na semana próxima passada, em Teresina, o II Congresso dos Municípios. O Piauí tem 224 Municípios, dos quais 204 estavam presentes.

Na abertura desse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Razão pela qual nós conseguimos levar, para abrir esse grande evento, o Presidente do Congresso Nacional, Davi





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alcolumbre, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. O nosso companheiro Presidente estava presente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com muita honra!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... como também o Roberto Rocha. Eram quatro Senadores, além dos três outros Senadores do Estado. Sete Senadores estavam na abertura desse congresso, o II Congresso das Cidades, digo melhor. O Ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, o Presidente da Caixa Econômica... Veja a relevância do evento, graças à mobilização feita pelo Diretor-Presidente do... Aliás, foi um complexo de comunicação ligado ao SBT que mobilizou todas essas autoridades nacionais. Mas o mais importante foi, realmente, a realização das demais palestras durante três dias sobre o grande desafio que paira sobre os cinco mil quinhentos e tantos Municípios brasileiros. Inclusive, um dos temas abordados por todos foi a questão relacionada ao pacto federativo, ou seja, como disse V. Exa., nosso Presidente, foi realmente um congresso voltado para a ponta da Federação, que é o Município, ou os Municípios.

Foi um grande evento. Fiquei muito feliz com o prestígio dado pela Câmara dos Deputados, através de seu Presidente, pelo Senado, através de seu Presidente e dos sete Senadores que estiveram presentes, sem falar do Governador do Estado e das demais autoridades dos Três Poderes do Estado. Enfim, foi um grande evento, e creio que os resultados foram de grande proveito para todos os administradores municipais do Estado do Piauí, que, inclusive, estavam acompanhados de seus secretários, principalmente aqueles ligados ao desenvolvimento urbano e à questão das finanças públicas.

Eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer, já que o nosso Presidente fez um comentário sobre esse evento. Quero, inclusive na pessoa dele, agradecer a todos aqueles que compareceram ao nosso evento organizado pelos órgãos de Estados e prefeituras, mais esse meio de comunicação que tem à frente o Dr. José Elias Tajra Filho, e também à Associação dos Prefeitos, que tem como presidente o nosso Jonas Nunes. Foi um grande evento!

Então, quis aproveitar esta oportunidade para agradecer o Presidente pelo registro que acaba de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e, mais uma vez, reitero nossa saudação elogiosa pelo grande evento realizado na bonita cidade de Teresina, um evento que deve ser copiado para o Brasil – viu, Amin?

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero me congratular também com o Senador Elmano Férrer, não apenas pelo evento mas pelo registro que ele faz, e dizer que neste momento em que o País é, consequentemente, os seus entes federados, particularmente os Municípios, que são prestadores de serviço, vivem essa intensa e prolongada crise de natureza fiscal, a busca de soluções demanda em primeiro lugar consciência, debate e efetivo conhecimento da realidade.

Então, quero me congratular com o meu querido Estado do Piauí, ao qual eu dediquei pouco mais de meio ano da minha vida organizando a Telepisa e trabalhando num setor de infraestrutura de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serviços interessante, pela iniciativa e pelo prestígio dos Senadores, dos Presidentes da Câmara e do Senado, Governador e Prefeitos a esse debate tão importante e certamente profícuo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin, e vamos à ordem do dia.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1452, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação com emenda

Observações:

1. Após análise da CI, matéria vai à CMA, terminativamente.

2. Votação simbólica.

A relatoria é do Senador Carlos Viana, a quem asseguro a palavra para proferir o seu voto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, meu bom-dia.

Meu bom-dia a todas presentes, a todos presentes, aos Srs. Senadores. Desejo uma semana profícuo, com muita saúde, uma semana abençoada para todos nós.

Antes de iniciar a leitura do nosso relatório, eu quero aqui, Senadores, reiterar uma boa notícia que eu tenho trazido aos senhores das minhas andanças lá pelas minhas Minas Gerais. No último final de semana, estive em dez cidades do Planalto de Araxá, uma das regiões mais lindas do nosso Estado, e senti, como sempre tenho dito, Senador Esperidião Amin, a esperança do povo nesta Legislatura, naqueles que estão aqui, nas nossas decisões. Isto marca a nossa Nação: o desejo de sempre avançar, apesar de toda dificuldade.

Especialmente na questão da mineração, registro o quanto nós, Senador Rogério, já amadurecemos com relação a esse assunto. Na verdade, a paciência acabou, a paciência das pessoas com os erros quanto às questões ambientais já acabou, as pessoas querem soluções. Em contato com o Ministério Público estadual, com a Procuradoria do Estado, nós já tivemos uma confirmação muito importante: quatro grandes barragens de rejeitos que seriam construídas nos próximos anos tiveram as licenças ambientais retiradas, foram impedidas as empresas, que não mais utilizarão esse sistema para a extração do minério. Todas elas passarão a trabalhar com a deposição a seco, que é exatamente o que nós estamos defendendo aqui.

Então, esse projeto da Senadora Rose vem em excelente hora e chama atenção para o futuro de um setor que é importante, mas que começa a dar também respostas diante da nossa cobrança, porque é a nossa cobrança pela CPI de Brumadinho, é a nossa cobrança aqui, tentando mudar a legislação, que está fazendo com que essas empresas desistam dessas grandes barragens, ou seja, é um passivo a menos de rejeitos que nós deixaremos para as gerações futuras, já que levam-se cinquenta, sessenta, às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vezes até cem anos para serem descomissionadas no âmbito das empresas que deixam de funcionar e abandonam esse passivo em nosso País.

E as maiores mineradoras, também a Federação das Indústrias de Minas Gerais, em um encontro em que nós discutimos a questão do futuro dos investimentos em Minas Gerais, dez das maiores mineradoras hoje em atuação em Minas Gerais, também já estão com todos os estudos encaminhados para que a mineração seja trabalhada a seco. Será abandonado o sistema de mineração de rejeitos. Eu considero isso uma grande vitória, uma grande vitória daquele papel nosso que é exatamente o de cobrarmos, regularmos no bom sentido, de dizermos onde nós queremos, da maneira que nós queremos.

Então quero ser portador dessa excelente notícia que nós já conseguimos pelo trabalho dessas Comissões daqui no Senado Federal. Em apenas três meses já começamos a dar respostas à população de Minas Gerais.

Sr. Presidente, passo aqui à leitura.

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre o Projeto de Lei nº 1.452, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.

Vem para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei nº 1.452, de 2019, de autoria da Senadora Rose de Freitas, do Espírito Santo, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.

O Projeto de Lei nº 1.452, de 2019, foi estruturado em dois artigos. O art. 1º insere dois novos objetivos na Política Nacional de Segurança de Barragens, voltados para a redução da geração de rejeitos de mineração e o seu reaproveitamento. Já o art. 2º estabelece a vigência da Lei a partir de sua publicação.

Na justificação, a autora defende a redução da geração de rejeitos de mineração, bem como seu reaproveitamento, e cita como exemplo do perigo representado pelas barragens de rejeitos de mineração as recentes tragédias ocorridas em Mariana e Brumadinho.

A proposição foi encaminhada às Comissões de Serviço de Infraestrutura e de Meio Ambiente, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Início a nossa análise.

Cabe à Comissão de Infraestrutura, nos termos do art. 104, I, entre outras atribuições, opinar sobre matérias pertinentes à mineração. O Projeto de Lei nº 1.452, de 2019, trata de um aspecto da máxima importância para o setor mineral: a disposição dos rejeitos de mineração. Estima-se que foram gerados cerca de 5 bilhões de toneladas de rejeitos de mineração somente no período entre 2000 e 2014.

Porém, o mais preocupante é a tendência de aumento da quantidade desses rejeitos em razão tanto da expansão da produção mineral quanto da qualidade inferior dos minérios a serem explorados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no futuro, à medida que as melhores minas se esgotem. Sabe-se que minérios de menor teor geram mais rejeitos que minérios de melhor qualidade.

Nesse contexto, é preciso desenvolver tecnologias para reduzir a geração de rejeitos de mineração, bem como buscar formas de reaproveitá-los, principalmente depois das recentes tragédias em Mariana e Brumadinho, que comprovaram os riscos sociais e ambientais apresentados pelas barragens de rejeitos de mineração, a solução mais comumente utilizada para disposição final ou temporária desses materiais.

Com as modificações introduzidas pelo PL nº 1.452, de 2019, a Política Nacional de Segurança de Barragens se harmonizará plenamente com Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que dispõe entre seus objetivos a “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

Com o intuito de estender o escopo do PL nº 1.452, de 2019, e, assim, aumentar a efetividade de seus resultados, propomos uma emenda em que são incluídos não só os rejeitos de mineração, mas também os resíduos industriais. Afinal, a PNSB abarca igualmente as barragens para acumulação desses resíduos. Inclusive, há registros de acidentes graves, como o ocorrido em Cataguases, na Zona da Mata Mineira, em 2003. Na ocasião, o rompimento da barragem da Indústria Cataguases de Papel Ltda. despejou 1,4 bilhão de litros de lixívia no Rio Pomba. A lixívia, também chamada de licor negro, é um resíduo altamente poluidor resultante da fabricação de celulose. O vazamento da lixívia fez com que seiscentas mil pessoas, em três Estados, ficassem sem água.

Em suma, consideramos que o Projeto de Lei nº 1.452, de 2019, ao introduzir os princípios da redução da geração de rejeitos e do seu reaproveitamento, aperfeiçoa a política nacional em relação a esse assunto.

Ante o exposto, nos pronunciamos pela aprovação do PL nº 1.452, de 2019, com a seguinte emenda:

Emenda nº – CI

Dê-se ao art. 3º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, constante no art. 1º do PL nº 1.492, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

VII –;

VIII – o reaproveitamento de resíduos industriais e de rejeitos de mineração acumulados em barragens; e

IX – a utilização de tecnologias que reduzam a geração de resíduos industriais e de rejeitos de mineração a serem dispostos em barragens.”

Esse, portanto, Sr. Presidente, é o nosso relatório, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.452, dando os parabéns à Senadora Rose de Freitas e agradecendo pela possibilidade de relatá-lo. Dou a ela os parabéns pela iniciativa, que vem ao encontro dos anseios da nossa população nessa questão dos resíduos e do respeito ao meio ambiente.

Muito agradecido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Cumprimento V. Exa., Senador Carlos Viana. Penso que essa matéria não teria uma relatoria mais cuidadosa e consentânea com a realidade do Brasil que a relatoria de V. Exa., que vive uma situação absolutamente triste em seu Estado, mas que serve de alerta para todos nós no Brasil inteiro.

Está em discussão a matéria.

Asseguro a palavra ao primeiro inscrito, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu ocupo o microfone só para cumprimentar o Senador Carlos Viana e para dizer que, para os pósteros, será muito importante, Senador Carlos Viana, apenas atualizar esse parágrafo terceiro da p. 2, em que V. Exa. fala corretamente sobre o que é mais preocupante. Porém, o mais preocupante é a tendência de aumento de quantidade desses rejeitos, em face da própria notícia que V. Exa. nos trouxe.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que a mudança da tecnologia ou da metodologia de deposição de rejeitos pode contribuir para uma redução considerável do risco, como V. Exa., inclusive, disse antes de relatar. Então, a minha única sugestão não é na mudança do projeto de lei, mas, sim, no acréscimo, na análise dessa notícia que não deixa de ser auspiciosa. Nós vivemos também, em Santa Catarina, durante um largo período, a questão da deposição dos rejeitos de carvão. Isso, até hoje, aflige o nosso meio ambiente, principalmente no sul do Estado, mas técnicas mais recentes conseguiram suavizar, ou reduzir, os riscos na extração, na deposição e no processamento. Não posso dizer que isso se deu de maneira satisfatória, mas pelo menos aliviou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado.

Quero colocar aqui, agradecendo ao Senador Esperidião Amin, que vamos fazer essa... Mas nós colocamos que, entre os objetivos, está a "não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos". Dessa forma, o que nós temos? Independentemente se vamos usar a água na barragem de rejeitos ou não, as empresas estarão obrigadas a reduzir, ou pelo menos reutilizar, os rejeitos que estão aqui, que serão depositados.

Fico agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Senador Esperidião Amin, parece-me, fez uma sugestão de mudança no texto. É isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É de atualização...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito, não há alteração de texto.

Agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador, eu pedi apenas que aquela informação que o Senador Carlos Viana nos apresentou no início fosse contextualizada, apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais Senadores inscritos para debater a matéria, está encerrada a discussão.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Faço apenas uma observação. Eu estava ali fora para atender a um telefonema. Eu queria apenas parabenizar por essa iniciativa e dizer que a ONU está de olho nestas nossas iniciativas. Recebi, nesta manhã, a informação de que o Alto Comissariado da ONU estaria já em tratativas com o Governo para trazer aqui, numa visita oficial, focando a questão das barragens de minério, o Relator da ONU que trata de resíduos tóxicos, o Sr. Baskut Tuncak. Então, a gente vai acompanhar isso de perto, para ver se a gente consegue realmente essa notoriedade positiva em relação às Nações Unidas.

Obrigado.

Desculpe-me pelo atraso. É que fui ali fora.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. não se atrasa, sempre chega na hora. Agradeço a colaboração.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento de sua tramitação.

O item 2 também trata de matéria não terminativa.

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 35, DE 2018

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A.

Autoria: Petrobras Biocombustível S.A.

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

1. Após análise da CI, matéria vai à CTFC.

2. Votação simbólica.

Senador Elmano, V. Exa. tem a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para proferir relatório.) – Vamos ao relatório.

Vem para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Ofício "S" (Senado) 35, de 2018, que encaminha, "em cumprimento ao §2º do art. 23 da Lei 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, §3º, do Decreto 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A."

O §2º do art. 23 da Lei 13.303 (Lei das Estatais), de 2016, determina que:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete ao Conselho de Administração, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou às Câmaras Municipais e aos respectivos tribunais de contas, quando houver.

O Ofício PBio-Pres (Petrobras Biocombustível, Presidência) nº 0006/2018, enviado ao Presidente do Congresso Nacional em 20 de junho de 2018, veio acompanhado de nove anexos contendo relatórios sobre a Administração, o Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, e o Desempenho de Resultados e de Investimentos da Petrobras Biocombustível S.A.

Análise.

A Petrobras Biocombustível S.A. é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção de etanol e biodiesel, bem como quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações.

A Petrobras, durante o ano de 2016, aprovou um plano de desinvestimento amplo em suas diversas áreas de atuação e, em dezembro de 2017, a aprovação do Plano de Negócios e Gestão (PNG 2018-2022) confirmou a estratégia de saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado. A Petrobras, portanto, não fixa data para a efetivação dos desinvestimentos em biocombustíveis. Não há, no momento, decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel de Candeias e de Montes Claros.

O Anexo I, contendo o Relatório da Administração, salienta que, em 2017, a PBio apresentou resultado líquido positivo, graças ao sucesso na implementação de diversas melhorias operacionais e às receitas financeiras oriundas do Programa Repetro e dos desinvestimentos realizados. Na área operacional, foram obtidos avanços significativos no desempenho das usinas de biodiesel: as vendas aumentaram e os indicadores de segurança foram excelentes, pois o ano terminou sem registrar qualquer acidente, vazamento ou fatalidade.

O aprimoramento de diversos processos industriais permitiu a eliminação de gargalos logísticos e aumento da produtividade nas unidades. A maior flexibilidade na tecnologia de refino possibilitou a diversificação nas matérias-primas utilizadas e, consequentemente, redução de custos e elevação das margens, garantindo a mesma qualidade do produto.

Em 2017, foram concluídos os processos de venda da participação na empresa Guarani e de troca de ações da empresa Nova Fronteira por ações da São Martinho. Posteriormente, em fevereiro de 2018, essas ações foram alienadas em leilão na Bolsa de Valores e a participação da PBio no capital social da São Martinho foi encerrada. Iniciou-se também a divulgação da oportunidade de desinvestimento dos 50% de participação que a PBio atualmente detém na empresa BSBIOS Sul Brasil, que tem duas unidades de produção de biodiesel. Todas essas ações atendem à diretriz de saída da produção de biocombustíveis estabelecida pelo Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2018-2022.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do ponto de vista dos indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), a empresa não registrou acidentes de trabalho e sua Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) foi zero, graças inclusive à implantação de treinamentos de segurança. Foram também introduzidas melhorias estruturais na estação de tratamento de efluentes da Usina de Candeias e na área de armazenamento de resíduos sólidos oleosos da Usina de Montes Claros.

Por fim, o Relatório assinala que a empresa reduziu gastos com pessoal e melhorou a qualidade dos serviços prestados. Conclui afirmando que a PBio apresentou lucro líquido de R\$158,8 milhões, com margem líquida de 23%, revertendo um cenário de prejuízos até então.

Verifica-se, portanto, que a Petrobras Biocombustível S.A. cumpriu as metas societárias, operacionais e financeiras estabelecidas para o exercício social de 2017.

Voto.

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício “S” nº 35, de 2018, e pelo encaminhamento da matéria, com o parecer, para arquivo.

Era esse, Sr. Presidente, o Parecer nº 35, encaminhado pelo Senado, pela Mesa Diretora do Senado a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Elmano Férrer, agradeço a V. Exa. pelo relatório.

Quero apenas esclarecer ao Plenário o porquê dessa relatoria, o que é algo atípico na Comissão, porque esses relatórios eram enviados para o Senado, para a Comissão de Infraestrutura, e simplesmente arquivados. O Senado acabava agindo como um mero carimbador de relatórios e praticava o arquivamento. Como anunciei no início dos trabalhos da Comissão, todos os relatórios anuais encaminhados, tanto o da Petrobras, quando o das agências, nós estamos encaminhando à Consultoria para verificar regularidade, se há regularidade. Não é análise de mérito, é apenas uma análise preliminar.

No caso do relatório da Petrobras, quando chegou a manifestação à Presidência, veio apontando algumas inconsistências no relatório encaminhado ao Senado Federal. Tenho aqui parte dele, tratando do descumprimento de algumas regras formais. Por isso o encaminhamento da matéria com designação de relator para fazer uma análise mais acurada, mais profunda, para verificar se essas irregularidades materiais ou formais justificariam a rejeição ou – quem sabe? – a necessidade de convocação de agentes para dar esclarecimentos, fazer ajustes no relatório apresentado.

Penso que se a matéria é encaminhada ao Senado, a uma Comissão como esta, que cumpre um papel também de controle, obviamente que não é apenas para colocar num arquivo geral aqui do Senado Federal. Tem que ter uma função de controle. E é isso que nós estamos praticando. Então, é a cautela que a Comissão está adotando.

O Senador Elmano Férrer fez a análise mais detida, não verificou nenhuma inconsistência relevante que justificasse qualquer incursão no âmbito da Petrobras no sentido de convocar ou exigir esclarecimento e opina, portanto, pelo arquivamento, por uma espécie de aprovação com o consequente arquivamento.

Estou fazendo esse registro porque é o primeiro relatório que nós temos após essa mudança de comportamento da Comissão para justificar à Comissão por que a matéria está sendo relatada. É porque foram identificadas inicialmente algumas inconsistências que precisariam dessa análise mais cuidadosa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Homenageio V. Exa. pelo cuidado, pela agilidade também com que trouxe o relatório.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas uma observação suscitada por esse primeiro evento. Primeiro, para parabenizar pela iniciativa que dá transparência final a esse processo, passando aqui pela nossa Comissão para permitir comentários como o meu, que não é necessariamente sobre o relatório em si, sobre o balanço, sobre o resultado da empresa, mas sobre a empresa e sobre a política de biocombustíveis, suscitada aqui pela relatoria do Senador Elmano, para registrar um pouco o meu lamento pelo fato de nós termos abandonado, do ponto de vista da Petrobras, a produção de biocombustíveis nos nossos Estados, principalmente afetando Estados como os nossos, Senador Elmano: o Piauí, que já teve um programa de biocombustíveis importante, estruturante; o Rio Grande do Norte, com a planta de Guamaré, que foi fechada; o Ceará, com a planta de Quixadá, que também foi fechada, restando apenas, da Petrobras Biocombustível, Candeias e Montes Claros – sabe-se lá até quando.

Na verdade, o papel... Isso decorre de uma visão diferente, uma visão estratégica que eu particularmente tenho sobre o papel da Petrobras nessa área, que seria o de estruturar a cadeia produtiva, de incorporar a agricultura familiar ao negócio do biocombustível, coisa muito importante para que eles sejam desenvolvidos nos nossos Estados do Nordeste, que não têm uma agricultura extensiva, não têm os latifúndios, não têm a produção de soja. Então, esse papel, mesmo correndo o risco de ter prejuízos durante alguns anos, durante o momento da estruturação, seria importante retomar.

É apenas para registrar a nossa lamúria, digamos assim, em relação ao fato de terem sido encerradas essas plantas no Nordeste e de a Petrobras estar se retirando dessa cadeia produtiva importante neste momento. E quero dizer que talvez seja importante que convidemos o presidente da Petrobras Biocombustível proximamente para vir a esta Comissão para nos esclarecer os objetivos de longo prazo, como ficar nessa cadeia de maneira não verticalizada.

Vejam, o raciocínio é o seguinte: se nós estamos priorizando o pré-sal na produção de petróleo, que é o concorrente e é o combustível que vai se misturar no final da cadeia no tanque de gasolina – seja ele o etanol, seja o biodiesel – ao combustível fóssil, se nós estamos focando na produção de petróleo, por que estamos saindo totalmente da produção da matéria-prima do biocombustível? Qual é a lógica? A lógica é sair, vender a BR, por exemplo, que é a ponta final da cadeia do petróleo e do biocombustível também na venda final para concentrar na produção. E, no lado do biocombustível, ao contrário: sai-se da produção para focar em quê? Na área industrial? Na área de mercado? A BR vai ficar com a empresa vendendo biocombustível na ponta?

Então, está um pouco confusa essa situação, e a gente talvez pudesse esclarecê-la trazendo o presidente atual, os dirigentes ou diretores da Petrobras Biocombustível para nos dizer qual é o plano de fato para médio e longo prazos, porque isso, como disse, afeta severamente essas indústrias que estão ainda operando e as que já foram descontinuadas, o porquê disso, a agricultura familiar e as versões diferentes das produções de biocombustíveis que nós temos no País, com tanta riqueza, com a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aproximação da questão do veículo híbrido, que poderá ser o ideal do Brasil – não o veículo 100% elétrico, mas o veículo híbrido, elétrico com biocombustíveis.

Por isso, a grande importância... Não podemos apagar a Petrobras Biocombustível – a PBio, como ela é conhecida – e não podemos, certamente, fazê-la virar uma subsidiária de detalhe no sistema Petrobras.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jean Paul.

Quero apenas, Senador Elmano – na sequência assegurarei a palavra a V. Exa. –, sublinhar a preocupação em relação a esses relatórios que são encaminhados.

Por exemplo, a Petrobras vendeu ativos da empresa. Sobre essa aprovação... Por exemplo, quais foram as metas desse desinvestimento, do plano de desinvestimento? Seria para cumprir redução de endividamento? Seria para a realização de lucro? Ou apenas para reduzir custos? Qual foi a motivação? Isso não passou, por exemplo, pelo conselho da empresa. O relatório preliminar que nós tivemos, quando encaminhei para... Estou só justificando o porquê do encaminhamento. É porque o relatório preliminar é de que não teria sido referendado pelo conselho.

Então, há uma série de inconsistências no relatório. Antes, quando se encaminhava se arquivava; e ninguém questionava isso.

O que a gente está fazendo aqui, na verdade, é o primeiro, que está sendo pela aprovação. E eu concordo no mérito com o voto de V. Exa. Mas fica aqui sublinhado o alerta de que a Comissão estará atenta a esses relatórios, para o cumprimento do dever legal. É uma empresa que tem como maior acionista o Governo brasileiro, a União. Portanto, há aqui interesse público absolutamente atrelado a todas as atividades da nossa Petrobras.

Senador Amin e, na sequência, o nosso Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Indo ao encontro do que V. Exa. fala, eu não divergi, primeiro, isso tem que fazer parte de um todo. Eu vendo ou desativo alguma coisa para cumprir um plano. Nós todos sabemos que a Petrobras simboliza um processo ruinoso. Eu não quero entrar aqui no mérito de quem foi que arruinou, se foi de propósito, se foi político. Que ela sofreu um abalo dramático, sob o ponto de vista financeiro, econômico e de reputação, ninguém tem dúvida, não é? E teve que, por isso, praticar o exercício de como dar a volta por cima.

Nesse exercício, alguns equívocos foram cometidos. A greve dos caminhoneiros, por exemplo, foi um equívoco da terapia da cura, certo? E dolarizar – e aqui vem um comentário meu – para agradar os acionistas do exterior.

O óleo diesel, que movimenta toda a economia nacional – setenta e poucos por cento da economia dependem de transporte rodoviário –, foi um erro que recentemente voltou a exacerbar o ânimo dos defensores intransigentes do mercado, quando o Presidente Bolsonaro interveio na questão. Ele disse que não, mas interveio. E eu aplaudo o que ele fez.

Nós temos uma coisa dolarizada na economia brasileira: o óleo diesel. Para atender a quem? Para dar uma satisfação para o acionista da Petrobras. Quer dizer, isso é um erro do plano de cura, da terapia de recuperação do paciente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concordando com o raciocínio de ambos – eu deveria discordar, mas vou concordar com o raciocínio de ambos –, eu sugiro que o Relator inclua o seguinte: em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do ofício, pelo encaminhamento da matéria com o presente parecer ao arquivo, reiterando a solicitação de que os próximos relatórios refiram o objeto do relatório ao plano...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. toca no ponto central, porque o relatório encaminha no sentido seguinte: olha, mandaram um relatório dizendo que cumpriram todas as metas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Do quê?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não dizem quais metas foram cumpridas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é. Essas metas fazem parte do quê? Essas metas... Veja bem, quando a gente quer saber alguma coisa sobre educação, tem que se referir a quê?

Ao Plano Nacional de Educação, que tem dez anos. Eu mesmo fiz as emendas para uma avaliação trienal. Agora, independentemente de trienal ou não, eu tenho que dizer: meta de qualificação. O Ministro da Educação falou sobre isso: "A meta de pós-graduação em ciências humanas extrapolou, a meta de pós-graduação ou de graduação em Matemática está aquém do desejado". O que ele menciona nisso? Ele menciona o Plano Nacional de Educação, as suas metas e objetivos. Nesse caso, eu só acrescentaria isto: devendo, a partir de agora, os relatórios referirem objetivamente às metas do plano de negócio da empresa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Subscrevo integralmente a sugestão do Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Até fico um pouco à vontade: a minha última disciplina na Universidade Federal de Santa Catarina era Empreendimentos e Modelos de Negociação. Todo aluno de Administração aprende a fazer plano de negócio. O que é o plano de negócio? É exatamente o que nós pretendemos da Petrobras, digamos, em processo de recuperação ou neste momento, nesta fase da sua vida...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Amin, se me permite...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... em que ela tem que ou desativar coisas ou alienar ativos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E no caso da Petrobras, Senador Amin, Senador Marcos, há um agravante: a Petrobras e a Eletrobras, outras empresas públicas, permeiam a economia dos nossos Estados. Então, quando resolvem sair, desmobilizar uma fábrica, desmobilizar uma indústria, uma refinaria, uma fábrica de lubrificante, que seja, aquilo desestrutura. Aquilo tem que ser combinado com o Estado, com o Município que vai perder aquele investimento, porque ela é vista como empresa pública, ela é vista como...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, ela é pública.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... uma empresa do Governo Federal que está ali presente fazendo investimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem comprou as ações da Petrobras lá em Nova York comprou de uma empresa pública.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sabendo disso. Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele não tem que chiar porque o Governo quer saber das coisas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sabe da interferência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por que não comprou da Shell?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele chiou quando a Shell se encencou lá no Golfo do México? Então nós temos que baixar menos a cabeça.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu costumo dizer o seguinte: o investidor de uma empresa semiestatal ou mista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é pública.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... não é o investidor da *startup* de garagem. Ele não espera dar um pipoco nas suas ações. Ele quer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele quer segurança.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... ter um investimento seguro, exatamente, que dê um retorno certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O pecado da Petrobras foi ferir o princípio da segurança.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Totalmente, exatamente. Credibilidade, etc.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela não pode sair aos solavancos. Então, o senhor falou de fechar. Quando ela tem responsabilidades ambientais, já que eu falei do Golfo do México... Nós lá de Santa Catarina sabemos o suficiente sobre oceanografia para saber o seguinte: se estourar a exploração do pré-sal na altura lá de São Paulo, a corrente marítima vai levar a bomba para nós, por isso a Petrobras tem a sua unidade de proteção ambiental em Itajaí. Esse jogo faz parte do equilíbrio de uma empresa pública, que, no caso, a Shell não teve... Foi a Shell, aquela do Golfo do México?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A British Petroleum. Desculpe, quero substituir aqui. Enfim, o inferno que se criou no Golfo do México nós temos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí foi em Valdez, no norte, no Alasca. Alasca e Golfo do México foram as duas maiores desse século, digamos, correntes. Tudo isso faz parte do plano de prevenção, contenção e redução de danos. Então, uma empresa pública





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem de ter seu plano conhecido pelo Congresso, e as metas, alcançadas ou não, que são objeto do relatório, como é o caso, devem sempre se referir a que parte do plano eu estou dizendo que estou cumprindo ou não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, só uma palavra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Carlos Viana, o Senador Eduardo Braga está inscrito. Inscrevo V. Exa. também. Na sequência, o Relator com a palavra para as considerações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Carlos Viana vai nos dizer qual é o reflexo de qualquer questão que envolve o pré-sal em Mar de Espanha.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Eduardo Braga com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Presidente, primeiro quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar os colegas Senadores e a colega Senadora.

Acho que este é um debate importante e acho que esta Comissão precisa solicitar – e já há um requerimento nosso aprovado nesta Comissão – que a Presidência da Petrobras venha a esta Comissão conversar não apenas sobre o programa de biodiesel, mas também sobre seus programas de investimento e de desinvestimento.

Eu quero aqui colocar uma questão própria do meu Estado, o Amazonas. O Estado do Amazonas, como todos sabem, é produtor de petróleo, é produtor de gás em terra firme, o que é uma raridade no Brasil. O custo de produção, portanto, é muito baixo, porque é em terra firme, e a qualidade desse petróleo e desse gás é muito alta. No entanto, desde o advento do pré-sal, a curva de investimento da Petrobras no pré-sal, Senador Esperidião Amin, é muito alta e se comprometeu essa curva de investimento. Juntamente com o que aconteceu com a Lava Jato, acabou comprometendo a capacidade de investimento da Petrobras em outras regiões.

O que está acontecendo hoje no Estado do Amazonas? Só para que os senhores tenham uma ideia – e eu presidi a Comissão de Infraestrutura até o final da legislatura passada –, o que está acontecendo no Amazonas é criminoso. Hoje, as distribuidoras estão importando derivados de petróleo do estrangeiro, do exterior, trazendo, portanto, de Houston, de Georgetown, da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes, etc., porque não há investimento no Amazonas.

A refinaria Isaac Sabbá, que é uma das refinarias mais antigas do Brasil, construída pelo capital privado lá atrás e que na revolução foi comprada pela Petrobras, hoje está desatualizada tecnologicamente a ponto de praticamente, nos próximos dois anos, se investimentos não houver, estarmos fechando uma refinaria em um Estado que é produtor de petróleo, produtor de gás e que tem o arranjo produtivo da sua economia baseado não só na Zona Franca, mas também em petróleo e gás.

E, Sr. Presidente, a Petrobras sequer dá qualquer explicação, porque esse plano ela coloca sem debater conosco, que somos, em última análise, os responsáveis pela discussão, inclusive, da desmobilização do patrimônio público.

Sr. Presidente, a Petrobras não dá sequer qualquer explicação, porque ela coloca esse plano sem debater conosco, que somos, em última análise, os responsáveis pela discussão, inclusive, da desmobilização de patrimônio público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como bem disse aqui o Senador Esperidião Amin e o Senador Jean Paul, a Petrobras é uma empresa pública, e a União representa mais de 50% do capital votante e do capital acionário da Petrobras. A questão de o Presidente da República interferir na Petrobras é porque ele fez pelo caminho errado! Ele representa o maior acionista, que, por sua vez, tem seus representantes no Conselho de Administração da Petrobras. Se o Presidente do Conselho de Administração da Petrobras, que é o Ministro de Minas e Energia, exercesse seu direito de acionista majoritário, o que poderiam dizer sobre a interferência do maior acionista? Nada!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E quem comprou ações sabe disso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E quem comprou ações sabe disso. Agora, o estranho é o Presidente pegar o telefone, quebrando todas as regras de governança de uma empresa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é estranho, é estilo, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, sim! Aí eu quero apenas dizer o seguinte: o que é estranho não é a manifestação do acionista majoritário, mas é a forma como o acionista majoritário se manifestou. E não estou falando desse Presidente, estou falando dos Presidentes que já se manifestaram de igual modo, pelo caminho equivocado, porque a regra de governança de uma empresa que tem ações listadas nas bolsas de valores diz que isso deve ser feito através do seu Conselho de Administração, em que os acionistas se manifestam sobre suas posições.

Então, Sr. Presidente, eu faço apenas essa colocação, porque acho que a Petrobras, que está apresentando lucro, tal qual a Eletrobras... Hoje, saiu o resultado do primeiro trimestre da Eletrobras, que é de R\$1,3 bilhão a mais de lucro em relação ao ano passado, ou seja, a Eletrobras concluiu o seu ciclo de recuperação em função das verbas indenizatórias que foram pagas pelo Governo, pela União, em função da 579, não em função da privatização das unidades geradoras ou distribuidoras no interior do Brasil, até porque nenhuma das GTs foi privatizada até agora, Sr. Presidente, nenhuma das GTs!

O que nós estamos vendo é que a modelagem da privatização precisa ser também discutida nesta Comissão. Veja o caso da Celg. A Celg acabou sendo privatizada com uma modelagem distinta daquela que nós havíamos desenhado. O que aconteceu? A curva de investimento, dentro do ciclo tarifário dela, foi alterada, e hoje todos os indicadores da Celg estão se deteriorando, seja o DEC, seja o FEC. Há uma manifestação pública, através dos agentes públicos do Estado de Goiás, com relação à qualidade da energia no Estado de Goiás.

Portanto, eu apenas fiz questão de vir aqui para dizer, Sr. Presidente, que é hora de a Comissão de Infraestrutura, diante da Presidência de V. Exa., que é um Parlamentar atuante, ativo, construtor de soluções, trazer para esta Casa dois presidentes de duas companhias: a Petrobras, com os seus afetos, porque a Petrobras tem questões que são feitas através das regulações; e a Eletrobras. Sr. Presidente, nós precisamos discutir várias questões na Eletrobras que são iminentes, que são necessárias, para que nós possamos ter finalmente uma curva decrescente na tarifa de energia elétrica neste País. E precisamos discutir com a Petrobras, para que nós possamos equacionar, de uma vez por todas, uma política que traga estabilidade e previsibilidade. Conversando com empresários, todos os empresários





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão reclamando do seguinte: a grande dificuldade hoje com a Petrobras é a previsibilidade que nós temos com relação ao regime de preços, para que nós possamos nos programar.

Ora, essas questões, Sr. Presidente, parecem-me ser essenciais para a Comissão de Infraestrutura. Quero parabenizar a condução que V. Exa. tem feito. V. Exa. tem me relatado, inclusive, suas conversas com o Presidente da Petrobras. E eu gostaria de adicionar aqui um outro tema, que é o tema do setor elétrico, porque entendo que nós estamos no limite no setor elétrico. A Eletrobras volta a apresentar resultados positivos: apresentou no ano passado um lucro de R\$13,7 bilhões e acaba de anunciar o resultado do primeiro trimestre, também com aumento de rentabilidade. Portanto, nós precisamos aprofundar esse debate, seja na matriz energética, seja do ponto de vista de investimentos, planos e ações da Eletrobras e da Petrobras, que são empresas públicas, como bem dito aqui por outros Senadores que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero só acrescentar, Senador (*Fora do microfone.*), a esse momento do Senador Eduardo Braga, que eu aplaudo, o seguinte: acho que V. Exa. poderia, em contato com o Presidente da Comissão de Minas e Energia e, pelos reflexos, com a Comissão de Assuntos Econômicos, promover uma reunião conjunta, nos termos propostos pelo Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Minas e Energia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Minas e Energia, Assuntos Econômicos e... Eu não sei se... Eu acho que fica por aí.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Senador Esperidião, no Senado a competência é da CI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só faria em conjunto com a CAE, pelos reflexos econômicos, porque lá já houve também o debate dos reflexos dessa imprevisibilidade de custos, tanto de energia elétrica quanto de combustível – no caso, de combustível –, porque nós tivemos aí a iminência de outra crise. E olha que nós levamos todo o ano de 2018 para nos recuperar da crise dos caminhoneiros. Então, não quero entrar em debate sobre se fez bem ou fez mal, mas prevenir e conhecer o que pensam os gestores, no caso da Petrobras e no caso da Eletrobras, eu acho que seria muito prudente. Eu só o faria em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos fazer essas tratativas depois e alinhar.

Eu asseguraria a palavra ao Senador Elmano Férrer, mas antes, apenas para sublinhar, na linha do que o Senador Esperidião menciona e também o Senador Eduardo Braga, Senador Elmano, indago V. Exa. sobre se seria possível fazer constar do relatório esse encaminhamento que o Senador Esperidião Amin faz.

E, para além disso, com a concordância do Plenário da CI, eu encaminharia também ofício da CI à Petrobras cobrando que, nos próximos relatórios, constasse, para além da expressão "cumprimento de metas", o seguinte: as metas "a" e "b" foram estabelecidas nesses termos; a meta "a" foi cumprida; a meta "b" não foi cumprida em razão disso. Em relação também aos seus resultados – se foram atingidos, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não foram atingidos – e à motivação. Aliás, o art. 93, X, da Constituição Federal vai falar, claro que, no campo judicial, da motivação, da fundamentação das decisões, mas também, no campo administrativo, não escapa a necessidade de motivação, de fundamentação dessas decisões. E, no encaminhamento desses relatórios, é preciso deixar claro exatamente do que se trata. Simplesmente afirmar que cumpriram as metas; pegar recortes que foram publicados em jornais ou que foram depositados em bolsas para justificar um relatório ao Senado da República, que tem o poder de controle, que tem o papel, que tem a função de controle, não me parece razoável, não me parece atingir o postulado da transparência da *accountability* horizontal.

Penso que cabe à Petrobras e às agências que o farão, como manda o Regimento, também com relatórios, encaminhando seus balanços, suas informações de resultados, também ter essa cautela de adotar clareza nesses relatórios. Dizer que fez, mas sem determinar o que fez, não me parece razoável.

Então, a ponderação que o Senador Esperidião Amin fez foi para encaminhar pela aprovação, mas com a ressalva de que nos próximos relatórios se façam constar objetivamente as metas e os planos de negócio de forma objetiva, taxativa. Não sei se V. Exa. concorda com esse encaminhamento.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente, eu concordo, inclusive acolho as ideias e sugestões levantadas pelo Jean, dele próprio a mim, e também essa sugestão do nosso Eduardo Braga. Creio que a ponderação de V. Exa. atende o que nós almejamos, que é a transparência.

Agora, a gente vinha sempre cumprindo uma formalidade legal, sem nos aprofundarmos. Por exemplo, eu citaria um grande projeto na área de biodiesel, lançado no Piauí, 15 anos atrás, mais ou menos; um grande projeto de impacto nacional, partindo da matéria-prima mamona. Instalou-se um gasto absurdo, e esse projeto morreu sem ninguém ter sabido o porquê. A sociedade, o Estado do Piauí ainda hoje não sabe por que o projeto de biodiesel, que mobilizou milhares de produtores de mamona, foi abortado. Nós não tivemos, oficialmente, uma informação precisa do Governo sobre o porquê daquela decisão.

Então, eu creio que falta da nossa parte nos aprofundarmos na análise desses relatórios anuais dessas estatais e também das agências nacionais. Creio que é prudente a colocação feita por V. Exa.

E a sugestão inicial era trazer o Presidente da subsidiária, quer dizer, da Petrobras Biocombustível, mas a ideia maior proposta pelo Senador Eduardo Braga talvez seja mais interessante.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Elmano.

Então, o parecer de V. Exa. é pelo conhecimento e pela aprovação do relatório, com a ressalva que faz, acolhendo a sugestão do Senador Esperidião Amin e as ponderações feitas pelos Senadores nesta Comissão.

Submeto à votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Farei então, por consenso do Plenário, o encaminhamento do ofício à Petrobras no sentido de que os próximos relatórios venham nos termos aqui debatidos.

Agradeço mais uma vez ao Senador Elmano pelo relatório.

O nosso próximo item, item 3.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero apenas informar que o Senador Eduardo Braga fez menção ao requerimento que nós aprovamos, que é o Requerimento nº 17, de 2019, que convida o Presidente da Petrobras a comparecer na CI. Nós já estamos em tratativas com a Petrobras, inclusive tenho um convite para uma visita à sede da empresa no Rio. Nessa ocasião ajustaremos a data da vinda dele a esta Comissão. Já está em tratativas, portanto, a vinda do Presidente da Petrobras à Comissão de Infraestrutura.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2018

- Terminativo -

Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.

Autoria: Senador Eduardo Lopes

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. Em 09/04/2019, a matéria foi retirada de pauta em razão de ausência do relator.

2. Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para proferir seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Antes de fazer a leitura do relatório e voto, quero aqui registrar a presença de um grande amigo, Prefeito da cidade de Água Azul do Norte, no sul do Pará, Renan Lopes Souto, e agradecer aqui a sua presença, Renan. Muito obrigado. Aguarde um pouco mais por aí.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores... Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2018, do Senador Eduardo Lopes, que "modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados".

Vou fazer algumas considerações, Presidente, sobre o relatório, a análise e, depois, o voto, porque é um tanto extenso.

Encontra-se nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 310, de 2018, de autoria do Senador Eduardo Lopes. Essa proposição, por meio da alteração do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece que 10% (dez por cento) do preço pago das empresas que utilizem poste, duto, conduto ou servidão sejam entregues ao Município onde ocorre a exploração.

O autor da proposição argumenta que a exploração de poste, duto, conduto ou servidão "gera recursos extras para as empresas do setor elétrico" que não estão relacionadas ao serviço público que lhes foi outorgado. Também pondera que as empresas responsáveis pela exploração "alugam seus postes e outros equipamentos, que se localizam em área pública, para fixação de cabos das empresas do setor de telecomunicações", ou seja, o espaço público, com bens de uso comum do povo, estaria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo utilizado para gerar lucro para empresas privadas sem qualquer compensação para os Municípios.

O projeto de lei do Senado remetido a esta Comissão para decisão terminativa.

Análise.

O art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) opinar sobre matérias pertinentes a: (i) transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e (ii) outros assuntos correlatos. Como o PLS nº 310, de 2018, trata da exploração de poste, duto, conduto ou servidão, itens presentes em vários setores de infraestrutura, é inequívoca a competência desta Comissão para apreciar a proposição.

De início, ressalto que é louvável a preocupação do autor do PLS nº 310, de 2018, em disciplinar o que podemos chamar de receitas acessórias ou extraordinárias à concessão e em garantir que os Municípios sejam, de alguma forma, compensados pela utilização de um espaço público. Entretanto, considero que não é possível avançarmos com a proposição por conflito com a nossa Constituição Federal.

No mérito, ao que tudo indica, o PL partiu da premissa de que a receita obtida com a exploração de poste, duto, conduto ou servidão é destinada integralmente às empresas do setor elétrico. Entretanto, no caso de serviços públicos, isso não pode ocorrer.

O art. 11 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelece que o poder concedente poderá prever em favor da concessionária de serviços públicos a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade. Contudo, há uma condição: favorecer a modicidade das tarifas.

Dessa forma, de acordo com a Lei nº 8.987, de 1995, pelo menos uma parte das receitas com a exploração de poste, duto, conduto ou servidão, se realizada por uma prestadora de serviço público, deve ser destinada à modicidade da tarifa relacionada a esse serviço. A receita não pode ser, portanto, direcionada apenas à geração de lucro das empresas. Nesse contexto, a aprovação do PLS poderia resultar em elevação de tarifas, ou seja, os consumidores pagariam uma tarifa maior para que os Municípios tivessem um aumento de arrecadação.

Nesse contexto, o projeto de lei do Senado ora em referência, ao destinar 10% da receita da distribuidora de energia elétrica oriunda de pagamentos de empresas que utilizam seus postes, elevará a tarifa de energia elétrica. Tendo como referência os dados apresentados pelo Diretor-Geral da Aneel, a elevação seria de 0,04 ponto percentual, podendo chegar a 0,12 pontos percentuais, caso ocorra a regularização do uso de postes.

Ademais, a medida proposta pela proposição pode ser usada pelas distribuidoras de energia elétrica como desculpa para reduzir seus esforços no combate à ocupação irregular e na oferta de espaço nos postes para outros usos. Isso porque o projeto de lei também reduz a parcela que caberia a essas empresas.

Portanto, no contexto apresentado, a fim de recompensar os Municípios, o projeto poderia, mesmo sem pretender, penalizar os consumidores e os esforços de regularização na utilização de postes, dutos, condutos e servidões.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos, Sr. Presidente... Por exemplo, na Região Norte, principalmente no Estado do Pará, o consumidor de energia elétrica paga uma das tarifas mais altas. E aí, Brasil afora, ele está vivendo as dificuldades do preço da energia consumida, em lares de pouca condição, baixa renda: uma geladeira, uma televisão, um ventiladorzinho, e as contas vêm lá em cima.

Eu sei que os Municípios precisam de receita, mas existem outros meios de incentivar a economia e ter receita. Então, não posso concordar com qualquer tipo de instrumento legal que venha a penalizar o consumidor final em qualquer percentual, por menor que seja, levando em conta aquilo vivido por nossa população em um dos Estados desta Federação, que é o Estado do Pará. E eu tenho certeza de que os demais Estados seguem na mesma direção, no que diz respeito ao custo da energia elétrica.

Daí o nosso voto.

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2018.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa., Senador Zequinha, pelo parecer.

Por se tratar de matéria terminativa, a deliberação necessariamente deve ser por voto nominal. Como nós não temos número suficiente para deliberação nominal, retiro de pauta de ofício, e na próxima reunião faremos constar da pauta para votação com o quórum regular.

Próximo item da pauta.

ITEM 4**REQUERIMENTO Nº 20, DE 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que “Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, e 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências”.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Propõe, para audiência, a presença dos seguintes convidados: representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Guilherme Quintella, Presidente da Estação da Luz Participações (EDPL); Edeon Vaz, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja); representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Requerimento de autoria do Senador Jean Paul Prates, também Relator da matéria.

Indago de V. Exa. se quer fazer uso da palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, apenas quero sugerir que emende...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Para discutir, Sr. Presidente!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só um minutinho.

É só para pedir que emende, talvez, o item 4 com o item 5, para nos poupar do trabalho, já que o item 5 corrige o 4, apenas retirando a expressão "TCU" do primeiro convidado para a audiência pública, a pedido dele, porque se trata de um trabalho como especialista pessoa física.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, a gente tirou isso.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Farei essa correção e, na sequência, asseguro a palavra à Senadora Kátia Abreu.

O item 5 requer...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque é sequência, para corrigir um erro material do primeiro.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim, desculpa. Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 20, de 2019-CI, que trata da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que "dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências".

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Esse aditamento visa à substituição do representante do Tribunal de Contas da União pelo Sr. Maurício Ferreira Wanderley, especialista em regulação de ferrovias – também de autoria do Relator da matéria, o Senador Jean Paul.

A Senadora Kátia Abreu solicita a palavra para discutir.

V. Exa. tem a palavra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero aqui louvar o requerimento do Senador Prates. Nós estamos em via de aprovar um projeto de lei, o de nº 261, de 2018, do Senador Serra. É um grande projeto, mas, infelizmente, a aprovação será totalmente inutilizada se nós não conseguirmos reverter o que está sendo feito neste momento, porque, até a finalização, a aprovação desse projeto, todos os contratos de concessão já estarão todos prorrogados, e nós não teremos mais ferrovias a serem utilizadas e construídas pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa privada, haja vista que as linhas mestras já estão todas concessionadas e estão sendo antecipados os contratos por dez anos.

O que eu quero dizer? Eu quero dizer que nós tínhamos um decreto de 2013... É simples de entender: o decreto de 2013 determinava um modelo ferroviário que se chama *open access*. É um modelo europeu, que funciona na Europa. Significa o quê? Que a ferrovia é administrada, por exemplo, pela Valec e o seu acesso é livre: cobram-se apenas as taxas de manutenção da ferrovia, e ela é aberta a todos, inclusive para construir esses ramais de que trata o projeto de lei do Senador Serra – que é um grande projeto de lei, mas, se ficar como está, inútil. Então, *open access*, em inglês, é acesso aberto.

Esse modelo foi garantido num decreto – infelizmente num decreto, e não num projeto de lei – e, em 2016, imediatamente à posse do Temer, praticamente, ele revogou esse decreto e imediatamente mandou uma medida provisória e aprovou-se a lei 13.334, numa velocidade incrível, permitindo a antecipação dos contratos de concessão ainda nem vencidos. Então, as empresas concessionárias, cujos contratos ainda vencerão daqui a 10 anos, já estão ganhando 30, Senador. Então, 40 anos! Esse projeto não serve para nada se isso se efetivar da forma como está sendo encaminhado, com muita velocidade.

O que acontece? Essa lei... A Ferrofronte, que é a Frente Nacional pela Volta das Ferrovias, foi criada e entrou com uma ADI contra essa lei absurda e abusiva. Inclusive, com dispensa de licitação, porque, se eu tenho um contrato que vence daqui a dez anos, as empresas estão esperando o meu contrato acabar. Pela Lei 8.666, ela quer entrar na licitação e ser competitiva, e o Brasil pode ganhar com a outorga de qualquer sorte mais alguns bilhões para o seu caixa que se encontra tão empobrecido. Não, a lei já antecipa tudo isso antes do vencimento. Então, a ADI foi protocolada pela FerroFronte indevidamente, mas a PGR, Raquel Dodge, achou por bem, válida e justa a tese e assinou a ADI, que está para ser julgada pela Ministra Cármen Lúcia, constatando a inconstitucionalidade dessa lei aprovada tão às pressas, em forma de medida provisória, dando um prejuízo ao País e à competitividade – isso em 2016.

Sr. Presidente, agora um outro detalhe importante é que o *open access* é maior do que o direito de passagem, é mais amplo do que o direito de passagem, que já é o modelo americano, em que você tem a ferrovia, a empresa A ganha, mas ela tem a obrigação de deixar outras empresas; com quantidade, toneladas, preço – não é de graça –, mas há oportunidade para operadores independentes. Nos Estados Unidos, há apenas 580 operadores independentes, que têm direito de passagem nessas grandes ferrovias.

Aí nós resolvemos fazer um modelo da Idade da Pedra: nós resolvemos pegar a Ferrovia Norte-Sul, concessionar o seu trecho mais importante no Tocantins, de Palmas até Anápolis, concessionando e dando direito de passagem de cinco anos para não ficar tão feio, mas todo mundo sabe que nenhuma empresa que se preze e que seja responsável, madura vai comprar uma concessão de cinco anos, porque ela está no meio das duas concessionárias, está entre a VLI e a Rumo. Então, sem o direito de passagem, é óbvio que só uma das duas poderia ganhar o leilão, porque as demais correram; não são doidas, correram, porque se inviabilizou.

Nós poderíamos ter ganhado na outorga. O Brasil poderia ter ganhado mais R\$2 bilhões nessa outorga. Imaginem, com R\$1 bilhão desses no Tocantins ou R\$1 bilhão desses em Roraima, em Rondônia, o que nós não faríamos nos nossos Estados. Talvez o Brasil esteja rico demais e não precise





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses R\$2 bilhões. Passou, acabou. Mesmo assim, como puseram ausência de direito de passagem para tirar os concorrentes do meio do trecho, ficou sem direito de passagem para o resto todo.

E o Governo está cumprindo a palavra com a Rumo. O acordo foi: cubra o lance da Norte-Sul, de Palmas a Anápolis, que nós vamos antecipar rapidamente a Malha Paulista, baseada nesta lei aqui – que vai ser, se Deus quiser, julgada inconstitucional. O edital já está na rua, o tribunal já aprovou, e isso tudo está correndo rapidamente para cumprir com a Rumo o acordo que foi feito sem a luz do Sol.

O meu pedido é, Senador Prates: todas as entidades que você aqui listou são importantíssimas; agora, se nós quisermos apagar o fogo rapidamente, nós temos que colocar um contrafogo e trazer aqui, dividindo talvez em duas reuniões, essas entidades que pouco podem fazer agora a não ser chorar. Se nós trouxermos aqui um representante da Rumo, um representante da VLI e um representante da ANTT, e os três juntos mostrarem onde está escrito o direito de passagem, eu acho que é de mais utilidade para nós, porque não existe esse direito de passagem a não ser por cinco anos. O Ministro dos Transportes convenceu o mundo, o TCU e o Governo Federal de que esse direito de passagem está garantido. E o aditivo é claríssimo: o aditivo diz que é por cinco anos o direito de passagem. Então, o preço da nossa ferrovia lá do meu Tocantins, por quilômetro rodado, vai custar 90% do preço do frete, e o que nós queríamos era um terço do preço.

Eu proponho, finalmente, que a gente chame da Rumo um representante, um da VLI... Da ANTT eu não queria o Presidente, não. Ele sofreu busca e apreensão agora da Polícia Federal, com suspeita de superfaturamento de pedágio absurdo em São Paulo. Eu não quero acusar ninguém antecipadamente, mas eu prefiro que ele não venha, porque, no dia em que ele veio aqui, ele demonstrou que não entende do assunto. Então, se houver um especialista na ANTT que entenda de marco regulatório de ferrovias, eu gostaria que esse aqui estivesse. A outra pessoa é Bernardo Figueiredo, que estava na EPL quando foi criado o decreto em 2013, oportunizando *open access*, para explicar como era. E o Júlio Marcelo, do Ministério Público de Contas do TCU, que foi o único do Poder Público que gritou aos quatro cantos do mundo que essa concessão era imoral, era ilegal e iria dar prejuízo ao País.

Então, eu gostaria de que, inicialmente, nós pudéssemos trazer essas pessoas que de fato decidem – vão vir aqui e não podem mentir nesta Casa – para dizer onde é que está o direito de passagem da Norte-Sul e da Malha Paulista, que pega o seu Estado e que é de fundamental importância para o Estado de Mato Grosso, vital importância. É a saída para o Porto de Santos do sul de Mato Grosso. Para Rondônia, então, nem se fala a importância que a Malha Paulista tem para o Estado de Rondônia. Eu só gostaria de fazer esse aditamento.

E gostaria de que posteriormente, numa segunda audiência, pudessem vir as entidades de classe, que são muito importantes: a Aprosoja, a CNA, a EDLP e a Ferrofronte também, que é a frente em defesa das ferrovias.

Acho muito importante esse especialista Maurício, que você sugeriu hoje, especialista em regulação de ferrovias, para que a gente possa aqui discutir.

Então, que ficasse em aberto a aprovação de todas essas entidades. A gente tentaria marcar o mais rápido possível com essas primeiras e uma segunda reunião, porque o tema é muito importante. Cabem três, cabem quatro discussões aqui na Casa.

Obrigada, Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Kátia Abreu.

Senador Jean Paul, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Kátia, Presidente, obrigado.

Apenas para esclarecer... Em primeiro lugar, quero dizer que concordo plenamente com as suas colocações, Senadora Kátia. Se nós fizermos um projeto de lei trazendo as autorizações para o campo das ferrovias e elas já não forem mais necessárias ou não forem mais tempestivas, não valerá a pena.

Estamos cuidando desse cronograma, que, de fato, está ocorrendo em paralelo. E gostaria, inclusive, de contar aí... E me disponho agora, imediatamente, ainda nesta semana, para nos reunirmos, Senadora Kátia, para verificar esse processo especificamente.

Mas quero esclarecer uma coisa: nós já tivemos uma primeira audiência e, nessa primeira audiência, Senadora Kátia, esteve justamente um diretor, não o Presidente da ANTT, mas uma pessoa que falou bem e colocou os pontos de vista do Governo e os pontos de vista do órgão regulador. E, da parte de Governo, o Ministério da Infraestrutura e o Ministério da Economia mandaram representantes. Falamos evidentemente sobre o livre acesso, o acesso aberto. Também tivemos lá associações representando o transporte ferroviário, a ANTF; a Anut, representando os usuários; e a CNTTL, representando os trabalhadores, o transporte logístico.

E agora justamente esse pedido, Presidente, ou seja, é uma segunda audiência que complementa a primeira e onde teremos justamente alguns dos especialistas colocados pela Senadora Kátia, inclusive o Guilherme Quintella, da Estação da Luz Participações, a EDPL; a Aprosoja está colocada nessa segunda audiência; a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA); e o especialista Maurício Vanderley que, como disse, tem um trabalho realizado sobre isso. Poderemos aduzir evidentemente talvez o Júlio Barcelo, o Bernardo Figueiredo; a própria Rumo que também já esteve representada lá na primeira audiência através da ANTF.

O interesse de fato é esmiuçar ao máximo esse processo, que é um processo que não é simples. Sair de concessão para autorização parece uma coisa fácil, mas não é. De fato, a gente precisa ressaltar o aspecto regulatório. Um processo como esse encerra a atividade que eu tenho ressaltado muito nesta Casa da regulação de monopólios naturais. Esse é mais um dos monopólios naturais. E seja por autorização, seja por concessão, tem que ser regulado, porque isso dá litígio, dá problema, dificulta o processo, pode ser usado como dominação econômica, pode haver abuso econômico e principalmente concentração econômica. E isso tem que ser regulado devidamente.

Estamos fazendo o nosso trabalho e inserindo, então, as suas sugestões, Senadora Kátia, e vendo também a agenda para ver se a gente consegue colocar tudo isso nessa segunda audiência ou se talvez a gente precise de uma terceira. O que posso assegurar a todos é que o ritmo de discussão desse projeto de lei, que é importante para todos e não só para o Governo, está adequado. Tivemos uma audiência há menos de duas semanas e estamos agora programando uma outra. Então, o intervalo de duas, três semanas é razoável. Pode caber uma terceira audiência se for necessário e se todos aprovarem assim.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jean Paul.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas por amor ao debate, quero dizer que acho que esse tema é fundamental. A Senadora Kátia vem reiteradamente alertando com relação a essas preocupações, especialmente com o direito de passagem. Mas quero apenas frisar que o Congresso Nacional se manifestou sobre essa matéria. A MP foi aprovada no Congresso Nacional, permitindo justamente a prorrogação antecipada das concessões ferroviárias. Aliás, a mesma modelagem foi feita em relação ao setor elétrico. O Parlamento abriu mão de fazer esse debate mais aprofundado ao aprovar essa diretriz. Hoje, o que o Governo está fazendo – com acertos, do ponto de vista de alguns, ou com erros, do ponto de vista de outros – é cumprir aquilo que foi aprovado no Parlamento brasileiro.

E aí quero cumprimentar o Senador Jean Paul, que, ao tratar dessa lei, que para mim é um marco regulatório para o setor, tem tido o cuidado, a cautela de ouvir os vários segmentos, os vários atores envolvidos, para tentar ajustar aquilo que é possível. Agora, a legislação foi aprovada pelo o Congresso Nacional. Nós aqui estivemos e, infelizmente, por alguma razão, acabou-se abrindo mão de se fazer esse debate mais aprofundado.

Declarar a inconstitucionalidade dessa MP me parece ser algo, do ponto de vista da segurança jurídica, até preocupante, porque, pela mesma lógica, pela mesma razão, por semelhança, de repente, a 579 também teria que ter o mesmo problema, da época da Presidente Dilma. É. E, aí, Tucuruí e outras coisas mais ficariam numa situação bastante desconfortável.

Então, assim, veja que as ações implicam reações, mas cabe ao Parlamento fazer esse debate, fazer esse enfrentamento. E a ponderação que a Senadora Kátia faz, no sentido de ampliar o debate e lançar luz a esse ponto, acho que é fundamental. Mas, neste momento, talvez o melhor caminho seja o caminho do entendimento.

E eu estou insistindo, nós temos requerimento aprovado aqui, convidando o Ministro Tarcísio para voltar à Comissão de Infraestrutura, eu estou tentando ajustar essa agenda. Pedi que ele fizesse um esforço para, na próxima semana, estar aqui, ou na outra, no máximo, para que a gente pudesse fazer esse debate de forma bastante franca, de forma bastante conectada com o que está acontecendo no Brasil, porque há, sim, algumas preocupações pertinentes.

Mas eu não poderia deixar de fazer o registro de que o que está sendo feito é fruto de decisões normativas, de proposições que foram aprovadas por este Parlamento, e em alguns pontos até, Senadora Kátia, fazendo aqui mea-culpa, o Parlamento abre mão daquilo que é sua prerrogativa natural, infelizmente.

Vez ou outra, a gente tem que fazer esse olhar mais reflexivo com relação ao nosso próprio papel. Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas conciliando os dois pontos de vista, com os quais eu concordo parcialmente, para um lado e para o outro, mas, principalmente, a colocação da Senadora Kátia e essa expressão da segurança jurídica, porque a gente tem que ter, às vezes, um pouco de cuidado, porque volta e meia ela é usada também para corroborar coisas que não foram bem discutidas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, a discussão da constitucionalidade da lei ou da medida provisória faz parte do modelo jurídico do País.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o investidor também sabe perfeitamente que, enquanto não for julgado aquilo ali, ele continua inseguro sobre aquela renovação, sobre aquela concessão.

E, em relação ao nosso projeto aqui em discussão, lembrar, como V. Exa. acertadamente colocou, que nós estamos tentando, inclusive, aprimorar a própria concessão, que é um regime que, no caso das vias férreas, já está muito caduco, já está muito obsoleto.

Então, a gente está tentando, inclusive, entrar, aprimorar o projeto no sentido de o Governo ou os Governos futuros poderem, de fato, escolher, de acordo com os seus interesses estratégicos, entre concessão e autorização indistintamente, pelo fato de os dois estarem modernizados, e não apenas usar a autorização pelo fato de a concessão se tornar um regime obsoleto.

Então, nós estamos tentando em paralelo fazer essa correção também, se for possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., agradeço à Senadora Kátia Abreu.

Submeto a votação os dois requerimentos, um que corrige o outro.

Em votação a matéria.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – E teremos o aditivo?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Podemos alterar a lista...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, o Senador já havia acatado a sugestão de V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, podemos alterar a lista juntos, se possível...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só peço que depois formalize à Comissão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... fazer isso ainda nessa semana, nos reunimos e fazemos isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço.

Agradeço a V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu gostaria de pedir também a leitura e a aprovação de um requerimento extrapauta, que já está na mesa, às mãos de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Requerimento nº 24, de 2019, da CI.

**EXTRAPAUTA
ITEM 6**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Seminário, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a ser realizado no dia 14 de junho de 2019, para discutir a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), com a participação dos representantes dos órgãos e entidades relacionados a seguir:

- Ministério da Infraestrutura;
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
- Vale;
- Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Eu consultaria aqui apenas, como é fora do Parlamento, em relação ao cabimento do "seminário"... (Pausa.)

Então, eu só ponderaria ao Senador Wellington que onde consta a expressão "seminário" nós aprovemos como diligência, porque é o termo regimental adotado na Comissão. (Pausa.)

Então, lido o requerimento, indago se há alguma divergência de parte dos Srs. Senadores ou se há quem queira discutir. (Pausa.)

Não há.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que está aqui presente conosco no plenário o Prefeito do Município de Poxoréu. Meu pai, nordestino, foi da Bahia para Poxoréu a pé. Poxoréu, então, é uma cidade tradicional dos nordestinos que foram em busca dos garimpos de diamante. E aqui está, então, o Prefeito Nelson Paim, que, inclusive, quero registrar, assumiu a prefeitura com muitas dificuldades.

Poxoréu é a cidade mãe de vários Municípios que foram criados, como Rondonópolis, onde hoje eu resido. De fato, eu sou nascido em Poxoréu e em Rondonópolis, que são a mesma cidade. Rondonópolis é uma cidade que se desenvolveu muito; hoje, é a segunda maior cidade do interior de Mato Grosso. Também Primavera do Leste, que é outra cidade que cresceu muito, dada a economia da agricultura, que chegou a ser o quarto orçamento do Município. E ainda Pedra Preta e São José do Povo, que foram desmembrados também do mesmo território.

Por isso, quero aqui registrar a presença do Prefeito Nelson, que hoje já vem aqui a Brasília com todas as certidões do Município em dia, dado o grande trabalho que ele fez com toda a sua equipe. Ele está acompanhado também do Presidente da Câmara, Vereador Aguinaldo Silva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daqui mais uns dias, Presidente, nós teremos, lá em Poxoréu... Em Poxoréu foi construída uma obra de arquitetura muito bonita, o Templo da Viola. Então, todos os anos é realizado lá o Festival da Viola, a viola de raiz, a música de raiz, algo que representa muito a nossa cultura. E quero até convidá-lo para que esteja lá conosco, ainda porque, coincidentemente, é o dia do meu aniversário, dia 1º de junho, quando estaremos lá no Templo da Viola.

Eu quero também aproveitar aqui, já que amanhã é o aniversário da cidade de Várzea Grande, para informar que o nosso companheiro Jayme Campos me pediu para que justificasse a sua ausência aqui. Ontem, estive com ele e com a sua esposa, Lucimar Campos, que está fazendo um belo trabalho naquela cidade. Ontem estivemos em várias inaugurações. Hoje e amanhã também o Senador Jayme Campos estará acompanhando toda a equipe da Prefeitura, transformando aquela cidade.

Então, eu quero aqui, já de antemão, parabenizar a Prefeita Lucimar, todos os Vereadores, todas as lideranças e, em especial, o Senador Jayme Campos, que é membro da nossa Comissão e também do nosso Bloco Vanguarda.

Quero dizer ainda que, daqui a pouco, vamos receber lá...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... no nosso Bloco, e V. Exa. também não só está convidado como é a pessoa mais importante para estar lá conosco.

E também o Senador Júlio Campos, o ex-Senador Júlio Campos, que também foi o prefeito mais jovem do Brasil, Prefeito de Várzea Grande. Ele foi Deputado Federal, Senador, Governador... Enfim, a família Campos tem uma tradição muito grande naquela região e no meu Estado. Eu comecei meu primeiro mandato em 1990, na nossa campanha, junto com Jayme e Júlio. Jayme foi eleito governador, Júlio, Senador, e eu, pela primeira vez, Deputado Federal.

Então, aqui fica a justificativa da ausência, muito justificada, do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, e aproveito a sua fala para cumprimentar todos os nossos cidadãos, os pioneiros e os mais recentes, da cidade de Várzea Grande, uma importante cidade da Região Metropolitana de Cuiabá, uma cidade histórica, que cresce muito e que tem hoje à frente a esposa do nosso Senador Jayme Campos, como prefeita daquela cidade. Aliás, é uma cidade que tem um histórico político de sucesso.

Então, na pessoa de V. Exa., minha saudação a todos os moradores da cidade de Várzea Grande pela passagem de seu aniversário de emancipação política. É mais do que justificada a ausência do nosso colega, Senador Jayme Campos, na reunião desta Comissão na data de hoje.

Quero cumprimentar aqui o Prefeito, os Vereadores e também o Vereador Presidente da Câmara de Poxoréu.

Mato Grosso está uma potência, crescendo de vento em popa. Eu passei esses dias lá na cidade de Sorriso. Eu estive em Sorriso há muitos anos, e quem foi há muitos anos e volta agora desconhece, porque ela virou um polo do agro extraordinário, assim como Sinop. Mato Grosso está vivendo um bom momento na sua história econômica. Parabéns! Isso é fruto de muito trabalho, de muita dedicação e da confiança daquela gente, que apostou naquela terra e produz alimento para o Brasil e para o mundo. Daqui a pouco vamos estar lá na vanguarda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradecendo a presença de todos, antes de encerrarmos, agradeço a presença especialmente dos Senadores e Senadoras que aqui compareceram, em especial do nosso Vice-Presidente, Senador Wellington Fagundes.

No dia 29 teremos o lançamento da Frente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Vamos aproveitar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ..., para convidar, inclusive, todos os que estão nos assistindo, a Senadora Kátia Abreu, porque no dia 29 nós vamos ter o relançamento da Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura na CNT, às 20h.

V. Exa. está convidada, dada a sua experiência, principalmente como Ministra da Agricultura, que trabalhou muito a parceria na melhoria da nossa logística. Então, esse evento lá será um relançamento e, principalmente, um grande apoio da CNT. Já temos todos os Vice-Presidentes e gostaria que V. Exa. estivesse lá conosco...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Eu vou, sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ..., já que o nosso Presidente aqui é um dos que comandam aquela frente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Segundo a orientação de V. Exa.

Nada mais havendo a tratar, apenas convoco para nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 21 de maio, terça-feira, às 11h da manhã, neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a presença de todos, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Mara Gabrilli, Juíza Selma, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Omar Aziz, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa do consumidor de energia elétrica da Região Norte" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatoria:** Senador Lucas Barreto. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)" **Autoria:** Senador Weverton, Angelo Coronel, Eliziane Gama, Elmano Férrer, Humberto Costa, Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Styvenson Valentim e Zenaide Maia. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 22, de 2019** que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 13, de 2019 – CDR, a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Resorts (ABR), na audiência pública solicitada através do referido Requerimento." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelo Senador Lucas Barreto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/24>

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 10ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram.

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Está acontecendo hoje, às 9h, no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara dos Deputados, sessão solene em homenagem ao Dia Nacional de Mobilização em Defesa dos Atingidos por Barragens. O assunto foi amplamente discutido na CDR nos últimos anos, e a Política Nacional de Segurança de Barragens foi objeto de avaliação de políticas públicas no ano de 2018.

Esse debate foi ainda mais aprofundando em 2019 por razão do desastre que assolou o Brasil, o rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais.

Divulgamos, então, o evento da Câmara e informamos que disponibilizaremos exemplares do relatório produzido pela CDR no local.

Comunicamos que, no dia 22 de abril, foi comemorado em todo o País o Dia Nacional do Agente de Viagens. Parabenizamos a categoria pela data, pelo primoroso trabalho realizado por todos os agentes de viagens do Brasil e pela sua contribuição ao desenvolvimento do turismo nacional.

Informamos que esta Presidência aguarda a manifestação dos membros da CDR que desejam integrar a subcomissão temporária para acompanhamento das obras da usina Belo Monte, para que procedamos com sua indicação, fixemos sua composição e que a instalação seja agendada. A subcomissão será composta por três titulares e três suplentes.

Aproveito também para comunicar aos membros da Comissão que durante esses últimos dias nós não só estamos fazendo reunião toda quinta-feira de manhã sobre o projeto de desenvolvimento regional como também estivemos com o Ministro lá no Ministério do Desenvolvimento Regional,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Canuto, que gostou muito do projeto e tem todo interesse em incorporar isso, inclusive, no PPA, no Orçamento.

Estivemos depois no Ministério da Ciência e Tecnologia, que também, com todo o apoio do Ministro Pontes, que gostou do projeto, quer incorporar e participar ativamente.

E, ontem à noite, estivemos também no Ministério da Educação, com o Ministro da Educação, apresentando o projeto, tendo em vista que um dos principais atores são as universidades. Portanto, o Ministério tem uma participação fundamental nesse projeto.

E já tínhamos feito uma reunião no GSI, também lá com a presença do General Heleno, do General Villas Bôas e de outros agentes, que também gostaram muito do projeto. Tenho certeza de que a nossa escolha como projeto de políticas públicas para 2019 foi muito apropriada, de que nós vamos poder contribuir muito com o desenvolvimento regional do País e colocar esse projeto como uma política pública nacional.

Então, só para informar, convidar todos aqueles que têm interesse em nos acompanhar na reunião toda quinta-feira, às 9h. Estão todos convidados.

Bem, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação de matérias.

ITEM 1

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 24, de 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar Mista em defesa do consumidor de energia elétrica da Região Norte

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Relatoria: Senador Lucas Barreto

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 10ª (17/04/2019) Reunião da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação da CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo da palavra ao Senador Lucas Barreto para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, foi submetido a esta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 24, de 2019, de autoria do ilustre senador Zequinha Marinho, que institui a Frente Parlamentar Mista em defesa do consumidor de energia elétrica da Região Norte.

A proposta de Frente Parlamentar Mista que analisamos visa a:

- I – acompanhar políticas e ações que envolvam o fornecimento de energia elétrica para a população da Região Norte do País;
- II – reunir os Senadores e Deputados Federais que têm preocupação especial com a prestação e a qualidade desse serviço essencial ao consumidor da região Norte; [como a Região Norte é a maior produtora, essencial ao País.]
- III – promover debates, seminários e eventos pertinentes ao tema, divulgando resultados;
- IV – acompanhar a tramitação de matérias no Senado Federal e Congresso Nacional que tratem do assunto; e
- V – defender os temas de interesse do consumidor de energia elétrica, sejam relacionados à falta de infraestrutura adequada para o fornecimento do serviço, ou à qualidade da energia já oferecida em determinadas regiões do Estado.

Os valores defendidos pela Frente Parlamentar estão atrelados à defesa das comunidades que necessitam da prestação do serviço de energia elétrica (Art. 5º), e ela será presidida por Senador, podendo a vice-presidência ser ocupada por Senador ou Deputado. Até a aprovação de seu regimento interno, as deliberações serão tomadas por maioria dos votos, contanto que haja a presença da maioria absoluta de seus membros.

Em sua justificção, o autor argumenta que a proposta de criação da frente parlamentar é motivada pela baixa qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica, bem como pelos últimos reajustes na tarifa.

A proposição foi lida em Plenário em 19 de março passado e remetida para análise desta Comissão e da Comissão Diretora do Senado Federal.

Análise.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que é competência do Senado Federal dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, conforme art. 52, inciso XIII.

O nosso Regimento Interno não possui óbice à criação de frentes parlamentares. A falta de menção no Regimento Interno não significa falta de importância das iniciativas dessa natureza, pois se trata da liberdade de organização, no Congresso, de grupos e coalizões. Associa-se, assim, às possibilidades de atuação dos congressistas no sentido da cooperação e da dedicação para o enfrentamento de um problema específico.

Sobre o mérito, é inegável a necessidade de se conferir a atenção necessária às regiões em desenvolvimento e que são demasiadamente carentes de atenção do Poder Público. Caso sejamos lenientes, possivelmente os brasileiros que lá habitam poderão ter de lidar com a precariedade da prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica.

Nos últimos anos, foram privatizadas diversas empresas de distribuição de energia elétrica, como é o caso das Eletrobras Distribuição Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Portanto, e a presença do Poder Público, ainda que por via da atuação de frentes parlamentares, é importante e necessária para a manutenção das condições de prestação dos serviços públicos de energia elétrica.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 24, de 2019.

Lido, Sr. Presidente.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão Diretora do Senado Federal.

No item 2 houve um pedido de retirada pelo autor do requerimento, Senador Weverton.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos retirando de pauta, lembrando que, na próxima reunião, independentemente da presença, nós colocaremos um relator *ad hoc*, se for necessário para a aprovação, que já vai completar a terceira reunião.

Pediria também ao Senador Lucas, *ad hoc*, para fazer a leitura do item 3 do relatório, de autoria do Senador Styvenson. É só para incluir no requerimento um encaminhamento.

Pediria a V. Exa., é o item 3.

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 22, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 13, de 2019 – CDR, a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Resorts (ABR), na audiência pública solicitada através do referido Requerimento.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Observações:

- O REQ nº 13, de 2019 – CDR, requer a realização de audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados.

A autoria é do Senador Styvenson Valentim, que está relatando uma matéria aqui na CAE.

Por isso, passo a palavra ao Senador Lucas, para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para encaminhar.) – Nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 13, de 2019 – CDR, requeiro a inclusão de um representante da Associação Brasileira de Resorts (ABR), na audiência pública solicitada através do referido requerimento.

Sala das Comissões.

Senador Styvenson Valentim.

O Requerimento 13, de 2019, diz: nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para tanto sugiro os seguintes convidados:

Representante da Secretaria de Patrimônio da União;

Representante do Ministério do Desenvolvimento Regional;

Representante do Ministério do Meio Ambiente;

Representante do Ministério do Turismo.

Justificativa.

Nos últimos anos, tem-se verificado restrições de acesso às praias em muitas localidades do País, que têm sido por urbanizações de grande porte, como condomínios e hotéis, no entorno imediato das praias, que bloqueiam ou dificultam o acesso por parte dos que não sejam moradores ou hóspedes, e barracas que instalam equipamentos que oferecem serviços voltados para o conforto de seus clientes.

Apesar de serem titularizados pela União, tradicionalmente as praias são administradas pelos Municípios. Muitos editaram leis ou atos infralegais disciplinando seu uso, notadamente com vista a assegurar a limpeza urbana, a vigilância sanitária relativa à comercialização de alimentos e a segurança e sossego dos frequentadores.

E é sabido que inúmeros abusos ocorrem em todo o Brasil devido à omissão de autoridades locais que toleram a construção de condomínios, loteamento ou *resort*, que bloqueiam o acesso por parte de terceiros, e a instalação de barracas que ocupam grande parte da superfície das praias, dificultando sua fruição por parte dos que não sejam clientes desses estabelecimentos, embora isso seja defeso por lei.

É essencial que esta Comissão ouça as pessoas supraelencadas para que possamos buscar oportunamente solução para esse problema.

Pelas razões aqui expostas e pela importância desse debate, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Senador Lasier Martins, do Podemos do Rio Grande do Sul, e Senador Styvenson Valentim, do Podemos do Rio Grande do Norte.

Lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será cumprida a decisão da Comissão.

Informo que no dia 9 de maio nós faremos uma reunião de trabalho com a presença dos Ministros da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Desenvolvimento Regional e do GSI.

Estamos providenciando a sala da Liderança do Governo para que possamos fazer essa reunião de trabalho. Estão todos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro, então, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 51 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Juíza Selma, Eliziane Gama, Leila Barros, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Otto Alencar, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Arolde de Oliveira, Major Olímpio, Paulo Rocha, Jayme Campos e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Elmano Férrer, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Omar Aziz e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 21/2019 - CDR, de autoria dos Senadores Jaques Wagner e Izalci Lucas. **Finalidade:** Audiência Pública com o objetivo de debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobrás. **Participantes:** Paulo César Ribeiro Lima, Ex-consultor Legislativo da Câmara dos Deputados (representante de: Associação dos Engenheiros da Petrobrás); Deyvid Bacellar, Diretor Jurídico da Federação Única dos Petroleiros – FUP; Manoel Carnaúba, Representante do setor produtivo da região Nordeste; Marcus Cavalcanti, Secretário de Infraestrutura da Bahia (representante de: Setor público da região Nordeste). Usaram da palavra os Senadores Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Zequinha Marinho, Senadora Zenaide Maia e Deputado Federal Joseildo Ramos. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Por oportuno, nos termos do inciso IV do art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF, foram designados como membros titulares os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto; e como membros suplentes a Senadora Eliziane Gama e os Senadores Chico Rodrigues e Plínio Valério, para comporem a Subcomissão temporária para Acompanhamento das obras da Usina Belo Monte - CDRUBM. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/08>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Informo aos pares que, nos termos do art. 89, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência designa os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto como membros titulares e a Senadora Eliziane Gama e os Senadores Chico Rodrigues e Plínio Valério como suplentes da Subcomissão temporária para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte. Então, a Subcomissão temporária de acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte terá como titulares Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto e, como suplentes, Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério.

A Presidência do Senado será informada dessa decisão e a instalação da Subcomissão será agendada.

Comunico que realizaremos, amanhã, 9 de maio, às 10h, no Plenário 13, audiência pública para debater sobre os estudos realizados pela CPRM Serviço Geológico do Brasil, no Estado de Roraima. O evento atende ao Requerimento nº 09/2019-CDR, de autoria do Senador Chico Rodrigues, subscrito por mim e pela Senadora Zenaide Maia.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a debater a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras.

Atendendo ao Requerimento nº 21/2019-CDR, de autoria do Senador Jaques Wagner e com minha subscrição, esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá quinze minutos para fazer a sua exposição; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a tréplica; a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas pelos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido imediatamente a compor a Mesa o Sr. Paulo César Ribeiro Lima, ex-Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, que também representará a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).

Podem bater palmas aqui para animar a reunião. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Deyvid Bacelar, Diretor Jurídico da Federação Única dos Petroleiros (FUP). (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Manoel Carnaúba, representante do setor produtivo do Nordeste. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Marcus Cavalcanti, Secretário de Infraestrutura da Bahia, representante do setor público do Nordeste. (*Palmas.*)

Bem, foram convidados também representantes da Petrobras e da ANP, que, por motivo de força maior, não puderam comparecer neste momento. O Governo Federal...

Eu vou passar a V. Exa., mas o Governo Federal... Quero agradecer, porque eu falei ontem, lá no ministério, e infelizmente o Secretário de Petróleo e Gás está viajando, mas assumiu um compromisso: quando o Senador Jaques Wagner quiser, eles estão dispostos a vir aqui conversar sobre isso, sem nenhuma dificuldade.

Mas passo a V. Exa., que é o autor do requerimento.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Izalci, eu agradeço a palavra. Cumprimento a todos os convidados, a V. Exa., os colegas Senadores aqui presentes.

É para registrar só a postura da Petrobras, até porque V. Exa., por concordar, fez questão de subscrever o requerimento. Então, não se trata de nada de oposição necessariamente, até porque a convocação desta reunião é exatamente para esclarecer. Eu digo sempre que combinado sai barato. Esse tema já tem demanda judicial, está com o Ministro Lewandowski, com o Ministro Fachin, e quanto mais você estimula ou se esconde, por assim dizer... E eu não estou falando do ministério, quero ressaltar a figura do Ministro, com quem eu tenho a melhor das relações, mas a Petrobras se acha, como muito se achou, um Estado dentro do Estado.

Então, ela, hoje, não dá nem satisfação, Presidente. Eu acho, realmente, de uma indelicadeza e – permita-me o termo – de uma burrice, porque aqui você tem representante do setor público, do setor privado, evidentemente do setor laboral, e a Petrobras poderia estar aqui para dizer: "Olha, nós entendemos que a venda é boa por isso, por isso e por isso". Se não tem coragem de debater, é porque é uma caixa de chumbo fechada, não querem abrir qual é o problema.

Então, só faço questão de registrar. Meu estilo é muito educado, para o bem e para o mal, mas eu prefiro manter aqui. Eu já estou com 68 anos. Papagaio velho, ou já aprendeu a falar, ou não aprende mais.

Só não. Ele fica com inveja, porque ele tem mais de 70, Presidente. (*Risos.*)

Mas, para registrar, eu faço questão de registrar. Eu sei do esforço de V. Exa. ontem, inclusive, como membro da base de sustentação. Falei com o Ministro Fernando. Ele também achou um absurdo, mas vamos fazer essa reunião, e depois, se alguém da Petrobras ou do próprio ministério, que estava em viagem, exatamente em um encontro sobre gás, puder esclarecer... Mas faço o registro, na minha opinião, da falta de delicadeza e de respeito à Casa, na ausência total da Petrobras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – E eu faço das palavras de V. Exa. as minhas palavras.

Concedo a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Paulo César Ribeiro Lima, para fazer a sua exposição.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Bom dia a todos. Queria agradecer aqui ao Senador Jaques Wagner pela iniciativa; ao Senador Izalci Lucas, Presidente da Comissão, por ter atendido prontamente a essa nossa demanda; à ex-Senadora Ideli Salvatti, que tem trabalhado muito junto com a gente, no setor de petróleo, e a Eva, que tem sido uma lutadora em defesa dos interesses públicos do Brasil, e agora está com o Senador Jaques Wagner.

Agradeço também aos amigos da Aepet, da Câmara, da Advocacia Garcez, especialmente ao Presidente da Aepet, que me indicou, o Sr. Felipe Coutinho, e ao Éder Melo, da Advocacia Garcez.

Queria fazer uma homenagem também aqui a dois grandes homens públicos, que são o Diomedes Cesário e o Fernando Siqueira, que foram Presidentes da Aepet. O Diomedes Cesário, eu costumo dizer que é a dignidade em forma de pessoa.

E, muito particularmente, agradeço à minha esposa, Luiza, aqui presente, pela revisão e pelas sugestões.

Então, eu vou falar rapidamente aqui. Cumprimento os Senadores presentes. É muito importante a presença dos senhores, da Senadora, para se fazer esse debate. Eu vou falar rapidamente sobre os aspectos legislativos, o histórico dessa privatização e a ausência de mérito. Eu não estava pensando em falar de ações junto ao Poder Judiciário, mas, se der tempo, eu vou falar também.

Bem, a primeira coisa que é preciso deixar muito claro aqui é que o Brasil tem uma lei em vigor, que é a Lei 9.491, de 1997, que veda a privatização da Petrobras explicitamente. A Petrobras não pode ser privatizada por lei. E como o art. 3º dessa lei cita especificamente as atividades de exploração, produção, refino e transporte, essas atividades não podem ser privatizadas. Também são vedadas, por essa lei, as privatizações da Caixa, do Banco do Brasil e da Eletrobras e subsidiárias, por meio da Lei 10.848, que tirou essas empresas do PND, que é o Plano Nacional de Desestatização. Em 2016, essa lei, de certa forma, foi recepcionada pela Lei 13.304, que respaldou tudo o que está na Lei 9.491.

Agora, em alguns casos, não há vedação legal. Empresas podem ser privatizadas. E eu vou citar aqui o caso das empresas distribuidoras da Eletrobras. Eu não vou entrar aqui no mérito, mas não há vedação para que as distribuidoras da Eletrobras fossem privatizadas. Está certo?

Mas, para elas serem privatizadas, há todo um ritual. Então, há o Decreto 8.893, houve o edital do BNDES, falando todas as regras da privatização. A licitação é uma obrigação, há uma audiência pública para cada uma das distribuidoras, e tudo isso devidamente registrado no *Diário Oficial da União*, no site do BNDES e até em jornais de grande circulação.

O que eu quero dizer com isso é que a privatização é uma decisão política. Se o Congresso Nacional quiser alterar a Lei 9.491, não há problema nenhum: altera e privatiza a Petrobras, as subsidiárias. Eu estou dizendo o seguinte: essa lei está em vigor, e ela não está sendo respeitada. Deixo bem claro isso. A privatização da Petrobras não está sendo uma decisão política; está sendo uma decisão única e exclusiva da atual administração da Petrobras, sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum respaldo legal. Há um certo respaldo do TCU que eu vou detalhar aqui mais à frente, está certo?

Então, o que aconteceu no Brasil, com a Lei das Estatais? De fato, essa lei, inconstitucionalmente, na minha visão – e essa é a visão do Ministro Ricardo Lewandowski –, permite a venda de ações sem licitação. Essa lei, de certa forma, reproduziu o que já existia na 8.666. Era parceria, era venda minoritária, mas aí aproveitou-se desse deslize e começou-se a privatizar sem licitação.

O art. 29, inciso XVIII, é o que estabelece essa venda sem licitação. E veio o Decreto 9.188, que regulamentou essa dispensa de licitação. No entanto, houve a decisão cautelar do Ministro Ricardo Lewandowski, no âmbito da ADI 5.624, que estabeleceu muito claramente: no caso de perda de controle acionário, ou seja, no caso de privatização, há necessidade de licitação.

Então, nenhuma privatização pode ocorrer com base no Decreto 9.188, e a Petrobras está privatizando a TAG com base nesse decreto, o que é uma afronta, na minha visão até grosseira, à decisão do Ministro Ricardo Lewandowski. Então, a Petrobras ignorou a existência da Lei 9.491 e conduziu o processo de privatização da TAG com base nesse decreto.

Então, a privatização da TAG está sendo feita hoje sem amparo legal em decreto e até afrontando decisão do Ministro Ricardo Lewandowski. Ela foi decidida exclusivamente pela administração da estatal.

Aqui a gente tem um grave problema. Eu sempre fui defensor do Tribunal de Contas da União, que tem relevantíssimos serviços prestados ao País e é uma instituição seríssima, mas aqui o Tribunal de Contas da União tem que me desculpar, porque o Acórdão 442, de 2017, é uma afronta, na minha visão, ao próprio País. É um ato arbitrário em que o Tribunal de Contas acertou com a Petrobras como as empresas seriam privatizadas, sem nenhum respaldo legal. Então, aqui eu penso que esse acórdão não honra nem a história do TCU, nem o Ministro Ubiratan Aguiar, que tanto lutou para que o Decreto 2.745 não fosse aplicado pela Petrobras, que na minha visão também é um decreto inconstitucional.

Mas o fato é que, de certa forma, o TCU e a Petrobras acertaram uma sistemática. E o Decreto 9.188 – os senhores podem verificar lá –, basicamente, foi elaborado com base no acórdão do TCU. Agora, apenas a Petrobras, que eu conheça, está usando esse acórdão. Houve um acórdão similar, o TCU também autorizando a Eletrobras, e a Eletrobras se negou a utilizar o acórdão do TCU e foi para o procedimento previsto em lei.

Então, aqui, é uma acusação até meio séria, mas eu faço esta acusação: esse acórdão do TCU precisa ser questionado junto ao Supremo Tribunal Federal. Eu, como simples engenheiro, elaborei uma minuta de mandado de segurança para a gente tirar da ordem jurídica do País, da ordem administrativa, esse acórdão do TCU.

A TAG é uma empresa fantástica, com 4,5 mil quilômetros de gasodutos na Região Nordeste e Norte. Eu já trabalhei na construção desses gasodutos – eu já fui engenheiro da Petrobras –, que têm uma capacidade de transporte gigantesca, importantíssima para o País. Mas, em 8 de maio de 2018, a Petrobras esclareceu que iria vender a TAG, e esse processo competitivo seria alinhado às orientações – olhem só: orientações! – do TCU, e atende aos procedimentos previstos no Decreto 9.188. Felizmente, em 3 de julho, o Ministro Ricardo Lewandowski falou: "Não pode ser feita a privatização sem licitação". E a Petrobras recuou e suspendeu a venda da TAG.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, neste ano, já no novo Governo, a Petrobras retoma a venda da TAG, e não só da TAG, mas da Ansa também e da formação de parcerias em refino, que também são privatizações, porque se cria subsidiária e vende o controle de 60% das refinarias. Também são ilegais: privatização das refinarias, ilegal; Ansa, ilegal; e TAG, ilegal.

Infelizmente, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça cassou uma decisão de um colegiado, que é a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Mas isso aí, todo esse processo foi questionado numa ação popular, antiga no TRF5, quando não se estava nesse contexto de leis de estatais, de decisão do Ministro Ricardo Lewandowski.

Mas, então, a Petrobras retomou o processo, e houve uma decisão – que na minha visão também foi equivocada – de um Presidente do Superior Tribunal de Justiça que de certa forma deixou correr o processo – mas, eu estou dizendo, no âmbito ou num contexto completamente diferente do atual. Então, no caso da TAG, houve uma alienação de 90% da participação da Petrobras. A TAG é uma subsidiária integral da Petrobras, então os gasodutos são da Petrobras.

Quero cumprimentar a Senador Ideli...

Então, vendeu para o grupo Engie, por esse fundo canadense. O valor da transação é de US\$8,6 bilhões.

Eu peguei os contratos, analisei os contratos, e cheguei aqui a um valor presente da despesa que a Petrobras vai ter com a venda da TAG. Ela recebe US\$8,6 bilhões, mas o valor presente das despesas – nos meus cálculos e a gente pode discutir isso aqui – é de US\$12,44 bilhões. Por quê? Hoje esse custo de transporte da Petrobras é um custo meio fictício. Por quê? Porque a Petrobras contrata o serviço de transporte da TAG, e ela paga para a TAG. Então, a TAG dá lucro. A TAG tem uma receita, e a Petrobras tem uma despesa, mas, no consolidado do grupo, o que é despesa para uma é receita para a outra, estão todas no mesmo grupo. Agora, vendendo a TAG, não: aqui passa a ser despesa; a Petrobras vai ter uma despesa, e grande, porque o lucro da TAG é alto. E essas empresas não pagaram US\$8,6 bilhões de graça. Elas pagaram US\$8,6 bilhões por quê? Porque elas estão garantidas pelo contrato *ship-or-pay*, que garante a receita...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Dr. Paulo, o senhor poderia estimar o lucro da TAG por ano?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – O lucro da TAG, que eu utilizei aí, em 2017 foi coisa de R\$6 bilhões; em 2017 foi coisa de R\$4 bilhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por ano?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Por ano.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – R\$6 bilhões?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – R\$6 bilhões, isso em 2017 – aliás, em 2016. Em 2017, foi de R\$4,4 bilhões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Em reais.

Foi em cima desses números que eu cheguei a esse valor presente de US\$12,44 bilhões, porque eu peguei o de 2017. Mas é em reais.

Agora, isso vai ser despesa para a Petrobras. Hoje, de fato, não é despesa. Por quê? Porque a Petrobras paga, mas a TAG dá lucro, e está todo mundo no mesmo grupo, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora eu vou falar um pouquinho de mérito. Não há mérito nessa venda. Na minha visão não há mérito. De fato, a Petrobras tem um papel dominante, mas, no setor de produção, o que aconteceu com o Brasil em 1997? Foram quinze rodadas no regime de concessão e cinco rodadas no regime de partilha. O pré-sal brasileiro, as áreas estratégicas já estão todas licitadas, e a Petrobras em muitas não participa e, em quase todas, ela é minoritária. No consórcio de Libra, ainda no Governo do Partido dos Trabalhadores, a Petrobras teve uma participação de 40%.

Então, qual é o futuro da produção de gás do Brasil? São muitos produtores, totalmente diversificados. Agora, de fato, os campos maduros lá da Bacia de Campos, Marlim, Roncador... A Petrobras está até vendendo participação, vendeu a participação em Roncador, em Marlim, mas vendendo participação pequena. A Petrobras ainda é realmente dominante na Bacia de Campos. Mas no pré-sal, na Bacia de Santos, é regime de concorrência.

Então, quanto ao futuro do gás no Brasil, vai ser produzido principalmente no pré-sal e por meio de consórcios. Então, são consórcios em que a empresa às vezes nem participa ou, se participa, é minoritária. Então, esse monopólio, de certa forma, já foi relativizado.

Agora, de fato, é importante que se aproveite melhor o gás natural do Brasil. Eu vou dar um número aqui que é até meio chocante. Olha, no mês de março de 2019, foram produzidos 115 milhões de normais metros cúbicos por dia. Desse total, apenas 57 milhões foram disponibilizados para a sociedade brasileira. Mais de 35,8 milhões de metros cúbicos por dia foram injetados. Isso é maior que a vazão do contrato do gasoduto Brasil-Bolívia, que é de 29 milhões, 30 milhões de metros cúbicos por dia. Está certo?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Então, é muito importante que o gás do pré-sal seja de fato aproveitado. E é preciso o que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Injetado é o seguinte...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Reinjetado.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Não, é porque na estatística eles colocam gás injetado porque o gás que injeta às vezes é diferente do que é produzido porque você separa uma parte, não separa outra. Então, são gases diferentes.

Então, o injetado aí não é só o gás natural, mas aqui eu estou considerando... Esses 35,8 são só gás injetado. A reinjeção também tem o CO₂, que é o gás carbônico. Então, o que a Petrobras...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Volta para o posto. Tem que falar português mais claro.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – É, volta para o posto. Então, o que a Petrobras fala? O argumento da Petrobras é o seguinte...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Volta para o posto e às vezes vai para queimada, na Bahia mesmo se queima o gás lá, não se canaliza o gás.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Aqui eu não pus a queima. Eu só estou colocando... Nessa estatística, tem também o volume de gás queimado. Agora, a Petrobras alega que, se ela injetar o gás junto com CO₂, ela aumenta o fator de recuperação. Então, o gás está sendo injetado, na minha visão, no interesse da Petrobras, dos parceiros da Petrobras privados, porque isso maximiza o VPL (Valor Presente Líquido). Isso não tem a ver com uma política pública de aproveitamento do gás, nada disso. Isso é uma questão exclusivamente financeira. Então, o gás é injetado.

Eu penso que, se o gás é injetado no interesse da Petrobras, para aumentar o fator de recuperação – o que não ocorre na Bacia de Campos, na Bacia de Campos o gás não é injetado –, no interesse da Petrobras, na minha visão, devia haver pagamento de *royalties*, e não há pagamento de *royalties*. A Petrobras produz o gás, aproveita o gás e não paga *royalties* porque o gás é reinjetado.

Então, eu penso que isso pode ser uma fonte importante de receita se a gente cobrar *royalty*, já que está tendo uso comercial. Se aumenta o fator de recuperação... O que é fator de recuperação? Se você injeta... A Petrobras usa muito uma técnica que é injeção alternada de gás e água. Na Bacia de Campos, é só injeção de água, não tem injeção de gás.

Eu já fui engenheiro, já trabalhei muito com reservatório na Petrobras, essa é a minha área, já tenho até umas patentes nesta área de reservatórios, então, é o seguinte, não acho que a exploração do pré-sal está sendo feita com foco no interesse público, na minha visão.

Eu acho que esse pagamento dos *royalties* poderia ser uma fonte importante de receita, até para investimentos na malha de gasodutos do Brasil, mas não está havendo esse pagamento de *royalties*. A lei realmente garante à Petrobras, aos consórcios e às empresas o não pagamento, isso está previsto em lei.

Com relação ao segmento de transporte, *grossa modo*, o que é o setor de gás natural? É a exploração e produção, transporte e distribuição. Então, no caso do transporte aqui é monopólio natural. Isso aqui é regulação. Todo monopólio natural é regulado, quem fixa tudo é o órgão regulador, é o Poder Executivo, isso aqui não tem nada a ver com Petrobras. Se a ANP decidir que a tarifa de transporte é tanto, é tanto. Isso está previsto em contrato.

Então, culpar a Petrobras aqui por ser monopolista não faz o menor sentido. E eu digo até mais, a Engie e o fundo canadense vão recuperar os 8,6 bilhões pagos. Quando você faz uma regulação econômica em cima de custo, a Petrobras pode, realmente, reduzir a tarifa de transporte. Vamos dizer que seja próximo de US\$2 por milhão de BTU. A Petrobras pode praticar uma tarifa mais barata porque esses dutos já estão amortizados. A Engie jamais fará isso, ela vai ter que recuperar esses 8,6.

Então, aqui, com a privatização da TAG, vocês esqueçam qualquer possibilidade de redução de tarifa de transporte. Se é US\$2 por milhão de BTU, é disso para cima. Quando vencerem os contratos, aí é que vai haver uma reivindicação junto ao órgão regulador para que se aumente essa tarifa.

Não vão cair nesse canto da sereia de que o problema é o monopólio da Petrobras. Não é.

Eu digo o seguinte: a Petrobras, hoje, é uma grande oportunidade que está sendo jogada fora, de se reduzir o custo da tarifa de transporte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava conversando com o meu amigo aqui, o Manoel, e eu vou além, acho que o preço também da molécula... Porque aqui tem a tal da molécula...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Eu acho que tem que ser regulado também, tudo tem que ser regulado no gás natural. Isso aqui é interesse público.

Mas, então, a Petrobras já vendeu a Nova Transportadora do Sudeste; não vai baixar a tarifa, não existe essa possibilidade. A TAG...

Eu estou com receio aqui de comprometer a apresentação dos outros. Vou dar uma adiantada aqui.

Vou falar aqui da distribuição. Também aqui não tem sentido nenhum culpar a Petrobras, isso aqui é uma regulação, é um monopólio dos Estados, está lá no art. 25, §2º. É monopólio dos Estados, quem fixa a tarifa, preço, distribuição e tributos estaduais são os Estados. Não interessa se é a Petrobras ou não! No caso das distribuidoras estaduais, a Petrobras tem até participação acionária em muitas distribuidoras estaduais, mas isso aqui, culpar a Petrobras e exigir que ela saia disso, isso não vai resolver absolutamente nada. Está nas mãos dos Estados.

Então, *grosso modo*, vamos dizer aqui, pouco menos da metade é o custo da molécula, talvez cerca de uns 13% sejam o custo do transporte, uns 17% aí sejam o custo da distribuição, e ainda vêm o ICMS e PIS/Cofins. PIS/Cofins são 9,25% e o ICMS varia de 12% a 25%. Há Estado que cobra 25%. Há Estado que, simplesmente, mata.

Então, se a gente fizer uma conta grosseira aqui, vamos dizer que a gente esteja lá com US\$6, US\$5 a molécula. Entram, do transporte, mais US\$2 por milhão de BTU, já vai para US\$7, US\$8. Depois, entra lá, na distribuição, com os 17%, vão mais uns US\$3, já vai para US\$10, US\$11. Entra o ICMS, vai para US\$14, US\$15.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Isso já está inviabilizando a produção de gás no Brasil e o aproveitamento do gás.

Eu vou avançar, porque, senão eu...

Aqui eu podia falar muito, há muitas ações. A gente está fazendo o possível e o impossível para barrar. Está nas mãos do Supremo Tribunal Federal acabar com o arbítrio, no caso, aqui, até do Tribunal de Contas e da Petrobras. Está na mão do Supremo, nós estamos na mão do Supremo. Nós precisamos fazer muita conversa, discussão técnica. Aqui não há nada de ideologia. Isso aqui é discussão técnica.

Nós já fizemos ação popular, reclamação constitucional.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Paulo, só para... O Presidente tem sido benevolente...

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Muito. Eu até agradeço aqui a tolerância.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não concentre tanto na parte jurídica, porque essa não depende de nós, está fora desta Casa. Eu acho mais importante o que você tem feito, tecnicamente colocar o que é prejuízo, o que é lucro, porque eu acho que...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Mas eu penso que o Congresso pode ter uma importância muito grande junto ao Tribunal de Contas...

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Por isso que cabe a nós, lógico.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – ... e ao Supremo Tribunal Federal.

Mas hoje a bola mesmo está com o Ministro Fachin. Há uma reclamação constitucional que está com ele, e o Ministro Fachin pode impedir essa arbitrariedade. Então, é muito importante uma atuação junto ao Ministro Fachin, questionar o acórdão do TCU.

Eu já vou para as conclusões aqui.

Então, nós estamos num cenário de ilegalidade, de inconstitucionalidade, de arbítrio. Cabe aos Ministros do Supremo impedirem essa privatização ilegal.

A privatização elimina qualquer possibilidade de redução de tarifa. A Petrobras está sendo privatizada sem decisão política e, simplesmente, a administração da Petrobras resolve: "Eu vou vender a TAG". E privatiza a TAG, ilegalmente.

Quero agradecer, peço desculpas aqui por ter extrapolado, mas agradeço muito a atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Paulo César e já passo, imediatamente, a palavra ao Deyvid Bacelar, também para fazer sua exposição.

O SR. DEYVID BACELAR – Bom dia, Senador Izalci. Agradeço aí pela oportunidade.

Quero saudar cada companheiro e companheira que estão aqui presentes, os Senadores, a Senadora Zenaide; o Senador Lucas; o Senador Jean Paul, que já há algum tempo discute conosco essas questões de petróleo e gás; o Senador Otto Alencar, bom baiano, da nossa terra; o nosso companheiro, o querido Jakes Wagner, Senador também lá da Bahia, foi dirigente sindical, Deputado Federal, Governador por dois mandatos, por sinal, eleito no primeiro turno nessas duas vezes. Conseguiu reeleger o nosso companheiro Rui Costa também por mais duas vezes em primeiro turno e ajudou a mudar a cara de toda a Bahia, sem dúvida alguma.

Estou vendo aqui o Deputado Federal Joseildo Ramos. Quero saudar também o Secretário Marcus, lá da Bahia também, o Manoel, o Paulão, querido Paulão, que tem nos ajudado muito aqui, nessa luta contra a entrega do patrimônio público e das riquezas naturais que são do povo brasileiro.

E saúdo cada petroleiro que está aqui presente, da FUP, do Sindipetro SP, Sindipetro PR/SC, companheiro Nelson Santos; o Inep, que nos ajudou nessa apresentação; a H-6 também; a Veredas; e também aqui a Denise, querida, da CNQ.

Antes de entrar no tema, Senador, trago à nossa memória uma privatização que voltou à mídia nos últimos meses. Lembro aqui que, no dia 6 de maio, ou seja, anteontem, nós tivemos 22 anos de privatização da Vale, uma grande empresa brasileira que, infelizmente, foi vendida a preço de banana em 1997, por apenas R\$3,3 bilhões na época – lembro que somente as reservas minerais que a Vale tinha na época valiam mais de R\$100 bilhões –, literalmente a preço de banana. Infelizmente, essa privatização que ocorreu naquele ano traz uma série de prejuízos para a sociedade brasileira. Estamos falando do maior acidente de trabalho na história do nosso País e do mundo, estamos falando de um desastre ambiental gigantesco e estamos falando de problemas diversos que a Vale traz não somente para aquela região de Minas Gerais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas para todo o Brasil. E ainda hoje nós estamos lutando contra esse tipo de privatização: agora, infelizmente, também no Governo de Jair Bolsonaro, que está avançando com o Programa Nacional de Desestatização.

Há algumas coisas que nós iríamos trazer aqui pela FUP – e aqui deixo um abraço do companheiro José Maria Rangel, que é o Coordenador-Geral da Federação –, mas o companheiro Paulão já trouxe várias informações. Então, vamos apenas destacar algumas delas.

É importante lembrar que a TAG, a Transportadora Associada de Gás, é uma empresa, como disse o Paulão, controlada pela Petrobras, 100% da Petrobras, e é um dos ativos com o maior valor agregado de todo o plano de privatização que hoje a empresa coloca para o mercado. Infelizmente, mesmo após essa decisão do Ministro Lewandowski – e vamos apenas ler um trecho dessa decisão para que nós saibamos o que o Ministro está falando –, a empresa mantém esse processo de venda.

Palavras do Ministro Lewandowski: "A venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa sempre que se cuide de alienar o controle acionário. [Assim também] a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário."

E aqui estamos falando da perda de controle acionário, estamos falando da venda, da entrega a preço de banana também de 90% das ações da TAG, como aqui colocou o Paulão, a um valor insignificante diante das receitas que a própria TAG tem hoje. Isso demonstra um sério descumprimento de uma liminar que ainda está válida. Nós tivemos recentemente contato com o Ministro Lewandowski no sentido de provocá-lo, porque essa liminar dele está sendo descumprida pela atual gestão da Petrobras. Alguns Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas estiveram lá com ele. Estaremos também conversando com o Ministro Fachin, já que Lewandowski passou essa demanda para ele. O Ministro Fachin concorda com a nossa linha de argumentação, e esperamos que alguma decisão venha do STF nesse sentido, resguardando a soberania nacional.

Essa política de privatização, Senador, tem desmontado essa grande estrutura que foi construída em outros governos, principalmente do Lula e da Dilma. Estamos falando de 4,5 mil quilômetros de gasodutos no País que integram todo o Sudeste até a Região Norte do País com o controle da Petrobras de todas as suas operações. Como o Paulão colocou, a NTS já foi vendida, infelizmente, a preço de banana: estamos falando aqui de um valor recebido pela Petrobras de apenas R\$6,2 bilhões. É bom lembrar que, em apenas 18 meses – em apenas 18 meses! –, a Petrobras vai pagar isso em aluguel dos gasodutos. Esse alerta foi feito pela FUP antes do processo de venda, esse alerta foi feito pela Aepet antes do processo de venda, mas, mesmo assim, essa venda a preço de banana foi feita, e hoje a Petrobras vai pagar mais do que recebeu pela venda da NTS, Nova Transportadora do Sudeste.

E, agora, com a NTN, que é muito maior do que a NTS, Senador – falo do nosso Nordeste –, a Petrobras mais uma vez vai pagar essa conta. E aqui cálculos do próprio Paulão, somente os lembrando novamente: num período de 25 anos, a Petrobras vai pagar, pelo uso desses gasodutos, US\$12,4 bilhões. Repetindo: US\$12,4 bilhões para usar esses gasodutos pelos quais estão pagando apenas US\$8,6 bilhões. Isso, por ano, dá uma despesa para a Petrobras – e aqui foi perguntado pelo Senador Lucas – de US\$1,38 bilhão. Então, esse valor que a empresa está recebendo, infelizmente, vai ser pago através de aluguel, como aconteceu com a NTS.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A TAG está presente hoje nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País e é responsável pelo transporte do gás natural. Lembrando, como o Paulo colocou: o gás natural é importante nessa transição para uma energia mais renovável, mais sustentável, mais limpa. Entregar isso para a iniciativa privada e sem o controle da Petrobras é fazer com que, como aqui colocou o companheiro Paulão, o custo disso seja muito mais alto, principalmente para as indústrias que utilizam o gás natural e também para a população que já o utiliza nos seus próprios veículos.

Os custos de logística são determinados para viabilizar a colocação do gás natural no mercado e, justamente por isso – aqui lembrando mais uma vez as grandes obras que foram feitas no País –, o BNDES, Deputado Joseildo – ele sim –, ajudou no financiamento dessas obras todas que foram feitas com mais de R\$20 bilhões que saíram para custeio dessas obras que foram realizadas, ou seja, o Estado brasileiro investe, a Petrobras investe e, agora, entregamos isso para a iniciativa privada por um valor irrisório, muito menor do que os investimentos que ali foram feitos.

E já para ir concluindo: se nós permitirmos que a Petrobras vá se retirando paulatinamente como tem feito do setor de gás, nós colocaremos em risco os investimentos que são cruciais para o desenvolvimento desse setor em todo o País, porque a iniciativa privada não fará investimentos vultuosos como esses que são feitos pelo Estado brasileiro e pela própria Petrobras.

Temos um exemplo claro, que está em voga agora por sinal, com relação ao refino brasileiro. A quebra do monopólio estatal do petróleo – e aqui para desmentir o Presidente da empresa, Roberto Castello Branco, que, por sinal, foi meu colega no Conselho de Administração nos anos de 2015 e de 2016 – caiu em 1997. Então, qualquer empresa multinacional, qualquer petrolífera gigantesca como a Exxon, como a Shell, como a Chevron, como a BP, poderia vir aqui, ao País, e construir novas refinarias. Quem fez isso de lá até cá? O Estado brasileiro, através da Petrobras, com duas refinarias, que, infelizmente, ainda não foram concluídas, no Rio de Janeiro e também no Estado de Pernambuco.

A Petrobras tem se pautado no desinvestimento de setores importantes, como o de gás natural, para apresentar resultados financeiros positivos. E aqui só um destaque: o que vai para a mídia é o alto endividamento da Petrobras. E aqui não somente o Paulão, mas a Aepet, o Ineep e a FUP têm colocado que, por sinal, a meta já foi alcançada em tempo recorde, agora, da desalavancagem na empresa, que já está dentro dos parâmetros que essa nova gestão colocou, e não há necessidade alguma de mais vendas de ativos para reduzir o endividamento da empresa. Por sinal, essa desalavancagem, como a Aepet e como o Ineep já colocaram, poderia ser feita de forma mais tranquila. Em vez de três anos, como foi feita – a meta foi alcançada –, poderia ser feita em seis anos, sem necessidade de vender todos os ativos que já foram vendidos. Isso pode impactar severamente na integração da Petrobras como empresa não mais somente de petróleo e gás, mas de energia; pode impactar nos seus custos logísticos, como aqui foi colocado pelo Paulão, e na eficiência do funcionamento da própria empresa, tendo em vista que ela, como a maior produtora de petróleo e gás no País, agora vai ficar à mercê da gestão desses grandes gasodutos de uma empresa privada.

Registramos aqui que a Petrobras tem, sim, uma forte geração de caixa e não precisa vender nenhum desses ativos que hoje estão postos à venda. A venda da NTS já está causando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízos à companhia. E a venda da NTN, Senador, vai causar prejuízos não somente à Petrobras, mas também às indústrias brasileiras e à população brasileira.

Para concluir mesmo, lembro aqui, Paulão, que, infelizmente, o Conselho de Administração da Petrobras – e, na última assembleia geral ordinária dos acionistas da Petrobras, estava presente a União – facilita ainda mais esse processo de privatização, sem transparência alguma para a sociedade. Por quê? Conforme o estatuto social da empresa preconizava, qualquer venda, Senador, deveria ser feita a partir de uma confirmação em assembleia geral extraordinária para que seus acionistas, tanto os minoritários quanto os majoritários, que é a União, se posicionassem e tivessem ciência de todo o processo de privatização. Então, houve uma mudança fazendo com que essas privatizações agora não mais passem por uma assembleia geral extraordinária, mas fiquem restritas apenas à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Petrobras, quando perde a sociedade, perde o povo brasileiro, porque nem mesmo as privatizações que estão em andamento estarão claras, transparentes para a sociedade, tendo em vista que – e isto é muito contraditório por sinal – há uma sanha com relação ao combate à corrupção, e deve haver, e há uma sanha com relação a *compliance* dentro da empresa, mas, na contramão disso, se toma uma decisão como essa tirando a transparência desse processo de privatizações.

Ratificando, Senador Jaques Wagner: esse processo de venda da TAG é prejudicial para a Petrobras, é prejudicial para a indústria nacional, é prejudicial para a população brasileira e, por tabela, é prejudicial para o Brasil.

Com certeza, nós da FUP estaremos aí envidando todos os esforços necessários para que essa venda respeite pelo menos a decisão do Ministro Lewandowski com relação às privatizações que deveriam, sim, passar aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. DEYVID BACELLAR – ... pelo Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço a participação do Sr. Deyvid Bacellar, representando, dizendo genericamente, o lado laboral da companhia.

Concedo a palavra agora ao Sr. Manoel Carnaúba para sua exposição.

O SR. MANOEL CARNAÚBA – Bom-dia a todos. Bom-dia, Senador Jaques Wagner, a quem agradeço pelo convite, assim como à sua assessoria em nome da Eva Chiavon. Muito obrigado pelo convite, por esta oportunidade de podermos discutir um pouco este cenário do gás no País, em especial a venda do TAG.

Srs. Senadores e Senadoras e meus colegas da Mesa, nós estamos num momento em que a indústria brasileira, em especial a indústria nordestina, vem passando por muito sofrimento. Em especial, a indústria química, a siderúrgica e toda aquela que precisa de energia vêm sofrendo demais por sua baixa competitividade. Os Estados Unidos hoje têm gás natural a um preço da ordem de US\$3 o milhão de BTU, enquanto aqui no Brasil, no Nordeste em especial, como o colega Paulo César mencionava, o preço do gás é da ordem de US\$12 a US\$13 o milhão de BTU. Com isso, a indústria química volta para os Estados Unidos, a indústria siderúrgica volta para os Estados Unidos, e a indústria brasileira perde. Não é novidade, os senhores sabem, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós perdemos, na Bahia, Senador, a Metanor; perdemos, mais recentemente, as fábricas de fertilizantes, uma área estratégica para o País – o celeiro de alimentação do mundo praticamente deixa de fabricar fertilizante.

Isso tudo por quê? Porque o nosso gás natural não é competitivo. Nós não temos energia competitiva no Brasil. Nós estamos fora da rota dos investimentos. Nós não temos como continuar nessa situação. A indústria sofre muito.

Além disso, nós temos um déficit de energia no País gigantesco. Todos nós sabemos da necessidade de grandes investimentos para atender a essa demanda crescente de energia. No Nordeste, os estudos recentes da EPE sinalizam a necessidade de pelo menos de 6,1 GW de energia que devem ser construídos ou ofertados, de energia firme.

Lembro que energia firme é aquela energia que, a qualquer hora, eu aciono o interruptor e ela me atende. O Nordeste hoje, graças a Deus, é um celeiro de geração de energias renováveis, como energia eólica. A Bahia é um exemplo disso. Vamos ter a liderança na geração de energia eólica agora. A energia solar está cada vez crescendo mais...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É só para chamar atenção que nós temos uma Senadora do Rio Grande do Norte para... É para não criar um ciúme aqui!

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. MANOEL CARNAÚBA – Sem competição, Senadora! *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANOEL CARNAÚBA – Dois a um!

A verdade é que essas energias são importantíssimas e mudam o cenário do Brasil, mantendo essa vanguarda de sustentabilidade, mas, infelizmente, essas energias não estão disponíveis 24 horas por dia, 365 dias no ano. Nós temos o período de chuva, nós temos o dia e a noite, e isso faz com que essa energia flutue na sua produção.

E, para que tenhamos essa energia estável, nós precisamos da geração de base, como nós chamamos. As alternativas para isso estão na geração hidráulica ou na geração termoeletrica. Na geração hidráulica, infelizmente, nós já exploramos quase a totalidade da sua capacidade, e nos resta, então, a geração termoeletrica. Infelizmente, nós não temos tido o gás de que precisamos para essa geração.

Hoje, com essa política que nós temos de acesso ao gás, ele não chega para nós a um preço competitivo. Nós temos dificuldade de acesso. E, quando eu digo acesso ao gás, é mesmo que venhamos a pagar o preço que está hoje, de US\$13 a US\$14 o milhão de BTU; ainda assim, não temos essa disponibilidade. O Brasil, como o colega Paulo mencionou, tem uma produção superior a 100 milhões de metros cúbicos/dia, mas nós não temos isso disponível para a indústria. Uma parte é reinjetada, e o consumo hoje é da ordem de 57 milhões. Se tivéssemos o acesso a esse gás de forma competitiva, rapidamente, eu tenho certeza disto, nós poderíamos dobrar essa demanda de gás.

A realidade é que o pré-sal está nos ofertando esse gás. E por que esse gás não está na indústria? Por que esse gás não está disponível para a sociedade? Porque nós não temos acesso aos dutos, nós não temos acesso de forma competitiva a esse gás. A Petrobras contrata o volume





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do gasoduto, mas ela não usa 100% disso. Ela tem 100% do duto contratado, mas não usa 100% desse volume. E a empresa privada não pode usar o duto. Por que isso? Porque nós não temos regulação no País para acesso a esse duto. Então, nós temos um problema muito grave de regulação.

Eu concordo plenamente com o Paulo quando ele fala que nós precisamos estar atentos para que não venhamos a substituir a Petrobras pela iniciativa privada permanecendo no mesmo cenário que nós temos hoje. Isso não vai resolver nada! Não é dessa forma que o preço do gás vai baixar. O preço do gás só vai baixar se viermos a ter competição, e a competição passa pela regulação. Então, eu insisto na necessidade que nós temos de regulação.

Nós temos, além do pré-sal, que já é uma realidade, uma expectativa muito grande, Senador, com a Bacia de Alagoas e Sergipe: é, comprovadamente, uma reserva de gás importantíssima! E é com essa reserva de gás que nós contamos para suprir essa demanda de energia que está latente no Nordeste brasileiro. Nós precisamos trabalhar para que o que está acontecendo hoje na região do Rio de Janeiro e de São Paulo, na região do pré-sal no Sudeste brasileiro, não se repita no Nordeste brasileiro, que as empresas venham fazer a opção por reinjetar o gás em vez de levar o gás para a costa e gerar riqueza com esse gás.

Quando as petroleiras exploram os campos do pré-sal, o gás representa alguma coisa como 6% de receita. A grande parcela está no petróleo. O gás é sempre uma opção para ela – representa pouco, se comparado. Os números, lógico, são gigantescos, sempre falamos de bilhões de dólares. Mas o potencial que esse gás, na hora em que ele chega à costa, na hora em que ele é disponibilizado para a sociedade, tem de gerar riqueza é enorme.

Então, nós precisamos trabalhar, neste momento, é numa regulação forte para o setor. Nós precisamos de regulação em âmbito federal. E, mais uma vez, eu vou concordar com o colega Paulo César e Deyvid quando dizem que nós precisamos também de regulação em âmbito estadual. Não adianta ter só a regulação em âmbito federal se não mudarmos a regulação em âmbito estadual. Hoje nós temos o monopólio das empresas de distribuição de gás nos Estados, o que também contribui para que nós não tenhamos uma competição que vai trazer competitividade para o País.

O gás tem, como eu disse, um potencial muito grande para o País como matéria-prima – e aí eu estou olhando, Senador, a produção de uma cadeia química importantíssima. Hoje a nossa cadeia química sofre muito. Chegamos ao ponto de a petroquímica na Bahia estar importando frações de gás dos Estados Unidos para poder tornar-se minimamente competitiva com os produtos que são hoje produzidos nos Estados Unidos. A Braskem mudou uma parte da sua central de matéria-prima para que ela possa operar hoje com frações de gás natural – eu estou falando aqui de etano e de propano, Marcus – que vem importado dos Estados Unidos ou de Trinidad e Tobago, para que ela possa ser minimamente competitiva com as resinas, com os polietilenos e com os polipropilenos que são produzidos nos Estados Unidos, na Arábia Saudita e naquela região do Golfo do México. Então, nós temos que estar muito atentos a isso.

Nós temos também um potencial muito grande do gás no setor de transporte, um setor ainda pouco explorado, e, para nós que falamos de sustentabilidade o tempo todo, essa é uma tônica não só da indústria, mas de toda a sociedade. O gás tem um papel extremamente relevante a desempenhar aí para o setor de transporte, e há esse ponto que eu já mencionei do gás como combustível para a geração de energia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, concluindo, eu queria enfatizar a nossa visão da necessidade de se criarem as condições de regulação para que nós possamos, se vier a se concretizar essa privatização, não ter uma troca de monopólio: sairmos da Petrobras para um monopólio privado. Como o colega falou, aí redução de preço nós não vamos ter nunca mais. A gente precisa é de competição, com regulação, para que a gente possa ter efetivamente gás natural em condições competitivas no País e, com isso, a gente possa atender a demanda que a sociedade tem não só por energia, mas por produtos muito mais competitivos.

Essa é a minha exposição inicial e, mais uma vez, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Manoel e já passo imediatamente ao próximo expositor, Marcus Cavalcanti.

O SR. MARCUS CAVALCANTI – Quero saudar aqui o Senador Lucas, Presidente desta Comissão; saudar o Senador Jaques Wagner – eu tive a honra e privilégio de ser o seu Secretário de Infraestrutura durante um ano, substituindo o Senador Otto Alencar –; saudar a ex-Ministra e ex-colega Secretária Eva Chiavon; meu conterrâneo, ex-Prefeito de Alagoinhas, Deputado Joseildo, aqui presente; o Deyvid, o Paulo, o Manoel.

Quando eu saudei Joseildo... Eu lembro que a gente diz na Bahia, Senador Wagner, que a Petrobras nasceu na Bahia: o primeiro campo de petróleo foi na Bahia, foi em Lobato, Oscar Cordeiro – na série da Petrobras, a primeira refinaria foi na Bahia; os postos maduros do Recôncavo, que o Deyvid tanto reclama.

Ouvindo o início das exposições dos meus colegas de Mesa, a gente vê que o Estado brasileiro, independentemente do governo, colocou sobre os ombros da Petrobras fazer com que este País tivesse toda essa estrutura de exploração, comercialização, refino, industrialização – lembrando a indústria petroquímica, de onde Carnaúba vem – de petróleo e seus derivados de petróleo. Essa foi uma responsabilidade transferida a uma empresa estatal, com sócios privados, sem que estivesse muito claro, ao longo dos cinquenta e poucos anos, qual era a política que o governo passava à Petrobras. Era obrigação da Petrobras e a Petrobras sempre tinha que socorrer. Crise, racionamento de energia: Petrobras foi socorrer, fornecendo gás para que fosse gerada energia etc. Proálcool: Petrobras. Então, todo esse processo se passava, de alguma maneira, direta ou indiretamente – a maioria das vezes, até direta –, pela Petrobras, seja ela fazendo investimento, seja ela disponibilizando combustível, seja ela dotando estrutura de transporte ou de comercialização nisso.

E hoje a gente tem aqui uma discussão deste momento, que passa por uma redução do patrimônio da Petrobras – desalavancagem, para desalavancar a dívida –, que é uma discussão importante, mas é misturada, como aqui neste caso da venda dos gasodutos, como se isso fosse uma oportunidade de redução do preço do gás. Não é, e ficou claro aqui pelas palavras. E não vejo, em nenhum momento, alguém falando nesse sentido. Então, nós estaremos correndo risco de sair do controle de uma empresa estatal para o controle de uma empresa privada, ou monopólio patrimonialista de uma empresa privada.

E foi falado muito aqui que falta de regulação. Uma preocupação que nós sempre tivemos na Bahia – eu fui presidente do conselho de administração da companhia estatal, e hoje ela é vinculada à secretaria onde sou secretário – era com a coisa que o Carnaúba falou, que é o gás matéria-prima.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os derivados de petróleo e gás são muito nobres para a gente estar só pensando como alternativa a de serem queimados, injetados ou reinjetados. Ele desenvolve uma cadeia industrial toda. A Braskem – que fez uma planta no México dentro de uma política do Governo do México em que ele fixou uma redução do preço de fornecimento do nafta para a Braskem – venceu uma licitação e se associou a um outro agente e ela receberia nafta por um preço abaixo do preço da cotação internacional para que fosse industrializado. A Bahia é o maior consumidor de gás matéria-prima. A planta da Braskem consome, de gás matéria-prima, aproximadamente 15% do que é comercializado na Bahia – só a Braskem! –, fora outras empresas que já fecharam suas atividades. O mais recente é o caso da Fafen, de fertilizantes. O País está abrindo mão neste momento de ser um produtor de insumos agrícolas. E, no fundo, o fertilizante, como dizem os técnicos, é a forma sólida de transporte do gás, é um gás em estado sólido.

E nós não vemos nenhuma outra ação do Governo para definir qual é a política para o gás; ele fica trabalhando que o problema vai ser o gasoduto, o problema vão ser as margens das distribuidoras, o problema é o monopólio patrimonialista, digamos, da Petrobras, dos terminais. Foi a Petrobras que, dentro de uma política pública, supriu o fornecimento de gás do Brasil quando o Brasil passou por algum momento sem ter. Hoje a perspectiva do Brasil é ter gás em abundância, e o dado apresentado pelo Paulo aqui já demonstra que hoje nós já o temos lá na Bacia de Campos, eles são injetados novamente no poço.

Existe outro dado também que é uma preocupação nossa na Bahia. Nós abrimos a primeira chamada pública para que uma empresa de distribuição de gás no Estado pudesse comprar gás que não fosse da Petrobras. Conseguimos preços competitivos do gás. Já temos um fornecimento de gás sendo feito em pequena quantidade, e passaremos a ter uma quantidade maior a partir de dezembro deste ano, no caso aqui – acho que foi Deyvid que falou –, de um bloco que foi a leilão pela ANP que foi vencido por um grupo privado, e esse grupo assinou um contrato de venda de gás para a distribuidora.

Temos tentado usar estruturas da Petrobras, mas vamos para um ponto em que falta regulação. Nós ficamos muito preocupados no Estado da Bahia... Inclusive nós entramos com uma ação à época, o Governo do Estado, que suspendeu a venda de parte do capital, de 42% do capital, da Gaspetro, que são as sócias da distribuidora, que é nossa sócia na Bahiagás, ao grupo Mitsui. E qual foi a nossa preocupação? O grupo que comprou a Gaspetro é o nosso sócio na distribuidora. Então, em termos de controle do capital da empresa – não controle acionário, porque ela continua estatal –, ele está hoje, na sua maior parte, com um grupo investidor privado. Isso dá uma dificuldade...

Primeiro, a gente entendia que poderia ser uma burla no nosso acordo de acionistas, que deveria ser ofertado aos outros acionistas de maneira igual o direito de compra daquela parte das ações.

A segunda questão é a da governança da empresa, pois, a partir do momento em que uma empresa que comprou a Gaspetro é nossa sócia também, ela vai ter influência no voto da Gaspetro dentro das decisões da empresa. E qual é a dificuldade disso? É que a gente tem que trabalhar, os Estados todos têm que trabalhar, principalmente os que têm empresas estatais e não estão privatizadas, porque na maioria dos Estados as empresas são estatais, um forte trabalho da agência reguladora para apuração real e efetiva da margem e um esforço através da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agência do Governo para que a distribuidora invista não só nas estruturas de gasoduto, mas também na possibilidade de compra de gás.

A venda dos terminais de transportes gera outra dúvida. Até um ano e meio atrás, na renovação dos contratos de venda de gás, nós tínhamos um preço de molécula que era um pouco maior, tipo 60, 40 o preço da molécula e o preço do transporte. Nos novos contratos, a Petrobras inverteu, aumentou essa diferença. Então, em números absolutos, a gente pagava 40 centavos por metro cúbico de transporte e passou a pagar 29 centavos por metro cúbico de transporte. E ele começou a fazer um jogo contábil no preço do gás, porque antes o preço do gás baixo viabilizava que a gente pudesse comprar o gás de alguém. Ele adotou essa nova fórmula, e a justificativa foi esta: de que a Petrobras faz hoje uma marcação de preço por preço de mercado e de oportunidade, não por preço de custo.

Agora, o gás é interessante, porque se você não colocar em um tubo e tiver alguém ligado lá no final do tubo, não existe outro mercado. Hoje você pode liquefazer, mas você tem custo nesse sentido.

O Carnaúba falou aqui muito bem: a nossa dificuldade é ter o marco regulatório para que tenhamos uma segurança de como nós vamos poder, no caso de uma distribuidora de gás, comprar o gás de alguém, colocar por que preço no gasoduto e receber para uso ou comercialização.

Nós, no Estado da Bahia, defendemos e estamos iniciando um processo de audiência pública para o chamado direito de passagem. Embora nós, na companhia, tenhamos uma reação muito grande dos nossos sócios à liberação desse direito de passagem, nós temos casos, inclusive, em que a Petrobras utiliza disso, na Fafen, que é permitido pela lei do gás, em térmicas sem remunerar o Estado, o poder concedente. Por isso, inclusive, o Estado da Bahia já é vitorioso em uma ação na primeira instância, e está na segunda instância, cobrando essa não divisão da participação com os Estados.

Mas aqui a preocupação que a gente tem como Estado é que a gente percebe que essa política de desinvestimento da Petrobras – e é uma discussão à parte se é conveniente ou não é, não é o momento aqui para essa discussão, embora ela permeie isso – está sendo usada como uma cortina de fumaça, talvez, para dizer que isso vai trazer a diminuição do custo do gás, e não vai trazer, porque, como o Paulo colocou, quem está comprando e investindo US\$8,5 bilhões vai querer um retorno desse investimento. E esse investimento já está, se não 100% depreciado, em sua maior parte depreciado.

É interessante que a gente procura, e eu acho que esse deve ser um caminho, fazer com a política de distribuição de gás um modelo que já existe para o setor elétrico, em que existe setor privado fazendo transmissão através de leilão, como existem estatais fazendo também transmissão. Mas isso através de um processo transparente, não de venda de ativos. E o setor elétrico está muito mais bem regulado pela Aneel do que é remunerado de investimento. Se o setor elétrico decide que uma transmissora tem que colocar um barramento, colocar um outro transformador numa subestação, a Aneel já tem todas as formas de reequilíbrio econômico, e fica muito claro. E, de maneira muito clara, abre possibilidade: vou construir uma linha de transmissão ligando tal lugar, ponto A a ponto B: já tem um preço, é uma concorrência pública em que há participação nisso. O Paulo colocou até que na venda – aí é uma parte jurídica, vou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar superficialmente – dos ativos da Eletrobras, de que está se falando, está dentro de um processo isso.

Então, nós temos aí, reforçando, uma dificuldade de regulação, e uma não clareza do risco desse contrato de venda, inclusive para a própria Petrobras.

Eu conversava antes com o Paulo, ele acha que não tem, mas eu acho, pensando do lado do investidor, que o investidor só deve estar investindo com uma cláusula da Petrobras de que, se houver um risco regulatório, esse risco vai para o bolso da Petrobras. Então a Petrobras pode estar fazendo um desinvestimento com um caixa imediato, mas vai estar gerando uma despesa para ela maior, porque ela é hoje o maior utilizador dos gasodutos; ela é sócia de quase todos os poços, até como minoritária, pela lei de exploração do pré-sal, e também sem uma redução de preços significativa para a indústria e para usar o gás como uma ferramenta de desenvolvimento industrial do Brasil.

Nós estamos perdendo atividade industrial – em todos os índices nós vemos que não é uma mazela do Estado da Bahia, mas do Brasil – para outros países por falta de uma energia competitiva para preço e insumos competitivos, quando nós os temos aqui no Brasil. Então, nós estamos naquela política até diferente do que a gente aprendeu lá na escola, quando as vantagens competitivas de uma região, de um país, por ter recursos naturais, faziam com que o país tivesse a possibilidade de crescer. Hoje nós estamos fazemos com que o industrial possa se instalar aqui, no México, ou em qualquer país, porque nós não temos essa competitividade.

Por que o fertilizante mais barato é o da Arábia Saudita? O maior fabricante de fertilizante fica em cima de um poço de produção de gás, então ele consegue, ele simplesmente faz fertilizante em cima do poço, e o dono do poço está vendendo o gás tendo lucro, um lucro sobre o seu custo de produção, sobre um eventual preço de oportunidade.

Eram essas colocações.

Quero agradecer aqui a oportunidade de estar no Senado da República e parabenizar os Senadores por todo o trabalho que têm feito em prol do desenvolvimento do nosso País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, passo agora, então, a palavra ao autor do requerimento, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, eu vou falar pouco, porque temos dois colegas aqui do Rio Grande do Norte que são também especialistas nessa área.

Presidente, primeiro eu quero reafirmar o que lhe disse quando da proposta: não se trata de palanque político, eu acho que não é esse o papel. A eleição acabou em 2018; eu, triste, encaixo o resultado, mas continuo não querendo atrapalhar, principalmente meu País, a crescer. A luta programática eu perdi, no meu ponto de vista, como perdi em 1994, com a eleição do Presidente Fernando Henrique. E dizia a mesma coisa: a tese dele é de privatização. A nós cabe minimizar danos de uma privatização mal feita. Infelizmente, se transformou a privatização de 1995, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por erro nosso e oportunidade deles, em mera briga ideológica, que já tinha sido travada no processo eleitoral. E eu digo: quando você tem maioria, você exerce; quando você tem minoria, você compre o papel do Congresso: minimizar dano. É esse o meu papel aqui. Não concordo, mas eles ganharam a eleição. Na época, virou: dinossauros e modernos na privatização. E fizemos, na minha opinião, a pior das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privatizações, no sentido de que poderíamos, mesmo que privatizassem, ter dado muito mais retorno à sociedade brasileira por todo investimento feito em todas as estatais que foram privatizadas.

Aqui eu insisto, por isso minha crítica à ANP e à própria Petrobras – ressaltando, vou insistir, o ministério –: por que não vêm aqui esclarecer? Quem tem medo de debater é porque não tem segurança no que está fazendo.

Eu acho que foram extremamente esclarecedoras, e nós fizemos questão de convocar, de convidar pessoas de áreas totalmente diferentes: laboral, um técnico superespecialista na área e na área legislativa do tema, um representante do setor público e um representando do setor privado. Não tem ideologia aqui. Cada um tem a sua, mas sabe aqui que não é necessariamente o momento de fazer isso.

Nós estamos, Sr. Presidente, fazendo um processo de privatização, como já foi dito aqui, primeiro, ilegal, afrontando o Congresso Nacional. Segundo, ilegal, afrontando o Supremo Tribunal Federal, que deu uma liminar que agora foi remetida para o Ministro Fachin, que ainda não decidiu – a liminar está valendo. Terceiro, absolutamente obscuro. Não há licitação, não há esclarecimento, não se sabe qual foi o critério para se chegar ao valor, não se sabe como foi a negociação com a Engie.

Se a égide é a do combate à corrupção, nada melhor do que transparência, porque ela previne corrupção. E qual foi a transparência desse processo? Zero! Na minha opinião, o pior, o que já foi dito aqui por todos. O meu colega e Senador do Rio Grande do Norte, que é especialista e empresário também dessa área... É verdade, eu sei reconhecer aqueles que sabem mais. Esta é a grandeza dos ignorantes: pelo menos reconhecer quem pode lhe ensinar alguma coisa.

Existe a regulação. Por exemplo, quando se criou a agência, se dizia o quê? Esse é o Estado moderno, tem uma agência para ser respeitada. Tem algum grau de regulação na agência? E quem respeita? Ninguém. Fez-se o projeto de lei. Quem respeita? Ninguém, porque era a Petrobras.

Então, repare o risco que nós estamos correndo. Se o monopólio estatal é ruim, todo mundo reconhece que pior é o monopólio privado, porque o monopólio estatal sofre pressão política, sofre pressão do Congresso Nacional. Quando vira monopólio privado... Eu tenho aqui meu investimento... E repare, Sr. Presente, eu fui membro do conselho da Petrobras. Na época, a guerra contra o preço da Petrobras... E os técnicos da Petrobras, que sempre foram ciosos na defesa dos interesses da companhia, diziam: "Não, nós precisamos, vamos dizer, ter o retorno do investimento feito..." Quando esse conhecimento era todo retornado ou quase todo retornado, ou seja, o ativo já foi todo pago, aí o que faz a Petrobras à custa do povo brasileiro? Vende aquilo que ela já reencaixou no caixa para receber duas vezes o que ela fez. Vou repetir: o preço do gás era justificado... Eu vi a briga da Presidenta Dilma com a Presidenta Graça Foster, porque todo mundo sabe que o preço do gás inviabiliza, seja como matéria-prima ou como fonte de energia. Inviabiliza.

Eu tenho na Bahia uma empresa de alumínio fechada. Por quê? Porque o preço da energia inviabilizou. Eu tenho o fechamento de uma de metanol, com perda de emprego, de um produto nobre. O preço do gás inviabilizou. A justificativa: eu preciso recuperar meu ativo. Recuperou depois de alguns anos, agora cobra de novo ao vender. E, como já foi dito aqui, quem está pagando oito, seis bi, seja lá quanto for, vai querer o quê? Retornar o investimento feito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se fosse o caso de privatizar, mais inteligente seria, já que o volume de quilômetros que nós temos de gasoduto é ridículo para o tamanho do País e para o volume de gás que nós temos aqui, principalmente com esse que vai chegar do pré-sal, seria muito mais inteligente, do ponto de vista da companhia, principalmente – afinal de contas a companhia tem um sócio majoritário que se chama sociedade brasileira –, seria muito mais inteligente chamar o sócio e dizer: "Você vai comprar 55% e não vai me pagar os 55%, você vai pagar investindo na companhia para ampliar a nossa rede".

A nossa rede é infinitamente menor do que a rede da Argentina e, se comparada à dos Estados Unidos, nem se fala. Então é óbvio que não adianta ter gás se eu não tiver como entregá-lo.

A Petrobras se dá ao luxo, no caso, de ter uma unidade de regaseificação na Bahia que eu, como Governador, lutei muito para que ela pudesse o quê? Eventualmente, a depender do preço, trazer gás de fora, regaseificar e injetar no duto. A Petrobras se dá ao luxo de dizer: "Não, a unidade é minha, ninguém encosta aqui".

Sergipe, graças a Deus, vai ter um investimento privado agora, até por conta da promessa da bacia de lá e de Alagoas, e vai ter uma mega unidade de regaseificação produzindo gás. Aí me perguntam: "Então por que você não compra gás da Bahia?" Porque não tem duto.

Então, na minha opinião, é uma afronta! Está-se cobrando duas vezes da sociedade brasileira esse investimento e não se está produzindo aquilo, porque se alguém já desembolsa não sei quantos bi em dólares, vai dizer que vai esperar retornar algum capital de giro para poder fazer novos investimentos.

Eu considero, Presidente, vou repetir o que eu tenho dito, que eu não estou aqui para atrapalhar Governo. Eu não vou ajudar, porque também sou oposição. Agora, não é possível a gente ficar silente num processo dessa natureza. Vou repetir: afronta o Congresso, a esta Casa, afronta o Supremo e, afronta a sociedade, porque não tem nenhuma transparência o que se está fazendo.

Então como eu previa, felizmente eu agradeço a todos os convidados a contribuição, eu estou insistindo nisso, Excelência, porque, graças a Deus, a relação – eu sou base de oposição e V. Exa. é base do Governo – é para mostrar, como nós já tivemos vontade de conversar em outros temas, que não estou aqui discutindo ideologia. Eu estou discutindo aqui o futuro do Brasil. Eu já tenho empresas fechadas na Bahia por conta disso e tenho empresas com a boca olhando para a Bahia, querendo entrar, e que dizem: "Infelizmente, eu não posso entrar porque não tem gás".

Então era esse meu depoimento, para deixar mais tempo para os colegas também poderem se manifestar.

Eu agradeço a V. Exa. também a assinatura desta audiência.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Eu vejo que é muito ruim quando você não tem o contraponto. Acho que não só esse assunto, qualquer assunto tem que ser discutido, tendo aqui prós e contra, pelo menos para esclarecer. Eu lamento realmente a ausência da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo.

Passo a palavra ao nosso especialista, Senador Jean Paul.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Esse é.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pelo amor de Deus, que responsabilidade! Que responsabilidade vocês estão me dando!

Tenho tanta coisa para falar que eu vou ter que ser muito breve. E vou economizar os prolegômenos, cumprimentando a todos na pessoa do Presidente Izalci.

Meus amigos, anotei alguns pontos aqui das apresentações e outros que eu vou falar, ou pelo menos tentar explicar como é que funciona esse processo.

Paulo, parabéns! Deyvid, sempre! A todos os demais também. É isso mesmo. Nós estamos aqui reunidos para debater esse processo abertamente, de forma transparente.

De novo, quero lamentar a ausência não só da Petrobras, como principalmente, neste caso, da ANP, porque é o órgão regulador que deveria estar aqui, deveria já estar acompanhando esse processo desde o início, e, pelo jeito, não está; vai esperar o processo chegar lá, como tem feito com outros processos, como o de venda de campos, etc., para poder simplesmente abençoar, provavelmente, esse processo.

Eu quero comentar aqui algo importante sobre essa questão do órgão regulador, e por isso lamentar a falta da ANP aqui, em relação a uma coisa chamada monopólio natural, que eu tenho tentado catequizar aqui o tempo todo.

Existem três tipos basicamente de monopólios. Dois são extremamente regulados, e eu vou explicar o porquê, e o terceiro deve ser abolido, deve ser realmente visto como uma coisa danosa para a economia.

O terceiro, que é esse tipo, que foi o que a Standard Oil representou lá no Estados Unidos quando foi quebrada a lei antitruste americana, é aquele que é conquistado também por força de mercado, por uma dominância natural do mercado. Chega-se a um monopólio, um cara começa a dominar o mercado inteiro, então, você fica na mão, a coletividade fica na mão de apenas um vendedor.

Outros dois são instituídos ou por lei, é o caso das distribuidoras de gás, das distribuidoras de energia, das distribuidoras de água, então, a distribuição nos locais, nas cidades ou num Estado... O Estado brasileiro, o poder constituído, o Governo estabelece uma região para aquele único agente operar, porque, com aquele monopólio, ele vai exercer os subsídios cruzados daquela atividade. Explicando esmiuçadamente, você vai fornecer água para um bairro pobre que às vezes deixa de pagar, que tem problemas de inadimplência, que tem perdas, etc., ou seja, vai ter prejuízo numa linha de água e vai cobrir esse prejuízo com o lucro de um grande cliente, no caso do gás, a tarifa pequena, mas volumosa de uma termelétrica. Por isso a gente enfatiza que as termelétricas devam pagar às distribuidoras de gás. Vai pagar uma linha de gás para um bairro mais desfavorecido, para uma região mais longe, até eventualmente para o desenvolvimento de um projeto, de um plano industrial, de um distrito industrial onde ainda não há locadores daquelas áreas. Enfim, esse é um monopólio local estabelecido em razão da escala. Então, um subsídio cruzado existe ali dentro.

E existe um terceiro tipo, que é estabelecido por lei, pela Constituição, inclusive o nosso aqui, que o Ministro Paulo Guedes parece que elegeu como moinhos de Cervantes, como inimigo da cadeia produtiva, e algumas pessoas repetem isso. Aqui mesmo a gente repetiu um pouco isso, mas eu vou explicar como é errado, porque, na verdade, a razão de não desenvolver o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado de gás na Bahia, no Rio Grande do Norte, no Rio de Janeiro e em São Paulo não tem nada a ver com o fato de existir o monopólio constituído das distribuidoras de gás; tem a ver com a simples falta de gás.

Eu estava resgatando aqui um recorte de jornal de 2013 em que a Presidente Graça Foster, no *Valor Econômico*, dizia assim: "Não vai haver desabastecimento. Não se preocupem!". Mas subliminarmente estava a mensagem de que o mercado estava preocupado com falta de gás, porque não havia gás suficiente para que as distribuidoras massificassem gás natural veicular, gás industrial, gás para térmica.

Na época dos grandes leilões de que as térmicas participaram, alguns hão de lembrar, havia uma grande preocupação em a Petrobras garantir o gás para essas térmicas. Muita gente corria lá na Petrobras, no Diretor Alcides, na Diretora Graça, e pedia: "Olha, eu quero um papel aqui que me diga que você vai me dar gás". E ela dizia: "Olha, eu não posso dar esse papel", ou "Eu tenho que atender esse, mas não posso atender aquele; eu tenho que estudar isso aqui porque eu não tenho gás para todo mundo".

Por quê? Na época nós tínhamos o Brasil ofertando 85 milhões de metros cúbicos de gás; 40 disso era nacional; 30 era a Bolívia – e aí lembro também aquele episódio da Bolívia que tanto se criticou: "Se ajoelharam à Bolívia, se sujeitaram ao interesse da Bolívia etc.". Mas se nós não tivéssemos esses 30 milhões naquela época, estaríamos bem pior. E 15 era de GNL. O GNL (Gás Natural Liquefeito) importado de navio nesse terminal a que o Senador Jaques se referiu vem de fora, vem da Nigéria, de Trinidad e Tobago, é um mercado internacional de gás liquefeito. Para fazer gás liquefeito tem que se gastar com terminal de liquefação, que é muito mais caro do que o terminal de regaseificação. Então quem recebe paga menos para receber e quem manda, quem exporta gás liquefeito paga muito mais para fazer isso. É uma atividade industrial que transforma o gás de uma *commodity* regional numa *commodity* global, mas só o gás liquefeito é *commodity* global. A outra é *commodity* regional.

Bom, sabendo disso, volto ao monopólio natural. Transporte de gás, linha de transmissão de grande porte, que corta um país inteiro, trens de grande porte, linhas ferroviárias importantes, nódulos e até rodovias podem ser um monopólio natural. O monopólio natural é aquele que é mais eficientemente exercido por apenas um agente *versus* vários. O exemplo que eu dou sempre é o metrô. Não se vai esburacar uma cidade toda para ter três metrôs e para escolher qual é o metrô em que você vai andar naquele dia. Você vai escolher um número de pessoas que andam de metrô, vai construir um metrô só, furar a cidade de uma vez só e fazer aquele metrô funcionar. Aí alguém mais ingênuo pode perguntar: "Mas e aí? Ele vai controlar o mercado? Vai botar o preço que quiser?". Não, porque os monopólios naturais são, por excelência, isso não é do Brasil, isso não é da esquerda, isso é um princípio econômico de qualquer país – dos Estados Unidos, do Canadá, da Austrália, todos exemplos que o pessoal gosta de citar –, lá e aqui, em todo lugar, iguais. Monopólio natural é altamente regulado.

Há o limite, Senador Jaques, de ser regulada a taxa de retorno do investimento de quem fez aquele gasoduto, aquele trem, aquela estrada, aquela linha de transmissão, aquela linha de fibra ótica. Por quê? Porque você tem que trazer investidores conservadores, como fundos de pensão de professorinhas de Ontário... Esses fundos conservadores não investem em *startups* de meninos de garagem, esperando dar uma bombada num aplicativo; eles investem em monopólios naturais. Não por acaso está aqui um fundo desse tipo adquirindo justamente a TAG.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que isso? Porque o monopólio natural, pela regulação forte que exige em qualquer lugar do mundo, como eu disse, regula a taxa de retorno do sujeito, do operador. Então se está dito, lá no início, que é 11,5%, é mais baixo do que muitos outros investimentos, mas é 11,5%. Se der 11%, o Estado tem que dar um jeito de compensar aquilo. Se der 12%, aquele 0,5% a mais de lucro tem que voltar para a tarifa, para os usuários se beneficiarem dela, mas tem que dar 11,5%.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Até na licitação do metrô, que você bota lá na rua, você bota com uma estimativa de preço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque é um monopólio natural. Uma, e apenas uma, pessoa exercerá aquele controle de preço, de operação, etc., etc.

O que aconteceu que gera uma certa insegurança aqui? É que nós nunca aplicamos as regras do monopólio natural no Brasil. E aí vai uma crítica a todos os Governos em sequência, inclusive os nossos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu dizia várias vezes, quando se aventou fazer a Lei do Gás, o Paulão há de lembrar, eu fui a única pessoa que fez artigo dizendo: essa lei é desnecessária!

Não há necessidade de lei do gás, porque a Lei 9.478, de 1997, já estabelece concurso aberto, livre acesso, todas as regras de acesso às infraestruturas da Petrobras. E a ANP tem que exercer essa regulação, porque a regulação dos monopólios naturais é exercida na norma infralegal, jamais por lei, não é preciso essa lei.

Mesmo assim dizem: "Não dá para controlar, a Petrobras fica enrolando, não faz". Então, está bom, vamos fazer uma lei. Fizeram a lei. Cadê o resultado? Continua não havendo resultado nesse exercício. E aí, agora, nós estamos pagando por isso, porque agora estão usando isso para dizer que o monopólio da Petrobras é o culpado do mercado de gás não se desenvolver. Não é o monopólio da Petrobras. O monopólio é natural. Se não for da Petrobras, vai ser o da Engie, ou de quem for. É um monopólio natural.

E aí eu me pergunto: se você não controla o monopólio natural quando a empresa é sua, como diz o Senador Jaques, que diabo você vai fazer para controlar o outro que nem seu é? Então, aqui você tem hoje dois níveis. Se você não é maduro suficiente, e está provado que não é, se nós não somos maduros suficientes para dar uma dura no monopólio natural nosso, como vamos fazer isso com o monopólio natural exercido por outros?

E isso vale, atenção pessoal!, para todas essas áreas que estão sendo agredidas com essas teses agora antimonopolistas, como se estivessem falando do truste, daquele do Rockefeller, do Standard Oil, etc., só que nós não estamos falando desses, não há como misturar esse. Esse monopólio é um monopólio inevitável.

O segundo, que eu falei, das distribuidoras, é um monopólio socialmente útil. O terceiro é o maligno, apenas o terceiro é maligno. E o terceiro acaba surgindo dentro das regras de mercado, mas aparece, acontece, é do capitalismo, inclusive o terceiro. Agora, os dois primeiros não devem ser banidos, fazem parte da estruturação do País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o primeiro ponto.

Livre acesso, concurso aberto, tudo isso está regulado pela ANP, tudo isso está aí agora reforçado recentemente pela lei do gás. Não há que se alegar que se tem que vender essa estrutura para que o gás prolifere, para que o mercado de gás...

O problema do gás, eu disse aqui, é falta de gás. E aí vou dizer por que todo mundo está com tanta certeza, o Carlos Langoni, um pessoal aqui apareceu, de repente surgiram especialistas de gás... O Langoni até conheço da época do meu pai. Eu não sei se ele entende de gás. Para mim ele entende de gás tanto quanto eu entendo de foguete interplanetário. E aí vem dar aula para o Paulo Guedes e dizer que os monopólios são os malignos nessa história, tem que mudar isso. E assegurar às pessoas que vão reduzir o preço do gás de 12 para sei lá, 3,4 milhão/BTU. Sabe por que ele tem certeza de fazer isso? Porque a produção de pré-sal de gás está prevista, em qualquer plano da Petrobras, desde 2013, 2012, Paulão. Está lá. Ela vai dar um pulo. E esse pulo está previsto para 2019/2020.

Então, o que hoje é em torno de 26 milhões de metros cúbicos vai para 50 em 2020 e 100 em 2024. Então, nós vamos ter oferta de gás do pré-sal. É por isso que o preço vai baixar. Não é porque você vai quebrar o monopólio da Potigás no Rio Grande do Norte, ou da Bahiagás na Bahia, não é porque você vai vender todas as malhas de duto para transporte, monopólios naturais, do Nordeste e do Sudeste. Não é por isso! O que vai acontecer com essa venda é quebrar a situação da Petrobras de hegemonia em relação a esse mercado, que é útil para o Brasil e é útil para o setor industrial.

E eu quero dizer isto: tanto no gás quanto no combustível, eu acho absurdo pessoas da CNI, pessoas industriais e comerciais, etc., defenderem uma política de preço, por exemplo, no combustível dolarizado em tempo real. Afeta o frete, afeta a competitividade da nossa exportação.

No caso do gás, a mesma coisa. Hoje é mais caro, mas eu expliquei por que é mais caro. "Ah, são 12 milhões de petrodólar por um milhão de BTU." Tudo bem, é mais caro porque é uma *commodity* regional. O GNL já não é. O GNL já chega aqui com o preço de mercado global. Por isso ele tem entrado no espaço, não só porque não tem o gás, então, ele entra no vácuo, e entra mais barato. E isso graças à política da própria Petrobras de ter construído os terminais de regaseificação, porque, senão, não chegava o gás também. Não tinha opção. Você teria a Bolívia e o gás decadente de Campos e Santo.

O pré-sal está previsto esse tempo todo. A gente sabe disso, está escrito lá há muitos anos, dentro dos planos... Ele só vai pipocar, só vai bombar em gás a partir deste ano e do ano que vem. Então, é aí que vai entrar o gás novo. E esse gás novo certamente vai ser oferecido no mercado nacional primeiro. Então, não é necessariamente a estrutura de gasoduto que vai ajudar isso.

Eu acho particularmente que ignorar essa situação de que estou falando em relação ao uso dos monopólios naturais é passar um atestado de incompetência da Agência Nacional do Petróleo. É passar o atestado mesmo: "Eu não consigo controlar o monopólio natural". Então eu preciso, primeiro, fazer uma lei, o que já estava errado. E agora eu preciso vender esse monopólio. E aí não dá para entender mesmo qual o tipo de controle que se pode ter. Então, é um atestado de incompetência para uma agência que precisa, neste caso, ter uma regulação muito forte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que quero falar é sobre a questão da transparência, que o Paulão levantou. Esse negócio do processo legal, de dar uma satisfação de transparência à sociedade, é essencial a esse processo. Se eu fosse a empresa que está comprando, estaria muito preocupada, muito preocupada. Eu, inclusive, faço um alerta aqui. Acho que a empresa tem que ter bastante cuidado. E outras aí, que também estão bordejando esses processos que estão sendo feitos na calada da noite sem o devido processo legal devem tomar cuidado, porque esses processos são precários. Estão sujeitos à contestação agora ou eventualmente em governo futuro.

Vou terminar, Presidente.

Outra coisa é enfatizar a questão do desmantelamento, a gravidade desse desmantelamento da Petrobras como estrutura integrada. As grandes empresas de petróleo são integradas. O grande objetivo das grandes empresas de petróleo é integrar cada vez mais a sua cadeia produtiva, até a petroquímica hoje. E a Petrobras fez o contrário, está se desmantelando, desintegrando isso. Então, nós vamos ter uma Petrobras daqui a pouco capenga.

Esse negócio de focar no pré-sal não é absolutamente pertinente. Qualquer empresa integrada foca na exploração e produção em determinado momento, principalmente quando acha uma grande reserva, se endivida, é admitido que ela se endivida, porque ela tem garantia da reserva, ela tem garantia gigante de reserva. Então, ela pode se endividar e deve se endividar naquele momento, porque vai precisar gastar desenvolvendo esses campos. E depois ela vai passar por um período de bonança, que é a produção dessa grande reserva que está ali.

Então, não há problema nenhum no andamento do que a Petrobras está fazendo hoje ou do que estava fazendo antes. Estou falando da teoria da gestão. Não estou falando da questão de escândalo, nada disso. Estou à parte disso, porque isso é punido pelas vias corretas, pelas vias devidas. Estou falando de plano.

O plano de refino, por exemplo, estava correto também. Comprar refinaria nos Estados Unidos, comprar refinaria no Japão, fazer refinarias no Nordeste, expandir a parte do refino nosso, afinal chegamos à autossuficiência em petróleo, mas não em refino. Então, nós temos que refinar, porque, do contrário, ao fazer o que a gente está fazendo agora, vendendo as poucas que a gente tem, a gente vai estar se submetendo a que a agregação de valor do petróleo esteja na mão de outros. Por quê? Para quê? Só porque é do Estado? Isso é ideológico, isso é ideológico.

"Eu não quero que o Estado tenha lucro, eu não quero admitir que o Estado tenha uma empresa lucrativa, boa de petróleo, etc., que faça a diferença no mercado internacional."

Quanto à distribuição, é a mesma coisa, para finalizar. A BR hoje é fiel da balança do mercado de combustíveis. Sem ela, Estados como o Amapá... Eu tenho alertado os nossos colegas, o Presidente Alcolumbre, o Senador Randolfe e o Senador Lucas, do Amapá; de Rondônia, o Senador Marcos Valério... Não é Senador Marcos Valério, mas Marcos...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O Senador Telmário?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, não! É o Senador Marcos Rogério, Presidente da nossa Comissão de Infraestrutura.

Massificaram esse nome. Desculpem-me!

Desculpe-me, Senador Marcos!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rondônia, Acre, esses Estados de ponta, inclusive o nosso Rio Grande do Norte, podem sofrer muito com essa questão da BR saindo do mercado ou da BR ficando, sendo igual a uma Shell ou a uma Esso, agredindo a *holding* Petrobras, a fornecedora principal de produtos derivados no mercado brasileiro.

Enfim, para perorar aqui, o que nós temos feito com isso é jogar fora nossa autossuficiência em petróleo, tão duramente conquistada. Durante várias gerações – acho que isso vem da época do meu avô –, ouviu-se dizer que o Brasil fazia um esforço para ficar autossuficiente em petróleo. Para quê? Para se livrar da oscilação incontrollável dos preços internacionais e diminuir o custo de importação. E, hoje, nós estamos vendo o País caminhando de novo para importar combustível em dólar, a tempo real, aplicando isso ao frete brasileiro e impondo isso à indústria e aos exportadores brasileiros, que eu espero que venham para o nosso lado para lutar contra isso, porque nós temos a vantagem competitiva de sermos produtores de petróleo. Se a gente é produtor de petróleo, a gente pode, sim, segurar cinco dias de preço mais baixo do que o do mercado internacional – pode! Quando houver o primeiro furacão no Texas ou na Flórida, a gente vai sentir esse impacto. Quando houver a primeira guerra no Oriente Médio de novo, nós vamos sentir necessidade de fazer isso e não vamos poder porque o dogma que vai estar em voga é o de que a Petrobras tem que ter preço de mercado, senão ela quebra. Não quebra! E ninguém vai deixar de investir na Petrobras porque ela não tem preço de mercado ocasionalmente. É claro que, se você esticar por um ano e meio, realmente não dá! Mas, se você esticar por patamares, como vinha sendo feito, exceto num período, que agora é usado como contraexemplo... Mas, em geral, a política deu certo até hoje. Inclusive, vem desde os militares isso aí. E a gente não tinha autossuficiência, mas agora a gente a tem.

Então, agora está na hora de exercer essa autossuficiência, mas a gente está exercendo o contrário, a gente está se igualando ao Japão, que é um país que importa toda a energia de que precisa. Aí, a gente pega o pior que o Japão tem e aplica no Brasil: "Não, vamos ser japoneses só em energia, só em combustível". Nós somos japoneses aqui.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, enfim, é isso aí.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa.

Eu ia fazer um aditivo aqui para pedir a V. Exa. para fazer uma exposição. Realmente, V. Exa. domina bem o assunto. Foi uma aula.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Eu avisei, Presidente!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Estou até cansado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Deixem-me passar alguns questionamentos que chegaram pelo e-Cidadania.

Karina Marques, do Rio Grande do Sul, diz: "Se ela onera os cofres públicos, acredito que ela deve ser mais bem gerida ou que se deve fazer uma concessão de uso".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adelson Rodrigo, de Santa Catarina, pergunta: "Quanto se investiu para se ter a TAG de hoje? Ela dá lucro? Por quanto se venderia? Se ela fosse privada, quanto a Petrobras pagaria para usar?".

Assis Marinho, do Distrito Federal, afirma: "A venda da TAG é salutar. A concorrência só traz benefícios para o consumidor. O Estado deve investir em saúde, educação e segurança".

Lucas Lisboa, do Rio Grande do Sul, pergunta: "A venda da TAG resultará em investimentos onde?".

Artur Alvim, de São Paulo, diz: "Extremamente contra, um absurdo! Desemprego à vista, terceirizações em massa, salários rebaixados! Não precisamos de privatizações!!".

Alessandro Ferretti, de Santa Catarina, diz: "Privatização, precisamos de concorrência e competência".

Indago à Senadora Zenaide...

Com a palavra V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos!

Depois de uma exposição dessas, de uma aula de Jean Paul... Os do Rio Grande do Norte sou eu e ele, mas minha formação é médica. Mas eu não vou falar em Medicina porque eu acho que neste momento todo mundo neste País tem que ser advogado, economista e brasileiro, acima de tudo, não é, Izalci?

Na mesma linha do colega Jaques Wagner, do Jean Paul Prates e de todos os colegas, não estamos aqui defendendo letra, número ou cor de partido. Houve uma eleição, mas não podemos ficar calados. Apesar de o meu nome ser Zenaide Maia Calado, não posso ficar calada, principalmente no Parlamento.

O que me chama a atenção nessas privatizações é que sempre o Brasil tem que ficar em desvantagem. E todas as alegações de privatizações são de que vão aumentar a concorrência, vão gerar emprego e dar credibilidade ao mercado externo. Isso já vem há algum tempo, começou desde a retirada da Dilma, a terceirização plena, o desmonte da CLT... Tudo ia gerar muito emprego e ia dar credibilidade. Não era isso que a gente ouvia? Então, o que acontece? Por que na hora de se vender a Embraer... A gente sempre vende e fica com 20%, 30%. Por que sempre a gente perde a autonomia administrativa e financeira daquilo que nós construímos? Vendemos – como ele mostrou, está aqui o problema das mineradoras; estamos vendo isso aí –, tudo em nome de gerar emprego e renda, mas ninguém mede o prejuízo causado aos seres humanos e ao meio ambiente, com a contaminação.

Eles me chamaram a atenção, o Manoel Carnaúba, o Marcus Cavalcanti, o Izalci, o Paulo César e o Deyvid, e isso é uma aula para a gente. Qual a importância dessas audiências públicas? Esta Comissão tem uma importância fundamental. Aliás, Izalci, eu disse que esta Comissão, como foi criado o Ministério do Desenvolvimento Regional, passou a ser uma Comissão com um olhar diferenciado. E há o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração. Então, é uma coisa bem salutar, de que a gente precisa.

Mas ele me chamou a atenção quando disse o seguinte, que a Petrobras não usa 100% dos seus dutos – isto chama a atenção – e não permite aos outros usarem. Faço a pergunta: por quê? No Rio Grande do Norte, o que chamou a atenção foi que eles desinvestiram totalmente – somos o maior produtor de petróleo em terra, mas a Petrobras praticamente saiu de lá –,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rebaixaram a nossa Refinaria Clara Camarão, que deixou de ter autonomia administrativa e financeira, e ainda rebaixaram a produção, ou seja, termina o combustível ficando mais caro, porque você vai manter uma estrutura que poderia operar a 100%, inclusive com o querosene de aviação civil, mas que está com a metade.

A sensação – esta é praticamente a certeza que a gente tem – é a de desinvestir... Fiquei pensando muito tempo nisso, mas o *Valor Econômico* mostrou que a Petrobras alterou o seu estatuto para isso ficar mais fácil, para desinvestir para privatizar com mais facilidade.

Aí eu chegaria ao que disse o colega: por que um país autossuficiente em petróleo – desde o regime militar, ficamos autossuficientes em petróleo – vai vender esse óleo bruto...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... quando todos lutam por agregação de valor? A minha pergunta seria essa.

Eu não vejo como isso vai gerar... Como se diz, empresa privada é para ter lucro, e a função da Petrobras, tudo bem, não é ter prejuízo, é ter lucro, mas não tanto. Essa política está se estendendo inclusive aos bancos estatais, que foram criados para fomentar a economia e o emprego social. A gente está vendo isso não só nisto aqui. Não é vendendo patrimônio que nós vamos gerar mais emprego e renda. Nós temos que investir no setor produtivo deste País, como investiu a Petrobras nesse tempo todo. A Embraer criou os cargueiros mais velozes e mais econômicos do mundo, e, num instante, apareceu a Boeing, que ficou com 80%.

Então, o que chama a atenção é que isto aqui não depende de partido nem de cor. A gente tem de ter um olhar diferenciado, porque a gente sabe que não se faz assim, desagregando valores no nosso óleo. Como é que a gente é igual ao Japão? Como é que a gente pode deixar o preço de um litro de gasolina oscilar, exportar o óleo em real – aliás, não se paga nem o imposto – e importar? Hoje, eu acho que o produto de maior importação neste País se chama combustível, e não o foi durante muito tempo. Você tem de ter condições de ser autônomo. Vai se vender a TAG, para a própria Petrobras contratar essa empresa, vendo que, em menos de dois anos, ela já tirou o valor e que ela não vai baixar preço. Isso é como cobrar a bagagem e dizer que ia baixar o preço dos combustíveis.

Então, isto me chamou a atenção: por que subutilizar as nossas refinarias, os nossos gasodutos? Isso é difícil de entender! Deve ter uma finalidade isso.

Obrigada a cada um.

Não sou *expert* nisso aí, mas tenho um olhar muito diferenciado. Eu, como o Izalci, tenho um olhar muito diferenciado para tudo que é brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora.

Quero registrar aqui também as presenças de Wagner Euflauzino de Paula, Diretor de Base da FUP; de Denise Caldas Barreto, assessora da Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT; de Nelson Santos, assessor da FUP; de Leandro Nunes, Técnico de Operação da Transpetro.

Esteve conosco também o Deputado Federal Carlos Zarattini, do PT, de São Paulo.

Está conosco também o Deputado Federal Joseildo Ramos, do PT, da Bahia.

Se o Senador Zequinha não for se pronunciar, eu passo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. quer falar alguma coisa?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone.*) – Pode passar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Vou passar, então, a palavra ao Deputado Federal Joseildo Ramos, do PT, da Bahia.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) – Bom dia a todos e a todas!

Eu quero parabenizar a Comissão por esta atividade. É uma verdadeira aula!

Nós estamos vivendo um momento particularmente angustiante, misturado com essa ausência de critérios na venda de ativos de uma empresa integrada e importante como a Petrobras, que é uma empresa indutora do desenvolvimento nacional. Está aí o que aconteceu com a indústria naval, a partir do momento em que a política de conteúdo nacional foi colocada, foi posta. Imaginem os milhares de emprego que foram gerados!

Aí me chama a atenção o fato de que está sendo anunciada a venda da Eletrobras e de várias das suas unidades. A partir daí, entram – eu sempre digo isso e me preocupo com essa situação – as Fafens. Somos um dos maiores produtores de alimentos e exportadores de produtos agropecuários, diga-se de passagem, com muita tecnologia de ponta aplicada à produção em agricultura e em pecuária tropical. Ao longo de muitos anos, a Embrapa é protagonista nessas conquistas.

Ora, nós só produzimos em torno de 30% dos fertilizantes nitrogenados de que precisamos, só isso! E se anuncia que nós vamos alienar isso do Estado brasileiro, que tem o controle hoje. No mínimo, eu, como ignorante dessa matéria, acho que isso beira a insanidade. Eu deveria procurar ampliar as Fafens no nosso Território nacional para poder ter uma visão estratégica do que a gente vai fazer, porque a gente ainda produz pouco. Nos últimos 30 anos, aumentamos as nossas produtividades em vários setores no mundo agropecuário.

Agora, como o uso das águas é conflitante, imaginem vendendo-se as geradoras de energia... Não serve para o nosso País, mas nós vamos vender, por exemplo, para os chineses! Vamos vender para outro Estado que não é o Estado nacional.

Então, além das ilegalidades postas por Paulão de maneira muito categórica, eu acho que o Parlamento brasileiro não deve se curvar a essa situação.

Estive observando a manifestação do Ministro Lewandowski. Ele coloca, por similaridade, na Carta Constitucional que, para que o Governo brasileiro entre no mercado, ele precisa de autorização legislativa na sua atividade econômica. E, para dele sair, não precisaria disso? Então, na realidade, a gente fica muito preocupado porque a sociedade brasileira não está se dando conta do que está acontecendo no País hoje.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA) – É crime de lesa-pátria, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu proponho, antes de passar para as considerações finais, a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 11ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Passo agora, para fazer suas considerações finais e responder a algumas das indagações feitas – vou fazer aqui na ordem inversa agora –, a palavra ao Sr. Marcus Cavalcanti.

O SR. MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI – Fiquei muito, Senador, satisfeito com a colocação do Senador Jean Paul e até gostaria de lembrar de uma coisa que ele colocou: a preocupação com as próprias empresas que estão investindo nesses ativos com esse processo não tão claro para a gente – pode ser que esteja claro para eles. Quero lembrar que alguns desses processos anunciados pela Petrobras já deram retrocesso, como a venda de parte do Terminal de Regaseificação da Bahia e das térmicas na Bahia.

O investidor não se sentiu seguro em continuar com o investimento porque era um investimento na mesma situação dessa e até mais simples, porque é um Terminal de Regaseificação e uma térmica que funciona com um contrato de venda de energia. Então, a insegurança jurídica não fez com que ele continuasse nesse ponto.

Outra preocupação, como o Senador colocou, é com essa marcação de preços *on-line* praticamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI – ... com a cotação internacional e a cotação de dólar. É a mesma coisa de um comerciante sair do interior da Bahia para vender numa feira, ficar ligado num celular para saber a cotação da banana no mercado mundial e aumentar o preço. Na verdade, ele faz a cotação pela procura e oferta. Ele chega com o produto; no início, é um preço, e, se ele não conseguir vender, depois ele faz uma liquidação para não voltar com o produto.

Mas, principalmente, aqui, há uma preocupação dada, que é a falta do agente regulador em regular o mercado de monopólio natural, como o Senador colocou, e a falta de transparência. Inclusive, como é que nós sócios de distribuidoras e partes de um contrato de concessão no Estado vamos regular essa relação das nossas distribuidoras com o transportador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI – ... e a eventual compra que eles possam fazer?

Quero agradecer o convite do Senado, através do Senador Jaques Wagner, e dizer que nós estamos à disposição para outras eventuais discussões sobre o assunto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Também para fazer suas considerações finais, tem a palavra o Sr. Manoel Carnaúba.

O SR. MANOEL CARNAÚBA CORTEZ – Eu gostaria de agradecer por esta oportunidade, mas gostaria também de reforçar um ponto: a oferta de gás já se inicia, como o Senador Jean Paul mencionou. Nós estamos às vésperas de termos um crescimento exponencial dessa oferta de gás. As petroleiras têm uma alternativa a esse gás: elas podem levar esse gás e investir do poço até a costa, para termos esse gás na costa gerando riqueza para a sociedade, ou elas podem simplesmente reinjetar ou injetar esse gás, Paulo. Elas estão tomando essas decisões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas decisões estão ocorrendo agora. À medida que cada um vai evoluindo na exploração das suas áreas, elas vão decidindo o que fazer: se investem nos gasodutos ou se reinjetam.

(Soa a campainha.)

O SR. MANOEL CARNAÚBA CORTEZ – Eu gostaria de reforçar o meu ponto de vista de que nós precisamos urgentemente atuar para que os órgãos reguladores criem as condições para que a sociedade brasileira tenha acesso a esse gás. No momento em que nós tivermos esse gás na costa, aí, sim, ele vai cair de preço, aí, sim, ele vai se tornar competitivo. E a sociedade vai poder gerar riqueza, Senadora, com esse gás e gerar emprego, gerar fertilizantes, fazer com que nós tenhamos um crescimento no nosso País e possamos tornar isso efetivamente em riqueza.

Senador Jaques Wagner, muito obrigado pelo seu convite e por esta oportunidade.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me só... Eu gostaria que o Dr. Carnaúba esclarecesse, por exemplo: hoje, as que já produzem gás vendem para quem?

O SR. MANOEL CARNAÚBA CORTEZ – Hoje, nós temos basicamente três grandes produtoras na região do pré-sal. Estou falando, Senador, de Rio de Janeiro e de São Paulo. Uma delas já tomou a decisão de reinjetar esse gás, outra está levando para terra e lá vai produzir energia elétrica, e as outras estão vendendo esse gás para a Petrobras, que coloca no seu *pool* de gás e que provavelmente...

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E o preço é bom, não é?

O SR. MANOEL CARNAÚBA CORTEZ – O preço é bom.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O que é reinjetar o gás?

O SR. MANOEL CARNAÚBA CORTEZ – Reinjetar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MANOEL CARNAÚBA CORTEZ – É, exato.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – De volta?

O SR. MANOEL CARNAÚBA CORTEZ – De volta.

No processo de exploração, Senador, o senhor tem a produção do petróleo e do gás. Eles são associados. Você separa esse gás e o reinjeta no poço.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Há o aumento da produção?

O SR. MANOEL CARNAÚBA CORTEZ – Há o aumento da produção em alguns casos, Senadora, mas o pré-sal é tão abençoado, que a pressão que nós temos lá faz com que esse óleo saia e com que nem seja necessária a reinjeção. É claro que, com essa reinjeção, sempre há um ganho maior de produtividade, de maior recuperação do poço, mas é um gás extremamente barato. Por isso, eu mencionava, na minha apresentação, que o gás representa 6% da riqueza de um poço de petróleo, em especial esses que nós temos no pré-sal.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço ao Manoel Carnaúba também e já concedo a palavra, para as considerações finais, ao Deyvid Bacellar.

O SR. DEYVID BACELAR – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Faço só alguns destaques, muito rapidamente, primeiro com relação a essa questão da política de preços. Acho que, realmente, a sociedade e o Congresso Nacional precisam se debruçar sobre esse tema, que é um dos que mais aflige a população brasileira, não somente com relação ao gás, que é o tema, mas também com relação ao gás de cozinha, ao diesel, à gasolina.

É como colocou aqui o Senador Jean Paul: nós somos um País produtor de petróleo e um País que tem uma cadeia de refino que pode também refinar esse petróleo produzido e gerar valor agregado para abastecer o mercado interno. Nós deveríamos trabalhar como os países produtores de petróleo trabalham: com preços não variando diariamente ou semanalmente, conforme o mercado internacional rege. Isso está disponível para as pessoas pesquisarem a respeito. Países produtores de petróleo têm, sim, preços diferenciados.

A segunda questão que o Senador Jaques Wagner coloca aqui perfeitamente é que é interessante que ainda colocam as estatais brasileiras como grandes dinossauros. É bom lembrar que esses grandes dinossauros, como colocam de forma muito jocosa, geraram um lucro líquido para o Estado brasileiro, no ano passado, de R\$52 bilhões. São R\$52 bilhões que voltam para o Estado! Para quê? Para serem empregados, de alguma maneira, também em saúde, em educação, em infraestrutura. Então, não são dinossauros e devem ser preservados sob o controle do Estado brasileiro, porque, como colocou a Senadora Zenaide aqui, nós somos brasileiros e prezamos por este País.

Estão vendendo, Senador Izalci, a TAG sem antes criar uma regulação, como aqui foi dito. Querem criar concorrência num mercado desregulado! Quem vai pagar essa conta? São as indústrias, é a população brasileira.

O custo de produção de gás, como aqui colocou o Senador Jean Paul, tende a cair, sim...

(Soa a campanha.)

O SR. DEYVID BACELAR – ... porque, cada vez mais, a produção de gás vai crescer por conta do pré-sal brasileiro. É perfeita a argumentação do Senador, que, como aqui colocou o Senador Jaques Wagner, é especialista da área.

É bom lembrar que o gás americano não deve ficar baixo da maneira que ele está hoje, porque o *shale gas* tende a cair em meados da próxima década. Então, se é competitivo hoje, não vai ser competitivo lá na frente. Nós, sim, seremos competitivos.

Com relação ao transporte de gás, é bom lembrar que uma empresa integrada tem ganho, sim, de escala, o que faz com que o custo se reduza ao longo do tempo. Se a gente fragmenta com novos agentes num mercado desregulado, eles vão precisar gerar mais margem, e, consequentemente, os custos aumentarão, sem dúvida alguma, como aqui foi colocado.

Para finalizar, Senador Izalci, de fato, foi perguntado através da internet e aqui foi dito...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DEYVID BACELAR – ... que o lucro líquido que essas estatais geram volta para o Estado. Competência nós temos, sim! A Petrobras é a empresa que tem a melhor tecnologia, por exemplo, para o desenvolvimento e produção em águas ultraprofundas, premiada internacionalmente; não é uma empresa privada, mas uma empresa controlada pelo Estado brasileiro.

Por fim, Senador Izalci, somente como proposta ou sugestão, talvez esta Casa possa intervir nesse processo – que, como foi dito, é ilegal, é imoral – de alguma maneira. Talvez um instrumento como um decreto legislativo ou outro que couber possa ajudar a barrar esse processo que é ilegal, imoral, e que deveria tramitar pelo Congresso Nacional.

Mais uma vez, a gente agradece a oportunidade em nome da Federação Única dos Petroleiros. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Deyvid.

Passo a palavra, também para que faça suas considerações finais, ao Dr. Paulo César Ribeiro Lima.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Eu vou acrescentar aqui, Senador Jean Paul, um quarto monopólio. O quarto monopólio é o monopólio da Petrobras, que era um monopólio constitucional. Esse monopólio acabou na Constituição, mas a Petrobras tem 98% do refino, e não é por nenhuma daquelas três razões. Então, a Petrobras é monopolista no refino.

Ao contrário do que dizem, a Petrobras não é dinossauro. A Petrobras é extremamente eficiente. O custo de extração do pré-sal é baixíssimo, é de US\$7 por barril. Há outros custos, e pode ir a US\$20, mas o custo médio do refino é de US\$2,5 por barril. Então, a Petrobras é sinônimo de eficiência. Não gosto muito desta palavra "eficiência", não, mas vou usá-la aqui. A Petrobras é extremamente eficiente. Está certo?

Na Petrobras, nós temos uma grande oportunidade no refino, no gás, no transporte, porque nós temos uma empresa extremamente eficiente, que ainda tem 70% da produção de petróleo e gás, porque o gás é associado. Ela tem um papel dominante na produção de gás e tem 98% do refino.

Quando se tem uma situação dessas, é regulação! Obviamente, é regulação! É regulação em cima de custos! Isso vai inviabilizar a importação? Inviabilizaria, dependendo do modelo tributário. É só haver um modelo tributário, reduzir... Se nós precisamos importar gasolina – e hoje a gente precisa –, vamos reduzir a tributação na importação. E vamos taxar o quê? A exportação de petróleo cru. Compensa a redução do tributo, com impacto zero no orçamento. É só a política tributária que resolve. Nós estamos com a solução na mão. Temos uma empresa extremamente eficiente, com baixos custos, que precisa ser regulada. Então, eu acrescento esse quarto monopólio.

Não vou criar aqui ilusão para ninguém de que vai haver aumento de oferta. Vai haver aumento de oferta – pode até haver –, mas não contem com grandes volumes de gás disponibilizado na costa do Brasil. Não contem com isso por enquanto! Por quê? Porque não há regulação. Como muito bem colocou o Manoel, isso está sendo decidido agora.

Eu vou dar um exemplo aqui: Campo de Libra. No Campo de Libra, o projeto básico, o plano de desenvolvimento aprovado pelo órgão regulador é a reinjeção total. Aqui é reinjeção mesmo, pois volta tudo para o reservatório. Isso é o Campo de Libra. Eu tenho acesso a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentos... Eu discordo dos números, mas eu tenho acesso a documentos que falam num custo de aproveitamento do gás do Campo de Libra de US\$30 por milhão de BTU. Eu, particularmente, acho...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – ... que esse é um número equivocado. O processo é muito complexo.

Não criem grandes expectativas, a não ser que haja regulação e não aprovação dos planos de desenvolvimento da produção como estão hoje no pré-sal.

Aqui, há uma diferença, que é a questão do CO₂. Esse preço, se há 40% de CO₂ e se ele está com US\$30 por milhão de BTU, vai caindo; ele cai para 12... Então, nós não estamos... A produção de gás no Brasil vai bombar; disso eu não tenho a menor dúvida, pois está tudo mostrado lá. Agora, que esse gás vai ser disponibilizado para a sociedade brasileira é outro assunto.

Eu tenho de reconhecer: não é barato construir uma infraestrutura de transporte de gasodutos.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Por exemplo, Carcará está com a Equinor. É gás. Lá não há CO₂. Então, cabe à ANP exigir que o gás de Carcará seja transportado para a costa e não seja reinjetado, mas isso é decisão do órgão regulador, e não há garantia de que isso vá acontecer.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – A empresa já decidiu?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – A empresa vai declarar a comercialidade. Quando ela declara a comercialidade de Carcará, ela apresenta o plano de desenvolvimento do campo. Eu não sei como vai ser esse plano. Eu não sei se ela vai reinjetar. Agora, lá não há CO₂, e, então, é muito mais fácil o aproveitamento. Mas, em compensação, está muito mais distante da costa do que Búzios, do que o próprio Lula. O que vai acontecer nós não sabemos.

Agora, Manoel, com relação ao livre acesso, tanto a Lei 9.478 como a Lei 11.909 garantem o livre acesso, as facilidades de transporte. Se a ANP está sendo omissa, isso tem que ser cobrado dela, porque a Petrobras, por lei, é obrigada a disponibilizar a capacidade ociosa dos gasodutos. A grande discussão aqui são os terminais, as unidades de processamento de gás natural, para garantir o livre acesso. É uma questão extremamente complexa.

Mas, em suma, é o seguinte: a gente está com tudo, inclusive para haver diesel barato no Brasil. Mas o que o Brasil pratica? Pratica o preço de paridade de importação. A Petrobras, a administração da Petrobras mente quando diz que pratica preço de paridade internacional. Ela não o pratica! Ela pratica, no caso do diesel, preço de paridade de importação. O que é isso? Você vai acrescer ao diesel importado dos Estados Unidos o frete, o transporte, as custas, as taxas portuárias, o risco, a margem. Está certo? E a Petrobras...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – ... para praticar o PPI, que é o real, que é o preço de paridade de importação, recebeu do povo brasileiro 6 bilhões de subvenção econômica, sendo que ela é extremamente rentável. Isso foi permitido pelo Congresso Nacional. Então, o cenário no Brasil é um cenário muito ruim, o cenário é péssimo.

Mas eu queria fazer aqui um registro do Deputado Joseildo: nós estivemos juntos lá, participando de um programa, e foi muito bom, Deputado, fantástico! Quero registrar a presença do Consultor Legislativo Israel, nosso colega. Eu fui Consultor Legislativo do Senado e quero registrar a presença do Israel. E agradeço muito a todos aqui da Mesa, Manoel, Marcus, Deyvid, o Deputado, todos os Deputados, foi um debate muito importante...

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Senadores.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA – Senadores. É porque eu fui Consultor da Câmara também, depois. Aos Senadores aqui presentes fico muito agradecido pela oportunidade de discutirmos esse tema. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Jaques Wagner.

O SR. JAKUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Antes que o senhor encerre eu quero só, na verdade, muito mais me dirigir aos colegas Senadores, à colega Senadora, para dizer, eu insisto – sou um homem de diálogo e acredito no poder do argumento –, com todo o respeito às pequenas quitandas do interior da Bahia, que nós não podemos gerir um país deste tamanho, com essa riqueza, apenas no livro-caixa, como um pobre dono de uma venda faz no interior. Um país não é o hoje, um país é o hoje e a projeção do amanhã. Todo mundo olha para a China, e o planejamento estratégico lá é de 50 anos.

Então, as pessoas ficam olhando, com todo respeito ao Ministro da Economia, o livro-caixa, o fluxo de caixa. Então, vão entrar 8 bilhões. E qual a consequência disso para a frente? É só o livro-caixa? Na minha opinião, como já foi dito aqui, e eu insisto – é plural essa Mesa de convidados aqui –, nós precisamos pensar no futuro do País, porque depois nós vamos chorar amargamente a desindustrialização, como já aconteceu aqui na Argentina. A Argentina foi o maior PIB da América Latina, hoje passam fome, por decisões equivocadas que foram sendo tomadas, e quebraram a cadeia produtiva industrial daquele País. A Alemanha é o que é pela sua cadeia industrial. As *startups* estão aí, mas quem ainda tem pé fincado no chão é quem tem parque industrial.

Eu estou chamando a atenção e insisto para nós mesmos porque, vou repetir: perdi a eleição; vou disputar outra daqui a quatro anos. Agora, não perdi a responsabilidade sobre o nosso País. E eu acho que o que está se fazendo é uma irresponsabilidade com o País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Esta Presidência agradece a disposição dos convidados de comparecer à nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Plínio Valério, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Eliziane Gama, Flávio Arns, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Izalci Lucas, Elmano Férrer, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 9/2019 - CDR, de autoria do Senador Chico Rodrigues. **Finalidade:** Audiência Pública com objetivo de debater sobre os estudos realizados pela CPRM Serviço Geológico do Brasil no estado de Roraima. **Participantes:** Esteves Colnago, Diretor-presidente da CPRM Serviço Geológico do Brasil; José Leonardo Andriotti, Diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM Serviço Geológico do Brasil. Antônio Charles Oliveira, Pesquisador em Geociências da CPRM Serviço Geológico do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/09>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos a Instrução Normativa nº 9/2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Comunicados.

Informo que a reunião para instalação da Subcomissão Temporária para acompanhamento das obras da usina de Belo Monte, que funcionará no âmbito da CDR, está convocada para a próxima quarta-feira, dia 15 de maio, após a reunião deliberativa da CDR. Aproveito para reforçar a composição da Subcomissão Temporária para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte: Zequinha Marinho, titular; Elmano Férrer, titular; Lucas Barreto, titular. Suplentes: Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião é destinada a debater sobre os estudos realizados pela CPRM Serviço Geológico do Brasil no Estado de Roraima, atendendo ao Requerimento nº 9/2019 – CDR, de autoria do Senador Chico Rodrigues; de minha autoria.

Cada expositor terá dez minutos para fazer a sua exposição, podendo ser dado um tempo a mais de acordo com a necessidade do palestrante. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para a réplica.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações de cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do site da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido a compor a Mesa o Sr. Esteves Colnago, Diretor-Presidente da CPRM Serviço Geológico do Brasil; Sr. José Leonardo Andriotti, Diretor de Geologia e Recursos Minerais da CPRM Serviço Geológico do Brasil; e o Sr. Antônio Charles Oliveira, pesquisador em Geociências da CPRM Serviço Geológico do Brasil.

Vamos dar início à nossa reunião concedendo a palavra ao primeiro expositor, o Sr. Esteves Colnago, para fazer a sua exposição.

V. Sa. terá dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. ESTEVES COLNAGO – Meu cordial bom-dia a todos. Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Senador Chico Rodrigues, autor do requerimento para realização desta audiência, os demais Senadores presentes aqui na Comissão e outros Parlamentares presentes aqui também.

Como já foi dito, esta audiência pública tem como objetivo debater os estudos realizados pelo Serviço Geológico do Brasil CPRM no Estado de Roraima.

O Serviço Geológico do Brasil é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que completa 50 anos em agosto de 2019. Temos como missão gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Um dos nossos objetivos é justamente colaborar para o desenvolvimento das atividades do setor mineral. Nós somos responsáveis, por exemplo, por mapeamentos geológicos básicos, com aplicação nas áreas da exploração mineral, estudos ambientais hidrogeológicos aplicáveis à agricultura, à análise de risco geológico e outros mais.

Somos também responsáveis por realizar o detalhamento do potencial mineral em áreas de relevante interesse e a identificação de novas áreas potenciais. Ambas são informações que contribuem para aumentar o investimento do setor privado.

Outra atividade de muita importância que nós desenvolvemos diz respeito à ampliação do conhecimento sobre os minerais estratégicos para a indústria, para a construção civil e para o agronegócio.

Em relação a Roraima, já produzimos trabalhos como zoneamento ecológico e econômico, mapa de geodiversidade, estudos sobre a formalização da produção de diamantes, atlas geoquímico, relatórios sobre os riscos geológicos e sistemas de alerta hidrológico do Rio Branco, entre outros produtos.

Eu estou vindo aqui acompanhado pelo nosso Diretor de Geologia e Recursos Minerais, o geólogo José Leonardo Andriotti, e pelo Pesquisador em Geociências da CPRM, Dr. Antônio Charles Oliveira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambos são profissionais de mais alta qualificação da empresa e que vêm desenvolvendo há muitos anos um trabalho nas áreas de geologia e mineração, especialmente com importância para a Região Amazônica, aqui se destacando os trabalhos que foram realizados na Região do Estado de Roraima.

Especialmente o Dr. Charles, que trabalha na nossa superintendência em Manaus, fará uma apresentação detalhada sobre os trabalhos do Serviço Geológico em Roraima, com foco nas questões levantadas pelo Senador Chico Rodrigues no seu requerimento para a realização desta audiência.

Após a minha fala, vai falar aqui nesta Comissão o Dr. Andriotti, que vai dar uma informação mais geral sobre a empresa e sobre as nossas atividades na área da geologia e da mineração, antes da apresentação específica que será feita pelo Dr. Charles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Dando continuidade à reunião, concedo a palavra ao Sr. José Leonardo Andriotti, para fazer a sua exposição.

Eu gostaria que a assessoria da Comissão facilitasse a apresentação, em PowerPoint, do Sr. José Leonardo Andriotti.

O SR. JOSÉ LEONARDO ANDRIOTTI – Bom dia a todos. Cumprimento o Senador Chico Rodrigues e todos os demais aqui já mencionados.

Eu vou fazer uma apresentação breve tentando colocar para vocês o que é o Serviço Geológico, o que nós estamos fazendo, e aí então o colega Antônio Charles vai se deter no aspecto mais específico de Roraima.

A CPRM, juntamente com a Agência Nacional de Mineração, é um dos braços do Governo Federal na área do setor mineral: a agência mais com os aspectos legais e normativos, e a CPRM gerando conhecimento geológico do nosso subsolo.

Não estou conseguindo passar.

Aqui está a nossa missão: gerar o conhecimento geológico.

E um breve histórico. Como o Presidente relatou há pouco, nós começamos a operar em 1969, em agosto. Este ano vamos completar 50 anos de ações em todo o Território nacional e inclusive fora do Brasil, em cooperações e convênios, e estamos, então, atuando em muitas áreas.

Aqui está a capilarização da empresa em todo o País. Em cada Região nós temos representações chamadas superintendências regionais, residências, núcleos, de acordo com a abrangência daquele escritório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos 1.640 empregados. Temos um grupo extremamente qualificado: mais de 300 doutores, 120 mestres, e é uma casa que tem 505 geólogos trabalhando ativamente.

Nossas áreas de atuação: além da geologia e recursos minerais, as águas superficiais, o risco geológico e a geodiversidade.

Aqui está uma situação atual do Brasil. Nós estamos exportadores globais, somos *players* globais em nióbio, ferro, vermiculita; também somos exportadores em níquel, magnesita, manganês; e temos algumas carências, como o carvão metalúrgico, o calcário, o diamante industrial, o cobre, enfim. E nós vamos mostrar brevemente o que estamos fazendo.

Nós também temos um processo em ação, em expansão, inclusive, de geração de áreas de alerta de bacias hidrográficas importantes. Hoje já alcançamos 50 Municípios e mais de 7 milhões de brasileiros estão cobertos por esses nossos alertas para enchentes.

Temos também a área de riscos geológicos. Essa foto mostra bem o que isso significa. Nós vemos isso no Brasil inteiro, com perdas de vidas, e o Brasil, nos últimos anos, tem tido muito esses problemas. A CPRM, em novembro de 2011, começou essa nova atividade, e de lá para cá já visitamos e caracterizamos a situação de risco em 1.407 Municípios brasileiros. Trabalhamos em conjunto com o Cemaden, com a Defesa Civil, em todo Território nacional. É um grande programa nosso.

O outro grande programa é a hidrometeorologia, em que nós estudamos o comportamento das nossas bacias de drenagem. Da mesma forma, só no ano passado, 100 mil pessoas foram beneficiadas em 86 Municípios de Pernambuco, com revitalização de 300 poços que fornecem água para as comunidades.

A geologia marinha é outra questão estratégica do Brasil. A CPRM representa o Governo brasileiro junto à Autoridade Marinha Internacional, na tentativa de expandir a nossa área continental. Temos trabalhos em atividade. Trabalhamos junto com mais sete ministérios e também, especialmente, junto com a Marinha brasileira e estamos caracterizando uma série de recursos minerais existentes sob a linha da água do nosso mar.

Entramos agora na parte de geologia. O Brasil é um dos países mais ricos do mundo. Está entre os dez maiores *players* mundiais em setor mineral, há mais de 30 anos, em vários bens minerais. O Brasil está acompanhado, nesse grupo, por Estados Unidos, Canadá, Austrália, África do Sul.

E aí estão: em todo o nosso Território, conforme vocês podem ver, existe uma distribuição muito ampla de metais, não metais e vários materiais importantes. Aí estão as principais, o que nós chamamos de províncias, ou seja, macrorregiões do nosso País onde existe uma grande quantidade de bens minerais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os senhores, eu tenho certeza, já ouviram falar em quadrilátero ferrífero, em Carajás, talvez em Tapajós, talvez em Borborema. Enfim, são regiões importantes para nós brasileiros pela produção mineral.

Aqui também, então, a gente mostra isso mundo afora: grandes depósitos minerais.

O Brasil já está, em grande parte, mais de 50% a 60%, aproximadamente, coberto por estudos de geofísica aérea. São aviões que voam em nível baixo, de 100 a 150 metros, e captam as informações do nosso subsolo.

Essa é uma comparação muito importante para a qual eu gostaria de chamar a atenção dos senhores. Brasil, Canadá e Austrália têm territórios mais ou menos similares, na faixa de 8 a 9 milhões de quilômetros quadrados. E o que a gente chama de escudos, na segunda linha, são áreas de rochas muito importantes, especialmente para metais, para ouro, nióbio, cobre, chumbo, zinco, níquel. O Brasil tem um território, mas na terceira linha se vê que a nossa produtividade... Esse é apenas um dos bens minerais; isso há para vários bens minerais. Em ouro, que é mais conhecido, a nossa produtividade é muito menor do que a dos países Austrália e Canadá, por exemplo. E aí, na linha de baixo, eu citei um dado. Por que isso? Nós investimos muito menos. Nós recebemos muito menos captação de recursos privados nacionais e estrangeiros. Então, a ideia que eu tento colocar é que, se tivermos mais investimentos no setor mineral, certamente a gente vai ter uma produtividade em ouro como hoje tem a Austrália, como tem o Canadá e outros países.

Temos o Programa de Parcerias de Investimentos, em que nós... Como até 1994 nós éramos uma empresa de economia mista, nós tínhamos o direito de ter direitos minerários também, junto à Agência Nacional de Mineração – à época, DNPM. E esses direitos minerários, agora, como somos empresa pública, o nosso interesse é passá-los para a iniciativa privada. Então, por meio da parceria de investimento, a mesma que está licitando, está privatizando portos e aeroportos, nós estamos tentando passar essas nossas áreas para a iniciativa privada.

Aí está um programa geral desses depósitos minerais, que foram descobertos por nós, naquela época, até 1994, foram caracterizados por nós e estão em fase de licitação.

Há vários projetos em licitação. Nós temos 376 direitos minerários no País, várias áreas.

Ali está Palmeirópolis, que estamos aguardando a qualquer momento a liberação para licitar – por qualquer momento eu quero dizer talvez ainda em maio. Também temos o carvão, na área de Candiota, que é a região de maior produção de carvão do País; temos também fostato, lá na Paraíba e em Pernambuco; temos cobre, em Bom Jardim; e muitas outras áreas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos programas que nós desenvolvemos recentemente, que lançamos nos últimos anos, está aí o Projeto Diamante Brasil, que caracterizou várias áreas com potencial elevado para a ocorrência de diamante no País.

Temos também o Projeto Lítio no Brasil. O lítio também é um dos elementos, um dos minérios do futuro. Todo mundo aqui está com um celular na mão, está com baterias, e essas baterias têm lítio. E nós estamos com um programa em ação nessa linha.

Aí estão os minerais do futuro, e nós estamos com programas em todos eles: em lítio, em terras raras, em cobalto, em quartzo, em grafita. São programas que visam colocar o Brasil também no campo da potencialidade, da realidade de minérios do futuro. E aí vocês vão ter essa apresentação: mostra-se um carro e, em cada parte do carro...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LEONARDO ANDRIOTTI – ... esses elementos que ele tem.

Quanto aos agregados da construção civil, nós estamos colocando, em todas as regiões metropolitanas, as grandes capitais, as grandes metrópoles, o que há de areia, argila, brita e tudo mais para a construção civil.

Aí estão os projetos que nós desenvolvemos. Temos o Projeto Fosfato – eu prometo que acabo em dois minutos, Senador. Temos o Projeto Fosfato, com duas fases concluídas. O Brasil importa 60% do fosfato que consome, importa 95% do potássio que consome. O Brasil é um país agrícola, e nós somos dependentes desses bens minerais. Então, nós estamos, como CPRM, lutando... Como lutando? Executando projetos para definir áreas onde esses bens minerais existem e têm grandes possibilidades de ser aproveitados.

Aí está um conjunto de áreas em que vocês poderão ver – em todo o Brasil há isso – as perspectivas de trabalho que nós temos previstos de 2018 até 2021.

Aí os relatórios. Como nós os publicamos, eles estão na íntegra na internet.

Há também outros exemplos aí.

Aqui, o nosso *site*.

E o que eu queria dizer agora, para finalizar, é que, como vocês viram no segundo ou terceiro eslaide, nós temos capilarização em todo o País. Nós temos oficinas regionais, nós temos escritórios com pessoal qualificado. Afora o nosso *site*, afora os nossos meios, afora os nossos telefones, as nossas equipes estão lá à disposição para atender todos que porventura venham a precisar de nós.

Senador, desculpe eu ter ultrapassado o tempo. Muito obrigado pela paciência de todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu quero agradecer ao nobre palestrante José Leonardo Andriotti a apresentação, apesar de rápida, resumida, mas com um conteúdo informativo muito importante, até porque nós vamos ficar de posse... O Senado ficará de posse de todas essas informações, para que nós eventualmente possamos nos aprofundar mais ainda.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Charles Oliveira para fazer a sua exposição.

O SR. ANTÔNIO CHARLES OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Senador, vou me utilizar também de uma apresentação de PowerPoint.

Bem, não vou me repetir. O Andriotti já fez uma boa exposição de algum assunto introdutório que eu iria fazer com relação à empresa. Então, rapidamente, já parto para os trabalhos desenvolvidos pela CPRM, pelo Serviço Geológico Brasileiro no Estado de Roraima.

Nossas áreas de atuação.

Nossa representatividade no Território nacional.

Aqui eu destaco que o Estado de Roraima, assim como o Estado do Amazonas, tem os seus trabalhos desenvolvidos pela equipe do Serviço Geológico que está na superintendência de Manaus. Nós temos, em Roraima, um núcleo de apoio. A superintendência fica em Manaus. O Andriotti já explicou bem a necessidade e a relevância do setor mineral para o País.

Aqui são algumas ilustrações com relação às reservas e minas das principais substâncias.

A CPRM contribui para o setor mineral com o desenvolvimento de mapeamento geológico, levantamentos geofísicos e trabalhos específicos na área de recursos minerais, identificação de novas áreas e avaliação do potencial de outras.

Bem, começando... Os trabalhos que foram feitos e são desenvolvidos no Estado de Roraima. Ao longo de 50 anos, a CPRM já cobriu todo o Estado de Roraima com diversos trabalhos. A diferença aqui é a escala desses trabalhos. Os primeiros trabalhos, os trabalhos pioneiros foram de reconhecimento geológico, nas décadas de 70 e 80. Já em 2000, os trabalhos já são de maior detalhamento. No entanto, a gente já começa a ter uma certa restrição com relação às áreas de atuação, como vou apresentar no eslaide posterior, pelas delimitações das áreas de reserva indígena. Então, a gente começa a trabalhar mais especificamente nas áreas que não são indígenas, que é o centro de Roraima. Então, os últimos trabalhos que nós desenvolvemos em Roraima é esse polígono verde, que é um trabalho que só pega área que não está inserida em área indígena.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a visão geológica que a gente tem hoje do Estado de Roraima. É um mapa geológico na escala de um para um milhão, integrando todos esses projetos.

E aqui eu mostro...

Os levantamentos aerogeofísicos que foram feitos na área permitem a gente ter essa visualização no Estado. Essa informação, essa imagem permite a gente fazer interpretações com relação à geologia dessa área e a possíveis depósitos, principalmente metálicos, já que esse é um dado magnético. O Estado já tem 70% da sua área coberta por informação aerogeofísica.

Aqui eu destaco as ocorrências, as principais ocorrências de várias substâncias, vários recursos minerais no Estado. Em amarelo estão pontos de ocorrências de ouro. Os losangos brancos, que se concentram ali na região, na área nordeste do Estado, são ocorrências de diamante. Em azul e vermelho, as bolas, são nióbio, tântalo e estanho, que são substâncias que se comportam, que andam mais ou menos juntas, têm o mesmo ambiente geológico ou muito parecido. E há diversas outras substâncias. Essa é a distribuição delas no Estado.

Aqui são essas ocorrências cruzadas com as áreas de terras indígenas, unidades de conservação e áreas militares também, e a gente percebe que muitas dessas ocorrências estão inseridas hoje em áreas de terras indígenas, principalmente, e em unidades de conservação. O Estado de Roraima tem mais de 50% de seu território hoje demarcado como terra indígena.

Nessa figura, eu mostro as áreas requeridas. Isso aqui foi extraído do banco da Agência Nacional de Mineração, que distribui isso através do portal Sigmine. Os polígonos aqui são áreas requeridas pela iniciativa privada, e as cores são por cada substância. Então, a gente tem em vermelho, como eu falei, tanto nióbio quanto estanho, que são substâncias que têm uma mesma filiação geológica, ou muito parecida; ouro em amarelo; diamante em rosa.

Então, são áreas em que alguém, uma empresa fez o requerimento dela. Algumas delas têm um requerimento já de antes da delimitação da terra indígena. Então, como não se consegue trabalhar, ou não há como trabalhar, ou a legislação não permite, permanece a área de requerimento, mas o processo, a pesquisa não tem o seu desenvolvimento.

Falando especificamente de prospectos no Estado de Roraima e resultados de projetos que a CPRM desenvolveu nos últimos anos, eu destaco aqui sistemas minerais que permitem mineralizações de ferro- titânio-vanádio, principalmente o vanádio, que é uma substância muito utilizada e com muita demanda atualmente para ligas metálicas, para ferramentas; é um desses elementos que, junto com o ferro, permitem uma melhor eficiência do material que é gerado, é bem difundido, como o ferro vanádio, que são umas ligas especiais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os pontos em verde, no Estado de Roraima, são amostras de solo. Na verdade, todos esses pontos são amostras de solo. E eu os plotei aqui por ordem de grandeza: em vermelho são pontos onde há mais de 400ppm de vanádio; em verde são pontos onde há entre 200ppm e 400ppm de vanádio; em preto são pontos que têm menos de 200%.

Essa figura ao lado mostra um estudo em que Roraima, o Estado de Roraima, a região de Roraima é correlacionada com o território da Escandinávia, que é uma região reconhecida como produtora de vanádio, ou seja, as rochas que a gente tem em Roraima são as mesmas rochas ou muito parecidas com as rochas que há nessa província em relação a essa substância. Essa premissa permitiu a gente fazer esse levantamento na região de Roraima, e a gente observou no resultado que realmente essa região tem concentrações significativas desse elemento.

Nessa figura aqui, eu mostro que diversas minas, áreas mineralizadas com vanádio, há a concentração de solo na ordem de 200ppm e 400ppm, ou seja, a gente vê que há zonas mineralizadas em que o solo fica entre 80 e 227, 112, 591, mostrando que, apesar de a gente não ter nenhuma mina nessa região, as concentrações que a gente identifica no solo são muito parecidas com as concentrações de solos de regiões onde foram identificadas mineralizações.

Eu destaco ali um ponto mais para leste, onde foi possível fazer um estudo *in loco*. Nesse ponto, a empresa SGM fez uma perfuração de sondagem e conseguiu tirar amostras do material de subsuperfície. Esse material foi analisado e esse estudo feito por pelo colega Goulart indica que existe uma mineralização de titanomagnetita-vanadífera nesse corpo, nessa rocha. Nessa rocha há uma mineralização no Estado de Roraima e apresenta concentrações de vanádio economicamente lavráveis em muitos depósitos, ou seja, foi um ponto apenas e nesse ponto foi observado que há concentração significativa, que tem vocação a área para esse tipo de mineralização. Esse é um dos trabalhos mais recentes que a gente tem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO CHARLES OLIVEIRA – O trabalho está sendo publicado e há todos esses outros pontos para serem analisados.

Com relação à perspectiva de uma província polimetálica, no sul de Roraima, eu parto da observação da Mina Pitinga, que fica no Estado do Amazonas, uma mina que tem mineralização de estanho, nióbio, tântalo, ítrio, terras-raras, tório, são vários elementos associados e todos com concentrações de mina, mineral, concentrações econômicas. Esse mapa mostra a localização, mais ou menos, dela e tantos outros corpos que a circundam que também têm potencial.

Se nós olharmos essa região, a setazinha preta, a região do Pitinga, que é o norte do Estado do Amazonas, a gente observa pela cor que as rochas que existem ali se estendem para Roraima, para a região sul de Roraima. Então, é uma região que precisa de maior detalhamento geológico, mas, pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filiação do solo dessa região, a gente acredita que também existam mineralizações iguais às mineralizações do Pitinga nessa região. Precisa ser mais bem estudado; algumas ocorrências já são descritas.

Com relação aos, como o Dr. Andriotti falou, elementos terras-raras, que são minerais do futuro e fosfato, há um trabalho feito que faz parte do projeto Fosfato Brasil, na região de Roraima, em que, através de dados indiretos, esses polígonos de cores verde, vermelha e azul são concentrações de gama espectrométrica. Quando a gente cruza essas informações, a gente destaca áreas em ciano e verde que têm correlação direta com corpos de rocha alcalina que são os prospectos para terras-raras e fosfatos nessa região. Então, a partir do momento em que nós mapeamos esses corpos de rochas alcalinas, o detalhamento dessa informação vai nos mostrar a possível concentração nesses corpos desses elementos.

O Projeto Diamante Brasil. Também houve uma parte dele que foi feita em Roraima, e isso aqui foi uma compilação que eu fiz de uma apresentação dos resultados desse projeto. A gente vê, ali na região de Roraima, algumas áreas que foram estudadas. Toda essa informação desse projeto está disponível no portal da empresa o geosgb.cprm.gov.br. Nesta interface, você pode ter acesso aos documentos, como estão listados aqui, em PDF, os documentos que descrevem o trabalho feito nessas regiões, separadas por cada área, e também pode ter a informação geográfica sobre os pontos, onde foram feitos os trabalhos e o que foi identificado em cada ponto desse.

As condições geológicas do Brasil são muito favoráveis para mineralizações de diamante, descoberta de diamante. A taxa de sucesso mundial, se se comparar, a gente percebe que o Brasil teria, vendo a relação entre pesquisa e descobertas, a gente indica que o Brasil teria seis novas minas para serem encontradas. Isso é uma estatística, mas normalmente essas coisas funcionam.

Fontes primárias. A gente vê, ali no Estado de Roraima, algumas fontes primárias de diamante, que são kimberlito; e fontes secundárias também, são destacadas algumas ali no Rio Maú, onde a CPRM desenvolveu trabalhos. Isso aqui é uma fotografia histórica que mostra o lote de diamante dessa região do Rio Maú. Isso aqui foi um projeto, o Projeto Maú, desenvolvido pela CPRM em 1988.

Essa aqui é uma foto histórica também de outro projeto feito na região, o Projeto Molibdênio, em que foram observadas mineralizações de molibdenita e de cobre. Esses dois projetos estão inseridos na região do extremo nordeste do Estado de Roraima.

Aqui também são conglomerados diamantíferos.

Era isso. Desculpe por estourar o tempo.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu quero aqui agradecer ao Dr. Esteves Colnago, ao Dr. José Leonardo Andriotti e ao Dr. Antônio Charles Oliveira pela apresentação.

E gostaria de, como não há Parlamentares, e hoje, dia de quinta-feira aqui, fica difícil em função de algumas medidas provisórias estarem sendo votadas neste momento, mas eu, na qualidade de autor do requerimento, gostaria de fazer algumas perguntas. A primeira seria: quais os trabalhos que estão sendo realizados hoje, maio de 2019, lá no nosso Estado e quais as ocorrências que vocês, como pesquisadores, acham que têm maior potencial econômico de curto e médio prazo?

O SR. ANTÔNIO CHARLES OLIVEIRA – Hoje nós estamos trabalhando com o projeto Nova Fronteira, centro sudeste de Roraima. Naquela imagem inicial em que mostro os projetos executados pela empresa, seria aquele grande polígono verde, que fica na região central ali do Estado, que é a região conhecida como região do cachorro, fica entre Rorainópolis e Cantá. Então, nessa região, é até fruto desse trabalho, desse projeto o trabalho que eu apresentei com relação ao vanádio; é uma descoberta. Até então, não havia nenhum registro de ocorrência de vanádio na região, foi uma descoberta desse projeto, que mostra que existem corpos na região com mineralizações dessa substância, que é uma substância hoje muito solicitada, como uma liga especial para aplicação em diversos setores.

Fora esse, a gente tem os trabalhos que fazem parte do projeto Fosfato Brasil, a área de Roraima, que está inserida na área da Serra do Ajarani, repartimento, na região ali de Iracema, onde os trabalhos mostram resultados muito favoráveis, concentrações também econômicas tanto de fosfato quanto de substância do grupo de terras- raras, que também são minerais, substância que têm aplicação como esses minerais do futuro, como a gente fala, essas ligas especiais, e o nióbio também é um dos elementos que ocorre associado. Então, há essas duas áreas.

E há o Diamante Brasil, que também mostrou concentrações econômicas ali na região do Rio Maú. Apesar de não ser desenvolvido trabalho especificamente lá, porque hoje lá é reserva indígena, mas os trabalhos históricos já feitos pela CPRM permitiram à equipe do Diamante Brasil fazer um resgate de informação e poder precisar com relação ao diamante nessa região.

Acho que os que eu lembro são esses.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O José Leonardo Andriotti vai complementar.

O SR. JOSÉ LEONARDO ANDRIOTTI – Como o senhor viu ali, nós temos trabalhos feitos em tempos anteriores à criação das reservas, temos trabalhos em todo o Estado. E, de uns anos para cá, inclusive, agora em nossos planos futuros, estamos limitados à região central, que é a região onde não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há reservas indígenas. Então, a nossa atuação fica, digamos assim, limitada pela grande quantidade de áreas de proteção de reservas indígenas.

A geologia, as áreas potenciais são contínuas. Então, se nós temos uma área potencial grande por trabalhos anteriores e 80% da área está em reserva indígena, nós ficamos limitados a não trabalhar também nos 20%, porque o projeto não vai ser completo, ele não vai nos trazer uma ideia do todo, da potencialidade global que existe ali.

Então, o que a gente quer também deixar claro é que nós somos uma empresa pública do Governo Federal. O que a gente deseja é voltar àquelas áreas a que a gente voltou muitos anos atrás, para identificar o potencial. Isso não significa... Nós não somos poder concedente, nós só vamos informar ao Governo e à sociedade o que existe lá, em termos de potencial mineral. Daí para frente, é com o poder concedente, se existem restrições. Agora, o Brasil precisa conhecer as reservas, os recursos e as potencialidades jacentes no seu subsolo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O.k.

Nós, lá no Estado, temos um problema seriíssimo em relação à ocorrência, a uma não identificação ainda do calcário, principalmente o dolomítico para o uso agrícola. É sabido que nós temos mais de 2 milhões de hectares de terra lá para a atividade econômica do setor produtivo, seja agricultura, seja pecuária, e obviamente esse mineral é extremamente caro.

Só para se ter uma ideia, uma tonelada de calcário em Boa Vista chega a em torno de R\$300, R\$350, enquanto a gente vê aqui no Centro-Oeste a R\$60, R\$70, R\$80 a tonelada. Então, isso encarece muito, porque a correção do solo lá no nosso Estado é em torno de 2 toneladas a 2,5 toneladas por hectare. Então, se se multiplicar isso por 2 milhões de hectares, a gente vê exatamente, tendo que ser reposto de três em três anos, o custo que representa na produção agrícola.

Então, eu pergunto a vocês: vocês têm algum estudo que identifique a ocorrência de calcário para a atividade agrícola lá no Estado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LEONARDO ANDRIOTTI – Nós não temos conhecimento, porque, como foi dito aí, a gente parou de trabalhar em várias áreas do Estado. E o que ele relatou que existem são aquelas rochas alcalinas, mas que elas têm um potencial para outros bens bem mais, digamos assim, nobres, embora o calcário também seja importante, mas que são os elementos de terras-raras – não é isso? –, o nióbio. Então, a gente sabe da existência disso, mas não há como voltar lá. Para calcário, ele está relatando que, como a gente já não está trabalhando em grande parte da zona potencial, digamos assim, para este tipo de rocha a gente não tem dados recentes.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero obviamente – apesar da ausência de Parlamentares, que eu tenho certeza de que, em um dia comum, teriam muito interesse em fazer perguntas que pudessem fortalecer esta audiência pública, porque não apenas Roraima, mas a gente percebeu exatamente na apresentação o trabalho amplo que a CPRM faz, é conhecido por todos, e obviamente há informações que têm que ser mais detalhadas e mais pesquisadas... Nesse caso específico da área dos ianomâmis, Raposa Serra do Sol, os waimiris atroaris, ali na fronteira com Amazonas, como o Dr. Antônio Charles falou, que é um prolongamento das ocorrências ali do Pitinga, no Amazonas, que praticamente é a mesma rocha, para nós termos ideia do que se pode explorar de forma racional no nosso Estado, inclusive, não sendo área indígena, naquela área, o contorno ali é dos waimiris atroaris. A Mina do Pitinga está, inclusive, dentro da área dos waimiris atroaris, é uma janela, porque fizeram uma janela por questões econômicas.

Mas, como a nossa área, no Estado de Roraima, não tem essa característica de estar em área indígena, acho que essas explorações deveriam realmente, deverão naturalmente se processarem para que nós possamos explorar essas riquezas que são importantíssimas. Quando a gente observa ali em alguns mapas o pequeno desempenho da atividade mineral no Brasil, principalmente essa de valor agregado mais elevado, é exatamente em função da pequena utilização de recursos. Os investimentos são muito pequenos, e a iniciativa privada se vê limitada exatamente em função da não autorização dessa situação de lavra.

Eu gostaria de fazer uma última pergunta que pode ser para os três: nessas áreas onde não há questões indígenas, como processar para se conceder as licenças e qual é o rito? Na verdade, até para ficar claro, porque está sendo gravado, para alguns que quiserem ter acesso a esta palestra, eu gostaria de saber realmente quais são os passos exatamente para que principalmente as grandes empresas tenham acesso à exploração para a lavra dessas áreas.

O SR. JOSÉ LEONARDO ANDRIOTTI – O senhor se refere a áreas não oneradas por reserva, certo?

Isso é o seguinte: nessas áreas não oneradas, nós trabalhamos normalmente, continuamos fazendo mapas. Os dados estão todos disponíveis livremente, gratuitamente no nosso *site*. Então, as empresas, vocês devem ter visto ali, já requereram, ou seja, já entraram com o processo junto à Agência Nacional de Mineração solicitando essas áreas, no antigo DNPM.

Então, o rito: a partir de um determinado momento em que nós, CPRM, identificamos, caracterizamos, a iniciativa privada vai para as áreas, pede e executa os projetos. Mesmo assim, nós, como serviço geológico do Brasil, continuamos trabalhando nesse tipo de área, porque nós queremos ter um conhecimento global e estender o conhecimento para fora dessas áreas. Por isso que nós, muitas vezes, retornamos a essas áreas, mesmo elas sendo de empresas privadas, porque nós queremos estender esse conhecimento para fora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o rito é: em relação àquilo que está na área não onerada, as empresas privadas podem se dirigir à Agência Nacional de Mineração e solicitar a área. A partir daí, elas têm uma série de prazos em que elas têm de apresentar relatórios à Agência Nacional de Mineração, pagar taxas e cumprir determinados ritos.

Essas áreas, Senador, que estão nesse miolo não onerado por reservas indígenas, pelo que a gente vê, já estão inclusive solicitadas por algumas empresas privadas, grande parte delas, o que não inviabiliza a nossa volta lá, como disse, para gerar mais conhecimento geológico.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Seria a última indagação, mas só por curiosidade e informação também, diante dessas ocorrências de que já há estudos bastante avançados, pelo que nós percebemos, nessa área central do Estado, se já existem áreas requeridas, a que vocês atribuem o não início ainda da exploração por parte dessas empresas? Elas têm como reserva de valor? Elas não têm interesse, no curto prazo, em explorar? Há alguma questão burocrática que pode estar impedindo? Qual seria a explicação para essa situação?

O SR. JOSÉ LEONARDO ANDRIOTTI – Da minha parte... Depois se o Charles ou o Dr. Esteves quiserem complementar... O que existem é que são empresas privadas que operam não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Então, elas têm as suas prioridades, não é isso? E nós também, de uns anos para cá, todos nós enfrentamos uma determinada crise de recursos. Eu acho que é isso. Agora, esse é um segredo, digamos, da empresa privada detentora dos direitos minerários.

Ela tem prazos a cumprir, se não cumprir os prazos vai ter de desistir das áreas, só que elas estão dentro de um rito legal, estão dentro da lei. Solicitaram a área junto à agência, antigo DNPM, estão executando os relatórios que delas são exigidos, mas sobrevêm estes fatos: são áreas que estão dentro de um contexto mundial, de um contexto econômico e financeiro; são informações que só elas poderiam nos dar.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito obrigado.

Para encerrar, eu apenas gostaria de dizer – conversava aqui rapidamente, de forma paralela com o Presidente – que eu entendo que um Estado como o nosso, pela localização geopolítica, geoestratégica, estamos na parte mais setentrional do País, no Hemisfério Norte, dois terços do nosso território... Logicamente, a gente sabe que não são pequenas empresas que requereram essas áreas, mas, enquanto isso, o Estado que está em situação privilegiada em termos de minerais e que poderia incorporar todas as riquezas a sua economia para o desenvolvimento do Estado, para expansão econômica do Estado fica na dependência dessas empresas que, sabemos, têm como reserva de valor essas áreas para, no futuro, sei lá, quando estiverem exaurindo outras regiões, utilizar.

Acho que o importante seria realmente dar cabo a essa exploração agora em várias áreas, porque inclusive, pelo que a gente percebe, a ocorrência de minerais estratégicos é fantástica nessas primeiras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ocorrências identificadas pela CPRM. E nós vimos no Canadá a importância e o conhecimento que há lá fora sobre essas áreas, mas o que nós queríamos era, de forma racional, ordenada, que esses investimentos se iniciassem. A gente vai trabalhar realmente nesse sentido.

Inclusive, quem teria condições de informar todas as empresas que têm áreas requeridas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – A Agência Nacional.

Então, vamos providenciar isso para que seja uma espécie de estímulo. Acho que a gente quer incentivar para potencializar essas explorações que obviamente venham a ser importantes para a economia do nosso Estado e, óbvio, para o nosso País.

Quero agradecer a presença dos palestrantes. Acho que foi muito bom. É uma pena não termos o plenário lotado, porque é uma questão, neste momento de crise por que o País passa, que dá uma esperança enorme ao nosso País.

Agradeço a presença dos membros da CPRM e do corpo funcional também. Vi ali a quantidade de funcionários, todos com altíssimas especializações. Que eles possam contribuir para a economia do nosso País.

E quero dizer que eu tenho certeza de que outras Comissões haverão de convidá-los, porque o processo de informação e de conscientização é maior exatamente do que a letra fria do papel. Então, a apresentação dos técnicos, esse comentário franco, aberto e cristalino já alegra muito, nos anima.

Muito obrigado a todos vocês. Que Deus nos abençoe!

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Flávio Arns, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Otto Alencar, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Arolde de Oliveira, Jorge Kajuru, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto e Omar Aziz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das duas últimas reuniões. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 11, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 23, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 11/2019 - CDR." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado, que torna prejudicado o REQ 11/2019 - CDR. **Observação:** Subscrito pelo Senador Izalci Lucas. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 1-CMA e da emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 789, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo** - que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo." **Autoria:** Senador Douglas Cintra. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, e da Emenda 01/2019, com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado relatório e as Emendas de 1 a 5 - CDR. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, para autorizar a União a transferir para os municípios a gestão e exploração econômica das praias fluviais." **Autoria:** Senador Jader Barbalho. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório pela prejudicialidade. **ITEM 6 - Ofício "S" nº 84, de 2015 - Não Terminativo** - que: "Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao Exercício de 2014." **Autoria:** Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento. **ITEM 7 - Projeto de Resolução do Senado nº 27, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)" **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório, é retirado de pauta. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano." **Autoria:** Senador Hélio José. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 1121, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Capibaribe na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 1308, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir no dispositivo legal, como objetivo da Política Nacional de Turismo o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com as Emendas 1 e 2 - CDR. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regional e Turismo nº 25, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de preços dos combustíveis pela Petrobras, suas consequências na atração de investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Com acréscimo do Senhor Leonardo Gadotti Filho (representante da entidade Combustível Legal) por sugestão do Senador Styvenson Valentim. Subscrito pela Senadora Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/15>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicados.

Ao fim desta reunião, teremos a instalação da Subcomissão Temporária para acompanhamento das obras da Usina Belo Monte. Reitero que foram definidos como membros titulares os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer, Lucas Barreto e, como suplentes, Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério.

Comunico a agenda de reuniões da Comissão para a próxima semana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 21 de maio, às 10h, audiência pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e a Comissão de Meio Ambiente (CMA), com o objetivo de debater as soluções e o impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito, Mato Grosso do Sul.

No dia 22 de maio, às 9h, audiência pública para debater o PLS 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação de matérias.

Proponho que passemos à deliberação do item 2, Requerimento 23/2019-CDR, uma vez que o mesmo pede a retirada, em caráter definitivo, do primeiro item, Requerimento 11/2019-CDR.

Não havendo objeção do Plenário, passemos à deliberação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O item 2 é do Coronel, não é?

Nós ainda estamos sem quórum para deliberação. Eu vou passar, então, para o item 4, do Senador Veneziano.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 789, DE 2015 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.

Autoria: Senador Douglas Cintra

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do projeto, e da Emenda 01/2019, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 7ª (03/04/2019) Reunião da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Em 13 de maio de 2019, o Relator Senador Veneziano Vital do Rego apresentou novo relatório, com quatro emendas;

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exa., a todos os companheiros, à Senadora Zenaide.

Essa proposta legislativa estava há cerca de 30 ou 40 dias em pauta, e houve uma ponderação feita pelo Senador Fernando Bezerra, como também pelo próprio Governo, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós pudéssemos adequá-la da melhor forma e, ao final, não termos um revés, por força de sabermos da importância dessa sugestão, dessa proposta feita por S. Exa. o Senador Douglas Cintra. Eu fico extremamente lisonjeado pela sua atenção, até porque V. Exa. tem o alcance, sabedor que é das nossas relações, não apenas próximas, íntimas, entre pernambucanos e paraibanos – eu, que sou de Campina Grande –, e o projeto diz respeito à criação de uma região integrada de desenvolvimento econômico.

Eu vou fazer uma leitura rápida, Sr. Presidente, do relatório, em que pese todos terem o acompanhamento em tela, até para que os nossos companheiros ao final se posicionem no tocante a essa matéria.

Relatório.

Vem à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado nº 789, de 2015 – Complementar, de autoria do Senador Douglas Cintra, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento desse Polo.

O art. 1º do PLS autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento Econômico.

O §1º do art. 1º relaciona os Municípios dos Estados de Pernambuco e da Paraíba que constituirão essa região, bem como prevê que os Municípios que vierem a ser constituídos a partir do desmembramento de territórios dos Municípios citados passarão a compor automaticamente a Ride, que é a sigla para a região integrada.

O art. 2º autoriza o Poder Executivo a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na região, do qual participarão representantes dos Estados de Pernambuco e da Paraíba e dos Municípios por ela abrangidos.

O art. 3º estabelece que serão considerados de interesse da Ride os serviços públicos comuns aos Municípios que a integram, especialmente os relacionados às áreas de infraestrutura, prestação de serviços e geração de empregos.

O art. 4º autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da região integrada, o qual estabelecerá, mediante convênio, normas e critérios para a cooperação entre os entes da região integrada quanto aos procedimentos relativos aos serviços públicos, especialmente em relação a: igualdade de tarifas, fretes e seguros; juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias; isenções, reduções e diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas; prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda; fomento a atividades produtivas em programas de geração de empregos; e fixação de mão de obra.

O art. 4º ainda prevê, em seu §2º, que a União e os dois Estados mencionados, Paraíba e Pernambuco, incentivarão a recuperação de terras áridas e a cooperar entre si e com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

O art. 5º estabelece que os programas e projetos prioritários para a Ride serão financiados com recursos de natureza orçamentária que lhe forem destinados pela União, pelos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados de Pernambuco e da Paraíba e pelos Municípios abrangidos pela região integrada, de operações de crédito externas e internas e de outra natureza admitidos em lei.

O art. 6º prevê a possibilidade de a União firmar convênios com os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

O art. 7º estabelece que a lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

O autor da proposição, em sua justificção, alega que o objetivo do projeto de lei complementar de cujo relatório estamos a fazer a leitura é a instituição da Rede Integrada do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB, fundamentada no fato de que os Municípios que englobam a citada região têm atividades econômicas afins e serão beneficiados com investimentos adequados, o que transformará a dinâmica econômica da área.

O PLS 789, de 2015 – Complementar foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à CDR. Na CAE, a matéria recebeu parecer favorável, sem emendas. Na CDR, o Senador Fernando Bezerra Coelho havia apresentado relatório favorável à aprovação da matéria, mas a Comissão não chegou a se manifestar sobre o projeto.

Reconhecendo a pertinência das contribuições apresentadas pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, a quem fiz questão de mencionar no início da nossa fala, aproveitamos o seu texto para apresentar este relatório.

Análise, Sr. Presidente e colegas Senadores, colega Senadora Zenaide.

Conforme preveem os incisos I e IV do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDR opinar sobre "proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios, bem como de integração regional", respectivamente.

O art. 43 da Constituição Federal prevê que lei complementar disporá sobre as condições para integração de regiões em desenvolvimento – o caso. Assim, como bem ressaltou o autor da matéria, tal previsão permite a instituição de regiões de desenvolvimento em Municípios de diferentes Estados, mas integrantes de mesmo complexo social e geoeconômico, visando ao crescimento e à redução das desigualdades sociais.

Até o momento, Sr. Presidente, foram criadas as Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno (Lei Complementar nº 94, de 1998), da Grande Teresina (Lei Complementar nº 112, de 2001) e do Polo Petrolina/PE e Juazeiro/BA (Lei Complementar nº 113, de 2001).

A instituição de uma Ride torna mais fácil a resolução de problemas que afetam igualmente Municípios próximos geograficamente e integrados sob o aspecto socioeconômico, mas situados em entes federados diferentes, meu querido Senador Elmano Férrer.

Tal é o caso de alguns dos Municípios que recebem a influência das cidades de Caruaru, no Estado de Pernambuco e da minha Campina Grande, no Estado da Paraíba, mencionados no PLS nº 789, de 2015, Complementar, cuja vocação comum encontra-se relacionada ao setor de vestuário e confecções, integrando o chamado Polo de Confecção da região de Caruaru. Também há a presença da indústria moveleira, que se expande por diversos Municípios da região.

Caruaru e Campina Grande são cidades que polarizam a procura por serviços e compras, sendo ambas consideradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como Capitais Regionais "B". Além da intensa atividade industrial no segmento de confecções, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idades conquistaram o patamar de relevantes destinos de compras em âmbito macrorregional e nacional. Os Municípios, igualmente, apresentam atividades culturais e turísticas em comum, como é o caso de atrações relacionadas às festividades juninas e religiosas, que movimentam a economia da região.

Em suma, em consequência da semelhança e complementariedade das atividades econômicas dos Municípios do Polo Caruaru-Campina Grande, das tradições culturais, das manifestações religiosas e da proximidade geográfica, a criação da Ride presta-se a integrar esforços governamentais e privados no sentido de prover a infraestrutura de serviços públicos necessários ao desenvolvimento socioeconômico ambientalmente sustentável.

Portanto, Sr. Presidente, o projeto de lei complementar ora em discussão beneficiará os diversos Municípios que comporão a Ride do Polo Caruaru/PE e Campina Grande/PB, particularmente no que diz respeito à integração econômica e ao investimento na melhoria dos serviços públicos.

Reconhecido o mérito da proposição, apresentamos quatro emendas com o objetivo de aperfeiçoá-la.

No tocante à composição da Ride, cabe substituir o Município de Torres, que não se situa no Estado da Paraíba, pelo Município de Boa Vista, este, sim, no Estado da Paraíba, que se encontra próximo aos Municípios de São Domingos do Cariri e de Umbuzeiro.

Também é desejável evitar-se uma descontinuidade territorial na Ride, observados sempre os critérios acima mencionados que unem os Municípios que a integram. Do lado pernambucano, convém inserir os Municípios de Frei Miguelinho, Cumaru, João Alfredo, Orobó e Vertente do Lério.

O art. 4º, que cuida do Programa Especial de Desenvolvimento da Ride, deve prever expressamente a elaboração de uma avaliação ambiental estratégica para a região, pois no Semiárido brasileiro a gestão de recurso hídricos adquire caráter de absoluta prioridade, inclusive com relação à sustentabilidade das atividades econômicas desenvolvidas no seu território.

Entendemos a importância de estar previsto no texto legal, como nos condiciona Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, a previsão das renúncias fiscais geradas pela concessão dos benefícios que vierem a ser concedidos pela Ride. Para esta correção incluímos, então, um novo artigo como art. 7º, renumerando o atual art. 7º do projeto original, que trata da cláusula de vigência, como art. 8º.

A Emenda nº 001/2019, CDR, da Senadora Daniella Ribeiro, nossa conterrânea, propõe a inclusão da indústria calçadista entre os setores que devem receber atenção especial quando da elaboração dos programas e projetos prioritários para a Ride. Na justificação da emenda, a autora enfatiza que o setor calçadista se destaca pela relevância de sua produção e capacidade de gerar emprego e que, com o devido aporte de investimentos, a produção pode crescer e trazer benefícios à região e ao País. A emenda é pertinente e contribui para o aperfeiçoamento da proposição.

Voto, Sr. Presidente, companheiros.

Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 789, de 2015 – Complementar, e da Emenda nº 001/2019 – CDR, com as seguintes emendas que nós já citamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, pergunto se necessário se faz que leiamos a emenda que dá a redação aos incisos I e II, §1º, e a emenda que também dá a seguinte redação ao §1º do art. 4º, incluindo ao final o seguinte art. 7º, renumerando o atual para 8º, como nós expusemos em nosso relatório.

Sr. Presidente, essa é a nossa defesa.

E eu queria inclusive lembrar os companheiros, Senador Otto Alencar, ao nosso lado, que, quando V. Exa. propôs uma audiência com a presença do Ministro Gustavo Canuto, recentemente, e também estivemos aqui em outro momento com o Presidente do Banco Nordeste do Brasil, com o representante da Codevasf, foram muitas as observações, entre elas a necessidade – e eu também tenho em minha memória, Senador Styvenson, Senador Plínio Valério, que o próprio Senador Fernando Bezerra, quando estávamos a debater com o Ministro Canuto, falava dessa necessidade – de nós termos projetos que efetivamente permitissem, ao tempo de acessar recursos de financiamentos particularmente a Regiões como a Nordeste, a Norte, que são as mais sofridas, com mais limitações de acesso a esses financiamentos, que nós pudéssemos ter projetos, que nós pudéssemos ter planejamento. E o que eu identifico na proposta do Senador Douglas Cintra é exatamente essa intenção, Senador Zenaide Maia. Nós que habitamos e temos a identificação, e V. Exa. bem o sabe, com o Estado do Rio Grande do Norte, as particularidades, as similaridades nas atividades econômicas, nas manifestações que nós fizemos questão de enfatizá-las, enaltece-las, culturais, religiosas, que estão dentro das próprias manifestações culturais, precisamos mostrar, buscar e acessar esses recursos tendo projeto.

A região integrada permitirá ao Estado de Pernambuco, através das instituições governamentais de Pernambuco, da Paraíba, juntamente com as prefeituras, tratar esses assuntos, como investimentos na infraestrutura, facilitação de acesso, investimentos nos recursos hídricos.

Portanto, penso e tenho absoluta convicção da pertinência dessa proposta para que nós criemos e estabeleçamos... Afinal de contas, precisamos ver as necessidades prementes que ainda passam Municípios de Estados tanto da Região Norte, como da Região Nordeste.

Por isso, eu fico muito feliz em fazer a defesa do projeto do Senador Douglas Cintra, por aquilo que me toca diretamente na condição de paraibano e por saber amplamente o significado real das consequências benfazejas se nós aprovarmos esta sugestão legislativa.

Muito grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu queria parabenizar aqui o Senador Douglas Cintra e também o nosso Relator e dizer o seguinte: dar as mãos num momento como este sempre foi importante, mas reunir Regiões que têm as mesmas finalidades... É claro que vários Municípios dos Governadores diminuem até essa acirrada rivalidade que às vezes a gente vê entre um Estado e outro. E tendo coisas, projetos como este em comum, eu não tenho dúvida.

Queria dizer que calçado e confecção lá no Rio Grande do Norte, ele participa disso, porque a maioria dos Municípios recebe de Campina Grande, Caruaru e das cidades circunvizinhas...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns.

É isso que a gente tem que fazer, dois Estados pensantes, é claro, que vão evoluir muito mais. Isso aqui gera muito emprego e renda. Eu acho que é dar as mãos, unir, porque de corte a gente leva nada.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Otto, depois o Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu estou hoje em três Comissões, correndo de uma para outra. E eu sou Relator do Item 10, PL 11.021, de 2019, do Senador Humberto Costa. Peço a V. Exa. com a compreensão dos Senadores e Senadoras, que eu possa relatar para poder participar de outra reunião na Comissão de Assuntos Sociais. Se não houver nenhuma objeção de nossos pares, eu gostaria de solicitar a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Nenhuma dificuldade. Se todos concordarem.

Só, ainda, em discussão.

Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Presidente Izalci Lucas, eu queria só parabenizar o Senador Veneziano e dizer que é tão bacana, que é tão boa essa Ride! Eu já pedi para ver como vai fazer com o Ceará e com a Paraíba, já que a gente está no meio, para fazer a mesma, copiar e colar. Não tenho vergonha de dizer, não. Foi tão bom que tem que copiar e colar para a gente fazer também para o Rio Grande do Norte, Ceará e para a Paraíba essa ligação, fazer essa ligação do Nordeste, fazer essa corrente todinha. A gente precisa. Achei muito boa a questão da recuperação do Semiárido para a agricultura. Muito bacana mesmo esse projeto.

Estava conversando com o Plínio. Pegou cópia também? Está tão bom que está todo mundo pegando cópia para ...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O problema é que na Amazônia as fronteiras não são tão fáceis assim. Não dá para fazer com o Estado, as fronteiras são enormes, mas é louvável sim. E eu vou até, por curiosidade, procurar saber o avanço, desde que Brasília fez o seu, vou pegar desde lá até hoje para ver qual foi o avanço para gente começar a ir realmente mais fundo nisso.

Legal. A gente vai aprovar sim, com louvor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria dar um testemunho. Em 2001, o Senador Hugo Napoleão, de iniciativa dele, fez o projeto de lei que resultou na implantação de uma Ride (Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico), incluindo três Municípios do Estado do Piauí e um do Maranhão, Timon. A iniciativa é brilhante sob todos os aspectos.

Inclusive eu queria cumprimentar o nosso Relator Veneziano pela precisão, clareza do seu relatório, e a iniciativa do Douglas Cintra em 2015.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinceramente, meu Presidente, minhas estimadas Senadoras e Senadores, apesar de decorridos 18 anos da criação da Ride, Piauí, Maranhão, ou seja, 14 Municípios, o conselho que administra, que faz a orientação, as diretrizes dessa iniciativa brilhante, se reuniu duas vezes ao longo de 18 anos.

Aqui V. Exa. pode falar sobre o resultado do desenvolvimento da Ride criada aqui em Brasília. A de Petrolina, Juazeiro e outros Municípios do entorno também. Ou seja, as iniciativas parlamentares nesse sentido, na busca de alternativas para o desenvolvimento de micro e macrorregiões do Nordeste são brilhantes, entretanto não surtem nenhum efeito possível. Ficam nos projetos de lei, nas leis, mas não se materializa nada. Nem no Orçamento, em todos eles, consta destinação de recursos para tanto.

Então eu parabeno aqui o nosso Relator, a iniciativa do Douglas Cintra, em 2015, mas é um testemunho que a gente lamenta fazer aqui neste instante.

Eu gostaria de ouvir o Presidente, como competente Senador representante aqui do Distrito Federal, sobre essa matéria, sobre a Ride, que existe aqui no entorno de Brasília.

Então são coisas que nós criamos. De outra parte, me parece que o nosso Veneziano fez, *en passant*, uma referência ao atual Ministro Gustavo Canuto, do Desenvolvimento Regional, que tem um encontro agora em Recife, do Condel, Conselho Deliberativo da Sudene, no próximo dia 14, que vai lançar, inclusive, programa parecido, tomando cidades polos da região Nordeste para uma nova experiência de desenvolvimento regional. Vai haver isso no próximo dia 14, na próxima semana, em Recife, numa sexta-feira. Inclusive distribuiu convites para nós Senadores da Região Nordeste.

É uma iniciativa brilhante essa iniciativa, mas que não se materializa. Nem nos Orçamentos da União consta esse programa da Ride, as quatro já criadas – parece-me que são quatro. Então eu acho brilhante a iniciativa e há de fato uma integração quando se criam realmente essas regiões integradas de desenvolvimento, porque já existe essa integração. Mas eu queria dar esse testemunho de que lamentavelmente o Executivo nem sempre acolhe as iniciativas emanadas do Congresso Nacional.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Como V. Exa. pediu o meu depoimento sobre a Ride aqui do DF, eu quero também dizer, primeiro, que a lei é um instrumento. Evidentemente que, para executar, tem que ter boa vontade, tem que ter interesse. A Ride aqui foi aprovada em 1998 e foi arquivada, foi engavetada, nunca foi feito nada em relação a isso. Tanto é que agora saiu uma Medida Provisória que também teve problema, a 862, que foi para criar a região metropolitana, exatamente o papel da Ride. Só que a Ride envolvia também o Governo Federal, diferentemente da medida provisória, que só envolvia os Estados de Goiás, Minas e DF. Mas aqui não houve aprovação, exatamente porque não houve interesse dos Estados, principalmente do Governador do Estado de Goiás, porque os Municípios são de Goiás, o Governo de Brasília tomou a iniciativa, e aí virou uma questão política. Então ela caducou, não foi para frente, mas há um compromisso do Governo Federal de, nesses próximos dias, regulamentar a Ride no sentido de definir a questão da gestão compartilhada e um compromisso de utilizar agora, aprovadas as reformas, o Fundo Social e compartilhar com as regiões integradas.

Então há uma expectativa nossa de juntar os Governos de Minas, Goiás e DF para definir quais são os projetos estratégicos dos três Estados que interessam à região, para que o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Governo Federal possa também contribuir, porque os Estados e Municípios estão quebrados. E quem pode injetar recursos para esse desenvolvimento é a União. Então há esse compromisso.

É importante o projeto. Facilita, esses convênios, a integração, principalmente na área de segurança aqui no DF. Se alguém assaltar o banco aqui, atravessou a fronteira ali, você não pode avançar porque é outro Estado. Então, com essa região integrada definida, você pode ter um instrumento de gestão melhor nessas áreas todas, inclusive o que foi citado aqui no relatório. É um instrumento. Agora, depende muito dos Prefeitos, dos Governadores, do interesse realmente, e da bancada. Se a bancada bota recurso para isso também resolve, porque não se faz nada só com a lei. É apenas um instrumento, tem que ter vontade política e recursos. Então a gente tem pelo menos o instrumento, porque no serviço público você pode fazer o que é permitido. Agora é só executar, não é? Mas eu espero que, logo, logo, a gente consiga incrementar não só a do DF, mas também todas essas outras que foram criadas.

Alguém mais quer discutir essa matéria?

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação relatório, que conclui pela aprovação do projeto e da Emenda 1, de 2019, da CDR, com quatro emendas que apresenta.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria será encaminhada à apreciação do Plenário do Senado Federal.

A pedido do nosso querido Senador Otto, vamos para o item 10, que é terminativo. Nós vamos precisar de mais um Senador aqui para votar. E o Item 11 também, que é do Senador Veneziano, também terminativo.

Vamos ao Item 10, então, a pedido do Senador Otto.

ITEM 10**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1121, DE 2019****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Capibaribe na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF).

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Agradeço, Sr. Presidente. É o PL 1.121, de 2019, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, na área de atuação da Codevasf, de autoria do nobre Senador Humberto Costa.

O projeto propõe a inclusão do Rio Capibaribe na Codevasf.

Eu acho próprio o projeto, até porque o Rio Capibaribe é um rio do Estado de Pernambuco, nasce no Município de Poção, na serra de Jacarará, em Pernambuco. Ele tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um trajeto na direção do Oceano Atlântico e é um rio que não é perene nesse trecho, é um rio temporário até chegar no Município de Limoeiro, próximo já da Zona da Mata em Pernambuco. A partir daí, ele passa a ser um rio perene, passando dentro da cidade de Recife e desaguardo no Oceano Atlântico.

Portanto, já que é um rio que faz parte do Polígono das Secas, do Semiárido do Estado de Pernambuco, na região do Agreste, nada mais correto do que incluir esse rio na Codevasf, para que ele possa ter os benefícios e investimentos do Governo Federal, já que, nesse trecho onde ele é um rio temporário, é um rio que já tem grandes dificuldades com o assoreamento e desmatamento e precisa de investimento para sua revitalização.

Portanto, a nosso ver, a matéria atende a todos os requisitos exigidos pelo Senado Federal e por esta Comissão, dentro de um padrão legislativo correto, e eu não vejo nenhum obstáculo para que não possa entender que o Senador Humberto Costa apresenta projeto correto, sintonizado com os interesses da preservação do Rio Capiberibe e também para que ele possa ter investimentos com essa finalidade. O Rio Capiberibe só tem um afluente, que é o Beberibe, mas já na Zona da Mata pernambucana.

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação do projeto de autoria do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Tendo em vista que só falta um, eu vou abrir o painel. A gente tem consciência de que, se não houver, a gente tem que encerrar, mas nós vamos fazer um trabalho aqui para trazer mais uma pessoa. E peço a V. Exa., Senador Otto, que, depois, quando tiver um tempinho, volte também, para votar os outros projetos, para a gente ter o quórum.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, por estar hoje em três Comissões, eu estou atuando no sistema carrossel.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sem posição definida: vou a um canto, vou a outro, volto, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então eu peço a todos os Parlamentares que tiverem outra votação em outra Comissão que vão e voltem, porque aqui também nós temos quatro projetos terminativos.

Então, está aberto o painel para a votação. Abro o painel para a votação, visto que é em caráter terminativo o projeto da Comissão.

Em votação o projeto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Enquanto a gente consegue o quórum de votação, vamos passar para o item 11, de que vamos já fazendo a leitura, tendo em vista que é também a relatoria do Senador Veneziano. Depois a gente volta à pauta normal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1308, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir no dispositivo legal, como objetivo da Política Nacional de Turismo, o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo, para fazer a leitura do relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como feita já a leitura da ementa, eu passo ao relatório, registrando desde já satisfação e honra de poder estar a relatar sugestão legislativa do nosso querido companheiro Senador Styvenson Valentim.

Pois bem. Vamos ao relatório.

Chega, para o exame em decisão terminativa desta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, o Projeto de Lei nº 1.308, de 2019, de S. Exa. o Senador Styvenson Valentim, que altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, para incluir no dispositivo legal, como objetivo da Política Nacional de Turismo, o estímulo à interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso.

A proposição é composta somente pelo art. 1º, que acrescenta o inciso XXI ao art. 5º da Lei nº 11.771, já citada, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei 6.505, de 1977, o Decreto-Lei 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei 8.181, de março de 1991, dando outras providências, conhecida como a “Lei Geral do Turismo”, que encontra-se nesta Casa, Sr. Presidente, tendo eu a oportunidade – e renovo, reitero o agradecimento de ter sido agraciado por V. Exa. para ser o Relator assim que cheguei a esta Comissão – de relatar a Lei Geral do Turismo. Essa adição traz aos objetivos da Política Nacional de Turismo elencados o estímulo à interiorização do turismo e à valorização do turismo religioso, Senadora Zenaide.

Na justificação, o autor ressalta a importância do turismo para o fomento da “economia de diversas cidades brasileiras, e do próprio país”, mas que “os investimentos acabam sendo direcionados apenas para [...] grandes centros”. Também, apresenta cidades em que o turismo religioso é forte no interior do País.

Por isso, conclui que:

elencar de forma específica, como objetivo da Política Nacional de Turismo a necessidade de estimular a interiorização do turismo e a valorização do turismo religioso é garantir que o Governo Federal, no seu planejamento, dê atenção,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amiúde, aos pequenos polos que estão dispostos em muitos Municípios do interior brasileiro.

O projeto de lei foi distribuído tão somente a esta Comissão para decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise, Sr. Presidente, Sra. Senadora, Srs. Senadores, companheiros de Comissão.

O Projeto de Lei de nº 1.308, de 2019, vem ao exame desta Comissão consoante o Regimento Interno do Senado Federal, art. 104-A, inciso VI, segundo o qual compete à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) opinar sobre “proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo”. Por isso, vem para análise, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 1.308, de 2019.

Quanto ao mérito, também concordamos com o autor, Senador Styvenson Valentim, que o turismo é fator de grande relevância para a economia de várias cidades do interior do Brasil, mas os investimentos do turismo são concentrados nos grandes centros urbanos – é constatado, Sr. Presidente. Por isso, consideramos de extrema importância o estímulo à interiorização das atividades turísticas.

Ademais, é relevante estimular o turismo religioso, tão forte em várias cidades do País. Contudo, apesar de louvável a iniciativa, é necessário ajustá-lo à técnica legislativa e a alguns aspectos da segmentação do turismo. O primeiro ponto é o de que o estímulo à interiorização do turismo já é parte das ações e políticas da Política Nacional de Turismo, conforme disposto no inciso VI do art. 5º que se pretende alterar. Por isso, acreditamos que apenas um ajuste na redação deste, reforçando a questão, Senador Styvenson, do “interiorizar”, é necessário para promover o que pretende o projeto.

Quanto ao aspecto de estimular o turismo religioso, lembramos que esse é um tipo de turismo cultural, segundo as políticas de segmentação do turismo, assim como são: o turismo cívico, o místico-esotérico, o étnico, o cinematográfico, o arqueológico, o gastronômico, o ferroviário e o enoturismo.

Atualmente, o turismo religioso é definido pelo Ministério do Turismo como “atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, independentemente da origem étnica ou do credo” e é, decerto, uma das mais importantes manifestações do turismo cultural no Brasil. No entanto, não podemos desprezar as demais, e sugerimos acrescentá-las, modificando o inciso XI do mesmo art. 5º suprarreferido.

Por fim, para ajustar o PL, é necessário acrescentarmos o art. 2º com a cláusula de vigência, de forma a atender o inciso III do art. 3º e o *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Não observamos óbices no que tange à constitucionalidade e à juridicidade da proposição.

Nosso voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.308, de 2019, com as seguintes emendas: “Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 1.308, de 2019, a seguinte redação”





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e aí V. Exas. têm na tela as sugestões que nós fizemos, como também ao art. 5º e menções à necessidade de acrescentar-se ao §2º do Projeto de Lei de 2019 o art. 2º: 'Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação'.

Eis o nosso voto, Sr. Presidente, saudando desde já o Senador Styvenson Valentim pela iniciativa, e aqui corroborando, porque também tivemos, em audiência pública, discussões em torno da necessidade de, de fato, focarmos, de uma maneira efetiva, prática, nas questões que envolvem o turismo; e uma dessas ações, Sr. Presidente, que nós todos reputamos como indispensável, é exatamente a aprovação da Lei Geral do Turismo. É incompreensível que tenhamos um Brasil com tantas possibilidades, com tantas já ditas, reconhecidas e aludidas vocações, e sejamos tão tímidos e sejam até mesmo risíveis os percentuais de participação turística em nossa economia quando temos a convicção de uma cadeia que poderia permitir, através desses investimentos, a geração de oportunidades de emprego, com recursos a chegar aos Tesouros municipais, aos Tesouros estaduais.

A proposta do Senador Styvenson Valentim diz respeito exatamente a isto: às nossas manifestações religiosas. E lá, no nosso Nordeste – e que bom poderemos estar a tratá-las –, há menções e referências que exemplificam essa riqueza cultural, que é ampla – no sentido não estrito, mas no sentido lato –, como também a necessidade de fazermos essa interiorização. Nada, absolutamente, aos investimentos que chegam às nossas capitais, principalmente pelos apelos que as mesmas detêm por força de serem litorâneas, mas temos outras tantas riquezas que podem ser de conhecimento dos nossos patrícios, como também daqueles que vêm fazer turismo em nosso País.

Por essa razão, Senador Styvenson, eu fico feliz, repito, pela alegria e lisonjeira oportunidade que tenho de contribuir para aprovação do seu projeto, obviamente, se anuírem os demais pares desta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Antes de abrir a discussão da matéria, eu vou encerrar a votação para proclamar o resultado do item 10.

SIM, 09.

Aprovado o projeto.

A Presidência do Senado Federal será informada da decisão do Colegiado.

Com relação ao item 11, então, em discussão a matéria.

O autor, Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Senador Veneziano, muito obrigado por ter lapidado, por ter aprimorado esse projeto, que visa, como foi dito na ideia central, fomentar a economia, levar a cultura. Então eu fico grato, fico agradecido por estar compartilhando isso, porque conhecemos o nosso potencial, conhecemos as possibilidades que nossas pessoas, nosso povo tem, de melhorar a vida através desse segmento, que é o turismo regional e no interior.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senadora Zenaide.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu queria parabenizar aqui o Senador Styvenson e o Relator, que brilhantemente relatou, e dizer o seguinte: uma prova é o nosso Estado, não é, Styvenson? Nós temos religião forte, com focos, temos uma cultura também muito forte e praias nem se fala! Então, eu acho que esse projeto de lei veio a calhar até para os Governadores, que já sabem que precisam disso, e vão ter que começar a investir em infraestrutura. Como se diz, não justifica o turismo neste País continental, com tudo o que existe de melhor, ainda ser um setor que não cria tanto emprego e renda, quando a gente vê países pequenos, com bem menos possibilidades, com bem menos atrações, e não têm. Então, parabéns, Styvenson!

E Veneziano, a lei é essencial, porque é aquilo que eu digo: na hora em que se cria esse projeto de lei que dá visibilidade nacional e deve, sim, expandir, não tirando do nível central, porque isso é até uma escolha – o pessoal que gosta muito de praia diz que as pessoas que moram na praia são até mais felizes, e eu não vejo nenhuma relação com isso –, gostaria de dizer o seguinte: parabéns, Veneziano! Isso faz com que nossos gestores estaduais e municipais tenham aquela preocupação, porque aqui a gente está mostrando que o turismo é um grande gerador de emprego e renda. É isso aí que a gente tem que fazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou abrir o painel, e a gente continua a discussão. Eu vou abrir o painel para já adiantar a votação, mas passo a palavra ao Senador Plínio, para discussão.

O painel está aberto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para discutir.) – Num País que se gaba de ter turismo sexual – semana passada foi até motivo de uma declaração do Presidente –, que esse tipo de projeto, Styvenson, se torne lei o quanto antes é interessantíssimo, Veneziano, até porque a fé está na cabeça, no peito e no coração de quem acredita. E é preciso que se divulgue, para que um determinado devoto, se for, no caso, católico, de um santo saiba que determinado Município tem aquela festa. Nós temos o Município de Itapiranga, que tem a data de visita ao Santuário de Nossa Senhora, quer dizer, eu estou dando só o exemplo; se você injetar, se você tiver ajuda para divulgar, as pessoas que têm fé, acreditam, acabam fazendo turismo. E eu estou falando até do turismo interno mesmo.

Então, repito, para finalizar, meu companheiro Elmano: num País que se gaba de ter turismo sexual, o turismo religioso é bem-vindo.

Meu voto vai ser "sim".

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para discutir.) – Presidente, quero só fazer um comentário, parabenizando nosso Senador Styvenson e a relatoria do nosso Veneziano. É que agora se materializa uma coisa que já existe. Eu me volto aqui para Juazeiro do Norte, Padre Cícero, ali é uma realidade o turismo religioso; *mutatis mutandis*, lá em Canindé, São Francisco. No nosso Estado, o Piauí, também temos vários eventos que caracterizam turismo regional. Então, eu considero importantíssimo esse projeto – parabenizo tanto o autor como o Relator pela precisão –, que inclusive materializa, legaliza uma realidade que já existe na Região do Nordeste.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria parabenizar o autor e o Relator dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu só comunico que nós temos mais dois projetos terminativos, ainda, para serem votados.

Bem, eu vou encerrar a discussão, então, do item 11...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Senador Angelo.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discutir.) – Eu queria aproveitar aqui também para parabenizar o Senador Styvenson, autor desse projeto. O turismo religioso cresce muito no Brasil. No Estado da Bahia, um dos Estados com uma diversidade religiosa muito grande, está sendo criado também o turismo para fazer a visitação à Igreja do Bonfim, uma das igrejas mais famosas do Brasil, com a nossa lavagem do Bonfim, que reúne quatro a cinco milhões de pessoas no início do ano, quando é realizada; e também existem vários eventos religiosos no interior da Bahia. Então é de grande valia este projeto.

Eu votei "sim" e quero parabenizar o Senador Styvenson pela sua sensibilidade em promover atos religiosos no Brasil, e o Senador Veneziano, que foi um Relator, com certeza, que comungou com a sua religiosidade, que eu sei que está presente até na sua fisionomia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Zequinha, V. Exa. ainda não votou.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, até que – tomara! – cheguemos ao quórum exigível, eu queria pedir a V. Exa, pela ordem, até porque, como estamos a tratar deste assunto: turismo, segmento tão importante e tão desleixadamente levado em pouca consideração pelos governos, eu queria aqui trazer uma grata notícia: a Comissão de Turismo – tivemos eu e V. Exa. a oportunidade e honra, até janeiro deste ano, de integrá-la – aprovou, sob a relatoria de um querido companheiro pernambucano, o Felipe Carreras, a proposta que cria o Tax Free, Sr. Presidente. Já que estamos falando sobre esse assunto, é importante mencionar, porque o Tax Free, e aí para que os nossos telespectadores da TV Senado possam melhor compreender e internalizar, é o imposto livre, é a oportunidade de se ver aquilo que já é praticado há alguns anos em Portugal, na França, na Espanha, em alguns países da América do Sul, entre os quais os nossos vizinhos a Argentina, o Uruguai e também o Chile. Trazermos essa modalidade, Senador Angelo Coronel, para o nosso País é estimular a presença do turista que vem com a possibilidade de ter a restituição dos impostos relacionados ao ICMS, ao Cofins, ao PIS/Pasep, é fazer com que essa restituição permita que, em outra oportunidade ou na mesma, os recursos permaneçam entre nós.

Então, essa foi uma matéria aprovada ontem na Casa, na Câmara dos Deputados, sob a relatoria do Deputado, repito, querido companheiro e muito integrado lá em Pernambuco ao tema do turismo, e eu tive a oportunidade de ser o seu autor. Tomara que haja da Câmara a sensibilidade para que a matéria seja apreciada o mais breve possível, já que estamos com esse propósito, com a frente do turismo capitaneada pelo Deputado Herculano Passos, tendo em mim e em outros companheiros a condição de sermos um dos vices dessa frente, que tem trabalhado e tem se comprometido a focar, neste ano de 2019, em que nós, em meio a tantas limitações, ouvindo, por exemplo, considerações como a que nós ouvimos ontem do Ministro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Economia, de que chegáramos nós ao fundo do poço, tenhamos alternativas, e não simplesmente cruzemos os braços ou simplesmente estabeleçamos como únicas soluções aquelas que o Governo Federal entende como tais.

Então, eu peço a liberdade, e a recebi de V. Exa., para mencionar essa vitória do turismo, a partir do momento da aprovação do Tax Free.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Senador Ângelo.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Senador Veneziano, é realmente muito importante isso. Hoje os países da Europa, da América já liberam essa restituição do imposto chamada Tax Free.

O que me preocupa no Brasil é, como nós temos uma carga tributária muito grande, com vários tributos, a operacionalidade desta restituição, porque, por exemplo, nos países em que se restitui existe somente o IVA, o Imposto de Valor Agregado, onde fica mais fácil essa restituição. Aqui no Brasil, realmente, o Ministério da Economia vai ter que fazer uma ginástica muito grande caso esse projeto passe pela Câmara para que se faça jus a essa restituição.

O que nós precisamos é nos ater aqui nesta Casa à nossa reforma tributária, porque se nessa reforma tributária, com certeza, nós reduzimos essa carga, vamos ter investimentos. Nós somos um dos países que têm a maior carga tributária do mundo. É um absurdo o que pagam tanto as pessoas jurídicas como as pessoas físicas. Eu não tenho dúvida de que, se reduzirmos essa carga tributária, vamos atrair investimentos; se atrairmos investimentos, vamos gerar emprego; e, se geramos emprego, a economia roda.

Porque o Brasil hoje está debruçado somente em falar da reforma da Previdência, parecendo até que, se a aprovarmos hoje, amanhã, o Brasil vai virar um paraíso. Eu acho que nós temos que nos pautar, e o Senado tem que tomar essa dianteira, em começar aqui a trabalhar a reforma tributária, a reforma do pacto federativo, a reforma política, porque, com a inércia desse Governo, do jeito que ele está aí, nós vamos ficar aqui praticamente com um ano perdido no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu vou voltar à pauta enquanto a gente consegue o quórum nessa votação.

Nós temos aqui ainda três projetos não terminativos. Eu vou voltar, primeiro, ao item 5, ao item 6 e ao item 12. Depois, a gente volta ao item 8, que é terminativo, para obter o quórum.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – V. Exa. me liberaria por alguns instantes para eu me dirigir à CCJ? Se precisar do meu retorno, imediatamente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Nós vamos precisar logo que completar o quórum, falta um apenas. A gente vota o item 8 e o item 9, que são terminativos. Se V. Exa. puder retornar em seguida...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Basta eu ser chamado, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Item 5, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nos 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei no 13.139, de 26 de junho de 2015, para autorizar a União a transferir para os municípios a gestão e exploração econômica das praias fluviais.

Autoria: Senador Jader Barbalho

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

- *A matéria segue para apreciação da CCJ -Comissão, Constituição, Justiça e Cidadania (em decisão terminativa).*

Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Presidente, peço vênha para ir direto à análise do projeto.

O PLS nº 258, de 2017, deve ser declarado prejudicado em razão da recente aprovação da Lei no 13.813, de 9 de abril de 2019, oriunda da Medida Provisória no 852, de 31 de 2018.

A Lei no 13.813, de 2019, promoveu alteração no art. 14 da Lei 13.240, de 2015, com conteúdo equivalente ao proposto pela PLS aqui analisado.

Diante do exposto, votamos pelo encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2017, ao Sr. Presidente do Senado Federal, para que, na forma do art. 334, II, do Rsf, seja declarado prejudicado em virtude de seu prejulgamento em outra deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório, que conclui pela prejudicialidade da matéria.

As Sras... Ah, sim, antes de votar, porque tem que ser concluída a votação do item 11, vamos passar ao item 6.

Convido o Senador Zequinha para assumir aqui a Presidência, tendo em vista que eu sou Relator da matéria... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Item nº 6.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6
OFÍCIO "S" Nº 84, DE 2015
- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento à Lei 7.827/89, art. 20, § 4º, o relatório de atividades e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) referente ao Exercício de 2014.

Autoria: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para fazer leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Vem à análise desta Comissão o Ofício “S” nº 84, de 2015, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que encaminha ao Senado Federal, nos termos dos §§4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional do Centro-Oeste relativo ao exercício de 2014.

Constam dos autos, os seguintes documentos do Banco do Brasil, as demonstrações.

Em fevereiro de 2019, a relatoria foi encerrada por fim de mandato. Como Presidente da Comissão, avoquei a relatoria com base no art. 129 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Esse é o resumo.

Já passo à análise.

O art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que “os bancos administradores dos Fundos Constitucionais de Financiamento apresentarão, semestralmente, ao Ministério da Integração Nacional e às respectivas superintendências regionais de desenvolvimento, relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos”.

O §4º desse mesmo artigo, com a nova redação dada pela Lei Complementar nº 129, de 2009, determina que “o relatório de que trata o *caput* do art. 20, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades interregionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle”.

O §5º determina que o relatório de que trata o *caput* do art.20, “acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo de desenvolvimento regional, juntamente com sua apreciação, a qual levará em consideração o disposto no §4º deste artigo, à Comissão Mista permanente de que trata o §1º do art. 166 da Constituição Federal, para efeito de fiscalização e controle, devendo ser apreciado na forma e no prazo do seu regimento interno”.

Assim, nos termos da legislação mencionada, no âmbito do Senado Federal, compete à CDR atestar se o FCO está contribuindo para a redução das desigualdades regionais no País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal estabelece que os recursos destinados aos programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste devem ser aplicados de acordo com os planos regionais de desenvolvimento. No caso da região Centro-Oeste, o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro Oeste (2007-2020) propõe-se a orientar e a organizar as iniciativas e ações dos Governos e da sociedade, bem como a preparar a região para os desafios do futuro.

Para o exercício de 2014, a programação do FCO foi aprovada pela Resolução do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco) nº 18, de 6 de dezembro de 2013, alterada pela Resolução Condel/Sudeco nº 25, de 25 de março de 2014, e atualizada com os encargos financeiros estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.297, de 30 de dezembro de 2013, com a redação dada pelas Resoluções CMN nº 4.304, de 20 de janeiro de 2014, e nº 4.324, de 25 de maio de 2014. Posteriormente, a documentação da referida programação foi encaminhada ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 12, de 2014 (Ofício nº 246, de 29/05/14, na origem), que foi encaminhado às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (CMA) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde foram dadas a conhecer.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) foi criado pela Lei nº 7.827, de 27/09/1989, que regulamentou o art. 159, inciso 1, alínea “c” da Constituição Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo Plano Regional de Desenvolvimento.

Sua principal fonte de recursos é constituída pelo repasse, efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, de 0,6% (seis décimos por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados (alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal e inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 7.827, de 1989). Sua área de abrangência é a Região Centro-Oeste, integrada pelos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e pelo Distrito Federal.

De acordo com o art. 13 da Lei nº 7.827, de 1989, a administração do FCO é exercida pelos seguintes órgãos ou entidades: (i) Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco); (ii) Ministério da Integração Nacional (MI); e (iii) Banco do Brasil S.A.

Desde sua criação, o FCO tem sido um importante instrumento a serviço da política pública de redução das desigualdades intra e interregionais e de promoção do desenvolvimento econômico e social na Região Centro-Oeste.

A Programação do FCO para 2014 foi elaborada pelo Banco do Brasil, avaliada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) por meio da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e aprovada pela Resolução Condel/Sudeco nº 18, de 06 de dezembro de 2013.

O Parecer-Conjunto nº 31/2015-SFRI/Sudeco, de 22 de julho de 2015, do Ministério da Integração Nacional, tem o objetivo de avaliar o Relatório do Banco do Brasil S.A. referente às Atividades Desenvolvidas e aos Resultados Obtidos com a Aplicação dos Recursos do FCO no exercício de 2014.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A análise realizada com base na documentação fornecida pelo Banco do Brasil, aí incluídos as demonstrações contábeis e o parecer da empresa de auditoria externa, ressaltou as seguintes informações:

- O orçamento realizado no exercício de 2014 (R\$5.635,5 milhões) representou 100,3% do previsto (R\$5.616,4 milhões);
- O resultado operacional, correspondente às receitas e despesas do Fundo, totalizou R\$122,0 milhões negativos, montante 205,8% superior ao previsto, que era R\$39,9 milhões negativos;
- As contratações realizadas atingiram R\$5.706,3 milhões, o que corresponde a 101,6% do montante de recursos previstos para o exercício (R\$5.616,4 milhões) e a 101,3% do montante de recursos efetivamente distribuídos no período para aplicação (R\$5.635,5 milhões);
- Das contratações realizadas (R\$5.706,3 milhões), R\$822,2 milhões (14,4%) beneficiaram o DF; R\$1.766,3 milhões (31,0%) o Estado de Goiás; R\$1.331,8 milhões (23,3%) o Estado de MS; e R\$1.786,0 milhões (31,3%) o Estado de MT;
- 100% dos 467 Municípios existentes na Região Centro Oeste contaram com operações de FCO;
- A carteira de financiamentos registrou, em 31 de dezembro de 2014, saldo de R\$20.732,7 milhões, o que representa incremento de 9,4% em relação ao observado em 31 de dezembro de 2013 (R\$18.945,6 milhões);
- O índice de inadimplência (relação entre o saldo das parcelas vencidas e o saldo da carteira) foi de apenas 0,46%, muito inferior ao observado no final do exercício de 2013 de 1,10%;
- As disponibilidades do Fundo atingiram, em 31 de dezembro de 2014, R\$254,9 milhões, montante um pouco superior ao observado em 31 de dezembro de 2013 (R\$137,7 milhões);
- Foram transferidos para perdas R\$388,9 milhões, sendo R\$275,5 milhões assumidos pelo Banco do Brasil e R\$113,4 milhões debitados ao FCO;
- Em 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Líquido do Fundo atingiu o montante de R\$20.506,8 milhões, o que representa um incremento de 10,6% em relação ao observado em 31 de dezembro de 2013 (R\$18.534,4 milhões).

Em observância aos artigos 70 e 71 da Constituição Federal e à Lei nº 7.827, de 1989, o Banco do Brasil promoveu anualmente a prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), previamente auditada pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) da Controladoria-Geral da União (CGU). Mensalmente, o BB realizou a remessa de relatórios à SFCI/CGU sobre as operações contratadas e a situação dos recursos. Além disso, o Banco do Brasil realizou a publicação semestral dos balanços, devidamente auditados por empresas de auditoria independente, e apresentou relatório semestral circunstanciado ao Ministério da Integração Nacional e ao Conselho Deliberativo sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

A empresa contratada para auditar as demonstrações contábeis do exercício de 2014 foi a KPMG Auditores Independentes. Em seu Relatório de 26 de março de 2015, a KPMG afirmou que, em sua opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do FCO em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de acordo com as práticas contábeis regulamentadas pelo Governo Federal aplicáveis aos Fundos Constitucionais.

Quanto ao impacto socioeconômico decorrente dos financiamentos realizados no período pelo FCO, estima-se em 600 mil o número de empregos gerados ou mantidos na Região, sendo 227,8 mil diretos e 372,2 mil indiretos, no exercício de 2014.

Enfim, os documentos anexos ao Ofício “S” nº 84, de 2015, trazem um vasto conjunto de informações sobre a legislação referente ao FCO e sobre a programação e execução orçamentária dos recursos do Fundo na Região Centro-Oeste no exercício de 2014. As detalhadas informações que foram apresentadas relativas à gestão do FCO em 2014 demonstraram ciência dos administradores quanto às diretrizes de correção da aplicação dos recursos do FCO objetivando o cumprimento da missão do Fundo, que é promover o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste, por intermédio de programas de financiamento aos setores produtivos.

Voto.

Diante do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício “S” nº 84, de 2015, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente parecer, ao Arquivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem!

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório. *(Pausa.)*

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado referente ao item 11.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Votaram SIM 8; NÃO, zero.

Abstenção também...

Aprovado o projeto.

Indago se podemos repetir a votação para as emendas. Todos estão de acordo? *(Pausa.)*

Aprovadas as emendas.

A Presidência do Senado Federal será informada da decisão deste Colegiado. *(Pausa.)*

Voltamos ao Item 6.

Em votação o relatório, que conclui pelo conhecimento e arquivamento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para a adoção das providências cabíveis.

Devolvo a Presidência para o Senador Izalci Lucas. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Item 5.

Em votação o relatório, que conclui pela prejudicialidade da matéria.

As senhoras e os senhores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo.

Devolvo a Presidência ao Senador Zequinha Marinho, para que proceda à votação do item 12. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Item 12: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 25, de 2019.

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de preços dos combustíveis pela Petrobras, suas consequências na atração de investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores.

Autoria: Senador Izalci Lucas

Concedo a palavra ao Senador Izalci para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a política de preços dos combustíveis pela Petrobras, suas consequências na atração de investimentos em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Abicom;
2. Petrobras;
3. ANP;
4. Cade;
5. Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria - Ministério da Economia;
6. Ministério de Minas e Energia.

Esses são os convidados, Sr. Presidente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador, eu poderia acrescentar um só, uma pessoa, entre esses convidados?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É uma pessoa do Combustível Legal, um representante da Plural, Leonardo Gadotti Filho, que é o Presidente. Acho que seria importante trazê-lo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Qual é a instituição?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ele representa a Plural, que é o Movimento Combustível Legal. É da sociedade. O nome dele é Leonardo Gadotti Filho, que é o Presidente.

Obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Concordo com o pedido de V. Exa.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Em votação o requerimento.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só um minutinho!

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Já são quantas as pessoas convidadas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agora são sete.

Só quero ressaltar, Sr. Presidente, que nós fizemos uma audiência pública na semana passada, proveniente de um requerimento do Senador Jaques Wagner, e não compareceram aqui nem a ANP nem a Petrobras. Fiz um requerimento. Estou aguardando o Senador Jaques Wagner, que não está presente no Senado hoje, para que ele possa assinar em conjunto, para que a gente possa rediscutir aquela matéria da TAG. A Petrobras, a ANP e outros já se dispuseram a vir aqui também para fazer os esclarecimentos. Só não coloquei na pauta, porque o Senador Jaques Wagner não assinou o requerimento ainda, e é uma assinatura em conjunto. Então, são duas audiências distintas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria só saber se eu podia subscrever o seu requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com o maior prazer.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto! Às vezes, um não está...

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão desta Comissão.

Agora, sim, devolvo, mais uma vez, a Presidência da Comissão ao Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria saber sobre o item 7.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O item 7, tendo em vista que a Relatoria é do Senador Jaques Wagner, nós estamos retirando, para colocá-lo em pauta na próxima reunião.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)

Autoria: Senador Weverton e outros

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: pela aprovação.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 10ª (17/04/2019) e 11ª (24/04/2019) Reuniões da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação da CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal (em decisão terminativa.)

Nós temos aqui o item 8 e o item 9. São dois projetos também terminativos que têm uma observação, só para conhecimento: são matérias que estão sendo discutidas pelo Poder Executivo. Evidentemente, o Governo tem restrição, é contrário às duas matérias. Quero só informar que esse tema está sendo discutido pelo Executivo.

Vamos entrar, então, no item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, DE 2015

- Terminativo -

Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações: - votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Quero pedir dispensa da leitura do relatório para me ater à análise, porque é um documento um tanto longo.

Vem à análise desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 667, de 2015, do Senador Reguffe, que altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para definir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.

Na justificação, argumenta-se que o plano diretor tem a vocação de coordenador de políticas públicas em sua materialização física e localizada. Contudo, ao se dirigir apenas para o desenvolvimento imobiliário das cidades, essa vocação é significativamente perdida, e as políticas públicas setoriais – especialmente de saúde, educação, segurança pública,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transportes e habitação – assumem coordenações independentes e desarticuladas, de difícil ou impossível controle pela comunidade. Diante dessa constatação, o PLS nº 667, de 2015, busca revestir o plano diretor da qualidade de instrumento de coordenação de políticas públicas promotoras de desenvolvimento humano no espaço das cidades.

Entendemos ser possível aperfeiçoar a articulação entre o plano diretor e as políticas públicas setoriais, o que parece ser o objeto maior da proposição, razão pela qual pela concluímos pela apresentação de um substitutivo.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2015, na forma da seguinte emenda, que é exatamente um substitutivo:

EMENDA Nº – CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, DE 2015

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade), para incluir, no conteúdo obrigatório do plano diretor, a localização dos equipamentos urbanos e comunitários necessários à execução das políticas setoriais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

2º.....

XX – tipicidade dos planos urbanísticos.” (NR)

“Art.

40.....

§1º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual observarão o ordenamento territorial constante dos planos urbanísticos, vedada a alocação de recursos para projetos e atividades incompatíveis com as suas disposições.

§

4º.....

IV – consulta aos órgãos e entidades responsáveis pela execução de políticas setoriais que demandem equipamentos urbanos e comunitários ou a instituição de normas de uso do solo específicas, independentemente do ente da Federação a que pertençam.” (NR)

“Art.

42.....

IV – localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes e dimensionamento territorial daqueles a serem implantados para atendimento às necessidades das respectivas políticas setoriais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parágrafo único. Regulamento tipificará e estabelecerá normas técnicas relativas ao objeto e ao conteúdo material e documental do plano diretor e dos demais planos urbanísticos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É esse o substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Na discussão, para abrir a matéria, eu só faria aqui uma sugestão, se V. Exa. achar por bem acatar.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O Governo Federal, no âmbito da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano do Ministério do Desenvolvimento Regional, está revisando a metodologia de elaboração e revisão dos planos diretores e iniciou o processo de construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Entendo que os assuntos trazidos pela emenda substitutiva devem ser discutidos no âmbito da construção desses instrumentos nacionais.

Portanto, eu sugeriria, talvez, antes de a gente votar essa matéria, que se fizesse uma audiência pública. V. Exa. poderia propor – eu assinaria com V. Exa. – uma audiência pública, trazendo aqui o Governo e a Secretaria, para debatermos o que está sendo proposto, tendo em vista que podemos aprovar uma coisa incompatível com o que está vindo agora da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Então, é só uma sugestão a V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Concordo plenamente.

Nós tentamos salvar o projeto porque a ideia parece boa, mas a questão da constitucionalidade bate de frente. Então, para evitar desperdiçar a ideia, a gente propôs o substitutivo. Diante da colocação e da informação de V. Exa., admito a possibilidade. A gente faz um requerimento solicitando a audiência pública, com um debate aberto, a fim de que se possam, realmente, fazer as avaliações e adequar à nova política do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, a gente o retira de pauta. V. Exa., como Relator...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A gente o retira de pauta, promove a audiência pública. É evidente que, nessa audiência, a gente pode propor, inclusive, as sugestões aqui apresentadas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O item 9 é de Relatoria da Senador Mara Gabrilli, na mesma linha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também vou sugerir à Senadora Mara que possa assinar conosco a audiência, para debatermos esse tema tão importante, tendo em vista que os dois projetos tratam dessa mesma matéria.

Então, pela ausência da Relatora...

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações: - *votação nominal.*)

Proponho que passemos à deliberação do item 2, que é o Requerimento nº 23, de 2019-CDR, uma vez que este pede a retirada, em caráter definitivo, do primeiro item, o Requerimento nº 11, de 2019-CDR.

Não havendo objeção do Plenário, passaremos à deliberação do item 2. (*Pausa.*)

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 11/2019 - CDR.

Autoria: Senador Angelo Coronel

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão, tornando-se prejudicado o Requerimento nº 11, de 2019-CDR, item 1.

(É o seguinte o item prejudicado:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a situação de obras paralisadas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Autoria: Senador Angelo Coronel

Observações: *o item 2 solicita sua retirada em definitivo.)*

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 12ª Reunião e da 13ª Reunião da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Lembro que, agora, após esta reunião, faremos a instalação da Subcomissão Temporária para o Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte.

Reitero que foram definidos como membros da Subcomissão Temporária para o Acompanhamento das Obras da Usina Belo Monte, como titulares, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto e, como suplentes, a Senadora Eliziane Gama e os Senadores Chico Rodrigues e Plínio Valério.

Comunico a agenda de reuniões da Comissão para a próxima semana.

Reforçando, no dia 21 de maio, nós teremos audiência, às 10h, em conjunto com a de Agricultura e Reforma Agrária e com a de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções para o impacto ambiental causado por plantações e construções irregulares de estradas feitas na área de preservação ambiental de Bonito-MS.

No dia 22 de maio, às 9h, faremos audiência pública para debater o PLS 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (15ª REUNIÃO), PELA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (10ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (12ª REUNIÃO), EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e vinte minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas, Jaques Wagner e Nelsinho Trad, reúnem-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Juíza Selma, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Paulo Paim, Marcos do Val e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 20/2019 - CDR, de autoria do senador Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, ao REQ 9/2018 - CRA, de autoria do senador Nelsinho Trad e Soraya Thronicke, e do REQ 11/2019 – CMA, de autoria do senador Nelsinho Trad, Lucas Barreto e Otto Alencar. **Finalidade:** Debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito - MS. **Participantes:** Larissa Rodrigues Peixoto, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Produtivo (representante de: Representante do Ministério do Turismo); Pedro Alves Correa Neto, Secretário-Adjunto de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação (representante de: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Marcos de Castro Simanovic, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação - ICMBio (representante de: Representante do Ministério do Meio Ambiente); Maurício Saito, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul - FAMASUL (representante de: Representante FAMASUL); Rogério Beretta, Superintendente de Ciência e Tecnologia, Produção e Agricultura Familiar (representante de: Representante da Secretaria de Meio Ambiente, Des. Econômico, Produção e Agricultura Familiar); Augusto Barbosa Mariano, Secretário de Turismo de Bonito - MS (representante de: Representante da Prefeitura de Bonito - MS); Guilherme Poli, Representante do Instituto de Desenvolvimento de Bonito - MS e da Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região - ATRATUR (representante de: Representante das Agências de Turismo de Bonito - MS); Luciano Muzzi Mendes, Presidente de Conselho da Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias - MS. Por se tratar de reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente, a presidência propõe a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispensa da leitura e a aprovação da ata da 15ª reunião da CDR, da 10ª reunião da CRA e da 12ª CMA, que é aprovada. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. O Senador Nelsinho Trad registrou a presença de: Marcelo Bertoni, Diretor do Sistema FAMASUL e César Nogueira, vereador do município de Jardim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos.

Senador Nelsinho Trad

Presidente Eventual

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/21>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, conjunta com a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e com a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Informo que, amanhã, quarta-feira, dia 22 de maio, às 9 horas, na sala 9, realizaremos audiência pública destinada à instrução do PLS 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, atendendo ao Requerimento nº 18/2019-CDR, de autoria da Senadora Eliziane Gama, e ao Requerimento nº 19/2019-CDR, da Senadora Zenaide Maia.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada a debater as soluções e o impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em área de preservação ambiental em Bonito, Mato Grosso do Sul, em atendimento ao Requerimento 20/2019-CDR, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim, Lucas Barreto e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nelsinho Trad; ao Requerimento 9/2018-CRA, de autoria do Senador Nelsinho Trad e da Senadora Soraya Thronicke; e do Requerimento 11/2019-CMA, de autoria dos Senadores Nelsinho Trad, Lucas Barreto e Otto Alencar.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá dez minutos para fazer sua exposição, e a palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos em nossa audiência serão recebidas nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e Alô Senado, pelo telefone 0800-612211.

Dividiremos a participação em duas Mesas, mas, antes de dividi-las, quero aqui passar a palavra ao nosso autor do requerimento, Senador Nelsinho Trad; depois também para o Senador Fabiano Contarato, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente; e depois também para a nossa Senadora Soraya, que é a Presidente da Comissão de Agricultura.

Com a palavra o autor do requerimento, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente Senador Izalci Lucas, muito obrigado pela condução.

Eu gostaria de também agradecer o apoio que tivemos do Senador Fabiano Contarato, por sua atuação parlamentar e como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, assim como o apoio da Senadora Soraya Thronicke, que é a Presidente da Comissão de Agricultura.

Cumprimento todos os convidados e aqueles que aqui se encontram.

A nossa intenção seria – esperamos que isso possa acontecer – identificar os problemas e, mais do que isso, apontar soluções, porque entendemos que Bonito é um patrimônio não só de Mato Grosso do Sul e do Brasil, mas também da humanidade. Todos aqui estão envolvidos neste mesmo objetivo: apontar soluções sem querer imputar culpa a este ou àquele, mas, sim, tentar extrair daqui uma chamada de atenção dos órgãos competentes no sentido de tratar esse patrimônio da humanidade como deve ser tratado.

Vim aqui mais para ouvir e debater após as oitavas.

Mais uma vez, agradeço a condução de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Concedo a palavra à nossa Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom dia a todos!

Sr. Presidente Izalci Lucas, por meio de V. Exa., eu cumprimento os demais Senadores.

Quero cumprimentar também, na pessoa do Presidente da Famasul, Maurício Saito, os demais sul-mato-grossenses que aqui estão preocupados com o nosso Estado, preocupados com o nosso País e com o mundo, porque, há anos e anos, Bonito tem sido considerado o maior turismo ecológico que há no Brasil e no mundo inteiro. Então, é uma riqueza inenarrável, e aproveito a oportunidade para convidá-los a conhecê-la.

Como representantes aqui do Mato Grosso do Sul, nós queremos alinhar sempre – sempre, gente! – o agronegócio com a sustentabilidade. Agro e meio ambiente são uma coisa só, não são separados. Ninguém mais quer preservar o meio ambiente do que o produtor rural, ninguém mais! Por quê? É daquilo que ele vive, é aquilo que ele ama, muitos nasceram ali. Então, a intenção é essa, a intenção não é demonizar ninguém, a intenção é encontrar uma solução para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservar o meio ambiente, para preservar o turismo de Bonito e também aqueles que produzem, que carregam o País nas costas. Então, a gente sabe que não é má intenção, porque ninguém quer provocar um desastre ecológico; essa não é a intenção de ninguém. A nossa intenção aqui é encontrar essa solução.

Então, muito obrigada a V. Exa., que aqui conduz este trabalho. Tenho a certeza de que vamos encontrar essa solução, sim. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Com a palavra o nosso querido Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu queria agradecer inicialmente a Deus a oportunidade de estar aqui.

Agradeço ao Senador Izalci e o parabenizo. Na pessoa dele, parabenizo todos os Senadores aqui, a Senadora Soraya, pessoa que admiro, o Senador Nelsinho Trad, um parceiro. Também não quero tomar muito tempo.

Quero parabenizar os convidados, porque vocês são peças fundamentais nesse processo. Nós aqui somos meros instrumentos para que se possa dar vida, vez e voz àquilo que vocês, *experts*, pessoas que efetivamente estudam e se debruçam sobre o tema... É por isso que eu sempre falo que a melhor virtude no ser humano é a humildade e que um dos piores pecados é a vaidade. Nós temos que ter humildade suficiente para entender a competência de cada uma das pessoas.

Mas, como eu não poderia deixar de fazer – permita-me, Sr. Presidente –, quero tecer uma crítica, mas uma crítica construtiva, não no sentido de demonizar ninguém.

Nós temos que estar alertas, porque o Brasil passa por um momento no âmbito ambiental extremamente delicado. Mais uma vez, deixo aqui o meu registro no que tange ao que vem acontecendo com o Ministério do Meio Ambiente. Já era uma proposta pré-campanha acabar com o Ministério do Meio Ambiente. Isso não foi feito, mas agora o Ministério do Meio Ambiente está sendo desconstruído, e isso merece uma reflexão.

Nós não podemos admitir que, após 27 de criação do Ministério do Meio Ambiente, ele seja desconstruído na prática: perda do Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura; perda da Agência Nacional de Águas, a ANA, para o Ministério do Desenvolvimento Regional; fim da Secretaria de Mudanças Climáticas; fim do Setor Ambiental; fim do Plano de Combate ao Desmatamento; fim da participação social na gestão do Ministério do Meio Ambiente; enfraquecimento da fiscalização do Ibama e do ICMBio; incentivos contraventores para confrontar os fiscais ambientais; incentivo ao não pagamento das multas ambientais; fim da criação das unidades de conservação da Amazônia e de outros biomas. Aqui mesmo, no Senado, nós temos projetos para acabar com a reserva legal! Aqui, no Senado, nós temos projetos que determinam que, se em seis meses não sair uma licença ambiental, a licença é tácita!

Ora, minha gente, eu não sou da área ambiental, eu só sou um apaixonado por Direito Ambiental, mesmo porque o meio ambiente ecologicamente sustentável é uma garantia constitucional prevista no art. 225 da Constituição Federal.

Pela forma como está sendo conduzido o Ministério do Meio Ambiente, nós não temos nada a comemorar. Recentemente, foi divulgado que nem vai participar do evento que vai acontecer em Salvador. Esse ato simbólico, por si só, demonstra muita coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, minha fala aqui, mais uma vez, é de protesto. Mas não vai ficar no protesto, porque, enquanto eu for Presidente da Comissão de Meio Ambiente, as audiências públicas serão realizadas periodicamente. Nós temos 34 Senadores que compõem a Comissão de Meio Ambiente, mas quase ninguém participa de suas reuniões. Então, eu vou encher... Eu já falei e volto a repetir: eu vou encher a Comissão de Meio Ambiente com o Ministério Público que atua em defesa do meio ambiente, com as ONGs, com as universidades, com os estudiosos, com os ambientalistas. A Comissão vai funcionar! Platão falava que a sabedoria está na repetição. Nós vamos fazer essas audiências públicas constantemente, e eu convido todos a delas participarem. Serão temas de extrema relevância para o meio ambiente, para a preservação do meio ambiente. Isso vai ser feito.

Nós estamos instituindo agora... A nossa preocupação com o meio ambiente, Senador Izalci, é tão grande, que eu não estou falando em um dia do meio ambiente, estou instituindo aqui o Junho Verde. Será um mês dedicado ao meio ambiente!

Eu quero me colocar à disposição de todos e, desde já, agradecer e parabenizar a proposição do Senador Nelsinho Trad, do Senador Styvenson e de todos os Senadores aqui.

Comungo com a Senadora Soraya quando nós falamos que o agronegócio tem como caminhar de mãos dadas, de forma sustentável. É essa a minha postura também. Só que eu não posso me calar diante dos retrocessos que o Ministério do Meio Ambiente está fazendo. Ele está escarnecendo, ele está rasgando a Constituição Federal, está rasgando os tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, e nisso eu não vou me calar, porque está no nosso Hino Nacional: "Verás que um filho teu não foge à luta".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Vou passar a Presidência dos trabalhos para o autor do requerimento, Senador Nelsinho Trad. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, vamos dar sequência à audiência pública, convidando para ficar aqui ao nosso lado a Senadora Soraya Thronicke e os componentes da primeira participação: Sr. Pedro Alves Corrêa Neto, Secretário-Adjunto de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando aqui o ministério; Sr. Marcos de Castro Simanovic, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, representante também do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Augusto Barbosa Mariano, Secretário de Turismo de Bonito, representante da Prefeitura; e o Sr. Guilherme Poli, Presidente do Instituto de Desenvolvimento de Bonito e da Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região.

Conforme a dinâmica das audiências públicas, V. Sas. terão dez minutos. Uma campainha, de forma automática, alertará quando faltar um minuto. É lógico que, se houver necessidade, nós vamos dar uma tolerância para que vocês possam concluir o raciocínio.

Concedo a palavra ao primeiro expositor, Sr. Pedro Alves Corrêa Neto, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para fazer sua exposição.

O SR. PEDRO ALVES CORRÊA NETO – Bom dia a todos!

Cumprimento o Senador Nelsinho Trad, que preside esta Mesa, também a Senadora Soraya e os presentes aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago uma mensagem do Ministério da Agricultura em atenção expressa a essa questão de Bonito, primeiro entendendo a importância estratégica da atividade do turismo para o Município e para a região, também para o Estado e para o nosso País, como já foi dito aqui, e entendendo também que esse é um ambiente construtivo e positivo de busca conjunta de soluções e de união de esforços para a consolidação dessa atividade de forma sustentável.

Antes de começar, Presidente, eu vou fazer um breve preâmbulo, um rapidíssimo preâmbulo, falando um pouco de como o perfil do uso da terra pode alterar o equilíbrio de um ecossistema, seja ele qual for. Eu acho que uma região com diversas aptidões econômicas precisa contemplar e saber equilibrar o peso de cada uma delas e moderar de forma responsável e equilibrada essas alterações do uso da terra, porque, no final das contas, elas são fatores motivadores desses fatores externos que causam esses prejuízos.

Levando em consideração a vocação econômica, o perfil da região e do Município, o perfil da exploração econômica entre os setores – e aí entra a agricultura, entra o turismo, entra a energia, questões de logística, todo aquele conjunto de iniciativas que compõem um sistema produtivo, seja ele do agronegócio, seja ele do turismo ou do ecoturismo, seja ele da produção industrial –, o grande desafio desses atores todos, o nosso desafio é evidentemente encontrar o equilíbrio entre o perfil produtivo e a conservação dos recursos naturais.

A agricultura brasileira vem avançando de forma muito rápida, muito dinâmica na busca desse equilíbrio. O discurso da proteção ambiental é presente no dia a dia do produtor rural, afinal o patrimônio dele é a terra, são os recursos naturais, é dali que ele tira o seu sustento, é dali que ele oferece, que promove a oferta de alimentos para a população. O setor agropecuário brasileiro avança firmemente no caminho da produção sustentável e tem dado crescentes demonstrações do seu compromisso com esse patrimônio que é a terra, que são os recursos naturais.

Para o Ministério da Agricultura, a consolidação do Código Florestal vai finalizar um esforço normativo intenso que materializa as questões de equilíbrio entre produção e proteção, e, além de finalizar esse esforço normativo... Eu digo isso porque o código é extenso, é razoavelmente complexo, há uma discussão intensa em cima de dispositivos dele, como pagamento por serviços ambientais, cotas de reserva que advêm, por exemplo, do Cadastro Ambiental Rural. Então, há todo um desafio agora de... Eu sempre esqueço aquela palavrinha que se fala depois que o cara faz a CRA. É a validação do cadastro, e aí vem a possibilidade do PRA ou da CRA. Então, é um mecanismo intenso e complexo que, após finalizado, vai permitir que a gente avance na discussão da proteção ambiental, da agenda ambiental, melhor dizendo, de forma mais abrangente, mais ampla, e a partir daí é que a gente vai conseguir avançar com ainda mais firmeza e mais assertividade numa agenda ambiental robusta, segura, que é o que a agricultura brasileira quer, que é o que a pecuária brasileira quer, que é o que o Ministério da Agricultura quer.

Falando um pouco mais de Bonito, enxergando agora essa transformação recente, Secretário, que o senhor vive na pele lá todo dia, e essa angústia que o desequilíbrio vem causando para o potencial do ecoturismo na região, o ministério enxerga, primeiro, condições atípicas que aconteceram naquela região que provocaram o carreamento de sedimentos de terra e lama para o Rio da Prata.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito disso ou uma parte disso também se dá em consequência, é claro, da exploração do agronegócio naquela região, que deve ser vigiada. Mas aí é importante a gente chamar a atenção para a rápida ação do Estado do Mato Grosso do Sul, a importante ação do Estado do Mato Grosso do Sul, em parceria, com esforços das Prefeituras e de outros agentes que atuaram fortemente para fiscalizar e implementar boas práticas de produção, envolvendo a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Estado, a criação da Câmara Técnica de Manejo do Solo, que faz toda a diferença. Esse trabalho todo é feito também em parceria com o Ministério Público e com a polícia estadual, todos em sinergia para conter o impacto na região.

A atividade agropecuária é importante para a região, e aí respeita as questões do Código Florestal, as áreas de reserva legal, as áreas de proteção permanente, as áreas de reserva legal que tem que haver em toda propriedade. Então, é nesse contexto que o Ministério da Agricultura se insere como parceiro tanto do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul quanto da Prefeitura e dos demais órgãos estaduais que estão envolvidos nessa força-tarefa.

Nesse sentido, o MAPA vai envidar ainda mais esforços para avançar – eu já até falei desse ponto – na implementação do Código Florestal, que, certamente, vai contribuir para a preservação de remanescentes florestais, para a proteção de corpos hídricos da região, até porque o código traz regras mais rígidas para aquela região do Pantanal, em especial áreas de uso restrito, etc.

Também o compromisso do setor agropecuário brasileiro para o cumprimento das metas do Acordo de Paris leva em conta a implementação do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, que nas suas tecnologias tem a integração lavoura-pecuária-floresta, o sistema de plantio direto, a recuperação de pastagens degradadas, que por si – vou citar só essas três – são importantes mecanismos de conservação do solo, de fixação da terra naquele local, do impedimento do carreamento, do deslocamento do material, do sedimento.

O Estado do Mato Grosso do Sul tem o plano estadual implementado já há algum tempo. Existe no Estado um comitê gestor estadual que a gente está pronto para dinamizar, Secretário e Senadores, para que haja uma atenção ainda mais eficiente, ainda mais forte para esse ponto. Nós temos agora, dentro dessa reorganização do Governo, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural vinculada ao MAPA. Temos um sul-matogrossense agora lá na Presidência, alguém que é bastante sensível e conhecedor desses temas. É um vetor muito importante de transferência de tecnologia, em especial através dos processos de assistência técnica e extensão rural que vão ser colocados à disposição do produtor rural – e aí eu vou falar só sobre o meu público, que é o setor agropecuário, o pecuarista, o produtor rural, o agricultor, e isso é muito importante.

O MAPA, para esse ciclo de PPA, a partir dessa nova estrutura, está mais bem preparado para enfrentar e para trabalhar questões do desenvolvimento sustentável da agropecuária através de práticas conservacionistas. Para os senhores terem uma ideia, o Ministério da Agricultura tem hoje, na sua estrutura regimental, uma Coordenação-Geral de Mudanças do Clima, Senador, uma Coordenação-Geral de Conservação de Solo e Água e uma Coordenação-Geral de Irrigação e Drenagem, lincadas ao Departamento de Produção Sustentável, dentro da secretaria que eu aqui represento, dentro do MAPA, que estão de forma ainda mais enfática, ainda com maior energia e com maior esforço, avançando nessas questões, além da implementação do Programa Nacional de Solos, que nada mais é, Secretário, do que uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa também do setor público, uma política pública para trazer tecnologias e mecanismos para o conhecimento do perfil daquele solo e a implantação de iniciativas que vão permitir a conservação desse ativo ambiental.

É nesse sentido, Sr. Senador, que a gente enxerga essa questão de Bonito. O Ministério da Agricultura, tanto aqui em Brasília, através da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação, quanto no Estado do Mato Grosso do Sul, através da sua Superintendência Federal da Agricultura, onde nosso Superintendente Celso Martins está antenado, inclusive com esse evento hoje... Muito do que eu estou falando aqui foram percepções dele e informações dele de lá para cá. Então, é preciso colocar o ministério à inteira disposição do setor produtivo daquela região, do Estado do Mato Grosso do Sul, não só do setor agropecuário, mas para compor também essa força-tarefa com estes mecanismos que acabei de citar: implementação das tecnologias de agricultura de baixa emissão de carbono, a implementação da agropecuária conservacionista com manejo racional de solo e água, a implementação do PronaSolos e a implantação dos processos de assistência técnica e extensão rural mais reforçados para o produtor rural daquela região.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Sr. Pedro Alves Corrêa Neto.

Aproveito a oportunidade para registrar, em nome dos Senadores que compõem esta Mesa, Nelsinho Trad e Soraya Thronicke, a presença do Sr. Marcelo Bertoni, Diretor do Sistema Famasul, e do Prefeito de Jardim, Guilherme Monteiro, que nos honram com suas presenças.

Concedo a palavra ao Sr. Marcos de Castro Simanovic, representante do Ministério do Meio Ambiente, para fazer sua exposição, por dez minutos.

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – Senador Nelsinho, Senadora Soraya, demais colegas de Mesa, autoridades e colegas participantes da audiência, é uma satisfação ter recebido esse convite e poder estar aqui hoje em nome do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Nossa participação, antes de tudo, é para nos colocarmos como parceiros, como partícipes do processo para a busca de soluções que consigam levar à questão principal: o equilíbrio da utilização dos recursos naturais e da vida do ser humano em todos os locais. E, nesse equilíbrio, a gente, com certeza, não consegue separar desenvolvimento regional, turismo, agricultura, pecuária, a parte urbana. Não é possível separar isso da questão da conservação ambiental. E, até trabalhando com as palavras que o Senador Fabiano colocou na abertura, tudo é feito com muita transparência e humildade.

Dentro desse princípio, o que a gente coloca é que a busca por esse equilíbrio não é algo tão simples, mesmo porque, se fosse, nós não estaríamos aqui hoje, e o posicionamento é justamente o de conseguir cumprir os dispositivos legais para que a gente consiga atingir qualidade de vida não só para as gerações futuras, como está colocado na nossa Constituição Federal, mas também, como está no Texto Legal, para as presentes gerações. Isto é bem claro: a qualidade de vida das futuras gerações está atrelada também à qualidade de vida das presentes gerações que estão aqui.

Dentro desse quadro, agora chegando um pouco à região de Bonito e ao Mato Grosso do Sul, o que acontece é que temos ali um ponto comum que diz respeito a todas essas áreas, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a questão da água – a água ali consegue atrair e potencializar a questão turística, não só a existência da água, mas de uma água com a qualidade que possui – e a questão da agricultura e pecuária, porque as pessoas que estão lá e vivem e continuarão vivendo por lá precisam efetivamente ter qualidade de vida. E tudo isso, tanto na questão turística quanto na questão dos diversos usos, passa pela conservação ambiental.

No primeiro momento, muitas pessoas colocam que a solução para se proteger ou não uma área, ou melhor, para se proteger uma área é a criação de uma unidade de conservação. Em outros momentos, o que a gente vê é que não necessariamente uma unidade de conservação é a melhor solução, mas simplesmente o cumprimento do que já está na legislação, que é a recuperação das áreas de preservação permanente. Isso encontra um amplo leque de normas e de regulamentos que levam à maneira de se fazer isso. Mas, além do que está previsto na lei, nesse caso específico, nós estamos falando de um interesse comum. Todas as pessoas que estão lá querem a sustentabilidade, que é o que foi falado no começo.

Então, eventualmente, nós colocamos este posicionamento, que é um posicionamento técnico e legal: a proteção e a conservação passam pela recuperação daquilo que eventualmente foi alterado no passado. Essa recuperação precisa ocorrer de maneira adequada para se conseguir compatibilizar todos os usos. E a criação de unidades de conservação é algo que precisa ser extremamente bem estudado, para que a unidade de conservação, ao ser criada, seja de uma categoria que permita a continuidade da vida das pessoas ali, que permita a aplicação da finalidade da criação daquela unidade de conservação, o uso sustentável ou a proteção integral ou o que seja. Mas é importante que isso seja muito bem estudado. Eu não estou falando da definição de se criar ou não, mas sim da necessidade de se compreender um instrumento adequado para a proteção.

A partir do momento em que nós fazemos essa primeira exposição, esse primeiro panorama, há um ponto que nós temos que entender: ninguém aqui questiona a importância dos banhados que estão lá, ninguém questiona a importância das nascentes, ninguém questiona a importância dos cursos d'água e da biodiversidade como um todo ali, ninguém mesmo!

Dentro desse aspecto, eu gostaria de ouvir os demais colegas de Mesa e de me colocar à disposição para responder às perguntas que surgirem, ou seja, vou falar um pouco menos agora e pretendo ouvi-los também para justamente conseguir construir algumas linhas e poder responder, tirar algumas dúvidas que forem necessárias.

Estou à disposição.

Não usei os dez minutos, mas espero que eu possa colaborar na questão das perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A Senadora Soraya pede licença, porque ela tem uma audiência no Palácio do Planalto. Terminando a audiência, ela retornará à Comissão.

Passo agora, após agradecer a exposição do Sr. Marcos de Castro Simanovic, a palavra ao Sr. Augusto Barbosa Mariano, Secretário de Turismo de Bonito, Mato Grosso do Sul, representando aqui a Prefeitura de Bonito, para fazer sua exposição.

V. Sa. tem dez minutos.

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Bom dia a todos e todas!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senadora Soraya, que está saindo, e Senador Nelsinho, Pedro, Marcos, Guilherme!

Parabéns especiais, Senador Nelsinho, a V. Exa., à Senadora Soraya e a todos que subscreveram o requerimento para a construção desta audiência pública! Ela é muito importante. Só tenho a agradecer.

Peço que não desconte o meu tempo, porque o que vamos passar aqui vai servir de subsídio para todos os outros oradores que estiverem presentes. Depois eu entro nas considerações realmente sobre o que acontece em Bonito.

Por favor, passe o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Isso é Bonito, Serra da Bodoquena, que abrange também os Municípios de Bonito, Bodoquena e Jardim.

Cumprimento o Prefeito de Jardim, grande parceiro na busca da solução de problemas, o Guilherme Monteiro. E cumprimento toda a comitiva de Bonito aqui presente, do Mato Grosso do Sul, na pessoa do Marcelo Bertoni, que também é bonitense.

Quando falamos de Bonito, falamos do melhor destino de ecoturismo do Brasil. É o destino de turismo mais premiado do Brasil: eleito por 15 anos como Melhor Destino de Ecoturismo no Brasil; em 2013, eleito como o turismo mais responsável do mundo em Londres, na WTM; recebeu o prêmio do *Guia Quatro Rodas*, um dos maiores especialistas do Brasil, como o turismo mais responsável também do Brasil. E o modelo de gestão turística ambiental implantado em nosso Município, em nossa região turística, é referência para o Brasil e o mundo.

Hoje, felizmente, pela sensibilidade do Senador Nelsinho Trad e da Senadora Soraya, vamos discutir os nossos problemas aqui. Não estamos na busca de culpados, mas sim na busca de soluções. Não podemos esquecer que o agronegócio hoje é o grande produtor, o maior produtor de duas proteínas, sejam de origem animal, sejam de origem vegetal, e é uma *commodity*. O que produz são *commodities*. E, se existe hoje o turismo de aventura, o turismo de natureza, o ecoturismo em Bonito, que é realizado na área rural, é porque pouco ou muito, bem ou mal, o produtor rural, o empresário preservou. Se existe lá é por isso.

Bonito, uma cidade que vive do turismo, principalmente, é o maior empregador da atividade turística, é o maior investidor, representa 50% do PIB do Município, R\$500 milhões, 7 mil empregos diretos, 2 mil empregos indiretos; uma área de 493,4 mil hectares, com 171 mil hectares já de áreas antropizadas ou núcleos urbanos e estradas. No CAR, foram declaradas anteriormente 16 nascentes, mas nós temos 161 nascentes declaradas no CAR.

O grande desafio do século XXI são dois: lixo e água. Água é o que nós temos em abundância no nosso Estado, não é, Senador? Principalmente em Bonito. E eu parto da seguinte premissa nas palestras que a gente faz pelo Brasil e o mundo... E tenho muita tranquilidade em falar, com conhecimento de causa: 39 anos em Bonito, médico veterinário de formação, pioneiro desde 1980, o primeiro a ir a Bonito fixar residência. Nessas propriedades aí, eu dava assistência técnica. O que era, para exemplificar, uma nascente do Rio Sucuri, onde se captava água para passar nos pulverizadores e pulverizar as lavouras, ou era um bebedouro de gado, hoje é uma nascente intocável, com a APP preservada, onde se explora a atividade turística de forma inteligente, de forma sábia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que nos associar. Juntos nós somos muito mais fortes.

O problema de Bonito hoje, desses 493,4 mil hectares, são 222 mil hectares que estão abertos, antropizados. O restante ainda está preservado, ou seja, mais da metade. E o problema...

(Soa a campainha.)

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Já deu meu tempo? Mas o vídeo não era para contar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Vou usar o tempo do Marcos aqui, Senador.

Nós temos que recuperar lá 1.496 hectares que são críticos, são emergenciais, e de 8 mil a 10 mil no médio e longo prazo. Nesses últimos sete anos, nós tivemos apenas 2 mil hectares de desmatamento. A grande diferença é que áreas antropizadas de pecuária, que eram de pastagem, foram direcionadas para a produção agrícola mecanizada.

Então, o que nós precisamos fazer hoje? Nós precisamos resolver esses problemas que estão elencados aqui. São 14 problemas elencados.

O aumento da fronteira agrícola. Ela teve uma expansão? Claro que teve. Pressiona o meio ambiente? Pressiona, a migração dessas áreas antropizadas. Com relação a isso, o Governo do Estado já nos tem auxiliado – e agradeço ao Governador Reinaldo Azambuja e ao Secretário da Semade também, Jaime Verruck –, porque já está havendo uma legislação exclusiva e restritiva para o Município de Bonito da Serra da Bodoquena. Houve esse aumento de supressão vegetal? Houve.

Ocupação das margens dos Rios Formoso, Mimoso e Formosinho com chácaras de lazer do módulo rural mínimo de 4ha.

Aumento do fluxo de veículos nas estradas vicinais. São 4,5 mil quilômetros de estradas vicinais.

Um aumento das estradas vicinais internas. O agronegócio abriu mais estradas também, e elas impactam, porque são canais, são artérias que levam o sedimento, levam a água turva para os nossos rios.

Nós tivemos um problema muito sério na mudança climática, na distribuição de chuvas. Só para exemplificar, nós temos um levantamento, Senador, desde 1981. Agora, no mês de abril, em uma hora e meia choveu 135mm e, em 24 horas, 150mm. Não há drenagem que aguente, não há estrada que aguente. Então, são fatores normais que também têm pressionado a isso.

Nós temos um aumento do número de turistas em Bonito. A grande cobrança ao Secretário de Turismo é exatamente: "Tem que levar gente, tem que levar gente, tem que levar gente". Claro, é um recurso amplamente socializado, onde todos ganham, porque o turismo não é uma área, não é uma atividade concentradora de renda, mas as pessoas cobram. Em compensação – eu estava secretário de 2005 a 2012; agora voltei, em 2017, pela terceira vez –, em 2008, eu estava secretário, nós recebemos 80 mil turistas, com 191.574 visitantes; em 2018, houve 631.373 visitas aos nossos atrativos turísticos, representando 240 mil turistas que foram muito bem-vindos, deixaram R\$340 milhões na cidade, que tem um orçamento hoje de 87 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A diminuição nas estratégias de conservação do solo e água. Há também. Hoje os terraços foram diminuídos. Aqueles terraços que existiam nas áreas de pecuária, quando essas áreas se modificaram, transformaram-se em áreas de agricultura, foram diminuídos ou extintos. E, hoje, as plataformas das colheitadeiras e também das plantadeiras são muito maiores, são todas informatizadas. Eles precisam, cada vez mais, de áreas planas. Então, os terraços estão menores. Portanto, temos de continuar com as estratégias de conservação de solo e água.

O assoreamento dos rios também complica muito.

Nós temos o problema da urbanização. Hoje, todas as cidades que sofreram uma urbanização muito rápida – não é diferente de Bonito, do Rio de Janeiro, de Campo Grande, de São Paulo – têm enfrentado inundações. Há o aumento da população urbana. Hoje nós temos 22 mil habitantes. Quando cheguei a Bonito, há 39 anos, nós tínhamos 6 mil. Essa impermeabilização, com a construção de asfalto e de calçadas, com as construções irregulares; tudo canaliza para os nossos rios, tudo que é drenado vai para os nossos rios. O que era drenado há 39 anos para o Córrego Bonito, o Córrego Restinga, o Córrego Saladeiro e o Córrego Marambaia, 39 anos após, com uma população quatro vezes maior, continua indo para o mesmo local.

Então, diante de todos esses fatores, precisamos fazer com que a natureza, o meio ambiente e o turismo caminhem em harmonia com o agronegócio.

(Soa a campanha.)

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Para finalizar, digo duas coisas. Somente terão sucesso e serão perenes os destinos socialmente e ambientalmente equilibrados e justos. E nós temos o dever mínimo como cidadãos de entregar para as gerações futuras um meio ambiente e uma natureza melhores do que os que recebemos das gerações passadas, porque a natureza e o meio ambiente não recebemos de herança de nossos pais; nós os pegamos emprestado de nossos netos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Sr. Augusto Barbosa Mariano, Secretário de Turismo de Bonito, neste ato representando a Prefeitura dessa cidade.

Agora, de pronto, concedo a palavra ao Sr. Guilherme Poli, Presidente do Instituto de Desenvolvimento de Bonito e da Associação de Atrativos Turísticos de Bonito e Região, para fazer a sua exposição.

V. Sa. dispõe de dez minutos.

O SR. GUILHERME POLI – Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, bom dia!

Quero agradecer, Senador Nelsinho, pela oportunidade de estar aqui hoje, junto com amigos de Bonito, procurando uma solução.

Cumprimento o pessoal dos Estados, o Maurício, da Famasul, e o Beretta.

Quero cumprimentar toda a Mesa e as autoridades presentes.

Quero agradecer também ao setor do agronegócio, que é um dos pilares hoje da economia do Brasil, e também dizer que o turismo de Bonito existe há 30 anos e sempre andou de mãos dadas, assim como expôs o Augusto agora há pouco, sempre em conjunto, porque os nossos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atrativos estão no meio rural, a nossa atividade está sempre ligada ao desenvolvimento do agronegócio.

Represento aqui hoje o Instituto de Desenvolvimento de Bonito. São milhares de empregos e empresas do *trade*, mais de 80 hotéis, 40 restaurantes, 55 agências, ou seja, tudo que compõe o atendimento ao turista hoje em Bonito.

Estou aqui por três razões hoje, Senador, primeiro para falar do turvamento dos rios, que é o tema desta audiência. Desde 2017, nós temos eventos climáticos pelo Planeta todo, e em Bonito isso não é diferente. As nossas chuvas, hoje, estão concentradas. Eu tenho dados de chuvas de março agora: foram 150mm em apenas quatro horas. Não há ambiente que aguarde, que suporte essa carga d'água. Desde 2017, essas chuvas fortes vêm ocorrendo e vêm judiando dos nossos rios.

A mudança, como expôs aqui o Secretário Augusto – foi uma bela exposição, Secretário –, na cultura do gado com a da soja também expôs o solo, e, com esses eventos climáticos fortes, isso acarretou sedimentos ao rio.

Também houve uma expansão urbana desordenada. É preciso um olhar muito crítico em cima disso. Quanto ao que se leva hoje para dentro do rio, a cidade toda auxilia nisso também.

O segundo motivo por que estou aqui – e falo com muito orgulho – são os 46 atrativos hoje de Bonito, de Bodoquena, de Miranda, do nosso amigo Roberto, e de Jardim. Dos 46 atrativos, quando acontecem esses eventos climáticos que acabei de expor e que o Augusto também expôs, somente 6 fecham, ou seja, o setor turístico hoje não está sendo abalado diretamente pelo meio ambiente. Estamos preocupados, sim. Estamos fazendo a tarefa de casa. Fomos, recentemente, com a Famasul, levar as nossas preocupações, em outubro, antes de essas reportagens acontecerem, para a Semagro, para o Jaime Verruck, para nos ajudar na recuperação das microbacias.

Quero dizer que Bonito continua espetacular. Existe há mais de 30 anos, junto com o agronegócio. Segundo dados do Observatório do Turismo, que hoje é comandado pelo Convention Bureau, pela Prefeitura municipal e pelo Governo Estadual, Bonito, em 2019, já cresceu 5% no que se refere ao número de visitantes, Augusto. No ano passado, foram mais de 200 mil visitantes, como você acabou de expor; 240 mil turistas.

A terceira razão por que estou aqui hoje é para dizer que Bonito é, sim, diferente, em vários aspectos, dos outros Municípios do Brasil, principalmente no que se refere a empregos e ao ecoturismo. É, acima de tudo, um bem da humanidade mesmo, como o senhor expôs aqui no começo. Porém, ele não é diferente de qualquer Município de 20 mil habitantes do Brasil: nós não temos recursos, Senador. Nós precisamos de recursos. Nós precisamos urgentemente terminar a MS-382, cuja obra está parada. Essa obra passa em cima do Córrego Seco e dá acesso à Gruta do Lago Azul. Essa estrada está toda aberta ou toda desviada, porque a obra está parada. E isso está acarretando também sedimentos para o rio.

Precisamos de estudos para uma pavimentação ecológica – está aqui o nosso amigo Marcos – na Rodovia do Turismo e na São Geraldo. São apenas 33km, que praticamente margeiam o Rio Formoso; passam por pontes ou chegam muito próximo ao Rio Formoso. Ela vira, como o senhor falou, uma artéria ou, como a gente chama lá, uma calha: como chega, acaba sedimentando coisas. Se você fizer um projeto de pavimentação ecológica, com conservação do solo, você elimina praticamente 100% dos nossos problemas hoje em Bonito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Precisamos de políticas públicas eficientes para o meio ambiente. Como você expôs aqui também, já temos várias leis, precisamos só avançar nesse sentido.

E ao Ministério do Turismo quero dizer que precisamos de ajuda para melhorar a nossa imagem. Bonito foi jogado na lama. Reforce-se: isso não é verdade. Não é verdade! Acontecem problemas, que são isolados e são pontuais. Nós precisamos da ajuda do Ministério para voltar a nossa imagem com os rios cristalinos.

Neste momento, aproveito para convidar quem conhece e quem não conhece a visitar Bonito e a ver *in loco* tudo o que estou falando.

Quero dizer, Senador, que, em 2019, agora em janeiro, do Ministério do Turismo ganhamos o prêmio de povo mais hospitaleiro do Brasil, que está em Mato Grosso do Sul, em Bonito.

Obrigado.

Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do Sr. Guilherme Poli.

Solicito aos integrantes da Mesa que se sentem na primeira fileira, porque, de pronto, nós já vamos formar a 2ª Mesa.

Agradecemos a participação de todos.

Convido o Sr. Luciano Muzzi Mendes, Presidente de Conselho da Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias; Sra. Larissa Rodrigues Peixoto, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Produtivo do Ministério do Turismo, representando neste ato o ministério; Sr. Maurício Saito, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso do Sul (Famasul); e o Sr. Rogério Beretta, Superintendente de Ciência e Tecnologia, Produção e Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar.

Informo a todos que estão participando da audiência, e também de forma interativa, que as palestras ora proferidas bem como o vídeo que foi exposto pelo Sr. Augusto Barbosa Mariano encontram-se no *site* das Comissões, descritos na audiência pública em conjunto.

Passo a palavra ao Sr. Luciano Muzzi Mendes, Presidente de Conselho da Fundação para Pesquisa e Difusão de Tecnologias Agropecuárias.

V. Sª dispõe de dez minutos.

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Nelsinho e agradecer pelo convite de poder estar aqui conversando um pouco e trazendo algumas sugestões para que a gente possa evoluir nesse processo de conservação do solo e de manutenção da conciliação dos atrativos turísticos e da agropecuária nos Municípios de Bonito, Jardim, Bodoquena e afins.

Nós somos uma empresa privada de pesquisa criada, em 1992, com o objetivo de difundir o sistema de plantio direto no Estado do Mato Grosso do Sul. Desde então a gente vem trabalhando com esse sistema, desenvolvendo as tecnologias, as técnicas para que os produtores possam aplicar isso. A nossa pesquisa é uma pesquisa aplicada, de tal forma que os produtores possam usar isso no seu dia a dia, melhorando a sua produtividade, aumentando a sua rentabilidade e buscando sempre a conservação dos solos.

Hoje nós temos 15 unidades de pesquisa esparramadas nos principais Municípios produtores do Estado de Mato Grosso do Sul. São mais de 2 milhões de hectares influenciados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela pesquisa gerada pela Fundação MS. A gente coloca no campo mais de 28 mil parcelas de ensaios, nos quais geramos os nossos resultados e transferimos isso para os produtores do Mato Grosso do Sul.

Esse é um sistema de produção preconizado pela nossa Fundação, que é o sistema de sucessão soja-milho safrinha ou soja-pecuária, dentro do modelo de integração lavoura-pecuária, no qual, nos meses de setembro a novembro, a gente estabelece o plantio sobre uma palhada de gramínea, com o solo totalmente coberto. A cultura se desenvolve, e, depois, após a colheita da soja, a gente entra com o plantio de milho consorciado com pastagens ou pastagem solteiras, que a gente possa utilizar com a pecuária. A partir da colheita do milho, com a palhada que sobra, o solo fica 100% do tempo do ano coberto. Apenas durante o período de pré-plantio, quando a gente desseca essa palhada, é que a gente não tem cobertura verde. Então, o objetivo é de fato a gente levar o ano inteiro uma cobertura verde, quer via exploração pecuária, quer via exploração agrícola, para que a gente tenha sempre 100% do solo coberto. E a gente entende que essa é uma prática extremamente conservacionista, como a gente vai poder ver em alguns dados.

Eu queria mostrar para vocês esse vídeo feito pela Embrapa durante o Showtec. Ele explana um pouco da questão da cobertura.

O volume, você consegue aumentá-lo um pouquinho ou não? *(Pausa.)* Acho que ele está baixo originalmente.

A gente podia dar sequência... Aí, passou.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – O vídeo está baixo, mas vamos entender: esse é um pesquisador da Embrapa Agropecuária Oeste. Ele está fazendo uma simulação de chuva daquele equipamento que está ao fundo lá. Embaixo daquele equipamento, há bandejas que simulam a situação de plantio com palhada, plantio sem palhada, plantio na pendente – morro abaixo, como a gente chama – ou plantio em nível. Então, ele simula chuva em cima dessas bandejas, e a água que escorre ou que sobra, que não é infiltrada, escorre e é captada dentro de uns baldes que a gente vai poder analisar.

O que ele quer mostrar é que a gente, com algumas técnicas, consegue minimizar de forma imensa a quantidade de água que escorre do nosso sistema de produção. Quando ele coloca... Ele vai apresentar os baldes aí. Essas são as bandejas com a palhada, simulando a chuva em cima, com as bandejas que não estão com cobertura, e a água escorrida é captada dentro do balde. A gente observa que, quando você implanta o sistema de plantio direto, a quantidade de água e sedimento que escorre para fora da sua área de produção é muito pequena.

Esse é o objetivo de a gente difundir ou implantar um plantio direto de qualidade, para que se possa minimizar o escoamento e a deposição dos sedimentos que a gente tem com o escoamento superficial. Ali os baldes mostram isso: os baldes da direita são sem palhada, os baldes da esquerda são com palhada. Além de a água estar mais clara, mostrando que você não tem tanto carreamento de sedimentos, o volume de água que escorre é muito menor. Então a gente tem de fato uma... A gente consegue minimizar a quantidade de água que sai das nossas áreas com esse tipo... E aqui não há curva de nível, não há nada; é só com palhada e sem palhada. Esse é o fundamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse trabalho da Embrapa, feito pelo pesquisador Hernani, mostra exatamente isso: quando você compara – GP é preparo com grade pesada, PD é o plantio direto –, a redução de sedimentos ou de perda de solo que a gente tem com a implantação do sistema é bastante grande, e isso faz com que a gente tenha, de fato, uma conservação de solo interessante. Isso é conhecido, essa é uma técnica extremamente difundida, foi criada desde o final dos anos 70, então está bastante difundida.

Eu gostaria de trazer um exemplo para vocês, que é muito parecido com o que acontece em Bonito, só que ele é da geração de energia.

Esse trabalho foi feito pela Itaipu Binacional. No momento da construção da Usina de Itaipu, eles mediram a quantidade de sedimentos que descia no Lago de Itaipu e viram que a quantidade de sedimentos era tão grande que eles perderiam o investimento ou teriam que ter uma recuperação do lago em um tempo muito inferior ao que eles vinham preconizando. Então, eles iniciaram um trabalho de conscientização dos produtores, e vejam a redução drástica de 1974, quando se iniciou a construção da Itaipu, nos idos da construção da Itaipu Binacional, para 1977, simplesmente – porque aqui o plantio direto ainda não estava divulgado – utilizando técnicas de conservação do solo. E aí nós estamos falando de terraceamento, nós estamos falando de terraço de base embutida; toda a questão que envolve a conservação do solo.

Essa redução, até 2002, final dos anos 90 para 2002, foi com a implantação do plantio direto naquelas bacias do Paraná. E o que se notou, no final dos anos 90, foi que simplesmente se precisava evoluir dentro do sistema de plantio direto para que a conservação ficasse ainda maior. Portanto, nós temos já um caso de deposição de sedimentos que acontecia e que foi trabalhado para que se pudesse minimizar o efeito dessa deposição dos sedimentos dentro do lago de Itaipu Binacional.

E como eles fizeram isso? Eles criaram, juntamente com a Federação de Plantio Direto e com a Embrapa, um indicador da qualidade – que é participativa, por isso se chama IQP – do sistema de plantio direto. Eles vão às propriedades, fazem um levantamento daquela situação e fazem uma avaliação da qualidade do plantio direto daquelas áreas, daqueles produtores e plotam isso dentro de um sistema georreferenciado. Então, o interessado consegue olhar e enxergar como é que está a qualidade do plantio daquela propriedade, daquele produtor, daquela gleba. Com isso, ele pode trazer soluções ou melhorias...

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – ... ou colocar as melhorias que são necessárias para que o produtor possa evoluir dentro desse processo. Porque esse é um processo que não para, é um processo de evolução constante; nós estamos sempre pesquisando. A gente fala que a pesquisa é feita de verdades transitórias, quer dizer, o que vale hoje pode não valer amanhã. Então, a gente precisa estar sempre evoluindo nesse sentido.

Senador Nelsinho, essa é uma prática, essa é uma tecnologia que já está consagrada. Foi criada pela Federação de Plantio Direto, pela Embrapa, e está sendo aplicada em Municípios do Paraná com o objetivo de reduzir a quantidade de sedimentos que vão para o Lago de Itaipu. Recentemente, no final dos anos 90, eles detectaram que Itaipu tinha uma vida útil de 130 anos. Iniciaram o processo, e hoje, no último levantamento, em 2014, a vida útil de Itaipu está em 170 anos. Então, há um ganho bastante expressivo dentro desse modelo de produção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu tinha para trazer era isso.

Quero dizer para os senhores que nós da agropecuária temos, sim, soluções para que possamos conviver de uma forma bastante interessante, a produção agropecuária com o turismo e com o meio ambiente dos diversos Municípios do Brasil.

Era o que eu tinha para trazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Sr. Luciano.

De pronto, passo a palavra à Sra. Larissa Rodrigues Peixoto.

Antes, eu gostaria de passar a Presidência ao nobre Senador Jaques Wagner. Terei que ir aqui, à Comissão ao lado, apenas para abrir a reunião, porque sou Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

A senhora pode ir se preparando. *(Pausa.)*

A SRA. LARISSA RODRIGUES PEIXOTO – Bom dia, pessoal. Meu nome é Larissa Peixoto e estou aqui representando o Ministério do Turismo. Estou hoje na Diretoria de Desenvolvimento Produtivo.

Primeiro, quero cumprimentar a Mesa e agradecer ao Senador Nelsinho e ao Senador Jaques Wagner por esse convite. Nós ficamos muito honrados em compor essa discussão tão importante, tanto para Bonito quanto para a questão do desenvolvimento até do País, em que a gente tem a oportunidade de discutir soluções que podem ser replicadas em outros destinos.

O turismo, por meio do ministério, está bem sensibilizado com essa questão de Bonito. Podem contar com a gente, Guilherme, Augusto, Marcos do ICMBio. Queremos, sim, compor essas discussões para alcançarmos o equilíbrio entre todas as atividades. Nós acreditamos que elas se completam e são extremamente relevantes para o desenvolvimento da região também.

No tocante ao turismo, o Brasil tem o privilégio de ocupar o primeiro lugar no *ranking* de recursos naturais, conforme o Fórum Mundial Econômico do Turismo. E Bonito é um dos *cases* de grande sucesso no Brasil. Como já dito até pelo Guilherme, é detentor de um riquíssimo potencial turístico: 46 atrativos turísticos, o destino hoje compõe; já recebeu por 15 vezes o prêmio de Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil. Então, é inegável o potencial turístico que nós temos ali na região.

Em Bonito, também, 84% dos turistas são motivados pelo ecoturismo e turismo de aventura, o que reforça cada vez mais a importância de a gente trabalhar a conservação, sim, desses atrativos; e mais de 70% da mão de obra é empregada por meio de aproximadamente 300 empreendimentos turísticos. Então, hoje o turismo representa uma grande cadeia e um grande setor ali naquela região. Por isso, a gente tem de trabalhá-lo, sim, de forma sinérgica.

O MTur já investiu, desde a sua criação, mais de R\$15 milhões em obras de infraestrutura. Nós temos diversos projetos que atuam em Bonito. Nós entregamos 15 obras, de 2013 até este ano, e pretendemos trabalhar, sim, de acordo com as necessidades, acompanhando o governo local, trabalhando esse diagnóstico para saber de fato do que Bonito está precisando, em relação ao apoio do ministério, porque nós estamos bem sensibilizados quanto a essa questão.

Nós trabalhamos já, no âmbito do Prodetur, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável na região, o Plano de Marketing de Bodoquena. Nós trabalhamos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Avaliação Ambiental Estratégica do Polo de Bodoquena também, dentre outros programas em que o ministério hoje atua, como *marketing*, programa de qualificação e outros programas.

É importante também ressaltarmos que uma área relevante para o turismo não é só quantificada pelo número de atrativos turísticos, mas, sim, pela qualidade desses atrativos. Por isso, nós entendemos ser importante, sim, essa discussão junto à área da agricultura, junto ao setor da agropecuária, a discussão também com o Município, com a população local, para a gente entender esses entraves e poder atuar de forma integrada e cooperada, reconhecendo a importância de Bonito para o Brasil.

A nossa intenção é, de fato, direcionar os esforços para que atuemos juntos buscando a solução dessa problemática enfrentada, buscando sinergia entre os diversos ambientes e as diversas atividades econômicas ali empreendidas, reconhecendo a importância de cada uma para o desenvolvimento. O Turismo faz parte, sim, desse desenvolvimento, mas ele também entende a importância de cada uma das atividades ali empreendidas, e por isso estamos à disposição para compor as discussões, compor essa força-tarefa, junto com o ICMBio, o MMA, o Ministério da Agricultura, para poder trabalhar de fato, de forma coordenada, uma solução para essa problemática enfrentada.

A gente sabe... Como o Guilherme disse, nós não temos ainda dados que revelem uma queda significativa no número de visitas causadas por esses problemas enfrentados, mas sabemos que pode ser que isso aconteça em momento breve. Por isso, nós acreditamos, sim, nessa força-tarefa, nessa cooperação.

Queremos agradecer a todos os palestrantes aqui. Tem sido uma discussão muito produtiva, e acredito que estão todos imbuídos de um mesmo propósito, que é, de fato, encontrar soluções viáveis para o caso de Bonito. Então, queremos agradecer a todos e colocar-nos à disposição para cooperar com o destino Bonito, inclusive por meio do *marketing* e promoção. Parabéns pelo destino também aos representantes de Bonito.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agradeço as palavras da Sra. Larissa Rodrigues, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Produtivo, e passo a palavra ao Sr. Maurício Saito, Presidente da Famasul.

O SR. MAURÍCIO SAITO – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Senador Jaques Wagner. Na sua pessoa, agradeço ao Presidente, o Senador Nelsinho, que convocou esta audiência pública aqui no Senado Federal. O assunto é de extrema relevância, não só para o Município de Bonito, para o Estado de Mato Grosso do Sul e para o nosso País: esta também é uma oportunidade para que nós possamos desmistificar alguns conceitos que, equivocadamente, saíram na imprensa e que motivaram esta audiência pública aqui no Senado Federal.

Inicialmente, quero saudar o meu Diretor Financeiro, Marcelo Bertoni, e, ao fazê-lo, saudar todos os cidadãos sul-mato-grossenses, e bonitenses especificamente, que aqui hoje estão nesta audiência pública.

Quero fazer uma apresentação breve em relação à importância da agropecuária nacional. Primeiramente, quero deixar muito claro que não há nenhuma intenção de trazer qualquer tipo de conflito às questões ambientais que aqui estão sendo discutidas; muito pelo contrário. A evolução da nossa agropecuária depende muito da ciência. E aqui eu quero fazer referência à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apresentação daquele que me antecedeu, o presidente da Fundação MS, destacando a grande importância que a ciência tem, para o Estado do Mato Grosso do Sul, na implementação de novas tecnologias de produção sustentáveis pelos nossos produtores rurais.

Primeiramente, esta é uma tela muito rápida – não vou ficar preso a esses números –, só para dizer que tivemos um aumento de 70% de área no nosso País, de 1977 para a safra passada, de 2017-2018, com aumento de produtividade de 250% e um aumento de produção de 500%. Se formos pensar ambientalmente, temos economizado 150 milhões de hectares em abertura de áreas para a produção. O incremento de tecnologia fez com que aumentássemos a produtividade e pudéssemos poupar esses 150 milhões de hectares no País.

A nossa expansão no Centro-Oeste é mais significativa: com a base em 1990, na Região Centro-Oeste, que é essa linha cinza, nós tivemos um aumento de sete vezes; e, se formos pegar um dos Estados que compõem o nosso Centro-Oeste, que é o Mato Grosso, veremos que houve um aumento de dez vezes em relação a 1990.

Quero falar também daquilo que é realizado pelo setor agropecuário. Nós somos o primeiro em produção e exportação de laranja; primeiro em produção e exportação de açúcar; carne de frango, segundo em produção e primeiro em exportação; soja, segundo em produção; milho, terceiro em produção – no caso da soja, primeiro em exportação –; e carne bovina, segundo em produção e primeiro em exportação. Essa é a demonstração da importância da agropecuária, não só para o nosso País, mas também para o mundo.

E por que eu digo isso? Porque, se formos pensar na questão social, nós tivemos, tendo como base janeiro de 1995 e janeiro de 2019, um aumento da possibilidade de aquisição, baseada em salário mínimo, pela população brasileira, partindo de um para dois, quer dizer, houve a possibilidade de o nosso consumidor, dentro do País, ter uma cesta básica muito mais acessível, a partir dos sistemas de produção efetuados pelos nossos produtores rurais, que trazem como consequência também uma melhoria social. Esse é um dos exemplos, um dos indicadores baseados em salário mínimo.

Além disso, há algo que eu gosto muito de destacar: a nossa participação dentro do contexto de uma área territorial brasileira. Nós temos hoje 30% que são vinculados à atividade agropecuária, que é essa parte da *pizza* – infelizmente, eu não estou conseguindo colocar na tela o indicador aqui –, 30% das nossas produções em relação à totalidade da área do nosso País. Disso, nós também temos 66% de áreas de vegetação nativa preservadas pelo produtor brasileiro. O que eu quero demonstrar? Mais uma vez, não quero colocar nenhum tipo de antagonismo, mas é para dar clareza à importância, Senador Nelsinho, da atividade agropecuária nacional, certo? Esse trabalho foi realizado pela Embrapa Territorial. Então, quer dizer, não somos nós do setor produtivo que estamos dizendo isso, e, sim, a Embrapa Territorial. E lembro que, um ano após a edição desse estudo, também a Nasa fez a mesma constatação em relação às áreas de utilização e também de preservação do nosso País.

E por que estou fazendo todas essas referências anteriores? Para pensar que o Brasil tem uma importância significativa, não só na manutenção dos números econômicos, na manutenção do aspecto social, mas na responsabilidade que nós temos em relação ao nosso Planeta, que é a possibilidade de entrega de alimentos, porque, segundo a FAO, em 2050, nós teremos uma demanda de alimentos 70% superior à produção atual. Lembro que, desses 70%, a FAO considera que do Brasil sairão 50%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso para dizer também, Senador Nelsinho, que o que pôde fazer com que o produtor pudesse levar esses números de excelência em produção e conservação, produção com sustentabilidade e conservação, foi o trabalho da comunidade científica. E é isso que nós temos à disposição hoje. Nós temos já tecnologias de produção suficientes para tentar resolver esses problemas pontuais que têm acontecido no Municípios de Bonito.

Eu quero aqui, Augusto, Secretário de Turismo de Bonito, parabenizá-lo pela fala, porque esse também é o propósito do setor produtivo: conciliação para encontrarmos juntos um caminho para esse problema que nós estamos tendo em Bonito pontualmente.

Seguindo o raciocínio do Guilherme, de 2017 para cá, nós tivemos um problema de alterações climáticas que foi significativo e, logicamente, por mais preparo que houvesse, não se teria como controlar a totalidade dessas alterações climáticas que aconteceram de 2017 para cá.

Quero fazer algumas considerações em relação às falas anteriores. Primeiro, em relação ao Secretário Augusto.

Nós temos, Augusto, menos de dois mil hectares de problemas urgentes segundo V. Sa. E nós temos, no Município de Bonito, mais de 50 mil hectares de plantio, que são muito bem desempenhados pelos produtores rurais. Essa colocação, volto a reforçar, não é com a intenção de fazer o "nós contra eles". Não é isso! É para demonstrar que, muitas vezes, há uma falha de comunicação, que, infelizmente, faz com que todos os atores envolvidos no Município de Bonito comecem a conflitar desnecessariamente.

Também quero fazer uma consideração em relação à sua fala, Guilherme, sobre a sua preocupação em como o Município vai conseguir sustentar essa maior carga de turismo que existe dentro de Bonito. Não é só a questão do sistema de produção, não é só a questão do que existe hoje de possibilidade de saneamento dentro do Município, mas, mais do que tudo, a necessidade de investimentos por parte do Poder Público, seja ele municipal, estadual ou federal, para que possamos encontrar alternativas que sejam viáveis para todos os sistemas envolvidos lá no nosso Município.

Eu fiz algumas considerações em relação à apresentação anterior para destacar o seguinte. Se formos pegar o Brasil, com aqueles números de 66% de preservação da vegetação nativa, temos também, no Mato Grosso do Sul, de remanescentes, 31% – isso lá no Estado de Mato Grosso do Sul –, um trabalho que é realizado pelo setor produtivo – que fique claro, Senador Nelsinho: o setor produtivo, junto com o Governo de Estado –, para fazer o mapeamento de uso e ocupação de solo dentro do nosso Estado, para que nós tenhamos, com bastante acurácia, o que existe dentro do nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Então, nacionalmente, 66%; lá no Estado, 31% de remanescentes – só falando de remanescentes –; e, no Município de Bonito, nós temos ainda a permanência de 42% da nossa vegetação nativa preservada. Isso é de extrema relevância em qualquer discussão.

Gostei muito, Guilherme, quando você falou que, quando existe a possibilidade de turismo, ela se deve ao produtor rural. Isso não é nenhum tipo de falácia; de fato, acontece isso. O produtor rural é que pôde levar as suas propriedades – e os números de preservação demonstram isso – para que o turismo pudesse acontecer também no Município.

E aí as nossas preocupações, Senador Nelsinho, são exatamente porque consideramos que há uma necessidade de sensibilização por parte do Poder Público, e aí uma atuação efetiva





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Câmara Federal e também do Senado Federal, na tentativa de resolução desses problemas pontuais.

Por último, eu quero fazer uma pequena imagem da segunda apresentação, por favor.

Isto aqui é para que os senhores também possam ter o entendimento de qual é o problema que vivenciamos lá enquanto setor agropecuário. Nós somos muitas vezes apontados... Senador Nelsinho, o senhor não estava no início da minha fala, mas eu fiz uma consideração de que esta audiência pública foi também provocada por uma reportagem que saiu em nível nacional, levando ao nosso setor uma penalidade que é injusta. E aqui uma demonstração muito clara: essa foto é de 1996; está ali, olhe, circundado ali pelo amarelo, para demonstrar claramente que, desde sempre, houve turbidez dentro dos rios; desde sempre, houve carreamento de sedimentos aos rios. Isso é uma demonstração clara de que talvez o que haja hoje, sim – e nós reconhecemos isso –, seja uma necessidade de atualização do nosso sistema de produção, mas sempre colocando o setor produtivo como um protagonista nesse trabalho. A participação da pesquisa é algo que o setor produtivo sempre busca. E por isto essa imagem: para que todos nós da sociedade brasileira, e não só de Mato Grosso do Sul, tenhamos como conceito que não é o produtor rural que causa turbidez nos rios. Temos, sim, problemas pontuais; temos, sim, que reconhecer cada qual, cada segmento, as suas responsabilidades.

E nos colocamos à disposição. Como sugestão, Senador Nelsinho, nós temos trabalhado intensamente com o Governo de Estado nesse projeto a partir do decreto estabelecido pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, e nos colocamos, de antemão, à disposição do Governo de Estado para trabalhar, para compartilhar o conhecimento para que o produtor também possa ter a possibilidade dessas adoções necessárias de tecnologia dentro de suas propriedades. E aqui colocamos o sistema Famasul-Senar à disposição.

Por fim, quero fazer um agradecimento muito especial à Fabíola da CNA e também ao João da CNA, que nos têm dado um suporte muito grande. A Confederação Nacional da Agricultura nos tem dado um suporte muito grande para que possamos comunicar melhor à sociedade todo o bom trabalho que é realizado pelo setor agropecuário sul-mato-grossense brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do nosso Presidente da Famasul, do Estado de Mato Grosso do Sul, Sr. Maurício Saito.

Passo a palavra agora ao Sr. Rogério Beretta, Superintendente de Ciência e Tecnologia, Produção e Agricultura Familiar da Semagro, para fazer sua exposição.

Antes, porém, registro a nobre presença do Vereador César Nogueira, do Município de Jardim, Município vizinho de Bonito.

Seja muito bem-vindo – como sempre participando das atividades que se referem à sua região.

Passo a palavra ao Sr. Rogério Beretta.

O SR. ROGÉRIO BERETTA – Bom dia a todos!

É uma satisfação muito grande estar aqui participando desta audiência pública. E aproveito para agradecer, em nome do Governador Reinaldo Azambuja e do Secretário Jaime Verruck, a oportunidade que o Senador Nelsinho Trad nos dá de poder relatar aquilo que está sendo realizado pelo Governo de Estado nessa região – não nesse Município, porque, na verdade, a região abrange três Municípios, que são os de Bonito, Bodoquena e Jardim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe aqui para vocês – rapidamente – um pouco da cronologia dos fatos que aconteceram a partir das chuvas intensas de novembro, quando houve aquela notícia do carreamento de barro para os rios, causando essa turbidez que foi relatada aqui por várias pessoas.

Então, desde o começo, já o Governo de Estado criou um comitê de ações emergenciais. Isso já na época, em novembro de 2018. Em dezembro de 2018, o Secretário Jaime Verruck já participava de audiência pública na região de Bonito para esclarecer quais seriam as medidas que deveriam ser tomadas pelo Governo.

Ainda em dezembro de 2018, em 13 de dezembro de 2018, imediatamente o órgão do Estado de conservação de estradas inicia um trabalho de contenção de água de enxurrada para preservar os rios de Bonito.

No dia 23 de janeiro já trazíamos um grupo de técnicos da Universidade de São Paulo com ampla experiência em manejo e conservação de solo para fazer um diagnóstico dessa região. Aí, a presença, inclusive, de técnicos do Governo e de técnicos da Agraer que trabalham na região de Bonito.

Após essa visita, o nosso grupo de trabalho da região identificou que, na verdade, o problema é diversificado. Não existe um problema, uma causa. Vocês podem ver no diagnóstico do número de ocorrências e problemas na região de Bonito: a gente tem um índice alto de problemas com estradas, tanto municipais como internas. Obviamente, a gente tem alguns problemas oriundos de lavoura, mas em escala bem menor. Há problemas de pastagem degradada, problemas de rodovia, problemas de mata. O que são problemas de mata? A gente consegue identificar pontos de turvamento causados por trilhas de animais ou mesmo por trilhas de turismo.

Então, o que o Governo do Estado identificou é que nós tínhamos uma complexidade muito grande dentro da região de Bonito. E nós optamos por trabalhar ações emergenciais naquilo que estava causando maior impacto e que deveria ser tratado imediatamente.

Nesse aspecto, o Governo de Estado editou um decreto que regulamenta a obrigatoriedade da apresentação de um projeto de manejo e conservação de solo para todas as ações de movimentação de solo. Digo isso porque isso não se restringe às ações de movimentação de solo dentro das propriedades rurais, mas também às ações de movimentação de solo na abertura e conservação de estradas, às ações de movimentação de solo na abertura de loteamentos, tanto urbanos quanto rurais, em obras de engenharia em que houver a necessidade de trabalhos de terraplanagem, porque entendemos que isso é o que está causando aquilo que nós consideramos como o mais grave para o turismo de Bonito.

Nós entendemos, como Governo, que nós temos que atuar na proteção de todos os segmentos da economia propiciando condições para que tenhamos um desenvolvimento sustentável. É essa a bandeira do Mato Grosso do Sul, e vocês podem ver que, até dentro da Secretaria, agricultura, turismo, comércio e meio ambiente trabalham de mãos dadas, porque nós entendemos que é assim que tem que ser.

O desenvolvimento de qualquer área provoca um desequilíbrio até mesmo quando se trata de população de animais em desequilíbrio. E o decreto disciplina a necessidade de apresentação de projeto de manejo e conservação de solo e água para atividades que demandem ações de mecanização de solo, e aí dentro das bacias do Rio Formoso e do Rio da Prata. Isso é o que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos fazendo de forma pioneira e propositiva. Por que de forma pioneira e propositiva? Porque nós definimos e instituímos a criação da Câmara Técnica, uma câmara com representação das quatro instituições do Governo – a Semagro, que é responsável pela agricultura, a Agraer, que é a responsável pela assistência técnica no campo, o Imasul, que é o órgão ambiental do Estado, a Agesul, que trata de conservação das estradas –, contamos com a participação de um representante da Famasul, um representante da Embrapa, um representante da Fundação MS, que, no caso, é o nosso Presidente Luciano Mendes, que está aqui, na Mesa, e um representante da Prefeitura de Jardim e de Bonito, que estão atingidas, então, por essa câmara técnica.

A Semagro já instituiu essa câmara técnica, já foi publicada, nós temos todas as pessoas já indicadas para um mandato de dois anos, e fizemos a proposta de que os trabalhos apresentados à Câmara Técnica serão analisados e retornados num prazo máximo de 60 dias, porque nosso objetivo não é atrapalhar nenhum empreendimento, seja ele rural ou urbano, que for apresentado.

Dentro das nossas atribuições, queremos elaborar termos de referência de boas práticas agronômicas, e aí contamos com uma infinidade de técnicos tanto da Embrapa – Mato Grosso do Sul possui três Embrapas –, das fundações... Nós estamos trabalhando conjuntamente com a Embrapa Solos do Rio de Janeiro, que tem já realizado o zoneamento agroecológico com todos os perfis de solo dessas regiões, e pretendemos elaborar esse conjunto de práticas conservacionistas, que vão servir como um termo de referência para os trabalhos da Câmara Técnica, e ainda há intenção forte de trabalhar essa Câmara Técnica fazendo o acompanhamento da execução dos projetos de manejo e conservação do solo, de modo que a gente possa orientar e prevenir futuros acidentes que possam prejudicar outros setores da economia.

Aqui, a composição da Câmara Técnica, todos já nomeados em *Diário Oficial*. E aí, após todas essas ações, estivemos presentes já em Bonito, em reunião com a Prefeitura de Bonito, de Jardim e de Bodoquena, onde estivemos apresentando todas as ações já implementadas e comentando, já dentro desse trabalho, a complexidade que é a região de Bonito, uma região com meio ambiente frágil, uma região com crescimento urbano muito forte, como disse o Secretário Augusto, uma região com crescimento de turismo muito grande, um crescimento de 80 para 240 mil visitantes, um crescimento da agricultura também presente e uma intensidade de mudanças climáticas que está causando aí toda essa nossa dificuldade de fazer previsões.

Bonito tem ainda outra coisa que nós temos que considerar: Bonito tem uma situação de rios subterrâneos que provoca muita dificuldade de saber, no momento em que o rio desaparece num ponto e surge em outro ponto, de onde é que está vindo o sedimento, para onde é que está indo, onde é que essa água vai brotar novamente – há um aparecimento muito grande de dolinas. Então, realmente, nós temos um meio ambiente frágil, mas nós temos que trabalhar com essa situação.

Quais são as ações que nós já estamos propondo para Bonito? Nós já temos um agendamento de curso para operadores de máquinas da prefeitura, para auxiliar no trabalho de conservação e manutenção de estradas. Nós já fizemos esse curso em Novo Horizonte do Sul, que foi outra região em que nós tivemos um problema e já precisamos atuar. Nós estamos planejando agora um programa por pagamento de serviços ambientais e queremos premiar os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores e os proprietários rurais que trabalhem com boas práticas agronômicas que preservem o meio ambiente.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO BERETTA – Essa é uma intenção.

Nós queremos trabalhar com tecnologias modernas, porque hoje nós não temos como fazer de outra maneira. E existem diversas tecnologias modernas para que a gente possa, então, avançar nesse aspecto em Bonito.

Por último, Senador, uma solicitação de apoio. Como o Secretário Augusto e o nosso amigo Guilherme já falaram, trata-se de uma solicitação de apoio do Governo do Estado para que a gente consiga executar as ações em Bonito. Não são novidade para ninguém as dificuldades financeiras de todos os Estados, e Mato Grosso do Sul também precisa desse apoio para que a gente possa, como, por exemplo, na solicitação 1, aprovar o plano de ação que já está na Sudeco, solicitando R\$5 milhões para adquirir patrulha ambiental mecanizada, que justamente visa auxiliar no manejo e conservação de solo das estradas de Bonito, evitando problemas de turvamento, já que o maior índice de turvamento é causado nas estradas do Município.

Solicitamos recursos, apoio para conseguir recursos, para um trabalho de pagamento por serviços ambientais, estimulando, com isso, os produtores a adotarem práticas conservacionistas dentro do seu processo produtivo.

É importante o aporte de recursos também, como dito pelo Secretário Augusto, para a área urbana de Bonito. Nós temos o rio que passa dentro da cidade, com pessoas morando em áreas de APP, e nós precisamos trabalhar e retirar essas pessoas, dando um exemplo a partir desse rio, desse local, que é estratégico, porque essas águas todas vão para o Rio Formoso.

Nós também necessitamos de recursos para ampliar o nosso viveiro de mudas e, aí, poder fazer um programa de recuperação de APP nas áreas do Rio da Prata e do Rio Formoso, onde houver necessidade de recuperação de APP.

Isso digo por quê? Vocês ouviram o Secretário falando que Bonito tem mais de 45% de área de florestas preservadas.

Então, essas são as ações que Mato Grosso do Sul já tomou, apenas para comunicar, democratizar a informação, e contamos com a participação de todos, como já contamos com a de vários técnicos, mas toda ajuda para a preservação da nossa economia e das nossas belezas naturais é muito bem-vinda.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do Sr. Rogério Beretta, da Superintendência de Ciência e Tecnologia, Produção e Agricultura Familiar, da Semagro.

Nós temos aqui a participação interativa das pessoas que assistem à TV Senado ou através do portal e-Cidadania. Eles participam através do *site* www.senado.leg.br/ecidadania ou mesmo pelo telefone 0800 61 2211.

Então, nós temos aqui algumas participações. Eu vou lê-las e, aquele que se sentir apto a responder, que se manifeste e terá dois minutos para a resposta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Rose Mary, lá do Mato Grosso do Sul: "Onde estão os planos de bacias hidrográficas? Os Municípios (Bonito e Jardim) possuem Planos Diretores? [Com isso, dá para] Garantir uso múltiplo [e aí, sim,] é [uma] função pública".

Quem pode responder essa?

Então o Rogério vai responder essa.

Izadora Miranda: "Qual seria o meio mais eficaz e rápido para parar o avanço da poluição dos rios e preservar esse patrimônio natural?" Ela é lá do Mato Grosso do Sul também.

Augusto vai responder essa.

Então, Rogério, Augusto.

Claudete Boza, lá do Paraná: "As leis não são criadas para a defesa individual de um Município. Então, que seja obrigatório curvas de níveis com bacias fluviais".

Alguém quer comentar essa?

Luciano.

Paulo Fernando, do Rio de Janeiro: "As fazendas deveriam seguir um modelo de fazenda vertical, pois assim poupariam espaço".

Maurício vai responder essa.

João Francisco – para terminar –, do Rio Grande do Sul: "O impacto em áreas de preservação ambiental do Município de Bonito, Mato Grosso do Sul, é um grave desrespeito ao meio ambiente e à Nação".

Quem pode comentar essa?

Marcelo.

Então, passo a palavra, por dois minutos, para a resposta à Sra. Rose Mary. Quem vai responder é o Sr. Rogério.

Refaço a pergunta: "Onde estão os planos de bacias hidrográficas? Os Municípios de Bonito e Jardim possuem planos diretores?"

O SR. ROGÉRIO BERETTA – Bom, em relação a planos e bacias hidrográficas, é importante dizer que o Mato Grosso do Sul está terminando de elaborar a sua lei de manejo e conservação do solo e água.

Existe já a previsão legal da necessidade do uso correto do manejo do solo e da água. O problema é que esse uso correto do solo e da água é obrigatório e causa uma penalidade no momento em que esse não manejo ou a falta do manejo causar um problema ambiental. O que queremos agora, e estamos avançando, é trabalhar com ações que estimulem a preservação, e não que multem após a criação de um dano.

Em relação aos Municípios de Bonito e Jardim, se existem planos de microbacia, eu não sei responder. Pode ser que o Secretário Augusto nos esclareça isso, mas é importante dizer o avanço que o Mato Grosso do Sul vem fazendo nessa questão de microbacias.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos passar agora à pergunta da Izadora Miranda, também do Mato Grosso do Sul. Quem responde é o Sr. Augusto Mariano: "Qual seria o meio mais eficaz e rápido para parar o avanço da poluição dos rios e preservar este patrimônio natural?"

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Bom dia, Izadora. É uma satisfação poder responder sua pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que precisa são recursos. São cinco coisas: vontade política, tempo, profissionais habilitados, dinheiro e equipamento apropriado. Com essas cinco coisas, que nós temos hoje de forma convergente, nós resolveremos.

Senador Nelsinho, nós temos hoje um projeto protocolado na Sudeco de R\$8 milhões, aprovado desde 27 de dezembro do ano passado, que contempla exatamente essas ações, programa de análise socioambiental integrado para o território de Bonito, sensibilização e mobilização social integrada, seleção de áreas para recuperação ambiental, plantação de viveiro florestal com capacidade de produção de 200 mil mudas/ano, projeto de recuperação e manutenção de áreas degradadas de 300 hectares. Com isso, nós temos apenas 2 mil hectares de intervenções emergenciais, a curtíssimo prazo, e 8 mil, a médio e longo prazo. Com esses recursos associados, aqui o Governo do Estado tem feito mais...

(Soa a campainha.)

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – O que o Município também tem feito? Com as intervenções nas nossas estradas, com as caixas de retenção, com os murundus, com os terraços, nós vamos reduzir, drasticamente, a canalização dessas águas que vêm das áreas antropizadas e, através das estradas, vão para os nossos rios.

Então, é preciso essas coisas, e contamos muito com o seu apoio.

Ah, temos plano diretor de microbacias, sim.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a resposta dada pelo Sr. Augusto à pergunta da Sra. Izadora.

Agora vamos à pergunta da Sra. Claudete Boza, do Paraná. Quem vai responder é o Sr. Luciano: "As leis não são criadas para a defesa individual de um [só] Município. Então, que seja obrigatório curvas de níveis com bacias fluviais."

Qual o seu comentário? Dois minutos.

O SR. LUCIANO MUZZI MENDES – Quando a gente fala em conservação do solo, principalmente quando a gente está falando da conversão das áreas de pastagens em agricultura, onde, em algum momento, nós vamos ter a exposição do solo, é imprescindível a construção dos terraços. Então, não existe outra forma da conservação do solo que não seja através dos terraços, porque, em algum momento, nós vamos ter a exposição do solo. E o processo erosivo é feito em algumas etapas; são três etapas.

A primeira é quando a gota da chuva bate no solo e se desagrega, o que faz com que o sedimento fique mais fácil para ser carregado pela água da chuva. Então, quando você faz o terraço, você elimina o segundo componente do processo erosivo, que é a água ganhar a pendente, ganhar velocidade e depositar o sedimento em algum local ou até mesmo dentro dos rios. Então, na conversão, é imprescindível.

Quando a gente coloca plantio direto, que a gente coloca a palha...

(Soa a campainha.) **O SR. LUCIANO MUZZI MENDES** – ... a gente consegue fazer com que os terraços fiquem menores, e eles podem ter uma diferença de nível um pouco maior. Por quê? Porque a palhada auxilia no primeiro processo da erosão, que é o impacto da gota de chuva. Então, a gota de chuva, quando bate em cima da palhada, não desagrega o solo e dificulta o carregamento da água em alguns locais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, os dois componentes são extremamente importantes. A questão do terraceamento – e o plantio direto não elimina a questão do terraceamento –, é preciso haver o terraceamento. E o segundo: na conversão é fundamental o terraceamento, e um terraceamento bem dimensionado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Passamos agora à pergunta do Rio de Janeiro, do Paulo Fernando. Quem responde é o Maurício Saito: "As fazendas deveriam seguir um modelo de fazenda vertical, pois assim poupariam espaço."

Qual o seu comentário? Dois minutos.

O SR. MAURÍCIO SAITO – Paulo, só fazendo um pequeno comentário: talvez conceitualmente você tenha se equivocado em relação à pergunta. Uma fazenda vertical é aquela em que, teoricamente, nós teríamos a possibilidade de cultivos em edificações mesmo dentro da zona urbana, em prédios.

O comentário que eu tenho a fazer é que talvez a pergunta seria de intensificação de produção dentro da mesma área. Mas isso é exatamente o que o produtor rural tem feito nos últimos anos, mais uma vez valorizando aqui o tratamento desempenhado pela comunidade científica. Lembrar que a economia de 150 milhões de hectares, caso houvesse a mesma produção de 40 anos atrás, é um dado extremamente importante para demonstrar que a produtividade é que tem sido, sim, o modelo de trabalho por parte do produtor rural. Em qualquer atividade nós temos como eficiência a palavra chave. E essa eficiência nós temos diagnosticada com todos os números que já foram passados anteriormente pelo setor produtivo.

(Soa a campainha.)

O SR. MAURÍCIO SAITO – Quero destacar também, Senador, que quando se fala em intensificação de produção, nós temos que lembrar que as tecnologias que são adotadas hoje, inclusive o plantio direto, também estão associadas a algumas outras atividades: integração lavoura x pecuária; integração lavoura x pecuária x floresta. Tudo isso para demonstrar que na mesma área nós temos uma mudança de atividade que passa de um diferente nível de degradação para uma atividade que, além de ser economicamente mais produtiva, também é mais conservacionista.

Nós temos o Estado de Mato Grosso do Sul como exemplo do plantio direto exatamente porque somente no momento de conversão de uma atividade em outra é que utilizamos o plantio convencional. São traços de áreas com plantio convencional que são exatamente aquelas áreas que são de conversão de uma atividade improdutiva ou menos produtiva para uma atividade produtiva baseada em sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora a pergunta vem lá do Rio Grande do Sul. Quem vai responder é o Marcos de Castro.

João Francisco: "O impacto em áreas de preservação ambiental do Município de Bonito, no Mato Grosso do Sul, é um grave desrespeito ao meio ambiente é à Nação".

Pode comentar. Dois minutos.

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – Sr. João Francisco, obrigado pela participação. De qualquer forma, a questão da proteção ambiental, que está embasada na legislação, conta com a participação de órgãos na esfera municipal, estadual e federal





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justamente para poder acompanhar isso, além do Ministério Público, que acompanha a todos. Principalmente a sociedade é o fiscal nesse caso. E, qualquer que seja a atuação, havendo a infração, ou havendo um problema de desrespeito à legislação, o principal objetivo é buscar a solução adequada para aquilo. No caso da audiência de hoje, a gente conseguiu ver que a proporção do problema está demonstrada, a proporção ideal do problema foi demonstrada, as causas desse problema são diversificadas e existe um interesse comum de todos os agentes em solucionar o problema.

Por fim, existem alternativas viáveis técnica e legalmente para a solução. Então, eu acredito que seja positivo nesse ponto e agradeço a participação do Sr. João Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vereador César, é a última pergunta: Qual é a viabilidade de alteração da lei do limite das matas ciliares?

Quem poderá responder? *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO BERETTA *(Fora do microfone.)* – Eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Rogério Beretta. Dois minutos.

O SR. ROGÉRIO BERETTA – Bom, é importante dizer que, do nosso trabalho que está sendo feito aqui, nós estamos trabalhando diretamente na questão do uso, manejo e conservação do solo para atividades de uso múltiplo.

Não existe, por parte do Governo do Estado, nenhum trabalho nisso até porque a lei tem uma proposta, a partir do Deputado que propôs essa lei, e a gente entende que isso é um arranjo, que os setores produtivos do turismo devem conversar com a Assembleia e chegar, caso isso não esteja contentando algum setor, chegar a um consenso.

Da parte do Governo do Estado, nós estamos preocupados em tomar medidas urgentes, aquelas que são as ações prioritárias para evitar, prevenir novos problemas, está certo?

Então, nós entendemos que em questão de APP, de reserva legal, Bonito está muito bem atendida.

Também temos o entendimento muito técnico...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO BERETTA – ... de que a questão de áreas de preservação permanente, dentro de um contexto de água, trazendo a água com velocidade, sem manejo e conservação do solo, nós podemos aumentar para 50m, para 100m, para 150m que isso não vai impedir o turvamento das águas. É uma questão técnica de fácil comprovação, já que esse turvamento que aconteceu em novembro comprovou isso. A falta de manejo e conservação ao longo de toda encosta a montante é que causou... Qualquer outra dimensão de APP que estivesse ali, podia ser até 300m, 400m de APP que a água, obviamente, teria que chegar ao rio, e aí ela já viria trazendo sedimentos.

Então, a área de preservação permanente, nesse caso que nós estamos tratando... Primeiro, porque lá está bem atendido, e nos pontos em que houver necessidade a gente vai trabalhar com programa de pagamento de serviços ambientais e, segundo, porque tecnicamente não evitaria o que aconteceu, e a gente tem esse entendimento.

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Eu posso complementar?

O SR. MAURÍCIO SAITO – Senador, eu posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comentário, um minuto para cada um.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Quer falar primeiro, Maurício? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra Maurício Saito...

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – Vai falar, Maurício? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Depois, o Augusto Mariano.

O SR. AUGUSTO BARBOSA MARIANO – O Código Florestal Brasileiro fala em 30m de APP. A legislação de Bonito já é muito mais restritiva, são 50m. Nós temos uma lei municipal que regulamenta isso e é muito bem atendida pelos nossos proprietários rurais e também pelos nossos empresários da atividade turística.

Quanto a essa proposta que existe do Deputado de aumentar para 150, é o que o Beretta falou, não é necessariamente a presença da APP, seja de 30m, de 50m, de 100m ou de 150m, que vai resolver o problema de canalização dessas águas para os rios.

Então, a nossa legislação já é restritiva: a brasileira, 30; a nossa, 50.

Obrigado.

O SR. MAURÍCIO SAITO – Só para complementar, Senador Nelsinho, eu quero aqui dizer ao Secretário Augusto que era exatamente isso que eu gostaria de reforçar. Existe uma legislação federal, que é o Código Florestal. Esse código passou por mais de 200 audiências nacionalmente falando, com um embasamento técnico que tem uma possibilidade de acerto muito grande exatamente porque as discussões foram intensas.

Ao mesmo tempo, Bonito, por uma decisão do Município, dada a sua peculiaridade, elevou a 50m essa questão da legislação para o Município de Bonito.

Mais do que isso, eu gostaria de fazer um pequeno comentário sobre o que falou, acho que o Marcos, em relação aos banhados: quero lembrar que o setor produtivo, o sindicato rural lá de Bonito é que fez, ajudou a elaborar uma lei, que é municipal, que transformou em APP todos os banhados. Então, nós temos demonstrações claras e recorrentes, Senador Nelsinho, de que o setor produtivo tem total entendimento das peculiaridades do Município mas também da possibilidade de utilização da agropecuária sustentável no Município – também! E, em relação a essa nossa imagem negativa, nós temos que ter o apoio dos outros segmentos para que ela seja desfeita, porque, de fato – e aí todos os fatos anteriores comprovam isto –, o setor produtivo está muito calcado em produção com sustentabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a participação de todos. Determino à assessoria desta audiência pública que faça uma lista com as propostas idealizadas pelos expositores para que a gente possa dar sequência na cobrança a essas ações executivas.

Passo aqui a V. Sas. as solicitações feitas pelo Guilherme Poli e também pelo Rogério Beretta, através daquela transparência ora apresentada, para que as transcrevam e as encaminhem ao nosso gabinete a fim de que possamos fazer a cobrança de uma ação executiva evidenciada aqui nesta reunião. Pelo que observamos, existe um ideal que une a todos: a necessidade de uma ação no sentido não só da preservação mas também da melhoria desse Patrimônio da Humanidade, que é Bonito.

A quem não conhece, fica aqui o registro de um sul-mato-grossense que já foi várias vezes para lá: vale a pena conhecer. São cores que você nunca viu em lugar nenhum. Se alguém tem alguma dúvida da presença e da existência de Deus, vá a Bonito, pois ali é uma obra de Deus.

Por se tratar de uma reunião conjunta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da Comissão de Meio Ambiente,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 15ª Reunião da CDR, da 10ª Reunião da CRA e da 12ª Reunião da CMA.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

Àquele que queira rever alguma apresentação ou mesmo ver alguns vídeos ora apresentados, entre no *site* do Senado, numa dessas Comissões, que lá estará disponível.

Esta Presidência agradece o alto nível das exposições e a participação de todos, principalmente dos convidados que compareceram à nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e três minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Esperidião Amin, Mailza Gomes, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Angelo Coronel, Marcos Rogério e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017 - Não Terminativo - Ementa: "Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Eliziane Gama. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo). Resultado: Aprovado Parecer da Comissão favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CDH-CRA (Substitutivo). A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer da Comissão favorável ao Projeto. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2017 - Não Terminativo - Ementa: "Dispõe sobre incentivos fiscais e econômicos aos produtores rurais da Amazônia Legal para a preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal." Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Zequinha Marinho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer da Comissão favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente em decisão terminativa. ITEM 4 - Projeto de Lei nº 575, de 2019 - Não Terminativo - Ementa: "Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T. Resultado: Lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista à Senadora Kátia Abreu, nos termos regimentais. ITEM 5 - Projeto de Lei nº 778, de 2019 - Não Terminativo - Ementa: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências;" Autoria: Senador Chico Rodrigues. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) emendas que apresenta. Observação: Durante a discussão, o Relator, Senador Esperidião Amin, faz o seguinte adendo oral em seu Relatório: "competirá à Comissão de Educação a análise de mérito da capacidade de recepção do Instituto"; e apresenta a Emenda nº 3, que altera a redação do caput do artigo 8º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, constante do artigo 1º do PL nº 778, de 2019, da seguinte forma: Onde se lê: "Art. 8º (...) o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º (...)", leia-se: "Art. 8º (...) o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

citado art. 7º (...)" . Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas 1-CRA, 2-CRA, 3-CRA e adendo do Relator. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa. ITEM 6 - Aviso nº 38, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2212/2018 - TCU, que trata de fiscalização da execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário (TC 019.286/2017-1)." Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Nelsinho Trad. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 7 - Ofício "S" nº 51, de 2018 - Não Terminativo - Ementa: "Encaminha, em cumprimento ao art. 23, § 2º, da Lei nº 13.303/2016, e nos termos do artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, as conclusões e a análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab." Autoria: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Resultado: Conhecida a matéria, é aprovado Parecer da Comissão pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2018 e encaminhamento de expediente à autoria da matéria para lhe comunicar o entendimento deste Parecer. A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para prosseguimento da tramitação. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2018 - Terminativo - Ementa: "Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Encerrada a apreciação de matérias, a Senhora Presidente concede a palavra à Senadora Kátia Abreu para leitura do seguinte Requerimento de sua autoria: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a situação das pequenas propriedades no campo, especialmente os assentamentos rurais, e os mais recentes estudos sobre o desenvolvimento de políticas públicas bem sucedidas para a melhoria da renda dos agricultores familiares brasileiros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Prof. Fernando Sérgio de Toledo Fonseca – Universidade Federal do Tocantins (UFT); Profª. Doutora Ana Maria Bianchi – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP); Sr. Mauro de Rezende Lopes ou Srª Ignez Vidigal Lopes – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV); Srª. Tereza Campello – Economista e Ex-Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Sr. Marcelo Reis Garcia – Assistente Social". O Requerimento lido retornará à Pauta para votação conforme Ato nº 1, de 2019-CRA. Os Senadores Lasier Martins, Zequinha Marinho, Acir Gurgacz, Esperidião Amin, Chico Rodrigues, Izalci Lucas e as Senadoras Kátia Abreu, Eliziane Gama e Soraya Thronicke, Presidente da Comissão, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/24>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de sete itens não terminativos e apenas um terminativo, conforme a pauta já previamente divulgada.

Em razão da presença do Senador Lasier Martins, a gente inicia por suas relatorias.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado, Presidente Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu queria, em primeiro lugar, aproveitar para fazer um registro na data de hoje, que é muito significativa para os gaúchos: hoje se comemora o Dia Nacional do Chimarrão e do Churrasco. Por isso, as redes sociais estão repletas de fotos e mensagens de gaúchos celebrando esta data, esse hábito gaúcho que, acho, no Mato Grosso também se cultua muito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Sou neta de gaúcho.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Perfeito.

Esta data decorre do fato de ter sido em 24 de abril de 1948 a fundação do primeiro CTG no mundo. Hoje há em toda parte, há CTG no Japão, nos Estados Unidos. Então, foi o CTG 35. A data foi criada por lei em 2003: Dia do Chimarrão e do Churrasco.

Dito isso, Presidente, podemos ler o relatório referente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não, antes vou dar início a ele.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Perdão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Imagina. Eu sou neta de gaúcho. Então, estou comemorando também esta data. Parabéns aos gaúchos sempre!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) –

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2018

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura.

Autoria: Deputado Afonso Hamm.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

- *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

A proposição em exame é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 107, de 2018, do Deputado Federal Afonso Hamm, que institui a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura. Constituído de cinco artigos, o PLC visa a instituir a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura.

De acordo com o art. 1º da proposição, essa política tem o objetivo de promover: o aumento da produção; a intensificação do manejo; a regularidade do fornecimento e a padronização da produção; a regularização do abate e do comércio de produtos da ovinocaprinocultura; o estímulo ao processamento industrial, familiar e artesanal; a pesquisa e a assistência técnica e extensão rural; o melhoramento genético dos animais; a organização da produção; os investimentos produtivos destinados ao atendimento das demandas de mercado; e a articulação setorial, com o desenvolvimento de redes de cooperação econômica e tecnológica.

Nenhum reparo com relação à constitucionalidade, regimentalidade, legalidade e técnica legislativa.

Então, passo direto para a análise. Vou passar sobre a regimentalidade e constitucionalidade, indo direto ao mérito.

No que tange ao mérito, entendemos que a proposição seja oportuna, por estimular a ovinocaprinocultura no Brasil, atividade importante para a geração de trabalho e renda junto a agricultores familiares, devido ao seu potencial para a produção de carne, leite, couro e lã.

A ovinocaprinocultura já está presente em vários Estados brasileiros, principalmente por ser atividade produtiva que se adapta a diferentes condições morfoclimáticas. Cumpre destacar, contudo, que a criação de ovinos e caprinos no Brasil ainda é baixa se comparada aos principais mercados do mundo.

Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) demonstram que o rebanho mundial desses animais, em 2014, era de cerca de 2,1 bilhões de cabeças, com a China concentrando aproximadamente 18% desse total, seguida da Índia (9,5%), Nigéria (5%) e Paquistão (4,3%). O rebanho do conjunto dos países europeus representava, no período indicado, cerca de 7% do total mundial e o da Oceania (Austrália e Nova Zelândia), 5,1%. O rebanho do Brasil era de aproximadamente 26,4 milhões de cabeças (67% de ovinos), representando apenas 1,3% do total mundial.

Destaca-se que, desse modo, o consumo *per capita* de carnes da ovinocaprinocultura ainda é bastante baixo no Brasil. Mesmo assim, a produção nacional é insuficiente e a importação de carnes ovinas, predominantemente do mercado uruguaio, tem sido necessária para o suprimento da demanda, cuja tendência é crescente.

Cumpre mencionar também que a produção nacional de carnes de ovinos e caprinos demonstra-se irregular e com falta de padronização em algumas regiões do País. Há baixa integração entre os elos da cadeia produtiva e capacidade ociosa em alguns dos frigoríficos especializados existentes.

A inspeção sanitária adequada e o acesso a tecnologias que aumentem a produtividade do setor são outros fatores que também representam desafios para muitos pecuaristas nacionais, desafios esses que podem ser superados por meio de estratégias desenvolvidas no âmbito da Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura que o PLC nº 107, de 2018, pretende estabelecer.

Entendemos, portanto, que a proposição é oportuna em seu mérito.

Voto.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2018, no âmbito desta Comissão.

É o relatório, Sra. Presidente Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2018.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

Vamos agora para o item 4, Senador Lasier, porque estamos invertendo a ordem.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 575, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T.

Observações:

- Em 19/02/2019, durante o prazo regimental, a Senadora Soraya Thronicke apresenta a Emenda 1-T perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Muito bem. Muito obrigado, Presidente.

É um projeto que dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados utilizados na produção de leite.

O PLC, então, é composto de três artigos.

O art. 1º isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados os insumos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, quando adquiridos com a finalidade de produção de leite, nos termos de futuro ato do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O art. 2º, por sua vez, estabelece que o Poder Executivo, para atendimento da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estimará o montante da renúncia tributária resultante e o incluirá no demonstrativo, que acompanhará o projeto de lei orçamentária.

O art. 3º estatui a cláusula de vigência, estabelecendo que a isenção só produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente ao da implementação da previsão orçamentária pelo Poder Executivo.

O autor do PL argumenta que a isenção proposta estimulará a indústria fornecedora de máquinas, equipamentos e insumos destinados à pecuária leiteira, permitindo-lhe o aperfeiçoamento da competitividade industrial.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

No Senado Federal, o projeto foi distribuído para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.

Então, como foi dito, em 19 de fevereiro de 2019, dentro do prazo legal para emendamento, a ilustre Senadora Soraya Thronicke apresentou a Emenda nº 1 ao PL nº 575, de 2019, com o fim contemplar, também, a produção da agroindústria de derivados de leite de pequeno porte.

Não foram apresentadas outras emendas à matéria perante à CRA.

Análise.

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno, cabe a esta Comissão se manifestar, entre outros temas correlatos, sobre tributação da atividade rural.

Por não se tratar de matéria terminativa na CRA, cabe-nos, nesta oportunidade, pronunciarmos precipuamente sobre o mérito da proposição.

De acordo com dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil teve uma produção estimada em 33,5 bilhões de litros em 2017, sendo os maiores produtores Minas Gerais (8,9 bilhões de litros), Rio Grande do Sul (4,6 bilhões de litros) e Paraná (4,4 bilhões de litros), o que corresponde a uma redução na produção nacional de 4,65% em relação ao ano de 2014.

A crise de preço no mercado internacional, aliada a problemas cambiais e a problema localizado no custo Brasil contribuíram para tal situação.

Entretanto, entendemos ser necessário atacar o problema de renovação do parque industrial produtivo. Inicialmente destacamos que a proposta veiculada no PLS nº 575, de 2019, procura oferecer à pecuária leiteira condições econômicas para buscar a modernização do setor, com primazia à aplicação de tecnologias inovadoras e mais eficientes. A proposta procura, nesse sentido, municiar o setor produtivo de capacidade para conter a redução de produção e evitar a perda de estoque dos recursos investidos na atividade. Adicionalmente, a medida promoverá incentivo para grande sinergia do setor produtivo, com a indústria fornecedora de máquinas, equipamentos, insumos, o que contribuirá, por certo, para promover ciclo de desenvolvimento sustentável na produção leiteira nacional.

Portanto, no mérito, entendemos ser adequada a proposta veiculada no PL.

A ilustre Senadora Soraya Thronicke apresentou a Emenda nº 1-T ao PL nº 575, para inserir, na isenção proposta do IPI, não só a produção de leite propriamente dita, mas também à produção da agroindústria de derivados de leite de pequeno porte. Segundo a Senadora, os pequenos laticínios acabam enfrentando concorrência desigual de grandes multinacionais.

Entendemos que a Emenda nº 1 merece ser acolhida, em face de estar na linha com o propósito do PL nº 575 e porque procura atender aos pequenos produtores de leite, com produção de até 2 mil litros de leite por dia para processamento. Portanto, por uma questão de justiça e mesmo de isonomia, já que esses pequenos produtores sofrem igualmente com a disputa comercial internacional, entendemos ser pertinente a proposta.

Portanto, no mérito, para a agropecuária nacional, entendemos serem meritórios tanto o teor do PL nº 575 quanto à Emenda nº 1-T, especialmente por estimular a modernização da pecuária leiteira diante do aumento das demandas por investimento e eficiência.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PL nº 575, de 2019, e da Emenda nº 1-T.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Muito obrigada, Presidente.

Senador Lasier, com relação a esses 2 mil litros – não percebi –, é pelo laticínio ou por produtor? Refiro-me ao limite de dois mil litros.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Deixe-me localizar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foi bem no final.

Se alguém puder ajudar, Fabiana...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Está aqui.

Entendemos que a Emenda nº 1 merece ser acolhida em face de estar em linha com a proposta, porque procura atender aos pequenos produtores de leite, com produção de até 2 mil litros de leite por dia para processamento. Não fala...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É por produtor, não é?

Sra. Presidente, eu gostaria de pedir vista não porque seja contrária ao projeto, absolutamente, mas por achar que é uma oportunidade de incluirmos outras cadeias produtivas. Além disso, tem muito a ver com o requerimento que quero fazer extrapauta, se V. Exa. e a Comissão permitir, a respeito dos pequenos produtores. Então, peço vista apenas para apresentar um substitutivo, não retirando o que já está no relatório, mas acrescentando outras cadeias, como fruticultura, piscicultura, ovinos e caprinos, que foi o projeto anterior, em que o Relator e a autora sugerem uma política para ovinos e caprinos, e o leite, que já se está aqui debatendo, e suínos e aves.

Então, eu gostaria de pedir vista – vou fazer isso com a maior rapidez possível, maior interesse.

Apenas chamo atenção já, de antemão, para o fato de que, do 1,2 milhão produtores de leite que há o Brasil, só há 800 mil produtores comerciais. Desses 800 mil, apenas 500 produzem mais do que mil litros. Então, 2 mil litros por produtor é um enorme produtor, é um grande produtor – talvez tenha havido um equívoco no cálculo. Se você pegar dados do IBGE, Pnad, vendo toda a produção agropecuária, verá que são raros os produtores no Brasil que produzem essa quantidade, 2 mil litros, infelizmente. A grande maioria, 80%, produz até 50 litros de leite.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perfeitamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, eu peço vista para acrescentar, Senador Lasier, essas outras cadeias – vou fazer com muita atenção e com muito critério. Depois, ao final, se V. Exa. permitir, eu gostaria de apresentar um requerimento de audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perfeito. Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado.

Acho que tudo que vier para estimular essas cadeias produtivas é bem-vindo, e a Senadora Kátia tem uma enorme experiência porque é criadora – acho que, inclusive, de ovinos e caprinos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Também.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Então...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, se a senhora me permitir, apenas para registrar: de ovinos e caprinos, nós poderíamos ser grandes exportadores. Se não fosse o Rio Grande do Sul, um pouco no Paraná, mas mais no Rio Grande do Sul, nós não exportaríamos praticamente nada. Depois vem o Nordeste, mais com caprinos e ovinos Santa Inês, que ainda nos ajuda no consumo interno. Mas nós podemos... Com essa grande soma de pequenos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

agricultores do Brasil, a criação de ovinos e caprinos deveria ser uma atividade muito intensa no País, porque é mais barato, são pequenos animais que ocupam espaço pequeno de chão.

E eu quero registrar que estamos construindo, no sul do Tocantins, o maior frigorífico de ovinos e caprinos, com emenda parlamentar, Ministério da Agricultura; é no sul do Estado, ovinos e caprinos, onde nós queremos disponibilizar para todo o Matopiba. A emenda é de minha autoria, tamanho o meu interesse em encontrar soluções para esses pequenos produtores –ainda ontem nós duas falávamos sobre o assunto.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perfeitamente.

Tenho certeza de que a sua contribuição vai ser importante para chegarmos a essa produção, Senadora, a esse número que realmente faça justiça com os pequenos produtores.

Então, concedo vista à Senadora Kátia Abreu nos termos do Regimento Interno.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente, se permitir, eu gostaria de incluir algo extrapauta também, um projeto que está pronto para leitura, que diz respeito ao queijo artesanal, que é de autoria do Deputado Alceu Moreira.

Se V.Exa. julgar oportuno, poderíamos também fazer a leitura.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu vou submeter ao Plenário, Senador, porque o Senador Izalci tem uma relatoria e o Senador Zequinha também tem. Posso submeter?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Podemos esperar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Dá para esperar?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Certo.

Se os senhores permitirem esse extrapauta... O Senador vai esperar tudo. O.k.?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O Senador Zequinha está na frente do que foi publicado. Não sei se querem...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Vamos manter a ordem, o nº 3, depois, na sequência.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos manter a ordem. O.k. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos ao próximo item.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre incentivos fiscais e econômicos aos produtores rurais da Amazônia Legal para a preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatoria: Senador Zequinha Marinho.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

- A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2017, do Senador Acir Gurgacz, que dispõe sobre incentivos fiscais e econômicos aos produtores rurais da Amazônia Legal para a preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal.

O autor justifica que a criação de instrumentos econômicos e a concessão de incentivos fiscais que recompensem produtores rurais que contribuem efetivamente para a preservação e conservação da natureza podem ser mais efetivas do que a mera ação fiscalizadora e sancionadora do Estado, especialmente em um país de dimensões continentais e com enormes extensões de florestas como o Brasil.

Da análise, Presidente.

Compete à CRA opinar sobre uso e conservação do solo na agricultura, utilização e conservação dos recursos hídricos na agricultura e tributação da atividade rural, nos termos dos incisos VIII, IX e XI do art. 104-B do RISF.

Como não se trata de análise em caráter terminativo, cabe à Comissão, nesta ocasião, manifestar-se sobre o mérito da proposição, cabendo à CMA a análise terminativa da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

Inicialmente, destacamos que a reserva legal obrigatória nas propriedades rurais, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal brasileiro), para a Amazônia chega a 80%, sendo, para os demais biomas do País, de 20% da área do imóvel. Para fazer justiça a essa diferenciação legal, o PLS propõe a priorização de incentivos para a conservação da Floresta Amazônica, além de consistir em uma política de incentivos ambientais. Esse fundamento deve ser acatado pelo Congresso Nacional e é extremamente benéfico para o sistema produtivo da agropecuária, que irá operar de forma eficiente e sustentável.

À luz desse princípio, entende-se que a concessão de incentivos econômicos aos produtores rurais da Amazônia Legal para a preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal é mecanismo fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região.

Outra importante medida do PLS é priorizar o pagamento de compensação financeira a produtores rurais pela preservação ou conservação de cobertura florestal nativa da Amazônia Legal no âmbito do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e do Fundo Social, com percentuais mínimos de aplicação de seus recursos, o que representa importante instrumento de promoção de eficácia à proteção ambiental na Amazônia Legal.

Ademais, o PLS nº 376, de 2017, propõe que a Cota de Reserva Ambiental (CRA) possa ser emitida e negociada não apenas em favor das propriedades devidamente tituladas, mas também para as situações de posse. A proposta se mostra fundamental, uma vez que significativa parte dos imóveis rurais na região ainda se encontra em processo de regularização fundiária.

Portanto, em síntese, entendemos que o PLS nº 376, de 2017, representa um importante mecanismo para promoção da preservação, conservação e recuperação de cobertura florestal na Amazônia Legal e, simultaneamente, representa um estímulo para o desenvolvimento sustentável daquela região.

Voto.

Diante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2017, na forma do inciso I do art. 133 do RISF.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Sala de Comissões, Senador Zequinha Marinho, Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As senhoras e senhores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2017.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente em decisão terminativa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Eu não quis abrir a discussão para não tomar tempo, mas eu gostaria de elogiar a autoria do Senador Acir Gurgacz e a relatoria do nosso Senador Zequinha Marinho, da Amazônia. É um projeto de fato espetacular, porque desestimula o desmatamento da Amazônia através de incentivos econômicos e financeiros.

Obrigada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Só para comentar, Sra. Presidente – e cumprimentar o Relator, Senador Zequinha –, que muito se fala da Amazônia, da sua preservação, da sua reserva em pé, mas ninguém dá nenhum incentivo para que o agricultor possa ter essa compensação. Dessa forma, esse projeto coloca exatamente isto: quem tem a sua reserva em pé, a sua floresta em pé sendo cuidada, vai ter uma compensação por isso. E é importante que se diga que é até 200 hectares, senão nós teríamos aí 10 mil hectares, 100 mil hectares em reserva, e haveria essa compensação financeira. A compensação financeira é apenas para até 200 hectares.

Então, isso é um incentivo para que o agricultor tenha condições de receber um valor pelo seu trabalho de conservação e poder melhorar a sua qualidade de vida, mantendo a floresta em pé e cuidando da vida do Planeta.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Parabéns, nada mais justo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pela ordem mais uma vez, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra a Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Como a pauta está curta, é só para acrescentar ainda algo ao projeto.

Nos Estados Unidos, se uma terra está degradada, o governo federal chama os produtores daquela região... Vamos imaginar que eles produzam milho e tenham uma rentabilidade de US\$500 por hectare. Eles deixam de produzir aquilo, e o governo banca a sua renda dos últimos cinco anos anteriores para eles deixarem de plantar e fazerem a recuperação da área degradada.

Obrigada.

Mais uma vez, desculpe-me pela intromissão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Excelente!





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 5
PROJETO DE LEI Nº 778, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.

Autoria: Senador Chico Rodrigues.

Relatoria: Senador Esperidião Amin.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar quero enaltecer o propósito. Este projeto é, realmente, meritório, porque ele cuida de dar uma destinação a quem socialmente mais precisa dos benefícios que a educação, especialmente profissionalizante, assegura, e, por ser profissionalizante, assegura da maneira mais rápida possível. No bom sentido da palavra, ou da expressão, é injeção de vitamina na veia, com resultados imediatos.

Vou abreviar o relatório.

A proposição é composta por dois artigos.

O art. 1º altera o *caput* do art. 8º da Lei nº 11.892 e introduz o § 3º ao artigo para que, no mínimo, 10% das vagas no desenvolvimento da ação acadêmica do instituto federal possam atender a pessoas vinculadas à agricultura familiar. Esse é o escopo mais nobre que eu destaco.

Por fim, o art. 2º estatui a cláusula de vigência para que a futura lei passe a vigorar a partir da data de sua publicação.

O autor, ao justificar a proposição, argumentou que existe a necessidade de aliar melhores níveis de escolaridade com qualificação profissional no País e que deve ser foco das políticas públicas para a agricultura familiar a criação de cotas direcionadas a ampliar o acesso de pessoas ligadas à agricultura familiar às vagas ofertadas pela Rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs).

A proposição foi distribuída às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental ao PL nº 778, de 2019.

Análise.

Nos termos do art. 104-B, incisos IV, XX e XXI, do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão manifestar-se sobre agricultura familiar, organização do ensino rural e outros temas correlatos.

Como não se trata de análise em caráter terminativo, cabe à Comissão, nesta ocasião, manifestar-se sobre o mérito da proposição, cabendo à Comissão de Educação, oportunamente, a análise terminativa da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

Inicialmente, destacamos que, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2006, o próprio Governo Federal informa que a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos Municípios brasileiros com até 20 mil habitantes.

A análise conclui, portanto, pela pertinência e absoluta propriedade do projeto do nobre Senador Chico Rodrigues.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto com as seguintes emendas de redação apenas.

Emenda nº – CRA

Substitua-se o ponto e vírgula (;), na ementa do PL nº 778, de 2019, por ponto final (.).

Emenda Nº – CRA

Dê-se ao §3º do art. 8º da Lei nº 11.892, de 2008, introduzido pelo PL nº 778, de 2019, a seguinte redação:

“§ 3º A condição de pessoa vinculada à agricultura familiar para fins do disposto no *caput* deste artigo abrange os beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, comprovada na forma do regulamento daquela lei”. [Ou seja, apenas remete ao dispositivo que determina o cliente, se me permitem a expressão, a ser atendido.]

Portanto, pela aprovação, reiterando o meu aplauso.

Eu sou de um Estado marcado pela agricultura familiar. A expressão de Santa Catarina decorre exatamente da possibilidade do êxito da pequena propriedade, e essa possibilidade está vinculada, naturalmente, à qualificação, especialmente no tocante ao jovem, até para favorecer a preservação da sua permanência na propriedade.

É o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Sra. Presidente Soraya, eu gostaria de me dirigir à relatoria, ao nobre Senador Esperidião Amin, que é o meu guru político pela sua experiência, pela sua visão clássica de política e, acima de tudo, pela sua capacidade de acomodar os contrários. Vejo isso em manifestações por onde ele passa e quando temos possibilidade de ouvi-lo e assistir aos seus pronunciamentos.

Eu gostaria de agradecer realmente a compreensão da importância desse projeto, até porque nós sabemos que o Brasil é um país agrícola. Nós temos, na verdade, aqueles jovens que precisam se capacitar para que possam voltar à terra, voltar à sua origem, e capacitados. Como ele falou, no caso específico do Estado de Santa Catarina, o grande êxito é exatamente pela capacitação desses jovens que voltam preparados para desenvolver todas as atividades agropecuárias.

Aqui, o Governo, através de seus institutos federais de educação, ciência e tecnologia, IFETs, CEFETs etc., com esse projeto, obviamente, abre uma janela de oportunidade, uma garantia real para que nós possamos abrigá-los. E abrigando-os, nós teremos oportunidade de ver que esse segmento que tanto contribui para a economia do nosso País poderá na verdade ser recepcionado e, no processo de disseminação total, nós poderemos levar para o campo essa capacitação, para que tenhamos, na verdade, uma agricultura cada vez mais forte.

Eu vejo aqui a nobre Senadora Kátia Abreu, que foi minha colega Deputada e é uma Senadora de destaque. Tivemos o orgulho de vê-la Ministra da Agricultura, com suas ideias avançadas, à frente do tempo. Eu tenho certeza de que ela é uma entusiasta desse projeto, porque ela sabe o quanto é importante. Nós do Nordeste e da Amazônia sabemos da dificuldade de milhares de jovens. Se capacitados fossem para desenvolver uma atividade técnica e científica para melhorar o desempenho da nossa agricultura, da nossa pecuária, poderiam dar uma contribuição muito maior para a economia do nosso País.

Portanto, esse projeto foi concebido exatamente com essa ideia. Neste primeiro momento, apenas 10% das vagas são asseguradas, mas, obviamente, com o desenrolar do projeto, com o processo





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

de sucção natural desses jovens, que são centenas de milhares vocacionados para a atividade, poderão efetivamente receber do Estado aquilo que eles merecem.

Portanto, quero agradecer aqui a relatoria do nobre Senador Amin e dizer que estou muito feliz, porque tenho certeza de que isso vai ter um processo de multiplicação enorme no nosso País. Vamos divulgá-lo depois de votá-lo nas comissões terminativas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito bem, Senador!

Com a palavra a Senador Senadora Kátia Abreu e, depois, o Senador Izalci Lucas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – É só para dizer ao Senador Chico Rodrigues da importância do seu projeto. Eu achei pouco dez, podia ter posto mais. Se fosse depois da audiência pública que eu pretendo fazer, você ia rever a sua posição.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Tenho uma dúvida apenas. No meu resumo está escrito: "... atendam a pessoas vinculadas à agricultura familiar." O que quer dizer esse "vinculadas"? Está mais claro no projeto e eu não vi?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Na emenda se remete à lei...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É a que tem o CAF?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A Lei 11.323, que institui o CAF, o Cadastro da Agricultura Familiar. Então, tem que ser filho da agricultura familiar ou proprietário da agricultura familiar. Ótimo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foi a única forma de vinculação que nós conseguimos levantar para aperfeiçoar o texto do projeto, porque o texto do projeto era vago, falava em "vinculadas". Nós enquadrámos como vinculadas porque são cadastradas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu fiquei preocupada, porque "vinculadas", de repente, pode-se achar um monte de gente que não é realmente vinculada.

Mas, como esse projeto vai para a Comissão de Educação e eu sou membro da Comissão, eu vou tentar aumentar esse limite de vagas. Se o senhor permitir, eu vou na Comissão de Educação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a senhora pode considerar como sendo o meu sentimento: pelo menos para 20%. Pode ser que depois se constate que é mais, não é?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O motivo é simples, como disse o Senador Espiridião: 86% de todo o Brasil é pequena agricultura. Disso aí, a grande maioria é agricultura familiar. Lembrando que eu tiro o pessoal do Sul já da familiar, eles já são tão progressistas, tão evoluídos, que já saíram da subsistência, mas é muita gente.

E, na verdade, o instituto federal nada mais é do que o ensino médio. Ele é ensino médio. Ele tem curso superior hoje de tecnólogo, de dois anos, mas é o ensino médio. Então, dar preferência para que essas pessoas continuem no campo com tecnologia, porque isso vai fazer ganhar dinheiro... É o único jeito que tem de segurar no campo, é ganhando dinheiro, gente. Ninguém fica no campo por romantismo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senadora, a senhora não pode emendar agora?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Exatamente, eu sugeriria que o Relator...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se houver consenso, eu emendo agora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Izalci, eu não sei se há consenso...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nas universidades não existe uma cota de 30 para negros e índios? Vamos colocar 30 para não fugir da cota nacional.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O.k., de acordo. Estou de acordo, sim, vai aperfeiçoar mais ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Izalci.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só terminando: é ensino médio isso. Não é fácil entrar no instituto federal. Há muitas pessoas de escolas de ensino...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Gente, nós precisamos de silêncio aqui para...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. MARIANA OLIVEIRA CASSEL *(Fora do microfone.)* – Desculpa, Senadora, é porque não cabem 30, só 23.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Tudo bem, se não couber, eu só... Por que só cabem 23?

A SRA. MARIANA OLIVEIRA CASSEL *(Fora do microfone.)* – Porque a lei já reserva 50% para uma minoria, 20% para outra e 7% para outra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Cinquenta para qual categoria?

A SRA. MARIANA OLIVEIRA CASSEL *(Fora do microfone.)* – Está no texto da... No art. 2º... Desculpa, não lembro de cor, mas está no texto do relatório do Senador Esperidião Amin.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu acho, então, melhor, Senadores, deixarmos como está até podermos ver essa questão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na Comissão de Educação, eu acho que caberia...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Na Comissão de Educação, a gente faz. Vamos ver a observação da técnica... Muito obrigada pela ajuda...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Depois se você puder nos dar... E, na Comissão de Educação, a gente revê e faz essa alteração lá.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Alguém deseja discutir?

Senador Izalci com a palavra.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu acho o projeto meritório. A agricultura familiar hoje é uma das maiores preocupações que temos, até nas capitais, mas há algo que me preocupa um pouco, Senador Chico Rodrigues.

Eu, que sou um pouco vinculado a essa área de ciência, tecnologia e educação... Não que eu seja contra cotas, acho até que têm que existir, sim, em determinados momentos. Agora, nós aprovamos recentemente a reforma do ensino médio. A partir do ano que vem, com certeza, a maioria das nossas escolas públicas de ensino médio estarão oferecendo cursos técnicos. Eu, inclusive, fiz recentemente uma mudança nessa lei transformando os institutos federais também em centros tecnológicos, para contribuir um pouco mais com a questão do desenvolvimento econômico e social.

Pelo menos aqui no DF, eu não conheço os institutos dos outros Estados – aqui nós nem tínhamos, agora temos dez institutos –, a metodologia é assim: eles analisam o mercado, identificam quais são as necessidades do mercado e oferecem os cursos compatíveis com o mercado. Até pouco tempo, as próprias universidades e institutos ofereciam cursos que não tinham nada a ver com o que o mercado precisava. Então, eu conheço muito bem os institutos daqui, os reitores todos, e eles fazem um trabalho perfeito com relação às necessidades.

Então, me preocupa – por exemplo, aqui nós temos dez institutos – que cada um deles tenha que oferecer um percentual x de determinada atividade. Isso pode acabar prejudicando, de fato, aquilo que está sendo desenvolvido em atividades que são necessárias e que, às vezes, não estão contempladas nesses percentuais.

É lógico que nós vamos discutir isso na Comissão de Educação, não vou pedir vista aqui para agilizar. Na Comissão de Educação, com certeza, eu vou fazer um estudo mais detalhado com relação a esse projeto. Eu sei da intenção... Até no DF, inclusive, no projeto estruturante nosso aqui de desenvolvimento econômico, um dos itens principais é a agricultura, porque hoje aqui nós estamos com a regularização fundiária distribuindo área para todo mundo, regularizando as áreas rurais, e muitas vezes o Governo não oferece a esses agricultores, a essas pessoas que estão sendo assentadas, nenhuma capacitação, nenhum financiamento, nem matéria-prima, nada, e eles acabam loteando, transformando isso num loteamento.

Portanto, é de fundamental importância essa qualificação, mas, ao atribuir em lei um percentual, você tira um pouco dessa autonomia dos institutos que hoje, pelo menos em Brasília, funcionam perfeitamente. Nós temos dez e cada um deles tem oferecido cursos compatíveis com o que a região demanda. Então, essa ligação do setor de formação com o mercado de trabalho é fundamental. Agora, é óbvio que nós temos uma defasagem grande nessa área, mas colocar em lei eu acho que fere um pouquinho. Mas eu vou deixar para fazer essa discussão na Comissão de Educação, não vou criar nenhuma dificuldade aqui, tendo em vista que é meritório, mas o debate vai acontecer mesmo na Comissão de Educação.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É louvável, Senador Izalci, até é algo interessante checar no Brasil inteiro os institutos federais. Isso não é do Brasil inteiro? Foi determinado só aqui no DF? Só para esclarecer, porque me interessou.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu não sei. Deveria ser assim no Brasil inteiro. Aqui está funcionando muito bem dessa forma. Antes de qualquer curso oferecido aqui, eles fazem uma pesquisa de mercado, verificam quais as necessidades do mercado para atender aquela região.

Por exemplo, o Instituto Federal do Riacho Fundo I. A vocação daquela cidade é essa, essa e essa. Eles atendem e direcionam os cursos para aquelas atividades daquela região. Nós temos dez institutos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

aqui e me preocupa um pouco definir cotas de todas as coisas, depois acaba comprometendo... Mas eu não vou discutir isso aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu nem quis mudar o rumo, eu só quis...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pela ordem, Senadora Presidente.

Ele tem razão num quesito importante, porque os institutos federais têm vários cursos que não são ligados às ciências agrárias – mecatrônica, por exemplo. Em Palmas, eu fiz o laboratório, por emenda parlamentar, para mecatrônica. Isso, na Comissão de Educação, a gente pode também estabelecer que são percentuais ligados aos cursos de ciências agrárias especificamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Acho que é isso, a gente tem condições de melhorar o texto na Comissão de Educação.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu entendi aqui a preocupação do Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pois não. Eu vou passar para o Senador prestar um esclarecimento e depois eu concluo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que é um assunto... Aí é em homenagem à preocupação da Senadora Kátia Abreu, com a qual eu comungo. Esse porcentual é tipicamente uma questão pedagógica. Eu tenho alguma experiência. Eu estava me lembrando que comecei a lecionar há 51 anos, é muito tempo, em 1968. Então, já há uma discriminação de vagas, como foi salientado, que afeta o objetivo pedagógico e social do instituto.

Eu vou ler: 50% se destinam a concluintes de escolas públicas. Quer dizer, é uma questão que compete à Comissão de Educação saber como fica esse balanceamento. Mas vou prosseguir: 20% são para formar professores, ou seja, para concluintes de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de matemática e educação profissional. Então, a lei em vigor já tem um escopo de destinação pedagógica bastante amplo: 50 mais 20 mais 7. Essa foi a razão pela qual...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São 50% mais 20% mais 7% para o público discriminado no art. 8º, referindo-se ao art. 7º da lei que está em vigor. Então, 77% já estão destinados, e aí é uma regra educacional.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí, Senadora, eu acho, como professor, que isso deveria ser de mérito da Comissão de Educação, porque seria a mesma coisa que nós discutirmos aqui currículo. "Eu quero botar educação ambiental." Eu posso sugerir, mas quem pode dispor sobre esse assunto é a comissão temática própria, que é a Comissão de Educação. Então, eu acho que 10% ficou dentro da margem disponível. O Senador Chico Rodrigues, pensando em não avançar no pote alheio, fixou 10%. Agora, se eu fosse da Comissão de Educação, eu faria uma análise da clientela efetiva, ou seja, há demanda? Qual a demanda que está mais satisfeita e qual a demanda que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

está menos satisfeita e que eu posso induzir? Mas isso, convenhamos, é um trabalho para a Comissão de Educação.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Por isso, acho melhor deixar para discutir lá na Comissão de Educação, porque, de fato, há muitos problemas em relação a isso. Vai sobrar vaga e não vai ter aluno...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Eu acho que os institutos federais, na verdade, têm uma importância enorme na capacitação desses jovens. Vou dar apenas um exemplo: no nosso Estado, sem expandir para os demais Estados, temos escolas inclusive em áreas indígenas, e praticamente 100% dos indígenas fazem o curso dedicado à área agropecuária. E não há essa cota, esse limite.

Então, veja, foi exatamente muito pensado por quê? Você oportuniza a esses jovens ligados ao setor agrícola, filhos de produtores rurais, os próprios jovens que participam da atividade rural... Se nós deixarmos especificamente à vontade do Ministério da Educação, obviamente... Claro, a não ser que haja algum Senador defendendo e mostrando a importância dessa cota, eles vão... Olha aí: os primeiros 50% existentes são para os oriundos de escolas públicas. Escolas públicas praticamente existem em localidades em que os alunos, na verdade, não são filhos de agricultores – eles não são agricultores. Então, nobre Senador Izalci, isso aí você vai amarrar, porque, na maioria dos Estados do País, os CEFETs (IFETs hoje) estão exatamente localizados nas áreas rurais, e não há essa cota destinada. Nós, inclusive, recebemos demanda permanente de pais de alunos que moram nessas localidades para que haja realmente essa oportunidade de existir vagas para eles garantidas. Então, é basicamente isso.

E eu acho que o Senador Izalci, que poderia ter sido nosso Ministro agora – quem sabe não vai ser? – de Educação, sabe exatamente, com muito cuidado, com muito carinho, cuidar dessas questões.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É só para concluir.

Eu vejo assim: em determinadas regiões, eu acho que 10% é pouco; em determinadas regiões, 10% é muito. Então, a gente tem que buscar uma alternativa aqui de redação para que a gente possa contemplar...

Eu sei exatamente o que o Senador deseja, e com muita razão, mas, por exemplo, se você pegar os institutos federais lá de Florianópolis, talvez não tenham essa demanda de 10% ou 20% na área... Existem institutos federais vocacionados para determinada área. É o que foi dito pela Senadora Kátia: existe lá o instituto federal de robótica. Então, nesse instituto, fica difícil, até porque, de custo, você vai ter que contratar toda uma estrutura para oferecer um curso que não tem nada a ver com o programa que foi concebido no instituto.

Então, eu acho que a Comissão de Educação é o local adequado para se buscar uma alternativa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Conversando aqui com o Senador Esperidião Amin, ele citou um termo que eu acho que resolveria de uma forma basilar essa questão: "Preferencialmente, 10% para os alunos do setor rural" – preferencialmente. Então, ficaria mais amplo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Mas vamos deixar a discussão lá para a CE?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. E, de repente...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Veja bem, o propósito do Senador, acolhido por nós, é que se destinem vagas para atender cadastrados como integrantes da agricultura familiar. É isso. Se não existir essa habilitação, vaga não pode ser oferecida, não é? Isso também é uma coisa que deve ser regulada na Comissão de Educação.

Eu não faria emenda de redação aqui, mas faria uma advertência. Eu vou pedir para incluir isso no parecer, ou seja, eu vou fazer aqui um pequeno texto dizendo que, quanto à questão de capacidade de recepcionar o interessado, competirá à Comissão de Educação fazer uma análise de interesse e disponibilidade da habilitação na escola.

Concordam?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. *Fora do microfone.*) – No relatório?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – No relatório. Isso eu vou incluir no relatório.

E vou fazer uma correção na redação que deu azo ao surgimento da história dos 7%, que eu engoli também. É que, no texto apresentado pelo Senador – vou tirar uma casquinha agora –, está lá: 50% das suas vagas para atender os objetivos definidos no inciso I do *caput* do art. 7º; o mínimo de 20% das suas vagas para atender o previsto na alínea "b" do inciso VI do *caput* do artigo 7º. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Mas isso está só no avulso, não está no relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está corrigido.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está corrigido no avulso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não daria, não daria vício.

Então, encerrada a discussão. Tudo o.k.?

E aí é até uma boa ideia, Senador Izalci, que a gente reveja esse estudo de mercado em todos os IFs. Então, eu acho interessante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, arrematando: fica no relatório inscrito...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Recomende passar para o Senador Izalci a relatoria desse projeto na Comissão de Educação. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... fazer a análise de mérito de capacidade de recepção do instituto. E essa outra eu faço por emenda de redação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k.

Então, não havendo ninguém que queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 778, de 2019, com as Emendas 1 e 2 da CRA.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, pela ordem.

Eu sou Relatora de um projeto que estava como item 1, Presidente, e, por conta da minha ausência, eu queria pedir que V. Exa., com a aquiescência dos colegas, retornasse a ele. A gente também está ali na CCJ com uma pauta das mulheres e eu gostaria de participar também lá.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. Vou submeter.

Podemos retornar, para a Senadora Eliziane poder voltar para a CCJ? – porque o dela era o item 1 e ela não pôde comparecer a princípio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Tudo bem? Está bom.

Então, voltamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Autoria: Deputada Tia Eron

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo).

Observações:

- Em 08.11.2017, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CDH (Substitutivo)

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria inicialmente cumprimentar a colega Tia Eron pela iniciativa e trazer também os meus cumprimentos a todas as mulheres brasileiras marisqueiras, que têm uma atividade produtiva muito importante, em especial no meu Estado do Maranhão. Nós temos no nosso Estado, pelos dados apresentados pela Federação das Colônias de Pescadores do Maranhão, 18 mil mulheres marisqueiras, portanto, é uma atividade produtiva importante.

Vamos ao relatório, Sra. Presidente.

Está sob exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei da Câmara nº 47, da Deputada Tia Eron, que dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Constituído de seis artigos, o art. 1º apresenta o objeto da futura lei, que define responsabilidades do Poder Público para apoiar o desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelas mulheres marisqueiras. O art. 2º, por sua vez, caracteriza a mulher como a “que realiza artesanalmente essa atividade em manguezais de maneira contínua, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização de parte da produção”.

O art. 3º determina que cabe ao poder público estimular a criação de cooperativas ou associações de marisqueiras. Já o art. 4º prevê que, na hipótese de desastres ambientais em manguezais, as marisqueiras impossibilitadas de trabalhar terão preferência na percepção de indenizações.

O art. 5º lista as competências do Poder Público no provimento de crédito, creches, promoção da saúde, capacitação de mão de obra e agregação de valor ao produto da atividade, todas ações em favor da marisqueira, de sua família, de sua saúde e de sua ocupação laboral.

O art. 6º do PLC prevê vigência imediata da futura lei quando de sua publicação.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A autora do PLC argumenta que grande parte da coleta de mariscos é exercida por mulheres alijadas das políticas públicas de proteção à saúde, uma vez que exercem suas atividades de forma autônoma e ficam sujeitas exclusivamente ao atendimento universal do Sistema Único de Saúde para cura e tratamento das várias enfermidades inerentes às suas funções, tais como câncer de pele, lesões por esforço repetitivo (LER), patologias da coluna, entre outras. Ademais, estão expostas a afogamento, picadas de animais peçonhentos, tétano e descargas elétricas.

Defende que a proposição tem também o objetivo de trazer dignidade às marisqueiras, dando-lhes condições de sair da situação de pobreza por meio de valorização de seu trabalho.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Na CDH, o PLC nº 47 recebeu emenda substitutiva que buscou sanar problemas de constitucionalidade e juridicidade, e a matéria passou então a alterar a Lei nº 11.959, de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-B, incisos V e XV, do Regimento Interno do Senado Federal, tratar de temas relativos à pesca, cooperativismo e associativismo rurais.

O PLC nº 47 é meritório, pois pretende proporcionar dignidade e inserção socioeconômica.

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o segundo país, depois da Indonésia, com maior área de manguezal, com cerca de 1,4 milhão de hectares desse ecossistema. O PNUD patrocina o Projeto Manguezais do Brasil, desenvolvido em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com recursos do Fundo do Meio Ambiente Mundial. No Brasil, 87% dos manguezais estão em unidades de conservação das três esferas administrativas – federal, estadual e municipal –, dentro da categoria "uso sustentável", principalmente. O litoral norte abriga a maior área de manguezal contínua do mundo, com quase 50% do ecossistema no País. Nessa região, cerca de 100 mil pessoas, distribuídas em 350 comunidades, dependem diretamente de atividades decorrentes do manejo dos manguezais.

Segundo o ICMBio, atualmente 50 unidades de conservação federais abrigam manguezais, estando 42 no bioma Marinho Costeiro, 7 no bioma Mata Atlântica e 1 no bioma Amazônia. Além de avaliar a integridade do ecossistema e, por conseguinte, a efetividade nas unidades de conservação, o ICMBio também avalia a sustentabilidade de exploração de alguns recursos pesqueiros. Essa informação é especialmente importante para aquelas unidades de uso sustentável. O instituto espera promover a conservação de 568 mil hectares de manguezais de relevância mundial, além de gerar impactos positivos nos meios de vida das comunidades que dependem desse ecossistema.

O ICMBio estima que 25% dos manguezais brasileiros tenham sido destruídos desde o começo do século XX, e estimativas recentes sugerem que cerca de 40% do que foi um dia uma extensão contínua de manguezais foram suprimidos.

Destaque-se ainda a implantação do Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal, que tem como objetivo geral conservar os manguezais brasileiros, reduzindo a degradação e protegendo as espécies focais do PAN – que é exatamente esse programa socioeconômico –, mantendo suas áreas e usos tradicionais, a partir da integração entre as diversas instâncias do Poder Público e da sociedade, incorporando os saberes acadêmicos e tradicionais.

Cumpra citar, ainda, a Lei nº 12.651, de 2012 (Código Florestal), em que seu art. 4º, inciso VII, considera os manguezais, em toda a sua extensão, Áreas de Preservação Permanente. Não obstante, o art. 9º estabelece que "é permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental”. E este parece ser o caso das atividades marisqueiras.

Portanto, Presidente, já indo aqui direto ao voto.

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017, nos termos da emenda substitutiva aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Portanto, esse é o nosso voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2017, na forma da Emenda nº 1 da CDH e da CRA (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, só para fazer mais um registro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria cumprimentar o Governo do Estado do Maranhão por amplo programa que está sendo feito nessa área, inclusive várias mulheres marisqueiras foram beneficiadas com equipamentos para que possam, na verdade, promover as suas atividades.

Eu quero cumprimentar as comunidades de São José de Ribamar e Raposa, da Ilha de São Luís, que serão naturalmente impactadas pelo benefício dessa lei que acabamos de aprovar.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senadora.

Vamos para o... *(Pausa.)*

Só um minutinho, Senadora. Vou comunicar somente a retirada de pauta do item 6, a pedido do Relator.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 6
AVISO Nº 38, DE 2018
- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2212/2018 - TCU, que trata de fiscalização da execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário (TC 019.286/2017-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.)

Vamos para o item 7, e aí a senhora apresenta? – porque o Senador Izalci já está esperando.

Obrigada, Senadora.

Item 7, agora, da pauta.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 7

OFÍCIO "S" Nº 51, DE 2018

- Não terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao art. 23, §2º, da Lei nº 13.303/2016, e nos termos do artigo 37, §3º, do Decreto nº 8.945/2016, as conclusões e a análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Autoria: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Como disse V. Exa., trata-se do Ofício "S" nº 51, de 2018.

O documento tem 65 páginas, está estruturado em quatro capítulos, além de uma introdução e anexos, tratando dos temas: visão geral da Conab, Estratégia de Longo Prazo da Conab, análise e conclusões da Estratégia de Longo Prazo 2017/2021 e Plano de Negócios 2017, e as considerações finais.

Nos termos do art. 104, compete a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o acompanhamento da política agrícola, do abastecimento, da segurança alimentar e da comercialização de produtos.

A Lei nº 13.303, de junho de 2016, dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa e estabelece que a diretoria da empresa e da sociedade de economia mista deverá apresentar, até a última reunião ordinária do conselho de administração do ano anterior, a quem compete a aprovação do plano de negócios para o exercício anual seguinte, a estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para o prazo de, no mínimo, os próximos cinco anos.

O §2º, inclusive, do artigo diz que compete ao conselho de administração, sob pena de seus integrantes responderem por omissão... Vou fazer uma leitura simplificada, Presidente.

O §3º, também, do Decreto nº 8.945, que regulamenta a Lei 13.303 em seu art. 37, dispõe que compete ao conselho de administração, sob pena também de seus integrantes responderem por omissão, promover anualmente análise quanto ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.

Aí vêm os objetivos da Conab.

O documento do Conselho de Administração da Conab: no ano de 2016 ela retomou o seu planejamento estratégico, por meio de metodologia participativa e intenso exercício envolvendo todas as suas áreas. O resultado deste trabalho foi a formação da Estratégia de Longo Prazo 2017-2021 e do Plano de Negócios 2017, aprovados pela diretoria executiva e pelo conselho de administração.

O Plano de Negócios 2017 faz parte da Estratégia de Longo Prazo da Conab, e cumpriu o objetivo de traduzi-la em indicadores e metas.

Conforme o Conselho, foram monitorados 22 objetivos estratégicos, desdobrados em indicadores e metas.

Em 2017, a Conab passou por contingenciamento de despesas e executou um Plano de Demissão Voluntária (PDV), que desligou 1.116 empregados e, como toda mudança ambiental, teve reflexo nos processos de gestão de todas as áreas e no alcance de suas metas. Ainda assim, com o seu conselho de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

administração, os resultados indicam que a Conab tem conseguido aumentar sua participação no núcleo de inteligência agropecuária; também ampliar e aperfeiçoar a participação na formulação, execução e avaliação de políticas públicas; e, aperfeiçoar e desenvolver tecnologias para otimizar ações voltadas ao abastecimento e regulação de mercado.

E, no que tange ao comportamento da demanda por serviços de armazenagem, a Conab, por meio de sua rede própria, armazenou 310.271 toneladas/mês, em média, no exercício de 2017, sendo 27,8% pertencentes ao estoque público e 72,2% a terceiros.

No apoio à comercialização, ao longo de 2017, praticamente não houve formação de estoques por meio de Aquisições do Governo Federal. A maioria dos produtos operou com preços acima dos preços mínimos, o que tira a possibilidade de atuação do Governo na formação de estoques.

Nas ocasiões em que houve queda de preços, como no caso do trigo e milho, a opção do Governo foi por fazer intervenções no apoio ao escoamento, utilizando o Prêmio para Escoamento de Produto e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural.

Atualmente, a Conab acompanha, trimestralmente e anualmente, os resultados da estratégia de longo prazo alcançados pelas áreas (matriz e superintendências regionais).

A Conab insere-se no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 por meio do Programa 2077 – Agropecuária Sustentável, diretamente vinculado ao MAPA e, de forma indireta, por meio do Programa 2069 – Segurança Alimentar e Nutricional, com o Objetivo 0380 – Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável e duas iniciativas.

Neste aspecto, cumpre destacar que, em 2019, debateremos aqui no Congresso Nacional a proposta de Plano Plurianual 2020-2023, e a Estratégia de Longo Prazo 2017-2021 da Conab terá eventualmente de se adequar às diretrizes do PPA.

Já estão disponíveis no sítio eletrônico da Conab relatórios anuais com a síntese (tabelas e gráficos com indicadores) dos resultados oriundos do acompanhamento da estratégia na matriz e nas superintendências regionais, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2018. Também está disponível uma atualização do mapa estratégico para o período 2019-2023. A atualização da estratégia, no entanto, aparentemente ainda não foi formulada. Caberá ao Conselho de Administração, ainda em 2019, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, analisar tais documentos e encaminhar suas conclusões ao Congresso Nacional.

Até porque o art. 8º da Lei 13.303 dispõe que as empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão observar, entre os seguintes requisitos de transparência, a ampla divulgação ao público em geral de relatório integrado ou de sustentabilidade (inciso IX). Não obstante tenham sido publicados os relatórios anuais já mencionados, estes não são descritivos ou analíticos dos resultados atingidos e, portanto, ainda cumpre à Conab publicar anualmente tais relatórios de sustentabilidade.

O art. 8º da Lei 13.303 também estabelece em seu inciso VIII a necessidade da divulgação anual de carta de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito, em linguagem clara e direta, as informações (discriminadas no inciso III) relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Encontramos, no sítio eletrônico da Conab, Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa 2017, mas não encontramos documentos semelhantes referentes aos anos de 2018 e 2019.

Por fim, cumpre destacar que não encontramos publicados, no sítio eletrônico da Conab, os documentos dos Planos de Negócio de 2017, 2018 e 2019, o plano estratégico ou a Estratégia de Longo Prazo 2017-2021. Acreditamos que é importante que a Conab publique tais documentos, para que a





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

sociedade em geral e o Congresso Nacional possam aferir o embasamento das análises feitas pelo Conselho de Administração.

O voto, então, Presidente.

Ante o exposto, dada ciência do teor do documento do Conselho de Administração da Conab aos membros desta Comissão, o voto é pela orientação de que a Conab e seu Conselho de Administração tomem ciência do conteúdo deste Parecer, e das recomendações nele contidas, e em seguida pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2018, nos termos da alínea "d", inciso V, e do inciso III do art. 133 do Regimento Interno do Senado Federal.

Este é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k., Senador Izalci.

Lido o relatório, a matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento do Ofício "S" nº 51, de 2018, e encaminhamento de expediente à autoria da matéria para lhe comunicar o entendimento desse parecer.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para prosseguimento da tramitação.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu para leitura do seu requerimento extrapauta.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Sra. Presidente, Senador colega Izalci.

Eu gostaria de apresentar um requerimento extrapauta. Ainda não está nem digitado e entregue como eu gostaria, faltaram alguns detalhes, mas eu tenho me preocupado, ao longo dos anos da minha modesta experiência na área agropecuária, com aquela frase que eu sempre costumo usar: a preocupação de não fazermos agricultura sem agricultores. E é o caminho que nós estamos trilhando infelizmente. Mas precisamos tentar fazer alguma coisa e, para tentar fazer alguma coisa, nada melhor do que estudar o tema, compreendê-lo. Ninguém sabe tudo. As experiências são muitas, são enormes, não só no Brasil, como no mundo todo.

O que fazer para a pequena propriedade sobreviver? Nós temos ótimos modelos, como no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, em São Paulo, até mesmo em Minas, que é o sistema cooperativista, que tem feito bastante sucesso e tirado muitos produtores da pobreza. Não é a mesma realidade no restante do País, mesmo porque o Sul do País foi colonizado por europeus especialmente, já acostumados e habituados com o cooperativismo, uma larga experiência na atividade agropecuária, então uma cultura muito diferente. E nós precisamos de novas estratégias para as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, o próprio norte de Minas, o norte do Espírito Santo, áreas de muita seca, áreas de muita dificuldade, onde a pobreza é intensa, como no meu Estado do Tocantins.

Então, entre tantos estudos que leio, porque eu gosto de ler a respeito, me chamou a atenção uma tese de doutorado do Prof. Fernando Sergio de Toledo Fonseca, do meu Estado do Tocantins. Fiquei tão orgulhosa de ver essa tese de doutorado. Ele cursou e apresentou a tese na USP, em São Paulo, com a orientadora, a Profa. Dra. Ana Maria Bianchi, que é uma grande especialista nacional também, da USP. Então, esses são dois nomes já iniciais que eu gostaria de apresentar, tanto o do Prof. Dr. Fernando Sergio de Toledo, para apresentar a sua tese de doutorado, "Pobreza e tomada de decisão", especialmente focada nos assentamentos, como uma amostra, mas com muitas experiências





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

no Equador, na Bolívia, no México – acho que vai ser muito enriquecedor para todos nós –, como o da própria orientadora da tese, a Dra. Ana Maria Bianchi.

E gostaria de convidar o Dr. Mauro Lopes e Ignez Vidigal, um casal de pesquisadores da FGV – são literalmente casados –, e não haveria necessidade de vir os dois, mas aquele que tivesse maior disponibilidade, que fizeram à época, há algum tempo, uma pesquisa para a CNA, baseada no censo agropecuário, sobre as classes de renda rural no País. Eles podem ter atualizado com o censo de 2018, então acredito que nós ficaremos muito impressionados com o que eles têm a nos mostrar.

Também a ex-Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social Tereza Campello, que foi aquela que implementou a compra direta, o PAA, o BPC, para falar também um pouco sobre... O BPC não foi ela, claro, foi a Constituição, e o seguro especial também foi a Constituição, mas eu gostaria de que ela falasse sobre todas essas experiências no campo, nos assentamentos, porque ela viu isso desenvolver ao longo de 12 anos, praticamente, em que ela foi ministra. Compra direta, o PAA, BPC e o seguro especial rural, e também o Programa Bolsa Família nos assentamentos, se há algum resultado, o que significou isso para essas pessoas.

E convidar o Dr. Marcelo Reis Garcia, que foi Secretário Nacional de Assistência Social, do Ministério da Previdência e Assistência Social, do Governo Fernando Henrique, que fez uma pesquisa maravilhosa sobre escolas esquecidas. Essa pesquisa já tem mais de dois anos, e eu tenho convicção de que nada mudou, porque são as escolas rurais, as escolas espalhadas no campo brasileiro. Então, também é uma pesquisa digna de ser mostrada para os colegas Senadores, para ajudar a gente a pensar no que podemos fazer em termos de política pública para reverter essa situação e melhorar a renda no campo.

Lembrando que são 9.374 assentamentos, um milhão de pessoas morando nos assentamentos. Só no Norte do País, são 2.100 assentamentos. No meu Estado do Tocantins, 378 assentamentos. Então, nós temos muito o que fazer, muito o que trabalhar.

Então, imaginei que, no primeiro momento, nós pudéssemos ouvir especialistas e depois...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Quantos são, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – São cinco.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – São cinco.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E depois nós poderíamos fazer um outro debate, também trazendo o novo Governo, que também não tem ainda nem o que mostrar, são apenas cem dias de Governo. E nós apresentaríamos, então, para as autoridades constituídas do Governo Federal os relatórios do que nós conseguimos absorver. E tentaríamos depois uma segunda audiência pública já programando soluções, o que nós podemos fazer em termos de legislação, de políticas públicas, o que depende do Orçamento, o que depende de nós, o que depende do Governo Federal, enfim, juntar as forças para que possamos achar um caminho junto com a Ministra da Agricultura, o Ministro do Desenvolvimento Social, o gaúcho... Osmar Terra – desculpe o esquecimento –, Deputado Federal, uma pessoa muito interessante, muito especializada também na área social, com o Incra... Enfim, com todo mundo, a gente, depois, numa segunda audiência pública, convidar os poderes constituídos.

Então, este é o meu requerimento de audiência pública. E que possa ser feita o mais breve possível, na medida da agenda da Comissão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Izalci Lucas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu quero apenas parabenizar a iniciativa da Senadora Kátia Abreu, porque eu tenho pouca experiência, mas acompanhei, agora que eu fui o Presidente da Comissão que aprovou a regularização fundiária, e percebi agora na implantação que nós cometemos alguns erros, porque criamos uma demanda muito grande de trabalho, e o Incra infelizmente não tem a estrutura adequada de pessoal e condições de cumprir essa missão tão importante, já que metade da população do Brasil vive em áreas irregulares, sem escritura.

Mas eu percebi, aqui na SR 28, que contempla o DF, Minas Gerais e Goiás, que muitos assentamentos, principalmente nas regiões próximas das grandes cidades, estão virando, na prática, loteamento, porque infelizmente as pessoas são assentadas sem nenhuma qualificação, sem nenhum apoio, sem nenhum financiamento, sem matéria-prima.

Então, se a gente não conseguir assentá-los, mas, ao mesmo tempo, oferecer condições para que eles sobrevivam, para que tenham sustentabilidade naquela pequena área que ele está recebendo – e que normalmente são 2ha, 5ha, para a grande maioria desses assentados –, a gente vai transformar esses assentamentos em loteamentos, porque é natural: quando a pessoa não sobrevive daquela terra, ela vai lotear e vender.

Então, parabenizo e dou total apoio à aprovação desse requerimento.

E esse é apenas o primeiro de vários que teremos que fazer, porque aqui nós vamos encontrar algumas sugestões, mas precisamos ter talvez uma audiência com o diagnóstico da realidade em que hoje se encontram os assentados e as propostas que – pelo menos eu conheço parte delas – estão sendo trabalhadas, para que sejam oferecidas aos assentados condições de sobreviver de forma sustentável na sua terra.

Então, parabenizo a iniciativa e dou total apoio à aprovação desse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O requerimento vai para a votação na próxima reunião. A gente lê e vota.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Mas a gente faz, de repente, uma deliberativa só para votação, porque a nossa próxima... Porque temos um feriado agora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só dia 8.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só dia 8, mas a gente faz e aprova, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – E eu quero parabenizá-la pela iniciativa e parabenizar todos os Senadores membros desta Comissão, porque hoje nós aprovamos muita coisa...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Várias coisas para pequenos produtores.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Trabalhamos, rendeu. E o principal: para incentivo e capacitação dos pequenos produtores. Porque existem países que são grandes com pequena área de terra. Então, há esse olhar cuidadoso, eu percebo que a Comissão está em sintonia e, nesse propósito, estamos aprovando tudo. A produção está realmente...

Eu quero parabenizá-los e peço aos senhores que a gente mantenha esse ritmo, que está muito bom.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não posso deixar de dizer as palavras do nosso Presidente Jair Bolsonaro, quando ele se refere à tecnologia e quando ele se refere a Israel, dizendo: "Olha o que eles não têm e veja o que eles são. E olha o que temos e o que não somos", ainda; porque muitos países onde... A gente não precisa inventar a roda, mas trazer a tecnologia e conhecimento, capacitação, porque nós temos... Comentei com a Sra. Senadora ontem a tristeza que é ver a Fazenda Itamarati em Mato Grosso do Sul. As pessoas ficam sem capacitação, são deixadas ao léu. Então, isso é muito triste, acho que isso vai mudar, sim.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só quero complementar: nós aprovamos, na Comissão de Desenvolvimento Regional, um programa chamado CDR, que é centro de desenvolvimento regional, que já está sendo adotado em alguns Municípios. Estivemos com os Ministros da Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Regional, Educação e também com o GSI, e vamos convidar outros ministérios, porque nós detemos muito conhecimento; as universidades, os institutos têm muito conhecimento, como foi dito aqui sobre a tese de doutorado pela Senadora Kátia Abreu. O que nós temos é que transformar esse conhecimento em algo aplicado, numa pesquisa aplicada.

Então, o objetivo desse projeto é este: aproveitar a estrutura que nós temos nas universidades, nos institutos federais, nos institutos de pesquisa, e transformar todo esse conhecimento em geração de emprego e renda, desenvolvendo exatamente a vocação de cada Município, qual universidade e instituto podem apoiar aquele Município, quais são os projetos, qual a vocação daquela área, e capacitá-los para isso.

Então, tem tudo a ver também com essa questão da agricultura familiar. Eu acho que, inclusive, é a porta de saída do... Bolsa Família, não... Como é que chama?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, o Bolsa Família. É uma porta de saída, porque as pessoas que querem sair do Bolsa Família precisam ter realmente estrutura e capacitação para poder tocar o seu próprio negócio.

Então, parabênzo a Comissão pela produtividade e V. Exa. pela competência que tem desempenhado aí na Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É que vocês estão dando retorno. Isso que é importante. E monetizar, monetizar tudo isso, esse conhecimento todo que está aí.

Então, muito obrigada.

Eu vou só ratificar o resultado do Projeto de Lei nº 778, de 2019: foi aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 778, de 2019, com as Emendas 1, 2 e 3, da CRA, e adendo do Relator.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e oito minutos do dia oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Angelo Coronel e Irajá. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 9, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito - MS. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante do Ministério do Meio Ambiente; Representante do Ministério do Turismo; Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar- SEMAGRO; Representante FAMASUL; Representante da Prefeitura de Bonito- MS; Representante da Câmara Municipal de Bonito- MS; Representante das Agências de Turismo de Bonito - MS." de iniciativa desta Presidência e do Senador Nelsinho Trad. Resultado. Aprovado. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 10, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a situação das pequenas propriedades no campo, especialmente os assentamentos rurais, e os mais recentes estudos sobre o desenvolvimento de políticas públicas bem sucedidas para a melhoria da renda dos agricultores familiares brasileiros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Prof. Fernando Sérgio de Toledo Fonseca – Universidade Federal do Tocantins (UFT); 2. Profª. Doutora Ana Maria Bianchi – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP); 3. Sr. Mauro de Rezende Lopes ou Srª Ignez Vidigal Lopes – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV); 4. Sra. Tereza Campello – Economista e Ex-Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); 5. Sr. Marcelo Reis Garcia – Assistente Social." de iniciativa da Senadora Kátia Abreu. Resultado: Aprovado. A Senhora Presidente procede à leitura do seguinte Requerimento, REQ nº 11, de 2019 – CRA, de iniciativa do Senador Lasier Martins: Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a importância de





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

políticas governamentais de Propriedade Industrial a fim de combater impactos negativos no agronegócio, com seguintes convidados: Sr. Otávio Brandelli – Embaixador e Secretário-Geral do Itamaraty; Sr. Antônio Márcio Buainain – Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Pesquisador Senior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED); Sr. Orlando Leite Ribeiro – Embaixador e Secretário de Relações Exteriores do MAPA; Sr. Mauro Biancamano Guimarães – Secretário Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República; Sr. Sebastião Barbosa – Presidente da EMBRAPA; e Sr. Saulo da Costa Carvalho – Especialista em PI. Presidente da AFINPI. Resultado: Lido. O Requerimento lido retornará à Pauta para votação conforme Ato nº 1, de 2019-CRA. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 6/2019 - CRA, de autoria desta Presidência e da Senadora Zenaide Maia. Finalidade: Instruir o AVS 39/2018, que "encaminha cópia do Acórdão nº 1197/2018, que trata de auditoria sobre o procedimento de emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário como instrumento de identificação e de qualificação de agricultores familiares, com as suas formas associativas, para o acesso aos respectivos programas e às correspondentes políticas públicas (TC 012.700/2017-7)". Participantes: Vinícius Neves dos Santos, Diretor de Agricultura e de Ordenamento Territorial, da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, do Tribunal de Contas da União – TCU; Fernando Shwanke, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; João Carlos Jesus Corrêa, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra; Antoninho Rovaris, Diretor e Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag. Carlos Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais – Conafer. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra as Senadoras Soraya Thronicke e Kátia Abreu e os Senadores Wellington Fagundes e Luis Carlos Heinze. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/08>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes, conforme a pauta já previamente divulgada.

Na primeira parte, teremos deliberação de requerimentos e, na segunda parte, a audiência pública interativa destinada à instrução do Aviso nº 39, de 2018, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.197, de 2018, que trata de auditoria sobre o procedimento de emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário como instrumento de identificação e de qualificação de agricultores familiares, com as suas formas associativas, para o acesso aos respectivos programas e às correspondentes políticas públicas, em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2019, da CRA, de iniciativa da Senadora Soraya Thronicke e da Senadora Zenaide Maia.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito - MS. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Representante do Ministério do Meio Ambiente;

Representante do Ministério do Turismo;

Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar- SEMAGRO;

Representante FAMASUL;

Representante da Prefeitura de Bonito- MS;

Representante da Câmara Municipal de Bonito- MS;

Representante das Agências de Turismo de Bonito - MS.

Autoria: Senador Nelsinho Trad e outros

- Lido em 10.04.2019.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 10, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar a situação das pequenas propriedades no campo, especialmente os assentamentos rurais, e os mais recentes estudos sobre o desenvolvimento de políticas públicas bem sucedidas para a melhoria da renda dos agricultores familiares brasileiros. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Prof. Fernando Sérgio de Toledo Fonseca – Universidade Federal do Tocantins (UFT);
2. Profa. Doutora Ana Maria Bianchi – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP);
3. Sr. Mauro de Rezende Lopes ou Sra. Ignez Vidigal Lopes – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV);
4. Sra. Tereza Campello – Economista e Ex-Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS);
5. Sr. Marcelo Reis Garcia – Assistente Social.

Autoria: Senadora Kátia Abreu

- Lido em 24.04.2019.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Requerimento da CRA.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a importância de políticas governamentais de Propriedade Industrial a fim de combater impactos negativos no agronegócio, com seguintes convidados:

- 1) Sr. Otávio Brandelli – Embaixador e Secretário-Geral do Itamaraty;
- 2) Sr. Antônio Márcio Buainain – Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Pesquisador Senior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED);
- 3) Sr. Orlando Leite Ribeiro – Embaixador e Secretário de Relações Exteriores do MAPA;
- 4) Sr. Mauro Biancamano Guimarães – Secretário Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República;
- 5) Sr. Sebastião Barbosa – Presidente da EMBRAPA;
- 6) Sr. Saulo da Costa Carvalho – Especialista em PI. Presidente da AFINPI.

Autoria: Senador Lasier Martins e Senadora Soraya Thronicke.

Lido o requerimento, a matéria retornara à pauta para votação.

Passamos agora à segunda parte da nossa reunião de hoje, que é a nossa audiência pública.

Eu informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo pelo Portal do e-Cidadania – www.senado.leg.br/ecidadania – e do Alô Senado: 0800-612211.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Convido para compor a Mesa nossos ilustres oradores: Vinícius Neves dos Santos, Diretor de Agricultura e de Ordenamento Territorial da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU); Sr. Fernando Schwanke, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Gen. João Carlos Jesus Corrêa, Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Sr. Antoninho Rovaris, Diretor e Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); e Sr. Carlos Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer).

Meu bom dia a todos e mais uma vez muito obrigada pela presença dos senhores.

Esta reunião é extremamente relevante, para que a gente consiga elucidar tantas caixas-pretas que este Governo recebe. Eu recebo todos os dias, porque o Parlamentar tem duas obrigações, a de legislar e a de fiscalizar.

Chegou a esta Casa – e aqui, especificamente, na CRA –, em novembro do ano passado, já no final da Legislatura anterior, um aviso do TCU, dizendo sobre possibilidades de fraudes dentro do Incra, dentro dos programas da agricultura familiar, e isso tem sido uma constante no nosso dia a dia, de receber... Todo dia há alguém para contar algo... Nós não temos uma notícia boa. É a coisa mais impressionante que existe: todos os dias, alguém vem contar uma suspeita de fraude em todos os ramos que os senhores imaginarem. Tudo. Em todos os ramos: na saúde, na educação, na agricultura, em tudo, tudo, absolutamente tudo.

Então, eu gostaria realmente de ter braços para tanto, mas, com a ajuda de Deus, eu acredito que a gente vai passar este País a limpo e vai entregar para o povo brasileiro, abrir caixas-pretas, como essa em que hoje a gente dá o início, para compreender aonde está indo o dinheiro do cidadão, se os incentivos estão indo para as pessoas que realmente precisam desses incentivos... Então, isso tudo é muito grave.

É triste, mas, ao mesmo tempo, eu fico feliz de a gente poder ter, hoje, a oportunidade de elucidar tantas coisas.

E por que a auditoria da DAP foi realizada, segundo o TCU?

Com as DAPs, os agricultores familiares acessam os programas e políticas públicas de interesse da categoria, que movimentam em torno de 6 bilhões de recursos orçamentários anualmente.

Em fiscalizações anteriores do TCU, já foram identificados riscos e problemas relacionados às DAPs emitidas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar (Sead), que, no Governo Bolsonaro, tornou-se Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAFC) – eu não sei se é assim que vocês falam. Tem um "C" e aí ficou difícil.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Tiraram o "C"? Ah! Que bom!

Por esse motivo, o TCU objetivou avaliar a conformidade das declarações emitidas, os controles internos aplicados na emissão e a atuação do controle social, bem como mensurar o montante dos recursos públicos aplicados em beneficiários com indícios de irregularidades.

Então, eu vou ler só cinco pontos que o TCU encontrou, para dar a voz aos senhores.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O que o TCU encontrou? Indícios de irregularidades em 1.335.852 DAPs – o número é preocupante – emitidas entre 2007 e 2017, o que é equivalente a 11,15% do total das emissões, que acessaram aproximadamente R\$14 bilhões em 11 programas e políticas públicas federais da agricultura familiar, analisados entre 2010 e 2017.

Como conclusões da auditoria, pode-se destacar que a legislação que regulamenta a identificação e qualificação dos agricultores familiares é de difícil interpretação e aplicação, os agentes emissores apresentam dificuldades na interpretação e aplicação dos normativos, e não recebem treinamento e capacitação para essa tarefa.

O sistema de emissão da DAP, a DAPWeb, apresenta deficiências que impactam o controle e o serviço dos agentes emissores, bem como nos controles internos da emissão.

Destaca-se ainda que o controle social da DAP, sob responsabilidades dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), apresenta resultados insuficientes e não é executado pela maior parte dos Municípios brasileiros.

Por fim, o procedimento de comunicações e DAPs canceladas ao Ministério Público e aos órgãos gestores apresenta falhas, o que prejudica o ressarcimento de eventuais danos ao Erário, além de permitir a continuidade de acessos indevidos a tais programas e políticas.

Quero agradecer a presença do Senador Jayme Campos.

Vou passar a palavra aos senhores, para que... Nós estamos sendo assistidos pelo Brasil inteiro e temos a obrigação de elucidar todos esses levantamentos feitos pelo TCU.

Darei aos senhores em torno de dez minutos. Caso seja necessário, a gente aumenta, não há problema. O que é importante é elucidar para o povo brasileiro e para os Senadores, para que a gente consiga tomar as providências, juntamente com o Poder Executivo, e abrir essa caixa-preta, trazendo soluções.

Vou passar, primeiro, a palavra para Vinícius Neves dos Santos, Diretor de Agricultura e de Ordenamento Territorial da Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU).

Muito obrigada, Vinícius.

O SR. VINÍCIUS NEVES DOS SANTOS – Bom dia a todos!

Primeiramente, quero agradecer a oportunidade de participar da Comissão e agradecer ao convite da Senadora Soraya. Para a gente, é uma honra estar aqui para elucidar... É uma honra para o TCU participar dessas discussões, porque o nosso trabalho não pode só ficar no âmbito interno do TCU e dos gestores. Muitas coisas que a gente identifica necessitam de alteração normativa, necessitam de uma atuação do Congresso. Então, esses momentos são fundamentais para a resolução e para a evolução dos programas e das políticas.

Cumprimento também os colegas da Mesa e agradeço a presença de todos. *(Pausa.)*

Adiantando algumas informações, cabe destacar que esse trabalho foi finalizado pela unidade técnica do Tribunal em março de 2018. Desde então, já houve algumas alterações normativas da própria Sead, que hoje foi extinta e a competência está dentro do Ministério da Agricultura. Em algumas coisas, eu vou trazer até um pouco dessa alteração normativa.

Só um *overview* sobre o que é a Declaração de Aptidão ao Pronaf. Ele foi um documento criado ainda nos anos 90 para acesso a crédito rural específico. Com a evolução e constante criação de programas para a agricultura familiar, esse documento passou a ser utilizado como porta de acesso para





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

todas as outras políticas públicas da agricultura familiar, não só em âmbito federal, mas também em âmbito estadual e municipal.

Enfim, o que é uma DAP? Ela serve como identificação de unidades familiares de produção rural ou produção agrária, de acordo com o novo normativo, e suas formas associativas.

Todas as informações constantes na DAP, principalmente nas DAPs das famílias – quando não trata de forma associativa de pessoas físicas, o que identifica a família –, são informações declaratórias. A pessoa procura um agente emissor credenciado, que, no caso, são sindicatos, EMATERs ou órgãos públicos, e prestam informações sobre a propriedade dela, sobre os dados dela, sobre o que ela produz e o quanto de renda ela tem. Enfim, são todas informações declaratórias. A DAP ativa vai dar acesso a programas de políticas públicas federais.

O desenho da DAP é feito com a existência de um controle social sobre ela. Esse controle social seria exercido pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município, onde eles analisariam, ao menos uma vez ao ano, ou de maneira extraordinária quando houvesse uma denúncia ou qualquer coisa, se as DAPs emitidas pelo Município estão atendendo aos critérios definidos na lei.

A regulamentação da DAP, até o ano passado, era feita por portarias da Sead e da SAF; hoje, vai passar a ser regulada pelo MAPA, assim que houver alguma autorização. Por enquanto, essas portarias ainda estão vigentes. Quando a gente trata de DAP, ela é uma porta de acesso para as políticas públicas.

O que a gente fez nesse trabalho? A gente identificou 11 programas federais que utilizam a DAP para acesso a essas políticas. Esses 11 programas representam, em média, 6 bilhões de recursos orçamentários por ano. E nós pegamos todos os dados desses programas e analisamos quem acessou esses programas em cada ano, de 2010 a 2017. Em alguns programas, nós tivemos dificuldades para acessar os dados; por exemplo, o PGPMBio, a gente só conseguiu acesso aos dados quando o trabalho já estava concluso; e outros não tinham bancos de dados de todo o período. Então, quando a gente fala de 2010 a 2017, não envolve todas as políticas porque a gente não tinha todos esses dados disponíveis também.

Tratando mais especificamente do que nós encontramos na auditoria, como a Senadora já tinha destacado, os principais achados são as DAPs com indícios de irregularidades, de que vou tratar com mais detalhe à frente.

A baixa adoção pelos Municípios de um mecanismo de controle. Como eu falei, os Municípios, por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, deveriam exercer esse controle social sobre a DAP. E o que a gente constatou? A gente pegou um ano como exemplo. No ano de 2016, somente 1,2% dos Municípios tinha feito esse controle social e repassado essas informações à Secretaria Especial, o que não representa praticamente nada dentro da quantidade de Municípios que a gente tem, e com o destaque de que 68% desses Municípios que o fizeram estavam no Estado do Paraná, o que torna pior ainda esse controle exercido no restante do País.

A gente viajou durante o trabalho tanto para o Sul quanto para o Nordeste e conversamos com os Prefeitos e com os Secretários de Agricultura dos Municípios para entender se eles faziam ou por que não faziam... Vários deles não tinham conhecimento da necessidade de realizar esse controle. No Nordeste, há um critério específico. Eles têm obrigação de realizar o controle sobre o Garantia-Safra; então, eles o fazem. O Conselho Municipal se reúne para tratar do Garantia-Safra, mas não tratava da





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

questão das DAPs. Uma das causas que a gente identificou é exatamente essa falta de fomento, essa falta de divulgação da necessidade de realizar esse controle pelos Municípios.

Mesmo que só com 1,2% dos Municípios, de 2015 a 2017, 626 DAPs foram canceladas por meio desse controle, o que a gente acha um número relevante, dada a pouca quantidade de Municípios, porque, se houvesse uma atuação mais ampla, fazendo uma conta básica, a gente poderia atuar em cerca de 30 mil DAPs no Brasil, se esse controle estivesse sendo efetivamente realizado.

O terceiro achado foi em relação à não comunicação por parte da Sead em relação às DAPs canceladas para os órgãos gestores. Quando uma DAP é cancelada por irregularidade, a gente deduz que todos os programas que aquela pessoa acessou, ela não deveria ter acessado – não todos os programas, dependendo da irregularidade que ele tiver, porque pode ser uma irregularidade formal, só pelo tipo de DAP, que vou explicar mais à frente, ou por uma irregularidade em que ele não poderia ter nenhuma DAP.

A gente acredita que a Sead, ao fazer o cancelamento de uma DAP, deveria comunicar aos órgãos gestores de todos aqueles programas que fazem pagamentos confiando nas informações da DAP que tal DAP foi cancelada porque essa pessoa não era um agricultor familiar. Então, qualquer pagamento, qualquer benefício que aquela pessoa tivesse acessado durante o período da validade da DAP, passando-se por um agricultor familiar, aquele órgão gestor deveria tomar atitudes para o ressarcimento desses valores. Como essa comunicação não era feita, o órgão gestor nem tinha oportunidade de atuação.

Continuando, a gente tratava do achado mais relevante da auditoria que foram as DAPs com indícios de desconformidade. O que a gente utilizou como critério para fazer esse achado? A gente utilizou muitos cruzamentos de dados das bases públicas do Governo e solicitamos os dados de todos aqueles 11 programas que a gente analisou.

O tamanho da propriedade. A gente analisou se as pessoas que eram titulares de DAP possuíam somente propriedades com até quatro módulos fiscais, porque todos esses critérios estão na norma que define quem pode ser agricultor familiar ou não. Nós analisamos isso por meio dos dados inscritos tanto no Sistema Nacional de Cadastro Rural do Incra, quanto no Sigef, também gestado pelo Incra.

Quanto ao limite da renda dos agricultores, então, é que a gente tem que fazer uma diferenciação em alguns tipos de DAPs que existem. De maneira geral, a gente tem a DAP do Grupo B, que são para agricultores que, na época do trabalho, possuíam renda de até R\$20 mil anual. Hoje, essa renda foi alterada, passou para 23 mil, e os demais grupos, que são o Grupo A, C e o Grupo D, que a renda desses agricultores tem que ser de até R\$360 mil anual; hoje passou para 400 e 500 mil.

Então...

(Soa a campanha.)

O SR. VINÍCIUS NEVES DOS SANTOS – ... quando nós tratamos das DAPs com irregularidades, nós identificamos se essa DAP é uma DAP Grupo B ou se é uma DAP dos demais grupos, para ver se ela se encaixava em cada grupo de renda. Então, quando nós mostramos 1,335 milhão de DAPs com indícios de irregularidade, a gente conferiu tanto a renda das DAPs do Grupo B, quanto a dos demais grupos. As DAPs do Grupo B foram as em que a gente identificou o maior número de irregularidades quanto à renda, por ser uma renda muito pequena que podem ter no ano.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Continuando, no mínimo 50% da renda tem que ser derivada da atividade agrícola dele. Ele pode ter uma outra atividade, a família como um todo pode ter uma outra atividade fora da área rural, fora da atividade agrícola, mas ao menos 50% da renda da família tem que ser destinada à atividade agrícola. A gente também conferiu isso de acordo com a informação declaratória dele e a informação disponível de renda em base na Rais, do Ministério do Trabalho.

E a mão de obra tem que ser predominantemente familiar. Então, o que a gente identificou de maneira geral? Quanto a aspectos pessoais, a gente identificou DAPs emitidas com ambos os titulares falecidos; quanto ao poder aquisitivo, DAPs emitidas com renda superior à permitida ou proprietários de terra com mais de quatro módulos fiscais.

Irregularidades no programa, a gente identificou cônjuges com DAPs distintas. Como a DAP identifica a família, os dois cônjuges têm que estar inscritos na mesma DAP, até para evitar duplo acesso a programas. E também identificamos ambos os titulares da DAP detentores de cargo público em tempo integral ou com emprego em tempo integral. Não existe uma proibição de você ter um cargo público e possuir uma DAP; a única questão que a gente coloca é: como a mão de obra tem que ser predominantemente familiar, como eles têm cargos em tempo integral, então, se dedicando à propriedade?

Perfeito, aqui a gente demonstra as tipologias que a gente identificou no trabalho. De maneira geral, identificamos mais indícios de irregularidade na questão da renda. Então, ali o principal é renda superior ao permitido, de 1,141 milhão de DAPs ou renda fora do estabelecimento superior à renda produzida no estabelecimento.

Além disso, cabe destacar ambos os titulares detentores de emprego e área superior a quatro módulos fiscais. Enfim, a gente produziu mais de 30 tipologias que a gente foi verificar. Dessas 30 tipologias, a gente separou as tipologias de maior risco e utilizamos critérios como: "Ah! Essa determinação está em lei ou não está em lei para a gente identificar como uma tipologia?". "Esse tem mais potencial de causar dano?".

De todas as tipologias, a gente definiu essas no final que foram para o relatório como propostas de DAPs com indícios de irregularidade.

Enfim, de maneira geral, a gente analisou 14,793 milhões de DAPs emitidas de 2007 a 2017. Dessas 14 milhões, a gente identificou indícios de desconformidades em 1,335 milhão. Nessas 1,335 milhão com indícios de desconformidade, 640 mil acessaram alguma daquelas 11 políticas públicas federais, entre 2010 e 2017.

Como a gente não tinha dados das políticas estaduais ou municipais, por ser muito dissipado, a gente não conseguia, a gente não olhou quais dessas DAPs estavam acessando políticas estaduais, mas, pela lógica, se a pessoa emite uma DAP, pode estar tendo acesso tanta a políticas estaduais, quanto a políticas municipais.

A gente identificou no trabalho um valor em risco de aproximadamente 14 bilhões. Por que a gente colocou o valor em risco? A gente não trata isso como irregularidade; a gente trata como indício de desconformidade, indício de irregularidade, porque a gente trabalhou com cruzamento de dados. Esses dados de cruzamento de dados precisam ser conferidos, porque, mesmo utilizando bancos de dados públicos federais, a informação que está ali não é 100% confiável. E a informação varia também todos os dias.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, quando a gente coloca aproximadamente 14 bilhões, também não representa que são 14 milhões de recursos orçamentários; são 14 bilhões de programas acessados, porque cada programa trabalha de uma maneira diferente. Se a gente for olhar crédito, que é o mais representativo dos 14 bilhões, o valor acessado de crédito não é todo do recurso orçamentário, somente uma parte que vai da subvenção. Então, quando a gente fala 14 bilhões, não são 14 bilhões de recursos orçamentários, e, sim, 14 bilhões acessados no período.

Continuando, as principais causas identificadas por esse achado foram a regulamentação insuficiente dos parâmetros de aferição. O que é isso? A SAF (Secretaria de Agricultura Familiar), à época, tinha obrigação de definir quais são os parâmetros de aferição que o agente emissor vai verificar no momento de emitir uma DAP. E alguns termos ficavam um pouco em aberto, deixando uma certa subjetividade para o agente emissor, como a questão da proximidade da residência à propriedade, ou a questão de quantos horas ele tem que se dedicar à atividade ou não.

A explicação da SAF é porque são critérios muito subjetivos. Só que o que a gente identificou indo a campo é que o agente emissor tem dificuldades de negar uma DAP quando não há isso definido em norma. Se ele não consegue: "Olha, se você não se enquadra nesse parâmetro, eu vou te negar a DAP por causa disso"... Se esse parâmetro não está bem definido, ele tem dificuldade em negar essas DAPs, até correndo o risco de ser processado por negar uma DAP.

Além disso, não eram regulamentados critérios de suspeição e impedimento do agente emissor ou qualificação mínima. O que seria suspeição e impedimento? A gente identificou DAPs emitidas do agente emissor para a esposa dele ou DAP emitida do agente emissor para a cooperativa da qual ele era filiado. Essa questão das informações a gente enxerga como risco devido ao fato de que ele não deveria emitir uma DAP em que ele mesmo vá averiguar os critérios da esposa dele ou da cooperativa onde ele é filiado, onde ele trabalha.

E também não foi definida qualificação mínima. Não é definido nem se o agente emissor tem que ser vinculado à entidade em que ele trabalha. Então, ele é o agente emissor do sindicato, ele precisa ser um funcionário do sindicato ou ele é um agente emissor da Emater e precisa ser um funcionário da Emater? Como esses critérios não estão definidos, a gente identificou casos, principalmente em sindicatos, de pessoas que não estavam registradas na Rais como funcionárias dos sindicatos emitindo DAPs.

Continuando, insuficiência de controles prévios em emissão da DAP. O que a gente identificou, há tempos, em 2017/2018: o único controle exercido antes da emissão da DAP era verificar se os CPFs estavam no Sisobi ou não. O que é essa verificação? Se o CPF estava registrado como óbito. Fora esses controles, a gente coloca dentro do relatório, cita exemplos de outros controles que poderiam ser feitos, como a questão de verificação de renda, verificação do tamanho da propriedade que auxiliariam o agente emissor no momento de verificar a veracidade das informações que são declaradas.

A deficiência no sistema de emissão da DAP é em relação a detalhes de como essa informação é inserida dentro do sistema.

O sistema só permitia a inscrição de uma propriedade rural – sendo que a pessoa poderia ter mais de uma parcela, mais de uma propriedade – e também não permitia dados detalhados de todas as pessoas que compõem a família, somente dados dos titulares 1 e 2 iam para a DAP, sendo que podem fazer parte da unidade familiar tanto, eventualmente, mãe ou pai que morem junto, um filho... Enfim, como não há essas informações, a gente não consegue fazer todas as verificações.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E, por fim, a falta de treinamento dos agentes emissores. Essa foi uma questão trazida por eles próprios, pelas dificuldades que encontram no dia a dia. Eles até tinham um canal de comunicação para tirar dúvidas com a SAF, só que quanto à questão de um treinamento formal e padronizado.

Finalizando, então, o que que o acórdão do TCU propôs? A gente propôs a suspensão das DAPs ativas.

Nem todas essas DAPs que a gente identificou estão ativas, porque a DAP tem um período de validade. Então, somente as DAPs que estão ativas seriam suspensas, porque essas podem acessar ainda outras políticas públicas. No período de suspensão, eles continuariam acessando as políticas públicas que já estão acessando. Eles não seriam excluídos de todas as políticas públicas, só não acessariam novas políticas públicas. Então... Esses 60 dias para promover a suspensão da DAP e apresentar um plano de ação para o TCU.

Esse plano de ação seria em que sentido? Quanto às DAPs que a gente identificou com indícios de irregularidade, eles iriam fazer uma averiguação dos indícios que a gente identificou. A partir dessa averiguação, iriam ou cancelar, ou considerar essa DAP irregular. Cancelando essas DAPs, iriam fazer a comunicação aos órgãos gestores dos programas, para adotar as medidas cabíveis.

Por que a gente propôs essa suspensão? Isso é o que está previsto na portaria da SAF que regulamenta a DAP. A suspensão da DAP poderá ocorrer devido à identificação de indivíduos irregulares. Então, a nossa proposta foi totalmente aderente ao que está previsto na portaria que regulamenta a emissão das DAPs.

Além disso, o Tribunal deliberou no sentido de a Sead adotar procedimento de validação das informações, utilizando bases de dados governamentais, porque esse cruzamento de dados prévio somente estava sendo exercido pelo Sisob, para fazer com outros bancos de dados; implementar treinamento e capacitação para os agentes emissores; e, para a SAF, regulamentar os parâmetros de aferição, como a gente tinha colocado: tanto a identificação quanto a qualificação da unidade familiar como um todo, dados mais detalhados de todas as pessoas que participam, que integram a família, e a suspeição e qualificação mínima do agente emissor.

De maneira bem geral e resumida, foi isso que o trabalho abordou.

Quero agradecer novamente a oportunidade e me colocar à disposição em qualquer outro momento.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vinícius, muito obrigada.

Eu quero enaltecer, porque, quando eu li o aviso do TCU, fiquei encantada com o trabalho de vocês, com a dedicação, e por perceber que o TCU é um órgão em que a gente pode confiar. Então, parabéns, parabéns a todos os Ministros lá!

E vamos precisar muito de vocês, não só nesse caso, mas sempre, porque há muito trabalho para fazer. Eu chego até a ficar com dó. (Risos.)

Obrigada.

Depois há perguntas para você.

Vamos ouvir agora Fernando Shwanke, Secretário de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Obrigada, Fernando pela sua presença aqui.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO SHWANKE – Bom, primeiro, eu queria agradecer o convite, Senadora Soraya, para podermos estar aqui, conversando sobre esse tema extremamente importante para a agricultura do nosso País.

Eu queria saudar os meus colegas de Mesa aqui, o Antoninho, o General Jesus, o Vinícius e o Carlos; quero agradecer também essa participação.

Primeiro, quero ressaltar que, na verdade, este foi um acórdão emitido pelo Tribunal de Contas que faz menção a uma avaliação dos anos de 2010 a 2017 – que nós herdamos. Segundo, ressaltar a importância do Tribunal de Contas da União, como a senhora mesmo comentou, nesta avaliação e nas avaliações das políticas públicas, quase que intermitentemente.

Nós, assim que assumimos, por determinação da Ministra Tereza Cristina, recebemos, na verdade, a herança desse acórdão, que, vamos dizer assim, indicava o cancelamento de 640.460 DAPs ativas, no dia 19 de fevereiro deste ano.

Como isso, obviamente, como o próprio Vinícius disse, são indícios de irregularidade, nós, até por havermos recém-assumido, talvez causasse uma série de prejuízos para produtores que não estão enquadrados ou que não tinham, vamos dizer assim, irregularidades na emissão de suas DAPs.

Então, fomos até ao Tribunal de Contas da União e repactuamos um plano de ação, para implementar as medidas que foram indicadas pelo acórdão do Tribunal de Contas da União. E assim o fizemos e assim estamos fazendo, Senadora Soraya,

É importante ressaltar alguns números: desses 1,3 milhão DAPs que foram indicadas, 815 mil já não estão mais ativas. Então, uma grande parte dessas DAPs já foram interrompidas, pelo seu prazo de validade. E nós estamos no momento de avaliação e de análise de em torno de 480 mil DAPs, fazendo uma avaliação mais criteriosa da tipologia de risco, em função daquilo que o próprio Vinícius comentou, sobre questão da não declaração de renda das pessoas falecidas ou de áreas maiores do que quatro módulos.

Segundo o próprio acórdão que temos com o Tribunal de Contas da União, nós devemos, no dia 4 de junho, fazer, então, a suspensão daquelas DAPs que, efetivamente avaliadas, indicam algum tipo de irregularidade. Porém, é importante que se diga que a Secretaria, paralelamente a isso, está construindo o novo Cadastro da Agricultura Familiar, justamente para que nós possamos ter mais segurança na emissão das declarações de aptidão ao Pronaf. E, sobre esse novo cadastro, temos a expectativa de que, logo em seguida ao dia 4 – nós temos a data do dia 6 de junho; vai depender um pouco da informática, mas estamos trabalhando para isso –, ele entre em funcionamento. E ele vai ter alguns cruzamentos com outras bases de dados do Governo, que tornarão, obviamente, esse cadastro mais seguro. E uma das ações em que estamos bastante avançados é com o CNIS, do INSS.

Então, o que a Secretaria tem feito a partir desse acórdão emitido pelo Tribunal de Contas e, posteriormente, um novo acórdão que foi emitido, pedindo um pouco mais de prazo – e nós vamos cumprir todos os prazos que foram definidos neste novo acordo com o Tribunal de Contas da União –, é efetivamente tornar este cadastro mais seguro, para que nós não tenhamos tanto risco em relação à emissão de uma DAP e, posteriormente, ao acesso das políticas públicas.

Eu só gostaria, para encerrar então a minha participação, de fazer uma defesa de todos os programas da agricultura familiar, que são extremamente importantes para a economia do País. Esse setor, hoje caracterizado como agricultura familiar, responde por R\$65 bilhões de Produto Interno Bruto; ele responde, hoje, por 25% da Produto Interno Bruto da agropecuária brasileira e tem,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

aproximadamente, 4 milhões de propriedades rurais que são inseridas como pequenas propriedades rurais. E, dessa política pública toda, segundo os próprios números do TCU, as DAPS com indícios de irregularidades que acessaram as políticas são em torno de 4,5%. Então, nós temos uma eficiência bastante grande dentro das políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Obviamente, esse número não deve ser aceito. Nós devemos ter 0% por cento de indícios de algum tipo de irregularidade. E nós estamos trabalhando para isso dentro da Secretaria, e certamente, com a implementação do novo Cadastro da Agricultura Familiar, isso se tornará mais seguro para que nós possamos atender àquelas recomendações que o Tribunal de Contas da União tem feito.

Seria isso, Srs. Senadores.

Estou à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Muito obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Obrigada.

Como nós não temos outros Senadores, quem sabe em cada um a gente já poderia pedir para incluir algumas dúvidas nas suas próprias palestras? No caso dele, por exemplo, eu tinha algumas observações. Ou a senhora prefere que todos falem, ou...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu creio que a gente não vá ter aquele tipo de audiência pública tão extensa como de costume. Eu não sei como é que está a agenda da senhora, se a senhora vai ter que...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu tenho. Eu tenho um compromisso meio-dia e meia.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Porque às vezes se estende muito, e a gente não consegue ouvir todos.

O que que a senhora prefere?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – São coisas pontuais aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Dr. Fernando, o senhor disse que agricultura familiar tem 4 milhões de propriedades rurais. Eu queria que o senhor me conceituasse o que é agricultura familiar e o que é a pequena propriedade para o senhor. Qual é o seu conceito? Porque, se for agricultura familiar e o senhor estiver confundindo com o tamanho da propriedade, nós não temos 4 milhões no País.

O SR. FERNANDO SHWANKE – Não... Eu não estou confundindo, Senadora. Na verdade, é o conceito da lei. É esse que é o utilizado pela secretaria. É o conceito da lei, que caracterizou a agricultura familiar até quatro módulos fiscais, com uma renda de até R\$490 mil por ano e com a mão de obra familiar predominante. É a lei que diz isso, e é com isso que nós trabalhamos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Certo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Satisfeita, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k.

Passamos a palavra agora ao Gen. João Carlos Jesus Corrêa, o novo Presidente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Considerando, ainda, General, que foi levantado que o Incra foi responsável pelo maior percentual de emissão de irregularidades por entidades emissoras, em torno de 34,93%... Acho que o senhor viu isso, não é? Então, seria importante esclarecer para o povo brasileiro e para os Senadores como é que o senhor recebe isso e quais são as atitudes do Incra.

Muito obrigada, mais uma vez, pela sua presença.

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Bom dia a todos!

Senadora Soraya, agradeço, em nome do Incra, o convite de V. Exa. para participação nesta audiência pública.

Cumprimento, por seu intermédio, todas as autoridades aqui presentes e aqueles que participam desta audiência pública.

Quero, inicialmente, destacar a importância do trabalho que foi realizado pelo Tribunal de Contas da União e a exposição ora realizada pelo Dr. Vinícius como um elemento importante para a transparência e o levantamento de todos os dados referentes à utilização de recursos públicos para fins, em particular, no caso do Incra, de políticas públicas.

O Incra, dentro do contexto que nós estamos vivenciando, vem realizando uma reprogramação na sua gestão, a fim de que nós possamos ter, de fato, um efetivo controle de processos. Isso vai ao encontro, de imediato, às palavras da nossa Senadora, com relação aos dados levantados.

De fato, o controle que foi executado ao longo desse período foi extremamente deficitário, por conta exatamente de uma sistemática que foi estabelecida, a qual era eminentemente declaratória.

Coloco aqui que as palavras do nosso Secretário Fernando Shwanke esclarecem, no meu entendimento, completamente o que nós vivenciamos por ocasião do trabalho realizado para a inserção de dados referentes àqueles que buscam acesso aos programas e às políticas públicas. De fato, ferramentas colocadas dentro de um contexto meramente declaratório tornam-se vulneráveis e tornam-se também motivo de acesso indevido por aqueles que buscam algum beneficiamento próprio.

A nossa chegada agora ao Incra está permitindo que estabeleçamos novas ferramentas de controle. E, nesse contexto, nós estamos juntos com o MAPA, dentro de um programa que é gerenciado, como disse muito bem aqui o nosso Secretário Fernando Shwanke, pelo MAPA, pela Seafi, e que agora se encontra numa fase de reedição de medidas de controle, que permitirão, de fato, nós termos as condições, num exercício correto da gestão de recursos públicos.

Estamos lidando, de fato, com uma herança que nos foi apresentada. E, nesse contexto, estamos no processo apuratório, conforme já passamos para V. Exa. em outras oportunidades.

Tivemos reuniões setoriais recentes, junto com o nosso Ministério, com o nosso MAPA e com a Seafi, visando a identificar a maneira ou a melhor maneira que podemos adotar para evitar que problemas como os que assolaram o nosso País, principalmente no que diz respeito à má gestão de recursos públicos, possam ser evitados. E é nesse contexto que o Incra, com a equipe técnica que está comigo representada, tem condições de, junto com o MAPA, seguir no caminho da elucidação desses





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

dados que foram aqui apontados pelo TCU e, principalmente, adotar medidas saneadoras que não permitam que essas práticas voltem a acontecer.

Então, em linhas gerais, era isso que eu queria apresentar.

Quero destacar aqui e elogiar a apresentação do nosso Secretário Fernando Schwanke, muito esclarecedora, e que abrange, inclusive, o Incra, porque o Incra está diretamente subordinado ao MAPA.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, General Jesus Corrêa.

E, mais uma vez, eu quero destacar que esta audiência pública é interativa. Então, as pessoas com interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo pelo portal e-Cidadania – www.senado.leg.br/ecidadania – e pelo Alô Senado: 0800-612211.

Vou destacar aqui... Há participações – e eu vou ler depois as perguntas – da federação Conafer, do Espírito Santo; de Joseane Albo, do Rio Grande do Sul; Lucas Lisboa, do Rio Grande do Sul; Assis Marinho, do Distrito Federal; João Antônio, do Rio Grande do Sul.

Quero destacar que a participação popular é muito importante, porque é isto que o povo tem de fazer: cobrar, participar e compreender em que pé que está o Brasil e como este Governo assume o Brasil neste momento. Assumimos, realmente – eu não me canso de falar –, num caos. Mas enfim...

Vamos dar a palavra agora, neste momento, para Antoninho Rovaris, Diretor e Secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Muito bom-dia a todas e todos!

Quero cumprimentar a Senadora Soraya, o Vinícius, nosso Secretário Fernando, o nosso General João Carlos Jesus, e o Carlos, que é o nosso representante da Conafer; e todas as senhoras e os senhores.

Quero dizer, Senadora, que nós estamos aqui numa missão um pouco de esclarecimento, porque eu acho que é importante a gente também ouvir, digamos assim, algumas situações que nós vivemos durante alguns períodos.

Quero iniciar, dizendo que, até os anos 90, isso que nós chamamos hoje de agricultura familiar, que são agricultores que possuem até quatro módulos fiscais, são 90,5% da população dos proprietários de terras neste País. E são 4,3 milhões de estabelecimentos que possuem renda até R\$415 e que trabalham com a sua família ou predominantemente com a sua família.

Até os anos 90, eles não tinham acesso a praticamente nenhuma dessas políticas públicas de que nós estamos falando aqui agora. Foi graças a toda uma luta dos movimentos sociais, iniciada àquela época, que nós chegamos à cifra e ao número que o rapaz do TCU nos coloca, de 14 milhões de DAPs emitidas.

Obviamente, em todo um processo que, durante dez anos, o estudo feito levantou, nós tivemos as mais variadas situações. Em primeiro lugar, é preciso dizer que a primeira DAP que saiu tinha validade de seis anos; mas, ao longo de seis anos, eu posso me separar, que foi o que aconteceu em alguns casos aqui; eu posso me eleger Vereador, e a minha DAP perder a validade; eu posso fazer um milhão de outras coisas. E simplesmente nós não tivemos, do Estado, o controle social efetivo, porque a responsabilidade era dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, e nós, através das nossas pautas, do nosso Grito da Terra Brasil, colocamos, desde os anos 2010, que o Estado brasileiro deveria colocar, efetivamente, o controle social nas mãos dos Municípios e obrigar os Municípios a fazerem. Infelizmente, não aconteceu.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Outra questão: nós, sindicatos – estou falando aqui pelos sindicatos nossos da Contag –, temos em torno de 1,8 mil sindicatos que emitiram, e emitem, DAP durante todo esse período – temos 3,8 mil inscritos. Porém, emissores são 1,8 mil mais ou menos, em função de outra questão – que não cabe aqui abordar. Nós temos o chamado INSS Digital ou a elaboração do cadastro do INSS, cuja plataforma de acesso é a mesma. Então, os sindicatos se credenciam nessa plataforma, para poderem realizar uma outra ação.

Queremos deixar muito claro que nós temos sindicatos citados aqui, como, por exemplo, o sindicato de Irecê, na Bahia. Nós entramos em contato com esse sindicato, tão logo tivemos conhecimento do relatório. Ele está lá preparado para uma diligência do TCU, se for possível, com todos os documentos arquivados – das DAPs emitidas.

Então, eu não estou fazendo aqui uma defesa prévia, nem há necessidade disso, porque até aqui estamos falando apenas de indícios, mas a gente está tentando colocar que as entidades sociais, como sindicatos e outras organizações, tentaram ajudar o Estado brasileiro nesse processo de identificação desses agricultores, pois o Estado brasileiro não dava conta de fazer esse processo.

As EMATERs no Brasil, desde 2002 ou antes disso, estão sendo desmanteladas, e os senhores e as senhoras sabem disso. A cada dia nós temos menos pessoas para atender, especialmente agricultores familiares. Desculpem a minha franqueza, porque são aqueles sempre que são os mais pobres. Então, esses...

Se você for ao interior, Senadora, você vai ver a Emater, você vai ver a cooperativa, você vai ver a integradora, o vendedor de insumos... Todos indo na mesma propriedade, que é de uma pessoa, no mínimo, de média propriedade, que tem uma boa condição financeira. Agora, o pequeno sofre. Ele não tem a presença dessas pessoas lá, entende?

Então, a nossa condição, nesse caso, foi na lógica de nós fazermos o processo de identificação e tentar, com isso, fazer com que os nossos agricultores familiares, especialmente os de mais baixa renda, como é o caso do Pronaf B, aqui citado, tivessem uma DAP, para que eles pudessem ter acesso à política pública conquistada com muita luta por todos os movimentos sociais. Essa é a primeira questão.

Segunda questão.

O que o TCU coloca... Não temos nada contra o TCU, por favor, não coloquem isso. Apenas, na minha avaliação, talvez seja uma falta de conhecimento. Primeiro que, no relatório, aparece que foram feitas diligências *in loco* em apenas quatro unidades da Federação: Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. Portanto, nas demais, em princípio, na nossa avaliação, foram feitas, digamos, subjetivamente.

Uma questão que é importante a gente citar é quando ele coloca que, nos sindicatos, a grande maioria das pessoas não tem vínculo empregatício.

Não tem mesmo! Os emissores de DAP dos sindicatos são os diretores ou diretoras dos sindicatos, que nem podem nem devem ter seu vínculo empregatício junto à entidade sindical, pois elas têm mandato.

Então, em algumas questões a gente tem que ser muito enfático e relevante, para entender que a DAP é, foi, e agora o cadastro que nós estamos pleiteando, desde 2012, temos de deixar bem claro... Nós temos nas nossas pautas, desde 2012, colocado a necessidade de mudarmos o sistema de identificação, para termos o que nós chamamos de carteira de identidade dos agricultores familiares,





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

para que ele vá ao espaço público necessário, em que ele for apresentar a sua política, apresente seu cadastro e não precise fazer várias e várias outras buscas, como é feito atualmente.

Para finalizar, Senadora, eu queria recomendar, na nossa avaliação, como sociedade civil, que os órgãos públicos têm que ter maior responsabilidade, sem dúvida nenhuma, com relação aos processos que são implementados. Isso é uma verdade. Porém, com as estruturas hoje existentes, com os desmontes que estão sendo realizados, com as EMATERs do Brasil, com os postos do INSS – já que nós não podemos falar em outras questões –, com os outros órgãos públicos que nós temos, ou o Estado busca parcerias sérias, na lógica de dar conta daquilo que é a necessidade atual dos nossos cidadãos brasileiros – e não estou falando apenas de agricultura familiar –, ou nós estaremos nos confrontando com o caos logo aí na frente. Porque, infelizmente, o Estado brasileiro, apesar de muitas denúncias, apesar de várias ilações que são feitas, na hora de atender ao cidadão pobre brasileiro, não tem estrutura.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Sr. Antoninho.

Eu concordo com a angústia do senhor, com a angústia dessas pessoas. E, justamente por isso, nós estamos começando agora, trabalhando já em cima disso, para que isso seja sanado.

E o apelo para o Executivo é que não seja construído... Porque se está construindo um novo sistema de cadastro. Que não seja construído um projeto de Governo, mas sim um projeto de Estado, Fernando. Acima de tudo, porque daqui a quatro anos... Porque o que a gente pretende – eu não escondo de ninguém – é que o Governo Bolsonaro continue. E estamos trabalhando para que esse quadro mude. Mas que tenhamos um plano, um projeto de Estado, e não um projeto de Governo, porque a cada quatro anos muda-se tudo. Implanta-se uma nova estrutura, que não funciona. Até começar a funcionar, mudou o Governo. Então, que seja realmente implementado. E eu tenho certeza de que vocês estão trabalhando nisso.

E o que a gente quer é que o agricultor familiar não seja mais considerado, como o senhor falou, o pobrezinho, porque, por menos terra que ele tenha... Vou repetir de novo as palavras do nosso Presidente em relação a Israel: "Olhem o que eles não têm e olhem o que eles são; e olhem o que nós temos e olhem o que não somos".

É aí, Sr. Antoninho, que nós queremos trabalhar para mudar essa realidade, para que o pequeno produtor rural seja realmente próspero e contribua... Que exporte, e que a gente mude essa realidade do povo brasileiro.

Então, obrigada.

E é salutar essa sua angústia, e nós estamos aqui para ajudar e para resolver.

Vamos ouvir agora o Sr. Carlos Lopes, Presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer).

O SR. CARLOS LOPES – Bom dia a todas e todos!

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui nesta Casa e fazer uma apresentação do que nós, da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais do Brasil, entendemos e defenderemos, logicamente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiramente, quero cumprimentar a Exma. Sra. Presidente da Comissão, Soraya, agradecendo também a participação, nesta audiência, por parte da Presidente da Comissão. E, na pessoa dela, quero cumprimentar todas as maiores autoridades presentes na Mesa.

Na pessoa da Senadora Kátia Abreu, quero agradecer aos Senadores presentes. Muito obrigado! É assim que se constrói realmente a materialização de um conceito que possa ser defendido, independentemente das variáveis de que nós fazemos parte.

Para início, a gente teve o trabalho de fazer a construção de um conceito ou a análise acerca do que recebemos como aviso do nobre TCU. E também fazer vênias ao órgão TCU, que, na maioria das vezes, é mal interpretado como um aferidor ou um algoz. No nosso pensamento, nós nos colocamos como elucidadores e apontadores de assuntos importantes a serem observados seja por qual estrutura social for, seja ela pública, seja ela privada, seja ela legislativa.

Muito obrigado.

É assim que vamos nos ajustando dentro daquilo que vamos propondo para a República, para o País, no interesse dos cidadãos que nós, como autoridades, representantes, nos colocamos a defender e a representar.

Faço, em nome daquilo que represento, vênias e agradeço ao nobre TCU pelos apontamentos, e isso vai nos colocando como pessoas a polir políticas.

Polir políticas, no nosso entendimento, inicia-se pela política pública, com o intuito sempre do positivismo e da melhor aplicabilidade. Isso não quer dizer o que vamos encontrar no decorrer da política pública e da sua aplicabilidade.

Como foi muito bem colocado pelo nosso nobre Diretor da Contag, a luta desses agricultores por espaço na República Federativa do Brasil é centenária, se não for desde quando chegaram os navios aqui. Faço vênias a isso, tendo em vista que é lógico que tudo aquilo que for recepcionado por um público em desenvolvimento sofrerá alternâncias e terá variáveis. Devo sempre colocar que estamos receptivos a apontamentos, a instrumentos e a indicativos. Isso vai sempre se alternando conforme vão se alterando as legislaturas, os modais de pensamento, os gestores, sejam eles ideológicos, sejam eles partidários.

A priori, no Eixo 1 – tratamos em três eixos, para sermos bem sintéticos e para não onerarmos o tempo dos nobres Senadores e Senadoras –, o TCU aponta indícios de irregularidade em 1.335.852 DAPs, de acordo com cruzamento de dados em diversos sistemas. Também aponta falta de treinamento pela SAF dos agentes emissores de DAP e sistema de controle interno deficiente e limitado, o que está correto. Aponta que o controle social é inexistente, para não dizer praticamente inexistente, e que há falta de comunicação e sincronia de dados entre órgãos.

Antigamente, somente o MDA tinha o acervo do banco de dados. Em 2016 e em 2017 é que se entendeu, pelo Executivo, que deveríamos ter uma repaginação nesse conceito da agricultura familiar. Em 2006, foi formatado o primeiro conceito, com a Lei 11.326, de julho de 2006. Foi a primeira vez que o setor... No primeiro censo de 2006, após essa lei, chegamos a descobrir que éramos 36 milhões de brasileiros envolvidos dentro da mensuração que deu enquadramento da Lei 11.326, nobre Senadora. Então, a partir de 2006, começamos a nos conhecer. Correto? A análise do TCU parte do preâmbulo de 2007. Então, nós tínhamos um ano de enquadramento de lei como setor econômico neste País. A partir daí, há uma nova perspectiva para esse público brasileiro.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Correta também está no apontamento do TCU a questão do controle interno, que não existia, que era inexistente no órgão. Não sei se, nas gestões anteriores, colocaram essas variáveis como desnecessárias ou pouco necessárias. A gente não é o gestor. Então, a gente não entende a característica e o pensamento daquele gestor do momento. Mas acredito que, desde 2006, quando, nesta Casa, Senado, e na Câmara, apoiou-se o enquadramento do agricultor, foi uma decisão nobre o Estado reconhecer o seu público como classe econômica, com a contribuição econômica que ele dava ao País.

Quanto à falta de comunicação e sincronia de dados entre órgãos, estamos em 2019 e ainda não temos isso. Esse cruzamento se dá em 2016, cruzando bases do INSS, do Renavam, da Rais e MAIS. Quanto à Rais, como disse o nobre TCU, é quando as empresas que têm CNPJ fazem seu cadastro social no INSS. MAIS é uma declaração financeira de um indivíduo. Então, antigamente, o cara fazia a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). O próprio nome já diz todo o caráter da ferramenta: é um ato declaratório de quem pleiteia tal documento. Correto? Nem é o Governo oferecendo o documento, nem é a entidade emissora oferecendo o documento; é o cidadão que busca espaços e que está cadastrado e apto a fazer um ato declaratório. Após ele fazer o ato declaratório, ele responde civilmente por aquilo que declara e assina. Concorda?

Então, vamos observar bem, para não colocarmos o peso sobre atores que porventura não tiveram... Em qualquer governança, seja ela a nossa, seja ela a de outros, o ato é declaratório. Então, foi o indivíduo...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Para estar na rede, tem de declarar.

O SR. CARLOS LOPES – Exatamente, é um ato declaratório.

Obrigado à senhora pela contribuição. Deveríamos nós, em tal pensamento ou em tal aticamento, buscar auferir o ato declaratório.

Também pensamos assim: o que é cidadão rural, cidadão da zona rural, e o que é agricultor? Deveríamos construir esse preâmbulo, não é? Talvez, o cidadão da zona rural esteja em condições de vulnerabilidade social; um agricultor, não. Para se cumprir o advento da palavra "agricultar", como diziam meu pai e minha avó, tem de se cavucar a terra e dela tirar alguma coisa, senão não é agricultor; a pessoa pode morar na roça, pode ficar na zona rural, mas não o é. Eu, como representante de um setor econômico... E há problemas sociais sim, todos problemas!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – É um morador rural.

O SR. CARLOS LOPES – É morador de uma zona rural, como nós que, talvez, se estamos na zona urbana, se estamos morando na zona urbana, não sejamos necessariamente empresários ou comerciantes. Eu colocaria isso no primeiro eixo, para que isso nos norteara.

Acredito que, neste espaço, este é o momento de ajudarmos o Brasil. E a agricultura familiar, nos dados apontados, é bastante importante, representa 10,1% do PIB, movimentou US\$87 bilhões no último ano, emprega 70% da mão de obra rural. Esses são dados do IBGE.

A partir disso, a gente resolveu dividir, nobres Senadoras e Senadores, quais foram os indícios do nobre TCU. Dividimos as carteiras acessadas, nós as dividimos em características. Nós assumimos a responsabilidade do ato declaratório e as definimos como social e como de fomento. Fizemos dois eixos: carteiras de desenvolvimento e fomento. Falamos do fomento, primeiro. Pelo apontar do TCU, as





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

irregularidades identificadas causaram maior cruzamento no Pronaf, mas eu chamo a atenção de vocês para o acórdão que está na página... Peço-lhes só um momento. É o que diz o TCU, só para vocês entenderem. No item 29, ele fala das tipologias de alto risco. É só para vocês entenderem melhor esse quadro, tendo em vista que os outros eixos são mais de enunciados e proposições.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS LOPES – A maioria dos indicativos do TCU... No item 29, na Tabela 1, está escrito: "Ambos titulares falecidos". Trata-se de pessoas mortas, não há o que se discutir. Depois, fala-se de renda no estabelecimento DAPWeb: 762 mil DAPs. É renda, supressão de renda, nobre Senadora Kátia Abreu. É supressão de renda. Fala-se ainda de renda no estabelecimento PNAE, PAA e Selo somada fora Rais e Maciça: 379 mil DAPs. É renda!

Passando...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Qual é o item?

O SR. CARLOS LOPES – É o item 29 do acórdão. A senhora tem o acórdão? *(Pausa.)*

Eu posso prover isso para a senhora. Há algum acórdão aí?

A gente quer falar que a maioria dos itens, os mais significativos em números e em incidência, nobre Senadora, dá-se por supressão de renda.

Nós agricultores familiares fizemos uma análise que diz o seguinte: que o portfólio de questionário de tal ato declaratório é quase estatizado a comprimir uma declaração de renda.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. CARLOS LOPES – Pode ficar à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Pela ordem.*) – Obrigada.

Eu cheguei um pouco atrasada, dou a mão à palmatória, nós estávamos ainda em uma reunião com os Governadores e o Presidente, e eu perdi o *timing* de o que o TCU falou e o que ele está defendendo. Senão, de tudo que ele falar aí, eu não estou entendendo nada do que ele está dizendo.

O TCU disse basicamente o que contra o DAP? Rapidamente, por favor, qual é a crítica? Você mesmo diz.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – O próprio Vinícius eu acho que...

O SR. CARLOS LOPES – Eu mesmo acho que posso, porque faço o contraponto...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Porque você está contraditando.

O SR. CARLOS LOPES – Exatamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Você está contraditando, só diga por alto o que for.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. CARLOS LOPES – O TCU aponta a irregularidade nas emissões de DAPs e acessos às políticas de Pronaf. No todo de um ano, de um marco de 2007 a 2017, no marco legal temporal de 2007 a 2017, aponta-se, nesses indícios de irregularidade, o total de um milhão e...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS LOPES – Um milhão, trezentas e poucas mil DAPs, nesse cruzamento de dados, apontadas como irregulares, causando um suposto prejuízo ao Erário de R\$14 bilhões nesses dez anos. Investimos 147 bilhões nesses dez anos e tivemos uma taxa de 8,5, mais ou menos, pela variável apontada pelo TCU, de supostas irregularidades. E eu estou confrontando isto: que a maioria...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas, dos 14, a irregularidade é em função de quê?

O SR. CARLOS LOPES – Desses pontos aí, dessas emissões irregulares de DAPs baseadas nesses itens.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Alguém que pegou dinheiro indevidamente para poder produzir?

O SR. CARLOS LOPES – São muitas variáveis, como está lá, divididas nas duas plataformas: uma, naquela carteira que a gente julgou como social; e a outra na carteira que a gente julgou como de fomento. Foi ali que incidiram as irregularidades apontadas pelo TCU naqueles moldes de financeiros e de números.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O.k.

O SR. CARLOS LOPES – A partir disso, a gente entendeu que, na maioria dos pontos apontados, aconteceu um fenômeno comum, nobre Senadora Soraya e demais autoridades da Mesa: supressão de renda no questionário. A maioria dos que acessaram comprimiram a renda para acessar a política.

Por que eu falo que comprimiram a renda para acessar a política, nobre Senadora Kátia Abreu? Porque todo mundo detinha um carro, todo mundo já havia feito a contribuição da Rais do INSS diferente. Então, tinha-se a esperança de que jamais haveria cruzamento. Ou então, para acessar aquela política, a única condição era dizer que não recebia aquilo tudo. Eu, como representante do setor, entendi que estávamos compelidos a declarar um teto que não era a nossa realidade, correndo um risco de não acessar política alguma.

Chamamos isso, dentro da Conafer, de estatizar o questionário. Estatizar o questionário é você levar ao campo de pergunta no produto que você quer para que haja viabilização da carteira de crédito ou de política social. Nós só podemos entender isso, porque são mais de 800 mil indícios que levam à mesma característica: supressão de renda. O indivíduo detinha mais renda e de mais operacionalidade financeira do que ele declarava para acessar tal política, porque não é igual, quando aponta 90... A questão das DAPs acima de quatro módulos é diferente o contexto, não é? É um ato geográfico a irregularidade, mas a maioria dos itens, nobre Senadora...

E a outra condição, é como disse o nobre companheiro da Contag, era muito longe o *timing* para se fazer o *replacement* da informação. Talvez poderia estar numa condição, poderia estar em outra.

Quanto ao morto não se fala, porque já está morto, mas o que é mais incidente, totalizando quase 900 mil DAPs, é a questão da supressão de renda. Então, nós devemos atentar para isso. E essas pessoas poderiam ser convocadas pelo órgão a qualquer hora e fazer o seu reenquadramento, concorda? Pelo menos esse é o nosso pensamento.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E mostramos o impacto. Pode ver que o maior impacto se dá na carteira de desenvolvimento, Senadora, não na questão social. Na social, o PNHR na habitação causa 32%; o PAA causa 32%; o Garantia Safra, que é – só para vocês entenderem – como se fosse o seguro-defeso, é uma ação social totalmente subsidiada pelo Estado. E, no campo do fomento e do desenvolvimento, nós tivemos maior incidência no Pronaf.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS LOPES – Acesso a crédito, a senhora está correta. Acesso a crédito, quer dizer, eu disse que ganhava menos ou que tinha menos para acessar crédito. Com isso, nós estamos atrasando o Brasil, nós estamos atrasando o nosso desenvolvimento colocando esses agricultores com o conceito de suprimir renda para poderem acessar alguma política. É quase como se fôssemos impedidos de dizer quem somos, no nosso entender, no entender da confederação. Ou então, que não há política para mim, se eu me enquadrasse de outra forma, se eu tivesse comprovado outra renda. No nosso entender, ficou esse pensamento configurado, tendo em vista as maiores incidências, quer dizer, eu tenho que dizer que sou pobre para poder acessar o Pronaf. Aí eu vou pontuar num item só: se eu não disser que sou pobre, não vou pegar Pronaf. Aí, quando se cruzaram os dados com Renavam, com Rais e o MAIS, eu não era pobre, porque eu tinha uma vida regular dentro da comunidade, dentro do Município, e isso chegou a essa realidade.

E também peço vênica ao TCU. Antes de declararmos fraudes, precisamos realmente de uma investigação até o ponto. E, se for fraude, há a responsabilidade civil no ato declaratório que ele assina da DAP. Acredito que não há – até apontamos nós no eixo...

Visão da Conafer: pouca materialidade, possibilidade de fraude é especulativa. Fraude: fraude quer dizer eu agir para corromper; fraude é eu agir para o ato com intenção de corrupção. Isso para mim é fraude. Por isso eu falo isso, porque não podemos pegar 1,3 milhão de brasileiros e declará-los como fraudulentos. Eu acredito que poderíamos salvá-los dessa supressão econômica que o questionário da DAP os levou a declarar, porque não havia política, então, dentro do Pronaf que os absorvesse ou que os recepcionasse. Aí, como não havia nada para eles, acabou-se recepcionando aquilo que havia disponível, nobre Senadora Soraya.

Prossigo: dano ao Erário relativamente menor, não conta o impacto econômico e local e a produção de ativos; níveis de inadimplência não foram detalhados; controle social mais rígido, feito pelos conselhos – correto –; conselhos municipais fortes e compostos por agricultores; SAF e Sead não têm condições de tutelar tudo, os números mostram isso; entidades autônomas deveriam se somar à SAF através de ACTs.

Pedro, salve-nos. *(Pausa.)*

Podemos fazer o acompanhamento aqui pelo papel.

Só para concluir, emissões de DAP. Para nós, houve maior rigidez nos órgãos...

Volte, Pedro. No Eixo 1 ainda. *(Pausa.)*

Houve maior rigidez nos órgãos com mais irregularidades, que foram apontados, Incra e ICMBio: o Incra teve 34,93%; o ICMBio, 21,47%. Só como menção, o ICMBio, Senadora, é o órgão que hoje está cuidando e observando as comunidades extrativistas, quilombolas. Eles que cuidam desse desenvolvimento. E o Incra é que cuida das famílias que receberam a política nacional, o Programa





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Nacional de Reforma Agrária. Logicamente que isso incidiria entre os dois. Os dois são o balcão ou os dois que cuidam dessa demanda toda que vem com essa capilaridade de vulnerabilidade social.

Maiores problemas com fraudes advêm dos agentes públicos; papel mais determinante para os emissores com menos irregularidades: EMATERs e sindicatos; estudar a possibilidade de emitir DAPs somente através de agentes autorizados locais, para evitar irregularidades e ter maior controle.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS LOPES – Qualificação da DAP e integração com outros sistemas.

É sabido por todos que, em 2017, o Decreto 9.064, de 31 de março de 2007, regulou ou evoluiu a questão, o conceito da agricultura familiar, nobres Senadores, trazendo a UFPA, Unidade Familiar de Produção Agrária. E faz menção, nobre Senadora Soraya... O art. 2º, inciso I, diz o quê? "Unidade Familiar de Produção Agrária – UFPA – conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção [...]". Então, não há nada de vulnerabilidade aí. Para eu ser uma UFPA, eu tenho que produzir. Está aqui na lei. Senão, eu não me torno uma Unidade Familiar de Produção Agrária. Prossigo: "[...] com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos [...]", quer dizer, além de me tratar, eu ainda tenho que ter excedente para comercializar. Senão, também não posso ser auferido como Unidade Familiar de Produção Agrícola. Prossigo: "[...] e por outros bens e serviços, e que resida no estabelecimento ou em local próximo a ele".

Eu chamo atenção, porque a agricultura familiar, além de ter o conceito de que reúne até quatro módulos fiscais, como o nobre Secretário da SAF aludiu, também traz essa obrigatoriedade compulsória pela República: nós temos que produzir para nós e para a sociedade. Não dá só para falar que é coitado. E não há, para nós da Conafer, agricultores vulneráveis. Então, não é agricultor, é um cidadão da zona rural que está com problema social. E devemos focar as políticas e os investimentos públicos nos que estão produzindo, sim, para que quem está produzindo possa tratar de quem está passando fome ou não tenha nenhum contexto ou condições de existir. Eu não acredito que virar a agenda financeira do País para tratar ou cuidar de quem está passando fome seja a solução; vamos cuidar de quem produz para quem produz cuidar, dentro do seu bioma, de quem está totalmente vulnerável. Para mim esse é o pensamento. Não se inverte: cuida-se de quem planta, cuida-se de quem produz, porque isso ativa a economia, dá emprego e gera mais condições de tratar de quem está com vulnerabilidade social, seja na questão urbana, seja na questão rural.

DAP anual. Por que anual? Porque a DAP, para nós agricultores, deveria ser um veículo mais composto: ela tinha que ter trazido a nossa questão do Imposto de Renda – por que não? –; ela tem que trazer o nosso lastro para podermos nos aposentar – por que não? –; ela tem que trazer o nosso CAR, a questão da nossa contribuição com o passivo ambiental – por que não?

Por que a DAP não pode ser um diagnóstico daquela UFPA, baseado desde quando aquela UFPA se declarou para o Estado uma Unidade Familiar de Produção Agrícola? Por que a DAP... Eu acredito que a DAP deva evoluir nesse preâmbulo: ou ela é um documento de identificação de unidade produtiva ou ela é um cartão de acesso a política social. Porque a agricultura – e aqui eu vejo vários da mesma temática – tem que produzir. A agricultura tem que produzir! Não existe agricultor que não produz. Não existe agricultor que não produz! Eu não posso vir aqui como um passa-fome não produzindo e me chamarem de agricultor. Eu posso, sim, vir à República e dizer: "Estou na zona rural e estou com problemas, não tenho terra, vivo na dependência do meu irmão, do meu cunhado e preciso de uma





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

atenção da sociedade". Aí sim! Mas eu, com problema de vulnerabilidade, me declarar agricultor é como se nós estivéssemos, nós mesmos, dando uma machadada no pé do nosso próprio setor econômico.

Não perdendo o interesse em ter somente investimento público, mas também de fora e privado, porque ninguém vai investir em um agricultor que está recebendo Bolsa Família ou cesta básica. É impossível! Ele está em condições de vulnerabilidade de existência.

Então, colocamos isso porque precisávamos de uma DAP anual; a DAP de dois anos traz atraso nas informações e afeta diretamente o Erário da União; DAP como meio de controle sobre o que já foi produzido. DAP como meio de controle sobre o que já foi produzido, não como especulação do que se vai produzir; distinções claras de capacidade produtiva de cada unidade familiar; sugestões de pontuação para aquela unidade que facilite acesso a crédito, como Serasa Score e políticas públicas. Vamos otimizar o setor.

Análise de consistência da safra.

Análise de consistência dos dados no processo de identificação e qualificação das unidades familiares não é suficiente para garantir a validade da DAP. Correto! Nós não temos um ponto georreferencial, nós não temos... A DAP não certifica a condição de agricultor familiar. É preciso evoluir nisso. É preciso o registro detalhado de todos os membros da unidade familiar, propriedades rurais pertencentes a ela e histórico de tentativa de emissão da DAP.

Só passando e já finalizando.

Vai trazer a necessidade de questionar *in loco*, vai trazer o número real de irregularidades não especulativas; diferenciação entre cidadão rural e agricultor; para além de perguntas genéricas, trazer fotos, imagens de *drones* especializados e satélites, comprovação de CAR e áreas preservadas; indicativos de produção de acordo com a região e setor econômico local; aumentar o questionário da DAP para as respostas mais elucidadoras.

Conselhos municipais.

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável exercendo o controle social de maneira mais efetiva, melhorando os índices que hoje são péssimos; conselhos compostos por agricultores familiares e empreendedores familiares rurais, não atores políticos da igreja, da prefeitura, da secretaria. Hoje, o CMDRS é quase uma tutela do conceito. Você chega para fazer um processo e o que menos há dentro de um CMDRS são realmente os agricultores defendendo os seus interesses.

Convenhamos: se nós formos a uma região do Semiárido, você vai ver o CMDRS viabilizando políticas do Garantia-Safra. Por quê? Porque o Garantia-Safra vai pagar cinco salários por mês. Mas os agricultores agricultam os 12 meses. Acredito que eles não estão... É igual nós fomos fazer uma fala na pesca, quando suspenderam o defeso. Eu disse: "Olha, o pescador que teve o defeso suspenso foi pescar. O outro, que não está pescando, veio pedir o defeso". É um preâmbulo, mas, querendo chegar à raiz dos problemas, é só termos uma visão mais pragmática das condições e das realidades.

Devido à ineficiência da SAF e da Sead em realizar treinamento dos emissores da DAP acreditamos que essa função deva ser delegada aos conselhos. A SAF e a Sead deveriam criar um material didático e um curso *on-line* a ser feito por todos que gostariam de cumprir papel de conselheiro municipal e, a partir desse curso, aprender como treinar, acompanhar, fiscalizar e realizar relatórios sobre os emissores de DAPs locais.

Setor ter voz dentro da SAF. Presença constante de representantes do setor dentro da SAF, levando as necessidades reais dos agricultores familiares lá da base até o órgão que os rege.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

É só isso. Muito obrigado a todos e um bom-dia!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Carlos, muito obrigada.

O intuito dessas audiências públicas é exatamente este: sanar... Estamos começando com o novo Governo, e o que a gente quer é... Que existem irregularidades, existem. O que você está dizendo é o seguinte: de alguma forma, a pessoa teve que fazer uma declaração falsa para ver se se enquadra, porque o Governo estava colocando muito abaixo e considerando ricos aqueles que realmente não o são. Há gente que planta 100 hectares e que, nesses programas, a pessoa fica de fora. Ela precisa desses programas, ela não tem condições financeiras e é colocada como uma pessoa extremamente abastada.

Então, é juntar toda essa cadeia – esse é o intuito – para que a gente consiga fazer realmente um projeto de Estado. Então, entendemos, e o que nós queremos mesmo é que o Brasil produza – todos nós. Esta é a vontade do Governo: que todo mundo realmente produza.

Então, conte conosco, conte aqui com a CRA, para que consigamos desenvolver isso e nos unirmos ao Poder Executivo. Acredito que aí conseguimos resolver esses problemas.

Primeiro, eu quero dar voz ou ao Vinícius, que foi bastante citado, ou aos aqui da Mesa, para que, entre si, consigam dirimir alguma dúvida. E aí depois eu passo para os Senadores, pode ser?

Vinícius, você com a palavra primeiro.

O SR. VINÍCIUS NEVES DOS SANTOS – Obrigado.

Em relação ao que o Antoninho, secretário da Contag, colocou em relação principalmente ao sindicato de Irecê, o fato de eles terem os documentos lá, para a gente é ótimo. Infelizmente, a gente só conseguiu ir a quatro Estados, porque, assim como todos os órgãos públicos, toda a Administração Pública, a gente tem uma limitação. Então, a gente tentou fazer uma metodologia de risco para escolher aonde a gente ir e por questão de maior número de emissão de DAPs, enfim... Tanto é que a gente visitou o Município de Juazeiro, a mais de 200km de extensão. Então, a gente, emissores, tem que conhecer todas as pessoas a 200km de distância da gente.

O que a gente tentou trazer no relatório não foi uma crítica aos sindicatos em si; foi uma crítica à falta de ferramentas não só para os sindicatos, mas para os agentes da Emater ou para qualquer outro agente emissor em conhecer esses agricultores e dar um parecer sobre eles, porque, quando ele emite esse documento, ele está, de certa forma, atestando – a norma coloca que ele atesta aquelas informações. Então, ele está atestando que ele é um agricultor familiar. O que a gente colocou foi exatamente que a falta desses cruzamentos de dados e a falta dessas informações disponíveis antes de ele emitir a DAP prejudicam essa emissão. Em nenhum momento a gente quis fazer uma crítica direta a sindicatos, à Emater ou, até mesmo, ao Incra, que teve um percentual dentro das DAPs dele, mas, enfim, a gente colocou essa dificuldade da informação em contexto geral e das dificuldades do agente emissor.

A questão dos funcionários do sindicato a gente colocou como exemplo, mas não necessariamente a gente deseja ou está determinando que somente funcionários do sindicato possam emitir. É mais a questão da falta de regulamentação de uma maneira geral que gera uma dúvida na gente que está analisando os casos concretos, ou seja, se isso é certo ou se isso é errado. Como ninguém fala o que é certo ou o que é errado, hoje, qualquer um pode emitir. Então, quando a gente coloca a questão da falta de regulamentação, trata-se de definir quem pode, quem não pode, em quais casos pode.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação ao que colocou o colega Carlos, da Conafer, realmente o maior número de indícios de irregularidades encontradas foi com relação à renda. A gente pode colocar que a maior parte ainda é em relação à renda do Grupo B, porque as pessoas... A gente não chegou a analisar essa causa na raiz, ou seja, se a pessoa declara a renda errada ou se ela é orientada a declarar a renda errada para acessar algum programa. A gente não fez esse tipo de análise dentro do relatório, mas o que ocorreu é que, como a renda é de R\$20 mil no ano, a gente está falando aqui em renda por agricultor familiar, em faturamento. Não é salário. É diferente. A gente tem que entender isso. Quando a gente fala em R\$360 mil, isso não é salário dele. É faturamento. Ele tem todos os custos, tem tudo que envolve esse faturamento. Então, R\$20 mil, num ano, de faturamento, para um agricultor pode ser muito pouco, porque ele ainda vai pagar todos os custos que teve para sobreviver. Isso pode estar levando as pessoas a embutir... É verdade. Só que a gente não chegou a fazer esse tipo de análise no relatório. Em razão dessa limitação de pessoas e da dificuldade de ir a campo e encontrar esses agricultores familiares, a gente entrevistou, em campo, uma amostra muito pequena. Tanto é que a gente não trouxe isso para o relatório, porque não é estatisticamente aceitável.

A princípio, é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Fernando, quer dizer alguma coisa? General?

O SR. FERNANDO SHWANKE – Bom, na verdade só para referendar que a Secretaria está trabalhando na construção do novo cadastro. Então, nós estamos buscando o cumprimento do acórdão do Tribunal de Contas da União. E nós vamos cumpri-lo. O advento do novo cadastro da Agricultura Familiar buscará suprir essas irregularidades que o próprio Tribunal levantou e que ele também possa servir para que esse sistema seja um sistema de geração de políticas públicas. Se a gente conseguir o máximo de cruzamento de bases de dados, o próprio controle social não será mais tão importante, porque na verdade as bases do Governo vão fazer com que haja diminuição da possibilidade de irregularidades. Então, é isso em que nós estamos trabalhando. É assim que nós vamos fazer.

É importante que a gente fale... Foi levantado aqui que uma suposta irregularidade foi para acessar o Pronaf, e é importante que se diga que a inadimplência do Pronaf beira em torno de 1%. Então, as pessoas pegam, produzem e pagam. Talvez aí a gente possa discutir a questão do valor dos juros que são pagos por isso, mas é importante que se diga que esse acesso tem uma inadimplência extremamente baixa.

Eu só queria trazer um outro dado com relação à questão dos recursos do Pronaf no Plano Safra 2018/2019, que acabaram agora, mas é importante dizer que foram acessados 30% a mais de recursos do que no mesmo período do ano passado. Por isso que acabaram mais cedo também.

Então, é importante que se diga isto, e aí com destaque ao Pronaf Mais Alimentos, que teve acesso a 23% a mais de recursos do que no ano passado. Só a título de informação.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Fernando, uma pergunta. Enquanto não sai esse novo programa, os novos programas lançados pelo Governo... Eu não sei. Primeiro, vão-se manter os programas anteriores, aquele círculo lá que o Vinícius apresentou? Vão mudar os programas? E esses programas, enquanto não ficar pronta a nova forma de cadastramento, serão acessados também pelas DAPs? Nesse meio-tempo, como está...?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO SHWANKE – Sim, na verdade, o sistema continua andando, até porque – é importante que se diga – nós estamos falando aqui de 5% dos 100% que acessam as políticas públicas para a agricultura familiar. Então, nós não podemos, por 5% com supostas irregularidades, prejudicar 95% que estão produzindo dentro deste País. O que nós estamos fazendo efetivamente em relação ao Tribunal de Contas é estruturar esse sistema para que, no futuro, nós tenhamos a diminuição desse tipo de possíveis irregularidades. Mas as políticas continuam, e a principal delas é o Pronaf, Programa Nacional da Agricultura Familiar, com acesso a créditos importantes para a produção primária deste País, que são acessados através da emissão da DAP.

Também é importante dizer que, quando o usuário ou o beneficiário coloca seus dados ali e tem esse documento oficial na sua mão, ele é responsável por aquilo que escreveu, e, portanto, se ele fraudou aquele documento, ele pode ser indiciado, inclusive criminalmente. Então, eu penso que isso também é importante se levantar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Agora, onde evidenciou-se realmente fraude, eu gostaria de saber, eu não sei de quem, está sendo enviado para o Ministério Público? Como está sendo apurado isso? Porque é falsidade ideológica. Estão sendo apurados? O Ministério Público está envolvido? Como está isso?

O SR. FERNANDO SHWANKE – Bom, na verdade, nós estamos seguindo os trâmites apontados pelo Tribunal de Contas da União, e no dia 4 de junho nós vamos suspender as fraudes com supostas irregularidades, dando a eles a possibilidade de voltarem ao sistema fazendo o esclarecimento daqueles pontos em que foram apontadas essas supostas irregularidades, porque nós temos que ter o cuidado também de não julgar alguém que daqui a pouco não tem essa...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – São indícios.

O SR. FERNANDO SHWANKE – São indícios. Nós temos que ter muito cuidado em relação a isso. Nós temos, por exemplo, casos de pessoas que emitiram DAP num Município, mas têm sua propriedade em outro Município. Isso aparece como um indício, mas, na verdade, não tem. Então, nós estamos tratando isso com muita responsabilidade para que, no momento de nós apertarmos o botão, efetivamente, nós também tenhamos um caminho para esses produtores se explicarem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Exato. É por isso que eu toquei no MP. Vai caber ao MP e ao Judiciário. Aqui nós somos Legislativo e Executivo, e o TCU é outro órgão. Então, realmente é isto: vai enviar para quem...

O SR. VINÍCIUS NEVES DOS SANTOS – Complementando.

Realmente, trata de indícios, e foi por isso que o Tribunal atuou dessa maneira. A gente não mandou suspender nenhum programa, a gente não mandou parar nenhum programa, a gente não determinou que fossem todas as pessoas excluídas com suas DAPs canceladas imediatamente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quantos vocês entrevistaram para achar os indícios?

O SR. VINÍCIUS NEVES DOS SANTOS – Os indícios foram identificados... Por que são indícios? Porque foi feito via cruzamento de dados, com banco de dados oficiais.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É amostra.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. VINÍCIUS NEVES DOS SANTOS – A gente fez com todas as DAPs emitidas de 2007 a 2017. Foram 14 milhões de DAPs; desse total, a gente identificou 1,335 milhão de DAPs com algum indício de irregularidade; e, dessas, 640 mil acessaram alguma política.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, sim. E aí eu passo para a sequência dos Senadores.

Só para o Antoninho...

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Apenas quero colocar algumas questões que eu acho que são importantes.

Primeiro, o Vinícius coloca que os emissores de DAP não têm conhecimento, não é? Eu discordo – não totalmente, mas discordo –, porque nós estamos falando de pessoas que estão lá no Município; são pessoas que, em princípio, conhecem as pessoas que vivem nesses Municípios. Então, é uma primeira questão. Não estou aqui dizendo que isso é de maneira totalitária verdadeiro, mas um emissor de DAP, por exemplo, no nosso caso tem a obrigação de conhecer as pessoas. Nós entendemos dessa forma.

Segundo, quando ele coloca que qualquer um pode emitir DAP, eu entendi o que ele quis dizer e só quero esclarecer: essas pessoas são credenciadas junto à Sead, à SAF, para poderem fazer o processo de emissão de DAP. Então, isso não é, digamos assim, no âmbito de qualquer um, não é?

Agora, se a gente pode olhar com relação ao relatório, dá para notar muito claramente uma questão – e aí me perdoem de novo eu bater numa tecla que é meio chata, mas eu tenho que bater. Quer dizer, em outras palavras, as pessoas que... A grande maioria aqui está desenquadrada pelos critérios de renda. Isso quer dizer que o Pronaf e outras políticas públicas que nós conquistamos para a agricultura familiar se tornaram atrativas para outros com capacidades maiores, financeiramente, para estarem aqui dentro. É para isso que tem que se chamar a atenção. Ou seja, há pessoas que buscaram dentro das políticas voltadas para essa agricultura que nós dissemos que é familiar – e muitos compreendem ou não concordam que ela exista. Elas estão sendo apropriadas por quem não se enquadra como tal.

Por final, só quero colocar uma questão que é muito importante: além das oitocentas e poucas mil que o nosso Secretário já coloca que já perderam a eficácia, pelo vencimento, etc., nós temos um fenômeno, a partir especialmente de 2015 para cá, Senador Heinze, que é a criação do Pronamp. Com a criação do Pronamp, o que aconteceu? Acontece e, por consequência... Não sei se há alguém do Banco do Brasil aqui, mas o Banco do Brasil desobedecendo inclusive as normas do Manual de Crédito Rural, não alterou seu sistema, e o que acontece hoje? Grande parte dos agricultores familiares hoje que têm DAP, mas que buscam um valor superior aos valores já preconcebidos com relação ao valor de custeio e investimento, ao migrarem para o sistema Pronamp, simplesmente estão tendo que cancelar suas DAPs, o que, pela legislação, não é necessário, nós temos condição de continuarmos pegando um crédito que não é de Pronaf e não sermos desclassificados como agricultores familiares.

Então, esse é um fenômeno que está acontecendo, e há uma enormidade de cancelamento de DAPs, Secretário e Senadora, acontecendo em função desse fenômeno do Banco do Brasil.

E, só para terminar mesmo, vou dizer que, no mínimo, o relatório do TCU é um pouco conservador, na nossa avaliação, porque, pelo menos num item, ele colocou muito claramente o





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

seguinte: um agricultor que tem Pronaf B, na visão do TCU, não pode ser Vereador, porque ele só tem R\$20 mil de renda... Eu acho que aí é uma discriminação meio sem sentido, porque...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Porque o Vereador tem remuneração.

O SR. ANTONINHO ROVARIS – Não! Estou falando, mas uma remuneração que... Não, ele poderá ser, a partir, digamos, do que ele acessou; depois ele pode ser, mas não antes.

É só isso.

Obrigado.

O SR. CARLOS LOPES – Senadora, peço a palavra a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Carlos.

O SR. CARLOS LOPES – Só para fazer uma contribuição na fala do nobre diretor que me antecedeu.

Baseado no preâmbulo que ele colocou, de pessoas que podem estar vindo buscar políticas, eu poderia colocar que talvez nós não estejamos mais vendo os agricultores como eles estão, como, de fato, estão. Já não são mais esses agricultores familiares que se enquadram somente a 20 mil; podemos imaginar que há pessoas vindo com outro tipo de renda buscar política pública com característica de subsídio social. Talvez as políticas tenham sido defendidas com as mesmas características de duas, três décadas atrás, e aí, por isso, nós não estamos trazendo...

E eu gostaria de dizer: é um apontar, é um enunciar do TCU. Deveríamos observar isso com atenção e ajudar os agricultores familiares, que são os menos responsáveis pelos problemas, no meu entender, porque talvez nós estejamos fazendo todo um estudo da agricultura familiar a partir de duas, três décadas atrás, e não é a mesma realidade nos últimos quinze, catorze anos, da produção de renda, como diz a nobre Senadora.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Carlos. Vocês vão ter a oportunidade.

Terminadas as explanações, eu vou passar a palavra aos Senadores.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Presidente. Obrigada pelos esclarecimentos. Eu quero parabenizá-la pelo seu interesse, Presidente Soraya, em um tema tão crítico para o País, a que a gente não pode fechar os olhos.

Eu, que venho de uma representação de mais de 20 anos da agropecuária brasileira, do agronegócio, da agricultura comercial, exportadora, nunca deixei de entender e querer compreender como vivem os pequenos. Não nos interessa, a ninguém, ter uma empresa sólida e um monte de empresas falidas ou perigando falir em volta. O mundo só fica bom quando todo mundo está estabilizado; isso nos dá mais segurança.

Então, na pequena agricultura – eu prefiro iniciar dizendo isto –, na minha concepção e experiência ao longo da vida, nós temos – ele classificou bem – o que eu denomino de moradores rurais, que é uma denominação dos Estados Unidos. Inclusive, quase a metade do povo que mora no campo, nos Estados Unidos, mora por opção, não por pobreza. No Brasil, muitos moram – a grande maioria –, de fato, por pobreza, especialmente no Nordeste. Você vai lá e bate na porta: "Não, eu moro aqui. Eu





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

sou aposentado, recebo um Bolsa Família", e ele, de fato, não tem nenhum instrumento para ser produtor. Não é porque ele não quer; ele não tem esse instrumento nem conhecimento, capacidade, nada; às vezes até nem vocação.

E nós temos os outros, para quem nós precisamos ter um olhar diferente; não há nada melhor ou pior, nós temos que ter um olhar diferente.

Então, nós temos os níveis – infelizmente o IBGE não entregou os microdados ainda, e está fazendo falta demais conhecê-los... Eles estão prometendo desde o ano passado. Acontece que os microdados do IBGE vão dizer assim: quantos nas classes A e B com renda "x" produzem quanto? Tanto do VBP. Classe média, classe D e E, eu sei de cor o de 2006, mas é um tanto defasado, embora eu pense que as coisas fizeram foi piorar, certo? Acho que piorou. Então o que é que ocorre? Se nós estamos com crise na cidade, você imagine lá como está a situação.

Então essa audiência pública, que é a primeira da agricultura familiar, e nós vamos ter a segunda, com o pessoal da USP, que é uma tese de mestrado, pesquisa de campo maravilhosa...

Bom, e eu imagino que as ausências no campo e a grande pobreza hoje, do número total do Brasil, de pobres, eu arriscaria dizer que a grande maioria está no campo hoje.

Então, com relação a essa questão da auditoria, eu sinceramente não vim aqui por conta disso. Isso para mim é uma coisa séria, que precisa ser levada em conta, mas isso é uma coisa entre TCU e polícia, certo? Isso aí, polícia, TCU e o ministério são quem vai corrigir os regulamentos para melhorar.

Eu queria falar de outra coisa. Primeiro, assentados da reforma agrária, nós temos um milhão de famílias. Então está dando aí, de erro, um milhão e... Quanto? De contratos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Um milhão e trezentos, certo? Então, se eu tenho um milhão de famílias, você imagine se cada um desses aqui tem um filho que trabalha, para quem pode ser emitida uma DAP e o pai deixa de trabalhar num pedaço da terra. Então eu acredito que há o problema da renda, mas isso aqui ainda se divide do ponto de vista familiar. "Ah, mas isso é fraude". Então nós temos que fraudar também os grandes produtores, porque nós podemos tirar um milhão por CPF. O que você acha que eles fazem? Isso é público, não é escondido, não. O marido tira um, a mulher tira outro, o filho mais velho tira outro. São 3 milhões. Por quê? Porque a área é muito maior e precisa plantar.

Então, se eles fazem isso na agricultura familiar, não há diferença nenhuma da grande agricultura, gente, por favor. Não existe. Então vamos falar de coisa concreta, coisa que nos interessa.

Comércio. A Europa e os Estados Unidos resolveram a pobreza no campo porque têm muito dinheiro, e nós não temos, certo? Então nós temos que pôr a mão na massa e tentar imitar o modelo do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, que é o sistema cooperativista.

Então eu queria perguntar ao Ministério da Agricultura se vocês já possuem um plano para os produtores da pequena agricultura. Quando eu falo pequena, eu não estou preocupada com o tamanho de terra; eu estou preocupada com o tamanho de renda. Para mim, o que vale na vida é dinheiro no bolso. Tem ou não tem. Não adianta você ter uma propriedade de 10 mil hectares e não ter uma vaca dentro. Você é um pobre rico. Então eu quero é renda.

Então muitos estão na classe média de renda no Sul do País com terra menor do que médios produtores no Tocantins. Então acho que esse tem que ser o nosso foco.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Qual é o plano para nós ampliarmos a classe média rural brasileira, que está esmagada? Pelo Censo Agropecuário de 2006, 9%. Setenta e tantos D e E, e não chega a 8% A e B. Então vamos esperar o novo Censo. Qual é o plano que nós temos para D e E? Dentro de D e E, há os moradores. Há os moradores rurais e os pobres produtores também. E o D são aqueles que já estão assim querendo chegar ao M, à classe média de renda, e que precisam também de um olhar diferenciado. São dois tipos de produtores também. "Ah, mas que tanto detalhe!". Não, a vida é difícil. Quem não quiser a vida difícil vai para a iniciativa privada, certo? Não pode ser uma padaria de pão francês. Tem que ser uma confeitaria. Faz bolo, doce, certo? Cada um de um jeito, porque o Brasil é grande demais. Se a gente não considerar isso, a gente pode não avançar.

Então, eu queria saber qual é o programa sustentável que nós temos, que incluísse foco renda, foco assentados, porque é gente demais. Já é gente demais para a gente cuidar, um milhão de famílias. Se você multiplicar por quatro na pior das hipóteses, são 4 milhões de pessoas a 5 milhões de pessoas.

Então, já é um universo maravilhoso para se trabalhar, literalmente abandonados ao longo de décadas, com programas, sim, principalmente, nos últimos anos dos Governos do PT – a gente não pode deixar de reconhecer, porque, de fato, muitos programas foram criados para a agricultura familiar. Todos os Governos têm as suas bondades e as suas fraquezas. A gente não pode querer esconder. Então, reconhecer o que é bom e expurgar o que não prestou.

(Soa a campanha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, eu pergunto: qual vai ser o plano geral? Todo mundo vai ter o SIM, que é o Sistema de Inspeção Municipal? Vai continuar o mercado sendo trabalhado pelo compra direto e o PPA, as compras governamentais? Isso pretende ser continuado de forma muito franca? Ou o Governo tem um preconceito com relação a esse programa? Porque, senão, a gente tem que caçar outro rumo, entendeu? E nós somos, aqui, os autores do Orçamento da União. Então, se a União não vai propor, propomos nós.

Eu quero saber outra coisa. Assistência técnica e extensão rural. A Ministra declarou que vai haver R\$1 bilhão para assistência técnica e extensão rural. Eu estou fazendo até novena para que seja verdade, porque isso é maravilhoso – maravilhoso. Eu sou católica e faço novena. Posso até distribuir as minhas, são poderosíssimas. Um bilhão.

O crédito. Será que não está faltando uma discussão sobre crédito rural, Pronaf, do jeito que nós estamos fazendo com a Secretaria Nacional do Tesouro? Nós estamos fazendo um debate amplo da agricultura comercial sobre o seguro agrícola e os instrumentos de subvenção, até baseado num projeto de lei que eu fiz, conversando com o Brasil inteiro. Então, isso está sendo modernizado, menos subvenção no crédito e mais subvenção no seguro. E o crédito da agricultura familiar? Nós que estamos na base sabemos direitinho como é que funciona: é próximo de zero, é próximo de péssimo.

Então, não é de agora, desse Governo, não. Isso são coisas que vêm vindo. Banco odeia gente pobre. Banco gosta de segurança. E troca de lugar com eles. Eles estão certos. Nós é que temos que encontrar caminhos para melhorar a *performance* do crédito rural para essas pessoas.

Então, encerro agora, só o Incra, e acabam as minhas perguntas.

Eu espero, se não puder apresentar hoje o programa, às vezes, há 100 dias de Governo, 120, ainda não há, eu não quero mostrar nenhuma má vontade, e queria que nesse crédito a gente revisasse





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

também a questão da inadimplência. Ainda existe aquele dado de 2% de inadimplência, que faz inadimplir o Município inteiro? Certo?

Então, acho que isso é importante.

Cooperativas de crédito. Não seria melhor aproveitado para a agricultura familiar centrar tudo na cooperativa de crédito? *Spread* menor, juro menor, conhece todo mundo ali perto. Então, seria uma excelente alternativa.

Agora, Gen. João Carlos, minha solidariedade pelos ataques às Forças Armadas do Brasil. Nós fizemos aqui uma grande discussão ontem e eu quero reiterar toda a solidariedade.

(Soa a campanha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – General, não existe nenhum país que se desenvolveu no mundo sem o direito de propriedade. Esse termo ficou muito pejorativo no Brasil porque acham que é um termo de gente rica, que o direito de propriedade é de rico, de milionário. Não, direito de propriedade é de assentado da reforma agrária, é o cidadão que mora lá na Rua 3, do Bairro Vila Nova, no lugar mais distante do mundo. Isso é direito de propriedade. Então, se o senhor pegar os piores indicadores de um Estado do Brasil – não vou dizer qual é –, o pior Estado do Brasil em indicadores sociais, é quase 80% sem titulação de terras rurais e urbanas. Então, está no DNA do desenvolvimento, é um dos pilares mais importantes.

Eu tenho um sentimento, General – o senhor me perdoe –, de que o Incra odeia titular terras. Eles odeiam, eles empolam todinhos quando falam que têm que titular terra, por medo de o Incra acabar. Não pode um país com 500 anos ainda ter terra sem título. Se nós não tivéssemos os instrumentos de geo, de satélite, tudo bem, vamos perdoar, mas, gente do céu, isso não justifica, com o CAR na mão, que é o Cadastro Ambiental Rural... Eu espero que um general – eu tenho confiança em vocês – possa tirar essa pecha da incompetência do Incra, da má vontade do Incra, com instrumentos tão poderosos que nós temos hoje.

Além do que o senhor tem, em cada Estado do Brasil, um órgão de titulação de terras, que poderia ser um grande parceiro, tiraria esse encosto do senhor. O senhor passa para os Estados e arruma um pouco de dinheiro para os Governadores titularem tudo isso. Nós vamos entregar amanhã, em Palmas, 40 mil títulos, com um decreto – só que são terras estaduais. E nós temos muitas terras da União na Região Norte, principalmente no meu Estado de Tocantins. O que vocês querem com isso, gente? Isso é da época da ditadura, segurança nacional, tem margem de estradas, umas coisas inexplicáveis. O senhor poderia modernizar tudo isso.

O Gen. Ronald, que era o chefe da Cartografia do Exército um tempo atrás, conhece muito bem tudo isso. Ele foi meu professor e me ajudou muito a entender tudo isso. Então, pelo amor de Jesus, titule as terras. Olha, nós somos todos parceiros, não tem condições, dê o título para esse pessoal! O Incra está fazendo com que essas pessoas estejam ficando à margem da sociedade, porque elas estão vendendo os títulos de gaveta, meu amigo.

(Soa a campanha.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ninguém no mundo proíbe você vender um imóvel de gaveta, e nós não queremos isso. Então, nós queremos que as pessoas sejam tituladas para elas progredirem.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diante disso, encerro perguntando ao senhor qual é a meta do Incra para titular tantos milhões de hectares que ainda são da União no Brasil, por Estado, se pretende repassar para os Estados e, se junto ao abacaxi, vai o sal – é uma delícia abacaxi com sal –, que é o dinheiro. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senadora Kátia Abreu.

Vamos primeiro o Fernando, porque a primeira pergunta foi para ele, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Para os dois, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, senhor...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu já pedi para o Senador Heinze a possibilidade de falar antes que ele. Eu gostaria de pedir a V. Exa. a possibilidade de deixar as minhas perguntas... Vou tentar ser muito rápido. Eu tenho que sair, mas eu gostaria de registrar aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor vai ser breve, Senador? *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Muito breve. Muito breve, sabe por quê?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor fala, eu devolvo, e o senhor fica à vontade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, está bom.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Porque nós já estamos bastante adiantados.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Tudo bem, Senadora Zenaide e Senador Heinze? Tudo o.k.?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Só está o Senador Heinze depois. Poderia até fazer num bloco só.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O senhor já faz. Vamos fazer em bloco. A gente faz em bloco e aí ele responde.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Tudo o que a Ministra Kátia Abreu falou já praticamente contempla o que eu gostaria de falar. Não vou conseguir falar com a mesma ênfase com que ela fez, mas o Presidente do Incra já esteve aqui em outra oportunidade e eu disse e vou repetir aquilo que o povo de Mato Grosso pensa. Quando se fala em Incra, lá se fala: "é o Incravado, o Incravado". *(Risos.)*





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E isso, para a Amazônia, eu diria que é tudo, mas a V. Exa. aqui também, da mesma forma, eu quero manifestar o meu respeito, principalmente em nome do Senador Villas Bôas, porque ontem eu tive oportunidade de assinar aquela moção...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... mas também de registrar...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Está promovendo o General a Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Senador? Não. General Villas Bôas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então, mas ele merece ser muito mais do que Senador. Ele tem capacidade para ser Presidente da República, dada a sua experiência, enfim, e por tudo o que ele fez pelo Brasil.

Então, fica aqui a minha homenagem, principalmente pela instituição Exército Brasileiro, que eu sempre tenho dito que é uma das instituições de maior credibilidade deste País.

Então, como V. Sa. está à frente desse órgão, como a Senadora falou aqui, eu tenho certeza de que vocês vão fazer todo o possível para que essa revolução... Eu entendo que é uma revolução que nós podemos fazer em nível de país, que é exatamente a regularização fundiária.

No meu Estado, Mato Grosso, nós temos mais de 80 mil propriedades, pessoas que foram para lá há 20, 30, 40 anos à espera do documento e não têm o documento. Eu sempre digo que o documento é que traz a cidadania, que traz verdadeiramente a possibilidade de o pequeno produzir, porque ele vai ter acesso ao crédito, ele passa a ter mais solidez, inclusive na relação com a sua família, porque o pai e a mãe querem deixar o patrimônio documentado para o seu filho.

E, no meu Estado, Mato Grosso, nós falamos de boca cheia que somos o maior produtor, o maior exportador do Brasil, mas, infelizmente, há alguns anos, de uns 15 anos para cá, o pequeno e o médio, mesmo aqueles que têm documento, estão abandonados, exatamente por uma falta de política governamental que dê condições para que aquele assentado vire produtor realmente. Ele tem que ter o momento certo para produzir e, para isso, ele precisa ter assistência técnica, um sistema de comercialização.

E aqui eu quero fazer mais uma denúncia, já que o Incra agora e o Ministério do Desenvolvimento Agrário também estão todos na mesma linha de trabalho. Na minha cidade, Rondonópolis, nós criamos o primeiro projeto de um centro de apoio à agricultura familiar. Foram liberados na época, e isso faz mais de dez anos, R\$2 milhões. Isso foi um trabalho de emenda parlamentar, e até hoje a obra está lá inacabada. Eu queria pedir uma averiguação: que fosse lá uma comissão para ver o que é... Essa relação foi com a Prefeitura, um convênio do Ministério de Desenvolvimento Agrário com a Prefeitura. Aquilo é ao lado da universidade, um recurso que está lá parado, desperdiçado, e vocês poderiam ir lá ver o que está acontecendo e por que não colocam aquilo em funcionamento.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu vou ler aqui duas perguntas feitas pela assessoria, uma para o Vinícius: em 2017, o Ministério Público Federal de Mato Grosso, por meio da unidade de Barra do Garças, instaurou um inquérito civil no intuito de apurar supostas irregularidades na emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf, o DAP. Gostaria de saber de V. Sa. como ocorreram e se distribuíram nesses últimos dois anos entre outros Municípios do Estado de Mato Grosso os registros de ilícitos na emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf.

E a segunda pergunta, que é a última também, ao Dr. Fernando: diante da precariedade dos procedimentos atualmente realizados para a emissão das Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), o que a Secretaria Especial de Agricultura Familiar pretende pôr em prática no curto prazo para evitar a recorrência das práticas ilícitas flagradas pelo Tribunal de Contas da União?

Finalmente, ainda a minha preocupação, porque o Terra Legal também vinha fazendo um grande trabalho: como vocês estão estruturando o Terra legal, porque o Incra tem um papel, e o Terra Legal, outro? Isso aqui tudo vai ficar nos *Anais*. Nós vamos acompanhar, a assessoria vai ficar acompanhando.

Eu quero agradecer, Senadora Soraya, pela sua gentileza – espero que eu não tenha me delongado muito – e, principalmente, pelo bom trabalho com que V. Exa. tem conduzido esta Comissão, e a todos os companheiros. E agradeço também ao Heinze por me permitir estar aqui à frente... É porque ele chegou aqui com a sua primeira suplente. Estávamos aqui conversando.

Heinze, você ganhou a eleição porque é sabido. Escolheu a mulher competente, que levou os votos para ser Senador. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, não vamos fazer em bloco. Fazemos esses dois e, depois, Senador Heinze e Senadora Zenaide.

Com a palavra o Secretário Fernando.

O SR. FERNANDO SHWANKE – Bom, eu queria agradecer as suas palavras, Senadora.

A primeira questão, eu quero falar das cooperativas de crédito. Agora, no dia 1º de julho, as cooperativas de crédito passam a poder receber depósito da poupança rural para fazer empréstimos. Essa foi uma mudança importante do Conselho Monetário Nacional porque ela vai na direção do que a senhora aqui comunica e requer, que é a ampliação da base de acesso a crédito dos produtores pelas cooperativas, que têm crescido muito. Só para lembrar, agora, no último Plano Safra, as cooperativas emprestaram em torno de quase R\$22 bilhões, via cooperativas de crédito. Então, essa é uma ação importante em que o Ministério atuou e que acontece agora, a partir do dia 1º de julho.

A segunda questão, eu quero me solidarizar com a senhora com relação ao médio produtor rural deste País. Nós fizemos um trabalho importante com a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq), que tem nos ajudado a entender e ter números. E nós temos no Brasil um hiato produtivo, que é do médio produtor rural. O menor valor bruto produtivo por hectare, das classes do pequeno, do médio e do grande, é do médio. É um pouco mais da metade do pequeno e a metade do grande. E o Ministério da Agricultura vai ter um projeto específico ao médio produtor rural com, provavelmente, o aumento dos recursos do Pronamp significativamente no próximo Plano Safra e um grande programa de assistência técnica a este produtor rural. Especificamente, o médio produtor rural pecuarista de corte é o que puxa essa média para baixo. Então, nós temos os números, os dados. Já temos mapeado onde eles estão. E, junto com o Senar e com outras ferramentas de assistência técnica, nós vamos atuar fortemente em relação a esse tema.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – No médio?

O SR. FERNANDO SHWANKE – No médio, o médio produtor, que são em torno de 530 mil propriedades rurais do País, 20% da área produtiva. Eu posso lhe passar esse estudo depois.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Mas é médio o tamanho de terra?

O SR. FERNANDO SHWANKE – Ele é médio por renda, menos de R\$2 milhões e entre os quatro e quinze módulos, mas principalmente renda.

Com relação ao PAA e ao Pnae, sim, é objetivo e prioridade deste Governo dar continuidade a essas políticas. Elas são importantes para os pequenos proprietários rurais. De cada R\$1 que o Governo coloca nessas políticas, isso vira 2. Os dados também mostram isso. E nós precisamos, sim, do apoio desta Casa para continuar com recursos. Apesar de o PAA hoje ser operacionalizado pelo Ministério da Cidadania, quem o implementa é o Ministério da Agricultura, e muito desse público é o nosso público, que são muitas das cooperativas da agricultura familiar.

Também devo dizer que nós estamos montando um programa de acesso a mercados privados. Nós queremos também utilizar essa força dos pequenos produtores. Domingo estive no jantar da Associação Brasileira de Supermercados. Nós estamos fazendo um acordo de cooperação técnica com eles para eles usarem o selo da agricultura familiar e também serem... E já são: 80% do alimento do Brasil vai pelas redes varejistas, mas que eles nos auxiliem na compra também. Assim como o PAA, o Pnae, nós temos também um programa de compras privadas desse público.

Com relação às cooperativas: sim, elas são prioridade hoje dentro do Ministério da Agricultura, tanto que nós estamos com um plano pronto, que se chama Brasil mais Cooperativo, que vai fortalecer esse setor que, na nossa opinião, principalmente para o pequeno e o médio proprietários, é fundamental. Como a senhora mesma disse, nós temos exemplos vitoriosos no Sul e no Sudeste do País, e nós queremos levar essas experiências de boas práticas cooperativas através de um grande programa de intercooperação para as cooperativas do Norte e do Nordeste brasileiro, para criar poder de mercado, como diz o Prof. Eliseu Alves, para esses pequenos produtores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO SHWANKE – Ele é espetacular. Estive com ele semana passada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO SHWANKE – Com relação à assistência técnica, quando a Ministra falou em 1 bilhão... Ela está aqui... É uma das prioridades do Ministério. E nós estamos reestruturando também a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. É importante isso. Nós precisamos encontrar também outras formas de assistência técnica que não seja só a pública. E aí penso que deva haver um grande esforço de todas as entidades – nós contamos com a Contag – , porque a assistência técnica é fundamental se a gente quiser fazer, produzir.

Com relação à questão dos assentados: nós estamos finalizando um programa que vai se chamar Produzir e ele deverá receber os assentados que tenham recebido os títulos das suas propriedades e, a partir daí, eles titulados, eles entram numa linha de produção, assistidos pelo Governo, para que efetivamente se tornem produtores rurais ou pequenos produtores rurais. O Incra titula, e nós





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

queremos ajudá-los a produzir e a se inserir no mercado. Então, sim, nós temos um plano também para esse um milhão de assentados, 88 milhões de hectares na mão desse público.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Quantos titulados já? Cinquenta por cento?

O SR. FERNANDO SHWANKE – Não, não, 150 mil. Está longe! O Gen. Jesus depois pode dar as...

Com relação à questão de agregação de valor: para nós também é uma das grandes prioridades da secretaria, e nós queremos, sim, inserir essas agroindústrias principalmente nos sistemas de inspeção para que elas possam acessar mercados. Então, nós estamos também trabalhando com a Secretaria de Defesa Agropecuária para que tenhamos um modelo de, primeiro, inserção dentro da inspeção sanitária através dos sistemas de inspeção municipal, mas, a partir daí, fazer, como nós fizemos no Rio Grande do Sul, Senador Heinze, um decreto, com o qual, se o Município cumpre todos os requisitos do seu sistema, tem lei, tem veterinário, tem estrutura, tem carro e faz o que tem que fazer, o Estado homologa esse sistema, e ele passa automaticamente ao Suasa; e aí ele passa a ter o mercado do Estado no seu âmbito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Secretário, esse decreto já existe desde 2015.

O SR. FERNANDO SHWANKE – Não, mas os Estados têm que regulamentar isso. E muitos dos Estados estão com problemas, na verdade, de ainda centralizar muito na questão do serviço de inspeção estadual e não liberar os Municípios para fazerem a venda do Estado.

E aí há uma hipocrisia: o Município é bom para vender no Município de Guaraí, mas no Município do lado ele não é bom para vender, ou adquirir. Então, é um troço meio absurdo, e nós agora, através de uma padronização disso, vamos levar a todos os Estados do País.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Eu só gostaria de informar que o Sebrae está fazendo um trabalho maravilhoso e ajudando a gente a instalar o SIM nos Municípios – pelo menos no meu Estado.

O SR. FERNANDO SHWANKE – Sim, sim.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Essa é uma grande parceria nacional. O Sebrae tem uma capilaridade enorme... (*Ininteligível.*)

... retirar dinheiro do Sebrae... Fazendo SIM em todos os Municípios. Depois passa para o SIE.

O SR. FERNANDO SHWANKE – Exatamente. E é importante isso.

E a gente sabe a diferença que faz uma agroindústria acessar o mercado municipal e, a partir do outro dia... Por exemplo – nós estamos na Expodireto com a Ministra –, uma agroindústria de São João do Polêsine, que tem um público de 3 mil habitantes na sua cidade: a partir da inserção dele no Suasa, ele passa a acessar o mercado de Santa Maria, que tem 300 mil habitantes. Daqui a três anos, essa agroindústria é totalmente diferente dessa que acessa o mercado de 3 mil habitantes.

Então, a senhora está coberta de razão. É uma das nossas prioridades. Nós precisamos implementar os sistemas de inspeção, mas também ampliar os seus mercados através desses acordos entre Estado e União.

Acho que respondi as perguntas.

Vou passar para o Gen. Jesus aqui, para responder as do Inkra.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Só Jesus para dar certo...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Senadora Kátia Abreu, agradeço as suas perguntas em relação ao Incra.

E inicio dizendo que realmente eu sou Jesus, mas não faço milagres! (*Risos.*)

Eu gostaria de iniciar a minha fala da segunda pergunta para a primeira. Não da senhora, mas em relação a Mato Grosso, em relação ao Incra como encravado. Isso é, de fato, uma pecha que foi colocada para o Incra, mas que não representa, de fato, grande parte das pessoas que lá trabalham.

Nós estivemos em Mato Grosso, sim, agora recentemente, e encontramos algo caótico em relação a uma superintendência, o que retrata claramente isso que a senhora também abordou. Por isso, a ligação entre o que foi falado com respeito ao Incra e à titulação e a tudo aquilo que o Incra tem de servidões a cumprir com a sociedade tem o seunexo. Nós encontramos uma absoluta ausência de gestão, de seriedade, e falta de compromisso com os recursos públicos, decorrentes, principalmente, de uma circunstância de sequestro político que foi feito em cima do superintendente, que passa a servir objetivos que não objetivos nacionais e institucionais, mas, sim, objetivos meramente circunstanciais. Isso é uma realidade que afeta o Brasil inteiro e todas as nossas sedes de superintendências do Incra.

O que nós encontramos lá em Mato Grosso impede claramente que o bem público venha a ser aquilo que é o objetivo nacional almejado por todos nós. E a senhora, com certeza absoluta, pelo conhecimento que tem da estrutura brasileira – participou da nossa estrutura de condução de processo –, sabe que, para que a gente consiga avançar, é preciso ter seriedade na gestão. E isso, infelizmente, é algo que nós não encontramos quando chegamos ao Incra. Encontramos um Incra que foi implodido – é termo que se pode usar – com relação à sua parte de planejamento estratégico, com o objetivo claro de desvio de recursos financeiros, destinação equivocada de créditos, de fomento, tudo isso foi o que nós encontramos, e uma realidade que nós estamos tentando debelar: pessoas que foram colocadas em posição com objetivos escusos e que levaram à situação em que nós nos encontramos hoje, com a falência da gestão, que nós estamos tentando resgatar.

Com relação aos títulos aqui... Agora abordo esse tema específico tratado pela senhora. Com certeza absoluta, a senhora tem toda razão: nós temos um modelo de titulação que foi preparado para não dar certo. Então, o mecanismo existente é uma equação tecnicamente sem solução. E por que isso é sem solução? Porque começou na hora em que foram feitos os assentamentos.

Nós temos aqui, do período de 1995 a 2018, 8,5 mil projetos de assentamento, sendo que o número colocado de 1,3 milhão de famílias é um número hipotético inicialmente, mas chega àquele número que a senhora colocou, em torno de 970 a 1 milhão de famílias...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Multiplicado por 4, por 5 ou por 6, a gente vê a quantidade de pessoas que estão lá. Essas pessoas – concordo com o que já foi falado aqui pela nossa Contag – foram colocadas dentro de um modelo de assentamento invertido, em que era feito um levantamento da terra, e essa terra não sofria um planejamento de infraestrutura, de estradas, de água, para que se transformasse num local adequado para assentar as pessoas. Isso não era feito. Então, as pessoas acessavam a terra sem mesmo ter o parcelamento dessas glebas e, conseqüentemente, se gerava uma matriz de difícil solução na hora de titular.

Nós temos no Ceará, por exemplo, cerca de 420 assentamentos e, em alguns deles, o modal usado foi o de Cajueiro. Então, a distribuição das famílias por áreas enormes foi feita de forma aleatória, o que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

hoje não nos permite fazer sequer um georreferenciamento. Então, é um fator de impedimento. Outros tantos eu elencaria aqui, mas não me aprofundarei demais até pelo seu tempo.

Eu coloco para a senhora o seguinte: com certeza absoluta, o que nós estamos fazendo hoje é a busca de um modal diferenciado para que ganhemos velocidade para titular. Nós estaremos indo à Viçosa, onde o Radis está funcionando, e há a perspectiva de nós conseguirmos, como estamos acostumados a dizer, uma matriz cabocla de georreferenciamento, para conseguirmos um desses itens, tê-lo com maior facilidade, o que nos permitirá chegar à titulação.

Os nossos títulos de terra estavam ligados aos títulos de eleitor. Por isso também havia uma intenção clara de que essas pessoas não recebessem títulos e continuassem em cativeiro político, com o seu título de eleitor como referência a alguma situação futura a se alcançar e que nunca chegaria. Trinta anos, vinte e cinco anos, vinte anos: são as matrizes de espera que nós temos aí.

Nós recebemos, todos os dias, no Incra, todas as pessoas, do Governador aos assentados, todos os dias. E o que nós vemos por parte dos assentados é uma realidade nefasta. Os Governadores e os representantes, particularmente da Amazônia, onde a gente sabe que, para construir uma estrada, tem que ter a responsabilidade para entender que, no inverno, não se constrói uma estrada, ela para, essa estrada passa a ter o dobro do seu custo e essa estrada pronta requer manutenção... E essa realidade não foi considerada na hora de colocar um assentamento no meio do nada, 80 quilômetros para dentro de um ramal no Amapá. Quando chega o inverno, essas pessoas não conseguem escoar a produção. Aí cai no caso de não conseguirem acesso aos créditos, porque não conseguem produzir o mínimo para se sustentarem e, conseqüentemente, abandonam a terra. Nós recebemos um grupo de Boca do Acre que foi para lá acreditando nas promessas governamentais de que ia, de fato, encontrar condições para trabalhar. Foram para lá, foram assentados, e a senhora vai verificar hoje o que restou naquele assentamento original: 10% permaneceram lutando contra a malária, lutando contra a falta de condições de escoação de produção e outras condicionantes que limitam, formalmente, a titulação. Então, esse combate nós estamos estabelecendo.

A Ministra Tereza Cristina, junto com a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários e com todos os integrantes do Ministério estamos inclinados, de fato, a resolver essa matriz, identificando aquelas áreas prioritárias. Eu tenho falado isso para os Governadores, tenho falado isso para os Deputados e Senadores que têm estado conosco lá, mostrando que essa solução para essa titulação, por exemplo, necessita de infraestrutura para que a gente chegue à consolidação dos assentamentos. Mas, hoje, a quantidade de problemas que temos, por exemplo, com estradas só na área amazônica requereria uma ação em bloco para termos emendas parlamentares para, junto com o Dnit e outros órgãos, chegarmos à construção de estradas.

Os recursos do Incra são totalmente insuficientes. O Incra chegou a ter algo da ordem de R\$2 bilhões/ano de orçamento para poder atender isso – em termos nominais, sem contar emendas parlamentares que também entravam. Durante todo esse período que vai de 1995 a 2016, quando o Incra sofreu o corte, o que foi feito para poder resolver o problema dos assentamentos que estão aí como favelas rurais, com esses recursos que passaram pelo Incra? Então, a gente tem que questionar isso também. Muito pouco foi feito, porque infraestrutura não foi colocada.

Então, a equação da titulação é uma matriz que temos que resolver. A Ministra estabeleceu uma meta de 600 mil títulos em quatro anos. Nós vamos buscar atender a esse modal de 150 mil, mas passando, principalmente, por uma mudança de matriz de titulação. Nós não conseguiremos fazer





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

titulação sem resolver o passivo das favelas rurais que foi deixado para a nossa conta. Nós temos que resolver essa questão. É uma realidade social. Nós temos assentamentos muito bons, sim, mas a grande maioria dessas 975 mil famílias está colocada em situações que nós entendemos ser de vulnerabilidade ainda, porque não conseguem, de fato, atender seus objetivos.

Então, Senadora, eu comungo da sua preocupação. Nós estamos vocacionados a resolver o problema. Nós não estamos aqui para fazer parte do problema, nós queremos a solução. Agora, será necessário – a senhora pode ter a certeza absoluta – um apoio não só do Governo Federal, mas também dos Senadores e dos Deputados, porque essas pessoas que estão lá não são números, mas foram tratadas no passado como números. Elas foram colocadas lá como metas de assentamento e não como famílias que deveriam ser colocadas lá.

Essa realidade que foi tratada aqui... Já conversei com alguns que estiveram no Incra para mostrar essa realidade. Nós não estamos fugindo da nossa responsabilidade, muito pelo contrário, o nosso objeto é contar com o apoio de todos. Eu agradeço penhoradamente a sua intervenção, porque permite que a gente esclareça a todos e, ao mesmo tempo, requisite esse apoio. Não somos nós que estamos dependendo desse apoio, são as pessoas que estão lá e que estão aqui sendo colocadas como essa necessidade premente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu posso lhe fazer um desafio: se o senhor passar os do Tocantis para Tocantins, emenda não falta não! Para gente titular lá!

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Não tenha dúvida.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Via Incra, sinceramente... Lá na base, eu sei como funciona.

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Faremos uma parceria e vamos resolver o problema lá.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Podemos fazer, sim, com o Governo do Estado. E ele acata na hora, quando o senhor quiser.

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Agradeço a sua solidariedade. Muito obrigado pela pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Senadora Kátia Abreu. *(Pausa.)*

Ouviu, Senadora? Eu estou me educando, ouviu? Eu já esperei. Está bom? Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom. Prazer, Antoninho, que representa aqui a Contag, também o Gen. Jesus Corrêa, Fernando Shwanke, Vinícius, Carlos Lopes. Importante esta audiência que foi proposta.

Alguns assuntos que a gente debateu aqui são... Primeiro, a questão das DAPs. Eu acho que esse ponto é importante. Eu queria apenas fazer uma referência a que o Tribunal de Contas já fez outros levantamentos importantes para nós também, até sobre a questão dos assentamentos, mostrando as inúmeras irregularidades que houve nos assentamentos, General. O Tribunal de Contas já fez apontamentos sobre esse assunto há dois, três anos, e a gente conseguiu ajustar essa parte ali.

Se a Senadora assumir aqui, eu vou... Venha, Senadora, me passe a palavra aqui, pois vou falar.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não! Venha aqui, me passe a palavra, pois vou falar.

Eu vou devolver a palavra... *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o meu Vice, o Senador Luís Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Já que eu fui cedendo tempo, agora vamos ficar aqui até às 15h30min. Tenho direito!

Prazer, Senadora Soraya e palestrantes que já citei.

Primeiro, com relação à questão das DAPs, Fernando. Eu acho que é importante. A gente já conversou rapidamente sobre esse assunto, mas na DAP, Antoninho, da nossa região, que seguramente não é diferente de qualquer outra região, algumas mudanças devem acontecer.

Por exemplo, um motorista de transporte escolar do interior de qualquer parte do Brasil. O salário que ele tem... Ele é um pequeno produtor. Às vezes a mulher trabalha lá ou alguém trabalha ali, e é possível que ele, com aquele salário, não acesse o Pronaf. Existe a merendeira da escola: ela é esposa, por exemplo... Ela trabalha como merendeira ou como servente da escola. O salário que ela recebe numa escola rural já praticamente impede que ele possa tirar o Pronaf, e ele é um pequeno agricultor.

Eu acho que esses são pontos importantes que devem ser corrigidos, Shwanke, para possibilitar que esse pequeno agricultor do interior possa ter acesso ao Pronaf. Então, são ajustes que têm ser feitos nessa questão, vendo o que ele faz.

Se eu sou um pequeno produtor e minha esposa trabalha na escola, isso me tira essa possibilidade. Se a esposa trabalha tirando leite, o filho trabalha, e ele é motorista do transporte escolar, ele não pode ter acesso; ele faz o transporte "x" horas por dia e, o resto do dia, usa na propriedade rural. Também ele não pode fazer. Então, são esses detalhes que a gente conhece que devem servir como referência para que a gente possa fazer alguns ajustes nas DAPs, para ele poder ter acesso.

Com relação aos assentamentos, General, nós rapidamente conversamos outro dia. Eu e a Kátia chegamos juntos aqui em 1999. Acompanhamos essa questão e fizemos, no meu primeiro mandato, uma mini CPI sobre a questão dos assentamentos. Usei dados de uma universidade de Mato Grosso do Sul que mostravam absurdos. Em 1999! Nós estamos em 2019, 20 anos depois, e aquilo que foi constatado, Antoninho... Eram milhares de famílias sem água, sem luz, sem as menores condições. Eram quantidades! Jogavam aquelas pessoas para cima da terra, não tinham acesso... O senhor falou agora, foi ver agora, recentemente, mas nós já vimos lá em 1999, 2000. Eu e o Deputado Micheletto, Deputado do PMDB do Paraná, fizemos – eu era o proponente e o Presidente, e ele era o Relator – um trabalho mostrando, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, vários Estados, os absurdos que aconteciam ali. Portanto, é importante e, depois, uma luta permanente.

Ainda no tempo do Presidente Michel Temer, começaram a titulação dessas terras, porque eles estavam no cabresto, ninguém podia dar titulação para eles, não interessava – se eu sou um pequeno produtor, eu tinha que comer na mão de alguém para poder pegar um Pronaf ou alguma coisa assim. Entendeu, Senador? A Universidade de Mato Grosso do Sul fez um trabalho, fizeram um levantamento lá, e eu usava aqueles dados que eles tinham ali. O que fizeram? Pegaram os assentamentos do Mato Grosso do Sul e mostraram os absurdos. Isso foi em 1999, 2000, por aí, quando foi feito o trabalho pela universidade, e nós usávamos aquilo ali.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aí, Shwanke, dali nasceu o Banco da Terra. Foi aquele modelo, ainda no Governo Fernando Henrique, que eles queriam dar para o Olívio Dutra, que era o Governador do Rio Grande do Sul, e eu entendia que não podia fazer aquilo, que aquele repasse não podia ser feito. Então, eu comprei aquela briga naquele momento, e aí nasceu o Banco da Terra.

Antoninho, que é de Santa Catarina, de onde é o nome Banco da Terra? De Santa Catarina. Eu copiei um programa que o Esperidião Amin fez no Estado de Santa Catarina. Ele fez um modelo, e decidi chamar Banco da Terra, copiei. Quando eu o apresentei para o Presidente, disse: "Presidente, faça diferente, não vá dar para a ideologia do Governo que está no Rio Grande do Sul neste momento". Dali nasceu o Banco da Terra.

Como é que nós fizemos, General? Aí não é partido. No Rio Grande do Sul, e em qualquer Estado, quem dirige o Município é PP, é PMDB, é PDT, é "p" não sei o quê... Não interessa o partido. É o Município que cria e administra esse processo, porque, se dessem dinheiro para o Estado, seria politizado. Então, nós fizemos o quê? Aí criamos os conselhos municipais. O que é conselho municipal? Secretaria municipal de agricultura; Emater; se tem, uma cooperativa; o sindicato. Esse é o conselho. Câmara de Vereadores... Aí não interessa o partido. E praticamente, nesse processo, 2000, 2001, 2002, em três anos e pouco, foram quase 11 mil famílias assentadas no Rio Grande do Sul. Eram perfeitamente legais os processos, porque eram os Municípios que escolhiam quem eram o verdadeiro agricultor. Se eu sou um trabalhador rural, eu quero comprar um pedaço de terra: levava; se eu trabalho numa granja, numa fazenda: "Agora quero ser proprietário rural." O.k. Aí, o pequeno produtor rural: a filha casou, o filho casou; ele não tem condições de comprar um pedaço de terra para a filha e para o filho. Constituía uma nova família, e essa família conseguia comprar. Então, eram verdadeiros produtores rurais – eu sou do meio e conheço esse assunto.

E ali nós fizemos isso, Shwanke, que é um modelo que a Ministra tem que instituir, que vocês têm que instituir neste momento junto com o Incra, com o Nabhan, com a Ministra Tereza Cristina e você na secretaria. Esse modelo funciona em qualquer parte do Brasil, porque qualquer... Aí não é política. Qualquer Município, dirigido por qualquer Prefeito... Quer dizer, não é o Prefeito que manda, é um conselho municipal, em que estas entidades – sindicato rural, cooperativa, Emater, a secretaria, a Câmara de Vereadores... Esse é o conselho municipal, pronto. Eles conhecem todo mundo em cada comunidade, quem merece e quem não merece um pedaço de terra para comprar. Era um financiamento e, até hoje, o pessoal está pagando aqueles financiamentos ali, General.

Então, esse é um assunto que funciona e é o exemplo que eu quero colocar para vocês.

Da mesma forma, a Kátia colocou aqui essa questão do SIM, fazer esta parte, o SIM e Suasa, fazer esse ato. E ela disse bem: há um decreto, só que não está funcionando na ponta. Como fazer esse processo aqui funcionar? Porque é a emancipação dos pequenos agricultores, entendeu, Carlos? Porque aí eu me emancipo. Eu não sou só produtor de leite: eu vou vender queijo, vou vender nata, vou vender manteiga; vou produzir suíno, vou vender um salame. Pronto. Aí, é no Rio Grande do Sul ou em cada Estado da Federação.

Sobre a emancipação, tivemos o exemplo de Polêsine. Soraya: Polêsine, 3 mil habitantes; Santa Maria, 300 mil. Poxa, eu vou vender para 300 mil! Ele é confinado a vender só no Município dele. Então, há tempo a gente trabalha esse processo, e já há esse decreto. Então, é só fazer com que os Estados acionem o processo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Bom, as prefeituras... "Ah, prefeitura, eu quero contratar." Eu contrato um agrônomo, eu contrato um veterinário. A prefeitura pode constituir isso e funcionar bem. Eu fiz quando era Prefeito e montei quatro frigoríficos abatedouros dessa forma. Criei um sistema que era do Ministério da Agricultura, copiei de Passo Fundo, e mostramos abatedouros municipais – em 1994 foi feito; um existe até hoje. Já é uma empresa em São Borja hoje funcionando como abatedouro municipal. A prefeitura fiscalizava, cobrava uma taxa lá que praticamente pagava os veterinários.

Então, esse é um processo, Shwanke, que seguramente tem que fazer, porque é a emancipação do pequeno agricultor para ser amanhã um empresário não só da produção, mas também da industrialização.

E, General, nessa questão, a luta nossa foi para que a titulação... E Michel Temer aceitou o nosso desafio e começou o processo de titulação. Então, eu acho que esse trabalho que a Ministra Tereza Cristina e o General estão fazendo tem que ser intensificado, e devem ser emancipadas essas famílias que querem – a grande parte – escritura. Elas estavam no cabresto e não podiam pegar a escritura. Eu acho que nesse processo nós ajudamos. Qualquer Senador ou Deputado de qualquer Estado vai colaborar. Como disse a Kátia aqui: se há problema no Incra do Tocantins, o Estado ajuda. Então, tem que fazer essas parcerias com o Estado, com o Incra, enfim, e fazer fluir esse processo, para que as pessoas possam efetivamente ter a escritura da sua propriedade.

Então, parabéns a V. Exa. pelo trabalho que está fazendo lá, General; da mesma forma o Fernando Shwanke.

Mais uma vez, a minha solidariedade ao nosso Gen. Villas Bôas. Conheci o Villas Bôas quando nós fomos, Soraya, no caso Raposa Serra do Sol. Ele era Comandante Militar da Amazônia. Foi lá que eu conheci o Gen. Villas Bôas, fazendo um trabalho belíssimo lá. E depois, por tudo que ele representa, eu me solidarizei ontem também com ele e com os militares por causa desses ataques. E estou recebendo no meu WhatsApp até críticas em cima disso. Nada contra, o.k. Respeito o posicionamento de cada um, mas entendo o que representa, em nome dos generais, em nome da família militar – não generais, dos militares brasileiros –, a figura do Gen. Villas Bôas. É gaúcho, mas não por ser gaúcho, por ser da família gaúcha, não: é pelo que ele representa para o Exército brasileiro, por tudo que ele já realizou.

E vi a luta, General, quando eu estive lá, Soraya, contra a Igreja, contra ONGs internacionais tomando conta do nosso Brasil. Ali não é o brasileiro que manda, é gente de fora. Não quero saber de príncipe, de rei, de não sei quem. Nós somos brasileiros, General, e nós temos que representar pelo nosso interesse. E é o que ele diz, Senador...

Nós vamos apresentar aqui, General, uma proposta, nesta Comissão, para discutir a Amazônia. A Amazônia é nossa. Não tem nada de Noruega, de Inglaterra, de quem quer que seja, de artista de não sei de onde, de Presidente Bill Clinton do Estados Unidos. Não interessa. Aquilo é nosso. Nós somos brasileiros. Meus antepassados vieram da Alemanha em mil oitocentos e alguma coisa. Não interessa. Eu sou brasileiro, Shwanke é brasileiro, nós somos brasileiros.

Então, o que nós temos que fazer? Fazer um estudo e dizer assim: "Quanto vale a Amazônia?" Não para desmatar. "Quanto vale?" Agora, os caras nos pagam ninharia, merreca, mil réis – que era um dinheiro muito antigo nosso lá – em cima do que vale a Floresta Amazônica. Então, sobre isso vamos fazer um levantamento e vamos fazer uma proposta – lhe disse, Senadora – que nós vamos apresentar a esta Comissão para debatermos esse tema. Eu não quero devastar a Amazônia, em absoluto; agora, quero que o mundo – se aquilo é interessante para o mundo, e é; para Brasil, e é – nos pague. Nós somos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

brasileiros e é nosso. Então, a terra é nossa. Nós somos brasileiros, não precisamos pagar; agora, o mundo desenvolvido da Europa, da Ásia, não sei de onde, se querem, vão ter que nos pagar. Vamos discutir esse tema aqui nesta Comissão, o.k.?

Obrigado, General; obrigado, Toninho; obrigado, Shwanke; obrigado, Vinícius e Carlos.

Vamos à luta!

Eu não quero resposta. Só queria colocar essas questões. É importante a questão do Banco da Terra, voltar com esse crédito fundiário. Depois foram mudando o nome. Não interessa o nome, mas o sistema, aquela metodologia que nós criamos lá atrás com o Fernando Henrique é que funciona, porque é um conselho municipal. Aí o conselho quem é? É o conselho municipal que vai determinar quem é o pequeno agricultor familiar, trabalhador, enfim, que merece um pedaço de terra – e compre a terra e pague a terra. Acho que foi o Vice-Prefeito de Chapada que chegou outro dia, General, falando sobre quanto é que custava. Disse assim... Eram R\$1 mil, mais ou menos, por hectare, naquele momento, há 20 anos. Dizia ele assim: "Hoje eu vendo a terra a mil sacas de soja, então vale R\$70 mil." Comprou 14 hectares. Bom, hoje vale R\$70 mil o hectare, e é um próspero produtor. O cara se emancipou trabalhando em cima do Banco da Terra. O efeito social e multiplicador do negócio: não é dada a terra; foi financiada a terra, pagou um juro baixo e a gente possibilitou isso aí.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Ah, eu só não fiz a referência à Drica, que foi minha suplente, foi a segunda suplente de Senador e está acompanhando aqui a reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Seja bem-vinda, Drica! Obrigada pela sua presença.

Obrigada, Senador Heinze.

O Carlos quer fazer uma consideração.

O SR. CARLOS LOPES – Eu gostaria, aproveitando o momento de apresentação de ideias e propostas que possam contribuir com os agricultores deste País, que os Senadores e Senadoras presentes pudessem levar em conta duas propostas para audiências que seriam bastante contributivas, até mesmo para dar subsídios a debates lá na frente.

Primeiro é a gente ter uma audiência pública para tratar da equalização dos juros da carteira de crédito rural. O que é equalização de juro?

A gente traz o juro do que foi aplicado na carteira ao teto do que está na nossa tabela de juros da Selic. Isso hoje gera custo. Se na agricultura familiar o Governo do nosso querido Presidente Bolsonaro for aplicar R\$20 bilhões, R\$18 bilhões no Pronaf, a custo de R\$9 bilhões, ficam na identidade financeira pulverizadora. Quer dizer o quê? Que a custo de eu te emprestar dez, nobre Senador Heinze, cinco ficam para quem emprestou. Isso deveria ser discutido, porque nós estamos perdendo 50% do ativo aplicado na carteira de crédito. Para nós agricultores, eu estou perdendo 50% da minha pujança de produção e acesso a crédito.

No outro campo, eu gostaria de propor que os senhores, que, como visto por nós, estão bastante interessados na temática – e ela é importante para o País, pois empregamos 70% da mão de obra deste País... Como disse a nobre Senadora Kátia, vamos olhar a renda, porque agricultor familiar pode ser





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

pequeno, médio e grande – e nós não estamos aqui discutindo módulos fiscais, módulos territoriais, nós estamos discutindo renda.

Só para terminar, Senador, e passar para o senhor, como disse o nobre General, também faço vênua à solidarização às Forças Armadas. Sou filho de coronel do Exército e sei quão importante são as Forças Armadas para a soberania e a existência de eu dizer sou brasileiro e com orgulho. Faço vênua ao nosso General.

Regularização fundiária, nobre Presidente. Eu estive com o senhor em outro órgão. A gente poderia marcar uma audiência sobre regularização fundiária para analisar dois pontos: a situação dos imóveis que vão ser regularizados e uma revisão ocupacional de quem está em cima. Porque isso abriria um leque aqui que nos colocaria com subsídio sobre o que estaríamos regularizando na pecha de territórios e quem está sendo regularizado que está acima do território.

Eu agradeço o aparte. Muito obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu esqueci de falar que foi mencionado o nosso ex-Presidente da Embrapa, o Eliseu Alves. Eu vou lhe passar uma tabela. Não sei se deixei com o senhor, General, quando estive lá. O Dr. Eliseu e a Fundação Getúlio Vargas fizeram um trabalho que se chama Pobreza Rural. Senadora, 3,775 milhões de famílias vivem quase miseravelmente no campo. São 3,775 milhões; esse é o dado. Aí eu pedi a ele... Eles agora estão fazendo de novo, vão atualizar a partir... A Kátia fala dos dados do IBGE, mas eles vão atualizar agora com dados de 2019, vão retomar esse assunto acho que no segundo semestre, com ele, de novo, coordenando uma equipe da Fundação Getulio Vargas, mostrando essas famílias. A renda bruta/ano não chega a oito salários mínimos – oito salários mínimos. Oito mil/ano. Quer dizer: por alguma razão essa gente tem que ter uma assistência, entenderam?

Então, eu batia muito nisto: estão dando terra para qualquer um, mas há três milhões e tanto que não recebem nada – não chega assistência técnica, não chega Pronaf, não chega nada a essas famílias. E muitos vivem lá fora. Assim, não é para morar lá fora: "Eu tenho um pedaço de terra e não consigo produzir". E não é Nordeste, não é Norte; esses dados são do Brasil. Até no nosso Rio Grande do Sul, Shwanke. É menor o número do que o do Nordeste? Sim, mas existe no Rio Grande do Sul, existe em Santa Catarina, existe no Paraná, existe no Brasil; também, no seu Estado, Senadora.

Então, aquele trabalho, vale a pena vocês verem, aquela radiografia. E eles vão atualizar agora. Os dados do IBGE de 2006, o.k.? Mas esse é um trabalho que eles fizeram, a Fundação Getulio Vargas e a Embrapa, dois órgãos isentos. Não é política. Eles mostraram a pobreza que existe no campo. Essa gente nós temos que atender, o.k.?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Gen. Jesus Corrêa com a palavra.

O SR. JOÃO CARLOS JESUS CORRÊA – Senador Luis Carlos Heinze, queria agradecer mais uma vez a sua contribuição. O senhor tem sido muito proativo no nosso contato com relação a tudo aquilo que queremos para os fins da atuação do Incra e a resolução dos problemas ligados particularmente à regularização fundiária, bem como o desenvolvimento da agricultura por intermédio da participação dos pequenos agricultores – o senhor já esteve conosco lá apresentando as suas ideias. Com certeza, vai ser uma grande contribuição.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu estou aqui com a minha equipe da Diretoria de Desenvolvimento, que é a encarregada direta de fazer esse tipo de planejamento. Eles estão, de fato, trabalhando para poder resolver esse passivo. E nós vamos chegar a atingir os nossos objetivos, o senhor pode ter certeza, com a contribuição que temos tido aí, de todos.

Agradeço também a solidariedade do Sr. Carlos Lopes, que já esteve conosco. O senhor nos conhece e sabe que nós trabalhamos não para objetivos pessoais. Essa é a realidade do nosso Comandante atual, o Gen. Pujol, e do Gen. Villas Boas, que hoje trabalha conosco ainda, está no Governo Federal com o objetivo de trabalhar em proveito do Brasil. Sabemos perfeitamente que grande parcela da população brasileira ontem ficou ao lado do Gen. Villas Boas, ao lado dos interesses nacionais, porque nós temos que avançar; independentemente de qualquer circunstância, nós vamos continuar avançando. Não haverá pedras que venham a ser colocadas no nosso caminho que não serão retiradas com habilidade, com paciência e com a contribuição de pessoas como o senhor, como todos aqueles que foram solidários com a causa do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada a todos.

Também me solidarizo, Gen. Jesus Corrêa. Não preciso nem dizer, não é? Sou freguesa e estou abraçada com este Governo e com vocês militares incondicionalmente – incondicionalmente.

Quero agradecer a presença do Vinícius Neves dos Santos, do TCU; do Fernando Shwanke, do MAPA; do Gen. João Carlos Jesus Corrêa, do Incra; Antoninho Rovaris, da Contag, e do Carlos Lopes, do Conafer.

Quero dizer para vocês que nós estamos iniciando este trabalho para que consigamos nos unir em prol deste Brasil. E contamos com toda esta cadeia aqui, Carlos, do TCU, do Executivo e do Legislativo, para que a gente consiga mudar essa realidade. Então, contem comigo e contem com esta Comissão.

Quero agradecer a presença de todos os servidores que trabalharam aqui hoje e de todos os convidados.

Que Deus nos abençoe no restante da nossa semana!

Está encerrada esta reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Angelo Coronel e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência registra a presença de: Orivaldo Mello e João Neto, produtores rurais de Mato Grosso do Sul; Lael de Freitas Marques e Rafael Henrique Danuzio, universitários de Direito da Faculdade Uniplan; Cynthia Cury e Danielle, representantes da Embrapa. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto com Requerimento de urgência (item 9). A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 575, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 11, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a importância de políticas governamentais de Propriedade Industrial a fim de combater impactos negativos no agronegócio, com seguintes convidados: 1) Sr. Otávio Brandelli – Embaixador e Secretário-Geral do Itamaraty; 2) Sr. Antônio Márcio Buainain – Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Pesquisador Senior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED); 3) Sr. Orlando Leite Ribeiro – Embaixador e Secretário de Relações Exteriores do MAPA; 4) Sr. Mauro Biancamano Guimarães – Secretário Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República; 5) Sr. Sebastião Barbosa – Presidente da EMBRAPA; 6) Sr. Saulo da Costa Carvalho – Especialista em PI. Presidente da AFINPI." Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - Aviso nº 38, de 2018 - Não Terminativo - que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2212/2018 - TCU, que trata de fiscalização da execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário (TC 019.286/2017-1)." Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador Nelsinho Trad. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

da matéria. Resultado: Conhecida a matéria, é aprovado Parecer pelo conhecimento e arquivamento do AVS 38/2018. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação do Projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei nº 658, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta-se o artigo 5º A a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senador Weverton. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei nº 661, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002." Autoria: Senador Weverton. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 12, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as demandas para o Plano Safra 2019/2020 que a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) constatou nas Regiões Brasileiras e que será apresentado para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Discutiremos as propostas que contemplam pontos como a garantia da previsibilidade orçamentária, a redução da burocracia, o aperfeiçoamento dos programas já existentes, o incremento no volume de crédito e a oferta dos recursos em época compatível com o calendário da atividade, além de fontes alternativas de crédito e redução da taxa de juros." Autoria: Senadora Soraya Thronicke. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 13, de 2019 que: "Nos termos dos artigos 336, inciso II, e 338, inciso IV, combinados com o artigo 92, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a apresentação de minuta de Requerimento de urgência, perante o Plenário do Senado Federal, para o PLC Nº 122, DE 2018." Autoria: Senador Lasier Martins. Resultado: Aprovado. Os senadores Nelsinho Trad, Lasier Martins, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin e a senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos de hoje.

Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à deliberação de três itens não terminativos e um requerimento e três itens terminativos, conforme pauta previamente divulgada.

Eu gostaria de registrar hoje a presença de dois produtores rurais de Mato Grosso do Sul que são amigos nossos, o Orivaldo Mello e o João, produtores rurais empenhados em desenvolver, em ajudar o Brasil a sair dessa. E, mais uma vez, homenagear o agro, porque são os nossos agricultores quem carregam o nosso País nas costas – os pequenos, os médios, e os grandes.

Quero registrar também a presença dos universitários de Direito da Faculdade Uniplan, de Águas Claras de Direito da Faculdade Uniplan, de Águas Claras, Lael de Freitas Marques, e Rafael Henrique Danuzio. Sejam bem-vindos todos, é um prazer tê-los aqui, para aprender um pouco de processo legislativo, porque é só aqui que se aprende. Na Faculdade de Direito, a gente pensa que aprende – estou falando de processo legislativo –, mas é muito pouco. Chega-se aqui e não se sabe nada.

Registro também a presença da Cynthia Cury e da Danielle, que são da Embrapa. A conversa que a gente teve aqui agora foi no seguinte sentido: a Embrapa vem me trazendo muitas informações, o pessoal da Embrapa de Dourados esteve comigo e me contou que desenvolve pesquisas e que chegam a exportar pesquisas. Só que o problema está, aqui no Brasil – eu externei isso, e a Cynthia e a Danielle disseram que realmente é. Falei: "A Embrapa é tão rica que são um orgulho para a gente essas pesquisas; a gente precisa monetizar isso". Então, a gente não consegue fazer a cadeia inteira: tem que fazer a pesquisa e depois tem que implementar essas pesquisas dentro da agricultura, principalmente da agricultura familiar, que não tem esse acesso, para que a gente consiga monetizar. Nós temos uma extensão de área cultivada pelos pequenos produtores que, em alguns países, é latifúndio. São imensas as áreas dos nossos pequenos agricultores comparando com o que o pessoal tem lá fora e faz uma produção incrível. Então, que a gente consiga fazer esse *link* e que dê certo aqui no Brasil, num sistema de inovação agropecuária.

Obrigada também pela presença de vocês.

Vamos à pauta. O item 3, conforme adiantamento da pauta para o Relator, Senador Nelsinho Trad.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 11, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a importância de políticas governamentais de Propriedade Industrial a fim de combater impactos negativos no agronegócio, com seguintes convidados:

- 1) Sr. Otávio Brandelli – Embaixador e Secretário-Geral do Itamaraty;*
- 2) Sr. Antônio Márcio Buainain – Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Pesquisador Senior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED);*
- 3) Sr. Orlando Leite Ribeiro – Embaixador e Secretário de Relações Exteriores do MAPA;*
- 4) Sr. Mauro Biancamano Guimarães – Secretário Executivo da Secretaria de Governo da Presidência da República;*
- 5) Sr. Sebastião Barbosa – Presidente da EMBRAPA;*
- 6) Sr. Saulo da Costa Carvalho – Especialista em PI. Presidente da AFINPI.*

Autoria: Senador Lasier Martins

Observações:

- Lido em 08.05.2019.

- Votação simbólica.

Autorias: Senador Lasier Martins e Senadora Soraya Thronicke.

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento. *(Pausa.)*

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, em função de eu ter que relatar outra matéria em outra Comissão, V. Exa. poderia inverter a pauta para eu já ler este relatório, que é simples e singelo?





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Lasier, o Senador Nelsinho acabou de pedir inversão da pauta, porque ele tem que relatar outro projeto de lei. Se o senhor não se incomodar e concordar, porque o senhor é o primeiro da pauta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Eu concordo, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está o.k. Muito obrigada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ele faria o mesmo por mim.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS) – Obrigado, Senador. Com certeza, eu faria e farei.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Item 4.

ITEM 4

AVISO Nº 38, de 2018

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2212/2018 - TCU, que trata de fiscalização da execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário (TC 019.286/2017-1).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. NELSON TRAD (PSD - MS. Para proferir relatório.) – Por designação da Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, na pessoa da Sra. Senadora Soraya Thronicke, aprecia-se o Aviso nº 38, de 2018, o qual encaminha o Acórdão nº 2.212, de 2018, do Tribunal de Contas da União.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O Acórdão em referência trata de Fiscalização de Orientação Centralizada, coordenada pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul, cujo objetivo recai sobre a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

A matéria encaminhada foi distribuída à apreciação unicamente da Comissão de Agricultura (CRA).

Nos termos estatuídos pelos incisos II, III e IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão manifestar-se, entre outros temas, sobre: direito agrário; planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e fundiária; agricultura, pecuária e abastecimento; e agricultura familiar e segurança alimentar.

A presente análise ocorre no âmbito do exercício das atribuições do controle externo da administração pública federal, exercidas pelo Senado Federal, conforme prescritas na Constituição Federal, inciso X do art. 49 e no *caput* e parágrafo único do art. 70.

A matéria em exame trata-se de Aviso do TCU sobre acerca de resultados de auditoria sobre Fiscalização de Orientação Centralizada, coordenada pela Secex-MS, com o objetivo de acompanhar a execução do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O Acórdão nº 2.212, de 2018 – TCU - Plenário, estabelece quatro eixos de deliberações e recomendações. Primeiramente, determina à Subsecretaria de Reordenamento Agrário, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, que adote: a) medidas com o objetivo de aumentar a capilaridade de divulgação do PBCF entre os potenciais beneficiários do Programa, diminuindo o prazo médio da conclusão das operações de financiamento, observando metas operacionais anuais de financiamento compatível com a capacidade financeira do Fundo de Terras; e b) boas práticas na concessão, execução, cobrança e fiscalização de créditos vinculados ao programa, como ocorre na gestão das operações Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em segundo lugar, o referido acórdão recomenda à Subsecretaria de Reordenamento Agrário que: a) realize cruzamentos de dados com a finalidade de dar suporte às atividades de fiscalização das operações de crédito realizados sob a égide do PNCF e avalie a conveniência e oportunidade de celebrar cooperação com entidades de assistência técnica para viabilizar a fiscalização e o monitoramento dos empreendimentos financiados; e b) adote formas de avaliação de elegibilidade e acesso ao programa, em conformidade com as condições operacionais de cada ente federado, para permitir maior isonomia, transparência e acessibilidade ao programa, com ênfase às exigências regulamentares da declaração de elegibilidade.

Em terceiro lugar, o documento determina à Subsecretaria de Reordenamento Agrário da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário que encaminhe ao TCU, em até 60 dias, plano de ação contendo cronograma, definição de responsáveis, prazos e atividades acerca das medidas de recuperação de crédito em situação de atraso ou execução de garantias, bem como incluir metas para solução das irregularidades constatadas, com as respectivas providências para a liquidação das garantias





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

dos financiamentos com irregularidades confirmadas. Ademais, recomenda tornar rotina o exame da legalidade da atuação das associações, sindicatos e entidades de classe do setor agrário quanto à exigência irregular de filiação para endosso de habilitação a crédito do programa.

Finalmente, o acórdão em apreciação dá ciência das deliberações e recomendações à Subsecretaria de Reordenamento Agrário, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, à Casa Civil da Presidência da República, ao Banco do Brasil S.A, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A, aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, às Unidades Técnicas Estaduais, à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados e à esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Em conclusão e em consonância com todo o exposto, ressaltamos a extrema importância das auditorias e fiscalizações do TCU sobre o cotidiano institucional da administração pública, almejando ao aprimoramento organizacional das funções de planejamento, execução e controle, com o devido acompanhamento dos Poderes da República, em especial, do Congresso Nacional.

Assim, ao discutir o acórdão, como estamos fazendo nesta oportunidade, o Senado Federal encontra-se a par dessa importante matéria, e continuará acompanhando, ciente de sua responsabilidade institucional de fiscalização externa do Poder Executivo. No entanto, por ora, entendemos que o posicionamento mais adequado para condução da matéria seja dar conhecimento aos Senadores das medidas encaminhadas no Aviso e promover o devido arquivamento, uma vez que se verificam em adequada atividade as funções de fiscalização e controle dos atos administrativos envolvidos.

Voto.

Portanto, somos pelo conhecimento e arquivamento do Aviso nº 38, de 2018, nos termos do art. 133, III, do Regimento Interno da Casa.

É esse o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Eu só queria, sobre a discussão, parabenizar o TCU pela autonomia e independência dos analistas e o apoio que têm dado para esta Comissão, e parabenizar pelo trabalho deles, bem desenvolvido, diferentemente do engessamento de analistas de controle externo dos TCE's. Esta é uma reclamação que já chegou até mim: a falta de independência de analistas de tribunais de contas dos Estados. Então, parabenizar...

A falta de autonomia não é por culpa deles, não. A gente sabe como essas coisas acontecem. Julgam as contas, só que as contas são aprovadas nos Estados. Então, é mais um problema que o Brasil enfrenta, e que, às vezes, como é que se vão corrigir certas coisas? Não sei. Enfim... (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

Conhecida a matéria, é aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento do Aviso nº 38, de 2018.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento de tramitação.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, de 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a elaboração e a comercialização de queijos artesanais e dá outras providências.

Autoria: Deputado Zé Silva

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

Concedo neste momento a palavra ao Senador Lasier Martins para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente Soraya, Srs. Senadores e Senadoras, é um projeto de lei muito objetivo e, se me permite, eu vou abreviar bastante. Como não houve nenhuma emenda, e o PLC foi distribuído apenas para esta Comissão, eu me permito dizer, Senadora, que aqui nós temos apenas que ler, aprovar e comer o queijo. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Com vinho. Está ótimo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com 13 artigos, o projeto, que estabelece novas regras para produção e venda de queijos artesanais, conceitua como artesanal o queijo elaborado por métodos tradicionais, com vinculação e valorização territorial, regional ou cultural, conforme protocolo de elaboração específico estabelecido para cada tipo e variedade, e com emprego de boas práticas agropecuárias e de fabricação.

Quanto à fonte da principal matéria-prima utilizada no fabrico do queijo artesanal, o projeto permite que, no caso de assentamentos familiares, o leite possa ser fornecido por produtores ou grupo de até 15 (quinze) produtores localizados a uma distância de até cinco quilômetros da queijaria.

Adicionalmente, o PLC 122 do ano passado não considera artesanal o queijo elaborado em indústrias de laticínios, mesmo que o Poder Público autorize o uso das expressões “artesanal” ou “tradicional” no rótulo do produto.

Conforme a proposta, o queijeiro artesanal é responsável pela identidade, pela qualidade e pela segurança sanitária do queijo por ele produzido e deve cumprir os requisitos sanitários estabelecidos pelo Poder Público, respeitando o tempo de cura do queijo feito a partir do leite cru, que deverá ser definido com base no processo tecnológico de produção de cada variedade de queijo, de acordo com suas características.

Nesse aspecto, a produção de queijo poderá ocorrer a partir do leite cru, que não passa por processo de pasteurização ou esterilização. No entanto, a queijaria deverá estar certificada como livre de tuberculose e brucelose, bem como os produtores precisam participar de programa de controle de mastite animal, além de implantar programa de boas práticas agropecuárias, controlar a qualidade da água usada na ordenha e rastrear os produtos.

Nos termos da proposição, a comercialização do queijo artesanal será permitida em todo o Território nacional, desde que cumpridas as exigências estabelecidas, sendo o produtor responsável pela identidade, qualidade e segurança sanitária do produto.

Caberá, nos termos da proposta, ao Governo Federal estabelecer protocolos para cada tipo e variedade de queijo artesanal, bem como regulamentar métodos de maturação, rotulagem, acondicionamento e transporte do produto. Está prevista, em parceria entre Governo Federal, Estados e Municípios, a criação de plataforma eletrônica para cadastrar os produtores licenciados, com informações sobre os fornecedores de leite e os registros de vacinação dos animais.

O PLC foi distribuído somente a esta Comissão, não se verificando a apresentação de emendas à matéria no prazo regimental.

Análise.

Nada a opor com relação à constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, boa técnica, etc. Então, vamos ao mérito, bem sucintamente.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quanto ao mérito, a iniciativa estabelece maior clareza conceitual no que diz respeito à caracterização do queijo artesanal e estabelece padrões sanitários mais rígidos, com vista a garantir a segurança alimentar e a possibilidade de mais amplo espaço de comercialização do produto.

Para os pequenos produtores, a iniciativa representa grande avanço na redução das dificuldades burocráticas para ofertar o produto em todo o Território nacional.

Como temos visto, há casos inaceitáveis de descarte de alimentos em estado próprio para o consumo, com a observância dos prazos de validade atestado pelas autoridades sanitárias, mas, sem a autorização do Serviço de Inspeção Federal (SIF), as mercadorias em boas condições são destinadas ao lixo, seguindo determinações da legislação atual.

Em um país que consome há muito tempo queijos importados e elaborados a partir do leite não pasteurizado, não se pode, nesse sentido, impor ao produtor local exigências adicionais que não se cobram quando a origem do produto é externa. O PLC nº 122, de 2018 corrige essa distorção ao reduzir para o pequeno produtor de queijo artesanal a burocracia para que ele possa vender sua produção no mercado interno e, atendendo às exigências internacionais, consiga também acessar mercados maiores.

O que se espera com a aprovação desta proposição é que os empreendimentos produtores de queijos artesanais possam ganhar maior impulso econômico para sua formalização e organização empresarial, levando às regiões produtoras maior prosperidade no campo, geração de emprego e distribuição de renda, sem prejuízo da segurança alimentar para a população consumidora dos produtos alimentares artesanais.

Voto.

Face ao exposto, somos pela aprovação do PLC nº 122, de 2018 (PL nº 2.404, de 2015, na Casa de origem).

Se me permite um arremate, só para dizer que não há diferença entre a lei – eu recebi aqui o reparo do meu assessor; há diferença entre a Lei 13.680, de 2018, e o Projeto de Lei nº 2.404, de 2015 (PLC 122, de 2018).

Então, rapidamente, com relação a essas diferenças. A Lei 13.680 criou o selo estadual para permitir a comercialização em todo o País de produtos artesanais com origem animal – salsichas, linguiças, presuntos, mortadelas, salames e geleias. Após a aprovação do texto em Plenário, a empresa interpretou que o queijo estava contemplado nessa lei. Entretanto, dadas as especificidades que permeiam o tema, é fundamental compreendermos que o queijo, em especial os queijos artesanais, jamais poderão ser tratados de forma simplista, permitindo a livre comercialização sem que haja maiores detalhamentos referentes à concepção, processo de fabricação, reconhecimento, maturação, fiscalização, inspeção e, por fim, à comercialização.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Já a Lei 13.680 foi específica em tratar da inspeção sanitária, buscando apenas a desburocratização na comercialização de embutidos.

O projeto de lei de autoria dos Deputados José Silva e Alceu Moreira traz a definição de queijos artesanais, os métodos, a vinculação, a valorização territorial, haja vista o procedimento ser diferente de região para região ou de Estado para Estado. Os Deputados buscaram a valorização e a preservação da cultura regional na elaboração de queijos, além do emprego de técnicas tradicionais, observando o protocolo de elaboração específico para cada tipo e variedade. O PL exige ainda que o produtor seja responsável pela identidade, qualidade e segurança sanitária do queijo por ele produzido.

Outro diferencial, para concluir, é que o texto permite a comercialização entre Estados, assim como possibilita a comercialização internacional.

Sobre o queijo artesanal, é isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Esse esclarecimento sobre o queijo, sobre a questão específica do queijo, Senador Lasier, eu ouvi com muita atenção, mas, pelo que entendi, a questão queijo não era objeto do aviso?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nós estamos tratando do projeto de lei...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É o item 1, Senador, o do Senador Nelsinho... Estava na tela o Aviso do Senador Nelsinho, mas já foi votado, agora voltou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o PL 1...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É o 1.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, que trata do projeto de lei, como V. Exa. frisou, que dispõe sobre a elaboração e comercialização de queijos artesanais, ou seja, é o foco. E é sobre isso que eu gostaria de trazer, junto com o meu aplauso pela iniciativa do Deputado Alceu Moreira, junto com o Deputado Zé Silva, é isso?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Isso.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E ao seu relatório.

Em Santa Catarina, nós tivemos aprovado, em nível estadual, como lei estadual, projeto neste sentido – para favorecer o produtor artesanal. O projeto foi sancionado, e com isso venceram-se barreiras burocráticas e técnicas, que não significaram a elisão de responsabilidades.

Então, eu vejo com satisfação. Essa é uma luta de vários Estados, além do Rio Grande do Sul, com a sua agricultura familiar muito assemelhada à do meu Estado; é uma luta de Minas Gerais, que tem queijos também de grande relevância cultural, além de gastronômica.

E eu só queria dizer, com um pouquinho de orgulho de pai, que a lei catarinense que versa sobre queijos artesanais é de autoria do Deputado João Amin, e eu vou enviar a ele...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O João Amin é eleitor do Heinze, infelizmente, não é meu eleitor; porque o Heinze é quase o sobrenome da mãe dele. A minha esposa tem o sobrenome Heinzen, que quer dizer o plural dos Heinze. Você vê que é uma coisa difícil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, então, eu queria só cumprimentá-lo...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não, o mérito, Senador Amin, é que, pelo jeito, por sua descrição, no projeto dos Deputados Alceu e Zé Silva, eles encampam...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nacionalizam.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Nacionalizam e preveem todas as hipóteses, todos os desdobramentos, para que se produza e se comercialize o queijo artesanal. Pareceu-me também muito bom o projeto, muito completo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E eu o aplaudo pelo relatório...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... e, acima de tudo, pela aprovação que certamente o projeto merecerá aqui na Comissão, a não ser que o Senador Heinze queira fazer alguma intervenção.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Acho que não. Só falta aqui o queijo para comemorarmos.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

E o vinho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Senadora Soraya, eu só quero cumprimentar e complementar as palavras do Senador Amin. Quero cumprimentar aqui o Senador Lasier Martins pelo belíssimo relatório. Eu já conhecia esse trabalho na Câmara, com o Alceu e também com o Deputado José Silva. O Alceu é gaúcho e o José Silva é mineiro. Minas hoje é o maior produtor de leite do Brasil. E o setor leiteiro, o setor lácteo, Senador Lasier passa por muita dificuldade. É muito importante nós temos alternativas para que não se venda apenas o leite *in natura* ou o leite envasado, enfim, que haja essa oportunidade de haver outros, tipo bebida láctea e também os queijos, fundamentalmente.

E, nessa questão dos queijos, na Europa, Senador Lasier, a gente vê hoje que, em qualquer cidade, qualquer região, é queijo de tal região; vende-se uma marca, uma grife. E seguramente os nossos são tão bons, não perdem nada para eles. O que nós temos hoje aprovado através desse projeto que estamos aprovando hoje aqui no Senado... Já passou da Câmara, agora sai da Comissão, Senador, e logo nós vamos votar no Plenário – o.k.? – para que seja estabelecido.

Nós temos lá – o Lasier conhece – o Randon, com o queijo parmesão que chama lá, o Gran Formaggio. Ele trouxe, importou vacas da Europa, que vieram de avião, e criou essa modalidade que havia só na Europa. Hoje nós a temos no Rio Grande do Sul. Ele foi um desbravador, um inovador. E, com isso aqui, Lasier, abrem-se oportunidades para que, com tantos queijos dessa natureza, em qualquer parte do Brasil, não apenas no Rio Grande do Sul, que é o nosso interesse, os produtores de leite possam fazer, nas suas regiões, queijos regionais. Minas já tem, nessa direção, um trabalho, já faz os queijos mineiros, já tem uma coisa como identidade deles. Agora, abre-se essa oportunidade para o Brasil. No seu Estado, seguramente alguém participará. Há produção de leite também em Mato Grosso do Sul. Isto vale para qualquer parte do Brasil: a oportunidade para que os produtores rurais possam se organizar e ter também, além da venda do leite *in natura*, agora a oportunidade de industrializar o queijo e fazer um queijo de qualidade.

Portanto, parabéns ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Se me permite, Senadora Soraya, quero pedir urgência para que levemos ao Plenário. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. No fim, a gente aprova como minuta de urgência, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, em votação o relatório.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2018.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para prosseguimento da tramitação, com minuta de urgência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se pudéssemos, eu tenho um relatório aqui extrapauta. Se a gente pudesse colocar esse assunto em discussão, eu apresento um relatório – se a gente pudesse fazer essa colocação extrapauta. Eu peço a apreciação de V. Exa. e dos colegas Senadores e Senadoras que estão presentes aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k. Se eles concordarem, mas o Senador Lasier vai relatar o próximo, e a gente coloca na ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Vamos facilitar aqui a reivindicação do Senador Heinze. É que eu ia pedir a retirada para discutir com o Governo, que tem interesse no aperfeiçoamento desse projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Excelente.

Concedo a retirada de pauta do item 2 para reexame.

Senador, a gente faz o extrapauta após a leitura do Senador Esperidião Amin.

Item 5 da pauta.

Nós não temos quórum para votar, Senador, mas, se o senhor quiser já ler...

Então, vamos ler, e para o próximo a gente põe o extrapauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Autoria: Senador Ciro Nogueira

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: - *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Eu vou direto à análise, Sra. Presidente, porque acho que será muito difícil haver uma votação nominal com o quórum que nós registramos aqui.

Quanto à análise da matéria, em face do caráter terminativo, cabe a esta Comissão se manifestar sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Quanto aos requisitos de constitucionalidade, nada há a opor porque:

a) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fomentar a produção agropecuária;

b) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; e

c) os termos do PLS não resultam em violação de qualquer dispositivo constitucional.

Não há vício de iniciativa e, no que concerne à juridicidade, o projeto revela-se apropriado, porque:

i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado;

ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico;

iii) possui o atributo da generalidade;

iv) é consentâneo com os princípios gerais do Direito;

v) além de se afigurar dotado de potencial coercitividade, ou seja, de obrigatoriedade para o seu cumprimento.

No que diz respeito à técnica legislativa, entendemos que o projeto esteja vazado na boa técnica de que trata a Lei Complementar 95, de 1998.

Com respeito ao mérito, o PLS é oportuno por possibilitar a previsão do pagamento de benefícios do Garantia-Safra em caso de perdas na horticultura em razão de estiagem ou excesso hídrico. De acordo com a redação atual da Lei nº 10.420, o plano de Garantia-Safra abrange apenas as culturas de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mesmo com a promulgação da Lei nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, que faculta ao órgão gestor do fundo definir outras culturas para a cobertura do Garantia-Safra, e a publicação do Acórdão nº 451/2014, do Tribunal de Contas da União, que determinou ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário que oferecesse estímulo e opções de cultivos e de políticas econômicas adaptadas ao Semiárido, o Comitê Gestor não promoveu a inclusão de novas modalidades de cultivos no programa. Essa realidade tem prejudicado importantes segmentos da agricultura familiar brasileira, principalmente aquela destinada ao cultivo de hortaliças, que ainda não conta com o benefício do programa em caso de perdas oriundas de estiagem ou excesso hídrico.

Compartilhamos do entendimento de que a horticultura, que é também comum ao Rio Grande do Sul e é também comum a Santa Catarina, é estratégica para a promoção da segurança alimentar e para a geração de renda e emprego aos pequenos agricultores e à agricultura familiar do nosso País. Por esse motivo, o Poder Público deve promover instrumentos que contribuam para a mitigação dos riscos inerentes à produção desses agricultores, razão por que somos favoráveis à inclusão das hortaliças entre aquelas culturas cuja perda autoriza o pagamento do Benefício Garantia-Safra, objeto do projeto em análise.

Por isso, já que o projeto é terminativo, ressalvando que fui procurado por representantes do Governo preocupados com o cumprimento deste projeto, caso ele se converta em lei, e das recomendações do Tribunal de Contas da União, que já havia formalizado recomendações para que essa cultura fosse incluída, dentro das possibilidades, no programa Garantia-Safra, eu não posso negar o meu voto de aprovação ao projeto, porque, ratificando o que falei – não sou do Piauí; conheço o sul do Piauí, uma região que está crescendo graças à agricultura, inclusive com migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina –, sei que a horticultura não só é necessária para a fixação de preços mas é necessária para a fixação de renda da agricultura familiar. Nesse sentido, acho que este projeto de lei merece aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em virtude da falta de quórum, lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Requerimento para a semana que vem.

Muito obrigada, Senador Esperidião Amin.

Requerimento da CRA.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as demandas para o Plano Safra 2019/2020 que a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil) constatou nas Regiões Brasileiras e que será apresentado para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Discutiremos as propostas que contemplam pontos como a garantia da previsibilidade orçamentária, a redução da burocracia, o aperfeiçoamento dos programas já existentes, o incremento no volume de crédito e a oferta dos recursos em época compatível com o calendário da atividade, além de fontes alternativas de crédito e redução da taxa de juros.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

Nos termos do art. 5º do Ato nº 1, de 2019, em virtude da urgência de agenda, esta Presidência propõe a aprovação dessa reunião neste requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos os senhores – Sr. Orivaldo e Sr. João, de Mato Grosso do Sul –, aos representantes da Embrapa, aos estudantes de Direito e a quem nos acompanhou nas redes sociais e na TV Senado.

Declaro encerrada esta reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Mailza Gomes, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 575, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite." Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T. Resultado: Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda 1-T-CRA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento da tramitação. ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 15, de 2019 que: "Requeiro a participação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em evento a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, no dia 31 de maio de 2019, com o objetivo de instruir o PLS 168/2018, que regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica, e que contará com a presença, além dos membros dessa Comissão que desejarem participar, dos seguintes convidados: 1. Representantes do Instituto do Meio Ambiente do Acre; 2. Representantes da Superintendência do IBAMA no Acre; 3. Representantes da Embrapa Acre; 4. Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Acre; 5. Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária no Estado do Acre; 6. Representantes da Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio; 7. Representantes do Setor de Extrativismo do Estado do Acre; 8. Representantes das Cooperativas de Marceneiros; 9. Representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre; 10. Representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária; 11. Membros da Comissão Legislativa de Agricultura, Fomento, Agropecuária, Indústria e Comércio, Ciências e Tecnologia, e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre." Autoria: Senador Sérgio Petecão. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao requerimento REQ 12/2019 - CRA, de autoria da Senadora Soraya Thronicke. Finalidade: Discutir as demandas dos produtores rurais para o Plano Safra 2019/2020, a serem encaminhadas pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Participantes: Antônio da Luz, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Política Agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Eduardo Sampaio Marques, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Otavio Ladeira de Medeiros, Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional. Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. Resultado: Reunião realizada Usam da palavra a Senadora Soraya Thronicke e os Senadores Lasier Martins, Luis Carlos Heinze e Sérgio Petecão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/22>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos de hoje.

Declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes, conforme pauta previamente divulgada. A primeira parte será deliberativa e a segunda parte é para discutir as demandas dos produtores rurais para o Plano Safra 2019/2020 a serem encaminhadas pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2019, da CRA, de iniciativa desta Presidência.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 575, de 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de insumos e equipamentos especificados, utilizados na produção de leite.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 1-T.

Observações:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke apresentou a Emenda nº 1-T.

- Em 24.04.2019, lido o Relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede Vista à Senadora Kátia Abreu nos termos regimentais.

- A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

de abril de 2019, lido o relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Presidência concede vista à Senadora Kátia Abreu, nos termos regimentais.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A votação hoje é simbólica

Se o senhor quer encaminhar alguma coisa... (Pausa.)

Vamos votar?

O senhor que determina, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Em primeiro lugar, meus cumprimentos à Presidente e a todos os presentes.

É bem elementar, com o intuito de estimular os produtores de leite, dispensando o IPI dos insumos e equipamentos.

Já apresentamos o relatório. Não houve nenhuma restrição. Então, resta-nos votar. (Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bom, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei nº 575, de 2019, com a Emenda 1-T da CRA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado, Senadora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como temos presença no painel, perfeitamente justificada a votação simbólica.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.K.

Parabéns, Senador Lasier! Parabéns!

O senhor pode ficar à vontade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. *Fora do microfone.*) – Eu vou à CCJ. Tenho três projetos lá para votar em seguida.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigado ao senhor.

Bom trabalho.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Quero solicitar... Já está oficializado aí um requerimento extrapauta para nossa audiência pública sobre energia renovável nos assentamentos. A gente conversou rapidamente sobre isso. Conversei também com o Relator, Senador Wellington Fagundes. Eu queria ler, então, se fosse possível, o requerimento para a gente colocar em votação na próxima reunião.

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 384, de 2016, que “Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério de Minas e Energia - MME;
2. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. Professor Roberto Zilles da Universidade de São Paulo – Associação Brasileira de Energia Solar - ABENS;
4. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
5. Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
6. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG.

Esse projeto, Sra. Presidente, tem uma importância muito grande porque nós temos uma situação de confusão. Meu Estado hoje é o Estado líder em energia eólica, em produção de energia eólica. É um Estado pequeno, territorialmente, o Rio Grande do Norte, mas muito importante, com 4 gigaWatts instalados de energia eólica no seu território, seguido da Bahia e, depois, do Ceará, Piauí e o Rio Grande do Sul. São os cinco principais Estados produtores de energia eólica hoje. Ocorre que nós temos áreas que estão praticamente isoladas do seu uso em relação à energia eólica e solar, porque não existe um marco regulatório ou alguma decisão, pelo menos

eólica e solar, porque não existe um marco regulatório, alguma decisão ou, pelo menos, alguma coisa que concilie os interesses das empresas que vêm procurando os assentados diretamente. Ao procurar os assentados diretamente, provoca-se uma situação de confusão institucional, porque há o Incra colocado no meio, há a própria associação que gere os assentamentos, que, normalmente, reúne os assentados, e nem as empresas sabem quem procurar, e nem os assentados sabem que tipo de contrato podem aceitar.

A nossa proposta – e todo esse marco regulatório vem nesse encontro – é que o Incra e as associações passem a coordenar esses contratos, porque isso implica o recebimento de uma espécie de *royalty*, que não é *royalty*, mas é uma participação do superficiário, que o proprietário de terra normal acaba recebendo dos contratos de eólica e solar para instalação de usinas. E, no caso dos assentados, havia um empecilho de ordem geral, que era o uso para fins agrários. Isso já foi superado. E, agora, é apenas a regulamentação de quem recebe esse dinheiro e como redistribui.

Na nossa opinião, isso deve ficar centralizado na associação, e ela, por meio de processo democrático lá dentro do próprio assentamento, distribui de acordo com o critério que lhe aprouver, mas isso dá segurança ao investidor de pagar certo, pagar ao assentamento, o Incra capitanear o processo, vigiar, organizar, mas a associação receber e distribuir como lhe aprouver, como cada assentamento resolver decidir, aquela participação do superficiário, que está prevista nos contratos de proprietários com empreendedores eólicos.

É isso. Basicamente, a audiência pública se propõe a discutir esse processo já em caráter quase final e aí terminar com esse processo regulatório para que, finalmente, os assentados possam ganhar e as empresas possam ter segurança jurídica para investir em assentamentos. É isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador. É bastante salutar. Quero parabenizá-lo pela iniciativa. É hoje uma pauta, acho, de todo mundo: liberdade econômica.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É uma pauta Brasil. O povo brasileiro tem que ganhar dinheiro. A verdade é essa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inclusive, incorporando os assentamentos a esse mundo...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Fantástico!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... trazendo isso para dentro do mundo dos investimentos em energia saudável, que é a energia renovável, nos Estados que só podem produzir energia dessa forma, porque não têm potencial hídrico, como tem o seu Estado e outros.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com certeza.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós só temos vento e sol. Então, temos que trazer os assentamentos, que são muitos, para dentro desse mundo econômico novo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É, os assentados recebiam a terra e, muitas vezes, ficavam abandonados ao léu, sem capacitação, nada.

Parabéns pela iniciativa! É isso mesmo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

Lido o requerimento, a matéria retornará à pauta para votação na próxima reunião.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Passamos, então, para a segunda parte da nossa reunião de hoje, audiência pública.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e também do Alô Senado, 0800-612211.

Convido para compor a Mesa nossos ilustres oradores: Sr. Antônio da Luz, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Política Agrícola da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

Eduardo Sampaio Marques, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Otávio Ladeira de Medeiros – Secretário Adjunto do Tesouro Nacional;

Rogério Boueri Miranda, Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia.

Nós sabemos que este Governo reconhece, preza, respeita e confia no agronegócio, confia no agronegócio autossustentável com respeito ao meio ambiente. E, nessa ordem, sabendo que o agro é força motriz do nosso País, carrega, sem dúvida alguma, a economia nossa, salvou o Brasil nas fases mais difíceis, de grande crise econômica – foi o agro que sustentou.

Então, foi por isso que nós resolvemos, diante da preocupação do agronegócio em relação a financiamento, providenciar essa audiência pública para esclarecer. E, e por isso, a CNA vem nos trazer – a CNA que andou nas cinco Regiões do País, foi in locu – a expectativa do agronegócio. E aí nós trouxemos também o Executivo para nos dizer – tanto o Mapa quanto o Ministério da Economia – como é que o Plano Safra está sendo conduzido, desenhado. E, para que a gente consiga fazer em harmonia, de acordo com as necessidades reais dos nosso produtores rurais, inclusive da agricultura familiar, dos pequenos, dos médios, dos grandes. Enfim, para que a gente consiga dar vazão e levantar cada vez mais o nosso agronegócio.

Então, primeiramente, vou conceder a palavra ao Sr. Antônio da Luz, Vice-Presidente da Comissão Nacional de Política da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil.

O senhor tem 15 minutos, Sr. Antônio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Muito bom dia, Senadora. Muito bom dia a todas as demais autoridades aqui da mesa, a todos os Srs. e Sras. Senadoras, representantes, representados.

Primeiramente, Senadora, gostaria de manifestar a nossa profunda satisfação com essa audiência pública. Que bom que o Senado promove esta audiência; que bom que o Senado traz este debate e nos permite essa discussão nesta Casa, que é tão importante para o País.

Parabéns pela sua iniciativa. Parabéns para a Comissão.

Eu vou pegar um termo que a senhora utilizou, que é o termo harmonia, porque este termo define bem as relações que nós estamos vivendo hoje. Nós temos duas pautas, duas pautas muito claras, e tanto numa quanto noutra, nós temos

muito claras. Tanto numa quanto na outra, nós temos muita harmonia com o Ministério da Agricultura ou com o Ministério da Economia. Esses dois entes importantes para o desenvolvimento das nossas políticas agrícolas têm sido dois locais fundamentais que têm nos ouvido, que têm conversado com o setor e que têm buscado o entendimento para que possamos, numa das nossas pautas, fazer deste Plano Safra que aí está o melhor possível, dentro das restrições orçamentárias que sabemos que o Governo tem, dentro das dificuldades operacionais que sabemos que tem, dentro das regras do jogo. Nós queremos fazer o melhor Plano Safra possível.

Só que nós também reconhecemos que essa política de crédito que está posta e que foi extremamente útil para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro dá sinais claros de esgotamento. Nós precisamos pensar novos modelos, nós precisamos pensar novos instrumentos. De novo, nós temos tido uma parceria muito grande do Secretário Eduardo Sampaio e de sua equipe, assim como do Secretário Boueri e de sua equipe na construção dessas novas políticas, desses novos instrumentos. E eles têm tido conosco e nós com eles a paciência para entender que a modificação de um modelo para outro não acontecerá de um dia para outro. Isso será um processo e não uma decisão tomada de afogadilho que pode nos dar ali na frente uma série de problemas. Não! Estamos construindo isso com todas as mãos que se interessam por esse assunto e temos tido conforto neste Governo, tanto no Ministério da Agricultura como no Ministério da Economia, de discutir tanto as questões de curto prazo como aquelas de longo prazo.

Hoje, nós trouxemos aqui mais a discussão do curto prazo, que são as nossas propostas para este Plano Safra, o que não significa que nós não estejamos também engajados e com energia para dar apoio a esse projeto, que é da Ministra da Agricultura, de fazer uma transição para o seguro rural, o direcionamento dos recursos para o seguro que já começou com o anúncio de 1 bilhão que já foram nos oferecidos.

Em primeiro lugar, nós queríamos trazer uma luz a essa questão dos subsídios, pois, volta e meia, somos convidados a dar explicações quanto aos subsídios. A agricultura brasileira tem subsídio,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sim; ela tem subsídio. Agora, quando nós olhamos e comparamos a agricultura brasileira com os demais setores da economia, nós vemos claramente que a agropecuária é aquele setor que menos recebe subsídio, sendo que a maior parte desse subsídio recebido está numa renúncia fiscal que, quem sabe, numa reforma tributária, sequer vai ser considerada como renúncia. Além do mais, nós temos uma boa parte desses subsídios direcionada para a agricultura familiar, que, sim, precisa ser subsidiada. Ela é subsidiada no mundo inteiro, e nós não temos como ter uma agricultura familiar potente sem pelo menos tentar equiparar com o que acontece lá fora. Então, em primeiro lugar, o nosso subsídio é baixo; em segundo lugar, em boa parte desses subsídios, nós estamos junto com o Governo encontrando melhores maneiras de utilizá-los, de forma mais eficiente, de forma mais neutra, que possa gerar resultados mais interessantes não só para os agricultores, mas para o conjunto da agricultura brasileira.

Quando nós olhamos a inflação... É uma pena que, por alguma razão, desconfigurou a nossa apresentação

uma pena que, por alguma razão, desconfigurou a nossa apresentação, mas, de qualquer forma, a agricultura brasileira tem sido uma parceira das políticas econômicas, porque a geração de excedentes... E hoje o Brasil é um País que produz para muito mais do que os 200 milhões de brasileiros. A gente produz para 1 bilhão de pessoas no mundo. Quando nós tínhamos desafios de abastecimentos, nós tínhamos também uma inflação elevada, porque que hoje está superado.

Mas nós, evidentemente, temos uma série de entraves, alguns problemas que ainda estamos vivendo com essa sistemática da política agrícola, que, digamos, este Governo herdou dos passados. Eles estão muito calcados nas questões burocráticas.

Senadora, é impressionante a quantidade de burocracia a que nós somos submetidos para tomar crédito, só que, se fosse apenas uma gincana, o.k., o produtor faria. O problema é que essas coisas têm custos. Essa gincana toda tem custo. E muitos deles são decorrentes do fato de nós termos um direcionamento do crédito muito elevado no País. Mas, além disso, nós temos falta de transparência nas questões burocráticas. Nós não sabemos o que é, realmente, importante e o que não é tão importante. Nós temos ausência de previsibilidade. Estamos aqui discutindo um Plano Safra em que teremos linhas de investimentos. Para aqueles que entrarem nessa linha de investimento – e farão um investimento numa automotriz, por exemplo –, o *payback* desse investimento vai ser quatro, cinco, seis, sete, oito, anos. Então, eu preciso ter políticas agrícolas que tenham um prazo maior para que o produtor, que é um empresário, possa se organizar melhor. Nós temos atraso na liberação de recursos constantemente, principalmente na questão do Seguro Rural. Nós temos um problema gravíssimo – bom dia, meu Senador Luis Carlos Heinze –, um problema muito sério, que precisa ser resolvido – e, às vezes, a melhor forma de resolver um problema obscuro é dar transparência e botar luz nele –, que é a reciprocidade bancária. Esse é um problema grave que nós enfrentamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora, aquele juro de 8,5 que nós recebemos no anúncio do Plano Safra vira, facilmente, 16, 20, quando nós começamos a colocar os penduricalhos ou quando os produtores são obrigados a fazer um consórcio, por exemplo. Consórcio é um instrumento absolutamente inócuo, porque, quando um produtor precisa de um trator, de uma plantadeira, seja lá o que for, ele precisa naquele momento em que está empreendendo a atividade produtiva. E, se ele precisa naquele momento, ele vai lá e faz o investimento. Ele não espera o consórcio ser contemplado no seu plano. Então, isso vira custo real. Quando ele é obrigado a fazer plano de capitalização... Uma das coisas mais absurdas a que uma pessoa pode ser submetida na vida é fazer um plano de capitalização, porque aquilo é uma perda financeira enorme. Isso é juro real. Quando ele é obrigado a fazer um plano de previdência que ele não quer, isso vira juro real. Quando ele é obrigado a fazer seguro de vida para ele, para membros da família, até para a sogra – é só o que está faltando – para pegar o crédito, e os agentes financeiros poderem ter as suas metas atingidas...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Mas justo a sogra?

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Não. Nada contra a sogra. Eu mesmo, Senador, tenho um seguro para a minha, mas eu fiz voluntariamente. Ninguém me obrigou a fazer.

O fato é que, quando a gente faz todas essas coisas

O fato é que, quando a gente faz todas essas coisas, a gente aumenta o custo de transação. Então, esse custo do crédito rural está ficando mais caro do que o próprio juro livre de mercado, quando não tem essas funções. Isso só acontece porque nós temos um excesso de concentração dos agentes financeiros nesta operação e nós temos um processo muito complicado e burocrático. Quando mais burocracia, quanto menos agilidade e quanto menos *players* nós tivemos neste certame, mais fácil ficam essas operações casadas que hoje têm nos dado muito problema.

Mas tanto o Secretário Eduardo Sampaio, no âmbito do Mapa, com o Rogério Bo? No Ministério da Economia, temos trabalhado nesse assunto. A gente tem acompanhado e estamos satisfeitos. Ou seja, há um alto custo de contratação.

Este gráfico mostra um problema bastante sério que a gente vem – nós, CNA – denunciando já há vários anos. É que, desde 2015, nós inauguramos um tempo em que se anunciam valores que não chegam nem perto depois. Uma coisa é o que o Governo anuncia. O Governo pode anunciar o que ele quiser, porque os recursos são dos bancos. Agora nós temos que ter mais compromisso e fazer projeções mais próximas daquilo que vai acontecer, porque senão a gente não chega na realidade; nós enganamos a todos nós: o Governo se engana, nós nos enganamos, a sociedade se engana e aquele que está agindo – e o Tesouro que está pagando por parte disso – também está se enganando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que os recursos que são tomados estão em declínio. Aqui nós estamos somando não só o custeio, mas também a comercialização, que depende dos preços dentro do ano, mas também os investimentos. Agora, se nós pegarmos somente os recursos de custeio, nós temos uma queda nos últimos quatro anos de mais de 30%, e, se nós pegarmos de 2008 para cá, os recursos são pela metade do que se tinha em 2008, retirando o efeito da inflação, evidentemente.

Senadora, quando nós olhamos os contratos, nós tínhamos 2,8 milhões contratos. Por trás de um contrato tem uma pessoa, tem um CPF. Então, vis a vis, digamos que fossem 2,8 milhões produtores tomando; agora, nós estamos com 1, 8 milhão. Ou seja, nós perdemos quase 1 milhão de pessoas nesse meio de caminho. Ou seja, esse sistema de crédito rural que foi muito bom, que começou lá nos anos 90 e que ajudou a agricultura brasileira chegar onde chegou – e nós somos muito gratos a esse sistema, ele está baseado em recursos que são dos depósitos à vista e dos depósitos em poupança que crescem menos do que cresce a nossa demanda por crédito, porque a agricultura cresce bem mais do que esses *fundings*. Logo, esse é um sistema que entrou em colapso e para o qual nós precisamos pensar em alternativas.

Eu sei que o ideal é que a gente continuasse assim para sempre, desde que funcionasse. E os resultados são muito claros, mostrando que eles não são o suficiente. Isso posto, nos faz pensar sobre esse outro modelo que está sendo discutido, tanto com o Mapa, como com o Ministério da Economia de "Bom, se isso daqui já não dá conta do que a gente precisa, o que que dá conta do que a gente precisa?" Então, a gente tem que ir para instrumentos mais sofisticados, mais abertos, que tragam outros agentes financeiros, inovações financeiras, como o CRA, pelo qual, aliás, tanto a Ministra da Agricultura quanto o Ministro Paulo Guedes têm muita simpatia. Ou seja, a gente tem que buscar outros...O uso melhor das próprias CPRs por parte dos produtores. Agora, a gente precisa pensar alternativamente porque os resultados falam por si. E esses dados não são nossos, eles são do Banco Central.

Eu vou pedir a gentileza de passar, porque não está passando.

Volta um

Não está passando.

Volta a um...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Antônio, eu vou liberar você do tempo. Eu falei 15 minutos, mas eu quero que você tenha mais liberdade, porque, na verdade, o Executivo está aqui para ouvir. Então, nós estamos para ouvir a CNA, entendeu? Então, fica à vontade para passar tudo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Muito obrigado, Senadora. Uma gentileza dessa não poderia vir de outra Senadora que não a senhora.

Então, nas nossas propostas para este Plano Safra, ou seja, nós tentamos melhorar o que nós temos hoje, uma das medidas é aumentar a exigibilidade bancária de 30% para 34%, que caiu no ano passado. Se o recurso do crédito rural é um percentual da poupança e um percentual da exigibilidade bancária, se eu diminuo esse percentual, eu diminuo os recursos disponíveis para crédito rural. Então, eles diminuiram tanto os depósitos à vista quanto poupança de 34% para 30% e de 74% para 60%. Isso diminuiu o *funding* do crédito rural, o que, em partes, vai tornar mais competitiva a busca desse recurso ao longo desse Plano Safra que está por ser anunciado.

Nós temos que persistir, sim, com os pós-fixados. Nós não somos contra as linhas de pós-fixados, mas nós temos que testar com cautela. Nós temos que ir por partes. Nós temos que ir pisando para ver onde é que é o fundo disso, para que nós não peguemos algo que é bom e transformemos em algo ruim, porque, num ano especificamente, não foi bem-sucedido.

Nós temos que adotar gradativamente incentivos para que se contrate seguro. Seguro rural hoje, para o CNA, é a principal política agrícola. Nós queremos seguro e, do seguro, o resto. Hoje o seguro é um penduricalho do crédito rural. Nós queremos que seja contrário, nós queremos um produtor bem segurado, porque ele, estando bem segurado, facilmente vai conseguir crédito, porque, todos os agentes financeiros, sejam os tradicionais, bancários, seja o grande mercado financeiro, têm apetite para financiar esse agente, porque o risco dele é baixo ou, quem sabe, até dependendo da apólice que for feita, nulo para o agente que está financiando. Então, nós queremos transformar uma pessoa que hoje está sofrendo com a seletividade bancária em alguém que valha seu peso em ouro no mercado financeiro. E isso passa por ele estar bem segurado. Então, nós queremos, sim, que a maior parte dos recursos seja direcionada para isso.

Nós precisamos manter a isenção de Imposto de Renda para a LCA e para a CRA. Nós entendemos que, sobretudo nas LCAs, os agentes financeiros, os bancos capturaram esse Imposto de Renda para eles. Nós entendemos por que o Ministério da Economia quer mudar, só que nós também entendemos que mudar agora, sem eles atingirem uma maturidade, pode não ser uma boa alternativa e, na soma e no cômputo geral, as coisas fiquem piores do que hoje estão.

E nós temos que evidentemente fomentar, e muito, o uso, a adoção de outros instrumentos, como CDCAs, como CRAs, e isso passa por transformá-los também em ativos negociados em moeda estrangeira, para que nós possamos atrair o apetite lá de fora. Para nós termos uma ideia, hoje há US\$100 trilhões lá fora que podem ser aplicados, que têm apetite para aplicação no mundo inteiro. E, no Brasil, estamos falando de todos os fundos do mundo que aplicam em fundos verdes, ou seja, estamos falando da poupança do mundo construída ao longo da história da humanidade. Desses recursos, R\$1,8 trilhão podem vir para o Brasil, só que nós temos que ter instrumentos para atraí-los, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é depositando na conta-corrente no Brasil ou na poupança que nós vamos atraí-los. Nós vamos atraí-los através de instrumentos como CDCAs

na poupança, que nós vamos atraí-los. Nós vamos atraí-los através de instrumentos como os CDCAs e CRAs negociados em moeda estrangeira. Essas são inovações financeiras que nós precisamos evoluí-las, nós precisamos dar espaço para que elas cresçam também, porque isso desconcentra a tomada de crédito.

Pode passar mais um, por favor.

Nós precisamos, evidentemente dentro das propostas que temos para este Plano Safra, ou melhor, não deste Plano Safra, mas desta sistemática, aumentar a participação de outros bancos no crédito oficial. Hoje o banco, nós temos, quando nós olhamos o arcabouço das regras do crédito rural no Brasil... Muito obrigado. A Lei 8.427 ou as resoluções do Banco Central, o Manual do Crédito Rural como um todo, nós vemos claramente que ele foi construído para favorecer determinados agentes financeiros, e não para favorecer a concorrência e o produtor rural. E essas coisas precisam ser enfrentadas.

Nós precisamos enfrentar os custos cartoriais. Os cartórios são agentes públicos. Nós não entendemos que seja o único caminho para dar garantias aquela parafernália cara que nós pagamos para os cartórios. Se o Governo quer persistir com isso, então ele que pague; agora, o setor privado, dentro das inovações que estão sendo propostas para o crédito, ou seja, o produtor tomar tudo por *app* de celular, nós ainda utilizarmos mecanismos do século XIX? Caros e que tiram, que encarecem muito essas operações, porque isso também são juros reais, isso faz parte dos juros reais.

Nós temos que manter o financiamento da assistência técnica, porque esta é importante para o crédito rural e para o bom funcionamento das propriedades. Nós temos que reduzir práticas abusivas das instituições financeiras, e isso se faz com maior concorrência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Exatamente. Nós temos que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Exatamente, nós temos que extinguir essas práticas. Nós estamos com o lombo tão ardido, que se reduzir, já está bom, não é? Pelo menos para começar. Mas, sim, Senadora, nós temos que reduzir e punir quem faz esse tipo de prática predatória.

Pode passar, por favor.

Nós temos que aperfeiçoar os nossos mecanismos de mitigação de risco. Quando nós olhamos o quanto nós estamos pagando de prêmio, o quanto está sendo de fato indenizado e o que é que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos de subvenção, nós vemos claramente duas coisas: em primeiro lugar, que o prêmio está caro para aquilo que está entregando. Nós podemos aperfeiçoar, há espaço para aperfeiçoar, e as seguradoras sabem disso. A outra coisa é que, sim, subvenção estimula a adoção do seguro rural, ou seja, a subvenção é um agente propagador da política. Nós temos que, sim, ter mais incentivo a ela, porque com isso nós vamos fazer com que tenhamos mais pessoas fazendo.

Mas de outro modo, nós vimos ali em 16, 17, 18, quando a subvenção cai, o prêmio continua, apresenta ali um piso, ou seja, o setor está demonstrando, independente do Governo, "eu tenho apetite". Agora, isso significa que o setor atingiu uma determinada maturidade. Há pessoas que entendem, claro, muito desse crédito, o produtor é obrigado a fazer o seguro, porque senão ele não toma o crédito. É bem verdade isso também. Agora, nós, sim, encontramos um piso, e muitas pessoas já fazem porque acreditam no produto, embora a maioria o faça porque é obrigado.

Hoje nós temos uma área segurada que é de apenas 5 milhões de hectares, muito pouco perto do tamanho da necessidade

milhões de hectares, muito pouco perto do tamanho da necessidade que nós temos.

Pode passar, por favor.

Então, nós temos que aumentar o orçamento do Seguro Rural. Nós precisamos evoluir os produtos para seguro de faturamento e seguro de crédito. Se nós tivermos um seguro de crédito, provavelmente nós teremos uma oferta de crédito no País infinitamente maior do que a que nós temos hoje. Esse assunto nós temos debatido muito tanto com o Secretário Eduardo Sampaio quanto com o Secretário Boueri e suas equipes, que têm sido muito prestativas em nos ajudar a construir instrumentos de desenvolvimento desses outros seguros. Mas para isso, evidentemente, nós temos que conceder mais subvenção e esta tem que vir direto para o produtor.

Senadora, nós estamos acostumados a dizer assim, a tratar o produtor da seguinte forma – e a senhora, que é do PSL, que discuti muito esse assunto nas eleições, vai entender bem o que eu estou falando –: "Olha, nós damos um subsídio para o crédito rural. Está lá no banco, vá lá buscar. Olha, nós damos subsídios para o seguro. Está lá nas seguradoras, vá lá buscar. Nós damos subsídios para a comercialização. Está lá na Conab, vá lá buscar." Não! Se nós queremos dar subsídios para o produtor, que dê para ele e ele, com seu *voucher*, com seu subsídio, procure a instituição financeira que ele quiser, procure a seguradora que ele quiser. Porque se eu mando para a seguradora do Eduardo Sampaio, ele tem para vender um produto que contém subsídio, logo, eu vou procurá-lo. Agora, se eu dou o subsídio para o produtor, bom, aí, eu estou falando de aumentar a concorrência mesmo, seja no crédito, seja nas seguradoras.

Nós temos que fortalecer o Zarc, que, aliás, é um trabalho que o Ministério da Agricultura tem feito, e muito bem. Vou deixar o secretário Eduardo falar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, pode passar.

Aí nós temos uma agenda legislativa, para finalizar, que nós estamos apoiando, alguns projetos que entendemos que podem trazer melhorias substanciais para o crédito. Um deles, da Senadora membro desta Casa, Senadora Kátia Abreu, propõe a transferência dos recursos do Seguro Rural para recursos não contingenciáveis. Isso, para nós, é importante, dentro daquele espírito da previsibilidade, o que dizíamos lá atrás, da importância de termos previsibilidade nas coisas. Nós não temos. Isso atrapalha. E uma delas é o Seguro Rural.

Nós precisamos simplificar o ambiente regulatório, um projeto do Deputado Covatti Filho, uma vez que entendemos que o manual do crédito rural, sim, tem espaço para ser revisado. Hoje ele é muito duro, é muito pesado e, às vezes, refere-se a um agro e a um país que não existe mais.

Nós temos que alterar a Lei 8.427 para que ela abra concorrência por esse subsídio que o Governo dá, para a subvenção que o Governo dá, porque a Lei 8.427, me perdoem, mas foi construída para beneficiar bancos oficiais federais – na época em que ela foi construída só um banco operava crédito rural – e, depois, com muita luta, as cooperativas de crédito. Agora, por que a gente tem que beneficiar apenas um, dois ou três agentes financeiros? A subvenção é para a agricultura, é para o agricultor ou é para os bancos? Se é para o agricultor, que nós demos então essa subvenção para ele e que haja concorrência entre os agentes financeiros. Agora, se é para proteger os bancos, se essa subvenção é para os bancos, então tudo bem. Mas aí vamos pelo menos ter a grandeza de tirar esses recursos da rubrica da agricultura. Vamos achar outro lugar no Orçamento para passar esses dinheiros, esses recursos para os agentes financeiros.

Acho que terminou.

Essas eram

Essas eram – acho que terminou – as nossas contribuições, Senadora. Agradecemos a oportunidade e a parabenizamos pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Antônio, por trazer a voz do agricultor aqui. No Legislativo e no Executivo, estamos preocupados e com muita vontade de acertar, com muita vontade de que tudo isso que o senhor trouxe realmente aconteça.

Vou passar a palavra para o Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Eduardo Sampaio Marques.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Obrigado, Senadora. Bom dia! Em nome da senhora, cumprimento os demais Senadores aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Antônio, Rogério, Otávio!

Bom dia a todos!

Vou tentar falar muito rapidamente aqui, porque o Antônio falou muito bem. Ficou até esquisito, porque o que ele falou eu já falei aqui de maneira menos elegante e menos técnica. Deste mesmo lugar em que eu estive aqui, ele falou de uma maneira muito melhor.

A primeira metade da sua fala, Antônio, é basicamente o que eu falei aqui.

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Isso demonstra sintonia.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – É. Esse diagnóstico que você fez é uma coisa... De fato, você demonstrou, melhor do que eu, que o modelo está capenga. A agricultura cresceu muito, e a capacidade do Estado de atuar cresceu muito menos.

Agora, o diabo mora nos detalhes; essa é uma frase que eu uso muito. E falo do curto prazo *versus* o longo prazo.

Vou tentar fazer um comentário. Não vou gastar os meus 15 minutos. Alguns pontos eu anotei aqui, Senadora e Antônio, e vou tentar comentá-los.

Você falou hoje que nós já estamos... A parte boa é... O modelo está capengando, mas a parte boa é que nós estamos com uma taxa de juros quase civilizada há mais de 12 meses, a taxa de juros básica da economia. Isso permite que a gente pense em alternativas que eram impensáveis pouco tempo atrás. Por coincidência, hoje, pela manhã, um produtor me mostrou no celular dele uma operação de CPR que ele fez com a taxa de 4,17% por seis meses. Então, vai dar uma taxa, em um ano, com um dígito; será uma taxa de um dígito. Ele ficou muito satisfeito porque também foi uma operação que se desenrolou pelo celular. Então, ele disse: "Eduardo, eu teria acesso, talvez, no contrato cartorial, a uma taxa um ponto percentual acima dessa, mas foi tão fácil isso, e não fiquei sujeito aos limites". Ele demonstrou muita satisfação com isso. E até me surpreendeu, porque achei que foi uma taxa bastante competitiva, mais do que a que tenho visto por aí.

Essa taxa só é possível porque ela também sofre a interferência de outras ações de políticas públicas que impactam nesse preço, e uma delas é a isenção do Imposto de Renda sobre aqueles instrumentos que você mencionou ali. Isso está sendo muito discutido entre nós no Governo hoje. Hoje, essa política agrícola vigente, esse modelo de financiamento, com todos os erros, com todos os problemas, mal ou bem nos trouxe até aqui. Ela é relativamente sofisticada. Você faz uma confusão danada no crédito rural, para misturar essas fontes com o recurso da equalização do Tesouro direto aqui, para poder providenciar esse recurso com uma taxa compatível com a atividade rural. Hoje, a taxa Selic, a taxa básica de juros, nesse nível em que está, permite, então, que esse conhecido meu obtenha esse financiamento com 4,17% por seis meses. E tenho ouvido vários outros interlocutores





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falarem que as pessoas estão indo ao banco e estão conseguindo tomar recurso no chamado pré-custeio a taxas livres também na casa de um dígito.

Aquela coisa que você mostrou sobre a redução do número de contratos cartoriais é extremamente preocupante. Neste ano, deve haver uma reversão, mas não em todas as linhas, Rogério. O custeio continua caindo um pouquinho. Você somou

O custeio continua caindo um pouquinho. Você somou tudo lá; o que tenho aqui está segmentado. É impressionante isso! Já discutimos isso aqui, inclusive. A Senadora Kátia Abreu tem uma hipótese que acho que faz parte da explicação. Os produtores aumentaram, os caras estão arrendando dos seus vizinhos, o que é bom e ruim; isso explica uma parte. A outra parte é que pode haver produtor que está bem, mas que não quer mais essa enchêção de saco, essa burocracia toda, e financia com recursos próprios – isso seria até positivo. E há a parte ruim, que é o produtor que se sente excluído do sistema. Se ele não está no crédito rural, esse que a gente ajuda, com todos os seus problemas, se ele está fora disso, em vez de pagar 7% ou 10%, com a reciprocidade ele está pagando 20% na distribuidora de insumo. Então, essa redução nos preocupa muito. Não nos debruçamos sobre isso ainda. Isso exigira, talvez, um estudo qualiquantitativo, para a pessoa verificar por que o cara não teve acesso ao recurso, o que aconteceu para ele ter sido excluído.

Isso, inclusive, foi levantado pela CGU. A Controladoria-Geral da União fez uma avaliação do crédito rural e foi em cima do Tesouro, da Secretaria de Política Econômica, de nós. Um dos pontos que eles levantaram foi a redução do número de contratos. Nós estamos concentrando recurso público em menos gente.

Há uma coisa que você considerou. Você foi benevolente. Em média, um produtor tem um contrato e meio. Então, o número de CPFs ali é menor ainda. Se hoje nós temos cinco milhões de produtores rurais... É claro que não é todo esse universo que seria atingido pelo crédito rural. Mas, se temos um universo de cinco milhões e se estamos na casa de 800 mil contratos de custeio, são menos 600 mil produtores com acesso a recursos de custeio. Se o cara não está pegando custeio lá, ele está pegando o custeio com a revenda, pagando 18% ou 15%, não sei.

Há uma grande coincidência nessa modificação legislativa. Essa é uma coisa que tem que vir. Temos um grupo de trabalho. Discuti com o Rogério ali agora sobre a agenda desse grupo, para mexer nas duas leis. Aí precisamos de leis mesmo, que é a da CPR, a Lei 8.929, e a Lei dos Títulos, a de nº 11.076, para tornar clara e permitir essa captação no exterior, onde o recurso é quase infinito, considerando a nossa demanda. Isso está na nossa agenda do dia a dia. Espero, Rogério, que a gente consiga destravar isso nas próximas semanas mesmo.

A questão das reciprocidades é uma questão que se repete ano após ano. Reciprocidade é uma palavra mais elegante de se dizer. Nós estamos tentando atacar isso. Estivemos, nessa semana agora,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recentemente, no Ministério da Justiça, na Secretaria Nacional do Consumidor, que cuida da defesa do consumidor, para vermos que ações podem ser tomadas. Aí o problema – você deve saber melhor do que eu – é o produtor se sentir muito vulnerável e apresentar sua queixa ao banco. Ele não vai ligar para a Ouvidoria do Banco do Brasil ou ir ao Banco Central para falar: "Olha, eu, Eduardo, CPF 398 e tal, quero dizer que o gerente do banco de Cruz Alta me obrigou a comprar um título de capitalização para eu ter acesso ao crédito rural". O produtor se sente muito vulnerável ao fazer isso, porque, mal ou bem, o crédito rural, com todos os seus problemas, Antônio – você sabe disso –, é um produto muito bom na mão do banco. Se o cara não tem acesso àquilo, ele vai para fora por algo muito pior. Então, o banco fica com um grande poder de barganha ali. E o produtor rural morre de medo. Se ele faz uma denúncia neste ano, no ano que vem ele está fora. E o banco pode aplicar para outro produtor, porque a demanda é muito maior que a oferta. Então, o desafio é este: como fazer um sistema que não exponha o denunciante. Por outro lado, a denúncia é necessária para o sistema funcionar. Então, essa é a engenharia que está sendo pensada agora para tratar disso.

Você falou do *funding* do crédito rural. Eu não me sinto qualificado para tratar daquilo aqui, da questão da exigibilidade do Banco Central, que caiu de 34% para 30%; na poupança, reduziu de 74% para 60%. Nós levamos isso ao Banco Central mais de uma vez. Eles têm as reservas deles. Isso faz parte da política macroeconômica. Nós não conseguimos mudar isso por enquanto.

Nós não conseguimos mudar isso por enquanto. E também aqueles outros dois pontos reduzem um pouco os recursos que você mencionou ali. Então, nós estamos trabalhando dentro desse universo com esses condicionantes aí, que, até este momento, não considero antedidos. Nós estamos trabalhando com um universo de recursos vindo de 30%, da exigibilidade sobre os depósitos à vista, e de 60%, da exigibilidade sobre a poupança; nós estamos trabalhando com esse bolo.

Na questão do recurso para o seguro – já estou indo para o final –, esse, talvez, seja um ponto em que reside... Nós temos várias discordâncias aqui com o Tesouro – chega para lá, chega para cá! – e com a política econômica também. Eles querem um movimento mais rápido. Eu gostaria que houvesse um movimento mais rápido também, mas a gente tem que pôr um pé lá e um pé cá! Eu não posso desmontar um sistema que, mal ou bem, está funcionando. Então, eu concordo com a diretriz que a equipe econômica quer dar. Talvez, eu não concorde um pouco com o ritmo.

Mas, aqui, no seguro, temos um problema que temos de resolver mesmo. É um problema desagradável para mim, como Secretário de Política Agrícola dentro do Ministério. Hoje, o orçamento para o Programa de Seguro Rural... Hoje, nós administramos, mal ou bem, quatro programas de seguro *lato sensu*: o Garantia-Safra, que pega o pequeno produtor que planta de 0,6ha a 5ha de milho no Semiárido; o Proagro; o Proagro da Agricultura Familiar – há uma diferença –; e o Programa de Seguro Rural. Os três primeiros têm orçamento obrigatório, não discricionário. O orçamento do último é discricionário e está na conta da política agrícola, na minha conta no Ministério: R\$440 milhões. O





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério sofreu um bloqueio, ou melhor, o Governo todo teve de fazer um contingenciamento. Olhe, Otavio, o meu drama lá! Teve de se fazer um contingenciamento, e a Ministra, é óbvio, disse: "Tem de fazer!". E a Ministra quer preservar o seguro rural. Ela quer preservar o seguro. A maior conta do Ministério é a de R\$440 milhões do PSR, essa é a maior conta. Como não cortar na maior conta? E o orçamento total nosso é de pouco mais de R\$2 bilhões. Ela tem de dar um corte muito maior do que os 30%; depois, houve mais 8,9%. Então, o corte proporcional das outras contas tem que ser muito maior. Há conta na minha própria Secretaria que acabou, como a de viagem, por exemplo, que é a conta mais cortável. Então, há secretário lá que me olha torto no corredor: "Para manter o seu programa aí, eu tive de acabar com o meu lá!". A Ministra cortou no seguro também, infelizmente, mas proporcionalmente muito menos do que em outros programas. Se, no maior, cortou 15%, houve gente que cortou 70%, 60%. Essa é uma saia justa danada! E é um problema de administração mesmo.

E se a gente conseguir esse R\$1 bilhão mesmo? Esperamos que tenhamos conseguido isso já. Aí se bota R\$1 bilhão lá dentro. O problema é que se vai magnificar. O PLS da Senadora Kátia Abreu viria para resolver isso. Eu sei que é um problema grave. A cada dia que passa, a gente engessa mais um pedacinho do orçamento. Então, do ponto de vista da administração das contas públicas, isso vai ficando impossível. O meu salário não é mexível, a aposentadoria da minha mãe não é mexível, e uma parte muito grande do orçamento não é.

Otavio, eu preciso de uma ajuda técnica. Entendeu? Como administrar isso? Você entendeu o tamanho do problema?

Então, talvez, mais importante ou tão importante quanto o volume de recursos seja essa certeza. O prêmio está alto. Eu também acho intuitivamente que ele está alto. Uma coisa para garantir que esse prêmio abaixo é melhorar o zoneamento – estamos tentando melhorá-lo; vou falar um pouquinho disso agora – e o ambiente de competição, e, para isso, tem de haver estabilidade. Eu tenho de ter previsibilidade para atrair seguradoras mesmo para o negócio. Eu quero mais seguradoras atuando em mais regiões. Eu quero que elas ofereçam mais produtos.

Isso, Antônio, é uma coisa que está sempre em aberto. Ontem, uma especialista americana veio aqui a nosso convite e se sentou junto com as seguradoras e com o pessoal da pesca para saber como o setor pesqueiro pode contar com proteção de seguro também.

Recentemente

como o setor pesqueiro pode contar com proteção de seguro também.

Recentemente, houve uma evolução para o setor de arroz. O arroz não tem mercado futuro. Então, é difícil haver um seguro de faturamento. Fizeram uma conta de chegada lá e fizeram seguro de custo de produção mais um tanto, que não é o faturamento, mas que se aproxima disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na questão de desenvolver produtos, a gente tem de ter uma atuação ativa para provocar as seguradoras e trazer especialistas, se for o caso, para conversar com quem tem que ser segurado, que diz: "Eu preciso disto, e não daquilo. Vou segurar a seca no arroz? Eu não preciso disso". Então, tem de haver essa provocação da parte de quem está precisando do seguro, tem de se juntar à seguradora, para chegar aos produtos. A gente pode ajudar a intermediar isso.

Anotei algumas coisas, e eu mesmo não estou conseguindo ler.

Você trouxe a proposta aqui do seguro de crédito. Eu tenho discutido isso muito com o Rogério. Aí o produtor teria ouro na mão. Ele teria o seguro de crédito da sua operação, e os bancos viriam atrás dele; ele não iria atrás do banco. Talvez, nós estejamos ainda mais longe do seguro de crédito, que é um seguro que inclui, que segura tudo.

Nós temos um grupo de trabalho que ainda não foi formalizado, e não sei o porquê. Uma das diretrizes dele... São quatro ou cinco diretrizes lá, e uma delas tem a ver com seguro de crédito. Tem de haver sinergia entre a política do seguro e o crédito, isso tem de aparecer em algum momento. O produtor segurado tem de ter acesso ao recurso de maneira mais fácil e mais barata do que o vizinho dele que não está segurado.

Sobre o zoneamento – estou acabando, Senadora –, é muito pouco dinheiro perto do resto, não é? A gente fala de bilhão para cá, de bilhão para lá! No zoneamento, no limite, vou precisar de pouco mais de R\$4 bilhões para rodar o zoneamento, para que ele fique atualizado, incluindo produtos novos, regiões novas e, mais do que isso, sistemas de produção novos. Eu já falei sobre isso aqui também. Hoje, isso se sofisticou muito. O cara planta soja e, depois da soja, introduz uma cultura de inverno para produzir palhada, e aquilo melhora o solo. A soja que vem no ano seguinte é uma soja menos arriscada do que a soja que ele tem sem palhada. Isso tem de se refletir no prêmio.

Isso, inclusive, foi discutido com o Banco Central, que não está aqui. O Banco Central também tem muito interesse nisso, por causa do Proagro. A boa notícia é a de que o Banco Central vai nos ajudar no financiamento do zoneamento, para nós atingirmos as metas, essas metas que você colocou ali, mais cedo. A Embrapa tem um programa que tem pé e cabeça, que é muito consistente, o de incluir mais produtos e atualizar os produtos antigos com mais frequência, para o zoneamento não ficar tão defasado. Um problema político pode aparecer: ao atualizar o zoneamento, Municípios ou regiões que hoje são considerados de pouco risco – pode ser que isso aconteça, não estou falando que isso vai acontecer – poderão ser considerados de risco maior, e isso impacta diretamente no prêmio. E o contrário também pode acontecer: regiões que hoje estão ruins poderão ser consideradas melhores do ponto de vista do risco.

Nós temos um projeto piloto, Antônio – talvez, você não saiba disso –, de leilão de subvenção de seguro. É um projeto piloto em que a gente vai escolher uma ou duas regiões em que há uma cultura





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem mais concorrência, para ver se funciona. Há muitos problemas; quando se veem os detalhes, vê-se que há muito problemas. Mas aí seria um leilão de *voucher*, como você chamou ali. Nós também estamos chamando de leilão de *voucher*. Quando se observam os detalhes, a gente vê que há muitos problemas. Mas a gente espera rodar neste ano um projeto piloto para testar isso, porque você empoderaria o produtor. Hoje, a seguradora não é tão empoderada como você falou, não. Como o negócio é muito imperfeito, a seguradora se inscreve numa fila cega, porque ela não sabe se vai ter subvenção ou não. Ela escreve já um contrato com o produtor, mas, de fato, ela vai ao campo para escolher esse produtor. Então, o problema é menor do que o que havia no passado, mas continua grave.

A última coisa... Você mostrou um gráfico que nós temos mostrado também. O nosso gráfico é mais feio do que o seu, na verdade, porque mostra um descasamento. Mas há um erro ali. É o mesmo erro, porque nós não o corrigimos ainda. A Ministra vai mostrar isso hoje na Câmara. Isso não desmerece o que você falou. Há um descasamento entre o que é anunciado no Plano Safra e o que é efetivamente aplicado.

casamento entre o que é anunciado no Plano Safra e o que é efetivamente aplicado. Está descasado e está grande. Mas ali há um erro – e nós cometemos esse erro, lá na política econômica, nós também –, pegamos a informação no sistema do Banco Central do Crédito Rural, ali pega o dinheiro que vai para o produtor. Então, ali está desconsiderada uma percentagem que é importante das LCAs que vão para a agroindústria, que, mal ou bem, podem acabar refletindo no produtor. Não está nessa conta, então, ela ajuda a aumentar esse descasamento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Ainda vai continuar descasado. Minimiza o problema, mas ele continua descasado.

Eu vou lhe mostrar aqui o nosso gráfico, é mais feio que o seu, porque mostra duas curvas. De fato, há esse descasamento, sim. A gente está tentando fazer neste ano e sei que isso só será verificável ao fim do período. No final do Plano Safra seguinte eu espero que essas curvas voltem a se encontrar, como no passado. No passado, o anunciado ficava muito mais próximo do aplicado. Nunca foi perfeito, mas sempre teve um diferença de curvas. Elas iam paralelas e, a partir da Safra 2014/2015 houve um descasamento. Nós, do Governo Federal, temos anunciado números superiores ao que é efetivamente aplicado. Parte disso é um erro de fato, porque o recurso vem para o sistema, mas não vai diretamente para o produtor rural. Ele financia uma CPR e não aparece aqui, mas continua descasado, não invalida o seu argumento.

Eu vou parar por aqui, já estou aqui com quase 15 minutos, 16 minutos. Estamos aqui para conversar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Sampaio. Bastante esclarecedor.

Esperança... Esperançoso...

Agora vamos passar...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Antes de...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Como vou ter que sair, só vou deixar aqui algumas perguntas por escrito. Podem ser distribuídas a todos. Se eles não puderem respondê-las aqui, podem mandar para mim depois essa resposta. Só para deixar protocolado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ótimo. Obrigada, Senador.

Antes de passar a palavra para os donos do cofre – quem tem a chave é a turma daqui...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É o Rogério, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Pois é.

Eu quero registrar e a agradecer a presença dos Vereadores de Sidrolândia, do meu querido Mato Grosso do Sul: Vereador Adilson Brito e Vereador Itamar Souza. Muito obrigada.

Então, vamos ouvir os donos do cofre.

Primeiro, vou passar a palavra ao Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, Otavio Ladeira de Medeiros.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Obrigado, Senadora, bom dia. Bom dia, Srs. Senadores, bom dia representantes da Mesa, demais presentes.

Eu vou passar a palavra rapidamente para o Rogério, que é o gestor responsável no âmbito da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia pelo tema política agrícola.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, antes, eu gostaria só de fazer uma rápida intervenção com relação – e me desculpem pela cantilena, a velha cantilena do Ministério de Economia, mas eu acho que ela é importante – ao nosso déficit. Nós estamos aí, em 2019, indo para o sexto ano seguido de déficit fiscal, déficit primário. Ou seja, nós estamos emitindo títulos públicos ou fazendo despesas com emissão de títulos públicos para pagar despesas correntes, aquilo que não se pede para que nenhum cidadão faça – pegar um dinheiro emprestado no banco para pagar escola das crianças, para pagar o supermercado – e nós estamos fazendo de 2014. Ainda temos três anos à frente de déficit até voltarmos a ter superávit, acreditamos que voltaremos a ter superávit daqui a quatro anos. Então, serão nove anos de déficit primário.

E esse déficit primário não surge à toa, ele surge por uma combinação de diversos fatores, alguns deles citados aqui: uma despesa pública altamente engessada – temos aí a proposta de engessar um pouquinho mais, colocando o Seguro Rural dentro dessa conta –, 60% da nossa despesa é pessoal e previdência. Quando colocamos todas as despesas obrigatórias, dá 92%. Mas, se nós olharmos com atenção, dá até bem mais do que isso, porque aí você tem a luz, a água, sistemas eletrônicos, uma série de despesas, viagens, que são, até um certo limite, comprimidas, depois não mais. Então, dá uns 95%, aí sobra um orçamento muito pequeno para ser flexível, que possa ser utilizado. É nesse orçamento que entra o Seguro Rural, é nesse orçamento que entra inclusive o Plano Safra, porque ele é discutido no ano anterior, ele não é uma despesa obrigatória no ano anterior, ele só é no ano de execução, mas, na discussão do Plano Safra, ele vai estar disputando com todas outras despesas os recursos limitados, por isso que ele vai apertando ao longo do tempo.

Então, mais de 90% do nosso orçamento é apertado. Sobram para uma discussão pública da sociedade, via Congresso Nacional, menos de 10% do nosso orçamento para discussão. Essa é a nossa realidade.

Do outro lado, há os benefícios tributários: que eram de 2% do PIB, lá no início da década de 2000, e hoje estão em 4% do PIB. Até foi citado que o setor agrícola tem um pedacinho de um grupo bem maior.

Qual o problema da dívida tributária? Ela é a pior despesa. Ela é a pior despesa porque ela é ruim? Não, porque ela sai do radar do debate público. O Congresso Nacional não debate benefício tributário. No momento em que você cria um benefício tributário, ele não tem data de vencimento, ele não tem gestor responsável, ele não tem avaliação periódica. Ora, até eu adoraria ter uma despesa permanente, que não passa pela discussão do Congresso, não tem gestor e não tem avaliação. É perfeita do ponto de vista daquele que captura o orçamento público e seu benefício.

Então, nós precisamos, sim, rediscutir os benefícios tributários até para aqueles que sejam nobres – no caso, tenho certeza de que os agricultores estão entre eles –, sejam aqueles que permaneçam e que aqueles que não fazem nenhum sentido saiam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de toda essa discussão do Seguro Rural, que é fundamental para nós, não acho que a obrigatoriedade do Seguro Rural vai resolver a questão, porque o Seguro Rural é construído a cada ano. Então, no ano anterior, quando mandar o orçamento para o Ministério da Agricultura e falar: "Esse é o seu orçamento, se ele é 20% menor ou 30% menor", é claro que o Seguro Rural vai entrar na conta do ajuste para baixo, então não vão sobrar recursos para ele, mesmo sendo obrigatório no ano de exercício. A cada ano, vai ser reduzido porque está sendo comprimido junto com todas as demais despesas públicas, porque as obrigatórias históricas vão comprimindo todas as demais até tornarem o Estado inviável.

Então, precisamos, sim, rediscutir o orçamento, o engessamento do orçamento; precisamos, sim, rediscutir a questão dos benefícios tributários, que são 4% do nosso PIB que desaparece do nosso radar.

Então, o apelo aqui, passando a palavra para o Rogério, é: à luz de uma maior previsibilidade orçamentária do Plano Safra, à luz de um aumento de recursos, de um desejo nosso – eu acho que nós temos uma agenda comum que é muito maior do que a agenda de conflito, eu acho que nem há uma agenda de conflito, a agenda é toda comum – um apelo: vamos juntos trabalhar para as reformas, vamos juntos trabalhar para rediscutir os benefícios tributários. Só assim nós vamos abrir o orçamento para que outras despesas nobres possam ser executadas.

Só isso a minha fala.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, Antônio, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Eu só queria fazer uma rápida intervenção. Embora eu esteja como Vice-Presidente da Comissão de Política Agrícola, antes disso, – e para sempre – serei economista. Eu sei exatamente o que significa o engessamento do gasto público e sei o quão engessado é. Sei também o quanto é necessário nós fazermos ajustes no nosso gasto para que a gente possa voltar a ter superávit primário – aliás, isso é algo que a gente cobra do Governo –, só que nós não podemos também desconsiderar duas questões para que os senhores entendam as razões pelas quais a gente traz esta demanda e defende esta proposta.

aliás Inicial que a gente cobra do Governo – só que nós não podemos também desconsiderar duas questões para que os senhores entendam as razões pelas quais a gente traz esta demanda e defende esta proposta.

Em primeiro lugar, nós estamos com uma campanha nos grandes veículos de comunicação – a CNA – defendendo a reforma da previdência. Em primeiro lugar isto: nós estamos gastando dinheiro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso para defender a reforma da previdência. Eu acho que demonstração maior do que essa de preocupação com o equilíbrio fiscal não tivemos das outras confederações.

E a segunda coisa que precisa ser considerada é a seguinte: a agropecuária sustentável, 2077 do Orçamento, é 15 bilhões e alguma coisa. Se nós considerarmos o gasto de 2,5 trilhões, isso dá 0,6. Ou seja, o orçamento da agricultura não daria nem 1% do gasto público brasileiro, o que mostra que não são os cortes na agricultura que vão... O impacto é muito pequeno. Mas, mesmo assim – usando a metáfora do Secretário Boueri –, há a questão da linha do impedimento. Eu gostei muito daquela figura, ela realmente é bastante explicativa. A gente não pode deixar ninguém dando condição, senão a gente toma gol.

Muito bem, mas como é que são os cortes na agricultura? Os cortes na agricultura funcionam da seguinte forma: nós temos aquele orçamento de 15 bilhões, toda vez que o Governo precisa contingenciar, ele corta na carne, mas ele corta na carne do produtor, porque ele não pode diminuir salário. E nós temos um número imenso de servidores servindo à agricultura e isso precisa ser rediscutido, sim, porque mais de 10 mil pessoas no Ministério da Agricultura é gente demais; quatro mil e pouco na Conab é gente demais; na Embrapa há gente demais para fazer o relatório e gente demais para ler o relatório que foi feito pelo outro. E essas coisas não podem cortar. E nós vemos que na postura de cortar naquelas coisas que interessam ao sistema financeiro a faca tem um fio menos amolado quando é para cortar aquelas coisas que batem direto na pele e na vida do produtor. Então, nós somos abertos a rediscutir este ponto do contingenciamento para não engessar o orçamento ainda mais, embora seja um pouquinho a mais, desde que os senhores, preocupados com esse novo engessamento, nos tragam uma solução melhor para que os cortes não aconteçam tanto, pelo menos na carne do produtor.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Antônio, eu não poderia concordar mais com você. A minha fala foi no sentido mais amplo, justamente de trabalharmos juntos para ampliar o orçamento livre, reduzir o orçamento engessado para que, sim, as prioridades do País pudessem ser discutidas e o Congresso Nacional, por meio do Orçamento, pudesse direcionar os recursos.

Então, quando você, por exemplo, reduz os benefícios tributários – só para dar um exemplo – de 4% do PIB para 2% do PIB, sobram 2% do PIB, 120 bilhões. São 120 bilhões a mais de receita entrando e consequentemente 120 bilhões que podem ser melhor... Desculpem-me, não 120, nós estamos com um PIB de 7 trilhões, então 140, 150 bilhões, que podem ser direcionados para finalidades nobres, sem precisar congelar, sem tornar essa despesa uma despesa obrigatória.

Então, é a luta conjunta – e agradecemos muito à CNA pelo trabalho, por estar apoiando a reforma da previdência –, é esse trabalho conjunto para que a gente possa realmente devolver ao Congresso Nacional a capacidade de fazer, discutir e definir as prioridades dentro do Orçamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, em que eu acho que, de fato, a agricultura está entre as principais, as mais nobres das nossas despesas públicas.

das nossas despesas públicas.

Eu concordo com você também que quando – aí, olhando menos para o médio prazo e mais para o curto prazo – discutimos despesas públicas com o setor rural, o nosso olhar é um olhar um pouco mais amplo, como você fez. O setor rural é a Conab, é a política de preço mínimo em que a gente gasta de 700 milhões por ano, é na Conab que a gente aporta quase um bilhão e várias outras políticas públicas. Quando você soma tudo isso, é um gasto muito grande realmente. Se nós pudéssemos ter uma rediscussão mais ampla da política pública e não apenas aquela briga apertando PSR de um lado contra Seguro e contra Plano Safra do outro, eu acho que nós sairíamos do outro lado... E aí, nós temos uma proposta muito interessante, que a gente pode discutir – de novo, nós temos uma agenda muito mais alinhada do que desalinhada –, mas colocando todos esses elementos na mesa, a gente vai ver que a gente tem muito mais recursos do que a gente imagina que tenha, desde que as pessoas estejam dispostas a rediscutir realmente todos os gastos com o setor e outros gastos de repente fora do setor que possam ser redirecionados, como é o caso dos benefícios tributários, para dar um entre tantos exemplos que temos, além, obviamente, da reforma da previdência.

Só para dar um exemplo da reforma da previdência, ela abre uma melhora no espaço orçamentário fenomenal para o longo prazo, que é o um trilhão e pouco mencionado pelo Ministro da Economia. Mas, no terceiro ano, ela já abre 60 bilhões. Ela começa pequenininha: são né 10 bilhões no primeiro ano, 30 no segundo, 60 no terceiro e vai abrindo um espaço. O que é esse espaço? É o Congresso Nacional podendo voltar a discutir o Orçamento, o que hoje não faz porque está tudo engessado.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Otavio.

Agora, por fim, vou passar a palavra para Rogério Boueri Miranda, que é Subsecretário de Política Agrícola e Meio Ambiente do Ministério da Economia

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Obrigado, Senadora. Gostaria de saudá-la e, em seu nome, saudar todos os Parlamentares presentes. Boa tarde, meus colegas de Mesa; boa tarde, senhoras e senhores.

Como já foi... Eu vou, em alguns pontos aqui, chover um pouco no molhado. Mas parece óbvio que nós temos aqui um alinhamento de agendas muito grande, um alinhamento de propósitos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente que no Ministério da Economia nós temos que olhar não só – embora eu seja o responsável pela política agrícola no Ministério da Economia – a política agrícola, mas temos que olhar a economia como um todo.

Noventa e cinco a noventa e nove por cento dos pontos são de convergência, obviamente. Nós queremos desenvolver o mercado de seguros, empoderando o produtor para que ele não fique tão à mercê da seguradora e principalmente do banco. Nós temos trabalhado em conjunto com Tesouro na elaboração do parecer daquele PL que desenvolve o sistema de equalização para que outros bancos possam ter acesso a sistema de equalização e com isso aumente a competitividade. Nós estamos trabalhando com o Ministério da Agricultura para que

A gente, basicamente, já consegue viabilizar aquele aumento de recursos para o seguro no próximo orçamento.

Nós estamos desenvolvendo mecanismos para melhorar os instrumentos de crédito. Entre eles temos: o fundo de aval; temos a melhoria nos títulos do agronegócio; estamos trabalhando no CRA em dólar; estamos trabalhando no patrimônio de afetação, que é outro PL que está aqui que nós vamos editar como medida provisória para resolver logo o problema; na questão da armazenagem, também há uma medida para fortalecer a construção de armazéns. Então, temos uma série de convergências. O Plano Safra de longo prazo é mais fácil de convergir do que o de curto prazo, obviamente, mas nós temos um bom nível de convergência no Plano Safra de curto prazo, nesse que será anunciado no mês que vem. As diretrizes de longo prazo são basicamente coincidentes com o MAPA e com a CNA, mas, no curto prazo, realmente temos – não vou chamar de divergências – alguns itens em relação aos quais temos que nos alinhar melhor.

A questão da obrigatoriedade do seguro. O Otávio falou bem: é um ponto difícil para o Ministério da Economia, porque a gente sabe que é pequeno o PSR em relação ao orçamento total etc., mas é um precedente... Não é nem um precedente, porque já aconteceu muitas vezes, mas é uma demonstração de que isso é negociável para o Ministério da Economia. Isso, muito dificilmente a gente consegue digerir lá dentro.

Há outra coisa que não é nem um assunto estrito do Ministério da Economia, é mais um assunto do Banco Central – o Banco Central ainda está no nosso âmbito; é como aquele filho que saiu de casa, mas ainda vem almoçar, não é independente completamente. É a questão dos recursos obrigatórios, das exigibilidades.

O ponto principal, que está na nossa diretriz de médio e de longo prazo, é a diminuição das exigibilidades, por dois motivos. Primeiro, no caso dos depósitos à vista: nós temos uma diminuição mundial dos depósitos à vista em relação à base monetária geral. Isso acontece porque os bancos... Eu acho até que foi invenção brasileira isso, na época da hiperinflação, quando o Bamerindus fez aquela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história de conta remunerada. Hoje o pessoal chama de "raspa conta" ou de "rapa conta": você pega o dinheiro dos depósitos à vista e leva para investimento. Isso faz com que a média dos saldos seja reduzida. Então, a base sobre a qual incidem os 30% para o financiamento agrícola vai ter uma tendência secular de diminuição.

Por outro lado, quando você tem uma exigibilidade muito grande, o que você está fazendo? Quando você está direcionando...

Quando você está direcionando esse crédito, o que você está fazendo é cobrando esse direcionamento de todo aquele cidadão ou empresa que pega o crédito não direcionado do outro lado. Para os senhores e as senhoras terem uma ideia: do total do crédito concedido no Brasil, 47% são direcionados; então, sobram para o crédito livre 53% só do crédito. Quer dizer, basicamente é meio a meio. Quando você tem uma metade que tem crédito direcionado, a outra metade, que está no crédito livre, vai pagar um subsídio cruzado, um subsídio implícito. Por quê? Porque as taxas de juros, os *spreads* bancários desse outro lado, terão, necessariamente, de ser maiores, porque o banco vai fazer a conta global e, como eu já falei em outras oportunidades, o banco não vai sair perdendo. Então, ele vai compensar aquele crédito direcionado; aquelas taxas controladas que ele dá de um lado ele vai compensar com um *spread* maior onde ele pode aumentar, que é do outro lado. Esse movimento é apontado por uma série de pesquisadores renomados, como Samuel Pessôa, Fernando Veloso, da FGV, como um dos ampliadores do nosso *spread* bancário do outro lado, no crédito livre.

Então, o ideal é que a gente consiga fazer uma redução nessa exigibilidade, mas a gente não pode fazer isso muito rapidamente, não pode fazer isso de uma forma muito abrupta. Por quê? Porque a gente também não pode desarmar a produção agrícola do outro lado. Como os senhores sabem melhor do que eu, o Brasil de 30, 35 anos atrás, era importador de alimentos e, hoje, sob certas medidas, somos o maior produtor mundial de alimentos. Um país em desenvolvimento como o Brasil é primeiro lugar no *ranking* de vários produtos agrícolas e pecuários exportáveis, entre eles soja, carne bovina, carne de frango. Então, para um país em desenvolvimento que compete com gigantes, como União Europeia e Estados Unidos, é um mérito muito grande.

E concordo com o Antônio quando ele diz que a política agrícola atual, que nos impulsionou nessa transição, também já dá sinais de esgotamento. Então, o ideal seria que a gente conseguisse fazer essa migração, mas dotando os produtores de ferramentas de crédito que dessem a eles esse poder de barganha no mercado de crédito livre. A gente não pode acabar com o crédito controlado, o crédito rural, enquanto os produtores não tiverem esse poder de barganha.

Existe uma série de iniciativas que têm sido tomadas, iniciativas junto ao próprio Banco Central, iniciativas junto às seguradoras. Nós estamos trabalhando com uma seguradora em particular no desenho desse mecanismo de seguro de crédito que empoderaria muito o produtor. Nós temos feito movimentos no sentido de aumentar a participação do seguro de renda...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos feito movimentos no sentido de aumentar a participação do seguro de renda vis-à-vis o seguro climático. Nós estamos trabalhando para que, nesse Plano Safra, consigamos dar maior impacto na questão do seguro de preços, do *hedge* de preços feito com opções, nós estamos trabalhando para que isso possa ser contratado pelo produtor rural no crédito de custeio. Nós sabemos que, se ele tiver que fazer outra abertura de crédito na comercialização, não funciona, porque, quando você chega ao ponto da comercialização, os dados já rolaram; se o preço estiver baixo, os *strike prices* das opções também vão estar baixos, não adianta mais. Para ser legitimamente um seguro, um *hedge*, tem que ser feito no custeio.

Então, nós estamos trabalhando com toda a força do ministério e, obviamente, auxiliando o MAPA, que é o principal gestor de política agrícola; estamos trabalhando juntos, o Banco Central está junto, o Tesouro está nesse grupo de trabalho também. Nós estamos desenvolvendo um arsenal de medidas para o crédito, e nós esperamos anunciá-las brevemente e colocar algumas delas em prática o mais rapidamente possível.

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – A CNA está junto.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – A CNA, claro! Desculpe o tolo esquecimento, porque, inclusive, nessa história das opções, a CNA foi o parceiro que, na verdade, acendeu o pavio – lembro aquela apresentação que vocês fizeram lá, dentre outras coisas. No caso das opções, foram vocês mesmos que acenderam o pavio para a gente. Então, é muito importante esse diálogo que nós temos tido. Espero que a gente continue, mesmo depois de passado esse turbilhão que é o Plano Safra; que a gente consiga discutir, como diz o Secretário Eduardo Sampaio, os planos safra do futuro, que a gente continue mantendo essa interação.

Ontem mesmo eu estive na CNA discutindo a questão dos títulos verdes, que é outra agenda que nós temos em comum. Vemos um grande potencial de financiamento para a agricultura com esse dinheiro verde que está circulando pelo mundo e está querendo entrar no Brasil. O pessoal da CNA, obviamente, já identificou essa potencialidade, e nós estamos trabalhando juntos para que isso aconteça. A CNA é um grande parceiro também nessa empreitada, é um parceiro consciente. Obviamente, há as demandas do setor, mas é um parceiro consciente. A gente dialoga com franqueza, porque nós sabemos que os nossos argumentos, quando bem colocados, têm receptividade; se eles forem argumentos racionais, a gente sabe que a CNA os recebe e os processa com toda racionalidade também.

Então, Senadora, era basicamente isso que nós tínhamos a acrescentar aqui.

Agradeço a oportunidade de deixar esta manifestação pelo Ministério da Economia, manifestação dupla no caso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Rogério.

Antes de fazer as minhas perguntas – vou ser bastante objetiva –, eu quero registrar a participação da população no e-Cidadania.

Registro a participação do João Francisco, do Rio Grande do Sul. Ele diz que...

Ele diz que "o Plano Safra deve atender às propostas do setor agropecuário, buscando privilegiar, sobretudo, os pequenos e médios produtores rurais".

A CNA está aqui para isso. Estamos fazendo a cadeia toda aqui para chegarmos a um consenso, João Francisco. Obrigada por sua participação.

O Assis Marinho, do Distrito Federal, diz que "as demandas passam por juros menores, seguro rural, estradas, armazéns no campo e segurança jurídica".

É isso aí! Obrigada também, Assis, pela participação.

Nós vemos aqui a CNA de um lado, Executivo do outro. Eu quero que vocês contem sempre com a CRA, contem sempre comigo – posso falar em meu nome –, para qualquer proposição legislativa, qualquer lacuna na lei: qualquer necessidade, nós podemos propor. Aqui, no Senado, as coisas têm caminhado mais rapidamente do que na Câmara. Nós tivemos hoje uma reunião com os Senadores que são da FPA. Estamos bastante unidos nessa agenda do agronegócio. Então, em tudo que for do Legislativo, contem conosco, para que realmente consigamos fazer acontecer.

Ontem nós aprovamos uma MP de abertura de mercado para as companhias aéreas. A abertura de mercado foi uma promessa do Governo Bolsonaro e, com Paulo Guedes, isso está acontecendo.

Quando o Antônio falou – eu adoro isso, Antônio! – sobre *voucher* para o agricultor escolher instituição financeira – foi isso que você disse, não é? –, eu achei fantástico. Eu gostaria de saber se é possível mesmo isso acontecer e, mais, se é possível que o agricultor tenha portabilidade. Podemos acrescentar portabilidade nisso? Se ele escolhe uma instituição financeira... Vamos supor que abramos o mercado; se Deus quiser, vamos abrir o mercado de bancos também...

Rogério, fale disso para a gente por favor. Que dia isso vai acontecer? Eu peço a Deus todos os dias da minha vida para abrir o mercado de bancos, para que haja concorrência e, aí, eles comecem a trabalhar de forma decente para o povo brasileiro e parem de extorquir o povo brasileiro. Isso é fato, e os lobistas aqui comigo não terão... Não precisam nem aparecer!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se houver a possibilidade dessa portabilidade, será fantástico. Se uma instituição não está trabalhando bem este ano, eu posso acertar com ela, fechar minha conta com ela, e mudar. Aí nós teremos essa competição de juros. Gostaria de saber se é possível concretizar isso para que – uso a sua fala – o produtor rural possa ter poder de barganha no mercado de crédito livre inclusive – no livre inclusive, como foi a proposta do Ministro Paulo Guedes.

Agradeço a presença dos senhores – não sei quem vai me responder, acho que é o Rogério. Agradeço por aceitarem vir mais uma vez aqui para explicar para os Senadores, para que nós nos coloquemos à disposição para qualquer questão legislativa para apoiar essas medidas provisórias do Governo e para que a população tenha essa segurança e tenha mais informações. Obrigada.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Obrigado pela pergunta, Senadora.

O Governo tem trabalhado para aumentar a competição dos agentes financeiros em geral. Mês passado...

dos agentes financeiros em geral.

No mês passado, o Banco Central autorizou a primeira empresa de empréstimo de transações que eles chamam *peer-to-peer* a atuar no Brasil. É um sistema em que o tomador de recursos toma direto do emprestador, sem passar pelos bancos. Isso é uma gota d'água no mar do sistema bancário, mas, em outros países do mundo, tem trazido efeitos muito positivos para os *spreads* bancários.

No crédito agrícola, particularmente, nós estamos finalizando as sugestões a esse PL que foi apontado aí, cujo número eu esqueci – não sou bom para números de legislação, sou bom só para outros tipos de números –, que abre o mercado de equalização bancária para outros bancos que não os bancos oficiais e cooperativas. Então, outros bancos vão em breve... Isso é uma medida legislativa, está rodando aqui, acho que está na Câmara...

O SR. ANTÔNIO DA LUZ (*Fora do microfone.*) – Está na Comissão de Finanças e Tributação, da Câmara.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Na Câmara.

Essa é uma medida que vai trazer impacto direto na competição dos bancos, porque o que acontece hoje – e isso está muito ligado também àquele processo de reciprocidade, ao qual nós somos contrários também – é que hoje o banco tem a chave da subvenção. Então, você vai ao banco, ele vai aprovar o seu crédito. E você sabe disso. Como produtor, você sabe: você chega lá, se ele falar "você não tem perfil de crédito", você fica sem o crédito. Então, o que acontece? Ele tem nas mãos a possibilidade de lhe vender outras coisas, tem um poder de barganha muito grande. Se você aumentar a competição bancária no crédito rural, o que vai acontecer é que, se você vai lá e o cara lhe oferece um montão de coisas que você não quer, você vai a outro banco. Você sabe que o outro





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

banco também tem. E, quando se fala do crédito rural na equalização, hoje em dia, você tem poucos lugares para ir. Então, fica mais difícil para o produtor rural ter uma voz mais atuante nisso. Nós acreditamos que isso vai melhorar muito.

No crédito livre existe, nós sabemos, no Brasil uma concentração bancária, que foi inclusive guiada pelo Governo na época da crise financeira mundial, porque, quando você tem uma crise bancária, como aquela foi, quanto mais concentrado for o seu sistema bancário, mais resiliente você é à crise, porque, quando você tem a concentração, você diminui os riscos individuais. É como se você tivesse mais ovos... Bem, não vou entrar na história dos ovos. Você aumenta, há melhoria no gerenciamento de risco dos bancos, mas isso é muito ruim para o *spread* bancário, porque, quanto mais concentrado é o sistema bancário, mais ele pode aumentar o *spread*.

Então, existe – isso eu não estou falando pelo Banco Central... Em diversas ocasiões, o próprio Presidente do Banco Central tem falado que uma das suas metas é aumentar a competitividade no sistema bancário.

uma das suas metas é aumentar a competitividade no sistema bancário. Ele várias vezes também falou que é um entusiasta do sistema de cooperativas. Então, isso tudo vai aumentar no geral, no crédito livre. No crédito direcionado, especialmente no crédito rural, o que nós precisamos é realmente aumentar a competição pelos recursos equalizados. E eu acho que isso rebate na questão da reciprocidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O *voucher* e a portabilidade.

O SR. ROGÉRIO BOUERI MIRANDA – Quanto à portabilidade, no crédito oficial a gente não pensou nisso; no crédito de custeio é mais complicado, porque os prazos são mais curtos; no de investimento, pode ser.

E o *voucher* é uma ideia que nós julgamos como boa, porque o produtor teria mais condições de negociar. Agora, mais uma vez, se a tomada de crédito, que hoje é, como o Antônio disse, o carro principal, e não... É como se fosse o rabo balançando o cachorro. Se a tomada de crédito não tiver competição ali, o *voucher* também pode entrar no jogo da reciprocidade. Se você tem que tomar crédito naquele banco, o *voucher* vai ser usado naquele banco, e pronto. Então, o *voucher* é uma boa medida, mas é complementar à outra.

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Senadora, não existe uma bala de prata, não há medida complexa que seja resolvida com uma solução simples e única; é um conjunto delas. Agora, é importante a senhora e a Comissão perceber o que está acontecendo para entender as razões por que a gente discute essa questão do *voucher*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O crédito... Digamos, um juro livre de 10%. Esses 10% são 156% do CDI. Isso é o dobro da inflação, mais que o dobro da inflação. Isso é um ganho extraordinário para qualquer agente financeiro em qualquer lugar do mundo – 10%. Eu poderia falar em 8,5, porque a gente sabe que alguns agentes querem entrar no crédito rural este ano com juro livre abaixo até do controlado, enfim, mas não vou nem usar isso, porque senão fica muito forte o meu argumento. Eu vou enfraquecer o meu argumento: vou pegar 10%. Se o Tesouro reserva um recurso para subvencionar, e esse valor vai dar mais ou menos 5% do juro que esse cara está pagando; se o produtor está pegando 10 no livre e recebe um *voucher* de 5, o juro real dele vai ser 5. Hoje, ele recebe esses 5, só que ele paga 8,5 mais todos os penduricalhos.

Então, o que a gente está querendo argumentar com a ideia do *voucher*? Essa subvenção não chega; ela é capturada no meio do caminho. Isso não significa que seja feito de má-fé. Não é isso que eu estou dizendo aqui, de jeito nenhum. É que nós temos um Manual do Crédito Rural, nós temos um Sicom – e eu acho que a gente também precisa discutir com o Banco Central a quantidade de exigências que há de preenchimento lá dentro. Isso gera um custo de transação que consome boa parte desse recurso. Então, operações mais livres e uma relação mais direta entre o Governo e o beneficiado tendem – não sozinha, mas tendem –, colaboram para que a gente tenha um melhor aproveitamento desse recurso.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Quero fazer um comentário aqui, um comentário longo.

Sobre o negócio do *voucher*, no seguro, que é infinitamente menor do que o crédito, o número de produtores, etc., a gente quer fazer um piloto. Eu espero que a gente consiga fazer o piloto, mas já foi tentado duas vezes e não foi conseguido. É um leilão para

Eu espero que a gente consiga fazer o piloto, mas já foi tentado duas vezes e não foi conseguido. É um leilão para o produtor ou o produtor rural entrar e pegar o *voucher*. Vamos fazer o piloto em uma região específica com um produto específico. Vamos ter mais competição para ver se vai rodar. Se rodar, vai ser uma alegria, porque a gente pode depois abrir para outras regiões, outros produtos, e aí resolve.

Olhe a complicação nesse negócio da competição. Talvez isso não tenha chegado ao Otávio. Olhe como impacta lá no Tesouro isso. Cheguei à Política Agrícola, muito feliz, e queria revolucionar. Então, vamos pegar... O que é o mais caro? É o que partir com o juro mais barato, é o Pronaf. Então, eu queria pegar o dinheiro da exibilidade do Banco Central, que é, entre aspas, "de graça", não tem dispêndio do Tesouro, e colocar no Pronaf, que é onde eu gasto mais dinheiro para equalizar, porque a taxa de juros é mais baixa. Não dá! Por que não dá? Está aqui o Henrique, que é o meu especialista em Pronaf, Coordenador-Geral do crédito para a agricultura familiar lá da Secretaria. Por que não dá? É o Banco do Brasil que aplica. Então, eu não posso correr o risco de o Banco do Brasil ficar sem o dinheiro, porque ele é que está na ponta, e ele é que atende o Pronaf. Nacionalmente, eu não tenho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativa. Eu tenho no Sul – o Bansicredi atua muito fortemente no Rio Grande do Sul, no seu Estado, e é muito bom –, mas, nacionalmente, não dá.

E o Banco do Brasil já está cumprindo além do que a gente exige de exibilidade bancária. Os bancos têm que aplicar 30% do crédito rural e, dentro disso – há uma outra interna lá dentro –, "x" por cento disso no Pronaf. "Vou aumentar isso". Eu tinha que aumentar muito para o Banco do Brasil ficar obrigado a aplicar. Ele está mais do que... Está quase o dobro do que ele é obrigado hoje. Então, para garantir o acesso do produtor ao Pronaf, no próximo Plano Safra, eu sou obrigado a destacar recursos da equalização para equalizar o Banco do Brasil, que – e isso é um dado público – é o mais caro de todos. É um dado público isso, porque há uma portaria publicada pelo Tesouro com os dados dos custos administrativos e tributários, Antônio; é o *spread*. Entendeu? Olhe que complicação: a competição fica comprometida pela própria ponta lá; não há outro que atingiria o público do Pronaf, em âmbito nacional, como o Banco do Brasil atinge. Não há outro. Mesmo com toda essa parafernália aqui, não dá. Eu espero que daqui a três, quatro anos exista, mas hoje não existe.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Deixe-me fazer-lhe uma pergunta. Eu estive, dias atrás, na Caixa Econômica, e a Caixa Econômica disse que vai começar a abrir crédito rural. É isso mesmo? Nós temos mais um banco?

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – A Caixa Econômica já está no crédito rural. (*Risos.*)

Eu estou rindo aqui porque eu e o Rogério já tivemos grandes debates sobre isso. Já está há quantos anos? Faz uns seis anos que ela entrou no crédito rural, ou mais um pouco. Um pouco mais, não é, Otavio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Ela entrou muito pouco. Eu não sei explicar os motivos por que ela não está tão forte, mas o fato é que ela não é um *player* importante. Aí, há a questão técnica. A poupança da Caixa é para financiar imóvel – isso é por força de norma –; a poupança do Banco do Brasil e dos bancos cooperativos é para financiar a agricultura. Só que 10% – é isso, Otavio? – de um pode ir para outro... Há uma flexibilidade de 10%. Então, 10%... A poupança é um *funding* bom, porque é um *funding* que paga pouco para o aplicador, então é um *funding* barato. Então, ela está limitada até pelo *funding*, mas ela pode aplicar, por exemplo, recursos da exibilidade bancária.

A Caixa, eu não sei explicar os motivos, não é tão agressiva no crédito rural como são, inclusive, outros bancos cooperativos, bancos privados. É ótimo que ela esteja lá, melhor seria se ela estivesse mais forte, mas o fato é que, para o Pronaf, ela não teria estrutura hoje. Não é fácil, Senadora! Tem que haver gente no campo capaz de fazer... É complicado. A gente – não houve outro jeito – teve que pegar recursos da equalização para garantir que houvesse recurso do Pronaf na ponta este ano.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CGU nos acusou, Senadora. A CGU fez uma análise muito boa do crédito, muito boa, e levantou este problema: "Por que você passa tanto dinheiro para o banco A se ele está lhe cobrando mais? Então, por favor, você me tire "x" bilhões daqui e me ponha em um banco cooperativo, que cobra menos". Falei: "CGU, não dá para atender 100%, porque esse banco não está lá onde eu preciso que ele esteja, infelizmente". E isso impacta diretamente na necessidade de recursos do Tesouro.

E isso impacta diretamente na necessidade de recursos do Tesouro. E impacta na casa da centena de bilhão, da centena de milhão, das centenas de milhão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Sampaio.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, o Otávio, que vem lá do Tesouro Nacional, tem que abrir a mão, tchê! Também o Rogério ali, que está segurando, até já perdeu os cabelos, ouviu, Antônio? E o Sampaio também. Dizem que se preocuparam com a nossa situação. Aí, fica o Antônio aqui para defender o produtor, ouviu, Soraya? O negócio vai ser conosco para poder ajudar o Antônio. Ele está meio sozinho na parada ali.

Prazer e... Serei rápido, ouviu, Jayme?

Otávio, acho que é importante esta parte. Eu já falei, vou repetir. Essa moça aqui pegou os dados da OCDE, os subsídios que os Estados Unidos estão pagando: 26% do tamanho da produção deles foi subsídio em 2017 – foi publicado no ano passado pela OCDE. A União Europeia, 24%, 104 bilhões; a Índia, 96; a China, 239 bilhões, 17%; e o Brasil, Antônio, só 7 bilhões, entendeu? Isso é 4% da nossa produção. Então, é humanamente impossível tirar os 4%, Soraya. É claro que a economia deles é diferente. Agora, o que não pode é o agricultor brasileiro subsidiar o consumidor brasileiro e, principalmente, o Governo, os Governos Federal e Estadual.

O Antônio fez um trabalho que a Farsul contratou em 2013 – e eu atualizei, peguei dados de agora – sobre o arroz, o milho, a soja, o trigo, o boi e o leite; o faturamento. Nos preços de 2019, só do custo operacional, a agricultura pagou 51 bilhões de imposto para os Governos Estaduais e o Governo Federal, mais ou menos metade e metade. Então, se pega esse valor aqui... Nós temos que achar um jeito. Aí, a gente tem que conversar com o Sampaio, com a Ministra Tereza e também com o Rogério, que tem ouvido. Nós temos que achar uma forma de que esse recurso seja melhor aplicado, da forma que possa chegar.

Soraya, o Eduardo fala, por exemplo: "Ah, é o Banco do Brasil". Eu levei outro dia ao Presidente do Banco Central o Presidente do Bansicredi e o Presidente do Bancoob. Essa rede hoje está muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forte no Brasil. Ele ficou maravilhado com o que ele ouviu em cima desse sistema. Claro, a Caixa vai entrar, mas a Caixa não tem estrutura para poder fazer isso. Está trabalhando, e é bom que haja mais bancos, o.k. Nos bancos particulares, isso é um problema, porque há uma clientela seleta com a qual eles atuam, e não querem trabalhar nessa outra questão. Aí, fica o Banco do Brasil, mas eu acho que o impulso que deram aos bancos cooperativos... Você conhece, no seu Estado, o que é o Bansicredi, o sistema Sicredi. Assim é no Rio Grande do Sul, assim é em vários Estados hoje. Então, nos principais Estados de produção, Sampaio e Rogério, tem que haver um ajuste. Eles podem fazer um trabalho... É um banco de ponta. E eles atendem... Na grande maioria, são os pequenos que eles atendem. Então, esse é um ponto.

E nós vamos ter que trabalhar forte naquilo que o Antônio colocava ali. Têm que achar uma forma, o Tesouro, a Fazenda e a Agricultura, em cima da CRA e da LCA, depósito à vista e poupança. Aquele ponto é fundamental. Daqui vão sair os nossos recursos. O que não pode... Eu aí vou contrariar o Ministro Paulo Guedes e vocês todos da área econômica

Eu aí vou contrariar o Ministro Paulo Guedes e vocês todos da área econômica, vou estar junto com a Ministra Tereza, e a CNA tem que estar do nosso lado nesse problema, bem como a OCB, a Aprosoja, a Federarroz, todas as nossas entidades. O juro não pode passar de 7%, que é o que é hoje o juro do custeio. Não há jeito de fazer juro livre. Hoje os bancos estão oferecendo, no Rio Grande do Sul e em qualquer lugar, a 10%, 12%. Não há como pagar isso.

E aí, sim, como o Antônio falou, há muito tempo, a gente bate na questão dos penduricalhos. Tem que haver uma forma. Eu falei para o Roberto outro dia. O Roberto vem dos bancos, conhece isso. "Ah, mas é uma meta para o gerente!" Eu não quero saber de meta para o gerente. É um abuso, é um absurdo! Em qualquer agência, ele vende um seguro, ele vende um consórcio, ele vende qualquer coisa, e esse juro, que é de 6%, passa a ser 12%. Para isso aí, tem que haver um jeito. E nós temos que fazer isso no Governo Bolsonaro. Essas coisas têm que acontecer e têm que ser diferentes, porque a gente não pode deixar... O produtor vai lá, e, quanto pior a situação do produtor, maior é o custo que ele tem que pagar desses pacotes que ele tem que comprar. Então, ele compra lá... A minha secretária...

Hoje eu devo ter seis ou sete consórcios. Quero comprar carro? Na hora em que eu quiser, há carro para comprar, de um consórcio para o qual eles empurram a gente. Quer um consórcio, Soraya? Tem que levar. Ela é que cuida das minhas coisas lá.

Isso não pode acontecer. Não há jeito. O cara já está ralado, e botar mais um penduricalho para cima dele... Essa é a questão. Nós temos que achar uma forma. Nesse Plano Safra, é preciso achar uma trava, para que não se possa fazer esse produtor pagar essa parte ali.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há mais um dado, doutora. Pense nisto aqui: as reservas cambiais são extremamente importantes para o Brasil hoje. Isso está ajudando a segurar a economia do País, enfim, os números. Agora, dos US\$384 bilhões que o Brasil tem em reserva, pode escrever: não baixa de 90% o que saiu desses produtores rurais que botaram esse dinheiro. Desde o Fernando Henrique até agora, existem as reservas. E é agricultura! Não é geladeira, não é bicicleta, não é automóvel, não é não sei o quê, mas é agricultura! Isso é soja exportada, é fumo exportado, é boi exportado, é laranja exportada, um pouquinho de arroz que é exportado. É daqui que sai isso. Esse setor tem que ter uma atenção especial por parte do Governo Federal, e não pode jogar...

Aí pego o caso do arroz – vou voltar a falar desse assunto aqui: em 2017, em 2018, só no Rio Grande do Sul, foram R\$3,6 bilhões de prejuízo.

É aquela questão que nós estamos discutindo, Antônio. Está se marcando uma reunião com o Adriano, com o pessoal da Secretaria de Competitividade, para tratar sobre as questões do Mercosul. Temos que achar uma forma.

Ontem eu falava, Sampaio, com o Rangel. Dizem que estão preparando um decreto... O Minaré, na CNA, está preparando um modelo de decreto. Tem que abrir as porteiras. O custo é mais barato. Não se trata apenas dos insumos que são produzidos no Brasil. Aqui, ele botou: "A Syngenta vende para o Uruguai, para a Argentina, e lá é mais barato". Não! Qualquer produto eu tenho que comprar lá.

Existe, Sampaio, o tal padrão FAO. Se eu registrei aquele produto no padrão FAO, nós temos que achar um jeito. Não é essa lei complexa nossa dos defensivos no Brasil, que prejudica. Até que votemos a lei nova, é preciso achar uma forma para que essas porteiras sejam abertas. Nós estamos sendo ralados por essa questão da competitividade nossa, de as máquinas produzidas aqui serem mais baratas lá.

O Azambuja hoje é o seu Governador, Soraya. Ele era Deputado comigo. Nós fizemos um trabalho. A irmã dele, que cuidava das coisas dele lá – acho que ela é sócia dele –, buscava os preços no Paraguai. Eu estava buscando os preços com o Antônio no Uruguai, na Argentina, e ele estava juntando... Era um absurdo. Já foi pior. Hoje, as diferenças não são tantas, mas nós não podemos ficar dessa forma, pagando esses custos aí. Então, vamos achar um jeito. Nós vamos ajudar, mas sem pensar que vai tirar subsídio da agricultura, porque não tem subsídio se eu comparar com qualquer país do mundo que está usando isso hoje. Entendeu?

Então, esse é o mínimo para quem gera 20%, 30% dos empregos no País, para quem faz a balança comercial andar para frente. Esse é um poder que... O Governo tem que entender isto aqui: tirar o mínimo de quem está dando o máximo. Tem de dizer assim: "Muita gente...". Não é só o arroz... Ouviu, Boueri? Não é só o arroz que está pagando para produzir. Agora, com o custo de produção





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando, como está aumentando para a próxima safra... O Sampaio é produtor. Tu és produtor, Sampaio. Então, tu sabes disso e tiras do teu bolso, como, no geral, qualquer...

Vejo matérias... Agora, o pessoal está falando: "Ah, o custo da soja aumentou, para a próxima safra, 30%, 34%". Isso não é soja. Os caras reajustam. Eu disse isso para ti e repito aqui dentro. Diz-se assim: "A Petrobras reajusta o preço dos combustíveis. Tem que reajustar". O.k.! Ela pode reajustar, porque ela é o monopólio. Eu não tenho de quem comprar. Se eu quiser diesel, gasolina ou etanol, eu só posso ir àquele posto. São quatro ou cinco postos que vendem hoje aqui. O preço é aquele. Se eu não quero, vou para casa. Andar de bicicleta, andar a pé não posso. Meu trator não anda sem o diesel.

Eles impõem. Eu não posso botar o preço no meu produto. Eu tenho que perguntar: "Quanto é que tu me pagas, Rogério?". "Hoje, são R\$40, hoje são R\$50, hoje são R\$30." "Sim, senhor. Eu vou lhe vender por esse preço." Entendeu? Eu não posso impor, assim como as multinacionais dos defensivos, dos fertilizantes – multinacionais ou nacionais –, das peças, das máquinas, do juro, do diesel... Tudo é imposto para cima de nós, principalmente o imposto que nós pagamos para o Governo Federal, para os Governos estaduais e um pouquinho para os Municípios.

É uma engenharia... É o primeiro plano do Governo Bolsonaro. É de nossa responsabilidade.

Você ajudou, Soraya, eu ajudei, nós ajudamos. Vocês, hoje, estando no Executivo...

Aqui o Antônio representa os produtores rurais, neste momento, não só a CNA. Tu falas pela Contag, pela Fetag, pela Farsul, pela Federarroz, pelas nossas entidades.

Nós temos que achar uma forma de ajudar esse povo que está hoje carregando esse piano nas costas, e é muita gente.

Eu me encontrei na porta do teu gabinete, naquele dia em que cheguei lá, com o pessoal do café. Quando eu saí, estavam eles esperando ali. É outra tortura para aquele povo do café de Minas Gerais e de outros Estados que produzem café. Carregam, como nós carregamos, esses problemas de muitos anos. Nós temos que achar uma forma.

O Brasil não é essa maravilha, não, Boueri. A gente conversou naquele dia. Pegue uma Expodireto Cotrijal, pegue um Agrishow em Ribeirão Preto... Tu vais ao Paraná, à COMIGO, a qualquer lugar. Aquilo é uma minoria de produtores. Aquilo não é o produtor brasileiro, os cinco ou seis milhões que nós temos aqui. Aquilo que é uma nata, que pode comprar um colheitadeira daquele preço, e é um abuso o preço da colheitadeira.

Quando eu fazia projetos, Soraya, quando comecei, eu pegava assim, em 1974, em 1975, em 1976: com mil e poucos sacos de soja ou de arroz, eu comprava um trator; com dois mil ou três mil sacos, eu comprava uma colheitadeira. Hoje são 30 mil, 40 mil sacos para comprar a mesma coisa. A máquina modernizou sim, mas não é esse abuso, esse absurdo, para podermos fazer isso aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas contas nós temos que fazer, Sampaio. Ouviu, Antônio? Vamos fazer esse negócio, vamos mostrar esses custos, porque, seguramente, nos outros países não é assim. A exploração aqui dentro do Brasil é tamanha... Em cima de quem? Do coitado do produtor que está produzindo. Então, não vamos nós, Governo – no caso de vocês, que estão no Governo –, ainda tirar mais um pouquinho desse cara para proteger os bancos.

Se pegar o juro e o serviço da dívida que vocês estão pagando... O Antônio falou dos funcionários, do salário, que é uma parte, mas só o serviço da dívida, hoje, a rolagem que o Brasil está pagando é mais de R\$1 trilhão. Aqui está o grande abacaxi que nós vamos ter que ajudar a consertar. E não pode ser o produtor rural que vai pagar essa conta.

A previdência, sim, vamos trabalhar. Estamos trabalhando com o Secretário Cintra. Estou insistindo, há duas semanas, com o Presidente do Senado, para nós iniciarmos o trabalho da reforma tributária aqui no Senado, enquanto o pessoal fica, por mais dois meses, discutindo na Câmara a reforma da previdência. Ela é importante, nós vamos ajudar, como também a reforma tributária também. A gente está desenhando com o Cintra... Já existe um desenho para apresentar para o Presidente do nosso Senado, para nós começarmos uma discussão aqui da reforma tributária, de pelo menos parte dela ou, quem sabe, só dos impostos federais, não sei. Isso já ajuda no processo. Isso nós temos que fazer. Neste ano, as duas reformas têm que passar na Câmara e no Senado, no Plenário, para nós ajudarmos o Brasil.

Nessa parte, contem conosco. Agora, não nos tirem esses 4% que nós temos aí. Isso não é nada! Agora, nós temos que fazer, sim, ficar melhor essa distribuição. Vamos achar um jeito. Antônio, vamos pensar. Sampaio, Rogério, Otavio, vamos tirar esses penduricalhos de cima desses produtores.

Você é advogada, Soraya, e conhece esse assunto. Eu sou produtor, agrônomo. Enfim, vamos achar uma forma de fazer isso.

Obrigado pela fala.

Vamos acertar esse Plano Safra, que vai ser anunciado no mês que vem. Ele tem que ser para o bem de todos, não tirando um pouquinho do que nós temos aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

Realmente a gente precisa estudar uma forma, mas o produtor rural tem que começar a denunciar. E, aí, o MAPA está dizendo que está arrumando um mecanismo para denunciar de forma sigilosa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Soraya, Ricardo Conceição ocupava o lugar que o Rogério ocupou. Lá se vão 20 anos! Fala-se desse assunto, e a gente não consegue... O Moka estava aqui, a turma toda, e a gente já falava e mostrava: está aqui, denúncia a gente fez, e nunca resolveram. Alguém tem que dizer: isso não pode. Ponto e tchau! Denúncia existe. É só chegar a qualquer agência do Brasil inteiro... Você vai ao Bradesco, ao Banco do Brasil, ao Sicredi, a qualquer lugar e vê o cara empurrando um produto para aquele coitado lá. Temos que achar um jeito.

O SR. ANTÔNIO DA LUZ – Senadora, quanto a esse particular das denúncias, isso não é necessário; o Banco Central tem instrumentos para ver isso, sim. Do mesmo jeito que há todo um aparato burocrático dentro do Sicor e que ele tem que preencher mil coisas para saber se o cara não está pegando dinheiro e não está comprando uma caminhonete, o Banco Central consegue ver se ele não está comprando um título de capitalização, por exemplo, porque essas vendas acontecem simultaneamente à entrada dos custeios. É bem fácil ver isso, tanto é que as instituições financeiras nem se preocupam, porque sabem que não vai acontecer nada. Então, elas nem se preocuparam em apagar.

Mas eu queria fazer um registro em cima da fala do Senador Luis Carlos Heinze, porque eu acho que essa fala merece ser lembrada.

O Senador, em nenhum momento, pediu mais subsídio; não pediu. Ele não pediu para que o Governo tivesse uma política atuante nos preços. Ele não pediu coisa que distorce, que é ruim, que é cara; enfim, não pediu. Ele não pediu nenhum tipo desses subsídios, como acontece na Europa, como acontece... Nada! O que o Senador pediu – e ele conta com a nossa absoluta simpatia – foi competitividade.

Vejam que é importante a CRA perceber a mudança da agenda. Nós não estamos pedindo para o Governo interferir nos mercados, dar subsídio direto, pagar isso, pagar aquilo. Nós estamos pedindo competitividade, para abrir... Abra a economia! Abra! Deixe a gente comprar insumo lá fora, porque, do mesmo jeito que o Governo criou uma cesta de vencedores do sistema financeiro, ele também criou uma cesta de fornecedores de insumos. Também há uma política de campeões nacionais no fornecimento de insumos.

A abertura da economia, da qual nem se precisa falar, é um desejo dessa equipe econômica, é um desejo claro desse Governo. Mas aqui fica registrada a importância dessa política que nós sabemos que vai acontecer no País e o quanto isso impacta no nosso setor.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Só voltando aos penduricalhos, a venda casada já é proibida. Ela já é proibida, Senador. A venda casada já é proibida. Mas é a casa da mãe joana, não é? A gente vai trabalhar contra isso.

Há alguma questão mais a discutir?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra Otávio.

O SR. OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS – Permita-me somente fazer um breve comentário.

A minha parte é só a parte fiscal. Nós somos aqui uma dupla, mas a parte da gestão da política agrícola, nessa discussão muito legítima da competitividade no setor... Isso é óbvio. Não tem como o Ministério da Economia ser indiferente a isso. Pelo contrário, somos muito fortemente favoráveis a uma agenda – eu acho que isso cabe mais aqui ao Rogério.

Apenas com relação ao tamanho do Orçamento, quero só reforçar essa questão.

O Senador colocou que o Governo tem que entender, tem que ter essa atenção carinhosa... Ele a tem! Mas, se nós pegarmos o Orçamento do Governo, ele é um orçamento... Se fosse um pai de família, este deveria ser internado, porque ele gasta com restaurante fora, ele gasta comprando produtos importados, viaja para o exterior e está atrasando a escola das crianças! Um pai desses... Ainda ajuda também o cunhado que não trabalha, dentro da família, o que aumenta os gastos dele. Ele deixa o cunhado aumentar os gastos e faz mais de uma viagem para o exterior por mês. Então, quando nós olhamos para o nosso Orçamento, é isso. Ele vai pressionando.

Eu sou gestor público há mais de 25 anos. Eu era da área da dívida pública e rodava o mundo, conversando com outros gestores de dívida pública nos nossos eventos internacionais. Quando eu falava que eu me aposentaria com salário integral antes dos 60 anos, a pessoa olhava para mim e pensava assim: "Que país é o seu? É um país rico, é um país com uma renda *per capita* de US\$40 mil, para você se aposentar com salário integral antes dos 60 anos de idade?". Não existe isso no mundo! Nenhum servidor público se aposenta com mais do que 50% do seu salário, e os outros 50% ele vai buscar numa aplicação, compra um fundo de previdência, complementa... É um problema 100% dele. Mas nós temos essa realidade, e essa realidade está nos pressionando, aqui, em relação a todas as demais despesas.

Então, não adianta termos a sensibilidade. Quando todas as demais despesas públicas nos pressionam e deixam uma margem muito pequena para gastar, são as políticas públicas nobres que são pressionadas. Repito: a despesa com o Plano Safra é obrigatória no exercício em que ela ocorre e para os exercícios seguintes, mas, no momento da discussão do Plano Safra do ano seguinte, o orçamento é aquele pequeno, em que sobra um valor muito pequeno para discutir e para apresentar no Plano Safra a cada ano, e, a cada ano, é menor ainda.

Então, eu agradeço todo o esforço do Senador e do Senado em relação às reformas, não só a essa, que é a mais premente, que estamos a discutir, mas a todas as reformas de que nós precisamos. Inclusive, repito, temos de revisar os benefícios tributários, que representam 4% do nosso PIB, que é a parte, às vezes, bastante complicada também, porque cada um tem o seu benefício tributário para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guardar como seu e não quer abrir mão dele. Todo mundo quer fazer a reforma, mas não no meu, não é? Então, o debate fica bastante complicado.

Mas não falta sensibilidade, não. Falta dinheiro, porque o nosso orçamento é distribuído nos destinos mais incorretos, e aí nós deixamos de fora despesas nobres, como é o caso das despesas com a agricultura.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Quero agradecer a todos, principalmente pelo alinhamento do pleito do produtor rural com o Ministério da Agricultura, na pessoa do Eduardo Sampaio; com o Tesouro Nacional – Otavio, muito obrigada! – e com o Ministério da Economia. Rogério, muito obrigada.

Agradeço a participação dos senhores.

Tenho apenas mais um requerimento para continuar, mas vou deixar os senhores livres. Muito obrigada mais uma vez. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente Soraya, eu gostaria de pedir a V. Exa. que colocasse em votação um requerimento de nossa autoria que pede que nós possamos realizar no Estado do Acre um evento, na Assembleia Legislativa do meu Estado, para tratarmos de um tema do qual eu sou Relator, que eu acho da maior importância, que é o PLS 168, de 2018. O requerimento já se encontra na mesa. O PLS trata de licenciamento ambiental. A pedido de vários setores do meu Estado, eu gostaria de fazer esse debate na Assembleia Legislativa.

Entendo que esse nosso pedido tem tudo a ver com esta Comissão, que trata da agricultura e da reforma agrária. Nós entendemos que o licenciamento ambiental é de fundamental importância para o nosso País. É essa a linha, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vamos proceder à leitura, para votarmos na próxima reunião.

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro a participação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em evento a ser realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Acre – ALEAC, no dia 31 de maio de 2019, com o objetivo de instruir o PLS 168/2018, que regulamenta o licenciamento ambiental previsto no inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica, e que contará com a presença, além dos membros dessa Comissão que desejarem participar, dos seguintes convidados:

- 1. Representantes do Instituto do Meio Ambiente do Acre;*
- 2. Representantes da Superintendia do IBAMA no Acre;*
- 3. Representantes da Embrapa Acre;*
- 4. Representantes da Federação das Indústrias do Estado do Acre;*
- 5. Representantes da Federação da Agricultura e Pecuária no Estado do Acre;*
- 6. Representantes da Secretaria de Estado de Produção e Agronegócio;*
- 7. Representantes do Setor de Extrativismo do Estado do Acre;*
- 8. Representantes das Cooperativas de Marceneiros;*
- 9. Representantes da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Acre;*
- 10. Representantes da Frente Parlamentar da Agropecuária;*
- 11. Membros da Comissão Legislativa de Agricultura, Fomento, Agropecuária, Indústria e Comércio, Ciências e Tecnologia, e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.*

Autoria: Senador Sérgio Petecão

Lido o requerimento...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Pela ordem.) – Presidente, por conta da data, que seria dia 31, eu queria ver a possibilidade de nós aprovarmos nesta reunião de hoje, porque o dia 31 seria a próxima sexta-feira. A próxima reunião aqui seria na próxima quarta-feira. É isso? *(Pausa.)*

O evento seria no dia 31, na próxima sexta-feira. Eu preciso mobilizar essas entidades. Aí eu queria ver a possibilidade de V. Exa. já aprovar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Temos que fazer os convites, não é?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É verdade. É que eu não havia me atentado para isso.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Eu agradeço, Presidente. Eu queria também parabenizá-la pelo empenho na luta para que nós pudéssemos aprovar esse PLS. Obrigado pelo apoio.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada. Conte comigo lá.

Agradeço a todos, servidores, Senadores, palestrantes que estiveram aqui.

Declaro encerrada a reunião de hoje.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 13 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Major Olímpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Kátia Abreu, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Eliziane Gama, Jayme Campos, Telmário Mota e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Weverton, Jean Paul Prates, Angelo Coronel e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 4/2019 - CCT, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, e REQ 11/2019 - CCT, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, para discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento das Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH) e das Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGH) no Brasil. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, Hélyvio Guerra, Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia - SPE/MME; Paulo Arbex, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas - ABRAPCH; Carlos Eduardo Cabral, Superintendente de Concessões e Autorização de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - SCG/ANEEL. Jonatan Ross, Superintendente de Expansão e Gestão de Ativos de Geração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Concluídas as apresentações, usam da palavra os Senadores Eduardo Gomes, Paulo Rocha, Izalci Lucas, Kátia Abreu e Wellington Fagundes; o Deputado Federal Adriano do Baldy; e o Sr. Pedro Dias, Vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas – ABRAPCH. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/03>

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de abril de 2019.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da Reunião da CCT.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as Notas Taquigráficas.

Comunicado da Presidência.

No dia 17 de abril, às 9h, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, Sr. Marcos Cesar Pontes, comparecerá à CCT para prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Sras. e Srs. Senadores e convidados, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e das Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) no Brasil, em atendimento aos Requerimentos nºs 4 e 11, de 2019, da CCT, de minha autoria.

Convido, então, para tomar assento à Mesa de expositores o Sr. Carlos Eduardo Cabral, que é Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica – SCG/Aneel, representante do Sr. André Pepitone da Nóbrega. Já agradeço a vinda. Com certeza será muito esclarecedor para nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também convido o Sr. Hélyio Guerra, Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – SPE/MME, representante do Sr. Reive Barros, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia.

Também convido o Sr. Jonatan Ross, Superintendente de Expansão e Gestão de Ativos de Geração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), representante do Sr. Wilson Ferreira Júnior, Presidente da Eletrobras. *(Pausa.)*

Obrigado pela presença.

Também convido o Sr. Paulo Arbex, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas (Abrapch). *(Pausa.)*

Bem-vindo!

O Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), declinou do convite em razão de compromissos assumidos anteriormente. Foi feito um convite a ele, Senador Paulo, e ele declinou. E mais: não indicou nenhum representante.

Eu acho que, pela importância de uma audiência pública, quando a gente faz um convite ou aprova um requerimento a todos os órgãos, ele é muito importante. Eu vejo como uma oportunidade que têm de vir aqui mostrar um pouco do trabalho que é feito no órgão ou no Ministério. Então, é lamentável.

O Sr. Ricardo Cyrino, Secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia não comparecerá à audiência em razão de o Ministério já estar representado pelo Sr. Hélyio.

Quero agradecer ao Ministério de Minas e Energia, Sr. Hélyio, que se prontificou a vir aqui estar falando um pouco para nós, esclarecendo. Às vezes, as pessoas não entendem a razão de haver uma reunião muito importante como esta em um momento tão complicado por que passa o País, em que a gente vê o Governo central com boas intenções, o nosso Ministro de Minas e Energia, o nosso Ministro de Ciência e Tecnologia. Aliás, todos os Ministros com quem eu tive oportunidade de estar têm bons projetos para o nosso País, mas, para crescer 3%, 4% ao ano, nós temos que decidir, viabilizar e discutir de onde virá essa energia, já que o País, para crescer, precisa de energia.

Comunico que esta reunião é interativa, por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo Alô Senado, pelo número 0800-612211. Assim, as pessoas que têm interesse podem enviar comentários ou perguntas.

Durante o curso da audiência, esta Presidência poderá fazer intervenções para apresentar os comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que assistem a nós.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, às exposições pelos convidados, tendo cada um o tempo de dez minutos para a apresentação. A gente sabe que o tempo de dez minutos é curto para apresentar, eu sei que cada um tem muito a falar, mas é o tempo que foi colocado. No decorrer das falas, a gente vai controlando esse tempo.

Passo a palavra agora ao Sr. Hélvio Guerra, Secretário Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – SPE/MME, agradecendo mais uma vez, Hélvio, o seu desprendimento de estar aqui conosco.

O SR. HÉLVIO GUERRA – Bom dia, Senador, bom dia a todos e a todas.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer, em nome do Ministro Bento Albuquerque e do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Reive Barros, o convite e a oportunidade de estar debatendo aqui na Comissão.

Eu pediria apenas que pudessem colocar os meus eslaides aqui, por favor. *(Pausa.)*

Obrigado.

Senador, eu preparei aqui algumas informações sobre como anda o planejamento do setor e, embora esta Comissão fale de PCH e de CGH, eu também incluí algumas informações sobre energia eólica, porque eu acho que seria pertinente.

O próximo, por favor. *(Pausa.)*

Obrigado.

Eu gostaria de iniciar falando um pouco sobre como tem sido a ação do Ministério de Minas e Energia na atual gestão do Ministro Bento Albuquerque. É o empenho do Ministro e de toda a equipe que atua no Ministério a criação de possibilidades, de oportunidades de novos investimentos. Para isso, nós precisamos e estamos empenhados em melhorar a governança do setor e nos pautamos pelo respeito às competências dos formuladores de políticas públicas, seja o Congresso Nacional, seja o Ministério de Minas e Energia, com o respeito à ação dos reguladores setoriais.

Em relação, também, à criação de oportunidades, novas oportunidades de investimentos, nós precisamos assegurar a estabilidade, a segurança jurídica, a segurança regulatória e a previsibilidade. Esta é a palavra que nos chama muito a atenção: previsibilidade. Dou como exemplo aqui a divulgação prévia da agenda de leilões de energia, de leilões de energia senso amplo. Há duas ou três semanas, foi divulgada a agenda dos leilões de energia elétrica com a previsão de todos os leilões nos próximos três anos. Então, essa é a tônica do Ministério em relação à previsibilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que tudo isso possa acontecer, o que promove, o que é o empenho do Ministro e o empenho do Ministério é o diálogo. A palavra-chave é o diálogo entre Governo, empresariado e sociedade. Esse diálogo pautado pela responsabilidade, pelo pragmatismo, pela transparência e pela harmonia entre todos os atores nesse segmento.

Eu quero falar um pouco sobre PCH e sobre CGH e, para isso, eu quero primeiramente caracterizar o que vem a ser isso. A característica é basicamente de potência e essa caracterização foi variando ao longo do tempo. Em 1982, foi definido o que é PCH. PCHs são as usinas que possuem potência entre 1MW e 10MW e as CGHs são as usinas que têm potência até 1MW. Uma característica importante desse empreendimento chamado CGH é o fato de que eles são dispensados de outorga. O empreendedor, que tem interesse na implantação, implanta esse empreendimento e comunica ao poder concedente a sua existência. Então, ele é dispensado de outorga pelo poder concedente.

Ao longo do tempo isso foi sendo alterado. Em 1998, a legislação alterou a potência da PCH para 30MW. Em 2015, uma alteração, agora, da potência de CGH, que passou de 1MW para 3MW, potência máxima em 3MW. E, em 2016, uma nova alteração na legislação mudou, de novo, a potência das CGHs para 5MW. Então, hoje, empreendimentos hidrelétricos até 5MW são dispensados de outorga pelo poder concedente.

Definidas, então, essas características, eu quero falar um pouco sobre algumas das características do setor elétrico brasileiro.

Nós podemos afirmar com segurança que o Brasil é um dos poucos – se não for o único – países que têm a potencialidade que tem e a diversidade de fontes que tem. Se nós olharmos somente para as fontes renováveis, chamadas renováveis, nós temos um potencial hidráulico imenso, nós temos vento, nós temos sol e nós temos biomassa. Essas são características importantes e que diferenciam o setor elétrico brasileiro dos setores elétricos de muitos países.

Além disso, as fontes que não são consideradas como renováveis. Nós temos também um potencial de gás natural, hoje, com o pré-sal, nós temos combustível suficiente para geração termelétrica com carvão e em usinas nucleares.

O que é o destaque desse conjunto? São as fontes renováveis. Em fontes renováveis, essa é a composição hoje, nós temos a nossa matriz hoje de potência instalada da ordem de 164 mil megawatts. Essa é a potência total instalada no País. E as fontes renováveis têm uma representação significativa nesse conjunto. Se nós olharmos só para a fonte hidrelétrica ou potencial hidráulico, nós temos quase 64% da nossa matriz com a fonte hidráulica. Quando nós consideramos a biomassa e a eólica, nós temos, cada uma, em torno de 9% da matriz. E a solar que, embora seja com um percentual bem mais baixo, está numa velocidade, está numa curva ascendente muito acentuada, e é uma fonte promissora no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, inclusive com preços, vou mostrar adiante, que caem de forma vertiginosa. De hidráulica, nós temos quase 3,5% ou um pouco mais com PCHs e CGHs em nossa matriz.

Não são só as usinas que estão em operação, esse conjunto é de usinas em operação. Nós temos outro conjunto de usinas que estão em construção no Brasil. Então, se nós olharmos, aí eu vou destacar, a eólica, há hoje mais de 1 mil megawatts que estão em implantação, em construção. Com aproximadamente 15% da eólica que estão em operação, nós somamos mais 1 mil megawatts, o que passa para 16MW e vai representar exatamente ou quase exatamente os 10% da nossa matriz com a fonte eólica, o que é bastante significativo. Além da hidráulica, com 400MW que estão em construção no Brasil atualmente.

Além dessas, nós temos aqueles empreendimentos que já estão outorgados, mas ainda não iniciaram as obras. Aqui, mais uma vez, eu faço um destaque importante para a eólica. Nós temos mais 4 mil megawatts de eólica aguardando a oportunidade para iniciar a construção. Com 4 mil megawatts mais 16MW, a que eu havia me referido anteriormente, nós estamos falando de 20MW, o que vai aproximando, a eólica, aos 15% da matriz, o que é bastante significativo por ser uma fonte renovável. Da mesma forma, temos PCH e CGH com 1.460 megawatts que estão outorgados, mas ainda não iniciaram operação.

Ali eu coloquei um destaque que também é bastante significativo de tudo o que está aguardando para ter iniciadas as obras, todas as fontes. As fontes renováveis, que são as que estão destacadas, representam quase 75% de tudo o que está em construção, que está aguardando para iniciar a obra. Além disso, nós temos um potencial que ainda pode ser explorado, empreendimentos que não estão outorgados, mas acerca dos quais existe uma expectativa muito positiva. Se nós olharmos para o potencial hidráulico, nós temos, em estudo, 96 mil megawatts e a inventariar 58 mil megawatts. Nós estamos falando de 154 mil megawatts, o que representa quase o dobro, quase dobraram a nossa capacidade instalada.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLVIO GUERRA – Eu imagino que esse sinal é para indicar o tempo.

Se nós olharmos para o potencial eólico, Senador, os números são ainda mais expressivos, quer dizer, nós temos, considerando a altura de torres, hoje, quase 450 mil megawatts que poderiam ser explorados, que se estima que poderiam ser explorados. Isso significa quase três vezes toda a capacidade instalada no Brasil hoje.

Se nós olharmos para o Plano Decenal de Expansão, no horizonte de 2027, se nós considerarmos toda a potência, toda a energia, não só a energia elétrica, mas a energia em senso amplo, em 2017, nós tínhamos 43% da energia que era explorada no Brasil com fontes renováveis. A previsão, o prognóstico





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é de que essa participação das renováveis em energia cresça para 47%. E isso considerando um crescimento de 2,3% ao ano para o setor energia.

Se nós nos prendermos agora à energia elétrica, ela é mais significativa ainda. Em 2017, nós tínhamos 80% de fontes para a geração de energia elétrica renováveis e a expectativa, o prognóstico, a previsão, o indicativo no Plano Decenal de Expansão é para que esse número chegue a 86%, quase 87% de fontes renováveis para a geração de energia elétrica com uma expectativa de crescimento de 3,6% ao ano só para o setor elétrico.

Aqui eu destaco qual é também, dentro do Plano Decenal de Expansão, a participação da eólica e das PCHs mais CGHs. Se nós considerarmos de 2023 para a frente, nós temos uma previsão de crescimento de 350MW para as pequenas centrais e CGHs, até 2024, depois, acrescido a isso, 450MW entre 2025 e 2027 e estendendo-se além do horizonte do Plano Decenal, uma expectativa de 600MW de PCHs e CHGs.

Se nós olharmos para a eólica, nós estamos falando, no Plano Decenal, de 2 mil megawatts de incremento a cada ano a partir de 2023. Isso estendendo-se também após o horizonte com os mesmos 2 mil megawatts.

O que significa isso? Significa investimento. Se nós olharmos para os investimentos, nós estamos falando, no setor energia como um todo, de quase R\$1,5 trilhão de investimentos previstos até 2027. Se nós olharmos só para o setor elétrico, nós estamos falando de R\$400 bilhões em investimentos até 2027. Para a mineração, R\$80 bilhões, com o horizonte até 2022.

O setor elétrico sozinho representa R\$74 bilhões, ou representou, em 2018, R\$74 bilhões em investimentos, que correspondem, aproximadamente, a um terço de toda a receita do Governo Federal, excetuada a receita de impostos. Então, a gente tem ali R\$74 bilhões em termos de arrecadação. O setor elétrico é bastante significativo para o País.

Aqui eu coloquei, como disse antes, uma evolução de preços das três principais fontes renováveis que nós temos. A curva azul é a curva que representa a variação de preço da eólica. Então, nós podemos perceber lá, desde o Proinfa, que é a primeira coluna, que nós tínhamos um preço bastante elevado e, a partir dali, uma queda significativa. E nos últimos anos, de 2015 para frente, nós temos quase uma queda exponencial do preço da eólica.

Se nós olharmos para a solar, fotovoltaica, que é a curva amarela, em que pese ser uma fonte mais recentemente introduzida no País, nós temos uma queda que acompanha quase paralelamente a queda de preços da eólica. Isso acontece no Brasil e no mundo. Para a PCH, nós temos algo mais constante, mas os preços não têm caído na mesma proporção da fotovoltaica e da eólica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós olharmos aquilo – e aí eu vou pedir licença aqui ao Dr. Carlos Cabral para colocar alguns números da Aneel –, então, se nós olharmos os projetos básicos de pequenas centrais que já estão analisados pela Aneel, que foram analisados entre 2015 e 2018, nós temos esta distribuição nas Regiões. Nós podemos destacar ali a Região Sudeste, a Região Sul e a Região Centro-Oeste como sendo as campeãs em termos de potencial. Na Região Centro-Oeste, o Estado do Senador talvez seja um dos campeões em termos de potencial. Eu acredito que seja o que tenha o maior potencial hoje das usinas que foram analisadas pela Aneel: 2.840MW em projetos já aprovados ou analisados pela agência.

Se nós considerarmos o total, se todos esses empreendimentos saíssem do papel, se eles se tornassem realidade, se tornassem empreendimentos gerando energia elétrica, nós estamos falando de algo em torno de R\$64 bilhões de investimento no País e com um detalhe importante: eu costumo dizer que é investimento na veia da economia, porque aqui nós estamos falando de um empreendimento que tem tecnologia nacional, tem tecnologia de construção e tecnologia de fabricação de equipamentos totalmente nacionais. Então, é realmente um motor da economia importante que a gente consiga fazer com que esses empreendimentos sejam viabilizados.

Eu costumo dizer que, além da geração de energia elétrica, a Pequena Central Hidrelétrica tem um benefício que vai – algumas vezes não percebido – além da geração de energia elétrica propriamente dita. Nós fizemos estudos – e aí, de novo, feitos pela Aneel – mostrando que há impactos positivos em termos socioeconômicos das pequenas centrais. Ali a Aneel fez um trabalho olhando 176 Municípios onde existem PCHs, ou seja, são sedes de PCHs, e é uma análise da variação de alguns indicadores entre 2000 e 2010.

Se nós olharmos para esses 176 Municípios olhando o IDH, por exemplo, o IDH dos Municípios onde há PCHs cresceu 20%, em torno de 20% acima daquilo que foi o crescimento do IDH dos Municípios vizinhos onde não estão implantadas essas pequenas centrais. E todos os índices são favoráveis. Se nós olharmos para o Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, a distribuição, nós temos 10% de decréscimo do Gini, ou seja, a desigualdade diminuiu nesses Municípios. Se nós olharmos a renda *per capita*, há um crescimento ainda mais acentuado, em torno de 40%, para os Municípios onde há as pequenas centrais. Claro que eu falo aqui de pequenas centrais, mas isso vale para as usinas hidrelétricas de um modo geral, mas esse estudo foi feito olhando para as pequenas centrais. E não é só a pequena central. Quer dizer, o setor elétrico tem impacto socioeconômico com quase todas as fontes.

Aqui eu coloquei um levantamento para o Município de João Câmara, no Rio Grande do Norte. O Rio Grande do Norte hoje é um dos Estados que tem a maior concentração de empreendimentos eólicos. Então, se nós olharmos para o Município de João Câmara, aquela linha verde é a linha que mostra o crescimento do PIB *per capita* no Município e as duas linhas abaixo representam a mesma evolução do PIB *per capita* para o Município de Bento Fernandes e para o Município de Poço Branco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós conseguimos perceber que, no Município de João Câmara, onde há uma grande concentração, talvez uma das maiores, de eólicas no Estado do Rio Grande do Norte, temos um crescimento do PIB *per capita* muito diferente – é visual isso – daquela do PIB *per capita* dos outros dois Municípios onde não existem usinas eólicas.

Essa seria a mensagem que eu passaria inicialmente. Espero ter ficado próximo dos dez minutos e agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado.

Senador Eduardo, o senhor pediu a palavra?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, na hora do debate mesmo, para fazer algumas colocações. Acho que ainda existem as outras exposições. Eu vou aguardar, então.

Parabéns pela iniciativa desta importante audiência, já que vem de um Estado onde a realidade de geração hídrica tanto de grande porte quanto as PCHs é muito presente. Eu tenho algumas considerações sobre o tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sua presença aqui, Senador, engrandece muito esta audiência.

Eu quero, ainda a tempo, marcar a presença aqui do Sr. Ernesto Fonseca Veiga, Diretor da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Aparecida de Goiânia, que está fazendo um trabalho belíssimo ali.

Parabenizo o Prefeito Gustavo também por essa iniciativa de tirar já do seu orçamento... Senador Paulo, o Prefeito de Aparecida tirou R\$60 milhões para investir em ciência e tecnologia. Está sendo um exemplo para nós e tem que ser realmente reconhecido.

O Sr. Cleomar Rocha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Município de Aparecida de Goiânia também está presente; o Sr. Sevan Naves, Presidente da Associação das Pequenas Centrais Hidrelétricas do Estado de Goiás – obrigado pela presença –; Felipe Dib, Coordenador de Estudos Hidroenergéticos da Aneel; também em tempo, da Abragel (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa), a Sra. Nathália Nóbrega, Analista de Regulação; e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de PCHs e CGHs, o Sr. Pedro Dias.

Obrigado pela presença de todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra agora ao Sr. Paulo Arbex, Presidente da Diretoria Executiva da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas. Com a palavra, Sr. Paulo.

O SR. PAULO ARBEX – Obrigado, Senador.

Queria agradecer o convite em nome de toda a ABRAPCH e parabenizar pela iniciativa. Acho que é um tema bastante importante, que pode render muitos frutos para a melhoria do nosso País.

Nossa associação é uma associação com DNA de micro, pequeno e médio empreendedor, uma associação jovem. Ela foi fundada em maio de 2013, e foi fundada porque nós percebemos – nós, micro e pequenos empresários do setor – que a grande maioria dos problemas que a gente enfrentava estavam da porta para fora das nossas empresas, e não para dentro. A gente sempre tem algum espaço para melhorar a eficiência, mas a gente sentiu que estava enxugando gelo, que a gente precisava participar da vida política do País, mostrar os nossos pontos, vir aqui ao Senado, ir à Câmara, ir ao Executivo, e mostrar os benefícios da nossa fonte para o País e as medidas que precisarão ser tomadas para o setor deslanchar.

Nós estamos bastante entusiasmados com esta Legislatura, com este Governo que se inicia. São três meses apenas, mas a gente entende que o que a gente vai mostrar aqui vai bem em linha com os anseios da sociedade brasileira de hoje.

Apesar de as nossas usinas serem individualmente muito pequenas, o nosso setor, de pequeno, não tem nada: são 5,5 mil megawatts de capacidade instalada, como o Dr. Hêlvio acabou de mostrar aqui, e tem um potencial de mais uns 21 mil megawatts, inventariados na Aneel, com aquela parcela de 12 mil, mais ou menos, já aprovada, e mais uma fila grande aí, em via de aprovação. Esse montante dá uns R\$168 bi de investimento total, que poderiam ser realizados no Brasil inteiro, inclusive no Nordeste. Nós temos um potencial bem razoável na Bahia e em alguns outros Estados do Nordeste.

Nós entendemos que as PCHs, as pequenas centrais hidrelétricas, têm um conjunto de benefícios, um conjunto de atributos que as tornam, sem falsa modéstia, a melhor fonte de geração de energia elétrica no País. O mundo inteiro primeiro esgotou o seu potencial hidráulico, para depois ir atrás de outras fontes. E são vantagens técnicas, vantagens de IDH, como o Dr. Hêlvio colocou.

Em primeiro lugar, têm o menor custo global por megawatt/hora do mundo. Vou mostrar um ponto aí. A gente fala muito em projeções, fala muito em leilões quando a gente fala de preço. Nós fizemos um exercício reverso. Nós pegamos quantos megawatts cada fonte entregou, quantos reais cada fonte entregou, dividimos um pelo outro. Isso dá um custo real efetivo, quanto saiu o megawatt histórico, de verdade. Isso é número, é fato, não é projeção, não é promessa, não é coisa que pode ou não se realizar. As hidrelétricas ficaram com o menor custo de todos, entre 120 e 200; as eólicas ficaram historicamente com 250, mais ou menos, e as térmicas chegaram a até R\$1.200. Então, é uma diferença de preço muito grande. As hidrelétricas contribuíram, entregaram caixa para o Tesouro Nacional. Foram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R\$29 bilhões só com a relicitação das concessões que venceram. Nenhuma outra fonte oferece esse benefício.

As hidrelétricas duram séculos. Nós temos hidrelétricas, no Brasil, em operação há mais de 130 anos. Não há nada mais renovável e não há nada mais economicamente eficiente do que uma coisa que dura séculos, com um custo de operação e manutenção baixíssimo. Esse é o caso das hidrelétricas. É a solução mais limpa e mais barata para se estocar energia. A melhor tecnologia que há hoje, no mundo, de estocagem de bateria é a base de íons de lítio. Lítio é um metal pesado, venenoso. Ele é tóxico. Ele não é nem poluente; ele é tóxico. Ele é venenoso. Se ele for descartado em rios, por exemplo, ele contamina a água e pode até causar a morte de pessoas. Então, um reservatório de hidrelétrica é uma solução mais barata, mais limpa e mais eficiente para se estocar energia.

E há mais todos esses benefícios aqui, mas, como temos só dez minutos, vamos focar no que a gente precisa de mudanças.

Fatos; de novo, os fatos. O Brasil construiu esse sistema de hidrelétricas, que foi um plano bolado pelo Juscelino Kubitschek e um time de primeiríssima linha que ele montou. Os governos militares que o sucederam quintuplicaram essa expansão, porque viram que estava dando certo, mas é uma iniciativa que começou com o Juscelino. O Juscelino negociou, em troca da abertura do mercado brasileiro para fornecedores estrangeiros de turbina lá na década de 50, transferência de tecnologia integral.

Nós estamos aqui na ciência e tecnologia. O Brasil desenvolveu essa tecnologia, aperfeiçoou e hoje nós exportamos tecnologia hidráulica. A China, quando foi construir Três Gargantas, que hoje é a maior usina do mundo em capacidade instalada, veio contratar engenheiros aqui. A nossa engenharia nacional de hidrelétrica deveria ser motivo de orgulho, de satisfação. A gente está exportando para o mundo. Acho que é um dos pouquíssimos setores em que o Brasil tem a melhor tecnologia do mundo. E nós precisamos preservar e alavancar mais ainda isso.

Essa energia limpa, barata e abundante permitiu que o Brasil se desenvolvesse, se industrializasse e melhorasse a qualidade de vida dos seus cidadãos. A gente viveu 30 anos de ouro, as décadas de 50, 60 e 70, graças a essa energia que tanto desenvolvimento promoveu, como o Dr. Hélyio mostrou naquele estudo da Aneel, e o impacto social também disso tudo. Foram os tais anos dourados. Há até minissérie da Globo sobre isso. Foram os anos do milagre econômico, o Brasil se modernizou e avançou muito.

Aí, no final da década de 90, começou o movimento meio, até um pouco histérico, de demonização, de difamação da fonte hidráulica, apontando mil e um defeitos e problemas. Houve uma proliferação de ONGs estrangeiras, um ambientalismo meio seletivo, exigindo um volume absurdo de compensação ambiental das hidrelétricas e não exigindo que outras fontes compensassem os seus efeitos. Toda fonte de energia tem impacto ambiental. Construímos um monte de termelétrica fóssil;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentamos, carbonizamos a nossa matriz, enquanto o mundo inteiro estava descarbonizando as suas, e a um custo muito maior do que o custo que seria o das hidrelétricas se a expansão tivesse sido feita com mais hidrelétricas. Nós chegamos ao absurdo de criar um índice de custo/benefício, em vez de preço, para julgar leilão, e esse índice de custo/benefício apontou que o custo das termelétricas, como elas iam ficar paradas, era de R\$134 por megawatt-hora. Deixou de contratar a hidrelétrica, na época, a R\$145, e hoje estas térmicas que foram contratadas como se o custo fosse de R\$134 estão custando mais de R\$1 mil o megawatt-hora. Em três anos, 2013, 2014 e 2015, o Brasil queimou R\$89 bilhões de combustível – R\$89 bilhões – com essas térmicas para uma quantidade de energia minúscula.

Então, o que aconteceu, de onde veio isso?

Eu adoro esse livro e sempre o menciono nas audiências a que eu venho e nas conversas que eu tenho, que se chama *Uma Demão de Verde*. Ele foi escrito por uma jornalista investigativa canadense, com quatro ou cinco prêmios de jornalismo. Ela, para mim, é um modelo de jornalista. Ela acompanhou a gênese do movimento ambiental de 1986 a 1996.

O resumo da ópera é o seguinte: ela mostra que começou com um movimento de super boa vontade, de gente boa, gente querendo fazer o bem, só que rapidamente as indústrias mais poluentes do Planeta e os interesses econômicos das grandes potências industriais tomaram conta da cúpula desse movimento. E o movimento ambiental ainda tem uma base de gente boa, gente séria, gente que quer fazer o bem, mas tem também uma cúpula que, às vezes, usa a preocupação ambiental das pessoas para defender interesse econômico de uns ou de outros.

Esses são outros livros.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PAULO ARBEX – Acabou meu tempo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ARBEX – Bom, e, aí, o que aconteceu? Na verdade, o que a gente fez com essa demonização de hidrelétrica foi que a construção de novas hidrelétricas, inclusive das pequenas, foi praticamente interrompida. A construção de reservatório virou impossível. A gente passou a construir só usina a fio d'água. E tome térmica, e tome carbono, e tome fóssil. E o que que aconteceu com isso tudo? O Brasil tinha... Eu acho que esse quadrinho mostra direitinho o quanto custou essa demonização das hidrelétricas para o País, o que a gente precisa reverter, especialmente das pequenas. A gente tinha, até 2000, 85% a 90% da energia fornecida de fonte hidro; hoje, nós temos 60% a 70% hidro. Nós tínhamos a energia elétrica mais barata do mundo, segundo a Agência Internacional de Energia, lá em 2000; hoje, nós temos a quinta mais cara do mundo, segundo a Agência Internacional de Energia, e a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quarta mais cara do mundo, de acordo com o estudo da Firjan (Federação das indústrias do Rio de Janeiro). Então, não dá para discutir que a gente piorou e muito no quesito custo para o consumidor.

A gente gerava 100% dos empregos no Brasil. Nós temos uma indústria 100% nacional, que não precisa importar um parafuso para construir hidrelétrica. Nós exportamos empregos para a Ásia, Europa e América do Norte quando a gente compra equipamento importado.

A gente tinha a energia como fator de competitividade; hoje, a energia é uma preocupação de quem quer investir no Brasil. Vai ter energia? E vai ter energia a que custo? Vou conseguir ser competitivo comprando a quarta energia elétrica mais cara do mundo? Difícil, não é?

Nós tínhamos a energia mais limpa e mais renovável do mundo, e nós aumentamos as emissões de carbono do setor elétrico em 700%. Isso são números do Seeg, que é uma associação de várias ONGs ambientalistas, que calcula esse número.

A gente tinha energia elétrica abundante, estável e confiável; hoje a gente está sempre flertando com a preocupação de se vai ter racionamento se o País voltar a crescer forte ou não vai. Eu acho que está seguro, eu acho que hoje a gente tem uma reserva boa, a gente tem um monte de alternativa, mas não podemos bobear, porque se este País decolar de novo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ARBEX – Exatamente.

E a recessão brutal que a gente viveu tirou a pressão sobre a energia.

A gente exportava máquina, equipamento e tecnologia e hoje está importando. Enfim, a gente tinha reservatórios que davam para quatro anos de consumo; hoje, dão para três meses. Quer dizer: vivemos três décadas de ouro e passamos pela pior crise da história. O PIB do País caiu 6,7% em quatro anos. Isso é pior que na grande depressão. Eu fui levantar: é pior que na grande depressão. O Brasil cresceu mais na grande depressão do que nesses quatro anos aí.

A fonte é moderna, a tecnologia é de ponta. Isso aqui é tecnologia de jato, engenharia de fluidos. A tecnologia envolvida na construção de uma hidrelétrica, na produção de turbina, é a tecnologia de jato; não há nada de antiquado nisso aí. A roda d'água... Assim como isso aqui é uma evolução de roda d'água, a eólica é uma evolução de catavento, a solar é uma evolução de relógio de sol. Não tem mágica, não é? Mas todas elas são tecnologias de ponta. E nossas. Nossas!

Esse é aquele estudo que eu falei. Quando você divide o montante de reais que cada um recebeu pela quantidade de megawatts-hora que cada um entregou, dá isto aqui: as grandes hidrelétricas, com R\$136 de média; as pequenas, com 212, seguidas pelos resíduos: 277; depois vem eólica, com 327; e depois a biomassa, com 445. Na hora em que a gente vai para as fósseis, que é aquela coluna cinza, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos uma média de 256 para o carvão – é a mais suja, mas é a mais barata, e a quantidade de emissão dela não é tão longe assim da do óleo diesel –; gás, 433; óleo pesado, 912; e diesel, R\$5,4 mil. Por quê? Porque recebe parada.

Essas térmicas fósseis paradas recebem um aluguel. Se geram, elas repassam 100% do preço do combustível, não importa quanto o barril do petróleo tenha subido, não importa quanto o dólar tenha subido. Este risco e este custo são repassados automaticamente para o consumidor. Então, na hora em que você vê o aluguel da usina parada, sem gerar nada, custou R\$5,5 bilhões por ano, em média, nos últimos três anos. Quer dizer, é o seguro mais caro do mundo. A gente tem uma alternativa melhor que é a hidrelétrica com reservatório. Ela não precisa ficar parada, pode ficar gerando e ainda guardando água no reservatório. Ela faz o papel da segurança e ainda entrega energia.

Transmissão e distribuição é outro problema. A falta de isonomia no setor hoje é violenta. Cada associação foi tentando defender o seu, conseguiu uma vantagenzinha aqui, um favorecimentozinho ali, e hoje a gente precisa arrumar esse negócio, porque a alocação dos custos de distribuição e transmissão está muito diferente entre as fontes. Para trazer essas novas usinas, o governo acabou, no passado – governos passados –, construindo linhas e bancando os custos de transmissão de algumas fontes e não bancando de outras.

Nós, das pequenas, construímos as nossas próprias linhas e levamos a nossa energia até a rede da distribuidora. Outras fontes têm linha de quatro mil, cinco mil, sete mil quilômetros pagos pelo contribuinte. Isso é transferir um custo que é da fonte para o consumidor. Fazendo isso, você subsidia indiretamente um em relação ao outro. Isso precisa ser equalizado, precisa haver um critério justo de competição entre todos.

A importância da estocagem e dos reservatórios. Isso aqui é um perfil do consumo diário de energia do Brasil. Da 1h da manhã, mais ou menos, até às 7h da manhã, o consumo é 40% menor do que no pico. Então a gente precisa ter, no setor, um pulmão. A gente precisa de reservatório para fazer frente a isso aqui. Só há dois tipos de usinas que conseguem atender isso aí, que são as despacháveis: ou a hidráulica, com reservatório, ou a térmica fóssil.

A solução da bateria. Acho que com essa foto aqui dá para a gente ilustrar muito bem a vantagem do reservatório via pilha ou via bateria. Não tem lixo, não tem que dispor depois de lítio e nada.

Do IDH, o Dr. Hélyio já falou e vou pular.

Nós temos a menor pegada de carbono do Planeta. Esse é o conceito do *carbon footprint*, do IPCC (The Intergovernmental Panel on Climate Change), que é o órgão mais respeitado do mundo – é da ONU – no quesito mudança climática e emissão de carbono.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As hidrelétricas emitem quatro gramas por quilowatt-hora. A fóssil mais limpa, que é o gás natural, 469. Quer dizer, 110 vezes mais do que as hidrelétricas. Então, quem está preocupado com o meio ambiente, com as mudanças climáticas, precisava ver isso aqui e saber disso. E nós produzimos menos carbono também do que todas as outras renováveis.

Bom, qual o nosso principal problema? É a contratação muito baixa de PCH e CGH ao longo dos últimos anos. De 2005 a 2018, foi só 1,91% do total. E a gente acha que não tem cabimento continuar nessa toada. Nós precisamos reverter isso. Nós confiamos no Dr. Hélivio, que está assumindo agora. Nós confiamos na Diretoria da Aneel – Cabral, Pepitone – para fazer essa mudança. Mas não tem cabimento a gente contratar 1,91% de PCH e CGH e contratar 26% de térmica fóssil, muito mais cara! Esse equilíbrio precisa ser revisto.

Plano decenal, o Dr. Hélivio já falou. Nosso pleito é que o plano de expansão seja revisto. Nós entendemos que esse volume de contratação previsto no plano decenal, de PCH e CGH, ainda é muito baixo, principalmente nestes primeiros anos, de 2018 a 2023. Para frente aumenta um pouquinho, mas ainda assim precisa melhorar. O que nós pedimos é mil megawatts instalados por ano, mais ou menos 500 megawatts médio por ano. E que isso comece a acontecer já agora, em 2019. O setor já está esperando, anos a fio, a promessa de aumentar a contratação, e ela nunca vem. Nós precisamos encontrar uma solução.

O grande problema que sempre... Dizem: "Ah, não, o TCU pode questionar, porque colocaram mil e poucos mega de usina de PCH e CGH em leilão e a gente precisa contratar só cem". A gente precisa achar uma solução para isso. Se precisar, nós vamos ao TCU, se precisar, nós vamos ao MP, nós mostramos, nós explicamos, mas não tem cabimento a gente continuar contratando de 100 a 130 megawatts. Não dá para sustentar uma cadeia produtiva, não dá para manter a nossa tecnologia se a gente não aumentar isso daí. E não vai matar ninguém! Ninguém vai sofrer muito com isso daí, pois 500 megawatts médios não prejudicam ninguém, nenhuma outra fonte. Nós queremos o espaço que merecemos, para o bem do País.

Segundo ponto. A gente precisa restabelecer a isonomia no nosso setor. A gente precisa começar a fazer a coisa certa, a coisa justa. Cada fonte deve compensar 100% dos seus impactos ambientais, e não somente nós compensarmos. Hoje, hidrelétrica tem que investir até 30% do valor do Capex para compensação ambiental, o que muitas vezes nem compensação ambiental é. E os outros não fazem nada! A térmica vai lá, emite uma tonelada de carbono e não paga por isso. Tem todo o... Sabe, temos de olhar também... Eólica também tem seus impactos. Solar também tem. Há a disposição das pás de fibra de carbono, há a necessidade de reciclar as placas solares. É para defender o meio ambiente? Vamos defender o meio ambiente! Vamos olhar quais são os grandes problemas ambientais e vamos focar neles!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hidrelétrica e reservatório não são o problema dos nossos rios. O verdadeiro problema dos nossos rios é jogar 50% do esgoto sem nenhum tratamento neles, é desmatamento, é vazamento de indústria de mineração química e petroquímica para os rios. São essas coisas que estão detonando nossos rios. É aí que a gente tem que atuar.

Precisamos ter as mesmas linhas de crédito subsidiadas das outras renováveis.

Na COP21, o Brasil assumiu o compromisso de reduzir as emissões com renováveis não hidráulicas. Por que não hidráulicas? Isso é discriminação! Eu não sei de onde veio isso, mas está lá. Eu acho que o Senado precisava pedir para explicarem por que isso e reverter esse negócio.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Onde é isso? Onde é isso, Paulo? Onde é isso?

O SR. PAULO ARBEX – No compromisso que o Brasil assumiu na COP21, de redução das emissões de carbono. O Itamaraty... Não sei de onde veio, mas eu sei que está ali no compromisso que o Brasil assumiu, que...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas partiu...

O SR. PAULO ARBEX – Eu não sei de quem partiu.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... do Brasil, não?

O SR. PAULO ARBEX – Do Brasil. Do Brasil. O Brasil se comprometeu dessa maneira. Excluíram as pequenas centrais hidrelétricas da meta de redução de carbono. Quer dizer, tem que reduzir com outras fontes. Por quê? Isso é discriminação, isso é criar mais uma vantagem competitiva artificial para terceiros. A gente quer isonomia, tratamento justo, correto.

Eu tentei... Eu não sei, eu não vi o processo e tal, eu fiquei sabendo depois que já estava lá. A gente teve reunião no Itamaraty, pediu para mudar, mas não conseguimos, no Governo anterior, não é?

Bom, o que a gente quer? A correta valoração...

O SR. PEDRO DIAS (*Fora do microfone.*) – Não. Veio de fora a versão. A gente esteve na embaixada. O embaixador tentou conduzir isso de forma melhor. A gente tem que ser também justo na posição, não é? E não conseguimos mover...

O SR. PAULO ARBEX – Então, o que a gente quer é isso, sabe. Nós somos micro, pequenos e médios empreendedores. Nós não queremos muito. A gente quer poder trabalhar de uma forma correta, ética, honesta, e ganhar o sustento das nossas famílias e das famílias dos nossos funcionários prestando um bom serviço e oferecendo uma energia de ótima qualidade para o Brasil, em isonomia com as outras, com critérios justos e equilibrados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaríamos de ver os prejuízos do passado... Se a indústria do petróleo precisa do Repetro, que é um programa de renúncia fiscal de R\$450 bilhões e isenção de impostos até 2040, nós também precisamos. O mercado está abrindo. O novo modelo é um modelo competitivo. Como a gente vai entrar numa competição pagando R\$450 bilhões de imposto a menos que outro? Tendo que bancar a minha linha quando o outro transfere o custo da linha dele para o consumidor? Não dá! A gente... Vamos abrir? Vamos abrir, mas vamos abrir direito! Vamos colocar competição? Mas competição isonômica!

A gente prega estes ajustes no novo modelo: criação de uma bolsa de energia. Hoje a gente está com mais uma crise de inadimplência no setor de comercialização de energia elétrica. Nós entendemos que a solução para isso é bolsa, câmara de liquidação com chamada de margem e uma agência fiscalizadora, que fiscalize manipulação de preço tanto pela nossa parte, geradores – grandes geradores –, como também da parte dos grandes consumidores e dos grandes comercializadores. Critério justo e equilibrado para todo mundo.

E acabar com esse negócio... Hoje uma comercializadora de R\$5 milhões de capital monta posição de R\$1 bilhão. Aí quebra. Como é que faz? O prejuízo vai para todo o restante do mercado, inclusive as outras comercializadoras.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ARBEX – Tá.

Então, esse é o último eslaide. Desculpe, Senador.

Nós queríamos pedir também um programa de comunicação do Governo para reverter um pouco dessas décadas e décadas de difamação das hidrelétricas. Acho que já está mais do que na hora de a gente defender o legado, de Juscelino e dos militares, das hidrelétricas.

Queremos maior clareza na metodologia dos cálculos dos atributos e do lastro. Nós pleiteamos que haja os leilões de GD da distribuidora, um adiamento da revisão das regras da GD remota para 2021. A gente nem implementou ainda, direito, a resolução da GD existente. Não faz sentido já mudá-la.

O GSF acho que está à beira de resolver.

Implantação rápida da tarifa horária. Hoje, o sujeito que vende na hora em que não há demanda nenhuma recebe o mesmo preço do cara que gera no pico. Quando você não tem a tarifa horária, você dá oportunidade de alguns venderem coxão duro a preço de filé *mignon*. Eu acho que a gente precisa ter a tarifa horária até para dar o estímulo para que os geradores encontrem solução para gerar na hora em que o consumidor quer e não na hora que dá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isonomia em alocação de riscos; isonomia modelo... É só isso. A gente quer isonomia. A gente quer um modelo e um ambiente de competição justo e equilibrado, em que cada um ofereça o que tem de bom e que ganhe o melhor! Mas, sim, isonomia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Dando sequência à nossa audiência, eu queria convidar o Sr. Carlos Eduardo Cabral, Superintendente de Concessões e Autorização de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Com a palavra.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de agradecer, em nome do Diretor-Geral da Aneel, André Pepitone, o convite do Senador Vanderlan Cardoso para a Aneel participar deste evento tão importante para o segmento de geração de energia no Brasil.

Bom, esse eslaide aqui o Hélió já colocou, então, eu vou passar direto, basicamente, para – e os números estão iguais; ainda bem, não é? – a distribuição da capacidade instalada no Brasil, reforçando que 83% dessa capacidade de geração é proveniente de energia renovável.

Aqui um pouco de detalhamento em relação especificamente à fonte hídrica, os 104,5GW de fonte hídrica. O Hélió também já colocou o que significa cada um desses empreendimentos de geração. De GCH, que é aquele com potencial entre zero e cinco, nós temos hoje 698 usinas, correspondendo a uma potência instalada de 708MW. PCHs, que são as usinas entre 5MW e 30MW de capacidade instalada, temos hoje no Brasil, em operação, 426 usinas, representando aproximadamente 5,2GW de capacidade instalada. E grandes hidrelétricas, das quais temos 217 usinas, com 98,5GW de capacidade instalada.

Especificamente falando sobre as PCHs. Esse eslaide também acho que o Hélió já colocou, acho que são os dois que a gente sobrepôs aqui. Nós temos uma predominância da implantação de CGHs nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Algo em torno de 4,5GW de toda capacidade de PCHs instaladas em operação no Brasil estão localizadas nessas três Regiões.

Aqui eu vou passar um histórico da participação de CGHs nos últimos leilões do ambiente regulado. Tivemos, em 2016, uma participação, a comercialização de 11 CGHs, que representavam uma capacidade instalada de 16MW, lembrando que, nessa época, nesse leilão ainda, as CGHs ainda tinham um limite de potência de 3MW de capacidade instalada. Nos leilões seguintes, essa participação foi um pouco menor. Uma CGH em 2017; duas, em 2018, no Leilão A-4 e quatro no Leilão A-6. O preço médio também está colocado ali. No último foi... São valores atualizados para fevereiro de 2019.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo dado, agora só para PCHs com histórico mais extenso, desde 2016, com destaque ao leilão realizado em 2013, no qual 16 usinas comercializaram energia, representando uma capacidade instalada de 308MW.

Depois, tivemos também uma participação equivalente em leilões realizados em 2016, no Leilão de Energia Nova e no LER (Leilão de Energia de Reserva), também com 20 e 19 usinas. Depois, essa participação diminuiu nos leilões mais recentes.

Uma pequena introdução para mostrar um pouco do que a Aneel tem feito na direção de viabilizar o desenvolvimento de empreendimentos hidrelétricos no País.

Isso começa com a definição do potencial ótimo de um rio natural. O potencial ótimo é a definição da capacidade do aproveitamento do potencial de geração de energia considerando aspectos técnicos, econômicos, socioambientais e de outros usos da água. O resultado disso aí é a definição ótima das quedas, com a definição clara dos eixos e as características de cada eixo desse rio.

O próximo passo seria o desenvolvimento do projeto de cada um dos eixos desse rio. A adequação desse projeto ao potencial ótimo que foi definido anteriormente, com a adequação desse projeto ao potencial ótimo, o próximo passo seria a outorga desses aproveitamentos, que pode caminhar basicamente por dois caminhos, pode seguir por praticamente dois caminhos: aquelas usinas com potência superior a 30MW, participações em leilões de energia no ambiente regulado, inferiores também; ou usinas com capacidade instalada até 50MW, que são objetos de autorização da Aneel para atuação no mercado livre. Após a outorga, a Aneel acompanha o desenvolvimento desses empreendimentos durante a construção, operação em teste até a entrada em operação comercial do aproveitamento.

Hoje a gente tem em estudo no País 54 inventários, com destaques para os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde temos mais inventários sendo desenvolvidos, e também no Mato Grosso seis inventários.

Em relação à etapa do inventário, o grande desafio que temos hoje é a discussão prévia da viabilidade ambiental desses aproveitamentos, que é a etapa inicial do desenvolvimento do empreendimento hidrelétrico. Essa foi uma iniciativa da Aneel ano passado, ainda conduzida na época do Dr. Hélyio na condução da CGE. Começamos uma interação muito forte com vários órgãos ambientais no Brasil no sentido de mostrar o trabalho que estava sendo feito na Aneel, como é desenvolvido o estudo de inventário para diminuir inclusive a assimetria de informação e capacitar esses órgãos ambientais no sentido de entender como é que esse processo todo é desenvolvido.

Hoje temos uma interação muito avançada com um órgão do Mato Grosso do Sul, o Imasul, e a Fepam no sentido de desenvolver o conceito de inventário participativo, que é justamente nessa etapa de inventário trazer a sinalização do órgão ambiental de eventuais restrições ou até inviabilidade de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinados aproveitamentos para que quando esse inventário for aprovado ele já o seja com uma viabilidade ambiental muito maior do que aquela em que seria se não tivesse havido esse tipo de discussão. A ideia, inclusive, é que com a aprovação desse inventário pela Agência Nacional de Energia Elétrica os órgãos ambientais também emitam Termo de Referência para a Avaliação Ambiental Integrada, que vai ser utilizado no processo de licenciamento de cada usina hidrelétrica resultante desse inventário. No ano passado, nós tivemos um evento na agência, um *workshop* de inventários hidrelétricos participativos, e a ideia é no segundo semestre deste ano fazer a segunda edição desse *workshop*.

Também estão previstos para a agenda regulatória da agência aprimoramentos na resolução que regulamenta a elaboração de estudos de inventário no biênio 2019/2020, justamente também para incorporar esses conceitos em todo processo de elaboração dos inventários.

Aprovado o inventário, vamos a um pequeno detalhamento de como acontece o processo de outorga dos aproveitamentos definidos no estudo de inventário. Definido o eixo, o interessado solicita da Aneel a autorização para desenvolver o projeto. Esse projeto pode ser desenvolvido em até 14 meses, quando o interessado entrega o projeto básico e um sumário executivo desse projeto básico. A Aneel avalia a adequação desse projeto básico ao potencial ótimo que foi definido no inventário e, estando adequado, ela emite um documento chamado DRS e, a partir daí, o interessado tem até três anos para conseguir o licenciamento ambiental desse empreendimento, prorrogáveis por mais três anos se o interessado não conseguiu licenciamento e demonstrou diligência na obtenção desses diplomas ambientais.

No caso de ele obter o segundo diploma ambiental, o segundo dele ser obtido, ele tem até 60 dias para solicitar o restante da documentação e apresentar na Aneel um pedido de outorga que vai ser analisada e concedida pelo prazo de 35 anos.

(*Soa a campanha.*)

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Isso aqui é o resultado da análise de projetos básicos e sumários executivos nos últimos anos. A gente vê que até 2014 a gente tinha que a emissão da licença prévia precedia a análise do projeto básico, isso foi uma mudança ocorrida na Aneel que permitiu que todos aqueles projetos que estavam com análise pendente fossem analisados no período de 2015 a 2017. A partir de 2018, as análises já estão sendo – vamos dizer assim – *on-line*.

Esse aqui é o resultado da análise desses projetos básicos feitos a partir de 2015, foram 686, a maioria deles nos Estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso.

Hoje alguns desses 686 foram indeferidos, não tiveram sucesso, outros obtiveram outorgas, temos alguns que estão em análise ainda na Aneel e outros que vieram depois.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje essa é a distribuição do que nós temos na Aneel, alguma coisa em torno de 8 mil megawatts em estudo, sendo que 61 projetos estão ainda em fase de elaboração e 538 já foram elaborados, estão adequados ao potencial ótimo, aguardando o processo de licenciamento ambiental.

E essa é a distribuição dos eixos de PCH distribuídos no País que ninguém demonstrou interesse em desenvolver, mas já estão inventariados. Isso representa uma potência de 5 mil megawatts.

Como eu disse ali atrás, esse é o processo de emissão de outorga de uma PCH. Ainda no mês de abril, a Aneel deve promover uma audiência pública para revisar a norma que trata da outorga desses aproveitamentos. Eu destaco aqui a principal mudança: a partir da obtenção do despacho de texto em que o sumário executivo se enquadrava ao potencial hidráulico, ele tinha três anos com possibilidade de mais três e, agora, terá cinco anos sem a trava dos 60 dias para conseguir o licenciamento ambiental e implementar e submeter à Aneel os documentos para outorga. Isso é um incentivo para que os agentes busquem de forma mais célere o licenciamento ambiental, para que tenham a oportunidade de escolher o melhor momento para solicitar a outorga do aproveitamento na Aneel.

Para finalizar, em relação a hidrelétricas, a PCHs com capacidade de regularização, eu destaco aqui alguns incentivos que os regulamentos da agência dão para investimento e para identificação de PCHs com reservatório de regularização. Hoje quem desenvolve o estudo de inventário tem direito de preferência por 40% do potencial desenvolvido no estudo de inventário em PCHs. Mas, caso nesse inventário tenha sido identificado um aproveitamento até 50MW de capacidade instalada com capacidade de regularização, o desenvolvedor do estudo de inventário também tem a preferência para desenvolver esse projeto.

Outro incentivo para desenvolvimento de reservatórios com capacidade de regularização é o enquadramento dessa usina como PCH. A usina hoje é enquadrada como PCH se ela possui capacidade instalada entre 30MW e 50MW, mas tem também que ter um reservatório com área inferior a 13km². Caso esse aproveitamento tenha capacidade de regularização, esse reservatório pode ser admitido com uma área superior aos 13km².

Outro incentivo também é: se esse reservatório tem outras finalidades que não a geração de energia elétrica também, ele pode ser enquadrado como PCH.

Era essa a nossa apresentação, basicamente para mostrar qual a atuação da Aneel e os incentivos no sentido de viabilizar empreendimentos em PCHs e em CGHs.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Carlos. Nós é que lhe agradecemos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos terminar aqui a apresentação com o Sr. Jonatan Ross, Superintendente de Expansão e Gestão de Ativos de Geração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras).

Com a palavra o Sr. Jonatan.

O SR. JONATAN ROSS – Obrigado, Senador. É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Quero destacar a presença aqui do Senador Arolde. É um prazer tê-lo aqui, já que o senhor é bem assíduo aqui na nossa Comissão.

O SR. JONATAN ROSS – Bom dia a todos!

Obrigado, Senador, pela apresentação.

Eu queria agradecer o convite em nome do Presidente da companhia, Wilson Ferreira. É um grande prazer estar aqui para debater um tema tão importante para o País, em companhia, inclusive, de colegas que representam muito bem o setor elétrico. Já conhecemos o Hêlvio. Já conheço o pessoal. Acho que é muito importante este debate. Agradeço, então, a todos.

Sou funcionário da Eletrobras desde 2004. Antes disso, eu já trabalhava com projetos de usina hidrelétrica, desde a minha formação na universidade. Então, sou um pouco, talvez, tendencioso a falar de usinas hidrelétricas, porque, desde minha formação, desde que comecei a trabalhar no mercado, eu já trabalhava com usina hidrelétrica.

Apesar disso, nós, na Eletrobras, entendemos que o *mix* de energias é o que, de fato, é a base para a matriz energética de qualquer país, inclusive, obviamente, a brasileira. Nós não temos nenhum tipo de privilégio por uma fonte ou outra. Qualquer empreendimento que atenda os requisitos técnicos, ambientais e legais e que tenha um retorno satisfatório econômico será objeto de estudo pela Eletrobras.

Então, acho que o mais importante foi o debate que o Paulo colocou, a questão do crescimento do País *versus* a necessidade de energia. Eu acho que esse vai ser o grande debate nos próximos anos. Em alguns gráficos que o Hêlvio e o Carlos colocaram, vemos que, nos próximos anos, não temos energia nova entrando no sistema. Nós entendemos que isso vai ser realmente um gargalo para o desenvolvimento do País.

Peço desculpas, eu não trouxe nenhuma apresentação. Acho que, se eu a tivesse trazido, os três palestrantes não deixaram muita coisa para eu falar. Eu tinha anotado alguns pontos aqui. Eu não vou, obviamente, falar mais do mesmo. Eu vou falar daqueles pontos que eu entendo que podem complementar ou dar algum tipo de informação a respeito da Eletrobras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Eletrobras tem hoje em torno de 50 mil megawatts em potência instalada de geração; isso não é só hidrelétrica, isso é composto por todas as fontes que nós temos. Temos usinas nucleares, temos hidrelétricas, temos solares e eólicas e temos inclusive PCHs. O número de PCHs nessa matriz da Eletrobras é muito pequeno. Desses 50 mil megawatts que nós temos, o somatório das PCHs é inferior a 100MW. Então, elas não são representativas para a carteira de usinas de geração da Eletrobras.

Esse número de 50 mil megawatts representa aproximadamente 30% da capacidade instalada do País atualmente. Já foi maior em outras épocas e hoje representa 30% da capacidade de geração do País. Desses 50 mil megawatts, 90% são compostos por hidrelétricas; são as grandes usinas que temos no País. A última que está em construção, que não é uma usina corporativa, que é uma participação societária que Eletrobras tem, é a Usina de Belo Monte, com 11 mil megawatts. Até o final do ano, vai ser concluída a obra, faltam seis máquinas para botar em operação comercial. Neste ano, isso vai acontecer. Então, no final do ano, a Usina de Belo Monte, a última grande usina que está em construção no País, estará concluída. A Eletrobras mais a Eletronorte e a Chesf, que são suas subsidiárias, têm 49% dessa companhia.

Apesar desse número pequeno de PCHs na carteira de usinas, de empreendimentos de geração da companhia, a Eletrobras foi responsável pela operacionalização do Proinfa. Acho que o Hêlvio chegou a tocar no assunto. Em 2002, esse programa do Governo Federal implementado pela Eletrobras foi responsável pela implementação de 54 PCHs no País, que somam aproximadamente 1,2 mil megawatts de potência instalada. Então, foi algo muito representativo para a época e foi muito positivo não só para o País, como para o setor também. Eu acho que isso fortaleceu muito o setor; o Paulo colocou isso muito bem. Na verdade, aquele preço de eólica, a queda daquele preço – acho que foi um eslaide apresentado pelo Hêlvio, na verdade – se deu por conta do Proinfa. Então, aquilo foi um programa exemplo, extremamente importante para o setor elétrico, um modelo a ser eventualmente repetido ou admirado, porque realmente foi representativo para o País.

A participação da Eletrobras nessa parte, na verdade, é a de estabelecer contratos de comercialização de energia com os empreendedores, com os donos das PCHs, garantindo a compra da energia gerada por elas num período de 20 anos. Então, foi assim que se deu a participação da Eletrobras.

Então, acho que é o que eu tenho para colocar, além do que já foi colocado. Eu tinha separado alguns eslaides, com números que todos já apresentaram. Acho que não faz muito sentido a gente voltar a isso.

Ressalto, então, que a grande discussão é como vamos expandir *versus* a necessidade de energia do País e a retomada de grandes projetos. Eu acho que o Paulo colocou isso muito bem. Nós perdemos capacidade de reservatório no País absurdamente. Então, eu já vejo, em alguns fóruns, voltando o debate de construirmos usinas hidrelétricas com reservatórios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que a gente construiu usinas recentemente, e Belo Monte é um caso. No projeto original, na fase de inventário, como o representante da Aneel colocou aqui, a Usina de Belo Monte tinha reservatório. Depois de passar pelo período de viabilização dela, pelo projeto básico e de viabilidade, ela perdeu essa capacidade de se tornar uma usina a fio d'água. E a capacidade de entrega de energia que ela tem hoje foi absurdamente... Apesar dos 11 mil megawatts – é uma usina imensa, a maior do Brasil –, apesar disso, ela perdeu capacidade de geração sensivelmente, por conta dessa questão de reservatório e de questões ambientais.

Então, obviamente, a Eletrobras não é contra as questões ambientais, não é esse o ponto, mas eu acho que o debate é necessário, porque a gente tem que olhar para o desenvolvimento do País, não só para uma questão pontual – acho que foi muito bem colocado pelo Paulo essa questão importante –, para que a gente tenha capacidade de implementar projetos desse porte, porque não é um empreendedor sozinho que vai fazer isso. A gente tem que ter condições de segurança para que isso aconteça.

Então, mais uma vez, muito obrigado.

Estou disponível aos questionamentos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Jonatan.

Encerrando as considerações iniciais dos nossos convidados, eu passo a palavra ao Plenário.

Pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. *Fora do microfone.*) – Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eduardo Gomes.

Estou lembrando aqui do Porto de Manaus.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Temos uma bancada de Eduardos aqui: Eduardo Girão, Eduardo Braga. Constitui-se uma Liderança.

Presidente, mais uma vez, parabenizamos V. Exa. pela iniciativa e esta Comissão por esta importante audiência.

Eu queria cumprimentar o Dr. Carlos Eduardo; o Dr. Paulo; o Dr. Hêlvio, que conheço já há bastante tempo no setor; o Jonatan; o Senador Paulo Rocha; o Senador Vanderlan, nosso Presidente; o meu grande Líder e companheiro da Câmara dos Deputados, meu professor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a todos os expositores, já que, nas transparências, nas exposições, há uma pauta convergente sobre a necessidade de retomarmos o ambiente para o investimento em Pequenas Centrais Hidrelétricas... Há uma discussão eterna sobre a eficiência e a necessidade que o Brasil tem de voltar a investir em produção hidrelétrica. Parece impossível a forma como os agentes públicos, o mercado e o próprio setor de regulação recebem essas informações. E não há nada mais óbvio do que isso. Nesta análise aqui, eu queria até... Estou falando assim, Presidente, porque, no Congresso Nacional, nos meus três mandatos como Deputado Federal e agora, neste mandato de Senador concedido pelo povo do Tocantins, eu me identifiquei muito com o setor, pelo impacto que ele tem na vida, no dia a dia do brasileiro.

Nós temos aqui, no Congresso Nacional, a bancada da bola, a bancada do boi, a bancada da bala. Eu sou da bancada do choque, nessa luta pelo setor elétrico, porque a gente sabe o impacto direto na vida das pessoas.

Eu queria até sugerir ao Presidente da nossa Associação Brasileira das PCHs que fizesse um levantamento e o mostrasse para a população brasileira, como eu estou tentando fazer no meu Estado, no Estado do Tocantins – tenho a certeza de que esse exemplo não é diferente em outros Estados –, que pegasse agora, algum tempo depois do Proinfa, aqueles empreendimentos que tiveram a sua iniciativa emperrada, dificultada pela falta de financiamento, pela enrolação do licenciamento ambiental, com prorrogações infinitas, sem explicação, e mostrasse à população brasileira o que realmente aconteceu com essas áreas, onde, via de regra, pelo menos no meu Estado, a produção meritória do agronegócio destruiu tudo. Então, onde era para haver uma PCH, não há PCH, o impacto ambiental não foi analisado, e não há mais meio ambiente para analisar. Uma simples fotografia mostra isso em regiões de Tocantins, de Goiás, de Mato Grosso, em qualquer lugar do Brasil.

Eu, nesses anos todos de militância no setor, descobri o seguinte: só o que preserva o meio ambiente, num país com as condições econômicas que o Brasil tem e que estão sendo discutidas hoje, com a reforma da previdência, com a retomada de crescimento econômico, é o dinheiro. Você não consegue mudar a realidade daquelas pessoas se não houver investimento. A média de mudança na condição social de pequenos Municípios que recebem PCHs é de 20%. É a média. Eu conheço Município em que se mudou em 50% a vida do Município.

E o meio ambiente, que é uma questão que a gente também não leva em conta... Eu queria dar uma sugestão para que, nas exposições da associação, aparecesse a questão do diagnóstico e do impacto não só do empreendimento em si. A exigência para a instalação de uma PCH era tamanha, porque era um investimento de gerações – geralmente, é o neto que termina os estudos e constrói, nessa dificuldade que o ambiente mostra –, que a gente vai mostrar que o empreendedor tem que fazer o levantamento de um rio inteiro. E, nesse levantamento, há as dificuldades, as características. Aí, nesse meio ambiente, houve denúncia sobre o mau uso da água e outras, para fins de irrigação e outros fins





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a agricultura permite e são necessários para a produção agrícola, tudo isso porque um empreendedor, um investidor, um empresário brasileiro foi lá e resolveu levantar a situação, porque o Governo não fez, o Ministério não fez, a agência não fez.

Então, é uma coisa muito mais profunda. Agora, como ela é profunda e é convergente – todas as exposições, no fim, mostram uma conta de que é preciso investir –, eu sugiro que a gente reúna, Presidente, principalmente nesta Comissão e na Comissão de Infraestrutura, condições de ambiente legal para a retomada imediata desses investimentos.

Se o ambiente do Proinfa levava em conta as características da época, os seus benefícios e os seus defeitos, que a gente corrija isso e produza, neste momento que o Brasil está vivendo agora, de rediscussão de uma série de coisas, um programa. Que o Senado e a Câmara proponham, junto com o Ministério, em parceria com o Ministério de Minas e Energia, para os órgãos ambientais, para os órgãos de controle, o fortalecimento do marco regulatório, os recursos de que a agência precisa, no Brasil, para funcionar – via de regra, elas têm recursos contingenciados, pessoal restrito, poucos recursos para contratar, para fiscalizar – e rapidez, aliada à eficiência, no uso e na análise dos impactos ambientais. Muitos empreendimentos no Brasil já merecem voto de silêncio, porque já há um ano ou dois anos de análise e a coisa não anda. E aí vem a realidade e impõe a degradação. É o que está acontecendo no meu Estado: muito lugar que poderia ter uma PCH, a preservação, a contrapartida social e a geração de energia tem a terra devastada; não há uma árvore lá. Então, eu acho que isso é uma fotografia da realidade.

De 2002 para cá, vamos encontrar cenas no Brasil que nos obrigam a fazer uma apresentação de um programa tão profunda quanto um tuíte, que hoje está na moda no Brasil, ou tão profunda quanto um WhatsApp, com números absolutos e com a necessidade de investimento.

Não há razão, não há quem não entenda o que é a transformação de geração de energia limpa em face do financiamento de fontes poluidoras. Não faz o menor sentido.

Então, Presidente, eu queria agradecer e pedir aos expositores e à nossa assessoria a cópia das apresentações, mas que a gente partisse, na próxima reunião, já para a efetiva fase de sugestão.

Eu vejo a vantagem de o Presidente Jair Bolsonaro ter tido a eleição que teve, numa eleição absolutamente plebiscitária, majoritária, com o ambiente necessário, até pela característica do Governo – há um eixo do Governo ligado ao planejamento e às origens do programa de desenvolvimento hidrelétrico no País –, para que a gente apresente de maneira objetiva o que falta para a gente retomar isso, o que se tem para consertar do Proinfa, o que a gente pode fazer e qual a discussão que a gente vai ter. Agora mudaram, acho que está todo mundo com as mesmas armas para brigar: o meio ambiente, o investimento e a necessidade. A única coisa que essas três coisas juntas não conseguem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer é mudar a realidade. A grande maioria do empreendimento com insucesso dá espaço para a sobrevivência predatória; é isso que acontece.

Então, eu queria muito ver esse comparativo e receber também dos expositores que tipo de ambiente que nós podemos criar, para, na próxima exposição, já darmos partida daqui a um novo modelo de financiamento e de implementação das pequenas usinas hidrelétricas e das usinas hidrelétricas no País.

Eu venho de um Estado onde o eixo é muito forte, em que as usinas... Há essa discussão. Ela não precisa muito de academia. Não há quem me convença que a utilização do Rio Tocantins para a geração hidrelétrica não mudou a realidade de dezenas, de centenas de Municípios no meu Estado. É evidente que a gente pode aprimorar.

Há outra curiosidade que eu tenho também, e eu gostaria de pedir uma análise ao Presidente e à própria Aneel. No meu Estado, há dois empreendimentos específicos nos quais é possível conciliar barramento para irrigação com pequena geração hidrelétrica, e eu acho que isso acontece no Brasil inteiro. Então, tinha que haver um levantamento específico para isso também, porque, nesse caso, o impacto ambiental está absorvido. Então, é um tipo de empreendimento diferente, que pode ser colocado à disposição da população brasileira nos pequenos e médios empreendimentos de irrigação pelo País afora.

Então, são essas análises e essa visão prática que eu queria passar aqui para todos os expositores e para este ambiente da Comissão, Sr. Presidente, porque eu vejo que, realmente, enquanto se discute isso e a gente retira essas condições, a realidade impõe a devastação ambiental sem nenhum propósito, e o próprio agricultor – que deve ser respeitado, porque está produzindo alimento, está ligado à modernidade tecnológica da nossa produção – fica sem esse instrumento. Eu duvido... Se houvessem colocado à disposição dos grandes produtores agrícolas deste País um processo de geração local conciliado à produção agrícola, eu tenho certeza de que a opção deles estaria muito clara: eles iriam gerar energia e tocar. É isso que iria acontecer.

Então, eu quero parabenizar todos e me colocar à disposição para as emendas, para o exercício permanente de melhorar o ambiente de investimento em energia limpa no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Eduardo, seus comentários são de quem entende e sabe da necessidade e da dificuldade que o País está passando.

O Paulo quer fazer um comentário sobre a sua fala. Ele pediu para fazê-lo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ARBEX – Eu queria dizer: que bom que o senhor falou isso tudo! Foram brilhantes os pontos.

A gente tem um material. Se me permitir... É que os eslaides eram para dez minutos, e eu já excedi meu tempo, mas eu tenho um eslaide que mostra isso, exatamente o que o senhor pediu.

Você pode colocar o último eslaide, por favor?

Pedro, passa...

O SR. PEDRO DIAS (*Fora do microfone.*) – É a situação da agricultura com barragem e sem barragem. A bacia estava toda protegida, mas, agora, sem a barragem, ela ficou totalmente desprotegida.

O SR. PAULO ARBEX – Mas, Senador, eu vi que o senhor tem um interesse grande sobre energia. O senhor colocou isso aí. Nós estamos coletando nesta semana, no Senado, as assinaturas dos Senadores interessados em participar da nossa Frente Parlamentar de Apoio às Pequenas Centrais Hidrelétricas. O Senador Paulo acabou de assinar. Se o senhor puder assinar também e conversar com os amigos Senadores que possam também se juntar a nós...

O senhor tem toda a razão: a melhor maneira de a gente proteger o meio ambiente é aliar o interesse de proteção ambiental ao interesse econômico e social, e isso se faz com hidrelétrica. Cuidar do meio ambiente custa dinheiro! A gente faz muita coisa. Pouca gente sabe, mas a gente tem que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ARBEX – Exatamente.

A gente reverte a grande maioria dos impactos que a gente tem. Em três ou cinco anos, o entorno das hidrelétricas estão mais arborizados e mais verdes do que antes da construção da hidrelétrica.

O Lago Paranoá, em Brasília, é o lago de uma hidrelétrica. É uma PCH, a PCH Paranoá, que salvou o abastecimento de água para consumo humano. É esse exemplo que o senhor deu aí. No ano passado, tiraram água da PCH, para resolver a crise hídrica de abastecimento das residências de Brasília. Quer prova maior de que está superintegrado com o meio ambiente? Isso valoriza o entorno. Todo mundo quer morar do lado do Lago Paranoá, em Brasília. É o metro quadrado mais caro de Brasília, quiçá do Brasil. Foi valorizado com a construção do lago.

Então, a gente concorda em número, gênero e grau.

Há outra foto, que é de Itaipu, que mostra Itaipu antes e depois da usina. Hoje há o parque de Foz do Iguaçu. Você olha a foto de antes e vê que era um desmatadão, era pasto. Aquele entorno todo era





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pasto! Hoje ali há onça reproduzindo em cativeiro. Acho que são 50 hotéis. Há gente visitando a cachoeira.

A gente não tem dúvida disso. É exatamente isto: as hidrelétricas são parte da solução dos problemas ambientais do Brasil, e não os problemas. Essa visão está completamente equivocada.

O senhor tem toda a razão. Conte com a gente para o que precisar de material. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Hélivio também quer fazer um comentário.

O SR. HÉLVIO GUERRA – Primeiro, obrigado pelas suas observações, Senador Eduardo Gomes. Da mesma forma, concordo com o seu posicionamento.

Antes de falar sobre travas, dentro daquilo que o senhor coloca em relação às travas, sobre o que pode destravar os investimentos em hidrelétricas, da mesma forma que o Paulo cita a Usina de Itaipu, cito e gosto muito de citar – em algumas apresentações, eu já coloquei a imagem de satélite de Santa Isabel – o local onde a Usina Santa Isabel seria construída. Santa Isabel, uma usina de 1000MW, que poderia ajudar muito a geração e a redução de geração por termelétricas, não foi construída por um debate insano, durante 20 anos, sobre a questão ambiental. Se você olha hoje – eu poderia depois passar a imagem de satélite da região – o local onde Santa Isabel seria construída há 20 anos, verá que ele está absolutamente degradado. Está absolutamente degradado! Então, não se construiu a usina por uma questão de preocupação com degradação ambiental, e a degradação ocorreu da mesma forma.

Usina hidrelétrica, diferentemente de muitos outros empreendimentos, é o único empreendimento em que, por lei, obrigatoriamente, tem que haver uma área de preservação permanente. Então, ao redor do reservatório, ao redor do lago, há obrigatoriedade de implantação de uma área de preservação permanente. Seguramente, a Usina de Santa Isabel teria trazido benefícios para o meio ambiente, diferentemente do que ocorre com a situação hoje.

Tenho dito que uma das travas, na minha visão, que temos para as hidrelétricas é a trava da autocensura, porque hoje não se desenvolve inventário, não se faz projeto de hidrelétrica com reservatório. Não se faz isso não porque não possa haver um reservatório ali; não se faz isso porque o projetista, que é quem desenvolve o inventário, já tem a percepção de que aquilo não será aprovado no meio ambiente. Então, ele já faz uma autocensura e já revê o seu projeto, já revê o seu inventário, para evitar as usinas com reservatório.

Acho que foi o Paulo que disse – esta é a realidade – que, há alguns anos, tínhamos reservatório de água para cinco anos. Então, poderia haver estiagem por cinco anos, que teríamos, ainda assim, a capacidade de geração. Hoje, nós não a temos para um ciclo hidrológico. Se não chover por um ano, nós temos que parar a geração hidrelétrica e despachar as termelétricas, e todos sabemos o custo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso tem, porque reflete diretamente em preço. De alguma forma, nós estamos usando mal o nosso potencial hidráulico. Uma das grandes vantagens competitivas que o Brasil tem é o reservatório.

Gosto também sempre de citar o caso de Itaipu, que é uma espécie de orgulho nacional. Todo mundo gosta de falar que Itaipu é a maior usina do mundo. Hoje não é a maior em termos de potência, mas ainda é a maior em termos de geração. Ela só é maior do que Três Gargantas, na China, em termos de geração, e não de potência, porque nós temos a regularização de toda a Bacia do Paraná. E a regularização da Bacia do Paraná faz com que a água que chega a Itaipu seja uma água quase constante, quer dizer, uma água *flat*, como nós gostamos de dizer. Isso faz com que ela tenha uma capacidade de geração todos os anos, e, recentemente, bateu mais um recorde de geração. Então, todo ano, ela bate recorde de geração.

Eu acho que uma das travas é retirar a censura prévia e discutir... Não significa passar por cima do meio ambiente; significa discutir, dialogar com o meio ambiente, mostrando benefícios. Nós temos evidências de que os indicadores socioeconômicos que são produzidos, que as hidrelétricas impactam, são muito grandes, quer dizer, há benefícios socioeconômicos. Só mostrei ali o IDH, um estudo bastante simples, demonstrando que, nos Municípios onde há pequenas centrais – aí foi para as pequenas centrais –, o IDH e todos os indicadores melhoraram. Foi feito um estudo para Tucuruí. Todos os indicadores nos Municípios ao redor de Tucuruí foram impactados positivamente. Além de tudo isso, nós temos as hidrelétricas que recolhem a compensação financeira pelo uso do recurso hídrico ou pela imobilização das áreas onde estão implantados os empreendimentos. Nós estamos falando da ordem de R\$4 bilhões/ano, que são disponibilizados para os Estados e para os Municípios. Então, eu acho que nós temos que pensar um pouco sobre isso. É preciso dialogar com o meio ambiente.

Pegando aqui um pedaço do que faz a Aneel, a Aneel tem promovido essa discussão com todos os órgãos ambientais, e o Ministério de Minas e Energia tem também o seu setor para tratar desses temas com os órgãos ambientais. Eu acho que essa é uma das travas que nós precisamos retirar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Quero registrar a presença aqui do Deputado Federal Adriano do Baldy – é uma honra tê-lo aqui – e da nossa Líder do PP, Daniella, que acabou de chegar aqui. Ela também está com uma responsabilidade muito grande de relatar um dos projetos mais importantes desta Comissão, que é o PLC 79.

Eu gostaria de dar a sugestão aqui, se os Senadores e a Senadora concordassem, de já passar a palavra para o Paulo. Ouviu, Senador? Aí ele já responde. Todos aqui querem fazer comentários sobre o que foi falado. Talvez, o assunto seja o mesmo. Com isso, a gente ganha tempo. Pode ser?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu acho que, como somos poucos, deveria ser dada a palavra para todos, e, depois, ao final...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eles fazem...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... ele responde em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, a palavra está com V. Exa., Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, a gente tem discutido muito, sob a sua Presidência, como nortear as coisas aqui na Comissão. Eu acho que uma das grandes iniciativas que partiu de V. Exa. – depois, começou com outros – é a ideia das audiências públicas para mostrar o potencial e o desenvolvimento da tecnologia, das pesquisas etc., que nós temos no nosso País.

Talvez, aquele que foi convidado e não aquiesceu estivesse acostumado com aquelas velhas audiências públicas a que as nossas autoridades são chamadas para os Senadores lhes darem um aperto, e não é o caso aqui. O conceito desta audiência pública é exatamente para mostrar, através da evolução, aquilo que as pesquisas, a ciência e tecnologia desenvolveram no nosso País, para corrigir onde estão os gargalos, para poderem a ciência e tecnologia e a pesquisa ficarem a serviço do desenvolvimento econômico, humano, social etc.

Presidente, eu queria dar uma sugestão: para que isto aqui não fique apenas na boa fala, como foi a qualidade das intervenções, poderiam distribuir depois as... Era bom que a gente, depois, criasse subcomissões ou designasse relatores. No caso aqui, se um Senador mostrou que é um grande apaixonado pelo setor e que a ele se dedica, quem sabe não se pega um Senador como esse e pega todas falas, para que a gente dê respostas, sejam elas legislativas etc., etc. Por exemplo, o Paulo falou sobre o negócio da COP, sobre o episódio da COP. Eu acho que tem que haver uma resposta, uma iniciativa do Parlamento em relação a isso, para corrigir esse tipo de coisa. Então, eu acho que há uma consequência bem prática, na medida em que a gente pega companheiros que se interessam pelo tema, pela questão, e os responsabiliza para dizer que cabe uma iniciativa legislativa, uma lei. Se reclamaram do financiamento, então, cabe uma intervenção do Colégio de Parlamentares nos nossos bancos de desenvolvimento, para resolver o problema do financiamento. Estou dando exemplos aqui. Que não fiquemos só numa audiência falando! Que depois tiremos iniciativas concretas parlamentares ou políticas nossas aqui!

Eu venho da Amazônia. Eu vivi todos os momentos não só como Parlamentar – e já sou Parlamentar há 28 anos –, mas também como dirigente de movimento social. Na época em que construíram Tucuruí, eu era dirigente da CUT, e era naquele tempo em que a CUT era radical.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero usar o exemplo de Tucuruí e de Belo Monte para dizer como a tecnologia, a nossa engenharia e a nossa pesquisa estão a serviço do desenvolvimento. Jonatan, você deu um exemplo e tomou o cuidado de não falar sobre a questão ambiental. O exemplo de Tucuruí e o de Belo Monte são exemplos que eu queria usar aqui para vermos como isso vai evoluir aqui, para não ficar a velha briga do desenvolvimento e dos ambientalistas, o que é próprio da Amazônia. Há aqueles que defendem que a Amazônia seja intocável, seja virgem. Esse não é o caso; acho que isso evoluiu ao longo do tempo. Por isso é que se descobriu o desenvolvimento sustentável.

É claro que algumas iniciativas lá deixaram traumas. Por exemplo, na época, era muito incentivado o "Sul vai ao Norte". Então, financiou-se muito a questão do boi. No sul do Pará, por exemplo, existe a monocultura do boi. Hoje, os grandes produtores estão saindo dessa monocultura e buscando alternativas.

A própria tecnologia resolveu isso. Por exemplo, eu queria chamar a atenção para o fato de que, no setor elétrico, evoluiu muito a questão da engenharia, também na Petrobras. Não é à toa que foi, com a nossa tecnologia, com os nossos engenheiros, que descobrimos o pré-sal. A Embrapa, por exemplo, é um setor muito importante que evoluiu muito nessa questão. Hoje, por exemplo, no Pará, há experiência em que o cara pode criar boi com carreiras de capim entremeadas com carreiras de floresta, e floresta com atividade econômica. Por exemplo, a castanha-do-pará, a famosa castanha-do-pará não é só do Pará, é da Amazônia. Ela é muito conhecida dessa forma, porque a maior produção se dá no Pará. A castanha-do-pará nativa produz quinze anos, dezoito anos depois. Hoje, a Embrapa, através de pesquisa, faz produzir a partir de sete anos, oito anos. Essa mediação com o capim e com uma carreira de castanha-do-pará permite a inclusão de outra atividade econômica muito forte e poderosa, tanto quanto o boi. Então, a evolução da ciência e da tecnologia resolveu isso.

Por exemplo, vocês se lembram – vocês do setor elétrico, o pessoal do Ministério, principalmente quem já tem a cabeça mais branca – de que a proposta de Belo Monte era Kararaô, que era um verdadeiro mar dentro da floresta. É claro que houve uma reação, inclusive, internacional, mas foi a evolução que diminuiu. E se produz uma quantidade de energia. É claro que há um sacrifício na perda da produção, mas é um equilíbrio na busca de resolver esses problemas.

Então, eu acho, Paulo, que essa questão do lago, da reserva, principalmente diante da complexidade da Amazônia, quando se mexe não só com a questão da floresta, mas também com terras indígenas etc., complica. Se você propuser, dialogando com a área indígena, que aquele lago pode ser uma atividade importante de desenvolvimento para ela, econômica, inclusive, você conseguirá dialogar melhor. É o caso de Belo Monte. Depois com as pressões, criou-se a ideia de produzir peixe no lago, para compensar a perda – vocês conhecem a curva grande – que houve em relação à questão do peixe lá.

Tucuruí foi um exemplo de que as coisas foram feitas de cima para baixo, na marra. Trouxe traumas. Depois, é claro, houve um reequilíbrio. Vou dar um exemplo disso: quando se cobriu a floresta,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi levada uma praga para lá. Na beira do rio, que ficou cheia de ilhas, criou-se uma praga, que depois virava uma mutuca. Quem é da Amazônia conhece isso. E ali não havia condições de vida humana. Para vocês terem ideia, para a gente comer à mesa, tinha que pôr aqueles protetores de mosquito, os mosquiteiros, para poder comer, porque não havia condições. A mutuca entrava direto no porco, na criação do porco ou na criação da galinha, e eles ficavam em carne viva. O Museu Emílio Goeldi, chamado, inclusive, por nós, foi lá, pesquisou etc. Depois, uma coisa tão tranquila e tão fácil foi a seguinte: "Nós vamos aumentar o cardume do peixe tucunaré". Pronto, reequilibrou-se. Por isso, o Lago de Tucuruí é um dos grandes produtores de tucunaré no Brasil, porque, como o tucunaré comia as larvas, pronto, reequilibrou-se.

Houve um grupo de empresários da indústria madeireira que inventou, inclusive, até uma motosserra hidráulica para cortar embaixo da árvore, porque eles queriam explorar a madeira do Lago de Tucuruí, porque submergiu muita riqueza lá, muita madeira. Aí inventaram isso e me procuraram – eu já era Deputado naquela época – para intermediar aqui para poder explorar. Aí fomos ao Ibama. E o Ibama não autorizou, proibiu, porque, ao retirar a floresta de baixo, já voltava outro desequilíbrio. Então, a submersão reequilibrou.

Então, quero dizer que é fundamental, Vanderlan, a gente expor esse problema da evolução da tecnologia, da nossa ciência e tal, porque ela está a serviço desse desenvolvimento. O bom é combinar exatamente isto: desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano etc., etc.

É claro que eu também sou muito ligado a essa questão das PCHs, porque foi – o Paulo talvez se lembre disso –, por uma intervenção nossa, que os fundos de desenvolvimento regionais, FNO, FNE... Nós intervimos para poder financiar esse tipo de PCH. Eu acho que, se a gente tivesse tido essa visão ou tivesse feito isso na época do Fernando Henrique, principalmente aquela questão de criar aquelas que ficavam em *stand-by* para poder suprir as...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – As termelétricas... Se a gente tivesse pegado esse dinheiro que foi investido lá e investido em PCHs, nós teríamos hoje uma evolução e não chegaríamos, inclusive, ao apagão. Então, eu queria estar junto desse grupo aí para poder ajudar na evolução e na valorização ainda maior das PCHs.

Há outro exemplo de evolução nessa questão ambiental. Os companheiros da Eletronorte, o pessoal sabe disso. Na transposição do Linhão de Tucuruí e agora de Belo Monte, no Rio Amazonas, no eixo após Rio Amazonas... Ainda há só floresta naquela região. O Governo tinha a necessidade de fazer um linhão para levar energia para as duas capitais que não tinham energia e que estavam numa área isolada. São as duas capitais e principalmente Manaus, que tem um grande parque industrial por causa da Zona Franca. Pois bem, o Governo montou um linhão de mil quilômetros depois da transposição,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fica em Porto de Moz; são mil quilômetros para Manaus e 500km para o Amapá. Como foi que resolveram o problema ambiental? Para se fazer um linhão, abre-se uma avenida grande dentro da floresta. Os companheiros da Eletronorte evoluíram e fizeram uma torre. O linhão passa por cima da floresta. Não houve nenhum desmatamento. Inclusive, o material, a torre já ia semimontada, carregada por helicóptero, que baixava exatamente na área que foi tirada por essa questão.

Então, eu queria só fazer esses comentários e dizer que o setor pode contar com a gente, com este amazônida que tem preocupação com a questão da biodiversidade, com as questões ambientais, com essas coisas. A evolução da tecnologia, a evolução dos nossos pesquisadores e dos nossos engenheiros cria a condição do desenvolvimento sustentável e cria a condição do desenvolvimento econômico, mas vinculado ao desenvolvimento humano. Afinal, na Amazônia, nós não temos só floresta em pé; nós temos 22 milhões de habitantes que precisam desse desenvolvimento.

Então, por fim, eu queria só afirmar que seria bom vocês fazerem essa comparação, principalmente o Paulo, sobre quanto custa o megawatt, a unidade dos investimentos produzidos por uma grande hidrelétrica ou por uma pequena hidrelétrica. Eu acho que essa comparação sobre esse preço aí é importante.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Paulo, quanto à sua observação com relação à criação de uma comissão, na última reunião nossa aqui, no dia 29/3, já houve o requerimento para a criação dessa comissão. Ele foi aprovado, o Requerimento nº 10, para a Comissão de Ciência e Tecnologia avaliar as políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação para as energias renováveis e biocombustíveis. O Relator já foi escolhido. O Senador Plínio Valério é o Relator. Então, eu o parabenizo, porque o senhor está bem antenado. Essa comissão vai ser criada, já com o Relator, para tratar dessas discussões.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Faço o último comentário. Eu falei da Embrapa, do setor elétrico, da Petrobras, mas eu queria falar também sobre a Embraer – foi um processo desenvolvido unicamente por brasileiros, pela nossa tecnologia – e sobre a Fiocruz, que se dedica à pesquisa na questão da saúde pública, à produção de vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Se eu não me engano, já há um requerimento aprovado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É meu.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É de V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria falar sobre o Evandro Chagas, que é o correspondente da Fiocruz no Pará e que também se dedica a pesquisas de saúde pública na questão de doenças tropicais. Então, são valores no Brasil.

Eu só queria, para provocar o setor elétrico, principalmente o pessoal que está no Governo, afirmar que essas riquezas, nessa evolução, falta o brasileiro valorizá-las mais. Com esse processo de privatização, a gente acaba vendendo as nossas riquezas, as nossas produções nacionais, às vezes, a preços que... Então, como o setor elétrico está na boca, seria bom a gente também pensar sobre isso. Eu acho que a solução não seria a privatização, mas seria a PPP. Já está aí Belo Monte, estão aí outras grandes hidrelétricas pela PPP, Parceria Público-Privada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Eu quero cumprimentar aqui o Senador Izalci, que acabou de chegar, e também a Senadora Kátia Abreu.

Obrigado pela sua presença aqui, Senador Izalci, que já é desta Casa.

Eu queria aqui dizer ao Senador e à Senadora que chegaram há pouco que nós assistimos, Senadora Kátia Abreu, Daniella e Izalci, às apresentações do Sr. Jonatan, que é da Eletrobras; do Sr. Hêlvio Guerra, que é do Ministério de Minas e Energia; do Sr. Paulo Arbex, que é da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas; e do Sr. Carlos Eduardo Cabral, que é da Aneel. Foram explanações aqui muito ricas, e aprendi muito. Eu tinha dúvida em relação a algumas coisas, Deputado Adriano, e nós tiramos essas dúvidas aqui. Decidimos que as colocações dos Senadores... O Senador Eduardo acabou de sair, fez as colocações do seu Estado do Tocantins. Senadora Kátia, decidimos que os Senadores e as Senadoras poderiam fazer suas observações e que eles responderiam aqui a todos, para ganharmos tempo nas observações.

Também quero fazer um pedido à Comissão, à Mariana e ao pessoal que trabalha conosco. As pessoas que falaram aqui vão deixar esse material, e vamos tirar cópias, para elas serem distribuídas aos Senadores e às Senadoras, para que vejam a riqueza dos números que foram apresentados, números consistentes. O que vimos aqui não foram números para, como se diz em Goiás e em Tocantins também, encher linguiça. Foram números realmente consistentes.

Então, se houver algum Senador ou Senadora que queira fazer suas colocações...

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu estava presidindo outra Comissão. Infelizmente, coincidiu. Eu tinha muita coisa para perguntar, mas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A concorrência das Comissões é muito grande.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É no mesmo horário praticamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Inclusive, na segunda apresentação, está fora... A gente não estava conseguindo entrar. Ele está consertando aqui.

Aproveitando, eu só queria saber o seguinte: com relação a essas energias alternativas que estão surgindo agora... Por incrível que pareça, o Brasil demorou muito a entrar nessa questão da energia solar. Está havendo algum problema de corporativismo? Ou se está tentando impedir que a gente avance nisso? Estou ouvindo falar em tributação de uma coisa que a gente precisa incentivar exatamente para haver mais energia. Se o Brasil crescer como se disse que vai crescer se for aprovada a reforma da previdência, não vamos ter nem energia para oferecer, e, para qualquer crescimento, a energia é fundamental. Eu não sei se é uma questão da distribuidora. Quem é que está tentando boicotar, vamos dizer assim, qualquer programa de incentivo a novas alternativas de energia? Não sei se já foi falado isso aqui. É que fiquei com essa... Estou preocupado com isso. Estou preocupado assim: estou animado com a perspectiva de crescimento do País, mas preocupado, por outro lado, por não haver energia para oferecer com relação a esse crescimento.

Era só essa dúvida. Não sei quem pode responder isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k., Senador Izalci.

Estamos pedindo ao Hêlvio, em seguida, depois das colocações dos demais Senadores e Senadoras, para responder à sua pergunta, porque acho que ele é a pessoa que poderá responder.

Senadora Kátia, gostaria de fazer alguma observação?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada. Eu gostaria, sim.

Eu queria ter ouvido todas as explicações, mas eu estava no Ministério da Economia em uma audiência já marcada anteriormente.

Este tema, para mim, é muito importante: energia, infraestrutura, logística de modo geral.

Eu tenho algumas dúvidas sobre as quais vocês já podem ter falado. Se já tiverem falado, desculpem-me.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Ministério da Agricultura – vou fazer um comparativo –, nós tínhamos uma norma muito rigorosa para a agroindústria artesanal. Os critérios para um frigorífero exportador e para uma agroindústria artesanal tinham a mesma exigência, ou seja, era impossível que eles fossem cumpridos. Graças a Deus, em um ano e oito meses, nós conseguimos estabelecer as diferenças em três cadeias produtivas, porque é muito demorado.

Com relação à energia, no mesmo exemplo, por que o licenciamento para a CGH é tão complexo quanto para uma grande hidrelétrica? Foi possível eu fazer no Ministério da Agricultura um *lobby* terrível em cima disso, porque isso tudo aumenta a concorrência. Este era o objetivo, o de não deixar regularizar as pequenas agroindústrias no País, e a gente tem de ter tutano para enfrentar o corporativismo e as reservas de mercado; acho que essa é a nossa função. O que pode ser feito para as PCHs? As PCHs enfrentam praticamente o mesmo dilema de uma grande usina, e a CGH um pouquinho menos, mas, mesmo assim, são dois tipos de muito baixo impacto ambiental, e nós poderíamos superar o licenciamento específico por um projeto de lei no Congresso Nacional ou até por uma medida provisória. Nós temos até um projeto de lei já bem adiantado no Senado sobre licenciamento ambiental. Eu o estou listando, porque o Presidente do Senado vai fazer uma superagenda do Senado com 20 pontos, e todos os Senadores estão contribuindo. Um dos que vou sugerir é sobre licenciamento ambiental. Talvez, nesse espaço, nós poderíamos regulamentar, Senador Vanderlan, essa questão do licenciamento dessas duas áreas. (*Palmas.*)

Mato Grosso, por exemplo, fez um licenciamento ambiental que me deixou morrendo de inveja. Lá eles liberaram do licenciamento ambiental outra atividade – achei fantástico –, a produção de piscicultura até cinco hectares. E eu estou lutando, no meu Estado, para liberar a de um hectare. Quase morri de vergonha. Por quê? Porque o impacto é baixo e você ajuda os menores a crescer, a contribuir para o País e a aumentar espaço para todo mundo. Então, esta é uma questão: simplificar o licenciamento.

O projeto é de Acir Gurgacz, o PLS nº 168, de 2018, que estabelece novas regras para o licenciamento ambiental. Ele está aguardando Relator. Eu não sou da CCJ, senão eu já teria pedido. Então, vocês precisam buscar uma relatoria rápida na CCJ, e a gente precisa tentar negociar e fazer uma interlocução com o meu Partido, com o Acir Gurgacz.

Outra coisa é relativa ao mercado livre. Eu queria a opinião de vocês a respeito do mercado livre. Eu sei das dificuldades porque nós precisamos pensar nos investimentos, em quem vai investir nas grandes redes, que são as grandes empresas, mas o mercado livre não pode ser excluído apenas olhando pelo prisma dos investimentos privados. Nós temos de achar o meio do caminho para que isto possa se realizar: que as empresas grandes investidoras possam continuar ganhando dinheiro, mas também as CGHs e as PCHs seriam altamente beneficiadas porque a posse de contratos de venda de energia poderia servir de garantia bancária para que tomassem dinheiro emprestado. Eu até tenho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

potencial na minha propriedade rural e quero até confessar que tenho estudado muito o assunto também por isso. Um dos meus filhos quer empreender e está estudando sobre CGH.

Então, era isso que eu queria colocar sobre a questão do mercado livre.

Por último, fugindo um pouco do tema PCH e CGH, quanto às grandes centrais hidrelétricas, vamos continuar no modelo fio d'água para agradar meia dúzia ou vamos para o modelo tradicional de hidrelétrica, que é racional, pragmático, com que se corre menos risco do que ter de funcionar as térmicas?

No meu Estado, temos um prejuízo enorme, porque, das cinco hidrelétricas de toda a Bacia do Rio Tocantins, apenas uma não é a fio d'água. Então, nós estamos passando por momentos de muita dificuldade.

Quero saber se o Governo pretende continuar com essa política de fio d'água – sempre fui contra, apesar de ter feito parte do Governo anterior. Mas nem sempre a gente faz prevalecer a vontade própria. Então, eu queria saber se existe alguma modificação nesse sentido.

Por enquanto, é só.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigada, Senadora.

O Deputado Adriano, que está nos visitando, tem alguma observação a fazer?

O SR. ADRIANO DO BALDY (Bloco/PP - GO) – Bom dia a todos!

É salutar este debate. Quero parabenizar V. Exa., Senador Vanderlan, e, na sua pessoa, todos os pares. É uma alegria poder compartilhar aqui dessa proatividade, aprendendo com vocês, para que a gente possa levar para a Câmara também.

Parabéns pelo nível, pela temperança! Quando se fala em debate, como o Senador acabou de dizer aqui, é preciso haver equilíbrio. E o Senado mostra equilíbrio, mostra competência. É disto que o Brasil precisa: regulamentar os deveres de cada um dos Poderes.

Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho interessante, como fazemos aqui na Comissão, vocês que trouxeram a palavra para nós definirem quem vai responder, por exemplo, sobre a dúvida do Senador Izalci, do Senador Eduardo Gomes, que teve de sair, e do Senador Paulo, para não nos alongarmos muito.

O Jonatan queria, se não me engano, fazer um complemento ao que disse o Senador Eduardo. É isso?

Então, vamos começar por você.

O SR. JONATAN ROSS – Obrigado, Senador.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, eu gostaria de ouvir o Governo e a iniciativa privada sobre os meus questionamentos, por favor.

O SR. JONATAN ROSS – Eu queria fazer um complemento, Senador. Na hora em que colocaram aqui as questões ambientais – o Hélvio colocou isso bem, como também o Senador Paulo –, falaram, na verdade, em como, em muitos casos, as usinas hidrelétricas ajudam a preservar.

Nós temos uma experiência recente na Eletrobras com a Usina de São Luiz do Tapajós, que, infelizmente, não foi viabilizada. Durante o estudo dessa usina... Há um ponto que acho interessante explorar para ficar como sugestão: o licenciamento ambiental de uma usina desse porte requer investimento de magnitude para os estudos ambientais e para os estudos técnicos também. Na questão dos estudos ambientais, é uma região onde anteriormente nunca houve um real investido na região do empreendimento. Na verdade, quando se estuda uma usina do porte da de São Luiz, chega-se também à ciência... É a primeira vez que chega ali um estudo estruturado. As informações que são coletadas em campo, que são intensas sobre fauna e flora, sobre as condições socioeconômicas, etc., muitas vezes – no caso da de São Luiz, isso é verdade –, são utilizadas para o desenvolvimento de teses de mestrado e de doutorado de várias pessoas envolvidas. Esse é um viés que está acontecendo desde a fase do projeto; esse não é um benefício que se tem após a construção e a operação da usina. É um viés positivo que acontece desde a fase de viabilização, na etapa do projeto ainda. É muito dinheiro investido, inclusive incentivando pesquisa, que é, vamos dizer, um benefício decorrente daquele investimento original.

Só para se ter uma ideia, em São Luiz a gente investiu dezenas de milhões de reais. Era um grupo de empresas, incluindo a Eletrobras e empresas do setor privado. Nesse caso, não houve a viabilidade do empreendimento finalizada, o empreendimento não foi viabilizado.

Então, o empreendedor tem o receio do risco. Quando ele vê uma estrutura onde ele possivelmente não vai ter o retorno daquele investimento que ele fez – estou falando aqui de dezenas de milhões de reais –, ele não vai se propor a passar por esse episódio novamente. Então, acho que existe um ponto também a ser colocado, a ser discutido, que é a gente tentar olhar quais são os riscos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidos no licenciamento desses empreendimentos e trabalhar justamente nos pontos para atrair os empreendedores, para que eles possam ter mais tranquilidade na decisão do investimento.

Eu só queria mostrar esse ponto a respeito de São Luiz.

Acho que a palavra que foi muito usada aqui até o momento, e a gente está de acordo, a Eletrobras está de acordo, é equilíbrio. A gente tem que buscar, na verdade, não simplesmente ignorar as questões ambientais, mas tem que ter um equilíbrio, para que as coisas funcionem e para que possa haver segurança para todo mundo que está participando do processo.

Acho que era só essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado.

Quanto às dúvidas e perguntas do Senador Izalci, acho que o senhor, representando o Ministério, poderia responder.

O SR. HÉLVIO GUERRA – Agradeço a pergunta do Senador Izalci.

Eu poderia fazer alguns comentários também em relação àquilo que o Senador Paulo Rocha e a Senadora Kátia Abreu falaram em seus comentários.

Eu vejo que... Eu ia dizer para o Senador Paulo Rocha que eu morei na Amazônia durante 18 anos. Aqui à mesa, também está uma pessoa que nasceu na Amazônia, que é o Carlos Cabral, que está na ponta da mesa. Eu ia brincar com ele, dizendo que eu conheço mutuca, eu sei o problema que é uma mutuca. Mas eu comentei com ele isso aqui quando ele saiu.

Eu acho que nós não queremos esconder os problemas, os impactos negativos que uma usina hidrelétrica produz, mas o que nós defendemos e tentamos mostrar é que os benefícios e aquilo que ela produz de efeito positivo suplantam em muito os impactos negativos.

Nós dissemos aqui que a usina hidrelétrica é o único empreendimento do setor elétrico que tem a obrigatoriedade de implementar uma área de preservação permanente. Então, ao redor do seu reservatório há a obrigação de haver uma área de preservação permanente. Eu não sei se o Senador Izalci e a Senadora Kátia Abreu já estavam aqui quando eu comentei que, se nós olharmos Santa Isabel, que é uma usina de grande porte que teria uma vantagem importante para o setor elétrico, para o desenvolvimento do País, veremos que ela não foi construída por conta de preocupações ambientais. Essa usina não foi licenciada há 20 anos, com investimentos inclusive do construtor, do concessionário da usina na época. E, se você olhar a imagem de satélite da região onde ela seria implantada e comparar com aquilo que era o meio ambiente 20 anos atrás, verá que a área está totalmente degradada. Nós não construímos a usina e degradamos a área.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que nós precisamos... E aí aproveito para fazer referência àquilo que a Senadora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Fica nos Rios Araguaia e Tocantins.

O SR. HÉLVIO GUERRA – Exatamente.

Fazendo referência àquilo que a Senadora Kátia Abreu coloca, eu acho que nós precisamos vencer determinados desafios em relação à questão ambiental com um diálogo com os órgãos ambientais – o Ministério faz isso, a Aneel também faz isso –, tentando, primeiro, mostrar quais são os benefícios que esse tipo de empreendimento traz. Nós temos evidências de que todos os indicadores socioeconômicos são superados relativamente aos Municípios onde não existem as usinas ou que não são afetados pelas usinas. Então, nós precisamos mostrar isso de forma mais clara e de forma mais efetiva para os órgãos ambientais.

Concordo com a Senadora que muitas vezes tratamos empreendimentos de pequeno porte, com baixíssimo impacto ambiental, da mesma forma como são tratados os grandes empreendimentos. Então, acho que isso precisa ser superado. E faz parte desse trabalho de diálogo permanente com os órgãos ambientais mostrar isso.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com licença! Existe alguma proposta para modificar isso, já escrita? Há uma pré-apresentação de como vocês acham que isso poderia ficar para nos mostrar?

O SR. HÉLVIO GUERRA – Existe um trabalho... E aí eu deixaria até para o representante da Aneel falar sobre isso. Mas existe um trabalho que a Aneel tem feito e que o Ministério de Minas e Energia acompanha, que é o de trabalhar com todos os órgãos ambientais na discussão dos projetos, para já envolver o órgão ambiental na fase de discussão dos próprios projetos, para mostrar quais são os benefícios e como eles deveriam ser envolvidos nessa discussão. Eu acho que nós precisamos superar essa dificuldade que existe hoje de olhar empreendimentos de pequeno porte da mesma forma com que se olha para empreendimentos de grande porte. Então, o Ministério também está envolvido nessa questão, mas é um projeto, um processo que está sendo muito bem conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em relação à questão do mercado livre, que a Senadora coloca, o Ministério tem propostas para a expansão do mercado livre. O Ministério propôs, naquilo que ficou conhecido como Consulta Pública 33, CP 33, um trabalho mostrando os benefícios da expansão do mercado livre. Hoje, se nós olharmos as eólicas, por exemplo...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – CP 33?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLVIO GUERRA – CP 33, Consulta Pública 33. Hoje está em tramitação no Congresso Nacional um projeto de lei que, de certa forma, incorporou algumas das questões postas na CP 33 pelo Ministério, e lá se trata do mercado livre também, porque é um mercado livre que está em expansão e deve ter os incentivos necessários para que ele realmente cresça no Brasil. O processo de competição do mercado livre tem uma tendência clara de redução de preços de energia. Hoje você tem as usinas eólicas, para ficar em um exemplo, com os preços que caíram de forma acentuada no Brasil. Elas têm uma participação, cresce a participação das usinas eólicas no mercado livre, o que não acontecia há alguns anos. Hoje existem muitos contratos de eólicas no mercado livre.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Qual a percentagem dessa energia hoje no mercado livre?

O SR. HÉLVIO GUERRA – Eu não tenho esse dado, mas eu posso lhe passar.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Seriam 10%?

O SR. HÉLVIO GUERRA – É um pouco mais de 10%, mas eu posso lhe passar depois o dado mais preciso.

Em relação à questão que o Senador Izalci coloca quanto a um eventual ou a um possível boicote por parte de alguns interesses em relação a não avançarmos com as fontes renováveis, é claro que os interesses são os mais variados possíveis, mas há algo que é difícil de se restringir. Hoje, há uma evolução de tecnologia em que as fontes renováveis, diferentemente do que acontecia alguns anos atrás... Citei aqui a eólica, que é um exemplo bastante típico disso, bastante emblemático. Se você olhar como era a eólica há 20 anos, você verá que ela não era competitiva, que ela não competia sequer com PCH. Se você olhar eólica hoje, com desenvolvimento de tecnologia, com o programa Proinfa, que foi um pontapé inicial importante, já citado aqui pelo Jonatan, que contribuiu muito para a evolução da fonte, não só a eólica, mas a eólica particularmente, por conta de desenvolvimento de tecnologia... E o Brasil foi beneficiado nos anos 1998, 1999; foi muito beneficiado por crise na Europa, que tinha sobra de máquinas, e as máquinas vieram para o Brasil, isso derrubou preço no Brasil. Então, hoje uma usina eólica vende a preço que é metade ou algumas vezes menos da metade do preço de uma PCH.

É claro que aí faço referência aqui ao que o Paulo colocou: muitas vezes nós – e aí a CP 33 também trata desse assunto – não olhamos para o que é chamado atributo das fontes, quer dizer, uma fonte intermitente como a eólica ou uma fonte intermitente como a fotovoltaica precisa de uma fonte firme para que a energia possa continuar sendo gerada no momento em que ela não gera. Então, esse custo não é representado, por exemplo, numa PCH ou numa eólica. A eólica não incorpora essa externalidade da própria eólica. Então isso é um fato. De qualquer forma, hoje o fato de nós termos fontes renováveis competitivas impede que exista esse boicote – vamos chamar de boicote – em relação ao avanço delas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vejo como algo que tenha um movimento que seja deliberado para impedimento das fontes renováveis, até porque elas têm crescido de forma significativa no Brasil.

Não sei se foi o Senador Izalci que colocou, mas nós tivemos uma demora em relação a determinadas fontes, a o Brasil entrar em determinadas fontes. A eólica é um caso bastante típico. Eu gosto de citar a Alemanha, por exemplo, que há 20, 30 anos, já estava implantando e fazendo experiências com usinas eólicas. Eu mesmo visitei, no começo da década de 90, um parque eólico na Alemanha. E ali a gente poderia dizer: a Alemanha precisava da eólica naquele momento? Não, não precisava da eólica. O que ela estava fazendo era desenvolvimento de ciência e tecnologia. Então, quando você olha para a Alemanha hoje, 30 anos depois, você tem 35% da matriz alemã com fontes renováveis, eólica e fotovoltaica. O Brasil demorou um pouco para entrar na eólica, e o Proinfa foi um desencadeador, mas demorou um pouco para entrar – menos com a fotovoltaica, mas também demorou de alguma forma com a fotovoltaica. Hoje o mundo tem, pelo último número que eu tinha, 300, quase 400 mil megawatts de fotovoltaica instalada no mundo, e isso significa mais do que um Brasil inteiro, mais do que o dobro de um Brasil inteiro, e o Brasil ainda dá os primeiros passos na fotovoltaica, mas já foi um pouco mais adiante do que o que aconteceu com a eólica.

E, para encerrar, eu também quero fazer um comentário em relação a desenvolvimento de tecnologia. Nós tivemos um desenvolvimento imenso de tecnologia. Se nós olharmos a Usina Hidrelétrica de Balbina, por exemplo, no Estado do Amazonas, e as usinas de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, são usinas completamente diferentes, com uma diferença em termos de construção, de tecnologia, de máquina que permite que você tenha mais geração com menor tamanho de reservatório ou de lago. Então, você tem uma condição hoje no Brasil que é completamente diferente em relação à construção de hidrelétricas. E o caso de Belo Monte é um caso bastante também emblemático, a que eu acho que o Senador Paulo Rocha fez referência, porque nós passamos 30 anos discutindo Belo Monte.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – É a fio d'água lá?

O SR. HÉLVIO GUERRA – Lá é uma usina fio d'água.

Então, o que acontece? Você tem uma capacidade ali de reserva de água muito baixa, baixíssima, então podemos considerar que ela é a fio d'água. E nós passamos 30 anos discutindo um empreendimento muito maior e com um reservatório muito maior do que ele é hoje e do que ele de fato foi construído. Qual foi o movimento ali? O movimento de discussão com a sociedade. Ali se discutiu com as comunidades indígenas, discutiu-se com a sociedade local, com as organizações não governamentais, inclusive internacionais, e se chegou a uma possibilidade de construir da forma como ele é hoje, com um reservatório muito menor. Para se ter uma ideia de dimensões, o reservatório de Belo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Monte tem 500 quilômetros quadrados de área, o reservatório de Balbina tem 2,6 mil quilômetros quadrados.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – E Santo Antônio e Jirau?

O SR. HÉLVIO GUERRA – Santo Antônio e Jirau, os dois juntos, mais ou menos 500 quilômetros quadrados, cada um em torno de 250 quilômetros quadrados.

Para efeito de comparação, Balbina tem 2,6 mil quilômetros quadrados com 250 megawatts instalados, Belo Monte tem 500, ou 517 quilômetros quadrados, para ser bem exato, com 11 mil megawatts instalados, quer dizer, a gente está falando de algo 40 vezes maior em termos de capacidade instalada.

Qual foi a solução de compromisso que se encontrou nesse... Eu costumo dizer que foi uma espécie de pacto social. Qual foi a solução de compromisso? Nós abrimos mão de um pouco da geração para poder contemplar e atender aquelas preocupações ambientais e sociais. Acho que é esse o ponto: até que ponto nós podemos ou devemos avançar em relação à discussão de construção de hidrelétricas não só com o meio ambiente, com as equipes de meio ambiente, mas também com todas as comunidades, comunidades indígenas e a sociedade como um todo. Acho que esse é o desafio. Acho que nós temos o desafio de tentar encontrar soluções, inclusive para esse ponto que a Senadora Kátia Abreu coloca de não tratarmos... Nós não podemos matar mosquito com canhão. Acho que essa é a questão, e acho que, de certa forma, no meio ambiente, em algum momento nós estamos fazendo isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senadora Kátia Abreu, Senador Izalci, antes da complementação da pergunta dos dois pelo Paulo, que é da iniciativa privada, nós temos aqui duas perguntas. Como isso é divulgado e muita gente está nos acompanhando pelo Brasil afora, nós selecionamos duas perguntas que nos chegaram pelo e-Cidadania.

Do Adriano C. Silva, do Rio de Janeiro, vou passar aqui e, em seguida, fazer... A pergunta dele é a seguinte: "É possível conciliar produção e tratamento de esgoto? Por que não utilizar rios e córregos poluídos? O incentivo deve ocorrer nessas águas?".

Achei interessante, porque eu lembrei do nosso córrego lá, o Rio Meia-Ponte, em Goiás, que é totalmente poluído. Lá havia algumas usininhas que foram desativadas e estão voltando agora. Essa pergunta é interessante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra é do Robison Cassio Mingarelli, de São Paulo. Ele pergunta o seguinte: "Como consumidor, gostaria de saber por que o custo da energia elétrica é tão caro, mesmo quando há anos com grande quantidade de chuvas". Essa é a pergunta dele.

Já passo a palavra aqui para o Paulo, para complementar as perguntas da Senadora Kátia e do Senador Izalci.

O SR. PAULO ARBEX – Vou responder primeiro as perguntas dos Senadores, que foram feitas antes, e depois respondo a do Daniel e a do Robison – não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu acredito que essas duas aqui ficariam com o Hêlvio, que é do Ministério de Minas e Energia. Já passo para ele.

O SR. PAULO ARBEX – Olha, esta audiência está riquíssima, riquíssima! Eu adorei os pontos que foram levantados aqui. A gente fica agoniado para falar, para responder, mas foram muitas perguntas e não deu ainda.

Vou começar pelas perguntas da Senadora Kátia Abreu.

Senadora, eu acompanho a Frente Parlamentar do Agronegócio. Eu fui a algumas reuniões lá, fomos muito bem recebidos. Temos vários temas em comum com vocês. A agricultura no Brasil foi demonizada durante muito tempo, mas a agricultura soube reagir, soube se organizar, montou a frente, fez um trabalho de comunicação social e mostrou por A mais B que a agricultura é o motor da economia brasileira, que a agricultura não é a fonte dos problemas ambientais do Brasil, que a solução é uma agricultura consciente, que cuide do meio ambiente. Nós estamos tentando fazer, com muito menos recursos, com muito menos material, a mesma coisa.

Queria comentar com os Senadores aqui presentes: nós estamos fazendo um trabalho de renovar a nossa frente parlamentar – venceu a legislatura, parece que tem de renovar a cada dois anos. Ontem nós fomos à Câmara, já temos 200 assinaturas de Deputados; hoje nós estamos aqui fazendo esse esforço no Senado. Então, se os Senadores puderem nos prestigiar com a participação na nossa frente, agradeceríamos muito.

A Senadora levantou o ponto do licenciamento. Realmente, está muito exagerado. A gente, em vez de... Nós temos poucos recursos nos órgãos ambientais, e esses poucos recursos, às vezes, estão cuidando de coisas muito pequenas. Estou aqui com o Pedro Dias, que é o nosso vice-presidente do conselho, é um especialista na área ambiental. Ele foi diretor do Instituto Ambiental do Paraná. Ele tem uma empresa especificamente ambiental, e eu queria depois passar a palavra para ele, se o Senador Vanderlan me permitir, para que ele fale de uma emenda que nós sugerimos ao projeto de reforma do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

código ambiental que está tramitando – parece que parou um pouquinho, não é? Talvez essa seja uma das soluções.

A senhora comentou que há um potencial nas terras. Eu incentivo todo e qualquer empreendedor, todo e qualquer agricultor que um tenha potencial hidráulico a desenvolvê-lo. A associação está aberta para ajudar, é só se afiliar lá, nós damos apoio técnico, institucional, regulatório. É para isso que existe a associação. Estamos à disposição. Não deixem de fazer, porque é um bem para a sociedade como um todo.

Nós temos associados com mais de 15 CGHs e PCHs no Estado do Tocantins, no Estado da senhora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Quinze?

O SR. PAULO ARBEX – Mais de quinze. O Edgard Crema tem PCHs, duas, três PCHs; a ZX Energia tem cinco CGHs...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ARBEX – Exatamente. E há mais uma série de outras.

Concordo com a senhora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Só um parêntese. Um dos financiamentos que nós temos, assim como o Nordeste tem, é do Banco da Amazônia, que opera os fundos constitucionais do Norte. Até dezembro do ano passado – não sei se este ano mudou –, ele tinha suspenso financiamentos para PCHs e CGHs. Eu queria que você dissesse que sentido tem isso, o porquê disso.

O SR. PAULO ARBEX – Não tem sentido nenhum! Isso é discriminação, de novo.

Acho que os maiores problemas que a gente enfrenta hoje são os seguintes. Essa demonização tem efeitos colaterais. O jovem estudante... Há cartilha distribuída para estudantes falando que hidrelétrica mata índio, detona o meio ambiente. É o contrário.

A gente tem um caso chamado Sacre II. É uma PCH que está nas terras da etnia parintintim... Aliás, pareci – desculpa. Esse pessoal quis que a usina fosse feita preservando uma cachoeira, que é um local sagrado deles. Foi feito. O empreendedor negociou, conversou, fez um pequeno desvio de água, reduziu a potência da usina para manter a cachoeira funcionando. Nós temos um vídeo desse negócio que é maravilhoso, ele mostra a miséria... Há depoimentos dos índios falando que passavam fome, que passavam necessidade, que viviam na mais absoluta miséria e que, com o dinheiro das hidrelétricas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles conseguiram progredir, eles conseguiram se desenvolver. Eles enviaram índias e índios para fazerem curso de Direito, curso de Odontologia. Esses índios voltaram para a aldeia e hoje estão atuando como dentistas, advogados e agricultores.

Eles estão plantando mais de dez mil hectares de soja, algodão e milho, com colheitadeira. Foram multados, inclusive, por estarem plantando e produzindo. O Ibama foi lá e aplicou uma multa neles. Área desmatada, área que era pasto! Eles falam que precisavam trabalhar como caseiros e como empregados domésticos dos fazendeiros da região porque não tinham nenhuma atividade econômica. Hoje eles são também agricultores, também produtores rurais. Acho que esse é o exemplo mais rico, mais fino e acabado de como você concilia os índios, o interesse ambiental, as hidrelétricas, a necessidade de renda do País.

Nós temos "n" casos de sucesso, mas esses casos não chegam. Ontem, por exemplo, saiu na *Folha de S.Paulo*... A gente fica enxugando gelo, a gente fica tentando passar a nossa mensagem, como estamos fazendo hoje aqui nesta audiência no Senado, mas há uma máquina, que a gente ainda não identificou exatamente como é que funciona, que está o tempo inteiro soltando bombas. Para a gente, é uma guerra comercial. Você tem necessidade de 4 ou 5 mil megawatts/ano de nova potência no mercado, o que dá uns R\$20 bilhões de investimento, e aí é uma guerra para ver quem é que vai ficar com esse quinhão desses 20 bilhões de fabricação de equipamento. É isso. E muitas vezes a preocupação ambiental do cidadão é manipulada para beneficiar um ou outro interesse econômico.

Isso precisa acabar, e o Senado pode nos ajudar. Vocês têm a TV Senado, a TV Câmara, vocês têm a tribuna, vocês têm acesso a muita coisa a que a gente não tem. Se concordarem com a gente...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Vocês têm proposta para melhorar o licenciamento?

O SR. PAULO ARBEX – Sim, temos. Vou passar para o Pedro. É uma simplificação. Não dá para a pequena CGH ter o mesmo processo da grande...

Pedro, você quer...

Senador, o senhor me permite passar a palavra ao Pedro para ele responder?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. PEDRO DIAS – Cumprimento V. Exa., Senador Vanderlan.

É um prazer estar aqui, Senadora Kátia Abreu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos desenvolvendo com o Governo, já desde janeiro, uma proposta para simplificar CGHs e PCHs, porque elas não podem ser tratadas como Itaipu ou Belo Monte. Todos os requisitos exigidos no caso de Belo Monte são exigidos para as PCHs e para as CGHs de um megawatt, como a que o Paulo está fazendo num pequeno desvio de rio em Santa Catarina. Quer dizer, não pode ser assim, senão nós não vamos conseguir, em dez anos, licenciar. Ela tem quatro artigos. A nossa proposta é muito singela: tem quatro artigos e um anexo. O anexo classifica as pequenas de acordo com a necessidade ambiental, mais nada.

O Governo não quer mexer no 168, que está aqui no Senado, e acredita que deve aprová-lo ainda este ano como diretriz de licenciamento ambiental. O projeto não é ruim, o projeto atingiu o consenso e a maturidade que Brasília e o Brasil permitem...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – É o 168?

O SR. PEDRO DIAS – É o 168, que está aqui, no Senado.

A gente tem uma proposta que poderia ser emenda e tal, mas nós podemos fazer um projeto de lei específico para simplificar as CGHs e PCHs, colocando esse quadro de potência *versus* área. Os órgãos ambientais aceitariam bem isso. Aceitam tão bem que o órgão ambiental do meu Estado, o Paraná, se propôs a transformar essa proposta nossa em resolução, já para atingir esse objetivo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Você acha que é permitido?

O SR. PEDRO DIAS – Ali nós temos alguns problemas, porque um dos artigos que estamos propondo... Já há uma lei que fala sobre isso. Então, só por lei, na nossa opinião, seria possível mudar.

Fora esse artigo, que é duplicidade de licenciamento, onde a CGH e a PCH têm de ser licenciadas por dois órgãos da mesma atividade, como, por exemplo, o licenciamento florestal na região da Mata Atlântica, que precisa de duas licenças, uma do órgão florestal, do Estado, e uma do órgão federal, do Ibama... Quer dizer, não é correto isso, a gente está fazendo duplo licenciamento. É como você estar licenciando uma atividade no Município, no Estado e na União: são três licenças ambientais. Então, esse ponto, só por lei mesmo; os outros pontos, não. Então, fora esse, os demais poderiam ser tratados por resolução sem problema. Apenas esse teria de ser tratado em seu aspecto legal.

Nós temos essa proposta. Essa proposta pode ser encaminhada, Senador, para a Comissão. O Paulo também vai deixar o dossiê de trabalhos que nós executamos por Estado, potencial Estado por Estado – no seu Estado, Senadora, no Estado dele. Está ali o potencial de CGHs.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São usinas muito pequenas. Nós estamos falando de usinas que, às vezes, têm 1 hectare de reservatório, 5 hectares de reservatório. As maiores aí apresentam 100 a 150 hectares, e a gente está sendo cobrada por todos os programas, como se fôssemos uma grande hidrelétrica. Então, essa diferença, eu acho que vocês aqui no Senado, Excelências, podem conseguir melhorar, e a gente tem proposta técnica para isso. Se nos permitirem apresentá-la...

E já queríamos deixar o convite para a Senadora Kátia Abreu também para assinar a nossa frente. Nós já estamos com 230 assinaturas de Deputados, Paulo, e agora a gente já tem 15 assinaturas de Senadores. Nós precisamos chegar ao número mágico de 27 para ser comissão mista. E seria essa comissão também um palco de debates para o qual levaríamos esses trabalhos técnicos nossos.

Muito obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, um adendo apenas.

Eu trabalhei demais no Código Florestal Brasileiro, tive uma atuação muito dura e aprendi umas coisinhas. Uma das mais importantes é que a legislação ambiental é de competência concorrente, certo? Então, tanto União como Estados e Municípios podem legislar. A União faz as regras gerais. Então, se existem as regras gerais para o licenciamento na área de energia, os Estados podem perfeitamente detalhar isso nas suas assembleias. Eu acho isso muito mais interessante, porque, para começar um projeto de lei novo, você pode colocar aí, talvez, uns cinco anos, e nós não temos tempo. Ou colocamos aqui, se forem linhas gerais... Se as linhas gerais forem suficientes, seria importante fazer um trabalho nos Estados, o que é muito mais rápido, e aprovar essa facilitação. Só um advogado especialista saberia dizer se as linhas da competência concorrente geral estão bem postas.

O SR. PEDRO DIAS – Sim, senhora.

Senadora, realmente está bom o projeto. O 168 atende princípios gerais. Talvez um ou outro artigo pudesse ser emendado para falar especificamente das pequenas. Isso solucionaria aqui e, dentro da proposta da Senadora, com certeza, nós trabalharíamos nos Estados. Aliás, os Estados já estão sendo trabalhados. O Rio Grande do Sul já trabalhou isso, já está com uma unidade de simplificação, assim como Santa Catarina e Paraná estão trabalhando.

E o nosso licenciamento, Srs. Senadores e Sra. Senadora, é feito nos Estados. Raramente se tem uma PCH no Ibama, gente; só aquela que estiver, porventura, num rio de divisa, o que é raríssimo. Se a gente for ver no Ibama, deve haver uma meia dúzia de PCHs lá para serem licenciadas. E você vai ao Paraná, existem trezentas; no Rio Grande do Sul, mais de duzentas. Então, estamos com quase 650 projetos parados no meio ambiente, e nós precisamos destravar isso. Ao destravar isso, estaremos fazendo o que o Hêlvio fez: o Hêlvio bateu de porta em porta no Governo passado, nos Estados, comprometendo as pessoas. Já evoluiu em alguns – não é, Hêlvio? –, em outros está evoluindo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem de enaltecer esse trabalho seu de esclarecimento e dizer também que, em relação aos inventários que foram comentados aqui, se a gente colocar na 168 que está a avaliação estratégica sendo feita para o Governo e pelo Governo, junto do inventário da Aneel, destrava também, porque aquela história de passar para o privado fazer uma avaliação de bacia hidrográfica... Ora, não é correto, porque a bacia hidrográfica é do Estado. Nós temos de fazer isso pelo Estado, e, daí, o privado vai investir naquilo que já está certo e não naquilo em que há dúvida.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Pedro.

Senadora...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, desculpe.

Ainda existe outro – é porque as coisas acontecem no passado e a gente vai apagando da memória. É que nós fizemos uma lei aqui, talvez mais importante que o Código Florestal, que se iniciou com o nome de PL 1. Nela nós definimos com detalhes as competências de Estados, Municípios e União. Você se lembra dessa legislação?

O SR. PEDRO DIAS (*Fora do microfone.*) – Lei Complementar 140.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Virou 140. Pronto!

Eu acho que, por ali também, nós podemos achar o encaminhamento, nessa 141.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mas, na fala do Pedro, há uma coisa interessante, Senadora.

Diz-se que neste mundo nada se cria, tudo se copia. Então, se Mato Grosso, só no ano passado, mais do que dobrou sua capacidade energética e muitas PCHs entraram – o senhor citou os casos do Paraná e do Rio Grande do Sul –, a gente tem de ir lá ver. Já até pedi à Comissão, ao nosso pessoal, que vá ver o que eles fizeram de diferente para simplificar. Sugiro que, até um mega de licenciamento ambiental, fique no Município, porque muitos Municípios estão aptos e capacitados para conceder uma licença ambiental, já que o impacto é muito pequeno.

Senadora, no meu Estado de Goiás, até poucos anos atrás, o Município não licenciava nada. Até um aterro sanitário que viesse para resolver um problema ambiental tinha de passar pelo Estado. Eram anos e anos para uma licença para um aterro sanitário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – O senhor poderia pedir pela Presidência da Comissão, através da Mesa, ao Estado de Mato Grosso que nos enviasse esses projetos de lei para que pudéssemos conhecê-los. **O SR. PRESIDENTE** (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – De repente a roda já foi inventada, e às vezes a gente vai perder muito tempo. E eu vejo isto com tanta urgência, como a Senadora falou: nós procurarmos atalhos para poder resolver. Vai, com a pressão das bancadas dos Estados, chegar ao Governador para seu secretário resolver.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, eu recebi aqui uma ligação do pessoal do Tocantins dizendo que o Banco da Amazônia continua não financiando novas PCHs e CGHs, apenas custeio – o que não existe, não é? Existe custeio em PCH, com apenas dois funcionários? Ele hoje financia apenas energia eólica e de biomassa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Deixe-me só fazer um comentário sobre isso, porque nós estamos num debate. O horário está adiantado, mas isso é importante, o que a senhora falou e o que a pessoa passou para a senhora.

Ali no Tocantins, como faz parte da Amazônia, quer dizer, há o Banco da Amazônia; existem os recursos para fomentar o desenvolvimento. No nosso Estado de Goiás, que faz parte do Centro-Oeste, é o FCO. Mas o que vinha acontecendo com esses recursos destinados a fomentar, ou seja, a financiar o desenvolvimento desses Estados é que eles são muito dirigidos para poucas empresas, para poucos segmentos ou talvez só para um segmento – só para um segmento. Que se dê prioridade agora, neste momento tão crítico por que o País passa na questão energética, e precisamos sim de alternativas, e isso passa por financiamento, tem que haver financiamento... Nós chegamos ao absurdo de sair, de recursos para o FCO, por exemplo, R\$1 bilhão de liberação e 800 milhões vão para uma empresa, 100 milhões para outra empresa, 30 para outra, e o restante das empresas, que são milhares, ficam brigando por umas migalhas. Essa política tem que ser mudada. PCHs precisam, sim, de recurso, de financiamento, como outras atividades precisam ter, e não simplesmente alguns grupos econômicos, que estão detendo todos os recursos oriundos desses financiamentos com o juro um pouquinho mais baixo.

Eu queria fazer essa colocação.

E peço que o senhor responda para nós, para os dois internautas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – E sobre o mercado livre?

O SR. PAULO ARBEX – Ah, o mercado... Posso responder?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Só complementar a minha resposta.

O SR. PAULO ARBEX – Acho que as duas respostas estão faltando: mercado livre e subsídios.

Mercado livre. O mercado livre não viabiliza expansão de geração. O mercado livre só tem dado contrato de dois, três anos em um preço decente, e a gente precisa de contrato de pelo menos quinze anos para levantar o financiamento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – E é proibido fazer?

O SR. PAULO ARBEX – Não. Eles não querem correr o risco de preço. Então, só compram três anos. Quando é cinco anos, é uma tarifa quase aviltante. Mais de cinco anos ninguém quer. Então, não há precedente de mais de duas, três usinas que foram financiadas com contrato de mercado livre. Esse é um problema que a gente precisa resolver.

A abertura do mercado, se vai ser feita, tem de ser feita em condição de isonomia, tem de corrigir primeiro as discrepâncias, como esta que a senhora acabou de colocar: o dinheiro barato do Basa só pode ir para biomassa e eólica, e não para PCH, não para outras fontes. Hoje o que há no setor é o seguinte: nós temos um programa de incentivo fiscal para a indústria do petróleo, que é o Repetro – são R\$450 bilhões de renúncia fiscal de acordo com números do Ministério da Fazenda, até 2040 –, e ficam batendo nas renováveis, dizendo que têm que eliminar os subsídios das renováveis. Quais subsídios das PCHs? Que subsídios? Os 50% do fio? A gente constrói a própria linha, e depois eu tenho que pagar para usar a linha que eu construí e eu banquei? Na verdade, isso é um reconhecimento de custo que eu não gerei para o sistema.

A outra coisa é a seguinte: isonomia entre as renováveis também. Hoje eólica e solar pagam 20% a menos de imposto na compra dos insumos para fabricação das placas e das turbinas eólicas e 10% a menos na hora de faturar do que as PCHs e CGHs. Nós queremos o mesmo incentivo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Repita, por favor.

O SR. PAULO ARBEX – Quando uma fábrica de eólica compra componentes, paga 20% de imposto a menos do que nós. Quando a fábrica termina de fabricar o gerador eólico e vende para o consumidor, paga 10% de imposto a menos. Ela tem uma série de incentivos. Eu tenho isso detalhadinho na apresentação, mas *grosso modo* esses são os números.

Abrir mercado é mais ou menos como pegar o Usain Bolt, colocar para correr contra mim, aí você vai lá e turbina o Usain Bolt com subsídio, financiamento subsidiado, isenção fiscal. Aí, não tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condição, não é? Tem que tratar diferentes de forma diferente e ter uma isonomia entre todo mundo. É o *lobby*. A gente fica enxugando gelo o dia inteiro. Todo santo dia vem uma bomba qualquer que nos coloca, na largada, 100m atrás de todos os outros competidores. É isso que a gente quer corrigir. Não é possível que o micro, pequeno e médio empreendedor nacional de PCH e CGH continue sendo tratado desse forma. É para isso que a gente está pedindo a ajuda dos Srs. Senadores, para tentar corrigir essas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senadora, essa questão que o Paulo está falando é tão grave que, entendendo um pouco agora, por essa explicação dele, eu acredito que os setores que ele está mencionando estão isentos – não sei se estou certo – de IPI, por exemplo, ou ICMS, tendo redução de uma série de impostos que as pequenas centrais hidrelétricas não têm. Por exemplo, quando vão comprar turbina, não sei se estão tendo hoje isenção de IPI na compra de turbina, se no ICMS há uma redução. Então, mais ou menos, é isso.

Eles, com certeza, têm razão na reclamação e têm de ser competitivos. Então, mesmo que a gente tivesse, pelo que tentei falar à senhora... Vamos sufocar as PCHs para que eles desistam e vamos incentivar as termelétricas porque há interesses de grupos econômicos ou talvez até de alguns políticos. Então, isso tem de ser corrigido.

Eu queria passar para o Carlos. Ele tem uma observação a fazer – em seguida, vai responder e encerrar – sobre os licenciamentos ambientais.

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Em relação às colocações feitas pela Senadora Kátia, pelo Senador Eduardo, pelo Senador Paulo Rocha, em relação às questões ambientais, às dificuldades de desenvolvimento de projetos hidrelétricos por conta de dificuldades ambientais, a Aneel, sensível ao tema, no ano passado, começou uma interação muito forte com vários órgãos ambientais estaduais por meio de visitas, de reuniões técnicas para esclarecer como ocorre todo o processo de desenvolvimento de projetos hidrelétricos, desde seu início até a outorga do empreendimento. E a gente teve um resultado bastante positivo, porque, com alguns órgãos ambientais, nós já desenvolvemos algumas iniciativas em que, na primeira etapa do processo de desenvolvimento de projeto hidrelétrico, que é o estudo de inventário, já existe uma participação mais ativa dos órgãos ambientais, sinalizando que tipo de dificuldade ou até inviabilidade no desenvolvimento de alguns empreendimentos nesse momento do estudo eventualmente vão evitar que a identificação desse problema ocorra lá na frente. Isso poupa recursos para o setor elétrico, para o setor ambiental, que não vai precisar avaliar isso novamente, e para o próprio empreendedor, porque se tira o risco dele de investir no aproveitamento hidrelétrico que, lá na frente, vai se mostrar inviável.

Muitas vezes acontece mesmo de o processo de licenciamento ambiental de uma usina de menor porte ser igual ao de uma usina de maior porte. E esse diálogo que a Aneel está buscando para esclarecer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como acontece o processo, todo o processo de desenvolvimento de uma hidrelétrica, a gente está fazendo para tentar evitar e sensibilizar sobre as diferentes características de cada procedimento.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – A PCH exige EIA/Rima?

O SR. CARLOS EDUARDO CABRAL – Em alguns casos o órgão ambiental faz exigência de EIA/Rima.

Dou como exemplo, Senadora, o trabalho que foi desenvolvido – já coloquei aqui – com o Mato Grosso do Sul e com o Rio Grande do Sul, o Imasul. Nós estamos desenvolvendo o inventário participativo, uma iniciativa começada no ano passado. E agora, nos próximos dois meses, a gente deve estar analisando, finalizando a análise do primeiro inventário participativo.

O que é isso? O inventário foi submetido ao órgão ambiental... O inventário apresentado e desenvolvido foi enviado ao órgão ambiental; ele já sinalizou eventuais dificuldades, correções de rumo, inviabilidades; e o estudo foi ajustado de modo que o estudo hidroenergético já contemplasse as restrições ambientais, que, num processo como acontecia antes, seriam identificadas só numa fase bem posterior. Esse trabalho foi desenvolvido com o Mato Grosso do Sul e com o Rio Grande do Sul, que são os dois primeiros inventários participativos. Como resultado disso, a gente já vai ter um estudo de inventário aprovado considerando as restrições ambientais, já colocadas pelo órgão, e um termo de referência para realização de uma avaliação ambiental integrada, que deve ser feito pelos investidores das hidrelétricas que forem identificados no estudo de inventário quando elas forem desenvolvidas. Isso, a nosso ver, é uma iniciativa muito forte no sentido de aproximar o setor ambiental do setor elétrico e evitar que esses entraves que temos hoje sejam superados em momento posterior.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Hêlvio, respondendo...

O SR. HÉLVIO GUERRA – Uma das perguntas, a do Robison Cássio Mingarelli, é a seguinte: "Por que a energia é tão cara mesmo em anos em que há uma grande quantidade de chuvas?".

Acho que a resposta, de certa forma, foi tratada aqui durante todas as manifestações e perguntas dos Senadores e da Senadora. É relativamente simples responder. Nós não temos reservatórios, quer dizer, a energia mais barata é a energia que nós não temos. Ao longo do tempo nós deixamos de construir reservatórios. Então, aquilo que nós tínhamos no passado, de cinco anos de reserva de água, que poderia suportar a estiagem durante cinco anos... Hoje nós não suportamos um ano de estiagem. Então, se para de chover, nós temos de gerar energia com fontes mais caras, e a fonte mais cara vai refletir no preço da energia para o consumidor final. Mesmo que chova mais, como o Robison coloca, mesmo que chova mais, em determinados momentos os reservatórios são tão baixos que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos guardar a água para poder gerar energia hidrelétrica no futuro. Então, as coisas não se relacionam.

Eu sempre acho, penso que nós temos muito mais problemas de reservatório de água do que de crise hídrica. Talvez a nossa crise hídrica tivesse passado de forma muito mais suave se nós tivéssemos reservatórios. Então, nós estamos com crise hídrica há cinco, seis anos aproximadamente. Se nós tivéssemos construído os reservatórios, como construímos no passado, talvez não tivéssemos passado por tanta dificuldade quanto estamos passando hoje. Sempre que falo isso, eu me lembro de Gabriel García Márquez, que tem um livro chamado *Crônica de uma morte anunciada*. De certa forma, é um pouco isso. Todos nós sabemos, todos nós sabíamos que não construir reservatórios poderia ser um problema, como o foi e está sendo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Não é crise hídrica, mas de inteligência mesmo.

O SR. HÉLVIO GUERRA – Eu acho que nós temos muito menos... É claro que nós temos uma crise hídrica, mas isto é parecido com a nossa casa: se nós não tivermos uma caixa-d'água na nossa casa e se faltar água na porta de casa, nós não teremos água em casa; agora, se faltar água e se tivermos um reservatório, uma caixa-d'água, nós vamos suportar aquela ausência de suprimento durante alguns dias e, eventualmente, dependendo do tamanho da caixa-d'água, por algumas semanas.

A outra pergunta é do Adriano Silva. Ele pergunta se é possível conciliar produção e tratamento de esgoto – produção de energia elétrica, pressuponho – e por que não utilizar os rios poluídos. Acho que, para nós utilizarmos os rios já poluídos, precisamos de um passo anterior: temos que resolver o problema da poluição no rio, porque senão vamos barrar ou criar reservatórios com água, com recursos hídricos já poluídos. Acho que temos que dar um passo anterior, que é a despoluição. É possível conciliar produção de energia elétrica e tratamento de esgoto? Acho que a produção de energia elétrica se concilia com qualquer coisa. Então, isso é possível, sim. Nós podemos criar as condições em reservatório para resolver o problema de poluição; não tenho a menor dúvida disso. A resposta para o Adriano Silva é: sim, é possível conciliar. E, em relação à utilização dos rios já poluídos, acho que a gente tem que dar um passo anterior, que é despoluir.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu quero fazer algumas considerações aqui e vou ser breve. Anotamos tudo.

Agradecemos a participação de todos os Senadores e Senadoras que aqui estiveram presentes.

Senadora Kátia Abreu, sempre venha aqui nos visitar. A sua presença engrandece muito o debate, pelo seu conhecimento. A senhora é uma Senadora muito respeitada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há algumas coisas que a gente não compreende muito em nosso País, Senadora e Sr. Hélvio. Uma delas me chama muito a atenção: por que no Brasil se investiu tanto em termelétricas? Já faz tantos anos em que se está investindo nisso! Se nós já tivéssemos investido nessas energias alternativas – e a PCH, Hélvio, é uma delas –, o custo de construção é em conta, e elas vêm resolver um problema ambiental. Uma PCH represa pouca água, não deixa que as erosões aconteçam por enchentes ou por qualquer coisa que vier e ainda tem o papel de fazer com que a água infiltre no solo para melhorar o lençol freático. O custo é baixo. E ela ajuda em quê? Ajuda na melhoria da qualidade de vida no Município; traz renda para o Município, imposto para o Estado e, com isso, para a Nação brasileira; gera emprego e renda.

Essa é uma das alternativas que a gente vê, pelos números. E me espantou muito aqui, Carlos e Paulo, ver os números, o potencial que existe somente nas PCHs no Brasil. Nós temos, segundo os levantamentos, já mapeada e, como vocês dizem lá, em ponto de autorização – basta que haja a boa vontade dos Estados –, uma nova Itaipu no nosso Brasil somente com as PCHs.

Vi, nas apresentações, como verão os Senadores que aqui chegaram depois, com relação às eólicas, o quanto aumentou a produção e o quanto baixou o custo das eólicas e das termossolares, da energia.

Senador, seja bem-vindo!

Eu queria aqui só fazer uma observação sobre a viagem para a Espanha que eu fiz agora. Eu fico observando o que ocorreu naqueles países – Espanha, Portugal e Alemanha, como foi bem citado aqui – muitos anos atrás. A Espanha, se tivesse, talvez, 20% da capacidade hídrica que tem o Brasil, estaria abastecendo a Europa inteira de energia. Eles, hoje, não têm essa capacidade hídrica que nós temos, mas estão investindo maciçamente em energia termossolar. Foram várias as usinas que visitei. Só de Sevilha para Portugal, na divisa, passando pela cidade de Évora, vi inúmeras usinas de 50MW gerando energia para a indústria e para as casas a um custo mais em conta.

Então, vejo aqui alguma coisa errada com as termelétricas do nosso País, Senadora, porque há 27%, segundo dados que foram apresentados, de capacidade termelétrica em *stand-by*, para, quando os córregos, os rios, os reservatórios secarem, elas entrarem para haver uma justificativa. Então, nós estamos na contramão. O Brasil tinha a energia mais barata do mundo; de repente, veio essa política errada e arcaica que implantamos no nosso País; e hoje já é a quarta, segundo dados da Firjan – outros já dizem que é a quinta, mas está entre o quarto e o quinto lugar. Estamos falando em ser um País desenvolvido, em exportar, para nosso produto ser competitivo lá fora. De que jeito? Dessa forma?

A política energética do nosso País, Senadora, está tão na contramão, que o Estado do Pará, que é um dos maiores produtores de energia, cobra a segunda maior tarifa de energia do País. O que esses Estados estão ganhando?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Tocantins é o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Tocantins é o primeiro.

Em Goiás, há um caos de energia!

Então, essa política tem que ser revista.

Vejo a importância, Senador Wellington Fagundes, dessas discussões sobre a questão da energia. Vejo o debate. Na área econômica, todos estão preocupados: "A área econômica vai crescer 'x', vai fazer isso ou aquilo". Sim, com o que nós vamos crescer? As empresas nossas, por exemplo, não trabalham se não há energia. Se não há energia, não se trabalha. O País está aí, como eles anunciam, com quase 13 milhões de desempregados, mas, quando fazemos as contas, vemos que esse número chega a 30 milhões, porque quem está vivendo de bico está desempregado. Ou há outra palavra para isso? Não adianta camuflar números; são esses! E, para sermos um País que vai exportar, com este custo Brasil que nós temos, ou seja, através de uma legislação trabalhista arcaica ou através de tanta coisa que onera as indústrias para produzir... Com isso, o trabalhador é o mais prejudicado, porque tudo isso estoura nele, no trabalhador, no bolso dele. Então, eu vejo aí esse debate tão importante sobre investimento em ciência e tecnologia.

Só para finalizar, quero dizer que, agora, nesses dias, Senadora Kátia e Senador Wellington Fagundes, fizemos, em conjunto com a CRE, a Comissão de Relações Exteriores, uma audiência sobre Alcântara. É interessante quando se coloca... E isso foi bem conduzido pelo Ministro. A senhora estava lá naquele dia também. Os quatro Senadores da oposição que estavam lá aplaudiram o projeto, porque ele foi bem conduzido. Mas ali fiz a seguinte observação: se nós não começarmos a pegar esses projetos maravilhosos, como a questão de Alcântara, e a distribuir melhor os recursos oriundos do aluguel para os Estados e para os Municípios... E parte do que for para o Estado tem de ser investido em ciência e tecnologia. No nosso País, vocês podem ter certeza, fala-se em ciência e tecnologia, destina-se parte do orçamento para ciência e tecnologia, o Governo pega o dinheiro e o leva embora, e fica o Ministro de pires na mão, sem recurso.

Então, nós temos que dar prioridade a isso no País. Enquanto os outros países... Estive na Universidade de Évora, fui lá a convite da universidade. Pude ver, Senadora, um projeto de Portugal, da Alemanha e da Espanha. Portugal tem dez milhões de habitantes – eu gosto de fazer este comparativo – e investe mais em aperfeiçoamento da energia termossolar, com um sistema novo de armazenamento de energia. Eles estão investindo nisso, a Espanha está investindo nisso, a Alemanha, nem se fala, está investindo nisso. E nós, aqui, criamos uma rede absurda para que o investidor vá embora e para que os que estão aqui morram de cansaço.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me lembro de um discurso, de uma fala do ex-Presidente Lula, quando foi a Goiás. Ele citou o seguinte sobre a questão ambiental e sobre o licenciamento ambiental: na construção de uma estrada, onde havia um túnel de passagem, parou-se a obra por seis meses porque havia um pequeno sapo que uns caboclos chegaram e disseram que estava em extinção. Estava em extinção...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Era um girino.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Um girino. Estava em extinção, então, parou-se a obra por seis meses. Então, nós temos que ver as nossas prioridades.

Senador, o senhor...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu sei que já está na fase final, mas nós estávamos na CPI de Brumadinho. Eu tenho algumas perguntas que vou deixar aqui para que depois vocês – eu as faço a quem isso couber – possam respondê-las.

Eu só quero colocar aqui, Sr. Presidente, a minha preocupação com o que estávamos discutindo lá. Quanto a Brumadinho, nós da CPI não sabemos ainda onde podemos nos pegar. É claro que a preocupação é punir, mas só punir não resolve. Isso aconteceu em Marina, agora aconteceu em Brumadinho, e podem acontecer outros grandes e graves acidentes no País.

Aqui já foi discutida a geração de energia, e eu sei que isso foi muito discutido – meu Estado, Mato Grosso, também tem um grande potencial ainda a ser explorado –, mas eu queria apenas fazer essa observação. Não sei se cabe resposta agora ou, talvez, uma consideração de algum de vocês.

Nós acabamos de fazer uma legislação aqui, pressionados exatamente pelo que aconteceu em Brumadinho, uma legislação sobre as barragens. Inicialmente, a discussão girava em torno das barragens de rejeito mineral, mas acabamos fazendo uma legislação sobre as barragens hídricas do Brasil.

Eu tive uma preocupação, quando da votação, chamando a atenção não só do Relator como também dos técnicos. Quando falamos em barragens hídricas, poderemos amanhã estar com uma legislação extremamente rigorosa em que praticamente se pode colocar um impeditivo para que possa haver barragens hidrelétricas, e não só hidrelétricas, mas também barragens para o fornecimento de água para as cidades.

Então, eu queria saber de todos vocês que são da área se vocês acompanharam o que nós votamos. Os técnicos nos disseram: "Fiquem tranquilos, porque, depois, isso virá na regulamentação". Como eu não sou técnico, como não sou uma pessoa conhecedora ou especialista da área, tenho uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação quanto àquilo que nós votamos aqui, se aquilo atende realmente à necessidade de segurança de barragens hídricas ou se será um impeditivo – a gente ainda pode fazer algo na Câmara, e, enfim, se houver alteração, poderá voltar para o Senado.

Eu queria dar o exemplo da minha capital, Cuiabá. Senador Vanderlan, na década de 70, houve uma grande enchente no Rio Cuiabá, que dizimou o bairro Terceiro, parte da cidade de Cuiabá e Várzea Grande. Depois de algum tempo, a Eletronorte, com técnicos e engenheiros, desenvolveu o projeto da construção da hidrelétrica, da Usina de Manso. Na verdade, a Usina de Manso foi concebida como uma atividade múltipla, de múltipla ação, ou seja, com o objetivo de controlar as enchentes do Rio Cuiabá e também de trazer perenidade ao Rio Cuiabá, para ele não secar demais, porque isso tem impacto direto no Pantanal. É uma grande caixa-d'água, porque são mais de 40 mil hectares de alagamento numa área de terras bastante fracas, de cascalho. Portanto, os rios que nascem próximo dali têm água de excelente qualidade. E todos nós sabemos que, em muitas cidades do Brasil, hoje, falta água. Manaus, uma cidade que está toda envolta por água, tem problemas quanto à água potável de qualidade, devido à questão do saneamento, da contaminação de toda a região. Também lá, hoje essa obra trouxe tranquilidade, porque é um reservatório, e, talvez, por centenas de anos, Cuiabá, a baixada cuiabana e Várzea Grande não terão problema de reservação de água, a não ser de captação e tratamento. Então, isso traz tranquilidade. Além disso, o turismo se incrementou demais com um lago dessa magnitude, com a piscicultura, com tudo que produz Mato Grosso. Só no Lago do Manso é possível produzir isso. Então, também é uma questão de geração de economia, além de irrigação para os ribeirinhos, ou seja, é uma obra de inteligência extremamente competente.

Agora, o rompimento de uma barragem dessas, aí sim, vai dizimar grande parte da cidade. E a minha preocupação é relativa exatamente à manutenção das hidrelétricas brasileiras. Há hidrelétrica pública e hidrelétrica privada. Faço uma comparação, pois uma área em que trabalho muito é a da infraestrutura, com as estradas brasileiras, já que o Brasil é um País rodoviário. Na maioria dos contratos de manutenção das BRs – falo especificamente das BRs –, não está a manutenção das pontes. As pontes são feitas de concreto, com os pilares, e as vigas das pontes são sobrepostas com um amortecedor, com um material extremamente rígido, mas que tem também uma durabilidade. Aquilo precisa ser trocado de acordo com a especificação técnica. E os dados que nós temos são de que as nossas pontes não são feitas disso. Assim, depois de vencido aquilo, começa a atritar concreto com concreto, e o que acontece? A vida útil da ponte diminui muito. Então, a gente tem visto aí rompimento, desabamento de viadutos, de outras situações, exatamente por falta de manutenção.

Se não for possível responder agora, alguém fazer o comentário – o Presidente é que conduz –, eu gostaria depois também de ter uma informação técnica sobre o que nós podemos fazer – e aí talvez até para a própria CPI, mas aqui também, para a Comissão – em relação a antever ou a fiscalizar, no sentido da manutenção dessas hidrelétricas, para que sejam feitas com segurança; o que podemos melhorar na legislação nesse aspecto. Então, é muito mais uma advertência. E, claro, também que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja um impeditivo, porque a parte de hidrelétrica todos sabemos que tem um custo muito baixo, e o Brasil não pode abrir mão, por uma legislação tão rígida, e deixar de aproveitar os nossos potenciais para o desenvolvimento do País.

E todos sabem, o Presidente Vanderlan, que é um empresário, um grande empresário, sabe que, se o Brasil crescer 2%, 3%, 4%, nós não temos infraestrutura e muito menos energia para abastecer o País. Imagine ter que importar energia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Wellington, eu confesso ao senhor que não estou a par desse projeto pela questão das barragens que se romperam, mas sinto uma tranquilidade muito grande com relação às usinas hidrelétricas que há neste País. Acho que até hoje não houve um caso, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pouquíssimos casos e pequenos. Às vezes, houve um caso por falta até de fiscalização. E o que tem acontecido lá eu vejo como mais uma falta de fiscalização, e deixando o tempo passar.

Aqui, se houver...

O SR. JONATAN ROSS *(Fora do microfone.)* – Posso fazer um comentário?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Jonatan vai fazer um comentário.

O SR. JONATAN ROSS – Esse é um tema que está em evidência por conta do segundo acontecimento grave que a gente teve em pouco tempo.

Acho que é bom pontuar o seguinte: primeiro ponto, há uma grande diferença na natureza das barragens do setor de mineração para o setor energético. Essa diferença passa não só pela operação, pela manutenção, mas vem desde a concepção do projeto. As barragens do setor elétrico têm, no projeto, toda essa etapa de inventário, viabilidade, projeto básico executivo apresentados pelo representante da Aneel, que trazem um conteúdo, trazem uma robustez técnica aos projetos que é de excelência. Assim – acho que foi o Paulo que colocou –, o Brasil é referência em tecnologia de barragens hidrelétricas. Isso é ponto pacífico.

Então, essa segurança vem da etapa de projeto, passa pela etapa de construção... Exemplo: usinas, barragens de terra em locais de Região Amazônica, por exemplo, onde o período de chuvas é muito bem definido. Nesse período de chuvas, durante a construção, não há alteamento nenhum, não há processo executivo de alteamento da barragem, por quê? É necessário controle de umidade do corpo do barramento para que você faça o alteamento dela. E, como isso não é possível durante a chuva, é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programado que... Durante o projeto da usina, você já prevê que, durante esse período, você não vai construir, não vai altear as estruturas de terra.

Isso é para dar a noção aos senhores de que essa visão, essa cultura de segurança não está só na manutenção e operação dos ativos; ela nasce no projeto, passa pela construção do empreendimento e sobrevive por toda a vida útil do empreendimento. Então, os ativos... Eu falo pela Eletrobras, mas tenho certeza de que, no setor elétrico como um todo, a segurança das barragens do setor hidroelétrico não pode ser comparada com a do setor de mineração.

Esse caso de Brumadinho gerou, obviamente, para toda a sociedade brasileira muito desconforto e muitas perguntas, e acho que é nossa obrigação respondê-las. Acima de tudo, eu acho que a gente não pode deixar que se crie... Deixar que as barragens, de maneira geral, virem vilãs, porque acho que a nossa sociedade depende de barragens. Ela depende de barragens, seja para gerar energia, seja para fazer mineração, seja para abastecer as cidades e a pecuária de água. Então, elas nunca podem ser vistas como vilãs. É uma obrigação nossa – minha, como engenheiro e como funcionário da Eletrobras, e de todos nós –, em algum nível, mostrar que isso não é verdade de maneira nenhuma. Então, essa resposta tem que ser dada.

A Eletrobras tem trabalhado muito fortemente nisso. Todas as nossas empresas têm equipes específicas para isso, para a segurança das barragens. Nós estamos com os nossos planos de segurança em dia pela legislação brasileira. E, enfim, eu queria deixar muito claro que há essa diferença brutal entre setor de mineração e setor elétrico. Um exemplo claro é: Brumadinho, a barragem do Vale do Feijão, foi alteada dez vezes, se não me engano, em um período de 30 anos, o que não acontece, de maneira nenhuma, em barragens do setor elétrico. Eu nunca vi uma barragem do setor elétrico ser alteada. Isso não existe de maneira nenhuma. Então, são mundos muito distantes, e a gente tem que ter muito cuidado na hora de cuidar disso, de tratar desse assunto.

O SR. PAULO ARBEX – Eu faria apenas uma...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO ARBEX – ... complementação a uma informação ao que o Jonatan falou. *(Fora do microfone.)*

Só uma informação adicional: quando estourou Mariana, havia uma PCH logo abaixo. O nome, pode ser que eu esteja enganado, mas eu acho que é PCH Bicas. Essa PCH pequenininha aguentou aquele mar de 50, 60 milhões de metros cúbicos de lama; não se estourou a barragem. Só que o reservatório dela acabou, ficou coberto de... Não tem mais volume útil. Está totalmente assoreada. Então, acho que é um exemplo bom de quão forte, de quão bem construídas são essas barragens de hidroelétricas para aguentar um volume desses.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HÉLVIO GUERRA – Eu queria fazer apenas uma observação, Senador Wellington. Obrigado pelas suas perguntas. Nós vamos responder aqui depois.

Em relação à usina hidrelétrica a que o Paulo faz referência, é a Usina de Candonga, que hoje se chama Risoleta Neves, que foi totalmente assoreada. Foi ela que segurou parte dos rejeitos de Mariana. E em Brumadinho também, porque há Retiro Baixo, a jusante, que também poderia ter suportado. É lógico que as dimensões foram completamente diferentes, mas poderia ter suportado parte dos rejeitos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Essas barragens são hidrelétricas?

O SR. HÉLVIO GUERRA – Hidrelétricas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – São de hidrelétricas, não é?

O SR. HÉLVIO GUERRA – Sim, hidrelétricas.

Então, veja só, o caso de Candonga é bastante característico. Toda a carga de grande parte dos rejeitos que vieram de Mariana foram represados em Candonga, em Risoleta Neves, e a barragem continua resistindo da mesma forma, quer dizer, você tem ali esforços completamente diferentes, de água para rejeitos, e ainda assim a barragem continua resistindo.

Eu concordo totalmente com o que o Jonatan colocou em relação às diferenças.

E eu colocaria uma questão adicional, uma observação adicional: o negócio do empreendedor que constrói uma usina hidrelétrica, o negócio dele é a barragem; sem a barragem, ele perde o seu negócio. Então, ele tem muito mais cuidado com a construção daquela barragem do que na mineração. Na mineração, ela é o rejeito, ela não é o negócio. O negócio dele é a mineração. Ali, ele está apenas guardando os rejeitos; é o lixo do processo. Então, eu acho que isso é uma diferença bastante relevante.

Eu não conheço como foi aprovado o projeto de lei. Eu, até meses atrás, estava na Aneel. Trabalhei na fiscalização da Aneel algum tempo, participei das discussões na Casa Civil, quando surgiu o grave acidente lá em Brumadinho. E nós tentávamos mostrar exatamente isso, para que não se propusesse algo que não faz parte da realidade do setor elétrico, porque são coisas completamente diferentes. Eu costumo dizer que a barragem de mineração é uma barragem viva, porque vai sendo alteada a todo momento. Uma barragem do setor elétrico é estática: você a constrói, e ela fica durante toda a sua vida útil daquela mesma forma. Então, por essas diferenças, eu acho que nós precisamos ter muito cuidado na proposta de lei, por conta de tratar de forma completamente diferente e de trazer custos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eventualmente, que podem contribuir com mais um obstáculo, mais um problema para a construção de hidrelétricas no País.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente Vanderlan, eu me sinto aliviado de ter ficado aqui esse pouco tempo, porque nós estamos saindo dessa CPI ali de uma forma, assim, até, eu diria, constrangidos, porque nós precisamos dar uma resposta para o País. E participar de uma CPI sempre é problema, porque sempre se espera da CPI acusação, punição. E a minha preocupação – eu já participei de outras CPIs, inclusive a do Banco do Brasil –, o objetivo é a gente construir o futuro, garantir para as futuras gerações um meio ambiente, enfim, tudo mais.

Eu quero pedir aqui ao Presidente Vanderlan, dadas essas explicações... E aqui ficou muito clara para mim, inclusive pela última fala do Dr. Hélivio, mas também corroborando com o Jonatan, a questão dos ativos. A hidrelétrica, a barragem hidrelétrica é o ativo, é o objetivo principal da manutenção para que aquilo traga resultado, enquanto que lá na mineração, não, aquilo é o problema: "vamos usar até acabar e deixar essa consequência para depois".

Então, eu quero aqui, primeiro, fazer um pedido a todos vocês para que estudem essa questão do projeto, que me traz muita preocupação, e possam contribuir conosco aqui para que a gente possa... Mesmo já estando na Câmara, nós temos ainda a oportunidade de trabalhar esse assunto. Porque nós não podemos fazer uma legislação na pressão, na opressão, num momento que vai, depois, atrapalhar o Brasil. E ficou muito claro aqui o papel das barragens hidrelétricas, ainda mais avançando também para as barragens que não sejam de hidrelétricas, mas também para abastecimento de água, o que em muitos lugares é extremamente importante.

E já quero aqui dizer que vou fazer um requerimento na CPI para que todos vocês possam estar lá exatamente para explicar esse aspecto. Eu acho fundamental, porque o que a gente discute lá é exatamente isto: as empresas estão preocupadas apenas com o lucro. Olhe só, Senador: manter comunidades abaixo dessas barragens ali, exatamente na área de influência de uma enchente, enfim, de todas essas situações; é inconcebível que isso possa ter acontecido. Eu acho que essa preocupação vocês têm também, apesar de toda a maior estabilidade que há em uma barragem de hidrelétrica.

Então, fica aqui o convite – claro, vou oficiá-lo lá na CPI. Tenho certeza de que vocês poderão ajudar muito nessa visão de o que é uma barragem hidrelétrica, para a gente também lá não contaminar, daqui a pouco, nova situação que venha a impedir o desenvolvimento do Brasil. Todos nós queremos ajudar o Governo, ajudar o País, mas, claro, só vamos fazer isso com desenvolvimento, e energia elétrica é fundamental, mesmo havendo outras opções de energias renováveis, enfim.

Eu fico muito feliz de poder ter participado aqui e até aliviado, porque a manhã lá foi muito pesada, e aqui nós estamos falando em desenvolvimento, o que eu acho que é um aspecto importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com certeza, Senador, mais aliviados ficamos nós aqui em saber que o senhor está participando dessa CPI. E eu fiquei muito preocupado agora com as colocações de V. Exa.

Queria agradecer a presença do Senador José Serra em nossa Comissão – seja bem-vindo, Senador.

Senadora Kátia, a fala do Senador aqui foi muito importante para nós, porque ele está participando dessa CPI. Agora, eu fiquei preocupado pelo rumo que pode tomar essa CPI, porque dessa maneira, no calor dessas discussões, daqui a pouco, para se colocar uma roda d'água num rego d'água vai ser muito difícil aprovar se nós não ficarmos atentos ao que vai ser feito lá e ao que vai ser apresentado. Então, causou-me preocupação agora, Senador... Foi muito boa a sua participação aqui mesmo, agora, no final, mas a gente tem que ficar atento com relação ao que está sendo discutido nessa CPI e no calor.

Outra coisa é que, no nosso País, ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, quando acontece uma catástrofe ou algum problema com alguma empresa do porte da Vale, que gera milhares de empregos, primeiramente aqui no nosso País o que a gente vê? "Vamos acabar com a empresa". E acabando com a empresa, acabam os postos de trabalho. Ao contrário, nos Estados Unidos, por exemplo, quando acontece um desastre ou uma empresa passa por dificuldade ou até mesmo pelos seus donos, o que eles fazem? Preservam primeiro o quê? A empresa e os empregos. Os donos podem ir para a cadeia, podem fazer o que for, mas a empresa é sagrada. E o que eu estou vendo ser feito agora com a empresa... Eu não estou aqui falando no mérito do que aconteceu – é certo que ela vai ser punida –, mas estou vendo uns bloqueios tão absurdos... Daqui a pouco, a empresa fecha, e vai haver um desemprego enorme nessa cidade. Já ouvi pessoas aí falando, na cidade de Brumadinho, como uma senhora que é moradora lá: "Pelo amor de Deus, não façam isso, não, porque nós dependemos da Vale!". Que sejam conduzidas com mais responsabilidade essas questões.

No mais, agradeço aqui, já encerrando, ao Carlos Eduardo Cabral, da Aneel, que teve a participação conosco – quero agradecer a presença –; ao Hélvio Guerra, que falou de maneira muito esclarecedora; ao Jonatan Ross, da Eletrobras; e ao Paulo, das PCHs.

Como o Senador Paulo Rocha falou aqui no início, quando a gente faz um convite para alguém vir esclarecer algo para nós, primeiro a gente quer aprender um pouco mais, quer saber o que está acontecendo, para valorizar e falar com propriedade. O nosso Ministro Bento Albuquerque, de Minas e Energia – hoje eu falo aonde eu for –, é um ministro de resultado. Eu fui lá, em uma reunião com a bancada, em um dia, e no mesmo dia ele tomou providência. E já ligou para cada Parlamentar dizendo a providência que ele tinha tomado. E tomou mesmo. Então, é para a gente falar com propriedade. Ninguém quer constranger ninguém aqui. Nós queremos ouvir e buscar soluções em conjunto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a vocês.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Telmário Mota, Paulo Paim e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Cunha, Weverton, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Kátia Abreu, comunica o recebimento do seguinte expediente: chegou a esta Comissão o Aviso 145/ SESES/TCU/PLENÁRIO, de 28/03/2019, que encaminha cópia do Acórdão nº 716/2019, proferido nos autos do processo nº TC 022.280/2016-2, que trata de representação acerca de irregularidades na potencial celebração de termos de compromisso de ajustamento de conduta pela Anatel. Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019, fica aberto o prazo de 15 dias para manifestação de interesse por parte dos senadores membros desta Comissão. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 12, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual)." Autoria: Senador Marcos do Val e outros. Resultado: Aprovado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2 - CTFC/CI. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 80, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 86, de 2018 - Terminativo - que: "Rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto, que rejeita ato declaratório de perempção. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 96, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar serviço de radiodifusão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 66, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGUANOVENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 76, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 64, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à APRC - ASSOCIAÇÃO PRATIANA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 85, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 222, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PEDRINHAS PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 42, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luiz do Carmo. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 120, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A., e posteriormente transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 175, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 235, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 83, de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CARIRI DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado do Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senadora Kátia Abreu. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 323, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SAQUAREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 316, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIFUSÃO, ÉTICA E MORAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), substituiu Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Lido o relatório. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 13, de 2019 que: "Requer que sejam prestadas, por intermédio do Ministro de Estado da Economia, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (BASA) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs)." Autoria: Senadora Kátia Abreu. Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 14, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os desdobramentos da tecnologia e inovação no âmbito da Confederação Nacional da Indústria - CNI." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/10>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de abril de 2019.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Comunicados da Presidência.

No dia 17 de abril, às 9h, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Marcos Cesar Pontes, comparecerá à CCT para prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Chegou a esta Comissão o Aviso 145-Seses-TCU-Plenário, de 28 de março de 2019, que encaminha cópia do Acórdão nº 716, de 2019, proferido nos autos do processo nº TC 022.280/2016-2, que trata de representação acerca de irregularidades na potencial celebração de termos de compromisso de ajustamento de conduta pela Anatel.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, fica aberto o prazo de 15 dias para manifestação de interesse por parte dos Senadores membros desta Comissão.

O item 1 é do Senador Marcos do Val, que não está presente.

O item 2, o Senador Paulo Rocha pediu que fosse retirado de pauta por não estar presente. Será apreciado na próxima reunião.

Vamos passar para a leitura do item 6.

ITEM 6**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 66, de 2016****- Terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGUANOVENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Eu peço ao Senador Oriovisto para fazer a leitura *ad hoc*, por gentileza. (Pausa.)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sra. Presidente, estou tendo aqui alguns probleminhas com o computador, mas acho que... (Pausa.)

Sra. Presidente, posso fazer a leitura, então?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com certeza. Obrigada.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – A ementa diz: da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2016 (nº 308, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte.

O relatório, resumidamente, mostra que chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 66, de 2016 (nº 308, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato de outorga à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal. Há uma referência à exposição de motivos.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Da análise, destacaria que, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga... Para serviços de radiodifusão sonora e de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Eu me permito ir direto ao voto, Sra. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 66, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Aguanovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Em votação.

Na verdade, será só a leitura do relatório porque não temos quórum para a votação.

Obrigada, Senador.

Vamos passar para o item 7, pois Paulo Rocha pede que aguarde a chegada dele para votar os seus relatórios.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 76, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra, para leitura.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2016 (nº 473, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, meu Estado.

Sra. Presidente, já posso seguir para o voto, uma vez que... E se eu puder falar um pouco dessa cidade, de que gosto muito, no meu Estado, bem rapidamente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Fique à vontade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É uma cidade que fica a 135km da capital do meu Estado, Rio Grande do Norte. Tem cerca de 10 mil habitantes, tem uma festa de padroeira muito forte, que é a de Nossa Senhora de Lourdes. Essa rádio faz uma diferença muito grande, então, é uma honra estar aqui dando esse voto para aprovar que ela continue funcionando, uma vez que é um meio mesmo de comunicação, distração e de informação para aquelas pessoas.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 76, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Acho que virá outro, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É.

Quero dar como lido também, por ser terminativo e não termos quórum ainda suficiente, que é de nove Senadores.

Próximo item da pauta:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 64, de 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à APRC - ASSOCIAÇÃO PRATIANA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Styvenson Valentim, por favor, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, para ganhar tempo, uma vez que acho que todos aqui estão em muitas Comissões, já indico logo qual é a rádio, Associação Pratiana de Radiodifusão Comunitária, do Estado de São Paulo, Município de Pratânia. Passo para a análise, rapidamente.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 64, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Passo para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 64, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação da Associação Pratiana de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido, também sem condições de votação, pelo quórum.

Item 13, PDS 175. Não, desculpa.

ITEM 10





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 222, de 2017**- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PEDRINHAS PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Relator Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Seguindo da mesma forma, mas se alguém tiver interesse em que eu leia todo, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Pode ir direto ao voto, se preferir.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Está bem.

Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista é a rádio agora.

Direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 222, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Cultural de Pedrinhas Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido, sem condições de votação, pelo quórum.

Item 13, PDS 175, de 2018, Senador...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – E o 11? Não tem o item 11? O 11 primeiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desculpa! É que eu tinha marcado os que estavam presentes antes de V. Exa. chegar.

ITEM 11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 42, de 2018****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Relator, Senador Luiz do Carmo, do nosso Estado de Goiás.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para proferir relatório.) – Esse também é a outorga de uma rádio comunitária, no Município de Uirapuru, uma cidade pequena, que depende muito dessa rádio.

Já vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 42, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada.

Dado como lido, também sem condições de votação.

Agora sim:

ITEM 13



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, de 2018**- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Senador Relator Oriovisto Guimarães.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, esse processo trata da outorga para a Associação Cidade Alta, na cidade de Jaguariaíva para executar serviço de radiodifusão comunitária.

Vou também, como os demais colegas, direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 175, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido. Também sem votação, por ausência de quórum.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Oriovisto Guimarães que fizesse a leitura *ad hoc* do item 15 da pauta, de minha relatoria, que trata da rádio comunitária de Cariri, no Tocantins, no sul do Estado, uma cidade importante, forte na agropecuária, e próxima à cidade de Gurupi, que é a terceira maior cidade do Estado.

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 83, de 2017****- Terminativo -**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CARIRI DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Assim que eu conseguir me entender com o computador aqui, só um minuto.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Tenho meu voto aqui, escrito. O voto está aqui.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Já deu aqui.

Vamos ler a ementa: da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2017 (nº 307, de 2015, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cariri de Preservação do Meio Ambiente e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado de Tocantins.

Também como os demais, Sra. Presidente, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 83, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cariri de Preservação do Meio Ambiente e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado de Tocantins, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada.

Dado como lido, também sem quórum para votação.

Antes de passar para o Senador Arolde de Oliveira, lerei um requerimento de pedido de informação, de minha autoria, em que requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Economia, Paulo Guedes, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (Basa) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs).

EXTRAPAUTA**ITEM 18****REQUERIMENTO Nº 13, de 2019****- Não terminativo -**

Requer que sejam prestadas, por intermédio do Ministro de Estado da Economia, informações sobre vedações ou restrições do Banco da Amazônia (BASA) ao financiamento de novos projetos para construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidroelétricas (CGHs).

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Na última reunião, tivemos uma audiência pública muito interessante sobre esse formato de produção de energia, e eu fiz uma reclamação de que o Banco da Amazônia financiava eólica, fotovoltaica, mas tinha tirado do seu portfólio o financiamento de pequenas usinas hidrelétricas.

Então, eu peço a aprovação dos colegas Senadores para que o banco possa justificar por que tirou do portfólio esse financiamento.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito obrigada.

Passo a palavra agora para o Senador Arolde de Oliveira, para o item 16.

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 323, de 2015****- Terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SAQUAREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Com a palavra o Senador.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É 3223, nobre Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desculpa, 323, de 2015.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Trata-se de outorga para a Associação Cultural e Comunitária de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro.

Eu vou proceder da mesma forma que os Relatores que me antecederam indo direto ao voto.

Voto do Relator.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 323, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Saquarema para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito bem, dado como lido.

Também sem condições de voto em função do quórum.

Agora, o item 17.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 316, de 2015

- Terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIFUSÃO, ÉTICA E MORAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Trata-se, nobre Presidente, de outorga à Associação Comunitária dos Amigos de Difusão, Ética e Moral para executar serviço de radiodifusão na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Voto do Relator.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 316, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Difusão, Ética e Moral para executar serviço de radiodifusão comunitária em Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador.

Dado como lido.

Sem quórum para a votação.

Temos mais dois itens na pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 12, de 2019

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de debater a prorrogação dos benefícios da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993 (Lei do Audiovisual).

Autoria: Senador Marcos do Val e outros

Observações:

Em 02/04/2019, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte aprovou o REQ 17/2019-CE, destinado à realização da reunião conjunta prevista neste item.

Temos o item nº 1, Requerimento 12, de 2019, que foi subscrito para o Senador Styvenson Valentim fazer a leitura do requerimento em questão.

Com a palavra, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Este requerimento partiu de Marcos do Val. Respeitando a legalidade, Senador Arolde, e a formalidade dos requerimentos, ele solicita uma audiência pública conjunta, que já foi aprovada pela CE. E ele solicita também, para essa mesma audiência, que aqui seja aprovada a presença do Sr. Henrique Pires, Secretário Especial da Cultura do Ministério da Cidadania – vou dizer do que se trata, um minutinho –; do Sr. Christian de Castro, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine); Sr. Leonardo Edde, Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual; Sr. Mauro Garcia, Presidente Executivo da Brasil Audiovisual.

Pelas pessoas, já dá para entender que se trata do audiovisual, da Lei do Audiovisual, Lei 8.685, de 20 de julho de 1993. Trata-se da manutenção dela, uma vez que, desde a sua promulgação, em 1993, essa lei tem sido um importante mecanismo de captação de renda para a realização de filmes.

Inicialmente prevista para durar até o ano de 2003, a Lei do Audiovisual recebeu constantes prorrogações, sendo a última realizada por meio da Lei nº 13.594, de 5 de janeiro de 2018 (fruto da conversão da Medida Provisória nº 796, de 2017).

Então, este requerimento tem o objetivo de discutir com a sociedade, órgãos públicos e entidades do setor a necessidade de nova prorrogação da Lei do Audiovisual, dada sua importância no fomento da atividade audiovisual de produção independente brasileira.

Então, o Senador Marcos do Val quer anexar essas duas audiências na CE. Só quer essa aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria de pedir ao Senador Arolde de Oliveira para fazer, *ad hoc*, a leitura do item 9, a pedido do Senador Flávio Arns, PDS 85, de 2017.

ITEM 9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, de 2017****- Terminativo -**

Aprova o ato que outorga permissão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Presidente Kátia Abreu, vou proceder, então, diretamente à leitura do voto.

É relativo à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná – é uma emissora de televisão comercial.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 85, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Arolde.

Não havendo quórum, apenas dou como lido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria ainda de pedir ao Senador Arolde para fazer a leitura, *ad hoc*, do PDS 120, de 2018, do Senador Major Olímpio – a pedido.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 120, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A., e posteriormente transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Major Olímpio

Relatório: Pela aprovação do projeto.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – O Projeto de Decreto Legislativo 120, Sra. Presidente, trata da renovação da outorga à Abril Radiodifusão S.A. e, posteriormente, transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Vou passar diretamente ao voto, Senadora.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 120, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A. e, posteriormente, transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Senador Arolde, pela leitura.

Não teremos quórum para a votação.

Peço agora ao Senador Styvenson para fazer a leitura do PDS 235, de 2017, do Senador Marcos do Val.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 235, de 2017****- Terminativo -**

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Marcos do Val.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Por favor, com a palavra – leitura *ad hoc*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Qual é o item?

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É o item 14, PDS 235.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado.

Sra. Presidente, trata-se também de outorga, à Associação dos Moradores do Serra Verde, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Vou para o voto, o.k.?

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 235, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação dos Moradores do Serra Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Lido o voto, Senadora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dado como lido.

Sem quórum para a votação.

Requerimento extrapauta do Senador Vanderlan Cardoso.

EXTRAPAUTA**ITEM 19****REQUERIMENTO Nº 14, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir os desdobramentos da tecnologia e inovação no âmbito da Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso.

Propõe, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Gustavo Leal Sales Filho, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai; Gianna Sagazio, Superintendente do Instituto Euvaldo Lodi – IEL/NC.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu gostaria, antes de encerrar a reunião, aproveitando esta oportunidade da aprovação de concessão a tantas rádios comunitárias, de dizer que uma rádio comunitária em Taquaralto, em Palmas, com o nome de Rádio Pequi, abriu uma oportunidade interessantíssima para novos e jovens talentos de locutores de rádio. Há um horário nessa rádio para que aqueles que têm a vocação, o talento, possam usar a rádio como um treinamento para uma profissão, para seu primeiro emprego.

Então, eu gostaria de deixar essa sugestão, dando oportunidade de trabalho aos jovens, rapazes e moças talentosos que podem ser locutores de rádio.

Não havendo mais nenhuma matéria em pauta, declaro encerrada a presente reunião. Muito obrigada a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 24 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezessete de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Fernando Bezerra Coelho, Telmário Mota e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Weverton, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência comunica a chegada de convite para o lançamento do Programa Ciência na Escola, a ser realizado no dia 17 de abril de 2019, de 14 às 18 horas, no auditório do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Ofício "S" nº 36, de 2014 - Não Terminativo - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2017 - Terminativo - que: "Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica." Autoria: Senador Eduardo Braga. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2 - CTFC/CI. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 66, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGUANOVENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Nova, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 76, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Redondo, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 64, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

APRC - ASSOCIAÇÃO PRATIANA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pratânia, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 222, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE PEDRINHAS PAULISTA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pedrinhas Paulista, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 85, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à TV PIONEIRA DE MOGI DAS CRUZES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Londrina, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 42, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária de Uirapuru para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uirapuru, Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Luiz do Carmo. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 120, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a concessão originalmente outorgada à Abril Radiodifusão S.A., e posteriormente transferida à Spring Televisão S.A., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 235, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 83, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CARIRI DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CULTURA para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cariri do Tocantins, Estado do Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Kátia Abreu. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 323, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE SAQUAREMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 316, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIFUSÃO, ÉTICA E MORAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 14 - Projeto de





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Decreto Legislativo (SF) nº 175, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cidade Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 15 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 127, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Vitorino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vitorino, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 16 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 80, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 17 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 86, de 2018 - Terminativo - que: "Rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto, que rejeita ato declaratório de perempção. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 18 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 96, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 19 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 283, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO JACUIZINHENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuizinho, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 20 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 52, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAFEZAL DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cafetal do Sul, Estado do Paraná." Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) e Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Plínio Valério. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 21 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 118, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural de Pires Ferreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pires Ferreira, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 22 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 183, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santa Rosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Jean Paul Prates. Relatório: Pela





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/17>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 17 de abril de 2019.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

No dia 24 de abril, às 9 horas, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Marcos Pontes, comparecerá à CCT para prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Eu gostaria só de pedir um reforço aqui, Senador Styvenson. Dia 24, Senador Paulo Rocha, nosso Ministro de Ciência e Tecnologia vai estar aqui novamente conosco. Nós fizemos audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores sobre Alcântara. Agora ele virá aqui falar para nós sobre outros projetos da Ciência e Tecnologia, inclusive tirando algumas dúvidas que ficaram naquela data sobre Alcântara também. Então, vamos reforçar o convite para esse dia 24, Senador Paulo, para nós trazermos aqui o maior número possível de Senadores para ouvir o nosso Ministro e podermos tirar também algumas dúvidas com ele.

Chegou a esta Comissão convite para o lançamento do Programa Ciência na Escola, a ser realizado hoje, de 14 às 18 horas, no auditório do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Qualquer interessado pode se inscrever no evento por meio do *site* do ministério.

Iniciamos a análise da pauta deliberativa.

Item 1.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pois não, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu sou Relator de um projeto que, ao que me parece, envolve profundo debate sobre a questão de energia etc. É um projeto de autoria do Senador Eduardo Braga, lá do Amazonas, o PLS 356 de 2017. Sou Relator e, a meu ver, estou dando por uma posição favorável. No entanto, o Governo está me chamando atenção para as consequências que tem isso. Como sou um Senador diligente e responsável, eu vou pedir que se retire de pauta a matéria para eu conversar com o setor do Governo, com o ministério, para a gente adequar. Quero aproveitar esse projeto, que é muito importante também para a população, para a sociedade, mas quero dialogar com o Governo.

E quero aproveitar, no sentido positivo da oportunidade – eu vou falar isso aqui publicamente, porque a Amazônia e o Estado do Pará são os maiores produtores de energia do Brasil hoje, da chamada energia limpa. Só lá no Pará temos Tucuruí e Belo Monte, e na Amazônia temos mais Jirau e Santo Antônio. A gente produz muito mais energia para o Centro-Sul para mover o desenvolvimento nacional –, então eu quero aproveitar esse debate com o Governo para que a gente ponha na mesa também essa questão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho, por exemplo, uma PEC que inverte: que o ICMS da energia seja pago no produtor e não, no consumidor. Por exemplo, São Paulo é o maior arrecadador de ICMS da energia, mas quem produz a energia é quem está lá para cima, na Amazônia. Então, eu quero... Quem sabe a gente não poderia até fazer uma audiência pública mexendo com tudo isso. E agora há também energia alternativa. Já fizemos o debate aqui da energia eólica, energia fotovoltaica, etc.

Então, não é justo quem produz mais... E, no Pará, o consumidor paga uma das energias mais caras do Brasil.

Então, eu vou retirar em consideração, principalmente, aos nossos assessores do Governo que estão sempre com a gente aqui, mas eu quero provocar esse debate mais profundamente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós concordamos. Retiraremos de pauta o item 2, que é da relatoria do Senador Paulo Rocha.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2017
- Terminativo -

Altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Eduardo Braga

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto com as emendas nº 1 e 2 - CTFC/CI.

Observações:

1. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em 21/03/2018, com parecer favorável ao projeto com as emendas nº 1 e 2-CTFC;

2. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em 12/06/2018, com parecer favorável ao projeto com as emendas nº 1 e 2-CTFC/CI;

3. A matéria constou da pauta da reunião de 10/04/2019.)

Senador Paulo Rocha, acho que a cada dia que passa sou mais admirador da sua postura, da sua conduta, não só aqui na Comissão, mas aqui no Senado Federal.

Realmente esse é um projeto que precisa ser mais bem discutido, como V. Exa. mesmo frisou aqui.

Interessante, Senador, esse debate com os Estados produtores de energia. Aí também eu acho que nós temos de colocar neste mesmo debate, Senador, e acho que V. Exa. tem toda razão, o Estado do Pará, que paga um dos mais altos ICMS sobre energia no Brasil e, se não me engano, o maior produtor de energia do nosso Brasil é o Estado do Pará. Da mesma forma são os Estados produtores de petróleo, a forma que estava sendo feito.

Acho que este debate vai ser importante até mesmo para esclarecer para nós aqui nesta Comissão.

Vamos, em outra oportunidade, definir esta data para fazer essa discussão, aproveitando esta oportunidade aqui do PLS 356, que está em discussão. É o momento de falarmos sobre isso.

Parabéns pela sua atitude!

Vamos voltar ao item 1.

O item 2 foi retirado de pauta.

Quero dar as boas-vindas à nossa Senadora Mailza, que agora faz parte da nossa Comissão.

Senador Paulo Rocha, ela fez questão de participar aqui conosco.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta é uma honra para nós, Senadora Mailza. Seja bem-vinda!

O item 1, que é da relatoria do Senador Oriovisto Guimarães, trata do Ofício "S" nº 36, de 2014.

ITEM 1

OFÍCIO "S" Nº 36, DE 2014

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 18/2014, de que trata o PDC nº 1.055/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NAIPI LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O Relator não se encontra presente aqui.

Consulto o nosso Senador Paulo Rocha se pode relatá-lo como Relator *ad hoc*. É o item 1.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

A Comissão está analisando o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão (CAC) nº 18, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 36, de 2014, da Câmara Federal, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Naipi Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

A matéria foi remetida ao Senado pelo ofício já citado, que encaminha a Mensagem nº 219, de 24 de julho de 2014.

A proposição foi inicialmente apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em 24 de novembro de 2015, quando foi aprovado o Requerimento nº 1.104, de 2015, solicitando ao então Ministro de Estado das Comunicações informações complementares para a instrução da matéria.

As informações solicitadas foram recebidas por meio do Ofício nº 466.421/2016/SEI-MC, que encaminhou a Nota Informativa nº 2.636/2016/SEI-MC, na qual se esclareceu, em síntese, que a concessão foi originalmente outorgada por meio do Decreto nº 89.971, de 28 de junho de 1984, e que os novos controladores da outorga são Gabriel Martinez Massa e Rafael Martinez Massa. Entretanto, não foram encaminhadas cópias da comprovação da nacionalidade desses novos controladores.

Em 3 de maio de 2017, a proposição foi novamente apreciada, tendo sido aprovado o Requerimento nº 317, de 2017, solicitando ao Ministro de Ciência e Tecnologia cópias dos documentos comprovadores da nacionalidade dos controladores.

A resposta a esse novo requerimento foi recebida por meio do ofício que encaminhou a nota informativa de número...

Análise.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado, compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do §2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

O exame da documentação que instrui a matéria revela que a concessão foi originalmente outorgada em 1984, com validade até 1999. A outorga foi renovada de 1999 a 2014 por meio do Decreto Legislativo 504, de 2005. Entretanto, não foi localizada na documentação referência à renovação relativa ao período de 2014 a 2029, que seria necessária para a manutenção da concessão.

A eventual não renovação da outorga a partir do ano de 2014, em princípio, provocaria sua extinção por decurso de prazo. Dessa maneira, a solução dessa questão se mostra relevante à apreciação da matéria.

Com relação às informações solicitadas por meio do Requerimento nº 317, a nota do MCTIC encaminhou cópias dos documentos comprovadores da nacionalidade dos controladores da televisão, atendendo satisfatoriamente à demanda.

Portanto, diante do relatório, o voto é o seguinte, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 36, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Televisão Naipi Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, de que trata o Ofício "S" nº 36, de 2014:

I - cópia do processo relativo à renovação da outorga concedida à Televisão Naipi Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, a partir do ano de 2014;

II - cópia do ato do Poder Executivo que renovou a outorga concedida à Televisão Naipi Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão

III - cópia da mensagem presidencial que submeteu a renovação citada nos itens anteriores ao Congresso Nacional;

IV - cópia de todos demais documentos, atos e processos relativos à outorga desde o ano de 2014 até a presente data.

Sala da Comissão.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório. *(Pausa.)*

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer preliminar da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministério de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação.

O item 2 foi retirado de pauta.

Os itens 3 a 14 já foram lidos na nossa reunião anterior, presidida pela Senadora Kátia Abreu.

Nós vamos passar à leitura...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Todas tratam de...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Do item 3 ao item 14.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... rádios comunitárias? Tratam disso, de autorização?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Precisam de nove votos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim. Eu vou fazer a leitura, Senador, do restante, até o item 22...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – No caso, eu tenho três. Depois a gente pode fazer o que já está se tornando praxe aqui: nós colocamos em pacote e vamos correr atrás de seis Parlamentares para correrem para cá. Pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pode ser assim.

Então nós vamos passar ao item 15, que é da relatoria do Senador Oriovisto Guimarães.

ITEM 15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 127, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Vitorino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vitorino, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Como o Senador não se encontra, Senador Paulo, leia como Relator *ad hoc* o item 15.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, item 15.

Trata-se de ato que outorga à Associação Comunitária Amigos de Vitorino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vitorino, Estado do Paraná.

Todos aqui já sabem, são relatórios e votos dentro das regras estabelecidas por decreto, por legislação e até pela Constituição para esse tipo de outorga. É um relatório que os nossos relatores já sabem como cumprir. Na verdade, nós estamos autorizando ao Poder Executivo, através do Ministério de Comunicação, a concessão dessas outorgas. Há que se cumprir a legislação, e é papel do Congresso Nacional, tanto da Câmara quanto do Senado, dar essa autorização ao Poder Executivo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposição já passou pela Câmara, cumpriu todas as regras regimentais, cumpre também as técnicas legislativas e obedece não só às leis, mas aos decretos e Regimentos das duas Casas. E a associação cumpriu todas as exigências para conseguir essa outorga.

Portanto, o voto é o seguinte, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 127, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Vitorino para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Vitorino, Estado do Paraná, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Os itens 16 (PDS 80, de 2018), 17 (PDS 86), 18 (PDS 96, de 2018)... Aliás, não. O 18... O Relator é o senhor, não é Senador? Então, são os itens 16 a 18.

ITEM 16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 80, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 10/04/2019.

ITEM 17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 86, DE 2018

- Terminativo -

Rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto, que rejeita ato declaratório de perempção.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 10/04/2019.

ITEM 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 96, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 10/04/2019.

Com a palavra o senhor para relatar os itens 16, 17 e 18.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Presidente, da mesma forma, repito aqui, para a aprovação desse tipo de outorga o relatório é o mesmo, obedecendo... Já passou pela Câmara e veio para o Senado Federal. É papel constitucional do Congresso Nacional autorizar ao Poder Executivo esse tipo de outorga.

Trata-se do pedido de outorga à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, lá próximo do senhor, próximo de Benevides.

Por falar em Tucupi, o senhor já comeu bastante pato no tucupi...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Já.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – E o peixe do Remanso do Peixe é um dos melhores do Brasil.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – As nossas associações pegam esses termos regionais e transformam essa coisa gostosa que é o tucupi em denominações, como no caso da Tucupi de Arte Cultura e Comunicação.

A associação cumpriu todas as exigências, também os nossos órgãos internos as cumprimos na análise da documentação.

O voto é o seguinte, Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 80, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Tucupi de Arte Cultura e Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marituba, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o voto, Sr. Presidente, relativo ao item 16.

Item 17.

Agora se trata do ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Itanhaém, Estado de São Paulo.

Aí não se trata mais de uma simples outorga. Aqui já se trata de renovação.

Sr. Presidente, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa Legislativa, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a rejeitar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

No mérito, entendemos que, embora fora do prazo legal, houve manifestação da entidade demonstrando interesse na continuidade na outorga.

Diante disso, e considerando o elevado interesse público na manutenção das transmissões, entendemos ser inadequada a declaração de perempção.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PDS nº 86, de 2018, que rejeita o ato que declara perempta a concessão outorgada à Rádio Anchieta para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Itanhaém, no Estado de São Paulo.

É o voto, Sr. Presidente, do item 17.

Agora, passamos para o item 18, que também é de minha relatoria.

Este, que aprova o ato que renova autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, no Estado do Pará.

Do mesmo modo, o relatório trata, inicialmente, de analisar se foram cumpridas as exigências pela associação e se passaram pelos trâmites legais, obedecendo aos vários aspectos, não só constitucionais, legislativos, de decreto, de legislação. Portanto, cumpriram-se todos esses passos.

Já passou pela Câmara Federal, que também cumpriu o seu papel, e o voto é o seguinte, Sr. Presidente:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 96, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação de Comunicação Comunitária Tucumaense, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tucumã, Estado do Pará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 19, relatoria do Senador Marcos do Val.

Da mesma forma, Senador Paulo, eu gostaria que o senhor relatasse, como *ad hoc*. (Pausa.)

Senador Paulo, vamos passar, como se diz, "uma régua" nisso hoje.

Então, o 19, já passando para o 20, porque o Senador Plínio também não se encontra, o item 21, o Senador Wellington Fagundes também não se encontra... O 22, o Senador Jean Paul Prates também não se encontra, e... Somente até o 22.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vamos tocar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos passar uma régua.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ontem, o Presidente ameaçou cortar a diária para aqueles que forem embora. Eu acho que nós temos que reivindicar que ele pague em dobro para nós, porque a gente...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pois é. Parece que todas as comissões, hoje... Há comissão aí em que está só o Presidente. Eu ainda estou tendo aqui a sorte de estarem o senhor e a Senadora Mailza, que só foi ali votar e está vindo.

Mas daqui a pouco nós vamos buscá-los.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Presidente, trata-se do item 19.

ITEM 19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 283, DE 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO JACUIZINHENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuizinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Da mesma maneira como todos os outros, a Associação cumpriu todas as exigências também nos nossos órgãos legislativos, pois todos sabem que é papel do Congresso Nacional. Ele já passou pela Câmara, onde foram cumpridas todas as normas e as técnicas legislativas e constitucionais.

Portanto, o voto é o seguinte, Presidente:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 283, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Jacuizinhense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacuizinho, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto do item 19.

Aproveita e segura o Senador aqui para votar com a gente.

Agora se trata do item 20:

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 52, DE 2017

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CAFEZAL DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cafetal do Sul, Estado do Paraná.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Da mesma forma, a Associação cumpriu todas as exigências legais e está com a documentação em dia. O processo já veio da Câmara dos Deputados, que cumpriu também as formalidades legais, as exigências do Regimento Interno daquela Casa. Da mesma forma como foi analisado aqui, cumpriu-se também aqui no Senado Federal.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O voto é o seguinte, Presidente:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 52, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Cafezal do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cafezal do Sul, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

item 21.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 21 e o 22, e vamos para a votação.

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 118, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural de Pires Ferreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pires Ferreira, Estado do Ceará.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – É a mesma coisa. Trata-se da outorga da Associação Beneficente e Cultural de Pires Ferreira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Pires Ferreira, Estado do Ceará.

Da mesma forma, a Associação cumpriu todas as exigências. Passou pela Câmara dos Deputados, onde também cumpriu as formalidades legais, constitucionais e de técnica legislativa. A Associação também cumpriu todas as formalidades documentais etc.

O voto é o seguinte, Presidente:

Tem vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 18, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos contra os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural de Pires Ferreira, para executar serviço de radiodifusão comunitária, no Município de Pires Ferreira, no Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 22.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 183, DE 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santa Rosa para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Da mesma forma, a Associação cumpriu todas as exigências legais, documentais. Já passou pela Câmara dos Deputados, foram também analisadas todas as exigências técnicas legislativas, constitucionais e todas exigências do Regimento Interno da Câmara. Da mesma forma como está aqui





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

no Senado sendo analisada, a Associação cumpriu todas as exigências, os nossos órgãos também cumpriram todas as exigências legislativas.

O voto é o seguinte, Presidente:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 183, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Santa Rosa, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Antes da discussão e da abertura do painel de votação, consulto os Senadores e as Senadoras presentes se podemos relatar como *ad hoc* os itens lidos na reunião passada, na última reunião, cujos relatores não estão presentes. Ressalto que não há necessidade de nova leitura dos relatórios.

O Senador Paulo Rocha pode ser?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quais são?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – São os itens 3, 4, 5, 6 e 7. Não precisa ser feita a leitura. Só consultar para não fazermos a leitura novamente. Só um momento, nós estamos acertando aqui.

É o item 7 do Senador Flávio Arns. O Senador Styvenson está presente. O item 7, o item 10, do Senador Marcos do Val.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – O item 9 já foi lido?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Já. O 9 já foi lido. E o senhor está presente, então não precisa.

O item 10, o item 11, da Senadora Kátia Abreu, o item 13, do Senador Arolde de Oliveira, e o 14, do Senador Oriovisto Guimarães.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Esse eu li. Não li há pouco o do Oriovisto?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não, o senhor leu outro. O senhor leu o 15, que é dele também.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Item 7...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não precisa ler de novo. Só consultando porque não estavam presentes na passada por questão de ordem. É só para fins de votação mesmo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Se nós concordamos, eu concordo que haja voto em bloco, uma vez que já foram relatados anteriormente. Não só o item 7, mas todos os outros itens.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Encerrada a leitura dos relatórios, coloco em discussão conjuntamente as matérias referentes aos itens 3 a 22 da pauta, já que o item 2 foi retirado, nós o retiramos.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então estão aprovados todos esses itens, do 3 ao 22. Nós os colocamos para votar em bloco.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. MAJOR OLÍMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, só para dizer da minha satisfação. É a minha primeira relatoria aqui nesta Comissão, V. Exa. me deu a condição de relatar a renovação da outorga da hoje Spring TV, que era Abril Radiodifusão, importante mecanismo de comunicação com sede na cidade de São Paulo. Agradeço a V. Exa. a confiança, na certeza de que estaremos juntos, empenhados em aqui fazer o papel desta importante Comissão.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado pela presença e pelas suas palavras.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação. Como se trata de matérias afins, e já é um modelo – é o papel desta Comissão a aprovação de outorga que, na verdade, é autorização ao Poder Executivo para dar essa outorga a essas associações –, como os relatórios foram todos pela aprovação e foram já discutidos e aprovados, eu encaminho que a gente coloque em bloco.

São matérias afins, trata-se de autorização de outorga, embora de Municípios diferentes, Estados diferentes, mas são a mesma autorização para o Poder Executivo. Então eu encaminho que a gente coloque em votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Os Senadores concordam? Colocaremos em votação os projetos pelo sistema de votação eletrônica.

Proponho ao Plenário fazermos votação em bloco dos projetos.

Se todos estiverem de acordo, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a proposta.

Em votação os projetos referentes aos itens 3 a 22 da pauta, nos termos dos relatórios apresentados.

Quem vota com os Relatores vota "sim".

Vamos abrir a votação.

Como hoje, aqui no Senado, está próximo aí este feriado, então, por sugestão, Senador Major Olímpio, do nosso professor aqui, o Senador Paulo Rocha, sugiro que a gente vá a outras Comissões buscar o pessoal para votarmos, para limpar a pauta, não ficar para a próxima semana. Na próxima semana, vida nova.

Aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, o povo do Pará, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de São Paulo e do Paraná agradece ao Rodrigo Cunha, que foi o quórum para aprovar esse pacote aí.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – De Goiás também. Daqui a pouco dá fome.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero registrar a presença do Sr. Raulison Alves Resende, que é Gerente de Parques Tecnológicos de Goiás. Seja bem-vindo! E do Sr. Márcio César Pereira, da Subsecretaria de Ciência e Tecnologia de Goiás. Sejam sempre bem-vindos à nossa Comissão.

Bom, encerrarei a votação, agradecendo a Deus por mais esta reunião. Hoje nós tivemos aqui a aprovação de vinte e dois projetos o que, para nós, é motivo de honra e de orgulho. Quero agradecer a todos os Senadores que estiveram presentes, em especial ao Senador Paulo Rocha.

Votação encerrada.

A Comissão aprova os projetos constantes nos itens 3 a 22 da pauta, nos termos dos relatórios apresentados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada a todos.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Arolde de Oliveira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Weverton, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Fernando Bezerra Coelho, Lucas Barreto, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jayme Campos, Flávio Bolsonaro e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros e Paulo Rocha. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem por finalidade o comparecimento do Senhor Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade, em cumprimento ao Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 2, de 2019, de autoria dos Senadores Angelo Coronel e Chico Rodrigues. Os Senadores Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Izalci Lucas, Weverton, Chico Rodrigues, Confúcio Moura, Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Renilde Bulhões; o Deputado General Peternelli (PSL/SP); o Deputado Estadual Simeyzon Silveira (PSD/GO); Julio Francisco Semeguini Neto - Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Gilvan Máximo - Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Distrito Federal; e Adriano Rocha Lima - Secretário de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação do Estado de Goiás, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/24>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura, que se realiza nesta data, 24 de abril de 2019.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Eu quero agradecer a presença aqui do nosso Ministro Marcos Pontes. É a segunda vez em que ele está na nossa Comissão. Na reunião anterior, na audiência pública, ele esteve presente para debatermos, para ele falar e esclarecer aos Senadores e às autoridades presentes a questão do acordo com os Estados Unidos com relação à Alcântara.

E foi uma reunião muito proveitosa para nós.

Quero agradecer mais uma vez, Ministro, a sua presença aqui.

Ao Secretário Júlio Semeghini, que tem sempre nos acompanhado e nos orientado e nos ajudado nesta Comissão, em todos os assuntos referentes à ciência, tecnologia e inovação, assuntos desta Comissão, da qual sou Presidente.

Ao Sr. Adriano Rocha Lima, que é o Secretário do Desenvolvimento Econômico de Goiás e também da Secretaria de Ciência e Tecnologia – faz parte do Desenvolvimento Econômico.

Seja bem-vindo.

A presente reunião, convocada em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2019, da CCT, de autoria dos Senadores Angelo Coronel e Chico Rodrigues, destina-se ao comparecimento do Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para apresentar as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade.

Mais uma vez seja bem-vindo, Ministro.

Em atenção às normas regimentais referentes ao comparecimento de Ministros de Estado, esta Presidência comunica os procedimentos a serem seguidos.

O Ministro usará da palavra, para a sua exposição inicial, por até 30 minutos, sem interrupções. Lógico que, numa audiência com a presença do Ministro, na última vez, nós demos 30 minutos para ele, mas as perguntas foram tão grandes, que iniciamos a nossa reunião às 9 da manhã e terminamos 1h30 da tarde. Então, você vê o tanto que o Ministro é animado e conhece todos os detalhes.

Os Senadores que desejarem interpelar o Ministro após a sua apresentação devem solicitar inscrição à Secretaria.

Serão concedidos cinco minutos a cada Senador inscrito para interpelação, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro.

Para contraditar, o orador poderá usar da palavra novamente, pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo prazo para tréplica.

A campainha soará automaticamente quando restar um minuto do prazo.

Eu quero avisar aos senhores, porque, às vezes, ficam aí alguns cobrando do Presidente: olha, não soa a campainha; mas é automático, viu, gente? Não é o Presidente que é enjoado não, não é, Ministro?

Na fase de interpelações, o Ministro só será aparteado se assim permitir.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Comunico ainda que esta reunião é interativa, podendo qualquer interessado participar com comentários ou perguntas, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou por meio do número 0800-612211.

Para dar início... Aliás, deixem-me fazer uma leitura aqui.

A Comissão de Ciência e Tecnologia dá sequência ao ciclo de debates para discutir as políticas públicas para o Brasil e, hoje, tem como convidado o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes, que vai...

Já estou acatando aqui, Ministro, a determinação do Presidente da República de que esse negócio de V. Exa. e mais não sei o que já... Então, é "do senhor". Fica mais prático para nós.

O Ministro vai falar sobre as ações do Ministério para os próximos quatro anos e os rumos da ciência brasileira diante do grande problema que é a falta de recursos orçamentários.

Esta Comissão já promoveu outras audiências públicas, como a que discutiu as energias renováveis a partir da produção de energia hidráulica produzida pelas pequenas centrais hidrelétricas, PCHs. Uma outra audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, quando o Ministro Marcos Pontes debateu o Acordo Brasil-Estados Unidos para uso comercial da Base de Alcântara no Estado do Maranhão.

Outras audiências serão realizadas para continuar o debate em torno de um Brasil mais eficiente, que objetiva a geração de emprego e renda para os jovens e adultos.

Esta Comissão também já distribui cerca de 220 matérias para serem relatadas pelos nossos Senadores e, a cada reunião, os relatórios concluídos são submetidos à votação deste Plenário. Na semana passada, foram aprovadas 21 matérias, o que demonstra o nosso ritmo de trabalho.

O Ministro Marcos Pontes é um entusiasta da ciência e tem dado uma grande contribuição ao Brasil, apesar dos desafios que tem frente ao Ministério. Um dos grandes desafios é a burocracia para que os projetos na área de ciência e inovação sejam destravados, com parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. Esse é um debate que a gente vem fazendo aqui, desde que assumimos, com o Ministro e com outros Ministérios também.

Outro desafio é o contingenciamento dos recursos orçamentários do Ministério. Já foram contingenciados quase 50%. Eu acredito em que, com determinação, o Ministro – conversávamos ali há pouco – vai destravar esse contingenciamento e também vai conseguir outros recursos para serem investidos em ciência e tecnologia. Esse corte coloca em risco o financiamento de cerca de 11 mil projetos e de 80 mil bolsas de estudo financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Então, depois da apresentação dele, vamos fazer as perguntas. Os Senadores que quiserem se inscrever, já estou anotando os nomes.

O Luiz do Carmo já pediu; Angelo Coronel...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Passaram uma lista.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Já?

Antes de dar a palavra, eu quero registrar a presença do Cel. Carlos Moura, que é Presidente da Agência Espacial Brasileira. Meus cumprimentos e seja bem-vindo!

Mauricio Pazini Brandão, Secretário de Tecnologias Aplicadas. Seja bem-vindo, Sr. Mauricio.

Antônio Franciscangelis, Secretário de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controles do MCTIC. Seja bem-vindo!

Elifas Gurgel, Secretário de Radiodifusão do MCTIC. Seja bem-vindo, Sr. Elifas!

Carlos Alberto Flora, Secretário-Executivo Adjunto do MCTIC. Seja bem-vindo, Carlos!





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Julio Semeghini, Secretário-Executivo. Já fizemos a apresentação e está aqui compondo a Mesa.
Edvaldo Dias, Chefe da Assessoria de Assuntos Parlamentares do MCTIC.
Cel. Carlos Moura, que já foi prestigiado aqui.
Lorenzo Justo, Subsecretário de Unidades Vinculadas do MCTIC.
Vitor Menezes, Secretário de Telecomunicações do MCTIC.
Carlos Augusto Moura, Presidente da AEB.
Deputado Estadual José Carapô, representando a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.
Pedro Chaves, ex-Deputado por cinco mandatos e nosso suplente de Senador. Primeiro suplente, amigo do Ministro, de todos aqui.
Vicente Pereira de Almeida, Reitor do Instituto Federal Goiano. Seja bem-vindo, Vicente, mais uma vez conosco.
Ivano Alessandro Devilla, Reitor da UEG (Universidade Estadual de Goiás).
Deputado Hildo Rocha, MDB do Maranhão. Deputado, seja bem-vindo.
Coronel Cecato, Comitê da Indústria de Defesa e Segurança de Goiás.
Vereador Gustavo Cruvinel, de Goiânia. Seja bem-vindo, Vereador.
Adriano da Rocha Lima está aqui compondo a Mesa.
Ex-Deputado Simeyzon, Diretor de Assuntos Institucionais da Assembleia Legislativa de Goiás. Seja bem-vindo.
Márcio Pereira, Subsecretário de Desenvolvimento do Estado de Goiás.
Dr. Raulison Resende, Gerente do parque tecnológico de Goiás. Seja bem-vindo.
Dr. Anderson Paiva Cruz, Diretor do parque tecnológico de Natal, Rio Grande do Norte. Seja bem-vindo.

Com a palavra o Ministro de Ciência e Tecnologia, Sr. Marcos Pontes.

O SR. MARCOS CESAR PONTES – O.k. Bom dia a todos.

Daqui a pouco eu levanto, porque estão buscando um microfone de mão. Mas eu gostaria de começar agradecendo. Eu agradeço a presença de todos, agradeço o interesse pela ciência e tecnologia, agradeço o Senador Vanderlan e queria cumprimentá-lo. Em nome dele, eu cumprimento todas as autoridades já nominadas. E digo o seguinte, em 30 minutos eu não vou conseguir apresentar tudo que eu gostaria, porque ciência e tecnologia são amplas, ciência e tecnologia é algo que permeia todas as atividades que nós temos hoje em dia. E é bom a gente começar com uma afirmação. Os recursos para ciência e tecnologia não são gastos, são investimentos que dão um retorno rápido e alto do investimento. E comparado com outras coisas que temos no Brasil, não é investimento alto.

Se nós olharmos o desenvolvimento de todos os países que hoje nós chamamos de países desenvolvidos, eles se basearam em tecnologia. O que esses países fazem quando entram em crise? Eles investem mais em ciência e tecnologia, porque ciência e tecnologia é a ponta do desenvolvimento de qualquer país.

As profissões do futuro, todas as atividades do futuro vão ser baseadas em conhecimento, em tecnologia. Portanto, o que eu vou apresentar aqui hoje... Tem muita informação nesses eslaides – eu ia falar transparências, mas vai parecer muito velho – que eu vou apresentar aqui. Então, tem muita informação. E eu vou passar rapidamente por muitos deles. Mas fiz questão de colocar essas informações porque vai ficar registrado e vão se tornar – vamos dizer assim – abertas a todos, para que possam consultar com mais calma, depois da apresentação também.

A ideia... Nós estamos aqui no Ministério há pouco menos de quatro meses. Então, a ideia é mostrar quais são as diretrizes, quais são as prioridades, as estratégias a serem tomadas, alguns projetos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

já concluídos, alguns em andamento, para que se tenha uma ideia de todo esse escopo. E, no final, a gente vai falar sobre algumas das dificuldades que nós temos e como nós podemos trabalhar juntos pelo País.

Eu gosto de falar o seguinte, ciência e tecnologia sempre trazem notícias boas. Ciência e tecnologia são uma pauta boa em qualquer situação quando você conversa no exterior, quando você conversa aqui, porque a gente está sempre olhando para o futuro das possibilidades.

Como foi falado – quem me conhece sabe –, eu sou um apaixonado por ciência e tecnologia, minha vida toda tem sido dedicada à ciência, à tecnologia e à educação. Por isso, quando eu falo disso – até peço desculpas –, eu falo bastante sobre isso. Mas isso é por causa dessa animação, a ciência e a tecnologia podem mudar o País. A gente vê tantos problemas no País, mas ciência e tecnologia podem mudar o País, podem ajudar a resolver praticamente todos os problemas em praticamente todas as áreas.

Então, para começar, eu gostaria de mostrar um vídeo só para dar uma introdução a respeito do Ministério e depois a gente vai falar sobre a nova estrutura do Ministério, como foram determinadas as nossas prioridades. Eu vou fazer uma sequência lógica, de forma que a gente entenda por que nós temos as prioridades atuais.

Então, vou começar com esse vídeo mostrando um pouquinho sobre o Ministério da Ciência e Tecnologia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Ministro, eu gostaria de convidar para a Mesa o Secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, Gilvan Máximo.

Eu queria também, Ministro, antes de o senhor começar a falar, convidar para assumir a Presidência desta reunião – faço parte de outra Comissão, tenho que ir lá votar e retorno em seguida – o Senador Arolde. *(Pausa.)*

O SR. MARCOS CESAR PONTES – O.k. Esse vídeo mostra algumas das atividades do Ministério, mas eu acho que principalmente ele nos dá essa ideia da amplitude que nós temos, do alcance em termos de ciência e tecnologia no Brasil e, por isso, da importância da ciência e tecnologia. Vocês vão me ouvir falar muitas vezes isso, porque – é quase como faz um pastor – a gente precisa repetir muitas vezes para as pessoas notarem a importância da ciência e tecnologia no dia a dia.

Vocês vão ver como isso se reflete na mudança do Ministério.

Essas aí são as funções institucionais que estão na página do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Grande parte é a parte de política, mas, assim que nós começamos a estudar os problemas e o que havia no Ministério, no ano passado, durante a transição, uma das primeiras diretrizes que saiu foi a seguinte: eu tenho trabalhado com ciência e tecnologia, durante a minha vida toda, grande parte, mais de 20 anos trabalhando em instituições como a Nasa, como a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, e o que eu notei é que nós precisamos ter mais resultados práticos, nós precisamos aproximar a ciência e tecnologia do dia a dia das pessoas. Então, isso aqui é mais ou menos uma sequência de problemas observados durante a transição, e isso aqui vai ser importante para a gente entender as diretrizes, vamos dizer assim, as prioridades que nós temos atualmente.

Então, ao se observar o orçamento incoerente... O que eu quero dizer com isso? Dada a importância e a amplitude da atividade ciência e tecnologia no País e a importância para o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento nacional, o orçamento que eu vou mostrar no final é incoerente com essa importância.

A perda de recursos humanos. Nós pesquisadores estamos ficando velhos, e a gente não tem reposição de pesquisadores. Eu sei que há as universidades aqui que podem me ajudar a falar sobre isso também, mas nós estamos perdendo pesquisadores, muitos estão se aposentando e muitos estão indo embora do País, trabalhar em outros países. E isso é um fato grave. A gente precisa recuperar esses pesquisadores, atrair os pesquisadores para os nossos projetos aqui no Brasil.

Falta de prestígio da ciência e tecnologia. Se formos observar, o próprio orçamento é uma medida dessa falta de prestígio. À medida que nós passamos a não aparecer como essa entidade de importância para conectar as soluções em vários outros Ministérios, fomos perdendo prestígio.

Distância do dia a dia dos brasileiros. Isso que eu falei, a gente precisa estar perto dos brasileiros. A pessoa tem que olhar na rua, no seu Município e perceber que a ciência e tecnologia está ali do lado, apoiando, no saneamento, na saúde, em tudo o que interfere diretamente na vida.

Publicações *versus* inovações. Nós temos uma quantidade de publicações muito boa no Brasil. A nossa produção científica em termos de publicação é excelente, mesmo porque isso também está ligado, de certa forma, com a avaliação que nós temos na Capes. Agora, do conhecimento até sair um produto que vai para as prateleiras, vai para o mercado e vai interferir, vamos dizer, positivamente na vida das pessoas, há um *gap* aí, um espaço muito grande, e a gente precisa preencher esse *gap*. A gente precisa ter mais inovações no País, mais empresas de base tecnológica e assim por diante.

Pouca coordenação com outras organizações. Isso a gente observou logo de cara. Imagine que, como a ciência e tecnologia está na saúde, está na segurança, está na defesa, está na agricultura, está em todas as áreas, é necessária uma integração muito boa, uma coordenação muito boa com os outros Ministérios, com as universidades, com as secretarias de ciência e tecnologia nos Estados, com os Municípios. A gente tem que estar lá dentro. Então, eu achei que há falta dessa coordenação.

Falta de propósito e alinhamento. A gente faz bastante política. Logicamente a gente tem... A função do Ministério é produzir políticas nacionais para várias áreas, mas faltava retorno de investimento, entrega, produtos, serviços de ciência e tecnologia. O Ministério tem que servir como um integrador dessas coisas e isso traz um propósito.

Sabe, quando você chega a uma organização e você vê as pessoas tristes? Por quê? Porque estão lá cumprindo expediente, mas não sentem propósito.

Não falam assim: "O que estou fazendo aqui?". É igual àquele cara para o qual a gente vai fazer uma pergunta ali e que está fazendo uma construção. O pedreiro está colocando um tijolo, e aí você pergunta para ele: "O que você está fazendo?" Ele diz: "Você não vê? Estou assentando um tijolo aqui. Eu sou pedreiro." Isso aí demonstra uma falta de propósito geral. Quando você pergunta para uma pessoa dessas o que ela está fazendo, ela responde: "Estou construindo uma escola que vai atender a não sei quantas crianças. O meu filho vai estudar aqui". Então, repare a diferença entre trabalhar com propósito, trabalhar com o olho brilhando... Fala-se assim: "Estou fazendo isto. Será mais um dia para a gente conseguir finalizar aquele projeto". Então, esta é a diferença: a gente precisa de propósito e precisa alinhar os esforços das pessoas e de todas as organizações.

Quanto à falta de critérios e de indicadores de eficiência, se formos olhar... Olhe no *site* do Ministério, que você verá lá os indicadores etc., que estão, de forma geral, em nível muito alto, vamos dizer assim, em comparação com os de outros países. Mas olha que eu sou gerente de projetos, eu trabalho com projetos há muito tempo. Para qualquer projeto, de que você precisa? Você precisa saber onde você está, você precisa saber se o seu projeto está saindo com a eficiência necessária. Se você não





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem indicadores e critérios que lhe digam como você está em um projeto, fica muito difícil você fazer as coisas com eficiência. Então, aqui esta é uma coisa importante de se colocar para acompanhar projetos e processos.

A estrutura não era integrada. A gente notava que a estrutura era esparsa, vamos dizer assim. Então, era necessário um alinhamento de toda essa estrutura para colocar o Ministério direcionado a resolver problemas, a produzir novas empresas, a produzir novos produtos, novos serviços e tecnologia. Então, a gente precisava integrar toda essa estrutura.

Na infraestrutura de pesquisa no País – algumas universidades podem falar também sobre isso –, a gente vê a dificuldade nas estruturas. Há um equipamento caro, pingando água. Estou exagerando um pouco, mas são coisas básicas: manter o prédio, manter a estrutura, ter a infraestrutura necessária para o pesquisador trabalhar de forma correta, de forma eficiente. Então, é a infraestrutura.

Estes aqui são problemas gerais, mas, além disso, há os problemas específicos em projetos, como o do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações, como o projeto Alcântara Cyclone Space, que, finalmente, a gente conseguiu encerrar e que agora está na fase de fechamento. Alguns problemas foram observados.

E também há oportunidades. Quando a gente faz uma análise do cenário, vê os problemas, vê os riscos e as oportunidades. Em termos de oportunidades... Graças a Deus, ao longo da minha carreira, consegui adquirir respeito internacional pela própria profissão, pelo trabalho como astronauta, pelo trabalho como Embaixador da ONU etc. Esse respeito internacional é imediatamente transferido, o que facilita o contato internacional. Por exemplo, estive em Barcelona, numa feira de tecnologia móvel, e tive a oportunidade de conversar ali com um amigo de turma, com um amigo da Nasa, que é o Ministro de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior da Espanha, que é o Pedro Duque, amigo meu, astronauta também. Imediatamente, a gente estabelece uma conexão direta. Assim também está lá a Governadora-Geral do Canadá, que é a Julie Payette, que é amiga minha também, que é astronauta. Os próprios contatos dentro da Nasa e de outras organizações em vários países participantes facilitam muito. Então, há esse bom relacionamento nesse trabalho.

Outra coisa importante de se levar em conta é essa motivação de jovens. As pessoas falam assim: "Espaço é uma coisa que motiva e que chama a atenção dos jovens". Aí você vai falar: "Você não está falando de ciência e tecnologia?". Estou, mas, sem educação, não existe ciência e tecnologia.

A gente precisa motivar esses jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, senão vai acontecer como aconteceu nos Estados Unidos, durante uma época em que o número de engenheiros caiu a um certo ponto que acenderam todas as luzes vermelhas, ali, para eles começarem a motivar. Inclusive, a Nasa tem um vice-administrador que é voltado para *autoreach program*, ou seja, para entrar nas escolas e motivar jovens para as carreiras de ciência e tecnologia.

Não adianta a gente ter a tecnologia da Nasa aqui, por exemplo, se você não tiver jovens interessados nessas carreiras. Então, essa motivação através do espaço também é muito importante.

Um ponto essencial que nós temos hoje em dia no Governo, agora, com o Presidente Bolsonaro, é, pela maneira que ele montou os ministérios, as pessoas, vamos dizer assim, a escolha dessas pessoas... Nós temos uma conversação muito fácil. A coordenação entre os ministérios é muito fácil. E isso é extremamente importante para que nós trabalhemos em projetos grandes, que precisam de muitos ministérios juntos para resolver problemas grandes.

Outra coisa que ele me deu foi a liberdade de mudanças nas estruturas. Ele falou assim: "Olha, você tem carta branca para colocar a estrutura do Ministério como for necessário e escolher as pessoas como for necessário, sem nenhum tipo de pressão". Então, eu tive a oportunidade, num ministério





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

técnico, de escolher todos os os secretários através de currículo, basicamente. Eu preciso de uma pessoa dessa forma e eu fui atrás de pessoas dessa forma.

Então, em todas as secretarias, e grande parte dos nossos secretários estão aqui... Eu queria, inclusive, colocar aqui um agradecimento, porque o que eu vou apresentar, logicamente, eu nunca poderia fazer sozinho. Então, eles e todo o *staff*, todas as pessoas que trabalham no Ministério, esses são os responsáveis em fazer com que isso aqui funcione, na verdade. Eu só dou a direção, e eles fazem funcionar.

E você tem essa possibilidade, num ministério técnico, de ter pessoas técnicas trabalhando, cada um na sua área, e isso é essencial para a eficiência do processo.

Um bom relacionamento com a comunidade científica e com o setor privado.

Isso é extremamente importante, a gente estabelecer esse relacionamento, porque ciência e tecnologia estão integradas em tudo isso, e nós precisamos ouvir a comunidade científica, que é quem está ali, no dia a dia, trabalhando, de frente ali para as coisas, que conhece os problemas. Então, a gente trabalha de uma forma muito integrada com a comunidade científica, com os líderes da comunidade científica, e as empresas também. A gente precisa integrar o setor privado dentro da ciência e tecnologia, como acontece em todos os países desenvolvidos. E o Brasil precisa ter mais participação, uma participação muito mais intensa do setor privado junto com a ciência e tecnologia.

E outra coisa importante a ressaltar é a qualidade e a paixão dos servidores que estão lá no Ministério, não é?

Às vezes a gente olha, você vê as pessoas trabalhando meio desanimadas com as coisas, mas, quando elas começam a perceber que há um direcionamento, que há um propósito para aquilo que estão fazendo, você vê isso mudar as pessoas. Você vê renascer aquela chama de falar assim: "Pô, eu trabalho aqui no Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações, eu faço tal coisa...". Você vê o olho brilhar, e isso é importante.

Nós temos excelentes servidores em todos os lugares, não só no Ministério, mas nas unidades vinculadas também. Nós temos muitas delas.

Quais são as tendências e necessidades mundiais?

Quando você vai preparar... Eu estou apresentando tudo isso para a gente mostrar as prioridades que foram colocadas no Ministério. Aqui é um ponto muito importante a se levar em conta: quais são as tendências e as necessidades mundiais hoje?

A economia do futuro é baseada em conhecimento. Não há para onde fugir. A gente precisa de conhecimento, precisa desenvolver produtos com valor agregado alto... Conhecimento é a coisa mais cara, mais preciosa do futuro, e, se a gente ficar para trás com isso, a gente vai ficar para trás na história, vamos dizer, e no cenário mundial. Então, isso é fato.

Desenvolvimento sustentável.

O Brasil é um país com muitos recursos naturais, mas não se iluda não, porque, se a gente não cuidar bem desses recursos naturais, isso a gente perde. São recursos limitados.

Para quem já viveu em uma estação espacial, que você pode entender como um miniambiente, com recursos limitados, você percebe bem que o nosso planeta é como se fosse uma espaçonave com 7 bilhões de tripulantes e com recursos limitados. A gente tem que cuidar, usar a tecnologia para ajudar a manter esses recursos e trazer qualidade de vida, mas com sustentabilidade.

Produção de alimento, gestão da água, tecnologias sociais e assistidas. A gente não pode esquecer que há um número gigantesco de pessoas com necessidades especiais, que precisam da tecnologia, tecnologias para a saúde. Isto aqui, inteligência artificial, isso está no futuro. Isso vai estar





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em todo o futuro e, se o Brasil deixar passar esse carro agora, vamos dizer assim, da inteligência artificial, de novo a gente vai ficar lá atrás e dependendo dos outros países. A gente não pode fazer isso; a gente precisa desenvolver o nosso sistema, a gente precisa desenvolver a inteligência artificial no País. A robótica está dentro disso, a Internet das Coisas. Está aqui, no ano que vem a gente já começa com coisas voltadas para isso – 5G, Indústria 4.0, cidades inteligentes, mobilidade, segurança cibernética...

Por mais que a gente faça cooperações internacionais, tem um certo limite em que a gente tem que desenvolver, nós mesmos. E a gente tem que ter, a nossa vida está no celular, a nossa vida está na internet. Então, se a gente não tiver desenvolvido no País isso, para a segurança pessoal, segurança das empresas, segurança do Governo... A *cyber security*, segurança cibernética, é extremamente importante.

Materiais avançados. Na medida em que a gente aumenta a necessidade de novas tecnologias, desde tecnologias assistivas, até aviões, foguetes, etc., a gente precisa de materiais avançados aqui. A gente está falando aqui de utilização de materiais, de elementos como o nióbio, por exemplo, para melhorar certos aços, grafite para fazer grafeno e outras coisas. Então, a gente precisa trabalhar com materiais avançados.

Energias renováveis. Esse é outro ponto essencial. No Brasil, eu acho que a gente poderia dar o exemplo para o planeta em termos de utilização de energias renováveis, etc. A gente tem tudo para fazer isso aqui.

Eficiência energética, tecnologia espacial, ter a soberania tecnológica, vamos dizer assim, em tecnologia espacial, biotecnologia. Em um País como o nosso, com as riquezas que nós temos, isto aqui é uma enorme fonte de riqueza e qualidade de vida para as pessoas. Digitalização da radiodifusão é uma coisa que vai acontecer em breve. A gente já tem TV, vai ter digitalização de radiodifusão.

Como é que... A gente tem uma série de problemas no Brasil. Isso também compõe esse contexto, esse cenário para criar as prioridades para o Ministério. Alguns exemplos aqui de problemas no Brasil em que a tecnologia pode ajudar. Lembro que são alguns exemplos. Eu ressaltai ali, porque tem muitas outras coisas, mas, por exemplo, *commodities*, exportar minério de ferro, etc. Há um preço, um custo por quilo muito barato. Tenta ver um quilo de um satélite, para ver o custo, o quanto a gente consegue aumentar o valor agregado dos nossos produtos.

Nós temos problemas sérios de segurança. Todo o mundo sabe; eu só vou ressaltar aqui algumas coisas em que a tecnologia pode ajudar: combate a drogas; saneamento, ausente em muitas regiões – e isso piora a saúde, piora a qualidade de vida, a tecnologia pode ajudar –; a seca no Semiárido – o problema... Já tem um plano desde 1909 –; saúde, difícil para boa parte da população; educação pública, meio ambiente – mais e mais a gente tem visto desastres, etc., desmatamento, a tecnologia pode ajudar nisso –; tecnologia do agronegócio, para melhorar o agronegócio; o desemprego, tecnologia ajuda a criar novas carreiras, novas profissões, novos empregos.

Imensas áreas com baixa ou nenhuma cobertura de internet – isso vamos ver que está nas prioridades ali também; burocracia em ambiente de negócios, desburocratização do Governo, utilização da tecnologia para tornar a vida mais fácil e tornar o empreendimento mais fácil no Brasil; limitação do acesso à informação e ao conhecimento – a gente precisa levar, através da radiodifusão, através da internet, muito mais informação às pessoas. Como diria o Einstein, quando uma mente se abre para o conhecimento, ela nunca volta. Então, é isso aí, a gente precisa trazer isso, principalmente para as pessoas que estão em situação difícil.

Para quem não sabe, deixa eu até falar porque eu falo muito de educação. O meu pai, Sr. Virgílio, era servente de serviços gerais no Instituto Brasileiro do Café, ou seja, aquele cara que limpa o chão, faz café, corta a grama – o pessoal chama de faxineiro também, em muitas empresas. E a minha mãe era





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

escriturária da rede ferroviária. Eu cresci na periferia de Bauru. Eu só consegui chegar até hoje, ter sucesso nas coisas da vida através da educação, através de conhecimento. Por isso, para mim é extremamente importante isso. É questão quase pessoal, vamos dizer assim, ajudar essa garotada que está em situação... Às vezes, você tem, no meio da uma favela, um gênio, que pode ser o futuro Prêmio Nobel, e, se a gente não der as condições para essas crianças crescerem e se desenvolverem através do conhecimento, a gente está cometendo um crime; então, a gente precisa fazer isso.

Economia. Ciência e tecnologia é o investimento que dá o maior retorno, retorno mais rápido e retorno maior, e não é investimento alto, se for pensar em nível de País. Então, com base nisso, a gente criou... Qual é a visão do Ministério? Podemos começar a pensar nas nossas prioridades.

Então, vou ler essa parte. Vocês me desculpem. O MCTIC, que é o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do alinhamento e do controle de todo o sistema de ciência, tecnologia, inovações e comunicações do País, além de ser o catalizador do conhecimento científico brasileiro, também será – é visão – a ferramenta essencial de todos os outros ministérios. Veja bem, a gente está colocando o Ministério como uma ferramenta para os outros ministérios, Estados e Municípios, para o fortalecimento da soberania nacional, do desenvolvimento econômico e social do Brasil, da preservação ambiental e da melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Acho que essa visão dá bem para entender como vão surgir aqui as nossas prioridades depois.

A missão. Então, vindo disso, a missão é, primeiro, produzir conhecimento, gerar riqueza para o Brasil através de novas empresas, novos produtos, novos serviços baseados em tecnologia e contribuir para a qualidade de vida das pessoas. A tecnologia tem que ajudar para isso, no final das coisas.

Os nossos valores: ética, transparência, conhecimento, integração, efetividade, compaixão. Parece uma coisa estranha colocar compaixão aqui, no meio, mas muita gente tem a noção de compaixão... Sou *coach* também, então eu vou explicar essa parte. Muita gente tem a noção de compaixão como se fosse ter dó de alguém. Compaixão não tem nada a ver com ter dó de alguém; é se colocar no lugar da pessoa. E, para você fazer um bom serviço, para você fazer um bom trabalho, oferecendo qualidade de vida para as pessoas, você tem que se colocar no lugar delas lá, porque é muito fácil você falar as coisas de dentro do escritório, com ar-condicionado, tudo bacana, mas como é estar lá no meio, sei lá, do Semiárido, de um lugar seco, sem água e com dificuldades? Você tem que ter compaixão, você tem que se colocar no lugar da pessoa lá.

Valorização das pessoas e responsabilidade socioambiental. Como é que a gente criou, então, essas prioridades? Só para ter uma ideia de como vai ser o que eu vou mostrar aqui, lembrando que faz quatro meses; então, a gente está mais na fase conceitual e com alguns projetos já sendo colocados em prática; mas dos problemas observados, que eu mostrei, dessas oportunidades e cenários, nós criamos prioridades que, logicamente, podem ser alteradas dependendo das demandas que aparecerem.

Com as prioridades, surgem as estratégias para realizar, para colocar sentido prático em cada uma dessas prioridades.

Como a gente pode utilizar tudo isso de uma forma mais eficiente? Essas duas coisas estão no campo das ideias, dos conceitos. Quando chegam aqui, essas estratégias vão se transformar em programas, em projetos que vão se transformar em ações, que vão gerar ações. Aqui entra a parte prática, que a gente coloca no dia a dia, coloca metas e aí entra orçamento, entra uma série de coisas.

Eu vou dar uma pincelada em tudo isso. Como eu falei, não dá tempo de passar por tudo; o Ministério é enorme. Aliás, eu agradeço muito a oportunidade de vir aqui falar sobre o Ministério. Quem veio aqui sabe que eu queria fazer. É importante mostrar isso para a gente trabalhar junto. Não dá para fazer tudo isso sozinho, e o Congresso, de forma geral, o Senado, a Câmara, as universidades, as





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

secretarias de educação, os Estados e Municípios, todo mundo, a gente pode se juntar para transformar essas coisas em realidade, que são coisas boas para o Brasil, logicamente. Como eu falei, ciência e tecnologia só trazem notícias boas, são para fazer o bem para as pessoas. Então, a gente pode se juntar para colocar tudo isso aqui em prática.

Então, quais são as prioridades? Essa é uma parte importantíssima aqui para a gente ver. Com base em tudo aquilo que a gente viu, foram elencadas 12 prioridades aqui do Ministério.

A primeira delas é reorganizar a estrutura e as atividades integradas de todos os componentes do sistema de ciência, tecnologia e inovação do País. Lembram quando eu falei sobre os problemas observados, de que as coisas estão muito esparsas, etc.? Então, havia necessidade de se colocar um sentido, um propósito, e, para isso, tem que se reorganizar a estrutura para atender, de forma eficiente, solucionar os problemas e aproveitar as oportunidades.

Dois: reestruturar, recuperar e otimizar o sistema de financiamento, o nível do orçamento e os recursos humanos. Eu vou falar no final, mas essa é uma coisa em que eu vou precisar muito do Congresso para nos ajudar com essa questão de orçamento, que é geral, mas, vamos dizer assim, como eu falei, ciência e tecnologia estão na ponta do desenvolvimento e são o melhor tipo de investimento que a gente pode fazer.

Atualizar e otimizar o sistema... A regulação do setor. Uma coisa que a gente notou é que há muita legislação antiga. Por exemplo, de radiodifusão há uma legislação de 1962, mais velha do que eu. Precisam ser atualizadas essas coisas. Tecnologia evolui rápido, e é importante que a legislação acompanhe isso também, para ser de forma mais eficiente.

Contribuir para a soberania nacional; melhorar as condições e o prestígio da pesquisa no Brasil. Eu lembro que falei que a infraestrutura está ruim, etc.

Melhorar a telefonia móvel, universalizar o acesso à banda larga no País. Lembro que, em um dos problemas observados, há muitas áreas escuras no País em termos disso. Então, está nas prioridades.

Preparar a infraestrutura do País para 5G e Internet das Coisas, que são o futuro chegando aqui, na nossa porta. A gente precisa preparar tudo isso.

Contribuir para a qualidade de vida dos brasileiros. Contribuir para o incremento da riqueza no País, por meio de redes estruturadas de inovações e a transformação de conhecimento em produto final. A gente chama de TRL9.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS CESAR PONTES – Daqui a pouco vou falar sobre isso.

Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios do Brasil. Contribuir para o desenvolvimento sustentável. Projetar positivamente a imagem do Brasil no exterior e estabelecer cooperações que sejam importantes para o nosso País.

Com isso, cada um desses aqui tem uma sequência, cada estratégia... Cada prioridade tem uma série de estratégias. Lembro que eu coloquei naquele gráfico. Então, o tempo, logicamente... Eu não sei como é em relação a tempo aqui, mas não dá para ver todas as prioridades. Eu vou passar rápido assim, só para...

Então, por exemplo – eu vou dar alguns exemplos – reorganizar a estrutura. Então, a estratégia ficou bem assim: modificar a estrutura funcional para responder aos problemas observados lá, às tendências e às necessidades, ampliar e readequar o quadro de pessoal e assim por diante.

Cada uma dessas aqui, cada prioridade tem uma sequência de estratégias que vão determinar lá na frente projetos, os programas e projetos. Então, continua esta aqui: reestruturar, recuperar e otimizar





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o sistema de financiamento – coisa extremamente importante, senão a gente não funciona –, o nível de orçamento e os recursos humanos.

Então, nós criamos, por exemplo... Uma das estratégias é criar um departamento específico para buscar soluções de fundos, coisa que não havia anteriormente – agora há um departamento só para isso e assim por diante.

Então, coordenar com o Ministério da Economia para o descontingenciamento parcial do FNDCT, que é um problema sério. Há uma restrição, que é o teto, temos que conversar sobre essas coisas e assim por diante. Há uma série de estratégias ligadas a essa prioridade.

Eu falei que há muita informação, não vai dar para passar por tudo, mas a apresentação vai ficar à disposição. Fiz questão de colocar para ficar à disposição de todo mundo para depois ver com calma.

Atualizar e otimizar a regulamentação do setor. Então, há aí algumas das estratégias, como consolidar e atualizar o conjunto vigente em cada área, por secretaria.

Contribuir para a soberania tecnológica nacional. Então, nós criamos, por exemplo... Criar um departamento próprio para tecnologias estratégicas, reconstruir o programa espacial. Isso é quase ponto de honra para mim, porque eu sou astronauta. O nosso programa espacial não pode ficar na situação em que está; ele precisa melhorar. Isso é extremamente importante para o País, e assim vai.

Manter a presença na Antártica, desenvolver áreas de segurança cibernética e inteligência artificial, senão a gente vai ficar para trás. A gente não pode deixar isso aqui para trás. E assim vai.

Melhorar as condições da pesquisa no Brasil, senão a gente vai continuar a perder pesquisadores; senão, a gente vai continuar a não ter, vamos dizer assim, o nível da pesquisa que a gente gostaria de ter aqui. Então, há uma série de atividades ligadas, uma série de estratégias ligadas diretamente ao prestígio da ciência. E outra: eu vou lá falar com um garoto no ensino médio, falar sobre ciência, tecnologia e etc., e eu quero motivá-lo para ser pesquisador; se a carreira de pesquisador não tiver um prestígio adequado, se ele não tiver condições de trabalhar, como é que eu vou falar para ele? Eu vou mentir para ele, que não funciona. Não, a gente tem que corrigir essas coisas também aqui.

Melhorar a cobertura de telefonia móvel e internet no País e promover a radiodifusão. Então, há uma série de estratégias para isso, e essa é uma parte que certamente interessa a muita gente, porque a gente vai trabalhando lá, dentro das cidades, etc. Como eu falei, conhecimento, melhorar a qualidade de vida das pessoas lá. Há umas notícias boas sobre isso também. Inclusive, na área rural, coordenar com o Ministério da Agricultura um programa para levar a internet a propriedade rurais. Se a gente quiser melhorar nosso agronegócio, a possibilidade de ter internet ali ajuda e muito também.

Preparar a infraestrutura para 5G e para Internet das Coisas. Então, há uma série de estratégias para isso.

Contribuir para a qualidade de vida também. Veja só: nós estamos lá, inauguramos o Centro de Testes de Tecnologias de Dessalinização, lá em Campina Grande. Primeiro, por que foi feito em Campina Grande? Porque lá já tinha um laboratório, na Universidade Federal de Campina Grande, que trabalhava com dessalinização, com testes de água, etc., e porque a gente tem o Instituto Nacional do Semiárido ali, na entrada, um portal do Semiárido. Então, ali era o local ideal para se criar esse centro de testes. Então, uma soma a isso. Nós já testamos algumas máquinas. Ali é para testar equipamentos já de mercado. Então, máquinas de dessalinização, já testaram duas ou três; há mais uma fila de nove lá. E assim vai. Vai ser contínuo.

Então, a gente vai tirar os dados dessas máquinas, como consumo de energia, qualidade da água que sai, a vazão e uma série de dados. E isso vai servir como subsídio para o Ministério do Desenvolvimento Regional para que ele trabalhe na segurança hídrica.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Lembrem que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações é uma ferramenta para os outros Ministérios. Então, faz parte do nosso trabalho fazer isso. Em cima dessa estrutura já montada vem o Centro de Tecnologia de Águas. Centro de Tecnologia de Águas é justamente para desenvolver tecnologias, que podem começar desde a ideia até a maturidade, tornar-se um produto de mercado, com todo o apoio para *startups*, com incubadora, com escritório de gerenciamento de projetos, fundos, modos de trazer fundos para isso aí. E tudo isso conectado em rede, com tudo o que a gente tem no Ministério. E assim vão os outros centros também.

Contribuir para a geração de riqueza através de uma rede estruturada de inovações, que também faz parte do que eu acabei de falar. Dá para notar a quantidade de coisas que correm em ciência, tecnologia, inovações e comunicações.

Contribuir para melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Se a gente quiser atrair empresas para cá, se a gente quiser que as nossas empresas tenham sucesso, sejam competitivas no exterior, nós precisamos melhorar o ambiente de negócios. Quem tem empresa sabe muito bem do que eu estou falando, das necessidades disso. Visite Israel e você vai ver o quanto as empresas de tecnologia têm capacidade de levantar, vamos dizer assim, um país.

Contribuir para o desenvolvimento sustentável. A gente nunca pode esquecer isso aqui. Então, coordenação com o Ministério do Meio Ambiente para poder auxiliar em várias coisas.

Projetar a imagem do País. Então, intercâmbio de pesquisadores, uma série de estratégias para essa prioridade.

Como está a estrutura do Ministério hoje? Eu falei, naquela primeira prioridade, em se ajustar a estrutura. Então, como ela foi modificada para atender a todas essas novas condições? Primeiro, nós temos essas seis secretarias. Vou falar rapidamente sobre cada uma delas para entender como funciona essa máquina, vamos chamar assim.

A Secretaria de Telecomunicações e Radiodifusão compõe a parte de comunicações do Ministério. E, nessa parte de comunicações, as telecomunicações – o Secretário Vitor está aí – tratam de toda a parte de serviços de telecomunicações, banda larga, inclusão digital. Então, ela é extremamente importante. Ela cumpre papéis extremamente importantes naquelas prioridades. Radiodifusão – está ali o Secretário Gurgel –, então, trata da radiodifusão comercial, da educativa, comunitária, fiscalização, outorgas.

Aí vem a parte de pesquisa, inovações e aplicadas. Eu vou explicar o que isso tem a ver. Primeiro, vamos começar aqui pela parte de pesquisa. O que acontece na parte de pesquisa? O Marcelo Morales não está aqui hoje com a gente. Aqui é onde há, logicamente, a parte de ciência do Ministério e, acoplada a essa parte de ciência, eu coloquei uma parte de formação de recursos humanos. Vão falar: "Não, mas por quê? Isso não é MEC." Olha, o MEC tem muitas preocupações lá. E, para a gente de ciência e tecnologia, formar jovens, motivar jovens para as carreiras de ciência e tecnologia é essencial. Existe a possibilidade, talvez, no futuro, de que parte do ensino superior passe, como falaram no início, para o Ministério. Então, a gente vai precisar montar um sistema para acomodar isso. Então, a gente já começa a pensar aqui tanto nas políticas e programas de ciência, desenvolvimento científico, mas também nas políticas de formação de professores, melhoria do ensino de ciências, levar a ciência e tecnologia para o ensino fundamental e médio. Então, tudo isso aqui. Motivando esses jovens para as carreiras.

A parte de inovação. Como eu falei, a gente tem uma produção científica maravilhosa no País, mas em número de inovações a gente está muito atrás, no 64º lugar, que não é bom. A gente precisa chegar pelo menos entre os 20 primeiros países. Então, uma parte extremamente importante aqui no empreendedorismo e inovação, com a criação de centros de inovação no País e todo o apoio e inovação





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a tecnologias estruturantes, os ecossistemas. Então, a tecnologia e a inovação digital estão aqui dentro dessa parte de inovação.

Nós tínhamos lá uma secretaria de políticas digitais com funções extremamente importantes, que foram distribuídas para as outras secretarias e, no lugar dela, entrou essa Secretaria de Tecnologias Aplicadas – o Profº Pazini, que foi professor do ITA por uns 30 anos, foi meu professor também. Nessa área de tecnologias aplicadas, qual a ideia? É transformar conhecimento em coisas práticas. Então, a função dessa secretaria é justamente coordenar com outros ministérios, como Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, etc., como a ciência e tecnologia, como a tecnologia pode ajudar nesses outros ministérios. Dentro dessa secretaria, existem quatro áreas principais. A primeira área, e isso é um ponto importantíssimo desta apresentação, são tecnologias estratégicas. Tecnologias estratégicas compreendem espaço, nuclear, segurança cibernética e inteligência artificial. Aí vem outra área, que é tecnologias para produção, tecnologias para a indústria, tecnologias para o agronegócio, tecnologias para o comércio e o turismo. Terceira área: tecnologia para o desenvolvimento sustentável, que eu carrego como uma coisa essencial de ter. Então, no desenvolvimento sustentável tem energias renováveis, cidades inteligentes, sistema de distribuição de água, poluição, tudo isso no desenvolvimento sustentável. E a quarta área são tecnologias sociais: como a gente pode chegar para ajudar a pessoa. Então, saneamento, saúde, tecnologias assistivas estão nessa área, por exemplo. Essas quatro áreas direcionam todo o esforço das outras secretarias para convergir em produtos finais, para a gente chegar até o final do desenvolvimento disso.

Agora, como é que esse negócio todo vai funcionar em conjunto de forma eficiente? Aí vem outro ponto importante, que foi uma sacada geral. Durante a transição, nós conversamos para ajustar: a gente precisa ter uma secretaria que seja responsável por colocar tudo isso alinhado, em fazer com que as coisas funcionem de forma eficiente, ter números, ter indicadores para isso. Então, surgiu a Secretaria de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle. Tem um nome enorme, é do Brigadeiro Franciscangelis, que está aí inclusive. O que faz essa secretaria? Ela tem algumas áreas essenciais, ela trabalha em matriz com as outras secretarias e faz com que as coisas funcionem de forma alinhada o tempo todo. Primeiro, eles fazem planejamento, ou seja, é a visão, o cenário que a gente tem no Brasil e no Planeta, em termos de ciência e tecnologia. Para direcionar. A gente tem pouco recurso, então, a gente vai ter que aplicar da forma mais eficiente. Então, para onde se vai direcionar a nossa ciência. Durante a análise desse cenário, eles vão ver quais os riscos, quais as oportunidades que existem.

Para medir o nosso funcionamento, os processos e projetos, há uma área de otimização de processos e projetos. Então, eles vão ficar continuamente observando os projetos e processos, usando critérios e indicadores. Isso é importante, lembram que eu falei que faltava isso. Então, usando critérios e indicadores para nos dizer: essa metodologia que está sendo aplicada não é boa, a gente vai ter que modificar e vai ser modificada dessa forma.

Há lá o CGEE, que também ajuda bastante nisso. Dentro dessa secretaria, também há a parte de cooperações. A Secretaria de Tecnologias Aplicadas vê as demandas, faz as conversas e faz o desenvolvimento das tecnologias, mas quem vai lá fazer a papelada, de forma profissional, das cooperações tanto com outros ministérios, com organizações, com secretarias, com outros países, é essa secretaria.

Além disso, há uma parte de gerenciamento de programas profissional. A gente trabalha com projetos, então, gerenciamento de projetos, há um escritório, gerenciamento de projetos aqui dentro dessa secretaria também.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E uma parte extremamente importante é a parte de financiamento, fundos. Ali dentro há um departamento voltado para o financiamento. Como a gente consegue fundos para projetos específicos? Então, a gente sempre sofre com essa questão de orçamento, mas, para trabalhar em projetos específicos, que tipo de fundo está disponível, etc. Temos profissionais voltados para isso, como auditores, etc., dentro dessa área de fundos. Dá para ver que essa é uma secretaria essencial, que não havia antes, mas que faz com que as outras funcionem alinhadas.

E, lógico, há uma secretaria executiva que está ali em cima, o Secretário Julio Semeghini está aqui, que supervisiona tudo isso e faz minha vida mais feliz.

Qual essa nova lógica de atuação? A tecnologia não sai assim, ela tem um desenvolvimento, que começa na formação dos profissionais, passa pela inovação com empreendedorismo, até chegar a áreas – lembram que eu falei das quatro áreas prioritárias – e sair um produto final. A gente tem que dar retorno de investimento, tem que ter produto final. Essa é uma coisa óbvia que eu tenho repetido bastante: não é só produzir política, não é só produzir, tem que produzir um retorno de investimento, produto. Então, muito tempo atrás, a Nasa desenvolveu um sistema chamado TRL, um estágio de maturação de projetos, que vai de 1 até 9. Então, 1 começa da pesquisa básica, pesquisa aplicada, concepção de aplicações, prova de conceito, prototipação. Geralmente, os nossos produtos aqui no Brasil, pelo que a gente tem notado, vêm bem até aqui. Aqui para, enrosca, fica no protótipo e daqui não sai para frente. Então, todo esse sistema que a gente colocou no ministério é para ajudar a passar disso aqui e continuar, para ensaios ambientais, qualificação operacional, demonstração e requisitos, emprego operacional, ou seja, virar um produto de prateleira realmente para ser vendido. Então, levar isso aqui é a nossa função agora, fazer com que todo esse esforço seja concentrado, que a gente tenha mais resultados práticos, vamos dizer assim. É complexo de ver porque é assim mesmo, é grande.

Isso aqui são unidades vinculadas do ministério. Então, nossa infraestrutura de pesquisa espalhada no País todo. Só para ter uma noção aqui de como isso é espalhado e é grande. Além disso, nós temos entidades vinculadas Anatel, a AEB, a CNEN, o CNPq, a Ceitec, os Correios, a Finep, a Telebras. Como organizações sociais, a gente tem a Embrapii, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa), o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), o CNPEM (Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que é na Amazônia. E temos os fundos, gostaríamos de ter fundos, vamos dizer assim. A gente tem os nomes aqui dos fundos, mas eu gostaria que a gente tivesse os recursos disponíveis para usar realmente.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS CESAR PONTES – Temos o FNDCT, o Funttel, Fust e Fistel.

Vamos lá.

Agora vem a parte... Este é o gráfico do nosso orçamento de 2013 para 2019. O pessoal fala que imagem vale mais que palavra, então eu vou deixar o pessoal apreciar um pouquinho para ver, não é? Acho que não precisa nem falar muito. Para quem está de longe, este é o total, o verde é o total; o azul são despesas discricionárias; e o amarelo é o PAC. Esse é o nosso gráfico. Por isso é que falei em orçamento incoerente. Vocês viram quantas coisas que a gente pode fazer com ciência e tecnologia para o País? A ciência e a tecnologia são extremamente estratégicas e importantes para o desenvolvimento do País, e isso não reflete essa importância. Então, isso é uma coisa que tem que ser revertida, e isto é uma coisa que eu peço encarecidamente: ajuda para a gente reverter.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Existem muitas maneiras. Eu tenho conversado com o Ministério da Economia, tenho demonstrado essas coisas, e eles têm se mostrado, vamos dizer assim, simpáticos ao mérito da causa. Eu entendo que existe toda uma necessidade do País, que a gente tem que participar nesse esforço, no sacrifício, mas lembrem-se de que ciência e tecnologia é o investimento mais eficiente que a gente pode ter em qualquer país. Todo país desenvolvido, quando ele entra em crise, ele investe mais em ciência e tecnologia. A gente está fazendo o oposto. Então, é melhor a gente reverter essa coisa. E para isso, a gente vai precisar da ajuda de muita gente. E o Congresso, pensando em Orçamento para o ano que vem, etc., tem uma função essencial nisso aqui.

De uma maneira rápida aqui, estes são os principais projetos e ações. Vocês vão ver que há um monte de coisas. Para quatro meses é consideravelmente grande. Não vai dar tempo de ler tudo aqui, porque senão, passo muito do tempo. Mas, por exemplo, esta secretaria aqui, que é de planejamento estratégico, como eu falei lá, ela direcionou, ela controlou aqui o Centro de Testes de Tecnologias de Dessalinização, que já está concluído lá em Campina Grande, já está lá para quem quiser visitar. É até um negócio bacana de se ver. Se você chegar lá, certamente vai ver uma máquina de alguma empresa sendo testada lá.

Toda revisão do planejamento estratégico.

A assinatura do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos – de que já fiz uma apresentação –, que vai ser extremamente importante para viabilizar o Centro Espacial de Alcântara.

Assinamos também um acordo, que estava há muito tempo parado: esse acordo de ciência e tecnologia com Israel, agora em nível de País. Por que isso é importante? Antes só havia no nível de ministério e ficava restrito ali; agora, a gente pode ampliar isso para a agricultura, para a saúde, para uma série de áreas. Foi assinado lá. Eu fui primeiro em janeiro, fiz a primeira negociação, e, quando o Presidente foi, ele assinou. E assim por diante.

Então, vou passar aqui uma série de outras... Este aqui é da Secretaria de Telecomunicações; uma série de coisas que foram colocadas. Vou ressaltar este primeiro aqui, por exemplo, porque pouca gente sabe e é uma coisa importante de se saber.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS CESAR PONTES – Uma boa notícia. De janeiro até hoje, nós instalamos – já está desatualizado, diga-se de passagem, porque eu vi ali – mais de 2,8 mil pontos para receber sinal do nosso satélite de comunicações. Por que isso é importante? Porque a gente está dando prioridade, eu pedi para dar prioridade, no Nordeste e no Norte do País, às escolas – para conectar escolas naquelas comunidades que não tinham internet, não tinham como receber sinal, estavam lá isoladas. Hoje não: há mais de 700 mil alunos que hoje recebem sinal da internet, que estão conectados por causa desse satélite. Em quatro meses, a gente chegou praticamente quase a 3 mil pontos. E isso vai se ampliar muito mais. E assim por diante.

Brumadinho. A gente participou diretamente no esforço de Brumadinho. Participamos também lá em Pacaraima – cadê o Chico? Saiu, não é? Lá em Pacaraima, para recepção, existem pontos nossos instalados. E assim por diante.

Está aqui a parte da Secretaria de Radiodifusão. Uma coisa que nunca tinha sido feita: Fórum Nacional de Radiodifusão para ouvir as empresas, as pessoas ligadas à radiodifusão e ter informações para poder trabalhar. É importante essa relação, e o Ministério está muito mais aberto à relação hoje em dia. E assim vão outros pontos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Este aqui é da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação. Nós colocamos, por exemplo, um Programa Empreendedoras Digitais, para mulheres para empreendimentos em tecnologia; o Programa Centelha continua; o Marco Legal das *Startups*; Indústria 4.0. Então, existem muitas coisas interessantes girando aqui nessa parte. Lembro também que existem mais 77 em andamento, há uma série de programas.

Na parte de ações estratégicas da parte de pesquisa e formação, Ciência na Escola: é um programa para levar ciência e tecnologia para o ensino fundamental e médio, feito com o Ministério da Educação. Eu também adoro isso aqui porque a gente precisa motivar essa garotada. Então, está aqui um programa que é justamente para isso. E assim vai.

Outros programas com isso.

Na Secretaria de Tecnologias Aplicadas, existem vários programas em andamento. E é isso.

Agora chegou num ponto em que eu vou precisar realmente do apoio aqui. Estes são projetos em tramitação no Congresso Nacional ou que estão para entrar em tramitação – como este daqui –, que nos interessam e muito. Existem outros também, mas para não colocar muita coisa, eu foquei nestes daqui.

Então, este primeiro é a discussão sobre contingenciamento dos fundos ligados à ciência e tecnologia, que é o PLS 315, de 2017, que para nós, para o Ministério, para o País como um todo interessa muito para que tenhamos, como eu falei, mais recursos para reverter ou começar a reverter aquele quadro descendente de orçamento.

O segundo, revisão normativa do setor de telecomunicações, que é o PLC 79 – eu espero ter chance depois de vir explicar e falar sobre esse PLC; ele já está aqui no Senado, com a Senadora Daniella –, que muda o regime de concessão para autorização para as empresas de telecomunicações. Esse também é extremamente importante. Por que esse aqui é importante para a gente? A gente precisa conectar um país inteiro, e eu simplesmente não tenho recurso para fazer isso, pois fica muito caro. Mas as empresas têm. Então, através do PLC, a gente consegue obter esses recursos, com essa mudança de concessão. Existem pontos que depois eu explico com detalhes aqui, como a questão de bens reversíveis, etc., que sempre geram certas dúvidas. Mas isso já foi visto já bastante pela Anatel, pela nossa secretaria. E diga-se de passagem, os secretários estão aqui também para responder perguntas específicas, aquelas com números, etc. Eles têm todos os dados aqui. Eu os trouxe justamente para isso. Mas isso aqui é extremamente importante, e com isso eu consigo recursos. Eu suponho aí algo em torno de R\$40 bilhões, R\$50 bilhões que eu posso empregar para a gente conectar o País de vez.

Estruturação orçamentária do MCTIC, esse PL 5.876, que trata... Lembram-se do pré-sal? Aqui: 25% para ciência e tecnologia. De novo aquela questão de recursos.

E o Acordo de Salvaguardas, que eu já expliquei com detalhes aqui, mas que está chegando no Congresso agora para uso comercial do Centro Espacial de Alcântara.

E outra coisa. Esta parte é importante aqui. Por quê? Lendo assim, a ciência e tecnologia está em todo lugar, ela está nas cidades, está nos Estados, e como representantes de cidades, Estados, etc., nós podemos trabalhar juntos no final para aumentar a qualidade de vida das pessoas, para usar todo esse sistema para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Então, isso está contemplado aqui. A gente pode trabalhar com essas emendas para poder ajudar nesse sentido.

É isso, gente, desculpem-me por passar o tempo um pouco, mas eu vou estar à disposição aqui para perguntas.

E quero dizer isto: de novo, ciência e tecnologia é essencial para o desenvolvimento do País, é estratégico. A gente não pode deixar isso de lado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço muito pela oportunidade de vir aqui falar sobre isso. Eu espero ter outras oportunidades, enquanto a gente vai caminhando nos projetos, para apresentar outros resultados. E vocês viram que há tantos projetos e programas, que a gente tem trabalhado agora num sistema para transformar tudo isso em sete programas grandes, que congregam, dentro de cada um deles, todos esses projetos. Saem de programa para passarem a projetos que integram esses sete programas grandes. Isso aí a gente está começando a trabalhar lá para estruturar melhor e oferecer o melhor trabalho para o País. É isso que a gente quer.

Acho que todo mundo aqui tem este mesmo objetivo de trabalhar para o País e fazer com que aquela pessoa que está lá na ponta, aquele garoto que nem eu era lá, filho de faxineiro, que está lá na ponta, tenha oportunidade de crescer, de ter sucesso na vida, e ciência e tecnologia pode ajudar e muito.

Obrigado, obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Ministro.

Eu quero consultar aqui os Senadores presentes – já há alguns inscritos aqui; Senador Angelo Coronel é o primeiro – se a gente faz as perguntas e ele responde todas as perguntas. Vocês concordam? (*Pausa.*)

Então, nós vamos fazer primeiro dos Senadores, porque nós temos outras Comissões, e, se o Ministro concordar – viu, Ministro? –, depois de abrir para os Senadores, a gente queria abrir aí, o senhor concordando, como temos outros convidados, temos o presidente da associação, dos sindicatos das secretarias de ciência e tecnologia do Brasil presente, temos Deputados, temos outras pessoas que foram convidadas, abrir aí para umas três ou quatro perguntas dos nossos convidados.

Então, Senador Angelo Coronel com a palavra.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar Ministro.) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso Ministro.

E fiquei aqui a me perguntar... Com tanta redução de recurso, o Ministro ainda mantém o bom humor, se mantém sorridente, significando que tem esperança de fazer uma ponte aí para que novos recursos cheguem. Porque parece que, só nesse início de gestão do atual Presidente, foram cortados 42,27% do Orçamento. Eu não sei, Ministro, até que ponto isso está afetando as bolsas de estudos, está afetando as pesquisas científicas ou se deixou o saldo reservado para essas áreas.

Mas eu vou tocar num assunto aqui que eu acho de grande valia: na questão do consumidor propriamente dito. Em novembro de 2014, a Anatel estabeleceu novos índices que garantam ao consumidor a velocidade da banda larga contratada. Entretanto, passados quatro anos, ainda são recorrentes as reclamações de clientes que não conseguem obter esse índice. O Governo reconhece esse problema? Quais medidas têm sido adotadas para garantir o direito do consumidor à velocidade de banda a qual ele está pagando. Porque em muitos casos, Ministro, a pessoa contrata 10 megas, recebe 1 mega, recebe 2 megas, um verdadeiro absurdo, e não há fiscalização perante os fornecedores desse serviço.

Outra coisa é uma curiosidade: o Ministério da Defesa desenvolve o Sisfron, que talvez seja um dos grandes projetos de tecnologia do mundo. Só que, até então, dos nossos 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres com os dez países fronteiriços ao Brasil, menos de 5% estão sendo monitorados, inclusive com o monitoramento surtindo grande efeito no combate à entrada de drogas, no combate à entrada de armas clandestinas. Eu pergunto: eu vi na sua explanação que o Ministério das Comunicações não fez nenhuma alusão ao Sisfron, ou seja, existe, dentro do Ministério da Defesa,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

também um setor de tecnologia? Porque, se existir, eu acho que é até um contrassenso, porque eu acho que era um projeto que deveria ir para a sua pasta, pela envergadura que ele tem, porque vai ser de grande benefício para o País.

Então, fica aqui esse questionamento, porque, no combate à entrada de drogas no Brasil e de armas clandestinas, que é o nosso grande calo da nossa violência desenfreada, eu acho que esse monitoramento deveria ser acelerado e não só ficar nos 5% das fronteiras fiscalizadas, ou seja, 650km, enquanto temos aí aproximadamente 16.350km ainda desguarnecidos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu, primeiro, queria cumprimentar o Ministro Marcos Pontes pela clareza com que apresentou as atividades do ministério, dando a exata medida do volume de atividades que existem dentro do ministério. O aspecto mais importante que eu vejo, que foi realçado por ele, é o fato da transversalidade da ciência e tecnologia em todas as áreas.

Eu queria me concentrar, no tempo que tenho para pergunta, que é pequeno, que é curto, em dois assuntos. Naturalmente teríamos muitas coisas, muitos assuntos, mas vou colocar apenas dois.

O primeiro: ontem ouvimos uma palestra em que o conferencista falou que o economista só dá notícia ruim, correto? Agora, na ciência e tecnologia nem todas, ou melhor, a maioria só é boa notícia. Porém, existem impactos negativos justamente causados pela tecnologia e impactos que são irreversíveis, quer dizer, que têm que ser sanados; sobre os quais, antecipadamente, temos que tomar providências. E o maior impacto que eu vejo em países como o Brasil é justamente sobre o emprego. A tecnologia é, por si, um ofensor do emprego como nós entendemos, até culturalmente, no Brasil: o emprego presencial com carteira assinada – é como nós entendemos o emprego hoje no Brasil. Então, se a gente olha, com consultas e leituras que se fazem, nós sabemos que esse emprego está fadado ao seu fim. Já estamos, inclusive, em várias áreas, sentindo esse problema.

Então, eu pergunto... É claro que, na situação do País, desses 13 milhões de desempregados, se uma fadinha chegasse e dissesse: "Pleno emprego no Brasil", apenas talvez a metade hoje pudesse encontrar ou reencontrar o seu emprego. Os outros ficariam, infelizmente desempregados, porque a tecnologia já ocupou os espaços deles em todas as áreas, tanto na indústria quanto na área de serviços. Então, temos aí, como impacto, um problema social previsível: evidentemente, vai gerar tensão social.

E eu pergunto, então, a V. Exa., Ministro Marcos Pontes: existe algum grupo de trabalho dentro do seu ministério que não foi falado aqui? Foi falado de um pacote que está cuidando da reciclagem, não do treinamento... Mas não se trata nem sequer de... Claro que tem que trabalhar na área da educação para... Mas a área da educação é para os novos empregados do futuro, eu estou pensando nesses que estão hoje. Existe alguma ação efetiva através do Sistema S ou de qualquer outro com pessoas estudando para reduzir a tensão social que vai decorrer desse desemprego?

O outro tema é o grande problema na área de saúde. Um dos maiores são as filas, que são heterogêneas do ponto de vista de causas para estar na fila do SUS, etc., etc. Você encontra um com dor de cabeça e o outro com infarto à beira da morte na mesma fila para ser atendido.

(Soa a campanha.)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Um minuto, já concluo.

O Conselho Federal de Medicina proibiu a primeira consulta, que tem que ser presencial. Agora eu pergunto a V. Exa. se não é o caso de nós, através do Ministério da Saúde, já que é transversal – nós





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conversávamos há pouco –, fazemos um esforço para reduzir essas filas? Eu não tenho dúvida de que, se as consultas – eu não estou falando de exames médicos, exame já é uma outra coisa, estou falando das consultas, daquelas consultas corriqueiras da fila no SUS, por exemplo – pudessem ser realmente teleconsultas... É fácil, os aplicativos são de muito fácil execução, a tecnologia está pronta, não há problema de latência, não há problema de nada porque é uma consulta. Então, nós reduziríamos, com certeza, essas filas cruéis que existem nesses postos de saúde.

São as duas colocações que eu faço e peço a reflexão de V. Exa.

Muito obrigado.

Parabéns pela palestra.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Izalci Lucas e, em seguida, o Senador Weverton.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para interpelar Ministro.) – Primeiro, parabenizo o Ministro e toda a equipe do ministério pelo trabalho e informo que a Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação está na fase final para a gente poder implementar... E, com certeza, faremos muitas audiências pela frente, porque eu sei que aqui nós temos limitações na quarta-feira. Mas eu tive oportunidade, quando ainda Deputado, de promover, quase que quinzenalmente, reuniões de trabalho, o que foi muito profícuo. Nós mudamos todo o marco regulatório de ciência, tecnologia e inovação. Então, pode ter certeza de que nós seremos um grande aliado na frente parlamentar.

Eu sempre sugeri ao Governo que toda vez que houvesse audiência pública que estivesse junto o Ministério da Economia, porque a gente vê maravilhas, mas espero que agora mude e o ministério seja mais sensível porque não se fazem pesquisa e inovação sem recurso. Então, a gente precisava saber como está essa relação, se o Ministério da Economia tem essa sensibilidade, porque nunca tiveram, pelo menos. Basta ver o orçamento. O orçamento de 2013 é três vezes maior do que o atual. Então, precisamos ver como é que nós vamos ficar com relação a essa priorização da ciência e tecnologia com relação a recurso.

Vamos lutar para aprovar na CAE, o mais rápido possível, essa questão do contingenciamento. Nós aprovamos uma vez, ainda quando fui Deputado, na LDO. Nós proibimos o contingenciamento lá na Comissão Mista de Orçamento. Então, vou pedir aqui o apoio daqueles que participam – eu participo lá também – para a gente já colocar agora, na lei orçamentária, a proibição do contingenciamento de ciência, tecnologia e inovação.

O senhor colocou a questão do ensino superior. Sempre defendi e acho que vamos chegar a um momento em que o ensino superior tem que ir para a ciência e tecnologia. O MEC tem que se ater mais à questão da educação básica, mas acho que a todo momento há coisa demais ali, a gente tem que ajustar primeiro para depois resolver essa questão do ensino superior.

O outro desafio é o CNPq. Nós estamos com bolsas defasadas, mas talvez também esses bolsistas não estejam fazendo aquilo de que o Brasil precisa. Temos que direcionar um pouco essa pesquisa aplicada talvez. Eu sei que a bolsa de mestrado está R\$1.500 e R\$2.200 a de doutorado, com dedicação exclusiva. É uma coisa impossível você fazer pesquisa com um valor desse. Agora talvez direcionar um pouco mais essa questão da pesquisa aplicada...

Eu tive oportunidade, por duas vezes, de ser Secretário de Ciência e Tecnologia. Quero cumprimentar aqui o Gilvan, que é o nosso Secretário do DF. Eu tive duas oportunidades como Secretário, e é fundamental a integração. Eu acho que nós temos que dar responsabilidade, não é só ajudar os Estados e Municípios, nós temos que ter a contrapartida. Então, qualquer recurso do Ministério





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para os Estados e Municípios tem que ter uma contrapartida, nem que seja de um para vinte, um para quinze, mas nós temos que ter até para ter compromisso com a aplicação do recurso e no envolvimento no projeto.

Um problema seriíssimo que a gente nunca conseguiu fazer é o poder de compra do Estado. Nós não temos como fazer pesquisa aplicada se o Estado não colaborar no sentido de fazer compra, porque você desenvolve um produto e não consegue colocar no mercado por questão de competitividade no primeiro momento. Então, a gente tem que fazer com que o Estado possa fazer...

Outra coisa fundamental, Ministro – e eu comecei a fazer, depois a gente não conseguiu. Isso na escola é fundamental, mas a sociedade precisa entender também –, é a popularização da ciência, as pessoas entenderem o que é ciência para valorizarem. Por isto é que o nosso orçamento é muito ruim: porque as pessoas não sabem o que é isso. Eles não sabem, por exemplo, que, para ter um chuveiro elétrico, você teve que ter pesquisa, desenvolvimento e tal, o que é inovação. Então, tem que ter uma comunicação importante para que todo ser humano, por mas ignorante que seja, saiba da importância da ciência, tecnologia e inovação.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, eu acho que tem que haver um programa de popularização.

Estou limitado. Então, vou ficar por aqui. Senão, a gente fica aqui falando a manhã toda.

Era isso, Presidente.

Parabéns pelo trabalho, Ministro.

Eu nem falei do CDR que tivemos lá ontem. Vamos fazer uma parceria, com certeza, sobre a questão do Centro de Desenvolvimento Regional. A ciência e a tecnologia têm um papel fundamental no desenvolvimento econômico e na geração de emprego e renda.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Weverton e, em seguida, o Senador Chico Rodrigues. O Senador Weverton agora e depois o Senador Chico.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Sr. Ministro Marcos Pontes, toda a imprensa, primeiro, eu queria fazer aqui... Por conta do tempo, eu vou me ater ao debate nosso em voga em que, claro, temos interesse direto, que é a questão da Base de Alcântara. Amanhã iremos fazer outra visita lá na base junto com o Comando da Força Aérea, a bancada do Estado do Maranhão.

Tivemos, na semana passada, um seminário importante no Estado do Maranhão, em que o Ministro Marcos Pontes e o seu Secretário-Executivo, nosso eterno sempre Deputado Federal Julio, que entende muito de ciência e tecnologia, é um amante, praticante. A gente reconhece a dedicação que você sempre teve nessa luta.

E quero aqui antes fazer um reconhecimento público, Ministro. Eu sou de oposição ao Governo Bolsonaro e quero lhe dizer que, claro, não comecei ainda a oposição por conta dos cem dias. Ele merece até um pouco mais de dias porque é tão ruim o Governo que você precisa dar mais tempo para ele poder se acertar. Mas eu quero lhe confessar que V. Exa. está dando uma aula de como se fazer política aqui nesta Casa.

Tem dialogado com a bancada federal dos nossos Deputados, tem dialogado com os Senadores, foi lá no nosso Estado conversar com a comunidade científica e com a comunidade quilombola local. V. Exa. foi conversar com o Governador, que é visto pelos adversários como o comunista que não pode





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

dialogar com ninguém e que, pelo contrário, o senhor viu lá que não come criancinha, que não faz nada de mal e que está trabalhando muito pelo nosso País, pelo nosso Estado. Programas fantásticos estão sendo executados lá no Maranhão. E o diálogo é isto: é justamente a construção de projetos maiores que a gente tem para o desenvolvimento da nossa Nação.

Eu não tenho dúvida de que, sanados alguns problemas que existem ou pendências, a base aérea pode ser, sim, um dos berços de desenvolvimento do nosso País.

Mas é importante – e eu estava conversando agora com uma comissão de Vereadores da nossa capital – essa discussão de Alcântara, porque, se influencia diretamente no Brasil, imagine na capital, São Luís, que fica ao lado?! Essa comissão está aqui representada pelo Vereador Raimundo Penha, Líder do Governo lá na Casa, pelo Vereador Paulo Victor também, que está aqui conosco, e pelo Vereador Nato Júnior. Esses três jovens Vereadores também estão estudando o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, estão estudando o que V. Exa. tem dito em todas essas andanças, audiências, tudo o que tem acontecido para justamente ajudar no debate e contribuir para ele.

Então, Ministro, três pontinhos por conta do meu tempo.

Primeiro. É necessário que nós possamos dizer: "Olha, essa riqueza está vindo para o Brasil, mas ela precisa também ser distribuída de forma justa, nos locais, principalmente onde vai ser produzido esse serviço, onde esses foguetes vão ser lançados". Então, nós demos entrada no Projeto 1.951, que trata justamente sobre essa porcentagem de recursos, compensação financeira para esses Estados que vão estar sediando esses serviços importantes, no caso o lançamento de foguete. É um projeto simples, parecido com o dos *royalties* do petróleo. No do petróleo, você fala o quê? Que o Estado produtor, no caso o Rio de Janeiro, para dar um exemplo, fica com 15% do que é produzido, como *royalty*. Nós estamos propondo diferentemente, de ficarem os 15% divididos assim: para o Estado, 40%; para o Município, 40%; para a universidade estadual, 10%; e, para o Fundo de Amparo à Pesquisa, mais 10%. Então, onde acontecer isso, no Brasil, a proposta é que haja essa divisão e que haja esse apoio financeiro para que esses Estados e Municípios possam, de verdade, também, aproveitar essa nova fase...

(Soa a campanha.)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... esse novo desenvolvimento que eles vão estar vivendo.

E, para que nós possamos falar que esse projeto, para a frente, vai ser bom, é importante que nós convençamos também de que valeu a pena esperar os para trás. Eu tenho hoje aqui o caso do Kleber. Só o caso dele – não é culpa de V. Exa., óbvio, que assumiu agora... Mas, em 1985, quando a base de Alcântara foi instalada, o pai do Kleber foi desapropriado, assim como dezenas de famílias tiveram os seus terrenos desapropriados lá, com o mesmo argumento de que aquilo ali seria o grande território de desenvolvimento para o Brasil e uma grande referência para o mundo. Passados todos esses anos, Ministro, são 34 anos, o pai do Kleber morreu, a família dele está até hoje esperando essa indenização, está judicializada, e nunca conseguiram resolver.

Como é que eu vou dizer para as outras famílias que estão lá do lado que o projeto é muito bom se os que saíram de lá até hoje ainda não receberam as suas indenizações?

Eu encerro aqui as minhas palavras para dizer para o senhor que nós não somos da política pessimista. Comecei a minha fala dizendo que era oposição. Tenho sido responsável aqui no Parlamento, junto com os colegas Parlamentares, de discutir sempre que a pauta que ajuda o Brasil e o que for bom para o nosso País nós queremos ajudar, porque sabemos da dificuldade e da crise profunda em que estamos instalados: mais de 13 milhões de desempregados, juros destruindo o trabalhador e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

por aí vai... Mas não podemos abrir mão... Claro que essa questão da soberania não se refere só a entregar para os Estados Unidos. A soberania refere-se também a uma família atingida poder ter o direito à indenização, ver aquele desenvolvimento a ajudando e fazendo parte da vida dela.

No mais, parabéns!

Termino dizendo: V. Exa. está dando uma aula de como se fazer política. Tenho certeza de que, com a condução que V. Exa. está usando, nós iremos ter êxito e, daqui a pouco, teremos um bom projeto, um bom Acordo de Salvaguardas, um bom projeto que guarde também os Estados e Municípios que estão sediando esses programas importantes, como, por exemplo, o nosso programa espacial de lançadores de satélites e já, já de outras tecnologias.

Parabéns, Ministro! Estamos à disposição.

O SR. MARCOS CESAR PONTES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente Vanderlan Cardoso; meu caro amigo Ministro Marcos Cesar Pontes; caro amigo, colega de Parlamento também, Julio Semeghini; colegas Senadores, inicialmente, Ministro Marcos Pontes, eu gostaria de dizer a V. Exa. que nós estamos orgulhosos do Governo do Presidente Jair Bolsonaro. É um Governo que está, há pouco mais de cem dias, tentando consertar toda a bagaceira que fizeram lá atrás durante 16 anos neste País. Obviamente, não poderia fazer mágica. Aqui não há nenhum mágico. Eu acho, pelo menos, que não existe Governo mágico; o que existe, na verdade, é uma vontade indomável do Presidente da República de colocar o País nos trilhos, colocá-lo no rumo, inclusive contra, muitas vezes, a vontade da oposição, que procura sempre fazer e tratar as coisas de uma forma negativa, do quanto pior, melhor.

Falava-se da reforma da previdência, criticava-se a reforma da previdência, que a reforma da previdência não passava, e ontem 48 Srs. Deputados, comandados pelo nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, deram uma demonstração, acima de tudo, de patriotismo, de civismo e de dever com a Pátria, para que nós possamos, na verdade, com a reforma da previdência, iniciar o processo de recuperação social, política, econômica e de moralidade deste País.

Gostaria de dizer que muitos Governadores que são contra a reforma da previdência nos bastidores estão batendo palma para ela ser aprovada, só pelo simples fato de serem contra a previdência.

Ato contínuo, o Senado da República irá tomar a iniciativa, na pessoa do nosso Presidente, o Senador Davi Alcolumbre, de começar a trabalhar já o pacto federativo, para fazermos uma ação paralela e não deixarmos o Senado parado, já que a Câmara dos Deputados, de uma forma soberana, está estudando detidamente a reforma da previdência. Será constituída a Comissão permanente, que tenho certeza que, obedecendo a todos os postulados da constitucionalidade, da legalidade, vai realmente estudar e se debruçar sobre as questões. Com uma humildade franciscana, o Presidente da República veio duas vezes a esta Casa, veio à Casa Legislativa Câmara dos Deputados entregar em mão ao Presidente Rodrigo Maia a reforma da previdência, dizendo: "Olha, aqui é um projeto do Governo; é um projeto para o País, mas o Congresso é soberano para definir a melhor forma como pode ser apresentada, votada e colocada à disposição do nosso povo".

Portanto, eu aqui, como Vice-Líder do Governo, quero fazer essa defesa veemente do Presidente, que tem o seu estilo, tem o seu DNA; não adianta querer mudar o comportamento, o temperamento e a forma do Presidente Jair Bolsonaro: ele foi Deputado Federal assim, ele foi pré-candidato





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desacreditado pela imprensa, por grande parte dos partidos de oposição, ganhou a eleição, praticamente governou apenas 45 dias, porque passou a maior parte do tempo numa penitência entre hospital, UTI e, realmente, o Governo. E está dando uma demonstração: escolheu nomes para a sua equipe como V. Exa. Tirou V. Exa. de uma função de destaque na ONU para ser Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, mostrando a sua capacidade, a sua experiência e, acima de tudo, a sua capacidade de articulação: aqui é reconhecido pelos colegas e Senadores que V. Exa. está fazendo uma política diferente, assim como outros Ministros de Estado. Nem sempre, num governo que nomeia quase 20 Ministros, todos têm o mesmo padrão – claro, isso é natural. Mas eu diria que, de um modo geral...

(Soa a campanha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... os membros do atual Governo estão absolutamente empenhados e detidos no sentido de dar ao País um Governo seguro, um Governo com esperança, e V. Exa. acaba de fazer uma apresentação, aqui, memorável.

Mas, Sr. Presidente, fazendo esse preâmbulo, eu gostaria de pedir a V. Exa., como autor do requerimento, que me estendesse mais, para fazer as perguntas ao Ministro Marcos Cesar Pontes. Ministro, o termo indústria 4.0 "tornou-se um sinônimo para uma nova revolução industrial baseada em digitalização, automação, *networking* e processos de produção flexíveis". Um dado frequente referido indica que 60% das profissões existentes dentro de dez anos ainda não foram criadas em nossos dias. Quais as medidas que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações pretende implementar para contribuir na preparação dos jovens para essas profissões do futuro? – pergunta nº 1.

Pergunta nº 2: De que forma os acordos feitos na viagem de Israel poderão beneficiar nossos investimentos em ciência e tecnologia?

Pergunta nº 3: Não há amanhã sem investimento em ciência e tecnologia, e o maior problema do investimento em ciência e tecnologia no Brasil é a falta de recursos orçamentários disponíveis, em especial pelo aumento constante dos gastos previdenciários, que têm estrangulado as contas públicas. Gostaria de pedir ao Ministro que pensasse caminhos alternativos de financiamento dos investimentos em ciência e tecnologia que não passassem necessariamente pelo Orçamento da União – esse é um dado importantíssimo –, talvez pensarmos em estímulos aos investimentos no setor privado ou mesmo no uso ou aperfeiçoamento da lei dos fundos patrimoniais para auxiliar nesse caminho, porque, obviamente, no mundo inteiro, praticamente se trabalha com investimentos não governamentais nessa área sensível e importante, que é a ciência e tecnologia.

Gostaria, também, na quarta pergunta: a publicação "Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação" do MCTIC também traz dados sobre a distribuição dos investimentos públicos realizados pelos governos estaduais, agrupados por região. A maioria absoluta dos dispêndios públicos em ciência e tecnologia está concentrada na Região Sudeste: 70,3%; assim como com pesquisa e desenvolvimento: 81,1%. O que pode ser feito para aumentar a participação das outras Regiões do País nesses investimentos, principalmente em relação às atividades econômicas predominantes em cada uma delas, como agronegócio e agricultura familiar, por exemplo?

E, aqui, eu gostaria de estender essa pergunta, dizendo que, no caso do Nordeste especificamente – V. Exa. tem um carinho enorme – e da Amazônia, nós precisamos que esses investimentos sejam realmente massificados. No caso específico da Amazônia, nós temos a questão da biodiversidade. O Centro de Tecnologia do Amazonas nós temos condições de transformá-lo num verdadeiro laboratório,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

num laboratório a céu aberto, porque temos quase 65% da biodiversidade do Planeta. Então, eu gostaria que V. Exa. detalhasse esse tema.

Uma questão recorrente por parte de todos os investimentos dos governos que nos antecederam, e obviamente temos que ter esse cuidado também no Governo do Presidente Jair Bolsonaro... V. Exa. está fazendo um trabalho magnífico lá em Campina Grande com o projeto da dessalinização das águas. Pois bem, o que nós queremos é que esse projeto, a exemplo de outros que na verdade já foram desenvolvidos pela inteligência brasileira, pelos nossos cientistas, não ficasse no meio do caminho, até porque precisa de investimentos e nós sabemos que muitas empresas poderão absorver esses modelos e nós poderemos disseminá-los de uma forma ampla no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu gostei da apresentação do Ministro Pontes, dos seus planos, um plano estratégico muito detalhado, muito bonito, com todas as diretrizes extremamente bem definidas. Eu acho que o ministério está pronto. A equipe é boa e o ministério está realmente muito bem-conformado.

Dediquei esse meu mandato de Senador e vou dedicá-lo à educação, à ciência e à tecnologia. Não vou ficar atirando para todos os lados, para aqui, para acolá, não! É para aqui, para a Comissão, educação, para o Plenário, educação, para os discursos, educação, ciência e tecnologia. Isso é muito importante.

Mas gostaria de começar bem pé no chão, pelas escolas, pelos alunos, pela iniciação científica nas escolas, com os laboratórios nas escolas, justamente apoiando, fazendo a ligação entre a ciência, a tecnologia e a educação. Creio que esse é um bom caminho para a gente já configurar essa geração que gosta e consome tanta ciência e tecnologia. E a grande demonstração é o uso o celular. A dona de casa usa o micro-ondas, usa a televisão com o controle remoto e outros artifícios inteligentes que há dentro de casa. Então, a população consome muito, tem necessidade da ciência e da tecnologia. Outro fator importante é um ministério que tem pouco dinheiro não ficar atirando para todos os lados também. Por exemplo, dando recursos para quem não quer. Então, uma emenda que vai para um lugar em que o prefeito nem quer, nem sabe o que fazer com aquele dinheiro... Logicamente, os prefeitos, os governadores, que têm um apego, uma aproximação com a ciência, procuram o ministério e geralmente eles têm alguma coisa na cabeça, algum projeto na cabeça, para que o recurso seja bem utilizado. E vão criando polos referenciais no País, cidades inteligentes ou não, onde possam ir inspirando modelos que, por indução, vão atingindo os Municípios vizinhos. Isso é extremamente importante. Todo mundo, quando vê uma coisa bonita, quer copiar. Um vestido bonito, a moça quer copiar; uma joia bonita, quer copiar... Ou assim, uma cidade também, com internet para todos, uma cidade com laboratórios inteligentes, com robótica para estudantes, o outro também vai desejar.

Outro fator que o senhor pode contar com a gente é essa brincadeira dos fundos. Os fundos são criados com o objetivo final que é prover e desenvolver áreas específicas importantes, como ciência e tecnologia, como há vários fundos milionários. E esse dinheiro fica lastreando déficit fiscal, contido, contingenciado... Isso é realmente uma aberração. O País precisa se desenvolver, ter dinheiro para ciência e tecnologia, tem o dinheiro, vê o dinheiro e o dinheiro não existe. É como se fosse uma miragem no deserto, assim, alguma coisa extraordinária, uma fantasia ilusória, que a pessoa fica olhando e não alcança nunca. Então isso é uma brincadeira de esconde-esconde, e nós estamos trabalhando aí,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

inclusive com o Ministro Paulo Guedes, para acabar com isso. Destinar esse recurso amplamente aí para a ciência e tecnologia e para as escolas do Brasil.

Outro fator interessante que o Ministro, o anterior Governador e ex-Senador Rodrigo Rollemberg, ele quando foi lá no Ministério de Ciência e Tecnologia fez uma peregrinação muito forte na Câmara Deputados, nas bancadas, e conseguiu um volume de recursos na época dele muito elevado para o Ministério.

Esse trabalho de procurar as bancadas é fundamental até a época do Orçamento.

Então dessa forma, Sr. Ministro, eu quero parabenizar V. Exa. pela belíssima apresentação, que me convenceu plenamente. Estou muito satisfeito com a exposição de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para interpelar Ministro.) – Ministro, Presidente, nossos convidados, Ministro Marcos Pontes, Adriano Rocha Lima, Secretário de Desenvolvimento de Goiás, nosso Presidente Vanderlan, Gilvan Maximo, Secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, nosso querido amigo e colega, fomos Deputados Federais juntos, por três mandatos, Julio Semeghini.

Ministro, eu acompanho desde o primeiro dia de mandato do Presidente Jair Bolsonaro, o desempenho do Ministério da Ciência Tecnologia, com as suas dimensões, e fico assim curioso. Nesses dias passados, eu conversei com algumas instituições, especialmente do Sistema S e, preocupado com essa sistemática de avaliação dos 100 dias de Governo, tradicionalmente feitas com pesquisas superficiais que analisam muito mais a conjuntura política do que os primeiros passos de um Governo que tem apenas 100 dias.

E resolvi separar Ministério por Ministério para fazer uma avaliação. E queria, além de me informar sobre a exposição, dizer que nesses dias tenho acompanhado uma verdadeira revolução e uma dose muito forte de autoestima no setor de pesquisa, ciência e tecnologia no País.

Tive a oportunidade, quando Deputado Federal, de ser Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e confesso que, se fizéssemos uma pesquisa isolada do calendário e do volume de compromissos que o Governo tem feito, o Presidente Jair Bolsonaro está de parabéns, porque no Ministério de Ciência e Tecnologia, primeiro, está restabelecido, sob o comando de V. Exa., o diálogo com as comunidades científicas, o debate... E o debate é bom até para aqueles que têm razão e que não têm razão. O importante é que haja debate e, principalmente, a sua presença no contexto internacional com o respeito adquirido pela sua carreira, por tudo que o senhor estimulou nos últimos anos no setor privado deste País, na sociedade do País.

Então, esse depoimento aqui, muito mais do que qualquer informação localizada sobre os programas do Ministério que nós teremos, tenho certeza, com seus técnicos, com o dia a dia do Ministério, é apenas para constatar que há um acerto muito grande desse governo em colocar uma pessoa inovadora, corajosa, disposta, como V. Exa. tem feito a sua gestão no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, meus parabéns, e meu parabéns, mais uma vez, ao Presidente Vanderlan, que tem feito grandes audiências aqui, no Senado. Temos certeza de que vamos contar, na velocidade dos foguetes, com o avanço da ciência e tecnologia em nosso País sob a sua gestão.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS CESAR PONTES – Obrigado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós estamos tentando, Senador, acompanhar o Ministro, mas é difícil. O homem tem um pique...

Eu quero agradecer aqui a presença da Senadora Renilde, pela primeira vez na nossa Comissão.

Seja sempre bem-vinda, viu? A senhora é membro da nossa Comissão, não é?

Quero registrar aqui também que o Sr. Paulo Bauer esteve conosco aqui, nos acompanhando, e teve que sair. Foi Senador por oito anos. Para nós, foi uma honra tê-lo aqui hoje. Ele está na Casa Civil, dando um atendimento espetacular, principalmente para nós Senadores.

Conforme anunciamos...

A Senadora não tem nenhuma pergunta, não é? Ou a senhora quer... (*Pausa.*)

Conforme anunciamos, Ministro, há várias perguntas aqui das pessoas que usaram o portal. Não dá para fazer todas. Nós escolhemos duas, Ministro, como da outra vez.

Uma é do Sr. Carlos Eduardo Pereira, daqui, do Distrito Federal: "Será possível atingirmos a meta de investimento, similarmente ao que fazem os países mais desenvolvidos, pelo menos 2% do PIB [2% do PIB] em ciência, tecnologia e inovação?" Esta é a primeira pergunta, do Sr. Carlos Eduardo. Vou passar para o senhor.

Do Sr. Dercio Pena Duarte, do Pará: "Ministro, quais são os próximos passos do MCTIC no apoio à educação básica após o Ciência na Escola?"

Aqui estão as perguntas.

Bom, eu já quero passar para o senhor dar as respostas aí para as pessoas que fizeram as perguntas, os Senadores e pelo portal.

O SR. MARCOS CESAR PONTES – O.K.

Eu gostaria de agradecer pelo interesse pela ciência e tecnologia. É uma coisa que... Tudo começa por aí, por a gente se interessar pelas questões, pela importância da ciência e tecnologia. E agradeço a presença daqueles que não pude mencionar, aqueles que chegaram depois. Então, quero agradecer também a presença.

A apresentação vai ficar à disposição, com todos os detalhes também.

Agora, eu queria começar pelas questões do Senador Angelo Coronel. Primeiro, com relação à velocidade da internet, velocidade contratada.

Essa é uma questão que tem sido analisada pela Anatel, e eu estou aguardando, na verdade, o resultado dessa análise para, a partir dele, a gente trabalhar, então, nas possibilidades, nas correções e em como a gente pode trabalhar junto com as operadoras para que esse problema seja resolvido. Logicamente, eu também sinto o efeito.

Está ali o Vítor. Não sei se o Vítor, nosso secretário, quer somar alguma coisa com relação a isso. É isso aí mesmo.

Então, a gente tem trabalhado junto com isso e é um problema. Aliás, também, há a própria questão de cobertura e locais do Brasil que não têm cobertura de celular.

Deixe-me colocar um ponto. Por exemplo, eu vim de São Paulo, de carro, até aqui. Passei muito tempo sem cobertura nenhuma, pelo menos da minha operadora, de internet. Eu mesmo tenho curiosidade de ver como é essa cobertura, como está isso. Para mim é um ponto importante também. Então, tenho pedido o apoio da Anatel. O Presidente da Anatel é extremamente competente, o Leonardo. Ele, com certeza, vai nos dar uma resposta boa para essa questão.

Com relação ao Sisfron. O Ministério participa, também, do Conselho do Sisfron. As Forças Armadas, no Brasil, têm... Sou oriundo da Força Aérea, trabalhei praticamente 10 anos no CTA, hoje DCTA, lá em São José dos Campos, no Instituto de Aeronáutica e Espaço, e também na antiga Divisão





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Ensaio em Voo, hoje Instituto de Pesquisa e Ensaio em Voo. As Forças Armadas desenvolvem, assim como em outros países, uma grande parte da tecnologia utilizada nos países. Aqui não é diferente: o Exército, com o Centro de Tecnologia do Exército, a Marinha, a Força Aérea. Tudo isso tem que ser aproveitado. Como é que a gente aproveita isso? Então, essa é uma questão. Já tenho conversado com os diretores de cada uma dessas organizações para nós juntarmos. O Ministério de Ciência e Tecnologia...Lembram de quando eu mostrei o Ministério como sendo um integrador de toda essa rede de tecnologia no País? Fazem parte também os centros de tecnologia militares, que podem cooperar, em rede, com o desenvolvimento de outros projetos, outras tecnologias.

Aliás, quando fiz a apresentação, há um ponto que eu queria ressaltar aqui. Quando eu falei das tecnologias aplicadas e que elas poderiam utilizar de todo esse sistema para o desenvolvimento, queria colocar um pouco mais na prática para a gente entender um pouco mais. Nós temos, por exemplo, laboratórios básicos, vamos dizer assim, de Matemática, Física, Química, que são utilizados em tudo. Em tudo o que a gente faz, em termos de tecnologia, a gente usa Matemática, usa Química, usa Física. Nós temos laboratórios estruturantes, que a gente fala, de eletrônica, materiais, nanotecnologia. Agora, vai haver um laboratório em São Paulo. Estamos ajustando para a criação do Laboratório Nacional de Cybersecurity e Inteligência Artificial, que vai ser estruturante também, assim como um o Laboratório Nacional de Materiais Avançados, que também é estruturante.

Aí há uma última parte. Para a gente chegar e cruzar aquela barreira...Não sei se a apresentação está ali ainda para que eu possa... Não está. Dá para colocar a apresentação para mim? É só para eu poder... Isso. Quando eu falei nessa parte de transformação, de nível de maturação. Geralmente, os projetos empacam ali no 4, no 5. Para a gente chegar ao 9, aqueles – que comentei – Centros de Tecnologia Aplicada... O que são esses Centros de Tecnologia Aplicada? Eles estão no topo dessa cadeia como um todo. A função é transformar, é fazer essa transformação para o produto final. Nós temos trabalhado no modelo de negócio, vamos chamar assim, desse Centro de Tecnologia Aplicada. Nesses Centros... Por exemplo, o Centro de Tecnologia de Águas, que vai ser lá em Campina Grande, em cima de toda a estrutura que já existe, de laboratórios com centros de teste, virá o Centro de Tecnologia de Águas. Imaginem inventores e empreendedores que tenham uma ideia, por exemplo, que está lá no nível 3 ainda, em concepção de aplicação. Pode participar? Pode, desde que aquele produto seja avaliado de uma forma positiva para o mercado, que tenha um potencial grande para o mercado. Ele vai ser apoiado desde o desenvolvimento de lá, para isso a gente tem o CNPq, a gente tem a Finep, etc., para que esse produto se transforme ou essa ideia se transforme ou em produto ou em uma *startup*.

Dentro desse centro de tecnologia a gente tem incubadoras, incubadoras para empresas daquele setor, no caso de água, escritórios de gerenciamento de projetos para dar o apoio, escritórios de apoio à gestão para que a empresa cresça de uma forma, o Sebrae pode ajudar bastante nisso, e fundos, a possibilidade de fundos. Nesses fundos, nos planos de negócios que a gente tem desenvolvido, a maior parte é para vir de fora, não daqui de dentro, porque a gente não tem esses recursos, mas esses centros podem capturar esses recursos com a participação de outros fundos, participação do setor privado, de empresas grandes que não têm interesse em desenvolver uma parte pequena, mas que é importante para o negócio delas, podem fomentar, vamos dizer assim, uma *startup* para fazer aquilo, fomentar uma empresa já existente menor para fazer aquele produto. Então, tudo isso é trabalhado naquele centro.

Esse centro conversa em rede com todo o sistema de tecnologia do País. Essa é a coisa bacana disso, porque, pensa bem, nós aqui somos engenheiros e a gente inventou um sistema de fazer mudanças, um sistema novo, mas falta alguma parte disso aqui, mas não tenho recursos, não tenho pessoal suficiente para fazer a continuação e o desenvolvimento, mas através do centro de tecnologia,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

se esse produto for julgado como um produto com um potencial bom para o mercado, a gente pode conectar todo o sistema. Por exemplo, vamos dizer que precise de uma parte de eletrônica, que a gente tenha algum instituto no Brasil, pode ser que precise de uma parte, sei lá, de cristal líquido ou química que a gente tenha em uma certa universidade. Tudo isso pode ser conectado e esses pesquisadores também podem receber recursos por isso.

Então, é bom para o pesquisador, ele vê um sentido, é bom para aquela empresa de desenvolvimento, é uma maneira de conjugar tudo isso. Isso também inclui as Forças Armadas, etc. Então, o desenvolvimento de produtos inclusive para as Forças Armadas.

A gente está falando de centros de tecnologia de águas, temos os centros de tecnologia que serão criados no futuro, que compõem essa camada superior para ter esta transformação, centros de tecnologias de energias renováveis, centros de tecnologias assistivas, centros de biotecnologia e assim por diante. Então, é para dar, realmente, um sentido prático para tudo isso.

Com relação à pergunta do Senador Arolde, impactos negativos da tecnologia.

O que eu vejo, como toda ferramenta, é que existe o bom uso e o mau uso, tipo uma faca. Uma dessas questões tem a ver com o emprego. Como a tecnologia pode influenciar os empregos no futuro? Tem um lado positivo e tem um lado negativo. Profissões que hoje existem vão deixar de existir no futuro pela presença da tecnologia, mas outras profissões vão ser criadas também.

Por exemplo, eu fui, há bastante tempo, mas eu fui visitar a fábrica da Lego, que fabrica aqueles brinquedinhos, aquelas pecinhas de plástico, lá em Billund, Dinamarca. Notei o seguinte, eles fabricavam lá – isso naquele tempo, não sei como está hoje –, 54 milhões de peças por dia. Tinham um total de 200 funcionários na fábrica, que funcionava 24 horas com 200 funcionários, com turnos e etc. Os funcionários só serviam para supervisionar as máquinas e fazer algum conserto no sistema, o restante era tudo automatizado. A máquina produzia as peças, à medida que acabava o material básico ela chamava outra máquina. Essa outra máquina vinha com o material, quando terminava...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS CESAR PONTES – ... de encher a cesta, ali, aquela cesta era levada e assim por diante – de peças, e empacotadas e tal. Tudo automático. Excelente, mas havia 200 funcionários.

Outras empresas que fabricam aquelas máquinas, por exemplo, têm mais funcionários. Porém, a movimentação econômica gerada em torno, em toda a cadeia produtiva para aquela empresa, plástico etc., gerava outros empregos. O que eu quero dizer é que pode ser que a tecnologia retire empregos de algum setor, mas ela cria empregos em outros, e a movimentação econômica, o ganho econômico que a tecnologia traz, no final, acaba revertendo na movimentação de tudo.

Então, desde padarias até barbearias, todos os serviços em torno, tudo isso ganha. A economia cresce, mais empregos são gerados. E a tecnologia pode ajudar, com certeza, nisso.

Uma parte extremamente importante é a educação profissional. Esse é outro ponto. Quem me conhece, às vezes, falam que eu sou meio obcecado por educação, mas é fato, porque é importante a educação. E a educação profissional... Eu sou embaixador da WorldSkills International também, que é uma organização mundial para promover o ensino profissionalizante.

Quando terminei o ensino médio, eu tinha três cursos profissionalizantes. Mas por que tanta coisa assim? Porque eu precisava me virar na vida, eu não tinha dinheiro... Fazer um curso profissionalizante me dava a possibilidade de ter uma carreira, ganhar dinheiro, sobreviver. "Ah, você vai para uma universidade pública", mas eu tinha que sobreviver.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu terminei, eu era eletricista, eu era técnico eletrônico e era técnico em raio-X, raio gama e em testes não destrutivos, ensaios não destrutivos industriais.

Eu gostaria que todo aluno do ensino médio do Brasil, quando ele se formasse, ele tivesse, ele ou ela tivesse um curso profissionalizante junto. Eu fico vendo o Sistema S com aquele trabalho que eles fazem, Sesi e Senai... Aquilo é um modelo muito interessante. O primeiro ano no ensino médio é só o ensino médio; depois, nos dois últimos anos, ele tem o curso normal do ensino médio mais o ensino profissionalizante.

Pensando nisso, eu conversei com o Senai, conversei com outras instituições, e isso está dentro dos nossos planos, na frente. Nós começamos com o Ciência na Escola, que é levar, motivar as crianças para a ciência e tecnologia, levando ciência e tecnologia para o ensino fundamental e o médio. O.k., é um começo. Melhorar a formação dos professores, promover as olimpíadas de ciências no País... Então, motivar a garotada para isso.

O segundo passo desse programa, que inclusive responde uma das perguntas que foram feitas aqui pelo Carlos Eduardo, que falou sobre... Ah, não, não: foi o Dércio Pena, que perguntou sobre o próximo passo. O próximo passo do Ciência na Escola é formar técnicos.

Então, a ideia é que cada região do Brasil tem as suas vocações. Então, há uma região ali que tem a vocação em sapato, sei lá; outra, produção de alimentos; outra, produção de materiais eletrônicos, equipamentos eletrônicos...

Então, a ideia é: como não dá para colocar uma escola técnica em cada escola de ensino médio, a gente poderia ter centros de formação profissional distritais que juntem uma região, e, nesses centros de formação profissional, que são mantidos por empresas locais... E isso é interessante, porque, para as empresas, é importante você já ter o seu técnico, o seu profissional. Uma das piores coisas para uma empresa do exterior que venha para o Brasil é não ter profissional para trabalhar. Ela não pode importar gente para isso. E o que mantém as pessoas no local é ter esses centros de formação profissional distritais, com a ajuda das empresas locais, onde haja cursos técnicos para formar esses alunos do ensino médio que passam um período na escola – por exemplo, de manhã, está na escola normal; à tarde, está fazendo o curso profissional – já nas empresas, nos empregos, vamos dizer assim, ou nas profissões que são aplicáveis para aquela região.

Também é importante fixar a pessoa no local, porque... Imaginem: a pessoa começa uma empresa de *software* em Belém. Aí, de repente transfere para São Paulo, porque ele acha que em São Paulo vai ser melhor, e abandona lá Belém. Então, é bom desenvolver no local. Então, tem essa possibilidade.

Outra coisa que não foi falado, mas é importante lembrar, é que a tecnologia às vezes também, se não se tomar cuidado, afeta o meio ambiente. Para quem me conhece sabe que eu vivo falando em sustentabilidade. É importante o desenvolvimento sustentável, ou seja, ter o desenvolvimento econômico, que a tecnologia ajuda, ter o desenvolvimento social, que a tecnologia ajuda, mas ter a preservação ambiental com a ajuda da tecnologia também. Então, é sempre ter em mente essa parte.

Telemedicina.

Eu tenho conversado com o Ministro Mandetta sobre isso. Realmente, por enquanto, não dá para fazer, não tem autorização do médico para fazer a primeira consulta remoto, mas a gente está começando pelo seguinte: com as instalações de pontos de satélites e levando internet para lugares mais distantes, a gente já pode começar a fazer exames não invasivos e transferir. Tem muita gente que morre porque não tem exame, e principalmente em lugares distantes.

Então, quando a gente consegue levar a internet para lá e consegue fazer testes... A gente olhou materiais para isso, um equipamento em Israel; a gente olhou equipamento disso na Rice University, lá





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

em Houston também, que trabalham com a Nasa... Porque no espaço a gente tem a mesma situação: a gente está num lugar afastado e geralmente não há um médico na tripulação. Então, a gente precisa fazer uma telemedicina ali. Nós treinamos para isso. Por que não utilizar esse mesmo tipo de tecnologia nos lugares distantes do Brasil? Isso salva vidas. Então, a gente também tem trabalhado em cima disso. Está inclusive numa das estratégias para as prioridades.

E isso eu concordo, de a gente começar a desenvolver esse negócio. A gente diminui a fila do SUS, sem dúvida nenhuma, porque as coisas começam a usar a tecnologia para isso. Lógico que vai mexer com muita coisa, mas tecnologia é assim. A tecnologia tem que ser disruptiva, para ser... a gente tem que produzir tecnologias que mudem o Planeta. Eu lembro até do Steve Jobs, quando ele começou a falar sobre celular, hoje, que é tão comum... Na época parecia meio estranho. Mudou tudo. Olha só o que a gente tem hoje em dia.

Com relação às perguntas do Senador Izalci, há uma série de relações... Basicamente, ele falou com relação à apresentação que foi feita.

Quanto a essa relação com o Ministério da Economia, hoje está bem estreita. Eu tenho conversado com eles. Lembrando que ali está o Paulo Guedes, com quem eu converso frequentemente, a gente tem reunião toda semana... Nós temos muitas ações conjuntas com o Ministério da Economia também, muitos conselhos de que participamos juntos, e a gente sempre fala sobre o orçamento...

Eles estão sensíveis com relação a isso, mas eu entendo o lado deles na defesa das metas que eles têm que cumprir. Inclusive o Secretário Waldery, que também é do Ita, lá também, a gente tem um relacionamento muito bom.

O valor das bolsas do CNPq está parado, já há bastante tempo, e a gente tem essa dificuldade orçamentária no CNPq. Realmente falta recurso. A gente precisa recompor esses recursos e reestruturar, vamos dizer assim, realinhar essas bolsas para dentro daquelas ações prioritárias e trabalhar com esses valores. Então, tudo isso está sendo equacionado. A gente tem quatro meses só ali; então, há muita coisa para equacionar. Mas isso está dentro do equacionamento e é uma das nossas prioridades logicamente, porque pesquisa básica... Ao contrário do que muita gente pensa, que pesquisa básica é inútil, não é inútil. Pesquisa básica é a base de muitas tecnologias disruptivas.

A gente tem, às vezes, uma coisa aqui que está sendo analisada, estudada, que parece que não tem uma utilização própria aqui, sozinha, mas junto com essa outra coisa, aqui, essas duas coisas compõem uma tecnologia disruptiva, que pode mudar o Planeta. Então, é importante a gente incentivar sempre a pesquisa básica, lembrar essa importância.

Popularização da ciência. Também é uma das prioridades.

Eu já tenho trabalhado com isso desde a 1ª Semana de Ciência e Tecnologia. Lá atrás, eu estava no Trem da Ciência, no Rio de Janeiro, junto com o Idel, que sempre foi batalhador nisso, está na SBPC agora e está sempre participando junto com a gente também das decisões, em conjunto com a comunidade científica – SBPC e Academia Brasileira de Ciências, com o Luiz – e com muitas outras entidades que participam.

É importante a gente ter a participação das universidades – é importantíssimo. Grande parte da ciência no Brasil é feita dentro das universidades. É importante a gente ter a participação das secretarias de ciência e tecnologia dos Estados e dos Municípios, quando têm. Essa participação... O Brasil tem que se conectar a isso. O que eu tenho tentado fazer? Uma união geral do País em torno da ciência e tecnologia. Isso é importante, a gente juntar este País nosso.

O Senador Wellington falou com relação ao Centro Espacial de Alcântara e ao Acordo de Salvaguardas.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só ressaltar aqui – e eu já fiz uma apresentação aqui e na Câmara a respeito do Acordo de Salvaguardas – que ele é extremamente importante e simples. Isso é importante lembrar. Ele é importante para o País e ele é simples de entender.

O que diz o acordo é basicamente o seguinte: os Estados Unidos autorizam ou permitem que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer nacionalidades que contenham algum tipo de equipamento americano ou peça americana – lembrar que 80% desses foguetes e satélites têm alguma peça americana –, desde que o Brasil se comprometa a proteger a tecnologia daquela empresa americana. A utilização do centro é puramente comercial, vai ser puramente comercial, civil... Não existe nenhum caso de nenhum outro país lançar qualquer artefato militar do nosso centro espacial. O único país que pode lançar de lá qualquer coisa militar é o Brasil, é a Força Aérea Brasileira.

O acordo não fere a soberania do País em qualquer modo. Existem as áreas controladas que, em última instância, são controladas pelo Brasil. E, quanto às pessoas que entram e saem de lá, é a gente que autoriza, em última instância, quem está autorizado a entrar nessas áreas, que são feitas para proteger, para não dar acesso a qualquer pessoa à tecnologia tanto dos foguetes... Por exemplo: um foguete do Japão com um satélite de Portugal, que tenha uma peça americana; tanto a tecnologia do Japão, quanto a de Portugal, quanto a dos Estados Unidos devem ser protegidas ali. A gente gostaria de ter essa mesma proteção em outros lugares.

E esse centro vai gerar recursos para o programa espacial brasileiro e vai gerar muitos recursos para a região.

Então, eu fui lá, à região, como o Senador falou, conversei com as autoridades locais, fui lá conversar com os quilombolas... Aliás, fiquei surpreso em saber que foi a primeira vez um ministro tinha ido lá para conversar com os quilombolas, em mais de 30 anos de criação do centro. Mas é importante essa conversa. Quem me conhece sabe que eu gosto muito de conversar e de ter esse diálogo. Você aprende muito com as coisas. Eu aprendi bastante com as pessoas com que eu conversei lá também. Mas tudo isso vai iniciar a partir do momento em que a gente tiver a aprovação do Acordo de Salvaguardas tecnológicas aqui.

Esse primeiro é com os Estados Unidos, porque 80% dos foguetes e dos satélites têm alguma peça americana. No futuro, para pegar os outros 20%, a gente talvez tenha que fazer esse acordo com o Japão e com outros países que tenham também componentes instalados.

O importante é lembrar o seguinte: o primeiro passo de tudo isso é a aprovação do Acordo de Salvaguardas aqui, no Congresso. Depois que ele for aprovado, aí a gente vai negociar lá, com as comunidades locais, com o Estado e com os Municípios, a respeito de como a gente pode utilizar. Isso é igual a ter um visto no passaporte, vamos dizer assim. Você quer levar algum presente para alguém no Japão, mas você precisa de um visto para entrar no Japão. Antes de ter o visto para entrar no Japão, é melhor você não comprar os presentes, porque pode ser que você não possa ir. Se você não tiver o visto, você não pode ir para lá. Então, tem que fazer as coisas na sequência: primeiro, a gente tem o acordo, assina o acordo, aprova o acordo aqui...

Utilizar ou não, é igual ao visto: utilizar ou não é uma escolha que a gente faz depois. E aí a gente tem essas negociações, eu compro os presentes, vamos dizer assim, vai lá conversar, ajustar todas essas participações, que eu acho extremamente importante para o desenvolvimento local também.

Com relação... Ah, inclusive as partes, o que ficou no passado, tudo isso deve ser acertado. Mas depois que a gente tiver o acordo aprovado no Congresso.

Com relação às perguntas do Senador Chico Rodrigues, com relação à preparação de jovens, eu já falei desses centros de preparação profissional locais. Então, para a indústria 4.0... Lembrar que tudo





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso envolve inteligência artificial e internet das coisas. Então, a gente está preparando o País para isso. Sem isso, não há como.

O acordo em Israel é muito importante para desenvolvimento, por exemplo, na agricultura, com sistemas que eles usam em agricultura; gestão da água, sistemas para isso; sistemas espaciais... Nós temos uma gama de possibilidades em *cyber circuit* também, inteligência artificial... Inclusive museus interativos, que me interessam muito, para formação de professores de Ciências, para levar as crianças a terem um contato maior com ciência e tecnologia.

Caminhos alternativos e orçamento.

Nisso exatamente a gente tem trabalhado, além do Orçamento da União. Por isso que nós temos, na Secretaria de Planejamento, um setor próprio para fundos, para justamente buscar essas alternativas de várias maneiras.

E, com relação a levar mais tecnologia para as Regiões Norte e Nordeste, esse é todo o esforço de formar esses núcleos de inovação nos locais, como eu falei, de fixar as pessoas, os profissionais, as empresas nos locais. É extremamente importante. E a gente tem que levar também internet, comunicação, energia e água. Acho que essas três coisas são essenciais para o início.

Eu lembro que na ONU, para desenvolvimento industrial, essas são três coisas colocadas como básicas: água. Água é básico. Energia é básico. Comunicação é básico. A gente precisa levar essas três coisas. Por isso que todo esse esforço nosso, falando em água no Semiárido, falando sobre comunicação e sobre energia.

O.k.

Sobre o Senador Confúcio... As escolas de iniciação científica...

Então, como eu falei, ele concorda comigo plenamente. Eu concordo com ele na relação importantíssima entre educação, ciência e tecnologia, que é muito importante, e o foco nas atividades.

Como eu falei no início da apresentação, a gente tem pouco orçamento, e o Ministério participa em tudo. Há participação da ciência e tecnologia em todas as áreas. Então, há duas coisas a serem feitas: uma é focar – por isso a gente fez as prioridades todas. Focar no que é mais importante, no que a gente consegue... Lembra aquela regra de Pareto? Os 20%, onde você consegue interferir em 80% dos resultados? Então, trabalhar nisso é o que a gente tem feito. E, depois, ampliar essas possibilidades de fundos extras e locais, localizados. Como a gente pode participar nos Estados, nos Municípios, com esses fundos extras lá?

Lembrar o seguinte: ele falou do que foi Governador também, o Rollemberg... Nós temos o Edivaldo, aqui, que trabalha com a gente hoje em dia... Acho que você trabalhou com ele também bastante tempo, não é? Então, ele participou de toda essa busca. Então, estamos bem equipados também, não é?

Com relação ao Eduardo Gomes, eu só gostaria de agradecer os comentários dele.

E, com relação à pergunta do Carlos Eduardo, que ele fez aqui do Distrito Federal, com relação à meta de 2% do PIB: por enquanto, estamos em 1,2%. E grande parte disso de dinheiro público.

O dinheiro público, ele... A ideia da utilização de dinheiro público é mais na parte mais baixa daquela parte de desenvolvimento, na parte de concepção, na parte de estruturação e na parte da pesquisa. Quando entra mais para transformar em produto final, é preciso haver uma participação maior do setor privado, e isso significa ajudar. Por isso que a melhoria do ambiente de negócios também é muito importante, e a gente precisa trazer a participação do setor privado na ciência e tecnologia, como acontece em países como Israel, que tem mais de 4% de aplicação do PIB em ciência e tecnologia. Mas grande parte disso é de setor privado, não de setor público. E isso acontece porque eles trabalham na





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

finalística, vamos dizer assim. Eles trabalham na transformação de produtos, na criação de produtos, num retorno de investimento, na criação de empresas.

Empresa tem que dar lucro. Não adianta a gente... Empresa tem que dar lucro, com o lucro ela paga mais imposto, ela produz mais empregos... E, com ciência e tecnologia, a gente consegue fazer com que as empresas tenham sucesso no País, para ajudar nessa melhoria do ambiente e eles participarem mais em pesquisas.

Existem algumas estratégias para isso. Existem os Centros de Tecnologia Aplicada, que são parte dessa estratégia, para atrair esses investimentos, e outras atividades também na nossa Secretaria de Empreendedorismo e Inovação.

Obrigado.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós é que agradecemos, Ministro.

Ministro, conforme a gente... No início da nossa audiência, nós iríamos abrir aqui para algumas perguntas dos nossos convidados – secretários, pessoas que vieram aqui. A sua equipe aqui, o Júlio, nós já conversamos e fizemos um acordo, um compromisso de meio dia liberar o senhor.

O SR. MARCOS CESAR PONTES – ã-rã.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É por aí, devido aos seus compromissos, não é?

Então, eu queria passar aqui ao Gilvan Máximo, que é o Secretário de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, e também ao Presidente da Associação junto dos Secretários do País.

O SR. GILVAN MÁXIMO – Agradeço ao senhor, Senador Vanderlan, meu conterrâneo e amigo, e quero começar agradecendo o apoio que o senhor tem dado ao Consecti, que é o Conselho Nacional dos Secretários de Ciência e Tecnologia do Brasil. Quero agradecer ao Júlio Semeghini, ao meu amigo e colega Adriano, Secretário de Ciência e Tecnologia de Goiás; quero cumprimentar o Deputado Simeyzon, um amigo... E o senhor, Ministro; em vez de pergunta, um agradecimento ao senhor, por tudo que o senhor tem feito por nós, aqui, do Consecti e da Secretaria de Ciência e Tecnologia de Brasília.

Quero agradecer ao senhor a presteza com que o senhor nos tem nos atendido no Ministério, pelas ideias que o senhor nos tem dado, porque nós recebemos a missão do Governador Ibaneis Rocha de fazer de Brasília a primeira cidade inteligente, a primeira *smart city* do Brasil e da América Latina, e, sem o apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, seria impossível isso. E o senhor tem feito isso, com o Júlio e toda a sua equipe, e nos atendido com a maior presteza e com o maior carinho. E eu tenho certeza de que juntos, a quatro mãos, nós faremos de Brasília a primeira *smart city* do Brasil e da América Latina. E com o apoio também do nosso Senador Vanderlan.

Quero dizer para o senhor que o nosso *wi-fi* social já está funcionando em mais de 400 ônibus, aqui no Distrito Federal, em feiras livres...

Nós vamos colocar aí agora, em fase experimental, 30 carros elétricos na Esplanada dos Ministérios e nos Setores Hoteleiros Sul e Norte – dez carros da BMW e 20 da Renault. Nós vamos fazer isso por esses 40 dias. E mais de 150 eletropostos para abastecimento desses carros elétricos no Distrito Federal.

E nós entregamos também, Ministro, com a ajuda do senhor, o Office 365, que foi uma doação da Microsoft.

Através do Consecti e deste Secretário que vos fala, a Microsoft doou para todos os alunos da rede pública do Distrito Federal 600 mil Office 365 – para os alunos da rede pública. E, aí, nós pedimos que eles estendessem essa doação para todo o Brasil, e assim eles fizeram. Então, nós vamos entregar isso...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entregamos já, nos cem dias de Governo, isso. Foi um marco. Mas sem o seu apoio, sem o apoio da sua equipe, seria impossível fazer isso. Então, eu quero aqui agradecer ao senhor e reafirmar as palavras do Senador Eduardo Gomes, do Tocantins: nos cem primeiros dias de Governo o senhor deu um *show*, um *show*, totalmente um *show*.

Parabéns!

Muito obrigado.

O SR. MARCOS CESAR PONTES (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Sr. Adriano Rocha Lima, Secretário de Desenvolvimento Econômico de Goiás, com a palavra.

O SR. ADRIANO ROCHA LIMA – Bom dia! Ainda é bom-dia, não é?

Eu queria aqui cumprimentar o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Senador Vanderlan, que conheço há pouco tempo, mas está me surpreendendo positivamente, com o grande trabalho que está fazendo para o Brasil, para o Estado de Goiás.

Não há caminho para o desenvolvimento que não passe pela ciência e pela educação.

Cumprimento aqui também o Ministro Marcos Pontes. É uma satisfação enorme ter um profissional como o senhor como Ministro. Era disso que o Brasil precisava já há muito tempo.

Cumprimento também o Secretário Executivo Júlio e meu colega Gilvan.

Na realidade, em vez de uma pergunta, eu gostaria de manifestar uma preocupação e reforçar alguns pontos que foram mencionados.

Quando a gente fala de profissões do futuro, o que foi aqui por dois Senadores comentado, nós temos que lembrar que é impossível – e a história mostra isso – ter qualquer projeto que vá contra o desenvolvimento tecnológico. Se nós observamos, por exemplo, o que aconteceu num passado já não tão recente, mas só para citar como exemplo emblemático, a Kodak, que desenvolveu a tecnologia digital, mas continuou apostando na tecnologia de filmes analógicos, quase quebrou. Aliás, chegou a quebrar, em função disso. E não há como. Os empregos... Quem trabalha com revelação de filmes, se não se renovar, se não se reciclar, não há como evoluir no mundo de hoje.

E eu gostaria muito de reforçar o ponto da inteligência artificial e, junto com a inteligência artificial, a IoT, que é a Internet das Coisas, o *big data*, e a inteligência artificial trabalhando em conjunto.

Nós estamos passando por uma transformação tão grande no mundo que, talvez, quem está inserido nela no dia a dia não percebe o quanto a nossa vida está sendo transformada.

Nós temos o conceito de economia colaborativa – que só foi possível através justamente do *big data* e da inteligência artificial –, que tem feito com que não profissionais consigam competir diretamente com profissionais. Nós vemos aí a Uber, a Airbnb e outras aplicações que só existem a partir da inteligência artificial e estão propiciando uma revolução no mercado de trabalho. E não é só essa competição entre profissionais e não profissionais; também ocupam-se ociosidades. Quem tem um carro que fica parado o dia inteiro em casa ou um apartamento que fica fechado pode disponibilizar isso para a economia e ter um uso mais... É o que se chama de *sharing*, de compartilhamento, e isso, principalmente num país em desenvolvimento, é extremamente benéfico e promissor, no sentido não só do desenvolvimento econômico, mas no do desenvolvimento social também.

Então, nesse aspecto, nós vemos profissões hoje em dia, cada vez mais, sendo substituídas. Hoje, na área jurídica, por exemplo, já temos aí mais de 40% de pareceres sendo feitos por algoritmos de inteligência artificial. Nas cinco maiores cidades da Europa, dizem que, em menos de 20 anos, não vai existir mais nenhum motorista de táxi, de ônibus ou de caminhões, tudo será feito por carros autônomos. Na área da Medicina, profissões como radiologista e outras, em pouco tempo, podem ser





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

100% substituídas também por robôs e algoritmos de inteligência artificial. A mesma coisa com cirurgias etc.

Então, nós temos que pensar o seguinte: nós não podemos ser vítimas da inteligência artificial; nós temos que ser complementares. As profissões do futuro... E nós temos que preparar nossos filhos para isto, para profissões que envolvam cabeça, coração e mãos, que é razão, emoção e habilidade manual. Com essas três condições, nós temos aí profissões que vão renovar esse mercado de trabalho, e essa parceria entre ciência, tecnologia e educação é fundamental para esse desenvolvimento.

E aí eu trago uma questão importante, que é justamente a do plano moral e político, que tem que ser trazida para dentro do Congresso: o Parlamento europeu tem investido milhões de euros justamente nessa discussão, porque, vejam: aqui estava sendo discutido um plano social e político da renovação das profissões, mas há um plano moral também, que está inserido junto com o plano social, que tem de ser discutido, porque, no momento em que robôs e máquinas vão substituir profissões, fazer cirurgias etc., existe uma questão de responsabilização, existe uma questão de padronização, de normatização, que precisa ser discutida, e o Parlamento precisa se antecipar a isso. E a velocidade do desenvolvimento tecnológico, como foi dito aqui pelo Ministro, é muito grande, e o Parlamento, pela característica da quantidade de matérias discutidas, talvez não tenha a velocidade que é necessária para acompanhar essa evolução tecnológica.

Então, é muito importante que os recursos para ciência e tecnologia sejam restabelecidos e seja, dentro do Parlamento, cada vez mais, trazida à tona essa discussão da importância que tem o plano político e o plano moral nesse desenvolvimento pelo qual está passando a nossa sociedade.

Então, era isso o que eu queria falar.

Mais uma vez, parabéns pelas palavras, pela brilhante apresentação, Ministro.

O SR. MARCOS CESAR PONTES (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Deputado Simeyzon, para a última pergunta.

O SR. SIMEYZON SINELIZ FERNANDES DA SILVEIRA – Bom dia, Ministro! Bom dia, Presidente da Comissão, Exmo. Senador Vanderlan Cardoso, que tão bem representa o Estado de Goiás.

E eu quero aqui, Ministro, trazer o abraço do Estado de Goiás ao senhor. Nós estamos muito animados com a perspectiva de vê-lo à frente de um ministério tão importante. Creio que isso vai ser muito importante para o País e para os Estados.

Quero abraçar também nosso amigo Gilvan. Já tivemos tantas caminhadas juntos, é um grande amigo também, assim como o nosso Secretário Adriano Rocha, que tão bem representa o nosso Estado.

Ministro, eu quero aqui fazer uma pergunta. Na verdade, a primeira pergunta é em nome da Universidade Federal de Goiás, que me pediu para que eu trouxesse ao senhor essa demanda. Na verdade, é uma pergunta que expressa algo que preocupa a todos nós e creio que preocupa o senhor também.

Com essa redução orçamentária que o País vem passando, os Estados também estão se adequando – nós sabemos que o momento é de adequação, tanto em nível nacional como estadual –, mas qual a linha – e o senhor tem essas informações – que será adotada, a partir de agora, com relação ao Finep, ao MCT, com relação ao CT-Infra? E se haverá garantia dessas bolsas, como já foi citado aqui pelo Senador Angelo, que já são tão pequenas, se essas bolsas estão garantidas. E a pergunta até foi mais profunda: se essas bolsas, principalmente as do CNPq e Capes, estão garantidas até o final do ano, se essas informações o senhor pode nos passar.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E uma segunda pergunta, já relacionada a um setor em que nós trabalhamos muito no Estado de Goiás... O Estado passou, literalmente, a estar presente no mapa da produção de energia limpa do Brasil. Há dois anos não figurávamos em nenhum mapa, e hoje já somos o oitavo Estado em produção de energia limpa no Brasil. Sabemos que o setor energético é um setor extremamente importante para o crescimento, para o desenvolvimento do País, e não é diferente em Goiás. Nós temos um setor estratégico, um setor que depende muito das tecnologias, principalmente com relação à produção de energias renováveis, energias limpas. Nós dependemos muito de tecnologias que o mundo já utiliza há muitos anos, e o Brasil, literalmente, ainda engatinha nesse setor. Nós precisamos avançar muito com relação às questões das energias renováveis, para que o Brasil avance. Não existe nenhum tipo de avanço, seja ele industrial, seja ele econômico, em qualquer área, sem que haja energia de qualidade.

E nós sabemos que a complementação da matriz energética no Brasil tem sido feita muito, via de regra, pelas termelétricas, mas nós temos, como o senhor bem colocou aqui, talvez o maior exemplo do mundo de como produzir energia limpa. Isso depende muito da complementação da matriz com as energias renováveis, principalmente a fotovoltaica e a eólica. No nosso Estado, temos um potencial imenso na biomassa. Temos muitas condições de avançar muito nesse setor, mas dependemos muito de políticas públicas que fomentem esse setor, porque, como disse agora há pouco, nós ainda estamos engatinhando em algo em que poderíamos ser um expoente mundial – mas nós ainda estamos engatinhando nesse setor.

E eu vi, na apresentação do senhor, que, por várias vezes, está ali o tópico de energias renováveis, energia limpas. Mas, de fato, eu queria só que o senhor desse uma pincelada nesta questão: qual é a visão hoje do Ministério para o fomento dessas matrizes no Brasil, principalmente da fotovoltaica, que hoje é um potencial que nós temos, imenso, que ainda usamos muito pouco? Podemos, literalmente, ser o país de grande produção nesse setor. Como o Ministério tem pensado as estratégias, visto que os gargalos são muitos, não só para trazer a tecnologia, mas para tratar as questões dos licenciamentos?

Nós temos discussões imensas com o Confaz, com o qual precisamos ainda avançar nas questões das isenções, porque hoje ela é muito limitada em 1MW. Nós precisamos avançar um pouco mais nessa questão para viabilizar os negócios, porque é melhor arrecadar um pouco de alguma coisa do que arrecadar nada de nada. Então, nós temos que mudar inclusive a visão arrecadadora, porque nós temos que primeiro atrair essas fontes, para que elas se instalem de fato no País.

Então, eu gostaria que o senhor respondesse, com relação à UFG, às questões que foram colocadas e, estrategicamente, para o setor energético, que é uma área em que o Estado de Goiás tem avançado muito, e eu tenho trabalhado nesse setor, quero saber o que V. Exa. tem a nos dizer com relação às estratégias relacionadas a essa área tão importante para o Brasil.

O SR. MARCOS CESAR PONTES – O.k.

Deixe-me começar com os comentários do Secretário Gilvan, sobre Brasília se transformar numa cidade inteligente, uma *smart city*. Quando primeiro ouvi sobre esse programa, esse projeto, quando o Secretário foi lá ao Ministério, achei sensacional, pelo seguinte: primeiro, porque esse é um dos nossos programas. *Smart city* está dentro do programa, e está naquela... Lembram-se daquelas quatro áreas? Tecnologias estratégicas, tecnologia para produção, tecnologia para o desenvolvimento sustentável – então, está aqui dentro dessa área – e tecnologias sociais? Então... E eu acho que tem tudo a ver, quando você imagina Brasília, uma cidade planejada, Capital do País... Você poder colocar elementos numa cidade que possam facilitar a vida da população, que possam usar a tecnologia dessa forma, eu acho sensacional. Abracei a ideia logo de cara. Então, parabéns.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E parabéns também por conseguir levar para as nossas escolas, para as nossas crianças, o Office 365, que é importante.

De novo: a tecnologia pode ser utilizada em tudo, e educação é uma das áreas prioritárias. Não há como fugir. Educação é... De novo: eu estou falando de ciência e tecnologia aqui, mas não dá para desconectar as coisas: educação é 100%. Então, obrigado realmente pelo trabalho aí também viu?

Com relação à inteligência artificial, como foi falado pelo Secretário Adriano... A inteligência artificial, a internet das coisas, *big data*... Tudo isso faz parte da nossa vida já. A gente, às vezes, nem percebe, mas isso já está aqui, no dia a dia, no celular, quando você pega, quando você liga para uma empresa e é respondido ali por uma máquina também... E em muitas outras coisas. A tendência é só aumentar. Isso não tem retorno. A tendência é aumentar. E o País não pode ficar para trás. Por isso que eu foquei bastante, como uma das prioridades lá, com relação à soberania tecnológica, e a gente colocou, na parte de *cyber*, segurança cibernética e inteligência artificial.

Então, a ideia, o processo, já está em andamento para a criação do Laboratório Nacional de Segurança Cibernética e Inteligência Artificial, que é essencial para tudo isso. É um trabalho que tem que ser feito e não pode parar, vamos dizer assim, tem que ser contínuo. E a melhor maneira de ter uma continuidade, ter uma estabilidade em tudo isso – e vou voltar rapidamente aqui sobre a questão de orçamento –, é justamente ver como que a gente consegue colocar tudo isso em prática, fazer a semente, vamos dizer, ou o motor de partida, utilizando recursos públicos, mas colocar isso aí principalmente com a utilização do setor privado, com ele entrando para fazer girar essa roda, de forma que a gente consiga ter um desenvolvimento cada vez maior e acompanhar os outros países.

Com relação às perguntas do Deputado Simeyson, da Universidade Federal de Goiânia, a questão é a seguinte: nós tivemos os bloqueios e os cortes – acabei de mostrar essa questão toda do orçamento –, e não adianta querer dourar a pílula. O que acontece é que, com o bloqueio do orçamento, todas as áreas são afetadas, mas existe uma prioridade. O que eu quero dizer com isso é que existem áreas que vão ser mais afetadas – estou falando dentro do Ministério –, existem programas que vão ser mais afetados pelo bloqueio e programas que vão ser menos afetados.

A questão do... Há alguns pontos que são essenciais a gente lembrar. Eu até comentei isso outro dia: as bolsas, o financiamento das nossas unidades de pesquisa, que já são bastante prejudicadas... Digo, assim, em termos de orçamentos; os orçamentos são baixos. É preciso melhorar esses orçamentos para as unidades de pesquisa. E o Sirius, por exemplo, que está em... A gente não pode parar esse programa. É um programa extremamente importante, é estratégico para o País, e vai nos render também – é importante lembrar isso – muitos ganhos científicos e ganhos em termos de riquezas para o País também. Há muitas aplicações do acelerador.

Então, esses programas... E existem outros que também são prioritários. Então, eles vão ter menos cortes, mas não quer dizer que não vão ter cortes. A gente vai ter que trabalhar em cima disso.

Outra coisa é essa estruturação para foco nas nossas tecnologias. De novo, aquelas áreas prioritárias que eu li: estratégicas, produção, desenvolvimentos sustentável e sociais. Então, os focos vão ficar por ali. Então, a gente pretende também conduzir bastante...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS CESAR PONTES – ... para que o foco seja nessas áreas das bolsas.

E vamos ver se, no meio de toda essa turbulência, a gente consegue melhorar os valores das bolsas. Então, eu já fiz um pedido para análise. O CNPq está trabalhando com isso. Agora a gente vai se reunir lá, para analisar como que a gente pode melhorar todo esse sistema.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A Capes não está com a gente – é do Ministério da Educação –, mas acho que eles estão seguindo o mesmo processo, só que eles têm muito mais recursos que a gente por lá.

Com relação à energia limpa, isso é uma preocupação constante minha. Desde quando a gente falava de ONU, por exemplo, a ONU para desenvolvimento industrial, para sustentabilidade, então, isso é extremamente importante no Planeta como um todo, de melhorar a tecnologia para energia limpa. Mesmo quando a gente fala... Quando você fala, por exemplo, em energia fotovoltaica; muito interessante. Funciona, mas a gente precisa melhorar a eficiência das células fotovoltaicas também, a transferência da energia de irradiação para energia elétrica, e muito é perdido também em calor dentro desse sistema.

Então, a gente tem acompanhado as melhorias de tecnologias, e a gente pode fazer essas melhorias de tecnologias. Por isso que é importante você ter... Eu lembro que eu falei de centros de tecnologia aplicada. Então, é preciso ter um centro de tecnologia para energias renováveis, que vai desde a pesquisa para coordenar, para incentivar e fomentar pesquisa para o desenvolvimento, para a melhoria das tecnologias existentes e desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis – porque existem outras ideias também interessantes sobre isso –, até a parte final, porque sai o produto. Tem que haver empresas no Brasil que produzam esse tipo de coisa. Melhora a nossa economia, gera mais empregos no Brasil e tudo o mais. Então, esse centro funciona muito bem para isso.

Então, essa é uma parte dessa estratégia para o desenvolvimento nesse setor.

Outra parte importante é que, por exemplo, a gente tem um relacionamento muito bom com o Ministério de Minas e Energia. Então, esse tratamento é feito em conjunto lá com eles. Eles têm outras fontes que a gente pode utilizar, através da Aneel, através mesmo da ANP, mas existem outras possibilidades também de se utilizar, de trabalhar em conjunto com o desenvolvimento de tecnologias, utilizando isso.

Você vê que, toda vez eu falo, eu venho de novo a falar de fundos e recursos, porque essa é a vida, entendeu? A gente tem que achar os financiamentos para as coisas. É o pé no chão. Astronauta vive no espaço, mas tem que ter pé no chão. Então, a gente tem que achar essas possibilidades. E melhorar o ambiente de negócios, que faz parte da... Você viu, na parte de prioridades. Melhorar o ambiente de negócios, para as nossas empresas conseguirem sobreviver – as empresas pequenas, as *startups*, conseguirem sobreviver àquela zona da morte – e passar, e começar a produzir aqui no Brasil.

E olha: eu conheço a comunidade científica, eu conheço a capacidade que a gente tem dentro das universidades. A gente tem uma capacidade gigantesca de fazer muita coisa, desenvolver muita coisa aqui no Brasil. A gente tem muitos cérebros do Brasil que são utilizados 100% lá fora. E a gente precisa utilizar aqui dentro, trazer de volta; ter um ambiente tão bom, que a gente consiga trazer de volta esses pesquisadores, esses cientistas, e assim por diante, para melhorar as coisas aqui no Brasil. Todo esse esforço tem a ver com isso.

Você vê que é um sistema. Então, você tem que trabalhar em várias frentes, ao mesmo tempo, para trabalhar no sistema.

Então é isso.

Eu gostaria, se possível, de passar a palavra para o Julio Semeghini também falar, nosso Secretário-Executivo, que tem uma função extremamente importante dentro do Ministério, na coordenação, na supervisão de todas aquelas secretarias, e que conduz, vamos dizer assim, o dia a dia do Ministério. Eu brinco, eu falo assim: eu tenho as ideias, eu jogo para cima as ideias, mas ele que é o cara que faz com que as coisas funcionem lá.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO – Bem, eu quero, primeiro de tudo, agradecer. É um prazer enorme agradecer, em seu nome, do Presidente da Comissão, de todos os Senadores, da Senadora aqui presente. Em nome da equipe, na verdade, eu me sinto com direito de falar a um time muito grande aqui, muito bom. O Ministro falou algumas coisas muito importantes.

Eu queria, primeiro, dizer que sinto um orgulho muito grande de estar nesse time do Ministro Marcos Pontes. Ele realmente escolheu pessoas muito bem informadas, escolheu cada uma delas com o seu *feeling*, com a competência que ele tem para escolher e montar um time.

Nós, no Ministério, estamos muito motivados e muito focados em fazer esse alinhamento e fazer com que, sem se comprometer a pesquisa básica, a gente transforme o máximo possível em pesquisa aplicada e melhoria de vida, riqueza e conhecimento para os brasileiros.

A gente tem sentido um avanço muito grande nisso. A quantidade de projetos, hoje, que há no *site*... Se você entrarem no *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia, há mais de 800 projetos listados.

Esse conceito de centro nacional que o Ministro coloca é muito bom. Ele falou do centro de dessalinização, que nós fomos inaugurar, no Rio Grande do Norte, mas não é um centro isolado no Rio Grande do Norte. Esse centro está sendo estruturado em rede. Ele pega desde o Rio Grande do Sul, desde a região de Itaipu, no Sul, desde o Paraná, São Paulo, Minas Gerais... Ele interliga tudo aquilo que nós temos de capacidade de pesquisar e de implementar os estudos relativos à água, na verdade. Não é de dessalinização; é de água. Então, à medida que agora esse centro já começa, ele está estruturado para continuar, para a vida toda, a manter, na verdade, os testes daquilo que já tem um grau de maturidade nova e que está pronto para ir para o mercado, como ele disse, de tecnologia; ao mesmo tempo, toda a estrutura e os secretários que estão aí... Há mais de 300 pessoas, pesquisadores, o grupo de pesquisadores que se inscreveram no nosso *site* e que estão pesquisando, estão desenvolvendo os conhecimentos em relação à água. E, à medida de cada grau de maturidade daquela, cada secretário daqui vai acompanhar e tentar estimular, para fazer com que essas coisas não parem no meio do caminho, mas cheguem, na verdade, a um grau de maturidade, para serem colocadas como um benefício da sociedade.

Esse é um alinhamento grande que ele coloca. Ele interliga, nesse conceito de rede potencial de vários pontos do Brasil, permite que o pessoal trabalhe em rede. E isso é uma das coisas que faltam. O mundo inteiro se prepara: ele cria uma infraestrutura, estimula suas *startups*, mas ele oferece...

(*Soa a campanha.*)

O SR. JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO – ... não só dinheiro; ele oferece, na verdade, toda a infraestrutura de *hardware*, *software*, de conhecimento de pesquisadores, de dados, dos bancos de dados, para que as pessoas possam implementar a sua ideia, transformar numa empresa. E é isso que esses centros estão fazendo.

Então, quero aqui também dizer do compromisso do Ministro em tentar aproveitar ao máximo possível coisas que ficaram paradas no Brasil para desenvolver, transformar um problema que ele identificou como uma grande oportunidade de negócios. Um deles, que nós temos, é o CTT da Paraíba... Eu falei... Eu troquei?

O SR. MARCOS CESAR PONTES (*Fora do microfone.*) – Rio Grande do Norte.

O SR. JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO – Ah, não! Desculpem-me! É que nós temos, no Rio Grande do Norte, o projeto de banda larga com a Governadora e com a universidade. Na Paraíba... Na verdade, é em Campina Grande, e eu falei Rio Grande do Norte. Perdoem-me!





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mas esse conceito de centros de tecnologia é muito moderno e vai dar muita oportunidade para todos nós colocarmos.

Outra coisa que o Ministro tem colocado: a gente resolver problemas que ficaram pendentes no Brasil, para fazer com que a gente faça, de fato, acontecer o benefício para a sociedade.

Eu tive a oportunidade de participar no Congresso durante 16 anos, na Câmara dos Deputados, com o conceito de a gente levar banda larga para o brasileiro. Mas, quando nós fizemos o nosso projeto, na verdade, lá atrás, que era o projeto de privatização, o conceito de universalização era para telefonia fixa; era ter acesso, na verdade, à voz. Mudou tanto, e as nossas leis precisam ser mudadas! Qual é a dificuldade? A gente sabe o que precisa ser feito, mas a gente precisa se articular e fazer com que seja o melhor possível, benfeito. E que seja feito rapidamente.

A gente, ao mesmo tempo em que discute uma série de grandes coisas – implementação da 5G, implementação da IoT –, uma série de coisas que vai levar benefício para a sociedade, inclusive para a área social, a gente tem grande parte do Brasil totalmente desconectada. Nós, quando passamos lá pela Paraíba, fomos visitar algumas escolas que estão isoladas, mesmo com todo o trabalho que temos feito. Mas aqui está o pessoal de Goiás. Eu conheço o interior de Goiás muito bem. Nós temos grandes regiões de Goiás que não têm internet, com gente que ainda está totalmente desconectada. Nós temos comunidades agrícolas, nós temos regiões de bons proprietários que não conseguem implantar o benefício da tecnologia na sua propriedade, porque não têm a banda larga lá.

Então, nós temos que pegar essas oportunidades que o Ministro listou e colocou e, juntos – nós, os técnicos do Ministério, e toda essa integração com os ministros –, aproveitar que nós temos uma pessoa que conhece muito tecnologia e que tem uma relação grande e internacional com o Congresso e colocar em prática esses desafios. Nós temos muita oportunidade, mas temos muitos brasileiros precisando do básico ainda. Então, à medida que a gente não deixe – os grandes centros – de avançar, de evoluir, de estar na cabeça, de ser competitivo com o resto do mundo, principalmente na formação das pessoas, como vários Senadores colocaram, a gente tem que colocar isso em prática.

Então, nós, como os secretários do Ministro e todo o Ministério, estamos à disposição de vocês, para esclarecer, dar dados, permitir que o Congresso nos ajude a tomar o mais rápido possível essas decisões, para que façamos, de fato, chegar.

Um debate que nós sentimos na prática: base de Alcântara. A gente estava discutindo. Tivemos o prazer de ir ao Maranhão. Tivemos ótimas reuniões, com todos os grupos políticos, indistintamente, e ficou muito claro que o mundo está dando um salto muito grande, está montando constelações de microssatélites para garantir o GPS, todas as tecnologias. Então, é um salto de oportunidade enorme.

Nós temos um grande mercado, mas nós temos que rapidamente aproveitar essa relação e colocar o Brasil para implementar a sua política brasileira espacial. Está aqui o nosso Presidente da agência, o Moura, que conhece muito e está preparado. Então, nós temos muitas oportunidades, como o Ministro colocou.

O nosso desafio é de a nossa Secretaria ajudar a destravar isso tudo, fornecer as informações para que o Congresso tome essas decisões o mais rápido possível e nós consigamos colocar em prática grande parte das coisas que foram levantadas aqui pelo Ministro.

Esse é um... Desculpe-me até ter falado na emoção, mas quem já viveu 16 anos nesta Casa sabe do desafio. Há vários ex-Deputados aqui comigo, Deputados e Senadores, que sabem da importância de a gente querer fazer isso. Nós temos uma grande oportunidade.

E quero saudar os nossos colegas aqui de Goiás, do Distrito Federal, porque eu percebo que isso não é uma coisa nossa. Quando a gente fala com a comunidade científica, quando a gente fala com os





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

empresários, quando a gente fala com os secretários estaduais, a gente percebe que está todo mundo envolvido e tentando aproveitar este momento de implementar e de aplicar a ciência e a tecnologia.

Era isso, Sr. Ministro, que eu gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Semeghini.

Senador Wellington com a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Meu Presidente Vanderlan, meu vizinho de Goiás e Mato Grosso, onde temos o Rio Araguaia que nos une... Mas eu quero parabenizar toda a Comissão, o Senador Angelo Coronel, que foi um dos proponentes também, saudar aqui o Ministro Marcos Pontes...

Junto com o Senador Chico Rodrigues, na semana passada, tivemos a oportunidade de receber, no Bloco Vanguarda, junto com o Presidente Davi e todos os nossos companheiros do bloco, a presença do Ministro para um bom bate-papo. E, lá, um Senador disse o seguinte: "Ministro, o senhor tem cara de gente boa". Mas a gente percebe que, além de cara, tem jeito, humildade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E mostra a parceria também, pedindo aqui que o Julio Semeghini, Parlamentar que teve uma atuação muito forte na Câmara dos Deputados e, com certeza, representa todos nós, viu, Ministro? Representa o Congresso Nacional no seu ministério, dada a competência do Julio. E eu tenho certeza de que essa emoção que ele demonstrou aqui agora vai ser a constante dentro da presença no ministério.

Agora estou vindo do Plenário, onde tivemos um momento muito emocionante de ver a Senadora Mara Gabrilli, quando estava o Ministro da Saúde sancionando a implantação do remédio Spinraza no SUS. Hoje, a doença de atrofia causa um problema de desesperança a muitos brasileiros, e isso vai trazer... Isso é ciência e tecnologia. Inclusive, a assinatura lá... Na verdade, a medicação, que é muito cara, será feita sob um compartilhamento de risco. O laboratório terá o risco junto com o ministério, e só será pago se tiver realmente o resultado comprovado nas pessoas que o utilizarão.

Então, quero também cumprimentar o Secretário de Goiás, Mariano, que está aqui, o Secretário de Brasília, porque a esperança de todos nós realmente está na ciência e tecnologia. Por isso, esse ministério, Ministro Marcos, V. Exa. que, para nós, é um símbolo do Brasil, por ter sido um cientista, um astronauta que pôde ver, lá de longe, como a gente não vê, toda a Terra e sabe que a importância, para um país que quer se desenvolver, quer criar oportunidades, é através da ciência e tecnologia.

O Brasil pode ser o grande produtor, o grande celeiro do mundo, o produtor de alimento, que é fundamental, mas, sem a ciência e tecnologia, nós não vamos alcançar a produtividade necessária para enfrentar a concorrência internacional e dar oportunidade de geração de emprego para todos os brasileiros, que é a esperança de quem quer produzir, de quem quer trabalhar.

Então, eu tenho aqui algumas perguntas, Presidente, que faço questão de entregar, não mais para que o Ministro responda agora, mas para que fique nos Anais da Comissão, para que, no momento oportuno, ele possa responder.

Mas eu quero aqui parabenizar o Presidente Vanderlan por este trabalho frente a esta Comissão e quero também, como membro titular da Comissão de Orçamento, representando a Liderança do Bloco Vanguarda, estar trabalhando, Ministro, junto ao seu ministério, para que a gente possa garantir recursos também, já que hoje nós temos o teto dos gastos. Mas, investir na ciência e tecnologia não é gasto: é investimento. E isso é que a gente tem que provar para todo o Congresso Nacional.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E vamos trabalhar nessa parceria, exatamente para que o seu Ministério, o Ministério da Ciência e Tecnologia, tenha os recursos mínimos necessários...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... para que a gente possa fazer essa evolução de que o Brasil tanto precisa.

Então, quero parabenizá-lo e testemunhar que não é só a cara que é de gente boa, não. Eu quero testemunhar – porque pudemos conversar muito tempo e ali constatar, realmente – que V. Exa. poderá, com a sua humildade, com a sua competência, com a sua experiência, fazer muito pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS CESAR PONTES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

O senhor quer fazer algum comentário?

O SR. MARCOS CESAR PONTES – Eu só gostaria, primeiro, de agradecer as palavras e dizer o seguinte: eu lembro que eu falei do centro de tecnologias aplicadas, eu passei meio rápido ali, mas, com essa notícia também da Mara Gabrielli, de quem a gente conhece o esforço todo sobre isso, quero dizer que está previsto no nosso planejamento também a criação do centro de tecnologias assistivas, que tem exatamente esta função: desenvolver... Aliás, é um centro muito especial, porque, além de desenvolver tecnologias, desenvolver pesquisas sobre equipamentos que possam ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas que precisam, de pessoas que têm necessidades especiais, também eu acho que é um centro especial por pensar nos direitos, nas possibilidades, em como que se pode melhorar essa qualidade de vida como um todo.

A gente fala geralmente de necessidades especiais...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS CESAR PONTES – ... mas também existem as doenças raras. É importante ter esta visão de que há muitas pessoas que sofrem dessas doenças e, por causa de serem raras, não têm talvez o apoio completo que deveriam ter. Então, é importante que esse centro também trabalhe com isso.

É só para registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senadora Renilde com a palavra.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para interpellar Ministro.) – Eu gostaria de parabenizar o Ministro, o nosso Presidente da Comissão, nosso Senador Vanderlan, e dizer que, ontem, ao analisar a pauta das Comissões e das sessões, eu participaria de quatro Comissões no mesmo horário, e tinha escolhido esta para vir, eu a tinha elegido como prioridade para nós. Mas os nossos colegas Senadores pediram para ir às da CAS e da CAE, por conta da urgência em resolver o problema em relação a programas de combate a drogas, já que esses projetos tramitam há nove anos e nunca foram concluídos. E eles pediram para que a gente estivesse lá, para dar celeridade, e eu tive que renunciar à minha escolha. Mas, assim que terminou, nós viemos até aqui, e eu fui agraciada ainda com muito conhecimento, através do Sr. Ministro Marcos Pontes.

A gente vem... Eu estou apenas assumindo, eu sou suplente de Senadora, estou assumindo durante o período de quatro meses.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Venho do Estado pequeno de Alagoas, do Sertão alagoano, onde nós fomos Prefeita por dois mandatos, e nós conhecemos toda a problemática do interior, das cidades menores, mas nós conseguimos evoluir muito durante a nossa gestão. Nós desenvolvemos realmente o nosso Município e conseguimos implantar dois telecentros, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, e laboratórios de informática em quase todas as escolas, inclusive da zona rural – e ainda sofremos muito hoje por conta de internet; muitos não funcionam. E, depois, o meu sucessor não deu a devida importância e desativou os telecentros e também os laboratórios das escolas, que não funcionaram mais.

Para nossa felicidade, o meu esposo foi eleito Prefeito, e a gente voltou, retomando muitos dos programas. Nós estamos com o levantamento de cada laboratório, e eu vejo, assim, surgir uma luz grande para o nosso Município, através do senhor. Então, parabéns!

E nós precisamos realmente ajudar, participar.

Nesse projeto todo, eu acho que o Congresso Nacional tem realmente condição de andar junto e dar celeridade àqueles projetos que precisam, para que o trabalho do Ministério se realize com mais efetividade.

Nós temos também um filho que é Deputado Federal, no primeiro mandato, que eu já o disponho, também, junto à Câmara, para caminhar nesse projeto em que vocês precisam do Congresso Nacional. E nós também estamos à disposição, e muito obrigada pelo espaço.

E para mim é uma satisfação muito grande, até porque, hoje, o meu Município está completando 144 anos de emancipação política. Eu estou ausente por uma justa causa, mas eu prometo que, junto aos órgãos federais, aos ministérios, não só Santana do Ipanema mas Alagoas terá um olhar especial – todo o Brasil, principalmente os Municípios alagoanos.

Muito obrigada.

O SR. MARCOS CESAR PONTES – Eu gostaria de agradecer à Senadora as palavras e dizer que a ideia é justamente esta, como eu falei na missão do Ministério: produzir conhecimento, produzir riquezas para o País, e contribuir com a qualidade de vida. Isso está exatamente dentro dessa ideia de a gente poder ajudar as cidades, ajudar as comunidades, ajudar aquelas pessoas que precisam da ciência e tecnologia – muitas vezes, como eu falei, lá no interior, nas regiões mais distantes, sem apoio... Às vezes se morre porque não há um exame! Então, precisam da ciência e tecnologia, e a gente pode ajudar. A ideia é essa.

O trabalho é gigantesco, mas o bom – que eu vejo – é que a gente tem, primeiro, uma equipe muito boa dentro do Ministério; além disso, a gente tem essa relação com os outros ministérios, o que é importantíssimo para poder realizar. Grandes problemas precisam de grandes soluções, que precisam da união de todos. Eu acho que essa nossa possibilidade de conversar... Aliás, eu queria aproveitar para agradecer novamente essa possibilidade de estar aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS CESAR PONTES – ... conversar e explicar. Eu espero que eu tenha outras oportunidades, no futuro também, de vir, explicar projetos específicos e falar também mais sobre o Ministério, porque a gente viu que a apresentação é muito grande; então, existem muitos dados que ficaram na apresentação, nos quais eu espero que, depois, o pessoal dê uma olhadinha.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que é a gente tem que trabalhar junto – a gente tem um País muito grande, muito bonito –, todos sob a mesma bandeira. A gente tem que trabalhar junto para conseguir resolver esses problemas no País. É o momento.

Eu me lembro de que, quando eu estava decolando naquele foguete, eu fiz um gesto, acho que todo mundo lembra, quando eu aponte para o braço, para a Bandeira do Brasil, eu aponte para cima. O que eu queria dizer ali... Aliás, eu aponte com dois dedos. Não sei se alguém notou, mas aponte com dois dedos, para dizer assim – eu iria apontar com um dedo –: estamos indo juntos. A Bandeira representa todos nós. Estamos indo juntos para cima. Apontar com um dedo só não dá a noção de juntos. Por isso, aponte com dois dedos: estamos indo juntos para cima. A gente precisa falar isso no nosso País, juntar todo mundo, para a gente conseguir juntar este País, o que não é fácil. É muito trabalho, mas juntos a gente consegue.

Então, eu queria aproveitar a oportunidade para agradecer a todos os Senadores, agradecer ao Congresso Nacional como um todo antecipadamente, por nos ajudar no desenvolvimento de ciência e tecnologia, porque sempre é uma ideia boa, é sempre uma pauta positiva, é sempre um trabalho positivo para o País poder ajudar a realizar essas coisas. Eu tenho certeza de que é o objetivo de todos nós, juntos. Eu estou sempre aberto, o Ministério está aberto para conversas.

Queria só pedir para o Semeghini falar um pouco, porque ele entende mais sobre como funcionam as emendas aqui do que eu, dessas possibilidades de a gente ter emendas que possam nos ajudar em projetos específicos e assim por diante.

O SR. JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO – Só para, antes de encerrar, então, digo que nós temos o nosso Coordenador da Assessoria Parlamentar, o Edvaldo, que, coincidentemente, exatamente sobre o que foi dito, foi quem fez o trabalho com o Rodrigo Rollemberg aqui, à época, quando o Rodrigo ainda era Governador... Nós estamos preparando uma cesta de emendas parlamentares individuais e propondo algumas emendas para algumas bancadas, principalmente do Norte e Nordeste, para que a gente possa dar passos concretos em relação a levarmos a banda larga. E não é só uma coisa pontual, não; eu falo em fibra ótica, em fazer com que realmente esta cidade se conecte, que os Poderes Públicos municipais, estaduais, as estruturas federais, saúde, educação, mas, acima de tudo, a sociedade também possa ter uma banda larga razoável para se conectar, de fato, a este mundo tão desafiador e de tantas oportunidades.

Há vários tipos de emendas para a gente consolidar. Hoje você tem muita cadeia produtiva forte...

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO – ... como está lá o pessoal de algumas cidades do Paraná, outros do Rio Grande do Norte, eu fiz confusão, tentando montar o seu parque tecnológico. São emendas claras, objetivas e que permitem à gente cumprir a execução delas.

Essas emendas, na verdade, hoje, agora, como são impositivas, e parte das de bancada agora, que acabaram de ser discutidas na sua totalidade, acho isso uma grande oportunidade de a gente trazer esse sonho da ciência e tecnologia para perto da região de cada um de vocês, nas parcerias com as universidades, os centros de pesquisa. As universidades hoje têm grandes centros de pesquisa para a gente poder integrar e poder desenvolver. Nós estamos preparando projetos padrão para que depois possam ser mais facilmente e rapidamente implementados. O Edvaldo visitará e entregará isso para cada Senador e Senadora.

Então, nós vamos poder trabalhar tanto na parte individual com os Parlamentares, mas também naqueles trabalhos de bancada, com outros tipos de emendas que cada um de vocês possa ter. É muito





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

importante que a gente possa ajudar a realizar isso e, acima de tudo, levar para o dia a dia, o Ministro usa muito essa palavra, do povo na própria região em que cada um atua e que representa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu quero registrar a presença aqui, que nos honra muito, do Deputado Federal, Gen. Peternelli. Obrigado por sua presença aqui. Se o senhor quiser usar da palavra, fique à vontade.

O SR. GENERAL PTERNELLI (PSL - SP) – Diz-se que, quando oferecem palavra para político, ele não pode perder a oportunidade. E eu estou aprendendo, nesse mesmo foco.

Mas eu estava exatamente, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, abordando a importância... Lá, no caso, era inteligência artificial e outros aspectos também interessantes para o nosso País. E tudo passa por investimento em ciência e tecnologia. A evolução, o que vai agregar dados passa exatamente nesse conhecimento.

Tendo oportunidade, terminou lá uma parte e vim aqui usufruir um pouco do conhecimento do nosso Ministro e de sua equipe.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, General.

Já que foi falado aqui, Ministro, em inteligência artificial, eu queria registrar a presença aqui do Fernando Melo, ele é servidor do Senado, ele é especialista em inteligência artificial pela Universidade Johns Hopkins e é organizador da maior comunidade de inteligência artificial de Brasília, que são 900 membros, Senador Chico. É professor voluntário de inteligência artificial. E nós temos o prazer de contar com ele na nossa Comissão, nessa área.

Ministro, antes de encerrar, o senhor viu aqui todos os Senadores e as Senadoras que por aqui passaram. Foram muitos. A gente sabe e o senhor também que as quartas-feiras aqui são todas as Comissões, e a gente fica se desdobrando aqui. Eu faço parte de quatro Comissões e, às vezes, temos de sair e ir a outra, voltar, não é, Senadora? Então, é muito concorrido.

Mas todos aqueles... O Senador Izalci foi muito feliz. E, pegando aqui um gancho nas palavras dele, é o pensamento hoje praticamente do Senado. Todos os Senadores vêm se manifestando com relação aos recursos que são destinados à ciência e tecnologia, que já é muito pouco, mas nós precisamos mudar isso, para que se torne muito.

Nós vimos aí, vi na apresentação do senhor que somente no Fust, se eu não me engano, não é Semeghini, somente no Fust, que é um fundo, que foi criado para quê? Para as telecomunicações, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Para universalizar.

A Senadora falou aqui sobre o Município em que ela foi Prefeita, que precisava ter banda larga nas escolas. E esse fundo era para isso, levar a banda larga às escolas nos Municípios, ou seja, nas regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste, parte do Centro-Oeste, não é, Semeghini? Acho que na maioria do Centro-Oeste também. E esse dinheiro foi pego para fazer superávit primário, que é o que a gente está vendo acontecer com a maioria dos fundos.

Nós temos, Senador Chico, já é consenso no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, que esses fundos, ao serem criados, não podem ser mais contingenciados, não podem mais ir buscar, sob





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

penalidades, como foi agora, que nós aprovamos o Orçamento de Bancada Impositiva às emendas individuais, porque aí já começam a falar aqui também... O Julio falou sobre o pacto federativo. Eu já vejo o começo do pacto federativo quando há as emendas impositivas, que seriam a injeção na veia de recursos para os Estados e para os Municípios, já que não haverá aquela pressão do governante em dizer: "Olha, para você ter direito às suas emendas ou à emenda de bancada, precisa estar aqui votando tudo que nós vamos mandar", ou seja, põem a faca no pescoço e ou vota ou não terá os recursos destinados à emenda de bancada individual, aliás, emendas individuais ou emendas de bancada.

Então, agradeço ao senhor, Ministro, e toda a sua... A gente percorre os Ministérios, eu quero frisar isso aqui para o senhor, a gente vai aos Ministérios, faz várias reuniões. Todos nós somos muito bem recebidos pela equipe dos Ministros, pelo próprio Ministro, mas no MCTIC a atenção é muito especial, porque são pessoas competentes, pessoas que não estão olhando a questão de orçamento, porque, se for olhar a questão de orçamento, não há praticamente nada, mas estão apostando que as coisas vão melhorar e estão agindo.

Tanta coisa foi apresentada! Esse aí é um cenário, Chico, que é até ruim a gente ver o que está sendo exposto. É só queda, queda, queda, não é? Então, nós temos que realmente colocar recursos em ciência, tecnologia e inovação; e na telecomunicação. E em tanta coisa, para recuperar o tempo em que o Brasil ficou parado. E a gente que anda o mundo está vendo aí o mundo passando, cada vez mais passando à nossa frente, e nós estamos patinando ainda.

Então, Ministro, o senhor viu aqui o Senador lá do Maranhão, Senador Weverton, que mesmo sendo oposição, disse que o senhor está fazendo aí uma política de alto nível! Na outra audiência que nós tivemos, em conjunto com a Relações Exteriores, havia quatro Senadores de oposição e todos os quatro aplaudiram o Ministro, pela forma com que ele apresentou um projeto polêmico, como foi o de Alcântara, porque muitos estavam dizendo que iria passar toda a soberania do Estado... Não. Não é nada disso. Ele explicou, mostrou com os técnicos, com números. Isso realmente é a política de verdade. O senhor pode contar conosco.

Então, agradeço o senhor pela presença, pela exposição feita, por todo pessoal, todos que fizeram as perguntas. Eu não vou enumerar devido ao andar da hora.

As pessoas que quiserem fazer perguntas e tiverem acesso à apresentação que o Ministro fez, o Semeghini e o Ministro, estará à disposição. E podem fazer as perguntas, como o Senador Wellington Fagundes fez as perguntas por escrito, que serão passadas para a equipe.

Antes de encerrar a reunião, comunico que a Senadora Kátia Abreu foi designada Relatora da avaliação da política pública de ciência, tecnologia e inovação para energias renováveis e biocombustíveis, selecionada pela CCT, por meio do Requerimento nº 10, de 2019. Em breve, iremos submeter ao Plenário da Comissão o plano de trabalho da referida avaliação. Como foi dito aqui, para todos os projetos que estavam nesta Comissão, quando nós assumimos, foram designados os relatores. São duzentos e poucos projetos. Só temos aqui o que chegou agora, por último. Chegaram trinta e poucos, se eu não me engano, porque nós já estamos designando os relatores, para não ficar projeto parado nesta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a equipe, que trabalhou muito para que fosse realizada esta audiência, toda a nossa equipe aqui, são muitos: Amanda, Flávia, pessoal ali de que eu ainda não peguei o nome direitinho... Todos vocês! Agradecendo a Deus por esta oportunidade que nos está concedendo de ter o Ministro aqui, mais uma vez, foi uma audiência que começou às 9 da manhã e já vai dar quase 1h da tarde...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar a presença também do Deputado Paulo Cezar Martins, do nosso querido Estado de Goiás, que acaba de chegar.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Marcos do Val, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Jayme Campos, Eliziane Gama e Lucas Barreto. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Weverton, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença do Sr. Cláudio Lopes Maia - Vice-Diretor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional de Catalão; Sr. Alessandro Martins - Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional de Catalão e Jataí; Sr. Marcos Wagner - Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional Jataí; Sr. Danival Freitas - Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional Jataí. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Plínio Valério. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda 1-CAS. Observação: Os Senadores Arolde de Oliveira e Paulo Rocha fazem uso da palavra. Resultado: Aprovado o Relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS/CCT. ITEM 2 - Ofício "S" nº 21, de 2017 - Não Terminativo - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 35/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 53, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de São Paulo, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do OFS 21/2017. Resultado: Aprovado o Relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 218, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Bugre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bugre, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 89, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Angelândia, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 174, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 178, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poté, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 98, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Morretes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morretes, Estado do Paraná." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Observação: O Senador Oriovisto Guimarães faz uso da palavra. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 115, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à Canari Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 122, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Altamar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Observação: O Senador Flávio Arns faz uso da palavra. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 15, de 2019 que: "Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), destinada a debater "Os possíveis impactos da abertura de capital dos Correios", com a presença do Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Juarez Cunha." Autoria: Senador Eduardo Gomes. Observação: Os Senadores Plínio Valério e Paulo Rocha fazem uso da palavra. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 16, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o desenvolvimento regional por intermédio dos Parques Tecnológicos (PqTecs)." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 17, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento da cadeia produtiva do setor fotovoltaico e eólico do Brasil." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/08>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Sejam bem-vindos, Senador Confúcio, Senador Plínio, Senador Arns!

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

A presente reunião se destina à apreciação de matérias.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 153, de 2017

- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional de Radialista.

Autoria: Deputado Andre Moura.

Relatoria: Senador Plínio Valério.

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda 1-CAS.

Observações:

1 - A matéria foi apreciada pela CAS, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS;

2 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Plínio Valério, para fazer a leitura do seu relatório, que conclui pela aprovação do projeto com a Emenda 1 da CAS.

Com a palavra, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Bom-dia a todos!

Senadores e Senadoras, o que eu tenho em mãos, eu considero – antes que eu leia o relatório, vou ser sucinto, vou ler alguns parágrafos –, é para todos nós de grande importância.

Eu sou radialista. Não estou atualmente na profissão, mas senti a dificuldade que é você ser jornalista, ter uma carteira e essa carteira não valer nada. Eu também sou jornalista, o documento que sempre usei é o de jornalismo. Caiu em minhas mãos, portanto, este projeto, que eu relatei com o maior prazer e feliz por isso.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017 (Projeto de Lei nº 458, de 2015, na origem), do Deputado André Moura, que acrescenta dispositivos à Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, para dispor sobre a identidade profissional do radialista.

Vem a esta Comissão, que tem toda a prerrogativa de analisar, fala sobre... Está aqui. O importante está aqui.

A proposição diz o seguinte:

a) a carteira de radialista, emitida pelo sindicato da categoria, terá validade em todo o Território nacional, como prova de identidade;

b) onde não houver sindicato, a carteira de radialista poderá ser emitida por federação devidamente credenciada no Ministério do Trabalho – isto aqui foi corrigido depois, como os senhores vão ver –;





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

c) o modelo da carteira de radialista deverá ser aprovado por federação, com a inscrição "válida em todo o Território nacional", e deverá conter os dados pessoais e profissionais do titular;

d) o radialista não sindicalizado também fará jus à carteira, desde que habilitado e registrado perante o órgão regional do Ministério do Trabalho.

O PLC depois recebeu emenda na CAS, de redação, que apenas adaptou a proposição à nova denominação do Ministério do Trabalho.

Após o exame desta Comissão, a matéria também será objeto de deliberação por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A análise é sempre enaltecendo a profissão de radialista, falando da correção, falando que é compatível com as leis, enaltecendo os jornalistas na justificativa.

Vamos ao voto, então, Presidente.

Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2017, com a alteração promovida pela Emenda nº 1, da CAS.

Esse é o nosso relatório e o nosso voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Só para informar ainda, sobre esse projeto de lei, que essa emenda feita pelo Senador Kajuru, Emenda nº 1, altera a expressão "Ministério do Trabalho", que mudou para Secretaria da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... na Economia e na Justiça, mas, como ela vai passar pela CCJ ainda, toda e qualquer emenda pode ser feita lá. Correto? E a gente está passando adiante, então; fazendo o nosso trabalho e passando adiante.

Porque é de 2017, quando ainda existia o Ministério do Trabalho, que já não existe mais. O Senador Kajuru, então, a adequou, a modernizou.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão.

Ainda faltam dois Senadores registrarem presença.

Vamos passar para o próximo item e fazer já a leitura dele.

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 21, de 2017

- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística de Radiodifusão - CAC nº 35/2017, encaminhado por meio da Mensagem nº 53, de 2017, comunicando a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Rogério Carvalho.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento do OFS 21/2017.

Observações:

1 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Relator não se encontra. Eu queria ver se algum dos Senadores pode atuar *ad hoc*.
Confúcio?

O Senador Confúcio, como *ad hoc*, vai ler o relatório.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – É de relatoria do Senador Rogério Carvalho.

Alguém me ajude aqui por favor!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos lá.

Relatório do Senador Rogério Carvalho. Vou ler a ementa.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre a comunicação de alteração de controle societário de empresa jornalística com base em determinados artigos comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Expõe o relatório, a análise de todos os pontos e o voto do Rogério é: em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício nº 21, de 2017, que encaminha o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 35, de 2017, que comunica a transferência indireta e a modificação do quadro diretivo da TV SBT Canal 4 de São Paulo S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Essa é a opinião do Rogério, que justamente encaminha pelo arquivamento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós vamos passar para os próximos itens, porque ainda falta um para o quórum.

Dos itens 3 a 6, o Relator é o Senador Carlos Viana, que não está presente ainda. *(Pausa.)*

Dos itens 3 a 6, para ler o relatório... Senador Confúcio? Senadora Mailza?

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC) – Bom dia, Senadores, Presidente Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia, Senadora, seja bem-vinda.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para proferir relatório.) – Eu vou diretamente à análise para ser mais rápida.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 218, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 218, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Bugre para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bugre, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senadora.

Nós recebemos aqui um comunicado do Senador Carlos Viana, que já está a caminho e quer relatar o restante dos projetos.

Quero aqui também pedir desculpas aos Senadores... Do item 3, Senadora Mailza, eu não fiz a leitura. Então, quero pedir desculpas e dizer que isso não vai acontecer novamente – pelo menos vou me policiar, não é? Eu não fiz a leitura antes de passar para V. Exa.

Parabéns por sua relatoria.

Nós vamos passar agora, então, já que o Senador Carlos Viana está a caminho, ao item 7.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 98, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Morretes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morretes, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório, que conclui pela aprovação do projeto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Agradeço a V. Exa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que é um Município bonito, turístico, ao lado da Serra do Mar – a maior preservação da Mata Atlântica está no Paraná, como Mata Atlântica contínua. O trem que sai de Curitiba e vai para Morretes é um trem muito procurado por turistas. É um Município que tem no barreado a sua comida típica, uma preparação da carne durante muitas horas. É cortado por vários rios, entre os quais o Rio São João, Nhundiaquara. As pessoas vão muito a Morretes para tomar banho de rio, rio de pedra. E sempre lembro que se deve tomar muito cuidado com isso – algo que acontece em Brasília e em outros lugares também – que a gente chama de cabeça d'água: às vezes começa a chover lá na serra e, mesmo não estando chovendo em Morretes, o rio sobe dois ou três metros. Então, sempre tomar cuidado.

E quero convidar todos para visitar o Município de Morretes, que, tendo a rádio... A rádio aproxima as pessoas, ajuda no desenvolvimento.

Então, eu passo a ler o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 98, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Morretes para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Morretes, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Então, quero parabenizar a associação e o Município de Morretes e desejar que a rádio comunitária faça um belo serviço de aproximação, de comunicação, de democracia, que é do que a gente mais precisa no Brasil.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Eu quero aqui, Senador...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, posso só complementar uma coisa que o Senador Flávio esqueceu de falar sobre Morretes?

Morretes é onde se serve um prato típico paranaense chamado barreado. Quem for a Morretes tem de comer barreado!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer... O Senador Oriovisto, grande amigo também, e morreteano... Quem é adotado por Morretes é morreteano; quem nasce lá é morretense, e o prato típico é o barreado. Então, barreado, conforme o Senador Oriovisto falou, é prato típico. Um dia podemos nos encontrar lá. É uma carne preparada numa panela especial, lacrada, que fica durante muitas horas lá sendo preparada com os condimentos adequados. O pessoal, inclusive, mistura com farinha – em alguns restaurantes – e vira o prato em cima de você. Se não cair é porque está bem preparado; se cair, dá problema para quem está embaixo! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Registro a presença aqui do Senador Luiz Carlos do Carmo.

Eu quero só fazer um comentário sobre o Senador Flávio Arns.

Fiquei muito feliz por estar presidindo juntamente com o senhor ontem aquela audiência em que se discutiu a Lei do Audiovisual. Foi um debate riquíssimo conduzido por V. Exa. Fiquei muito feliz. Agora mais ainda, porque o senhor aqui falou sobre a questão turística lá do seu Estado, falou das cachoeiras e tudo mais, ainda fez uma observação sobre as "cancas" d'água, como a gente as chama em Goiás, com que tem que ter cuidado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E agora, por último, quem não tomou café com certeza está aí salivando, com água na boca pelo que o senhor falou. Eu mesmo fiquei aqui já pensando e viajando. Com certeza, nós vamos lá experimentar essa comida.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente... Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim, senhor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, como há quórum agora, eu acho que já se pode votar, porque nós temos aqui alguns radialistas de associações sindicais que estão apreensivos quanto a isso. Sem querer ser chato e indelicado, eu queria colocar em votação para a gente passar adiante.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos para o item.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vai votar tudo de uma vez?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos votar tudo de uma vez, porque estão faltando poucos aqui.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, item nº 8.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Canari Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: 1 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu gostaria só de pedir aos demais, aos que estão participando, um pouco de silêncio para que a gente seja compreendido.

Seja bem-vindo, Senador Paulo!

Com a palavra o Relator, Senador Arolde de Oliveira.

O Senador Arolde não chegou ainda, não é?

Senador Plínio, o senhor pode relatar como *ad hoc*, por favor?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – O.k., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fazer a leitura, aliás.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Deixa eu só localizar aqui. Cadê? Está aqui.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O oito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Do Arolde de Oliveira, não é? Deixa eu ir ao relatório. Está aqui. Localizei o relatório. Está aqui já, Presidente.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2018 (nº 721, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Canari Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro.

Relatório.

O relatório é de praxe, falando que chega à Comissão, citando os artigos. Expõe os motivos que chegaram até aqui, que são todos constitucionais.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno, ele é totalmente constitucional, o processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização, quer dizer, diz que esta Comissão tem prerrogativa para analisar.

Portanto, eu vou, Presidente, ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 115, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Canari Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Iguaba Grande, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É pela aprovação, senhores.

Esse é o relatório e o voto, Presidente, do Senador Arolde de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Nós vamos fazer a leitura de todos e fazer uma votação única. O.k.? Todos concordam? Aprovado? (Pausa.)

Item 4. O Senador Carlos Viana já chegou.

Nós vamos passar agora, retornando, ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 89, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Angelândia, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: 1 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 174, de 2018

- Terminativo -





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dolores de Campos - ASCAD para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dolores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: 1 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 178, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poté, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: 1 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator desses três projetos, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Senador Vanderlan, meu bom dia a V. Exa. Bom dia a todos os Senadores e Senadoras presentes. A todos os que nos acompanham, meu muito obrigado.

Peço desculpas pelo pequeno atraso, Sr. Presidente. Estava em uma outra reunião com a ANTT, sobre as questões importantes ligadas à mobilidade nas minhas Minas Gerais, especialmente a questão das ferrovias, que é um assunto que nós precisamos discutir no Brasil com muita profundidade, mas agora vamos dar sequência aqui às leituras.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2018 (nº 633, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Angelândia, no Estado de Minas Gerais.

O projeto foi recebido nesta Comissão, em caráter terminativo. Recebeu o número de PDS 89, de 2018.

Vou fazer aqui uma leitura da análise, que peço a V. Exa. considere para todos os outros que lerei também, uma vez que é uma análise jurídica e terá a mesma validade para todos os demais relatórios que apresentarei a esta Comissão.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que os projetos, que serão lidos, estão em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Ou seja, não encontramos aqui, durante a avaliação, qualquer óbice à aprovação do decreto que chegou ao Senado.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 218 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angelândia, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Essa é a leitura, Sr. Presidente, do PDS nº 89.

Aprovamos e colocamos para esta Comissão em voto.

Da Comissão de Ciência e Tecnologia, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2018 (nº 503, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos (Ascad) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais.

Também fizemos uma apurada verificação de todos os dados, de todo o decreto de aprovação, e temos aqui o voto.

Tendo em vista que o exame dessa documentação que acompanha o PDS nº 174 não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Cultural Amigos de Dores de Campos (Ascad) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Dores de Campos, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o nosso voto, Sr. Presidente.

Por último, nós temos, em caráter terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 178 (nº 1.013, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Poté, Estado de Minas Gerais.

Nosso voto.

Tendo em vista que a documentação do PDS nº 178, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana) para executar serviço





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de radiodifusão comunitária no Município de Poté, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Nosso voto, portanto, como Relator, com muita satisfação.

Saúdo a Rio Doce Comunicação e Marketing Ltda., saúdo a Associação Cultural Amigos de Dores de Campos, e saúdo também a Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Poté (Rádio Metropolitana). Os nossos parabéns, préstimos e desejos de que tenhamos uma sociedade cada vez mais bem informada.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Sr. Senador.

Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 122, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à Televisão Altamar Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

1 - A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Confúcio Moura, para fazer a leitura do seu relatório, que conclui pela aprovação do projeto.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Senador Vanderlan, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, antes de fazer a leitura, eu queria fazer algumas sugestões à Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu acho a Comissão de Ciência e Tecnologia muito dada às votações de relatórios de projetos de concessão de emissoras de rádio e televisão. Fica assim um lugar comum – e muito pouco utilizada – o real objetivo desta Comissão valorosa para este momento atual. Eu proponho a V. Exa. a gente começar uma temática mais ampla, além dessas triviais, que seria a discussão sobre as cidades inteligentes, as cidades digitalizadas. Seriam nossas proposições através do Orçamento da União, de colocarmos recursos para a internet para todos, inclusive na área rural, principalmente nas escolas brasileiras. Que nós colocássemos também uma proposição importante, Sr. Presidente, que seria a universalização da segurança pública através de centros de comandos e controles digitalizados, equipamentos importantes para as cidades brasileiras mais violentas, principalmente nas áreas metropolitanas. A iniciação científica nas escolas, através da robótica e outros itens importantíssimos, é que devemos debater aqui. Uma coisa de que a gente fala muito, muito, muito e sobre a qual age pouco é a inovação. O que é inovação? Qual é o papel da ciência e tecnologia na inovação prática, no dia a dia? Como é que nós poderemos começar algo de concreto no aspecto da discussão sobre a inovação? Essa busca de recursos é extremamente importante. Então, eu chamo a atenção de V. Exa.

E até me coloquei aqui para ser titular, mas o meu partido me colocou como suplente; eu fiquei contrariado porque eu queria ser o titular desta Comissão para debater essa amplitude desse mundo moderno. Nós estamos vivendo a grande revolução, a quarta revolução industrial – e a quarta revolução industrial é digital, tudo é digital, é Google, é Amazon, é todo esse mundo de algoritmos complexos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não podemos ficar muito atidos a esse roteiro aqui, porque podemos aprovar isso tudo aqui quase que em bloco – não é? –, para começarmos uma temática bonita, grandiosa, um repertório de inteligência aqui dentro desta Comissão.

Assim sendo, eu encerro as minhas sugestões a V. Exa., a título de meras sugestões. E eu vou estar mais presente, mesmo como suplente, pois vai faltar alguém e vou ocupar a titularidade.

Então, vamos ler o nosso relatório com muita honra.

Eu vou relatar favorável à concessão da Televisão Altamar na cidade de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina – radiodifusão e televisão.

Então, eu faço toda a exposição necessária aqui. O projeto está bem completo, com toda a documentação em dia, passou por todas as instâncias. A constitucionalidade, a técnica legislativa, tudo bonito, não é? Eu vou me limitar aqui – não vou fazer a exposição, com uma leitura cansativa –, vou ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 122, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Televisão Altamar Ltda., na cidade de Rio do Sul, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Assim sendo, eu, sem conhecer Rio do Sul, desde já, mando um abraço a toda a população. Nós estamos aqui hoje, nesta Comissão, aprovando um grande benefício, que é um sistema de televisão e radiodifusão para aquela comunidade.

Eu me comprometo a fazer uma visita a Rio do Sul oportunamente.

Era só isso, Sr. Presidente.

O voto é favorável.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, eu também quero concordar com o relatório. Evidentemente, conheço a cidade de Rio do Sul, o Município. A família do meu pai é de Santa Catarina, a da minha mãe também. Amo aquele Estado. Considero-me, inclusive, um quarto Senador de Santa Catarina.

Quero, antes disso, só concordar inteiramente com os pontos levantados pelo Senador Confúcio Moura em relação ao matemático. Ontem, foram tão interessantes, com o audiovisual, Educação e CCT, vários dos itens levantados, por exemplo: internet na escola, robótica para os jovens. Nós podemos, sobre esses temas, fazer em conjunto também, Educação e CCT. Eu até sugeriria, Sr. Presidente, que a assessoria da Comissão pudesse, depois, já com base no que o Senador Confúcio Moura colocou, pegar esses temas e aprovarmos, na outra reunião, os requerimentos aqui, para que esse debate tão importante... Quanto à internet, por exemplo, mesmo no Paraná, nós não temos internet na zona rural, o que é um drama. Na zona urbana, ainda é um drama. A telefonia entre Cascavel e Toledo, que são dois Municípios prósperos, é inexistente. São 40 quilômetros de distância, e não existe telefonia.

Então, isso é fundamental para a zona rural, para a zona urbana, para o jovem ficar no campo, ter alternativas.

A robótica também. Se tantas universidades entrarem nesse debate sobre a importância das instituições de ensino superior, elas podem trazer toda a experiência de robótica. A Unicamp, por exemplo, tem exposições itinerantes nessa área.

Então, vamos aprovar na outra reunião os requerimentos e vamos partir para essa linha de atuação, além das rádios, obviamente, pois também temos de dar seguimento e tudo.

Mas quero concordar com o que o Senador Confúcio Moura colocou.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde, com a palavra.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Obrigado.

Inicialmente, Presidente Vanderlan, eu queria me desculpar, pois eu me atrasei para a leitura aqui do relatório...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O que não é comum, né, Senador? V. Exa. sempre está presente aqui.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Não é comum. É uma Comissão muito importante, mas, infelizmente, aquela lei da física, da ubiquidade, não nos permite estar ao mesmo tempo em dois lugares diferentes ou vice-versa.

Então, eu queria pedir desculpas e agradecer ao Senador Plínio Valério pela gentileza de ter lido o meu relatório. E quero dizer que Iguaba Grande também agradece pela outorga de permissão à Canari Participações S.A.

Eu gostaria também de falar, se V. Exa. me permitir, em dois minutos, sobre esse item 1, que tratou da certificação funcional para o radialista.

Todos nós estamos ouvindo pronunciamentos e acompanhando o que se passa hoje nessa área de tecnologia, principalmente com a convergência tecnológica, tudo para a comunicação. A comunicação está passando por um momento de transição acelerada, de deslocamento de funções e, naturalmente, haverá readaptações.

Nós temos que entender que o processo comunicativo, desde que se iniciou com o ser humano, que é a única criatura capaz de se comunicar na plenitude, sofreu uma série de transformações. Nós viemos lá da comunicação interpessoal da caverna, depois do comício, depois veio a imprensa, com Gutenberg, as telecomunicações e o computador, que ampliou o processamento das informações. Enfim, chegamos aos nossos dias e, hoje, todos aqueles meios de comunicação que eram de massa permanecem ativos. De alguma forma, nós ainda temos o comício, nós temos o livro, nós temos o cinema, nós temos as telecomunicações, o computador, tudo se ajustando.

E vivemos agora um momento em que durante um longo tempo tivemos, na comunicação de massa, a radiodifusão sonora e a radiodifusão de sons e imagens. Hoje esses dois meios de comunicação sofrem o mesmo impacto da tecnologia e, nesse impacto, o que mais está sofrendo é justamente a televisão. A televisão tradicional está cedendo espaço hoje. Segundo avaliações, cerca de 70% da opinião pública são formados através das redes sociais, que é uma comunicação desintermediada, horizontal, e ela já não é mais uma comunicação de massa, não é mais uma comunicação simplesmente social, ela já é uma comunicação psicossocial. É como se a comunicação interpessoal da caverna viesse para estes nossos dias massificada, é mais ou menos isso. E, dentro das avaliações que se fazem, justamente o rádio, ou a rádio, FM principalmente, que é a que persiste, é aquela que se adapta a essas novas técnicas de comunicação horizontal, porque a rádio é extremamente interativa e, por ser interativa, ela se adapta.

Então, esse projeto que prevê a criação de uma identificação funcional para o radialista é oportuno, ainda é muito oportuno, porque a radiodifusão sonora é interativa. Eu já não diria a mesma coisa para a televisão vertical e intermediada, porque essa, naturalmente, nos próximos anos terá que se reajustar completamente a um novo modelo. Mas a rádio FM permanecerá ainda por muito tempo como um meio de comunicação quente, um meio de comunicação com interatividade com os sistemas horizontais proporcionados hoje pela internet.

Era essa a observação que eu queria fazer sobre o item 1 também.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sou eu quem agradeço, Senador, a sua observação.

Essa matéria vai ser encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Como a gente tem quórum e há outras comissões de que os senhores participam, encerrada a leitura dos relatórios, coloco em discussão as matérias constantes dos itens 3 a 9.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, eu encerro...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, eu não entendi.

O item 1 vai para a Secretaria-Geral?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O item 1 vai. Estamos, primeiro, aproveitando o quórum dos Senadores, com os itens terminativos, do 3 ao 9.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Como já há quórum de novos Senadores, consulto os Senadores se podemos fazer a votação das matérias em conjunto.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação os projetos constantes dos itens 3 a 9, nos termos dos relatórios apresentados.

Quem vota com os relatores vota "sim".

Os Senadores já podem votar, iniciar a votação.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Quero registrar aqui, ainda em tempo, a presença do Sr. Cláudio Lopes Maia, Vice-Diretor da UFG Regional de Catalão.

Obrigado pela presença.

Alessandro Martins, Professor da UFG de Catalão e Jataí, obrigado pela presença.

Marcos Wagner, Professor da UFG de Jataí, obrigado pela presença.

Danival Freitas, da UFG de Jataí, também presente.

Eu quero, aqui, Senador Confúcio, agradecer ao senhor as suas colocações, a sua fala.

Para nós é um prazer enorme a participação dos Senadores nesta Comissão. As dificuldades às vezes são grandes, mas eu estou vendo que a nossa Comissão tem, a cada reunião nossa, a cada debate que acontece aqui, crescido. E nós temos buscado aperfeiçoar, buscado realmente o que é de discussão dentro da Comissão de Ciências e Tecnologia, para que não fique somente... Essa era uma das minhas preocupações ao assumir.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Então, encerrada a votação. *(Pausa.)*

Estão aprovados os projetos com 11 votos.

A Comissão aprova os projetos constantes dos itens 3 a 9 com 11 votos... *(Pausa.)*

... com 10 votos.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de ler o item 10, só para aproveitar a oportunidade de ter alguns Senadores aqui ainda, só para finalizar essa questão, Senador Plínio, que é importante, e o senhor faz parte desta Comissão, ao assumirmos a Comissão, Senador Flávio, nós tínhamos aqui quase 220 projetos, alguns deles há quase três anos. A primeira medida que nós tomamos foi designar os relatores desses projetos, por isso está havendo tantos projetos agora em discussão aqui com relação a aprovação de rádio e TV na Comissão. Muitos foram os projetos debatidos aqui. Para audiências públicas foi chamado o Ministro da Ciência e Tecnologia, foram feitas reuniões também com relação à questão das energias alternativas, fizemos vários debates e há vários requerimentos aprovados para chamarmos outras áreas que não sejam só essas.

Eu queria aqui aproveitar e pedir a V. Exas. que estejam apresentando, Senador Confúcio, também os requerimentos para que sejam convidados... Como já temos vários. Daqui a pouco estaremos lendo requerimentos para aprovação.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Sr. Presidente, estou confuso. Não entendi por que o item 1 não precisa de votação, nem que seja simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Do item 3 ao item 9, precisa ser presencial.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Vai haver votação simbólica?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Do item 1 ao 3, só no painel, Senador. É do 1 ao 2.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Que vai ser votado agora, porque... *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Precisa, mesmo que seja simbólica, não é, Presidente? O pessoal está indo embora...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 1. A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu queria só encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim, Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – Presidente, esse projeto é de muita importância para a organização dos trabalhadores, das profissões e do movimento sindical. Isso reforça a ideia das conquistas, na Constituição de 1988, da chamada liberdade e autonomia sindical. Então, é muito importante aprovar esse projeto, porque dá exatamente aos sindicatos, à organização dos trabalhadores ou das profissões, independentemente de ser de trabalhador ou não, a liberdade de se organizar, dizer como se organiza e dizer como se autoriza.

Estou dizendo isso porque, na contramão do que está acontecendo no País, através do Governo, ele está retomando para si a intervenção do Estado, a força do Estado na questão da organização não só dos trabalhadores, mas do setor produtivo, que se organiza, haja vista a intervenção não só através da Medida Provisória 683 ou 687, que na verdade não só intervém na organização sindical dos trabalhadores, como também intervém na sua existência. E não é só com os trabalhadores. A questão





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da intervenção no Sistema S, no setor produtivo, cortando 40%, se não me engano, também é uma intervenção.

Por isso chamo a atenção dos nossos pares no sentido de a gente aprovar este projeto que vai exatamente contra a força do Estado na intervenção das organizações principalmente dos setores produtivos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente ...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, permita-me.

Eu só queria falar da felicidade, Paulo, que tive em me tornar Senador, por benção de Deus, e estar aqui para poder relatar um projeto dessa natureza. Como radialista e jornalista que sou, a carteira que uso como identidade é a de jornalista, a de radialista não valia para nada. E, a partir deste momento, é um reconhecimento a essa categoria por tudo o que o Paulo falou e também pelo lado social, a dignidade, a gente está resgatando realmente uma categoria que merece o nosso respeito.

Eu estou muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Plínio Valério, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao PLC 153, de 2017, com Emenda 1 da CAS/CCT.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 2, que já foi lido, Ofício S nº 21, de 2017.

A matéria está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado o relatório do Senador Rogério Carvalho, que passa a constituir o parecer da CCT, pelo conhecimento e arquivamento do Ofício 21, de 2017.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 10.

ITEM 10
REQUERIMENTO Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), destinada a debater “Os possíveis impactos da abertura de capital dos Correios”, com a presença do Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Juarez Cunha.

Autoria: Senador Eduardo Gomes





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Eduardo Gomes, autor do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente. Sras. e Srs. Senadores, eu tenho desenvolvido nos últimos dias uma linha de pensamento abrangente, já que boa parte do meu Partido e alguns Senadores se decidiram pela colaboração neste momento com o Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

E são recorrentes, nesta Comissão, em outras comissões e no Plenário, pontos de observação de Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, também expectativa e certo apoio ao Governo. É importante reconhecer isso, porque há muito debate no Plenário e nas Comissões, mas na construção efetiva de pauta, o Governo tem contado com a colaboração de todos os partidos. Então esse é um ponto de vista que a sociedade às vezes demora um pouco a observar, mas há uma construção de bom senso no Senado Federal em diversos temas do Senado com o Governo e com este momento que o País atravessa. Essa é a justificativa.

E também é um ambiente em que a gente quer debater, Senador Paulo Rocha, a situação dos Correios, porque há informações desencontradas na imprensa sobre a intenção de abertura de capital, ou a intenção de privatização, ou a intenção de modernização e um trabalho específico para os Correios.

Eu tenho certeza de que não há um brasileiro que não tenha um ponto de gratidão, principalmente os que moram nos Estados do Norte e Nordeste, pelo trabalho incansável dos profissionais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos do País, historicamente vinculada a desbravar o interior brasileiro e a prestar bons serviços.

É evidente que sempre surge o debate sobre a utilização de fundos ou qualquer outro tipo de gestão, mas todas as vezes que se pensa em assistência nos diversos serviços prestados pelos Correios neste País, sob o ponto de vista dos seus profissionais, dos brasileiros que entregam a sua carga horária de trabalho a um serviço de integração social, os Correios sempre se destacam pela sua devoção e pela sua capacidade de empresa brasileira que chega verdadeiramente ao interior, aos rincões deste País.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço apoio aos eminentes Senadores, que nos ajudem a realizar essa audiência pública absolutamente desprovida de qualquer debate ideológico ou político, de política partidária, porque, afinal de contas, nós estamos falando de mais de 100 mil colaboradores, funcionários dos Correios que, em todos os Municípios brasileiros, prestam serviço.

Portanto, é mais uma das providências desta Comissão que, presidida por V. Exa., tem dado a este País várias audiências públicas de qualidade.

Então é esta a minha intenção: pedir o apoio dos nobres pares e a consideração para este momento, porque há uma expectativa muito grande no País, de centenas, de milhares de brasileiros, profissionais, com as suas famílias, e daqueles que são atendidos pelos Correios e Telégrafos, de que a gente coloque clareza nesse debate. É uma função desta Comissão. Esta Comissão, bem presidida por V. Exa., tenho certeza de que nos apoiará nesse pleito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Eduardo. Isso enriquece a nossa Comissão.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Muito pertinente esse requerimento do Eduardo, principalmente para nós, para o Brasil como um todo, mas para nós da Amazônia, os Correios continuam sendo importantes, muito importantes.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E também, Paulo, de novo, é o momento de apoiar essa categoria, esses trabalhadores que tiveram e continuam tendo tantos problemas.

Então acho que se a audiência pública for como o Eduardo está planejando, a gente só tem a ganhar. Vai ter meu apoio, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Eu tenho muita relação direta com a questão dos Correios, principalmente na organização dos trabalhadores. Eu sou autor de duas leis aqui, na verdade, de anistia, quando daqueles movimentos grandes, grevistas, eram demitidos muitos. Sou autor de duas leis.

Mas eu queria entrar exatamente no debate que você levanta aqui, que é... V. Exa. também estava aqui como Deputado à época em que veio essa coisa da discussão sobre privatização, e veio muito forte essa polarização que existia no mundo entre o público e o privado etc. E, principalmente... Se em alguns países dá certo, no nosso País, com essas grandes diferenças, pode dar certo em algumas situações, onde as distâncias são menores, onde os centros geográficos são mais desenvolvidos etc. No caso da Amazônia – e nós três estamos aqui –, há que se levar em consideração as distâncias. É o caso da telefonia, de que alguém já reclamou aqui, e este caso dos Correios.

Claro que toda empresa se implanta para poder auferir, ao final, lucros para poder se manter, inclusive a pública. Então, essa questão aí é fundamental nesse debate, de tal modo que teria de vir um presidente aqui e dizer o conjunto da situação da empresa e as regiões onde a presença do viés público exige maior definição etc.

Tanto é assim que, aqui mesmo no Brasil, nós já buscamos saídas para essa situação, que é a parceria público-privada. Então, não ficar nessa posição radicalizada, seja de um pelo público, seja de outro pelo privado, totalmente privado, mas podendo sair, quem sabe, a medicação, especialmente em uma questão como essa, em que o papel dos Correios é fundamental, não só o papel em si, como ele já disse aqui, sua função, mas aquele que eles cumprem também como uma função social fundamental, principalmente nas nossas regiões, então, é muito importante esse debate. Eu acho, inclusive, que a gente tinha de fazer depois o convite, que pode ser produto de um novo requerimento no sentido de que, ao chamar o presidente para poder... Eu percebi a sua intenção, de a gente mostrar a empresa, a sua importância e as suas questões todas, mas, depois, eu acho que seria bom a gente fazer uma outra audiência com outras personalidades que envolvem essa questão.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Eu acho até, Presidente, se for possível – eu acho que tem amparo regimental, se ficar esclarecido pela Secretaria da Comissão que é possível –, fazer novos convites, ampliando isso para o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia. O Presidente tem essa prerrogativa de convidar outros agentes para aproveitar melhor a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fui informado aqui, Senador Eduardo, que nós podemos fazer um aditivo a esse requerimento, convidando outras pessoas.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Inclusive, nós já usamos desse expediente aqui.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Muito bom, Presidente. Muito bem.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A audiência pública será realizada em data oportuna.

Eu queria fazer uma retificação aqui sobre o destino do item 1.

Nós dissemos aqui que o destino seria a Mesa, a Secretaria-Geral da Mesa. Não é; é a CCJ.

Então, foi corrigido aqui.

Eu queria consultar também os nobres Senadores sobre a inclusão de dois requerimentos extrapauta.

Vou ser bem...

Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal, art. 93, II; Regimento Interno do Senado Federal...

Como o requerimento é meu, passo a Presidência aqui para o Senador Paulo fazer a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o desenvolvimento regional por intermédio dos Parques Tecnológicos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Anderson Paiva Cruz – Diretor do Parque Tecnológico Metrópole Digital;
2. Elso Alberti Júnior – Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Parque Tecnológico de São José dos Campos;
3. José Alberto Aranha – Presidente da Anprotec;
4. José Luís Nicolas Audy – Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUC/RS.

Sala das sessões, 7 de maio.

Senador Vanderlan Cardoso.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A data da audiência será combinada com a Presidência.

Requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o potencial de geração, distribuição e armazenamento da cadeia produtiva do setor fotovoltaico e eólico do Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Rodrigo Lopes Sawaia – Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar;
2. Elbia Silva Gannoum – Presidente da ABEEólica;
3. Ruberval Baldini – Presidente da Associação Brasileira de Energias Alternativas e Meio Ambiente.

Sala das Comissões.

Senador Vanderlan Cardoso.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu queria dar uma sugestão.

Qual é o Estado hoje que tem maior experiência em gerar a produção fotovoltaica? Bahia ou...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fotovoltaica?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Produção de energia solar.

Acho que era bom chamar uma...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Mas expandiu tanto, Senador, que hoje o Piauí está com a termossolar, se não me engano, de 500 megas de energia; Minas; foi anunciado em Goiás, agora, pelo Governador, uma de 600; parece que vai ser uma das maiores do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quem sabe não seria bom chamar alguém desses Estados que têm maior experiência de positividade na questão para falar um pouco do avanço e das consequências na economia, no setor produtivo etc. Não sei, é uma sugestão.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É. Eu acho que pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A audiência pública terá definida a sua data pela Presidência.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Esse requerimento sobre os polos tecnológicos a gente já vem discutindo em audiências reservadas com pessoas de alguns Estados.

Eu acho importante nós trazermos para cá essas discussões, essas pessoas que se dispuseram a vir aqui e que foram contactadas, o Sr. Anderson Paiva Cruz, Diretor do Parque Tecnológico Metrópole Digital; o Sr. Elso Alberti Junior, Diretor de Desenvolvimento de Negócios do Parque Tecnológico de São José dos Campos – a gente pode conhecer um pouco e saber o quanto já avançou; nós os convidamos para falar dessas experiências aqui conosco, Senador Eduardo –; o Sr. Jorge Luis Nicolas Audy, Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUCRS; e também outras pessoas que os Senadores quiserem chamar para aqui falarem.

Com relação a esse outro requerimento, que é a realização de audiência pública para discutir geração, distribuição e armazenamento de energia, nós já discutimos na nossa Comissão, chamando aqui a Eletrobras, o Ministério de Minas e Energia e os Presidentes das PCHs do Brasil, para ver o potencial. E agora nós queremos discutir a eólica e a termossolar com mais propriedade. O que nós vimos aqui foi uma apresentação do potencial do que já estava instalado no Brasil.

Então, agradeço pela aprovação desse requerimento.

Sem mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, para concretizar mais a sugestão – pelo que a assessoria aqui me mostrou, a Bahia realmente já tem um parque grande –, poderíamos, quem sabe, chamar o secretário de infraestrutura ou de energia da Bahia para participar dessa Mesa.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vou fazer um requerimento...





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A Presidência volta para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nós vamos fazer um aditivo ao requerimento com o que V. Exa. falou.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a participação de todos.

Agradeço à equipe que trabalhou muito para que esta reunião fosse realizada com êxito.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 42 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia quinze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Weverton, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jorge Kajuru, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha e Marcos do Val. O Senador Rogério Carvalho comunica que estará em missão oficial no exterior entre os dias 12 e 16/05/2019, conforme Requerimento nº 358/2019. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença da Sra. Nayara Barcelos, da cidade de Rio Verde, do Sr. Jader Melo, segundo suplente, do Sr. Araez, da cidade de São Simão – Goiás, acompanhado do Sr. Jean. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Ofício "S" nº 7, de 2017 - Não Terminativo - que: "Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Web Portal Paraná Ltda." Autoria: WEB PORTAL PARANA. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da Matéria. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 18, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Cesar Pontes, informações sobre o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Orlândia, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2013." Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Resultado: Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado do requerimento de informações. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 19, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a importância da regulação do mercado de criptoativos no Brasil, sob a perspectiva da proteção ao consumidor e defesa da ordem econômico-financeira nacional." Autoria: Senadores Flávio Arns e Paulo Rocha. Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Paulo Rocha. O Senador Paulo Rocha assume a presidência para deliberação dos itens 4 e 5 sob a relatoria do Senador Vanderlan Cardoso. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 93, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ECOLÓGICA RIO DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 144, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sanclerlândia, Estado de Goiás." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 307, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PRESIDENTE EPITÁCIO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento do Projeto. Observação: Os Senadores Arolde de Oliveira e Paulo Rocha fazem uso da palavra. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 55, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mamma Bianca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valparaíso, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 182, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao Centro Universitário de Franca - UNIFACEF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Franca, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 476, de 2012 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento do Projeto. Observação: O Senador Luis Carlos Heinze faz uso da palavra. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 116, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Rocha (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento do Projeto. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 145, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Riopombense de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/15>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 7, de 2017
- Não terminativo -

Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Web Portal Paraná Ltda.

Autoria: WEB PORTAL PARANA

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da Matéria.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Chico Rodrigues, que não se encontra.

Peço ao Senador Paulo Rocha para fazer a leitura, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Ofício "S" nº 7, de 2017, que comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, alteração da composição do controle societário da empresa jornalística Web Portal Paraná Ltda.

Vem a esta Comissão o ofício. A referida comunicação foi inicialmente apreciada pela CCT, em 10 de abril de 2018, quando foi aprovado o Requerimento nº 202, solicitando ao Ministério de Ciência e Tecnologia as seguintes informações referentes às alterações societárias promovidas pelas empresas Editora e Gráfica Paraná Press S.A. e Editora Gráfica ECCO Ltda. e Web Portal Paraná Ltda.

A resposta ao mencionado requerimento foi recebida por meio do ofício do ministério de 29 de novembro de 2018 que encaminhou a nota informativa.

Sr. Presidente, de acordo com o art. 104-C do Regimento Interno da Casa, compete a esta Comissão essas atribuições.

No dia 28 de maio de 2002, o Congresso Nacional promulgou a Emenda à Constituição nº 36, alterando a redação original do art. 222 da Carta Magna. A partir dessa modificação, as regras de propriedade e controle desses veículos de comunicação foram flexibilizadas, permitindo-se a participação de capital estrangeiro, limitado a 30%, em sua composição acionária.

O detalhamento desse dispositivo está presente no parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, que delegou ao Poder Executivo o envio, ao Congresso Nacional, da comunicação de alteração societária das emissoras de radiodifusão, e às próprias empresas jornalísticas a informação a respeito de modificações na composição de seu capital social.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É de se ressaltar o recebimento, por esta Casa, além do Ofício “S” nº 7, de 2017, os Ofícios “S” nº 6 e nº 8, também de 2017, que dão conta das alterações desta sociedade ora em análise. De acordo com as informações encaminhadas, ambas as empresas passaram a ter como principal acionista a Sra. Alessandra Andrade Vieira Mejia, sócia majoritária da Web Portal Paraná Ltda.

Em resposta ao requerimento, o ministério respondeu que está impossibilitado de fornecer as informações e documentos solicitados, visto que “as empresas [...] não executam qualquer serviço de radiodifusão, devendo tal pedido ser direcionado à Junta Comercial do Estado do Paraná – JUCEPAR ou diretamente às entidades envolvidas”.

Em que pese as empresas realmente não executarem os serviços de radiodifusão e sim atividades jornalísticas, entendemos que compete ao ministério buscar junto aos órgãos de registro comercial ou requisitar diretamente das empresas envolvidas todas as informações solicitadas por esta Casa para instruir o presente processo.

Isso porque, de acordo com o previsto no §2º do art. 2º da Lei.

Isso porque, de acordo com o previsto no §2º do art. 2º, da Lei 10.610, de 2002, é facultado ao órgão do Poder Executivo expressamente definido pelo Presidente da República requisitar das empresas jornalísticas e das de radiodifusão, dos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas as informações e os documentos necessários para a verificação do cumprimento dos mandamentos legais.

Em vista do exposto, votamos pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações de novo requerimento de informações, e pelo sobrestamento da tramitação do OFS nº 7, de 2017, nos termos do art. 335 do Regimento.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes às alterações societárias promovidas nas empresas Editora e Gráfica Paraná Press S.A., Editora e Gráfica ECCO Ltda., e Web Portal Paraná Ltda.:

- 1) a relação societária entre as referidas empresas;
- 2) a comprovação de que todos sócios, gestores e responsáveis pela linha editorial das referidas empresas são brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Sala da Comissão.

É o relatório, o voto e o encaminhamento do Requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado Senador.

Item 2.

Nós vamos fazer a leitura de todos e, como já deu o quórum, depois a gente faz a votação.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
INFORMÁTICA Nº 18, de 2019
- Não terminativo -





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Cesar Pontes, informações sobre o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Orlândia, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2013.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Observações:

O requerimento de informações será apresentado ao Plenário do Senado após a deliberação da CCT. Os assessores informaram que a Senadora está vindo, mas pediria ao Senador novamente, Senador Paulo, que faça a leitura para nós ganharmos tempo, já que tem três... (Pausa.)

Ela vai ler?

Ela está chegando?

Bom, Senador Paulo, ela pediu, disse que está chegando e vai ler.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA Nº 19, de 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a importância da regulação do mercado de criptoativos no Brasil, sob a perspectiva da proteção ao consumidor e defesa da ordem econômico-financeira nacional.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR).

O requerimento é do Senador Flávio Arns, foi subscrito pelo Senador Paulo Rocha.

Por favor, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.)
– Requerimento nº 19, de 2019.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater a importância da regulação do mercado de criptoativos no Brasil, sob a perspectiva da proteção ao consumidor e defesa da ordem econômico-financeira nacional.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. representante do Banco Central do Brasil;
2. representante da Comissão de Valores Mobiliários;
3. representante da Secretaria da Receita Federal;
4. representante da Associação Brasileira de Criptoeconomia (ABCripto);
5. representante da Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain (ABCB).

Justificação.

É inegável o elevado crescimento da circulação dos criptoativos na economia brasileira, decorrente de um fenômeno globalizante [...].

A questão já está sendo amplamente discutida e tratada mundo afora.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

[...]

No Brasil, carecem totalmente de regulamentação as empresas que negociam ou fazem a intermediação desses ativos virtuais [...], as quais agem livremente no mercado pátrio à míngua de qualquer supervisão ou fiscalização de órgãos governamentais.

[...]

Com efeito, concebemos essa audiência como uma oportunidade ímpar de discutir a importância do esforço regulatório no âmbito do setor dos criptoativos, com os objetivos de esclarecer a natureza dos criptoativos e de suas espécies, debater a necessidade de haver requisitos impostos às pessoas e empresas que negociam os criptoativos no mercado brasileiro, definir o ente público mais adequado para atuar na supervisão e fiscalização desse setor, e analisar a importância da criação de tipos penais específicos para combate às práticas ilegais existentes no crescente mercado das moedas virtuais.

Sala da Comissão [...].

A autoria é do Senador Flávio Arns, e eu o subscrevo, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Oriovisto, seja bem-vindo à nossa Comissão.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 476, de 2012

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento do Projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Já chegou o Chico Rodrigues? (Pausa.)

Senador Oriovisto, pode fazer a leitura, por favor?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. *Fora do microfone.*) – Eu faço de bom gosto, se tiver o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Por favor, pessoal da Comissão.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Então, Sr. Presidente, trata-se do parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2012, que aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O relatório diz que retorna ao exame da Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2012 (387/2011 na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do Art. 49, inciso XII, combinado com o Art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instituída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Em 11 de junho de 2013, esta Comissão aprovou o Parecer nº 1.322, de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, mediante o qual foi sobressaltada, pela primeira vez, a tramitação do PDS 476, de 2012, e acatado o encaminhamento ao então titular do Ministério das Comunicações do Requerimento de Informações nº 1.379, de 2013, solicitando uma série de informações acerca de denúncias de irregularidades envolvendo os sócios da Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.

Em 18 de março de 2014, o Senado Federal recebeu, do então Ministro de Estado das Comunicações, resposta ao requerimento encaminhado, concluindo pela remessa de ofício à Procuradoria Regional da União para o ajuizamento de ação de quebra de sigilo fiscal e bancário da empresa, bem como à Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal para providências cabíveis.

Em 3 de junho de 2014, a CCT aprovou o Parecer 592, de 2014, também elaborado pelo Senador Flexa Ribeiro, com requerimento para que o exame do projeto fosse novamente sobressaltado e que o ministério responsável informasse o resultado das investigações em curso contra a Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.

Em 3 de fevereiro de 2016, mediante o Ofício 24, de 2016, o Senado Federal enviou ao então Ministro de Estado das Comunicações cópia do parecer aprovado por este Colegiado, para as devidas providências. No entanto, até a presente data, a Comissão não obteve qualquer informação acerca da conclusão das apurações. No dia 27 de dezembro de 2018, devido ao prolongado decurso de tempo desde a aprovação do Requerimento nº 649, de 2014, a Presidência desta Casa determinou o retorno da matéria à CCT para seu reexame.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, inciso VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Nesse sentido, ao receber denúncia acerca de eventual descumprimento das normas vigentes por parte da entidade interessada em executar os mencionados serviços, compete a ela buscar o encaminhamento adequado para sua averiguação, de forma a sanar eventuais irregularidades do processo.

A despeito de o ato de outorga a que se refere o PDS nº 476, de 2012, ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados, já que a validade jurídica do ato do Poder Executivo depende da aprovação das





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

duas Casas Legislativas, foi oportuno e tempestivo o encaminhamento do Requerimento nº 649, de 2014.

Assim, propomos que seja enviado ao Poder Executivo, dessa vez para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, requerimento que busque informações acerca do andamento das apurações e eventuais resultados da investigação relativa ao processo em tela.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 476, de 2012, nos termos do art. 335 do Risf.

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações referentes às investigações sobre as denúncias formuladas contra o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio dos Ratos, Estado do Rio Grande do Sul.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Com a palavra o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, só para referir, Senador Oriovisto, que Arroio dos Ratos fica na região carbonífera do Rio Grande do Sul e que há muito tempo a comunidade vem lutando por essa emissora. Eu acho que é muito importante que aquela comunidade, próxima de Porto Alegre, possa ter essa emissora.

Portanto, eu acho que o relatório que está sendo colocado aqui vai dar andamento ao processo, que é de 2012 – nós estamos em 2019 –, e a comunidade anseia há muito tempo por essa solução.

Obrigado pelo parecer do Senador Chico Rodrigues que V. Exa. ratifica neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Passemos ao item 10.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Chico Rodrigues.

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento do Projeto.

Observações:





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A relatoria é também do Senador Chico Rodrigues, que não se encontra.

Senador Heinze, V. Exa. poderia fazer a leitura, por favor? *(Pausa.)*

Desculpe, Senador.

Eu estou com tanta vontade, Paulo, que o Senador Heinze seja membro desta Comissão...

Então, Senador Paulo, faça a leitura, por favor.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Eu já disse aqui para o assessor do Chico, Presidente, que hoje ele vai ter que dividir a diária comigo e com o Oriovisto. *(Risos.)*

Sr. Presidente, trata-se também de rádios comunitárias. Já é um relatório conhecidíssimo da Comissão, tem o mesmo formato. Cabe a esta Casa e ao Relator fazerem uma análise profunda, principalmente quanto à questão de documentação e sobre se cumpre as regras legais.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 1998, e na Portaria do Ministério de Comunicação. Cabe, portanto, ao Congresso Nacional analisar o pedido do ministério correspondente, que vem através do Poder Executivo, para o Congresso, em última instância, autorizar o Executivo a conceder a questão da radiodifusão.

Tendo em vista o exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS de nº 116, de 2018, nos termos do art. 335.

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2018:

- a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

A análise da relatoria foi de que, na documentação, a requerente não cumpriu algumas das informações. Por isso, a renovação de um requerimento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Sr. Presidente.

Esse é o voto que aprova o ato de renovação da autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, no Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

Como já temos quórum, nós vamos fazer a votação dos terminativos... Dos não terminativos, desculpem.

Vamos pelo item 1.

Já foi lido. *(Pausa.)*

O item 1, o Senador Paulo Rocha... *(Pausa.)*





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, vamos logo fazer a votação dos não terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim, é isso que a gente está vendo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Você não tem dois requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim, tenho dois.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, vamos logo ler o seu. A gente vota o não terminativo e, depois, faz aquela forma: abre a votação, onde o nosso interessado busque lá os votos dos companheiros...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em discussão...

Aliás, após a leitura do relatório, o item 1 em discussão. Relator *ad hoc*: Senador Paulo Rocha.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Chico Rodrigues, que passa a constituir parecer da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da matéria.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

A leitura do requerimento do item 3... (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Item 9.

O Relator *ad hoc* é o Senador Oriovisto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Chico Rodrigues, que passa a constituir parecer da CCT pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da matéria.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 116, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Fundação Deputado Walfrido Monteiro para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Icó, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento do Projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A matéria está em discussão.

Senador Paulo Rocha, Senador *ad hoc*.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Chico Rodrigues, que passa a constituir parecer da CCT, pela aprovação do requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da matéria.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu passo, neste momento, a Presidência ao Senador Paulo Rocha.

Há dois projetos de que sou Relator. Passo a Presidência a V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O item 4 tem como Relator o Presidente Vanderlan Cardoso.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, de 2016

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E ECOLÓGICA RIO DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Anicuns, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para proferir relatório.) – Relatório.

Retorna à apreciação desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 93, de 2016, que analisa o ato do Poder Executivo que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Anicuns, Estado de Goiás.

Em reunião realizada em 28 de novembro de 2017, esta Comissão aprovou relatório que propôs o sobrestamento da matéria e o envio ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) de requerimento de informações indispensáveis à deliberação da proposição.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em 18 de abril de 2018, a Comissão Diretora desta Casa aprovou, nos termos regimentais, o pedido de informações proposto pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na forma do Requerimento nº 1.031, de 2017, e o encaminhou ao órgão competente.

A resposta do MCTIC foi recebida em 11 de junho de 2018, por meio do Ofício nº 21.717/2018/SEI-MCTIC, cujo conteúdo passa a ser analisado neste Relatório.

Análise.

Conforme dispõe o art. 104-C, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à CCT analisar o mérito de proposições que versem sobre renovações de autorização para prestação de serviço de radiodifusão.

Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Em sua última apreciação do PDS nº 93, de 2016, a CCT entendeu haver indícios de irregularidades que, se não fossem descaracterizadas, poderiam tornar insanável o ato que renovou a autorização da Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois para prestar o serviço de radiodifusão comunitária em Anicuns.

Foram detectadas aparentes inconsistências nas informações constantes do processo a respeito do quadro diretivo da entidade e indícios de sua subordinação a vínculos familiares. Para esclarecer essas questões, a CCT requereu à Mesa Diretora que solicitasse informações complementares ao MCTIC, na forma do Requerimento nº 1.031, de 2017.

Em sua resposta, o Ministério ratificou a validade de documentos que já integravam o Processo de Renovação nº 5300.057704/2012-62 e reafirmou a composição do quadro diretivo da Associação Rio dos Bois como sendo a descrita à página 15.

Com relação às situações que caracterizariam vínculo familiar vedado pela regulamentação, o MCTIC afirma não haver óbice legal para que parentes integrem a diretoria de entidade interessada ou executante de serviço de radiodifusão comunitária, desde que mais da metade da diretoria não seja composta por parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluindo cônjuges e companheiros.

Tendo em vista os esclarecimentos prestados pelo Poder Executivo, é possível concluir que (i) Gabriela da Silva Menezes, Anderson Gomes de Araújo, Anderson Faria de Almeida e Danilo Gouveia de Almeida não compõem o quadro diretivo da Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois, tendo sido apenas nomeados pela diretoria para gerenciar as atividades regulares de uma rádio; e (ii) qualquer vínculo familiar que possa existir entre tais pessoas não configuraria irregularidade, na medida em que tal vedação se impõe apenas à diretoria da entidade.

Com relação aos demais aspectos a serem analisados por esta Comissão, entende-se que a proposição oriunda da Câmara dos Deputados atende aos requisitos formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria outros preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Não havendo sido detectados outros indícios de irregularidades processuais ou materiais no âmbito do PDS nº 93, de 2016, recomenda-se a sua aprovação.

Voto.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 93, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova autorização outorgada à Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois para prestar o serviço de radiodifusão comunitária no município de Anicuns, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria exige quórum. Portanto, é terminativa.

A matéria ficará aberta à discussão até que se consiga o quórum para encaminhar a votação.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sanclerlândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Na mesma situação do projeto anterior, ele é terminativo. Passaremos, portanto, ao Relator para que leia o seu relatório.

Tem a palavra o Relator Vanderlan Cardoso.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para proferir relatório.) – Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 144, de 2018 (nº 671, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sanclerlândia, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 144, de 2018, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 144, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sanclerlândia, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Matéria com quórum qualificado, poderes deliberativo e terminativo da Comissão. A matéria fica para encaminhamento de votação quando houver quórum.

Passo a Presidência ao titular.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senadora Mara Gabrilli, seja bem-vinda.

O item 2: já foi lido o requerimento.

Eu passo a palavra para a Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Obrigada, Senador, por adiantar...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Queria só justificar...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O requerimento não foi lido?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É o item 2.

Com a palavra V. Exa. para ler o requerimento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Queria me justificar. Eu assinei aí, mas era para ser adesão, porque, não chegando V. Exa., eu poderia, conforme o Presidente, ser nomeado *ad hoc*. Por isso é que eu assinei.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Ah, está bom. Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos ao item 2.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 18, de 2019
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Cesar Pontes, informações sobre o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Orlândia, Estado de São Paulo, de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2013.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Relatoria:

Relatório:

Observações:

O requerimento de informações será apresentado ao Plenário do Senado após a deliberação da CCT.
Com a palavra a Senadora Mara Gabrilli para considerações acerca do requerimento de sua iniciativa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – É um requerimento de informação ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Sr. Marcos Pontes, sobre o PDS nº 454, de 2013, ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar o serviço radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Orlândia, São Paulo.

Requisitam-se, portanto, as seguintes informações:

1. atualização acerca do andamento do processo de anulação dos atos de homologação do certame e de adjudicação do objeto relacionados à outorga;
2. confirmação da anulação da Portaria nº 605, de 1º de julho de 2010, do então Ministério das Comunicações, que outorga permissão à referida entidade.

A justificativa, Sr. Presidente.

Durante a instrução do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 454, de 2013, verificou-se que a empresa Sinal Brasileiro de Comunicação S/C LTDA. apresentou pedido de desistência da homologação do certame para o Município de Orlândia, Estado de São Paulo, o qual foi acatado pelo então Ministro de Estado das Comunicações, que anulou os atos de homologação do certame e de adjudicação do objeto.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse fato, foram solicitadas ao então Ministério das Comunicações informações adicionais sobre a questão por meio do Requerimento nº 353, de 2016.

As informações solicitadas foram recebidas por meio do Ofício nº 473, de 2017, de 4 de janeiro de 2017, que encaminhou cópias do Parecer nº 263, de 2016, SEI-MC, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, e da Nota Informativa nº 2.950, de 2016. Em síntese, reiterou-se que tanto a homologação do certame quanto a adjudicação do objeto foram anuladas e esclareceu-se que a "Secretaria de Radiodifusão oficialará à empresa para que se pronuncie sobre a referida anulação e a incidência de multa, em atendimento ao contraditório e à ampla defesa".

Como Relatora da matéria, considero necessário obter informações atualizadas acerca do processo de anulação da outorga por parte do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Em votação a apresentação do requerimento de informações ao Plenário do Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de informações ao Plenário do Senado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O requerimento será encaminhado a...

Com a palavra, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não... Foi aprovado e encaminhado?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim. O requerimento será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu queria fazer aquele encaminhamento de praxe, Sr. Presidente, já que nós concluímos as matérias não terminativas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ah, ainda falta um?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O item 6.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Presidente, por gentileza, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pois não, Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – Qual é o mecanismo para requerimentos dessa natureza? Faço essa pergunta porque eu tenho a relatoria também de uma emissora, da cidade do Rio de Janeiro, que tem o mesmo problema e terei que fazer um requerimento de pedido de informações ao Ministério das Comunicações, agora MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações).

Eu gostaria de saber qual é exatamente o mecanismo. Eu faço o relatório normalmente, o requerimento fica anexo e depois ele é reproduzido? Ou já trago o requerimento conforme fez a Senadora Mara Gabrilli?





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Segundo informação da assessoria, é só apresentar o requerimento, como a Senadora Mara Gabrilli apresentou, aqui à Comissão. A gente aprova o requerimento e faz o encaminhamento.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – E a outra pergunta que faço: o encaminhamento segue e o projeto fica com o Relator aguardando a informação? Ou é devolvido à Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Fica com o Relator.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Fica com o Relator. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 307, de 2015

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PRESIDENTE EPITÁCIO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento do Projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra a Relatora, Senadora Mara Gabrilli, para fazer a leitura de seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vou direto para a análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciarse também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação à legalidade, entretanto, há alguns aspectos que devem ser avaliados com maior profundidade.

A documentação que instrui a matéria indica que o Presidente da entidade desde sua fundação, em 2004, até julho de 2011 foi Fabiano Martins de Souza. De acordo com informações da base de dados da RFB disponibilizada na internet, Fabiano Martins de Souza é Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério de Riverside. Dessa forma, em princípio, a entidade apresentaria vinculação vedada pelo art. 11 da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

A fim de verificar a eventual ocorrência de vinculação, é necessário averiguar se Fabiano Martins de Souza exerceu simultaneamente o cargo de Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério de Riverside e o de Presidente da entidade que se pretende outorgar.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 307, de 2015, nos termos do art. 335 do Risf.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo...

Senador Arolde.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Pela ordem.) – É para discutir, na realidade, o seguinte. Nós aqui temos o mesmo assunto com outro modelo de encaminhamento. Então, o que posso deduzir é que depende da vontade do Relator. Se o Relator quer continuar com o projeto, ele manda um requerimento e aguarda a resposta; se não, ele faz um relatório da concessão, enfim, da outorga ou não, da prorrogação ou não, e inclui, ao final, os termos do requerimento, que é uma outra solução. E, nesse caso, vem para cá, e ele sai da relatoria.

Essa parece ser a situação. Só para esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Segundo informação, a relatoria volta para ele.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Esse que são casos distintos, não é isso?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, para dialogar com o Senador – viu, Senador Arolde?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Arolde!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde, o Senador Paulo...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Essa questão de rádio comunitária, de renovação de concessão – acho que o senhor também estava aqui na época em





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que a gente aprovou lá na Câmara Federal esse projeto – foi tema de um projeto que passou e que impôs um conjunto de exigências e critérios para se poder dar autorização à renovação, o que é próprio, inclusive, dessa questão de comunicação. Como é uma comunicação mais aberta, para a comunidade, há um conjunto de exigências não só constitucionais, mas da própria legislação, e há os critérios de avaliação no ministério.

Então, quando passa por aqui, nestas Comissões, tanto na Câmara quanto no Senado, ele tem já uma exigência, essas exigências que devem ser cumpridas. Dependendo do não cumprimento – ou o número dos sócios não está claro ou um conjunto de outras coisas – e se depender do ministério mais informação, o requerimento vai para o ministério. Então, realmente, a profundidade da análise depende muito do Relator, se ele cumpriu todas as exigências. Mas, se depender de informações outras, é para o ministério que a gente tem que mandar, para o ministério fazer a entidade requerente cumprir.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Sim, eu só não entendo... Eu conheço bem o mérito das exigências lá da Câmara, que são as mesmas daqui. Aqui é a decisão por decreto legislativo, que vai garantir ou não, no caso, a prorrogação ou a outorga. Mas a minha dúvida era no encaminhamento de requerimento de informação. Por quê?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Senador!

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Um minutinho só.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Claro!

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – A Senadora Mara Gabrielli fez um requerimento específico pedindo informação para uma relatoria que ela tem; e fez um outro em que ela leu o tema da relatoria e depois acrescentou no anexo o requerimento, como, aliás, estou fazendo num caso que eu tenho.

Eu acho que os dois valem.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Senador, o primeiro já tinha um parecer desfavorável, por isso que, antes de dar o meu voto, eu pedi o requerimento de informação. E, no caso do segundo, é um item novo que está aí. Eu li inteiro.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Creio que está esclarecido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Está bom o debate!

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório da Senadora Mara Gabrielli, que passa a constituir parecer da CCT, pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e pelo sobrestamento da matéria.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Concedo a palavra pela ordem, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu queria fazer o encaminhamento das matérias que já foram relatadas, lidas e discutidas aqui. Que a gente colocasse em votação – exige-se quórum qualificado –, que ficasse em aberto a votação para que a gente buscasse os nossos Senadores que estão trabalhando ao lado, nas várias Comissões, que, com





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

certeza, darão voto, e a gente atende à urgência de vários Senadores que já estão com os seus relatórios há algum tempo, principalmente no caso do Rio Grande do Sul – está aqui o Senador Heinze –, que já é uma matéria que está há muitos anos aqui na Casa.

Então, acho que o fato de não estar presente aqui o Senador é porque coincidem duas ou três Comissões ao mesmo tempo. Então, a gente, deixando em aberto a votação, como a gente já tem feito de praxe, não coloca em risco a votação, não adia e atende, já que os relatórios, como eu já disse na discussão anterior, são muito exigentes, e estão sendo cumpridos todos os requisitos e, portanto, estão prontos para serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos seguir sua orientação, Senador. Para isso, nós temos que anunciar aqui os outros itens.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 55, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Mamma Bianca para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valparaíso, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT. Com a palavra a Relatora, Senadora Mara Gabrilli, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou para a análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciarse também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar, no tocante à sua constitucionalidade material.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 55, de 2018, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Portanto, o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 55, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Mamma Bianca, para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Valparaíso, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 182, de 2018

- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão ao Centro Universitário de Franca - UNIFACEF para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Franca, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra a Relatora, Senadora Mara Gabrilli, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Presidente, como este relatório é exatamente igual ao anterior, eu posso ir direto ao voto? *(Pausa.)*

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 182, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Centro Universitário de Franca (Unifacef) para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Franca, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, de 2018

- Terminativo -





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Riopombense de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Chico Rodrigues, para fazer a leitura do seu relatório.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, como o projeto é terminativo, nós vamos ao relatório. Por decisão da maioria da Comissão, posso dar o parecer final no voto ou posso ler o relatório completo. V. Exa.... Como é terminativo, acho que posso ler o voto.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2018 (nº 951, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Riopombense de Integração e Cultura.

Eu gostaria de solicitar a V. Exa. que fosse autorizada a leitura do voto. E eu o farei agora.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Autorizado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 145, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Riopombense de Integração e Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Eu gostaria de registrar aqui a presença do nosso segundo suplente, Senador Jader, da cidade de Anápolis, e também da Nayara Barcelos, que está nos prestigiando aqui com sua visita, da cidade de Rio Verde, sudoeste do Estado. Sejam bem-vindos!

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O suplente me falou ali ao lado, Sr. Presidente, que ele estava ansioso esperando uma substituição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vou estar muito bem representado se isso acontecer, o Senado e o Brasil.

Eu pediria que a Secretaria abrisse o painel de votação.

Em votação os projetos constantes dos itens 4, 5, 7, 8 e 11 nos termos dos relatórios apresentados.

Abra o painel, por favor.

Quem vota com os Relatores vota "sim".

Os Senadores já podem votar.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vai ser o primeiro a votar.

E faça bonito lá onde o senhor está indo, viu?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Presidente, estou com a palavra?

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Sim, Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Senador Chico, eu estou apresentado uma proposta na Comissão de Agricultura e vou apresentar também aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. V. Exas. podem assinar, o Senador Oriovisto já se prontificou, Senador Chico... É na área da agricultura, *startups*. Eu pedi a um professor da Universidade do Rio Grande do Sul, Flávio Camargo... Ele já fez um desenho sobre a questão das *startups* ligadas ao agronegócio no Brasil. Nós temos em torno de 21 mil *startups*; do agro, em torno de 300 – com o tamanho da agricultura que nós temos no País! A ideia é estimular para que as universidades... Seguramente o Estado de V. Exa. nem uma *startup* deve ter; Mato grosso, muito poucas; Mato Grosso do Sul; há alguma em São Paulo; em Minas Gerais; no Rio Grande do Sul e no Paraná. Então, aí estão distribuídas as *startups*.

Então, a ideia é apresentarmos um relatório e apresentarmos um pedido de audiência pública para trazer aqui o Ministério da Agricultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o MEC e mais a Capes e fazermos essa discussão, envolvendo as duas Comissões, sobre como fazer para estimular que *startups* do ramo do agro possam, vamos dizer assim, ter também esse amparo aqui no Brasil. É muito pouco do trabalho dos jovens que estão na graduação ou que estão nos cursos de pós-graduação, de mestrado ou de doutorado, que está associado diretamente a essa questão das *startups* ligadas ao agronegócio.

Portanto, é um pedido... Já falei aqui com o Senador Vanderlan, a gente vai fazer em conjunto com os Senadores desta Comissão, para que a gente possa juntar a Comissão de Agricultura e também a Comissão de Ciência e Tecnologia para fazer essa discussão tão importante, uma vez que o agro hoje é o carro-chefe da economia deste País.

Essas são minhas palavras, Senador Vanderlan.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador, obrigado por suas palavras e considerações. Com certeza, teremos o maior prazer de estar aprovando aqui esse requerimento já na próxima semana.

O painel está aberto. Senador Chico, Senadores aí que...

Eu quero ainda, em tempo, registrar a presença do nosso amigo Araez, lá da cidade de São Simão, que também está acompanhado do Jean. É um prazer enorme ter vocês aqui. Os goianos sempre são bem-vindos a esta Comissão e ao Senado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente, pela ordem.

Eu ouvi atentamente a exposição do Senador Luiz Carlos Heinze e acho que essa manifestação dele é absolutamente pertinente, afinal de contas a agropecuária brasileira representa uma parte fundamental e maiúscula na economia do País. Pela sua dispersão em todo o Território nacional, é fundamental, realmente, que nós possamos fazer esse seminário, de preferência um seminário com autoridades na área de *startups*, porque eu tenho certeza de que a saída para o nosso País continua sendo o setor agropecuário.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós haveremos de expandir essas *startups* no Brasil inteiro, de norte a sul e de leste a oeste do País, porque o rendimento e os resultados são fantásticos em outras áreas. Na área de ciência e tecnologia, pequenos núcleos de *startups*, com um, dois, três ou quatro anos, já estão com crescimento vertiginoso.

Então, a sua sugestão é extremamente importante e será acatada. Eu quero me aliar a esse projeto para que nós possamos avançar e possamos dar mais musculatura e vigor à agropecuária brasileira e, conseqüentemente, à economia do nosso País. Portanto, parabéns pela iniciativa. *(Pausa.)*

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Chico, o Senador Heinze, que é um Senador muito atuante e representa uma área muito importante para o nosso País, que é o agronegócio, a agricultura, está fazendo muita falta aqui nesta Comissão, como membro da Comissão. Acho que há duas vagas aí que estão em aberto. Quero aproveitar... Ele está ali ao telefone, o Senador Heinze, mas já faço o convite aqui. Tenho certeza de que é avalizado por V. Exa., pelo Senador Izalci e por todos os membros daqui. Nós teremos o maior prazer, viu, Senador Heinze? Não sei se o senhor pegou desde o início da fala... Queremos convidá-lo – parece que nós temos duas vagas – para que o senhor faça parte desta Comissão. O senhor é um Senador atuante. E olha que não é porque é do meu partido não, mas é porque é muito atuante. Nós queremos já...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Teremos o maior prazer, não é, Senador Chico?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pois é. Como o nosso bloco não indicou, vamos indicar o Luis Carlos Heinze.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pode. Depende do acordo. *(Pausa.)*

Senador Styvenson, seja bem-vindo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O nosso projeto está em votação hoje, Senador? Vai entrar hoje?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O PLC nº 37, sim. Entra em votação hoje e espero a compreensão e o entendimento. Pelo menos o Izalci já está comigo, o Heinze também. O Chico também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Cem por cento do Senado vai estar nesse projeto com o senhor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É bom para o Brasil. É bom.

Vou votar aqui... Eu estava em outra... Estou em outra votação ali também, na CAS.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntei aqui... Não é cigarro não, não é? Se for o cigarro, então...

(Intervenções fora do microfone.)

Eu perguntei aqui... Não é cigarro não, não é? Se for o cigarro, então...

(Intervenções fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

A votação será encerrada. *(Pausa.)*

Senador Weverton Rocha, obrigado por sua presença para a votação.

Já deu quórum?

Nós vamos encerrar a votação.

A votação está encerrada.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – SIM, 09.
Votação encerrada.

A Comissão aprova os projetos constantes dos itens 4, 5, 7, 8 e 11, com nove votos.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Antes de terminar a reunião: chegou uma notícia muito boa aqui, e a gente tem que comunicar.

A produção legislativa foi a maior em 20 anos e, pelo balanço dos cem dias, a nossa Comissão aqui teve uma produtividade de cerca de mais de um quarto de tudo o que foi aprovado e apresentado à nossa Comissão. Então, esta Comissão tem trabalhado, não tem deixado projetos para a outra semana. Nós procuramos aqui, com a ajuda dos Senadores e Senadoras, aprovar na mesma semana, para haver produtividade.

Quero ressaltar aqui, Senador Chico, Senador Izalci, que, ao assumirmos, cerca de duzentos e poucos projetos estavam nesta Comissão. Designamos os Relatores, e tudo que tem chegado a esta Comissão tem sido discutido e tem sido encaminhado para os Relatores. E os Senadores e as Senadoras, conforme vocês viram aqui hoje, têm feito e apresentado com rapidez os relatórios.

Nós acreditamos que, com produtividade, encaminhando todos esses projetos, nós vamos gerar mais emprego e renda.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião com a graça de Deus.

Obrigado a todos! À equipe principalmente: obrigado a vocês!

(Iniciada às 09 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia dez de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Major Olímpio, Eduardo Girão, Leila Barros, Marcos do Val, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Telmário Mota, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Mailza Gomes, Luiz do Carmo, Arolde de Oliveira, Juíza Selma e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Comunicados o recebimento dos seguintes documentos: Ofício 86/2019/GAB-DG/DIRC, da Agência Nacional de Mineração, com respostas parciais aos questionamentos apresentados pelo Requerimento 4/2019 – CMA; e Ofício 264/2019 da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo/SP referente a requerimento sobre segurança de barragens. Os documentos ficam à disposição para consulta e pedido de autuação pelos senadores pelo prazo de 15 dias. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para inserir medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e para proibir a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial." **Autoria:** Senador Rudson Leite. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2015 - Terminativo** - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, (Política Nacional de Recursos Hídricos) e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei de Saneamento Básico) para promover o uso de fontes alternativas de abastecimento de água." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 643, de 2019 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 754, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar a relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 1, de 2019** que: "Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Meio Ambiente como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas - ECOCUIABÁ, que terá lugar em Cuiabá – MT, no período de 11 a 15 de maio de 2020."



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 6, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de palestras e debates, por esta Comissão, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em data a ser viabilizada, com o propósito de avaliar as situações de risco das barragens do Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/10>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos.

1. Ofício de resposta parcial da Agência Nacional de Mineração aos questionamentos apresentados no Requerimento 4/2019-CMA, convertido em plenário para RQS 85/2019, que aguarda designação de Relator na Comissão Diretora. A agência, portanto, antecipou-se ao pedido de informações que será remetido ao Ministério de Minas e Energia.

2. Ofício da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, no Estado de São Paulo, sobre a questão da barragem de rejeitos radioativos de Poços de Caldas, Minas Gerais, para o qual encaminharemos resposta direcionando que os questionamentos sejam enviados à Agência Nacional de Mineração, a quem compete responder pela segurança de barragens no Território brasileiro.

Nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão na internet pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada a correspondente autuação até lá.

Estão encerrados os prazos referentes aos documentos recebidos em fevereiro e março, que foram comunicados aos membros na segunda e quarta reuniões da Comissão de Meio Ambiente.

Passamos agora ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 524, de 2018

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para possibilitar a aplicação de recursos em operações de crédito destinadas a empresas que usam energia fotovoltaica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas.

Relatoria: Senador Jaques Wagner.

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Observações:

1. Em 4/4/2019, foi lido o relatório e concedida vista ao senador Márcio Bittar pelo prazo regimental de 5 dias.

2. Constatou da pauta em 4/4/2019.

3. A matéria vai ainda à CAS, em decisão terminativa.

Em 4/4/2019, foi lido o relatório e concedida vista ao senador Márcio Bittar pelo prazo regimental de 5 dias. Não houve manifestação até o momento.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado 524, de 2018, com as Emendas nºs 1 e 2 da CMA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

Passamos agora ao item 5.

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 358, de 2018**

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Proíbe a venda de animais de estimação nas vias de circulação ou em ambiente público fora de estabelecimento comercial.

Autoria: Senador Rudson Leite.

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. A matéria vai ainda à CCJ, em deliberação terminativa.

2. Constou da pauta em 20 e 28/3 e 4/4/2019.

Concedo a palavra à Senadora Soraya Thronicke para a leitura de seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Boa tarde, Senador!

É um prazer estar aqui. Quero pedir desculpas porque pedi adiamento algumas vezes, mas, enfim, estamos hoje aqui.

Não sei como está o seu horário. O senhor prefere que eu parta diretamente para a análise?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pode ir diretamente à análise.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para proferir relatório.) – De acordo com o disposto no inciso I, do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa da fauna, como é o caso da proposição em análise.

Apesar de ainda serem tratados pela legislação como coisas, os animais não humanos são seres sencientes. Experimentam sensações e emoções em suas vidas. Têm os sentidos aguçados, sentem dor, agonia, medo e ansiedade. São capazes de reconhecer seus semelhantes. Sofrem física e psicologicamente quando impedidos de manifestar a plenitude de sua natureza.

À medida que cresce a consciência humana sobre as semelhanças que temos com os outros animais, tornam-se inaceitáveis condutas que os exponham a sofrimentos desnecessários. A sociedade reage a cada dia com mais ênfase contra condutas abusivas que desconsideram o sofrimento animal nas atividades econômicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, o comércio de animais de estimação, aqueles que escolhemos e selecionamos para compartilhar conosco os momentos bons e ruins de nossas vidas, deve ser regulado para garantir bem-estar aos espécimes antes que cheguem aos seus lares definitivos.

A venda de animais em logradouros públicos, como praças, vias de circulação e feiras livres, realizada por meio de comércio ambulante, é uma prática que deve ser banida. Nessas circunstâncias, os animais ficam sujeitos ao calor excessivo, chuva, frio, privação de água e alimento, estresse, risco de acidentes e lesões. Além disso, as condições sanitárias nesse tipo de comércio são negligenciadas, de modo que os animais e as pessoas que com eles têm contato ou que deles se aproximem ficam vulneráveis ao desenvolvimento de doenças.

É difícil para as autoridades sanitárias e ambientais, bem como para os conselhos de medicina veterinária, fiscalizar as condições de bem-estar e de saúde dos animais vendidos fora de estabelecimentos comerciais fixos. A existência desse comércio ambulante é propícia à atuação precária, cruel e irresponsável por parte de pessoas preocupadas apenas com a vantagem econômica de sua atividade.

Assim, é louvável a iniciativa do Senador Rudson Leite de propor ao Congresso Nacional a proibição e o enquadramento como maus-tratos e, portanto, como infração penal e administrativa da venda de animais de estimação fora de estabelecimentos comerciais. Essa medida caminha com a evolução do tratamento dispensado aos animais em nosso País, tornando-o mais humanitário. A aprovação do projeto terá relevância não apenas para o bem-estar animal, mas também para a segurança da saúde da população humana nas cidades brasileiras como um todo.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2018.

Senador, dizemos isso sem generalizar. As pessoas fazem isso com muito carinho. Há gente que faz essa atividade e adora os animais. Muita gente cria os animais, tratando-os bem. Mas a gente precisa tomar cuidado com isso.

Enfim, quero sensibilizar os senhores, para que permitam isso somente para os estabelecimentos autorizados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke. Saiba que tenho uma admiração e um respeito muito grandes pela senhora. A senhora, como a Senadora Leila, dignifica muito a honrada classe das mulheres e deste Senado Federal. Fico muito feliz de ter entrado neste Senado no mesmo momento em que vocês aqui entraram. Muito obrigado mesmo!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2018.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Antes de passar para o próximo tópico, mais uma vez eu queria também pedir, com todo o respeito, aos Senadores titulares e suplentes – são 34 Senadores – que tenham mais envolvimento, engajamento com a questão do meio ambiente. Eu já fiz esse apelo uma vez.

Houve um prazo para a apresentação de sugestões de políticas públicas. Aqui quero publicamente agradecer à Senadora Soraya, que, por enquanto, foi a única que apresentou sugestão de política pública na área da agricultura, no que diz respeito à Agricultura de Baixo Carbono. Já recebi essa sugestão. A Comissão está aqui ávida por promover todas essas políticas públicas direcionadas ao meio ambiente.

Então, quero aqui, Senadora Soraya, agradecer a deferência, porque, no prazo, isso foi apresentado.

Mais uma vez, quero conclamar todos os Senadores para que, efetivamente, tenham uma maior participação. É como eu disse, num desabafo: nós temos 34 Senadores que compõem uma Comissão de tamanha relevância, e estão acontecendo desastres. Há uma inércia – digo isto com todo o respeito – das autoridades. Aqui, o princípio é o da impessoalidade. Não estou falando contra A nem contra B., Mas o meio ambiente é um direito humano essencial, que transcende a fronteira do Brasil. Ele é um direito planetário.

Então, fico triste quando se tenta violar terras indígenas, a Floresta Amazônica, a biodiversidade. E fico mais triste ainda com o fato de que, diante de uma tragédia, como aconteceu em Mariana, em 2015, as instituições permanecem omissas. Aí há outra tragédia como a de Brumadinho, até acontecer algo pior, como, por exemplo, na extração de material radioativo, de urânio. Se isso acontecer – espero que isso não aconteça, tenho fé em Deus –, o efeito poderá ser muito pior.

Então, faço um apelo aos Senadores titulares e suplentes desta Comissão para que abracem esse tema, para que se unam em defesa desse tema tão importante. Não se pode falar no meio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente somente na hora em que acontece uma tragédia! Na hora em que acontece uma tragédia, entra em cena aquilo que reputo ser o pior, que é a vaidade: pessoas querem aparecer em cima de uma tragédia que acaba com comunidades, que acaba com a economia daquela localidade, que acaba com vidas humanas e destrói famílias.

Meu Deus, nós fazemos parte da Comissão de Meio Ambiente, que deve tratar... É isso que eu quero! Se os Senadores não apresentarem essas políticas, volto a afirmar: eu, como Presidente, estou demandando isso e vou apresentar políticas públicas que tenham íntima ligação com a proteção do meio ambiente.

Então, mais uma vez, vai o meu apelo a todos os Senadores, pelos quais tenho respeito e admiração. Eu, na minha função como Presidente, tenho de conclamar os Senadores para que se unam a essa corrente do bem. Já está escrito no art. 225 da Constituição Federal que o meio ambiente é um direito de todos, é um direito humano essencial. E fico triste quando não vejo essa participação. E mais triste ainda fico quando há pautas relacionadas ao setor econômico, porque aí as cadeiras ficam ocupadas, as comissões ficam repletas, os Senadores digladiam para falar etc., etc.

O que eu queria muito? Eu tenho o sonho de que, um dia, quando eu ainda estiver presidindo esta Comissão, o plenário desta Comissão esteja repleto de Senadores. Aí eu terei mais orgulho de pedir à pessoa que está filmando para mostrar e falar: "Olha que maravilha! Como os Senadores, no Senado, têm responsabilidade com o meio ambiente!". Infelizmente, hoje eu não posso dizer isso.

Agradeço à Senadora Soraya por sua apresentação de sugestão de políticas públicas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, concordo plenamente com o senhor.

Essa nossa sugestão de política pública.... Hoje, tivemos na CRA uma audiência pública em que a Senadora Kátia Abreu fez uma explanação muito interessante sobre o Programa ABC.

Ela fez uma analogia, dizendo que esse programa está ligado ao agro como a questão sanitária está ligada à saúde humana. Ela colocou em bastante relevância a necessidade desse programa, que é essencial. Então, é uma política pública muito boa para a gente discutir. Ela explanou com brilhantismo a necessidade disso, a importância disso.

Concordo com V. Exa. em gênero, número e grau. Quando se fala em assuntos econômicos, não nos podemos esquecer do meio ambiente, porque, sem meio ambiente, ninguém vai ganhar dinheiro. No agro, é essencial que eles andem de forma conjunta...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sustentável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – ... sustentável, propiciando o desenvolvimento econômico de cada região.

No Amapá, 95% são áreas preservadas. As pessoas não dizem isso. A Holanda costuma falar de nós, mas não preserva. Então, nós somos um povo que preserva. As pessoas podem ter atividades econômicas nesses locais sem degradar o meio ambiente. Há essa possibilidade. A gente tem que mudar isso, porque os nossos Estados do Norte ficam muito acanhados economicamente, e a sua população sofre. Eles estão carregando nas costas a responsabilidade de sustentar o Planeta inteiro. E qual é a contrapartida?

Então, quero que o senhor tenha em mim, ainda mais que sou do PSL, sou do Governo, essa porta aberta, para que a gente consiga caminhar juntos, para acabar com essa dicotomia. Os produtores rurais entendem que, se o meio ambiente não estiver bem, eles não vão prosperar. A próxima geração, a geração dos filhos deles não vai ter condições...

Há uma questão grave que poderia até fazer parte de uma política pública. Eu me lembrei agora da questão do *fracking*, a extração de gás de xisto, que degrada o meio ambiente. Essa é uma questão interessante. Depois, eu a discuto com o senhor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito! Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke, por suas considerações.

Está aberta a palavra para qualquer Senador que queira se manifestar. *(Pausa.)*

A Senadora Leila quer falar?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sim.

Boa tarde, Sr. Presidente, Senador Girão, Senadora Soraya!

Estou com o senhor nesta caminhada aqui, à frente da Comissão de Meio Ambiente. Temos que conversar com os nossos pares sobre a importância de uma maior atuação e participação dos membros desta Comissão.

Com relação à apresentação das políticas e das sugestões, a minha equipe está finalizando um projeto para a gente apresentar. Acredito que, até a próxima semana, a gente conclua esse trabalho.

Quero falar a mesma coisa, fazendo coro com o que disse a Senadora Soraya: o senhor pode contar comigo aqui. Sou uma militante nessa questão do meio ambiente, na área de meio ambiente. É uma causa que eu tive a oportunidade de trilhar com algumas pessoas de partidos diferentes do meu no Distrito Federal. Eu me apaixonei pela causa. Acredito que a questão do meio ambiente... Quando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penso em meio ambiente, penso no futuro, no que vamos deixar de herança para as futuras gerações em um País tão rico, como é o nosso País.

Então, como representantes do povo, cada um no seu Estado, como representantes da população do Brasil, do nosso País, temos que, de certa forma, cobrar a atuação dos Senadores com relação a essa pasta, a esta Comissão, que é tão importante.

O senhor pode contar comigo. Eu, religiosamente, vou estar aqui, junto com o senhor, dando o meu máximo, tentando atuar da melhor forma possível, tentando atender não só à sua expectativa como Presidente e à dos pares aqui, mas, acima de tudo, aos anseios da população.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senadora Leila. Pode ter a certeza de que não tenho dúvida disso, do seu comprometimento desde que foi instalada esta Comissão, da sua participação, da sua sensibilidade com esse tema de tamanha relevância.

Eu aqui também quero deixar registrada, Senadora Soraya, a minha gratidão ao Senador Girão. Eu tomei a liberdade e, num ato de desabafo – acho importante falar isto, sim –, falei da minha frustração quando vejo a não participação dos Senadores em um tema de tamanha relevância. Ele, sensível à causa, está aqui hoje ocupando uma cadeira nesta Comissão, da qual ele não era membro. E não é só isso: ele está fazendo uma grande corrente do bem, para tentar sensibilizar cada vez mais esta Comissão, para que ela, efetivamente, cumpra o seu papel. A sociedade clama por isso.

Então, Senador Girão, quero agradecer-lhe imensamente a sua sensibilidade, a sua presteza, bem como ao Senador Styvenson, que também está chegando aqui. Quero deixar clara para vocês dois – eu os estou chamando de vocês, porque a gente tem amizade para isso –, Senador Styvenson e Senador Girão, a minha admiração, a minha gratidão por vocês terem disponibilizado... O Senador Styvenson está participando, salvo engano, de nove comissões. Esse é um verdadeiro comprometimento.

Então, quero aqui agradecer e me colocar à disposição, Senadora Soraya.

Deixo claro o seguinte: eu não tenho uma postura, por exemplo, de oposição ao Governo, mesmo porque aprendi o que está no art. 37, que um dos princípios que rege a administração é a impessoalidade. Numa ocasião, perguntaram-me: "Ah, se a candidata Marina Silva for eleita...". Mesmo se ela fosse eleita e fosse do meu partido, se ela propusesse medidas que violassem direitos e garantias constitucionais, ela não teria o meu apoio. Então, a minha postura é de independência, em defesa daquilo que eu reputo, dos direitos e garantias individuais, dos direitos sociais, dos tratados e convenções internacionais. Eu tenho plena serenidade, sobriedade emocional e equilíbrio para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender que não podemos ser radicais com relação ao meio ambiente, tampouco com relação à exploração econômica, porque há perfeitamente a possibilidade, dentro de um processo democrático, dialogado, de tanto o desenvolvimento como a preservação caminharem de mãos dadas. Tenho a certeza de que quem vai sair ganhando com isso será não só a população brasileira, mas também a população mundial. O Brasil é o pulmão do mundo. No Brasil, temos biodiversidade.

Então, podem ter esta certeza: olhem-me como uma pessoa que luta sempre na defesa daquilo que reputo ser a guardiã da democracia, que é a nossa Constituição Federal.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Girão, para fazer as suas considerações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – São considerações iniciais, porque é minha estreia aqui.

Senador Presidente Fabiano, minhas colegas Leila e Soraya, Senador Styvenson, espero colaborar.

Senador Fabiano, acho que nós não estamos fazendo mais do que a nossa obrigação, acredito. Vejo a sua humanidade. Você uma pessoa extremamente humana, é reconhecido pelos colegas nos corredores, pelos funcionários da Casa. É muito bem-intencionado! Você é uma pessoa que está no lugar certo na hora certa.

Esta Comissão hoje não é considerada ainda como a comissão mais importante da Casa, mas acredito que ela tem uma responsabilidade muito grande com o futuro dos nossos filhos, dos nossos netos, das gerações que vêm por aí. Como bem colocou a Senadora Soraya, a gente tem de buscar um ponto de equilíbrio. Temos de buscar equilibrar realmente um assunto tão importante. A gente precisa preservar, a gente precisa debater com serenidade e com muita verdade, porque é a vida, e a vida transcende. A gente tem que preservar, porque o Brasil é referência mundial nessa área. Nós precisamos, cada vez mais, consolidar-nos como exemplo na questão da preservação do Planeta, do nosso meio ambiente.

Então, fico muito feliz e grato – a gratidão é minha! – por estar aqui, nesta Comissão, e poder ajudar com todas as minhas limitações e imperfeições, que são muitas. Mas nós estamos aqui para combater o bom combate, para estarmos juntos na defesa do meio ambiente.

Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Solicito a V. Exa. a retirada de pauta do item 6 da Ordem do Dia da reunião de hoje.

Eu até fiz o relatório, mas recebi mais informações, mais ajuda, mais cooperação de fontes do próprio Congresso, e gostaria de rever e de aperfeiçoar o meu relatório para submetê-lo numa próxima reunião mais bem embasado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador, eu já tinha conhecimento disso e já tinha autorizado a retirada de pauta.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É o seguinte o item retirado de pauta.

ITEM 6**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015****- Terminativo -**

Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. Em 5/12/17, a matéria foi apreciada pela CI com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CI.
2. Em 28/3, foi lido o relatório e iniciada a discussão da matéria.
3. Constou da pauta em 28/3 e 4/4/2019.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria, não direcionando a V. Exa., mas eu queria fazer um apelo aos Senadores para os quais já foram distribuídas matérias. Vou ser, como sempre, muito transparente. Apresentam o relatório e pedem para retirar o relatório, e aí se passa a matéria para a pauta de outra reunião da Comissão. Há Senadores que já apresentaram o relatório e já o retiraram de pauta três vezes. Pelo Regimento Interno... Eu estou falando isso, estou tendo toda a ética, toda a responsabilidade e deferência com os colegas, mas vou ter que cumprir o Regimento. Se continuar esse tipo de comportamento, eu vou nomear Senador *ad hoc* para o ato, para a leitura dos relatórios que já foram apresentados. Eu não posso parar com esses julgamentos. Se o Senador já propôs e apresentou o relatório, este tem que ser lido, ao vir para cá. É óbvio que, como o Senador Confúcio fez a explanação e teve uma motivação para isso, perfeito! Agora, simplesmente pedir para se retirar de pauta uma vez, retirar de pauta duas vezes, retirar de pauta três vezes, e eu ficar com a matéria parada, esse não vai ser o meu comportamento aqui. Eu vou ter que usar o Regimento Interno e vou nomear Senador *ad hoc* para fazer a leitura daquele projeto cujo Senador não esteja aqui.

Estou deixando isso muito claro para que não se fale assim: "Ah, ele está sendo intransigente". Não; eu estou sendo extremamente paciente. Hoje mesmo já teríamos projetos aqui em que poderiam ser nomeados relatores *ad hoc* para fazermos a votação, mas eu, em respeito, em deferência, mais uma vez estou apelando aos 34 Senadores, titulares e suplentes, àqueles que já apresentaram relatório, que são relatores, para que compareçam e façam o relatório, ou eu vou ter que designar alguém para fazer a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Só para me desculpar pela demora em estar presente nesta Comissão. Cheguei a tempo para ouvir isso que o senhor disse. Estou aqui para contribuir, para ajudar. Podem enviar os relatórios, *ad hoc* ou não, que a gente vai ler.

Não tenho nenhum motivo de protelação contra o meio ambiente. Pelo contrário, já estou conversando com a amiga Soraya, aqui do lado, porque está havendo um crime ambiental que, creio, vai ser irreparável no Mato Grosso do Sul, Estado da minha amiga Senadora Soraya, não por ter a beleza de Bonito... Não é só seu, não; é do mundo, é do Brasil, é nosso e está passando por uma degradação devido ao agronegócio. A beleza todinha, Sr. Presidente Fabiano, está sendo devorada por essa voracidade do capital, da plantação da soja. Eu creio que a Soraya vai... Eu li hoje e subscrevi o requerimento de Nelsinho Trad para discutir esse assunto e trazer soluções e creio que a Soraya agora vai fazer essa junção entre as Comissões para ser discutido em uma Casa só todo esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Randolfe... Desculpe, Senador Styvenson.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a participação de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador, só um momento. Esse requerimento que eu acabei de ler lá na CRA vai ser votado na semana que vem, mas é para uma audiência pública conjunta entre a Comissão de Desenvolvimento Regional, a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão do Agro – são as três Comissões, então estou informando V. Exa. – para que a gente discuta essa questão ambiental. É a mesma situação, agro e meio ambiente. E nós vamos ter essa audiência pública. Então, de repente, é preciso ver até as datas com o senhor, para não dar problema, e confirmar isso com a assessoria lá, está bem?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O.k. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Telmário Mota, Jean Paul Prates, Carlos Viana, Otto Alencar, Lucas Barreto, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Leila Barros e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência comunica recebimento do Ofício nº 10/2019 da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante-SC, sobre a questão da largura mínima das faixas marginais de cursos d'água, consideradas áreas de preservação permanente, com prazo de 15 (quinze) dias para manifestação dos membros, assim como informa o encerramento de prazo dos documentos recebidos e comunicados na 8ª reunião, em 10 de abril de 2019. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2016 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para inserir medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa." **Autoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira (*Ad hoc*), substituiu Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2018 - Não Terminativo** - que: "Altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com material integralmente biodegradável." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório e requerida urgência ao Plenário (item 14 - extrapauta – Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 12 de 2019). **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2015 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta para Reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com emendas que apresenta e rejeição das Emendas nº 1-CDR e nº 2-CDR. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2015 - Terminativo** - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta e rejeição da Emenda nº 1-Cl. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para institucionalizar o aproveitamento, no âmbito do licenciamento ambiental, de dados levantados em estudos de impacto ambiental anteriores para empreendimentos licenciados em uma mesma área geográfica." **Autoria:** Senador José Serra. **Relatoria:** Senador Otto Alencar (*Ad hoc*), substituiu Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado com a emenda 1-CMA, apresentada pelo Senador Fabiano Contarato durante a discussão. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 643, de 2019 - Terminativo** - que: "Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei nº 754, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar a relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão de Meio Ambiente nº 1, de 2019 que: "Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Meio Ambiente como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas - ECOCUIABÁ, que terá lugar em Cuiabá – MT, no período de 11 a 15 de maio de 2020."

Autoria: Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão**

de Meio Ambiente nº 6, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de palestras e debates, por esta Comissão, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em data a ser viabilizada, com o propósito de avaliar as situações de risco das barragens do Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Meio**

Ambiente nº 11, de 2019 que: "Requerem, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito- MS, com os convidados que relacionam." **Autoria:** Senadores Nelsinho Trad, Lucas Barreto e Otto Alencar, que subscreveu na reunião. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da**

Comissão de Meio Ambiente nº 12, de 2019 que: "Requerimento para apreciação em regime de urgência do PLS 263/2018 Senado Federal, que altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/24>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 8ª Reunião, realizada em 10 de abril de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi apresentada à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente o seguinte documento:

Ofício 10, de 2019, da Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirante, no Estado de Santa Catarina, sobre a questão da largura mínima das faixas marginais de cursos d'água, consideradas áreas de preservação permanente.

Nos termos da Instrução Normativa 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, o documento estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada a correspondente autuação até lá.

Comunico que se encerra hoje o prazo referente aos documentos recebidos e comunicados na 8ª Reunião desta Comissão do Meio Ambiente, no último dia 10 de abril.

Neste momento, eu quero aproveitar para fazer um apelo e comunicar que amanhã, dia 25, vamos realizar, às 9h, neste mesmo plenário, audiência pública que tratará dos dados do Cadastro Ambiental Rural e da avaliação da preservação ambiental promovida por produtores rurais, em atendimento aos Requerimentos nº 7, de 2019, da CMA, do Senador Marcio Bittar, e nº 9, de 2019, da Comissão de Meio Ambiente, de minha autoria. Como de costume, a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Convido todos os Senadores a participar e enriquecer esse debate tão relevante. Aqui eu queria pedir mais uma vez e reforçar esse convite. Essa audiência pública é de extrema importância porque ela trata da análise desses dados do Cadastro Ambiental Rural, é importante porque nós vamos ter aqui pessoas de renome nacional e internacional para debater esse assunto que eu reputo de grande relevância.

Antes de dar prosseguimento aos itens da pauta, eu gostaria, hoje, agora, de destacar que, neste momento, muito próximo daqui, está ocorrendo o Acampamento Terra Livre, principal e maior assembleia dos povos indígenas do Brasil e quicá do mundo. O evento, que está na sua 15ª edição, vem dar voz à luta dos povos indígenas do Brasil, promovendo o entendimento da demanda dessas populações por meio de oficinas, debates e encontros entre diversas etnias e o público em geral.

É imprescindível que haja o entendimento da relação dos povos indígenas com seus territórios. Essa não é uma relação de poder, de posse, de acúmulo monetário. A relação dos povos indígenas com seus territórios se dá através da garantia e expressão de sua identidade, dos seus modos de vida, da relação sagrada com a terra, da sobrevivência de sua cultura, de seus ritos religiosos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O povo indígena não quer lotes em outros locais, não quer dinheiro de indenização. O povo indígena precisa de seus territórios para sobreviver. Para os ianomâmis, por exemplo, a palavra urihi se refere à terra-floresta, uma entidade viva, dotada de um sopro vital e de um princípio de fertilidade, de origem mítica. Urihi é habitada e animada por espíritos diversos, entre eles os espíritos dos pajés ianomâmis, também seus guardiões. Sem Urihi não há espíritos, não há o espírito do pajé, não há vida.

Como Presidente desta Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, eu gostaria de saudar as populações indígenas deste País, saudar do fundo do meu coração e da minha alma; o meu respeito, a minha consideração, a minha admiração. E, no que depender de mim, eu sempre estarei lutando em defesa da população indígena, desses verdadeiros povos originários, que tanto contribuem para a preservação dos nossos recursos e riquezas naturais, não por serem naturalmente ecologistas, mas por sua relação diferenciada com seus territórios, por possuírem consciência da dependência física, cultural e espiritual em relação ao meio ambiente.

Com essas palavras, quero aqui render as minhas homenagens ao Acampamento Terra Livre. E espero do fundo do coração que toda a população brasileira tenha plena ciência do real significado e valor da população indígena para o nosso País. Não se trata apenas de um direito de propriedade insculpido no art. 5º da Constituição Federal, está muito além da propriedade, transcende o dinheiro, não basta, como foi dito e lido aqui. Há um aspecto social, espiritual, cultural, é uma relação muito próxima com a terra. Então, eu queria muito que um dia a população brasileira entendesse o real valor e o significado da população indígena não só para o Brasil, mas para o Planeta.

Eu quero aqui externar e deixar clara a minha admiração e respeito. E, no que depender de mim, tenho fé em Deus, enquanto eu estiver presidindo esta Comissão de Meio Ambiente, eles terão em mim um aliado na luta para preservação dos seus direitos e para que jamais possamos retroceder.

Passo agora ao item 1.

ITEM 1**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2016****- Não terminativo -**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da comprovação da procedência legal da madeira nativa utilizada nas obras, serviços e aquisições da Administração Pública.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. A matéria resultou da Sugestão nº 3 de 2016, do Projeto Jovem Senador.
2. Constatou da pauta em 28/3 e 4 e 10/4/2019.
3. A matéria vai ainda ao Plenário.

Eu consulto o Senador Girão se ele pode proceder à leitura do relatório, em substituição ao Relator. (Pausa.)

E, desde já, eu quero aqui enaltecer que esse projeto resultou dessa Comissão de Direitos de Humanos e Legislação Participativa, que é participativa do Programa Jovem Senador. Eu acho extremamente positivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para proferir relatório.)

– Acho que eu vou ter que mudar de computador porque está saindo... Presidente, meu querido Senador Fabiano Contarato, não está saindo. Deixe-me ver se vai funcionar agora. Com muita honra e alegria eu posso relatar *ad hoc*. Deixe-me ir para o lado... (*Pausa.*)

Eu peço permissão a V. Exa., meu Presidente, Senador Fabiano, Senador José Serra, Senador Confúcio, para ler a partir da análise. Pode ser?

Compete a esta Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos relativos à proteção do meio ambiente, sobretudo conservação da natureza, defesa e preservação das florestas, conforme o art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto trata de temas de competência legislativa privativa da União, quando lida com normas gerais de licitações e contratação e competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, por dispor sobre proteção do meio ambiente e conservação da natureza, conforme arts. 22, inciso XXVII, e 24, inciso VI, da Constituição Federal, respectivamente.

O PLS observa princípios constitucionais de ordem econômica, particularmente o inciso VI do art. 170, que recomenda tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços.

A proposição não invade assuntos de iniciativa reservada ao Presidente da República positivados no art. 61, §1º, da Constituição Federal. Ademais, inova no mundo jurídico, com abstratividade, coercitividade e impessoalidade. Portanto, não encontramos óbices quanto à constitucionalidade e juridicidade da matéria.

O projeto possui todos os méritos, pois permite que a Administração Pública, por meio das compras sustentáveis, contribua no combate ao desmatamento da vegetação nativa e fomenta a produção legal de madeira nativa e seus subprodutos. É bastante desejável que a Administração dê o bom exemplo às empresas e aos cidadãos brasileiros, incorporando práticas e produtos sustentáveis na sua atividade, de modo que esse modelo seja assimilado paulatinamente pela sociedade.

Iniciativas como esta são urgentes e fundamentais, pois refletem, contribuem para o combate ao desmatamento ilegal e a conservação da biodiversidade. Segundo o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal subiu cerca de 14% de 2017 para 2018, atingindo o valor, a extensão de 7.900 quilômetros quadrados, o maior valor desde 2008. Estima-se que cerca de 20% da cobertura vegetal do bioma amazônico já foram desmatados. O Cerrado teve, em 2018, taxa anual de desmatamento de 6.657 quilômetros quadrados e já perdeu cerca de 50% da sua cobertura vegetal natural. E da Mata Atlântica brasileira, região bastante sacrificada com a colonização costeira do nosso País, restou apenas 15% da área originalmente coberta, com taxa anual de desmatamento 2016/2017 de 125,62 quilômetros quadrados.

É preciso desacelerar – e idealmente interromper – esse processo.

Nesse contexto, é crucial que a Administração Pública faça o seu papel, não só no exercício do poder de polícia, mas também adotando postura de consumo responsável do ponto de vista socioambiental. As contratações governamentais brasileiras movimentam recursos na faixa de 10% a 15% do PIB, de acordo com a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (Cisap).

Portanto, a Administração, por meio de compras...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O computador está dando *reset* de novo.

Tem no papel aí? Acho que vai ser melhor.

Portanto, a Administração, por meio de suas compras, obras e serviços, pode incentivar o desenvolvimento de produtos mais sustentáveis e garantir-lhes ganho de escala, redução de custos, aumento da competitividade e da popularidade. São exemplos de produtos ecoeficientes aqueles que contribuem para a diminuição do desmatamento, da geração de resíduos sólidos, da emissão de gases do efeito estufa, do consumo de água e de energia.

A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, positivou a preocupação com o desenvolvimento nacional sustentável e com o impacto ambiental na realização de obras e serviços pelo Poder Público em seus arts. 3º e 12. Contudo, a regulação pretendida pelo PLS em análise avança ainda mais, pois exige informações relativas ao empreendedor, ao licenciamento ambiental da atividade, à autorização para corte das árvores e ao transporte da madeira. Monitora-se, assim, o ciclo completo do produto madeireiro, oferecendo maior segurança à Administração Pública quanto à procedência e à legalidade da madeira nativa.

Entendemos que a Emenda nº 1, do Senador Chico Rodrigues, é acertada, pois, conforme descrito em sua justificação, o dispositivo permite que o gestor público exija a certificação florestal no edital de licitação e deixe de fora os demais potenciais concorrentes que optaram por não se certificarem. Além do mais, não existe um padrão legalmente determinado para certificação florestal, que pode ser mais ou menos rigorosa ao longo do tempo, a depender da certificadora. Assim, recomendamos a exclusão do parágrafo único do art. 3º do projeto, conforme prescreve emenda.

Outro ponto importante a ser analisado é a pertinência dos documentos listados no art. 3º do projeto. A nosso ver, o Documento de Origem Florestal (DOF) ou o documento estadual equivalente já são suficientes para se comprovar a procedência legal da madeira, pois possuem informações sobre o transporte – origem, deslocamento e destino – e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive especificam o ato que autorizou o corte da madeira na origem.

Dessa forma, podemos simplificar a comprovação da procedência legal do produto e evitar restrição de competição por parte de produtores de florestas plantadas, cuja exploração depende somente de cadastro e declaração para fins de controle de origem, conforme art. 35, §§1º e 3º, da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, Código Florestal.

Outro aspecto relevante é o momento da comprovação da procedência legal da madeira nativa e seus subprodutos. O projeto pretende exigir comprovação na fase de habilitação do certame. Entretanto, julgamos mais acertado fazer constar essa necessidade no edital de licitação e, posteriormente, como obrigação do contrato administrativo, que o contratado apresente o DOF ou documento estadual equivalente quando fizer a entrega da madeira nativa ou seu subproduto ao contratante.

Finalmente, consideramos que o projeto não deveria dispor sobre o tema de forma autônoma, e, sim, alterar a Lei nº 8.666, de 1993, que é a lei geral de licitações, aplicável no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essa é a inteligência do art. 7º, inciso IV, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo o qual – abre aspas: “IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa”.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, apresentamos emenda substitutiva que altera a Lei nº 8.666, de 1993, para acrescentar definições – art. 6º, incisos XXI e XXII –, estabelecer que o edital de licitação informe sobre a obrigatoriedade de comprovação da origem lícita da madeira de origem nativa ou subproduto – art. 23, §9º – e incluir cláusula contratual que exija apresentação de Documento de Origem Florestal (DOF), ou documento estadual equivalente, por parte do contratado antes da utilização do material, no caso de obras e serviços, e no ato da entrega do material, no caso de aquisições – art. 55, §4º.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2016, e pelo acolhimento da Emenda nº 1, na forma do seguinte Substitutivo:

Art. 1º A Lei nº 8.666...

Eu acho que não precisa ler isso tudo aqui, não, não é? Eu acho que eu já li a emenda...

Então, Presidente, o relatório está lido, com o voto, e fica à disposição de V. Exa. e dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Tendo em vista a presença do Relator, eu peço que transfira a relatoria ao Relator, devendo constar na ata que o Relator é o Senador Otto Alencar.

Eu queria oportunizar e, desde já, Senador Otto, parabenizá-lo pelo brilhante relatório a cuja confecção o senhor procedeu muito bem. Eu, apenas para otimizar os trabalhos, pedi ao Senador Eduardo Girão, mas o mérito é totalmente do senhor com relação a esse voto com o qual eu concordo em gênero, número e grau.

Passo a palavra ao senhor, para suas considerações.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Sr. Presidente, Senador Fabiano.

Eu cheguei um pouquinho atrasado, vim com muita pressa. Às vezes, aqui no Senado, a gente tem outras atribuições, vai a uma Comissão ou outra...

Nós preparamos esse relatório, conscientes de que a letra de lei que está aqui sendo apreciada agora é superimportante para conter o desmatamento ilegal nas nossas florestas.

O exemplo principal é a Mata Atlântica, que, em grande parte, está na Bahia e também no Estado de V. Exa. e que já foi praticamente toda devastada por falta de consciência ambiental. O projeto vem para definir e fiscalizar a aplicação da madeira em todas as atividades a que ela serve tão bem, para proibir, e não inibir, a aplicação da madeira das nossas florestas nativas, de árvores seculares, porque seria hoje talvez impossível replantá-las para que chegassem aonde chegaram, sobretudo no que resta da nossa floresta ainda.

Eu sempre defendo a árvore, as matas, as árvores, porque a consequência do desmatamento é uma consequência que pode comprometer as futuras gerações, até porque, toda vez em que se corta uma árvore secular, uma madeira de lei, de uma floresta, na minha opinião, é a mesma coisa que estar matando uma pessoa, um ser humano. Derrubar uma árvore para mim é igual a matar uma pessoa. Quando ela cai, quando vejo um negócio dessa natureza, dá para chorar!

E hoje o Brasil... Talvez, o Governo brasileiro seja o Governo mais irresponsável com as florestas no mundo, e posso dizer isso com toda a tranquilidade, porque conheço bem essa matéria. Ou se toma uma providência com uma legislação dura, rígida, ou teremos graves consequências.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um dos fatos que mais me tem chamado a atenção é a queda da produção da água pelo desmatamento. Toda vez em que se desmata uma área, seja ela próxima de nascente ou de beira de rio, você está diminuindo a produção de água. Se é uma nascente e se ela corre para um rio, a calha do rio, com a nascente morta, vai receber menos metros cúbicos de água que ela produzia. A nascente só produz água quando há árvore, porque só as raízes das árvores que dão a porosidade do solo para a água penetrar e alimentar o talvegue, que é o braço subterrâneo da nascente que vai de encontro à rocha. Quando ela aumenta a pressão, ela brota a água de novo.

Eu já recuperei algumas nascentes, replantando árvores na minha região, na Chapada Diamantina. Nós temos uma experiência muito boa, porque há na Bahia um projeto antigo, chamado Fábrica de Florestas, por meio do qual nós limpamos uma nascente que está assoreada. Replantamos todas as árvores em torno dela, e aquelas árvores crescem mais rapidamente. Nós a cercamos, e, quando a árvore toma uma altura de 4m, 5m, 6m, a nascente começa a brotar água, porque, exatamente quando a chuva bate, a água penetra, alimenta; depois, a pressão sobe, e a nascente brota.

Só para que V. Exa. tenha uma ideia do que significa isso, a Amazônia, pelo desmatamento ilegal – isto é gravíssimo –, está perdendo, por ano, 350 quilômetros quadrados de lâmina d'água. Isso é gravíssimo! Todos os satélites informam isto: a Amazônia está perdendo 350 quilômetros quadrados de lâmina d'água. Ninguém enxerga, porque, quando você chega ao Rio Negro, ao Amazonas, ao Solimões, ao Tocantins, você vê aquele mundo de água, não conhece e está achando que ele está até aumentando. Não! Estão-se diminuindo na Bacia Amazônica 350 quilômetros quadrados, por ano, de lâmina d'água. Não é porque está faltando chuva, não, a chuva é a mesma; é porque se desmatou, e a água não penetra, não alimenta as nascentes, não supre os rios.

Então, a minha luta sempre foi por isso aí. A maior luta que eu tenho aqui, desde que cheguei, em quatro anos, é o Rio São Francisco, que está marcado para morrer. E morrerão outros também, como o Tocantins. O Araguaia mesmo já está numa situação muito grave. O Rio Tocantins, por exemplo, perdeu 20% da sua vazão média em dez anos, medida corretamente. Pelo Rio Tocantins, recentemente, no ano passado, já no período em que há alguma estiagem, pela hidrovia do Tocantins, já não dá mais para levar a soja lá para cima, porque já não há condição de se fazer isso.

Há 50 anos, nós tínhamos a Hidrovia do Rio São Francisco, e você saía de Pirapora para Juazeiro. Hoje, em Pirapora, em Minas Gerais, que fica à margem direita do Rio São Francisco, você não anda 20km; não há condição de nem um barquinho pequeno andar, porque o rio está assoreado e o seu calado está muito baixo.

Portanto, eu acho que esse é um projeto meritório. Eu sei que V. Exa. também defende, como eu defendo, a preservação ambiental, o meio ambiente, florestas e águas, não por nós, pela nossa geração talvez, mas pelas futuras gerações. Eu tenho absoluta certeza de que, se o Governo Federal e os Governos estaduais ou até municipais não tomarem uma providência, dentro de 30 anos este País não terá água para suprimento humano, não só no Nordeste, não, que depende do Rio São Francisco, mas também aqui, no Centro-Oeste, com o desmatamento. Em São Paulo, do Senador José Serra, houve problemas com abastecimento de água porque Cantareira foi para quase o volume morto. Houve um período em que São Paulo teve que fazer racionamento. Brasília fez, em 2016, racionamento de água. Por que está acontecendo isso? A produção está caindo, porque morrem as nascentes e os rios tributários ou afluentes, e aumenta o consumo humano, animal, industrial, para a irrigação e também



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para as gerações de energia. Então, o que está acontecendo é isto: o aumento do consumo e a diminuição da produção de água por cada árvore que alguém desmata na beira de um rio, na beira da nascente; é um metro cúbico de água a menos que vai entrar na calha de um rio para o abastecimento das pessoas.

Portanto, esse projeto eu acho muito importante, porque vai, de alguma forma, regulamentar e manter uma fiscalização que seja mais rigorosa, para que isso não venha a acontecer mais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Otto. É sempre muito bom ouvi-lo e saber que esta Comissão tem um Senador tão sensível, preocupado, com uma visão não só para o agora, mas para as futuras gerações. Eu concordo em gênero, número e grau e parabeno-o, mais uma vez, pelo brilhante relatório.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado 234, de 2016, com acolhimento da Emenda nº 1 na forma da Emenda nº 2-CMA (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

Passamos agora ao item 2.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2016****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para inserir medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: pela aprovação com emendas.

Observações:

1. *Constou da pauta em 10/4/2019.*

2. *A matéria vai ainda à CAS, em decisão terminativa.*

Mais uma vez, eu queria apenas alertar que, como praxe, por respeito, e respeito todos os Relatores, uma vez que tenho que dar andamento aos projetos e aos relatórios, eu vou designar, por gentileza, e se aceitar, o Senador Alessandro Vieira para a leitura do relatório do Senador Randolfe Rodrigues. Espero que ele compreenda essa postura, que é regimental.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório do Senador Randolfe Rodrigues trata do PLS nº 375, de 2016, de autoria do Senador Paulo Rocha, e tem por finalidade alterar a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir os medicamentos de uso humano e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação de sistema de logística reversa.

O art. 1º da proposição acrescenta o inciso VII ao *caput* e altera os §§3º e 4º do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, de modo a concretizar a finalidade do projeto.

O derradeiro art. 2º estabelece que a lei que resultar da aprovação do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor aponta que, por falta de um sistema de logística reversa para medicamentos, os destinos mais frequentes de remédios vencidos são o lixo comum, pias, ralos e vasos sanitários. Segundo o autor, esse tipo de descarte provoca a contaminação do meio ambiente, gerando graves danos, como a feminização de peixes machos, o desenvolvimento de resistência microbiana a antibióticos e a poluição de recursos hídricos utilizados como fonte de abastecimento humano e de animais e como insumo da produção de alimentos.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Meio Ambiente (CMA) e será ainda examinado pela Comissão de Assuntos Sociais, à qual competirá emitir decisão terminativa.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à matéria nesta CMA.

Passo à análise.

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente, especialmente controle da poluição, conservação da natureza e defesa da fauna e dos recursos hídricos. Portanto, é pertinente a análise da matéria por esta Comissão.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2010, inaugurou verdadeira mudança de paradigma cultural, ao estabelecer, tal como em países da União Europeia e no Japão, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, inclusive quanto à sua disposição final ambientalmente adequada.

Ocorre que esse importante diploma legal apresenta uma lacuna injustificável. Os medicamentos vencidos ou sobressalentes, bem como suas embalagens, embora nocivos ao meio ambiente, não foram incluídos na PNRS entre os produtos cuja logística reversa é obrigatória.

A situação do descarte de sobras de medicamentos e de produtos farmacêuticos vencidos no Brasil é extremamente preocupante. Estima-se que aproximadamente 14 mil toneladas de medicamentos ultrapassem o prazo de validade a cada ano no País, sendo na maior parte descartados de maneira ambientalmente incorreta, jogados no lixo comum, no esgoto ou no solo.

O impacto dos medicamentos no ambiente é enorme. Muitos deles causam desequilíbrio hormonal em organismos aquáticos, provocando até mesmo sua desestruturação populacional, como observado em peixes que mudam de sexo devido à ação de fármacos presentes na água. Além da toxicidade, muitos componentes de medicamentos têm alta persistência no ambiente e alguns são propensos à bioacumulação, podendo ser transportados entre vários organismos por meio da cadeia alimentar, chegando inclusive ao ser humano.

Antibióticos interferem drasticamente nas comunidades de microrganismos do solo, prejudicando a agricultura. Além disso, esse tipo de fármaco, tanto nos ambientes terrestres como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquáticos, leva à seleção de bactérias resistentes, muitas delas patogênicas, gerando risco de graves enfermidades, mesmo para os humanos. Os antibióticos, ao destruírem bactérias atuantes na decomposição de matéria orgânica, comprometem também o desempenho das estações de tratamento de esgoto.

Os sistemas de tratamento de água não são eficazes na retirada de resíduos de medicamentos. Estudos recentes realizados pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) demonstram que a água tratada e considerada potável tem apresentado baixas concentrações de fármacos que representam riscos para a saúde humana e para o meio ambiente. A exposição contínua a essas pequenas concentrações de drogas pode causar câncer e desregulação endócrina.

Como bem assevera o Senador Paulo Rocha, autor da proposição, os consumidores mais conscientes, que não descartam produtos farmacêuticos de qualquer maneira, estão sem uma referência sobre o que fazer com sobras de medicamentos ou medicamentos vencidos em sua posse. Essa situação leva a população a manter esses produtos inservíveis em suas casas, criando um risco de consumo accidental, sobretudo por crianças, com a possibilidade de danos severos à saúde e até mesmo de morte.

Diante desse quadro, o PLS nº 375, de 2016, vem em boa hora. O §1º do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, estabelece que, para aqueles produtos que não constam do rol da logística reversa obrigatória, como é o caso dos medicamentos, poderão ser instituídos sistemas de logística reversa por meio de regulamento de lei (decreto), acordos setoriais ou termos de compromisso entre o Poder Público e o setor empresarial. Todavia, desde 2013, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Saúde tentam chegar a um entendimento com a indústria farmacêutica, sem sucesso, para a construção de um acordo setorial voltado à implantação de sistema de logística reversa de medicamentos. Devido à intransigência da indústria, o MMA decidiu, no ano passado, abrir consulta pública para a edição de decreto com a finalidade de instituir a logística reversa de medicamentos. O prazo para contribuições da sociedade à minuta de decreto apresentada se encerrou no último dia 18 de janeiro. Infelizmente, o novo Governo paralisou o processo e nem sequer analisou as contribuições recebidas na consulta pública.

Nesta conjuntura, é imprescindível a ação do Poder Legislativo para corrigir essa omissão, e nisto está o mérito do PLS nº 375, de 2016, que indubitavelmente merece ser aprovado.

Propomos algumas contribuições para aperfeiçoamento da iniciativa do Senador Paulo Rocha. Julgamos que a obrigatoriedade de logística reversa para medicamentos não deve se restringir àqueles de uso humano, mas deve contemplar também os de uso veterinário, que são tão nocivos ao meio ambiente e à saúde pública quanto os resíduos de medicamentos de uso humano.

Ao final da última Legislatura, foi arquivado, nesta Casa, o PLS nº 148, de 2011, de autoria do Senador Cyro Miranda, que intentava incluir ambas as categorias de medicamentos, de uso humano e veterinário, no rol de produtos sujeitos à logística reversa. O Senador Ataídes Oliveira chegou a apresentar o Requerimento nº 341, de 2017, que pedia a tramitação em conjunto do PLS nº 375, de 2016, ora em análise, com o PLS nº 148, de 2011, porém, o requerimento foi prejudicado em razão do arquivamento do projeto mais antigo.

Consideramos necessário também promover alterações na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), no que se refere aos crimes relacionados à disposição inadequada de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resíduos sólidos, para abranger o descumprimento das obrigações relacionadas à logística reversa. A LCA (Lei de Crimes Ambientais) tipifica como crime a gestão inadequada de resíduos perigosos, porém essa tipificação não abrange aqueles resíduos cuja logística reversa é obrigatória, mas que não se enquadram no conceito de resíduo perigoso.

Apresentamos emendas para concretizar as contribuições que julgamos adequadas ao projeto.

Voto.

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2016, com as seguintes emendas que apresentamos:

EMENDA Nº - CMA

[...]

"Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para inserir medicamentos de uso humano ou de uso veterinário e suas embalagens no rol de produtos para os quais é obrigatória a implementação do sistema de logística reversa; e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para tipificar conduta de descumprimento de obrigação relativa à logística reversa."

EMENDA Nº - CMA

Dê-se ao inciso VII do *caput* do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2016, a seguinte redação:

"VII – medicamentos de uso humano ou de uso veterinário e suas embalagens.

§1º As drogarias e farmácias ficam obrigadas, ainda, a disponibilizar um local seguro para ponto de armazenamento para guarda temporária de medicamentos, na forma do regulamento.

§2º Os distribuidores de medicamentos ficam obrigados a realizar a coleta dos recipientes contendo os medicamentos descartados pelo consumidor nas drogarias e farmácias, na forma do regulamento.

§3º As indústrias farmacêuticas ficam obrigadas a realizar o transporte dos medicamentos coletados pelos distribuidores até os locais de tratamento final e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, na forma do regulamento."

EMENDA Nº - CMA

Inclua-se o seguinte art. 2º no PLS nº 375, de 2016, renumerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

"Art. 2º O art. 56 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 56.....

§1º.....

III – descumpre obrigação relativa à estruturação e implementação de sistema de logística reversa.

.....' (NR)"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira, pela contribuição e pela leitura do relatório do Senador Randolfe Rodrigues.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado 375, de 2016, com as Emendas nºs 1, 2, 3-CMA.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Se me permite, eu queria pedir inversão de pauta para que entrasse o Projeto nº 458, de 2018, de minha autoria. É o item 8 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Senador José Serra, esse item 8 é terminativo. Logo, nós não temos quórum para votar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, poderia ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Essa decisão é terminativa. Então...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Poderia ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só a leitura?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É. Se não chegar o quórum suficiente, ficaria para a próxima, mas pelo menos adianta o relatório. Pode ser isso que ele pede.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Talvez, para ganhar tempo, não era melhor a gente passar para um requerimento? Inclusive, tenho informação de que o senhor vai subscrever. Aí a gente ganha mais tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu subscrevi o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Aí dá tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... Nelsinho Trad e do Senador Lucas Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito, porque aí dá tempo a outros Senadores retornarem. Se o Senador José Serra assim permitir, é só a leitura de um requerimento. Tudo bem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Presidente. V. Exa. está correto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, com a palavra o Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O requerimento está sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está aqui. Perfeito!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É para uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Isso.

O requerimento está aí com V. Exa.?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não está aqui comigo, não, mas é um requerimento do Senador Nelsinho Trad e do Senador Lucas Barreto. E eu, como Líder do PSD, também assinei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2019

- Não terminativo -

Requerem, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito-MS, com os convidados que relacionam.

Autoria: Senador Nelsinho Trad e outros

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Meio Ambiente, com o objetivo de debater as soluções e o impacto ambiental causado por plantações, construções irregulares e estradas feitas em áreas de preservação ambiental em Bonito-MS. Propomos uma audiência com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; representante do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Turismo; representante de Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Desenvolvimento e Agricultura Familiar; representante da Famasul; representante da Prefeitura de Bonito; representante da Câmara Municipal de Bonito e representante das agências de turismo de Bonito, Mato Grosso do Sul.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente. Esse é o requerimento.

Eu mandei minha assessoria trazer o requerimento assinado. Eu o passo, logo, logo, a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu também gostaria de pedir a V. Exa., com sua vênua, a retirada do item 5 da pauta. É um relatório que fiz, mas quero rever alguns itens.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Fala sobre o controle de gerenciamento costeiro e é do Senador Fernando Bezerra. Peço que o tire de pauta, para ele ser votado em uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É para reexame, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Para retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É reexame, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Reexame.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Está ótimo. Está deferido.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2015****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: pela aprovação com emendas.

Observações:

1. *Constou da pauta em 20 e 28/3 e 4 e 10/4/2019.) (Pausa.)*

O problema é o quórum.

Ele vai ler um item aqui. Depois, eu passo para lá.

Já há quórum?

Vou pedir a leitura. *(Pausa.)*

Consulto o Senador Confúcio se ele pode proceder à leitura.

Passamos para o item 3, decisão não terminativa.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2018****- Não terminativo -**

Altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: pela aprovação com emendas.

Observações:

1. *Matéria decorrente da Ideia Legislativa nº 100.841, apresentada via Programa e-Cidadania, transformada na Sugestão nº 10, de 2018, e convertida em projeto de lei pela CDH.*

2. *Constou da pauta em 10/4/2019.*

3. *A matéria ainda vai ao Plenário.*

Relatoria: Senador Roberto Rocha.

Em 02/04/2019, foi recebido o Ofício 131, de 2019, da Presidência do Senado, que solicita remessa da matéria à SGM, para leitura de requerimento, que pretende tramitação conjunta com outras matérias.

Concedo a palavra... Consulto se o Senador Confúcio pode proceder à leitura.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Eu queria solicitar a inversão de pauta em relação ao item 8 da pauta, projeto de minha autoria. Nós temos número. Eu queria solicitar a inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Solicito a compreensão do Senador, para se inverter a pauta, por gentileza.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Pois não.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – ... proponho ser o Senador Otto Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O Senador Otto? Perfeito!

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, DE 2018****- Terminativo -**

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para institucionalizar o aproveitamento, no âmbito do licenciamento ambiental, de dados levantados em estudos de impacto ambiental anteriores para empreendimentos licenciados em uma mesma área geográfica.

Autoria: Senador José Serra

Relatoria: Senador Wellington Fagundes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação.

Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Consulto o Senador Otto Alencar se ele pode relatar o projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Sr. Presidente, eu o farei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Trata-se do Projeto 458, de 2018, do nobre Senador José Serra, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências, para institucionalizar o aproveitamento, no âmbito do licenciamento ambiental, de dados levantados em estudos de impacto ambiental anteriores para empreendimentos licenciados em uma mesma área geográfica.

A apreciação por esta Comissão de Meio Ambiente cabe perfeitamente, de acordo com o que está pré-estatuído dentro da legislação e do Regimento do Senado Federal. Esse projeto de lei altera a Política Nacional de Meio Ambiente e estabelece novos mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

A proposição consta de dois artigos. O primeiro acrescenta o §5º ao art. 10 da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente para possibilitar, no licenciamento ambiental de empreendimentos, o aproveitamento de dados anteriormente levantados na etapa de diagnóstico de estudos de impacto ambiental, desde que esses dados sejam compatíveis em termos de localização e adequados quanto à metodologia de coleta, esforço amostral e época de levantamento.

O segundo artigo estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor recorda que uma das razões para a demora no licenciamento ambiental é a excessiva complexidade dos estudos ambientais, para os quais são exigidos diagnósticos complexos e pormenorizados. Ocorre que, a cada novo pedido de licenciamento ambiental, mesmo que em uma mesma área geográfica, será exigido um novo estudo ambiental, que efetuará novos diagnósticos. Como menciona o proponente, "disso podem resultar duas consequências práticas: o retrabalho e, por conseguinte, o desperdício de esforços ou a reprodução pouco crítica de informações já levantadas, em vista da economicidade".

Não foram apresentadas emendas à proposição, que será examinada exclusiva e terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente.

Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente controle da poluição, conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e outros recursos ambientais.

Por se tratar de matéria a ser apreciada em caráter terminativo, cabe a este Colegiado se manifestar sobre aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e também técnica legislativa.

Nesse sentido, cabe-nos esclarecer que o projeto não apresenta nenhum óbice de natureza constitucional e jurídica, está redigido em boa técnica legislativa e não conflita com disposições do Regimento Interno do Senado Federal. Não está vedada a iniciativa parlamentar para a apresentação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de proposição versando sobre a matéria em foco, e, dessa forma, não há afronta aos arts. 61 e 84 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, cabe-nos apenas ratificar na íntegra os argumentos lavrados na justificação do projeto. Note-se que o PLS nº 458, de 2018, não visa apenas à economicidade do licenciamento ambiental, por meio do aproveitamento de dados secundários. Mais que isso, ele propõe uma nova cultura da informação, o fomento da criação de um banco de dados a alimentar o Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima).

Ao legitimar e mesmo fomentar a prática da utilização de dados secundários, o PLS valoriza os técnicos que primeiramente levantaram as informações. O projeto assegura, ainda, que apenas poderão ser utilizados dados compatíveis em termos de localização, metodologia de coleta, esforço amostral e época de levantamento das informações. Dessa forma, restam garantidas a validade e a adequabilidade dos dados a subsidiarem o licenciamento ambiental.

Em suma, ao institucionalizar o aproveitamento de dados, o PLS contribui para a redução dos custos dos estudos e do tempo de análise das informações pelos órgãos ambientais competentes. Ganham o empreendedor, a sociedade e o Poder Público. Diante do exposto, Sr. Presidente, o nosso voto é pela aprovação do PLS 458, de 2018, do nobre Senador José Serra, já que, na nossa avaliação, ele preenche todos os pré-requisitos para, de alguma forma, garantir o licenciamento ambiental, desde que os estudos preliminares sejam compatíveis com aquilo que está pré-estabelecido na lei e na política ambiental do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Otto.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não, V. Exa. está com a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Depois do parecer tão bem apresentado pelo Senador Otto Alencar, eu pediria a V. Exa. que abrisse o painel, até porque temos número para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador José Serra, eu tenho uma emenda a esse projeto. Acho esse projeto extremamente positivo. São só alguns detalhes. Eu queria verificar, proceder à leitura da emenda e colocar em discussão. Aí, se for o caso, rejeita-se ou não, e se vota. Mas a emenda é só para aprimorar, porque o projeto está muito bom. Eu vou proceder à leitura da emenda que eu estou propondo, mas é apenas para complementar, para aprimorar, somente isso. Depois, eu abro a discussão. Se for rejeitada a emenda, abro o painel para votação. Tudo bem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – V. Exa. pode ler a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!

Vamos lá!

(Soa a campainha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) –
Leio emenda de minha autoria:

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2018, a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§5º e 6º:

Art. 10.....

§5º As informações obtidas na etapa de diagnóstico de estudos de impacto ambiental e de outros instrumentos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) para licenciamento previsto no *caput* integrarão o sistema estabelecido no inciso VII do art. 9º desta Lei e poderão ser aproveitadas por meio de fluxo integrado de informações ambientais no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região, desde que adequados em metodologia de coleta, esforço amostral e época de levantamento das informações.

§6º O aproveitamento das informações descritas no parágrafo anterior será justificado pelo órgão responsável pelo licenciamento ambiental."

Justificação.

A proposição é sumamente meritória, como bem expressa seu autor na justificação. Todavia, mudanças se fazem necessárias, de modo a potencializar seus efeitos.

Primeiramente, sugerimos a substituição da expressão "dados" por "informações", porque dado é isolado, e, na informação, há uma reflexão sobre aquele dado. De acordo com a doutrina, dado é o conteúdo quantificável e que, por si só, não transmite nenhuma mensagem que possibilite o entendimento sobre determinada situação. Significa dizer que os dados podem ser considerados a unidade básica da informação. Por sua vez, a informação resulta do processamento dos dados e, por isso, é capaz de transmitir mensagens qualificadas e plenas de significado.

A segunda alteração é a inclusão de outros instrumentos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como fonte de informação. De fato, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) constitui um dos instrumentos possíveis de AIA; esta, por sua vez, pode ser empreendida por diversas outras modalidades de estudos e documentos técnicos, a exemplo do Plano de Controle Ambiental, Relatório de Controle Ambiental, inventários, Relatórios de Avaliação Integrada, entre outros. Ao acrescentar outros instrumentos de AIA, pretendemos ampliar o alcance e a efetividade do aproveitamento de informações, majorando o espectro possível de fontes dessas informações.

Ainda, acrescenta-se a expressão "por meio de fluxo integrado...". Trata-se de modificação necessária com vistas a qualificar o aproveitamento das informações obtidas. Com efeito, não basta a aquisição de informações, por mais úteis que sejam. Isso seria como se municiar de elementos quantitativos sem o necessário crivo e análise que tornem as informações acrescidas em algo efetivamente aproveitável. Por isso, importa, também, seu tratamento adequado, sua análise integrada e a composição devida de modo que, dessa abordagem, resulte o aproveitamento claro, criterioso e eficiente das informações. Isso se obtém por meio do fluxo integrado proposto.

Por último, a partir do §6º, procuramos assegurar que, quaisquer que sejam as informações aproveitadas de estudos ou documentos anteriores, sejam devidamente justificadas pelo órgão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiental licenciador. Dessa forma, garantimos segurança e transparência e, por conseguinte, qualidade ao procedimento de licenciamento ambiental.

Essas modificações foram pontuais, só para melhorar o projeto, porque eu achei de extrema relevância esse projeto.

A matéria está em discussão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu li aqui a contribuição como emenda que V. Exa. encaminhou – o §5º e o §6º – e acredito que a contribuição de V. Exa. é muito grande, pois vai melhorar o projeto e vai dar mais garantias quanto a esse licenciamento proposto no projeto original do Senador José Serra. Então, eu quero dizer a V. Exa. que, como Relator do projeto, eu a acolho, para que possa passar a compor o corpo do projeto a emenda oferecida por V. Exa., que mostra um conhecimento de causa muito grande nessa questão ambiental, sobretudo na amplitude do licenciamento ambiental. Parabenizo V. Exa. não só como Presidente, mas como alguém que deu uma grande contribuição.

Acho que o Senador José Serra concorda com a nossa avaliação, já que ele é o autor do projeto.

Então, eu vou acolher aqui as duas emendas ao corpo do projeto. Passa a ser agora o projeto com as duas emendas propostas por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Otto.

Eu quero deixar clara, mais uma vez, Senador José Serra, a minha admiração e o respeito que eu tenho pelo senhor. Este é o meu primeiro mandato. Sempre acompanhei a sua trajetória política como um democrata, como um brasileiro que muito honra a política brasileira. Estou entrando agora. Ontem, em Plenário, quando o senhor tocou nisso, eu tive toda a cautela de fazer essa contribuição...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... para dar muito mais... Eu queria poder, humildemente, contribuir com o projeto de sua autoria.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigado. O elogio vindo de V. Exa. para mim, particularmente, é especialmente valioso. Agradeço-lhe muito sinceramente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

A matéria está em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Fabiano, eu quero apenas dizer da minha alegria e do meu contentamento de participar desta nossa Comissão, na medida em que fiz questão absoluta de estar aqui hoje presente para votar o Projeto 458, de autoria do ilustre e eminente Senador José Serra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tenho dúvida alguma de que esse projeto é um projeto interessante, tendo em vista que, aos poucos, nós estamos tentando acabar com as amarras que nós temos na questão ambiental neste País. Lamentavelmente, criaram vários factoides e amarras que, certamente, têm prejudicado o nosso desenvolvimento econômico ou até mesmo social. Eu tenho acompanhado isso ao longo da história, desde o primeiro Código Florestal Brasileiro, e, de lá para cá, as coisas pioraram muito, Senador Fabiano. Desta feita, aqui, o projeto do Senador José Serra é meritório, tendo em vista que vai poder ocupar com a mesma licença que havia no projeto anterior.

Também nós temos que mudar até a questão dos alvarás que são emitidos pelas próprias prefeituras do Brasil, na medida em que, todo ano, é obrigatoriamente o mesmo projeto: numa construção de unidades habitacionais, é obrigado o cidadão a fazer um novo alvará. Ora, se é a mesma construção, se é o mesmo empreiteiro, se é o mesmo cidadão que comprou essa área e está construindo, tem que renovar? Isso se torna oneroso e penoso para o cidadão. Isso tem um custo final, e quem paga a conta é o cidadão brasileiro.

Desta feita, V. Exa., com certeza, de forma zelosa, como sempre, deu a sua contribuição e aprimorou o projeto.

Portanto, quero cumprimentar o Senador José Serra e da mesma forma V. Exa., Senador Fabiano, que vem em boa hora dar a sua contribuição, com a sua experiência.

Tem a minha solidariedade, Senador José Serra.

Certamente, nós temos que fazer ainda muito mais em relação à questão meio ambiente no Brasil, para melhorarmos e destravarmos, de uma vez por todas, lamentavelmente, esses encaminhamentos que existem na legislação ambiental.

Só exemplificando e concluindo, há projeto no Brasil, como é o caso da BR-139, que demanda de Porto Velho a Manaus... Fui o Relator na Comissão de Orçamento, como membro da Comissão de Orçamento da União. Lamentavelmente, a obra está paralisada há dez anos. Havia R\$70 milhões na conta, e não se podia aplicar, tendo em vista uma licença ambiental. Ora, se a estrada já estava implantada há 50 anos, há 100 anos, não haveria nenhum prejuízo ou dano à questão ambiental, mas não se podia fazer o serviço de infraestrutura, não se podia fazer o levantamento do *grid* de pista, as plataformas, para depois pavimentar, porque estava se exigindo licença ambiental. Acho que é uma incoerência, isso tem prejudicado muito o Brasil.

Portanto, de projetos como esse, eu fico, com certeza, bastante lisonjeado de participar, para, acima de tudo, dar minha contribuição.

Parabéns a ambos os Senadores, tanto José Serra como o nosso Presidente Fabiano!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu agradeço a contribuição do Senador Jayme Campos e quero deixar claro que o mérito desse projeto é todo do Senador José Serra, que novamente eu elogio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Quero comentar a matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, V. Exa. pode abrir o painel para votação?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Posso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nós vamos ter agora a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tudo bem?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E os que quiserem discutir vão discutir enquanto nós votamos aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – É para comentar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Bittar.

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Muito obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, eu estava indo ao gabinete do Eduardo Braga, meu amigo, ex-Governador do Amazonas, quando recebi uma mensagem daquele em que já votei duas vezes para Presidente da República, o Senador José Serra. Para mim é uma honra receber uma ligação do gabinete do Senador José Serra, que foi meu candidato a Presidente duas vezes, e poder vir aqui contribuir.

Quero dar apenas uma opinião singela. Eu sou filho de produtor rural, nascido em Franca, no interior do Estado de São Paulo. Meu pai foi subindo o Brasil, passando por Mato Grosso até chegar ao Acre. Até a época em que meu saudoso pai era vivo, o produtor rural fazia na sua área o que bem lhe aprouvesse, o que ele entendesse. Então, era permitido tudo: passava o córrego, passava o igarapé na sua terra, e o dono da área não tinha a obrigação de seguir nenhum tipo de recomendação. Pois bem, esse era um sistema que no mundo houve desde sempre. De repente, ex-Governador Confúcio, ex-Deputado Federal, houve um momento em que se precisava de um freio de arrumação, porque nem tudo que você pode fazer na propriedade privada afeta apenas você, mas vai afetar também a cidade que está lá embaixo.

No entanto, Senador José Serra, ex-Governador, ex-Prefeito, eu acho que agora é o momento de equilibrar: nem tanto ao céu, nem tanto ao mar. Nem o dono da propriedade rural pode ser o senhor feudal de antigamente, que podia fazer o que lhe desse na cabeça, nem a burocracia pode chegar ao ponto de inviabilizar totalmente a atividade humana na área rural.

Então, o projeto apresentado pelo Senador José Serra, que nós votamos agora, a meu ver, estabelece, com a sua contribuição, um pouco de equilíbrio, porque foi essa burocracia exacerbada que, ao final das contas, acabou contribuindo para aquilo que o nosso ex-Governador está dizendo, que era para inviabilizar. Quando você aumenta a burocracia exponencialmente, você quase inviabiliza a atividade produtiva na área rural.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Senador, pela sua projeção não apenas nacional, pela sua sabedoria, pelo seu equilíbrio neste debate ambiental nesta Comissão, creio que isso será muito útil para encontrarmos equilíbrio neste debate nacional e internacional.

Embora eu tenha nascido em Franca, que visitei no fim de semana passado, eu venho de um Estado que experimentou a outra ponta, que seria a ponta do "nada pode ser feito". Ouviu, ex-Governador Jayme? E sabe o que aconteceu no meu Estado? Ele piorou, e piorou muito. Não se cuidou do meio ambiente no meu Estado, que é o Estado original da Senadora Marina Silva. O esgoto corre a céu aberto dentro da nossa capital, jogando literalmente dejetos no Rio Acre, na cara de todo mundo. Ali não se conseguiu plantar uma árvore – Rio Branco, capital do Acre, Estado berço do movimento ambientalista nacional e internacional, terra de Chico Mendes, não tem arborização –, e a pobreza aumentou sobremaneira, e, com ela, aumentou também a violência.

Portanto, eu venho aqui, Senador José Serra, com muito orgulho votar, porque acho que esse é um projeto importante, com o aproveitamento racional de dados ou informações úteis, como queira o Presidente da Comissão, para não se ficar repetindo e perdendo tempo, mas esperando também que esse equilíbrio que esse projeto traz sirva para todo o restante do debate sobre a questão ambiental no Brasil, que não pode paralisar a atividade econômica no nosso País.

Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Marcio Bittar. Pode ter certeza de que também eu, aqui, na Presidência dessa CMA, tenho a sensibilidade de entender a necessidade da preservação ambiental, mas com sustentabilidade. Acho que os extremos é que muitas vezes dificultam muitas coisas no País. Pode ter certeza de que eu tenho essa sensibilidade.

Quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes, que é o Relator desse projeto, de autoria do Senador José Serra, pela compreensão da leitura, da discussão, do aprimoramento.

Eu queria convocar todos a procederem à votação, para pronunciar o resultado.

Antes, porém, mesmo já encerrada a discussão, eu concedo a palavra ao Senador Jean Paul, para as suas considerações.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado.

Apenas quero parabenizar o autor, o Senador José Serra, pelo projeto, e o Relator Wellington Fagundes pelo trabalho.

Quero pontuar como é importante uma medida dessas, de racionalização – não é de liberalização, não é de facilitação, e sim de racionalização do processo de licenciamento no Brasil. Nós, no Rio Grande do Norte, temos parques eólicos, poços de petróleo. Vários Estados do Brasil têm a necessidade de licenciar grandes obras, onde os estudos são caros. Os estudos não necessariamente se desatualizam, não perdem a sua validade, principalmente quando é pedida uma nova licença no mesmo lugar, no mesmo local, no mesmo bioma, com as mesmas características, com a mesma configuração operacional e técnica.

Esse tipo de projeto é um projeto que dá celeridade ao nosso licenciamento, e principalmente todos que trabalham em órgãos ambientais, todos que lidam com a escassez de recursos, lamentavelmente existentes nos órgãos ambientais brasileiros, tanto federais quanto estaduais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente também verão com bons olhos, autor José Serra, esse projeto. Ele não atinge apenas a quem é empreendedor; ele ajuda também a quem é licenciador. Agiliza o processo e o transforma em um processo racional.

Obrigado a vocês pelo trabalho. Parabéns!

Obrigado, Presidente, pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Presidente, eu queria agradecer aqui aos diversos colegas que falaram em apoio ao projeto.

Eu queria resumir o significado do projeto. A nossa Constituição trouxe avanços importantes em matéria de meio ambiente, sobretudo ao exigir relatórios prévios de impacto ambiental nos casos de obras ou atividades causadoras de degradação ambiental. Essas análises são conhecidas como Estudos de Impacto Ambiental, EIA/RIMA. O nosso PLS permite o reaproveitamento de dados obtidos por estudos realizados em determinada área geográfica desde que observadas metodologias adequadas de coleta. Com isso, reduz drasticamente o tempo na aprovação de licenças ambientais em regiões já avaliadas, economiza dinheiro e economiza tempo. Obriga que os dados de todos os relatórios EIA/RIMA passem a constar das bases do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente, o Sinima, o que fomentará uma cultura de informações, para nortear de maneira clara, científica e transparente a execução de obras e políticas públicas adequadas para determinada região.

Vamos deixar claro: os relatórios EIA/RIMA são caros e demandam meses para a sua conclusão. Especialistas são contratados para levantamento de dados complexos e para visitas a campo em épocas diferentes do ano. A depender da tipologia do empreendimento, são necessárias análises laboratoriais e computacionais. Na sistemática atual, a lei exige um novo relatório EIA/RIMA para todos os empreendimentos, mesmo que a região já tenha sido examinada. Há retrabalho e há repetição de análise, que retardam a expedição de um parecer conclusivo do órgão ambiental e da própria licença ambiental. É uma das principais críticas desferidas a esse instrumento.

O nosso projeto tem um macro-objetivo: desburocratizar o setor público, para que a economia brasileira volte a crescer, gerando empregos e desenvolvimento social, mas de maneira ecologicamente sustentável.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador José Serra. Mais uma vez, parabéns!

Declaro encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Proclamação do resultado: o projeto foi aprovado com 11 votos SIM e nenhum voto NÃO; nenhuma abstenção.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado 458, de 2018, de autoria do Senador José Serra, com a Emenda nº 1, da CMA.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão da Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como Relator, só quero aqui parabenizar o Senador José Serra pela clareza da sua proposição, principalmente porque isso representa economicidade para a sociedade, agilidade nas obras e, é claro, respeito ao meio ambiente. Aqui não se procurou fazer nenhum contorno nas licenças ambientais. Muito pelo contrário, aqui, na verdade, o que se quer é aproveitar aquele trabalho que já foi feito.

Senador José Serra e aqueles que nos acompanham, existe hoje, infelizmente, às vezes, todo um trabalho de licenciamento ambiental com um custo às vezes até maior do que a obra, principalmente na área aquaviária. Essa é uma verdade constatada principalmente pela Antaq e também pela Diretoria Aquaviária do Dnit. Então, isto aqui vai trazer, inclusive, oportunidades não só para a preservação ambiental, mas para a geração de emprego, porque, se nós temos potencial para ser aproveitado e se não utilizamos, então quem perde é a sociedade de modo geral.

Então, eu quero parabenizar o Senador Serra pela sua capacidade e inteligência e, principalmente, por estar buscando também, neste momento, inovar o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu é que agradeço a contribuição do Senador Wellington e, mais uma vez, parabenizo-o também pela relatoria.

Passo ao item 3.

ITEM 3**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2018****- Não terminativo -**

Altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos e para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: pela aprovação com emendas.

Observações:

1. *Matéria decorrente da Ideia Legislativa nº 100.841, apresentada via Programa e-Cidadania, transformada na Sugestão nº 10, de 2018, e convertida em projeto de lei pela CDH.*

2. *Constou da pauta em 10/4/2019.*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. A matéria ainda ao Plenário.

Relatoria: Senador Roberto Rocha.

Em 02/04/2019, foi recebido o Ofício 131, de 2019, da Presidência do Senado, que solicita remessa da matéria à SGM para leitura de requerimento que pretende tramitação conjunta com outras matérias.

Consulto o Senador Confúcio se pode proceder à leitura do relatório.

Com a palavra o Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, o senhor já fez toda a introdução do relatório, o que dispensa a releitura aqui por mim. Então, eu entro na Análise.

Compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, em especial o controle da poluição e o desenvolvimento sustentável, nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, além de meritória, segue a tendência mundial de substituição do plástico petroquímico pelos biodegradáveis. O banimento ou a restrição ao uso de sacolas de plástico petroquímico já é realidade em países da União Europeia, da África e da Ásia. Conforme bem sustentado pela Relatora da SUG nº 10, de 2018, Senadora Regina Sousa, o excessivo consumo e o descarte inadequado de sacolas plásticas e de utensílios plásticos descartáveis provocam poluição do solo e da água, morte da fauna aquática e terrestre, bloqueio das redes de drenagem pluvial, problemas no manejo e tratamento de resíduos sólidos e poluição visual em praias e locais turísticos.

Frequentemente são noticiados casos de morte de animais marinhos devidos à ingestão de fragmentos plásticos. Recentemente, em março de 2019, nas Filipinas, pesquisadores encontraram a carcaça de uma baleia-bicuda-de-cuvier em cujo estômago foram encontrados quarenta quilos de plástico. Entre os objetos, havia sacos para acondicionar arroz e insumos agrícolas e sacolas de compras. Em 2018, foi encontrada morta na Indonésia outra baleia com 6kg de plástico no estômago, entre os quais quatro garrafas plásticas, 25 sacolas e mais de 100 copos descartáveis. No Brasil, o principal animal ameaçado pela poluição dos oceanos por sacolas plásticas são as tartarugas marinhas, que confundem o material com alimento e acabam engasgadas ou enroscadas. Estima-se que cem mil animais marinhos morram todos os anos em decorrência da poluição dos oceanos pelo plástico petroquímico.

O Brasil é o 4º maior produtor de lixo plástico no mundo, com 11,3 milhões de toneladas por ano, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China e Índia, segundo estudo do Banco Mundial. Do total gerado, cerca de 91% são coletados e apenas 1,28% são efetivamente reciclados, percentual bastante inferior à média global de 9%. Substituir o plástico petroquímico pelo biodegradável de origem renovável resulta na redução do plástico encaminhado a aterros sanitários e no encurtamento do ciclo de vida desse produto. Com um tempo de degradação mais curto, frequentemente inferior a 180 dias, podem-se reduzir novos aportes desse material nos oceanos e reduzir também seu descarte inadequado no meio ambiente.

No Brasil, a cidade de Belo Horizonte foi a primeira a proibir a distribuição das sacolas, por meio da Lei Municipal nº 9.529, de 27 de fevereiro de 2008, que obriga a substituição do uso de embalagens plásticas por sacos e sacolas ecológicas. Na sequência, muitos Municípios brasileiros editaram leis semelhantes, entre eles São Paulo, mediante a Lei Municipal nº 15.374, de 18 de maio de 2011, e outras.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os plásticos biodegradáveis compostáveis de origem renovável estão em crescimento no País e existem empresas de todos os portes dedicadas a contribuir com essa transição, oferecendo sacolas plásticas, embalagens plásticas, fraldas e cápsulas de café, tendo como matéria-prima amido de milho, poliácido láctico, entre outros biodegradáveis. Nesse sentido, o projeto também acerta quando estabelece prazo de dois anos para entrada em vigor da nova lei, tempo razoável para adequação da cadeia produtiva de sacolas plásticas e utensílios descartáveis.

Quanto às micropartículas de plástico, cabe esclarecer que elas são constituídas de polietileno e utilizadas principalmente em cosméticos: protetor solar, maquiagem, esfoliante facial e corporal, pasta de dente, gel de banho, sabonete antibacteriano e xampu anticaspa, entre outros produtos de higiene pessoal. Além dos cosméticos, podem conter micropartículas plásticas domissanitários e abrasivos de uso industrial.

A preocupação com essas micropartículas é o seu impacto ambiental. Após utilizadas e descartadas, ficam acumuladas em rios, lagos e oceanos, pois em razão de suas diminutas proporções não são filtradas pelos sistemas de tratamento de esgotos convencionais. Desse modo, podem ser confundidas com alimentos por peixes e outras formas de vidas aquáticas, sendo ingeridas e, por fim, podem entrar na cadeia alimentar humana também.

Ainda está sendo pesquisado como isso pode afetar a nossa saúde. No entanto, com base nas preocupações ambientais, foi aprovada pelo Congresso norte-americano, em 2015, lei que proíbe a fabricação, a embalagem, a distribuição de produtos cosméticos que contenham micropartículas de plástico. Canadá, Irlanda, Reino Unido, Holanda e Nova Zelândia também iniciaram processos de proibição. No Brasil, ainda não existe legislação a esse respeito.

Quanto à técnica legislativa, entendemos que a redação do art. 2º do projeto pode ser aprimorada para que o dispositivo fique mais conciso e preciso, conforme orienta o art. 2º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Nesse sentido, propomos retirar passagens explicativas como "ainda que gratuito" e "para acondicionamento e transporte de mercadorias", pois essa já é a função básica das sacolas plásticas.

Além disso, entendemos que é necessário substituir-se o termo "fabricados com material integralmente biodegradável" por "fabricados em material biodegradável de origem renovável". O termo "integralmente biodegradável" pode incluir o grupo dos oxibiodegradáveis de origem fóssil, que intensificam a produção de microplásticos na natureza.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 263, de 2018, com a seguinte emenda:

Dê-se ao art. 49-A da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, na forma [...] [da lei]:

"Art. 49-A. São proibidas a fabricação, a importação, a distribuição e a comercialização de sacolas plásticas descartáveis, bem como de utensílios plásticos descartáveis utilizados no consumo de alimentos e bebidas.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição estabelecida no *caput* as sacolas e utensílios fabricados em plástico biodegradável de origem renovável, na forma do regulamento."

É esse o relatório e o voto, Sr. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Confúcio Moura, pela leitura.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado 263, de 2018, com a Emenda 1-CMA.

Neste momento, eu passo a fazer a leitura de um requerimento de pedido de urgência.

EXTRAPAUTA**ITEM 14****REQUERIMENTO Nº 12, DE 2019****- Não terminativo -**

Requerimento para apreciação em regime de urgência do PLS 263/2018 Senado Federal, que altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável.

Autoria: Comissão de Meio Ambiente

Requeremos, nos termos do art. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLS 263/2018, que:

Altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, e 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para vedar o uso de micropartículas de plástico na composição de produtos cosméticos, e para proibir a fabricação, a importação, a distribuição, ainda que a título gratuito, e a comercialização de sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias, bem como de utensílios plásticos descartáveis para consumo de alimentos e bebidas, com exceção dos fabricados com material integralmente biodegradável.

É claro que com a sugestão feita ali.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação. (*Pausa.*)

A matéria vai ao Plenário.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu gostaria de pedir a prioridade e a preferência para a inversão dos requerimentos dos itens 11 e 12, que estão na pauta...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... para que pudessem ser votados já agora.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes para proceder à leitura dos seus requerimentos, o item 11 e o item 12.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Meio Ambiente como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas - ECOCUIABÁ, que terá lugar em Cuiabá – MT, no período de 11 a 15 de maio de 2020.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:

1. *Constou da pauta em 28/3 e 4 e 10/4/2019.*

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de palestras e debates, por esta Comissão, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em data a ser viabilizada, com o propósito de avaliar as situações de risco das barragens do Estado do Mato Grosso.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:

1. *Constou da pauta em 28/3 e 4 e 10/4/2019.*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, no Requerimento nº 1, eu requeiro, nos termos art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Seminário desta Comissão de Meio Ambiente como parte integrante do evento sobre a sustentabilidade das Américas (Ecocuiabá), que terá lugar em Cuiabá, Mato Grosso, no período de 11 a 15 de maio de 2020.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso faz parte também de uma programação dos 300 anos da nossa capital. E esse evento está sendo planejado para ser o maior evento sobre a sustentabilidade das Américas. Seu objetivo principal será debater as necessidades para combater a degradação do meio ambiente.

No Requerimento nº 6, eu requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de ciclo de palestras e debates, por esta Comissão, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, em data a ser viabilizada, com o propósito de avaliar as situações de risco das barragens hídricas e também de rejeitos minerais do Estado do Mato Grosso.

Aqui já há os convidados, e eu gostaria de não precisar ler o nome de todos, Sr. Presidente, para sermos mais ágeis.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É desnecessário.

Em votação os dois requerimentos, o requerimento do item 11 e o requerimento do item 12, do Senador Wellington Fagundes.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, por me atender e também pela prestimosidade em colocar em votação os requerimentos de forma rápida.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos.

Abraço.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 12 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Major Olimpio, Lucas Barreto, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Juíza Selma, Izalci Lucas, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Leila Barros, Marcos do Val, Jaques Wagner, Telmário Mota, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

Audiência Pública Interativa, atendendo aos requerimentos REQ 7/2019 - CMA, de autoria do Senador Marcio Bittar, e REQ 9/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **Finalidade:** Analisar os dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a preservação ambiental por produtores rurais.

Participantes: Sr. Celso Luiz Moretti, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa (representante de: Evaristo de Miranda); Deputado Federal Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; Sr. Felipe Santos de Miranda Nunes, Pesquisador-associado do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG (representante de: Britaldo Silveira Soares Filho); Sr. Luís Fernando Guedes Pinto, Pesquisador do Imaflora; Sr. Rodrigo Justus de Brito, Consultor de Meio Ambiente (representante de: CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil); Sra. Iraneide de Alburquerque Carvalho, Advogada e Assessora de Meio Ambiente da CONTAG (representante de: Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura); Sr. José Felipe Ribeiro, Pesquisador da Embrapa-Cerrados (representante de: Eduardo Assad); Sr. Warwick Manfrinato, Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/25>

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos. Agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui. Agradeço a presença de todos, de todos os convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema Cadastro Ambiental Rural, dados e avaliação da preservação ambiental promovida pelos produtores rurais em atendimento aos Requerimentos nºs 7, de 2019, CMA, e 9, de 2019, CMA, de autoria dos Senadores Marcio Bittar e Fabiano Contarato, respectivamente. Foram convidados a participar o Sr. Evaristo de Miranda, pesquisador da Embrapa, que será representado pelo Sr. Celso Luiz Moretti, Diretor-Executivo da Embrapa; o Deputado Federal Sr. Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; o Sr. João Martins da Silva Junior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que será representado pelo Sr. Rodrigo Justus de Brito, Consultor de Meio Ambiente da CNA; a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura), representada pela Sra. Iraneide de Albuquerque Carvalho, advogada assessora de Meio Ambiente; o Sr. Felipe Santos de Miranda, pesquisador associado do Centro de Sensoriamento Remoto da UFMG; o Sr. Luís Fernando Guedes Pinto, pesquisador do Imaflora; o Sr. Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa, que será representado pelo Sr. José Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa Cerrados e o Sr. Warwick Manfrinato, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta a participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet em www.senado.leg.br ou pelo telefone 0800-612211.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise em projetos e ações futuras sobre a temática.

Para melhor organização dos trabalhos, dos debates, formaremos duas Mesas. Para a primeira Mesa, serão convidados quatro expositores, que farão suas considerações e responderão às questões dos Senadores e cidadãos para então darem lugar aos demais expositores.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até dez minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em três minutos.

Antes de fazer a composição da Mesa, eu quero registrar o meu agradecimento, porque às vezes a gente vê todos os acontecimentos no País em todos os aspectos, em todos os níveis, em todos os Poderes, mas nós não valorizamos quem está por trás e que faz efetivamente as coisas acontecerem. Então quero registrar primeiramente o meu agradecimento a toda a equipe de áudio e da TV, em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial a equipe que nos acompanha hoje: a Sra. Gabriela Freires, diretora de TV; Sr. Rafael Hermes, operador de caracteres; Sr. Célio Calmon, operador de pauta; Sr. Pedro Di-Tano, operador de áudio. Agradeço a toda equipe da copa, são extremamente carinhosos e prestam um excelente serviço com muito amor, em especial o Sr. Regivaldo Nascimento; a Sra. Fernanda Regina, que é recepcionista; toda a equipe de taquigrafia, em especial Joelma Maria Brito; toda a equipe que diariamente nos apoia na Comissão de Meio Ambiente; Consultoria Legislativa; agradeço por intermédio da pessoa do Secretário Airtton Luciano. Muito obrigado, Airtton. É muito bom trabalhar com todos vocês.

Podem ter certeza de que eu estou há pouco tempo no Senado, mas tenho muito orgulho de trabalhar com uma equipe tão comprometida. Contem sempre comigo.

Quero também agradecer, desde já, ao Senador Marcio Bittar, porque foi o proponente, o requerente desta audiência. Antes de formar a Mesa aqui, quero fazer uma breve consideração, uma fala simples, concordando com o requerente desta audiência pública, Senador Marcio Bittar, sobre a importância de se discutir essa nova ferramenta, o Cadastro Ambiental Rural. S. Exa. me deu a liberdade de convidar outros quatro profissionais para enriquecer a discussão.

Muitas de nossas áreas, cobertas por vegetação nativa, atendem a diversas famílias que se mobilizam para o reconhecimento dessas áreas com seus territórios identitários. Estamos em um momento importante para trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, atrelada à conservação da biodiversidade, em prol das populações que dependem diretamente das nossas florestas, campos e savanas. Devemos unir esforços para conseguir alavancar as tecnologias necessárias, trabalhar em prol da verticalização da agricultura e da valorização dos ambientes naturais, salvaguardando os diversos povos e comunidades tradicionais, que têm, em seus modos de vida, uma dependência direta dos ambientes naturais.

Quero também fazer o registro do Acampamento Terra Livre, que está na sua 15ª edição, e expressar minha total solidariedade a todas as comunidades indígenas do Brasil e o meu compromisso de unir esforços, ao lado da Deputada Joenia – a primeira Parlamentar indígena, eleita na história do Brasil – e junto com os demais Parlamentares, que compõem a Frente Parlamentar em defesa dos povos indígenas do Congresso Nacional, para defender os legítimos direitos e conquistas alcançados por vocês, bravos e honrados brasileiros. Vocês representam as raízes mais profundas de nossa cultura e identidade cultural e são responsáveis pela preservação da maior parte dos recursos naturais, que ainda temos preservados no Brasil.

Convido para compor a primeira Mesa para debate o Sr. Celso Luiz Moretti, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa; o Deputado Federal Sr. Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária; Sr. Felipe Santos de Miranda Nunes; Sr. Luís Fernando Guedes Pinto, pesquisador do Imaflores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos, concedo a palavra ao requerente, Senador Marcio Bittar, para fazer suas considerações. Desde já, Senador, agradeço a oportunidade. Eu me senti muito à vontade, como disse no início, na abertura, e tomei a liberdade de, para enriquecer o debate, chamar mais quatro convidados.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Quero cumprimentar o Presidente, todos os convidados. Acho, só como registro, que a forma de sugar de todos vocês o conhecimento acumulado ao longo dos anos era fazermos duas audiências. O tema é muito rico e importante.

Nós poderíamos desembocar numa terceira, com pessoas que têm pontos de vista diferentes, aí sim, num debate. Mas, sem nenhum problema, vamos fazer como determinou o Presidente. O objetivo final mais importante é que nós, os Parlamentares, tenhamos dados, informações. O meu objetivo particular é que a gente encontre um equilíbrio.

Eu disse anteontem, aqui mesmo, que sou filho de produtor rural, meu pai passou a vida inteira trabalhando com terra, com pequena propriedade em São Paulo, foi subindo para o Mato Grosso, até chegar ao Acre. E eu comentava que do meu pai – que faleceu muito novo – para trás, o proprietário rural era um senhor feudal na sua propriedade, ele estava liberado para fazer absolutamente o que ele quisesse. E a humanidade, acertadamente, chegou ao entendimento de que não é possível. O igarapé, o rio que passa na sua propriedade, vai desembocar numa cidade. Então, isso tem efeitos.

Eu sou paulista de nascimento, mas, com muita honra, represento o Estado do Acre, muita honra mesmo. E nós temos um problema gravíssimo de meio ambiente no Acre, o maior problema ambiental do Acre não é a derrubada, não é a fumaça – que são problemas –, o maior problema ambiental do Acre, disparado, é a alagação do Rio Acre, que desaloja milhares de famílias, é cíclico e tem a ver com o assoreamento do rio. Agora, quando chegamos a esse entendimento, a minha compreensão é de que se exagerou na dose.

Como todo movimento revolucionário, eu que já fui comunista, não de carteirinha, porque na época era clandestino, não podia... Aliás, hoje estou até de gravata vermelha, se eu encontrasse o Humberto aqui, eu diria: "Isso aqui não é recaída, não; é só porque eu acho bonito mesmo". Fora a brincadeira, lembro muito bem o manual marxista que prega muito bem que todo processo revolucionário traz na sua sequência um radicalismo muito grande, e depois a tendência é que as coisas encontrem um equilíbrio. Então, eu, que represento com muito orgulho um Estado amazônico, entendo que é chegada a hora de estabelecermos algum equilíbrio, que a gente possa sobreviver e bem, particularmente numa região tão grande quanto a que eu represento, que é a Amazônia brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o objetivo é este: pegar dados, informações. E o fato de termos vários oradores não vai diminuir essa importância.

Muito obrigado, Presidente.

Vamos ao que interessa, que é a fala dos convidados. Mais uma vez, muito obrigado a todos que se dispuseram a estar aqui na manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Quero registrar a presença do Deputado Estadual Gabriel Souza, do MDB, do Rio Grande do Sul.

Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Celso Luiz Moretti, Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, para o seu pronunciamento.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Bom dia a todos. Inicialmente, quero cumprimentar o Senador Fabiano Contarato, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, e agradecer a S. Exa. pelo convite feito à Embrapa para participar desta audiência pública; cumprimento também o Senador Marcio Bittar, agradeço também pelo convite para estar aqui presente; cumprimento aqui o Deputado Federal Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, grande parceiro da Embrapa; ao cumprimentá-lo, Deputado, cumprimento todos os demais participantes desta Mesa de discussão desse processo. Muito bom dia a todos aqui presentes no auditório e a todos que nos acompanham pela internet.

A nossa apresentação aqui será focada nos dados do Cadastro Ambiental Rural e na preservação ambiental por produtores rurais. Vou rapidamente passar nestes pontos sobre a atribuição de terras no Brasil; a Reserva Legal; a dimensão territorial da Reserva Legal; os novos dados que nós trabalharemos, a partir do Cadastro Ambiental Rural; e algumas considerações finais.

Temos três conceitos que são inseparáveis e inconfundíveis: atribuição, ocupação e uso das terras no Brasil. Vou falar rapidamente aqui sobre a questão de atribuição das terras. Este, então, é o nosso Brasil, com mais de 850 milhões de hectares. Aqui nós temos as Unidades de Conservação já com as Áreas de Preservação Ambiental, as APAs federais, estaduais e municipais, que dão mais 154 milhões de hectares, aproximadamente 18% do Brasil; e as terras indígenas, com quase 118 milhões de hectares – agora recentemente esse número se arredondou para 600: temos exatamente 600 unidades de terras indígenas registradas, que dão 14% do Brasil aproximadamente. E, somando esses dois números e descontando as sobreposições – esses dados são dados da nossa unidade Embrapa Territorial, que tem toda a base de dados à disposição depois para consulta –, temos aí 30% do Brasil. E nós observamos ali em cima o Estado do Amapá, a pequena parte que o Governador do Amapá tem para fazer administração quando se tiram todas as áreas protegidas de conservação e de terras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas. Então, 30% do Brasil estão destinados a Unidade de Conservação e terras indígenas. E, quando nós olhamos os países que têm mais de 2 milhões de quilômetros quadrados no mundo, o Brasil é o que tem maior área protegida. Nós temos 30% do Território, e você vê a Austrália com 19%; Estados Unidos, com 13%; os nossos *hermanos* argentinos aqui com quase 9%; e o Cazaquistão, lá na Ásia Central, com um pouquinho mais 3%. Se tirarmos o Brasil, nós ficamos com 10% de média de área protegida nos outros países do mundo.

E quando nós olhamos para esses países, o que eles protegem? Na China é o Deserto de Gobi; na Austrália, o Deserto Arenoso. Os Estados Unidos protegem? Protegem, mas é uma boa parte de lá do Alasca. Aqui no sul, na Argentina, a ponta, que é um pedaço da Patagônia. E nós, com aquela área verde marcada, que está clara ali, da Amazônia principalmente. Se nós compararmos o que o Brasil protege, os 30%, nós estamos falando da superfície de 15 países da União Europeia.

Então, falamos de atribuição, vamos agora abordar a questão da ocupação. O Código Florestal, que foi um grande avanço que nós tivemos no Brasil nessas últimas décadas, restringe a ocupação de Área de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Todos aqui, os senhores e as senhoras, conhecem essa definição, mas eu trouxe aqui o art. 3º, inciso II, que fala sobre o que é a área de preservação permanente e que fala, inclusive, sobre a questão de estabilidade geológica, que é papel da Área de Preservação Permanente.

Para a Reserva Legal, aqui também está a definição – não vou ler, mas também está definido. O que nós estamos trazendo aqui é a possibilidade que a Embrapa vê de participar dessa reflexão de trazer bases técnicas para o debate sobre conceito, definição, significado, os objetivos da Reserva Legal, das Áreas de Preservação Permanente, associados às tecnologias sustentáveis de uso das terras no Brasil. Então, esse é o primeiro ponto que nós trazemos aqui de contribuição para essa questão da reflexão. Desde 1989, nós temos a Reserva Legal legalmente constituída no País, então nós precisamos ver realmente as contribuições que foram dadas por esse trabalho.

E aqui eu trago alguns pontos para reflexão, sem querer também ser exaustivo. Por que, em alguns lugares, nós temos 20%? Por que, em alguns lugares, 35%? Por que 80%? Quais são os critérios que são utilizados? Quais estudos científicos ou empíricos fundamentam esses números? Então, vejam, estou trazendo pontos aqui para reflexão.

No caso da Mata Atlântica, seja nos campos de altitude, mata de araucária, florestas decíduas, florestas perenifólias, são 20%. Por que nós temos esse número? A Mata Atlântica, que vai de 5° de latitude sul, no Rio Grande do Norte, até 30° de latitude sul, no Rio Grande do Sul, 20%. Por quê?

O bioma também varia em altitude, quer dizer, nós temos desde o nível do mar até 2.891m no Pico da Bandeira, 20%.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Define-se a percentagem por propriedade sem considerar seu tamanho, a existência de outras áreas protegidas, a presença de unidades de conservação, etc. Também os mesmos 20%. Por quê?

Vinte por cento nos Biomas Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. Por que não 15%, 17% ou 23%? É igual em todos biomas?

Na Amazônia Legal é 80%. Mas varia de acordo com a vegetação – veja que eu falei Amazônia Legal –: 80% em imóveis em área de florestas; 35% nos de Cerrado; e 20% em campos gerais. A Amazônia Legal, como os senhores e as senhoras sabem, é um conceito tributário e não ambiental, como é o caso dos biomas.

Então, é oportuno aqui nós entendermos essa reflexão, essa discussão em bases técnicas de percentagem de reserva legal nos biomas e nas diversas situações existentes.

Sobre a dimensão territorial, há aqui dados que nós já vimos estudando ao longo dos últimos anos, que mostram a dimensão territorial da nossa Reserva Legal. Então, aqui nós temos dados do Sicar, de fevereiro de 2019, e, quando nós comparamos o Censo 2006, com 5,175 milhões de estabelecimentos, e as informações que estão lá no Sicar, são 5,690 milhões de estabelecimentos, quer dizer, uma diferença aí de 110% aproximadamente. Quando falamos em área dos estabelecimentos, Brasil, Censo 2006, 333 milhões, dados do Sicar agora, do CAR, em 2019, 514 milhões, quer dizer, um aumento de 154%.

Aqui eu vou passar uma sequência de imagens, como exemplo, o Estado de São Paulo, mas a Embrapa tem essas informações para todo o Brasil. Então, vejam aí como as Áreas de Preservação Permanente e a Reserva Legal têm ajudado a proteger as áreas do Estado de São Paulo. E, agora, nós estamos fazendo um *zoom out*, estamos subindo. Então, ali a gente tinha 1:150.000; aqui 1:350.000; 1:700.000; e aqui está o Estado de São Paulo. Então, as áreas dedicadas à preservação nos imóveis rurais – não sabia, Senador, que o senhor era nativo de São Paulo, mas trouxe aqui para mostrar o Estado de São Paulo –, 4 milhões de hectares de áreas dedicadas à preservação dos imóveis rurais, 22% dos imóveis rurais de São Paulo preservados, quer dizer, em São Paulo, o processo de participação do Estado no programa de regularização ambiental está muito tranquilo, porque pede 20% e os paulistas já estão ali com 22%.

Quando nós, então, juntamos as informações de todo o Brasil, nós temos 218 milhões de hectares de áreas dedicadas à preservação nos imóveis rurais; 50% dos imóveis rurais, na média, no Brasil, estão preservados, mais uma vez uma quantidade significativa de *terabytes* de dados que suportam essas informações; 25,6% do Território brasileiro preservado dentro das propriedades rurais. E aqui a gente tem uma divisão: 10% para APP, 50% para Reserva Legal e 40% para vegetação nativa.

Então, a partir dos dados dos imóveis rurais cadastrados no CAR até fevereiro, nós temos 114 milhões de hectares na Reserva Legal no Brasil. Essa área representa aproximadamente 14% do Brasil...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – ... e equivale ao total das áreas de terras indígenas ou a soma da França, Espanha e Portugal.

Até o mês de junho, Senador Contarato, Senador Marcio, demais Parlamentares aqui presentes, a Embrapa disponibilizará mapas e números das áreas destinadas à Reserva Legal nos imóveis rurais. Nós estamos falando em recortes para cinco regiões geográficas, 27 Estados, 558 microrregiões homogêneas, 5.570 Municípios, além do recorte por biomas. Então, esses dados, meus caros, permitirão uma análise mais qualificada da repartição territorial das áreas de reserva legal e darão base a diversas reflexões aqui sobre o tema.

Nós temos em curso hoje, na Embrapa, contribuição do agro para o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental. Esses são os novos dados do Cadastro Rural. Então, nós estamos falando aqui sobre dimensão territorial, quer dizer, áreas de APP, Reserva Legal, vegetação excedente; a dimensão econômica, qual é o patrimônio hoje imobilizado, quais são os custos de manutenção desse patrimônio, qual é o custo de oportunidade – as nossas unidades, principalmente a territorial, vêm fazendo todos os cálculos, imaginando para cada região, para cada Município qual seria o custo de oportunidade de se implantar determinada cultura em cada área –, macro e micro logística – quer dizer, toda a questão do escoamento da nossa safra, hoje nós temos algo em torno de 70 milhões de hectares para a produção de grãos, frutas e hortaliças, como isso escoa –, na questão da dimensão social, emprego direto, indireto e induzido; a questão da dimensão ambiental, estado, natureza da vegetação, estoque de carbono atual e futuro – nós sabemos que a Reserva Legal e a agricultura têm um papel extremamente importante para a questão do estoque de carbono –, indicadores de biodiversidade e serviços ambientais.

Já caminhando para conclusão, Senador Contarato, ninguém, nenhuma categoria profissional preserva mais o meio ambiente e dedica mais recursos de tempo a isso do que os produtores rurais brasileiros. O trabalho que os produtores rurais no Brasil vêm fazendo para preservação do meio ambiente realmente é digno de nota. Nós apanhamos durante muito tempo em eventos na Europa, nos Estados Unidos, e felizmente, depois desse conjunto robusto de dados que a Embrapa levantou com o apoio dos seus parceiros, nós temos ido participar desses debates e não ficamos mais nas cordas. O Brasil tem produção sustentável, é competitivo e demonstra isso com dados e com números.

Então, finalizando, do total de áreas protegidas e preservadas no Brasil, estamos falando de quase 50% do nosso Território de áreas protegidas e preservadas. Isso equivale aproximadamente a superfície de 28 países da Europa...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – ... se consideramos, então – agora concluindo –, a preservação da vegetação nativa, terras devolutas, enfim, 66,3% do Território brasileiro preservado, o que dá 48 países da Europa.

Aqui dados que não são da Embrapa. A Embrapa apresenta aqui: em torno de 7,8% do seu território utilizado para produção de lavouras. O Brasil utiliza só 30% do seu território para a agricultura, entre pastagens, pastagens plantadas e lavouras. Então, 7,8%, números da Embrapa; 7,6%, números da Nasa, do Serviço Geológico Americano, da Google, da Universidade de Duke, entre outros.

Considerações finais.

O conceito de Reserva Legal não nasceu pronto. Em 1934, visava reservar lenha, madeira e carvão às indústrias, sendo um percentual sobre as matas porventura existentes no imóvel. Após várias mudanças, chegou-se, no Código de 2012, à reserva como preservação ambiental e com porcentagens variáveis por bioma em relação à área do imóvel e não da vegetação nativa.

É oportuno refletir sobre o conceito e a definição de Reserva Legal. Eles devem continuar evoluindo, com ciência e não, obviamente, só com ideologia. Deve haver participação da sociedade, sobretudo do produtor rural, impactado diretamente nessa proposta de preservação.

Cabe avaliar se a Reserva Legal vem cumprindo a função para a qual foi criada, nos seus diferentes biomas.

O Brasil e o mundo precisam ter a dimensão real do que se está ganhando e/ou se perdendo com a Reserva Legal.

E o Senado Federal – e aqui eu vou encerrar, Senador Contarato, Senador Bittar e demais Parlamentares –, o mundo rural e a sociedade podem contar com a contribuição da Embrapa nessa reflexão e encaminhamentos.

Aqui estão todas as publicações, todos os dados bibliográficos, todas as informações, a base científica de tudo o que eu apresentei aqui.

Fico à disposição. Agradeço a atenção.

Obrigado, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Celso Moretti.

Quero informar que as apresentações mostradas nesta audiência pública estão disponíveis na página da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, na internet, e também na página desta audiência pública, no Portal e-Cidadania, para a consulta dos interessados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro que os expositores farão suas falas, e após o último expositor será aberto o espaço para os questionamentos.

Passo a palavra agora ao Deputado Federal Sr. Alceu Moreira, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, para sua manifestação, por dez minutos.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) – Bom dia a todos. Uma saudação especial ao nosso Senador Contarato. Quero parabenizar o Marcio Bittar, nosso Senador, pela prudência e oportunidade de fazer este debate, que é de grande importância. Quero saudar os demais Senadores, meu querido amigo e Deputado Estadual Gabriel Souza, que nos dá a honra da participação, as instituições técnicas que estão aqui presentes, todas elas, as autoridades e a imprensa.

Quando nós fizemos, Senador Contarato, o debate sobre o Código Florestal, nós tínhamos um ambiente político. Nessas construções muito complexas e com muita diversidade de ângulos de visão, a produção de um texto passa longe da perfeição, porque a construção é sempre a possível, não é a que seria certa. Nem os conteúdos científicos, Moretti, que eram irrefutáveis, tinham condição de serem transcritos com os limites dos critérios científicos, porque havia o entendimento legítimo do ponto de vista ideológico naquele processo.

Acontece que, quando se estava construindo o Código Florestal, nós estávamos fazendo um documento originário. Ele estava nascendo de uma derivação de outras legislações, mas ele era um documento único.

Criar o CAR (Cadastro Ambiental Rural), ter esta possibilidade que nós temos hoje de ter dados geocodificados em cada centímetro do Brasil é de uma riqueza de que nós não dispúnhamos antes; não tínhamos condição de fazer essa avaliação.

Passado esse período, nós temos o benefício da descontaminação. Agora é possível, com o Moretti, olhar aqueles dados, e, sem a contaminação ideológica, sem os preconceitos, sem a ignorância, sem a minha vontade política, eu posso fazer um debate técnico, profundo sobre isso, mas agora em cima do CAR, que tem mais de 100% aplicado pelas sobreposições.

Nós não tínhamos e não temos nenhuma pretensão de fazer algo perfeito. Logo, a partir do documento criado, temos condições de fazer uma análise profunda sobre isso. Pois, se nós pegarmos a Amazônia Legal e andarmos pisando por aquele solo, vamos ver o grau de injustiça que e colocar em toda a sua extensão 80%. Lá há naturezas absolutamente distintas; são milhões e milhões de hectares. Sobrevoe aquilo e veja claramente que nós temos muitas naturezas naquele processo.

Ora, se nós, no Código Florestal, falarmos sobre a Amazônia e dizermos que poderia ser mais, seria uma agressão naquele momento, porque parecia, naquele momento, que nós, os produtores rurais do Brasil, éramos, na verdade, vândalos, irresponsáveis, devastadores ambientais do Brasil. Basta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver o que vem do Tribunal de Contas da União; eu vou ver que quem mais derruba as matas não são os produtores rurais. E os dados não são meus; são do Tribunal de Contas da União. Quem mais devasta a Amazônia não são os agricultores.

De qualquer sorte, este momento em que nós estamos agora, é um momento de grande relevância e rara oportunidade para construir travessias, com uma capacidade resiliente de construir consensos, construir convergências em cima de dados científicos. Nós podemos trabalhar o uso, a atribuição do solo brasileiro com muito mais eficiência e justiça do que fizemos naquela época, mas só é possível hoje, porque aquele texto foi escrito, ele é a referência para se fazer as correções devidas. Sem ele não seria possível.

Hoje é possível ter análise crítica inclusive sobre os nossos erros, mas não seria possível sem ele. Quando eu vejo o Moretti e o Evaristo fazendo análise, eles chegam a dizer o seguinte, Contarato, meu ilustre Senador: "Se o senhor quiser discordar de algum dado técnico, me diga qual é o argumento científico e de quais os 3m ou 5m do Brasil que o senhor está falando". Olha a precisão disso: o senhor quer discordar? Discorde, diga qual é a sua discordância, fundamente cientificamente a sua discordância e diga em que pedaço do solo brasileiro o senhor tem essa discordância para fazer, porque as discordâncias fundamentadas são enriquecedoras, importantes. Pode haver equívocos, mas tem que haver base científica. Não podemos continuar nesse discurso aleatório de atribuir responsabilidade, normalmente com narrativas raivosas, ideológicas e inverídicas sobre todos.

Uma hora, somos nós, da frente parlamentar, que somos criminosos, que queremos envenenar o prato do brasileiro, como se eu pudesse escolher o prato que o meu neto vai comer e o supermercado em que ele vai comprar comida. Então, eu aqui, com meus 65 anos, estou querendo envenenar o meu netinho! Alguém acredita nisso mesmo? Com certeza, não, mas tem que buscar a força retumbante da raiz da retórica para fazer valer uma verdade absolutamente desnecessária. Não é hora para isso, a hora é de construção de consensos. Da Frente Parlamentar da Agricultura vocês não vão ouvir uma só palavra de voluntarismo, de alguém querendo fazer valer os seus direitos pelo poder de pagamento, pelo poder de posse, pela arrogância. Nós estamos, de peito aberto, querendo fazer o debate sobre o uso e a atribuição do solo brasileiro, não apenas para a agricultura. Na agricultura é que nós temos esses dados hoje. Mas eu poderia dizer para vocês aqui agora que nós temos milhões e milhões de propriedades no Brasil que são áreas de marinha, uma definição absolutamente estapafúrdia, com verdadeiros arranha-céus, prédios demolidos, áreas mais nobres da cidade no mais profundo abandono, e que nós não temos acesso porque nos negamos a fazer o debate do uso daquele solo rico.

O que é área de marinha, de pescadores, e o que pertence aos condomínios de luxo de Santos? De quem são os terrenos do Othon Palace Hotel, do Copacabana Palace Hotel? Nós temos que fazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse debate ou vamos nos negar a fazer isso? Vamos enterrar um Brasil inteiro, porque nós não somos capazes de vencer nossos preconceitos ideológicos? Não, nós estamos maduros para isso.

Essa travessia, na minha avaliação, Moretti, com o apoio da Embrapa e de outras instituições com grande credibilidade científica, nos dá a oportunidade, com absoluta segurança, de agora, sim, fazer com o CAR, com o PRA, que nós precisamos fazer daqui para a frente, uma análise que nos permita dizer, com clareza, se é justo que um Brasil com a nossa dimensão ocupe menos do que 8% do seu território para produzir grãos? Se é justo, diga o porquê; se não é, quais são as outras áreas que poderíamos ocupar sem fazer nenhum dano ambiental? É justo dizer, por exemplo, que no Cerrado brasileiro, que há 17 anos era terra devoluta, a soja está destruindo completamente o seu solo? Pagaram universidade para criar uma narrativa absolutamente inverídica, mas do ponto de vista unilateral, faz o debate profundo, cria narrativa, põe dados produzidos do jeito que se deseja e, ao final, apresenta uma bibliografia gigantesca, uma fonte, para dizer que isso é verdade. Quando o que acontece é que, em 17 anos, aumentamos só 4% da área plantada e o Cerrado produz mais do que o Sudoeste.

Se nós tivermos condição de nos desarmar e trabalhar com a verdade, nós vamos, da verdade, legar o Brasil aos brasileiros como o País que mais preserva no mundo, e deve continuar assim. Esse ativo da preservação vai ser certamente algo que vai legar aos nossos filhos, netos e bisnetos um País completamente diferenciado. Será, sem sombra de dúvida, um País com condição de valorar isso, com condição de fazer riquezas exatamente por esse grau de preservação. Mas isso não pode presumir, de maneira injusta, que muitos tenham que se ver cerceados do direito de produzir por credences ideológicas, pelo "eu acho" pelo "o que eu queria que fosse".

Nós queremos um Brasil passado a limpo, o uso e a atribuição do seu território têm que ser feitos. No meu Rio Grande, nos campos de cima da serra, meu ilustre Senador Contarato, por proibição de fazermos manejo com as araucárias, pagava-se alguém para andar com uma picareta na mão arrancando as mudas, porque, se nascesse, não podia cortar. Existe coisa pior do que imaginar que alguém tem uma picareta na mão, tirando as mudinhas de araucária que estavam nascendo, porque, se nascer aqui, eu nunca mais posso usar esse campo? Pessoas que plantaram araucária para quando os filhos fossem para a universidade, para poder fazer o manejo daquela árvore, mandar para serraria, para poderem estudar os seus filhos, e quando chegou um tempo: "Não, essa árvore não pode ser mais cortada em hipótese nenhuma". Não existe manejo, não existe nada, absolutamente nada! Existe coisa pior do que pegar os campos de cima da serra que foram antropizados em 1706, que têm o CAR, que têm a natureza do solo estabelecida, que está absolutamente clara, e de repente chega um fiscal do Ibama e aplica R\$270 milhões, R\$240 milhões de multa porque o cidadão planta batata em 6ha numa terra que só é arável em 6% do seu território? Quando se vai pedir os dados da Embrapa, a Embrapa diz: "Não, essa terra é antropizada, o solo citado nessa multa do Ibama sequer é o solo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo utilizado na serra". Mas eu tenho que contar com o humor do fiscal e o peso da questão ambiental.

Meu amigo, na sustentabilidade o social, o ambiental e o econômico têm que viver harmonicamente; quando o ambiental tem uma pauta controlada pelo Greenpeace e é ele que diz...

(Soa a campanha.)

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) – ... quantas vezes nós vamos ter que citar a palavra "agrotóxico" durante o mês inteiro, quando as matrizes ideológicas se sobrepõem sobre a verdade justa no controle e organização da sociedade, pode ter certeza que é o fim, e aí é necessário o recomeço.

Portanto, meu querido Senador Marcio Bittar, da Frente Parlamentar da Agricultura, o senhor conte com todo o apoio para fazer o que é justo para os brasileiros, na forma da lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Deputado Federal Sr. Alceu Moreira por suas considerações.

Em seguida, eu passo a palavra ao Sr. Felipe Santos de Miranda Nunes.

O SR. FELIPE SANTOS DE MIRANDA NUNES – Um bom dia a todos.

Na pessoa do Senador Contarato, gostaria de agradecer o convite, buscando aqui uma contribuição científica a partir da Universidade Federal de Minas Gerais, trazendo elementos científicos, uma base técnica científica. Aqui represento um grupo de pesquisa que está formado na Universidade Federal de Minas Gerais que vem trabalhando a questão de sensoriamento remoto, geoprocessamento, modelagem, sistemas socioeconômicos e ambientais, usando da melhor tecnologia disponível de computação e profissionais multidisciplinares para a gente tentar lançar luz sobre as questões territoriais, lançar luz a partir de uma inteligência territorial onde se trabalham múltiplos dados para tentar alcançar soluções para essa equação difícil de uso e ocupação da terra, levando em conta as questões econômicas sociais e ambientais.

Aqui, então, a proposta é fazer rapidamente, dentro do tempo, uma discussão baseada na ciência. E aqui, como pressuposto, coloco que hoje a ciência é, vamos dizer assim, qualificada pelas publicações que a gente chama de "por pares" ou "*peer view*", ou seja, o cientista, para publicar os seus dados em revistas científicas de renome, precisa ser avaliado por seus pares que não o conhecem – o que a gente chama de *blind* ou de avaliação às cegas –, para que se tenha um rigor científico para que esses dados possam ser colocados à prova, testados; e, para passar no crivo da ciência, pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metodologia precisam ser replicados os dados, precisam ser retransmitidos, para que se tenha a chamada busca pela verdade.

Então, é nesse tom que eu gostaria de buscar aqui humildemente a nossa contribuição para um debate tão importante, que afeta não só a questão dos nossos netos, mas também a questão atual.

E aí eu gostaria de colocar a questão da discussão sobre os números, alguns projetos de lei, algumas outras iniciativas que estão sendo colocadas. No início de mandato, isso é normal, é saudável. E que haja sempre a discussão, principalmente aqui nesta Casa, para que a gente possa tomar as melhores decisões para a Nação. Mas algumas questões precisam ser avaliadas não de forma superficial, e sim trazendo elementos científicos, técnicos, para que muitas vezes dados frios, números frios possam ser explorados e defendidos tecnicamente, a partir de um crivo crítico. Por exemplo, algumas considerações colocadas: 66% do Brasil é destinado à proteção e preservação, ou seja, sem uso produtivo; 74% dos Estados Unidos são para uso agropecuário; e a agropecuária dos EUA e Europa geram mais riqueza pois desmataram mais. São alguns pressupostos e alguns números que precisam ser colocados à prova. Muitas vezes, coloca-se uma tese, no nosso entendimento, defendida, que seria o que a gente chama de *farms here, forests there*, ou sejam, florestas lá e aqui eu produzo, numa competição de mercado. Então, os competidores querem impedir o desenvolvimento brasileiro por meio de restrições ambientalistas. E isso é uma tese colocada muitas vezes para a qual estamos humildemente buscando a sua discussão com base científica.

Então, vamos ao números, vamos ao serviço florestal americano, ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, em que conseguimos um sumário da proteção ambiental nos Estados Unidos, que são colocados como uma referência pela sua dimensão territorial, mas também pela sua aplicação e sucesso, vamos dizer assim, no agronegócio: 61% são de áreas privadas para agropecuária e outros usos; 12% de proteção integral, ou seja, sem uso econômico permitido; mas há 18% de áreas públicas de manejo florestal sustentável e mineração, ou seja, há a possibilidade de uso econômico das regiões desde que condições ambientais sejam colocadas para que a sustentabilidade seja colocada. Isso, legislação americana, dados colocados pelo Governo americano, que estão disponíveis.

E a proteção ambiental nos Estados Unidos, colocada com um exemplo: desmatamento e manejo precisam ser autorizados. As leis estaduais para proteção de matas ripárias podem ir de 5m a 140m, isso em nível de legislações estaduais, que variam muito; mas há, sim, uma preocupação nesse sentido. Desses 18% mais 12% do integral, representam 39% das terras que são federais, estaduais ou indígenas.

E a cobertura do solo? É importante falar não só das regras de uso, da proteção ambiental, mas da cobertura do solo. Os Estados Unidos têm hoje contabilizados – isso validado por pesquisadores americanos, colegas nossos que publicam junto conosco – 66% da vegetação nativa, 22% da área antropizada para agropecuária e 12% outros usos, principalmente urbano, entre outros que são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocados como atribuição de uso nos Estados Unidos, muito em função das áreas de pastagens naturais também, que existem nos Estados Unidos, que são colocadas como vegetação nativa.

Como isso tem evoluído no tempo nos Estados Unidos? A partir de 1920, a partir de uma queda das florestas, há uma recuperação, um reflorestamento nos Estados Unidos, muito em função de áreas abandonadas, mas, de concreto, há uma preservação de 74% das florestas originais, 58% estão em florestas privadas. E notem que a intensificação da agropecuária está se dando, das décadas para cá, nas chamadas *grasslands*, que são as pastagens naturais, enquanto as florestas estão se expandindo.

Como é a proteção ambiental no Brasil, já que é para a gente fazer uma comparação buscando essa visão estratégica em quem a gente vai se espelhar ou não e por qual modelo nós vamos optar? A proteção ambiental no Brasil hoje se diferencia por categorias. Nós temos, mais ou menos, 10% de proteção integral – lembrem que, ali nos Estados Unidos, eram 12% –; cerca de 23% de reserva legal e unidade de conservação que permitem exploração econômica e social; cerca de 20%, terras indígenas e unidades de conservação que permitem agropecuária sustentável, desde que condições socioeconômicas, ambientais sejam realizadas para que o ordenamento do território seja colocado de forma sustentável; de áreas para a agropecuária e outros usos, cerca de 40%; e cerca de 8% de áreas públicas sem restrições. Isso a gente contabilizando o que há de oficial no Brasil, ICMBio, Incra, Funai, Serviço Florestal Brasileiro, Ministério do Meio Ambiente, entre outros.

Só que a gente precisa esclarecer...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu queria fazer apenas uma intervenção até para não se perder no tempo, se V. Exa. me permite. Um pequeno questionamento ao Dr. Felipe, é rapidinho, não vai atrapalhar em nada a fala dele.

Eu queria saber, no percentual de 61% que V. Sa. diz que é de preservação nos Estados Unidos, qual o percentual em relação a desertos, montanhas, cânions representam os 61%? Não sei se o senhor tem esse dado, essa informação.

O SR. FELIPE SANTOS DE MIRANDA NUNES – Eu não tenho esse dado completo, mas eu tenho a referência que posso colocar aqui ao final. Nós temos uma contribuição grande das áreas de pastagens naturais nos Estados Unidos.

Como é que a proteção ambiental no Brasil se dá? Somente 10% das áreas proíbem todo tipo de produção ou uso econômico; 23% permitem manejo sustentável – isso legalmente, trabalhando a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão legal, permitindo o uso ou não e a restrição, inclusive estão nesses 23% as reservas legais privadas –; 21% são terras indígenas, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável e podem permitir agropecuária de baixo impacto; excluindo a Amazônia, apenas 5% do Território nacional está sob áreas protegidas; a agropecuária, cerca de 39%, pode ser expandida em cerca de 90 milhões de hectares, 10% do País, por desmatamento legal. O que seria isso? Seriam os ativos florestais que os proprietários rurais têm acima daqueles percentuais exigidos no Código Florestal. Então, há ainda o espaço não desejável no sentido da valoração da floresta em pé, mas ainda há espaço para o desmatamento legal. O resto seria desmatamento ilegal.

Alguns exemplos claros que demonstram que aquela fatia de 18% relacionada a florestas nacionais e outras unidades de conservação que permitem exploração econômica podem ser visualizadas, por exemplo, na Flona de Carajás, mina de ferro da Vale, a maior do mundo, dentro de uma floresta nacional, uma unidade de conservação; a Área de Proteção Ambiental Arquipélago do Marajó, 600 mil cabeças de búfalo – o que é uma APA? É uma unidade de conservação que permite exploração econômica desde que haja ordenamento territorial para ressaltar os recursos naturais que dão sustentação àquela criação, àquela produção –; 2,6 milhões de hectares de florestas públicas federais para exploração; e a...

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE SANTOS DE MIRANDA NUNES – ... extração legal de 14 milhões de metros cúbicos na Amazônia em áreas privadas, e isso é dado oficial de 2010.

Como é a cobertura do solo no Brasil?

O Brasil possui mais vegetação comparativamente, porém temos cerca de 68%, utilizando-se o portal do Mapbiomas, que consolida todo um mosaico de mapeamento e sensoriamento remoto no Brasil hoje.

As áreas conservadas são principalmente na Amazônia. O Sudeste é mais desmatado que os Estados Unidos e a União Europeia na média.

Outras estimativas mostram 35% do País com uso agropecuário. É claro que há diferenças, incertezas nesses mapeamentos. O que a gente aqui não quer colocar é uma resposta única, mas essas variações levam a 35%, e a média global seria de 37%.

Quando a gente vê isso no tempo, a gente tem o Brasil como o maior desmatador. A perda líquida de florestas chega a 30, algumas estimativas dão conta de até 39 milhões, nos últimos anos, de 1992 a 2015; é quatro vezes maior a perda florestal, isso de acordo com dados da FAO, colocados à disposição para análise.

E o que acontece? O que a gente já pode falar sobre PIB e desmatamento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil já cresceu o PIB agropecuário com desmatamento a menos de 5 mil quilômetros quadrados/ano, ou seja, com isso a gente demonstra que não há uma necessidade de desmatar para se chegar à riqueza. E a gente consegue publicar isso, por exemplo, de acordo com alguns estudos, que foram referenciados e saíram nas revistas *Nature* e *Science*, que são as revistas mais conceituadas, hoje, na ciência. Só para lembrar que a taxa de desmatamento, em 2018, é 50% maior que a de 2013, que está ali colocada.

Em certo resumo, os Estados Unidos aumentaram a produção e áreas com florestas ao mesmo tempo. O Brasil aumentou sua produção, mas perdeu 39 milhões de hectares de florestas no mesmo período.

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE SANTOS DE MIRANDA NUNES – Em termos de eficiência produtiva, o Brasil tem quase três vezes mais milhões de cabeças de gado em relação aos Estados Unidos, mas podem olhar que tem um menor percentual de volume de carne produzida e também do seu valor agregado. Ou seja, nós estamos falando de economia, e a economia precisa ser valorada também em termos de serviços ecossistêmicos.

Publicamos recentemente na revista *Nature* a contribuição dos serviços ecossistêmicos para a economia. Hoje, nós temos de Reserva Legal cerca de 161 milhões de hectares no Brasil – 84 milhões só na Amazônia. Se for um cenário em que se extingue a Reserva Legal, nós estimamos os custos mapeados para a Amazônia, e os números são retumbantes: US\$628 milhões, por ano, em função da diminuição de chuva no completo ciclo de chuvas que a Amazônia produz para a região, mas também para o Brasil; US\$2,6 bilhões, por ano, em perdas relacionadas à energia e exploração florestal. Contabilizamos aí: serviços florestais não madeireiros, soja, pecuária e as grandes atividades na Amazônia.

Tudo isso é valorado – e hoje a gente consegue mapear e, inclusive, colocar os serviços ecossistêmicos e a biologia, a riqueza biológica do Brasil, que, muitas vezes, não tem custo, porque muito dela ainda não foi nem explorado nem conhecido –, mas pode ser perdido, uma vez que a gente tirar os serviços ecossistêmicos, por exemplo, mantidos pela Reserva Legal.

Caminhando para a conclusão...

A discussão sobre a revisão do Código Florestal parte de pressupostos errados. Desmatamento não é igual a desenvolvimento. Restrições de uso do solo não são iguais a custo. Perspectiva ambiental é entrave ao desenvolvimento. E hoje já temos garantias científicas de que, sem a perspectiva ambiental, não há sustentabilidade, não há desenvolvimento econômico. Pelo menos no curto prazo, ganha-se; no médio e longo prazo, perde-se com certeza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos preservam tanto quanto o Brasil. Se você cair naquelas categorias de uso que permitem exploração econômica, a porcentagem de cobertura de vegetação nativa ou áreas naturais, independentemente das formações, é similar. Os Estados Unidos estão em processo de reflorestamento comprovado. O Brasil continua ainda perdendo florestas, de forma líquida.

A agropecuária brasileira pode copiar modelos dos Estados Unidos, se essa é uma visão, mas dentro dos seus pressupostos de desmatamento líquido zero, aumento das áreas, valorização das florestas e intensificação da agropecuária...

(Soa a campanha.)

O SR. FELIPE SANTOS DE MIRANDA NUNES – ... que é um ponto extremamente importante para o Brasil, usando bases científicas robustas.

Extinguir a reserva legal e aumentar o desmatamento, do nosso ponto de vista científico, é um retrocesso que se distancia dos modelos dos Estados Unidos e da União Europeia. A perspectiva ambiental é a base do desenvolvimento sustentável.

Então, a conclusão e a mensagem que nós gostaríamos de passar é que o Brasil precisa de mais tecnologia, e não de mais desmatamento.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

O SR. FELIPE SANTOS DE MIRANDA NUNES – Todas as referências estão colocadas... *(Fora do microfone.)*

... revisadas por pares que estão à disposição. E eu fico à disposição para esclarecimentos também. E vou certificar agora a questão da classe específica de desertos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço, Sr. Felipe Santos de Miranda.

Queria pedir a colaboração dos presentes para se absterem de qualquer tipo de manifestação.

Concedo a palavra ao Sr. Luís Fernando Guedes Pinto.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Bom dia!

Senador Contarato, Senador Vital, agradeço a oportunidade de estar aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu represento a Imaflora, que é uma organização civil sem fins lucrativos, é uma ONG, e estou aqui também em nome do Observatório do Código Florestal, que é um coletivo de organizações que zelam pela implementação do Código Florestal no Brasil. Também participamos do Observatório do Clima, que é um outro coletivo de organizações, de ONGs da sociedade civil preocupadas com as questões ambientais.

Eu não vou seguir a apresentação que eu trouxe aqui. Eu queria dialogar um pouco com o que foi falado aqui antes.

Eu queria primeiro falar como nós, da sociedade civil, enxergamos a narrativa e o que está na mesa, para vermos se há um alinhamento sobre isso.

A gente entende essa discussão sobre a revisão de parâmetros do Código Florestal, sejam as porcentagens de reserva legal, seja a própria existência desse conceito de reserva legal e até mesmo de proteção, de redução de áreas protegidas, com a narrativa de que a gente está, na prática, desprotegendo a vegetação nativa brasileira, a gente está mexendo num marco legal que protege a conservação da vegetação nativa brasileira e que permite, na prática, a sua conversão e o seu desmatamento, e esse desmatamento seria justificável para o aumento da área cultivada brasileira, para a gente poder produzir mais, porque isso interessa para o nosso País.

Essa é a narrativa que a gente enxerga. A gente protege demais, essa proteção é excessiva, essa proteção deve ser diminuída, reduzida, para a gente poder produzir mais, e o nosso País poder ser mais próspero. Essa é a narrativa que a gente enxerga, e é com ela que eu queria dialogar como é que a gente enxerga isso.

Bom, interessa ao Brasil essa narrativa? O nosso entendimento é, primeiro, que o desmatamento não interessa ao nosso País. A gente deveria perseguir o desmatamento zero. Por quê? A gente tem uma série de evidências – que eu não vou trazer aqui – de que o desmatamento tem consequências para as mudanças climáticas que impactam o nosso País, o nosso povo e a nossa economia, além de todo o mundo, mas é água na nossa torneira, é água para a nossa indústria, é água para a nossa agricultura, o risco de perda de safra é enorme... Então, há bastante evidência científica de que desmatar não é bom para a economia brasileira. Aqui já o Felipe trouxe alguns números...

Então, a gente entende que desmatar não interessa economicamente, e há muita evidência de que isso não é bom.

Segundo, desmatar não interessa para os compromissos que o País estabeleceu internacionalmente, não só o Acordo de Paris, mas outros compromissos que o Brasil tem na mesa, que nos colocam numa posição internacional em que a gente assumiu zerar o desmatamento ilegal, restaurar dois milhões de hectares, enfim...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a imagem e para o espaço que o Brasil quer conquistar na geopolítica mundial, de ter um assento na ONU, etc., não interessa ser visto como um País desmatador; interessa ser um País líder na conservação ambiental, e não só na economia. Esse é um grande ativo que foi falado pelo Senador, pelo Deputado, e que deveríamos preservar.

Por último, a nossa visão é que desmatar também não interessa ao agro brasileiro, pelos compromissos que o agro estabeleceu internacionalmente. Existem compromissos do agrobrasileiro de redução do desmatamento, da eliminação do desmatamento, da produção de *commodities* livre de qualquer tipo de desmatamento.

Então, esse é o nosso entendimento: desmatar não interessa a ninguém. Não interessa à nossa economia, não interessa à sociedade, não interessa às populações que vivem nas florestas e nas cidades, e não interessa ao agro, porque é um enorme risco reputacional de mercado e até para a nossa produtividade o aumento do desmatamento.

Por outro lado, o agro é um setor extremamente importante para a economia brasileira, muito relevante, a nossa economia depende dele, e, sim, interessa o aumento da produção agropecuária. Então, a gente não está dizendo que não interessa aumentar a produção agropecuária, mas quais são os números do agro que nos levam a fazer essas análises?

Essa semana, ou na semana passada, a Fiesp lançou o seu *outlook*, que é a previsão do aumento da safra seguindo os interesses e projeções do próprio agro brasileiro. E eu vou citar também os números do livro *Agro é paz*, organizado pelo Roberto Rodrigues, que é um líder inquestionável da agropecuária brasileira, que lançou o *Agro é paz* no começo do ano, e que tem um capítulo também que fala das projeções do agro para 2030.

Todas essas projeções têm uma grande tendência de que há uma necessidade de aumento de área para produção agrícola, de grãos, cana-de-açúcar, várias *commodities*, e uma redução da área de pastagens com o aumento da produção pecuária, apesar da redução de área de pastagens a partir da intensificação.

O número da Fiesp... Eles projetam um aumento de área líquida da agropecuária brasileira, até 2028, por volta de 12 milhões de hectares, e o *Agro é paz* projeta para 2030 uma necessidade de expansão de 14 milhões de hectares para o agro atender às suas metas, aos seus objetivos econômicos de oferecer alimentos, de exportar *commodities*, de contribuir para o crescimento da economia brasileira.

Bem, 14 milhões de hectares até 2030. O que é que nós temos?

Aí são estudos da agropecuária brasileira, em que a gente colabora com a Esalq, colabora com a UFMG... Os números variam, entre o censo agropecuário e algumas outras bases, entre 170 a 220





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de hectares de pastagens – e você já mostrou aqui um pouco o tamanho dessa área –, e a gente encontrou que temos 46 milhões de hectares de terras de alta aptidão agrícola ocupadas com pastagens – 46 milhões de hectares. Essa área é mais do que o triplo do que o setor precisa para alcançar os seus objetivos econômicos de contribuição para a economia e para o seu interesse. Três vezes mais, para as metas de 2030. Então, há terra até 2050 sobrando para a gente produzir.

Então, para o agro, como setor, não é preciso desmatar. Esse é o argumento da Ministra, representada aqui pelo João, da Agricultura – não sei se você representa. Desculpe-me, João. Mas enfim... –, do MAPA, que tem aqui um representante... Vários líderes fazem esse discurso de que não há nenhuma necessidade para o setor como um todo desmatar, porque a gente tem área disponível para atingir os nossos objetivos.

O que resta, Senador – que eu acho que é o que está na mesa –, para a Frente Parlamentar da Agropecuária? Resta o produtor rural. Então, o setor... O Brasil não precisa disso. Agora, existem produtores rurais que detêm terras que estão com vegetação nativa protegida e, às vezes, em excesso à legislação – a gente tem que reconhecer que isso existe –, mas o nosso entendimento é no sentido de que, em vez de a gente revisar as políticas que protegem a vegetação nativa, nós temos que ter políticas que incentivem o produtor a proteger a vegetação nativa e não a cortá-la, porque cortar não interessa a ninguém. Mas nós temos o Sr. João, a Sra. Maria, que têm uma fazenda, que têm grande extensão de vegetação nativa, e que não podem derrubá-la – ou até podem, e não estão derrubando –, e gente tem que ter políticas para remunerar essa pessoa pelo serviço que ela está prestando ao nosso País. A gente não nega isso.

Mas esta Casa, o Legislativo e o Executivo, no dia em que colocarem energia, recursos, inteligência, para formular políticas que remunerem esse produtor para ele proteger essa vegetação nativa... Porque isso é o que interessa ao País.

A gente entende que passar por esta Casa a revisão da reserva legal, Senador – o projeto de lei que o senhor propõe –, causaria um enorme prejuízo para a reputação do Brasil. Ele não é necessário para o setor agropecuário crescer, mas é um convite para o senhor colocar luz em como podemos ter propostas para que esses produtores que têm florestas protegidas em excesso à lei – ou mesmo que cumprem com a lei – possam manter essas florestas de pé, porque esse é o interesse do Brasil, são os compromissos que o setor estabeleceu internacionalmente, são os compromissos que o nosso País estabeleceu. E não há nenhuma vantagem em a gente desmatar para nenhum setor da economia. Isso compromete enormemente a segurança nas cidades, nas indústrias, e da própria agropecuária.

Então, esse é o convite da sociedade civil, entender que, sim, a gente protege... O nosso País tem dois terços de áreas cobertas com vegetação nativa. Isso está distribuído entre áreas privadas e áreas públicas. Com relação a esses números, existem divergências entre o que a Embrapa mostra e outros estudos, mas a essência não é essa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – A essência é o que interessa ao Brasil.

O equilíbrio que o senhor está dizendo é totalmente possível de ser alcançado. O Brasil tem terras para produzir muito mais, sem precisar desmatar, e nós precisamos de políticas adequadas, que realmente tragam esse equilíbrio de remunerar quem faz o seu serviço pelo País. Mas o argumento da necessidade de revisão dos parâmetros que protegem a vegetação nativa é uma linha extremamente perigosa e prejudicial para o País como um todo, que não interessa para o nosso agro, que não interessa para o nosso País, que pode interessar a produtores individualmente – e são muitos. A gente não quer negar –, mas para eles a gente tem que ter políticas que interessem a todos e não somente a eles, políticas que comprometam o interesse nacional e o agro como um todo.

Muito obrigado.

O Imaflora, o Observatório do Clima e o Código Florestal estão superdisponíveis para vir a esta Casa dialogar...

(Soa a campanha.)

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – ...ir ao campo, usar a ciência, para a gente poder realmente formular as políticas que interessam a todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Luís Fernando Guedes Pinto, pelas suas considerações. E, desde já, eu me coloco, como Presidente da CMA, todos aqui, todos os convidados... Esta Comissão vai ter uma pauta de temas permanentes.

E aqui vai um desabafo meu, enquanto Presidente da Comissão de Meio Ambiente, porque eu acho inadmissível um tema de tamanha relevância, como é o meio ambiente, nós termos 17 Senadores titulares e 17 Senadores suplentes, e, infelizmente, a participação efetiva dos Senadores é omissa. E isso me deixa um tanto quanto frustrado, porque, na hora em que acontece um desastre ambiental, como aconteceu em Brumadinho, como aconteceu em Mariana, aí todo mundo vem querendo aparecer, com CPI, com inquérito, com o que tem para os holofotes. Mas, mas na hora de debater, como é aqui e agora, infelizmente não tem.

Mas, se depender de mim, independentemente dos meus pares, colegas Senadores, eu vou encher esta CMA, sim, com um debate constante, permanente, para os quais nós já definimos pautas significativas. E, para isso, peço a todos os convidados que me deem sugestões, porque nós vamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer isso. Vai haver pauta permanente. Independentemente das reuniões, aqui nós vamos promover essas audiências. E eu quero que vocês – ONGs, sociedade civil organizada... – usem esse espaço.

Agora eu vou passar a palavra ao expositor Celso Luiz Moretti, para, em três minutos, fazer as suas considerações finais.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Obrigado, Senador....

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – É apenas uma sugestão.

Acho que os quatro expositores fizeram a sua apresentação...

É apenas uma sugestão ao Presidente, mas antes eu quero concordar com V. Exa. e me somar à sua indignação.

De fato, esse é um dos temas mais importantes, não apenas no Brasil, e eu falava com o Deputado Estadual que esteve aqui, agora há pouco, que veio lá do Rio Grande do Sul, parece-me, para prestigiar o encontro. Eu dizia a ele: olha, infelizmente, aqui as pessoas acabam se envolvendo com muitos assuntos e não priorizam. Quem se envolve com tudo, não se envolve com nada; quem prioriza tudo, não prioriza nada. E é, de fato, lamentável que uma audiência como esta não tenha uma participação mais efetiva não apenas dos Parlamentares da Amazônia, mas dos Parlamentares do Brasil.

Mas, dito isso, eu queria sugerir ao Presidente que ele já abrisse para os Parlamentares, para fazerem algum questionamento, porque, aí, as pessoas que falarem, se forem questionadas, já fariam alguma observação e, ao mesmo tempo, responderiam. É uma parte de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu consulto os palestrantes se há problema. *(Pausa.)*

Então, vamos fazer a primeira rodada de perguntas.

Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar para as suas considerações.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Veja, na abertura eu comentei que achava – acho – que nós estamos chegando a um momento em que podemos ter um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pouco mais de razão e menos de emoção. É a minha crença. É a minha torcida. E, de fato, muitas vezes você tem que colocar o bode na sala, para que a discussão aconteça, para puxar a discussão. E é pedindo a Deus que proteja a todos nós e que nos dê lucidez que eu vou fazer algumas observações.

Primeiro, não há ser inquestionável. a não ser para mim, que sou cristão: Deus. Fora disso, não há estudo, não há ONG, não há universidade... Eu tenho irmãs professoras de universidade, doutoras...

Não é esse o debate, mas vocês também foram além do debate sobre o CAR. O nosso querido amigo da ONG fez, na verdade, uma fala que não foi sobre o tema propriamente a que nós chamamos, que é o debate sobre os dados do CAR, embora, ao final, acabou concordando que dois terços da vegetação nativa do Brasil está preservada, o que é, de qualquer forma, uma concordância com os dados que a Embrapa tem.

Não é esse o debate, mas apenas quero dizer que não há verdade absoluta. Portanto, não há universidade, não há estudo universitário que tenha essa arrogância de dizer: "É científico, e isso é lei". Até porque o que era científico, há cem anos, talvez não seja mais hoje. Não há uma verdade única e imutável. As coisas avançam.

Eu lamento muito que hoje nós não tenhamos uma universidade brasileira entre as cem melhores do Brasil. Aumentou o número de trabalhos das universidades, das publicações, mas diminuiu assustadoramente o número de citações dos trabalhos das universidades brasileiras nos trabalhos relevantes pelo Planeta. Basta ver os exames que os nossos alunos, filhos, netos de todos nós, fazem pelo País afora. Então, eu queria começar dizendo isso.

E, aí, só uma observação: talvez a única pessoa no País que tenha autoridade de dizer que fala em nome do País seja o Presidente da República, principalmente se o processo democrático foi claro, se defendeu um programa de Governo, uma agenda contra outras. Você tem uma agenda vitoriosa, e, aí, subentende-se que nem o Parlamento deveria se voltar contra essa agenda, porque a voz maior da sociedade aprovou aquela agenda.

Mas nem o Presidente da República, mesmo que tenha feito uma campanha com uma agenda clara, pode se arrostar e, numa posição que considero muito arrogante, dizer: "Eu falo em nome da sociedade".

Existem questões que, para mim, estão claras. Primeiro, a motivação para a audiência era discutir os dados, e a eles eu quero voltar. Nós vamos ter oportunidade de aprofundar o debate sobre outros temas, porque há cientistas que se consideram tão respeitáveis quanto o professor que dizem que não é a Amazônia que faz a chuva; é a chuva que faz a Amazônia. Não sei! Mas eles serão chamados. Já estão convidados para virem aqui. O que eu sei é que toda noite, quando as televisões vão falar do clima na Terra, elas falam todas a partir das correntes oceânicas, porque, na verdade, o Planeta deveria se chamar "Água", e não Terra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Mas, feitas essas observações, o que me salta aos olhos é perguntar ao pesquisador da Embrapa... De qualquer forma, houve aqui uma contestação sobre dados que a Embrapa e o CAR levantam. Eu gostaria, então, de perguntar ao Moretti – e por isso que eu fiz a proposta de encaminhamento – o que ele acha dessa contestação desses números, se existe, em algum outro país do mundo democrático, essa questão da reserva legal, em que o proprietário não dispõe 100% da sua área – eu sei muito bem que as unidades de conservação permitem algum grau... Não sei se o professor conhece a Amazônia. O problema é que, mesmo nas unidades de conservação em que se permite algum grau de exploração, a burocracia e a dificuldade de acesso são tão grandes que, na prática, ela é quase que impossível.

Então, eu gostaria de fazer essas duas observações e, ao final, dizer que me parece que há, na verdade, uma contestação muito clara a um projeto de minha autoria. E esse projeto de minha autoria – para não passar em branco – não mexe com unidades indígenas, não mexe com as APPs... Ele mexe com uma coisa que, a meu ver, é um direito que foi surrupiado. A meu juízo, o Brasil, ao longo de anos, desfez a propriedade privada. E sem compensação.

Desde a ECO 92, eu – que sou paulista de nascimento, mas, como eu disse, acriano por opção, com muita honra – me lembro que, subliminarmente, se vendia a ideia, desde aquela época, de que os países que aderissem a determinados programas seriam compensados. E eu não vejo isso até hoje. E faz décadas que isso aconteceu. E o que a gente presenciou, na prática... E, coincidentemente, eu fiz aquela pergunta ao longo dos anos, mesmo sem mandato, por onde andava: por que 20? Por que dez? Por que 30? Por que 80? Que dados? De onde surgiu isso de uma Amazônia que é igual, quando não é igual? Você sai do Acre, vai para Roraima, você anda, como eu já fiz, de carro, de Boa Vista até a divisa, com a Venezuela... São campos de um lado e do outro. Quer dizer, não há uma Amazônia. Que dado levou a isso?

Então, o questionamento do projeto é que a propriedade privada, no Brasil, não existe mais. E com um dado interessante: no caso da maior parte da Amazônia, você tira da propriedade privada 80%... Que na verdade ele não manda. Para qualquer atividade, ele tem que pedir licença ao Estado, e a atividade econômica para a qual você pede licença ao Estado primeiro é a comunal; não é a capitalista. Então, você pede a licença primeiro, e o máximo que se pode fazer é o manejo. Ou seja, retirar as árvores velhas e deixar as maduras e as novas. Mas, como eu disse, com a dificuldade de acesso imensa e com a burocracia muito grande, quase que se inviabiliza isso.

Mas, de qualquer forma, você retira da propriedade privada um naco, que chega a 80%, não indeniza, e mais: determina que o proprietário é o fiscal da sua área, porque, se alguém tirar uma árvore ou se alguém fizer qualquer atividade naquela área, ele tem que ser o primeiro a detectar. E aí é o Ibama, o Imac, a delegacia, sob pena de que seja preso e responda por aquilo. Então, você





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desapropriou o poder... E ele responde por ela, civil e criminalmente, mas não tem a possibilidade de explorá-la, e ainda é o fiscal dela.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Peço ao senhor, Senador, por gentileza, para concluir.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Estou concluindo.

Então... É só porque, embora não fosse esse o objeto, mas foi mencionado.

Quero dizer apenas que o projeto, se for aprovado, ainda deixará o Brasil como campeão, no mundo, de preservação da sua vegetação nativa.

E para dar um exemplo: o meu Estado, o Estado do Acre, que eu represento, teve todas as oportunidades de provar que essa forma em que nós deixamos o Brasil daria certo.

Nós tivemos, em termos práticos, a Senadora Marina Silva; alguém que eu respeito muito, embora dela discorde. Respeito a conduta, respeito a moral, respeito à dignidade, mas discordo da radicalização na área da intocabilidade, quase.

Então, o Acre foi um laboratório. O Acre, há mais de 30 anos, entrou nessa área, e, no Governo Fernando Henrique Cardoso, aqueles que comandavam o Acre tiveram todo o apoio, todo acesso. E depois, logicamente, no Governo do Lula e no Governo da Dilma, até o segundo mandato, quando foi interrompido.

Governos sucessivos se proclamaram, no meu Estado, como governos da floresta, e todo esse laboratório desse mundo de possibilidades... Quando a gente diz assim: "Existe área que pode ser recuperada". Mas com qual capital? Como é que um produtor rural de 100ha, de 200ha, vai conseguir mecanizar uma área de terra, dispor de um capital alto – para o maquinário – para uma área dele? Então, por que que o Estado, que estava dominado por essa visão, não fez nada?

E, nesse longínquo Estado do Acre, que passou por essa oportunidade, as coisas não aconteceram. E os verdadeiros problemas ambientais do meu Estado – e eu quero crer que do Brasil – não foram atacados, porque os maiores problemas ambientais do Brasil estão nas cidades. A miséria no meu Estado aumentou, não foi feito reflorestamento nem nas cidades... A capital, Rio Branco, não teve uma árvore plantada nesses últimos 30 anos. E, como eu disse, o maior problema ambiental do Acre continua sendo o Rio Acre, que joga esgoto a céu aberto na cara de todo mundo, dentro da capital do Estado, e que desabriga milhares de pessoas.

Então, parece-me que a um Estado da Federação foram dadas quase todas as condições para ele se provar. Como dizia a minha querida conterrânea Marina: que era ecologicamente viável,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

economicamente sustentável... Ela tinha três frasezinhas bem... Ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justo e tal. E não deu certo.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Então, a pergunta objetiva são considerações para um debate que não vai terminar tão cedo – aliás, nunca –, mas, fundamentalmente, é a opinião do Dr. Moretti sobre a contestação de alguns dados. E concretamente: essa reserva legal – não é a APP – existe em algum outro lugar de um país democrático? E quais são esses países?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Sr. Celso Moretti, por favor.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Obrigado, Senador Bittar, pelas observações e considerações.

Vou começar de trás para frente, respondendo.

Dentro do nosso melhor entendimento, não existe reserva legal, nos mesmos moldes que nós temos no Brasil, em outros lugares do mundo. Nós sabemos que outros países, como por exemplo a Inglaterra, pagam por serviços ambientais: se você tem uma nascente, lá dentro da sua propriedade, você recebe 600 libras esterlinas por hectare – numa nascente na Inglaterra. Nos moldes que nós temos no Brasil, dentro do meu melhor entendimento, eu desconheço que exista algo como a reserva legal.

O ambiente de debate de ideias, de discussão, é fantástico. Isso ocorre aqui nesta Casa diariamente, e é muito bom que seja assim. E na ciência ocorre da mesma forma, não é? Nós, hoje, temos na Embrapa 2,5 mil pesquisadores, e eu sou o responsável por levar esses 2,5 mil pesquisadores à frente, pensando, discutindo, fora os nossos parceiros de universidades, enfim, organizações estaduais de pesquisa. Então, o debate é isto: é muito importante que nós tenhamos visões dissonantes, visões diferentes, porque é assim que nós construímos. Os senhores imaginem, Senadores, se, em 1928, o Alexander Fleming, que descobriu então a penicilina, se alguém tivesse dito: "Não, esse negócio não dá certo. Esquece!". Talvez nós não estivéssemos vivos aqui hoje, vivos, para discutir isso. Então, eu vejo com naturalidade.

Os nossos dados... Eu acho que ciência não permite adjetivação. Ciência é ciência, não há ciência ruim. Se você está fazendo ciência, é baseada em dados científicos...

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – ... baseada em informações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os nossos dados estão com bases científicas. Acho que aqui não é o momento de a gente dizer: "Ah, apresente os seus dados aí". Eu apresento os meus daqui, e a gente pode depois fazer um debate, com muita tranquilidade, sobre isso.

Mas os números que a Embrapa apresenta são baseados na análise do CAR, das mais de 5 milhões de propriedades que estão disponíveis publicamente, e são muito próximos aos números do Mapbiomas. O Mapbiomas tem, para a área de preservação, 66,5, e 29,3 pelo uso do agro. Então, a gente mostrou os dados da Nasa, do instituto geológico americano... Então, nós estamos muito próximos disso.

E, em outras questões, nós ficamos à disposição em outra oportunidade para discutir, mas quero dizer também que os nossos dados são baseados na ciência e, mais uma vez, a Embrapa é uma empresa brasileira que trabalha para o desenvolvimento do agro brasileiro, e é para isso que nós vamos seguir cumprindo a nossa missão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Celso Luiz Moretti.

Com a palavra o Sr. Felipe Santos, para as suas considerações.

O SR. FELIPE SANTOS DE MIRANDA NUNES – Eu gostaria de agradecer as considerações.

Só uma colocação: a ciência, claro, busca a verdade, vamos dizer assim, se é que existe uma verdade ou várias verdades. Acho que existem vários tipos de conhecimento. Há o conhecimento baseado em crenças, em humanidades e há, vamos dizer assim, o método científico. Então, não existe aqui a atitude ou pelo menos o pensamento – que deve ser evitado – de que a ciência fala como um eremita, no alto da montanha, para os outros ignorantes, naquela alegoria, ali, da caverna de Platão. Não. Eu acho que a ciência já avançou muito sobre isso.

O que a ciência se coloca a fazer... Como o Filósofo Karl Popper, que é um dos maiores filósofos da ciência, diz, a ciência funciona quando é bem sucedida em refutar hipóteses. Mas, para refutar hipóteses, ela tem que lançar mão de métodos científicos, tem que ser replicável, e os dados têm que passar por análises que possam ser mensurados e replicáveis. Então, essa é a missão que a gente tem dentro da universidade.

E simplesmente ficar dentro dos muros da universidade é muito confortável, na verdade. A gente não precisa se comunicar bem, trazer fórmulas matemáticas e equações para uma discussão, para a política pública, mas a gente precisa sair dos muros e também colocar números, refutar hipóteses, contestar números, e isso é o papel da ciência, pelo menos na minha humilde visão, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se passou a impressão de que é alguma coisa que busca falar pela verdade, por favor... Então, eu me fiz entender mal. O que a gente busca fazer é usar o método científico. Ou seja, colocar a prova, para que outros pares possam...

(Soa a campainha.)

O SR. FELIPE SANTOS DE MIRANDA NUNES – ... colocar a discussão ou mesmo refutar. Se for bem sucedido, como diria Popper, então, refuta-se e passa-se o conhecimento. Como muito bem o Senador colocou, evoluímos muito de muitos anos para cá.

A questão principal aqui colocada, que eu acho que é importante, é que, quando você usa números de terabytes, na era do *big data*, como a gente está colocando, quando você vai agregar esses números, você precisa ter a consciência de que, muitas vezes, é necessário descer em categorias. Por exemplo: quando você coloca que as florestas nacionais, as APAs, são unidades de conservação, e é área protegida, isso não vai ao encontro da nossa legislação, pois, como o próprio Senador e outros colegas aqui colocaram, é permitida a exploração econômica, desde que exista um ordenamento territorial e as condições ambientais colocadas.

A questão da burocracia é uma questão a ser colocada por esta Casa e ser discutida. A questão hoje que, pelo menos na nossa contribuição científica aqui... E reforço humildemente: estamos aqui para debater e estamos à disposição para escutinar todos esses números, levantar outras hipóteses, trazer, por exemplo, pesquisadores que possam detalhar um assunto ou outro, e estamos também colocando os nossos dados para serem refutados. Esse é o papel da ciência.

Mas eu acho que a mensagem principal, já concluindo aqui, Senador, é a seguinte: a gente tem que colocar uma luz na discussão sobre esse grande tema do ordenamento territorial brasileiro, porque é uma equação a ser solucionada, mas ela precisa ser resolvida no âmbito das contribuições sociais, econômicas e ambientais. E os estudos ambientais, hoje, estão caminhando cada vez mais para questões econômicas: valorar a floresta e a vegetação nativa em pé. E os estudos publicados nas revistas científicas, pelo menos na sua grande maioria, têm colocado que vale mais a floresta e a vegetação nativa em pé para a economia, para a sociedade, do que o contrário.

Essa é a mensagem que eu gostaria de passar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Indago a V. Exa. se vai haver outra rodada aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Vai, vai. É isso que... Por gentileza...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu quero saber se vai haver outra rodada. Eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Dado o adiantado da hora, eu queria pedir a permissão dos colegas... Vou oportunizar, como oportunizei para os dois, só para o outro expositor fazer a colocação dele, e nós vamos desfazer a Mesa e vamos chamar os outros quatro, para dar prosseguimento, senão nós não vamos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Porque, na verdade, eu queria fazer algumas indagações às autoridades aqui, na medida em que certamente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Mas, senão, nós vamos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para algumas falas que disseram aqui, eu tinha que, naturalmente, fazer, vamos dizer assim, uma réplica... Não e nem réplica: um contraditório; até porque...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Os convidados vão permanecer aqui, para depois...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Mas, em alguns contraditórios, eu queria também externar minha opinião aqui em relação à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Só vou conceder a palavra ao último palestrante, desfazer a Mesa, convocar os quatro... Aí, depois, eu pediria a paciência dos colegas, para permanecerem e para a gente conversar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Até pelo fato, Sr. Presidente – não cortando o seu raciocínio –, de que eu fui abordado ali atrás, dizendo que estão contestando ali o Moretti – foi um cidadão que está presente neste Plenário –, dizendo que as informações do Moretti são mentirosas. E, para mim, a Embrapa merece todo o respeito e admiração. Para mim, é uma das poucas academias, aqui da área, em que tem gente competente aqui. Mas, de qualquer forma, eu respeito...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador, aqui eu tento pautar e tenho observado que, de todos os palestrantes e as pessoas que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fizeram as suas intervenções, nenhum faltou, em nenhum momento, com respeito. Nenhum adjetivo que o senhor citou foi relacionado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não estou dizendo aqui. Eu fui abordado. Sai, ali fora...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É, mas aqui eu quero garantir...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O cidadão me abordou dizendo, contestando – não sei se ele vai ser convidado para fazer parte da Mesa –, dizendo que as palavras, os dados da Embrapa, são todos eles mentirosos. E, para mim, a Embrapa é orgulho do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Aqui na Comissão eu não permito, com todo respeito, esse tipo de comportamento.

Com a palavra o Luís Fernando, para suas considerações breves, por gentileza.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Obrigado.

Eu queria chamar a atenção de uma coisa, primeiro: a gente pode se perder nessa discussão sobre os números, pode haver algumas divergências, mas eu acho que elas não tocam na essência do problema. Como eu falei na minha fala, o que que está na mesa? Qual é a visão para o País? Eu acho que isso é o que interessa.

E, Senador Bittar, se o senhor me permite dialogar... Posso dialogar com o senhor um pouco sobre a sua fala, a respeito do PL? O senhor me permite?

De novo...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – Não é esse o tema.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Mas eu posso? Você permite que eu...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – É típico da esquerda: desvia do foco o assunto, para discutir...

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Então, eu aguardo o convite para voltar em outra oportunidade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – Vai haver audiência pública para discutir.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Então, eu espero.

Obrigado.

Ou o coletivo que eu represento. E vou respeitar a sua reconsideração.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor não quer fazer...

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Não, eu vou aguardar a oportunidade em que a sociedade civil virá dialogar sobre o PL. E, daí, eu ou outro colega vai ter oportunidade de debater.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pode ter certeza de que esta Presidência tem total interesse em fazer um debate sobre o tema.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – E a gente está muito aberto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

E eu queria agradecer... Eu tenho aqui várias perguntas do e-Cidadania, do Hélio Divino, de Goiás; do Haroldo José, do Paraná; do Marcel Innocentini, de Minas Gerais; do Haroldo José, do Paraná... Eu pediria perdão, mas vai ser disponibilizado e respondido oportunamente, porque agora nós temos que desfazer esta Mesa e convidar o Sr. Rodrigo Justus de Brito, a Sra. Iraneide de Albuquerque Carvalho, o Sr. José Felipe Ribeiro e o Sr. Warwick Manfrinato, para as suas considerações.

Muito obrigado!

Eu pediria aos palestrantes que permanecessem, por gentileza...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É. Na sala. Perfeito.

Obrigado, hein? *(Pausa.)*

Bom dia!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado à composição da Mesa.

E, para adiantar – vamos ser objetivos, por gentileza –, eu concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Justus de Brito, consultor de meio ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, para suas considerações em dez minutos, por gentileza.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Bom dia a todos.

Senador Marcio Bittar, requerente, também Senador Fabiano Contarato: agradecemos o convite para estarmos presentes aqui hoje.

Eu queria fazer algumas breves considerações a respeito dos dados apresentados em relação ao CAR.

Bem, é preciso nós voltarmos ao ano de 2012, quando foi aprovado o novo Código Florestal, quando esse instrumento do cadastramento foi criado para que houvesse um controle georreferenciado e houvesse um controle sobre a dinâmica de uso do solo, de desmatamento, de saber territorialmente quem ocupa cada espaço e se está respeitando a legislação, se está respeitando a reserva legal, as áreas de preservação permanente.

E, como já foi dito aqui, esse processo da construção do Código Florestal, como disse o Deputado Alceu Moreira, foi o que foi possível, de modo a atender os interesses da conservação e também garantir que o setor agropecuário continuasse desenvolvendo suas atividades e estabelecendo critérios relacionados à sustentabilidade desse uso, no que se refere à conservação das áreas de preservação permanente, das áreas de uso restrito e das áreas de reserva legal.

O fato é que havia uma grande desconfiança e dizia-se que o setor agropecuária precisava aprovar o novo Código Florestal, em 2012, porque o setor tinha destruído o Brasil, porque não tinha sobrado nada, ninguém tinha reserva legal, ninguém conservava nascentes, ninguém conservava matas ripárias, e que, portanto, a discussão do código seria um pano de fundo para anistiar todo mundo e deixar o Brasil destruído como se encontrava.

Os dados, no decorrer desses anos, desde o cadastramento e os avanços na questão do geoprocessamento, trouxeram que, na verdade, a realidade não é essa. Existem, sim, propriedades que têm passivos ambientais, existem passivos decorrentes da alteração da lei no tempo, relacionados à questão de que, num passado distante, nós não tínhamos APP... Nós tínhamos, sim, no Código de 1934, a previsão da necessidade da proteção ambiental das matas ripárias, nascentes e encostas, mas nós não tínhamos distância.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, nós chegamos à lei de 1965. A APP era de 5m de largura – começou com 5m de largura –, e depois chegou a 30m, e depois chegou à metade da largura do rio – acho que na Lei 7.511. Não me recordo o número aqui. Foram tantas e tantas medidas provisórias... E a lei foi mudando no tempo. E chegou a um tempo em que os produtores começaram a ser autuados, visando a que todos deveriam se adequar àquela regra, então atual, da Medida Provisória 2.166. Então, começou a embargar área, discussões sobre direitos de desmatamento, e foi longa a discussão do Código Florestal no Congresso, e chegamos à lei que se encontra.

O fato é que essa realidade dos dados do CAR mostra que temos, sim, um percentual elevado de conservação, muito maior que outros países.

Eu vi, num dias desses, uma comparação com a Rússia. Nós não estamos comparando terras que estão lá, ou melhor, gelo, no Polo Norte, com áreas que têm determinado potencial, a depender da capacidade de uso do solo. Nem com desertos. Então, no Brasil, considerando essa situação, nós temos, sim, o maior grau de conservação, de proteção ambiental do mundo, em relação à vegetação nativa.

Basta ver, pelos estudos da FAO, que o Brasil detém 37% de todo o estoque mundial de terras a serem usadas no futuro. O Brasil tem mais de um terço das terras aráveis com capacidade de produção, com baixo nível de irrigação. Então, nós temos esse estoque. Os Estados Unidos não têm, a Europa não tem, e o Brasil detém um terço de todas essas terras. São preciosas essas terras, e nós temos essas terras.

Ou seja, no Brasil, além daquilo em que nós podemos aumentar nossa produção, seja por produtividade – aumento de produtividade –, conversão de áreas degradadas de pecuária para o sistema agrícola também, nós ainda temos um estoque de terras, seja considerando o saldo dos direitos de supressão decorrentes do Código Florestal, ou seja ainda mais se nós considerarmos o mapa de uso e capacidade do Solo da FAO, de modo que, num futuro, essas terras poderão fazer uma diferença muito grande em relação ao desenvolvimento do nosso País.

O que nós vemos hoje é uma discussão que está centrada em cima da regularização ambiental e que, se os produtores fizeram todos esses cadastros – os pequenos produtores, os médios e grandes produtores –, hoje o setor não vê uma resposta na regularização, porque o cadastro foi feito, de entrada, como nós fazemos o CPF: nós também temos a declaração de renda perante a Receita e, daí, nós temos uma resposta se nós estamos em conformidade ou não. O que nós vemos é uma situação caótica de implementação do Código.

Embora o Cadastro Ambiental Rural tenha tido um sucesso enorme em relação a áreas cadastradas, nós temos um resíduo de áreas – resíduo entre aspas, porque é um percentual do território que ainda não está cadastrado, onde nós precisamos ajudar os pequenos produtores com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos, com essa prorrogação. Na verdade, nós propusemos na Comissão Mista que o cadastro é eterno. Deve se fixar prazo ao PRA, mas não para o cadastramento – até porque todo cadastro tem natureza permanente, é uma questão de lógica –, e, quanto ao marco temporal para regularização de áreas, continua o mês de julho de 2008 a linha de corte. Então, não há falar em que a prorrogação desses prazos vá trazer uma certa – entre aspas – "anistia", porque isso não tem fundamento.

E eu queria finalizar aqui, já que se entrou nesse assunto do projeto do Senador Marcio Bittar, dizendo que a CNA não tem uma posição firmada a respeito do projeto ainda, até porque nós vamos fazer uma discussão interna específica disso, mas o que é preciso se discutir – e isso talvez seja a questão que o Senador trouxe – é que nós não podemos deixar simplesmente a Amazônia lá, com 30 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, e entender que isso é desenvolvimento sustentável. De outro lado, não significa que, de certa forma, uma abertura ampla, geral e irrestrita de área fosse significar chegarmos ao desenvolvimento, mas nós precisamos colocar o pé no chão, e essa é a oportunidade que nós vamos discutir.

Fala-se tanto de serviços ambientais... Desde que eu cheguei à CNA, há 12 anos, eu dou parecer em projetos de serviços ambientais, e sempre a resposta é a mesma: "Se não tem o dinheiro para pagar..."

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – ... vamos continuar discutindo isso por quê?

Certo?

Então, a comunidade internacional tem responsabilidades com o Brasil.

O Brasil assumiu as suas metas perante a Convenção do Clima, e nós só vemos o Brasil cumprindo.

Ontem eu estava lendo que só o que a China aumenta de emissão de metano por ano é mais do que toda a pecuária brasileira no todo! Todo ano a China aumenta mais do que toda... E fica por isso mesmo!

"Ah vão pagar 100 bilhões de dólares por ano aos países e tal". Eu espero enxergar isso acontecendo, e começa no ano que vem. Eu não vejo essa crise da Europa em que esses países vão juntar US\$100 bilhões para nos ajudar a remunerar essas pessoas que estão lá na Amazônia, proibidas de tudo. E, diga-se de passagem, quando nós aprovamos o código com 80% de reserva, era porque poderia fazer manejo florestal. Só que daí fizeram uma lista de espécies ameaçadas de extinção, num escritório, e proibiram a exploração de mais de 70% de todas as espécies florestais da Amazônia. Ou seja, aquilo virou um tombamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tirou-se toda e qualquer possibilidade de exploração de manejo, matou-se o manejo florestal, proibiram-se 80% do uso da propriedade, e os produtores estão lá, atolados no meio da chuva, da lama e de multas.

Então, nós precisamos realmente discutir a sustentabilidade da Amazônia na sua dimensão completa, social, econômica e ambiental.

Do ponto de vista ambiental, está lá muita área conservada. Agora, nós precisamos discutir... E também, como foi dito aqui pelos antecessores, tecnologia, metodologia de produção, agregar valor na nossa produção. Então, nós temos condição, sim.

Eu agradeço aqui a participação e fico à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Rodrigo Justus de Brito, consultor de meio ambiente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil.

Em seguida, passo a palavra para a Sra. Iraneide de Albuquerque Carvalho, advogada, assessora do meio ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A SRA. IRANEIDE DE ALBUQUERQUE CARVALHO – Bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa na pessoa Senador Fabiano Contarato e também do Senador Bittar, que são requerentes.

Eu sou advogada, estou na Assessoria de Meio Ambiente da Confederação. Agradeço, em nome da representação da Confederação, o convite feito e registro aqui especialmente um agradecimento, em nome da Secretária Rosemarie Malheiros, a qual não pode estar aqui por conta de uma agenda externa, uma agenda que já estava previamente marcada. Ela está no Nordeste, está em uma reunião no Maranhão, especificamente em Alcântara, no Maranhão. Mas aguardamos os próximos convites, e com certeza ela vai poder participar dos próximos.

A respeito do assunto, a gente quer partir do pressuposto de que é importante remunerar o agricultor pela preservação, pelo serviço de preservação que ele faz. A Confederação, nos idos aí de 2014, 2013 – fazendo um passeio pela história, conforme o próprio Rodrigo aqui, que também voltou na história –, realizou, inclusive, termo de parceria e apresentou projetos, na tentativa de buscar recursos para potencializar a questão da realização do cadastro ambiental, a exemplo do Mais CAR Semiárido, inclusive atingindo quase 100% daquilo que foi proposto originalmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, nós também identificamos, a respeito do assunto, que nós temos um problema de sobreposição de áreas – um problema, inclusive, que precisa ser enfrentado e que precisa ser resolvido.

Temos exemplos desse trabalho muito bem feito na base, de preservação de nascentes, por exemplo, e potencialização da recuperação, através das mudas nativas. Há um projeto, inclusive, no Rio Grande do Sul; há um exemplo já no Rio de Janeiro; e inúmeros outros que a gente pode citar aqui, se, porventura, nas próximas, a gente for convidado para trazer.

Nós precisamos também abordar um assunto que, na nossa compreensão, é muito interessante e importante que seja enfrentado, que é a questão lá da área da Chesf, porque há vários cadastros que foram feitos e a gente está dialogando com o Serviço Florestal Brasileiro, na tentativa de resolver esse problema, por conta de inúmeras famílias, de inúmeros cadastros que foram feitos, que foram apresentados e que não foram aceitos, em função de a área ter sido feita na sua totalidade. A gente precisa enfrentar... Nós até já requeremos ao Serviço Florestal Brasileiro um diálogo de forma direta com a Chesf, no sentido de a gente construir uma solução para esse cadastro. São um pouco mais de cem cadastros.

Quero dizer aqui também da importância da questão da remuneração do agricultor familiar, pela sua importante contribuição no sentido da preservação, e dizer que o desmatamento não é interessante para ninguém. Dentro de uma sociedade que vislumbra a construção de um mundo melhor para todos – viu, Senadores e demais presentes? –, o desmatamento não é interessante, e essa coisa da destruição ambiental não é absolutamente interessante. E, assim, evocando os contratualistas, se a gente quer construir uma sociedade melhor para todos, de fato, a gente precisa visualizar a preservação ambiental como condição *sine qua non* para a existência da vida.

Quero dizer que a Contag está à disposição. Estamos aqui à disposição para o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sra. Iraneide.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. José Felipe Ribeiro, pesquisador da Embrapa-Cerrados, para sua manifestação em dez minutos.

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – Bom dia a todos.

É com muito prazer e com muita emoção que estou aqui presente. Quero agradecer o convite do Senador Fabiano. Quero agradecer a oportunidade ao Senador Marcio de estar criando esta oportunidade para que a gente possa estar aqui, discutindo alguns dados do Cadastro Ambiental Rural e da preservação ambiental por produtores rurais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero trazer aqui a minha discussão neste sentido: reservas legais e áreas de preservação permanente no processo produtivo, que é o desafio que o Rodrigo nos trouxe aqui. Este é o desafio que a gente tem: como é que a gente traz isso, para que o produtor possa realmente ganhar dinheiro naquilo que ele faz?

Eu tenho uma origem paulista também, pois passei 20 anos lá, mas estou há 45 aqui. Então, eu também tenho um envolvimento agora, aqui, com o Cerrado. Então, eu quero trazer para vocês o que é que a Embrapa tem de conhecimento – e eu tenho certeza de que, nos dez minutos que temos aqui, não vai dar tempo para a gente falar. Coloco-me à disposição de a gente encontrar...

Como já foi destacado aqui pelo Senador, a Embrapa é um grande provedor de informação e de conhecimento, para que a gente possa redescobrir o Brasil, que fez 519 anos há dois dias. Então, como é que a gente pode fazer isso?

A minha origem é de andar 80 mil quilômetros aqui no Cerrado, tentando saber qual é essa biodiversidade, o que vale essa biodiversidade, para que a gente pudesse fazer o manejo e conservação dela. Como é que a gente pode fazer uma ecologia produtiva, que foi uma limitação que, em tese, ocorreu depois que a legislação... Não se chama Código Florestal. Desde 2012, nós não temos Código Florestal, nós temos uma legislação de proteção da vegetação nativa. Tem que ser bem claro isso aí. Como é que a gente protege essa vegetação com os recursos de que o produtor precisa? Nós estamos juntos – não é, Rodrigo? – há quantos anos, nessa estrada? Para que a gente possa fazer essas coisas juntos... Como é que a gente pode pegar esses produtos da biodiversidade concretamente e possa realmente trazer um benefício ao produtor, seja ele com pequi, com araticum, com cagaita, com o açaí, que têm um grande significado nessa biodiversidade para a economia de muitos lugares? E não queremos preservar a pobreza aqui. Isso é muito importante. A gente quer trazer exatamente dados e entender, das 45 mil espécies nativas que o Brasil tem, quantas a gente pode utilizar dentro dessa expectativa que a legislação nos traz. Vocês vejam... Se a gente fala do Cerrado, só naquela porção savânica que o Cerrado tem, de mil espécies, quase mil, olha lá, 951, nós só temos 38 espécies que são bem distribuídas no Cerrado; ou seja, nós temos uma diferença das espécies que ocorre em todo lugar. Isso pode ser extrapolado para a Amazônia.

Então, quando a gente fala de uma legislação de preservação da vegetação nativa, nós temos que entender o que é isso e qual é a responsabilidade que nós estamos imputando ao produtor de fazer essa preservação. E aí eu quero falar, exatamente, quando a gente fala de ecologia produtiva, Senador, caros ouvintes, o que é que nós estamos chamando de conservação? A gente falou aqui várias vezes as palavras proteção, preservação e conservação. Nós vamos defender aqui pela Embrapa, o que nós estamos chamando de conservação – sabe, Rodrigo? – para que a gente possa realmente dar uma mudança naquilo que a legislação fala, para que a gente possa implicar o uso racional de um recurso, seja ele qual for; para obter rendimentos, para garantir a tal da autossustentação. Como a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente faz isso diferenciando daquilo que está sendo confundido muito, que o produtor preserva? Ele não tem essa obrigação. Nós temos obrigação lá... Está dito na legislação que a gente tem que conservar. Então, como é que eu posso, por exemplo, vender, transformar a propriedade rural como um todo, e não só olhar o passivo que ela tem ali na APP?

Mas o que nós estamos fazendo de errado na agricultura? Esse é o conhecimento que a Embrapa tem para mudar para uma situação mais sustentável como um todo. Não olhar apenas para a APP e para a Reserva Legal, olhar para o todo. Esse conhecimento existe, eu quero falar para vocês.

Então, quando a gente fala em inovação, que é uma palavra muito forte – não é, Dr. Celso? –, dentro da Embrapa, como é que nós estamos inovando, o que nós fazemos? Então, não é só o que nós estamos fazendo para resolver o problema, mas como juntos nós podemos fazer isso? Esse é o desafio da plataforma Embrapa para viabilizar essas soluções: olhar a propriedade rural, como os parceiros que a gente tem na sociedade, para que a gente possa, dentro dessas categorias que a legislação tem de proteção da vegetação para que a gente possa realmente ter sucesso... Olhar para a propriedade rural, é emocionante ver isso, é assim que o produtor olha: o que que eu tenho? Eu tenho uma área de uso alternativo do solo, eu tenho uma área de APP, de Reserva Legal e Área de Uso Restrito. O que eu faço com isso? Ele tem o problema? Quais são as soluções tecnológicas que a gente tem para cada uma dessas realidades que o produtor tem na propriedade dele? É assim que a gente vai fazer um cadastro, dentro de um Programa de Regularização Ambiental, sólido. É assim que a nossa legislação pode realmente ajudar o desenvolvimento do nosso País.

Então, esse dilema aqui entre produção e preservação... Veja lá em cima. Você tem lá um lado que é o bom: agricultura ou natureza. Cada um acha que é o que está fazendo bem. Nós temos que entender que o que vamos comer naquela mesa é produto de todos nós, é conjunto. Nós temos que fazer isso junto. É entender que, descobrindo o Brasil – aqui está o Monte Pascoal –, isso aqui é uma Unidade de Conservação, mas, na verdade, só se está fazendo preservação, que, numa unidade produtiva que fica ali do lado, nós temos que produzir, verticalizar essa produção e não deixá-la degradada do jeito que está. Então, não temos que olhar só o que estamos falando de natureza. Nós temos que botar isso junto, o Sr. João lá da CNA vendo essa situação conosco. Nós temos que mudar isso tudo e fazer conservação. Quando a gente fala em conservação do solo, as pessoas acham que é só natureza que a gente tem que conservar. Não. Nós temos conservação do solo, conservação da água, conservação de todos aqueles recursos que temos na propriedade rural.

E é esta a nossa obrigação como Embrapa: trazer esses recursos, trazer esse conhecimento para que possamos redescobrir o Brasil nesse sentido, Rodrigo, olhando dentro da CNA. A gente tem conversado muito com os produtores. Não adianta ficar brigando um lado e outro, direita e esquerda. A gente tem que ter um produto... Quais são as tecnologias aplicáveis? Por isso que eu agradeço essa oportunidade de estar aqui. Quais são as diretrizes de custo e benefício? O produtor sabe muito bem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso. Eu posso até gastar, mas, se eu tenho um retorno lá na frente, não tem problema. Que tipo de manejo que posso fazer? Quando foi falado aqui da araucária, eu vou ficar com a "enxada destruindo a natureza" – entre aspas? Não. Nós temos que saber qual a segurança jurídica.

E, com isso, nós, a Embrapa, temos trabalhado com os vários Estados, entendendo quais são os atores desse sistema: quem é esse público, para quem que nós estamos fazendo isso. Isso é inovar, saber que nós temos 90% dos imóveis rurais como responsáveis por 24% da área. Opa! Esse público tem uma demanda específica: 90% dos produtores não só na conservação da natureza, mas na conservação da fazenda, num ganho de dinheiro para ele, e 10% com 76%. Nós temos demandas específicas para a conservação e para a produção. Então, nós temos que saber isso aí dentro do Brasil, tanto na Amazônia quanto no Cerrado. Onde está aquele ambiente natural que podemos conservar com retorno econômico na pastagem? Olhem só a preocupação que nós temos que ter com 30% do País com pastagem. Como nós vamos fazer isso?

Temos que entender o programa de regularização, saber onde está a área de uso alternativo do solo, do trabalho de agricultura e da conservação desse solo; entender cada um desses atores, porque, muitas vezes, eu levantei quem... A gente fala muito "eles, nós". Quem somos nós na legislação? Olhar na identificação que nós temos ali como eu olho para o senhor, como eu olho para ele. E sabemos quem é... Nós temos, com essa responsabilidade para fazer a legislação, o conhecimento...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – ... o agricultor, os parceiros que a gente tem, a legislação, no caso dos promotores, e o produtor rural. E cada um de nós, depois, consumindo esses produtos que estamos fazendo. Nós temos que entender essa relação das pessoas. Nós temos que entender quais são os projetos que estão acontecendo aí para ajudar nesse sentido, para que a coisa realmente aconteça. Mais do que saber quantos por cento ficou para lá, quantos por cento ficou para cá. Nós temos que saber quais são as principais espécies nativas que a gente pode usar, qual é a época de coleta de sementes, como é que a gente define o protocolo de produção de mudas se a gente quer receber dinheiro, e onde está esse conhecimento.

E aqui eu quero contar para vocês o que a gente desenvolveu. O WebAmbiente é um sistema de informação interativo para poder fazer essa adequação ambiental. Onde estão as espécies? Nós temos mais de oitocentas espécies...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – ... de uso econômico, para que o produtor use. Isso foi feito em parceria do Ministério da Agricultura com o Ministério do Meio Ambiente, para que possa trazer... São mais de trezentas pessoas que nós juntamos para fazer essa base de informação para o Brasil, essas oitocentas espécies nativas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso está à disposição do produtor. É com ele que a gente tem que se preocupar na hora de colocar quais são as espécies nativas, quais são as estratégias de plantio e como é que ele pode simular isso dentro da propriedade dele, para que a gente tenha essas estratégias. Qual é a pressão humana, como controlar os fatores de degradação? Isso para a agricultura e para a natureza. Quais são esses métodos de plantio em áreas que estão mais fáceis de serem recompostas e aquelas mais difíceis? E como são as técnicas de plantio? Tudo isso está disponível lá.

Esse é um exemplo de propriedade rural que eu posso mostrar aqui na capital. Convido qualquer um de vocês a visitar, onde esse produtor tem mais do que precisa da natureza, mas está ajudando a gente a entender como é que eu planto, preservo, conservo e ganho de recurso financeiro. Isso aqui na fazenda Guzerá, aqui em Brasília. Essa é a saída que nós temos aqui do WebAmbiente, orientando o produtor em quais são as espécies e quais são as técnicas de plantio.

Temos o apoio ao protocolo de cada Estado. A gente trabalha com todos os Estados. Temos uma reunião daqui a um mês com o Estado do Amazonas, que está querendo saber como se faz para se ter esse retorno, como se faz o plantio e como monitorá-lo depois, para mostrar esse tipo de informação.

Então, nós temos uma série de estratégias, de cursos que estão prontos na internet EaD. Veja só... Quais são os elementos da paisagem? Como é que eu produzo essas sementes? Aqui há sete sistemas, para a Amazônia, agroflorestais com espécies nativas, com a análise técnica de quanto o produtor pode ganhar.

Então, a gente tem muito aquele conceito de que grãos... Grãos são importantes, não tenho dúvida, mas, quando a gente fala em preservação da vegetação nativa...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – ... a gente pode estar falando de floresta. Então, essas são as estratégias.

Meu tempo ainda tem... Esse é o meu penúltimo eslaide.

Quando a gente olha nos biomas nacionais, o que a gente tem? O produtor quer colocar a propriedade dele lá na Amazônia, quer colocar no Cerrado, quer colocar aqui no Pantanal, quer colocar na Caatinga, quer colocar na Mata Atlântica. E é assim que o produtor enxerga. Só que isso vem atrelado como uma oferta ambiental, 2.500mm na Amazônia é muito diferente do que 600mm na Caatinga.

Então, quando a gente fala em uso econômico da legislação florestal, nós temos que entender essa realidade que vai atrelada a qualquer dessas propriedades. Para cada uma delas, a gente tem que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter técnicas, tecnologia diferenciada. E é isso que a Embrapa e os parceiros têm para fazer uma melhor sustentabilidade em cada uma dessas propostas, para que se possa então...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – ... nessa área atingir o nosso produtor.

Finalizando, o último eslaide. Qual o ganho econômico quando a gente está falando desse patrimônio? Se os outros fazem errado, por que eu não posso fazer errado também? É assim que a gente educa os nossos filhos? Tenho certeza de que não é. Opa! Espere aí. Se algum outro país ou alguma outra instituição fez a coisa errada, "não, nós vamos fazer certo, mas nós queremos ser remunerados por isso" porque, se isso vai impactar a qualidade da água, vai impactar a qualidade do ar de alguma maneira, nós temos que entender a história da valoração. Muito mais do que a valoração, quanto é esse serviço? Já foi falado dos 600 na Inglaterra, quanto vale um hectare de nascente... Nós temos também na França... A Perrier está pagando... Água custa caro e vai custar muito mais caro no futuro. Nós temos que entender esse tipo de informação de quanto vale esse serviço.

Vou dar um exemplo aqui: o valor que foi falado aqui pelo Rodrigo... A gente tem que ter um valor das coisas, mas mais do que o valor é saber valorizar o nosso País, saber valorizar o que a gente está fazendo de diferente e de bom para que a gente possa remunerar. Uma camisa daquela jogada no meio da rua pode não valer nada, mas, se a gente descobre que ela foi usada por esse "cara", ela tem outro preço. Então, o que o Brasil está vestindo? O que nós estamos propondo como agricultura e como ambiente? O que a gente tem de diferente para poder valorizar o nosso País? Quais são os projetos que estão apoiando a gente nesse sentido?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. José Felipe Ribeiro, pelas suas considerações.

Em seguida, passo a palavra o Sr. Warwick Manfrinato.

O SR. WARWICK MANFRINATO – Muito obrigado. Bom dia a todos. É um prazer enorme – vou repetir as palavras de José Felipe –, é uma emoção para mim estar aqui, poder participar desse diálogo e contribuir na medida do possível. Agradeço ao Senador Contarato e à sua equipe que contataram a gente e também ao Senador Bittar por essa confluência.

Eu acho que a minha fala tem um grande privilégio de ser o último a falar porque eu pude beber do conhecimento, das opiniões e das diferenças de todos e talvez até no papel da Universidade de São Paulo. Eu represento aqui o Instituto de Estudos Avançados, que é um instituto ligado à reitoria, não é uma faculdade, não é um colégio específico e, dentro desse papel, foi criado com o objetivo de ser um *think tank* da época, da década de 70. O Prof. Goldemberg criou isso. Então, é um ambiente de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convergência, um ambiente de debate mais do que de produção de verdades ou de ciência, como citou o Senador.

Na verdade, a universidade é, como falou o nosso amigo Miranda, um local para a gente destruir as ideias que a gente precisa questionar, é fazer a negação, o contraditório das teses e das hipóteses. Então, é muito bacana a gente poder está aqui. Verdades? Cada um temos as nossas. Eu acho que trabalhar nessa perspectiva num ambiente onde nós temos o Código Florestal, que está atrelado a outros instrumentos como o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e como a gente imbrica tudo isso. Então, esse é o grande desafio desse momento.

Eu fiz aqui algumas anotações. Eu justifico não trazer uma apresentação porque eu vi a oportunidade de fazer uma reflexão justamente convergindo tudo que se falou aqui, mas, de qualquer maneira, eu dividi em três tomos a minha fala: um é o resgate da memória da história desse assunto; outro é sobre o tema de convocação sobre os dados do CAR; e o último é como CAR, Reserva Legal e a perspectiva de solução colocam o proprietário rural como um agente de preservação ambiental com desenvolvimento sustentável, na perspectiva do que a ONU e os organismos internacionais colocaram como objetivos do desenvolvimento sustentável, como é que a gente imbrica isso.

Eu quero chegar ao finalzinho da minha fala falando de eficiência. Como é que a gente aumenta a produtividade na propriedade agrícola sem perder a linha de raciocínio de tudo que foi falado aqui.

Eu fiquei maravilhado com a quantidade de informação que a Embrapa traz, os diferentes níveis de abordagem, mas eu achei, na minha pesquisa inicial, uma curiosidade da história. Nós falamos muito de Código Florestal nascido em 1934, mas, na verdade, o rei de Portugal, quando chegou ao Brasil, quando Portugal iniciou a colônia, no seu segundo regimento, Gaspar de Sousa, em 1605, há lá no regimento do rei um texto que fala assim: "Manda o rei que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito pau-brasil, por si ou seus escravos ou feitores, sem expressa licença ou escrito do provedor-mor [que seria talvez um Presidente do Brasil] de minha fazenda [o Brasil de rei] de cada uma das capitanias [os Estados], em cujo distrito estiver a mata, em que se houver de cortar, e o que o contrário fizer incorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda".

Quer dizer, lá no início da nossa história, já existia um regimento. Então, não fazendo um contraditório ao que falou o nobre Senador, o dono da fazenda, mesmo nós, na nossa modernidade, nunca fomos senhores feudais, nós sempre tivemos regimentos, sempre tivemos orientações e, ao constituir a República, nós conseguimos evoluir muito. Então, a gente vem de muito longe com isso que a gente tem hoje como...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – Nessa época só podia ser da Coroa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WARWICK MANFRINATO – Exatamente. Depois isso aqui evoluiu para que o proprietário pudesse explorar três quartos e um quarto ficava para a Coroa, começou a virar área e, na verdade, é isso que origina o Código Florestal lá na República já mais avançada.

Então, esse histórico de regimento para uma política pública republicana cria essa evolução, cria o desenvolvimento. E, nessa evolução, a gente tem a participação da sociedade que, por um lado, quer gerar riqueza; por outro, quer gerar melhoria de vida dos cidadãos. Então, o contexto histórico do que nós estamos falando, para mim, é esse.

Eu acho que quando a gente vai para o CAR, que é o objetivo principal aqui, olha para o que foi feito e olha para os dados que a gente tem do CAR hoje, executado pelo Serviço Florestal Brasileiro, e, nos Estados, pela Secretaria de Meio Ambiente, nós começamos a ver a implementação de algo que, por um lado, dá um grande resultado – nós temos aqui mais de 100% do resultado do CAR atingidos –, porém, infelizmente, quando a gente vai ao Estado e vê a eficácia do regimento, do instrumento, do instituto, São Paulo, que é um Estado que dedica o trabalho que a CAT fez durante anos para o pequeno e médio proprietário, mesmo assim nós não passamos de 2% do CAR validado, o que gera uma enorme insegurança jurídica porque, na medida em que você tem instrumentos... Por exemplo, o Banco Mundial deu uma enorme quantidade de recurso para que a Secretaria de Meio Ambiente e o Estado de São Paulo implementassem a recuperação das áreas protegidas do Estado, existe um instrumento, outra coisa que é oriunda da Agência Nacional de Águas, da legislação de águas no Brasil, que são as agências de bacia, existe lá um projeto que a Agência PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá) – de onde eu sou, sou de Piracicaba, sou engenheiro agrônomo –, e a gente acompanhou a recuperação de áreas protegidas nessas propriedades. Quando o PCJ foi fazer a parte de Minas Gerais, o que estava acontecendo? Para que o proprietário pudesse receber o benefício da implementação do CAR, o proprietário tinha que correr numa LAN house para fazer um CAR extremamente deficiente, provavelmente, com uma ineficiência de uso do instrumento que não dava para comparar como o PCJ ia atuar em Minas ou em São Paulo.

Então, esse aspecto da implementação do CAR, quando a gente vai para a reserva legal, a importância do CAR como instrumento de planejamento territorial, nós não riscamos o verniz do ponto de vista do uso do CAR e do Código Florestal. Na propriedade rural, o CAR é um instrumento de planejamento cuja caixa-preta não foi nem aberta, digamos assim, de como o proprietário pode usar isso. E isso é que eu acho importante valorizar num debate desse tipo. Quer dizer, quando a gente está avaliando você poder questionar determinadas peças de uma máquina que está meramente iniciando a ser funcional, a gente já mudar determinadas partes dessa máquina, quando ela ainda nem chegou no mínimo da eficiência e eficácia da sua implementação, é uma coisa muito preocupante.

E eu acho que trabalhar a questão dos dados do CAR, a questão de como o CAR e o Código Florestal estão sendo implementados é muito importante. Nós temos, por um lado, um grande





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucesso, no aspecto mais geral da implementação, e um grande insucesso, do ponto de vista da implementação do instrumento. Essa insegurança jurídica faz com que a gente não consiga realmente usar dessa ferramenta, dessa McLaren, dessa Ferrari, que são o Código Florestal e o CAR, para que a gente vá lá na ponta dar eficiência e eficácia, aumento de produtividade na propriedade agrícola.

Quando um proprietário consegue olhar para sua propriedade e falar: "Aqui está ruim, está bom, aqui vou colocar isso", eu vou ordenar o meu território com um instrumento que vem de fora para ele, ele também consegue criar uma conectividade com os seus pares, ele consegue ser enxergado pela política pública, pelo Estado e pelo seu parceiro, ele consegue colocar a sua Reserva Legal próxima de outro que vai também fazer essa conectividade...

(Soa a campanha.)

O SR. WARWICK MANFRINATO – ... para ele se auferir de benefícios do serviço ecossistêmico que vem vindo ali na frente. Essa é uma promessa que a gente está estudando, está avaliando. Eu sou especialista na área de créditos de carbono, estou estudando isso desde 1988, quando eu estava na faculdade ainda, e isso é uma coisa que está em evolução. Tem altos e baixos e a gente vê.

A Noruega nos deu muitos recursos para recuperar e diminuir desmatamento, e esses mecanismos estão como satélites em volta de um planeta que precisam entrar em sintonia. O Código Florestal e o CAR permitem que isso vá para um nível de eficiência e eficácia muito grande. Então, é muito importante olhar para a máquina do jeito que está funcionando e dar eficiência a ela, não tentar alterá-la.

Como o senhor falou, a questão de que fomos surrupiados de um direito. Acho que o colega da Embrapa colocou muito artisticamente, digamos assim, é que as florestas...

(Soa a campanha.)

O SR. WARWICK MANFRINATO – ... na sua expressão ecológica e ambiental, são a melhor forma de fazer uma coisa que, na ciência, a gente chama de produção primária: a transformação de Sol em madeira. Como é que a gente faz isso da melhor forma no Planeta? É um negócio chamado floresta.

Se a gente não preserva a função da floresta e aprende com ela como os israelitas aprenderam com o deserto e hoje são os maiores produtores agrícolas lá... A nossa benção aqui é a floresta, a benção deles lá foi o deserto. Então, como é que a gente pega isso que a gente está olhando como uma restrição – a gente não pode entrar lá e obter benefícios, trabalhar aquilo, trabalhar a questão da floresta como uma entidade econômica... A gente está jogando o bebê com a água do banho, como dizia minha mãe. Então, a gente tem que tomar o cuidado com isso tudo para que a gente possa...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A cana-de-açúcar é uma planta que veio da Índia, de uma cidade chamada Coimbatore. E o potencial genético da cana-de-açúcar é acima de 400 toneladas por hectare/ano de produtividade. A média do Estado de São Paulo é de 75 toneladas por hectare. A média da melhor fazenda em Ribeirão Preto é de 110 toneladas em alguns talhões. No Havaí, onde há a melhor produtividade, é em torno de 200 toneladas, mas num outro sistema produtivo.

A gente pega, por exemplo, a pecuária. O boi engorda 1kg por cabeça/ano, ou seja, 1 tonelada por hectare/ano que uma produção pode oferecer. Isso daria 350kg num ano, mas um boi chega a 30kg no final do ano. Então, essas eficiências de produtividade são devido à falta de instrumentos de eficácia que os instrumentos que nós temos no Brasil...

(Soa a campanha.)

O SR. WARWICK MANFRINATO – ... dão ao proprietário, ao produtor rural.

O que o Código Florestal oferece são oportunidades para fazer isto: é a gente trabalhar no aumento da produção através da produtividade e não necessariamente da expansão da área de produção.

Essas questões foram, de alguma forma, as minhas reflexões para trazer para um diálogo essas importâncias, pois, muitas vezes, nós nos atemos a outras perspectivas que nós gostaríamos de obter do ponto de vista do direito, do ponto de vista da atividade...

E como a gente vai dar solução para isso? Nós temos um verdadeiro exército de profissionais hoje que podem aumentar essa eficiência da validação do CAR, porque, na hora em que tivermos a segurança jurídica do instrumento do cadastro transformado em PRA, transformado em CRA, o profissional no campo pode dar essa dimensão. Se a gente tiver os agrônomos, os engenheiros florestais, todos esses imbuídos e se organismos como o CREA e os conselhos regionais, em que a gente tem profissionais, puderem organizar determinadas convergências com o Estado, talvez a discussão passe para um outro nível, para uma outra categoria de interação e não de a gente questionar o instrumento, mas de fazer com que o instrumento em si se torne mais eficaz, porque ele foi desenhado de uma forma bastante eficiente. Então, eu acho que essa finalização dessa discussão deve... A minha sugestão, a minha vontade, o meu desejo é que a gente vá para esse caminho, em que a gente coloque lá no final... Nós temos um verdadeiro exército de profissionais que estão sentados numa cadeira, sem ganhar dinheiro, sem trabalhar e sem trazer os benefícios para o proprietário rural, fazer o que o nosso colega da Embrapa falou e tudo isso que a gente tem a nosso favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Warwick Manfrinato.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agora queria abrir as perguntas, mas eu tenho que prestigiar aqui... Senão, eu vou ser muito criticado pelo e-Cidadania, pois são várias perguntas. Eu queria que todos os palestrantes, os expositores... Aquele que se sentir à vontade para responder, para dar uma contribuição pode pedir o uso da palavra e falar.

Eu quero aqui registrar, mais uma vez, o Helio Divino, de Goiás; o Haroldo Jose, do Paraná; o Marcel Innocentini, de Minas Gerais; o Fagner Vasconcelos, do Distrito Federal; a Simone Rodrigues, do Distrito Federal. Enfim, são vários. Não terei como fazer todas as perguntas, mas algumas serão feitas. Vai ser disponibilizado todo o material no portal ou no site da Comissão de Meio Ambiente. Há uma pergunta do Fagner Vasconcelos, do Distrito Federal, em que ele faz o seguinte questionamento: "Nos assentamentos de reforma agrária, qual orientação de análise dos CARs? No projeto Radis Unb/Inkra, são mais de 20 mil lotes no Mato Grosso". Alguém queria comentar sobre esse tipo de...?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – A Embrapa não participou do CAR, quem fez o CAR foi o Serviço Florestal. Na pergunta...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – A análise do CAR é a orientação que cada Estado vai fazer.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Na verdade, existem duas situações. Naquele assentamento, naquele PA onde existe já o processo de titulação, ou seja, a propriedade definitiva do assentado que já cumpriu aquele período e vai receber integralmente o seu lote, a sua matrícula na regularização fundiária, esse CAR é feito individualizadamente, ou seja, num assentamento que tenha cem lotes, serão feitos cem CARs. Naqueles assentamentos onde o Incra não concluiu ainda o processo de validação desse período de posse provisória, o Incra coloca o assentamento como um todo, ou seja, ele faz como se ele fosse uma única propriedade, um imóvel da União. É dessa forma para quê? Para permitir que esses produtores tenham acesso ao Pronaf, tenham acesso a todo sistema de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

O Senador Wellington Fagundes se ausentou, mas deixou dois questionamentos:

Na perspectiva dos senhores debatedores:

- 1) Quais os entraves e os respectivos caminhos de superação para que o País avance rumo à finalização do cadastramento dos imóveis rurais no CAR e à validação dessas informações?
- 2) Como bem sabem os expositores, Mato Grosso é um Estado privilegiado em termos de biodiversidade, é o único do Brasil a ter três dos principais biomas do País, Amazônia,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cerrado e Pantanal. Na avaliação dos senhores, qual é a contribuição do produtor rural para preservação da vegetação nativa nesses biomas?

Qualquer expositor pode...

O SR. WARWICK MANFRINATO – Talvez na primeira pergunta, com relação a como dar eficiência e eficácia ao CAR, como é que a gente traduz o cadastramento com validação do cadastramento, eu acho que essa é a pergunta de US\$1 milhão para a qual a gente gostaria de ter soluções. Nós estamos, dentro da Universidade de São Paulo, discutindo com alguns grupos. Um deles é a o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, de que temos aqui um representante, que é o Marcos Valentini, que é o representante do Crea-SP. E a gente tem dialogado sobre isso. Foi um pouco por isso que eu mencionei que nós temos um verdadeiro exército de profissionais a que, muitas vezes, está faltando um instrumento que consiga criar essa coesão entre aquilo sobre o qual o Estado da Federação tem responsabilidade, como é o caso do Estado de São Paulo, que é a Secretaria de Meio Ambiente que faz – agora está sendo transferido para a Secretaria de Agricultura, ou seja, da mesma forma que aqui o serviço florestal migrou para o MAPA... Toda essa dinâmica institucional de validação, que é o que configura a segurança jurídica que isso dá, tem algumas soluções muito interessantes que nós estamos discutindo.

Então, essas relações com organismos ou organismos não governamentais que atuam em setores, organismos setoriais, podem ser uma solução muito interessante, porque existem inclusive não só recursos de orçamento da Nação, mas recursos também internacionais, que o Banco Mundial tem disponíveis. E a gente precisa organizar, ordenar esse relacionamento para trazer essa eficiência na validação do CAR, porque, enquanto a gente estiver nesse nível de 1%, 2% – e obviamente, em alguns Estados, não se chega a 1%, é uma coisa pífia o que Estado tem capacidade e competência para fazer, muitas vezes –, a gente vai ficar com essa corda bamba de um instrumento que tem um valor enorme e não consegue nem chegar à sua puberdade, que é uma eficácia da implementação.

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – Eu quero acrescentar nessa sua informação, Warwick. O Projeto Biomas tem trabalhado neste sentido, para trazer as respostas com vários Estados, entendendo todos os atores: quem legisla – as organizações estaduais de meio ambiente –, a Federação da Agricultura e a pesquisa, que tem trazido essa informação de como o produtor melhora essa produção dele e, ao mesmo tempo, conserva.

Então, daqui a um mês, nós vamos ter uma reunião no Estado do Amazonas para fazer exatamente isso com todos esses atores. Depois, na sequência, nós estamos com Distrito Federal e o Estado Goiás. Na sequência, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esses são os cinco Estados com que a gente tem conversado muito de perto para que a gente possa realmente conduzir esse processo da validação, e não ficar esperando que as coisas, que validação final seja... Porque hoje o produtor já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe onde há determinados problemas na propriedade dele. Então, vamos dar condições para que essas coisas realmente aconteçam num prazo mais curto possível.

São esses atores que a gente entendeu, descobriu... A Federação da Agricultura está com a gente nesse apoio, para que possa ouvir todos os atores diretamente envolvidos com esse processo. Então, tem sido muito produtivo esse encaminhamento que a gente tem feito, entendendo todos esses atores.

O SR. WARWICK MANFRINATO – Só um pequeno adicional nessa questão da validação, é a questão da responsabilidade: quando o Estado da Federação traz para si a responsabilidade ou é atribuído da responsabilidade de validação, isso cria um problema, de fato, que é o que nós estamos vivendo.

Então, onde está a possibilidade de responsabilidade da qualidade do CAR validado? Está no proprietário rural. É o proprietário rural que vai ser cobrado se o CAR não estiver bem feito. Então, o proprietário que contratou um bom técnico e fez uma ART, um Apontamento de Responsabilidade Técnica, que tem valor legal... Se um prédio cai, o engenheiro é processado. Se um CAR é malfeito por um agrônomo, por um engenheiro florestal, ele é responsabilizado daquilo. Se um CAR é feito por um proprietário rural isoladamente, é responsabilidade do proprietário rural ser chamado à baila.

Então, essa questão da responsabilidade na validação é uma discussão um pouco maior do que simplesmente mecanicamente nós resolvermos. É possível resolver isso, inclusive com tecnologias altamente sofisticadas, mas a responsabilidade civil do CAR é muito importante. Por isso que a integração dos atores é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado pelas considerações.

Antes de dar o encaminhamento final, eu tenho um procedimento formal que eu tenho de cumprir. Como não havia quórum no início desta audiência pública, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 9ª Reunião, realizada em 24/4.

Aqueles com concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Esse é um procedimento pró-forma, porque tem que aprovar a ata anterior, o que não foi feito no início desta audiência pública.

Eu agora concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar e, em seguida, eu vou oportunizar aos palestrantes a possibilidade de fazer suas considerações por, no máximo, três minutos, se assim o desejarem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem já estiver satisfeito, não há problema.

Com a palavra, porque havia solicitado, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, mais uma vez concordo com V. Exa.: dezenas de colegas estão perdendo esta oportunidade de buscar conhecer um pouco mais um assunto que mexe com a vida de todo mundo.

De qualquer forma, a gente tem mecanismos na Câmara e no Senado que fazem com que a palavra de vocês esteja também indo para o País inteiro e fora, tanto é que há aí o e-Cidadania, mecanismos que permitem, como fez o nosso Senador Fabiano, perguntar para aquelas pessoas que não estão aqui presentes.

Quero finalizar agradecendo a todos que vieram, aceitaram este convite, saíram dos seus Estados, das suas cidades para vir aqui participar deste encontro, e deixar, por fim, uma mensagem de que o meu objetivo é que a gente resolva o problema.

Para não haver confusão, eu sei que o professor não quis fazer isso: a Coroa não tinha preocupação nenhuma com preservação ambiental, a preocupação dela era econômica, porque só ela podia utilizar as riquezas que havia no Brasil. E, quando eu mencionei lá atrás que, até um certo tempo, o proprietário rural fazia, na sua área, como uma propriedade feudal, eu apenas fazia uma correlação dizendo que não havia percepção clara de que aquilo estava ligado com a cidade próxima, com a vila próxima e com o mundo inteiro. E hoje se sabe que não dá: um dos maiores problemas ambientais que o País enfrenta é o assoreamento dos rios, alagações etc. Então, esse é um dos exemplos. Foi apenas isso.

Mas, nesses últimos dias, nesse feriado, eu, que gosto de andar pelas estradas, convidei a minha esposa e fui a Franca. Saí daqui para Franca, passando por Catalão, entrando pelo Triângulo Mineiro, Araguari, onde nasceu minha sogra, Uberlândia, Uberaba, aí pega a Anhanguera, vai a cento e poucos quilômetros e você entra à esquerda para Franca. De lá, fui a Guaxupé, onde meu pai morreu, e fui vendo riqueza, riqueza potencial. Sem a mão do homem, ela se eterniza como riqueza potencial; ela só se realiza quando o homem trabalha essa riqueza potencial. E é bonito de ver.

É indiscutível a qualidade de vida, o IDH do Estado de São Paulo, que é, em média, muito maior do que o de outras regiões do Brasil. E eu não consigo, Sr. Presidente, me desligar do Estado que eu represento. Quando eu vejo aquilo, na mesma hora vem à minha memória como vivem as pessoas na Amazônia, e particularmente no meu Estado. E aí, Professor, com todo o respeito, eu já escutei dezenas de vezes basicamente a mesma coisa. Só que isso fica na retórica. O Estado pode fazer isso, o Estado deve – eu concordo – remunerar, o Estado deve potencializar, mas você vai para aquela região e isso não aconteceu. Há décadas! E você vai subir o rio – Macaúã, Caeté, Purus, Iaco –, qualquer um, escolha... Margem direita e margem esquerda... "Ah, o produtor rural do agronegócio foi para lá e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desalojou o seringueiro". Não é verdade! O seringueiro saiu de lá porque aquilo é uma vida desumana, porque ele não quer... Ninguém quer para o seu filho, ninguém quer para si, ninguém quer para os seus pais o sujeito ficar na mata, buscando uma árvore aqui, outra acolá, nas intempéries, num lugar em que, se ele adoecer à noite, não há como sair. Quantas mães viram seus filhos morrer nos seus braços? Não é porque não havia naquele Município ou o homem não tivesse inventado o remédio, coisa prática para salvar; é porque não tiveram, e ainda não têm, tempo – tempo – de sair de onde estão morando para chegar ao posto de saúde, quando é no seringal, quando é ramal, porque não há estrada.

Então, quando eu proponho uma audiência como esta, apresento um projeto... Veja, como disse a querida advogada... É a gente ficar discutindo o abraço dos afogados. Vamos remunerar o pequeno produtor rural, o médio, e o grande talvez não. Veja... Quem mais tem necessidade – vou falar da realidade do meu Estado –, quem mais sofre com as restrições impostas na prática, há décadas, para a Região Amazônica é o pequeno, porque simplesmente ele não tem como, não tem capital... Alguém diz 100, 200 hectares; onde ele vai arrumar capital para mecanizar a terra dele? É impossível. Esqueça! O sujeito tem uma área grande, 10, 20, 50 mil hectares. De 50 mil hectares, em 40 mil ele não pode mexer; em 10 mil, ele pode levantar uma estrutura suficiente para mecanizar e tal... O pequeno é que paga mais esse preço.

Então, essa pobreza, quando você vai para uma região, tudo isso que se fala... Você chega lá e o sujeito está num ramal com 30km, 40km, 50km, 200km sem acesso. Como é que chega a educação lá? Como é que mantém a merenda? E a saúde? O posto de saúde? O remédio? O profissional?

Então, aí eu vejo esses brasis diferentes: um lugar de que a minha família saiu, com muita plantação, com muita produção... E não dá para tampar o sol com a peneira. É óbvio que a riqueza de São Paulo tem a ver com isso. Há problema? Há. Na Europa há, nos países com melhor IDH do mundo há problema, há suicídio. Problema não vai acabar nunca. Mas estou falando de IDH, de riqueza inquestionável.

Então, Sr. Presidente, o que não sai de dentro de mim é que não vale a pena ser Senador por oito anos se o mandato não ajudar concretamente a que a vida das pessoas que nós representamos – particularmente lá da Amazônia – não melhore, porque nós não podemos passar mais 30 anos, mais 50, mais 100 dizendo que eles precisam ser recompensados se a recompensa não vem. Lá no Acre, criou-se fábrica de camisinha; ela só existe subsidiada. O que é subsídio? Os professores de São Paulo aceitam pagar por ela? Subsídio é isso. A classe média de Brasília, que tem poder econômico para comprar produto orgânico, aceita pagar por ela? Porque o Governo não está pagando. E, se o Governo não paga, ela não tem como se manter, porque essa ideia de que o jovem na Europa ou nos Estados Unidos, ao ir namorar, vai parar num lugar e vai adquirir a camisinha do Acre porque é a terra do Chico Mendes e pagar três vezes mais caro; esqueça, porque não vai existir. Então, o Brasil que produz paga





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso, aceita pagar? Nos Estados Unidos, há uma fábrica de taco toda quebrada, porque só se mantém se tiver subsídio forte do Estado. Talvez, se o subsídio fosse uma coisa mais concreta, Sr. Presidente... O Estado, às vezes, é uma coisa que parece que está em Marte, que cai do céu e tal... Se fosse algo mais concreto: vamos tirar do contracheque! Talvez isso ajudasse a pôr mais os pés no chão.

Eu quero terminar por onde comecei: agradecendo ao Presidente. Conte comigo. Vamos ficar aqui. Não vai deixar de acontecer. E qual é o objetivo? É solucionar problema. Do jeito que está, não se resolve. Não adianta a Embrapa vir aqui, como o senhor fez e dizer... Eu conheço, admiro e respeito, e nós só ainda conseguimos concorrer no mundo por causa da Embrapa, que, apesar de tudo, da pouca estrutura, da pouca estrada etc, etc, etc, etc, a tecnologia desenvolvida no Brasil ainda faz o Brasil competitivo no mundo com os Estados Unidos e com a Europa, mas basicamente e fundamentalmente com os Estados Unidos – não há aliança automática com ninguém. Então, do jeito que está é fome.

Na campanha de Senado, nos debates, um jornalista me perguntou sobre quatro Municípios do Acre que não têm ligação terrestre – Santa Rosa, Jordão, Thaumaturgo e Porto Walter: "Você defende e está escrito que você vai lutar para que esses Municípios se integrem ao resto do Estado e do País, e um desses Municípios passa numa Reserva: não vai causar problema ambiental?" E eu disse que o problema ambiental do Acre é fome. Fome: esse é o problema ambiental do Acre e de boa parte da Amazônia.

Então, resumindo, eu volto ao início: não pode continuar o proprietário achando que pode fazer tudo, porque não pode, porque não está sozinho no Planeta, mas a dose foi cavalgar. E não dá para continuar pagando isso, uma coisa que, a meu ver, é irracional, é exagerada e mantém na Amazônia a pobreza. Vai fazer uma estrada para sair no Peru, para viabilizar aquela região, não pode, porque vai passar e vai ofender parte da floresta. Então, é decretar a pobreza eterna de uma parte imensa da Região Amazônica. É o tesouro da humanidade, mas ninguém quer pagar.

Então, Sr. Presidente, ou a gente, aqui no Congresso, o Brasil, refaz um pé na parede, porque eu não sou apaixonado por árvore nenhuma, nem terra mais eu tenho. O que me apaixona é servir ao País e ajudar as pessoas. Então, ou o País bota o pé na parede e fala "ou é assim, ou eu não vou seguir regra nenhuma", ou não vem. Vai ficar sempre na retórica.

Então, Sr. Presidente, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Conte com a minha frequência, e muito obrigado, mais uma vez, a todos vocês. Desculpem se qualquer frase ou fala pode parecer inoportuna. Não tenho interesse em machucar em ofender absolutamente ninguém. Ao





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrário, quero agradecer a vocês por dedicarem boa parte da vida e do tempo de vocês para estarem aqui hoje no Senado da República.

Parabéns e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Eu também agradeço a compreensão do senhor por ter aquiescido em que, no seu requerimento, eu trouxesse outros expositores, em que pese eu entender que este tema merece isso. E a gente vai aprendendo. Acho que uma das principais virtudes de um ser humano é a humildade e um dos piores defeitos, para mim, é vaidade. A gente vai aprendendo. Quantas vezes forem necessárias voltarmos a esse tema e trazer expositores, debatedores, estudiosos, pesquisadores, especialistas, agricultores, agropecuaristas, nós vamos trazer para cá, porque eu quero – como dizia Platão, a sabedoria está na repetição –, estar, eu quero fazer com que esta Comissão do Meio Ambiente seja extremamente proativa, com ou sem Senador, mas ela vai funcionar. É isso que eu quero deixar muito claro aqui mais uma vez.

Agora, quero conceder a palavra a quem pediu, o expositor Sr. Luís Fernando Guedes, pesquisador do Imaflora, para as suas considerações, em três minutos por gentileza.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Obrigado.

Eu queria finalizar agradecendo ao Senador Contarato e ao Senador Bittar pela oportunidade de a sociedade civil participar deste debate.

Eu queria reiterar, Senador Bittar, o nosso interesse e disposição, em nome do Observatório do Código Florestal e do Observatório do Clima, que são coletivos da sociedade civil, de voltar a esta Casa e a esta Comissão para discutir o PL que o senhor propõe, e dizer novamente que esse projeto de lei nos preocupa muito. A gente entende que ele pode trazer graves consequências para o Brasil na dimensão ambiental e econômica. Do nosso ponto de vista, é uma proposta equivocada para um problema bastante legítimo que o senhor coloca.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Então, acho que há uma questão legítima.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – Você está usando da mesma estratégia para falar do mesmo assunto. Eu vou rebater.

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Presidente, eu continuo falando, ou não?

(Interrupção do som.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. *Fora do microfone.*) – ... for juízo de valor, aí o senhor vai ter que me dar direito a falar sobre juízo de valor de um tema que não é...

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Presidente, eu sigo as regras da Casa, o que o Presidente determinar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador, por gentileza, deixe-o concluir. Vai haver o momento oportuno em que nós vamos falar sobre o projeto de lei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS FERNANDO GUEDES PINTO – Retiro o que eu disse sobre a proposta equivocada.

Reitero a disposição de voltar aqui e debater com a sociedade civil e com o senhor o projeto. Acho que eu posso afirmar que o projeto nos preocupa muito. Vou tirar o julgamento se ele é um bom projeto ou não. O convite é a gente encontrar uma agenda comum para o problema legítimo que o senhor coloca na mesa.

É isso que eu gostaria de reiterar.

Peço perdão pelo julgamento. Mas eu reforço a nossa preocupação, a nossa disposição e interesse em voltar aqui – Observatório do Clima e do Código Florestal – para discutir, com profundidade, essa proposta que nos preocupa bastante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Luís Fernando Guedes.

Agradeço a compreensão de todos, mais uma vez, sempre primando pelo comportamento ético e educado. Acho que é isso que nos norteia. Nós, mais do que ninguém, temos que dar esse exemplo. É nisso que eu tenho aqui pautado o meu compromisso, seja como cidadão, seja como Senador, seja no Plenário, seja como Presidente desta Comissão do Meio Ambiente.

Concedo a palavra ao Sr. Celso Luiz Moretti, para as suas considerações, no máximo em três minutos, por gentileza.

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Muito obrigado, Senador Contarato, pela participação aqui nesta audiência pública. Agradeço, mais uma vez, ao Senador Márcio Bittar, pelo convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para nós, a Embrapa sempre será uma grande satisfação, é algo estimulante, participar de debates como este. Então, sempre contem com a Embrapa.

Quero só aproveitar aqui esta oportunidade e dizer que o Brasil fez algo que não tem paralelo no mundo, nesses últimos 50 anos, podemos colocar assim. Ontem, completamos 46 anos de história exitosa na nossa Embrapa. Nós transformamos este País de um País que vivia em insegurança alimentar, na década de 70, para ser hoje um dos maiores produtores de alimentos e ajudar a acabar com a pobreza, que o Senador Marcio Bittar aqui bem colocou. Nós saímos de uma situação de produtores de café, cacau e açúcar para sermos um dos maiores provedores de alimentos.

Hoje, Senador Contarato, o Brasil, com a sua produção de grãos, carne, leite, frutas, hortaliças e ovos alimenta 1,5 bilhão de pessoas em todo o mundo. É mais de sete vezes a população deste País.

Nós temos um desafio enorme pela frente. Por isso que eu acho que, no Senado Federal, no Congresso, esse tipo de debate é extremamente importante, porque para 2030 nós vamos ter um aumento de 40% da demanda de alimentos, 30% da demanda de energia, 50% da demanda de água. Quem vai poder fazer isso? Ajudar a atender esta demanda? Eu não tenho dúvida de que é o Brasil, com tecnologia, porque o Brasil é o único País do mundo no cinturão tropical que conseguiu, diferentemente daqueles que estão na região temperada do mundo, nos trópicos, se transformar numa grande potência agrícola.

Para finalizar, dizer que a Embrapa tem uma capilaridade nacional.

(Soa a campainha.)

O SR. CELSO LUIZ MORETTI – Nós estamos em todo o Território brasileiro junto do mundo rural. Nós não ficamos só em laboratórios e em salas de aula; nós ficamos junto com o produtor, junto com o agricultor, nas 27 unidades da Federação. Nós conhecemos o que é o mundo rural, o que são as demandas dos agricultores.

Então, mais uma vez, Senador Contarato, é um grande prazer. A gente agradece a oportunidade de participar e segue à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Rodrigo Justus.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO – Senador Fabiano, eu queria agradecer aqui também ao Senador Marcio Bittar. Acho que o assunto do cadastramento é muito importante. Nós temos que seguir implementando o Código, sob pena de aumentarmos a ilegalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esta Comissão tem um importante papel. Espero que ela siga, com todo esse afincamento e vigor, trazendo aqui essas discussões de interesse do nosso País, para as quais nós estamos sempre à disposição para vir a esta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu que agradeço.

Com a palavra a Dra. Iraneide.

A SRA. IRANEIDE DE ALBUQUERQUE CARVALHO – Senador Contarato, Senador Bittar, quero agradecer aqui, em nome da confederação, o convite que nos foi feito.

Quero dizer a vocês, reiterando a minha fala inicial, que nós seguimos na defesa – e, aqui, devolvendo a gentileza, inclusive, quanto ao termo "querida advogada", gostei do termo, viu, Senador? – de que o agricultor e a agricultora familiar têm, sim, que ser remunerados pela preservação que realizam, pelos serviços de preservação ambiental que realizam.

Nesse agradecimento, agradeço não só ao Presidente, mas também à equipe da Comissão, em nome do Airton, em nome de quem agradeço a toda a equipe. E continuamos à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Passo a palavra ao Sr. José Felipe Ribeiro.

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – Bom, agradeço, mais uma vez. Foi um prazer trazer aqui a quantidade de informação que a gente tem para poder ajudar no sucesso da conservação dos ambientes que o agricultor planta.

Quero lembrar que nós só conseguimos fazer a agricultura no ambiente. Se alguém descobrir um outro lugar para fazer a agricultura, me avise. Se não for no ambiente... E, como o ambiente, no Brasil, é muito diverso, nós temos diversas agriculturas. Isso é o fundamental que nós temos que fazer.

Temos que entender também que toda propriedade tem algumas regras para que ela seja estabelecida. Até na cidade, eu não posso pavimentar o solo, e não ter lugar para penetrar a água, senão cai. E a gente tem vários exemplos. Por isso que a gestão da propriedade rural tem que levar sempre em conta o que a gente faz e onde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor pediu que eu falasse do CAR aqui. O CAR tem uma fraqueza aqui e, por isso, ele precisa ser validado, porque ele é declaratório. Então, eu declaro que eu tenho aquilo. Mas eu já fui a várias propriedades que tinham até mais do que precisavam e o CAR achou que havia menos. Em outras, foi o contrário: ele tinha um plantio de abacate e manga, dizendo que aquilo lá era a reserva legal dele. Então, são validações.

Por isso que eu prefiro, na apresentação da informação, dizer: "Gente, o produtor vai precisar melhorar. Ele quer. Nós vamos alimentar isso. Ele precisa ganhar recurso financeiro, ele precisa ganhar dinheiro. Então, o que é que nós temos de soluções tecnológicas para que a propriedade possa ser mais bem gerenciada?"

Por último, se o Brasil é campeão do mundo em preservação, se a gente entende isso, então, temos que descobrir como valorizar isso aí. Socorro, não dá para ficar... Se somos campeões, isso tem que ter algum valor, para nós ou para fora.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ FELIPE RIBEIRO – Retórica? Concorde. Nós vamos sair daqui e trabalhar com 4 mil produtores rurais, na sequência, para exatamente tentar implementar uma melhor gestão da propriedade rural em termos da pecuária e do ambiente. Compromisso assumido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Passo a palavra ao Prof. Warwick.

O SR. WARWICK MANFRINATO – Bom, mais uma vez, Senador Contarato, foi um enorme prazer estar aqui. Realmente é importante para nós podermos ter essa interação com todos e reiterar essa questão de que o Código Florestal e os seus instrumentos são de extrema valia. Acho que aqui ninguém discorda disso, não há um apontamento nessa direção, mas o que nós estamos realmente talvez carecendo é da interação do Código e os seus instrumentos com outros instrumentos. Então, para isso o Código tem que ser, digamos assim, implementado completamente. Aí é essa questão da validação e de toda essa legislação que o Código permite tem que ser levada ao seu propósito, ao seu final.

Uma vez feito isso, então, nós poderemos avaliar se vale a pena mudar, mas a gente precisa da experiência, não adianta a gente querer que uma criança de seis anos saia correndo e ganhe uma olimpíada. O Código precisa desse tempo, precisa dessa evolução, porque daí eu acho que ele vai poder atender a questão da pobreza e, se não atender, ele precisa ser corrigido para isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que o maior defeito de um país grande como o Brasil são as desigualdades e, ao mesmo tempo, é a nossa maior benção, é justamente essa diversidade de todos os parâmetros que você possa conceber que nos facilita olhar para o futuro e falar: "Opa, o nosso futuro ainda não chegou, temos muito o que fazer".

Nós podemos ser uma nação lá na frente que está realmente produzindo 30%, 40%, 50% do alimento no mundo, por que não? Nós temos essa possibilidade, esse potencial, mas, se nós não tivermos os instrumentos que nos permitam fazer isso, nós não vamos conseguir, nós vamos ficar no empate, na patinação.

Então, mais uma vez, a reiteração de que o Código precisa ser tratado com a devida atenção, pela joia que ele é, e trabalhar, melhorar, é uma evolução contínua. Rupturas em processos muitas vezes não são tão desejadas antes de uma evolução saudável.

(Soa a campanha.)

O SR. WARWICK MANFRINATO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço a todos, a participação da equipe aqui da CMA, do e-Cidadania, dos Senadores, de todos os presentes. Eu quero agradecer a Deus, mais uma vez, a oportunidade por nós estarmos finalizando com êxito este trabalho.

Eu espero que esse tema seja sempre debatido, mas não basta simplesmente debater, tem que se produzir, temos que ter resultados, senão a gente fica simplesmente no diálogo, na fala de um ou na fala de outro, mas o que efetivamente nós podemos implementar, mudar, tentando conciliar sustentabilidade com geração de emprego e renda, com aquilo que já está expresso na Constituição?

Eu concordo que tudo não deva ser função do Estado, mas nós vivemos numa democracia e a espinha dorsal de um Estado democrático de direito é a Constituição Federal. Então, eu não consigo olhar para a população e falar que a saúde é um direito humano essencial e as pessoas estarem morrendo nos corredores dos hospitais públicos. Não consigo olhar para a população carente, cujo jovem tem o sonho de fazer um curso de Medicina na universidade federal, e, se não for pelo sistema de cotas, ele não consegue entrar, porque a nossa educação pública está falida. Eu não consigo olhar para a população... E isso são garantias constitucionais.

Então, se o Estado avocou isso para si, que os órgãos de controle façam com que ele execute ou nós teremos que ter outra Constituição, mas, enquanto isso estiver estabelecido constitucionalmente, é obrigação, sim, do Executivo implementar e assegurar esses direitos, porque, do contrário, essa hipocrisia de falar que todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza vai ficar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplesmente no art. 5º como letra morta, deitado eternamente em berço esplêndido, e as pessoas morrendo, não tendo saúde, não tendo educação e havendo essa desigualdade social.

É preciso políticas públicas para assegurar esses direitos, para diminuir esse abismo existente entre os milhões de pobres e a concentração de riquezas na mão de tão poucos. Passou da hora de nós termos uma reforma no Código Tributário, passou da hora de... Nós temos o art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal que diz que a União tem que instituir um salário mínimo digno capaz de suprir as necessidades da família com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, e nós temos esse mísero salário, enquanto, com todo o respeito, há funcionários aqui, no Senado, que ganham R\$20 mil, R\$30 mil por mês. Ora, que igualdade, que Brasil de iguais somos este? Infelizmente, no Brasil, uns são mais iguais que outros.

Eu não posso conceber que o próprio Estado criminalize a pobreza, sendo que os crimes que mais prejuízo ocasionam à população e que geram essa pobreza lá no Estado que o senhor muito bem falou são condutas praticadas por políticos. Quando há um crime de furto aqui, em Brasília, há uma vítima determinada; agora, quando um político desvia verba da saúde, ele está matando milhões de pessoas; quando um político desvia verbas da educação, ele está matando o sonho de milhões de jovens. Então, se nós temos uma Constituição, que é a espinha dorsal, que assegura esses direitos sociais, inclusive como cláusulas pétreas, nós temos que provocar os órgãos de fiscalização e controle para que esses direitos sejam assegurados.

Agradeço a todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos pela colaboração.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Leila Barros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Irajá, Izalci Lucas, Arolde de Oliveira, Juíza Selma e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Telmário Mota e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada, e comunica encerramento do prazo para manifestação sobre os documentos externos anunciados na 9ª reunião, em 24 de abril de 2019. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Escolha de políticas públicas para 2019. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 8, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie as políticas públicas associadas ao Plano Agricultura de Baixo Carbono, de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke e outros. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito e lido pelo Senador Carlos Viana. Aprovada a sugestão de política pública e unificação de análise com o REQ 13/2019-CMA, por tratarem de temas complementares. Relatoria avocada pelo Presidente, nos termos do art. 129, do RISF. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 13, de 2019** que: "Requer, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que seja selecionada para acompanhamento em 2019, por esta Comissão, a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e também os compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas da ONU em 2015, ratificado pelo Congresso Nacional em agosto de 2016, e promulgado pelo Presidente da República no Dia Mundial do Meio Ambiente, por meio do Decreto Federal nº 9.073 de 5 de junho 2017." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues e outros. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito e lido pelo Senador Carlos Viana. Aprovada a sugestão de política pública e unificação de análise com o REQ 8/2019-CMA, por tratarem de temas complementares. Relatoria avocada pelo Presidente, nos termos do art. 129, do RISF. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2016** que: "Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma da subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame.

ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de semiárido." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Vista concedida a pedido do Senador Jean Paul Prates.

ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2017 - Não Terminativo - que: "Cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal." **Autoria:** Senador Fernando Collor. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório pela rejeição do projeto.

ITEM 4 - Projeto de Lei nº 692, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório.

ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado.

ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR." **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela prejudicialidade do projeto e da Emenda nº 1-CMA (votação simbólica). **Resultado:** Aprovado o parecer pela prejudicialidade do projeto e da emenda.

ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015 - Terminativo - que: "Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com emendas que apresenta e rejeição das Emendas nº 1-CDR e nº 2-CDR. **Resultado:** Adiado.

ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 603, de 2015 - Terminativo - que: "Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Delcídio do Amaral. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta e rejeição da Emenda nº 1-CI. **Resultado:** Lido o relatório. **Observação:** Adiadas discussão e votação.

ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2018 - Terminativo - que: "Transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto nº 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado.

ITEM 10 - Projeto de Lei nº 643, de 2019 - Terminativo - que: "Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país." **Autoria:** Senador Veneziano





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei nº 754, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera dispositivos da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para ampliar a relação de beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 15, de 2019** que: "Requer, nos termos do Art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 454/2017, que altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis. Com a presença dos seguintes convidados que relaciona: 1. Representante do Ministério das Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética. 2. Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; 3. Representante da Associação Brasileira de Veículos Elétricos - ABVE. 4. Representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos - ANFAVEA. 5. Representante da Associação Brasileira de Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores - ABEIFA. 6. Representante da Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Ciclomotores e Similares – ABRAFICS." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/08>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos. Inicialmente quero agradecer a Deus. Agradeço o comparecimento de todos para o início desta reunião da Comissão do Meio Ambiente.

Havendo número regimental declaro aberta a 11ª reunião da Comissão do Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 10ª Reunião realizada em 25 de abril de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico que se encerra hoje o prazo para manifestação referente aos documentos recebidos e comunicados na 9ª Reunião desta Comissão do Meio Ambiente, realizada em 24 de abril.

Na primeira parte da reunião de hoje faremos a escolha das políticas públicas que serão avaliadas pela CMA neste ano, nos termos do art. 96 do Regimento. No prazo oferecido aos membros da Comissão, a Secretaria recebeu duas sugestões da Senadora Soraya Thronicke, por meio do Requerimento nº 8 de 2019-CMA, para avaliação das políticas públicas associadas ao Plano de Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), e do Senador Randolfe Rodrigues, por meio do Requerimento 3 de 2019-CMA para avaliação de Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Gostaria de destacar que a Política Nacional sobre Mudança do Clima foi instituída pelo Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, a qual prevê o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, entre eles o Plano Setorial de Mitigação e Readaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), conforme regulamento dado pelo Decreto 9.578 de 22 de novembro de 2018. Essa previsão é uma implicação dos compromissos assumidos pelo Brasil perante a comunidade internacional no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e traz implicações para o exercício das atividades econômicas do País.

Na mitigação capaz de prevenir danos, espera-se conceber políticas públicas que proporcionem meios e condições necessários à efetiva redução das emissões de gases de efeito estufa na atmosfera.

Na adaptação à mudança do clima, objetiva-se implementar respostas adequadas perante eventuais ou prováveis efeitos negativos dessas mudanças como o aumento da temperatura e a intensificação dos eventos extremos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um tempo de organização do Brasil quanto às suas capacidades em relação aos compromissos assumidos pelo País no Acordo de Paris, é propício avaliar *ex post* a política pública sobre mudança do clima, investigando-se o quanto ela pode contribuir para que cada um dos instrumentos por ela estabelecidos possa funcionar a contento, dentre eles o Plano ABC.

Nesse sentido, proponho que aproveemos os dois requerimentos e que eles sejam unidos em uma avaliação abrangente da Política Nacional sobre Mudança do Clima, com o merecido destaque para o Plano ABC.

Em discussão. (*Pausa.*)

Eu consulto o Senador Carlos Viana ou se algum outro Senador pode subscrever esses requerimentos só para leitura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente. Subscrevo, com muita alegria.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, estamos prontos para leitura do relatório do Projeto de Lei 692. Vou lê-lo aqui.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie as políticas públicas associadas ao Plano Agricultura de Baixo Carbono, de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no exercício de 2019.

Justificação.

O fortalecimento do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano Agricultura de Baixo Carbono ou Plano ABC) é um dos principais compromissos assumidos pelo Brasil para reduzir emissões de gases de efeito estufa e para diminuir a vulnerabilidade dos sistemas agrícolas aos cenários previstos de alteração do clima.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Plano ABC fomenta o uso de técnicas agrícolas de baixa emissão de carbono em ações que ao mesmo tempo resultem na manutenção da renda da atividade agrícola. Seu objetivo é a construção de sistemas resilientes, ou seja, mais adaptados a responder positivamente aos estresses climáticos, como o aumento da frequência de eventos extremos como geadas, enchentes e secas prolongadas. O sistema agrícola é extremamente vulnerável a essas intempéries e precisa incorporar as tecnologias preconizadas pelo Plano ABC, a exemplo da recuperação de pastagens degradadas e do sistema de plantio direto.

Ponderamos que avaliar o Plano ABC é fundamental para garantir o ganho de escala dessas técnicas, que incluem ainda a fixação biológica de nitrogênio, a integração lavoura-pecuária-floresta, a produção de florestas plantadas e o tratamento de dejetos animais.

Ante o exposto, como representante de um dos muitos Estados brasileiros que têm na agricultura sua principal força econômica e como uma parlamentar que acredita na conciliação entre proteção ambiental e produção agrícola, propomos a presente avaliação de políticas públicas pela Comissão de Meio Ambiente.

Sala da Comissão, datado de 28 de março de 2019, data do pedido.

Senadora Soraya Thronicke (PSL - MS)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

Convido o senhor para proceder à leitura do Requerimento nº 13, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Perfeitamente, Presidente.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 13, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do artigo 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que seja selecionada para acompanhamento em 2019, por esta Comissão, a Política Nacional de Mudanças do Clima, instituída pela Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e também os compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudanças Climáticas da ONU em 2015, ratificado pelo Congresso Nacional em agosto de 2016, e promulgado pelo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da República no Dia Mundial do Meio Ambiente, por meio do Decreto Federal nº 9.073 de 5 de junho 2017.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e outros

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Justificação

O problema do aquecimento do Planeta é uma emergência global. A elevação da temperatura média do Planeta tem aumentado a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos, como as tempestades tropicais, inundações, intensas ondas de calor e frio, secas prolongadas, furacões, tornados e tsunamis, e tem gerado graves consequências para as populações humanas, para os ecossistemas naturais e para a produção de alimento e disponibilidade de água em todo o mundo.

O Estado brasileiro participa há várias décadas dos esforços internacionais de enfrentamento do problema do aquecimento global. Todo esse trabalho culminou com a instituição da Política Nacional de Mudanças do Clima - Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, onde o País assumiu a meta de redução das emissões de gases de efeito estufa de 36,1% a 38,9%, em relação a um cenário tendencial projetado para 2020. Além disso, o Brasil assinou o Acordo de Paris, comprometendo-se, perante a sociedade brasileira e o mundo, a reduzir suas emissões em 37% até 2025, em relação a 2005, e indicou uma redução de 43% em 2030, em relação ao mesmo ano. Ele entrou em vigor em 2016 e se propõe a iniciar, em 2020, uma espécie de mutirão global com vistas a estabilizar o aquecimento da Terra bem abaixo de 2°C neste século, buscando limitá-lo a 1,5°C.

O Governo brasileiro precisará fazer todos os ajustes necessários nas políticas públicas agora, em 2019, para que possa cumprir os compromissos assumidos. As metas fixadas na Política Nacional de Mudanças do Clima vencem em 2020 e este é também o ano em que começa o período de implementação dos compromissos assumidos no Acordo de Paris.

O acompanhamento da Comissão de Meio Ambiente do Senado contribuirá significativamente para fortalecer os esforços do Governo brasileiro, no sentido de aprimorar as políticas públicas para que o País continue reduzindo suas emissões, ao mesmo tempo em que adota políticas para proteger as comunidades que já sofrem com os desastres naturais provocados pelo aquecimento do Planeta.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2019.

Assina o Senador Randolfe Rodrigues (REDE - AP)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Carlos Viana, pela leitura dos Requerimentos nºs 8 e 13 da CMA, de 2019, conforme havia já lido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, proponho que aprovemos os dois requerimentos e que eles sejam unidos em uma única avaliação abrangente da Política Nacional sobre Mudança do Clima, com merecido destaque para o Plano ABC.

Em votação os dois requerimentos, nº 8 e nº 13, de 2019, da CMA.

Aqueles que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Comunico que entendo por bem avocar a relatoria dessa política pública, nos termos do art. 129 do Regimento Interno. O plano de trabalho será apresentado oportunamente, mas destaco que teremos, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, audiências públicas para tratar do aquecimento global, que servirão como ponto de partida para essa avaliação.

Agora passo para o item nº 4 da pauta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, licença, só para...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o senhor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No embalo das aprovações de requerimentos, queria apresentar aqui um requerimento extrapauta – já conversamos antes.

Rapidamente, é sobre a nossa instrução do PLS 454, que se refere aos veículos elétricos. Estou propondo aqui uma audiência pública com a presença de dois Ministério – Minas e Energia, e Ciência e Tecnologia – e representantes da Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE); da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores); da Abeifa (Associação Brasileira de Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores); e da Abrafics (Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Ciclomotores, Bicicletas Elétricas e Similares).

Então, é apenas para comunicar e submeter o requerimento à aprovação, justamente para instruir o projeto de lei que estabelece metas temporais para entrada de veículos elétricos na matriz brasileira veicular.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quero esclarecer que, no início, quando assumi esta Presidência, foi deliberado que não seria admitido requerimento extrapauta, mas excepcionalmente nós havíamos acordado...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Esse é um caráter excepcional.

EXTRAPAUTA**ITEM 12****REQUERIMENTO Nº 15, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do Art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 454/2017, que altera a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências, para dispor sobre a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis.

Com a presença dos seguintes convidados que relaciona:

- 1. Representante do Ministério das Minas e Energia/Empresa de Pesquisa Energética.*
- 2. Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;*
- 3. Representante da Associação Brasileira de Veículos Elétricos - ABVE.*
- 4. Representante da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos - ANFAVEA.*
- 5. Representante da Associação Brasileira de Empresas Importadoras e Fabricantes de Veículos Automotores - ABEIFA.*
- 6. Representante da Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Ciclomotores e Similares – ABRAFICS.*

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Eu consulto os demais Senadores se se opõem a esse requerimento extrapauta.

Coloco em votação. (Pausa.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento nº 15.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Vamos passar diretamente para o item 4 da pauta, porque o Senador Carlos Viana encontra-se aqui para a leitura.

ITEM 4**PROJETO DE LEI Nº 692, de 2019****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Senador Jorginho Mello

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria vai ainda à CAS e à CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana para a leitura de seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, mais uma vez, Sr. Presidente.

O senhor está me fazendo lembrar aqui a minha atuação como apresentador de televisão e rádio. (*Risos.*)

Estou matando a saudade aqui da profissão que exerci por 23 anos, que abandonei temporariamente porque estou Senador pelo povo das minhas Minas Gerais, mas a gente sempre mantém, não é, Senador?

Da Comissão de Meio Ambiente, sobre o Projeto de Lei nº 692, de 2019, do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame desta Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei nº 692, de 2019, do Senador Jorginho Mello, que altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

O Projeto de Lei nº 692, de 2019, propõe diversas alterações à Lei 12.608, de 2012, entre as quais destacamos: inclusão de conceitos relacionados à gestão de desastres naturais; inclusão de objetivos na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, entre esses, a qualificação dos agentes de proteção e defesa civil, a garantia de participação social e o intercâmbio de informações; inclusão de novas competências da União, relacionadas a reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública; inclusão de novas competências do Município, quais sejam elaborar e implementar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil; definição do prazo de um ano para revisão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil; imputação de improbidade administrativa ao Prefeito que deixar de elaborar e executar o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil; e determinação de que a transferência de comunidades atingidas por desastres e moradores de áreas de risco seja acompanhada de equipe multidisciplinar, incluindo técnicos da área de assistência social e de psicologia.

O autor, em sua justificação, anota que a proposição advém do Projeto de Lei nº 2.978, de 2011, da Comissão Especial sobre Medidas Preventivas e Saneadoras de Catástrofes Climáticas, da Câmara dos Deputados, constituída para estudar a gestão de desastres no Brasil após os deslizamentos de terra ocorridos na região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. Parte desse projeto foi absorvido pela Lei 12.608, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, oriunda da Medida Provisória nº 547, de 2011. Entretanto, ele aponta que diversos dispositivos importantes do Projeto de Lei nº 2.978, de 2011, não foram corporificados na Lei 12.608, de 2012. Como esse projeto fora arquivado na Câmara dos Deputados, o autor julgou por bem apresentar nova proposição, aproveitando diversos artigos não incorporados.

A matéria foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente, de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem cabe decisão terminativa.

Neste Colegiado, não foram apresentadas emendas.

Análise.

De acordo com os incisos I e IV do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, controle da poluição e conservação e gerenciamento do uso do solo e dos recursos hídricos, temas abordados pela proposição em análise. O fortalecimento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil é de particular interesse para esta Comissão em face da notória relação entre desastres ecológicos e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

degradação ambiental. Áreas degradadas estão mais expostas ao risco de desastres, e, em consequência, os indivíduos e as comunidades que ocupam essas áreas são, por sua vez, mais vulneráveis aos desastres ecológicos.

Na esfera internacional, o Marco de Ação de Hyogo, adotado durante a Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, em 2005, enfatiza as relações entre pobreza, vulnerabilidade ambiental e desastres. Essa relação foi reafirmada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), cujo documento final apela a governos, organizações internacionais, setor privado e sociedade civil para adotar as medidas adequadas de redução do risco de desastres, tomando em conta as três dimensões do desenvolvimento sustentável, social, econômica e ambiental.

Avaliamos como muito oportunas as alterações promovidas pelo PL nº 692, de 2019. Trata-se da única proposição legislativa apresentada no Senado Federal que altera a Lei 12.608, de 2012, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Conforme anota o autor, projeto de idêntico teor fora apresentado na Câmara dos Deputados, onde acabou arquivado em decorrência do término do mandato do proponente. Entretanto, naquela Casa Legislativa, a proposição recebeu parecer favorável de todas as comissões por onde tramitou. Perfilamo-nos ao entendimento lavrado por esses colegiados e, por isso, valemo-nos dos diversos elementos constantes dessas análises.

Apesar dos avanços legais e institucionais ocorridos nos últimos anos, o número de desastres não retrocedeu no País. Ao contrário, em tempos de mudanças climáticas, a seca na Região Nordeste, a estiagem em São Paulo, os deslizamentos na região serrana do Estado do Rio de Janeiro e as inúmeras inundações de norte a sul não arrefeceram. Ao mesmo tempo, a população brasileira não se tornou mais preparada para o enfrentamento das situações de desastres, tampouco a gestão ambiental se fortaleceu no sentido de garantir a resiliência dos ecossistemas.

O projeto de lei em análise caminha no sentido do aperfeiçoamento normativo, ao prever ações que fortalecem a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Do ponto de vista da gestão urbana, a consolidação dessa política é fundamental para a redução dos desastres que têm origem em eventos meteorológicos extremos, mas que estão diretamente relacionados com o passivo ambiental das cidades.

A implantação das medidas previstas no projeto de lei – como o fortalecimento dos órgãos de proteção e defesa civil e a qualificação dos seus agentes, a garantia de participação social e o intercâmbio de informações, o fomento à pesquisa sobre os eventos extremos, o aprimoramento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, a definição de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais para cada tipo de desastre e a melhoria do sistema de monitoramento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

hidrometeorológico e geológico – pode contribuir de forma significativa para que os gestores públicos atuem na melhor organização e preparação das cidades.

Em síntese, entendemos que a proposição em tela preenche lacunas ainda existentes na Lei 12.608, de 2012, e que sua aprovação contribuirá para que a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil avance, no sentido de promover a segurança da sociedade brasileira em relação aos desastres.

Nosso voto, ante o exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 692, de 2019, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Desde já, quero parabenizá-lo pelo brilhantíssimo parecer e pelo seu voto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei 692, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Retorno ao item 1 da pauta.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val.

2ª PARTE**ITEM 1****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, de 2016****- Não terminativo -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Laercio Oliveira

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 3-PLEN na forma da subemenda que apresenta.

Observações:

A matéria vai ainda à CAS, para análise da Emenda nº 3-PLEN.

Observações.

Em 12/09/2017 o projeto recebeu parecer favorável da CMA, com as Emendas nº 1/CMA e 2/CMA.

Em 17 de outubro de 2018, o projeto e as duas emendas receberam parecer favorável na CAS.

Em 25 de outubro de 2018, recebeu, no Plenário, a Emenda nº 3.

Após apreciação pela CMA, a emenda segue para análise da CAS.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val para leitura de seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Boa tarde, Presidente. Obrigado pela oportunidade.

Eu gostaria de pedir a retirada de pauta deste primeiro item porque nós estamos reavaliando. Nós recebemos alguns questionamentos de algumas entidades do setor e a gente quer reavaliar a relatoria para apresentar aqui, se for possível. E aí eu leria a relatoria dois, a segunda.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Defiro o pedido de reexame.

Passamos agora para o item nº 2.

2ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2017





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de semiárido.

Autoria: Deputada Gorete Pereira

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria vai ainda à CAE e à CDR.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Durval para leitura de seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Presidente, o senhor me permite passar direto para a análise?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – O.k.

Análise.

De acordo com o disposto no inciso VIII, do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CMA opinar sobre assuntos correlatos à defesa do meio ambiente, como é o caso da proposição em análise.

A Lei nº 7.827, de 1989, estabelece que a delimitação da área de abrangência do Semiárido brasileiro deve ser definida pela Sudene, dentro da área de atuação da autarquia. Por sua vez, a área de atuação da Sudene foi estabelecida pela Lei Complementar (LC) nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e engloba Municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Conselho Deliberativo da Sudene estatuiu três critérios, não cumulativos, para a inclusão de Municípios no Semiárido: precipitação pluviométrica anual igual ou inferior a 800 mm; índice de aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,5; e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. A aplicação desses critérios resultou num total de 1.262 Municípios abrangidos pelo Semiárido brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorre, porém, que os critérios definidos pela Sudene não contemplaram muitos Municípios que sofrem as mesmas agruras pelas quais passam aqueles que se enquadram nos critérios estabelecidos. Há que se considerar que diversos Municípios com precipitação pluviométrica anual entre 800 e 1.100 mm enfrentam repetidamente situações de estiagem prolongada, inclusive com áreas em processo de desertificação. Isso ocorre devido a concentração acentuada de chuvas em um pequeno período do ano.

Esse cenário tem reduzido substancialmente a capacidade produtiva de cidades localizadas na área de abrangência da Sudene, nas quais são sentidos efeitos socioeconômicos típicos de regiões semiáridas, inclusive no norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A ampliação, por lei, do limite pluviométrico máximo para enquadramento de Municípios no semiárido, bem como a inclusão daqueles localizados no norte do Espírito Santo que já estão na área de atuação da Sudene corrigirão injustiças para com a população residente na área limítrofe de atuação da autarquia, que também é castigada por grave escassez hídrica, mas não tem acesso aos recursos transferidos pela União para mitigar os efeitos dessa situação.

Destarte, somos da opinião de que a legislação vigente deve ser alterada e, portanto, a proposição em análise deve prosperar.

Voto.

Assim, opinamos pela aprovação do PLC nº 78, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

A matéria está em discussão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu, na qualidade aqui de Relator também do projeto de lei que regulamenta o modelo de desenvolvimento sustentável do bioma da Caatinga, tomei conhecimento agora, rapidamente, deste projeto e, data vênica, com a relatoria competente do Senador Marcos do Val, gostaria de pedir vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Vista concedida ao Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu consulto se algum Senador poderia, por gentileza, proceder...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Quero pedir perdão por não conseguir estar aqui. Na verdade, nós que estamos aqui atuando no dia a dia estamos vendo que está difícil, há muita coisa para fazer ao mesmo tempo. A audiência pública lá da CRA foi até agora há pouco.

Então, quero agradecer ao Senador Carlos Viana, que leu o relatório. V. Exa. será o Relator e eu fico bastante contente. Eu acredito que a gente vai conseguir tirar bom proveito dessa política pública e, se Deus quiser, implementar – tenho dito muito que a gente tem iniciativa, e não tem "acabativa" –, concretizar tudo isso.

Obrigada. E, mais uma vez, perdoe-me.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senadora Soraya, pode ter certeza de que a gente não precisa conhecer há muito tempo a pessoa para se identificar. Eu tenho um apreço, uma consideração, um respeito e um carinho muito grande pela Senadora, pode ter certeza. Por isso que tomei a liberdade de pedir a cortesia, e o Senador Carlos Viana procedeu à leitura tanto da política pública do Senador Randolfe como do da senhora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É. Eu entendo porque, nas Comissões, a gente não para. Hoje mesmo cheguei aqui às 7h30 da manhã.

Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Posso fazer a leitura do...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Era isso que eu ia pedir. Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Confúcio.

ITEM 3**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 49, de 2017**

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -*Cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal.***Autoria:** Senador Fernando Collor**Relatoria:** Senador Confúcio Moura**Relatório:** Pela rejeição**Observações:***A matéria vai ainda à CDIR.*

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Submete-se à apreciação desta Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2017, de autoria do Senador Fernando Collor, que cria a Instituição Ambiental Independente no âmbito do Senado Federal.

Eu vou saltar esta parte e vou entrar diretamente na análise.

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão de Meio Ambiente opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente.

Nossa análise, portanto, verterá sobre o mérito da proposição, correlacionando-a, quando oportuno, às diretrizes ambientais estabelecidas em nosso arcabouço normativo.

A leitura de seu conteúdo mostra que o PRS nº 49, de 2017, visa a criar uma instituição de notório saber na área de sua atuação, no âmbito desta Casa Legislativa, que favorecerá a atuação do País na diplomacia ambiental. De fato, ao Brasil sempre coube o protagonismo nas negociações climáticas internacionais.

Entretanto, entendemos que a criação da instituição, conforme proposto, não é o melhor caminho para a continuidade de nossa posição de vanguarda, a começar pela constitucionalidade.

A nosso ver, a proposição padece de inconstitucionalidade em face do disposto no art. 84, incisos VII e VIII da Constituição Federal, que atribui competência privativa ao Presidente da República para executar política externa, ou seja, “manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos” e “celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional”. Acrescente-se que o rol de competências do Congresso Nacional (art. 49) e do Senado Federal (art. 52), enumerados de forma expressa pela Constituição Federal, não abrange atuações como as previstas principalmente nos termos do art. 1º, §1º, incisos I, II e III do PRS em análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desde já seja dito que atribuições similares às competências estabelecidas pelo PRS para a Instituição Ambiental Independente foram viáveis ao grupo executivo criado durante os preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio 92, porque o referido grupo atuava sob a égide do Poder Executivo, que detém a competência constitucional para relações com estados estrangeiros. No âmbito do Poder Legislativo, não é possível desenvolver as mesmas atividades sem afrontar a Carta Magna.

Pondere-se ainda que as atribuições da futura Instituição Ambiental Independente poderiam ser exercidas pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, no âmbito do Congresso Nacional, ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e pela Comissão de Meio Ambiente, no âmbito do Senado Federal, sem a necessidade de criação de novo órgão. Trata-se de colegiados com expertise comprovada na temática e que contam com estrutura física e operacional capaz de desempenhar todas as funções previstas para essa instituição.

Refutar a nobre iniciativa significa, destarte, racionalização dos trabalhos, otimização de procedimentos e economia de recursos financeiros, num contexto fiscal em que todos os órgãos públicos devem envidar esforços para a redução de gastos e o equilíbrio de suas contas.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela rejeição do PRS nº 49, de 2017.

Essa é a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Confúcio Moura.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator para rejeitar o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Resolução do Senado nº 49, de 2017.

A matéria vai à Comissão Diretora.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Só uma palavra rápida aqui sobre a decisão do Senador Confúcio. Quero dar a ele os parabéns pela decisão e pela coragem na rejeição.

Naturalmente a iniciativa, como o senhor mesmo colocou, é louvável, a ideia, o intuito pode ser muito interessante, mas nós precisamos começar a ter, de fato, responsabilidade no País em começar a nos preocupar com a origem do dinheiro que vai pagar a conta, porque é muito fácil para nós aqui, para todos, começar a criar uma série de proposições, dar ideias, sendo que nós estamos num momento finito do dinheiro público. Daí a necessidade de equilíbrio, principalmente de fazermos uma avaliação da estrutura que já existe e como ela pode ser melhorada, como ela pode se tornar mais produtiva.

Então, quero dizer aqui da minha satisfação com o Senador Confúcio, pela rejeição e tudo isso.

Segundo dados que recentemente foram publicados pela Fundação Getúlio Vargas, nós chegamos a desperdiçar, em determinadas áreas da aplicação do dinheiro público, até 30% do dinheiro. Trinta por cento do dinheiro é desperdiçado, dependendo da área em que nós vamos trabalhar na decisão sobre obras públicas, por exemplo. Cito, em especial, a questão... Nós criamos uma política nacional de Unidade de Pronto Atendimento cuja intenção era muito boa: ter atendimento em saúde para a população, como emergência. Mas construir as paredes, deixar o telhado pronto, fechar a porta é muito fácil. E entregamos para prefeituras que não têm como fazer o custeio, não têm como pagar o médico, não têm equipamento, não têm ambulância. Criamos toda uma... Então, não demos uma resposta devida à sociedade com a utilização correta e equilibrada do dinheiro público.

Daí a minha satisfação em acompanhar o Relator, Senador Confúcio Moura, sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Jorge Viana, fico muito feliz...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perdão, Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Viana, fica mais fácil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Fico muito feliz com suas considerações, porque eu também comungo em gênero, número e grau com as colocações. No momento por que o País passa, e um dos princípios que regem a Administração pública é a moralidade, acho que essa demonstração, com a leitura do relatório pelo Senador Confúcio, só nos motiva a entender que nós estamos em um novo momento no Senador Federal.

Obrigado.

Agora passo ao item 8, decisão terminativa.

ITEM 8**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 603, de 2015****- Terminativo -**

Disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes e dá outras providências.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta e rejeição da Emenda nº 1-CI

Observações:

1. Em 5/12/2017, a matéria recebeu parecer favorável da CI, com a Emenda nº 1-CI.
2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado pelo relator, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).
3. Constatou da pauta em 24/4/2019.

Concedo a palavra ao Senador Confúcio Moura para leitura do seu novo relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado 603, de autoria do Senador Delcídio do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amaral, que disciplina o licenciamento ambiental dos aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos considerados estratégicos e estruturantes.

Ouvindo setores responsáveis e em se tratando de uma matéria relevante, que impulsiona o crescimento dos potenciais hidroenergéticos, propomos um substitutivo com o intuito de sanar as inconstitucionalidades do referido projeto em comento, que sugeria a criação de um balcão único, composto por órgãos ligados ao Poder Executivo, com o intuito de licenciar os aproveitamentos de potenciais hidroenergéticos.

Entre os pontos do substitutivo, destaco os seguintes.

Na nossa visão, o art. 1º do PLS é acertado ao estabelecer no plano plurianual a prioridade na geração de energias limpas, considerando preliminarmente aspectos econômicos e socioambientais, pois eleva o tema ao topo da agenda política nacional.

Por outro lado, entendemos que o art. 2º reproduz regras já existentes no ordenamento jurídico brasileiro. Primeiro, o aproveitamento da energia hidráulica já é caso de utilidade pública, segundo o art. 5º, alínea "f", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Segundo, a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas conforme determina o art. 1º inciso IV, da Lei nº 9.433, de janeiro de 1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos). Terceiro, configura interferência indevida entre os Poderes da República que o Poder Legislativo estabeleça tarefa e prazo para cumprimento pelo Poder Executivo. Portanto, somos pela supressão da integralidade do art. 2º do PLS.

O art. 3º é o dispositivo de maior importância do projeto, pois trata da proteção dos potenciais hidráulicos estimados e confirmados. Recomendamos a proteção apenas dos potenciais com inventário aprovado, pois proteger áreas de potenciais hidráulicos estimados seria bloquear uma área para o desenvolvimento de outras atividades sem se ter a certeza de que há ali um potencial hidráulico viável.

Para garantir a proteção de potenciais hidráulicos estratégicos, propomos a criação de instituto de classificação dos potenciais hidráulicos, mediante o qual o Poder Público garantirá a reserva da área necessária para a construção do aproveitamento hidrelétrico e suas estruturas associadas. A delimitação e as restrições aplicáveis serão definidas no ato de classificação, e a destinação diversa da área dependerá de autorização do Congresso Nacional.

Sobre a proteção dos potenciais hidráulicos estratégicos em face de criação de unidades de conservação, é fundamental pontuar que a proibição só alcança unidades de conservação de domínio da União, como preceitua a Constituição Federal. Além disso, o projeto não tem o condão de proibir a criação de futuras unidades de conservação por meio de lei, pois a "lei posterior revoga a anterior





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando seja com ela incompatível", princípio jurídico basilar da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Embora se possa contestar que a geração hidrelétrica estaria preponderando sobre o meio ambiente, devemos lembrar que os empreendimentos hidrelétricos continuam submetidos ao rigoroso rito do licenciamento ambiental com Estudo de Impacto Ambiental (EIA), avaliação de alternativas técnicas e locacionais de projeto e proposição de medidas para evitar, mitigar ou compensar os impactos ambientais. Ou seja, se houver atributos naturais que justifiquem a proteção da fauna, da flora e da paisagem, o órgão ambiental poderá propor modificações ao projeto ou até indeferir a licença diante da inviabilidade ambiental. Caso seja comprovada a inviabilidade ambiental do empreendimento, com o indeferimento da licença, recomendamos que sejam afastadas não só a classificação como potencial hidráulico estratégico, mas também as garantias e proteções conferidas pelo PLS em análise, a fim de liberar a área para outros usos menos impactantes. Em síntese, opinamos pelo acolhimento das restrições do §2º do art. 3º do PLS e pelo acréscimo de dispositivo para prever a referida hipótese de afastamento, na forma da emenda substitutiva.

Por fim, o art. 5º do projeto define regras básicas para o processo de autorização pelo Congresso Nacional para aproveitamentos hidrelétricos em terras indígenas.

I – estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental do potencial; e

II – resultado das oitivas das comunidades indígenas afetadas, efetuadas pela entidade competente do Poder Executivo.

Portanto, conclamo os nobres Senadores a aprovarem o referido projeto, uma vez que, do projeto original, foi afastada a inconstitucionalidade existente, apontada pela Consultoria Legislativa.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Confúcio Moura, pela leitura do seu relatório.

Uma vez que a matéria exige votação nominal e não temos na sala Senadores em número suficiente, lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

Passamos agora ao item nº 6.

ITEM 6



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2015**- Terminativo -**

Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Autoria: Senador Romero Jucá.

Relatoria: Senadora Leila Barros.

Relatório: Pela prejudicialidade do projeto e da Emenda nº 1-CMA.

Observações:

1. Em 3/9/2015, a matéria recebeu parecer favorável na CRA.

2. O relatório apresentado é pela prejudicialidade da matéria e da Emenda nº 1-CMA, em função de extinto o prazo previsto pelo projeto.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem ao exame terminativo desta Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 287, de 2015, do Senador Romero Jucá.

A proposição consta de dois artigos.

O primeiro estabelece o prazo de três anos para a inscrição no CAR (Cadastro Ambiental Rural) contados da sua implantação, com a possibilidade de um ano de dilação a critério do Chefe do Poder Executivo.

O segundo estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinou favoravelmente à essa proposição.

Nesta Comissão, foi apresentada a Emenda nº 1-CMA.

Análise.

Compete à CMA opinar sobre matérias que versem sobre preservação, conservação, exploração e manejo de florestas e da biodiversidade, temas incidentes no PLS nº 287, de 2015.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de matéria a ser apreciada em caráter terminativo, cabe a este Colegiado se manifestar, além do mérito, sobre aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

A respeito da constitucionalidade, resta dizer que o projeto não apresenta nenhum óbice.

Tampouco cabem críticas a respeito da técnica legislativa e da regimentalidade.

A despeito disso, temos que a proposição em comento não deve prosperar.

O primeiro elemento que já dificultaria a aprovação da proposição é o seu mérito. Ao estabelecer o prazo de três anos para a inscrição do imóvel rural no CAR, a intenção da medida é a dilação desse registro até maio de 2018. Seria a quinta iniciativa com vistas à prorrogação desse instrumento e não nos parece adequado, no segundo trimestre de 2019, uma nova extensão do referido prazo.

Vamos lembrar que a Medida Provisória nº 867, de 26 de dezembro de 2018, dispõe sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental e não do Cadastro Ambiental. Ou seja, o próprio Chefe do Poder Executivo não encampou no final do ano passado a prorrogação pretendida no PLS, com o que concordamos.

O segundo argumento a depor contra a aprovação do PLS nº 287, de 2015, é a injuridicidade. A proposição não inova no ordenamento jurídico, em virtude da sanção da Lei nº 13.295, de 14 de junho de 2016, oriunda da conversão da Medida Provisória nº 707, de 30 de dezembro de 2015. A lei tornou obrigatória a inscrição no CAR até dezembro de 2017, data prorrogável por mais um ano por ato do Poder Executivo, o que levou o prazo para 31 de dezembro de 2018, mas abrange o prazo de alcance do PLS nº 287, de 2015, qual seja, 31 de maio de 2018.

E o elemento mais contundente a obstar a aprovação da matéria é sua prejudicialidade. A proposição é de 2015 e o horizonte de alcance da norma encerrou-se em maio de 2018, considerada a hipótese de extensão do prazo para inscrição no CAR por mais um ano.

Dessa forma, na atualidade, quase meados de 2019, essa pretensão se demonstra extemporânea ou, mais propriamente, inaplicável.

Em outras palavras, verifica-se a clara perda de oportunidade da matéria pelo decurso temporal.

Evidentes, portanto, óbices quanto ao mérito e a juridicidade e, sobretudo, a manifesta prejudicialidade da proposição, extensíveis à Emenda nº 1-CMA, uma vez que se encontra atrelada àquela.

Voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, parece-nos mais adequado opinar pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2015, e, conseqüentemente, da Emenda nº 1-CMA.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senadora Leila Barros.

Parabéns pelo relatório e tenha certeza de que V. Exa. dignifica e muito o Senado Federal.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 2015, da Secretaria-Geral da Mesa, por ser declaração de prejudicialidade, prerrogativa do Presidente do Senado Federal e questão preliminar a apreciação terminativa, a deliberação será tomada pelo processo simbólico.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2015, e por consequência a Emenda nº 1 – CMA.

A matéria vai ao Plenário para as providências do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Agradeço o comparecimento de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e doze minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Eduardo Girão, Leila Barros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Otto Alencar, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Sérgio Petecão, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Dário Berger e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Plínio Valério e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª reunião, realizada em 8 de maio de 2019, que é aprovada. Inversão de Pauta e inclusão de dois requerimentos extra-pauta: **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 24, de 2019** que: "Requerem, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre as providências em curso no âmbito do Poder Executivo para se evitar a anunciada tragédia em caso de rompimento do talude da Mina Gongo Soco e, conseqüentemente, da barragem Sul Superior, da mineradora Vale, em Barão de Cocais, região central de Minas Gerais, e para mitigar seus impactos no caso de ocorrência desse evento. Em razão da urgência decorrente do risco iminente de mais uma catástrofe, requeiro o comparecimento no dia 23 de maio de 2019." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato e subscrito na reunião pelos senadores Carlos Viana e Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 25, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Barão de Cocais-MG, no dia 24 de maio de 2019, com o objetivo de apurar as providências do poder público e da mineradora Vale em relação à Mina Gongo Soco que, conforme noticiado pela imprensa, está em situação iminente de rompimento de seu talude norte, o que teria o potencial de provocar o rompimento da barragem Sul Superior, com gravíssimos impactos para a população local e o meio ambiente." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato e subscrito na reunião pelos senadores Carlos Viana e Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. Leitura dos comunicados: Recebidos três ofícios na Comissão que se encontram disponíveis para apreciação dos senadores e podem ser acessados pelo site da Comissão. Segue-se a apreciação da pauta. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de semiárido." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **Observação:** Adiado em virtude da aprovação do REQ 23/2019 – CMA, incluído extra-pauta durante a discussão. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 23 de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 78/2017, que altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de semiárido, com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1396, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para estabelecer o dever de o poluidor ressarcir a União, o Estado ou o Município das despesas incorridas com operações envolvendo forças policiais, corpo de bombeiros, defesa civil, assistência social ou outros órgãos públicos, realizadas para socorro, resgate, assistência e mitigação dos danos ambientais e sociais, inclusive as despesas realizadas pelo Sistema Único de Saúde com o tratamento das vítimas." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2104, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2019 - Não Terminativo** - que: "Altera o art. 14 da Lei Complementar Nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2018 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015 - Terminativo** - que: "Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação com emendas que apresenta e rejeição das Emendas nº 1-CDR e nº 2-CDR. **Resultado:** Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2018 - Terminativo** - que: "Transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto no 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel." **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator para reexame. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiente nº 14, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater o tema: Economia Circular do Plástico, em decorrência dos diversos movimentos nacionais e internacionais sobre o assunto e intensidade de projetos de lei sobre o tema. Com a presença dos seguintes convidados que relaciona: 1. Representante da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - MMA; 2. Representante da Companhia ONU Mares Limpos – ONU Meio Ambiente; 3. Representante da Confederação Nacional das Indústrias - CNI; 4. Representante de Indústria de Bens de Consumo; e 5. Representante da Associação Brasileira da Indústria do Plástico ABIPLAST." **Autoria:** Senador Eduardo Braga, subscrito na reunião pelo senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 16, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2019 - CMA, para debater com a Comissão de Assuntos Econômicos a "Economia Circular do Plástico", seja incluído entre os convidados o presidente do Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos - Plastivida." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze e subscrito na reunião pelo senador Paulo Rocha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 17, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Brasil verde para sempre? Balanço de 7 anos do Novo Código Florestal", estabelecido por meio da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, como parte do "Junho Verde - O Meio Ambiente Une". **Autoria:** Senador Fabiano Contarato e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 18, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Semear o futuro para o Brasil florescer: visão das novas gerações sobre desenvolvimento e meio ambiente", como parte do Ciclo de debates "Junho Verde - O Meio Ambiente Une". **Autoria:** Senador Fabiano Contarato e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Dia Mundial do Meio Ambiente: balanço da conservação dos biomas brasileiros ", como parte do Ciclo de debates "Junho Verde - O Meio Ambiente Une". **Autoria:** Senador Fabiano Contarato e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 20, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Desertificação: balanço das políticas para melhor uso do solo brasileiro", como parte do Ciclo de debates "Junho Verde - O Meio Ambiente Une". **Autoria:** Senador Fabiano Contarato e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 21, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de discutir o tema “Lucros verdes: como empresas brasileiras se tornaram prósperas e competitivas preservando o meio ambiente”, como parte do Ciclo de debates “Junho Verde - O Meio Ambiente Une”.

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente nº 22, de 2019** que: “Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema “Proteção e o bem-estar dos animais”, como parte do Ciclo de debates “Junho Verde - O Meio Ambiente Une”.” **Autoria:** Senador Fabiano Contarato e outros.

Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/22>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 11ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Por uma questão de urgência, vou inverter a pauta e já apresentar um requerimento de urgência. Na verdade, são dois requerimentos.

O Requerimento nº 24, de 2019, da CMA, vou ler na íntegra.

EXTRAPAUTA**ITEM 16****REQUERIMENTO Nº 24, de 2019****- Não terminativo -**

Requerem, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para que compareça à Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, a fim de prestar informações sobre as providências em curso no âmbito do Poder Executivo para se evitar a anunciada tragédia em caso de rompimento do talude da Mina Gongo Soco e, conseqüentemente, da barragem Sul Superior, da mineradora Vale, em Barão de Cocais, região central de Minas Gerais, e para mitigar seus impactos no caso de ocorrência desse evento.

Em razão da urgência decorrente do risco iminente de mais uma catástrofe, requeiro o comparecimento no dia 23 de maio de 2019.

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

Leio o segundo requerimento, o de nº 25, de 2019, da CMA, cujo teor é o que se segue.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA**ITEM 17****REQUERIMENTO Nº 25, de 2019****- Não terminativo -**

Requeremos, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa em Barão de Cocais-MG, no dia 24 de maio de 2019, com o objetivo de apurar as providências do Poder Público e da mineradora Vale em relação à Mina Gongo Soco, que, conforme noticiado pela imprensa, está em situação iminente de rompimento de seu talude norte, o que teria o potencial de provocar o rompimento da barragem Sul Superior, com gravíssimos impactos para a população local e o meio ambiente.

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

Aqui eu tenho que fazer uma simples justificativa do que está acontecendo. O Município é Barão de Cocais, em Minas Gerais, e o nome da Mina é Gongo Soco, da Vale/Samarco.

Em 2016, houve uma paralisação da mina, pois foi verificada uma movimentação no talude pela empresa. Hoje, em 2019, no *site* da Vale, está escrito – abro aspas: "Não há elementos técnicos para se afirmar que o eventual escorregamento desse talude desencadeará gatilho para ruptura da Barragem Sul Superior".

Em 8 de fevereiro, as sirenes de alerta da Vale foram acionadas, 500 pessoas tiveram de deixar seus imóveis. E a apreensão na cidade afetou a tranquilidade de mais de 30 mil moradores de Barão de Cocais.

Há a informação de que o talude está se movimentando entre 6cm e 10cm por dia. A variação indica que o paredão vai ruir.

Em 3 de maio, o jornal *Estado de Minas* veicula que o Ministério Público de Minas Gerais impetrou uma nova ação civil pública contra a Vale, tendo em vista os problemas causados à população de Barão de Cocais. O Ministério Público diz – abro aspas: "Reiteradas condutas abusivas e ofensivas a direitos humanos e fundamentais perpetradas na execução de atividades ligadas às barragens de rejeitos Sul Superior e Sul Inferior [...]".

A área potencialmente inundada, minha gente, a extensão potencial de lama poderá atingir 75,5km. Os Municípios diretamente afetados, com mais de 74 mil habitantes, são: Barão de Cocais, Santa Bárbara e São Gonçalo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista a gravidade dos fatos, nós temos que acelerar a discussão e fazer a votação desses requerimentos. Por isso, eu invertei a pauta. Nós não podemos esperar.

Eu estive debatendo com minha equipe, tanto no gabinete como na CMA. Nós vamos fazer uma diligência. Esse requerimento é para fazer uma diligência no local e também para já convocar o Ministro para comparecer aqui amanhã. Se ele puder... Tenho a esperança de que ele tenha a sensibilidade de aqui comparecer. Aí, sim... Nós não podemos deixar que... Em 2015, vimos o que aconteceu em Mariana e, agora, em Brumadinho. Está na iminência, como está sendo veiculada e ventilada essa possibilidade... Nós temos que dar uma resposta muito mais eficiente também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – O meu boa-tarde ao Senador Jean Paul, à Senadora Leila, a todos presentes, a V. Exa.

Primeiro, faço aqui um requerimento. Eu gostaria muito de subscrever o de V. Exa., tanto o de convocação quanto o da audiência pública. Como representante de Minas Gerais, faço questão de participar e lhe dou os parabéns pela atitude.

Quero usar o microfone desta nossa Comissão de Meio Ambiente para, em nome de todos os moradores de Barão de Cocais e daqueles Municípios adjacentes que estão também em risco de serem atingidos de alguma maneira, dizer, Sr. Presidente, da nossa, hoje, completa e absoluta falta de paciência e do desejo de que isso mude o mais rápido possível. Nós estamos acompanhando, pela CPI de Brumadinho, os absurdos que a empresa Vale cometeu, que levaram à morte quase 300 pessoas. E se nós não tomarmos as atitudes corretas aqui, outras pessoas, talvez milhares, poderão morrer nos próximos anos.

Nós estamos discutindo aqui o futuro de um setor que é importante para o País, mas o Estado se ausentou de participar dele de forma correta, direcionando, regulando e garantindo a proteção do meio ambiente e das vidas humanas.

O que está acontecendo em Barão de Cocais é simplesmente mais um desdobramento da construção de barragens cujo custo era muito menor para a empresa e que agora se mostra um custo muito maior para nós brasileiros na questão do meio ambiente.

Em Gongo Soco, para que os senhores que assistem a esta reunião tenham uma ideia, nós estamos falando de duas barragens: uma menor, que está a jusante e que é mais alta, e uma grande barragem, que é a Sul Superior, que está logo abaixo; são essas duas. Na Sul Superior, que é um dique





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menor, é esse talude que está se deslocando em torno de 7cm ao dia. Então, a previsão é de que ele possa se romper até o dia 25.

Dependendo da quantidade de terra e da quantidade de água – eles não sabem a quantidade que se desloca da Sul Superior –, o dique da parte inferior poderá se romper e sair atingindo as cidades e, mais uma vez, poluindo setenta e tantos quilômetros de rejeitos de minério.

Então, hoje, é o que nós estamos vivendo mais uma vez. A população de Barão de Cocais vive com intranquilidade, com insegurança. E, principalmente, há um sentimento absurdo de desrespeito às pessoas e às cidades de Minas Gerais.

O que nós queremos, Presidente Fabiano, com isso que estamos vivendo agora, é que Minas seja, mais uma vez, exemplo para o Brasil de que nós não vamos permitir que isso aconteça em outros Estados que começam a mineração. Quando você pega uma barragem que começa com 13m de altura e que vai sendo alteada até 84m de altura... Por que isso? Porque o Estado, as leis não foram firmes o suficiente para dizer: "Não, não é esse o caminho que nós queremos; vocês têm que tomar mais cuidado com isso".

A Vale na CPI... Os representantes fizeram os alteamentos da barragem de Brumadinho oito, nove, dez vezes. Eles só têm os relatórios do oitavo para cima; a empresa não tem os relatórios de construção, os projetos da barragem nem dos 13m originais, ou 14m, nem dos que foram levando até se chegar à altura de 60m, 70m. A empresa não os tem, ou seja, eles foram fazendo o trabalho de alteamento numa irresponsabilidade às cegas. Por que isso? Era mais barato, a questão era o lucro, para se colocar mais minério e mais dinheiro para dentro da empresa, com regras ambientais e regras de funcionamento, muitas delas, flexíveis demais ou, muitas vezes, sendo operadas pela própria empresa. O setor se autorregulou.

Então, isso que nós estamos vivendo agora é consequência do que nós deixamos para trás e que nós precisamos corrigir. Esta Legislatura tem um desafio enorme que é dar um novo rumo para esse setor no País. E nós não vamos nos furtar a isso.

Por isso, meus parabéns a V. Exa. e à Comissão por votar aqui a convocação do Ministro de Minas e Energia, o Almirante Bento Albuquerque, e por chamarmos, irmos até Barão de Cocais levar àquelas pessoas o nosso apoio, o nosso alento e a nossa firmeza ao não permitir que isso aconteça e ao garantir que a empresa seja punida da forma correta.

Para encerrar, quero dar os parabéns também ao Ministério Público de Minas Gerais, na pessoa do nosso Procurador Sr. Tonet, que é um grande promotor hoje, procurador, é o nosso Chefe do Ministério Público, e à Promotora Andressa Lanchotti, que tem feito um trabalho excepcional no comando da força-tarefa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que nós podemos colaborar muito no futuro para evitarmos essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Carlos Viana. Faço minhas as suas palavras. Eu também quero, sempre que eu tenho oportunidade, enaltecer a participação do Ministério Público. O Ministério Público tem uma atuação essencial, principalmente neste momento por que o Brasil passa, na defesa do verdadeiro Estado democrático de direito.

E nós temos que sempre ter em mente que a defesa do meio ambiente... O meio ambiente está aí para defender as vidas humanas que ainda estão por vir, não só as que estão aqui neste momento, e transcende o espaço territorial do Brasil, razão pela qual, tendo em vista a urgência dos fatos, eu requeiro que, não havendo discussão, nós aproveemos estes dois requerimentos: o requerimento para diligenciar no local e o requerimento para convocar para amanhã o Ministro de Minas e Energia.

O Senado tem que dar uma resposta. O Ministério Público está fazendo a parte dele, mas nós temos que fazer a nossa, discutindo, indo *in loco*, chamando, verificando, conversando com as instituições que, direta ou indiretamente, estão ligadas à questão, para fazer um trabalho preventivo, para fazer um trabalho cautelar e para mostrar que este Senado Federal não vai ficar inerte diante dessa possibilidade de uma nova tragédia.

Isso só acontece porque, no Brasil, não há a sensação, mas a certeza da impunidade em vários aspectos. Você vê aí o Brasil ostentando 60 mil pessoas morrendo no trânsito, e ninguém fica preso no Brasil. Você vê tragédias como essa, e as pessoas deveriam estar presas, os bens deveriam ser confiscados, e o Poder Público deveria estar muito mais atuante na fiscalização.

Então, os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os Requerimentos nºs 24 e 25.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Fabiano, quero me pronunciar. Esperei a votação ocorrer, para que não houvesse risco, mas eu gostaria de subscrever essa convocação e de parabenizá-lo pela iniciativa e também pela diligência ao local, que é emergencial. Mas sugiro que a gente aproveite a própria audiência tratando desse assunto para expandir o assunto para a fiscalização e o monitoramento de barragens de mineração em geral.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Podemos tratar das regras, do funcionamento da agência reguladora e principalmente da repercussão importante que nós teremos diante do novo Código de Mineração. O novo Código de Mineração deverá aprimorar o ambiente regulatório e operacional para investimentos nessa área – o Senador de Minas sabe perfeitamente disso. Nós vamos ter uma aceleração natural desses processos. Esse Código de Mineração foi discutido amplamente por esta Casa e pela Câmara durante praticamente uma dezena de anos, uma década, e agora deverá, com certeza, acelerar os investimentos nisso, o que gera essa preocupação ancilar.

Tudo tem efeitos positivos e negativos. O novo Código de Mineração traz muitos efeitos positivos, retira da inércia as concessões cinquentenárias em que concessionários sentavam em cima de áreas concedidas e não faziam nenhum investimento. Baseia-se na ideia do Código de Petróleo, da Lei do Petróleo 9.478, da qual eu tive a honra de participar da elaboração, que obriga o empreendedor, o concessionário, o autorizatório a investir durante aquele tempo – ele não pode ficar parado, tem que prestar contas à agência. Por outro lado, nós temos esta preocupação: diante da dinamização dessa atividade, como serão as consequências do ponto de vista ambiental e operacional principalmente relativas às barragens?

Então, parabéns, mais uma vez!

Acho que a gente deve incluir essa expansão de objeto, para que – talvez não expressamente, porque a emergência é muito maior do que todos os outros interesses –, durante a audiência, coloquemos essa situação, porque esse é o ambiente regulatório em que se insere essa situação específica e as demais: Brumadinho, Mariana etc.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Jean Paul.

Eu acredito que, com a vinda do Ministro aqui, nós podemos, efetivamente, para desburocratizar, por uma questão economia até mesmo, aproveitar e explanar... Vai estar tudo consignado por ata e por notas taquigráficas. Está bom?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Presidente!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, obrigado pela colaboração do senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente os seguintes documentos:

- Ofício nº 530, de 2019, da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, no Estado de São Paulo, que envia cópia de uma moção de repúdio ao STF pela declaração da constitucionalidade do sacrifício animal em cultos religiosos;

- Ofício nº 22, de 2019, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que encaminha o Relatório de Gestão de Florestas Públicas de 2018, nos termos do §2º do art. 53 da Lei 11.284, de 2006; e

- Ofício nº 8.393, de 2018, do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha Relatório da Segurança de Barragens de 2017, em conformidade com a Lei 12.334, de 2010, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa.

Os documentos estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a correspondente autuação até lá.

Passamos para o item 1, de decisão não terminativa.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, de 2017

- Não terminativo -

Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de Semiárido.

Autoria: Deputada Gorete Pereira

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: pela aprovação.

Observações:

1. A matéria vai ainda à CAE e à CDR.
2. Em 8/5/2019, foi lido o relatório e concedida vista da matéria a pedido do Senador Jean Paul Prates.
3. Constou da pauta em 8/5/2019.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em 21 de maio de 2019, o Senador Jean Paul Prates apresentou o Requerimento nº 23, de 2019-CMA, para a realização de audiência pública sobre a instrução da matéria.

EXTRAPAUTA**ITEM 18****REQUERIMENTO Nº 23, de 2019****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 78/2017, que altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de Semiárido, com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Com a palavra o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Posso fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 78/2017, que altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para modificar a definição de Semiárido.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Ademir Pedro Vilaça Júnior, Coordenador-Geral Substituto de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
2. Aldrin Martin Perez Marin, pesquisador responsável pelo Núcleo de Desertificação e Agroecologia em Terras Secas do Instituto Nacional do Semiárido (Insa);
3. Alexandre Pires, Coordenador da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA);
4. Antônio Divino Moura, Coordenador-Geral do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe);





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Pedro Carlos Gama da Silva, Chefe-Geral do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Semiárido).

Justificação.

Tramita nesta Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 78, de 2017, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que tem por objetivo modificar a definição de Semiárido. A definição proposta pelo projeto determina que os Municípios do norte do Estado do Espírito Santo e as áreas com precipitação pluviométrica média anual inferior a 1.100mm, inseridos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sejam incluídos na região considerada como Semiárido.

A legislação vigente estabelece que a delimitação da área de abrangência do Semiárido brasileiro deve ser definida pela Sudene, dentro da área de atuação da autarquia, e que compete ao seu Conselho Deliberativo estabelecer os critérios técnicos e científicos para essa delimitação. Com os critérios atualmente estabelecidos, 1.262 Municípios nordestinos e do norte de Minas Gerais integram o Semiárido brasileiro.

O PLC nº 78, de 2017, propõe critérios bem mais elásticos do que os atuais para a definição do Semiárido, retirando essa definição da competência da Sudene, e sua eventual aprovação ampliará bastante o número de Municípios integrantes da região. Entre as consequências da aprovação do PLC, está a pulverização do montante de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que é destinado ao Semiárido (50%) entre um número maior de Municípios.

Diante desse cenário, entendemos que a medida é polêmica, sendo necessário um debate com especialistas para subsidiar os membros da CMA na tomada de decisão, de modo que a deliberação desta Comissão não venha a prejudicar essa região do País que tanto sofre com severas condições climáticas que prejudicam o seu desenvolvimento.

É essa a leitura da justificação.

Agradeço e coloco à sua disposição o projeto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço, Senador Jean Paul. Quero deixar aqui, mais uma vez, clara a minha admiração pelo senhor...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... como eu tenho pela Senadora Leila, como eu tenho pelo Senador Girão, como eu tenho aqui pelo Senador Styvenson. É muito bom trabalhar com uma equipe de que você sente nos olhos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade social. Eu estou muito feliz. Para mim o que vale mais é a qualidade do que a quantidade. Tenham em mim um fiel colaborador, um amigo mesmo.

Agora, antes de colocar em votação o requerimento do Senador Jean Paul, eu queria fazer um apelo ao senhor, Senador, e, se o senhor não puder atender, eu vou entender perfeitamente. Quero dizer que, no pouco tempo em que eu estou aqui, por experiência nas audiências públicas, percebo que, quando a gente convoca ou convida várias pessoas, a audiência perde um pouco a profundidade dela. Eu já estabeleci, junto com a Secretaria e com a composição, que a gente deve limitar o número de convidados, até mesmo pelo aspecto da economia, mas, acima de tudo, pelo aspecto de dar a possibilidade de o convidado discorrer com maior profundidade.

Às vezes, a gente chama aqui seis, cinco, sete pessoas, e cada uma vai falar por dez ou quinze minutos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E, às vezes, não se entra no cerne da questão.

Então, eu faria um apelo ao senhor. O senhor apresentou um requerimento com cinco convidados...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos reduzir para três?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Vamos colocar três.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito! Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O senhor está de acordo?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Completamente acatado, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado pela compreensão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado, nos termos do art. 118, §4º.

Fica suspenso o prazo de tramitação do PLC 78, de 2017, até a realização da audiência, que será prontamente agendada com a anuência do autor do requerimento e do Relator, deixando claro que, então, nesse requerimento, estão sendo aprovados apenas três convidados.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E quero também aqui deixar claro que a definição dos três vai ser feita pelo proponente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu quero deixar claro também que esse projeto entrou em pauta na semana passada e que o Relator é o Senador Marcos do Val, que fez a leitura, e, na ocasião, o Senador Jean Paul Prates pediu vista e agora está propondo essa audiência pública.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu acho interessante debatermos e nos debruçarmos sobre o tema, convidando três pessoas. Aí a gente pode discutir com maior profundidade...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Presidente, até porque...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... dentro do princípio da imparcialidade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu quero deixar claro que eu sou do Estado do Espírito Santo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, justamente ratificando isso, não há absolutamente nada contra os Municípios que vão entrar. Apenas os conceitos climáticos que estão sendo usados é que podem ser, talvez, alterados pelas nossas discussões. E lembro que estou congeminando isso com a minha relatoria do Projeto 222, que é o que define justamente um plano de desenvolvimento sustentável para o bioma da Caatinga. Então, eles têm muita ligação, e, por conta do pedido de vista, eu achei por bem nós fazemos essa audiência, que vai se somar às audiências sobre o nosso outro PL, que é esse de nº 222, que eu menciono agora.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu não tenho dúvida, Senador Jean Paul, de que o senhor pauta a sua vida observando o princípio da imparcialidade...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... mas tudo com ética e com moralidade. Eu também aqui, como Presidente, mesmo sendo do Estado do Espírito Santo, estou aqui para presidir de forma imparcial...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... para dar uma transparência, para que os Senadores possam, de forma livre e consciente, votar aquilo que realmente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... seja o interesse da população.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o ideal seria chegarmos a um consenso, incluir os Municípios que merecem estar lá, e que o critério não seja tal que expanda demais e que possa permitir outras consequências negativas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Neste momento, passamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 2.104, de 2019





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para estender a subvenção econômica nela prevista a produtos extrativos de origem animal.

Autoria: Deputada Conceição Sampaio

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: pela aprovação.

Observações:

1. A matéria vai ainda à CRA e à CAE.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Senador, antes da leitura, quero dizer que retribuo as palavras e digo que pode contar comigo e que pode contar com todos os Senadores que estão aqui, porque realmente querem estar aqui. Está bom?

Eu estava em Plenário, eu estava na missão de presidir hoje a sessão. Pedi ao amigo Reguffe para lá ficar, para justamente vir relatar e estar presente nesta Comissão importante para o nosso País.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Styvenson, só quero aproveitar este momento para dizer, Senador Fabiano, que V. Exa. nos inspira com seu compromisso com o meio ambiente. Nós tivemos, ontem, uma reunião rápida – nem todos puderam nela estar, por causa de vários acontecimentos na Casa – no seu gabinete, onde fizemos aquele pacto pelo Junho Verde, uma ideia brilhante de V. Exa. que eu acho que se deve colocar no calendário. São assuntos corajosos como aqueles em defesa dos animais também. Então, o senhor conte conosco. O seu compromisso nos inspira e nos convida para andar com gente do bem, para andar com gente que quer realmente fazer a diferença aqui no Senado, pela pasta e por esta Comissão tão importante da Casa.

Obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O art. 1º da proposição altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural: o primeiro, para possibilitar a equalização de preços de produtos de origem animal de origem extrativa provenientes de manejo sustentável; o segundo, para estender a subvenção aos beneficiários referidos no §2º do art. 30 da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, quais sejam: pequenos silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos e de comunidades tradicionais.

No art. 2º, a proposição estabelece que a lei resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

O projeto, segundo justificção de sua autora, visa a possibilitar a inclusão de produtos de origem animal, provenientes do manejo extrativista, na pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), de forma a garantir renda mínima aos produtores e a permitir a continuidade de suas atividades de forma sustentável.

Após a análise deste Colegiado, a matéria seguirá para as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos.

Não foram oferecidas emendas até aqui.

Análise.

De acordo com o inciso III do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão tratar deste específico assunto: floresta e biodiversidade.

Apraz-nos dizer que, sob o ângulo de apreciação deste Colegiado, a proposição é meritória. De fato, o texto legal que se propõe alterar limita a equalização dos produtos extrativos aos de origem vegetal. Dessa forma, a lei exclui inúmeros produtores que poderiam se beneficiar das políticas de preços mínimos, a exemplo daqueles que manejam a fauna aquática.

A autora, em sua justificção, bem lembrou o caso do pirarucu, conhecido peixe da Região Amazônica. Considerado espécie sobre-explorada, o pirarucu foi alvo de diversas políticas públicas com vistas ao seu manejo e produção sustentável, o que de fato logrou resultados positivos, como o aumento de sua população.

Ocorre que, como bem lembrou a autora, o pirarucu manejado não se enquadra como “produto agropecuário” nem como “produto vegetal de origem extrativa”, as duas únicas categorias abrangidas pela Lei nº 8.427, de 1992. Por isso, não é possível incluí-lo na pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade, o que permitiria o pagamento de subvenção econômica aos produtores quando os preços de venda ficassem abaixo dos custos variáveis de produção.

Em nosso entendimento, é fundamental proporcionar a continuidade das atividades extrativistas dos agricultores familiares, sejam elas vegetais ou animais, assegurando a sustentabilidade desse segmento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se, portanto, de proposição que favorece o alcance simultâneo do tripé da sustentabilidade: o ambiental, o econômico e o social.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.104, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei nº 2.104, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Passamos agora ao item 4.

ITEM 4**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 71, de 2019****- Não terminativo -**

Altera o art. 14 da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para dispor sobre os prazos estabelecidos para tramitação dos processos de licenciamento ambiental.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: pela rejeição.

Eu solicito que algum Senador possa proceder a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu me coloco à disposição, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Girão, para fazer a leitura do relatório, em substituição ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para proferir relatório.) – Eu peço o apoio de todos aqui e a autorização de V. Exa. para ler já a partir da análise. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre proteção do meio ambiente, conservação da natureza e defesa dos recursos naturais.

Por se tratar da única Comissão a analisar a matéria, cabe ainda avaliar aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria diz respeito à conservação da natureza, à defesa dos recursos naturais, à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição e se encontra fundamentada nos dispositivos da Constituição Federal referentes à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal (art. 24, VI) e à competência do Congresso Nacional (art. 48, *caput*).

Incumbe apontar que a proposição fere princípios e dispositivos constitucionais.

Inicialmente, a previsão de emissão tácita de licença sem análise e aprovação do Poder Público colide frontalmente com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado direito fundamental. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está garantido no *caput* do art. 225 da Constituição, considerado essencial à sadia qualidade de vida e estendido às futuras gerações.

O inciso IV do §1º do art. 225 da Constituição exige estudo prévio de impacto ambiental para obras ou atividades causadoras de significativa degradação do meio ambiente. Esse estudo é um dos instrumentos da avaliação de impacto ambiental efetuada no processo de licenciamento, ao qual se dará ampla publicidade.

O Poder Público foi investido de poderes-deveres pelo legislador constituinte, devendo atuar na proteção ao meio ambiente. A exigência do Estudo de Impacto Ambiental constitui a base do agir preventivo do Estado no licenciamento ambiental. Não faria sentido a Constituição exigir o estudo prévio de impacto ambiental se o Estado pudesse autorizar a instalação e a operação do empreendimento sem que esse estudo fosse avaliado, como pretende a proposição em análise.

Portanto, quando se estabelece que o não cumprimento dos prazos de análise implica a emissão tácita da licença e a autorização das práticas e dos atos que dela dependem, prescindindo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifestação técnica conclusiva pelas instâncias estatais competentes, nega-se tudo o mais que a Constituição dispõe sobre a atuação da Administração Ambiental e jogam-se por terra todas as suas competências na matéria. O controle das atividades potencialmente poluidoras deixa, simplesmente, de existir, em ofensa ao inciso V do §1º do art. 225 da Constituição.

A par disso, ao subverter a lógica constitucional do estudo prévio de impacto ambiental, o PLP nº 71, de 2019, viola os princípios da precaução, da prevenção, da informação e da participação popular, todos esses princípios constitucionais ambientais. Com efeito, tais princípios são assegurados, essencialmente, ao longo do procedimento de licenciamento ambiental após a apresentação exatamente desse estudo prévio de impacto ambiental e enquanto durar sua análise pela Administração Pública. Autorizar a instalação ou a operação do empreendimento sem a conclusão da análise técnica que subsidiaria a manifestação quanto à viabilidade e à necessidade de adequações mitigadoras significa subtrair todos esses princípios, constitucionalmente previstos.

Se acatada a proposição, isso significará o desmonte da legislação que rege o licenciamento ambiental de obras ou atividades que possam causar significativa degradação ambiental e, por consequência, porá em risco o direito intergeracional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida e mandamento constitucional, além de violar o princípio da participação popular. Outra consequência de sua aprovação é, certamente, a sua judicialização.

Além de inconstitucional, a proposição se revela injurídica porque fulmina a estrutura técnico-jurídica em que se fundamenta o devido processo de licenciamento ambiental, com suas indispensáveis etapas: viabilidade ambiental, instalação e operação.

Assim, o PLP nº 71, de 2019, colide tanto com os dispositivos constitucionais citados, quanto com as normas infraconstitucionais que disciplinam o licenciamento ambiental, como as Resoluções Conama nºs 1, de 23 de janeiro de 1986, e 237, de 19 de dezembro de 1997.

Vale dizer que a elaboração dos estudos e o pedido de licenciamento pelo interessado não são garantia de que a obra ou atividade poderá ser instalada ou iniciada, e nem poderia ser diferente, dado o caráter preliminar e parcial dos instrumentos, que serão submetidos ao crivo da administração ambiental, que, por óbvio, não está adstrita às informações apresentadas pelo empreendedor. E, no caso de deferimento da implantação do projeto, ou seja, da concessão da licença, deve ser assegurada a adoção das medidas e das condicionantes determinadas pelo órgão licenciador para a necessária salvaguarda ambiental.

Assim, as medidas e condicionantes ambientais, ou seja, o controle ambiental propriamente dito, decorre da formalização da expedição da licença ambiental, que só pode acontecer após a conclusão das análises pertinentes. Daí deriva a necessidade de o órgão ambiental avaliar tecnicamente os impactos socioambientais do empreendimento e exigir, nas licenças, os padrões e as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condicionantes ambientais necessárias. O licenciamento por decurso de prazo, sem a conclusão dos procedimentos, subverte a lógica desse importante instrumento da PNMA, tornando-o inócuo e implicando sério risco ao meio ambiente e à sociedade pela falta do elemento fundamental a garantir a segurança do ato administrativo, qual seja, a análise esmerada da viabilidade técnica e locacional da atividade pretendida.

Se a intenção do proponente é conferir celeridade ao licenciamento ambiental, considerado excessivamente moroso, que isso seja feito sem abrir mão da segurança necessária que esse procedimento administrativo demanda. Mais ainda, que sejam adotadas as alterações legislativas e procedimentais necessárias a atacar efetivamente as causas dessa morosidade, o que de modo algum faz a proposição em análise.

Posto isso, o PLP ora analisado incorre em graves retrocessos legislativos ambientais, na medida em que não há como admitir autorizar a instalação ou a operação do empreendimento pretendido com o mero decurso dos prazos estabelecidos. Não pode a sociedade pagar pela inoperância do Poder Público, muitas vezes propositalmente imposta por governantes irresponsáveis e descomprometidos com suas obrigações de natureza ambiental, com a perda do seu direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Voto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Ante o exposto, votamos pela inconstitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2019, e, no mérito, pela sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Parabéns ao Senador Alessandro Vieira pelo brilhantismo no voto.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a votação.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator, para rejeitar o projeto, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário ao Projeto de Lei Complementar 71, de 2019.

A matéria vai ao Plenário para prosseguimento da tramitação.

Passamos agora ao item 6, decisão terminativa.

ITEM 6**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, de 2015****- Terminativo -**

Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação com emendas que apresenta e rejeição das Emendas nº 1-CDR e nº 2-CDR.

Observações:

1. Em 9/9/2015, a matéria foi apreciada pela CDR com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CDR e 2-CDR.

2. Constatou da pauta em 24/4 e 8/5/2019.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Rocha, para a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, nobres pares, coube a mim a relatoria que trata sobre o Projeto de Lei do Senado Federal de nº 324, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, que "institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências".

Submete-se à análise da Comissão de Meio Ambiente, para decisão terminativa, o projeto de lei já enunciado, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que institui esta obrigatoriedade: a captação de águas da chuva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é composta de três artigos. O art. 1º institui, para novas edificações residenciais, comerciais e industriais, públicas ou privadas, a inclusão no projeto técnico de um item referente a captação e aproveitamento de águas pluviais e ao seu reúso para fins não consuntivos em áreas comuns. O seu parágrafo único determina a adequação à nova lei, quando possível, das construções já existentes, de acordo com a viabilidade técnica e financeira.

Os artigos seguintes tratam mais de técnicas legislativas.

Na justificativa do projeto, o Senador argumenta que o reúso reduz a demanda de água devido à substituição de água potável por água de qualidade inferior, que pode ser utilizada em atividades de limpeza. Segundo o autor, o objetivo da proposição é evitar o desperdício de água limpa, estimulando o novo aproveitamento antes do seu envio às redes de esgoto.

Há outras justificativas.

A minha análise vai para adequar não só em técnicas legislativas, mas também na Constituição mãe.

Compete, portanto, a esta Comissão, de mérito, conforme o nosso Regimento Interno, opinar sobre esses assuntos pertinentes à questão ambiental. Concordamos com o que está expresso, não só no conceito do projeto, mas também com a análise feita por outros Parlamentares em outras Comissões.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente, uma vez que a análise eu resumi. É um roteiro amplo.

O meu voto é o seguinte.

Ante o exposto, votamos pela aprovação desse projeto de lei do Senado Federal, com as três emendas propostas a seguir, pela rejeição da Emenda de nº 1, que veio da CDR, e pela rejeição da Emenda nº 2, também da CDR.

EMENDA Nº – CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2015, a seguinte redação:

"Torna-se obrigatória para as novas construções a inclusão, no projeto técnico da obra, de item referente a sistemas de captação de água da chuva ou de reúso não potável da água."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se [portanto] [...] a seguinte redação [ao projeto]:

"Art. 1º Fica instituída para as novas edificações residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, a obrigatoriedade de inclusão, no projeto técnico da obra, de item referente a sistema de captação e aproveitamento de água de chuva ou de reúso não potável de água.

§ 1º As construções já existentes serão adequadas à nova lei de acordo com a viabilidade técnica e financeira;



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º O dispositivo do *caput* não se aplica às edificações privadas de qualquer natureza com área construída inferior a 300 (trezentos) metros quadrados."

EMENDA Nº – CMA

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado [...] a seguinte redação:

"Art. 2º A emissão de Carta de Habite-se para edificações construídas a partir da entrada em vigor desta Lei fica condicionada ao atendimento do disposto no art. 1º."

Sala da Comissão.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Paulo Rocha, pela leitura e pelo brilhante voto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro... Desculpem-me. Perdão!

Uma vez que a matéria exige votação nominal e que não temos, na sala, Senadores em número suficiente, lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, eu queria fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sei que nossa grande preocupação é a produção – porque já fui Presidente de Comissão, tenho vários... – e a produtividade desses projetos, da produção de... E deixar fluir o debate nas várias Comissões.

Sempre a gente para por conta do quórum, quando chegam os terminativos, por causa do quórum qualificado e também porque nós Senadores temos que cobrir três, quatro Comissões ao mesmo tempo. Então, eu dou uma sugestão a V. Exa. de que haja aqui na pauta... Eu estou vendo aqui que os próximos todos são terminativos. Vamos aproveitar que nós estamos aqui... Do 8 ao 10 são todos requerimentos e são pela aprovação. Eu acho que seria bom a gente ler todos e aprová-los em bloco, porque a gente vai produzir muito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Obrigado, Senador Paulo Rocha.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos para o item 2, decisão não terminativa.

ITEM 2**PROJETO DE LEI Nº 1396, de 2019****- Não terminativo -**

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para estabelecer o dever de o poluidor ressarcir a União, o Estado ou o Município das despesas incorridas com operações envolvendo forças policiais, corpo de bombeiros, defesa civil, assistência social ou outros órgãos públicos, realizadas para socorro, resgate, assistência e mitigação dos danos ambientais e sociais, inclusive as despesas realizadas pelo Sistema Único de Saúde com o tratamento das vítimas.

Autoria: Senador Carlos Viana

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta

Observações:

1. A matéria vai ainda à CCJ, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar para a leitura do seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Agradeço, Sr. Presidente, nobre Senador Fabiano Contarato.

Vou à relatoria da matéria, o Projeto de Lei nº 1.396, de 2019, do Senador Carlos Viana, que altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que "dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências", para estabelecer o dever de o poluidor ressarcir o Erário pelas despesas decorrentes de operações de socorro, resgate, assistência, tratamento médico hospitalar e mitigação de danos ambientais e sociais. É do Senador Carlos Viana.

Esse projeto, Sr. Presidente, possui dois artigos. O art. 1º acrescenta § 6º ao art. 14 da Lei nº 6.938, de 1981, para que o empreendedor poluidor arque com as despesas relativas à mobilização de forças policiais, ambientais, de resgate e salvamento e de saúde por parte do Poder Público. O art. 2º estabelece como cláusula de vigência a data da publicação da lei originada pela aprovação do projeto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à CCJ a decisão terminativa.

Com relação ao mérito, saudamos o Senador Carlos Viana pela iniciativa, pois a proposição amplia o escopo da responsabilização civil na legislação ambiental, aplicável em particular a desastres ambientais. Com efeito, nas regras atuais, a responsabilidade civil do poluidor concentra-se na reparação do dano ambiental, material e pessoal causado, sem incorporar os enormes custos relativos à mobilização de serviços policiais, de resgate, de defesa civil, de fiscalização e monitoramento ambientais e de atendimento médico-hospitalar das vítimas. A rigor, esses serviços deveriam ser providos por quem deu causa ao desastre. Se o causador do dano não tiver capacidade para prover tais serviços, deve então custeá-los.

Ainda que se argumente que o empreendedor já financia esses serviços públicos por meio do pagamento de tributos, lembramos que essas situações excepcionais geram ônus desproporcional para o Poder Público, que deve ser compensado mediante contrapartida financeira. Outro aspecto a ser observado é que a prestação de serviços públicos em emergências torna-os indisponíveis ao restante da população, que também contribui com tributos. Portanto, entendemos ser bem razoável o alargamento da responsabilização civil do poluidor em desastres ambientais que envolvam ações de resgate, salvamento e atendimento de vítimas.

Temos um exemplo que aponta mais ou menos no mesmo sentido na legislação de resíduos sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010). O empreendedor que lida com resíduos nocivos ao meio ambiente e à saúde – por exemplo, agrotóxicos, pilhas e baterias – é obrigado a implantar sistema de logística reversa, mediante retorno desses produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. Quando o empreendedor se vale do serviço público para cumprir essa obrigação, o Erário deve ser devidamente remunerado, conforme negociação, nos termos do art. 33, §7º, da mesma lei. Portanto, mesmo pagando regularmente tributos vinculados ao manejo de resíduos sólidos, o empreendedor fica sujeito a pagamento adicional relativo à utilização do serviço público.

Finalmente, entendemos que o projeto pode ser aprimorado com emenda que crie bases para metodologia de cálculo da indenização a ser cobrada do empreendedor em face dos serviços públicos mobilizados para atender a emergência. Na emenda, explicitamos que serão cobrados valores que considerem a quantidade de colaboradores, veículos, equipamentos e materiais alocados pelo Poder Público. Ademais, havendo impossibilidade ou dificuldade na definição dos custos de bens e serviços oferecidos pelo Poder Público, pesquisa de mercado poderá fundamentar o preço de referência a ser adotado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, espera-se que haja maior segurança jurídica e facilidade na definição do valor da indenização cobrada do empreendedor pelo uso de serviços públicos no atendimento de emergências em desastres ambientais.

Pelo exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do PL nº 1.396, de 2019, com a emenda que se segue.

EMENDA Nº – CMA

Acrescentem-se, além do proposto pelo art. 1º do PL nº 1.396, de 2019, os seguintes §§ 7º e 8º ao art. 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981:

“Art. 1º

‘Art. 14.

§ 6º

§ 7º O cálculo do ressarcimento de que trata o § 6º observará a quantidade de colaboradores, veículos, equipamentos e materiais alocados pelo poder público, bem como considerará custos com:

I – hora de trabalho dos agentes públicos, incluídos terceirizados, direta ou indiretamente envolvidos com o evento ou com suas consequências;

II – aquisição, reposição, manutenção e abastecimento de veículos e equipamentos utilizados;

III – despesas médico-hospitalares, inclusive cirurgias, internações, medicamentos, próteses e outros materiais;

IV – construção ou uso de estruturas públicas para atendimento, acolhimento e abrigo de vítimas e familiares, bem como para depósito de veículos, equipamentos ou materiais;

V – obras e serviços necessários para mitigação e monitoramento dos danos ambientais e à saúde humana; e

VI – outros custos, definidos em regulamento.

§ 8º No caso do § 7º, havendo impossibilidade ou dificuldade na definição dos custos de bens e serviços oferecidos pelo poder público, pesquisa de mercado poderá fundamentar o preço de referência a ser adotado'."

Esse é o voto, com as emendas que acabo de adicionar ao projeto.

Sr. Presidente, creio que o Senador Carlos Viana apresenta esse projeto num momento em que o seu Estado, Minas Gerais, atravessa uma tragédia que ceifou várias vidas e, além disso, feriu de morte um dos principais rios da margem direita do São Francisco, que é o Paraopeba. Esse rio hoje, para ter uma recuperação a ponto de ter condição de dar vida às plantas e aos peixes, precisa de, no mínimo, 20 ou 30 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter uma ideia, peguei um relatório recente feito sobre o Rio Paraopeba. A quantidade de oxigênio dissolvido por litro é zero. Para um rio dar a mínima condição de vida a plantas e peixes, ele tem que, no mínimo, ter 8mg de oxigênio dissolvido por litro. Está com zero. Portanto, para recuperar-se demorará mais de 20 ou 30 anos.

Esse projeto chama a atenção e dá um cartão vermelho aos donos de empresas que poluem os rios, as nascentes e destroem o meio ambiente, para endurecer, realmente, a legislação e dizer: olha, não faça mais isso porque você vai ser penalizado. Na maioria das vezes, não acontece isso, porque há uma legislação muito complacente com o crime ambiental e o crime contra a vida das pessoas, como aconteceu lá em Sobradinho, na barragem do Córrego do Feijão, um afluente do Rio Paraopeba, que é um rio caudaloso e muito importante da margem direita do Rio São Francisco.

Felizmente, até agora, esses rejeitos de óxido de ferro, de mercúrio, de argila não atingiram a calha principal do Rio São Francisco, a barragem de Três Marias, porque foram contidos na barragem de Retiro Baixo, também no leito do Rio Paraopeba.

Portanto, quero parabenizar aqui a iniciativa do Senador Carlos Viana. Espero que o projeto seja aprovado também lá na CCJ, onde será terminativo, e que a Câmara dos Deputados possa aprová-lo para ser sancionado e endurecer o jogo com esses poluidores insensatos que não dão segurança, nas suas obras e serviços, para preservar a vida e não contaminar o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto nº 1.398, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Neste momento, por economia, atendendo à sugestão do nobre Senador...

Nós temos aqui, no mês de junho... Esta Presidência, junto com toda a equipe, entende que não basta comemorar o dia 5 de junho como um dia internacional de proteção ao meio ambiente; nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos fazer o Junho Verde. Vai ser um mês de várias audiências públicas debatendo temas de extrema relevância que nós entendemos que devem estar aqui. Aliás, eu vejo que esta Comissão tem quer ser proativa no debate, deve sempre estar debatendo. Independentemente das reuniões, nós temos que estar aqui promovendo essas audiências públicas e trazendo profissionais em posições antagônicas para que possamos discutir.

Então, por uma questão de economia, nós estamos aqui para colocar em discussão e aprovar os Requerimentos 17, 18, 19, 20, 21 e 22, de autoria dos Senadores Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Styvenson Valentim, Randolfe Rodrigues, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates e Antonio Anastasia.

Eu vou fazer só uma breve síntese.

Aqui requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização das audiências públicas relacionadas nos requerimentos a seguir, como parte do ciclo de debates "Junho Verde – o Meio Ambiente Une".

O Dia Internacional do Meio Ambiente, 5 de junho, assim declarado em 1972 pela Resolução 2.994 por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, é data importante em todo o mundo para debates e discussões sobre a questão ambiental, sustentabilidade e a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Sob a premissa "O Meio Ambiente Une", cunhada pelo saudoso ambientalista Paulo Nogueira Neto, propomos trazer ao Senado Federal, durante todo o mês de junho, debates contemporâneos sobre diversos temas ambientais, de modo a promover reflexões e provocar esta Casa Legislativa a assumir compromissos, conforme o seguinte cronograma – só o tópico inicial: um requerimento, discutir o tema, aspas, "Brasil Verde Para Sempre? Balanço de 7 anos do Novo Código Florestal"; outro requerimento, discutir o tema "Dia Mundial do Meio Ambiente: balanço da conservação dos biomas brasileiros"; terceiro requerimento, "Lucros verdes: como empresas brasileiras se tornaram prósperas e competitivas preservando o meio ambiente"; outro requerimento, "Desertificação: balanço das políticas para melhor uso do solo brasileiro"; outro requerimento, "Proteção e o bem-estar dos animais"; e, por fim, o tema "Semear o futuro para o Brasil florescer: visão das novas gerações sobre desenvolvimento e meio ambiente".

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Brasil verde para sempre? Balanço de 7 anos do Novo Código Florestal", estabelecido por meio da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, como parte do "Junho Verde - O Meio Ambiente Une".

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

ITEM 11**REQUERIMENTO Nº 18, de 2019**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Semear o futuro para o Brasil florescer: visão das novas gerações sobre desenvolvimento e meio ambiente", como parte do Ciclo de debates "Junho Verde - O Meio Ambiente Une".

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

ITEM 12**REQUERIMENTO Nº 19, de 2019**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Dia Mundial do Meio Ambiente: balanço da conservação dos biomas brasileiros", como parte do Ciclo de debates "Junho Verde - O Meio Ambiente Une".

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

ITEM 13**REQUERIMENTO Nº 20, de 2019**

- Não terminativo -



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema “Desertificação: balanço das políticas para melhor uso do solo brasileiro”, como parte do Ciclo de debates “Junho Verde - O Meio Ambiente Une”.

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

ITEM 14**REQUERIMENTO Nº 21, de 2019**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema “Lucros verdes: como empresas brasileiras se tornaram prósperas e competitivas preservando o meio ambiente”, como parte do Ciclo de debates “Junho Verde - O Meio Ambiente Une”.

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

ITEM 15**REQUERIMENTO Nº 22, de 2019**

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema “Proteção e o bem-estar dos animais”, como parte do Ciclo de debates “Junho Verde - O Meio Ambiente Une”.

Autoria: Senador Fabiano Contarato e outros

Em votação os requerimentos apresentados.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem, Presidente Fabiano Contarato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Presidente, V. Exa. leu o requerimento aqui de convocação do Ministro de Minas e Energia...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... Bento Albuquerque, amanhã, para fazer um esclarecimento sobre a questão do rompimento do talude da Mina do Gongo Soco, em Minas Gerais.

Duas questões eu gostaria de levantar aqui e submeter à apreciação de V. Exa. A primeira questão é em relação a uma agenda pré-determinada já do Ministro Bento Albuquerque, amanhã, no Baixo Açu, no Paraná, que prejudicaria, obviamente, essa convocação para o dia 23, amanhã. Portanto, ficaria na sua prejudicialidade.

Se V. Exa. concordar, bem como os demais membros da Comissão, nós sugeriríamos que fosse apresentado um convite com uma data pré-determinada, até porque amanhã, na CPI de Brumadinho, estarão presentes o Victor Hugo, da Agência Nacional de Mineração, e o Germano Luiz, da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais. Eles, inclusive, vão ser sabatinados, por assim dizer, porque os Srs. Parlamentares Senadores vão fazer indagações também em relação a essa questão da Mina do Gongo Soco, de Cocalis. Se V. Exa. pudesse flexibilizar, ficaria melhor, até porque evitaria uma quebra de agenda. O senhor sabe, os ministros, todos eles, têm as suas agendas pré-determinadas.

Então, gostaria de submeter à apreciação de V. Exa. e faria, no termo de requerimento, um convite para ele vir aqui na próxima semana, no início da próxima semana, acredito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Chico Rodrigues, a matéria foi colocada hoje em discussão e foi deliberada aqui por esta Comissão tendo em vista a gravidade, a iminência do problema que está para acontecer. Inclusive, foi aprovada uma diligência para que nós possamos ir até o local. O Ministério Público já entrou com uma ação, e há uma comprovação de risco iminente de serem atingidos, inclusive, três Municípios, com um índice populacional elevado.

Eu reputo, com todo respeito e deferência que tenho ao senhor, o momento agora como *sui generis*, é um momento extremamente delicado. Eu acho que caberia ao bom senso do ministro, dentro da razoabilidade e de sua agenda, flexibilizar para entender o que é mais urgente neste momento. A minha preocupação é: pode acontecer a qualquer momento uma outra tragédia, e essa convocação seria para amanhã para que a gente tivesse essa oportunidade, porque depois, uma vez





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que acontece o fato, todo mundo quer aparecer, todo mundo quer fazer CPI, todo mundo quer ir para a imprensa, mas nós, que estamos aqui diuturnamente, Senador Eduardo Girão, sabemos que o problema do meio ambiente é diuturno.

Então, eu apelo para V. Exa. interceder junto ao ministro para, se ele puder, fazer essa gentileza de comparecer, por quê? Eu confesso ao senhor que, pelo que tenho observado e pelo que tenho diligenciado até, foi feito esse requerimento de ir até o local, como nós vamos fazer, e de chamar o ministro aqui tendo em vista a gravidade.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu acho só... Interrompendo, nobre Senador, eu sugeri isso a V. Exa., mesmo com a sua aquiescência e a concordância dos nossos pares, porque amanhã essa questão vai ser tratada também com precisão cirúrgica lá na CPI de Brumadinho. E isso aí, eu tenho certeza, essa dúvida, esse questionamento, essa preocupação é pertinente – e V. Exa. está absolutamente se antecipando a um fato que eventualmente venha a ocorrer –, mas eu acho que, nessa CPI, o Dr. Victor Hugo, da Agência Nacional de Mineração, que está acompanhando em tempo real essa questão, talvez pudesse responder a contento. E eu acredito que não haveria prejudicialidade, porque esses técnicos estão talvez até com mais informações do que o próprio ministro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Fabiano Contarato...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Pela ordem.) – ... Senador Chico Rodrigues, só para tentar mediar, devido à urgência, devido à boa vontade que V. Exa. está colocando também, as ponderações da agenda, mas também atendendo à questão emergencial, porque o fato nos chama, clama, que tal às 8h da manhã? É uma sugestão que eu queria dar aqui para ver se temos os encaixes certos na agenda. Às 8h da manhã a gente faria um esforço, se os demais Senadores concordarem, para tentar equacionar amanhã, pela manhã, já que não se está encontrando uma agenda, um horário pré-determinado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu vejo assim, talvez, até no semblante de preocupação, que está praticamente como se, na verdade, fosse o réquiem de um desastre anunciado, e todos nós brasileiros temos esse sentimento.

Nós vimos, eu estive em Israel, conversando, inclusive, com os bombeiros que estiveram aqui acudindo a população ali naquele acidente de Brumadinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer a V. Exa. que, como o secretário de Geologia do Ministério está chegando aqui em poucos minutos, seria interessante que... Veja, o técnico talvez... Não é que nós estejamos poupando o Ministro Bento, mas essa viagem poderia atrapalhar, na verdade, essa sua agenda e esses técnicos são os elementos que estão subsidiando o ministro. As informações que nós temos, com minudência de detalhes, do corpo técnico do Ministério de Minas e Energia é exatamente essa. E o presidente, também, da Agência Nacional de Mineração chegará aqui e poderia fazer um esclarecimento. Não sei se atenderia confortavelmente essa preocupação de V. Exa., porque é atender a dois senhores. Há o ministro, que é uma instituição, e há os outros dois que são técnicos e que, obviamente, estão com essas informações precisas em tempo real.

Se V. Exa. pudesse ouvi-los, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador Chico Rodrigues, eu, com todo o respeito, digo não. Acho que o ministro tem que estar aqui. Ele pode vir acompanhado com os técnicos para assessorar, mas ele tem um valor simbólico, uma representatividade, porque ele está agindo em nome do Presidente da República como titular dessa pasta, desse ministério.

Então, o que nós podemos fazer é manter a convocação para amanhã e antecipar o horário para as 8h, para o horário que ele puder, mas o requerimento já foi aprovado e a convocação está mantida para amanhã. O que nós podemos aqui é flexibilizar o horário.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Nós estávamos tentando transformar em convite, inclusive porque eu acredito que realmente o fato é recorrente, é de uma gravidade enorme, e nós queremos, obviamente, mitigar essas ocorrências que podem vir a acontecer, mas acho, com toda franqueza, que a presença desses técnicos aqui, do secretário de Geologia e do presidente da Agência Nacional de Mineração...

Afinal de contas, o ministro não vai fazer uma barreira lá para proteger qualquer eventualidade, e os técnicos vão dar, talvez, até mais informações do que o próprio ministro, mas podemos submeter à Comissão e V. Exa. decide, talvez de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu entendo perfeitamente que os técnicos podem dar o apoio, mas o ministro tem que saber que o comportamento dele, seja por ação ou por omissão, é de extrema relevância e tem repercussão, tanto na responsabilidade civil, quanto na penal ou na administrativa, por força do que determina o art. 3º, §2º, alínea "a", do Código Penal, quando diz que a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha por lei a obrigação de proteção, vigilância ou cuidado.

Então, está mantida aqui a convocação. Eu espero que o ministro tenha a sensibilidade. A equipe aqui, a Comissão, já está tendo essa flexibilidade de movimentar o horário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de o senhor chegar, já houve um requerimento. Inclusive, Senador Chico Rodrigues, antes da sua chegada, houve, também, um Senador, o Senador Jean Paul Prates, fazendo questão da presença do ministro porque há outros tópicos que envolvem a pasta dele. Então, é de suma importância a presença dele aqui.

Esses convites já se encontram, segundo informação da Secretaria, no Gabinete do ministro, e eu espero efetivamente que ele compareça porque é um momento delicado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – E por que não colocar "convite" em vez de "convocação"? Com uma data pré-determinada?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador, já foi feita a convocação, já foi discutida, já foi aprovada. Agora, o senhor está fazendo essa intervenção, e nós estamos definindo dada a urgência. Esse não é um comportamento corriqueiro que eu tenha aqui como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, mas o problema é urgente. Então, compete ao ministro, se ele vai comparecer ou não, que assuma o ônus da sua conduta. O que eu tenho que respeitar é uma decisão desta Comissão, composta por 34 Senadores, 17 titulares e 17 suplentes. Então, está mantido porque já foi discutido, já foi votado e já foi deferido.

Volto a falar, o objetivo de toda a Comissão e de todos os Senadores aqui presentes é um comportamento cautelar, preventivo, mas é de suma importância a presença do ministro. Que ele venha acompanhado com os técnicos para subsidiá-lo nas informações técnicas, mas nós temos que ouvir dele o que está acontecendo, porque nós não podemos admitir como crível, razoável e aceitável o que já aconteceu em 2015, o que aconteceu agora em Brumadinho e aqui, agora, depois que já fiz a leitura de todos os... Inclusive, já houve sinal de alerta com evacuação da população. Esse problema é urgente! Então, este é um momento *sui generis*, é um fato excepcional aqui perante a Comissão, e eu apelo para o ministro para que compareça aqui.

Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Passamos agora ao item...

Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nobre Senador Fabiano Contarato, eu quero dizer que existem dois fatores nessa questão do ministro. O primeiro fator é que as últimas posições tomadas pelo ministro vêm de encontro, a meu ver, são muito ao contrário do que eu penso para a preservação ambiental, das regras e das legislações que existem em nosso País. O ministro já deu várias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

declarações de um pouco de falta de compromisso com isso: com as florestas, com as matas e com os rios, sobretudo. Ele precisa ser ouvido, e o Governo precisa ter uma política ambiental que possa preservar a natureza e o meio ambiente, permitindo o desenvolvimento econômico, mas sem destruir aquilo que nós temos ainda de matas, de florestas, de rios e de nascentes. Então, isso é uma coisa de que ele precisa ser questionado.

O outro caso é esta questão da mina de Barão de Cocais, que pode ou não pode ter rompimento. Isso não é culpa do atual ministro nem do atual Governo, isso é uma coisa que vem de longo tempo.

Quando V. Exa. falou que se convoca CPI para – não sei o termo que V. Exa. usou – aparecer, quem fez requerimento da CPI fui eu, e não foi para aparecer, foi para identificar os culpados. Eu sou suplente, até porque cedi o meu lugar ao Senador Carlos Viana, mas tenho comparecido sempre aqui à CPI. A maioria dos Senadores não aparece; só vimos eu, a Rose, o Carlos Viana e o Kajuru. Os outros Senadores que compõem a CPI praticamente não vêm aqui. Essa CPI já ouviu vários diretores, o presidente da Vale, e eu tenho certeza absoluta de que o Senador Carlos Viana vai elaborar um parecer conclusivo duro, dentro da lei, para punir os culpados. Então, nós já tivemos aqui várias oitivas a esse respeito.

Embora eu seja suplente – o titular é o Carlos Viana –, eu venho sempre aqui. E não foi para aparecer, foi para investigar mesmo, até porque parece, Senador Fabiano Contarato, que só se cuida do meio ambiente nesta gestão, depois que os novos Senadores chegaram aqui. E não é isso. Eu fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente e trabalhei bastante. Se é essa questão de conhecer Brasil, eu conheço o Estado de Minas mais do que os mineiros, conheço o Rio São Francisco mais do que o mineiro. Eu ando, andei e visitei essas regiões todas em que há mineração. Então, não falo aqui por ter ouvido falar, porque fui lá. Já fui umas duas ou quatro vezes lá, em São Roque de Minas, à nascente do Rio São Francisco, já desci até Pirapora, já saí em Carinhanha, já fui e voltei. Conheço esse quadro todo de olhar, de pisar o pé na água, de pisar o pé perto da barragem para conhecer o que é isso. Então, nós o fizemos conscientemente.

Agora, o que acontece é que uma tragédia dessa que aconteceu em Brumadinho não chama mais atenção. Embora tenham perdido a vida trezentas e tantas pessoas e se destruído um rio, chama muito menos atenção do que um holofote lá, no Plenário do Senado Federal, para aparecer na rádio ou na televisão, porque aqui não vem ninguém. Só vêm os que eu citei aqui: a Rose, eu, Kajuru e o Carlos Viana, eventualmente vem o Senador Randolfe, mas os outros nunca compareceram aqui. Então, quem fez o requerimento da CPI fui eu, como tentamos instalar a de Mariana, e na época o governo que estava governando o Brasil, o Governo do Sr. Michel Temer, trabalhou para impedir que assim acontecesse a instalação da CPI de Mariana, e as coisas correram como ocorreram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é bom que se diga. É bom que se diga, porque, às vezes, eu fico observando aqui, e parece que no Senado só estão acontecendo coisas boas depois que essa nova Legislatura aconteceu. Não é assim, não! Eu ocupei o cargo aí de V. Exa. e trabalhei intensamente pela preservação do meio ambiente, porque conheço de estar presente, conheço de ir ao local, estudo isso já há muitos anos. Eu não preciso ter chapinha dizendo "eu sou defensor da história do Chico Mendes" ou de quem quer seja. O meio ambiente defende quem tem compromisso com o meio ambiente e conhece e sabe qual é o valor disso, até não por mim – até não por mim –, mas pelas futuras gerações.

E, quando se fala em meio ambiente e ficam falando apenas em florestas, eu fico assim: não é possível! O mais importante do meio ambiente é a água. Quem tem prática de vida sabe que é a água. Sabe por quê, Presidente? Porque o consumo de água, nos últimos 100 anos, cresceu sete vezes mais do que a produção de água.

Eu estou falando com V. Exa. aqui, agora, e neste País nosso, que é um país continental, deve estar morrendo uma nascente pela ação indevida e criminosa do homem quando derruba uma mata ciliar na beira de uma nascente ou na beira de um rio tributário ou afluente.

Portanto, eu quero dizer a V. Exa. que eu fiz isso, e não foi de maneira nenhuma... Até porque eu não gosto, eu até fujo da imprensa, passo lotado. Eu quero saber é que minha consciência está tranquila com aquilo que eu faço, com muita seriedade, com muita verdade, com muita precisão e também com uma história de vida que, graças a Deus, como tantos outros que há aqui... Eu completo agora 33 anos e tomei conta de todos os orçamentos do meu Estado da Bahia, de secretário a Governador, e não sei o que é gastar um real para contratar um advogado para me defender de nenhuma denúncia de Ministério Público ou responder a qualquer processo que seja. E, olhe bem, são muitos anos, 33 anos, sempre no Executivo, sempre cuidando dos recursos públicos. Para chegar a esse nível não é tão fácil assim. E é mais fácil até quando se toma conta de cofre vazio, mas tomar conta de cofre com muito recurso e chegar aonde eu cheguei é uma coisa que depende muito de honra e de segurança para administrar o Erário de acordo com os interesses do povo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Otto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só um minuto, por gentileza.

Senador Otto, eu reconheço plenamente a atuação e o empenho de V. Exa. nas causas ambientais. O senhor tem apresentado relatórios periodicamente. Eu quero que o senhor entenda que a fala, a minha crítica aqui não é direcionada, porque eu obedeço a um dos princípios que regem a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, que está no art. 37, que é a impessoalidade. Agora, o Senador Paulo Rocha acabou de relatar um projeto de lei que não foi votado sabe por quê? Porque não há quórum. E nós temos aqui, só nesta pauta, quatro projetos que não vão ser votados porque nós não temos quórum. Agora, eu não acho razoável eu estar Presidindo uma Comissão de Meio Ambiente, com 34 Senadores, e nós não termos quórum para votar projetos de extrema relevância dentro do meio ambiente.

Então, minha crítica não é pessoal, não é contra a CPI ou contra a instauração de inquérito. Eu estou chamando a atenção é para que, quando a tragédia acontece, muita gente vai e quer, efetivamente, aparecer em cima de uma tragédia, com pessoas, com famílias dilaceradas, mas quando têm que estar aqui, com um trabalho diuturno, votando um projeto como o do Senador Paulo Rocha ou como os outros quatro, que nós não vamos votar, porque não temos quórum, eu não tenho como ficar tranquilo e feliz com essa situação, como eu tenho certeza de que, quando V. Exa. assumiu esta Comissão, isso também lhe frustrava, porque é muito ruim. A gente tem um trabalho, a gente estabelece uma ata com itens, com projetos, os relatores apresentam os seus relatórios, e, na hora de chegarem aqui, cadê? Faz-se a leitura, aí eu venho aqui e leio: "Tendo em vista que a matéria precisa de quórum e não há o quórum, fica suspensa a discussão e a votação". Ora, com todo o respeito, nós estamos aqui é para trabalhar! Eu faço esse apelo aos Senadores que compõem esta Comissão. A Comissão de Meio Ambiente tem 34 Senadores, entre titulares e suplentes. Eu acho inadmissível nós termos que suspender discussão e votação tendo em vista a ausência de quórum.

Então, a minha fala não foi, jamais, direcionada para a postura de V. Exa.; muito pelo contrário. V. Exa. muito dignifica todos os seus votos quando se retrata ao meio ambiente. Prova disso é que, no dia 5 de junho, que é o Dia do Meio Ambiente, nós vamos discutir os biomas, e esse foco da produção de água vai ser um tema aqui. Nós temos uma pauta do Junho Verde em que nós vamos estar debatendo temas de extrema relevância, e eu, desde já, conto com a colaboração de V. Exa.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, a veemência de V. Exa. em achar que a Comissão fica esvaziada, sem a condição de votar as matérias terminativas, procede no Senado Federal. Isso não está acontecendo só agora; acontecia também quando eu era o Presidente. Então, é uma coisa recorrente. Na Comissão de Ciência e Tecnologia era a mesma coisa. Eu acho que no Senado nós temos 81 Senadores para as mesmas Comissões que tem a Câmara. Ficamos correndo para um canto para outro. Esta é a terceira Comissão a que eu venho hoje. Ontem foi a mesma coisa. Então, isso depende muito dos horários.

Eu, por exemplo, era Presidente da Comissão de Meio Ambiente e também da de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Era uma Comissão muito grande. Então, sempre havia quórum, e eu a realizava às 9h da manhã. Então, eu conseguia botar gente aqui, sabe por quê? Porque terça-feira eu ia buscar os Senadores lá na CAE: "Façam o favor, venham dar presença, venham votar".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero dizer a V. Exa., porque eu vejo que V. Exa. me parece que faz exercícios, está com condição física e bom preparo físico: prepare-se para gastar as suas energias aqui, nesses corredores, para trazer os Senadores para cá, como eu fazia. Agora, marque às 8h da manhã. Marque às 8h da manhã, porque eu vou dizer uma coisa: o senhor vai ficar em plena forma física. Eu estou enxutinho aqui, com 71 anos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Senador, deixe-me falar uma coisa para o senhor: sabe quantas vezes esta Presidência mudou o horário desta Comissão? No mínimo três vezes. Agora, o senhor fala que isso é um problema das Comissões. Eu faço parte da Comissão de Constituição e Justiça. Vá lá e veja quantas vezes não houve votação por ausência de quórum? Nenhuma.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sabe por quê? Porque não se dá valor à Comissão de Meio Ambiente, e é isso que eu não quero admitir enquanto eu for Presidente daqui.

E com relação... Com todo o respeito, quando o senhor faz uma crítica com relação aos novos Senadores... Eu amo ser delegado de polícia e professor. Essas são minhas funções. Quis a população capixaba me eleger como Senador da República pelo Estado do Espírito Santo. Talvez os Senadores novos estão aqui... Nós estamos imbuídos no mesmo propósito. Eu tenho uma deferência pelo senhor, assim como pelo Senador Chico Rodrigues, como pelo Senador Paulo Rocha, por todos que estão aqui, mas talvez a ânsia, a sede, o brilho nos olhos, a vontade de lutar por um Brasil melhor, pela preservação daquilo que está no art. 225 da Constituição é que me motive a fazer um trabalho à frente da Presidência da Comissão de Meio Ambiente que atenda àquilo de que efetivamente o Planeta precisa, que é preservar o meio ambiente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Mas, Presidente, eu não fiz crítica não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tá bom.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu disse que parecia que as coisas, no passado, não aconteciam aqui. E aconteciam, tanto que eu citei agora que eu andava buscando os Senadores para dar quórum aqui, na Comissão de Meio Ambiente. Eu só quis dizer isso aí.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente, pela ordem.

Presidente, eu gostaria de sugerir a V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu vejo aí essa discussão entre V. Exa. e o Senador Otto com muita franqueza, com muita pureza até, porque é um fato recorrente que deixa o Presidente indignado, porque, na verdade, a CMA tem uma importância relevante não apenas para o Brasil, mas para o nosso Planeta. As decisões que venham a ser aprovadas aqui são fundamentais para a vida do nosso Planeta, e tenho certeza de que a forma bem transparente como o Senador Otto Alencar falou não quis, de forma alguma, criar um conflito, mas apenas citar um fato.

Eu só gostaria de dizer a V. Exa. que se encontra presente aqui o Secretário de Geologia do Ministério, Alexandre Vidigal, e o Presidente da Agência Nacional de Mineração, o Victor Bicca, que estarão aqui, amanhã, presentes. E, após contatos com o ministro, nós gostaríamos de sugerir a V. Exa. que amanhã, às 8h, fosse realizada essa audiência, porque o ministro, na verdade, satisfaria, inclusive, a convocação de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu agradeço imensamente, Senador, a sensibilidade. Agradeço ao ministro.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Essa pauta é urgente, e ele vai uma contribuição muito positiva.

Então, fica marcado, e eu faço um apelo aos Senadores: compareçam aqui, amanhã, às 8h.

Está deferido.

Item 7, decisão...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Senador... Senador Fabiano...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Só para contribuir.

Eu acho que, diante do fato de que vai haver uma reunião, amanhã, às 8h da manhã aqui, a título de sugestão e de colaboração, avise à assessoria desta Comissão para ligar para os Senadores, porque, por sinal, são poucos que levantam cedo para chegar às 8h, impreterivelmente, aqui. Ainda estão frescos esses últimos dias, em Brasília, o clima melhorou sobremaneira...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que seria de bom alvitre a assessoria ligar para os Srs. Senadores comparecerem aqui às 8h da manhã, porque, para chegarem às 8h, eles têm que levantar, no mínimo, às 7h da manhã. Alguns fazem uma bela refeição cedo, um belo café da manhã...

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sugestão só.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Pode ter certeza de que eu vou botar a equipe toda, não só a da CMA, mas a de meu gabinete, para fazer isso.

Item 7, decisão terminativa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 247, de 2018

- Terminativo -

Transforma a Reserva Biológica de Santa Isabel, criada pelo Decreto no 96.999, de 20 de outubro de 1988, em Parque Nacional de Santa Isabel.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. *Constou da pauta em 8/5/2019.*

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório.

Por gentileza...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fazendo soar a campainha.*) – Por gentileza, eu pediria o respeito dos presentes, dos assessores para que o nobre Relator, Senador Alessandro Vieira, possa proferir o seu voto.

Com a palavra, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu me somo ao seu esforço para viabilizar o andamento regular da Comissão, que é importantíssima, mas faço questão de destacar que a sistemática que nós vivemos no Senado inviabiliza a participação simultânea em várias Comissões e eventos. É preciso modernizar, fazer um estudo técnico dos processos, das práticas da Casa, para chegar-se a um padrão de produção mais racional.

Feito esse ponto, eu peço vênias a V. Exa. e peço retirada de pauta para revisão do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Deferida a retirada de pauta.

Com a palavra, o Senador Eduardo Girão.

Nós temos o Requerimento nº 14 – item 8 –, de 2019, CMA.

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de debater o tema:

Economia Circular do Plástico, em decorrência dos diversos movimentos nacionais e internacionais sobre o assunto e intensidade de projetos de lei sobre o tema.

Com a presença dos seguintes convidados que relaciona:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. *Representante da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - MMA;*
2. *Representante da Companhia ONU Mares Limpos – ONU Meio Ambiente;*
3. *Representante da Confederação Nacional das Indústrias - CNI;*
4. *Representante de Indústria de Bens de Consumo; e*
5. *Representante da Associação Brasileira da Indústria do Plástico ABIPLAST.*

Autoria: Senador Eduardo Braga e outros

Observações:

Foi aprovado na CAE REQ 44/2019 em 07/05/2019 que refere-se a este.

O Relator é o Senador Eduardo Braga, mas foi subscrito pelo Senador Eduardo Girão.

Com a palavra, o subscritor, para a leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para proferir relatório.) – Presidente Senador Fabiano Contarato, demais Senadores e Senadoras aqui presentes, eu subscrevi esse Requerimento nº 14, de 2019, e vou lê-lo aqui para V. Exas.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com o objetivo de debater o tema "Economia Circular do Plástico", em decorrência dos diversos movimentos nacionais e internacionais sobre o assunto e a intensidade de projetos de lei sobre o tema.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; representante da Companhia ONU Mares Limpos – ONU Meio Ambiente; representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI); representante de indústria de bens e consumo; e representante da Associação Brasileira do Indústria do Plástico.

Basicamente isso, o.k., Presidente? A justificação não precisa, né? Só a solicitação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Em votação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente...
Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) –
Pois não, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu estou vendo aqui que os itens 8 e 9 parece que tratam do mesmo assunto. Do Senador Luis Carlos Heinze: "Economia Circular do Plástico" etc. Não seria o caso de aprovar também logo esse e fazer audiência... Já que tratam do mesmo assunto, do mesmo tema.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) –
Perfeitamente, Senador. Só que deveria o Senador estar aqui para fazer o aditamento para inserir isso aqui. Como o Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nomeie-me aí no requerimento do Luis Carlos Heinze, que eu leio e pronto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) –
Está deferido. Então, a autoria é do Senador Luis Carlos Heinze, agora subscrito também pelo Senador Paulo Rocha, para incluir este Requerimento 16 junto.

ITEM 9**REQUERIMENTO Nº 16, de 2019**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2019 - CMA, para debater com a Comissão de Assuntos Econômicos a "Economia Circular do Plástico", seja incluído entre os convidados o presidente do Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos - Plastivida.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze e outros

Observações:

Adita o REQ 14/2019 - CMA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Senador?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para encaminhar.) – É isso. Trata-se do mesmo assunto. O requerimento atende a questão do Regimento Interno – o Requerimento nº 16 – para que seja incluído entre os convidados o presidente do Instituto Socioambiental dos Plásticos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo discussão, os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 45 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e dezessete minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Leila Barros, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Dário Berger, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Jaques Wagner, Telmário Mota e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. **Comparece o Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, em atendimento ao requerimento REQ 24/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato e outros, com a finalidade de prestar informações sobre as providências em curso no âmbito do Poder Executivo para se evitar a anunciada tragédia em caso de rompimento do talude da Mina Gongo Soco e, conseqüentemente, da barragem Sul Superior, da mineradora Vale, em Barão de Cocais, região central de Minas Gerais, e para mitigar seus impactos no caso de ocorrência desse evento. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/23>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos.

A presente reunião destina-se ao comparecimento de S. Exa. o Sr. Bento Albuquerque, Ministro de Estado de Minas e Energia, que vem a esta Comissão prestar informações sobre as providências em curso no âmbito do Poder Executivo para se evitar a anunciada tragédia em caso de rompimento do talude da Mina Gongo Soco e, conseqüentemente, da barragem Sul Superior, da mineradora Vale, em Barão de Cocais, região central de Minas Gerais, e para mitigar seus impactos no caso de ocorrência desse evento.

Para registro, essa convocação se deu em função de aprovação de Requerimento 24, de 2019, da CMA, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, §2º, inciso III, da Constituição Federal e do art. 397, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em atenção aos regramentos regimentais constantes do título da convocação para comparecimento do Ministro de Estado, esta Presidência comunica os procedimentos para a reunião: o Ministro usará a palavra para suas exposições iniciais por até 30 minutos, sem interrupções; os Senadores que desejarem interpelar o Ministro após a sua apresentação devem solicitar inscrição à Secretaria; a cada Senador inscrito, intercalando-se os oradores de cada partido, serão concedidos 5 minutos para sua interpelação, assegurado igual prazo para resposta do Ministro; para contraditar, o orador poderá usar a palavra novamente pelo prazo de 2 minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo prazo para a tréplica; a campainha soará automaticamente quando restar 1 minuto do prazo; na fase de interpelações, o Ministro só será aparteado se assim permitir; os cidadãos podem assistir à reunião em tempo real e encaminhar perguntas e comentários por meio do portal e-Cidadania do Senado (senado.leg.br/ecidadania) ou pelo telefone 0800-612211; as participações serão moderadas pela equipe técnica e podem ser aproveitadas por esta Presidência ou pelos Senadores presentes, para enriquecimento do debate.

Convido o Ministro a tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Sr. Ministro, agradeço a V. Exa., tão profundamente, por ter podido atender à solicitação desta Comissão, apelando pela sensibilidade, já que o caso, na nossa humilde concepção, é de urgência e esta Comissão entendeu por assim o fazer de um dia para o outro. Agradeço mais uma vez. Já o fiz ali na antessala e agora faço aqui publicamente. Está bom, Sr. Ministro?

Sr. Ministro, o Brasil recebe mais esta notícia da iminência de rompimento de mais uma barragem em Minas Gerais, no Município de Barão de Cocais, com extrema preocupação – e por que não dizer com grande indignação também?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há décadas que o setor de mineração vem cometendo crimes contra a vida, contra a vida humana, contra o meio ambiente, contra o patrimônio público e privado. Vem ocorrendo isso no País, particularmente no Estado de Minas Gerais. Cito alguns exemplos:

1) o vazamento de barragem de resíduo de fabricação de celulose em Cataguases, Minas Gerais, em 2003, que atingiu os Rio Pomba e Paraíba do Sul, afetando o ecossistema natural e a população ribeirinha e áreas do Estado do Rio de Janeiro;

2) o rompimento de barragem de mineração de Mirai, Minas Gerais, em 2007, que desalojou quase um terço dos moradores da cidade e elevou o nível da água do rio em Muriaé em quase 4m, causando alagamentos de mais de 1,2 mil casas;

3) o rompimento de barragem de Mariana, em 2015, considerado o maior desastre ambiental da história do Brasil, que causou morte do Rio Doce, no Estado de Minas Gerais e no Espírito Santo, e matou 18 pessoas;

4) o rompimento da barragem de mineração da Vale em Brumadinho, neste ano, considerado o segundo maior desastre industrial do século e o maior acidente de trabalho do Brasil, que deixou mais de 200 mortos, cerca de 93 desaparecidos e gigantescos danos ambientais e materiais.

Quero fazer um alerta aos presentes de que o Ministro tem um compromisso às 9h45. Então, passo a palavra ao Ministro para a sua exposição.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Presidente. Obrigado pelas suas palavras.

É com imenso prazer que eu aceitei esse convite na tarde de ontem. Como disse ao senhor, eu já fui assessor parlamentar e sei da importância de prestarmos esclarecimentos na hora e sempre que necessário aqui ao Congresso Nacional. Como eu disse também ao senhor, eu acredito que isso é uma oportunidade não só de prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários, mas também de mostrar um pouquinho das ações do Governo Federal nesse tema, desde o dia 1º de janeiro.

Eu queria agradecer à minha equipe do Ministério de Minas e Energia, liderada pelo Dr. Alexandre Vidigal, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério; ao Diretor de Geologia e Produção Mineral, Dr. Frederico Bedran Oliveira; ao Diretor de Tecnologia e Transformação Mineral, Dr. Enir Sebastião Mendes; ao Diretor de Políticas e Gestão, Dr. Ricardo de Paula Monteiro; ao Diretor de Desenvolvimento Sustentável na Mineração, Dr. Gabriel Mota Maldonado; ao Coordenador da Diretoria de Tecnologia e Transformação Mineral, Dr. Daniel Alves Lima; e muito especialmente ao Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração, que aceitou o meu convite para aqui estar, que é o Dr. Victor Hugo Froner Bicca; e ao Diretor Presidente do Serviço Geológico do Brasil, que também aceitou gentilmente o convite, o Dr. Esteves Pedro Colnago. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu agradeço a todos pelo esforço que fizeram ontem à noite de preparar algumas informações que eu passo a apresentar aqui para as senhoras e os senhores.

Eu gostaria inicialmente, Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, de falar de competências, as competências não só do Ministério de Minas e Energia, mas também dos outros órgãos que são vinculados ao ministério e têm competências próprias para tratar do tema.

Cabe ao Ministério de Minas e Energia, no que diz respeito a essa questão específica das barragens, a formulação de políticas nacionais de geologia, de exploração e de produção de recursos minerais e energéticos. Cabe à Agência Nacional de Mineração a regulação e a fiscalização de atividades e empreendimentos minerários. Cabe ao Serviço Geológico do Brasil realizar o mapeamento geológico e hidrológico do Território nacional. E cabe aos órgãos ambientais estaduais promover o licenciamento ambiental das atividades e dos empreendimentos utilizadores de recursos ambientais. No caso de Minas Gerais – cada Estado define em face da sua Constituição –, cabe à Fundação Estadual do Meio Ambiente. E à Defesa Civil, no caso também estadual, cabe executar a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Isso aí é apenas para contextualizar as competências dos diversos órgãos no que diz respeito à segurança de barragens e afins.

Segurança de barragens. Ações desenvolvidas pelo ministério. Desde que ocorreu, como o senhor aqui já citou, Brumadinho, no dia 25 de janeiro deste ano, foi composto pelo Governo Federal um Comitê Interministerial de Crise voltado ao evento, que incluiu 15 ministérios. Até hoje esse comitê está trabalhando. Na reunião agora da última terça-feira, reunião do Conselho de Governo, o Ministro Osmar Terra, que é o Ministro da Cidadania, teve oportunidade de fazer uma apresentação, para o Presidente da República e demais ministros, de todas as ações que estão em curso em Brumadinho, ações do Governo Federal em apoio ao Governo de Minas Gerais. Então, são esses ministérios que aí estão, e foi o decreto do próprio dia 25 de janeiro, quando ocorreu aquele acidente.

Contribuição para a identificação das causas. Nós temos que trabalhar não só no apoio às vítimas, que é o principal, mas também buscar o que levou ao rompimento da barragem. Então, diversas ações administrativas foram tomadas. Portarias, o próprio ministério fez uma portaria e determinou à Agência Nacional de Mineração apurações sobre a conformidade de procedimentos por parte dos empreendedores. E também foi instaurado um processo investigativo administrativo sobre o rompimento da barragem.

Também estamos participando do comitê que trata da revisão da Lei de Segurança de Barragens, sob a coordenação da Casa Civil, avaliando a técnica de projetos legislativos, porque temos que ver também a legislação para ver se a legislação está atendendo àquilo que se espera. O que se espera? Espera-se que não ocorra acidente. Então a legislação, principalmente, serve para isso. Eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

costumo dizer que não interessa punir. O ideal é que não haja punição, não haja multa, não haja coisa nenhuma e que essa atividade econômica tão importante para o País seja realizada com segurança.

E também realizamos, porque não somos donos da verdade, reuniões com especialistas da Academia Brasileira de Ciências, Confea/Crea, universidades, e isso estamos realizando até hoje. Hoje, por exemplo, no Rio de Janeiro, há uma delegação dos Estados Unidos e equipes do ministério, e um dos assuntos que está sendo tratado também é um intercâmbio no que diz respeito a segurança de barragem.

Ainda, dando continuidade ao assunto, eu passo agora às ações que foram desenvolvidas, com a permissão do Dr. Esteves, no Serviço Geológico do Brasil, que faz o monitoramento da qualidade da água e vem fazendo isso, desde então, do Rio Paraopeba, que foi atingido pelo rompimento de Brumadinho, e, mais recentemente, desde fevereiro, do Rio São João, também o acompanhamento da pluma de rejeitos/lama. Isso tudo é realizado em conjunto com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e com a Agência Nacional de Águas, por uma rede integrada de dados. Também são emitidos boletins de “Monitoramento Compartilhado do Rio Paraopeba”, que diariamente podem ser consultados no sítio da CPRM.

Agora vamos à Agência Nacional de Mineração, às ações que foram desenvolvidas pela agência.

1. Desenvolvimento de programa para a fiscalização de todas as barragens de rejeitos em 2019;
2. Em 2019, de 424 barragens de rejeitos de mineração, 139 já foram vistoriadas. Uma dessas vistorias foi exatamente na barragem que motivou essa nossa reunião aqui hoje;
3. Foram interditadas 49 barragens, sendo que uma delas foi a que deu motivação também para essa reunião de hoje. Ela foi interditada no dia 7 de fevereiro deste ano. Desde o dia 7 de fevereiro, na ocasião, eu estava em São Paulo, falei com o Governador de Minas Gerais, foram evacuadas 400 pessoas nesse dia durante a madrugada. No dia seguinte, todos estavam em segurança, tudo dentro dos preceitos legais;
4. Publicação da Resolução nº 4, que foi muito importante, de 15 de fevereiro, que estabeleceu medidas regulatórias e, mais importante, cautelares objetivando assegurar a estabilidade de barragens de mineração. Então, de forma preventiva, ações foram tomadas desde fevereiro pela Agência Nacional de Mineração, tudo decorrente das ações do Governo Federal desde o início de janeiro;
5. A resolução foi objeto de consulta pública, encerrada agora, no dia 17 de março, com 270 sugestões.

Falando ainda dessa resolução particularmente, uma resolução bastante firme que coloca diversos pontos. Aqui nós listamos alguns deles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proíbe a utilização do método de construção ou alteamento de barragens de mineração a montante, que foi o que ocorreu, também no passado.

Obriga a serem descomissionadas ou descaracterizadas essas barragens no Brasil, progressivamente. Para os senhores terem uma ideia, o descomissionamento de uma barragem dessas é tão peculiar e arriscado quanto a própria construção da barragem, e leva em torno de dois anos para serem descomissionadas, dependendo, evidentemente, do tamanho e da situação em que a própria se encontra.

Proíbe o empreendedor de manter ou construir na Zona de Autossalvamento instalação que inclua presença humana. Todos nós sabemos da lamentável perda de vidas humanas naqueles filmes que nós pudemos ver do rompimento da barragem de Brumadinho. Isso realmente eu considero um absurdo. Felizmente, entendemos que não deve ocorrer no futuro.

Fator de Segurança de estabilidade definido por critérios mais rígidos.

Obrigatoriedade de sistemas automatizados de acionamento de sirenes para todas as barragens na Política Nacional de Segurança de Barragens. É um documento até recente essa Política Nacional de Segurança de Barragens, que foi aprovada aqui no Congresso Nacional, se não me falha a memória, em 2010. Mas estamos revendo e trabalhando em cima disso.

Barragens inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens com Dano Potencial Associado alto deverão implementar sistema de monitoramento. Ou seja, nós temos que utilizar a tecnologia também para que esse monitoramento seja eficaz.

Dando continuidade, a Agência Nacional de Mineração, o ministério não aplicou o contingenciamento na agência. Uma das coisas, quando assumimos o Ministério de Minas e Energia, uma das prioridades, e está no meu discurso de posse, foi, desde o primeiro momento, fazer todos os esforços para a estruturação da Agência Nacional de Mineração, que foi a última agência regulatória criada. Ela foi criada em dezembro do ano passado. Daí a nossa prioridade, mesmo antes de Brumadinho, de envidar todos os esforços para estruturar a agência. E dessa forma estamos fazendo

Fizemos pedido de suplementação orçamentária e estamos redirecionando os recursos do ministério para atender todas as demandas da agência, em face de tudo aqui que todos sabem.

No que diz respeito ao quadro técnico da agência, é um processo contínuo que estamos trabalhando. Já foram movimentados 34 servidores para a agência, e não é apenas uma movimentação de servidores; esses servidores foram treinados na Enap (Escola Nacional de Administração Pública) também com outros servidores para atuarem na Agência Nacional de Águas. Então, 34 servidores já foram formados, preparados, transferidos para a agência. Em janeiro, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tínhamos 8 servidores de vistoria de campo da agência; hoje, em maio, dobramos esse número, temos 16 servidores.

No âmbito do ministério, é bom apenas dizer que, no que diz respeito a essa barragem da Mina Gongo Soco, essa mina está inativa desde 2016, por opção do próprio empreendedor da empresa.

A Barragem Sul Superior, como eu já falei, foi interditada pela agência no dia 7 de fevereiro de 2019. A agência está acompanhando as ações para controle das estruturas e os estudos para mensurar o impacto da queda do talude/parede, para identificar os efeitos e minimizar impactos sociais e ambientais (visita técnica diária). Aqui também eu quero destacar a presença de alguns técnicos da Agência Nacional de Mineração que trabalham em Minas Gerais – o Dr. Guilherme está aí – que tiveram a diligência de sair de Minas ontem para estar aqui e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

As medidas hoje de medição são remotas e são acompanhadas pela agência.

Eu me esqueci de mencionar a qualidade da água do Rio São João, eu já tinha falado anteriormente: ela vem sendo monitorada pelo Serviço Geológico do Brasil, a CPRM, já há algum tempo.

No que diz respeito a providências emergenciais quanto à evitação de perdas humanas e dano ambiental, que é o mais importante no momento, o isolamento da região/área de risco pela Defesa Civil – eu mencionei isso –, 400 moradores foram retirados na madrugada do dia 7 de fevereiro.

Sinalização, treinamento e simulações, coisas que têm sido veiculadas pela mídia, estão a cargo da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais e da empresa.

O dano ambiental será mitigado, o que está em andamento já há algum tempo, com a instalação de novas estruturas de contenção do rejeito, que está sendo realizado pela empresa.

Presença permanente da nossa agência no local, monitorando as condições, e também presença permanente da Defesa Civil estadual, evidentemente com acompanhamento do Ministério do Desenvolvimento Regional, da nossa Secretaria Nacional de Defesa Civil, e outros órgãos federais prestando apoio nos demais ministérios, como eu falei, naquele comitê que engloba 15 ministérios.

Acho que encerrei, Presidente. Eu procurei ser breve, até porque não tínhamos muito tempo, mas o mais importante é que a gente traz essas informações para as senhoras e para os senhores.

E também volto a ressaltar e a agradecer a presença de todos do Ministério de Minas e Energia, dos órgãos vinculados, da Agência Nacional de Mineração e do Serviço Geológico do Brasil, e estamos aqui prontos, Presidente, para prestar outros esclarecimentos que se façam necessários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. Bento Albuquerque.

Neste momento, passo a palavra ao Senador Carlos Viana, para suas considerações, e convido os Senadores presentes que queiram se manifestar para que se manifestem, para que eu possa fazer a inscrição aqui.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar Ministro.) – Bom dia, Presidente, Senador Fabiano Contarato.

Quero mais uma vez dar os parabéns pela iniciativa de que participo conjuntamente, com muita alegria, em nome do meu Estado de Minas Gerais.

Quero saudar o Sr. Ministro Bento Albuquerque, Almirante, e agradecer a pronta recepção e, claro, a confirmação da vinda aqui a esta Comissão de Meio Ambiente.

Aos Srs. Senadores que estão aqui presentes, bom dia a todas e todos. Meu muito obrigado.

Primeiro, Presidente, quero confirmar que a visita desta Comissão amanhã ao local foi muito bem recebida por toda comunidade de Barão de Cocais, também pelas autoridades de Minas. A Polícia Militar do nosso Estado já colocou toda uma estrutura à nossa disposição para que a gente possa chegar rapidamente ao local. Os outros Senadores que quiserem integrar a comitiva amanhã serão muito bem-vindos, para que a gente possa ir até lá, *in loco*, saber e acompanhar o que está acontecendo e levar, naturalmente, a nossa solidariedade àquelas famílias.

Almirante, é muito bom observar todas essas medidas que foram tomadas e perceber que toda essa movimentação no entorno da Barragem Sul Superior, a evacuação das pessoas, as áreas de autossalvamento preservadas, a questão da mitigação dos danos já são o efeito claro daquilo que nós gostaríamos que tivesse acontecido em Brumadinho. As medidas de prevenção, de controle, de acompanhamento, de fiscalização têm este objetivo: nos permitir antecipar as tragédias. Isso é da natureza e da inteligência humana. E, no Brasil, nós não temos essa cultura da prevenção, infelizmente.

O que nós na CPI de Brumadinho hoje – e daqui a pouquinho teremos mais uma reunião – queremos caminha exatamente, passo a passo, com o que o senhor disse aqui. Nós queremos que não aconteça novamente. Não é interesse a punição, não é interesse a condenação de ninguém, não é interesse receber aqui, Srs. Senadores, técnicos, homens que trabalham há 26, 27 anos numa profissão e que são colocados diante de um fato, de uma omissão que matou quase 300 pessoas. Ninguém quer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. Mas nós precisamos aprender com essas tragédias. O Brasil precisa aprender a valorizar a vida. O Brasil precisa aprender a se antecipar às questões. E são tantas no nosso País: boates que pegam fogo e matam nossos jovens; tragédias em ônibus em áreas inundadas; agora a mineração gerando todo esse problema, essa indignação e essa insegurança às famílias de Minas Gerais.

Aqui no Senado – o senhor tenha certeza absoluta –, nós da CPI, eu que tenho a alegria e a responsabilidade de ser o Relator, estamos dispostos a colaborar com o Executivo no que for preciso para que nós usemos essa experiência para um futuro melhor.

Nós todos temos Estados aqui que já começam a também experimentar a mineração. O que digo aqui, faço um parêntese importante: é um setor que nos é caro. Ele está entre as três pautas de exportação brasileira, é fundamental hoje no equilíbrio da nossa economia; mas não pode continuar matando! Essa é a questão. Nós não podemos continuar permitindo que mineração mate. O argumento do emprego, o argumento da renda, muitas vezes, é usado até como uma ameaça; e não pode ser assim. É o Estado que tem que dizer como nós vamos minerar e o que nós esperamos para o futuro.

Observem que – eu tenho falado e vou insistir sempre – nós estamos lidando com barragens de minério de ferro, que é areia e pó de minério, que inviabiliza a água, mas onde você tem condições de, num prazo médio, recuperar e resolver as questões. Mas e as outras mineradoras que nós temos, Ministro? Que exploram ouro, por exemplo? Que tiram ouro, 40kg, 50kg todos os meses, 60kg, que, para cada 1g de ouro, você tem que movimentar uma tonelada de terra?

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E que deixam barragens como a cidade de Paracatu, que viveu uma tragédia há poucos dias, infelizmente, dentro de uma Igreja Evangélica, uma cidade como Paracatu, onde você tem milhões e milhões de metros cúbicos de rejeito de cianureto, mercúrio, arsênio... Os senhores já imaginaram se um dia nós tivermos um evento qualquer, um evento qualquer geológico, que pode acontecer – nós somos um país cuja geografia é plana; nós temos o dom de não ter terremotos aqui, mas temos pequenos abalos sísmicos –, o senhor já imaginou se um dia nós sofrermos um abalo sísmico qualquer numa região daquela e uma barragem dessa se romper? Com milhões e milhões de metros cúbicos de mercúrio, de arsênio? Nós vamos contaminar o principal rio da margem direita do São Francisco, que é o Paracatu, vamos matar o Rio São Francisco, vamos condenar quase 50 milhões de pessoas a ter um abastecimento precário de água.

Essa antecipação, essa visão de futuro nós precisamos hoje, Ministro, colocar em prática. O que nós queremos deixar para as futuras gerações de brasileiros? O que nós desejamos para aqueles que virão depois da nossa existência em relação a essas barragens? Porque lá, o senhor mesmo disse, o descomissionamento de uma barragem dessa não é um trabalho simples. Nós vamos levar pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos cem anos para resolver as questões das nossas barragens de veneno, de urânio, que nós temos, por exemplo, no sul de Minas – cem anos! É isso que nós queremos deixar para as futuras gerações de brasileiros? É esse o preço da mineração?

Então, nós temos que começar a pensar sobre o que – o próprio nome já diz – vale a pena. O que vale a pena? Nós tirarmos um ouro que é levado para fora com pagamento ínfimo de imposto e deixarmos para trás uma barragem que pode comprometer um quarto da população do nosso País? Vale a pena, senhores, nós falarmos em empregos, em economia numa situação como essa? Somente se, de agora para a frente, nós conseguirmos estabelecer no Brasil uma política muito clara: sem barragem de rejeito. Quer explorar o minério? Serão muito bem-vindos, mas a deposição tem que ser a seco, e os materiais, todos aqueles que forem usados como rejeitos, deverão ser tratados da forma correta. É isso que o Estado tem que dizer. E é isso que nós aqui no Senado estamos dispostos a dizer. E vou lutar com um por um dos Senadores e Senadoras desta Casa para que a gente aprove uma resolução: em dez anos, o Brasil não poderá mais ter nenhuma barragem de rejeito mineral nem industrial. Nós vamos estabelecer um prazo.

E eu tenho certeza de que o setor, competente como é, vai buscar e encontrar soluções. Ninguém vai deixar de minerar no Brasil por conta de nós colocarmos uma regra ambiental dura – ninguém –, porque eles sabem exatamente que a sobrevivência deles está na tecnologia, tanto, Ministro...

E o senhor me permita estar mais efusivo, porque é a minha terra, são as pessoas que eu conheço, são as pessoas que votaram em mim que estão lá hoje sem poder dormir e que me perguntam: "Senador, o que vai acontecer no futuro?". Eu falo: "O futuro nós vamos construir". Ninguém está aqui para adivinhar o futuro, falar o que vai acontecer. Nós vamos construir o futuro, porque lá atrás não souberam construir. O que nós estamos colhendo agora é o que nós não fizemos corretamente nos últimos 15 anos no País. E eu digo sempre: "Nós vamos!".

E, a partir do momento em que nós começamos a dizer aqui, Presidente Contarato, que nós não vamos mais permitir barragem de rejeito, que, na CPI, este é um dos pontos principais do relatório, nós queremos uma política em que, em dez anos, não tenhamos mais barragens de rejeito, sabe o que aconteceu? O próprio atual Presidente da companhia Vale já anunciou que eles vão gastar R\$5 bilhões para transformar toda a mineração deles em mineração a seco, que eles não vão mais utilizar barragem de rejeito. Só de nós começarmos a colocar, fazer o nosso trabalho, em Minas quatro novas barragens não serão mais construídas – quatro barragens que estavam sendo licenciadas não serão mais construídas.

Então, Presidente, nós já tivemos uma grande vitória, que é nós começarmos a chamar a atenção do povo brasileiro para essas questões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico muito feliz que a ANM esteja aqui presente, com o Bicca, o Guilherme, que estão nos acompanhando na CPI. Quero elogiar, inclusive, de público, Ministro, o trabalho deles. Têm feito uma excelente colaboração conosco da CPI, na análise dos documentos, na avaliação de todos os dados que nós temos. Que eles estejam atentos: essas medidas de portaria são muito importantes, mas elas não são suficientes.

E aqui nós vamos contar, eu espero, com a sua ajuda para que a gente crie essa nova política na questão das barragens no nosso País, quem sabe até, como disse aqui o Senador Jean Paul, um novo código da mineração, mas que seja um código realista, de interesse do povo brasileiro, e não do interesse apenas do capital estrangeiro, para que a gente possa ter um futuro, e não deixar para as próximas gerações o que nós estamos vivendo hoje. Creio que a nossa colaboração hoje, Srs. Senadores, é fundamental para que a gente possa escrever um novo capítulo na questão da mineração.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, amanhã é só V. Exa. nos conduzir, dizer o que deseja. Todos os órgãos de segurança em Minas Gerais e de apoio estão à disposição dos Senadores para a nossa visita a Barão de Cocais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Carlos Viana.

Eu vou fazer, por uma questão de tempo do Ministro, blocos de três Senadores para fazerem seus questionamentos.

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

E aí, Sr. Ministro, por gentileza, o senhor vá anotando para depois responder em bloco, para ficar mais rápido, senão nós vamos passar muito do tempo.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues para suas considerações.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Senador Fabiano Contarato, Presidente da Comissão, Sr. Ministro Bento Albuquerque, nós agradecemos a V. Exa. a presteza, apesar do convite ter sido às vésperas dessa apresentação, mas V. Exa., numa atitude respeitosa a esta Casa, aqui está. E nós lhe agradecemos. Temos certeza de que essa apresentação foi autoexplicativa e facilitou muito a análise e a interpretação de cada um dos membros da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o problema dessa questão das barragens vem se agravando e há praticamente quase um pânico nas populações onde essas barragens estão instaladas, eu queria apenas fazer uma única pergunta a V. Exa. com relação a uma declaração dos assessores da Agência Nacional de Mineração, que é sobre a velocidade de deslocamento do talude: que já alcançava 7cm por dia. Obviamente essa explicação técnica demonstra, primeiro, a capacidade inquestionável de pronta resposta do Ministério de Minas e Energia e obviamente da Agência Nacional de Mineração. E nós sabemos que esse acompanhamento de fiscalização e controle está realmente em tempo real – 24 horas por dia –, o que, na verdade, nos dá mais tranquilidade, principalmente às populações que estão sendo, minuto a minuto, informadas de algum risco iminente, no caso, de um rompimento.

Então, essa pergunta eu gostaria de deixar bem pontual, mas há outra questão ainda que me veio agora à memória. O que nós temos ouvido e acompanhado na imprensa e conversado, inclusive, com alguns técnicos também é que a maioria ou praticamente todas as mineradoras hoje já estão, na verdade, trabalhando no projeto de, no curtíssimo prazo, não mais trabalharem com barragem de rejeito. E isso já é um grande alento para a população brasileira, independentemente de ser atingida ou não; é um grande alento.

As providências que estão sendo tomadas pelo Ministério de Minas e Energia e pelos órgãos afins demonstram exatamente que esse fato que aconteceu no mês de março, na verdade, foi quase que um grito de alerta. E, claro, antes tarde do que nunca; e agora nós vemos a verdade. Primeiro que o País precisa continuar explorando as suas riquezas minerais, ponto. Segundo, nós sabemos que, paralelamente, essas ações de Estado e de Governo devem fazer esse acompanhamento e controle.

Então, acho que são boas notícias. Não precisa realmente de pânico. A própria Comissão é importante no sentido de divulgar essas ações que estão sendo tomadas pelo Governo para que possa mitigar, inclusive, no imaginário das pessoas, um problema que – graças a Deus! – está sendo progressivamente controlado.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues, por suas considerações e intervenção.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Plínio Valério para suas colocações.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para interpelar Ministro.) – Eu dei sorte porque o Senador Carlos Viana nos contemplou com tudo o que nós pensávamos dizer. Portanto, resta-me tempo suficiente para falar da minha região da Amazônia, Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Carlos tem toda a nossa concordância quando fala que a questão toda está na mudança de tecnologia, que tem que ser a seco. Ponto. Concordamos plenamente com isso.

No Amazonas, ainda temos, no Rio Madeira, exploração de ouro em que os garimpeiros usam mercúrio. Lá em São Gabriel, tiram o ouro, os índios estão tirando tântalo para passar para o ex-membro das Farc. E na Amazônia tem sido assim... Por quê? Porque tudo é clandestino, porque na Amazônia nada pode e tudo pode.

Então, eu acho que chegou a hora de o País, de as autoridades constituídas para isso tomarem providência, Ministro, e eu vejo no senhor uma pessoa com esse objetivo e com essa mentalidade.

Nós sequer podemos entrar – talvez eu como Senador possa – lá na região dos Seis Lagos, onde há a maior reserva do mundo de nióbio, mas os canadenses podem. Os canadenses estão lá dentro, levando assistência odontológica, de saúde, de muita coisa. Há mais canadense, lá nos aviões que vão para lá, do que brasileiros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Onde isso?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – São Gabriel.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – São Gabriel da Palha.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro. É uma reserva biológica, onde estão 97% do nióbio do mundo. Nós não podemos tirar, mas, se o Brasil conseguisse explorar 1% do nióbio, talvez fosse uma grande potência.

Mas quero dizer que nós temos pequenas quedas d'água, nós temos cachoeiras, pequenas quedas d'água que podem ser aproveitadas. E temos um problema, Ministro, para o qual eu gostaria de contar com a sua ajuda, que cheira mais ou menos à hipocrisia.

A Hidrelétrica de Balbina funciona; não abastece nem metade do que precisamos, mas funciona. Foi feita no regime militar – e tinha que ser feita –; hoje não poderia ser mais. Nós temos milhões – milhões – de árvores submersas. Eu fiz fotos agora, quando estive lá para pescar, que mostram que em cima da água a madeira ainda presta; embaixo, muito mais. Então, é um sonho nosso, dos amazonenses, criar um polo madeireiro em torno de Presidente Figueiredo, Manaus e do entorno de lá. Por que não explorar essa madeira que está submersa, que já foi sacrificada. Já foi.

Então, eu gostaria de, um dia, discutir com o senhor, passar para o senhor essa nossa ideia. Já houve, no Governo do Omar Aziz, um grupo alemão interessado em explorar essa madeira submersa: são milhões e milhões e milhões de árvores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que chegou a hora de o Brasil lucrar com os seus pecados; chegou a hora de se redimir e acabar com essa hipocrisia de que não pode mexer no que já está mexido. Já está mexido! Não vai tirar uma árvore, Contarato! Não vai tirar uma árvore, mas só aproveitar o que está embaixo.

Então, Ministro, eu quero só lhe dizer que o objetivo desta reunião foi contemplado, na palavra do Carlos Viana, que me antecedeu, e passar para o senhor essa preocupação.

As comunidades indígenas. Eu sou procurado semanalmente por comunidades indígenas – semanalmente – para ajudar, seja com barco, para tirar a castanha, porque eles estão sobrevivendo com ela; seja com escola. Mas todos eles são unânimes em dizer o seguinte: "Senador, nos ajude a usufruir da riqueza de que nós estamos pisando em cima, e não podemos fazer nada".

Então, eu acho que chegou a hora também de pensar nisso. Eu sou ambientalista – viu, Fabiano, sou ambientalista –, mas eu acho que onde já se mexeu a gente tem mais é que aproveitar.

A BR-319, por exemplo, também, está toda mexida. Quando os senhores e as senhoras ouvem que vai devastar, não vai tirar uma só árvore, a 319.

(Soa a campanha.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Então, eu queria passar essa minha preocupação e contar com o senhor nessa parceria para tentarmos nos redimir dos pecados passados, aproveitando esses erros do passado, para, quem sabe, contemplarmos os nossos povos, principalmente o povo da floresta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Plínio Valério.

Agora, passo a palavra ao Ministro para resumir e tentar responder ao questionamento dos três Senadores.

Muito obrigado!

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Na realidade, foi mais um aprendizado para mim do que questionamentos, por todas as colocações que foram feitas pelos Srs. Senadores.

Mas eu concordo, Senador Carlos Viana, que nós temos que aprender com aquilo que ocorreu no passado; as lições aprendidas são muito importantes, como eu disse aqui, para que não se repitam acidentes como os que nós vivemos, principalmente nos últimos três anos, acidentes diria que traumáticos, tanto no aspecto...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Acidente, não, Ministro! Acidente, não, Ministro! Crimes, crimes ambientais, por favor!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – É, não cabe a mim julgar se é crime ou não, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Eu não tenho nenhum problema de falar que foi crime ou não foi crime; eu só não quero fazer um julgamento ou um juízo de valor quando eu não tenho todos os elementos.

Mas o fato é que foram situações que traumatizaram a sociedade brasileira. No mais recente, perdas de vidas humanas... Se fosse uma, já não se justificaria; agora, o número de 300, então, eu acho que é mais traumatizante ainda. Sem falar no meio ambiente, não só no último como também, e principalmente, em Mariana, porque nós vemos que até hoje aquelas comunidades não se recuperaram: a sua atividade social; a sua atividade econômica; a sua dignidade, eu até diria. Nós temos que aprender com aquilo e principalmente prestar apoio a essa população, porque muitos deles não têm outra opção de vida a não ser permanecer nas suas localidades de origem.

E é isso o que o Governo Federal tem procurado fazer, não só lá em Mariana, onde ainda há atividade, muitas atividades em curso, mas particularmente agora em Brumadinho, sobre o que, como eu acabei de relatar aqui, foi feita uma apresentação para o Conselho de Governo, pelo Ministro Osmar Terra, na última terça-feira.

Bom, mas a cooperação e o diálogo, Senador, têm que existir; o ministério faz questão disso. Nós estivemos aqui, desde o primeiro momento. O Secretário Dr. Alexandre Vidigal, o Dr. Bicca, o Dr. Esteves já estiveram aqui em várias audiências, e estamos dando suporte, não só para a CPI, mas dando suporte para todas as Comissões que são formadas aqui nesta Casa para que possamos, juntos, obter as melhores soluções para o futuro. Nós não podemos trabalhar apenas com portarias. As portarias são importantes como orientação, mas nós temos que colocar em prática aquilo que foi pensado quando se formularam esses documentos.

Senador Chico Rodrigues, nós temos, como eu mencionei aqui, cerca de 500 barragens de rejeitos: 150 delas já foram vistoriadas, neste ano; e todas serão vistoriadas ainda este ano. O trabalho que a Agência Nacional de Mineração tem feito é um grupo-tarefa que foi montado, e não só com a Agência Nacional de Mineração, mas também com concurso principalmente da Agência Nacional de Águas. É um trabalho conjunto, porque, se nós formos ver o número de barragens no País, é em torno de 2 mil barragens, sejam elas barragens de rejeitos ou não, mas todas merecem atenção. E esse trabalho está sendo feito de forma coordenada.

O monitoramento. O monitoramento é diuturno e ininterrupto. Está sendo monitorado, minuto a minuto, segundo a segundo, e as informações estão sendo passadas para aquelas pessoas que têm a responsabilidade e a competência para adotar as medidas e as ações necessárias para, principalmente, que não haja perda de vidas humanas – na questão agora, aqui, de Barão de Cocais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério, a tecnologia – já foi mencionada, inclusive, pelo Senador Carlos Viana, nos seus comentários – é fundamental e está aí; agora, a atividade econômica, como o próprio nome diz, "atividade econômica", às vezes relega a tecnologia porque, num primeiro momento, parece que é mais barato utilizar tecnologias antigas cujo retorno econômico é maior, mas nós estamos vendo aí os prejuízos que a Vale – não é mais Vale do Rio Doce –, a empresa Vale está tendo, como outras já tiveram, no passado e no presente, por relegar a tecnologia ao segundo plano. Mas eu, particularmente, acredito que já há uma conscientização, e essa conscientização tem que ser trabalhada para que isso faça parte da nossa cultura, principalmente nessa atividade, como foi mencionado aqui. O Brasil é o terceiro país em produção mineral do mundo, atrás apenas de Austrália e Canadá, e com enorme potencial. São cerca de 3 milhões de empregos diretos e indiretos. A atividade de mineração corresponde a 4% do nosso Produto Interno Bruto.

Então, isso aí tem que ser considerado. Evidentemente, esses números não justificam a perda de uma vida humana sequer, mas eles têm que ser considerados também dentro dessa conjuntura que nós vivemos.

A atividade clandestina, Senador, é uma coisa que tem que ser combatida – e tem que ser combatida por todos. O Congresso tem um papel importante, que vai permitir que haja a segurança jurídica para que não só os empreendedores possam executar os seus empreendimentos, mas também para que as autoridades, nas suas esferas de competência, possam exercer o seu poder, seja de polícia, seja o seu poder até mesmo de regular.

Eu estive visitando Roraima há um tempo e lá eu tive oportunidade de me encontrar com algumas comunidades indígenas, que manifestaram exatamente isto: eles não querem a atividade ilegal, seja ela de garimpo, qualquer que seja, nas áreas em que habitam. Eles querem, sim, uma atividade legal, com o apoio do Estado, e que aquilo possa efetivamente contribuir para o desenvolvimento sustentável daquelas comunidades.

E é isso que temos que trabalhar. Eu agradeço também a sua disposição em colaborar e coloco... O senhor disse que gostaria de conversar sobre Balbina e outras atividades econômicas que podem existir de forma sustentável e também trazer emprego, renda, etc. E o senhor pode ter certeza de que será um prazer o Ministério de Minas e Energia apoiar todas essas iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Ministro. Eu pediria apenas aos colegas Senadores que fossem objetivos nos questionamentos; senão, não dará tempo para que o Ministro possa responder a todos os questionamentos.

Com a palavra o Senador Girão para as suas colocações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para interpelar Ministro.) – Vou ser bem rápido, Presidente, Senador Fabiano Contarato.

Parabéns pela iniciativa desta audiência. Parabéns também e obrigado ao Ministro Bento Albuquerque pela pronta resposta e aceitação deste momento aqui, para que possamos trocar ideias.

O que me chamou a atenção nessa bela apresentação que foi feita pelo senhor... O Senador Carlos Viana foi muito feliz quando disse que tudo o que a gente planta a gente colhe. O senhor está colhendo aqui, nesta sua missão, o que foi plantado lá atrás, por outros governos. Esse número, de janeiro de 2019: oito servidores nós tínhamos para fiscalização de barragem, a vistoria de campo. Em maio já duplicou para dezesseis. Mas eu pergunto: qual é o número necessário? E quando, qual é o planejamento para se atingir? Isso eu gostaria de saber.

E a outra pergunta que eu queria fazer é se, na opinião desse ministério, essas medidas de segurança do plano de emergência e mitigação previstas pela Vale são suficientes para evitar as perdas humanas na opinião do senhor?

Então, eu queria, rapidamente, colocar, fazer esses dois questionamentos e desejar tudo de bom para o seu trabalho daqui para a frente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Em seguida, passo a palavra ao Senador Arolde de Oliveira, para as suas considerações.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para interpelar Ministro.) – Presidente, é realmente motivo de satisfação a iniciativa da Comissão de fazer esta audiência com o nosso Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Eu cumprimento V. Exa., lembrando que esse é um momento de revisão de políticas públicas na área do meio ambiente, buscando compatibilizar o interesse econômico com o interesse de preservação ambiental, reduzindo essas assimetrias que existem. E ninguém é mais apropriado do que V. Exa.; tem demonstrado que é uma mente aberta, um homem preparado e que pode conduzir, nesses dois primeiros anos, aqui, no nosso Senado Federal, essas políticas públicas. E agradeço também ao nosso querido Ministro de Minas e Energia, sempre pronto, com a sua equipe, a atender aqui às nossas necessidades de informações para procedermos aos nossos processos legislativos.

Serei bem breve. Minha pergunta é uma só. O Senador Carlos Viana, apropriadamente... Ele é da terra, é das Gerais, é das Minas Gerais. Ele conhece profundamente esses assuntos, vive e sofre por esses últimos eventos catastróficos que tivemos em Minas. Mas, claro, a defesa da vida humana é fundamental. Nós defendemos a vida em todas as áreas, evidentemente. Nós temos que ter essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação. Como V. Exa. mesmo falou, uma vida já justifica todo o esforço. Não é preciso que 300, 400, 500 ou centenas delas sejam perdidas.

Mas um aspecto que diz respeito também à vida, sobre que eu queria perguntar a V. Exa., é a preocupação também que deve existir, porque Minas Gerais é o espaço, o berço de várias nascentes de estuários, principalmente no leste... É o caso do Rio São Francisco, é o caso da Bacia do Paraná, com vários afluentes. E eu queria saber quais são as preocupações também que se tem que ter, porque, quando há uma ameaça como essa que está acontecendo agora, a primeira medida é evacuar a cidade e tirar a população. E as nascentes? Quais são os mecanismos de proteção dessas nascentes contra o que poderá ser catastrófico para toda a população ao longo desses rios?

Essa é a minha única pergunta, e eu agradeço a V. Exa. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Arolde de Oliveira. Em seguida, passo a palavra ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para interpelar Ministro.) – Muito obrigado, Sr. Presidente Fabiano.

Sr. Ministro, serei mais rápido do que todos aqui. Primeiro, quero cumprimentar V. Exa. por ter atendido ao convite – se assim o posso chamar – de comparecer a esta Comissão, porque ela é muito importante para o nosso Brasil.

Por outro lado, ouvi a explanação de V. Exa. em relação às medidas que têm sido tomadas pelo Governo Federal. Entretanto, quanto à indagação do Senador Eduardo Girão aqui, em relação ao grupo de pessoas, que de oito subiu para dezesseis, eu acho que é insignificante, diante da dimensão continental do nosso Brasil, de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados. Isso é quase irrisório, é muito pouco diante do enfrentamento que nós tínhamos que fazer para combatermos, naturalmente, algumas irregularidades que existem no setor.

Esta semana estive, na Comissão de Infraestrutura, o Presidente da Aneel. Ali nos disse que, das 323 barragens que o Brasil tem, apenas duas estão em situação talvez de risco. Uma no Estado de Rondônia e a outra não me lembro de onde é. São fiscalizadas por fiscais da Aneel – é óbvio e evidente, imagino, liderada pelo também Ministério de Minas e Energia.

É fundamental, mas, como, para matar há várias formas – você mata à bala, mata à faca, mata com essas barragens, que como estamos acompanhando nesses últimos tempos, no Brasil, lamentavelmente têm explodido –, também algumas medidas de Governo também matam por inanição, por falta de conforto, por falta de oportunidades.

A minha indagação talvez não tenha muito a ver com esta audiência aqui, mas V. Exa., como Ministro de Minas e Energia, eu acho que teria a capacidade de me responder dos aumentos abusivos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em relação à cobrança de energia elétrica. Só lhe dou um exemplo: o reajuste da bandeira chega agora a Mato Grosso, a partir do dia 1º de julho, e, em alguns casos, em 50%, Ministro. Eu acho um escárnio um país hoje que tem uma riqueza fantástica na questão de recursos hidráulicos, cobrar 50% em determinadas situações. Eu acho que, com isso aí, nós estamos matando também as pessoas por falta de oportunidade, até porque o Mato Grosso V. Exa. deve conhecer, é um Estado quente. Dificilmente o cidadão sobreviveria sem tomar pelo menos um copo de água gelado ou, pelo menos, sem um ventilador em sua residência.

Eu queria fazer um apelo em nome dos cidadãos menos afortunados daquele nosso Estado. Aqui, eu estou vendo, em um jornal do Mato Grosso, algumas pessoas humildes. É um garçom, é o contínuo do colégio, etc. O cidadão que pagava R\$200, que já está acima da capacidade financeira, essa tarifa que ele pagava, de R\$200, nesse mês de abril para agora, ele vai pagar, a partir do mês de junho, R\$300, Ministro. Chegou algum caso aqui em que a bandeira amarela aqui subiu 50%. Isso é um absurdo! E nós temos aqui a nossa produção em relação ao setor hidráulico, mais de 70% através dos nossos rios, através das nossas barragens, que é ainda o serviço mais barato em relação à produção do setor elétrico no mundo. V. Exa. tem muito mais capacidade do que eu para dar essa informação.

Portanto, aqui, em relação às medidas que o senhor tomou, parabéns. Estou muito preocupado com o Mato Grosso. Hoje o Mato Grosso, o senhor sabe, é um dos maiores produtores de ouro de todo o Território nacional. Há algumas minas grandes e tem me causado muita preocupação, sobretudo na região metropolitana, a região de Cuiabá, Várzea Grande, que é a minha cidade, Poconé, cidade que praticamente está hoje ocupada pelos garimpos, com investimentos estrangeiros, canadenses, enfim, do mundo inteiro ali. E eu acho que, neste exato momento, também as nossas agências têm que tomar essa providência, ou vai acontecer a mesma tragédia. Lá vai ser muito maior, Presidente Fabiano, porque lá a cidade está dentro praticamente.

(Soa a campanha.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – São 20 mil habitantes. Está lá dentro do garimpo. Estão comprando casas dentro da cidade, porque é uma cidade rica, falando em relação ao ouro, comprando e implantando o garimpo.

Está praticamente... Na minha cabeça aqui estou vendo uma tragédia acontecer e não vai levar muito tempo. Se o senhor for lá, aquilo tem que causar, realmente, muita preocupação. É preciso ter uma fiscalização severa, caso contrário não vão ser 300, 350 a morrer, vão morrer 15, 20 mil. Vai patrolar a cidade.

Faço esse apelo porque, também, mandamos a fiscalização lá urgentemente. Imagino que o DNPM, lá em Mato Grosso... Se é o DNPM o agente que está fazendo a fiscalização, se é a Sema, que também deve ter essa prerrogativa, essa autoridade. Mas, de qualquer forma...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Um minuto só, Sr. Presidente. Faço essa alerta a V. Exa.

Gostaria de pedir, em nome do povo do Mato Grosso, que, por favor, não deixem cobrar essas tarifas: 50% no bolso do trabalhador que ganha R\$938, que ganha R\$1.500, é muito perverso para esse cidadão brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Agora, Sr. Ministro, vou quebrar um pouco a ordem. Era um bloco de três mas, como tem o Senador Styvenson, passo a palavra a ele.

Desde já, quero agradecer a todos os Senadores que aqui estão e sempre me colocar à disposição nesta Comissão de Meio Ambiente. Sabemos que estamos unidos e imbuídos do mesmo propósito, em sintonia com o Legislativo e com o Executivo.

Passo a palavra ao Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Senador Fabiano Contarato.

Sr. Ministro, a pergunta é objetiva, a pergunta é praticamente... Pode ser lógica, pode ser até muito boba, mas é interessante... Eu assisti, foi perfeita a sua demonstração, a sua explanação.

Fico pensando no que o Viana falou, no que todos falaram aqui, Jayme, que o tipo de barragem que nós temos em predominância é a de alteamento, por acúmulo vai-se fazendo a barragem, por montante. Não é tão segura, mas é mais barata e fácil de licenciar, até antes do senhor, antes da regulamentação. Antes de o senhor chegar e de termos essa regulamentação. Pergunto-lhe: a maioria ou a totalidade de nossas barragens é desse tipo, é desse modelo? Por esses dois itens.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE (*Fora do microfone.*) – Não, não é a maioria não. Bom...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não é? É uma pergunta. Se é a maioria ou se existe a barragem segura. Porque o seguro para mim, Ministro, remete a "está seguro não fiscalizo mais, está bem não vou olhar mais, já está sendo monitorada".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até então era passado que era a critério das mineradoras – aí o senhor me corrija, e é outra pergunta – essa fiscalização. Seriam elas mesmas que faziam a fiscalização desse tipo frágil de barragem?

Hoje o senhor diz que tem um efetivo maior, que soma o dobro, para fiscalizar esse número grande de barragens, que o senhor vai responder se são desse modelo, desse tipo. Essa fiscalização tem um prazo ou é até enquanto durar? Porque vai ser preciso muito efetivo para fiscalizar isso tudo.

No final, a responsabilização – já que falou de legislação, Fabiano – é das empresas que procuram o mais barato, o mais rápido. O Poder Público, agora, com esse rigor de liberar essas barragens, o rigor do crime que está acontecendo, de permitir e não fiscalizar, tanto o Poder Público quanto a empresa.

A pergunta era sobre o tipo de barragem, quais são os tipos que a gente tem. Se é predominantemente essa insegura, que é a mais barata e fácil de licenciar. Se existe essa segura e se essa segura remete já a uma falta de... "Está seguro, não vou mais fiscalizar", mesmo usando tecnologia. Pelo que eu vi de todo o ordenamento, do que nós podemos fazer, da nossa legislação, eu não vi a responsabilização precisa de cada empresa dessa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Styvenson e todos os Senadores que fizeram as suas colocações.

Seguindo, passo a palavra ao Ministro para as suas respostas.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Muito obrigado, Presidente.

Eu havia anotado aqui para dizer para o Senador Carlos Viana que eu tomei conhecimento que está indo, amanhã... O senhor está indo também?

Então, queria já colocar à sua disposição o pessoal do Ministério de Minas e Energia, que estará lá em Minas Gerais para acompanhar os membros da Comissão que lá estiverem, para prestar os esclarecimentos e o apoio aos senhores. Estaremos presentes. Vou pedir para pegar as informações e estarem lá na hora certa, no local certo, para prestar todo o apoio à Comissão de Meio Ambiente.

Vamos agora às perguntas.

Senador Eduardo Girão, muito obrigado pelos seus comentários. O senhor perguntou o número de fiscais necessários. São 40, em torno de 40. Como nós falamos, dobramos. Dobramos, mas não é motivo para dizer que o problema está resolvido, é motivo somente para dar uma satisfação de que nós não estamos parados e, em curto espaço de tempo, já dobramos essa quantidade de fiscais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não basta dizer para uma pessoa que ela é fiscal, como eu disse aqui, ela tem que ser preparada e isso demanda um tempo. Os senhores sabem que nós temos limitações em termos de concurso, evidentemente que o Governo está aberto para as necessidades emergenciais que surgirem e estamos trabalhando nesse sentido, mas um concurso público não se faz também do dia para a noite, há diversas ações que têm que ser tomadas, mas nós pretendemos, até o final do ano, estar com essa equipe toda pronta.

Mas isso não impede que o trabalho seja realizado, estamos fiscalizando. Como eu disse aqui no início, até o final do ano todas as barragens terão sido fiscalizadas.

Plano de emergência. O senhor perguntou também sobre o plano de emergência, se o plano de emergência é suficiente para evitar e, principalmente, preservar a vida humana. O plano de emergência é uma obrigação da empresa apresentar. O plano de emergência tem que existir sempre, mas quando há uma instabilidade, como está ocorrendo agora, no caso lá de Barão de Cocais, esse plano de emergência, junto com a Defesa Civil, tem que ficar registrado na Defesa Civil. Ele está sendo revisto e inclusive exercícios estão sendo realizados justamente para que seja bastante mitigada qualquer consequência, não só à vida humana, mas também ao meio ambiente.

Senador Arolde de Oliveira, muito obrigado pela sua colocação. A sua preocupação é a nossa preocupação. É muito importante, nós temos que preservar os nossos rios, e as nascentes são fundamentais. Então, é um esforço grande, é complexo.

Nós temos o Serviço Geológico do Brasil, o CPRM, que eu mencionei aqui na apresentação, que faz o monitoramento dos rios diariamente. O Rio São João, no caso, aqui, Barão de Cocais, está sendo monitorado. O Paraopeba, que foi o rio de Brumadinho, está sendo monitorado. Ele poderia afetar o São Francisco, mas aí medidas foram acionadas. Inclusive, envolve não só o setor de mineração, mas também o setor elétrico, porque existem as barragens das usinas.

Então, isso é um trabalho que é feito conjuntamente. As barragens são esvaziadas para que elas possam receber os rejeitos e não passar isso para o restante, porque poderia, no caso particular do Paraopeba, chegar até o São Francisco, e aí a gente sabe quais são as consequências disso.

Então, há uma preocupação muito grande. A Agência Nacional de Águas, que tem essa responsabilidade, trabalha a quatro mãos com o Serviço Geológico do Brasil. O Ministério do Desenvolvimento Regional e o Ministério de Minas e Energia, nós conversamos, eu conversei com o Ministro Canuto praticamente todo dia sobre algum assunto referente a mineração, a defesa civil e ações, principalmente, de preservação do meio ambiente e, particularmente, das nascentes dos rios.

Senador Jayme Campos, na questão das tarifas está tudo previsto dentro da legislação. Eu, particularmente, como consumidor, tenho a mesma preocupação e, se o senhor me permite, às vezes, a mesma indignação quando há alterações de serviços básicos, como é a energia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, o consumidor é que paga a conta. A Medida Provisória 579, que vem lá de 2012, se eu não me engano, 2012, 2013, que virou lei, previa uma redução da energia em torno de 20%, e o que ocorreu, na realidade, não foi essa redução. No primeiro momento ocorreu isso, mas hoje, em relação a quando foi tomada aquela atitude, a conta de luz, se eu não me engano, aumentou, a conta de energia aumentou 105%.

Então, foi uma medida que eu acredito que tenha sido tomada com o melhor dos objetivos, mas os efeitos desejados dela foram ruins, principalmente porque não considerou nos últimos cinco anos, particularmente, o nosso regime de águas, chamado de risco hidrológico, que tem afetado muito a vazão dos rios, os reservatórios, a gente acompanha isso mensalmente.

Há um Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico, em que o Operador Nacional do Sistema, o ONS, apresenta para esse Comitê, de que eu faço parte, como está a situação dos reservatórios de água de todas as regiões do País. E isso é que vai dizer se as hidrelétricas serão despachadas ou não, porque elas não podem secar, evidentemente, porque isso é que leva também às bandeiras, ao aumento das tarifas, em face do despacho, por exemplo, de térmicas em que o custo é muito mais elevado, como o senhor falou. A energia elétrica proveniente do sistema da matriz hidráulica não só é limpa, mas o custo dela é bem mais barato.

Então, estamos trabalhando nisso. O Ministério, como eu disse, é responsável pelas políticas públicas. Nós estamos trabalhando com todos os setores e com o Congresso Nacional também, que tem projetos de lei, não só no Senado como na Câmara dos Deputados, em tramitação. Houve recentemente a Consulta Pública nº 33, que é para tratar de todos os assuntos que dizem respeito ao setor elétrico.

Estamos trabalhando. Eu acredito que medidas serão anunciadas e algumas outras, aqui nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, para que, juntos, a gente possa apresentar soluções estruturantes, em que o consumidor não só tenha segurança energética, mas uma energia a um custo aceitável pelo menos.

Bom, Senador Styvenson Valentim. Muito obrigado pelas... Perguntaram-me o número de barragens. O senhor que perguntou o número de barragens, não é? O método construtivo. Nós temos montante. Hoje nós temos 84 barragens a montante e todas, como eu apresentei ali, serão desativadas até 2021. Como eu falei para o senhor, algumas das barragens serão descomissionadas, melhor dizendo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – E o total de barragens?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – O número total de barragens? São oitocentas barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Dez por cento?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – É, mais ou menos isso. Não é? Um pouquinho mais de 10% são a montante. As outras, linha de centro, jusante, etapa única ou dique de partida, que é o maior número, são em torno de duzentas.

Mas todas elas, não há barragem segura. Não existe. Esse conceito de barragem segura não existe. Evidentemente, a probabilidade de haver um rompimento a montante é muito superior do que nas demais, mas não existe barragem segura. Então, não existe barragem que não seja fiscalizada ou que não tenha que cumprir protocolos estabelecidos pelo agente regulador ou pela própria legislação.

Então, são cumpridos protocolos pelas empresas, protocolos esses que são verificados pela Agência Nacional de Mineração e também pelos órgãos ambientais. É bom que se diga: os órgãos ambientais têm um papel importante, como eu falei. Lá em Minas Gerais há a fundação, há as secretarias de Meio Ambiente, há o Ibama e diversos órgãos que trabalham nisso.

A responsabilização é feita em caráter administrativo ou criminal, qualquer que seja ela, pelas autoridades que têm a competência não só de fiscalizar, mas também de adotar os procedimentos cabíveis em casos de, primeiro, não cumprimento do protocolo e, segundo, no caso de um acidente, de uma tragédia ou de um crime que tenha sido cometido. Então, em linhas gerais, Sr. Presidente, são esses os comentários que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Ministro. Eu quero só fazer uma ponderação, por gentileza. Todos que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários pelo portal e-cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 612211.

Queremos prestigiar a participação dos contribuintes. Jéferson Cláudio, de Pernambuco, faz uma colocação: "Quais os elementos mais serão necessários para concluir que essas tragédias que ocorram devam ser tipificadas como crimes ambientais?".

Aí eu tomo a humilde ousadia de eu mesmo responder. Existe uma lei federal, que é a Lei 9.605, que trata de crime ambiental, de proteção ambiental. O que não estiver tipificado lá na Lei de Proteção Ambiental tem a tipificação de forma subsidiária no Código Penal. Se for homicídio, art. 121; lesão corporal, desastre e assim sucessivamente.

A participação de João Francisco, do Rio Grande do Sul, quando ele diz: "A possibilidade de rompimento de barragem é uma verdadeira irresponsabilidade para com os moradores de Barão de Cocais e com o meio ambiente". Obviamente nós concordamos com isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a participação tanto do Jéferson Cláudio, de Pernambuco, como do João Francisco.

Agora eu queria, Sr. Ministro, fazer uma colocação para o senhor. Desde o crime de Mariana, em 2015, e mais recentemente o de Brumadinho, a Vale, em todo o Brasil, descobriu que o método de alteamento a montante é ultrapassado. A própria Vale reconheceu a necessidade de proceder ao descomissionamento dessas barragens. Cá estamos nós outra vez a discutir essa questão, desta vez felizmente de modo preventivo. A mina de Barão de Cocais foi escavada com o método a montante. Desde 2016 essa mina foi desativada. Caso tivesse sido descomissionada, não estaríamos aqui reunidos.

Pergunta-se: Em vista dessas informações, que providência o Ministério adotou para induzir a Vale ao descomissionamento da Barragem de Barão de Cocais?

Outra coisa: se há esse serviço de monitoramento, de movimentação em tempo real, essa interferometria por radar, por que isso não se faz ou não foi feito anteriormente para evitar que outros desastres ocorram? A minha preocupação – por isso houve essa convocação, por isso é que amanhã nós estamos indo para Minas – é que tem que ser feito, além de se utilizar toda tecnologia – é óbvio que 8, 16, o senhor fala em 40 – não é suficiente para monitorar. Nós temos quase 800 barragens, como o senhor mesmo disse. Preocupa-me quando o senhor diz que nenhuma delas tem segurança. Nenhuma barragem é segura. Eu queria saber quais os números de barragens que não estão inseridos no cadastro nacional, porque a quantidade é daquelas que estão, mas nós sabemos que existem muitas que não estão.

Só para concluir, eu queria passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes para as suas colocações.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, eu também, só na hora em que for encerrar, não é pergunta não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro Bento Albuquerque, quero cumprimentá-lo em nome de toda a equipe do Ministério e também o Senador Fabiano. Sr. Ministro, nós tivemos a oportunidade de acompanhar a instalação da Agência Nacional de Mineração e, inclusive, a sabatina aqui de todos aqueles diretores. A nossa angústia sempre foi tratar com o DNPM, porque é um órgão muito antigo e também com muitas denúncias de que o setor empresarial, às vezes, pega licença com o objetivo de apenas manter aquela reserva e não explorar. E a população brasileira, que precisa gerar emprego, que precisa de emprego, que precisa saber, de forma adequada, explorar essas riquezas minerais, fica em segundo plano.

No meu Estado, o Estado de Mato Grosso – o Senador Jayme já falou agora há pouco aí –, que é um Estado que tem um potencial mineral extremo, não temos nem um por cento do nosso potencial





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explorado. É claro que nós estamos no centro do Brasil, então, temos a dificuldade da logística, que é algo também a ser enfrentado. Mas principalmente na produção de ouro, que é o que mais hoje há de exploração, nós temos algumas cooperativas – a Peixoto de Azevedo é tida como uma das maiores cooperativas de mineradores do mundo –, e as cooperativas alegam muitas dificuldades na relação com o órgão. Agora, a Agência, a gente tem conversado muito com os diretores da Agência e eles também alegam as dificuldades que estão enfrentando para poder prestar o serviço ideal à sociedade.

Temos dois vetos que foram apostos pelo Presidente, no sentido da estruturação da agência: primeiro, a equiparação salarial em relação às outras agências; também a criação de 130 novos cargos, que estava definida. Também foram vetados. A gente percebe que neste momento, principalmente o dessas dificuldades desses acidentes – como aqui disse o Senador que é Relator lá de Brumadinho, não é acidente, é crime –, de V. Exa. eu ouvi a sua resposta, de que não se pode prejudicar ainda, sem ter todos os elementos.

Mas o certo é que muitas pessoas morreram. A consequência disso é inimaginável porque ainda virão muitas consequências. E, claro, o exemplo de... Aconteceu em Mariana, depois, agora vem Brumadinho, enfim.

Bom, eu ouvi, logo de cara, quando aconteceu o acidente, a entrevista do Ministro do Meio Ambiente e ele também falando das dificuldades de que não tem gente, não tem equipe suficiente para poder acompanhar essa fiscalização.

Então, eu gostaria que V. Exa. comentasse o que está sendo feito, porque o grande problema é o seguinte: um setor como esse, que é tão importante, tem arrecadação. Agora, a arrecadação vai para onde? Vai para o bolo do Governo e, aí, depois não tem os recursos necessários para poder dinamizar um setor desse, tão importante.

De curto prazo, o que é que V. Exa. poderia aqui responder nessa questão da estruturação, mas também no apoio aos pequenos, que – aí a gente tem que falar – são principalmente as cooperativas, no caso do Mato Grosso.

Temos também a questão das hidrelétricas, em que a diferenciação das barragens está muito clara: enquanto nas barragens de rejeitos a barragem é ali uma necessidade que a mineradora coloca, nas hidrelétricas não, a barragem é o grande ativo que as hidrelétricas têm. Portanto, na construção de uma barragem hidrelétrica, o critério é bem diferente. Por quê? Porque quem está construindo, se não usar os critérios rígidos, vai perder o ativo que ele tem. E muitas delas são feitas, inclusive, com financiamento. Aí há o seguro, enfim, tudo o mais. Enquanto nos rejeitos minerais é que a gente vê algumas abandonadas, porque já explorou o que tinha e deixou o rastro ali, inclusive dos problemas sociais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu... E outro aspecto dessa questão das hidrelétricas também, que é um potencial, a necessidade de que o País precisa produzir mais energia, que é a energia mais barata que nós temos, apesar de haver outras fontes de energia, nós temos também a questão da legislação das micro-hidrelétricas, que têm as licenças mais rápidas, temos as PCHs, que vão até 30 megawatts. E a gente vê muito no mercado uma hidrelétrica que poderia ter um potencial de 35, de 40, mas, pela legislação, eles abaixam esse potencial e quem perde também é a população.

E eu faço aqui uma última pergunta. Assim como o Ministro da Infraestrutura já tem colocado publicamente a possibilidade de construção de ferrovias não com concessão, mas, sim, com autorização, como V. Exa. vê essa possibilidade também de a gente abrir a construção de hidrelétricas através de autorização, independentemente do tamanho que seja essa hidrelétrica?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Só uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Por gentileza.

Obrigado, Senador Wellington Fagundes.

Agora, o Ministro tem um tempo, está corrido. Eu queria franquear a palavra ao Senador Jean Paul Prates e, em seguida, o Ministro faz as suas considerações.

Muito obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar Ministro.) – Obrigado, Presidente.

Ministro, para ser bem rápido, para agradecer pela sua presença aqui e parabenizá-lo pelo trabalho que tem sido feito. Eu tenho dito e tenho até uma oratória pronta aí para o Plenário, diferenciando ministros – me desculpe porque tenho que criticar o Governo em alguns momentos –, na maioria deles, ministros que são anti-ministros e ministros que são ministros. E o senhor eu o coloco no rol dos ministros. Por que os anti-ministros? Os anti-ministros parece que são esses que foram nomeados ou estão atuando para destruir os objetos dos seus próprios ministérios. E aí eu incluo o de Educação, o de Meio Ambiente e alguns outros.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas com o senhor, não: tem sido um trabalho que a gente vê consistente. Mas eu queria lhe dar uma força a mais e lhe pedir, aproveitando esta oportunidade, que mantenha, preserve a forma de fazer política setorial pelo Ministério, preserve a altivez na lida com as agências reguladoras. Essa história de autonomia total de agência reguladora é uma balela. Existe uma autonomia relativa. A política setorial quem dá é o Governo. E olhe que eu o estou ajudando mesmo sendo da oposição. Não concordo com 90% das coisas da política energética que este Governo vem preconizando. Mas como falei isso nos governos anteriores também, preciso manter a consistência.

O plano de governo é eleito pela soberania popular, pelo voto, e ele tem o direito de ser implementado. Agora, faço uma ressalva em relação a nossa, a essa política setorial que está sendo implementada agora no Brasil. Precisa seguir os trâmites. Por exemplo, a venda de ativos da Petrobras não pode ser feita do jeito que está sendo feita, sem licitação. Já tivemos um caso, que foi o da malha de todos os dutos do Nordeste: é um monopólio natural, não é como vender um pedaço de um campo de petróleo no meio do mar que você adquiriu em licitação, em consórcio com outros *players* do mercado.

Não é a mesma coisa. Trata-se de 90% da malha do Nordeste, que afeta todo o nosso mercado – Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Bahia –, Estados produtores e grandes mercados ligados por uma linha apenas, por um grande gasoduto, uma grande coluna vertebral, que está sendo vendida sem licitação. Não tenho nada contra a empresa que comprou, empresa que nós conhecemos também, poderiam ser mais duas ou três diferentes companhias, propostas poderiam ser melhores.

Trata-se de um monopólio natural, que não é um conceito de direita ou de esquerda, não é um conceito do Brasil ou de país, é um conceito universal. Nos Estados Unidos, monopólio natural é monopólio natural; no Canadá, na Austrália, em qualquer lugar, monopólio natural é monopólio natural. Duto é monopólio natural; linha de transmissão é monopólio natural. E, nesse caso, V. Exa. sabe que, desde 1997, uma lei de cuja autoria eu participei, os gasodutos e refinarias estão no regime de autorização. Quer dizer, isso o que a gente está fazendo agora, quase 20 anos depois, nós fizemos em 1997, evolutivamente e confiando na capacidade do Estado brasileiro de regular monopólios naturais. Lá atrás, em 1997. Nós não estamos precisando fazer isso, Senador Wellington, no petróleo, porque nós fizemos em 1997, confiando nessa capacidade. Agora, tem que ser feito pelos trâmites legais.

Aproveitou-se um artigo – ontem nós estivemos com o Ministro Fachin e eu mostrei a ele que se aproveitou uma coisa grave – de uma determinada lei de 2016 ou 2017, agora mais recente, que permite à Petrobras comprar e vender ações sem licitação. Obviamente, esse artigo se refere a ações de outras empresas, ela como investidora no mercado, a Petrobras movimentando sua carteira de ações. Não se refere às ações dela mesma; do contrário se estaria dando uma autorização num artigo microscópico para ela vender as próprias ações dela mesma. Se ela começa a vender as da TAG, daqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pouco vende as da BR, que está indo pela mesma filigrana, e daqui a pouco ela está vendendo o próprio controle da Petrobras Holding, porque ali se diz que há compra e venda de ações pela Petrobras, como também títulos de créditos e tal, e outros elementos basicamente de um portfólio de investimentos. E esse artigo está sendo usado para vender o controle de ações de subsidiárias integrais da Petrobras. Isso é gravíssimo! Nós denunciemos isso ontem, esse precedente nós não vamos permitir que passe. Esses assuntos têm que vir para o Congresso. É uma empresa estatal, nacional que provoca grande celeuma. E esse medo de passar pela Casa do Povo não pode existir.

Então, não é uma reprimenda, é claro que não. É uma recomendação para que a política setorial, essa altivez ao tomar esses atos seja de fato compartilhada conosco. Que a gente tenha o direito de participar desse processo. Embora a política setorial tenha sido referendada pelo voto soberano, há coisas dessa execução que têm que ser cumpridas, há ritos que têm que ser cumpridos e há opiniões que devem ser ouvidas, como as nossas, porque afetam alguns Estados, afetam alguns setores, segmentos. Então, nem tudo se pode fazer de roldão e de uma vez só, passando por cima do rito normal.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador Jean Paul Prates.

Em seguida, passo a palavra ao Ministro, para as suas considerações.

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – Bom, como eu disse, é sempre um aprendizado muito grande vir aqui ao Senado Federal participar dessas reuniões nas comissões. Mas vamos responder aqui, de forma bastante objetiva, ao que foi falado.

Em todas as barragens a montante, como foi mencionado aí, desde 2016, estava desativada a mina. E o descomissionamento, a Agência Nacional de Mineração colocou isso na sua Portaria nº 4, terá que ocorrer até 2021. E o descomissionamento, eu não sei, sinceramente, em que estágio se encontrava ou se encontra Barão de Cocais.

O fato é que, como eu disse, o descomissionamento também é uma atividade de risco e que tem que ter um planejamento bastante apurado. No momento, agora, não se pode nem fazer o descomissionamento, porque não pode nem haver a presença; agora só se monitora e se adotam medidas para que esse dano seja minimizado quando ocorrer.

Bom, mas o monitoramento é constante e é permanente. E acreditamos que vá haver um trabalho muito grande das autoridades para, após passar essa crise, vamos assim dizer...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fora do microfone.*) – Por que é que não foi feito isso em Brumadinho? Por que é que não foi feito esse monitoramento em Brumadinho? Não teria evitado?

O SR. BENTO ALBUQUERQUE – O monitoramento estava sendo feito. Agora está se apurando por que é que não foi detectado isso em Brumadinho.

As licenças, como foi dito, estavam todas ali. Tudo como deveria ser feito. Agora, está se apurando o porquê. Existem firmas especializadas, existem equipes que vão lá e prestam o laudo. É a mesma coisa de quando nós vamos realizar um exame médico e o laudo ali diz que está bem e, daqui a pouco, aparece um tumor. Você diz: "Como não está?" Então, são coisas assim que estamos apurando evidentemente.

A Agência Nacional de Mineração, Senador Wellington Fagundes, foi a última a ser criada. Independentemente de qualquer coisa, quando eu cheguei ao Ministério, ainda nas duas últimas semanas de dezembro, e comecei a conhecer um pouquinho mais da estrutura, eu falei para os meus assessores e para mim mesmo: o que merece mais atenção, da minha parte, será o setor de mineração. Porque eu não consegui entender como uma atividade que se confunde com a própria história do País – porque mineração é feita aqui no nosso País desde que ele foi descoberto, é uma atividade totalmente privada, excetuando o urânio, é totalmente privada –, o País foi criar a sua agência reguladora em dezembro do ano passado.

E o senhor sabe que, quando existe aquela expectativa de mudança, o que é que ocorre? As pessoas deixam para ver o que vai acontecer. E aí a própria DNPM, acredito eu, perdeu um pouquinho da motivação que tinha de exercer as suas competências. E a expectativa da agência é de ser criada, até dos funcionários que foram reposicionados e tal. Então, era uma situação que me chamou a atenção e foi dada como prioridade.

E o que é que nós estamos fazendo? Primeiro que a reação, e isso eu falo como Ministro, do pessoal da agência superou todas as expectativas: comprometimento, entrega, desde o primeiro momento. E estão fazendo de tudo – falando de forma bastante simples – para dar conta do recado. E nós também estamos fazendo a nossa parte de fornecer a eles tudo o que nós podemos.

Eu mencionei aqui, um pouquinho antes, por exemplo, o contingenciamento que houve no orçamento – e o Ministério de Minas e Energia foi um dos mais afetados – não afetou a Agência Nacional de Mineração porque nós fizemos o remanejamento, e todos os recursos necessários para a agência estão assegurados. Aumentamos o número. Não é o suficiente, mas estamos fazendo isso com responsabilidade, porque não basta dizer para uma pessoa que ela é fiscal. Ela tem que ir lá e ter as condições de exercer a sua atividade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no que diz respeito à Agência Nacional de Mineração, nós estamos fazendo essa parte e estamos tendo um retorno bastante positivo.

No que diz respeito às hidrelétricas, eu vou pedir ao senhor que conversemos sobre isso. Essas ideias são muito pertinentes. Eu acho que nós temos de conversar sobre isso e, juntos, através do diálogo, nós vamos encontrar o que for melhor.

Por fim, muito obrigado, Senador Jean Paul. O senhor é uma pessoa muito experiente, conhece muito o setor. E os seus comentários sempre são motivo, para mim pessoalmente, de reflexão.

Quero dizer para o senhor que eu concordo. O Ministério, como eu disse aqui, tem a sua competência de conduzir as políticas públicas. Nós não abrimos mão disso. Nós entendemos as competências das agências. Mas só para o senhor ter uma ideia: ontem, quando eu recebi o convite para aqui estar hoje, às 11 horas da noite, o Dr. Bicca, que não está aqui presente no momento porque ele está na CPI – ele estava aqui, mas está agora na CPI –, ontem, às 11h30 da noite, ele estava comigo lá no Ministério de Minas e Energia me ajudando a preparar essa apresentação. E é assim que nós temos trabalhado, não só com a Agência Nacional de Mineração, com a Agência Nacional de Petróleo, com a Aneel, com todos estamos trabalhando dessa forma, porque só trabalhando de forma integrada e coordenada é que nós vamos alcançar os objetivos.

Então, nessa questão, só falando aqui da TAG etc., estamos trabalhando nisso, estamos abertos – o senhor sabe disso –, abrimos uma consulta, todos estão tendo a oportunidade de se manifestar. E tenha certeza de que o Ministério vai levar tudo em consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Ministro.

Comunico que, nos termos do Requerimento nº 25, de 2019 – CMA, aprovado ontem, realizaremos amanhã, em Barão de Cocais, Minas Gerais, diligências para apurar as providências do Poder Público – vamos realizar uma diligência lá. Conforme noticiado pela imprensa, a Mina Gongo Soco está em situação iminente de rompimento de seu talude norte, o que teria o potencial de provocar o rompimento da barragem Sul Superior, com gravíssimos impactos para a população local e o meio ambiente. Requerimento com fundamento no art. 90, inciso XIII, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal.

Amanhã estaremos lá, *in loco*, conversando com as autoridades, com todos os setores envolvidos para tentar uma atuação.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço imensamente, Ministro, mais uma vez, a sensibilidade do senhor e de toda a sua equipe. E que o senhor entenda que essa medida se fez necessária e se faz necessária tendo em vista a iminência... E nós queremos aqui, à frente da Comissão de Meio Ambiente, ter uma conduta muito proativa e de interlocução direta com o Executivo e com todas as instituições que têm interesse nessa problemática.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 55 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

